00100.137395/2026-14

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI SUP. ÚNICO AO Nº 100, QUINTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2026

## ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

# COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)**
Presidente

**Senador Eduardo Gomes (PL-TO)**
1º Vice-Presidente

**Senador Humberto Costa (PT-PE)**
2º Vice-Presidente

**Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)**
1ª Secretária

**Senador Confúcio Moura (MDB-RO)**
2º Secretário

**Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)**
3ª Secretária

**Senador Laércio Oliveira (PP-SE)**
4º Secretário

---

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Danilo Augusto Barboza de Aguiar**
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**
Diretora-Geral do Senado Federal

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Quésia de Farias Cunha**
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Paulo Max Cavalcante da Silva**
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

**Gleison Carneiro Gomes**
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Celso Dias dos Santos**
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

**1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL**

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de Março de 2026 ..... 6

Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de Março de 2026 ..... 38

Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de Março de 2026 ..... 120

Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de Abril de 2026 ..... 139

Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de Abril de 2026 ..... 145

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de Abril de 2026 ..... 176

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de Maio de 2026 ..... 249

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de Maio de 2026 ..... 287

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Maio de 2026 ..... 318

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de Maio de 2026 ..... 347

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2026 ..... 497

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 e 27 de Maio de 2026 ..... 568

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2026 ..... 620

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Maio de 2026 ..... 659

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Junho de 2026 ..... 717

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Junho de 2026 ..... 770

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Junho de 2026 ..... 774

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2026 ..... 808

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2026 ..... 861

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.137395/2026-14



Ata da 34ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de Junho de 2026 (em conjunto com a 17ª Reunião da CCT) ..... 910

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Junho de 2026 ..... 955

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2026 ..... 990

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Maio de 2026 ..... 1065

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2026 ..... 1084

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Maio de 2026 ..... 1141

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Maio de 2026 ..... 1190

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Maio de 2026 ..... 1202

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Junho de 2026 ..... 1245

1.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Março de 2026 ..... 1265

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2026 ..... 1318

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Junho de 2026 ..... 1380

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Junho de 2026 ..... 1432

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Maio de 2026 ..... 1442

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Maio de 2026 ..... 1456

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2026 ..... 1485

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Junho de 2026 ..... 1506

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Maio de 2026 ..... 1557

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Junho de 2026 ..... 1573

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Abril de 2026 ..... 1620

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Abril de 2026 ..... 1673

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2026 ..... 1690

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2026 ..... 1714

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Maio de 2026 ..... 1723

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2026 ..... 1740

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Maio de 2026 ..... 1770

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Maio de 2026 ..... 1817

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Maio de 2026 ..... 1840

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Junho de 2026 ..... 1887

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2026 ..... 1918

Ata da 17ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de Junho de 2026 (em conjunto com a 34ª Reunião da CAS)**(Vide item 1.2)**

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Junho de 2026 ..... 1937

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2026 ..... 1956

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Junho de 2026 ..... 1983

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Junho de 2026 ..... 2012

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Junho de 2026 ..... 2073

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Julho de 2026 ..... 2136

1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Maio de 2026 ..... 2180

1.12 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Abril de 2026 ..... 2218

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Maio de 2026 ..... 2255

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Junho de 2026 ..... 2261

1.13 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Maio de 2026 ..... 2310

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte minutos do dia três de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Fernando Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Carlos Viana, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Margareth Buzetti e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Fabiano Contarato e Chico Rodrigues, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Professora Dorinha Seabra, Irajá, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Carlos Portinho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Reunião de trabalho da Comissão de acompanhamento das investigações do Banco Master. **Resultado:** Reunião realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1558, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 76, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa ou cuidador social de pessoa, e altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 8.069, de 13 de julho de 1990." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5300, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a profissão de cuidador de crianças e de cuidador de idosos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável ao PL 76/2020, nos termos do substitutivo apresentado; e contrário aos demais projetos apensados e respectivas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01 - CAE (Substitutivo), e contrário aos PLs 5178/2020 e 5300/2023 e emendas a eles apresentadas. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2718, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer, para conceder passe livre às pessoas em tratamento oncológico no sistema de transporte coletivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interestadual." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4972, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto; e a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para tornar mais eficiente o processo de exame de pedido de patente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 605, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2020 a 2023." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Aprovado, pelo arquivamento. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1648, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, a Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, que regulamenta o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para aprimorar os critérios de cobrança do ITR." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 4 a 12-CRA, com quatro emendas apresentadas, e pela rejeição da Emenda nº 3-CRA. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 26, de 2026** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado representante KPMG Auditores Independentes Ltda, a comparecera esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos procedimentos de auditoria realizados sobre as demonstrações financeiras do Banco Master, especialmente no que se refere à identificação, validação e mensuração de ativos posteriormente apontados como problemáticos ou inexistentes." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 25, de 2026** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado representante PwC - PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos procedimentos de auditoria realizados sobre as demonstrações financeiras do Banco Master, especialmente quanto à ausência de alertas prévios sobre inconsistências relevantes nas contas da instituição." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 28, de 2026** que: "Requer o comparecimento do Grupo KPMG para esclarecimentos no âmbito da CAE" **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Projeto de Lei n° 2697,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a redação da Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, para prever equiparação à exportação às operações de aquisição ou venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas efetuadas por empresas estabelecidas nas áreas de livre comércio de Tabatinga, de Macapá e Santana, de Brasiléia, de Cruzeiro do Sul e de Guajará-Mirim." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 2 - CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei n° 2697, de 2023. Ficam prejudicados o Projeto e as emendas a ele apresentadas. **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Fernando Farias**
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

*(Texto com revisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Comunico a vocês que o Senador Renan não está podendo vir e o Vice está no exterior, nosso Laércio, então o Renan me pediu para dar prosseguimento a esta reunião da CAE.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Sessão da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de março de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Aviso nº 113-GP/TCU, que encaminha o Acórdão nº 297, de 2026, referente à auditoria operacional que tem por objetivo avaliar o sistema de tributação sobre a renda no país, de modo a subsidiar os trabalhos do Congresso Nacional nas reformas do Sistema Tributário Nacional.

- Ofício SEI nº 8.706, de 2026, do Ministério da Fazenda, que encaminha, em cumprimento ao art. 9º-A da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal, a proposta do Ministério da Fazenda para o valor do intralimite anual para concessão de garantias da União a operação de crédito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a viger em 2026.

- Moção nº 15, de 2025, da Câmara Municipal de Imbé, Rio Grande do Sul. Moção de apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2025, que eleva o limite da receita bruta anual para enquadramento do microempreendedor individual e estabelece mecanismo de ajuste automático.

- Moção nº 005, de 2025, da Câmara Municipal de Patos de Minas, Minas Gerais. Moção de apoio ao projeto de lei que propõe a Lei Juliana Marins, com o objetivo de garantir a repatriação de corpos brasileiros falecidos no exterior, assegurando assistência e dignidade às famílias enlutadas.

- Moção de Repúdio nº 03, de 2025, da Câmara Municipal de São Marcos, Rio Grande do Sul. Moção de repúdio à decisão do Governo Federal de elevar a alíquota do imposto sobre operações financeiras.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2026.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos lá.

A presente reunião está dividida em duas partes: reunião de trabalho e deliberativa.

Reunião de trabalho

A presente reunião destina-se às atividades inerentes à Comissão com o objetivo de analisar os fatos noticiados pela mídia das investigações em curso da Polícia Federal, às deliberações do Banco Central e do Tribunal de Contas da União, relacionadas às fraudes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Banco Master, nos termos da Instrução Normativa nº 01, de 2026, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunicado.

Comunico que foram recebidas nesta Comissão informações prestadas pelo BRB sobre a planejada aquisição do Banco Master, atendendo ao pedido da Senadora Damares.

Os documentos estão disponíveis para consulta a todos os Senadores na Secretaria da Comissão.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias referentes à apresentação de comissão das fraudes do Banco Master.

Foram recebidos os seguintes requerimentos:

Requerimento convidando o representante da PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda.; representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e representante da KPMG Auditores Independentes.

Consulto a Comissão se podemos fazer a votação em globo dos requerimentos. (*Pausa*.)

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovados.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. (*Pausa*.)

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, nós estamos votando apenas os requerimentos da sessão com relação à CAE Master?

A Ordem do Dia também ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agora a gente vai entrar na Ordem do Dia.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É porque eu queria pedir a V. Exa. depois. É porque eu fiz um pedido. Tem um requerimento meu, o de nº 29, de uma audiência pública muito importante, que eu gostaria que V. Exa. colocasse no extrapauta.

Está aí: é a 29, de 2026. (*Pausa*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Como estou aqui assumindo o posto do Senador Renan, eu pediria para deixar essa decisão para o Senador Renan. Pode ser?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, em respeito a V. Exa., eu concordo. Agora, eu quero registrar aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... de certa forma até uma indignação, porque é uma audiência pública importante, que apresentei na sessão anterior. Uma das coisas mais sagradas para nós cidadãos e contribuintes – eu, como contador – é o sigilo fiscal. E quatro auditores da Receita Federal foram punidos sem prova nenhuma, com tornozeleira, afastamento do trabalho, em função de um inquérito, que faz sete anos. E não há inquérito estabelecido; quem fez foi o próprio Ministro Alexandre de Moraes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Recentemente, em 2019, aconteceu exatamente a mesma coisa com o Ministro Alexandre de Moraes. Um faleceu, depressão e não sei o que; o outro está aí. Mas, na sequência, eles foram readmitidos porque não havia prova.

Então nós precisamos, como CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, ouvir essas pessoas. Inclusive, estou chamando aqui o Presidente da Associação dos Auditores Fiscais, o Sindicato dos Auditores Fiscais, para eles mostrarem.

Porque, veja bem, o que aconteceu em termos de sigilo foi porque vazaram o contrato da esposa do Alexandre de Moraes, que não tem nada a ver com a Receita Federal. Isso foi vazado por outro lugar. Agora, punir o cara, na prática... Tornozeleira. Já condenar as pessoas? São quatro profissionais. Eu sei o que é o auditor fiscal, a responsabilidade dele. Todos os auditores fiscais sabem – e nós também, contadores – que qualquer acesso no sistema da Receita Federal, você sabe a hora, quem fez, tem tudo isso registrado.

Então é uma audiência simples, poderia ser feita numa sexta-feira, segunda-feira, não tem problema nenhum. Eu posso presidir, se for o caso, para não atrapalhar o andamento da terça-feira. Mas, em respeito a V. Exa., tudo bem, vamos aguardar.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu agradeço, Senador. E o senhor faz parte da nossa Comissão, o senhor está vendo como o Renan está levando sensatamente esse processo todo.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só que o Renan tem que saber que ele é o Presidente, ele não é o dono da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não é bem assim, mas vamos ver... (*Pausa.*)

Em aguardo dos outros Relatores, vamos colocar o item 6 do Projeto de Lei 1.648, de 2024, que é terminativo, aqui.

É um projeto de autoria do Senador Jayme Campos, relatoria do Senador Jaime Bagattoli. Altera a Lei 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); a Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, que regulamenta o inciso III do §4º do art. 153 da Constituição Federal; e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências para aprimorar o critério de cobrança do ITR.

Senador, vamos aí.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou cumprimentar aqui o Presidente da Comissão, da CAE, o Senador Fernando Farias, o nosso Senador Kajuru, o Senador Izalci e o Senador Mourão, que estão presentes aqui. Nós até estávamos aguardando a chegada do autor, mas eu já vou... Vamos então ao relatório. Estava esperando que o autor desse projeto, o Senador Jayme Campos, estivesse aqui.

Presidente, eu queria ir direto para a análise.

O Imposto sobre Propriedade Rural (ITR) é um tributo federal brasileiro de apuração anual. A legislação pertinente é constituída pela Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o imposto, e o Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Embora seja competência da União, sua fiscalização e cobrança podem ser delegadas a municípios por meio de convênio.

A principal característica do ITR é sua função primariamente regulatória e extrafiscal, e não arrecadatória. O imposto funciona como um instrumento de política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agrária, alinhado ao princípio da função social da terra previsto na Constituição Federal de 1988. O objetivo é desestimular a manutenção de propriedades rurais improdutivas. Esse caráter extrafiscal é implementado por meio de um sistema de alíquotas progressivas, no qual a carga tributária é inversamente proporcional ao grau de utilização e ao tamanho do imóvel. O cálculo do imposto é feito sobre o Valor da Terra Nua Tributável (VTNt), que é obtido pela multiplicação do Valor da Terra Nua (VTN) pelo quociente entre a área tributável e a área total.

Reconhecemos o nobre propósito do autor do PL nº 1.648, de 2024, de buscar a isonomia fiscal e adequar a tributação do ITR às realidades produtivas e ambientais do país. A intenção de não onerar desproporcionalmente proprietários que dedicam parte significativa de suas terras à preservação ambiental é meritória e alinhada a uma visão moderna de desenvolvimento sustentável.

Apoiamos a não incidência de ITR sobre áreas invadidas, com a inserção do §4º ao art. 1º da Lei do ITR, para prever a não ocorrência do fato gerador em casos de invasão que inviabilizem a exploração econômica do imóvel. A legislação tributária precisa ser clara ao não exigir o imposto do contribuinte que não detém a disponibilidade econômica de sua propriedade, medida que confere maior segurança jurídica e evita a judicialização.

Nesta análise, acolhemos grande parte das emendas propostas pela CRA, na forma do relatório produzido por V. Exa., Senador Fernando Farias, e aprovado na referida Comissão. Destacamos, em especial, nosso apoio a duas supressões de mérito, que consideramos essenciais para a segurança e o equilíbrio federativo:

• Supressão do §9º do art. 10 da Lei nº 9.393, de 1996, cuja redação é conferida pelo art. 2º do PL: concordamos integralmente com a emenda da CRA que suprime esses dispositivos. A justificativa é que a Lei nº 14.932, de 23 de julho de 2024, já trouxe essa alteração para o cálculo do ITR, permitindo que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) seja utilizado para apurar a área tributável do imóvel. Essa mudança elimina a necessidade do ADA para fins de redução do valor do ITR, tornando redundante a proposta do PL nesses pontos.

• Supressão do §6º do art. 14 da Lei do ITR: apoiamos também a emenda da CRA que suprime o dispositivo que delega o contencioso administrativo do ITR aos municípios. Consideramos fundamental a manutenção do julgamento dos litígios a cargo da União.

A estrutura federal possui especialização e uniformidade que muitos entes municipais não têm condições de replicar, o que geraria insegurança jurídica e decisões divergentes em matéria de tributo federal. Manter o contencioso na esfera federal garante tratamento isonômico aos contribuintes em todo o território nacional.

Contudo, a proposta de mudança no art. 2º do Projeto de Lei nº 1.648, de 2024, com alteração do *caput* do art. 11 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que propõe a substituição da “área total” pela “área aproveitável” como referência para o enquadramento nas alíquotas do ITR gera preocupações de natureza orçamentário-financeira e constitucional.

Conforme posicionamento oficial da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), entidade máxima representativa do produtor rural no Brasil, a mudança inevitavelmente levará a uma significativa redução da arrecadação, pois a área aproveitável de um imóvel é, por definição, igual ou menor que sua área total, o que enquadrará as propriedades em faixas de alíquotas inferiores na tabela do imposto, principalmente para os imóveis localizados na Região Amazônica, em que a área de preservação obrigatória das propriedades é de 80%. Ou seja, a área passível de utilização é de apenas 20%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa alteração configura, portanto, renúncia de receita. A proposição, entretanto, não veio acompanhada da indispensável estimativa de impacto orçamentário-financeiro. Essa ausência representa uma violação direta ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que exigem que toda proposta legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita seja acompanhada de sua estimativa de impacto e das devidas medidas compensatórias.

Em decorrência, torna-se necessária a rejeição da Emenda nº 3 – CRA, ante seus potenciais impactos orçamentário-financeiros.

Ademais, é crucial ressaltar que a legislação atual do ITR já prevê uma dupla desoneração para as áreas de preservação permanente (APPs e reserva legal). Tais áreas são: 1. excluídas da base de cálculo do imposto (o Valor da Terra Nua Tributável) e 2. excluídas do cômputo da área aproveitável para o cálculo do Grau de Utilização (GU).

A proposta inicial do PL, ao também as excluir do critério de enquadramento na faixa de alíquota, criaria um terceiro benefício fiscal sobre a mesma porção de terra, cujo impacto arrecadatório não foi mensurado. Além disso, em que pese a proposição do autor apresentar aparente redução favorável na incidência do ITR, em razão dos limites de reserva legal impostos pelo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) para uso da área, podendo variar entre 20%, 35% e 80% a depender do bioma, não haverá alteração do valor devido nos casos em que tanto a área total quanto a área aproveitável se encontrarem na mesma faixa da tabela de alíquotas.

Dessa forma, a medida exorbita a função extrafiscal do ITR, concebida pela Constituição para desestimular a manutenção de propriedades improdutivas e promover a função social da terra.

Por essas razões, a alteração do critério de “área total” para “área aproveitável” deve ser rejeitada, suprimindo-se, portanto, a alteração do art. 11 da Lei nº 9.393, de 1996, proposta pelo art. 2º do PL, e pela manutenção da tabela vigente, conforme previsto no referido diploma legal, com o campo “Área total do imóvel (em hectares)” no anexo da lei.

Concordamos com o relatório da CRA, que propõe a alteração da Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, a fim de vincular os municípios a utilizarem os valores arrecadados de ITR em melhorias no meio rural, como desenvolvimento da infraestrutura local, construções, reformas de estradas vicinais, conectividade e eletrificação rural, uma vez que esse imposto possui finalidade regulatória e extrafiscal. O relatório do Senador Fernando Farias, aprovado pela referida Comissão, propõe que os recursos arrecadados sejam utilizados apenas de forma prioritária para o meio rural, alterando a palavra “obrigatoriamente” para “prioritariamente”. Só mudou isso.

Conforme sugestão do posicionamento CNA, o relatório da CRA sugeriu substituir o termo “NBR 14.653-3 ABNT:2019 e suas atualizações” por “critérios objetivos estabelecidos em regulamento”, por preocupação com a vinculação de uma lei a um padrão técnico privado. Concordamos com a alteração feita pela CRA. A fixação de uma norma privada para o cálculo do VTN poderia gerar insegurança jurídica e ter sua constitucionalidade questionada. Porém, é preciso que a metodologia do regulamento seja técnica para evitar a subvalorização ou a supervalorização do VTN. Quer dizer, tanto diminuir quanto subir.

Também conforme sugestão da CNA, incluímos o §4º no art. 8º do projeto, a fim de estabelecer a validade de cinco anos para o contralaudo técnico apresentado pelo contribuinte em caso de discordância com os valores do Sistema de Preços de Terra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(Sipt) apresentados pelo Distrito Federal e municípios na aferição do VTN, garantindo estabilidade e previsibilidade.

Sugerimos, ainda, uma alteração da alínea "a" do inciso I do §1º e do §8 º do art. 10 da Lei nº 9.393, de 1996, na forma proposta do art. 2º do PL, retirando, respectivamente, os trechos "investimentos, inclusive aqueles destinados à melhoria e correção no solo" e "máquinas, implementos e equipamentos", de forma a deixar mais claro que não se configura uma renúncia de receita, porém é fundamental manter no PL o que já está previsto no §2º do art. 32 do Decreto 4.382, de 19 de setembro de 2002, que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). A ideia é deixar clara a abrangência do conceito de "construções" para fins de exclusão dos valores que não integram o cálculo do VTN no ITR.

Por fim, propomos a alteração do art. 19 da Lei 9.393, de 1996, a fim de reduzir a insegurança jurídica vinculada à apuração de ganho de capital na hipótese de venda de imóveis rurais, porque esse era um outro problema sério. O referido dispositivo legal sempre garantiu que o ganho de capital na alienação de imóvel rural deve ser apurado com base no valor da terra nua (VTN) vinculado aos anos de compra e venda.

No entanto, a RFB restringe essa forma de apuração à hipótese em que o próprio contribuinte transmitiu, nos anos de aquisição e alienação, as declarações de ITR respectivas, com fundamento no art. 10 da Instrução Normativa nº 84, de 11 de outubro de 2001, embora não exista fundamento legal para essa restrição.

Assim, na hipótese em que o próprio contribuinte não transmitiu as declarações de ITR – o que geralmente acontece simplesmente porque a compra ocorreu depois ou a alienação ocorreu antes de o período para a transmissão da Diat se iniciar –, o art. 19 da Lei 9.393, de 1996, é afastado, e as autoridades fiscais julgam aplicável a apuração do ganho de capital considerando os valores efetivos de aquisição e alienação. Isso gera uma grande insegurança jurídica na apuração do ganho de capital nessa hipótese, visto que não há clareza sobre a forma correta de cálculo do tributo devido.

Ademais, há evidente distorção, na medida em que existe diferença de tributação entre a pessoa que vende a propriedade rural antes do prazo para a entrega da declaração do ITR e a que vende meses depois, o que ofende claramente os princípios da simplicidade (art. 145, §3º, da Constituição), da igualdade tributária (art. 150, II, da Constituição) e da capacidade contributiva (art. 145, §1º, da Constituição).

Observa-se que os contribuintes têm recorrido ao Poder Judiciário para resguardar o direito à apuração do ganho de capital conforme o referido art. 19 da Lei 9.393, de 1996.

Assim, são numerosas as decisões judiciais que afastam a ilegal interpretação fazendária consubstanciada ilegal interpretação fazendária consubstanciada na IN supramencionada. Apesar da atuação do Poder Judiciário, os contribuintes ficam em um cenário de grave insegurança jurídica quanto à apuração de seus tributos, visto que as autoridades fiscais insistem em limitar indevidamente a aplicação do dispositivo legal.

É importante destacar que a hipótese em questão não trata de renúncia de receita – uma vez que representa apenas a formalização de delimitação de norma já existente no ordenamento jurídico, para a qual o Poder Judiciário já adota a interpretação aqui disposta –, razão pela qual não há necessidade de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, prevista no art. 113 do ADCT.

Portanto, a inclusão dos referidos parágrafos no art. 19 da Lei nº 9.393, de 1996, de cunho expressamente interpretativo, tem o objetivo de esclarecer que o custo de aquisição e o valor de alienação do imóvel rural serão sempre determinados com base no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

VTN dos anos de aquisição e alienação, independentemente da apresentação de quaisquer declarações pelo sujeito passivo.

Por derradeiro, feitos esses ajustes adicionais, acompanhamos os fundamentos da CRA na adoção das Emendas nºs 1, 2, e 4 a 12, da CRA.

Voto.

Tendo em consideração o exposto, somos pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.648, de 2024, acolhidas as emendas a seguir apresentadas e as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, da CRA, pela rejeição somente da Emenda nº 3, da CRA.

Sr. Presidente e nobres pares, como representante do Estado de Rondônia e atento às necessidades de quem vive e produz no campo, apresentei o parecer do Projeto de Lei nº 1.648, de 2024, de autoria do meu Senador e xará, Jayme Campos, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. Primeiramente, gostaria de parabenizar V. Exa., o Senador Fernando Farias, aqui presidindo, na condição de Presidente desta Comissão, neste momento, pelo seu relatório na CRA. Acatamos grande parte das emendas propostas.

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural é um tributo federal brasileiro de apuração anual. Essa proposição busca aprimorar os critérios de cobrança do ITR para promover maior justiça fiscal e isonomia tributária dos contribuintes. É fundamental destacar que a principal característica desse imposto, a sua função regulatória, é extrafiscal, e não arrecadatória, servindo como um instrumento de política agrária, alinhando aos princípios do cumprimento da função social da terra.

O relatório que apresento traz medidas concretas para garantir segurança jurídica e reduzir a burocracia.

Estabelecemos a não incidência de ITR sobre imóveis, Senador Jayme Campos, objetos de invasão que inviabilize a exploração econômica – a terra está invadida, não tem como o proprietário estar usufruindo da propriedade –, pois a legislação tributária precisa ser clara ao não exigir tributos de quem não detém a disponibilidade de sua propriedade.

Além disso, reforçamos que a base do cálculo de imposto é o valor da terra nua (VTN) e não o valor de mercado do imóvel, como muitos municípios estão querendo aplicar. Algumas prefeituras estão praticando-o com finalidade meramente arrecadatória, e nós sabemos que esse imposto não é arrecadatório.

Também estamos enfrentando insegurança jurídica na apuração do ganho de capital em vendas de imóveis rurais – esse é um outro problema. Garantimos que o custo da aquisição e o valor de vendas sejam sempre baseados no VTN dos anos respectivos, independentemente da apresentação de declarações anteriores, combatendo interpretações restritivas que hoje geram litígios desnecessários.

Para trazer previsibilidade, incluímos a validade de cinco anos para o contralaudo técnico apresentado – isso significa que o proprietário faz um laudo, e ele não tem, a todo tempo, condições de fazer cada vez um laudo porque há uma divergência lá com o município; então, desde quando ele fez o laudo, ele tem cinco anos que ele comprova, porque aquele laudo tem a sua validade, ele não pode todo ano estar gastando para fazer um novo laudo – pelo contribuinte em caso de discordância com os valores oficiais disponibilizados pela Receita Federal.

Sr. Presidente da CAE, esse parecer mantém a responsabilidade orçamentária ao preservar o critério da área total para o enquadramento das alíquotas, conforme já previsto na Lei nº 9.393, de 1996, evitando discursos sobre renúncias – porque aqui não tem renúncia de receita –, que poderiam travar a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ao mesmo tempo, propomos que os recursos arrecadados pelos municípios – e isso é muito importante – sejam aplicados prioritariamente em melhorias reais para o meio rural – porque já tem que ser aplicado; não é obrigatoriedade, mas que eles, os municípios, tenham essa responsabilidade –, como infraestrutura e eletrificação.

Com esse texto, estamos oferecendo ao produtor rural um ambiente de maior estabilidade e segurança jurídica e respeito ao seu trabalho do campo.

Sr. Presidente, para finalizar, eu só quero esclarecer que o ITR não é, Senador Jayme Campos, um imposto arrecadatório. O ITR foi criado para que o produtor rural faça a função que ele tem que fazer dentro da sua propriedade. Nós temos hoje quase 5 milhões de propriedades no Brasil. Só tem 20%, só os médios e os grandes produtores, que são incluídos em contribuir com o ITR. Então, nós temos praticamente quase, se considerarmos no Norte do Brasil, 100ha... Por exemplo, no meu estado, em que foram distribuídas terras para o pequeno produtor na década de 70 – o Senador Jayme Campos conhece também essa situação; no Mato Grosso e na Região Centro-Oeste é até 50ha –, ou seja, em Rondônia, e na Região Norte e na Amazônia Ocidental, é até 100ha.

Então, o proprietário já está isento de pagar o imposto, o ITR.

Eu quero parabenizar aqui o autor por esse PL, o PL 1.648, o Senador Jayme Campos, e quero parabenizar V. Exa., que fez também essa relatoria dentro da CRA, contribuiu muito para que nós chegássemos a um denominador, chegássemos a essa relatoria, para nós definirmos essa situação, que está sendo muito caótica Brasil afora porque muitos municípios começaram a fazer avaliação, Senador Jayme Campos, das propriedades, avaliação do que valia a propriedade venal produzindo para se cobrar o ITR em cima desses cálculos.

Eu quero dizer que em cada estado, cada região, cada bioma nós temos uma situação: por exemplo, na Região Amazônica, nós já temos 80% de preservação; em parte da Região Centro-Oeste, em boa parte, 35% de preservação; mas na parte, também da Região Centro-Oeste, que abrange a Amazônia Legal – de que o Mato Grosso pega uma boa parte também, igual ao Maranhão –, o que acontece? Também entrou na preservação dos 80% a partir de 2008.

Eu só queria deixar claro nessa relatoria nossa que a gente não está tirando nenhum tipo de arrecadação, nós só queremos que se cumpra a lei e essa parceria – essa parceria, não, essa responsabilidade que foi feita entre a União e os municípios. Os municípios que têm o convênio ficam, Senador Mourão, com 100% da arrecadação – os municípios que têm o convênio. Então, eu acho que nada mais justo do que nós fazermos justiça aos nossos produtores rurais, independentemente do tamanho do produtor, mas que o produtor, desde que ele esteja cumprindo a sua posição, a sua função social da terra, não seja cobrado com imposto arrecadatório, porque isso aí não é um imposto para ser arrecadatório, isso é um imposto para que o produtor cumpra a sua função dentro da sua propriedade.

Para terminar, quero dizer que a maior injustiça de você cobrar um ITR também é você ter, Senador Jayme Campos, uma área invadida e o proprietário ter que contribuir com o ITR.

Então, peço aos meus pares e colegas a aprovação desse projeto, a aprovação desse PL. Quero dizer para vocês que estamos aqui para discutir, mas eu gostaria da aprovação do projeto.

Obrigado, Presidente.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente...

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de solicitar a V. Exa. a inclusão extrapauta do PL 2.697/2023, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, de minha relatoria, uma vez que a matéria foi retirada de pauta na reunião passada. Solicito a V. Exa., portanto, a inclusão extrapauta da matéria, para que eu possa fazer a leitura do relatório.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Izalci.

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Também estou inscrita. Estou inscrita, viu, Presidente?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero parabenizar o autor desse projeto, o Senador Jayme, e também o Relator, Jaime Bagattoli, com relação ao seu relatório.

Nós estamos vivendo um momento no Brasil de muita sede de arrecadação. É impressionante como este Governo só pensa em taxar, em cobrar e aumentar a tributação.

Esse ITR, como foi dito no relatório, é realmente um imposto regulatório, não é arrecadatório. Nós tivemos, recentemente, o IOF também, que é um imposto regulatório e foi usado como arrecadatório. Nós votamos aqui, o Supremo derrubou, por incrível que pareça, uma coisa totalmente absurda.

Agora, na reforma tributária, o ITBI. O ITBI eles querem que seja pago pelo valor de mercado definido pelo Governo, não pelo valor real. Então, na Justiça... Todos que entraram na Justiça já ganharam para pagar sobre a operação. Ora, se eu compro uma casa, um terreno, por R$100 mil, eles querem que eu pague imposto sobre R$200 mil. É um absurdo isso.

Então, parabenizo essa iniciativa porque, de fato, os produtores rurais precisam de segurança jurídica, precisam de documentos, e o ITR garante, realmente, como imposto regulatório, a propriedade e a regularidade da atividade.

Parabéns ao autor e ao Relator.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É...

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Só uma palavrinha. Eu queria só parabenizar aqui a iniciativa do nosso Jayme Campos por esse projeto, que eu tive o prazer de relatar lá na CRA...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... e parabenizar também o nosso Jaime pela relatoria desse projeto. Esse é um projeto muito importante para o território e para os produtores brasileiros.

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra a nossa Senadora Augusta.

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Primeiro eu também quero aqui parabenizar tanto o autor como o Relator, mas eu gostaria de pedir vista desse projeto e dizer que o ITR é de responsabilidade de arrecadação dos municípios, não da União especificamente.

E aqui, eu queria ver se... Eu ainda peço vista, garanto que vou devolver até a próxima reunião, até porque estão querendo aqui atribuir aos municípios algumas obrigações vinculadas ao uso da arrecadação desse ITR, e eu queria botar aqui um olhar diferente para a mulher do campo.

Então, eu queria estudar e ver se cabe uma emenda ainda para que a gente possa, também, incluir aqui um olhar diferenciado para a mulher do campo, visto que nós começamos aqui o mês de março e eu acho um projeto muito justo para que a gente também possa estar aí ajudando essas mulheres que tanto ajudam o nosso país.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente... Permita-me, pela ordem, Presidente.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita-me, pela ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Só um minutinho, o Senador Jayme Campos está pela ordem. Pela... (*Pausa.*)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A prioridade sempre será do Senador Jayme Campos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Esse é meu querido e estimado amigo, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, querido amigo Fernando Farias, já sei que teve pedido de vista aqui. Quase não resta mais nada o que fazer, houve vista, solicito apenas que seja vista coletiva. E eu espero que a nossa querida Senadora, nesses próximos dias...

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Espero que eu contribua também.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito obrigado pela sua gentileza.

Mas, olha, só para dirimir algumas dúvidas aqui, o projeto foi muito bem relatado por V. Exa., Senador Fernando, lá na CRA, e desta feita aqui pelo competente Senador Jaime Bagattoli, que tem muita experiência e capacidade para, com certeza, aprimorar o projeto da sua inicial – eu fui muito feliz quando eu tive essa iniciativa de fazer esse projeto –, para que possamos modernizar esse projeto aí, tendo em vista que é de 1996.

Qual é a ideia? Corrigir e, sobretudo, modernizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por quê? Lamentavelmente – e vou ser muito breve, que sei que tem muita gente para falar –, o que estava ocorrendo? Após os convênios que as prefeituras, Senador Izalci, fizeram com o Governo Federal, as prefeituras municipais, criou-se o quê? Em determinadas regiões de Mato Grosso, uma fonte rica, e lamentavelmente, muitas vezes, sem nem capacidade, pessoas que não tinham nem capacidade estavam ali, ou seja, lançando o seu ITR totalmente fora daquilo que certamente era o valor venal dessa propriedade.

O que ocorre? Quando vocês falam "ah, vamos fazer a defesa, fazer um laudo", 99% dos laudos que o cidadão ou o proprietário faz, paga técnico para fazer, todos eles são rejeitados, muitas vezes jogados na lata do lixo. Nós vamos chegar a um determinado momento, Senador Izalci e Senador Jaime Bagattoli, em que muitas prefeituras não vão precisar cobrar mais IPTU. Por quê? Criou-se uma fonte rica, mas tão rica que talvez vocês não saibam mensurar o quanto está sendo de arrecadatório nisso aí. E não é essa a finalidade. Muitas vezes, essa arrecadação, que tinha que ser destinada até à melhoria das rodovias, com políticas sociais, que é o caso que a Senadora ali, nossa querida amiga está propondo, para ver se pode atender com essa arrecadação as mulheres do campo – o que eu acho justo também, um PAC destinado na sua regulamentação... E não é verdade. O Prefeito... Criou-se a comissão em todas as prefeituras, lá tem um, dois ou três funcionários que não querem saber: em terra que vale muitas vezes R$2 mil, R$3 mil, o hectare, eles vão lá e cobram sobre R$8 mil, R$10 mil. Ora! E nunca foi assim.

E o que é mais grave em tudo isso aí – porque é muito grave isto aqui, Izalci, você que é contador... O que ocorre? A prefeitura lança o imposto; o cidadão muitas vezes entra com sua defesa, demora tempo, não pode pagar porque o preço é altíssimo; e a Receita Federal coloca você no Cadin. Você sabia? Coloca você no Cadin, e quem executa é o Governo Federal, através da Receita Federal. E quem fica com o dinheiro é a prefeitura municipal. É um mamão com açúcar, né? O Governo Federal declara, mete o seu nome no Cadin, suja o seu nome, dizendo: "Ó, o senhor tem que pagar lá". Segundo, quando do pagamento da arrecadação, isso fica para o município. Então, não existe isso aí, nós temos que modernizar.

A ideia, quando eu criei essa possibilidade é para nós modernizarmos e, sobretudo, dar garantia jurídica – muito importante isso aí. Tem gente cuja terra foi invadida, mas está lá a tributação do ITR, teria que pagar, caso contrário, também fica inviabilizado, vai para o Serasa, vai para o Cadin, vai para o inferno o cidadão. "Ora, minha terra não está sendo usada e vou continuar a pagar imposto?" E para você provar que dois mais dois são quatro, o que significa que sua terra está invadida, o senhor não imagina o trabalho que dá para o cidadão, sobretudo aquele cidadão que, muitas vezes, não tem nem grandes esclarecimentos.

Então, eu quero aqui, nesta oportunidade, só fazer essa ressalva.

Espero e quero crer que, com certeza, a nossa querida Senadora, nesses próximos dias, devolva e possamos votar, e, com isso, estaremos dando garantia e, sobretudo, fazendo justiça aqui, como o Senador Izalci disse – até o ITBI, mas já teve uma decisão no STJ em relação a esse imposto que se cobra, que é o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis. Nisso já estamos salvaguardados para a decisão do STJ, que deu essa possibilidade de nós comprarmos um terreno por R$100 mil, e a prefeitura vai lá e tributa em R$100 mil ou R$200 mil, e você é obrigado a pagar. Se você não pagar, com certeza, você não consegue tirar lá o documento para ir no cartório e fazer a escritura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

De forma que eu quero concluir, só aqui agradecendo tanto a V. Exa., Senador Fernando, como também ao ilustre Senador Bagattoli, que melhorou, aprimorou, e eu espero que possamos votar.

Por outro lado, concluindo, eu quero apenas registrar aqui a presença de queridos Vereadores nossos da cidade Nova Xavantina, que é o Gregorio, que está presente aqui; o Antonio Silveira; o Willian; como também o Jubio Carlos, que hoje visitam aqui em Brasília. Sejam bem-vindos aqui no Senado Federal, sobretudo nesta Comissão tão importante, para discutir uma matéria de interesse da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senador Jayme.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu só queria pedir a V. Exa... Eu sou Relator do Projeto 605, de 2019, e quero só dizer que o relatório será menos que um minuto. Explico o porquê: trata do salário mínimo, um tema que todos nós conhecemos muito bem. Acontece que, em 2023, o Presidente Lula já sancionou o salário mínimo atual. Consequentemente, é pela prejudicialidade. O voto seria assim. Aqui está quase feito já o relatório, se V. Exa. assim entender.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, se os Senadores não tiverem nada... A gente, poderia fazer essa inversão.

Agora, só para dar prosseguimento aqui, a Presidência concede o pedido de vista coletiva da matéria. Com certeza, a nossa Senadora vai retornar com a maior brevidade possível, na próxima semana, né?

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu quero aqui, com todo o respeito à Senadora Augusta Brito, falar para ela que algo que for trazido para aprimorar, para nos ajudar dentro desse PL, sobre a questão do ITR... Mas eu quero deixar claro que nisso aqui ninguém está tirando nenhum tipo de arrecadação, ninguém está dando nenhum prejuízo para os municípios. Igual falou o Senador Jayme Campos agora, muitos municípios se beneficiam, igual boa parte dos municípios do Mato Grosso, da geração de emprego e renda que nós temos já dentro do setor produtivo. Qualquer município do Brasil queria ter uma agricultura forte. A agricultura é o que traz a arrecadação, o que traz a geração de emprego e renda neste país, porque vemos que ela representa quase 30% do PIB.

Então, eu queria pedir, dentro dessa vista coletiva, que V. Exa. pudesse colocar, que o Presidente pudesse colocar já, pelo menos na próxima semana, para nós já terminarmos e resolvermos definitivamente, porque esse é um problema sério que nós temos em muitos municípios pelo Brasil afora.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, com a Senadora ficou certo de que ela vai entregar na próxima semana.

Só colocando aqui a consulta... Eu faço uma consulta aos Srs. Senadores se estão de acordo com a inclusão do Projeto nº 2.697, de 2023, extrapauta, do nosso Senador Alan Rick. Se tem... (*Pausa.*)

Não tem... A gente coloca em pauta.

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente, vai seguir agora com o item 2? Só para garantir. Eu sou a próxima a fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Paim...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, eu só quero uma informação.

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não, é porque eu sou a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Aqui é o Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente, como eu pedi a V. Exa., é menos que um minuto. Em 30 segundos, o meu relatório fica pronto.

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu dou até do meu, eu dou do meu. Eu dou o meu um minuto para ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos lá, Senador.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Então, vamos lá, Presidente.

É um projeto de 2019, que fixava uma nova política de salário mínimo. Acontece que, em 2023 – nós estamos em 2026 –, aprovada por esta Casa uma nova política de salário mínimo, o Presidente Lula sancionou. Então, eu só peço que o projeto seja prejudicado, seja rejeitado. E olha que o projeto é do PT, viu? Estou pedindo pela rejeição. Eu sou o primeiro a votar contra, porque já foi sancionada uma outra lei em 2023.

É esse o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Isso.

Então, a matéria está em discussão.

Com a palavra, para discutir, os Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo arquivamento do projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só uma observação. Eu concordo plenamente em colocar o projeto extrapauta do nosso querido Senador Alan Rick. Agora, de qualquer forma, eu fico desconfortável com relação à rejeição da minha audiência pública. Eu não sei se o Senador Renan deixou especificamente essa instrução para que não colocasse na pauta, se mostrou pelo menos a justificativa disso, porque, sinceramente, não tem sentido isso. Deixou a recomendação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não deixou a recomendação. Mas é um projeto diferente, é uma coisa diferente.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos ajudar aí e deixar para a próxima, viu?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tudo bem. Eu só fico assim...

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim.

Senadora.

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, antes de começar a leitura do parecer do projeto, eu quero aqui já parabenizar os autores. Eu quero parabenizar o autor, o Senador Paulo Paim, que estava aqui, que foi anteriormente... A gente apensou aqui ao projeto do nosso querido Chico Rodrigues, nosso Senador que está aqui, que tão bem fez essa proposição para que a gente pudesse dar esse parecer.

Sr. Presidente, eu queria pedir para começar a leitura do relatório direto da análise. (*Pausa*.)

Muito obrigada, Sr. Presidente.

É uma honra também fazer essa relatoria com a Presidência do Senador Fernando Farias. Entramos juntos aqui no Senado, né?

Começo a fazer a leitura aqui desse PL 76, de 2020.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro dos PLs: nº 76, de 2020, de autoria do Senador Chico Rodrigues; nº 5.178, de 2020, de autoria do Senador Paulo Paim; nº 5.300, de 2023, de autoria do Senador Carlos Viana; que tramitam em conjunto, conforme art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em função do rito terminativo disposto no inciso I do art. 91 do RISF, os requisitos de admissibilidade das proposições, referentes à constitucionalidade, regimentalidade, técnica legislativa e juridicidade, serão apreciados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Avança-se, então, ao mérito econômico e financeiro das proposições. Sob a perspectiva econômica, os PLs fortalecem o mercado de trabalho relativo aos serviços de acompanhamento, cuidado e assistência a pessoas vulneráveis e fornecem uma resposta necessária à acelerada transição democrática em curso no país – que pode ser observada, por exemplo, a partir da queda das taxas de fecundidade e do aumento paulatino do nosso número total de idosos.

Segundo dados do ano de 2022, obtidos no painel DataCuidados, aproximadamente 800 mil pessoas atuavam em atividades remuneradas de cuidado direto, sendo 95% mulheres. Desse total, 75% das pessoas atuavam na informalidade. A faixa etária entre 30 e 59 anos é a predominante e o rendimento médio foi de R$1.290, abaixo do salário-mínimo vigente, de R$1.518.

Nesse sentido, ao regulamentar o exercício da profissão de cuidadores de pessoas, as proposições conferem maior segurança jurídica e contratual para a atuação desses profissionais, que passarão a dispor de um marco legal para balizar o formato de sua qualificação profissional, seus regimes jurídicos de contratação, suas jornadas de trabalho, e seus direitos e deveres profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Um efeito das proposições que também merece destaque é o aperfeiçoamento dos serviços dos cuidadores e das cuidadoras, uma vez que o exercício profissional passará a depender da conclusão de cursos de qualificação. Isso trará, certamente, um incremento na qualidade dos serviços prestados e resultará em uma expansão desse mercado de trabalho e aumento do dinamismo da nossa economia.

Uma vez demonstrada a pertinência econômica das proposições sob análise, faz-se necessário registrar que elas trazem consigo importantes e diferentes contribuições para a devida regulamentação da profissão de cuidador de pessoa. Entretanto, a fim de construir um diploma normativo coeso, coerente e atualizado, optamos por elaborar uma emenda substitutiva que reúne, alinha e compatibiliza as disposições de todas as três proposições.

Assim, por exemplo, o art. 2º do substitutivo define a profissão de cuidador e de cuidador social de pessoa, além das respectivas modalidades – cuidador de pessoa idosa, de criança e de adolescente, de pessoa com deficiência e de pessoa com doença ou condição incapacitante.

A redação desse dispositivo foi elaborada a partir dos arts. 1º e 2º do PL nº 76, de 2020, dos respectivos relatórios dos Senadores Nelsinho Trad e Ana Paula Lobato, do art. 1º do PL nº 5.178, de 2020, e, ainda, do art. 1º do PL nº 5.300, de 2023.

Seguindo essa lógica de reunião e compatibilização das melhores disposições de cada um dos três PLs, o art. 3º do substitutivo elenca os requisitos para o exercício da profissão de cuidador de pessoa. Assim, nós preservamos a exigência da maioridade, do ensino fundamental completo, do atestado de condição de saúde física e mental e da negativa de antecedentes criminais.

De igual modo, nós mantivemos a previsão de um curso de qualificação profissional e conferimos ao Poder Executivo a competência para regulamentar o seu formato, observadas as especificidades regionais e a possibilidade de oferta de ensino à distância.

Isso porque uma preocupação que norteou o nosso trabalho foi a necessidade de interiorização desses serviços de acompanhamento, cuidado e assistência, o que apenas poderá ocorrer se a regulamentação for feita considerando as peculiaridades de cada região e, também, as opções tecnológicas existentes.

Ainda em relação à necessidade do curso de qualificação, nós mantivemos, em consonância com os três PLs, um regime de transição de no mínimo três anos e a dispensa desse requisito para os cuidadores que já estejam atuando há mais de dois anos. Dessa forma, nós evitaremos uma mudança abrupta no mercado de trabalho dos cuidadores, o que poderia prejudicar milhares de vulneráveis que dependem dos seus serviços.

O art. 4º do substitutivo, por sua vez, reúne os diferente regimes jurídicos sob as quais os cuidadores de pessoas poderão ser contratados, bem como especifica a carga horária diária e semanal e prevê a possibilidade de adoção de uma escala de 12 horas de trabalho por 36 de descanso.

Além disso, o §2º do art. 4º institui uma cláusula de responsabilidade solidária para o contratante que deixar de requisitar a apresentação regular das guias de recolhimento à previdência social dos cuidadores contratados como autônomos ou microempreendedores individuais. Dessa forma, pretende-se garantir a devida cobertura previdenciária desses profissionais.

Os arts. 5º e 6º do substitutivo elencam os direitos e deveres dos cuidadores de pessoas. Em particular, fixam o direito do cuidador de receber informações e orientações precisas a respeito das atividades para as quais foi contratado, medida essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

indispensável para que o profissional possa atuar de forma adequada e escorreita. Em relação aos deveres, deve-se destacar os deveres de: zelar pela dignidade, bem-estar, integridade física, privacidade, saúde, higiene pessoal, alimentação, educação, cultura e lazer da pessoa assistida; e manter sigilo sobre as informações a que tem acesso em função de seu exercício profissional, ressalvada a comunicação necessária à manutenção da saúde e segurança da pessoa assistida.

Os arts. 7º, 8º e 9º do substitutivo, por sua vez, são baseados nos arts. 8º, 9º e 10 do PL nº 5.178, de 2020, com os aperfeiçoamentos trazidos pelo relatório da Senadora Teresa Leitão. Esses dispositivos instituem majorantes penais que visam dissuadir ações nocivas de cuidadores em face dos vulneráveis com que lidam quotidianamente, como idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes. Isso é importantíssimo, até porque a gente viu e presenciou, infelizmente, muitos cuidadores que estão despreparados, às vezes, até com alguma doença mental, fazendo esse atendimento e agredindo, muitas vezes, idosos, crianças. Isso ganhou uma grande repercussão. Inclusive, a gente tem vários exemplos, infelizmente, muito próximos, como tem aqui o do assessor nosso, que teve também seu avô agredido pelo seu cuidador. Então, esses artigos aqui são fundamentais para que a gente possa garantir também a punição, se assim ocorrer.

Reitero, uma vez mais, que o substitutivo apresentado é fruto do esforço hercúleo e do primoroso trabalho de todos os Senadores e Senadoras que atuaram, até o presente momento, na tramitação dessas proposições. Quero aqui ter o prazer de citá-los novamente: Chico Rodrigues, que foi o primeiro, que foi o projeto mais antigo a dar entrada; o nosso querido Paulo Paim, Senador Carlos Viana deram entrada como autores; Nelsinho Trad, como Relator; Ana Paula Lobato e Teresa Leitão, como Relatoras. Então, nesse nosso parecer, nós procuramos pegar a contribuição de todos os autores, de todos os Relatores, trazer para cá e compilar num projeto que eu diria que é do Senado Federal como um todo, de todos nós que participamos diretamente da construção, mas de também de todos que vão com certeza aqui votar e apreciar. Se quiserem ainda apresentar algum tipo de emenda, que o façam.

Ademais, em função da alínea "b" do inciso II do art. 260 do Risf, a precedência para aprovação é dada ao projeto de lei mais antigo, exatamente o projeto de lei do nosso querido Senador Chico Rodrigues, que é o PL 76, de 2020. Assim, os outros dois projetos, e as respectivas emendas, deverão ser rejeitados por força desse mandamento regimental, volto a dizer, apesar de a gente ter feito um substitutivo, pegando e valorizando o trabalho de todos os Senadores e Senadoras que participaram dessa construção.

Por fim, cumpre registrar que, sob a perspectiva financeiro-orçamentária, a proposição não impacta as receitas e despesas da União, pois se restringe a regular matérias de cunho trabalhista e penal.

Em relação ao voto, ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 76, na forma do substitutivo abaixo consignado, pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 da CAE ao PL nº 5.178, de 2020, e pela rejeição do PL nº 5.178, de 2020, e do PL nº 5.300, de 2023, em função do disposto na alínea "b" do inciso II do art. 260 do Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o nosso relatório.

Quero aqui só mais uma vez, de uma forma rápida, parabenizar todos os envolvidos, falar da grande necessidade que nós temos realmente de fazer essa regulamentação para dar segurança tanto aos cuidadores como cuidadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E volto a dizer, quero reforçar, como nós vimos aqui, 95% são mulheres. Então, no mês de março a gente aprovar um projeto desse também é muito significativo para que a gente possa garantir tanto a segurança de trabalho para a maioria delas que são cuidadoras, que são 95%, a gente estar ajudando também as mulheres a se regulamentarem numa profissão que já vêm desempenhando, como também a segurança da pessoa que vai ser assistida quando vir todas as previsões de antecedentes criminais e de aperfeiçoamento também que traz aqui esse PL, e a responsabilidade se tiver alguma agressão contra os assistidos.

Então, parabenizo mais uma vez, aqui, e fico muito feliz em poder ter tido essa relatoria, que acredito que vai fazer a diferença, sim, na vida de tantas mulheres e tantos brasileiros e brasileiras.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O.k., Senadora, parabéns pela relatoria e pela sua sensibilidade, e ao Senador Chico Rodrigues, pela autoria do projeto!

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discutir.) – Pela ordem, Sr. Presidente Fernando Farias, que tão brilhantemente preside hoje a sessão da CAE, sempre com seu jeito sereno e obedecendo ao Regimento de uma forma perfeita, dando continuidade na ordem dos projetos a serem apresentados. E eu tive a oportunidade, mesmo não sendo membro da CAE, de ter a felicidade de ver a Senadora Augusta Brito relatando esse projeto da nossa autoria, que encerra em si valores fundamentais, e oportunizando um segmento que é fundamental para a sociedade brasileira. Os cuidadores hoje são necessários, de acordo com o detalhamento deste projeto apresentado.

Eu diria que o PL 76, de 2020... Quando nos debruçamos com a nossa equipe para elaborar este projeto, nós entendemos que ele é uma resposta concreta às profundas transformações demográficas e sociais que o Brasil enfrenta. Estamos caminhando para um cenário em que a população idosa cresce de forma acelerada, ao mesmo tempo em que aumenta a demanda por cuidados especializados para pessoas com deficiências, doenças raras e crianças que necessitam de atenção permanente.

O projeto regulamenta a profissão de cuidador, atividade que já existe e sustenta milhares de famílias, mas que ainda opera, em grande parte, na informalidade. Ao reconhecer e disciplinar essa profissão, garantimos segurança jurídica, direitos trabalhistas e previdenciários e, além do mais, proteção para quem recebe os cuidados. Trata-se de medida que fortalece a cidadania, gera empregos formais e organiza setor essencial à sociedade.

Agradeço aos colegas Parlamentares e à nossa querida Relatora Augusta Brito pelo apoio na Comissão de Assuntos Econômicos e reforço a importância de avançarmos na Comissão de Assuntos Sociais para que possamos oferecer ao país uma legislação moderna, justa e necessária, ao tempo, Sr. Presidente, em que também gostaria de parabenizar pela iniciativa *a posteriori*, mas não menos importante do que a nossa iniciativa, os Senadores: o amigo Senador Paulo Paim, o Senador Carlos Viana, o Senador Nelsinho Trad, a Ana Paula Lobato e a Teresa Leitão, que foram, respectivamente, Relatores nas Comissões.

Quero dizer que, para mim, é um dia de muito júbilo e orgulho, vendo V. Exa. presidir esta sessão, como disse aqui a Senadora Augusta Brito, entendendo a dimensão que este projeto de regulamentar a profissão de cuidadores representa para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Talvez seja um dos projetos apresentados por mim de maior alcance social ao longo destes sete anos de mandato de Senador.

Eu gostaria de parabenizá-los, agradecer a todos os colegas Senadores presentes e dizer, na verdade, que este é o tempo de fazermos justiça aos cuidadores e cuidadoras. Portanto, fico feliz com a aprovação aqui, primeiro, na CAE e, tenho certeza, depois na CAS, depois indo para a sanção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mais uma vez, parabéns. Quero dizer que os cuidadores são merecedores deste seu projeto. Parabéns.

Senadora Damares.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu só quero reclamar que o Chico Rodrigues está legislando em causa própria. (*Risos.*) Na verdade, todos nós, com exceção de você, Augusta!

Presidente, a matéria é necessária e oportuna. Eu trabalho com o tema e eu trabalho com o lado mais sombrio deste tema, que é a violência contra a pessoa idosa. Quando a gente regulamenta, Augusta, a gente traz muita segurança para a pessoa idosa. Nós estamos vendo alguns aventureiros e alguns bandidos, inclusive, disfarçados de cuidadores de idosos. Então, a gente trazendo a regulamentação, a gente trazendo cuidado com esse profissional, a gente vai poder, inclusive, entender quem é do bem, quem é do mal, e, assim, proteger os nossos idosos no país.

Senador Chico Rodrigues, parabéns pela iniciativa.

Augusta, o voto ficou muito bom.

É tudo muito novo, mas o Brasil está envelhecendo. Esse profissional precisa, de fato, dessa regulamentação. Nós vamos precisar dele cada vez mais, daqui para a frente. Daqui a pouco, eu vou precisar de um deles.

Então, eu cumprimento a Comissão por ter pautado, e neste mês, porque aqui a gente está dando de presente para a mulher idosa. Quero lembrar que aqui não é só para o cuidador; é também para o idoso esse presente que a gente está dando hoje.

Parabéns, Chico Rodrigues.

E o problema vai ser que, lá na outra Comissão, todo mundo vai querer ser Relator, viu? Já estou vendo a briga.

Parabéns, Presidente. Vamos para a votação. Eu sei que será por unanimidade.

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – A maioria é de mulheres.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. A maioria é de mulheres. Exatamente. Vai gerar muito emprego para mulheres isso aqui. Muito, muito emprego.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar o Senador Chico Rodrigues pela meritória, pela honrosa proposição deste projeto, e parabenizar a Senadora Augusta Brito pelo brilhante relatório, e consignar meu voto favorável a matéria tão importante para a profissão de cuidador da pessoa idosa, cuidador infantil, cuidador das pessoas com deficiência, cuidador da pessoa com doença rara.

Parabéns, Senador Chico Rodrigues. Excelente matéria.

Daqui a pouco, quem sabe o senhor não contrata um cuidador da pessoa idosa, né? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para discutir.) – Presidente, rapidamente, só para parabenizar o Senador Chico Rodrigues pela iniciativa, pela matéria e pela pertinência.

Nós temos uma população brasileira que, segundo todos os dados, está em processo de envelhecimento e, daqui a pouco, nós teremos uma alteração, inclusive, no parâmetro da nossa pirâmide populacional, com o número de idosos previsto para esse século muito maior do que o número de jovens. Então, a matéria não só é mais do que pertinente, como é uma matéria que identifica todos nós: identifica todos nós hoje, e aqueles que não estão identificados hoje estarão identificados daqui a pouco para com isso. O envelhecimento, chegar a ser idoso, chegar à idade do ancião é a melhor das hipóteses, Presidente; a outra hipótese é muito pior. A melhor das hipóteses é a melhor das idades.

Então, meus cumprimentos ao Senador Chico Rodrigues.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Senador, não é o meu caso de defender os interesses, mas também quero parabenizar. Eu tenho atuado muito com o apoio, inclusive, a algumas instituições que sofrem com muita dificuldade para sua manutenção de custo. Nós temos aqui várias instituições que passam por um momento difícil. E a gente tem investido também na qualificação da formação de cuidador de idosos, o que é muito interessante.

Então, também é só para registrar aqui a minha admiração e orgulho realmente de o nosso querido Chico Rodrigues ter apresentado esse projeto tão importante.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Senador Chico, só para concluir e finalizar, eu estive recentemente no Município de Tarauacá, lá na Regional Tarauacá-Envira, no Acre, e lá eu visitei o Lar do Idoso, dirigido, há 14 anos, pela D. Terezinha.

Em uma situação dramática, nossos velhinhos estão habitando quartos insalubres, num lugar onde a cheia atinge, praticamente todos os anos, aqueles idosos com mais de 80 anos, 90 anos, e aquilo me partiu o coração. Imediatamente aportei uma emenda parlamentar para construirmos um novo lar de idosos na cidade de Tarauacá, o que emocionou aquela comunidade devido à necessidade de se dar uma vida digna, um cuidado digno àqueles idosos na cidade de Tarauacá.

Quero dizer também, Senador Chico, que eu sou um apoiador do Lar dos Vicentinos, no meu Estado do Acre, tanto de Rio Branco quanto de Cruzeiro do Sul, nossas duas maiores cidades. Lá nós entregamos desde mobiliário, veículos, equipamentos para dar melhores condições aos nossos idosos.

Então, eu quero consignar, mais uma vez, a minha alegria de poder aprovar essa matéria junto com V. Exa. e os nossos pares, também devido ao trabalho que já realizo no meu estado com os nossos idosos.

Muito obrigado, Presidente, e parabéns, mais uma vez, ao autor.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Presidente, eu gostaria de agradecer aos colegas que, na verdade, fizeram os seus comentários, acompanharam, inclusive, no acompanhamento desse projeto, ao ser relatado pela Senadora, que com tanto brilho mostrou a sua sensibilidade. Quero dizer a V. Exa. que nós fazemos, desenvolvemos as mesmas ações no nosso estado, inclusive com emendas. Já foi construído, inclusive, abrigo dos idosos no Município de Caracaraí. Damos assistência também na nossa capital, porque, como V. Exa. falou, é deplorável a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

situação em que muitos velhinhos se encontram; não têm nem a possibilidade de contratar, mesmo que seja um cuidador, porque não têm nenhuma regulamentação, absolutamente vivem quase que abandonados pela sorte.

Então, essa iniciativa, como disse a Senadora Damares Alves, que tem um coração desse tamanho aqui e que alcança, com a precisão cirúrgica, essas demandas reprimidas de vários segmentos da sociedade, só engrandece esse projeto e mostra exatamente que o Senado da República... Esse não é um projeto meu; esse é um projeto que representa a sensibilidade do Senado da República para atender esses segmentos mais sensíveis da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O.k., Senadores, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 01-CAE, substitutivo, e contrário aos PL 5.178, de 2020, e 5.300, de 2023, e emendas a eles apresentadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. (*Pausa.*)

É o da Senadora Damares, né?

Vamos ao item 3, não terminativo.

Altera a Lei 14.238, de 19 de novembro de 2021, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer, para conceder passe livre às pessoas em tratamentos oncológicos no sistema de transporte coletivo interestadual.

Autoria: Senadora Eudócia, lá das Alagoas.

Relatoria: Senadora Damares, favorável ao projeto.

A matéria será apreciada pela CI e, em decisão terminativa, pela CAS.

Leitura e discussão, Senadora.

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do relatório.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, antes de começar a leitura, como eu me preocupo muito com os Senadores jovens, eu queria perguntar ao Senador Randolfe se ele não quer ir lá para a copa tomar um cafezinho ou relaxar um pouquinho, caminhando lá fora – hoje vai ser um dia muito tenso para o senhor.

Enquanto eu leio esse relatório e eu aprovo esse projeto, não quer dar uma voltinha, Senador?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Eu quero ficar aqui, para prestigiá-la e aprovar, com louvor, não somente o seu relatório, mas o seu voto favorável ao projeto.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ai, que bom, Governo. Que bom!

Presidente, eu vou para a análise.

A aprovação do Projeto de Lei nº 2718, de 2025, representa uma importante política pública, além de responder a uma exigência de justiça social, pois concede passe livre interestadual e desconto mínimo de 80% nas passagens aéreas para pessoas em tratamento oncológico, nos casos em que o atendimento não esteja disponível em seu estado de origem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mesmo que o programa implicasse desembolso inicial, por meio de gratuidade no transporte interestadual, esse investimento poderia gerar retorno social e econômico ao reduzir encargos maiores no futuro, como hospitalizações graves, tratamentos de sequelas, e preservaria o capital humano. Além disso, ao garantir que pacientes de regiões com menor infraestrutura possam se deslocar a centros especializados, o PL melhora o funcionamento do sistema de referência e contrarreferência, o que colabora para maior eficiência setorial.

A dimensão distributiva da proposta reforça sua legitimidade econômica: ao visar uma população vulnerável (pacientes em tratamento oncológico), o PL ajuda a atenuar desigualdades regionais no acesso aos serviços de saúde especializada.

O estudo citado pela proposição indica que mais da metade dos pacientes oncológicos no Brasil precisam viajar, em média, entre 170,3 e 187,3 quilômetros para tratamento.

Ao reduzir esse custo de deslocamento, a política atua como instrumento redistributivo, ou seja, pessoas de regiões menos favorecidas ou com menor proximidade a centros médicos especializados obtêm tratamento semelhante ao dos grandes centros, o que, além de promover equidade social, pode reduzir externalidades negativas associadas à desigualdade, como precarização da saúde, sobrecarga de emergências e aumento de custos por tratamento tardio.

Do ponto de vista orçamentário e de gestão pública, a medida demanda atenção – como qualquer política que concede gratuidade ou subsídio –, mas também oferece justificativas de custo-benefício: se bem implementada, com critérios transparentes, evita distorções e abrevia intervenções emergenciais.

O PL, Presidente, delimita justamente essa condição.

Assim, o projeto parece bem desenhado para ativar o benefício apenas em casos de real necessidade, o que contribui para contenção de custos e aumento da efetividade.

Em resumo, embora haja custo, há um retorno esperado em eficiência, menor custo futuro e melhor alocação de recursos públicos.

Em resposta à consulta formulada por esta relatoria, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal nos informa que não há impacto orçamentário e financeiro... Por isso que eu brinquei com o Senador Randolfe para o Governo segurar um pouquinho essa matéria, porque a gente entende que, quando causa despesa para o Governo, o Governo precisa ser maduro na análise de uma matéria como essa, mas a consultoria do Senado nos garante que não causa impacto, e o parecer da consultoria está posto no meu relatório e já foi devidamente publicado – eu não vou ler, Senador.

Por fim, sob uma ótica de investimento no capital humano, é fundamental reconhecer que o tratamento de doenças graves como o câncer não é apenas questão de saúde individual, mas de impacto econômico coletivo: pessoas com maior chance de cura e retorno à vida ativa contribuem para o crescimento econômico, para a arrecadação, para o consumo e para a redução dos custos sociais associados à doença prolongada. E contribui para o Parlamento.

Olha eu aqui, bem tratada, bem medicada – não é isso, Dra. Eudócia? –, contribuindo com os colegas, porque eu tive a oportunidade de ter um tratamento de excelência.

Portanto, o PL 2.718, de 2025, ao facilitar deslocamentos e garantir acompanhante, reforça esse ciclo virtuoso, colocando o Estado como facilitador desse investimento no bem-estar e no potencial produtivo do cidadão. Portanto, em uma concepção de política econômica moderna, que reconhece que a saúde é fator de crescimento – é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mudança completa a partir do momento que a gente faz esse reconhecimento – e não apenas custo, aprovar esse projeto é também aprovar um instrumento de fomento econômico.

Em vista desses pontos – eficiência, impacto produtivo agregado, redução de desigualdade, boa delimitação de custo-benefício e investimento em capital humano – defendo a aprovação do PL 2.718, de 2025, como política pública que conjuga justiça social e racionalidade econômica.

Em função do relato, Presidente, nosso voto é pela aprovação do PL 2.718, de 2025, parabenizando a autora – ela preside uma Subcomissão sobre câncer nesta Casa, tem se esforçado muito para a gente dar a resposta ao paciente, sem, de fato, como ela apresenta, e eu comprovo aqui, sem onerar tanto os cofres, já aproveitando, inclusive, o que já temos como política pública.

Esse é o voto e eu peço o apoio dos pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Parabéns, Eudócia e Senadora Damares, por esse projeto.

Você falou que o Rodrigo vai pedir vista, é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, sim. Esse é um projeto muito interessante de tarifa, que tem a ver com a tarifa zero – não é, Rodrigo? –, que é um projeto que está andando por aí. E o custo... No caso desse de saúde, o interessante é que já existem 170 municípios no Brasil que já adotam tarifa zero. E um deles – eu não estou lembrado qual foi – sentiu um reflexo muito grande na saúde. Não é nem o que já está com o processo de oncologia, mas a ida e o retorno ao consultório: ele tem condições de ir, retornar e fazer o retorno. Então, é uma coisa que tem que ver que, às vezes, não é só pingando dinheiro para o Governo... quer dizer, assim, ele vai economizar muito disso na saúde. É um projeto que tem essa coisa.

Senador Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, também só quero parabenizar a nossa querida Senadora Eudócia, que é médica, que conhece a realidade, o mundo real, o que acontece; e também parabenizar a Relatora, Senadora Damares.

Esse é um tema muito difícil para as famílias, porque, de fato, nós temos várias cidades... Inclusive aqui, na capital da República, muita gente tem que se deslocar, muitos se deslocam para Goiânia, para fazer tratamento oncológico que aqui não tem. Nós apresentamos uma emenda de 120 milhões para construir um hospital do câncer e já vai fazer seis, sete anos, e o Governo não tomou nenhuma providência.

Eu perdi um irmão com câncer, eu sei a importância de qualquer iniciativa relacionada a esse tratamento. De fato, V. Exa. tem razão: muitas pessoas, independentemente de ser oncologia ou não, muitas vezes deixam de ir ao hospital, deixam de ir às clínicas exatamente por dificuldade financeira de pagar a passagem. Eu vi aqui, é evidente que o projeto trata de transporte coletivo interestadual, mas eu não sei se a Relatora... Eu até estenderia esse direito para o transporte urbano, porque de fato é um tema que merece muita atenção; eu estenderia a todos.

Mas parabéns à Senadora Eudócia Eudócia e também à Senadora Damares.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Eudócia com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Bom dia a todos presentes, bom dia, meu amigo Presidente, Fernando Farias.

Quero parabenizar a minha amiga Senadora Damares pelo brilhante relatório. Damares, você sempre nos surpreende.

Quero cumprimentar também o Izalci pelas palavras dele em relação a esse relatório e agradecer ao meu amigo Randolfe, porque não irá se posicionar contra – eu te agradeço por isso.

Na verdade, as doenças oncológicas são as doenças... Foi feito um levantamento, e as doenças oncológicas são a segunda doença que mais mata no Brasil e no mundo. Mas, até 2030, ela será a primeira doença que vai matar a nossa população. Então esse relatório aqui em relação ao passe livre, para facilitar o tratamento dessas pessoas com doenças oncológicas, vai minimizar os custos do Governo em vez de aumenta, porque elas terão a possibilidade de ter até a cura do câncer se forem tratadas na fase inicial da doença e não evoluírem para metástases, para cuidados paliativos, que são muito mais onerosos, em que se vai precisar de UTI, enfim, de uma equipe multidisciplinar para cuidar desses pacientes.

Eu quero aqui agradecer a todos os meus colegas Senadores e Senadoras e fazer esse apelo para que esse projeto possa ser votado hoje e que todos sejam favoráveis.

E eu só queria colocar o seguinte: que a gente tem que parar de contabilizar vidas, vida não se contabiliza. Então o que significa uma vida para uma família X, Y e Z? Significa tudo. Uma mãe, um pai e um primo, todos aqui presentes nesta Comissão tiveram algum parente ou algum amigo que já teve câncer e também alguns amigos e parentes que já tiveram óbito por conta de doença oncológica.

E eu só queria, Sr. Presidente, colocar mais uma coisa: como o SUS já paga o TFD dos pacientes que necessitam de transporte e também dos pacientes que têm vários tipos de doenças, que também a gente possa colocar os pacientes oncológicos nessa lista, porque foi feito um levantamento, e 25% dos pacientes oncológicos fazem tratamento em São Paulo ou no Rio Grande do Sul, caindo para 10% quem vai se tratar em Minas Gerais. E o Nordeste, que fica muito mais longe desses estados, precisa de um valor a mais para poder fazer esse tratamento, e o TFD não cobre essas despesas.

Então é isso que eu queria colocar, Sr. Presidente. E conto com a participação de uma forma positiva, para que possam votar favoravelmente esse projeto de lei, dos nossos pares, dos colegas Senadores e Senadoras, e também tendo o apoio irrestrito do nosso Presidente Senador Fernando Farias, que é do meu estado, do meu querido Estado de Alagoas.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Eudócia. Só eu sei da bondade da nossa Senadora.

A matéria está em discussão.

Com a palavra, para discutir, os Senadores e as Senadoras. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos agora ao projeto extrapauta.

Projeto de Lei nº 2.697, de 2023, que *altera a redação da Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, para prever equiparação à exportação às operações de aquisição ou venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas efetuadas por empresas estabelecidas nas áreas de livre comércio de Tabatinga, de Macapá e Santana, de Brasiléia, de Cruzeiro do Sul e de Guajará-Mirim*.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatoria: Senador Alan Rick, pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Leitura e discussão.

Concedo a palavra ao Senador Alan Rick para a leitura do seu relatório.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, irei direto à análise da matéria.

A apreciação do PL 2.697, de 2023, de autoria do nobre Senador Randolfe Rodrigues, por esta Comissão, em decisão terminativa, tem amparo na interpretação combinada dos arts. 91, inciso I, e 99, inciso IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, já que se trata de projeto de lei ordinária sobre matéria tributária e de autoria de Senador.

Cabendo à CAE a decisão terminativa, analisam-se, neste relatório, além do mérito da proposição, os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa do PL 2.697, de 2023.

Não detectamos quaisquer afrontas às normas constitucionais e legais. A competência da União para legislar sobre tributos de sua alçada, como o são a contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), é dada pelos arts. 24, inciso I; 149; e 195, inciso I, alínea "b", todos da Constituição Federal. Além disso, compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

A iniciativa parlamentar para dispor sobre a matéria é fundamentada nos arts. 48, inciso I, e 61, ambos da Constituição Federal. A proposição não invade as competências privativas do Presidente da República, previstas no art. 61, §1º, combinado com o art. 84, também da Constituição.

Quanto à juridicidade, o PL 2.697, de 2023, reúne as condições necessárias para se adequar ao ordenamento jurídico brasileiro. A proposição foi redigida em conformidade com o que preconiza a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Com relação ao mérito, o projeto acerta ao propor a equiparação à exportação das operações realizadas entre empresas estabelecidas nas áreas de livre comércio, de forma a afastar a incidência do IPI, da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

A modificação proposta restaura ainda a segurança jurídica, dirimindo controvérsias que se arrastam desde 2020. Até aquele ano, o direito das empresas sediadas em áreas de livre comércio a gerar créditos tributários pelas contribuições ao PIS/Pasep e pela Cofins embutidas no preço das mercadorias adquiridas era reconhecido pacificamente pela jurisprudência, que entendia que as vendas a empresas localizadas na Zona Franca de Manaus (ZFM) e nas áreas de livre comércio seriam equiparadas à exportação e que as contribuições não incidiriam nas operações de exportação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No entanto, ao julgar controvérsia relacionada ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), o STJ alterou o seu entendimento sobre a matéria. O tribunal procedeu à análise das normas que regem todas as áreas de livre comércio existentes e, por uma questão técnica, concluiu que somente as vendas à ALC de Boa Vista e à ALC de Bonfim podem ser igualadas a exportações, pois contam com regramento específico expressando a equiparação entre as operações.

Como consequência, as vendas realizadas internamente nas áreas de livre comércio passaram a ser tributadas, enquanto operações idênticas realizadas por empresas de fora das áreas de livre comércio continuaram beneficiadas com alíquota zero. A distorção torna mais vantajosa a aquisição de mercadorias de empresas fora das áreas de livre comércio, que contam com benefício fiscal, do que as aquisições internas de outras empresas sediadas dentro das áreas de livre comércio. A mudança de interpretação feriu ainda a autonomia tributária ao manter o benefício para as áreas de livre comércio de Boa Vista e Bonfim, enquanto outras áreas de livre comércio tiveram seu *status* alterado.

Uma situação análoga à das áreas de livre comércio que perderam o benefício já foi analisada pelo STJ, no âmbito da Zona Franca de Manaus, em 2012. O art. 4º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, também considerava exportação apenas a mercadoria que viesse de fora da ZFM, mas não a que saía da própria zona franca para um outro estabelecimento. Isso geraria a mesma distorção do benefício acima referido, porém o tribunal resolveu a questão ao decidir que o benefício fiscal também alcança as empresas situadas na própria Zona Franca de Manaus que vendem seus produtos para outras na mesma localidade.

Essa interpretação é plenamente aplicável às áreas de livre comércio, uma vez que a legislação prevê a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins à alíquota zero na venda de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização nas ALCs por pessoa jurídica estabelecida fora dessas áreas. A previsão legal consta no § 3º do art. 2º da Lei nº 10.996, de 2004, o qual estende às áreas de livre comércio a desoneração prevista para a Zona Franca de Manaus. Não se trata de discutir a vigência da regra que equipara as vendas às áreas de livre comércio a exportação, mas sim que o benefício de alíquota zero do PIS e da Cofins não pode ser exclusivo para as empresas localizadas fora das áreas de livre comércio, pois tal benefício colocaria em xeque o propósito da própria área de livre comércio, que é a redução das desigualdades regionais.

Julgamos oportuna a solução da questão pela via legislativa. Consideramos, no entanto, que a aprovação do PL da forma como foi concebido pode não ser suficiente para dirimir todos os conflitos jurídicos acerca da questão. Por esta razão, apresentamos um substitutivo ao projeto original que, ao tempo em que preserva o mérito da proposição de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (ao tratar de forma isonômica todas as áreas de livre comércio do país), recorre à lei interpretativa para lidar com uma questão já amplamente judicializada, esclarecendo o alcance da Lei nº 10.996, de 2004, e restaurando o estado anterior à decisão do STJ.

Com isso, equacionamos o problema em todas as áreas de livre comércio do país, inclusive naquelas situadas em Brasiléia, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, que têm contribuído de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Acre.

Cruzeiro do Sul, polo do Vale do Juruá e segunda maior economia do estado, é um exemplo de como a área de livre comércio pode se tornar um fator de fortalecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

regional. O município, com PIB superior a R$2 bilhões em 2021, destaca-se pelo comércio e serviços, além da produção agropecuária e de alimentos, como a já tradicional e muito conhecida farinha de mandioca, a farinha de Cruzeiro do Sul. Segundo dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que coordena as áreas de livre comércio, só em 2024 foram registradas mais de uma centena de novas empresas na área de livre comércio de Cruzeiro do Sul, o que reforça sua relevância para o desenvolvimento do interior acriano.

Já Brasiléia, localizada na fronteira com a Bolívia, temos uma economia de menor porte, fortemente ligada ao comércio fronteiriço e ao setor de serviços. Sua experiência mostra que os resultados das áreas de livre comércio podem variar conforme o contexto local e as condições de competitividade, especialmente quando há forte concorrência de zonas francas vizinhas, como ocorre do outro lado da fronteira, em Cobija, na Bolívia.

Portanto, entendemos que a edição de uma lei interpretativa, reconhecendo que a redução a zero das alíquotas de PIS e Cofins se aplica às vendas internas nas áreas de livre comércio, é o instrumento mais adequado para solucionar a diferença de tributação entre as áreas de livre comércio. Ela fortaleceria a adoção desse entendimento pelo Judiciário sem inovar no ordenamento jurídico, evitando assim novos questionamentos judiciais que poderiam prorrogar a discussão em detrimento das áreas de livre comércio. Negar por mais tempo este benefício fiscal às operações internas das áreas de livre comércio significaria esvaziar a função essencial das ALCs: reduzir desigualdades regionais e promover desenvolvimento econômico em áreas de fronteira.

Voto

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.697, de 2023, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos do substitutivo, cujo inteiro teor já consta nos arquivos desta Comissão e deste Senado.

O voto é, portanto, pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Parabéns, Senadores Randolfe pela autoria e Alan, pela relatoria!

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente, brevemente, para discutir, quando V. Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Na discussão da matéria, nosso Senador Petecão...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Por favor, a precedência sempre vem de onde os rios nascem. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos lá, Senador.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Presidente, vou ser bem breve.

É apenas para, primeiro, parabenizar o nosso querido Senador Randolfe pela autoria do projeto. V. Exa. mora também numa área de fronteira e sabe da importância de um projeto desses.

Quero fazer um agradecimento ao nobre Senador Alan Rick, Relator do projeto, que acatou as minhas emendas. Alan, obrigado, você é um conhecedor profundo das necessidades.

Nós aqui contemplamos o Município de Assis Brasil, que é a entrada do nosso país, é uma tríplice fronteira. Nada justifica que um município como esse não tenha uma zona de livre comércio. É o cartão postal do Brasil, é onde começa o Brasil lá na nossa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Município de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, Capixaba e Plácido de Castro. Como nós chamamos... As áreas de livre comércio têm que ser nos municípios co-irmãos, os municípios que são colados com a nossa fronteira.

A nossa proposta, com certeza, vai beneficiar três regiões, três municípios, porque vai ajudar... É o que foi dito pelo Alan aqui: nós transformamos o Cruzeiro do Sul, uma cidade que hoje cresceu e cresceu muito. A população nós ajudamos e ajudamos muito, porque é impossível um município, que esteja ali na fronteira... Do outro lado, no nosso caso, estão Peru e Bolívia, e eles gozam do benefício da zona de livre comércio lá do lado deles. Se nós não estivéssemos aqui para fazer o contraponto, o comércio praticamente iria falir.

Então, Alan, muito obrigado por você ter acatado as nossas emendas. E, com certeza, vamos ajudar muito os municípios lá da nossa região.

Era isso, Alan. Obrigado, Alan.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Obrigado, Senador Petecão.

Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O.k.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Como Relator.) – ... para contribuir, eu faria na sequência a leitura da complementação do voto, acatando as emendas do Senador Petecão. Já está no sistema, se V. Exa. entender que não há necessidade, mas já está aqui a complementação de voto, inclusive à mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O.k., Senador Alan, acato.

Senador Randolfe, V. Exa. quer falar?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para discutir.) – Presidente, brevemente, o senhor pôde perceber aqui o seguinte: a distância entre Macapá, minha capital, e Rio Branco, a capital dos colegas, é maior que a distância entre Macapá e Brasília, mas nós temos uma vantagem na Amazônia: os rios nos aproximam. Então, aqui é uma aliança do Rio Juruá, do Rio Purus, do Rio Acre, com a Foz do Rio Amazonas, onde eu estou, para resgatar um princípio elementar do surgimento das áreas de livre comércio.

Um rápido histórico, Presidente: as áreas de livre comércio surgiram como complementação da criação da Zona Franca de Manaus. E por que surgiu a Zona Franca de Manaus? Por parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional, compreendendo que era necessário tratar os desiguais desigualmente, na medida em que se igualam.

Resumindo, Presidente, o padrão de desenvolvimento do Centro-Sul não é o mesmo padrão de desenvolvimento do seu Nordeste e da nossa Amazônia. Por isso, a régua de tratamento tem que ser distinta, em especial da Amazônia. Foi por isso que foram criados os territórios federais no começo do século XX; foi por isso que, em 1977, a partir de uma compreensão, inclusive teórica, fundada por Celso Furtado, foi constituída a Zona Franca de Manaus e, em decorrência disso, também criada, um pouco antes, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e a Superintendência da Zona Franca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A partir de 1989, compreendeu-se que a Zona Franca de Manaus era insuficiente para a dimensão da Amazônia – a Amazônia é dois terços do território nacional – e começamos a criação das áreas de livre comércio. Hoje, são oito na Amazônia: as do Acre foram criadas em 1994; as nossas, de Macapá e Santana, foram criadas em 1991, a partir desta compreensão de se integrar ao Brasil e de ter padrões de incentivo e desenvolvimento distintos.

As áreas de livre comércio têm isenção tributária. Só que, a partir de 2020, criou-se uma distorção. Embora os diplomas de criação tenham sido o mesmo – o diploma legal é o mesmo –, a partir de 2020, o Superior Tribunal de Justiça passou a compreender que as isenções de PIS-Cofins que têm as áreas de livre comércio só subsistiriam para as áreas de livre comércio de Bonfim e Pacaraima, em Roraima, e não para as demais.

Foi esse o advento desse projeto, até atendendo o STJ. O STJ – e me permita o STJ –, em um preciosismo, dizia que não tinha amparo legal para as demais áreas de livre comércio. Ora, Presidente, se o princípio das áreas de livre comércio e da zona franca é o mesmo, não tem razão umas terem diferenciações em relação a outras.

Por fim, Presidente, só uma comparação histórica final. Não são só os rios que nos unem, também é a história de todo este Brasil, os dois cantos deste país que lutaram para ficar no Brasil, mas lutaram mesmo: um fez uma revolução, o Acre – inclusive com um cidadão que hoje é o nome do município que o Senador Petecão está beneficiando, Plácido de Castro – fez uma revolução para se incorporar ao território brasileiro; o outro foi o Amapá, a partir de uma batalha ocorrida em 15 de maio de 1895, liderada por um brasileiro chamado Francisco Xavier da Veiga Cabral, que resultou na chacina de mais de cem patriotas – patriotas mesmo, porque entregaram o sangue para ser brasileiros –, porque queriam ficar no Brasil.

Nossos rios não só nos unem, a história nos une. São os dois cantos deste país, um na nascente dos rios amazônidas, outro na foz dos rios amazônidas, que lutaram para se integrar ao país. Eu acho que é a essa luta que nós estamos dando sequência aqui.

Queria agradecer ao belíssimo trabalho do meu querido colega Senador Alan Rick e a contribuição do meu companheiro Senador Petecão.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente, só para contemplar aqui... Randolfe, uma vez eu estava no Rio de Janeiro e aí um colega... Nós estávamos numa conversa e o cara disse: "Olha, eu conheço a Amazônia toda, Petecão". Eu disse: "Conhece mesmo?". E ele disse: "Conheço. Eu conheço Belém, ali pertinho do Acre". E eu: "Então está bom". (*Risos.*)

Aí eu fiquei... "Pertinho do Acre, então está bom".

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – É, tem muito desse tipo.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Encerrou, encerrou.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Tem muito assim. Tem o seguinte: eu sou do Amapá, "eu tenho um amigo em Rondônia", mais ou menos a mesma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Parabéns a vocês e à aula da história, Randolfe!

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o substitutivo do Projeto de Lei 2.697, de 2023, nos termos dos relatórios apresentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Abrindo o painel aí...

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Houve 14 SIM; e 1 NÃO, não é? (*Pausa.*)

Então, foi verificado o seguinte resultado: 14 SIM... (*Pausa.*)

Houve 14 SIM, mais o Presidente.

Resultado: aprovada a Emenda nº 1, da CAE, (Substitutivo) ao Projeto de Lei nº 2.697, de 2023. Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e nove minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Gomes, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Margareth Buzetti, Damares Alves, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Zenaide Maia e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Augusta Brito e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2697, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a redação da Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, para prever equiparação à exportação às operações de aquisição ou venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas efetuadas por empresas estabelecidas nas áreas de livre comércio de Tabatinga, de Macapá e Santana, de Brasiléia, de Cruzeiro do Sul e de Guajará-Mirim." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1558, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4972, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto; e a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para tornar mais eficiente o processo de exame de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedido de patente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 3-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1800, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a fim de autorizar o creditamento da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas aquisições de determinados materiais, em consonância com o disposto no inciso II do caput do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, bem como de isentar dessas contribuições a venda de desperdícios, resíduos e aparas que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4305, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade da presença de médico pediatra nas Unidades Básicas de Saúde (UBS)." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1648, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, a Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, que regulamenta o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para aprimorar os critérios de cobrança do ITR." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 4 a 12-CRA, com quatro emendas apresentadas, e pela rejeição da Emenda nº 3-CRA. **Resultado:** Adiado em razão da aprovação do requerimento 35/2026, de audiência pública. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 35, de 2026** que: "Requer realização de audiência pública para instruir o PL 1648/2024" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Quando os balanços enganam: o papel das auditorias e a proteção do investidor. Reunião da Comissão de Acompanhamento do Banco Master. **Participantes:** Sr. Rogerio Lopes Mota, Diretor Técnico do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon; Sr. Joaquim de Alencar Bezerra Filho, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.; Sr. Fabio Pinto Coelho, Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e Sr. Antoninho Marmo Trevisan, Fundador e Presidente do Conselho de Administração da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trevisan Escola de Negócios. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Renan Calheiros**
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/17

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de março de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Requerimento 3.276, da Câmara Municipal de Belo Horizonte;

- Ofício da ACT;

- Moção de Apoio da Câmara Municipal de Birigui, São Paulo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Anuário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade);

- Ofício SEI 875 do Ministério de Desenvolvimento e Indústria.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta, no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período. (*Pausa.*)

Informo a esta Comissão, e especialmente ao grupo de trabalho que acompanha as investigações do Master, que foram recebidos do Tribunal de Contas da União os Processos nºs 022.950/2025, 001.459/2026, 001.457/2026, 008.216/2025-8, 005.887/2025-9, 017.631/2024-6, 005.868/2025-4; e o Aviso 000195/2026, do Gabinete do Presidente do Tribunal de Contas, que tratam sobre a fraude do Banco Master.

Uma vez que esses processos contêm peças classificadas como sigilosas, esta Presidência determina a seguinte regra de acesso aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal:

1 - Terá acesso à documentação o Senador membro e um assessor indicado por ele;

2 - O Senador e seu assessor deverão marcar horário na Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos para comparecer presencialmente, a fim de fazer o registro para obter acesso ao sistema onde estão armazenados os documentos. O Senador e o assessor deverão, neste momento, assinar o termo de confidencialidade para o acesso aos documentos sigilosos.

Quaisquer dúvidas deverão ser encaminhadas à Secretaria desta Comissão.

Hoje nós faremos uma reunião ordinária e, em seguida, nós faremos um debate muito proveitoso, com a participação de representantes das Consultorias.

Esse é um assunto fundamental que tem crescido na medida em que se aprofundam as investigações sobre o caso do Master.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, nós vamos para a pauta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos para a pauta imediatamente.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – É possível fazer uma inversão de pauta? Do item 5, a gente fazer a leitura antes?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá, faremos isso com muita satisfação.

Item 5 da pauta. Primeiro item, portanto.

**1ª PARTE**

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI Nº 4305, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Estabelece a obrigatoriedade da presença de médico pediatra nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).*

**Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

**Observações:**

*1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.*

Esse projeto é de autoria da nossa querida Senadora Eudócia Caldas e tem como Relatora a nossa querida Senadora Damares Alves.

O relatório é favorável ao projeto com uma emenda apresentada. A matéria será apreciada nesta Comissão e, em seguida, ela será apreciada terminativamente na Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, obrigada.

Eu vou pedir permissão para ir direto à análise. Inclusive, farei uma leitura resumida, porque esse voto foi apresentado, foi retirado, foi melhorado, foi discutido com diversas áreas. Então, acho que dúvidas foram sanadas. É claro que, se alguém for pedir vista... Mas eu farei uma leitura também resumida.

Presidente, seguiremos a avaliação do mérito da medida já que a matéria terá sua constitucionalidade e juridicidade analisadas pela CAS.

Nesse âmbito, o projeto de lei possui relevância social e de saúde pública ao propor a inclusão de médico pediatra nas unidades básicas de saúde. A medida tem potencial de fortalecer a atenção primária, ampliar o acesso da população infantil a serviços de saúde e reduzir o tempo de espera em consultas.

De acordo com dados do Censo Nacional das UBS, de 2024, publicado pelo Ministério da Saúde, o Brasil conta com 44 mil UBS em todos os 5.570 municípios, com distribuição por todas as regiões, confirmando as UBS como porta de entrada mais próxima do cidadão. Esse censo oferece o retrato mais amplo da infraestrutura e dos processos da atenção primária no país.

À luz desse quadro, verifica-se que, embora o número absoluto de pediatras do país seja expressivo, a exigência de um especialista em cada UBS, tal como prevista no texto original da proposição, poderia resultar em forte pressão sobre a oferta de profissionais – ou seja, não teríamos tanto profissional em pediatria para atender todas as UBS do país – e sobre a organização da rede de atenção à saúde, especialmente em municípios pequenos, rurais ou de difícil provimento. Em muitos casos, isso significaria deslocar pediatras de serviços hospitalares, maternidades e unidades de urgência e emergência para atender ao comando legal, com risco de desassistência em outros pontos sensíveis da rede. É por isso que eu faço uma modificação no projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Buscando compatibilizar o objetivo de ampliar o acesso à pediatria na atenção primária com a realidade da distribuição de especialistas no território nacional, esta relatoria propõe o aperfeiçoamento do texto por meio de emenda. Propõe-se, assim, vincular a obrigatoriedade da presença do pediatra às equipes de saúde da família, estabelecendo-se a exigência mínima de um médico pediatra para cada quatro equipes, o que corresponde a uma cobertura de 25% das equipes e permite organizar, de forma mais racional, a distribuição desses profissionais na rede.

O parâmetro mínimo proposto cria condições para que os gestores organizem diferentes arranjos assistenciais, respeitando as especificidades locais e a disponibilidade de recursos humanos. Esse desenho contribui para conciliar a ampliação do acesso à atenção pediátrica com adequada gestão dos recursos disponíveis, conferindo maior previsibilidade à implementação e preservando o propósito central da iniciativa de ampliar o acesso de crianças e adolescentes a profissional especializado em saúde infantil no âmbito da atenção básica.

Nesse sentido, Presidente, eu busco também o impacto orçamentário desta medida. O atendimento pediátrico contínuo na atenção primária reduz custos e melhora a eficiência do sistema de saúde. Ao promover prevenção, diagnóstico precoce e manejo adequado de condições comuns, a pediatria diminui a necessidade de internações e atendimentos hospitalares. Cada internação evitada representa economia significativa para o SUS e compensa meses de custeio de um posto pediátrico em uma UBS. Além disso, há benefícios indiretos, como a redução de deslocamentos, menor perda de dias de trabalho dos responsáveis e diminuição da demanda em hospitais e UPAs, o que reforça a eficiência geral do SUS.

Portanto, a presença obrigatória de pediatras na atenção primária à saúde, nos termos da emenda proposta por esta relatoria, que assegura, no mínimo, um pediatra para cada quatro equipes de saúde da família, contribuirá para corrigir desigualdades no acesso, garantindo que as crianças recebam acompanhamento mais próximo. Isso poderá reduzir as filas de espera, melhorar a qualidade do atendimento, prevenir internações evitáveis e fortalecer o papel da atenção básica como eixo central do sistema público de saúde.

Considerando que é dever do Estado, na forma do art. 227, §1º, Constituição Federal, estabelecer políticas que garantam o desenvolvimento integral das nossas crianças, é plenamente cabível o investimento em contratação de médicos pediatras, que não deve ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compreendido como uma despesa, mas, como um investimento com alto retorno social e econômico.

O art. 3º do PL estabelece que a implementação será custeada por dotação do Ministério da Saúde, podendo ser suplementada se necessário. Isso facilita o cofinanciamento federal e evita sobrecarregar estados e municípios de menor capacidade financeira.

Nesse contexto, os recursos necessários poderão ser absorvidos sem comprometer o equilíbrio fiscal, considerando a margem disponível para despesas com pessoal dentro dos limites legais.

Ressalte-se que a observância dos limites prudenciais, medidas de transparência e eventuais ações compensatórias, como aquelas previstas no art. 17 da Lei Complementar 101, de 2000, relacionadas à criação ou expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado, deverão ocorrer nos entes no momento da implementação.

Embora o mérito do projeto seja incontestável, entende-se que o prazo de vacância de 45 dias previsto no texto original é insuficiente para a plena execução da norma. O cumprimento dessa nova exigência implicará, para os gestores públicos, a adoção de medidas administrativas e orçamentárias complexas, como a abertura de processos seletivos ou concursos públicos, a realocação de profissionais, a celebração de convênios e a adequação de dotações orçamentárias específicas.

Um prazo mais amplo permitirá que municípios e estados planejem a implementação da medida de forma responsável, sem comprometer o equilíbrio fiscal. Desse modo, a gente altera para 180 dias a implementação.

Com a emenda modificativa que apresentamos neste nosso voto, estabelecendo apenas a obrigatoriedade de um médico pediatra para cada quatro equipes de saúde da família, a Conorf, instada, apresentou o impacto orçamentário e financeiro abaixo transcrito na Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 107 de 2025, que eu não vou ler. Está disponível o impacto, a que os senhores já devem ter tido acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, estima-se que o impacto orçamentário e financeiro anual decorrente de eventual aprovação do deste projeto, com a emenda apresentada, para a União será de apenas R$1,7 bilhão.

Caso seja aprovada, a lei entrará em vigor 180 dias após sua publicação e, no primeiro ano, a norma demandará recursos proporcionais aos meses do ano em que vigorará. Nos dois anos seguintes, em valores atuais, o impacto corresponderá ao valor citado acima.

Deste modo, Presidente, apresentando o impacto, diminuindo de 40 mil para um número bem menor, em torno de 4 mil pediatras, apenas contando para as equipes de saúde da família, a cada quatro equipes, um pediatra, o nosso voto é pela aprovação do projeto.

Vamos salvar muitas vidas, tá, Rogério? Vamos evitar internamentos no futuro.

O meu voto é pela aprovação, na emenda que já está devidamente publicada.

Esse é o voto e peço apoio aos pares em nome das crianças brasileiras.

Obrigada, Presidente.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

A autora do projeto pediu precedência, e se V. Exa. concorda...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, eu quero discutir a matéria. Ela pode falar na sequência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá.

Com a palavra V. Exa...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se V. Exa. puder me inscrever, eu também agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Também está inscrito, já está inscrito.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, não é nenhuma... O projeto dela é meritório. Eu quero primeiro dizer que em 2003, sem financiamento federal, nós fizemos concurso para pediatra e colocamos o pediatra na Prefeitura de Aracaju, no Programa de Saúde da Família. Agora, várias pessoas tiveram a oportunidade de governar cidades e não tomaram essa iniciativa ainda. Então, é meritório que a gente traga este debate, certo? E um pediatra para cada quatro equipes, Senadora Damares, é extremamente pertinente, porque a população infantil tem diminuído e a demanda por profissionais que atendem adultos vai aumentar porque a população envelhece, mas a gente precisa só ajustar se é um para quatro, se é um... Ou seja, uma cidade que só tem quatro equipes, obviamente é que vai ter uma equipe... Uma cidade que só tem três equipes deve ter um pediatra.

Então, eu sugeriria, o que pode ser na próxima Comissão, de a gente ajustar essa métrica a uma diretriz, dando a diretriz, mas dando ao ministério uma certa liberdade para ajustar. Cidades que só têm duas equipes ficariam sem um pediatra? Não, devem ter um pediatra. Cidades que têm mais equipes e têm adensamento, mas tem uma população mais envelhecida... Então, eu acho que a gente precisa estabelecer uma métrica baseada no critério populacional e na cobertura, garantindo a universalidade da presença desse profissional em todo o território nacional.

Então, de qualquer forma, eu acho que é meritório o projeto de lei. Acho que a contribuição da Senadora Damares coloca um elemento fundamental, que é estabelecer uma métrica – certo? –, dando condição de que seja possível viabilizar essa política, mas acho que é importante aqueles municípios que já fizeram e que já fazem isso poderem ser ouvidos na implementação dessa política.

Eu quero chamar a atenção de que, 23 anos atrás, a gente já tinha o pediatra nas equipes de saúde da família, na cidade de Aracaju, e muitas capitais ainda hoje não têm esse profissional. Por exemplo, Cuiabá não tem; Campo Grande não tem; Maceió ainda não tem;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

várias cidades capitais ainda não têm. Nós tínhamos em 2003, porque isso é uma necessidade, de fato, para melhorar a assistência.

Eu quero dizer, Presidente, que o resultado disso sabe qual foi? Nós conseguimos, com isso, reduzir a nossa mortalidade infantil em mais de 60% em três anos. Sabe por quê? Porque introduzimos UTI neonatal e fizemos o Programa de Saúde da Família com esses recursos todos disponíveis. Além disso, conseguimos – como tudo funcionava bem, com 96% de cobertura de saúde da família – reduzir a mortalidade materna a índices menores do que os da mortalidade materna das mulheres assistidas pela rede privada. Então, é possível, sim, o sistema público prestar uma grande assistência de qualidade.

E quero cumprimentar tanto a Senadora Eudócia quanto a Senadora Damares pelo ajuste que ela fez no texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra à autora do projeto, Senadora Eudócia.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Bom dia a todos aqui presentes.

Quero cumprimentar o Sr. Presidente Renan pela sensibilidade de ter colocado esse tema tão importante, esse projeto de lei tão importante, na pauta da CAE.

Eu quero aqui colocar... Primeiro, quero parabenizar minha querida Senadora Damares, que fez um relatório perfeito. Parabéns, Damares, por ser sempre sensível aos pleitos do nosso país, à necessidade, à carência do nosso país, especialmente na faixa pediátrica. Admiro muito o seu trabalho.

Sr. Presidente e colegas Senadores e Senadoras, nós estamos falando de um projeto de lei importantíssimo. Como o Senador Rogério colocou... Quero aqui também parabenizar suas palavras, Senador Rogério, porque justamente pela ausência de pediatra do nosso país é que estamos aqui.

A minha autoria, Margareth Buzetti, foi por eu ser também pediatra e entender a importância do pediatra nas UBS. E aqui nós colocamos – eu junto com a Senadora Damares Alves – um pediatra para quatro ESFs, que são equipes de saúde da família. O impacto, Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, é muito pequeno: 1,7 bilhão para a gente salvar nossas crianças. O que é que está acontecendo atualmente com nossas crianças? As nossas crianças, Damares e todos que nos assistem e acompanham esta Comissão, estão tendo diagnóstico tardio e consequentemente tratamento tardio, e isso leva as nossas crianças à mortalidade infantil, aumentando os índices de mortalidade e de morbidade infantil, e está levando as nossas crianças para um maior número de internações, porque, se o diagnóstico não é precoce, obviamente as mães vão procurar as UPAs, o centro de referência de emergências médicas, para que possam ter acompanhamento.

Então, quero aqui garantir... Nós queremos, através desse projeto de lei... E aqui eu faço o pleito, aos colegas Senadores e Senadoras que estão aqui presentes e também que estão remotamente, sobre esse projeto, de que nós queremos garantir um pediatra, porque a presença do pediatra não é opção, é cumprimento de dever institucional e constitucional. A presença do pediatra permite, como eu já falei, diagnóstico precoce, prevenção de doenças, porque existem várias doenças que são primeiro imunopreveníveis com as vacinas, mas se precisa da orientação do pediatra para a mãe se conscientizar da importância da vacinação – tem doenças que são preveníveis em todos os aspectos –, e também um acompanhamento contínuo.

Quando a gente tem alguma doença cardiológica, o que é que os nossos médicos fazem? "Eu vou encaminhá-lo para o cardiologista. Se você tem alguma doença oncológica, vou encaminhar para o oncologista." E, se você tem uma criança doente, o que é que normalmente os colegas de adulto, colegas que acompanham adulto fazem? Você tem que ir ao pediatra. Senadora Margareth Buzetti, você que também é muito sensível a esses temas, a esses pleitos, esses projetos de lei... Aí a mãe vai à UBS e tem um médico de adulto. Tudo bem, eles têm competência de atender, obviamente, mas acontece que o especialista é o pediatra, que vai ver as minúcias daqueles sintomas.

Vou aqui adiantar, colegas... Por exemplo, vamos falar de oncologia pediátrica. Muitas crianças morrem sem o diagnóstico de doença oncológica. Por quê? Porque, primeiro, os sintomas são muito sutis; segundo, a criança não fala, não sabe se expressar; e, terceiro, há carência – como o Senador Rogério colocou agora – do pediatra no país. Isso é universal no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso país! Eu quero parabenizar Aracaju mais uma vez, Senador Rogério, mas não é o caso do nosso Brasil.

Então, o que eu proponho, Sr. Presidente e colegas que estão nos acompanhando? A gente ter essa sensibilidade e não subtrair essa condição para as nossas crianças no Brasil – e aqui eu quero enfatizar –, as nossas crianças do meu estado, que é o Estado de Alagoas, que padecem por não ter pediatra na rede SUS, como deveria ter, com a proporção que deveria ter.

Outra coisa, Presidente, um pediatra para quatro equipes de saúde da família dá para suprir essa carência e não fica tão caro. Nós não estamos aqui, eu e a Damares, colocando um pediatra por cada UBS, e sim por quatro equipes, Senadora Margareth Buzetti. Isso vai fazer toda a diferença.

Outra coisa, vamos nos lembrar dos nossos filhos. Não sei aqui os colegas que têm filhos e se têm filhos pequenos ainda na faixa pediátrica. Vamos falar aqui de nós avós. O que a gente faz quando o nosso neto ou a nossa neta está doentinho? A gente não procura um clínico geral? Não, a gente procura o pediatra. Eu desafio aqui quem tenha alguma criança em casa doente e vai ao generalista – todo mundo quer o pediatra. Mas aí eu me pergunto: por que nós que temos planos de saúde e temos condições de pagar um pediatra temos esse direito, e as pessoas que dependem exclusivamente do SUS não têm essa oportunidade? Não, a gente está falando de universalidade.

O programa SUS, para mim – viu, Senador Rogério? –, é grande, importantíssimo. Eu admiro o SUS. Eu sou uma Senadora que é totalmente SUS, diga-se de passagem. Eu fiz concurso público em Alagoas, Presidente Renan – eu tinha 23 anos, assim que eu me formei –, passei, fui ser médica do SUS e fui médica até pouco tempo, quando eu me aposentei. Então, eu entendo que o SUS é um grande projeto, mas, para ele chegar ao patamar que a gente deseja, vamos aprimorá-lo. Certo?

Aqui, mais uma vez, eu digo, Senador Rogério: gente, não vamos falar de orçamento em relação a nossas criancinhas que morrem por falta de diagnóstico precoce; crianças que são internadas, Damares, com doenças básicas, como pneumonia, que evolui para a pneumonia grave, e têm que ser entubadas nas UTIs. Aí, consequentemente, o que acontece? O SUS gasta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito mais com as doenças graves que poderiam ser diagnosticadas em fase precoce e não chegar a esse patamar.

Sr. Presidente, perdoe-me, mas eu estou terminando aqui a minha fala.

Eu quero aqui cumprimentar a Dra. Yanna Aires Gadelha de Mattos. Yanna, muito grata! É aquela jovem senhora que está ali atrás, com quem eu tive a oportunidade de ser residente aqui em Brasília, no Hmib e depois no Hospital de Base, uma grande pediatra, uma grande gastroenterologista pediátrica. A Yanna é Presidente, Sr. Presidente, da Sociedade de Pediatria do Distrito Federal. E ela não chegou lá porque ela é bonita – porque ela realmente é linda –, não; ela chegou lá pelo grau de competência que ela tem. E ela foi tão sensível a essa pauta que desmarcou toda a sua agenda e está aqui presente, entendendo a importância desse projeto de lei. Ela, além de ser Presidente da Sociedade de Pediatria do Distrito Federal, é, como eu já falei, gastropediatra do Hospital Materno Infantil e também do Hospital da Criança de Brasília.

Está aqui presente também a Dra. Melina Belintani, que é pediatra e hematologista pediátrica, com atuação no Hospital da Criança de Brasília e do Hemocentro de Brasília. Seja muito bem-vinda, Dra. Melina. Muito grata por estar aqui presente, entendendo a importância desse projeto de lei.

Aqui também está presente a Dra. Camila Solé Ferreira Magalhães Lemes, que é intensivista pediatra do Hospital Materno Infantil de Brasília. E tenho certeza, Dra. Camila, de que os casos que você pega lá na UTI do Hmib são situações que poderiam ter sido resolvida lá atrás na UBS, mas as crianças já chegam graves para serem internadas na UTI.

E quero dizer só mais alguma coisa...

E também está aqui a Dra. Lizete Conceição de Souza Silveira, que também é pediatra do Hospital Regional Leste.

Quero dizer a vocês, minhas queridas amigas pediatras que estão aqui presentes, que estamos juntas. Na sua pessoa, Yanna, eu quero cumprimentar todas as outras colegas que estão aqui presentes. Estamos juntas nessa luta, junto com a Sociedade Brasileira de Pediatria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também cumprimentar a minha querida amiga Renata Seixas, que está lado a lado comigo também lutando para esse PL ser aprovado.

Quero colocar o seguinte: a UBS é a porta de entrada do sistema de saúde e o pediatra melhora a qualidade do atendimento, resolve mais casos na base e evita agravamentos. E, sem o pediatra da UBS, há um aumento da procura por UPAs e hospitais.

E quero também dizer, Sr. Presidente, caros colegas e caras colegas Senadores e Senadoras, e você também, meu amigo, nosso querido Senador Rogério, que também é um colega médico e que, com certeza, é sensível a esse projeto de lei... Sr. Presidente, vamos aprovar aqui... Quero pedir mais uma vez. Mais uma vez faço um apelo a todos os colegas Senadores, a todas as colegas Senadoras que estão aqui presentes e remotamente: colegas Senadoras e colegas Senadores, vamos votar favorável. Não peçam vista...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não peça vista, meu querido Senador Rogério.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Quem disse que eu vou pedir vista, Senadora?

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Mas eu já estou adiantando. Eu já estou adiantando. Perdoe-me.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Não me acuse assim, Senadora.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não é acusação, é um pedido.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Eu estou aqui defendendo o projeto.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Licença, eu estou com a palavra. Licença, depois você pede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, pela ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não, não estou lhe acusando.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Está. Está. Está sim.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu acho que você já veio se...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pronto. Senador Rogério, muito grata por você ter concordado.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – É minha posição.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E me perdoe se eu coloquei de uma forma...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Não, a senhora não pode fazer isso.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não, meu amigo, eu não estou, eu não estou... Não...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – A senhora me coloca contra os meus colegas médicos.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Renan, pela parte...

Senador Rogério, perdoe-me, não sei se você entende sobre isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Eu entendo, mas não pode fazer isso com o seu colega. Da outra vez a senhora fez isso comigo.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Espere, eu estou...

Eu não lembro da outra vez que eu fiz isso, Presidente, não lembro.

Senador Rogério, eu tenho a maior admiração por V. Exa. Não quis, perdoe-me, não quis aqui...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Está o.k., está perdoada.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Está perdoada?

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Está.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pronto. Fui perdoada, Presidente.

Muito obrigada, Senador Rogério, não era meu interesse.

Então, vamos aprovar, Presidente? Primeiro, com a graça de Deus, porque eu sou evangélica, sou cristã, e Deus está em todo momento na minha vida. Com a graça de Deus, faço este apelo aos colegas: vamos aprovar aqui e a gente rediscute na CAS esse projeto, que é tão importante para o nosso Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente, e a todos os colegas e colegas Senadores.

Senador Rogério, tenho a maior admiração por V. Exa. Mais uma vez me perdoe a minha colocação indevida.

Um grande abraço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero parabenizar a nossa querida Senadora Eudócia, que é pediatra e que conhece muito bem essa profissão. A gente tem que cobrar do Governo um incentivo à formação de pediatras. Hoje há uma evasão muito grande de pediatras. Acho que os médicos não querem mais acordar de madrugada com as mães. E a gente precisa incentivar... Nós temos o Prouni e o Fies, que deveriam ser encaminhados para esses cursos que estão defasados, que estão com carência de pessoal.

Parabenizo a Senadora Damares pela alteração da mudança para quatro UBS. Acho que foi importante isso.

Mas eu quero lembrar – e acho que vou fazer um projeto bastante semelhante com relação aos idosos – que nós temos hoje, para V. Exa. ter ideia, aqui em Brasília, por exemplo, mais idosos do que crianças, e os idosos também não têm atendimento. Eu acho que seria prudente também, não sei se de um para quatro ou de um para oito, geriatras nas UBSs, para atender as pessoas de terceira idade.

Mas quero parabenizar e já antecipar o meu voto aqui, favorável ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos submeter à votação o projeto da Senadora Eudócia.

Eu quero dizer do meu apoio público, mais uma vez, a esse projeto meritório, oportuno, humanitário, e quero parabenizar, mais uma vez, a Senadora Eudócia pela oportunidade que cria para esta Comissão de votar esse projeto com muita substância, para também impulsionar a formação de pediatras no Brasil. Isso será importante, fundamental.

Há pouco, a Senadora Margareth me lembrava que hoje nós estamos tendo muita dificuldade de encontrar pediatras no Brasil, e esse projeto da Senadora Eudócia sem dúvida é um impulsionamento no sentido dessa formação.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Eu só queria fazer uma observação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu quero dizer que eu aqui hoje estou representando a Bancada do PT e a Bancada do Governo. E quero dizer que o Governo do Presidente Lula é um Governo que ampliou o Programa Saúde da Família em mais de 30% nesses anos e retomou o financiamento do Sistema Único de Saúde a patamares nunca vistos na história do Brasil.

Portanto, esta matéria, este projeto tem o apoio e será encampado pelo nosso Governo. Em nenhum momento aqui foi colocada qualquer coisa em contrário.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Meus cumprimentos também ao Senador Rogério Carvalho.

A votação, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a aprovação do relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos. (*Palmas.*)

Eu quero, mais uma vez, cumprimentar a Senadora Eudócia, cumprimentar a Yanna, que representa os pediatras do Distrito Federal, cumprimentar a Senadora Damares, que estabeleceu parâmetros racionais para o projeto da Senadora Eudócia e cumprimentar também o Senador Rogério Carvalho, que foi fundamental para que essa discussão evoluísse e esse projeto pudesse ser aprovado hoje aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito bem.

A Senadora Margareth Buzetti pede-nos a palavra. Nós vamos... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Pela ordem.) – Eu só gostaria de parabenizar a Senadora Damares, a Senadora Eudócia, pelo projeto, pelo brilhante projeto. Em Cuiabá, nós temos pediatra nas UPAs, nós não conseguimos nas UBS, porque há um desincentivo ao pediatra no país. Então, eu vi com bons olhos, é meritório esse projeto e necessário. Então, parabéns à Relatora, parabéns à autora.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Esperidião Amin, com a palavra V. Exa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Além de rapidamente cumprimentar todos nós pela aprovação, especialmente a Senadora Eudócia e a Senadora Damares, as animadoras do projeto, com muito conhecimento e com muita autoridade moral e política para tratar disso, tenho um pedido a fazer a V. Exa. – dois.

Presidente, nós vamos ter um ano curto, e eu peço que o senhor designe Relatores de dois projetos: Projeto 4.621, que é a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores, é um projeto de minha autoria; e o Projeto 1.830, que estabelece um limite para a tarifa de Itaipu. Eu não vou entrar aqui no detalhe, mas é um escândalo. É um escândalo os dispêndios que são feitos pela administração de Itaipu, no caso a brasileira, que são lançados na conta de luz, especialmente das 11 unidades, os dez estados federados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste e o Distrito Federal, que são compradores obrigatórios da energia de Itaipu e pagam sobre uma tarifa que deveria ter sido reduzida, porque Itaipu está amortizada – passaram-se 50 anos da sua construção –, e a tarifa é onerada por despesas não operacionais, como, por exemplo, 2 bilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a COP, convênios com 399 municípios do Paraná, 43 do Mato Grosso do Sul, e obras que não têm nada a ver com a operação de uma grande hidrelétrica que é motivo de alegria.

A forma de calibrar a tarifa é porque toda a energia que nós compramos nós compramos da empresa brasileira, e, se estourar o limite, o Governo tem que pagar, e não o usuário.

Então, eu peço a designação do Relator, sem entrar no mérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu aproveito a oportunidade para designar o Senador Laércio Oliveira para ser o Relator do primeiro projeto, e, para o segundo projeto, eu tenho a honra de designar o Senador Hamilton Mourão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Muito bem, Presidente. Muito obrigado.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pela ordem, Senador Nelsinho Trad.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com a anuência do Colegiado, eu já tinha conversado com V. Exa. a respeito do PL 1.365, de 2023, que está aguardando ser pautado, do piso nacional dos médicos e dentistas. Eu gostaria que V. Exa., numa próxima oportunidade possível, colocasse-o em pauta para que ele pudesse seguir a sua tramitação dentro desta Casa.

Os médicos e os dentistas estão esperando a tramitação desse projeto desde 10 de junho de 2025. V. Exa. já tinha me dito que iria me atender, e eu reforço essa solicitação a V. Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu agradeço a sugestão do Senador Nelsinho Trad e peço à Secretaria-Geral da Mesa para pautar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este projeto com o qual eu tenho compromisso desde o momento em que escolhi, como Relator, o Senador Nelsinho Trad, para que seja o item destacado da próxima reunião desta Comissão.

Item 1 da pauta.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, eu tinha conversado com V. Exa. sobre aquele item 6, para ver se daria para fazer a inversão dessa pauta.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Sr. Presidente, eu solicito...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O item 1 da pauta é apenas turno suplementar, porque nós já o apreciamos aqui, e não houve apresentação de emenda.

Então, item 1 da pauta.

**1ª PARTE**

**ITEM 1**

**TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO**

**PROJETO DE LEI Nº 2697, DE 2023**

**- Terminativo -**

**Ementa do Projeto:** *Altera a redação da Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, para prever equiparação à exportação às operações de aquisição ou venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas efetuadas por empresas estabelecidas nas áreas de livre comércio de Tabatinga, de Macapá e Santana, de Brasiléia, de Cruzeiro do Sul e de Guajará-Mirim.*

**Autoria do Projeto:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

**Relatoria:** Senador Alan Rick

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**

*Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.*

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado, portanto, como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 248 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria, portanto, será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Item 6 da pauta.

Há sobre a mesa, Senador Jaime, o Requerimento nº 35, que requer a realização de audiência pública para o PL 1.648, de 2024, de autoria do Senador Rogério Carvalho. Se V. Exa. desejar, eu faço a inversão.

**1ª PARTE**

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 7**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 35, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer realização de audiência pública para instruir o PL 1648/2024*

**Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, veja bem, desde 5 de fevereiro que a gente já protocolou esse relatório aqui na CAE – desde 5 de fevereiro. Esse PL 1.648 é um PL do Senador Jayme Campos. Há uma situação crítica que nós estamos vendo sobre essa situação do ITR, em que a União, com os municípios... Para quem não fez o convênio, é 50%, 50%; para os municípios que fizeram o convênio, é de 100% esse imposto, ele fica para o município. Os municípios têm que entender que esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imposto é um imposto regulatório, que ele não é um imposto arrecadatório. E aí nós temos uma grande divergência sobre essa situação.

Está aqui o Senador Fernando Farias, que foi Relator também lá na CRA sobre essa situação. Nós já discutimos, acatamos aqui, na última sessão que a gente teve aqui, a emenda da Senadora Augusta Brito, e hoje a gente gostaria que... Eu preferia que esse relatório voltasse à pauta. Nós precisamos resolver essa situação. Se nós não resolvemos... É uma situação caótica em todos os municípios do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Tem uma demanda da CNM (Confederação Nacional de Municípios), dos Prefeitos, por conta do impacto que a aprovação desse projeto vai gerar na arrecadação dos municípios. É grande o impacto. Então, a ideia de a gente fazer uma audiência pública é para chamar o Ministério da Fazenda e a Confederação Nacional de Municípios, para que a gente possa discutir, porque não adianta a gente aprovar aqui e depois não ter alternativa de esse projeto não ser vetado, porque compromete a arrecadação de outros entes, não é nem do ente federal. Como mesmo o Senador falou, essa arrecadação fica nos municípios. É um problema. Então, por isso eu estou pedindo encarecidamente que a gente faça esse debate numa audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Consulto o Senador Jaime Bagattoli se há uma proposta de encaminhamento comum para discutirmos a matéria?

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, isso já foi discutido inclusive com pessoas do Governo. Nós já discutimos essa situação. E aqui ninguém está abolindo nenhum tipo de arrecadação, porque esse imposto é sobre a terra nua, ele não é sobre a benfeitoria. E ninguém está causando nenhum prejuízo para nenhum município.

Sr. Presidente, o que aconteceu é que os municípios hoje estão querendo fazer avaliação venal das propriedades, e isso está incorreto. Esse imposto não é arrecadatório, é um imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulatório. Então, é isso que nós precisamos entender. E, veja bem, esse imposto não pode gerir impacto sobre as benfeitorias, isso nunca aconteceu; isso aconteceu nesse momento em que a União passou para os municípios, e os municípios que fizeram convênio.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sr. Senador, o senhor sabe que na PEC dos caminhoneiros, a minha mediação ajudou a gente a aprovar a PEC. E foi para o Plenário. Eu sou o Senador que, nos primeiros três anos de mandato, já teve uma PEC aprovada aqui no Senado. Eu ajudei na aprovação porque fiz a mediação e a gente conseguiu chegar num consenso.

Então, uma matéria dessa natureza... A Confederação Nacional dos Prefeitos fez uma solicitação para que a gente pudesse fazer esse debate com a presença deles. Eu estou pedindo a V. Exa. que a gente possa conceder essa oportunidade à Confederação Nacional dos Prefeitos, e aí trazer o Ministério da Fazenda para esclarecer a todos os Senadores essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu me comprometo com V. Exa. de nós marcarmos imediatamente a audiência pública e tentarmos vencer essa etapa da discussão.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim, Presidente, mas tem que ser marcado de imediato. Tem que ser de imediato.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, marcaremos hoje mesmo, hoje mesmo, como pede V. Exa..

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Nelsinho.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para discutir.) – Apenas para parabenizar a condução de V. Exa. e dizer aos Senadores que o palco daqui é a divergência, e nada melhor do que um comprometimento desse para esclarecer os fatos, para ver se o Senador Laércio ou o Senador Rogério vão ser esclarecidos, a partir do momento que isso ocorrer. E com a tranquilidade que é peculiar à condução de V. Exa.,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantindo ao autor a celeridade, eu penso que chega num denominador comum de um bom termo. É apenas esse registro, Sr. Presidente.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente Renan...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação o requerimento que propõe audiência pública.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Os Senadores que aprovarem o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Laércio Oliveira.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Presidente Renan, bom dia, primeiro, a toda a equipe e a todos os membros aqui da Comissão.

Eu só queria cumprimentar V. Exa. por essa iniciativa sua de mediar um entendimento aqui. O assunto que o Senador Jaime Bagattoli está trazendo é de uma importância sem comentários, e o senhor tomar a iniciativa de intermediar isso, trazendo de imediato, se o problema é a audiência, vamos fazer uma audiência e depois vamos enfrentar o tema. Parabéns, eu gostei demais!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, eu lhe agradeço pelo seu empenho e que nós possamos marcar esta audiência o mais rápido possível.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso imediatamente, Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 3 da pauta.

Eu convido o Senador Laércio Oliveira para que eu possa rapidamente fazer a leitura deste parecer. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Item 3.

**1ª PARTE**

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 4972, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto; e a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para tornar mais eficiente o processo de exame de pedido de patente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.*

**Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

**Relatoria:** Senador Renan Calheiros

**Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

**Observações:**

*1. A matéria será apreciada pela CCT, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros para a leitura do seu relatório.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, a proposição tem por objetivo principal enfrentar o problema do *backlog* (atraso acumulado) de patentes no Brasil e modernizar a gestão do Instituto Nacional da Propriedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Industrial (INPI). Para tanto, Sr. Presidente, o projeto promove alterações em dois diplomas legais: a Lei 5.648, que cria o INPI, e a Lei 9.279, Lei de Propriedade Industrial (LPI).

No que tange à gestão do INPI, o art. 1º do projeto obriga o instituto a publicar anualmente Relatório de Aplicação de Recursos e Investimentos, detalhando metas de melhoria de processos e a consequente redução de prazos.

O art. 2º, Sr. Presidente, institui a autonomia financeira real do órgão, determinando que os recursos oriundos de seus serviços sejam obrigatoriamente reinvestidos no próprio instituto, vedando, consequentemente, o repasse ao Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro.

Quanto ao processo de patentes, o art. 3º altera a LPI para reduzir prazos processuais significativos.

Assim, Presidente, reduz o sigilo do pedido de patente para 12 meses; reduz o prazo para requerimento de exame de 36 para 18 meses; e reduz prazos de apresentação de documentos e manifestações do depositante para 30 dias.

Por fim, Sr. Presidente, o art. 4º revoga o parágrafo único do art. 40 da Lei nº 9.279, de 1996, dispositivo que permitia a extensão do prazo de vigência da patente em caso de demora na sua concessão pelo INPI.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.972, de 2019, rejeitando-se a Emenda nº 1 e sugerindo-se a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAE (ao PL nº 4972, de 2019)

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei nº 4.972, de 2019, renumerando-se o seguinte.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

E recebemos hoje, por fim, uma emenda da Senadora Margareth Buzetti. A emenda tem mérito, mas entendemos, Sr. Presidente, que ela desfiguraria o objetivo maior, o coração do próprio projeto, que é, como disse anteriormente, encurtar o prazo para obtenção das patentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Perfeito.

Agradeço a relatoria do Senador Presidente Renan Calheiros e, para discutir o assunto, eu concedo a palavra aos Senador Izalci Lucas.

Por favor, Senador.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu tive o privilégio de, por duas vezes, ser Secretário de Ciência e Tecnologia e vir para o Congresso, tanto da Câmara como do Senado, para a gente mudar realmente todo o marco regulatório dessa área. Então, a gente botou inovação na Constituição, botamos todo o marco regulatório de ciência e tecnologia, modificamos tudo e recentemente aprovamos o fim do contingenciamento do FNDCT, mas a questão do INPI ficou para trás. Realmente, há muitos anos, nós estamos tentando resolver essa questão do INPI, porque não adianta também a gente diminuir o prazo se não der condições de trabalho, como foi dito lá no Banco Central.

Nós estivemos no Banco Central, e o Presidente Galípolo disse: "Olha, não adianta vocês mandarem um monte de atribuições se não derem condições financeiras para a gente bancá-las, porque nós não temos pessoal". Com o INPI, é a mesma coisa: falta pessoal, falta equipamento, falta tudo.

Esse projeto, então, vai nos ajudar muito. Nós perdemos muitas patentes no Brasil. Eu comecei a estudar isso aqui na época do Bina. O Bina é aquele aparelho que mostra o número de quem ligou e é aqui de Brasília. O cara passou anos e anos, morreu e, coitado, não recebeu patente nenhuma dessas operadoras todas do mundo.

Quero aqui parabenizar o Confúcio pela autoria e o belo relatório também do Senador Renan Calheiros, manifestando o meu voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço ao Senador Izalci Lucas.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.

Devolvo a Presidência ao Presidente Renan Calheiros. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo mais matéria para deliberação desta Comissão, nós suspendemos e passaremos à segunda parte da reunião, destinada à realização de audiência pública da Comissão de Acompanhamento do Banco Master, para debater o tema: "Quando os balanços enganam: o papel das auditorias e a proteção do investidor".

Eu convido para compor a mesa o Sr. Rogerio Lopes Mota, que é Diretor Técnico do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). (*Pausa.*)

Tenho a satisfação de convidar também para compor a mesa o Sr. Joaquim de Alencar Bezerra Filho, que é Presidente do Conselho Federal de Contabilidade. (*Pausa.*)

Convido para compor a mesa também o Sr. Fabio Pinto Coelho, que é Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários. (*Pausa.*)

E convido também para compor a mesa o Sr. Antoninho Marmo Trevisan, que é fundador e Presidente do Conselho de Administração da Trevisan Escola de Negócios. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu gostaria apenas de dizer que, nos últimos dias, o tema das auditorias independentes voltou ao centro do debate. E voltou, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, por um motivo claro: os fatos envolvendo as fraudes do Banco Master. Esse caso recolocou uma pergunta essencial diante de todos nós: qual é, afinal, o papel das auditorias na proteção dos poupadores e investidores do sistema financeiro? Essa indagação é muito relevante, porque as auditorias independentes existem justamente para reduzir a desigualdade de informação entre as partes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em mercados complexos, os investidores dependem, em grande parte, de dados confiáveis e honestos, e a confiança nesse meio se embasa muito na transparência e na precisão dos dados.

O auditor entra justamente aí, como um terceiro especializado que examina as demonstrações financeiras e avalia se elas refletem de fato a situação de cada empresa.

No Brasil, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, essa atividade é regulada sobretudo pela Comissão de Valores Mobiliários. A legislação exige que companhias abertas e instituições financeiras tenham suas contas auditadas por profissionais registrados e qualificados. O objetivo é simples e direto: transparência e confiança nos mercados de capitais.

Srs. Senadores, é preciso lembrar um ponto também muito importante: auditoria não é investigação criminal; ela trabalha com testes, com amostragem, com procedimentos técnicos. Sua função é emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, e essa opinião não é garantia absoluta de inexistência de fraude. É preciso registrar isso de modo claro, para evitar interpretações exageradas sobre o papel do auditor.

Ainda assim, mesmo com essa ressalva, casos como o Banco Master obrigam-nos uma séria reflexão. A fraude do Master ensejou nesta Comissão a criação de um grupo de trabalho para fazer o acompanhamento das investigações, acessá-las na medida do possível e na medida que permita-nos a legislação e propor, afinal, o aperfeiçoamento institucional, o aperfeiçoamento das legislações.

Eu concedo, em primeiro lugar, a palavra ao Sr. Rogerio Lopes Mota, que é Diretor Técnico do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

Nós vamos conceder a palavra, inicialmente, por dez, quinze minutos – se for necessário, obviamente, nós prorrogaremos –, para as palavras iniciais apenas, neste que pretendemos ser um debate fundamental para que nós – e o Brasil, fundamentalmente – possamos compreender o papel das auditorias hoje, no Brasil.

Com a palavra o Sr. Rogerio Lopes Mota.

**O SR. ROGERIO LOPES MOTA** (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, gostaria de dar bom dia a todos os Senadores e Senadoras que estiverem presentes e aos demais que estão aqui acompanhando esta relevante Comissão.

Em meu nome e em nome do Ibracon, eu gostaria de dizer que é uma grande honra estar presente e participar desta Comissão. Por isso, agradecemos o convite.

O grande objetivo aqui do Ibracon é contribuirmos com a evolução – que é uma das missões do Ibracon – do ambiente regulatório, mercado de capitais e mercado financeiro.

Primeiro, uma apresentação pessoal.

O meu nome é Rogerio Mota. Sou Diretor Técnico do Ibracon há cinco anos e também sou contador e atuo na área de auditoria independente há 30 anos.

Bom, primeiro vou fazer uma breve apresentação do Ibracon.

O Ibracon é uma instituição que tem 55 anos. Ela surgiu no momento em que o Brasil passava pela necessidade de desenvolvimento do seu mercado de capitais; e, neste momento, o Ibracon teve uma enorme contribuição – e continua tendo – para o desenvolvimento desse ambiente regulatório. Por isso, acreditamos que é apropriada a nossa participação nesta Comissão.

O Ibracon hoje é uma associação sem fins lucrativos. É um fórum que foi criado eminentemente como um fórum técnico, para contribuir no desenvolvimento regulatório, como eu disse.

Somos aproximadamente 1,5 mil profissionais associados ao Ibracon, profissionais da área de auditoria, e também próximo de 90 firmas de auditoria associadas.

O Ibracon, desde o seu início, tem desempenhado esse papel relevante na contribuição com os diversos reguladores no desenvolvimento da regulamentação, propiciando um ambiente econômico favorável para os negócios.

É importante dizer que a profissão da auditoria independente tem aproximadamente 180 anos. É uma profissão extremamente relevante, que tem contribuído, desde então, para o desenvolvimento econômico ao redor do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, o Ibracon continua sendo um fórum técnico. Ele tem o papel de continuar contribuindo no desenvolvimento dos seus profissionais, dos seus associados, oferecendo capacitação técnica e treinamentos. Dentre outras coisas, também o Ibracon continua contribuindo com os diversos reguladores no desenvolvimento das normas.

O Ibracon tem convênios com o Banco Central, CVM, também com o Conselho Federal de Contabilidade, e atua com apoio técnico, promovendo o debate também com fóruns internacionais.

Por ser uma atividade extremamente regulamentada...

Hoje é importante também dizer que a atividade de auditoria é bastante regulada. Ela já tem bastante regulação, tem bastante supervisão e tem diversas normas que são aplicadas.

O Ibracon também reconhece que é importante nós estarmos acompanhando a evolução dos fatos e a evolução de acontecimentos como esse, para que busquemos, junto com os reguladores, entender primeiro – a gente acredita que isso é muito importante – qual é a causa raiz de um problema.

Cada vez que acontece um problema dessa natureza, é importante lembrar que a fraude é algo estruturado, planejado, que ela é pensada para encobrir, diferente de um erro. Então, o Ibracon tem trabalhado nesse sentido.

Outro ponto é que os trabalhos de auditoria também têm uma relevância importante, porque eles trazem uma segurança, um nível de segurança para a informação que é utilizada pelos diversos tomadores de decisão para a tomada de crédito. Então, a informação financeira, a informação contábil é fundamental na análise da saúde financeira da empresa. E para isto: para que os tomadores de decisão, seja para fornecimento de capital em geral, seja empréstimo ou investindo, tenham uma maior segurança nessa informação que é fornecida.

Outro ponto importante também, dentro do nosso debate, é esclarecer...

Uma grande preocupação do Ibracon, hoje, tem sido uma dificuldade até, é comunicar e esclarecer – acho que o Presidente foi bem preciso aqui nos comentários – o que é a auditoria independente, qual a sua área de atuação, o que a auditoria faz e onde tem as suas limitações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Presidente bem colocou aqui, a auditoria independente não tem o poder de investigar, de polícia; ela não tem a capacidade de fazer uma investigação de fatos ou não tem acesso a movimentações financeiras fora da empresa. Quando um trabalho de auditoria é feito, ele é limitado ao que é feito dentro de uma empresa. Então, a gente busca e tem muita dificuldade quando uma fraude é cometida usando entidades ou estruturas que estão fora da empresa, que aparenta ser o caso aqui, com base em notícias, em que fundos de investimento foram utilizados para contribuir com essa fraude. Isso dificulta muito o trabalho do auditor.

O Ibracon também, de alguma forma, vem acompanhando – acho que é importante frisar aqui para os senhores – um projeto de lei que foi aprovado nesta Comissão e também aprovado na Casa, no Senado, que é o Projeto de Lei 2.581.

O Projeto de Lei 2.581 é um projeto que tem quatro grandes propostas.

Primeiro, cria a figura do denunciante de boa-fé.

Já há pesquisas internacionais que demonstram que parte das fraudes são descobertas por meio de canais de denúncia. Os canais de denúncia contribuem para a identificação da fraude, e a proposta dessa lei é um canal de denúncia público, através do qual as autoridades teriam acesso à notificação que for feita, atribuindo também, dando uma segurança para o denunciante e, também, até uma compensação financeira.

Outro ponto importante desse projeto é a tipificação da fraude. Ele trata a fraude como crime – a fraude contábil, a fraude financeira.

Outro ponto importante: reforça a governança das empresas.

Um elemento importante dentro de uma governança são os controles internos. A empresa que possui controles internos robustos tende a prevenir, com mais eficácia, que uma fraude seja cometida.

Outro ponto importante, que é um tema que o Ibracon também discute muito, é o tema chamado "responsabilidade do auditor independente".

Há uma mistura, geralmente uma certa falta de clareza sobre, dentro desse conceito, qual é o papel do auditor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante dizer que o auditor não é parte da administração. Por isso que ele é independente. Ele atua fiscalizando informações que já foram preparadas. Essas informações foram produzidas pela empresa, pelos seus administradores, aprovado pelos seus responsáveis, e o auditor faz uma verificação desses números, e o resultado final é a emissão de um relatório.

O relatório não é um relatório que... Simplesmente ele é publicado. O auditor não tem o poder de aplicar uma penalidade para a empresa, ele não tem o poder de gerar multa ou algo equivalente. Geralmente, o relatório do auditor é utilizado pelos reguladores, que – sim, cada um dentro da sua área de competência, de atuação – tomam suas providências para isso.

Eu acho que esses são os meus pontos principais, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos ao Sr. Rogerio Lopes Mota, Diretor Técnico do Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon).

Concedo a palavra, com muita satisfação, ao Sr. Joaquim de Alencar Bezerra Filho, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

**O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO** (Para expor.) – Bom dia, Sras. Senadoras e Srs. Senadoras aqui presentes, Presidente Renan; saúdo também a mesa, meus colegas Rogerio Mota, o catedrático Prof. Trevisan.

Eu gostaria, Presidente, de iniciar a minha fala dizendo que estou aqui em nome dos 540 mil profissionais da contabilidade, contadoras, contadores, técnicos em contabilidade, alocados dos mais de 5.670 municípios brasileiros que trabalham diariamente pela construção deste país, pela manutenção da economia e pelo desenvolvimento sustentável. E eu gostaria de iniciar com uma premissa fundamental: a confiança nas informações econômicas e financeiras é um dos pilares de estabilidade do mercado, de qualquer mercado, e auditoria independente existe exatamente para fortalecer essa confiança.

Eu fico muito tranquilo de olhar para o Plenário desta Comissão e ver dois profissionais da contabilidade que exercem mandatos de Senadores da República, o Senador Izalci e o Senador Laércio Oliveira, porque, não obstante a capacidade dos senhores e das senhoras de compreender, há, na razão da ciência técnica, um olhar mais apreciado sobre o impacto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contabilidade até na formulação das leis deste Congresso que envolvam aspectos diretos e indiretos da contabilidade.

O Conselho Federal de Contabilidade participa desse sistema, e eu gostaria de deixar isso muito bem frisado, não por algum interesse corporativo. Nós estamos... Enquanto instituição de Estado responsável por regular a profissão contábil no Brasil, qualificar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, esta é a missão: acima de tudo, proteger a sociedade, através da garantia da informação confiável no nosso país, com a integridade do trabalho técnico.

O Senador Renan, Presidente, colocou de forma muito clara, e é preciso que a gente destaque, porque às vezes há uma distorção da compreensão do papel da contabilidade, do papel da auditoria no mercado... Às vezes, há um conflito sobre a atribuição das responsabilidades, e eu preciso dizer que a auditoria independente é sim um mecanismo de governança, mas ela uma parte; ela não é o todo da governança.

Ela serve para aumentar a transparência das demonstrações financeiras, para fortalecer a disciplina informacional das empresas, das organizações, para ampliar a comparabilidade e a confiança no mercado.

Ora, no Brasil, as normas brasileiras de contabilidade e as normas brasileiras de auditoria, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, assumem o protagonismo da adoção internacional.

Eu poderia afirmar aos senhores e às senhoras que a regulação contábil brasileira, as normas brasileiras de contabilidade, são uma das mais evoluídas no mundo, porque já adotam os padrões globais de interpretação dessas normas.

O Brasil é protagonista em várias destas normas, e, sob o ponto de vista informativo, eu poderia afirmar que as nossas normas estão alinhadas às melhores práticas globais.

Mas eu preciso destacar o limite, o limite dos objetivos de um parecer de auditoria, porque essa é a razão, muitas vezes, mal compreendida.

Como muito bem colocou aqui o Presidente Renan, a auditoria independente não fornece certeza absoluta. A auditoria independente é baseada, e a própria norma NBC TA 200, que trata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos objetivos gerais do auditor, estabelece que a auditoria oferece segurança razoável, e não garantia absoluta.

Por que oferece segurança razoável? Porque a auditoria trabalha com teses e amostragens, não trabalha com a análise da população completa dos atos e fatos que permeiam a empresa; a auditoria trabalha com as evidências disponíveis, não trabalha com as evidências indisponíveis; a auditoria trabalha com as informações fornecidas pela administração, não com as informações não fornecidas pela administração.

Aliás, o primeiro ato de uma auditoria independente, quando contratada, é receber da administração a carta de responsabilidade da administração, em que, nesta carta, os administradores se comprometem com a veracidade dos fatos, com as informações que são entregues aos auditores, para, em sua análise, contemplar a avaliação de riscos e os julgamentos profissionais.

Portanto, a auditoria é, sim, um instrumento poderoso de governança, mas não substitui – não substitui – os controles internos da empresa, não substitui a responsabilidade da administração, não substitui o funcionamento adequado da governança.

É bom lembrar que qualquer instituição tem outros institutos de governança: conselho de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria, comitê de *compliance*, diretoria e também auditoria independente. Portanto, como disse, é parte.

E, é claro, quando a governança falha, os controles falham; e, quando os controles falham, a qualidade da informação disponibilizada aos auditores também falha, também falha!

A provocação desta audiência pública, que, aliás, é a oportunidade que a gente tem para poder debater e contribuir com a melhoria regulatória do país, traz, até em seu enunciado, uma frase icônica, da qual a imprensa também gosta, né? "Quando os balanços enganam".

Eu poderia afirmar que os balanços não enganam. As pessoas enganam, mas os balanços não enganam.

Digo isso porque os balanços são revestidos de normas técnicas, como disse, muito bem aplicadas no Brasil, estruturadas, com um sistema fiscalizatório do nosso Conselho Federal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contabilidade, que, aliás, está diretamente, em qualquer caso, não só nesse objeto desta audiência, mas em qualquer caso que tenha envolvimento de profissional da contabilidade descumprindo a norma técnica profissional e a norma de auditoria.

Eu poderia afirmar que o Brasil é onde há um dos sistemas mais robustos de qualificação profissional.

Vejamos.

Primeiro, para entrar na profissão contábil, o bacharel em Ciências Contábeis precisa fazer o exame de suficiência, e eu preciso afirmar aos senhores que é um exame qualificado: menos de 30% dos bacharéis são aprovados no exame. Então, já há um crivo nesse mercado.

Depois, esse bacharel, uma vez inscrito e agora, sim, profissional da Contabilidade, se ele quer exercer a atividade de auditor independente, ele precisa fazer um exame de qualificação técnica, um exame também robusto.

Ele precisa fazer parte de um Cadastro Nacional dos Auditores Independentes e, para se manter neste cadastro, ele precisa cumprir 40 horas de educação profissional continuada, sob pena de ele sair do cadastro e perder a habilitação para a auditoria independente.

E ainda mais: a auditoria independente do Brasil possui um programa de revisão de pares, revisão de qualidade externa. A cada quatro anos se faz um rodízio dessas revisões.

São aproximadamente 100 empresas de auditorias que, anualmente – este ano há mais, quase 140 empresas –, estão passando por um processo de revisão de qualidade externa. Nos últimos 23 anos, são mais de 2,3 mil rodadas de revisão de qualidade externa.

Portanto, nós estamos falando de um sistema profissional robusto, robusto!

Então, nós temos que ter muito cuidado, porque, enquanto nós estamos discutindo aqui um ou dois ou três pareceres de auditoria, existem no Brasil 55.176 pareceres de auditorias por ano.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO** – São 55.176. Então, nós não podemos deixar que um fato possa abalar ou colocar em xeque a profissão do auditor ou a contabilidade, porque os auditores são essenciais para a confiança pública do país.

Agora, precisamos, sim, reconhecer fraquezas. Não seríamos aqui... Seríamos irresponsáveis, se, diante de um sistema... Em qualquer sistema, seja o sistema político, seja o sistema empresarial, seja o sistema de governança, nós precisamos reconhecer fraquezas.

Quais fraquezas? Fraquezas de qualquer sistema, pois não é imune às falhas, e eu preciso afirmar que nós precisamos, sim, evoluir no sistema de governança do país.

É preciso que haja, nos casos como esse do Banco Master e tantos outros, diligência de todas as áreas. Diligência, sim, do Congresso, diligência do Conselho Federal de Contabilidade, diligência da CVM, do Banco Central, da Susep, da Previc, de todos os reguladores do país, para que a gente possa combater e evoluir na melhoria da governança.

Por quê? Porque nós não podemos, dentro de um sistema tão robusto desse, permitir que falhas isoladas possam comprometer a atividade.

Portanto, da evolução institucional existe um olhar para o ecossistema.

Qual é esse ecossistema que eu falo? Eu falo da governança das organizações, eu falo dos controles internos, eu falo da supervisão regulatória...

Eu tenho defendido, Presidente Renan, Sras. e Srs. Senadores, que a nossa CVM precisa ser uma CVM mais plural;

É importante a participação de advogados, é importante a participação de contadores, de administradores, mas é inadiável que a CVM possa – e os senhores aqui é quem faz este debate...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO** – É inadiável que nós possamos trazer para o debate a participação efetiva de contadores, de profissionais que tenham a habilidade da norma técnica. E, mais uma vez, não é corporativismo; é garantia de melhoria regulatória. A auditoria é parte desse sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu poderia ainda trazer como contribuição os caminhos em que eu entendo que nós precisamos, sim, refletir. Precisamos refletir no fortalecimento das práticas de governança corporativa; precisamos refletir no aprimoramento dos controles internos, na ampliação da supervisão baseada em risco, na integração entre órgãos reguladores e supervisores. A grande missão do Conselho Federal de Contabilidade é diminuir as assimetrias regulatórias no nosso país.

Eu vou trazer um exemplo que está paralelo: quem rege a contabilidade dos partidos políticos e dos candidatos? Nós temos o Código Eleitoral, muito bem estruturado por esta Casa, debatido amplamente; nós temos as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral; e nós temos a Norma Brasileira de Contabilidade Eleitoral. Veja o desafio para promovermos simetria regulatória em três ambientes regulatórios.

Esse é o desafio do Brasil. E o Conselho Federal de Contabilidade se coloca à disposição para o aprimoramento desse processo.

Eu digo que nós estamos em constante evolução regulatória. O nosso querido Rogerio Mota trouxe aqui a atenção especial para o PL 2.581. Esse PL define o conceito de fraude corporativa; traz as responsabilidades detalhadas dos administradores, dos conselheiros, dos executivos, dos auditores independentes. Mas eu traria ainda também a necessidade de regular, além da carta de responsabilidade dos administradores, a declaração obrigatória sobre os controles internos. Os administradores precisam declarar se seus controles internos são adequados ou não. Precisamos evoluir na obrigatoriedade dos comitês de auditorias para que alcancem as instituições financeiras e as empresas do mercado como um todo, e não só as empresas do novo mercado – são 190 empresas –, e que possam ser ocupados por profissionais independentes, e não membros funcionários efetivos, funcionários das instituições.

Nós precisamos ampliar... E é importante que as auditorias possam ter acesso ao Registrato. O Registrato é um sistema do Banco Central onde constam todas as movimentações financeiras. Por quê? Porque, quando nós circularizamos, os auditores ficam reféns do que vem de lá para cá; mas, se nós temos acesso ao Registrato do Banco Central, nós podemos fazer circularizações muito mais eficientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso também que a gente possa regular a identificação obrigatória de beneficiários nos fundos privados.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO** – O Brasil tem 32.195 fundos. Isso significa quase mais do que o dobro da quantidade de fundos que tem nos Estados Unidos. E nós não temos uma identificação clara de quem são os beneficiários desses fundos privados por ambiente regulatório.

E, por fim, é preciso que a gente possa, com essas ações, elevar essa regulação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado. E eu acredito muito que o Conselho Federal de Contabilidade pode contribuir.

Portanto, senhores e senhoras, a contabilidade e a auditoria independente são infraestruturas silenciosas na atividade econômica. Presidente Renan, quando funcionam bem, elas raramente aparecem.

Como eu disse, são 55.176 pareceres de auditoria: 55.175 funcionam muito bem, não aparecem; mas, quando a confiança é questionada e sua importância torna-se evidente, aí não. Aí todos nós precisamos parar, sim, para repensar onde temos que melhorar na regulação do nosso país, e o Conselho Federal de Contabilidade reafirma seu compromisso com a ética profissional, com a qualidade técnica, com a fiscalização do exercício profissional e com a proteção da sociedade.

Quero dizer aos senhores, às senhoras e a toda a sociedade: o Conselho Federal de Contabilidade será intolerante – eu vou repetir, intolerante – com qualquer atividade ética em descumprimento da atividade profissional ou da não aplicabilidade das normas de contabilidade, mas esse é o nosso limite. Limite não quer dizer limitação, quer dizer respeito às instituições todas do mercado. Nosso objetivo permanente é elevar a credibilidade da informação contábil, fortalecer a segurança jurídica e melhorar o ambiente de negócio.

Presidente Renan, Sras. e Srs. Senadores, muito obrigado pela oportunidade de trazer aqui a voz da contabilidade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu concedo a palavra ao Sr. Fabio Pinto Coelho, Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários.

Com a palavra.

**O SR. FABIO PINTO COELHO** (Para expor.) – Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Presidente, integrantes da mesa.

Primeiro, eu gostaria rapidamente de me apresentar: eu sou servidor público da CVM desde 2014; desde outubro de 2025, eu sou titular da Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria, que é uma área da CVM que é responsável por registro, supervisão, fiscalização e sanção de auditores independentes, com exceção de instituições financeiras, por conta do art. 23, §3º, da Lei 6.385, e também atua na edição de normas contábeis e de auditoria. Existem outras superintendências da CVM responsáveis por supervisão, fiscalização de demonstrações financeiras: então, no caso de companhias abertas, existe a Superintendência de Empresas; e, para fundos de investimento, existem duas outras superintendências, a SIN e a SSE.

Eu gostaria de fazer minha exposição... Ela tem um cunho um pouco mais técnico, mas eu acho que é importante para passar a visão da SNC com relação a um ponto central relacionado à questão Master e fundos estruturados associados. A minha exposição envolve, numa primeira parte, normas internacionais de contabilidade e de auditoria; segunda parte, fundos estruturados – e eu busco apontar aqui os principais fatores de risco de existência e precificação de ativos –; terceiro ponto, fundos estruturados, fraudes e o papel esperado dos auditores; e o quarto ponto, sugestões de melhoria relacionadas às atividades de auditores independentes.

Com relação às normas internacionais de contabilidade e auditoria, o Brasil, desde 2007, iniciou esse processo de adoção de normas internacionais de contabilidade e auditoria, basicamente a fim de reduzir o custo de observância de emissores, e também levar informações úteis para investidores de forma geral, incluindo investidores internacionais que têm uma parcela significativa dos investimentos no mercado de capitais brasileiro.

E, nesse processo, foi inserida também, no art. 183, inciso I, da Lei das S.A., em que estabelece a aplicação em instrumentos financeiros em direitos e títulos de crédito, a avaliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo valor justo. Esse conceito de valor justo tem uma acepção técnica em contabilidade que é central aqui na minha exposição.

O que o valor justo significa? O que ele pretende? Que a mensuração seja feita com base em um valor que represente um valor de mercado. Isso pode ocorrer em três níveis, basicamente, de acordo com a norma: no primeiro nível, é mais fácil fazer essa mensuração – por exemplo, se tem um mercado organizado, se tem uma carteira de ações da Petrobras, é fácil pegar a cotação da Petrobras e fazer o registro do ativo no fundo –; você tem um segundo nível, em que você não consegue essa informação direta, mas você pode utilizar informações em mercados correlatos para fazer o cálculo do valor; e você tem um nível três do valor justo em que você não tem essas referências. Então, normalmente, se fazem estimativas com relação a esse valor; e essas estimativas, basicamente, utilizam modelos que são desenvolvidos – nesse ponto eu vou, já, já, me aprofundar. É importante dizer que a adoção do valor justo é feita... Hoje 135 países adotam as normas internacionais de contabilidade, e não se verificam grandes problemas com relação à adoção do valor justo de nível três.

É importante também destacar aqui, eu gostaria, a evolução de resultados da CVM nos últimos anos, o papel dela de desenvolvimento do mercado. Isso já foi objeto da apresentação do Presidente da CVM aqui, só para destacar a questão de crescimento no mercado de fundos de investimento, que foi feita na ocasião, de 123%, entre 2014 e 2025.

Entro no segundo ponto. Fundos estruturados: risco de existência e precificação de ativos. Estes dois fatores, existência e precificação de ativos, já são objeto de risco prioritário no âmbito da Superintendência de Normas Contábeis da CVM, desde 2021, justamente por conta, em especial, dessa característica do valor justo de nível três aplicado a fundos estruturados.

O que são fundos estruturados? São aqueles que têm ativos que não são negociados no mercado mais organizado, mais eficiente; então, envolvem, em especial, fundos de investimento em participações, na entidade de investimento, que, como o próprio nome diz, envolvem participações em empresas, de forma geral; fundos de investimento imobiliário; e fundos de direitos creditórios.

Então, esse ponto é bastante importante porque, com relação a esses fundos, como não existem mercados organizados, como no exemplo que eu dei de ações da Petrobras, para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precificação, para a mensuração desses ativos, o que a gente observa é que eles costumam fazer a mensuração pelo nível três, e, dependendo do contexto em que um fundo é criado, é administrado, muitas vezes de forma irregular, isso acaba gerando um risco que muitas vezes a gente tem visto até nos jornais: de oscilações muito significativas de valor patrimonial. Então, eu acho que é importante destacar esse ponto.

Tratando agora do próximo ponto, de fundos estruturados...

Ah, me desculpem! É só um ponto aqui que eu acho também importante: em 2025, a CVM aumentou substancialmente, aumentou significativamente a proporção de julgamentos de auditores independentes, representando 48% do total de julgamentos da autarquia.

Com relação à análise aqui do próximo ponto, que são fundos estruturados-fraudes e papel esperado das auditorias independentes, é importante – e isto já foi citado aqui nas apresentações – destacar as linhas de defesa que existem no sistema de controles internos, ou que devem existir. E o primeiro responsável, no caso de fundos de investimento...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FABIO PINTO COELHO** – ... de acordo com as normas, é o administrador fiduciário, e os auditores dentro dessa linha de defesa também têm o seu papel.

Gostaria de destacar que os auditores... Já existem algumas normas que tratam do tema, por exemplo a NBC TA 240, que trata especificamente de fraude, que estabelece que são objetivos do auditor identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis decorrentes de fraude – e aí sempre fazendo as ressalvas que já foram colocadas aqui, de que, pelo próprio procedimento de auditoria, dos procedimentos analíticos, sempre existe a possibilidade de algum tipo de erro; então, não é uma garantia absoluta.

E partindo aqui, por conta do tempo, para questões de sugestões de melhoria, com base até na experiência que a Superintendência de Normas Contábeis tem nas atividades de fiscalização, sanção, no âmbito da supervisão baseada em risco, em que os relatórios estão publicados, estão disponíveis na internet, com relação aos resultados que foram alcançados, a primeira sugestão aqui seria resgatar a essência do valor justo. Ele, quando é instituído pela norma, busca retratar a realidade econômico-financeira das empresas. E o que as evidências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacionais indicam é que o problema não é o valor justo, o nível 3; é como ele hoje está sendo praticado, em alguns casos, no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FABIO PINTO COELHO** – Então, aqui a sugestão é se criar um regime jurídico, mas, dado o risco inerente, se criar um regime jurídico mais robusto, para bloquear, para gerir esse risco inerente. O problema não é o risco ser alto; o problema é ele não estar com os devidos controles e a devida responsabilização, muitas vezes.

Outro ponto é o desenvolvimento de norma com procedimentos mínimos de auditoria a serem realizados em fundos de investimento, com ênfase na existência e precificação dos ativos. Hoje, no âmbito da Superintendência de Normas Contábeis, como eu comentei, esse é o principal problema, e aí eu destaco também a questão da necessidade dessa mensuração de forma independente, com laudo de avaliação.

Outra sugestão seria a questão do julgamento profissional: explicitar, na NBC TA 200, que ele não possa ser usado para deixar de executar procedimentos mínimos de auditoria. Então, se os procedimentos são mínimos, eles devem ser executados.

E, por fim, a sugestão da utilização de novas tecnologias, como, por exemplo, a inteligência artificial, para reduzir os riscos nos procedimentos de auditoria. Esses riscos, muitas vezes, são associados à amostragem natural e inferência estatística, mas hoje se consegue superar bastante esse tipo de problema com o uso de inteligência artificial. Sei que já existem iniciativas nesse sentido nas empresas de auditoria, mas só para reforçar.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FABIO PINTO COELHO** – Desculpem ter me alongado, mas eu acho que eram importantes esses comentários.

Agradeço, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos as suas palavras iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Sr. Antoninho Marmo Trevisan, fundador e Presidente do Conselho de Administração da Trevisan Escola de Negócios.

Com a palavra.

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. É um prazer enorme estar aqui. Muito obrigado, meus colegas que já me antecederam.

Eu vou tentar ser mais rápido, para não cansá-los, apenas abordando aqui a experiência de um veterano na auditoria, Senador Mourão.

Lá, quando comecei minha carreira, em 1970, a um jovem de 20 anos, morador da periferia de São Paulo, eis que abre uma oportunidade de carreira. É a melhor carreira de todas que vocês possam ter no Brasil e no mundo. Por quê? Pega um jovem de diferentes posições sociais, possibilita que você aprenda, você entra e você tem logo 360 horas-aula para saber o que é auditoria. Então, vocês imaginem um jovem de 20 anos começando a carreira de Senador. O que ele primeiro ouve é do nosso mestre – ali era um inglês –, que dizia: "A partir de hoje, os senhores são responsáveis pela auditoria do tesouro da Rainha da Inglaterra".

É para a gente ter uma imagem, Senador Fernando, do que é esse trabalho. Você é levado a trabalhar num ambiente regulatório, num ambiente civilizado, o que me leva, inclusive, a falar sobre um filme – que todos vocês viram e que a gente pode sempre citar –, que é o Casablanca, numa cena histórica, onde o chefe da polícia, diante do assassino, diz: "Procurem o bandido, mas prendam os suspeitos de sempre". Esse é um perigo, Senador, que a gente corre, como disse aqui o nosso Presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

O auditor tem uma tarefa que não é individual; trabalha-se primeiro em equipe. São equipes, e cada um deles procedendo a um determinado papel dentro de um trabalho em que ele espera que as regras sejam cumpridas, em que ele espera que haja civilidade e em que ele espera que ele não esteja lidando com quadrilhas, bandidos, organizações criminosas. É assim que é possível existir a auditoria.

Os senhores podem pesquisar: em países truculentos não existe auditoria. Por uma razão óbvia: é impossível auditar a farsa, o golpe, a organização criminosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há a menor hipótese de este auditor – de qualquer outro auditor – não perseguir o seu caminho, fora das regras que ele tem, quando de um lado tem alguém que está falseando, criando figuras que não são reais para a contabilidade, estabelecendo formas de fraude organizada e que o auditor... Eu estou aqui com o relatório do auditor independente do Banco Master – e ele diz isso! –, mas a pergunta é sempre essa: "Ninguém viu? Os jornalistas não viram? Os jornalistas foram ver o relatório do auditor independente que auditou? Ele teria dito que havia fraude, que havia omissões, que havia perigo?". Sim, ele disse, mas acontece que ninguém lê.

Eu vou só citar um trechinho. Ele diz assim: "O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro [é verdade], já que a fraude [vejam os senhores como este caso envolve tudo isso que o auditor disse, já que a fraude, meu caro Diretor da CVM] pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio [e eu pergunto aos senhores: houve conluio, Senador, no caso que nós estamos aqui analisando? Houve, sem dúvida], falsificação [houve falsificação, Senadora Damares? Só houve] [...] [houve omissão? Sem dúvida nenhuma] ou representações falsas intencionais".

Aí se coloca, Senadora, o pobre do auditor para queimar na fogueira. É fácil. Mas eu volto aqui a dizer a vocês, porque os meus colegas já disseram tudo o que era para ser dito: a gente tem que olhar para onde foi o dinheiro.

Então, eu penso que esta Casa, Senador, que tanto tem trabalhado em prol da transparência, se os senhores olharem para onde foi o dinheiro, vocês vão saber o que aconteceu no caso Master.

E por favor, meus caros colegas, eu não acho que nós temos que fazer novas leis, novas regulações. Não, nós temos que prender aqueles que devem ser presos. Não adianta nada eu contar com um determinado supervisor legal, e esse supervisor legal foi cooptado pela quadrilha. Então, como é que eu vou fazer, Senadora Damares? Eu transmito a ele o meu relatório.

Mas, meu caro Senador por Santa Catarina, como é que aquele que lá está para supervisionar, fiscalizar, complementar o trabalho do auditor foi cooptado? Ora, é você jogar sem o goleiro, sem o atacante. É como aquela história – também, aqui no seu gabinete, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estávamos fazendo uma prévia, não é, Senador Fernando? – de um campeão de futebol que se propõe a fazer cem gols no meio de um campo, no Maracanã, e aquela torcida toda lá, acompanhando aquele goleador. Lá está o goleiro e lá está ele fazendo o gol, na marca de pênalti. Ele faz o primeiro... Ele se propõe a fazer cem. Ele faz o primeiro, faz o nonagésimo – está aqui o nosso Senador, especialista nisso – e, na hora que em ele chega no nonagésimo chute, ele erra o gol. O que os senhores acham que a torcida fala, Senador Mourão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Pronto, não é? Então, é mais ou menos o que nós estamos olhando aqui.

Eu tenho muito temor...

Eu estou com 76 anos, segunda-feira faço 77 anos. Falando sobre esse assunto lá em Lisboa com outros colegas – o CFC organizou um encontro de contabilidade e auditoria de países de língua portuguesa –, também falamos desse tema. É preciso olhar a profissão contábil, é preciso olhar o trabalho do auditor como a razão do desenvolvimento de um país. E se os senhores me perguntarem: "Qual é o país mais auditado do mundo, Trevisan?". Como professor que investiga, eu vou dizer: talvez um dos mais desenvolvidos, a Holanda. A Holanda tem 13 habitantes por auditor. Mas a Holanda precisa, então, de auditoria, se ela é tão certa? É quando a auditoria floresce.

Eu também, muito jovem, quando estava ali iniciando o trabalho da auditoria, recebi a incumbência de auditar uma ONG, uma organização não governamental, que tinha acabado de receber uma doação dos alemães. E fui fazer. Aí eu fui ver quanto custou a auditoria e de quanto era a doação. Eu perguntei para aquele alemão: "Meu senhor, o custo da auditoria está sendo o dobro da doação que os senhores estão fazendo. Não tem algo errado?". Ele falou: "Não, Trevisan, está muito certo. Nós, os alemães, queremos saber onde está cada tostão que a gente aplicou, e para isto nós pagamos auditoria, para saber disso".

E eu me pergunto...

Como vi lá na minha cidade agora, no Carnaval, lá em Ribeirão Bonito, no interior de São Paulo. Falei com o Prefeito... Cheguei lá com a minha neta e quatro amiguinhas para ver o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carnaval. E cadê o Carnaval de Ribeirão Bonito? Não tinha ninguém. Eu falei: "Paulo, o que está acontecendo?". Ele falou: "Peguei a verba que era para o Carnaval e comprei carteiras para as escolas de Ribeirão Bonito". Alguém há de ser contra? Todos têm que ser contra, porque é uma forma de desviar a política pública. O gestor da política pública já está achando que cada um está aplicando o seu recurso onde devia. É claro que, se ele fizesse o Carnaval em Ribeirão Bonito, dava para ele comprar três vezes mais carteiras para as nossas escolas.

Então, eu encerro aqui...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – ... para agradecer enormemente a oportunidade, Senador, e parabenizar o Senado por estar dando esta oportunidade para a gente estar aqui debatendo com vocês.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos, agora, à fase das interpelações.

Eu concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, que é o nosso querido Senador Jorge Kajuru.

Em seguida, nós temos as inscrições do Senador Izalci Lucas, do Senador Esperidião Amin, do Senador Fernando Farias, da Senadora Damares, e eu próprio tenho também algumas perguntas a fazer.

Com a palavra o Senador Jorge Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Inicialmente, Deus e saúde a todos os presentes, a todas e aos ausentes que nos acompanham, neste importante debate do grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos, que tem a Presidência sempre irretocável do Senador Renan Calheiros.

Nesta oportunidade, de forma coletiva, eu pediria o pitaco de cada um dos nossos importantes convidados, que foram precisos em suas explanações iniciais, e começo perguntando sobre a auditoria que pressupõe, para uma opinião independente, que sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verificados os elementos patrimoniais sobre a administração da entidade. Com base neles, gestores, administradores, investidores, governo, órgãos reguladores ou qualquer outro *stakeholder* tomam decisões. Seria, desse modo, essencial verificar tanto a existência quanto a valorização dos bens e direitos constantes dos balanços? Como, com tantas normas técnicas e legais, pode-se chegar a um caso de bilhões de ativos inexistentes ou supervalorizados que passaram pelo crivo das grandes empresas da auditoria? Pergunto.

Segunda colocação: a precificação de ativos de crédito pressupõe conhecimento técnico-financeiro. Os profissionais de auditoria em trabalhos envolvendo instituições financeiras têm formação adequada para tal tarefa? Pergunto. Garante-se que dominem apreçamento de derivativos ou FIDCs – pergunto – ou tomam por base informações de terceiros?

Por fim, desde os escândalos do Barings, da WorldCom e do *subprime*, grandes escândalos financeiros corporativos, sabe-se que existem problemas da detecção de fraudes contábeis em grande escala, mas elas continuam existindo. O que as empresas de auditoria têm feito de efetivo para evitar que aconteçam?

São minhas colocações, Presidente Renan Calheiros.

Muito obrigado e ficarei atento à resposta de quem quiser ou, de forma coletiva, ao pitaco de cada um dos nossos convidados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos fazer blocos de três Senadores.

Eu concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas. E o último do bloco é o Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero aqui reforçar – eu já tenho dito isso muitas vezes –: eu sou contador, estou Senador. E é muito importante esta audiência para que a gente possa demonstrar para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população a importância do contador no processo de desenvolvimento do país, na segurança do patrimônio.

Eu lamento muito a recente declaração do Ministro Haddad, dizendo que, com a reforma tributária, não precisa mais de contador. Acho que ele foi muito infeliz e que deve, realmente, pedir desculpa aos contadores e às instituições.

Mas o que acontece no Brasil hoje, também, Presidente, em muitas empresas, principalmente estatais, como no caso do BRB, por exemplo: o conselho fiscal e o conselho de administração normalmente são indicações para melhorar o salário de outras instituições. Então, tem Ministro que tem salário baixo; aí, para compensar o salário, bota ele no conselho de administração. Tem funcionário que tem salário baixo, bota ele no conselho fiscal, sem nenhum pré-requisito para realmente exercer essa função fundamental de conselheiro. Aconteceu agora no BRB: fazia parte do conselho de administração a Chefe de Gabinete do Governador, que influenciou na aprovação dessas atas que foram colocadas.

Então, nós precisamos realmente mudar a forma de escolha. Tem projeto tramitando aqui, do Portinho – o Portinho botou só advogado; muito pelo contrário, o que tem mais é contador nesses conselhos –, para realmente apurar.

Eu vou aqui, rapidamente, fazer algumas indagações, no sentido de divulgar e de a população entender um pouco mais, porque eu tenho conhecimento, mas muita gente não entende isso. Eu gostaria de aproveitar essa audiência da TV Senado para que os leigos possam entender um pouco mais.

Então, está aqui.

As auditorias possuem mecanismo suficiente para identificar operações estruturadas que possam mascarar risco ou distorcer a real situação de um banco? Quando uma instituição auditada cultiva proximidade com autoridades do Executivo, do sistema judiciário e de órgãos de controle, ainda que essa proximidade não constitua prova ilícita, isso não cria ao menos um risco objetivo de intimação regulatória ou complacência institucional? Na visão dos senhores, as normas brasileiras tratam de forma suficiente desse risco de captura por relacionamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em situações em que inconsistências relevantes são identificadas, qual o dever da auditoria em comunicar diretamente aos reguladores, como o Banco Central e também a Comissão de Valores Imobiliários? Como se dá a coordenação entre a auditoria independente e os órgãos supervisores, como o Banco Central e a CVM, quando são identificados riscos relevantes?

Como funciona, na prática, a responsabilização civil ou administrativa das auditorias quando falhas relevantes em processo de auditoria contribuem para prejuízo a investidores? Os atuais relatórios de auditoria fornecem informações suficientemente claras para os investidores não especializados compreenderem o risco envolvido? Há necessidade de aperfeiçoar a padronização e a linguagem dos relatórios de auditoria, para ampliar a transparência e a compreensão por parte dos investidores?

Os atuais mecanismos de supervisão das auditorias, por parte do regulador, são suficientes para prevenir falhas sistêmicas? Considerando os riscos envolvidos em instrumentos financeiros emitidos por instituições bancárias, os investidores estão recebendo informações adequadas sobre o risco de crédito e liquidez?

Então, são perguntas que eu gostaria de deixar aqui e vou passar depois para mesa, para a gente realmente mostrar para a população, porque, como foi dito aqui, Trevisan, as pessoas querem culpar o auditor, e V. Sa. colocou muito bem no relatório de auditoria, especificamente, em que está demonstrado tudo o que aconteceu. Aí coube ao Conselho de Administração tomar a decisão, e tomaram a decisão equivocada, que não foi baseada realmente no parecer da auditoria.

São essas as considerações para vocês, inclusive para o Conselho Federal, com relação à punição de auditores que possam ter alguma relação com relação a esse caso.

Era isso, Presidente, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Esperidião Amin, com a palavra V. Exa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, mais uma vez, eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa, ainda em pleno recesso, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciar os trabalhos, fazer iniciar os trabalhos do nosso grupo de trabalho, que tem contribuído muito, junto com a imprensa e com a Polícia Federal, especialmente, não exclusivamente, para se evitar o abafa na causa desta reunião. A causa desta reunião é o Banco Master, o conglomerado que o acompanha, e o fato de que o desenrolar dessa fraude não foi uma coisa de um ato só, mas um ato, primeiro, de grande público e de grande palco, muitas estrelas, o que contribuía para tentar abafar.

Quero lembrar um fato pitoresco, para não dizer outra coisa: as primeiras provas coletadas por determinação do Ministro Toffoli foram depositadas – e V. Exa. reclamou disso muitas vezes – no gabinete do Presidente do Senado. Então, isso mostra que havia muito mais ânimo de esconder, de abafar do que de apurar.

Mas, quanto ao nosso escopo aqui, quero fazer duas perguntas. O senhor ouviu – e os que estávamos na audiência com o Presidente do Banco Central – a reclamação dele de que o Banco Central não tem alcance sobre as casas da moeda – são casas da moeda –, especialmente os fundos privados. Eles emitem dinheiro ou não? Quer dizer, o sujeito compra cártulas do Besc, que são da sua época, não da minha... (*Risos.*)

Pelos cabelos brancos, o senhor deve ter emitido essas cártulas. Cártulas do Besc, avalia por R$850 milhões; depois, contabiliza que o patrimônio é de R$6 bilhões, e fica por isso, isso não é objeto de fiscalização do Banco Central, da CVM. Deu para entender?

Quem foi que deu a estatística dos fundos? Foi o senhor lá. Quantos são?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O dobro dos Estados Unidos, não é? É isso? Quantos desses são fundos privados? Hein? Ou seja, pessoal, isso aí é Casa da Moeda. Compro por 2 milhões, essa matéria é de ontem, e vendo por 295, e, no final das contas, ainda recebo de volta o Imposto de Renda. Isso são flashes do que nós estamos sabendo agora.

A primeira coisa: o que nós podemos fazer para suprir aquela queixa do Presidente do Banco Central, o Galípolo? Eu assumi. Aquele dia ainda disse: "Eu quero a sugestão". E agora queremos da CVM também qual é a sugestão para coibir isso, porque, se não for possível coibir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essa fraude estimulada pela incapacidade de avaliar o conteúdo de mérito dos valores, dos ativos que integram esses fundos, não temos que fazer nada então. Vamos fechar os fundos? Vamos impedir que o Brasil alavanque dinheiro? A alavancagem é uma coisa natural, o real tem que circular para valer mais do que um real e poder impulsionar a economia. Agora, se ele gera fundos podres e ativos podres a ponto de um banco desse porte comer 40% ou 45% do FGC – não é isso? Quarenta e cinco por cento do FGC já foram consumidos –, daqui a pouco nós vamos acabar com o sistema financeiro por falta de auditoria. Quando eu digo auditoria é de mérito. Eu declaro que isso aqui é um copo de cristal produzido na Boêmia, boto no fundo e os outros, os otários botam dinheiro bom. Quando eu for ratear, adivinha quem perdeu dinheiro e quem ganhou? Então este é o mérito da questão.

Primeira coisa, os senhores têm a obrigação, especialmente a CVM, de dizer o que falta para fiscalizar, já que o Banco Central disse que até lá eu vou... Aliás, o próprio Ministro Haddad disse isso. Ele nos alertando: "Olha, vocês prestem atenção, porque é a CVM que responde por isso". Ou vocês não ouviram essa manifestação? Bem no começo. A CVM é vinculada ao Ministério da Fazenda; então não é comigo ou é comigo?

E as nomeações de caráter político. Esse é o segundo ponto. O grande malfeito pela decisão monocrática do ex-Ministro Ricardo Lewandowski, que permitiu que 587 cargos de conselheiro, de coisa que o valha, deixassem de suprir essas indicações, de satisfazer os requisitos previstos pela Lei das Estatais, que já vigorava há nove anos, pelo menos. Liberou, liberou geral. E o que é pior, depois de 14 meses, o Supremo reconheceu que as restrições ou os requisitos eram constitucionais, mas que quem foi nomeado ficaria. Essa resiliência, essa tolerância com o erro é que tem permitido que nós tenhamos...

E aí eu concluo: como foi lembrado pelo querido amigo Senador Kajuru, esse filme nós vimos no *subprime,* pessoal, vocês todos assistiram. O senhor se lembra; no Banco Central, naquela época, todo mundo conhecia aquele The Last Laugh, todos eles já tinham visto a história contada pelos humoristas sobre como é que eu transformo uma casa em ruínas, numa hipoteca, boto num fundo estruturado e vendo para Tóquio. Isso é uma das piadas daquela apresentação. Aquilo que aconteceu em 2009 está acontecendo no Brasil hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então os instrumentos de auditoria têm que chegar ao mérito da questão, ou seja, ao fundamento do valor atribuído ao bem, ou então tem que fechar as casas da moeda. Então peço a contribuição para essas duas coisas. Onde é que termina o Banco Central? Porque o banco não tem nenhuma irregularidade. O banco não tem, o que tem é a periferia dele. Ele paga, recebe, só que se baseia em valores fraudados, onde? Nisto. Até a fraude da cooptação dos fundos de previdência bota dinheiro bom – isso é que é o pior –, bota dinheiro bom para misturar fora do banco em coisa ruim, prejudicando 18 fundos de previdência estaduais. Onde é que vai parar isso? E isso não é resgatável pelo FGC.

Então eu concluo dizendo: é nossa obrigação contribuir para melhorar a legislação que diz "aqui termina o Banco Central". Ou incorpora o Banco Central ou faz uma parceria formal e ativa do Banco Central com a CVM, tem que ter um responsável por isso; senão, nós vamos ter que extinguir os fundos, e isso vai prejudicar a economia.

E o segundo ponto é este: auditoria tem que ter a capacidade, no mínimo por amostragem, para que um dos 50 celulares que fazem parte do meu fundo, o sujeito vai lá e confere se ele não é só um peso para papel. Izalci, ele é peso de papel ou ainda tem intestino, coração e pulsa? É só isso. Essas duas contribuições.

Eu acho que os senhores têm a obrigação de trazer. O sistema não é robusto nem é seguro – nem seguro nem robusto. Ele é um A380 sem piloto e ninguém sabe o que tem lá dentro.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Para estimular o debate, eu proponho que cada um dos convidados possa falar especificamente para responder ao Senador Izalci, especificamente para responder ao Senador Esperidião ou ao Senador Kajuru, isso não será exclusivo. Qualquer um dos senhores também poderá complementar, de modo que possamos estimular este debate nas poucas horas que nos restam ainda para a programação do Plenário do Senado Federal. De modo que os senhores fiquem à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos uma pergunta do Senador Kajuru; uma pergunta também, aliás, várias perguntas feitas pelo Senador Izalci Lucas; e duas perguntas feitas pelo Senador Esperidião Amin.

Quem deseja, em primeiro lugar, a palavra?

Com a palavra o Sr. Joaquim de Alencar Bezerra Filho, especificamente para responder.

**O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO** (Para expor.) – O.k.

Obrigado, Presidente Renan. Quero agradecer ao Senador Kajuru, ao Senador Izalci Lucas e ao Senador Esperidião Amin pelas perguntas. Eu vou pontuar aquilo que compete ao Conselho Federal de Contabilidade.

Então, ao Senador Kajuru eu quero reafirmar que os contadores e as contadoras do Brasil, os auditores estão, sim, preparados.

Nós temos o sistema mais robusto de qualificação profissional do país, somos uma das poucas profissões que tem um programa de educação continuada, e, para que haja manutenção desses profissionais na atividade de auditoria, há necessidade da formação de 40 horas mínimas de capacitação na área das normas de auditoria, na área da aplicabilidade prática da auditoria.

Então, eu gostaria de reafirmar esse compromisso e dizer que, mais uma vez, a auditoria é parte de um sistema robusto de governança, que tem gestores, administradores, controladores, conselho fiscal, conselho de administração e tantos outros instrumentos de governança, e a auditoria é a força técnica para garantir que as normas estejam devidamente implementadas.

Ao Senador Izalci Lucas eu quero tratar de três pontos.

Primeiro, corroborar e dizer que isso tem sido uma defesa da contabilidade brasileira.

Nós precisamos, sim, que as autarquias e as estatais tenham mais independência em seus conselhos de administração, em seus conselhos fiscais, menos politização, para garantir melhor confiabilidade da informação, maior independência – e compete sim.

Mais uma vez, não é um discurso corporativo; é um discurso, é uma narrativa de evolução da regulação técnica, da garantia de melhor governança. Claro, se você tem, num conselho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração, num conselho fiscal, profissionais capacitados e habilitados para poderem ajudar a administração a tomar decisões, é muito mais seguro.

Portanto, eu quero corroborar com o Senador Izalci Lucas e dizer que as normas brasileiras de contabilidade estão, sim, como eu disse, preparadas. Uma das maiores regulações do mundo é a contabilidade brasileira.

Como é que se constrói uma norma de contabilidade no Brasil? Primeiro, com uma vasta discussão em audiência pública, em que o mercado participa. Não são normas feitas em gabinete; são normas feitas com a discussão ampla da academia, do mercado, da sociedade em geral, em que participam os reguladores do país. Aliás, enquanto o Conselho Federal de Contabilidade normatiza para o Brasil, nós temos – e aí já respondendo à segunda indagação – uma integração com os outros reguladores: CVM, Banco Central, Susep, Previc, academia, que é o nosso CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), em que essas instituições estão mensalmente analisando e promovendo a adoção das normas brasileiras aos padrões internacionais. Então, há integração sim.

Agora, respondendo a pergunta final: o CFC vai punir os auditores?

O CFC – eu disse, nós seremos intolerantes – punirá qualquer profissional da contabilidade que agir aeticamente – e nós já iniciamos os processos de investigação e de análise da atividade do exercício profissional –, porque é preciso que a gente, mais uma vez, separe fraude contábil de fraude corporativa.

Fraude contábil é quando há um desvio ou um desvirtuamento da atividade profissional produzida pelo profissional da contabilidade, quando ele burla documentos ou faz qualquer outra atividade desta natureza. E nós seremos altamente vigilantes.

Agora, não podemos abrir, mais uma vez macular a imagem do profissional quando a fraude é da administração, ou quando há conluio, ou quando há crime, em que a contabilidade e a auditoria não alcançam pelo seu limite de escopo.

E ao Senador Esperidião Amin, eu quero reafirmar: auditoria não é investigativa. A auditoria é um procedimento que demonstra, através da capacidade técnica, o seu limite de atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais uma vez, o Conselho Federal de Contabilidade está para contribuir com este ambiente regulatório, na certeza de que este debate é muito rico para a construção do que o Brasil precisa resgatar, que é a confiança pública, a confiança da economia do nosso país.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Dr. Trevisan.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** (Para expor.) – Primeiro, para tranquilizar o Senador Izalci e o Senador Kajuru, eu tenho uma escola que forma auditores e forma contadores e posso garantir aos senhores que eles estão preparados, eles foram preparados para toda essa sofisticação do sistema financeiro. Eu posso, com certeza, dizer isso para os senhores.

A segunda questão, Senador Esperidião e Senador... Eu volto a dizer que os relatórios de auditoria, por alguma razão, são pouco lidos. Por alguma razão. Se o senhor for verificar o parecer do auditor, que auditou alguns fundos, ele se absteve de opinar. A abstenção é o grau máximo onde um auditor, diante da falsidade, não consegue opinar. E, por incrível que pareça, eles publicaram a abstenção do auditor. Está publicado: "Eu me abstenho de...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Vamos tirar isso das alternativas dele. O mínimo ele deveria dizer. Eticamente ele teria que dizer: "Isso aqui precisa ser investigado".

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Mas é o que ele disse, a ponto de que ele não consegue nem entrar nisso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é uma linguagem eufemística.

Isso aí, Dr. Trevisan...

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Certo. O.k.. Pode dizer.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso aí é eufemismo.

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Abstenção?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso. Claro!

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – O senhor pede para eu opinar. Eu digo assim: "Dada a bagunça que eu estou encontrando, eu não tenho condições de opinar". E publico isso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Investiguem mais.

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Pois é. E eu publico isso. Que mais o senhor pode fazer?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é que tem que publicar.

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Pois é. Mas é isso que está publicado. O auditor fez isso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele se absteve.

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Pois é.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso aí, na *socialite*, é luva de pelica.

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Entendi. Claro.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso aí, cá para nós... Agora, o senhor tem que concordar comigo.

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Concordo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deu certo a advertência dele?

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Ninguém leu.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não. Pois é. Aqui, tem que usar um palavrão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Mas o senhor tocou num ponto muito importante.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O palavrão é o seguinte: olha, isto aqui recomenda que se faça um aprofundamento de investigação, porque foge à minha percepção.

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – E ele faz isso. Ele manda para o Banco Central e manda para a CVM, porque ele não tem esse poder de fazer isso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É lógico, mas agora nós temos que dar esse poder e essa responsabilidade. Bota em negrito, bota com ponto de exclamação... Isso é a sugestão que vocês têm que dar. "Olha...

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Mas, Senador, o senhor...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... nós temos que recomendar que se faça um aprofundamento".

Eu paro por aqui.

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** – Entendi.

Mas, só para alertar todos os meus companheiros que aqui estão e diante desse tempo todo que eu venho, na minha vida, para aprender auditoria: o auditor não é a polícia; o auditor não é o fiscal; o auditor não tira uma empresa da bolsa de valores. Ele manda para os órgãos reguladores. Os órgãos reguladores tomam conhecimento imediatamente da situação.

O senhor vai me perguntar: "Então, por que não tomaram as decisões e foram fazer isso que o senhor disse?". Isso eu não sei lhe responder.

Está aqui o meu colega Fabio...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Sr. Fabio Pinto Coelho.

**O SR. FABIO PINTO COELHO** (Para expor.) – Agradeço aos Srs. Senadores pelas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, eu gostaria aqui de endereçar, até para concatenar com o comentário anterior, a questão da atuação da CVM.

A CVM abriu – ordem de grandeza aqui, eu não tenho o número exato – centenas de processos administrativos sancionadores, vinculados, de alguma forma, ao grupo Master-Reag. Existe um rito ordinário, onde é garantido o devido processo legal, mas só para reforçar que a CVM não está paralisada com relação a isso. Nós estamos atentos e estamos agindo.

Com relação a questão da Casa da Moeda, eu achei o exemplo muito interessante, pessoalmente, e está justamente associado ao que eu falei: dramático. E é justamente o ponto que eu destaquei na minha questão inicial.

Essa "criação", entre aspas, de moeda, está sendo feita pelo valor justo nível 3. Por isso que é importante...

E existe uma norma internacional, que é a IFRS 18, que estabelece critérios rigorosos para o estabelecimento do valor justo.

Nos 135 países que adotam as normas da IFRS, inclusive a IFRS 18, a gente não vê esse tipo de problema nessa dimensão. Então, o que nós percebemos é que não parece ser um problema normativo, de norma contábil. O problema está associado à questão da prática dessa questão da valoração – e aí desde a base.

A gente não pode generalizar para a classe, por exemplo, de contadores, não é o caso, mas casos isolados, como a gente tem visto aqui nos fundos estruturados associados ao Master, envolvem questões que precisam ser endereçadas: saber quem fez a mensuração, quem está, por meio dessa mensuração – isso refletido nas demonstrações financeiras –, gerando todos os problemas que a gente tem visto, associados à fraude, entre outros ilícitos.

É importante também que as auditorias... Elas têm normas específicas para isso, evidências apropriadas e suficientes para a emissão de relatórios. É importante que elas adotem esses procedimentos mínimos, com um ceticismo amplificado nessa questão, porque esse risco é um risco relevante, já está no Plano de Supervisão Baseada em Risco da CVM desde 2021, e a CVM publica esse plano de supervisão justamente para alertar esses pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Desde 2021?

**O SR. FABIO PINTO COELHO** – Desde 2021. E esses relatórios, os resultados são publicados no *site* Gov.br.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, sem querer interromper, já interrompendo, tanto a CVM como o Banco Central e o Tribunal de Contas da União... Por exemplo, quando fui Deputado, eu fiz uma auditoria em 2010 do Ministério do Esporte, detectando lá mais de 20 processos de fraude. Levou dez anos. Quando chegou ao Tribunal de Contas, que chegou a essa conclusão, já todo mundo...

É o caso aí da CVM. Nessa questão do fundo, quer dizer, tem vários processos, mas, na hora em que se chegar à conclusão disso aí, já não tem mais jeito, já foi feita a liquidação.

Então, tem que melhorar essa questão dos prazos e a estrutura da CVM, que eu acho que também tem sérios problemas lá.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A propósito, a CVM está com quantos cargos de direção vagos?

**O SR. FABIO PINTO COELHO** – Tem três cargos, só dois ocupados, e isso tem impactado o volume de julgamentos. E isso se reflete na estrutura organizacional da CVM.

Só nessa linha, Senador, para efeitos comparativos, nós falamos aqui que a quantidade de fundos de investimento aqui no Brasil é o dobro da dos Estados Unidos. O órgão responsável pela supervisão de auditorias nos Estados Unidos, que é o PCAOB, tem 900 profissionais. A área, a gerência que está sob a minha gestão na CVM, focada na supervisão de auditores, tem 16 funcionários. Então, nos Estados Unidos existe...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quantas filiais o Banco Central americano tem?

**O SR. FABIO PINTO COELHO** – Ah, são...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Lembra?

**O SR. FABIO PINTO COELHO** – É, essa pergunta... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, os Estados Unidos têm um Banco Central descentralizado, mas têm menos fundos do que nós.

**O SR. FABIO PINTO COELHO** – É.

E esse eu acho que também é um ponto de atenção, com relação ao ambiente de risco de auditoria.

Essa sinalização de ter o dobro de fundos de investimento em relação ao mercado americano é uma sinalização de que, talvez, a estrutura de fundos estruturados possa estar sendo utilizada para outros fins que não o que seria esperado, e talvez a raiz desse ponto seja a questão do valor justo da – entre aspas – "Casa da Moeda".

Por isso que eu sugeri aqui, o primeiro ponto é endereçar um regime jurídico específico, que trate da questão do valor justo – atuação de profissionais, características desses relatórios, a questão da importância da independência desses profissionais na elaboração desses documentos e de laudos de avaliação, por exemplo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A avaliação do Dr. Fabio é que não há alteração a fazer na norma?

**O SR. FABIO PINTO COELHO** – É, a minha sugestão é que se desenvolva um regime jurídico próprio que trate da questão do risco, do valor justo, que envolve os profissionais que fariam isso, porque existe...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nem que seja por amostragem.

**O SR. FABIO PINTO COELHO** – Exato.

Existe um conhecimento complexo associado, de natureza inclusive econômica, financeira, que está associado a esses modelos de avaliação. Então, dado o risco que isso representa para o sistema, é importante que se tenha um tratamento mais rigoroso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mudança da lei... Presidente! Pelo contrário, porque é ineficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito. Perfeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A lei tem que ser mais eficaz; pelo menos determinar... Se tem uma advertência, cartão amarelo num ano, cartão amarelo no primeiro semestre do ano seguinte...

**O SR. FABIO PINTO COELHO** – Eu costumo dizer que o problema não é a questão de ter risco. O problema é o risco não ser devidamente endereçado, até do ponto de vista jurídico. E me parece que hoje existe esse *gap*. Seria a minha sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias.

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu só quero ressaltar que a auditoria é uma coisa muito importante, principalmente nesse mercado financeiro, e todo mundo tem confiança nas empresas de auditorias. Mas eu vi aqui que os auditores do Banco Master fizeram a ressalva com relação ao balanço.

A gente pode achar que houve omissão do Banco Central? Alguém pode.. E da CVM? Alguém pode responder alguma coisa?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Dr. Joaquim.

**O SR. ROGERIO LOPES MOTA** (Para expor.) – Senador, o senhor pode só repetir, por favor.

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Baseado em vocês terem sido firmes, a auditoria ter sido perfeita, poderia dizer que o Banco Central foi omisso?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Do caso específico do Master...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Do caso específico do Master, porque o Master durou seis anos fazendo esses brinquedos dele.

**O SR. ROGERIO LOPES MOTA** – Obrigado.

Senador, uma mensagem que eu entendo que seria importante, uma reflexão. Primeiro que o assunto não é simples, ele é complexo. Não é um tema simples; se fosse simples, tinha sido identificado no primeiro dia, tinham sido tomadas todas as providências, não teria chegado aonde chegou, assim como em outras fraudes corporativas.

O Presidente da CVM esteve aqui, o Sr. João Accioly, e ele explicou de forma bem didática que uma fraude... Vamos equiparar uma fraude financeira a uma fraude que acontece num sistema, no sistema de um banco ou na invasão de um computador. O que acontece? O fraudador ou o *hacker* busca o quê? Existe um sistema robusto que breca ali milhares de ataques *hackers* por dia, só que, em algum momento, alguém achou uma brecha e foi lá e pegou aquela brecha e atacou. Certo? Eu faço um paralelo aqui com o que aconteceu. Na minha visão, acho que o principal ponto é entender a causa raiz do problema. Isso é um ponto fundamental, porque, se nós não entendermos a causa raiz do problema, é muito difícil endereçar o problema. A gente vai tomar uma série de medidas, os senhores, a sociedade vai tomar uma série de medidas, e talvez essas medidas ainda não sejam suficientes. Então, por isso é que um dos pontos importantes é entender a causa raiz.

Eu gosto de usar o exemplo do que aconteceu no mercado americano, nos anos 2000, os casos famosos de Enron e WorldCom. Naquele momento, os legisladores, os reguladores se debruçaram sobre o problema e identificaram. E o que eles estabeleceram? Eles estabeleceram uma nova legislação que tem um nome chamado Sarbanes-Oxley, que é o nome que foi dado a essa lei, que estabelece o quê? Uma melhor governança, mais responsabilidade, estabelece que, no caso das empresas que têm ações na bolsa, como o Presidente Joaquim citou, se exige uma necessidade: de os administradores atestarem, ou seja, eles fazerem uma declaração pública de que os sistemas de controles internos funcionam.

Há estudos internacionais que mostram que uma fraude ocorre quando tem três elementos presentes. Um elemento é a necessidade, ou seja, alguém tem que se beneficiar; ninguém comete uma fraude se não tem benefício, tem que ter um benefício. Segundo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa racionaliza, e muitas vezes são pessoas que não têm nenhum histórico de desonestidade. E, terceiro, a oportunidade. E como nasce a oportunidade? Quando você tem um ambiente de controles internos muito fracos.

Isso funciona de uma forma geral, mas, em casos que envolvem a própria administração, em que a alta administração está envolvida – que aparenta ser o caso, eu não tenho todos os detalhes para comentar –, é mais complexo, mesmo para o auditor detectar.

Uma das soluções – de novo eu chamo aqui a atenção dos senhores para o Projeto de Lei 2.581 – é criminalizar a prática da fraude, porque hoje, por mais que existam leis, e eu não sou advogado para fazer aqui afirmações, é mais complexo você enquadrar uma situação de uma fraude dentro de um crime. A partir do momento em que você tem a tipificação, que é o que prevê esse projeto de lei...

Assim, novamente, antes de a gente buscar quem falhou, a gente precisa entender onde houve a falha.

Que de fato aconteceu alguma coisa, ninguém está discutindo, ninguém está se omitindo a discutir, mas é importante – novamente eu insisto – nós entendermos a causa, a raiz do problema. Sem entender isso, nós não conseguimos endereçar o problema.

Assim, essa é a minha resposta, Senador. Assim, é uma...

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, não dá para entender o seguinte, o caso bem prático que ocorreu no Banco Master.

O Banco Master está ali, todo bonitinho, e comprou papéis do Banco de Santa Catarina, que nem existe, não existe mais. Então, isso foi detectado, acredito que isso foi detectado aí. E comprou por 10, tudo bem, comprou por 10, não tem problema de comprar, elevou o valor para um valor descomunal, pagou o Imposto de Renda e vendeu para um fundo. Isso foi detectado por vocês, acredito que, dentro do balanço, foi detectado por vocês. Então isso é uma coisa muito simples de se ver.

Aí eu volto à pergunta: omissão do Banco Central ou da CVM?

**O SR. ROGERIO LOPES MOTA** – Tem um ponto importante que, usando essas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Esse é um exemplo prático existente que deve estar aí no balanço do banco.

**O SR. ROGERIO LOPES MOTA** – Então, esse exemplo é interessante. Quando existe dentro da área de... Para o auditor, existe uma área que a gente chama de risco, o que se chama de transações com partes relacionadas. O que é transação com partes relacionadas? É quando uma empresa transaciona com outras empresas do mesmo grupo econômico. Então, é importante que regra contábil, a norma contábil, preveja e exija que toda transação com parte relacionada seja divulgada. E o auditor analisa geralmente essas transações como uma área de risco. É claro que ele vai tentar entender qual a natureza das transações, como elas aconteceram, se foi dentro de uma condição de mercado.

O ponto dos fundos, a grande complexidade, isso foi dito aqui também pelo Presidente da CVM, é que hoje a legislação garante um sigilo de quem são os cotistas beneficiários do fundo. Se houvesse, eu acredito, a transparência ou o acesso aos beneficiários... Eu não posso afirmar se o Banco Central tem ou não acesso, mas foi afirmado aqui que a CVM não teria, os auditores não têm, porque é alegado que há uma questão de sigilo. Então, nesse caso, assumindo que esses fundos são de todos do mesmo grupo econômico – vamos chamar assim ou podemos dar outro nome –, a transação foi feita dessa forma. Teria sido mais facilmente identificada, porque a própria contabilidade proíbe que, em uma transação entre partes relacionadas, em que você consolida essa informação no mesmo grupo, você produza ganho de valor, porque isso seria obviamente criar valor onde não aconteceu.

Então, sem querer ser muito técnico, mais um ponto que eu acho que é importante para se avaliar e se pensar sobre o aperfeiçoamento legislativo é: não precisa ser público, mas pelo menos os auditores, todos os reguladores tenham acesso a quem são os cotistas de cada fundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Senadora Damares, com a palavra V. Exa.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a presença dos senhores aqui. Os senhores não têm ideia da importância de os senhores estarem no grupo de trabalho, mas eu reconheço que os senhores estão sendo politicamente corretos, muito diplomáticos, e eu entendo a posição dos senhores.

Nesse sentido, eu queria perguntar aos senhores se a gente poderia – o nosso grupo de trabalho tem um corpo técnico, vejam como está isso aqui, e é difícil para nós Senadores assimilarmos tudo – ter depois encontros com os senhores.

Quando eu li o currículo dos senhores, eu confesso que eu fiquei extremamente impressionada. Quando eu vi o currículo do Dr. Fabio, eu disse: "Cinco fabios desses no Brasil, nós teríamos resolvido parte dos problemas que estamos enfrentando hoje". E, infelizmente, senhores, os currículos dos senhores, os pareceres dos senhores, a sabedoria dos senhores foram trocados por farras e – eu vou usar uma palavra bem difícil para uma pastora falar, mas está no dicionário, eu vou usar – foram trocados por putaria.

Eu estive naquela sala-cofre nesse final de semana, senhores. Não queiram saber o que eu vi e li. E teve um momento em que eu estava numa sala só com meninas e a gente ficava vermelha de abrir imagens, fotos e documentos.

Então, como é que eu tenho um corpo técnico desse no Brasil, eu tenho uma CVM com uma pessoa como o Dr. Fabio, e a gente chegou aonde a gente chegou por causa de copos de uísque, baladas, festas? Não dá. A gente vai ter que rever muita coisa.

Então, eu acho que essa continuidade da conversa com os senhores... E eu só discordo do Sr. Antoninho quando ele disse que a gente tem norma; a gente tem norma boa, mas a gente vai ter que aperfeiçoar, Sr. Antoninho. Por exemplo, Casa da Moeda. Vou dar um exemplo: essa minha assessora aqui é formada em Economia, graduação tal e tal. Teve um momento em que ela foi Conselheira na Casa da Moeda e só ela entendia de economia. Você pegava o currículo dos outros conselheiros, e era vergonhoso – Casa da Moeda. Então, a gente talvez tenha que fazer alguns ajustes, mas eu quero me dirigir agora à CVM.

CVM, quando o seu Presidente esteve aqui, ele nos deu respostas extremamente interessantes para que o grupo de trabalho caminhasse. Aí, logo que a gente esteve com o Presidente da CVM aqui, a gente foi à CGU. Nós descobrimos uma auditoria da CGU de 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que apontava inúmeras fragilidades na CVM – inúmeras –, e a gente pediu uma segunda auditoria. O grupo de trabalho ganhou nesse pleito, nesse pedido, foi deferido, e a CGU está fazendo uma segunda auditoria na CVM, que eu acho que vai nos dar novos elementos para a gente continuar o nosso trabalho.

Mas, numa das respostas que os senhores mandaram – eu tive acesso sexta-feira ao grupo de trabalho –, os senhores dizem o seguinte: "A CVM passou a cobrar repetidamente – em relação ao BRB –, o BRB sobre fatos potencialmente relevantes divulgados pela imprensa, inclusive exigindo que o banco explicasse os motivos pelos quais entendeu não se tratar de fato relevante, com ressalva expressa de que a resposta não afastava a eventual responsabilização por falta de divulgação tempestiva". Olhem o que vocês alertaram! "Isso ocorreu em temas como provisão de 2,6 bilhões, venda de ativos recebidos do Master, cotas de fundos recebidos em dação, venda de 5 bilhões em ativos para recompor liquidez, efeitos da liquidação do Will Bank e participação societária relevante ligada às estruturas."

Eu li os documentos de vocês sexta-feira. Vocês insistiram que estava tendo erro. Aí a CVM foi ignorada. A partir deste momento, CVM, eu pergunto: não deveria ter comunicado ao Ministério Público que estavam passando a bola em cima de vocês, estavam dando pernada em cima de vocês? Vocês cumpriram o papel. Se eu pegar tecnicamente, Dr. Fabio, vocês foram dez! Mas, no resultado, foi zero, porque cobraram, cobraram, cobraram, e o Master riu da cara de vocês – riu!

Inclusive, Presidente Renan, lá na sala-cofre, eu vi alguns documentos... Já falei com o seu chefe de gabinete que nós vamos ter que fazer um ofício para a CPI, para compartilhar esses documentos para o nosso grupo de trabalho. É importante.

Então, CVM, a pergunta é: de que me adianta um órgão cobrar tanto como vocês cobraram, e, no final – num copo de uísque –, riram de vocês e fizeram o que bem queriam?

Na continuidade, eu venho aqui para o Conselho Federal de Contabilidade e para o Sr. Rogerio.

Sr. Rogerio, lá atrás, ainda voltando ao BRB, nós mandamos um ofício para o então Presidente do BRB, e a gente segurou uma audiência pública aqui, porque a Polícia Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava investigando e nós não queríamos atrapalhar. Eu fiz 20 perguntas, e ele – eu não sei se indevidamente – me respondeu 34, e me deu aqui ouro para o nosso grupo trabalhar agora, inclusive pedindo novas operações policiais.

Mas, numa resposta, ele diz o seguinte – e aqui os senhores todos podem prestar atenção no que eu vou perguntar –: "Em relação a diligências, o BRB selecionou a empresa tal – eu não vou dizer o nome por uma questão de que ela pode ser inocente –, como assessor contábil, financeiro e estratégico, e o escritório de advocacia tal como assessor jurídico da transação. Os trabalhos das duas diligências estão sendo conduzidos pela tal auditora e pelo tal escritório de advocacia, cujos relatórios finais, após concluídos, serão apresentados aos órgãos de administração do BRB para análise e encaminhamento às outras instituições".

Fui lá agora e perguntei: cadê o relatório dessas duas instituições, a auditora e o escritório de advocacia? Aí, o atual Presidente disse: "Nossa, nunca soubemos que teve essa auditoria e esse escritório! Inclusive, Senadora, eu acho que isso aqui vai dar uma nova operação da Polícia Federal".

A pergunta é, senhores, a todos: quem habilita esses escritórios de advocacia para darem pareceres, para esses pareceres serem aceitos pelo Banco Central, em detrimento da sua auditoria, da CVM? Esses escritórios estão se habilitando onde? Eu posso, eu sou advogada, montar um escritório ali na esquina e começar a dar parecer para fundos e bancos, para ganhar processos lá no Banco Central? Quem habilita esses escritórios? Quem habilita essas empresas?

Eu teria milhões de perguntas, mas eu preciso dizer aqui: tem alguma coisa errada! Riram de vocês! E escritoriozinho de advogado – eu não vou dizer o nome para não ser processada – deu parecer, porque esses escritórios dão parecer de acordo com o que o cliente está pedindo, gente! Então, a pergunta fica aqui: como podemos melhorar os conselhos?

Tem um projeto de lei aqui, mas a gente pode rever isso.

Como esses escritórios são escolhidos? E a CVM? As fragilidades apontadas em 2024 foram corrigidas? A CGU vai encontrar outras aí, na próxima auditoria?

E no final eu quero, depois, que vocês me garantam que eu possa, com o grupo técnico, sentar-me individualmente com cada um, sem câmeras. Não é nada secreto, mas é só para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente fazer perguntas, porque eu sei que é constrangedor para vocês responderem publicamente.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Antes de conceder a palavra para as respostas, eu gostaria só de informar que o aqui citado Projeto de Lei 2.581, de 2023 – que estabelece critérios, que "disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos" no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto, e "altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras" –, já foi aprovado pelo Senado Federal e remetido, conforme o Ofício 551, de 20/06/2024, ao Sr. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados.

Eu concedo a palavra, para as respostas aos Senadores que integraram esse bloco, primeiro, ao Sr. Joaquim de Alencar Bezerra Filho.

**O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO** (Para expor.) – Obrigado, Presidente Renan.

Eu quero agradecer à Senadora Damares – aliás, enquanto Ministra, uma grande parceira da contabilidade brasileira – e dizer, Senadora, que, da mesma forma que o Conselho Federal de Contabilidade sempre esteve à disposição desta Casa em grandes debates, como na reforma do Código Comercial, lá atrás, em 2001, na Lei de Responsabilidade Fiscal, no Código Eleitoral, na reforma administrativa, na reforma previdenciária e em tantos outros casos que vêm ao debate aqui nesta Casa, eu quero já, de pronto, colocar o Conselho Federal de Contabilidade, com seu corpo técnico, à disposição para auxiliar esta Comissão, este grupo de trabalho, nas evidenciações daquilo que compete ao exercício profissional e, com muita honra, fazermos parte deste trabalho.

E quero colocar também, Senadora – a senhora colocou, na sua fala, escritórios de advocacia e, em algum momento, escritórios de contabilidade –, que há uma forma regular de inscrever o profissional da contabilidade – eu já disse aqui –, através do exame de suficiência, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as empresas de contabilidade. O Brasil tem 101 mil empresas de contabilidade; destas, algo em torno de 300 empresas de auditoria. Nós temos todo um processo de registro – só pode ser registrado se estiver devidamente habilitado enquanto profissional – e nosso sistema de fiscalização é contínuo, em rodízio, como eu já disse aqui, sobretudo das auditorias, que têm a revisão de pares.

Eu posso afirmar à senhora e reassumir o compromisso com a nação brasileira de que, do que se tratar de atividade de exercício profissional ilegal, aético, em conluio com qualquer que seja a atividade não regulada, o Conselho Federal de Contabilidade assumirá o seu papel no controle do exercício profissional, porque essa é a grande missão nossa em proteger a sociedade. Seremos intolerantes, eu repito.

Aliás, a gente criou já, mês passado, um comitê que vai auxiliar esta Casa e o Brasil, em diálogo já com a Procuradoria-Geral da República e com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, para que o Conselho Federal de Contabilidade esteja à disposição no combate ao crime organizado, no combate à lavagem de dinheiro e no combate aos crimes contra a ordem financeira, porque é nosso papel institucional poder salvaguardar a sociedade através – mais uma vez, repito, não como limitação, mas como limite de escopo – do exercício da atuação profissional. O circuito do dinheiro corre através das veias a que o contador tem acesso e enxerga. Então, é preciso que nós, enquanto profissionais da contabilidade, estejamos prontos para ajudar e para servir o Brasil nesse aspecto.

Em relação à auditoria, nós já discutimos aqui: há limite de acesso à informação, pelo próprio escopo da auditoria. E eu pedi, na minha fala aqui, que nós pudéssemos regular para que os auditores possam ter acesso ao sistema do Banco Central, para que as nossas circularizações, enquanto auditores, possam ser mais eficientes, e não se limitem somente ao que vem de resposta da empresa ou da administração, mas que a gente possa ter acesso quando estivermos tratando de operações financeiras, de instituições financeiras, etc.

Então, quero colocar o Conselho Federal de Contabilidade à disposição desta Casa e do Brasil, para contribuirmos com a confiança pública, que é o mister de nossa existência.

**O SR. ROGERIO LOPES MOTA** (Para expor.) – Senadora, primeiro gostaria de dizer que, a respeito do trabalho específico, eu não conheço a natureza do trabalho. É importante alertar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem querer defender, porque eu não conheço. Não posso falar sobre os advogados, mas sobre os auditores.

Em algumas situações, o auditor é contratado para fazer trabalhos especiais, específicos, que não são para uso de fé pública, para que o público em geral, os investidores, tomem confiança, como acontece com o trabalho de auditoria. É um trabalho que é feito para quê? Para suportar a decisão que o administrador vai tomar. Então, o administrador vai tomar uma decisão e tem uma dúvida: "Vou consultar o advogado e vou pedir para o auditor fazer um determinado trabalho".

Então, é muito importante entender o contexto. Ali, não necessariamente o profissional está atestando ou afirmando que aquele... É preciso entender a natureza do trabalho; eu não conheço.

E, segundo, eu gostaria de colocar que o Ibracon... Eu reitero, como eu falei no começo, que o Ibracon tem trabalhado, desde a sua fundação, com a contribuição do desenvolvimento do ambiente regulatório e do desenvolvimento econômico do país. É por isso que nós, como Ibracon, nos colocamos à sua disposição, à disposição desta Comissão, para qualquer necessidade, em qualquer reunião. Estaremos dispostos a contribuir com esse processo, porque nós somos um dos principais interessados em que o processo, o sistema, a regulação evolua, no sentido de dar mais proteção para todo o sistema.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Há alguma pergunta mais?

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É só uma curiosidade, Renan...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias.

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Eu pergunto: no caso de vocês terem acesso ao registrado do Banco Central, no caso do Master mudaria o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO** (Para expor.) – O senhor diz no caso do acesso às informações.

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, o registrado que você falou aí, do Banco Central, mudaria o que no caso Master? Pergunto isso supondo que vocês teriam acesso.

**O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO** – Falando pelo papel da auditoria, a auditoria trabalha com amostragem. Você vai fazer uma circularização, pedindo informações sobre determinados lançamentos ou movimentos financeiros. O auditor tem que se basear na resposta da circularização, que vai trazer o limite da informação. Tendo acesso ao registrado, se tem acesso a toda a movimentação financeira efetiva, a todas as informações, sem o trabalho da própria amostragem. Isso dá uma visão mais ampla. Isso permite que se possa ter uma análise maior de todo o fluxo das informações, dos atos e fatos financeiros transitados naquela instituição e nas instituições correlacionadas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Prof. Trevisan.

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** (Para expor.) – Adicionando ao que o Joaquim acabou de dizer: isso melhora brutalmente a evidenciação. Talvez seja o grande sonho aqui deste contador, deste auditor, para darmos velocidade aos trabalhos.

Como aqui se viu, tudo foi uma questão de tempo. A organização criminosa foi muito rápida, em seis anos construiu tudo o que nós vimos, mas os reguladores, os auditores, não tiveram tempo suficiente para alertar a sociedade. E, na hora em que você atua em conjunto com o Banco Central, certamente a evidenciação fica muito mais efetiva, muito mais rápida; e, portanto, não teríamos isto que o Senador Fernando acabou de dizer: o prejuízo para a sociedade.

Eu queria só encerrar, da minha parte, Senador, se o senhor me permite, e fazer uma sugestão ao grupo de trabalho. Há um texto publicado pelo seu digníssimo chefe de gabinete chamado "O auditor na Corte" – por acaso, republicou-se esta semana. Esse texto está baseado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num histórico que foi julgado nos Estados Unidos sobre um caso muito parecido com o que aqui estamos. E o juiz, ao encerrar essa questão – isso foi em 1894 – disse: agora, eu entendo o papel do auditor. O auditor está mais para um cão de guarda do que para um cão de caça.

Então, eu recomendo, Senadora, olhar esse vídeo que nós usamos na nossa faculdade, porque ele é muito instrutivo sobre qual é o papel: somos cães de guarda. O cão de caça é o auditor forense, aquele que vai lá verificar a fraude, porque ela já é conhecida. Nós, não. Estamos procurando guardar o patrimônio da sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Damares...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Dr. Fabio Pinto Coelho.

**O SR. FABIO PINTO COELHO** (Para expor.) – Grato, Presidente.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer pela pergunta e pelos comentários da Senadora Damares.

Com relação à questão da atuação da CVM e às fragilidades que a CVM tem, a CVM reconhece, até pela apresentação que foi feita aqui do Presidente, que existem necessidades de melhorias nos processos de supervisão, fiscalização, sanção, e, para isso, foi criado um grupo de trabalho dentro da CVM que está atuando intensamente para buscar endereçar essas questões. Então, recomendações vão ser propostas e implementadas – algumas já foram antecipadas –, e a finalidade é que esses problemas sejam efetivamente corrigidos para que nós consigamos resolver esse problema que afeta não só o mercado de valores mobiliários, mas tem impactos importantes em vários outros setores da sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Antes de encerrarmos, para que nós pudéssemos compreender inteiramente a atuação das auditorias, eu gostaria de fazer algumas perguntas, por exemplo: qual é a função da auditoria interna e da auditoria externa independente no mercado financeiro e no mercado de capitais? Quem é que poderia objetivamente responder? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Dr. Rogerio Lopes.

**O SR. ROGERIO LOPES MOTA** (Para expor.) – Sr. Presidente, são papéis diferentes. Primeiro, a auditoria interna é uma auditoria, como o nome diz, interna, até o nome técnico é "interna" e "externa", embora auditoria independente. A interna é aquela auditoria que trabalha para atender os órgãos de governança. Usualmente, cada empresa tem o seu desenho. Então, a auditoria interna pode se reportar a níveis hierárquicos diferentes de uma entidade, mas ela tem um propósito que é fazer aquele primeiro papel. Lembra que o trabalho, como nós comentamos aqui, da auditoria é dentro de uma governança, e essa governança tem controles, tem processos que são preventivos e que buscam detectar falhas ou lacunas para que ocorram problemas, ou falha de funcionamento dos controles internos. Então, o papel da auditoria interna é fazer essa detecção primária. Ela tem esse papel e ela é, digamos assim, um instrumento da administração, da governança da empresa.

O caso...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E em relação à externa?

**O SR. ROGERIO LOPES MOTA** – Então, a externa já tem outro papel. Quando ela chega à empresa, as informações já estão prontas, ela segue um padrão. A auditoria interna não necessariamente tem um programa de trabalho, uma norma específica para o trabalho do auditor.

A auditoria externa, sim, é muito mais regulada, o nível de exigência sobre independência é bastante elevado. O auditor tem uma série de restrições: ele não pode ter interesses financeiros, entre outras coisas, não pode ter alguém da família trabalhando em cargo chave da administração. Então, é um outro papel, mas ele busca, no final, assegurar as demonstrações financeiras. A auditoria interna vai depender muito do desenho e do propósito para o qual ela foi criada, ela não tem uma normatização específica.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Uma outra pergunta seria a seguinte: objetivando o esclarecimento do público em geral, qual o papel,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, do Banco Central, da sua Diretoria de Fiscalização, e da própria CVM na interlocução com as auditorias externas independentes? Quem poderia nos...

**O SR. FABIO PINTO COELHO** – Obrigado, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E tenho outra pergunta, na sequência, é: a Diretoria de Fiscalização do Banco Central e a CVM examinam os pareceres e relatórios das auditorias independentes, quando, por exemplo, há indícios de lacunas ou mesmo de falhas, como no caso do Banco Master?

**O SR. FABIO PINTO COELHO** (Para expor.) – Obrigado, Presidente, pelas perguntas.

Começando pela última, a CVM supervisiona e fiscaliza as auditorias externas independentes que atuam no mercado de capitais. No caso específico do Banco Master, as auditorias são supervisionadas pelo Banco Central, por conta do art. 26, §3º, da 6.385 – é uma exceção –, ainda que a CVM atue na supervisão de instituições financeiras quando são companhias abertas.

Com relação à primeira questão, da interlocução da CVM com auditores independentes, a CVM supervisiona os relatórios de auditoria dos auditores independentes. E, nesse aspecto específico, acho que é importante destacar que, quando se tem uma situação de fraude como essa, o grande problema não vem dos relatórios que estão com opinião modificada. Foi citada aqui a questão do relatório com abstenção, opinião adversa; o grande problema, o grande risco é quando existem irregularidades na entidade auditada, e o auditor não aponta isso nos relatórios. Existem evidências, a partir de 87 relatórios de auditoria que foram analisados pela CVM, de que existe uma discrepância grande entre relatórios sem ressalvas associados ao Grupo Master, ou seja, dizendo que as demonstrações estão de acordo com as normas contábeis e refletem a realidade econômico-financeira da companhia. Então, o percentual de relatórios sem ressalva, no caso Grupo Master, foi bem inferior do que a média de relatórios sem ressalva que a gente encontra na indústria de fundos como um todo.

Então, é só para destacar que a CVM está atenta a esse processo e ela, sim, é responsável por essa supervisão de relatórios de auditoria dos fundos relacionados aos problemas do Master e Reag.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – No caso específico das auditorias independentes, qual é a atribuição do Conselho Federal de Contabilidade com relação a essas auditorias independentes?

**O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO** (Para expor.) – Senador, o Conselho Federal de Contabilidade, como eu disse: mantém o Cadastro Nacional de Auditores Independentes; promove a revisão de qualidade externa anualmente, com ciclo de quatro em quatro anos; fiscaliza toda a atividade profissional, independentemente do auditor, perito-contador ou contador; e promove o programa de Educação Continuada com formação constante aos auditores. Então, o limite da nossa atividade está na formação, na inscrição, na manutenção do cadastro, na capacitação e na fiscalização da atividade profissional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O conselho, portanto, fiscaliza, apura responsabilidade e aplica também sanções?

**O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO** – Aplica sanções no tocante à aplicabilidade das normas técnicas e das normas profissionais, inclusive, quando necessário é, cassa registro de profissionais que atuam de forma irregular ou aética envolvida em desvirtuar a atividade profissional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor poderia nos informar se há processos no curso do conselho sobre os bancos alguns que foram liquidados, Americanas e principalmente o Master? E quantos são?

**O SR. JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO** – Sim, em relação às Americanas existem quatro processos, a circunscrição é o CRC do Rio de Janeiro, que é onde faz a devida apuração. Esses processos estão em fase final de julgamento. E, em relação ao Banco Master, a circunscrição é o CRC de São Paulo. O processo... Toda a instrução processual já iniciou e nós deveremos acompanhar rigorosamente nas duas instâncias: no Tribunal de Ética regional e no Tribunal Superior de Ética, que fica acoplado no Conselho Federal de Contabilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agora, uma outra pergunta acerca do papel das auditorias em um processo de fusão, de aquisição, como foi a tentativa de compra do conglomerado Master pelo Banco de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente em processo de fusão e aquisição, como autuam as auditorias internas e as auditorias externas, para uma melhor compreensão aqui do grupo?

**O SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN** (Para expor.) – Geralmente, quando você vai incorporar uma empresa, é feita uma avaliação do patrimônio e esses valores são integrados, é feita uma auditoria, é dado um parecer, e esses valores são integrados ao balanço da empresa incorporadora.

Eu também queria só adicionar ao comentário do colega Joaquim que, no caso das Americanas, inclusive, foi criada uma comissão de sindicância, eu fiz parte dessa comissão, que fez as oitivas com os contadores, os auditores, o que gerou essa circunstância que o Joaquim está aqui abordando.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É possível dizer que o BRB, por exemplo, deva ter auditado, seja por meio dos seus auditores próprios, seja por meio de empresas contratadas, os ativos e os passivos do Master?

**O SR. ROGERIO LOPES MOTA** (Para expor.) – Quero só aproveitar essa questão: é muito importante esse esclarecimento de que o auditor não é parte da gestão da empresa. O auditor – embora faça o trabalho dele ao longo do ano, dentro das dependências da empresa, para ter acesso a documentos, às pessoas, o que é um processo bastante, vamos dizer assim, um investimento de horas de trabalho –, o auditor não participa. Então, como o senhor colocou aqui, o auditor não deve ter participado, porque não existe previsão de que o auditor participe do processo de aquisição, até porque ele nem se concretizou. Complementando o que o Prof. Trevisan colocou, o auditor entra depois, quando a transação já foi consumada; uma vez a transação consumada, aí, sim, ocorre o reflexo no balanço da entidade. Então, a entidade comprou; a partir do momento em que ela comprou ou incorporou, faz parte do grupo econômico, isso, sim, passa a ser sujeito ao trabalho do auditor, mas até aí... Podem ocorrer também trabalhos que são contratados, mas, dentro de um contexto que eu comentei aqui para a Senadora Damares, como trabalho de consultoria, ou seja, faz-se o que a gente chama de diligência, uma *due diligence*, em que o auditor ou o profissional, junto com o advogado, contador, vai lá para avaliar se os números do que está sendo comprado condizem com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade, mas não necessariamente... Ele serve apenas para dar um apoio, um suporte aos administradores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E, no caso, essas pessoas contratadas examinam a efetiva existência, no caso do BRB, dos ativos e a correção dessas demonstrações financeiras?

**O SR. ROGERIO LOPES MOTA** – Então, nesse caso, como a transação da aquisição – eu entendo que a gente está falando da aquisição da entidade – não aconteceu, então, o trabalho que pode existir aí vai depender do que a administração... Como esse trabalho é específico para a administração – é diferente de um trabalho de auditoria, que, aí, sim, tem toda uma padronização –, o profissional que foi contratado, seja advogado, seja contador, vai seguir o que a gente chama de escopo de trabalho. Porque muitas vezes o adquirente fala: "Não, eu só preciso que você confirme para mim este... Por exemplo, os estoques. Eu não estou preocupado com outros ativos da empresa, não estou preocupado com caixa", isso depende do que foi contratado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Uma outra pergunta. (*Fora do microfone.*) Em processos como esse, por acaso, uma eventual descoberta de irregularidade – estou falando no caso do BRB, pela equipe do BRB – seria de praxe comunicada à administração superior?

**O SR. ROGERIO LOPES MOTA** – No caso de um trabalho de auditoria, quando o auditor detecta a possibilidade de uma fraude, ou muitas vezes a própria companhia detecta dentro dos seus canais de comunicação... A fraude pode acontecer dentro de uma empresa de todos os níveis, desde o nível hierárquico mais baixo até envolvendo a alta administração, pode acontecer ali desde um recibo de táxi que o profissional alterou, ou pediu para o taxista alterar, antigamente com outras... Isso é uma fraude, uma fraude que está desviando o recurso da empresa, embora em magnitude bem menor, desde uma fraude que pode ter uma magnitude maior.

O que geralmente se faz quando ocorre uma situação dessa? A administração, a governança é envolvida e se estabelece um... Existe um protocolo, normas que regulam como fazer, mas usualmente é feita uma investigação interna, em que um perito, um auditor forense é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvido, e o auditor da companhia acompanha o processo – o auditor externo –, faz um acompanhamento para ver se houve uma apuração, porque, quando ocorre uma fraude, é importante detectar, de novo, quem causou a fraude. Uma vez que foi detectada por uma determinada pessoa ou grupo de pessoas, o que é esperado é, primeiro, que essas pessoas sejam afastadas e, segundo, que se avalie qual foi o impacto daquela fraude para que se corrija nos balanços.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias.

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Só para eu ter conhecimento, esses fundos satélites aí foram auditados?

**O SR. ROGERIO LOPES MOTA** (Para expor.) – Olha, a informação, acompanhando por mídia... Acho que são aproximadamente... Nós detectamos, a gente fez um acompanhamento no Ibracon, e aproximadamente 50 fundos foram citados dentro da Operação Compliance Zero. Eu não tenho precisão para dizer exatamente qual fundo estava envolvido no processo. O que nós vimos: alguns não estavam auditados – deveriam estar, mas não cumpriram com o requerimento. Segundo, tinha outros fundos que... E eu não posso afirmar se esses fundos foram utilizados. Esses fundos... Existe uma regra atual que não exige auditoria quando um fundo é criado naquele ano. Então, eu criei um fundo este ano e encerrei, supostamente, o exercício em 31 de dezembro; se o fundo foi criado em novembro, para aquele ano de dezembro, aquele exercício, não é requerido auditoria. A auditoria só vai ser requerida para o próximo ano. Então, esta é uma questão regulatória que até poderia ser observada: se não deveria ter essa auditoria desde o início, porque podem ter sido – eu não tenho certeza – utilizados alguns desses instrumentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O.k.

Eu queria mais uma vez agradecer a presença de todos, presenças fundamentais para que nós possamos evoluir, caminhar neste debate que é fundamental para darmos as respostas que a sociedade cobra e, principalmente, para fazermos o aprimoramento da legislação específica.

Mais uma vez, muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Izalci Lucas, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Augusta Brito, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Margareth Buzetti, e ainda dos Senadores Roberta Acioly, Zenaide Maia, Marcelo Castro e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Irajá, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Reunião de trabalho para informações gerais sobre os trabalhos da Comissão de acompanhamento das investigações do Banco Master. **Resultado:** Reunião realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 74, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incentivar o investimento em microempresas e em empresas de pequeno porte." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1800, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a fim de autorizar o creditamento da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas aquisições de determinados materiais, em consonância com o disposto no inciso II do caput do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, bem como de isentar dessas contribuições a venda de desperdícios, resíduos e aparas que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para o projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1558, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1975, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para adequá-la às modificações promovidas no Sistema Tributário Nacional pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023." **Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 36, de 2026** que: "Requer aditamento ao Requerimento n° 35/2026 a fim de incluir convidados para a Audiência Pública com o objetivo de instruir o PL 1648/2024," **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Renan Calheiros**
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de março de 2026.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião, realizada em 17/03/2026.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, reunião de trabalho; e a segunda, reunião deliberativa.

Iniciamos, portanto, a parte do trabalho da Comissão.

Eu considero relevante registrar que esta Comissão, como consequência do grupo de trabalho, já apresentou três proposições legislativas diretamente voltadas ao aperfeiçoamento do sistema financeiro nacional, à proteção da poupança popular e ao fortalecimento do mecanismo de prevenção e repressão às fraudes financeiras de grande magnitude.

A primeira iniciativa, Senador Eduardo Braga, é o Projeto de Lei Complementar nº 30, de 2026. Essa proposição busca superar fragilidades estruturais do arcabouço prudencial brasileiro evidenciadas, de forma contundente, em episódios recentes, como a fraude do Banco Master. Essa proposição confere base legal mais robusta ao Fundo Garantidor de Crédito, hoje sustentado majoritariamente por normas infralegais. O projeto reforça ainda o papel do FGC, tanto como instrumento de pagamento de garantias quanto como mecanismo preventivo de crises.

Ao autorizar o Conselho Monetário Nacional a adotar medidas de desincentivo à alavancagem excessiva amparada na garantia do Fundo Garantidor de Crédito, o projeto corrige distorções que incentivam a captação predatória e a transferência indevida de risco ao sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiro. Ademais, aprimora a disciplina sobre a qualidade do capital das instituições financeiras, reduzindo o uso de ativos de liquidez ou realização incerta para inflar artificialmente indicadores de solvência.

Em complemento, nós apresentamos, nesta Comissão também, o Projeto de Lei 1.141, de 2026, que corrige relevante assimetria regulatória no mercado de capitais brasileiro.

A legislação vigente exclui da supervisão de conduta da Comissão de Valores Mobiliários a oferta pública de títulos bancários quando distribuídos por plataformas abertas de investimentos, como ocorreu com os CDBs do Banco Master, negociados por instituições intermediárias com promessa de rentabilidade bem acima das praticadas no mercado.

A proposta, portanto, submete essas ofertas públicas a regras claras de divulgação de informação, diligência e responsabilidades e deveres fiduciários para verdadeiramente coibir estruturas de remuneração que incentivem a comercialização de produtos de alto risco, sem a adequada sinalização, como aconteceu ao investidor.

Por fim, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, apresentamos ontem, exatamente ontem, o Projeto de Lei 1.335, de 2026, que aperfeiçoa a legislação dos crimes financeiros com alterações no Código Penal e na lei dos crimes contra o sistema financeiro. Essa legislação é da década de 80 e não comina muitos dos crimes com os quais nos deparamos hoje, principalmente na crise do Banco Master. O foco dessa matéria penal é tornar mais efetiva a dissuasão de grandes fraudes financeiras.

Dados recentes demonstram a dimensão do problema. No caso das Lojas Americanas, as fraudes contábeis identificadas alcançaram aproximadamente R$25 bilhões. Já no episódio envolvendo o Banco Master, as irregularidades investigadas atingem cerca de R$50 bilhões.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por enquanto, né, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por enquanto e só com relação ao Fundo Garantidor de Crédito, porque nós tivemos outras fraudes paralelas, como o crédito de carbono, como a aplicação dos fundos previdenciários. E eu estou vendo mandatários que tiveram responsabilidades na aplicação desses recursos, desses fundos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixando os cargos sem que nenhuma solução tenha sido feita ou cobrada. Isso aconteceu no Rio de Janeiro com o Governador, está anunciado para acontecer aqui em Brasília com o Governador do Distrito Federal e está anunciado também em alguns municípios, como, por exemplo, na capital do Estado de Alagoas, em Maceió, que aplicou R$97 milhões em letras do Master, não se sabe como efetivamente, mas é, levando em consideração o orçamento da Prefeitura de Maceió, os demais orçamentos e as demais aplicações, a maior... levando em consideração a proporcionalidade, a aplicação de Maceió é a maior, porque foram, inicialmente, R$97 milhões do fundo previdenciário dos servidores da Prefeitura de Maceió.

Esses prejuízos recaem, em última instância, sobre os investidores desses fundos previdenciários, aposentados e, de resto, sobre o próprio sistema financeiro, evidenciando que o atual arcabouço sancionatório não tem sido suficiente para inibir práticas de gestão fraudulentas como essas que acabamos de citar.

Nesse projeto, Srs. Senadores, nós criamos o tipo penal de gestão fraudulenta de companhia aberta e equiparamos os fundos de investimentos a instituições financeiras para fins penais. Além disso, nós agravamos as penas quando a fraude resulta em colapso institucional ou utilização de recursos do Fundo Garantidor de Crédito e ampliamos significativamente o teto das multas, alinhando o custo esperado do ilícito à magnitude do dano econômico e social causado. A aprovação conjunta dessas proposições produzirá ganhos institucionais relevantes e complementares. Em conjunto, elas reduzem incentivos à assunção excessiva de riscos, fortalecem a disciplina de mercado, aprimoram a transparência e a proteção ao investidor e elevam o custo do comportamento fraudulento. O resultado esperado é a diminuição da probabilidade do custo de crises financeiras, a proteção do contribuinte contra a socialização de prejuízos privados e o reforço da estabilidade e da credibilidade do Sistema Financeiro Nacional. Creio que estejamos diante, portanto, de proposta de avanços regulatórios consistentes, tecnicamente fundamentadas e aliadas às melhores práticas internacionais, contribuindo para o crescimento do crédito e do mercado de capitais no Brasil.

Eu vou...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Eduardo Braga, com a palavra V. Exa.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu, primeiro, quero cumprimentar V. Exa. e esta Comissão designada pela Presidência da CAE, porque, efetivamente, creio que uma das grandes iniciativas que o Senado está adotando é de propor uma legislação que seja moderna e contemporânea, com um novo sistema bancário e com um novo sistema financeiro brasileiro, que é completamente diferente do da década de 80 ou da década de 90, quando ainda estávamos na geração analógica.

Nós estamos na geração digital, a bancarização, no nosso país, aumentou drasticamente nos últimos anos e é óbvio que os mecanismos de fiscalização, comando e controle precisam ser aprimorados, até para que possamos fechar as verdadeiras avenidas que estão abertas para que crimes sejam cometidos contra a economia brasileira e contra a economia popular.

V. Exa. abordou todos os pontos. Eu gostaria de acrescentar a questão dos fundos fechados, porque aqui, nesta Comissão, nós fomos informados, pelas autoridades competentes, de que hoje no Brasil existem mais de 30 mil fundos fechados, que nem sequer são fiscalizados – seja pela CVM, seja pelo Banco Central, seja pela Receita Federal. E uma das portas ou um dos escoadouros do recurso que foi drenado do Banco Master foi exatamente através de fundos fechados de aplicação. Portanto, eu creio que esta é uma questão extremamente importante.

A outra, Sr. Presidente – que creio que merece o debate desta Comissão e que ainda há pouco tratávamos juntamente com o Senador Esperidião Amin, o Senador Giordano, o Senador Fernando Farias e V. Exa. –, é sobre a questão do relatório de auditoria que foi formulado pelo Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso Nacional, do Poder Legislativo brasileiro. Portanto, as auditorias deveriam servir como instrumento para o Poder Legislativo e para a transparência da execução da liquidação do Banco Central em relação ao Banco Master e que, lamentavelmente, encontra-se sob sigilo, impondo, inclusive, aos membros da CAE a assinatura de uma declaração de confidencialidade sobre o resultado da auditoria.

Ora, creio que um órgão auxiliar do Poder Legislativo não pode impor ao Poder Legislativo sigilo sobre algo que deveria ter absoluta transparência para que a sociedade brasileira, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o mercado brasileiro, para que o mercado financeiro possa ter conhecimento das práticas e das metodologias.

É óbvio que a legislação pertinente sobre sigilo bancário, sigilo fiscal e os sigilos previstos em lei precisa ser mantida, porque estão previstos em lei, mas o relatório de auditoria, não, Sr. Presidente, este deveria ser público, até porque não é justo que haja, aqui no Congresso Nacional – um dos Poderes mais transparentes da República –, vazamento de informação.

Ora, se nós criticamos vazamento de informação de inquéritos policiais sob sigilo, o que dizer de vazamento de informação sobre uma auditoria que deveria ser pública?

É óbvio que isso requer do Poder Legislativo, da Presidência da CAE e dos membros da CAE um questionamento sobre até onde vai o poder de silenciar ou de estabelecer sigilo, do ponto de vista de um documento que deveria auxiliar os trabalhos desta Casa.

Com estas colocações, eu quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar a Comissão pelos projetos já apresentados, me colocar à disposição para contribuir, como Relator, naqueles projetos em que V. Exa. entender que eu possa contribuir e sugerir a V. Exa. medidas que, de uma vez por todas, estabeleçam luz, transparência sobre a questão da auditoria no caso da liquidação do Banco Master.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Esperidião Amin...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu quero apenas fazer coro às observações do Senador Eduardo Braga, rememorando, mais uma vez, que este grupo de trabalho, criado pela sua Presidência, é a única manifestação expressa do Senado Federal a respeito do caso do Banco Master.

Nós não conseguimos ver prosperar nem a CPI mista, nem a CPI do Senado, nem a CPI da Câmara. Pelo viés do crime organizado e da roubalheira do INSS, a gente consegue chegar a partes desse escândalo que já é memorável.

Então, eu creio que quanto mais nós pudermos antecipar, em matéria de providências legais, legislativas, melhor, especialmente naquelas zonas, naquelas áreas em que existe mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sombra do que luz. É o caso dos fundos, Senador Eduardo Braga: existe muito mais sombra e escuridão do que luz a respeito dessa capacidade de gerar moeda. São casas de moeda avulsas e sem prestação de contas sobre o que elas representam para a economia.

E, nessa questão específica do relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União, realmente... Primeiro, há uma convicção geral de que aquele primeiro ensaio do TCU foi muito mais para questionar a liquidação do banco e inibir a ação de liquidação do que para defender o interesse da sociedade. É isso que restou.

Então, manter sob sigilo um relatório cuja explicação sobre a sua configuração não foi satisfatória, até agora, eu acho que é um erro do TCU, e o erro será nosso se nós concordarmos com a manutenção deste sigilo sem fundamentação – ele não tem fundamentação. As partes dele que contiverem o sigilo, que não tem a ver, aquele preservado pela Constituição, do interesse do cidadão, de coisas até de natureza particular, sobre isso eu acho que nós teremos a cautela. Agora, sobre o que aconteceu no Banco Central, o que aconteceu na relação do Banco Central e a fiscalização com o Banco Master, isso aí tem que vir a público com a mesma dosimetria com que nós tomamos conhecimento de benefício para tal ou qual, e despesas fantásticas criadas, por exemplo, em matéria de consultoria no âmbito do Banco Master e dos seus conexos, que são inúmeros.

Então, eu quero me solidarizar, fazer minha essa solicitação, e também me colocar à disposição para todas as diligências que se façam necessárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para concluir, Presidente, eu gostaria de registrar aqui, com muita satisfação, a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, uma cidade que o Brasil conhece, capital nacional da nossa pesca, do bom comércio, e a capital também do ramo de turismo e de empreendimentos na região da Foz do Rio Itajaí-Açu, nosso querido amigo Fernando Pegorini, e o Procurador-Geral da Câmara de Vereadores, o André Bindé.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Registro com muita satisfação a presença dos senhores nesta Comissão.

Quero informar a todos que nós estivemos com o Ministro André Mendonça, tratando do funcionamento do grupo de trabalho: levamos as competências do próprio grupo para o Ministro, na forma da Lei Complementar 105, de 2001; visitamos o Tribunal de Contas da União, visitamos a Polícia Federal, que conduz a investigação, e visitamos o Ministro Vinícius Carvalho lá na CGU.

Na oportunidade, nós solicitamos uma auditoria da CGU na CVM, e conversamos com o Ministro Vinícius sobre a necessidade de se fiscalizar o comportamento de servidores do Banco Central, do topo da Diretoria do Banco Central, que estavam fazendo advocacia internamente, no próprio Banco Central, para o Banco Master.

É preciso a CGU investigar a extensão dessa advocacia administrativa. Ontem, foi aberta pela CGU uma investigação exatamente sobre esses servidores, que já foram afastados do Banco Central, Sr. Belline e Sr. Paulo Sérgio, e deveriam estar presos – presos! –, porque eles estavam enlameando a instituição, que é responsável pelo equilíbrio do sistema financeiro.

Atendendo às colocações feitas pelo Senador Eduardo Braga e pelo Senador Esperidião Amin... Eu gostaria de lembrar o que eu tenho dito ao longo das últimas reuniões. O crime financeiro tem uma natureza tipicamente anfíbia: quando ele bate no caixa, não dá preferência ao guichê da esquerda ou ao da direita. Ele tem, nesse caso do Banco Master, envolvimento de muita gente – de muita gente.

Atendendo às colocações do Senador Eduardo Braga e do Senador Esperidião Amin e no espírito de contribuir para a completa elucidação deste escândalo – o maior do país –, nós vamos agora tornar pública a consulta aos documentos recebidos do Tribunal de Contas da União, inclusive, e principalmente, a auditoria desautorizando a tese enviesada do centrão, assumida por um Ministro do Tribunal de Contas da União que, pressionado por superiores da Câmara dos Deputados, queria liquidar a liquidação através de uma inspeção do Tribunal de Contas no Banco Central, até mesmo depois de a própria Câmara dos Deputados ter tentado votar a urgência de um projeto que autorizava o Congresso a demitir diretores e Presidente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Central, no caso do Master, e depois de este Senado Federal ter derrubado uma proposta que elevava de R$250 mil para R$1 milhão os resgates, os saques do FGC.

Então, nós estamos quebrando o sigilo, nós estamos retirando o sigilo, e deixaremos o sigilo apenas para aquilo que for sigiloso na forma da lei, e não para a auditoria do Tribunal de Contas sobre o Banco Central, que é uma auditoria que a sociedade tem total interesse em conhecer. Não sei por que o próprio Tribunal decreta sigilo sobre uma auditoria que ele próprio fez.

Se o Senado estivesse colocado sigilo para o Tribunal de Contas cumprir, tinha sentido. Mas o Tribunal de Contas, que é teoricamente um órgão auxiliar do Legislativo, não pode impor sigilo ao Senado Federal. Por isso, nós retiramos o sigilo e reclassificamos, portanto, essas informações. (*Pausa.*)

Portanto, eu determino à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal que disponibilize ao público os processos do Tribunal de Contas da União, inclusive aqueles que forem de caráter sigiloso, e não guarde o sigilo que é defendido, na forma da lei, ou seja, de contas bancárias, telefônicas, informações pessoais confidenciais. Esse sigilo nós efetivamente não podemos e não devemos classificar, mas tornar público tudo o que efetivamente deva ser público, sem ocultar nenhum comportamento errático de ninguém – de ninguém, de ninguém.

Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para quando V. Exa. iniciar a questão deliberativa, como há a sessão do MDB em homenagem aos 60 anos e, com certeza, podendo representar inclusive V. Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com muito prazer.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... na qualidade de Líder do MDB no Senado, eu pediria inversão da pauta, porque eu sou Relator do item 4 da pauta, para que eu possa relatar e comparecer à sessão solene que está acontecendo, neste momento, na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo restrição, nós faremos a inversão sugerida pelo Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Item 4 da pauta.

**2ª PARTE**

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 1975, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para adequá-la às modificações promovidas no Sistema Tributário Nacional pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.*

**Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

**Relatoria:** Senador Eduardo Braga

**Relatório:** Favorável ao projeto

**Observações:**

*1. A matéria será apreciada pela CTFC, em decisão terminativa.*

Eu tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Eduardo Braga para a leitura do seu relatório.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro agradecemos a Exa. e aos colegas, em especial ao colega Alan Rick, pela generosidade em me permitir relatar este projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em segundo lugar, eu quero cumprimentar a Senadora Jussara Lima pela pertinência do tema, tendo em vista que a Emenda Constitucional nº 132 é exatamente a emenda que trata da Reforma Tributária. Portanto, do que trata este projeto é exatamente dar adequação à Lei de Transparência Fiscal, às modificações que aconteceram na Emenda Constitucional da Reforma Tributária, tão aguardada pela sociedade brasileira, pelo setor produtivo e pelos trabalhadores brasileiros.

Se V. Exa. me permite, eu gostaria, já que o parecer foi publicado e é do conhecimento de todos, por economia processual, de ir diretamente à análise.

Então, com a concordância de V. Exa., vou diretamente à análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado, compete à CAE manifestar-se sobre o aspecto econômico e financeiro desta propositura. A matéria atende aos requisitos regimentais, constitucionais, jurídicos, de técnica legislativa e de adequação orçamentária e financeira.

No mérito, a proposição revela-se adequada e necessária para assegurar a continuidade e a atualização da transparência tributária em contexto de profunda reorganização do Sistema Tributário Nacional.

A Reforma Tributária promovida pela Emenda Constitucional nº 132 instituiu novos tributos sobre consumo e estabeleceu longo período de transição, circunstância que torna essencial ajustar a legislação vigente para evitar descompasso entre as exigências de transparência fiscal e o novo modelo constitucional.

O projeto atualiza a lista de tributos que devem ser informados ao consumidor e redefine as regras de cálculo e divulgação desses valores. As mudanças reforçam a precisão das informações sobre a carga tributária incidente em cada produto ou serviço ao exigir apuração por item, priorizar a informação exata e admitir estimativas apenas em caráter subsidiário. Tais medidas preservam o direito do consumidor à informação clara sobre os tributos embutidos nos preços, em consonância com a Constituição e com os princípios do Código de Defesa do Consumidor.

A modernização dos meios de divulgação também se destaca ao substituir mecanismos anacrônicos, como painéis afixados em estabelecimentos, por formas digitais ou impressas mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficientes. Essa escolha reduz custos de conformidade, facilita o acesso às informações e mantém a integridade da transparência fiscal. O tratamento diferenciado conferido ao microempreendedor individual, ao nanoempreendedor e às empresas optantes do Simples Nacional traduz solução equilibrada para contabilizar o direito à informação com a necessidade de evitar encargos desproporcionais aos menores contribuintes.

A revogação de dispositivos de baixa efetividade, como aqueles relativos à discriminação de custos de pessoal e de insumos importados, promove racionalidade normativa e simplificação administrativa, sem prejuízo da finalidade central da lei, que consiste em permitir ao consumidor compreender, de forma absolutamente transparente, a carga tributária incidente nos bens e serviços adquiridos.

Em síntese, o conjunto de alterações proposto demonstra coerência material com o texto constitucional ao fortalecer a cidadania fiscal, conferir segurança jurídica durante a transição tributária e aprimorar instrumentos de controle social da tributação. As medidas conciliam transparência, eficiência e simplicidade, razão pela qual o mérito da proposição se apresenta consistente e tecnicamente justificado.

Voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, voto pela aprovação do PL 1.975, de 2025, cumprimentando a autora, a Senadora Jussara Lima, não só pela pertinência, mas pela eficácia do projeto de lei apresentado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a matéria.

Passamos ao item segundo da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 1800, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a fim de autorizar o creditamento da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas aquisições de determinados materiais, em consonância com o disposto no inciso II do caput do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, bem como de isentar dessas contribuições a venda de desperdícios, resíduos e aparas que especifica.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Alan Rick

**Relatório:** Favorável ao projeto.

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela CMA, com parecer favorável ao projeto.*

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Alan Rick para a leitura do seu relatório.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Como Relator.) – Primeiramente, Presidente, quero parabenizar V. Exa. pelas medidas adotadas no âmbito da comissão de acompanhamento das investigações do Banco Master: a proposta do projeto de lei de V. Exa. e a transparência que tem que ser dada à sociedade brasileira em um dos casos mais escandalosos de corrupção e de intervenção de entes públicos numa situação claríssima de abuso de poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, peço sua permissão para ir direto à análise.

Em se tratando da constitucionalidade, da juridicidade e dos aspectos regimentais, não foram identificados vícios capazes de comprometer o projeto. A medida está alinhada à Constituição Federal e aos princípios da ordem econômica e proteção ambiental, além de se integrar à lógica da economia circular, que busca reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos.

Quanto ao mérito, o PL nº 1.800, de 2021, visa permitir o uso de créditos de PIS-Pasep e Cofins na aquisição de materiais recicláveis, o que é atualmente vedado, e visa também garantir a isenção da contribuição ao PIS-Pasep e à Cofins nas vendas dos referidos materiais, beneficiando empresas do setor de reciclagem e reduzindo sua carga tributária. O objetivo central é fortalecer a Política Nacional de Resíduos Sólidos e incentivar a reciclagem por meio de incentivos fiscais.

Apesar das diversas ações implementadas para estimular o aproveitamento e a recuperação dos resíduos sólidos, a reciclagem ainda apresenta índices baixos no Brasil. Segundo indicadores do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa) de 2024, o país recupera, seja por reutilização, reciclagem ou recuperação energética, apenas 1,67% dos resíduos sólidos existentes. Ao tratar de resíduos sólidos urbanos, o Brasil chega a uma taxa de 8% de recuperação. Em outras palavras, 92% dos resíduos sólidos gerados nas cidades vão parar em aterros legais, em lixões a céu aberto e até mesmo nas ruas, parques, rios e mares do nosso país.

Algumas das razões para tal situação são a carência na infraestrutura dos serviços de coleta seletiva, a inexistência ou má estruturação dos mercados locais de reciclagem e a elevada tributação incidente sobre as diferentes etapas, principalmente sobre a matéria-prima secundária.

O PL propõe mudar essa realidade, garantindo incentivos fiscais ao setor, na compra e venda da matéria-prima para a reciclagem. A proposta conta com apoio técnico e político dos diversos setores envolvidos e busca colaborar com o desenvolvimento da reciclagem no Brasil, alinhando-se à agenda da sustentabilidade ambiental e da economia circular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ponto que merece destaque é que este projeto de lei garante benefício fiscal para o mercado de reciclagem como um todo. Isso inclui as empresas de coleta, de aparagem, de reciclagem e, em especial, os catadores e as organizações de catadores de lixo.

Nesse contexto, merece destaque o papel desempenhado pelos 800 mil catadores e catadoras de lixo do Brasil, somados às associações e cooperativas de reciclagem. Esses são um importante elo da cadeia de coleta, triagem e reaproveitamento de resíduos sólidos no Brasil. Esses trabalhadores exercem função ambiental, social e econômica relevante, ao promover a destinação adequada de materiais que, de outra forma, seriam encaminhados a lixões e aterros, com custos ambientais e sanitários elevados.

Para se entender a relevância do trabalho da catação no Brasil, os catadores e catadoras são responsáveis pela coleta de 90% de tudo o que é reciclado hoje no Brasil. Ao reduzir a carga tributária incidente sobre os materiais recicláveis, o projeto de lei em discussão reforça a viabilidade econômica dessas atividades e instituições, estimula sua organização produtiva, amplia oportunidades de trabalho e renda, contribuindo para a inserção produtiva de milhares de famílias e para a efetividade da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Por fim, esta proposição está acompanhada do Informativo de Adequação Financeira e Orçamentária nº 65, de 2023, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Conof), com a conclusão de que – abre aspas – "a matéria não implica em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto às adequações orçamentária e financeira". Ademais, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf) foi igualmente consultada, a qual também registrou a ausência de impacto orçamentário da matéria, na Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 98, de 2025, esclarecendo ainda que o PL apenas ratifica o entendimento já vigente por força de decisões do STF, sem criar nova renúncia nem alterar arrecadação.

Desta forma, restam atendidos os requisitos impostos pela Lei nº 15.321, de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026), e pela Lei Complementar 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em relação ao que versam sobre renúncia de receitas.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante todo o exposto, entendendo que a proposição corrige distorções do sistema tributário, fortalece a atividade econômica da reciclagem e valoriza o papel dos trabalhadores que atuam na base desse setor, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 1.800, de 2021.

É o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria e aprovado também o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, portanto, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

**O SR. GIORDANO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - SP) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Giordano, com a palavra V. Exa.

**O SR. GIORDANO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - SP. Pela ordem.) – Primeiramente, parabéns ao nosso Relator aqui. E queria agradecer-lhe muito, Presidente, porque nós estivemos na semana passada juntos, fui ao seu gabinete, expliquei a importância dessa matéria na ponta, os catadores. E o senhor, Presidente, foi de fato primordial...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador.

**O SR. GIORDANO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - SP) – ... a isso, a essa pauta e à aprovação dessa pauta.

Eu queria agradecer aos catadores, que estão representados hoje aí pela Ancat, pela OCB, pela Cruma, pela Conatrec, pela Coopercaps e pela Rede Sul; aos recicladores da Abal e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Aço; e aos aparistas do Inesfa e da Abren. Queria agradecer a todos os presentes, agradecer muito ao Presidente.

Isso é uma matéria muito importante para o Governo. O Governo, o Presidente Lula e a Primeira-Dama, Janja, brigam muito pelos catadores no Brasil e eles, neste momento, devem estar muito felizes por essa aprovação, porque isso na ponta vai fazer uma grande diferença.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Relator.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Alan Rick.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – ... para solicitar a urgência da matéria, diante da importância do tema, a urgência para o Plenário desta matéria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Alan Rick.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência da matéria. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Item 5 da pauta.

**2ª PARTE**

**ITEM 5**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 36, DE 2026**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer aditamento ao Requerimento nº 35/2026 a fim de incluir convidados para a Audiência Pública com o objetivo de instruir o PL 1648/2024,*

**Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alan Rick, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 81, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para instituir o Fundo Garantidor de Crédito ao Microempreendedor Individual, às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte (FGMICRO)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 150, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) no Sistema Nacional do Desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar à CBDS recursos de loterias de prognósticos numéricos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto com quatro emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4932, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, para estabelecer a obrigatoriedade de transferência de recursos entre usuários e prestadoras de serviços de ativos virtuais por meio de contas de depósito ou de pagamento individualizadas, e para determinar a segregação patrimonial entre prestadoras de serviços de ativos virtuais e seus usuários; e altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para proibir a oferta ou a admissão a negociação ou registro de derivativos por prestadoras de serviços de ativos virtuais sem autorização da Comissão de Valores Mobiliários." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 74, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incentivar o investimento em microempresas e em empresas de pequeno porte." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senador Laércio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oliveira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 258, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Desplastificação." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao projeto, com o acolhimento das Emendas nºs 1 e 3, nos termos do substitutivo de sua autoria, e contrário à Emenda nº 2. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Plano de Trabalho** que : "null" **Autoria:** CAE. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 38, de 2026** que: "Requer realização de Audiência Pública para instruir o PL nº 258, de 2024" **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Renan Calheiros**
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/07

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de abril de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Mensagem 211, da Presidência da República; Ofício SEI nº 14.831, do Ministério da Fazenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 24/03/2016.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata, portanto, está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. (*Pausa.*)

Na pauta, nós temos, para hoje, como item 1, um PLP, do Senador Wilder Morais, que retiramos da pauta em função da ausência do autor.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 81, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para instituir o Fundo Garantidor de Crédito ao Microempreendedor Individual, às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte (FGMICRO).*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

**Relatoria:** Senador Wilder Morais

**Relatório:** Favorável ao projeto.)

Do PL 4.932, de 2023, há um pedido de retirada do Relator porque o relatório ainda não está pronto.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 3**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE LEI N° 4932, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, para estabelecer a obrigatoriedade de transferência de recursos entre usuários e prestadoras de serviços de ativos virtuais por meio de contas de depósito ou de pagamento individualizadas, e para determinar a segregação patrimonial entre prestadoras de serviços de ativos virtuais e seus usuários; e altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para proibir a oferta ou a admissão a negociação ou registro de derivativos por prestadoras de serviços de ativos virtuais sem autorização da Comissão de Valores Mobiliários.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Irajá

**Relatório:** Não apresentado

**Observações:** *1. Em 10/6/2025, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Jorge Seif.)*

O item 4 da pauta é o PLP 74/2024, da Senadora Janaína, que tem como Relator o Senador Laércio Oliveira. Há também um pedido para retirada da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 74, DE 2024**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incentivar o investimento em microempresas e em empresas de pequeno porte.*

**Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE)

**Relatoria:** Senador Laércio Oliveira

**Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resta o PL 258/2024, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, sobre o qual temos um requerimento de audiência pública... (*Pausa.*) um requerimento de audiência pública do Senador Esperidião Amin.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 7**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 38, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer realização de Audiência Pública para instruir o PL nº 258, de 2024*

**Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC)

A votação do requerimento será simbólica.

As Senadoras e os Senadores que concordam...

Com a palavra V. Exa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Quero rapidamente justificar o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Quero deixar muito claro que eu considero este assunto um assunto momentoso, no Brasil e no mundo, e tenho dedicado ao assunto em questão uma atenção não ocasional.

Quero destacar dois aspectos. Primeiro, já realizamos algumas audiências públicas aqui e no meu estado, e na CNI, na busca de consolidação de diretrizes para equacionar essa questão, esse problema e as suas consequências. E quero destacar, então, dois pontos. Primeiro, há três anos, o Instituto Federal de Concórdia, a antiga Escola Técnica Agrícola de Concórdia, onde se desenvolveram vários projetos, inclusive projetos da Embrapa para o aperfeiçoamento da suinocultura em todos os aspectos, desde a qualidade da carne, porco tipo carne, a sua evolução, até o tratamento sanitário, tanto do animal quanto da criação, ou seja, da forma de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trato do animal... Do lixo – do lixo – da velha e hoje muito moderna Escola Técnica Federal, o Prof. Lettieri desenvolve um programa de, por quilo de plástico de uso único, produzir 200ml de gasolina. E eu vi funcionando – eu vi. Nasci no dia de São Tomé, me satisfez porque vi o processamento. É claro que isso é um processo de pesquisa de um instituto federal, outros fazem isso também, e é uma das modalidades de solução para o problema.

Segundo, eu acompanhei, como catarinense, o programa Voz dos Oceanos, do Vilfredo Schurmann, que trouxe muitas informações a respeito do que o plástico faz no mundo, não por ser plástico, mas pela sua destinação equivocada. De sorte que este requerimento não pode ser considerado procrastinatório; pelo contrário, ele, eu quero declarar, tem como objetivo iluminar o problema e iluminar as possíveis soluções que já foram apresentadas, que estão em discussão, que merecem a inovação e a qualificação.

Então, é uma justificativa do requerimento para demonstrar o real propósito do autor, no caso, este que vos fala.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Votação simbólica do requerimento.

Em votação o requerimento apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Fica sobrestada a tramitação da matéria.

Nós temos sobre a mesa alguns requerimentos de informação da Senadora Damares.

São vários. (*Pausa.*)

Nós vamos colocar esses requerimentos em pauta na próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia quatorze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Lucas Barreto, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Weverton, Esperidião Amin, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Roberta Acioly, Fabiano Contarato, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Alan Rick, Jorge Kajuru, Irajá, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Randolfe Rodrigues, Camilo Santana, Leila Barros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1558, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às Emendas nº 1 e 2. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2556, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 5, 7 e 8; pela aprovação parcial da Emenda nº 3, na forma de subemenda que apresenta, e acolhimento das Emendas nºs 4 e 6, nos termos das emendas de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 859, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas jurídicas de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes, revoga os artigos 4º-A, 4º-B, 4º-C, 5º-A, 5º-B, 5º-C, 5º-D, 19-B e 19-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, o art. 2º da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, e o art. 2º da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Contrário à matéria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 74, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incentivar o investimento em microempresas e em empresas de pequeno porte." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4080, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para dispor sobre fontes de financiamento para as despesas com a implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE)." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 6 - Plano de Trabalho** que : "null" **Autoria:** CAE. **Resultado:** Aprovados Requerimentos.. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Projeto de Lei n° 1365, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, nos termos do substitutivo apresentado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 52, de 2026** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 e 99-A do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado à Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado o compartilhamento de documentos, informações, relatórios, registros de oitivas, dados decorrentes de quebras de sigilo e demais elementos probatórios produzidos ou recebidos no curso de seus trabalhos que guardem pertinência com operações financeiras estruturadas, fluxos atípicos de capitais, estruturas societárias interligadas, fundos de investimento, instrumentos de securitização, instituições financeiras ou agentes econômicos potencialmente relacionados aos fatos em análise no âmbito do Grupo de Trabalho desta Comissão destinado ao acompanhamento do caso Banco Master." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 39, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Controladoria-Geral da União, Vinicius Marques de Carvalho, informações sobre os desdobramentos institucionais, regulatórios e econômicos relacionados ao Banco Master S.A." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 40, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco de Brasília S.A. - BRB, Nelson Antônio de Souza, informações acerca das operações realizadas com o Banco Master S.A., com especial enfoque na investigação independente conduzida com suporte técnico da empresa Kroll, na avaliação econômico-financeira das operações, na transparência das demonstrações financeiras e nos impactos patrimoniais decorrentes." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 41, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Ministro da Fazenda, na qualidade de Presidente do Conselho Monetário Nacional, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os fatos relacionados ao colapso do Banco Master." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 42, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que sejam convidados a comparecer a esta Comissão, a fim de de esclarecer fatos relacionados à aquisição de carteiras de crédito do Banco Master e eventuais riscos ao erário e à governança da instituição: o Senhor Marcelo Talarico, Conselheiro de Administração do BRB; o Senhor Ricardo José Duarte Rodrigues, ex-Conselheiro do BRB; a Senhora Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz, ex-Conselheira do BRB." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 43, de 2026** que: "Requer que seja convidado o Senhor Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, a comparecer a esta Comissão, afim de prestar informações acerca das representações junto ao TCU dos casos relacionados ao Banco Master" **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 44, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado representante escritório Machado Meyer Advogados, a comparecera esta Comissão, a fim de prestar informações acerca da coordenação jurídica da investigação independente conduzida no âmbito das operações envolvendo o Banco de Brasília S.A. (BRB) e o Banco Master S.A." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 45, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado representante Kroll Associates Brasil Ltda, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações acerca da investigação independente conduzida no âmbito das operações envolvendo o Banco de Brasília S.A. (BRB) e o Banco Master S.A" **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 46, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, na qualidade de Presidente do Conselho Monetário Nacional, informações acerca da atuação do CMN e do arcabouço regulatório no caso envolvendo o Banco Master e o Banco de Brasília (BRB)." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Requerimento aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 47, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Nelson Antônio de Souza, Presidente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco de Brasília S.A. (BRB), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobreas operações realizadas entre o BRB e o Banco Master, seus desdobramentos e impactos, no âmbito do Grupo de Trabalho instituído na Comissão de Assuntos Econômicos." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Requerimento aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Renan Calheiros**
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/14

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de abril de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Ofício nº 5/2026, da Câmara Municipal de Campinas; Ofício 0105/2025, da Câmara de Vereadores de Itá; Ofício nº 56/2025, da Câmara Municipal de Campinas, novamente; Ofício 1.819/2016, do Ministério da Fazenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12 da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Esta Presidência comunica que foram recebidas no Senado Federal as Mensagens 1 e 2, de 2026, que indicam os nomes dos Srs. Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo e Igor Muniz para os cargos de Presidente e Diretor, respectivamente, da Comissão de Valores Mobiliários.

Eu designo, pela ordem, os Senadores Eduardo Braga e Rogério Carvalho para Relatores dessas indicações.

Comunicamos ainda que o Presidente do Banco Central, em função da solicitação da Comissão com relação à sua presença, em atendimento ao art. 99, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que prevê o seu comparecimento semestral na Comissão de Assuntos Econômicos, confirma a sua presença – a presença do Presidente do Banco Central, portanto – para a reunião do dia 12 de maio.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 07/04/2016.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Damares Alves, com a palavra V. Exa.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Bom dia.

Já estando indicado o novo Diretor da CVM, indicado o Relator, nós temos uma previsão de data de sabatina, de leitura de relatório, ou ainda não temos uma previsão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ainda não temos, porque, na próxima semana, vamos ter um feriado exatamente na terça-feira.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E depois o 1º de maio.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E depois tem o 1º de maio. (*Pausa.*)

Mas eu vou combinar...

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... com os Relatores e aí informarei a V. Exa.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Deixe-me falar... Os itens 1 a 4 foram retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 1558, DE 2022**

**- Não terminativo -**

*Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total.*

**Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

**Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra

**Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às Emendas nº 1 e 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**

*1. Em 10/06/2025, foi apresentada a emenda nº 1, da senadora Augusta Brito.*

*2. Em 17/06/2025, foi apresentada a emenda nº 2, do senador Rogério Carvalho.*

*3. Em reunião realizada em 10/06/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.*

*4. A matéria será apreciada pela CCT, em decisão terminativa.*

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 2556, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública.*

**Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

**Relatoria:** Senador Paulo Paim

**Relatório:** Favorável ao projeto e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 5, 7 e 8; pela aprovação parcial da Emenda nº 3, na forma de subemenda que apresenta, e acolhimento das Emendas nºs 4 e 6, nos termos das emendas de sua autoria.

**Observações:**

*1. Foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 8, de autoria dos senadores Carlos Viana, Mecias de Jesus e Flávio Bolsonaro.*

*2. A matéria será apreciada pela CCJ e, em decisão terminativa, pela CE.*

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 859, DE 2023**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas jurídicas de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes, revoga os artigos 4º-A, 4º-B, 4º-C, 5º-A, 5º-B, 5º-C, 5º-D, 19-B e 19-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, o art. 2º da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, e o art. 2º da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências.*

**Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS)

**Relatoria:** Senador Laércio Oliveira

**Relatório:** Contrário à matéria.

**Observações:**

*1. A matéria será apreciada pela CCJ e, em decisão terminativa, pela CAS.*

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 74, DE 2024**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incentivar o investimento em microempresas e em empresas de pequeno porte.*

**Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE)

**Relatoria:** Senador Laércio Oliveira

**Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas de sua autoria.)

Nós passamos à apreciação do item 5 da pauta.

A Senadora Damares Alves será a Relatora *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI Nº 4080, DE 2020**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para dispor sobre fontes de financiamento para as despesas com a implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE).*

**Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela CMA, com parecer favorável ao projeto.*

Tem como Relator o Senador Eduardo Braga.

Eu tenho a honra e a satisfação de designar a Senadora Damares Alves como Relatora *ad hoc* deste projeto.

Eu concedo a palavra à Senadora Damares Alves.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes que a Senadora Damares Alves se prepare, pois está ligando o microfone...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – ... e para nós é um prazer e um privilégio ouvir uma relatoria sob sua condução –, eu solicito a V. Exa., com todo respeito, a inclusão extrapauta do PL 1.365, de 2022, da Senadora Daniella

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ribeiro, que modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961. E justifico a V. Exa. esse pedido.

E eu queria registrar que V. Exa. nunca deixou de faltar o apoio às tramitações legislativas nessa questão. (*Palmas.*)

Tendo em vista, Sr. Presidente, que, no dia 10 de junho de 2025 – ou seja, está para se fazer um ano nesta mesma Comissão –, foi dada vista a esse projeto... Então já foram feitas duas audiências públicas, o projeto foi discutido, debatido exaustivamente, tem dois pareceres de toda ordem, ou seja, a instrução dele para poder ser debatido aqui na Comissão... E aqui, neste Colegiado, é a Casa do debate e da divergência, seja ela da forma como for. O importante é colocar para ser apreciado e aí seguir o rito legislativo nas outras Comissões pertinentes.

Dessa forma, até em respeito às pessoas que saíram das suas casas, dos seus trabalhos, largaram os seus afazeres, suas famílias para poderem estar aqui – a gente sabe que o preço da passagem de avião aumentou muito, muita gente teve que fazer um esforço para estar aqui –, até em respeito a todos eles, solicito a V. Exa. que insira extrapauta o Projeto 1.365. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pessoal, esse projeto já foi retirado da pauta uma vez, teve o adiamento de apreciação aprovado aqui nesta Comissão. Ele não está na pauta, mas eu tenho com o Senador Nelsinho um compromisso de viabilizar a apreciação dessa matéria. Convém informar também que essa matéria não é terminativa aqui na Comissão de Assuntos Econômicos; ela vai tramitar ainda em uma ou duas outras Comissões, de modo que, aceitando a intervenção do Senador Nelsinho, nós colocamos o projeto, extrapauta, para apreciação hoje da matéria. (*Palmas.*)

Senadora Damares Alves, com a palavra V. Exa.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Como o relatório já foi publicado, farei uma leitura resumida do voto.

O projeto de lei tem por objetivo avançar em direção à elaboração de planos de ação práticos, derivados das diretrizes propostas pelos diferentes zoneamentos. O gargalo entre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planejamento, diagnósticos, prognósticos e subsídios à implementação dos zoneamentos ecológicos e econômicos nas diferentes regiões do país é causado, majoritariamente, pela falta de recursos e de uma cultura de planejamento integrado no país.

Nos termos do Regimento Interno do Senado, a nossa análise informa que compete à CAE opinar sobre aspectos econômicos e financeiros. A matéria atende aos requisitos regimentais, constitucionais, jurídicos, de técnica legislativa e de adequação orçamentária e financeira.

Ao analisar os incisos propostos no novo art. 9º-D, não há impedimento legal na Constituição das fontes de financiamento citadas. Os fundos públicos listados no PL já possuem previsão de aplicação em áreas correlatas ao meio ambiente em suas leis instituidoras, de modo que não há necessidade de alterar nenhuma outra lei. Portanto, constituem fontes de financiamento para as despesas com a implementação do zoneamento ecológico e econômico: o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Nacional de Meio Ambiente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, o Fundo Social, recursos provenientes de acordos bilaterais ou multilaterais sobre clima que envolvam a União ou os estados federados, recursos decorrentes de ajustes, contratos de gestão e convênios celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal, doações realizadas por entidades nacionais e internacionais públicas ou privadas, recursos provenientes de compromissos nacionais e internacionais de financiamento de ações de mitigação e investimentos privado, outros fundos específicos que atendam às finalidades desta lei.

É salutar a previsão de que os entes federais e subnacionais possam atrair recursos de outras origens, além dos determinados na lei orçamentária anual.

Por fim, entendemos o texto do PL como sendo uma diretriz a ser seguida pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

Dessa maneira, não há que se falar em estimativa de impacto orçamentário e financeiro neste momento. As estimativas serão necessárias na medida em que as despesas forem planejadas e, com isso, consignadas na lei orçamentária do ente responsável.

O voto, Sr. Presidente, diante de todo o exposto, é pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.080, de 2020.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos deixar a votação dessa matéria para o final da reunião.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Porque é terminativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente, por conta do quórum, porque é um projeto terminativo.

Passamos ao item extrapauta.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 7**

**PROJETO DE LEI Nº 1365, DE 2022**

**- Não terminativo -**

*Modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais.*

**Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

**Relatoria:** Senador Nelsinho Trad

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

O seu relatório é favorável à matéria, com o acolhimento da Emenda 1-T, nos termos do substitutivo que apresenta.

Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra ao Senador Nelsinho Trad para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. pela sensibilidade de colocar extrapauta essa matéria.

Eu gostaria de pedir a permissão para ir direto à análise com a anuência dos colegas que estão no Colegiado.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro do PL 1.365, de 2022. Em função do rito terminativo, os requisitos de admissibilidade da proposição, referentes à sua constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa, serão apreciados pela Comissão de Assuntos Sociais.

Avança-se, então, ao mérito econômico-financeiro da proposição.

O PL em questão representa um marco fundamental para a construção de um mercado de trabalho digno para os profissionais da área da saúde. Isso porque a lei que rege o piso salarial e as demais condições de trabalho próprias dos médicos e cirurgiões-dentistas foi publicada ainda em 1961 e, portanto, encontra-se defasada e obsoleta após mais de seis décadas em vigor.

A necessidade da construção de um marco legal moderno e compatível com a atual situação dos profissionais da saúde ficou evidente após a audiência pública que realizamos nesta Comissão, Sr. Presidente, no dia 12 de março de 2024, com a presença dos seguintes representantes: Federação Nacional dos Médicos, Federação Médica Brasileira, Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Odontologia, Federação Nacional dos Odontologistas, Federação Interestadual dos Odontologistas, Movimento Popular Dentistas do SUS, Confederação Nacional de Municípios e Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas.

Debatemos esse assunto por mais de quatro horas. Assim, é louvável que o PL fixe o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas em R$10.991,19 para uma jornada de 20 horas semanais. Ocorre, porém, que esse valor, em função do próprio tempo de tramitação desta proposição, já se encontra desatualizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por esse motivo, optamos por adotar a baliza de nove salários mínimos para atualizar o valor do piso salarial, baliza essa que é a mesma sugerida pela Emenda nº 1-T, de autoria do Senador e médico Dr. Hiran. Assim, fixamos o piso salarial em nove vezes o salário mínimo em vigor, resultando em um valor de R$13.662 para a jornada de 20 horas semanais de médicos e cirurgiões-dentistas.

Outro ponto essencial que acolhemos em nosso relatório é a definição de um índice de correção para o piso salarial, questão essa também suscitada pela Emenda nº 1-T, de autoria do Dr. Hiran, Senador.

Isso porque, após o julgamento da ADPF 325 acerca da recepção da Lei nº 3.999, de 1961, o piso salarial foi congelado em múltiplos do salário mínimo em vigor em 2022, sem qualquer previsão para reajustes posteriores. Assim, a cada ano que passa, já diminuiu o piso salarial, sendo corroído em termos reais.

Optamos, então, por incluir a correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para balizar os reajustes anuais, pois esse é o índice inflacionário calculado pelo IBGE que abarca a faixa remuneratória do piso salarial.

Em relação aos adicionais de hora noturna e extraordinária, nós os fixamos em 50% da hora diurna ordinária. Para a hora noturna, há um aumento relevante em relação ao percentual de 20% que é atualmente previsto pela Lei nº 3.999, de 1961, e, também, pela CLT. Para a hora extraordinária, a previsão simplesmente reitera o disposto na Constituição Federal.

Como, a nosso ver, não devem existir distinções remuneratórias entre profissionais de saúde que atuam no setor privado e no setor público – seja com vínculo de emprego, sob o regime da CLT, ou estatutário – nós sustentamos no PL a aplicação do piso e demais disposições às pessoas jurídicas de direito público.

Garantimos, ainda, que o acréscimo na despesa de pessoal dos estados, Distrito Federal e municípios advindo do PL será custeado por transferências do Fundo Nacional de Saúde, instituído pelo Decreto nº 64.867, de 24 de julho de 1969. Assim, os entes subnacionais não serão onerados pela presente atualização do piso salarial e majoração do adicional noturno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, delegamos, para os vínculos estatuários, a fixação dos critérios para correção inflacionária do piso à via da lei específica do respectivo ente.

A fim de dar cumprimento ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foram solicitadas, ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, as estimativas de impacto financeiro-orçamentário do PL sobre a folha de pagamento da União.

Assim, no Ofício SEI nº 172718/2024/MGI, encontra-se o cálculo do impacto total. Em função do piso, o impacto é de: R$9,21 bilhões, em 2025; R$8,14 bilhões, em 2026; e, R$7,69 bilhões, em 2027. Em função da majoração do adicional noturno, o impacto é de: R$71,13 milhões, em 2025; R$74,69 milhões, em 2026; e, R$74,69 milhões, em 2027.

Por fim, haja vista a amplitude das cláusulas revogatórias, tanto do PL quanto da Emenda nº 1-T, e a necessidade de modernização do diploma legal, optamos por reunir todas as alterações na forma de um substitutivo que, em vez de alterar a Lei nº 3.999, de 1961, revoga-a integralmente e institui um novo marco legal para os profissionais da saúde.

Neste novo marco legal, cumpre destacar, nós mantivemos duas importantes previsões da Lei nº 3.999, de 1961: primeiro, o repouso de dez minutos a cada noventa de trabalho; e, segundo, a ocupação privativa dos cargos de chefia de serviços médicos e odontológicos, respectivamente, por médicos e cirurgiões-dentistas devidamente habilitados.

Reiteramos que esse substitutivo é um passo fundamental para construção de um marco legal moderno para as relações de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas, que pretende, tanto quanto possível, assegurar remunerações dignas e condições de trabalho adequadas para os profissionais que laboram zelando pelas vidas de milhões de brasileiros.

O voto.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do PL nº 1.365, de 2022, e pela aprovação parcial da Emenda nº 1-T, na forma do substitutivo abaixo consignado.

Sr. Presidente, segue aqui o substitutivo, anexo ao relatório, e o voto é pela aprovação, corrigindo, Sr. Presidente, depois de 60 anos uma injustiça que precisa ser reparada, porque, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponta, V. Exas. podem ter certeza: o resultado dessa aprovação vai ser sentido com melhores condições de trabalho e um melhor serviço prestado à população brasileira.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Eu concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero parabenizar o nosso Relator, o Dr. Nelsinho Trad, que conhece profundamente essa matéria. Eu, como sou da área de educação... Para ter uma ideia, hoje em um curso de Medicina ou de Odontologia, se você pegar o valor mensal que se paga hoje, multiplicar por doze e multiplicar por oito anos – normalmente vai até oito anos – e botar isso na poupança ou em qualquer aplicação financeira, dá o dobro desse valor que V. Exa. está colocando – só para vocês terem ideia de que muitos pais, muitas pessoas podem optar hoje por botar no mercado financeiro, com taxa de 16% ao ano. Então, a gente está vendo isso no Brasil, em Brasília, o valor muito pequeno da remuneração dos médicos, dos dentistas, e estamos com falta de profissionais. Faz o concurso, passa três meses, o pessoal vai embora, vai para a iniciativa privada.

Então, V. Exa. está de parabéns, já antecipo aqui meu voto favorável a essa matéria. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz. Com a palavra V. Exa., para discutir a matéria.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, de alguns anos para cá, nós estamos tendo uma inversão dos profissionais na área de saúde, de um modo geral. Por quê? Porque não vale mais a pena fazer um concurso público, para o estado ou para o município. Isso acarreta um problema muito sério na atividade-fim, que é o grande benefício que essas categorias podem dar à população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu estado é um estado muito grande. Uma coisa é você falar sobre profissionais, principalmente especialistas, na cidade de Manaus. Outra coisa é você falar sobre especialistas bem longe dali. E você não leva esses especialistas com o salário que hoje é pago. Infelizmente é uma realidade. O que ajuda bastante é o Mais Médicos, mas hoje organizações sociais que estão tomando conta de hospitais, privatizando os hospitais públicos, isso nos preocupa bastante. (*Palmas.*) Isso nos preocupa bastante, e eu, que tive uma oportunidade de poder governar o meu estado, eu sei da necessidade.

Então muitas vezes, por exemplo, constrói-se um hospital, o prédio em si é muito bonito, mas o prédio não é tão importante como esses profissionais na área de saúde; não é tão importante. (*Palmas.*)

A gente precisa realmente fazer um esforço muito grande para compreender os mais de 5 mil municípios que nós temos aí, porque cada município tem uma realidade.

Hoje a base – para você ter uma ideia – de funcionamento da saúde no meu estado são as emendas que os Senadores e Deputados Federais encaminham aos municípios, senão nós estaríamos com uma dificuldade muito maior.

Sendo isso, lógico que eu vou votar a favor, não tenham dúvidas sobre isso, mas é uma coisa que nós temos que repensar aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional, principalmente para que a gente possa ter concurso público, que tenha um plano... (*Palmas.*) Que a gente possa ter um plano de cargos e carreiras dos profissionais de saúde, porque a expectativa futura é que um profissional de saúde que passa muitos anos trabalhando nessa área e chega ao final, se estiver trabalhando em uma organização social, ele não vai ter uma aposentadoria e não tem direito a um monte de coisa. Já o profissional que estiver concursado tem direito a tudo isso, mas para que ele seja concursado, nós damos um passo muito importante. Se você me perguntar se a remuneração de 20 horas semanais é adequada a uma pessoa que passa mais de dez anos estudando, porque além de ele se formar, ele tem que fazer especialização, ainda é muito pouco o que a gente está pagando para o profissional de saúde. (*Palmas.*)

E só para concordar com o Senador Izalci, eu também voto favorável a essa matéria e encaminho o voto favorável. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senador Omar Aziz.

Concedo a palavra ao Dr. Hiran para discutir a matéria.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente. Bom dia, querido Relator, meu querido colega médico Nelsinho Trad.

Eu quero, inicialmente, fazer uma fala de gratidão ao nosso Presidente Renan pela sensibilidade e a coragem (*Palmas.*) de ter pautado aqui esse projeto tão importante para os nossos colegas de todo o país.

Eu queria dizer a vocês que nós temos aqui vários projetos importantes, Presidente, que protegem a atividade do médico no nosso país. Nós temos sofrido muita violência nos nossos locais de trabalho e temos aqui na CCJ um projeto que agrava penas não só para médicos, mas para a equipe multiprofissional de saúde e para professores também.

Já pedimos pauta na CCJ para que possamos votá-lo o mais rápido possível para voltar para a Câmara, para que possamos proteger os colegas, que são tão mal remunerados e que, às vezes, servem de anteparo para as angústias das pessoas que procuram esses profissionais nas nossas UPAs, nos nossos prontos-socorros de todo o Brasil.

Eu quero também dizer a V. Exa. que a sua coragem nos enche de esperança, por quê? (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senador.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Porque nós temos aqui nesta Casa o projeto da proficiência, que também visa avaliar com seriedade o preparo dos profissionais médicos que são formados por essa proliferação desenfreada de escolas médicas do país, deixando a nossa população, às vezes, à mercê de médicos mal formados, aliás, como aconteceu no Estado do Amazonas (*Palmas.*) quando uma colega mal formada injetou 6ml de adrenalina endovenosa numa criança. Os nossos queridos Senadores Eduardo Braga, meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querido amigo e colega de Dom Bosco, e meu querido colega Omar sabem do que eu estou falando. E é para proteger essas pessoas que precisamos também aprovar.

Presidente, veja só, nós o aprovamos na Comissão de Educação e na CAS, terminativo, e o Governo se colocou muito fortemente contrário a esse projeto que protege a sociedade. E agora estamos pedindo urgência no Plenário da Casa para que possamos votar, porque, à medida que nós postergamos essa decisão, nós fazemos sofrer não os médicos, mas a sociedade brasileira, que é atendida pelo maior sistema de saúde pública do Brasil, que é o SUS. (*Palmas.*)

Quero aqui, mais uma vez, agradecer a V. Exa. sua coragem, seu compromisso com o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E agradecer também à nossa Senadora Daniella Ribeiro, que é autora do projeto, e ao meu querido Nelsinho Trad, que, além de Senador, é um urologista de excelente cepa.

Parabéns a todos, e parabéns a este Plenário, que vai, certamente, aprovar a matéria. (*Palmas.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Dr. Hiran.

Pela ordem, pede-nos a palavra o Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, de igual modo, eu quero cumprimentá-lo, porque, efetivamente, esse é um assunto que, via de regra, as Comissões, quando não se trata de uma PEC, tratam essa questão da política salarial de uma forma inadequada. E V. Exa., com coragem, pauta este Projeto de Lei 1.365, da Senadora Daniella Ribeiro, que modifica o salário mínimo dos médicos e dos cirurgiões-dentistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, este país tem milhares de heróis anônimos, porque foi na pandemia, Nelsinho, que nós (*Palmas.*) tivemos a oportunidade de ver profissionais da saúde, não apenas médicos e cirurgiões-dentistas, mas trabalhadores da saúde, muitas vezes sem os equipamentos necessários, muitas vezes sem as vacinações, muitas vezes sem o medicamento e sem o protocolo necessários, arriscarem suas vidas para salvar vidas de brasileiros. (*Palmas.*)

Se não fossem esses trabalhadores da saúde, o Brasil, que lamentavelmente carregou a marca incompreensível de ter 2% da população mundial e ter aproximadamente 10% das vítimas da covid, fruto do equívoco da política pública do então Governo em relação ao combate à covid... Se não fossem esses heróis anônimos, talvez nós tivéssemos perdido muitos mais compatriotas e muitos mais brasileiros.

O Senador Omar presenciou, no Estado do Amazonas, um dos momentos mais tristes das nossas vidas: ver nossos conterrâneos, nossos compatriotas, serem sepultados por pás carregadeiras em valas comuns, como aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial. E esses trabalhadores da ponta da saúde não são reconhecidos devidamente.

Portanto, votaremos favoravelmente à matéria. (*Palmas.*)

E queria adicionar, Sr. Presidente, a fala do meu querido Senador Dr. Hiran, porque é fato, Presidente, que nós precisamos avançar na proficiência e na prova de proficiência da saúde e dos profissionais de saúde neste país. (*Palmas.*)

O que aconteceu no nosso estado foi lamentável, foi um episódio triste que aconteceu no nosso estado. Inclusive, nós estamos trabalhando uma lei para que aqueles casos não se repitam. Portanto, quero aqui também fazer uma manifestação pública, para que o Senado da República possa finalmente votar a parte da questão ideológica, porque a pior coisa no mundo é quando a gente trata de questões que são objetivas, que são muitas vezes humanitárias, e queremos colocar a questão de ideologia no meio disso. (*Palmas.*)

Isso é um equívoco, isso é um erro, e o Senado da República não pode misturar ideologia com esta questão da prova de proficiência para os profissionais da saúde, principalmente para os médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, meu voto é favorável, cumprimentando V. Exa., cumprimentando a autora e cumprimentando o Relator, o Senador Nelsinho Trad. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero repetir os elogios à autora e ao Relator, mas quero aqui especialmente cumprimentá-lo, Presidente, pela coragem, porque, daqui a pouco, o que a imprensa vai dizer é que nós estamos falindo o Brasil. É isso que vão dizer! (*Palmas.*) Mas foi com muita responsabilidade que o senhor trouxe a matéria.

Deixe-me dizer uma coisa: nós vamos ter que ter coragem de, nesta Casa, priorizar o que, de verdade, tem que ser priorizado, Presidente. (*Palmas.*)

E aqui, gente, não é discurso eleitoreiro. Não é! É realidade.

Vou só lhe contar uma coisa, Presidente.

A nossa Governadora... Teve um recente concurso aqui no DF – o DF é deste tamanhinho; o DF é o melhor lugar do mundo para se viver –, e os médicos aprovados foram chamados. De 30 aprovados, dois aceitaram apenas. Agora, imaginem: num DF com condições extraordinárias de moradia. Por quê?

Não é atrativo, Presidente. O salário não é atrativo.

A gente vê edital de concurso para médico com R$7 mil. Aí, essa imprensa que fala da gente, quando você vai entrevistar um possível assessor de comunicação, eles vêm com um salário que você tem vontade de chorar, que eles pedem para nós.

(*Manifestação da plateia.*)

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, assim, aqueles que estão, Presidente, salvando vida...

A gente está fazendo aqui o que é certo. Então, parabéns por sua coragem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aos colegas, especialmente os dois do Norte aqui, ó: o Eduardo Braga, o Omar Aziz e o Hiran, quando eles falam da necessidade dos médicos lá na ponta...

E eu faço só questão agora de registrar a fala de duas Senadoras: a da Senadora Roberta, que é dentista, que chegou à Casa, que queria estar aqui, e a da Senadora Eudócia, que está presa ali, dirigindo uma sessão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidindo uma sessão no Plenário, importantíssima na área da saúde.

Elas pedem que eu também registre cumprimentos ao Senador Renan, ao Relator, também à autora e a todos os profissionais da área.

Parabéns, Presidente! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para discutir a matéria.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu quero dividir a minha intervenção em três partes.

Primeiro, o Senador Nelsinho Trad se houve muito bem, ao requerer, e V. Exa. também se houve muito bem, ao incluir na pauta desta sessão a apreciação desse projeto. Portanto, é meritória a decisão e a solicitação. Ambas são meritórias.

E o que nós ouvimos aqui ilustra bem a defasagem salientada pelo Senador Nelsinho Trad. Nós estamos substituindo uma lei de 1961. Isso, por si só, mostra que nós estamos *(Palmas.)* atualizando uma realidade que contempla, inclusive, aspectos brutais, como os relacionados à covid, que foram muito bem lembrados tanto pelo Senador Eduardo Braga quanto pelo Senador Omar Aziz. Foram momentos heroicos e tristes.

E eu queria também reportar que, quando se fala em concursos, seja para médicos, seja para cirurgião-dentista, que restam desertos, não é por falta de iniciativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mesmo participei de debates, na Câmara dos Deputados, sobre a PEC 454, de autoria do então Deputado Ronaldo Caiado, que instituía o cargo de médico de Estado, ou seja, a carreira de médico do Estado, que tinha como objetivo dar um salário condigno e exigir do profissional uma dedicação compatível com isso.

Eu estou analisando aqui a tramitação. Essa PEC é de 2009; em 2025, ela ainda estava na Câmara, e, no dia 2 de julho do ano passado, foi solicitado, foi apresentado um requerimento, pedindo para incluir na Ordem do Dia a Proposta de Emenda à Constituição nº 454, de 2009. Ou seja, é uma matéria que perambula, e, enquanto isso, o problema se agrava.

Esta providência, portanto, passa a ter uma urgência e passa a ser oportuna, porque outras tentativas estão falhando, e aí vale para o cirurgião dentista, para o odontólogo, portanto, e para o médico.

De sorte que, Senadora Damares, não há nada de oportunismo em função da circunstância eleitoral deste ano; é uma matéria da qual nós estamos fugindo. (*Palmas.*)

Nós, como sociedade – não é o Governador tal e o beltrano –, estamos fugindo da causa e, portanto, perpetuando o problema, razão pela qual vou votar a favor e vou solicitar que, na CAS – que é o passo seguinte, onde o projeto será terminativo –, igual providência seja tomada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra, V. Exa., para discutir a matéria.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, o importante é que a gente vê, Senador Nelsinho, que todos estamos de acordo com o seu relatório, mas eu acho que cada um aqui defende, a seu modo, a importância que tem o exercício legal da profissão e o exercício com a capacidade profissional.

Hoje, a medicina, principalmente, está muito evoluída na questão de equipamentos sofisticados, medicamentos de alto custo, e, às vezes, falta o básico: falta o profissional valorizado, para que ele possa desempenhar o seu trabalho. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui Relator da questão do teto também, da aposentadoria especial dos agentes de saúde e endemias, e todos nós votamos favoravelmente, exatamente porque esses profissionais estão lá na ponta, na base, fazendo o preventivo.

Então, o exame de proficiência também, como o Senador Dr. Hiran falou, é uma necessidade que todos nós precisamos votar mesmo e, se possível, para todas as profissões.

Eu sou médico veterinário. Como é que pode hoje, Senador Nelsinho, se exigirem cursos da área de saúde à distância? Não dá para aceitar – não dá para aceitar. (*Palmas.*)

Então, assim como não pode o profissional ter essa condição de competição, ter que ir ao mercado buscar um curso, porque o Estado não consegue atender à sociedade – quando eu digo isso, eu me refiro principalmente às universidades públicas –, nós temos que fazer com que esses profissionais tenham condições de ser capacitados, cada dia mais, principalmente para poder fazer a saúde preventiva, a saúde básica no país.

Eu quero aqui cumprimentar todos os profissionais do Mato Grosso que estão aqui na pessoa da Wânia Dantas. (*Palmas.*)

E, claro, aqui é o Brasil inteiro, e vamos aqui estar com o Senador Nelsinho.

E parabéns também ao Senador Renan, por colocar essa matéria neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador Nelsinho Trad, Relator da matéria.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Presidente Renan, colegas, senhoras, senhores que aqui se encontram, que acompanham também através da transmissão da TV Senado, eu tive uma preocupação muito transparente na condução desse relatório, até porque, Presidente Renan, colegas, eu já estive do lado das duas margens desse rio: na condição de trabalhador público da saúde e na condição de gestor, como Chefe do Executivo da capital do estado de onde eu venho, que é Campo Grande.

Achei um caminho para a gente poder tornar razoável e sensata a aplicação e a atualização dessa lei, exatamente o caminho oriundo da dotação orçamentária do Fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Saúde. Ou seja: daqui para a frente, esse vai ser um "problema", entre aspas, a ser encarado e colocado como prioridade na fatia a ser dividida do bolo orçamentário do Sistema Único de Saúde. Ponto. (*Palmas.*)

Não dá mais para a gente poder...

Eu não sei se vocês participaram da audiência pública, mas tem profissionais, tanto dentista quanto médico, principalmente da Região Nordeste, que estavam ganhando menos que o salário mínimo por 20 horas semanais. Isso é um absurdo! Daqui a pouco, o que é que vai acontecer? Há uma migração desses profissionais para atender à população, e acaba não tendo como fazer frente aos serviços.

E uma coisa que a gente observou também, em função dos adicionais que normalmente têm na base do salário, é que muitos não podem aposentar em função da sua idade, porque, se aposentar, o cara ganha menos que um salário mínimo. Então, o que você vê de gente de idade, já com o tempo de aposentadoria, trabalhando em condições insalubres, fazendo enfrentamentos nessas questões que, muitas vezes, são mais midiáticas, para poder falar mal do sistema de saúde, como a gente vê que ocorre, é impressionante!

Então, a gente tem que realmente enfrentar a situação. Isso é de coragem. Precisa de coragem.

Tem como equacionar isso? A gente estudou, fizemos parecer de tudo que é ordem... Tem como equacionar.

Quem vai regulamentar vai ser O Executivo. Pode muito bem estabelecer metas a serem cumpridas, para quem poder receber dignamente o teto.

E vocês podem ter certeza de que vai funcionar muito melhor do que a gente possa imaginar.

Era isso, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra à Senadora Roberta Acioly, para discutir a matéria.

Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. ROBERTA ACIOLY** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Olá! Bom dia. Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os presentes.

Quero deixar registrado que, mais uma vez, eu participo, pela minha profissão, como Cirurgiã-Dentista e Senadora. (*Palmas.*)

Gostaria de manifestar o apoio e o agradecimento a todos vocês, a coragem do Presidente de colocar esse projeto em pauta e de dizer que nós estamos aqui para lutar, para defender toda essa classe que trabalha, que tem um amor por essa profissão. Podem contar comigo! Enquanto eu estiver aqui, a odontologia, os profissionais de saúde vão ter todos os direitos estabelecidos.

Muito grata. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passaremos à votação.

Antes, porém, eu quero agradecer a presença de dirigentes, médicos, dentistas de todo o Brasil, principalmente do Estado de Alagoas, que tenho a honra de representar aqui no Senado Federal. (*Palmas.*)

Declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Nelsinho Trad.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir... (*Palmas.*) Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as emendas da Comissão de Assuntos Econômicos. (*Pausa.*)

Nós vamos apreciar agora...

Eu declaro encerrada a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos à reunião do Grupo de Acompanhamento da Crise do Master.

Nós temos alguns requerimentos para serem apreciados.

Requerimentos da Senadora Damares Alves. (*Pausa.*)

Nós vamos apreciar os requerimentos da Senadora Damares. (*Pausa.*)

Serão apreciados nove requerimentos.

Eu consulto os Senadores e as Senadoras sobre se podemos apreciar esses requerimentos em bloco. (*Pausa.*)

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Damares Alves.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Por serem em bloco, já foram publicados, eu quero, Presidente, requerer a retirada do Requerimento 48, porque é um convite para o indicado da CVM. Como ele vai ser sabatinado, eu retiro esse convite agora, a gente faz a sabatina dele, que o senhor vai marcar nos próximos dias, para ele não precisar vir duas vezes aqui. E aí, Presidente, quando ele estiver no cargo, se precisar, a gente faz um requerimento de convocação se necessário for.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, cumprimentando a Senadora Damares pela coerência e objetividade, nós somos favoráveis à votação em bloco dos requerimentos.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E aí, Presidente, já que vamos para bloco, todos os senhores já entenderam que, sobre a questão do Banco Master, uma CPI já acabou, a outra está encerrando hoje, vai ficar só nesta Comissão todo o acompanhamento. A gente já imaginava isso quando o senhor criou o grupo. Tem uma outra matéria na Comissão de Fiscalização, de que eu sou Relatora, mas é só a questão de governança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Presidente, a CPI do Crime Organizado, que vai encerrar hoje à tarde, tem documentos extremamente importantes.

Então, eu estou apresentando um requerimento extrapauta de pedido de compartilhamento dos documentos que estão lá com o nosso grupo de trabalho. Então seria tão somente isso. A gente aprovando agora, como vamos aprovar antes do término da Comissão, dá tempo de a gente fazer o requerimento dos documentos que estão lá para a nossa Comissão, e eu pediria apoio aos pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação os requerimentos apresentados pela Senadora Damares Alves.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Esse último, esse requerimento especificamente, é muito oportuno porque está difícil conseguir CPI. É mais fácil acontecer delação do que CPI no Brasil. Então, este grupo de trabalho vai voltar a cumprir um papel solitário no Congresso brasileiro – presta bem atenção, o Congresso brasileiro vai voltar a ser o único radar para analisar os movimentos que sucedem ao maior escândalo financeiro da história do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação os requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Eu quero comunicar a esta Comissão que avoquei para relatar um projeto de renegociação de dívidas agrícolas, que tramita terminativamente aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. E fizemos, na última semana, na quarta-feira exatamente, uma reunião com Lideranças partidárias, com o Presidente do Senado Federal, com a presença do Ministro da Fazenda, Dario Durigan. O Ministro ficou de apresentar, durante esta semana, uma contraproposta à matéria de renegociação que está tramitando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os problemas são vários – problemas de colapsos iminentes – em função da atividade agrícola e do refinanciamento que fizeram tendo, como remunerador desses refinanciamentos, como no último Refis exatamente, a taxa Selic, que explodiu nos últimos anos no Brasil. Então, nós estamos vivendo uma espécie de falência generalizada no campo. E esse projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados, autoriza a criação de uma linha de refinanciamento, com recursos do Fundo Social e recursos também de outros fundos, com superávit de 2025 e 2026, superávit de 2024 e 2025, outros fundos adicionais, e destina-se à renegociação dessas dívidas. Isso é algo urgente.

No ano que passou, o Governo editou uma medida provisória para refinanciamento dessas dívidas, de R$12 bilhões. Só a metade desses recursos foi utilizada em função das limitações que a renegociação, na prática, exigiu, especialmente nos bancos. Houve também uma contraditória decisão do Conselho Monetário Nacional, porque o refinanciamento previa refinanciar as dívidas vencidas até então e o Conselho Monetário Nacional editou uma portaria estabelecendo a necessidade, para refinanciamento dessas dívidas, da decretação de calamidade pública pelo município, o que reduziu o número de municípios que poderiam renegociar essa dívida para 1.032 apenas no país.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – V. Exa. me permite um apontamento?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Senador Renan, V. Exa. aborda um tema que eu reputo da maior importância, porque o agronegócio, em especial a agricultura familiar deste país, está impactado por essa questão do endividamento com a taxa Selic, que explodiu, mas, além disso, impactado com o preço dos fertilizantes e com o preço do combustível, porque essa guerra maluca que o Trump abriu contra o Irã, no Oriente Médio, fez com que o barril de petróleo estivesse acima de US$100. Isso impactou os preços dos combustíveis e, por via de consequência, também impactou novamente o preço dos insumos no setor agrícola, ou seja, como diriam no Nordeste, isso é uma queda e três coices: um, a taxa Selic explodida; dois, o preço do combustível graças a uma guerra insana;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três, o preço dos insumos da agricultura, graças a outra guerra insana entre a Rússia e a Ucrânia. O pobre coitado do agricultor brasileiro é que está pagando a conta com uma taxa Selic explosiva e sem uma linha de refinanciamento clara para salvar o setor.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está faltando o terceiro coice aí.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, isso que o Senador Eduardo...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eduardo, está faltando o terceiro coice.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu contei três.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é, mas é uma queda e três coices. Então, está faltando o terceiro coice.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pegando a fala do Senador Eduardo Braga, Senador Amin, Senadora Damares, você vê a irresponsabilidade a que o Brasil fica assistindo. E muitos ficam apoiando esse tipo de coisa. É uma responsabilidade, inclusive, do Governo Federal em relação a essa questão do meio ambiente.

Eduardo, você fala sobre fertilizante. O Brasil hoje já podia ser autossuficiente em fertilizantes se deixassem a gente explorar aquilo que a gente tem, Presidente. Infelizmente. Agora que o pessoal está reclamando, não é? Está reclamando que está caro o fertilizante? Está caro, porque, até hoje, a gente não consegue: ou vem um juiz federal, ou vem o Ministério Público Federal, ou vem o meio ambiente e proíbem a gente explorar o potássio que tem na Amazônia, suficiente para abastecer o agro todinho de fertilizantes. Mas isso aí é porque é só quando o calcanhar aperta que o pessoal grita. A verdade é essa. Há anos, já era para a gente ter sido autossuficiente nessa questão. Agora, com essa guerra, é que a gente vê. Aí o Governo vai ter que botar dinheiro nisso, que é dinheiro da população, para poder dar competitividade aos produtos, e tirar de outras áreas, dinheiro que poderia estar sendo utilizado em outras áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a questão do fertilizante, como bem colocou o Senador Eduardo Braga, é muito mais o extremismo ambiental de algumas pessoas neste país do que a falta do produto para que a gente possa produzir fertilizantes neste país, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, com os cumprimentos a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Gomes, Camilo Santana, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Zenaide Maia e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Jorge Kajuru, Irajá, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4621, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores (PNIFM) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 a 4-CCT. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 4 CCT-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4080, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para dispor sobre fontes de financiamento para as despesas com a implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE)." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1252, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 14.133, de 1º de abril de 2021, e nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para prever a possibilidade de concessão de créditos tributários e quitação de multas administrativas como contrapartida para execução de obras ou serviços de engenharia de interesse público." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 5 - CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei n° 1252, de 2023. Ficam prejudicados o Projeto e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas a ele apresentadas. **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1830, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e a energia elétrica vinculada a essa potência que cabe à República Federativa do Brasil." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº1-CI, com duas emendas de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 58/2026 de Audiência Pública. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2349, de 2024 - Terminativo -** que: "Autoriza o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) a criar uma Caixa de Assistência dos Profissionais de Medicina Veterinária e de Zootecnia." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 58, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública para instrução do PL 1830/2025" **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 56, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do TCU, Bruno Dantas, todas as informações e documentos, inclusive os classificados como sigilosos, referentes ao processo de aquisição, pela Caixa Econômica Federal, de carteiras financeiras do Banco Regional de Brasília (BRB), direta ou indiretamente vinculadas ao processo de aquisição do Banco Master." **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 57, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Regional de Brasília (BRB), todas as informações e documentos relacionados a operações e contratos desse Banco, nos últimos oito anos: i) com fundos de previdências de servidores estaduais ou municipais; ii) relacionados à aquisição de folhas de pagamento de servidores públicos; iii) envolvendo recursos de depósitos judiciais; iv) associados, direta ou indiretamente, a entidades públicas estaduais ou municipais." **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Renan Calheiros**
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/28

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de abril de 2026.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício 0040, da Câmara Municipal de Friburgo;

- Ofício 0079, da Câmara Municipal de Bento Gonçalves;

- Ofício 11/2026, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Fátima;

- Memorando 680/2026, da Câmara Municipal de Canguçu, que encaminha moção de apelo ao Senado Federal, especialmente à Comissão de Assuntos Econômicos, para a urgente apreciação de projeto de lei e também a adoção de medidas emergenciais de prorrogação de financiamentos rurais;

- Oficio 035/2026, da Câmara de Vereadores de São Sepé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão.

Nós vamos dividir a reunião de hoje em três partes. Na primeira parte, nós vamos tentar apreciar a ordem do dia; na segunda parte, nós vamos fazer um debate sobre a renegociação das dívidas – e estamos aqui com as honrosas presenças da Senadora Tereza Cristina e de representantes de várias entidades Brasil afora.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E o Relator também aqui, inteiramente à disposição.

Na terceira parte, nós vamos reunir e votar alguns requerimentos, que já foram aprovados *ad referendum,* do grupo de acompanhamento da fraude do Master.

Passamos, portanto, à primeira parte.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 4621, DE 2024**

**- Não terminativo -**

*Institui a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores (PNIFM) e dá outras providências.*

**Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC)

**Relatoria:** Senador Laércio Oliveira

**Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 a 4-CCT.

**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*1. A matéria foi apreciada pela CCT, com parecer favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 a 4-CCT.*

Esse projeto é de autoria do Senador Esperidião Amin e tem como Relator o Senador Laércio Oliveira. Peço autorização da Comissão para designar o Senador Hamilton Mourão como Relator *ad hoc*.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra, portanto, ao Senador Hamilton Mourão, para a leitura do seu relatório, *ad hoc*.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia. Peço permissão para ir direto à análise.

Em se tratando da constitucionalidade, da juridicidade e dos aspectos regimentais, não foram identificados vícios capazes de prejudicar a proposição.

Quanto ao mérito, o presente PL demonstra justa preocupação ao estruturar a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores. A iniciativa foca no fortalecimento da indústria nacional e na redução da dependência externa, ao incentivar a substituição de importações dentro da cadeia automotiva. No âmbito socioeconômico, a proposta favorece a descentralização industrial e a capacitação profissional, promovendo a geração de empregos e o equilíbrio regional.

Por fim, entendemos que as emendas aprovadas na Comissão de Ciência e Tecnologia, comentadas no relatório, aperfeiçoaram bastante o conteúdo da proposição, mantendo sua ideia original, de maneira que sugerimos sua aprovação.

Assim, Presidente, em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação do PL nº 4.621, de 2024, com as emendas aprovadas na Comissão de Ciência e Tecnologia.

É o relatório, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está aberta discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Hamilton Mourão.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas de 1 a 4, da CCT.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura. (*Pausa.*)

Do item 2 da pauta o relatório já foi lido, na reunião anterior, pelo Senador Eduardo Braga.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 4080, DE 2020**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para dispor sobre fontes de financiamento para as despesas com a implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE).*

**Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

**Relatoria:** Senador Eduardo Braga

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*1. Em 14/4/2026, foi lido o relatório.*

*1. A matéria foi apreciada pela CMA, com parecer favorável ao projeto.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Só tem um Relator aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, acabei de indicar o Senador Mourão, que fez um oportuno relatório *ad hoc*.

A matéria está em discussão.

Continua a discussão da matéria iniciada na reunião anterior. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir mais a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam... (*Pausa.*)

Lembro que esse projeto é terminativo. Por isto é que nós não fizemos a apreciação dele na última reunião: porque o quórum estava baixo. Mas devemos fazer agora.

Em votação o Projeto de Lei 4.080, de 2020, nos termos do relatório apresentado.

Senador Jaques Wagner... (*Pausa.*)

O painel já está aberto. (*Pausa.*)

Todos os Senadores que registraram presença podem votar pelo aplicativo.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Informo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que está confirmada para o dia 5 a audiência com o Presidente do Banco Central Gabriel Galípolo – dia 5, portanto –, na forma do art. 11 da Lei 179, de 2021, Senadora Damares.

Os Senadores que estão em outras dependências da Casa, mas registraram presença podem votar pelos respectivos aplicativos. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com 14 Senadores, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado – 15 Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – SIM, 14; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o projeto do Senador Jader Barbalho.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 1252, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Altera as Leis nos 14.133, de 1º de abril de 2021, e nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para prever a possibilidade de concessão de créditos tributários e quitação de multas administrativas como contrapartida para execução de obras ou serviços de engenharia de interesse público.*

**Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

**Relatoria:** Senador Alessandro Vieira

**Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado.

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ.*

*2. Em 6/2/2026, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Irajá.*

Este projeto é do nosso querido Senador Cleitinho e tem como Relator o nosso querido Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leitura e discussão.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço licença para ir diretamente à análise desse excelente projeto apresentado pelo colega Senador Cleitinho.

Segundo o art. 99 do Regimento Interno, cabe à CAE opinar sobre os aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

Inicialmente, destacamos que o projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, conforme análise já realizada pela CCJ.

Quanto ao mérito econômico-financeiro do projeto, destacamos que a infraestrutura é essencial ao crescimento econômico com impacto direto sobre a produtividade, ao reduzir custos de transporte, energia e comunicação, ampliar a integração de mercados e elevar a confiabilidade dos serviços. Investimentos nessa área geram efeitos multiplicadores relevantes, estimulando a formação de capital privado. Além disso, beneficiam diretamente diversos setores, como saneamento básico, energia, transportes, telecomunicações e habitação.

Entretanto, esse papel estratégico da infraestrutura contrasta com a trajetória recente de investimentos no país. O nível de investimento em infraestrutura no Brasil passou por um declínio severo nos anos de crise econômica. Após atingir um pico de R$260 bilhões em 2014, os investimentos em infraestrutura caíram para apenas R$157 bilhões em 2020, equivalente a 1,6% do Produto Interno Bruto, inferior ao observado em muitas economias emergentes e desenvolvidas.

O início da recuperação ocorreu em 2021 e, para este ano de 2026, espera-se um valor recorde de R$300 bilhões. Apesar desse aumento, não há como se desconsiderar quase uma década de subinvestimentos no setor. Segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indústrias de Base (Abdib), o Brasil precisa investir pelo menos 4% do PIB em infraestrutura, o que representa cerca de R$500 bilhões por ano ao longo dos próximos dez anos, só para se recuperar do período de crise por que passamos.

Nesse contexto, o projeto em análise busca oferecer um mecanismo de incentivo ao investimento em infraestrutura por meio de parcerias público-privadas e mecanismos alternativos, como contrapartida via créditos tributários ou quitação de multas administrativas. Tais parcerias são economicamente relevantes para viabilizar investimentos em infraestrutura, porque permitem melhor alocação e compartilhamento de riscos e reduzem a pressão imediata sobre o orçamento público.

A natureza intensiva em capital, de longo prazo e sujeita a incertezas, dos projetos de infraestrutura torna pouco eficiente que sejam financiados exclusivamente pelo Estado ou apenas pelo setor privado. Assim, mecanismos que ampliem as formas de contraprestação, como a utilização de créditos tributários ou quitação de multas administrativas, podem aumentar a atratividade econômica dos projetos, destravar investimentos e mobilizar capacidades técnicas e gerenciais do setor privado, desde que preservadas as salvaguardas fiscais, concorrenciais e de governança.

Por essa razão, é igualmente necessário reconhecer os riscos associados a tais instrumentos. A adoção de mecanismos de contrapartida não convencionais, como créditos tributários e quitação de multas administrativas, exige cautela. Em especial, é necessário prevenir distorções competitivas e assegurar que a seleção dos projetos e dos interessados seja baseada em critérios técnicos, transparentes e objetivos. Ademais, a complexidade desses arranjos demanda especial atenção no seu monitoramento e fiscalização, de modo a mitigar riscos, em particular, de inexecução de projetos ou de sobrepreço.

Diante dessas questões, oferecemos substitutivo que incorpora as emendas da CCJ e promove outras modificações no texto original do PL, com o objetivo de solucionar alguns problemas que identificamos, a seguir analisados.

Em primeiro lugar, entendemos que a previsão do §2º do novo art.46-A, ao permitir que o programa se limite à compensação de créditos com dívidas tributárias ou administrativas classificadas como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, finda por abrir espaço para disputas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com excessiva restrição do universo de licitantes, algo que, além de prejudicial à administração pública, dificilmente se revela consentâneo com o art. 37, XXI, da Constituição Federal, que institui o dever estatal de licitar. Com efeito, em um cenário como esse, haveria certames dos quais participariam apenas empresas inadimplentes com a Fazenda contratante. Viabilizar que os pagamentos pela administração sejam feitos na forma de créditos tributários compensáveis com a dívida tributária da empresa inadimplente é algo positivo. Por isso, o substitutivo afasta a lógica de restrição do programa a créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação e substitui a "dispensa" ampla por regra mais estrita, pela qual a existência de débitos perante o ente não impede, por si só, a participação, desde que a utilização dos créditos se dê na forma prevista no programa e observados os limites constitucionais aplicáveis.

A restrição indevida ao universo de licitantes também pode ocorrer se o programa for concebido de forma que as obras contratadas pela administração somente possam ser pagas por meio da concessão de créditos tributários. Reconhecemos que o objetivo principal do PL é mesmo o de substituir, no âmbito do programa, os pagamentos feitos com recursos orçamentários pela concessão de tais créditos. Acontece que, se o programa for inflexível nesse âmbito, toda e qualquer empresa que não for contribuinte habitual daquele ente federado promotor da licitação, mesmo aquela que possa executar a obra a um custo menor para o poder público, perderá o interesse em participar do certame, já que os créditos tributários não lhe serão úteis. Por isso, para preservar a competição e evitar a exclusão de potenciais ofertantes, o substitutivo admite, de forma excepcional e motivada, o pagamento com recursos orçamentários quando o contratado não for contribuinte habitual do ente federado, desde que demonstrada a necessidade da medida para assegurar a ampla concorrência e a vantajosidade da contratação.

Um terceiro ponto que merece reflexão é o uso do regime de contratação integrada. Tal regime de execução foi introduzido no ordenamento brasileiro pela Lei nº 12.462, de 2011. Tal lei, no entanto, restringiu o seu uso a situações específicas, justificáveis técnica e economicamente, quando o objeto envolvesse inovação tecnológica ou técnica, possibilidade de execução com diferentes metodologias ou com tecnologias de domínio restrito no mercado. Em assim o fazendo, a lei seguiu o exemplo da legislação de outros países, evitando a banalização do uso desse regime. E isso é importante porque a contratação integrada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caracterizada pela responsabilidade de elaboração do projeto básico pelo próprio contratado, envolve maiores riscos para a administração pública, por razões de assimetria de informações, além de possibilitar uma maior subjetividade na seleção da empresa a ser contratada.

A nova Lei de Licitações e Contratos revogou a parte da Lei nº 12.462, que trata do RDC, e, ao dispor sobre a contratação integrada, deixou de repetir as condicionantes estabelecidas por essa lei. O art. 46-A, que o PL introduz na Lei nº 14.133, determina que as contratações no âmbito do programa nele previsto sejam feitas por meio do referido regime. A nosso ver, seja no âmbito do programa de concessão de créditos tributários, seja em qualquer outra hipótese, a contratação integrada deve observar as condicionantes citadas. Para tanto, o substitutivo promove alteração no art. 46 da nova Lei de Licitações.

O PL prevê a existência de um comitê constituído por três servidores públicos estáveis, incumbido de acompanhar todo o processo de seleção das obras que integrarão o programa, bem como o processo licitatório e a execução do contrato. Há previsão de uma fase inicial, à guisa de procedimento de manifestação de interesse, no qual qualquer interessado sugere a inclusão de obras no programa e, havendo concordância da administração, abre-se prazo para que outras empresas manifestem intenção de executá-las. Como dito, essa é uma etapa prévia, na qual é definido se será aberta licitação ou, no caso de haver apenas um interessado, dar-se-á a contratação direta.

O substitutivo amplia para 30 dias o prazo para verificação de potenciais interessados, reforça a ampla publicidade da inserção das obras no programa e especifica como ela se dará, inclusive por meio de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas. Além disso, o substitutivo condiciona eventual contratação direta na hipótese de um único interessado à demonstração de inviabilidade de competição e de vantajosidade, com a devida instrução técnica e orçamento estimativo referencial, de modo a mitigar riscos de assimetria informacional e sobrepreço. Obviamente, havendo mais de um interessado e instaurado processo licitatório, novo prazo será aberto, com a publicação do edital respectivo, para que as empresas interessadas apresentem suas propostas e documentação.

Ademais, a Lei nº 14.133, de 2021, já é bem minuciosa na definição dos órgãos e instâncias competentes para conduzir a licitação e fiscalizar a execução do contrato. Ela regula o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

papel das comissões de licitação/contratação, dos órgãos jurídicos da administração, dos agentes de contratação, dos fiscais e gestores de contratos. Cada um deles desenvolve tarefas distintas e especializadas. Não há motivo para concentrar, no caso do programa previsto neste PL, todas ou a maior parte dessas funções em um comitê de avaliação.

Em razão disso, o substitutivo limita as funções de tal comitê à fase inicial de inserção das obras no programa e manda aplicar aos procedimentos posteriores, relativos à licitação, à contratação direta e à fiscalização da execução do contrato, a disciplina já existente na lei. Não há motivo para que uma obra, apenas por ser inserida no programa de que trata este PL, não se submeta às mesmas regras já aplicáveis às demais. Basicamente, a única diferença de relevo ocorrerá na forma de pagamento adotada pela administração, que passará a ser a emissão de créditos tributários e/ou a quitação de dívidas administrativas.

O substitutivo assegura, ainda, tratamento justo ao contratado na hipótese de inexecução por causas alheias à sua vontade. O texto original do PL disciplinava apenas as consequências de falhas, fraude ou simulação, sem distinguir a inexecução culposa da decorrente de caso fortuito, força maior ou fato imputável à própria administração. Tal lacuna poderia sujeitar o contratado às mesmas sanções cabíveis a quem age de má-fé, o que seria desproporcional e contrário aos princípios gerais que regem a responsabilidade contratual. Por isso, o substitutivo acrescenta dispositivo pelo qual, nessas hipóteses, o contratado faz jus ao recebimento de créditos tributários ou à quitação de multas proporcionais ao que efetivamente executou, sem aplicação das sanções previstas para o caso de inadimplemento culposo.

Ademais, considerando que a adoção de créditos tributários e de quitação de multas como forma de contraprestação pode produzir efeitos relevantes sobre o planejamento e a execução fiscal do ente federativo, o substitutivo reforça mecanismos de transparência e controle, prevendo a divulgação anual, em meio oficial e em formato aberto, de demonstrativo contendo a carteira de obras e serviços inseridos no programa, os créditos concedidos e as estimativas de utilização no exercício. Busca-se, assim, assegurar a rastreabilidade das operações e facilitar a fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade, sem impor rigidez desnecessária ao processo orçamentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o substitutivo introduz um teto anual para a concessão de créditos tributários no âmbito do programa, ausente no texto original. O limite é calculado pelo maior entre R$2 milhões e 2% da RCL apurada nos 12 meses anteriores ao exercício de referência, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000. A adoção de fórmula híbrida, com piso absoluto combinado com percentual da RCL, visa conciliar dois objetivos. De um lado, garante que municípios de pequeno porte, que representam a imensa maioria dos entes federativos brasileiros e concentram os maiores déficits de infraestrutura, possam acessar o programa em escala mínima operacionalmente viável: um município com RCL de R$30 milhões, por exemplo, teria pelo limite percentual um teto de apenas R$600 mil, um valor insuficiente para a execução de qualquer obra de relevância. De outro lado, o percentual sobre a RCL impõe limite proporcional à capacidade fiscal dos entes maiores, prevenindo exposição fiscal excessiva. A RCL, que é a base padronizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, oferece referencial auditável e uniforme entre todos os entes da Federação.

Todas essas modificações, Presidente e colegas, promovidas pelo substitutivo também permitem dar ao novo art. 46-A uma redação mais sucinta e objetiva, em sintonia com as boas regras de técnica legislativa.

O voto, então, é pela aprovação, nos termos do substitutivo.

E aí, Sr. Presidente e colegas, faço uma referência breve, elogiando a iniciativa do Senador Cleitinho – Cleitinho, que hoje recebeu mais uma boa notícia: lidera todas as pesquisas para o Governo do Estado de Minas Gerais, tão importante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O homem está forte e mostra uma preocupação importante, que é garantir que você possa atender à demanda que nós temos de infraestrutura de uma forma inteligente e moderna, compensando com multas ou criação de créditos tributários.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

Parabéns, Cleitinho!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Amin...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu iria discutir, Presidente, mas o Senador Cleitinho me lançou um olhar tão atemorizador, que eu engoli a dúvida.

Muito obrigado. (*Risos.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Isso é que é força, viu, Cleitinho? Bastou um olhar. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A votação será nominal.

Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei 1.252, de 2023, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Alessandro Vieira.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro cumprimento V. Exa. e cumprimento nossos colegas e quem nos assiste.

Senador Alessandro Vieira, eu estou estupefato com uma decisão adotada pela 7ª Vara de Meio Ambiente da Justiça Federal do meu estado, atendendo o pedido de uma ONG chamada Observatório do Clima, financiada, Senadora Tereza Cristina – e eu quero começar pelos financiadores dessa ONG –, por Open Society Foundation, George Soros.

Alguém conhece?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Muito!

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Muito bem, US$31,3 milhões; repasse direto ao OC, mais US$1 milhão.

Também: Oak Foundation, US$2,6 milhões para a criação do Instituto Clima e Sociedade (ICS), principal financiador da organização social; ClimateWorks; Ford Foundation; Hewlett Foundation; Cifi – cofundadores dos financiadores do ICS.

O *hub* de distribuição: o Instituto Clima e Sociedade (ICS) faz doações, e redes de doações já receberam *grades* de mais de 40 instituições internacionais. Financia diretamente o Observatório do Clima.

A execução: o Observatório do Clima tem uma rede de 133 entidades, mantida exclusivamente por recursos de entidades filantrópicas, de autodeclaração, financiadoras diretas, praticamente nenhuma nacional: Rainforest Foundation Norway, da Noruega; Fastenopfer, da Suíça; The Parker Foundation, dos Estados Unidos; Climate and Land Use Alliance.

E a falta de transparência da ONG, do Observatório do Clima: não tem, em seu *site*, uma aba – uma aba sequer – de fácil entendimento sobre a transparência dos recursos que recebe.

Dez anos de atuação, 1.293 doações, num total de R$771 milhões, com 510 organizações apoiadas.

Ora, nós estamos diante de uma verdadeira *holding* do clima; nós não estamos diante de uma organização social para o Observatório do Clima, mas sim de uma *holding* de financiamento de um novo mercado econômico que surgiu para esse tipo de ação.

Senadora, veja, ela ataca exatamente os pontos que foram resolvidos na lei que V. Exa. e o Senador Confúcio Moura sancionaram – aliás, relataram – e que o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado votaram. O Presidente exerceu o seu direito democrático do veto, e o Congresso Nacional exerceu o seu direito democrático de analisar os vetos. Alguns foram mantidos, outros foram derrubados. Portanto, a lei está em pleno vigor – em pleno vigor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, eles entram com argumentações das mais estapafúrdias, mas eu gostaria de fazer aqui uma pequena observação sobre a relevância do que nós estamos tratando.

A BR-319 não é uma BR qualquer; ela é nada mais do que a única estrada que pode tirar uma cidade de 2,5 milhões de habitantes do isolamento e tirar toda a região metropolitana, que equivale a quase 3,5 milhões de habitantes, mais o Estado de Roraima, do isolamento em relação ao resto do Brasil, além de integrar a parte noroeste do Estado de Rondônia com o Estado do Amazonas.

Portanto, ela tem uma importância estratégica enorme não para o Estado do Amazonas, mas para a Região Amazônica, tanto do ponto de vista logístico quanto do ponto de vista social, econômico e de integração nacional.

São quatro grandes dimensões para explicar a relevância da BR-319 não para os Srs. Senadores, que já estão mais do que dominando o tema, mas para quem nos acompanha e, talvez, para a juíza que foi induzida ao equívoco por parte dessa organização social.

É a única rota terrestre entre Manaus e Porto Velho, conectando o Amazonas ao restante da malha rodoviária nacional, única alternativa ao transporte fluvial e aéreo e vulnerável às secas severas que o Estado do Amazonas tem passado. Inclusive, duas nos últimos cinco anos, e nós estamos ameaçados novamente – tomara que não aconteça, este ano, de ter uma outra seca severa.

Segurança logística.

As secas extremas de 2005, 2010, 2023, 2024 e, com alta probabilidade, em 2026 mostraram que a dependência exclusiva dos rios deixa o Amazonas e Roraima numa situação de vulnerabilidade, inclusive do ponto de vista da segurança alimentar e da segurança nacional sem a BR-319. O preço dos alimentos dispara.

Nós tivemos que ganhar uma ação, Senadora Tereza Cristina, no TRF3, para que não houvesse uma cobrança de uma taxa adicional por contêiner, por risco de termos uma vazante, no ano de 2026, no Estado do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora imagine o aumento do custo do transporte que aconteceria nos gêneros alimentícios, nos produtos industrializados, no varejo em geral.

Eu gosto sempre de lembrar, lamentavelmente, o que aconteceu na pandemia, quando 14 mil amazonenses morreram, enquanto as carretas com oxigênio estavam atoladas, atoladas na BR-319.

O que esses adversários nossos querem, de forma equivocada, é deixar o nosso estado entregue à lama, à poeira e ao atoleiro e completamente isolado.

Sequer a sede dessa ONG é na Amazônia. Vamos dizer: "Ah, essa ONG está lá no Pará". Pô, bacana, está na Amazônia. "Não, essa ONG está em Rondônia". Não. Essa ONG está no Rio de Janeiro.

Muito provavelmente, esses ambientalistas estão nas praias tão deliciosas do Rio de Janeiro, onde não tem carapanã, não tem pium, não tem mosquito, não tem as intempéries que os brasileiros que vivem na Amazônia são obrigados a enfrentar.

A cadeia industrial e o Polo Industrial de Manaus sofrem riscos sérios de desabastecimento, inclusive às vésperas da Copa do Mundo – inclusive às vésperas da Copa do Mundo –, e todo o polo industrial de televisão do Brasil está na Zona Franca, 100%.

E mais: boa parte dos *smartphones* e dos bens de informática também estão na Zona Franca.

A BR-319 é um mecanismo de resiliência logística, portanto, para a sobrevivência do estado e da região. A integração social e garantia de direitos à rodovia conecta dezenas de comunidades rurais e ribeirinhas; facilita acesso a serviços públicos como saúde, educação, segurança, principalmente contra o narcotráfico; reduz isolamentos históricos de populações que dependem apenas de barcos, e, quando os rios estão secos, esses barcos não têm como navegar.

Quanto à aviação regional, General Mourão, neste momento as companhias estão cancelando os voos da aviação regional, porque estão com problema com o preço do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustível, em função dessa guerra insana que os Estados Unidos estão promovendo contra o Irã, impactando, de maneira muito dramática, a região.

A estratégia de soberania e presença do Estado – manter a região isolada – não significa proteção, e onde não há Estado não há como ter governança. Cresce a grilagem de terras, a extração ilegal de madeira, a ocupação desordenada, a ausência da fiscalização aumenta os crimes ambientais...

Com infraestrutura, a fiscalização e a presença contínua do Estado reforçará a governança territorial na Amazônia, e os garimpos serão também muito mais facilmente fiscalizados.

A nossa articulação política recente teve grande relevância, porque conseguimos aqui, com o apoio de todo o Congresso Nacional, fazer uma alteração na Lei do Licenciamento Ambiental, o que possibilitou destravar inúmeras obras neste país, no Brasil.

Agora, essa decisão isolada dessa liminar pode prejudicar inúmeras, milhares de obras que estão sendo destravadas, porque, se não vale para a BR-319, não vale para as outras 7 mil obras que nós estávamos destravando no Brasil, graças à nova Lei do Licenciamento Ambiental aprovada.

Essa lei viabilizou recursos federais para o trecho do meio, que não vinham sendo liberado; criou-se um ciclo de investimento realmente muito grande...

E mais: do ponto de vista da estrutura, do arcabouço jurídico, o Procurador do Ministério dos Transportes e do Dnit teve a preocupação de ouvir a AGU, e a AGU manifestou-se favoravelmente à lei que foi aprovada pelo Congresso Nacional. A lei, portanto, garantia o licenciamento de forma a possibilitar a licitação.

E mais: todos os estudos ambientais, do ponto de vista do impacto da população indígena, de fauna, de flora, já foram feitos várias vezes sobre a BR-319, mas, lamentavelmente, no Amazonas, por ser o estado mais preservado e mais conservado do planeta – não existe no planeta nenhum estado que tenha 97% da sua camada florestal como Deus colocou na Terra. Não existe –, nós somos penalizados na única rodovia que poderia nos tirar do isolamento, trazendo, portanto, grandes inovações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais. Nós criamos, através das normas inovadoras que fizemos, um tratamento de pavimentação que se chama tratamento superficial duplo e tratamento superficial triplo, que sequer usa pavimento usinado. Usa material betuminoso mineral, acoplando, portanto, granulometrias diferenciadas de várias camadas de pedra em brita, o que trará, portanto, muito menor impacto ambiental para a BR-319 do que o que há hoje para mantê-la operacional. Hoje, ela tem mais impacto do que se essa obra for executada.

E outra coisa que é preciso dizer: a BR-174 está asfaltada há duas décadas, e o famoso efeito de espinha de peixe, que os ambientalistas radicais querem dizer, não aconteceu na Amazônia. Nós temos barreiras geográficas e ambientais naturais, a várzea, a várzea alta; nós temos grandes vazios na nossa floresta, que não permitem a ocupação porque as terras não têm estrutura e, mesmo com correção, não são agricultáveis. Por isso, nós não temos pressão sobre desmatamento em várias regiões; por isso, nós temos 97% do nosso estado preservado.

Ademais, é preciso dizer que o IME (Instituto Militar de Engenharia do Brasil) acabou de dominar a tecnologia do enxame de *drones* com inteligência artificial. Por uma emenda nossa, nós estamos conseguindo levar o IME, com um laboratório de inteligência artificial, para o Amazonas, e nós estamos desenvolvendo, lá no Amazonas, a última fase para que nós tenhamos os primeiros produtos dessa tecnologia, usados exatamente para fazer a governança, a fiscalização, inclusive usando câmeras térmicas de calor na BR-319. E nós vamos poder, com o mesmo enxame de *drones*, fazer a proteção das nossas fronteiras contra o tráfico de drogas e o tráfico de armas, mas nada disso parece sensibilizar esses que querem simplesmente manter o Amazonas no atraso e no isolamento.

O Observatório do Clima e outras ONGs utilizam o meu estado, o meu povo, para fazer um palanque ideológico global sobre a questão ambiental. Isso eles não fazem nos países de origem deles, isso eles não fazem nos estados mais degradados do Brasil – eles não fazem! Vão fazer lá no Estado do Amazonas, onde nós temos uma cultura tradicional, dos povos tradicionais, de ter uma relação com a natureza muito mais preservacionista, muito mais de manutenção, de uso muito mais amigável com a natureza. A cultura do nosso povo é isso, e a nossa agricultura é uma agricultura familiar; nós não temos agricultura intensiva, como é o caso do estado do Senador Wellington, o caso do estado da Senadora Tereza, o caso do estado do Senador General Mourão, o caso do nosso Senador do Rio Grande do Sul também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem, Heinze, lá agricultura extensiva. Tirando algumas pequenas regiões do sul do Amazonas, que têm alguma agricultura extensiva, no resto, em 1,5 milhão de quilômetros quadrados do meu estado não tem isso. Agora, é justo a gente ser penalizado por uma única liminar e deixar mais de 5 milhões de brasileiros isolados por uma decisão dessa?

Eu estou fazendo um apelo à AGU para que entre imediatamente com o recurso para o Tribunal Regional Federal, porque é a AGU que tem que se manifestar e que tem que recorrer, porque decisão a gente pode criticar, pode contraditar, mas decisão judicial se cumpre. E, lamentavelmente, o verão amazônico é uma janela muito curta: se a gente perder essa licitação agora, nós vamos perder o ano todo de 2026, e nós estamos há três décadas lutando por isso.

Por fim, o próprio Governo Federal já avançou com editais para o tratamento superficial duplo e para o tratamento superficial triplo no trecho do meio. Isso prova que a viabilidade técnica e a necessidade da obra são reconhecidas pela administração pública, o que torna as ações judiciais e o discurso de catástrofe eminente ainda mais desconectado da realidade local.

Creiam, Senadores, eu vi uma nota publicada num determinado meio de comunicação dizendo que a pavimentação da BR-319 vai aumentar em dezenas de pandemias – veja, de pandemias. Essa estrada existe há 50 anos. Hoje passam mil carretas por dia nessa estrada, só que passam na poeira, na lama e no atoleiro e nem por isso tem pandemia. E eles não colocam o autor, eles sempre dizem assim: "Cientistas", é tudo no genérico. Quando querem acusar o Congresso, dizem assim: "Congressistas", é tudo no plural. Não dizem: "a Senadora fulana de tal", "o Senador fulano de tal". Não. Não dizem que é o "Cientista fulano de tal", é tudo no genérico.

Quando se fala de TSD e TST, que são as duas tecnologias mais amigáveis do ponto de vista ambiental, estamos falando de uma solução de pavimentação que se adapta ao leito já aberto. Portanto, nós não estamos sequer querendo ampliar o leito, que é um direito que nós poderíamos ter, mas, para não criar mais polêmica, nós estamos querendo simplesmente sair da poeira, da lama e do atoleiro. É só isso que nós estamos pedindo.

Pois bem. O argumento de que a obra traria um efeito surpresa de desmatamento cai por terra. O argumento baseado na falta de governança ignora que estamos em 2026, e não em 1970, quando a estrada foi construída e asfaltada. O argumento do Observatório do Clima e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus financiadores internacionais está ancorado em uma fotografia do passado, ignorando o salto tecnológico que permite uma governança em tempo real.

O posicionamento atual da AGU, do Dnit e do Ministério do Transporte reflete essa mudança de paradigma. Eles entenderam que a rodovia, em vez de ser uma ameaça, pode ser o próprio instrumento de proteção para o meio ambiente. A nova fronteira de governança tecnológica, no modelo inteligente e monitorada, supera o conceito, inclusive, de estrada que destrói. Enxames de *drones* com câmeras térmicas, diferentemente de patrulhas humanas lentas – *drones* podem varrer quilômetros de floresta em minutos –, a detectação térmica identifica o calor humano, ou de motores maquinários de garimpo ou de motosserras, sob a copa das árvores, antes mesmo de o primeiro hectare ser derrubado. Ou seja, nós vamos poder agir em tempo real, o que é diferente do monitoramento satelital, que só tem uma resposta, General, depois que o crime já está realizado.

Conectividade.

A Starlink e a inteligência artificial mudaram toda essa realidade. A instalação de constelações de satélites permite que os dados de sensores e *drones* sejam processados por inteligência artificial instantaneamente. Se a IA detecta um desvio de padrão ou abertura de um acesso não autorizado – o início de um ramal –, o alerta é enviado em segundos a autoridades. A muralha digital – como nós estamos chamando –, com a Starlink, não há mais pontos cegos na rodovia. A governança, que era impossível na década de 80, agora é uma questão de implementação de *software* e *hardware*.

A força de mobilização regional.

A união entre os órgãos técnicos – Dnit, AGU, Ministério do Transporte e a sociedade civil organizada do Amazonas – é o que está quebrando a espinha dorsal desse argumento ideológico externo e manipulador que quer nos aprisionar à lama, à poeira e aos atoleiros.

O Amazonas está liderando uma forma de pensar a infraestrutura tropical, desenvolvimento com base em dados e não em desmatamento. A pobreza é o maior inimigo da floresta. Ao tentar imobilizar o Amazonas através do isolamento, a pressão internacional e o observatório do clima acabam alimentando justamente o ciclo que dizem combater. Quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você priva o guardião da floresta, o cidadão amazonense, de infraestrutura, de logística e de um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) digno, você o empurra para a economia de subsistência predatória que, esta, sim, destrói o meio ambiente.

Presidente, perdoe-me pelo alongamento. Existem muitos outros dados técnicos aqui, mas quero poupar os Senadores. Creio que esta síntese, nem tanto apertada, feita sobre a questão da BR-319 mostra o quanto é injusta para um estado que tem 97% da sua camada florestal preservada uma decisão como esta que foi tomada monocraticamente por uma juíza. E nós esperamos que o TRF possa rever e que a própria juíza possa rever os seus conceitos, porque ela vai julgar o mérito dessa ação. Portanto, eu quero aqui fazer um apelo a essa juíza para que ela possa conhecer, pelo menos vá visitar a BR-319, pelo menos vá ver o que você está julgando. Pega o seu carro lá da Justiça Federal, chama a Polícia Federal, se você não tiver coragem de ir sozinha, e vai visitar a BR-319, vai ver o povo que vive na BR-319, vai ver a agricultura familiar, vai ver como é que as pessoas estão vivendo, vai ver o que você está decidindo, pelo amor de Deus, porque as pessoas não aguentam mais tanto abandono e tanta discussão palanqueira de ambientalistas que querem transformar o Amazonas em um santuário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço ao Senador Eduardo Braga, conte com o apoio desta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz para, igualmente, fazer uma comunicação inadiável. Com a palavra o Senador.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a gente ouviu tecnicamente bem o que o Eduardo colocou, mas vamos aqui pontuar algumas coisas.

Primeiro, de forma transversal, se coloca contra a soberania nacional, num recurso em que internacionais entram num debate que tem que ser dos brasileiros, dos amazonenses. E, de forma transversal, General Mourão, se financia para ingerir e, pior ainda, a juíza não é a pessoa da vara dela para julgar essa ação, até porque nós aprovamos uma lei aqui, essa lei foi vetada pela Presidência, e nós derrubamos o veto, então não é a vara dela. E aí vou fazer um apelo ao Conselho Nacional de Justiça para que faça uma correição dentro dessa vara ambiental, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é uma brincadeira de mau gosto. Só nós sabemos o quanto a gente tem lutado para asfaltar a BR-319, virou até chacota: é mais um movimento político, é mais não sei o quê.

Então, a juíza está equivocada, tanto na decisão liminar... E ela tinha que se julgar impedida, incompetente para essa matéria, porque não é vara ambiental; poderia questionar o valor da obra, poderia questionar uma série de coisas, menos questão ambiental. A questão ambiental está resolvida através de uma lei que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Então, ela é incompetente para a matéria, ela se intromete onde não deveria se intrometer, ela teria que redistribuir essa liminar, esse pedido de liminar, não o fez, e aí basta o CNJ fazer uma correição sobre uma decisão, do ponto de vista técnico, equivocada e, do ponto de vista humano, de uma desumanidade muito grande com os amazonenses. Perdoe-me, mas a juíza não teve a sensibilidade para pensar na população do meu estado. Ela está a serviço, ela não, o Observatório do Clima está a serviço de interesses internacionais, o que sempre estiveram, e volto a repetir: de forma transversal, eles mexem com a soberania nacional.

Então, quando o cara falar para mim sobre soberania aqui, primeiro, a Justiça brasileira, o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União têm que saber da origem desse dinheiro e com que está sendo gasto esse dinheiro, setecentos e poucos milhões, não é pouco dinheiro, não, é o valor da obra, para você ter uma ideia. O que essa entidade, Observatório do Clima, recebeu de doação é o valor da obra da BR-319, não é pouca coisa, não. E ninguém está ali porque é bonzinho, não. E, se você procurar a sede do Observatório do Clima, não existe sede, não tem um endereço fixo.

O que nos assusta é ver que a 7ª Vara Ambiental do meu estado, da Justiça Federal, equivocadamente julga um processo desse, quando não é da competência daquela vara judicial. Aí, sim, nós iremos ao STJ, ao Conselho Nacional de Justiça, para que faça uma correição nas decisões tomadas por essa vara ambiental.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria lamentar a liminar concedida, porque essa liminar afronta a legislação. Como disse o Senador Eduardo Braga, a BR-319 é a única rodovia que retiraria Manaus do isolamento efetivo, integraria estados e regiões. Portanto, é uma rodovia fundamental, que merece o mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rapidamente possível ser iniciada. Para tanto, o Congresso Nacional votou uma legislação quase que específica – não é isso, Senador Eduardo? Então, nós nos...

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – É só para me associar às falas do Senador Eduardo e do Senador Omar, porque realmente nós nos debruçamos aqui longamente sobre essa matéria. Foram idas e vindas, inclusive do Executivo, do Ministério do Meio Ambiente, conseguimos superar esse obstáculo e finalmente liberar a obra. Evidentemente, o Poder Judiciário tem o direito de decidir, mas eu quero me somar ao apelo do Senador Eduardo Braga e do Senador Omar para que a decisão seja revista com a brevidade necessária e para que, depois de tanto sofrimento, a gente consiga começar a fazer essa obra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos abrir a votação e proclamar o resultado, encerrando a votação.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Tereza Cristina, com a palavra V. Exa.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu fiquei muito feliz com a fala do Senador Eduardo e do Senador Omar Aziz e muito triste pelo fato, não é? Mas isso não acontece só no Amazonas. Eu acho que no Amazonas é uma maldade realmente, mas isso acontece no Brasil todo. Infelizmente, hoje nós temos um problema muito sério: nós aprovamos as leis aqui, as leis são promulgadas, vetam-se as leis, derrubamos vetos, e alguém entra... E aí, no caso das ONGs, eu nem vou dizer... Isso é um absurdo. Nós fizemos aqui uma CPI para apurar essas ONGs, cadê os resultados? E eles mandam em certas instituições e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organismos do Brasil, e isso todo mundo sabe. Então, hoje eu estou aqui de alma lavada, vendo vocês falando sobre esse assunto que a gente, há muito tempo, debate.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senadora, a senhora me permite um aparte?

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sim.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Eu tenho quase 16 anos aqui no Senado, participei de CPIs, e muitos dos senhores acompanharam o meu comportamento. Eu jamais cito questão familiar em debates políticos, eu nunca adentro, mas uma coisa está me chamando muito a atenção: é que o escritório de advocacia contratado pelo Observatório do Clima tem como uma das sócias a filha da ex-Ministra Marina Silva.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu não queria também fazer nenhuma citação nominal aqui.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Moara Silva Vaz de Lima, OAB 41.835, do Distrito Federal. Não estou aqui fazendo nenhuma acusação a ela.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Apenas está defendendo o Senador Plínio Valério.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu simplesmente estou dizendo que a proposta que nós estamos elaborando, no MDB, de uma PEC que estabeleça um novo código de conduta moral e ética no serviço público precisa ser deliberada, porque é inacreditável como é que os escritórios... A proposta de emenda constitucional está inclusive aqui na minha mão. Nós já estamos escrevendo, estamos debatendo para poder entregar essa proposta, porque, veja, não é estranho, pelo menos estranho... Eu não estou fazendo nenhuma acusação, sabe, Senadora? Mas é estranho a Marina ser a maior adversária do asfaltamento, da pavimentação da 319...

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Do desenvolvimento (*Fora do microfone.*) do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... do desenvolvimento do Amazonas. E, de repente, quem é a sócia do escritório de advocacia contratada por uma ONG que é financiada com recursos internacionais?

Eu até, Presidente, gostaria de perguntar para a Secretaria-Geral da Mesa a quem é que a gente tem que encaminhar um requerimento para pedir a informação desses patrocinadores dessa ONG, porque é preciso prestar conta. Nós queremos saber, nós fizemos aqui uma CPI sobre ONG que, lamentavelmente, não deu em nada.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deu sim. No relatório, consta isso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – No relatório, consta, mas, na Justiça, não deu em nada.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai para o Ministério Público.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, vamos chamar, na Comissão de Constituição e Justiça, como você é membro e eu sou membro, o Paulo Gonet, para o Paulo Gonet explicar para nós as respostas sobre essas questões. Sabe, Omar?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tomara que ele venha.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ele tem que vir.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vem se quiser.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não é bem assim, não. Não é bem assim, não.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Eduardo Braga, é o mesmo caso que o Alessandro Vieira falou do Tayayá, do Alexandre de Moraes e do Toffoli. É a mesma coisa que nós estamos acompanhando aí.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Cristina, eu fiz um aparte a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, mas espere aí. O dinheiro pode vir da Lua. Agora, a origem desse dinheiro... É obrigação do Governo brasileiro saber qual é a origem desse dinheiro que é depositado. Eu não sei se é do narcotráfico. Eu não sei se é de prostituição. Por que os caras botam para cá um dinheiro dentro de uma instituição e ninguém presta conta? Como é que é isso? Alguém tem que responder a essa pergunta para nós. Como é? Pode depositar dinheiro em qualquer organização sem saber a origem desse dinheiro? Eu não sei se é de dono de mineradora que não quer que a gente explore sustentavelmente a mineração na Amazônia, porque o preço fica mais alto. Quanto maior a oferta, menor o preço. Então, nós temos que saber, sim. Alguém tem que explicar para a gente de onde vem esse dinheiro e qual é a origem desse dinheiro.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – No momento, isso está sob responsabilidade do Ministério Público, porque a CPI não julga. A CPI encaminha para o Ministério Público.

Eu sou solidário com o que disse a Senadora Tereza Cristina. Que bom – infelizmente, que bom – que este escândalo, Senador Eduardo Braga, está acontecendo, batendo no lombo de gente que precisa trabalhar. Então, infelizmente, este é o momento para se cobrar que se dê consequência ao que faz uma CPI.

Muito obrigado.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Alessandro Vieira, com a palavra V. Exa.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Primeiro de tudo, quero prestar solidariedade ao povo da Amazônia. Essa é uma discussão velha, essa é uma discussão ultrapassada. A preservação do meio ambiente é importantíssima, mas está subordinada à preservação da população amazonense. Não tem como você isolar a população a pretexto de uma suposta preservação. Todas as medidas possíveis, compensatórias e de equilíbrio já foram apresentadas. Então, primeiro de tudo, é solidariedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aproveitar a oportunidade para tocar no tema que o Senador Eduardo Braga colocou: a apresentação de uma PEC para que nós tenhamos um código de ética para o funcionalismo público em geral, para os Poderes em geral. Importantíssima a iniciativa do senhor, Senador Eduardo Braga, mas ela não pode servir de biombo para uma necessidade mais urgente.

Neste momento, nós temos o Presidente do Supremo Tribunal Federal tentando manejar a aprovação de um mero código de ética, que a maior parte das cortes constitucionais pelo mundo afora já tem. É um código de ética que não seria necessário se tivéssemos a ética já presente dizendo coisas óbvias: você não pode receber patrocínio milionário; você não pode ter parente tendo contrato milionário de pessoas que têm interesse em tramitação na sua vara ou no seu tribunal; você não pode se manifestar politicamente; você tem que se portar de forma civilizada. Repito, num país que respeitasse a própria Constituição, não seria nem necessário. Mas hoje é. E é bom que venha daqui para lá, porque de lá não virá.

As recentes manifestações... Até aproveito para comunicar aos colegas que recebi, agora pela manhã, a intimação de uma ação de dano moral promovida pela família do Ministro Alexandre de Moraes. É uma ação de dano moral, e eu alertei antes em Plenário, algumas semanas atrás. É uma ação por dano moral baseada numa informação falsa. Alegam o que os peticionantes do Barci de Moraes? O próprio Barci de Moraes, que é o escritório dos R$129 milhões do Master, é o mesmo que subscreve essa petição. Eles alegam que eu teria dito em algum lugar – numa entrevista na BandNews, talvez – que eles receberam dinheiro do PCC.

Eu não disse que eles receberam dinheiro do PCC. Está filmado. Não exige nem uma cognição muito refinada. Está filmado, é textual. Eu disse o quê? O escritório Barci de Moraes recebeu R$80 milhões de um contrato que totalizava R$129 milhões de um grupo criminoso, que é o Banco Master. Hoje, ninguém neste país tem dúvida de que o Banco Master é um grupo criminoso. Era uma instituição financeira que foi criada, montada e estruturada para dar golpes. Fraudes em sequência, corrupção em alguns pontos.

Convivemos aqui há sete anos, vamos para 8 anos de convivência. Eu sou muito duro nas minhas falas, mas sou sempre respeitoso, sou sempre correto. Não tenho problema nenhum de responder pelos meus atos e falas, mas há de se observar o que nós estamos vivenciando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Semanas atrás, sentado numa posição similar à de V. Exa., Senador Eduardo Braga, na condição de Relator da CPI, em um voto, eu emiti a minha opinião técnica e política com relação a fatos. Nenhum dos fatos foi desmentido, nenhum dos fatos foi contestado, mas eu recebi ameaças de processo, ameaça de cassação, ameaça de atuação jurídico-política no TSE, para que eu não possa ser candidato. O Ministro decano Gilmar Mendes representou à Procuradoria-Geral da República para que eu responda por abuso de autoridade, por um voto. Ou a gente se atenta para essa realidade, ou podemos fechar a porta.

Eu não fiz uma manifestação em rede social, eu não estava numa festa. Eu estou me referindo a dois casos concretos. Nós temos dois colegas Senadores que são candidatos e que estão respondendo a processos: um por uma piada em festa junina, Sergio Moro; outro por uma postagem em rede social, Flávio Bolsonaro. E as pessoas não atentam a que uma eventual punição penal, desde que haja coincidência de datas, vai levá-los a não participar da eleição – por uma piada numa festa, por uma postagem na rede social. Mas o meu caso é a cereja do bolo: é por um voto – por um voto, Senador Eduardo Braga, por um voto, Senador Renan, do qual as pessoas podem discordar. Inclusive, o Colegiado discordou do meu voto; mas os fatos, Senador Heinze, ninguém negou. E eu não conheço nenhum brasileiro, nenhuma brasileira que ache normal Ministro ter vida de milionário, Ministro andar de carona de jatinho, desde dono de *bet* a empresário picareta.

Então, sim, precisamos de um código de ética, mas mais ainda precisamos que esta Casa assuma as suas responsabilidades, porque, no arranjo constitucional, este é o único lugar que pode exercer esse papel – único. A Câmara dos Deputados não pode, o PGR é omisso, assim sabemos, mas, mesmo assim, a responsabilidade do PGR se limita a seara penal, porque, na avaliação das atuações que resvalem em crime de responsabilidade... E essas todas que eu citei configuram crime de responsabilidade, porque atenta a responsabilidade você andar de carona de jatinho com picareta, com bandido. Isso é notório, isso é óbvio, não exige um grande refinamento intelectual. É óbvio. E esse é o nosso papel.

Então, desejo sorte na tramitação da PEC de V. Exa. – subscrevo a PEC, apoio a PEC –, mas faço o alerta, até porque esta é uma estratégia claramente desenhada: o tapete está pequeno para esconder tanto escândalo; e a solução intelectual, que está sendo costurada a várias mãos, é aumentar o tamanho do tapete – iniciarmos aqui uma larga discussão sobre uma série de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos de lei que possam, de alguma forma, remendar essa sociedade destruída; enquanto isso, continua passando a cavalaria, como sempre, processando políticos por manifestações de opiniões.

Então, vou deixar o registro, que acho que é importante e oportuno no atual ambiente. (*Palmas.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu queria, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu queria, Presidente, fazer umas colocações, porque eu acho que o que o Senador Alessandro Vieira colocou é muito importante. E o Senador é meu colega, inclusive correligionário, e eu sou Líder da bancada.

O que eu quero dizer é que a ideia de fazer uma PEC é que ela seja autoaplicável e que ela não dependa de sanção. Ela é proclamada, promulgada pelo Congresso Nacional, com absoluta independência, num dos Poderes mais transparentes que o país tem. Nós não somos perfeitos, nós temos nossos defeitos, mas nós temos o Poder, na democracia brasileira, mais transparente – é o Congresso Nacional, é o Poder Legislativo.

Com relação ao relatório que a V. Exa. citou, o que me chamou um pouco a estranheza – e eu conversei isso com a V. Exa. – é que, por exemplo, eu não vi nada no relatório, e pode ser que não tenha visto porque não participei diretamente da CPI, com relação ao PCC. Eu não vi nada de indiciamento em relação ao Comando Vermelho. Eu não vi nada de, por exemplo, busca e apreensão do dinheiro roubado pelo Vorcaro, porque o Vorcaro roubou o próprio banco – ele roubou o próprio banco. E o que é mais grave, até agora – até agora –, ninguém foi atrás desse dinheiro. Ninguém foi atrás desse dinheiro. É muita pirotecnia, é muita... É muito mimimi, é muito blá-blá-blá, mas sumiram com R$54 bilhões. O cara está preso, e ninguém mostrou onde é que está o dinheiro. Cadê o dinheiro desse cara? Enquanto isso, nós vamos transformar o Supremo Tribunal Federal em organização criminosa? Aí não. Aí não. Aí não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que passou para a opinião pública, meu caro Alessandro Vieira, é que no relatório da CPI do Crime Organizado, numa CPI, inclusive, que eu ajudei a instalar, e V. Exa. é sabedor disso, o que eu achei, e falei isso reservadamente com V. Exa. algumas vezes, achei, inclusive, que deveria ter tido algumas condutas, enfim, não vamos aqui entrar em detalhe, mas quero dizer o seguinte: este debate ético e moral do comportamento da função pública, seja do Vereador, seja do Senador, seja do Prefeito, seja do Presidente da República, seja do defensor público, seja do promotor, seja do juiz, seja do ministro, do desembargador, do ministro do supremo, do STJ, precisa acontecer e acontecer de forma autônoma. O Congresso tem que fazer uma PEC autônoma. Nós estamos nos esforçando, e vamos submeter aos companheiros, para que a gente possa apresentar uma PEC autônoma, para que nós possamos ter um código de conduta ética, moral e de transparência, porque transparência é o melhor antídoto para toda e qualquer ação que possa levar a qualquer tipo de desvio de conduta. Quanto mais luz, melhor.

Portanto, eu acho que esta PEC vai vir em boa hora, e essa PEC vai estender – vamos dizer assim – a participação da sociedade brasileira num sistema de controle que nós já tentamos na Constituinte, com o CNJ e com o CNMP. E que, lamentavelmente, foram dois conselhos que foram...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone*.) – Rebaixados.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... lamentavelmente, desvirtuados, capturados, desvirtuados, e que nós não conseguimos retomar, o Congresso não conseguiu retomar para a direção correta.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só com muita brevidade, para tranquilizar o meu Líder Eduardo Braga. O relatório trata, sim, de PCC, Comando Vermelho, trata dos esteios dessas organizações, não só elas, das 88 organizações que nós temos, aponta as falhas, aponta as soluções, aponta a necessidade de financiamento, traz uma proposta de PEC que se alinha com a que o senhor está desenhando. Está lá no relatório. O relatório tem mais de 200 páginas, no trecho que cuida da conduta de ministros – e isso é muito importante –, não há crise institucional, não há atribuição de crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comum aos ministros, ou muito menos à Corte; há o apontamento de condutas individuais que, na minha visão, resvalam no crime de responsabilidade.

Então, tranquilizo, sim, tratamos do crime organizado, mas também acho que, por uma obrigação de coerência, mostramos que crime organizado, ao contrário do que o brasileiro foi ensinado por décadas, não é só preto pobre armado na favela. O crime organizado frequenta esses salões, aqui em Brasília, na Faria Lima, no Leblon, tanto faz, onde tiver dinheiro e poder, você vai ter crime, e cada vez mais, o crime chegando próximo.

Então, tranquilizo V. Exa.

E, com relação aos recursos subtraídos, desviados, fraudados pelo Vorcaro, tudo aquilo que está à luz do sol está bloqueado. Problema há em localizar... E nós temos que fazer mudanças legislativas, porque falhamos nisso no antifacção, precisamos mudar a repressão à lavagem de dinheiro e precisamos mudar também a legislação que cuida dos fundos.

É muito importante o trabalho que o Senador Renan está capitaneando aqui na CAE, fundamental, de revisar toda essa legislação.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Aliás, Presidente Renan, nós deveríamos até comemorar, porque agora no mês de maio finalmente entra em vigor a resolução do Banco Central que acaba com aquela orgia no sistema bancário e financeiro das *fintechs* com capital de R$10 mil e os fundos exclusivos que não eram fiscalizados. Portanto, este mês de maio não é apenas o mês das mães; é o mês em que finalmente o Banco Central, o Coaf e a Receita Federal vão começar a ter competência para fiscalizar aquilo que lamentavelmente foi colocado abaixo da linha do radar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria só lembrar que, no dia 5, nós receberemos aqui a visita do Presidente do Banco Central. A sua presença será muito importante, porque muitas perguntas continuam a ser feitas sobre o papel do Banco Central na crise do Master. O Banco Central mandou 23 avisos de irregularidades para o Master e não tomou, ao longo desses anos...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Nenhuma providência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... nenhuma providência –, salvo a intervenção em dezembro de 2025.

Além do mais, o Presidente Galípolo fez uma leniência com o ex-Presidente do Banco Central, ficou de mandar esse processo aqui para a Comissão de Assuntos Econômicos e nunca mandou – nunca mandou. O Banco Central, portanto – queria só repetir –, fez um acordo de leniência com Roberto Campos Neto, acusado de praticar irregularidades quando o Presidente do Banco Santander, aliás, o Presidente não, o Diretor do Banco Santander... Nós o trouxemos aqui, fizemos as perguntas pertinentes ao caso, ele ficou de mandar a cópia do processo, um processo que nem pedido de defesa o beneficiado fez, porque, na medida em que fizesse um pedido de defesa, ele estaria confessando as irregularidades que praticou.

Senador Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – É só para lembrar a V. Exa. que nós estivemos no Banco Central – como o Senador Eduardo Braga disse aí que o Banco Central terá novas atribuições, e a CVM –, lembrando que ele disse que não adianta só dar as competências se não der estrutura para eles, porque está com falta de pessoal, falta de estrutura, uma série de coisas. Eu acho que está na hora também de rever isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos, sim.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Só para aproveitar, Presidente, a fala do Senador Izalci. O relatório toca nisso também. A CVM tem uma estrutura hoje menor do que tinha há dez anos. O Banco Central tem uma carência imensa de servidores. A Abin só ocupa 20% dos cargos, a Receita Federal tem 20 mil cargos vagos. Isso é brincar de trabalhar. E, como o relatório tocou nesses pontos, naturalmente incomodou quem poderia resolvê-los e não resolve.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria só lembrar que isso não justifica, por exemplo, a demora do Banco Central para fazer a liquidação do Banco Master. Isso não explica. É importante defender e tal, mas longe de mim aceitar essa escassez de servidor como uma explicação aceitável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos encerrar a apreciação da pauta, vamos deixar os dois últimos itens...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quer fazer agora? Porque nós íamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, nós vamos encerrar a votação, proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Houve 17 votos SIM.

Está portanto...

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente, o senhor me dá a palavra só para agradecer?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Quero aqui agradecer a todos os Senadores que votaram favoravelmente. Em especial eu quero agradecer a um professor que eu tenho aqui nesses três anos, que é o Alessandro Vieira, que para mim, com toda a humildade, é o melhor Senador que a gente tem no Brasil hoje aqui, eu aprendo... Para mim foi uma honra você ser Relator desse projeto.

E para que o povo brasileiro entenda esse projeto, até essa questão de vir como um pré-candidato a Governador: como a infraestrutura do Estado de Minas Gerais é uma das mais precárias que tem, a gente fazer essa parceria público-privada é como se fosse uma Lei Rouanet. Hoje um empresário pode patrocinar eventos, patrocinar artistas e ter desconto tributário; o que a gente está fazendo aqui é a mesma coisa com a infraestrutura. Então, para ter desenvolvimento econômico, tem que ter infraestrutura melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Aprovada a Emenda nº 5, da Comissão de Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei nº 1.252, de 2023.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas.

Apreciamos os dois últimos itens ou começamos a segunda parte da reunião?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, estou em condições de ler o relatório aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Há um requerimento de audiência pública sobre a mesa. Eu vou anunciar o item da pauta.

Item 4 da pauta.

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI N° 1830, DE 2025**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e a energia elétrica vinculada a essa potência que cabe à República Federativa do Brasil.*

**Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC)

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº1-CI, com duas emendas de sua autoria.

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela CI, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CI.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu coloquei um requerimento de audiência pública sobre essa matéria e explico por quê.

Essa é uma empresa binacional. Do ponto de vista... Já há decisões, inclusive, de que uma lei de um país ou de outro não pode, ela sozinha, interferir. Realmente já foi depreciado em 2022. Evidentemente eu não estou entrando no mérito da justiça ou não dessa tentativa de colocar uma limitação, só que eu acho que envolve uma discussão talvez que dependa... Eu sei que já teve uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura, mas esses temas de que eu estou falando não foram esclarecidos. Por isso é que eu queria... aportei, coloquei esse requerimento aí de uma audiência pública sobre esse tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu consulto o Senador Hamilton Mourão se deseja fazer a leitura do seu parecer, e em seguida nós votaremos o requerimento.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Eu julgo que sim, Presidente, porque o projeto trata só da parte brasileira da empresa binacional, e a questão clara é que os consumidores estão pagando mais pela luz que recebem quando poderiam estar pagando menos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Indo direto à análise, Presidente, o art. 99 do Regimento Interno do Senado diz que compete à Comissão opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das proposições que lhe sejam submetidas à deliberação, incluindo finanças públicas e tarifas, entre outros assuntos. Portanto, há pertinência do objeto da proposição aos temas de competência desta Comissão.

Isso posto, passamos à análise de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação orçamentária e financeira, técnica legislativa e mérito do PL.

Quanto à constitucionalidade, não se verificam óbices do ponto de vista material ou formal, pois a União tem competência privativa para legislar sobre energia, conforme determina o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, e cabe, segundo o *caput* do art. 48 da mesma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição, ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre as matérias de competência da União. Ademais, não se trata de matéria de competência privativa do Presidente da República para iniciar o processo legislativo, conforme prevê o art. 61, §1º, combinado com o art. 84, inciso III, ambos da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade da proposição, existem inovação do ordenamento jurídico vigente, generalidade, compatibilidade e alinhamento da norma com o ordenamento legal. Além disso, a espécie normativa utilizada é adequada, pois a matéria não é reservada à lei complementar.

Em relação à adequação orçamentária e financeira, a proposição não cria despesa pública.

Em termos de regimentalidade, o andamento da matéria está em conformidade com o disposto no Regimento Interno do Senado.

Quanto à técnica legislativa, conforme preceitua a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, recomendamos apenas três ajustes de redação para maior clareza do texto legal: i) alteração do *caput* do art. 8º-A para fazer referência aos art. 7º e 8º, em vez dos artigos 8º e 9º; ii) alteração do *caput* do art. 8º-A para deixar claro que o valor máximo é mensal; e iii) ajuste da ementa da lei para fazer referência à Itaipu.

Com relação ao mérito, o projeto busca assegurar que a tarifa paga pelo consumidor de energia elétrica brasileiro relativa à energia da UHE Itaipu reflita o justo valor que remunere os custos para manutenção, atualização e operação eficiente da usina. Outras categorias de despesas não devem ser cobertas pelos consumidores de energia.

Conforme bem explicado pelo autor da proposição, o Senador Esperidião Amin, na sua justificação, a tarifa paga pelo consumidor ao longo dos anos, desde a concepção da usina, contemplava não só os custos de operação e manutenção, mas também o pagamento do financiamento relativo à sua construção. Em fevereiro de 2023, houve a quitação dessa dívida. A partir de então, era esperado que a tarifa cobrada dos consumidores de energia elétrica fosse reduzida de forma a refletir integralmente o fim do financiamento, mas a redução foi apenas parcial. Os valores que antes eram utilizados na amortização da dívida foram redirecionados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para programas de responsabilidade socioambiental, não diretamente relacionadas à operação da usina.

Conforme expõe o autor, foram gastos, nesses programas, tanto no Brasil quanto no Paraguai, US$302,418 milhões em 2021, US$505,233 milhões em 2022 e US$921,76 milhões em 2023.

Compulsando as demonstrações financeiras de Itaipu, verificam-se gastos de US$871,946 milhões em 2024 e US$794,453 milhões somente nos três primeiros trimestres de 2025, frente a US$580,033 milhões no ano anterior.

Assim, o PL propõe fixar um valor máximo de US$12kW/h por mês para a parcela da potência e da energia elétrica vinculada a essa potência de Itaipu que cabe ao Brasil.

Neste ponto, é importante destacar a origem deste valor proposto pelo autor do projeto.

Em 2024, o Poder Executivo anunciou um acordo estrutural com o Paraguai sobre as tarifas de Itaipu. O valor pago pelo Brasil seria de US$16,71/kW até 2026, enquanto a tarifa binacional seria de US$19,28/kW. Após esse período, a tarifa passaria a considerar apenas os custos operacionais da usina, variando entre US$10/kW e US$12/kW por mês. O autor do PL, portanto, valeu-se de estimativa do próprio Poder Executivo para fixar o valor máximo a ser pago pelos consumidores brasileiros pela parcela brasileira da usina.

Observa-se, portanto, um notável alinhamento entre o PL, aprimorado pela Emenda nº 1, da Comissão de Infraestrutura, e o próprio acordo estrutural estabelecido pelo Poder Executivo, uma vez que ambos visam a reduzir o valor máximo, de 2027 em diante, para valores inferiores a US$12/kW por mês.

Ressalte-se, por oportuno, que essa limitação prevista no PL não alcança a cota da UHE Itaipu pertencente ao Paraguai e cedida ao nosso país.

Destaca-se, também, que o PL não altera o Tratado de Itaipu, o qual estabelece que ambos os países devem adquirir a totalidade da energia gerada pela usina e atribui à empresa Itaipu Binacional a competência para estabelecer o preço da energia a ser adquirida pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ENBPar, empresa estatal brasileira sucessora da Eletrobras e que comercializa a energia da UHE Itaipu, e pela Ande, empresa paraguaia com função análoga.

A proposição restringe-se – ressalto mais uma vez – a disciplinar o valor de revenda dessa energia no mercado brasileiro pela ENBPar.

Ressalta-se que, atualmente, já vigora um arranjo semelhante, conforme acordo estrutural já citado.

O preço estabelecido atualmente pela Itaipu Binacional é de US$19,28/kW por mês, mas o valor pago pelas distribuidoras à ENBPar é de US$16,71/kW por mês. A diferença é objeto de acerto financeiro entre Itaipu Binacional e a ENBPar. Assim, em vista da obrigação de aquisição da energia, criam-se incentivos para que o Governo Brasileiro estimule a Itaipu Binacional a adotar maior eficiência em sua gestão e operação, evitando gastos não relacionados diretamente à usina.

Eventuais preocupações quanto à suficiência do valor máximo estabelecido pelo PL foram superadas pela emenda aprovada na Comissão de Infraestrutura. Ela prevê o reajuste do valor máximo estabelecido pelo índice de inflação no varejo dos Estados Unidos da América ou por outro índice internacional equivalente que venha a substituí-lo e prevê a possibilidade de revisão extraordinária do valor, em caso de alteração substancial dos custos operacionais da usina, necessidade de investimentos voltados a melhorias, ou à garantia da segurança operacional, ou de ocorrência de eventos de força maior.

Por outro lado, a revisão do valor máximo não deve ser utilizada para cobrir despesas alheias aos custos de geração, transmissão e comercialização da energia elétrica.

Essas previsões permitirão preservar o equilíbrio econômico-financeiro da empresa e a efetividade da política tarifária ao longo do tempo.

Por fim, é importante deixar claro que o PL 1.830, de 2025, não impede que o Governo brasileiro invista em programas de responsabilidade socioambiental. O que a proposição busca é evitar que essas despesas sejam arcadas pelos consumidores de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não restará vedado, portanto, que tais investimentos sejam previstos, realizados e custeados regularmente pelo Orçamento Geral da União.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequação orçamentária e financeira do PL 1.830, de 2025, e da Emenda nº 1-CI, e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.830, de 2025, e da Emenda nº 1-CI, com as emendas de redação já mencionadas.

É o relatório, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão.

Sobre a mesa, requerimento para realização de audiência pública para a instrução do PL 1.830/2025, de autoria do Senador Jaques Wagner.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 6**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 58, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer a realização de audiência pública para instrução do PL 1830/2025*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)

A votação será simbólica.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será realizada a audiência pública contida no requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos submeter dois requerimentos de informação à apreciação desta Comissão: o Requerimento 56 e o Requerimento 57.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 7**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 56, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do TCU, Bruno Dantas, todas as informações e documentos, inclusive os classificados como sigilosos, referentes ao processo de aquisição, pela Caixa Econômica Federal, de carteiras financeiras do Banco Regional de Brasília (BRB), direta ou indiretamente vinculadas ao processo de aquisição do Banco Master.*

**Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 8**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 57, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Regional de Brasília (BRB), todas as informações e documentos relacionados a operações e contratos desse Banco, nos últimos oito anos: i) com fundos de previdências de servidores estaduais ou municipais; ii) relacionados à aquisição de folhas de pagamento de servidores públicos; iii) envolvendo recursos de depósitos judiciais; iv) associados, direta ou indiretamente, a entidades públicas estaduais ou municipais.*

**Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que aprovam os dois requerimentos de informação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Se me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Não tenho nenhuma restrição ao que foi deliberado aqui, que é a audiência pública. Eu só pediria que isso fosse agendado com brevidade, porque nós já realizamos duas audiências públicas sobre esse assunto.

Com todo o respeito ao Senador Jaques Wagner, e é evidente que uma audiência pública sempre esclarece, quero dizer o seguinte: este projeto de lei não afeta em nada a relação internacional. O que nós estamos é criando um breque, um freio, no impacto tarifário, no Brasil, por despesas não operacionais que entram na conta do consumidor.

Dois bilhões e meio para a COP, tudo bem, mas isso é despesa que eu, como pago a energia elétrica, como um dos dez estados financiadores de Itaipu...

Dez estados, incluindo o Distrito Federal, financiaram o Itaipu, ou seja, ajudaram o financiamento, garantindo que seriam clientes. Você colocar convênio com 399 municípios do Paraná, 43 do Mato Grosso do Sul e despesas absolutamente estranhas à geração da energia na conta do cliente compulsório... Tem que ter um freio, e o freio é nacional; é colocar um limite para o quanto se pagará por esta energia que nos chega, usando parâmetros internacionais.

Então, eu sou a favor do requerimento, e só peço uma coisa: como já houve duas audiências públicas em outras Comissões, eu concordo com esta também, mas pediria que fosse diligenciada uma data o mais rapidamente possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concluo, para dizer o seguinte: o próprio Governo já estabeleceu, Senador Jaques Wagner, que, a partir de 2027, não pode mais lançar isso, ou seja, o nosso calendário vai coincidir com o compromisso do Governo de, a partir de 2027, extirpar essas despesas que são lançadas contra o cliente compulsório. Eu repito: dos dez estados do Brasil que ajudaram lá em 1973 com a sua adesão à condição de cliente cativo, nesse caso, cativo mesmo, quase escravo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Último item da pauta, item 5.

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI Nº 2349, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Autoriza o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) a criar uma Caixa de Assistência dos Profissionais de Medicina Veterinária e de Zootecnia.*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

**Relatoria:** Senadora Tereza Cristina

**Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada.

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.*

A relatoria é do Senador Laércio Oliveira.

Eu tenho a honra de designar a Senadora Tereza Cristina como Relatora *ad hoc* da matéria.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Renan.

Quero pedir para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do inciso I do art. 99 do Risf, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro do PL nº 2.349, de 2024. Em função do rito terminativo, faz-se necessário apreciar os requisitos de admissibilidade da proposição referentes à sua constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira.

Quanto à constitucionalidade, o PL observa a competência da União para dispor acerca de direito do trabalho, seguridade social e organização administrativa, cumpre a competência legislativa do Congresso Nacional e não viola a iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos respectivos dos incisos I e XXIII do art. 22, do art. 48, e do §1º do art. 61, todos da Constituição Federal. Ademais, não se vislumbra no conteúdo da proposição qualquer violação material ao texto constitucional.

Quanto à regimentalidade e à juridicidade, não há qualquer afronta ao Regimento Interno do Senado Federal, e a proposição inova o ordenamento jurídico, sendo dotada de abstração, generalidade e coercitividade.

Em relação à técnica legislativa, a proposição cumpre as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que tange à adequação orçamentária e financeira, em atenção ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e nas normas infraconstitucionais orçamentárias, registra-se que a matéria não possui qualquer repercussão sobre as despesas da União, pois os benefícios e prestações da caixa de assistência serão custeados por rendas próprias e pelo respectivo patrimônio constituído.

Avança-se, então, ao mérito da proposição.

O PL autoriza o Conselho Federal de Medicina Veterinária a instituir uma caixa de assistência para os profissionais de medicina veterinária e de zootecnia inscritos nos respectivos conselhos regionais.

Conforme descrito na justificação da proposição, esse modelo assistencial já é adotado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) através da Mútua de Assistência Profissional, cuja criação foi autorizada pela Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, a redação e a estrutura do PL replicam quase integralmente os dispositivos da Lei 6.496, de 1977.

Trata-se, a nosso ver, de uma iniciativa capaz de prover serviços de grande valia para os profissionais beneficiados. Por exemplo, o inciso IV do art. 7º afirma que a caixa de assistência assegurará assistência médica, hospitalar e dentária, sendo notório o fato de que as negociações por grupo são capazes, no mercado de seguros de saúde, de reduzir os prêmios pagos pelos segurados.

Ademais, os incisos I e V do mesmo dispositivo tratam de auxílios pecuniários por invalidez ocasional e de custeio de equipamentos necessários à atividade profissional. Desse modo, a caixa de assistência será capaz de mitigar os riscos inerentes à atuação dos profissionais de medicina veterinária e zootecnia. São apenas dois exemplos que ilustram os ganhos que a caixa de assistência trará para os profissionais a ela associados.

Em relação à organização administrativa da Caixa de Assistência, a adoção do modelo da Mútua, em vigor há quase 50 anos, revela-se uma escolha prudente e adequada.

Destaca-se, por fim, a necessidade de um ajuste no *caput* do art. 4º da proposição. Isso porque a redação que está no PL reproduz o art. 10 da Lei nº 6.496, de 1977. Ocorre que esse dispositivo faz referência a títulos que não mais existem no mercado, como as Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) e os títulos estaduais.

Por esse motivo, estamos propondo uma nova redação para o *caput* do art. 4º, a qual destina o patrimônio da caixa de assistência para os títulos públicos federais, títulos de renda fixa que estejam albergados pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), imóveis e outras aplicações facultadas por lei para órgãos de mesma natureza.

Registra-se que, apesar de o FGC cobrir apenas valores que não superem R$250 mil, o rol de títulos de renda fixa albergados pelo fundo – por exemplo, Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) – serve como um parâmetro para ampliar as possibilidades de aplicação da Caixa de Assistência e, assim, permitir a busca por uma maior rentabilidade sob um nível adequado de risco.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação financeiro-orçamentária do PL nº 2.349, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação com a emenda abaixo consignada.

> EMENDA Nº - CAE
> Dê-se ao *caput* do art. 4º do Projeto de Lei (PL) nº 2.349, de 2024, a seguinte redação:
> "Art. 4º O patrimônio da Caixa de Assistência dos Profissionais de Medicina Veterinária e de Zootecnia será aplicado em títulos públicos federais, em títulos garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), em imóveis e outras aplicações facultadas por lei para órgãos da mesma natureza.
> ....."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

Vamos deixar, no entanto, a apreciação da matéria, porque exige quórum qualificado, para a próxima reunião deliberativa.

Muito obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Passamos à terceira parte da reunião.

Por sugestão da Senadora Tereza Cristina, nós vamos fazer uma espécie de audiência pública nesta terceira fase para ouvirmos representações que verdadeiramente querem participar desse debate.

A Câmara dos Deputados votou, em julho de 2025, a autorização para uma linha de crédito renegociar as dívidas agrícolas e pecuárias no Brasil. Essa matéria estava aqui no Senado e não havia sido ainda despachada para esta Comissão. Houve uma mobilização liderada pela Senadora Tereza Cristina, e nós realizamos uma reunião na Presidência do Senado Federal, com a participação de vários Líderes partidários e com a participação do Ministro da Fazenda, Dario Durigan. Na oportunidade, o Ministro se comprometeu em apresentar uma contraproposta à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta que está tramitando aqui no Senado Federal, com um procedimento acertado para nós votarmos aqui no mesmo dia, votarmos – foi esse o compromisso feito pelo Presidente Davi Alcolumbre – no Plenário do Senado Federal, ou mesmo votarmos apenas no Plenário do Senado Federal. Isso não importa.

Eu lerei rapidamente uma pequena nota técnica feita pela Consultoria do Senado que estabelece horizontes com relação a essas circunstâncias.

O PL 5.122, de 2023, propõe o uso de R$30 bilhões do Fundo Social e recursos adicionais de outras fontes para apoiar produtores rurais em até R$10 milhões e associações cooperativas, associações e condomínios em até R$50 milhões que estejam localizados em municípios com histórico de calamidade, emergência climática ou perdas recorrentes com empréstimo de crédito rural contratados até 30/06/2025, para realização de novos financiamentos com prazo de 10 a 15 anos, com três anos de carência, com taxas de juros de 3,5% ao ano a 7,5% ao ano, conforme o porte do produtor, sem a necessidade de entrada para adesão à renegociação.

A proposta do Ministério da Fazenda, por sua parte, estabelece o uso de até cerca de R$80 bilhões de recursos controlados e livres para apoiar somente produtores rurais, não atende a associações cooperativas ou associações e condomínios, sem limite individualizado, não há critério territorial, ou seja, o foco é na situação financeira da operação contratada até 31/12/2025 ou prorrogada até 30/04/2026, com financiamentos de até seis anos sem carência, com taxa de juros de 6% ao ano a 12% ao ano, recursos controlados e livres, com entrada para adesão à renegociação de 10% para adimplentes, prorrogados, e 20% para inadimplentes.

Por fim, com a sugestão de edição pelo Ministério, se for o caso, se for esse o entendimento, até mesmo de uma medida provisória: autorizou o uso de até R$12 bilhões, linha com superávit financeiro e estimativa de até R$20 bilhões, linha livre, sem teto global, com limites por mutuários definidos pelo Conselho Monetário Nacional para produtores rurais e cooperativas, com perdas em duas ou mais safras, de 2020 a 2025, por eventos climáticos em operações contratadas até 30/06/2024, com recortes de adimplência, com prazo de pagamento, carência e taxas de juros definidos pelo Conselho Monetário Nacional, sem equalização do Tesouro Nacional e sem exigência de entrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para fins gerenciais, entende-se que o PL 5.122, de 2023, propõe uma política ampla, estruturante e com fortes subsídios públicos, ancorada em recursos do Fundo Social e com admissão de outras fontes públicas, voltada a regiões afetadas por eventos climáticos recorrentes.

A proposta do Governo Federal, por sua vez, tem caráter mais restritivo, financeiro e emergencial, reverenciado em fontes originais do crédito rural concedido, exigindo entrada e impondo prazos mais curtos e juros mais elevados, consequentemente, com menor impacto fiscal direto.

A Medida Provisória 1.314, de 2025, ocuparia posição intermediária entre os dois modelos anteriores, embora compartilhe com a nova proposta governamental o enfoque regulatório, a dependência de normas do Conselho Monetário Nacional e a preocupação com a neutralidade fiscal. A medida provisória incorpora de forma explícita o critério climático, perdas recorrentes de safra e amplia o escopo operacional, ao permitir tanto a amortização quanto a liquidação de dívidas rurais, combinando recursos públicos limitados com incentivos indiretos às instituições financeiras, por meio de crédito presumido.

Portanto, o PL 5.122 parece apresentar maior grau de participação estatal, prazos mais longos e juros significativamente menores, com foco territorial e climático. A proposta do Governo Federal, por seu tempo, adota abordagem financeira e operacional com prazos mais curtos, exigência de pagamento mínimo para renegociação dos débitos e custos financeiros mais elevados para o produtor, com o fim de preservar o equilíbrio fiscal e o funcionamento do sistema de crédito rural. Por fim, a Medida Provisória 1.314, de 2025, busca um equilíbrio fiscal pragmático, oferecendo resposta emergencial ao endividamento do setor rural decorrente de eventos climáticos adversos, sem romper com as restrições fiscais e regulatórias vigentes, utilizando recursos públicos e incentivos tributários ao uso de recursos privados, créditos presumidos.

Eu vou conceder, em primeiro lugar, a palavra à Senadora Tereza Cristina, que, na medida do possível, vai distribuir a palavra, e nós vamos recolher aí posicionamentos de todos que quiserem falar. O fundamental era que essa fala fosse bastante resumida, para que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudéssemos terminar aqui esta audiência pública, uma vez que, às 15h, nós vamos ter uma reunião com o Ministro da Fazenda para dar continuidade a essa discussão.

Senadora Tereza Cristina.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Muito obrigada, Senador Renan. Eu quero agradecer a sua disposição para nos dar esse espaço para fazer essa semiaudiência pública, uma reunião de trabalho, para um assunto que tem tirado o sono da maioria dos produtores rurais brasileiros, e muito obrigada também por ter aceitado essa relatoria e estar conduzindo com abertura para que todos possam dar as suas contribuições e possamos chegar, enfim, àquilo que a gente quer: ajudar o produtor rural a se manter na terra, a continuar produzindo, a deixar este Brasil continuar a ser o celeiro do mundo – mas hoje com muitas dificuldades.

Nós temos aqui hoje, Presidente – eu não vou me alongar, mas eu queria apresentá-los –, nossos Senadores Mourão e Heinze, nosso Deputado Alceu, do Rio Grande do Sul, nosso Deputado Afonso Hamm, vários presidentes de entidades de classe – está aqui o Gedeão, que é o Vice-Presidente da CNA, o Domingos, que é o Presidente da Farsul. Eu pedi a eles, numa reunião que tivemos hoje pela manhã, que apresentassem alguns gráficos para o senhor entender, o senhor já sabe, mas para ficar mais convicto da gravidade da situação que o produtor rural vive hoje, não só o do Rio Grande do Sul – aqui hoje nós estamos falando do Rio Grande do Sul, mas o produtor rural brasileiro, General Mourão, hoje vive uma contradição: todo mundo exalta as safras brasileiras, os recordes que o Brasil vem tendo, mas a gente sabe que o bolso do produtor rural está cada vez mais vazio.

Também aqui estão o Eugênio Zanetti, da Fetag – muito obrigada pela sua presença –, e a Graziele de Camargo, do Movimento SOS Agro RS. Acho que eu não esqueci ninguém.

Eu queria pedir, então, rapidamente, a palavra para o economista-chefe da Farsul, Antônio Luz, para ele poder passar seis lâminas aí, para a gente entender onde nós estamos nessa página, hoje, da agricultura brasileira.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antônio, só um minutinho, porque eu cometi aqui uma gafe. Nós temos também aqui o Arlei, da Aper; o Chico, da Capital, de Alagoas; e o Luciano Guimarães, do Sindicato Rural de Rio Verde – para mostrar que isso é um problema que atinge o Brasil todo, não é só o Rio Grande do Sul ou o meu Mato Grosso do Sul, isso atinge hoje o Brasil como um todo. Muito obrigada pelas presenças.

**O SR. ANTÔNIO DA LUZ** (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Renan, Senadora Tereza Cristina, e, cumprimentando os senhores, para poupar o tempo, cumprimento todos os demais Parlamentares e autoridades aqui presentes.

Senador, o primeiro ponto importante que nós temos que observar é que hoje a carteira de crédito rural do Brasil é de R$881 bilhões, e nós temos uma parcela dela em atraso, uma parcela inadimplente, outra parcela prorrogada e outra parcela renegociada.

Quando nós somamos o que é renegociado, prorrogado, inadimplente e atrasado, nós chamamos de carteira estressada. É a carteira com que, dentro do sistema bancário, dentro do sistema de crédito rural oficial, nós temos problemas. E, lamentavelmente, Senador, é isso que nós temos visto acontecer nos últimos meses.

A partir de maio do ano passado, nós começamos uma escalada nesse aumento e ele é... De acordo com os dados do Banco Central, nós tivemos um aumento no montante da dívida inteira em 65% em apenas alguns meses. E nós estamos olhando para janeiro, que é o último dado disponibilizado pelo Banco Central. Nós acreditamos que esse número deverá dobrar, em pouco mais de 12 meses, toda a dívida do Brasil, ou seja, o que nós estamos vendo é uma exponencialidade dessa dívida que nos preocupa demais, porque nós poderemos chegar a um ponto de não retorno. E, ao mesmo tempo, isso demonstra que as medidas que foram apresentadas pelo Governo até este momento não foram capazes de superar este problema.

Via de regra, uma das principais falhas do Governo Federal nas suas propostas é não dar um tratamento adequado para os recursos livres, vício esse que se mantém nessa nova proposta do Governo, porque... Veja, Senador Renan, essa daqui é a MP 1.314. Nós tivemos R$7,5 bilhões em recursos controlados, mas nós tivemos R$39 bilhões de recursos livres, renegociações essas que estão a 22%, 24%, 25% ao ano, fazendo com que essa dívida efetivamente venha a ter uma situação exponencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto nós não dermos um endereço correto para os recursos livres, que é justamente o problema que o Governo evita... Ele tenta resolver recursos livres com recursos livres. Recursos livres, Senador, nós podemos nós mesmos resolver com o banco, não se precisa do Estado. Nós precisamos do Estado justamente para intervir nessa parte que é mais difícil. E, quando olhamos a inadimplência do produtor rural nos recursos livres... Observe que, quando a nossa taxa de inadimplência chegava no passado a 2%, nós ficávamos escandalizados. Nós já estamos com 13,84% e subindo. Nós estamos falando de milhares e milhares e milhares de produtores que estão ficando inviabilizados.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Pequenos e médios.

**O SR. ANTÔNIO DA LUZ** – Pequenos e médios na sua grande maioria. Por isso é que o PL 5.182 bota uma trava de R$10 milhões justamente para pegar pequenos e médios produtores.

Este daqui é um ponto que começa a nos trazer muita preocupação, porque o consumidor quando está endividado... Nós estamos falando de endividamento em consumo, que é um problema também. Não estou dizendo que é mais grave ou menos grave, eu quero trazer a sua atenção para o fato de ser diferente. Aqui nós estamos falando de endividamento em processo de produção, que gera PIB, que gera superávit na balança comercial, que gera uma série de dividendos para o país. Nós estamos indo para um ponto de não retorno que poderá fazer com que o custo do Estado lá na frente seja ainda maior. Cada dia, sem solucionar o problema de verdade, nós vamos aumentando o custo do Estado para resolver o problema lá na frente.

E além do mais, nós tivemos algumas pioras recentes, como mostra o gabinete da Senadora Tereza Cristina. Vou falar aqui rapidamente. Nós tivemos uma explosão no aumento do petróleo, que traz aumento do custo do diesel, que aumenta o preço do frete. Nós, por conta da guerra, também temos um aumento forte nos nossos insumos, principalmente na ureia, que disparou, estamos vendo outros insumos dispararem junto. Então, nós já tínhamos problemas bastante graves que não estavam sendo coordenados adequadamente pelo Governo, e agora, com a guerra, lamentavelmente, eles pioram.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tereza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Bom, eu queria também aqui fazer referência à presença dos Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul, representantes da Assembleia Legislativa: Deputado Marcus Vinícius de Almeida, Deputado Luciano Silveira; e do Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Márcio Madalena, com quem eu tive o prazer de trabalhar quando estive à frente do Ministério da Agricultura.

Quero passar então a palavra para Alceu Moreira, Deputado Alceu Moreira.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Presidente Renan, primeiro queria ressaltar o agradecimento por uma pessoa com sua vivência política, com sensibilidade política e autoridade de trânsito nesta Casa poder comandar um projeto como esse, que é a redenção e a reabilitação de produtores que não deram causa para chegar nesta situação.

Agradeço muito à Tereza Cristina, os técnicos que estão aqui, todas essas pessoas, não vou citá-los, os Senadores, mas quero dizer o seguinte: o produtor não é um inadimplente, ele não é um cidadão que ficou devendo porque ele quis, porque ele administrou mal. Não, no caso do Rio Grande do Sul, ele tem quatro secas impermeadas por uma enchente. Ele não tem como pagar. Então, a questão é de reabilitação da célula produtiva.

Cada vez que se colocar para refinanciar a ele garantias reais, se está dizendo que vai financiar quem não precisa do dinheiro, porque ele não tem mais garantias reais. O último CPF da sogra ele já botou, tudo que ele podia ele já fez. Todos os tipos de operação de crédito que o banco ofereceu para ele como alternativa, ele pegou, inclusive muitas absolutamente inadequadas na produção, fora completamente dos trâmites normais do manual do crédito rural. Ele pegou para se salvar; ele não tem mais como.

Quando foi feita a relatoria lá com o Afonso Hamm, nós trabalhamos a ideia de ampliar o espectro desse processo e trabalhar com o Brasil inteiro. Percebam que naquele momento nós estávamos trabalhando com uma expectativa de 30 bilhões, hoje 100 bilhões não são suficientes, 100! Temos que votar o seguro, com certeza, e temos que ter um fundo garantidor; sem fundo garantidor não tem como trabalhar esse processo, porque a maioria sem garantia real não tem como tomar o dinheiro. Então tu vais oferecer alternativa e ele não pode pegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem que colocar o prazo necessário para que durante dez safras, 12 safras, ele tenha alternativas possíveis para, no meio das frustrações, ele cobrir o processo. Se o prazo for exíguo, como seis anos, ele não consegue, porque não cabe no custo de produção dele, absolutamente não cabe a dívida dele nos seis anos que ele tem que pagar.

Segundo, e é isso que eu queria pedir: já que nós vamos considerar a ideia de que o Governo Federal vai participar do processo, e que bom que venha... Nós tivemos uma reunião com o ex-Ministro Haddad e ele disse: "Olha, Alceu, nós não temos recurso orçamentário para fazer isto". E foi por isso que nós fomos buscar as questões dos fundos regionais constitucionais, e no caso do Sul, que não tem fundo constitucional, pegar o fundo do pré-sal, e baseado, inclusive, na liberação por catástrofe. Só por isso nós fomos lá.

Então, é claro que a proposta é estruturante, porque ela muda o modelo de financiamento. Todo mundo sabe que o dinheiro que vem do fundo vem de um papel colocado no mercado, e a remuneração devida é a remuneração do papel com o prazo pelo que o papel foi comprado. Se o papel foi comprado por dez anos, é dez anos. Não é a mesma coisa que um Plano Safra financiado pelo banco, que cobra o *spread* e tem que se pagar no ano seguinte. Esse é um modelo diferente. Então, se o Governo quer participar desse processo – e, pelo que percebo, quer –, não faça uma alternativa, faça uma complementação.

Queria pedir para V. Exa. e para a Tereza Cristina que levassem para o Dario Durigan o seguinte: nós queremos e precisamos da participação do Governo, mas queremos como forma complementar ao 5.122. Traga dinheiro do Governo. E não se precisa de volumes gigantescos do Orçamento; basta que ele traga para fazer o complemento necessário, porque aí atende todos os produtores, em qualquer condição, em todos os lugares do Brasil.

Quero lembrar: cada dia que passa, o produtor, com os custos de produção que nós temos hoje e o com preço que ele está vendendo, independentemente do tamanho, está adquirindo uma dívida gigantesca nesse processo. Ou redefinimos esse processo neste momento e reabilitamos as células produtoras dos produtores em todo o território nacional, ou perdemos o maior ativo que nós temos no Brasil, que é a produção de alimentos. Vamos perder um produtor rural que fica definitivamente comprometido, não poderá mais voltar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu lhe peço sua compreensão e todo o seu poder político que estiver disponível, junto com os Senadores, para buscar com o Governo a composição complementar desse projeto, e não fazer com que se tenha que escolher entre um e o outro. Nós queremos os dois na complementação do processo.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Senador Alceu.

Eu quero passar a palavra para o Chico da Capial...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Alceu, está bom? (*Risos.*)

É, a palavra tem força.

Eu quero passar a palavra para o Chico da Capial, Alagoas, que pediu a palavra, e depois para o Afonso Hamm, Relator. (*Pausa.*)

**O SR. FRANCISCO DE SOUZA IRMÃO** (Para expor.) – Boa tarde, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, representantes dos movimentos sociais do Brasil.

Eu quero dizer que sou Chico da Capial, sou de Alagoas e represento o movimento dos agricultores endividados do Nordeste. Há mais de 20 anos, a gente luta por esse endividamento, e até hoje a gente não conseguiu resolver o problema do endividamento rural do Nordeste.

Nós temos hoje, em Alagoas, mais de 100 mil endividados. Nós temos no Nordeste mais de 1 milhão de pessoas endividadas. Esses agricultores que estão endividados não estão mais no radar do banco, porque todo agricultor, depois de seis meses, quando a conta dele é vencida, o banco o coloca em prejuízo. Se é R$100 mil, ele bota R$1 milhão; passa para o Tesouro Nacional; e joga o agricultor na inadimplência. Então, esse agricultor sai do banco, do radar do banco.

Nós precisamos, Senador Renan Calheiros, juntamente com a Senadora Tereza Cristina e os demais, que seja dada uma posição diferenciada para o Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Nordeste, a grande maioria dos nossos trabalhos é feita manualmente. Enquanto a Região Sul e Sudeste estão com as dificuldades de pagar as contas, quanto mais o Nordeste, que trabalha de enxada...

Então, nós precisamos de uma solução urgente para o Nordeste, porque os nossos agricultores do Nordeste não têm recursos, não têm financiamento há mais de 15 anos.

O Governo diz que financia, o banco diz que financia, sai o dinheiro do FNE para o Nordeste. O que é que esse agricultor... O que é que o banco faz? Coloca o Crediamigo, R$5 mil, bota 2 mil agricultores e pega o restante do dinheiro, joga para grandes empresários, para o comércio; e o dinheiro do FNE e o dinheiro do agricultor, que eram para ir para o agricultor, não estão indo.

Então, a gente precisa de uma solução urgente, porque nós temos assentado quebrado. Nós temos mais de 16 mil assentados que tomaram o dinheiro emprestado, R$10, R$12 mil, e não podem pagar.

Vem para pagar o original. O que tirou ele não pode pagar, porque há mais de dez anos que ele não tira financiamento.

O Nordeste que teve, nos últimos anos, a maior seca dos últimos cem anos. Então, o agricultor perdeu tudo!

Com a Medida 13.340, e o Senador era Presidente do Senado naquela época, a gente beneficiou mais de 1 milhão de produtores em nível de Brasil, com até 95%. Esses agricultores entraram no banco, tomaram novos empréstimos. A seca veio e acabou: de 2011 a 2012, perderam tudo!

Então, nós precisamos de uma solução urgente, e a Medida 13.340, de 2016, era de grande importância neste momento, para que se pudesse resolver o problema do endividamento rural do Nordeste e da Região Sul e Sudeste, porque todos merecem um tratamento, neste momento de grande crise.

Um abraço.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Chico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra para o Deputado Afonso Hamm, depois para o Senador Jaime Bagattoli e para o Domingos da Farsul.

Eu vou pedir só para ser breve, porque nós temos uma reunião às 15h com o Ministro. Então... Para todos poderem fazer uso da palavra.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP - RS) – Então, eu falava que nós avançamos muito, e o PL 5.122, que eu tive a atribuição e a responsabilidade de trabalhar nove projetos de lei, mais um projeto do Senador Heinze , mais um projeto do Rio Grande do Sul, encabeçado pelo Deputado Pedro Westphal e outros oito autores.

E utilizamos a âncora do 5.122, mas, na verdade, consolidamos um projeto novo, totalmente novo, e foi fruto exatamente de uma negociação com as entidades.

A Farsul, Antônio da Luz, participou muito. Está aqui o nosso Presidente, Domingos Velho; Gedeão, CNA; está aqui também o Zanetti, nosso Presidente da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura).

Veja que nós começamos ali, trabalhamos com os consultores da Câmara, com o nosso Presidente, trabalhamos em conjunto com os nossos Parlamentares – lógico, um grupo grande do Rio Grande, mas também do Brasil inteiro –, com a FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), uma comissão de competência na agricultura, e nós trabalhamos para buscar uma fonte, e não podemos desperdiçar.

Sabe por quê? Porque isso é muito importante, Senador Renan Calheiros. E mais importante foi o senhor assumir essa relatoria aqui na CAE, esse respaldo da Tereza Cristina, como Ministra, como Senadora, do Senador Jaime Bagattoli, também aqui do Senador Mourão, do Senador Heinze, todos os Senadores, mas os que estão muito engajados.

O que é importante? O ano passado entraram 105 bilhões por conta dos *royalties* de petróleo, e nós buscamos esse recurso de 30 bilhões, e foi 100% utilizado, inclusive, para a área da construção civil, o Pé-de-Meia...

Esse recurso é para também mitigar o clima. Essa foi a fonte que nos foi alcançada e o argumento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este ano devem ser, em 2026, entre 109 a 114 bilhões: 50% para a educação, 5% para a saúde, pelo novo regulamento, sobram 45%, somam mais de 50 bilhões, e os outros segmentos vêm sendo atendidos. É a hora do agro.

E outra, o que é mais importante: não impacta as contas públicas do Governo, esse é um dinheiro do fundo.

E outra: os produtores do Brasil que perderam por conta do clima vão pagar esse fundo, inclusive com juro, 3,5, 5,5, 7,5, para inclusive os agentes financeiros fazerem a gestão.

Então, esse projeto foi construído com a Aprosoja, federações... E aí, para o Nordeste nós acatamos uma emenda que contempla o período de 2012 até agora. Claro, temos que corrigir um ano, porque nós deveríamos ter aprovado esse projeto no ano passado.

Então, Chico, é muito importante, porque nós contemplamos o Nordeste.

Outra, duas fontes: a fonte do fundo social, que pode ser até mais do que 30 bilhões, e é até necessário para a adequação do projeto; e tem a questão dos fundos constitucionais – Norte, Nordeste, Centro-Oeste –, dos saldos, do que sobra na virada de ano. E é importante. Ele é autorizativo.

Então, de maneira que também nós apontamos outras fontes, mas as efetivas são essas.

Então, a briga, Presidente Renan Calheiros, Relator, nossa Tereza Cristina, todos os Senadores, é para que o Governo seja sensível a utilizar um recurso que não impacta e que é importante.

Então, esse avanço que a gente conseguiu, e por isso essa unanimidade.

Nós vamos ouvir todas as entidades que estão aqui: Aper, SOS Agro, Securitização Já, associações, não só do Rio Grande... Porque há uma alternativa: ele é estruturante, porque ele quita a dívida e o produtor vai pagar o fundo, o dinheiro volta para o fundo. Então, ninguém tem anistia aqui, ninguém tem rebate, e o produtor vai ter esse prazo, que o Sr. Moreira colocou muito bem, de 10 até 15 anos, se for necessário, como diz lá no projeto.

O projeto foi trabalhado a muitas mãos, tem o aval de todos; só não tem autorização do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que é que a gente venceu lá na Câmara? Houve 346 votos.

A Câmara dos Deputados ficou sensibilizada e os Senadores, hoje, a gente tem certeza, também estão sensibilizados. Então, tem que espichar a corda nesse acordo, nessa conversa, para que nós não venhamos a perder a essência do que construímos e que não afeta as contas do Governo.

Isso tem que ser explicado, dito, não porque somos o Relator, mas por conta do que é a verdade.

Então, é a hora de ajudar o agro brasileiro, é hora de juntar esses mais de R$100 bilhões.

E o senhor está realmente diante de um ponto estrutural, estruturante para o Brasil, que é dar, não é essa ajuda, é dar a sobrevivência.

Vinte e nove agricultores tiraram a vida no Rio Grande do Sul!

E aí encerro a minha fala...

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP - RS) – ... dizendo que só isso dá a dimensão.

Obrigado, Senadores.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Deputado.

Vou passar a palavra para o Senador Bagattoli, depois para o Pedro Westphalen, para o Heinz...

Damares, é muito bom você estar aqui ouvindo essa fala, você, que é uma defensora das agricultoras familiares do Distrito Federal e do Brasil.

Obrigada.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Senadora Tereza. Obrigado, Presidente Renan Calheiros, por ter trazido essa discussão tão importante que nós temos hoje no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para vocês, primeiramente, que a Região Centro-Oeste e a Região Norte, onde menos sofrem com estiagem e quase não tem problema climático, vão ter problema seriíssimo este ano e ano que vem – mais de 20% a 25% dos produtores não vão dar conta de assumir os seus compromissos.

Essa situação do Rio Grande do Sul, como essa situação do Nordeste, que eu ouvi aqui, são situações que realmente precisam ser resolvidas.

E não adianta, Senadora Tereza Cristina, dar um prazo curto, sem carência, porque não tem condições de esses produtores pagarem. Até porque, além dos custos altos que nós temos hoje, eles não têm condição de fazer a recuperação de solo, não tem um seguro rural que cobre se tiver algum prejuízo nas próximas safras. Então, nós temos uma série de problemas.

Só uma dívida alongada a longo prazo, para eles poderem sair dessa situação, com uma carência de no mínimo três a quatro anos, para eles poderem se alavancar e terem uma oportunidade.

E vou dizer para vocês: eu sou solidário realmente ao Rio Grande do Sul, pela grande contribuição que esse estado fez para o nosso Brasil, de sul a norte. Então, nós precisamos fazer algo, talvez através do fundo constitucional, arrumar um recurso para que essas pessoas possam continuar produzindo e possam não perder as suas propriedades.

Eu tenho certeza de que nós todos, juntos, vamos conseguir uma solução para esses produtores.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Muito bem, Jaime.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Senador Bagattoli.

Agora eu passo a palavra... Eu vou deixar, Domingos, você para depois. Vamos ouvir o Heinz e o Pedro Westphalen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PEDRO WESTPHALEN** (Bloco/PP - RS. Para expor.) – Obrigado, Senadora Tereza Cristina, Senador Renan Calheiros, Senador Bagattoli, que sempre está conosco na Frente Parlamentar da Agricultura.

É uma manhã que pode se tornar histórica aqui, Senadora, com a sua experiência, a sua vivência dos problemas que afligem o nosso país, que há quatro anos afetaram o Rio Grande do Sul, com quatro secas terríveis, mais a enchente que todos acompanharam – e agradecemos a todo o país, que estendeu a mão ao Estado do Rio Grande do Sul – e que nos levou a uma total condição de insolvência.

A representação aqui, expressiva, de todo o segmento produtor do Rio Grande do Sul dá a dimensão da superação que nós fizemos, inclusive ideológica, lá. Hoje é todo mundo envolvido em resolver essa questão, que passa, sem dúvida nenhuma, por esta Comissão e pelo Governo aceitar que haja a aprovação desse PL, que, aliás, foi brilhantemente trabalhado pelo Afonso Hamm, com todos os segmentos, e foi construído pelos produtores rurais, pelos movimentos sociais lá, a SOS, a Aper, nossa Farsul, fantástica nesse trabalho também, a Aprosoja... Não houve quem não se envolvesse com o Senador Heinze e com o seu gabinete; com o Senador Mourão, a quem quero cumprimentar aqui também. Houve o envolvimento de todos.

Eu apresentei o Projeto 431, que foi apensado ao 5.122, por estar em regime de urgência. E houve um trabalho, inclusive, da frente parlamentar da agricultura e também da Comissão de Agricultura, entendendo e compreendendo que esse era o momento de que esse projeto poderia beneficiar o Brasil inteiro, porque aqueles que não tiveram os problemas que nós tivemos, terão. O Senador muito bem disse que, no ano que vem, nós não queremos que tenham, mas terão, e isso está próximo de acontecer.

Então, esse é o momento de esta Casa avocar para si a responsabilidade de dar uma solução definitiva para esse setor que hoje fundamenta a economia do Brasil e já vem também, além dos problemas que temos com as *commodities*... Hoje não se come um prato de comida com um saco de arroz, Senador: é R$50 um saco de arroz, e um prato de comida é R$60 ou R$70. O preço da soja, lá embaixo. Além disso, temos a guerra no Irã, que nos afeta direta e financeiramente com os insumos, porque vêm 30% de lá. Não é culpa do Governo, não é culpa de ninguém, mas afeta – ainda bem que nós temos aqui alternativas importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas essa é a oportunidade de esta Casa dar a palavra final sobre a votação desse projeto, que foi construído com muitas mãos, brilhantemente trabalhado pelo Afonso Hamm, como disse aqui, que incitou a todos, que se envolveram nesse projeto.

Portanto, como autor do Projeto 431, eu vim aqui pedir – não clemência – justiça com o segmento que mantém este país de pé, que é o setor agrícola.

Obrigado, Senador. Obrigado, Senadora.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Deputado.

Quero passar a palavra agora para o Senador Heinze.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente Renan, obrigado por ter assumido essa bronca importante. Seu estado e também o Nordeste, já foi comentado aqui, também têm problemas como nós temos no Rio Grande do Sul. Obrigado, Senadora Tereza, por ter absorvido. Em meu nome e em nome do Mourão, a gente agradece, porque buscamos uma solução.

Renan, no ano passado, na Expointer, em agosto, o Governo anunciou solução, Bagattoli, sobre esse assunto, em agosto. No início de setembro, eu recebi o Guilherme Mello, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, para ajustar. E aí, Tereza, se o Governo concordasse – e não concordava com esse projeto do Afonso –, teria mais celeridade. Início de setembro, Tereza, com o Governo concordando, e só iniciou o processo, para andar, no final de outubro. Então, dois meses, com o Governo concordando.

Renan, não eram 12 bilhões, mais 12, aplicaram 7 bilhões em dezembro, depois de um outro arranjo que nós fizemos ali. Imagine, não tinha condições de o produtor assumir a quantidade de problemas, como o Alceu falou aqui. Não tem garantia, não tem condições de fazer isso. Então, por isso, aplicou 39 bilhões de recursos livres e 7 bilhões de recursos controlados.

Então, agora, acho que aqui, Renan, com esse relatório que você está fazendo, isso é extremamente importante e vai solucionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui foi falado em quatro secas. Tereza, Renan e Bagattoli, e temos uma quinta seca este ano. Quando a média Brasil é 60, 70 sacos por hectare, no Rio Grande do Sul é 40. Bagattoli, tu sabes que é 60, 70 num lugar e 20 num outro lugar. Onde é que está o produtor que tem 20 sacos de soja por hectare? Está morto. Entrou o arroz, de que o Afonso falou, o Pedro falou, e o Mourão conhece: é R$50 o saco, não tem jeito, e o custo é R$70, R$80. Nos últimos dois anos, o arroz também está junto com a soja.

Então, agradeço-lhe, Renan; agradeço a intervenção da Tereza, que foi muito importante; à Farsul e à Fetag, que estão juntas aqui nesse processo; e aos movimentos que nós temos aqui. Todo mundo unido, e os Deputados Estaduais também estão junto conosco aqui para poder mostrar que é um problema do Estado do Rio Grande do Sul e de também outros estados da Federação.

Muito obrigado, Renan.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Heinze. Você fala comigo dessa seca, desse ciclo há quantos anos? E agora nós temos um problema: está entrando o El Niño. Agora, em junho, já está anunciado que será um El Niño fortíssimo, e aí muda tudo de novo.

Bom, eu quero passar a palavra, então, para o Domingos, Presidente da Farsul.

**O SR. DOMINGOS VELHO LOPES** (Para expor.) – Obrigado pela palavra, pela possibilidade de me manifestar em nome da Federação. Obrigado, Senador Renan Calheiros, por disponibilizar o espaço.

Eu vou ser bem breve, pontuando os itens que não foram falados para ficar no seu radar, Senador.

Primeiro, as medidas que foram propostas na 1.314 e agora, pelo Governo Federal, atendem única e exclusivamente às dívidas ao sistema financeiro, enquanto o 5.122 atende a todas as dívidas dos produtores rurais do Estado do Rio Grande do Sul e do nosso país.

Segundo, Senador Renan, nós tínhamos um fator climático até o meio do ano passado, quando trabalhávamos, só na Câmara Federal, o 5.122. De lá para cá, a sua Alagoas, o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste e todo o país estão com problemas gravíssimos, como foram apresentados pelos gráficos, dados, materiais – fonte: Banco Central.

Por último, eu gostaria de forçar um pouquinho a sua memória, porque eu tenho certeza de que o senhor se recorda da antológica frase do, à época, Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando da Securitização 1, em que ele disse: "Os produtores rurais do Brasil, da agricultura familiar e empresarial não podem ser duplamente penalizados: pelo clima e por Brasília".

Eu quero ouvir do senhor, pedimos – nós, produtores rurais – que o senhor diga da mesma forma e resolva a questão da securitização para os produtores rurais do Brasil e que o senhor entre para a história, assim como Fernando Henrique Cardoso entrou na securitização. (*Palmas.*)

Obrigado pela oportunidade.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Domingos.

Agora eu passo a palavra para o Senador Mourão.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente Renan, Senadoras, Senadores, Deputados aqui presentes, todos os integrantes do agro que estão nos acompanhando...

Presidente Renan, eu queria agradecer ao senhor por ter abraçado a causa. O senhor tem uma interlocução com o Governo. O Governo é o ponto focal, é o pião desse jogo, para a gente conseguir solucionar essa questão, mas, dentro de uma visão de história mundial e do que está acontecendo, hoje se trava no mundo uma guerra econômica – essa é a guerra que está sendo travada. O Estados Unidos não estão peleando lá com o Irã por causa de... Não, eles estão peleando porque eles querem impedir que o Irã forneça insumos para a China, porque a guerra econômica eles travam com a outra potência, que é o desafiador deles.

Nessa guerra econômica, os ativos estratégicos que cada país tem precisam ser protegidos. E qual é o ativo estratégico que o Brasil tem? É o agronegócio. Esse é o nosso grande ativo. Se nós olharmos entre 1996 e 2025, a produtividade no Brasil aumentou só 0,8%,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas 0,5% disso é do agro. O agro é o setor que mais aumentou a produtividade, e ele só tem 10% das horas trabalhadas. As horas trabalhadas são indústria e serviço, que são muito mais intensivos em mão de obra. Então, é para mostrar o que o agro significa para o nosso país.

E aí, Presidente – o senhor, que tem uma interlocução muito clara com o Governo –, o Governo tem que abrir o olho para isso, nós temos que defender esse setor, independentemente da forma como nós vamos construir essa defesa, mas o setor tem que ser defendido. Por quê? Porque é por meio do agro que nós podemos fazer valer, vamos dizer assim, o nosso poder com as outras nações. Caso contrário, nós vamos ser eternamente subjugados.

Era só isso que eu queria colocar, Presidente.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Mourão.

Eu vou passar a palavra para o Arlei, da Aper; depois para o Deputado, meu querido amigo do Espírito Santo, Evair de Melo.

Arlei, eu vou pedir para ser breve, porque senão a gente não dá conta. Você quer falar, Grazi? Porque senão a gente não dá conta e nós vamos ter que terminar, porque nós temos daqui a pouco uma audiência lá no Ministério.

**O SR. ARLEI ROMEIRO** (Para expor.) – Muito obrigado pela oportunidade. Cumprimento o Senador Renan Calheiros, Presidente, todos os Senadores presentes, demais Parlamentares, autoridades e representantes de entidade.

O Rio Grande do Sul, como o Senador Bagattoli falou ali, neste momento, precisa ter estendida a mão do resto do país. E hoje a gente vê que não é só mais o Rio Grande do Sul, todos os estados também precisam. E é importante a gente falar aqui que a gente trata especificamente, basicamente, de todo esse problema de endividamento causado por questão climática. Eu vou repetir e venho repetindo aqui há dois anos nessas Casas, aqui no Senado e na Câmara Federal: o clima, sim, é importante, mas a gente tem que observar um dado muito significativo em todo esse endividamento e eu ouvi, fiquei muito contente com uma manifestação do Senador Renan Calheiros, que é o Relator do projeto, quando ele disse que a dívida teria que ser observada na sua origem. Porque grande parte dessa dívida que está na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta do produtor rural é causada por desvirtuamento de crédito. E se por acaso o inciso II do art. 2º, que está lá no 5.122, for retirado, esse desvirtuamento de crédito quem vai pagar é o produtor rural e mais uma vez as instituições financeiras estarão sendo beneficiadas. Isso não pode ocorrer. E não só o produtor rural, porque, na verdade, essa dívida vai ser socializada com toda a sociedade brasileira.

Eu repito mais uma vez, o Rio Grande do Sul – eu gostaria que todos olhassem aqui –, esse estado que colaborou e exportou produtores rurais para todo o Brasil, desbravou o Brasil todo, precisa da mão do Poder Executivo e do Poder Legislativo e merece. Temos quase 30 famílias destruídas por suicídio – estou corrigindo a fala do Deputado Afonso Hamm, que disse 29 –, quase 40 famílias. A gente não aguenta mais isso. Estamos velando os nossos mortos em silêncio há dois anos. Nós precisamos de uma solução e ela existe, recurso tem. O Deputado falou: 50 bilhões do pré-sal. O Governo acena com 81 bilhões e, neste final de semana, o nosso Vice-Presidente da República anunciou 35 bilhões de investimento para o agro, para o setor que está inviabilizado financeiramente? É como querer construir a Casa pelo telhado: 35 bilhões para investimento! Qual é o produtor que tem condições de investir? Qual é o produtor que vai conseguir pagar 10% de entrada se ele não colheu? E isso para os adimplentes. E, pasmem, 20% para os inadimplentes, o cara que está negativado. Onde é que ele vai buscar esses 20%? Vai vender a terra, vai vender a máquina, vai endividar um outro parente. E crédito rural tem que ser pago com produção rural.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Vamos agora para a Grazi, depois o Zanetti e depois o Secretário Márcio Madalena, para a gente finalizar. Ah, desculpem-me! Evair de Melo.

Primeiro a Grazi. Vamos ser gentis com as mulheres.

**A SRA. GRAZIELE DE CAMARGO** (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Presidente Renan Calheiros, Senador Renan Calheiros, a nossa vida está nas mãos de vocês Senadores, mas principalmente na sua mão, Senador. E aqui eu falo não como uma produtora do Rio Grande do Sul, mas por milhares de produtores no país. Nós temos contatos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produtores rurais do Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Tocantins, Maranhão. O Rio Grande do Sul, assim como os estados do Nordeste, vem sofrendo muito por causa dos eventos climáticos. Nós não podemos ser penalizados por algo que nós não controlamos. A Senadora Tereza Cristina sabe que nós já estamos aqui nesta Casa... Agora, dia 12 de maio, vai fazer dois anos que nós estamos pedindo socorro. Nós já temos, sim, 39 suicídios somente no Estado do Rio Grande do Sul, por causa da demora da solução. Nós precisamos muito que esse projeto seja aprovado, pois nós precisamos de carência, prazo e juro menor.

O êxodo rural está acontecendo. Nós não conseguimos ter sucessão familiar no campo. A agricultura familiar está quebrada. Temos produtores de 9ha, 10ha perdendo suas terras. Então, Senador Renan Calheiros, nós lhe suplicamos. Nós sabemos que vocês têm toda a sensibilidade e o conhecimento da crise gravíssima que está acontecendo no Brasil, mas, por favor, nos dê essa salvação, aprove esse projeto. É só isso que a gente pede.

Obrigada.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Grazi.

Passo a palavra agora para o Evair de Melo, depois para o Madalena e para o Zanetti. E nós terminamos.

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES. Para expor.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Tereza Cristina, caros colegas Deputados e Senadores...

Presidente Renan Calheiros, ao senhor que vem lá das Alagoas quero dizer que o Brasil é um só. A agricultura é negócio a céu aberto, e o agricultor não tem contracheque. O resultado do seu trabalho depende de calor, de umidade, de temperatura, de irradiação, de fenômenos da natureza e, é claro, de um ambiente de negócio favorável, o que não tem acontecido no nosso país.

Um governo que não cuida das contas não cuida das pessoas, e os nossos agricultores... Como eu disse, o Brasil é um só. Eu tive a oportunidade de estar no Rio Grande do Sul no momento, talvez, mais difíceis da sua história, daquela calamidade climática. Na sequência, também a tragédia da seca. Mas isso é um fenômeno que se repete por todo o país. E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incapacidade desse Governo, primeiro, de estar de prontidão e, segundo, de criar um ambiente favorável para que possamos construir prosperidade pelo trabalho se sustenta numa retórica.

Ontem tive a oportunidade, Tereza Cristina, de participar da abertura da Agrishow Ribeirão Preto, que é uma marca internacional do agronegócio brasileiro. Senador Renan Calheiros, foi de dar dó, completamente vazia a feira. Quem estava lá, na verdade, estava à procura de lenço. Ninguém lá estava à procura de crédito, ninguém lá estava à procura de máquinas novas; estava, na verdade, querendo encontrar um ombro amigo para poder chorar. Acabei de confirmar agora, com os representantes que estão lá, e a feira continua vazia. Esse é um fenômeno não para agora, mas para avisar o Brasil de que, pela taxa de juros – fruto da irresponsabilidade fiscal desse Governo, da insegurança jurídica no campo e de diversas outras instabilidades –, mais a falácia, o Governo tem a coragem de anunciar e não entrega... A agricultura vive um pouco de esperança, mas também tem que ter palavra.

Portanto, o Governo que anuncia bilhões é o mesmo Governo que pegou o dinheiro que estava no Ministério da Agricultura, para o seguro, e gastou com obras de emenda parlamentar num único estado, de uma única indicação. Portanto, é um apelo já quase que às forças divinas e, naturalmente, tenho confiança plena aqui nesta Comissão, para que o pouco que nós tenhamos na mão – o pouco que resta da economia e da segurança – possa ser um pouco de conforto e consolo a esses nossos agricultores, a partir do nosso Rio Grande do Sul. O Estado de Alagoas também tem uns pequenos agricultores, mas já não tem mais tamanho de agricultura, nós somos um só negócio.

E, naturalmente, o desestímulo para essa atividade repercute na indústria, a indústria de máquinas. Grande parte do retorno do agro não está no rural, mas no investimento do comércio nas pequenas cidades, de máquinas, de equipamentos, de indústrias. Com essa energia, com esses juros, com esse custo de petróleo, o Brasil precisa saber que, daqui a pouco... Não adianta pagar programa social, porque quem recebeu o programa social não vai ter alimento para comprar.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Evair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra para o Deputado Marcus Vinícius, que vai falar em nome da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; depois, para o Zanetti; e o Márcio Madalena, que é o Secretário de Agricultura, termina a nossa fala, está bom? Aí não temos mais inscritos, então.

Vamos lá, Marcus Vinícius.

**O SR. MARCUS VINÍCIUS** (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Renan, Senadores e Deputados aqui presentes, meu colega Luciano Silveira, que aqui está junto com essa comitiva de produtores, de entidades que vem do Rio Grande do Sul reforçar a importância deste momento que nós estamos vivendo aqui em Brasília, o Rio Grande do Sul, hoje, precisa voltar a trazer esperança para a sua comunidade; o Brasil precisa voltar a trazer esperança para a comunidade. Plantar é um gesto de esperança, ninguém coloca uma semente na terra sem ter fé no futuro. E os nossos produtores, a cada safra, fazem essa reflexão. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul já promoveu diversos debates, diversos encontros, foi sede de muitas dessas ações aqui. Inclusive, foi a sede do ato que marcou o protocolo desse projeto de lei, junto com o Senador Heinze, junto com o Deputado Federal Pedro Westphalen, e que agora, de modo competente, tramitou nesta Casa com o Senador Mourão e com o Deputado Afonso Hamm.

Eu acredito, Senadora, que um país como o nosso, que tem como seu principal ativo econômico uma estratégia de comunicação, de relação com o mundo através da agricultura, não pode deixar de considerar essas reservas que nós temos dos *royalties* do pré-sal como uma forma também de garantir essa sustentabilidade de futuro. Esse é um ponto que eu gostaria muito que pudesse ser levado e abordado hoje, nesse encontro posterior que os senhores aqui terão.

Nós precisamos voltar a acreditar, voltar a acreditar no futuro do nosso estado, voltar a acreditar no futuro do Brasil. Um país que destina tantos recursos para tantas áreas e que tem feito políticas públicas muitas vezes pouco assertivas – inclusive para o nosso estado, que viveu um momento de dificuldade climática muito grande, como recentemente vivemos em 2024 e 2025, e sinalizou, inclusive, aporte de R$7 bilhões para importar arroz – tem que fazer essa reflexão. Nós precisamos encontrar o caminho e este projeto hoje é a porta de esperança para muitas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em nome da Assembleia Legislativa, endosso aqui a palavra de todos os gaúchos que já falaram e peço também essa sensibilidade no diálogo que será mantido posteriormente.

Muito obrigado.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada.

Agora eu passo a palavra para o Eugênio Zanetti, da Fetag.

**O SR. EUGÊNIO ZANETTI** (Para expor.) – Cumprimento o Presidente, Relator Renan Calheiros, a Senadora Tereza Cristina, enfim, os demais, todos os Deputados presentes aqui.

Não quero ser repetitivo, mas eu falo aqui em nome da Fetag do Rio Grande do Sul. Estamos aqui numa comitiva de presidentes de sindicatos, enfim, e representamos aqui mais de 200 mil famílias, especialmente os agricultores familiares, lá do Rio Grande do Sul, que passam por um momento de grande dificuldade.

E quero aqui fazer menção, Senadora Tereza Cristina, ao seu projeto. A agricultura no Brasil só está do jeito que está porque nós não temos uma política pública de mitigação de risco. O Proagro foi sucateado, abandonado, e o seguro agrícola, abandonado. Então, não temos mais orçamento, e a gente precisa, sim, tratar de uma política pública para enfrentar as mudanças climáticas. Não tem como o produtor, além de ter a responsabilidade de produzir alimentos, ficar com toda a responsabilidade, com os riscos climáticos nas costas do agricultor.

Precisamos que esse PL 5.122, aqui, muito bem relatado na Câmara dos Deputados, aprovado por ampla maioria, 346 Deputados, seja melhorado. O Antônio da Luz trouxe os números preocupantes da situação financeira dos nossos agricultores, que crescem de forma exponencial. Então, precisamos atacar urgentemente, na raiz, esse problema.

E eu faço aqui um apelo: que vocês tenham, Senadora Tereza Cristina, Presidente Renan Calheiros, boa sorte, hoje, à tarde, na conversa com o Dario Durigan, que o Governo tenha sensibilidade com a agricultura do nosso país e que seja apresentada uma contraproposta condizente, porque essa que foi apresentada nesta semana para nós não serve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em não havendo uma proposta condizente, eu faço um apelo aqui: votem. Eu tenho certeza de que esta Casa não vai abandonar os agricultores, eu tenho certeza de que o Congresso Nacional vai salvar a agricultura do nosso país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada.

Agora, finalizando, o Secretário Márcio Madalena.

**O SR. MÁRCIO MADALENA** (Para expor.) – Senador Renan Calheiros, Presidente desta Comissão e Relator do projeto, Senadora e Ministra Tereza Cristina, todos que me antecederam aqui, Senadores e Deputados, como foi bem dito aqui pelo nosso Presidente da Farsul, uma demanda dessa envergadura necessitava também de uma relatoria de muita experiência e de muita capacidade de articulação, e nós do Estado do Rio Grande do Sul, Senador, acreditamos que estamos entregando, construído a muitas mãos, talvez o melhor caminho, que é o Projeto 5.122, para sanar esse problema, que é nacional.

Nós do Rio Grande do Sul, que ajudamos a construir o agro brasileiro, também estamos aqui dando a nossa parcela de contribuição na construção desse instrumento para todo o país. Confiamos na sua capacidade de articulação, e certamente este momento da Câmara Alta do nosso Congresso ficará marcado pela questão da aprovação de um projeto de reorganização do agro brasileiro.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Secretário.

Agora indo para o finalmente aqui: quero agradecer a presença de todos vocês e as falas tão importantes. E o que agora nos resta é pedir que o Espírito Santo ilumine o nosso Relator (*Risos.*) para que ele (*Palmas.*) sensibilize o Ministério da Fazenda e que a gente ache caminhos para resolver esse problema tão grave.

Eu não tenho dúvida, Senador Renan Calheiros, de que esse problema vai desaguar em inflação, em falta de alimentos e nós vamos acabar com esse círculo virtuoso que nós tivemos até agora de supersafras – isso vai terminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu espero sinceramente que a gente ache um caminho. Um caminho possível para a gente ir resolvendo os problemas.

Contem com a Senadora Tereza Cristina e eu tenho certeza de que com todos os Parlamentares aqui presentes – Senador Heinze; Senador Mourão; Deputado Pedro; Deputado Afonso Hamm, que fez um projeto, enfim, brilhante que está aqui na nossa mão para que a gente possa encaminhá-lo; meu querido amigo Alceu Moreira; Evair de Melo, acho que eu não esqueci de ninguém – e todas as associações.

Quero dizer para vocês que nós estamos juntos nesse projeto e a gente espera sinceramente que a gente consiga achar um caminho para resolver esses problemas.

Senador Renan, a palavra é sua.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pessoal, em primeiro lugar, eu quero agradecer as presenças de todos.

Este debate aqui é fundamental. Eu acho que nós já avançamos um pouco, é fundamental avançar mais. Essa conversa de logo mais será decisiva para qualquer encaminhamento. Se não for o caso de nós termos uma proposta que seja aceita por todos e realmente apresente uma solução ampla, nós vamos ter que votar o nosso relatório. (*Palmas.*)

Mas os senhores sabem, na prática, o que isso significa: significa votar no Senado, fazer as alterações necessárias; aí, alterado, volta para tramitar na Câmara dos Deputados; e aí nós podemos ter uma votação definitiva e a sanção ou não do Poder Executivo. Seja qual for o encaminhamento, nós vamos conversar aqui com a mesma tranquilidade com que estamos conversando hoje para encaminharmos uma solução da melhor forma, está bom?

**O SR. ARLEI ROMEIRO** – Senador, o senhor me permite um aparte, rapidamente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, por favor...

**O SR. ARLEI ROMEIRO** (Para expor.) – Rapidamente.

Tendo em vista essa tramitação toda – os vencimentos estão ocorrendo agora no final do mês, início do meio de maio –, não há possibilidade de encaminhar um pedido de suspensão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos vencimentos enquanto esse projeto é tratado aqui no Senado e junto ao Governo? Seria muito importante e necessária essa suspensão imediata dos vencimentos que ocorrem agora nos próximos dias.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos, mais uma vez.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Leila Barros, Paulo Paim, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Fabiano Contarato e Astronauta Marcos Pontes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Irajá, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Randolfe Rodrigues, Camilo Santana, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1252, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 14.133, de 1º de abril de 2021, e nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para prever a possibilidade de concessão de créditos tributários e quitação de multas administrativas como contrapartida para execução de obras ou serviços de engenharia de interesse público." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2356, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira (PNEEF)." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma da emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2 - CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4490, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para permitir que parte dos recursos provenientes de multas ambientais possam ser destinados para o acolhimento, tratamento, proteção, manejo e controle populacional de animais domésticos e domesticados que foram abandonados." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**4 - Projeto de Lei n° 2349, de 2024 - Terminativo -** que: "Autoriza o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) a criar uma Caixa de Assistência dos Profissionais de Medicina Veterinária e de Zootecnia." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** APROVADO o Projeto e a Emenda nº 1 - CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1726, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para considerar despesa médica, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, o pagamento relativo à instrução de pessoa com transtorno do espectro autista." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5961, de 2025 - Terminativo -** que: "Autoriza a criação do Fundo de Crédito à Exportação (FCE), destinado a ampliar o acesso ao crédito, fortalecer a competitividade internacional do Brasil e apoiar operações de pré-embarque, pós-embarque e modernização produtiva das empresas exportadoras." **Autoria:** Senador Fernando Farias (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com quatro emendas de sua autoria, e pela aprovação da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 2 a 5 - CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Renan Calheiros**
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de maio de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício 1.570/2026, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que encaminha os efeitos concorrenciais decorrentes da Lei Complementar 213/2025, a qual institui novo marco regulatório para as associações de proteção patrimonial veicular.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Comunico também à Comissão, especialmente ao grupo de trabalho que acompanha as investigações do Banco Master, que foram recebidos do Banco Central o Ofício 18022/2026-BCB/PGEBC e anexos, em atenção à solicitação das cópias integrais do processo administrativo que resultou na celebração do termo de compromisso entre o Banco Central do Brasil e o Sr. Roberto Campos Neto. A documentação é pública e será disponibilizada na página da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Informo também que foram recebidas ainda do Tribunal de Contas da União cópias integrais das peças 43 a 195 do Processo C 004.476/2026-3 e seus respectivos anexos, e o Aviso nº 352 - GP/TCU do gabinete do Presidente do Tribunal de Contas, que tratam sobre a fraude do Banco Master.

Uma vez que esses processos contêm peças classificadas como sigilosas, esta Presidência determina as seguintes regras de acesso aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1) Terá acesso à documentação o Senador membro e apenas um assessor indicado por ele;

2) O Senador e seu assessor deverão marcar horário na Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos para comparecer presencialmente, a fim de fazer o registro para obter acesso ao sistema onde estão armazenados os documentos. O Senador e o assessor deverão, neste momento, assinar o termo de confidencialidade para o acesso aos documentos sigilosos.

Quaisquer dúvidas deverão ser encaminhadas à Secretaria desta Comissão.

Comunico que o comparecimento do Presidente do Banco Central a esta Comissão, Gabriel Galípolo, foi reagendado para o dia 19 de maio. (*Pausa.*)

Passamos à ordem do dia.

E faço, por sugestão do Senador Jayme Campos, uma providencial inversão da pauta.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, V. Exa.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Mesmo não sendo membro titular desta Comissão, mas – sei da sua generosidade e bondade – eu queria fazer aqui dois registros se me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Por favor.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Primeiro é a questão de um projeto de nossa autoria, que é o 1.648, que tem como Relator o ilustre o Senador Jaime Bagattoli, porque nós gostaríamos que V. Exa. marcasse a audiência pública que está com previsibilidade de se marcar nesses próximos dias. É um projeto extremamente importante não apenas para o Mato Grosso, mas para o Brasil. Nós vamos, com certeza, fazer uma arrumação de freio em relação à cobrança do ITR. Eu fico muito grato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Para marcar a audiência pública o mais rapidamente possível.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Segundo, eu gostaria de pedir a V. Exa., se possível, tendo em vista que eu tenho alguns compromissos em alguns ministérios – nós temos um projeto da nossa autoria aí de que a Senadora Dorinha é a Relatora, que é o segundo item da pauta –, se V. Exa. pudesse, com certeza, inverter essa pauta, colocar esse projeto nosso para ser votado aqui nesta Comissão.

Ademais, quero registrar aqui, com a devida vênia, respeito ao meu querido ex-Prefeito da cidade de Várzea Grande, nosso pré-candidato a Federal, Kalil Baracat, que hoje visita Brasília aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É uma honra muito grande, meu Prefeito, tê-lo aqui nesta Comissão.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ele é histórico no MDB – é bom que V. Exa. saiba. Ele é de uma família tradicional da minha cidade, e as tias dele... a avó, melhor dizendo, foi Prefeita, Deputada, foi tudo da cidade lá. E agora o neto aqui está assumindo a bandeira, com certeza, do glorioso PMDB da cidade de Várzea Grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É uma honra muito grande tê-lo aqui.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A Senadora Dorinha ainda está vindo; tão logo ela chegue, nós faremos a inversão da pauta.

E vamos começar, portanto, pelo começo, pelo item 1.

**ITEM 1**

**TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE LEI Nº 1252, DE 2023**

**- Terminativo -**

**Ementa do Projeto:** *Altera as Leis nos 14.133, de 1º de abril de 2021, e nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para prever a possibilidade de concessão de créditos tributários e quitação de multas administrativas como contrapartida para execução de obras ou serviços de engenharia de interesse público.*

**Autoria do Projeto:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

**Relatoria:** Senador Alessandro Vieira

**Observações:**

*Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.*

Nós estamos apreciando esse projeto exatamente em turno suplementar.

Esse projeto já foi aprovado na última reunião.

Como não houve emenda, não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 248 do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa.*)

A Senadora Dorinha vai participar remotamente. Nós estamos só esperando.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Damares.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Enquanto a Dorinha entra, é uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Nós estamos marcando a reunião com o subprocurador do TCU lá no nosso grupo de trabalho. Deixe-me informar aos colegas.

Foi um requerimento de audiência pública aprovado aqui na nossa Comissão, mas ele está com um problema de fala, é uma questão de dicção. Eu não entendi direito se é uma cirurgia no rosto ou uma paralisia – alguma coisa. Ele prefere que esse encontro com ele não fosse uma audiência pública pela dificuldade que ele tem de falar. Então, ele solicitou se a gente poderia ter esse encontro com ele – os Senadores que puderem ir –, no gabinete dele, com toda a assessoria dele, porque, à medida que ele não conseguir responder, a assessoria vai entregando relatório, vai esclarecendo.

Então, nós estamos marcando para o próximo dia 12, à tarde. Nós vamos comunicar a todos os colegas. E tem muitas informações que ele precisa nos dar.

Na sequência, Presidente, hoje a gente teria o Presidente do Banco Central, mas mudamos para o dia 19 e, agora de manhã, fomos surpreendidos com uma notícia bem ruim com relação ao BRB, uma notícia de que houve uma reunião, no feriado último, dentro do Banco Central e que é possível que alguma medida muito séria com relação ao BRB seja tomada, agora no próximo final de semana.

Como a gente não pode esperar dia 19 e, se eu apresentar um requerimento de informação aqui, Presidente, até a gente aprovar e ir para a Mesa, pois os requerimentos de informações têm demorado muito... Eu queria solicitar se seria possível eu elaborar um texto de um ofício – por meio de um ofício – e ainda hoje o senhor enviar ao Presidente do Banco Central, só para que ele explicasse se tem alguma medida muito urgente que vai acontecer com relação ao BRB este final de semana, para que a gente não possa ser pego de surpresa. O BRB está muito ligado ao Master, as coisas estão muito ligadas, e a nossa população, hoje, amanheceu com essa notícia, e está todo mundo apavorado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seria apenas um ofício, um pedido de esclarecimento, para que ele nos respondesse antes do final de semana. A gente até ligaria para a assessoria dele, para que ele respondesse para a gente deixar a população tranquila.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito. Faremos isso.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... até a Senadora Dorinha aparecer, permita-me fazer um pedido a V. Exa.?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Antes, porém, quero fazer aqui um rápido comentário: Cuba e Venezuela somam dívidas bilionárias com o Brasil. Venezuela acumula dívida de R$1,2 bilhão, e Cuba deve R$676 milhões, após inadimplência em obras financiadas pelo Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A matéria – na verdade, é um vídeo – vem aqui dizendo o seguinte:

> O Brasil enfrenta [está muito apagadinho] uma dualidade delicada: ao mesmo tempo em que o governo retoma o financiamento do BNDES [...] para obras no exterior, o país ainda tenta [...] [procurar] bilhões em reais em dívidas deixadas por Cuba e Venezuela, que deram calote em operações realizadas no passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O [...] [Presidente da República] sancionou uma lei que viabiliza novos empréstimos do BNDES para a exportação de serviços de engenharia, permitindo a retomada da atuação de construtoras brasileiras em grandes projetos de infraestrutura no exterior. A medida reacende o debate sobre os riscos desse modelo de financiamento.

O que é que no passado nós fizemos? Nosso projeto de resolução aqui do Senado Federal de 2021 diz o seguinte: "Requer que as operações de crédito externo para o financiamento de governos estrangeiros ou de projetos de infraestrutura em que a União for credora sejam submetidas à autorização prévia do Senado Federal".

Esse projeto de resolução vem exatamente ao encontro dessa situação. Se aqui é a Casa da Federação que autoriza ou não autoriza, e a gente deixa uma porteira desse tamanho aberta para que o Governo tenha liberdade de emprestar... Não estou falando de ser contra o empréstimo ou a favor, não, absolutamente. É apenas uma questão de controle e ciência do Senado Federal, assim como se faz com o empréstimo a outras instituições, estados e municípios.

E aí, Presidente, o pedido: o nosso Projeto de Resolução que trata desse assunto está aqui e eu fiz um ofício no dia 10 de novembro de 2025 pedindo a V. Exa. que pautasse, para que o projeto possa fluir, avançar, e o Senado analisar lá no Plenário a viabilidade ou não de a Casa tomar providências com relação a isso, exatamente – exatamente – em função desse negócio que está acontecendo. Nós já temos dificuldade, a gente empresta dinheiro para o vizinho e esse vizinho não paga direito... Olha aqui a brincadeira, não é?

Cuba e Venezuela têm uma economia péssima neste momento, estão devendo, e aí não sabem quando pagam, quando vão poder pagar. Então, como é que a gente retoma operações num modelo que não está dando certo? Eu, na minha origem, é banco, compreendo um pouquinho e sei do nível de endividamento que um banco pode ter para continuar operando. Se a gente jogar isso aqui dentro de um contexto, a gente vai ter dificuldade, se fosse um banco, de continuar emprestando dinheiro da forma como emprestamos, e agora estamos tendo problemas para receber.

Então, paute meu projeto de resolução. É o de nº 34, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá.

Eu concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do parecer *ad hoc,* em substituição à Professora Dorinha, no Projeto 2.356, de autoria do Senador Jayme Campos.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 2356, DE 2024**

**- Não terminativo -**

*Institui a Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira (PNEEF).*

**Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma da emenda apresentada.

**Observações:**

*1. Foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da senadora Augusta Brito.*

*2. A matéria será apreciada pela CE, em decisão terminativa.*

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise, informando que os aspectos formais e legais, bem como uma análise mais aprofundada de mérito, serão analisados na Comissão de Educação e Cultura em deliberação terminativa.

Quanto ao mérito, vejo que a política pretendida nos leva a uma importante reflexão sobre novas habilidades necessárias nos dias atuais, de modo que a estrutura curricular do nosso sistema de ensino precisa se manter vigilante e atualizada quanto a essas demandas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao fomentar as habilidades de empreendedorismo e inovação no ambiente escolar, assim como o desenvolvimento de competências financeiras, o nosso sistema de ensino, na realidade, criará competências e oportunidades para os estudantes brasileiros. Cada jovem será exposto a novos modos de pensar e prosperar. As habilidades aqui discutidas não são apenas inatas. Na realidade, podem e devem ser estimuladas no jovem estudante. Por isso, a ideia de se criar uma Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira se faz tão necessária, como o que propõe esse projeto de lei.

A nova política tem, inclusive, o poder de estimular a criatividade, o pensamento crítico no enfrentamento de problemas e a busca de soluções para dificuldades cotidianas. O ensino de competências financeiras significa, em última instância, dar mais controle nas mãos de cada indivíduo. Cada estudante exposto a esses novos conhecimentos terá mais autonomia das suas próprias escolhas e maior liberdade de decisão. Não à toa, a falta de educação financeira na estrutura curricular é, rotineiramente, alvo de comentários e reclamações na mídia e nas redes sociais.

No longo prazo, esta nova política tem o potencial de criar uma sociedade mais inclinada ao empreendedorismo e à inovação, com todos os potenciais benefícios dessa maneira de pensar.

Afinal, estamos falando de novos negócios, identificação de oportunidades, geração de emprego, solução de problemas, aumento de produtividade e impacto social. E eu acrescentaria despertar no adolescente o espírito de empreender.

Em resumo, o empreendedorismo e a inovação são essenciais para o progresso da sociedade; eles geram oportunidades, criam soluções, impulsionam a economia e melhoram a qualidade de vida de todos.

Quanto à Emenda nº 1, optamos por acolhê-la parcialmente. Mesmo reconhecendo a importância do cooperativismo e da economia solidária, trata-se de tema não diretamente afeito ao empreendedorismo e à educação financeira, motivo pelo qual entendemos que deve ser objeto de outro projeto de lei. Do contrário, fugiríamos do escopo do projeto, que foi bem definido pelo autor, direcionado à inserção de conteúdos alinhados à economia de mercado e a ambientes que exigem a aplicação de conhecimentos mais inovadores e atuais em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendedorismo e finanças. Deste modo, optamos por não acatar as alterações propostas aos temas transversais originalmente idealizados.

Porém, para aprimoramento do texto, acatamos a alteração proposta para o art. 7º do PL, em que o apoio financeiro por parte da União fica sujeito à disponibilidade financeira e orçamentária.

O voto, Presidente, é pela aprovação do PL nº 2.356, de 2024, bem como pela aprovação parcial da Emenda nº 1 na forma da emenda que está devidamente publicada.

E já cumprimento o autor pela iniciativa, a Relatora, e aprovado aqui, vou lutar para ser Relatora lá na Comissão de Educação.

Esse é o voto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Senador Jayme Campos, com a palavra...

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Como autor do projeto, se me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro, por favor.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Renan Calheiros, Sras. e Srs. Senadores, eu quero cumprimentar, antes de mais nada, a ilustre Senadora Dorinha, que apresentou um grande parecer ao Projeto de Lei nº 2.356, de 2024, de minha autoria, que institui a Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira. Seu relatório é moderno e profundamente atual.

Esse é um tema de suma importância para a formação cidadã, especialmente em um país onde mais de 80% das famílias brasileiras estão endividadas. Vivemos em uma época em que o mundo do trabalho, os modelos dos negócios e a exigência da cidadania se transformam em velocidade inédita. Nossa formação educacional centrada em conteúdos disciplinares já não dá conta das demandas do século XXI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos modernizar nosso currículo escolar. Isso significa incorporar, de forma estruturada, temas essenciais como a educação financeira, o empreendedorismo e a orientação para o trabalho e a cultura da inovação. Nosso projeto propõe justamente isso, um novo paradigma educacional voltado para o desenvolvimento de competências práticas que prepara nossas crianças e jovens para lidar com os desafios do mercado de trabalho, da vida adulta e da gestão de seus próprios projetos de vida.

Pesquisas internacionais como o Relatório Mundial do Empreendedorismo revelam que apenas 35% dos brasileiros estão alfabetizados financeiramente. Saber lidar com a educação empreendedora, inovação e finanças é fundamental para a vida adulta.

Mas, Sras. e Srs. Senadores, meu caro Presidente, a educação empreendedora não é apenas para quem deseja abrir uma empresa; é uma forma de pensar, de resolver problemas e de agir com autonomia, criatividade e responsabilidade. Já a educação financeira é uma ferramenta de cidadania, permite decisões conscientes, combate o endividamento precoce e fortalece a saúde econômica das nossas famílias.

Concluindo, Sr. Presidente, a aprovação do PL 2.356, de 2024, é um marco para a modernização da educação brasileira, um sinal evidente de que o Congresso Nacional está atento, comprometido e disposto a garantir a educação pública mais eficaz, mais justa, mais transformadora.

Cumprimento a todos desta Comissão de Assuntos Econômicos pela aprovação que certamente vai ser feita deste projeto de lei. E nós vamos dar um passo em nome do presente e do futuro da nossa educação brasileira.

Agradeço à ilustre Senadora Damares, que leu aqui este belo relatório.

E peço a V. Exa., como membro da Comissão onde vai tramitar este projeto, que nos ajude. Com certeza estaremos modernizando o Brasil para a nossa futura geração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Pontes. Com a palavra V. Exa.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia, bom dia a todos.

Eu vim aqui justamente para fazer este comentário: eu acho este projeto de lei bastante importante.

Parabéns, Senador Jayme Campos, pela iniciativa. Parabéns, Senadora Damares e Senadora Dorinha, pela relatoria.

Eu tenho repetido isto aí já faz algum tempo: este projeto é importante, porque faz parte de um contexto, como um ecossistema, que é extremamente necessário para que o nosso país siga no mesmo rumo que os países que hoje nós consideramos desenvolvidos seguiram no passado. Se a gente observar todos os países desenvolvidos, sem exceção, todos eles, sem qualquer exceção, o que eles têm em comum não é localização geográfica, não é religião, não é cultura, não é língua, não é nada disso. O que eles têm em comum são alguns fatores que eles alinharam e souberam trabalhar com consistência.

Esses fatores são: primeiro, educação focada em resultado – está aí um exemplo e tem outros pontos também que precisam ser tratados –; ciência, tecnologia e inovação... Eu estou falando isso não é porque eu fui Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, mas, hoje em dia, se a gente observar o mercado de forma geral, a gente vê que todas as carreiras, todas as atividades e setores são ligados de alguma forma ou outra ao desenvolvimento de tecnologia. Então, ciência, tecnologia e inovação focadas também em resultados. Isso significa transformar conhecimento em nota fiscal e em emprego, basicamente, colocando de maneira bem simples. E um ambiente de negócio favorável. Quem é empresário sabe exatamente a dificuldade que existe em um ambiente de negócio: os juros são altíssimos, as dificuldades que nós temos com taxas, impostos, contribuições e tudo mais. Então, um ambiente de negócio favorável para o desenvolvimento dessas empresas. E as empresas de base tecnológica, já foi demonstrado mais do que claramente pelos países, são aquelas empresas que muitas vezes partem de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garagem de um jovem sonhador e se transformam num gigante, como Apple e assim por diante.

Então, nós precisamos incentivar essa nossa juventude para que eles aprendam a empreender, pensem nisso como uma maneira de vida e que nós aqui tenhamos a responsabilidade de criá-los com melhores condições para que eles façam isso e o país, então, tenha o caminho do desenvolvimento, como os outros países.

Então, novamente, parabéns, Senador Jayme Campos, pela iniciativa. Pode contar com o meu apoio lá também, nas outras Comissões de que eu participo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar aqui a autoria do Senador Jayme Campos e o relatório da Professora Dorinha, relatado aqui pela Senadora Damares.

Quero dizer para você, Senadora Tereza Cristina: você sabe as grandes dificuldades hoje de se empreender neste país. Essa educação financeira precisa voltar, ela precisa estar dentro da sala de aula, precisa estar na faculdade, precisa estar já dentro, lá no curso, já lá no ginásio, já teria que estar lá no primeiro grau, porque o grande problema hoje do grande endividamento do país, Senador Renan Calheiros – ontem vocês viram aí que o Governo tem tentado fazer mais um Desenrola –, é que as pessoas, as famílias, até as famílias, as pessoas não conseguem controlar os seus gastos com o seu ganho, com aquilo que podem fazer, com aquilo que têm a receber e aquilo que têm a pagar. Isso aí é de suma importância. O empreendedorismo no Brasil, se nós não tivermos uma educação financeira dentro das escolas... É muito difícil hoje se montar qualquer empreendimento no nosso país.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Portanto, em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, da Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Eu queria, antes de passarmos para o próximo item da pauta, aproveitar a presença da Senadora Tereza Cristina aqui entre nós. Como todos sabem, está em discussão nesta Comissão um projeto que autoriza a renegociação das dívidas agrícolas no Brasil, o Projeto 5.122, aprovado em julho na Câmara dos Deputados.

Nós fizemos, eu, a Senadora Tereza Cristina, o Presidente do Senado Federal e o Ministro Dario Durigan, uma reunião no gabinete do Presidente do Senado e desta reunião nós tivemos um outro encontro, e algumas reuniões técnicas entre assessores do Legislativo e do Ministério da Fazenda já aconteceram. Nós estamos assim – não é, Senadora? – na reta final para apresentarmos uma solução.

Então, vamos ouvir da Senadora Tereza quais são os encaminhamentos recomendáveis, para que a gente possa abreviar etapas.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Muito obrigada, Senador Renan.

Bom dia, Damares, colegas Senadores, quero dizer para vocês que... Primeiro, parabéns pelo projeto de sua autoria, Jayme Campos! Talvez tudo isso que a gente esteja discutindo aqui, se a gente tivesse uma educação financeira já há muito tempo, metade dele não estaria acontecendo hoje – né? –, inclusive esse problema da dívida agrícola.

Mas quero dizer que o Senador Renan marcou rapidamente uma reunião com o Ministro Dario Durigan, nós estivemos lá, e ele teve muita boa vontade em nos ouvir e entender o tamanho do problema, que não é mais um problema do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul continua com o problema, mas hoje isso está se agudizando pelo Brasil todo, não é só mais um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema do Rio Grande do Sul como quando ele foi concebido lá atrás. Então, os valores são muito maiores, não dá para a gente falar mais nos R$30 bilhões que no Projeto 5.122 viriam do Fundo Social.

Nós temos resistências ainda ao Fundo Social por parte do Governo, mas nós levantamos – as nossas equipes aqui, legislativas, nossos assessores levantaram – vários outros fundos que nós colocamos como alternativas para o Ministério da Fazenda para que se busque a solução. Eles mandaram uma proposta logo depois da reunião que o Senador Renan, eu e o Senador Heinze tivemos lá no Ministério da Fazenda, mas a proposta não atende ainda. Ela atende parcialmente aquilo que nós precisamos fazer.

Mas nós temos um problema muito sério, que é a falta de tempo, nós precisamos correr com esse projeto. O Plano Safra está aí, o Plano Safra deve ser anunciado, e ele tem... Na regra, ele deve ser anunciado no primeiro dia do mês de junho, o mês 6; então, nós temos aí poucos dias para essa renegociação, porque quem não estiver nela não terá acesso ao Plano Safra de novo. Então, nós temos aí uma coisa... Nós estamos correndo contra o tempo.

Hoje, nós temos uma proposta pronta, que os nossos assessores vão colocar para o Senador Renan, e eu já a vi agora de manhã, para ver o que ele pensa, ele é o Relator, ele tem que estar de acordo para ver esse encaminhamento. Nós temos uma solução para chegar a um valor, Senador Renan, de mais de R$180 bilhões, que é a dívida hoje que tem uma premência de ser resolvida. O valor dessa dívida é maior, porque tem ainda uma dívida fora dos bancos, que é a dívida que se tem com as empresas que fazem troca, enfim, que não é uma dívida bancária, mas é uma dívida com as empresas que fornecem insumos aos produtores rurais.

Então, a coisa é complexa, mas eu acho que na 5.122, com boa vontade e com esta Casa aprovando, nós vamos ter um caminho para resolver boa parte. E eu acho que nós vamos precisar fazer um outro projeto de lei, nós não vamos conseguir fazer um guarda-chuva para atender a tudo, mas emergencialmente eu acho que a gente tem um caminho.

Então, penso eu, Senador Renan, que na próxima reunião nós já teremos a reunião com o Governo para mostrar aquilo que está acordado aqui pelo Senado, pela sua relatoria, e depois fazer a leitura e colocar em votação para que a gente possa resolver esse assunto de uma vez por todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O setor agrícola está vivendo no Brasil uma espécie de crise perfeita: você tem problemas de toda ordem. Para que se tenha uma ideia, nós temos só de dívidas estressadas que vão vencer até o final de 2028 mais de R$800 bilhões – com câmbio baixo, juro altíssimo – nenhuma atividade no mundo remunera essa taxa de juros Selic imposta hoje no Brasil.

Isso gera um problema muito maior: os proprietários não têm mais garantia para ter acesso a crédito novo, porque a dívida se multiplicou. Então, nós temos que resolver esse problema – e a Senadora Tereza Cristina tem nos ajudado demais – de uma maneira meio estruturante, porque a única reforma estruturante que nós fizemos no crédito agrícola no Brasil foi no Governo ainda Fernando Henrique Cardoso, quando fizemos a securitização das dívidas, quer dizer muita coisa...

Muito obrigado, Senadora Tereza.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador, só um detalhe importante que eu esqueci: ontem nós tivemos uma reunião com o novo Ministro da Agricultura, Ministro André. Conversamos com ele lá em São Paulo, ele estava com toda a sua equipe. E nós também precisamos fazer uma conversa com ele, porque ele é um grande aliado para nos ajudar a resolver esse problema dentro do Governo. Ele está à disposição, se colocou para hoje, para amanhã, enfim, para a gente ter uma reunião, mas acho que, na hora em que a gente fechar o texto aqui, nós temos que ir ao Ministro da Agricultura e depois ao Ministro da Fazenda, para poder finalizar o texto e colocar aqui à apreciação dos colegas.

Era isso. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente Renan...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jayme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Só para contribuir aí com as palavras sábias e competentes de V. Exas., tanto as da Ministra quanto as do senhor.

Na verdade, se nós não tomarmos essas providências rápidas, nós vamos ter uma crise... Talvez o Governo não tenha tido nem a capacidade de mensurar o que vem pela frente aí. É gravíssima a situação, além das mudanças climáticas também que estão havendo, que estão causando muito prejuízo. Vamos ser aqui reais: é muito prejuízo! Talvez muita gente não saiba o tamanho do prejuízo.

Só vou lhe dar um exemplo: tem muitas regiões do Mato Grosso, porque dali eu falo com conhecimento de causa, em que muitos não plantaram nem a soja, tendo em vista que demorou para vir as águas. Diante disso aí, eles já preferiam plantar o algodão, e outros já plantaram o milho, então já perderam a possibilidade de ter as duas plantas, ou seja, a safra e a safrinha – nós chamamos assim lá no Mato Grosso. Então, eu estou andando lá no estado: a situação tão grave, é uma situação de tristeza. Eu não sei qual vai ser a saída.

Essa possibilidade de nós buscarmos essa rolagem, de buscarmos esses créditos... Estão falando em R$36 bilhões, R$40 bilhões. Isso aí é para fazer o quê? Um remendozinho. Na verdade, como o senhor disse aqui, são quase R$800 bilhões. É muito dinheiro. E pela situação que eu estou acompanhando, tem gente que não vai conseguir botar nem máquina. Primeiro, os insumos subiram muito! Estão com dificuldade até para fazer a aquisição. Aí você paga mais o petróleo também... Então, estão arrebentados. E as *commodities* estão lá embaixo. Para o senhor tem uma noção, hoje um saco de milho lá no Mato Grosso é R$43, R$44. Está travado, não estão conseguindo vender. A soja, eu falo por que eu vendi um pouco, consegui entregar agora, há poucos dias, peguei R$102. Aí toma 3,1 ainda...

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Já está mais baixo.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – E fora o Fethab, que eu tenho que pagar. Ainda pago o Fethab lá, que é um fundo que tem, 3,1. Sobrou para você o quê? Nada, noventa e poucos cruzeiros. Não fecha a conta nem a pau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não esquece os *royalties* da Bayer.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Também... (*Risos.*)

Feito isso aí, isso é um apelo que eu estou fazendo para o senhor aqui, em nome dos nossos produtores rurais, caso contrário... Não é para Mato Grosso só, não; isso é no Brasil todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Brasil todo.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu estava conversando com o Mourão, nosso Senador, que disse assim: "O Rio Grande do Sul também está no mesmo caminho, o Paraná, etc., etc.". Então, V. Exa., como nosso grande Líder, nosso grande Presidente eterno do Senador Federal...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Jayme.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... com certeza, Tereza, vai nos ajudar a resolver essa situação e vai beneficiar toda a sociedade brasileira de uma maneira geral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Jayme.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Presidente, uma última fala aqui. Eu já estou superatrasada porque eu tenho um compromisso, mas eu acho que é muito importante.

Posto tudo o que o Senador Renan colocou, o Senador Jayme coloca, enfim, da situação dessa "tempestade perfeita" que vive o setor agrícola brasileiro, nós temos um componente ainda pior, que eu estava vendo ontem, nós temos o El Niño chegando, que modifica completamente o clima nas regiões produtoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vimos, nesse final de semana, o Nordeste com aquela chuva monumental, aquela avalanche de água que tiveram lá, perdendo vidas, etc. Isso vai acontecer agora de maneira mais intensa e vai faltar chuva em outros lugares de produção. Para piorar a situação, há guerra, preços ruins, juros altos e clima. Então, não tem tempestade mais perfeita do que essa, infelizmente, para o setor agrícola brasileiro.

Muito obrigada, meus amigos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Tereza.

Item 6 da pauta.

**ITEM 6**

**PROJETO DE LEI Nº 5961, DE 2025**

**- Terminativo -**

*Autoriza a criação do Fundo de Crédito à Exportação (FCE), destinado a ampliar o acesso ao crédito, fortalecer a competitividade internacional do Brasil e apoiar operações de pré-embarque, pós-embarque e modernização produtiva das empresas exportadoras.*

**Autoria:** Senador Fernando Farias (MDB/AL)

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com quatro emendas de sua autoria, e pela aprovação da Emenda nº 1.

**Observações:**

*1. Em 16/4/2026, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Jorge Kajuru.*

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente.

Se o senhor me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... eu gostaria de deixar registrado aqui os meus cumprimentos à nossa querida Senadora Tereza Cristina, que, com a sua autorização e como Relatora, está se conduzindo da melhor maneira possível, como nós esperamos, no trato dessa questão relacionada a esse grande refinanciamento de que o Brasil precisa.

E a todas as palavras que ela proferiu, V. Exa. anuiu e o Senador Jayme Campos enriqueceu, eu quero acrescentar um detalhe. Além do capricho climático, nós vamos enfrentar um capricho de mercado. As *commodities* vão viver, a partir deste ano, um *boom* assemelhado àquele que viveu o período de Governo Lula 1, que facilitou a nossa prosperidade. Nós somos um país, podemos dizer, rei da *commodity*. E essa perturbação climática talvez reduza as grandes oportunidades que nós vamos descortinar a partir deste período econômico.

A questão climática vem num momento muito delicado, o meu estado é vulnerável ao fenômeno El Niño, o Rio Grande do Sul – só para dar alguns exemplos do que vai acontecer em relação à questão climática. Por isso, a maior atenção possível e o maior apoio possível são necessários agora nesta questão do refinanciamento para o setor agrícola. Falo em nome de Santa Catarina e corroboro, confirmo e enfatizo todas as palavras que foram aqui proferidas.

Quanto à incumbência que o senhor me deu, relatar esse projeto do nosso querido Senador Fernando Farias, eu registro o seguinte: esse projeto é tão importante que vai marcar a passagem do Senador Fernando Farias no Senado Federal, enquanto o Senador Renan Filho exercia missões igualmente relevantes no Ministério dos Transportes. Ficou devendo alguma coisa aqui em Santa Catarina, sabe Senador Renan, mas nós estamos renovando a promissória com o seu sucessor lá no Ministério dos Transportes. Fica aqui o meu aplauso condicionado, portanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto é da maior importância. O Brasil tem que se equipar para fazer face ao comércio internacional, com inteligência e com competitividade em relação aos demais participantes deste grande concerto internacional que é o comércio mundial. Eu só queria salientar, antes de começar pela análise, com a sua concordância, para dizer que a última emenda que nós aceitamos, no prazo regimental, foi a Emenda nº 1, do Senador Kajuru, que tem como objetivo autorizar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a constituir subsidiárias integrais ou controladas, com vistas ao cumprimento de atividades do seu objetivo social.

E partindo para a análise, eu desdobro a seguinte exposição.

De acordo com o art. 99, inciso I, do Regimento Interno, compete à CAE tratar deste assunto em regime terminativo.

Quanto à constitucionalidade, não há óbices, pois a competência privativa da União legislar sobre comércio exterior e política de crédito está assegurada.

Por sua vez, não se verificam prejuízos aos aspectos de regimentalidade e juridicidade, enquanto entendemos que a técnica legislativa pode ser aprimorada mediante o desdobramento dos itens citados no parágrafo único do art. 1º em incisos, razão pela qual apresenta-se a emenda de redação ao fim deste parecer.

Em relação ao mérito, somos favoráveis à matéria. A proposição reconhece corretamente a importância de fortalecer os instrumentos públicos de financiamento às exportações brasileiras em um contexto de crescente instabilidade no comércio internacional, como já foi há pouco observado. Ao propor a criação de um fundo de acesso ao crédito para empresas exportadoras e suas cadeias produtivas, contribuindo para reduzir restrições de liquidez e melhorar a competitividade internacional das empresas brasileiras, nós estamos fazendo o jogo certo. Considerando o ecossistema de iniciativas vigentes, o projeto de lei posiciona-se como um elemento estratégico para o bom desenvolvimento das políticas voltadas à promoção das exportações brasileiras.

Outro aspecto positivo é a promoção de maior estabilidade institucional às políticas de apoio às exportações. Como a criação de um mecanismo permanente de financiamento reduz a dependência de medidas reativas, formuladas e adotadas em momentos de crise, espera-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior previsibilidade para empresas que atuam no comércio exterior e para os agentes financeiros envolvidos nesse tipo de operação.

Fiz várias pesquisas, Presidente, e prezadas Senadoras e Senadores, para poder fazer essa afirmação.

Nós estamos, portanto, propondo uma ampla coordenação entre diferentes órgãos do Governo Federal e instituições financeiras públicas na implementação das políticas de apoio às exportações – e este é o jogo que tem que ser jogado. Essa articulação pode contribuir para ampliar a capilaridade dos instrumentos existentes e fortalecer o sistema nacional de financiamento ao comércio exterior, favorecendo a inserção internacional da produção brasileira.

Com o objetivo de aprimorar a proposta, sugerimos a inclusão de um novo dispositivo na Lei 12.712, de 30 de agosto de 2012, que regulamenta a participação da União em fundos de comércio exterior. A intenção é instituir uma estrutura de risco compartilhado entre o Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior (FGCE) e o Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Esse modelo busca oferecer um arranjo fiscal sólido sem elevar a exposição do Tesouro Nacional.

Essa iniciativa segue o mesmo padrão estabelecido pelas Medidas Provisórias 1.309, de 2025, e 1.345, de 2026. Tal estrutura complementa o disposto na Lei 15.359, de 2026, cuja relatoria exerci, ainda sob a forma do Projeto de Lei 6.139, de 2023, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – lei já sancionada pelo Governo.

O modelo ora proposto também corrige um problema antigo: a dependência excessiva do sistema de garantias em relação ao orçamento público. O FGE, criado em 1999, sempre foi sólido, mas subordinado à rigidez das normas fiscais. O FGCE, instituído em 2012, escapa dessas restrições, com patrimônio próprio e natureza privada, o que lhe permite multiplicar garantias e ampliar a oferta de crédito sem impacto no resultado primário da União. Esse é o caminho de todos os fundos e linhas de crédito criados especialmente a partir da epidemia de covid.

Por fim, concordamos com a Emenda nº 1-CAE, apresentada pelo Senador Jorge Kajuru, como já mencionei. Hoje, o BNDES possui autorização para constituição de novas subsidiárias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas no exterior e, para o melhor exercício do seu objeto social – apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do país –, seria oportuno que obtivesse autorização para constituir subsidiárias também dentro do Brasil, a exemplo do que é permitido à Petrobras (art. 64 da Lei nº 9.478/1997), à Infraero (art. 2º da Lei nº 5.862/1972), à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (art. 15 do Decreto-Lei nº 509/1969) e ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal (art. 15 da Lei nº 11.908/2009). Isso permitiria que o BNDES, a exemplo dos principais bancos públicos e instituições financeiras privadas, se valesse de estruturas societárias que o ajudassem a operar de forma mais eficiente, com impactos positivos na sua contabilidade, nos seus controles e nas suas captações.

A autorização para o BNDES constituir subsidiárias ou controladas está alinhada com modelos de vários países, como o da Alemanha, em que o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) – que já fez vários empréstimos para o meu Estado de Santa Catarina, especialmente no campo da saúde –, banco estatal alemão de investimento e desenvolvimento, junto com suas subsidiárias especializadas, possui estrutura operacional para atender áreas de negócios específicas, tais como exportações e negócios internacionais, transição climática, *startups* e pequenas empresas. E, como eu disse, atender casos específicos de infraestrutura ou de saúde, como acontece com Santa Catarina.

Na França, a Caisse des Dépôts et Consignations (CDC), instituição financeira pública francesa, possui estrutura de *holding* pública com gestão descentralizada, composta por subsidiárias e controladas que atuam no desenvolvimento urbano com foco em habitação acessível e apoio à transição verde. Já o China Development Bank (CDB), banco de desenvolvimento estatal chinês, utiliza subsidiárias para atuar na infraestrutura nacional e regional, indústria, desenvolvimento urbano, rural e social, além de outras áreas estratégicas. Outros países seguem essa mesma linha estratégica, como Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão e Índia. Portanto, essa possibilidade vem ao encontro da busca de competitividade e atualização do nosso aparato de favorecimento à exportação.

Os modelos internacionais existentes (Alemanha, França, China, Estados Unidos, Noruega, Coreia do Sul, Japão, Índia e outros), alguns citados na justificação da emenda apresentada, demonstram que subsidiárias são instrumentos eficazes para ampliar a capacidade de bancos públicos em fomentar o desenvolvimento social e econômico. Aplicado ao BNDES, esse modelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitirá maior eficiência, diversificação de instrumentos operacionais e financeiros, impacto de longo prazo, maior transparência e controle contábil, além de melhores instrumentos para captar recursos.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.961, de 2025, concordando com a Emenda nº 1 da CAE, além das emendas, que cito rapidamente:

EMENDA Nº - CAE
(ao PL nº 5.961, de 2025)
Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do PL nº 5.961, de 2025, a seguinte redação:
"Art. 1º .....
Parágrafo único. O apoio poderá consistir, inclusive, em:
I – financiamento a capital de giro;
II – aquisição de máquinas e equipamentos; e
III – projetos de investimento."
EMENDA Nº - CAE
(ao PL nº 5.961, de 2025)
Dê-se ao art. 3º do PL nº 5.961, de 2025, a seguinte redação:
"Art. 3º O FCE será administrado por um Comitê Gestor, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), cuja composição e competência serão estabelecidas em Regulamento."
EMENDA Nº - CAE
(ao PL nº 5.961, de 2025)
Acrescente-se o seguinte art. 12 ao PL nº 5.961, de 2025, renumerando-se os demais:
"Art. 12. A Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art. 27. .....
.....
VI - o risco comercial e o risco político e extraordinário em operações de crédito direto às microempresas, pequenas e médias empresas exportadoras, nos termos e nas condições definidos em estatuto.
.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§7º-A Na hipótese de garantia pelo fundo de que trata o *caput*, o pagamento de indenizações no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação – SCE utilizará, primeiro, o patrimônio do referido fundo e, quando este for insuficiente, deverá ser acessado o patrimônio do FGE.

.....

§8º-A A divisão dos prêmios de seguro entre o FGE e o fundo de que trata o *caput* levará em conta a posição de risco assumida por cada um dos fundos, observadas a modalidade e a forma de subscrição.'" (NR) [É a nova redação.]

"Art.

28.....

.....

§6º.....

.....

VII - o percentual mínimo de participação da instituição administradora no patrimônio do fundo;

VIII - os casos em que será exigida a aquisição de cotas pelas entidades envolvidas em operações que contem com garantias do fundo;

IX - os modelos operacionais e os regimes aplicáveis ao compartilhamento, à incorporação ou à transferência de riscos; e

X - as formas operacionais de subscrição de risco.

....." (NR)

Finalmente.

EMENDA Nº - CAE

(ao PL nº 5.961, de 2025)

Dê-se à ementa do PL nº 5.961, de 2025, a seguinte redação:

"Autoriza a criação do Fundo de Crédito à Exportação (FCE), destinado a ampliar o acesso ao crédito, fortalecer a competitividade internacional do Brasil e apoiar operações de pré-embarque, pós-embarque e modernização produtiva das empresas exportadoras, e altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 para adequar normas operacionais de garantia para operações de Seguro de Crédito à Exportação, e a Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 5.662, de 21 de junho de 1971, para autorizar a constituição de subsidiárias e controladas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).”

É este o relatório, Presidente, mais uma vez enaltecendo a iniciativa do Senador Fernando Farias, assegurando que o Brasil precisa ter esses mecanismos para competir num comércio internacional que vive instabilidade, que atravessa uma crise, mas que vai ser sempre cada vez mais competitivo, exigindo um arcabouço legal no nosso país capaz de nos dar condições de bem competir internacionalmente. Vivemos no ano passado o susto do tarifaço, que conseguimos superar com sensatez e com a participação do Senado, que enviou, sob a liderança da Senadora Tereza Cristina, comitiva que eu integrei para levar ao empresário americano e aos políticos dos Estados Unidos a visão brasileira da necessária previsibilidade na nossa relação comercial, no caso, com os Estados Unidos e, como regra, em relação ao mundo.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós é que agradecemos ao Senador Esperidião Amin.

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão. (*Pausa.*)

A votação será nominal. Portanto, em votação o Projeto de Lei 5.961, de 2025, de autoria do Senador Fernando Farias, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

Os Senadores que votam com o Relator – portanto, que votam favoravelmente ao relatório do Senador Esperidião Amin – votam "sim"; e os Senadores que votam contra o relatório votam "não".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Todos os Senadores que registraram presença nesta Comissão podem utilizar o aplicativo. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto nós procedemos à votação, Senadora Damares, permita-me trazer aqui algumas considerações sobre o grupo de trabalho, para evidentemente atualizar o seu funcionamento.

O grupo de trabalho criado no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal avançou, de forma significativa, ao longo de 2026, no acompanhamento da apuração de irregularidades envolvendo o Banco Master. As atividades desenvolvidas incluem oitiva de autoridades monetárias e especialistas, diligências institucionais junto a órgãos de investigação e controle, além da requisição de um amplo conjunto de documentos considerados essenciais para a compreensão das fraudes e da atuação dos entes responsáveis pela supervisão do sistema financeiro.

A agenda de trabalhos teve início em 4 de fevereiro de 2026, com a oitiva do Presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Galípolo, na primeira reunião formal do Colegiado. Na ocasião, os Parlamentares buscaram esclarecimentos sobre o processo de fiscalização conduzido pela autoridade monetária e os procedimentos que culminaram na liquidação extrajudicial do Banco Master. A audiência marcou o ponto de partida dos debates sobre eventuais falhas regulatórias e atuação preventiva do Banco Central diante das irregularidades identificadas.

Dando sequência às audiências públicas, a CAE ouviu, em 24 de fevereiro, o Presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários, João Carlos Uzeda Accioly. O depoimento concentrou-se na análise da atuação da autarquia no acompanhamento das operações do banco e no papel do mercado de capitais no contexto das fraudes investigadas.

Com o objetivo de aprofundar o aspecto técnico das investigações, o grupo de trabalho também promoveu oitivas com autoridades e especialistas da área de auditoria independente e contabilidade.

Foram ouvidos representantes do Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da própria CVM, além de um especialista do setor educacional voltado à governança corporativa.

As audiências buscaram esclarecer temas como a responsabilidade de auditores independentes, a eficácia dos controles internos das instituições financeiras e os mecanismos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detecção precoce de fraudes. Os debates reforçaram a necessidade de avaliar se houve omissão, falha técnica ou conduta irregular na atuação dos responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras do Banco Master.

Oitivas pendentes.

Parte das oitivas inicialmente previstas não chegaram, evidentemente, a ser realizadas. A audiência de Daniel Vorcaro, ex-Controlador do Banco Master, foi suspensa pelos advogados. Outros dois convites aprovados pelo Colegiado, dirigidos a Augusto Lima, ex-sócio do banco, e Paulo Henrique Costa, ex-Presidente do BRB, continuam pendentes de agendamento e ainda não resultaram na marcação desses depoimentos. Além das audiências, a CAE adotou também uma estratégia de articulação direta com órgãos do Executivo, do Judiciário e de controle, para reforçar o intercâmbio de informações e viabilizar o acesso a dados protegidos por sigilo.

Em 4 de fevereiro, os Parlamentares realizaram visita institucional ao Banco Central do Brasil, com o objetivo de obter informações complementares sobre a fiscalização e a liquidação, propriamente dita, do Banco Master. No dia 11 de fevereiro, o grupo de trabalho esteve presente no Supremo Tribunal Federal, em reunião com o então Presidente da corte, Ministro Edson Fachin. O encontro teve como foco a formalização de pedido de compartilhamento de provas e o acesso a inquérito sigiloso que investiga as fraudes do banco. Na mesma data, houve reunião com o Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, para alinhamento das investigações e troca de informações sobre operações financeiras atípicas.

O diálogo institucional foi ampliado em 26 de fevereiro, em reunião com o Ministro da Controladoria-Geral da União, Vinicius de Carvalho. O encontro buscou integrar as frentes de apuração administrativa, civil e penal relacionadas ao caso. Na oportunidade, nós solicitamos à CGU a abertura de uma auditoria na Comissão de Valores Mobiliários. A obtenção de documentos técnicos e relatórios oficiais tem sido apontada como o eixo central dos trabalhos.

O Tribunal de Contas da União encaminhou à Comissão relatórios de processos e uma auditoria específica sobre a atuação do Banco Central na liquidação do Banco Master, além de informações sobre procedimentos que levaram o órgão a realizar inspeção no próprio Banco Central. O Tribunal de Contas da União, igualmente, enviou à CAE os documentos e processos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

classificados como sigilosos pela Caixa Econômica Federal, relacionados à tentativa de aquisição de carteiras podres do BRB, conectadas com negócios do Banco Master.

A Comissão de Valores Mobiliários remeteu o Ofício nº 6/2026/CVM/PTE, contendo esclarecimento sobre as fraudes apuradas no banco.

Já o Banco Central enviou o Ofício 18022/2026-BCB/PGBC, no qual detalha processo administrativo que resultou na celebração de termo de compromisso envolvendo a autoridade monetária e o ex-Presidente da instituição.

Para sustentar juridicamente as investigações, os Senadores aprovaram um extenso conjunto de requerimentos. Entre eles, destacam-se: convocações e convites a autoridades do Banco Central, da Polícia Federal, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas da União e da CGU, além de representantes de grandes empresas de auditoria independente e ex-dirigentes do BRB.

Também foram aprovados pedidos formais de informação, solicitação de compartilhamento de dados com outras Comissões Parlamentares de investigação e deliberações internas, como inclusão de cronograma no plano de trabalho e ajustes no escopo de determinados requerimentos.

Com a consolidação das oitivas, visitas técnicas e documentos recebidos, o grupo de trabalho da CAE busca construir um diagnóstico robusto sobre o caso do Banco Master, identificar responsabilidades institucionais e individuais e avaliar possíveis aprimoramentos na regulação e na fiscalização do sistema financeiro.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Trabalhamos, hein! (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Temos 12 Senadores que já votaram, ainda faltam 2 Senadores.

Hoje, se concluirmos essa deliberação, teremos deliberado sobre duas matérias importantes, fundamentais. Nós, desde o início, estamos fazendo aqui um esforço muito grande para não atentarmos, todos os dias, contra o equilíbrio fiscal, porque praticamente mais de 90%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de todas as matérias que tramitam aqui na Comissão de Assuntos Econômicos têm impacto fiscal. Então, desde o primeiro momento, nós fizemos uma opção e estamos priorizando, no dia a dia, exatamente aquelas matérias que melhoram efetivamente o ambiente de negócio.

Não tem sido fácil...

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não tem sido, Presidente. (*Risos.*)

Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra a Senadora Damares Alves.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Enquanto nossos colegas votam, eu só queria acrescentar ao relatório que o senhor leu do grupo de trabalho o empenho dos nossos consultores do Senado, de todo o corpo técnico que está acompanhando o grupo de trabalho, e das assessorias de gabinete.

Sem barulho, sem confusão, sem politicagem, sem espetáculo, a gente vai entregar, nesta Comissão, Presidente, um relatório maravilhoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Vamos, sim.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E eu acredito que a gente vai fazer mais que dez CPIs juntas...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos, sim.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... por tudo que a gente está reunindo no grupo de trabalho.

Como está difícil, Sr. Presidente, a gente reunir muitos votos hoje – esse é o problema de a gente estar *online*, é difícil, às vezes a pessoa está num lugar em que não consegue conectar –, eu ia pedir para a gente voltar ao item 4 também, de que já foi lido o relatório, mas acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não vai ser possível a gente fazer um outro nominal, né? O Conselho Federal de Veterinária está aqui, inclusive, vieram acompanhar.

Dá tempo para... Dá para a gente insistir? (*Pausa.*)

É terminativo? Não sei se a gente consegue...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos votar. (*Pausa.*)

Estamos aguardando a participação, na votação, do Senador Omar Aziz, 14 Senadores já votaram.

Já atingimos? (*Pausa.*)

Portanto, já atingimos o quórum, o que significa dizer que nós vamos poder, sim, como pede a Senadora Damares, apreciar o próximo item da pauta. (*Pausa.*)

O Senador Alessandro Vieira também vai votar agora. (*Pausa.*)

O Senador Omar já votou e o Senador Alessandro está votando.

Eu queria, mais uma vez, lembrar aos Srs. Senadores, sobretudo aqueles que registraram presença nesta Comissão, que nós vamos ter ainda uma outra votação nominal.

Claudinha... (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Votaram 15 SIM (*Fora do microfone.*), 1 NÃO.

Nenhuma abstenção.

Estão, portanto, aprovados o projeto e as Emendas nºs 2 a 5 da CAE.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Último item.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 2349, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Autoriza o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) a criar uma Caixa de Assistência dos Profissionais de Medicina Veterinária e de Zootecnia.*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

**Relatoria:** Senador Laércio Oliveira

**Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada.

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.*

O relatório já foi lido e discutido aqui nesta Comissão.

Continua a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir mais a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Em votação o Projeto de Lei 2.349, de 2024, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Laércio Oliveira.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Os Senadores já podem votar.

Quem vota com o Relator Laércio Oliveira vota "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós encerramos há pouco uma votação nominal e estamos fazendo a última votação nominal deste dia.

O Senador Wellington Fagundes, autor do projeto, deseja falar?

Com a palavra V. Exa. (*Pausa.*)

Autoriza o Conselho Federal de Medicina Veterinária a criar uma caixa de assistência dos profissionais de medicina veterinária e de zootecnia.

Nós registramos, com muita satisfação, aqui na Comissão, a presença de representantes de profissionais de medicina veterinária. É uma honra tê-los aqui. (*Pausa.*)

Sete Senadores já votaram. É importante a participação de todos.

Nós estamos realizando a última votação, apreciando o Projeto 2.349, do Senador Wellington Fagundes, que teve como Relator o Senador Laércio Oliveira.

O parecer de Relator é pela aprovação.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Alô, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Wellington, agora sim, com a palavra.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer...

Desliga aqui. Está dando eco... Só um pouquinho.

Agora sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Estamos o ouvindo muito bem.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, este projeto é de suma importância para os profissionais da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicina veterinária e da zootecnia. Por isso, eu quero dizer do papel estratégico dessas duas profissões na saúde pública e também na segurança alimentar e no agronegócio.

Este projeto autoriza, então, o Conselho Federal de Medicina Veterinária a criar uma caixa de assistência voltada aos profissionais da medicina veterinária e zootecnia. E, Sr. Presidente, ele responde também a uma demanda histórica dessa categoria.

Eu quero aí me congratular também com a Presidente Ana Elisa, que se faz presente, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, e o Igor Andrade, que, na realidade, ocupa o cargo de Superintendente.

Hoje, grande parte dos profissionais atua como autônomo no Brasil como um todo. Então, a ausência de proteção trabalhista e previdenciária é extremamente grave para esses profissionais. Portanto, faltam mecanismos legais para a assistência direta pelo sistema Conselho Federal, o CFMV. (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Dez Senadores já votaram.

Eu peço a participação de todos para que nós possamos encerrar a votação.

Os Senadores que registraram presença podem votar pelos aplicativos. (*Pausa.*)

Senador Wellington.

Doze Senadores já votaram. (*Pausa.*)

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa., Wellington.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Nós estamos com muito problema aqui no áudio, mas eu me congratulo com a nossa Presidente, Dra. Ana Elisa. Com certeza esse projeto vai trazer uma nova oportunidade de também segurança do trabalho para todos esses profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço muito ao Relator por esse relatório extremamente competente e a V. Exa., por colocar também esse projeto em pauta.

Deixo aqui o meu abraço a todos os profissionais da medicina veterinária e também zootecnistas do Brasil como um todo.

Muito obrigado a todos que votaram. Temos certeza de que vamos ter a aprovação desse projeto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Um abraço. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores podem votar. Nós ainda precisamos da participação de dois Senadores. (*Pausa.*)

Senador Omar. (*Pausa.*)

Senador Jayme Campos. (*Pausa.*)

Senador Kajuru, Senador Omar, Senador Nelsinho, Senador Fernando Dueire, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha, Senador Wilder Morais, Senadora Teresa Leitão. (*Pausa.*)

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – SIM, 13; NÃO, nenhum voto "não".

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o projeto – e a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Camilo Santana, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda da Senadora Zenaide Maia, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Plínio Valério, Irajá, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2735, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Incentivo ao Esporte), para permitir que as pessoas jurídicas de direito privado com fins econômicos atuem como proponentes de projetos esportivos." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 128, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para destinar recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) à formação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à capacitação continuada dos servidores do sistema penitenciário nacional e dos policiais penais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 150, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) no Sistema Nacional do Desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar à CBDS recursos de loterias de prognósticos numéricos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto com quatro emendas de sua apresentadas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 4 - CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2091, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para tipificar novos crimes cometidos no mercado de valores mobiliários." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAE (substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4490, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para permitir que parte dos recursos provenientes de multas ambientais possam ser destinados para o acolhimento, tratamento, proteção, manejo e controle populacional de animais domésticos e domesticados que foram abandonados." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1951, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração comercial de áreas de lançamentos de foguetes, veículos espaciais e afins em seus respectivos territórios, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e de uma emenda apresentada, com o acolhimento da Emenda nº 1–CCJ como subemenda, e pela rejeição da Emenda nº 2 – CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1130, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a destinação de parte da arrecadação das loterias esportivas para o financiamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CDH. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 CDH/CAE. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 59, de 2026** que: "Solicitação de informações e documentos referente às auditorias realizadas pelo Ministério da Previdência social, no âmbito dos fundos de previdências de Estados e Municípios, relacionados a negócios com o Banco Master." **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Renan Calheiros**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/12

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de maio de 2026.

Eu comunico às Senadoras e aos Senadores que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Ofícios nºs 16.508 e 16.511/2026, do Banco Central do Brasil; Ofício 070/2026, do Gabinete do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Os documentos, nos termos da Resolução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que no dia 19 de maio de 2026 será realizada aqui, no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, audiência pública com a presença do Presidente do Banco Central, nos termos da Lei Complementar 179/2021. Lembro apenas que o Presidente do Banco Central já esteve aqui nesta Comissão neste ano e que a sua volta é fundamental para que nós possamos atualizar não só os fatos da investigação com relação à fraude do Master, mas também para cobrar providências do Banco Central com relação ao BRB, de Brasília. Pelo visto, o Banco Central está cometendo com relação ao BRB, de Brasília, os mesmos erros que cometeu com relação à liquidação do Banco Master. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liquidação do Master demorou muito – muito –, e hoje se sabe que três diretores do Banco Central já foram afastados por envolvimentos com o Banco Master. Três diretores já foram afastados. Então, ao que parece, o Presidente Galípolo e sua diretoria estão cometendo, com relação ao BRB, de Brasília, os mesmos erros que o Banco Central cometeu com relação ao Master.

O Presidente do Banco Central também mandou, a pedido desta Comissão, uma cópia do processo de leniência que o Banco Central fez em favor do ex-Presidente do Banco Central Roberto Campos Neto. Nós havíamos perguntado, e a Comissão pediu uma cópia desse termo de compromisso, desse acordo de leniência que o Banco Central fez com o ex-Presidente Roberto Campos Neto.

Nós vamos separar a reunião em duas partes. Vamos tratar nessa primeira parte, rapidamente, do acompanhamento que a Comissão faz das investigações do Banco Master. No âmbito dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, só um lembrete, voltados ao acompanhamento da investigação envolvendo o Banco Master, lembramos que apresentamos, neste ano de 2026, um conjunto de projetos que busca fortalecer a integridade, a transparência e a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. Essas proposições seguem uma linha coerente de atuação voltada à ampliação dos mecanismos de supervisão prudencial, ao fortalecimento da responsabilização de agentes financeiros e ao endurecimento do combate às fraudes no mercado de capitais.

O nosso objetivo, aqui nesta Comissão, é responder às preocupações que emergiram no âmbito da CAE sobre riscos sistêmicos, governança bancária e proteção dos investidores.

O PL 1.141 altera a Lei 6.385, para disciplinar a oferta pública de títulos cambiais de responsabilidade de instituições financeiras e estabelecer deveres fiduciários aos integrantes do sistema de distribuição. A proposta busca enfrentar um problema histórico do mercado financeiro brasileiro: a assimetria de informações entre emissores, intermediários e investidores. Ao estabelecer deveres fiduciários explícitos, pretendemos aproximar o Brasil das melhores práticas internacionais de *compliance* e de proteção do investidor.

Também apresentamos o PL 1.335, que altera o Código Penal e a Lei 7.492, para tornar mais eficiente a dissuasão de grandes fraudes cometidas no mercado financeiro e de capitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos fortalecer os instrumentos de responsabilização diante da crescente sofisticação das operações financeiras e dos riscos associados a práticas abusivas no sistema.

Já o PLP 30/2026, apresentado também nesta Comissão, disciplina o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), estabelece medidas prudenciais preventivas contra a alavancagem excessiva com base no FGC e disciplina a qualidade do capital regulamentar das instituições financeiras. O objetivo é fortalecer a estabilidade sistêmica e prevenir distorções concorrenciais e incentivos inadequados no setor bancário.

Eu quero anunciar também que, neste dia, 12 de maio, a Comissão terá uma reunião com o Subprocurador-Geral do Tribunal de Contas da União, Dr. Lucas Furtado – esta reunião foi sugerida pela nossa querida Senadora Damares Alves –, para colher, junto ao Procurador do Tribunal de Contas, mais informações sobre os negócios do Banco Master e sobre os procedimentos de supervisão exercidos pelo Banco Central do Brasil nessa fraude contra o Sistema Financeiro Nacional.

Amanhã também estaremos em audiência pública com o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, a convite de S. Exa., para discutirmos alternativas institucionais para o aperfeiçoamento da atuação da Comissão de Valores Mobiliários. Esse tema já foi, inclusive, objeto de audiência pública aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, especialmente no que diz respeito à capacidade de fiscalização e à efetividade regulatória da CVM diante da crescente complexidade do mercado financeiro e de capitais.

Além disso, registro também que, na última semana, encaminhamos ao Ministério da Previdência Social requerimento de informações sobre acesso às auditorias realizadas pela pasta em operações, contratos e investimentos dos fundos de previdência dos estados e municípios relacionados direta ou indiretamente a negócios do Banco Master. Precisamos verificar, portanto, qual foi a exposição dos recursos previdenciários subnacionais às estruturas financeiras fraudulentas e criminosas.

Por que esse requerimento? Porque nós fomos informados – e confesso que eu não tinha ideia da exata dimensão – de que a maior aplicação de dinheiro de fundo previdenciário de um órgão que se chama Iprev foi da Prefeitura de Maceió: R$117 milhões aplicados no Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Master, sem garantia nenhuma, em busca de 140% do CDI. A gravidade é tão grande que, no Iprev Maceió, não houve sequer a decisão do Conselho do Iprev.

As assinaturas arregimentadas foram fraudadas e assinaram a autorização pessoas que não eram nem do conselho, foram R$117 milhões. Maceió é a única capital que fez aporte em letras financeiras do Master, a única capital, e é o município com maior volume, R$117 milhões. E soube também que, no combo, no pacote, a Prefeitura de Maceió ainda vendeu ao Banco de Brasília a folha de pessoal – ao BRB. Então, é uma coisa gravíssima sob qualquer aspecto, sob qualquer aspecto. Minha solidariedade, portanto, aos aposentados e pensionistas da Prefeitura de Maceió, vítimas aí dessa negociata, dessa fraude brutal do Instituto de Previdência dos servidores, através da Prefeitura de Maceió, com o Banco Master e, na sequência, com o BRB.

Um outro fato que eu acho gritante e é o mais grave de que se tem conhecimento, muito mais grave do que os fatos verificados pela Polícia Federal e pelo Supremo Tribunal na semana que passou, é que, lamentavelmente, há uma outra emenda. Há uma outra emenda, desta vez aprovada, que foi proposta pelo Presidente da Câmara dos Deputados para obrigar que fundos de previdência e fundos de pensão aportassem percentualmente dinheiro desses fundos no Banco Master – no Banco Master. Esse fato é mais grave do que o fato da semana passada, porque essa emenda foi aprovada e foi sancionada. E a cunhada do Presidente da Câmara dos Deputados recebeu R$140 milhões do Banco Master a pretexto de um empréstimo que venceu, nunca foi cobrado e nunca teve nenhuma parcela paga.

Então, a crise do Master está escalando e vai escalar cada vez mais, porque a cada dia nós temos notícia de envolvimento de novas pessoas e com casos mais escabrosos do que os casos anteriormente conhecidos.

Eu queria votar o requerimento de informação, o Requerimento 59.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 8**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 59, DE 2026**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Solicitação de informações e documentos referente às auditorias realizadas pelo Ministério da Previdência social, no âmbito dos fundos de previdências de Estados e Municípios, relacionados a negócios com o Banco Master.*

**Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

**Observações:**

*Aprovada*

Ele pede que sejam encaminhadas à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, pelo Sr. Ministro da Previdência Social, todas as informações e documentos referentes a auditorias realizadas por essa pasta no âmbito dos fundos de previdência.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora vamos à nossa pauta.

Item 3 da pauta.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 150, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) no Sistema Nacional do Desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar à CBDS recursos de loterias de prognósticos numéricos.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Leila Barros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Favorável ao projeto com quatro emendas de sua apresentadas.

**Observações:**

*A matéria será apreciada pela CDH e pela CEsp.*

Portanto, eu concedo a palavra à Senadora Leila para a leitura do seu relatório.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente Renan Calheiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

Bom dia para o senhor, o Senador Mourão, o Senador Wilder Morais, a Senadora Tereza Cristina, colega de bancada, assim como a Senadora Damares e o Senador Laércio.

Se o senhor me permitir, rapidamente, só quero fazer um comentário sobre a situação do BRB e o Banco Central. Primeiro, há falta de transparência nas auditorias. A Damares está aqui do meu lado, e a gente sabe o tanto que a gente tem provocado a transparência nesse processo todo, principalmente com o Banco Regional de Brasília, porque a gente não consegue acesso a nada.

Bom, a última notícia, só para atualizar os colegas: quinta-feira agora, a Governadora Celina Leão estará com o Secretário de Economia junto com o Galípolo. Vai ser um ótimo momento, na próxima semana, para questionarmos o Presidente Galípolo sobre o teor da reunião e quais foram os encaminhamentos, porque – eu concordo com o senhor – a situação está bem morosa, mas pior do que a morosidade, porque nós estamos falando de mais de 3 mil funcionários, servidores do BRB... Mais de 3 mil não, mais de 4 mil, fora todos os programas que nós temos ali, que é o próprio banco que executa, e financiamentos, enfim, está tudo interrompido, todos os pagamentos interrompidos, o banco está praticamente inativo. E a gente tem a mesma preocupação que o senhor com a questão da morosidade e para que haja uma solução, porque nós representamos o Distrito Federal, somos Senadores do Distrito Federal e somos questionados diariamente. E a nossa angústia é muito grande, porque nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando de um banco que era, para o desenvolvimento do Distrito Federal, um banco de mais de 60 anos, um banco que sempre esteve no azul, e, pela ganância, pelas negociatas de um Governo irresponsável e incompetente, nós estamos vendo o BRB absolutamente envolvido nesse crime financeiro.

E espero que a justiça seja feita – ela também está morosa, a Justiça. Quero declarar aqui a minha indignação com relação à morosidade, porque tem muita gente aí... Por muito menos, nós vimos Governadores afastados de outros estados, e a gente segue aqui esperando uma posição com relação à Justiça, aos que estão ainda no poder, trabalhando, dizendo que não têm culpa. É impossível – impossível –, sendo acionista majoritário, quem indica o Presidente da instituição, estar ainda fazendo campanha e dizendo que não tem nenhum tipo de envolvimento.

Desculpe, Sr. Presidente, a minha indignação, mas está demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Esse esquema, Senadora Leila, era gigantesco e envolvia quatro bancos: Master, Caixa Econômica Federal – o Vice-Presidente da Caixa foi nomeado do próprio Banco Master para a Caixa Econômica Federal –, BRB, de Brasília, e Banco Central, que já tem três diretores, ex-diretores envolvidos diretamente com a fraude, com o crime contra o sistema financeiro. Então, esse era um esquema gigantesco – gigantesco. Até outro dia, a Caixa Econômica estava de novo tentando comprar o BRB – até outro dia.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É estarrecedor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É estarrecedor.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Estamos todos aqui estarrecidos, mas o que nós queremos é que a Justiça cumpra o seu papel. Independentemente de ser ano eleitoral – todos insistem em falar "É ano eleitoral, vamos preservar" –, não temos que preservar ninguém, porque nós estamos falando de aposentados, nós estamos falando de instituições sérias que se envolveram nessa lambança – eu falo do BRB –, tem servidores por trás, enfim, e tem políticos que ainda dizem que não sabem passar Pix, que não estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvidos nesse escândalo absurdo e que estão fazendo campanha dizendo que não tem nada a ver com isso. A Justiça precisa valer nessa situação.

É isso, Sr. Presidente. Desculpe-me o desabafo. Sei que a minha fala a Senadora Damares endossa. O Senador Izalci e todos os colegas também que estão acompanhando aqui estão estarrecidos com a situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Minha solidariedade a você, Leila.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo mais quem queira...

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu ainda vou ler. Desculpe-me, Sr. Presidente. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Porque eu prestei...

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Olhe, é tanta confusão aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu prestei tanta atenção no que você estava dizendo que eu achei que era o relatório. (*Risos.*)

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Olhe, é tanta angústia, é essa geopolítica mundial, é a eleição no Brasil, essa polarização, enfim, é BRB, Master, esquema financeiro, realmente isso nos deixa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É, vamos embora. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, se os colegas me permitirem, eu vou para a análise, então, Sr. Presidente, para sermos mais céleres.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Leila.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias.

Com efeito, a proposição não cria despesa pública nem amplia a carga fiscal, limitando-se apenas a redistribuir, em percentual mínimo, os recursos já vinculados à arrecadação das loterias de prognósticos numéricos. A destinação de 0,01% à Confederação Brasileira de Desporto de Surdos representa ajuste marginal na composição dos repasses, sem repercussões negativas para o equilíbrio orçamentário, já conversado e alinhado, do Ministério do Esporte ou das demais entidades beneficiárias.

Além disso, a inclusão da CBDS no rol de destinatários fortalece a racionalidade distributiva do marco legal vigente. Trata-se de medida que amplia a eficiência alocativa dos recursos públicos, que são os recursos da loteria, pessoal, permitindo que um segmento historicamente excluído do financiamento estatal, a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos, passe a contar com fluxo contínuo e previsível de receita.

Do ponto de vista da gestão financeira, o PL também aprimora os mecanismos de controle e transparência. Ao submeter a CBDS ao mesmo regime de aplicação integral dos recursos em programas de fomento e à fiscalização do Tribunal de Contas da União.

A medida também está alinhada a boas práticas internacionais de financiamento do esporte adaptado e inclusivo, que recomendam a diversificação das fontes de recursos e a redução de barreiras estruturais ao desenvolvimento dessas modalidades. A ausência de financiamento recorrente constitui, hoje, o principal obstáculo para a consolidação do esporte de surdos no Brasil, gerando impactos econômicos negativos, como a dificuldade de estruturar programas de formação, participação em competições e suporte técnico continuado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No contexto, lembro outra medida importante de apoio ao esporte surdolímpico, que contemplamos durante a tramitação do PLS 68, de 2017, a Lei Geral do Esporte, que culminou na aprovação de tal lei. Como Relatora desse projeto, acatei uma emenda da Senadora Mara Gabrilli, a fim de incluir os atletas de modalidades surdolímpicas como beneficiários do Programa Bolsa Atleta.

Temos, no entanto, alguns ajustes a fazer. O PL busca incluir a CBDS no Sistema Nacional do Desporto, por meio da alteração nos arts. 13 e 14 da Lei Pelé. Ocorre que essa matéria referente ao Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) foi disciplinada pela Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte – LGE), a qual acabou por revogar, nessa parte, a disposição da Lei Pelé.

De fato, a Lei Geral do Esporte, ao tratar sobre a composição do Sinesp, prevê, em seu art. 14, que "o Sinesp é integrado pela União e pelos outros entes federativos que a ele aderirem, bem como pelos respectivos conselhos e fundos de esporte e pelas organizações que atuam na área esportiva, de modo a formar subsistemas de acordo com cada nível de prática esportiva". Ou seja, sob a luz do referido dispositivo, a CBDS, por ser organização que atua na área esportiva, já faz parte do Sinesp.

Não obstante, propomos a inclusão da CBDS no rol de entidades elencadas no art. 29-A da Lei Geral do Esporte, que trata dos subsistemas esportivos privados. Assim, confere-se maior precisão normativa e visibilidade institucional à entidade, alinhando-se o texto legal à sua efetiva atuação e interlocução com o movimento surdolímpico e reforçando sua posição no arranjo organizacional esportivo brasileiro.

Ademais, para que a projetada lei possa cumprir sua função, é necessário alterar o inciso I do §2º do art. 16 da Lei nº 13.756, de 2018, uma vez que este é o dispositivo vigente enquanto não for constatado o início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na conta única do Tesouro Nacional, conforme disposto no §2º do art. 21 da referida norma.

Assim, propusemos emendas de redação para concretizar os ajustes mencionados acima, assegurando a adequada compatibilização do projeto com o ordenamento jurídico vigente, em especial com a Lei Geral do Esporte e com a disciplina atual das receitas lotéricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 150, de 2021, com quatro emendas de redação que apresentamos e que estão inseridas, Sr. Presidente, no projeto que apresentamos através da leitura desse relatório.

Mais uma vez, Sr. Presidente, só reforçando, nós estamos fazendo justiça agora com o Movimento Surdolímpico do nosso país, inserindo a instituição no Sistema Nacional do Desporto, também com a possibilidade, através da arrecadação das loterias destinadas ao Ministério do Esporte, já acordado com a entidade, com o Ministério, do recurso de 0,01% destinado ao esporte surdolímpico do nosso país. É isso. E fico muito feliz de ser a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo quem queira discutir, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que apoiam o relatório da Senadora Leila permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. (*Pausa.*)

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 2091, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para tipificar novos crimes cometidos no mercado de valores mobiliários.*

**Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE)

**Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães

**Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**

*1. A matéria será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa.*

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães.

Com a palavra, Oriovisto.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estou aqui acompanhando a sessão. Acompanhei as suas palavras iniciais, muito oportunas, sobre todos os grandes problemas que estamos vivendo no presente momento. E, coincidentemente, esse projeto trata de criar novos mecanismos de controle do mercado mobiliário. Portanto, um projeto oportuno, mas cujos relatório e análise, Sr. Presidente, vão para mais de oito páginas, quase dez páginas. Então, eu peço permissão para fazer um breve resumo oral aqui, explicando as coisas, e, se ainda depois da minha explicação persistirem dúvidas, eu lerei em detalhes aquilo que for necessário.

Bom, esclarecendo, esse projeto é o Projeto de Lei nº 2.091, de 2023, da Senadora Augusta Brito, que altera a Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para tipificar novos crimes cometidos no mercado de valores mobiliários.

Como disse, vou fazer um resumo oral, então.

Ele surgiu na esteira do escândalo das Lojas Americanas, no sentido de criar novos instrumentos para que possam ser melhor controladas essas fraudes como as das Lojas Americanas.

No seu art. 1º, ele acresce cinco novos tipos penais ao rol dos três já existentes no Capítulo VII-B da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976 – Dos Crimes Contra o Mercado de Capitais –, e que hoje correspondem aos arts. de 27-C a 27-E daquela lei.

Esses novos artigos visam a incluir no ordenamento jurídico os seguintes tipos penais:

Art. 27-F: Indução a erro no mercado de capitais;

Art. 27-G: Fraude contábil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 27-H: Influência imprópria;

Art. 27-I: Falsidade ideológica em manifestação;

Art. 27-J: Administração infiel.

Com a assessoria da Senadora proponente, a Senadora Augusta Brito, nós fizemos uma profunda análise dessas propostas e concluímos, Sr. Presidente, que é preciso que essa legislação seja muito objetiva, até porque, nesse mercado de ações, é impossível a qualquer administrador garantir resultados. É sempre uma dúvida, mercado de ações você pode ganhar e você pode perder no Brasil ou em qualquer lugar do mundo. Não há como nenhum administrador garantir o lucro certo, não é? Aliás, o que torna o capitalismo ético é exatamente a existência do risco, sem isso não é possível.

Então, nós precisamos tomar muito cuidado na tipificação desses crimes para não criar insegurança jurídica e para não criar mais ilusão ainda para o aplicador. Então, em vez de colocar cinco desses crimes, nós fizemos uma análise item por item, concluímos que alguns deles já existiam tipificados em outras leis e, portanto, era chover no molhado, eram desnecessários; e outros se revelavam inconsistentes, seria impossível aplicá-los em função da interpretação, em função da subjetividade.

De tal forma, Sr. Presidente, para acolher o projeto, que é meritório, nós precisamos aprimorar esses instrumentos, nós fizemos, então, um substitutivo, sempre em comum acordo com a assessoria e com a própria autora do projeto original.

Se me permitir, Sr. Presidente, eu vou direto à leitura desse substitutivo, porque, por si só, ele já é bastante claro e já é o voto – e já é o voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 2.091, de 2023, na forma do substitutivo abaixo.

Eu vou ler, então, o substitutivo, que diz assim:

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)
(ao PL nº 2091, de 2023)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para tipificar novos crimes cometidos no mercado de valores mobiliários.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a viger acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 27-G Fraudar a contabilidade ou fornecer documentos falsos a auditoria independente, inserindo operações inexistentes, dados inexatos ou não incluindo operações efetivamente realizadas:

Então, é uma tipificação muito objetiva e muito clara.

Pena - reclusão, 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Art. 27-H. O juiz, considerando a magnitude dos prejuízos causados, a vantagem ilícita auferida, o grau de abalo da confiança depositada no sistema financeiro nacional ou a pluralidade de vítimas, poderá aumentar as penas previstas neste Capítulo de metade até o dobro. [Então, a critério do juiz.]

Parágrafo único. Nos casos de reincidência, as penas podem ser fixadas até o triplo.

Art. 27-I. São efeitos da condenação por crime previsto neste Capítulo:

I – a inabilitação para o exercício de atividade empresarial;

II – o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, conselho fiscal, diretoria ou gerência;

III – a impossibilidade de gerir empresa por mandato ou por gestão de negócio.

§ 1º Os efeitos de que trata este artigo deverão ser motivadamente declarados na sentença.

§ 2º Transitada em julgado a sentença penal condenatória, será notificado o Registro Público de Empresas Mercantis."

Art. 2º. O art. 6º, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Induzir ou manter em erro, sócio, acionista, investidor ou repartição pública competente, relativamente a operação ou situação financeira, contábil, ou patrimonial da sociedade, sonegando-lhe informação ou prestando-a falsamente:

Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa." (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 3º. Fica revogado o art. 27-F da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação."

Sr. Presidente, eu ainda acrescento que esse projeto, aprovado na CAE, deverá passar ainda pela CCJ. Então, isso é importante dizer, porque, se houver alguma questão de cunho meramente jurídico, poderá ser resolvida naquela Comissão.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório apresentado pelo Senador Oriovisto Guimarães permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Wilder Morais, com a palavra V. Exa.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Presidente, nós tivemos uma reunião, há duas, três semanas, acompanhada pelo senhor, pela Tereza Cristina, pela Damares e pelo Luis Carlos Heinze, com relação ao Projeto 5.122, que autoriza a utilização dos fundos sociais, igual se trata na lei, para que a gente possa ajudar os nossos produtores rurais do nosso Estado de Goiás.

E aqui, neste momento, representando o Estado de Goiás, está o Luciano, está o Félix, presidentes de sindicato, e V. Exa. participou desta reunião com o nosso Presidente Davi, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento lá também com o Secretário da Fazenda. E nós estamos aqui ansiosos para que a gente possa colocar isso aqui em votação. Gostaria de ouvir de V. Exa. o trâmite desse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria, atendendo especificamente ao nosso querido Senador Wilder Morais, comunicar que hoje eu e a Senadora Tereza – e todos os Senadores e Senadoras estão convidados – teremos mais uma reunião com o Ministro da Fazenda, Dario Durigan. Nós estamos tratando do projeto. A Senadora Tereza propôs que nós escalássemos assessores do Legislativo e assessores do Ministério da Fazenda. Eles já conversaram bastante e hoje nós vamos bater o martelo. O Governo fez uma contraproposta, ampliou recentemente a contraproposta, e eu queria combinar com os Senadores e com as Senadoras para nós marcarmos uma reunião extraordinária para amanhã, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, para que definitivamente nós possamos votar a matéria que veio da Câmara dos Deputados, o Projeto 5.122.

E eu estou... Peço até permissão à Senadora Tereza Cristina, que tem ajudado sobremaneira aí na tentativa de se encontrar uma rápida solução, eu confesso que, para nós não perdermos a disposição que o Governo está demonstrando de apresentar também, do ponto de vista dele, modelos de refinanciamento de suas dívidas, Ministra Tereza, penso que nós possamos fazer uma coisa ampla. Nós podemos incluir essa proposta do Governo no projeto, separar e aprovar o Projeto de Lei 5.122 na forma em que ele veio da Câmara dos Deputados. Aí nós não perderíamos tempo. Nós incluiríamos a proposta do Governo no projeto e mandaríamos os dois para a Câmara dos Deputados. Acho que essa é a melhor solução. (*Palmas.*)

E votamos amanhã aqui na Comissão, fazemos uma reunião unicamente para isso.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Obrigado, Presidente. Esclarecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E quero publicamente, mais uma vez, agradecer a disposição do Ministro da Fazenda, que tem, em reiteradas conversas, demonstrado que quer realmente encontrar uma solução para a reestruturação dessas dívidas agrícolas, que angustiam os produtores de norte a sul do Brasil. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultura brasileira, o campo brasileiro está vivendo, como diz a Ministra Tereza, uma crise única, perfeita...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, é. Perfeita, porque compatibiliza problemas climáticos com problemas macroeconômicos, guerras, câmbio baixo, mercado reduzido, juros altíssimos, quer dizer, hoje as pessoas, regra geral, não têm mais financiamento novo porque não têm garantia. As suas garantias foram comidas pela remuneração desses juros absurdos. Então, nós estamos trabalhando.

Mais uma vez, eu agradeço a participação do Senador Wilder. O Laércio, há pouco, me falava aqui sobre esse problema. A Damares tem acompanhado e a Senadora Tereza Cristina tem nos conduzido com relação a essa conversação e negociação.

Último item da pauta. (*Pausa.*)

Wilder, para amanhã, já está convocada reunião. Faremos isso e teremos – todos estão convidados –, às 14h30, essa nova conversa com o Ministro da Fazenda.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Renan?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Tereza.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Só complementando: também, às 17h30, o Ministro da Agricultura. Temos que entregar para ele a proposta que nós vamos trazer aqui amanhã.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP - RS) – Senadora, não podemos deixar passar este momento, primeiro, agradecendo a sua disposição, como Presidente da CAE, de relatar esse projeto e também a competência de buscar dos Senadores apoio, da Senadora Tereza Cristina, do Senador Mourão, dos demais Senadores, do Heinze, que não está aqui neste momento, mas o conjunto de Senadores.

Nós, na Câmara dos Deputados, aprovamos com ampla maioria o projeto. O projeto está sendo melhorado. E esse diálogo que o senhor abriu com o Governo se faz necessário por conta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ser autorizativo para nós, definitivamente, termos um projeto que alonga a dívida dos produtores, que o produtor vai pagar, e precisa de mais safras para pagar.

Estão aqui todas as entidades – só vou fazer o registro rápido – de produtores de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, está todo o Brasil aqui, Fetag –, está aqui o Presidente dela no Rio Grande do Sul –; da Aper, a Presidente; Farsul, SOS Agro, Securitização Já. Estão todos em Brasília justamente. E essa data, essa disposição... Então, a gente só tem de agradecer esse empenho e buscar uma solução para dar dignidade aos agricultores brasileiros e aos agricultores gaúchos com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço muito. Sejam todos bem-vindos.

Último... Ainda temos dois projetos. Este penúltimo é o item 5.

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI Nº 4490, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para permitir que parte dos recursos provenientes de multas ambientais possam ser destinados para o acolhimento, tratamento, proteção, manejo e controle populacional de animais domésticos e domesticados que foram abandonados.*

**Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

**Relatoria:** Senadora Tereza Cristina

**Relatório:** Favorável ao projeto.

**Observações:**

*1. A matéria será apreciada pela CMA, em decisão terminativa.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto é de autoria do Senador Jader Barbalho e tem como Relatora a Senadora Professora Dorinha Seabra.

Eu pediria à nossa Senadora Tereza Cristina que, por favor, nos ajude com o parecer *ad hoc,* para que nós possamos avançar na apreciação dessa matéria.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senador Renan. Eu é que agradeço.

Eu vou pedir aos colegas e ao Presidente da Comissão para ir direto à análise.

Considerando que o despacho inicial da Presidência submete a proposição à análise em caráter terminativo pela Comissão de Meio Ambiente, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos examinar exclusivamente as questões relativas às finanças públicas, nos termos do art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal. A avaliação relativa ao mérito, à constitucionalidade, à juridicidade, à técnica legislativa e à observância das regras regimentais caberá à Comissão de Meio Ambiente.

Do ponto de vista da Lei Complementar nº 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal ou LRF, não há renúncia de receita nem criação de despesa obrigatória. A proposição não concede nem amplia incentivo de natureza tributária, de forma que não se aplica o disposto no art. 14 da LRF. Também não acarreta aumento de despesa, de forma que conflita com o disposto no art. 16 da LRF.

É importante entender as razões pelas quais a proposição, se aprovada, não aumentará a despesa pública. Em primeiro lugar, nenhuma autorização de gasto é feita por meio da proposição, que se limita a oferecer a possibilidade de utilizar recursos de multas às ações que menciona. Esses recursos já são fonte para outras ações governamentais, de forma que caberá ao processo orçamentário decidir em que medida cada um dos objetivos concorrentes será contemplado com as receitas arrecadadas. Qualquer despesa que for realizada para a proteção dos animais abandonados com os recursos das multas ambientais será obrigatoriamente compensada pela redução das demais despesas atualmente financiadas com esses mesmos recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelas mesmas razões, também não se aplica ao caso o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que exige a estimativa de impacto orçamentário e financeiro de proposições que criem ou alterem despesas obrigatórias ou concedam renúncias de receitas.

Em suma, a proposição não viola as regras fiscais vigentes e não onera o orçamento público, razão pela qual não vislumbramos óbices à sua conversão em lei.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.490, de 2025.

Era esse o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu concedo a palavra ao nosso querido Senador Esperidião Amin.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu não quero perturbar a votação desta matéria. Eu desejo fazer a minha intervenção sobre dois outros pontos, então eu lhe pediria que votássemos essa matéria – e eu concordo com ela – e logo depois o senhor me concede a palavra.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

Continua a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação também será simbólica.

Em votação, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório da Senadora Professora Dorinha, lido pela Senadora Tereza Cristina, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

Senador Esperidião Amin, com a palavra, Excelência.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – É para fazer dois comentários.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Primeiro, a respeito da audiência com o Ministro Gilmar Mendes, para que tratemos do projeto ou das providências para que a Comissão de Valores Mobiliários tenha a sua responsabilidade a respeito de fundos no mínimo compartilhada com o Banco Central, eu acho que seria importante que a nossa Consultoria Legislativa apurasse o que já foi recolhido como sugestões.

Nós tivemos, inclusive, uma audiência pública, no âmbito da CAE, a respeito do assunto, e eu creio que nós já temos suficientes informações para iniciar a proposta de modificação dessa tutela que a CVM tem sobre fundos, centenas deles, e muitos deles, os fundos autônomos – isso foi debatido aqui –, que são verdadeiras casas da moeda; ou seja, eles têm a capacidade de imprimir dinheiro, de emitir moeda, sem a responsabilidade de tutelar ou garantir a veracidade, ou seja, a conformidade com a realidade da sua valorização do montante do capital ou dos ativos deste fundo. Realmente a primeira constatação que nós tivemos nesse grupo de trabalho foi esta, ainda na primeira audiência com o Presidente do Banco Central.

Então, pelo menos um rascunho de proposições nós deveríamos organizar, e acho que a Secretaria da Comissão, que está secretariando também esse grupo de trabalho sob a sua Presidência, poderia já fazer um boneco, um rascunho dessas propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha segunda intervenção é para complementar o que nos disse há pouco o Deputado Afonso Hamm e confirmar a nossa convicção de que, com o apoio da Senadora Tereza Cristina, nós teremos um aperfeiçoamento da redação do projeto de lei que versa sobre a renegociação de dívidas do agro, contemplando outros estados em seu propósito; inclusive falo em nome de Santa Catarina para reforçar a nossa preocupação de abrangência e, dentro do possível, o melhor atendimento possível para a ansiedade, a aflição e a perda de condições operacionais que muitos proprietários rurais e empreendedores rurais já sofrem. V. Exa. mesmo disse que há dificuldade de oferecer garantia em meio a uma contração e uma perturbação de mercado e ao esgotamento de reservas para fins de garantia em função da inflação – V. Exa. salientou muito bem. Isso é um agravante muito cruel e deve ser considerada nesse esforço que nós todos estamos fazendo sob a liderança da Senadora Tereza Cristina.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Item 7 da pauta.

**ITEM 7**

**PROJETO DE LEI Nº 1130, DE 2025**

**- Terminativo -**

*Dispõe sobre a destinação de parte da arrecadação das loterias esportivas para o financiamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.*

**Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CDH.

**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*1. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CDH.*

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, o relatório são só três parágrafos – muito rápido –, mas eu queria lhe fazer uma consulta sobre o item 8, um requerimento que o senhor acabou de aprovar sobre o pedido de informações ao Ministro da Previdência.

Eu queria fazer uma sugestão e queria ver se o senhor a acata. Nós já estivemos com o Ministro da CGU e ele tem sido muito alinhado com esta Comissão. Se a gente pudesse – não precisa nem de requerimento, porque ele tem sido muito parceiro – mandar um ofício a ele pedindo também a mesma coisa – porque ele deve ter alguma auditoria de algum outro fundo de previdência lá, feito pela CGU –, que ele pudesse encaminhar para nós também, por meio de ofício.

Se ele precisar de um requerimento, depois a gente apresenta um requerimento para ele, porque agora me assustou essa questão dos fundos de previdências municipais, Presidente. Eu estou assustada com o relato que o senhor trouxe hoje. Então é só a gente fazer o mesmo conteúdo do seu requerimento para a Previdência e a Secretaria nos ajudar a fazer apenas um ofício para o Ministro Vinicius, porque ele já falou conosco que tudo o que a gente pedir por ofício ele vai encaminhar para o grupo de trabalho. Se o senhor aceitar a sugestão, é para completar documentos.

Segundo, Presidente, antes de eu ler o voto – é muito curtinho –, eu quero me unir à Senadora Leila na indignação. Presidente, quanto mais a gente mexe, mais a gente fica assustado com o Banco Master. Olha o que saiu agora de manhã aqui no meu Distrito Federal: "Proposta de delação [...] [do Presidente do BRB implicará] 12 [Deputados] distritais por suposta mesada de R$150 mil" por mês para aprovar que o BRB comprasse o Master.

Presidente, é uma teia. Mas eu quero só dizer para o meu povo do meu DF que, se isso aqui for verdade, eu vou me dedicar nessa campanha a me arrastar pelas ruas do Distrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, lembrando à população o nome dos 12 e dizendo para a minha população: não vote! Eu vou fazer campanha negativa, Presidente, porque é inadmissível, porque o nosso BRB deu suporte a todo esse esquema do Master.

Então, não é uma... Quando eu falo do BRB, não é uma briga doméstica aqui minha e da Leila, é que o BRB está ligado a Maceió, está ligado a outros e outros estados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, é...

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É uma teia!

Então, eu só queria registrar: atenção a esses 12! Se vier a delação, se preparem para a fúria das duas Senadoras aqui do Distrito, e do Senador Izalci também.

Presidente, eu vou ao voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com os meus cumprimentos, e contem comigo na solidariedade total a esse esforço de V. Exa.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O voto, Presidente.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não há o que se opor à matéria, não havendo, portanto, óbices capazes de impedir sua aprovação. É uma matéria incrível, Presidente!

A proposta não traz qualquer impacto econômico-financeiro para a União, tendo em vista que não há aumento de despesas. Trata-se de remanejamento de recursos já previamente alocados pelo art. 19 da Lei 13.756, de 2018, para outras entidades. Não se torna, portanto, necessário verificar o atendimento do disposto na legislação sobre finanças públicas, em especial, às restrições impostas pela LRF para políticas que impliquem renúncia de receitas ou aumento de despesas.

Quanto ao mérito, as ILPIs – os nossos abrigos de idosos – são algumas das instituições mais importantes para a assistência social, pois concentram o seu atendimento em uma população que acumula diversas fragilidades, sejam econômicas, alimentares, de saúde ou de locomoção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como já descrevemos, quando da nossa relatoria da CDH, a população brasileira tem aumentado sua expectativa de vida e os casos de idosos com pouco ou nenhum amparo familiar e com carência de recursos para viver um final de vida de forma digna tendem a aumentar nas próximas décadas.

Precisamos garantir recursos para essa finalidade tão nobre e meritória, afinal, todos nós, caso tenhamos o presente de viver uma vida longa, vamos precisar de cuidados especiais na nossa velhice, e as instituições de longa permanência para idosos possuem papel fundamental no cuidado dos menos assistidos. Um país que cuida dos seus idosos é um país que honra a sua própria história.

Portanto, Presidente, o voto é pela aprovação do projeto 1.130, de 2025, que dispõe sobre destinar parte da arrecadação das loterias esportivas para as instituições de longa permanência para idosos, com o acolhimento das emendas 1 e 2 da CDH.

Esse é o voto, e eu peço o apoio aos pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira mais discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação, desta vez, será nominal.

Em votação o projeto 1.130, de 2025, nos termos do relatório apresentado pela Senadora Damares Alves.

Os Senadores e as Senadoras que votam com a Relatora votam "sim".

Eu peço aos nossos queridos Senadores e Senadoras que estão em outras dependências da Casa que, por favor, votem pelos aplicativos.

A votação já está aberta.

Quem vota com o projeto e com o relatório da Senadora Damares vota "sim".

Os Senadores já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Até agora três Senadores já votaram. Esta votação é nominal: nós precisamos, portanto, de quórum.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Agora nós estamos legislando em causa própria. Nós vamos precisar disso aí, sim...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos sim.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria, enquanto aguardamos a votação dos Senadores... Os Senadores que votam com o relatório da Senadora Damares votam "sim". Todos podem votar pelo aplicativo, especialmente quem registrou presença aqui na Comissão.

Sobre um fato, eu queria trazer uma informação adicional.

A principal entidade que acionou o Supremo Tribunal Federal contra a emenda de autoria do Deputado Hugo Motta (Emenda Hugo Motta-Lira) que obriga seguradoras e fundos de previdência a investirem em crédito de carbono foi a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização. A confederação questiona, por meio da ADI 7.795, a obrigatoriedade de compra de ativos ambientais prevista na Lei 15.142, de 2024, fruto da Emenda Motta-Lira. A ADI 7.795, movida pela confederação, contesta o art. 56 da Lei 15.142, de 2024, que impõe a compra compulsória de ativos ambientais por seguradoras e fundos de previdência, conforme detalhado em Notícias News Br. A Emenda Motta-Lira, aspas, "exige que o setor invista 1% ao ano das reservas técnicas em ativos ambientais". O Relator é o Ministro Flávio Dino, que já votou pela inconstitucionalidade, acompanhado por outro Ministro, o Ministro Alexandre de Moraes. Há investigação: a PF apura possíveis benefícios a terceiros com a aprovação da emenda.

Esse caso, portanto, é mais grave do que o caso da semana anterior, porque essa emenda foi apresentada, aprovada e sancionada. E o Presidente da Câmara, o atual Presidente da Câmara, que apresentou a emenda na condição de Líder, no ano que passou, recebeu do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Master, através de uma cunhada, a título de empréstimo, R$140 milhões. Até hoje, venceu o prazo do pagamento, o Master nunca cobrou, e nem foi pago um centavo. E também, até agora, não foi cobrado pelo liquidante do Banco Central. Essas informações são informações da própria investigação.

Essas coisas estão escancaradas – escancaradas! É só fechar as pontas, amarrar as pontas. E o outro que assinou a emenda recebeu de um dos operadores do Banco de Brasília uma casa luxuosa no Lago Sul, há cinco meses, e o próprio vendedor da casa se tornou sócio do outro na aquisição de um jatinho, há três meses – há três meses.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – É muita criatividade. Uma rede.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É.

Então, essa investigação precisa avançar, porque a contemporaneidade com o ano eleitoral não pode significar nada, isso não pode ser sinônimo de impunidade. É fundamental que essas pessoas sejam responsabilizadas, porque este Congresso Nacional, pelo envolvimento de tanta gente, não pode cruzar os braços – ele não pode cruzar os braços. Essas coisas precisam ser investigadas, essas pessoas precisam ser responsabilizadas. Isso, até então, nunca aconteceu com essa extensão aqui em Brasília. É a primeira vez que um esquema comanda quatro bancos. A Caixa Econômica Federal – a Caixa Econômica Federal! O Banco Central! Três diretores do Banco Central já estão com tornozeleira eletrônica, porque faziam, no próprio Banco Central, a advocacia administrativa do Master.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Ministros.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, ministros. Ministros...

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, o painel já deu, mas eu fico imaginando como é que os produtores que estão aqui escutam tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Esses produtores que geram renda, emprego; que lutam, acordam de madrugada, e estão se suicidando. Estão aqui lutando por um direito. E aí ouvem esses absurdos do outro lado, que o senhor está relatando. Esse dinheiro poderia estar socorrendo todos eles, e foi tudo para o ralo, para o bolso de corruptos.

Então, às vezes a gente tem que só pedir perdão a vocês. Mas vocês perceberam que esta Comissão está trabalhando. Nós não paramos um minuto. E essa indignação que a gente manifesta é porque a gente está lendo documentos, e os documentos nos assustam e causam indignação. E aqui não precisa nem de discurso. É só leitura de documento. Tudo que nós estamos falando é sobre cruzamento de dados, números e documentos. Então, cada vez que a gente cruza no programa um dado, um número, que as assessorias cruzam, a gente chega a essas informações, e essas indignações... Permitam-nos manifestar, às vezes, com fúria, nossas indignações.

Aproveito para registrar meu cumprimento a todos os produtores que estão aqui hoje de manhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – SIM, 13.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei 1.130, de 2025, com os cumprimentos à Senadora Damares Alves, a Relatora do projeto.

Aprovado o projeto, com as Emendas 1 e 2-CDH-CAE, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Muito obrigado a todos e a todas e está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e quatro minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Efraim Filho, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Omar Aziz, Izalci Lucas, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Gomes, Camilo Santana, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Damares Alves, e ainda da Senadora Zenaide Maia, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Irajá, Lucas Barreto, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5122, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a utilização do Fundo Social (FS) de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, como fonte de recursos para a disponibilização de linha especial de financiamento que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao projeto com 6 (seis) emendas apresentadas, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Lido o relatório, concedida vista coletiva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Laércio Oliveira**
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/13

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Fala da Presidência.) – Bom dia às senhoras e aos senhores aqui presentes, Senadoras, Senadores. Muito bem-vindos aqui à nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Conforme foi aprovado ontem pelo Plenário desta Comissão, o Presidente Renan Calheiros, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, juntamente com as Senadoras e os Senadores, decidiram e aprovaram a sugestão apresentada pelo Presidente Renan de hoje fazermos esta reunião da nossa Comissão em caráter extraordinário para apreciar esse tema tão importante que é motivo da nossa reunião.

Portanto, havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de maio de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Reuniões, realizadas em 21/04, 28/04, 05/05 e 12/05 de 2026.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Item único da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 5122, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Autoriza a utilização do Fundo Social (FS) de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, como fonte de recursos para a disponibilização de linha especial de financiamento que especifica.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Renan Calheiros

**Relatório:** Favorável ao projeto com 6 (seis) emendas apresentadas, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Foi recebida, está aqui na mesa, a Emenda nº 2, da Senadora Tereza Cristina. A emenda acrescenta, onde couber no projeto, o seguinte artigo:

> Art. Fica a União autorizada a aumentar, em até R$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais), a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), por meio da subscrição adicional de cotas para constituição de patrimônio segregado no Fundo, com direitos e obrigações próprios, exclusivamente para a cobertura das operações de crédito contratadas com a finalidade de renegociação de dívidas rurais de que trata esta lei.
> § 1º Fica autorizado o aumento de participação de que trata o *caput* deste artigo, independentemente dos limites previstos no *caput* do art. 7º e no *caput* do art. 8º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, por ato do Poder Executivo.
> § 2º Ato do Poder Executivo disporá sobre a alocação dos recursos, as condições de crédito, os limites máximos de garantia, os limites de renda ou faturamento dos beneficiários, os critérios de participação das instituições financeiras e outros critérios de elegibilidade das operações de financiamento de que trata esta lei, para garantia com recursos do FGI.

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em primeiríssimo lugar, eu quero dizer da satisfação de estarmos participando deste momento, que é, do ponto de vista da agricultura e da pecuária brasileiras, um momento, assim, muito importante e fundamental. Nós temos contado, em todos os momentos, com a participação da Senadora Tereza Cristina, já fizemos algumas reuniões com o Ministro da Fazenda, duas lá no ministério e uma aqui na Presidência do Senado Federal. Eu quero destacar também que nós temos contado, em todos os momentos, com a participação intensa tanto do Senador Hamilton Mourão quanto do Senador Wilder Morais.

Eu quero rapidamente agradecer as honrosas presenças, na presente reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, de algumas autoridades, como o Thiago Rocha, que é Consultor de Relações Governamentais da Associação dos Produtores de Soja do Mato Grosso, acompanhado de 24 produtores. Registro, com satisfação, a presença do Sr. Romildo Machadinho, representante da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu. Registro, também com muita satisfação, a presença do Presidente Eugênio Zanetti, da Fetag do Rio Grande do Sul; do Arlei Romeiro, se estou lendo certo aqui, da Aper; do Domingos Velho, da Farsul; da Grazi, não consigo ler o outro nome, do SOS Agro. Agradeço muito também a presença do Chico da Capial, com agricultores do Estado de Alagoas; do Álvaro Almeida, que é Presidente da Federação da Agricultura do nosso Estado de Alagoas. Agradeço a presença da Sra. Zoraide Soares Reis, que é Coordenadora de Relações Institucionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Agradeço igualmente a presença do Sr. Domingos Velho Lopes, da Farsul, que já citei anteriormente, a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; a presença do Gustavo Serra, que é Prefeito do Município de Tupanciretã, é uma honra muito grande tê-lo aqui na Comissão; e dos Deputados Afonso Hamm, Lupion e Alceu Moreira, é uma honra muito grande tê-los aqui.

Eu vou começar a ler o nosso parecer, que será submetido, na sequência, a uma discussão. Eu vou ter que, lamentavelmente, me retirar daqui a pouco, porque eu tenho um outro compromisso, mas eu queria dizer do meu otimismo. A conversação tem evoluído bem com o Ministro da Fazenda, e nós estamos aqui levando em consideração todos os avanços que foram aprovados na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, do Deputado Federal Domingos Neto, que autoriza a utilização do Fundo Social (FS) de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, como fonte de recursos para disponibilização de linha especial de financiamento que especifica.

O relatório.

Sob análise o projeto que autoriza a utilização do Fundo Social (FS), de que trata a Lei nº 12.351, como fonte de recursos para a disponibilização de linha especial de financiamento que especifica.

O PL 5.122 é composto de seis artigos. O art. 1º esclarece que o objeto da futura lei é a utilização do Fundo Social (FS) como fonte de recursos para quitação de débitos da atividade rural atingida por eventos climáticos adversos.

O art. 2º do projeto de lei detalha que serão utilizadas as receitas de 2025 a 2027 e o superávit do FS de 2024 a 2026... Não é isso? A 2026 – essa alteração foi feita recentemente – para quitar dívidas com operações de crédito rural, empréstimos para liquidação de dívidas rurais e Cédulas de Produtor Rural (CPR), todas formalizadas até 30 de junho de 2025.

O §1º do artigo especifica que, em operações de investimento, a medida alcança apenas as parcelas com vencimento até 31 de dezembro de 2027. O §2º determina que os débitos serão apurados com os encargos originais, excluindo multas ou moras, e assegura ao beneficiário o direito de solicitar a revisão do cálculo sem sofrer anotações restritivas. O §3º estabelece o limite global da linha em R$30 bilhões, com tetos de R$10 milhões por beneficiário e de R$50 milhões por associação ou cooperativa, com prazo de dez anos, com três anos de carência e taxas de juros de 3,5% ao ano para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), 5,5% ao ano para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e 7,5% ao ano para os demais produtores.

O §4º indica que os recursos serão fornecidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou a instituições financeiras, que assumirão os riscos das operações. O §5º elenca fontes adicionais de recursos, como doações, empréstimos e a reversão de saldos não aplicados do próprio fundo. Já o §6º define que os financiamentos devem ser efetivados em até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seis meses após a regulamentação, não impedem novas operações de crédito e não abrangem valores já liquidados. O §7º estabelece que o fornecimento dos recursos de que trata o §4º observará o disposto no §8º do art. 47-A da Lei nº 12.351, de 2010, que dispensa de licitação para o BNDES e para as instituições financeiras por ele habilitadas.

O §8º define os beneficiários como produtores em municípios com histórico de calamidades, endividamento rural elevado ou perdas de safra, exigindo também a comprovação de perda individual de no mínimo 30% da produção em duas ou mais safras. O §9º permite que o regulamento amplie o prazo de pagamento em até 15 anos e o universo de beneficiários em casos extraordinários. O §10 aplica as condições a operações de cooperativas e cerealistas, com juros de 7,5% ao ano e limite de R$10 milhões. Finalmente, o §11 estende o período de análise dos critérios de calamidade e perda de produção de 2012 a 2025 para beneficiários na área da Sudene.

Os artigos subsequentes detalham as condições da disponibilização da linha especial de financiamento a fim de apoiar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e de enfrentamento das consequências sociais e econômicas de calamidades públicas. O art. 3º, por sua vez, autoriza os fundos constitucionais – o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) – a implementarem as mesmas medidas com recursos próprios, podendo ser suplementados pelo Fundo Social caso suas disponibilidades se esgotem.

O art. 4º, em sequência, suspende o vencimento e as cobranças judiciais e administrativas das dívidas abrangidas pela lei durante o período de contratação do financiamento.

O art. 5º classifica os financiamentos como operações de crédito rural para todos os efeitos legais, com os custos de registro de garantias seguindo as normas da Cédula de Crédito Rural.

Por fim, o art. 6º estabelece a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que o PL busca oferecer, sem dúvida, suporte financeiro a produtores rurais atingidos por eventos climáticos severos, com vistas a preservar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade produtiva, proteger empregos e sustentar cadeias produtivas estratégicas do agronegócio.

Eu tenho também a satisfação de acolher uma emenda apresentada pela Senadora Tereza Cristina que acrescenta, onde couber no projeto, que:

> Art. Fica a União autorizada a aumentar, em até R$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais), a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), por meio da subscrição adicional de cotas para constituição de patrimônio segregado no Fundo, com direitos e obrigações próprios, exclusivamente para a cobertura das operações de crédito contratadas com a finalidade de renegociação de dívidas [...].

Ontem nós tivemos oportunidade de conversar sobre esse tema. A Senadora Tereza Cristina, que conhece mais do que qualquer um essa temática, entende – e eu entendo igualmente – que a utilização do FGI como lastro, como fonte para a renegociação das dívidas agrícolas resolveria, de uma vez por todas, esse problema no Brasil, porque nós íamos colocar esses títulos no mercado, um fundo privado, e isso serviria para a renegociação daqui para a frente sempre.

De modo que eu acolho com muita satisfação, meu Presidente, a emenda.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou por deliberação do Plenário, como no PL sob exame, que trata de política de investimentos e financiamentos agropecuários e endividamento rural.

Por ser a Comissão de Assuntos Econômicos a única Comissão de instrução da matéria – nós vamos ter que votar esta matéria, ainda, no Plenário no Senado Federal –, cabe-nos também a manifestação, nesta oportunidade, sobre a constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e mérito da proposição, conforme inteligência do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Permitam-me, agora, ler apenas o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, com rejeição da Emenda nº 1 e com a aprovação da emenda recentemente recebida da Senadora Tereza Cristina.

Cito aqui a emenda que não foi acolhida...

Um minutinho só, meu Presidente.

Para as emendas todas que foram acolhidas no texto já especificado, peço a publicação.

E quero dizer que, na próxima terça-feira, está mais do que madura a apreciação definitiva deste projeto, tanto aqui, na Comissão, como no Plenário do Senado Federal. Para tanto, eu vou, juntamente à Senadora Tereza Cristina, ao Senador Wilder Morais e ao Senador Hamilton Mourão, conversar com o Presidente, para que a matéria seja pautada também na terça-feira no Plenário do Senado Federal.

Era esse o parecer. (*Palmas.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu quero agradecer a relatoria do Senador Renan Calheiros.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

A matéria está em discussão.

Vamos ouvir a Senadora Tereza Cristina e, depois, o Senador Wilder Morais e todos os outros que estão aqui presentes.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Somente, pela ordem, eu queria pedir vista – e eu acho que pode ser vista coletiva. Era esse o meu pedido para este momento, e depois eu me inscrevo para falar, após a fala do Senador Wilder, do Deputado Alceu e do Senador Mourão.

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a vista coletiva está concedida, mas eu vou conceder a palavra ao Senador Wilder Morais.

Quero registrar aqui que acompanha também esta sessão, remotamente, o Senador Esperidião Amin e o Senador Jaime Bagattoli, que já pediram para se manifestar aqui.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Wilder Morais, antes registrando a presença do meu querido amigo Deputado Evair de Melo, e quero dizer também que o Senador Alceu Moreira, como o Senador Afonso Hamm, também poderá participar aqui das discussões conosco.

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/REPUBLICANOS - ES. *Fora do microfone*.) – Profetizando.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/MDB - RS. *Fora do microfone*.) – Como Senador, fiquei ótimo! (*Risos*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – É uma profecia.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Wilder Morais.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, obrigado pelas palavras.

Eu queria, Presidente, primeiro, cumprimentar aqui, também, o nosso Presidente da CAE, Senador Renan Calheiros, não só por ser o Relator dessa matéria tão importante, mas também pelo empenho dele. Foi assertivo ele ser o Relator, até pelo trânsito que ele tem junto aos nossos colegas, também junto ao Governo, para que a gente pudesse ter essa velocidade com que nós estamos debatendo esse projeto aqui.

Quero cumprimentar a nossa colega Senadora e Ministra Tereza Cristina, sobre a qual se dispensam comentários sobre a capacidade e sobre o empenho dela, ligada ao setor do agro do nosso país. Ela é a Parlamentar – com certeza – mais conhecedora de todos os temas ligados ao agronegócio. Então, parabéns à nossa Senadora pelo empenho! E cumprimento o Senador Mourão também, pela sua participação e seu empenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, o Projeto 5.122 é uma proposta que surge num momento delicado para o setor do agronegócio, marcado pelo aumento de endividamento rural, juros elevados, taxa de custo de produção e dificuldade de acesso ao crédito. O agro brasileiro enfrenta uma das maiores crises financeiras dos últimos anos. O produtor rural foi atingido por altos juros, aumento do diesel, energia cara, dificuldade de acesso ao crédito e queda da rentabilidade. O resultado foi um crescimento preocupante das recuperações judiciais no campo.

Muitos produtores produziram mais, mas ainda lucraram menos – Mato Grosso e Goiás, meu estado, passaram a liderar esse cenário preocupante. O produtor rural do nosso Brasil produz um padrão de primeiro mundo, mas enfrenta uma infraestrutura insuficiente: estradas precárias, burocracia excessiva e alto custo operacional. Isso gera endividamento, venda forçada da safra no pior momento do mercado e perda da competitividade.

O produtor rural não é um empreendedor comum, ele carrega uma tradição centenária, sustenta cidades inteiras e movimenta a economia nacional. O agro não pede privilégio, pede apenas condição para continuar produzindo, com crédito que chegue à ponta, com energia que suporte o crescimento, com logística eficiente e segura para o trabalho gerar riqueza para o nosso Brasil.

Eu queria cumprimentar aqui – o Presidente Renan já citou vários nomes de representantes em nível nacional – o Luciano, que é um grande produtor do meu Estado de Goiás, hoje pré-candidato a Deputado Federal, que também acompanha vários produtores no meu Estado de Goiás.

E fica aqui, Presidente, a nossa participação, dizendo: parabéns ao nosso Presidente, ao Presidente da Comissão, Renan, também Relator desse projeto, que não só se empenhou como poucos, como também encampou essa matéria como prioridade. Nós fizemos hoje uma reunião extraordinária – não tinha esta Comissão nesta data –, para que a gente pudesse, o mais rápido possível, colocar essa matéria em votação na Comissão e, na sequência, em Plenário.

Um abraço.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço a participação do Senador Wilder Morais.

Quero conceder a palavra, remotamente, ao Senador Esperidião Amin.

Por favor, Senador Esperidião.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, muito obrigado. Quero ser muito breve.

Quero cumprimentar o Senador Renan não apenas pelo seu trabalho na relatoria, mas também, acima de tudo, pela prioridade que deu a esse projeto, pela contribuição que deu no sentido de abrir alternativas e caminhos.

Quero cumprimentar a minha querida Líder, Senadora Tereza Cristina, que, como já foi dito, dispensa apresentação e comentários – é mais uma manifestação de gratidão e de aplauso que eu faço –; e o prezado e querido amigo e companheiro Laércio por ter o privilégio – isso é um privilégio – de um Senador brilhante, trabalhador presidir uma sessão tão concorrida, pela relevância do tema e pela urgência de uma deliberação.

Em nome da urgência, eu paro por aqui, estendendo o meu abraço aos nossos companheiros da Câmara dos Deputados, que, neste caso, são tratados como Parlamentares federais que são, eleitos pelo seus respectivos estados e empenhados tanto do ponto de vista técnico... E destaco a presença de todos eles, que são homens que exercem os seus mandatos com uma grande responsabilidade sobre o todo do Brasil, mas com uma especial responsabilidade sobre um setor de que todos nós dependemos, que é o agro, no nosso país.

Muito obrigado pela oportunidade.

Parabéns ao Presidente Renan! Parabéns ao Presidente Laércio! Cumprimentos a todos na pessoa da Senadora Tereza Cristina.

Até a próxima semana teremos, se Deus quiser, uma decisão inteligente e necessária para este grave problema.

Grande abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Cumprimentando a nossa Líder – não é, Senador Esperidião Amin? –, eu quero conceder a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, muito obrigado.

Eu queria me somar aos aplausos ao trabalho realizado pela nossa gigante Senadora Tereza Cristina e pelo nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, que finalmente fizeram esse projeto, que estava aqui no Senado Federal desde o ano passado. Ele é mais do que necessário na busca de uma solução para a difícil situação que o nosso homem do campo vive, em particular lá no meu estado, no Rio Grande do Sul.

Mas, Presidente, tem algo que ainda está faltando, porque nós ainda temos um tempo até que esse projeto efetivamente esteja deslanchando, e nós temos várias produtores rurais com as dívidas vencendo nesse período.

Eu já fiz ofícios ao Ministério da Fazenda – acredito que a Senadora Tereza Cristina também –, mas seria importante que a Comissão de Assuntos Econômicos se manifestasse em conjunto, porque uma mera resolução do Conselho Monetário Nacional conseguiria suspender temporariamente essa cobrança das dívidas enquanto tramita o projeto, porque vai ter esse trâmite ainda aqui no Senado e posteriormente na Câmara. Acredito que, pelo trabalho dos nossos colegas lá da Câmara, ele poderá andar com a rapidez necessária, mas tem gente que está com a faca no pescoço. Então, seria importante uma manifestação da Comissão, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Acolho a sugestão de V. Exa. Nós vamos encaminhar esse assunto aqui na nossa Comissão de Assuntos Econômicos, Presidente. (*Palmas.*)

Quero me congratular com sua iniciativa.

Eu quero conceder a palavra ao colega Senador Jaime Bagattoli, que está remotamente participando conosco da reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Senador Jaime.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o nosso Vice-Presidente da CAE, o Laércio; cumprimentar o nosso Presidente da CAE, o Renan Calheiros, por esse empenho que teve nessa condição, para levar ao Governo essa situação que nós temos do endividamento, no Brasil, do nosso produtor rural; a nossa Senadora Tereza Cristina, uma Senadora, uma produtora rural, uma mulher, uma pessoa que tem um conhecimento muito grande sobre o setor produtivo no Brasil, que foi Ministra da Agricultura e entende a situação muito bem do nosso endividamento, da nossa produção rural no nosso país. Quero cumprimentar o Senador Mourão, o nosso Senador Wilder Morais e também os nossos Deputados Federais que estão aí, nesse grande empenho, o Alceu Moreira, o Evair, o Afonso Hamm, e cumprimentar também o Thiago Rocha, representando a nossa Aprosoja, que tem um grande conhecimento também sobre o endividamento rural, sobre a produção do nosso país.

Quero dizer a vocês que eu queria muito estar aí neste momento, mas foi colocado de última hora, não pude estar aí. Na terça-feira que vem, vamos ter a oportunidade de discutir e já colocar em votação, em Plenário, o quanto antes, isso no nosso Brasil.

Esse PL 5.122, de 2023, vem... Nós precisamos resolver realmente a situação do endividamento do nosso país. A princípio, pensava-se só na situação do Rio Grande do Sul e de parte de alguns estados, como o Mato Grosso do Sul, e algumas regiões no Nordeste, mas nós já sabemos que isso afetou a maioria dos estados brasileiros.

E nós temos outro grande problema que nós precisamos discutir também. Além do endividamento a longo prazo dos nossos produtores rurais, nós temos hoje essa situação não só de frustração de safra, mas temos o problema do mercado, hoje, da comercialização dos baixos preços das *commodities*... Enfim, são grandes problemas os que nós temos hoje dentro da comercialização, já sinalizando talvez para este ano e também para o próximo ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito muito que boa parte dos estados brasileiros e dos municípios vão se enquadrar nesses três quesitos, o que é preciso, para fazer essa regularização desse endividamento que o PL 5.122, de 2023, traz.

De mais a mais, eu quero dizer para vocês: vamos trabalhar unidos, juntos, pelo setor produtivo. Essa é uma engrenagem, é um dente da engrenagem que nós não podemos quebrar. Se nós quebrarmos esse dente da engrenagem que é a produção primária do nosso país, que é a mola mestra do nosso país... Quando nós falamos nessa situação do produtor rural, é desde o da agricultura familiar ao mini, ao pequeno, ao médio e ao grande produtor do Brasil.

Na terça-feira, estaremos aí para continuar essa discussão.

Deus nos vai nos abençoar para resolvermos definitivamente esse problema do endividamento do nosso país.

Grande abraço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli, por sua participação na nossa Comissão. Certamente, o senhor, como um dos Líderes desse movimento do agro, estará empenhado conosco na próxima terça-feira.

Eu quero conceder a palavra à Senadora Tereza Cristina.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Bom dia, meu Presidente Laércio. Muito obrigada.

Eu quero começar aqui com agradecimentos também. Quero, primeiro, agradecer ao Senador Davi Alcolumbre, nosso Presidente, que prontamente, quando foi acionado há uns 30 dias, 20 e poucos dias atrás, imediatamente convocou uma reunião de Líderes, chamou o Ministro da Fazenda e naquele dia já saímos de lá com o Relator, meu querido amigo Senador Renan Calheiros, que eu só tenho elogios a fazer, que pegou o projeto, levou para análise, convocou a equipe técnica.

E aí, eu tenho muitos agradecimentos aqui ao Helder, do seu gabinete; ao Lagares, que é da nossa Casa aqui, Assessor Legislativo; ao Max, que trabalha comigo, e ao Júlio, que ficaram *full time* trabalhando nesse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Nelsinho, que é velho conhecido nosso e conhece esse assunto como ninguém, que trabalha com a Senadora Dorinha. Muito obrigada, Senadora Dorinha também, por participar através do Nelsinho. l

Agradeço ao Senador Mourão, ao Senador Heinze, que também se empenharam muito para que a gente chegasse neste momento. Meu querido amigo, Deputado Alceu Moreira; meu querido amigo Evair de Melo; e ao Relator do projeto, também meu amigo, Afonso Hamm, que ficaram aí insistentemente juntos, na boa insistência, para que a gente pudesse fazer com que esse projeto chegasse aqui hoje rapidamente, porque os agricultores não podem mais esperar.

Nós temos uma janela. Na agricultura, tudo funciona com o tempo certo: é tempo de plantar, é tempo de colher, é tempo de tomar o crédito, é tempo de se planejar. E nós temos aí hoje um período em que os produtores não estão mais podendo planejar, não estão mais podendo pegar crédito. Enfim, existe um desestímulo e uma preocupação muito grande no campo.

Então, eu quero dizer para vocês que finalmente, hoje, nós damos aqui... A Câmara já tinha feito o seu trabalho, o Senado precisava fazer aqui o nosso trabalho. E nós estamos fazendo isso sob a batuta do Senador Renan, que se empenhou, marcou reuniões. Ontem, de novo, voltamos ao Ministério da Fazenda, à tarde fui ao Ministro da Agricultura, o novo Ministro da Agricultura, que também está empenhado e disse que é advogado do setor para resolver esse problema.

Então, o projeto é o projeto que veio da Câmara com algumas alterações, algumas – vamos dizer assim – melhorias que nós pudemos colocar aqui.

Agradeço muito ao Senador Renan o acolhimento da emenda do Fundo Garantidor, porque esse fundo é o que vai deixar um legado para a agricultura, se ele for instituído, mas o Governo tem que entender que não é só a criação do fundo, nós precisamos colocar recursos nele. A gente sabe das dificuldades do Governo com o problema de crédito e o problema também das despesas primárias, mas 20 bilhões neste fundo alavancam mais de 70 bilhões, podendo chegar até 200, se for 1 para 10 ou 1 para 7, vamos ser conservadores: 1 para 7; e isso se poderá fazer, daqui para a frente, sempre, porque deixo muito claro, para quem nos assiste, que o agricultor, primeiro, não é chorão. Ele vive hoje, Senador... Já estou te chamando de Senador de novo, Alceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/MDB - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado, obrigado.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Deputado Alceu Moreira, o agricultor hoje vive uma tempestade perfeita que já vem de algum tempo, e ela só vem escalando e piorando. Então, que a sociedade brasileira saiba que não é um pedido de não pagamento de dívida, não é isso, não é perdão de dívida, é o alongamento das dívidas com juros que sejam possíveis para pagar, porque não adianta dar dinheiro. Os bancos têm dinheiro, mas dinheiro a 20% não paga a nossa atividade. Os preços das *commodities* estão baixíssimos, nos últimos cinco anos é o preço mais baixo: a soja já chegou a R$180, R$190, hoje está em torno de R$100, R$102; o milho também já esteve a R$100, hoje cinquenta e poucos, R$60.

Então, não adianta, o produtor continua produzindo, mas o dinheiro que lhe rende não é suficiente para fazer a próxima safra e ainda pagar esse nível de juros que hoje nós temos no Brasil. Tem a guerra que trouxe mais um problema do preço dos fertilizantes nas alturas e, se Deus quiser, a gente não tenha a falta de fertilizantes, porque aí baixa a produtividade.

Enfim, nós temos aí uma tempestade perfeita acontecendo neste momento no setor agrícola brasileiro, que emprega 32 milhões de pessoas, 49%, 50% das exportações, os recursos vêm do nosso agronegócio e 25% do PIB. Então, é um setor que não se pode deixar de olhar e atender. Ele faz falta para a economia brasileira. Então, o que nós estamos fazendo aqui hoje é resolvendo ou encaminhando a resolução de um problema gravíssimo que só pode piorar se nada for feito.

Então, eu quero agradecer aqui a todos que se empenharam nisso para que nós pudéssemos levar agora, na próxima sessão aqui, encerrarmos as discussões nesta Comissão, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, e, imediatamente, no outro dia, ir para Plenário, aprovarmos isso no Plenário para voltar para a Câmara. Por quê? Não existe novo Plano Safra, porque ele deve ser divulgado no começo de junho, sem resolver os problemas do endividamento dos produtores rurais.

Então, essa era a minha fala e um agradecimento muito especial a todos aqueles que se envolveram para que pudéssemos chegar neste dia e com um projeto redondo. Agora, é a boa vontade do Governo em achar de onde realocar esses recursos para resolver os problemas dos agricultores, já que tem resolvido de outros setores, por exemplo, no fundo social, colocou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos para Pé-de-Meia. Está fazendo agora o Desenrola, que é a dívida das pessoas físicas do Brasil e está na hora de fazer um Desenrola rural.

Era isso que eu tinha a colocar aqui nesta Comissão nesta manhã.

Muito obrigada, Senador Laércio. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senadora Tereza.

Antes de passar a palavra para o Deputado Alceu Moreira, queria convidar o Deputado Afonso Hamm para sentar aqui ao meu lado.

Você foi Relator, na Câmara dos Deputados, tem se esforçado juntamente com todos aqueles citados já pela Senadora Tereza Cristina, mas eu gostaria que você viesse sentar aqui ao meu lado.

Por favor, Deputado Alceu Moreira.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/MDB - RS) – Querido Presidente Laércio Oliveira, nosso Senador; querida amiga Tereza Cristina; meu querido Senador Mourão; Senador Wilder Morais, que saiu daqui; o Bagattoli; e o Amin; o Heinze ; Afonso Hamm; e todos aqueles que nos ajudaram e ajudaram muito na construção disso; o Pedro Lupion, que teve que viajar; eu queria dizer o seguinte, nesta Casa ou na outra, nós temos pessoas que têm uma condição política que só elas têm.

E é muito raro tu conseguires, para um assunto como este, que nós estamos, há quatro anos, lutando para tentar resolver e não resolvemos, encontrar a pessoa certa na hora certa. E a pessoa certa na hora certa era o Renan Calheiros, uma pessoa que não é do ramo, mas que parou para nos ouvir, com absoluto respeito e dedicação, e que tem espaço no Governo e conosco para fazer essa ponte com absoluta confiabilidade. Qualquer um de nós não conseguiria fazer isso e, com certeza, interromperia o caminho logo ali. Ele conseguiu fazer isso.

Mas eu preciso dizer para os senhores o seguinte: o que nós estamos fazendo aqui, meu Senador Laércio, o que nós estamos querendo fazer aqui... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos fazendo aqui nós percebemos ainda quando éramos Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, lá com a Tereza Cristina, que o sistema de financiamento para o agro era completamente inadequado e vinha com o histórico da década de 40: aquele banqueiro com chapéu bonito, casaco lindo, coisa e tal, muito rico, financiando o coitado de um produtor rural que era quase um pedinte, por amor de Deus, ali.

E aí nós percebemos que, no sistema de financiamento agrícola brasileiro, tem um conjunto enorme de sócio oculto. O cara que nunca plantou nada e não colheu nada é quem mais ganha dinheiro com agro – não plantou nada, nunca. E aí nós vamos olhar... Por exemplo, dá uma olhadinha no *spread* bancário, hoje: é de 6%. O *spread* bancário é para se manusear papel, mas que papel, se está na tela do computador e o canto da unha do dedo mingo resolve com um gesto único?! Que papel? Seis por cento – seis por cento não sobram da nossa lavoura – para manusear papel.

Depois, eu tenho o cartório, com aquele amontoado de carimbo, quando na verdade temos certificadoras que fazem isso com absoluta garantia, com inteligência artificial e pelos meios que nós temos disponível – mas lá vem o cartório. E tem mais um contrato, e não sei mais o quê. Então tu pões a taxa Selic de 15%, mais 6% de *spread* bancário, mais 1,5% disso e mais 1% daquilo, e tu chegas a 24%. Com 24%, com todo o respeito a todos os produtores, se tu plantares maconha irrigada com capricho, quebra, tá? Não tem como.

Mas não é só isso, porque nós estamos falando de uma tempestade, como se ela tivesse sido feita agora. Não, isto é episódico. Nós não temos trilhos de trem que os outros têm. Basta ver a Ferrogrão trancada num osso de minhoca, e a D. Marina "Cinza" não permite que ela saia – não sai. Nós não temos o trem que o nosso parceiro tem, e o trem tem um quarto do custo do transporte de longo curso – um quarto, 25% –, e está no nosso custo de produção. Nós não temos hidrovia, porque, de novo, a questão ambiental não permite a dragagem. Não tem hidrovia, e a falta de hidrovia, que podia transportar em longo curso 15% do valor do transporte – não é? –, é multiplicada por seis, por sete; e nós estamos pagando pneu de caminhão.

Bom, mas, já que optamos por caminhão, pelo menos rodovia temos. Também não temos – também não temos. É uma estradinha apertada, cheia de buraco, perdendo tudo, como agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste momento, em Mirituba, tem gente que está lá, há 15 dias, para descarregar o caminhão, e não tem.

É só isso? Não! Não tem armazém. O armazém teria que ter 200% da nossa capacidade produtiva. Por quê, meu querido Senador? Porque eu preciso vender meu produto e preciso ter armazenado, como garantia, para achar o tempo de negociar, a um preço justo. O nosso cliente lá fora sabe que o nosso depósito é a carroceria do caminhão e o casco do navio, e basta ele sentar o pé um pouquinho, nós temos que baixar o preço e entregar pelo preço que dá, porque não tem armazém.

Se tu não tens armazém, não tens trilho de trem, não tens hidrovia, não tens estrada, e tu tens uma taxa líquida de 15, tens mais 6 de *spread*, tens mais 1,5 de cartório, tens mais isso, não chega... Mais ou menos, só para tu teres uma noção figurada: bota duas pessoas, com a mesma velocidade, para correr 100m e pendura, no pescoço de uma, um peso de 40kg. É o que nós temos. O produtor brasileiro hoje carrega 40kg no pescoço para poder concorrer com outro produtor, de outro país, que não tem.

E outros países têm subsídio que nós não temos. Não é raro ver alguém do centro urbano criticando, como se nós fôssemos parasitas, inclusive com o discurso de um Deputado do PT no Plenário da Câmara. "Nós somos caloteiros." Não, nós não temos a capacidade de concorrência porque a questão estrutural nos foi abandonada.

No meu Rio Grande do Sul, nós chegamos a ter 5.531km de trilho de trem. Sabe quanto temos agora? Temos 920. Mas tem, em Canoas, um cemitério de trem apodrecendo, a quilômetros de distância, tudo podre em cima do trilho. E nós carregando num caminhãozinho para baixo e para cima para o Porto de Rio Grande.

Isso é a imposição que dão para o nosso produtor rural. Ele está sufocado, e a dívida dele está acontecendo não é só porque a *commodity* tem preço baixo, é porque o custo de produção dele é muito mais elevado que o do concorrente.

Na nossa porta bate o Paraguai – que bom que ele é pequeno, porque, se ele fosse do nosso tamanho, ele tinha nos quebrado há muito tempo –, mas agora vem a gigante Argentina, que moderniza sua economia, e vem o Chile, vem a Bolívia. E eles vêm para cá fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concorrência conosco e tomar os nossos mercados; e nós não temos capacidade concorrencial e competitiva.

Logo, o projeto que nós montamos aqui, e, quando eu estava na frente parlamentar – tu te lembras? –, nós fizemos o Fiagro. Por que fizemos o Fiagro? Chamamos a Febraban e dissemos o seguinte: nós não conseguiremos mais financiar o agro se for pelo sistema bancário tradicional; tem que ter um fundo. Criamos o Fiagro. E foi a partir do Fiagro que nós fomos para o Ministério da Agricultura criar todo esse texto, que depois foi melhorado, e muito, pelo Afonso Hamm, com outros autores que incluíram o país inteiro nesse processo.

Eu queria concluir dizendo o seguinte, meu querido Senador: o que nós estamos fazendo aqui hoje não é só um remédio para curar os males dos endividados por problemas climáticos. Nós estamos criando um novo sistema de financiamento agrícola para o Brasil. O FGI, o fundo garantidor, Tereza, que nós sugerimos há muito tempo, é a garantia de que o produtor possa ter o crédito, e o risco da inadimplência, que fica entre 4% e 6%, decorre da incapacidade de pagamento por coisas como seca ou chuva, por não poder colher ou por qualquer outra natureza – é de 4% a 6%. Quando ela diz que põe R$20 bilhões, no mínimo ela alavanca R$140 bilhões.

Sabe o que acontece com o produtor na ponta? Ele pode tomar o crédito sem garantia real, porque a garantia real é o fundo garantidor. Ele tem acesso ao crédito. O que fez o Ministro da Fazenda? Tem R$80 bilhões. Meu amigo, R$80 bilhões, com juros de 24%, é igual àquele caboclo que canta para a Lua na janela: ele olha para a Lua e faz um verso lindo para a Lua, mas ele nunca consegue pegar – nunca! Não tem jeito. Está lá, que bonito, mas não posso pegar. Esse é o dinheiro que está no banco. É um custo tão elevado que ele não tem acesso, e ele pede garantia real e ele não tem.

Portanto, nós estamos aqui inaugurando, com o projeto de seguro que é relatado pela Tereza Cristina e está lá na Câmara para ser aprovado agora, antes do Plano Safra, com o complemento de relatório do Pedro Lupion... Como este projeto pelos fundos, nós criamos um outro modelo de financiamento do agro brasileiro, que não necessariamente tem que ter Plano Safra, porque quem compra papéis dos fundos compra com prazo específico de 3, 4, 5, 6, 8, 10, 15 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é como o banco, que tem o prazo para vencer em maio do ano seguinte. Se eu compro um papel do fundo, eu financio o agro de acordo com o papel comprado. Quando eu compro o CPR, LCA ou CRA, eu compro um papel que vai para o mercado. E o tempo de prazo é o tempo em que o papel foi comprado. O fundo é muito mais amplo e mais maleável, mais barato para o produtor. É outro sistema de financiamento.

Portanto, parabéns a tudo que nós estamos fazendo, porque estamos inaugurando um outro modelo de financiamento. Já conversei com os técnicos, Afonso, e pedi o seguinte. O diabo mora no detalhe. E nós estamos fazendo uma maratona de longo curso e pudemos tropeçar no último metro de chegada. Agora, essa semana, é tempo de arredondar o projeto, porque, quando ele for para a Câmara, ele tem que estar combinado com o José Guimarães lá no Governo, porque lá na Câmara não pode ter novas discussões. Nós vamos votar o projeto redondo, como saiu do Senado, porque ele tem que chegar à Câmara e ser votado imediatamente; senão, quando a água chegar para o nosso produtor, ele já morreu de sede, porque o Plano Safra tem que ser lançado no início de junho. E se nós não tivermos o seguro agrícola e esse plano pronto, não adianta lançar o Plano Safra, porque não tem quem possa pegar pelo grau de endividamento.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço a manifestação do Deputado Alceu Moreira e, de imediato, passo a palavra para o Relator lá na Câmara dos Deputados, Afonso Hamm, esse batalhador que se soma a tantos que contribuíram para este momento que nós estamos vivendo aqui e com o qual, certamente, vamos chegar a um final feliz.

Afonso.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP - RS) – Bom, em primeiro lugar, é uma grande satisfação esse engajamento que nós temos tido a várias mãos, a várias mentes, a tantas lideranças, que começou com impacto no Rio Grande do Sul. Inclusive, o projeto, o movimento SOS Agro surgiu nas enchentes; ontem, fez dois anos. Surgiu no Rio Grande do Sul. A Farsul e a Fetag – o Presidente Domingos Velho, nosso Presidente da Farsul, e Zanetti, Presidente da Fetag – foram as duas entidades que nós procuramos em primeira mão para trabalhar. E a Aper, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está aqui também, que é uma entidade nova – estão aqui seus representantes, o Arlei e os demais – também contribuiu muito. Eu tenho que dar esse testemunho sobre a Associação de Produtores e Empresários Rurais, uma entidade nova que se soma às duas entidades âncoras que nós temos, que são Farsul e Fetag. E nós trabalhamos com todos, absolutamente todos, mas, fundamentalmente, com os colegas Deputados.

Eu queria ressaltar e cumprimentar os colegas que estão aqui, o Alceu Moreira, por ser também um guerreiro, um batalhador pelo agro, inconteste, sempre, de uma voz forte, e não é de hoje, é de sempre e de todas as horas. Na sua pessoa, quero cumprimentar os colegas Deputados gaúchos, falar de também Pedro Westphalen, que também é nosso Deputado autor de projeto. E conversando aqui com o Deputado Evair, nosso parceiro, que foi às enchentes duas vezes, o Ministro foi três vezes, a Ministra Tereza Cristina também esteve conosco...

E aí quero falar dos Senadores. O Senador Mourão, que está aqui presente, é parceiro. Quero ressaltar o seu trabalho – o senhor tem sido, sim, incansável – de que sou testemunha, principalmente, nessa batalha que começamos há dois anos; há um ano, com o projeto. E agora, nessa fase, vou falar aqui do Senado. E o Senador Heinze, que não está aqui hoje por uma questão de saúde de família, mas que é o maior lutador pelo agro gaúcho e pelo agro brasileiro, com respeito a todos os Senadores. E quero dizer que os demais, todos os Senadores... Inclusive, quero destacar a Senadora Dorinha, porque eu falei pessoalmente com a Senadora Dorinha para liberar o Nelson Fraga, o Nelsinho... Levante aí, Nelsinho. Nós temos que te aplaudir, porque tu és um cara do Senado, hoje assessor... (*Palmas.*)

Não vou falar o nome de todos. Nossa Senadora Tereza Cristina e Senador Renan Calheiros, porque o trabalho é feito pelas nossas assessorias, pelas nossas equipes, de uma forma incansável...

Há a interação que temos com as entidades, o respeito que temos com os produtores, com as associações de produtores, como a Agricampanha lá da minha cidade, como a Associação dos Agricultores de Dom Pedrito... Eu poderia nominar tantos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP - RS) – Do SOS Agro eu falei. Eu falei, dei ênfase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Evair se preocupou, porque o Evair foi duas vezes nas enchentes, foi como Presidente da Comissão de Agricultura, mas foi como Parlamentar e como alguém que entende de defesa civil e que, aliás, tem uma atuação destacada e propôs legislação.

Para não interromper o raciocínio, isso é importante, pois são etapas dessa caminhada...

E Esperidião Amin, que estava aqui falando de forma *online*, é um outro guerreiro, um defensor das grandes causas.

E quem não defende o agro brasileiro? Hoje, a relação que se fala quando se vê na mídia... O que tem de positividade é gerado pelo agro. A Senadora Tereza Cristina fez uma ênfase – acho que foi ontem – de que a gente alimenta 1 bilhão de pessoas no mundo e mais os 230 milhões de brasileiros. Nós fizemos o abastecimento, neste país, das carnes para o mundo, dos alimentos... Hoje, temos duas guerras que nos impactam...

Eu poderia aqui falar muito, mas a construção do PL 5.122 deu unidade no sentido nacional para o agro. E ela foi construída, nesse primeiro momento, na Câmara, e agora estamos no segundo momento, que é complementar, estratégico e importante, aqui no Senado.

Senador Laércio, primeiro, vou falar do Senador, Presidente e Relator que acabou de relatar e de encarar essa bronca por conta da sua responsabilidade. Tenho falado muito, de forma absurdamente positiva, da postura do Senador Renan Calheiros, juntamente com todos. E, na área em que ele não tem um domínio pleno, ele chama quem? Quem tem competência, quem pode ajudar. E todos os Senadores estão ajudando.

Quero destacar aqui também o Jaime Bagattoli, que é outro guerreiro dos novos Senadores, atuante 100% na nossa FPA, 100% lá, com o Pedro Lupion e com todos, e 100% em todas as causas, neste projeto e também em outras legislações.

E, Senadora Tereza Cristina, tenho que destacar a senhora pela sua experiência, pela vivência e também pelo conhecimento como Ministra há pouco tempo, que é respeitada em todas as instâncias políticas – isso é muito importante –, que é respeitada pelo conhecimento, pelo que pode contribuir e que tem sido, sim, junto com todos, a âncora, com a sua equipe, com o Max, com todos, junto ao Helder aqui e todos que fazem parte desses últimos dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, quando a gente vê um projeto que foi trabalhado, que tem Aprosoja como suporte, que tem o reconhecimento do Brasil e agora... Nós, até o momento, não tínhamos ainda uma interlocução com o Governo e passamos a tê-la. E ela é um pouco difícil? É, mas ela começou a existir. E essas interlocuções que o Senado fez... E aí tem que falar, sim, do Presidente Davi Alcolumbre, porque tivemos aqui reunião com as federações. E tivemos reunião com o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, de quem eu cobrava muito a participação, e ele foi importante nas últimas interlocuções sim, e a gente tem que dar crédito a quem se dedica, e ele deu. Não é para agradar. Nem somos do mesmo partido e temos escolhas diferentes em muitas áreas, mas, na verdade, também isso desencadeou um compromisso do nosso Presidente.

Então, tem sido feito a várias mãos, mas agora a competência é aqui do Senado. Ela é dos Senadores, ela é para a semana que vem, com a vinda, mais uma vez, das nossas entidades, que não é fácil: quanto custa...

E aí eu quero falar de todas as entidades, não só das do Rio Grande do Sul. Todos que estão aqui foram nominados, de todas as partes do país, porque o agro é estratégico para todo o Brasil. Então, nós estamos muito próximos de oferecer uma ferramenta de dignidade e respeito aos agricultores.

Somaram 40 pessoas que tiraram a vida de agricultores gaúchos essa semana. Nosso Prefeito lá de Tupanciretã sabe disso e está aqui conosco, e isso realmente nos emociona.

A gente não desistiu nunca e não vai desistir, porque é uma causa justa; é uma causa, vamos dizer, nacional.

O agro é nacional, e o produtor, é ele que faz a roda girar, em 25% da economia do país; em 46% da economia do meu estado e dos demais; em 70, 80, às vezes 90% da economia dos municípios no Brasil.

Então, não quero me estender, mas devo dizer que para essa mobilização da semana que vem, sobre que a gente conversou, nós temos apoio dos Líderes – do Efraim, do Progressistas, eu tenho certeza que de todos os partidos –, porque essa é uma causa maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Governo finalmente se sensibiliza gradualmente. Temos uma proposta que se sustenta, que justifica para a sociedade...

Essa parte que se refere à questão do Fundo Social é para mitigar o clima. Está lá escrito. Quando a riqueza do petróleo foi criada e esse fundo, um dos itens foi para quando tiver impacto econômico e social, que é o caso. Por isso nós defendemos com tanta garra.

E agora a anexação de outros fundos e essa proposta da Senadora Tereza Cristina, que é de todos, mas obrada e tocada por ela, de um fundo garantidor – sobre o qual, realmente, não vou chover no molhado, porque a gente luta há anos para que se tenha isso – e também, lógico, um programa de seguros, no qual se está trabalhando, uma legislação nova...

Então, as próximas etapas... Na Câmara dos Deputados, eu tenho esse compromisso, Alceu – e assumimos com todos – de não mexer no projeto. Nós não temos preciosismo, vaidade, muito pelo contrário. Esse projeto realmente contempla o objetivo, que são os agricultores.

Então, nós vamos trabalhar aqui, na semana que vem, mobilizar, e, fundamentalmente, vamos trabalhar lá na Câmara dos Deputados, finalizar, e finalizar as negociações com o Governo, que ainda estão em aberto, do ponto de vista...

Mas quero finalizar: pela via legislativa, 346 votos na Câmara, ampla maioria, e, com certeza, com a maioria do Senado, e o entendimento de que, finalmente, o Governo Federal se sensibilize com a situação que está sendo relatada por todos.

Então, o sentimento é de agradecimento ao que estamos construindo, que está sendo, Senador Laércio, construído aqui, pela competência desta Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE, com a capacidade de ouvir as sugestões que foram capitaneadas; à finalização desse relatório do Senador, logicamente, ouvindo os demais Senadores; e, depois, à Câmara, para a gente poder oferecer, realmente, dignidade a produtores e agricultores brasileiros e, muito especialmente, aos sofridos agricultores e produtores gaúchos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço a manifestação do Deputado Afonso Hamm. O último inscrito é o Deputado Evair de Melo, a quem concedo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/REPUBLICANOS - ES) – Pode profetizar também, não tem dificuldade nenhuma.

Sr. Presidente, Senador Laércio, é uma alegria, neste momento, V. Exa. estar presidindo esta importante sessão. Nossa sempre Ministra Tereza Cristina, caros colegas Parlamentares Afonso Hamm, Alceu Moreira e nosso General, que se faz presente, primeiro, há felicidade, porque nós estamos, no agro, em tempos de guerra, Tereza Cristina, não em tempos de paz, General. Portanto, o Renan Calheiros, neste momento, é escalado na estatura de marechal, para que possamos fazer esse enfrentamento. O Senador Renan Calheiros, diria lá na roça, já tem o couro grosso, não cozinha mais na primeira fervura, tem um longo caminho percorrido. E não haveria, talvez, no Congresso, alguém que pudesse ser alçado a essa responsabilidade. Muito mais do que simpatia pelo setor, é preciso realmente ter estatura, General, para ser marechal, para que possa nos liderar neste debate, e assim o fez com muita competência. Tenho certeza de que a sua atuação pode fazer com que nós voltemos, em breve, a tempos de paz.

Agricultura a céu aberto, o agricultor não tem contracheque. Esse projeto, essa ação, essa inteligência construída, embora passe pelo agro, seu resultado vai impactar a vida de todos os brasileiros. Embora a Ministra Tereza Cristina tenha falado agora aqui da renegociação... Como é que se chama o projeto de dívida que o Governo está fazendo aí: Desenrola?

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Desenrola.

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/REPUBLICANOS - ES) – Eu sou meio reticente nessa questão do Desenrola Rural, porque tem muitas dívidas que nós, no dia a dia civil, fizemos. Compramos um eletrodoméstico, compramos um carro, fizemos investimentos que não tiveram retorno, mas é preciso dizer para o Brasil que o investimento no agro não significa efetivamente retorno financeiro e lucro para o produtor rural, porque não podemos nos esquecer da função social que o agro tem.

Portanto, a inteligência construída para que esse recurso possa ser colocado, disponibilizado para criar um ambiente favorável de prosperidade para o negócio, primeiro, tem a garantia da produção de alimentos; segundo, o fornecimento contínuo, porque tem impacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só na cadeia alimentar, mas também no sistema inflacionário. O agro dialoga com outros setores da logística, da infraestrutura, de serviços. O negócio é muito maior. E não tem nada...

Eu aprendi isto com o nosso sempre Presidente Jair Messias Bolsonaro: o Brasil, que precisa produzir riqueza inclusive para fazer esses programas sociais, tem dois mecanismos, tem duas ações, atividades, que conseguem dar respostas rápidas, Tereza Cristina, o agro e o setor mineral. Portanto, o Brasil que precisa sair, cada dia mais, da pobreza, o Brasil que tem o desafio de melhorar a renda dos brasileiros, o Brasil que precisa construir uma plataforma, independentemente de o Governo sair dessa discussão de fome, precisa cuidar com muito carinho desse setor que é essencial tanto na função social quanto na questão econômica. Mas, volto a dizer, o agricultor não tem contracheque. A gente precisa dar para ele uma margem, porque a agricultura tem que ter esse retorno, para que possamos, inclusive, cuidar da sucessão, de etapas futuras.

O nosso Rio Grande do Sul, com o impacto de quase 8% na economia brasileira, foi devastado. Um povo honrado, de valores, ficou de pé. Infelizmente, muitas vidas tombaram. Mas, pela dor – assim a humanidade se reconstrói –, construímos um patamar para que isso não volte a acontecer em hipótese alguma – aí, Afonso Hamm, você tem muito mérito nisso não só no Rio Grande do Sul –, para que possamos levar essa tranquilidade, essa paz, Senador Laércio, para todo o território brasileiro.

É preciso restabelecer e sair desse discurso da demagogia do agro, do favorecimento, do benefício, dos benefícios do agro. Não, a agricultura, às vezes, é a única alternativa e opção de muitos brasileiros que estão no interior, que lá se fizeram. E é a única opção, às vezes, porque, na verdade, muitas vezes não trouxe rentabilidade, não trouxe retorno. Quantos agricultores ficaram ao longo do caminho?

Se tem uma coisa que a minha mãe me ensinou e que o agricultor tem, Deputado Alceu Moreira, é vergonha na cara. Se tem um homem que entra em depressão, que tem vergonha de ir à igreja, tem vergonha de ir à rua, de ir ao comércio, é um agricultor que deve. Ele tem vergonha de sair do terreno da sua casa e receber uma visita, receber a visita de um compadre, de um vizinho. Ele tem vergonha de ir, num dia de campo, ver uma loja de máquinas para ver o lançamento de um equipamento novo, tem vergonha de ir à igreja e, depois da igreja, fazer lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma resenhazinha com os amigos, porque esse homem, acima de tudo isso, também tem princípios morais, que têm que ser considerados. E nós criarmos esse ambiente para que tenha tranquilidade de prosperidade no seu negócio também é cuidar das pessoas para que esse cidadão, inserido nesse contexto de prosperidade, se torne um cidadão melhor. E é ele que cuida da coisa fundamental, que é da sucessão. Quando o pai agricultor, a mãe, os irmãos veem prosperidade, a geração que está vendo essa prosperidade quer ter continuado o seu negócio. Portanto, precisamos desse ambiente.

Eu tenho certeza de que essa proposição vai ter sucesso não só aqui no Senado, mas retornando à Câmara também, para que possamos criar esse ambiente de prosperidade pelo trabalho. O que nós estamos pedindo aqui, vou repetir, são condições econômicas de ter prosperidade pelo trabalho e, assim, definitivamente restabelecer este país que levanta cedo, trabalha, produz e honra os seus valores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Muito bem, Deputado Evair de Melo.

Senadora Tereza.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Só finalizando, quero dizer que esse projeto, se aprovado aqui no Senado – e eu tenho certeza de que será, porque vamos trabalhar muito para isso, Senador Laércio –, é a modernização que começa do sistema de crédito da agricultura brasileira, é a modernização, nada mais do que isso.

Eu também não podia deixar de agradecer ao Domingos, da Farsul; a Grazi, do SOS Agro; enfim, outros que ficaram aqui sempre nos ajudando e incentivando para que pudéssemos chegar a este momento aqui; e ao Antonio da Luz, que a Farsul também nos cedeu como técnico, desde lá do Afonso e aqui conosco, para podermos chegar a este momento com esse texto, que ainda tem alguns aperfeiçoamentos até semana que vem...

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP - RS. *Fora do microfone.*) – O Arlei, da Aper.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O Arlei, enfim, todos que estiveram aqui nessa jornada para que chegássemos a este momento.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O.k., Senadora Tereza.

Eu quero declarar aqui que defiro o pedido de vista coletiva. A matéria retorna na próxima reunião deliberativa, ou seja, na próxima terça-feira.

Vamos manter essa unidade. Essa engrenagem não pode parar jamais, e nós vamos avançar porque o agro é o que move o Brasil e a presença de todos vocês certamente traz aquela disposição de todos os Parlamentares do Congresso Nacional de avançar nessa pauta tão importante, porque de convencimento a gente não precisa mais, a gente precisa de ação, e a ação é impulsionada pela movimentação, pela força do trabalho e, principalmente, pelo conhecimento de todo mundo.

Quero, em nome da Comissão de Assuntos Econômicos, referendar aqui o reconhecimento e a gratidão a todas as pessoas citadas, seja do setor, das associações, sejam os técnicos aqui do Congresso Nacional, que deram sua contribuição para que a gente avançasse até aqui, na certeza de que nós avançaremos até a próxima reunião.

Vamos em frente! Está encerrada a nossa reunião. Até a próxima terça-feira. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e sete minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Cid Gomes, Omar Aziz, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Camilo Santana, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Jaques Wagner, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Zenaide Maia e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil, nos termos da Lei Complementar 179/2021. **Participante:** Sr. Gabriel Muricca Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil. **Resultado:** Reunião realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 21, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S/A, empresa estatal não dependente do Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Transição Energética do Pecém." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Anunciada a matéria, vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 22, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 33,500,000.00 (trinta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S/A e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento parcial do "Complemento ao Programa de Transição Energética do Pecém - PECÉM VERDE"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Anunciada a matéria, vista coletiva concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5122, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a utilização do Fundo Social (FS) de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, como fonte de recursos para a disponibilização de linha especial de financiamento que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** O relator profere o voto. Encerrada a discussão, vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 60, de 2026** que: "Requer a Convocação do Diretor Superintendente da PREVIC" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 61, de 2026** que: "Requer a Convocação do Ministro de Estado da Previdência Social" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 62, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Muricca Galípolo, informações sobre a suposta operação de empréstimo, em valores vultosos, contratada pela empresária Bianca Medeiros, cunhada do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o banco Master." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 63, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, encaminhe ofício à Procuradoria-Geral da República – PGR solicitando informações acerca da eventual existência de acordo de colaboração premiada atribuída ao ex-presidente do Banco de Brasília – BRB, bem como de procedimentos investigativos ou peças correlatas relacionadas às informações divulgadas envolvendo a operação BRB–Master, além da possibilidade de compartilhamento institucional de informações ou documentos, observadas as cautelas legais e regimentais pertinentes." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Mensagem (SF) n° 1, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga decorrente da renúncia de João Pedro Barroso do Nascimento." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Mensagem (SF) n° 2, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor IGOR MUNIZ, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel Walter Maeda Bernardo." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, vista coletiva concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Renan Calheiros**
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/19

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Seção Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de maio de 2026.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira parte, mais importante, evidentemente, é a audiência pública interativa com o Exmo. Sr. Presidente do Banco Central,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriel Galípolo. A segunda parte será uma sessão deliberativa, inclusive do grupo de acompanhamento das investigações do Master. Na oportunidade, votaremos requerimentos de convocação e de pedido de informações.

A presença do Presidente Gabriel Galípolo se inscreve em uma das obrigações da autoridade monetária no sentido de prestar contas ao Legislativo sobre o trabalho à frente do órgão e das perspectivas anuais da política monetária e cambial.

A vinda hoje, aqui, incorpora, sem dúvida nenhuma, um fator ainda mais relevante e ainda mais gravíssimo da circunstância que nós vivemos, diante da escalada sem fim do maior escândalo financeiro do país, talvez do mundo, que redundou em prejuízos bilionários, prisões, e diversos inquéritos policiais que apuram crimes seriados envolvendo autoridades brasileiras em todos os Poderes, fundos de pensão, fundos de previdência, bancos estaduais, títulos podres, manipulação e corrupção de diretores, até mesmo do próprio Banco Central.

O escândalo do Master prosperou pela conjugação – já disse aqui e queria repetir – de três impropriedades: brechas legais, para as quais já propusemos algumas correções, já apresentamos três projetos que tratam, inclusive, da atualização dos crimes contra o sistema financeiro; cegueira fiscalizatória deliberada e apadrinhamentos políticos e institucionais.

O corrimão da promiscuidade entre autoridades e o mercado precisa ser revisto imediatamente. Não basta a quarentena, já que os atos praticados na cadeira pública pavimentam a privada. O comportamento ilegal e imoral ou antiético de alguns é que tem potencial para apodrecer os Poderes. O primado é a defesa da lei e não a defesa do indivíduo ou das pessoas. A transparência é a mais eficiente terapia para a democracia; a penumbra e a mentira são suas piores toxinas.

Reitero todos os pedidos ao Banco Central, ao Supremo Tribunal Federal, à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, à CGU, no sentido de facultar o acesso da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aos documentos do caso Master.

Somos hoje, mais do que nunca, a única instância do Legislativo a persistir na investigação, no acompanhamento da investigação que apresentou, como todos sabem, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

últimos dias, desdobramentos bombásticos, aterradores, mas que recolocam a investigação no curso correto.

Nosso apoio permanente à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e ao Supremo Tribunal Federal.

É preciso que o país tenha conhecimento da integralidade das investigações, dos diálogos, do contexto e da participação de cada um dos nomes citados.

Pelo visto, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a investigação está apenas começando. Ontem a Polícia Federal colocou Daniel Vorcaro numa sala comum. Estava tentando isso há muito, porque a própria delação do Vorcaro é mais do mesmo, não acrescenta nada, absolutamente nada, diante do que a Polícia Federal já investigou.

Meus cumprimentos, portanto, a todos.

Eu vou conceder a palavra ao...

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, perdoe-me. V. Exa. já se permitiria receber os pedidos nossos para inscrições após a exposição do Presidente Galípolo?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Já temos inscrito o Senador Izalci, o Senador Carlos Portinho, o Senador Veneziano, o Senador Plínio Valério, o Senador Eduardo Braga...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Já está inscrito, Senador Eduardo Braga, e o Senador Wilder Morais e o Senador Camilo...

Portanto, com a palavra o Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, para as suas intervenções iniciais. V. Exa. dispõe de 20 minutos. Se precisar de mais, não haverá nenhum problema.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Agradeço ao Exmo. Senador Renan Calheiros, Presidente aqui da CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmas. Senadoras, Senadores, eu vou iniciar pedindo para colocar uma apresentação.

Conforme prevê a Lei Complementar 179 e o próprio Regimento aqui do Senado, eu tenho que também prestar contas sobre a política monetária, mas não só sobre ela. Só para cumprir a institucionalidade, eu vou iniciar pela política monetária, se o senhor permitir, e sigo na apresentação sobre o tema de estabilidade, sempre reforçando, agradecendo aqui a oportunidade que o Senador Renan me dá. É uma satisfação, é uma honra poder vir aqui prestar contas para a sociedade nesta Casa.

Começando aqui com o tema de política monetária, eu vou retornar um pouco à governança da política monetária. Hoje em dia, a governança da política monetária funciona da seguinte maneira: o CMN estabelece a meta de inflação e estabeleceu, em 2023, uma nova lógica – um decreto presidencial, na verdade, de 2024 – para o funcionamento do sistema de metas de inflação. Eu lembro porque eu estava lá, Presidente Renan, ainda como Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, quando o Secretário de Política Econômica Guilherme Mello, meu querido amigo e competentíssimo economista, fez um estudo para comparar como estava o arcabouço do sistema de metas de inflação do Brasil com outros países.

Nessa comparação que foi feita – até veio à imprensa uma tabela, naquele momento, que tinha sido colocada –, constava que a maior parte dos países avançados tinham uma meta de 2%, enquanto a maior parte dos países emergentes tinham uma meta de 3% de inflação. Então, tinha dois países só que não tinham uma meta de 3% dos países relevantes e emergentes: um era a Índia, mas que, no final, como a inflação vinha rodando abaixo do que era a meta, não tinha uma grande discussão em torno disso; o outro país era a África do Sul, que tinha uma banda maior, que ia de 6% a 3% ou 3,5% – se minha memória não me trai agora –, mas o próprio Banco Central da África do Sul decidiu informar que vai perseguir o piso da meta, então ele também está perseguindo essa meta de 3%.

Então, do ponto de vista de meta, não havia nenhuma discrepância, ou seja, estava alinhado ao caminhar para 3% quando foi estabelecida essa meta de inflação. O que existia de divergência é que o Brasil ainda seguia com uma meta ano-calendário em vez de uma meta contínua. O que há de problema em ter uma meta ano-calendário? Quando estão faltando dois, três meses para acabar o ano-calendário, a capacidade da política monetária de influenciar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema de preço, a inflação, é praticamente nula. A gente está trabalhando com um horizonte relevante de 18 meses. Então, era simplesmente uma questão de você adequar o arcabouço institucional com o que é o operacional da política monetária, que é você estar olhando para a frente, ou seja, o sistema de política monetária é incapaz de mudar a inflação passada; ele é capaz de influenciar a inflação para a frente. E foi essa adequação que veio a partir dessa resolução acertada, na minha visão. Eu não era, à época, um integrante do CMN. O Ministro Fernando Haddad, então Presidente, a Ministra Simone Tebet e o Presidente Roberto Campos que estabeleceram, então, essa meta de inflação de 3%, com uma tolerância de intervalo de 1,5 para cima e para baixo e com uma meta contínua e não uma meta de ano-calendário.

Quando a gente olha para a prática da política monetária no Brasil e para a estrutura da política monetária no Brasil, a gente pode lidar com uma falsa contradição, com falsas conclusões que podem parecer que uma coisa exclui a outra e, na verdade, há um falso terceiro excluído aí. Ao analisar as taxas de juros praticadas pelo Brasil ao longo das últimas décadas comparativamente à maior parte dos seus pares, é fato que o Brasil sustenta taxas de juros, sistematicamente e historicamente, mais altas do que os seus pares – é verdade isso –, o que pode passar uma sensação de que talvez o Banco Central tenha sido excessivamente conservador na determinação da taxa de juros para a política monetária. Então, é fato, isto é uma verdade: a taxa de juros está, ou ela é, sistematicamente e estruturalmente, mais alta do que...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pessoal, eu encareço dos convidados um pouco de silêncio para favorecermos a intervenção do Presidente do Banco Central, senão, infelizmente, eu vou pedir para que os assessores e consultores deixem o recinto.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Desculpe.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Imagina, eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de um lado, existe, sim, essa taxa de juros comparativamente mais alta do que a dos nossos semelhantes, dos nossos pares, historicamente, há décadas. Por outro lado, quando a gente vai olhar o resultado da política monetária – estou comparando aí desde 2020 –, a gente vai perceber que só não houve uma carta aberta, que é quando o Banco Central tem que comunicar ao Ministério da Fazenda que não conseguiu cumprir a meta, só em 2020 e em 2023, ou seja, nesses seis anos, em quatro anos o Banco Central não cumpriu a meta.

O Banco Central não conseguiu cumprir a meta, e eu não estou falando da meta... A gente escreve a carta não quando a gente não acerta o centro da meta, mas quando não, inclusive, acerta a banda superior da meta, o que sugeriria o oposto: sugeriria dizer que, talvez, o Banco Central tenha sido pouco conservador e que deveria ter estabelecido a taxa de juros num patamar ainda mais alto para cumprir a meta.

Eu estou colocando essa questão para dizer que o que existe por trás... fazer a pergunta dizendo: "por que o Brasil tem taxas de juros historicamente mais altas?" não é algo que vá jogar luz sobre o problema se a gente não olhar que existem taxas de juros historicamente mais altas, mas, sistematicamente, a inflação está rodando acima da meta; essas duas coisas convivem. E aí levanta uma questão de ordem mais estrutural, que é: por que, no Brasil, é necessário fazer um esforço maior de política monetária para se conseguir o mesmo efeito que se consegue em outros países, do ponto de política monetária?

Um tema sobre o qual é relevante falar: muitas vezes, a gente vê o debate sobre núcleos de inflação, ou seja, você está olhando para a inflação cheia ou você deve descartar alguns itens mais voláteis, por exemplo, energia, preços administrados e alimentos, ou você considera excluir, por exemplo, passagem aérea, questões que apresentam mais volatilidade.

O Banco Central, hoje, já analisa esses núcleos e já considera, nas suas análises, esses núcleos. E eu estou trazendo isso aqui para dizer que a média desses núcleos, que já excluem esses itens mais voláteis, está hoje rodando no mesmo patamar do que a inflação cheia, ou seja, a exclusão ou a inclusão desses elementos não provocaria uma diferença significativa na consideração do que é a inflação hoje.

O que veio acontecendo mais recentemente, e eu quero chamar a atenção, é: após o ano de 2025, a inflação ter subido bastante ao longo do primeiro trimestre até maio de 2025, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função de uma série de elementos que envolvem uma desvalorização cambial acentuada e uma economia que está bastante aquecida, a gente viu a inflação vir caindo, tanto a inflação corrente quanto as expectativas, ao longo do ano de 2025, em função, basicamente, da resposta que o Banco Central deu do final do ano de 2024 até meados de 2025, com elevação da taxa de juros e, depois, mantendo essa taxa de juros num patamar restritivo por um período bastante prolongado.

O que aconteceu de lá para cá é que nós tivemos mais um choque de oferta. E esse tema, acho que é importante eu chamar aqui a atenção: a economia global está passando pelo quarto choque de oferta seguido em menos de seis anos. A gente teve a covid, tivemos a guerra na Ucrânia, tivemos o tarifaço e, agora, o conflito no Irã. Esses quatro choques de oferta seguidos elevam o nível de preço. A cada choque de oferta desse, você muda o nível de preço.

O Banco Central trabalha com um sistema de metas de inflação; ele está olhando para a variação. Então, você pode ter tido uma mudança no nível de preço em um ano e, no ano seguinte, a variação cair de volta para dentro, para dentro do centro da meta.

Porém, as pessoas convivem com um nível de preço. Essa dissonância entre um nível de preço mais alto, ou seja, um nível de preço que subiu numa velocidade maior, ao longo de quatro choques de oferta, do que a renda, por exemplo, provoca essa dissonância de percepção, em que, muitas vezes, em vários países do mundo, se alega: há uma inflação dentro da meta, há uma inflação mais controlada, mas a percepção da população...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – ... que não está olhando inflação, e, sim, nível de preço, é que o custo de vida está mais elevado, e isso provoca essa dissonância.

É normal a gente ver, após um choque de oferta, uma elevação das projeções de inflação no curto prazo, ou seja, naquele prazo que está sendo impactado pelo choque de oferta, e neste momento nós temos dois choques de oferta atuando. Um deles é o choque do petróleo, em função do conflito no Irã, e o outro é agora a possibilidade de a gente ter um El Niño bastante forte, que é um segundo choque de oferta que está sendo colocado ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o principal desafio para nós, aqui, no Banco Central? É conseguir segregar o que é uma elevação de preços decorrente desses choques de oferta e o que são aquilo que a gente chama de efeitos de segunda ordem, que se propagam em função desses choques de oferta na economia, gerando um impacto inflacionário, não só por causa disso, mas também porque a economia brasileira se encontra hoje no menor nível de desemprego da sua série histórica e com a renda crescendo de maneira bastante elevada. E aí a gente consegue analisar, inclusive, aqueles núcleos que excluem boa parte dos produtos que são importados; a gente consegue ver que a inflação de serviços, por exemplo, esses núcleos que a gente olha, que dependem menos dos preços importados, também estão bastante pressionados, denunciando uma economia que está bastante aquecida.

Então, a gente vai ter esses dois elementos, o que traz um elemento de complexidade maior para a gente, por exemplo, com uma desancoragem ainda maior das expectativas em 2028. Dois mil e vinte e oito deveria ser um horizonte em que esse choque de oferta já deveria ter se propagado, e a gente consegue enxergar que aquilo que já estava parcialmente desancorado, a gente já tinha uma projeção em 3,5%, se desancorou um pouco adicionalmente, ainda mais em 2028, algo que não é simples de explicar, porque a gente deveria imaginar que o choque de oferta já deveria ter se propagado e qualquer tipo de aquecimento na economia, por qualquer medida que a proposta está sendo tomada agora, também deveria não ter um impacto tão grande lá em 2028.

Um outro tema a que eu queria chamar a atenção, que tem sido bastante discutido aqui, é o nível de endividamento das famílias. Eu acho que é interessante este gráfico para mostrar um platô ali, em 2020, no período da covid. Esse é um cenário que acontece globalmente, e faz sentido a gente imaginar como é que isso aconteceu. Em 2020, a gente tem uma queda muito grande na atividade econômica no mundo, e os bancos centrais do mundo colocam as taxas de juros em patamares também historicamente baixos; lá fora chegaram em patamares negativos, e aqui, no Brasil, chegou próximo de 2%. Então, faz sentido imaginar que a pessoa que perdeu renda em função da queda na atividade econômica vai buscar sustentar o seu consumo com algum tipo de financiamento; naquele momento, renda mais baixa, porque o desemprego está subindo, seja formal ou informal, e a taxa de juros mais baixa tem um crédito mais acessível. É aquele platô que a gente enxerga lá, em 2020. Existem vários estudos internacionais mostrando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que a relação das pessoas com cartão de crédito subiu de dois, três para cinco cartões de crédito ao longo desse período, o que envolve um financiamento maior relativo a cartão de crédito.

Esse fenômeno global é acentuado no Brasil, curiosamente, por um processo de bancarização que se relaciona inclusive com o Pix. Percebam que os clientes bancários crescem quase que na mesma curva do Pix no gráfico da esquerda. O que significa isso? O Pix incluiu uma série de pessoas que estavam à margem do sistema financeiro, que não tinham nem conta bancária, e, a partir de ter conta bancária, essas pessoas passaram a ter acesso inclusive a cartões de crédito, a outras estruturas de financiamento que correspondem a esse crescimento de transações de cartão de crédito.

Muitas vezes as pessoas imaginam que há uma rivalidade entre o Pix e o cartão de crédito. Na verdade, não. A gente percebe que o cartão de crédito passou a ter mais clientes e mais receita a partir do Pix, em função do efeito de bancarização.

Aqui é aquilo que eu comentei e que se remete à primeira fala original minha, ou seja, por que o Brasil tem taxas de juros historicamente mais altas, quando comparado com os pares, e, ainda assim, uma inflação que é persistentemente acima da meta? Não é simples explicar para economistas estrangeiros e para pares nossos – outros presidentes de banco central – como é possível o Brasil sustentar uma taxa de juros tão alta durante um período tão prolongado e, ainda assim, ter uma taxa de desemprego tão baixa, a taxa de desemprego mais baixa da nossa série histórica. É um pouco dissonante para aquilo que se espera dos mecanismos de transmissão da política monetária, o que remete a temas estruturais. A gente pode explorar aqui – não vou tomar tempo demais na minha explicação –, ao longo do debate, de o porquê o Brasil tem essa necessidade de você dar uma dose maior do remédio e por mais tempo para você conseguir um efeito similar ou análogo ao que existe nos outros países.

Esse daqui é um índice que é usado bastante no mundo como um todo para comparar bem-estar econômico, para estabelecer bem... O nome em inglês é horrível, Presidente, é Misery Index, não tem muito um nome bom, chama-se Índice de Desconforto, em português, mas basicamente ele vai somar o nível de desemprego e o de inflação. Quanto mais baixa a soma do desemprego e da inflação, melhor deveria ser a sensação econômica da população. Perceba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente está no menor valor desse índice na série histórica. Porém, há um elemento que remete àquilo que eu falei dos choques de oferta. Vários economistas vêm fazendo estudos de como esse indexador teve uma quebra de correlação com o bem-estar e sensações de popularidade de um governo, por exemplo. Por quê? Porque eu estou medindo inflação, que é variação. Após quatro choques de oferta, o nível de preço subiu. Então, a população... raramente você vai perguntar para alguém e ele vai saber qual é a inflação daquele mês ou qual é o núcleo de inflação daquele mês, mas a pessoa sabe quanto custa a carne, quanto custa o leite, quanto custa o ovo.

Essa questão de que os bancos centrais foram desenhados para mirar e ter como alvo, como meta, a inflação e as pessoas viverem em nível de preço está provocando essa discussão, que no resto do mundo está se chamando de *affordability*, discussão de um custo de vida mais alto comparativamente. E é difícil para os bancos centrais, porque a função do Banco Central é justamente não deixar que essa elevação de preço vire uma espiral preço-remuneração que propague a inflação e faça uma inflação perder controle. Então, não é um desafio simples que vários bancos centrais hoje estão enfrentando em meio a essa discussão de você ter de novo um choque de oferta. E durante esse último choque de oferta houve quem dissesse que é temporário, é passageiro, mas essa sensação para a população pode, inclusive, atacar a credibilidade das autoridades monetárias ao você analisar isso.

Aí um pouco simplesmente a evolução do câmbio. Desde o final de 2024, início de 2025, o câmbio vem se comportando muito bem, o real vem sendo a moeda que mais tem se apreciado comparativamente aos pares, e não só aos pares, mas a países avançados. Essa apreciação do real se explica basicamente por algumas razões. Do ponto de vista doméstico, interno, a gente tem o fato de sermos exportadores líquidos de energia, sermos autossustentáveis em energia, exportadores líquidos de petróleo. Então, no momento de um choque de oferta, que vende energia, isso nos coloca numa situação mais privilegiada. O diferencial de juros provoca também um *carry*, um carrego bastante positivo para você investir aqui e isso colabora com o processo de apreciação, mas a gente tem visto vários bancos centrais ressaltarem o que foi uma evolução do arcabouço institucional, em especial de países emergentes e de América Latina. Para aqueles que estudam economia há algum tempo e acompanham isso há algum tempo, é algo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relativamente novo a gente ver um cenário que a gente chama de aversão a risco subir e ver as moedas de países latino-americanos se apreciarem – geralmente costumava ser o contrário.

Para além desta questão específica doméstica, há uma questão global que, na minha visão, parece reunir dois elementos. Apesar dos choques de oferta que estão acontecendo lá fora, apesar da situação fiscal de vários países que vêm demandando emitir mais títulos de dívida soberana, há um otimismo, vamos dizer assim, por parte do mercado relativo aos ganhos de produtividade que a inteligência artificial pode proporcionar, ou seja, a inteligência artificial, com ganho de produtividade, pode ajudar a produzir menos inflação e ter ganhos de produtividade. E isso parece ter tido um efeito relevante na curva de juros norte-americana: a curva futura de juros norte-americana vem se comportando muito bem para um período de instabilidade, incerteza e tensão geopolítica, como a que está vivenciando. Somado a isso, a gente tem, do outro lado, o dólar se desvalorizando perante a maior parte das moedas, basicamente porque existe uma diferença entre estes dois mercados: o mercado de juros e o mercado de câmbio nos Estados Unidos. O mercado de juros, de títulos públicos soberanos nos Estados Unidos é bastante denso, líquido e profundo, e a participação dos investidores locais faz o preço e é determinante. Os locais são menos determinantes no mercado de eFX, no mercado de câmbio, porque quem tem que fazer *hedge*, quem tem que fazer proteção contra uma oscilação do dólar não é um local – aquele local gasta em dólar e recebe em dólar –, ele geralmente é um investidor estrangeiro e tem mais profundidade.

Então, essa coincidência de uma curva de juros americana bem-comportada, com uma moeda que se enfraquece perante os pares, e o Brasil sendo a moeda que mais tem se beneficiado nos dois cenários... Quando o conflito se intensifica, o Brasil é visto como um porto seguro, por ser exportador líquido de petróleo; quando se arrefece o conflito, também se vê o Brasil como uma boa oportunidade, em função da situação em que ele se encontra. Então, o real vem se beneficiando duplamente nesse processo.

Eu vou passar rapidamente – eu prometo, Presidente – pelos temas aqui que são relacionados à estabilidade financeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que é um tema em que a CAE tem nos ajudado muito aqui e levantado questões relativas às medidas que eram necessárias. O Senador Braga também tem levantado bastantes questões sobre isso.

Então, um primeiro ponto que a gente fez foi um desenvolvimento de sistema de alerta de movimentação atípica no nosso Sistema de Pagamentos Instantâneos. Essa é uma discussão bastante grande, a gente chegou a fazer essa discussão com outros bancos centrais.

A visão geral que existe é: se existe algum tipo de ataque a algum participante do sistema de pagamento, a responsabilidade é daquele participante. Vou dar um exemplo – sempre eu volto para o analógico, porque é mais fácil a gente pensar. Antigamente você tinha ataques, ou crimes, ou fraudes que aconteciam no mundo físico, não no mundo virtual. Então, se você viaja para fora, por exemplo, é muito comum você ver um caixa eletrônico na rua voltado para fora 24 horas por dia. No Brasil, o caixa eletrônico está geralmente atrás de uma porta giratória, à prova de balas, com detector de metais. Isso é uma condição que remete menos à característica do nosso sistema financeiro e mais da nossa sociedade. Se, por acaso, algum bandido entrasse em um banco e assaltasse o banco, o responsável pela segurança daquele banco é o próprio banco, junto com as autoridades policiais. No caso de um ataque virtual, isso é um pouco mais complexo do ponto de vista da visibilidade da população. Ainda que tudo que tem acontecido... Todos os ataques que aconteceram jamais aconteceram ao sistema do Banco Central, jamais ao Pix; aconteceram a participantes – e geralmente a participantes menores. A forma como aquilo se apresentava para a sociedade era, muitas vezes, que tinha sido um ataque ao Pix, e qualquer sistema de pagamento, como uma moeda, depende de credibilidade.

Então, o Banco Central tomou a decisão de avançar em um sistema que faz alertas aos participantes, mas sem jamais, Presidente, tirar a responsabilidade dos participantes. A responsabilidade de segurança é dos participantes, mas o Banco Central hoje tem um sistema que contribui para o adequado gerenciamento, que é alertar. E muitos ataques foram evitados e recursos foram recuperados a partir desse sistema de inteligência do Banco Central, que informa que está tendo algum tipo de movimentação atípica e aquela movimentação atípica pode ser um ataque a este participante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a gente tem esse MED 2.0, que é o Mecanismo Especial de Devolução, em que, se por acaso alguém foi vítima de algum tipo de fraude – aquela fraude que todo mundo conhece, de alguém que entra, manda-lhe uma mensagem dizendo que é seu filho, que é seu parente, pede uma transferência, e você percebe depois que você foi vítima de um golpe –, consegue contestar essa transferência e, ao contestar essa transferência, aquele dinheiro vai ser congelado para que seja analisado se realmente foi um golpe, uma coerção ou alguma coisa desse tipo. Quero deixar claro aqui que isso não se confunde de maneira nenhuma com alguém que queira ter o seu dinheiro de volta, porque comprou um produto e se frustrou com a compra daquele produto. Ele é especificamente voltado para fraudes, golpes ou coerção.

Esse botão de contestação agora tem que ficar bastante evidente e simples para o cidadão poder apertar no aplicativo do banco. Antes, se tivesse tido algum problema desse tipo, provavelmente você teria que ligar para o banco, fazer alguma série de pedidos. Agora você tem um botão de contestação ali que obviamente vai demandar essa concordância tanto de quem fez, da instituição que fez o pagamento, quanto da instituição que recebeu de que aquilo foi realmente uma fraude, um golpe ou uma coerção.

Esse limite de R$15 mil para Pix e TED para quem precisa de um PSTI, que são Provedores de Serviços de Tecnologia da Informação... Vale a pena fazer uma explicação aqui. Os primeiros ataques que nós vimos, Presidente, foram basicamente a participantes que precisavam contratar um prestador de serviços de tecnologia de informação, ou seja, esses participantes não tinham tecnologia própria para fazer a ligação direta ao sistema do Banco Central, eles precisavam contratar uma terceira parte. O Banco Central fiscaliza e supervisiona instituições financeiras, ele não tem alcance para fiscalizar essas terceiras partes prestadoras de serviços. Porém, o crime percebeu que muitas vezes era mais fácil não precisar se infiltrar, vamos dizer assim, e a maior parte – que foi chamada de ciberataque, que tinha algum tipo de engenharia social, tinha algum tipo de infiltração, praticamente em todos eles – dava-se nesses prestadores de serviços de alguma maneira, eles enxergavam ali uma fragilidade. O que o Banco Central fez imediatamente para conter esse tipo de ataque? Colocou que quem precisa de uma terceira parte vai ter um limite máximo de valor de Pix para poder fazer ou de TED de R$15 mil, para que, se por acaso existir uma fraude, vai ter que fazer um número muito maior de transações. Isso contém, reduz o volume de dinheiro que consegue movimentar a partir disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe um outro ponto que eu acho que foi colocado aqui, na última vez em que eu vim à CAE, que era aquela questão de a gente ter instituições de pagamento que funcionavam sem autorização, e o Banco Central tinha até 2029, para olhar para essas instituições e ver se elas poderiam permanecer ou não. Esse prazo foi encurtado, a gente segregou uma equipe específica que encurtou esse prazo de dezembro de 2029 para maio de 2026. Então, a gente já tem mais de uma centena de instituições que provavelmente serão excluídas do processo de ter acesso ao sistema Pix em função dessas análises e dos aumentos dos requisitos que foram feitos para essas instituições. Por exemplo, para quem participa, quem precisa do PSTI, você colocou uma série de requisitos de governança, gestão e de capital mínimo para essas instituições mais elevado, para você ter uma barra mais alta para quem participa ali efetivamente.

Um outro tema que foi bastante discutido aqui na Casa também era sobre eventualmente pessoas, maior parte aposentados, que tinham muitas vezes um registro em débito automático que eles rejeitavam.

Eles diziam o seguinte: "Olha, tem uma conta que está sendo cobrada em débito automático na minha conta que eu não autorizei, isso não foi devidamente autorizado. E eu estou tendo uma dificuldade para conseguir cancelar esse débito automático".

Com o advento do Pix Automático, que é uma inovação que a gente também fez ao longo do ano de 2025, em que você consegue programar pagamentos agora através do Pix, você não precisa registrar no débito automático, isso é muito bom para vários prestadores de serviço. Antigamente, se você quisesse... se tinha uma academia ou qualquer tipo de serviço que você prestava que tinha um pagamento recorrente, quem prestava o serviço e quem era o cliente tinham que ter uma conta no mesmo banco; agora, com o Pix Automático, você não precisa. Além disso, o Pix Automático dá mais segurança de que a pessoa tenha efetivamente autorizado e é mais simples cancelar. Então, a gente obrigou que esses tipos de débito automático fossem feitos obrigatoriamente utilizando o Pix Automático.

Há um bloqueio também agora de chave fraudadora... Tudo isso são resoluções do Banco Central que foram feitas ao longo do ano passado e deste ano. Ou seja, se você identifica que existe uma chave Pix que é historicamente utilizada para receber recursos que são origem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fraude, ou seja, ela é uma chave fraudadora, você vai ter ali um cancelamento e um bloqueio daquela chave, sem possibilidade de portabilidade ou reivindicação daquela chave pelo usuário. Então, você bloqueia a chave que é utilizada para receber esse tipo de recurso.

Por fim – eu prometo que estou acabando –, a regulação aqui sobre ativos virtuais é um tema que... Tem sido bastante reconhecida essa regulação que o Banco Central fez, tanto no BIS, que é o que a gente chama de banco central dos bancos centrais, quanto no FMI. Há uma grande discussão de como é que esse mundo novo de stablecoins e criptoativos vai ser regulado. Isso é uma questão bastante complexa, porque é quase um novo mercado financeiro todo à parte. O Banco Central, acredito eu – os técnicos do Banco Central –, encontrou uma solução que eu acho que simplifica bastante isso, que quer dizer o seguinte: se você tem um ativo virtual que é um representante de um ativo que já existe no mercado financeiro convencional, aquele ativo virtual está sob a mesma regulação que o ativo que ele representa.

Então, só para dar um exemplo, stablecoin é basicamente comprar dólar. A maior parte do mercado de stablecoin é um stablecoin que está ancorado em um dólar. Por que é que você deveria oferecer alguma vantagem do ponto de vista de opacidade para o stablecoin? Não é desejável. Se o stablecoin oferece uma tecnologia melhor, ótimo. Que a pessoa, o cliente, o cidadão possa escolher qual é a tecnologia que ele quer ter acesso para fazer pagamentos em dólares ou ter uma exposição em dólares, não há problema nenhum. A vantagem oferecida não pode ser a opacidade, você não prestar as devidas contas como a legislação exige para quem vai comprar ou fazer uma operação de câmbio. E assim com todos os demais ativos. Então, você põe todo esse mundo de ativos virtuais debaixo da luz que já existe hoje do ponto de vista do mercado financeiro.

A nova metodologia, que eu já comentei aqui, para a sociedade financeira, para bancos e para instituições de pagamento, que subiu a necessidade de requerimento de capital mínimo, também dentro daquela linha de aumentar a barra para quem são os participantes... E a exigência de identificação em contas depósitos e pagamentos é aquilo que chamávamos aqui de conta bolsão, antes, a conta que o Senador Eduardo comentou várias vezes. A conta bolsão tinha uma dificuldade que era justamente o que sempre levantavam aqui, que é: você tinha um ônibus ali e tinha uma série de pagamentos que vinha naquele ônibus e você não conseguia enxergar todos os passageiros lá dentro. O cancelamento puro e simples dela atrapalhava uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

série de modalidades de negócio, como esses aplicativos de entrega de comida, ou às vezes aplicativos que a gente tem de streaming ou de música. A maior parte deles usa esse tipo de pagamento que ele agrega e envia. Qual foi a solução para você não inviabilizar esse tipo de modelo e conseguir encerrar a possibilidade de ter conta bolsão?

Você falou: a partir de agora, a identificação de todos os passageiros que estão no ônibus é obrigatória; ou seja, ela não é mais uma conta bolsão, onde vem um pacote que você não enxerga. E, sim, você pode agregar, mas você vai enxergar cada um dos pagamentos, quem os fez, com os seus valores, de onde veio o recurso, encerrando o que era antes o chamado conta bolsão.

Aqui, a questão do BC Protege+ é simplesmente um sistema que restringe, através do sistema de comunicação, contratação para o sistema financeiro, ou seja, "eu não quero que uma instituição outra abra uma conta no meu nome". Muitas vezes, a gente descobre que alguém teve acesso aos nossos dados, conseguiu abrir uma conta no nosso nome e pegar um financiamento no nosso nome. Se você se cadastrar no BC Protege+, você pode restringir isso, está limitada a abertura de qualquer conta ou contratação de qualquer serviço no seu nome, a partir dessa instrução normativa que o BC fez também.

Há necessidade agora de autorização de entrada em funcionamento de IPs, ou seja, nenhuma IP mais pode entrar em autorização... entrar em funcionamento, desculpa, sem a prévia autorização do BC – aquelas todas que tinham antes não podem mais fazer isso. Há obrigação de encerramento de atividade em 30 dias de IP indeferida. Por que esses 30 dias? Porque essa IP que foi indeferida, o cidadão que tem o recurso nela precisa retirar o dinheiro de lá. Então, durante esses 30 dias, a IP só pode mandar dinheiro para fora, mas não pode receber. É simplesmente para quem é o cliente poder trocar de IP ou de instituição financeira.

Obrigação de rejeição de pagamentos que tenham como destinatárias contas usadas em fraudes; exclusão do ecossistema do Pix, em caso de inobservância do PL mínimo de R$5 milhões; aumento de 12 para 60 meses o prazo para que participantes excluídos que possam reapresentar um pedido de adesão – ou seja, antes de você excluía alguém ou não aceitava a adesão de alguém e em 12 meses ele podia pedir novo, agora só em 60 meses ele pode pedir novo –; o limite de valor de transação do Pix; a aplicação de multa agora é proporcional ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado; aumento de penalidade em casos de reincidência e exclusão de participantes do Pix, no caso de maior potencial lesivo e reincidência de descumprimentos.

Aqui, relativo ao tema que o Presidente Renan comentou, que dialoga com o tema Master, que são as questões relativas ao FGC. Eu comentei algumas vezes nas minhas vindas aqui que, às vezes, a gente presta bastante atenção na questão do passivo, efetivamente, do Master, que eram os CDBs emitidos a 140% CDI, mas o problema principal não estava no passivo, e sim no que se fazia com o dinheiro que era captado. Ou seja, o que estava acontecendo é: se a gente olhar no resto do mundo, existia alguma coisa que aconteceu depois de 2008, que foi a regulação em cima dos bancos, e o custo de observância subiu muito em cima dos bancos. E todo mundo foi tentando procurar aquilo que a gente chama de instituições não bancárias de intermediação financeira, para escapar dessa regulação.

Aqui no Brasil, a gente viu um movimento meio na contramão. Existiam algumas instituições que queriam ser bancos para poder ter acesso a esses recursos com captação do FGC. E aí, o que você não quer? Você não quer um descasamento entre o passivo e o ativo, ou seja, que a instituição esteja fazendo uma captação no varejo, que é com garantia do FGC, para aplicar em ativos que não são próprios de um banco de varejo, seja comprar um precatório, seja comprar qualquer outro ativo, ou aplicar num fundo que não é o que deveria estar sendo feito com um passivo de varejo.

Como é que se foram criando gradativamente limitações para que você não pudesse replicar esse modelo? A primeira coisa foi aumentar a contribuição para quem passa de um percentual do seu passivo que tem garantia do FGC. Basicamente é o seguinte: você demanda muito o seguro, a sua apólice é maior. Você põe um pênalti de custo adicional para quem passa de um percentual. Mas a gente entende que isso cria um atrito, isso é condição necessária, mas não o suficiente, porque ele pode muito bem repassar aquele custo e continuar fazendo aquele mesmo modelo, se tiver algum tipo de intenção de forçar um modelo naquele sentido.

Aí se criou um muro mesmo, que é dizer: olha, a partir de um certo ponto em que você tem o seu passivo vezes o seu patrimônio que tem garantia do FGC, você não pode mais captar com garantia do FGC sem esterilizar. O que é esterilizar? O que passa daquilo você pega – aquele dinheiro – e compra títulos públicos. Se você compra títulos públicos, você vai fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que a gente chama de uma arbitragem negativa de taxa de juros: você vai captar a 105%, 110% do CDI e vai aplicar a 100% do CDI. Nenhum banco vai querer captar mais caro para aplicar mais barato, então você força a esterilização desses recursos para falar: a partir daqui, você não cresce mais.

E a última, que eu acho que é a mais dura de todas e que foi feita agora, recentemente, é você colocar um índice de liquidez sobre os ativos. Então, os ativos elegíveis, para serem colaterais do passivo, precisam efetivamente serem ativos de um banco de varejo. O que eu estou falando de ativos de banco de varejo? Crédito imobiliário, crédito agro, algum tipo de título de valor imobiliário que tenha liquidez. Você não pode ter um passivo de varejo em um ativo de um *hedge fund* ou em um ativo de um gestor de fundos estressados. Então, aqui você limitou aquilo que pode ser eleito como um colateral para isso.

Tentei correr aqui o máximo possível, Presidente, e fico aqui à disposição.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Meus cumprimentos pelas palavras iniciais do Presidente do Banco Central.

Nós vamos começar a fase das interpelações, na forma do art. 398, inciso X: "terminada a exposição [...], abrir-se-á a fase de interpelação, pelos Senadores inscritos [...]". Nós já temos 13 Senadores inscritos, que poderão fazer perguntas em bloco de três Senadores.

Eu, no entanto, preliminarmente vou fazer algumas perguntas para tentar estimular o debate, evidentemente, e vou fazê-lo fora dessa regra regimental, para que nós possamos garantir na prática a produtividade. Essa é talvez a última vinda do nosso querido Presidente do Banco Central a esta Comissão, e a Comissão está muito desejosa – eu, sobretudo – de tirarmos o máximo da sua vinda aqui, hoje.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão.

Eu vou deixar as minhas perguntas, se for possível responder depois, porque eu tenho um compromisso agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu as farei com muita satisfação.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – E inverterei a ordem para V. Exa. voltar, se assim o desejar.

Presidente, objetivamente, quais são os fatores que levaram o Copom a manter uma política monetária tão restritiva nos últimos anos? Inflação, correntes, expectativas e ato do produto, câmbio, preços administrados e inércia. E quais desses fatores o Banco Central entende como predominantemente domésticos *versus* externos?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Como eu comentei, quanto ao que a gente assiste hoje, se a gente fosse comparar o controle da inflação e o desemprego – nós não temos um duplo mandato aqui –, nós estamos naquilo que inclusive os livros e textos mais antigos que tratam de macroeconomia determinam estar muito próximo daquilo que é o pleno emprego – nós estamos próximos a 5% de desemprego, é a menor taxa de desemprego da história.

Do ponto de vista da inflação, o que está acontecendo é o oposto. Eu guardo esse recorde, de que eu não me orgulho, de ser o único Presidente do Banco Central que teve que escrever duas cartas abertas por descumprir a meta num único ano, porque eu tive que escrever as cartas nos dois sistemas. No sistema que encerra em 2024, por ano-calendário, eu assumo e mando dizendo: não cumprimos a meta em 2024. Passaram-se seis meses, em 2025, mais uma vez eu descumpri a meta, tive que escrever uma segunda carta. Agora a inflação está em 4,4%, ou seja, está 0,10% abaixo da meta, e, se mais uma vez eu permanecer com essa inflação acima da meta pelos próximos seis meses, eu vou ter que escrever uma terceira carta em menos de um ano e meio de mandato que eu tenho aqui, dois anos de mandato.

Então, o que vem acontecendo, Presidente, é que a gente vem assistindo a uma economia que mostra uma resiliência bastante surpreendente, com uma taxa de desemprego bastante baixa, com um crescimento da renda acima da inflação e acima da produtividade do país, com aqueles indicadores que nós utilizamos, que medem não só, ou que excluem os itens mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voláteis e que são mais afetados em função de choques internacionais, como os núcleos que vão olhar serviços, por exemplo, ou aquilo que a gente chama de não comercializável no resto do mundo, rodando num patamar não só acima da inflação, mas em função da participação do componente IPCA, incompatíveis com a inflação; ou seja, no nível em que ele está rodando, os demais indicadores teriam que rodar num índice tão baixo, que a gente não observou historicamente, para que eu conseguisse cumprir a meta – cumprir a meta.

Então, o que a gente vem assistindo é que, sim, as taxas de juros, como eu comentei no início – o Presidente fala com toda razão – estão num nível bastante restritivo, especialmente quando a gente compara com outros países e também comparando historicamente. Porém, a gente assiste a uma economia que vem demonstrando resiliência, um desemprego que segue baixo, uma renda que segue crescendo acima da inflação e acima da produtividade e indicadores de inflação bastante pressionados, ainda que a gente tenha uma taxa de juros elevada.

Então, dentro da matriz de como é que funciona a política monetária, um instrumento que existe no Banco Central para colocar a inflação na meta é a taxa de juros. Toda vez que a gente tem esses indicadores mostrando uma economia que está bastante aquecida, em que a demanda vem pressionando a oferta, e isso vem colocando a inflação mais distante da meta que foi estabelecida pelo CMN, a resposta que é demandada ao Banco Central é colocar a taxa de juros num patamar mais restritivo para tentar devolver aquela inflação à meta, dentro do horizonte relevante.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Banco Central reconhece, portanto, a existência de algum canal de retroalimentação entre juros elevados e o quadro fiscal brasileiro, com efeitos sobre a própria política monetária?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Essa pergunta é excelente, porque me dá uma oportunidade de explorar uma das particularidades do Brasil. Os canais de transmissão da política monetária, que se dão pela taxa mais alta, se dão basicamente, o essencial, seria pelo crédito, porque você está restringindo o crédito e você obtém um efeito ali. Existem outros canais – câmbio, expectativas – que funcionam, mas esse é o canal básico pelo qual se está fazendo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar dois exemplos de como a gente tem particularidades no Brasil que criam algum tipo de idiossincrasia no funcionamento desse canal. Um primeiro, por exemplo, é o mercado imobiliário. As taxas de juros que você tem no mercado imobiliário, de hipotecas, que costuma ser a dívida principal que qualquer família faz, um dos principais canais de transmissão para a renda das pessoas, aqui, no Brasil, tem um descolamento com a taxa básica de juros – ele não conversa com a taxa básica de juros. Mas há um segundo que vai diretamente para esse ponto sobre a questão fiscal, que é: o Brasil criou uma coisa que é bastante única, que são as LFTs. O que são as LFTs? São títulos públicos que existem aqui, no Brasil, cuja taxa de juros está lincada, indexada com a taxa básica de juros.

Então, no mundo todo, o Banco Central maneja a taxa de juros de curto prazo. A curva de juros é determinada pela oferta e demanda de títulos públicos no mercado de títulos públicos. Quando você compra um título público, você não corre o risco de crédito, porque, ao final do dia, é um risco soberano, ou seja, você está comprando um risco soberano. Porém você corre um risco que a gente chama de *duration*, que é: se por acaso a taxa de juros futuros subir ou descer, o preço daquele título vai cair ou vai subir. Quanto mais alta a taxa de juros, menor é o preço do título que você... Você tem um efeito renda onde você ficou mais pobre com os juros mais altos.

Para quem compra uma LFT, o sinal é invertido, não é que você não tenha um efeito renda, você tem um efeito renda invertido. Quanto mais eu subo os juros, mais renda o detentor da LFT tem. E a LFT oferece para o comprador um título com risco soberano sem risco de *duration*.

E aí o que acaba acontecendo é que hoje nós temos 50% da dívida soberana lincada à Selic, 50%. Se o Tesouro decidiu – e o Tesouro tem pessoas absolutamente competentes lá no manejo da rolagem da dívida pública –, escolheu lincar 50% da dívida pública à Selic e 20% ao IPCA, é porque esta taxa era a taxa mais barata que ele encontrava lá na hora para rolar a sua dívida; ou seja, se por acaso ele fosse ofertar por algum outro tipo de título, não uma LFT, mas uma NTN-F ou, no caso do lincado ao IPCA, uma NTN-B, provavelmente ele encontraria uma taxa mais alta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas essa discussão sobre relação entre taxa de juros e evolução da dívida pública é uma discussão bastante brasileira, é uma coisa muito particular do Brasil. Quando você conversa com outros bancos centrais, eles têm um grande estranhamento sobre isso, porque existe esse tipo de título que foi criado para que você conseguisse rolar a dívida sem oferecer ao seu credor esse risco de *duration*. Isso provoca algo que é um encurtamento da dívida pública e uma percepção de não ter o risco de *duration* para o credor. Então isso estabelece, sim, como bem colocou o Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então existe esse canal?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Esse canal existe pela LFT, porque, como você tem esse título público que está lincado diretamente à Selic, quando a Selic sobe, você vai subir esse custo de rolagem da dívida e, ao contrário do que faz a política monetária no resto do mundo, que é, quando os juros sobem, o título perde valor, o detentor desse título vai receber mais juros. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E como, Presidente, o Banco Central incorpora esses riscos ao seu cenário?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Então, o mandato do Banco Central não tem nenhum tipo de meta de dívida, e isso é normal, nenhum outro Banco Central tem. O que a gente considera simplesmente é: o estágio que nós temos de política monetária é restritivo o suficiente para produzir a convergência da inflação à meta? O que acontece num ambiente como esse que a gente está vivenciando agora é que você tem um elemento complicador adicional. Nesse período, que é o período que a gente costuma chamar de horizonte relevante, que são os 18 meses que a gente vai olhar de horizonte, que é o que a potência da política monetária se maximiza, a gente tem dois ruídos entrando: que é o choque de oferta do conflito do petróleo mais o choque do El Niño. Então isso distorce um pouquinho, porque a política monetária foi feita para segurar a demanda e não segurar a oferta ou ter qualquer tipo de impacto sobre a oferta.

Mas, como nós temos todos aqueles outros elementos da pergunta primeira, que é o mercado de trabalho bastante aquecido, com a renda crescendo acima da produtividade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acima da inflação, inclusive com aqueles indicadores que excluem esses choques de oferta para ver se os preços revelam uma pressão de demanda também rodando acima daquilo que é compatível, isso enseja uma preocupação adicional somada às expectativas desancoradas que nós vimos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

E em que condições, Presidente, o Banco Central considera que a política monetária pode ser menos contracionista, sem perder a credibilidade?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu acho ótima essa pergunta porque coloca um desafio que eu acho que é um desafio geracional. Eu acho que a gente teve três momentos grandes aqui da história econômica – o Senador conhece bastante aqui – do Brasil. O primeiro momento é você pensar como é que o Brasil deixava de ser um país praticamente uma monocultura de café para se tornar um parque industrial denso, diversificado, se industrializar, um país urbano. Isso acontece dos anos 30 até os anos 80, basicamente.

Se você estivesse estudando economia no Brasil nos anos 50, 60, você estaria estudando substituição de importações e industrialização. Se você estivesse estudando economia nos anos 70 e nos anos 80, com certeza você estaria estudando inflação. O Brasil tem uma das literaturas mais ricas sobre combate à inflação porque o Brasil tem um caso único, para não dizer raro, de ter uma inflação durante 15 anos acima de três dígitos. Todos os casos que nós temos na literatura e na história de inflação acima de três dígitos é um caso agudo e curto. O Brasil conviveu com 15 anos de inflação acima de três dígitos, e aí todos os estudos para ver como é que você combate isso.

O que eu acho que é o desafio desta geração é como é que nós normalizamos os canais de transmissão de política monetária e política fiscal, ou seja, o que o Presidente está colocando aqui é: há claramente algo de idiossincrático, de particular no Brasil que permite que o Brasil conviva com uma taxa de juros real próxima de 10% durante tanto tempo e ainda assim tenha a inflação rodando acima da meta e o nível de desemprego mais baixo da sua história. E aí, diferentemente do caso do Plano Real, que conseguiu com uma bala de prata, vamos dizer assim, resolver o tema da inflação, esse caso me parece ser mais complexo, ele vai demandar uma série de reformas sucessivas para a gente conseguir desobstruir esses canais, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amanhã se possa dar uma dose menor do remédio, ou seja, uma política que pese menos do ponto de vista da taxa de juros, que consiga ter um efeito mais eficiente e eficaz na sociedade, no controle da inflação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, agora sobre uma questão concreta, rápida: qual a avaliação técnica do Banco Central sobre a fixação pelo Senado de um limite global para a dívida consolidada da União, conforme o art. 52 da Constituição Federal, inciso VI, e o art. 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal? Esse projeto está em tramitação aqui na CAE.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Lógico que quem tem a atribuição e a competência legal, inclusive, para comentar sobre dívida pública é o Tesouro; não quero aqui cruzar, mas vou fazer um comentário aqui. O ponto de preocupação que eu tenho é se por acaso isso for percebido pelos agentes de mercado como uma impossibilidade de rolagem da dívida, ou seja, se vai chegar em um limite em que você não consegue mais rolar a dívida, e aí é aquilo que é chamado como uma moratória, ou seja, como uma autodeterminação legal que impede essa rolagem de dívida. Isso pode provocar uma aversão a risco grande, que conversa com essa dinâmica que comentei um pouco da LFT, ou seja, se por acaso os detentores ou os credores do Brasil... E esse é um ponto importante para a gente lembrar: o Brasil vai, toda terça e quinta, ao mercado rolar a sua dívida em um volume bastante significativo, o Tesouro tem que, toda terça e quinta, rolar a sua dívida em um volume bastante significativo. Uma percepção de que receber esses recursos está em risco ou que o valor desses recursos em reais também está em risco tende a provocar uma fuga de recursos para uma outra moeda, e isso pode acelerar um processo de fuga de capitais e inflacionário.

Então, não saberia dizer aqui como mitigar esse risco, mas é muito importante que se preserve o pagamento de dívida soberana, ou seja, que a dívida soberana continue sendo honrada, porque um receio de que possa ter algum tipo de moratória sobre a dívida soberana pode ter efeitos bastante deletérios para o mercado e para o país.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É evidente que nos últimos anos nós tivemos problemas com a supervisão bancária do Banco Central. Eu perguntaria ao Presidente: na visão do Banco Central, sobre os principais gargalos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuais da supervisão bancária – quadro de pessoal, ferramentas, supervisão consolidada, monitoramento de conglomerados, falta de articulação com a CVM, Previc, Coaf e outros órgãos –, quais são, no seu entendimento, os maiores gargalos, os maiores problemas?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu vou, antes de entrar nos temas estruturais aqui, fazer uma fala para não parecer que, de maneira nenhuma, se está se reduzindo o que foi gravíssimo – e, de novo, só a Justiça vai determinar o que realmente aconteceu –, que é o afastamento de dois servidores do Banco Central, de carreira. Eu acho que é um dos fatos mais graves que já aconteceu na história do Banco Central. Todo o corpo técnico do Banco Central, como eu já comentei, sente um efetivo luto com o que aconteceu. E, de novo, não cabe ao Banco Central julgar, vai ser a Justiça que vai determinar o que realmente ocorreu, mas os indícios em si já foram algo que foi muito grave e que causou uma grande sensibilização por parte de todos os servidores, minha, inclusive, ali. E isso integra o que o Senador chamou de problemas que a gente teve ao longo dos últimos anos, com certeza.

Quando a gente vai para as questões estruturais, eu acho que existem dois temas que são importantes para a gente resgatar do passado e do que está sendo discutido para a frente. Um deles é o tema da resolução bancária. O tema de resolução bancária... Hoje a legislação que o Banco Central tem para fazer a resolução ou a liquidação de um banco é uma legislação de 1975. Então, os senhores imaginem o quanto mudou isso. E o que ela faz? Ela permite ao Banco Central, basicamente, ir acompanhando o processo e depois tentar fazer um Raet ou uma liquidação – o Raet é esse regime de administração especial. E, infelizmente, o histórico é: toda vez que a gente entrou num Raet, o banco acabou sendo liquidado, a gente não conseguiu recuperar uma instituição a partir disso, houve uma liquidação. Então, a sensação que nós temos do Banco Central é a de que nós temos menos instrumentos do que outras instituições.

Eu vou dar um exemplo aqui. A gente teve dois casos, o caso do SVB, que é o Silicon Valley Bank, e o caso do Credit Suisse. No Credit Suisse, hoje há uma discussão sobre atualização de resolução bancária para que os bancos possam fazer liquidação em outras moedas, porque esse era um banco que era um banco sistêmico internacional, ou seja, a liquidação tinha que ser honrada em diversas outras moedas e o valor que foi necessário de recursos é de aproximadamente 20 vezes o que aconteceu com o Banco Master. Esse é o tamanho do problema que a gente teve ali com aquele caso. A solução foi feita ao longo de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

final de semana, quando se conseguiu equacionar, prover liquidez e achar um comprador para que isso estivesse feito de sexta para segunda-feira.

O Brasil tem duas complexidades. A primeira complexidade é: eu não tenho a legislação que a maior parte dos bancos tem e vem sendo atualizada sistematicamente ao longo das últimas décadas, em especial, à luz do que aconteceu em 2008, então, eu tenho uma legislação defasada. Combina-se a isso o fato de que eu sou, talvez, o único banco que tem um sistema 24x7 que funciona com a adesão que o Pix funciona. Ou seja, por que se faz no final de semana? Porque, no final de semana, o sistema não está funcionando. Esse não é o caso do Brasil. O Brasil teria um Pix funcionando ao longo do final de semana. Então, eu tenho um sistema mais complexo, com menos recursos, e é altamente complexo para a gente induzir isso. Então, esse é um tema bastante complexo para nós.

Um segundo conversa com a discussão de como é que se dá a estrutura institucional, o arcabouço legal que existe nos outros países, que é a discussão em que muitas vezes se usa a palavra autonomia, e eu acho que ela é uma palavra que não é boa, porque ela passa uma ideia de virar as costas ou de menos dependência, mas não é essa a intenção; a intenção é que você preste mais contas ainda tanto para o Poder Legislativo quanto para o Poder Executivo, mas que você possa deter os recursos que hoje são do próprio Banco Central para isso.

Eu vou resgatar aqui, historicamente, dois pontos importantes da história. Um primeiro ponto foi a criação de se cunhar a moeda pelo Estado, ou seja, acabar com o cunhar moeda privada e, a partir disso, ter uma moeda que fosse uma moeda pública. Esse é um primeiro pilar, um marco histórico muito importante da história da moeda. Um segundo foi quando se disse "Vamos separar estes dois orçamentos, o orçamento monetário e o orçamento fiscal". Essa separação dos dois orçamentos era importante para que o príncipe ou o rei não reduzisse a quantidade de ouro ou metal precioso que tinha na moeda para se financiar. Foi feita no mundo inteiro essa separação dos dois orçamentos.

Aqui no Brasil, a gente criou essa coisa muito particular que foi deixar o orçamento monetário e escolher um pedaço do orçamento do Banco Central que vem para o orçamento fiscal. Eu sou a única instituição que tem dois balanços totalmente invertidos, com sinais invertidos entre eles. Então, quando eu faço um tipo de contratação para fazer inovação ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprar algum tipo de nova tecnologia, ele entra no orçamento fiscal; se eu faço manutenção, ele entra no orçamento monetário. É uma coisa absolutamente kafkiana a questão ali.

E aí o que vem acontecendo, como bem disse o Presidente, é que nós temos, nos últimos dez anos, menos 1,2 mil, 1,3 mil servidores do que nós tínhamos antes. Neste ano, eu devo ter 100 servidores se aposentando na supervisão, de 600 vai cair para 500, com muito mais instituições que nós temos hoje no mercado para serem supervisionadas. Hoje há muito mais instituições.

O mundo todo se assusta ao ver que o Banco Central, que fez uma das inovações que é um grande conforto para a sociedade, mas é quase um *soft power* brasileiro, que é o Pix, não tem recursos para contratar tecnologia adequada para isso. E aí eu estou falando de desde coisas mais complexas, como diversos bancos centrais que estão desenvolvendo seus próprios sistemas de AI para poder fazer supervisão, ou seja, não é só gente, mas eu preciso de tecnologia, porque a coisa está cada vez mais... Você está correndo contra ou está supervisionando quem vai ter cada vez mais investimento em tecnologia. E, com AI, eu consigo aumentar essa granularidade. Eu não posso colocar os meus dados numa rede pública ou numa rede internacional. Como todos os outros bancos da Alemanha, da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Itália estão desenvolvendo o seu próprio, eu preciso desses recursos para poder fazer isso.

Mas, para além disso, há coisas básicas. Hoje eu tenho pessoas que trabalham no Pix 24x7, de madrugada, de manhã e no final de semana, trabalhando por devoção ao sistema financeiro. Isso vai acabar. Conforme vão novas pessoas entrando, vai-se falar: "Você recebe a mesmíssima remuneração se você trabalhar das 8h, das 9h às 5h, ou se tiver uma série de problemas que você tem que cuidar nos finais de semana e durante a madrugada". Isso é absolutamente inadequado. Então, para que a gente consiga avançar no arcabouço institucional, que existe como em outros países, especialmente para que a gente possa cobrir as vagas que estão em aberto hoje e que eu possa dar a remuneração para quem trabalha hoje de madrugada e no final de semana, é essencial... Porque, senão, Senador... Agradeço aqui a oportunidade, eu vou ser talvez mais franco do que eu devia. O que vai começar a acontecer é o Banco Central, ciente de que o cobertor é curto, ter que escolher o que a gente cobre e o que a gente não cobre. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vai ter que começar a fazer uma gestão de risco dizendo assim: "Não há cobertor para cobrir tudo. O que é mais sistêmico vamos passar a analisar".

Mas, deliberadamente, o que a gente tem hoje é, digamos assim, você reduzir o número de pessoas que estão olhando ali. A conversa... Vou dar um exemplo de quando vem um Banco Central da Europa aqui. Lá é deste jeito: são 20, 30 pessoas para fiscalizar uma instituição; e, aqui no Brasil, é uma pessoa para fiscalizar 20, 30 instituições. É disso que nós estamos falando, é sinal invertido. Mas gradativamente a gente vai ter que fazer um estudo de apetite de risco declarado, onde a gente fala: certas coisas a gente não vai conseguir fiscalizar como se deveria, porque não há recurso, nem humano, nem capital para poder fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É. Então, a gente entende que houve...

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para interpelar.) – Presidente, em cima do que ele está respondendo, qual é o problema de trazer mais servidores ou concurso público para vocês? Só para concluir a... Não tem o quê?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (Para expor. *Fora do microfone*.) – Recurso.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Está de brincadeira!

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (*Fora do microfone*.) – É verdade.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Com os bancos, os bancos tendo esse capital todo aí, em trimestre, de bilhões!

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Mas é por essa divisão do orçamento, entendeu, Senador? A gente tem os recursos, se a gente não tivesse essa... Se tivesse a unificação do orçamento monetário, como aconteceu no mundo todo, e a gente teve essa... Eu não gosto de falar jabuticaba, porque é uma fruta tão simpática, mas essa idiossincrasia que a gente criou aqui no Brasil, de ter esses dois orçamentos no Banco Central...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Então chama de jabuti, tracajá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – É isso, isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, é evidente que houve uma redução concreta da atividade de supervisão bancária. E aproveitando a presença do Presidente do Banco Central, seria necessário sabermos quais são os ajustes normativos ou de cooperação institucional que o senhor considera necessários para suprirmos essa redução aí da atividade.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – E até complementando, saiu recentemente a publicação de um novo Código de Conduta que nós fizemos no Banco Central, inclusive em função dos temas que o Presidente comentou aqui. Um dos elementos do Código de Conduta... Porque, assim, você consegue, em casos que são mais objetivos, criar automações de processos, automatizar processos, como vem acontecendo no resto do mundo, e a gente tem pouco recurso para conseguir fazer isso. De outro lado, aquilo que depende de algum tipo de discricionariedade, a melhor maneira como você tem de vacinar, de que possa acontecer, de ter uma pessoa que possa tomar uma decisão que é equivocada, seja com dolo ou sem dolo, é você ter governança que envolve fóruns colegiados. Como bem colocou o Senador, a luz do sol é o melhor desinfetante. Quanto mais gente estiver ali nesses colegiados, melhor.

Qual é a nossa dificuldade? A gente estabelecer um código de conduta que estabelece decisões mais colegiadas, ou seja, que nas visitas sempre tem que se estar acompanhado, com mais gente, as reuniões, as decisões; mas com menos gente, isso vai ficar cada vez mais difícil. Então, esse é um tema da necessidade de recursos e, sim, a gente vem firmando termos de cooperação com a CVM, com outras instituições que são supervisoras e outras autarquias. Aí se insere também uma discussão em que vários Senadores aqui já entraram, que é uma discussão de fronteira, que é o crescimento... Aqui a gente chama muitas vezes de *fintech*, mas é um tema mais genérico; você tem o que a gente chama de NBFIs, o crescimento das NBFIs que muitas vezes não estão dentro do perímetro.

Por exemplo, agora recentemente, aconteceu um caso de uma que se autoproclamou *fintech* e nem *fintech* era, era uma limitada, se chamava Fintech e está absolutamente fora do perímetro de regulação de qualquer um dos reguladores. Então, que a gente possa revisitar o perímetro regulatório e que a gente, para isso, tenha recursos, porque senão fica aquela coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de você passar a obrigação sem as condições para exercer e fica uma coisa que é simplesmente na letra, mas não funciona com essa prática.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, nós vamos tratar agora, rapidamente, de um tema muito intrincado que não teve a transparência devida, permita-me dizer, e que desde já eu agradeço a remessa a esta Comissão dos documentos necessários. Estou me referindo ao termo de compromisso, a uma espécie de acordo de leniência assinado pelo Banco Central com o ex-Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Em relação ao termo de compromisso que envolveu o ex-Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, com o pagamento de R$300 mil, qual foi a base legal e normativa para a sua celebração e quais instâncias internas do Banco Central deliberaram sobre o caso?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Perfeito. Como bem falou o Presidente, ele é um termo de compromisso, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É... Só para quem não está acompanhando: é que o Banco Central fez um termo de compromisso, sem a devida transparência, lamentavelmente, com Roberto Campos Neto, acusado de cometer irregularidades quando Diretor do Banco Santander. Ele não apresentou defesa. Durante o período em que esteve à frente do Banco Central, essa irregularidade não caminhou no rumo da sua investigação. E, quando ele saiu sem apresentar defesa, foi assinada uma espécie de acordo de leniência do Banco Central com o ex-Presidente, que pagou R$300 mil – quando a multa, nesses casos, chega até R$2 bilhões, entre outras penas.

É uma pergunta direta para aproveitar, no melhor sentido, a presença aqui do Presidente do Banco Central.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu vou responder me atendo aqui efetivamente ao processo decisório por uma razão que eu acho que vale a pena eu fazer um preâmbulo aqui.

Neste caso, ou mesmo nos casos em que foram abertas auditorias ou sindicâncias, é muito importante que a gente siga a governança do Banco Central para que esses processos que são feitos não sirvam amanhã de instrumento persecutório de um novo Presidente pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente anterior... Ou pegue o caso efetivamente que a gente teve na discussão ali da supervisão: imagine que eu tivesse uma divergência com uma das pessoas que foram ali afastadas; o fato de eu ter uma divergência técnica não deveria permitir o uso inadequado da figura da sindicância ou da auditoria para que eu pudesse gerar qualquer tipo de constrangimento ao servidor. Então, isso precisa ser tomado com muito cuidado. E também, neste caso aqui, com uma outra dimensão, era um caso especificamente que a gente chama de "conheça o seu cliente", de "*know your client*", de você ter as informações relativas a isso, e foi essa multa, como bem colocou o Presidente, de R$300 mil ao ex-Presidente Roberto Campos e de R$19 milhões ao Santander, por um preenchimento inadequado de informações. Eu vou simplesmente me ater aqui, se o Presidente me permitir, a como se dá o procedimento na questão aqui.

Então, o procedimento para negociação e celebração do termo de compromisso está previsto na Lei nº 13.506, de 2017, e Resolução do BCB nº 131, de 2021. Para garantir melhor governança às decisões tomadas no âmbito do termo de compromisso, a Lei nº 13.506, de 2017, estabeleceu que a decisão sobre assinatura ao termo de compromisso deve ser tomada por órgão colegiado previsto no Regimento Interno do Banco Central do Brasil, no caso, o Comitê de Decisão de Termo de Compromisso (Coter). O Coter é órgão independente cujas composição, organização e forma de funcionamento são definidas pela diretoria colegiada, art. 11, inciso V, alínea "t", do item 4 do RI. Ademais – e aqui é importante frisar –, os integrantes do Coter, quando atuam no exercício da função de decidir sobre a assinatura do termo de comparecimento, não estão subordinados a qualquer autoridade do Banco Central do Brasil, via Portaria nº 103.365, de 2017, que divulga o regulamento do Comitê de Decisão de Termo de Compromisso (Coter).

É oportuno enfatizar que, no momento de celebração do termo de comparecimento, Roberto Oliveira Campos não exercia a cargo no Banco Central. Nada obstante esse fato, os servidores responsáveis pela operação de viabilidade e celebração do termo de comparecimento não são subordinados ao Presidente do Banco Central. Isso aqui foi escrito pelo próprio servidor que mandou aqui o comunicado ao Senado: "No curso dos trabalhos não se verificam situações de conflito de interesses, impedimentos, suspeições ou redistribuições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internas decorrentes de posição anteriormente ocupada pelo signatário no termo de comparecimento".

Então esse é um processo que não passa nem pela diretoria, nem pela Presidência, conforme o Regimento Interno – o que eu acho que é salutar, justamente para evitar qualquer tipo de possibilidade que isso vire um instrumento de eventual tipo de constrangimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Só para tirar uma dúvida, quais foram os fatos imputados a Roberto Campos Neto?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Foram fatos de ter preenchido...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não foi só preenchimento de documento?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Foi, no caso do Coter foi, no caso do Coter desse julgamento – e está no processo lá que o senhor pode acompanhar –, neste caso especificamente, o que está discutido é um processo de que a gente chama de "conheça o seu cliente", e as informações que foram preenchidas foram informações de um volume baixo, que não estão lá completadas, de maneira adequada, as informações.

Esse é o relatório que está no Coter...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por que a lei, apenas para que todos saibam, eu vou agilizar para compartilhar aqui a participação de todos... A lei prevê, neste caso, do Roberto Campos Neto, punições severas e até inabilitação do banco – e até inabilitação do banco.

Eu queria apenas saber quais os diretores que participaram dessa decisão com relação ao termo de compromisso ou acordo de leniência?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Então, os diretores não participam. O Coter, quando ele atua, ele não está submetido a ninguém – nem ao Presidente, nem à diretoria colegiada. O chefe da unidade é quem manda o comunicado para o senhor, que é o...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Porque neste caso, sem interromper, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Lógico.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Neste caso tem uma especificidade a mais, é que nem o Roberto Campos Neto, nem o Banco Santander pediram para fazer o termo de compromisso e sequer apresentaram defesa. Então, foi um termo de compromisso que caiu do céu, não se sabe como, e, lamentavelmente, como o processo não teve a transparência devida, nós continuamos fazendo essas mesmas perguntas de sempre.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, este é um assunto para cobrar ou alguém está se omitindo, ou é a diretoria ou é o Ministério Público.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Quem são os integrantes?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Mas é que a diretoria – volto a repetir aqui...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, eu não estou dizendo que é a diretoria, mas este é um assunto...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu acho que é muito importante...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... em que, para a acusação que V. Exa. está falando...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas quem compõe a Coter?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... trata-se de uma desídia. Isso é o que se chama desídia.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não, são chefes... Eu gostaria de esclarecer esse ponto.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agora cabe notificar o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É verdade que nós estamos construindo um Banco Central independente, Presidente...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Permita-me...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou, Eduardo...

O Banco Central independente. Então, qualquer posicionamento o Presidente Galípolo é apenas um segundo Presidente. Então essa construção se faz no dia a dia. E qualquer decisão tem que ser parâmetro para as próximas decisões em casos iguais. É por isso que eu tenho discutido.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, pela ordem, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Eduardo Braga, desculpe-me.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para interpelar.) – Pela ordem, porque eu estou aqui desde o início e estou ouvindo atentamente todas as perguntas. Mas, nós estamos usando aqui um linguajar que quem está nos assistindo em casa acha que nós estamos falando grego, e o povo brasileiro já está – desculpe-me pela expressão – de saco cheio de não ficar transparentemente dito o que está sendo discutido.

A primeira pergunta: quem compõe o Coter? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: quem exerce fiscalização, comando e controle sobre o Coter?

Terceira pergunta: quais as fragilidades da legislação, para que nós possamos modificar o funcionamento do Coter, para que casos como esse não se repitam?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (Para expor.) – Senador, eu vou então usar um português bastante claro, aproveitando a sua colocação aqui.

Realmente, eu sou o segundo Presidente do Banco Central autônomo que existe, e o mandato que está escrito no Banco Central é que eu tenho que cuidar da estabilidade financeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e da estabilidade monetária, mas tem um terceiro mandato que tem sido um tema que eu tenho perseguido muito: não deixar o Banco Central se transformar em qualquer tipo de palanque para a política.

Não cabe a mim perseguir ninguém. Não importa...

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Muito bom.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – O senhor conhece bem... Quando eu estive aqui, o Senador Esperidião Amin perguntou se eu era Gallipoli da Turquia ou se eu era Gallipoli do Sul da Itália, que é uma cidade balneária. Se o senhor viajar para Florença, o senhor vai ver que, pouco antes de a Renascença colocar a Justiça com vendas, tinha a Justiça sem vendas. A Justiça tem vendas por uma razão muito importante. A Justiça tem vendas, e esse foi um processo importante para que a gente chegasse à República – à coisa pública –, para que o processo não tenha capa; para que, não importa quão poderosos sejam os inimigos ou os amigos da pessoa que está sendo analisada, o processo vá seguir o rito.

Eu não vou dizer nada diferente do que o rito e a governança determinaram, e digo: não há nada de errado com a governança do Coter.

O que o Coter analisou foi: houve um preenchimento inadequado – é só isto – de informações de clientes, que é 0,00000...% do volume de operações que ocorreu. Esse Coter, que é representado por chefe de unidades...

Estaria eu aqui numa situação difícil se tivesse eu chegado aos membros do Coter, chefes de unidade, e falado: "Meus queridos, este processo aqui... Deixe-me ver o que está acontecendo". Isso não ocorreu, e isso não vai acontecer enquanto eu estiver no Banco Central, não importa quem seja a pessoa! O Banco Central vai seguir a governança dele, até o final, e essa governança existe desde 2017...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas ninguém quer que o senhor troque a governança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não quer...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não, eu só...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Nós não estamos pedindo isso, não.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – ... estou tentando dizer isto da maneira mais clara possível: o que o Coter analisou.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O que nós queremos saber é a quem esses chefes de unidades que compõem o Coter prestam fiscalização...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – À auditoria interna do Banco Central.

O Banco Central tem um processo de auditoria interna, e é por isso que quando eu digo que a auditoria não encontrou isso, que a sindicância... A auditoria vai analisar o que cabe à auditoria. O que ela vai analisar é: seguiram-se os processos burocráticos adequados? Houve uma área técnica que fez um parecer?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O.k., a auditoria, então, exerceu o seu papel...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Exerceu, porque o Coter...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E por que não se torna público?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Está aqui, está público. Está aqui, está com vocês, a gente já entregou.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Já entregou?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – O processo todo está aqui.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que fazer, do ponto de vista da legislação, para que casos iguais a estes não se repitam, sobre a questão da descompensação de pesos e medidas...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Mas o...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... entre o que aconteceu e o que foi a medida adotada?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Mas o que aconteceu foi um preenchimento inadequado de informações, e o banco pagou uma multa de R$19 milhões por um preenchimento inadequado. O banco pagou R$19 milhões.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas esse preenchimento inadequado significa o quê?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Significa que você tem uma ficha que a gente chama de "conheça o seu cliente"...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sim, esse "conheça o seu cliente"...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Isso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Por acaso esse cliente era o Presidente do Banco Central?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não, não, não... Imagina.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Esses são processos que são de 2015 a 2017.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – São movimentações que não tinham... Eu vi que teve gente falando que tem a ver com Carbono Oculto, nem a Reag existia; a Asset Reag não existia. São processos de movimentações que ocorreram entre 2015 e 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, mas a colocação da informação errada, equivocada ou imprecisa pode ocultar a existência de conta-bolsão.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – O senhor tem toda a razão...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Que parece que foi o caso.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Então, mas não foi, não é a informação que eu tenho vinda do Coter. Se alguém tiver uma informação diferente sobre qualquer tipo de cometimento de crime, cabe a quem tem essa informação poder fazer as devidas denúncias. As informações que estão hoje aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perdão, Presidente, e essas informações equivocadas, preenchidas, duraram dois anos – dois anos.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – O julgamento, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não foi uma imprecisão, uma...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Ah, não, a ação – a ação. Entendi – entendi. De 2017...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, a prática de irregularidade do Santander.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Perfeito, perfeito...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Enfim, Presidente, dados obtidos pela LAI – essa é muito importante – mostram 24 visitas de Daniel Vorcaro ao Banco Central. Dados obtidos pela LAI mostram 24 visitas de Daniel Vorcaro ao Banco Central, apenas na gestão de Roberto Campos Neto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É... Apenas na gestão de Roberto Campos Neto.

As visitas de Vorcaro na gestão de Roberto Campos Neto ao Banco Central somaram 21 horas e 45 minutos. A mais longa foi em 30 de outubro de 2024: das 9h54 até 12h38, totalizando 2 horas e 44 minutos dentro do Banco Central.

Presidente, esse é um padrão comum no Banco Central, ou foi apenas um caso isolado?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não, ele... Na verdade, acho que tem um depoimento que veio a público, no Supremo, do próprio Daniel Vorcaro, em que ele faz uma queixa dizendo o seguinte: "Eu estava sob um controle tão duro do Banco Central, no último ano, que eu me sentia num regime de administração especial para que eu não pudesse fazer negócios."

E, efetivamente, foi isso que aconteceu. A gente tinha que... Eu ia usar uma expressão de que fica com a coisa um pouco mais curta, mas talvez seja inadequada, mas quando a gente tem um banco e a gente está com receio sobre as atuações daquele banco, temos evidências e indícios de que aquele banco possa estar tendo práticas que são inadequadas, a fiscalização vai acompanhar bem mais de perto aquele banco, efetivamente.

Eu não participei da maior parte dessas reuniões. Primeiro porque, até 2024, a minha diretoria, nesses dois mandatos, é relacionada com a estabilidade monetária, a Diretoria de Política Monetária, menos relacionada ao outro. E, depois, em 2025, muitas delas ocorreram com o diretor da Diorf e com o diretor da Difis ao longo desse processo.

E, sim, ele é um processo que dialoga com a particularidade do banco em questão, seja na condição que ele passava do ponto de vista financeiro, seja sobre o nível de fiscalização e supervisão que era necessário, em função de, de novo: o Banco Central não pode dizer que alguém cometeu fraude, é só a Justiça, é só a Polícia Federal, é só o Ministério Público que vai investigar – mas, com as evidências que nós tínhamos, ele demandava uma atenção mais forte mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas, Presidente, o que é que ele falou com relação à rigidez do Banco Central?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Ele disse que ele se sentia, a partir do último ano – ele falou, no depoimento lá do Supremo que fez –, num regime especial de administração em que estava quase sob intervenção. Efetivamente, o Banco Central passou a impor uma série de restrições.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Certamente ele não estava falando do Belline ou do Paulo Sérgio, que estavam contratados por ele e eram diretores do Banco Central. Ele deve ter mentido para a própria namorada.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Ele estava se queixando, efetivamente.

Se a gente pegar... Tem um dado que eu acho que é importante dar: ao longo de 2025, a captação líquida do Master foi de menos R$11,5 bilhões. A captação líquida, com garantia da FGC, foi de menos R$9 bilhões. E houve um aporte de 2,5.

Hoje, está vindo à tona uma série de comunicações. A gente percebe que essas comunicações denunciam um certo asfixiamento financeiro do grupo, como está percebendo a restrição de recursos que existiam ali. Então, esse processo de fechar e conseguir acompanhar mais de perto foi feito. De maneira nenhuma, eu quero reduzir a gravidade do que o Presidente colocou sobre os servidores do Banco Central.

Mas, de novo, reforço que a governança é a única maneira que a gente tem de se vacinar contra eventos como esse e a gente depende dessas decisões colegiadas para a gente poder fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, uma pergunta, que eu acho que é importante porque é direta: qual foi o teor da reunião virtual com o Diretor Ailton de Aquino, que durou 40 minutos, no dia 17 de novembro de 2025, dia da prisão de Daniel Vorcaro? Quem mais participou dessa audiência virtual? O senhor poderia...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu não participei dela.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Mas eu sei que o Ailton participou, com as áreas dele. O que ele me relatou foi que ele estava dizendo que existia um novo comprador, que é inclusive essa empresa que depois entrou em RJ, agora mais recentemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Banco Fictor e investidores árabes.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Nem banco ele era, era uma tentativa de banco e, de novo, os investidores árabes. Esses investidores árabes já constavam de uma carta de setembro. Quando há a rejeição da compra do BRB, ele apresenta um segundo pedido de carta para o FGC e para o Banco Central dizendo que faria uma saída organizada do mercado, ou seja, reconhece que o banco não é viável mais, mas que ele mesmo faria uma autoliquidação do banco, passando para esses investidores árabes, e jamais tive conhecimento deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Paulo Sérgio e Belline estavam nessa reunião improvisada?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Estavam, estavam.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Isso aí é o seguinte: Paulo Sérgio e Belline eram diretores do Banco Central que estavam contratados e recebendo dinheiro para defender o Vorcaro dentro do próprio banco.

Sobre isso ainda. O Daniel Vorcaro, Presidente, ficou oito horas no Banco Central, no dia 22 de julho de 2025. Com quem ele se reuniu e o que foi tratado naquela reunião?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Acho que só vale eu fazer um adendo aqui, se o senhor me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Desculpe-me, estou fazendo perguntas...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não, está ótimo. É só para eu fazer um adendo aqui.

O Paulo era um ex-diretor. O Belline era chefe de departamento e o Paulo era o ex-diretor, mas isso, de maneira nenhuma, reduz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro, claro.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Só para dar a informação de que era um ex-diretor e os dois eram funcionários de carreira, de 28 anos. Então, o Paulo, depois de abandonar a diretoria, volta para a posição de origem dele e o Belline era um chefe de departamento.

Eu não participei dessas reuniões. Praticamente todas as reuniões que foram feitas durante esse período eram feitas ou com a Difis (Diretoria de Fiscalização) ou com a Diorf (Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução).

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, no dia 8... Aliás, Daniel Vorcaro ficou oito horas no Banco Central no dia 22 de julho de 2025. Com quem ele se reuniu nessas oito horas e o que foi tratado? Trataram, por exemplo, da venda do Voiter, do Pleno, nesta reunião de 22?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu não participei dessas reuniões, mas, de novo, é supercomum que um banco que esteja em condições de dificuldade, vamos chamar assim, tenha reuniões longas, extensas e, mais do que isso, se a gente pegar os dois casos – e eu já citei algumas vezes aqui, e esse ponto talvez isso me dê uma importância de eu poder explicar –, às vezes, existem comunicações que são feitas pelo supervisor ao supervisionado, em momentos como esse, reuniões que são feitas em momentos como esse, que podem ser, às vezes, de difícil compreensão para quem está fora.

Um bom exemplo é assistir aos filmes que relatam como aconteceram as reuniões durante as crises de 2008: as reuniões na Secretaria do Tesouro norte-americano, as reuniões no Banco Central de Nova York, reuniões de final de semana inteiras com os bancos, reuniões de dia inteiro com os bancos, discussões sobre que ativos os bancos poderiam comprar ou vender.

É assim, realmente, que funciona a atuação da supervisão, neste momento em que você está num momento extremo, em que você pode ter a liquidação de uma instituição. Então, isso acontece efetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, confesso que, nas reuniões, cada diretor tem autonomia para fazer a sua agenda. Autonomia essa concedida a cada diretor que a recebe aqui, a partir da aprovação na sabatina no Senado. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E os diretores não informam ao Presidente do Banco Central ou ao restante da diretoria quem receberam e o que trataram?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eles colocam na agenda pública e, ainda assim, no tema de supervisão. Porque imagina que existe um banco, hoje, sobre o qual exista algum tipo de dúvida sobre a situação financeira do banco, e o diretor de supervisão convoca esse banco para uma reunião no meio de um feriado... Você vai assistir a uma corrida bancária imediatamente.

Então, a comunicação sobre isso também reserva uma governança específica, prevista em lei, dada a delicadeza que a envolve. Porque, para um banco, para qualquer banco, credibilidade, por melhor e mais saudável que seja aquele banco, se as pessoas acharem que aquele banco vai quebrar e começarem a sacar, o banco quebrará – o banco quebrará.

De novo, não quero reduzir o fato. Tudo isso que o senhor está colocando, Presidente, fica mais grave à luz da existência de dois servidores que foram afastados. E aí, repito, é um tema que, mesmo tendo o Banco Central feito ele uma auditoria, feito ele uma sindicância, entregue à Polícia Federal, entregue à CGU para fazer todo o processo de análise desse processo, mesmo o Banco Central tendo feito isso, que é o que me parece correto de se fazer nesses momentos... Isso, de maneira nenhuma, eu falo para mitigar a gravidade disso. Isso é grave, gerou uma consternação...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, a grande preocupação desta Comissão e da sociedade é que dois diretores foram comprovadamente envolvidos, porque faziam advocacia administrativa de Vorcaro dentro do Banco Central. Será que se restringiu a isso a influência do Vorcaro?

Porque, no dia 22 de julho, ele passou oito horas no Banco Central. Dois dias depois – dois dias depois! –, o Banco Central, já sabendo da crise do Master e já tendo denunciado os desvios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Master ao Ministério Público, o Banco Central – dois dias depois, já sabendo e já tendo denunciado ao Ministério Público – autorizou o funcionamento do Banco Voiter, o Pleno, para Augusto Lima.

Por qual razão o Banco Central deu essa autorização? É isso que nós precisamos saber.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Lógico! Concordo.

Quero esclarecer que, primeiro, não foi uma autorização. Você fez uma troca de controle e, a partir da troca de controle, esse novo controlador, que já não respondia com os seus bens para um caso de uma falência do Banco Master, passa a responder com os seus bens e reduz o impacto. Foi essa troca de controle – diga-se de passagem, feita numa reunião com... a decisão é feita, dividida entre dois diretores indicados por dois Presidentes da República diferentes, coisa que me orgulha muito, o Banco Central ter conseguido trabalhar de maneira técnica, independente, independentemente de quem nos indicou, e trabalhar conjuntamente para isso –, e esta autorização permitiu uma redução no impacto do FGC a partir do fato de que esse novo dono do banco passou a responder com o seu próprio patrimônio perante um eventual caso de inadimplência.

Mas eu só queria complementar com a parte inicial que o senhor falou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – ... e aí eu vou complementar com a parte inicial aproveitando a liberdade que o Senador Eduardo Braga me deu de falar de maneira mais clara. Eu concordo com o senhor de que o que está consternando as pessoas, como eu disse, não é o passivo, é o que foi feito com o dinheiro. O que está consternando as pessoas: vejam, ele é um banco S3, ele é um banco – como eu já disse, para explicar para as pessoas, e espero que os outros bancos S3 não se ofendam – da terceira divisão do futebol que é o sistema financeiro brasileiro. Ele é um banco que não oferece risco sistêmico, ele é menos de 0,5%. Parece-me – tomando uma liberdade aqui que me foi dada pelo Senador Eduardo Braga que talvez não caiba ao Presidente no Banco Central – que o que tem chamado a atenção das pessoas é o que se fazia com o dinheiro que estava no Banco Master, é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É isso mesmo!

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – E os atores envolvidos.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – E os atores envolvidos!

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – É menos um problema de você entender que existe um risco sistêmico para o sistema financeiro e mais o que se fazia com aquele dinheiro.

Dentro do Banco Central, o que o Banco Central fez? Imediatamente instruiu uma auditoria, uma sindicância para investigar se existia alguém que tinha atuado com dolo. Essas duas pessoas que foram identificadas por essa auditoria e sindicância estão afastadas e estão com seus casos na CGU, que é o órgão competente para julgar o processo administrativo, e estão informadas à Polícia Federal para fazer as devidas investigações. Sobre as outras instituições onde pode ter existido alguma coisa semelhante ou análoga, não cabe a mim do Banco Central arbitrar ou falar o que deve ser feito. Dentro do Banco Central, nós estamos fazendo.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente Galípolo...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, eu queria cumprimentá-lo mais uma vez pela firmeza das suas decisões, mas, nesse caso da autorização de funcionamento do Banco Voiter, Pleno, dois dias depois de o Vorcaro passar oito horas no Banco Central, depois de o Banco Central já ter denunciado ao Ministério Público as fraudes, é desrespeito, sim, uma decisão do Banco Central.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Meu Presidente, apenas para a gente não ficar num monólogo e não ficar excluído do debate, eu queria fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma colocação apenas ao nosso querido Presidente Galípolo. Volto a dizer o que eu já disse da outra vez, V. Exa. é o homem certo, talvez na hora errada, no Banco Central. Agora, eu queria fazer uma pergunta: Galípolo, o Banco Master apresentou uma expansão de ativo e aquisição, nos últimos anos, fora da curva da média do mercado financeiro nacional. Sob a ótica de comando e controle do Banco Central – e isso é responsabilidade do Banco Central – quais parâmetros macroprudenciais e de testes de estresse específicos a Diretoria de Fiscalização aplicou para garantir que a velocidade desse crescimento não esteja gerando um descasamento de risco e uma exposição excessiva que possa pressionar o Fundo Garantidor de Crédito (FGC),?

Porque isso, Presidente, é o que mais aconteceu. Nós tomamos um tombo no Fundo Garantidor nacional gigantesco, equivalente a um terço do que nós tínhamos de reserva, porque foi permitido exatamente que os ativos e aquisições nos últimos anos fossem feitos fora da curva da média. E isso é responsabilidade do Banco Central, isso não pode ser terceirizado. E isso o Banco Central tem que responder à sociedade brasileira.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Perfeito. Eu vou tentar responder as duas coisas, porque tinha um tema que o Presidente Renan comentou que eu queria comentar aqui.

O primeiro ponto, está perfeita a sua colocação. E eu realmente concordo com o senhor que o problema é você permitir que se construam instituições com descasamento entre passivo e ativo. Aquela apresentação que eu fiz sobre o FGC é justamente para endereçar isso. Ela endereça objetivamente isso. Quer dizer que o trabalho está feito? Não. O trabalho de supervisão do sistema financeiro é assim: você coloca uma regra, o sistema vai encontrar um jeito de construir alguma coisa ao redor daquela regra e você vai ter que fazer outra regra e assim sucessivamente. Por isso é tão importante aquilo que o Presidente Renan colocou de a gente ter as condições para poder se antecipar a tudo isso e evitar qualquer questão nesse sentido. Então, concordo. E aquela apresentação, o eslaide sobre o FGC é justamente para isso. Mas há um tema que você colocou, Presidente, que eu acho que é superimportante. Você me dá uma oportunidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Dois dias depois...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Isso, isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... o Banco Central autorizou o Augusto Lima a assumir o Pleno, o Voiter.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Isso. Eu acho que esse ponto é muito importante, porque eu acho que há uma grande confusão sobre o que é você penalizar a instituição e as pessoas. Eu escuto e leio, muitas vezes, gente dizer que você deve liquidar o banco tal para você poder punir o dono. A instituição banco... Por que você tem uma liquidação extrajudicial do banco? Porque os recursos do banco não são dos donos do banco, são do público em geral. O meu mandato é preservar a instituição até o último momento e tentar reduzir o impacto para a população e para o sistema financeiro. Isso de maneira nenhuma se confunde com investigar, julgar e punir quem possa ter feito o malfeito. São duas coisas absolutamente separadas. Punir uma instituição que foi vítima de maus gestores é um equívoco. É dobrar a punição em quem é vítima, que são, inclusive, os correntistas daquela instituição. Então, liquidar uma instituição não é punir os gestores. Liquidar uma instituição, isso você só vai fazer porque aquela instituição chegou a um ponto específico. Às vezes as pessoas perguntam qual é o prazo. Permitam-me aqui a liberdade poética: banco não é iogurte, que tem prazo de validade; banco é liquidado porque ele deixou de cumprir alguns requisitos e condições objetivos sobre a sua liquidez.

Eu devo fazer o que em uma situação em que eu encontro alguém que possa ter feito um mal feito? O que nós fizemos. Em três meses, é a identificação mais rápida da história do Banco Central de uma potencial fraude. Digo potencial por quê? Porque nós não podemos dizer que é uma fraude. Em três meses. Em seis, a comunicação estava no Ministério Público – em seis. Isso foi, inclusive, conversado com o Ministério Público. São duas coisas separadas. A investigação das pessoas segue.

Qual é o seu mandato? O seu mandato é reduzir os danos. Eu – de novo – não posso fazer liquidação para fazer algum tipo de penalização ou punição ou usar isso como um palanque punitivo que vá dar vitrine ou visibilidade. Banqueiro central é para ser desconhecido, banqueiro central é para seguir a técnica e jogar na técnica.

Então, a conta que foi feita pelo competente Diretor de Organização à época, que sofreu – foi uma das pessoas que mais sofreu – difamação aqui, ao longo desse período... Eu lembro e repito: quantas vezes o meu amigo, andando aqui por Brasília, foi vítima de ter o seu rosto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocado em ponto de ônibus, em prédio, questionando-o. E ele tomou todas essas decisões duras perante um ambiente, e vocês estão tendo clareza hoje de qual é esse ambiente em que foram tomadas essas decisões duras.

Este Diretor considerou o quê? A aprovação da troca de controle para esse banco envolve a possibilidade de mais recursos do próprio acionista, que poderão reduzir o custo para o sistema financeiro e para o FGC. Foi isso que embasou a decisão dele, além de, para o Banco Central... Para você ter qualquer tipo de questão envolvendo reputação, o Banco Central tem um critério objetivo: você tem que ter uma denúncia aceita pelo Ministério Público. Se eu passar a fazer análise reputacional em cima de critérios subjetivos e em cima de pesquisa em internet, eu vou voltar àquilo que eu falei que não pode acontecer: eu vou conferir um critério de discricionariedade e subjetividade para que alguém possa politizar um processo de decisão.

O Banco Central não pode... Enquanto eu estiver aqui, o Banco Central não será um palanque; ele vai ser técnico e ele vai tomar as decisões...

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com todo o respeito...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu não estou dizendo que foi dito isso; eu estou dizendo que...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com todo o respeito, nós não estamos querendo transformar o Banco Central em palanque.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Imagina. Perdão. Perdão se eu passei essa impressão; foi sobre o que eu li em jornal.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu queria só...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sobre isso, aliás, eu queria fazer mais duas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Eu posso fazer só uma perguntinha?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode. Pode, sim.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Por favor, quantos bancos vocês liquidam por ano?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (Para expor.) – A gente está num recorde, não que eu me orgulhe dele: a gente liquidou 13 instituições desde 2025.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Treze?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Treze. Nós estamos com dificuldade de encontrar novos liquidantes de tantas instituições que nós liquidamos de 2025 para cá.

(*Intervenção fora do microfone*.)

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Desculpa, perdão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Quase um por mês.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Quase um por mês.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – E uma última pergunta para o momento: o FGC é um fundo privado...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Perfeito.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... em que os bancos colocam dinheiro. Eu estou correta?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Correta. E, na verdade, quem paga, em última instância, é o sujeito que... É como se fosse um seguro de automóvel. Todo mundo que está pagando ali um pedaço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Todo cliente está pagando uma partezinha.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Isso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Porque esse dinheiro não é do capital social dos bancos, não – viu?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um condomínio de que nós participamos sem desejar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E não é inteiramente privado, porque tem a participação grande de Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil. E não é totalmente privado por isso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, eu acho que é importante que coloque para o Presidente Galípolo, porque o recurso que compõe o FGC não é do capital social dos bancos.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não tenho dúvida.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não é.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Tem uma separação, Senador.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É dos correntistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – A separação que precisa ser feita é entre dinheiro público e dinheiro do público. Dinheiro público é um dinheiro estatal.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Dinheiro do público é outra coisa. E é por isso que o Banco Central pode liquidar um banco ou tirar a licença de um banco. É dinheiro do público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente Galípolo, eu quero que o senhor não repare a ênfase minha e de outros Senadores aqui, mas nós temos ainda algumas perguntas sobre esse escândalo do Vorcaro, que, para quem não sabe, é o maior escândalo do sistema financeiro do mundo, do planeta – não tem um caso igual em valores.

Se nós fizermos uma conta aqui simples, nós vamos verificar R$60 bilhões do FGC, R$15 bilhões de fundos de previdência roubados dos velhinhos e aposentados, R$30 bilhões de precatórios de tribunais de justiça e um mercado de crédito de carbono que foi comandado pelo Master a partir de uma fraude em um município com terra pública...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Inclusive no Estado do Amazonas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... no Estado do Amazonas, e um mercado de R$50 bilhões, para o qual o Presidente da Câmara dos Deputados apresentou uma emenda para obrigar a aplicação de 1% das reservas de fundo de previdência, seguradoras, emenda aprovada e sancionada – emenda aprovada e sancionada.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Ela não foi aprovada na íntegra; eu fui a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, aprovada pelo Congresso.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, por causa do mercado de carbono, chegou da Câmara de um jeito, e nós daqui, do Senado, alteramos e tiramos a obrigatoriedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Meu amor, foi aprovada e sancionada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, é porque... Foi sancionada depois que voltou ao Senado, e nós fizemos a alteração. O Senado não aprovou na íntegra a emenda do Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Meu amor, foi aprovada e sancionada pelo Congresso Nacional.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Foi, mas houve alterações. Houve alterações.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E mais: teve a contrapartida, porque o Presidente da Câmara dos Deputados recebeu um empréstimo...

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E tiramos a obrigatoriedade; não é obrigatório, o Senado tirou isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Presidente da Câmara dos Deputados recebeu um empréstimo – certamente como contrapartida – do Master de R$140 milhões, em nome do irmão e da cunhada. Perguntada, a cunhada, pela *Folha de S.Paulo*, disse que receberam apenas R$22 milhões. Então, essa investigação, a cada dia, desnuda os fatos – desnuda os fatos. O ex-Presidente da Câmara dos Deputados, que igualmente assinou essa emenda, Arthur Lira, recebeu – isso já foi publicado –, através do empresário Valverde, de Brasília, operador do BRB, do Master e do ex-Governador Ibaneis, uma casa de mais de R$30 milhões, no Lago Sul, e comprou, recentemente, um jatinho, e o Valverde é dono de 50% dele.

Então, essas coisas estão comprovadas. A imprensa, muitas vezes, não amarra as pontas, porque talvez não queira amarrar, mas o Supremo Tribunal Federal está julgando a inconstitucionalidade, Senadora Leila, dessa emenda Hugo-Lira, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. Já tem três votos pela inconstitucionalidade.

Seria o caso de o Supremo aproveitar a viagem e investigar a contrapartida pela aprovação da emenda. Esse caso é muito mais grave, muito mais grave do que o caso da emenda que não foi aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É só para reforçar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito mais grave do que o caso da emenda que não foi aprovada.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sr. Presidente, é só para reforçar que nós fizemos a alteração que deveria ser feita. Caiu lá. O que nós aqui fizemos... Tudo bem, mas é importante reforçar que os Senadores tiveram o compromisso, a responsabilidade, que é importante. Voltou para lá, enfim, é outra coisa, mas eu preciso defender os Senadores aqui.

Todo mundo participou...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas eu não estou culpando os Senadores...

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tudo bem, Presidente. Eu estou só falando...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu estou culpando o Hugo Motta e o Arthur Lira.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu estou falando, eu só estou falando... É um direito meu, assim como V. Exa. está falando, eu justificar e explicar a nossa atuação, enquanto Senadores, a respeito dessa tal emenda, esse jabuti que colocaram lá, que nós retiramos, organizamos e caiu lá. Mas eu estou falando do nosso trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu não estou entendendo. V. Exa. está defendendo o Hugo Motta e o Arthur Lira neste caso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Gente! Eu estou defendendo o nosso...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está defendendo o Senado.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Olha aqui: são dez Senadores...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Senado não se omitiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Senado – o que ela está dizendo – nem recebeu contrapartida. Não se omitiu nem recebeu contrapartida.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É óbvio. E eu fui a Relatora. É isso que eu estou querendo dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas eu não falei isso.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu estou defendendo o trabalho dos nossos colegas aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas eu não falei isso, Leila.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tudo bem, Renan.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor não entendeu. Ela está dizendo que o projeto que veio da Câmara foi alterado aqui, retirando essa questão particular que V. Exa. vitupera, ou seja, se foi reposta, foi na Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Se foi, não. Foi.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não foi o Congresso. Foi Câmara, é isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas foi na Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Na Câmara, na Câmara.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Senado expungiu isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O relatório da Polícia Federal... Perdoe a ênfase. O relatório da Polícia Federal relacionou inúmeras mensagens de Daniel Vorcaro. Presidente... Senador Braga... Só para aproveitar um pouco a presença e garantir, porque esta é a última vez no semestre que o Presidente Galípolo vai vir à Comissão. O relatório da PF relacionou mensagens de Daniel Vorcaro com Diretores do Banco Central – Paulo Sérgio de Souza, ex-Diretor de Fiscalização; e Belline Santana –, nas quais eles prestavam uma consultoria ao Master. Há recomendações, alertas e até mesmo prospecção de negócios para o Banco Master. A Polícia Federal relaciona até empresas usadas para disfarçar os pagamentos. Eles estavam na sua folha de pagamento... Eles estavam na folha de pagamento do Master.

Presidente, perdoe-me, mas o que concluiu essa sindicância? Só para a Comissão ser informada.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Perfeito.

A sindicância não tem o poder, no caso do Banco Central, de quebrar sigilo telemático nem sigilo financeiro ou fiscal, porém ela chegou à conclusão exatamente do que o senhor está comentando: de que existiam relações contratuais e pagamentos que parecem insinuar algum tipo de recebimento de vantagem indevida por parte desses servidores.

Como o exercício do período que ele recebeu parte desse recurso se inicia quando ele era diretor, a competência é da CGU. E aí, imediatamente, a gente junta todas essas informações. Para ser bastante sincero com o senhor, Presidente, a primeira comunicação, a partir das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiras descobertas, é feita à Polícia Federal. A gente comunica imediatamente à Polícia Federal, porque a gente sabia da delicadeza... E aí é um caso... Como a gente bem comentou, como se trata menos de um caso de supervisão bancária e mais de um caso que envolve todas essas questões, a gente precisava estar sempre informando o Ministério Público e a Polícia Federal, que é quem tem a competência e a experiência nesse caso, para depois a gente poder tomar os nossos passos e de maneira nenhuma atrapalhar a investigação. Mas ele corrobora isso que o senhor colocou.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A última pergunta sobre isso: pela auditoria que o BC fez, que serviços especificamente prestavam esses dois servidores, esses dois diretores, ao Master?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu não sei se eu posso abrir essa investigação, não sei se meu procurador está aqui.

Nem sei se vocês chegaram a fazer um pedido formal para isso já, mas eu sei que a gente entrega para a CGU e para a PF, eu não sei se... Não posso, está ali meu Procurador me dizendo que eu não posso abrir esses dados dessa investigação porque está na CGU e está na PF. Perdão, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Quem é o Procurador?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – É o Cristiano Cozer.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não pode, né, Cristiano? Está bem.

Porque mensagens entre Daniel Vorcaro e sua namorada mostram que o banqueiro se reuniu com representantes do BC pelo menos 11 vezes, de 16 de abril de 2024 a 14 de agosto de 2025, tanto na gestão Campos Neto quanto na gestão Galípolo – só para aclarar.

Paulo Sérgio de Souza e seu irmão venderam uma fazenda de café no interior de Minas Gerais para uma empresa do cunhado de Vorcaro, Fabiano Zettel, por R$3 milhões, em 2021, quando Paulo Sérgio era Diretor de Fiscalização do Banco Central. O Paulo Sérgio era Diretor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiscalização, e ele e o irmão venderam uma fazenda de café, teoricamente, em São Paulo para o cunhado de Vorcaro, Fabiano Zettel, por R$3 milhões. A venda, como todos sabem, foi fictícia, apenas para justificar o pagamento de R$3 milhões a título de propina, já que Paulo Sérgio de Souza e o irmão continuaram a administrar a referida fazenda com um contrato de arrendamento.

Paulo Sérgio ajudou também na autorização para o Master virar banco?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – O senhor está falando lá em 2019, é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Ele faz parte da diretoria que votou pela autorização, mas a diretoria que faz o voto é a Diorf, não é a Difis; ele era Difis.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ou seja, ele participou da decisão que fez o Master se tornar um banco, e essa decisão era para, pelo menos, ter sido percebida pelos companheiros de diretoria.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu estou encerrando já.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só um minutinho, porque eu acho que nós temos que colocar aqui alguns pontos, Galípolo.

Eu acho que nós estamos falando sobre governança do Banco Central, muito mais do que fulanizar o CPF de A ou de B, porque isto a Polícia Federal, a CGU e os órgãos competentes deverão fazê-lo. No entanto, há questões que são de governança do Banco Central, e aí dizem respeito diretamente a V. Exa.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Hum-hum. Tá.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Aí eu queria aditar a pergunta do nosso Presidente: considerando a transição histórica da instituição do antigo Banco Máximo para o Banco Master e a agressividade da sua atual estratégia de mercado, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Banco Central tem conduzido os processos de *fit and proper*, avaliação de reputação e capacidade técnica – porque isso é o Banco Central que faz –, de seus controladores e da auditoria de conformidade das suas operações estruturadas, de modo a garantir que os controles internos contra lavagem de dinheiro e crimes financeiros sejam 100% eficazes no ecossistema do banco? Porque isto é a governança.

Então, se isso não está funcionando como apropriado, nós temos que tomar medidas para corrigir a governança do Banco Central. O que o nosso Presidente tem colocado são situações repetidas de inconsistência na governança do Banco Central.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Deixe-me tentar responder, então, a isso.

Primeiro ponto, como a gente comentou aqui, todas as medidas que foram tomadas, que foram as dos dez eslaides, são justamente para endereçar o tema de governança, que vai sempre precisar de melhorias, sempre, e a gente reconhece, estamos fazendo.

Ponto dois: vamos lembrar que, em novembro de 2024, tinha agência de *rating* elevando a nota do banco, tinha duas *big fours* dizendo que estava tudo certo com quem comprava e quem vendia aqueles ativos e tinha três escritórios de advocacia dizendo que estava tudo bem. E, sendo muito franco aqui, como o senhor me permitiu, existia uma voz corrente ao longo dessa cidade dizendo que existia um banco que era injustiçado.

Se existiu uma governança que liquidou aquele banco, que em seis meses entregou, foi a governança do Banco Central.

Agora, se o Senado quer realmente ajudar a governança do Banco Central, pelo amor de Deus, aprove o PLP que está há dez anos na Câmara e dá autonomia para o Banco Central. O Banco Central da Nigéria tem, o do México tem, o da Inglaterra tem, o de Portugal tem. Todos esses bancos centrais têm recursos para poder competir com um sistema financeiro que tem muito recurso. Então a melhor ajuda que eu posso ter...

Depois da governança, o que eu posso fazer? Automatizar processo e botar mais gente. Como é que eu boto mais gente se o meu pessoal é isso aqui, ó? Isto aqui é meu pessoal...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente Renan...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – De 2006 para cá, é isso que aconteceu com o pessoal do Banco Central.

Então, se a gente ficar cobrando mais e não der recurso... A gente está querendo mesmo que o Banco Central faça um processo de supervisão e fiscalização melhor? Esse é o tema. Se eu tenho 600 pessoas que vão se aposentar...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Cobrar é o nosso papel. (*Fora do microfone.*) Eu acho que nós devemos aprovar...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu estou aqui para...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com todo o respeito, nós devemos aprovar a autonomia financeira do Banco Central. Só que, da forma como está posta a autonomia financeira, ela é prejudicial ao país...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, não, Presidente, me permita...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... porque, entre outras coisas, líder Eduardo Braga, ela dá poderes ao Banco Central para editar leis.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (*Fora do microfone*.) – Não é verdade.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não. Não tem isso, não.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não é verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É verdade. É verdade. E eu vou lhe mandar o texto que...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Presidente, está ali o Relator, Presidente. Não é verdade.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente Renan...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou lhe mandar o texto que...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não é verdade. Não é verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou lhe mandar o texto que demonstra que o Banco Central pode apresentar...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Com todo o respeito, Presidente, o senhor está com um texto que não é mais o texto original.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, não é esse. Senador Renan...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Esse texto já foi há muito tempo, já foi há muito tempo.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Permita-me falar por dois minutos...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos aprovar, mas isso...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Sabe qual é a sensação? Deixe-me lhe dizer uma coisa... Desculpe, Senador.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Previa, inclusive, que poderia apresentar projeto de lei complementar, o que não...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não tem. Não tem.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... não vingou.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Deixe-me lhe dizer qual é a sensação que existe dentro da Casa, Senador, deixe-me lhe dizer. A gente tem a sensação dentro da Casa que, cada vez que a gente apresenta o texto, surge algo novo para que o texto não evolua. Essa é a sensação que existe. E, mais do que isso, a sensação que me preocupa dentro da Casa – sendo muito franco como o senhor me pediu para ser – é que talvez o Banco Central seja punido pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas virtudes e não pelos seus vícios. A sensação de que a Casa pode ser asfixiada porque tomou algumas decisões, isso é o que vai deixar a pior herança possível para este país.

O Banco Central é uma instituição que não vai botar para jogo o seu mandato. Ele não vai negociar em nada o seu mandato. O meu receio é que o fato de o Banco Central não negociar o seu mandato faça o Banco Central ser asfixiado porque não entra no jogo político ou, quiçá – quiçá! –, um dia possa ser presidido por alguém que tope.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente Renan...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Qualquer uma dessas duas situações é gravíssima. É com isso que eu venho pedir ajuda a esta Casa, que tem sido minha parceira desde a primeira hora em jogar luz em problemas em que tem que ser jogada e, como bem disse o Presidente, tem que se cobrar sim. E eu vou vir aqui quantas vezes o Presidente me chamar. É a terceira vez que eu estou no Senado neste ano, e nós estamos no mês cinco. E vou vir todas as vezes, tenho todo o prazer de vir aqui prestar contas para a sociedade, mas estou já a pedir ajuda, apoio, socorro. Estou dizendo: se a gente não der recursos como outras instituições parecidas com o Banco Central e que prestam menos serviço que o Banco Central do Brasil, para poder fazer, vai piorar a situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pessoal, eu vou fazer só mais duas perguntas...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente Renan... Presidente Renan, por favor.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu desci para clarear. Está se tornando...

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu quero fazer um registro aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Estão falando em governança o tempo todo e estão contra a autonomia do Banco Central. Que incoerência!

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Só para deixar um registro aqui, Presidente Renan, para que a gente não saia do que é racional na análise de um problema.

O problema fundamental para todos os órgãos de controle e fiscalização no Brasil é de falta de vontade política para que se incorporem os recursos necessários. Existem várias formas de fazer isso, a aprovação do projeto relatado pelo Plínio é uma delas, o mero endereçamento de orçamento já resolveria também.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – No relatório que foi apresentado na CPI do Crime Organizado, este foi um ponto fundamental: a falta de vontade política para poder, de fato, aparelhar os vários institutos e instituições que são necessários no Brasil. A CVM é uma piada, tem menos estrutura hoje do que tinha dez anos atrás.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – As agências reguladoras.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agências reguladoras totalmente incorporadas, o Banco Central não tem recursos suficientes. E isso se resolve, nestas duas Casas, com uma facilidade imensa. Basta que o Governo – temos um bom representante aqui – enderece o projeto e o aprovemos no mesmo dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Claro, claro, claro.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não precisamos de grandes modificações.

Agora, aproveito o alargamento do tema que nós tivemos aqui para apontar que os problemas do caso Master estão muito longe de se limitarem à atuação do Banco Central. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos aí um caso muito evidente de uma organização criminosa que, utilizando a estratégia da corrupção, da cooptação de agentes públicos, se infiltrou em todas as áreas do poder brasileiro – prefeituras, governos estaduais, previdências, Judiciário, Executivo e Legislativo. Não há como tratar desse assunto com segmentação, porque isso nos afasta de uma solução real, que é a compreensão de que se permitiu, por várias falhas, que a corrupção se adonasse de tomadores de decisões fundamentais. V. Exa. estava aqui elencando um caso aparentemente de uma emenda apresentada que virou lei e que teria uma contraprestação financeira. Tivemos uma tentativa no Senado que foi rechaçada pelos Senadores.

Então, iluminar bem esse fato, Presidente Renan, colegas, me parece absolutamente fundamental, porque, se não tomarmos ciência e avançarmos em soluções, será apenas mais um escândalo do rol infinito de escândalos brasileiros que vai para uma gaveta e que vira negócio mais à frente, porque se tentará, a todo custo, ressarcir os bandidos. Ninguém acha que bandido fica feliz quando perde dinheiro para a polícia, não. Não fica, não. Ele vai estar o tempo inteiro buscando ressarcimento e, se esta Casa não perceber isso e focar apenas no Banco Central, não vamos contribuir para a solução, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou, aproveitando a presença do Presidente Galípolo, fazer, sobre o caso ainda, me perdoe, mais duas perguntas.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas me dê a palavra depois, Presidente, por dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – V. Exa. já está inscrito.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. O.k. Eu vou esperar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Já mandou retirar a inscrição, eu já retirei e já coloquei de volta.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu estava interno, mas eu ouvi tanto absurdo que eu resolvi descer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ótimo, claro. Então, vamos repará-los.

Então, Presidente, ficou visto que o Paulo Sérgio de Souza autorizou o funcionamento do Master, participou da decisão do funcionamento do Master.

Eu queria fazer uma pergunta, em seguida só, para aclarar aqui um entendimento. Paulo Sérgio também agiu dentro do BC para reverter a inabilitação do Master para operar crédito consignado, na gestão de Roberto Campos Neto?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu não tenho nenhuma informação nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não tem informação nesse sentido.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não. Acho que vale a pena eu reproduzir aqui aquilo que eu disse sobre a auditoria e a sindicância. O que checa a auditoria do processo? A auditoria checa se todos os processos de decisão seguiram a governança do Banco Central. O que significa isso? A área técnica fez um parecer... E volto aqui a repetir: a diretoria que é responsável por esse voto é a Diorf; não é a Difis, é a Diorf. Então, a área técnica fez um parecer, o diretor subiu com o voto e o voto seguiu todo o rito? Então, você olhou se seguiu isso. O segundo ponto, na sindicância, é: houve uma evolução patrimonial incompatível com os rendimentos? Foi isso que a sindicância e o processo de auditoria analisaram das decisões.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, ficou demonstrado, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que o Paulo Sérgio participou da decisão que autorizou o funcionamento do Master. Não está comprovado, o Presidente não sabe informar a participação dele na decisão que reverteu a inabilitação do Master de consignados na gestão de Roberto Campo Neto. Por que eu perguntei isso, Presidente? Porque, em 2019, Vorcaro enviou uma carta ao então Diretor de Fiscalização do Banco Central, Paulo Sérgio de Souza. Vorcaro, na carta, faz uma série de queixas contra exigências feitas pelo Banco Central para liberar o banco, à época Banco Máxima, a oferecer crédito consignado para associações de servidores e aposentados. Pouco tempo depois do resgate da habilitação, Vorcaro fez convênio com o INSS e começou a operar o crédito consignado a partir de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta carta reafirma a relação antiga de Vorcaro com Paulo Sérgio e com o Banco Central. Na autorização, na reversão da inabilitação para fazer crédito consignado e na carta que o Vorcaro mandou ao Paulo Sérgio e está hoje contida na investigação.

Uma outra coisa...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Posso responder sobre isso? Um segundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode. Na verdade, eu dei uma informação.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – É, isso é, mas é só para explicar a governança como é que funciona. Porque são nove diretores, quando você sobe com esse voto. Então, o fato de ele ter votado ou que ele tivesse... Vale o inverso, né? Imagina que ele estivesse junto com o voto, fosse o voto dele mesmo, aprovou e ele recebeu uma vantagem indevida. Isso deve fazer com que ele seja investigado.

O inverso também é verdadeiro, ou seja, se tem uma única pessoa que está recebendo uma vantagem indevida, a capacidade dele pela governança de como funciona o Banco Central... Ou seja, um diretor não pode propor um voto do nada. Ele tem que vir com um parecer técnico da área técnica. Tem que subir com o diretor da área. Isso também é importante a gente ter em mente aqui, especialmente o Senado que aprova. Dentro do Banco Central, cada diretor tem uma atribuição específica legal. Tem o diretor de fiscalização, tem o diretor de política monetária, tem o de política econômica, tem de assuntos internacionais. Ele tem competências específicas. Aquele diretor subiu e esse voto foi um em nove. Então, esse voto foi um no meio de nove.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, o senhor pode esclarecer a esta Comissão os teores dos ofícios do Banco Central ao Master?

Só lembrando a todos: foram 31 ofícios. Foram 31: 18 entre 2022 e 2023, e outros 13 em 2024.

O Banco Central recomendava ao Master se ajustar às boas práticas do mercado? Era isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – É, mais do que isso. O Banco Central, na época – eu conheço pelo processo...

Aliás, é importante ressaltar aqui e agradecer ao senhor porque deu publicidade ao parecer do Tribunal de Contas que analisou todo esse processo.

Infelizmente, apesar da conclusão da AudBancos – acho que vale a pena aqui a gente até lembrar –, que fala que "a presente fiscalização evidenciou que o Banco Central atuou de forma diligente, tempestiva e tecnicamente fundamentada, em plena consonância com as diretrizes internacionais do BIS [que é o Banco Central dos bancos centrais] e do FSB [que é o *board* de estabilidade financeira global] e com o ordenamento jurídico brasileiro, razão pela qual se propõe o arquivamento de representação quanto à suposta omissão na fiscalização e supervisão do Banco Master, sem prejuízo das recomendações e comunicações aos órgãos competentes propostos ao longo desse relatório". Apesar dessa conclusão da AudBancos, a gente ainda segue respondendo, ou com um processo em aberto que questiona se o Banco Central deveria ter aprovado a aquisição do Master pelo BRB e se o Banco Central não foi excessivamente célere na liquidação do banco. Então, essas comunicações todas, a que eu também tive acesso a partir desse processo porque eu não estava à época, eram comunicações para tentar impor o enquadramento colocado ao Master. E a gente vai acompanhando esse processo. De início...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, eu dei publicidade porque o Tribunal de Contas da União não pode decretar sigilo para ser cumprido pelo Senado Federal.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E darei novamente, quantas vezes for necessário, porque, para quem não sabe, esse é o principal documento da investigação de que a sociedade tem conhecimento. Não tem um outro documento tão importante como esse.

Então, voltando ao assunto, depois de 31 expedientes em três anos, por que o Banco Central demorou tanto para liquidar o Master, já que não houve nenhuma providência do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Master? E por que as 31 cartas-aviso do Banco Central ao Master? E por que a demora para liquidação?

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente, posso só complementar?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode, claro.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para interpelar.) – O Presidente Galípolo faz questão de dizer que a governança é técnica. Eu vou citar o Presidente do Banco Central anterior a Campos Neto, Dr. Ilan, que foi durante o mandato de Michel Temer. Ele negou por duas vezes a aquisição por Daniel Vorcaro do Banco Máxima à época, inclusive em fevereiro de 2019, que foi seu último momento no Banco Central. Só para corroborar com a pergunta do Presidente Renan: durante quatro anos se teve uma paciência, na minha opinião, exagerada com esse banco, que só se encerrou quando V. Exa. sentou na Presidência do Banco Central. A governança não mudou, é o mesmo sistema. Então, o Dr. Ilan proíbe, depois se autoriza e se mantém por quatro anos, e V. Exa. em pouco tempo, quando senta na posição de poder liquidar, liquida o banco. Alguma coisa estranha aconteceu nesse período.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, Presidente.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (Para expor.) – Do ponto de vista do que aconteceu de 2025 em diante... Em 2024, na verdade, em novembro de 2024, já tem um termo de comparecimento assinado com o Master, em que ele tinha seis meses para se adequar do ponto de vista de governança, de capital e de liquidez. E o que vem acontecendo é que o Master inicia o seu processo de captação no varejo, com o tema do FGC, com garantias do FGC, e é ali que ele começa a captar. A partir do momento que ele passa a ter restrições de captar o FGC, ele tenta fazer captações institucionais, que são com fundos, *assets* e fundos de investimento, o que ele não consegue.

Imediatamente, ele passa a tentar fazer aqueles processos que ele já vinha fazendo desde 2023 – algumas vendas de carteira, em especial ao BRB, mas ele intensifica essa venda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carteira. É essa venda de carteira, que logo em janeiro chama a nossa atenção, porque o que acontece é, se você tem um banco com dificuldade de liquidez, você não forma carteira. Se você está com dificuldade de dinheiro, você vende carteira. Aí tudo bem, mas como é que você está vendendo uma carteira nova? Foi isso que chamou a atenção do Banco Central imediatamente. Se ele estivesse vendendo uma carteira já existente, ele venderia a carteira que estava ali, não estava tendo uma pressão de liquidez, estava trocando ativos por liquidez. O que chama a atenção em janeiro já é esse fato de que ele estava constituindo uma carteira e a vendendo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Geralmente sem fundos.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Nesse caso, a gente vai descobrir se a carteira existia depois, porque o que acontece é que se levanta a dúvida para ele.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Neste caso, sem fundos.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Isso. Na verdade, a carteira não existia. De novo, eu preciso tomar todo o cuidado aqui, quem vai dizer isso...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É a Casa da Moeda paralela que foi criada.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Quem vai dizer isso é a Justiça, mas o que aconteceu foi que, em janeiro a gente acha bastante pouco usual que um banco que esteja com dificuldade de liquidez comece a formar uma carteira e vender esta carteira. É constituído um grupo específico, em janeiro de 2025, dentro da Diretoria de Fiscalização, um grupo específico para analisar as carteiras.

Não é simples essa conferência, porque o que acontece? Você precisa checar em todas aquelas contas que supostamente são contas de pessoas que tinham tomado um crédito e foi um crédito que constituiu uma carteira que foi vendida, se elas receberam aquele empréstimo na conta delas.

Primeiro, você tem que checar um horizonte de tempo muito grande, dia a dia, para ver se cai um depósito análogo. Ainda que você não encontre, e foi a resposta que foi oferecida, o sujeito estava refinanciando uma dívida. O que você está dizendo? Ele já tinha uma dívida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anterior que ele já tinha contraído, aí ele pega aquela dívida e refinancia, ou seja, a instituição paga para a instituição que tem a dívida original, e eu fico com a dívida com ele, o que não permite a checagem se você tinha aquele depósito ou não.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não permite a checagem?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não, você checa se recebeu na outra instituição, mas não na conta do cliente, você concorda? Eu não consigo olhar na conta do cliente, porque na conta do cliente não caiu, aí eu vou cair nessa outra checagem, que é: para quem você pagou isso? E aí você passa a desdobrar a investigação em cima de entender de quem você comprou esta carteira. E, a partir de três meses, que é quando efetivamente o Diretor de Fiscalização fala: "Olha, nós estamos encontrando dificuldades de ter a evidência de que aquela carteira realmente ocorreu", a partir de uma amostragem.

Lógico, você não encontrou, não quer dizer que é uma fraude, mas você não encontrou a evidência que exclui a fraude, e aí se intensifica a partir de diálogos, inclusive com o Ministério Público, porque você tinha esses dois locais de uma fraude em potencial, você tinha a questão com a Reag e a questão envolvendo aqui a compra da carteira pelo BRB. Então existia até uma dúvida sobre quem é que deveria ter a competência para essa investigação.

E aí era muito importante que a gente conseguisse, para subsidiar o Ministério Público e a Polícia Federal, e aqui, assim como o Presidente Renan fez, eu não consigo exagerar a importância do apoio do Ministério Público e da Polícia Federal nesse processo para que o Banco Central pudesse fazer o que...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem nenhuma dúvida. E a sua decisão, a sua retidão...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... a firmeza em todos os momentos. Longe daqui, qualquer posicionamento contrário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – A questão não é essa...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não; ótimo, ótimo...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A questão não é essa.

Eu já disse isto publicamente, onde andei: tenho muito orgulho de ser seu contemporâneo aqui nesta Comissão, durante a sua presença na Presidência do BC.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, como colocou o Senador Wagner, é só uma pergunta específica.

O Banco Master não conseguiu autorização na gestão do Ilan Goldfajn para funcionar...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (*Fora do microfone*.) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Só obteve o sinal verde do Banco Central em 2019...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (*Fora do microfone*.) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... sob Campos Neto, Roberto Campos Neto.

Permita-me perguntar: como foi a autorização? Quem assinou, e por quais razões houve a autorização, meu Presidente?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Perfeito. O processo...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Prontamente...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Lógico, lógico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... porque V. Exa. esteve em uma Comissão, respondeu a essa pergunta e houve ilações, projeções.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (*Fora do microfone*.) – Isso, exato (*Risos.*).

Agradeço, agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu estou fazendo pontualmente a pergunta.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Agradeço.

O que a auditoria checa efetivamente é: o processo e o rito da governança foram seguidos, ou seja, houve um relatório que veio da área específica de auditoria responsável recomendando? Esse relatório foi acompanhado por um voto de um diretor, e isso sobe para a diretoria?

É isso que a auditoria avalia internamente no Banco Central. A partir daí, até pela entrega dos dois processos, vamos dizer assim, envolvendo os dois servidores, esse processo segue na competência de duas áreas.

Existe um processo que vai seguir na CGU, porque tanto eu quanto os demais Diretores, a controladoria... a corregedoria, perdão, que vai nos monitorar e a que nós temos que reportar é a CGU, não é a interna do Banco Central. Então, essa investigação segue dentro da CGU, assim como a Polícia Federal vai investigar para ver se houve qualquer tipo de, como o senhor estava comentando, benefício que influenciou a decisão de alguém.

Então, esse processo, dentro do Banco Central, vai acompanhar simplesmente estas duas áreas, que são a nossa competência: entender se existiu alguém que esteja evidente, a partir das provas que nós temos – sem conseguir quebrar sigilo fiscal, sem quebrar sigilo bancário –, que teve uma evolução patrimonial inadequada com aquilo que era esperado; e se os processos seguiram a governança usual do Banco Central, parecer técnico...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, Presidente, a autorização concluiu afirmando que era...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Que o processo... A auditoria checou os processos. O voto em si, que acho que já está até, inclusive, público e na imprensa, esse voto tarjado ali no que envolve sigilo fiscal e sigilo bancário, analisou a origem dos recursos e a questão dos acionistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quem assinou, Presidente?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – O voto, o Diorf, na época – que, se eu não estou equivocado, era o Prof. João Manoel –, e os Diretores, os oito Diretores, sempre, obviamente. Acho que não existe nenhum caso de a diretoria abrir dissidência sobre um voto de um diretor específico de área. O que pode acontecer é que, se não tiver a aprovação, o voto volta para ser rejeitado ou alguma coisa desse tipo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por quais razões, especificamente, a autorização tem...?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – A autorização vai analisar isto: a origem dos recursos e quem são os acionistas. E aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perdoe-me: havia restrições de natureza ética que o impediram de obter autorização lá com o Ilan?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – De novo: eu não estava lá. A informação que eu tenho, a partir do processo, é que a discussão original era sobre a origem de recursos – o veto que teve na primeira.

Eu tenho informação dessas duas, uma que aconteceu em fevereiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, havia dúvida sobre a origem de recursos com o Ilan...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Em fevereiro, em fevereiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... e com o Roberto Campos Neto não havia mais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Com o Roberto, parece que lhe apresentam outros recursos, pelo que eu entendi no processo...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – E aí, nesses outros recursos que foram apresentados, a origem teve um parecer favorável da área técnica.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E outra coisa, Presidente, os diretores já mencionados na denúncia ajudaram o Master nessa decisão, participaram dessa decisão?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Então, o Diretor, que é o Diretor Paulo, era diretor de fiscalização. O voto vem da Diorf, mas ele vota junto com os outros oito diretores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – No colegiado, junto com os outros oito diretores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá, agora um assunto pontual que nós, inclusive, vivemos aqui nesta Comissão.

Na sua gestão, Presidente, o Banco Central tentou viabilizar a venda do Master para o Banco de Brasília – isso é uma informação nova. Na gestão do Presidente Gabriel Galípolo, eu vou citar o fato, o Banco Central tentou viabilizar a venda do Master para o Banco de Brasília (BRB).

Em abril de 2025, o Banco Central enviou um ofício ao FGC, pedindo uma assistência financeira de R$11 bilhões para salvar o Banco Master, alertando que a quebra da instituição causaria um rombo muito maior e uma possível crise sistêmica. O senhor há pouco lembrou aqui que a quebra do Master não causaria crise sistêmica, porque era um banco de terceira divisão.

E por que esse ofício do Banco Central na sua gestão? O FGC não liberou os R$11 bilhões pedidos pelo Banco Central, o FGC acabou liberando R$5,7 bilhões a pedido do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode, V. Exa., explicar a razão desse pedido do Banco Central ao FGC? Alguém, por acaso, pediu ao senhor, direta ou indiretamente, para o Banco Central salvar o Master na sua gestão?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Deixa eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Já que há esse fato concreto.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu tenho certeza de que não foi o senhor, mas alguém lhe informou, e a informação está errada. Não há...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Valores? Ou...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Valores, não há nenhuma carta com valor de R$11 bilhões. O Banco Central jamais tentou viabilizar a venda. Não há qualquer, pelo contrário...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas o Banco Central não pediu recurso ao FGC para o Master?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – O Banco Central respondeu uma pergunta do FGC, e eu vou chegar à conclusão, mas o Banco Central está respondendo até agora ao Tribunal de Contas uma acusação por não ter autorizado. O Banco Central e seus servidores foram expostos e caluniados sistematicamente nas ruas de Brasília, porque não a toparam.

Aliás, coincidentemente, vale a pena a gente lembrar que, na semana em que o Banco Central rejeitou a compra do BRB, foi colocado um propósito de voto para poder mandar embora o Presidente do Banco Central e os diretores. Então, se houve por parte do Banco Central, foi uma resistência técnica para olhar e analisar o projeto e entender que não era viável aquela compra.

Deixa-me só...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Se o senhor me permitir, só para lembrar, quando o senhor esteve aqui pela primeira vez nesta Comissão, eu perguntei sobre a compra do Master pelo BRB – e o senhor rapidamente falou que a operação estava correta, era uma operação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não, não... O Banco Central jamais diria que a operação é correta, porque o Banco Central não comenta sobre instituição particular – eu não posso fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou lhe... Permitam-me que eu vou lhe mandar...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... a gravação da resposta que o senhor deu aqui nesta Comissão.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu tenho certeza absoluta de que eu jamais disse que a operação estava correta, porque eu nem posso dizer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É que...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu não posso comentar sobre...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – *Grosso modo*, à primeira vista, a operação estava correta...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não... Jamais, jamais, jamais...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu peço à Secretaria da Comissão para disponibilizar...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Até porque essa é uma decisão que não cabe ao Presidente do Banco Central.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... para o Presidente do Banco Central essa gravação.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Cabe ao Diorf fazer esse tipo de análise.

Eu acho que assim, hoje, com todo o respeito, Presidente, só se a pessoa não tiver TV a cabo e nem acesso à internet para achar que o Banco Central trabalhou para vender, para o BRB. Se a pessoa tem acesso... E, aliás, queria agradecer aqui à imprensa, porque, eu confesso ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor, que se não fosse o jornalismo profissional, dificilmente eu estaria sentado aqui nesta mesa. Poucas vezes eu vi uma reação tão rápida e virulenta contra decisões de uma instituição como o Banco Central, como a rejeição da compra do BRB e a liquidação do Master. Foi a luz do sol que o jornalismo profissional jogou sobre o caso que permitiu que eu esteja aqui hoje sentado. Então, a tentativa de acusar de isso ou aquilo, como se tem feito com o Banco Central... Aliás, existiu e foi dada pela imprensa... Inclusive, uma das perguntas que foram feitas ao Ailton, quando ele foi diretor, foi assim: pergunte dessa maneira, porque a resposta dele obrigatoriamente vai cair para um lado ou para o outro; ou ele vai ser acusado, a partir dessa resposta, de ter atrasado, ou ele vai ser acusado, a partir dessa resposta, de ter adiantado. Aliás, eu me lembro muito bem de quando a gente rejeita o BRB e liquida, de chegar em casa e ligar a TV. O experiente jornalista Fernando Gabeira falou assim: "O Banco Central está correndo um grande risco de ser acusado e condenado pelas duas coisas: por ter liquidado e por não ter liquidado. É assim que acontece com quem desmonta um grande esquema neste país".

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Longe desta Comissão, Presidente.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não, mas eu só quero dizer o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Longe desta Comissão.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Dizer que o Banco Central trabalhou não procede. A informação não procede.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Porque a respeito disso tem um fato que eu considero gravíssimo e nós não tivemos nenhuma reação pública de V. Exa.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Qual?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É notório e sabido que o centrão apresentou, na Câmara dos Deputados, um projeto para possibilitar a exoneração de Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Falei sobre isso agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, o senhor não falou sobre isso.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Falei agora, falei agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não, mas contando o caso?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Isso. Acabei de falar que foi na semana...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E na época? Esse caso... Eu estou contando exatamente por isso. Querendo aprovar, obteve a urgência dos Líderes para o Legislativo exonerar Presidente e Diretor do Banco Central. Nós não tivemos reação pública de V. Exa.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não? De minha, Excelência... Eu tive uma reação pública, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E na construção que nós pretendemos para a independência do Banco Central, essas coisas todas vão se somando. A reação pública de V. Exa., naquela oportunidade, era pedagógica.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – E ela foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Para a gente delimitar o limite da independência do Banco Central.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Posso só pegar a palavra um pouco? Ela foi pedagógica.

No dia seguinte, o Banco Central teve a coragem de rejeitar. O Banco Central não tem que pegar a televisão, gravar um Instagram, um TikTok fazendo isso. O Banco Central não é palanque. O Banco Central toma a decisão correta, independente de quem está jogando pedra e fazendo barulho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, o senhor acha que o Banco Central não...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Por favor, por favor. O senhor deixa eu terminar. Por favor, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não, não. O senhor vai falar também...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Deixe-me só terminar uma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor vai falar, mas o senhor acha que o Banco Central não tem que reagir à pressão?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – O Banco Central... Exato. O Banco Central não tem que reagir à pressão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A reação foi do próprio Congresso, Presidente.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Essa é a melhor frase. O Banco Central não tem que reagir à pressão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A reação começa aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não tem que reagir?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A reação...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – O Banco Central não tem que reagir à pressão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A reação é de Plínio Valério e de todos que apoiamos a autonomia...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E como é que vai prevalecer um Banco Central independente se o Banco não reagir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, isso não é papel para eles. É papel para nós. E nós reagimos.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Posso falar?

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso. Estou doido para dizer isso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está aqui o Plínio Valério. Não é papel para eles.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não, reagir à pressão não. O Banco Central tem que não reagir à pressão. A minha função é não reagir à pressão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Políticos somos nós. Quem apresentou é político; quem rejeita é político.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não é papel...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quando o centrão apresentou a PEC da Blindagem e aprovou na Câmara dos Deputados, cabia a todos nós denunciarmos o que é que estava havendo ou não?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu acho que V. Exa. está...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu queria... Isso está um monólogo. Eu estou aqui querendo participar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E eu peço um pouquinho de silêncio...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. partiu agora para uma cobrança.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque parece que o nosso convidado é réu. Na verdade, ele não é réu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não, pelo contrário, pelo contrário, nós estamos aqui querendo consolidar um modelo de Banco Central independente, que tem que ser independente de todos. Tem que ser independente de todos.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Deixe-me conseguir responder essa pergunta, Senador, por favor.

Deixe-me só tentar responder essa pergunta, Senador, por favor.

Um minuto, um minuto...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas decisão legislativa não é do Banco Central, Presidente?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – É isso, eu não posso fazer palanque. O Banco Central tem que fazer exatamente o que o senhor falou...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ninguém cobrou palanque.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu não consigo falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Porra, ninguém cobrou palanque, Presidente.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu só queria um minuto. Eu queria um minuto. Vamos olhar no relógio, um minuto, Presidente..

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor está cobrando que o Banco Central tenha uma posição política sobre cada proposta... Ele disse que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro. Afirmativa, incisiva, compatível com o Banco independente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas ele respondeu que não, eu concordo. Agora, V. Exa. não concorda, passa adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – O que o Banco Central fez?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor não vai convencê-lo, nem vai convencer a mim.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – É isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Também V. Exa. a mim, lamentavelmente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, Presidente.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – É que eu acho que é muito importante, para a autonomia do Banco Central e para a credibilidade do Banco Central, que o Banco Central não seja arrastado para esse tipo de debate.

O que o Banco Central vai continuar fazendo enquanto eu estiver ali? No Banco Central, vão ter sempre diretores, enquanto eu estiver ali, que têm mais medo de fazer o errado do que de perder o emprego. Ninguém tem medo de perder o emprego ali, todo mundo tem medo de fazer a coisa errada. Pode existir a pressão e a gritaria que tiver; a decisão do Copom, a decisão de estabilidade, vai ser a decisão técnica que a consciência dos diretores determinou. E foi isso que nós fizemos.

Houve um movimento, não sei se aquele movimento foi de coerção ou não, quem sou eu para dizer, quem sou eu para fiscalizar o Legislativo? Pelo contrário, o Legislativo é que me fiscaliza. Cabe a mim tomar as decisões de acordo com a autonomia da minha consciência e da área técnica; e foi isso que nós tomamos. Queria, aqui, também ressaltar o papel do FGC, que foi correto e fundamental.

O que o FGC fez, e aquela captação líquida negativa só foi possível graças a isso? A eventual liquidação do banco, naquele momento, envolveria, obrigatoriamente, a execução de todo o passivo garantido pelo FGC. O que o FGC fez, inteligentemente? Falou: "Olha, enquanto você está analisando a possibilidade de encontrar venda parcial ou total do banco, eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

honrando os FGCs que estão vencendo e vou pagando". Ele tinha que pagar, eventualmente, aquele valor *anyway*, de todo jeito. Ele falou: "Eu já vou pagando de maneira antecipada. E, ao pagar de maneira antecipada, conforme vai vencendo, eu vou dando essa chance".

Repito: não estou aqui, hoje, respondendo a uma acusação que vários outros, que me antecederam, responderam em casos muito mais complexos para o sistema financeiro. O caso Bamerindus era mais complexo; o caso Econômico era mais complexo; o caso Nacional era mais complexo. O caso em tela tem uma complexidade que se refere àquilo que eu tentei dizer de maneira educada sobre o que foi feito com o dinheiro e quem se envolveu com isso.

Agora, o caso Bamerindus, o caso Econômico e o caso Econômico eram bancos muito maiores do ponto de vista sistêmico. E, naquele momento, quem estava sentado na cadeira foi acusado, eu lembro muito bem, de ter feito a segregação do banco bom e do banco ruim e de ter vendido o banco bom. Esta é a obrigação de todo Banco Central, é isso que todo Banco Central faz no mundo.

Eu não estou sendo acusado disso porque eu não consegui encontrar um banco bom.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não tinha um banco bom.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu não consegui fazer essa segregação. Mas, se tivesse, estava na obrigação do meu mandato, ainda que eu sofra a pressão política.

Quem está sentado na minha cadeira não pode pensar no que vão dizer nas redes sociais, no que vão dizer... Tem que tomar a decisão, e este é o papel do Banco Central: tomar a decisão técnica, independentemente da pressão. É não ceder à pressão, esse é o meu papel.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, Presidente, eu já estou encerrando e vamos, incondicionalmente, defendê-lo em todos os momentos em que houver alguma pressão contra o Presidente do Banco Central – incondicionalmente. Mas saiba, V. Exa., que cada decisão do banco vai ser observada por esta Comissão, até para pautar o comportamento do Banco Central em casos futuros.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É dever da Comissão, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Aí, é dever da nossa Comissão!

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (*Fora do microfone*.) – E me protege, me protege, me protege!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É dever da nossa Comissão! E nunca tentamos fazer palanque ou atirar V. Exa. em palanque, não é o nosso caso.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Renan, só 30 segundos. Nada, não vou criar polêmica nenhuma!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu tenho uma lista de oradores, eu vou ter que...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, falou que iria encerrar. Eu pensei que estava encerrando.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou segui-la, tá?

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Izalci Lucas, primeiro inscrito.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Ele mandou as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ele mandou as perguntas. Gentilmente, o Presidente do Banco Central, depois, vai mandar a resposta.

Senador Carlos Portinho. (*Pausa.*)

Senador Veneziano Vital do Rêgo, com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, meus cumprimentos. Boa tarde a V. Exa. Já estamos nos aproximando das 13h. Quero saudá-lo, saudando o nosso convidado. Quero reservar a V. Exa. aquilo que sempre tive a oportunidade de dizer, pessoalmente e de público, o quanto o admiro pela sua formação técnica, pela sua formação intelectual e também por aquilo que muitas das vezes falta a alguns, que é a sua lhaneza, a sua atenção, as suas generosas demonstrações de respeito para com o Congresso, de respeito para com os agentes. E digo isso, porque algumas oportunidades eu tive de me dirigir a V. Exa., que sempre demonstrou essa atenção.

Quero e devo saudá-lo, Presidente Renan Calheiros e, ao fazê-lo, eu faço extensivamente aos nossos companheiros e às nossas companheiras, porque foi, por força de uma decisão deste Colegiado, que nós abrimos um espaço para fazer uma discussão que deveria ser adotada pelo Congresso Nacional por inteiro. Quando eu me refiro à sua atitude de nos propor e ter recebido de todos nós o entendimento para que nós instalássemos uma Subcomissão tratando especificamente, nos detendo sobre esse episódio dantesco que tem sido o do Banco Master, essa atitude deveria ter sido do Congresso Nacional, na medida de fazê-lo na individualidade de uma das Casas, ou melhor que fosse com uma CPMI. Não que nós trouxéssemos... Não estou a defender isto: não estou a entender que as instituições que estão focadas nas apurações desses episódios não tenham a competência, as prerrogativas e assim estão a demonstrar, mas o debate político muitas das vezes não pode ser feito, na verdade, por essas instituições; o debate político tem que ser feito por esta Casa.

E cito, por exemplo, o que se passa: se não fosse a disposição e a coragem, a respeitosa coragem do Presidente Renan Calheiros de trazer situações que estavam *in albis*, *en passant* da opinião pública nacional – citam-se durante uma semana e depois, simplesmente, para debaixo do tapete se colocam... O Presidente Renan trouxe situações que corroboram as suas apreciações, que é o papel que nos cabe enquanto legisladores e legisladoras: o de melhorarmos a governança, que, nas suas próprias palavras, é falha – falha desde o momento em que nós temos a legislação de 1975, falha!

V. Exa. vai me perdoar, porque, se não fosse um prejuízo, nas suas palavras, módico, muito pequeno em relação ao Santander, houve uma definição que não foi por outros órgãos, e aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penso eu que deveria ser, se não previsto, mas deveria estar legislativamente previsto, dos senhores diretores e do Presidente.

Pergunto: Presidente, imagine se o acordo de leniência do ex-Presidente Roberto Campos Neto não se desse por força desse valor módico, imagine se o equívoco de um preenchimento não gerasse o zero, vírgula, zero, zero, zero, zero tanto que V. Exa. diz, então há uma falha de governança. Há uma falha de governança. É preciso saber... Como é o nome técnico? Comitê...? Como é que chama?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Coter.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Coterni.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Coter.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Coter. Desculpe. Aqui a gente tem a oportunidade de aprender também muito com V. Exa. e com os demais outros, que são muito mais versáteis e conhecedores do campo da economia.

Então, eu quero fazer esse registro, porque quando o Presidente Renan traz – e não traz por força das citações mencionadas a esses agentes políticos – uma preocupação, que é a preocupação de observar – e ninguém está fazendo juízo temerário –, muito mais por ser um episódio que envolva, em tese, agentes políticos, ninguém está fazendo juízo temerário, nem o Presidente, nem eu, mas é fundamental que a própria Casa pudesse se deter a esse episódio, que é gravíssimo.

O Senador Alessandro Vieira, que se ausentou, disse bem: nós não estamos aqui para representar interesse de crime organizado. E a gente observa – vem a ser confirmada – a presença de agentes políticos, Presidente Renan Calheiros, que recebem a confiança dos seus conterrâneos para fazer aqui o *lobby* indecente, criminoso, amoral, de se defender crime organizado ou quaisquer setores que não mereçam esse atendimento. Então, V. Exa. tem toda a razão.

Pergunto a V. Exa., Presidente Renan, se aquilo que V. Exa. disse na semana passada já está sendo providenciado, que é o requerimento de informações ao Banco Central sobre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

episódios de um possível financiamento que se deveu – e coincidências, ao meu sentir, porque eu tive a escola do meu pai que dizia que não existem coincidências, sobre os fatos é preciso que nós recorramos a investigações –, para que nós constatemos o liame entre aquilo que foi proposto e aquelas benesses que são efetivamente identificadas a alguns agentes políticos.

Então, Presidente, V. Exa. receba os meus cumprimentos, o reconhecimento pela iniciativa de ter aberto a oportunidade para que nós façamos a discussão política. V. Exa. abriu falando sobre as atitudes, o comportamento, as estratégias adotadas em um dos braços de sua responsabilidade, que é a política monetária. Eu fico muito preocupado, porque, ao sentir, ao ouvir... E conversava aqui com o nosso Líder Eduardo Braga, eu dizia: "Eduardo, eu estou equivocado, mas... ou não". O Presidente Galípolo disse que impressiona as autoridades internacionais o fato de nós termos uma escorchante e indecente taxa de juros ou taxas de juros e nos mantermos com um percentual que é a série histórica menor de desemprego. E V. Exa. disse que não sabe explicar, não tem como explicar, que tem que se deparar sempre com a necessidade de continuar com essas taxas e nós aqui, sem entendermos, não sei se por sermos indolentes. Eu não sei se não há como identificarmos aqueles pontos que são os causadores e que poderíamos, sobre eles, agir com um remédio efetivo.

Penso eu, Presidente Galípolo, que os valores impostos, os prejuízos à União e os prejuízos a nós são prejuízos muito maiores, penso eu, no volume de uma dívida pública, que é estratosférica, a mantermos essa política, se nós não nos preocuparmos a, de fato, fazer uma identificação para a qual o remédio apropriado pudesse ser corretivo e pudesse significar a cura. V. Exa. disse desta forma.

Trazendo para esse episódio do Banco Master, V. Exa... Não quero dizer por força de uma relação, não, mas eu vejo um esforço tremendo, meu querido Presidente, de V. Exa. não colocar o nome do ex-Presidente Roberto Campos Neto nessa fila de... Não estou dizendo que ele atuou dolosamente, mas, Presidente Galípolo, não há – não há – como desconhecer que, passados cinco anos e passado um período completo da presença do ex-Presidente, ele não possa ser mencionado, pelo menos – e olhe lá –, culposamente.

Eu só queria que as responsabilidades, as imposições aos dois Diretores não fossem tão somente a eles, que a mim me parecem, pelos fatos que catedraticamente estão expostos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicamente, dizem muito... mas não vamos tentar desconhecer a ausência, a leniência do ex-Presidente Roberto Campos Neto, que é uma figura que eu também estimo e respeito, porque tem formação intelectual. Cinco anos, seis anos, desde a primeira recusa do ex-Presidente Ilan Goldfajn... V. Exa. teve o comportamento que deveria ter tido o seu antecessor: em três meses, em seis meses, conduzindo a sua equipe, liquidou um banco – um banco, não; um fajuto banco, como o Banco Master, que é a presença do crime organizado que se faz em todas as esferas, lastimavelmente, inclusive, dentro da nossa sagrada Casa, o Senado Federal.

Então, peço vênia a V. Exa., mas não desconheço a participação culposa do ex-Presidente. Nada sugere que, depois de cinco anos, com tantos fatos graves... V. Exa. disse: "Senadores, Senadoras, aquilo que foi identificado a princípio como razão para não autorizar foi corrigido". Foi corrigido, e, simplesmente, depois da correção e depois de eles terem atuado, depois de eles terem negociado com os CDBs, depois de eles terem convencido os investimentos de fundos de previdência de alguns estados, de alguns municípios... E a gente tem que fazer o liame com aqueles que poderiam estar fazendo politicamente essa intermediação dentro do Banco Central.

Presidente, para encerrar, eu vou fazer rápidas colocações – inclusive, para facilitar as suas respostas, dando aos nossos companheiros a oportunidade que eu estou tendo, que é a da fala, eu vou entregar as minhas indagações.

Aqui, quando nós discutíamos sobre a autonomia – e V. Exa. disse que não concorda muito com o nome adotado de autonomia, e, sim, de independência –, eu me posicionei a princípio... Não sei se entendi mal, mas, enfim, o senhor é defensor de que nós temos a responsabilidade de poder criar os instrumentos para o seu devido funcionamento, funcionamento por que nós não temos mais funcionários, diminuídos os números em razão das suas aposentadorias, entre outras tantas razões. Mas veja lá, o Presidente Renan Calheiros e todos nós dissemos: estamos a discutir o que o senhor disse importante ser discutido, que nós aprovemos o PLP que é relatado... relatado, não, é de autoria, se eu não estiver enganado, do nosso Senador Plínio Valério, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – De sua autoria. A PEC de sua autoria.

Aqui nós estamos, e o Presidente dizia: "Isso é um processo para que nós aperfeiçoemos". Não seria possível, há três, quatro anos, quando nós votamos e autorizamos legislativamente a autonomia do Banco Central, que já fosse uma matéria perfeita para o seu funcionamento. E uma das razões, Líder Eduardo Braga, a se dizer da sua necessidade de autonomia, meus queridos e minhas queridas, é porque nós estaríamos evitando a participação, porque poderiam ser participações indesejáveis do poder político do Presidente da República, ao nomear o Presidente do Banco Central.

V. Exa. foi nomeado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dúvidas se poderia ou não, mas V. Exa. foi, vai exercer o seu mandato de quatro anos. Pior do que uma possível presença do poder público, de uma indicação política que pudesse... ao bel-prazer de quem estivesse a governar o país, é saber que essa governança e que essa autonomia do Banco Central não abriu os olhos, não para que o poder público, mas para que o crime organizado estivesse presente e atuando.

Por que eu estou a falar isso? É a necessidade para que nós aprimoremos, é a necessidade para que nós entendamos que simplesmente tornar o Banco Central independente não resolverá, como não resolveu situações gravíssimas. V. Sa. disse: "É um risco mínimo". Ora, se o risco mínimo foi de 50 bilhões de prejuízos impostos, como bem todos aqui salientam, aos cidadãos e cidadãs que estão em casa, imagine se fosse um risco maior. Concorda?

Então, meu querido Presidente Galípolo, eu quero cumprimentá-lo, saudá-lo. Fiz algumas perguntas aqui, vou entregar às suas mãos – vou entregar às suas mãos –, mas, necessariamente, entre essas observações que fiz, eu volto a dizer: não me convenço – não me convenço sinceramente – de que, nesse processo de identificações daqueles que estiveram dentro da sua casa foram identificados, dizer-se simplesmente que o ex-Presidente Roberto Campos Neto não teve, pelo menos, por culpa, uma posição que terminou a nos levar, depois de cinco anos de identificação, a essa excrescência.

Então, Presidente Renan Calheiros, eu vou passar às suas mãos, dentro do processo, da dinâmica das participações dos nossos companheiros. Se V. Exa. puder ir lendo e fazendo essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menções, eu muito gostaria, mas não quero me estender além do que já me estendi para fazer as minhas colocações, e, entre estas, a primeira, de saudá-lo e de dizer que, venturosamente, V. Exa. foi uma extraordinária escolha, pelo seu perfil, pela sua integridade, pelo seu comprometimento com a instituição. Tenho absoluta certeza de que o cumprimento deste mandato que lhe ainda é reservado continuará a ser o mesmo.

Muito obrigado, Presidente. Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senador Veneziano.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, Líder da Bancada do MDB nesta Casa do Congresso Nacional.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente Renan, primeiro, cumprimento V. Exa. Acho que esta audiência pública com o Presidente do Banco Central, o Sr. Galípolo, é de uma importância extraordinária, mas eu gostaria de, ao lado do Líder do Governo, em nome da Liderança do MDB, manifestar-me a respeito do tema da independência orçamentária do Banco Central, porque a independência funcional já está estabelecida.

Eu creio, meu caro Líder Wagner, que o Governo já passou da hora de apresentar uma proposta alternativa à PEC de autoria do Senador Plínio Valério. Eu não sei nem quem é o Relator da...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não. O Plínio é o autor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O Vanderlan é o autor. E V. Exa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Da autonomia. V. Exa. é o Relator da PEC.

Pois bem. Eu creio que, se há... O Executivo contribui para o aprimoramento não, com certeza, com a omissão. Não dá mais para o Banco Central... E não é só o Banco Central. Por que eu digo que o Governo tem que fazer a sua parte e fazer a sua contribuição? E o que eu estou dizendo aqui já disse ao Presidente Lula, já disse ao Líder Wagner, já disse ao Ministro da Fazenda Durigan, e já disse ao Ministro do Planejamento Bruno Moretti: não adianta resolver exclusivamente a questão orçamentária do Banco Central. É mais complexo do que isso. É preciso resolver o problema do Banco Central, o problema do Coaf e o problema da CVM. Nós temos que dotar o sistema de fiscalização, comando e controle do Sistema Financeiro brasileiro de recursos necessários para que esta governança funcione com eficiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sem dúvida.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Vou dar aqui um caso, não estou aqui dizendo que há qualquer risco, mas vou dar aqui um outro caso. Já houve o caso das Americanas, já houve o caso Master, já houve o caso do Pleno, e olha o que está acontecendo. O Mercado Pago, que é uma empresa extremamente sólida enquanto empresa varejista, entrou no mercado de *fintech* e andou fazendo, de forma muito agressiva, remuneração a CDI a 140%, em que pese, na média, ela opere de 100% a 120%. O *rating* internacional desta *fintech* não está avalizado nem balizado por nenhuma das empresas renomadas de *rating*. Tem o *rating* da *holding* do Mercado Pago. Não estou dizendo aqui, longe de mim, quero repetir, não estou dizendo que o Mercado Pago esteja com qualquer risco de liquidez. O que eu estou dizendo é que ele está extremamente agressivo e há um índice crescente de inadimplemento na operação financeira do Mercado Pago. Se a governança não estiver aprimorada imediatamente, nós poderemos estar diante de um colapso muito maior, muito maior, porque a operação é algumas vezes maior do que a operação do Banco Master. Não estou aqui, repito... Admiro a empresa Mercado Livre, acho que é uma das empresas mais competentes na logística e uma empresa que tem alcançado lucros repetidamente no Brasil e na América Latina, vis-à-vis às suas concorrentes internacionais, como a Amazon e outras. O que eu estou dizendo é que o caso não é um caso pontual. O que eu estou dizendo é que este é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso que vai acontecer repetidas vezes, como foi o caso da conta bolsão, como foi o caso das *fintechs* de baixo valor do seu capital, em que nós tivemos que esperar até o mês de abril para poder fazer valer uma resolução do Banco Central, estabelecida por V. Exa... Vou chamá-lo de V. Exa., porque Presidente do Banco Central equivale à função de Ministro, isso foi aprovado pelo Congresso Nacional, por isso vou chamá-lo de V. Exa., mas quero dizer que existem vários pontos que precisam ser urgentemente equacionados entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o sistema de fiscalização, comando e controle do mercado financeiro e do mercado bancário brasileiro.

Nós bancarizamos 95% da operação no Brasil, dizendo que isso iria acabar com caixa dois, que isso iria acabar com a sonegação. Ao reverso, o que nós vimos foi uma fuga brutal de capital pelas brechas da legislação e pelas brechas da capacidade de fiscalização, comando e controle.

Dito isso, eu quero acrescentar que a economia brasileira consegue ter uma contradição de crescer com taxas de juros altas e com inflação acima da meta por algumas razões. Primeiro, a rede de proteção social gigantesca que o Brasil tem. Segundo, os mecanismos em que a grande parcela da população brasileira se financia sem ser pela taxa Selic. Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, hoje é responsável por 90% do mercado da indústria da construção civil e não funciona remunerando a taxa Selic.

Portanto, o que nós precisamos é ter uma conta extremamente difícil de ser equacionada, Sr. Presidente. Nós precisamos ter um equilíbrio entre a questão fiscal e a questão monetária para podermos recalibrar as políticas sociais e as políticas de financiamento colateral que existem na economia brasileira. É por isso que a economia brasileira sobrevive, não existe mágica nesse negócio. E esta situação acaba retroalimentando um déficit fiscal que retroalimenta uma taxa de juros exorbitante. Isso nós vamos ter que decidir nas urnas, porque o país vive uma democracia e isto terá que ser uma decisão resultado das urnas.

Eu quero, portanto, para concluir, fazer uma última pergunta ao eminente Presidente do Banco Central. O mercado financeiro opera sob a premissa de que o regulador age com total isonomia e rigor técnico. Diante dos frequentes questionamentos e rumores de mercado sobre a assimetria regulatória e a agressividade comercial dessas instituições, como é o caso do Master,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais medidas concretas de transparência e governança o Banco Central adota para assegurar aos demais *players* e à sociedade que a fiscalização sobre bancos, como o Banco Master, segue ritos estritamente técnicos, blindados de qualquer tipo de influência ou leniência?

Isso é fundamental para se restabelecer credibilidade. Credibilidade é fundamental para que o capital estrangeiro se sinta atraído com segurança a investir no Brasil. Os últimos movimentos de fluxo de capital estrangeiro mostram que nós estamos tendo perda de capital estrangeiro, e aí está a Bolsa de Valores respondendo exatamente a essa pergunta.

Por fim, quero dizer que acredito na competência e na capacidade de V. Exa. de conduzir esse processo, mas acredito mais ainda na sua capacidade de articulação. Não dá para não haver uma articulação positiva de um encontro, de uma solução para o financiamento da modernização da governança do sistema de fiscalização, comando e controle do sistema financeiro e do sistema bancário, sob pena de nós estarmos diante de um risco incomensurável na décima maior economia do planeta. Isso é gravíssimo, o que nós estamos dizendo.

E quero aqui dizer que o MDB está fazendo um apelo público ao Governo, ao Executivo, ao sistema do Banco Central, Coaf e CVM: que apresentem propostas para que nós possamos melhorar a proposta da PEC e para que nós possamos deliberar esta matéria aqui nesta Casa, sob pena de aprovarmos uma PEC e depois essa PEC ser insuficiente para resolver o problema. Portanto, urge uma medida que seja responsável, porque essa responsabilidade cabe a cada um de nós, inclusive ao Congresso, e nós não poderemos nos desonerar dela.

Eram essas as colocações e essas as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Presidente Galípolo, nós vamos conceder a palavra à Senadora Damares Alves, que é a última interpelante deste primeiro bloco.

Com a palavra V. Exa.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Galípolo, eu só preciso reiterar a minha admiração pelo senhor. Se tem um voto que eu dei certo neste Senado foi o do momento da sua escolha, porque o seu jeito de lidar, a sua passividade, a sua forma de conduzir, neste momento de tanta tensão, tem sido um diferencial. Imagina se tivéssemos um Presidente de Banco Central bélico neste momento! Teria tensionado muito mais. E essa disposição que o senhor tem de nos responder... Eu acho que, nesta manhã aqui, pelas informações que o senhor trouxe, nós fizemos um papel de mais de cinco CPMIs juntas. Tem sido isso. Então, a forma como o senhor vem...

Esta é uma Comissão madura, você sabe disso, uma Comissão de Senadores que estão aqui desde a manhã o ouvindo. A apresentação que o senhor trouxe para nós trouxe elementos sobre os quais a gente vai se debruçar muito, sobre esses elementos, especialmente sobre as novas regras estabelecidas, que obrigam instituição excessivamente alavancada, com mais de 80% das captações garantidas pelo FGC e exposição do FGC maior do que seis vezes o PLA, a aplicar os recursos excedentes em títulos públicos federais. Essa regra aqui eu acho que muda muita coisa. E nós vamos nos debruçar, como CAE, sobre essa nova regra, sobre como ela tem sido aplicada e sobre os resultados, porque, quando a gente vê, sobre o Banco Master, e a gente vê aquele banquinho de quinta categoria que fez esse estrago todo... O senhor é muito diplomático, mas eu não preciso ser diplomática. Eu tenho uma imunidade e eu posso falar. E vai um recado aí para quem não gosta de me ouvir: eu posso falar, eu fui eleita, eu sou Parlamentar. Aquele banquinho de quinta categoria, quando a gente vai ver o quanto eles estavam investindo em letras que não tinham nem a cobertura do fundo, letras financeiras... Eu fiquei preocupada na hora em que eu comecei a ler sobre o quanto de letras financeiras eles estavam investindo – eu e a Leila estivemos recentemente no TCU sobre isso –, letras que não tinham garantia de nada, de ninguém, e eles investindo. E eu creio que esse foi um dos motivos que vocês consideraram para a liquidação.

Mas, Presidente Galípolo, esta Comissão tem um subgrupo, tem um grupo de trabalho especificamente sobre o Master, e que nós estamos levando muito a sério. Inclusive, eu estou tendo a honra de ter sido, pelo Presidente, nomeada Coordenadora Técnica de Documentos. Nós, pelo grupo de trabalho, enviamos para o senhor o Ofício nº 15, da CAE, fazendo perguntas especificamente sobre a questão do BRB, a compra pelo BRB do Master. A assessoria parlamentar nos respondeu recentemente que nenhuma de nossas perguntas poderia ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respondida por causa do sigilo. A pergunta... Inclusive, eu fiz um movimento aqui, eu botei o Procurador ali, Presidente, ao lado do Presidente, porque ele ficava fazendo contato visual. Eu sei dos seus cuidados com relação ao sigilo. São cuidados éticos, cuidados que a lei te impõe, você tem um CPF, mas a gente tem que ter um cuidado aqui também. Aqui vai um recado para os colegas: nós estamos lidando com bandidos, bandidos perigosos, Presidente. Já tem gente morta nessa história. Agora, com a última prisão do pai do Vorcaro, a gente viu até jogo do bicho e intimidação física. Nós estamos vendo que tem gente perigosa. Então, eu entendo as suas cautelas. Você não pode colocar o seu corpo técnico em risco físico, como fizeram com o Dr. Ailton. Eu estava lá nas ruas vendo a foto dele exposta, um levante de ódio ao Dr. Ailton.

A pergunta é: tem um prazo para esse sigilo cair? Por quê, Dr. Galípolo? O que eu quero te explicar... Eu estou apresentando um requerimento amanhã, se a gente tiver deliberativo ainda hoje, para que a gente peça à Procuradoria-Geral da República o que você não pôde nos dar como sigilo; se a Procuradoria pode compartilhar com esta Comissão, com o grupo de trabalho, o que foi levantado especificamente do BRB e Master e, especialmente, essa possibilidade de uma delação, porque nós estamos recebendo notícias da imprensa – e hoje tem notícias – de que há uma construção de uma delação do gênio do ex-Presidente do BRB, porque até agora eu não entendi aquela cabeça. Acho que vamos ter que, quando ele morrer, pegar o cérebro dele e congelar; e, daqui a cem anos, alguém estudar aquele gênio que queria comprar o Banco Master. Nenhum de nós aqui conseguiu entender aquela genialidade, não é, Leila? A pergunta é... Nós vamos requerer, se o Presidente acatar amanhã, à PGR o compartilhamento que a PGR tem lá, já de acordo de delação, o que a PGR e a Polícia Federal podem compartilhar com a gente.

Mas a pergunta é: diante da resposta que o senhor nos deu, há um prazo para vocês liberarem esse sigilo? Por que, Presidente? Nós estamos preocupados com o que aconteceu com o BRB. Os Senadores do Distrito Federal já estiveram com o senhor pelo menos duas ou três vezes. Semana passada, inclusive, a Leila foi, eu não pude ir, estava passando mal. Nós estamos preocupados, o nosso povo aqui está muito preocupado. E o BRB, Presidente, não é uma questão local. O Distrito Federal não é uma unidade qualquer, é o Distrito Federal. O BRB diz respeito a todos nós, inclusive agora com uma história de que querem usar – escute, Senador Eduardo – o nosso fundo constitucional, olha que loucura, para dar garantias ao BRB. Então tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

umas histórias muito estranhas ainda em torno do BRB. A pergunta é: quando esse sigilo vai ser levantado e quando o senhor vai poder responder ao Ofício nº 15, aqui do grupo?

E parabéns pela condução como o senhor tem feito tudo naquele Banco Central. Eu sou uma entusiasta da sua gestão e eu preciso deixar isso registrado todas as vezes que eu tenho a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senadora Damares.

E concedo a palavra ao Presidente do Banco Central para a resposta às interpelações dos Senadores Veneziano, Eduardo Braga e Damares Alves. Com a palavra V. Exa.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria começar com alguns pontos em que claramente eu devo ter me expressado mal. No tema do que eu disse sobre nomenclatura e autonomia, eu não estava defendendo a palavra independência, eu acho a palavra independência ainda menos apropriada do que autonomia.

Eu brincava que precisava rebatizar a marca, porque às vezes a autonomia passa essa ideia de que você vai ter menos controle sobre as instâncias democráticas. E é o oposto disso. Eu até lembro que um dos temas de discussão que existia na legislação nova era se essa supervisão sobre o orçamento e tudo o mais deveria ficar com o Senado ou com o Conselho Monetário Nacional. E a minha posição foi que deveria ficar com todos. Se quiserem os dois fiscalizar o Banco Central, o Banco Central não quer fazer nada que, desde que a lei permita, não possa ser defendido e apresentado aqui, como estamos apresentando. Então, é o oposto.

O tema todo, para a gente, de autonomia é uma discussão de – como estava bem colocando o Senador Eduardo Braga – como é que a gente consegue fazer uma modernização do arcabouço institucional. E aí, talvez seja um vício de formação meu, o que eu faço? Eu vou olhar o que são as melhores práticas internacionais, o que quem está à fronteira tanto da literatura quanto da prática está fazendo. E aí a lógica de autonomia passa por isso. É chamado de autonomia, mas passa muito mais por aquela questão que eu comentei de você ter um orçamento que segrega do que é orçamento fiscal para o orçamento monetário. Então, eu queria só reforçar que a ideia era muito mais essa, de que a gente tem, sim, o Banco Central tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de prestar contas, tem que prestar contas à sociedade, sempre respeitando ali um pouco a lógica do que é a questão do sigilo.

E aí o tema do sigilo é importante eu também fazer aqui uma ressalva. Às vezes, como tudo passa por dinheiro e como houve essa inclusão no sistema bancário, há uma sensação de que o Banco Central pode monitorar tudo que é tipo de transação, sejam apostas, seja lavagem de dinheiro... Lavagem é nossa, mas tipo, seja tudo, tudo é a gente. E a verdade é que eu não posso quebrar sigilo bancário de ninguém, eu não posso invadir e falar assim: bom, eu vou checar operação a operação que está acontecendo para pré-aprovar. Acho que nem no regime soviético a gente teve alguma coisa parecida com pré-aprovar todo tipo de operação. E aí eu cito uma frase que é do Diretor Gilneu, Diretor daqueles mais antigos ali, dos servidores mais antigos do Banco Central, apesar de estar muito bem, mas é dos mais antigos do Banco Central; ele sempre repete para mim e fala assim: "Olha, a gente tem sim que fazer todas as melhorias [como bem colocou aqui o Senador Eduardo Braga] de atualização do arcabouço e de governança, tem sim, mas de maneira nenhuma isso vai produzir uma onipresença do Banco Central". Onipresente é a lei. Ninguém pode falar: "Roubei porque não tinha uma polícia na esquina me olhando". Isso não é tese de defesa para ninguém. "Por que eu cometi o crime? Roubei. Não tinha polícia na esquina, roubei". Isso não é um argumento de defesa. Então, a lei se impõe a todos. Os bancos é que fazem os comunicados ao Coaf. Os bancos têm que fazer o *know your client*. O banco tem que fazer prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo. E todas as instituições têm que fazer isso. E o Banco Central tem que fazer não só essas atualizações que foram feitas, como bem falou a Senadora Damares, no que se refere ao FGC, que, sim, tenta endereçar o problema que está na origem do Master, que é esse descasamento entre passivo e ativo, ou seja, um banco que capta no varejo e aplica em outras coisas, muitas delas até – hoje se imagina – não republicanas, mas essa colocação do FGC ele endereça a esse problema. Porém...

Diga, Senador.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – É, o senhor me permite só uma colocação? Esse ponto que V. Exa. toca é fundamental, sabe por quê? Corretoras vendiam o CDB do Banco Master dizendo: "Aplique até 249, porque você tem o Fundo Garantidor assegurando". E essas corretoras ganharam com isso. Elas fizeram uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exploração econômico-financeira de algo em que o Coaf tinha, sim, que ter agido. E o Banco Central tinha que ter agido. Por isso que não pode ficar só na informação do lado do banco para o Coaf.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Mas quero só te dar um exemplo desse caso especificamente, que é a remuneração. A gente tem dois elementos que vale a pena dizer. Ele tinha alguns empréstimos consignados no ativo dele que cobravam alguma coisa em torno de 4% a 5% ao mês. Então, imagine que, se ele tivesse uma composição de uma carteira que é 140% do CDI e, de outro lado, 5% a 6% ao mês, o carrego dele era um carrego bastante positivo do ponto de vista. Então, a dificuldade foi quando ele passou a fazer um descasamento não mais com um ativo de varejo e com um ativo de outra ordem.

Esse tema que o senhor levantou, Senador, da distribuição de ativos é uma discussão que a gente vem fazendo, que é bastante complexa, porque... Você tem toda a razão de que a gente tem que fazer a discussão de como é que o banco vai casar para se ver ativo e dar os estímulos corretos. A gente tem que dar os alinhamentos corretos para que quem distribui receba uma remuneração alinhada com os interesses do cliente dele, que não é quem está pedindo para ele distribuir, e sim o cliente que está comprando – isso precisa ser feito. E o cliente, o cidadão, também tem que ter algum tipo de incentivo para que ele faça a devida análise do que é que ele está comprando. Por exemplo, a gente viu vários casos de pessoas assim: "É como se eu estivesse comprando um CDB do FGC, em última instância", e isso não é desejável. O simples aviso tem pouco poder. Você precisa criar algum tipo de penalidade, vamos dizer, algo desse tipo, mas toda literatura fala: "Olha, você tem que pagar rápido e pagar 100%".

Vou aqui fazer, com todo respeito aos nossos *hermanos* argentinos aqui... O único país que a gente encontrou que não paga 100% é a Argentina, que é daqueles exemplos que a gente fica... Dadas todas as dificuldades que a gente teve, nem sempre a gente fala: "Bom, vamos aqui olhar se essa é a melhor condição aqui para a gente copiar". Mas a gente tem analisado e tem estudado isso para a gente produzir o devido alinhamento.

Mas o que eu queria dizer é: ainda que a gente tenha que fazer – e tem que fazer efetivamente todas essas melhorias de governança –, a certeza que eu tenho é que a gente endereçou agora um problema que estava na origem do tema do Master. O próximo problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente vai ter eu tenho certeza de que não vai ser desse tipo, vai ser de outra coisa. É um processo que... A gente tem que estar sempre à frente desse processo.

E aí eu só queria também fazer mais uma correção sobre algo, porque eu provavelmente tenha me expressado mal quando o Senador Veneziano falou "o problema é pequeno". Não. O que eu disse é que o risco não é sistêmico. O risco não sistêmico é uma categoria técnica que talvez eu tenha usado aqui sem explicar. O risco não sistêmico significa que é um banco que, ao falhar – vamos dizer assim –, não tem repercussões para a totalidade do sistema.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não contamina.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Isso, é um contágio confinado, vamos dizer assim. Então, de maneira nenhuma, eu quis reduzir o volume e o valor que nós estamos discutindo aqui. Ele é um valor bastante alto mesmo e, ainda que existam outros processos de liquidação fora do Brasil que sejam maiores, eu acho que remete ao tema que o Presidente Renan colocou, não estamos falando do tamanho daquilo que envolve recursos para a liquidação de um banco efetivamente, e, sim, todo esse entorno que está sendo discutido aqui da utilização dos recursos que eu acho que é importante a gente explorar aqui.

Sobre a questão da autonomia, de ter uma proposta alternativa, o Senador Plínio é testemunha aqui, e eu acho que foi a última vez que eu estive aqui na CAE. O Senador Rogério Carvalho, sentado aqui na minha frente, falou: "Olha, está na hora de você quebrar os ovos, você precisa aceitar a proposta do Governo para que se permaneçam no regime RJU, os servidores, e que permaneçam dentro do setor público". O que fiz eu, que não sou um advogado, sou um mero economista? Fui até a AGU, recolhi todas as condições de contorno que foram solicitadas pela Casa Civil, pela Fazenda, pelo Planejamento, combinamos isso e pedimos para a AGU escrever. Esse texto final – o Senador Plínio pode confirmar aqui – é um texto redigido, basicamente, em conjunto com as orientações que a própria AGU recomendou.

Então, a gente entende que atendeu – de maneira nenhuma não quer dizer que não possa sempre aprimorar –, mas esta sensação de que a todo momento a gente vem com mais alguma coisa, é uma sensação que preocupa pela necessidade de urgência que o senhor comentou. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem uma necessidade de urgência, porque até aprovar, até poder dar recurso, até poder fazer... Este é um mercado financeiro que está andando em uma velocidade...

Vejam, eu fui ao FMI recentemente e eu imaginava que o tema principal a ser discutido ia ser os riscos de crédito privado, que envolvem as questões de NBFIs – que foram comentadas aqui pelo Senador – de instituições não bancárias, ou a guerra, o conflito no Irã. O tema principal foi a questão de inteligência artificial e os riscos que as novas – não vou dizer nomes aqui –, ferramentas oferecem do ponto de vista de quebra de criptografia e questões desse tipo. Então, nós estamos falando de uma coisa de muita fronteira e de um sistema, que é o caso brasileiro, que é altamente digitalizado. Então, a gente precisa desses recursos com a devida urgência, como foi comentado.

E aí a questão de assimetria regulatória passa por algo que a gente acabou não tratando agora nessa discussão, mas é a fronteira hoje da discussão, que é o crescimento dessas instituições não bancárias que fazem intermediação bancária, se existe a possibilidade de que elas ofereçam um risco sistêmico. O primeiro caso que a gente teve disso aconteceu no caso Liz Truss no Reino Unido. Quando ela faz um anúncio que é mal recebido pelo mercado, do ponto de vista do pacote fiscal – que é o tema que o senhor estava comentando –, isso gera uma instabilidade, especialmente nos títulos públicos do Reino Unido. E aí grandes fundos, grandes seguradoras e grandes fundos de pensão passam a gerar um problema e passa a ter um risco sistêmico.

Essas instituições, historicamente, não têm a sua infraestrutura ligada ou não estão ligadas à infraestrutura do Banco Central, que é quem pode prover liquidez num momento como esse. E aí você precisou consertar telhado em dia de chuva, fazer essa ligação num momento de emergência. Desde então, vários outros bancos centrais do mundo estão fazendo isso. O Canadá já tem essa ligação com essas instituições, o Reino Unido já tem, os Estados Unidos já têm. A questão que se impõe é: bom, se eu vou poder prover liquidez, eu deveria também supervisionar essas instituições?

O Brasil hoje, Senador, tem, entre os mercados emergentes, o segundo maior mercado de instituições que fazem intermediação financeira não bancária do mundo. A gente só perde para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a China. Porém, 80% dos ativos que estão na mão dessas instituições ainda são títulos soberanos.

Então, você tem menos um receio sobre um crédito privado, vamos dizer assim, ou o que seria um crédito fora do balanço dos bancos; você está mais preocupado com o risco de Liz Truss, que é de a taxa de juros balançar e a marcação a mercado começar a gerar uma série que a gente chama de *stops*, quando ele é obrigado a vender, e isso gerar um ciclo preocupante, mas, de toda maneira, nós temos que ficar preocupados, porque, se a gente vai apertando, como a gente foi apertando aqui a regulação, o normal é que ele vá tentando escapar da regulação, compondo atribuições que são diferentes para tentar fazer isso.

Ainda sobre isso e sobre a urgência, o Banco Central do Brasil hoje goza de uma grande reputação, graças ao Brasil e graças ao país.

Vim agora de duas viagens internacionais. Em uma, estava abrindo o evento do Banco Central Europeu, a que a gente foi convidado por prestígio do Brasil, não meu; por prestígio do país. Logo em seguida à minha apresentação, houve uma apresentação em que se separavam as reações na curva de juros em diversas economias em função do choque de oferta entre dois tipos de economias: as que tinham um banco central com credibilidade e as com um banco central sem credibilidade – e nós estávamos entre os bancos centrais que tinham mais credibilidade.

Recentemente também, o Brasil – não eu – foi eleito para ser *chair* do comitê que coordena os bancos centrais de países emergentes no BAS, que é o Banco Central dos bancos centrais. Então, o Banco Central ainda goza de uma grande reputação por causa disso. Esse é um comitê que tem China, Índia, México, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Coreia, uma série de países, e o Brasil está lá presidindo, por prestígio do Brasil.

Mas eu concordo com o senhor: esses eventos que acontecem, como esse, são eventos que... A credibilidade é algo que se demora muito para construir, e ela, a qualquer arranhão, pode se machucar. É por isso que a gente precisa... A gente não pode mais perder tempo na defesa disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só falar sobre a parte de política monetária rápido, porque eu sei que eu estou ocupando muito tempo...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – ... mas a parte de política monetária... Também acho que me expressei mal ao querer dizer que... Chamar atenção não quer dizer que não tem explicação. Eu estava simplesmente chamando atenção para o estranhamento, a dissonância que gera para quem vê de fora, para dizer de uma particularidade da economia brasileira, mas de maneira nenhuma acho que não há explicação.

Quando eu tentei fazer aquelas separações das fases... Eu tendo a concordar com o que o Senador Eduardo Braga comentou, de que o que aconteceu foi que, a partir do plano de estabilização monetária que foi feito no Brasil, o Brasil foi convivendo com taxas de juros altas, e a economia foi descobrindo vacinas para conviver com isso. Essas vacinas, esses caminhos para conviver... E o senhor comentou do mercado imobiliário, a gente vai ter o caso que eu comentei dos títulos públicos, que vão ter um financiamento deste tamanho, em que você vai ter o efeito renda contrário, e às vezes na outra ponta você tem uma coisa oposta; ou seja, se de um lado você tem uma taxa de juros que é mais baixa do que a taxa básica de juros, você vai ter, muitas vezes, por exemplo, no rotativo, uma taxa de juros que é de 15% ao mês!

Eu não sei se eu já lhe contei – quem acompanha as coletivas do Banco Central está um pouco cansado dessa história –, mas tem um servidor muito antigo do Banco Central que conta uma história de como a alteração na taxa de juros básica afeta os juros para esses 40 milhões de pessoas que estão no cartão de crédito, no rotativo com 15%...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Que é outro escândalo.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – O que você vai dizer é: "Poxa, se eu mexi cem ou 200 *base points*, que são um ponto percentual, dois pontos percentuais ali, para quem está pagando 15% ao mês o efeito é muito mais baixo!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí existe também uma questão estrutural que vai ter que ser endereçada, Senador Renan, porque, assim, você tem uma série de particularidades nesse mercado que geram essas distorções, que, como a gente falou, afetam a potência da política monetária e que a gente vai ter que discutir, para ter esse desafio de normalizar, de botar um custo menor para a sociedade, mas para conseguir o mesmo efeito do remédio.

Faltou responder à Senadora Damares.

Senadora, a gente tem tentado ali, o máximo possível, voltar e analisar cada um dos casos, para ver o que é possível tarjar, fornecer de informação, de novo: preservando o sigilo. E o receio, de verdade, é muito mais de que não se use – a gente sabe do risco que existe nisso – um caso como este, para se abrir uma porta para que amanhã se peça sigilo, se quebre sigilo de alguém de maneira indevida.

Muitas vezes você tem, como a gente falou, no exercício aqui nosso da função, acesso a informações, mas é meu dever fiduciário proteger essa informação. O que eu tenho de fazer, sim, é comunicar aos órgãos competentes de persecução para que eles possam tomar as devidas providências.

Eu não sei se é um prazo, eu queria perguntar para o Cristiano especificamente se é um prazo. Pode... Por favor, pode falar.

**O SR. CRISTIANO COZER** (Para expor.) – Com a licença do Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

**O SR. CRISTIANO COZER** – Esse processo, Senador, envolve dados de diferentes naturezas. Então, nós temos diferentes espécies de sigilo, temos sigilo bancário, temos sigilo fiscal, temos sigilo empresarial e a legislação que se aplica a cada um desses sigilos não prevê um prazo máximo. Isso não é uma classificação imposta pelo Banco Central como ocorre na Lei de Acesso à Informação, isso vem da lei e a lei não prevê sigilo. Nós temos, como mencionou o Presidente, o dever de preservação desse sigilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma sugestão talvez, nesse caso... O trabalho que a AudBancos fez no TCU, que é um trabalho excelente e aprofundado, no exercício da competência constitucional do TCU de exercer o controle externo sobre o Banco Central... Eles fizeram um trabalho intensivo e estiveram no Banco Central com todos os cuidados para a tutela do sigilo envolvido.

E eu acho que ali tem um material muito rico, talvez, para esse tipo de indagação que V. Exa. está procurando seguir.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos as intervenções e as interpelações do Senador Veneziano, do Senador Eduardo e da Senadora Damares.

Vamos conceder a palavra agora, para as suas interpelações, ao Senador Jaime Bagattoli; em seguida, ao Senador Esperidião Amin; e, em seguida, também à Senadora Tereza Cristina.

Com a palavra V. Exa., Senador Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar aqui o Presidente desta Comissão, Renan Calheiros; o Presidente do Banco Central, Galípolo.

Quero dizer para você, Presidente – você fala no início do seu posicionamento sobre a taxa Selic de 15% sobre o endividamento das famílias –, que o endividamento das famílias, principalmente da classe média, daqui para a frente, só vai aumentar.

Quando você fala, nós falamos aí em uma Selic de 15% ao ano, e nós temos um cartão de crédito, em que os bancos cobram de 14% a 15% ao mês, não existe mais sistema que consiga trazer essas pessoas de volta. E sem dizer que, a cada tempo que passa, a cada ano que passa, as pessoas estão perdendo o poder aquisitivo. Isso é real e o que está corroendo as famílias realmente é a taxa de juros.

Nós temos hoje uma inflação de 4%, 4,5% ao ano, e nós temos uma taxa Selic de 15% ao ano. É praticamente impossível nós suportarmos essa taxa de juros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas falando agora nessa situação do Banco Master. Ele, como disse a Damares aqui, é uma pessoa que tem que ser muito, muito bem estudada, para ver de que forma ele chegou a dar esse tombo, a dar esse golpe extraordinário, que ele fez. E o que mais admira as pessoas é a maneira como foi feito, com tantas pessoas envolvidas nesse sistema. Ali nós temos políticos, nós temos empresários, tem indícios de pessoas do Judiciário. E só uma CPI, fazendo realmente uma investigação, para ver o que aconteceu.

Agora eu lhe pergunto uma coisa, na condição de Presidente, porque isso é claro lá. Quando uma instituição financeira dessa começa a pagar 140%... Olha aqui eu entendo de mercado financeiro. Quando ela começa.... Para nós, que somos correntistas – qualquer cidadão – já acendemos uma luz amarela quando chega um banco que vai nos propor 140% da taxa Selic ou da taxa do CDI. O Banco Central nunca observou isso? Porque esses dados têm que ser claros para o Banco Central. O Banco Central nunca observou isso de maneira nenhuma?

E agora, o que mais nos entristece, até porque nós temos que discutir aí também a situação do PL 5.122. Tereza Cristina, Senadora, eu vi uma publicação, hoje cedo, na imprensa, hoje ou ontem, dizendo que isso aí poderia – para os produtores – causar um prejuízo de mais de R$100 bilhões, caso passasse esse PL, o 5.122. Eu digo a V. Exa.: um setor produtivo hoje tão penalizado, um setor produtivo hoje que vive à mercê, é uma indústria a céu aberto, não suporta mais uma taxa Selic dessa, não existe como nenhum produtor desse possa fazer a renegociação de mercado, não, é impossível esses produtores pagarem esses compromissos, essas dívidas, e aí nós vemos essa situação e estamos assistindo, de camarote, ao caso lá do Amazonas, do Banco da Amazônia, do Banco Basa. Colocou R$40 milhões nesse banco, nesse Banco Master, e perdeu. Não sei se era do fundo institucional ou não, mas perdeu. Senador, colocou inclusive... Tem muitos estados que colocaram o fundo de previdência dos próprios funcionários. Colocaram e vão perder. E aí, o que mais entristece a gente hoje é o seguinte... V. Exa. fala que tem que controlar, que é o preço dos alimentos que está causando a inflação, não é o preço dos alimentos.

O que está causando a inflação é o desgoverno total, porque o Governo perdeu o controle. O controle das contas públicas é que está fazendo isso. Essa situação é o controle das contas públicas. Eu não sei onde o Governo vai chegar. Nós estamos privatizando tudo neste país e, cada vez, aumentando mais impostos ainda para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ter um colapso total se não resolvermos essa nossa situação de endividamento dos nossos produtores, com o cenário que está aí: guerra na Rússia, guerra no Irã, preço do combustível subindo, uma indefinição de quem vai e como é vai se fazer para subsidiar isso e, na condição de nós termos aí, próximo... nós temos que divulgar qual vai ser a situação para o próximo Plano Safra. Quem vai poder ter crédito? Nem vai ter. Da forma como está hoje, os produtores nem acesso ao crédito vão ter.

E quero dizer para você, para terminar, quando você fala do câmbio do dólar, que, para quem estiver nos acompanhando, o dólar, quando saiu lá o Plano Real, um a um. Se você pegar uma correção de 5% ao ano, você chegaria hoje próximo desses R$5, R$4,7, R$4,8. Mas nós tivemos, nesse período, um juro médio – médio! –, nos 32 anos, praticamente próximo de 12% ao ano. Porque o início foi muito pesado; o início era de 25%, 27%. Então, foi muito pesado e aí, nós estamos perdendo, a cada tempo, a competitividade.

Quero dizer a V. Exa.: nenhuma atividade mais, no Brasil, remunera 15% ao ano, hoje. Nós temos pouquíssimas atividades, hoje, que estão remunerando isso aí. E o que está sinalizando é que essa taxa de juros, provavelmente, vai cair muito pouco do que está aí. Hoje está em 14,5%; vai cair muito pouco a taxa de juros.

E, para terminar, eu quero perguntar a V. Exa.: o Banco Central... Depois, o Banco Central... A melhor coisa que aconteceu foi a independência do Banco Central. Isto foi algo que, na minha concepção, foi o que mais poderia ter acontecido de bom: a independência do Banco Central.

Mas aí eu lhe pergunto o seguinte: em todo esse tempo em que veio essa tramitação do Banco Master, chegando a esse colapso, não houve, em nenhum momento, praticamente quando houve... Você acabou de falar que vocês impediram a compra do BRB pelo Banco Master, mas, até ali, vocês não tinham visto nada que poderia causar, chegar a esse colapso total? E, olha, digo mais: para nós sairmos... Assim, o que deixa todo mundo com uma pergunta ainda no ar é se existem mais bancos que possam contaminar além do Banco Master.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senador Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, mais uma vez, com as minhas desculpas pela maneira como me alonguei aqui nas interpelações que fiz ao Presidente.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu não tenho autoridade, nem episcopal, nem sacerdotal, para perdoá-lo (*Risos.*), mas se o senhor já percebeu que exagerou, o senhor está agora sendo movido...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pelo menos no tempo, né?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor está agora sendo movido pela melhor energia, a mais limpa energia do mundo, que é o remorso. (*Risos.*) Então, estamos todos... Estamos todos...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mais uma vez.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas só os bons têm remorso. (*Risos.*) E o remorso é a melhor energia do mundo: não tem poluição, e o escoteiro faz todo dia, pelo menos, uma boa ação. Eu, que já fui escoteiro, posso lhe dizer que eu compartilho com V. Exa., prezado amigo, que o senhor nos deu uma grande oportunidade. A criação deste grupo de trabalho foi o primeiro e único – único –, até agora, gesto do Congresso de institucionalmente tratar desse assunto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E nós lhe devemos isso. Por isso, mesmo divergindo de alguma... A divergência faz bem à saúde e à democracia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Faz bem!

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Papa Francisco disse: "Nunca perca a oportunidade de conversar com quem pensa diferente de você, é a sua chance de aprender", porque, se ficar conversando dentro da bolha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sem dúvida!

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... vai ser um referendo unânime e, como dizia Nelson Rodrigues, "toda unanimidade é burra".

Tenho três comentários a fazer. O primeiro era este, de agradecer a oportunidade institucional que o senhor deu a todos nós e agradecer por participar deste grupo de trabalho. E a minha primeira cobrança ao Presidente do Banco Central é, quando nós lá estivemos, eu lhe pedi: sem os subsídios do Banco Central, nós não vamos ter capacidade técnica de instruir um projeto – não sei se é de lei ou se é junto com a PEC – que dê à criação desses monstros que são os fundos, os fundos autônomos, assim chamados, que compram cártulas do Besc, olhe bem, atribui a estas cártulas um valor de R$800 milhões, diz que está dando lucro e começa a comer o dinheiro das pessoas de boa-fé, mas que têm a volúpia da mais-valia, para usar uma expressão com que até a esquerda concorda que é relativamente tolerável.

(*Intervenção fora do microfone*.)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É, então, mas eu queria o texto do projeto de lei ou da PEC, isso é prioritário, porque os fundos estão sendo criados hoje e são centenas, centenas! É impossível à CVM, que tem 120 funcionários e três dos cinco cargos de direção vagos – olhe bem a prioridade que o Governo dá a isso –, tem cinco cargos de direção e três estão vagos... É disso que vai cuidar? Nós queremos que o Banco Central cuide disso, forte, fortalecido, porque isso é emissão de moeda – é muito grave. Então, esse é um pedido. E eu estou lhe cobrando porque já fiz esse pedido quando lá estivemos.

Segundo, eu quero, em função da sua apresentação, pedir que o senhor convalide e atualize o que eu consegui arrancar do grande Diretor Ailton de Aquino, que para mim é um exemplo de servidor do Banco Central, até prova em contrário – e eu, até prova em contrário, serei testemunha a seu favor. Mas ele fez... Quando vocês dois foram arguidos para a direção, eu fiz a ele um pedido: me faça uma avaliação de quanto é que... Senador Renan, preste atenção, porque esse pedido é seu também. Da criação do real até hoje – esse pedido eu fiz em 2023 –, quanto é que o Brasil pagou sobre a dívida do país, portanto, é um multiplicando e um multiplicador, de *overhead* de taxa média de juros do Ocidente? E pode incluir a Turquia, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre tem pago taxas elevadas. Então, o senhor pega – não Galípolo, pode incluir Galípoli, a Turquia junto – a média do que os países do Ocidente pagam de taxa de juros ao longo desse trajeto, 1994 a 2026. A cifra que eu obtive chegava a R$10 trilhões de excedente de taxa de juros paga, um PIB brasileiro, ou seja, um PIB foi mordido, até então, a pretexto de termos menos garantias. E ninguém quebrou aqui, nenhum estrangeiro que investiu aqui quebrou ou perdeu; pelo contrário, ganharam. Então, nós fomos vítimas de avaliações feitas por agências de risco que permitiram uma rapina. Concluo assim.

Então, eu queria que o senhor, por favor, quando apresentar aquela próxima evolução da taxa de juros, pegue a de 1994 até hoje. Isso é insuportável! Não há produtividade, nós não temos essa... Salvo a produtividade da porteira para dentro no agro, mas só da porteira para dentro. Essa nós temos. Nessa nós somos campeões. Na ostra, lá de Santa Catarina, no pínus, no eucalipto, Deus nos deu uma produtividade que é incomparável. Agora, isso não é base, é impraticável aceitar esse tipo de juiz que ajuda a nos roubar. Ponto.

Terceiro, e eu quero lhe dizer que eu vou antecipadamente dizer que acredito na resposta que o senhor vai dar. Mas, no domingo, o *Poder360* publicou, e hoje está republicado e ontem foi republicado, o seguinte fato, salvo desmentido: no dia 4 de dezembro de 2024, portanto dias antes do fim do mandato do Presidente do Bacen Roberto Campos Neto, o senhor teria participado de uma reunião com o Presidente Lula, o Sr. Vorcaro, diretores do banco e mais três ministros – é essa notícia que é publicada. Isso aí é adereço; o importante é saber se houve uma reunião – não sei se foi dia 4 de dezembro, isso é tudo adjetivação. Então, uma reunião, antes da sua posse, com o Sr. Vorcaro, o Presidente Lula e outras autoridades ou dirigentes do banco, em que o Sr. Vorcaro disse o seguinte, resumo: "Eu recebi uma proposta do BTG de comprar a parte ruim por R$1. Vendo ou não vendo?". Presta atenção, é isso que está noticiado, eu estou repetindo. Se for calúnia, porque isso é um crime – se for calúnia –, eu tenho as publicações e acho que mais gente leu isso.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (*Fora do microfone.*) – Não. É calúnia do jornal.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não estou dizendo que é verdade, mas eu estou dando a fonte. E o Presidente Lula teria dito: "Não venda", primeiro porque ele não gosta do dono do BTG, que eu não conheço – não conheço –, e porque este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Banco Central – teria dito o Presidente – vai sair no dia 31 de dezembro. E, com o novo Presidente do Banco Central, que casualmente estava presente, "nós vamos te ajudar".

Eu não vou desenhar isso, mas eu considero a coisa mais grave a instigar a pergunta: afinal, devia ter sido sacramentada a intervenção, a liquidação? Ou isso foi postergado por essa esperança – pode ser até de boa-fé – de que se pudesse conseguir uma solução? Seja para vender para os primos, que são muito tolos... De um lado ou do outro do Rio Jordão, é barra-pesada. Não é isso? Ou quem sabe uma solução... Eu não acho que isso necessariamente seja má-fé; eu acho que é uma esperança. Se dá para salvar o FGC, não vamos matar o FGC na busca de caçar um CPF.

Então, essa pergunta eu considero crucial, e vou dizer antecipadamente: eu não vou pedir tréplica, porque confio na sua pessoa, e digo isso publicamente não por ingenuidade, mas porque, se isso for verdade, isso vai ser descoberto e é de uma gravidade, como diria o Alceu Moreira, que sempre falou baixinho, rimbombante.

Muito obrigado. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

Com a palavra V. Exa.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Boa tarde já, né? Boa tarde, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ainda temos um dia longo, não é?

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – É, com certeza.

Quero dar boa tarde ao Presidente do Banco Central, Dr. Galípolo, e aos diretores que o acompanham e eu quero lhe fazer um elogio que já lhe fiz outro dia, de que não me arrependo de ter votado no senhor. E hoje, com as suas explicações aqui, eu fico com mais certeza disso, pela sua ética e pelo seu espírito público. Mas nós temos algumas perguntas aqui, diante dessa catástrofe, dessa... Eu não sei nem o nome que a gente tem que dar aí ao caso Master.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Rapinagem.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Que seja. (*Risos.*)

Bom, mas eu ouvi atentamente o nosso Presidente Senador Renan, a quem eu também agradeço a oportunidade desta audiência superimportante para que os Senadores tomem conhecimento, possam fazer perguntas, enfim, e dar encaminhamentos para o que eu acho mais importante, o *day after*, porque o que já aconteceu é caso de polícia, é caso de investigação, é caso, enfim, de polícia mesmo, mas nós não podemos deixar que isso aconteça daqui para a frente. Para isso, é muito importante saber no que é que esta Casa pode contribuir com o Banco Central quando o senhor diz que o Banco Central ainda tem legislação antiga e que nós precisamos resolver esse problema.

Está aqui o nosso Senador Plínio Valério, e eu concordo e acho que nós já devíamos ter votado essa autonomia. Talvez não tenha sido o melhor nome, mas nós já devíamos ter votado essa autonomia do Banco Central. Quando nós votamos a independência, logo depois, nós tínhamos que ter feito também essa, vamos dizer, entre aspas, "autonomia" do Banco.

Mas eu queria lhe fazer uma pergunta, porque eu vejo que toda hora tentam enredar o ex-Presidente do Banco Central, a quem eu admiro e acho que fez um belo trabalho. Tanto fez um belo trabalho que o Banco Central é reconhecido no mundo todo, ganhou vários prêmios. O senhor agora acabou de dizer que o Banco Central brasileiro é uma instituição que tem credibilidade internacional, e hoje vocês comandam um grupo de trabalho lá fora, com a Presidência, sendo o *chairman*.

Eu queria fazer uma pergunta, porque tem várias matérias aí que saíram em diversos jornais dizendo que a autorização foi negada, lá atrás, na época do Presidente Ilan, e depois aprovada, porque tinha atendido os requerimentos, os novos requerimentos que foram feitos. A matéria também diz que a PGBC deu parecer positivo. O que o senhor teria feito se tivesse sentado na cadeira naquele momento? Então, essa é a minha primeira pergunta.

Depois, eu também queria lhe dizer que, à luz do caso Master, o Banco Central dispõe hoje de pessoal, orçamento, tecnologia e autonomia administrativa compatíveis com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complexidade crescente da supervisão bancária e da resolução de instituições financeiras. O senhor já respondeu isso em partes, mas, se o senhor pudesse detalhar coisas que são aqui importantes para que o senhor possa ter isso, eu acho que seria também importante.

Em casos de crise, como a do Banco Master, quais são os principais gargalos para atuação preventiva do Banco Central? Recomposição de quadros, investimento em tecnologia, inteligência de dados e orçamento ou limitações administrativas do modelo atual. Isso também nos daria uma orientação de como ajudar o nosso Banco Central a ser cada vez melhor.

O modelo orçamentário atual permite ao Banco Central planejar com previsibilidade investimentos permanentes em supervisão, resolução, inteligência artificial – como o senhor disse, nós estamos muito atrasados com isso perto do que a inteligência artificial tem feito no mundo; e isso não é só no Banco Central, tem que se dizer que o Brasil está muito atrasado em relação à inteligência artificial –, monitoramento de liquidez e análise de riscos sistêmicos?

A ampliação da autonomia administrativa orçamentária e financeira do Banco Central poderia fortalecer a capacidade da instituição de proteger depositantes, investidores e credores e a estabilidade do sistema financeiro, sem reduzir a prestação de contas ao Congresso?

E que mensagem o Congresso deve retirar do caso Master quanto à necessidade de dotar o Banco Central dos meios institucionais necessários para cumprir a sua missão de supervisão, resolução bancária e preservação da estabilidade financeira?

Eu acho que o senhor tem uma grande oportunidade. Nem sempre quando a gente tem uma situação tão ruim, você tem só problema; você também tem oportunidades. E hoje é a oportunidade que eu vejo de o Banco Central ganhar com isto: primeiro, o Congresso votando a autonomia; segundo, este Senado Federal ajudar o Banco Central a ter todo esse arcabouço das perguntas que eu lhe fiz hoje, para que a gente possa ter um Banco Central compatível com o tamanho do Sistema Financeiro brasileiro, que hoje a gente sabe que está muito aquém. O Banco Central, há pouco tempo, vivia em greve, os funcionários, e com toda razão, pelo excesso de trabalho... É o que o senhor disse: hoje o Banco Central trabalha 24 horas, trabalha aos finais de semana, diferentemente de outros bancos no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que precisa também sensibilidade desta Casa para, com agilidade e rapidez, achar o melhor projeto de lei, a melhor PEC, para que a gente possa ajudar o Banco Central do Brasil.

E, terminando aqui a minha fala, eu tenho uma coisa pontual, que é o seguro rural. Vocês têm no Banco Central o Proagro, que não deveria estar lá. Eu, como ex-Ministra da Agricultura, tentei muitas vezes, mas não conseguimos chegar a um bom termo de tirar o Proagro e fazer um único seguro rural. Então, eu só gostaria de dizer que a melhoria do acesso de financiamento aos produtores rurais... E hoje não estaríamos passando, talvez, por uma crise tão grave, ela poderia ser minimizada, se nós tivéssemos um seguro rural que atendesse as nossas atividades.

Então, eu conto também com o Banco Central para que a gente possa... Eu tenho um projeto de lei, de minha autoria, que hoje está na Câmara dos Deputados, deve voltar aqui para esta Casa, mas era muito importante essa compatibilização para que a gente possa ter um seguro rural robusto neste país, numa atividade tão importante como é a agropecuária brasileira.

E, terminando a minha fala, quero agradecer a prorrogação que o Conselho Monetário fez – aí não é só o senhor –, a prorrogação do Prodes, mas nós precisamos achar a ferramenta correta para que o Banco Central não penalize o produtor antes de ele poder se justificar, enfim, mostrar que ele está cumprindo as regras e a lei.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central para as respostas às interpelações feitas pelo Senador Jaime Bagattoli, Senador Esperidião Amin e Senadora Tereza Cristina.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Vou começar pelos pontos levantados pelo Senador Jaime quanto à questão de poder aquisitivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente passou por um processo, no final de 2024 para começo de 2025, especialmente no final de 2024, de desvalorização da nossa moeda bastante acentuada. Ela se explica por fatores domésticos e externos. Do ponto de vista externo, o que acontece tem uma correlação com o tema de produtividade que o senhor colocou. O Brasil, nos últimos anos, não se ligou às cadeias globais de valor que têm puxado a produtividade de maneira semelhante a alguns dos pares. A gente viu, desde a entrada da China na OMC, um deslocamento intensivo da manufatura para a Ásia e para a periferia da Ásia. A partir do primeiro Governo Trump, as tarifas forçaram um deslocamento de parte dessa manufatura para outros países, que passaram a ser um entreposto, quase, desse fluxo de exportação. Às vezes, as pessoas veem o crescimento do Vietnã ou do México como um aumento da regionalização em detrimento da globalização, mas não foi isso que aconteceu porque, se o senhor olhar, o senhor vai ver que o Vietnã está importando mais da China e exportando mais para os Estados Unidos, e o México fazendo a mesma coisa. Então, ele passa a fazer parte dessa rota, que tem a mesma origem e o mesmo destino, mas ele está fazendo parte dessa rota neste momento.

O Brasil cresceu muito a partir dos anos 2000, basicamente, a partir de um *boom* de *commodities*, que esse crescimento da China proporciona, e disso o setor agro se beneficia muito, a gente passa a ter uma autonomia e uma autossuficiência do ponto de vista energético, seja porque a gente tem uma diversidade grande da nossa matriz energética, seja pela questão do pré-sal e a autonomia para passar a ser um país exportador de petróleo. Mas, quando a gente olha para o que está acontecendo ali, a gente não vê um *link* tão forte com essa cadeia global de valor.

A vitória do Trump em 2024 passa imediatamente uma leitura para o mercado de um novo Presidente que seria pró-mercado, reduziria a tributação em cima de empresas e que estimularia desregulamentação em vários setores e isso promoveria mais crescimento nos Estados Unidos, e aí, por exemplo, países como o México, que estão mais ligados aos Estados Unidos, se beneficiariam disso.

A moeda brasileira perdeu 25% do seu valor no ano de 2024. Isso significa, só para fazer uma conta meio que de regra de três – e errada –, que, se os juros estivessem em 10%, o investidor que investiu aqui em dólar perdeu 15%, porque ele recebeu 10% mas a moeda perdeu 25%. Então, o investimento passa a dar um retorno negativo, ele gera uma perda, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que a gente chama de moeda de *carry*, de carrego ou de *funding*, é como a gente chama. Então, você usava a moeda brasileira para você tomar financiamento, porque essa dívida em dólares ficava cada vez mais barata a cada momento em que o dólar se desvalorizava e se usava para tirar dinheiro daqui. Foi isso que aconteceu.

Então, só no final do ano passado, no último trimestre do ano passado, a moeda perdeu 15% de valor, isso somado a dados que se aguardava de que o Brasil vinha produzindo uma desaceleração do crescimento econômico, porque o crescimento econômico vinha acima daquilo que se entende que é o potencial do crescimento brasileiro. Se o crescimento está acima do potencial, o que você está vendo é uma demanda crescendo mais rápido que a oferta, isso gera pressão e inflação. Isso não é simples, a gente faz o que a gente chama de hiato do PIB potencial, não é simples de você calcular, mas tem uma medida que é bastante sintomática disso, que é você olhar as transações correntes, a relação com o resto do mundo. Nos últimos anos, o nosso déficit de transações correntes saiu de 1% para mais de 3% do PIB, sendo que um bom pedaço dessas importações vem da China, que está exportando desinflação para o Brasil por ganho de produtividade. Então, se a gente não comparar só o valor, mas comparar a quantidade, o aumento dessa demanda é ainda maior, e está vazando, ou seja, uma demanda que está crescendo e, por ausência de oferta doméstica, está vazando para puxar a demanda de fora. Ela é ainda maior nesse processo.

Quando a gente chega lá próximo do que foi chamado de *liberation day*, que é o dia das tarifas nos Estados Unidos, em abril, aí se inverte a relação e se passa a entender o seguinte: países como o Brasil, que são menos dependentes do seu destino, dos Estados Unidos, do crescimento americano, talvez estejam mais protegidos. Aquilo que pode ter sido um problema, que é estar menos ligado às cadeias globais de valor, vira uma proteção. Você tem mais parceiros, você tem autonomia e autossuficiência energética, você é exportador de *commodities* com autonomia e autossuficiência alimentar, tudo isso passa a proteger, somado ao fato de que a elevação da taxa de juros tenta conter também esse processo de crescimento da demanda que estava pressionando a inflação.

Em maio, aproximadamente, a gente vai ter uma inflação, entre março e maio, que vai estar rodando... A gente vai ter mais de 50% dos componentes da inflação rodando acima do dobro da meta de inflação. Alimentos vão estar rodando próximo a 20%, então a inflação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentos chegou a bater 20%. Foi essa resposta tempestiva do Banco Central de elevar a taxa de juros, de maneira bastante rápida, acima do que a inflação vinha crescendo que conseguiu permitir interromper esse processo inflacionário e fazer a inflação voltar para próximo e até dentro do intervalo da meta, reduzindo bastante a inflação de alimentos ao longo desse período. Então, esse processo de resposta da política monetária para conter o processo inflacionário e essa pressão de demanda foi bastante importante ao longo desse caminho.

O ponto que eu tenho trazido aqui é: se a gente fosse falar de um outro país – imagina que fosse um outro país e a gente falasse assim: "Olha, o presidente do Banco Central está indo prestar contas ao Senado e o que acontece é que, nos últimos seis anos, só duas vezes ele conseguiu cumprir a meta" –, provavelmente a cobrança que o presidente do Banco Central estaria sofrendo é de que ele não colocou a taxa de juros num patamar restritivo o suficiente, ou seja, que não está restritivo o suficiente, porque se nos últimos seis anos você não cumpriu a meta, essa meta que é estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, você deveria ter sido mais restritivo do que está ali.

O ponto é: por que é que nós temos uma taxa de juros mais elevada no Brasil, quando comparada com a dos pares, e, ainda assim, a gente não consegue cumprir as metas de inflação? E aí remete àquela discussão que a gente vinha fazendo com o Senador Eduardo Braga antes, que é: quais são as particularidades da economia brasileira que demandam uma dose maior do remédio por mais tempo para conseguir um efeito que talvez nem seja tão potente quanto o que os outros conseguem.

Então, a política monetária funciona. Ela está mostrando isto: que ela funciona, ela está conseguindo colocar a taxa de crescimento a patamares mais próximos do que é o crescimento potencial da economia brasileira; porém, para você conseguir fazer isso, é necessário colocar a taxa de juros num patamar mais elevado.

Do ponto de vista de produtividade, que é um tema que conversa também com o que o Senador Esperidião Amin colocou, a gente olha os últimos anos e a gente tem dificuldade, como bem colocou o Senador, de encontrar ganhos de produtividade bastante evidentes na economia brasileira. A gente tem uma economia em que os ganhos de produtividade estão muito mais por um efeito de composição, ou seja, pessoas que abandonaram um emprego, saíram de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego que tinha menos contribuição de produtividade para a economia para alguns que têm mais produtividade. Basicamente, a gente tem um modelo, já há algumas décadas, em que, quando a economia cresce, ela cresce liderada pelo consumo, puxada por um consumo que tem bastante estímulo que vem de crédito e um pedaço de remuneração da renda acima dos ganhos de produtividade.

Então, a discussão das discussões centrais, que não está dentro da esfera do Banco Central, mas talvez seja um tema central para a economia brasileira ou o tema central é: como é que a economia brasileira consegue se ligar às cadeias globais de valor para que a gente possa assistir a ganhos de produtividade e a gente possa ter um crescimento duradouro e sustentável? Esse é um tema essencial que não está dentro do mandato do Banco Central, mas é algo que acho que passa pela discussão essencial que a gente está colocando aqui.

Relativamente à questão da reunião que o Senador Esperidião Amin colocou – e acho que remete à questão da obrigação do Banco Central –, primeiro a reunião existiu, ela já tinha sido confirmada, eu mesmo tinha respondido, na CPI do Crime Organizado, sobre a existência da reunião e eu vou relatar aqui de novo o que eu relatei na reunião ali. O que aconteceu foi que eu fui chamado pelo Chefe de Gabinete da Presidência para uma reunião; quando eu cheguei, a reunião já tinha iniciado. E o que o Presidente fez é alguma coisa que eu faço também dentro do Banco Central: quando vem alguém se queixar de alguma coisa que é relativa a uma área ou uma diretoria específica, eu chamo o diretor da área específica e digo: "Olhe, esse tema você trata com o diretor específico e vai receber um tratamento institucional". A fala, quando eu cheguei... Não havia mais ninguém do Banco Central, só eu do Banco Central, além de ministros e o próprio Daniel Vorcaro, e a fala era essa fala de que alguém estava sendo perseguido, de que os grandes bancos não queriam a competição do Master, algo que não tem muita aderência ao que a gente vê, ao tamanho do Master em relação ao mercado como um todo. Como a gente falou, é um banco cujos ativos representavam aproximadamente 0,5% do total do sistema. Então, não é uma participação relevante nesse sentido. Ele estava se apresentando como alguém que estava sendo perseguido em função das suas práticas que geravam uma competição e os grandes bancos não queriam. E aí a fala do Presidente foi bastante objetiva em dizer: "Você vai ser tratado... Esse é um tema tratado por dentro do Banco Central, não aqui. Você tem que tratar isso no Banco Central. O Gabriel vai ser o próximo Presidente, tenho certeza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que ele é técnico e vai dar um tratamento técnico. Tenha certeza de que você vai receber um tratamento técnico". Depois disso, acho que até o Senador Alessandro me perguntou se eu recebi alguma orientação, e a orientação do Presidente foi: "Trate de maneira técnica esse tema. Você tem autonomia e trate de maneira técnica esse tema". Foi só isso.

E aí sobre as outras demandas aqui, o subsídio do BC está anotado e, assim, eu imagino que a nossa assessoria parlamentar está sempre à disposição, mas Senador, não só eu, mas eu sei que... Eu entendo perfeitamente a preferência pelo Ailton e concordo. Acho que ela é totalmente fundamentada, mas eu e Ailton nos colocamos à disposição para ir ao gabinete do senhor o dia que o senhor demandar para a gente poder fazer as apresentações sobre as questões que são necessárias para a gente fazer o aprimoramento do arcabouço institucional do Banco Central.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E da CVM?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – E também da CVM, dos dois casos aqui, da CVM obviamente. Cabe à CVM fazer as orientações, mas naquilo que cabe à gente fazer a cooperação com a CVM.

Quanto à questão que foi colocada, acho que também pelo Senador Jaime e pelo Senador Esperidião Amin, sobre a questão das obrigações e o que existia antes da questão da aquisição, da proposta de aquisição do BRB, um dos temas que é complexo sempre para o Banco Central é que a legislação demanda que você só faça a liquidação depois de esgotadas as alternativas de mercado. Por isso, passa, inclusive... Guardadas as devidas necessidades de julgamento, o sentimento de que antes da liquidação é apresentada uma nova proposta de compra, porque cada vez que você apresenta uma nova proposta de compra, você cria um ônus para o Banco Central ao liquidar... Fala-se: "Como é que você liquidou o banco se existia alguém interessado em comprar?". Então, o próprio processo, ao longo da negativa do BRB, tinha que estar muito bem fundamentado para se proteger disso e depois também, no caso, com uma outra proposta, uma proposta mais frágil de alguém que claramente não tinha condição de absorver.

Mas por que é importante estar tão bem fundamentado? Eu sempre lembro desses dois casos aqui. Existiram dois casos de liquidação: um tem mais de 50 anos, outro tem mais de 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos – um deles, inclusive, com acusações de fraudes também. E esses processos estão hoje em recursos, em que quem tinha o banco e os acionistas do banco estão demandando uma indenização bilionária contra o Banco Central, dizendo que a liquidação foi indevida, depois de 50 anos, num caso e, depois de 20 anos, no outro caso.

Então, por isso que é tão importante que a gente tenha, sim, esse respaldo, que eu agradeço aqui, e queria dizer que talvez mais puro do que o remorso seja a gratidão. Eu sou muito grato aqui ao Senador, Presidente Renan, por essa oportunidade de vir aqui prestar esse esclarecimento, por esse tempo todo que ele me concedeu, e as perguntas foram essenciais para que eu pudesse fazer esse esclarecimento. Então, agradeço a parceria, desde a primeira hora, do Senador Renan, de apoio à institucionalidade do Banco Central. E que a gente possa tomar as decisões.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Faltou o comparativo dos juros.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu vou falar agora sobre o comparativo dos juros. O comparativo dos juros... Logicamente, estamos à disposição para fazer a atualização, mas eu volto a um tema original que é dizer: o comparativo dos juros pagos pelos títulos públicos e a correlação disso com a Selic é um caso... E o fato de ter feito a pergunta é uma boa denúncia disso, de um caso muito particular do Brasil, que é: eu tenho 50% da dívida pública ligada à taxa básica de juros. Isso não acontece em nenhum outro lugar do mundo. O que existe no resto do mundo é que essa taxa de juros de longo prazo é determinada pela oferta e demanda de títulos públicos no mercado de títulos públicos, os leilões que são conduzidos pelo Tesouro e pelo mercado secundário.

E aí também é importante dizer... O Senador comenta sobre os investidores estrangeiros. A participação dos investidores estrangeiros caiu muito desde que a gente perdeu o *investment grade*. Hoje mais de 90% dos detentores de dívida pública no Brasil são fundos locais, mais do que bancos, são fundos locais que são os principais detentores. E esta é uma relação bastante peculiar, vamos dizer assim; é uma relação que se estabelece, entre as duas partes, credor e devedor, vamos chamar assim; bastante diferente das negociações que são possíveis na política ou até nas negociações em relações de trabalho e empregador, porque a mobilidade e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade que têm esses credores de buscar alternativas, buscar outras alocações para os seus recursos é enorme. E nós estamos falando de um Tesouro que tem que ali, duas vezes por semana, solicitar R$15 ou R$20 bilhões, às vezes, de reais num único dia para fazer a rolagem da sua dívida.

Então, esta correlação com a Selic é algo muito particular de um título público que tem a sua taxa lincada com a taxa básica de juros, que deveria ser uma taxa de apenas curto prazo, mas que hoje corresponde a 50% da dívida. Por quê? Porque, curiosamente, essa taxa Selic, que sim, ela é mais alta quando comparada com os pares, foi a taxa de juros mais barata, vamos dizer assim, que o Tesouro encontrou para rolar a sua dívida em 50% das vezes do ponto de volume em que ele foi fazer isso.

Eu acho que está faltando só a questão de se a gente tem gente suficiente, os recursos, e se o modelo orçamentário... Não, realmente a gente precisa fazer uma atualização. E, de novo, agradeço aqui ao Senado por me dar essa oportunidade de apresentar essas necessidades e o apoio a essas reformas que são necessárias.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Consulto a Senadora Tereza Cristina se está satisfeita com a resposta do nosso Presidente do Banco Central? Se deseja, eventualmente, mais alguma coisa?

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, não. Estou satisfeita em dizer que o Jerome Powell também apanha muito e calado. Apanhou, né, porque agora acabou de sair.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agora passamos ao último bloco.

Eu vou conceder a palavra, pela ordem, em primeiro lugar à Senadora Leila Barros; em seguida, ao Senador Plínio Valério e, em seguida, ao Senador Eduardo Girão.

Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Renan, Presidente da nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Presidente Galípolo, eu me junto a todos os colegas que me antecederam para falar do seu trabalho técnico, comprometido, da sua transparência junto ao comando do Banco Central, mas aqui quem vai falar neste momento... Acho que você já está olhando para mim, porque você já sabe da minha insistência, tanto minha quanto da minha bancada, até porque, nas questões que abrangem todo o caso Master – e a gente sabe que tem muita capilaridade –, isso vai ser tratado na Justiça, já está sendo, e o Banco Central tomou as suas providências. Nós aqui vamos nos debruçar nas demandas da sua fala, do que você falou aqui durante toda esta audiência, mas agora eu estou falando como representante do Distrito Federal, Senadora eleita pelo Distrito Federal, e vou tocar no caso do BRB.

O BRB, Presidente, é mais do que um banco para o Distrito Federal; ele é um patrimônio, uma instituição de mais de 60 anos, que paga o salário dos servidores. É um banco de desenvolvimento, que tem mais de 4 mil servidores públicos também. É um banco que foi criado para trazer desenvolvimento para a capital, e, é claro, por causa de uma irresponsabilidade na governança daqueles que comandam a cidade, nós estamos vendo o banco BRB nessa lambança, Brasília sendo centro de um debate e de um escândalo que nos envergonha, porque Brasília é mais do que política. Brasília tem uma população girando em torno de 3 milhões de pessoas, que querem explicações e nos provocam diariamente – tanto a mim, como a Damares e o Izalci, a nossa bancada federal –, porque existe uma angústia muito grande com relação ao futuro do BRB.

E aí a gente sabe que, mesmo o BRB não comprando o Master, ele comprou ativos que giram em torno de R$30 bilhões, um pouco mais de R$30 bilhões, sendo que nós já entendemos que há indícios de um rombo que gira em torno de R$9 bilhões. Mas não tem muita transparência. A gente tem inúmeras dúvidas, mas nós estamos aqui para, de alguma forma, tentar entender essa relação, porque já está começando a dissipar um pouco essa fumaça, essa nuvem preta; mas, mais do que isso, o que isso de fato vai significar para o futuro do Distrito Federal em termos de orçamento, em termos da sobrevivência econômica, orçamentária do Distrito Federal, que tamanho é esse rombo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, sem entrar em detalhes, o senhor pode confirmar se o BC abriu processos formais de supervisão para apurar a governança do BRB nessas aquisições desses ativos?

Eu tenho uma pergunta muito clara, que fica no imaginário de todo mundo: qual é o volume de aporte necessário para o BRB continuar de pé? A gente não tem a menor ideia. Toda hora vem um número, vem uma polêmica, uma informação... Mas eu estou diante do Presidente do Banco Central. Eu queria saber qual é esse valor, esse aporte.

Tem outra angústia, digamos que é uma angústia que me tira até o sono: o Governo do Distrito Federal está tomando todas as medidas necessárias para salvar o BRB? O que falta a ser feito pelo GDF para garantir o salvamento do banco? Eu acho que é muito importante a gente entender isso. O Banco Central já estabeleceu um cronograma ou um plano de metas para que o BRB recomponha seus índices de capital? E, se existem esses prazos, quais são esses prazos?

Assim, já agradecendo, a gente teve uma conversa muito produtiva, profícua, o senhor sempre com muita delicadeza, principalmente com muito respeito com a nossa bancada. Já nos recebeu pelo menos umas duas, três vezes, e junto com o GT também aqui – o Senador Renan, estava com a gente, é testemunha disso –; o senhor realmente tem se colocado – tanto o senhor quanto a sua equipe – muito à disposição da bancada do Distrito Federal para entender melhor, mas eu gostaria que o senhor falasse um pouco, se puder trazer para nós mais informações que nos esclareçam, e que traga, digamos, mais transparência à população que está mais preocupada e aos servidores do banco.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério.

Com a palavra, Excelência.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para interpelar.) – Presidente Renan, eu engrosso o grupo que o elogiou por ter trazido esse tema, para que nós possamos discutir; não esgotar, mas pelo menos a gente pode voltar a falar da PEC 65.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que não foi intenção, eu conheço a sua história, mas eu estava vendo lá no gabinete e, em determinado momento... A gente é assim, pega a televisão, liga e já pega andando. Ele parecia que não estava explicando, parecia que estava se defendendo, o que levou a dizer que o Banco Central está sendo punido mais pela sua virtude que pelo seu defeito, seus pecados. E eu estou conhecendo um pouco, não foi intenção nenhuma, eu sei disso, só estou dizendo... É o corte, né? É o corte que fica na TV. Eu falei: caramba, eu conheço esse cara. Deixe-me ir lá, olhar para ele: não é isso que o Senado quer fazer, não é nada disso!

E a gente está discutindo aqui, eu acho que o que o Banco Central podia fazer, a penitência que ele podia aplicar pelo pecado do Vorcaro foi aplicada. Agora, se o pecado vai ser punido de forma a julgar e ir para o inferno, é outra instância. O que me preocupa é realmente a autonomia do Banco Central. Se tivesse outro tema, seria a liberdade, mas não pode ter esse tema.

Eu fui autor – e o Senado aprovou isso aqui, era na época da pandemia, levamos dois anos para aprovar – da lei de autonomia operacional que deu o mandato. Se o Senado não tivesse concedido esse mandato, o Galípolo já não seria mais Presidente do Banco Central, quando ele saísse daqui. Talvez fosse até interrompido na metade. A independência garantiu essa liberdade de poder ir atrás disso e punir. Então, o Senado tem e continua tendo, porque a PEC 65 do Senador Vanderlan Cardoso, ela vai dar segurança jurídica, ela é muito mais que um PL, ela é muito mais além. E, se o senhor me permitir, eu vou lhe mandar daqui a pouco em PDF, posso mandar no físico, o relatório, que não tem nada do que o senhor estava dizendo há pouco. Podia ser o outro relatório anterior, podia ser no final, e eu concordo com isso.

Nós vamos apresentar isso amanhã. Vai ter pedido de vista, só espero que não se retire de pauta. Temos uma semana para votar, ou quem sabe – ainda há tempo –, temos 24 horas para que eu possa corrigir as distorções que porventura tenham.

Essa lei... O Senador Amin não está mais aí. O Senador Amin exigiu que a gente deixasse a lei complementar para o Governo – para que o Governo tenha a segurança de que possa fazer algo mais depois disso.

Essa PEC, no começo, o pessoal do PT dizia: "Vai criar uma casta no servidor". Não vai. Tem uma trava no orçamento que a gente colocou. Não vai. Os servidores não têm mais do que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queixarem. O sindicato que faz campanha contra não trata dos servidores, ele tratava da origem, da origem da autarquia e foi corrigido isso tudo, foi corrigido lá atrás.

Não me assustou muito, quando eu cheguei ao Banco Central para fazer visita, o fato de que os caminhões lá têm 40 anos de existência. Os caminhões do Banco Central têm 40 anos de serviço prestado à nação. Também não me assustou muito quando eu percebi que a diretoria responsável por fiscalizar as empresas, uma década atrás, fiscalizava 300 empresas, e fiscaliza 3 mil hoje em dia, com o mesmo pessoal – ou menos, até! Agora, o que me assustou de verdade – e aqui vai a todos aqueles que são contra a PEC 65 – foi o Pix. Isso me assustou muito.

Eu nem uso o Pix, para falar a verdade. Quando tenho que mandar algum Pix, um assessor manda, porque eu não quero entrar nessa de ser pego em narrativas; eu tenho que me blindar sempre. E me blindei tanto que, graças a Deus, pude evitar aquela emenda que chamaram de "emenda Master", do Banco Master. A gente pôde evitar porque estava atento a isso.

O que me assustou foi que o Pix, que tem mais ou menos... Corrija-me, Galípolo, Presidente, se estiver errado: são 85 inserções, hoje, do Pix, 85 milhões de inserções – não digo de usuários –, para 32 servidores. É mais ou menos isso?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (*Fora do microfone*.) – Já está em 275 milhões de transações por dia.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – São 275 milhões de inserções por dia no Pix, e, meu Senador Renan, são 32 servidores, apenas, cuidando do Pix.

O Pix hoje é uma instituição nacional, e o Pix tem problema. Ele corre, sim... Além de ter problema de gestão, de não conseguir evitar fraude e depois correr atrás, ele tem o perigo de ser uma jabuticaba brasileira. O Trump deixou isso claro quando criticou o Pix.

Então, a gente tem que colocar na Constituição, tem que dar garantia constitucional ao Pix! É nosso, é do Banco Central; o Banco Central não pode emprestar, vender, delegar e não pode cobrar de pessoas físicas.

Nós estamos extrapolando aí: é a PEC do Pix! Não é a PEC só de autonomia do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde o começo, quando eu peguei isso aqui e fui autor da autonomia, eu disse que o Banco Central é um Boeing de última geração com orçamento de teco-teco. Como querem que um Boeing voe sem combustível? Aqui, muito se falou em governança; muito se falou em modernidade; muito se falou em atribuições, em falhas porque tem que ter essa atribuição... Isso passa pelo Orçamento, isso passa por dar condições ao Banco Central.

E quem está falando aqui é um Senador que entende pouquíssimo do mercado financeiro. Entendo pouquíssimo do mercado financeiro, mas entendo muito... A vida me ensinou o que pode ser certo e o que pode ser errado, e é errado não dar um orçamento próprio ao Banco Central.

Então, passou a ser a emenda do Pix... a PEC do Pix. O Senador Vanderlan Cardoso concorda com isso, e é o que a gente tem pregado.

Eu vou poupá-lo de perguntas, mas vou dizer aqui, olhe só: pode parecer que a gente está tratando desse assunto hoje. Não estamos, não; são quase três anos! Há quase três anos eu estou com esse relatório. Todas as vezes em que vai ser votado, há um argumento e é retirado de pauta. Agora o Senador Otto Alencar, com muita coragem e sobriedade, que ele tem, coloca na pauta.

Eu sei que amanhã vai ter pedido de vista. Então, dá tempo de corrigir, Senador Renan! Dá tempo de corrigir. Nós estamos dispostos a fazer qualquer correção, desde que o Banco tenha o seu orçamento para voar mais alto.

Quando a gente começa – e eu finalizo, Presidente – com "coloca isso, coloca aquilo; o Banco Central tem que fazer..."... Quando se quer colocar tudo numa questão, é porque não se quer decidir coisa nenhuma; tudo numa questão, não querem decidir nada.

E amanhã nós temos que votar essa... Votar não, pelo menos eu vou ler esse relatório da PEC e ficar tranquilo com a minha consciência, que tentei fazer o melhor pela nação, porque a gente tem muito a fazer pela nação, mas eu também tenho que me dedicar muito mais ao meu Estado do Amazonas, que continua vítima de discriminação. A gente é muito discriminado por aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha luta vai ser resumir, daqui para a frente, entregando esse relatório, a simplesmente defender o meu Estado do Amazonas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Plínio Valério.

Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Renan. Eu quero cumprimentá-lo, Presidente, pela sua condução, mas sobretudo pela coragem em enfrentar... Como bem colocou o Senador Esperidião Amin, é o único instrumento em funcionamento da Casa para tentar revelar o escândalo do Banco Master.

É impensável que, até agora, a gente não tenha ou uma CPI ou uma CPMI, que, inclusive, 53 Senadores da República assinaram – eu nunca vi uma maioria tão ampla. Eu acho que nós devemos uma resposta e lhe agradeço por essa oportunidade.

E agradeço também ao Presidente do Banco Central, Galípolo, que tem respondido a todas as perguntas, e não é de hoje. Como ele falou na sua apresentação, ele já veio três vezes aqui. Eu estive participando, e digo que é muito importante. Pode contar comigo com relação à autonomia financeira.

Já passou da hora, e eu acredito que isso transcende questão de direita, de esquerda, de questão política partidária. Isso é para o Brasil, é para o Brasil. E a gente precisa fazer isso logo, para que não pairem dúvidas de que outros interesses possa ter por trás desse bloqueio nesta Casa.

Agora, Presidente Galípolo, eu tenho que lhe perguntar mais uma vez. Na última oportunidade, o senhor esteve conosco na CPI do Crime Organizado, foi a última sessão. Nós tivemos aquela pergunta que o Senador Esperidião Amin fez, mas eu quero aprofundar um pouco mais, sobre aquela reunião secreta, fora da agenda, que precisa, carece de mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicações para o povo brasileiro, porque até todo dia está saindo novidade com relação àquela reunião.

Eu não vou perguntar, o senhor já deu a resposta, sobre a influência ou não do BTG, da venda do Master para o BTG. Eu não vou perguntar sobre isso, era uma das pautas.

O que eu vou lhe perguntar é o seguinte, de forma muito objetiva: houve, naquela reunião de que o senhor participou, uma pauta, houve uma ata – uma ata –, um registro de participantes e comunicação formal ao Banco Central...? Porque o senhor não era ainda... o senhor era um indicado, mas tinha um Presidente na época. O senhor avisou ao então Presidente Campos Neto – acho que é até uma questão de transparência, pela qual o senhor diz lutar –, o senhor informou ao Campos Neto que estava tendo essa reunião com o Vorcaro, com outros ministros, com o próprio Presidente da República e com o lobista – é assim a palavra que eu encontro – do Guido Mantega, que, segundo foi revelado, estava recebendo R$1 milhão por mês e teria facilitado aquela famigerada reunião...

Eu pergunto para o senhor: o senhor acha normal uma reunião dessas fora da agenda? É muito importante deixar claro isso. Esse é o Banco Central independente, que se reúne secretamente com o Presidente da República, na Presidência da República, com um banco enrolado?

Eu votei a favor da independência do Banco Central. Inclusive, o Presidente da República que o indicou botou a sua base aqui para votar contra a independência do Banco Central. Hoje, é outra pergunta que eu lhe faço: o PT errou em ter tentado sabotar, boicotar – e a base do Lula – a autonomia... a independência, na verdade, do Banco Central? Essa também é uma pergunta, se o senhor puder responder.

Sobre o sigilo. Eu vi que a Senadora Damares Alves entrou nessa questão. A gente viu, no debate presidencial, o próprio Presidente Lula falando: "Ah, esse sigilo aí que é colocado no Governo Bolsonaro é um absurdo, cartão corporativo, reuniões". E o próprio Lula... E aí, como o exemplo não vem de cima, a gente vê outras instituições decretando sigilo para tudo no Brasil. Nós viramos o país do sigilo, o segredismo da República. Inclusive, no Senado Federal, a gente tem, por exemplo... A gente não sabe onde é que o careca do INSS entrou, em que gabinetes ele entrou aqui. Foi proibido por 100 anos! O exemplo não vem de cima...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Banco Central, com esse sigilo, me deixa intrigado, Sr. Presidente. Eu também... Sei que foram oito anos sobre os documentos do Master, e eu o questionei, naquela época, sobre a consistência técnica das decisões do Banco Central. A resposta do senhor foi, para mim, pouco convincente, especialmente diante do princípio da publicidade dos atos administrativos, porque a Constituição Federal é muito clara em relação a essa matéria. Qual é, eu lhe pergunto, a justificativa concreta, neste caso específico do Master? Como colocou o Presidente Renan Calheiros, não é a maior fraude do sistema financeiro do Brasil, é do mundo. Qual é a justificativa concreta para manter sob sigilo documentos de um caso de tamanho impacto na sociedade brasileira?

As decisões de intervenção ou liquidação foram precedidas de pareceres técnicos conclusivos, manifestação da Procuradoria, divergências internas ou alertas formais? Eu também lhe pergunto sobre essa questão.

E para concluir, Sr. Presidente, eu quero também parabenizar o Senador Plínio Valério por ter negado a emenda Master, de um outro colega Senador da República. Como cidadão, eu parabenizo o Senador Plínio Valério.

Presidente Galípolo, em 2019, o Banco Central primeiro indeferiu e depois autorizou Daniel Vorcaro a assumir o controle do então Banco Máxima. Eu já perguntei ao senhor na CPI e por ofício também. Perguntei presencialmente e por ofício, que lhe enviei, após a resposta do Banco Central, quais documentos novos, alterações societárias e fundamentos técnicos explicaram essa mudança. Mas a questão não foi respondida nem pelo senhor aqui, na oportunidade, nem pelo ofício, exatamente o que é que mudou.

Então, eu pergunto, de forma objetiva: quais documentos, pareceres das áreas técnicas consultadas e fundamentos concretos justificaram essa virada de posição em tão pouco tempo? Ou o Banco Central não consegue demonstrar claramente por que aquilo que foi negado em fevereiro passou a ser aprovado poucos meses depois?

E o último questionamento, defendendo a imediata CPI ou CPMI do Banco Master, eu pergunto ao senhor o seguinte: o negócio das *bets*... Isso me incomoda muito. O senhor lembra – e eu relembrei na última sessão em que o senhor esteve aqui – que o senhor foi, ainda não era nem indicado pelo Presidente Lula, a uma reunião com o Presidente Rodrigo Pacheco. Eu estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá como Líder do Partido Novo e, naquele momento, o Governo Lula estava praticamente dando o aval para a regulamentação das *bets*, das casas de apostas.

Eu levantei ali a mão, depois lhe entreguei até o meu cartão, e disse que isso ia ser uma tragédia para o Brasil, sob todos os aspectos: geração de emprego, porque vai para magnatas esse dinheiro e sai do comércio, sai da indústria – isso é fato, isso foi alertado –, destruição de empregos, destruição de casamentos, destruição de famílias inteiras e suicídios. É o surto que a gente está tendo, talvez uma pandemia, hoje no Brasil.

E, naquele momento, eu alertei, votei contra. Infelizmente, o Governo Lula, que diz proteger os pobres, os menos favorecidos do país, botou as digitais e aprovou, com o centrão, essa tragédia que o Brasil está vivendo.

Mas, ao mesmo tempo, eu quero fazer uma pergunta para o senhor de algumas teses que eu li em alguns jornais, de alguns economistas, de que essa situação do dinheiro que está sendo tirado – das *bets* – do mercado produtivo, da economia produtiva estaria, de uma certa forma – eu queria ouvir sua opinião técnica sobre isso –, segurando os preços no Brasil. Aí eu disse: "Mas como assim?". As casas de aposta estão tirando dinheiro... É simples de entender: as casas de apostas estariam tirando dinheiro, bilhões e bilhões de reais, das pessoas pobres, das pessoas que têm algum tipo de renda, e a elas falta dinheiro para comprar comida, falta dinheiro para comprar o básico. E aí isso não dá aquela demanda de mercado para subir a inflação.

Queria lhe perguntar se existe, na sua visão, uma correlação. E é por isso, talvez, que o Banco Central não tenha se manifestado em relação a essa tragédia, e o Governo Lula se mantenha calado, porque está sendo conveniente. Mesmo com sangue de inocentes, mas a inflação vai, de forma superficial, sendo segurada.

Então, quero registrar a presença aqui do grande Deputado Darcísio Perondi, aqui presente, com quem a gente sempre procura trocar ideias também com relação a esse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e parabéns pela condução.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Presidente Gabriel Galípolo. Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (Para expor.) – Acho que essa é a última resposta, então acho que eu vou aproveitar para esclarecer aqui se por acaso houve algum tipo de ruído.

A primeira coisa que eu queria é dizer, de novo, respondendo à Senadora Leila e agradecendo também aqui ao Presidente Renan, da postura, desde o início, preocupado com a coisa pública, preocupado com a República, em todas as reuniões que a gente teve no Banco Central e as reuniões que eu tive aqui, nessas oportunidades e nesta Casa, foi essencial o apoio institucional e, desde o início, todas as reuniões com a bancada sempre foram pensando no que é melhor para o povo do Distrito Federal. Eu sou testemunha de que todas essas reuniões que eu tive com vocês foram reuniões que trouxeram preocupações relativas ao povo do Distrito Federal. Então, eu queria agradecer aqui a postura na pessoa da Senadora Leila.

Justamente por essa postura, me dói mais aqui ter que dizer que, infelizmente, eu não posso comentar sobre nenhuma instituição específica que está sob fiscalização; eu já respondi isto algumas vezes para a Senadora, que a gente não pode comentar. O que eu vou fazer é comentar em abstrato algumas questões que estão presentes na sua pergunta, não para um caso específico.

Você pode ter dois tipos de circunstâncias que demandam um tipo de ajustamento para um banco: um ajustamento de capital e de patrimônio, ou um ajustamento de liquidez. Quanto ao de liquidez, um banco, como a gente comentou anteriormente, pode vender algum ativo que tem e, ao vender o ativo, ele troca um ativo que é menos líquido por dinheiro. Tinha uma carteira, tinha qualquer coisa, ele vendeu. Se ele conseguir vender com ágio, o patrimônio dele sobe, porque ele tinha lançado no patrimônio algo a 100, que estava na forma de um ativo, vendeu a 120; ele vai ter agora 120 no balanço, não mais 100, num ativo mais líquido, porque é dinheiro. Se ele vender aquilo que a gente chama de ao par, que é vender ao mesmo preço que estava lançado, ele não vai ter nenhum ganho patrimonial e vai ter mais liquidez disponível. Se ele vender com deságio, ainda que ele tenha um reforço de liquidez, porque ele está trocando um ativo por dinheiro, ele vai ter uma piora no patrimônio dele, porque antes ele tinha no balanço dele um ativo de 100 e agora ele tem 80 – ainda que seja em dinheiro, mas ele vai ter 80; então, isso piora o patrimônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para equacionar o patrimônio de uma instituição financeira, você só vai ter a solução de conseguir vender, desalavancar com ágio, por acaso, e aí você vai conseguir melhorar, ou efetivamente você ter um aporte de capital. Esse aporte de capital tem que vir de fora, tem que vir do acionista atual ou de um novo acionista. Então, um problema de patrimônio só pode ser equacionado com um aporte por parte do acionista, efetivamente, que venha reforçar o patrimônio do banco e enquadrar o banco nas necessidades que ele possa ter ali de ser reenquadrado. Então, são essas as condições de contorno sempre que você tem ali: ou você vai conseguir equacionar o seu problema de liquidez negociando ativos, ou você vai conseguir equacionar os seus problemas de capital, geralmente com o aporte dos acionistas atuais ou um novo acionista que entre ali.

Por favor.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – No caso, por exemplo, o acionista majoritário, que seria o governo, quer dizer...

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – No caso do BRB, o acionista majoritário é o Governo do Distrito Federal.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Entendi. Então, é o dinheiro do contribuinte nosso aqui e nós vamos ter que bancar para tentar salvar. É uma das possibilidades, é isso que o senhor está passando.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – O que eu estou dizendo é não no caso específico, mas, em geral, sempre que você tem um problema de patrimônio, vai ser um novo aporte, ou seja... Pelos próprios ativos que o banco tem, se ele pegar mais dinheiro, ele aumentou a dívida; então, ele aumentou o passivo, o patrimônio dele não melhorou. Se ele vendeu o ativo com deságio ou ao par, ele pode estar mais líquido, mas o patrimônio dele piorou ou está igual. Só vai conseguir vendendo o ativo se ele conseguir vender com ágio, o que é uma situação não muito observada quando você tem uma instituição que está precisando de recursos, geralmente você não vende com ágio. Então, essa é a condição.

No caso do Senador Plínio, como não houve nenhuma pergunta, só quero reforçar: sim, foi a autonomia técnica do Banco Central, junto com o apoio que nós temos recebido aqui do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, do Poder Executivo, no exercício das funções, que permitiu que a gente cumprisse o nosso papel e o nosso mandato.

Quanto à questão do sigilo e a questão de segredo que o Senador Girão comentou, Senador, esse é um tema de muita preocupação que eu tenho, porque a gente não pode deixar circunstâncias como essas serem usadas para abrir portas para que a gente flexibilize o Estado democrático de direito. O que eu quero dizer com isto? Não importa a ocasião, não importa quem seja.

Vou até falar um caso hipotético aqui. Imagine que eu, no exercício das minhas funções, tivesse acesso a qualquer coisa que envolva o seu sigilo ou qualquer movimentação do senhor: saiba, estarei aqui zelando por esse sigilo, sempre, porque é a obrigação do Banco Central zelar por esse sigilo. O Banco Central não pode quebrar sigilo bancário ou sigilo fiscal, a não ser que sejam cumpridas as obrigações legais que são determinadas, que são uma CPMI solicitar essa quebra de sigilo ou uma ordem legal que ordene essa quebra de sigilo.

E a relação... A gente fez alguns estudos e publicou esses estudos das relações de *bets* com consumo e questões desse tipo, a gente publica nos *boxes* dos nossos RPM (Relatórios de Política Monetária). O Banco Central sempre tenta se manifestar com estudos técnicos, é a maneira como o Banco Central costuma se manifestar nesses casos. É assim que a gente tem se manifestado e efetivamente não há uma relação com inflação. Os maiores estudos que têm saído são com relação a endividamento e num público muito específico.

Obrigado, Presidente.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, só uma coisa, eu acho que talvez o Ministro tenha...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, com a palavra V. Exa.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... o Presidente tenha esquecido: com relação à ata da reunião secreta de que o senhor participou com o Lula, com ministros, com o lobista Guido Mantega.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Eu repito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Teve ata? Teve uma relação de participantes? O que é que ficou encaminhado ali?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não há ata, pelo menos eu não sei, se tiver foi da Presidência, mas aquilo que aconteceu foi aquilo que eu já repeti na pergunta anterior. Eu fui chamado pelo chefe de gabinete, cheguei, existia uma queixa por parte do Daniel Vorcaro, dizendo que estava sendo perseguido pelo mercado e por isso não estava conseguindo avançar com os negócios dele, algo, como eu já disse, pouco aderente com o tamanho do banco ou com o tamanho do mercado. E a resposta do Presidente foi: "O Gabriel está assumindo Presidência do Banco Central, é no Banco Central e não aqui que esses temas têm que ser tratados, e o tema será tratado de maneira técnica".

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E pela liturgia do cargo, o senhor informou ao Presidente do Banco Central à época desta reunião?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Essa é importante. Não há essa liturgia, inclusive o próprio Presidente Roberto Campos, quando fez o termo de comparecimento e fez várias reuniões com o Master, não me avisava e nem tinha que me avisar. Eu era Diretor de Política Monetária, não cabia ao Roberto me avisar nada disto. Naquele momento eu era Diretor de Política Monetária e ele era Presidente, nunca fui avisado dessas reuniões e não tinha que ser. Cada diretor... A autonomia é a autonomia dos diretores mesmo e os diretores não têm uma relação hierárquica de prestar conta sobre as reuniões a que eles vão, e nem o Presidente. Por exemplo, fiquei sabendo do termo de comparecimento assinado em novembro quando assumi a Presidência. Quando eu cheguei à Presidência... Quanto à pergunta que o senhor fez sobre as mudanças que ocorreram ali, entre a época do Ilan e a época do Roberto, de ter aprovado ou não, eu só fui tomar conhecimento depois, como tem de ser mesmo, não tem nada de errado no que o Roberto fez.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o senhor não acha estranho o senhor ter ido para uma reunião no gabinete presidencial e não informar o Presidente de então, já que o senhor trabalhava com ele?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – É por isso que eu estou tentando dizer aqui para o senhor: os nove diretores não têm uma relação hierárquica, por isso que os senhores aprovam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretor por diretor. Cada diretor é aprovado separadamente, não é o Presidente que indica as pessoas.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas esse não é um assunto relevante?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com um banqueiro?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não é.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Na Presidência da República?

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** – Não é, e mais do que isto, o Roberto naquele momento já não estava nem no país, ele foi supergeneroso na transição, dizendo: "A partir de agora, quem vai fazer o processo de condução...", em função daquele momento em que o Brasil estava respondendo ao câmbio, não estava nem no país mais o Roberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente, muito obrigado.

Eu só queria cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos desta manhã, lembrando que nós temos ainda o nosso PL 5.122 – tem toda uma tribo de agricultores aqui nos aguardando.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Tribo? (*Risos.*)

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, uma tribo. Vamos usar um termo bem brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria cumprimentar o Presidente do Banco Central, Dr. Gabriel Galípolo. Eu lembro que, quando o senhor foi conversar comigo antes de ser votado aqui, eu lhe perguntei se o senhor era adepto da teoria monetária moderna. O senhor disse que não, e eu fiquei mais tranquilo – e pela firmeza das respostas, pelo conhecimento que o senhor demonstrou aqui. E lhe digo: prossiga dessa forma, com isenção, não tenha medo. O senhor sempre será apoiado por esta Casa aqui nas suas decisões.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Eu quero agradecer aos nossos internautas, que mandaram aqui perguntas: ao Gerson, de São Paulo; à Maria, do Distrito Federal; à Jaqueline, de São Paulo – só um minutinho –; ao Ederson, da Bahia. E quero fundamentalmente agradecer também ao Renan, de Pernambuco; ao Eduardo, de Rondônia; ao Davi, do Mato Grosso; ao Frederico, do Espírito Santo; e à Claudineia, de São Paulo.

Eu vou deixar essas perguntas com o Presidente do Banco Central, que posteriormente vai entrar em contato e mandar as respostas, evidentemente.

Presidente, eu tenho a última pergunta, porque ontem nós discutimos bastante sobre essa coisa da supervisão do sistema financeiro com alguns Senadores e hoje, aqui, esse foi o ponto forte da sua vinda à CAE e do debate.

Nós verificamos uma ênfase nessa discussão sobre um modelo de atuação institucional dos Estados Unidos, que é caracterizado por uma estrutura fragmentada, num arranjo institucional com múltiplas agências independentes, cada uma responsável por supervisionar segmentos do mercado financeiro.

Como nosso papel fundamentalmente é mudar a legislação para aprimorar a supervisão bancária e o cumprimento do papel pelo Banco Central, essa discussão é fundamental. E tem um problema sobre o qual eu sinceramente gostaria de ouvi-lo: o que, do ponto de vista da legislação, nós devemos fazer com relação ao roubo dos recursos dos fundos previdenciários de estados e municípios – algo em torno de R$15 bilhões –, que foram roubados pelo Master dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

velhinhos e velhinhas? O que, do ponto de vista do Banco Central, nós podemos fazer para evitar que essa roubalheira não continue, não seja novamente efetuada?

Nós temos o caso mais grave desses aportes, dessas aplicações, que é o caso de Maceió. Foram R$117 milhões, o que significa maior do que o R$1 bilhão do Estado do Rio de Janeiro e os R$400 milhões do Estado do Amapá; R$117 milhões foram roubados do fundo de previdência do Iprev, da Prefeitura de Maceió.

O que deveremos fazer para proteger esses aposentados e pensionistas? Era a última pergunta.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (Para expor.) – Perfeito.

Assim, a exemplo do que o senhor comentou, aqui também é uma fragmentação. A gente tem a CVM cuidando dos fundos e há também uma instituição exclusivamente para cuidar dos fundos de previdência. No caso dos fundos de previdência, como são investidores institucionais, qualificados e profissionais, as decisões de alocação de recursos são deles, e não cabe a nenhuma dessas instituições, vamos dizer assim, julgar a conveniência da compra. É uma limitação que existe efetivamente. Aí vão existir os dois casos: o caso de entender se as decisões foram feitas subsidiadas com as decisões corretas ou se existiu algum outro tipo de incentivo a tomar essas decisões. E aí eu imagino – não tenho conhecimento – que tanto o Ministério Público quanto a Polícia Federal estejam investigando se os investimentos foram feitos à luz das melhores práticas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O caso de Maceió é gravíssimo não apenas pelo valor, que, proporcionalmente, é o maior, mas ele é mais grave, porque foi uma decisão do Prefeito, que fraudou a deliberação do próprio Conselho de Administração do fundo previdenciário. Foram recolhidas assinaturas de pessoas que não integram o conselho.

Então, é fundamental – já que a Prefeitura torrou esses R$117 milhões – investigar para sabermos de quem cobrar a recolocação, a reposição desse dinheiro.

Muito obrigado. Releve a ênfase do debate de lado a lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (*Fora do microfone*.) – Imagina. Pelo contrário, eu é que peço... Obrigado pela parceria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Você sabe do respeito de sempre que todos nós aqui, nesta Comissão, temos por V. Exa. Estávamos apenas no estrito cumprimento do nosso dever funcional.

Muito obrigado a todos.

**O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO** (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente. Foi uma honra.

*(Suspensa às 14 horas e 54 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 58 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós vamos retomar a nossa reunião de hoje, agora na segunda parte, em que vamos apreciar rapidamente três requerimentos de informação e vamos discutir o Projeto 5.122, que trata da renegociação das dívidas agrícolas.

Como todos sabem, nós recebemos informações do Ministério da Fazenda, e eu tive a preocupação de consultar a própria Consultoria aqui da Casa, do Senado Federal, com relação às informações contidas na nota que o Ministério da Fazenda nos mandou.

Primeiro, eu gostaria de registrar que estivemos na última reunião, quarta-feira, em reunião de trabalho no Supremo Tribunal Federal, com o Ministro Gilmar Mendes, em seu gabinete. Nessa reunião, tratamos da supervisão do Sistema Financeiro Nacional, com ênfase nas discussões sobre o novo modelo de atuação institucional da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tema que já foi objeto de audiências públicas aqui na CAE e também no Supremo Tribunal Federal, conforme decisão do Ministro Flávio Dino.

**2ª PARTE**

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 4**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 60, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer a Convocação do Diretor Superintendente da PREVIC*

**Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Requeiro, nos termos do Regimento, a convocação do Sr. Ricardo Pena Pinheiro, Diretor-Superintendente da Previc, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações referentes às auditorias realizadas por essa pasta, no âmbito dos fundos de previdência de estados e municípios relacionados, direta ou indiretamente, a investimentos, operações, contratos e negócios do Banco Master, sobretudo os planos de auditorias de investimento de 2024 e 2025 desses fundos e Dair.

**2ª PARTE**

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 5**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 61, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer a Convocação do Ministro de Estado da Previdência Social*

**Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Requeiro também, nos termos do Regimento, a convocação do Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro de Estado da Previdência Social, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações referentes às auditorias realizadas por essa pasta, no âmbito dos fundos de previdência de estados e municípios relacionados, direta ou indiretamente, a investimentos, operações, contratos e negócios do Banco Master, sobretudo os planos de auditorias de investimento de 2024 e 2025 desses fundos e Dair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só informar que nós já aprovamos requerimentos de informações e o Ministério da Previdência não respondeu a esses pedidos de informação. Então, nós estamos, gentilmente, convocando o Ministro da Previdência, para que ele traga aqui ao Senado Federal essas informações que estão sendo requeridas.

**2ª PARTE**

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 6**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 62, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Muricca Galípolo, informações sobre a suposta operação de empréstimo, em valores vultosos, contratada pela empresária Bianca Medeiros, cunhada do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o banco Master.*

**Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

E o último.

**2ª PARTE**

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 7**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 63, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal encaminhe ofício à Procuradoria-Geral da República – PGR*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*solicitando informações acerca da eventual existência de acordo de colaboração premiada atribuída ao ex-presidente do Banco de Brasília – BRB, bem como de procedimentos investigativos ou peças correlatas relacionadas às informações divulgadas envolvendo a operação BRB–Master, além da possibilidade de compartilhamento institucional de informações ou documentos, observadas as cautelas legais e regimentais pertinentes.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

A votação dos requerimentos será em bloco. Vamos votar os requerimentos de uma só vez, os quatro requerimentos.

Ou melhor: nós vamos votar um a um.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o Requerimento nº 63 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento 62.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento 61.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E requerimento 60.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Amanhã, nós vamos apreciar os dois nomes indicados pelo Executivo para a Comissão de Valores Mobiliários.

Como os senhores e as senhoras sabem, eu recomendei aos Relatores designados por mim que atualizassem as indicações junto ao Presidente da República. Quero dizer que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicações foram atualizadas pelos dois diretores, e amanhã nós vamos fazer a apreciação da indicação desses nomes para compor a CVM.

Como todos sabem, há três vagas de diretorias na Comissão de Valores Mobiliários, e vamos também aprovar dois créditos do Estado do Ceará. Eu tive a satisfação de designar o Senador Camilo para relatar essa matéria e, extraordinariamente, votaremos essas duas matérias amanhã. E hoje, nós vamos discutir o projeto de renegociação de dívidas aprovado em julho na Câmara dos Deputados.

Eu queria só informar, em resposta à nota que foi divulgada pelo Ministério da Fazenda, algumas informações que considero pertinentes.

A Fazenda apresentou carteira de dívidas rurais de R$1,4 trilhão, com custo fiscal de R$830 bilhões em 13 anos. No entanto, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o projeto de lei, no seu substitutivo, trabalha com dívidas rurais de R$170 bilhões, que é a chamada carteira estressada de créditos, que são dívidas atrasadas, renegociadas, prorrogadas e inadimplentes.

Tendo em vista que a premissa da Fazenda é de que toda a carteira agrícola fosse objeto de renegociação, o valor trazido pelo Governo foi de um custo fiscal da ordem de R$830 bilhões em 13 anos, o que evidentemente não corresponde, lamentavelmente, à realidade. Cabe, portanto, analisar a carteira estressada e não todo o estoque de dívidas, como trouxe a Fazenda nessa nota.

Na carteira estressada, o estoque atual de dívidas é da ordem de R$170 bilhões, com um custo fiscal estimado de R$100 bilhões em dez anos.

É bom lembrar também, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que historicamente apenas parte da carteira estressada é efetivamente objeto de renegociação, tanto que, no ano passado, o Governo Federal editou uma medida provisória, a 1.314, que reservava R$12 bilhões para a renegociação de dívidas. Dessas, por limitações de toda a ordem, apenas R$7,5 bilhões foram utilizados. Com isso, a tendência é que o custo fiscal de R$100 bilhões seja bem inferior, como foi o limite aprovado na Medida Provisória 1.314.

Para assegurar a mitigação dos riscos fiscais no substitutivo, eu queria dizer, de antemão, que eu vou acatar a Emenda 20, do Senador Jaime Bagattoli, que limita cada fonte de recurso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser utilizada na renegociação, e também vou acatar algumas emendas que serão ainda hoje apresentadas na mesma direção pela Senadora Tereza Cristina.

Assim, a emenda limita em R$30 bilhões o Fundo Social e em R$100 bilhões as demais fontes previstas. Adicionalmente, o projeto autoriza a implementação da proposta do Governo, que prevê R$80 bilhões relativos a valores não utilizados no Plano Safra.

São essas as informações que eu gostaria de colocar para abrirmos a discussão sobre o projeto.

Estou pretendendo, se essa for a vontade dos senhores e das senhoras, nós esgotarmos hoje aqui a discussão e marcarmos para amanhã, como primeiro item da pauta, a votação dessa renegociação do Projeto 5.122, aqui na Comissão, como primeiro item da pauta. O segundo item serão os créditos do Governo do Ceará e, no terceiro item, nós apreciaremos as indicações do Executivo à CVM.

A Senadora Tereza estava aqui.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só para perguntar, Presidente, rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Girão, com a palavra.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Obrigado.

É só para esclarecer.

Amanhã, no terceiro item da pauta, os Relatores vão fazer a leitura dos indicados para a CVM?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, nós vamos fazer a leitura e vamos fazer a votação, a apreciação.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá, mas se tiver pedido de vista? Aí como é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se tiver, fica para a semana seguinte?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Se tiver pedido...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É natural.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Se tiver pedido de vista, nós marcaremos uma próxima reunião.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode ser na próxima semana ou pode ser horas depois.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, eu lhe agradeço, Presidente.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/MDB - RS) – Senador, só uma pergunta.

Já não teve um pedido de vista coletivo feito pela Tereza Cristina?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Para essa matéria sim. Para essa matéria sim.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/MDB - RS) – É o 5.122.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós estamos tratando agora da questão das indicações para a CVM. (*Pausa.*)

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Senador, esperamos a Tereza Cristina?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Esperamos. (*Pausa.*)

Então, suspendemos a reunião, para a chegada da nossa querida Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 15 horas e 13 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 13 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Reabrindo a reunião...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É prestígio.

Reabrindo a reunião, eu concedo a palavra à nossa querida Senadora Tereza Cristina.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Presidente Renan.

Depois de analisado o texto, recebidas inúmeras emendas – acho que mais de 50 –, hoje nós vamos reabrir aqui, segundo o nosso Presidente e Relator, as discussões, para encerrarmos e depois podermos votar.

Como nós temos... Eu não sei como é que o senhor está pensando o calendário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Amanhã.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Amanhã?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Amanhã, como primeiro item da pauta, nós trataremos da votação do Projeto de Lei 5.122.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, acho que era importante abrir para discussão, e aí eu vou pedir vista por 24 horas, para amanhã a gente poder votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Perfeito. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/MDB - RS) – Senador, podia passar para a Senadora Tereza Cristina o resumo que o senhor fez antes?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu passo para a Senadora Tereza Cristina – senta aqui, Tereza – um resumo, com dados e respostas à nota do Ministério da Fazenda. Eu, a Senadora Tereza e outros Senadores estivemos em reuniões seguidas com o Ministro Dario Durigan, que tem demonstrado interesse na matéria.

Inclusive, falou até da disposição do Governo de editar uma medida provisória. E eu falei, na oportunidade, que a eventual edição de uma medida provisória, que eu defendo, não tem nada a ver com a evolução e com a apreciação do PL 5.122, que tramita nesta Casa desde julho do ano que passou, de modo que eu vou me desincumbir das minhas obrigações apreciando amanhã, sem falta nenhuma, nesta Comissão, e preparando a votação – não é, Tereza? –, no Plenário, do Projeto de Lei 5.122 – com essas limitações que acabei de anunciar, inclusive acatando a emenda do Jaime Bagattoli.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Emenda 20, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A Emenda 20.

Posso fazer uma manifestação aqui?

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Só vou terminar, porque eu cheguei assim...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bem.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Bom, eu ouvi uma parte lá – estava assistindo o senhor –, uma parte da sua fala e, para deixar bem claro, nós não estamos falando em R$1,4 trilhão de dívida – isso é toda a dívida da carteira rural. Nós estamos falando de R$170 bilhões de dívidas estressadas, como o senhor bem aqui colocou, e dando alternativas para a Fazenda, o Ministério da Fazenda, de onde conseguir recursos para poder,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfim, fazer frente a essa dívida que precisa ser resolvida, sob pena de termos problemas no plantio – que está aí, o próximo Plano Safra –, enfim, muita gente endividada, com todas as variáveis que já foram colocadas, de preço, guerra, enfim, de que todo mundo já sabe, e a necessidade de resolver um problema tão importante para o país como é o problema da agricultura brasileira.

Então, acho que é isso. E aí, são três emendas que serão acatadas: a Emenda 20, acho que tem a Emenda 49 – se não me engano – e a Emenda 53. Uma é para a gente saber o arcabouço, como é que ela vai se encaminhar para ter o acompanhamento e a governança; a outra são parâmetros aqui, tetos, para que não fique totalmente aberta, e aí, sim, podemos chegar a R$1,4 trilhão. Não é isso que a responsabilidade do Relator está colocando no relatório...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Enfim, então acho que são esses os pontos principais...

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/MDB - RS. *Fora do microfone*.) – O fundo garantidor...

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – E o fundo garantidor que o Senador já acatou na reunião passada, que também fica autorizado, e aí, nós vamos precisar trabalhar com o Governo para ele colocar...

Nós pensamos que R$20 bilhões seria de bom tamanho, porque nós conseguiríamos alavancar sete vezes isso, então daria para abarcar a dívida de muita gente, colocando as pessoas que não têm as garantias para tomar dívida dentro do jogo da agricultura, dentro da produção brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Recebi há pouco um telefonema do Líder da Bancada do MDB, Senador Eduardo Braga, um dos Relatores das indicações que apreciaremos amanhã, repetindo, a Senadora Tereza Cristina, e pedindo vista coletiva, também igualmente deferida, tanto no caso sugerido pelo Senador Eduardo quanto no caso encaminhado pela nossa querida Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O relatório já acatando as emendas está à disposição? Porque eu fiz duas emendas, pelo número aí eu não sei quais foram acatadas. (*Pausa.*)

A 53 é minha.

O.k., obrigado, Presidente.

Então vista coletiva e nós vamos apreciar amanhã, é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Amanhã, e o seu papel, Senador Wilder, é fundamental para que nós tenhamos um desfecho dessa tramitação. Conte conosco.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu até queria agradecer, Presidente. Olha, nós tivemos muito sucesso aqui, eu posso até dizer que ter a Tereza Cristina, que é uma craque, e o Presidente como Relator, eu acho que o agro agradece a presença e o empenho que o senhor tem dado sobre essa matéria tão importante para o nosso país.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP - RS) – Presidente, eu acho importante... Nós estamos mobilizados todas as semanas – semana passada, esta –, e esse avanço pelo seu relatório, pelo seu diálogo com o Governo, essa interlocução da nossa Senadora Ministra Tereza Cristina com todos os interlocutores Senadores aqui é muito importante.

Eu gostaria de fazer uma colocação, Presidente, no sentido... Porque há um esforço lá na Câmara também de votar a pauta do agro, um movimento que a FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) tem feito, e esta semana é a semana para votar.

A pergunta é – já que nós falamos na semana passada, do ponto de vista..., já que há esse grande diálogo, essa grande construção, essa finalização de um relatório defensável plenamente perante todas as instâncias, pela coerência, pela necessidade do agro brasileiro, gaúcho, enfim –: se nós teríamos a condição de pedir a pauta ao Presidente do Senado; se for possível e alinhado com o Presidente da Câmara, porque lá também tem essa concentração. Já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o projeto deverá sair daqui com um entendimento e com um acordo pleno do agro brasileiro, da política brasileira, nós, dentro da semana, conseguirmos – uma façanha que já se fez em outras épocas –, por conta – até que venha aí anúncio do Plano Safra – de essa medida ser estrutural para o agro brasileiro, então, ver a viabilidade das articulações de todos os Senadores aqui – da sua liderança, de todos, da própria Tereza Cristina – para, junto ao Presidente, pedir para pautar, porque nós temos convicção da construção para o Plenário, e nós fazermos a articulação lá na Câmara... Deputado Alceu Moreira, que está aqui; não sei se temos mais algum Deputado, também, Federal aqui... Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP - RS) – Marcel; desculpe, Marcel, que estava aqui, e os demais, para a gente fazer, porque nós temos a grande possibilidade de oferecer esses esforços e essa dignidade aos agricultores brasileiros, de uma coerência, justamente, do PL 5.122...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Presidente do Senado, o Senador Davi Alcolumbre, assumiu conosco, Tereza, um compromisso de que, tão logo nós votássemos aqui na Comissão, ele votaria, em seguida, no Plenário. Então, nós esperamos que amanhã de manhã seja aprovado aqui na Comissão e, à tarde, no Plenário do Senado Federal.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP - RS) – Podemos articular lá na Câmara então?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, aí não é comigo mais. (*Risos.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente Renan.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Um grande abraço, muito obrigado a todos.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só para cumprimentá-lo, Presidente, por essa iniciativa importante – Senadora Tereza Cristina também. Têm a gratidão, vocês dois, dos pequenos produtores do Brasil inteiro, especialmente do sul do país, que foi afetado com as enchentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabe, tem informação; o senhor é um defensor da vida e sabe que tem gente se suicidando por causa disso. Então, quanto antes, amanhã... O senhor foi muito assertivo para que a gente pudesse votar e vamos pedir urgência para ir amanhã mesmo para o Plenário.

Quero registrar a presença do Deputado Marcel van Hattem aqui presente, sempre muito presente com relação a essa pauta importante, já que nós estamos na Marcha dos Prefeitos, e os Prefeitos podem levar para os seus municípios essa conquista – amanhã – do Congresso Nacional. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Encerro, portanto, as discussões, tanto do PL 5.122 quanto do crédito para o Estado do Ceará, que V. Exa. representa aqui no Senado Federal, como também as indicações para a CVM.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Carlos Viana, Plínio Valério, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Cid Gomes, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Camilo Santana, Rogério Carvalho, Leila Barros, Jaques Wagner, Weverton, Ciro Nogueira, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Beto Faro, Zenaide Maia, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Jorge Kajuru, Irajá, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Randolfe Rodrigues, Luis Carlos Heinze e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5122, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a utilização do Fundo Social (FS) de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, como fonte de recursos para a disponibilização de linha especial de financiamento que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 1, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga decorrente da renúncia de João Pedro Barroso do Nascimento." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 2, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor IGOR MUNIZ, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel Walter Maeda Bernardo." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 21, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S/A, empresa estatal não dependente do Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Transição Energética do Pecém." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 22, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 33,500,000.00 (trinta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S/A e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do "Complemento ao Programa de Transição Energética do Pecém - PECÉM VERDE"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Renan Calheiros**
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de maio de 2026.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª Reuniões, realizadas em 21/04, 28/04, 05/05, 12/05 e 19/05.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião, conforme convocada ontem, é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão e à deliberação sobre as indicações a Diretor e a Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

Item primeiro da pauta.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 5122, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Autoriza a utilização do Fundo Social (FS) de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, como fonte de recursos para a disponibilização de linha especial de financiamento que especifica.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Renan Calheiros

**Relatório:** Pela aprovação com emendas

**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*1. Em 13/05/2026, após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva;*

*2. Em 19/05/2026, foi encerrada a discussão da matéria.*

Antes de qualquer coisa, eu queria comunicar a esta Comissão, como Relator da matéria, que nós fizemos alteração no artigo... (*Pausa.*)

Nós acatamos, como disse ontem, novas emendas e fizemos uma alteração no acolhimento das Emendas nºs 49 e 53, que não estavam no relatório ontem.

E mais, ontem à tarde e à noite, nós recebemos – quando eu falo nós, eu falo muitos de nós aqui – reiterados telefonemas do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Dario Durigan, pedindo para que nós fizéssemos uma última tentativa com relação a uma convergência para o texto. Eu conversei com alguns companheiros, e ele marcou, ainda de Paris, a reunião para às 14h no ministério. E eu, como Relator, resolvi aceitar. Essa aceitação é minha, é responsabilidade minha. Então, nós estamos transferindo essa votação para após a reunião com o Ministro da Fazenda.

Nós não podemos, de forma nenhuma, dizer que nós estamos recusando a conversação, porque, como todos sabem aqui, o processo legislativo caminha mais facilmente pela negociação, pela conversa e pelo entendimento quando é possível. Quando não é possível, não há o que fazer, tem que se votar. Mas nós não podemos negar uma oportunidade para voltar a conversar com o Ministro.

Nós já estivemos com ele em algumas oportunidades, explicamos isso aqui, e eu até convidei os nossos Deputados, o Deputado Alceu, o Deputado Hamm, para que nós, Senador Eduardo Braga, Líder da bancada, Senador Rogério, Senadora Tereza, que está em todas essas conversas e tem balizado, inclusive, o que nós temos defendido como ponto incontornável para a construção dessa convergência...

Então nós passaremos ao item 2 da pauta.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP - RS) – Presidente, eu acho que é importante – e está todo o setor aqui –, a gente compreende que é importante, mas garantirmos a votação hoje à tarde, após... Se o senhor está dando esse posicionamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, nós marcaremos a votação para logo após a reunião.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP - RS) – Provavelmente lá por 16h, por aí, mais ou menos?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É. Mas assim: otimista com a conversa – otimista com a conversa. (*Risos.*)

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP - RS) – Com certeza. Amém. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O item 2 da pauta.

**ITEM 2**

**MENSAGEM (SF) Nº 1, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga decorrente da renúncia de João Pedro Barroso do Nascimento.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Eduardo Braga

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1. Em 19/05/2026, foi concedida vista coletiva da matéria.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, está impossível! Não estamos conseguindo ouvir, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos suspender por três minutos, enquanto o pessoal deixa o recinto.

(*Suspensa às 10 horas e 47 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 51 minutos.*)

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pessoal, eu encareço silêncio de todos. Nós vamos retomar a reunião.

**ITEM 2**

**MENSAGEM (SF) Nº 1, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga decorrente da renúncia de João Pedro Barroso do Nascimento.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Eduardo Braga

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1. Em 19/05/2026, foi concedida vista coletiva da matéria.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa mensagem, essa indicação, é de autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

A Comissão se encontra em condições de fazer a leitura do relatório, para fazermos a sabatina e apreciarmos o nome, conforme decisão da Mesa de ontem, suspendendo, nos dois casos, as discussões que haviam começado.

Eu peço a Secretaria-Geral da Mesa para... (*Pausa.*)

E o item 3 da pauta nós vamos fazer conjuntamente.

**ITEM 3**

**MENSAGEM (SF) Nº 2, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor IGOR MUNIZ, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel Walter Maeda Bernardo.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1. Em 19/05/2026, foi concedida vista coletiva da matéria.*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Questão de ordem, Presidente, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra a V. Exa. para uma questão de ordem. Com base em que artigo?

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para questão de ordem.) – Com base exatamente no art. 383 do Regimento Interno do Senado, porque o senhor falou que as indicações constaram na pauta de ontem, e não constaram na pauta de ontem. Quero deixar claro que eu estava presente, de cabo a rabo, na sessão ontem, e o Regimento diz que, após a leitura do relatório, será dada vista – art. 383, II, "a" e "b". Então, nem como item extrapauta... Eu quero dizer para o senhor que isso, com todo respeito a quem pensa diferente, não é aceitável.

Então, Sr. Presidente, antes da declaração, eu faço um registro de natureza regimental técnica e institucional: o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal disciplina o procedimento de apreciação de indicações de autoridades no rito da Comissão. A leitura do relatório não é um ato isolado, nem pode ser transformada em etapa meramente formal. A concessão de vista... Eu peço atenção aos colegas: a concessão de vista coletiva existe exatamente para permitir que os Senadores examinem o relatório, os documentos, os antecedentes do indicado, as controvérsias públicas e os requisitos de reputação ilibada, capacidade técnica e independência exigidos para o cargo.

No caso concreto, não estão tratando aqui... Não estamos tratando de uma indicação comum. Trata-se da Presidência da CVM, órgão responsável por fiscalizar o mercado de capitais, supervisionar alguns agentes regulados e proteger a confiança pública no sistema financeiro e no mercado de valores mobiliários.

A indicação, Sr. Presidente, vem acompanhada de questionamentos extremamente relevantes para a República envolvendo o Banco Master, Ambipar, Reag, Nelson Tanure, J&F e JBS, voto de qualidade, prescrição em processo sancionador, publicidade do colegiado e eventual articulação de apoio por agentes com interesses perante a própria autarquia.

Se o relatório for lido e votado no mesmo dia, sem prazo real para análise pelos membros desta Comissão, haverá esvaziamento prático da vista coletiva prevista no rito regimental. A vista coletiva não pode ser tratada como ficção procedimental, ela tem função de controle Parlamentar, transparência e proteção institucional do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se trata, Sr. Presidente Renan Calheiros, de obstrução, nem de antecipar juízo condenatório contra o indicado. Longe disso, trata-se de assegurar o devido processo Parlamentar em uma indicação, repito, extremamente sensível para o Brasil. O Senado não pode votar uma autoridade dessa relevância sem tempo mínimo para examinar o relatório, confrontar os fatos públicos, avaliar os compromissos assumidos e verificar se as dúvidas sobre independência, imparcialidade e reputação foram efetivamente superadas.

Por essa razão, requer-se que seja respeitado o rito do art. 383 do Regimento Interno com concessão efetiva da vista coletiva, em prazo adequado. O senhor vai decidir. O senhor decide, prazo adequado para análise antes da votação da indicação.

Senador Renan Calheiros, nós entramos juntos aqui, eu acho que é o seu terceiro ou quarto mandato; já foi Presidente da Casa...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Quinto mandato.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quinto mandato! Nós entramos juntos em 2019, o senhor por Alagoas, seu estado querido, e eu pelo Ceará. Nós temos divergências, faz parte da democracia, mas o respeito é mútuo...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E eu nunca vi aqui, desde que cheguei em 2019 com o senhor, ser desrespeitado exatamente um artigo tão importante que é esse 383 do Regimento Interno do Senado Federal, no momento em que a sociedade lá fora está muito preocupada com essa votação, porque é uma votação de um indicado, que nós vamos discutir no momento certo, que tem muita controvérsia em relação ao Banco Master, ao que aconteceu no Brasil, a vista grossa ou alguma coisa que a gente possa colocar que houve desse indicado.

Então eu peço ao senhor apenas vista, para a gente poder se preparar...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Antes de responder à questão de ordem, eu concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Na mesma toada. Ontem mesmo nós discutimos e uma das dívidas que nós temos, ainda que o equipamento tecnológico possa nos faltar, é exatamente abordar a responsabilidade sobre os fundos autônomos.

O Senador Eduardo Braga já falou sobre esse assunto na mesma ocasião em que eu o abordei. Foi a primeira dívida que nós assumimos em matéria institucional legal. Além disso, eu quero dizer que já fiz estudos e propostas sobre o art. 383.

O senhor imagina que, nos Estados Unidos, onde são centenas de cargos, existe uma comissão de mineração? É uma comissão de mineração. O nome vai para o pregão. É aquilo que se faz pelo Código Civil no casamento entre pessoas que são de dioceses ou comarcas diferentes, os proclamas – estão lá pelos arts. 1.557 a 1.575 do Código Civil – dizem: quem souber de alguma coisa que impeça, Senadora Damares, fale agora ou cale-se para sempre. O objetivo do 383 é, em ponto menor, a mesma coisa. Portanto, os proclamas têm prazos que variam de 15 a 30 dias, os proclamas de casamento, que só envolve duas pessoas, eventualmente, de paróquias ou comarcas diferentes. Num caso desse e nesta situação de vulnerabilidade, particularmente, da CVM, que dos cinco cargos só tem dois, portanto deveríamos ter pressa até para suprir o cargo, mas suprir sabendo de quem se trata...

Eu não conheço o Sr. Otávio Lobo, não tenho essas informações.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Otto Lobo.

Agora, eu acho que a prudência, neste momento, assiste à argumentação do Senador Girão. Confiando no seu bom-senso, nas precauções que o senhor tem, nos bons exemplos que o senhor nos deu aí com a criação do grupo de trabalho, o que eu não canso de ressaltar, eu acho que o *periculum in mora* está contra nós. Portanto, eu sou a favor da petição do Girão. Fazia tempo que eu não concordava com ele, viu, Presidente? Geralmente eu não concordo, e ele nunca concordou comigo. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nem comigo, nem comigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, nem no futebol. Ele já sabotou o Avaí, chegando abruptamente no final do jogo e fazendo a gente perder. Então, nós temos grandes divergências, mas acho que, dessa vez, tirando o CSA, o CRB e companhia lá da sua querida Alagoas, eu dou razão a ele.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Tereza Cristina e, em seguida, nossa querida Senadora Damares Alves.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu também brinco muito com o Senador Girão que a gente nunca concorda e que ele é sempre contra. Quando aparece um contra lá no Plenário, eu pergunto para ele: foi você que votou contra? Mas eu acho que, hoje, o Senador tem razão. Prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. Então, seria deixar para semana que vem e dar vista, porque realmente a gente tem ouvido aí muita coisa. Eu também sou a favor de preencher logo essas vagas da CVM, passou da hora. Eu acho que foi... Vou fazer um mea-culpa nosso aqui, nós já devíamos ter colocado em votação, mas mais uma semana não vai mudar nada para ninguém. Nós acabamos de mudar agora, dar aí uma oportunidade para um projeto que todos estão esperando, o 5.122, para ouvir o Ministro. Então, vamos fazer à semelhança, deixar isso também para a próxima semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Especificamente...

Senadora Damares Alves. Perdão.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu até não queria fazer essa minha fala já com o Dr. Otto na mesa, mas eu quero falar do coração também.

Primeiro, eu confio muito no Senador Eduardo Braga, confio no *feeling* dele. Ele é uma pessoa extremamente esperta, sagaz, mas hoje nós ainda temos dúvidas. E aí, Rogério, qual é a minha preocupação? Nós já tivemos nesta legislatura dois indicados, pessoas com currículos extraordinários, que foram recusados. E é uma mancha para a história desses profissionais para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o resto da vida. Eu quero falar daquele Defensor-Geral, o Gabriel, e, mais recentemente, do indicado ao STF. Eram pessoas boas, indicadas na hora errada.

Nós estamos nos debruçando sobre o assunto que envolve o Dr. Otto. Inclusive, faz parte de perguntas ao TCU, daquela nossa reunião no TCU. Para a gente não constranger o indicado, eu acho que se a gente pudesse atender o pedido do Renan, porque ele não pode sair daqui com essa dúvida. Imagine o constrangimento desse homem inocente lá na frente, é para o resto da vida, Presidente, é para o resto da vida.

Então, eu quero muito, em respeito ao indicado, colaborar com as razões do Senador... E, Rogério, a gente conversar depois, para que o Governo não tenha mais um desgaste que envolva vidas humanas, que envolva carreira, que envolva pessoas.

Então, eu queria fazer essa manifestação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para responder questão de ordem.) – Eu agradeço a manifestação de todos e, respondendo especificamente à questão de ordem levantada pelo Senador Eduardo Girão, eu queria dizer que o art. 383 é genérico, ele não estabelece o rito da Comissão. O rito da Comissão é sempre estabelecido pelo Presidente da Comissão. E ontem, às 15h06... ontem, às 15h06... Eu vou ler o que eu falei para o Colegiado: "[...] nós vamos apreciar os dois nomes indicados [...] para a Comissão de Valores Mobiliários.

Como os senhores e as senhoras sabem, eu recomendei aos Relatores designados por mim [Senadores Eduardo Braga e Rogério Carvalho] que atualizassem as indicações [...]".

Primeiro, por quê? Porque essas indicações foram mandadas para o Senado em dezembro – dezembro – e nós só as recebemos há 20 dias – há 20 dias. E eu designei os Relatores e pedi, primeiro, para atualizarem. Segundo, aí eu não precisei pedir, porque a obrigação do Relator e de todos nós é fazer uma pesquisa sobre a reputação e sobre o conhecimento para exercer a função. E eu só pautei quando recebi as respostas dos dois Relatores. É por isso que pautei.

E concluindo, para responder à questão de ordem, eu quero dizer que as indicações foram atualizadas para os dois diretores e amanhã nós vamos fazer a apreciação da indicação desses nomes para compor a CVM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, às 15h18, aqui mesmo, nesta Comissão, desta cadeira, eu falei o seguinte:

> Recebi há pouco um telefonema do Líder da Bancada do MDB, Senador Eduardo Braga, um dos Relatores das indicações, que apreciaremos amanhã, repetindo, a Senadora Tereza Cristina [que tinha pedido em boa hora vista coletiva, para nós votarmos hoje o projeto da renegociação das dívidas], também igualmente deferida, tanto no caso sugerido pelo Senador Eduardo [Braga – repeti] quanto no caso encaminhado pela nossa querida Senadora Tereza Cristina.

Então, a questão de ordem foi respondida.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela condução que o senhor está tendo, do respeito para que a gente possa ter a palavra.

Eu queria apelar ao senhor, porque como é que se pode dar vista coletiva se não foi lido o relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Porque o rito é do Presidente.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tudo bem, mas eu trago aqui uma pergunta que eu fiz ao senhor ontem, com a presença de alguns colegas nossos aqui, e eu quero relembrar. Às 15h10, o senhor fala:

> Estou pretendendo, se essa for a vontade dos senhores e das senhoras, nós esgotamos hoje aqui a discussão e marcamos para amanhã, como primeiro item da pauta, a votação dessa renegociação do Projeto 5.122, aqui na Comissão, como primeiro item [...]. O segundo item serão os créditos do Governo do Ceará [o senhor até olhou para mim na hora] e, no terceiro item, nós apreciaremos as indicações do Executivo à CVM.

Aí, preste atenção, às 15h12, eu falei aqui, pergunta minha: "Obrigado [Sr. Presidente]. [...] Amanhã, no terceiro item da pauta, os Relatores vão fazer a leitura dos indicados para a CVM?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí o senhor responde: "É, nós vamos fazer a leitura e vamos fazer a votação, a apreciação". Aí eu disse: "tá, mas se [houver] [...] pedido de vista? Aí como é... Se tiver, fica para a semana seguinte?". Eu perguntei isso para o senhor. Aí o senhor falou: "Se tiver pedido de vista, nós marcaremos uma próxima reunião [certo?]". Pode ser na próxima semana...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Se não houvesse a vista coletiva anterior, Senador Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Aí o senhor falou: "Pode ser na próxima semana ou pode ser horas depois". Nós estamos aqui tratando essa questão da...

Então, eu queria só apelar pelo bom senso, foram quatro colegas que falaram aqui, né, e eu lhe faço... O senhor é um político extremamente habilidoso e que conhece, foi Presidente desta Casa, alguns inclusive têm muita saudade do senhor como Presidente desta Casa. Certas coisas não estariam acontecendo aqui se fosse o senhor. Mas eu digo, faço um apelo, faça um apelo, nem que seja por horas de vista, mas eu lhe peço que faça. O ideal seria para quarta-feira da semana que vem, mas nem que seja por horas para que a gente possa fazer uma sabatina de respeito, com tempo, para o povo brasileiro. Eu lhe agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu agradeço muito suas palavras, suas intervenções, mas nós vamos levar adiante a sabatina e vamos fazer a votação ao final da própria sabatina, cumprindo um rito que foi anunciado ontem, com vista coletiva, com tudo mais.

É óbvio que nós estamos vivendo, mais do que nunca, um processo democrático, e o processo legislativo resguarda instâncias para recurso. V. Exa. pode, inclusive, recursar, é um direito. Da minha posição, não haverá problema nenhum.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá, a decisão é do senhor. Só quero dizer que eu estou me sentindo, como Senador, igual ao senhor, me sentindo atropelado, desrespeitado...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, pelo amor de Deus, pelo amor de Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... por algo que eu lhe perguntei ontem, porque eu não fui omisso; eu não fui omisso, eu lhe perguntei ontem!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Relator Eduardo Braga, com a palavra V. Exa.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Eu compreendo perfeitamente as colocações do eminente colega Senador Eduardo Girão, mas de igual modo, ontem, ao chegar aqui à Comissão, eu indaguei a V. Exa. como seria o rito, tendo em vista que V. Exa. havia decidido que a vista coletiva era, inclusive, em relação à questão das indicações. Eu perguntei a V. Exa.: "E a questão da discussão?". "Não, a discussão, inclusive, foi encerrada", esta foi a colocação dada pelo Presidente Renan Calheiros, ontem, quando eu cheguei à Comissão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Mas não foi lido o relatório.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, mas o relatório está publicado, no caso...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Já estava publicado.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O relatório feito por mim está publicado desde segunda-feira à noite...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu vi, só que não foi lido.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... desde segunda-feira à noite! Portanto, está, desde segunda-feira à noite, o relatório publicado, com acesso a todos, para que todos pudessem tomar conhecimento. Eu, inclusive, perguntei ao Presidente Renan, ontem, e ao Secretário da Comissão: "E no caso da leitura do relatório?". "A leitura do relatório está cumprida pela publicação que foi realizada desde segunda-feira à noite", esta foi a posição dada, ontem, pelo Sr. Presidente. Agora, concordo, V. Exa. tem todo o direito de solicitar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem todo o direito de recorrer da decisão do Presidente Renan, mas, para sermos justos, a mesma dúvida que V. Exa. está apresentando hoje, ontem eu apresentei ao Presidente e ao Secretário, e as respostas que eu obtive foram exatamente as mesmas que o Presidente Renan está dando agora ao Plenário, exatamente as mesmas!

Por outro lado, eu quero dizer aqui uma coisa que o Presidente Renan colocou: é, de fato, responsabilidade dos Relatores fazer uma análise profunda com relação à questão dos indicados. Digo mais, não foi à toa que nós ficamos 20 dias para proferir o relatório dos indicados. Por quê? Porque estávamos exatamente fazendo uma profunda avaliação e uma profunda investigação a respeito dos fatos abordados, muitos deles por interesses nem sempre declarados que, lamentavelmente, estão sendo colocados na questão da CVM. Há uma nítida disputa entre grupos econômicos a favor de A ou de B. Não me cabe aqui ficar a favor nem de A nem de B. O que me cabe aqui é ser justo e, se eu tivesse encontrado qualquer decisão que desabonasse ou que impedisse a indicação, seja do Sr. Otto, seja de quem for, eu, como vocês sabem, tenho independência e coragem suficiente para me manifestar de acordo com a lei, e, lamentavelmente, ou felizmente, não encontrei. Por isso, entreguei o relatório depois de 20 dias de trabalho.

Foram 20 dias de trabalhos incansáveis, e com reuniões, inclusive, com o Sr. Presidente da República, com o Sr. Ministro da Fazenda, com todos os envolvidos pelo lado público, que é com quem eu devo tratar. Não tive sequer uma reunião com o indicado. Nenhuma reunião. Quem teve reunião com o indicado foram os técnicos e os assessores encarregados de fazer a investigação a respeito dos temas abordados.

Existem... Para que V. Exa. tenha ideia, as minhas perguntas começam sobre o caso Ambipar, para que o Sr. Otto esclareça o caso Ambipar aqui; a minha segunda pergunta é exatamente sobre a questão da KPMG, para que o Sr. Otto esclareça aqui nesta Comissão; e a minha terceira pergunta, para que V. Exa. tenha ideia, é sobre o plano estratégico da CVM.

As questões delicadas com relação ao tema, eu, como Relator, quero estabelecer aqui o debate público, dando a ele o amplo direito de esclarecimento. Não é nem de defesa, é de esclarecimento, porque a maior de todas as maledicências é você ficar fazendo acusações genéricas sem nenhuma prova e sem nenhuma confirmação jurídica. Isso é um atentado contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a honra dos brasileiros, que não têm sequer o direito de se defender. Eu não convivo com esse tipo de comportamento, meu xará, Senador Eduardo Girão.

Portanto, que o senhor indicado tenha aqui o direito de esclarecer. Se V. Exa. não estiver convencido, V. Exa. toma a posição que quiser. Agora, o que nós não podemos é ficar colocando nódoa, nuvem cinzenta, sem nenhuma prova. As colocações de V. Exa. ainda há pouco, na leitura da questão de ordem de V. Exa., nenhuma foi sobre fato concreto, todas foram sobre questões regimentais que cabe ao Presidente desta Comissão e a todos os presidentes fazerem as suas interpretações.

Eu ouvi com absoluta tranquilidade as colocações de todos os Senadores, mas quero dizer que durante 20 dias, trabalhei incansavelmente para poder ter certeza do que estou dizendo, e o que eu estou dizendo é que não encontrei nenhum fato concreto que desabonasse ou impedisse a indicação do Sr. Otto e, por isso, apresentei o relatório.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente Renan, como democratas que nós somos todos aqui, temos um histórico, eu quero fazer-lhe um último apelo: coloque para o Plenário decidir a sua decisão quanto a meu requerimento.

Quero fazer-lhe esse pedido. O Plenário decide...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, eu...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós já vimos a manifestação de colegas, somos maioria e eu queria fazer-lhe esse pedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Infelizmente, eu já decidi. Aceito, recolherei o recurso de V. Exa., mas eu não posso desfazer um encaminhamento que fiz ontem publicamente.

Portanto, eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para leitura do seu relatório.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, vamos direto ao fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por meio da Mensagem nº1, de 2026, submete o Presidente da República à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na vaga decorrente da renúncia de João Pedro Barroso do Nascimento.

Nos termos da Constituição da República, a competência privativa do Presidente da República para nomear ocupantes de cargos públicos, quando nesses termos for determinado por lei, está condicionada ao prévio exercício da também privativa competência do Senado Federal para aprovar a indicação após arguição pública e votação secreta.

A determinação legal para que se siga esse regime constitucional de nomeação está prevista no art. 6º da Lei nº 6.385, de 1976, que, além disso, prescreve que a administração da CVM será composta por um presidente e quatro diretores, todos com ilibada reputação e conhecida competência em matéria de mercado de capitais.

Os mandatos do presidente e dos diretores da CVM são fixos e estáveis, devendo ser renovados, a cada ano, um quinto dos membros do colegiado, vedada a recondução de seus titulares.

A indicação, se aprovada, terá a missão de substituir, como titular do cargo de Presidente da autarquia, o Sr. João Pedro Barroso do Nascimento, cujo mandato se encerrou prematuramente, por renúncia. Como esclarece o Ministério da Fazenda na mensagem encaminhada, a indicação atual se faz a título de cumprimento do período remanescente na presidência que foi anteriormente renunciada, especificando-se no documento que o mandato durará até 14 de julho de 2027.

Ressalte-se que a CVM é de grande importância para o mercado de capitais brasileiro e, consequentemente, para a economia brasileira, haja vista que ela é a principal autoridade normatizadora, reguladora e fiscalizadora das sociedades emissoras de valores mobiliários.

A CVM é uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira e orçamentária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela possui mandato legal para promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações em ações representativas do capital social das companhias abertas listadas no Brasil, dentre outros valores mobiliários.

Em particular, destacamos que essa autarquia tem por missão proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra emissões irregulares; atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários; e o uso de informação relevante não divulgada no mercado de valores mobiliários, para evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado. A fiscalização das empresas de auditoria independente, dos consultores e dos analistas de valores mobiliários também está sob a alçada dessa entidade autárquica.

Dita o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal – e detalha o Ato da CAE nº 2, de 2011 – a apresentação prévia da documentação necessária para a apreciação por esta Casa de escolha de autoridade desse nível hierárquico. No capítulo que inicia, esse artigo trata do currículo, das declarações pessoais e da argumentação escrita, disciplinando em seguida o processo de deliberação sobre a pessoa indicada. O currículo anexo à mensagem presidencial evidencia que Sr. Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual foi indicado.

O candidato é bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, é mestre em Direito Comparado pela University of Miami School of Law, possui MBA em Óleo e Gás pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e é doutor em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo.

No âmbito acadêmico, é Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e exerceu o magistério na Fundação Getulio Vargas e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É autor de uma série de publicações, que estão arroladas em seu currículo.

No âmbito profissional, já integrou três bancas de advocacia e foi árbitro em algumas câmaras de mediação e arbitragem. No serviço público, exerceu o cargo de Conselheiro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional e já ocupou o cargo de Diretor da CVM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às declarações de cunho pessoal, para atender o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o candidato declara que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional, mencionando o exercício de profissões jurídicas por sua esposa e por sua genitora, que podem ser consultadas na mensagem, mas destacando que tais atuações não têm ponto de contato com sua atividade profissional.

Declara também suas participações em capital social e suas posições de administrador exercidas. Declara que possui regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal e que não existem – repito: não existem – ações judiciais nas quais figure como autor ou réu.

Por fim, apresenta argumentação escrita acerca de sua experiência profissional, formação técnica e afinidade com o exercício do cargo.

Consta ainda, na mensagem encaminhada, afirmação do Ministério da Fazenda de ser o indicado detentor de idoneidade moral e reputação ilibada, bem como de ter perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função para a qual foi indicado. Repito, consta ainda, na mensagem encaminhada, a afirmação do Ministério da Fazenda, a afirmação não é do Relator.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências formais para a instrução do presente processo de indicação, sabatina e nomeação.

Considerando tratar-se de deliberação que decorrerá de voto secreto, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para decidir sobre a indicação do nome do Sr. Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo para o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

Sr. Presidente, este é o relatório.

E, como está muito claro, este relatório cumpre o papel de aferir o cumprimento das exigências legais para a formalização do indicado e a habilitação do indicado para a votação na sessão do dia de hoje.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço ao Senador Eduardo Braga e concedo, com satisfação, a palavra ao Senador Rogério Cavalho para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentando todos os Senadores e Senadoras, eu queria, antes de iniciar a leitura, Presidente, trazer uma preocupação.

Sistematicamente, a gente tem percebido um questionamento permanente sobre bases fundamentais da democracia. E não sei por que motivo, mas a gente percebe um ataque sistemático às representações daquilo que define uma democracia republicana. Eu não sei se isso é uma articulação ou uma conjugação de forças subordinadas ao interesse da nova ou da atual plutocracia global, que transforma agentes públicos que, em nome da democracia e da liberdade, acabam agredindo e transformando aquilo que é o seu próprio lugar de existência como agente público ou como mandatário de uma delegação popular em um grande atacador, ou melhor dizendo, um grande adversário da própria institucionalidade republicana, da própria democracia.

Então, de manhã eu estava lá na sabatina do STJ, na verdade, da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, e isso ficou claro. E a gente tem percebido, o tempo todo, essa ação reincidente de ataque às instituições democráticas e aos ritos. Veja, a gente pode falar o que quiser, mas quem conhece os Parlamentos mundo afora, nós temos muito que nos orgulhar do nosso Parlamento e da nossa institucionalidade. Nós temos um modelo de democracia republicano que deve ser apreciado e visto como algo extremamente inovador e que consolida a vontade popular. Mas, pelo visto, a vontade popular está sendo secundarizada em função do interesse da plutocracia, que tende a diminuir os controles que a sociedade, que a humanidade estabeleceu sobre o rumo da própria sociedade.

Então, dito isso, Sr. Presidente, da mesma forma que o Senador Eduardo Braga manifestou aqui, da mesma forma, todo esse trabalho foi feito até chegarmos aqui no sentido de perscrutar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar informações, e saber se o candidato, a pessoa que está sendo apresentada, o indicado pela Presidência da República preenche todos os requisitos formais e, ao mesmo tempo, se é de formação e de capacidade técnica para o exercício da função.

Então, sem mais delongas, eu vou direto ao voto.

A mensagem do Igor Muniz vem acompanhada do currículo que atende ao disposto no art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como no Ato nº 2, de 2011, desta Comissão de Assuntos Econômicos, que disciplina o processo de aprovação de indicação de autoridades, no que tange às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade sujeita à arguição desta Comissão.

O currículo anexo à mensagem presidencial demonstra que o Sr. Igor Muniz tem formação e experiência compatíveis com o cargo ao qual está sendo indicado.

O indicado graduou-se em Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2001, onde fez, entre 2015 e 2016, MBA Executivo no Instituto de Administração. Em 2025, concluiu mestrado acadêmico em Direito da Regulação na Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. Além disso, fez cursos de extensão na Universidade da Califórnia e na Universidade de Houston. É, ainda, formado no curso de Formação de Administradores Judiciais, da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e no curso de Formação de Conselheiros de Administração, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

No âmbito acadêmico, possui uma série de publicações sobre temas relacionados ao mercado financeiro e de capitais, além da coautoria de livros na área e também sobre resolução bancária e direito tributário. Além disso, atua, desde 2015, como membro do Conselho Editorial da Revista de Direito das Sociedades e dos Valores Mobiliários, e desenvolveu atividades docentes na Fundação Getúlio Vargas e na Escola Superior de Advocacia da OAB, do Rio de Janeiro.

Agregando-se às suas credenciais acadêmicas, o Sr. Igor Muniz tem vasta experiência profissional. Atualmente é Advogado Master – último nível da carreira – da Petrobras, com atuação nas Diretorias Financeira e de Relacionamento com Investidores, de Relacionamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institucional e Sustentabilidade e Corporativa. Vale destacar que o indicado já desempenhou outras atividades importantes na Petrobras, que estão discriminadas em seu currículo. Além disso, é Presidente da Comissão Especial de Mercado de Capitais, da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal; e é membro do quadro permanente de árbitros da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem.

Entre 2001 e 2003, atuou como advogado no Escritório de Advocacia Luiz Alfredo Taunay e no Osório e Fernandes Advogados, de abril de 2002 até novembro de 2003. Foi ainda Conselheiro de Administração da Transportadora Associada de Gás S.A., e da Petrobras Logística de Gás S.A. Adicionalmente, ocupou diversos cargos em conselhos e associações, como no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, na Associação Brasileira das Companhias Abertas e na Ordem dos Advogados do Brasil.

No que se refere às declarações de cunho pessoal, de modo a atender ao disposto no art. 383, I, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, exigidas, ainda, pelo art. 1º, II, alíneas "a" a "e", do Ato nº 2, de 2011, da CAE, o indicado declara que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades próprias à advocacia, pública ou privada, com a ressalva de sua irmã que ocupa o cargo de Policial Rodoviária Federal, conforme Portaria DG/PRF nº 439, de 25 de junho de 2025, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 27 de junho de 2025.

Veja, o escrutínio que passa um candidato para chegar aqui é muito grande, são todas as informações, ou seja, é quase uma evisceração do candidato, para que a gente possa ver as suas vísceras do lado de fora, para dar tranquilidade àqueles que vão votar e aprovar o nome para a Comissão de Valores Mobiliários.

Declara também que possui vínculo societário na Arch Participações Ltda., titular de 17,60% das cotas, e na Chifa Comércio de Chocolates Ltda., titular de 40% das cotas, além de ser titular de ações de diversas sociedades anônimas. Documentos apresentados pelo indicado apontam que seu vínculo societário na Arch Participações Ltda. iniciou em 2019 e na Chifa Comércio de Chocolates Ltda. começou em 2020. Além disso, mostram que foi titular da Igor Muniz Sociedade Individual de Advocacia entre 2023 e 2025.

O indicado declara, ainda, que não participa e não participou como gerente de empresas ou entidades não governamentais, exceto no caso da Igor Muniz Sociedade Individual de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Advocacia, entre 2023 e 2025, ano em que a sociedade foi definitivamente encerrada. Declara também que, nos últimos cinco anos, não atuou ou tomou posse em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção em agências reguladoras, e que atuou em diversos processos judiciais discriminados em sua declaração.

Por fim, o indicado declara regularidade fiscal quanto a tributos federais, estaduais ou municipais, incluindo as empresas das quais é cotista, e que figura como autor de uma ação judicial, que tramita perante a 23ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o nível de qualificação profissional e a formação acadêmica adequadas do indicado.

Fica assim, esta Comissão, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Igor Muniz para exercer o cargo de Diretor da CVM.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho e concedo a palavra ao Sr. Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo, indicado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Presidente da CVM.

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** (Para expor.) – Muito obrigado. Muito bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, membros da CAE do Senado, senhores técnicos, repórteres aqui presentes, pessoas que acompanham esta audiência à distância.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer imensamente ao Senador Renan Calheiros, que é o decano do Senado Federal e preside esta ilustríssima Comissão, que realmente vem dedicando a sua atenção a temas muito relevantes do nosso mercado de capitais e muito me honra com a atenção e a consideração que dedicou à minha indicação, sempre demonstrando seu espírito público e cuidado para com um tema tão importante para o nosso país, como é a gestão do órgão regulador do mercado de capitais.

Eu quero aqui também agradecer ao meu Relator, o Senador Eduardo Braga, que igualmente muito me honra com a atenção que dedicou à minha indicação. O Senador Eduardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Braga primordialmente, através de sua equipe, estudou cada assunto. A equipe do Senador Eduardo Braga foi em cada detalhe, cada ponto, fez realmente um trabalho muito criterioso na análise dos pontos que se apresentam. Apresentou o seu relatório em prazo exíguo, também demonstrou seu espírito público, a dedicação para com um assunto relevantíssimo para o país, que é a boa gestão da Comissão de Valores Mobiliários.

Eu agradeço também ao Senador Laércio Oliveira, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. E, nas pessoas dos três, eu agradeço também a todos os Exmos. Senadores e Senadoras presentes nesta oportunidade.

Eu saúdo também o Senador Otto Alencar, que era Presidente da CAE na minha sabatina como Diretor, sempre foi muito atencioso com a CVM, com a minha pessoa, saudando também o Senador Omar Aziz, que, na época da minha sabatina, em 2022, também sempre dialogou muito com a CVM. O Senador Vanderlan Cardoso, que trouxe várias interlocuções, trouxe interlocuções sobre pontos de debate, análise de estruturação e capacitação da CVM; o Senador Rogério Carvalho também, que trouxe muitos subsídios para os debates, para a reestruturação.

E, por ocasião de minha apresentação, pretendo demonstrar que tenho todos os predicados necessários à investidura e ao exercício do cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, para a qual recebi a indicação do Presidente da República, com muita honra e senso de responsabilidade.

A maior parte dos meus mais de 33 anos de experiência profissional se deu na advocacia, em que lidei com os mais variados temas de direito privado, incluindo direito societário, recuperação e falências, arbitragem, recuperação de ativos, prevenção e combate à fraude, direito bancário, mercado de capitais em renomados escritórios do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Nos últimos quatro anos, eu tive a enorme honra de atuar como Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, tendo exercido a Presidência interina do órgão nos últimos cinco meses do ano de 2025. Antes disso, eu fui Conselheiro Titular do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, de 2015 a 2018, ainda na Presidência da República da Sra. Dilma Rousseff.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui indicado, em 2022, quando da Presidência da República do Presidente Jair Bolsonaro, e agora estou sendo indicado pelo Exmo. Sr. Presidente Luiz Inácio da Silva.

Ao longo da minha jornada, sempre priorizei o rigor técnico, que tive a oportunidade de aprofundar na academia, tendo me formado pela Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro, feito mestrado na Universidade de Miami, me especializado na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, finalmente, feito meu doutorado na Universidade de São Paulo, onde defendi tese sobre o impacto da adoção de padrões internacionais de contabilidade sobre o direito societário brasileiro, primordialmente a adoção das regras de FRS na parte das demonstrações financeiras das companhias abertas brasileiras.

Tive a honra de atuar como professor em prestigiosas instituições de ensino, tais como Pontifícia Universidade Católica, Fundação Getulio Vargas – fui professor da FGV durante dez anos –, a Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

É necessário mencionar que a CVM é uma autarquia de Estado, com a missão de assegurar o funcionamento eficiente e íntegro do mercado de capitais, proteger os investidores e contribuir para o desenvolvimento econômico do país. E aí eu faço uma menção muito especial ao investidor de varejo, ao aposentado que confia sua poupança de uma vida ao mercado regulado, uma das principais razões da existência dessa autarquia é a defesa dos pequenos investidores. Então, invariavelmente, na Comissão de Valores Mobiliários, uma das primeiras perguntas que nós fazemos em cada decisão regulatória é se ela protege ou expõe esse investidor.

Essa missão, que eu levo muito a sério, ganha relevância crescente à medida que o mercado se expande, se sofistica e passa a desempenhar papel central no financiamento da economia real.

A CVM também tem uma história marcada pelo rigor técnico, desde a sua constituição, a CVM este ano vai fazer 50 anos de existência. E é importante mencionar que, em viagens representando a Comissão de Valores, nós percebemos que vários reguladores europeus têm no máximo 30 anos de existência, 20 e poucos anos de existência. Na Espanha, por exemplo, o regulador tem 30 anos de existência. A CVM tem 50 anos de existência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CVM tem uma história marcada pelo rigor técnico desde a sua constituição pela Lei 6.385, de 1976, quando também foi editada a Lei das S.A., que já foi considerada por uma junta de professores alemães como uma das seis leis mais bem-feitas em todo o mundo, obra do Dr. Bulhões e do Prof. Lamy. A autarquia tem o papel fundamental de dar segurança aos participantes do mercado, aos investidores e ao público em geral, de modo que a poupança pública seja investida nas atividades produtivas e gere riqueza ao nosso Brasil.

Como resultado do esforço conjunto do poder público, dos agentes de mercado, investidores, associações, entidades, sociedade civil e com a contribuição, inclusive, desta Comissão, a CAE, a que eu, desde já, me comprometo a retornar tantas vezes quantas forem necessárias, sendo convidado ou não sendo convidado, preferencialmente se for convidado, caso tenha meu nome confirmado, para sempre acompanhar e contribuir não somente com o nosso trabalho na Comissão de Valores, que é a regulação do mercado de capitais, mas também com a elaboração das importantes leis que eu vou tratar em seguida também, dos PLs que estão em andamento...

Hoje o mercado de capitais brasileiro conta com mais de 92 mil participantes regulados, que vão de analistas a companhias abertas, todos sob a tutela da CVM. São cerca de mais de 6 milhões de CPFs na bolsa e 25 milhões de cotistas de fundos. A indústria de fundos de investimento no Brasil é a quarta maior indústria do mundo. Então, nós temos o desafio de expandir esse mercado tanto verticalmente como horizontalmente.

A CVM, este ano, vai comemorar 50 anos. Caso eu seja honrado pela confirmação desta nobre Comissão e do Pleno do Senado, com a nomeação do Presidente da República, nós teremos um ano com muitas atividades, teremos a primeira semana de investimento Brasil-França. A CVM, já no ano passado, fez relevantes mudanças, e vamos aprofundar os avanços já alcançados, alcançar fronteiras ainda não exploradas com a inclusão financeira, cada vez mais pessoas com a democratização do investimento e o financiamento de pequenos negócios ainda em fase inicial de desenvolvimento. Temos uma pauta regulatória excelente.

É importante mencionar que muito do trabalho da CVM se deve ao corpo técnico, que é extraordinário, são profissionais que honram os seus cargos na Comissão de Valores e é um trabalho de equipe que vem sendo muito bem conduzido atualmente pelo Presidente interino,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está aqui hoje, que é o Sr. João Accioly, que já esteve aqui, outras vezes, e está aqui, hoje, para prestigiar também esta reunião.

Então, isso tudo é possível em razão da maturidade institucional alcançada pela CVM em seus 49 anos de história. Eficiência, inovação, coerência, firmeza, compromisso com a coisa pública e com os direitos dos jurisdicionados são as bases fundamentais para garantir que a Comissão de Valores Mobiliários comemore o seu 50º aniversário este ano, caminhando na direção correta, contribuindo para a prosperidade do país.

Caso eu tenha a honra de ser aprovado nessa elevada Comissão e no Pleno Senado, e caso seja confirmado pela honrosa nomeação do Presidente da República, assumo então a presidência da CVM, e minha atuação será guiada por alguns princípios fundamentais: fortalecer a proteção ao investidor, condição indispensável para a confiança no mercado; estimular o financiamento da economia real com atenção especial às pequenas e médias empresas; promover inovação com responsabilidade, acompanhando as transformações tecnológicas sem abrir mão da segurança jurídica – e o Brasil está na vanguarda da adoção de novas tecnologias, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu o Parecer de Orientação 40, se não me engano foi a primeira autarquia de regulação de conduta do mercado que emitiu esse parecer de orientação sobre *tokens*, sobre ativos digitais –; e, da mesma forma, vamos aprofundar a inserção internacional do mercado brasileiro alinhando regras e práticas a padrões globais. Vamos assegurar uma gestão pública responsável, eficiente e comprometida com o interesse coletivo.

Eu entendo que o cargo da presidência da Comissão de Valores é, principalmente, o cargo de guardião do interesse público e da integridade do mercado, e é nesse papel institucional que o pequeno investidor sempre vai encontrar o seu defensor.

Sr. Presidente, nobres Senadoras e Senadores, feitas essas considerações iniciais, eu agradeço novamente pela oportunidade de me dirigir aos Exmos. Srs. Senadores e fico à disposição para responder quaisquer perguntas e trazer esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço as colocações iniciais do Sr. Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo e concedo a palavra ao Sr. Igor Muniz, indicado para o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

O senhor disporá de até 20 minutos para as suas colocações iniciais.

**O SR. IGOR MUNIZ** (Para expor.) – Obrigado, Senador. Prometo que vou ser breve.

Inicialmente, saúdo o Exmo. Sr. Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos e decano desta Casa, Senador Renan Calheiros; o Exmo. Sr. Vice-Presidente da CAE, Senador Laércio Oliveira; o Exmo. Senador Rogério Carvalho, Relator da mensagem que veicula a minha indicação; rendo minhas homenagens também ao Senador Eduardo Braga; e cumprimento todas as Senadoras e os Senadores presentes nesta sessão, os membros da imprensa e todos aqueles que nos assistem presencialmente ou por meio da TV Senado.

É com muita honra e satisfação que me apresento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado em virtude da minha indicação pelo Exmo. Sr. Presidente da República, com a recomendação do Ministério da Fazenda, para ocupar o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

O mercado de capitais é fundamental para a geração de riqueza para o país e seu consequente desenvolvimento econômico e social. Por meio dele, os recursos da poupança popular são canalizados diretamente para atividades produtivas, permitindo que os agentes econômicos captem os recursos necessários para promover seus investimentos e suas atividades, gerando emprego e renda para a população.

O mercado brasileiro ostenta números relevantes. Conforme dados divulgados no Boletim Econômico da CVM de 2 de fevereiro deste ano, o mercado regulado alcançou a cifra de R$50,74 trilhões, considerando os derivativos, com crescimento em diversos segmentos. O mesmo boletim destaca que, em 2025, ocorreram 4.151 emissões, totalizando R$980,9 bilhões e que atualmente esse mercado conta com 92.818 regulados. O relatório destaca também a pujança da indústria de fundos de investimento no Brasil, que atingiu um montante de R$11,13 trilhões e que atualmente conta com mais de 32 mil fundos registrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo estudo conjunto da Associação Brasileira das Companhias Abertas e da Fundação Getulio Vargas, as 270 companhias registradas na B3 mais representativas de diversos setores da economia são responsáveis pela geração de riqueza correspondente a 17,9% do PIB brasileiro e pelo recolhimento de R$640 bilhões em tributos.

Todos esses dados são representativos da dimensão e da importância do mercado de capitais brasileiro.

O mercado de valores mobiliários brasileiro também é essencial para viabilizar o crescimento das pequenas e médias empresas, que, conforme dados do Sebrae, representam 27% do PIB brasileiro, geram 52% dos empregos e respondem por 40% dos empregos com carteira assinada no Brasil. Para essas empresas, que muitas vezes não têm acesso ao mercado bancário tradicional, em vista dos altos juros cobrados e da falta de histórico creditício, o mercado de capitais mostra-se uma alternativa relevante de captação de recursos, cabendo ao Estado brasileiro criar estruturas regulatórias aptas para viabilizar o crescimento de tais empresas.

No que se refere ao uso do mercado de capitais para financiamento via emissão de dívida, merece especial destaque o papel que este assumiu, tendo ultrapassado o mercado bancário...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. IGOR MUNIZ** – ... como meio para obtenção de crédito para as empresas, contribuindo para a democratização do acesso a financiamento e permitindo captações com custos menores pelos agentes econômicos.

Todos esses fatos deixam clara a importância do mercado de valores mobiliários como instrumento para o desenvolvimento econômico e social do país e para os desafios que se apresentam à CVM.

Peço vênia, então, para expor de forma resumida a minha trajetória profissional e acadêmica.

Concluí o curso de Direito na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2001. Minha educação profissional inclui também o mestrado acadêmico em Direito da Regulação na Escola de Direito da FGV; o MBA Executivo do Instituto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Administração da UFRJ (Coppead); e outras duas pós-graduações nas áreas de direito tributário e regulação dos negócios do petróleo, gás e energia; além de diversos cursos de extensão no Brasil e no exterior, nas áreas jurídica, financeira, de resolução de disputas e de administração.

Na maior parte da minha carreira profissional, dediquei-me a assessorar juridicamente a Petrobras em operações relevantes nos mercados bancários e de capitais nacional e internacional, onde, com muito orgulho, ingressei por meio de concurso público em 2004. Na Petrobras, atuei como líder do jurídico financeiro da companhia por diversos anos. Nesse período, prestei assessoria em operações financeiras de captação de recursos com bancos comerciais, de fomento e agências de crédito à exportação estrangeiras, operações de *project finance*, reestruturações societárias e emissões públicas nos mercados de capitais brasileiro e estrangeiro; e, ainda, no aumento de capital da Petrobras em 2010, operação complexa e de grande monta que permitiu à companhia captar os recursos necessários para desenvolver o pré-sal brasileiro, hoje a principal fonte de petróleo do país.

De mais disso, no exercício de minhas funções, realizei estudos e emiti opiniões sobre matérias de natureza regulatória envolvendo os mercados de capitais e bancário e questões de natureza societária.

Tive ainda a oportunidade de prestar assessoramento jurídico direto ao Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores da Petrobras, quando era responsável pela avaliação prévia dos mais diversos temas submetidos à decisão do administrador e à deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Petrobras. Nesse período, pude compreender em profundidade o processo decisório da companhia e as dificuldades diárias que os administradores de uma companhia aberta do porte da Petrobras têm na tomada de suas decisões. Pude perceber que, no caso específico da Petrobras, essa dificuldade é ainda maior, dada a sua característica de sociedade de economia mista, onde a alta administração tem o enorme desafio de conciliar as expectativas dos acionistas minoritários, que clamam por retorno financeiro, com a persecução pela empresa dos legítimos objetivos de interesse público que justificaram a sua criação.

Destaco também a minha atuação como Conselheiro de Administração da Petrobras Logística de Gás S.A. de 2015 a 2018. A companhia congregava participações em diversas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas que desenvolviam atividades de transporte de gás da Petrobras. Nesse período, atuei, entre outras coisas, para garantir o cumprimento dos ditames da então recém-editada Lei das Estatais, trabalhando no sentido de garantir diversas alterações na governança da companhia e em seus controles internos.

Também fui Conselheiro de Administração da Transportadora Associada de Gás S.A., empresa titular de mais de 4 mil quilômetros de gasodutos no Brasil.

Não vai demorar muito mais, prometo.

Além dessas atividades, componho o quadro de árbitros de importantes câmaras arbitrais, como a Câmara de Arbitragem do Mercado e o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA), tendo atuado como árbitro em disputas comerciais relevantes.

Em paralelo, destaco a minha atuação institucional como Presidente da Comissão de Mercado de Capitais da OAB-RJ, da qual fui Presidente desde a sua criação, em 2013, até 2018. Durante esse período, a comissão colaborou em diversas consultas públicas promovidas pela Comissão de Valores Mobiliários, sobre os mais diversos temas. Posteriormente, passei a exercer a função de Presidente da Comissão de Mercado de Capitais do Conselho Federal da OAB. Nessa posição, tenho mantido agora, em âmbito nacional, o trabalho de discussão de temas relevantes do mercado de capitais, apresentação de sugestões de aprimoramento da legislação, além de auxiliar o Conselho Federal nessa seara.

Registro também a minha atuação, com muita satisfação, como membro do Conselho Diretor da Abrasca, importante entidade representativa das companhias abertas brasileiras, como membro do Conselho Fiscal da Associação Brasileira das Empresas Exportadoras de Petróleo, das Comissões de Direito Societário e Mercado de Capitais e da Comissão do Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp), do Conselho Editorial da *Revista de Direito das Sociedades e dos Valores Mobiliários* e como participante efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Além das atividades relatadas acima, desenvolvi relevante atuação acadêmica, tendo publicado mais de 15 artigos, além de ter coordenado obras de referência sobre temas de direito societário e mercado de capitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realço também o exercício do magistério, como Professor convidado da pós-graduação em Direito Societário e Mercado de Capitais da FGV. Além disso, lecionei na Escola Superior de Advocacia da OAB-RJ, onde tive o privilégio de organizar o primeiro curso de Mercados Capitais da instituição. Mais recentemente, tenho trabalhado como Professor convidado da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Por fim, quero registrar uma das mais gratificantes atividades profissionais da minha vida, qual seja, a de Conselheiro titular do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, de 2021 a 2024. O "conselhinho", como é conhecido, julga em segunda instância, entre outros temas, os recursos interpostos contra decisões em processos administrativos sancionadores do Banco Central, do Coaf e da própria CVM. Na ocasião, tive a oportunidade de conhecer melhor a realidade do Sistema Financeiro Nacional em seu conjunto e de vivenciar as dificuldades de julgar, uma das funções que exercerei na CVM, caso seja aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal.

Tendo em vista todo o trabalho desenvolvido nos últimos anos dedicado ao mercado de capitais brasileiro, entendo que meu perfil é aderente àquele exigido para o exercício do cargo de Diretor da CVM e submeto, com humildade de acatamento, o meu nome à apreciação desta Comissão, colocando-me à disposição para responder aos questionamentos que os ilustres Senadores entendam relevantes.

Obrigado, Senador Renan.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra à Senadora Damares Alves... Senador Jaques Wagner.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Só para ponderar se V. Exa. já pode abrir a votação ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, posso sim.

Peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, na lógica da abreviação dos trabalhos, abra a votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras presencialmente já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – A decisão é do senhor, o senhor já demonstrou isso, e a gente... Vou recorrer, quero deixar muito claro que vou recorrer, não estou satisfeito. Não com o senhor, a pessoa, mas com a sua condução no aspecto dessa deliberação de não conceder o pedido de vista apenas.

Também quanto à abertura do painel, eu tenho que fazer uma ponderação, a gente não fez as perguntas ainda aos indicados. Dá uma ideia, transparece para a população, quem está assistindo, como se fosse um jogo de cartas marcadas. Abrindo o painel antes das perguntas, quer dizer, não vão influenciar em nada as perguntas em relação...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, é que há uma lógica no Parlamento, e geralmente, para abreviar o tempo de votação, abre-se a votação.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É uma lógica errada, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas a consciência é de cada Senador. Se V. Exa. não estiver ainda com informação suficiente para exercer o voto, V. Exa. aguarda o tempo.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu tenho e gostaria que meus colegas ouvissem as perguntas para até verem se podem mudar o voto, dependendo do que eu trouxer aqui. Mas o senhor que sabe, se o senhor abrir, está aberto, o senhor já faz o que o senhor quer... Agora, eu gostaria de ter o tempo para fazer as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que, pelo Regimento, eu, na qualidade de Relator, posso proferir as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida, com a palavra, V. Exa.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Primeiro, cumprimentando o Sr. Igor Muniz e o Sr. Otto Eduardo Fonseca, eu gostaria de endereçar as perguntas ao Sr. Otto.

Muito se comenta nos jornais acerca de seu voto proferido na CVM no caso Ambipar. Pergunto: por que o senhor entendeu que não caberia uma oferta pública de aquisição no caso da Ambipar? Por que o senhor entendeu que, como Presidente interino da reunião do Colegiado, caberia ao voto do senhor o desempate e não ao voto de João Pedro Nascimento, proferido quando este era titular da Presidência? Qual era o papel da Trustee DTVM, que é inclusive mencionada em notícias relacionadas ao Banco Master neste caso?

Segunda pergunta. As últimas demonstrações financeiras publicadas pelo Master foram auditadas pela KPMG. A de 2024, última divulgada, foi aprovada sem ressalvas pela KPMG. Em seu relatório, ela inclusive declarou o seguinte:

> Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Master S.A. [...] em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Pergunto: qual é a sua opinião sobre a atuação das auditorias independentes na análise das demonstrações financeiras do conglomerado Master? E eu ainda acrescento, Sr. Otto, porque isso está sendo recorrente, Presidente Renan...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso está sendo recorrente, Sr. Presidente, porque, no caso das Americanas, a auditoria também recomendava a aprovação dos seus balanços e balancetes, o que também aconteceu agora no Banco Master.

Então, eu pergunto à autoridade competente, caso ele venha a ser aprovado: qual é a sua opinião sobre a atuação das auditorias independentes na análise das demonstrações financeiras dos conglomerados Master e Americanas? A lei da CVM trata sobre competência desta autarquia regulatória fiscalizar as auditorias independentes. Portanto, cabe à CVM fiscalizar, Presidente, inclusive com o poder de suspender ou cancelar o registro dessas empresas de auditoria. Portanto, a CVM precisa estabelecer um padrão e um nível de exigência dessas auditorias mais elevados, na minha opinião. Mas gostaria de perguntar: como a CVM atuaria, sob sua Presidência, para que erros como possivelmente esses nas auditorias de demonstrações financeiras não ocorram novamente? Eu estou citando apenas dois casos, o da Americanas e o do Banco Master.

Terceira pergunta. O plano estratégico da CVM que está em vigor para o ciclo atual abrange o período de 2023 a 2027, denominado Construindo a CVM de 2027. Está claro que esse plano, Sr. Presidente, entre 2023 e 2027, é exatamente o plano em que aconteceram os casos Americanas e Banco Master. O senhor tem em mente a manutenção deste plano estratégico? Quais seriam os objetivos e metas perseguidos? E que destino o senhor pretende traçar para essa autarquia tão importante para a credibilidade do setor financeiro mobiliário no país?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão e, em seguida, lhe darei a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu é que pergunto: de novo para o senhor? (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ele está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa. quantas vezes forem necessárias.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Obrigado. Eu sei. Nesse aspecto, eu tenho que o cumprimentar, Presidente, por esse gesto, embora, com todo respeito a quem pensa diferente, eu não veja que o senhor está cumprindo o Regimento nosso.

Eu, às vezes, fico perguntando em que país a gente está, sabe? Em que planeta eu estou? Porque, depois de tudo o que a gente está vendo, o Brasil escandalizado com, talvez, um escândalo maior do que o da Lava Jato, a maior fraude do sistema financeiro do Brasil, dito pelo senhor, Presidente Renan Calheiros... Ontem eu adotei, eu fui atrás, e o senhor está certo. Aliás, esta Comissão é a única que tem se debruçado sobre esse assunto. A gente precisa, exatamente, ser justo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E ontem, infelizmente, pegamos o Presidente do Banco Central aqui na mentira, porque eu perguntei para ele, Senador Omar, por que o Banco Central tinha pedido ao FGC dinheiro para o Master. Aí ele negou, disse que era mentira nossa. E nós provamos que o Banco Central pediu, para evitar crise sistêmica, R$11 bilhões ao FGC para o Master. E o FGC ainda liberou R$5,7 bilhões. E a ideia que ele passou, ao dizer que nós estávamos mentindo, é que ele não sabia e, por conta disso, mentiu. O Presidente do Banco Central mentiu publicamente aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu concordo com o senhor. Eu estava aqui presente. E, realmente, essa situação... Inclusive, o senhor, na abertura ontem, falou exatamente da questão da cela comum para o Vorcaro, porque não estava entregando novidade nenhuma das autoridades dos três Poderes da República que estão sendo citadas em operações da Polícia Federal, em vazamentos. E o senhor citou lá a Câmara dos Deputados, o comando da Câmara dos Deputados. E eu citei também aqui, inclusive Ministro do Supremo, com contrato de esposa, com R$129 milhões, *resort* da família do outro, e Senadores da República também que, de uma certa forma, precisam dar explicação. Por isso que a gente precisa da CPI ou da CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas, Sr. Presidente, a gente tem aqui matérias que... eu digo: esta reunião é muito importante. Não é uma reunião qualquer. As controvérsias são grandes, por isso que a gente precisava de tempo de maturação para que a sociedade, Senadora Damares, entenda a gravidade do que a gente está fazendo aqui, depois de tudo que veio à tona.

Então, nós temos aqui: "TCU vê indícios de irregularidades em voto de indicado de Lula à CVM". "Como diretor da CVM, Otto Lobo tomou decisões favoráveis ao Banco Master", *CNN;* aquela outra foi da *Gazeta do Povo*. Todos veículos tradicionais, históricos, centenários. *InfoMoney*: "Joesley Batista atua para que Otto Lobo seja Presidente da CVM [...]". "CVM forma maioria para absolver Joesley e Wesley Batista por uso de informações privilegiadas". Então, assim, a gente precisa de muita maturação para uma indicação, no meu ponto de vista, inoportuna para este momento.

Eu vou fazer perguntas aqui e gostaria da resposta do Sr. Otto Lobo, deixando muito claro, Sr. Otto Lobo, lhe cumprimentando pela vinda aqui à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, mas preciso cumprir com o meu dever de acordo com essas matérias que eu acabei de ler. E eu gostaria de respostas do senhor objetivas, para que a gente possa ter tranquilidade de votar neste momento delicado da nossa República.

Sobre Banco Master, Ambipar, Reag, voto de qualidade e relação com controladores, a *Folha de S.Paulo* noticiou que V. Sa. contrariou a área técnica – área técnica – e deu voto decisivo em caso envolvendo ações da Ambipar e o Banco Master. A *Gazeta do Povo* e a *Revista Oeste* noticiaram que a área técnica do TCU apontou indícios de irregularidade no voto de qualidade que dispensou em operação envolvendo a Ambipar e o Banco Master. À época da decisão, V. Sa. tinha conhecimento de investigação, apuração, alerta técnico, questionamento regulatório ou risco relevante envolvendo o Banco Master, Ambipar, Reag, o Nelson Tanure, o Daniel Vorcaro ou demais controladoras das empresas envolvidas? O senhor tinha conhecimento? Essa é uma pergunta, a primeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual foi o fundamento, Sr. Otto Lobo, técnico-jurídico do voto? O senhor repetiria hoje – depois de tudo que foi... Das vísceras trazidas a público, tudo que a gente já sabe – a mesma decisão? E possui ou já possuiu qualquer relação pessoal, profissional, societária, institucional ou de interlocução relevante com o criminoso Daniel Vorcaro ou com os controladores dos demais grupos envolvidos? É a segunda pergunta.

Sobre o caso do Joesley Batista e eventual apoio à indicação, como eu mostrei na matéria há pouco, em julgamento oficial da CVM envolvendo o Joesley Batista, da JBS, houve decisão acompanhando o voto de V. Sa. para reconhecer prescrição com divergência que defendia condenação e multa expressiva.

Além disso, foi noticiado que Joesley Batista teria atuado nos bastidores em favor de sua indicação. Sem presumir a veracidade dessa notícia, a pergunta é objetiva. O senhor teve contato, recebeu apoio, solicitou apoio ou teve conhecimento de articulação do Sr. Joesley Batista ou de seus representantes em favor de sua indicação? Em caso positivo, como pretende tratar eventual impedimento em processos relacionados ao grupo? O senhor vai se declarar suspeito, impedido de votar alguma coisa em relação a esse grupo poderoso, que é da JBS?

Também sobre a surpresa e resistência do mercado à sua indicação. A *CNN Brasil,* como eu mostrei há pouco, noticiou que a escolha de V. Sa. para a Presidência da CVM surpreendeu o mercado financeiro e também registrou que sua atuação na CVM tomou decisões favoráveis ao Banco Master. A *Folha de S.Paulo* noticiou que Senadores pretendiam questioná-lo sobre a decisão favorável do Banco Master – eu sou um deles. O senhor atribui essa resistência apenas a ruído político ou reconhece que há preocupação objetiva, legítima do mercado e do Senado Federal sobre independência regulatória, reputação institucional e confiança na sua atuação à frente da CVM?

Já estou me encaminhando para o fim.

Transparência, conflito de interesse e quarentena decisória. O documento de apoio aponta a preocupação com a publicidade das reuniões, votos, agendas e deliberações do colegiado da CVM, bem como a necessidade de prevenir conflitos de interesse em processos sensíveis. Caso aprovado, o senhor se compromete a ampliar a transparência ativa da autarquia, com divulgação posterior de votos, agendas institucionais, atas, métricas de fiscalização e dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consolidados sobre processos relevantes, ressalvadas apenas hipóteses legais estritas de sigilo? Além disso, aceitará adotar impedimento ou quarentena decisória ampliada em processos envolvendo grupos, pessoas, escritórios, instituições financeiras ou representantes que tenham atuado em favor da sua indicação, mantido interlocução relevante com V. Sa. ou possuam interesse direto perante a CVM? Esse é um questionamento também, Sr. Otto Lobo.

Sobre a questão da reputação ilibada, independência e ônus da indicação. Diante dos questionamentos envolvendo o Banco Master, a Ambipar, a Reag, Nelson Tanure, Daniel Vorcaro, J&F, JBS, Joesley Batista, voto de qualidade, prescrição em processo sancionador, publicidade do colegiado e eventual articulação de apoios, por que o Senado deveria considerar superadas as dúvidas sobre sua reputação ilibada, independência e imparcialidade para presidir a CVM?

Sr. Presidente Renan, eu tenho questionamentos para o Sr. Igor Muniz, mas eu não sei se é em outro momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não, pode fazê-lo. Eu darei a palavra em seguida aos dois.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, pronto...

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senador Renan, tem um prazo para a pessoa falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tem. Eu...

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senão nós vamos deixar o dia todo aqui...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Senador Omar está achando que eu estou falando muito. É isso, Senador Omar?

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente, mas... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu falei até menos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos ser honestos...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Xará, eu falei até menos que você. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado. Obrigado.

Vamos lá. Sobre... sobre...

Sr. Igor Muniz... (*Pausa.*)

Vou pegar aqui, porque é muita pasta. (*Pausa.*)

Dr. Igor Muniz, seja bem-vindo também aqui à CAE. Sua trajetória envolve atuação em mercados de capitais, entidades representativas e sociedades com possível *interface* regulatória.

Uma pergunta que eu faço ao senhor: o senhor possui ou possuiu participação direta ou indireta em companhias abertas, fundos, escritórios, consultorias ou empresas sujeitas à atuação da CVM? Se sim, se for positivo, quais?

Para evitar qualquer dúvida sobre conflitos de interesse, o senhor se compromete a tornar públicos seus potenciais vínculos sensíveis e a se declarar impedido em processos envolvendo clientes, ex-clientes, empresas investidas ou partes relacionadas?

Também, nós temos aqui uma matéria do blogue de notícias O Bastidor que afirma que sua indicação teria contado com apoio de uma ala do PT da Bahia, sem apontar nominalmente quem teria patrocinado esse apoio. Primeira pergunta que eu lhe faço: o senhor confirma essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação? O senhor teve apoio de uma ala do PT da Bahia? Houve alguma articulação político-partidária em favor de sua indicação?

E, caso aprovado, que garantias objetivas dará de independência técnica da CVM em relação ao Governo, partidos, estatais e grupos econômicos regulados?

Sr. Presidente, nós temos pelo Regimento... Vai ter réplica ou não, Presidente Renan?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tem, sim. O Regimento garante, claro.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bom. Eu lhe agradeço.

A minha primeira parte...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu concedo a palavra ao Sr. Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo...

Senador Omar Aziz.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, só um minutinho, antes de passar para o Sr. Otto...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá. Com a palavra V. Exa.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para interpelar.) – O meu amigo Girão fez vários questionamentos... Eu só queria fazer um questionamento...

Ontem, eu até fiquei surpreso... Primeiro, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos ontem na Comissão. Não seria diferente, com o seu conhecimento, a sua prática e a experiência que V. Exa. tem, Senador Renan Calheiros, em conduzir uma sessão em que se deve extrair o máximo que se puder para que a população saiba que tem que ser dado transparência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me chamou atenção ontem, Senador Renan, Senador Girão, foi o Presidente do Banco Central dizer que, para 20 bancos, para 20 instituições, tem uma pessoa só para fiscalizar, enquanto no mundo são 20 pessoas para fiscalizar uma instituição.

Eu quero só perguntar ao Sr. Otto, até porque o conhecimento que eu tenho de todas as outras... Se você pegar a Agência Nacional de Aviação, se você pegar a Agência Nacional de Mineração, a grande reclamação é a falta de mão de obra qualificada dentro desses órgãos. O caso da CVM também padece desse mesmo problema? Vocês têm dificuldade em ter pessoas preparadas, com salários legítimos, pela função e pela importância que a CVM tem dentro desses quadros? Ou é necessário trazer pessoas, para que possam ajudar no trabalho da fiscalização, da aprovação e principalmente do bem-estar da população, do povo brasileiro?

Essa é a única pergunta que eu queria saber, porque a reclamação de todas as outras agências reguladoras, Senador Renan, é essa. A Agência Nacional de Mineração não tem geólogo, precisa contratar não sei quem do mundo. Lá em Alagoas, por exemplo, um dos grandes males que a Agência Nacional de Mineração fez com a Maceió foi por falta de qualificação dentro dos seus quadros.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Sr. Otto, para as respostas às perguntas feitas. Com a palavra.

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu vou começar respondendo, então, às perguntas do meu Relator, o Senador Eduardo Braga, e eu acho uma excelente oportunidade para esclarecer todo e qualquer voto com uma resposta direta, em que não haja dúvida alguma. Eu vou trazer esses esclarecimentos em definitivo, porque eu tenho total interesse em esclarecer cada um dos pontos.

Com relação ao caso Ambipar, me parece que houve uma incompreensão muito grande. Então, a primeira questão que tem que ficar muito clara na OPA da Ambipar... Em primeiro lugar, foi perguntado se, à época, o Colegiado da Comissão de Valores, em julho, tinha notícias sobre os problemas mais sérios que estariam ocorrendo tanto no Banco Master quanto na Reag. À resposta eu acho que cabe um esclarecimento inicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, que era o cargo que eu exercia – eu exerci, por poucos meses, o cargo de Presidente interino –, não fiscaliza. É diferente do Banco Central, tem que ficar claro isso. O Diretor da Comissão de Valores Mobiliários não supervisiona, não fiscaliza; o que ele faz é julgar processos. Então, o Diretor da Comissão, membro do Colegiado, toma conhecimento dos processos quando o processo é distribuído para julgamento ou, possivelmente, num caso de pressa ao Senador, em que se apresenta alguma proposta de termo de compromisso. E eu já fui mais favorável às propostas de termos de compromisso. Hoje eu tenho uma posição muito clara sobre termos de compromisso e invariavelmente eu tenho a posição, nesses casos mais ruidosos, nesses casos mais complicados, de não aceitar os termos de compromisso.

A primeira questão importante, no caso Ambipar: a decisão foi em julho de 2025; até hoje, passados dez meses, nenhum advogado, nenhum parecerista, nenhum minoritário, nenhum grupo de interesse minoritário se apresentou à CVM para defender essa OPA – é a OPA mais curiosa da história da CVM.

Em segundo lugar, em 49 anos da Comissão de Valores Mobiliários, até hoje nenhum parecerista escreveu sobre a OPA. Pelo contrário, foi escrito um artigo, em relatório reservado de 28 páginas, analisando e concordando com a decisão da Comissão de Valores Mobiliários – porque a decisão não é minha, é uma decisão do Colegiado. Inclusive, o Tribunal de Contas da União, três semanas atrás – eu estou aqui tanto com o acórdão do TCU, Segunda Câmara, quanto com o parecer e o exame técnico –, julgou, por unanimidade, que os procedimentos adotados no julgamento da OPA de Ambipar estão absolutamente corretos, inclusive o uso do voto de qualidade pelo Presidente interino.

É necessário fazer um esclarecimento aqui. No caso Ambipar, houve uma primeira reunião, antes de julho, em que foram proferidos dois votos favoráveis a essa OPA. Novamente, na história da Comissão de Valores Imobiliários, em 49 anos, nunca houve a imposição de uma OPA baseada no conceito de parte vinculada. E não somente isso: nós não alteramos a Resolução 85 exatamente para não adotar esse instituto de parte vinculada. E mais ainda: todos os pareceres de um ex-presidente e dos ex-diretores históricos da Comissão de Valores Mobiliários foram no sentido de que não cabia essa OPA baseada em parte vinculada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o mais importante aqui nessa incompreensão que ocorre é que a decisão que excluiu a responsabilidade do Fundo Master e do Sr. Nelson Tanure foi uma decisão unânime; foi uma decisão tomada por todos os membros do Colegiado. Então, se o argumento que sai nos jornais – e até hoje os jornais não deram o destaque que o Tribunal de Contas da União... Está aqui a decisão do Tribunal de Contas, está aqui o parecer do órgão do Tribunal de Contas, a Secretaria-Geral de Controle Externo, Unidade de Auditoria Especializada, considerando que a decisão – decisão unânime do Tribunal de Contas –, considerando que tudo o que foi feito no julgamento do banco, do caso Ambipar, foi feito de acordo com a lei aplicável, com a jurisprudência do STJ, com a jurisprudência da CVM.

E só para fazer alguns esclarecimentos, novamente: no que diz respeito à exclusão da responsabilidade do pagamento da OPA pelo Fundo Master e pelo Sr. Nelson Tanure, essa decisão foi unânime. Todos os membros do Colegiado assim votaram, e não poderia ser diferente. A Lei 6.404, de 1976, é clara: só é responsável pelo pagamento da OPA o controlador, sendo que aqui, nesse caso, novamente, se passaram dez meses e até hoje eu não encontrei um advogado que defendesse essa OPA; na CVM não apareceu um advogado, um parecerista defendendo essa OPA da Ambipar. Ninguém escreveu um artigo, ninguém se apresentou para defender. É uma OPA que existiu em alguns veículos de jornal.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O senhor pode esclarecer para os leigos o que quer dizer OPA?

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – OPA é uma oferta pública de aquisição de ações, que ocorre principalmente para defender os não controladores, os minoritários, quando há certas situações em que se diminui a liquidez dessas ações, para que esses não controladores possam ter uma saída, possam ter liquidez para vender as ações.

Agora, novamente, o Tribunal de Contas da União decidiu desta forma, que todos os procedimentos foram seguidos, e não somente isso. A área técnica dá o parecer, mas a decisão final cabe ao Colegiado. Nós sempre nos debruçamos sobre os pareceres, e, nesse caso – talvez no futuro a gente tenha uma posição diferente –, não fazia sentido seguir os pareceres da área técnica. Por quê? Porque o próprio Tribunal de Contas da União considerou que a atuação foi perfeita. E não somente isso: no dia 23 de dezembro de 2025, houve uma reunião do Colegiado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, em decisão unânime, considerou correto o uso do voto de qualidade.

O voto de qualidade não tem nada de novo. Foi utilizado várias vezes na Comissão de Valores. Existe jurisprudência do STJ. Outros órgãos usam o voto de qualidade por um simples motivo. Ocorreu a primeira reunião, dois votos foram proferidos, uma questão extremamente complexa. Nós, eu e o Diretor Accioly, que é o Presidente interino que está aqui hoje, entendemos que era um caso extremamente complexo. O Presidente nomeado e a Diretora que votaram favoravelmente à OPA, eles mesmos disseram que era mudança de uma jurisprudência, uma jurisprudência que existe há 49 anos na Comissão de Valores Mobiliários.

Então, nessa primeira reunião, foram proferidos dois votos. Esses dois votos já foram no sentido de excluir a responsabilidade do Fundo Master e do Sr. Nelson Tanure. Então, como é possível nós termos ajudado ou auxiliado, o Diretor Accioly e eu, se a decisão foi unânime?

E não somente isso. Todas as decisões da Comissão de Valores Mobiliários ou são unânimes ou são por maioria. O Presidente só tem o voto de qualidade em uma situação: quando é processo não sancionador, porque, no processo sancionador, quando há um empate, se utiliza o conceito civilizatório *in dubio pro reo*.

Então, que fique bem claro: essa decisão foi unânime. Isso já foi explicado aos jornais. Essa decisão do TCU já foi explicada. Por duas vezes, o Tribunal de Contas decidiu, por unanimidade. A primeira decisão do Tribunal de Contas foi aprovando a forma da minha indicação, porque existia uma primeira reclamação. Agora, eu vou disponibilizar, mas eu acho que o Sr. Joabe, que é o Superintendente, já disponibilizou, a decisão foi unânime. E a decisão do dia 23 de dezembro de 2025 também foi unânime, decisão de todos os membros do Colegiado.

No que diz respeito a discordar de parecer da área técnica, a responsabilidade pelo julgamento dos casos é do julgador. A minha família é de julgadores. Eu cresci vendo a atuação da minha mãe, que invariavelmente tinha que responder pela repercussão das suas decisões. Muitas vezes, o papel do julgador é responder a essas repercussões.

Agora, as decisões são absolutamente técnicas, são todas públicas, tanto é que, curiosamente, se há algo errado, por que ninguém entrou com uma ação de revisão de ato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativo no Judiciário? Até hoje, em dez meses, ninguém foi para o Judiciário questionar isso. Nenhum parecer foi ventilado favoravelmente a essa OPA. Nunca existiu, em 49 anos da CVM... Inclusive eu escrevi para o Senado Federal explicando.

Agora, o Presidente da Comissão de Valores, caso meu nome seja confirmado, não pode se dobrar a pressões externas, assim como os Senadores que estão aqui hoje, que têm o respaldo de terem sido eleitos para esse cargo, que têm a responsabilidade de conduzir o navio até o porto seguro. Ao meu ver, caso eu seja confirmado como Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, eu tenho que atuar dentro da técnica e eu não posso me dobrar a pressões de jornal. Eu tenho que atuar e eu tenho que responder pelas minhas decisões.

Agora, novamente, eu atuei três anos no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Eu não tenho um processo que foi proposto. Atuei em 36 sessões, fui o primeiro Conselheiro que conseguiu acabar com o estoque na história do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Foram 36 sessões em Brasília.

Eu fui Diretor da Comissão de Valores Mobiliários por três anos e meio. Fui escolhido pelo Presidente da República, ao meu ver, porque eu já atuava como Presidente interino, e eu acho que a decisão que foi tomada foi baseada no que todas as instituições fazem: se escolhe uma pessoa que já atuava no cargo.

Então, é importante mencionar isso.

No caso da Ambipar, novamente, o TCU não viu qualquer tipo de irregularidade. O TCU já arquivou, por falta de indícios de irregularidade, os dois processos que foram abertos, decisões unânimes.

Com relação a benefício do Banco Master, jamais houve qualquer benefício ao Banco Master, que inclusive está liquidado já. Não houve benefício ao Banco Master no caso do Ambipar, porque a lei é muito clara. Não se pode impor OPA contra não controlador – e essa parte da decisão foi unânime. Então eu não consigo entender como é que eu e o Diretor Accioly auxiliamos o Fundo Master se essa parte da decisão foi unânime.

No que diz respeito ao termo de compromisso que foi proposto, eu acho que a mesma coerência do que eu estou falando cabe aqui, nós recusamos por quatro vezes o termo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso do Sr. Daniel Vorcaro, e, na última vez, contra o parecer da área técnica, que era favorável ao termo de compromisso. Em dezembro de 2025, a área técnica ainda era favorável ao termo de compromisso.

Então, se eu estou sendo acusado de não acompanhar a área técnica, nesse caso eu não acompanhei a área técnica e não aceitei o termo de compromisso. Mas, novamente, o Diretor da Comissão de Valores Mobiliários não supervisiona, ele julga. E quem acusa não julga, quem julga não acusa. Então, nós, diferentemente do Banco Central, não fazemos supervisão e fiscalização de mercado.

E não somente isso. O meu pedido de vista ocorreu ainda no final de 2024. Se o argumento é de que os diretores tinham notícias do que ocorria no Banco Master, onde é que está essa prova? Nós não atuamos na fiscalização. Quando houve o caso Ambipar, ali foi uma decisão técnica. Não se tratava de favorecer um fundo. Tratava-se de preservar a jurisprudência da Comissão de Valores Mobiliários no que diz respeito a nunca existir essa OPA baseada em parte vinculada. Na verdade, ela nunca existiu, porque ninguém se apresentou na CVM para defender essa OPA. É uma OPA misteriosa até.

E não somente isso. A decisão foi correta, foi precisa e foi importante para não trazer uma instabilidade para o mercado, porque não se pode impor o ônus de pagar uma OPA de mais de R$6 bilhões baseado num conceito de parte vinculada, sendo que aqui nesse caso, curiosamente, a parte vinculada, o argumento de parte vinculada nem era parte que atuava na Ambipar; atuava numa outra empresa.

Então, a aplicação desse conceito jamais ficou de pé, todos os pareceres eram desfavoráveis. Todos os documentos são públicos. O Tribunal de Contas já decidiu que foi corretamente tomada cada uma das decisões.

Essa OPA por aumento de participação do art. 4º, §6º, da Lei das S.A., essa operação é uma resposta, aí sim, esse instituto existe contra o fechamento de capital, o fechamento branco de capital, que ocorre quando o controlador vai adquirindo ações e compromete seriamente a liquidez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram três pareceres desfavoráveis. Sem entrar nas minúcias do voto, defendemos que só se poderia considerar para fins dessa OPA, o Diretor Accioly e eu, participações que são detidas pelo acionista controlador e pessoas vinculadas. Acionista controlador não era nenhum dos dois, o Sr. Tércio ou o Fundo Master, e, nessa parte, a decisão foi unânime.

Foi, inclusive, mencionado nos votos do Presidente João Pedro e da Diretora Marina, que admitiram que inovaram ao defender que o conceito de – abro aspas – "outras pessoas atuando em conjunto" – fecho aspas – seria mais amplo do que a CVM tinha interpretado até então – até então, em 49 anos. A CVM está comemorando 49 anos. Então, em 49 anos, jamais foi utilizado.

Então, nós seguimos a jurisprudência...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sr. Otto, desculpa a intromissão.

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Se pudesse sintetizar a resposta...

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Tá. Não, está ótimo. Então, assim, está muito claro...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Para a melhor produtividade da sabatina.

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Muito obrigado, Senador.

Então essa parte eu acho que está muito clara.

Na parte do termo de compromisso, nós já recusamos por quatro vezes, inclusive contra o parecer da área técnica. Isso tudo é público.

Outras perguntas foram apresentadas pelo Senador.

Qual foi o papel da Trustee DTVM? Ela era gestora dos fundos do Sr. Nelson Tanure. Nessa parte, a decisão de isentar a OPA do Sr. Nelson e do Fundo Master foi unânime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a essa pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sobre as auditorias independentes.

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Sim, sim. Muito obrigado, Senador.

Sobre as auditorias independentes, em primeiro lugar, os casos são extremamente graves, cada um dos casos. É salutar os trabalhos que foram feitos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Houve uma reunião aqui que foi muito importante. Novamente, eu quero cumprimentar o nosso decano, o Senador Renan Calheiros, por ter realizado uma audiência específica para discutir. Trouxe auditores, trouxe especialistas, e, por horas, isso foi discutido aqui.

De fato, no que diz respeito ao que eu já julguei no passado, tanto no Conselho de Recursos quanto na CVM, me recordo de que, não tenho todos os detalhes, eu julguei casos envolvendo empresas de auditoria específicas. Não me deparei, acredito, até hoje, com acusações tão grandes de fraude como dessas empresas, que ainda serão julgadas pela Comissão de Valores.

Não quero adiantar a minha interpretação dos casos, são extremamente sérios, mas eu não quero adiantar porque eu ainda vou julgar esses casos. O que eu posso dizer, e é tudo público nos meus votos, é que eu me deparei com acusações de falta de diligência de auditores, negligência na produção de documentos específicos. Fiz tantos votos condenatórios como absolvitórios e sempre julguei os processos baseado no que está presente nos autos. Eu tive a felicidade de ser aluno do Prof. Sergio Bermudes, que dizia: "O que não está nos autos não está neste mundo".

Então, em todos os processos que eu julguei, as observações comuns são no sentido de que a empresa tem um papel importante, é um *gatekeeper*. Nós sabemos claramente que, atualmente, essa matéria de auditores e auditoria está sendo objeto de debate não somente no Brasil, mas fora do Brasil. Eu menciono aqui as reuniões que já ocorreram dos auditores nas comissões das regras de Basileia, a questão dos limites de responsabilidade dos auditores... Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que eu posso afirmar, caso meu nome seja confirmado, é que nós vamos analisar todo e cada um desses casos, vamos aplicar sempre as melhores regras processuais, a lei.

Atualmente, sabemos que essas questões de limite de responsabilidade se apresentam. Cada jurisdição encara esse problema também.

E como foi dito nesta reunião da CAE que ocorreu uns dois meses atrás, um mês e meio atrás, os auditores, por um lado, não podem atuar como detetives; os auditores são altamente sofisticados. Por outro lado, nós temos que analisar quais eram os indícios que os auditores poderiam ter enxergado, o que se apresentava, a famosa bandeira vermelha – *red flag*.

E eu posso dizer também que esse trabalho de auditores e a sofisticação dos auditores, na verdade, ocorreram em função da crise de 1929, e a comparabilidade dos balanços. O Brasil adotou as regras do US Gaap, e isso tudo começou com os auditores e contadores norte-americanos após a crise de 1929. Infelizmente, as crises são ruins, mas trazem as melhores lições. Tem uma velha máxima que diz que ninguém para para estudar o radiador do carro enquanto o radiador do carro não explode, não sai fumaça.

Agora, Sarbanes-Oxley veio. Quanto às questões das responsabilidades, a CVM já tem jurisprudência. Aqui tem um PL que foi aprovado pela CAE e que agora se encontra em trâmite na Câmara dos Deputados, que eu entendo que foi um gol de placa da CAE – até em época de Copa do Mundo –, que responsabiliza os auditores por crimes, e eu acho que é fundamental esse trabalho que foi feito aqui.

Mas, de fato, a responsabilidade dos auditores já vem sendo discutida pelo International Auditing and Assurance Standards Board, que é um órgão independente. Houve a revisão da ISA 240, que é o *standard* de responsabilidade de auditor. As reformas estão em andamento. Então, isso tudo está sendo visto – isso tudo está sendo visto.

Eu agradeço também – e muito – a pergunta que o nobre Senador, o Senador Eduardo Braga, o Relator, fez sobre a reforma da Comissão de Valores Mobiliários. Eu entendo que, caso tenha o meu nome confirmado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** (*Fora do microfone*.) – O quê?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Encerrou?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, ele está na última parte da resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É?

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Eu reconheço que a contribuição, caso tenha o meu nome confirmado, para o desenho dessa reforma, que é fundamental... Esse desenho passa pelas discussões aqui na CAE também, porque há vários PLs em andamento, então eu entendo que um dos pilares é esse novo desenho.

Então, até antes de entrar nesses pilares, o ponto que eu considero mais importante e que enquadraria essa discussão da reforma é o financiamento. A longo prazo, no Brasil, a CVM se tornou a grande fonte de financiamento no mercado de capitais. Predominantemente, nunca tinha ocorrido; nesses últimos dois, três anos, isso aconteceu. E o mercado de capitais trouxe algo que é fundamental: que a captação de recursos não é dependente mais somente do crédito bancário. Isso é uma virada histórica; também é uma consequência de décadas da construção regulatória da CVM, das legislações importantes que foram aprovadas, inclusive recentemente, nesta Comissão aqui.

E, a partir disso, eu vejo que o primeiro pilar é a capacidade institucional consolidada, os recursos, a autonomia, o arcabouço de *enforcement*. Foi concedida essa liminar pelo Ministro Flávio Dino, em bom tempo, que determina o repasse direto de 70% das taxas de fiscalização.

O que é isso? Não estou conseguindo ler.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Ah. Bom, vou tentar.

Então, essa liminar foi concedida pelo Ministro Flávio Dino, que determina – eu vou acelerar aqui e vou tentar responder, então, a todas as perguntas – esse repasse direto de 70%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das taxas. A autarquia, por mais de uma década, ficou sem essa taxa de fiscalização no percentual que, originalmente, foi previsto na lei de 1989. Essa liminar foi extremamente importante, foi fundamental.

Isso foi feito... A gente tem muito apreço pelo trabalho que foi feito pelo Supremo Tribunal Federal, o Ministro Dino, o Judiciário, até porque houve uma verdadeira audiência pública, e foi uma aula de administração de recursos. A liminar é instrumento processual e agora – eu até conversava com os outros Senadores – é necessário se discutir a questão da verba, que também é na Comissão de Valores, e não somente se utilizar dessa decisão.

A capacidade de *enforcement*, por sua vez...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sr. Otto, para concluir, por favor, a resposta.

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Então, para concluir, caso meu nome seja confirmado, eu tenho já um estudo em que, em cem dias, vamos apresentar não somente a utilização desses recursos – porque isso já está sendo apresentado para o Supremo Tribunal Federal –, mas será apresentado aqui na CAE um estudo em que o Brasil, em cem dias, terá os sistemas de estado da arte – já estou em contato com participantes dos Estados Unidos, Israel, Europa... Nós temos tecnologia de ponta, tanto para regular a forma de se negociar valores mobiliários que já existem há cem anos, que é a charrete, quanto os novos carros elétricos.

O que nós vamos fazer, caso meu nome seja confirmado, é trazer a tokenização para o mercado de capitais brasileiro num sistema de arquitetura que já existe no exterior, em que o próprio sistema traz informações – não é necessário a CVM buscar informações, o próprio sistema gera relatórios, gera informações.

Os fundos sobre fundos, por exemplo, que foram mencionados aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O que é que o senhor acha, por exemplo, do modelo norte-americano, com várias agências, com representantes e uma supervisão comandando o processo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Senador, muito obrigado. O sistema norte-americano é o maior mercado de capitais do mundo, é a referência mundial no que diz respeito à fiscalização de mercado, é a bolsa que mais movimenta recursos no mundo, e os Estados Unidos são o local no mundo onde tem mais *venture capital*, nenhum outro lugar do mundo tem isso como os Estados Unidos.

Então eu entendo, já respondendo a uma das perguntas, que o nosso modelo atual da Comissão de Valores Mobiliários – e eu acho que a discussão de Twin Peaks é ótima, nós temos que travar essa discussão – funciona, em que nós temos um regulador prudencial e um regulador de conduta, tanto é que os Estados Unidos usam, a esmagadora maioria dos países usa esse sistema.

Agora, a discussão tem que ser travada, eu entendo que com os recursos, com as novas tecnologias que vão ser adquiridas pela Comissão de Valores Mobiliários, pela adoção de investimento – caso seja confirmado e seja mantida, inclusive, a decisão –, em cem dias teremos os pilares e esse modelo vai ser apresentado aqui na CAE. É fundamental a interlocução com a CAE, até porque tem vários PLs em andamento e nós temos total interesse em colaborar.

Então, Senador, eu entendo que esse modelo, que é o modelo norte-americano, que nós utilizamos no Brasil com algumas diferenças, é um modelo muito bom. Temos que insistir pelo modelo atual, até para termos certeza de que o uso desses recursos vai permitir fazer tudo o que é necessário. Por exemplo, foi perguntado aqui sobre a fiscalização de contabilidade de instituições financeiras, que não está dentro do nosso mandato, porque a fiscalização de instituição financeira pela Lei 6.385 é papel do Banco Central. Mas com esses novos sistemas automáticos de tokenização, fundos sobre fundos, valores de fundos, que é uma grande discussão agora do *fair value* e a adoção...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado pela resposta.

Eu concedo a palavra à Senadora Damares Alves.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, só... Como o senhor se comprometeu comigo, da réplica...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não ouvi nenhum questionamento que eu fiz ser respondido pelo Dr. Otto. Nenhum.

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Eu posso dar continuidade aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não é continuidade, é que...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o Dr. Igor também não respondeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É que o senhor dispõe de um tempo regimental para as respostas. Eu tentei... Pedi para sintetizar, sintetizar, nós não podemos perder muito tempo aqui...

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Posso fazer uma ponderação rápida? Para a V. Exa. decidir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode.

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Eu conseguiria responder em...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O ideal seria responder, né?

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Em um, dois minutos, eu consigo responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, com a palavra, então, para a resposta.

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Muito obrigado. Então, só respondendo aqui às questões que foram colocadas pelo nobre Senador.

Se eu tenho aqui a ordem correta: eu já me pronunciei sobre as decisões do Tribunal de Contas da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os casos que foram mencionados da JBS foram todos casos públicos, em que, se eu me recordo, nós multamos a J&F, no caso ali.

Quanto às decisões: uma foi decisão unânime, as outras duas acho que foram por maioria – decisões técnicas. Inclusive, nós punimos nesses casos. Os votos são públicos, podem ser analisados. Nós, em momento algum, ajudamos, seja o Sr. Daniel Vorcaro, seja o Banco Master. Isso está muito claro, também está aqui.

E, no último caso, que foi julgado no ano passado, o procurador da CVM – que é o ex-Procurador-Chefe da CVM – reconheceu a prescrição no momento do julgamento. Ele se pronunciou sobre a prescrição – o voto é público –, e eu fiz constar em ata. A prescrição que ocorreu ali foi porque o caso já tinha 12 anos sem o Estado se mover. O instituto da prescrição é um instituto civilizatório, então ali houve parecer favorável pela prescrição do próprio Procurador-Chefe.

Outras questões que foram faladas aqui: nós não tínhamos conhecimento das questões do Banco Master, em julho de 2025, tanto é que a própria área técnica, até o final do ano, deu parecer favorável ao termo de compromisso do Sr. Daniel Vorcaro, e nós recusamos esse parecer. Nós não aceitamos o parecer e, por quatro vezes, por decisões unânimes, não aceitamos o termo de compromisso.

Tanto no Conselho de Recursos como na Diretoria da CVM, todos os processos são públicos, sempre foram técnicos. Sobre a questão de quem apoia e quem não apoia, eu não posso responder a essa pergunta, eu não tenho essas informações. O que eu posso dizer é que tudo que eu decidi lá foi técnico; tudo é público e tudo pode ser verificado. E as decisões que eu tenho aqui, de Ambipar, eu posso entregar depois da audiência.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, o senhor não recebeu apoio do Joesley Batista? O senhor desconhece que houve esse apoio à sua indicação?

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Eu não tenho essa informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor não se consideraria suspeito ou impedido para julgar alguma coisa da J&F ou JBS, se o senhor chegar à Presidência?

**O SR. OTTO EDUARDO FONSECA DE ALBUQUERQUE LOBO** – Não, sempre julguei e as decisões não são minhas, são do Colegiado; nesse caso, foram unanimidades ou maioria, e são todas técnicas. Então, assim...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Sr. Igor Muniz vai responder às perguntas que eu fiz para ele?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Com a palavra.

**O SR. IGOR MUNIZ** (Para expor.) – Obrigado, Senador, pelas perguntas. Eu vou procurar responder de uma forma bem objetiva aqui.

V. Exa. perguntou sobre a minha participação em entidades reguladas. Sim, eu participei da Abrasca – do Conselho Diretor da Abrasca –, de abril de 2017 a agosto de 2018. Isso é público, consta do meu currículo divulgado, enfim, ao Ministério da Fazenda e aqui nos sistemas do Senado.

Eu não vejo... Isso para mim não é nenhum problema. A própria CVM estabelece regras sobre impedimento e suspeição. Se, eventualmente, em algum caso específico, eu identificar que existe uma situação de suspeição ou de impedimento, evidentemente eu vou declarar isso. Se eu tiver um interesse direto ou indireto, atuação prévia em um determinado caso, parentesco, etc., isso vai ser declarado e eu não julgarei esse caso.

Eu sou, enfim, empregado público. Sou, com muito orgulho, funcionário da Petrobras desde 2004. Evidentemente, em todos os processos que envolvam a Petrobras, eu não participarei do julgamento – a Petrobras ou qualquer empresa a ela relacionada.

V. Exa. perguntou também sobre participação em empresas. Sim, eu tenho participação em empresas, como qualquer investidor no mercado de capitais, justamente porque eu acredito no mercado de capitais. Então, eu invisto meu próprio patrimônio em ações, mas como um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pequeno investidor, como qualquer um de nós poderia fazer. E tudo isso foi declarado expressamente na documentação que foi encaminhada ao Ministério da Fazenda e depois disponibilizada aos Srs. Senadores.

V. Exa. perguntou também sobre ligações com o PT da Bahia. Eu não tenho ligações com o PT da Bahia. Fui conhecer o Senador Jaques Wagner, por exemplo, aqui, neste ambiente. Então, não as tenho. Essa é uma indicação do Presidente Lula com base na minha experiência, em tudo que eu fiz ao longo do tempo, com o respaldo do próprio Ministério da Fazenda.

Eu fui conselheiro de administração de duas companhias, mas são companhias fechadas, ou seja, não têm nenhuma conexão com o mercado de capitais. Fui do conselho fiscal de uma instituição, a associação brasileira das empresas exportadoras, que também é uma associação, não é uma companhia.

Então, espero ter respondido às suas perguntas da forma mais objetiva possível.

E fico à disposição para qualquer esclarecimento adicional, Senador.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, como eu sempre faço publicamente – o senhor sabe disso –, desde que cheguei aqui, meus votos são públicos, de acordo com o que eu me comprometi com os cearenses.

Então, vou votar "não" à indicação do Sr. Otto Lobo e vou votar "sim" à indicação do Sr. Igor Muniz.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Damares Alves, com a palavra V. Exa.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou ser muito rápida.

Eu tenho aqui dezenas de perguntas para fazer ao Dr. Otto, ao Dr. Igor, mas não vou fazê-las, não, porque não vai dar tempo e eu não imaginei que esta sabatina seria dessa forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com todo o respeito ao Relator, ele sabe o quanto eu o admiro, mas o nosso papel como legisladores, Dr. Otto, é também acompanhar o termômetro da sociedade. E há uma inquietação e uma insatisfação muito grande na sociedade com relação ao seu nome.

Nós estamos vivendo um momento de caos no Brasil em relação ao sistema financeiro brasileiro. Se há uma inquietação, se há um incômodo, por que eu vou fortalecer esse incômodo na sociedade com relação ao seu nome? E o Parlamento precisa ser responsável também neste momento, porque as reações da sociedade ao seu nome são muito ruins, Dr. Otto.

Por quê? Vamos aqui conversar sobre isso e sobre por que sou contra a sua indicação. E já vou lhe dizendo, Dr. Otto: se aparecer um único voto aqui contra – eu vou abrir meu voto –, fui eu.

Eu estive na CPMI do INSS. Eu li documentos. Eu estava lá, Dr. Otto. E o que me conduziu tecnicamente a ler documentos lá com relação ao caso Ambipar e Master foi: a principal controvérsia envolvendo Otto Lobo decorre de sua atuação em julgamento relacionado à empresa Ambipar, ao Banco Master e ao contexto do caso durante sua atuação como Presidente interino da CVM.

E quero lembrar que o nosso Governo, o Governo a que eu servi, o indicou como Presidente da CVM, e o senhor passou aqui.

Mas nesse caso específico, o senhor suspendeu temporariamente julgamento relevante; posteriormente participou do voto de desempate; decidiu dispensar a necessidade de realização de oferta pública de ações pela Ambipar – a decisão contrariou o entendimento anterior da Procuradoria Federal Especializada da CVM, de integrante do próprio Colegiado da autarquia.

A partir daí, com base nisso, eu fui ler documentos e não estou à vontade para votar a seu favor.

Depois, esta Comissão aqui... Eu saio da CPMI do INSS, venho para esta Comissão, onde um grupo de trabalho foi formado – escuta só, Dr. Otto –, e esse grupo de trabalho esteve na CGU. Quando chegamos lá, fomos informados pelo Ministro – e eu sou apaixonada pela CGU – de que a CGU fez, em 2024, uma auditoria da CVM. E o relatório – e aqui eu quero falar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meus colegas Senadores – de 2024 da CGU aponta inúmeras fragilidades e até indícios de irregularidades na CVM, da qual o senhor faz parte.

O que esse grupo de trabalho fez? Nós pegamos esse relatório da CGU, de 2024, que está sendo a base da nossa construção aqui, do nosso trabalho no grupo de trabalho e, assim, pedimos à CGU uma segunda auditoria sobre a CVM, após o primeiro relatório; e estamos aguardando essa segunda auditoria da CGU.

Eu entendo, Dr. Otto, que CVM forte é sistema financeiro forte, mas, se eu tenho uma auditoria da CGU mostrando que essa CVM, da qual o senhor faz parte, não foi forte; era frágil, como é que eu vou insistir, ainda, em mantê-lo Presidente de uma instituição que não se mostrou forte?

E nós estamos diante desse caos financeiro porque os órgãos de controle falharam, o Congresso falhou, a CVM falhou. Todo mundo tem sua parcela de culpa no caos em que estamos vivendo.

Então, Dr. Otto, eu vou aguardar a auditoria, a segunda auditoria da CGU. Se, nessa segunda auditoria, eu me convencer de que errei em relação ao seu voto, publicamente vou lhe pedir desculpas. Mas, hoje, pelo que eu li, pelo que eu estou lendo no grupo de trabalho... E tem mais um detalhe: sou Relatora da proposta de fiscalização e controle do Banco Master, na outra Comissão, na Comissão de Controle, mesmo lá, não me sinto à vontade para dar voto ao senhor hoje, porque a CVM se mostrou uma instituição frágil, e a auditoria da CGU aponta isso.

Então, Dr. Otto, se seu nome passar aqui, eu vou lhe desejar boa sorte, que vocês façam tudo diferente, que a gente não mergulhe mais num caos igual a esse em que estamos mergulhados. Mas preciso deixar registrado: não estou satisfeita com a sua indicação.

E aqui, Dr. Otto, não estou dizendo que nós estamos lhe acusando de corrupção. A minha análise é de decisões técnicas proferidas pelo senhor, que me causam incômodo, dúvidas e insatisfação; incômodo, dúvida e insatisfação na sociedade.

Essa é a minha fala, Presidente.

Não tenho pergunta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos muito a intervenção da Senadora Damares Alves e passamos ao próximo item da pauta, antes de encerrarmos a votação, que continua aberta.

Eu queria, Senador Girão, lamentar, mais uma vez, uma esdrúxula decisão da Câmara dos Deputados, que votou ontem, e os jornalistas estão me ligando, perguntando quando é que o Senado vai votar.

É evidente que não sou eu quem estabelece pauta do Senado Federal, é o Presidente Davi Alcolumbre. Se fosse eu, nós não votaríamos, porque isso é uma excrescência! A Câmara dos Deputados ontem aprovou uma minirreforma partidária, afrouxa as regras contábeis dos partidos políticos e vai mais além.

O projeto...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Já não está no prazo de impedimento? Já não perdeu algum prazo de disponibilidade para votar isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, mas é a impunidade. No fundo, é uma outra... Não é mais PEC, agora é o projeto da blindagem de presidente de partido político, que é hoje uma casta especialíssima no Brasil. Entre outras coisas, eles autorizam disparo, impulsionamento em massa na eleição. Isso é um escândalo!

Estabelece o seguinte: altera regras de funcionamento dos partidos políticos; flexibiliza prestação de contas das siglas; e amplia a permissão para envio de mensagens a eleitores por aplicativos como WhatsApp, Telegram.

O texto segue para análise.

Entre os principais pontos do projeto, está a flexibilização das punições relacionadas às prestações de contas partidárias. Isso é dinheiro público, dinheiro público que paga os partidos, financia os partidos e as contas das campanhas eleitorais. Pela nova regra, irregularidades equivalentes a até 10% da receita anual poderão ser aprovadas com restrições, ou seja, se você roubar até 10%, as suas contas poderão ser aprovadas sem restrições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Isso é um absurdo!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Isso é um absurdo!

Este é o Brasil que nós estamos vivendo... E o centrão da Câmara dos Deputados, o que é que faz? O que é que faz? Eles aprovaram recentemente a PEC da blindagem, em que podiam cometer crimes, presidentes de partidos políticos; agora aprovam essa minirreforma eleitoral para garantir a impunidade daqueles que deveriam pagar pelas contas malversadas dos recursos partidários.

O texto também estabelece, Senador Eduardo, que cada diretório partidário – eu sou Presidente de diretório regional – nacional, estadual ou municipal responderá apenas pelas próprias irregularidades, impedindo que sanções aplicadas a instâncias locais sejam descontadas automaticamente dos recursos do fundo partidário destinado à direção nacional.

Outro ponto que chamou a atenção foi a aplicação imediata das mudanças, inclusive sobre processos já em andamento ou casos julgados pela Justiça Eleitoral. Isso é um escárnio! Não tenho, infelizmente, outra palavra para analisar isso. Na prática, partidos políticos poderão recorrer às novas regras para tentar reduzir penalidades financeiras impostas anteriormente. É a anistia, agora no plano partidário – no plano partidário.

A proposta também abre espaço para renegociação de dívidas tributárias e eleitorais de partidos, fundações e institutos partidários. O parcelamento poderá ocorrer em até 15 anos, com perdão de juros e multas, exigindo apenas o pagamento do valor corrigido monetariamente. É o Desenrola dos partidos políticos! Só que toda vez em que você abre um espaço fiscal dessa ordem, você retira a possibilidade de renegociação, por exemplo – que é um assunto de que estamos tratando aqui –, das dívidas agrícolas, porque o universo fiscal é um só. Quando você tira de um lugar, não tem jeito. Então, isso é um escárnio. Um Congresso Nacional que se presta a isso, eu não sei o que é que não vai fazer mais.

No Brasil, essa coisa do financiamento público de campanha, isso é um absurdo. O Brasil é o único país do mundo que tem esse modelo, os contribuintes chegam a custear, a financiar 570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil candidaturas nos processos municipais. Quer dizer: isso é um absurdo, porque isso foi uma resposta à Lava Jato. A Lava Jato prendia a pessoa que tinha feito alguma contribuição para alguém e obrigava aquela pessoa a delatar, a dizer que aquela contribuição legal, feita na forma da lei, aquilo não era uma contribuição, era uma propina. E obrigava você, o acusado, a provar exatamente o contrário, que era uma contribuição. E, por conta disso, fizeram financiamento público de campanha, que acentuou o comando dos partidos – cada partido, na medida do possível, está elegendo um dono do partido – e agora querem garantir a impunidade criminal. Isso é um absurdo!

Isso é um absurdo, eu queria lamentar.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente Renan, se o senhor me permite a palavra, eu quero cumprimentá-lo por essa fala e quero dizer o seguinte: que o senhor conta comigo, porque esse assunto, essa excrescência, esse escárnio...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Escárnio.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agora, na calada da noite...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ontem!

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Na véspera da eleição. Isso é uma afronta ao cidadão de bem deste país.

E sabe o que tem que acontecer? Tem que vir para a Comissão de que o senhor é Presidente. Esse assunto, necessariamente, precisa vir. Se o Presidente Davi Alcolumbre quiser deliberar sobre isso – porque eu concordo com o senhor, acho que ele deveria engavetar isso –, se tiver que tramitar aqui, tem que passar pela CAE, sim, senhor.

E eu quero assinar com o senhor o pedido para que venha para esta Comissão, para a gente votar contra isso.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para declarar, em nome do MDB, a nossa posição de que, ao deliberar essa matéria, votaremos contra. Ela é absolutamente inoportuna, estapafúrdia, num momento absolutamente inadequado e, mais, afrouxa regras que envolvem, inclusive, financiamento de campanha em período eleitoral. Portanto, é absolutamente escandaloso o que aconteceu nesta noite-madrugada na Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E limpando a ficha de alguns dirigentes partidários...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Sem debates.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente Renan, se o senhor me permite, também em relação ao mesmo assunto, o que me parece mais absurdo no conjunto da matéria é a possibilidade, além da flexibilização das regras de fiscalização de recursos públicos que vão para os partidos políticos, de também legalizar disparos em massa.

Ou seja, nós temos tido várias resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, nas últimas duas eleições, no sentido de regular isso, de limitar, de criar condições de paridade de armas. A matéria aprovada pela Câmara me parece que vai no sentido totalmente contrário do que se espera.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – E fora do período. Nós já estamos no período...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Extemporâneo.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Extemporâneo. O termo correto é este: extemporâneo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Próximo item da pauta...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Presidente, o senhor não quer encerrar a votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação, acolhendo a recomendação do Senador Eduardo Braga, e passamos ao próximo item da pauta.

A Secretaria-Geral da Mesa pode abrir a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Votaram 19 SIM.

Aprovada, portanto, a indicação de Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo para Presidente da CVM e de Igor Muniz para Diretor da CVM.

Ambos tiveram 19 votos pela aprovação. (*Pausa.*)

**ITEM 4**

**MENSAGEM (SF) Nº 21, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S/A, empresa estatal não dependente do Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Transição Energética do Pecém.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Camilo Santana

**Relatório:** Pela aprovação.

**Observações:**

*1. Em 19/05/2026, foi concedida vista coletiva da matéria.*

O parecer é favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Eu concedo a palavra ao Senador Camilo Santana, para a leitura do seu relatório.

**O SR. CAMILO SANTANA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Queria, já de antemão, parabenizar os dois escolhidos – indicados e aprovados – aqui, o Sr. Igor e o Sr. Otto, e desejar aí bom sucesso na nova missão.

E, Sr. Presidente, uma vez que o relatório já foi amplamente divulgado, peço licença para, de forma resumida, ler o relatório, a análise e o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

**O SR. CAMILO SANTANA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Vem à análise do Senado Federal a Mensagem nº 21, de 2026, da Presidência da República, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$90 milhões, entre a Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, empresa estatal não dependente do Estado do Ceará, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Transição Energética do Pecém.

A Cipp S/A desempenha papel estratégico na consolidação do Complexo do Pecém como um dos principais polos industriais, logísticos e portuários do Brasil. Essa operação de crédito, Sr. Presidente, tem o objetivo de fomentar a implementação de infraestruturas para um *hub* de capacitação, pesquisa e inovação, bem como de infraestruturas compartilhadas de apoio para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viabilizar o desenvolvimento da cadeia do hidrogênio verde em torno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, apoiando o processo de transição energética justa no Estado do Ceará e no Brasil e promovendo tanto a redução de emissões de gases de efeito estufa quanto o desenvolvimento socioeconômico do país.

A cooperação com o Bird insere-se em uma estratégia de modernização administrativa e expansão da capacidade operacional do Complexo do Pecém, permitindo a implementação de investimentos voltados à eficiência portuária, sustentabilidade ambiental, inovação tecnológica e melhoria das condições de competitividade do ambiente de negócios regional, gerando emprego de qualidade e renda para o Estado do Ceará.

Sr. Presidente, eu queria dizer que, com esses recursos, o Porto do Pecém irá ampliar em 350m o terminal multicargas – que são estruturas mais estratégicas para o porto – e ampliará a capacidade operacional, aumentando a logística e a eficiência, viabilizando inclusive a movimentação das cargas da Transnordestina.

Queria lembrar que essa grandiosa obra do Presidente Lula, que passou quatro anos parada no Governo passado... Não colocaram um prego numa barra de sabão nessa obra que beneficia o Nordeste brasileiro, e, com a volta do Presidente Lula, nós retomamos a obra. Hoje temos 10 mil empregos diretos nessa obra da Transnordestina, que liga o Porto do Complexo do Pecém ao sul do Ceará, com o Piauí e o Pernambuco, garantindo uma logística de... Lá está sendo feita toda uma logística de carga de grãos para a Transnordestina, que vai receber do Porto do Pecém.

Com esses recursos também, Sr. Presidente, nós vamos ampliar... haverá a ampliação no Pier 2, com infraestrutura do corredor de utilidades, que será o futuro *hub* do hidrogênio verde, ou seja, estamos nos preparando para uma nova economia no Estado do Ceará.

Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, de ter sido Governador do Estado por oito anos, de ter expandido o complexo portuário do Pecém. Essa é uma das poucas ZPEs, zonas de processamento de exportação industrial em funcionamento no Brasil, com a maior siderúrgica integrada do Nordeste, que exporta hoje 3 milhões de toneladas de aço por ano e agora está em ampliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está sendo concluída agora a nova tancagem que vai sair do Porto do Mucuripe para o Porto do Pecém e toda a logística de distribuição de combustíveis do Ceará. Também, hoje, esse já é um porto que faz todo o transporte de frutas, porque o Nordeste, o Ceará é um grande polo exportador de frutas.

Tive a oportunidade, como Governador, de fazer a parceria com o maior porto da Europa, o Porto de Roterdã. E também assinamos vários memorandos de entendimento com empresas internacionais para implementar usinas de hidrogênio verde, o novo combustível do futuro, no Estado do Ceará e no Nordeste brasileiro.

Portanto, quero também aqui destacar a iniciativa do Governador Elmano e do Presidente Lula, porque hoje está ocorrendo lá, Senador Renan, o maior investimento privado do Brasil, que é um *data center* na ZPE do complexo portuário do Pecém, que é o maior do Brasil – aliás, somados todos os *data centers* do Brasil, esse é maior do que eles – e exatamente consolida o Ceará como um polo, como um *hub* tecnológico do Nordeste brasileiro e do Brasil.

Então, Sr. Presidente, o programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), de que trata o Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017.

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, haja vista que o mutuário cumpre os requisitos legais para ambos. Adicionalmente, informou que a empresa mutuária foi enquadrada na categoria B+ quanto à capacidade de pagamento.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer nº 395, de 2026, aprovado em 19 de fevereiro de 2026. No referido parecer, consta a verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito, a análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União e as informações relativas aos riscos para o Tesouro Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme análise realizada pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi/STN), e informada à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem), as contragarantias oferecidas pelo ente foram consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

A STN informou que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico nº TB173440.

Cabe ainda enfatizar que a PGFN atestou, em seu parecer, que o contrato negociado não contém cláusulas de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

Fica amplamente evidenciada não só a importância do empréstimo cuja aprovação iremos propor nesta data, como a sua extrema relevância. Trata-se de iniciativa que, com certeza, trará enormes ganhos ao Estado do Ceará.

Em conclusão, Sr. Presidente, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução apresentado.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Eu ainda queria solicitar, Sr. Presidente, desta Comissão a urgência da matéria para que seja encaminhada ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso, Senador Camilo Santana.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir as matérias, os itens 4 e 5 da nossa ordem do dia, nós vamos submetê-los em bloco à votação.

As Senadoras e os Senadores que apoiam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria. Vai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CAMILO SANTANA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Incluindo as Mensagens 21 e 22.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Incluindo a mensagem...

**O SR. CAMILO SANTANA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Mensagens 21 e 22, porque são dois financiamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – São dois financiamentos.

**O SR. CAMILO SANTANA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Complementares.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Complementares.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente, encaminhando a V. Exa. a urgência não somente dessa matéria...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quer ler o segundo ou um satisfaz?

**O SR. CAMILO SANTANA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Satisfaz.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para encaminhar.) – Presidente, só encaminhando para esta Presidência a urgência dessa matéria, obviamente importantíssima para o Estado do Ceará e para o Brasil; e dos dois indicados à CVM para o Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação, os requerimentos de urgência, um sugerido pelo Senador Camilo Santana e o outro pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Não havendo quem queira discutir a matéria, colocamos em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 26 E 27 DE MAIO DE 2026, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19 E ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Camilo Santana, Leila Barros, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Beto Faro, Zenaide Maia e Ivete da Silveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Irajá, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às onze horas e quarenta e quatro minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis. Às treze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Renan Calheiros e Tereza Cristina, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5122, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a utilização do Fundo Social (FS) de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, como fonte de recursos para a disponibilização de linha especial de financiamento que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao projeto e às emendas nºs 2 e 51, com acolhimento parcial das Emenda nºs 20, 49 e 53, nos termos das cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs: ¿55¿a¿61 -¿CAE. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5451, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para permitir o financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos com recursos desses Fundos." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto e pelo acolhimento das Emendas nº1 a 4 - CCT, nos termos das seis emendas de sua autoria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emenda nºs 5 a 10 - CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 128, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para destinar recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) à formação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à capacitação continuada dos servidores do sistema penitenciário nacional e dos policiais penais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. Aprovada a apresentação de Requerimento de Urgência para o Plenário. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 23, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor € 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de euros) de principal, entre o Governo do Estado do Piauí e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, cujos recursos destinam-se para o financiamento do Projeto Piauí Verde e Sustentável." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 24, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de JPY 58.000.000.000,00 (cinquenta e oito bilhões de ienes Japoneses), entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento da reestruturação de dívida do estado com a denominação "Piauí Sustentável e Desenvolvido (Piauí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Futuro)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5519, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para estabelecer que o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários deverá apresentar semestralmente no Senado Federal, em arguição pública, relatório indicando os pontos fundamentais da evolução do mercado de valores mobiliários e os fatos mais relevantes da atuação da autarquia no cumprimento de seu mandato." **Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo ao Projeto. **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 68, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da agenda legislativa e normas regulamentares que envolvem a indústria do plástico no Brasil, inclusive no âmbito desta Comissão, por meio dos PLs nºs: 2524, de 2022; 258, de 2024 e; PL nº 5154, de 2019, além do Decreto nº 12.644, de 2025, que elimina descartáveis e multicamadas,do Ministério do Meio Ambiente." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado como diligência. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 47, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Nelson Antônio de Souza, Presidente do Banco de Brasília S.A. (BRB), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobreas operações realizadas entre o BRB e o Banco Master, seus desdobramentos e impactos, no âmbito do Grupo de Trabalho instituído na Comissão de Assuntos Econômicos." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovada conversão do convite em convocação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Renan Calheiros**
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/26

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/27

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Hamilton Mourão.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, após a discussão do 5.122, eu pediria ao senhor uma inversão de pauta – o Senador Eduardo Braga me pediu para relatar as duas mensagens que se referem ao Governo do Piauí, e eu tenho que abrir a Comissão de Segurança Pública posteriormente –, se o senhor puder me conceder essa vênia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos fazer essa inversão de pauta pedida pelo Senador Hamilton Mourão para apreciar dois empréstimos, se não me engano.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Afirmativo. E, como neto de piauiense, muito me orgulha fazer esse relato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É o item 3 e é também o item 4 da pauta.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Itens 4 e 5, perdão, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Itens 4 e 5, Mensagem nº 23 e Mensagem nº 24.

**ITEM 4**

**MENSAGEM (SF) N° 23, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor € 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de euros) de principal, entre o Governo do Estado do Piauí e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, cujos recursos destinam-se para o financiamento do Projeto Piauí Verde e Sustentável.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta

Eu concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para ler os seus relatórios sobre os itens 4 e 5.

Com a palavra, V. Exa.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, é a Mensagem nº 23, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado do Piauí e a Agência Francesa de Desenvolvimento, no valor de 39 milhões de euros de principal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Piauí Verde e Sustentável. Como contrapartida, o Estado do Piauí vai aportar o valor estimado de 9,750 milhões de euros.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu parecer favorável ao pleito e à concessão de garantia da União.

No parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Estado do Piauí no que diz respeito ao cumprimento das condições e exigências de natureza financeira e processual, bem como daquelas relativas às disposições que estabelecem os limites e as condições para que a União possa conceder garantias em operações de crédito.

Destaca-se que a contratação da operação de crédito foi deferida pelo supracitado parecer, que considerou terem sido atendidos os requisitos mínimos, assim como as demais condições estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A operação está inserida no atual Plano Plurianual do ente, e constam na LOA de 2026 dotações necessárias e suficientes à execução do financiamento quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida.

A Secretaria do Tesouro Nacional verificou que há previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Estado do Piauí.

É possível atender a esse pleito de garantia, pois são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas pelo Piauí à União, caso esta venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação.

A operação atende aos requisitos de limite, e foi realizada a avaliação da capacidade de pagamento do Estado do Piauí, que recebeu a classificação final “B+”, demonstrando que a operação de crédito é elegível para a concessão de garantia da União.

A verificação da adimplência financeira em face da administração pública federal e suas entidades controladas, bem como da regularidade em relação ao pagamento de precatórios, deverá estar comprovada por ocasião da análise jurídica, para fins de assinatura do contrato.

Tendo em vista o disposto em portaria normativa do Ministério da Fazenda, ficam dispensadas de análise de custo efetivo máximo aceitável as operações garantidas pela União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cujos credores sejam organismos multilaterais ou agências governamentais estrangeiras, o que se aplica à Agência Francesa de Desenvolvimento no presente caso.

Em especial, foi observado normativo que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Piauí encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito, nos termos do projeto de resolução já publicizado no relatório.

É o relatório e o voto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou também, Senador Hamilton Mourão, anunciar a Mensagem 24.

**ITEM 5**

**MENSAGEM (SF) Nº 24, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de JPY 58.000.000.000,00 (cinquenta e oito bilhões de ienes japoneses), entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento da reestruturação de dívida do estado com a denominação "Piauí Sustentável e Desenvolvido (Piauí Futuro).*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Eduardo Braga

**Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, V. Exa., para a leitura do relatório.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Indo direto à análise, Presidente, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o parecer favorável ao pleito e considerou que foram atendidos os requisitos mínimos, principalmente em relação aos limites de endividamento do Estado do Piauí, assim como outras considerações, condições estabelecidas na LRF. Essa operação está inserida no Plano Plurianual do Piauí, está na Lei Orçamentária Anual do presente ano e existem lá as dotações necessárias e suficientes para a execução do financiamento quanto ao ingresso de recursos e ao pagamento dos encargos da operação.

A Secretaria do Tesouro Nacional também verificou que há a previsão de contragarantias por parte do Estado do Piauí e elas foram consideradas suficientes e adequadas. Há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, já que o saldo das garantias concedidas pela União encontra-se em 23,3% da RCL, portanto abaixo do limite de 60%. A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ou cadastro único de convênio. A operação de crédito é excepcionalizada da análise de capacidade de pagamento, pois é destinada à reestruturação de dívidas já garantidas pela União.

Tendo em vista o disposto em portaria normativa do Ministério da Fazenda, ficam dispensadas da análise de custo efetivo máximo aceitável as operações garantidas pela União, cujos credores sejam organismos multilaterais ou agências governamentais estrangeiras, como é o presente caso. Em especial, foi observado o normativo que veda disposição contratual de natureza política que seja atentatória, seja à soberania nacional, à ordem pública ou que seja contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como implica em compensação automática de débitos e créditos. Assim, Presidente, o voto é... O pleito encaminhado pelo Estado do Piauí encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções 40 e 43, de 2001, e 48 de 2007, todas do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do Projeto de Resolução já publicizado no relatório.

É o relatório e o voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Submeto à votação também requerimento sugerido pelo Senador Hamilton Mourão, de urgência, para que essa matéria seja apreciada imediatamente.

As Senadoras e os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência do Senador Hamilton Mourão.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, informo que apresentei, na última semana aqui no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 2.502, de 2026, que visa a assegurar a cobertura pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) dos depósitos pertencentes aos regimes próprios de previdência social e às entidades de previdência complementar dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, especificamente, aqueles ligados a negócios com o Banco Master.

A proposta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nasce de uma situação concreta, que verdadeiramente expôs a vulnerabilidade de recursos públicos destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões nos estados e municípios, o que corresponde a R$15 bilhões. Eu disse aqui, na presença do Presidente do Banco Central, que o rombo do Banco Master é muito maior do que R$200 bilhões, porque nós já conhecemos 60 do FGC, 30 de depósitos judiciais de três tribunais, inclusive o Tribunal de Alagoas, que tem quase R$3 bilhões no BRB de depósitos judiciais, e também têm depósitos judiciais no BRB os tribunais de justiça da Paraíba e do Estado do Maranhão, além daquele que eu tenho a honra de representar aqui, o meu querido Estado de Alagoas. A proposta nasce, como disse, de uma situação concreta para acabar com a vulnerabilidade desses recursos que são aportados em agências bancárias alavancadas, chegando a pagar, como era o caso dessas aplicações, 140% do CDI.

Tais recursos são essenciais à subsistência de milhões de brasileiros, que não podem ficar sujeitos a esses riscos decorrentes de falhas, de má-fé ou de roubo, como parece que é o caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Prefeitura de Maceió, que é o mais grave, porque foram, inicialmente, R$117 milhões, o que significa que é maior na prática, porque é proporcional ao orçamento de uma prefeitura de uma capital. Maceió foi a única capital que aportou R$117 milhões no Banco Master. E tem uma característica, essa roubalheira, muito própria: que não houve decisão do conselho de administração.

As assinaturas foram fraudadas, o que significa uma responsabilidade direta do ex-Prefeito do município. Por que a responsabilidade do Prefeito? Porque sequer o conselho de administração se reuniu para decidir pelo aporte. As assinaturas foram falsificadas por decisão do Prefeito, e a consultoria foi a mesma que participou das aplicações, dos aportes do Rio de Janeiro e, na última semana, do Município de Cajamar, em São Paulo. Essa consultoria chegou a Maceió, passou apenas dois dias e, dois dias depois, fez essa aplicação de R$117 milhões.

Nós recebemos do Ministério da Previdência todos os documentos, documentos das operações que já se encerraram. Nós não recebemos ainda os documentos das investigações que precisam ser feitas, iniciadas ou concluídas.

O meu projeto parte de um princípio claro: não é justo que o segurado beneficiário do regime previdenciário arque com prejuízos decorrentes de eventuais irregularidades, ou má gestão, ou roubalheira mesmo por parte de instituições financeiras, como foi o caso do Master – como foi o caso do Master! Para que todos tenham uma ideia, a aplicação, o aporte da Prefeitura de Maceió, do Iprev da Prefeitura de Maceió significa 10% de todos os recursos do Iprev, que foram roubados pelo Banco Master com a participação de setores da própria prefeitura. O Secretário da Previdência – que participou diretamente, e foi através dele que se forjaram as assinaturas do conselho – já vinha do Rio de Janeiro, de fraudes no Rio de Janeiro; foi indicado em Maceió, fez as mesmas fraudes que tinha praticado no Rio de Janeiro, quer dizer... E os aposentados e pensionistas estão apavorados, porque até agora... Hoje mesmo, teve novamente uma operação no Rio de Janeiro, e até agora não se sabe do aprofundamento da investigação no Iprev em Maceió.

A Polícia Federal anunciou que tinha pedido a investigação ao Ministro André Mendonça. Eu queria, de público, dizer ao Ministro André Mendonça – que foi muito gentil, quando nós estivemos lá, conversou, colocou-se à disposição – que é muito importante investigar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

roubalheira de Maceió e responsabilizar essas pessoas que participaram disso. Para nós que andamos lá, estamos andando e conversando com as pessoas, é incrível o grau de preocupação dos servidores da Prefeitura de Maceió, dos aposentados, dos pensionistas e dos que vão aposentar-se e serão os pensionistas do futuro. É por isso que eu apresentei esse projeto. O Presidente do Banco Central ficou contra, mas por que eu apresentei esse projeto? Porque a Previc e o Banco Central não podem permitir que se repita essa roubalheira com os fundos previdenciários.

Então, tem que ter uma fiscalização especial. Eu estou fazendo isso para garantir a confiança no sistema financeiro, porque quem deve fiscalizar, para impedir que essa roubalheira aconteça, são exatamente a Previc e o Banco Central.

Aliás, sobre isso, nós tivemos aqui uma sabatina que a imprensa avaliou como "temperatura alta". Ela não teve temperatura alta. Eu estava unicamente no cumprimento do meu papel. O Presidente do Banco Central mentiu pelo menos três vezes nesta Comissão, no seu depoimento, e eu postei no meu Instagram.

Eu peço até à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, repita aquela pergunta que nós fizemos sobre um pedido, Senador Mourão, que o Banco Central fez ao FGC, e o FGC não reclamou, como está reclamando aqui com esse projeto que eu apresentei. Fez um pedido para o FGC emprestar R$11 bilhões ao Master. O que é que custava o Presidente do Banco Central dizer que tem, sim, esse ofício, esse pedido e que o FGC chegou a emprestar ao Master, pelo pedido do Banco Central, R$4,7 bilhões?

Ora, pessoal, esse esquema envolvia quatro bancos – quatro bancos. Eram o Master, a Caixa Econômica Federal, que tentou comprar o BRB em várias oportunidades, o BRB e o Banco Central. Nós já temos três diretores afastados, criminalizados, porque faziam advocacia administrativa do Banco Master no Banco Central. Tem três, três já.

Na medida em que o Presidente do Banco, quem devia primar pela defesa da confiança no sistema financeiro, ele próprio vem a uma Comissão do Senado e mente – mente! –, quer dizer, isso é uma coisa muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço para colocar aí o exato momento da primeira mentira. As outras eu vou apresentar a cada terça-feira em que nós nos reunirmos aqui.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está aqui o ofício do Banco Central, que caracteriza a mentira do Presidente Gabriel Galípolo.

Ele mentiu também sobre seguro e mentiu sobre outras coisas mais, que eu apresentarei ao longo das próximas reuniões.

Eu não tenho absolutamente nada de pessoal contra o Galípolo, nada de pessoal, eu até tenho uma certa admiração por ele. Eu só não entendo o porquê de ele vir mentir ao Senado. É uma coisa de que não se tem necessidade nenhuma, nenhuma, nenhuma. Nós estivemos lá no Banco Central, nos colocamos à disposição para o que fosse necessário. Ele tentou falar várias vezes aqui que foi ele que fez a liquidação. Eu dou todos os méritos pela liquidação e não tenho nenhum respeito pela demora da liquidação. A demora não tem explicação, sobretudo quando a gente começa a saber que ele próprio, como Presidente do Banco Central, pediu dinheiro ao FGC para sanar a crise do Banco Master. É inacreditável que, em plena democracia, no século XXI, nós tenhamos que nos deparar com depoimentos como esse depoimento do Presidente do Banco Central.

Então, Srs. Senadores, trata-se, portanto, de uma medida de proteção social, de preservação da confiança no Sistema Financeiro e de respeito ao patrimônio previdenciário dos entes federativos. Portanto, é o Sistema Financeiro que não deve permitir o aporte de dinheiro de aposentados e pensionistas em bancos alavancados como era o Banco Master.

A outra...

Eu queria também informar a esta Comissão, que, após requerimentos aprovados aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, nós recebemos, na última sexta-feira, documentos relacionados às auditorias realizadas pelo Ministério da Previdência Social nos fundos de previdência dos estados e municípios, inclusive com dados referentes às aplicações desses fundos de previdência em letras financeiras do Banco Master – R$15 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu determino à Secretaria desta Comissão dar imediata publicidade aos documentos recebidos do Ministério da Previdência Social – eu considero que o maior detergente é a luz do dia –, sem prejuízo de deliberação futura aqui na CAE de novos requerimentos àquela pasta na hipótese de questões relevantes a serem esclarecidas. Foram mandados documentos de investigações, repito, que chegaram ao final. E documentos das investigações em curso, que ainda vão começar, não foram mandados e, mais adiante, no avançar do calendário, porque eu acho que essa crise está apenas começando, nós vamos pedir novas informações.

Eu queria também trazer uma informação adicional, está aqui o Deputado Alceu, o Deputado Heitor Schuch e o Deputado Pedro Westphalen. Eu queria falar também do Presidente da Farsul, Domingos Velho, da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul; do Eugênio Zanetti, que é Presidente da Fetag, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul; do Antônio da Luz, que é economista da Farsul; do Deputado já citado; da Graziele de Camargo, que é Coordenadora do movimento SOS Agro, da Aper, que é a Associação de Produtores e Empresários Rurais; do Roberto Fagundes, da Federação dos Arrozeiros; e do Henrique Dornelles, que é Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz.

Há pouco nós falamos novamente com o Ministro Dario Durigan, que, mais uma vez, faz um apelo no sentido de equacionar os pontos cujo acordo ainda não aconteceu na discussão da proposta do Governo. Nós ficamos de ter uma outra reunião. O Governo pretende editar uma medida provisória, e nós temos defendido que o acordo seja transformado no próprio Projeto 5.122. É que, se houver um acordo sobre todos os pontos, esse acordo se faça no projeto que será aprovado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos com o compromisso da sua aprovação igual no Plenário do Senado Federal e da própria Câmara Federal.

Nós temos algumas alternativas para a hipótese de não haver o acordo. Nós vamos votar hoje o projeto. Nós já passamos três semanas conversando, vamos conversar hoje outras vezes, mas isso não acontecerá em detrimento da não votação do projeto.

Nós aceitamos uma regra de enquadramento, não é, Senadora Tereza? Nós vamos colocar no projeto. O Ministro está demonstrando muita boa vontade. A área técnica coloca mais dificuldades, mas o Ministro Dario Durigan tem tentado contornar tudo isso. O projeto é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizativo. Eu acolhi uma emenda da Senadora Tereza Cristina que eleva o fundo garantidor de investimento, o que é uma revolução do ponto de vista das dívidas agrícolas, porque esse fundo, daqui por diante, seria o responsável pela renegociação dessas dívidas sem impacto fiscal no primário, o que significa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, exatamente, orçamentário da mesma forma.

Então, eu vou conceder a palavra à Senadora Tereza para que ela traga aqui algumas informações, para que nós acertemos essa outra conversa e deixemos já marcada uma hora. Nós vamos suspender esta reunião apenas e deixaremos esta reunião para ser continuada logo após a conversa no Ministério da Fazenda.

Com a palavra a Senadora Tereza Cristina.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Bom dia a todos.

Domingo eu fui à missa e era a Missa de Pentecostes, que celebra o Espírito Santo, que ilumina, que dá sabedoria, paciência, resiliência. E eu vim com muita paciência essa semana para Brasília. Eu acho que falamos aí no final de semana todo... (*Risos.*)

Está voando algo por aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não é nada, não é nada.

Então, o Ministro e os técnicos se reuniram na sexta-feira; no sábado se falaram. Eu quero agradecer muito também a toda a assessoria do Ministro Renan, aos meus assessores, ao pessoal da Farsul, ao Antônio, ao Nelsinho, enfim, a todos que estão envolvidos nessas tratativas. Não adianta a gente votar um projeto porque nós queremos votar e depois ele ser vetado, depois ele não ser levado à consequência daquilo que nós queremos. Então, o Ministro, desde o início, se mostrou – ele, pessoalmente – interessado em dar continuidade ao fundo garantidor, ele entendeu que isso é uma mudança, é uma revolução para a agricultura brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo não tendo dinheiro hoje, ele fica autorizado; se, amanhã, ele puser... Nós pedimos vinte, mas ele pode pôr cinco, pode pôr dez, enfim, e nós vamos atrás.

Eu estava vendo aqui agora os japoneses aí reestruturando, comprando dívida do Piauí. De repente é um caminho procurar os japoneses para nos ajudar nesse fundo, que é público e privado.

Enfim, nós já chegamos a um bom termo, que foi no enquadramento das dívidas, porque ele estava realmente muito aberto e o Governo... A gente tem que entender o outro lado também. Então, o enquadramento, nós conversamos aí com os técnicos, coloca duas perdas de, no mínimo, duas safras, e a gente sabe que no Rio Grande do Sul, principalmente, são quatro, cinco safras já perdidas por n motivos climáticos, enfim, de geopolítica, geoeconomia. Tem perda aí para tudo e também no resto do Brasil.

Então, eu acho que o Ministro mostrou e nós devemos sentar agora... Eu concordo com o Senador Renan, vamos nos sentar. Já estão trabalhando ali alguns pontos que nós já avançamos dentro do que não tínhamos avançado na semana passada; tem ainda alguns pontos que precisamos discutir e caminhar para a frente. Nós colocamos um período também que o Ministro está estudando, que as dívidas seriam de 2019 a 2025, e isso pega muita gente que a gente gostaria que estivesse enquadrada, porque nós sabemos que a situação é gravíssima.

Enfim, eu acho que nós caminhamos, demos passos adiante. Agora vamos continuar, e, como disse o Senador Renan, nós temos várias alternativas. Nós podemos aprovar o 5.122 com o enquadramento. Este foi um compromisso que nós fizemos com o Ministro: de colocar o enquadramento no 5.122. Agora, também pode ter, além do 5.122, uma medida provisória em que o Governo coloque alguns pontos que ele gostaria de colocar. Então, nós temos dois caminhos a seguir e nós vamos continuar aqui.

O Senador Renan, gentilmente, está aí deixando para depois do almoço, depois da fala com o Ministro, da conversa com o Ministro. Nós vamos votar hoje e aí vamos continuar andando, porque a coisa ainda vai... Precisa voltar para a Câmara ou não. Então, isso tudo vai ser avaliado e está sendo discutido agora entre os técnicos, a minha equipe e as equipes do Senador, do Alceu Moreira, do Pedro, enfim, as equipes do Jaime, do Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos estamos participando para que tenhamos um final que, se não for o ótimo, seja o bom. Então, é para isso que nós estamos todos aqui trabalhando.

Muito obrigada.

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ele vai passar no Supremo e aí ficou de combinar em seguida.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente, só para a Senadora Tereza, os Senadores e os Deputados...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador Jaques Wagner, que é Líder do Governo no Senado Federal.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Não, é porque ontem eu estive, na Presidência da República, com o Ministro Dario e, só para confirmar o relato, todos acharam que a reunião da semana passada foi muito positiva, no sentido de que avançou, houve a contraproposta apresentada pela Senadora Tereza e pelo Senador Renan, se eu não entendi errado, e volta-se a uma mesa de negociação hoje para votar. Ninguém está querendo procrastinar, a vontade do Ministro Dario é objetiva, foi demonstrada na reunião que teve. Ele é muito direto – comentamos isso ontem com o Presidente da República. Então, espero que hoje, como disse a Senadora Tereza, se não chegarmos ao ótimo, que cheguemos ao bom e possamos votar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito bom, Wagner. (*Pausa.*)

O Senador Esperidião Amin pede-nos a palavra pela ordem.

Com a palavra V. Exa., Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, serei muito breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentá-lo e cumprimentar a Senadora Tereza Cristina, que nos traz aí, depois de Pentecostes no domingo, alguma luz a mais, alguma luz adicional para essa questão do PL 5.122, se tudo correr bem com o acordo.

Eu cumprimento V. Exa. também pela sua aplicação na questão do curso das ações que esse nosso grupo de trabalho, muito bem criado na Comissão de Assuntos Econômicos, tem desenvolvido, esse nosso grupo de trabalho que acompanha as aflições prolongadas... Eu concordo com o que V. Exa. falou: estão demorando muito as apurações. A sociedade brasileira tem pressa, e a indignação deveria nos dar a todos pressa e verdade.

Eu ocupo aqui o nosso espaço para requerer que V. Exa. coloque em votação o item 7, que é de minha autoria, que diz respeito ao Projeto Defesa Circular, à economia circular do plástico, em que eu solicito, primeiro, que o local da reunião já autorizada por V. Exa. seja São Ludgero, Santa Catarina, e em que alinho os convidados para essa audiência pública, que seriam os que estão listados aqui no requerimento. Então, o que eu lhe peço é que coloque em votação o Requerimento nº 68, que é o item 7 da pauta.

Fico muito grato e conto com a apreciação e a votação do item 7.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos.

**ITEM 7**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 68, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da agenda legislativa e normas regulamentares que envolvem a indústria do plástico no Brasil, inclusive no âmbito desta Comissão, por meio dos PLs nºs: 2524, de 2022; 258, de 2024 e; PL nº 5154, de 2019, além do Decreto nº 12.644, de 2025, que elimina descartáveis e multicamadas,do Ministério do Meio Ambiente.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Já concedemos a palavra ao Senador Esperidião Amin e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, como diligência, a Secretaria tomará todas as providências necessárias. (*Pausa.*)

O item 2 da pauta... (*Pausa.*)

Item 2 da pauta.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 5451, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para permitir o financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos com recursos desses Fundos.*

**Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

**Relatoria:** Senador Alessandro Vieira

**Relatório:** Favorável ao projeto e pelo acolhimento das Emendas nº1 a 4 - CCT, nos termos das seis emendas de sua autoria.

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela CCT, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1, 2, 3 e 4-CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*2. A matéria será apreciada pela CDR, em decisão terminativa.*

Eu tenho a honra e a satisfação de designar o Senador Jaime Bagattoli para funcionar como Relator *ad hoc* nesta matéria.

Concedo a palavra a V. Exa.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou direto para a análise, com vossa permissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pois não.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Segundo o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

O Projeto de Lei nº 5.451, de 2019, representa um avanço importante na racionalização dos instrumentos de política regional. Ao permitir que os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste destinem parcela de seus recursos às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), a proposta amplia a eficiência alocativa dos fundos públicos e estimula ganhos de produtividade de longo prazo nas economias regionais. Trata-se de uma medida que incorpora a dimensão tecnológica como variável essencial da competitividade, aproximando os mecanismos de crédito regional de uma lógica mais voltada à formação de capital humano e tecnológico.

O texto corrige uma lacuna da Lei nº 7.827, de 1989, que até então concentrava esforços na expansão quantitativa de investimentos, sem assegurar a base científica e tecnológica necessária para elevar a produtividade regional. A inclusão de atividades de PD&I como objeto explícito de financiamento contribui para diversificar a base produtiva das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, reduzir dependência de setores de baixo valor agregado e favorecer a transição para modelos de crescimento sustentados por conhecimento. Nesse sentido, o projeto introduz uma racionalidade econômica moderna aos fundos constitucionais, aproximando-os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das estratégias de fomento adotadas em economias emergentes que vêm ganhando destaque internacionalmente.

Sob a perspectiva econômica, o PL contribui para alinhar a política regional a uma estratégia de desenvolvimento baseada em produtividade e inovação, com maior retorno social do investimento público. Ao integrar instrumentos de crédito, ciência e tecnologia, os fundos constitucionais passam a atuar não apenas como agentes de financiamento, mas também como indutores de eficiência e modernização estrutural. Em última instância, o PL, bem como as emendas apresentadas na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, as quais tornam a redação mais concisa e objetiva, reforçam a ideia de que a redução das disparidades regionais depende tanto da expansão do investimento quanto da capacidade de transformá-lo em ganhos sustentáveis de produtividade e competitividade.

Na expectativa de contribuir com a proposição, apresentamos sugestões que modernizam a atuação dos fundos constitucionais no financiamento de atividades de PD&I. Elas autorizam arranjos cooperativos no modelo “tríplice hélice”, isto é, mediante instrumentos de cooperação entre agente financeiro, instituições de ciência e tecnologia e iniciativa privada; fortalecem a integração entre setor público, academia e empresas; reconhecem o papel das fundações de apoio como gestoras; e harmonizam a execução dos recursos com o marco legal de ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Também elevam os percentuais mínimos a serem destinados para PD&I e incorporam modalidades atuais de fomento, como subvenções e aportes de capital, tornando os instrumentos mais compatíveis com a natureza dos projetos inovadores.

Com essas propostas, buscamos reduzir ambiguidades, ampliar a segurança jurídica e criar mecanismos adequados à complexidade da inovação.

A definição de regras claras para governança, responsabilidade, prestação de contas e propriedade intelectual fortalece a confiança entre os atores envolvidos e torna os projetos mais atrativos ao setor produtivo. Assim, aumentamos a efetividade do investimento público, incentivamos a geração de conhecimento aplicado e reforçamos o papel dos fundos constitucionais como motores do desenvolvimento regional sustentável e tecnologicamente competitivo.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.451, de 2019, com o acolhimento das Emendas nºs 1 a 4-CCT na forma das seguintes emendas que já constam do sistema.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a matéria, com os cumprimentos ao nosso querido Senador Jaime Bagattoli.

O próximo item...

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Senador Renan, pela ordem. Eu gostaria de pedir a inversão de pauta do PL 5.519, de 2025, do Senador Eduardo Braga, que eu serei a...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Certo.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Aliás, é da Senadora Jussara Lima, com a relatoria do Senador Eduardo Braga, porque eu serei a Relatora *ad hoc*.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está ótimo.

Item 6 da pauta.

**ITEM 6**

**PROJETO DE LEI Nº 5519, DE 2025**

**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para estabelecer que o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários deverá apresentar semestralmente no Senado Federal, em arguição pública, relatório indicando os pontos fundamentais da evolução do mercado de valores mobiliários e os fatos mais relevantes da atuação da autarquia no cumprimento de seu mandato.*

**Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

**Relatoria:** Senadora Tereza Cristina

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

Esse projeto tem como Relator o Senador Eduardo Braga.

Eu tenho a satisfação de designar a Senadora Tereza Cristina como Relatora *ad hoc* dessa matéria. Portanto, concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Renan. Eu vou pedir para ir diretamente para a análise, já que está publicizado o relatório do Senador Eduardo Braga.

Então, a análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE manifestar-se sobre aspecto econômico e financeiro.

A matéria atende aos requisitos regimentais, constitucionais, jurídicos, de técnica legislativa e de adequação orçamentária e financeira.

A medida não compromete a autonomia técnica e decisória da CVM, preservando o modelo de entidades administrativas independentes, ao mesmo tempo em que reforça a legitimidade institucional por meio do controle democrático exercido pelo Poder Legislativo.

No que diz respeito à adequação orçamentário-financeira, observa-se que a proposição contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão na receita ou na despesa da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mercado de valores mobiliários ocupa posição estratégica no financiamento da atividade econômica, na formação da poupança nacional e na proteção dos investidores. Trata-se de ambiente no qual recursos privados são direcionados a atividades produtivas, permitindo que empresas captem recursos por meio de emissões de ações, debêntures e outros valores mobiliários, com impactos diretos sobre investimento, inovação e geração de empregos.

Nesse contexto, a atuação da CVM assume papel central, uma vez que lhe compete disciplinar, fiscalizar e desenvolver o mercado de capitais, assegurando seu funcionamento regular e a proteção dos investidores. A adequada supervisão desse mercado contribui para reduzir assimetrias de informação, coibir práticas ilícitas e fortalecer a confiança dos agentes econômicos.

Adicionalmente, o ordenamento jurídico já contempla experiências semelhantes. A Lei Complementar nº 179, de 2021, prevê que o Presidente do Banco Central do Brasil apresente, no Senado Federal, em arguição pública, relatórios semestrais de inflação e de estabilidade financeira, explicando as decisões adotadas no semestre anterior.

A título ilustrativo, essa exigência contribuiu para elevar o grau de transparência da política monetária e do sistema financeiro, permitindo maior compreensão pública das decisões adotadas e de seus fundamentos. A extensão de lógica semelhante à CVM revela-se coerente, considerando a crescente relevância do mercado de capitais na economia brasileira.

Do mesmo modo, a Lei 13.848, de 2019, determina que as agências reguladoras encaminhem relatório anual circunstanciado de suas atividades, no qual destacará o cumprimento da política do setor e o cumprimento do plano estratégico vigente e do plano de gestão anual.

Entendemos haver alguns aperfeiçoamentos possíveis, contemplados no substitutivo ora proposto, no sentido de melhor delimitar o escopo do relatório a ser apresentado pela CVM.

Voto.

Em face do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, não implicação orçamentário-financeira e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 5.519, de 2025, na forma do substitutivo já publicizado no envio do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto e o parecer do Relator, Senador Eduardo Braga, meu Presidente Renan Calheiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação. (*Pausa.*)

Esta votação será nominal.

Eu peço, portanto, aos Senadores e às Senadoras que estão em outras dependências da Casa, mas que registraram presença para iniciarmos a reunião que, por favor, votem por seus aplicativos.

A matéria é uma matéria importante, trata do aprimoramento da CVM, proposta pelo Senador Eduardo Braga, e seria fundamental a participação de todos.

O painel já está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quem votar com o relatório da Senadora Tereza Cristina vota "sim". Quem votar com a Senadora Tereza Cristina vota "sim".

A votação já está aberta.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, a gente podia ir adiantando umas coisinhas aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Podemos.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Primeiro, me permita falar do voto que a Tereza acabou de ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor lembra, Presidente, quando o Presidente interino veio falar aqui na crise do Master?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Lembro. Lembro, sim.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu perguntei a ele: tudo isso que vocês estavam desconfiados vocês comunicaram à CAE? Ele disse: "Não, nunca comunicamos à CAE". Aí ele ainda disse o seguinte, Tereza: "Não me lembro, nesses anos todos de CVM, de que nós tivéssemos comunicado alguma situação semelhante à CAE". Somos o órgão fiscalizador, esta Comissão é órgão fiscalizador, e a CVM não compartilhava informações com a gente. Eu tenho certeza de que, se nós tivéssemos, como CAE, nessa questão do Banco Master, sido acionados institucionalmente, nós teríamos feito alguma coisa. E ele disse: "Eu não me lembro de nunca ter feito isso".

Então, agora, esse projeto de lei vem impor essa obrigatoriedade de a CVM informar ao Parlamento, a esta Comissão os movimentos no mercado financeiro. Nós não temos bola de cristal, o Parlamento tem que ser acionado também. Então, eu fico muito feliz com a aprovação desse projeto.

O segundo item que eu trago aqui, Presidente: eu pedi ao senhor que enviasse aos membros do grupo de trabalho da Comissão.... que todos encaminhassem para o senhor as perguntas que querem fazer ao Dr. Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público do TCU, porque, como ele não consegue vir em audiência...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... nós estivemos com ele. Ele já nos deu algumas respostas, mas ficou à disposição de nos responder por escrito. Então, eu já tenho em torno de 20 perguntas que eu elaborei. Assim que todas as perguntas chegarem, nós vamos encaminhá-las. Eu acho que o Dr. Lucas tem muito a dizer a esta Comissão. Então, assim que possível, Presidente, despachar esse ofício, para que os membros do grupo de trabalho nos enviem as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro, Presidente, ainda falando sobre o material que chegou: como é uma semana de Pentecostes – eu também orei muito – e a minha assessoria quer que eu me contenha, então eu vou ler aqui, para não falar o que está no coração, de forma exagerada. Os documentos a que o Presidente nos deu acesso, Tereza, e que está tornando públicos hoje chegaram ontem, e ontem eu já pude folhear, e é muito sério o que tem aí.

Primeiro, Presidente, só queria chamar a atenção para que a Conjur do ministério alega que o art. 50 da Constituição não afasta o sigilo fiscal, que a CAE não possui poderes equivalentes à CPI, que o requerimento não teria sido formalizado pela Mesa do Senado. Eu entendo que a Conjur do ministério quis preservar o Ministro na hora do envio deste material, mas, para que essas dúvidas não aconteçam mais, Presidente Renan, talvez uma ligação para o Ministro da Previdência dizendo que nós não queremos aqui fazer politicagem com esses documentos... Nós vamos precisar de mais documentos lá da Previdência.

E, numa rápida lida que eu tive ontem, Presidente, eu quero só dizer para quem está nos assistindo que esses documentos falam do dinheiro da aposentadoria de servidores públicos estaduais e municipais, recursos que deveriam estar protegidos pelos mais altos padrões de prudência e segurança. O que os documentos que já chegaram aqui revelam é que o próprio Governo Federal identificou uma movimentação considerada atípica e arriscada no mercado financeiro, com forte crescimento das aplicações do dinheiro da previdência em letras financeiras de banco de maior risco. E aí, Presidente, vem o seu medo. Os fundos de previdência investiram em letras financeiras que não têm garantias. Então, por que isso? Por que os fundos fizeram isso? E, numa rápida leitura aí, Presidente, dos documentos que já chegaram, ontem eu identifiquei em torno de R$6 bilhões. É muito dinheiro. Os próprios documentos da Previdência estão nos dizendo isso.

Agora, há uma informação nesses documentos de que tanto o Ministro da Previdência como o responsável pelo regime não leram essa auditoria, Presidente. É uma nota contraditória: ora fala que eles leram, ora fala que eles não leram.

Por conta disso, eu vou apresentar algumas sugestões, requerimentos de informações – tá, Presidente? Eu já listei, só com base nos documentos que estão aí, algumas providências que o grupo de trabalho vai ter que fazer, mas eu acho que a gente vai precisar ter uma oitiva do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro da Previdência, Presidente, aqui; de novo, vamos ter que questionar o Bacen sobre coisas que eu estou vendo aqui, CVM novamente, Polícia Federal... Acho que vamos ter que também ouvir aqui na CAE a Previc.

E, hoje, Presidente, nós somos surpreendidos... Eu li ali R$6 bilhões. A operação policial que está acontecendo no Rio está indicando que o Governador de lá fez uso de R$3 bilhões. Então, essa auditoria aqui já pode estar defasada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Já está com certeza.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, nós vamos ter que nos debruçar...

E acho também que, daqui a pouco, Presidente Renan, o senhor vai ter que ter uma conversa com o Presidente Davi Alcolumbre: nós podemos, sim, pedir quebra de sigilo com requerimento aprovado lá em Plenário. Assim que possível, a gente deveria conversar com Alcolumbre: "Alcolumbre, num caso ou outro, por favor, nos permita quebrar o sigilo aqui em Plenário, especialmente os que dizem respeito aos fundos de previdência". Nós temos aí um medo muito grande que está posto: servidores não terão aposentadoria em alguns municípios, Tereza, em alguns estados. Isso é gravíssimo. E eles investiram em letras financeiras que não têm garantia nenhuma.

Então, Presidente, eu já estive ontem com a minha assessoria, são muitas páginas, 600. Agradecemos ao Ministro da Previdência por ter enviado, mas a Conjur de lá... Entenda, não é politicagem. A gente quer ter mesmo acesso aos documentos para encaminhamento.

O nosso grupo de trabalho, Tereza, está produzindo... Até falei para o Senador Renan: a nossa reunião, semana passada, com o Presidente do Banco Central fez papel de cinco CPIs juntas. Foram incríveis as respostas, tanto que a gente encontrou contradições nas respostas dele, o que vai requerer da gente investigações em contradições. O Presidente, hoje, mostrou uma, mas tem mais três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está aqui, Presidente. O grupo de trabalho está caminhando e nós vamos ter que tomar algumas providências com essas páginas que chegaram ontem e mais documentos que estão chegando à CAE.

Essa é a minha fala.

E parabéns pelo seu voto, Tereza.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadores e Senadoras já podem votar.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Enquanto a gente espera a votação, quero dizer da importância desse projeto que nós estamos aqui votando agora.

Nós temos tido aí várias tratativas, sabatinamos aqui dois diretores da CVM, que estava, há muito tempo, sem diretor. Temos ainda a votação no Plenário de um, o outro já foi aprovado. Mas a CVM é importantíssima hoje – o papel da CVM sobre os fundos –, porque quem investiga os fundos, quem tem que fazer a fiscalização é a CVM. Então, agora, a CVM teve um voto no Supremo, teve aqui toda uma conversa e uma votação para colocar os seus diretores, mas nós precisamos... Esta Casa é que tem que pedir a fiscalização. Então, eu acho que, agora, com esse projeto, não há dúvida de que a CVM precisa realmente informar o Senado Federal através da CAE, porque é esta Comissão que pode fazer, durante todo o ano, esse acompanhamento.

Então, quero parabenizar aqui, mais uma vez, a autora, a Senadora Jussara Lima, e o Senador Eduardo Braga pelo substitutivo, para que possamos avançar na fiscalização, para que a gente não tenha, de novo, o acontecimento de mais um Master ou outros "masteres" aí pelo Brasil, que tanto causam espécie à população e aos brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaime Bagattoli, com a palavra V. Exa.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Senadora Tereza Cristina, se nós tivéssemos uma CVM fiscalizando, nós não tínhamos chegado a essa situação a que o Banco Master chegou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós vemos esses institutos de previdência dos municípios, dos estados e da própria União investindo em letras sem segurança, sem ter nenhuma garantia de recebimento disso... Você veja bem: aplicando o dinheiro só em CDI, nos últimos quatro anos, de 1º de janeiro de 2023 até final de 2026, nós temos um ganho – só considerando o CDI – praticamente de 75%. Nenhuma empresa... pouquíssimas empresas no Brasil tiveram esse resultado.

E aí sabe com que a gente fica mais indignado? É que hoje nós não sabemos ainda, Presidente Renan, qual é o rombo real, o tamanho desse rombo do Banco Master. Fala-se em R$200 bilhões, mas pode passar de R$200 bilhões. E aí nós estamos com o nosso Projeto 5.122, para resolver o problema do setor produtivo do Brasil, e ninguém está falando em mais de R$170 bilhões, que são as dívidas estressadas, as dívidas vencidas. E olha a dificuldade que a gente está tendo para o setor produtivo, que é o grande receio que se tem hoje, no Brasil – tomara que não, que não aconteça o pior –, se isso contaminar outras instituições financeiras. Essa é a grande preocupação; por isso, a fiscalização da CVM.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E vai contaminar, porque o Banco Central, a quem cabe o efetivo controle do sistema financeiro, por exemplo, continua a cometer os mesmos erros que cometeu no Master. O Banco Central está delongando a liquidação do BRB. A Prefeitura de Maceió, como troco, vendeu a folha de pagamento ao BRB. E o Tribunal de Justiça do estado aportou mais de R$2 bilhões no BRB de depósitos judiciais, de contendas judiciais, de disputas judiciais, que uma parte é obrigada a depositar. Foi exatamente na época em que eu era Presidente que nós autorizamos a gestão desses recursos, porque havia uma necessidade, e eles estavam empacados...

E hoje nós estamos vendo isto, Jaime: o rombo do Master já passa de R$200 bilhões. Deixe-me mostrar aqui só números que a imprensa tem divulgado: R$60 bilhões do FGC; R$5,7 bilhões, que o Presidente do Banco Central estava ocultando, que pediu também ao FGC para o Banco Master; R$15 bilhões dos fundos de previdência; R$30 bilhões de depósitos judiciais de três tribunais – Tribunal de Justiça de Alagoas, da Paraíba e do Maranhão –; R$60 bilhões no mercado de carbono que o Hugo Motta criou e depois obrigou... a partir de uma fraude feita em um município da Amazônia com terra pública. O Master colocou em papéis no mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$600 bilhões e passou a controlar esse mercado. E a emenda do Hugo Motta e do Arthur Lira obrigou que seguradoras e fundos de pensão investissem 1%, obrigatoriamente, das reservas nesse mercado de carbono. E depois tirou, em nome de um irmão e de uma cunhada, R$140 milhões de empréstimo.

Ontem, para surpresa minha, estava havendo problema no fornecimento de insulina para o SUS. Aí, quando eu fui ver a matéria, o Vorcaro tinha ganhado a licitação para fornecer toda a insulina do SUS. Imagina o quanto significa isso, o que isso significou.

Já são conhecidos os problemas do Mastercard e do que isso tem proporcionado no sistema de cartão de crédito.

Então, esse buraco não são os R$60 bilhões do FGC, o buraco é muito grande. É por isso que eu digo que essa investigação, infelizmente, está começando agora – está começando agora.

Nós vamos abrir a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Houve 14 SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o projeto, com os cumprimentos à Senadora Jussara, autora do projeto, ao Senador Eduardo Braga e à Senadora Tereza Cristina.

Aprovada a Emenda nº 1, da CAE, Substitutivo ao Projeto de Lei 5.519, de 2025.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa.*)

**ITEM 3**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 2022**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para destinar recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) à formação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à capacitação continuada dos servidores do sistema penitenciário nacional e dos policiais penais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Favorável ao projeto.

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela CSP, com parecer favorável ao projeto.*

Este projeto é da Câmara dos Deputados e tem como Relator o Senador Plínio Valério.

Eu tenho a honra e a satisfação de designar a Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório *ad hoc*.

Com a palavra V. Exa.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, mas me permita fazer mais uma observação...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... já que temos os dois Senadores aqui.

A nossa preocupação, que o senhor externou aí agora, é com relação aos depósitos judiciais. Imaginem uma idosa que está há anos esperando o desfecho de um inventário, o dinheirinho está depositado judicialmente e agora está aqui no BRB. A preocupação: se o BRB for para a liquidação, Presidente, essa senhorinha vai perder tudo, porque tudo que está depositado... Como é que vão ser devolvidos os depósitos judiciais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez, Presidente, se a gente pudesse antecipar a vinda do atual Presidente do BRB para que ele se sentasse aqui e explicasse – se ele não quiser falar sobre tudo, pelo menos sobre os depósitos judiciais, porque são mais brasileiros que serão prejudicados – qual é o plano que ele tem... E me parece que o BRB vai conseguir se recuperar...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Seria ótimo, seria ótimo.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... o que seria bom para essa questão dos depósitos judiciais, de alguns fundos que estão lá... Talvez, na oitiva – nós temos várias oitivas –, o atual Presidente do BRB pudesse sentar aqui e explicar qual é o plano que ele tem para que mais pessoas não sejam prejudicadas. Fica a dica aí, porque eu estou realmente muito preocupada com esses depósitos judiciais.

Presidente, eu vou direto à análise do Projeto de Lei 182, de 2022, de que eu tenho a honra de fazer a leitura *ad hoc*.

A proposição tem mérito evidente tanto para a segurança pública quanto para a gestão do sistema prisional. A formação contínua dos servidores e policiais penais é condição indispensável para assegurar eficiência e qualidade humana no trato com a população carcerária e maior proteção institucional.

Desde a criação das polícias penais pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019, ficou claro que as atividades de segurança penitenciária possuem natureza policial, o que ampliou suas responsabilidades e tornou ainda mais necessário um preparo técnico e psicológico condizente com as atribuições de Estado que desempenham.

Como bem destacou o Senador Hamilton Mourão em seu relatório na Comissão de Segurança Pública, "do ponto de vista jurídico, o projeto observa os princípios da legalidade, eficiência e razoabilidade, além de respeitar a competência da União para legislar sobre normas gerais de segurança pública e sobre o Fundo Penitenciário Nacional, previsto na Lei Complementar nº 79, de 1994".

A proposta tem impacto econômico previsível, porém contínuo, ao estabelecer a obrigatoriedade de destinação de recursos do Funpen para formação, aperfeiçoamento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacitação permanente dos servidores e policiais penais. Como o Funpen é composto por receitas vinculadas especificamente à política penitenciária, a medida não cria despesa primária nova para o Orçamento fiscal da União, mas reorganiza prioridades internas do fundo. Isso significa que os custos adicionais para capacitação deverão ser absorvidos dentro do limite de receitas já existentes, respeitando o arcabouço fiscal e evitando expansão de gastos obrigatórios.

Do ponto de vista de eficiência alocativa, a proposta tende a melhorar o uso dos recursos do Funpen ao direcioná-los para atividades de qualificação profissional, tradicionalmente subfinanciadas. Investimentos em formação reduzem custos futuros com erros operacionais, falhas de segurança, judicializações e danos ao patrimônio público. Além disso, profissionais mais bem preparados tendem a reduzir a rotatividade e o absenteísmo, o que representa economia indireta para o Estado.

No aspecto orçamentário, a previsão de que a lei orçamentária definirá o valor mínimo destinado às ações de capacitação introduz um mecanismo de previsibilidade e planejamento, reduzindo volatilidades políticas na alocação dos recursos. A possibilidade de execução por instituições públicas, com apoio de convênios e acordos de cooperação, tende a diminuir o custo médio por treinamento, aproveitando estruturas já existentes nas escolas de governo e instituições educacionais.

Assim, Presidente, em razão de não haver óbices de natureza regimental, legal ou constitucional e dada a relevância da matéria, o voto é pela aprovação integral da matéria.

Esse é o voto do Senador Plínio Valério. Eu cumprimento tanto o Plínio, como o autor da matéria, o Deputado Marcos Pereira.

Esse é o voto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão (*Fora do microfone.*) a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, cabe urgência nesse pedido para seguir reto para o Plenário? Acho que ele já...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É? Já vai para lá, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Acolho o requerimento de urgência.

Em votação o requerimento de urgência da Senadora Damares Alves.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por sugestão da Senadora Damares, eu vou substituir o convite que já foi aprovado, nesta Comissão e por mim – na verdade, sou eu que estou sugerindo a substituição –, pela convocação, porque o Presidente, o atual Presidente do banco, em contato com esta Comissão, falou que só viria depois da publicação do balanço. Ora, desde janeiro é que o BRB não publica balanço; então, nessa lógica ele não vem nunca aqui depor na Comissão.

Então, eu vou transformar o requerimento de convite em convocação.

Senadoras e Senadores que concordam com a alteração do convite já aprovado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos convocá-lo para terça-feira aqui. (*Pausa.*)

Eu queria comunicar também que ingressaremos, hoje ou amanhã, com uma ação popular contra as omissões do sistema de supervisão do sistema financeiro e dos órgãos fiscalizadores dos fundos de previdência dos estados e dos municípios nos episódios do Banco Master e suas fraudes, extensiva a uma ação popular específica que entrarei contra todas as pessoas e consultorias que participaram do aporte dos R$117 milhões do Iprev da Prefeitura Municipal de Maceió. Notadamente entrarei com ação popular contra o ex-Prefeito, contra o Diretor do Iprev, contra o atual Prefeito, contra João Caldas e contra Dalide Corrêa. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, eu suspendo a reunião, Senador Mourão, porque ficamos de continuá-la mais tarde, depois das conversas que repetiremos com o Ministro da Fazenda, Dario Durigan.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Vamos lá!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos lá!

Obrigado.

(*Suspensa às 11 horas e 44 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de maio de 2026.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião, realizada em 20/5/2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos o seguinte documento:

Ofício nº 6/2026/CVM/PTE, informando que foram adicionadas atualizações de alguns dos processos disponibilizados pela CVM anteriormente. Daqueles processos informados, cinco deles sofreram movimentações desde o pedido de vista inicial, e seus novos documentos públicos foram adicionados ao processo de vista, que pode ser acessado pelo *link* disponibilizado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu sou Relator da matéria em pauta e passo a Presidência da Comissão para a Senadora Tereza Cristina. Sentarei aqui ao seu lado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Item 1.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 5122, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Autoriza a utilização do Fundo Social (FS) de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, como fonte de recursos para a disponibilização de linha especial de financiamento que especifica.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Renan Calheiros

**Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nºs 2 e 51, com acolhimento parcial das Emenda nºs 20, 49 e 53, nos termos das cinco emendas que apresenta.

**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*1. Em 19/05/2026, foi encerrada a discussão da matéria;*

*2. Em 20/05/2026, foi concedida vista coletiva.*

Leitura e discussão. Consulto o Senador Renan Calheiros se gostaria de fazer uso da palavra.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Sra. Senadora Tereza Cristina, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nós ontem tivemos mais uma conversa com o Ministério da Fazenda, na verdade foi a quarta ou quinta conversa lá no ministério e tivemos uma primeira reunião aqui. Nós saímos ontem do ministério crentes de que esse acordo se efetivaria. Lamentavelmente, nós tivemos muitas discrepâncias no texto que recebemos como referência do Ministério da Fazenda, por isso o deixarei aqui, no momento em que relato esse importantíssimo projeto de renegociação das dívidas agrícolas.

O Projeto de Lei 5.122, de 2023, apresenta-se como medida essencial para assegurar sustentabilidade econômica do setor agropecuário brasileiro diante da recorrência de eventos climáticos adversos que impactam severamente a produção rural. Ao autorizar a utilização do fundo social como fonte para a linha especial de financiamento voltada à quitação ou reorganização de dívidas, o projeto, sem dúvida nenhuma, oferece uma opção para que o Governo atue sobre uma realidade que atinge milhares de produtores, permitindo a retomada da capacidade produtiva e a preservação da segurança alimentar nacional.

O nosso substitutivo, que preserva a deliberação democrática na Câmara dos Deputados e agrega importantes colaborações do Ministério da Fazenda, estabelece balizas claras para o financiamento, contemplando a liquidação de operações de crédito rural, empréstimos vinculados à atividade rural e Cédulas de Produto Rural formalizadas até 30 de junho de 2025.

Ademais, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o texto, que contou com colaborações indispensáveis da Senadora Tereza Cristina e de outros Senadores, fixa condições justas de liquidação, ao prever a exclusão de multas e mora, mantendo apenas os encargos originais, o que torna a renegociação viável para produtores que enfrentam perdas significativas.

É importante destacar os avanços promovidos no aperfeiçoamento do texto, especialmente no sentido de garantir maior efetividade e alcance da política pública. Foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incorporadas medidas para inibir restrições infralegais que comprometam a aplicação da futura lei, impedir exigências excessivas, como a decretação simultânea de calamidade em múltiplos entes federativos, e ampliar o universo de beneficiários, incluindo localidades afetadas por eventos extremos em pelo menos dois anos no período de 2019 a 2025.

Ressalte-se que o Ministério da Fazenda foi prestigiado com a incorporação de importantes contribuições, notadamente a retirada de limites globais fixos anteriormente propostos e a adoção do critério de enquadramento baseado na ocorrência de duas perdas de 30% em duas safras, fruto de amplo debate técnico.

E aqui mais uma vez eu faço questão de destacar os importantes esforços do Ministro Dario Durigan na tentativa de encontrar alternativas para o enfrentamento das dívidas rurais no Brasil. De fato, tivemos de acolher parcialmente sugestões do Ministério da Fazenda, na medida em que algumas delas esbarram na efetividade de solução real do problema das dívidas rurais.

Nesse sentido, o texto aprovado equilibra responsabilidade fiscal, não retira a autonomia de ação do Poder Executivo e está com foco principal na urgência de apoiar o setor produtivo, justificando plenamente sua aprovação nos termos da construção do parecer atual, que ora submetemos ao Plenário desta Comissão.

Portanto, eu agradeço, ao longo desse processo, a participação de todos. Lamento, mais uma vez, não efetivarmos na plenitude o acordo que, mais uma vez, foi esboçado ontem no Ministério da Fazenda e ressalto que o processo legislativo continua. Ele permanecerá em curso.

Nós estamos votando hoje aqui na Comissão de Assuntos Econômicos essa matéria. Depois ela terá que ser apreciada pelo Senado Federal, pelo Plenário do Senado Federal, e irá, inevitavelmente, para a Câmara dos Deputados, onde teve origem. De modo que esse é o meu parecer.

Nós já encerramos a discussão.

Suspendemos a realização da reunião para fazermos hoje a votação dessa proposta.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Sra. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Jaques Wagner.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Senador Renan, V. Exa. acaba de protocolar o novo relatório.

Confesso que, para a minha tristeza, que acredito muito na negociação, apesar de todas as vezes em que saíram os negociadores do Ministério da Fazenda sempre apontando que foi positiva a conversa, acabou que não chegamos a um denominador comum, e o relatório é evidente que absorve algumas coisas, mas ainda tem contradições com o Ministério da Fazenda.

A minha pergunta é: como o relatório acaba de ser protocolado...

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas esse não é novo relatório. Eu acolhi algumas alterações na complementação do voto, em função exatamente da inexistência do acordo, que caminhou em algumas oportunidades.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Bom, eu realmente não vou ficar digladiando sobre o tema, porque eu acho que o relatório é novo, mas, se o entendimento é outro, eu não vou... Até porque a Presidente pode conceder uma vista de 30 minutos...

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... e, portanto, não é a minha pretensão. A minha pretensão é que a gente pudesse, efetivamente, voltar à mesa de negociação, porque eu acho que é assim mesmo, demora, mas se acaba chegando.

Mas só para registrar então que, evidentemente, vai se pedir urgência aqui – eu serei contra a urgência para o Plenário – e ainda vai para a Câmara dos Deputados.

Eu sinto porque foram vários esforços, tanto do grupo de Senadores e Deputados quanto do próprio...

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... Ministro da Fazenda, elogiado por todos, mas não conseguimos chegar ao ponto de tirar algo que fosse consensuado.

Era só para registrar minha posição e a posição do Governo.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Jaques Wagner, Líder Jaques Wagner, mas o relatório da matéria já está em tramitação. Só para... Daqui a pouco o senhor pode, enfim, ter esse relatório em mãos.

Eu, antes de colocar em votação, Senador Renan, gostaria de aqui dizer para o Senador Renan, primeiro, um agradecimento muito especial, em meu nome e de todos que trabalharam para que a gente chegasse a este momento aqui no Senado Federal. Foram várias reuniões, Senador Jaques Wagner, com a melhor boa vontade, todo mundo despido de qualquer tipo de barreira que pudesse ter, tentando ajudar os agricultores.

Eu também quero fazer um agradecimento especial ao Ministro Durigan, que realmente teve boa vontade, se sentou conosco, gastou seu tempo, que a gente sabe que é precioso, para tentarmos chegar a um bom termo de um acordo.

O projeto contempla a renegociação de dívidas, que já veio da Câmara dos Deputados, um projeto que resolve o problema, mas infelizmente nós não conseguimos chegar a um acordo.

Eu até brinquei com o Ministro hoje de manhã, quando eu liguei para ele e disse: "Olha, Ministro, lendo...". Chegou ontem às 9h da noite o último substitutivo, e aí a equipe se debruçou até tarde para, hoje de manhã, discutir conosco, enfim, os prós e os contras. Mas foi impossível. Por quê? Porque o que veio ontem deixa de fora uma gama enorme de produtores que não deram causa, como gosta de dizer o nosso Deputado Alceu Moreira, a essa situação.

E nós temos um problema, Senador Jaques Wagner, de tempo, o *timing*, porque a partir de amanhã vencem as parcelas do Plano Safra do mês de maio, e é uma parcela pesada. E estão todos muito preocupados. Por quê? Alguns têm que pagar; outros não. Como é que vai ficar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero dizer que, apesar de não termos fechado um acordo total, foram acolhidas sugestões, muitas sugestões pertinentes que vieram do ministério. Por exemplo, o enquadramento ficou melhor do que o texto – a função desta Casa é fazer o aperfeiçoamento, e isso foi possível –, o enquadramento dos produtores rurais ficou mais simples, mais claro e deu acesso a muita gente que talvez tivesse, Senador Wilder, ficado fora se não tivesse tido essa proposta conjunta que o ministério nos mandou.

Sobre o fundo garantidor, que foi uma emenda minha, acolhida pelo Senador Renan Calheiros, também houve uma contribuição muito interessante, que foi acolhida, do Ministério da Fazenda.

Agora, tudo é autorizativo. Então, ainda nós temos tempo, Senador Jaques Wagner, de continuar essa discussão para que realmente esse projeto tenha mais efetividade, mais eficiência e possa atender um número maior de produtores rurais. Ele vai para Plenário ainda no Senado, volta para a Câmara, a Câmara tem que tomar uma decisão: se vai ficar com o projeto inicial da Câmara dos Deputados ou com o nosso projeto do Senado Federal, com esses aperfeiçoamentos.

Nós deixamos livre também o teto, o que foi um pedido do Ministro Durigan, e nós achamos que ele tem razão. Nós indicamos várias fontes de onde buscar recursos para resolver o problema da agricultura brasileira, mas nós não demos o engessamento – não é 30, não é 50, não é 100 –, porque os fundos são coisas que vão começar do zero, e pode ter mais ou menos dinheiro, pode ter outros fundos, enfim.

Eu acho que a proposta, para o momento, não é a proposta dos nossos sonhos, mas é a proposta possível.

Então eu quero agradecer muito à equipe do Senador Renan, que teve a maior paciência, boa vontade; ao Senador Renan, que entendeu... A gente até brinca: no estado dele tem muito agricultor e lá também a situação é tão caótica, a dos agricultores, quanto em outros estados brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que o senhor tem recebido muitas ligações perguntando quando nós vamos votar, quando nós vamos pôr em marcha esse projeto. Senadora Damares, minhas queridas Senadoras aqui hoje, então chegamos a esse ponto.

Agora eu vou abrir a votação, que será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir (*Palmas.*)... Aprovado o relatório – com o voto contrário do Senador Jaques Wagner –, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 55 e 61-CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos, mas antes, Senador Renan, eu prometi que daria a palavra a duas federações: à da agricultura, dos trabalhadores, a Fetag; e à Farsul. Então, eu queria passar agora a palavra para o Sr. Eugênio e depois para o Domingos.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, Presidente.

Nós pedimos urgência para o Plenário?

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Ninguém pediu.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu quero pedir, então, urgência para o Plenário.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O.k. Então, encaminhe à Mesa. (*Palmas.*)

Tem que se botar em votação.

Então, em votação, a urgência para o Plenário.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada, com o voto contrário do Senador Jaques Wagner. (*Palmas.*)

Então, eu passo a palavra ao Sr. Eugênio, da Fetag.

**O SR. EUGÊNIO ZANETTI** (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar o nosso Relator, o Presidente da CAE, Senador Renan Calheiros, a Senadora Tereza Cristina, e dizer que hoje a gente faz um marco muito importante para a agricultura brasileira e, em especial, para a agricultura do Rio Grande do Sul, um avanço significativo. Sei que os passos de agora em diante são ainda longos, mas a gente precisa dar celeridade. E esta Casa não nos decepcionou. Parabéns a todos os envolvidos, que construíram um texto que vai atender desde o agricultor familiar até o grande produtor. Definitivamente, a gente tem convicção de que, com esse texto, a gente vai conseguir resolver o problema da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul e também do Brasil inteiro.

Parabéns a todos os envolvidos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Sr. Eugênio Zanetti, Presidente da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul).

Passo a palavra agora ao Sr. Domingos Velho, Presidente da Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul).

**O SR. DOMINGOS ANTONIO VELHO LOPES** (Para expor.) – Muito boa tarde, Sra. Presidente desta sessão, Senadora Tereza Cristina, Srs. Senadores.

Eu queria agradecer por demais ao Senador Renan Calheiros. Há três semanas, eu lhe disse que o senhor entraria para a história do agro brasileiro se o senhor fizesse o que acaba de fazer. O senhor faz um relatório amplo que pega todas as dívidas dentro do sistema financeiro e fora do sistema financeiro, coloca juros compatíveis, prazo definido, coloca os recursos livres dentro do arcabouço de recursos controlados. O senhor faz realmente uma análise precisa do que ao agro brasileiro era necessário. Parabéns ao senhor! O senhor, de fato, entra para história, e tomara que esta Casa continue tendo *performance* como essas que esta Comissão acaba de relatar. Parabéns a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nome do Estado do Rio Grande do Sul e do agro brasileiro, porque aqui também represento a nossa CNA, agradecemos demais a esta Comissão, porque de fato cumpriu o seu dever cívico com a nossa nação.

Muito obrigado, em nome do agro brasileiro. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Afonso e Pedro, e depois eu encerro a sessão.

Pedro Lupion.

**O SR. PEDRO LUPION** (Bloco/REPUBLICANOS - PR) – Está liberado?

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sim.

**O SR. PEDRO LUPION** (Bloco/REPUBLICANOS - PR) – Bom, gostaria...

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Por três minutinhos.

**O SR. PEDRO LUPION** (Bloco/REPUBLICANOS - PR) – Três minutos.

Em primeiro lugar, não é um tema fácil; se fosse fácil, já teríamos resolvido.

Eu queria iniciar na condição de que recebi a designação como Relator deste Projeto 5.122, que é de Domingos Neto, do Ceará, que é a origem e que tinha urgência aprovada, e de outros seis projetos e dois projetos de origem do Rio Grande do Sul no Senado, liderados pelo Senador Luis Carlos Heinze – que não está aqui conosco por conta dos problemas familiares, de saúde da sua esposa –, e do Pedro Westphalen, autor na Câmara, com oito também coautores. É um projeto que trabalhamos com todas as entidades.

Nós ficamos muito felizes porque a gente sabe da dificuldade, primeiro, de assumir essa responsabilidade. E o Senador Renan Calheiros, que inclusive esteve com o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em audiência em que nós estávamos consigo, e também com o Presidente Davi Alcolumbre. E a Senadora Tereza Cristina, como a grande interlocutora, junto com os demais Senadores, nos propicia exatamente uma garantia que é um não retrocesso, porque se retirasse o Fundo Social, que é uma fonte importante... Apesar da questão do teto, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é uma fonte importante para mitigar o clima, e foi o que buscamos de forma responsável perante a sociedade.

Quero dizer que os produtores e agricultores do Brasil, especialmente os nossos, do Rio Grande do Sul, eles estão ansiosos em relação a isso, porque, como disse a própria Ministra Tereza Cristina, é da necessidade de nós buscarmos um encaminhamento de solução.

E, como Relator lá na Câmara – e acredito que vou ser mantido como Relator e gostaria –, tenho o compromisso também de aprovarmos aproveitando todas as melhorias que foram agregadas aqui.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PEDRO LUPION** (Bloco/REPUBLICANOS - PR) – Finalizo: o Fundo Garantidor é importante; e essa abrangência, um tanto maior, mas sem perder a essência do que foi construído por todos.

Então, Senador Renan Calheiros, como foi dito aqui pelo Domingos e deve ser afirmado por muitos, nós lhe agradecemos o formato e também a interlocução junto ao Governo. Que ele nos propicie o diálogo que certamente vai ser necessário para oferecermos uma legislação que restabeleça condições de dignidade aos agricultores gaúchos e aos agricultores e produtores brasileiros.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Deputado Pedro Westphalen.

**O SR. PEDRO WESTPHALEN** (Bloco/PP - RS) – Muito obrigado pela oportunidade.

Como autor do projeto, eu quero agradecer, Senador Renan, a sua paciência, a sua resiliência e a procura de dialogar.

Tereza Cristina, a senhora foi fantástica também, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer às entidades que participaram dessa construção desde o início, como a nossa Frente Parlamentar da Agricultura, a nossa Farsul e os movimentos SOS Agro também, que estiveram muito envolvidos nesse tema.

Construiu-se no Parlamento, Senador, um consenso em cima desse projeto. Aqui, nós fomos testemunhas do esforço que V. Exa. fez para chegarmos a uma possibilidade de consenso geral. Não foi possível, o que foi tratado não foi colocado no papel, e o processo parlamentar precisa continuar, mas eu tenho convicção, Senadora, de que, hoje, este projeto que foi brilhantemente relatado pelo Afonso Hamm, na Câmara Federal, e brilhantemente relatado pelo Senador aqui, com a assessoria de todos aqui, vai ter andamento. Isso é uma esperança para quem quer pagar a conta e que sempre pagou a conta, que é o produtor rural.

Aliás, o único setor que cresceu verticalmente no Brasil foi o setor rural, mas, neste momento – digo como médico, meu caro Senador –, está na UTI, está intubado. Ele está intubado na UTI, não tem o que fazer. É necessário que o Estado brasileiro estenda a mão na velocidade e na necessidade de que o produtor precisa para poder continuar produzindo. Não pode matá-lo – não pode matá-lo, meu caro Senador Mourão.

Nós precisamos que este projeto ande. E era preciso dar esse passo aqui, que foi difícil, mas foi necessário... Todas as conversas foram necessárias e foram importantes. Em cima delas, tentou-se construir o melhor. Não se conseguiu... O melhor está no relatório deste projeto, que aqui foi aprovado hoje por unanimidade, num dia histórico. Eu me sinto honrado e orgulhoso de ter participado desse movimento para fazer com que haja o atendimento daqueles que querem, podem e sabem trabalhar.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Deputado Pedro. (*Palmas.*)

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora Tereza...

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Deputado Pedro Lupion; depois, Alceu Moreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora, me permita...

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Damares.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Permita-me...

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sim.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Nós estamos falando do agro, mas vai falar aqui a Senadora da família.

Neste exato momento, aqui no plenário ao lado, o Governo está ali, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ouviu, Pimenta? Preste atenção ao que eu vou falar – está apresentando, anunciando o caos que será o El Niño. Escutem só! Estão dizendo lá das ações preventivas que vocês, agricultores, terão que tomar agora. Como exigir de vocês ações com relação ao El Niño, se a gente não entrega o que eles estão precisando? E daquela Comissão vão sair encaminhamentos. Amanhã, vai ter um outro debate. O caos está profetizado, e é um caos anunciado com a ciência desta vez.

Então, Senadora Tereza, indo para a Câmara os encaminhamentos da Comissão que está ali... É o Governo que está ali falando do caos que está previsto! E, com o resultado do debate amanhã, é juntar isso lá na Câmara e dizer que é mais do que necessário o atendimento ao nosso agro. Eu estou preocupadíssima, especialmente com a mulher do agro, que vai ser a mais alcançada nos próximos dias com relação ao El Niño. Então, esse fator tem que vir para a mesa.

Governo, por favor, a gente entende todas as iniciativas, a boa vontade de sentar, conversar... Foi um trabalho lindo, de maturidade, todo mundo, lindo, Câmara, Senado, Senador Renan, Tereza... Tereza, tu és guerreira! Agora, eu preciso dizer que o mesmo Governo que agora não quis aceitar a urgência é o mesmo que está ali agora dizendo que vocês vão viver um caos daqui a pouco. Isso precisa ser considerado a partir de hoje, quando o projeto for para o Plenário e voltar para a Câmara.

Que Deus abençoe o agro brasileiro! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senadora Damares. Foi muito boa a sua colocação, mas nós falamos isso para o Ministro Dario na primeira reunião que nós tivemos, que, além de tudo, ainda tínhamos o El Niño e que, se se concretizassem as previsões, seria um caos.

Pedro Lupion...

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/MDB - RS) – Deixe-me falar primeiro, Presidente?

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Alceu Moreira.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/MDB - RS) – Meu querido Senador Renan Calheiros, de onde eu venho, a gente aprendeu que onde tem bispo, coroinha não fala. Então, como o Pedro é o Presidente da FPA, eu vou falar primeiro, senão eu não falo.

Eu queria primeiro fazer um agradecimento ao meu querido Senador Renan Calheiros. Sabe que a vida nos dá alguns trechos que poucos podem executar. Neste caso, na relação entre o projeto, a vontade do Projeto 5.122, e o que o Governo desejaria, tinha uma fresta estreita para exercitar politicamente para fazer isto. Enquanto nós estávamos aqui, varando noites e madrugadas discutindo isto, alguns do Rio Grande do Sul, de maneira absolutamente irresponsável, estavam acusando a Tereza Cristina, a mim, como se nós estivéssemos fazendo negociatas com o Governo para vender o interesse do agro brasileiro. É dolorido isso. A gente se dedica de corpo e alma aqui para defender a nossa causa, com a maior lealdade possível – vocês são testemunha –, para depois ouvir um irresponsável dizer bobagem boca afora, sem ter informação nenhuma, sem nada. A política não é um belo espaço para irresponsabilidades; a política é um espaço para composições. A sílaba que eu não disse é o meu adversário que completa a minha palavra. A gente precisa ter a compreensão com relação a isso.

E eu queria agradecer primeiro, Tereza, a todos os técnicos, que foram fundamentais na composição desse texto. Eles estão me olhando agora. Quantas vezes discutimos isso? E é preciso juntar as palavras para dar lógica a esse processo. Mas hoje nós aprovamos um projeto de lei que – eu volto a dizer aqui – não é um projeto de lei para resolver este episódio que nós estamos vivendo da agricultura brasileira.

O Senador Renan Calheiros acaba...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/MDB - RS) – ... de ser Relator de um projeto que inaugura um outro modelo de financiamento, com outros fundos para o agro brasileiro. Definitivamente, acabamos com o Banco Safra, que estava sob o domínio de banqueiros. Nós agora vamos ter recursos das fontes mais diversas para poder financiar o Plano Safra sem o prazo de vencimento rígido porque, como serão os papéis adquiridos dos fundos...

E eu queria deixar isso claro. Por acaso, eu estava naquela sala lá da CAE, com o Senador Renan, e ele estava recebendo uma pilha de denúncias da previdência. E aí previdências municipais ou estaduais comprando título do Master – esta falcatrua gigante –, mas eles estão proibidos de comprar títulos do agro. Para financiar nossos produtores não pode usar dinheiro dos fundos, para comprar títulos do Master pode, não tem problema. Este projeto libera para que o Governo possa usar de todos os fundos que nós temos disponíveis para colocar financiamento, de acordo com a vontade dos administradores do fundo, nos papéis do agro. Tirem então da despesa primária orçamentária do Estado, do país. Tirem o peso das costas do Plano Safra. Plantamos milho há 500 anos e continuamos fazendo Plano Safra. Que Plano Safra, meu padre? Todo mundo sabe exatamente quanto plantar e quanto escolher. Tá? Não se precisa de um Plano Safra. É preciso ter um modelo de financiamento com um projeto de seguro bem feito para reduzir o risco e um modelo de financiamento que tenha fontes claras, que venha da sociedade, dos fundos nacionais ou internacionais, para financiar um agro que tem um 40% do PIB brasileiro. É preciso ter noção do que nós estamos falando.

O PIB brasileiro é de R$8 trilhões, o agro é 40% de R$3,2 trilhões. Do dia 1º de janeiro a 31 de dezembro, entram nas terras brasileiras, nascidos do solo, R$3,2 trilhões. Isso é o que representa para a economia.

Não permitir que esse produtor funcione, humilhado porque não pode produzir pela seca ou pela cheia, é um crime. Tudo que nós queremos fazer é readmitir o produtor brasileiro, permitir que ele se reabilite e possa produzir com dignidade. Não tem favor nenhum nisso, mas era preciso ter um projeto que pudesse expressar, em cada sílaba, cada palavra, tudo isso que estou falando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou feliz por isso. Sei que nós não teremos consequências práticas imediatas, porque é meramente autorizativo. Ainda vai para o Plenário do Senado – depois vai para a Câmara –, mas quero dizer que, na caminhada, os passos que eram possíveis de serem dados, foram dados com zelo, responsabilidade, sem demagogia e com precisão.

Eu preciso agradecer à Senadora Tereza Cristina, ao meu querido companheiro e amigo Renan Calheiros. Sua presença foi fundamental. Poucos têm coragem e tamanho para poder defender o que o senhor defendeu aqui, agora, para dizer "sim" quando é "sim" e "não" quando é "não". Eu estou muito orgulhoso disso e muito orgulhoso por poder representar uma classe que luta o tanto, que é a dos meus produtores rurais do Rio Grande do Sul do Brasil.

Obrigado, meu Deus, por me dar essa oportunidade. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigado, Deputado Alceu Moreira.

Pedro Lupion, último inscrito, e depois encerramos a sessão.

**O SR. PEDRO LUPION** (Bloco/REPUBLICANOS - PR) – Ministra Tereza Cristina, Senador Renan Calheiros, vejo aqui meu amigo Senador Wilder. Obrigado pelo pedido de urgência, Senador. E a cada uma das Senadoras, dos Senadores e dos nossos Deputados Federais aqui presentes...

Falo aqui como Parlamentar, como Presidente da FPA, mas principalmente como produtor rural, Presidente. Esse é um tema que tomou conta do debate do agro do Brasil inteiro. Não é uma questão específica do Rio Grande do Sul, em que pese o infeliz problema do Rio Grande do Sul e a tragédia da produção agropecuária do Rio Grande do Sul, que acabou suscitando a necessidade de termos um debate como este. Esse é um problema que não está apenas no Sul do país; está em vários locais, está em vários lugares. Realmente, a gente precisa encontrar um novo método, um novo caminho de financiamento para o setor.

Ao mesmo tempo em que nós estamos aqui, debatendo e tendo esse avanço superimportante hoje, Ministra, nós estamos, lá na Câmara, com a previsão de votar no Plenário, hoje, um novo projeto de seguros, de votarmos uma nova lei para o Profert (Programa de Desenvolvimento de Fertilizantes) no país. Nós estamos elaborando e pensando numa nova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maneira de financiar o agro, de criar uma nova modalidade para o Plano Safra. O Plano Safra, pensado há décadas, planejado no meio do ano, hoje não soma, Presidente Mourão, 20% do montante total do financiamento da safra. O resto vem dos títulos privados, vem das alternativas que criamos aqui, no Congresso, mas de nada adianta a gente criar os caminhos se o nosso produtor não conseguir acessá-los, se o nosso produtor tiver num nível de endividamento e num nível de insegurança que ele não consegue simplesmente dar o próximo passo, fazer a próxima safra e se reerguer.

Quando eu vejo as meninas do SOS chorando aqui, dentro do plenário, quando eu vejo as nossas entidades lá do Rio Grande do Sul falando, ou os nossos Parlamentares – é muito difícil seguir o tom emotivo e extremamente racional do Deputado Alceu Moreira...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PEDRO LUPION** (Bloco/REPUBLICANOS - PR) – ... a gente está vendo um momento de alento e de tranquilidade de uma caminhada em que demos apenas um passo. Eu já estou... O seguro morreu de velho. O do agro morreu faz tempo, infelizmente, mas o seguro, em geral, morreu de velho, Senadora Tereza Cristina.

Fica aqui o alerta deste Presidente da FPA ao Senador Renan Calheiros, que nos auxilie mais ainda, Senador, na sua capacidade de articulação junto ao Governo, porque o zum-zum-zum já começou, Ministra.

Já se falava, dentro desse corredor, poucos minutos atrás, da possibilidade de desqualificar os recursos do Plano Safra para pagar essa conta do que acabamos de aprovar; tirar o planejamento de safra dos produtores para fazer o auxílio agora, que seria essa renegociação de dívidas. O Governo fala de novo em mandar uma medida provisória, que passa a valer a partir do momento da publicação, ou seja, impede o nosso trabalho aqui dentro do Congresso.

Eu faço esse alerta, Senadora Tereza, para que a gente não tenha aqueles presságios do apocalipse, daqueles que criam as tempestades e plantam os problemas para a gente descascar depois, de que essa coisa não vai funcionar e que essa coisa não vai dar certo. Nós demos um passo extremamente importante. Estamos alertando aqui hoje que não aceitaremos, de maneira nenhuma, que isso seja desqualificado ou desmontado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos correr para a votação no Senado, vamos correr para a votação na Câmara, vamos aprovar na Câmara o texto aprovado aqui no Senado, para que a gente consiga dar o alento e a solução para o endividamento dos nossos produtores e aí, sim, fazer o enfrentamento quando necessário se tentarem enviar medida provisória para desqualificar esse trabalho, se tentarem tirar o dinheiro do Plano Safra para pagar essa conta, se desqualificarem o trabalho do seguro rural por causa dessa solução.

A gente não pode desvestir um santo para vestir outro. A gente não pode criar um problema para solucionar outro. O que nós queremos é a solução do problema dos produtores rurais do Brasil, e é isso que nós estamos alcançando aqui hoje, Presidente. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Deputado Presidente da FPA, Pedro Lupion.

Nada havendo mais a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 13 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Plínio Valério, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Flávio Arns, Otto Alencar, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Weverton, Vanderlan Cardoso e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Romário, Humberto Costa e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1126, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre os Agentes de Vigilância Sanitária, os Agentes Indígenas de Saúde e os Agentes Indígenas de Saneamento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1881, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o art. 14 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar a realização de pesquisas em saúde junto à população infantil." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CDH e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3907, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a inclusão da vacina nonavalente contra o HPV, no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). Substitutivo definitivamente adotado, em turno suplementar, sem emendas apresentadas. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1365, de 2022 - Terminativo -** que: "Modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAE (substitutivo). **Resultado:** Aprovado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAE-CAS (substitutivo). **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3428, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Fixa o limite máximo permitido de chumbo em tintas e em materiais similares de revestimento de superfícies; e revoga a Lei nº 11.762, de 1º de agosto de 2008." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4815, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de arteterapeuta." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 592, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental a educação alimentar e nutricional." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1986, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.308, de 8 de março de 2022, a fim de instituir campanhas de conscientização sobre os sintomas dos principais tipos de câncer infantil para permitir seu diagnóstico precoce." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 9 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4940, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Selo "Amigo das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde", estabelece critérios para sua concessão e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 43, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de valorizar Conselhos Tutelares, à luz do Projeto de Lei nº 5.285/2016 e a necessidade de dotar estruturas administrativas, e os desafios de implementação do ECA Digital (Lei nº 15.211/2025) e a implementação de políticas de parentalidade positiva no enfrentamento do abandono afetivo." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 44, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o trabalho por aplicativos no Brasil: diretrizes para regulação e segurança de trabalhadores e usuários no transporte e nas plataformas digitais." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 45, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2026 - CAS sejam incluídas as convidadas que especifica." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 46, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 118/2025 - CAS, seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 48, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal de 1988 e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 44/2026-CAS seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 49, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 44/2026 - CAS, sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 52, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2026 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 411/2024, que "altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), a fim de dispor sobre as instituições de longa permanência para pessoas idosas; e revoga dispositivo da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994", seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Marcelo Castro**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/20

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Cumprimentando todos os presentes e havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Vamos ao item 1 da pauta. (*Pausa.*)

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) – Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Dueire.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) – Senador Marcelo Castro, está aqui o nobre e querido Senador Veneziano do Rêgo, e ele vai,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturalmente, por força de ofício e regra, ser o primeiro da pauta. Como eu tenho uma relatoria de embaixadores, eu pediria ao senhor para – o meu é o quarto – que V. Exa. pudesse conceder uma inversão de pauta, colocando-me como segundo...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) – ..., a partir do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 1126, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre os Agentes de Vigilância Sanitária, os Agentes Indígenas de Saúde e os Agentes Indígenas de Saneamento.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

*A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do seu relatório.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Senadora Damares. Meus cumprimentos ao meu irmão Senador Dueire e a todos os presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serei brevíssimo, Sr. Presidente, por força do item que vai ser relatado pelo Senador Dueire, de altíssima relevância e importância aos nossos profissionais médicos e odontólogos.

Análise, Sr. Presidente.

A apreciação do PL em epígrafe por esta Comissão encontra fundamento no nosso inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, a proposição merece acolhimento por promover o fortalecimento das ações de vigilância em saúde e da atenção à saúde indígena, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposição reconhece e valoriza a vigilância sanitária enquanto função essencial do SUS e contribui para o fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que é responsável pela fiscalização e pelo monitoramento de serviços de saúde, medicamentos, alimentos, cosméticos, produtos para saúde, portos, aeroportos, fronteiras e inúmeros outros bens e serviços sujeitos ao controle sanitário. Nesse cenário, a atuação territorializada e articulada de profissionais vinculados às estruturas locais de vigilância sanitária assume relevância crescente, especialmente diante da ampliação dos riscos sanitários associados à urbanização, à circulação de produtos e às mudanças ambientais.

O projeto também avança ao reconhecer expressamente os agentes indígenas de saúde e os agentes indígenas de saneamento, categorias historicamente relevantes para a implementação da atenção diferenciada à saúde indígena. Esses profissionais atuam no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, desempenhando suas atividades nos 34 distritos sanitários especiais indígenas do país, que abrangem áreas de difícil acesso geográfico e marcadas por expressiva diversidade cultural e linguística. Nesse contexto, desempenham papel fundamental na mediação intercultural entre as equipes multidisciplinares de saúde e as comunidades indígenas.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas reconhece que a efetividade das ações de saúde indígena depende da participação comunitária e da valorização dos saberes tradicionais. Os agentes indígenas de saúde atuam diretamente na promoção da saúde, no acompanhamento de famílias, na educação em saúde, na identificação de situações de risco e na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articulação entre práticas tradicionais e ações biomédicas. Em muitas localidades, os agentes indígenas representam o principal elo permanente entre o SUS e as comunidades.

Resta claro, pois, que o PL 1.126, de 2021, é meritório, já que amplia a proteção normativa aos agentes de vigilância sanitária, agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento, valorizando a atuação desses trabalhadores no SUS, o que contribui para o fortalecimento das ações territoriais de promoção, prevenção e vigilância em saúde.

Voto.

Por essas razões, o voto é pela aprovação do PL 1.126, de 2021, Presidente Marcelo Castro.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Coloco em discussão o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o relatório permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item 4 da pauta, tendo sido feita a inversão a pedido do Senador Fernando Dueire.

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 1365, DE 2022**

**- Terminativo -**

*Modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

**Relatoria:** Senador Fernando Dueire

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAE (substitutivo).

**Observações:**

*1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.*

*2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.*

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório. V. Exa. tem a palavra.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, Srs. Senadores aqui presentes, esse projeto é de extrema relevância porque resgata uma dívida do Estado brasileiro com a categoria essencial no dia a dia desses brasileiros, da grande população brasileira. Agradeço, inclusive, a V. Exa. a relatoria deste projeto, a confiança, pois o Projeto de Lei nº 1.365, de 2022, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro, modifica o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas previsto na Lei 3.999, de 15 de dezembro de 1961 – estamos falando de 65 anos –, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), como V. Exa. colocou, para análise do mérito econômico-financeiro, e, na sequência, agora, esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deliberará de forma terminativa.

A justificação da proposição aponta que a Lei nº 3.999, de 1961, publicada há mais de seis décadas, tornou-se defasada e sem mecanismo de correção monetária. Em março de 2022, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 325, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da lei, mas determinou o congelamento do piso salarial com base no salário mínimo vigente na data da publicação da ata da sessão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

julgamento, resultando no valor de R$3.636, correspondente a três salários mínimos. Desde então, o piso permanece sem qualquer reajuste.

A CAE aprovou, por unanimidade, Sr. Presidente, o Parecer nº 10, de 2026, favorável ao projeto na forma da Emenda nº 3-CAE (Substitutivo). O substitutivo revoga integralmente a Lei nº 3.999, de 1961, e institui novo marco legal com as seguintes disposições: piso salarial de R$13.662 para a jornada de 20 horas semanais, equivalente a 9 vezes o salário mínimo, aplicável a vínculos empregatícios e estatutários no setor público e privado; correção anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para vínculos empregatícios e, para vínculos estatutários, reajuste segundo fator estabelecido em lei específica do respectivo ente; adicionais de hora noturna e extraordinária de 50% sobre a hora diurna ordinária; repouso de 10 minutos a cada 90 minutos de trabalho; privatividade dos cargos de chefia de serviços médico e odontológico; e custeio do acréscimo nas despesas dos estados, Distrito Federal e municípios por transferências do Fundo Nacional de Saúde (FNS) – então, não estamos falando em impacto financeiro aos municípios.

No mérito, o argumento mais consistente em favor do projeto não é o da atualização salarial em si, mas o da crise de efetividade da norma vigente. Uma lei que é descumprida em escala nacional, de forma sistemática e impune, deixa de ser direito e torna-se promessa vazia. O congelamento do piso desde 2022 produziu exatamente esse resultado, documentado na audiência pública da CAE de março de 2024: os conselhos regionais de odontologia ingressaram com milhares de ações judiciais contra municípios inadimplentes, e cirurgiões-dentistas vinculados ao SUS relataram perceber remuneração muito aquém do próprio piso então vigente. A lei existe; o direito, Senador Marcelo Castro, não existe.

A ausência de piso atualizado e indexado retroalimenta a precarização dos vínculos de trabalho na área da saúde. A denominada pejotização e a terceirização disseminaram-se no setor, privando profissionais de direitos previdenciários e trabalhistas fundamentais. A inexistência de patamar remuneratório mínimo claro e dotado de mecanismo de sanção cria incentivo estrutural para que empregadores comprimam custos por meio de arranjos contratuais atípicos. O novo marco proposto, ao fixar piso concreto com correção anual, contribui para reverter essa tendência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há, ademais, uma dimensão de política pública de saúde que transcende o debate trabalhista. A distribuição geográfica dos profissionais é gravemente desigual: municípios pequenos e regiões remotas concentram uma fração ínfima dos médicos e dentistas do país, enquanto as capitais e grandes cidades acumulam a maior parte desses profissionais. Como observou o Senador Omar Aziz, nosso Líder, na sessão de aprovação do projeto pela CAE, não é possível levar um especialista a municípios remotos com o salário hoje praticado. A fixação de piso nacional condizente com a qualificação exigida é, portanto, pré-condição para que políticas de interiorização de profissionais produzam efeitos duradouros, em vez de depender exclusivamente de programas emergenciais e transitórios.

Sr. Presidente, diante dessas considerações, peço a V. Exa. a autorização para ir ao voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.365, de 2022, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (Emenda nº 3-CAE).

É o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Parabenizando o nobre Senador Fernando Dueire pela brilhante relatoria, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Dr. Hiran pede a palavra.

V. Exa. tem a palavra, Dr. Hiran, para discutir a matéria.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Presidente Marcelo Castro, Sras. e Srs. Senadores, pessoas que nos acompanham na Comissão, aqui e remotamente, hoje é um dia emblemático para nós médicos do Brasil. E eu vinha no carro aqui pensando, meu querido colega médico Marcelo Castro, meu querido Laércio, Veneziano, Fernando Dueire, Relator da matéria, a quem agradeço muito pelo compromisso com a medicina do Brasil, minha querida Damares, eu ia dizer: poxa, morreram quase mil médicos na pandemia, eu fiquei 14 dias na UTI, bati na trave, Marcelo, e, graças a Deus... Esses 5 mil profissionais de saúde pereceram, cuidando das pessoas. E será que nós não vamos conseguir aprovar um piso de R$13 mil para esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais, médicos e odontólogos, que trabalham nos mais longínquos rincões do nosso país, cuidando das pessoas? Disse: não, eu acho que hoje nós vamos conseguir. Primeiro porque aqui nesta Comissão só tem gente vocacionada e que sabe a importância dos profissionais de saúde no cuidado das pessoas e em tocar esse maior modelo de saúde integral, universal, equitativo, que é o nosso Sistema Único de Saúde, que é um patrimônio do povo brasileiro. E é em nome dele que eu queria pedir às Sras. e Srs. Senadores que nós aprovemos aqui por unanimidade, se Deus quiser, esse projeto.

Quero também aqui agradecer à Senadora Daniella Ribeiro por ser autora desse projeto, ao nosso querido colega Senador Fernando Dueire pelo magistral relatório, ao Senador Trad, que acatou uma emenda minha que garante uma reavaliação anual desse piso pelo IPCA Amplo, para que esse piso não fique desvalorizado ao longo dos anos.

E, finalmente, eu quero salientar a mobilização do movimento médico, das entidades sindicais, associativas e de todo o movimento médico nacional, que está aqui representado nesta Casa, Senador Laércio, aguardando com tanta ansiedade a aprovação desse projeto.

Parabéns a todos! Isso não é uma vitória de uma pessoa só. Isso é uma vitória do Congresso Nacional e do povo brasileiro, que, com a aprovação desse projeto, garante estabilidade, garante valorização desses profissionais, que, volto a dizer, são fundamentais para que a gente possa aperfeiçoar cada vez mais o patrimônio do nosso povo, que é o nosso Sistema Único de Saúde.

Parabéns, Senador Dueire. A medicina do Brasil e o povo do Brasil lhe agradecem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria.

Senador Veneziano Vital do Rêgo, com a palavra.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) – Senador Presidente Marcelo Castro, mais uma vez eu renovo os meus cumprimentos a V. Exa., cumprimentando as nossas distinguidas e distintíssimas Sras. Senadoras e nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companheiros Senadores presentes, todos os que estão a nos acompanhar, os profissionais que participam desta sessão, da qual podemos, sem exagerar, dizer da sua historicidade.

Eu queria que as minhas primeiras palavras fossem – porque assim serão – de cumprimentos. Cumprimentos a V. Exa., que não se negou, em nenhum instante, mesmo sendo um tema que requereria e que requer todas as atenções, não pelo seu mérito e não por aquilo que nós estamos a defender, até porque, em sã consciência, nenhum de nós, não apenas os presentes a este Colegiado e nenhum de nós, presentes e integrantes do Colegiado maior, senatorial, deixa de reconhecer o mérito, a pertinência e a oportunidade de estarmos a discutir essa proposta legislativa.

E quando ouvíamos alguns comentários de que a Presidência desta Comissão não pautaria antes de as atividades legislativas findarem neste primeiro semestre, V. Exa. sempre foi muito taxativo ao dizer: "Vamos fazê-lo, queremos fazê-lo presencialmente". Seria na semana passada, mas tivemos reuniões semipresenciais. Então, eu quero saudá-lo. Sua palavra, mais uma vez, se cumpre, como um bom piauiense.

Quero abraçar aqui o trabalho feito de aprimoramento pelo nosso Senador Dueire, aprimoramento da proposta inicial da Senadora Daniella Ribeiro, que recebe também as nossas saudações por ter provocado este debate com a apresentação desta iniciativa do ano de 2022, e que, de forma muito sensível, muito arguta, muito bem trabalhada, muito bem equilibrada, mas, acima de tudo, reconhecendo a necessidade de nós enfrentarmos essa situação e fazermos, acima de tudo, Presidente Marcelo Castro, justiça a quem pode estar a ter justiça... Porque no passado desses 40 e quantos anos, de 61 para cá?

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. *Fora do microfone*.) – Meia cinco.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sessenta e cinco. Desculpe, eu nunca fui bom de matemática. (*Risos.*)

Passados 65 anos, muitos dos colegas profissionais da medicina e muitos colegas profissionais da odontologia... Dr. Hiran, V. Exa., que é catedrático, oftalmologista, sabe muito bem disso, e uma das suas bandeiras principais, e não poderia ser diferente, é exatamente fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a defesa da decência do exercício profissional da medicina e de todos aqueles que fazem a saúde pública. Nós somos provas cabais da sua atuação.

Meu querido Senador Laércio Oliveira, nós estamos tentando mitigar a prejuízos e, tão somente, mitigar. Porque, durante esse período, longo período de 65 anos, muitos desses profissionais deixaram de existir trabalhando, se dedicando, se esforçando e recebendo salários que são uma indecência. Eu acho que poderíamos, e seria pertinente, porque não agressivo, se nós adjetivássemos de muitas outras formas. Mas é uma indecência quando a gente tem às mãos, Presidente Marcelo Castro – e, evidentemente, V. Exa. bem o sabe –, o salário de um odontólogo: R$1.850 – R$1.850.

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – O de um profissional médico, me parece...

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. *Fora do microfone.*) – Três mil.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... R$3,2 mil.

Então, eu não poderia deixar, Presidente Marcelo Castro, de me somar a todo esse Colegiado. V. Exa. também tem por formação, sabe exatamente, profissionais que se dedicam, que têm que estudar, que têm que se formar, que têm que se atualizar, como todos os profissionais, sejam de quaisquer vocações que nós as tenhamos.

A gente sabe muito bem a sensibilidade quando você está a tratar sobre atividades profissionais que lidam com existências humanas, que são aquelas que diretamente estão vinculadas à área de saúde. Nós já fizemos e já prestamos aqui justiça a algumas dessas categorias. Tivemos a disposição para tratarmos com justiça e implementarmos o piso salarial dos senhores e das senhoras enfermeiras. Tivemos, Senadora Damares, também a disposição, por justiça, de reconhecer a necessidade de implantarmos os dois salários como piso para os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. É bom que nós salientemos, até por força dos fundamentos à nossa defesa, Senadoras queridas, que nós não estamos criando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novo piso, o que não seria absolutamente nada de anormal, nada de injustificável. Nós estamos tentando atualizar (*Palmas.*) e tentando definitivamente... Nós não estamos criando, nós estamos tentando fazer a atualização e acabar com essa famigerada ou acabar com esse famigerado congelamento que foi imposto.

E aí eu vou fazer um registro. Durante esses últimos meses, conversei com as meninas, porque são minhas queridas meninas, essas jovens odontólogas e jovens profissionais da medicina, e nós dizíamos, eu, o senhor, Dueire, na semana retrasada, nós fizemos uma interlocução com o Líder Jaques Wagner, fizemos interlocuções com os integrantes ministeriais do Ministério da Saúde. Seria um contrassenso. Sinceramente, como os senhores e as senhoras bem o sabem, Senador Zequinha, eu faço parte, integro e defendo, pelas razões que nunca as escondo, defendo o Governo Federal, defendo o Governo do Presidente Lula. Pois bem, este Governo que eu defendo, pelas razões que faço questão de expô-las, foi o Governo responsável, no ano passado, por implementar e trazer para nós brasileiros um programa de muita importância e cujos efeitos e resultados já estão sendo sentidos lá na ponta, principalmente no nosso Nordeste, principalmente no Norte do Senador Zequinha, que é o programa Agora Tem Especialistas. Agora Tem Especialistas tem como fulcro central diminuir as filas, garantir acessibilidade aos exames e aos tratamentos de patologias detectadas.

Ora, como é que nós poderemos, ao tempo em que reconhecemos a grandeza, a importância e a sensibilidade do Ministro Padilha, de toda a sua equipe, do Presidente Lula, com os investimentos – agora mesmo, este final de semana, estaremos entregando três carretas para exames de tomografia, carreta da saúde da mulher, que passam 30 dias atendendo regiões municipais –, se o próprio Governo não acolher essa proposta? Vai se tratar sobre o impacto? Tudo bem, não deixamos de reconhecer, mas esse é um investimento necessário. Aqui é recobrar uma justiça que ficou dormitando durante muitos anos e quaisquer esforços para que o Governo, para que a União assim o faça, no reconhecimento a esses profissionais, não é, senão, o mais justo, necessário e uma obrigação em reconhecer o trabalho dos mesmos e das mesmas.

Hoje nós estamos minguando, Presidente Marcelo – já caminhando para as minhas palavras derradeiras –, hoje nós temos poucos profissionais. Os relatos das nossas companheiras são relatos extremamente preocupantes, porque não há quem se sustente ou garanta à sua prole uma condição mínima de vida com um salário desse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entra, ingressa no serviço público e não deve passar mais do que seis, sete meses. São relatos extremamente, além de preocupantes, alarmantes. Eu tenho aqui uma amiga que diz que me viu de calças curtas – ela exagera, mas me viu bem novinho –, Dra. Joana, ela é odontóloga. (*Palmas.*)

Ela é odontóloga, e ela dizia, "Vené – aí eu também não vou dizer, porque tecnicamente aquele termo bucomaxilo, enfim – nós não temos meia dúzia de 70 no Brasil". No Brasil não temos meia dúzia de 70, Presidente Marcelo Castro. Por quê? Porque ninguém quer viver à míngua, recebendo menos de R$2 mil. Então, meu irmão, meu querido Senador Marcelo Castro, eu o saúdo pela coragem, pela disposição. Não é um ato de coragem, é um ato de responsabilidade como Presidente. Saúdo aqui o meu irmão Fernando Dueire e renovo os cumprimentos à autora, Senadora Daniella Ribeiro, e a todos os integrantes deste Colegiado por nós estarmos a nos dar as mãos e votar favoravelmente. E não tenho dúvidas da unanimidade desse projeto.

Muito, muito obrigado.

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continuando a discussão, concedo a palavra à nobre Senadora Roberta Acioly para discutir a matéria.

**A SRA. ROBERTA ACIOLY** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Bom dia a todos, bom dia a todos os colegas cirurgiões dentistas que aqui estão, médicos. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar nosso Presidente, Senador Marcelo Castro, todos aqui que estão, Senadores, minha amiga Senadora Damares Alves.

Gente, eu estou muito emocionada hoje por ser também cirurgiã dentista. Hoje é um marco na história de todos nós profissionais. Hoje realmente está se fazendo justiça com essas categorias. Então eu não vou me alongar, eu tenho certeza de que está todo mundo esperando essa votação há muito tempo, como já foi falado aqui. Então agradeço a todos os colegas, peço esse voto para conquistarmos essa aprovação que já se arrasta por muito tempo. Então, meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito obrigado a todos. Vamos lá, colegas, hoje é o dia de vitória. Um abraço a todos e muito obrigada.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A matéria continua em discussão.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Dra. Eudócia, pede a palavra. V. Exa. tem a palavra.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Para discutir.) – Bom dia a todos aqui presentes, Sr. Presidente Marcelo Castro, colegas Senadores, colegas Senadoras, todos os nossos queridos odontólogos, cirurgiões dentistas, médicos aqui presentes.

Eu quero ressaltar para cada um de vocês a importância... Nosso querido Senador Fernando Dueire, V. Exa. relatou brilhantemente esse projeto de lei. Parabéns pelo seu relatório!

Eu queria reforçar que esse projeto de lei, sendo votado favoravelmente, que é o que eu espero, como médica que sou, entendendo, Sr. Presidente, da importância de melhorar o piso salarial dos nossos médicos, dos nossos odontólogos e aqui especificamente dos cirurgiões dentistas, para que eles tenham condições mínimas de trabalho, Senador Fernando Dueire, Senador Dr. Hiran, Senador Laércio, Senadora Damares, Senadora Roberta, aqui presentes – você que é odontóloga, Senadora Roberta... Eu quero só ressaltar um item muito importante: isso não vai onerar os estados e municípios. Os recursos não irão onerar... Então, colegas, amigos, Prefeitos, Prefeitas, Governadores, esse projeto de lei não vai impactar negativamente o orçamento dos municípios e dos estados. Esses recursos virão do Fundo Nacional de Saúde – do Fundo Nacional de Saúde –, e nada mais justo, Sr. Presidente, do que estarmos aqui juntos para darmos essa força – não é, Senadora Damares, você que sempre encabeça essas lutas em prol do nosso povo brasileiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero desejar a cada um de vocês, colegas médicos... Está ali a Silvinha, do Sinmed, lá de Alagoas – um beijo grande –; a Giuliana deve estar aí também, a Giuliana que representa o Sindicato dos Odontologistas do meu querido Estado de Alagoas. Nas pessoas de vocês duas, cumprimento todos os sindicatos, todos os colegas aqui presentes.

Então, é isso que eu tinha para falar, Senador. E quero fazer um apelo aos colegas Senadores e Senadoras: que votem favoravelmente. Vamos fazer justiça com nossos médicos, com nossos odontólogos, com nossos cirurgiões dentistas. Vamos juntos para que a gente possa dar uma melhor qualidade, uma melhor condição de trabalho a esses colegas e a gente possa avançar, uma vez que a pauta da saúde é tão importante no quadro administrativo do nosso país.

Um grande abraço a todos aqui presentes. Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente Marcelo.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria pedir a V. Exa., fazer um apelo a V. Exa.: como nós temos outras Comissões, V. Exa. poderia nos conceder a oportunidade de abrir o painel de votação?

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já estava com o dedo apertado aqui no botão, para comunicar que eu iria abrir o painel.

Muito bem, Senador Fernando Dueire, vamos então dar início à votação.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O painel está aberto. As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Zequinha Marinho para discutir a matéria.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Presidente, muito obrigado. Apenas para fazer alguns registros com relação ao trabalho dos odontólogos aqui no Congresso Nacional, as visitas que fizeram, o trabalho que realizaram. Tenho certeza de que eles vão deixar um legado não só para a presente geração, seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegas, mas para as futuras também. O Brasil deve isso a esse setor da saúde, extremamente importante para a sociedade. Eu quero aqui cumprimentar o Dr. Jairo, Presidente do Conselho Federal; está sentado aqui atrás acompanhando.

Não podia também deixar de registrar a presença dos meus conterrâneos paraenses, que vieram da terra do açaí, lá de Belém do Pará, Dr. Marcelo Folha, Presidente do Conselho Regional de Odontologia (*Palmas.*); Dr. Renato Neri, que preside a Comissão Parlamentar, não é de inquérito não, é de apoio para fazer articulação aqui no Congresso Nacional; e a todos que vieram de lá ou têm vindo aqui continuamente articular com a bancada, preparar este momento, eu fico feliz por vê-los também, avançando através desta Comissão. Que possamos chegar até o Plenário e lá definitivamente aprovarmos a lei, que nada mais é do que fazer justiça com esses profissionais de saúde.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Marcelo, só uma questão de ordem – me desculpe –, muito rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Dr. Hiran.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu quero pedir aos senhores assessores, às senhoras assessoras de Senadores e aos membros desta Comissão que entrem em contato com os nossos colegas para que eles possam votar, para que nós possamos atingir o mais rapidamente o quórum de votação.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, Senador.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, só uma dúvida regimental. Ele é terminativo, vai à Câmara agora, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente, pela ordem, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Laércio, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – V. Exa. vai esperar o resultado ou vai seguir a pauta? Só uma consulta, Presidente, em função das outras...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço um pouco de silêncio, por favor. (*Pausa.*)

Enquanto a gente está em votação nominal, vamos avançar na pauta aqui.

O item 5 da pauta, que é um item não terminativo, a gente pode fazer isso rapidamente.

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI Nº 3428, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Fixa o limite máximo permitido de chumbo em tintas e em materiais similares de revestimento de superfícies; e revoga a Lei nº 11.762, de 1º de agosto de 2008.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Laércio Oliveira

**Relatório:** Favorável ao Projeto.

**Observações:**

*A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com parecer favorável ao Projeto.*

Concedo a palavra ao novo Senador Laércio Oliveira para leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Dr. Marcelo Castro, Senador e Presidente da nossa Comissão, quero cumprimentar V. Exa. pelo trabalho aqui desenvolvido e, com a sua permissão, eu quero ir direto à análise. Eu vou fazer uma análise muito... Uma síntese do relatório aqui na nossa Comissão de Assuntos Sociais, porque esse assunto foi largamente discutido e aprovado sob a minha relatoria na Comissão de Transparência, conforme já dito por V. Exa.

Como esse assunto já analisado no parecer da CTFC, a proposição concretiza, de maneira direta, a proteção da vida, da saúde e da segurança no mercado de consumo. Na Comissão de Assuntos Sociais, cabe ressaltar que a matéria transcende a relação de consumo e alcança a proteção coletiva da saúde, uma vez que a exposição ao chumbo produz danos individuais, familiares, ocupacionais, ambientais e comunitários.

O chumbo é substância tóxica de reconhecido impacto sanitário. Sua exposição pode ocorrer por inalação ou ingestão de poeira, partículas ou fragmentos decorrentes da degradação de tintas aplicadas em paredes, portas, janelas, brinquedos, mobiliário, equipamentos escolares e outras superfícies. A relevância do tema decorre do fato de que essas exposições podem ocorrer no domicílio, em escolas, creches, unidades de lazer, ambientes laborais e espaços públicos, muitas vezes de forma silenciosa e cumulativa.

Conforme já destacado no parecer da CTFC, existem alternativas tecnológicas à utilização do chumbo, a fim de reduzir os riscos a ele inerentes. Sob o ponto de vista sanitário, essa circunstância é decisiva: a possibilidade de haver teor elevado de chumbo em produtos de uso amplamente difundido agrava riscos preveníveis e transfere ao sistema de saúde, às famílias e à sociedade custos que podem ser evitados por regulação adequada do produto na origem.

A redução, portanto, do limite geral para 90 ppm está em consonância com padrão internacional mais protetivo e com a diretriz de eliminação progressiva de fontes evitáveis de exposição ao chumbo.

As exceções e as penalidades já estão envolvidas no relatório que apresentei na CTFC, Sr. Presidente.

Em suma, a proposição reduz uma fonte evitável...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... de exposição a metal tóxico, protege crianças, gestantes e demais grupos vulneráveis, fortalece a prevenção de agravos e atualiza o regime legal brasileiro em conformidade com parâmetros sanitários mais protetivos. A aprovação do projeto representa avanço para a saúde pública, para a vigilância sanitária e para a proteção de ambientes domésticos, escolares, ocupacionais e comunitários.

Ante o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.428, de 2023.

Quero deixar claro aqui, Presidente, que esse projeto apenas formaliza uma prática que já é recorrente no nosso país, mas que não tinha o seu direcionamento legal.

É o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão a matéria, o relatório do Senador Laércio Oliveira.

Com a palavra a nobre Senadora Eudócia para discutir a matéria.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Para discutir.) – Senador Laércio, parabéns pela sua relatoria. Essa iniciativa desse projeto de lei foi de suma importância, uma vez que o chumbo, que causa uma doença chamada saturnismo, em pequenas quantidades, em crianças, pode levar a distúrbios neurológicos, dificuldade de crescimento, convulsão, doenças cardiovasculares, especialmente a parte cardíaca e assim por diante – também sobrecarrega os rins.

Então, foi muito importante. A autoria desse projeto de lei e a sua relatoria foram brilhantes, e espero que os colegas... Faço um apelo aqui aos colegas Senadores e Senadoras para aprovarem favoravelmente.

Parabéns, Senador Laércio.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) – Sr. Presidente, pela ordem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Pela ordem.) – Nós já estamos com o quórum de votação.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) – Se V. Exa. permitir a abertura, seria eficiente, porque nós poderíamos nos deslocar para outras Comissões.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só vou encerrar o item 5, Senador Fernando Dueire, e aí eu vou fazer a abertura do...

Pois não, o Senador... Senador Fábio...

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Nelsinho Trad.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nelsinho Trad.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para discutir.) – Obrigado, Presidente. Presidente médico, Dr. Marcelo Castro, Senador do Piauí, quero aqui agradecer a participação dos colegas Senadores, das colegas Senadoras, neste momento tão importante e histórico, da evolução, da tramitação desse projeto, quero cumprimentar o Senador Fernando Dueire pelo relatório.

Eu sei que a discussão dessa matéria já passou – nós já estamos na votação –, mas eu não poderia deixar de registrar o meu voto. Eu voto, assim, com muita emoção, favoravelmente por ter encaminhado essa luta. (*Palmas.*)

Procuramos achar um caminho para poder conciliar essas despesas sem onerar, na ponta, os estados, os municípios, e garantir um investimento naqueles que estão lá, para poder oferecer o melhor serviço para a população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com muito orgulho, com muita emoção, o meu voto é "sim". (*Palmas.*)

**A SRA. ROBERTA ACIOLY** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Questão de ordem, Sr. Senador. É rapidinho. Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu quero... Pois não, Senadora Roberta Acioly.

**A SRA. ROBERTA ACIOLY** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Eu gostaria só de colocar aqui para vocês que, lógico, todos nós iremos aprovar esse projeto fantástico, mais que merecido e justo para todas as categorias, mas também registro aqui que eu não irei esquecer que eu vou continuar buscando melhorias e garantias jurídicas e legislativas também para os técnicos e auxiliares de serviço de saúde bucal... (*Palmas.*)

... que tanto nos ajudam no nosso trabalho.

Então, fica aqui o meu registro, e vocês, colegas, técnicos e auxiliares, podem continuar contando com o nosso apoio.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu quero me justificar aqui, porque ficou parecendo, assim, pela minha vacilação, que eu não sabia o nome do nosso colega, Nelsinho Trad. (*Risos.*)

É porque eu sou longo amigo da família Trad, e ele tem um irmão que é Fábio, é o Fabinho. Aí, de Nelsinho para Fabinho, quase que eu ia dizendo Fabinho. Fui colega do pai dele, fui colega do irmão dele e sou colega dele aqui, no Senado.

Então, quero aqui, em poucas palavras, parabenizar todos que participaram desse projeto. Já era uma coisa que a gente devia ter feito há mais tempo. Não se justifica que um médico, um odontólogo, pessoas que tratam da saúde pública tenham um salário tão irrisório. Isso vai depender de alguns entes federativos; a União, o estado, o município, uns pagam mais, uns pagam menos, mas, na média, nós sabemos que pagam pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Senador Veneziano, não são só os municípios; o exemplo maior é do Governo Federal. Um exemplo muito eloquente é o meu. Eu sou médico do Ministério da Saúde, 20 horas, concursado no antigo Inamps.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Somos colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dr. Hiran também. (*Palmas.*)

Foi um concurso feito em 1978, 1979, eu sou dessa leva aí. E nós ganhamos R$5 mil pagos pelo Governo Federal e pelo Ministério da Saúde. Então, eu acho que, em boa hora, a Comissão de Assuntos Sociais assumiu essa responsabilidade, chamou a si essa responsabilidade. E, em boa hora, nós estamos dando essa resposta à sociedade brasileira e resgatando essa dívida social que nós temos com esses profissionais tão importantes para a saúde pública brasileira, os médicos e o odontólogos brasileiros.

Por isso, nós vamos abrir aqui, encerrar. (*Pausa.*)

Perdão.

Nós estamos com um item aberto aqui, é o item 5, em votação simbólica. Eu coloquei em discussão, não foi? (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, coloco em votação o item 5.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

E eu vou encerrar aqui a nossa votação nominal, que é o PL 1.365, de 2022.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Houve 14 votos SIM; nenhuma abstenção; nenhum NÃO.

A matéria está aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Fernando Dueire, com a palavra.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente...

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) – ... nós temos hoje, V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) – Senador Marcelo Castro, V. Exa. fez um ato de coragem e de justiça hoje, quando o senhor pautou esta matéria. Nós estamos com essa matéria, Senador, há quatro anos, tramitando aqui no Senado. E o senhor, de pronto, chegando aqui à Comissão, me designou Relator e, na primeira sessão presencial, V. Exa. o colocou em pauta. Nós temos agora o resgate de uma dívida histórica.

Gostaria de pedir desculpas à categoria pela demora que o Senado Federal teve e fazer uma saudação a Carol Tabosa e a todos aqueles que representam o meu estado e que hoje levam para casa mais uma etapa cumprida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos continuar com a pauta.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 3907, DE 2025**

**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Dispõe sobre a inclusão da vacina nonavalente contra o HPV, no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.*

**Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

**Observações:**

*Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.*

Eu peço aos nossos colegas silêncio, por favor.

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato, com relatoria *ad hoc* da Senadora Damares.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Dra. Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu estava com tanta pressa de ser votado o projeto que eu nem me manifestei, mas acho que os médicos e os colegas não têm dúvida da minha posição.

Presidente, eu vou direto à análise, de forma resumida, porque o voto já foi publicado, informando que não tem vício constitucional nem regimental e está perfeita a técnica legislativa.

No prisma material, trata-se de medida que promove a concretização do direito fundamental à saúde.

No mérito, Presidente, a proposição toca o centro do cuidado: proteger vidas antes que a doença se instale, reduzir sofrimentos evitáveis e garantir que a população tenha acesso ao que há de melhor em ciência e tecnologia em saúde.

Presidente, a infecção pelo HPV é uma das mais prevalentes do mundo. Embora grande parte se resolva espontaneamente, a persistência viral por subtipos de alto risco pode evoluir para lesões precursoras e cânceres em diferentes regiões do corpo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O perfil dos vírus identificados nos tumores de colo do útero no Brasil reforça a necessidade de ampliar a proteção vacinal, que é ao que se propõe esse projeto. Estudos realizados antes da introdução das vacinas mostraram que, além dos tipos 16 e 18, há um conjunto relevante de outros subtipos de alto risco associados às lesões malignas. A maior parte desses subtipos adicionais é contemplada pela vacina nonavalente, que amplia o alcance da proteção contra cânceres anogenitais para cerca de 90%, frente aos aproximadamente 70% oferecidos pela vacina quadrivalente, atualmente utilizada no Programa Nacional de Imunizações.

Do ponto de vista econômico, Presidente, diversos estudos internacionais e avaliações conduzidas por órgãos de análise de tecnologias em saúde indicam que a vacina nonavalente pode ser custo-efetiva em relação à quadrivalente, especialmente em cenários em que a diferença de preço por dose é limitada. Considerando a elevada incidência de câncer de colo do útero no Brasil, a prevenção de milhares de casos ao longo do tempo tende a gerar economia significativa em tratamentos complexos, além de evitar perdas humanas e sociais que não se mensuram apenas em cifras.

Assim, no cenário internacional, há clara tendência de adoção da vacina nonavalente nos programas públicos.

Para o Brasil, os benefícios são claros: reforça-se a proteção da população, especialmente meninas e adolescentes em maior vulnerabilidade social.

Reconhecemos, assim, o mérito do PL 3.907, de 2025, que recebe nosso apoio. Para conferir maior harmonização ao ordenamento jurídico e fortalecer a política já existente, propomos que seu conteúdo seja incorporado à Lei 15.174, de 2025, que já institui a Política Nacional de Enfrentamento da Infecção por Papilomavírus Humano. Essa opção contribui para consolidar, em um único marco legal, as ações voltadas ao enfrentamento do HPV.

Assim, Presidente, o voto é pela aprovação do projeto de lei nessa emenda, em forma de substitutivo, que já está devidamente publicada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Damares.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

É um projeto terminativo, vou submetê-lo à votação nominal.

Abra-se o painel.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Há um outro item na pauta, o item 8, de que a Senadora Damares é Relatora. É um projeto não terminativo. Enquanto os Senadores votam, Senadora Damares, para a gente adiantar a pauta aqui, eu vou colocar o item 8.

**ITEM 8**

**PROJETO DE LEI Nº 1986, DE 2024**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 14.308, de 8 de março de 2022, a fim de instituir campanhas de conscientização sobre os sintomas dos principais tipos de câncer infantil para permitir seu diagnóstico precoce.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, como é uma matéria de consenso, eu vou direto ao mérito, inclusive de forma resumida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, o projeto revela-se altamente relevante e oportuno. O câncer infantil, embora represente parcela menor em relação aos tumores em adultos, configura-se como a principal causa de morte por doença entre crianças e adolescentes de 1 a 19 anos no Brasil.

Do ponto de vista epidemiológico, os tipos mais frequentes de câncer infantil apresentam a seguinte distribuição: as leucemias correspondem a cerca de 25% a 30%, seguidas pelos tumores do sistema nervoso central e pelos linfomas, aproximadamente 15%. Outros tumores relevantes incluem neuroblastomas, tumores ósseos e sarcomas de partes moles. Cada um desses grupos apresenta manifestações clínicas iniciais inespecíficas, como febre persistente, palidez, dores ósseas, vômitos recorrentes, cefaleia e aumento de volume em regiões corporais, o que contribui significativamente para atrasos diagnósticos.

Sob a perspectiva regional, observa-se significativa desigualdade no acesso ao diagnóstico e tratamento oncológico pediátrico no Brasil. Regiões como Norte e Nordeste apresentam maior proporção de diagnósticos em estágios avançados e menor disponibilidade de centros especializados, o que impacta negativamente os desfechos clínicos. Enquanto nas Regiões Sul e Sudeste as taxas de sobrevida se aproximam dos padrões de países desenvolvidos, podendo alcançar índices superiores a 70% a 80%, em áreas com menor infraestrutura assistencial esses índices são consideravelmente inferiores. E é ridículo, Presidente, lá no Norte morrer mais crianças do que no Sul tão somente por causa de desigualdades regionais.

Esse cenário reforça a centralidade da proposta legislativa. Dados nacionais e internacionais demonstram que, quando diagnosticado precocemente, o câncer infantil pode alcançar taxas de cura superiores a 80%, ao passo que o diagnóstico tardio ainda é responsável por elevada mortalidade e maior incidência de sequelas decorrentes de tratamentos mais agressivos.

Mais do que números e estatísticas, estamos tratando de crianças, vidas em formação, sonhos ainda em construção e famílias inteiras que se veem subitamente lançadas em uma luta desigual contra o tempo e o desconhecimento. O câncer infantil não atinge apenas o corpo da criança, mas desestrutura emocionalmente lares, fragiliza vínculos e impõe sofrimento silencioso a pais que, muitas vezes, sequer reconhecem os primeiros sinais da doença. É dever do Estado, mas também um compromisso moral da sociedade, garantir que nenhuma criança tenha sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chance de viver plenamente comprometida por falta de informação ou por um diagnóstico tardio evitável.

Diante de tudo isso, pela vida das crianças, parabenizando a autora do projeto de lei, o voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 1.986, de 2024, com uma pequena emenda de redação, em que eu faço uma adequação ao texto.

Este é o projeto, este é o voto, este é o relatório, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo à Senadora Damares pelo relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Senadora Eudócia, com a palavra.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Para discutir.) – Senadora Damares Alves, Sr. Presidente, mais uma vez, quero parabenizá-la pela brilhante relatoria sobre o câncer infantojuvenil, porque o câncer, quando é diagnosticado em fase precoce, a evolução é outra. Então, esses protocolos clínicos para diagnóstico de câncer precoce a gente tem que instituir o mais rápido possível e neles avançarmos cada vez mais.

Aqui eu quero fazer uma consideração, Sr. Presidente, em relação ao projeto de lei de que a Senadora Damares também foi Relatora, sobre HPV, sobre a vacina nonavalente, projeto este de que eu fui a autora. Quero dizer, Senadora Damares, da importância desse projeto de lei, porque atualmente, Sr. Presidente, nós temos no SUS a quadrivalente, que protege, que cobre quatro sorotipos do vírus HPV, e a nonavalente, que, obviamente, por atingir, por proteger, no caso, mais cinco sorotipos, a cobertura vacinal é bem maior. Enquanto a quadrivalente protege a mulher em 70% contra o vírus HPV, a nonavalente protege em 90%. Então, aqui nós estamos falando de vida, estamos falando de tratamento... Estamos falando, no caso, não de tratamento, mas de profilaxia, para evitar, Damares, que essas mulheres adquiram o câncer do colo de útero. Então, este projeto de lei é muito importante.

Eu quero só ressaltar o seguinte: com este projeto de lei sobre HPV, nós iremos economizar R$3,8 bilhões em um único ano, porque nós não teremos as mulheres com câncer de colo de útero. O Governo Federal irá gastar para implementar a nonavalente, porém ele irá economizar R$3,8 bilhões depois que ela for instituída, porque aí nós teremos 90% das mulheres cobertas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra o HPV. E esse vírus, como você colocou no seu relatório, Senadora Damares, causa praticamente 100% dos cânceres de colo de útero. Então, isso vai ser motivo de muita vitória na área da saúde.

E era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Estamos no item 8 da pauta, o Projeto de Lei nº 1.986, não terminativo, relatoria da Senadora Damares.

Declaro encerrada a discussão.

E submeto o relatório à votação, por votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Vou encerrar a votação do item 3 da pauta, Projeto de Lei nº 3.907, de autoria da Senadora Dra. Eudócia, com a relatoria da Senadora Ana Paula Lobato e da Senadora Damares, *ad hoc*.

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Doze votos SIM.

Nenhuma abstenção.

Nenhum NÃO.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A matéria está aprovada, nos termos da Emenda nº 1, da CAS (Substitutivo).

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, para a gente salvar a vida de meninas a partir de agora, vamos votar já o turno suplementar dele? Eu acho que não vai ter... É consenso, todo mundo quer salvar meninas no Brasil. Vamos votar já?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Consulto...

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – É apenas para dizer, Senadora Damares, como eu admiro a sua vibração nas pautas que V. Exa. defende. É contagiante! V. Exa. é imprescindível aqui no Parlamento brasileiro. (*Palmas.*)

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos realizar o turno suplementar do substitutivo agora, na sequência.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Dou início ao turno suplementar e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 6 da pauta.

**ITEM 6**

**PROJETO DE LEI Nº 4815, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Dispõe sobre o exercício da profissão de arteterapeuta.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Nelsinho Trad

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda (de redação) que apresenta.

**Observações:**

*1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.*

*2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelsinho Trad para a leitura do seu relatório.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Dr. Marcelo Castro, Senador do Piauí, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, permita-me cumprimentar a Dra. Lara Scalise, prima da nossa ex-colega Simone Tebet, e dizer que é uma alegria poder estar aqui fazendo este relatório, por conhecer essa categoria, conhecer essa atividade.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XIII, estabelece que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas exigências estabelecidas em lei. A criação de exigências para que um cidadão qualquer possa exercer um dado ofício, portanto, deve ser interpretada restritivamente, à luz da liberdade consagrada na Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que o projeto deva ser aprovado.

A arteterapia, como atividade voltada ao bem-estar físico e mental, é nitidamente uma prática que, nesse sentido, se desenvolve paralelamente a outras atividades semelhantes, notadamente a musicoterapia. Trata-se, portanto, de regulamentação de atividade diretamente atinente a questões de saúde pública, que apresenta demanda social expressiva e que configura lacuna legal evidente, dada a regulamentação de profissões congêneres.

Além disso, a aprovação da proposta contribui para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção da saúde integral, alinhando-se a diretrizes nacionais e internacionais que reconhecem a importância de abordagens terapêuticas complementares no atendimento à população. Ao incorporar, portanto, a arteterapia ao arcabouço normativo brasileiro, o Poder Legislativo reforça o compromisso com estratégias inovadoras e humanizadas de cuidados, capazes de ampliar a eficácia dos serviços oferecidos.

Outro aspecto relevante decorre do potencial da medida para fomentar a interiorização de serviços especializados.

Convém destacar ainda que a aprovação da matéria poderá estimular a criação de programas de formação continuada, cursos de especialização e iniciativas de qualificação profissional.

O voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente e demais colegas Senadores, o voto deste Relator é pela aprovação do Projeto de Lei 4.815, de 2024, com a seguinte emenda de redação:

> Emenda nº - CAS (de redação)
> Substituam-se, nos incisos II e III do art. 3º do PL nº 4.815, de 2024, respectivamente, as expressões “nível superior” e “o terceiro grau” por “graduação”.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-la, vou submetê-la à votação nominal, é um projeto de lei terminativo. (*Pausa.*)

O painel está aberto.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, permita-me ausentar-me do recinto, porque eu vou atrás dos colegas para votarem. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu consulto a Mesa sobre se, enquanto votam, eu posso ler em bloco meus três requerimentos. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tem requerimentos aqui sobre a mesa, todos da autoria da Senadora Damares – itens de nº 13, 15 e 16.

Então, item 13.

**ITEM 13**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 46, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 118/2025 - CAS, seja incluída a convidada que especifica.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Passo a palavra à Senadora Damares Alves, para fazer a leitura do seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, eu estou requerendo a inclusão do nome da Dra. Andréa de Fátima Cristino Bastos Crespo, para participar de uma audiência que já foi aprovada, aqui na Comissão, por meio do Requerimento 118, de 2025.

Este é o pedido, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 15 da pauta.

**ITEM 15**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 49, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 44/2026 - CAS, sejam incluídos os convidados que especifica.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Passo a palavra à nobre Senadora, para a leitura do seu requerimento.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, eu estou requerendo que sejam incluídos os nomes do Sr. Rodrigo Marinho, do Sr. Adriano Paranaiba e da Sra. Estéfane Sampaio para uma audiência pública que já foi aprovada, por meio do Requerimento 44, de 2026 – só a inclusão de nomes.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Item 16.

**ITEM 16**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 52, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2026 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 411/2024, que "altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), a fim de dispor sobre as instituições de longa permanência para pessoas idosas; e revoga dispositivo da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994", seja incluída a convidada que especifica.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Passo a palavra à nobre Senadora Damares Alves, para fazer a leitura do seu requerimento.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, no mesmo sentido, eu requeiro a inclusão do nome da Sra. Janaina Zambusi Nogueira, representante da Casa de Repouso da Janaina, lá do interior de São Paulo, para participar de uma audiência pública que já foi aprovada aqui e que vai discutir sobre as instituições de longa permanência para idosos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, me permita, ontem eu recebi um relatório. Eu sei que vaidade é pecado, mas eu vou compartilhar esse pecado com o senhor. Saiu um relatório ontem que chegou na minha mão de que as duas Comissões que mais fazem reunião nesta Casa são a de Direitos Humanos e a CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não vou ficar com esse pecado sozinho, eu vou dividir com o senhor. Tem Comissões, Presidente, que, somando todas elas, nem chegam perto do senhor.

Então, parabéns pelo trabalho, parabéns à Secretaria. São as audiências públicas. E eu só estou na frente porque eu moro aqui e faço as audiências na sexta. Parabéns, Presidente. Esta Comissão tem trabalhado muito. Parabéns pelo seu trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Damares, eu divido essas homenagens com toda a Comissão, que é uma Comissão muito atuante, muito presente. Realmente nós temos aprovado e discutido pautas importantes aqui, concernentes à nossa Comissão. (*Pausa.*)

Vamos ao item 9 da pauta...

Como deu quórum, eu vou encerrar aqui o item 6, Projeto de Lei 4.815.

Vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Houve 10 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

O relatório foi aprovado, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 9 da pauta.

**ITEM 9**

**TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO**

**PROJETO DE LEI Nº 4940, DE 2024**

**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Ementa do Projeto:** *Institui o Selo "Amigo das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde", estabelece critérios para sua concessão e dá outras providências.*

**Autoria do Projeto:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão

**Relatório:**

**Observações:**

*1- Em 13/05/2026, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 4940, de 2024, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno*

*do Senado Federal.*

*2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.*

*3- Até o momento, não foram oferecidas emendas em turno suplementar*

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e a submeto...

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Convoco para o dia 27 de maio, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária da Comissão destinada à deliberação de proposições.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 09 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Leila Barros, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Weverton, Beto Faro, Giordano e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 118/2025 - CAS, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), REQ 3/2026 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), REQ 4/2026 - CAS, de autoria Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), REQ 12/2026 - CAS, de autoria Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), e REQ 46/2026 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater o impacto negativo do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde pública, especialmente entre os jovens. **Participantes:** Carla Renata dos Santos Marques, Tecnologista da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde; Bruna Pitasi, Coordenadora de Apoio às Ações de Promoção de Alimentação Saudável do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Fábio Gomes, Assessor Regional em Nutrição e Atividade Física da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/WDC; Roseli Oneide Zerbinato, Coordenadora-Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Vitória Moraes, Nutricionista e Analista de Inteligência do Programa Alimentação Saudável da ACT Promoção da Saúde; Alexandre Novachi, Diretor de Assuntos Regulatórios e Científicos da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - ABIA; Gustavo Beduschi, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Laticínios - Viva Lácteos; Raul Amaral, Diretor da empresa de consultoria Honne Marketing (representante de: Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás - ADIAL); Luis Madi, Coordenador da Plataforma de Inovação Tecnológica do Instituto de Tecnologia de Alimentos - Ital; Ingrid Dragan Taricano, Professora e Pesquisadora em Biomedicina (representante de: Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia para Redução de Danos - SBRed); Marcia Terra, Secretária-Geral da Sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Nutrição e Alimentação - Sban; Andréa de Fátima Cristino Bastos Crespo, Professora da Graduação de Medicina do Centro Universitário São Camilo/SP; Mariana Ribeiro, Nutricionista e Analista de Políticas Públicas do Instituto de Defesa de Consumidores - Idec; Eduardo Augusto Fernandes Nilson, Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz; e Rodrigo Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado – ILM. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Dra. Eudócia**
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/26

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 118, de 2025, da CAS, e 3, 4, 12 e 46, de 2026, da CAS, de minha autoria e de autoria da Senadora Mara Gabrilli e dos Senadores Jaime Bagattoli, Jayme Campos, Laércio Oliveira, Zenaide Maia e Damares Alves, para a realização de audiência pública destinada a debater o impacto negativo do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde pública, especialmente entre os jovens.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão através da Ouvidoria, pelo telefone 0800 0612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Eu agora convido... Eu quero primeiro cumprimentar a Dra. Carla Renata, a Dra. Bruna Pitasi, o Dr. Fábio Gomes, a Dra. Roseli Oneide Zerbinato, a Dra. Vitória Moraes, o Dr. Alexandre Novachi, o Dr. Gustavo Beduschi, o Dr. Raul Amaral, o Dr. Luis Madi, a Dra. Ingrid Dragan Taricano, a Dra. Marcia Terra, o Dr. Rodrigo Marinho, a Dra. Andréa de Fátima Cristino Bastos Crespo, a Dra. Mariana Ribeiro e o Dr. Eduardo Augusto Fernandes Nilson.

Nós temos cinco palestrantes que estão aqui presencialmente. Dessa forma, eu os convido a participar aqui da mesa do debate desta sessão, que é o Dr. Gustavo Beduschi – por gentileza,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Gustavo, seja muito bem-vindo –, a Dra. Ingrid Dragan, o Dr. Rodrigo Marinho, a Dra. Mariana Ribeiro e o Dr. Eduardo Augusto – por gentileza, se façam presentes aqui na mesa.

Sejam muito bem-vindos. Quero saudá-los calorosamente.

Boa tarde. Boa tarde.

E, dessa forma, como nós temos ao todo 15 palestrantes – e vai ser uma audiência pública com muitos palestrantes, o que é muito importante, por sinal, quero fazer essa consideração; por isso que estamos aqui para debater esse tema tão importante – e eu quero a colaboração de cada um de vocês, vocês terão cinco minutos para a fala, e a gente não pode ultrapassar essa fala, porque senão eu vou ter que diminuir na fala do próximo, em virtude da quantidade enorme de palestrantes – e, mais uma vez, eu digo: que bom que vocês aceitaram o nosso convite, as indicações também dos Senadores, para estarem aqui.

E agora eu vou passar a palavra para a primeira oradora, que é a Dra. Carla Renata dos Santos Marques, que é Tecnologista da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.

Dra. Carla Renata, que está por videoconferência, seja muito bem-vinda e a senhora tem cinco minutos para sua explanação.

**A SRA. CARLA RENATA DOS SANTOS MARQUES** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos aqui presentes, *online* e aí no Senado.

Eu gostaria de compartilhar a minha apresentação. Solicito um momento e pergunto se está aparecendo para todos os presentes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, está aparecendo.

**A SRA. CARLA RENATA DOS SANTOS MARQUES** (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos os presentes deste plenário.

Saúdo especialmente a Presidente, os Senadores e os colegas das instituições que também compõem essa mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, eu gostaria de agradecer, em nome do Ministério da Saúde, o convite da Comissão para a audiência participativa destinada a debater o impacto negativo do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde pública, especialmente entre os jovens.

Meu nome é Carla Marques, sou Nutricionista, Mestre e Doutora em Saúde Coletiva e servidora da carreira de Ciência e Tecnologia aqui do Ministério da Saúde. Atuo na Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição, sendo a área técnica responsável pela gestão federal da política de alimentação e nutrição.

Bom, também aproveito para saudar os 35 anos do Sistema Único de Saúde, um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo. Seu maior propósito é garantir o acesso à saúde como um direito de cidadania sem qualquer tipo de discriminação e exclusão. O SUS é um sistema regido pelos princípios doutrinários da universalidade, integralidade e equidade e pelos princípios organizativos da descentralização, regionalização, hierarquização e participação social.

Assim, eu centro aqui a minha breve fala em dois lócus importantes. Um é a atenção primária em saúde no SUS, destacando o programa dos agentes comunitários, a expansão da Estratégia Saúde da Família nos últimos 30 anos, saindo de 328 equipes para, em 2024, alcançar um número de mais de 51 mil equipes da Estratégia Saúde da Família. A eficácia desse modelo da Estratégia Saúde da Família em relação a outros modelos de atenção tornou-se consenso nacional e internacional. Esse lócus da atenção primária em saúde é um lócus que prima pela territorialização, pelo planejamento e programação, além da intersetorialidade e participação da comunidade. Outro lócus importante que a gente cita aqui em nossa breve fala é sobre a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, nesse lócus da ESF, como já mencionei, mas fazendo a interlocução com o ambiente escolar, partindo de três grandes eixos. Os eixos são: o eixo do incentivo, atuando na educação alimentar e nutricional, com hortas pedagógicas nas unidades básicas de saúde e nas escolas; o eixo da proteção, sendo signatários de atos normativos para a regulação do ambiente alimentar escolar; e o eixo do apoio, destacando aqui o Programa Saúde na Escola, que, há mais de 13 anos, já faz essa interlocução intersetorial entre o campo da saúde e a educação, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que também segue os preceitos do Guia Alimentar para a População Brasileira e faz essa interlocução entre as políticas públicas em âmbito local, promovendo a atuação de educadores, estudantes e famílias, gestores, cozinheiras escolares, cantineiros e outros profissionais, entendendo que nesse meio é que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente consegue ter uma ação mais robusta em relação à proteção de crianças e adolescentes em relação aos ultraprocessados.

Aqui, destaco mais uma vez o Programa Saúde na Escola.

Aqui, mais uma vez, eu trago a questão do decreto presidencial assinado no dia 12 de dezembro de 2023, que dispõe sobre os princípios e objetivos em relação ao marco de referência de educação alimentar e nutricional, também tendo como preconizado o Guia Alimentar para a População Brasileira e o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos.

O guia é não só um ordenador de cuidado no campo da saúde, mas também se manifesta como direcionador para políticas intersetoriais, com reconhecimento internacional acerca dos seus preceitos em relação à prioridade de alimentos *in natura* em detrimento de alimentos ultraprocessados – temos tanto para a população brasileira, em geral, quanto para crianças menores de dois anos, e momentos regulatórios também, como o apoio ao Projeto de Lei 4.501, do Senador Jaques Wagner, entendendo o posicionamento do ministério a favor dessa regulação do ambiente alimentar em todo o ensino básico.

Agradeço a oportunidade.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pela participação, mais uma vez, Dra. Carla Renata.

Eu agora passo a palavra à Dra. Bruna Pitasi, que é Coordenadora de Apoio às Ações de Promoção de Alimentação Saudável do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Dra. Bruna, você também está por videoconferência. Seja muito bem-vinda a esta audiência pública. A senhora tem cinco minutos para sua explanação.

**A SRA. BRUNA PITASI** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora, obrigada pelo convite. Em nome da Secretária Lilian Rahal, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui.

Vou compartilhar minha tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, como só tenho cinco minutos, eu vou tentar ser bem objetiva e pular aqui alguns eslaides.

O foco da apresentação de hoje – que nos foi encomendado – é falar sobre a juventude e o consumo de alimentos ultraprocessados. Eu queria iniciar, então, trazendo esse estudo que a gente desenvolveu no MDS sobre o mapeamento dos desertos e pântanos alimentares.

Então, como comer saudável onde a comida não chega? A gente identificou, em diversas cidades brasileiras acima de 300 mil habitantes, que a comida saudável não chega para a população que mais precisa, então a gente tem 25 milhões de brasileiros nesses municípios acima de 300 mil habitantes que vivem em áreas de desertos alimentares, onde a oferta de alimentos *in natura* – o acesso físico aos alimentos saudáveis – é prejudicada.

Em contrapartida, 15 milhões de brasileiros vivem em situação de pântanos alimentares, ou seja, pântanos alimentares são aqueles locais onde a oferta de alimentos ultraprocessados é abundante, favorecendo, então, esse consumo pela população.

Então, vou pular aqui mais um pouquinho.

A gente sabe – né? Acho que vai ser já compartilhado, vai ser narrado aqui – pelos outros colegas do quanto o consumo de alimentos ultraprocessados está associado a diversas doenças crônicas não transmissíveis.

Quando a gente olha para a juventude brasileira, a gente observa que a juventude – a grande parte da juventude – vive nessas áreas urbanas, com forte concentração nas periferias metropolitanas. Então, onde a gente identificou esse maior número de desertos alimentares também se conecta com essas áreas de população em situação de vulnerabilidade social, nas periferias.

Os jovens negros têm maior presença em territórios periféricos, então a gente está falando aí também de uma grande desigualdade de raça e de cor, desigualdade socioeconômica e desigualdade de trabalho, emprego e renda que vão afetar também esse consumo de alimentos ultraprocessados pela população mais jovem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem dados que vêm mostrando um maior consumo desses alimentos ultraprocessados pela população mais jovem, e também um aumento do excesso de peso e obesidade entre os jovens. A gente tem um desafio, que é reduzir a fome e todas as formas de má nutrição, como a obesidade, com alimentos saudáveis.

Quando a gente fala da insegurança alimentar e nutricional, a gente está olhando para essas duas faces da moeda: tanto a fome quanto a obesidade. Muitas vezes essas famílias substituem alimentos saudáveis por alimentos ultraprocessados – que são mais acessíveis, mais baratos e mais disponíveis. Então, o Estado tem um papel importante na promoção desses ambientes alimentares saudáveis.

Eu queria destacar aqui alguns marcos bastante recentes que vêm contribuindo para a gente pensar nesses ambientes saudáveis no Brasil, como o decreto que dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos. A composição da cesta básica de alimentos veda a participação de alimentos ultraprocessados, e esse decreto tem apoiado um conjunto de políticas públicas brasileiras, como a discussão da reforma tributária. Então, na reforma tributária, esse decreto serviu como base, e a gente teve lá um conjunto de alimentos saudáveis com alíquota zero ou reduzida na reforma tributária.

Além disso, a gente vem discutindo a importância da regulamentação do ambiente escolar. Eu estive aqui, semana passada, também com a Senadora, num debate sobre o projeto de lei do Senador Jaques Wagner, que traz a importância de regulamentar esse ambiente escolar e proteger contra essa oferta de alimentos ultraprocessados. E esse decreto nacional corrobora o quanto é importante trabalhar com essa regulamentação do espaço escolar, para promover ambientes que garantam alimentação adequada e saudável para os jovens.

Eu queria destacar que a gente tem uma estratégia intersetorial de prevenção da obesidade, que foi publicada em parceria com o Ministério da Saúde e com o Ministério da Educação. Essa estratégia reúne um conjunto de compromissos dos diversos ministérios para enfrentar a obesidade, e um conjunto de ações voltadas também para a juventude. Então, convido a todos a conhecerem.

E aí aqui algumas ações que a gente já vem fazendo do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar aqui mais rapidinho.

Parceria com o TikTok, um projeto em Recife, e um projeto que a gente está lançando agora que se chama Comer Pra Quê?, nas periferias, que vai olhar justamente para esses jovens periféricos, como agentes transformadores dos seus territórios.

E aí eu queria só finalizar dizendo como o Legislativo pode apoiar. Acho que é defender e fortalecer os marcos legais. Então, fortalecer o que já existe e apoiar com medidas regulatórias de redução do consumo de ultraprocessados, que a gente sabe que, além de fazê-lo no ambiente escolar, com medidas que versam sobre a publicidade desses alimentos, entre outras, como a reforma tributária.

É isso, muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Bruna, parabéns pela sua explanação. Realmente, eu tive a honra de escutá-la na semana passada, na audiência pública que nós tivemos do projeto de lei da autoria do Senador Jaques Wagner e da minha relatoria, que é sobre a presença dos alimentos ultraprocessados em cantinas e ambiente escolar de uma forma geral; para termos, através desse projeto de lei, a proibição desses produtos, e também a divulgação dentro das cantinas desses produtos. Então, sua explanação foi brilhante na semana passada; hoje, não poderia ser diferente.

Parabéns pela sua explanação.

E agora, eu passo a palavra ao Dr. Fábio Gomes, que é Assessor Regional de Nutrição e Atividade Física da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que está por videoconferência.

Seja muito bem-vindo, Dr. Fábio. O senhor tem cinco minutos para sua explanação.

**O SR. FÁBIO GOMES** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muitíssimo obrigado, Senadora. Vou ser bem breve, para passar rapidamente pela evidência que, hoje em dia, é bastante clara: o impacto dos ultraprocessados na saúde humana e, em particular, o efeito que isso tem na juventude. Acho que é importante destacar não só o impacto que isso tem na saúde humana, mas também, cada vez mais, o impacto que também gera na saúde planetária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começando pelo impacto na saúde humana, é muito clara essa relação do aumento do consumo de ultraprocessados com o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis e a má alimentação.

Eu vou começar pela má alimentação.

Não existe nenhum lugar no mundo – nenhum lugar no mundo – em que as pessoas comam mais ultraprocessados e comam melhor; essa evidência não existe. Ao contrário dela, sim, temos evidências de que, em todos os lugares em que isso foi estudado – não importa se a gente está em Taiwan, no Canadá, no México, na Argentina, na Austrália ou no Brasil –, quando as pessoas consomem mais ultraprocessados, elas comem mais energia, mais açúcar, mais gordura, gordura saturada e gordura trans, e comem menos nutrientes essenciais para uma alimentação saudável, como fibras, vitaminas, minerais e proteínas.

Esse impacto negativo não é só para os adultos; é também para a alimentação que começa lá nos primeiros dias, nos primeiros meses de vida dos seres humanos, e isso é muito determinante para o resto da vida das pessoas.

E a gente também tem evidências de que o aumento do consumo de ultraprocessados, por exemplo, entre mães, diminui a continuação da amamentação entre crianças de 6 a 24 meses. Então, a gente está comprometendo, primeiramente, o mais importante passo da alimentação dos seres humanos ao longo do ciclo de vida.

Além disso, esse aumento do consumo de ultraprocessados aumenta o consumo de gorduras saturadas, açúcares e sódio e reduz o consumo de frutas e hortaliças, que são alimentos essenciais para uma alimentação saudável, entre essas crianças de 6 a 24 meses, quando começam a complementar a alimentação com outros alimentos além da amamentação.

Além disso, as mães começam a introduzir produtos ultraprocessados na alimentação de crianças de 6 a 24 meses quando elas têm um consumo de ultraprocessados elevado. Então, há a importância de a gente evitar o consumo desses produtos ao longo de todo o ciclo de vida.

E a evidência é muito clara, inclusive, para os estudos supercontrolados, como os estudos controlados aleatórios, justamente porque eles permitem que a gente elimine outros efeitos que pudessem ser não atribuíveis aos ultraprocessados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses estudos, os resultados são muito claros. Pessoas internadas na clínica do NIH (NIH Clinical Center), nos Estados Unidos, só tinham a opção de comer o que lhes era oferecido. Algumas pessoas consumiam ultraprocessados, e outras pessoas consumiam comida de verdade, uma alimentação não processada, uma preparação culinária.

A quantidade de energia consumida que pessoas consumiram de ultraprocessados foi... Quem consumiu ultraprocessados acabou consumindo muito mais energia. E a gente pode ver, muito claramente, que, nesses 14 dias, quando as pessoas começaram a consumir ultraprocessados, elas ganharam 1kg no peso corporal; e as pessoas que não consumiam ultraprocessados, que consumiam só alimentação preparada com alimentos de verdade, perderam 1kg somente nessas duas semanas em que elas estiveram...

Outros estudos, depois, seguiram esse mesmo grupo. Quando as pessoas deixam de comer comida de verdade e voltam a comer ultraprocessados, elas voltam a ganhar, elas recuperam o peso que elas tinham perdido.

Então, a importância de evitar os ultraprocessados e de garantir a alimentação baseada em alimentos não processados é muito clara até nesses desenhos experimentais supercontrolados.

Depois, a gente vai para literatura que reúne a revisão de todos os estudos que já foram feitos no mundo. Se a gente colocar, hoje, no sistema de busca de artigos científicos a palavra "ultraprocessado", vão aparecer mais de 3 mil artigos, e essas revisões demonstraram que o consumo de ultraprocessados afeta quase todos os órgãos e sistemas do corpo humano. Essa evidência é bastante robusta e não tem nenhuma evidência que contraria esses resultados com relação ao impacto na saúde humana.

Além disso, o impacto na saúde ambiental é brutal e a gente precisa proteger nosso meio ambiente para as gerações atuais e gerações futuras, já que a gente está falando de juventude. Os seis maiores poluidores de plástico, no mundo, são fabricantes de produtos ultraprocessados. Isso já está bem documentado e segue sendo reportado anualmente por esse grupo que audita a poluição plástica em todo o mundo. E sabemos que o uso de plástico vai triplicar para 2060 e só 12% serão usados uma segunda vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é impossível a gente resolver o problema do lixo plástico com a reciclagem. A gente precisa reduzir o consumo de plásticos e, para isso, a gente precisa reduzir o consumo de ultraprocessados, que lidera a produção e a poluição de plásticos no mundo. Além disso, as tintas que são usadas, mesmo em caixas ou em outros materiais que não são plásticos, pelas indústrias de ultraprocessados, também contêm metais tóxicos que são acumulados no solo, também comprometendo a saúde ambiental.

Finalmente, os efeitos sobre a emissão de gases de efeito estufa e o consumo de água. Ele aumentou no Brasil nos últimos 30, 20 anos, e a gente não vê essa alteração para os outros alimentos. Realmente, quem está liderando os impactos ambientais no Brasil são os produtos ultraprocessados.

E a gente sabe que, enquanto os países tiverem o seu mercado desregulado – esse é um gráfico que mostra quão desregulados são os mercados e qual é a venda de produtos ultraprocessados –, quanto mais desregulados os países são, mais ultraprocessados a gente vai ver aumentando o consumo.

A gente não tem nenhuma chance de melhorar a alimentação da população, reduzir o consumo de ultraprocessados, se a gente não tiver uma regulação, uma legislação que possa aplicar a rotulagem, a restrição da publicidade, impostos em ambientes como o escolar, para que a gente possa frear essa expansão desses produtos na alimentação da população e garantir uma melhor saúde humana e para o planeta.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dr. Fábio Gomes, muito grata pela sua participação, brilhante explanação.

Você colocou que, inclusive, além do impacto direto na saúde e em todos os órgãos, como você colocou... Porque, se atinge, primariamente, o sistema cardiovascular, é óbvio que vai repercutir em todos os órgãos, e isso realmente é muito preocupante. E, além de impactar diretamente na saúde, ele impacta também no meio ambiente, como você colocou; essa questão dos recipientes plásticos e também dos recipientes em caixas, que também têm material tóxico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já tinha visto em vários artigos, também, esse comentário. Então, só corrobora o que a gente vem discutindo em outras audiências públicas.

E, só reiterando suas palavras, Dr. Fábio, mostra-se que os jovens são grandes consumidores de ultraprocessados, especialmente em áreas urbanas. O *marketing* desses produtos é muito agressivo e a falta de educação nutricional faz com que esses jovens tenham acesso mais fácil aos alimentos ultraprocessados, que não são considerados alimentos de verdade.

Então, também quero colocar o seguinte: estudos sugerem – isso aqui são estudos – que o consumo elevado de ultraprocessados desde a infância e adolescência pode acelerar mecanismos inflamatórios, resistência à insulina – e aí vem a questão do diabetes tipo 2 –, a obesidade, que é um quadro inflamatório, um quadro endócrino, e alterações metabólicas, fatores que aumentam o risco de câncer.

E eu tenho também aqui dados sobre a questão do aumento do câncer de colorretal nas nossas crianças e nos nossos jovens. Entre 1999 e 2020, a taxa de câncer colorretal aumentou 333% entre adolescentes de 15 a 19 anos e 500% entre crianças de 10 a 14 anos. Isso é um quadro muito grave, é um quadro para todos nós pararmos e pensarmos no que estamos fazendo.

Os colegas médicos... Eu também sou médica, sou pediatra e sou gastroenterologista pediátrica, como já coloquei em outras reuniões, eu sei da gravidade dos alimentos ultraprocessados na alimentação das nossas crianças e jovens e de todo ser humano, adultos, idosos, mas aqui a gente está focando no câncer colorretal em jovens.

E eu tenho outra estatística aqui em jovens adultos: nos jovens adultos de 20 a 24 anos aumentaram os índices de diagnósticos de câncer colorretal em 185%. Isso é algo estrondoso, muito, muito preocupante.

Por isso é que nós estamos aqui dando as mãos para discutirmos esse tema tão importante para que a gente possa, como o Dr. Fábio colocou, regular essa venda, porque, caso contrário, como você colocou, Dr. Fábio, daqui para – não digo nem 2060 – 2030, o que será dos nossos jovens, das nossas crianças e de toda a população?

Então, eram essas considerações que eu queria fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora eu passo a palavra à Dra. Roseli Oneide Zerbinato, que é Coordenadora-Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, que está conosco por videoconferência.

A senhora tem cinco minutos, Dra. Roseli. Seja muito bem-vinda.

**A SRA. ROSELI ONEIDE ZERBINATO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora!

Eu quero agradecer o convite do Senado Federal e cumprimentar os Parlamentares, especialistas e participantes dessa audiência pública tão importante.

Eu sou nutricionista e falo em nome da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar do MDA e trago aqui uma saudação da nossa Ministra Fernanda Machiavelli, a primeira mulher a ocupar o cargo de Ministra aqui nesse ministério; da nossa Secretária Ana Terra e da nossa Diretora Regilane Fernandes.

Bom, gente, eu vou fazer uma apresentação aqui bem rapidinho, tentando respeitar os cinco minutos, e eu gostaria de iniciar... Vocês estão vendo, né? Estão vendo a apresentação?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, estamos sim.

**A SRA. ROSELI ONEIDE ZERBINATO** – Está bem.

Então, eu gostaria de iniciar minha fala aqui, trazendo uma reflexão sobre os alimentos...

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Só um minutinho, Dra. Roseli. O seu compartilhamento da tela saiu.

**A SRA. ROSELI ONEIDE ZERBINATO** – Saiu? Deixe-me tentar novamente. É aqui, compartilhar. Agora está indo?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Agora voltou.

**A SRA. ROSELI ONEIDE ZERBINATO** – Está bom. Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, é importante iniciar este debate destacando que os alimentos ultraprocessados não podem ser reduzidos apenas às escolhas individuais, né? Porque nós estamos falando também sobre acesso... Aqui é só o que são alimentos ultraprocessados, é o conceito, que é aquele alimento que tem baixo custo e alto lucro, hiperpalatável e durável – claro, tem muitos ingredientes ali para durar muito tempo – e que tem um *marketing* intenso, como a Senadora falou quase agora mesmo, e é convincente esse *marketing*. E aí a gente precisa falar... Aqui são alguns dados da prevalência do consumo de ultraprocessados no Brasil e o consumo entre jovens, que outros colegas que me antecederam já falaram aqui.

E aí, é importante a gente falar das consequências do consumo de ultraprocessados, que é exatamente isto: tem um impacto muito grande para a saúde, com a prevalência e desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como a obesidade, diabetes tipo 2, hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, câncer, enfim, uma infinidade, né? E causa uma inflamação, um processo inflamatório muito prejudicial ao organismo. Também no campo da saúde mental já há pesquisas sugerindo essa relação.

Aí a gente precisa falar de um sistema alimentar, o que um sistema alimentar justo e inclusivo deve considerar, porque, quando a gente fala de ultraprocessados, a gente está falando também de acesso, desigualdade, abastecimento alimentar, ambientes alimentares e modelos de produção e distribuição de alimentos, e aí, o avanço dos ultraprocessados precisa ser debatido a partir do abastecimento alimentar, do acesso e da desigualdade dos sistemas alimentares, né?

Aqui a gente apresenta alguns dados e uma reflexão: o nosso sistema alimentar é justo e inclusivo? Será, gente? Porque olha só: o Brasil é o segundo maior exportador de produtos agropecuários do planeta, tem mais de 50 milhões de toneladas anuais de hortifrútis produzidos, está em primeiro lugar em produção de carne bovina no mundo, produz 5 mil toneladas de alimentos da sociodiversidade, mas, em contrapartida, um terço da produção de hortifrúti é desperdiçado, mais de 18 milhões de famílias está em algum grau de insegurança alimentar e nutricional e temos 2,5 milhões de famílias ainda em insegurança alimentar grave, né?

E aí, nós vemos a concentração de mercado e a baixa capilaridade... Ai, eu vou correr aqui, então, gente, para falar o seguinte: nós podemos nos contrapor a isso com a comida de verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós criamos o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, que tem 6 eixos, 28 iniciativas, 92 ações estratégicas.

Tem todos esses eixos aí e é a primeira vez que o Brasil tem esse Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. Nós precisamos ter esse compromisso coletivo: o sucesso desse Plano Nacional de Abastecimento Alimentar depende da ação de cada um.

O Planaab é um roteiro do estado para um sistema alimentar justo, mas a transformação real só acontece nos territórios, nas cidades, nas escolhas do dia a dia. Então, nós estamos fazendo um chamado ao setor público para que integre suas políticas. A cooperação é essa chave do sucesso para isso dar certo. Setor privado, adote práticas justas, amplie o espaço para a agricultura familiar. Academia e mídia, gerem conhecimento (*Falha no áudio.*)... E cidadãos e sociedade civil, façam escolhas conscientes, apoiem os produtores locais, cobrem e participem, porque um compromisso coletivo gera resultados coletivos.

O Brasil saiu do Mapa da Fome, porém, foi só o primeiro passo. Nós temos que tirar todo mundo de algum grau de insegurança alimentar e nutricional.

Estamos à disposição.

Muito obrigada. Estamos aqui para o debate.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Roseli, parabéns pela sua apresentação.

Baseado no que você colocou, é isto que nós temos que fazer: estimular a agricultura familiar. Eu estou desenvolvendo um projeto de lei para diminuir os tributos sobre os produtos orgânicos para que os pequenos, médios e grandes produtores rurais possam ter incentivos para produzir mais alimentos orgânicos e para que a nossa população tenha acesso mais fácil a esses produtos e tenha uma alimentação de qualidade.

E, só reforçando o que você colocou sobre a questão dos ultraprocessados – porque, às vezes, a gente fica naquela polêmica: qual é o conceito? São três ingredientes, são cinco? –, gente, não importa: não é sobre um, dois, três, quatro e meio, sete, dez, não. O que são alimentos ultraprocessados? São alimentos que não têm teor calórico – têm, sim, caloria vazia –; não têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gordura saudável, a gordura dele é saturada ou gordura trans, que também é uma gordura que faz mal à saúde; têm muito açúcar, têm pouca proteína. O que é que nós temos também nos alimentos ultraprocessados? Nós temos matérias orgânicas dentro do processo industrial desses produtos – não quero dizer de todos, de alguns, mas tem –, petróleo e carvão, na forma de corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes. Isso se chama produto ultraprocessado. Ninguém vai aqui estar contando de um a mil quantos têm, não é sobre isso, é que a caloria que ele tem é vazia.

Foi colocado aqui pela colega que fez a explanação – na verdade, pelo Dr. Fábio, que colocou um grupo de pessoas comendo saudavelmente e outro grupo comendo ultraprocessados – que o grupo que estava comendo ultraprocessados estava ganhando peso, 1kg por dia, se foi bem assim que eu entendi, mas, se não for 1kg por dia, estava ganhando peso de uma forma mais acelerada. E o outro grupo, que estava comendo saudavelmente, em vez de ganhar, até perdeu. Então isso mostra que esses alimentos ultraprocessados, por terem calorias vazias, por não serem nutritivos, não terem poder de nutrição nenhum; por terem muito açúcar e muita gordura saturada, levam, além de doenças inflamatórias, como a gente já falou aqui, também a câncer, enfim. E o pior: levam esses jovens a terem dependência desses alimentos, porque eles são hiperpalatáveis. Então, eles criam uma dependência.

Por isso é que estamos aqui tentando diminuir essa correlação de que esse alimento, por ser extremamente palatável, por ser mais barato, tem que ser o mais consumido. É óbvio que nós temos que ter políticas públicas para favorecer que as nossas crianças, nossos adolescentes e também, repito, os adultos, os idosos, mas aqui, como estamos falando sobre jovens e crianças, para que nossos jovens e crianças não tenham acesso fácil a esses alimentos.

Mais uma vez, eu quero agradecer aqui à Dra. Roseli.

Agora eu convido a Dra. Vitória Moraes, Nutricionista e Analista de Inteligência do Programa Alimentação Saudável da ACT Promoção da Saúde, para ter a sua fala, também por videoconferência.

A senhora, Dra. Vitória, tem cinco minutos para sua explanação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja muito bem-vinda.

**A SRA. VITÓRIA MORAES** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Está compartilhando a minha tela? (*Pausa.*)

Bom, então, vamos lá.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Está tudo certo.

**A SRA. VITÓRIA MORAES** (*Por videoconferência*.) – Tudo certo? Beleza.

Então, eu sou Vitória, sou nutricionista de formação e hoje atuo como analista...

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Vitória, você precisa colocar em modo apresentação a sua tela.

**A SRA. VITÓRIA MORAES** (*Por videoconferência*.) – Ué, aqui para mim está aparecendo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Você compartilha novamente, por gentileza?

**A SRA. VITÓRIA MORAES** (*Por videoconferência*.) – Vou compartilhar aqui. (*Pausa.*)

Agora foi?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Ainda não está em modo apresentação.

**A SRA. VITÓRIA MORAES** (*Por videoconferência*.) – Só um momento, espere aí.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Vitória, eu vou lhe sugerir o seguinte: enquanto você vê essa questão, eu vou chamando o próximo e depois eu volto para você. Está bom?

**A SRA. VITÓRIA MORAES** (*Por videoconferência*.) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Agora eu convido o Dr. Alexandre Novachi, Diretor de Assuntos Regulatórios e Científicos da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), que também está por videoconferência.

O senhor, Dr. Alexandre, tem cinco minutos para a sua explanação.

**O SR. ALEXANDRE NOVACHI** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora.

Boa tarde a todos e todas. É um prazer estar aqui.

Eu gostaria de iniciar minha fala afirmando que a indústria de alimentos não ultraprocessa nada. A indústria de alimentos é, sim, um grande ator na garantia de um dos direitos humanos mais importantes, ou seja, entregar para o cidadão alimentos que sejam seguros, saudáveis e em quantidades adequadas. A indústria de alimentos tem um compromisso muito sério com a sociedade brasileira. Recentemente, em acordos voluntários realizados com o Ministério da Saúde, houve a redução de 310 mil toneladas de gorduras trans – hoje o Brasil é um país livre de gorduras trans industrial –, 33 mil toneladas de sódio e mais de 120 mil toneladas de açúcar adicionados.

Além de profissional, eu queria aqui me posicionar como pai atípico, como pai de uma moça atípica, como irmão, como filho, como amigo, como professor. Ou seja, eu tenho absoluta tranquilidade em tudo aquilo que eu venho ajudando a entregar para a população deste país, como profissional da indústria de alimentos, nos últimos 30 anos em que eu trabalho. Mas a indústria está aí há quase 100 anos de produtos absolutamente seguros e saudáveis para a população. E essa minha segurança, essa minha afirmação vem do fato de que todos os alimentos disponíveis no mercado brasileiro hoje passaram pelo escrutínio de entidades ligadas à Organização Mundial da Saúde, ao *Codex Alimentarius*, à União Europeia e principalmente também, no nosso caso, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Entidades, órgãos, assessores científicos dessas organizações hoje, como o EFSA, que tem 133 especialistas nas áreas de toxicologia, epidemiologia química, bioquímica, microbiologia, independentes, de 34 países diferentes. O EFSA hoje conta com mais de 180 especialistas, que são divididos em 11 painéis e que avaliam e reavaliam sistematicamente todos esses alimentos. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois ainda são reavaliados pela agência. Daí vem a minha tranquilidade, a minha certeza e a minha convicção com relação à segurança e à qualidade dos alimentos que hoje a indústria de alimentos no Brasil disponibiliza para o consumidor.

Não posso deixar de falar com relação à definição de alimentos ultraprocessados. E ao final da minha fala isso vai ficar claro. Por quê? Porque é uma definição ainda ampla, ainda pouco objetiva, que, sim, pode colocar dentro desse guarda-chuva uma quantidade muito grande de produtos, mais de 5,7 mil produtos. Basicamente, se abrirmos a dispensa das nossas casas, os armários, as geladeiras, de qualquer família, de qualquer segmento da sociedade brasileira, nós vamos encontrar ali dentro uma quantidade enorme de alimentos que podem ser classificados como ultraprocessados, que são pães, margarina, requeijão, biscoitos, bolachas, salsicha, linguiça. Mas a gente pode ter ali também um feijão, um arroz, um fubá, uma farinha, porque, afinal de contas, processamento também é separação, é filtração, é lavagem, é limpeza.

Então, essa definição que hoje é utilizada em estudos, em documentos, pode levar a uma dificuldade muito grande da concretização desses resultados. A depender da intenção e do objetivo de quem está utilizando essa definição, a confusão pode acontecer. Então, essa falta de definição, de objetividade na definição não é de agora, ela vem há muito tempo. E ela vem sendo evidenciada e reafirmada por órgãos internacionais, por entidades científicas internacionais, como a Aesan, que é a Agência Espanhola de Segurança Alimentar e Nutricional, a British Nutrition Foundation, o Conselho Nórdico e, mais recentemente, a Organização Mundial da Saúde e o FDA criaram grupos de trabalho para buscar uma definição operativa do que são alimentos ultraprocessados.

E o FDA já se posicionou, o Secretário Robert Kennedy Jr. já se posicionou dizendo que muito dificilmente vai conseguir alcançar uma definição clara. O próprio *Codex Alimentarius*, em menos de 15 dias, na sua reunião do Comitê de Rotulagem, também disse da dificuldade de se encontrar hoje uma definição clara e objetiva. Uma falta de definição clara e objetiva impacta diretamente a regulamentação, qualquer tipo de regulamentação. Uma regulamentação, principalmente uma regra, uma legislação que busque um impacto na saúde pública, tem que ter uma boa governança, tem que proporcionar uma coordenação institucional forte, tem que ser monitorada e revisada. Se ela não partir de uma definição clara e objetiva, uma baixa efetividade dessa regulação e um impacto nessa política pública podem gerar perda institucional, podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerar impactos negativos para a sociedade. E, quando a gente está falando dessa regulação, com esse objetivo, a gente tem que considerar isso, porque é uma lei no Brasil, a não ser que o objetivo dessa regulação seja a regulação pela regulação, para se criar um ambiente onde se possa fazer críticas a um dos setores mais importantes da sociedade brasileira.

Nós não temos dúvidas com relação à importância da saúde pública, à importância da saúde dos consumidores. Estamos confiantes de que num trabalho feito em conjunto entre o setor produtivo, a sociedade civil, a academia, o setor público, baseado em ciência, baseado em propostas claras e factíveis, possa proporcionar, sem vilanização, sem eliminação radical, sem ideologia, mas, sim, com respeito à realidade do nosso país, soluções acertadas e objetivas que possam realmente trazer...

Da nossa parte, nós estamos abertos para trabalhar em conjunto em prol da sociedade brasileira.

Muito obrigado mais uma vez. E fico à disposição para eventuais questões.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pela participação, Dr. Alexandre Novachi.

Quero só fazer uma ressalva. Já que aqui é uma sessão de debates, o próprio nome já se explica: é para debate, é democracia, então cada um entende de uma forma, e assim a gente vai avançando no tema para a gente criar um resultado positivo para nosso país em relação à alimentação saudável.

Eu não me preocupo muito... E todos os estudos que eu tenho feito, todos os *guidelines*, todas as colegas minhas – eu tenho várias amigas que são nutrólogas e outras nutricionistas – me dizem a mesma coisa. Então, eu acho que o conceito de ultraprocessado é o que menos importa – o nome, o conceito. O que importa? Que todos os alimentos que são ultraprocessados, ou qualquer outro nome que queiram colocar, têm uma alta concentração em açúcar, uma alta concentração em gordura saturada, uma alta concentração de sal, e uma baixíssima ou nenhuma concentração de micronutrientes, que são as substâncias que a gente precisa para o nosso metabolismo basal. Então, o que isso gera no nosso organismo? O que a gente chama de fome oculta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As nossas crianças, os nossos adolescentes estão comendo, estão se saciando, mas estão com fome. As células estão com fome, porque não têm os nutrientes que elas precisam para crescerem de uma forma saudável. Então, eu acho que essa questão de conceito é o que muito pouco importa, certo? Agora, se a indústria brasileira que cuida, que trata, que trabalha com ultraprocessados conseguir trabalhar com seus laboratórios e conseguir fazer com que não tenha esses elementos que eu coloquei aqui, essas concentrações elevadas desses elementos, e puder nos provar que realmente é saudável... Então, acaba aqui a discussão, que a discussão é justamente sobre isto: sobre o aumento da ingesta de alimentos ultraprocessados e o aumento das doenças das nossas crianças e adolescentes.

As nossas crianças e os nossos adolescentes estão adoecendo – adoecendo –, e a gente não pode ficar parado assistindo isso sem poder fazer nada. De forma alguma. Então, eu, enquanto Senadora, enquanto médica, enquanto pediatra, estarei lutando para que nossas crianças, nossos adolescentes não tenham acesso a esses alimentos. E agora, eu passo a palavra... Eu volto a palavra para a Dra. Vitória Moraes, que conseguiu resolver sua questão técnica.

Dra. Vitória, a senhora tem a palavra por cinco minutos.

**A SRA. VITÓRIA MORAES** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, agora aparece em modo apresentação?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Agora sim.

**A SRA. VITÓRIA MORAES** (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Bom, então vou tentar ser breve na minha fala. Eu sou Vitória, sou nutricionista formada pela Universidade Federal Fluminense e, atualmente, trabalho como analista técnica no projeto de Alimentação Saudável da ACT Promoção da Saúde. A ACT é uma organização que trabalha por medidas que promovem ambientes saudáveis, a partir do conceito de Prevenção 360º, que seria prevenir a questão das doenças crônicas não transmissíveis, olhando para os cinco fatores de risco de forma integrada: a alimentação inadequada, o tabagismo, o consumo abusivo do álcool, inatividade física e poluição do ar, considerando que essa abordagem só se efetiva através de políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, alguns dos colegas já falaram sobre os dados de ultraprocessados, principalmente sobre os jovens, mas já está mais que dado que o consumo desses produtos é um fator de risco para a obesidade e doenças crônicas e quanto mais precoce essa exposição, maiores são os riscos ao longo da vida.

Então, os dados da POF mostram que o consumo de ultraprocessados entre adolescentes é maior do que quando comparado a adultos, e os dados da PeNSE – que saíram há dois meses – mostram que houve um aumento no consumo de refrigerantes e sobremesas industrializadas entre esse grupo. Além disso, o consumo desses produtos também causa outros problemas, como depressão, *bullying*, transtornos alimentares e baixo desempenho escolar. E estima-se que os custos totais para o tratamento de obesidade entre crianças e adolescentes já custou R$1,6 bilhão na última década. Então, os ultraprocessados já têm várias referências, inclusive em revistas de muita referência no âmbito científico, do impacto sobre a saúde e sobre o modo de alimentação, né?

Então, esses produtos que vêm substituindo dietas tradicionais acabam deteriorando a qualidade da alimentação e que têm a matriz alimentar alterada. Assim, além da presença dos ingredientes críticos, como gordura, açúcar e sódio, a gente também tem uma matriz alimentar completamente alterada, ou seja, a matriz original daquele alimento já não está mais ali presente. Quando a gente pensa num salgadinho de milho, uma das últimas coisas que tem ali é o milho integral. Isso, por sua vez, causa o aumento do risco de múltiplas doenças relacionadas à alimentação.

Vale destacar que a própria Constituição Federal considera saúde e alimentação como um direito social, e, por isso, é um dever do Estado garantir as condições socioeconômicas que possibilitem a adoção desses estilos de vida saudável. E isso só é possível por meio de políticas públicas.

Vou passar aqui.

E aí, no âmbito da alimentação voltada para o público adolescente, a gente considera que os ambientes alimentares institucionais podem ser espaços de promoção da alimentação adequada e saudável. Pensando no público em questão, as escolas aparecem como um ambiente alimentar de interesse, visto que que esses jovens e as crianças passam uma parte significativa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia nesses ambientes, que vão acabar influenciando a construção de hábitos alimentares. Então, um ambiente alimentar saudável vai promover hábitos saudáveis, vai proteger esses adolescentes dos fatores de risco e também garante a efetividade de ações de educação alimentar e nutricional. Não adianta a gente fazer uma atividade de mostrar para os adolescentes como eles devem se alimentar se o próprio ambiente alimentar promove hábitos que são contrários ao que a gente está querendo.

Alguns estudos já mostram que iniciativas locais de regulação de alimentos ultraprocessados em escolas chegou a uma redução do consumo entre os adolescentes, especialmente quando a gente compara com as localidades que não sofreram nenhum tipo de regulação. Então, chegando ali, há uma previsão de redução de 11% da obesidade entre os alunos.

E, além disso, a restrição da exposição no ambiente escolar também influencia a própria percepção de saudabilidade. Então, esses adolescentes passam a adotar hábitos mais saudáveis fora dos ambientes escolares.

Além disso, a promoção de cantinas saudáveis também fomenta toda uma cadeia alimentar mais sustentável, mais educativa, mais resiliente; fortalece os sistemas alimentares locais, trazendo maior resiliência e adaptabilidade a choques e crises econômicas; garante renda para pequenos produtores; e ainda valoriza a cultura alimentar local.

Hoje, nós já temos várias iniciativas locais, mas a criação de uma lei nacional pode padronizar critérios e diretrizes e pode garantir a equidade e a igualdade e, então, reduzir as desigualdades regionais em alimentação, nutrição e saúde, principalmente olhando para municípios menores, quando a gente compara com as grandes capitais – a maior parte dessas capitais –, que hoje são as que têm as regulações de proibição de ultraprocessados em cantinas. E experiências em outros países vizinhos mostram que a criação de uma lei nacional é eficiente na redução dos índices de obesidade e doenças crônicas entre os jovens.

Além disso, esse relatório do Unicef que foi publicado no último ano mostra que medidas fiscais também são apontadas como uma medida efetiva para enfrentar as doenças crônicas e proteger a saúde de crianças e adolescentes. Então, o Imposto Seletivo sobre bebidas açucaradas com uma alíquota efetiva pode ajudar a reduzir os índices de doenças de saúde bucal em crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e adolescentes, como cárie, que custam e oneram muito a saúde pública; melhorar a prevalência de obesidade e doenças crônicas; e também melhorar autoestima e desempenho de aprendizagem entre esses jovens.

Por isso, o pleito da ACT aqui é para que a gente avance na aprovação do PL 4.501, de 2020, de autoria do Senador Jaques Wagner, prevendo a regulação de ultraprocessados em cantinas escolares em todo o país, mas que também avance na definição de alíquotas efetivas para bebidas açucaradas no âmbito da reforma tributária, então, um mínimo aí de 8%.

Tendo em vista que o Brasil já é uma referência mundial em políticas de alimentação e nutrição. Diante disso, o Legislativo pode e deve ajudar a alavancar ainda mais esse pioneirismo. É isso.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada, Dra. Vitória, pela participação. Você também já tinha participado em outra audiência pública. É motivo de muita honra tê-la aqui, conosco, mais uma vez.

Agora, eu quero dar a palavra ao Dr. Gustavo Beduschi, que é Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Laticínios, que se chama Viva Lácteos. Ele está aqui presente nesta mesa. Seja muito bem-vindo, Dr. Gustavo! O senhor tem cinco minutos para sua exposição.

**O SR. GUSTAVO BEDUSCHI** (Para expor.) – Boa tarde Senadora. Obrigado pelo convite. Boa tarde a todos.

Indo direto à apresentação para ganhar tempo: primeiro, eu queria fazer uma complementação à fala do Alexandre Novachi, que eu acho que foi muito importante, foi muito esclarecedora. Quero lembrar que processamento veio para aumentar o tempo de vida dos alimentos e proporcionar uma melhor segurança desses alimentos; lembrar também que, no caso dos lácteos especificamente, nós temos uma regulação interna feita pelo Ministério da Agricultura e pela Anvisa que segue os regulamentos internacionais, como o *Codex Alimentarius*, também citado pelo Novachi.

Já passando alguns pontos aqui, eu acho que, como a senhora muito bem colocou, Senadora, nós temos que ver se é uma visão simplificada ou se é uma vilanização disso daí, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você tem vários alimentos ali; eu estou focando nos lácteos, que é o meu objeto. Então, a gente tem que analisar esse ponto, porque muitas correlações, relações são citadas e faladas de ingestão calórica, associação com gordura, sódio, relação com doenças crônicas, mas há uma questão simples da estatística: correlação, relação não é causalidade; causalidade é uma coisa, correlação é outra. Quanto à correlação, você pode ter correlação espúria; dias de chuva em Manaus com congestionamento em São Paulo, isso você vai dar alto, mas o que tem a ver uma coisa com a outra? Nada. Você tem que estudar a causalidade. Quando você faz estatística, você estuda correlação, mas isso não vai ter nada a ver se não tiver causalidade. O que causa o quê? A causa B, B causa A, ou é uma relação bicausal? Isso aí nós temos que ver muito claramente.

Outra coisa, os estudos observacionais. Como que são determinadas essas populações dos estudos observacionais? Isso é um ponto de extrema relevância. Como é essa sociedade, essa população que está sendo avaliada? Porque muitos fatores estão ali em debate, em análise, que podem estar influenciando o resultado final.

Então, isso são pontos da estatística que a gente vê, porque você não está isolando renda, estilo de vida, sedentarismo. Isto é um fato, a saúde é uma questão multifatorial, e a alimentação é um dos pontos dessa questão. A alimentação é um dos fatores, como eu falei, e tem o risco de generalizações, quando a gente está falando desse ponto. É importante a gente ver isso daí, a alimentação é um dos pontos, não é o único ponto.

Nos laticínios, quando a senhora falou de benéficos, nós temos. Os lácteos são fontes de cálcio, proteínas de alto valor biológico, e isso aí você vai ter em todos os laticínios. Então, nós temos que levar isso em consideração, porque, de novo, a alimentação é um dos pontos. Tem vários temas que estão nesse contexto que nós estamos olhando, de urbanização, mudanças de estilo de vida e acesso a alimentos.

E, de novo: sobra caloria e falta sono para os jovens. Aqui, ou seja, é estilo de vida. Não é questão única e exclusivamente da alimentação dessa juventude. Se você olhar, você tem aquela questão da moderação... Só para ir, porque o meu tempo está acabando.

Você tem esse tripé, que é alimentação, exercício e sono. Se você tirar uma das partes do tripé, você já está desequilibrado, você não vai ter a mesma saúde. Se não tiver as horas de sono, se não tiver exercício físico, do que adianta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. GUSTAVO BEDUSCHI** – ... só focar na alimentação? Eu acho que a gente tem que olhar como um todo – e não demonizar alimentos. Nós temos uma população que precisa de alimentos, concordo que temos que ter uma alimentação boa. Sim, mas tem que olhar o todo dessa alimentação. Promover hábitos saudáveis: hábitos saudáveis não são questão só de alimentação, é atividade física, é tempo de sono. Isso aí são os hábitos saudáveis.

Então, evitar essa simplificação é fundamental na discussão também, e eu acho que é importante. Agradeço à senhora por abrir o espaço para o contraditório também, para a gente abrir os dois lados, e levar essa informação para o debate. Então, era isto: os lácteos acompanham a nossa vida como um todo.

Muito obrigado, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dr. Gustavo Beduschi, parabéns pela sua explanação. Obrigada por estar aqui conosco mais uma vez.

Eu só queria fazer uma consideração, Dr. Gustavo. Imagina o sedentarismo, a falta de exercícios físicos. Imagina a falta de sono de qualidade, que às vezes se dorme muito, mas não é sono de qualidade. Imagina tudo isso junto com alimentos ultraprocessados, cheios de açúcar, de gordura saturada, de sal – tudo isso no mesmo paciente. Já é prejudicial a falta de exercício físico e a falta de sono de qualidade, ainda mais com alimentação ultraprocessada. Então, é isso que eu deixo para a gente também pensar.

Agora, eu passo a palavra ao Dr. Raul Amaral, que é Diretor da empresa de consultoria Honne Marketing; representante da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial). Ele está também por videoconferência.

Seja muito bem-vindo, Dr. Raul.

**O SR. RAUL AMARAL** (Para expor. *Por videoconferência.*) – É um prazer estar aqui, muito obrigado.

Queria saudar a Sra. Senadora. Gostei muito da sua colocação de descolar a melhora da alimentação saudável e eliminando, quase reduzindo, o consumo desses produtos que têm uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caloria vazia e que têm poucos nutrientes; porque, no conceito de ultraprocessado, geralmente não seria válida a reformulação.

Eu queria destacar que hoje, na indústria de ingredientes, a tecnologia de ingredientes, especificamente entre as tecnologias de alimentos, dispõe de várias soluções para reformulação: a redução de açúcar, com proteínas doces, com sistemas de redução, de minimização do sorve, com sistemas de enzimas; temos também a tendência hoje de fornecer ingredientes para aumentar o conteúdo proteico dos alimentos; a febre hoje de produtos em busca de proteína, talvez de forma exagerada, mas também com fibras, surge de uma demanda maior, talvez pelas canetas emagrecedoras, com as pessoas buscando maior saciedade na sua alimentação; e também migrando essa tendência futuramente nos estudos de tendência que eu tenho realizado para outros nutrientes extremamente importantes que são carentes na população brasileira.

Além disso, além de tirar aquilo que eventualmente as pessoas não querem e aumentar aquilo que possa tornar os produtos mais nutritivos, as pessoas querem coisas mais autênticas, mais naturais. E há, na indústria de ingredientes, uma série de soluções para os produtos serem mais *clean label*, ao tirarem alguns ingredientes que sejam considerados, ainda *sub judice*, suspeitos quanto ao seu efeito para a saúde. E também há a questão que estão buscando de uma forma muito importante, gradativamente, a busca de soluções, de nutrientes, de ingredientes de fontes sustentáveis. Isso é extremamente importante, considerando a substituição muitas vezes de óleo de palma, que tem sido questionado pela questão ambiental, também a extinção futura que se prevê talvez de oferta do cacau e tecnologias que são incríveis, como a fermentação de precisão, como o cultivo celular, que são tecnologias, em princípio, que parecem alienígenas, mas são a solução que poderá compor com outras para a alimentação saudável da população brasileira.

Nesse sentido, eu queria só colocar que nós temos aqui um objetivo comum, que é a alimentação saudável. A reformulação é um caminho. Apesar de ser uma ferramenta contestada, ela é uma ferramenta extremamente útil e vai, no futuro, talvez mostrar que a segurança alimentar depende disso. E a segurança dos alimentos depende desses ingredientes que são extremamente estudados quanto à sua segurança pelas agências reguladoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que este é um ponto fundamental que eu queria deixar aqui: há dificuldade, realmente – concordo com o Alexandre –, de ter uma definição operacional para uma política pública considerando o alimento supostamente ultraprocessado. Enquanto a gente classifica esse alimento de forma genérica, como está no Guia Alimentar para a População Brasileira, é uma coisa. No dia em que se colocar no rótulo o que foi mostrado aqui "Alerta, ele é ultraprocessado" num produto específico, isso vai gerar uma confusão danada. Isso, nos Estados Unidos, já está gerando uma confusão, gera um contencioso muito grande, porque, de certa forma, é uma afirmação de que aquele produto gera as tais 32 doenças, gera muitas causas de mortes. E isso precisaria ser provado não com pesquisas de associação, pesquisas que indicam supostos mecanismos e não comprovam esses mecanismos até o dia de hoje. Enquanto isso não for comprovado, é muito complicado usar esse tipo de classificação em termos das políticas públicas. Não é que eu seja contra, não tenho o poder de dizer o que deve ser colocado ou não, mas é um alerta. A gente deve olhar o que está acontecendo lá fora e ver o que fazer aqui, de modo que haja uma convergência dos interesses de todas as partes, para que tenhamos realmente um futuro melhor na alimentação da população.

Eu fico à disposição depois para o debate.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pela participação, Dr. Raul Amaral, que abrilhanta aqui as nossas discussões.

Agora eu convido o Dr. Luis Madi, Coordenador da Plataforma de Inovação Tecnológica do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital).

O Dr. Luis está por videoconferência.

Seja muito bem-vindo, Dr. Luis. O senhor tem cinco minutos para a sua apresentação.

**O SR. LUIS MADI** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado. É um prazer, novamente, estar colaborando com vocês.

Vocês estão vendo a minha apresentação, sim?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. LUIS MADI** (*Por videoconferência.*) – Novamente – estivemos no dia 14 – estamos, agora no dia 26, falando, agora pegando a juventude.

Eu sou Luis Madi, Engenheiro de Alimentos da Faculdade de Engenharia de Alimentos, trabalhando no Ital há 54 anos.

O Ital é o Instituto de Tecnologia de Alimentos do Governo do Estado de São Paulo, portanto, uma instituição governamental, onde a missão é de pesquisa, desenvolvimento e inovação em benefício do consumidor e em benefício da sociedade.

No Ital, nós temos um histórico que eu queria apresentar para vocês, mostrando o que um instituto do Governo faz. Nós fizemos estudos de tendência, a Série Ital Brasil Trends, inclusive com a participação do Raul – é um prazer vê-lo novamente. Aí, em 2014, apareceu o guia, o guia criando o ultraprocessado, e eu vou repetir: é praticamente inviável utilizar uma classificação de ultraprocessado para políticas públicas. E aí nós criamos o Brasil Processed Food, Alimentos Industrializados, Alimentos Industrializados 2030 e, recentemente, o Comer com Ciência.

Nós estávamos vindo nesse processo de fazer esses trabalhos de tendências quando apareceu o guia, em novembro de 2014. Lembro muito bem, na época eu era Diretor do Ital, e colocamos: "Olha, essa classificação de ultraprocessados não dá dentro do conceito da ciência e da tecnologia". E isso nós tentamos mostrar para o Ministério da Saúde, mas não conseguimos.

O que eu quero mostrar é o seguinte, repetindo alguns que já falaram nisso: dentro da ciência, dentro da tecnologia dos alimentos, não existem alimentos ultraprocessados. Em algumas apresentações, a gente até pergunta: "O que é ultraprocessado?". "Ah, aquele que se processa muito..." Não existe isso. O que existe, e começamos a falar disso agora, é a segurança dos alimentos, a segurança dos produtos alimentícios industrializados. E nós lançamos o Brasil Food Safety Trends 2020, no aniversário de 60 anos do Ital, mostrando a importância da segurança. Então, quando nós falamos em alimentos industrializados, muito mais importante é a segurança.

Eu queria pegar novamente isso, nós já usamos isso inúmeras vezes. O ultraprocessado foi se adequando, o termo ultraprocessado: excesso de processamento, mais de três ingredientes, ingredientes que o consumidor não conhece, excesso de açúcar, excesso de sódio, excesso de gordura saturada, com aditivos, conservantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando que esses aditivos, esses conservantes foram aprovados pela Anvisa. Foram aprovados pela Anvisa, que é o órgão máximo na parte de saúde em relação aos alimentos no Brasil, está? E nós temos colocado várias, várias vezes, no LinkedIn Luis Madi e no LinkedIn Ital, os ultraprocessados e o injusto descrédito dos alimentos industrializados, está? Os alimentos ultraprocessados em questionamento na mídia. O enfraquecimento da classificação nova que criou, na realidade, ultraprocessados.

E, finalmente, se alguém sabe exatamente o que é ultraprocessados. E aí, nós fizemos vários documentos, inclusive com a ajuda do Raul... O deles, o mais importante que nós mostramos é: Alimentos industrializados: os fatos que desmentem a existência dos alimentos ultraprocessados, está?

E já que nós estamos falando de juventude, nós olhamos... Eu me enquadro aqui na geração Silvers, antigamente chamada de geração Baby Boomers, mas olhando para a geração X e principalmente a Y e a Z e as que vêm, que é a Alpha, eles querem outro modo de comunicação. E aí, nós criamos o Comer Com Ciência. Entra no Instagram, @comercomcienciaoficial, e veja que o objetivo principal é combater a desinformação alimentar. Eu vou repetir: combater a desinformação alimentar e apoiar a sociedade em escolhas mais conscientes, oferecendo uma visão imparcial sobre a industrialização dos alimentos.

E, finalizando, eu quero mostrar o seguinte, que as escolhas conscientes começam com informações. Entrem, utilizem as informações que o Ital favorece. Nós não falamos que esse alimento é bom, esse alimento é ruim, nós falamos o que são os alimentos. E com base numa coisa que muito do que foi apresentado, do que vai ser apresentado não traz, é com base na ciência e a tecnologia de alimentos.

Muito obrigado novamente, Senadora. É um prazer colaborar com vocês.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dr. Luis Madi, parabéns pela sua explanação. Grata por estar participando deste momento aqui conosco, nessa mesa redonda.

E eu queria fazer alguma consideração diante do que o senhor colocou e que o Dr. Raul também colocou. É o seguinte, o senhor colocou, Dr. Luis, que a Anvisa aprovou, mas é o seguinte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os conceitos na medicina, os conceitos são mutáveis. A verdade que é hoje não é amanhã. Então, por que tudo isso? Porque a medicina é dinâmica. Eu aprendi isso com minha eterna *staff*, porque eu fiz residência médica aqui em Brasília, no Hospital de Base e no HMIB, para quem conhece o HMIB aqui em Brasília. E com a Dra. Elisa de Carvalho, eu aprendi isso, que a medicina muda, ela é dinâmica.

Então, o que acontece? O senhor se deteve um pouco no conceito dos ultraprocessados. Mais uma vez eu repito: eu não me detenho em conceitos do que é ultraprocessado. Se o nome correto é ultraprocessado, se é médio processado, se é pouco processado, se é minimamente processado, se não é processado. O que eu sempre coloco...

Eu tenho um dever de colocar isso, como médica, como pediatra e agora como Senadora, usando o meu mister de cuidar da nossa população, de dizer que esses alimentos, independente do conceito, dos conceitos – vamos colocar no plural –, independentemente da quantidade de ingredientes que têm e se eles são altamente ou não processados, o fato é que eles têm – vou repetir, acho que é a terceira vez, já que é um debate, então vamos falando para chegarmos a um consenso – alto teor de açúcar, isso é incontestável, de gordura saturada, de sal e não tem poder nutricional nenhum. Não tem poder nutricional, é caloria vazia. Isso é incontestável – isso é incontestável. É só todos que estão aqui nos acompanhando ou pela TV Senado, ou pelo e-Cidadania, ou todos aqui, o povo brasileiro que está nos acompanhando neste momento, pesquisar, entrar nos *sites* de pesquisas e ver o que significam os alimentos ultraprocessados, porque se assim não fosse, a Anvisa não teria colocado uma lupa com rótulo, não teria obrigado as indústrias a colocarem esse rótulo com a lupa... A lupa significa o quê? Cuidado, atenção, vamos estudar, vamos ver o que a gente está comendo, vamos ver o que a gente está ingerindo! A Anvisa colocou um rótulo com a lupa, dizendo alimentos com alto poder de sal, alto poder de gordura saturada. É só vocês entrarem agora no *site* da Anvisa que vocês vão ver esse rótulo. Se não fosse tão preocupante, a Anvisa não teria colocado rótulo nenhum, nenhum.

Então, quero fazer essa consideração e dizer que está sendo bem produtiva essa discussão para que as pessoas que estão nos acompanhando tenham esse discernimento do que é importante, do que não é importante, do que é saudável e do que não é saudável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para continuar essa discussão, eu convido agora a Dra. Ingrid Dragan Taricano, Professora e Pesquisadora em Biomedicina, representante da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia para a Redução de Danos (SBRed). Ela está aqui presente.

Seja muito bem-vinda, Dra. Ingrid. É uma honra recebê-la aqui nesta mesa, nessa discussão tão importante sobre a alimentação das nossas crianças e dos nossos adolescentes, tratando de alimentação saudável em paralelo com o aumento de ingestão dos ultraprocessados nessa faixa etária.

Muito grata.

A senhora tem a palavra por cinco minutos.

**A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO** (Para expor.) – Senadora, a primeira coisa que eu preciso fazer é agradecer, em nome da SBRed, o convite que nos foi feito e agradecer a grande oportunidade de manifestar um trabalho incansável desta sociedade na redução de danos em vários pilares, sendo os alimentos ultraprocessados um deles.

A SBRed, para que todos entendam, é uma sociedade formada por médicos, por pesquisadores e outros profissionais da área da saúde, empenhados em contribuir de todas as formas com a redução de danos em alguns pilares. Como disse, um deles, muito importante, é a redução de danos dos alimentos ultraprocessados.

Socorro, não quer mudar... (*Pausa.*) Mudou.

Então, o enfoque aqui, pelo que nós pudemos entender, foi os ultraprocessados e a juventude. Já se falou muito aqui, de uma forma geral, de mercado, de conceito, de uma porção de coisas. Se a gente olhar, focar a juventude, temos, primeira coisa, uma emergência silenciosa. E é disso que a senhora está falando, eu pude perceber o seu diálogo, o seu discurso.

O que a gente vê quando a gente analisa essa situação? Substituir refeições tradicionais por *fast food*. Então, nós entendemos – e eu a entendo perfeitamente – que não estamos falando de uma forma muito genérica, mas de uma substituição que não é adequada e que nós vemos no comportamento da juventude com muita clareza. Qual é a nossa obrigação? Reduzir os danos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultantes desse tipo de comportamento. É nossa obrigação, e a senhora luta por isso, eu tenho visto aqui.

Os refrigerantes e os salgadinhos de pacote são outra coisa que vive na lancheira, na mesa do lanche, na vida de muitas crianças, mas dos jovens com uma grande prevalência. Então eu entendo o que a senhora está dizendo, a senhora está falando sobre isso. Isso é que nós devemos evitar, assim nós vamos reduzir danos.

Tem uma série de estudos – e aqui, inclusive, alguém abordou estudos observacionais, etc. –, mas vamos lá, tem muitos estudos que sugerem que alguns aditivos, emulsificantes, formulações, etc. geram uma situação de hiperpalatabilidade. O que é isso? Gostoso para chuchu, gente, dá vontade de comer mais. Esta situação com alimentos que são vazios, como a senhora mesmo coloca, e com alimentos que fornecem poucos nutrientes gera uma outra situação. São alterações nos mecanismos fisiológicos e, claro, danos, que é o que nós queremos evitar. Então, voltamos à Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia para Redução de Danos. É isso que nós temos que discutir. Olhando para a ciência, olhando para os dados. O que está publicado? Isto.

Quando a gente olha para a estatística, resultou em quê? Gente, todo mundo já falou aqui: a adolescência é a faixa etária que registra o maior consumo de tudo isso. É o menino que vai para a escola e leva esse lanche e, se não leva, ele compra ali no carrinho que está do lado de fora da escola. Então, nós temos que prestar uma atenção danada nisso. E mais: quase 30% das calorias diárias dos jovens brasileiros já são provenientes de ultraprocessados. Não vamos entrar aqui nessa discussão classificatória. Vamos olhar para o que é dano e como podemos reduzir os danos, que eu acho que é o melhor caminho para a gente resolver essa questão.

Quais são os dados físicos? Quais são os dados metabólicos? Vamos enumerar três coisas para ser bem rápido: excesso de peso, o que já foi dito aqui, todos nós sabemos, já falaram bastante sobre isso; as doenças precoces, então, crianças muito jovens com diabetes tipo 2, com hipertensão arterial, problemas renais que não são cabíveis – a senhora é pediatra, a senhora sabe –; e o efeito...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO** – Ai, acabou? Deixe-me correr. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... o efeito interno silencioso – a inflamação crônica, de que a senhora mesma já falou, já pontuou aqui.

Transtornos de humor, prejuízo escolar, qualidade do sono, tudo isso já foi dito aqui. Eu só chamo atenção para a questão de ansiedade e outras que acompanham, ali nos transtornos de humor, que não são comuns de serem observáveis em crianças e estão sendo observadas. A senhora é pediatra, já deve ter visto isso.

O que a gente tem que fazer? Proteger o ambiente escolar. Eu já vi a senhora falar sobre isso, já entendemos e partilhamos dessa opinião.

É preciso regrar: regrando de uma forma factível, é possível conseguir resultados bastante interessantes na redução de danos; um guia alimentar focado nas necessidades não só pontuais, mas regionais; e a conscientização familiar, isso é óbvio, porque, se a mãe manda o salgadinho com não sei o que na lancheira do filho, não vai resolver, né?

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO** – Qual é a sugestão para proteger o futuro das próximas gerações? Mudar a alimentação dos jovens, o que vai significar para nós não ver, não viver, nem conviver com uma crise crônica de saúde pública, o que me parece que a senhora está buscando com muito afinco, né? Exatamente.

E a gente, então, coloca o seguinte: a posição da SBRed é reduzir danos nesse pilar alimentar, e estamos aqui à disposição para ajudá-la no que for necessário, porque temos lá especialistas que podem nos ajudar.

Tudo que eu disse, sabe onde está? Nesta publicação aí, ó: "Influência do ambiente alimentar e regulatório no consumo de alimentos ultraprocessados por adolescentes".

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO** – Essa é uma publicação que foi bastante ventilada pelo SUS, em *Cadernos de Saúde*, foi feita por uma pesquisadora da USP, e a base dela é o PeNSE. Então, o que eu lhe disse, o que eu disse aos senhores não saiu de outro lugar a não ser do PeNSE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tinha uma cara de novidade, mas não é. Está escrito no PeNSE, todos nós sabemos disso, né? Não, alguns não, mas é bom ler.

E aí, ela chega a umas conclusões – que eu não vou ler por falta do nosso tempo –, mas são conclusões importantes desse levantamento que fez esta cientista, esta professora, pautada nestes dados publicados que vieram do PeNSE.

Então, Senadora, é a realidade brasileira, e é isso que nós temos que discutir.

O que eu tenho para dizer é que a Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia para Redução de Danos se fundamenta, primeiro...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO** – ... em evidências científicas revisadas por pares. Ninguém aqui veio dar opinião nenhuma. Nós estamos falando o que está escrito e demonstrado pela ciência e que podemos defender. Analisamos com muita crítica a literatura, não podemos comentar qualquer coisa sem base, certo?

E há uma avaliação contínua do impacto na saúde pública de vários pilares, olha lá: HIV, drogas e álcool, alimentos ultraprocessados – que é a questão aqui –, tabaco e nicotina sob a perspectiva científica e regulatória. Lembro que não é o assunto aqui, não estamos aqui para discutir isto, mas HIV está ali em cima porque nós temos um aumento considerável do número de crianças de 13 a 19 anos contaminadas com HIV. Isto é uma coisa em que a senhora, depois, pode dar uma olhadinha. Alimentos ultraprocessados também é uma grande preocupação nossa.

A SBRed está fazendo o seu primeiro congresso, falando de todos esses pilares, na cidade de Santos, de 4 a 7 de junho.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO** – A senhora está convidada a participar. Terá todos esses temas em discussão, sua presença será uma honra para nós.

E deixamos aqui um recado: reduzir danos hoje é proteger a saúde das próximas gerações.

Parabéns pela sua iniciativa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pelo convite, e nos colocamos à sua inteira disposição. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns, Dra. Ingrid Dragan, pela sua brilhante explanação, muito objetiva, muito clara, muito esclarecedora e muito reflexiva. Fez realmente a diferença aqui nas nossas discussões, tá?

**A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO** (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pelo convite do congresso. Verei essa possibilidade real de poder estar lá, aprendendo mais com você, no congresso, e com toda a sua equipe.

**A SRA. INGRID DRAGAN TARICANO** – Senadora, haverá uma palestra que é extremamente interessante, a de uma pesquisadora da Unifesp, Dra. Kátia de Angelis. Ela trabalha com risco cardiometabólico por ação de açúcares. Ela estará apresentando dados de pesquisa própria lá da Escola Paulista de Medicina, ela é livre-docente lá. Bem interessante.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns para ela, para a Doutora.

Eu queria só enfatizar, Dra. Ingrid, que esse tema que nós estamos tratando aqui nesta audiência pública é tão importante que foi um dos pilares do encontro em Genebra, agora, que reuniu ministros da Saúde de todo o mundo, pela Organização Mundial de Saúde. Inclusive, eu fui convidada, mas, devido a outras questões de trabalho aqui no Senado, não foi possível eu participar. O tema era o seguinte: "Ultraprocessados: desafio na saúde pública mundial". Esse foi um dos pilares dessa reunião em Genebra, onde tinha os ministros da Saúde do mundo todo, mostrando a importância desse tema.

Agora eu passo a palavra à Dra. Marcia Terra, que é Secretária Geral da Sociedade Brasileira de Nutrição e Alimentação (Sban) e está por videoconferência.

Seja muito bem-vinda, Dra. Marcia. A senhora tem cinco minutos para a sua explanação.

**A SRA. MARCIA TERRA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – O.k., obrigada.

Exma. Senadora, demais membros da Comissão de Assuntos Sociais, convidados, boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou nutricionista, atuo como consultora em assuntos regulatórios e científicos na área de alimentos, e estou achando esta discussão bastante rica e uma oportunidade para a gente discutir alguns pontos em que a gente até não concorda, como a senhora disse, né? Este é o espaço, vivemos numa democracia.

Eu começo até concordando com a senhora, porque a medicina realmente é dinâmica, e a palavra "ultraprocessado" já passou, está antiga: ela foi criada em 2009. Essa palavra o próprio Codex Alimentarius... Na mesma semana em que teve a reunião em Genebra, no Canadá não se conseguiu nem discutir, porque é uma palavra que não tem definição. A senhora disse que não importa a definição, mas infelizmente ela importa, porque a gente está falando de uma lei, e a lei precisa de uma definição.

A senhora também comentou sobre a lupa. Eu vejo a lupa de uma forma muito positiva, porque o que ela destaca? Ela destaca excesso de nutrientes críticos, e não nível de processamento nem origem desse alimento. Isso aí é bastante importante: ela não aponta se tem muitos ingredientes, nem se tem mais processos ou menos.

Eu não gosto de usar a palavra "ultraprocessado" – como a senhora mesma disse, não importa se é minimamente, médio –, então eu uso a palavra "industrializado". Existem alimentos industrializados... Mesmo porque o alimento processado pode ser processado tanto numa cozinha caseira como numa indústria, mas a definição de ultraprocessado, pela Nova, é que, se um alimento tiver pelo menos um aditivo, ele vai ser considerado ultraprocessado. Essa é a grande questão.

Então, assim, eu acho ótimo que a senhora não concorde com isso e tenha uma definição sua, mas a lei, que vai seguir a Nova, diz isso. Inclusive a senhora falou: "Ah, que tenha aditivo, que tenha petróleo, que tenha carvão". A senhora, como médica, sabe que tem muito medicamento que veio de petróleo e do carvão, e a gente sabe que a origem não é tão importante assim, o que é mais importante é a pureza final do composto.

E aí, eu acho que é importante, sim, a gente estar definindo... Eu ouvi aqui também várias pessoas falando sobre os alimentos ultraprocessados causarem doença, por causa de muitos estudos. Saiu esta semana um compêndio de todos os estudos falando sobre ultraprocessado. A maioria deles – 90% deles – saiu dos cientistas da USP, que foram os próprios criadores da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

classificação, ou seja, eles criam o nome, eles criam a classificação e fazem os estudos para balizar a criação deles. Então, a gente chama na ciência de *salami publication*, porque eles são extremamente republicados, de forma muito similar, mas cria-se um grande número.

Teve também aqui uma fala sobre o estudo do Kevin Hall, um RCT que foi feito e foi até mostrado aqui, que foi o primeiro estudo controlado, randomizado. Mas mesmo o próprio autor, o Kevin Hall, que era do USDA e saiu, ele mesmo disse que houve sim um problema, um viés dentro do estudo dele, porque a dieta de alimento industrializado tinha mais calorias do que a dieta minimamente processada. Então aí teve esse viés.

E eu digo para senhora que todos os estudos que são citados aqui são observacionais. Eles têm evidência baixa ou muito baixa, no máximo moderada. Muitos dizem que os critérios de Bradford Hill, que são nove critérios para atender às evidências, nível de evidências, não atendem. Então a gente tem que estar muito, muito preocupado com esse tipo de coisa.

Sobre falar de alimento industrializado, eu volto a dizer: o Brasil é um país enorme. Ele depende da indústria de alimentos, ele depende de alimento embalado para esses alimentos irem para o Brasil todo. Nós estamos discutindo aqui jovens. Os jovens são importantes – eu tenho um filho de 24 anos. Eu acho que aqui todo mundo concorda com a senhora, obviamente, porque nós somos também contra alimentos que são ricos em sódio, em açúcar, em gordura saturada. Gordura trans não existe mais no Brasil, mas esses nutrientes críticos nós também somos contra. E esses nutrientes são encontrados tanto na dieta caseira, no alimento caseiro, quanto no alimento da indústria.

É que eu percebo que, quando vocês falam sobre alimentos ultraprocessados, a ideia é que tem muito açúcar – como a senhora disse –, caloria, gordura saturada, e não! Na classificação, vão entrar muito mais outros alimentos, que inclusive são muito nutritivos e vão ser necessários para os jovens também. Tem jovem em escola rural, tem jovem que faz esporte, tem jovem que precisa de suplemento.

Já terminando aqui, eu vejo que este debate está muito rico, mas a gente tem que prestar atenção no que vai ser legislado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro, qual é essa definição de alimento ultraprocessado? Como a senhora disse, a medicina, a ciência evolui. Eu acredito que a gente nem deve mais usar esta palavra "ultraprocessado", vamos usar "alimento industrializado com perfil nutricional ruim" – perfeito. Então, os que têm a lupa "alto nisso", "alto ali", então não se deve...

Evidência de qualidade, associação não é causalidade. Política pública que afeta o cotidiano de milhões de jovens precisam ser fundamentadas nos melhores níveis de evidência e não apenas em estudos citados como observacionais e de pouca qualidade.

Então, a gente tem que lembrar – aqui eu lembro novamente – que não existe alimento bom ou ruim. A senhora deve saber que houve um caso de botulismo aí em Brasília: uma servidora pública consumiu um pesto que ela comprou, orgânico, numa feira orgânica bem famosa aí, e isso acabou com a vida dessa mulher. Ela teve botulismo, porque, obviamente, não foi bem pasteurizado. Eu não sou contra alimento orgânico, não sou contra produção familiar; eu sou contra alimento estragado. Eu sou a favor de segurança de alimentos.

E, novamente: não existe alimento bom ou ruim, alimento ruim é alimento estragado. Não existe alimento de verdade ou de mentira, alimento é alimento. A própria FAO fala: se é ruim, não é alimento. Então, é assim: não existe alimento que cause doença, não existe alimento que cura e não existe alimento que causa. Na própria definição de alimento, alimento não trata, não previne e não cura, nem causa doença. O alimento que causa doença é o alimento estragado. O que causa doença é todo um comportamento do indivíduo, e a parte da alimentação é uma partezinha de todo esse contexto, que também é muito importante.

A hiperpalatabilidade, como disseram, não é só de alimento industrializado, também acontece em casa, quando a gente faz uma comida supergostosa.

Terminando: o Brasil precisa dos alimentos industrializados, com pouca energia, com nutrientes importantes como fibras, como proteína, como micronutrientes. E sem indústria nós não vamos chegar a lugar nenhum. A ciência séria não está contra a saúde pública, ela está ao nosso serviço, ao serviço da saúde pública. O serviço de que nós precisamos hoje é dizer que a ciência tem que ter rigor, tem que ter precisão. E a gente tem que ter muito cuidado quando a gente vai legislar sobre os pratos dos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico à disposição para discutir sobre todos os estudos que foram discutidos aqui, que foram apontados aqui, porque, eu volto a dizer: nenhum estudo observacional ou mesmo RCT prova nenhuma causalidade com qualquer tipo de doença que se possa imaginar. Comida não dá doença, comida não provoca doença, a não ser que esteja estragada, tanto uma comida feita em casa quanto uma comida industrializada.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pela sua participação, Dra. Marcia Terra.

Como aqui é uma discussão, eu quero parabenizá-la por você reconhecer que os alimentos ultraprocessados têm um perfil ruim nutricional. Então, pelo menos nisso a gente tem a mesma consciência.

Quero dizer a você que eu também sou estudiosa, apesar de não ser nutricionista nem nutróloga, venho me debruçando sobre isso, até porque para legislar tem que ter responsabilidade. E não se preocupe que eu estou cautelosamente... tanto é que esta é a terceira ou quarta audiência pública que eu estou realizando. Eu acho que eu, realmente, além de seguir o que tem no nosso Regimento Interno, até extrapolei o que o Regimento pede e estou deixando realmente fluir, porque é importante ouvir cada um dos senhores e cada uma das senhoras.

E quero dizer que alimentos com um perfil nutricional ruim causam, sim, doenças – isso está comprovado –, causam obesidade, aumentam a morbimortalidade – isso é estudo, é *guideline*, são os cientistas que falam – e causam também hipertensão arterial. Os nossos jovens estão morrendo mais com infarto agudo do miocárdio e com acidente vascular cerebral, coisas que a gente não via anteriormente. Isso são doenças cardiovasculares e impacta todos os órgãos, como o colega, o primeiro orador, falou. Enfim, por isso estamos aqui a debater.

Alimentação ruim, com excesso de sal, de gordura saturada e de açúcar e com pouco poder nutritivo, tem correlação, sim, com doenças, e com doenças graves que levam a nossa população a ter uma qualidade de vida menor; poderia ter uma longevidade e tem um desfecho desfavorável.

Agora eu chamo para falar o Dr. Rodrigo Marinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, que está aqui presencialmente, seja muito bem-vindo.

Dr. Rodrigo Marinho, o senhor tem a palavra por cinco minutos.

**O SR. RODRIGO MARINHO** (Para expor.) – Senadora Eudócia, é um prazer estar aqui. É sempre bom ouvir o sotaque conterrâneo. Eu sou cearense, então é um privilégio ouvir o alagoano falando – nós que somos de um estado só, que é o grande Nordeste –, é um privilégio começar por aí.

Eu vou começar a trazer um tema que é o nosso café da manhã. O nordestino, de maneira geral, consome *cream cracker*. Hoje, 48% dos *cream crackers* produzidos no dia do cearense... A última pesquisa, de 2023, apresentada pelo IBGE, mostra que o nordestino consome *cream cracker*. Na realidade, o café da manhã do nordestino é parecido com o do brasileiro de maneira geral, mas, no café da manhã, vai ter um café, um leite. Se tiver o aditivo açúcar, pela definição da norma, vai ser considerado ultraprocessado; se tiver mais de três ingredientes, também como colocado, também vai ser considerado ultraprocessado, e tudo isso é uma definição muito clara.

Tem a visão de um autor de que eu gosto muito, que é a ideia de você ter o conhecimento da sociedade; ou seja, eu saber o que é melhor para o outro. Isso é um cuidado muito claro, e eu acho que as falas anteriores trazidas foram: não é que não dá problema, mas, se você não se exercitar, dá problema também e, se você não dormir direito, também dá problema. São vários fatores para alguém ter uma doença. Correlação não é causalidade. Se você comer até mal e fizer um bom exercício físico, você vai resolver em grande parte esse critério.

As preocupações quanto à legislação é a definição de como aquilo vai ser colocado; ou seja, daqui de Brasília, vai ser definido para o Brasil inteiro qual a definição que vai ser colocada. Nisso tem que ter cuidado, tem que ter zelo. Nós temos que saber se para todo brasileiro essa legislação faz sentido ou não, se a consequência dessa legislação faz sentido ou não.

Com essa regulação causada vai ter, óbvio, gente muito preocupada ou muito bem-financiada, inclusive por outros órgãos relacionados a temas de União Europeia, para definir assim: "Eu não quero que o agro do Brasil cresça tanto". Porque grande parte dos consumos, mesmo dos produtos industrializados, são do agro brasileiro, se você vir o leite e produtos que tenham milho e mesmo açúcar – o Brasil é um grande produtor de açúcar relacionado a esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema, e o problema sempre foi o excesso de açúcar, não o uso do açúcar de maneira geral. Ela vai gerar um prejuízo imenso.

Isso interessa a um país, muito claramente, que gasta dinheiro neste país, Senadora Eudócia; é algo que não pode ser despercebido. A União Europeia gasta – e gasta muito no Brasil! – para evitar que o agro brasileiro cresça. Isso não pode ser deixado de lado nessa discussão.

Tem várias instituições que são muito vocais nessa ideia de ultraprocessado. Uma delas se chama Aliança contra o Tabagismo + Saúde e é uma das mais vocais sobre o tema, patrocinada pela União Europeia. Coincidência... Será que isso é para evitar que o agro brasileiro siga o seu caminho, já que nós alimentamos hoje 1 bilhão de pessoas pelo mundo, e crescendo? Esse ponto é importante a ser discutido.

Se eu tenho uma legislação definindo isso e colocando essa situação, nós temos um problema relacionado, em especial, à nossa região. Nós estamos numa região pobre, é um fato. A região do Nordeste brasileiro é uma região pobre do país. E para chegar no interior rural, lá no Baturité – na minha cidade –, no interior do Ceará, você tem grande parte da população alimentada com *cream cracker*. E aí, vamos acabar com *cream cracker*? Vai ser na caneta essa situação? Eu acho que tem pontos a serem preocupados por isso. Talvez não seja um problema de quem mora em regiões mais ricas do país; na região do Nordeste, é. E essa é uma preocupação enorme sobre isso, e tem toda uma definição: tem o trigo que o Brasil passou a produzir muito fortemente – hoje é um grande produtor de trigo –, e isso também desinteressa, mais uma vez, à União Europeia e a todos os seus afiliados – Bloomberg e sequências –, sobre isso.

Então, as preocupações de deixar claro – e nisso eu concordo com a Senadora e com todos que falaram – o que é, o que pode ter problema informacional, a visão disso, eu acho que é a base. Eu acho que ser informado do que tem no alimento, se aquilo vai ser utilizado...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RODRIGO MARINHO** – ... é fundamental para as pessoas conseguirem fazer as suas escolhas. Acho que isso é importantíssimo dentro da discussão e é um passo importante nisso, mas a gente não pode esquecer que nessa discussão há viés, e esse viés tem que ser colocado e trazido por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o ponto de a gente restringir e definir de cima para baixo – repito, numa legislação federal, que vai valer do Oiapoque ao Chuí – é: qual é o modelo? Qual é o impacto regulatório? Qual é a consequência que nós vamos ter? Qual é o impacto que nós vamos ter para os brasileiros, em especial para os mais pobres? Como é que a gente vai conseguir esse problema? Eu acho que essa é uma discussão que a gente tem que parar, pensar e ter muita cautela, e a senhora tem falado aqui, inclusive, que está pensando, está colocando – e, de fato, fez diversas audiências públicas sobre esse tema –, mas eu acho que são pontos de cautela. Ou seja, quais são as consequências disso?

Quando eu vejo a comparação de alimento industrializado com HIV, drogas e tabaco na mesma fala, eu fico preocupado na posição dessa definição. Parece uma coisa vinculada a outra. Acho que são discussões...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RODRIGO MARINHO** – ... absolutamente diferentes para a gente trazer esse tema. Acho que a gente tem que discutir um tema claro, ou seja, se eu tenho uma possibilidade de ter um alimento, um bolo, na realidade do dia a dia, que pode ser considerado ultraprocessado; não foi feito pela indústria, mas pode ser considerado ultraprocessado. É ruim? Porque, no café da manhã na minha casa, lá no Baturité, tinha um bolo de macaxeira – que aqui vão chamar de bolo de aipim. É ruim? Para a minha alimentação foi ótimo! Sou supergrato por esse bolo, pelo café da manhã, pelo queijo e pela possibilidade que isso... E pela *cream cracker*, que, muitas vezes, era o que tinha. Minha família não era uma família rica e, às vezes, tinha a possibilidade disso, e é uma realidade hoje, ainda, no Alagoas, no Ceará, na Bahia, na Paraíba.

Eu entendo quando a gente tem condição – e todos nós temos uma condição de conseguir produzir e não sobreviver com *cream cracker* –, mas é uma realidade do cearense. Toda vez que eu vejo discussão de ultraprocessados, na minha cabeça vem: e aí, o que a gente faz com os mais pobres da minha região? O que é que faz com os mais pobres da minha cidade, da cidade da minha mãe, de Mulungu, no interior do Ceará? Como a gente resolve esse problema? A gente vai abrir mão de toda a indústria que tenta alimentar as pessoas, porque, 30 anos atrás, Senadora, eu vou lembrar disso... Ou 20 anos atrás – a Senadora é mais jovem que eu –, vamos lembrar disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas a gente tinha um problema de fome no Brasil. Esse era um problema gigantesco, que, graças a Deus, foi resolvido. Certo?

Entendo todos os pontos para isso, mas, de fato, só o alimento...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RODRIGO MARINHO** – ... não é o causador de dano a uma pessoa. Se a pessoa se alimentar até mais ou menos, praticar esporte, tiver um sono regular, tiver um descanso, ela tende a ter uma condição de saúde boa. Isso depende muito da pessoa. O cuidado nosso é não achar que nós, de cima para baixo, podemos dizer o que aquela pessoa pode fazer, cuidado de não ser um Estado-babá.

Muito obrigado, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dr. Rodrigo Marinho, obrigada pela sua participação, pela sua explanação.

Realmente, nós que somos do Nordeste gostamos muito mesmo de bolacha *cream cracker*, mas aqui a gente não está falando pontualmente da bolacha *cream cracker*. A discussão aqui é dos alimentos ultraprocessados, e a bolacha *cream cracker* é um deles.

Não queremos dizer que quem come bolacha *cream cracker* todo dia vai ter algum tipo de doença – não é sobre isso. A gente está falando do consumo elevado de ultraprocessados na dieta das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Não estamos falando de um alimento pontual ou de você ingerir esses alimentos de uma forma ponderada. Nós estamos aqui falando de excesso, de excesso de alimentação com alimentos ultraprocessados, porque isso está sendo a realidade. Os nossos jovens estão deixando de se alimentar, como, voltando 20 anos atrás, Dr. Rodrigo Marinho, quando a gente comia arroz, feijão, macarrão e carne... Mudou muito isso, não é?

E aí nós temos que ver, obviamente, todas essas peças, para também ter uma solução, para que as pessoas também possam comer saudavelmente. Por isso, nós estamos aqui neste debate, e é por isso que temos políticas públicas, para, junto com o Legislativo, o Executivo e todas as entidades, ONGs, institutos e indústrias alimentícias, encontrar uma solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria colocar isso e dizer que estudos mostram... Quando eu coloco aqui, não é a Senadora, ou a Dra. Eudócia, ou a Dra. Ingrid, ou a Dra. Mariana, ou o Dr. Eduardo, ou o Dr. Gustavo, que estão falando; são os estudos que mostram. Então, os estudos mostram...

O senhor falou, Dr. Rodrigo Marinho, também sobre o sono, e o outro colega também falou, anteriormente a você, o Dr. Gustavo Beduschi, sobre sono e também sobre atividade física. Agora, falando sobre o sono de qualidade, existem açúcares refinados que atrapalham o sono, aumentam a vigília e diminuem o estímulo do organismo ao sono. Então, não tem como você ingerir – aí eu volto a falar – alta quantidade de açúcares refinados por um longo período de tempo e ter um sono de qualidade. Então, acho que a gente tem que ver tudo isso.

Agora, óbvio, se a alimentação já não é boa, você não faz exercício físico e também não tem qualidade de sono – imaginem tudo isso junto –, o que pode acontecer – aqui voltando para a questão da nossa audiência pública – com as nossas crianças, os nossos adolescentes e adultos jovens?

Como a Dra. Ingrid falou, é diminuir os danos. A gente tem que avançar cada vez mais para diminuir os danos. Se a gente não consegue resolver de uma vez por todas, pelo menos temos que diminuir os danos. O que não pode é a gente ver a nossa população, nessa faixa etária, avançando cada vez mais no consumo de *fast-food* e desses tipos de alimentação que têm alto teor de caloria vazia, de açúcar, de gordura saturada e de sódio, e não fazer nada para que isso seja mitigado.

Dessa forma, dando continuidade à nossa discussão aqui nesta audiência pública, eu passo a palavra para a Dra. Andréa de Fátima Cristino Bastos Crespo, que é Professora da Graduação de Medicina do Centro Universitário São Camilo, que fica em São Paulo.

A Dra. Andréa está por videoconferência.

Seja muito bem-vinda, Dra. Andréa. A senhora tem cinco minutos para a sua explanação.

**A SRA. ANDRÉA DE FÁTIMA CRISTINO BASTOS CRESPO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vocês estão me ouvindo?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. ANDRÉA DE FÁTIMA CRISTINO BASTOS CRESPO** (*Por videoconferência*.) – Sim?

Obrigada, Senadora, agradeço muito o convite e saúdo a todos que estão aqui conosco presentes.

Achei muito importante este tema, realmente, do consumo de ultraprocessados. Eu tenho também mais uma definição para a gente refletir sobre, que seriam formulações industriais produzidas a partir de substâncias extraídas de alimentos, ou sintetizadas com aditivos ou conservantes, lembrando também aqui os edulcorantes, o que já foi comentado, mas acho que vale muito a pena a gente se lembrar dos refrigerantes e das bebidas energéticas.

Eu sou médica, sou cirurgiã, também, do aparelho digestivo, e trabalho com a graduação de Medicina, aqui em São Paulo, e sou mestre em gastroenterologia, então eu vejo muito o aumento desse consumo nos jovens, nos nossos alunos, em geral. Vale a pena a gente lembrar isso também.

Já foi comentado a respeito desses dados epidemiológicos, e eu queria ressaltar esse estudo do Elsa-Brasil, que é um grupo aqui em São Paulo que estuda muito o risco cardiometabólico, como já foi falado também. E, hoje em dia, nós estamos considerando muito um biomarcador de risco cardiovascular, que é o índice triglicerídeo-glicose, que é um índice mais simples, você pode calcular, mas só de a gente imaginar as variáveis que estão envolvidas... Quanto mais alto o resultado, nós temos um maior risco cardiometabólico e uma maior resistência insulínica.

Com relação aos edulcorantes, eles são essas substâncias naturais ou sintéticas de que nós também chegamos a comentar um pouco. Mesmo regulamentadas pela Anvisa, elas são muito empregadas em refrigerantes *diet* ou zero açúcar. Não podemos esquecer que tem algumas, inclusive, que não estão permitidas em alguns países e nós temos que ter cuidado com o emprego, com a quantidade que está sendo realmente utilizada em cada alimento.

Com isso, no cenário epidemiológico nacional, nós já sabemos que os ultraprocessados corroboram os 57% do aumento de peso dos brasileiros. Nós temos atualmente avaliados em torno de 16,1 milhões de pacientes com diabetes tipo 2, só que, até 2030, nós temos uma estimativa de mais de 500 mil pacientes que poderão ser atendidos no mundo, não só no Brasil, mas é uma expectativa muito alta e perigosa. Lembrando também que, diante de um pensamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais abrangente de saúde pública, é uma grave notícia e leva também a uma mortalidade muito mais aumentada e à aposentadoria precoce. Não só isso: leva a jovens, como a própria Senadora já citou, com hipertensão arterial e à presença de câncer, principalmente colorretal.

Inclusive, eu acho que vale muito a pena aqui a gente também relatar, nesses impactos à saúde pública... Esses todos que eu elenquei já foram muito bem expostos, mas eu queria falar com relação à minha prática clínica. Eu venho observando um número muito grande de pacientes com doença hepática metabólica não alcoólica – que seria anteriormente chamada só como esteatose hepática – e também pacientes com doença inflamatória intestinal, e a gente pode associar algum tipo de relação a essa alimentação também.

Então, como recomendação, eu gostaria de lembrar da possibilidade dessa educação alimentar e nutricional; lembrar das rotulagens, porque, às vezes, o brasileiro, a gente, não consegue entender muito bem, de forma clara, essa lista de ingredientes; do monitoramento dos edulcorantes, lembrando que ele também altera a microbiota intestinal; e de intensificar as medidas de pesquisa e monitoramento nas escolas, nas universidades, de uma forma mais eficiente, para uma melhoria no contexto geral. Lembrando que eu também sou coordenadora de um projeto de extensão da graduação sobre insegurança alimentar, então eu estou aqui, na ponta da Zona Sul de São Paulo, em que eu e os alunos, tanto da medicina como da nutrição, aplicamos alguns formulários – um deles é o chamado Ebia –, e o mínimo que conseguimos identificar aqui são indivíduos com insegurança alimentar leve, ou seja, ele já tem uma certa dificuldade e preocupação de se vai conseguir fazer pelo menos uma refeição ao longo do mês.

Então, eu acho que isso aí, realmente, é uma preocupação; nós vamos ter que pensar com relação à acessibilidade, porque alimento saudável exige um custo um pouco mais alto – e acho que já foi até explanado anteriormente, gostei muito de ouvir com relação a esse ponto. E acho que estamos, assim, diante de uma geração que merece crescer com as escolhas que ampliem a vida, e não que a encurtem.

Seria só isso. Agradeço muito a presença.

E eu vou precisar, após, Senadora, me ausentar, porque eu estou na faculdade, está bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Andréa de Fátima, muito obrigada pela sua participação.

Que bom saber que você, gastroenterologista, cirurgiã do trato digestório, uma pessoa extremamente qualificada na área médica – especificamente na área do trato gastrointestinal – está confirmando que realmente aumentou o número de câncer colorretal nos nossos jovens. Então, isso é mostrando que o que está nos *guidelines*, nos estudos, o que nós estamos pesquisando, estudando, está acontecendo realmente no dia a dia do colega que faz essa especialidade médica que é a gastroenterologia, tanto pediátrica – no caso, eu sou gastroinfantil – como também de adulto, e você também como cirurgiã.

Pode ficar à vontade de se ausentar, você que é *staff* e coordena esse grupo de jovens residentes, pode ficar à vontade, Dr. Andréa, é só para te agradecer. Pode ficar à vontade de se ausentar, muito grata mais uma vez pela sua participação.

Eu queria só fazer uma ressalva aqui com todos os senhores e senhoras, que nós não estamos aqui proibindo a produção ou o comércio de ultraprocessados. Em nenhum momento a gente colocou isso aqui em pauta. O que a gente defende é o acesso às informações sobre as características dos alimentos ultraprocessados e os males que eles causam à saúde humana. Então, nós temos, todos nós, mais ainda as nossas crianças e adolescentes, através dos pais, dos cuidadores, dos avós, o direito de saber o que a gente come, o que a gente ingere, o que a gente está colocando no nosso corpo. Então, isso é de suma importância.

Agora, eu quero passar a palavra para a Dra. Mariana Ribeiro, que é Nutricionista e Analista de Políticas Públicas do Instituto de Defesa de Consumidores, o Idec.

A Dra. Mariana está aqui ao meu lado. Seja muito bem-vinda também, Dra. Mariana.

Você tem cinco minutos para sua explanação.

**A SRA. MARIANA RIBEIRO** (Para expor.) – Ótimo. Obrigada, Senadora.

Aponto para lá? (*Pausa.*)

Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento os Parlamentares, autoridades, colegas de mesa, e agradeço o convite da Senadora para contribuir com este debate no Senado Federal, que é de grande relevância de saúde pública.

Eu trabalho no Idec, sou analista de políticas públicas, e no Idec a gente não tem nenhum tipo de conflito de interesses com a indústria de ultraprocessados, e os nossos projetos recebem financiamento das instituições que estão aqui representadas.

Como já foi muito bem colocado, em 2014, a gente teve a publicação do Guia Alimentar para a População Brasileira, que começou a olhar a alimentação a partir de uma nova perspectiva. Tanto no guia alimentar quanto no guia direcionado para as crianças brasileiras, a gente tem em comum uma questão dos ultraprocessados, que é para não ofertar esses produtos para o público infantil e que esses produtos sejam evitados pelo público adulto.

Algo muito importante de a gente colocar aqui em discussão é sobre a diferença de termos, porque muitas vezes os defensores de ultraprocessados utilizam industrializados, processados e ultraprocessados como se estivessem falando da mesma coisa, com o objetivo de confundir gestores públicos e tomadores de decisão; mas, quando a gente está falando de industrializado, a gente pode falar de qualquer alimento que passou pela indústria, e ele pode ter diferentes níveis de processamento. O produto processado é aquele que recebeu a adição de algum ingrediente culinário, como açúcar, gordura e sódio; mas o ultraprocessado é aquele segundo caso que a gente consegue ver aqui na imagem. Eu trouxe o exemplo de um produto que é entendido como uma bebida de fruta, mas, quando a gente olha a denominação de venda, é um preparo sólido para refresco saborizado com fruta.

E, quando a gente olha a lista de ingredientes, ela é muito extensa, e eu destaquei em vermelho os marcadores de ultraprocessado. Então não é qualquer aditivo que torna o produto ultraprocessado, são os aditivos alimentares com funções cosméticas que têm como objetivo conferir a hiperpalabilidade desses produtos e aumentar o tempo de prateleira algumas vezes.

Eu trouxe aqui a definição, mas acho que não cabe a gente entrar nessa discussão agora. O conceito de ultraprocessado já está muito bem consolidado na literatura. Basta o interesse de ir atrás e ver o tanto de publicações que aumentaram nos últimos anos. Deixo o QR *code* para o material do Idec, em que a gente traz uma forma de identificar os ultraprocessados a partir da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rotulagem que a gente tem hoje, e aproveito para enfatizar algo que também foi colocado pela Senadora, além da definição, que os ultraprocessados estão acondicionados em embalagens com muita publicidade, com excesso de cores e têm um direcionamento para o público infantil.

Então eu trouxe aqui algumas dessas imagens para representar quais são esses produtos de que a gente está falando, e trago também algumas evidências que mostram que a publicidade de ultraprocessados direcionada para o público infantil está presente nos diferentes meios de comunicação, para além da rotulagem de alimentos. E ainda sobre evidências, diferentes estudos, como também diferentes desenhos metodológicos, já evidenciaram a associação que existe entre ultraprocessados e os desfechos negativos de saúde.

Então não há dúvidas sobre associação entre ultraprocessados e esses prejuízos, como diabetes, hipertensão, câncer, doenças do coração. Algo também que se conecta muito com isso é o lançamento recente da série especial da revista *The Lancet* sobre ultraprocessados, que destaca essas evidências.

E quando a gente está falando do ultraprocessado, não é uma simples escolha ou preferência alimentar. Cada vez mais se enfatiza a importância do ambiente alimentar nas escolhas alimentares. E trouxe, só para ilustrar, esse *framework*, que mostra um pouco o comportamento alimentar do consumidor e o quanto...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. MARIANA RIBEIRO** – ... o ambiente alimentar está relacionado a isso e o quanto a gente tem diversos outros determinantes que impactam no ambiente alimentar.

E por esse motivo é importante a gente primeiro entender que o nosso ambiente alimentar atual estimula o consumo de ultraprocessados e dificulta o acesso a alimentos saudáveis, que a regulação dos ultraprocessados faz parte da regulação dos ambientes alimentares: que ela favorece escolhas mais saudáveis, está alinhada com diretrizes nacionais e internacionais, porque não existe nenhuma evidência de não se discutir o ultraprocessado.

Mesmo no ambiente do Codex Alimentarius, o que aconteceu foi não avançar numa discussão neste momento, o que acontece para diferentes agendas; não teve nada específico sobre não reconhecer os ultraprocessados. E a gente tem esse alinhamento com diretrizes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacionais e internacionais e avanços em diferentes países que promoveram benefícios sobre essa pauta.

Então a gente tem exemplo da rotulagem na América Latina, na tributação dos ultraprocessados e, no Brasil, nós também tivemos avanços. Então, no ambiente escolar...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. MARIANA RIBEIRO** – ... no Pnae, com diversas resoluções, tivemos decreto presidencial e o avanço recente em várias leis que regulam o ambiente alimentar escolar, em diferentes estados e municípios.

A gente teve, em relação a acesso a alimentos, uma portaria ministerial que proíbe a questão dos ultraprocessados no ambiente do Ministério da Saúde. Seria muito importante que isso avançasse para toda a Esplanada. A gente tem também o decreto da nova cesta básica, que foca em alimentos adequados e saudáveis. E, desde que o guia foi publicado até os dias atuais – então a gente está falando aqui de mais de dez anos –, o que a gente tem? Evidências científicas que já mostram que não há dúvidas sobre a associação entre ultraprocessados e desfechos negativos de saúde.

Ao mesmo tempo, a gente avançou muito pouco em políticas públicas para regular esses produtos e, por outro lado, a sociedade civil e a academia avançaram muito na identificação das estratégias da indústria de ultraprocessado para deslegitimar o Guia Alimentar para a População Brasileira e para impedir o avanço de regulações...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. MARIANA RIBEIRO** – ... e procurar meios de identificar e auxiliar a população. Na verdade, identificar esses produtos para fazer escolhas alimentares alinhadas com o nosso Guia Alimentar.

Então, para finalizar, eu trago que, diante desse cenário, nós precisamos de políticas públicas que auxiliem as pessoas consumidoras na identificação de ultraprocessados e na criação de um ambiente favorável, para que eles sejam evitados, especialmente por crianças e adolescentes.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns pela sua explanação, Dra. Mariana Ribeiro, que foi bem enfática e objetiva. É disso que nós estamos precisando para que a sociedade possa realmente entender essa questão da alimentação excessiva de ultraprocessados e a correlação com doenças crônicas, como diabetes, obesidade, e assim por diante.

Agora eu quero convidar o Dr. Eduardo Augusto Fernandes Nilson, que é Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, para a sua apresentação.

O Dr. Eduardo está aqui ao meu lado.

Seja muito bem-vindo, Dr. Eduardo.

O senhor tem cinco minutos para a sua explanação.

**O SR. EDUARDO AUGUSTO FERNANDES NILSON** (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. Agradeço o convite. Cumprimento a todos na mesa e a toda audiência.

Eu sou pesquisador da Fiocruz Brasília.

Eu vou pular aqui, pois muitas coisas já foram faladas. Então, não vou repeti-las, mas acho que é importante reforçar um ponto de que a Mariana acabou de falar agora há pouco. O processamento é muito mais amplo. O ultraprocessamento é um dos componentes disso, mas a parte que a indústria produz também é de alimentos minimamente processados, os ingredientes culinários, alimentos processados. Então é todo um conjunto, e é isso que se espera é que a indústria venha a priorizar no seu portfólio, em vez dos ultraprocessados.

É inegável também que os ultraprocessados estão continuamente substituindo a dieta tradicional brasileira. É isso que os dados populacionais mostram, justamente ao longo do tempo e ao longo de décadas. É um crescimento contínuo que a gente tem, mostrando que alimentos ultraprocessados crescem, enquanto ingredientes culinários, alimentos minimamente processados diminuem, porque as pessoas cozinham menos, comem menos. Então, é uma substituição de fato. Esse é um mecanismo importante.

E outra coisa muito grave é que o público de crianças e adolescentes é o que mais consome ultraprocessados, até mais do que os adultos. Por exemplo, a POF 2017-2018 mostra que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adolescentes consomem mais ultraprocessados do que os próprios adultos e idosos. E o Enani, que é um estudo que foi feito em crianças menores de 5 anos, pegando inclusive menores de 2 anos, mostra que elas têm exposição muito, muito precoce a ultraprocessados. Isso já submete ... E aqui, à direita, estão justamente quais as categorias de alimentos são as mais frequentemente consumidas.

Sobre a relação de ultraprocessados com saúde, eu não vou repetir aquilo que outros colegas falaram, mas vou mostrar um gráfico que acho que a Mariana falou. O termo ultraprocessado está extremamente consolidado na literatura científica. Então, naquela linha verde, à direita, no gráfico da direita, é um termo que é usado. Aqui são outros termos – alimentos muito processados, ricos em sódio, gordura e açúcar, e por aí vai – e todos eles são muito menos utilizados. Isso acabou se consolidando, de fato, na literatura científica, e a quantidade de publicações que o gráfico mostra reforça isso muito seriamente, o que, reforçando, tem um impacto sistêmico no organismo humano.

E aqui é para reforçar alguns resultados do estudo, que foi o reconhecimento da Revista *The Lancet*, fundamental para mostrar essa robustez dos dados e justamente só reforçar os dados à direita, de que existe uma quantificação, inclusive com o aumento do risco, por exemplo, de diabetes tipo 2, 25%; de depressão, 23%; de excesso de peso e obesidade, 21%; mortalidade por outras causas, 18%; doenças cardiovasculares, 18%.

Então, sim, são dados observacionais, mas são extremamente controlados, trazendo essas questões. É importante; a evidência é muito robusta. Nesse caminho... O próprio tabaco caminhou com essa... Porque não se tem como fazer um estudo clínico randomizado para quem... Vai ter um desfecho, porque o tabaco é da mesma forma, não vai esperar que ninguém vá fazer isso para... Perdão, para os ultraprocessados.

E é importante também destacar uma coisa que a Senadora falou muitas vezes. Uma questão dos ultraprocessados é o desbalanço de nutrientes – sódio, gordura, açúcar, energia –, mas a principal delas é que eles substituem a alimentação saudável, aquilo que se preconiza como a base da dieta; eles levam a um consumo excessivo, e tem outras questões que foram levantadas aqui por outros palestrantes: têm uma exposição a compostos tóxicos que vêm das embalagens, inclusive do próprio processamento, aí a questão dos edulcorantes é um exemplo... Aliás, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo do terceiro, que são os aditivos alimentares, mas isso pode ser do processo de fabricação, que gera também compostos tóxicos e já tem uma comprovação em relação a isso. Então, é um conjunto todo de medidas que vai ser resposta a isso.

Houve uma crítica ao estudo do Hall, que é esse estudo clínico randomizado que virou um grande marco, que mostrou que, ao final de duas semanas de consumo de ultraprocessados em um ambiente extremamente controlado, as pessoas ganhavam um quilo e, quando mudavam, perdiam, mas isso foi comprovado por outro estudo no Japão depois.

Um estudo clínico que foi...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO AUGUSTO FERNANDES NILSON** – ... ambientado no Reino Unido também mostrou isso, então não é um estudo isolado que traz essa questão. O Unicef mostra claramente que já há evidências para crianças, inclusive a questão do excesso de peso e obesidade e, como a Senadora falou, das deficiências de micronutrientes, ou seja, a fome oculta, que está associada a isso, além da qualidade da dieta.

Existe um grande impacto disso não só no país, mas no mundo. Esse gráfico é só para mostrar que, quanto maior é o consumo de ultraprocessados, maior é o risco de mortalidade. Então, a gente está ali no começo e a gente tem que parar esse processo, mesmo, de crescimento do consumo de ultraprocessados. Além da carga, que é epidemiológica, de 25 a 57 mil mortes prematuras, isso causa mais de R$1 bilhão em custos ao SUS, somente com diabetes, hipertensão e obesidade, além de R$9 bilhões somente nas mortes prematuras. Então, é uma perda econômica é muito grande, e essa perda econômica acontece, esses custos, na própria infância e adolescência, mostrando aqui justamente dados que chegam, dos custos hospitalares atribuíveis ao excesso...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO AUGUSTO FERNANDES NILSON** – ... de peso.

E a tendência futura é muito preocupante, mas, ao mesmo tempo, a gente tem que olhar o copo meio vazio ou meio cheio, porque, se a gente melhorar e frear o crescimento da obesidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infantil e infantojuvenil, a gente vai ter uma geração futura mais saudável, que vai adoecer menos e vai morrer, prematuramente, menos também.

E, respondendo a esse cenário, é justamente trabalhar num contexto muito amplo; reforçando.

Uma questão de que a gente falou muito foi a questão da reformulação: ele é um elemento à redução de dano, mas, sozinho, já se provou que não é suficiente. É um componente, mas... Justamente, os ultraprocessados estão substituindo os alimentos *in natura* e minimamente processados, logo, a gente precisa trabalhar numa questão maior, que é a de ambientes alimentares, porque escolhas saudáveis só se dão num ambiente saudável que promova essas questões. Não é uma questão de escolha individual, nisso entra taxação, regulação da publicidade, de rotulagem, de compras públicas.

E uma outra questão importante que eu coloco – para passar muito rapidamente – é a questão da própria dieta regional. A gente fala do *cream cracker*, que foi exemplo que foi dado, mas o *cream cracker* está substituindo a macaxeira, está substituindo o cuscuz, a tapioca...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO AUGUSTO FERNANDES NILSON** – ... que são os alimentos regionais, que devem ser preconizados de fato.

Aqui há um outro exemplo. Para a reforma tributária nós fizemos estudos que mostram que, se houvesse a tributação de ultraprocessados, nós teríamos um grande impacto tanto epidemiológico quanto econômico, em termos de redução de custos à saúde e também de prevenção de mortes e casos de doenças crônicas associadas ao excesso de peso no país.

E aqui um outro exemplo de um estudo que ainda está em andamento, mas já mostrando que, se houvesse uma regulação, que é uma coisa de que você falou, uma regulação nacional de cantinas escolares, públicas e privadas, para eliminar os ultraprocessados e substituí-los pela oferta de alimentos *in natura* e minimamente processados – por exemplo, trocar bebidas açucaradas por sucos, por água; trocar as lanches ultraprocessadas por frutas e outros alimentos assim –, nós teríamos uma redução de 25% no consumo de bebidas açucaradas, 8% de redução nos lanches ultraprocessados. Isso é importante porque a escola é um ambiente que promove a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde. Então, esse estímulo que a gente tem para a alimentação saudável extrapola a escola, e a criança...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO AUGUSTO FERNANDES NILSON** – ... e o adolescente adotam isso na sua vida, o que vai ter um impacto no peso corporal, no IMC.

Por fim, quero reforçar um ponto de que a Mariana falou: a questão do conflito de interesses, de como a indústria trabalha – muitas vezes, dentro das corporações –, de produzir dúvida, moldar o debate, trazer questões que são muito importantes. A gente precisa olhar muito para isso, justamente no sentido de trazer, claro, para o diálogo. Muitas questões de políticas devem ser baseadas em evidências, e evidências de mais alto nível, que nós queremos aqui para trazer.

Coloco a Fiocruz também à disposição para continuar contribuindo para essa agenda.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dr. Eduardo Augusto, parabéns pela sua brilhante explanação em tão pouco tempo.

Olhe como é importante: você, que é pesquisador da Fiocruz, trouxe dados legítimos, como todos aqui que falaram. Só estou pontuando a questão da Fiocruz, porque vocês são grandes pesquisadores que nós temos no nosso país. Eu me orgulho muito de tê-los estudando diuturnamente sobre a questão, dentre outras pesquisas, da saúde pública no nosso país, para que a gente possa ter melhor qualidade de vida.

Achei interessante o impacto orçamentário das doenças que acontece com o uso rotineiro e – detalhe – em excesso. Isto é bom frisar: pessoas que fazem uso excessivo de alimentos ultraprocessados, levando às doenças que você elencou, como obesidade, hipertensão e assim por diante. O gasto que a União tem com esses pacientes que adoecem por conta dessa alimentação que não é saudável... O inverso é verdadeiro: o quanto a União vai economizar, tendo políticas públicas voltadas para a alimentação saudável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos aqui que participaram, tanto de forma presencial, como de forma remota. Quero agradecer os colegas Senadores e Senadoras que participaram também remotamente.

Vamos avançar cada vez mais em políticas públicas para que a gente possa dar condições de melhor qualidade de vida aos nossos cidadãos e cidadãs.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e treze minutos do dia oito de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Nelsinho Trad, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Roberta Acioly. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PLP 18/2021, de autoria Câmara dos Deputados, REQ 50/2026 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 56/2026 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), e REQ 62/2026 - CAS, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei Complementar n° 18, de 2021. **Participantes:** Fabiano de Souza, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares – LIGABOM; Mauro Guimarães Junqueira, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS; Douglas Martins Soares, Tenente-Coronel Assessor de Relações Institucionais e Parlamentares do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Jurandi Frutuoso Silva, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; Fernando Augusto Marinho dos Santos Figueira, Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde; Caroline Endo Ougo Tavares, Diretora Executiva Substituta do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde; e Pedro Aihara, Deputado Federal. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Humberto Costa**
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/08

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 50, 56 e 62, de 2026, da CAS, de minha autoria e de autoria da Senadora Teresa Leitão e do Senador Nelsinho Trad, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2021, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para permitir que o serviço de atendimento pré-hospitalar dos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal perceba emendas parlamentares destinadas às ações e serviços públicos de saúde.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão (Ouvidoria), através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Vamos, então, formar aqui a nossa mesa.

Eu queria convidar o Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares (Ligabom), para que venha compor aqui a mesa; a Sra. Caroline Endo Ougo Tavares, Diretora Executiva substituta do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, que está na condição de videoconferencista; o Sr. Fernando Augusto Marinho dos Santos Figueira, Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, que está aqui ao nosso lado; o Sr. Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jurandi Frutuoso Silva, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); o Sr. Mauro Guimarães Junqueira, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), que também é videoconferencista nesta sessão de hoje; além deles, o Sr. Tenente-Coronel Douglas Martins Soares, Assessor de Relações Institucionais e Parlamentares do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; e o Deputado Federal Pedro Aihara, que vai participar também por meio de videoconferência.

Queria esclarecer aqui que cada um dos participantes terá dez minutos para manifestação sobre o tema. Havendo algum Senador aqui, depois nós cederemos a palavra para que ele ou ela possam se manifestar, fazer perguntas, enfim; e, depois, nós concluiremos este trabalho.

Eu queria, antes de passar a palavra aos oradores, primeiro dizer aqui algumas palavras, algumas breves palavras.

Senhoras e senhores, eu gostaria, inicialmente, de agradecer a presença dos convidados e das convidadas que participam desta audiência destinada a instruir o PLP 18, de 2021, que trata da possibilidade de destinação de recursos oriundos de emendas parlamentares da saúde para os serviços de atendimento pré-hospitalar realizados pelos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal.

Quero registrar, desde logo, que esta audiência não parte de qualquer questionamento acerca da relevância dos corpos de bombeiros; pelo contrário, são instituições respeitadas por todos nós, brasileiros e brasileiras, que desempenham papel fundamental no salvamento de vidas, no atendimento a acidentes, desastres e emergências. Sua importância é indiscutível e merece o reconhecimento desta Casa.

O debate que nos reuniu hoje diz respeito a outra questão: o financiamento da saúde pública brasileira. E, para compreender adequadamente os impactos dessa proposta, é importante recordar que o problema do subfinanciamento do SUS não é novo.

Em 2013, o Senado Federal instalou uma Comissão Temporária destinada justamente a estudar soluções para o financiamento do SUS. Na condição de Relator daquele Colegiado, eu tive a oportunidade de acompanhar um amplo conjunto de audiências públicas e discussões técnicas que resultaram em um diagnóstico bastante claro: o SUS já enfrentava, naquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento, graves restrições financeiras, e os especialistas foram unânimes em afirmar que a melhoria da gestão, por si só, não seria suficiente para solucionar os desafios da saúde pública brasileira.

Até hoje, em diversas regiões do país, o SUS continua operando sob forte pressão assistencial e orçamentária. É justamente nesse contexto que devemos analisar o PLP 18, de 2021. A proposta apresenta uma finalidade legítima e reconhece a importância dos serviços prestados pelos corpos de bombeiros militares. No entanto, precisamos compreender seus efeitos sobre um orçamento que continua limitado. A questão central é saber se a ampliação do conjunto de estruturas aptas a receber recursos oriundos das emendas da saúde poderá gerar maior competição por verbas já insuficientes para atender plenamente as necessidades da atenção básica, da rede hospitalar, do Samu e de outros serviços estratégicos do SUS. Precisamos compreender ainda se a ampliação das hipóteses de utilização de recursos vinculados à saúde produzirá efetivo fortalecimento da assistência prestada à população ou se poderá gerar competição por recursos já escassos dentro do próprio sistema.

Segundo dados do Ieps (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde), o orçamento destinado à saúde apresentou crescimento expressivo nos últimos anos. Entre 2002 e 2025, os recursos aplicados no setor passaram de R$179 bilhões para R$233,3 bilhões, o que representa uma expansão de aproximadamente 30%. A pesquisa do Ieps aponta ainda que, embora o orçamento do SUS tenha apresentado crescimento nos últimos três anos, no atual Governo do Presidente Lula, evidencia-se uma significativa participação das emendas parlamentares no financiamento das ações e serviços de saúde.

Segundo o Ipea, entre 2014 e 2024, o volume total de emendas aumentou 321% no Orçamento da União e 383% no orçamento do Ministério da Saúde. Esse avanço se reflete também no financiamento do piso federal da saúde: a participação das emendas, que era de 3,1% em 2014, chegou a 11,4% em 2024, depois de atingir 12,6% em 2023. Em que pese a referência do projeto aos recursos provenientes de emendas parlamentares, que já são de grande monta, é necessário compreender que a medida se aplica igualmente a todo o orçamento da saúde. Nesse cenário, toda ampliação do conjunto de destinatários aptos a acessar esses recursos merece avaliação criteriosa quanto aos seus efeitos sobre políticas já consolidadas e historicamente subfinanciadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos pontos que pretendemos aprofundar nesta audiência diz respeito à relação da proposta com a rede de atenção às urgências e emergências, especialmente o Samu. Não se trata de estabelecer uma disputa institucional entre serviços que são complementares e igualmente importantes. O que precisamos compreender é se a nova possibilidade de financiamento poderá produzir impactos sobre a capacidade de manutenção, expansão e fortalecimento das estruturas já existentes no âmbito do SUS.

Tenho convicção de que os debates desta audiência contribuirão para que possamos analisar a matéria com responsabilidade, equilíbrio e compromisso com os princípios constitucionais que orientam a saúde.

O nosso objetivo é assegurar que qualquer aperfeiçoamento legislativo preserve aquilo que constitui a essência do SUS: um sistema universal, público, integrado e adequadamente financiado para atender as necessidades da população brasileira.

Dito isso, antes de começarem as intervenções, eu queria ler para cada um, dando a eles a liberdade de responder durante a sua fala, alguns questionamentos que chegaram pelo Portal e-Cidadania, por meio do www.senado.leg.br/ecidadania, de pessoas que estão acompanhando, que vão acompanhar esta audiência pública.

A primeira é da Heloyse, de Alagoas: "Como evitar a sobreposição entre bombeiros e Samu e garantir maior eficiência no atendimento pré-hospitalar?".

Pietro, de São Paulo: "Qual é a importância do tempo-resposta dos bombeiros no salvamento de vidas e na redução de sequelas permanentes?".

Diego, do Mato Grosso: "Como o PLP 18/2021 garante que recursos da saúde para os bombeiros não reduzam o financiamento de outras ações do SUS?".

Ana, do Paraná: "Quais critérios serão usados para assegurar transparência e eficiência na aplicação desses recursos pelos bombeiros?".

Rhuan, de Pernambuco: "O PLP [...] prevê critérios para que o recurso [...] chegue com agilidade aos bombeiros de regiões periféricas e pequenas cidades?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernanda, do Distrito Federal: "Essencial a atribuição de aporte econômico em apoio a uma área tão sensível e importante no atendimento à população".

Denise, do Rio Grande do Norte: "Os corpos de bombeiros militares já exercem o trabalho de atendimento pré-hospitalar, inclusive previsto nas suas atribuições".

Celivaldo, do Maranhão: "Evidenciada a eficácia desse serviço no atendimento rápido e qualificado às vítimas [...], contribuindo na preservação de vidas".

Richard, de Santa Catarina: "O uso dos recursos públicos é mais bem utilizado se atuamos na saúde preventiva e na antecipação de situações de crise [...]".

Eu peço que passem uma cópia para cada um dos integrantes. Quem desejar responder às perguntas ou aos comentários pode ficar à vontade.

Então, vamos iniciar a nossa audiência com a fala do Sr. Fabiano de Souza, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares.

Gostaria de informar que o sistema adotado aqui no Senado será o dos dez minutos. Quando falta exatamente um minuto, é acionada uma campainha e cada um terá o tempo de um minuto para concluir a sua fala.

Então, com a palavra o Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares, Sr. Fabiano de Souza.

**O SR. FABIANO DE SOUZA** (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Exmo. Senador da República Humberto Costa; o Sr. Fernando Augusto Marinho dos Santos Figueira, Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde; o Sr. Jurandi Frutuoso Silva; o Tenente-Coronel Douglas.

Permitam-me também cumprimentar os Conselheiros do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais Comandante Barcelos e Comandante Charles e, nas suas pessoas, estender o cumprimento a todos os bombeiros militares, aos servidores da saúde, enfim, a todos aqueles que acompanham esta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, de maneira muito breve, apenas para contextualizar, o Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares congrega todos os bombeiros das 27 unidades da Federação – os 26 estados mais o Distrito Federal. A composição do conselho ocorreu no último dia 15 de abril, numa reunião em São Paulo.

O corpo de bombeiros, em todo o Brasil, Senador, atua sempre com o objetivo de integrar para salvar vidas. Aqui, a gente consegue ver um pouquinho do que a gente faz nacionalmente, respeitando a particularidade de cada unidade da Federação. Então, o corpo de bombeiros trabalha na mobilização nacional para resposta de desastres, na coordenação em nível interfederativo, na padronização voluntária de protocolos de atuação e no compartilhamento de melhores práticas operacionais e gerenciais.

O que a gente quer dizer com isso, Senador? A história do corpo de bombeiros, em todo o Brasil, foi feita por meio de parcerias, não se resume a uma atuação isolada e nem a uma busca por um protagonismo institucional. A gente trabalha, a todo tempo e a todo momento, por meio de parcerias. Aqui, a gente busca evidenciar essa parceria com o Ministério da Saúde. Nós temos parcerias com o Ministério do Meio Ambiente, fazemos parte do Ministério da Justiça por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, mas o corpo de bombeiros militar e os corpos de bombeiros de todo o Brasil não se resumem a uma atuação restrita e estrita à segurança pública.

O cenário atual dos corpos de bombeiros em todo o Brasil, apenas para que tenham uma ideia os participantes desta audiência pública... Então, nós temos... (*Pausa.*)

Como eu disse, nós temos 27 unidades na Federação, e aqui há os números que são importantes destacar, Senador: nós temos mais de mil unidades operacionais por todo o Brasil, nós estamos falando de mais de 70 mil integrantes da corporação, de 2 mil unidades de resgate ou autossocorro de urgência, ambulâncias atendendo a população, de 2 mil embarcações e de 40 aeronaves.

E aqui há números que a gente gostaria de evidenciar: ao todo, os corpos de bombeiros atenderam, no último ano, aproximadamente 2,5 milhões de ocorrências, das quais 1,067 milhão foram ocorrências de atendimento pré-hospitalar. Numa média nacional, Senador, 40% da atuação dos corpos de bombeiros militares são ocorrências de atendimento pré-hospitalar. E eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou fazer questão de dizer que esses 40% são uma média nacional. Em alguns estados, o número de ocorrências de atendimento pré-hospitalar ultrapassa 70% de atuação.

Eu vou citar, neste caso, por exemplo, o Estado de Santa Catarina, de que faço parte: em 2025, de 200 mil ocorrências atendidas pelo corpo de bombeiros, 160 mil foram de atendimento pré-hospitalar. Porém, em termos gerais, no Brasil, 40% do atendimento são de atendimento pré-hospitalar.

Além disso, nós temos, em todo o território nacional, mais de cem bases integradas entre bombeiros e Samu. E 60% dos atendimentos prestados pelos corpos de bombeiros são trauma; outros 60% dos atendimentos pelo Samu são clínicos. Por si, esses números já definem de maneira majoritária o rol de atuação de cada instituição, sendo mais evidentemente, nos atendimentos pré-hospitalares, trauma por parte do corpo de bombeiros, e atendimentos clínicos pelo Samu. Prossigo: mais de 70% das bases aéreas são de serviço de atendimento vinculado ao serviço da saúde; 50% das aeronaves atuam no serviço exclusivo voltado à saúde; e 10% das unidades já são integradas.

Senador, quando o senhor se refere, na sua fala – e isto é extremamente importante a gente deixar muito claro aqui... É evidente que existe uma preocupação do sistema de saúde... E eu não vou colocar do Ministério da Saúde, mas de todos os que compõem o sistema de saúde, sempre retratando o orçamento – e vamos adotar a mesma linha, ou seja, um orçamento precário para uma atividade primordial, uma atividade fundamental de prestação de serviços para a população. Há uma preocupação em destinar não parte desse orçamento, mas as emendas parlamentares, que também são usadas para o custeio e para investimentos da saúde, e, dessa maneira, talvez – usando uma expressão –, enfraquecer o Sistema Único de Saúde. No entanto, o fato, Senador, é que os corpos de bombeiros, no atendimento pré-hospitalar, fazem parte do sistema de saúde. Eles atuam em prol do sistema de saúde. Os corpos de bombeiros, atuando nessa área, em muitos aspectos, estão em áreas a que a saúde ainda não chegou, em que o Samu ainda não atua. O contrário também é verdadeiro: o Samu está presente em algumas regiões onde o bombeiro não está presente. E a gente está falando aqui é de um trabalho parceiro, voltado à saúde pública, de prestação de serviços para o brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que não se pretende disputa de mercado – e o senhor foi bem aqui na sua colocação –, não é uma questão de crítica a uma ou a outra instituição, mas de um trabalho parceiro em prol da saúde pública do brasileiro, em que os corpos de bombeiros, no atendimento pré-hospitalar, fazem parte desse trabalho.

E aí a gente coloca algumas situações que são mais evidenciadas. Aqui a gente trouxe algumas em cenário de desastres ou em caso excepcional, como foi a pandemia, mas isso faz parte do nosso dia a dia. Quanto ao atendimento pré-hospitalar, repito, em média geral nacional, nós estamos falando de 40% da atuação dos bombeiros em todo o Brasil. Em alguns estados – repito –, esse número ultrapassa 70%.

A destinação de recursos para o APH. O que a gente está falando, para o corpo de bombeiros, é da participação em emendas destinadas à saúde para investimento na área que o bombeiro atua dentro do sistema. E aqui a gente chama a atenção para alguns estados que já possuem a destinação de emendas parlamentares estaduais. E aí a gente vai citar os Estados de Goiás, Minas Gerais, Tocantins e Bahia. Eles já têm autorização e recebem emendas parlamentares estaduais. E o seu estado, o estado de V. Exa., Senador – Pernambuco –, não recebe...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FABIANO DE SOUZA** – ... emenda estadual, porém, há mais de 30 anos, ele recebe recursos da saúde para o Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco – há mais de 30 anos –, ainda que não seja por meio de emendas.

E aqui é só um exemplo do trabalho integrado que o corpo de bombeiros faz voltado à saúde, com uma série de manchetes e de matérias nacionais. Em algumas delas, como a última, apresentada ali abaixo – "pais de bebê afogado" –, nós temos representantes aqui de familiares que foram atendidos pelo corpo de bombeiros, numa ação típica de saúde pública.

Esse é um vídeo, Senador, que eu vou apresentar – e só tem mais uma tela para a gente encerrar a fala –, em que a gente faria questão de falar de um secretário de estado da saúde sobre esse trabalho integrado com o corpo de bombeiros.

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FABIANO DE SOUZA** – Para fechar, Senador, as considerações.

O Conselho Nacional de Comandantes-Gerais é um indutor de políticas públicas e padronização para os corpos de bombeiros.

Respondo talvez a pergunta aqui da Heloyse – eu não vou responder todas em razão do tempo –: "Como evitar sobreposição entre bombeiros e Samu [...]?". Talvez, paralelamente à discussão que a gente está tendo agora sobre investimentos aos corpos de bombeiros na área de atendimento pré-hospitalar, seria a gente discutir também, no âmbito nacional, uma política nacional de atendimento de urgência e emergência; e aí a gente não tem sobreposição e trabalha em parceria.

Os corpos de bombeiros já fazem o serviço complementar e específico de atendimento pré-hospitalar terrestre e no salvamento aéreo, integrado com a urgência e emergência e o próprio Samu.

Os recursos de saúde trariam um reforço para o investimento na atividade de APH única e exclusivamente para aquela que é vinculada ao sistema de saúde. E há um limite para novos investimentos nos corpos de bombeiros, diante da capacidade de operação e custeio decorrente.

E, por fim, a execução das emendas federais se assemelharia ao que acontece com emendas estaduais já validadas por secretarias estaduais de saúde.

Para finalizar minha fala, Senador, a gente não está aqui disputando, como o senhor bem falou, espaço ou reserva de mercado. A gente está falando de melhorar a qualidade do atendimento prestado ao cidadão brasileiro na saúde, fazendo que o corpo de bombeiros, que já atua nessa área, também tenha investimentos para melhorar esse atendimento. E definitivamente a gente quer deixar muito claro: bombeiro faz parte do serviço de saúde e o bombeiro auxilia no aprimoramento e no engrandecimento do Sistema Único de Saúde.

Obrigado, Senador.

Eu fico à disposição, caso tenha alguma dúvida, para algum esclarecimento. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com a palavra, remotamente, o Deputado Pedro Aihara – ele pediu que nós fizéssemos uma troca aqui, porque precisa desempenhar outras atividades –, dez minutos.

Faltando um minuto, toca a campainha, e V. Exa. tem um minuto para concluir o seu raciocínio.

**O SR. PEDRO AIHARA** (Bloco/PP - MG. Para expor. *Por videoconferência*.) – Sr. Senador, primeiramente eu gostaria de cumprimentar não só o senhor por esta excelente iniciativa de trazer à baila uma discussão tão importante, mas também o Senador Nelsinho Trad, que também é um dos requerentes desta audiência pública.

Quero cumprimentar os nossos comandantes que estão presentes: o Coronel Fabiano, que hoje está como Presidente da Ligabom; também o Coronel Moisés, Comandante-Geral do Distrito Federal; e também o nosso Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Acre, Coronel Charles.

Cumprimento também os demais representantes: a Sra. Caroline, Diretora-Executiva do Fundo Nacional de Saúde; o Sr. Fernando, Diretor de Departamento de Atenção Hospitalar; o Sr. Jurandi Frutuoso, Secretário-Executivo do Conass; e também o Sr. Mauro, Secretário-Executivo do Conasems.

A minha fala aqui vai ser muito breve, eu até peço desculpas por estar participando *online*, mas o que eu vou falar aqui reflete muito a realidade da maioria dos nossos municípios.

Eu estou falando de Ataléia, que é uma cidade de 3 mil habitantes que fica aqui no interior de Minas Gerais, onde muitas vezes nós temos uma demanda de atendimento pré-hospitalar em que aquela pessoa que está ali numa situação de urgência e emergência e que quer ser atendida, muitas vezes, precisa de um recurso que sai de uma cidade, de um município que fica, às vezes, a 50km, às vezes, a 80km, às vezes, a 100km de distância. Graças a Deus, nós temos um sistema muito eficiente com o Samu, mas, muitas vezes, essas viaturas estão empenhadas em outras ocorrências, e a gente também precisa da atuação, na área pré-hospitalar, do nosso corpo de bombeiros. Aquela vítima que está ali quer ser resgatada, não importa para ela se vai ser em uma viatura do Samu, não importa para ela se vai ser em uma viatura dos bombeiros, ela quer receber

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o atendimento e tem esse direito, graças à força e graças ao alcance do nosso Sistema Único de Saúde.

E o que eu gostaria de falar desde o início é o seguinte: nós, quando falamos sobre APH, não estamos discutindo se o corpo de bombeiros vai passar ou não a fazer atividade pré-hospitalar, o atendimento pré-hospitalar. Nós já fazemos isso. Isso já é plenamente reconhecido inclusive pelo próprio Ministério da Saúde.

Nós temos a Portaria 2.048, do Ministério da Saúde, nós temos também, além disso, pareceres da própria Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde que deixam, de maneira inequívoca, afirmada essa competência dos nossos corpos de bombeiros espalhados por todos os estados de realizar essa atividade pré-hospitalar.

A única questão é que hoje, embora nós façamos essa atividade pré-hospitalar – e seja indiscutível que a atividade pré-hospitalar é, sim, uma ação, é, sim, uma atividade de saúde –, nós não recebemos nenhum recurso vinculado à saúde para esse fim, para essa ação, que é uma ação de saúde.

E é importante a gente destacar isso, porque boa parte da população está acompanhando essa discussão e, em algum momento, pode parecer que a gente está falando sobre a eventual execução de uma nova atividade, uma nova competência. Na verdade, nós já realizamos isso, como muito bem colocado pelo Coronel Fabiano. Isso representa mais de 40% dos nossos atendimentos – em outros estados, chega a 70% –, só que hoje a gente não recebe nenhum tipo de recurso para isso. E o problema é que, por não recebermos nenhum recurso para isso, a gente estruturar melhor essa atividade depende diretamente dessa chegada de recurso.

E aí chegamos ao segundo ponto, que talvez seja o ponto principal dessa discussão. Muitas pessoas acreditam que, quando a gente fala da possibilidade da aplicação de recursos na saúde no nosso sistema pré-hospitalar, a gente está disputando um recurso que, em vez de ir para o Samu ou para outra área de saúde, passa a ir para a gente. É fundamental nós colocarmos aqui, gente, que a gente está falando de uma faculdade, de uma possibilidade. Eu, como Deputado Federal, o senhor, enquanto Senador, todos nós aqui podemos destinar as nossas emendas individuais impositivas, seguindo obviamente os critérios, de uma forma livre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, quando a gente abre essa possibilidade de a gente colocar essa emenda parlamentar de saúde no sistema de APH do bombeiro, nós não estamos tirando dinheiro que já está destinado, que já está vinculado a qualquer outra ação, a qualquer outra atividade do Samu, a qualquer outro consórcio. Na verdade, a gente acrescenta e melhora um critério de transparência e de alocação, porque o que acontece na prática, hoje, é o seguinte – vou dar um exemplo que aconteceu comigo –: lá em Itaúna, por exemplo, que é uma cidade aqui de Minas Gerais, existe uma demanda relacionada a uma nova unidade de resgate, a uma nova ambulância para o corpo de bombeiros. Como hoje a gente não consegue fazer esse aporte diretamente, a gente fez a destinação dessa ambulância para a prefeitura, que consegue receber esse recurso, e a prefeitura faz a cessão – faz um convênio, uma parceria com o corpo de bombeiros –, para que esse veículo seja disponibilizado ao corpo de bombeiros; ou seja, na prática, a gente já tem esse investimento, esse recurso chegando nos bombeiros, só que não é feito da melhor forma, uma vez que, do ponto de vista de transparência, do ponto de vista de aplicação, de velocidade e de agilidade na aplicação desse recurso, é muito mais adequado se a gente já puder fazer esse aporte diretamente e não ficar dependendo de mais uma fase burocrática, de todos os problemas burocráticos que podem acontecer.

E é muito importante a gente falar também – e eu falo isso enquanto profissional bombeiro militar que sou, mas enquanto também admirador profundo do Samu; inclusive, tenho encampado várias lutas do Samu em Belo Horizonte, em Minas Gerais – que a gente não está falando de disputa de serviço. Hoje, o Samu e o corpo de bombeiros trabalham numa sinergia e numa harmonia gigantesca. Em Minas Gerais, por exemplo, em quase todas as nossas unidades, nós trabalhamos, inclusive, com as próprias guarnições do Samu dentro dos nossos quartéis, o que comprova toda essa sinergia, toda essa harmonia, só que a gente não pode esquecer, de forma alguma, que, quanto mais a gente puder aprimorar o nosso sistema de APH como um todo, melhor para todo mundo, porque, em muitas ocorrências, às vezes, o Samu, pelo excesso de chamados, não consegue atender naquele momento, e vice-versa também – muitas vezes, o corpo de bombeiros está com todas as viaturas de resgate empenhadas. Quando a gente tem essa possibilidade de trazer mais recursos e de aplicar essa emenda parlamentar, que, como eu disse, não traz nenhum tipo de obrigatoriedade, é só mais uma possibilidade, a gente fortalece o sistema, que hoje é um sistema integrado. Se tem uma viatura, uma UR (unidade de resgate) livre, vai ser a viatura do corpo de bombeiros; se tem uma USB ou uma USA, uma unidade do Samu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponível para o atendimento, vai ser aquela unidade, e todo mundo trabalha cooperando o tempo todo.

Então, é muito importante a gente esclarecer isso, porque de forma alguma trata-se de a gente querer abarcar, encampar área de atuação de outra instituição, de outro órgão – a gente admira, respeita, trabalha integrado com o Samu –, mas, sim, de uma possibilidade de a gente fortalecer todo esse sistema. Isso é bem-vindo, inclusive, pela imensa esmagadora maioria, com perdão do pleonasmo, de todos os nossos amigos e parceiros que temos no próprio Samu, porque hoje a gente vive uma situação em que, muitas vezes, o efetivo fica pequeno, fica restrito. Então, a gente fortalecer isso é fundamental, sim, também com a comprovação, como foi muito bem colocado também pelo Coronel Fabiano, de que, em muitos estados, a gente, inclusive, já trabalha e nisso já aplica recursos estaduais, das emendas estaduais na saúde, e não temos nenhum problema em relação a isso.

Então, o que a gente gostaria de deixar destacado, de uma forma muito veemente, de uma forma muito estruturada, é que trazer esses recursos, para muito além de uma possibilidade de estruturação melhor do sistema de atendimento pré-hospitalar, é principalmente uma questão de justiça não só com a valorização tanto dos profissionais do Samu e de outros órgãos como também dos nossos profissionais bombeiros militares, mas principalmente – e, com isso, finalizo – da nossa população, que merece um sistema de atendimento pré-hospitalar melhor estruturado, merece um atendimento mais rápido e mais eficaz, merece esse tipo de recurso.

Esse era um projeto de lei que estava parado desde 2021. Quando eu chego à Câmara, na minha eleição, faço questão de colocá-lo como a prioridade do meu mandato – por isso, a gente só voltou com o andamento dele em 2023 –, e, com muita luta, minha e de alguns outros colegas, a gente conseguiu aprová-lo na Câmara. Agora a gente tem a oportunidade de no Senado fazer justiça não só aos nossos bombeiros, não só aos nossos parceiros na saúde, mas, principalmente, à população, que, sobretudo nas cidades mais distantes, nas cidades pequenas, continua sofrendo demasiadamente, às vezes, com esses problemas estruturais.

A gente ter a possibilidade de colocar mais recursos no APH e de estruturá-lo melhor não é uma medida corporativa, não é uma medida nichada, segmentada, é uma possibilidade de a gente realmente fazer o alcance do nosso Sistema Único de Saúde ser cada vez maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante a gente lembrar também que esse atendimento pré-hospitalar... esse recurso seria exclusivamente aplicado na atividade pré-hospitalar dos bombeiros, não seria investido nas outras atividades de salvamento e de socorro. Então, realmente é uma possibilidade de a gente trazer mais saúde para a população por meio de instituições que são profundamente confiáveis, por meio de um sistema que já funciona e já tem esse reconhecimento, mas, principalmente, de a gente poder salvar mais e melhor. Todos nós, independentemente da instituição e do local, estamos unidos por esse esforço de salvar vidas.

Eu peço encarecidamente para que todos os senhores, em especial os Senadores, possam ter essa sensibilidade, possam entender a importância disso e possam encaminhar favoravelmente a esse projeto. É o meu pedido não só como Deputado, não só como bombeiro, mas, principalmente, como cidadão brasileiro que sabe da importância e da diferença que esse atendimento faz na ponta da lança.

Muito obrigado a todos.

Parabéns, mais uma vez, a todos que estão presentes e meu cumprimento especial, mais uma vez, ao Sr. Senador Humberto Costa, que está presidindo, e também ao Senador Nelsinho Trad, que é um grande parceiro e requerente também desta audiência pública.

Parabéns aos bombeiros, parabéns aos profissionais de saúde, parabéns aos representantes do Samu.

Vamos juntos, melhorando o nosso SUS. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Deputado.

Agora, com a palavra a Sra. Caroline Endo Ougo Tavares, Diretora Executiva substituta do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, que vai nos falar por videoconferência.

Com a palavra V. Sa.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ah, sim, pois não. Desculpem-me. O Senador Nelsinho Trad me pediu...

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Eu tenho que presidir a sessão em comemoração ao Dia Mundial dos Oceanos.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... um tempo, porque ele vai precisar se ausentar, para ir a uma sessão que trata dos oceanos.

Então, com a palavra V. Exa.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para interpelar.) – Jamais passou pela minha cabeça entrar na vez da fala, ainda mais de uma mulher. Então, eu quero, primeiramente, pedir desculpas, mas eu vou presidir, daqui a pouco, uma sessão muito importante da preservação ambiental dos nossos oceanos.

Quero aqui, na pessoa do Coronel Fabiano, cumprimentar toda a mesa diretiva, bem como o Senador Humberto Costa, todos vocês que estão acompanhando a audiência presencialmente e virtualmente e cumprimentar o Deputado Pedro Aihara.

Senador Humberto Costa, nada nesta vida é por acaso. V. Exa., quando foi Ministro da Saúde, idealizou o Samu e vai ter a oportunidade agora de aperfeiçoar mais ainda a concepção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, que é o Samu, porque o que nós estamos pleiteando aqui é justamente isto: fortalecer o atendimento de uma instituição que já o faz antes mesmo da existência do próprio Samu, no sentido de compartilhar com esse serviço um aprimoramento na sua atenção e na sua eficiência. Ninguém está aqui querendo tomar o lugar de ninguém. O que nós estamos buscando é uma oportunidade de aperfeiçoamento, de estruturação, para que esse serviço possa funcionar cada vez mais a contento no mister no qual ele é inspirado, o de salvar vidas.

Não sei se vocês me conhecem, mas eu sou médico, trabalhei, por 17 anos, no pronto-socorro da Santa Casa de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sei muito bem o que é uma urgência, o que é uma emergência e sei mais ainda o que é um atendimento socorrista de pronto, para que a gente possa salvar a vida daquele que está com algum problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, Sr. Presidente, Humberto Costa, estamos cumprindo mais uma etapa do rito legislativo. O Parlamento, em que vocês estão aqui inseridos, é o local do debate, da divergência. Isso é normal acontecer aqui dentro. Não vejam isso como alguém contra ou querendo botar água no chope, nada disso. Aqui é o lugar da discussão, é o lugar onde se ouve a contradita e você se convence daquilo sobre o qual o outro tem alguma ideia e um encaminhamento melhor.

Dessa forma, Sr. Presidente, deixando isso muito claro, eu peço a V. Exa. – e eu tenho a certeza da sensibilidade de V. Exa., defensor do SUS como é, ex-Ministro da Saúde, médico, sensível – que possa agregar valor no sentido de a gente fazer com que essa otimização possa, de uma vez por todas, ser concluída. Terminando esta audiência pública, observando o rito legislativo, esse projeto já tem condições de voltar à Comissão de Assuntos Sociais. Eu vou pedir ao Presidente, também médico, Marcelo Castro, que possa colocá-la já na quarta-feira, porque nós estamos entrando num mês que está antecedendo o recesso, e aí vem o período eleitoral. Se a gente não acelerar com isso agora, provavelmente isso vai demandar muito mais tempo sem necessidade.

Nada aqui está sendo imposto de forma imperativa, obrigatória. Coloque a emenda quem se convencer de que aquilo é bom. Eu já me convenci, eu vou pôr um pedaço da minha emenda para o serviço de resgate do corpo de bombeiros do meu estado, o Mato Grosso do Sul – quero até aqui saudar o Coronel Frederico, que deve estar nos assistindo. Por quê? Porque eu sei que isso vai ser bom para a cidade, vai ser bom para o estado, vai ser bom para o Samu, vai ser bom para vocês, vai ser bom para todo mundo.

Eu não sou dessa de ficar atirando pedra aqui e ali. Eu sou contra essa polarização, esse conflito que tem de direita e esquerda. Eu sou de resultado, de pragmatismo. Se eu estou aqui, é para poder entregar alguma coisa de melhor para as pessoas que em mim confiaram.

Então, está aqui o meu encaminhamento. Vamos dar oportunidade para aqueles Parlamentares que puderem e quiserem colocar um pedacinho da sua emenda de saúde para poder melhorar e otimizar o serviço de atendimento dos bombeiros. Que assim possa ser feito.

É assim que eu concluo, dizendo e apelando para a sensibilidade de quem criou o Samu, na certeza de que esse serviço vem para somar esforços com o Samu e atender melhor à sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Com a palavra, agora, o Sr. Fernando Augusto Marinho dos Santos Figueira... (*Pausa.*)

Ah, não. Desculpe. É a Sra. Caroline Endo Ougo Tavares, Diretora Executiva substituta do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

**A SRA. CAROLINE ENDO OUGO TAVARES** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador.

Estão me escutando bem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. CAROLINE ENDO OUGO TAVARES** (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Deputados, distinto corpo de bombeiros, que está presente aqui também.

Eu queria iniciar a minha fala informando acerca do custo do SUS em território nacional. A gente tem a máxima... A máxima, não; a gente tem já dados concretos que colocam o custo do SUS (Sistema Único de Saúde), que atende a 100% de toda a população nacional, inclusive estrangeiros no território, em torno de R$500 bilhões. Desses R$500 bilhões de custeio, cerca de R$261 bilhões são do orçamento do Ministério da Saúde. Inclusive, uma parte desse recurso vem por meio de emenda parlamentar. Então, é muito clara a pressão que existe sobre os estados e municípios na ordem de R$238 bilhões, o que não é pouco.

Dados também da rede privada apontam o custo de R$500 bilhões para atendimento ao setor privado, que atende a 25% da nossa população. Então, a gente vê a discrepância e a falta de recurso que existe hoje no sistema público de saúde, que envolvem especialmente as ações de prevenção, de assistência direta da atenção primária, de detenção especializada, inclusive a rede de urgência e emergência.

A gente não vê o serviço prestado pelo Corpo de Bombeiros do APH como concorrente ao Samu; muito pelo contrário, ele é complementar. A distinção muito clara que a gente faz dentro do Ministério da Saúde é acerca da regulação que existe no Samu de todo o sistema estruturado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que existe em torno da atenção especializada, em especial o atendimento de urgência e emergência hospitalar e pré-hospitalar.

Então, é muito salutar e muito bem-vindo que os próprios estados que tenham autonomia para isso sejam partícipes do financiamento por meio de emendas estaduais para o corpo de bombeiros, até porque a gente precisa lembrar que o SUS é estruturado em um regime de colaboração, coparticipação e com divisão das atribuições pela Lei 8.080.

Nesse sentido, não existe um órgão central, mesmo que seja o Ministério da Saúde, que determine como cada estado tem que agir, como tem que financiar. Eles têm autonomia para isso. Nesse sentido, também fica muito difícil conseguir organizar o financiamento por meio de emenda parlamentar dentro do Sistema Único de Saúde para o corpo de bombeiros, sem pensar no possível conflito de financiamento. Por que eu falo isso? Porque a gente precisa lembrar que o corpo de bombeiros também faz parte do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), instituído em 2021.

Então, haveria de ter medidas saneadoras do duplo financiamento, tanto pelo Sistema Único de Saúde, com as emendas indicadas para as ações de saúde pública, quanto pelas emendas indicadas para a saúde pública. É fácil lembrar também que, dentro do Sistema Único de Saúde, a regulação que se dá em âmbito estadual é coordenada pelos estados. Não existe a figura central do Ministério da Saúde determinando o que se faz, com quem se faz e como se faz.

O Ministério da Saúde entra pelo Ministério da Saúde como um agente estratégico, estabelecendo as políticas prioritárias, regulando as ações de financiamento e estruturando toda a cadeia, desde a prevenção e atenção primária junto a atenção especializada. Então, não existe concorrência. Existe, sim, uma cooperação, uma colaboração, que é realizada em âmbito estadual, dentro das ações de cada estado, dentro das atribuições de cada estado.

É fácil lembrar também a questão da execução das emendas, em especial das determinações advindas pela ADPF 854, em que são determinadas ao Ministério da Saúde uma série de ações e regulações, inclusive desde o planejamento das ações em saúde, com execução direta das emendas, para a viabilidade do repasse financeiro, inclusive da apresentação dessas propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a lei, por si só – a alteração da Lei 141, por si só... Faz-se necessária uma série de argumentações dentro dos normativos do próprio ministério, inclusive da Lei 8.080, de forma a viabilizar esse financiamento que está proposto no Projeto de Lei 18, de 2021.

São essas considerações, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sra. Caroline Endo Ougo Tavares, Diretora-Executiva Substituta do Fundo Nacional de Saúde. (*Palmas.*)

Com a palavra o Sr. Fernando Augusto Marinho dos Santos Figueira, Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde.

**O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA** – Obrigado, Senador Humberto.

Dê licença, só vou roubar...

Primeiro, quero cumprimentar e deixar clara a minha gratidão e o prazer de estar aqui com o criador do Samu, sendo do mesmo estado, também, do Senador. Queria cumprimentar inicialmente todos os que estão aqui assistindo, seja de forma presencial, de forma virtual, particular, vocês que fazem os corpos de bombeiros de vários e vários estados do Brasil; os colaboradores do Ministério da Saúde, que também estão aqui presentes; os colaboradores dos SAMUs, que também se mobilizaram para estar aqui presentes.

Quero deixar uma menção de respeito ao Senador Nelsinho Trad, que infelizmente não pôde acompanhar o final da audiência, e também cumprimentar, de forma bastante efusiva, e parabenizar pela explanação o Comandante Fabiano; cumprimentar Caroline Tavares, que acho que trouxe elementos técnicos que são fundamentais para o que a gente vai poder se propor a discutir daqui em diante; cumprimentar o Conass, na figura do Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde do Estado – meu amigo aqui –, o Jurandi Frutuoso, e virtualmente o Secretário-Executivo do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde municipais, o Mauro Junqueira, bem como o Tenente-Coronel Douglas Soares, e o Deputado Federal Pedro Aihara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu quero deixar um conflito de interesse aqui. Eu sou médico de formação; meu primeiro emprego, quando me formei, foi no Samu lá de Recife. Então, me considero um "samuzeiro", não apenas da parte teórica. O destino fez com que agora eu estivesse aqui à frente desse departamento, que, com muito orgulho, é responsável pela política de urgência.

Nesse contexto, eu queria trazer alguns elementos que versam sobre a complexidade do SUS, desde a sua fundação – desde a sua constituição, vinda da Constituição Cidadã de 1988 – e sua implementação em 1990, e como a gente tem evoluído nesses últimos 35 anos de SUS.

Primeiro, o SUS se constitui de uma responsabilidade muito bem dividida entre os entes subnacionais, a saber: estados, municípios e o Poder Executivo federal, numa lógica em que qualquer pactuação, qualquer alteração de política, constitucionalmente – constitucionalmente –, passa por uma necessária pactuação por esses entes. Por isso, a presença aqui do Conass – representando o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde dos estados – e do Conasems é tão fortuita e tão necessária.

Por óbvio – estou aqui representando, com muito orgulho, o Ministério da Saúde –, eu queria trazer, a todas as senhoras e aos senhores que estão aqui nos acompanhando, alguns dados que eu acho que são de relevância. Em um país com 5.570 municípios, é importante que vocês saibam que o Samu já está presente em 75% desses municípios. É importante que os senhores saibam que, do ponto de vista de cobertura populacional, nós já atingimos 85% de cobertura e, com o projeto de expansão já posto, nós chegaremos, até o final deste ano, a uma cobertura populacional de 98%.

É importante também que os senhores saibam que está sendo feito o maior processo de renovação de frota terrestre de ambulâncias do planeta: 4,8 mil ambulâncias foram adquiridas e já estão sendo distribuídas pelo território brasileiro, de tal forma que, para além de expansão, de ampliação, o Estado brasileiro, através do Ministério da Saúde – e pactuando isso para cada entrega, para cada compra, para cada distribuição, pactuando com os secretários de saúde de estados e municípios –, vai entregar, até o final do ano, mais 2,6 mil ambulâncias, perfazendo essa capacidade de cobertura populacional de 98%.

Por óbvio, como foi dito, e de exemplos – a gente pode ter exemplos que são mais pertinentes do ponto de vista estatístico, mas outros são meramente eventos anedóticos –, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem uma plena capacidade... Sem nenhum tipo de menosprezo, muito pelo contrário, porque eu também sou cirurgião geral, fui cirurgião cardíaco, fui da maior emergência do Norte e Nordeste na minha prática acadêmica, na minha prática de cirurgia geral, e eu via, de forma diuturna, inclusive quando eu trabalhei no Samu, um trabalho em parceria muito profícua entre o Samu e o Corpo de Bombeiros.

A gente não está aqui para discutir o que já é sabido, porque ficou óbvio, por tudo o que foi falado, que a necessidade de uma atuação complementar está posta, e ninguém refutou essa possibilidade, muito pelo contrário. Mas é importante que se diga que é nesta gestão do Ministro Padilha e do Presidente Lula que está sendo rediscutida a política nacional de acesso à urgência e emergência, sem que seja furtada a responsabilidade para que outros entes, para além do Ministério da Saúde, participem dessa discussão, com o objetivo claro de, partindo do pressuposto de que a atuação de APH do Corpo de Bombeiros ou de outras forças de segurança pública pode, sim, atuar de forma complementar a um componente respeitado e reconhecido como é o Samu...

Porque Samu é SUS, e isso é um ponto nevrálgico, inclusive respaldado pelo que a Caroline, do Fundo Nacional de Saúde, colocou. Os instrumentos, hoje, que versam uma responsabilidade constitucional do ministério – que não é apenas financiar, mas é também regular e monitorar –, têm que estar sendo colocados agora na mesa, e não ultrapassar a sua prioridade perante, meramente, a lógica do financiamento. O financiamento pode, inclusive, ser discutido – ninguém está colocando isso como fora de propósito – se, preteritamente a isso, nós pudermos discutir como vai se dar a regulação e como vai se dar o monitoramento – e aí, eu não digo nem apenas do Corpo de Bombeiros – de qualquer componente novo a ser instituído no Sistema Único de Saúde e que vai ser financiado indiretamente pelo ministério, mesmo que via emenda parlamentar.

Eu vou fazer um parêntese para falar um pouco sobre emenda parlamentar. Nós precisamos discutir obrigatoriamente como nós vamos monitorar e regular esse recurso. Esse é um ponto que dá muito mais valor à causa e à discussão do que meramente discutir o financiamento, porque é importante, eu tenho certeza de que os senhores sabem – Fabiano, o Douglas também –, vocês obviamente sabem que não é vedado a nenhum Parlamentar, nem Senador, nem Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, muito menos Deputados Estaduais, versar da melhor maneira do que lhe cabe, de direito individual, de financiar qualquer tipo de política, inclusive políticas de segurança.

Então, é importante que vocês saibam que pelo menos 50% do recurso que está na mão do Parlamentar pode ser destinado, e urge que seja destinado para boas políticas, como as políticas de segurança pública, onde está inserido o Corpo de Bombeiros. É facultado a esse Parlamentar destinar esse recurso.

Ninguém está aqui para discutir diminuição de recurso de Corpo de Bombeiros. Acho que isso aí é nevrálgico e pontual. Portanto, a minha questão é para além do recurso a que os senhores já têm direito, e é importante que os senhores se empoderem, senhores e senhoras se empoderem desse direito que lhes cabe. Comandante Fabiano, o senhor tem direito de receber, dos Parlamentares do seu estado e dos Parlamentares que representam a bancada federal do seu estado, recurso. Independentemente de discutir se esse recurso corresponde ao recurso constitucional, cuja metade desse recurso tem que ser aplicada à saúde.

Volto a repetir: para ser aplicado na saúde, tem que ser um componente capaz de ser mensurável, capaz de ser regulável, capaz de ser monitorado. O que significa – aproveitando este meu último minuto – que urge, Senador Humberto, que nós aprofundemos o debate, do ponto de vista, dentro do âmbito do Executivo, com todo o apoio do Parlamentar, que envolva o Ministério da Justiça, que envolva o Ministério da Saúde, aproveitando a oportunidade que vai lhes ser oferecida de discutir, inclusive em momentos como este, de audiência pública, a nova Política Nacional de Atenção às Urgências, para que ali, sim, a gente possa metrificar e definir qual é o papel complementar de relevância do atendimento de APH do Corpo de Bombeiros, para que isso possa gerar uma métrica mensurável de qual é a capacidade máxima ou mínima de financiamento a ser atrelado a esse componente.

Da forma como o projeto de lei está posto, na ausência de uma capacidade de prever como o recurso pode vir a ser transferido, eu arrisco a dizer que, sim, pode estar-se causando dano ao financiamento do Sistema Único de Saúde. Sem menosprezar e sem tirar nenhum tipo de responsabilidade e de reconhecimento do papel do APH do Corpo de Bombeiros, mas exclusivamente, porque não existe métrica, senhores, não existe a capacidade. Quando foi dito que de 40% a 70% do volume de atendimento – só para que não fique como tem gente escutando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em todo lugar, é importante que se diga, eu tenho certeza de que o Comandante Fabiano não quis dar essa impressão –, isso não significa que de 40% a 70% do atendimento de APH seja feito pelos bombeiros. O que foi dito pelo Comandante Fabiano é que, dos atendimentos dos bombeiros, de 40 a 70% em alguns lugares são destinados para APH, até mesmo porque, enquanto existem 2 mil unidades móveis, ambulâncias do corpo de bombeiros espalhadas no Brasil, só no âmbito do Samu existem 4,2 mil. Só para falar de ambulâncias, tá? (*Palmas.*)

Então, eu agradeço demais – já extrapolei o tempo. É importante demais que nós qualifiquemos o debate. É importante demais que nós elevemos esse debate para além da lógica de financiamento.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com a palavra agora o Sr. Jurandi Frutuoso Silva, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

Quero lembrar que os estados destinam recursos para a área da segurança pública.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A parte da segurança pública é em grande parte financiada pelos próprios estados.

**O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA** (Para expor.) – Sim, sim. Eu já anotei aqui.

Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria saudar o Senador Humberto, com quem eu tive o prazer de conviver lá em 2003, quando ele foi Ministro e eu era Secretário de Estado, e nós tivemos o prazer de discutir o nascimento do Samu e de trabalhar as políticas públicas de lá até aqui, sempre dentro de uma relação de muita cordialidade.

Eu queria também saudar aqui o nosso Comandante Fabiano, o Deputado Pedro Aihara, a Dra. Caroline, o meu amigo Fernando Figueira, lá do Ministério da Saúde, o Senador Nelsinho Trad, que teve que sair, e todos, o Mauro, que está à distância, ouvindo a gente, o Mauro do Conasems.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria parabenizar todos nós pelo fato de presenciar neste recinto um ambiente de muita qualidade, de muito respeito, de muita atenção, mesmo discutindo um tema tão sensível quanto o do corpo de bombeiros.

Eu vou me identificar como médico, formado há 45 anos, mas também como bombeiro honorário, desde 2005, quando recebi a machadinha, para minha honra, guardada lá em casa, na minha biblioteca, na primeira prateleira, onde é vista por todos.

Eu queria dizer o seguinte, Fernando: eu queria somar ao discurso do Dr. Fernando Figueira a necessidade da fala dos estados. Para não ser redundante, a gente preza muito pelo sistema de saúde e obviamente que o bombeiro faz um trabalho excelente quando atua nos graves acidentes, se juntando, se somando ao Samu e fazendo com que o povo brasileiro possa ter uma expectativa de sobrevida, de vida, de salvamento, quando aquilo lhe é mais grave.

Eu já participei de ação no corpo de bombeiros, Senador Humberto, durante uma semana, de salvamento em açude, que arrombaria, para poder salvar a população que estava a jusante quando isso poderia trazer danos à população. Fiquei uma semana dentro de dois helicópteros com os bombeiros, andando terra acima, terra abaixo, buscando salvar pessoas que estavam ilhadas em alguns espaços. Só para mostrar a nossa intimidade e o nosso interesse por esse tema.

O Dr. Fernando Figueira colocou, repito, mais uma vez, o que tinha que colocar como importante dentro dessa discussão. Eu acho que não cabe também, concordando com ele, nenhum tipo de açodamento. Açodamento não é uma boa palavra, eu vou mudar a palavra, porque ela tem uma conotação, às vezes, diferente lá fora. Não cabe aqui nenhum tipo de pressa nessa discussão.

O financiamento da saúde do Brasil – para que o Brasil que está nos ouvindo saiba – é composto, hoje, por 60% dos recursos feitos por estados e municípios. Isso leva a um dado mais grave ainda: de 9,2% do gasto com saúde, apenas 4% são gasto público com saúde. Portanto, há aí uma grande defasagem dos 6%, o que é preconizado pela Organização Pan-Americana da Saúde, pela OMS, pelas demais entidades que estudam financiamento.

Essa discussão que aqui agora ocorre... Olha que eu preparei muito, mas eu não vou resumir a vida de vocês, para não ter que repetir. O que a questão central desse processo suscita não diz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito à relevância da atividade desempenhada pelo corpo de bombeiros, cuja importância já foi aqui relatada. O ponto de debate é outro: é saber se despesas executadas por uma instituição integrante da estrutura constitucional, da segurança pública, podem ser enquadradas como ação em serviço público de saúde. E não pode; na normativa atual, isso não pode!

Então, a proposta contraria critérios estruturantes da Lei Complementar 141, que é a nossa bíblia do financiamento do SUS; na Lei 141, no art. 17, está lá posto o que tem a colocar. O art. 2º determina que somente poderão ser considerados serviços públicos de saúde as despesas voltadas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde, que atendam simultaneamente a requisitos específicos, entre os quais se destaca a exigência de quem seja da responsabilidade específica do setor saúde.

Mais adiante, esse dispositivo traduz uma opção legislativa deliberada, ou seja, reconhecer que inúmeras políticas públicas influenciam positivamente os indicadores de saúde e que, por isso, passem a integrar o orçamento constitucional. Exemplos: a melhoria da condição habitacional tem esse impacto; a ampliação do saneamento também tem esse impacto; a redução da violência também tem esse impacto; as ações de proteção ambiental também impactam positivamente; as atividades de defesa civil produzem impactos inequívocos sobre a saúde da população. Nem por isso as despesas dessas políticas citadas podem ser classificadas como ações e serviços públicos de saúde, senão tudo caberia no parco recurso do Sistema Único de Saúde deste país.

Então, a relevância sanitária das atividades não altera a natureza da política pública. O corpo de bombeiros exerce função essencial de salvamento – óbvio que sim, resgate, defesa civil e atendimento às emergências. Todavia a relevância sanitária dessa atividade não modifica a sua natureza institucional, não modifica! Com toda a nossa simpatia, com todo o nosso carinho, respeito e reconhecimento pelo corpo de bombeiros, isso não modifica. A Constituição Federal insere os corpos de bombeiros no Sistema de Segurança Pública e não na estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde.

Eu acho que o PLP cria uma exceção para emendas parlamentares, que já são 11% do orçamento da saúde. Eram 2% um dia desse, agora já são 11%, já ultrapassam os 22 bilhões, recursos colocados sem planejamento do gestor local. A alteração é expressamente restrita à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinação de emenda parlamentar relativa à saúde, é o que está posto no projeto. Esse detalhe possui, portanto, uma enorme relevância jurídica.

Se as atividades em questão efetivamente se enquadrassem no conceito de ASPS, já estabelecido pela Lei Complementar 141, não haveria necessidade de criação de regra especial. Só há necessidade de criação de regra especial porque ela realmente não se enquadra dentro da Lei 141. Isso está posto e muito claramente aqui revelado.

A proposta amplia a competição por recursos escassos do SUS. Respondendo aqui à pergunta de um dos nossos telespectadores, a aprovação do projeto não produzirá aumento de financiamento da saúde. Os recursos destinados às emendas parlamentares da saúde continuarão sendo os mesmos. Também não irão aumentar os recursos do orçamento da saúde, nem, muito menos, das emendas parlamentares. O que mudará será o número de instituições habilitadas a disporem desses recursos.

Na prática, cada valor destinado ao corpo de bombeiros corresponderá a recursos que deixarão de financiar a atenção primária; a vigilância epidemiológica; a assistência farmacêutica, hoje muito judicializada; a atenção especializada – cuja fila a gente tenta cuidar, mas ela insiste em não reduzir –; os serviços hospitalares; a saúde mental; a imunização; o Samu e demais componentes da Rede de Atenção às Urgências. Portanto, subtrair de um para colocar no outro vai agravar ainda mais a situação do que já está posto e que não tem recursos suficientes.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA** – O precedente criado pelo projeto ultrapassa, portanto, o caso do corpo de bombeiros.

Concluindo, Senador, o PLP nº 18 parte de uma finalidade legítima: reconhecer a importância dos atendimentos pré-hospitalares realizados pelo corpo de bombeiros. Todavia, a relevância da atividade desempenhada não afasta a necessidade de observância dos critérios jurídicos que regem o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Ao criar uma exceção para permitir a destinação de emendas parlamentares da saúde à despesa executada por instituições integrantes da estrutura constitucional de segurança pública, a proposta afasta-se dos critérios estabelecidos pelo artigo... da Lei Complementar nº 141.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminando, dessa forma, conclui-se que a matéria fragiliza a integridade conceitual da lei complementar, amplia a disputa por recursos já insuficientes para o SUS, cria precedentes para a nova finalidade do conceito de ações e serviços públicos de saúde e compromete a segurança jurídica do modelo de financiamento. Por essas razões, recomenda-se que ela seja rejeitada.

Agora, aqui eu ouvi o seguinte, o que eu ouvi aqui por parte de todas as pessoas da mesa? Que é necessário incorporar essa instituição e as demais deste país na discussão da política de urgência. Ouvi-los, Dr. Fernando, é a necessidade, porque isso vai talvez nos trazer argumentos que nós não temos hoje. Isso é fundamental e foi dito aqui na mesa pelas pessoas, inclusive pelo nosso representante Fabiano de Souza.

E os estados podem colocar, sim, recursos que não sejam do SUS, que não sejam computados para a composição do cumprimento do teto constitucional. Se ele quer colocar, ele vai colocar – e deve colocar –, para fortalecer uma estrutura que é de segurança e, portanto, é do estado. Nada contra.

E finalmente espero que a gente consiga discutir, colocando o que o Fernando colocou no final. Se vamos colocar recurso, nós temos que submeter critérios de avaliação e regulação do Sistema Único de Saúde, e vamos ter que colocar indicadores de cumprimento pelo que está sendo financiado. Já que é assim a regra para todos os outros setores, aí a regra tem que se dar dessa maneira.

Agora, eu acho que o recurso, por hipossuficiente que seja, deve vir do Tesouro do Estado com essa finalidade, e não do parco recurso que já está posto no Sistema Único de Saúde, que nem sequer dá conta ainda daquilo que é da nossa obrigação, das ações de serviço público de saúde, recurso reclamado.

Por final, uma convocação: quando a gente estiver discutindo saúde nesta Casa, principalmente financiamento, que todos se aliem a nós na discussão desse ponto, porque a gente sempre está só. Nos debates, nas mesas temáticas, enfim, sempre é o conselho ou outro conselho, o Conasems, o Conass, o Conselho Nacional de Saúde. Que os outros entes que compõem o sistema de saúde neste país possam também se irmanar à necessidade de melhorar o financiamento, colocando-o na condição de, pelo menos, normal ou regular, para que se cumpra o que está posto na Constituição, no art. 196: "A saúde é direito de todos e dever do Estado."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado, Dr. Jurandi Frutuoso.

Vamos ouvir agora o penúltimo.

É o Tenente-Coronel, Assessor de Relações Institucionais e Parlamentares do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Douglas Martins Soares.

**O SR. DOUGLAS MARTINS SOARES** (Para expor.) – Boa tarde, Senador.

Eu queria cumprimentá-lo, na pessoa do qual cumprimento todos da mesa, a Sra. Caroline, e também cumprimento os demais integrantes e participantes desta audiência pública.

Então, sou o Tenente-Coronel Douglas. Quero agradecer ao senhor, Senador, pela oportunidade e parabenizá-lo também pela criação do Samu, serviço que tão bem nos atende e que hoje integra, em muitas ações, conosco do corpo de bombeiros.

Esse número aqui já foi citado pelo Coronel Fabiano. Como a gente falou, a nossa ideia é a integração, que hoje já é uma realidade. Então, por mais que a gente pense que ela não existe, lá onde acontecem as ocorrências, lá no município, ela já está se desenvolvendo. Então ela acontece e não há como a gente negar, né?

Então, um pouco além desses números, a gente queria trazer aqui, como já foi falado anteriormente, algumas pautas em que o bombeiro atua no atendimento pré-hospitalar. Eu sei que o Samu hoje cobre 90%... Inclusive Minas Gerais é um dos poucos estados que atingiu 100% de cobertura, sendo que muito desses 100% de cobertura é baseado em estar dividindo bases com o corpo de bombeiros. É pelo Suporte Aéreo Avançado de Vida, pelos helicópteros, que hoje cobre todo o Estado de Minas Gerais: em 20 minutos, o médico do Samu chega em qualquer lugar do Estado de Minas Gerais, através do helicóptero do Suporte Aéreo Avançado de Vida, tripulado e pilotado pelo corpo de bombeiros. Então realmente é isto mesmo: é todo mundo atuando junto.

Então, hoje, você tem: violência contra a mulher – vimos, recentemente, o bombeiro prestando um primeiro atendimento e levando a vítima ao helicóptero, onde foi prestado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento com o médico e o enfermeiro do Samu –; pessoas em vulnerabilidade, vulnerabilidade social, pessoas que atentam contra sua própria vida; desastres tecnológicos, a gente viu; então a gente tem várias ocorrências, múltiplas vítimas; em região de difícil acesso. Então, nós vimos...

Acho que não está passando. Você pode passar o vídeo, por favor? O próximo eslaide.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

**O SR. DOUGLAS MARTINS SOARES** – Então, a gente tem que relembrar que não só o Samu está atendendo na parte clínica e a gente na parte de trauma, mas, infelizmente ou felizmente, são atividades que são complementares e que não excluem o nosso atendimento do APH.

Então, a gente vê aí – o Coronel Charles, que está aqui, comentou da situação dele lá no Acre – que você tem locais em que só o bombeiro chega, através de barco, através de veículos de tração 4x4. Não desmerecendo o serviço do Samu, a gente sabe que o serviço do bombeiro tem essa complementariedade, ele faz o atendimento pré-hospitalar. E tem alguns locais, como são esses, em que só o bombeiro chega e, muitas vezes, é ele que vai fazer esse atendimento pré-hospitalar num primeiro momento.

E aí, já passando um pouco dessa parte de... Desculpe.

Então, aqui nós temos o nosso PLP. Vamos falar, literalmente, o que está escrito ali. Hoje a gente tem o que é, obviamente, a intenção do projeto: reconhecer a atividade pré-hospitalar dos corpos de bombeiros como uma atividade de serviço público de saúde. E, como foi bem dito, ele tem aqui a restrição para emenda parlamentar, destinação de emenda parlamentar, e sendo, como foi também ressaltado aqui, uma das preocupações... Lembro que o projeto foi tramitado na Câmara, bem alinhado com o Ministério da Saúde, com a Liderança do Governo. E nesse texto, construído em conjunto com a Liderança do Governo, foi colocado muito do que se fala aqui: "desde que cumpridos os requisitos a serem definidos [...] e que as despesas sejam aprovadas pelo Ministério [...]".

Então, o próprio projeto prevê a preocupação exposta aqui, pelo qual nada vai ser feito de maneira a ser transferido para o Fundo Nacional de Segurança Pública ou que seja repassado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os bombeiros sem que tenha critério de avaliação, sem que tenha as questões definidas pelo Poder Executivo e as despesas aprovadas pelo ministério. Como toda emenda parlamentar, principalmente após a ADPF, você tem que ter um sistema de controle dessas emendas. Então, essas travas foram colocadas justamente por conta desses argumentos aqui expostos, inclusive discutidos com o próprio Ministério da Saúde, à época, e com a Liderança do Governo.

Então, a gente fala aqui, às vezes, de maneira açodada, e que não houve uma discussão longa, mas foi um projeto com cinco anos de tramitação. Não houve, em nenhum momento, urgência. Foi tramitado na Comissão de Saúde, relatado por um médico, aprovado por consenso. A Comissão de Finanças e Tributação comprovou que não há aumento de despesas. Foi relatado pelo Deputado Josenildo, do PDT, que é base do Governo, mostrando o alinhamento. Na Comissão de Constituição e Justiça, a gente tem, inclusive, os vídeos: o Deputado Patrus, o Deputado Helder Salomão, que são os Líderes do Governo e do Partido dos Trabalhadores na CCJ, defendendo o projeto, que também foi, mais uma vez, aprovado com a questão do consenso. E aí, tivemos uma votação expressiva, com quase 350 votos favoráveis e 100 negativos.

Cinco anos após a tramitação, foi discutido em todas as Comissões, em todas as Casas – em todas as Comissões e no Plenário –, para que esteja, hoje, tramitando na CAS, com pedido de vista e audiência pública, que faz parte do processo. E aqui o apoio social que é visto em relação ao número de interações, apoio social que a gente tem recebido. Até as próprias perguntas, aqui, a gente vê que a maioria são, inclusive, elogiando o serviço dos corpos de bombeiros. Então, a tramitação foi... realmente ela já é demorada.

Você pode passar, cara? Porque eu acho que aqui não está passando, não.

Então, o argumento da constitucionalidade, como a gente vê. Primeiramente, por ter passado pela Comissão, por ter sido discutido e aprovado, com o apoio de todos os partidos e de todos os espectros políticos, a gente tem... Obviamente, nós somos partícipes do art. 144 da segurança pública, mas a gente tem a educação financiando projetos da polícia militar, projetos educacionais de outras esferas, que são órgãos de segurança pública recebendo recursos que são da educação, por atuarem na educação.

E a Constituição prevê: "além das atribuições [...] [previstas] em lei". Então, a gente tem, hoje, as leis estaduais – que atribuem aos corpos de bombeiros atividade de atendimento pré-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospitalar, de salvamento – e a própria portaria do Ministério da Saúde, a 2.048, que está sendo revista; inclusive, a gente tem tido reuniões periódicas. Quero agradecer ao Dr. Felipe, eu não sei se ele está aqui. A gente tem tido reuniões, o nosso Comitê de Atendimento Pré-Hospitalar tem feito esse contato sobre a política de urgência e emergência. A gente já está previsto na 2.048 atual, e a ideia é melhorar – o que, na minha visão, não impediria a aprovação do projeto.

E a gente tem o caso dos hospitais. Eu sei que provavelmente, Senador, quando o senhor quis instituir o Samu, o orçamento da saúde também não devia ser muito grande nem satisfatório, mas o senhor teve a coragem de criar o Samu dentro de um orçamento que, com certeza, era apertado, 20 anos atrás. Hoje, o Samu está onde está. Então, foi uma visão que a gente sabe que, às vezes, enfrenta dificuldade no início, mas gera um resultado diferente.

Aqui, os hospitais foram reconhecidos. Por quê? Porque atendem de maneira universal, integral, e foram colocados – mesmo sendo administrados pela educação – na Lei 141 para serem reconhecidos como atividade de saúde, o que é o objetivo do projeto: incluir. Se ele não está na legislação, a ideia é incluir. Se já estivesse, não seria tanto problema. Então a gente vê que dá para a gente conseguir colocar.

Então, a viabilidade orçamentária – como foi comentado – não cria despesa.

Os recursos são discricionários e facultativos. Então, a palavra "retirar" recursos da saúde eu acho que é um pouco forte, porque são recursos que podem ser destinados, como o Senador Nelsinho comentou, apenas se quiser ou não.

A execução não sai da vinculação do Ministério da Saúde. Se o Ministério da Saúde não for a favor... Se eu mandar um plano de trabalho querendo comprar mangueira de incêndio e caminhão de incêndio, o Ministério da Saúde tem toda a autonomia de entender que aquilo ali não será usado no serviço de atendimento à saúde. Então, o recurso permanece sob a gestão.

A gente viu vários casos aqui. O nosso Secretário de Saúde...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. DOUGLAS MARTINS SOARES** – ... já foi representante do Conselho Nacional de Saúde, validando essa questão da emenda estadual, validando o investimento na saúde. Eu vou contar para o senhor, Senador – eu sou das antigas aqui, então eu... Quando o Samu foi instalado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo senhor, o bombeiro tinha medo de que o Samu ia roubar o emprego do bombeiro. Então todo mundo via o Samu como um inimigo, e hoje, 20 anos depois – o senhor viu os vídeos aqui –, nós estamos trabalhando junto, dividindo o quartel, atendendo a população de uma maneira coordenada – cada um fazendo o seu trabalho –, o que não extingue a nossa atividade de atendimento pré-hospitalar, sendo que isso é restrito. E ali a gente vê a questão da operacionalização do recurso; um espelho de emenda estadual da Bahia que comprova que é possível fazer essa destinação com todos os critérios que aqui foram solicitados, não sai da gestão do Ministério da Saúde. Então, aqui a gente tem que não esquecer que, no final, serão vidas salvas ou perdidas.

O PLP a gente entende ser constitucional por toda a tramitação dele e pelos argumentos, não gera desvio da saúde, não é obrigatório, como os hospitais que foram incluídos vão fazer parte porque foi entendido assim. Então, a gente tem essa questão...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. DOUGLAS MARTINS SOARES** – ... como o Samu, quando o senhor o criou, tem a questão de dividir o orçamento por se entender que a atividade é viável.

Então, as emendas são viáveis à execução, não há conflito operacional – como eu falei com o senhor, a gente não tem mais isso; já teve realmente esse conflito, hoje não tem, hoje a gente trabalha de maneira integrada, e, como o Coronel Fabiano falou, nós somos um indutor de política pública – e é restrito ao APH.

Agora só para encerrar, Senador, tem um videozinho.

Eu queria pedir a caridade do senhor aqui para poder falar mais um minutinho e, depois do vídeo, eu responder a uma pergunta do participante.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

**O SR. DOUGLAS MARTINS SOARES** – Então, Senador, vou só pedir mais uma caridade do senhor.

O Pietro, aqui de São Paulo, perguntou: "Qual é a importância do tempo-resposta dos bombeiros no salvamento de vidas e na redução de sequelas [...]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o senhor puder me conceder mais essa graça, a Sra. Tatiana está aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vá, responda.

**O SR. DOUGLAS MARTINS SOARES** – Então, eu queria que, se pudesse... A Tatiana, que é do vídeo, está presente aqui, tanto ela quanto a Luísa, que foram atendidas pelo corpo de bombeiros, e a Luísa teve o seu filho salvo pelo atendimento integrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Veja, veja, veja, aí eu não posso, não, porque a mesa e a regulamentação do nosso Regimento são para as pessoas que são...

**O SR. DOUGLAS MARTINS SOARES** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... convidadas ou que sejam componentes do tema.

**O SR. DOUGLAS MARTINS SOARES** – Apenas para ela contar a história dela, um minutinho. O coração do senhor é bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Tudo bem. Um minuto aqui eu vou dar.

**A SRA. TATIANA MONTEZUMA** (Para expor.) – Eram 8h da manhã do dia 9 de setembro de 2004. Eu ia para o trabalho, capotei de 5m de altura e acordei 15 dias depois. Eu havia fraturado a vértebra C2, da coluna cervical, e, por milímetros, eu a parti e não fiquei tetraplégica. O médico que me atendeu, no Hospital Santa Lúcia, o Dr. Rodrigo Diniz, ortopedista e cirurgião de coluna, disse que este tratamento só foi possível, no meu caso, por causa da forma como os bombeiros me imobilizaram. Eles me imobilizaram de tal forma que a vértebra que estava fraturada não atingiu a medula; se tivesse atingido a medula, eu não estaria mais aqui ou, enfim, talvez estaria tetraplégica.

Então eu reconheço muito o trabalho do corpo de bombeiros. E é claro que eu tenho médicos na minha família, médicos que também participaram do Samu, mas cada um tem o seu lugar, e eu estou aqui porque os bombeiros merecem o reconhecimento que eles devem ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. DOUGLAS MARTINS SOARES** – Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Bom, nós vamos conceder, ao final, cinco minutos para cada um dos integrantes da mesa...

**O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA** (*Fora do microfone.*) – Acho que tem o Mauro ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Quem?

**O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA** (*Fora do microfone.*) – O Mauro, do Conasems.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ah, sim, desculpa.

Está faltando aqui o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Dez minutos – vai ser avisado com um minuto restante. Peço que seja rigoroso no tempo, porque nós já estamos no avançado da hora, vai ter sessão daqui a pouco e eu tenho que ir para lá.

Pois não.

**O SR. MAURO GUIMARÃES JUNQUEIRA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu quero cumprimentar o Senador Humberto Costa e, na sua pessoa, todos da mesa.

Registro aqui, em nome do Conasems e dos 5.570 municípios, a importância do corpo de bombeiros para a população brasileira. Não se trata desse assunto, o reconhecimento acho que é de toda a população, da importância dessa corporação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante falar do subfinanciamento do SUS. Nós temos, desde a Constituição Federal, o subfinanciamento crônico na saúde. Nós temos aproximadamente R$7 por habitante/dia, para cuidar da saúde – é menos do que uma passagem municipal de ônibus ou de metrô. Os municípios, por sua vez, só no ano passado, aplicaram R$63 bilhões além do mínimo constitucional, tendo aplicado em média 24% dos recursos próprios em saúde, sendo que, pela Constituição, seria 15% o mínimo.

Uma outra questão importante: o Brasil não cumpre a Lei 141, de 2012. Nós não conseguimos tirar a Lei 141 do papel, a lei que trata de critérios de rateio, que trata das necessidades da população e dos serviços que são ofertados. É uma lei constitucional, mas que infelizmente não é cumprida na íntegra.

E, paralelamente a isso, a gente assiste, anualmente, ao aumento das emendas parlamentares, ao aumento expressivo dos recursos de emendas parlamentares, que não consideram a Lei 141, de 2012, a regionalização da saúde, e que, obviamente, compõem o mínimo constitucional.

A emenda parlamentar em saúde não é recurso novo; ela está no mínimo constitucional no caso federal, no caso da União, do Ministério da Saúde. Então é importante deixar isso claro. Ter uma emenda direcionada à corporação corpo de bombeiros é, sim, diminuir recurso para atenção básica, para vigilância, para média e alta complexidade; é, sim, diminuir recursos, se tirar. Não é do Parlamentar; o recurso é do SUS. Infelizmente, a destinação é desta forma e não da forma legal, que é a Lei 141, de 2012.

Por outro lado, é legítimo à corporação corpo de bombeiros, que é fundamental para o nosso país, buscar fontes de receita. Mas o ideal, senhores, seria fontes estáveis, e não fontes para as quais, todo ano, se tenha que passar o chapéu, pedir para um Deputado ou outro para aportar recurso de emendas.

E aí eu queria dar um exemplo, um exemplo com o qual os senhores sofrem na pele diariamente, em relação aos acidentes automobilísticos. Acabou de passar um vídeo, pessoas falando aí da importância do resgate, etc., e o que os senhores vivem muito, diariamente, é a questão das motocicletas: os acidentes de motos, as pessoas que ficam debaixo de carros e os senhores que têm que ir lá para retirá-las e para lhes dar o atendimento. Muitas vezes, é o Samu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que faz, mas, muitas vezes, são os senhores do corpo de bombeiros que chegam também e fazem esse trabalho.

E por que eu estou falando disso? Porque o Brasil dá isenção fiscal para fabricação de motocicleta, não se paga imposto para fabricar motocicleta. Então, por que não propor recursos estáveis, dar isenção fiscal, por exemplo, para não tirar o pouco que tem da saúde? Porque é pouco, é só um financiado para fazer tudo o que está na Constituição.

A Carol, do Fundo Nacional de Saúde, Dra. Caroline Tavares, trouxe a informação: são R$500 bilhões para o SUS, das três esferas de governo – município, estado e União –, para dar conta de 220 milhões de brasileiros, porque todos nós usamos o SUS. Há aquele que tem plano de saúde e que fala "eu não uso o SUS", mas anda de carro, anda de Porsche e, se se acidenta, quem dá o atendimento é o SUS, e o leva para o hospital público, credenciado, não leva para o do plano de saúde dele; depois que está melhor, aí vai para o do plano de saúde.

Então, são R$500 bilhões para cuidar da população, e só o Governo Federal dá R$800 bilhões ao ano de isenção fiscal. Por que o Parlamento não pode fazer uma proposta de diminuir um bocadinho da isenção fiscal, para ter um recurso substancial para a corporação corpo de bombeiros, para o Sistema Único de Saúde?

Por último – e para ser bem objetivo –, o atendimento pré-hospitalar é materialmente uma ação de saúde. A Constituição, no art. 198, §3º, reserva à lei complementar a definição do que se computa como ações e serviços públicos de saúde. O Fernando Figueira e o Jurandi Frutuoso falaram muito bem sobre isso.

Sob esse ângulo, o PLP 18 não é formalmente inconstitucional, porém o enquadramento esbarra no obstáculo normativo concreto do art. 2º, §3º, da LC 141, ao qual o art. 3º expressamente se subordina: exige que a despesa seja responsabilidade específica do setor da saúde, ao passo que o APH constitui atribuição do corpo de bombeiros, segurança pública e defesa civil. O parágrafo único do art. 2º impõe, além disso, o trânsito desses recursos pelo fundo de saúde. Então, tem que passar pelo fundo de saúde, se se quer considerar só esses serviços públicos de saúde – está lá na Lei 141.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contabilizar o atendimento pré-hospitalar dos bombeiros dentro do piso mínimo da saúde gera riscos relevantes, conflitos com os arts. 2º e 3º, erosão do mínimo da Emenda Constitucional 29 – o mínimo a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde –, fragmentação do SUS e desvio de finalidade.

Recomenda-se, para ter redução de risco, redução de danos, tratar esses recursos como adicionais ao piso do SUS e, sobretudo, ancorar a responsabilidade do setor saúde mediante a contratualização no SUS e trânsito pelo fundo de saúde, condição de compatibilidade do art. 2º da Lei Complementar 141, de 2012.

É isso, Senador, muito rápido.

Estamos à disposição. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Como eu estava dizendo, eu vou conceder cinco minutos para cada um dos integrantes aqui da mesa e dos que estão remotamente, mas eu queria primeiro informar que esse projeto deverá ser votado o mais rapidamente possível e depende unicamente do Presidente da Comissão marcar esse processo de votação. A nossa preocupação aqui não é protelar de forma nenhuma essa votação, mas discutir se essa é a única maneira de se conseguir algo que é absolutamente justo, que é a garantia de mais recursos para os corpos de bombeiros.

Eu queria pedir um pouquinho de paciência a vocês, porque eu queria ver se eu consigo transmitir algumas preocupações, e, ao mesmo tempo, abrir um leque de soluções para essa questão. E, para isso, eu precisava fazer um pequeno histórico aqui.

O Brasil, antes da Constituição de 1988, tinha praticamente três sistemas. Tinha um sistema que era o sistema corporativo, em que você pagava uma contribuição para o INSS, para a Previdência Social, e ela garantia, para quem era associado, tinha carteira assinada, não somente a aposentadoria, mas também garantia o atendimento médico; existia o sistema privado, como ainda existe; e existia um sistema público, que, na verdade, era um sistema de caridade – os municípios, as filantrópicas davam um atendimento às pessoas pobres, miseráveis, e esse atendimento era de baixíssima qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1988, foi criado o SUS, em cima da constituição de um sistema que fosse gratuito, que fosse público e que fosse para todo mundo. Esse foi o sentido da constituição do SUS. Ora, como se poderia construir um sistema assim? Só era possível se criássemos novos recursos, novas fontes de financiamento. E aí a Constituição criou um orçamento que era para garantir os recursos para a saúde, para a previdência e para a assistência social. Chama-se Orçamento da Seguridade Social, e ali tinha um valor a partir de impostos e de contribuições, principalmente novos, para que esse sistema funcionasse.

Vocês sabem o que aconteceu? A parte da assistência social praticamente não existia; e, a parte que era para ser da saúde, boa parte dela era apropriada pela previdência social. Por quê? Previdência social é um contrato público. Se o Presidente da República disser que não vai pagar a aposentadoria de alguém, ele vai preso. Então, o caminho mais fácil era pegar o dinheiro da saúde e botar para a previdência social, para atender a uma exigência legal; ou seja, o recurso da saúde foi desviado, e, para fazer um sistema com essas características, ele não era suficiente. Então nós começamos uma luta gigantesca por mais recursos. Vocês se lembram, nós criamos o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, depois mudou para imposto sobre contribuição sobre movimentação... aliás, imposto não, Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF) e tal.

E esse recurso então... "Puxa, vai resolver o problema da saúde!" Vocês sabem o que aconteceu? O que aconteceu foi que os governantes pegavam, por exemplo, saneamento básico... pegavam o dinheiro da saúde, faziam saneamento básico e diziam que era gasto da saúde. E aí faltava dinheiro para remédio, dinheiro para vacina, dinheiro para hospital. Aplicavam esse dinheiro em questões de meio ambiente, por exemplo. É lógico que meio ambiente, saneamento... Usavam para saneamento, usavam para merenda escolar... É lógico que uma criança que tem merenda escolar tem mais saúde do que aquela que não come a merenda escolar, mas isso não era um serviço de saúde, era o recurso da saúde que estava indo para essas ações! Isso por quê? Porque o orçamento da saúde é grande em comparação com os demais. Aí, todo governante bota na cabeça: "Puxa vida, o orçamento da saúde é muito grande, então vou tirar um pedaço dele para fazer uma outra coisa", quando deveria ter, no seu orçamento, recursos para essas outras coisas.

Eu me lembro, por exemplo, de que eu criei um programa, na minha cidade, quando eu fui Secretário municipal, que se chamava de Academia da Cidade. Era um espaço de lazer, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontro entre as pessoas, mas que tinha professor da educação física, tinha médico do Programa de Saúde da Família para atender as pessoas, ver se tinham hipertensão e qual era o melhor exercício para elas. O tribunal de contas do estado proibiu usar o dinheiro da saúde para fazer isso. Você quer uma atividade que mais gere saúde do que a atividade física supervisionada? E foi proibido! Então nós tivemos que pegar dinheiro de outra área para fazer esse programa.

Então, o grande problema do que a gente está discutindo aqui é que nós estamos criando um precedente. Novamente, nós estamos criando um precedente. Vai começar com o atendimento pré-hospitalar do corpo de bombeiros; daqui a pouco, vai ser habitação; daqui a pouco, vai ser saúde; daqui a pouco, vai ser equilíbrio fiscal. Vai chegar um Presidente para dizer: "Não, tem muito dinheiro aqui para saúde. Vamos botar para fechar as contas do governo". É disso que a gente está com medo. É essa a nossa preocupação.

Nós achamos que a coisa mais justa do mundo é melhorar as condições dos corpos de bombeiros. É muito impressionante: o Samu sem a ação do corpo de bombeiros não cumpre seu papel. O Samu não está treinado para tirar pessoas que estão no meio de ferragens, não está preparado para pegar uma pessoa, em cima de uma árvore, que quer se suicidar. Lógico que é importante! Ninguém está discutindo que não é importante. É importante, mas só tem uma fonte para isso, que é o dinheiro da saúde? É isso que eu quero perguntar a vocês. Só tem uma fonte, que é o dinheiro da saúde, ou existem outras fontes?

Eu vou dar vários exemplos.

Você sabe quanto tem por ano um Senador do estado de vocês para aplicar de emenda parlamentar? No mínimo, R$100 milhões. Tem gente que tem R$150 milhões, como eu tive no ano passado. Tem gente que já teve R$800 milhões – R$800 milhões! – para utilizar para emenda parlamentar. Por que, em vez de a gente decidir que vamos pegar um recurso da saúde, por menor que ele seja, e vamos passar para o APH do corpo de bombeiros... Era muito mais fácil fazer sabe o quê? A lei que criou o orçamento impositivo definiu que 50% é para a área da saúde. Por que não mudam essa lei e dizem que 1% ou 2% são para os corpos de bombeiros no Brasil inteiro, é para os APHs? Por quê? Por que é que tem que ser da saúde? (*Palmas.*) Esse é que é o questionamento que a gente quer fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o projeto tem um erro original, na minha visão. Ele podia começar dizendo: "1% do orçamento impositivo é para o atendimento dos corpos de bombeiros no Brasil inteiro". Não. Ou dizer: "Está proibido botar dinheiro em festa. O dinheiro que se bota em festa, que os Parlamentares botam para fazer festa, esse dinheiro vai para os corpos de bombeiros militares". (*Palmas.*)

Então, o problema não é se é justo ou não é justo. É justo, mas é certo abrir esse precedente? Essa é a questão que nós estamos discutindo aqui.

Além do mais, não há impedimento para o Parlamentar apresentar emenda para o corpo de bombeiros – não há. Cada comandante do corpo de bombeiros, em cada estado, podia fazer o que o Prefeito da capital faz, o que as instituições filantrópicas fazem. No orçamento impositivo, existe uma coisa que se chama emenda de bancada. No meu estado e em todos os estados, uma vez por ano, vai um hospital filantrópico, vai a prefeitura da capital, vai o governo do estado – vai o governo do estado – para chegar lá e dizer: "Olha, eu quero que vocês botem uma emenda para fazer o Arco Metropolitano do Recife". E todo mundo contribui. Se o comandante do corpo de bombeiros chegar na reunião da sua bancada e disser: "Ó, estou precisando de R$10 milhões para o atendimento pré-hospitalar que é feito pelos bombeiros", ninguém vai negar – ninguém vai negar.

Agora, o projeto não resolve um problema, que é o seguinte: quando ele diz que é voluntário do Parlamentar, pode ser que eu bote, pode ser que outro não bote; pode ser que eu bote este ano; pode ser que, no ano que vem, no ano da eleição, eu não bote. Então, vocês precisam de uma coisa que seja estável, que o comandante saiba que ele vai ter, aconteça o que acontecer, o recurso ali para o APH – APH ou AHP, não sei como é.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – APH.

Então, nós não estamos resolvendo o problema. E, além do mais, se diz lá no projeto que essa despesa tem que ser aprovada pelo Ministério da Saúde. Será que esses meninos aqui, umas criancinhas como essas aqui, vão aprovar qualquer coisa? Não vão. Então, gente, a gente tem que botar na cabeça que tem certas coisas que a gente pensa que vão resolver o problema e não vão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra solução que podíamos ter: vamos vincular recursos do Susp, recursos do Ministério da Defesa regional para a prestação desse serviço. O Ministério da Justiça, por exemplo, dá aparelhamento para conselho tutelar, dá aparelhamento para guarda municipal – estou cansado de entregar carro, armamento, não sei o quê, para guarda municipal. Por que é que a gente não pode vincular um dinheiro do Ministério da Justiça para fazer isso? A minha pergunta é essa. Por que tem que ser esse recurso da área da saúde? E não é porque vai para os bombeiros; é porque vai abrir um precedente. Vocês não sabem o quanto gente sofreu para aprovar essa lei complementar. Foi muita luta, foi muita mobilização. E aí a gente, com essa proposta, vai abrir essa possibilidade.

Então, vejam, eram essas as preocupações que eu queria levantar. Vou dar a palavra a cada um de vocês para que a gente possa concluir a nossa audiência pública.

Eu estou à disposição, por exemplo, para apresentar uma proposta que defina um percentual do orçamento impositivo dos Parlamentares para os bombeiros que trabalham com APH, ou para os bombeiros – é justo também. Podia ser para os bombeiros como um todo, não é? Poderia ser. (*Palmas.*)

Eu estou disposto. Eu posso apresentar. Preciso que vocês me ajudem a aprovar.

Porque às vezes é muito bonito: o cabra chega ali, apresenta um projeto, tira o dinheiro da saúde, sai aplaudido por todo mundo, mas não tira um centavo do que ele bota para fazer festa; não tira um centavo do que ele bota para... Às vezes, esse orçamento impositivo é uma coisa muito ruim – muito ruim –, esse negócio de emenda parlamentar. Tem cidade, no interior do meu estado, que não tem uma creche, mas tem cidade do lado, às vezes até menor, que tem quatro. Por quê? Porque quatro Deputados foram lá para botar uma emenda de creche; quatro Deputados foram lá para fazer uma quadra coberta, quer dizer, tem superposição de coisas. E a gente vai aumentando assim.

Mas me perdoem. Eu queria só fazer essa colocação, primeiro para não ficar parecendo que tem alguém aqui que é contra o APH dos bombeiros. Pelo contrário, muito pelo contrário; qualquer pessoa, na sua família, na sua vida, tem alguém, se já não foi ele próprio, cuja vida se salvou pelo trabalho competente, eficiente, que é indispensável, do atendimento pré-hospitalar no nosso país. Então, que ninguém pense que a questão aqui é contrapor os bombeiros ao Samu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De jeito nenhum! O Samu hoje é uma das políticas mais bem avaliadas do Brasil. E vocês... Em qualquer pesquisa que se fizer no Brasil, o corpo de bombeiros é uma das instituições que mais tem moral com a população. Tem mais do que este Congresso aqui – muito mais –, podem ter certeza. Tem mais do que este Congresso, tem mais do que o Supremo. Vocês têm mais, e vocês estão pedindo um nada. Isso aqui é um nada, e vocês não têm nem certeza se vão ter esse dinheiro. Vai depender do Deputado que quiser botar, do Senador que quiser botar, que tem R$150 milhões por ano ou mais – ou mais –, a realidade é essa. Perdoem-me.

Eu vou dar a palavra a vocês de acordo com... (*Palmas.*)

Na ordem inversa, tá? (*Pausa.*)

Então vou fazer pela ordem inversa.

Dr. Mauro Guimarães, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

**O SR. MAURO GUIMARÃES JUNQUEIRA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde mais uma vez.

Senador, eu estou satisfeito com as suas colocações e corroboro todas as questões que o senhor traz. Não é ser contra, de maneira nenhuma, mas sim buscar recursos estáveis para a corporação corpo de bombeiros.

Então o Conasems também está à disposição para continuar este debate e buscar formas alternativas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sete, seis... Seis? O Tenente-Coronel Douglas Martins, Assessor de Relações Institucionais e Parlamentares de Minas Gerais.

**O SR. DOUGLAS MARTINS SOARES** (Para expor.) – Bom, Senador, até para não delongar muito, eu acho que, como todos falaram aqui, ninguém tem dúvida de que o bombeiro faz o atendimento pré-hospitalar e ninguém tem dúvida de que a urgência e emergência são atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de atendimento pré-hospitalar que estão dentro do serviço de urgência e emergência do Ministério da Saúde.

Então a discussão, para mim, Senador, é se realmente... A discussão é o que o projeto fala da inclusão dos corpos de bombeiros como uma atividade de saúde. Então, se todo mundo aqui concorda com o APH, entende que nós fazemos essa atividade, entende que ela é fundamental, que salva vidas, argumentar que ela não é uma atividade de saúde porque ela não consta da Lei 141... nós vamos ficar sempre nesse ciclo.

O projeto tenta colocar, na 141, o bombeiro como atividade de saúde. Então, se o legislador entender que é uma atividade de saúde, ela se inclui na Lei 141 e passa a ser uma atividade de saúde. Os hospitais universitários também não eram considerados uma ação de serviço público de saúde e entraram – e acredito eu que de maneira correta, pois prestam um serviço dentro do escopo da saúde, ao atender de maneira universal e integral, como os corpos de bombeiros, na atividade de saúde.

Eu acho que a discussão não passa por... Senão, a gente pode falar para aumentar, "vamos fazer uma lei para aumentar o orçamento da saúde". Se é porque está faltando, a gente faz uma lei para aumentar o orçamento da saúde.

Então eu entendo... o senhor sabe muito melhor do que a gente a dificuldade que é a tramitação de uma lei nas nossas Casas, a dificuldade de se vincular o orçamento. Então o corpo de bombeiros entende que cabe ao Parlamento definir e entender se é ou não uma atividade de saúde e, assim sendo, ela se tornaria dentro da Lei 141, que é o que o projeto busca.

Senão, acho que na discussão, a gente pode fechar um pouco nisto, de que se os senhores entenderem que o serviço de atendimento pré-hospitalar dos corpos de bombeiros salva vidas, atende as pessoas, é universal e integral, faz parte da urgência e emergência, como um serviço de atendimento à saúde, por isso, deveria constar da 141.

E não vejo também outros órgãos, diversos órgãos, que possam simular ou se equiparar ao que o bombeiro faz. Então a gente tem essa especificidade. Como o hospital vinculado à administração da educação tem uma especificidade de estar dentro da saúde. E seria essa talvez a melhor comparação para a inclusão dos corpos de bombeiros na saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O restante é o que o senhor falou. Tem que ter, de acordo com o Ministério da Saúde...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. DOUGLAS MARTINS SOARES** – Se está na lei, o Ministério da Saúde busca conversar com todo mundo para que isso seja regulamentado, seja feito de forma transparente, mas tudo parte do pressuposto do reconhecimento da atividade como saúde, como a gente tem conversado aqui. Acho que o foco seria um pouco mais nessa área, entendendo e concordando com o senhor na explicação orçamentária anterior.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com a palavra do Dr. Jurandi Frutuoso, Secretário do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

**O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA** (Para expor.) – Bom, eu quero concluir ressaltando que este debate não é uma disputa entre instituições. Longe de mim pensar dessa maneira.

No entanto, eu também concluo que toda atividade que salva vidas não pode caber dentro do sistema de saúde. Embora seja reconhecido que a atividade precípua do corpo de bombeiros é salvar vidas, sem nenhuma dúvida.

Eu não posso trazer para dentro do orçamento do Ministério da Saúde, por exemplo, a construção de casas populares bem saneadas. O que mais salvou vidas até hoje não foi o cirurgião cardíaco, embora o senhor seja um; o que mais salvou vidas até hoje foi o cloro no arrozal da China; o que mais salvou vidas, até hoje, foi o soro caseiro aplicado em criança com diarreia. Isso salvou bilhões de pessoas, não salva por unidade. Essa também é uma atividade de saúde.

O que aqui está posto, como discussão, é se a gente coloca ou não o corpo de bombeiro na saúde. A pergunta fica no ar? Porque eu não entendi, agora no final. Se o corpo de bombeiro vira instituição da saúde, ele sai da segurança? Ou fica com os dois: segurança e saúde ao mesmo tempo? Aí vai gerar uma discussão para a qual eu não sei qual é a resposta. Porque se vai para um tem que sair do outro, não cabe nos dois. Aí seria uma discussão meio esquisita.

Então, eu queria que a gente discutisse bastante esse assunto, com calma, com prudência. Não cabe aqui nenhum tipo de decisão açodada, não cabe. Nós já somos maduros demais para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer esse tipo de discussão de maneira açodada para dizer quem ganhou, quem perdeu. Aqui ninguém perde, ninguém ganha. Aqui somos todos cidadãos brasileiros buscando o melhor caminho para o povo. É assim que eu situo o Congresso, é assim que eu situo o corpo de bombeiros, é assim que eu situo os milhões de trabalhadores do Sistema Único de Saúde. Então, eu queria pedir isso: prudência, um pouco mais de calma, para discutir com mais base esse assunto e tentar sair de uma maneira que... A solução do subfinanciamento do bombeiro, que os deixa agoniados, é também a mesma que mata a gente.

Para terminar, o SAMU é público: 90% dos transplantes no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, são bancados com recurso público. Os medicamentos de alto custo – e são bilhões –, na judicialização dos estados e dos municípios e do Ministério da Saúde, são bancados 100% com recurso público; os 40 tipos de vacinas diferentes são bancados com recurso público. Então, esse recurso que nós temos hoje – para terminar, Senador –, em torno de US$1,6 mil por habitante/ano é diferente dos US$5 mil, US$6 mil do sistema americano. Lá, o orçamento da saúde é de US$3 trilhões. Aqui, como bem-dito pelo Fundo Nacional de Saúde, pela Caroline, nós temos aqui R$500 bilhões, divididos por cinco. Vejam quanto nós temos aqui e quanto eles têm lá. E a gente consegue fazer com que o nosso sistema de saúde seja, assim, reconhecido pelo mundo todo. Por quê? Porque cada um faz a sua parte, seja o bombeiro, seja o médico, seja o enfermeiro, o agente de saúde. É todo mundo querendo fazer o melhor para o povo.

Eu queria terminar pedindo um pouco mais de calma nessa história todinha e reconhecendo que a fala do Ministro Humberto cala profundamente no nosso coração. Ele está pedindo que se pare de contratar cantores por R$3 milhões para cantar por uma hora. Não é isso o que se está falando aqui?

Olhem os jornais! Olhem o estudo que foi feito recentemente pelo Ipea sobre a alteração do fundo municipal de saúde...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA** – ... colocado nos municípios que têm abaixo de 10 mil habitantes e quanto dele é colocado nos de acima! Você vai ficar assustado. Tem orçamento crescendo 400% em municípios abaixo de 8 ou 10 mil habitantes. E eu pergunto: para que tanto recurso se não se tem capacidade de execução?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que ele fala que orçamento tem que ser feito por destino e de maneira aberta, para executar a política tal. E aí eu entro com o monitoramento, entro com a regulação disso e cobro o resultado final no que está posto no Plano Nacional de Saúde ou no orçamento público que está publicado no Diário Oficial e que vai ser colocado depois para análise no tribunal de contas do município ou do estado.

Então, eu queria agradecer a todos aqui e parabenizá-los pelo grande debate.

É assim que se faz o país crescer, discutindo de maneira grande e encontrando o melhor caminho para os dilemas que atormentam a gente o dia todo, procurando fazer o melhor possível pelo povo. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com a palavra o Dr. Fernando Figueira, Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência do Ministério.

**O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA** (Para expor.) – Bem boa tarde a todas as sobreviventes e a todos os sobreviventes de uma sessão pesada, densa, mas absolutamente enriquecedora.

Eu saio daqui muito mais ciente e consciente da dimensão do problema e com algumas visões de encaminhamento, Senador, que mostram, por óbvio, que não seria em apenas uma sessão que seria possível, mediante a complexidade, mediante o tempo pelo qual isso foi exposto e foi discutido aqui no Congresso – seria pedir demais –, que saíssemos daqui absolutamente empoderados da responsabilidade, porque, sim, é uma responsabilidade que a gente passa a assumir ao vir aqui para uma discussão desse alto nível.

Então, parabenizo todos e queria aproveitar, rapidamente, nesses poucos minutos, para responder a algumas perguntas que acho que versam sobre mecanismos que podem ajudar na elucidação ou na busca de conclusões.

E, embora sejam perguntas muitas delas retóricas, eu tenho certeza de que todos vão conseguir capturar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Heloyse, de Alagoas, pergunta: "Como evitar a sobreposição entre Bombeiros e Samu e garantir maior eficiência no atendimento pré-hospitalar?".

Em algum momento esse PL versa sobre alguma capacidade de se responder a essa pergunta? Eu me antecipo: não versa. Então, Heloyse, esse PL não vai garantir nenhuma capacidade de se prever sobreposição de serviços.

O Pietro fala sobre a importância do tempo-resposta não apenas do Bombeiros, mas também do Samu. Também o tempo-resposta no atendimento telefônico, quando um telefone toca no 192 ou 193, como também o tempo-resposta para o encaminhamento.

A avaliação do tempo-resposta é muito mais ampla do que só o do deslocamento da viatura ao local do sinistro. Ela versa sobre todo o tempo de atendimento e a gente mede isso no Samu, inclusive quando o paciente chega da porta de emergência, porque a porta de emergência faz parte da rede de urgência e emergência. Ela é pactuada e regulada e as centrais de regulação do Samu têm linha direta e contato com os hospitais, o que muitas vezes permite que a gente possa antecipar a gravidade e definir para que serviço e para que tipo de atendimento vai ser melhor direcionado aquele paciente.

O Diego, do Mato Grosso pergunta: "Como [...] [esse PL] garante que recursos de saúde para os Bombeiros não reduzam o financiamento de outras ações [...]?". Diego, eu lamento em dizer, esse PL não garante. Explicitamente, ele não garante; pelo contrário, ele coloca em risco o financiamento do SUS.

A Ana, do Paraná, pergunta se esse PL tem algum critério "para assegurar transparência e eficiência na aplicação desses recursos [...]". Não traz, senhores. Não traz nenhum critério que dê capacidade de gerar transparência e eficiência.

E o Rhuan, de Pernambuco – do nosso estado, Senador –, pergunta: "O [...] [PL] prevê critérios para que o recurso [...] chegue com agilidade aos bombeiros de regiões periféricas e pequenas cidades?", ou seja, buscando equidade. Rhuan, infelizmente, esse PL também não tem a capacidade de gerar equidade na distribuição dos recursos. Pelo contrário, é uma distribuição de recurso errática, ao bel prazer da vontade do Parlamentar. Naquele ano – como o Senador muito bem colocou –, ele pode colocar um recurso e passar quatro anos sem colocar recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E respeitando a independência dos Poderes, por mais que tenha sido dito que foi discutido no Congresso, com aprovação, outrora, do Líder do Governo... O Líder do Governo representa um poder constitucional, que é o Parlamento. Não houve, Tenente-Coronel Douglas, infelizmente, nenhuma pactuação na gestão da Ministra Nísia, explícita e documentada, do Ministério da Saúde, sobre esse PL.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA** – Então, o Ministério da Saúde nunca se manifestou favoravelmente e com prova documental de que houve alguma pactuação perante isso.

E só para concluir, são dois pontos bem rápidos. Primeiro, quero falar do hospital universitário: que bom que foi tocado nesse assunto, de forma repetitiva. Os hospitais universitários que têm a sua cogestão pelo Ministério da Educação, eles têm a sua cogestão, mas estão subordinados à gestão sanitária do território. E eles têm financiamento do Ministério da Saúde e, por isso mesmo, eles passam a ser regidos por regras que compõem monitoramento e regulação do Ministério da Saúde.

Portanto, eu concluo com o questionamento de que, se porventura a inclusão do APH do corpo bombeiro pudesse ser identificada como atividade de saúde, não seria razoável, então, que a gestão do APH do corpo bombeiro fosse de responsabilidade da gestão sanitária, ou seja, do SUS? Porque aí, sim, a gente pode construir uma lógica de racionalidade constitucional do uso do recurso do SUS. Se o recurso é do SUS, a gestão é da gestão sanitária do Sistema Único de Saúde em qualquer um dos entes municipais, estaduais e federais.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado.

Com a palavra, o Coronel, Comandante-Geral... Ah, sim, desculpe.

Desculpe, Carolina, agora é você.

**A SRA. CAROLINE ENDO OUGO TAVARES** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, continuando a fala aqui do colega do Ministério da Saúde, é importante a gente lembrar também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a LC 141 traz a estruturação acerca do financiamento do SUS, mas a Lei 8.080 é que traz toda a estruturação do Sistema Único de Saúde, trazendo a interface dos Poderes, do Poder Executivo, em âmbito nacional, em âmbito estadual e municipal, atribuindo a cada um a competência e atribuição dentro do Sistema Único de Saúde.

Eu sempre faço lembrar, eu gosto de lembrar, que o SUS não tem Presidente. O SUS tem instâncias colegiadas de decisão, e é isso que o fortalece. São 36 anos de operação do Sistema Único de Saúde nesse formato colegiado, com atribuições concorrentes, congruentes e colaborativas.

É fácil lembrar também que a LC 141 alterada sem que tenha a estruturação no formato da Lei 8.080, como disse o colega, não tem eficácia, não tem plena eficácia. E me chamou a atenção que, nos últimos dois anos – eu vou pegar os últimos dois anos –, das emendas indicadas para a segurança pública, cerca de 6% foram executadas de fato. Então, de 2024 a 2025 – estou excluindo 2026 porque o ano ainda está em plena execução –, foi R$1,38 bilhão de indicação de emenda, sendo que foram liquidados apenas R$89 milhões, sendo pagos efetivamente R$81 milhões.

Então, lembrando, Senador, a sua fala da necessidade de a gente fortalecer o sistema de segurança pública, fortalecer a execução das emendas indicadas da segurança pública. Eu acho que, mais do que tirar recurso ou aportar recurso, é a gente garantir que o recurso indicado seja bem executado e aplicado na ponta. É aí que traz a eficiência que a Constituição preconiza e que todo cidadão procura.

Então, é uma discussão que não acaba aqui. Na verdade, ela tem que ser amplamente discutida como sociedade. Os questionamentos que foram trazidos mostram essa preocupação do cidadão com a correta e adequada aplicação do recurso, a garantia de não haver sobreposição, subfinanciamento ou duplo financiamento, duas ações indicando o mesmo financiamento, trazendo ineficiência do recurso público e, especialmente, às emendas aplicadas.

Bom, era isso que eu queria dizer. Agradeço muito a participação neste debate, foi enriquecedor para todo mundo aqui o conhecimento do funcionamento do Sistema Único de Saúde, do corpo de bombeiros como um agente colaborador e de suma importância. A gente precisa lembrar que o corpo de bombeiros consegue alcançar onde muitos outros não conseguem ir, inclusive o Samu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um debate importante, é necessário, mas, mais do que necessário, é a gente garantir que todos os sistemas, seja o da saúde, seja da segurança pública, sejam financiados de forma adequada e com a adequada utilização do recurso público. É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado.

Com a palavra o Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares, o Sr. Fabiano de Souza.

**O SR. FABIANO DE SOUZA** (Para expor.) – Bom, Senador, inicialmente, nas considerações finais, eu gostaria de parabenizá-lo pela sua fala, principalmente as argumentações trazidas à mesa ao final de todo o debate. A preocupação aqui, durante esta audiência, ficou muito clara com a sua fala. A gente está falando de uma preocupação voltada a precedente e orçamento.

Nós tivemos aqui uma discussão de alto nível, muito respeitosa e, sem dúvida nenhuma, tenho certeza de que todos saem engrandecidos daqui, com o ponto de vista de todos que se manifestaram. Mas enquanto gestor público – grande parte aqui como gestores públicos – em toda a minha história de 30 anos na gestão, eu sempre escutei duas reclamações de qualquer gestor: a falta de recursos humanos – por mais que nós tenhamos efetivo, sempre vai haver uma reclamação – e a falta de orçamento ou recursos financeiros. Sempre houve essa reclamação e sempre haverá.

O senhor comentou sobre a criação do Samu, e eu tenho certeza de que à época ou não tinha orçamento ou o orçamento era insuficiente. Nós estamos hoje, 20 anos depois, falando de insuficiência orçamentária para custeio do SUS, ao mesmo tempo em que se fala do aumento do investimento, da cobertura de Samu e dos serviços de saúde; ao mesmo tempo em que eu estou dizendo que eu não tenho recurso, estou falando que em pouco tempo eu tenho ampliação do atendimento.

E se amanhã eu tiver recurso, eu vou falar de ampliação de atendimento e insuficiência de recurso. A vida inteira vai ser assim, porque quanto maior for o recurso disponível em qualquer área – inclusive a da saúde –, maior será a demanda, maior será o serviço prestado, e eu sempre vou buscar mais recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O corpo de bombeiros é uma instituição da segurança pública – está previsto no art. 144 e lá continuará sendo. Mas ao mesmo tempo em que eu falo que é da segurança pública, eu não estou discutindo que ela terá dois ministérios. Ela continuará sendo Ministério da Justiça e Segurança Pública. O que a gente está colocando aqui é a atividade pré-hospitalar como serviço do sistema de saúde pública.

E aí fica fácil a gente discutir e evidenciar isso com um dado existente: o serviço aéreo das instituições está registrado como serviço de saúde, ele recebe o valor pelo atendimento ambulatorial, e a gente não está discutindo aqui se faz parte ou não o APH, como um todo, do sistema de saúde. O aéreo já faz e já recebe recursos do Ministério da Saúde. E o aéreo, para que fique bem claro, é uma aeronave do corpo de bombeiros, tripulada por um bombeiro, custeada por um bombeiro, que faz um serviço de saúde pago pelo atendimento pelo Ministério da Saúde.

Então, é lógica aqui a preocupação do precedente, é lógica aqui a preocupação de orçamento, mas o que a gente está tentando colocar a todo momento para o Ministério da Saúde e tudo que está sendo discutido aqui – ainda que eventualmente não tivesse um documento da Ministra – foi discutido com equipes do Ministério da Saúde e com o Líder do Governo dentro do Congresso Nacional. E, portanto, sendo do Líder do Governo, a gente entende que ele tem interlocução com o Governo.

O que a gente está colocando aqui, Senador, é que se nós estivermos e se nós entendermos que a atividade pré-hospitalar faz parte do sistema de saúde, e aí eu não estou falando só do que ocorre dentro dos hospitais...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FABIANO DE SOUZA** – ... o Samu presta o serviço, assim como o corpo de bombeiros, antes da entrada da porta do hospital.

O que nós estamos colocando aqui e deixando bem claro para o ministério é o entendimento de que o corpo de bombeiros é parceiro dentro desse sistema, que o serviço desempenhado no pré-hospitalar... e a gente não está falando de custeio da instituição. A segurança pública vai continuar custeando o combate a incêndio, todas as outras atividades do bombeiro, que é uma gama de atividades enorme, que vai continuar sendo custeada por governos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaduais e por recursos do Susp. A gente está falando apenas para o serviço que é vinculado e tem uma íntima relação com o serviço e a atividade prestada pelo Ministério da Saúde.

E, por favor, não me interprete mal, Senador. Não é anedótico o que eu vou falar. Quando a gente fala que é "um nada" esse pouco recurso que a gente está pedindo, essa possibilidade de recursos para investir no corpo de bombeiros – investimento, porque o que a gente está falando de emenda estadual não chega a 6% de custeio; o restante é investimento –, ainda que seja "um nada", que não seja vinculado, que não seja garantido, a gente está falando aqui é da esperança, é da possibilidade de conseguir comprar equipamentos para que cada integrante que está aqui, que presta um serviço pré-hospitalar lá na ponta, possibilite a que uma senhora como a D. Tatiana dê entrada numa unidade hospitalar com chances de sobrevivência, porque é isso que eles fazem no dia a dia. E eles precisam dos melhores equipamentos para poder prover esse serviço, porque a gente, sem dúvida nenhuma, tem os melhores profissionais para, junto com o Samu, fazer do pré-hospitalar um atendimento digno para a população brasileira.

Obrigado.

Era isso, Sr. Senador. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Bem, muito obrigado a todos e a todas. Agradeço pela presença, pela participação.

Espero que nós tenhamos condição de, independentemente do que vai acontecer na Comissão de Assuntos Sociais, na votação dessa matéria, continuarmos discutindo alguma fórmula, alguma maneira de viabilizar que mais recursos para os corpos de bombeiros cheguem, especialmente para o atendimento pré-hospitalar, e que nós possamos garantir recursos que sejam fixos, estáveis. Enfim, acho que ficou claro para todos que aqui está todo mundo com a mesma preocupação. Vamos ver... Pode aprovar-se o projeto, e a gente pode continuar conversando. Vamos ver, está bom, gente?

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Dra. Eudócia, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Paulo Paim, Teresa Leitão, Roberta Acioly, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Camilo Santana e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Indicações de Emendas RP8**. **Finalidade:** Deliberação de indicações às programações decorrentes de emendas RP-8 da CAS à LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN.Relatoria: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** A Comissão deliberou e aprovou, por unanimidade, 53 indicações, conforme planilhas anexas, e deliberou e rejeitou, por unanimidade, 8 indicações (sendo 2 relativas a indicações aprovadas em reuniões anteriores), conforme planilha anexa. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores e desta reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos. A presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Marcelo Castro**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6862032770

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/09

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de indicações às programações decorrentes de emendas da Comissão de Assuntos Sociais RP 8 à LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006, do Congresso Nacional.

A coordenação e a relatoria das indicações na CAS ficaram a cargo desta Presidência.

A votação será simbólica.

Passo à leitura do relatório.

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com redação dada pelas Resoluções nºs 1 e 2, de 2025, do Congresso Nacional, compete a esta Comissão apresentar indicações para a execução de programações decorrentes de emendas de Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2026 (Lei nº 15.346, de 2026).

Na LOA 2026, esta Comissão apresentou emenda RP 8 nas programações:

– 2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas (Emenda 60060001); e

- 2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas (Emenda 60060002).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No prazo concedido por esta Comissão foram apresentadas 49 novas sugestões de indicações. Posteriormente, foram retiradas pelos autores seis, em decorrência de erro material. Há também 41 indicações não apreciadas na última reunião realizada pela Comissão.

Foram apresentadas ainda duas solicitações de cancelamento de indicações aprovadas anteriormente, em virtude de impedimento técnico.

É o relatório.

Análise.

Após análise, concluímos que:

- 53 sugestões de indicações cumprem os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 210, de 2024, e na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional;

- 8 devem ser rejeitadas, sendo 2 relativas a indicações aprovadas em reuniões anteriores;

- 31 sugestões de indicações terão sua apreciação adiada.

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela aprovação das indicações constantes dos Anexos I e II e pela rejeição das indicações listadas no Anexo III.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Submeto à votação as planilhas constantes dos Anexos I, II e III, nos termos do relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. e Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As indicações constantes das planilhas dos Anexo I e II são aprovadas e as constantes do Anexo III são rejeitadas.

A decisão desta Comissão será comunicada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores e da ata desta reunião.

As Sras. e o Srs. e os Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

*(Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 03 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Hermes Klann, Weverton, Izalci Lucas, Cleitinho e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimentoREQ 104/2025 - CAS, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 3941, de 2025, que "institui a Política Nacional de Prevenção e Controle das Doenças Cardiovasculares, cria o Sistema Nacional de Acompanhamento da Pessoa com Suspeita ou Diagnóstico de Doença Cardiovascular (SISAC-DCV) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências". **Participantes:** Carmen Cristina Moura dos Santos, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde; José Airton Arruda, Presidente da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista - SBHCI; Viviana Lemke, Conselheira Federal suplente pelo estado do Paraná do Conselho Federal de Medicina - CFM; Fernanda Mangione, Cardiologista (representante de: Projeto Social Unidos Pelo Coração); Júlio César Vieira Braga, Médico membro da Coordenação do Comitê de Qualidade Assistencial da Sociedade Brasileira de Cardiologia da Sociedade Brasileira de Cardiologia - SBC; e Marlene Oliveira, Presidente do Instituto Lado a Lado Pela Vida. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Dr. Hiran**
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/09

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 104, de 2025, da CAS, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 3.941, de 2025, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle das Doenças Cardiovasculares, cria o Sistema Nacional de Acompanhamento da Pessoa com Suspeita ou Diagnóstico de Doença Cardiovascular no âmbito do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado,* da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão (Ouvidoria), através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Nós temos aqui os seguintes ilustres convidados:

- Dra. Carmen Cristina Moura dos Santos, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, que vai nos acompanhar remotamente aqui, acredito que já esteja na sala;

- Dr. Júlio Vieira Braga, Médico membro da Coordenação da Comissão de Qualidade Assistencial da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), que está aqui presente – por favor, eu convido o senhor a vir aqui ao nosso dispositivo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Dr. José Airton Arruda, Presidente da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista (SBHCI) – seja muito bem-vindo, querido colega José Arruda;

- Dra. Viviana Lemke, Conselheira Federal suplente do Estado do Paraná do Conselho Federal de Medicina (CFM) – seja muito bem-vinda;

- e minha querida amiga Dra. Marlene Oliveira, Presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida.

Eu vou passar...

Estou sendo informado de que há mais uma convidada, que é a Dra. Fernanda Mangione.

Dra. Fernanda – me desculpe pela minha falha – é Cardiologista e representante do Projeto Social Unidos pelo Coração.

Sejam todos muito bem-vindos os que estão aqui presentes conosco e as nossas duas convidadas, que nos acompanham e participarão remotamente desta audiência pública.

Quero passar logo a palavra, por dez minutos, à Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Dra. Carmen Cristina de Moura dos Santos, por dez minutos.

Seja muito bem-vinda, doutora.

**A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Hiran.

É uma satisfação muito grande estar mais uma vez com o senhor para debater um assunto tão importante e tão especial para nós, que é a atenção cardiovascular.

Eu tenho uma apresentação – que eu vou colocar aqui – para falar um pouco o que nós estamos fazendo com relação à atenção cardiovascular em todo o Brasil.

Quero cumprimentar também a Marlene – já estivemos juntas em outros espaços – e também a Dra. Aurora, que é a nossa Diretora do Instituto Nacional de Cardiologia, que está aí presente também. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, vou falar um pouquinho sobre os nossos desafios, alguns avanços e as perspectivas para o cuidado das doenças cardiovasculares do SUS.

Eu não vou me deter a falar sobre a doença cardiovascular, porque nós temos vários especialistas aí que, com certeza, vão poder discorrer com muita propriedade a respeito, mas hoje nós temos aí as doenças cardiovasculares como a principal causa de morte no Brasil.

Nós temos um grande impacto no SUS, com as internações, as incapacidades e as aposentadorias precoces, que causam um relevante impacto econômico e social para o SUS. Então, investir na prevenção, no diagnóstico precoce e no acesso especializado salva vidas e reduz custos futuros.

Aqui, um pouco de como a gente vem trabalhando a linha de cuidado cardiovascular no SUS: com promoção à saúde; atenção primária – com o cuidado integral, a regionalização, a equidade e a coordenação do cuidado; diagnóstico especializado; tratamento clínico; procedimentos especializados; cirurgias cardiovasculares e reabilitação.

Os desafios, que os senhores conhecem e que nós estamos enfrentando, com muito trabalho, para poder vencê-los: nós ainda temos diagnóstico tardio, desigualdades regionais, escassez de serviços em regiões remotas, fragmentação do cuidado e dificuldade de acompanhamento após a alta hospitalar.

Ainda temos alguns gargalos na consulta especializada e nos exames especializados, e isso tudo faz com que as doenças – especialmente as cardiovasculares, mas todas as condições crônicas – tenham uma progressão da doença; internações que seriam evitáveis, mas hoje a gente ainda convive com elas; uma mortalidade alta e um custo assistencial bastante alto.

Nós temos ainda – e eu coloco antes aqui, porque nós estamos agora trabalhando para vencer isso – um cuidado centrado na doença; então, a cardiologia, a endocrinologia, a nefrologia, as especialidades de forma isolada. E o que nós estamos trabalhando agora é a integração com foco no cuidado, especialmente o cuidar das pessoas, e não apenas das doenças. Então, temos essa interface entre todas as especialidades.

Também temos algo bastante importante, que é o papel da transformação digital. Hoje, nós não temos como pensar em atenção especializada e em toda a rede de atenção sem pensar na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação com a transformação digital – a telessaúde, a regulação, a integração das informações e o monitoramento dos indicadores. Isso tudo auxilia na maior coordenação do cuidado e na integração entre as áreas.

Isso tudo está dentro do Programa Agora Tem Especialistas, que é um programa que foi lançado há cerca de um ano, ele completou um ano agora. Ele derivou, é um componente da Política Nacional de Atenção Especializada – pela primeira vez no país nós temos uma política de atenção especializada, cuja portaria foi publicada em 2023 e, no ano passado, avançamos para o Programa Agora Tem Especialistas, em que o objetivo maior é ampliar o acesso oportuno à atenção especializada e reduzir o tempo de espera por consultas, exames e procedimentos. Então, ele traz vários componentes, como a ampliação da oferta, a melhor utilização da capacidade instalada, os componentes de regulação assistencial, a integração das redes, e trabalha, também, muito na contratualização baseada nas necessidades.

O programa, falando um pouco mais relacionado à cardiologia, traz uma ampliação do acesso às consultas especializadas, aos exames de imagem cardiovascular, ecocardiograma, procedimentos diagnósticos, exames funcionais e procedimentos terapêuticos também. Têm sido realizados, em todo o país, mutirões para acelerar o volume de atendimentos represados; a utilização de unidades móveis para levar exames, principalmente diagnósticos, às áreas mais remotas e com maior demanda por esses atendimentos; transporte sanitário também é algo bastante importante, que está sendo fortalecido no país; e a telessaúde, que eu já falei que é um dos componentes que hoje são fundamentais na articulação entre os pontos de atenção.

E aí temos um dos componentes, o componente ambulatorial do Programa Agora Tem Especialistas, que é a oferta de cuidados integrados, em que nós tínhamos, no modelo anterior, procedimentos isolados, várias filas, várias idas das pessoas ao mesmo serviço para realizar ora a consulta, ora o exame. Isso tudo foi pensado e trabalhado no modelo de oferta de cuidado integral, em que a gente tem um conjunto de procedimentos – consultas, exames e outras tecnologias necessárias – para que os pacientes, as pessoas, possam resolver o seu problema e ter acesso ao diagnóstico oportuno, facilitando, assim, o tratamento ágil da sua patologia.

Aqui temos um pouco, especificamente, da oferta de cuidado integrado para a linha de cuidado cardiológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, nós temos na tabela seis ofertas de cuidado integrado exclusivas para a cardiologia. Essas ofertas mudam a lógica, inclusive, do financiamento: passa a não ser mais um financiamento específico por procedimento, conforme sempre foi; é um conjunto de procedimentos que valoram essa oferta de cuidado integrado. Nós temos: a oferta de cuidado integrado de avaliação do risco cirúrgico, avaliação cardiológica, progressão da avaliação cardiológica específica para síndrome coronariana crônica, tem uma segunda oferta para síndrome coronariana crônica, temos uma oferta para insuficiência cardíaca e a oferta inicial da síndrome coronariana. Elas se distinguem por alguns exames que são acrescentados em cada oferta.

A regionalização, de que eu já falei também, é garantir o acesso independentemente do local de residência. Então, aquilo que for possível levar o mais próximo possível da casa das pessoas, assim nós estamos trabalhando para que isso ocorra.

Os resultados esperados, então, são: redução das filas e diagnóstico precoce; maior acesso aos especialistas e eficiência do SUS; redução das internações evitáveis e da mortalidade cardiovascular; fortalecimento da prevenção e rastreamento dos grupos de risco; e integração digital de telecardiologia e reabilitação.

Para finalizar. As doenças cardiovasculares representam um dos maiores desafios sanitários do país. O Programa Agora tem Especialistas constitui a principal estratégia para qualificar o cuidado cardiovascular no SUS, trazendo prevenção e diagnóstico oportuno, acesso especializado integrado, cuidado centrado na pessoa e a transformação digital auxiliando em todo esse processo.

Então, o que eu quis trazer aqui, agradecendo mais uma vez a oportunidade, Senador, é um pouco do que vem sendo feito. É um processo, é uma política nacional super-recente, mas que já está caminhando a passos largos para que a gente possa enfrentar esses grandes desafios do SUS.

Estou à disposição. O Ministério da Saúde está presente. Peço mais uma vez desculpas por não estar aí, mas a Aurora, que é da mesma secretaria que nós, está aí presente, e eu estarei aqui para esclarecer qualquer questionamento.

Mais uma vez, obrigada, Senador, pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Carmen. Transmita meu abraço ao nosso Ministro, que está com esse "problemaço" aí das vacinas. Ele deve estar muito assoberbado, mas espero que ele conduza da melhor maneira possível. Um abraço no Ministro Padilha.

Eu quero passar em seguida a palavra ao Dr. José Airton Arruda, Presidente da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista...

Não... Vai ser o Júlio César Vieira Braga – desculpe. O Júlio César é Médico membro da Coordenação do Comitê de Qualidade Assistencial da Sociedade Brasileira de Cardiologia da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC).

Dr. Júlio César, por favor.

**O SR. JÚLIO CÉSAR VIEIRA BRAGA** (Para expor.) – Dr. Hiran, muito obrigado pelo convite. É sempre um prazer estar com o senhor, sempre, ou quase sempre...

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O prazer é meu.

**O SR. JÚLIO CÉSAR VIEIRA BRAGA** – ... quase sempre, defendendo a boa saúde, e por isso nos honra muito ter recebido esse convite.

Vou fazer aqui uma apresentação um pouquinho diferente. Como tinha vários colegas fazendo a participação, eu vou falar um pouquinho sobre o papel da Sociedade Brasileira de Cardiologia como entidade associativa, e não só associativa, uma parceira que existe na luta pela qualidade na assistência cardiovascular no Brasil.

Esta apresentação a gente preparou com cuidados... Eu gostaria que alguém passasse aí, por favor, porque aqui não está passando... Estou apontando aqui. Ah, pronto, pulou agora, agora foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Só funciona com o dono.

**O SR. JÚLIO CÉSAR VIEIRA BRAGA** – É? (*Risos.*)

É isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sociedade é a principal entidade científica da cardiologia brasileira, foi fundada em 1943 – então já, daqui a pouco, faremos um século – e tem 15 mil associados no Brasil e no exterior. A imensa maioria, 95%, é de médicos, que são associados a essa sociedade. Então, é um número enorme de colegas dispostos a lutar e ajudar na atenção cardiovascular. Não é uma entidade sindical na defesa somente do médico, mas é uma entidade que reúne cardiologistas, médicos residentes e profissionais de saúde e acadêmicos relacionados à atenção cardiovascular. Então, existem, embora seja em menor número, enfermeiros, nutricionistas, profissionais de educação física que trabalham juntos conosco nessa missão. Ela atua nacionalmente, promovendo não só excelência científica, educação médica continuada... E aí tem um aspecto de defesa profissional, mas é muito forte o papel de iniciativas voltadas à sociedade como um todo.

Por favor.

Nós temos relação com o setor público, nos categorizamos como uma organização da sociedade civil. Ela desempenha um papel estratégico na representação da cardiologia brasileira e colabora com importantes instâncias. A gente está presente em diversos órgãos, como a Conitec, para incorporação de tecnologia, pois a sociedade brasileira envia especialistas para embasar as resoluções, as decisões; a Agência Nacional de Saúde Suplementar, na discussão de implementação de novos tratamentos, novos métodos diagnósticos em cardiologia; o Ministério da Saúde, de que a gente vai falar mais adiante; a Associação Médica Brasileira; a Comissão Nacional de Residência Médica, pois a sociedade brasileira tem um papel ativo na formação de médicos residentes e especialistas; e o Conselho Federal de Medicina, que vai estar aqui conosco daqui a pouco.

A sociedade promove a formação, que define a boa prática médica, o que precisa ser feito para manter uma boa assistência à saúde do ponto de vista científico.

Nós temos a Universidade do Coração, que é uma plataforma de cursos de pós-graduação e capacitação. Essa plataforma tem mais de 20 cursos *online* por ano. São mais de mil médicos capacitados em ressuscitação cardiopulmonar por ano apenas nesse curso – mais de mil por ano. E a imensa maioria é de médicos, alguns ainda estudando, mas pode considerar que 98% de médicos saem treinados, por ano, no atendimento à parada cardíaca, somente por esse curso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O título de especialista e certificados de área de atuação da SBC é uma das formas... Além da residência médica, são esses títulos que a sociedade emite e que são reconhecidos pela lei como aquele verdadeiro médico especialista. Então, o Programa Mais Especialistas, embora tenha esse nome, não forma necessariamente especialistas. Em algumas situações, ele até favorece a oferta, mas é bom deixar claro que não forma especialista, porque as duas formas são a residência médica e os títulos da sociedade de especialidade.

E credenciamos também alguns centros de formação que habilitam esses treinados a fazerem a prova para o título de especialista, mas isso tudo dentro da legalidade.

O próximo.

Em termos de publicações científicas na área da cardiologia, nós temos as principais revistas e jornais na área da cardiologia, como *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*... É um investimento que a sociedade faz, a sociedade paga a tradução dos artigos científicos publicados para se tornarem disponíveis em todo o mundo. A maioria das revistas cobra que o artigo seja publicado apenas em inglês, e, muitas vezes, o pesquisador tem esse custo. A *Arquivos* iniciou a fazer essa oferta aos cardiologistas para tradução dos textos para o inglês. Então, é a revista mais importante da cardiologia brasileira.

Próximo.

Levamos aí nosso papel de educar a população. Então, temos campanhas – e vocês, com certeza, já ouviram falar de alguma dessas – falando de hipertensão, infarto, AVC... E essas campanhas – o próximo – atingem a sociedade de diversas formas: corridas; apresentações ali no estádio, simulando uma parada cardíaca; campanhas de prevenção – ali no meio – que a sociedade faz; o alerta de que o 12 por 8 é o número ideal para a pressão... A partir daí, os pacientes chegam perguntando para a gente: "É 12 por 8? É 14 por 9?". Nisso tudo, foi a Sociedade Brasileira de Cardiologia que chamou a atenção de que, a partir de 12 por 8, é preciso ter uma atenção maior, não é que seja hipertenso, mas é um alerta para ficar acompanhando de perto. E há corridas com o público... Então, esse papel a gente faz com bom sucesso, eu acho que a gente deve reconhecer que esses temas atingem a todos.

O próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E fazemos o maior congresso de cardiologia da América Latina. São números aí, para quem não conhece, gigantescos. São mais de 8 mil participantes em cada um dos congressos. Isso enche uma cidade, isso sobrecarrega a rede hoteleira de qualquer cidade que recebe o nosso congresso. Além dos participantes, as equipes ao seu redor, de suporte fazem com que algumas cidades no Brasil, algumas capitais grandes não consigam receber o congresso. Então, é uma disputa, às vezes, de cidades, mas são poucas que têm capacidade de receber. E, para vocês terem uma ideia, agora em 2026, o Congresso Mundial de Cardiologia vai ser feito em parceria com a sociedade brasileira, e vão ser 16 mil participantes no Rio de Janeiro. É um congresso gigantesco, com 500 palestrantes, nacionais e internacionais, e 5 mil trabalhos submetidos. Imaginem: 5 mil pesquisas foram enviadas para publicação nesse congresso.

Próximo.

Próximo.

É só para mostrar a estrutura.

Em relação às relações institucionais, aqui é somente para falar um pouquinho mais de nossa atividade que foi desenvolvida nos últimos anos pela Presidência, pelo Conselho Administrativo da sociedade, que é a gente buscar uma assessoria parlamentar para estar não só defendendo nossos interesses, que são a minoria das demandas, mas para nos colocar à disposição da sociedade, das entidades políticas, públicas, do Executivo, Legislativo e Judiciário também. E buscamos o Instituto Brasil de Medicina, da defesa da medicina, e é uma forma de interagir com a Frente Parlamentar da Medicina – Dr. Hiran aqui, o Presidente, está sempre à disposição. Nessa relação, a gente pretende colaborar no debate de projetos como este que estamos discutindo aqui hoje. E temos aí um fórum específico, o Coração em Foco, para discutir políticas na área da cardiologia. É um fórum que vem ocorrendo desde 2023 e que tem entre 100 e 200 participantes. Legisladores, Deputados e Senadores – o Senador Hiran já esteve em um ou dois desses eventos –, membros do Executivo, Ministros do STJ e do TCU, juízes, entidades médicas e representantes da sociedade têm participado desse evento, que é uma forma de debater.

Aqui, eu vou falar especificamente sobre o projeto de lei e citar alguns exemplos de como a gente pode participar ativamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma grande limitação nos sistemas de informação de saúde no Brasil. A gente tem ali alguns exemplos. O Sistema de Informação sobre Mortalidade diz quantos pacientes morreram de infarto, quantos pacientes morreram de AVC, mas a gente não tem certeza. Tem estados onde é muito, muito ruim esse sistema...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JÚLIO CÉSAR VIEIRA BRAGA** – ... e chegam a 25% as mortes não definidas na declaração de óbito. A gente precisa estimar pelo Sistema de Informações Hospitalares, pela Pesquisa Nacional de Saúde, que pergunta ao paciente se ele já teve infarto ou não... Isso é falho – é melhor do que nada, mas é falho –, de forma que o principal dado que é utilizado hoje é este estudo Global Burden of Disease, que é de um instituto da Universidade de Washington, que faz esse levantamento no mundo inteiro tentando mesclar de uma forma própria os dados que vêm do Sistema de Informação sobre Mortalidade e internações para chegar a uma conclusão. Então, é um exemplo... Não é desmerecer os nossos dados, mas a gente precisa avançar para ter dados de confiança.

A Sociedade Brasileira de Cardiologia pode colaborar com esse Sistema Nacional de Acompanhamento da Pessoa com Suspeita ou Diagnóstico de Doença Cardiovascular. Nós já temos a experiência de fazer levantamentos de registros nacionais de marcapassos. Todo mundo sabe aqui no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JÚLIO CÉSAR VIEIRA BRAGA** – ... que há esse levantamento, a questão de cirurgias etc., em parceria com o TCU. O TCU tem fiscalizado a execução de políticas públicas na área da cardiologia. Estamos em parceria com ele para avaliar o paciente atendido, se foi corretamente acompanhado.

Por último, no aspecto de redução de desigualdades regionais, a gente tenta implantar as diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia como referência. Discutimos com o Ministério da Saúde uma linha de cuidados e cobramos um cuidado mínimo: que a UPA do Marajó atenda igual à UPA daqui de Brasília, igual à UPA do Leblon, no Rio de Janeiro. Então, é uma forma de a gente botar padrões mínimos de qualidade, e isso é essencial para que a gente consiga a redução de desigualdades regionais. Não pode uma UPA fazer eletrocardiograma por telemedicina em um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lugar, e, no outro, não ter eletrocardiograma imediato, ter troponina, a outra não ter exames específicos para o diagnóstico do infarto, não ter trombolítico em uma e na outra ter. Isso é um absurdo. A Linha de Cuidado do Infarto, em que a Sociedade Brasileira de Cardiologia insistiu, o ministério precisa bancar que seja igual em todos os locais do país. E também deve haver cobertura e rastreamento na atenção básica. A atenção básica precisa ter um mínimo de preenchimento de ficha. Quantos hipertensos tem naquela unidade? Quantos diabéticos tem naquela unidade? E quantos vão ter acesso ao especialista? Porque não é possível você rastrear e não encaminhar para o especialista quando chegar aquele momento de detectar um paciente com doença mais grave.

O próximo.

E aqui é o último tema, o último tópico, que é a incorporação de tecnologias ao SUS.

A Conitec é um órgão muito eficaz, muito bom, mas peca em alguns problemas na hora de incorporar tecnologia – que não é mais da Conitec, que passa a ser do Governo, do Ministério da Saúde – por conta da burocracia para entregar ao paciente.

Quem é médico sabe desses famigerados LMEs, documentos difíceis de preencher. Para os pacientes é difícil conseguir, mesmo com a documentação pronta, e, às vezes, preferem pagar a receber de graça, de tão difícil que é, medicamentos de médio e alto custo.

O procedimento do Implante Transcateter de Válvula Aórtica foi aprovado já tem dez anos, talvez, mas não consegue deslanchar por falta de financiamento. Esse é um outro problema. A Conitec incorpora, mas também não é incorporado ao tratamento.

E, aqui, por último, há este exemplo. O rivaroxabana é uma medicação que se usa para fibrilação atrial, uma doença que atinge 1 milhão, 2 milhões, 3 milhões de brasileiros... A estimativa é imprecisa, mas imaginem: 2 milhões de brasileiros precisam tomar um anticoagulante, que é esse rivaroxabana, e o SUS não tem disponível. A única alternativa, que é um anticoagulante antigo, a varfarina, é difícil, pois o paciente a usa mal, tem complicações, e é um remédio que...

Passe aí o próximo, por favor. Prometo que este é o último.

É só um exemplo de como é difícil incorporar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JÚLIO CÉSAR VIEIRA BRAGA** – Ele foi avaliado pela Conitec em 2016, não foi aprovado por motivos diversos, um deles o custo, que era muito alto... Era mais de R$300, reajustando para hoje, o valor do custo do tratamento mensal. Não foi aprovado. Isso, para 2 milhões de brasileiros, é um valor alto, mas... Ele não foi aprovado. Agora em 2024... Agora não, dois anos atrás, a SBC fez um ofício e pediu que ele fosse reanalisado, uma reanálise pela Conitec de um medicamento que tinha sido analisado oito anos antes. A resposta demorou dois anos para chegar de volta à SBC, com a SBC insistindo para que eles respondessem se iam avaliá-lo ou não, e a resposta foi essa aí, com uma nota técnica, dizendo da portaria de 2016, respectiva à solicitação de incorporação da rivaroxabana... A decisão foi de não incorporação para prevenção de AVC em pacientes com fibrilação atrial. Uma das principais causas de AVC no Brasil e no mundo é a fibrilação atrial – formam-se coágulos no coração que se soltam, e aí faz o AVC. Então, esse medicamento não foi aprovado naquela data, e a resposta foi essa daí. Vejam como é: o interessado pode ressubmeter a proposta, apresentando fato novo. O fato novo é que o preço do produto caiu mais de 90%. O tratamento que era mais de R$300 hoje é em torno de R$20. E o Governo... Nós pedimos para avaliarem e disseram que não, não iam avaliar. Nós teríamos de refazer todo o rito administrativo. O rito administrativo é um processo, um relatório de análise de custos, impacto orçamentário, uma coisa que custa dezenas ou centenas de milhares de reais para nós e para a sociedade, e a gente considera que isso não é necessário em algumas situações.

A gente chama a atenção aí do próprio Ministério da Saúde da necessidade de se ter essa sensibilidade para o próprio ministério dispensar...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JÚLIO CÉSAR VIEIRA BRAGA** – ... em algumas situações essa incorporação, para que se torne, na realidade, mais fácil para a população.

Obrigado a todos.

E desculpem aí pela passagem pequena do tempo.

Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Júlio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. José Airton de Arruda, Presidente da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista (SBHCI), agradecendo a sua presença.

Aproveito, antes de passar a palavra para V. Sa., para registrar a presença aqui da Dra. Aurora Issa – seja muito bem-vinda –, que é do Instituto Nacional de Cardiologia; e do Dr. Jonas Gonseth-Garcia, que é Coordenador de Equidade, Condições Crônicas Não Transmissíveis, Saúde Mental e Saúde Digital da Organização Pan-Americana da Saúde. Seja também muito bem-vindo ao Senado!

**O SR. JOSÉ AIRTON ARRUDA** (Para expor.) – Boa tarde a todos.

É um prazer estar aqui com os senhores.

Na pessoa do Exmo. Senador Hiran, eu cumprimento todos aqui na mesa, presentes e ouvintes que estão nos acompanhando remotamente.

Vou procurar dar um foco diferente. Existe sempre a ideia de que cardiologia é prevenção, mas eu vou tentar mostrar para vocês que, apesar de a prevenção ser extremamente importante, se nós não nos atentarmos para o envelhecimento da população, vamos deixar de tratar muitas pessoas.

Por que isso? Porque esse grupo envelhecido já não requer tanta prevenção; requer intervenção, tratamento efetivo das suas doenças.

Eu lanço um desafio ao envelhecimento e ao futuro da doença cardiovascular. Eu vou trazer um foco nas doenças cardíacas estruturais, que são aquelas que fogem das artérias do coração, do infarto, como foi mostrado aqui pelo Júlio, para mostrar as doenças de dentro das estruturas cardíacas, principalmente das válvulas cardíacas, e qual é o impacto disso. Mas não antes, quero mostrar que o Brasil envelhece em um ritmo extremamente acelerado.

Vejam que nós vamos ter, projetada para 2050, uma população com mais de 60 anos equivalente a aproximadamente 30% da população. Em 2070, nós vamos ter quase o mesmo tanto de pessoas que têm pelo menos 48,4 anos.

E aqui eu mostro para os senhores como era na base, em 1990, a nossa pirâmide populacional etária: uma base larga de pessoas jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2025, nós começamos a observar esse estreitamento e, em 2050, o que a gente vai olhar é esse gráfico em laranja, que é uma base estreita e cresce com uma população adulta, adulta jovem e envelhecida.

Nós estamos diante de um fenômeno já clássico, que é o envelhecimento da nossa população. E o envelhecimento da nossa população é muito mais rápido do que o da França. Nós envelhecemos, em 19 anos, o que a França levou 115 anos para envelhecer. Ou seja, é como se fosse um tsunâmi de envelhecimento.

E, se nós não nos prepararmos, vamos deixar de assistir a essa população, que somos nós no futuro – alguns mais próximos do que outros, mas somos nós.

Agora, chama a atenção que o motor para a doença cardíaca estrutural é o envelhecimento. Independentemente do que façamos de prevenção, a estenose aórtica vai vir em pelo menos 3% da população acima de 75 anos. Então, esse é um ponto.

Outra doença é a doença da válvula mitral. Essa não é por calcificação, mas por degeneração dos seus folhetos, o que leva a uma doença chamada insuficiência da válvula mitral. São doenças claramente relacionadas ao envelhecimento da população.

Aqui, para que os senhores entendam rapidamente qual é a mudança que ocorre na válvula aórtica.

Vejam ali, no primeiro gráfico, em 25 e 29 anos: uma válvula de um jovem, flexível, que abre completamente. À medida que nós envelhecemos, essa válvula vai ficando mais rígida, calcificada. Com 60 e 64 anos, ela tem uma calcificação progressiva. Na maioria das vezes, aos 75 anos, ela já está muito, muito calcificada. E, acima dos 80 anos, então, é uma válvula extremamente rígida, calcificada, que precisa ser tratada. Então, esse é um ponto.

Quais eram as opções que nós tínhamos num passado recente? Somente a cirurgia de abrir o peito, como vocês vão ver no eslaide à frente. Hoje, nós temos o Tavi, como foi mostrado aqui, citado aqui pelo nosso colega Júlio, que é um procedimento minimamente invasivo. E esse, do inglês, que é M-Teer, mas que a gente pode chamar de clipe da válvula ou reparo borda a borda dessa válvula mitral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu mostro algo que é diferente de qualquer coisa do setor de economia, por exemplo. À medida que nós aumentamos a demanda, em qualquer setor da economia aumentaria a oferta; no nosso caso, não. Nós aumentamos muito a demanda e o que nós percebemos é a diminuição da oferta de serviços para reparar essas doenças. E aí tem outros fatores: a população envelhecendo, o esgotamento dos profissionais de saúde, as finanças hospitalares, o desalinhamento de seguros e – não deixaria de cutucar aqui – confusão nos convênios e planos de saúde, com o clássico nega-nega. E aí o nega-nega teve R$24 bilhões de lucro no ano passado das agências ligadas à ANS. Essa é a lacuna, é um *gap*.

Aqui mostro para vocês algumas diferenças do que nós propomos e do que é feito classicamente, do que o Ministério paga e o que nós entendemos que deveria pagar mais. Cirurgia cardíaca aberta: trauma cirúrgico maior, risco de infecção, de complicações, longa recuperação e internação, impacto físico e psicológico identificativo. Na Tavi, os pacientes hoje recebem alta com quase 48 horas, é um paciente feito sob sedação, a mesma coisa do reparo da válvula mitral, que é feita borda a borda através de cateter.

Mas aqui começam as nossas principais diferenças, viu, Senador. E eu espero que a Dra. Carmen Cristina esteja nos ouvindo.

Ali em cima, 3 milhões, 6 milhões; é o número de pacientes com estenose aórtica. No Brasil tem 1 milhão, na Europa toda tem em torno de 6 milhões. Embaixo é a penetração do que é feito com Tavi, que é essa técnica minimamente invasiva. Nos Estados Unidos, 3%; Europa, 12%; no Brasil, 0,1%. Se a gente pega esses números por 1 milhão de pessoas, enquanto a Europa tem uma média de 221 por milhão, o Brasil tem oito por milhão de pessoas. Olha que *gap* nós estamos. E esse *gap* não é só no setor público, é no setor privado também. Aqui está o gráfico para vocês verem. A Alemanha faz mais de 200. Olha o Brasil como está aqui embaixo.

Vejam, semana passada eu li no UOL que nós passamos a ser país desenvolvido. Mas como é que nós podemos ser país desenvolvido com um *gap* desse tamanho? Nós estamos diante de um desafio enorme. Diante da alta penetração de países como a Alemanha, etc., a maturidade do sistema de saúde desses locais... Eu digo que a maioria deles é de sistema de saúde público: Alemanha, França, Suíça, Dinamarca, Áustria, sistema de saúde público financiado pelo dinheiro do pagador de impostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, essa lacuna do Tavi, só para terminar essa parte: é de dez a 28 vezes em relação aos países da Europa. O país mais pobre lá, a gente faz dez vezes menos do que lá. Em relação à Alemanha, pelo menos 28 vezes menos do que é feito.

O Júlio perguntou sobre a incorporação da Tavi. A primeira Tavi no Brasil foi em 2008. Em 2014, nós entramos com o pedido, a SBHCI, para incorporar na Conitec, no SUS. Foi negado em 2014. Em 2021, olha quanto tempo depois a Conitec recomendou. Em 2022, foi incorporado tanto pela ANS quanto pelo SUS, mas passou dois anos para ser regulamentado. Só em 2024 é que foi regulamentado.

Mas aí é onde mora o perigo: é uma regulamentação parcial, como disse também o Júlio. O que é ofertado hoje pelo SUS, e eu chamo atenção da Dra. Carmen Cristina, é que são 1,2 mil procedimentos, de acordo com a portaria.

Os senhores sabem qual é a demanda mínima de Tavi no Brasil? São 15 mil pacientes que deveriam fazer Tavi, podendo chegar a até 45 mil pacientes. Nós só autorizamos 1,2 mil, o que significa que 97% dos candidatos a Tavi não recebem esse tipo de tratamento!

Então, é preciso que nós entendamos e mudemos essa lacuna, esse *gap*.

Com o tratamento da válvula mitral é pior ainda, porque vejam que a Alemanha, em 2017, fez quase 6 mil procedimentos de tratamento por cateter da mitral; no Brasil, não chegam a 200 por ano!

Senhores, nós precisamos alertar para esses pontos!

Aqui está, de maneira bem resumida, a penetração de Tavi: enquanto é de 100 a 200 por milhão...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JOSÉ AIRTON ARRUDA** – ... no Brasil é menor que 10. Cobertura do sistema público: ampla cobertura no mundo e na Europa; no Brasil, é restrita a cotas severas no SUS, com defasagem de financiamento.

A terapia do mitral é pior ainda, porque, além de tudo, ela não é aprovada nem no SUS nem na ANS, ou seja, a capilaridade é muito baixa nesse tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou quase terminando aqui.

O que nós precisamos entender é que a Tavi tem uma incorporação apenas parcial no SUS e na ANS. A ANS até hoje – nós submetemos no ano passado... – só libera Tavi para pacientes acima de 75 anos, que não podem ser operados. O mundo todo já faz Tavi em pacientes acima de 65 anos. Quem de vocês aqui, com 65 anos ou 70, gostaria de ter o peito aberto para tratar uma doença que eu trato e, no outro dia, ou 12 dias depois, mando para casa? Então, isso é um *gap* enorme.

E aqui está o gargalão! O que a gente tem? A população em risco no topo, a demanda e o que é liberado – a demanda, de 15 mil a 45 mil, e o que é liberado pelo SUS, de 1,2 mil. Essa oferta não é limitada pela capacidade médica e estrutura instalada, é pelas barreiras de financiamento.

E aí vem o custo da inércia, que a Dra. Carmen Cristina tanto citou: quando eu não trato essas doenças, eu crio um negócio chamado insuficiência cardíaca. Insuficiência cardíaca leva a hospitalizações crônicas, consome leitos e recursos do sistema de saúde. O impacto no PIB é alto, porque as doenças cardiovasculares não controladas afetam diretamente a macroeconomia, com perdas significativas por ineficiência sistêmica.

Essa viabilidade econômica vem de uma intervenção percutânea bem direcionada, que reduz tempo de internação, libera leitos, mostrando que ela é "custo-efetiva", pelo menos a médio prazo.

Este aqui é o meu último eslaide: são as proposições em nome da SBHCI.

Primeiro, nós precisamos ampliar a indicação da cobertura de Tavi, avançar a cobertura restrita a inoperáveis para todo o espectro de risco. Hoje eu não posso oferecer só para quem não se pode operar, mas eu posso oferecer para quem pode fazer e, medicamente, tem indicação. Acima de 65 anos eu não deveria limitar.

O procedimento da válvula mitral também, que não está sequer no rol da ANS...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOSÉ AIRTON ARRUDA** – ... e esse bloqueio da ANS em aprovar gera só o quê? Acúmulo de receita dos planos de saúde. Foram R$24 bilhões acumulados no ano passado, à custa de negar e não incorporar novas tecnologias.

Nós fizemos uma rede de centros qualificados, em que nós temos um registro nacional e transparência.

Também precisamos tornar essas ATSs fáceis e baseadas em evidência.

Eu agradeço, finalizando, mostrando que o envelhecimento chegou, e o acesso, não. Não vou repetir esses tópicos, mas vou pedir aos senhores que olhem com atenção para essas doenças cardíacas estruturais e que a gente mobilize...

Já que estamos chegando a país desenvolvido, que nós reduzamos esse *gap* entre Europa, os países que são socializados – vamos colocar aqui assim – e o Brasil. Que a nossa saúde seja guiada pelo SUS. Já que a Agência Nacional de Saúde guia a saúde suplementar, a saúde principal é do SUS. Nós temos que brigar por ela.

Obrigado, viu, gente!

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. José Airton.

Eu ouvi muito preocupado aqui a sua exposição, até porque eu estou chegando nessa fase aí, estou chegando a esse *gap*. (*Risos.*)

Aliás, eu acho que eu já estou no *gap* há algum tempo, mas, graças a Deus, ainda estou bastante saudável.

Mas isso é uma agonia de todas as nossas especialidades. Eu, como oftalmologista também, se lhe contar as nossas mazelas aqui, o senhor vai também ficar bastante triste.

A questão de incorporação, tanto na Conitec como a inserção de novas tecnologias na saúde suplementar através da ANS, é um grande problema.

Outro dia eu estava falando com residentes – fiz um grande fórum de residentes aqui no Distrito Federal – e falei para eles: vocês sabem se tem na diretoria da ANS algum médico etc.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Deve ter". Eu digo: não tem nenhum! Tem muito advogado, tem outros profissionais lá; médico não tem nenhum. É por isso que ninguém defende os nossos interesses. Precisamos nos unir mais e organizar melhor nossas demandas e nossas lutas, porque todo mundo se aproveita muito do nosso trabalho, que é um trabalho que salva vidas e tem sido muito desvalorizado desde a proliferação indiscriminada de escolas médicas, jogando um monte de jovens mal preparados para cuidar da nossa população, a um preço vil, até essas dificuldades que nós temos.

Para se ter uma ideia, tem 20 anos que nós fazemos cirurgia robótica de próstata, diminuindo internação, as complicações como disfunção erétil, incontinência urinária, enfim, diminuindo internação hospitalar, e só agora nós aprovamos a inserção no SUS, através da Conitec, e depois de mais ou menos um ano nós inserimos na tabela o procedimento.

Isso é uma luta, isso é uma secessão tecnológica. Quer dizer, termina-se fazendo tecnologia para pobre de uma maneira e tratamento para rico e para quem está na saúde suplementar de outra maneira.

Mas eu vou aqui – hoje é um dia muito corrido aqui, nós precisamos completar nossa agenda – passar a palavra à Dra. Viviana Lemk, que é Conselheira Federal, pelo Paraná, do Conselho Federal de Medicina, por dez minutos.

Por favor, Doutora.

**A SRA. VIVIANA LEMKE** (Para expor.) – Obrigada, Dr. Hiran.

É um prazer estar aqui. O Senador Hiran está sempre à frente dessas iniciativas da boa medicina.

Então, citando aqui o Dr. José Airton Arruda, nosso Presidente da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica, da qual também tive a honra de ser Presidente, eu saúdo todos os colegas médicos aqui, todos os representantes do Instituto Lado a Lado pela Vida, os colegas que estão aqui, servidores, assessores e cidadãos. Boa tarde!

Eu trago aqui os cumprimentos oficiais do Exmo. Dr. José Hiran da Silva Gallo, nosso Presidente do Conselho Federal de Medicina, que me incumbiu de representá-lo nesta tribuna. Em seu nome, eu afirmo que o CFM está aqui não como um espectador, mas como um partícipe ativo e responsável na construção de uma política pública que salvará milhares de vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permitam-me iniciar a minha fala com uma afirmação que eu carrego com orgulho.

O Conselho Federal de Medicina não é apenas um órgão de fiscalização, de registro e de punição. O CFM é, acima de tudo, o grande fiador da ética, da segurança e da excelência da medicina brasileira. Nós somos a instituição que zela para que cada ato médico do Brasil seja praticado com responsabilidade, com competência, com respeito e dignidade humana.

Quando nós falamos aqui de uma política nacional de prevenção e controle das doenças cardiovasculares, estamos falando de decisões que envolvem a vida de mais de 14 milhões de brasileiros que convivem com alguma doença do coração; estamos falando de 360 mil mortes por ano – uma a cada 90 segundos –; estamos falando do SUS, que realiza cerca de 600 mil procedimentos cardiovasculares por ano. Nenhuma política dessa magnitude pode prescindir da visão ética e clínica do CFM.

Por isso, eu registro desde já que o CFM apoia integralmente o PL 3.941. A criação do sistema de informação, acompanhamento e controle das doenças cardiovasculares é um projeto que pode, sim, revolucionar a forma como nós enxergamos a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento especializado. Mas, como toda política pública de saúde, ela precisa ser segura, eficaz e alinhada à realidade da prática médica.

O CFM não trabalha isolado. Nossa força vem da sinergia com a sociedade de especialidades, como aqui com a Sociedade Brasileira de Cardiologia e a Sociedade Brasileira de Cardiologia Intervencionista, que são os centros de produção do conhecimento técnico-científico que orienta a boa prática médica.

Quando a SBC e a SBHCI defendem que os protocolos clínicos sejam baseados em evidências científicas robustas, que a indicação de procedimentos seja feita por médicos capacitados, que a tecnologia chegue ao paciente com segurança, essas sociedades estão defendendo exatamente aquilo que o CFM defende. Não há conflito, há complementariedade. O CFM e a sociedade de especialidades são duas faces da mesma moeda: a moeda da medicina de qualidade, ética e centrada no paciente.

Um dos pontos mais nobres do PL 3.941, como já citado aqui, é o incentivo à incorporação de novas tecnologias. A justificativa já do projeto cita exemplos concretos, como o Tavi e o reparo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mitral transcateter. E o CFM tem um papel crucial nesse processo. Nós avaliamos a segurança e a eficácia dos novos procedimentos e tecnologias antes de autorizá-los no Brasil. Esse trabalho é feito com rigor científico, Sr. Senador, celeridade responsável e independência absoluta de interesses comerciais. Não há pressa que justifique colocar um paciente em risco com uma tecnologia não testada, mas, acima de tudo, não há lentidão que justifique negar a um paciente o acesso a um tratamento que já salvou milhares de vidas em outros países.

Com a Resolução CFM 2.428, de abril de 2025, o CFM criou um fluxo de avaliação de novas tecnologias que é ágil e muito criterioso.

Com a autoridade que me confere a representação do Presidente do CFM e com a vivência de quem conhece a realidade assistencial deste país, eu trago aqui – e cumprimento o Presidente do CFM chegando, Dr. Hiran – três sugestões formais de inclusão no texto do PL 3.941, de 2025. São propostas que, se acolhidas, tornarão a política não apenas mais segura, mas também mais eficaz e respeitosa com a prática médica.

A proposta número um é a seguinte: o PL prevê a atuação de equipes multiprofissionais. Este, claro, é um grande acerto. Ninguém duvida que o cuidado cardiovascular exige enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos e outros profissionais de saúde atuando de forma integrada. Contudo, é imperioso que o texto do projeto explicite que o diagnóstico nosológico, ou seja, o diagnóstico da doença e a indicação terapêutica, especialmente nos procedimentos invasivos, são prerrogativas exclusivas do médico, conforme estabelece a Lei 12.842, de 2013, a Lei do Ato Médico.

Não se trata aqui de corporativismo, trata-se de proteção ao paciente. Um procedimento como uma angioplastia, um implante de *stent*, um marcapasso, uma cirurgia de revascularização, exige uma avaliação clínica completa, interpretação de exames complexos, análise de riscos e benefícios individualizados para cada paciente. Apenas o médico tem a formação e a responsabilidade legal para fazer essa indicação.

Qualquer ambiguidade nesse ponto, no PL, pode gerar riscos assistenciais gravíssimos e abrir brechas para que profissionais não médicos realizem atos para os quais não estão preparados. A proposta número dois que eu trago é que o PL prevê, então, a elaboração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, as PCDTs. Essa é uma ferramenta, claro, importante para padronizar condutas baseadas em evidências e garantir qualidade no acesso.

No entanto, é fundamental que esses protocolos não engessem a decisão do médico assistente. Cada paciente é único. Um idoso de 85 anos, com múltiplas comorbidades e fragilidades, não pode ser tratado com o mesmo protocolo de um jovem de 40 anos sem qualquer outra doença. A medicina é ciência, mas também é arte. É a arte de cuidar, exige que o médico tenha liberdade para individualizar o tratamento dentro dos limites éticos e científicos.

A proposta número três – eu já abordei aqui esse ponto, mas eu reforço uma proposta formal – é para que o PL determine que, no processo de avaliação e incorporação de novas tecnologias cardiovasculares no SUS, pela Conitec, seja considerado sempre o posicionamento técnico do Conselho Federal de Medicina acerca da eficácia e da segurança do procedimento ou do dispositivo. Isso não cria, Sr. Senador, uma duplicidade de instâncias. Ao contrário, a Conitec continuará avaliando custo, efetividade, impacto orçamentário e viabilidade de incorporação.

E o CFM traz o olhar sobre a segurança clínica, a curva de aprendizado necessária, os critérios de indicação e os resultados em cenários reais da prática brasileira. É uma parceria que agrega valor e evita que tecnologias inseguras ou prematuramente aprovadas cheguem ao paciente.

O CFM não é um órgão de veto, o CFM é um órgão de garantia: garantia de que o que chega ao paciente brasileiro é seguro, eficaz e ético.

Concluindo, Sr. Presidente, as doenças cardiovasculares matam mais do que todos os cânceres somados, mais do que a violência, mais do que acidentes de trânsito. Elas são...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. VIVIANA LEMKE** – ... a principal causa de morte no Brasil e no mundo, e, no entanto, são amplamente preveníveis.

Nós sabemos que 80% dos infartos e derrames poderiam ser evitados com controles de fatores de risco simples, como: hipertensão, diabetes, colesterol alto, obesidade e tabagismo. O PL 3.941, de 2025, é uma oportunidade histórica e o CFM quer participar ativamente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção desse sistema, não apenas como um consultor, mas como um parceiro na definição dos indicadores de qualidade, dos critérios de segurança e dos padrões mínimos de atendimento.

Colocamo-nos, então, à disposição do Ministério da Saúde e do Congresso Nacional.

As sugestões que eu apresentei aqui, como o respeito à Lei do Ato Médico, a defesa da autonomia médica e a participação do CFM na incorporação tecnológica, não são emendas que enfraquecem o projeto, são contribuições que o fortalecem...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. VIVIANA LEMKE** – ... que o tornam mais seguro e mais alinhado à realidade da prática clínica.

Então, que esta Casa legislativa possa escrever mais um capítulo na história da saúde pública brasileira; que o coração do Brasil, o coração de cada paciente que espera um atendimento digno, o coração de cada médico que luta por condições de trabalho e o coração de cada gestor que busca eficiência possa bater mais forte, mais seguro e por muito mais tempo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, querida Conselheira e minha colega Viviana.

Eu quero aqui antecipar que já vamos acatar, no nosso texto do nosso relatório, as suas sugestões, que foram absolutamente pertinentes.

Passo, em seguida, a palavra para a minha querida amiga Marlene Oliveira, Presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida, mas também saúdo aqui a presença do nosso Presidente do Conselho Federal de Medicina, que abrilhanta essa nossa audiência pública, meu querido xará, Dr. Hiran Gallo; nosso Conselheiro Federal pela Bahia, que é o nosso Coordenador da Comissão de Assuntos Políticos do CFM, meu querido Meira; nossa assessora Gabriela e... Cadê? Estava aqui o nosso assessor jurídico, Alejandro Bullón.

Sejam muito bem-vindos aqui ao Senado da República.

Passo a palavra, em seguida, à Dra. Marlene Oliveira, por favor, por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. MARLENE OLIVEIRA** (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Primeiramente, eu queria agradecer, Senador Hiran, por estar aqui, mais uma vez ao seu lado, discutindo um PL.

Nós já tivemos histórias, como a pesquisa clínica, em que nós atuamos durante dez anos para conseguir ter uma política que hoje começa a dar alguns resultados no nosso país. Também nós tivemos um trabalho muito forte, que foi a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, na qual a sua relatoria foi decisiva naquele processo final de aprovação. E, com isso, eu me sinto, assim, muito honrada de a organização civil estar presente junto a uma discussão como essa, porque política se faz com a organização civil, não se faz sem ela.

E aqui o Instituto Lado a Lado. Uma das coisas que eu acho importante a gente começar a discutir aqui é que milhares de brasileiros percorrem caminhos invisíveis entre o risco, o diagnóstico e o cuidado. Esta audiência é sobre tornar esses caminhos visíveis.

Com isso, o Instituto Lado a Lado, para quem não conhece, é uma organização que existe há 18 anos, na qual nós atuamos nas duas principais *causa mortis*, que são o câncer e as doenças cardiovasculares, e temos feito um trabalho muito próximo, tanto do Ministério da Saúde quanto dos conselhos nacionais de saúde, e os estaduais e os municipais.

A gente tem feito um trabalho muito forte de *advocacy*. Grande parte das coisas que vocês trouxeram aqui é um trabalho que a gente faz. Quando a Conitec vai aprovar uma tecnologia, a organização civil também tem que ser ouvida, então esse trabalho tem que ser feito em conjunto e a gente está aqui nessa mesa para somar.

E, com isso, o Instituto Lado a Lado, desde 2014 – aí, uma linha do tempo do que a gente tem feito para cardiovasculares –, a gente ilumina todos os anos o Cristo Redentor para chamar a atenção da população com relação às doenças cardiovasculares. Nós temos um projeto chamado Caminhos da Saúde, em que a gente percorre os territórios para levar informação sobre promoção e educação em saúde. Nós participamos de audiências públicas. Temos um trabalho muito forte nas escolas, trabalhando com educação em saúde. Eu estou aqui, mas está acontecendo agora, no auditório da Opas, um evento organizado pela minha instituição, que é focado em imunização. Hoje é o Dia Nacional da Imunização, e aí as pessoas estão lá para discutir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também a questão da vacina do HPV. E há o trabalho de *advocacy,* que é esse que a gente faz, que é defender o paciente. Esse é o nosso dia a dia.

Uma oportunidade histórica que nós estamos tendo aqui é que as doenças cardiovasculares continuam sendo a principal causa de morte no Brasil, mas o desafio não é apenas compreender a doença; o desafio é organizar o cuidado. E, com isso – a realidade das doenças cardiovasculares –, nós não estamos falando de uma única doença; estamos falando da principal causa de morte dos brasileiros. Nós estamos falando de infarto, AVC, arritmias, cardiomiopatias, valvopatias, hipertensão e muito mais.

Aqui, a gente precisa entender que, quando a gente faz uma política, a gente tem que olhar para tudo isso e definir linhas de cuidados muito bem estruturadas. O Brasil precisa de uma política de Estado: programas passam, o Governo muda e as políticas permanecem. Enquanto a gente ficar fazendo políticas que não sejam políticas de Estado, a gente vai continuar tendo várias políticas sem grandes resultados.

E, com isso, eu tenho a honra de dizer que eu participei, desde a redação até a aprovação, desse legado que hoje nós deixamos para o país, que é a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer. Eu acho que a gente aprendeu muito com essa política, e é esse aprendizado que eu acho que a gente tem que trazer para a política nacional de cardiovascular. A gente precisa ter uma rede organizada, precisa ter dados, precisa ter governança, participação social e – o mais importante – monitoramento.

Uma reflexão que nos acompanha é: se o Brasil precisava organizar uma rede nacional para enfrentar o câncer, por que não fazer o mesmo diante da principal causa de morte dos brasileiros?

E aí nós temos a Dra. Carmen, que está aqui nos acompanhando *online*, e eu tenho batido na porta do ministério constantemente, e a Aurora, que está aqui representando o Instituto Nacional do Coração. Diferente do câncer, nós temos o maior centro de prevenção contra as doenças cardiovasculares, que são nossas unidades básicas de saúde. Nós precisamos fortalecê-las, porque é lá que vamos discutir, vamos tratar e vamos orientar a hipertensão, diabetes, obesidade, tabagismo e sedentarismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma linha de cuidado: ela foca também na jornada do paciente. A gente precisa entender qual é a navegação dele e que a gente precisa focar na prevenção, no diagnóstico, no tratamento, na reabilitação e, o mais importante, no seguimento desse paciente.

Grandes desafios nós temos aqui: o envelhecimento, como já foi dito; diagnóstico tardio; baixa percepção de risco, o paciente cardiopata não se reconhece como paciente, ele não se reconhece; tem uma fragmentação do cuidado, e os médicos que estão aqui presentes sabem que o maior desafio – não só do Brasil, do mundo – é a baixa adesão ao tratamento. Esse é um dos maiores desafios.

E a atenção especializada e inovação, como já foi dito aqui, a gente precisa discutir, e dentro desse PL tem que estar a questão do diagnóstico oportuno, da atenção terciária, a reabilitação e os tratamentos avançados.

Tecnologia também salva vidas. Inovação não é custo, é valor para os pacientes e para o SUS. Isso significa que novos medicamentos podem ser incorporados; nós temos que ter a telessaúde; a Tavi, que daqui a pouquinho a Dra. Fernanda Mangione e o seu pai, o Dr. Armando, que é uma pessoa que tem nos ajudado muito com relação à questão da Tavi... dispositivos cardíacos; e diagnóstico avançado. Então a gente tem que parar de ficar olhando só para especializada, a gente tem que olhar também... Tem um vácuo aqui que é a terciária, que, para a cardiologia, faz uma diferença muito grande.

E aí eu quero trazer para essa discussão, como nós fizemos juntos na construção da PNPCC, o Instituto Nacional do Coração. O Instituto Nacional do Coração, junto com as sociedades e especialidades, pode trabalhar diretrizes, capacitação, apoio aos territórios e disseminação de boas práticas.

O que não é monitorado, não evolui, a gente precisa ter esse olhar. E uma política forte precisa de uma governança forte, um espaço permanente de implementação, monitoramento e participação social. O sucesso dessa política não será medido pelos documentos publicados, e, sim, por menos peregrinação dos pacientes, mais acesso, melhor qualidade de vida e mais vidas preservadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que a gente não pode esquecer, nenhum de nós que estamos nessa mesa, é que a gente precisa colocar o paciente no centro do cuidado. Uma política só vale se ela tiver esse olhar...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. MARLENE OLIVEIRA** – ... com o paciente no centro do cuidado.

O que defendemos é uma política de Estado, atenção primária fortalecida, uma rede organizada, atenção especializada, inovação, dados – dados são pessoas; a gente não pode esquecer que dados são famílias –, governança e participação social.

E eu quero trazer aqui também, como sugestão, Senador, a criação... Eu já tenho discutido isso; quando o Ministro Padilha sumiu, eu conversei com ele. Eu faço parte do conselho do Consinca, que é o conselho consultivo do Inca, no qual a gente discute a implementação da política; e a gente precisa criar o consincardio, para que seja também um ambiente que reúna todo o ecossistema que discute as cardiovasculares, para estar junto nessa discussão.

E aí o coração. Eu trouxe essa figura, o tempo inteiro, que está aparecendo, do Mágico de Oz, porque o que ele queria era ter um coração, e ele não tem um coração; e quem tem coração precisa cuidar. Essa é a grande mensagem do Instituto Lado a Lado, e eu acho que esse PL pode crescer. Eu acho que é por isso que nós estamos aqui. E todos nós – eu reforço – fazemos parte desta discussão; ninguém pode estar de fora.

E, com isso, eu agradeço e me coloco à disposição aqui, para contribuir, como eu contribuí para a pesquisa clínica e para a Política Nacional de Prevenção do Câncer.

Muito obrigada, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, querida Marlene.

Eu sou testemunha da sua defesa. É uma defesa muito frequente aqui, no Parlamento, seja na Câmara, seja aqui, no Senado, para defender os interesses da saúde pública do nosso povo.

Parabéns pelo seu trabalho e parabéns ao instituto que você preside, com tanta dedicação e competência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra para a Dra. Fernanda Mangione, que será a última expositora desta nossa audiência pública, muito, muito interessante, que me ajudou muito no sentido de ornamentar o texto que eu vou apresentar desse projeto.

Dra. Fernanda, seja muito bem-vinda, por dez minutos, por favor.

A Dra. Fernanda é Cardiologista e representante do projeto social Unidos pelo Coração.

**A SRA. FERNANDA MANGIONE** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde a todos.

Deixem-me só ver se eu consigo compartilhar a minha tela e se vocês estão vendo o que eu quero que vocês vejam. Estão aparecendo meus eslaides de doenças cardíacas estruturais?

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ainda não.

**A SRA. FERNANDA MANGIONE** (*Por videoconferência*.) – Não? Só um minutinho. (*Pausa.*)

E olhem que eu fiz o teste e deu certo, e agora não quer mais dar certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas não se preocupe, porque isso acontece.

Em outro dia eu fui fazer uma palestra lá em São Paulo e fui no dia anterior, Doutora. Fui ver se as imagens e os meus eslaides estavam todos na ordem e tudo direitinho. Quando eu apertei a primeira vez nesse botãozinho aqui em que a gente passa, passaram todos de uma vez. Aí eu não consegui e me atrapalhou todo.

Isso é normal, isso é tecnologia, não é, Hiran?

**A SRA. FERNANDA MANGIONE** (*Por videoconferência*.) – Ainda segue sem aparecer? (*Pausa.*)

Oh, meu Deus. Deixem-me tentar de novo. (*Pausa.*)

Ele está aparecendo como se tivesse pausado meu "*share screen*"... Será que alguém consegue me ajudar?

E olha que eu fiz o teste mesmo... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que agora vai...

Por que é que está pausado? (*Pausa.*)

Acho que agora deu, não é? Ou não? (*Pausa.*)

Deu, Vivi?

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tudo certo.

**A SRA. FERNANDA MANGIONE** (*Por videoconferência.*) – Opa! Finalmente. Desculpem-me por isso.

Primeiro, eu queria agradecer ao Dr. Hiran pela paciência comigo agora e por todo seu excelente trabalho, defendendo os interesses nossos, principalmente dos pacientes aí no Senado.

Quero cumprimentar todos os membros da mesa, principalmente o Dr. Airton, nosso querido Presidente, e elogiar também a Dra. Viviana, que foi nossa Presidente da sociedade e que agora está fazendo um trabalho excepcional no CFM com essa apresentação, que eu acho que, cada vez mais, busca, junto, obviamente, com o CFM, ajudar o nosso principal objetivo, que é o paciente no centro do cuidado.

Eu vou falar um pouquinho, como o Dr. Airton falou, só ressaltar a importância das válvulas cardíacas. A gente sabe muito bem, como foi mencionado, que as doenças cardiovasculares são a principal causa de morte no Brasil e no mundo, e se fala muito sobre o infarto, insuficiência cardíaca, mas as válvulas cardíacas são muito esquecidas, e eu acho que muito pouco conhecidas, principalmente pela população leiga, de maneira geral.

Só para entender como é que elas funcionam: elas são as portas que regulam a saída do sangue de dentro do coração e entre as câmaras cardíacas, e elas se fecham para que o sangue não retorne no sentido contrário.

A importância dessas doenças... O Dr. Airton já demonstrou muito bem, mas vejam que as doenças do lado esquerdo do coração, das válvulas do lado esquerdo do coração, correspondem a até 15% dessa população acima de 75 anos, que têm algum tipo de doença, tanto da válvula aórtica quanto da válvula mitral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente consegue ver muito bem é que, ao contrário da doença reumática, a doença degenerativa, principalmente da válvula aórtica, vem crescendo muito. De acordo com esse envelhecimento populacional, houve um aumento de 200% na prevalência da estenose aórtica. E ela ficou na 9ª posição em 2017 entre as causas de morte no Brasil.

Então, é uma causa bastante importante de morte no nosso país. Existe uma sobrecarga muito crescente para o sistema de saúde que exige ações específicas para minimizar esse impacto. Qual é o grande problema da estenose aórtica? Ao contrário da grande maioria das doenças, em que a mortalidade vai acontecendo de uma forma lenta e progressiva, quando a estenose aórtica apresenta sintomas – eu costumo fazer analogia como uma queda de um precipício –, 50% desses pacientes estão mortos em dois anos, se não recebem o tratamento adequado. E remédio, nesse caso, não funciona nada. O tratamento adequado significa a troca da válvula aórtica, seja pela cirurgia cardíaca ou pela Tavi, que eu acho que foi o tema que existiu na fala de todos os palestrantes. Eu prestei atenção a isso, então eu vou falar um pouquinho sobre isso; mas vejam que, quando o paciente recebe o tratamento adequado, a sobrevida dele passa a ser praticamente igual a um paciente que não tinha essa doença. Se não for tratado adequadamente, vejam que a sobrevida desse paciente em dois ou em três anos é de 20%. Então, realmente, o sintoma é igual ao tratamento, que é a intervenção.

Quando a gente tem que oferecer essa intervenção – que eu acho que é extremamente importante? A gente precisa entender que, no início dos sintomas, ou quando a gente começa a ver que tem uma descompensação do ventrículo, a gente precisa intervir, para que não aconteçam danos irreversíveis. E, com isso, aumentam-se admissões hospitalares e mortalidade. Sem dúvida nenhuma, como foi bem comentado, os custos aumentam, porque esse paciente não tratado se traduz num paciente que vai desenvolver insuficiência cardíaca, vai ter internações hospitalares frequentes e consome muito recurso. Então, a gente precisa ter um diagnóstico efetivo e precoce.

Vejam, senhores, que o diagnóstico da valvopatia é feito da forma mais simples possível, que é com um estetoscópio. Então, se o médico pegar um estetoscópio e examinar adequadamente esse paciente – que é uma outra coisa que a gente vê que está faltando muito hoje em dia, o médico que examina o paciente –, a gente consegue fazer o diagnóstico precoce

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas valvopatias. Obviamente, a gente acaba indo mais além, pedindo um ecocardiograma, mas há importância de a gente fazer um diagnóstico precoce das nossas valvopatias.

Quero mostrar aqui para os senhores que, como eu comentei, o infarto tem bastante atenção já na nossa população. Todo mundo conhece muito bem, os médicos, e a gente vê que as intervenções para tratamento do infarto e das doenças arteriais coronárias vêm aumentando progressivamente com os anos. Esses dados são de 2008 a 2019, e a gente vê um aumento aqui. Porém, eu mostrei para vocês que as valvopatias têm aumentado também, mas aqui, na curva azul, vejam o número de cirurgias de válvula. Elas permanecem exatamente iguais nesse período de 11 anos.

Já foi mostrado bem nitidamente pelo Dr. Airton, mas vejam a Alemanha – que é um país que tem uma população duas vezes e meia menor que a gente –, o número de procedimentos em válvulas de 19 mil pacientes em 2017... E quando a gente vai olhar aqui nossos dados do Datasus: em 2018, nós tivemos apenas 7,5 mil cirurgias de válvula aórtica ou mitral. Lá – eu mostrei – na Alemanha, só a aórtica. Aqui, somando todas as valvopatias, a gente não faz nem metade do que a Alemanha fez, sendo uma população muito menor que a nossa. Então, a gente está muito defasado, realmente.

Então, na nossa realidade, a gente está indo exatamente na contramão. A gente tem tido redução dos gastos com doença valvar cardíaca pelo sistema público de saúde de 2008 a 2019: menos 6% de internações clínicas e menos 28% para intervenções – que é o que eu comentei que realmente muda prognóstico, salvam vidas. A gente precisa de discussões urgentes para uma revisão orçamentária e evitar esse adiamento e a restrição de procedimentos e – como todo mundo comentou nas suas falas – permitir a incorporação de novas tecnologias e dispositivos.

Então, até 20 anos atrás, essa era a nossa única solução para tratar a estenose aórtica, que é a cirurgia de troca valvar aórtica. Mas, quando a gente vai olhar aqui os nossos dados brasileiros, eles são assustadores, honestamente: com uma mortalidade superalta, com uma média de 5% a 12% de mortalidade no Brasil; com altas taxas de complicação (*Falha no áudio.*) ... tempos de internação hospitalar e, quanto menor o volume do centro, pior. (*Falha no áudio.*) ... muito bem mostrado, eu acho que, em meu tempo de formada – já tenho quase 20 anos –, eu nunca vi nenhuma tecnologia que fosse tão revolucionadora como o implante transcatéter da válvula

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aórtica. A gente faz através de uma pequena punção na região da virilha: entra através da aorta – coração batendo, 40 minutos de procedimento, apenas uma sedação – e a gente implanta essa válvula em 40 segundos – o momento do implante –; essa válvula começa a funcionar imediatamente.

Então, mostro para os senhores a cicatriz que fica. Isso é uma virilha, e tem menos de um centímetro de comprimento essa cicatriz – comparada com aquele "cortão" no peito que a gente viu. Os resultados desse tratamento, quando a gente compara com os da cirurgia cardíaca, que é o tratamento padrão aqui no nosso país, a gente vê que os pacientes de baixo risco cirúrgico – ou seja, os pacientes que vão bem na cirurgia – têm quase o dobro de desfecho de morte, AVC ou re-hospitalização, comparado com o Tavi, e com maiores taxas também de mortalidade por todas as causas e AVC incapacitante.

Então, é um tratamento que é minimamente invasivo, com melhores resultados do que a cirurgia, e, na nossa diretriz, ambos os tratamentos têm indicação Classe IA, que é o maior nível de indicação para tratar a válvula aórtica. Como foi bem colocado, a gente ainda tem limitações muito grandes, tanto no sistema público quanto no sistema privado, para usar essa tecnologia. Então, a gente precisa urgentemente de medidas que ampliem essa tecnologia.

Para concluir aqui a minha apresentação, realmente o PL – agora sendo apresentado – 3.941, de 2025, é uma iniciativa que eu acho que visa a organizar e melhorar o diagnóstico e o tratamento das cardiopatias de maneira geral, e esse projeto de lei deve ser aprovado com urgência. É mandatório que a gente tenha um programa de conscientização e prevenção em que o paciente esteja no centro do cuidado, porque essa é a importância de a gente ter médicos – tanto as sociedades quanto os conselhos médicos, juntos – nas decisões, porque a gente sabe que o objetivo principal do cuidado é sempre o paciente, a gente não pode se esquecer nunca disso.

Então, queria agradecer pelo tempo de vocês e me colocar à disposição também.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, muito obrigado, Dra. Fernanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui agradecer a todos os que participaram desta nossa audiência pública, que foi muito esclarecedora para mim, como Relator desse projeto de lei.

Agora, eu quero pedir a todas as entidades, às entidades conselhais, associativas, sindicais, do terceiro setor, que todas trabalhem para... Ao mesmo tempo em que nós trabalhamos aqui para fazer com que esse projeto tramite, que vocês façam gestão junto aos nossos Senadores e Senadoras, para sensibilizá-los da importância da tramitação mais rápida desse projeto, que é do interesse da sociedade, é do interesse do povo brasileiro – principalmente o povo que utiliza o nosso Sistema Único de Saúde, que é o nosso maior patrimônio em termos de saúde no país, e o maior do mundo.

Eu quero aqui, também, dizer que eu gostaria até de me estender mais nessas discussões, mas eu estou aqui com o Presidente do meu conselho, que é o nosso querido Dr. Hiran Gallo, e nós temos uma agenda daqui a um minuto em outro lugar, no Tribunal de Contas da União, e vamos defender prerrogativas do médico, e aí eu tenho que...

Ao mesmo tempo, agradeço à Dra. Carmen, Dr. Júlio César, Dr. José Airton, Dra. Viviana Lemke, Dra. Marlene Oliveira, Dra. Fernanda Mangione, Dra. Aurora Issa, Dr. Jonas, a todos os que nos assistiram aqui, nossos assessores, aos que nos assistiram remotamente. Quero agradecer a colaboração de todos vocês, porque foi extremamente esclarecedora aqui cada exposição que vocês fizeram, e quero colocar o meu gabinete à disposição de vocês. Contem sempre comigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Um grande abraço. Deus abençoe a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Jussara Lima, Otto Alencar, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Jaime Bagattoli, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Dr. Hiran, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Eliziane Gama, Hermes Klann e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei nº 1365, de 2022 - Terminativo -** que: "Modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei nº 4425, de 2025** que: "Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e dá outras providências, para dispor sobre a alimentação adequada e saudável aos indivíduos hospitalizados." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 4-PLEN, nos termos de subemenda que apresenta à Emenda nº 1-CAS, e contrário às Emendas nº 2-PLEN e 3-PLEN. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à Emenda nº 4-PLEN, nos termos da Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 1-CAS, e contrário às Emendas nº 2-PLEN e 3-PLEN. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 67, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 1881, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o art. 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar a realização de pesquisas em saúde junto à população infantil." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CDH e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 4368, de 2020 - Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Altera a Lei nº 12.136, de 18 de dezembro de 2009, para instituir o Mês Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística - Setembro Roxo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3164, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de manipulador artesanal de açaí." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6461, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 65, de 2026-CAS, para realização de audiência pública de instrução da matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3354, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.650, de 23 de agosto de 2023, para definir os objetivos das ações a serem desenvolvidas no Dia Nacional da Diálise." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4767, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Classifica as pessoas com síndrome de Tourette como pessoas com deficiência, nos termos que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Contrário ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4767, de 2020. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4767, de 2020. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 592, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental a educação alimentar e nutricional." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5310, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, a fim de ampliar os requisitos para concessão do selo Empresa Amiga da Mulher." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1447, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a coleta de identificação biométrica da parturiente e do recém-nascido no momento do parto e estabelece diretrizes para seu registro na Declaração de Nascido Vivo, com a finalidade de reforçar a segurança na identificação civil e prevenir fraudes e substituição de recém-nascidos." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). **Relatoria:** Senadora Damares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 43, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de valorizar Conselhos Tutelares, à luz do Projeto de Lei nº 5.285/2016 e a necessidade de dotar estruturas administrativas, e os desafios de implementação do ECA Digital (Lei nº 15.211/2025) e a implementação de políticas de parentalidade positiva no enfrentamento do abandono afetivo." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 44, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o trabalho por aplicativos no Brasil: diretrizes para regulação e segurança de trabalhadores e usuários no transporte e nas plataformas digitais." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 45, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2026 - CAS sejam incluídas as convidadas que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 48, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal de 1988 e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 44/2026-CAS seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 53, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 22/2026 - CAS seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 54, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 44/2026 - CAS, seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSB/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 55, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a jornada do paciente com Hemoglobinúria Paroxística Noturna (HPN) no Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 57, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o diagnóstico, o acesso a tratamentos e as políticas públicas voltadas às pessoas com síndrome SYNGAP1 e outras síndromes genéticas raras." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 58, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os desafios relacionados ao diagnóstico, tratamento e políticas públicas para a Insuficiência Adrenal no Brasil, incluindo a Hiperplasia Adrenal Congênita e o Câncer Adrenocortical." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 59, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o cenário da Fibrose Pulmonar no Brasil, incluindo a Fibrose Pulmonar Idiopática (FPI) e as demais formas de Fibrose Pulmonar Progressiva (FPP), bem como os desafios relacionados ao diagnóstico, tratamento, acesso a centros de referência e estruturação da linha de cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 60, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação da Colangite Biliar Primária (CBP) no Brasil, incluindo os desafios relacionados ao diagnóstico precoce, acesso a exames especializados, tratamento farmacológico, linha de cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS) e políticas públicas para doenças autoimunes raras." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 61, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a linha de cuidado da Doença de Huntington e os desafios das políticas públicas voltadas às doenças raras neurodegenerativas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 64, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 6461/2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023"." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 67, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, urgência para o PL 4425/2025, que "altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e dá outras providências, para dispor sobre a alimentação adequada e saudável aos indivíduos hospitalizados"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 65, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o debate sobre a criação de um Dia Nacional do Panificador, proposto pelo Projeto de Lei n° 3432, de 2024 e discutir os impactos sociais e econômicos deste setor para o Brasil." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Marcelo Castro**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/10

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Cumprimento todos os presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

- Aviso nº 487, de 2026, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.361, de 2026, que trata de auditoria operacional nas condicionalidades do Programa Bolsa Família, realizada no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde;

- Aviso nº 498, de 2026, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.356, de 2026, que trata de auditoria operacional realizada nos programas e ações assistenciais de transferência de renda operacionalizados pelas três esferas de governo, com o objetivo de analisar em que medida a cobertura desses programas apresenta indícios de fragmentações, sobreposições e lacunas;

- Cópias de ofícios e moções de câmaras municipais, contendo considerações sobre assistência social, saúde e questões trabalhistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão. Fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos membros a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

**ITEM 1**

**TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO**

**PROJETO DE LEI Nº 1365, DE 2022**

**- Terminativo -**

**Ementa do Projeto:** *Modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais.*

**Autoria do Projeto:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

**Relatoria:** Senador Fernando Dueire

**Relatório:**

**Observações:**

*1- Em 20/05/2026, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1365, de 2022, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.*

*2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*3- Até o momento, não foram oferecidas emendas em turno suplementar*

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Fernando Dueire, Relator da matéria.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, nós, aqui no Senado, nesta Comissão, e sob sua Presidência, fazemos uma reparação histórica.

Nesta oportunidade, eu gostaria de me congratular com todos os Senadores aqui presentes, que, por unanimidade, aprovaram o projeto, que, hoje, na confirmação do turno suplementar do substitutivo oferecido, também por unanimidade, em razão da não apresentação de emendas, é aprovado. Gostaria de cumprimentar a todos da categoria, no país inteiro, e os seus representantes aqui nesta Comissão.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) – Todos participaram. V. Exa., num ato de muita coragem, pautou, como tinha dito que o faria.

Eu gostaria também de registrar não só a ação de todos, como, em particular, a de duas Senadoras: a Senadora Eudócia, que, desde o primeiro momento, nos procurou para construir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conosco o relatório (*Palmas.*); e a Senadora por Roraima, a quem homenageamos, que inclusive faz parte da categoria e também esteve conosco no desenho do relatório deste projeto.

Portanto, muito obrigado, Presidente.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra a Senadora Eudócia.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente. Quero parabenizá-lo por mais um aninho de vida. Que o nosso bom Deus derrame bênçãos sem medidas sobre sua vida, porque o povo de Piauí precisa do senhor, o Brasil precisa do senhor e nós precisamos de você – né? –, porque você é jovem.

Eu quero aqui cumprimentar os nobres Senadores e Senadoras e quero te parabenizar, nosso querido Senador Fernando Dueire, pela brilhante relatoria, pelos votos dos pares... Aqui também tem a Roberta Acioly, que é enfermeira, que é cirurgiã-dentista também.

Quero dizer a cada um de vocês da importância da luta de vocês, dos sindicatos, como o de Maceió – eu vou falar no nome do Sindicato de Maceió, do Sinmed, da Silvinha –, eu cumprimento todos os sindicatos de médicos que estão aqui presentes e, na pessoa da Giuliana Mafra, que é Presidente do Sindicato dos cirurgiões-dentistas de Alagoas, quero cumprimentar todos os sindicatos de odontólogos aqui presentes e dizer a vocês e ao Presidente, a todos os pares, que é motivo de muita alegria, Senador Fernando Dueire, termos conseguido – nessa luta, porque não tem vitória sem luta – mais uma vitória aqui no Senado, especificamente aqui na CAS, de uma forma tão meritória. Porque os nossos médicos e os nossos cirurgiões-dentistas não podiam permanecer com o salário que estavam. Isso é indigno, não é, Senador Lucas Barreto? É indigno.

Então, gente, parabéns para vocês! Parabéns! (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*) **A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – E vamos, juntos, continuar lutando em prol do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer a vocês que, como médica que sou, faço parte desse grupo e vamos, juntos, gente, lutar e avançar em todas as matérias relativas a todo o povo do Brasil e, especialmente, aos nossos médicos e odontólogos!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou passar a palavra à nobre Senadora Roberta Acioly, que teve uma participação importante nesta matéria.

**A SRA. ROBERTA ACIOLY** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Bom dia a todos; bom dia, cirurgiões-dentistas aqui presentes; bom dia, médicos.

(*Manifestação da plateia.*)

**A SRA. ROBERTA ACIOLY** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Gostaria de parabenizar também o Sr. Presidente, pela coragem, pela sensibilidade de ter colocado em pauta essa matéria, e o brilhante Senador Fernando Dueire, pela excelente relatoria, por essa defesa tão digna e merecedora de todas essas categorias.

Eu não posso... Vocês imaginem a minha alegria de estar aqui, como cirurgiã-dentista, neste momento histórico que é o dessa aprovação mais que merecedora. Vocês podem ter certeza que continuam contando com esta Senadora, cirurgiã-dentista, mas que também valoriza todas as categorias da saúde, que cuidam das pessoas. Meu muito obrigada.

Antes disso, não posso esquecer: gostaria de relevar aqui o trabalho também dos nossos cirurgiões-dentistas e médicos do Estado de Roraima, o CRM, o CRO, o Conselho Federal de Odontologia, o Conselho Federal de Medicina, que também trabalhou muito por essa conquista. Então, meu muito obrigado.

Um abraço a todos, e vocês estão – todos nós estamos, né? – de parabéns. Obrigada. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Lucas Barreto com a palavra.

**O SR. LUCAS BARRETO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprimento aqui o nosso Relator, Senador Fernando Dueire, pelo brilhante trabalho que fez, com essa maleabilidade que ele tem, com a qual conquistou e levou... E peço a V. Exa. agora que determine que seja remetido hoje para a Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. LUCAS BARRETO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Também já estamos conversando com o nosso Líder, o nosso Brito, Líder do PSD na Câmara, que vai estar já esperando para também ajudar a que essa pauta possa ter uma tramitação bem rápida na Câmara. Já chega de tanta espera, de tanta demora.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao item 2 da pauta, não terminativo.

**ITEM 2**

**EMENDAS DE PLENÁRIO AO**

**PROJETO DE LEI Nº 4425, DE 2025**

**Ementa do Projeto:** *Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e dá outras providências, para dispor sobre a alimentação adequada e saudável aos indivíduos hospitalizados.*

**Autoria do Projeto:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

**Relatoria das Emendas:** Senador Fernando Dueire

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Favorável à Emenda nº 4-PLEN, nos termos de subemenda que apresenta à Emenda nº 1-CAS, e contrário às Emendas nº 2-PLEN e 3-PLEN.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vêm à análise da Comissão de Assuntos Sociais as Emendas 2, 3 e 4-Plen, todas elas de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, oferecidas ao Projeto de Lei 4.425, de 2025, da prezada e querida Senadora Eudócia Caldas, que altera a Lei 11.346, de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e dá outras providências, para dispor sobre a alimentação adequada e saudável aos indivíduos hospitalizados.

O PL 4.425, de 2025, foi objeto de exame por esta Comissão, que emitiu o Parecer nº 22, de 2026, sob nossa relatoria, pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1-CAS, que flexibiliza a oferta de alimentos ultraprocessados aos pacientes e seus acompanhantes, desde que exista justificativa técnica para tanto.

Já no Plenário, o projeto recebeu três emendas, que analisaremos neste momento.

A Emenda nº 2-Plen estabelece que as refeições fornecidas a tais pessoas devem assegurar sua qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos.

A Emenda nº 3-Plen veda a oferta de alimentos à base de frituras e de preparações com a adição de gordura hidrogenada em seu preparo aos hospitalizados e aos seus acompanhantes.

Finalmente, a Emenda 4-Plen determina que a alimentação disponibilizada aos hospitalizados e aos seus acompanhantes dará prevalência para alimentos *in natura*, desde que garantidas as necessidades nutricionais do paciente.

O objetivo principal do PL 4.425, de 2025, é garantir alimentação adequada às pessoas que estão hospitalizadas e a seus acompanhantes, por meio da vedação do emprego de produtos ultraprocessados nas refeições a elas oferecidas.

As três emendas em comento retiram a menção explícita aos alimentos ultraprocessados – algo central na proposta –, mas de maneira diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 2-Plen reproduz comandos já inerentes ao dever geral de boa prestação de serviços de saúde e à própria legislação sanitária, não agregando conteúdo normativo específico à proposição.

De modo oposto, a Emenda 3-Plen entra em detalhamento sobre o preparo dos alimentos a serem disponibilizados nos hospitais com conteúdo que melhor se compatibiliza com normas técnicas e regulamentação sanitária, e não com caráter geral e abstrato do texto legal, especialmente no que tange às normas federais sobre saúde.

Dessa forma, julgamos que apenas a Emenda nº 4-Plen merece ser acolhida, pois, apesar de não mencionar os produtos ultraprocessados, sua diretriz de estabelecer o fornecimento preferencial, nos hospitais, de refeição com alimentos *in natura* é compatível com as diretrizes reconhecidas de promoção da alimentação adequada e saudável, inclusive aquelas adotadas em políticas públicas nacionais de segurança alimentar e nutricional.

Assim, com as adaptações necessárias – inclusive redacionais, pela substituição do termo "prevalência" por "preferência" –, entendemos ser proveitoso incorporar as disposições da Emenda nº 4-Plen ao PL, na forma de subemenda à Emenda nº 1-CAS que havíamos descrito no Parecer nº 22, de 2026, da CAS.

Peço permissão a V. Exa., Presidente, para ir ao voto.

Em virtude do exposto, o voto é pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3-Plen e pela aprovação da Emenda nº 4-Plen, na forma da seguinte subemenda.

SUBEMENDA Nº – CAS
(à Emenda nº 1-CAS)
Dê-se a seguinte redação ao inciso VIII acrescentado ao art. 4º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 4.425, de 2025, nos termos da Emenda nº 1-CAS [da Comissão de Assuntos Sociais]:
"Art. 2º .....
'Art. 4º .....
.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VIII – a oferta de alimentação nutritiva adequada aos indivíduos hospitalizados e a seus acompanhantes, com o fornecimento preferencial de alimentos *in natura* e a vedação ao uso de alimentos ultraprocessados, salvo em situações tecnicamente justificadas em prontuário por profissional de saúde habilitado.' (NR)"

É este o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria.

Senadora Eudócia com a palavra.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Para discutir.) – Senador Fernando Dueire, mais uma vez parabéns pela sua brilhante relatoria, pelo seu entendimento da importância de não termos alimentos ultraprocessados nos hospitais. Porque se os pacientes já estão precisando de todos os requisitos, de todos os elementos para terem uma melhor recuperação, a gente colocar alimentos ultraprocessados na dieta é fazer algo que é um contrassenso total.

Eu, como médica que sou, como eu já falei, entendo. Eu agradeço a sua compreensão e o parabenizo pela sua brilhante relatoria colocando o inciso VIII, acrescentando, Senador, o "salvo em situações tecnicamente justificadas em prontuário por profissional de saúde habilitado". Parabéns!

E aqui eu quero colocar que os alimentos ultraprocessados, para quem não conhece, são alimentos que têm alto teor de açúcar, alto teor de sal, alto teor de gorduras saturadas e inúmeros aditivos químicos – aditivos químicos esses que prejudicam veementemente a saúde dos nossos pacientes e de toda a população. Mas aqui esse projeto de lei, da minha autoria, fala especificamente dos pacientes hospitalizados.

Então, eu quero colocar alguns itens importantes, Senador Fernando Dueire e colegas Senadores e Senadoras aqui presentes.

Com esse projeto de lei sendo aprovado, tramitando na Casa e se tornando lei, nós iremos ajudar os pacientes a terem uma melhora da sua recuperação durante a sua fase de hospitalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e pós-hospitalização também, porque a família do paciente vai entender que vai levar esse paciente para casa e vai continuar com a alimentação saudável, para ele permanecer tendo uma vida saudável.

Outra questão que eu quero comentar é a coerência com a finalidade terapêutica do hospital, porque médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem estão todos ali propiciando e ajudando na melhora do paciente. Aí, na parte nutricional, você oferece, entre aspas, uma alimentação que vai "causar mal" àquele paciente e, entre aspas, um alimento que pode ser – vou falar de uma forma metafórica –, "como veneno", naquele momento. E não é isso que a gente quer, não é isso que os médicos e toda a equipe hospitalar querem.

Com isso a gente vai reduzir também as complicações dos pacientes, porque paciente que recebe alto índice de sódio, de açúcar e de gordura saturada não tem como evoluir satisfatoriamente, como nós desejamos que eles evoluam; e fortalecer as políticas públicas de alimentação saudável, porque uma coisa leva à outra. Se o paciente está se recuperando no hospital, chegando em casa, a família vai oferecer também alimentação saudável para o paciente e para eles próprios. É o ciclo saudável, é o círculo virtuoso. Muito bem, é o círculo virtuoso.

E aqui eu queria fazer um apelo para os colegas Senadores e Senadoras. Não precisa ser médico para entender isso, sabe, Senadora Damares? Alimentação saudável é alimentação saudável. E alimentação que tem muito açúcar, sal, gordura saturada e aditivos químicos não pode ser saudável.

Então, era isso que eu queria colocar.

E quero dizer o seguinte: é possível, sim, oferecer alimentação saudável para os nossos pacientes hospitalizados. Damares, nosso Senador Lucas Barreto, Senador Fernando Dueire, Senador Wilder Morais, lá em Maceió, tem um projeto do Prefeito JHC chamado Gigantinhos. Tem o Gigantinhos e tem o Gigantão. O significa esse projeto? São creches e escolas que oferecem alimentação totalmente saudável. É de seis a sete vezes por dia, alimentação saudável com todos os alimentos *in natura*, como arroz, feijão, o que tiver, tubérculos, que são a batata-doce, o inhame, enfim, e assim por diante. É alimentação *in natura*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se lá em Maceió, com os Gigantinhos e com o Gigantão, para as nossas crianças e adolescentes crescerem com saúde, nós conseguimos – no caso, o Prefeito JHC e a sua equipe de trabalho –, por que a gente não consegue também fazer em nível hospitalar?

As indústrias alimentícias... Nós tivemos aqui nesta Comissão, Senador Wilder, quatro – viu, Senador Fernando Dueire? –, quatro audiências públicas; participaram várias pessoas de indústrias alimentícias, também médicos, nutricionistas. E nós entendemos que alimentação *in natura* e saudável é a melhor alimentação. Inclusive, um dos médicos, como eu lhe falei, Senador Wilder, que também trabalha em uma das indústrias – não estou lembrando o nome agora –, disse: "Sim, vamos começar a trabalhar no nosso laboratório para que a gente diminua esse teor de açúcar, de sal, de gorduras saturadas e os aditivos químicos". Porque o que acontece? Aumentou muito o número de câncer colorretal nos nossos adolescentes e adultos jovens por conta da alimentação processada. Também aumentaram muito os índices de obesidade – por conta do açúcar –, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares. A gente não quer isso para a nossa população. A gente não pode cruzar os braços e ficar assistindo de camarote.

Então, essa é a minha proposta como autora.

O nosso Senador Fernando Dueire fez um brilhante relatório. Parabéns, Senador Fernando.

Eu faço um pleito, mais uma vez, aos colegas Senadores e Senadoras: que possam votar favoravelmente.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente, pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Wilder Morais.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, nessa discussão, eu até queria perguntar aqui para a autora e também talvez ao Relator: Qual a diferença do ultraprocessado para o processado? Porque o projeto está proibindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o ultraprocessado. É só o ultraprocessado que vai ser proibido? O processado continua à disposição? Porque tem uma diferença entre um e outro.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu posso responder à pergunta do Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Senador Wilder, os ultraprocessados são, tipicamente, os alimentos que têm o alto teor em açúcar, sal, gorduras saturadas e aditivos. Os processados não têm essa quantidade desses elementos que eu acabei de lhe falar. Não tem essa quantidade desses elementos nos processados; nos ultraprocessados, sim. E aqui eu estou falando de ultraprocessados e não de processados.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente, pela ordem de novo.

Respondeu-me aqui. Eu ia pedir vista, mas o ultraprocessado... os processados não estando aqui, me atende.

Mas aproveitando, Presidente: tem um requerimento, o item 24, do Senador Laércio, um requerimento para audiência pública. Eu queria subscrever também esse requerimento. O item 24.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 4 de Plenário, nos termos da Subemenda nº 1 da CAS à Emenda nº 1 da CAS, e contrário às Emendas nº 2 e 3 de Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) – Sr. Presidente, pela ordem, peço licença.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Fernando Dueire.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Como Relator.) – Gostaria de agradecer a V. Exa. a indicação pela relatoria e gostaria de elogiar a iniciativa da Senadora Eudócia, que vai em direção às melhores práticas de saúde. O senhor, que foi Ministro da Saúde, sabe a importância de tal projeto.

Gostaria também de fazer um registro ao amigo Senador Wilder, que, com sua sensibilidade, teve a clareza de que é um avanço. Neste projeto, nós precisamos fazer com que nós possamos, cada vez mais, chegar ao paciente com as melhores práticas de alimentação.

Gostaria também de saber de V. Exa. – parece que é para Plenário – se é possível nós pedirmos urgência no envio ao Plenário. Fica a critério de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto o requerimento do Senador Fernando Dueire de urgência desse projeto.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O projeto vai, em regime de urgência, ao Plenário.

Vamos ao item 5 da pauta.

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI Nº 3164, DE 2025**

**- Terminativo -**

*Dispõe sobre o exercício da profissão de manipulador artesanal de açaí.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

**Relatoria:** Senador Lucas Barreto

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

**Observações:** *A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto.*

Só poderia ser dele. (*Risos.*)

Concedo a palavra o nobre Senador Lucas Barreto para leitura do seu relatório.

Se fosse um burro seria um nordestino, mas, açaí, tem que ser um nortista. (*Risos.*)

**O SR. LUCAS BARRETO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – O Senador Zequinha Marinho fez questão de que a gente fosse o Relator. Também temos tido muitas pautas com ele na Amazônia, uma delas foi na Usina de Belo Monte, à qual ele me convidou para ir. Quando nós chegamos lá, tinha 3 a 4 mil pessoas armadas. Eu não sabia de que lado elas estavam: se era do Zequinha ou contra. O caos total!

Sr. Presidente, vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 3.164, de 2025, de autoria do Senador Zequinha Marinho, que dispõe sobre o exercício da profissão de manipulador artesanal de açaí.

O art. 1º define a profissão como a atividade realizada manualmente nas etapas de colheita, seleção, lavagem, despolpa e preparo do fruto, com uso prioritário de técnicas tradicionais. O exercício da profissão é livre, nos termos da lei, e a atividade é reconhecida como essencial, com valor econômico, social e cultural, sendo exercida preferencialmente em comunidades tradicionais, cooperativas, associações locais ou no contexto da agricultura familiar.

No art. 2º, o texto estabelece que o manipulador artesanal de açaí deve respeitar práticas adequadas de manejo do fruto e observar normas sanitárias básicas aplicáveis à produção artesanal de alimentos.

São fixados como requisitos para o exercício da profissão, conforme o art. 3º: ter mais de 18 anos; comprovar residência em área de produção artesanal de açaí ou vínculo com associação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperativa ou empreendimento familiar rural; e participar de capacitações básicas sobre boas práticas de higiene e manipulação de alimentos, quando disponíveis. A experiência mínima de um ano na atividade pode substituir a exigência de cursos formais, mediante declaração de entidade representativa local.

O projeto também autoriza o exercício da atividade por profissionais não habilitados formalmente, desde que atuem de forma regular, com base em aprendizado profissional, ainda que informal, como disposto no art. 4º.

Por fim, o art. 5º, determina que a lei entra em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor sustenta que o açaí é um dos principais produtos da biodiversidade brasileira e de grande valor, que representa meio de subsistência para muitas famílias e que, não obstante, esses trabalhadores enfrentam dificuldades decorrentes da informalidade e da falta de reconhecimento legal.

Além disso, assevera que muitos trabalhadores são contratados como auxiliares de serviços gerais ou outras denominações congêneres, sem sequer serem reconhecidos como componentes da cadeia produtiva do açaí.

Sustenta que o projeto representa o devido reconhecimento legal à profissão, promovendo sua inclusão social e valorização.

Antes da análise desta Comissão, o projeto foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde foi relatado pela Senadora Professora Dorinha Seabra.

A matéria não recebeu emendas até o presente momento.

O PL nº 3.164, de 2013, que visa à regulamentação da profissão de manipulador artesanal de açaí, não encontra óbices.

O art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal confere competência à CAS para apreciar matérias de direito do trabalho e condições para o exercício de profissões, sendo adequada, portanto sua distribuição.

Quanto ao mérito, devemos nos inclinar pela sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O açaí, que é um produto quase que exclusivamente brasileiro, pois o Brasil é o único país que mantém uma cadeia produtiva expressiva para seu processamento e comercialização, vem obtendo uma aceitação cada vez maior em todo o mundo, onde se destaca como alimento funcional, possuidor de grandes qualidades nutricionais.

Dados da Embrapa indicam que a cadeia produtiva do açaí emprega diretamente 25 mil pessoas no Brasil, sem contar os empregos indiretamente criados, na comercialização ao consumidor final, por meio de restaurantes, lanchonetes e lojas especializadas na venda de açaí. Desses 25 mil, não existem dados sobre quantos poderiam ser incluídos na categoria de manipulador artesanal de açaí, dado que a própria inexistência desse profissional tanto na lei quanto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) torna impossível sua perfeita quantificação.

Sr. Presidente, apenas a magnitude desses dados já seria suficiente para justificar a atenção legislativa dispensada aos manipuladores de açaí. Mas, para além de sua representatividade econômica, devemos atentar, sobretudo, para o fato, a que já nos referimos, de que a exploração do açaí é uma atividade fundamentalmente artesanal e familiar, essencial para o sustento de muitas famílias na Amazônia, para a fixação da população do campo e para a preservação da cobertura florestal na Região Amazônica.

Por esses motivos, consideramos justa a aprovação da proposição.

É o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do Senador Lucas Barreto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, vou submetê-lo à votação nominal.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente... Bom dia, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Hiran. Com a palavra V. Exa.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Hiran. Com a palavra V. Exa.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Bom, inicialmente, eu quero pedir desculpa pelo meu atraso. Eu sempre sou muito pontual aqui na nossa Comissão, mas tinha uma agenda fora.

Mas quero aqui parabenizar V. Exa. pelo seu aniversário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito obrigado.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Que Deus lhe dê muita saúde, porque competências já tem de sobra. Muito sucesso, muitas vitórias e realizações para você, eu lhe desejo aqui de todo o coração. Seja muito feliz.

Também quero parabenizar aqui o relatório do meu querido amigo Senador Lucas Barreto, que trata de um tema de importância não só para o Amapá, mas para a Amazônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O painel está aberto. Podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Porque no meu estado também, Senador Lucas, nós temos uma produção muito significativa dessa fruta de alto teor proteico, apreciada por todos no Brasil e no exterior, que é um patrimônio nosso. Reconhecer o trabalho que os nossos agricultores fazem no desenvolvimento dessa cultura é algo que merece de nós toda a consideração e todo o apoio. Parabenizo V. Exa. pela pertinência do tema e pelo relatório. Parabéns, meu querido amigo, e sucesso para você também.

E quero também, Presidente, aqui agradecer a V. Exa. por ter pautado um tema de tanta importância para nós médicos no Brasil e para os odontólogos, que foi a aprovação do PL 365. E quero também parabenizar a Senadora Daniella Ribeiro, os nossos Relatores, tanto o nosso Nelsinho Trad, que foi Relator na nossa Comissão de Educação e depois aqui na CAE, como o Senador Fernando Dueire. Quero parabenizar a todos os Senadores e Senadoras e agradecer, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome da medicina brasileira, esse reconhecimento pelo trabalho que nós fazemos em prol da saúde dos brasileiros.

E peço a V. Exa. que, da maneira mais célere possível, possa encaminhar esse projeto para tramitar na Câmara dos Deputados, porque há uma expectativa muito grande em relação à aprovação desse piso salarial que, graças a Deus... Inclusive, quero agradecer aqui aos nossos Relatores que acataram uma emenda minha que garante o reajuste anual pelo IPCA desse piso salarial. Então, quero agradecer a V. Exa. pela sensibilidade, pelo compromisso e reforçar que nós possamos encaminhar para a Câmara o mais rápido possível, para aprovar esse projeto de tanto interesse para a medicina e para a odontologia brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço, Senador Hiran, pelas palavras aí.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Wilder.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Como nós estamos em processo de votação nominal, tem um requerimento do item 24, nós poderíamos aprovar esse requerimento ou botar em votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Podemos. Eu estava com outra matéria aqui não terminativa, porque tem muita matéria hoje.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Pode ser na sequência também.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, vamos em sequência. Vamos aproveitar, não vamos ficar parados, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos ao item 7 aqui da pauta.

**ITEM 7**

**PROJETO DE LEI Nº 3354, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 14.650, de 23 de agosto de 2023, para definir os objetivos das ações a serem desenvolvidas no Dia Nacional da Diálise.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou fazer uma leitura rápida, resumida, mas eu queria pedir permissão à minha Senadora Eudócia: o 7 é meu item e o 11 também, e eu tenho que abrir 10h a minha Comissão. Eudócia, eu posso fazer o 7 e o 11? (*Pausa.*)

Aí, Senador, eu tenho requerimentos; eu só leio a ementa também. O senhor depois aprova em bloco. Pode ser? (*Pausa.*)

Obrigada. Eu o amo, Presidente. (*Risos.*)

Item 7 da pauta, Projeto de Lei 3.354, de 2025.

Eu vou direito à análise.

No mérito, a proposta revela-se pertinente no contexto atual da saúde pública brasileira. A doença renal crônica configura um grave problema de saúde, caracterizado por evolução progressiva, alta morbimortalidade e significativa demanda por serviços especializados. Trata-se de condição que impõe elevado impacto sobre a qualidade de vida dos pacientes e sobre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema de saúde, especialmente em suas fases mais avançadas, quando se torna necessária a terapia renal substitutiva.

A previsão de promoção da educação permanente dos profissionais de saúde revela-se relevante. A complexidade do manejo da doença renal crônica exige atualização constante das equipes, tanto no que se refere aos aspectos clínicos quanto à organização do cuidado.

Ademais, o incentivo ao desenvolvimento de projetos estratégicos e à incorporação de tecnologias contribui para o fortalecimento da base científica e tecnológica do setor.

Por fim, ao ampliar o alcance das ações relacionadas ao Dia Nacional da Diálise, o projeto contribui para o aumento da conscientização da população sobre a doença renal, favorecendo o diagnóstico precoce, a adesão ao tratamento e a prevenção de complicações, com reflexos positivos sobre a saúde pública e a sustentabilidade do sistema.

Assim, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.354, de 2025, com uma emenda de redação que já está devidamente publicada.

Esse é o voto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e submeto à votação nominal... votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Eu vou encerrar a votação.

Já deu quórum.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Resultado: 11 SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O projeto foi aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Com a palavra, o Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar o autor Zequinha Marinho, o Relator Lucas Barreto por esse PL sobre o exercício da profissão de manipulador artesanal de açaí.

Só quero fazer aqui uma colocação: nós temos a empresa Elácea Internacional, que tem sede em Porto Velho e hoje está presente, nos Estados Unidos, com a revenda de seu produto final, o Açaí + Protein. Para a sua exportação certificada, tem que comprovar que o extrativismo da matéria-prima é feito de forma sustentável, realizado por cooperativas e associações tradicionais em Rondônia e também na Amazônia.

É um projeto de muita importância. E eu quero parabenizar novamente aqui o nosso Senador Zequinha Marinho e o Relator também, o Lucas Barreto.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Jaime.

Vamos ao item 11 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 11**

**PROJETO DE LEI Nº 1447, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Dispõe sobre a coleta de identificação biométrica da parturiente e do recém-nascido no momento do parto e estabelece diretrizes para seu registro na Declaração de Nascido Vivo, com a finalidade de reforçar a segurança na identificação civil e prevenir fraudes e substituição de recém-nascidos.*

**Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

**Observações:**

*Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto ao mérito.

A proposta revela-se pertinente no contexto atual da saúde pública brasileira. A Constituição Federal estabelece, em seu art. 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, a efetivação de seus direitos fundamentais. Entre esses direitos encontra-se o direito à identidade, ao nome, à filiação e ao reconhecimento de sua condição jurídica perante o Estado.

O registro civil de nascimento representa o primeiro ato formal de reconhecimento da personalidade jurídica da criança e constitui instrumento essencial para o exercício de inúmeros direitos ao longo da vida. Por essa razão, os mecanismos destinados a conferir segurança, autenticidade e confiabilidade às informações registradas no momento do nascimento possuem inequívoca relevância para a proteção integral da infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta também contribui para o enfrentamento de situações especialmente graves que produzem consequências irreparáveis para as vítimas e suas famílias. Casos de troca de recém-nascidos, falsificação de documentos, ocultação de identidade, adoções irregulares e até mesmo tráfico de crianças demonstram a importância de mecanismos adicionais de segurança capazes de assegurar a correta identificação do recém-nascido desde os primeiros momentos de vida.

A iniciativa tem diálogo com o processo de modernização dos registros públicos e da transformação digital dos serviços estatais. Ao prever a vinculação das informações biométricas à Declaração de Nascido Vivo e possibilitar futura integração com sistemas nacionais de registro civil e de informações sobre nascimentos, a proposta contribui para o aperfeiçoamento da gestão pública, para o aumento da confiabilidade dos dados cadastrais e para a redução de inconsistências documentais.

Embora a iniciativa seja louvável e aperfeiçoe os mecanismos de identificação civil desde o nascimento, entendemos oportuno promover aperfeiçoamentos pontuais ao texto da proposição, com o objetivo de reforçar a sua efetividade prática e a segurança dos procedimentos de identificação. E esse aperfeiçoamento, Presidente, eu trago em forma de duas emendas. Trata-se de ajustes que fortalecem a segurança registral, conferem maior coerência operacional ao sistema proposto e ampliam a efetividade dos mecanismos de identificação civil desde o nascimento, sem alterar os objetivos centrais da iniciativa.

Assim, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.447, de 2026, da aguerrida Senadora Margareth Buzetti.

Esse é o voto, Sr. Presidente, com duas emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Damares. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu declaro encerrada a discussão.

Eu o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à CCJ.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Posso ler só as ementas dos requerimentos, Presidente? Posso só ler? Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pode.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É rapidinho, viu?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Os itens da pauta nºs 18 a 23 são requerimentos apresentados pela Senadora Damares Alves para a realização de audiências públicas.

**ITEM 18**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 55, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a jornada do paciente com Hemoglobinúria Paroxística Noturna (HPN) no Sistema Único de Saúde (SUS).*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

**ITEM 19**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 57, DE 2026**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o diagnóstico, o acesso a tratamentos e as políticas públicas voltadas às pessoas com síndrome SYNGAP1 e outras síndromes genéticas raras.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

**ITEM 20**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 58, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os desafios relacionados ao diagnóstico, tratamento e políticas públicas para a Insuficiência Adrenal no Brasil , incluindo a Hiperplasia Adrenal Congênita e o Câncer Adrenocortical.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

**ITEM 21**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 59, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o cenário da Fibrose Pulmonar no Brasil, incluindo a Fibrose Pulmonar Idiopática (FPI) e as demais formas de Fibrose Pulmonar Progressiva (FPP), bem como os desafios relacionados ao diagnóstico, tratamento, acesso a centros de referência e estruturação da linha de cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS).*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 22**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 60, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação da Colangite Biliar Primária (CBP) no Brasil, incluindo os desafios relacionados ao diagnóstico precoce, acesso a exames especializados, tratamento farmacológico, linha de cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS) e políticas públicas para doenças autoimunes raras.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

**ITEM 23**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 61, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a linha de cuidado da Doença de Huntington e os desafios das políticas públicas voltadas às doenças raras neurodegenerativas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura dos requerimentos.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – No item 18, Presidente, eu requeiro a realização de audiência pública com o objetivo de debater a jornada do paciente com hemoglobinúria paroxística noturna no Sistema Único de Saúde. E eu trago aqui os nomes dos devidos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No item 19, Requerimento nº 57, requeiro audiência pública com o objetivo de discutir o diagnóstico, o acesso a tratamentos e as políticas públicas voltadas às pessoas com síndrome SYNGAP1 e outras síndromes genéticas raras.

No item 20, Requerimento 58, requeiro a realização de audiência pública para discutirmos o diagnóstico, tratamento e políticas públicas para insuficiência adrenal no Brasil, incluindo a hiperplasia adrenal congênita e o câncer adrenocortical.

No item 21, Requerimento 59, requeiro a realização de audiência pública para debater o cenário da fibrose pulmonar no Brasil, incluindo a fibrose pulmonar idiopática.

No item 22, Requerimento 60, requeiro audiência pública – vou ficar aqui, um ano, fazendo audiência pública, tá? – para discutir a situação...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pode ter certeza.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... da colangite biliar primária no Brasil, incluindo os desafios relacionados ao diagnóstico precoce.

No Requerimento 61, Presidente, requeiro a realização de audiência pública com o objetivo de debater a linha do cuidado da doença de Huntington e os desafios das políticas públicas.

Presidente, essas audiências podem ser, inclusive, numa sexta-feira – uma de manhã, uma à tarde –, mas nós estamos discutindo a questão dos direitos na CDH e entendemos que têm que ser em conjunto com esta Comissão.

Esses são os requerimentos, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza, nobre Senadora.

Submeto à votação os Requerimentos nºs 55, 57, 58, 59, 60 e 61, de 2026.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Foram aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, só mais uma coisa, e eu prometo que é um minuto.

A gente aprovou um requerimento do Laércio, subscrito pelo Senador Lucas Barreto, que fala sobre o Estatuto do Aprendiz. Uma matéria discutida... Não aprovou? (*Pausa.*)

Vai ser votada. A única coisa que eu queria pedir: se for aprovado, Presidente, a gente dar uma prioridade a esta audiência, porque essa matéria está sendo discutida há sete anos lá na Câmara. Se precisar, inclusive, eu ajudo a presidir, se esse requerimento for aprovado. Está bom?

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao item...

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente. O senhor poderia?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Veneziano, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, meus cumprimentos a V. Exa., a todos os meus companheiros, a todas as nossas companheiras, saudando-os pela vigorosa e importantíssima vitória em turno suplementar. Aludindo-nos nós estamos à matéria que o nosso Colegiado acabou de aprovar, que trata sobre a reatualização dos valores do piso dos odontólogos e profissionais médicos. Parabéns a V. Exa., ao Senador Hiran, a todos os que sensivelmente entenderam que a matéria é mais do que justa e por aquilo que nós dispendemos na penúltima sessão, se eu não estiver enganado.

Presidente, eu queria justificar o pedido para que, em vez de hoje... E já tinha feito a V. Exa. aqui, de forma muito compreensiva, ontem à noite, ao telefone, e hoje pela manhã entendia as razões, até pela condição de estar a relatar o item 6, Projeto de Lei 6.461, de S. Exa., nosso companheiro Deputado André de Paula, que trata sobre o Estatuto do Aprendiz. Agradeço a V. Exa. porque requeri essa relatoria e, de pronto, pelo seu carinho e sempre as generosas atenções aos seus colegas, V. Exa. reservou-me essa incumbência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório está aqui, eu apresentei ao sistema, mas ontem nosso Líder Jaques Wagner ponderou para que nós deixássemos a apreciação para a próxima semana, e eu assim atendi. E aí, quando informei a V. Exa. sobre o mesmo, V. Exa. aquiesceu, tanto é que eu estava na CCJ, tratando da deliberação sobre a autonomia do Banco Central, veio a informação de que agora o Governo entendia que a proposta, assim como nós a apresentávamos, poderia ser lida, quiçá aprovada.

Mas eu não me sinto bem, Sr. Presidente, até porque outras entidades interessadas em tratar sobre o tema, que é de suma importância, foram avisadas por mim mesmo ontem à noite de que eu não traria hoje. Seria, de certa forma, uma descortesia, uma deselegância. Não há prejuízos se nós assim o fizermos, na próxima quarta-feira, mesmo que sob regime de sessão remota.

V. Exa. pode atender esse pedido nosso?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza.

Há um requerimento aqui, de autoria do Senador Laércio, subscrito pelo Senador Wilder, pedindo a audiência pública para tratar dessa matéria. Vamos até submetê-lo aqui à votação.

**ITEM 24**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 64, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 6461/2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023".*

**Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE) e outros

Autoria: Senador Laércio Oliveira e Senador Wilder Morais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra V. Exa., Senador Wilder, para fazer a leitura do seu requerimento.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 6.461, de 2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023".

Esse é o requerimento, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores que...

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Jaime.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Eu quero subscrever esse requerimento do Senador Wilder Morais e quero dizer assim: nós temos que discutir essa situação na audiência pública, porque nós temos diversas empresas no Brasil, por exemplo, principalmente algumas empresas, inclusive de prestação de serviço, da situação de transporte. A função principal do transporte é o motorista de caminhão. Uma transportadora que tem cem funcionários, cem caminhões tem, no máximo, seis, cinco pessoas no administrativo. Como essa empresa vai contratar mais cinco novos aprendizes?

E aí eu tenho também sugestões aqui, tenho emendas, porque, na verdade, não pode ser feito de uma forma arrecadatória, para se arrecadar em cima de multas que a empresa muitas vezes não tem nem como cumprir.

Agora, é de suma importância nós termos o emprego aprendiz, do menor – é de suma importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até quero deixar algo frisado aqui. Há 40 anos, há uns 35 anos, chegou um pai de família e me pediu emprego para uma pessoa que tinha 14 anos de idade. Naquela época ainda podia se assinar uma carteira com meio salário mínimo, meio salário mínimo. Esse pai de família chegou e falou para mim: "Não precisa pagar salário. Eu quero que a minha filha aprenda algo aqui, na empresa". Mas não vamos falar em salário, salário ficaria à vontade. Veja como foi a experiência. Presidente, essa pessoa hoje toca o nosso negócio do grupo e ganha mais do que o Senador Jaime Bagattoli, para vocês entenderem que vale a pena nós investirmos no aprendiz.

Mas tem um detalhe: as empresas também correm o risco com o menor aprendiz. Por isso já se diz: menor aprendiz. A pessoa vai aprender a fazer algo. É de importância, mas nós temos que ir para uma audiência pública.

Obrigado, Presidente.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Veneziano Vital do Rêgo.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Não é para me obstar ao legítimo pedido. Acho que inclusive é bastante apropriado e oportuno que nós assim o façamos. V. Exa. sabe do meu perfil, até porque também me utilizo regimentalmente da condição de requerer audiências públicas. Mas pediria a especial atenção da nossa Secretaria, que é tão competente, para que pudéssemos agilizar com brevidade esta audiência, a fim de que nos permitamos também deliberar sobre essa matéria, que é de sumíssima... E as considerações que foram feitas pelo Senador Wilder, que já haviam sido feitas a mim pessoalmente pelo Senador Laércio, que tem duas sugestões de emendas à proposta que nós estamos relatando, que também o Senador Bagattoli propôs... Que não posterguemos, porque daqui a poucos dias nós estaremos em recesso, chegando até o dia 17 de julho.

Se V. Exa., dentro da sua agenda de audiências públicas, puder marcar, em face a prioridade que, ao meu sentir, essa matéria sugere, eu agradeceria tremendamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador.

Submeto o requerimento à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Vamos ao item 4.

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 4368, DE 2020**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 12.136, de 18 de dezembro de 2009, para instituir o Mês Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística - Setembro Roxo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

Relatoria: Senador Flávio Arns, com a relatoria *ad hoc* da Senadora Eudócia.

Concedo a palavra à nobre Senadora Eudócia para a leitura do seu relatório.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Eu queria já pedir vista desse projeto. Eu tenho que sair agora. É o item 10.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tem que ler primeiro a matéria para poder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Então está bom, nós vamos esperar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, com a palavra a nobre Senadora Dra. Eudócia.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar e solicitar de V. Exa. que também possa colocar aqui em votação o item 8, se eu posso ir também para o item 8. E tenho um requerimento. É porque eu tenho uma agenda externa muito importante. É possível? (*Pausa.*)

Muito obrigada, meu querido Presidente.

Vou direto à análise, Presidente.

A fibrose cística é uma doença genética, de caráter multissistêmico, que compromete principalmente os sistemas respiratório e digestivo, estando associada a importante impacto na qualidade e na expectativa de vida dos pacientes. Nas últimas décadas, observam-se avanços relevantes nas opções terapêuticas, com o desenvolvimento de tratamentos mais eficazes e direcionados à causa básica da doença, o que tem contribuído para melhora dos desfechos clínicos e aumento da sobrevida.

No âmbito do SUS, por exemplo, há protocolo clínico e diretrizes terapêuticas específicas para a condição que orientam o diagnóstico, o acompanhamento e o tratamento, contemplando as diferentes manifestações clínicas e estratégias terapêuticas. Além disso, houve recente recomendação favorável da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS à incorporação da terapia tripla combinada, considerada um marco no tratamento da fibrose cística, por proporcionar melhora da função pulmonar, do estado nutricional, redução de internações hospitalares e incremento da qualidade e da expectativa de vida.

No âmbito da saúde suplementar, por sua vez, observamos a possibilidade do aumento de abrangência do alcance, por meio da cobertura para tratamentos medicamentosos específicos da doença, uma vez que as Diretrizes de Utilização para Cobertura de Procedimentos na Saúde Suplementar, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, contemplam apenas métodos propedêuticos, não englobando, ainda, as terapias farmacológicas mais recentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse cenário, evidencia-se a relevância de iniciativas voltadas à ampliação das ações de conscientização e divulgação da fibrose cística, como instrumento para ampliar o acesso dos pacientes às terapias avançadas, favorecer o diagnóstico oportuno e sensibilizar gestores do SUS e da saúde suplementar quanto à necessidade de atualização contínua dos protocolos clínicos e do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, de modo a incorporar inovações terapêuticas, expandir as opções de tratamento e fortalecer, de forma progressiva, a rede assistencial dedicada ao cuidado desses pacientes.

Por esses motivos, somos favoráveis à proposta.

Vou agora ao voto, Sr. Presidente: em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.368, de 2020.

É a análise e o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos conceder vista, a pedido do Senador Wilder Morais.

Vamos ao item seguinte.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – É o item 10, Presidente. Não, é esse não.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, está certo. Desculpa.

Então, em discussão o relatório da Senadora Dra. Eudócia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou submetê-lo à votação nominal.

Vou abrir o painel.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É matéria terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, enquanto nós votamos, eu só queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já podem iniciar a votação, Sras. e Srs. Senadores.

Pois não, Senador Veneziano.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Meu querido irmão Presidente, eu recebi um pedido carinhoso da nossa Senadora Leila, que está cumprindo outras diligentes obrigações. Ela me pediu para subscrever dois requerimentos. E eu queria informar...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, é só para...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, tranquilo. Vamos encaminhar.

Agora vamos ao item 8 da pauta para liberar a nossa Senadora Dra. Eudócia, que tem outra Comissão.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Item 8.

**ITEM 8**

**PROJETO DE LEI Nº 4767, DE 2020 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

**- Não terminativo -**

*Classifica as pessoas com síndrome de Tourette como pessoas com deficiência, nos termos que especifica.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia

**Relatório:** Contrário ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4767, de 2020.

**Observações:**

*Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

Concedo a palavra à nobre Senadora Dra. Eudócia, para a leitura do seu relatório.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, solicito ir direto à análise.

A proposição em exame trata do enquadramento das pessoas com síndrome de Tourette como pessoas com deficiência para fins legais. O texto aprovado no Senado propõe alteração do Estatuto da Pessoa com Deficiência, enquanto o substitutivo sugere a criação de lei autônoma sobre a matéria.

Partindo da análise comparativa dos textos, nota-se que o substitutivo da Câmara dos Deputados limita o alcance pretendido pelo autor da proposição, Senador Nelsinho Trad, na medida em que sujeita o exercício dos direitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência ao reconhecimento da deficiência, nos termos das condicionantes e critérios de avaliação previstos na lei. Em outras palavras, os direitos somente serão exercidos após o reconhecimento da deficiência.

Já o texto original permite o exercício dos direitos das pessoas com deficiência desde a edição da lei, até que sejam criados os instrumentos para a avaliação biopsicossocial, conforme determina o §2º do art. 2º do referido estatuto, ou seja, não há condicionantes para o exercício dos direitos até que sejam criados os instrumentos de avaliação da deficiência.

A nosso ver, a proposição oriunda do Senado Federal revela-se mais adequada sob os aspectos de mérito, pois respeita a exigência legal da avaliação biopsicossocial, sem engessar o exercício dos direitos pela falta da referida avaliação. É justo e razoável que assim o seja, pois, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário, estaríamos diante de uma lei ineficaz, mas estes não podem ser exercidos pela falta de uma condicionante que compete ao Poder Executivo criar.

Segundo o entendimento que prevalece nos tribunais superiores, a ausência de normas regulamentadoras por parte do Poder Executivo não pode inviabilizar o exercício de direitos para evitar que a inércia administrativa (mora legislativa) anule direitos constitucionais e legais.

Em relação ao instrumento legal escolhido, o Substitutivo da Câmara dos Deputados sugere disciplinar o assunto através de uma lei autônoma, enquanto a proposição original pretende alterar, acertadamente, o Estatuto da Pessoas com Deficiência por buscar, apenas, o reconhecimento da deficiência para as pessoas com síndrome de Tourette.

Cumpre esclarecer que as leis autônomas constituem um tipo específico de ato normativo que se caracteriza pela sua capacidade de disciplinar determinadas matérias sem depender de uma lei prévia que as autorize. É o caso da Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sendo considerada um marco legal específico e autônomo na proteção de direitos que inclui o reconhecimento da deficiência. Cito também a Lei que considera a pessoa com fibromialgia como deficiente; trata-se de uma iniciativa autônoma, que tramita especificamente para esse fim.

Assim, entendo que a lei autônoma corresponde a um conjunto de normas específicas sobre um determinado assunto; uma espécie de marco legal, o que não é o caso do projeto de lei em análise.

Vale ressaltar que a alteração sugerida pelo autor da proposição não introduz exceções casuísticas no texto do Estatuto, mas, sim, garante o exercício dos direitos que ali constam pelas pessoas com síndrome de Tourette, sem normas adicionais.

Entende-se que a inclusão de pessoas com síndrome de Tourette é fundamental para garantir respeito, dignidade e igualdade de oportunidades na sociedade. Essa condição neurológica, muitas vezes mal compreendida, pode levar a julgamentos e preconceitos injustos, o que dificulta a convivência social, bem como o acesso à educação e ao mercado de trabalho. Além disso, a inclusão contribui para o desenvolvimento da empatia e da diversidade, enriquecendo as relações humanas e fortalecendo uma sociedade mais justa e consciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou agora para o voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.767, de 2020, e pela manutenção do texto original aprovado pelo Senado Federal.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Damares. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao substitutivo.

A matéria vai à CDH.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sr. Presidente, eu queria só fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou só encerrar a votação nominal...

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu queria só fazer um comentário breve da Síndrome de Tourette.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Essa síndrome de Tourette é uma síndrome que tem caráter hereditário e normalmente se inicia na infância. São movimentos involuntários motores e também vocais, certo? Às vezes, as nossas crianças, adolescentes e adultos que têm a síndrome de Tourette, com diagnóstico geralmente iniciado na infância, são mal compreendidas na sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, a autoria da Câmara dos Deputados, que acabou alterando, e o Senador Nelsinho Trad também, que está nesta luta para que a gente possa manter desde o início, como...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, Senadora.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... foi aprovado aqui no Senado.

Eu só queria fazer essa consideração.

Sr. Presidente, e o meu pleito de ler só esse requerimento, para acrescentar duas pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente.

Vou só encerrar a votação nominal, porque já deu o quórum, Senadora.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Tá.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – São 12 votos SIM; nenhum NÃO

Nenhuma abstenção.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Os itens 14 e 16 são requerimentos de autoria da Senadora Eudócia.

Então, V. Exa. tem a palavra, para a defesa dos dois requerimentos, em conjunto.

**ITEM 14**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 45, DE 2026**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 38/2026 - CAS sejam incluídas as convidadas que especifica.*

**Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL)

**ITEM 16**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 53, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 22/2026 - CAS seja incluído o convidado que especifica.*

**Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL)

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 22, de 2026, da CAS, da minha autoria, sejam incluídos os seguintes convidados: representante Conselho Federal de Medicina; representante da Conitec; e representante da Anvisa.

Esse é um dos requerimentos, Sr. Presidente.

Passo, agora, ao segundo requerimento.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 38, de 2026, da CAS, sejam incluídas as seguintes convidadas:

– a Sra. Juliana Benevides Aires de Castro, Representante do Movimento Maio Furta-cor: Campanha Saúde Mental Materna;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– a Sra. Karla Cerávolo, Representante do Movimento Todo Parto Importa; e

- a Sra. Suellen Martins C. Sátiro.

São esses, Sr. Presidente, os meus requerimentos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com os requerimentos permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Os requerimentos foram aprovados. (*Pausa.*)

Requerimento extrapauta.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 65, de 2026, no caso apresentado pelo Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra ao Senador Eduardo Girão, para a leitura do seu requerimento.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 26**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 65, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o debate sobre a criação de um Dia Nacional do Panificador, proposto pelo Projeto de Lei nº 3432, de 2024 e discutir os impactos sociais e econômicos deste setor para o Brasil.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente Marcelo Castro, e muito obrigado à Secretaria, sempre muito atenciosa aqui da CAS.

Esse requerimento, Sr. Presidente, que eu estou requerendo aqui, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, visa à realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o debate sobre a criação do Dia Nacional do Panificador, proposto pelo Projeto de Lei nº 3.432, de 2024, e discutir os impactos sociais e econômicos deste setor para o Brasil.

O senhor sabe que, no Ceará, nós temos vários moinhos e que, a partir dali, pães no mundo inteiro são produzidos. A gente precisa reverenciar, porque não é só no Ceará, mas em vários estados do Brasil.

Eu fico feliz em estar propondo, para essa audiência pública, os seguintes convidados:

– o Sr. Paulo Alfonso Menegueli, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria;

– o representante da CNI (Confederação Nacional da Indústria);

– o Sr. Alex Martins, Presidente do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria no Estado do Ceará;

– o Sr. Lauro Martins, Presidente do Conselho Temático de Micro e Pequenas Empresas da Fiec;

– o Sr. Silvio Moreira, Presidente do Sindpan de Goiás;

– o Sr. Emerson Amaral, Diretor do Instituto de Desenvolvimento das Empresas de Alimentação (Ideal) e Conselheiro Técnico da Abip;

– o Sr. Marcos Gugel, Melhor Padeiro das Américas 2019 pela Confederação Interamericana da Indústria do Pão (Cipan) – inclusive, eu viajei ao lado dele no avião, indo para Juazeiro uns meses atrás –;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o Sr. João Carlos Butske, Melhor Padeiro das Américas 2024 pela Confederação Interamericana da Indústria do Pão (Cipan);

– o Sr. Daniel Jereissati, Vice-Presidente do Sindpan do Ceará.

Sr. Presidente, então, este é o objetivo. Só para dar mais uns dados aqui e deixá-los registrados, porque a fundamentação deste pedido repousa na profunda capilaridade social e no papel estratégico...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Sr. Jereissati está aqui no requerimento?

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não. Eu o incluí agora, eu acabei de incluí-lo aqui. Agradeço a sua atenção, importante.

A fundamentação deste pedido repousa na profunda capilaridade social e no papel estratégico que este segmento desempenha na segurança alimentar e na geração de renda para a população brasileira, justificando um olhar atento deste Colegiado sob o prisma das relações de trabalho e do bem-estar social.

A panificação não representa apenas um braço industrial, mas configura-se como um dos maiores pilares de empregabilidade do país, sustentando diretamente, Sr. Presidente, a subsistência de 2,5 milhões de brasileiros trabalhadores entre ocupações diretas e indiretas. Em um cenário econômico que exige constante renovação, o setor demonstrou uma vitalidade excepcional ao registrar a abertura média de 53 novas padarias por dia no primeiro semestre de 2023, totalizando quase 300 mil estabelecimentos distribuídos por todo o território nacional.

Vê-se que está no sangue. Eu acho que foi o português que trouxe para a gente essa coisa da padaria (*Risos.*) , e a gente pegou bem isso aqui, Sr. Presidente.

Essa presença física em praticamente todos os bairros e municípios brasileiros torna a padaria um centro de convivência comunitária e um termômetro da estabilidade social, onde 41 milhões de cidadãos buscam diariamente o pão, alimento que é símbolo universal de dignidade e sustento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob a ótica dos assuntos sociais, a oficialização desta data nacional unifica o reconhecimento a uma categoria que já possui honrarias em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco, corrigindo uma fragmentação legislativa e valorizando esse ofício. Mais do que uma homenagem simbólica, a audiência pública permitirá discutir as condições de trabalho, a qualificação profissional e o impacto das micro e pequenas empresas de panificação na economia local, reafirmando o compromisso do Senado Federal com aqueles que garantem que o item mais essencial da dieta brasileira chegue à mesa de 76% da população logo ao amanhecer.

Inclusive, eu vi uma matéria no Fantástico essa semana, nesse final de semana, na Rede Globo, muito impactante, Sr. Presidente, em que até esse alimento, que é um alimento considerado básico, que está na mesa aqui de 76% da população, em determinadas regiões do Rio de Janeiro, o tráfico determina qual é o tipo de farinha que entra, qual é o pão. Então, os padeiros reclamando lá que a qualidade do pão caiu não é por causa deles, é porque eles só têm que comprar naquele fornecedor, ou seja, o preço é o que o tráfico quer, o fornecedor é o que o tráfico quer, está acontecendo no Brasil aí um monopólio por causa do estado paralelo que a gente vive. Se isso não é terrorismo, eu não sei o que é. Então, a gente está vivenciando isso lá no Rio de Janeiro e eu acredito que em muitos lugares do Brasil, e essa verdade está vindo à tona.

Então, Presidente, é só isso. As entidades de classe estarão aqui, entidades governamentais, especialistas, o que vai tornar imperativo consolidar essa legislação que reflita o valor social desses profissionais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Em votação o requerimento de autoria do Senador Girão.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convoco para o dia 17 de junho, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais além da tratar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, só uma coisinha, desculpe.

O Senador Laércio, nosso colega, pediu aqui só para incluir um nome no debate que vai haver aqui, numa audiência pública que vai haver, do Requerimento 44, de 2026, da CAS. Ele está pedindo que seja incluída...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O requerimento não foi aprovado ainda, não.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas ele está pedindo só para subscrever a audiência pública do Requerimento 44, de 2026, da CAS.

Ele está pedindo para incluir a Sra. Leticia Pineschi Kitagawa, Diretora da Associação Brasileira de Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros, um pedido do nosso colega. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Viu, Senador Girão?

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, para votar tem que aprovar primeiro esse da Leila...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que eu posso subscrever também.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu subscrevo os dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E nada mais havendo a tratar... (*Pausa.*)

V. Exa. vai subscrever o requerimento da Leila?

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Subscrevo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, item 13 da pauta.

**ITEM 13**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 44, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o trabalho por aplicativos no Brasil: diretrizes para regulação e segurança de trabalhadores e usuários no transporte e nas plataformas digitais.*

**Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF) e outros

Passo a palavra ao nobre Senador Girão, como um dos subscritores desse requerimento, para a leitura do seu requerimento.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o trabalho por aplicativos no Brasil: diretrizes para regulação e segurança de trabalhadores e usuários no transporte e nas plataformas digitais.

A audiência será estruturada em duas mesas temáticas, com os enfoques que estão aqui previstos exatamente no requerimento da Senadora Leila, que eu subscrevo. E um dos nomes propostos...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Aí já é o item 15 da pauta...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... que é do Senador Laércio, que propõe... É outro requerimento.

**ITEM 15**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 48, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal de 1988 e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 44/2026-CAS seja incluída a convidada que especifica.*

**Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

V. Exa. pode ler também o requerimento.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pode subscrever.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Pronto. Obrigado, Presidente. Então, eu subscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A gente vota os dois, em conjunto.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Perfeito. Obrigado.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal de 1988 e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 44, de 2026, da CAS, da Senadora Leila Barros, seja incluída a Sra. Letícia Pineschi Kitagawa, Diretora Geral da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação os requerimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença do Senador Efraim Filho. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Roberta Acioly. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 22/2026 - CAS, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), Senador Dr. Hiran (PP/RR), REQ 39/2026 - CAS, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL), e REQ 53/2026 - CAS, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL). **Finalidade:** Discutir sobre a nova invenção na área da oncologia, que consiste na criação de uma caneta capaz de identificar células cancerígenas nos tecidos durante a cirurgia. **Participantes:** Lívia Schiavinato Eberlin, Cientista, professora e pesquisadora na Baylor College of Medicine, nos Estados Unidos.; Cecília Menezes Farinasso, Tecnologista (representante de: Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC); Carlos Eduardo dos Santos Ferreira, Gerente Médico do Laboratório Clínico de Medicina Diagnóstica do Hospital Israelita Albert Einstein; e Michel Jamil Chebel, Membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica e da Câmara Técnica de Cirurgia Oncológica do Conselho Federal de Medicina (CFM). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Dra. Eudócia**
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/11

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos aqui presentes e a todas as mulheres maravilhosas que se fizeram aqui presentes. Olha que plateia linda, muita mulher. Está vendo? E aí o Dr. Marcos ficou como o homem entre as mulheres.

**O SR. CARLOS EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA** (*Fora do microfone*.) – Carlos Eduardo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Carlos Eduardo, Carlos Eduardo.

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 22, 39 e 53, de 2026, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a discutir sobre a nova invenção na área da oncologia, que consiste na criação de uma caneta capaz de identificar células cancerígenas nos tecidos durante a cirurgia.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão através da Ouvidoria, no telefone 0800 0612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Nós temos como convidados a Dra. Lívia Eberlin, que é Cientista, Professora e Pesquisadora na Baylor College of Medicine, nos Estados Unidos, e está aqui ao meu lado – seja muito bem-vinda, Dra. Lívia. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também temos, como palestrante, a Dra. Cecília Menezes Farinasso, que é Tecnologista, representante da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), que está por videoconferência. Dra. Cecília, seja muito bem-vinda a esta audiência pública!

Também contamos com a participação do Dr. Michel Jamil Chebel, que é membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica e da Câmara Técnica de Cirurgia Oncológica do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Também contamos com a participação do Dr. Carlos Eduardo dos Santos Ferreira, que é Gerente Médico do Laboratório Clínico de Medicina Diagnóstica do Hospital Israelita Albert Einstein. Ele está aqui, do meu lado, compondo a mesa. Dr. Carlos, grata por você ter atendido o nosso convite e por você estar aqui, participando presencialmente. É motivo de muita alegria para mim, enquanto autora desta audiência pública e de todos que estão nos assistindo ao vivo, neste momento.

Temos também, como convidada, a Dra. Ludhmila Abrahão Hajjar. Ela vai nos acompanhar, mas não vai ser possível a sua participação como palestrante em decorrência dos seus atendimentos médicos lá em São Paulo. Dra. Ludhmila, seja muito bem-vinda, mesmo que você esteja participando de uma forma indireta, mas irá nos ajudar muito para formarmos essa equipe maravilhosa para que a gente possa avançar em tudo que se relaciona à inovação tecnológica na área da oncologia.

Agora eu quero cumprimentar aqui – acabou de chegar – a nossa querida Senadora Damares Alves... (*Palmas.*)

... que também tem como pauta aqui no Senado – entre tantas pautas maravilhosas – o câncer. Ela já tem vários projetos na área e ela sempre está aqui presente para fortalecer esses estudos e avançarmos na área tecnológica do câncer, para tratamento do câncer.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Permite-me, pela ordem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque eu vou começar outra Comissão ali, mas eu quase não dormi de emoção de vir aqui, hoje, para conhecer a Dra. Lívia. Dra. Doutora, seja bem-vinda! Dr. Carlos, os demais convidados, sejam bem-vindos! Dra. Lívia, a senhora é um orgulho para nós.

Esses dias eu estava vendo uma reportagem com a senhora, e assim, gente, é a filha que toda mãe quer! (*Risos.*)

Que Deus te abençoe! A senhora enche o Brasil de orgulho, nos enche de alegria! Dr. Carlos também, que alegria tê-lo aqui!

Quero dizer o seguinte: nós estamos aqui à sua inteira disposição, tá? Esta é a Casa que decide o Orçamento da União. A sua vinda aqui é inclusive para a gente fazer essa discussão, Dra. Lívia, porque o que a gente observa da falta de investimento, de recurso. E aí, eu sou muito amiga do pai dela. (*Risos.*)

Eu sou apaixonada pelo pai dela, que também é, assim, aquela figura extraordinária. Então, Senadora, eu precisava quebrar esse protocolo. Que ideia maravilhosa ter trazido a Dra. Lívia aqui! Que ideia maravilhosa a gente fazer essa discussão! Mas acho que a gente tem que, depois no final, Dra. Lívia, Dr. Carlos, fazer o seguinte encaminhamento: onde nós estamos errando na falta de orçamento para pesquisa no Brasil? E a gente tem observado aqui, ao longo desse período em que a Eudócia tem feito todo este debate na área da ciência, a evasão de cientistas, nós estamos perdendo os nossos gênios.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles estão precisando sair do Brasil e não é nem porque querem – eles amam esta nação –, mas a gente não está dando condições para que eles fiquem no Brasil, e eles estão indo embora!

Então, assim, nós queremos muito deixar um legado, eu e a Dra. Eudócia. Deus nos uniu nesse mandato, né, Doutora?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – É. Amém! Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, eu estou paciente oncológica, né? A Eudócia cuida de mim, e a gente se senta... Nós fizemos nos últimos cinco meses grandes mudanças legislativas, mudanças que só foram possíveis, Doutores, porque ela colocou debaixo do braço e saiu de gabinete em gabinete. Ela montou uma Comissão aqui dentro sobre o câncer, e a gente trabalhou. Claro que tinha hora que eu olhava para os colegas e dizia: "Eu sou uma pobre senhorinha, paciente oncológica", e não tinha quem não votasse. (*Risos.*) A gente fez grandes mudanças no marco, mas a gente tem muito em que avançar ainda.

E a gente tem uma consciência: nós vamos ter que rever a lógica do orçamento da União para pesquisa. Sem recurso, vocês não trabalham. Então, a sua vinda aqui, hoje, é uma homenagem do Senado para essa cientista incrível, mas a sua vinda aqui, hoje, é também para a gente rever as decisões que nós vamos ter que tomar.

Dra. Eudócia, a senhora é um orgulho para o Senado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E ela chegou – sabe, Dr. Carlos? –, ela chegou assim, quietinha. Ela chegou como suplente: "Ah, ela só vai preencher vaga e ficar ali votando quando necessário", mas ela fez uma revolução na ciência. (*Risos.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Eudócia, é uma alegria.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu não vou poder ficar na audiência, porque eu vou ter que presidir a Comissão de Educação e depois ir para a Comissão de Direitos Humanos – a gente se divide em diversas Comissões –, mas sejam bem-vindos, Dr. Carlos Eduardo, é uma honra tê-lo aqui; Lívia.

Eu só queria pedir mais uma quebra de protocolo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu posso correndo ir dar um abraço nela?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Com certeza. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Obrigada pelas palavras, Senadora Damares. Você também é um ícone aqui no Senado. Eu a admiro muito e foi você que me ensinou, viu, amiga? Você que me ensinou! Deus a abençoe!

Dando continuidade aqui à nossa audiência pública, eu quero chamar inicialmente o Dr. Michel Jamil Chebel para sua palavra, em virtude de o Dr. Michel estar trabalhando, ele vai entrar numa cirurgia neste momento.

Então, eu quero convidar o senhor, Dr. Michel, para sua fala. Não sei se você ainda está por videoconferência ou teve que se ausentar. Você pode... Está aqui.

Dr. Michel, eu quero agradecê-lo por você ter aceitado o nosso convite e abrilhantar tanto as discussões que nós teremos nesta audiência pública.

O senhor tem dez minutos para sua fala. Muito grata.

**O SR. MICHEL JAMIL CHEBEL** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, boa tarde a todos. É que eu já comecei a cirurgia aqui, mas eu queria agradecer o convite. Eu vou escutando a apresentação inteira e, no final – provavelmente eu devo ter acabado a cirurgia –, eu dou os comentários, está bom? Muito obrigado pelo convite.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Está ótimo, Dr. Michel, muito grata.

Então, agora eu vou dar a palavra à Dra. Lívia Eberlin, que, como eu já falei, é Cientista, Professora e Pesquisadora na Baylor College of Medicine, nos Estados Unidos.

Você, Dra. Lívia, é uma inspiração para todos nós, médicos e médicas do nosso querido Brasil; você, que acreditou no seu potencial, você, que é estudiosíssima... Eu tive a honra de ler toda a sua biografia, e é como a Senadora Damares falou: você é uma filha que todo mundo quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter. (*Risos.*) Além disso, além de ser uma grande médica, uma grande cientista, estudiosíssima, você ainda consegue ser uma grande mãe, tem três filhos. Parabéns pela sua maternidade. Enfim, você realmente nos inspira.

Quero lhe parabenizar, de antemão, por essa pesquisa tão maravilhosa, com tantos avanços tecnológicos, com tantos detalhes de tecnologia, trabalhando com espectrometria de massa e todo esse contexto aí de química – enfim, você vai nos explicar e nós iremos aprender.

Com a palavra a Dra. Lívia Eberlin.

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** (Para expor.) – Obrigada. Vocês estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Senadora Eudócia, é um prazer enorme estar aqui, é uma honra realmente gigante. Muito grata pela oportunidade, muito grata pela oportunidade de falar da tecnologia que a gente desenvolveu no meu laboratório e também conhecer tantos pacientes que estão aqui.

Muito bom dia a todos que estão aqui, aos convidados e às pessoas que estão, *online,* participando também da audiência pública.

Eu espero poder trazer uma mensagem bem clara em relação à caneta, tecnologia que eu desenvolvi, e como a gente pode usar essa tecnologia para avançar no diagnóstico e no tratamento de câncer para todos, não para um grupo pequeno de pacientes, mas para um grupo grande de pacientes, e colocar o Brasil realmente na liderança mundial em oncologia.

Gente, a realidade do paciente brasileiro com câncer é muito preocupante. A gente sabe que câncer afeta todos nós, né? São as nossas mães, os nossos pais, irmãos, irmãs, filhos e filhas afetados com essa doença, que é horrível.

O câncer é a segunda causa principal de mortes no Brasil: mais de 700 mil pacientes, novos casos de câncer por ano. Em relação ao câncer de mama, que é o mais comum em mulheres brasileiras, mais de 78 mil casos novos por ano. Em relação ao câncer de pulmão, que é o que mais mata no Brasil, mais de 32 mil casos novos todos os anos. Isso é um impacto muito grande na população e nas nossas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao custo do tratamento, somente no SUS, o Governo gasta quase R$4 bilhões; em 2022, gastou-se isso com o tratamento de câncer no SUS. É um valor extremamente alto.

E a sobrevida e o desfecho clínico para um paciente dependem em grande parte da precisão do processo cirúrgico. A cirurgia ainda é o principal tratamento para o paciente que tem um câncer sólido. E embora a cirurgia seja tão importante, ainda há muitos desafios na exatidão e na precisão do processo cirúrgico que impactam o sucesso desse procedimento para o paciente. A realidade é que todos os dias, quando um cirurgião fecha uma incisão durante um processo cirúrgico, ele questiona: "Será que eu retirei todo o câncer? Será que células cancerígenas ficaram para trás? Será que eu deveria ter tirado mais tecido ou será que eu deixei alguma sequela nesse paciente?". Essas são perguntas que não dependem do talento do cirurgião, da experiência do cirurgião. Elas estão relacionadas à complexidade do processo cirúrgico.

A gente tem a impressão de que a cirurgia é algo assim: você vai lá, corta, está tudo terminado, mas não! Existem vários desafios na cirurgia do câncer. O primeiro, que eu queria citar, é que é bem difícil identificar os tecidos de câncer, assim, a olho nu, com a anatomia. Você está ali cortando o tecido, está sangrando, especialmente nas margens. Quando você chega àquela margem entre o tecido de câncer e o tecido normal, as células de câncer se parecem muito com o tecido normal. Então, é muito difícil para o cirurgião, mesmo com muita experiência, identificar de uma forma exata.

Muitos cirurgiões usam a patologia de congelamento. É usada em cirurgia, não em todos os casos, mas é um processo muito lento, 45 minutos. O paciente fica aberto na mesa esperando, com mais chance de infecção, de complicações e também é uma técnica altamente inexata, é uma técnica de cem anos que a gente ainda utiliza na medicina. Como resultado dessas limitações, em muitos casos, o que acontece? Células de câncer acabam ficando no paciente, o que a gente chama de margem positiva. Sobre uma margem positiva, há vários estudos clínicos que mostram que causa recidiva, reduz a sobrevida e aumenta a chance de metástase para os pacientes. Ou há um excesso de tecido normal que é retirado para dar uma segurança, porém, muito tecido normal é funcional. Isso pode causar sequelas, complicações para os pacientes, principalmente, por exemplo, numa cirurgia de câncer de cérebro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, embora os pacientes saiam de uma cirurgia pensando que eles chegaram a uma cura, com a esperança de voltar à vida normal, as consequências da falta de exatidão e precisão do processo cirúrgico são muito grandes para os pacientes e as famílias e, em muitos casos, são devastadoras. Primeiro, demoram-se dias para se ter um resultado do processo cirúrgico. A gente fica esperando a patologia pós-operatória para saber com certeza se a margem é positiva ou negativa. O paciente já está em casa. Você já terminou a cirurgia e ainda não tem aquele resultado concreto. Por exemplo, em cirurgias de câncer de mama, 15% a 25% dos casos têm uma margem positiva. E o que acontece? A gente leva o paciente de volta à sala cirúrgica, porque esse primeiro procedimento cirúrgico não foi de sucesso, não é? Então, você tem que fazer uma reoperação – uma reoperação – nesse paciente.

Porém, nem todos os pacientes podem fazer uma reoperação. E o que se faz? Mais tratamento, tratamentos adjuvantes, mais quimioterapia, mais radioterapia, mais tempo fora do trabalho, longe da família, mais sofrimento, estresse físico, emocional e financeiro.

Esse é um problema enorme no Brasil. Somente no SUS são mais de 180 mil cirurgias de câncer por ano – somente no SUS –, sem contar as cirurgias nos hospitais particulares e todos os hospitais no Brasil. Há uma necessidade urgente de se desenvolverem novas tecnologias para resolver esse problema tão crítico na cirurgia do câncer.

E foi para isso, Senadora Eudócia, para ajudar nesse problema tão crítico que nos afeta de uma forma tão profunda, que eu criei a caneta MasSpec Pen, para transformar o processo cirúrgico. A caneta informa ao cirurgião em segundos – em segundos! –, dentro do corpo do paciente e com exatidão, exatamente onde o câncer termina e onde que o tecido normal começa. A caneta é uma tecnologia sofisticada, mas de propósito eu a fiz num formato bem simples, para que todos os cirurgiões e todos os profissionais de saúde consigam utilizar.

Vocês estão vendo aí nessa foto a gente utilizando a caneta para analisar um tecido; e eu vou explicar de uma forma bem simples como ela funciona. Quando um usuário toca no tecido, na pontinha da caneta, a gente libera uma gota de água – na verdade, é água estéril, a caneta é esterilizada, completamente segura para o paciente. Essa água extrai ou remove moléculas do tecido. Da mesma forma que a gente usa a água para fazer um cafezinho – a gente não extrai as moléculas do café e daí a gente toma o nosso cafezinho? –, da mesma forma, a água interage

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o tecido e extrai as moléculas que são naturais do tecido. Daí a gente transporta essa gota com as moléculas para um espectrômetro de massas, para fazer a análise molecular. Essa análise é segura. A caneta é fácil de usar, não precisa de muita experiência, não precisa de muito treinamento. Ela é rápida, dez segundos por análise, extremamente rápida, eficaz, não é invasiva, descartável, biocompatível. E a gente não tem que usar nenhum contraste. Em muitas tecnologias, você tem que injetar o paciente com um contraste antes e isso não tem... A gente está lendo a condução molecular natural da caneta.

Eu adoro essa figura, porque você vê que não há dano nenhum, nenhuma sequela ao tecido. É um processo extremamente gentil e molecular, mas não causa nenhum dano ao tecido. Então, a gente pode utilizar no tecido normal sem danificá-lo.

Aqui eu tenho um vídeo mostrando para vocês a gente utilizando a caneta. Então, o cirurgião toca no tecido, a gotinha faz a extração das moléculas, que são características do câncer e do tecido normal, a gente transfere para um espectrômetro de massas, que é um equipamento científico, que daí lê essa composição molecular e a gente tem um gráfico com as moléculas que foram lidas. E essas moléculas são as biomarcadoras do câncer.

A caneta estabelece uma nova categoria do que eu chamo de cirurgia molecular inteligente. É uma cirurgia em que se está sendo guiado por uma informação molecular que antes simplesmente não existia na sala cirúrgica. A tecnologia é sofisticada, mas é fácil de ser utilizada e pode ser implementada em grande escala. Os dados moleculares são complexos, mas a gente usa a inteligência artificial para converter esses dados numa decisão simples e fácil dos cirurgiões interpretarem. Então, a gente toca no tecido, analisa as moléculas e usa a inteligência artificial para comunicar essa decisão para o cirurgião: é câncer ou é tecido normal? Tudo isso em dez segundos, dentro do corpo humano e sem causar nenhum dano ao paciente.

Eu acredito de todo o coração, e as evidências clínicas e científicas indicam, que a caneta realmente pode mudar tudo nas cirurgias do câncer.

Os cirurgiões são capacitados com essa informação molecular para diagnosticar e tratar os pacientes. Isso pode levar a menos reoperações, porque a gente identifica as margens positivas dentro do paciente antes do fechamento: se a margem está positiva, você retira mais; se a margem está negativa, você deixa. Então, a gente elimina a possibilidade de uma segunda cirurgia. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem menos sequelas e complicações. O tecido normal, que não tem câncer, não precisa ser retirado, porque não há a dúvida, você tem a confirmação antes de cortar, sem danificar o tecido. As decisões são cem vezes – no mínimo, cem vezes – mais rápidas. A gente está falando de segundos *versus* 30 minutos da patologia de congelamento ou dias e até semanas do pós-operatório. O tratamento é mais eficiente e exato e elimina desperdício de verbas. Menos tratamentos, menos segundas cirurgias, cirurgias mais rápidas, mais leitos disponíveis para outros pacientes. É um benefício para todos, não somente para os pacientes e os cirurgiões, mas também para o sistema de saúde.

Os resultados que a gente tem são transformadores. A caneta funciona em todos os tipos de câncer sólidos que a gente já estudou. Então, eu fiz uma listinha aí para vocês verem todos os tipos de câncer – cérebro, tireoide, pele, pulmão, fígado, mama, ovário, pâncreas, ossos, sarcomas ósseos, sarcomas moles, próstata, colorretal, boca – que a gente já testou. Em câncer de mama – a gente fez agora um estudo –, tem 99% de exatidão no hospital público lá em Houston, onde eu moro; em câncer de pulmão, 95% de exatidão; de tireoide, 92,4% de exatidão; em melanoma, a gente está com um estudo-piloto agora em que a gente tem 100% de exatidão na identificação do melanoma. Então, é claro que os resultados são muito exatos e podem ajudar o processo cirúrgico.

A gente tem mais de uma década de estudos clínicos. Os cirurgiões amam a caneta, eles adoram testar a caneta. Então, aqui estão algumas imagens para vocês verem a avaliação de margens cirúrgicas em cirurgia de pulmão, de mama, em cirurgia robótica de pulmão; a identificação de tecidos e tumores benignos – a gente não somente identifica o câncer, mas a gente identifica o tecido normal –; e a identificação de metástase, pois a gente consegue identificar os sítios de metástase dentro do paciente para retirar aquele tecido já com a mesma cirurgia.

A gente já testou a caneta em mais de 450 cirurgias em cinco hospitais: em Baylor College of Medicine, onde eu trabalho; no hospital público de Houston, que atende a população mais desfavorecida no Estado do Texas; no MD Anderson Cancer Center – a gente tem vários estudos lá –; em Los Angeles, na Universidade da Califórnia em Los Angeles; e no que mais me emociona, pois começamos o primeiro estudo de validação aqui no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. E o Dr. Carlos vai contar mais sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também queria usar esta oportunidade para falar que foi uma prioridade para mim trazer a caneta para o Brasil. A gente tem pessoas na Inglaterra, na Índia, na China, no mundo todo, pedindo a caneta, mas eu falei: "Não, o primeiro lugar internacional vai ser no Brasil". E esse estudo com o Albert Einstein tem sido transformador.

Eu queria falar que o impacto da caneta também começa antes da cirurgia. Eu falo muito sobre o processo cirúrgico, mas a gente também tem estudo utilizando a caneta para o diagnóstico da doença. Por exemplo, isso aqui é a utilização para o diagnóstico de câncer de boca antes da cirurgia. Se você tem uma lesão na boca, você toca a caneta, sem dor, sem biópsia, e ela identifica em tempo real se é câncer ou não. É a mesma coisa para o diagnóstico de câncer de pele: você pode tocar a caneta na pele e saber se aquela lesão, aquela pinta ou alguma coisa diferente na sua pele é câncer ou não. Então, isso também é outra aplicação de caneta que tem um impacto muito grande.

Qual que é a proposta que eu trago hoje, Senadora Eudócia, para a senhora, para os convidados, para todos que estão ouvindo? Nenhum país do mundo implementou a caneta ainda em escala nacional. E o meu foco, o meu objetivo é que o Brasil seja o primeiro a implementar a caneta em nível nacional. No Brasil, hoje, fico muito feliz de que a caneta existe em estudos de pesquisa no Albert Einstein, mas isso é um ponto um tanto limitado. A proposta que eu tenho é que o SUS se torne o primeiro sistema de saúde no mundo a implementar a caneta, em larga escala, para todos os tipos de cânceres e para todos os pacientes. (*Palmas.*)

Gente, eu trabalho nos Estados Unidos, e o SUS nos Estados Unidos é uma referência mundial. A gente fala do sistema público de saúde americano, mas não tem nem comparação com o SUS. O que o SUS providencia ao povo brasileiro é incrível. É uma referência de qualidade e equidade na saúde pública. A caneta, Senadora, reforça e valoriza os princípios do SUS: universalidade, equidade e integralidade de tecnologias, um avanço no tratamento dos pacientes.

Quais são os benefícios da caneta?

Benefícios aos pacientes. A gente pode revolucionar o tratamento de câncer para todos. A cirurgia vai ser completa na primeira vez. No primeiro processo cirúrgico, a gente vai ter certeza de que todo o câncer foi retirado sem espera – sem espera –, o resultado é imediato, porque não tem que mandar para a patologia, é dentro do corpo humano, dentro do processo cirúrgico. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai levar à redução de reoperações e tratamentos adjuvantes. Há menor chance de recidiva e metástase e menor estresse emocional, físico, financeiro aos pacientes e às famílias. E o cuidado é otimizado e centrado na pessoa, é um cuidado personalizado. E muito importante: há menos sequelas e complicações. Eu sei que temos vários pacientes aqui que entendem as complicações que podem advir do processo cirúrgico. A caneta identifica o tecido normal antes de ele ser removido. Hoje, você tem que tirar o tecido e daí ver se é normal. Com a caneta, se é normal, você não faz nenhum dano ao tecido. Então, você preserva esse tecido funcional; melhora a qualidade de vida do paciente; reduz o tempo de recuperação e reabilitação. Quantas pessoas ficam em recuperação e reabilitação por semanas, meses, por causa de um processo cirúrgico que não foi com exatidão? Então, você acelera a volta do paciente ao trabalho, à vida, à sua família, algo que é extremamente importante no tratamento dos nossos pacientes. E há algo que eu acho muito importante: a gente vai democratizar o acesso a um tratamento de excelência, tratamento de qualidade para todos, padronizado com a inteligência molecular, que a caneta providencia para o processo cirúrgico. Pacientes ricos e pobres, em qualquer lugar do Brasil, podem ter acesso às melhores cirurgias.

E os benefícios para o SUS e também para o sistema particular de tratamento de saúde no Brasil? Eu diria que o custo-benefício é imenso.

Cirurgias mais rápidas, precisas e eficazes, todo mundo quer isso. A gente não quer ter que fazer uma reoperação – são mais gastos, mais custos desnecessários. Haveria redução de custos de tratamento adjuvantes, de radioterapia e quimioterapia. Haveria menor número de consultas no pós-operatório, com menos complicações. Eu diria que a redução de gastos com câncer seria imensa, Senadora Dra. Eudócia. Menos cirurgias, menos tratamentos resultam em menos gastos para o sistema de saúde, que podem ser colocados em outros tipos de projetos, de prioridades.

Por exemplo, eu fiz uma estimativa. Com um valor de R$15 mil por cirurgia, se a gente disser que a caneta vai evitar uns 20% de cirurgias que foram desnecessárias, por conta de margens positivas, reoperações, seria uma economia estimada de R$500 milhões anuais em cirurgias somente no SUS. Seriam milhões em economia com tratamento adjuvantes – quimioterapia, radioterapia, imunoterapia –, que são tratamentos ótimos, mas são caros. E, às vezes, são feitos somente porque teve um câncer ainda deixado no paciente. Além disso, a cirurgia de precisão favorece o cuidado precoce, que evita gastos com os estágios mais avançados. Se você está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo uma cirurgia exata, precisa, você consegue manter o câncer num estágio mais inicial. O câncer no estágio I custa ao SUS R$17 mil, no tratamento inteiro. O estágio IV custa R$356 mil. É uma diferença gigante nos custos do tratamento.

Eu diria também que haveria a otimização do sistema do SUS e de outros órgãos do Governo. A gente vai disponibilizar mais leitos e equipes médicas para mais pacientes; haver menos tempo na fila de espera, porque a gente está fazendo cirurgias mais rápidas, os pacientes não estão voltando para outras cirurgias; e também diminuir o tempo de afastamento e todos os custos do INSS com afastamentos e seguro, porque ainda estão se fazendo mais tratamentos que poderiam ter sido prevenidos.

Eu também diria a autonomia dos profissionais de saúde. A gente vai capacitar os cirurgiões para que eles possam decidir com precisão. A gente padroniza a qualidade técnica de todos os hospitais, e não tem a dependência que hoje acontece, com a escassez de patologistas especializados.

O benefício...

O próximo eslaide... Opa! Acho que travou.

Benefícios à economia no Brasil. Eu diria que a caneta pode trazer muitos avanços na economia e em inovação. Se a gente trouxer o sistema para o Brasil, aconteceria uma geração enorme de empregos, milhares de empregos poderiam ser gerados, com desenvolvimento da indústria no Brasil. Se a gente tiver 100 a 200 sistemas da caneta com 180 mil cirurgias por ano, a gente está com engenheiros de calibração, técnicos, cientistas de dados... A fabricação da caneta pode gerar realmente um avanço muito grande na economia.

E eu também diria a soberania de dados. Eu não quero deixar a minha palestra muito complexa, mas os dados moleculares que a gente adquire são imensos. Há muita informação molecular que a gente pode utilizar como um banco de dados nacional para identificação de terapias, para estudar o processo do câncer e avançar a soberania do Brasil, também com a utilização da inteligência artificial, nesses dados moleculares. Eu acho que é uma parceria ideal para o hospital inteligente que a Dra. Ludhmila está organizando.

Seria o Brasil à frente, liderando o uso de tecnologias no tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, os pacientes brasileiros querem a caneta. A demanda pública da caneta já existe. As perguntas chegam para mim todos os dias. Todos os dias, a gente recebe uma mensagem perguntando: "Lívia, quando estará disponível no SUS?". Eu tenho os comentários aqui do Instagram.

"[Olhe, eu] ia até republicar [o seu estudo], mas infelizmente só fica com os ricos essa tecnologia, não abrange o SUS e [...] [a] grande demanda."

"Maravilha [Lívia] de notícias. Parabéns para ela. [...] só um detalhe: neste hospital só vai salvar milionários."

"[...] só os ricos [...] [vão ter] acesso."

E essa é a realidade que a gente precisa mudar. A gente pode fazer... O acesso à tecnologia de ponta tem que ser para todos.

E não é porque as pessoas só estão chateadas, não. As pessoas estão preocupadas com as pessoas que elas mais amam.

Olhem esta mensagem dessa mãe: "Onde posso ter mais informações? Meu filho de 15 anos foi detectado com tumor cerebral. [...] ninguém [me] falou da caneta. [Aonde eu posso ir para o meu filho ser tratado?]".

Um outro falando: "[A minha amiga tem câncer de mama, está com metástase nos ossos, no fígado, uma pessoa maravilhosa, do bem, jovem, com tanta vida pela frente.] Gostaria de pedir, por favor, [...] [sua ajuda]. Você é a única esperança que tenho".

O povo quer essa caneta, e eles entendem que traz esperança e melhor tratamento para o câncer.

Quais seriam os próximos passos, Senadora Eudócia? Aqui eu estou pedindo a sua ajuda: uma parceria com o Governo para a gente trazer a tecnologia para os pacientes do SUS e para o Brasil antes do resto do mundo, realmente colocando o Brasil na liderança do tratamento oncológico. Queria muito uma parceria com a Anvisa, conversar com eles para discutir como a gente pode acelerar e priorizar a aprovação. A gente tem dados de mais de 450 cirurgias que mostram a segurança da tecnologia. Não causa danos, é estéril. Nunca tivemos uma complicação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– nunca! – com nenhum paciente em que a caneta foi testada. Nunca tivemos uma complicação, nenhuma infecção, nada, nada com uso da caneta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sim...

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Os resultados da pesquisa revelam a precisão e exatidão da caneta.

Então, um grupo de trabalho conjunto com a Anvisa, com a Conitec, com o Governo, com os líderes de hospitais, para discutir o caminho regulatório acelerado, ancorado numa lei que eu vou discutir.

Próximo.

Parceria com o Governo para um investimento, não sei, através do Governo, do Senado, do BNDES, para a gente poder acelerar o desenvolvimento e a implementação no Brasil.

Também com parcerias com o novo PAC na saúde, hospitais inteligentes, o Inca e outras instituições de pesquisa.

Também uma colaboração com a Conitec para discutir como a gente pode trazer a tecnologia ao SUS. Acho que o custo-benefício é claro, a eficácia e a segurança também são claras, e os pacientes do SUS com certeza merecem o tratamento que a caneta oferece. Acho que o Hospital do Amor seria um local ideal para a gente começar a implementação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sim.

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Olha, o Brasil é uma nação que lidera a saúde pública mundial. Acho que a gente às vezes esquece desse fato que é muito importante...

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sim...

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – ... mas quando decide fazer, a gente tem que decidir fazer o impacto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, o programa de aids e de HIV é um modelo copiado pelo mundo todo, foi um sucesso enorme. As vacinas da Fiocruz e do Butantan também protegeram a soberania do país em relação à produção de vacinas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sim.

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – O Hospital de Amor é um modelo de ciência pública internacional, financiado em parte por emendas parlamentares. E agora, Senadora, é com o cuidado oncológico – através das leis e das propostas que a senhora tem feito para o nosso povo.

Então, a gente pode usar a mesma estratégia com a caneta: sistema público, capacidade soberana, liderança global aplicada à cirurgia de câncer com a caneta MSPen.

A legislação que já existe apoia a utilização da caneta. Eu dei uma pesquisada, viu, Senadora? Eu não sou política, mas eu dei uma pesquisada. A Lei 14.785, de 2023, prioriza o tratamento mais preciso e menos invasivo para os pacientes. E isso é a caneta, nas palavras da própria lei. A Lei 15.358, de 2026, prioriza as tecnologias contra o câncer, explicitamente equipamentos, dispositivos e procedimento.

E a lei dos 30 e 60 dias? Existem prazos legais para o diagnóstico e tratamento, mas são amplamente descumpridos. Por quê? Porque tem as pessoas na fila, tem procedimentos que não são eficazes. A precisão da caneta é a promessa para que se cumpra essa lei.

Também tem muito investimento agora presente no Brasil com a nova indústria para reduzir a dependência de importação. E o meu objetivo é trazer a caneta para o Brasil também para avançar a indústria.

Então, as leis já estão aprovadas, a estratégia industrial está financiada. E eu acredito que a tecnologia da caneta cumpre as duas.

Para terminar, a gente tem que agir agora, né, Senadora?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Como a senhora tem feito. Eu acho que a hora é agora. A gente não tem tempo para perder, né?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não...

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Se a gente perde tempo, a gente perde vida, os nossos familiares são afetados, mães perdendo filhos, com cirurgias, com câncer pediátrico.

O interesse é mundial, mas a minha prioridade é o Brasil primeiro, é trazer para cá primeiro. A tecnologia está comprovada, a tecnologia é brasileira, porque eu sou brasileira. (*Risos.*)

O câncer é a prioridade para o Governo. É lindo de ver agora, através do seu trabalho, Senadora, tantas leis, imunoterapia, coisa que a gente nunca imaginou.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sim.

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – E a senhora corajosa, batalhadora, que ama o povo brasileiro, lutando pelos pacientes de câncer.

As leis e financiamentos atuais estão alinhados com a proposta e os centros de excelência de câncer já existem para a implementação no Brasil.

Gente, o povo brasileiro tem esperança e confiança nos benefícios que a caneta pode trazer no tratamento das pessoas que elas mais amam nas suas vidas, e por isso é realmente importante.

Quero falar só um pouquinho de mim para finalizar. Essa tecnologia foi criada por uma brasileira. Eu sou apaixonada por ciência, mas eu também sou apaixonada por pessoas, e a minha prioridade é beneficiar o Brasil.

Eu nasci e cresci em Campinas. Formei-me pela Unicamp, em Química; fiz meu doutorado fora, na Purdue, em Indiana; e fiz pós-doutorado, em Química, na Stanford, na Califórnia. Eu já tive vários cargos acadêmicos. Sou Professora Titular na Baylor College of Medicine, também no MD Anderson Cancer Center, e sou a Vice-Diretora de Pesquisas nessas instituições.

Isso é para dizer para vocês que eu sei o que eu estou falando. Confiem em mim. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha produtividade tem mais de 120 artigos científicos, dezenas de patentes relacionadas a tecnologias e alguns dos prêmios, que eu acho que validam a importância da caneta.

Quando eu fazia Química, na Unicamp, eu recebi o Prêmio Zeferino Vaz pelo primeiro lugar da minha turma. Um dos grandes prêmios que eu recebi foi o Nobel Laureate Signature Award, que foi a melhor tese de Química de todos os Estados Unidos, em 2012. Eu sou bolsista Genius do MacArthur e já estive em várias listas da *Forbes* relacionadas à medicina. A gente tem 16 patentes concedidas, patentes no Brasil, da caneta.

Eu coloquei esse eslaide aqui para falar que tudo isso não importa, na verdade, se a gente não fizer um impacto verdadeiro. O que adianta você ter *paper*, você ter patente, você fazer todas essas coisas na ciência se elas não causam um impacto real na vida das pessoas? E é esse o meu objetivo de estar aqui hoje.

Então, Senadora Eudócia, é uma honra enorme estar aqui com você. Eu espero que, através da nossa parceria, a gente consiga realmente transformar isso num projeto de lei, em atuações que realmente beneficiem o povo brasileiro.

Então, muito obrigada.

O meu *e-mail,* para quem quiser entrar em contato, e também o meu Instagram, se vocês quiserem me seguir.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Quero parabenizar a senhora, Dra. Lívia, pela brilhante explanação e pela brilhante pesquisa.

Por você ser brasileira, nos representar internacionalmente e, mais ainda, por você se preocupar com a sua nação, com o seu país – onde você nasceu, se criou e tem família – e você fazer tudo isso sempre pensando no nosso querido Brasil, pensando no povo brasileiro. Se eu já a admirava, agora eu estou a admirando mais ainda. Mais uma vez, repito: além da parte tecnológica, dos estudos e das pesquisas, você se preocupa em tornar essa pesquisa uma realidade, em materializar tudo o que você fez e, mais ainda, em priorizar o seu país, começando pelo Brasil. Foi isso que eu achei interessante, Dr. Carlos Eduardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria lhe dizer, Dra. Lívia, que, entre aquelas leis que você colocou, estão faltando duas leis.

A Lei do Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer, que é a Lei 15.385, da minha autoria, foi sancionada; ela era projeto de lei, agora é lei. Nesse marco regulatório, eu tive o cuidado de colocar, tanto eu, como autora, como também o Relator, a questão das pesquisas, porque nós sabemos que o nosso país, o Brasil, está muito aquém, em termos de investimentos em pesquisas, frente a outros países.

O marco regulatório da vacina contra o câncer, de que eu fui autora e que foi sancionado tem mais ou menos dois meses – eu tinha um ano e três meses aqui de mandato –, fala sobre a pesquisa e fala também dos avanços tecnológicos para serem incorporados aqui no nosso país.

Então, isso que você pleiteou quando você terminou sua palestra já existe, através da Senadora Dra. Eudócia, que teve a preocupação e levantou essa bandeira do câncer aqui no Senado. Porque nós sabemos, como você colocou em um dos eslaides, que o câncer é a segunda doença que mais mata no Brasil e no mundo – no mundo –, e a gente não pode cruzar os braços para uma doença tão avassaladora como é o câncer, doença esta que, além de avassaladora, é tempo-dependente. Quanto mais você demora a avançar em tecnologias de ponta e também tratamentos medicamentosos de ponta, mais você vai perdendo vidas, porque é tempo-dependente, e não é isso que a gente quer para os nossos pacientes oncológicos aqui do nosso querido Brasil.

E também tem outra lei, de que eu fui Relatora dessa vez, que você até comentou rapidamente – que agora é lei, era projeto de lei e agora é lei –, que é a lei sobre as imunoterapias. É a Lei 15.379, de 2026. Na sua próxima palestra, você tem que acrescentar duas leis ali agora. (*Risos.*)

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** (*Fora do microfone.*) – Está bem.

**O SR. CARLOS EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA** (*Fora do microfone.*) – Apague os eslaides.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Exato. Na verdade, acrescentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa lei das imunoterapias era uma lei, Dra. Lívia, que já estava aqui há seis anos parada no Congresso Nacional. E eu peguei essa lei para mim, como a Dra... desculpa, como a Senadora Damares colocou, literalmente: eu a coloquei debaixo do braço e fui conversando com os colegas, explicando da importância – foi aprovada aqui no Senado.

Essa lei das imunoterapias fala o seguinte: o SUS só tinha duas imunoterapias, e essas imunoterapias não chegavam na ponta, não chegavam para os nossos pacientes oncológicos. E, através dessa minha relatoria das imunoterapias, eu fiz com que o SUS absorvesse o rol das imunoterapias que consta na ANS (Agência Nacional de Saúde), que é a rede suplementar. Então, com isso, o SUS hoje... depois dessa lei, hoje todos os pacientes oncológicos que dependem totalmente do SUS também têm o direito a esse rol de imunoterapias que tem na Agência Nacional de Saúde, de forma que os pacientes que são da rede particular, da rede suplementar e que dependem totalmente do SUS hoje têm acesso a todas as imunoterapias que tem na ANS, que no total são oito – oito imunoterapias. Quando a lei é sancionada, tem o processo de implementação, e agora eu estou lutando nesse processo de implementação, mas é algo em que a gente já avançou sobremaneira.

Eu queria colocar essas duas questões para você ficar ciente de que isso já existe e de que isso já está em prática. E agora a gente está nesse processo de chegar na ponta, lá nos nossos pacientes.

E outra coisa que eu queria comentar com você, Dra. Lívia, é que, como você falou, a caneta é rápida de se conseguir, uma vez que é feita por impressão 3D, não é?

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** (*Fora do microfone*.) – Hum-hum.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Então, gente, pasmem: essa caneta que a Dra. Lívia mostrou é produzida em 3D, no computador. Olha como a Dra. Lívia tem uma tecnologia assim muito avançada, de ponta. E ela imaginou – já estou colocando que você imaginou, espero que proceda –: bom, se eu mandar a indústria confeccionar essa caneta, ela vai sair muito cara. E eu posso produzi-la no computador, com a tecnologia, com a inteligência artificial, através da impressão 3D, e isso vai diminuir muito o valor agregado à caneta. É isso mesmo, Dra. Lívia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – É, a gente fez toda a produção para pesquisa através da impressão 3D. Então todos os que você viu... Porque também a gente usou materiais de impressão 3D que são biocompatíveis, para ter certeza na segurança, né? Mas a caneta mesmo a gente pode produzir através também da nossa *startup*, a gente consegue produzir em alta escala para implementação.

E a tecnologia da espectrometria de massas também cada vez mais implementada no setor clínico... Eu não citei isso, mas a caneta é acoplada, é um espectrômetro móvel que a gente usa em baterias, é um sistema que a gente utiliza em vários centros cirúrgicos. Então, a caneta é descartável e aquele sistema é utilizado, vai em rodinha, como um ultrassom, e a caneta se acopla, né? E daí a parte do tratamento de dados que a gente usa a inteligência artificial. Então, é um sistema completo mesmo para guiar o cirurgião.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu queria frisar, Dra. Lívia... Eu coloquei aqui alguns pontos muito importantes que você colocou, porque, quando o médico-cirurgião oncológico está com paciente lá, já em processo cirúrgico, dentro do centro cirúrgico, ele tem poucos segundos para pensar, como você falou. E, às vezes, a biópsia por congelação não é tão rápida; é como a Dra. Lívia falou: leva em média 30, 35, 40 minutos, talvez até um pouco mais, em média isso. E aí está lá o paciente com a cavidade abdominal, se for o caso de tumor intra-abdominal, ou, se for de cérebro, com o crânio aberto e assim por diante, está lá o paciente deitado, recebendo a anestesia, e o médico tendo que pensar rapidamente se ele vai retirar mais alguma margem cirúrgica ou se aquilo ali está tudo bem.

E aí o que essa caneta faz? Como a Dra. Lívia já explicou, uma gotinha de água capta essas moléculas que vão para o espectrômetro...

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** (*Fora do microfone*.) – Hum-hum.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... de massa e aí faz o estudo dessas moléculas: são cancerígenas; não são cancerígenas; se são cancerígenas, qual o percentual que foi ali da quantidade de moléculas cancerígenas. E aí, através desse estudo, Dr. Carlos Eduardo, vocês comunicam a pessoa que está lá acompanhando: "Ó, a margem ainda tem células cancerígenas, vamos aumentar a margem"; ou: "Não, fica tranquilo, pode fechar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parede ou pode fechar o crânio ou pode fechar... se for cirurgia de mama e assim por diante, que está tudo certo...

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Isso mesmo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... você tem segurança para fechar". E aí evita exatamente o que a gente não quer que aconteça: primeiro, que o paciente seja reoperado por implantes metastáticos pós-cirurgia; segundo, que o gasto para o SUS é muito maior, porque é uma nova cirurgia, o paciente tem que se submeter a todo o procedimento, mais tempo longe da família, longe do trabalho, longe da escola, longe do seu dia a dia; e a terceira questão é, como você também colocou, se a gente tem um tumor sólido de estágio I ou II, ele não vai evoluir para estágio III ou IV, que o gasto é muito maior...

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Muito maior.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... porque o colega conseguiu ressecar, seguramente, toda aquela área que tem as células cancerígenas.

Você colocou também, Dra. Lívia, que o resultado é 100% mais rápido, porque em dez segundos sai o resultado, isso é muito importante. Quatrocentas pessoas já fizeram esse tipo de procedimento e foi exitoso, então isso nos dá uma segurança muito, muito grande.

Você também colocou, que eu achei interessante, eu coloquei aqui, que serve também para diagnosticar...

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Sim, esse é um ponto.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... lesões de pele, lesões de cavidade oral.

Então, se precisar fazer a biópsia, tirar um pedaço... Porque aí seria uma cirurgia, que é para fazer a biópsia, muitas vezes, e outra cirurgia para retirar o tumor, mas entra também como diagnóstico, não só durante ali a cirurgia, mas também como diagnóstico – e aí dessa forma não precisa da biópsia, como eu já falei.

E uma coisa bem importante que você falou: evita quimioterapia e evita radioterapia. Isso é fantástico, fantástico, porque nós sabemos que a quimioterapia leva a complicações, compromete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o organismo do paciente que já está com diagnóstico de câncer, que já está comprometido. Então, isso eu achei fantástico, Dra. Lívia.

Resumindo, eu teria muita coisa para falar, porque realmente é tudo muito novo, muito impactante, é um divisor de águas na medicina. A gente vai poder falar sobre as doenças oncológicas que há o antes e depois dessa caneta.

E eu quero aqui parabenizá-la, Dra. Lívia, parabenizá-la com todas as letras, como a gente fala, Dra. Lívia Eberlin, por essa fantástica iniciativa, por essa mente tão abençoada por Deus, por ter tido essa ideia. Você que fez graduação em química, depois pós-doutorado e assim por diante, PHD, tudo que você teve direito você fez. Parabéns, é superestudiosa.

Quero parabenizá-la, quero dizer que você me representa na área médica. A minha área é gastroenterologia pediátrica. Sou pediatra e gastro. E, assim, você me representa, você é um marco na história da oncologia, de inovação tecnológica na área de oncologia. Você veio para fazer história, está fazendo, ou já fez, e precisamos consolidar e avançar.

Nessa questão do SUS, para trazer aqui para o Brasil, tenha certeza de que eu irei andar lado a lado com você, para a gente sentar junto com o pessoal da Anvisa, com a equipe da Anvisa; meu amigo e diretor Dr. Thiago Campos, que é uma pessoa muito aberta ao diálogo e muito sensível a essas questões. E também a Conitec, que não é diferente, a gente vai ter uma colega que vai falar representando a Conitec, que é a Dra. Cecília Menezes. E também, com certeza, o Poder Executivo vai abraçar essa causa através do Ministério da Saúde, porque é uma causa nobre, é uma causa que vai salvar vidas.

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Exato.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – É uma causa que, além de salvar vidas, vai minimizar a dor na vida das famílias, como você mostrou ali em várias mensagens.

Então, com certeza, o Ministério da Saúde vai abraçar essa causa porque é maravilhosa para o povo brasileiro. E como não abraçar essa causa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Carlos Eduardo vai ter direito à fala, mas, antecipadamente, já quero parabenizar a equipe do Albert Einstein, que aceitou fazer essa parceria com vocês. Então, o Dr. Carlos Eduardo vai ter direito à fala e vai explicar tudo direitinho para nós.

Enfim, Dra. Lívia, se fosse para falar sobre você e sobre essa pesquisa, eu acho que a gente levaria a manhã inteira. Como nós não temos a manhã inteira, você já fique preparada para um segundo convite, que espero que dê para encaixar na sua agenda.

Eu quero aqui, antes de passar a palavra ao próximo palestrante, cumprimentar todas essas mulheres lindas que estão aqui presentes, que sempre estão lado a lado comigo, desde a CASCANCER, a Subcomissão que eu criei dentro da CAS, que avançou muito nos estudos da oncologia aqui no Senado Federal. Vocês não me largaram, e eu não larguei vocês. (*Palmas.*)

Estamos aqui, lado a lado, lutando, porque é uma luta – viu, Dra. Lívia e Dr. Carlos? –, não é fácil, é uma luta, mas essas meninas não me deixam, e vocês são minha inspiração. Quando eu vejo vocês, aí é que me dá vontade de trabalhar, de vencer desafios, de quebrar muralhas, e é sobre isso.

Então, eu estou aqui falando da Expedita, que representa a ONG Vencedoras Unidas. Minha querida Expedita, que está ali, parabéns. (*Palmas.*)

Eu estou aqui falando da Fátima, representando a ONG Recomeçar. Fátima, parabéns pela sua luta. Estamos juntas. (*Palmas.*)

Eu aqui estou falando da minha querida Kazumi, que representa a ONG Escolhemos Viver. Olha que nome lindo: Escolhemos Viver! Parabéns, Kazumi. (*Palmas.*)

Estou falando também aqui da Lourdes Capitulino, representando a ONG Recomeçar. Lourdes, parabéns pelo seu trabalho e por todos que fazem parte da ONG Recomeçar. (*Palmas.*)

Estou aqui também falando da Nerina, que representa a ONG Recomeçar também, junto com a Lourdes e junto com a Jucilene. Está também aqui a Nerina. Então, Lourdes, Jucilene e Nerina, muito grata pela participação. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar também a Val Costa, também da Recomeçar. Eita, que a ONG Recomeçar está em peso aqui, hein?! Que maravilha! Também está a Joaninha, também da ONG Recomeçar.

Parabéns a vocês.

Joaninha, meu abraço fraterno a todas vocês. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar a Cíntia, também da ONG Escolhemos Viver. Cíntia, parabéns pelo seu trabalho. Você é uma pessoa maravilhosa! (*Palmas.*)

A Cíntia tem doença metastática e está nessa luta aí de tratamento. Vai dar certo – viu, Cíntia?

**A SRA. CÍNTIA CERQUEIRA** (Para expor.) – Eu tenho câncer cerebral, já passei por três craniotomias e estou na fila para mais uma, estou preparando para mais uma craniotomia. E saber que fazer uma cirurgia, se eu tivesse usado a caneta, às vezes, lá atrás, eu não teria feito esse tanto de craniotomia, talvez eu não precisaria dessa nova craniotomia. Então, assim, é tremendo.

E tem outra coisa também: para o paciente oncológico – eu falo como paciente metastática –, o período de 40 dias que a gente fica para pegar o resultado da biópsia é mais aterrorizante do que você fazer a cirurgia, porque a gente sabe que tem e aí ele vai e tira, e a gente pensa: "Meu Deus, será que tirou tudo? Será que ficou?".

Então, essa caneta, para a gente, eu acho que vai ser essencial.

E não demore, não! Eu quero que chegue antes da minha próxima cirurgia.

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** (*Fora do microfone.*) – Eu também! (*Risos.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Na verdade – viu, Cíntia? –, a Dra. Lívia já fez a parte dela com excelência. Agora é nós nos unimos aqui no Brasil para que a gente possa levantar mais essa bandeira e possa avançar para chegar até vocês, se Deus quiser, tá?

Agora eu quero também cumprimentar as associações e ONGs que estão assistindo, vocês que estão nos assistindo através da TV Senado ao vivo. São essas as associações que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhando: Escolhemos Viver também está assistindo ao vivo; Vencedoras Unidas; Instituto Vencer o Câncer; a ONG Recomeçar; a Femama...

A Femama está aqui presente através da Baby, gente. Baby, não poderia esquecer você, minha querida Baby, representando a Femama.

... e também a ONG Vencedoras Unidas.

E também tem a Cida, da Recomeçar, não é isso, Cida? Quem é a Cida? Cida, parabéns, por você estar aqui presente. (*Palmas.*)

E eu quero continuar aqui. Também estão nos assistindo, além da Femama e de todas as anteriores de que eu já falei, a Abac-Luz – muito grata por vocês estarem nos assistindo e participando – e a Todos Juntos Contra o Câncer também – essa ONG é incrível, parabéns por vocês estarem nos acompanhando nesta sessão, neste debate tão importante, que vai avançar com certeza e vai fazer a diferença no tratamento oncológico do nosso querido Brasil, dos nossos pacientes oncológicos aqui do nosso querido Brasil. E também quero cumprimentar e agradecer a participação da Abrale.

Fico muito grata, gente. (*Palmas.*) Uma salva de palmas para todas vocês, que não desistem, que participam ativamente, de forma direta ou indireta, mas que faz toda a diferença.

E agora eu quero passar a palavra para o Doutor... Dra. Cecília, depois do Dr. Carlos Eduardo, será você a palestrante. Quero passar a palavra ao Dr. Carlos Eduardo dos Santos Ferreira, que é Gerente Médico do Laboratório Clínico de Medicina Diagnóstica do Hospital Israelita Albert Einstein.

Mais uma vez, grata pela presença. Iremos aprender muito com o senhor. Muito grata pela participação.

**O SR. CARLOS EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA** (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos, é um prazer estar aqui junto com a Lívia. À Dra. Senadora, agradeço o convite para contribuir um pouco com a disrupção que a Lívia trouxe para o tratamento, para o diagnóstico e para o tratamento também – coloco assim – do câncer no contexto geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Senadora já me apresentou, eu sou médico, sou patologista clínico, estou representando aqui o Einstein Hospital Israelita e também represento a Sociedade Brasileira de Patologia Clínica e Medicina Laboratorial. Eu fui Presidente da nossa sociedade durante a pandemia, período duro, em que a sociedade e os laboratórios contribuíram muito para o diagnóstico, com PCR – todo mundo se lembra do exame chato –, e a gente pode também estar junto com a Lívia nesse projeto aí, com a sociedade também dando apoio.

Como eu falei, eu fui Presidente durante a pandemia, sou Diretor de Acreditação e Qualidade também, para destacar a qualidade dos laboratórios clínicos do país, que são de excelência e referência mundial.

Na minha apresentação, vou contar um pouco da história de como a gente se conheceu. Eu conheci a Lívia através da tecnologia dela e a convidei para dar uma palestra aqui no Brasil, em 2018, isso num congresso no Rio. De lá para cá, a gente veio conversando, a pandemia deu uma esfriada, e ela foi dar algumas palestras num congresso de referência nos Estados Unidos. Coincidentemente, na saída do hotel, eu encontro com ela – a gente estava hospedado no mesmo hotel – e falei: "Vamos levar a tecnologia para o Brasil? Vamos fazer o projeto?". E, de lá, começou a ideia em relação a trazer aqui para o Brasil o projeto da caneta.

Então, esse é um pouquinho... E é lógico, é um projeto bem complexo, envolve várias pessoas dentro de um hospital. O nosso hospital é de alta complexidade, e, com o apoio dela, da empresa e de todos os colaboradores aqui do Einstein – depois, eu faço os agradecimentos no final –, a gente pôde trazer esse primeiro projeto aqui do Brasil. É um projeto de pesquisa que já está bem avançado, a gente está caminhando aí... Provavelmente, até o final do ano, a gente termina os 60 casos prometidos: 30 de tireoide e 30 de cirurgias de pulmão.

Eu vou trazer um pouquinho o que a gente pensa sobre o projeto e algumas partes dos resultados, o que vai ajudar até a esclarecer um pouco o que foi trazido aí pela Lívia e pela Senadora.

Aqui é parte do time que participa do projeto – não dá para colocar a foto de todos. O Ken é o pesquisador principal, amigo da Lívia também, conhecido nosso, que trabalhou no A.C.Camargo. Hoje, ele é responsável pela pesquisa no Einstein, pesquisador sênior no Einstein.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Gustavo tem um papel fundamental, passou um período de tempo com a Lívia nos Estados Unidos, para ter o aprendizado *in loco* da tecnologia. A partir desse momento, ele veio e está aplicando dentro do centro cirúrgico – é ele que está *in loco* nas cirurgias captando esses resultados.

E há os cirurgiões, lógico, todo o time da cirurgia torácica e da cirurgia de cabeça e pescoço do Einstein: o Dr. Ricardo Terra e o Dr. Cernea.

A gente está falando que a tecnologia que a caneta propicia é uma medicina de precisão. É a medicina que a gente trabalha neste século, a medicina dos quatro P's, que tem precisão, personalização, participação... Eu vejo aqui muitos pacientes, e os pacientes vão ser fonte importante de tomada de decisão no câncer. Hoje, é importante saber se você vai querer ir para uma cirurgia, se você vai querer tomar uma medicação. Vai ser importante, cada vez mais, com avanço o tecnológico e terapêutico, o paciente sendo parte da decisão nesse processo.

Na medicina de precisão, a gente tem as técnicas chamadas multiômicas. A gente tem os sequenciadores de última geração, que hoje já são realidade – a gente tem o projeto Genomas Raros (Grar), via Proadi, no Einstein, em que a gente usa esse tipo de tecnologia – e a espectrometria de massas chegando aqui para agregar valor na parte de metabolômica.

Então, a gente falou de genômica, a parte de genomas raros – a gente já está bem avançado com a tecnologia – e a parte de metabolômica, em que entra a tecnologia da Lívia, com a caneta para captar, dentro da parte metabolômica, a parte de lipídios, que eu acho que são as moléculas que mais identificam o câncer direto.

A caneta propicia a gente ir direto ao tumor e buscar as moléculas que estão diretamente relacionadas com ele.

Então, a gente vai conhecer os metabólicos específicos para cada tumor e para cada paciente. Isso vai ser possível também no futuro, quando a gente tiver uma biblioteca mais avançada, e ali vem o potencial de inovação terapêutica também para o câncer. Então, essa identificação dessas moléculas vai contribuir muito para essa parte terapêutica também. Então, aqui é só para mostrar toda a parte das terapias multiômicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando da espectrometria de massas – a Lívia e o pai dela, o Marcos, conhecem bem isso, montam e desmontam esses equipamentos com uma tranquilidade muito grande; a Lívia nasceu praticamente dentro de um laboratório de espectrometria de massas – e só tentando trazer de forma mais fácil para o entendimento do público, a gente tem aqui um espectrômetro de massas separado em quatro partes.

Na primeira e na segunda, a caneta vai pegar a amostra direto no tecido, vai colocar isso em um conector, vai transformar essa água com esse tumor – como a Lívia falou, passa o cafezinho ali –, vai aquecer aquela água e vai gerar "buzzinhos" que vão ser identificados nesse espectrômetro de massa. Aqui eu já agradeço também à Thermo Fisher, que foi parceira do projeto com a gente dentro do Einstein, empresa que disponibilizou o equipamento espectrômetro de massas, para a gente poder realizar a nossa pesquisa. Há a detecção dos íons e depois a gente cria aqueles picos, aqueles picos que são aquelas moléculas em que a gente consegue saber se é o câncer ou se não é o câncer. Essa é mais ou menos, numa forma bem simples, a tecnologia.

No projeto, no Einstein, a gente está fazendo com pulmão e com tireoide, como eu falei. A gente vai direto com a caneta no tecido. Isso pode ser feito *ex vivo* – depois que o cirurgião tirou parte do tumor e isso é feito fora – ou pode ser feito diretamente no intraoperatório – para os tecidos de cérebro, isso é bem disruptivo até para preservar tumor, o cérebro preserva tumor, e tirar também toda a questão da margem cirúrgica. A gente começou com os dois, e a ideia é que a gente expanda para cérebro; Lívia, a gente está com envolvimento com os neurocirurgiões, e a ideia é que a gente possa estar expandindo para cérebro em breve.

A partir do momento em que a caneta encosta, vai para o aparelho, gera aqueles picos e faz a leitura.

A grande disrupção também do processo é que antes o anatomopatologista – eu sou patologista clínico, normalmente você acaba se confundindo na parte de laboratório e anatomia – fazia a congelação, fazia a leitura da lâmina no visual, lia e assim tinha uma margem de imprecisão muito maior. Aqui a gente está indo direto no tecido, direto no tumor, extraindo as moléculas daquele tecido tumoral e do tecido sadio. A capacidade disso no futuro: hoje, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimento *gold standard* é o procedimento que a gente tem; no futuro, provavelmente o *gold standard* vai ser o diagnóstico molecular do tumor, não tenho dúvida quanto a isso.

Aqui, algumas fotos, só para ilustrar a caneta – essa caneta é um modelo que a gente recebeu, Lívia, da primeira leva –; ali, o cirurgião com a caneta encostando no tecido. Como a Lívia colocou, ela realizou em torno de 400 cirurgias, a gente está em torno de 45, e, assim, sem dano nenhum para o paciente, sem dano nenhum para o tecido. O processo corre de maneira igual, só que a gente está testando a caneta – o processo hoje corre de maneira igual: indo para a congelação, indo para a avaliação do patologista.

Aqui, já a foto dentro do centro cirúrgico. Naquela foto ali de cima, sou eu, o cirurgião, o Gustavo e o Ken, na primeira cirurgia dentro do Centro Cirúrgico do Einstein. Ali embaixo, é uma cirurgia de pulmão: praticamente hoje o pulmão é feito todo por robótica na instituição, a gente não tem cirurgia a céu aberto. Então, a utilização da caneta é feita no *ex vivo*, é tirado e avaliado direto no ex vivo e é feito...

Quem sabe no futuro, com o robô...Já se tem a caneta robótica e a ideia é que se possa ir direto, via robô, encostar no tecido. Isso vai ser realmente bem disruptivo. Tem um pessoal da medicina intervencionista no Einstein que está bem animado, Lívia, para utilizar durante a intervenção também.

Aqui são partes dos resultados. Em relação ao nosso trabalho, eu trouxe só de pulmão. De pulmão, não; desculpa, de tireoide. A gente tem 23 cirurgias; praticamente são todos tumores papilíferos de tireoide. A gente tem outros tecidos saudáveis de tireoide e alguns tumores benignos de tireoide. O nosso tamanho médio do tumor é de oito 8mm; praticamente foi metade em homens e metade em mulheres. Aqui, nas fotos, a parte mais escura é o tecido normal; a parte mais clara é o tumor.

Aqui também dá para ilustrar. A caneta está encostando onde é o potencial tumor. Aqui, no caso, posso dizer que é o tumor porque foi feito e foi avaliado.

É só para mostrar como é simples, assim, a avaliação por inteligência artificial. Isso é o nosso banco de dados com 23 cirurgias. Para o lado verde, são os lados do tumor; para o lado esquerdo são os lados do tecido normal. Então, hoje a gente consegue separar muito bem o que é tecido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normal do que é tumor de tireoide e de pulmão. São os dois tecidos que a gente está testando; isso fica muito bem separado.

Aqui esses números são as quantidades de moléculas específicas do tecido tumoral e do tecido saudável que a gente fez. Assim, à direita são vários. Às vezes, tem três, cinco tumores e todas as moléculas, e são algumas moléculas com que a gente consegue carimbar o tumor.

A Lívia, acho que chegamos a conversar... É lógico que, com uma quantidade maior de cirurgias, você vai classificando melhor essas moléculas, e, a partir do momento em que a gente consegue identificar seis ou sete – hoje a gente está com 24 praticamente –, a gente sabe diferenciar um tecido normal de tireoide de um tumor papilífero só encostando.

Na mesma hora em que se fez... O processo demora, o cirurgião fica aguardando a congelação. Hoje, como pesquisa, o Gustavo não pode estar informando se é ou não é; ele tem que ficar quieto, esperar a congelação. Mas ele há muito tempo já está ali, como ele falou, e, em dez segundos, ele já tem a informação que demoraria a chegar, como demora chegar no processo normal.

Eu coloco também, só para ilustrar essa parte de patologia Lívia, que eu acho que pode vir a substituir até mesmo o procedimento normal da patologia para identificar direto no tecido, direto na molécula o tipo histológico – é lógico que com o aumento da biblioteca. Hoje a gente tem uma variedade muito grande de cânceres, de tipos diferentes de câncer no mesmo tecido, e, a partir daí, de quando a gente tiver a biblioteca designada para cada um dos tipos específicos de câncer – está-se testando em vários tecidos –, a gente pode avançar.

Um outro projeto também, que está sendo aprovado junto com o seu pai – acho que você está sabendo –, é em relação ao teste do pezinho, também a utilização da caneta para triagem neonatal, que pode ser uma outra aplicação importante da utilização da caneta.

Por fim, assim, são várias instituições que abraçaram o projeto. Eu já agradeci também à Thermo, ao hospital; à Fapesp, que colabora com a pesquisa no Estado de São Paulo; à empresa da Lívia, a MS Technologies; à caneta MasSpec Pen e a todas as instituições de pesquisa que contribuíram com a gente nesse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço em especial à Lívia, à empresa dela, a todos os colaboradores por acreditarem que a gente pudesse trazer esse projeto para o Brasil. Agradeço ao Dr. Sidney Klajner, nosso Presidente do Einstein, que é gastrocirurgião e está animadíssimo desde o início. O envolvimento da alta liderança da instituição é fundamental para que o projeto venha para a frente.

Agradeço à Thermo, já agradeci. Reconheço todas as contribuições das equipes clínicas e cirúrgicas, cirurgiões, e todos os auxiliares, enfermeiros e profissionais da área da saúde que participam do projeto; toda a equipe do Einstein. Um projeto desse não é simples, envolve engenharia clínica, envolve manutenção, envolve SCH, envolve centro cirúrgico, envolve agendamento, envolve um monte de áreas dentro do nosso hospital.

Agradeço às agências de fomento, já falei da pesquisa, e a todos os pacientes que, voluntariamente, contribuíram para participar dessa pesquisa. Eu acho que isso é um marco importante. Para a gente caminhar, para a gente buscar essas informações dessas moléculas, vocês são peça fundamental para que esse projeto possa caminhar. (*Palmas.*)

Agradecendo aos pacientes, agradeço à Sra. Senadora, Doutora. Obrigado e uma boa manhã para todos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dr. Carlos Eduardo, sua fala foi brilhante. Parabéns pela sua exposição, por nos explicar com tantos detalhes toda a técnica sobre essa caneta! Achei incrível quando você colocou – até perguntei à Dra. Lívia, aqui do lado – que ela tem a capacidade de fazer todo o histopatológico também. Fazendo o histopatológico, vocês têm como fazer o estadiamento também?

**O SR. CARLOS EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA** – Não, na questão em relação ao estadiamento a gente precisa ter o conhecimento de todo tipo de tumor, porque para cada tumor... Você pode ter um mesmo tumor papilífero que seja diferente em vários pacientes e até em pacientes no resto do mundo. Eu acredito que a gente possa até reclassificar alguns tipos de tumores com base na estrutura molecular.

A gente teve isso dentro do laboratório. A microbiologia, que faz a identificação de bactéria, que faz a identificação de vírus, mudou. Ela era uma identificação bioquímica, que foi para diagnóstico por PCR, e hoje está na espectrometria de massas, hoje as bactérias são identificadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por espectrômetros de massas. Com essa informação que a caneta consegue obter direto do tecido, provavelmente a gente vai conhecer o tipo histológico e provavelmente a gente vai poder até reclassificar os tumores no futuro, Lívia, eu acho que isso é um potencial.

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Senadora Dra. Eudócia...

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não.

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – ... foi isso que eu quis também dizer com a soberania dos dados. Se você implementar uma tecnologia em larga escala, em escala grande, a gente pode começar somente com câncer *versus* normal, como é muito importante para a cirurgia, mas, com o tempo, a gente vai fazendo mais subtipificação histológica e subtipificação molecular, e os dados vão se alimentando, crescendo. A gente consegue caracterizar a combustão imune, de que a senhora me perguntou também, do tumor, e também, tendo mais decisões, quais são as moléculas, por exemplo, que vão indicar que um paciente vai ter metástase para a gente já ter um tratamento mais agressivo.

Então, a informação molecular é o ouro, é a precisão e a exatidão que a gente não tem hoje com os métodos disponíveis, principalmente dentro da cirurgia, na cirurgia e na anatomia.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pode falar.

**O SR. CARLOS EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA** – Só para completar. É um diagnóstico em tempo real, no tempo real do câncer. Isso é realmente disruptivo. Você vai substituir uma técnica antiga, de que a Lívia falou, por um diagnóstico em tempo real. Esse que é o diferencial em relação à utilização da caneta e da técnica.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, mais uma vez, vocês estão de parabéns...

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... Dra. Lívia e Dr. Carlos Eduardo!

Quero dizer que essa caneta vai muito além do que a gente pode pensar agora, neste exato momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não, Cíntia.

**A SRA. CÍNTIA CERQUEIRA** – Eu tenho um câncer ósseo também. Só que a gente não faz, pelo SUS, biópsia de (*Fora do microfone.*) câncer ósseo, ninguém faz biópsia, e muitas vezes não é nem câncer, às vezes é uma lesão, e a gente passa pelo tratamento de radioterapia, que muitas vezes chega a ser pior do que a quimioterapia. Eu mesma tive queimadura de primeiro grau. Então, assim, essa caneta serviria para identificar? Porque a biópsia é feita com uma agulha, né?

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** (Para expor.) – Com biópsia de agulhamento, a gente já fez também, até discuti com o Carlos: a gente pode pegar as células da biópsia de agulhamento e analisar com a caneta, e você saberia de imediato se realmente é câncer ou não. Então, esse também é um dos potenciais na caneta. Embora tenha que ter acesso ao tecido, a gente pode utilizar também biópsias que são minimamente invasivas e daí fazer a análise do tecido fora do corpo, com certeza.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Obrigada pela resposta, Dra. Lívia.

Como eu estava falando, com o que você está estudando hoje, você já sabe, como o Dr. Carlos também já tem esse olhar mais longe, mais para a frente, que isso é o começo, mas vai avançando, porque, chegar ao ponto de poder também fazer estadiamento – o estudo patológico já é possível –, fazer estadiamento e com precisão e rapidez, isso vai mudar vidas. É como eu falei inicialmente: é um divisor de águas essa pesquisa, essa caneta, que já é real, que já se materializou, foi pesquisa e agora se materializou. Então, é um divisor de águas do antes e do depois do tratamento de ponta dos tumores sólidos. Então, é motivo de muita alegria e honra poder tê-los aqui para a gente discutir sobre essa sua pesquisa de tanto sucesso, tão meritória.

Eu agora convido a Dra. Cecília Menezes Farinasso, que é Tecnologista, representante da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec). Ela está por videoconferência.

Dra. Cecília, a senhora tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Agradeço o convite. Podem me ouvir?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, mas está um pouco baixo. Será que você poderia falar um pouquinho mais alto?

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (*Por videoconferência*.) – Posso, posso sim. Melhorou?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Melhorou muito.

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (*Por videoconferência*.) – Então, bom dia a todos. Obrigada pelo convite.

Cumprimento todos da mesa, todos os presentes e as associações de pacientes.

Como já foi dito, meu nome é Cecília Farinasso, sou servidora do Ministério da Saúde. Venho aqui representar o Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, que faz o papel da Secretaria-Executiva da Conitec.

Peço licença para compartilhar minha apresentação. (*Pausa.*) É possível vê-la? Podem ver minha apresentação?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim.

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (*Por videoconferência*.) – Então, vou fazer aqui uma breve exposição. Foi muito falado, e parabenizo a Dra. Lívia pela grande... não é bem uma descoberta, mas um grande desenvolvimento na ciência. Com certeza é uma tecnologia muito inovadora, disruptiva, diferente de tudo o que a gente tem visto, inclusive porque o padrão-ouro que se usa na histopatologia da análise por biópsia realmente é muito antigo. E nada havia sido desenvolvido até hoje que pudesse competir com ele.

Eu vou falar um pouco, brevemente, sobre como funciona a Conitec, como uma tecnologia pode vir a ser analisada pela comissão e incorporada ao SUS formalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Conitec, de que a gente fala, é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, é um órgão colegiado permanente, que integra a estrutura do Ministério da Saúde...

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Cecília, só um instante. Acabou que o compartilhamento da sua exposição caiu. Você tem como recolocar, por gentileza?

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (*Por videoconferência*.) – Tenho, sim. Só um momento. (*Pausa.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Retornou.

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (*Por videoconferência*.) – Pode...?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, pode continuar.

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

A Conitec é um órgão que integra a estrutura do Ministério da Saúde e tem como objetivo assessorar o Ministério da Saúde com relação à incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias em saúde no SUS, bem como constituir ou alterar PCDTs (Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas). Como tecnologia em saúde, de acordo com a lei, a gente entende todas as tecnologias com finalidade de tratar, prevenir ou diagnosticar uma doença, bem como programas de saúde, entre outros.

De acordo com a nossa legislação, a incorporação de tecnologias no SUS deve-se pautar pela análise das evidências existentes sobre uma tecnologia, especificamente sobre eficácia e segurança. No caso de uma tecnologia diagnóstica, como deve ser o caso da caneta, seria com base em evidências de acurácia comparativa, sempre em comparação com o que já é disponível no SUS para a mesma finalidade, além de estudos de avaliação econômica seguidos de estudos de custo-efetividade e análise de impacto sanitário.

O prazo de avaliação de uma tecnologia pela comissão é de 180 dias e pode ser prorrogado por mais 90 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as análises que passam pela comissão são expostas à consulta pública pelo prazo de 20 dias. Então, toda a sociedade pode se manifestar com relação ao que está sendo avaliado pela comissão.

E, até o momento, a comissão não pode avaliar procedimentos que ainda são considerados experimentais. No caso...

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Cecília, perdoe-me por interromper. O seu microfone está captando outros ruídos, e a gente está ouvindo muito mal, a qualidade não está boa. Eu acho que você tem que fechar a parte de captação externa, por gentileza.

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (*Por videoconferência*.) – Vou mudar aqui. (*Pausa.*)

Melhorou? Vou continuar apresentando. Qualquer coisa, vocês podem me falar...

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Por enquanto, está tudo bem, Dra. Cecília. Pode continuar.

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (*Por videoconferência*.) – Está certo.

No caso da caneta, o primeiro passo realmente seria obter o registro sanitário por parte da Anvisa antes que a Conitec pudesse fazer uma avaliação formal, de acordo com a nossa legislação atual.

As competências da Conitec são emitir relatórios de recomendação sobre incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias pelo SUS, além de fazer a constituição ou alteração de diretrizes e protocolos clínicos, além de atualizar a Rename (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais).

A estrutura da Conitec é composta por três comitês. Então, existem o Comitê de Medicamentos, o Comitê de Produtos e Procedimentos e o Comitê de Protocolos Clínicos. E a Secretaria Executiva, que é composta pelo Dgits (Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde), onde eu trabalho, que funciona como a Secretaria Executiva da Conitec dentro da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante pontuar que a Conitec faz recomendações, mas a decisão é por parte do Secretário ou, no caso, da Secretária da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Então, a Conitec emite recomendações, mas a decisão final é do Ministério da Saúde.

A composição da Conitec tem 17 cadeiras e recentemente foi atualizada, no ano de 2025, para incluir uma cadeira específica para organizações de sociedade civil, são organizações de pacientes, além de outras secretarias do Ministério da Saúde, da ANS, da Anvisa, da Associação Médica Brasileira, entre outros.

O que é necessário para que uma tecnologia seja avaliada pela Conitec? É necessário haver uma demanda externa. Na Conitec e no Dgits, a gente não pode se demandar a si mesmo. É necessário que haja uma demanda externa ou interna do Ministério da Saúde ou de outra secretaria. E, para isso, eles precisam fazer um formulário preenchido juntamente com o registro sanitário da Anvisa e apresentar evidências científicas que demonstrem que a tecnologia a ser incorporada é, no mínimo, tão eficaz e segura quanto a que já está disponível no SUS com a mesma indicação. Por exemplo, no caso da caneta, seria a própria análise histopatológica da biópsia. Então, seriam necessários estudos de avaliação da acurácia científica da nova tecnologia frente ao que já é empregado hoje no SUS. Da mesma forma, os estudos de avaliação econômica, de custo-efetividade, de impacto sanitário também precisam ser em relação à comparação ao que já é disponível no SUS para a mesma indicação. É necessário também submeter à comissão o preço que fixaram conjuntamente com o registro sanitário. No caso dos medicamentos, existe um preço que é fixado pela Cmed, que é um órgão dentro da Anvisa. Então, é necessário, também, junto com o registro sanitário, haver um preço regulado pela Anvisa para aquele produto.

E, dessa forma, como segue o rito? Depois da solicitação de incorporação dessa demanda, dessa provocação, que pode vir de qualquer parte da sociedade, inclusive tanto de indústrias como de universidades, sociedades médicas, sociedades de pacientes, submetem-se, então, essas evidências científicas e econômicas para a avaliação, que tem esse prazo de 180 dias. Dentro desse prazo, vai haver uma apreciação inicial pela comissão, vai haver a disponibilização para consulta pública e, depois da consulta pública, uma apreciação final. Então, vai ser emitida uma recomendação pela Conitec, que pode ser favorável ou desfavorável, que pode ser recebida pelo ministério, que concorda ou não com a recomendação que foi emitida. Em seguida, é publicada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a portaria no *Diário Oficial da União*. E, a partir daí, existe o prazo legal de 180 dias para a disponibilização no SUS.

Até hoje, foram recebidas no total 1,4 mil demandas, sendo a maioria de medicamentos, mas que também incluem produtos e procedimentos. Quanto às tecnologias, em sua maioria, 56% foram incorporadas, houve recomendação positiva. Uma minoria não foi incorporada. Outras foram excluídas – é o caso de tecnologias que caem no desuso.

E, ao longo dos anos, desde que a Conitec começou a atividade em 2011, desde então a gente tem esse grande número de avaliações e consultas públicas.

E toda a metodologia que nós usamos é pautada num conceito que se chama ATS (Avaliação de Tecnologias em Saúde), que é um processo multidisciplinar que usa esses métodos explícitos e transparentes para avaliar o valor de uma tecnologia em saúde e, além disso, observar a capacidade do sistema de absorver essa tecnologia. Então, são usados parâmetros de avaliação clínicos e econômicos. Observam-se também a experiência do paciente e a experiência também da organização de conseguir captar e absorver essa tecnologia.

Nós também fazemos avaliações de monitoramento do horizonte tecnológico, que é: quando uma nova tecnologia é colocada no mercado, muitas vezes outras tecnologias parecidas com essas estão em desenvolvimento, e aí a gente se prepara para observar se seria o caso talvez de esperar uma comparação para ver se outra melhor vai surgir em curto prazo ou se não tem nada parecido sendo desenvolvido. Então, essa é uma outra etapa de Avaliação de Tecnologias em Saúde.

E nós contamos também com diversos mecanismos de participação social, que é a participação dos pacientes. Então, existe um cadastro de pacientes e associações especialistas em saúde e gestores. Isso é feito pelos canais de comunicação da Conitec, no *site* oficial. Existe a participação de perspectiva do paciente, em que um paciente é convidado à reunião da Conitec para trazer sua experiência com aquela tecnologia. Como eu falei, existem as consultas públicas: tudo que é passado pela Conitec é colocado no *site* aberto para participação, para que todas as pessoas possam se manifestar com relação ao que está sendo discutido. É possível também que haja audiências públicas, que são oitivas do segmento social durante a avaliação. E, como eu falei, existe uma cadeira na Conitec para organizações de sociedade civil, que podem integrar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comissão por meio dessa cadeira rotativa de acordo com o tema que está sendo avaliado. Então, por exemplo, se for um tema de câncer de mama, é uma organização de sociedade civil focada em câncer de mama que participa e que também tem direito a voto.

De modo que tudo que passa pela Conitec é pautado pela transparência e por métodos explícitos. Então, existe a gravação das reuniões da Conitec, todas as pautas e as atas são disponibilizadas no *site*, existe a Conitec em Tempo Real, o que, durante a reunião, é colocado no *site* e também é disponibilizado no YouTube. E tudo isso está disponível no *site* – e aqui vocês podem pesquisar –, assim como a elaboração de diretrizes clínicas.

Para a participação nesta audiência, eu fiz uma breve busca no nosso *site* sobre recomendações prévias sobre tecnologias diagnósticas no SUS, numa linha de tempo com o que a gente tem desde 2012 até agora. Então, são diversas. E isso vai estar disponível também para vocês.

Eu queria destacar que, do início de 2012 até 2014, tinha mais tecnologia de diagnóstico com base em triagem neonatal, doenças raras, alguns agentes infecciosos. Isso foi se especializando até chegarmos agora recentemente, quando houve a incorporação do teste de sequenciamento de nova geração para os genes BRCA1, BRCA2 e o câncer de mama, além de outros testes mais específicos. Então, isso vem melhorando ao longo dos anos.

O que eu quero destacar é que, com a avaliação na Conitec, para a incorporação efetiva no SUS, é necessário primeiramente o registro sanitário da tecnologia. Em seguida, é necessário que haja uma submissão ou interna do Ministério da Saúde ou externa, como indústrias, sociedades médicas, em que mostrem, então, num dossiê, evidências clínicas de que, por exemplo, a caneta detectora seria no mínimo tão segura e eficaz ou tão acurada em detectar cânceres quanto o padrão atual que é adotado no SUS; depois, é necessário que haja também avaliações econômicas de custo-efetividade e dos impactos orçamentários na perspectiva do SUS. Então, é necessário estimar quantas canetas seriam necessárias, quantos pacientes se beneficiariam e qual seria a capacidade do sistema de absorver essa tecnologia. Tudo isso seria submetido ao comitê – que são essas 17 cadeiras, essas 17 instâncias que são representadas na Conitec – que vai analisar formalmente e fazer uma recomendação. E essa recomendação pode ser acatada ou não pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e pelo Ministério da Saúde, que vão emitir a sua decisão final.

E, de novo, quero colocar que os pacientes podem se manifestar na consulta pública, assim como podem se inscrever para participar da perspectiva do paciente, e as organizações de sociedade civil podem ficar de olho, quando for aberta a chamada para inscrição e participação no comitê.

Eu agradeço muito o convite.

Aqui é o nosso *e-mail* para comunicação formal. E todas as informações também estão disponíveis no *site* da Conitec.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dra. Cecília Menezes, parabéns pela sua explanação, que elucidou muitas dúvidas que eu tinha – e, com certeza, a Dra. Lívia também – para que a gente possa dar o pontapé inicial, eu em parceria com a Dra. Lívia e com o Dr. Carlos Eduardo, para que a gente possa fazer essa tramitação na Conitec. E, pelo que eu entendi, tem que também passar em paralelo pela Anvisa... A Anvisa é o primeiro passo, depois Conitec. Nós iremos seguir esse passo a passo que você acabou de colocar, que foi muito elucidativo. Quero parabenizá-la por estar representando a Conitec e ter se disponibilizado para estar aqui conosco nesta audiência pública. Muito grata, Dra. Cecília.

Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo.

**O SR. CARLOS EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA** (Para expor.) – Oi, Cecília. Boa tarde. Parabéns pela apresentação. A gente já teve outras oportunidades de conversar em incorporações de outros procedimentos laboratoriais pela Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial também, ativamente. Você mostrou vários exemplos aí em que incorporamos processos diagnósticos. Então, eu coloco também a sociedade à disposição na avaliação dessa nova tecnologia também, nesse processo de incorporação.

Obrigado, Cecília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Maravilha. Muito grata, Dr. Carlos Eduardo. Quanto mais pessoas se engajarem nesse propósito será muito bom. Muito grata, Dr. Carlos.

Agora, eu convido o Dr. Michel Jamil Chebel, que é membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica e da Câmara Técnica de Cirurgia Oncológica do Conselho Federal de Medicina, para palestrar.

Com a palavra o senhor, Dr. Michel Jamil. Muito grata pela participação.

**O SR. MICHEL JAMIL CHEBEL** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos de novo.

Eu estou em procedimento aqui ainda, mas, em nome da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica, eu queria agradecer o convite e parabenizar a doutora pela brilhante ideia de realizar esse projeto da caneta, que ajuda muito a gente na cirurgia.

Inclusive, agora, estou finalizando uma cirurgia de um tumor de pâncreas, em que eu precisei fazer uma congelação, uma biópsia de congelação, como já foi explicado aí pelo Dr. Carlos também. A gente corta na região onde a gente visualmente acha que não tem mais tumor e envia para o patologista na hora para ele saber se realmente ali não tem tumor ou se ficou célula tumoral dentro do paciente, onde a gente tem que ampliar. E, com o desenvolvimento dessa caneta, acho que isso se torna muito mais fácil. Quando a gente não tem esse patologista dentro do centro cirúrgico, fica um procedimento mais moroso, porque a gente tem que esperar um certo tempo para a resposta, e às vezes a gente não tem essa resposta de forma definitiva e tem que esperar aquele tempo todo, como já foi explicado durante as outras palestras. E, às vezes, tem que reabordar o paciente, ou às vezes não dá nem para reabordar o paciente e tem que indicar uma nova terapia, além da cirurgia, como a quimioterapia e a radioterapia.

Então, essa forma de diagnóstico mais rápida e fácil vai ajudar bastante a gente na cirurgia. Eu, como cirurgião, espero muito que isso venha rápido para a gente ter isso o mais fácil possível, tanto do ponto de vista privado como, principalmente, do ponto de vista público, porque a gente sabe que é difícil a gente ter esse tipo de tecnologia fácil nos hospitais públicos, ainda mais na abrangência que o Brasil tem. É lógico que em centros maiores a gente tem um pouco mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

facilidade de tecnologias e de acesso até aos serviços de patologia de congelação e serviços bons, mas, tendo isso mais simplificado, acho que vai ter uma abrangência maior.

Eu acho que, através da sociedade, a gente vai ajudar também a implementar isso através da Conitec e, se preciso também for, através da ANS, para o sistema suplementar.

Mas, de novo, eu queria agradecer e peço desculpas aí por não conseguir apresentar direito. Eu tive que entrar nessa cirurgia agora. Agradeço novamente a todos os presentes aí.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Dr. Michel Jamil, muito grata pela sua participação.

Você participou mais do que você acha que contribuiu, porque o fato de você, como cirurgião oncológico, falar para nós agora, ao vivo, dentro do centro cirúrgico, dizendo que está operando um tumor de pâncreas e que ajudaria muito se tivesse essa caneta aí *in loco,* para dar, em segundos, em dez segundos, o resultado que você tanto quer, seria o divisor de águas para você aí. Então, é motivo de muita alegria poder ouvir isso de você.

Agora, eu vou passar a palavra para a Dra. Lívia, para ela fazer as considerações dela face ao que você acabou de comentar. E sobre a questão que você colocou, que seria muito bom colocar nos hospitais públicos, nós iremos lutar por isso aqui no Senado Federal. Eu irei lutar para que tenha uma celeridade nesse processo todo entre a Anvisa, a Conitec e a implementação da caneta através do Ministério da Saúde.

Muito grata, Dr. Michel Jamil.

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** (Para expor.) – Dr. Michel, muito obrigada. Aqui é a Lívia Eberlin, eu acho que o seu comentário foi perfeito em relação a você estar dentro da cirurgia. Eu trabalho direto com cirurgiões também nos centros cirúrgicos e eu vejo isso no dia a dia.

Os nossos cirurgiões são maravilhosos, têm muita experiência, muito treinamento e, mesmo assim, devido à complexidade do processo cirúrgico, da anatomia específica de cada paciente e da dificuldade do ponto de vista ótico – de você estar olhando células que às vezes são microscópicas, que estão indo numa parte diferente do tecido –, a caneta pode te dar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação em tempo real dentro do corpo do paciente antes mesmo de o cirurgião ter que tomar uma decisão.

Então, eu queria agradecer de novo a sua participação. E, assim, o meu comprometimento é fazer de tudo para acelerar, trazer a tecnologia ao Brasil, ao povo brasileiro, para contribuir com os pacientes, com os cirurgiões, com o Sistema Público de Saúde e também com o sistema particular com uma tecnologia tão transformadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sim, não tenha dúvida, Dra. Lívia. Como eu já falei, você marcou história e agora é só avançar, cada vez mais.

Eu quero, por gentileza, Dra. Lívia, teve cinco pessoas que fizeram alguns questionamentos e eu quero agradecer a participação delas: a Ana, do Paraná; a Thamires, do Goiás; o Diego, do Mato Grosso; a Joana, de São Paulo; e o Nícolas, de São Paulo.

E eu quero adiantar para a Ana, do Paraná, e a Thamires, do Goiás, que nós iremos mandar por *e-mail* essas perguntas de vocês, uma vez que são ligadas à questão da gestão e à questão também dessa parceria entre as instituições Senado e Governo Federal.

É a questão do SUS de colocar essa caneta, ampliar e colocar na rede do SUS, para que os nossos pacientes com doença oncológica, os nossos brasileiros e brasileiras com diagnóstico de doença oncológica, também, Dra. Lívia, tenham direito a ter essa caneta durante o processo cirúrgico. Assim, eles vão poder, o paciente e o colega oncologista cirurgião, ter a tranquilidade...

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Hum-hum.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... de saber que está atendendo aquele paciente de forma completa; e o cirurgião vai ter a tranquilidade de fechar a incisão dizendo: "Consegui resolver a questão desse paciente."

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – É.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu vou passar agora para você, Dra. Lívia, o Diego, a Joana e o Nícolas. Eles também fizeram perguntas que dá para você responder. Por gentileza, se você puder responder em bloco...

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Leio as perguntas?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pode ler.

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** (Para expor.) – O.k.

Eu vou ler a pergunta primeira do Diego, do Mato Grosso, que perguntou: "Como a utilização da caneta pode reduzir a necessidade de novas cirurgias para retirada de tumores?".

Diego, a gente já conversou sobre isso hoje. Com a caneta, você consegue identificar, no primeiro processo cirúrgico, se ainda há células naquela margem entre o tecido normal e o tecido de câncer, e essa informação não está disponível hoje durante o processo cirúrgico. Então, muitas vezes, os pacientes vão para casa depois dessa primeira cirurgia e, só depois, com a patologia final, você descobre: "Ah, ainda tinha câncer naquela margem", daí tem que fazer uma reoperação. Com a caneta, tendo essa informação já na primeira cirurgia, pode guiar o cirurgião para ampliar as margens e ter certeza de que todo o tumor foi retirado naquele primeiro procedimento.

A Joana, de São Paulo, perguntou: "Como [...] caneta consegue diferenciar [...] células cancerígenas [...] durante o procedimento cirúrgico?".

Então, a caneta faz uma extração molecular bem gentil das moléculas que já estão ocorrendo de uma forma natural nas células de câncer. Através de muita pesquisa – já faz 22 anos que eu estou nessa área –, a gente caracterizou essas moléculas e sabe quais são os biomarcadores de câncer e de tecido normal; o Dr. Carlos também falou isso no nosso estudo no Albert Einstein. Então, a gente já tem aquela exatidão molecular de que esse é um perfil molecular de câncer ou normal, e a caneta lê essa informação molecular em dez segundos. Então, você toca e, em dez segundos, a IA fala ao cirurgião: "É câncer. É normal" e dá essa informação em tempo real.

O Nícolas perguntou: "[...] qualquer tipo de tumor sólido [pode ser identificado] ou é restrita [...] [somente] a mama ou tireoide?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente já fez 12 tumores sólidos e funcionou para todos. Então, a gente sabe que a alteração molecular ocorre em todos os tecidos. Então, eu tenho muita base científica, evidência científica que, sim, funciona para todos os tumores sólidos que a gente já testou, e vamos continuar expandindo.

E a última pergunta da Thamires, de Goiás: "Haverá alguma forma de validação para definir quais são células cancerígenas ou o diagnóstico [...]?".

A gente atualmente valida tudo com a patologia final. A gente é extremamente cuidadoso com isso, de uma forma bem rigorosa. A gente usa, na verdade, dois patologistas que fazem análise cega do tecido e daí a gente usa isso como um padrão para validação, para que, no futuro, no que a gente já faz hoje, a gente faça essa predição com a IA para ter um resultado em tempo real.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Muito grata, Dra. Lívia, pelas respostas.

Eu quero dizer à Ana, do Paraná, que a sua resposta vai para o seu *e-mail*, uma vez que, mais uma vez repito, é a questão mais voltada para o sistema SUS. Aí, dessa forma, nós iremos responder via *e-mail*.

Agradeço a participação de cada um de vocês.

Eu quero também aqui, Dra. Lívia, cumprimentar e parabenizar o seu pai, que é o Dr. Marcos Nogueira Eberlin, que também é químico e que faz toda a diferença na medicina do nosso país. Mande o meu abraço fraterno, os meus sinceros elogios à pessoa dele. Digo que você é fruto do trabalho do seu pai, você o teve como um marco; ele a inspirou. Quero parabenizá-lo, porque, se não fosse o Dr. Marcos, nós não teríamos a Dra. Lívia fazendo toda a diferença na área oncológica internacional e, com certeza, aqui no nosso país, o que já começou através do Albert Einstein, mas é para a gente avançar em outros hospitais.

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Vou agradecer à minha mãe também... (*Risos.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Ela é bioquímica, também trabalhou na Unicamp e também é uma inspiração para mim.

Mãe e pai, né? São todos maravilhosos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Como é o nome da sua mamãe?

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Lucilene.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Lucilene, parabéns também a você, que é bioquímica: sua filha é incrível. E é muito bom saber o que vocês, como pais, trouxeram para a Dra. Lívia e para outros filhos que vocês tiveram, mas aqui eu estou falando especificamente da Lívia e de tudo o que você está fazendo pelo mundo e pelo nosso país.

**A SRA. LÍVIA SCHIAVINATO EBERLIN** – Obrigada, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Isso é motivo de muito orgulho para mim, com certeza, e para todos os brasileiros e brasileiras, Dra. Lívia. Parabéns, de verdade.

Eu queria, antes de concluir a nossa audiência pública, fazer um registro. Nesta data, na data de hoje, a minha homenagem vai à Marinha do Brasil, que celebra hoje sua data magna, em memória da histórica Batalha Naval do Riachuelo, marco de bravura e patriotismo na defesa da nossa soberania. E ao longo de sua trajetória, a Marinha tem desempenhado papel fundamental na proteção das nossas águas, na integração nacional, nas ações humanitárias e no atendimento às populações mais distantes do nosso país. Neste dia, rendemos nossa gratidão aos marinheiros, fuzileiros navais, oficiais e servidores civis, que, com dedicação e espírito de serviço, honram diariamente a missão de servir ao Brasil. Parabéns à Marinha do Brasil pelos seus relevantes serviços prestados à nação! Muito obrigada. Uma salva de palmas para a nossa Marinha. (*Palmas.*)

E agora, nada mais havendo a tratar... Só que antes de encerrar definitivamente, eu quero dizer a você, Dra. Lívia, reiterando minhas palavras, que você pode contar com a Senadora Eudócia, para que juntas e juntos – porque tem aqui o Dr. Carlos Eduardo –, a gente possa avançar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa questão da tramitação de trazer a caneta para todos os hospitais do nosso querido Brasil, especialmente os hospitais que são públicos, que são totalmente SUS, para que os nossos pacientes oncológicos tenham acesso – 100% –, tenham acesso universal a essa caneta, que se chama caneta MSPen; que tenham acesso a essa caneta, que vai fazer – já fez, está fazendo e vai fazer muito mais – a diferença na vida dos nossos pacientes oncológicos.

Então, eu quero dizer a cada uma de vocês que estão aqui presentes, representando várias ONGs no combate ao câncer, nessa guerra contra o câncer – porque é uma guerra... Contra o câncer nós temos que ir com todos os elementos, porque é uma verdadeira guerra.

Quero dizer a vocês e a todo o povo brasileiro que continuarei levantando aqui no Senado essa bandeira do combate ao câncer no nosso país – e aqui eu quero, além de falar com todo o povo brasileiro, mandar também essa mensagem para o meu querido Estado de Alagoas, o qual eu represento aqui no Senado Federal.

Quero dizer a todo o povo brasileiro e a todo o povo alagoano que continuarei aqui no Senado Federal com a bandeira de combate ao câncer levantada e avançando, cada vez mais, nas tecnologias de ponta, para que os nossos pacientes oncológicos tenham cada vez mais acesso universal e equitativo aos tratamentos de ponta em relação ao câncer – e não poderia ser diferente, Dra. Lívia, com essa caneta. De uma forma tão exitosa, de uma forma tão disruptiva, você conseguiu consolidar sua pesquisa, e iremos trazer, sim, para todos os hospitais do SUS.

Nós queremos, juntos e juntas, avançar nessa luta e dizer que os nossos brasileiros e brasileiras que dependem totalmente da rede SUS terão, sim, direito a essa caneta, que vai fazer a diferença no tratamento cirúrgico oncológico dos nossos pacientes. (*Palmas.*)

Muito obrigada, Dra. Lívia, Dr. Carlos.

Eu quero agradecer a cada um de vocês que me dá forças de continuar lutando. Meu muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito grata a todos e a todas aqui presentes. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (34ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA (17ª REUNIÃO), EM 15 DE JUNHO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às quatorze horas e dez minutos do dia quinze de junho de dois mil e vinte e seis, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Roberta Acioly, Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Beto Faro, Rogério Carvalho e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 40/2026 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), REQ 47/2026 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), e REQ 16/2026 - CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Discutir o uso compassivo de terapias em saúde. **Participantes:** Andreia Bessa, Coordenadora Jurídica da Casa Hunter e da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras - FEBRARARAS; Aline Spagnol Fedoce-Silva, Professora Adjunta da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora; Ricardo de Lima Agostinho; Claudiosvam Martins Alves de Sousa, Coordenador de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; Meiruze Sousa Freitas, Coordenadora da Instância Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde - INAEP; Tatiana Coelho de Sampaio, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Mayana Zatz, Professora de Genética do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo; Adriana Ribeiro Barbato, Defensora Pública Federal da Defensoria Pública da União - DPU; e Alcindo Cerci Neto, Conselheiro Federal pelo Estado do Paraná do Conselho Federal de Medicina – CFM. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Mara Gabrilli**
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/15

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a 17ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 40 e 47, de 2026, da CAS, de minha autoria, e nº 16, de 2026, da CCT, de autoria do Senador Flávio Arns, para a realização de audiência pública destinada a discutir o uso compassivo de terapias em saúde.

Eu informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão por meio da Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Eu quero agradecer a presença de todas e de todos os nossos convidados. São eles: Meiruze Sousa Freitas, Coordenadora da Instância Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde – muito obrigada, Meiruze, pela sua presença –; Claudiosvan Martins Alves de Sousa, que é Coordenador de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – muito obrigada, Claudiosvan, pela sua presença –; Andreia Bessa, Coordenadora Jurídica da Casa Hunter e da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas) – muito obrigada, Andreia, pela sua presença –; Tatiana Coelho de Sampaio, nossa Professora e Coordenadora do Laboratório de Biologia da Matriz Extracelular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – muito obrigada, Tatiana, pela sua presença –; Dra. Mayana Zatz, Professora do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva da Universidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São Paulo – que honra! Muito obrigada, Dra. Mayana, pela sua presença –; Aline Spagnol Fedoce-Silva, Professora-adjunta da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora – obrigada, Aline, por estar presente –; Ricardo de Lima Agostinho – muito obrigada pela presença –; Adriana Ribeiro Barbato, que é Defensora Pública Federal da Defensoria Pública da União – a Defensoria Pública sempre nos acompanhando; muito obrigada, Adriana, pela presença –; Alcindo Cerci Neto, Conselheiro Federal, pelo Estado do Paraná, do Conselho Federal de Medicina – muito obrigada, Alcindo, pela presença.

Agora convidamos também o representante da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), mas, infelizmente, não enviaram uma pessoa para falar sobre o uso compassivo de tecnologias de saúde.

E, mais uma vez, obrigada a todas e a todos os nossos convidados por atenderem ao nosso chamado para debatermos um tema de extrema relevância social, mas ainda pouco falado, que é o uso compassivo de medicamentos e de terapias de saúde. E agradeço igualmente a todos que nos assistem pela TV Senado.

Antes de iniciar minha fala, vou fazer minha autodescrição para todas as pessoas terem acesso: eu sou uma mulher branca, de olhos verdes, cabelos castanhos claros um pouquinho abaixo dos ombros; estou com um vestido preto, cinza e vermelho; estou em um ambiente que tem quadros, luz, livros, enfim; e estou sorrindo de alegria de ter vocês nesta audiência tão importante.

O uso compassivo é regulamentado... (*Pausa.*) A nossa legislação entende o uso compassivo como uma demanda individual de cada paciente que será avaliada a partir da indicação do médico responsável, que atesta que aquela pessoa tem a indicação de uso de um medicamento ou terapia novos e promissores, mas que ainda estão em fase de estudo e desenvolvimento. O uso compassivo é regulamentado por resoluções da Anvisa que já estão em vigor e que serão mais bem esclarecidas aqui pelos nossos especialistas para organizar os critérios que autorizam o acesso a essas tecnologias para pessoas que sofrem com doenças graves bastante debilitantes ou que coloquem a sua vida em risco.

Esses pacientes, infelizmente, não dispõem de nenhuma outra alternativa terapêutica disponível no mercado e não há medicamento ou tecnologia de saúde já registrados no país que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consigam atender às suas necessidades. Restam apenas os cuidados paliativos. E como bem sabemos quem sofre tem pressa, e buscar o uso compassivo de terapias ainda em estudo se torna uma janela de esperança que não podemos fechar a ninguém. Esse cenário é muito comum com as doenças raras, já que, de acordo com dados do Ministério da Saúde, cerca de 95% dessas doenças ainda não têm um tratamento que seja capaz de interferir na sua progressão ou mesmo levar à cura. E tudo se torna ainda mais dramático porque 75% das doenças raras afetam crianças e os índices de mortalidade ainda são muito elevados.

A primeira coisa que nos vem à mente quando falamos que alguém é compassivo é que essa pessoa tenha empatia, que consiga se conectar com a dor, com os sentimentos e as aspirações do próximo. Assim, ser compassivo significa ter compaixão e, mais ainda, significa agir e fazer tudo o que está ao nosso alcance para ajudar.

As pessoas com doenças raras, com doenças degenerativas, com lesão medular, como tenho, são exemplos de pessoas com condições igualmente graves que buscam auxiliar por meio dessa discussão. A gente busca auxiliar essas pessoas por meio dessa discussão. Por isso, promovemos esta audiência hoje, reunindo pesquisadores, pacientes e órgãos reguladores para juntos buscarmos os meios para superar os desafios que precisam ser enfrentados. A gente não pode parar de avançar nem ficar parado olhando uma doença avançar. Eu costumo dizer mesmo assim que a ciência vem avançando, nos últimos anos, numa velocidade sem precedentes, mas os avanços sociais precisam acompanhar na mesma medida. Então, assim, precisamos dar respostas e não colocar obstáculos para o acesso célere a direitos de inclusão social, especialmente à vida de tantos brasileiros.

Queremos hoje, nesta audiência, reafirmar nosso compromisso com o direito fundamental à saúde. Queremos dar voz a essas pessoas, às suas famílias e aos profissionais que estão lutando contra o tempo, para tentar um novo experimento e ter esperanças de melhorar a sua qualidade de vida.

E, para dar início ao nosso debate, vamos começar dando voz aos pacientes e associações de pacientes, ouvindo depoimentos de pessoas que precisam lutar para ter acesso ao uso compassivo de novos recursos de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero convidar a Aline Spagnol Fedoce-Silva, que é Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, mas está aqui conosco, principalmente como mãe da Maria Flor, que tem síndrome de Krabbe.

Então, com a palavra Aline Spagnol Fedoce.

**A SRA. ALINE SPAGNOL FEDOCE-SILVA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Liguei o áudio aqui agora.

Gostaria de cumprimentar a Senadora Mara Gabrilli, que preside esta sessão, por requerer esta audiência; o Senador Flávio Arns e a Senadora Damares Alves, por também serem autores do requerimento; e os demais participantes que compõem esta mesa. Agradeço por participar.

Vou fazer aqui uma breve apresentação sobre a doença de Krabbe, que é também denominada leucodistrofia de células globoides, no contexto do uso compassivo de terapias em saúde.

Meu nome é Aline, eu sou Cirurgiã-Dentista e Professora na Universidade Federal de Juiz de Fora. Eu achei importante citar a minha formação, porque muito contribuiu no processo de entendimento, acolhimento e direcionamento, de cuidados e de procura por um tratamento para minha filha. Mais importante do que qualquer outra denominação que eu possa ter, eu sou a mãe da Maria Flor, uma menina linda, que infelizmente sofre e sofreu as consequências da doença de Krabbe. Junto com o meu esposo, Davi, a gente conta essa história.

Para quem não sabe, a doença de Krabbe é uma doença neurodegenerativa rara que é genética recessiva e pode ser proveniente de uma mutação ou dessa recessão genética, e ela acontece quando a gente observa uma alteração no gene GALC. Falando de forma simplificada, a doença é o resultado da falta de uma enzima, que é a galactocerebrosidase. A falta dessa enzima faz com que ocorra um acúmulo de esfingolipídios no cérebro, e esse excesso dessa substância vai causar a perda da bainha de mielina, e a perda da bainha de mielina faz com que o funcionamento do neurônio seja alterado, impedindo a correta passagem da função nervosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, a gente tem algumas consequências como: a irritabilidade e o choro, que são os primeiros sinais observados nessas crianças, o que é bem desesperador para os pais; a perda progressiva das habilidades motoras; rigidez muscular e espasticidade; alterações visuais e auditivas; dificuldade para alimentar e deglutir; comprometimento respiratório; déficit cognitivo; e, com o avançar da doença, condições como a epilepsia, podendo levar até a morte.

Apesar de os cientistas se desdobrarem para encontrar um tratamento específico para a doença de Krabbe, ela ainda não tem cura, mas existe uma saída, um procedimento que interfere no desenvolvimento da doença, podendo impedir sua progressão e trazendo mais qualidade de vida para os seus pacientes e familiares, que é o transplante de células-tronco hematopoiéticas, como a gente pode ver determinado nesse estudo.

Trata-se de uma terapia que não é experimental, ela já é comprovada cientificamente, e em outros países ela é executada tão logo identificada a doença. (*Pausa.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Eu acho que a Aline travou. Vamos dar só um minutinho para ver se ela volta.

Aline...

É ela? (*Pausa.*)

Eu vou passar, então, a palavra para o Ricardo, enquanto a Aline tenta voltar. Está bom?

Então, com a palavra o Ricardo de Lima Agostinho, que é pai do Raffael Pietro, paciente com síndrome de Olmsted, ceratodermia palmoplantar.

Por favor, Ricardo, com a palavra.

**O SR. RICARDO DE LIMA AGOSTINHO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá. Boa tarde, Senadora Mara Gabrilli. Tudo bom? Boa tarde, participantes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Tudo bem, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RICARDO DE LIMA AGOSTINHO** (*Por videoconferência.*) – É muita felicidade estar aqui, juntamente com vocês, por uma luta de quase dez anos, de dez anos, para fazer conhecida a patologia do meu filho.

Eu sou pai do Raffael Pietro, que tem síndrome de Olmstead. Eu vou abrir aqui e compartilhar a tela dele e vou falando a respeito do meu pequeno.

Ele nasceu com pé torto congênito e, com cinco meses de idade... Nós fizemos, primeiramente, o tratamento com o gesso, com o ortopedista. Com cinco meses de idade, ele começou a desenvolver um machucado no calcanhar. E aí, através desse machucado... A gente pensou que era até problema com a órtese. Ele chegou a usar a botinha. E a gente o levou ao médico, ao ortopedista, para poder verificar se era problema de lesão da órtese. Ele falou que não era esse problema e foi quando a gente começou a procurar dermatologistas, em 2015, em 24 de novembro.

Então, ele começou a usar a área de dermatologia. Identificavam como calos; e, no dedo do pé dele, identificavam como fungo. A gente foi correndo de dermatologista em dermatologista até nós chegarmos ao Fernandes Figueira. Chegamos ao hospital Fernandes Figueira – sou do Rio de Janeiro –, e lá começamos as pesquisas genéticas. Através dessas pesquisas genéticas... Conseguimos, via plano de saúde, fazer os exames genéticos, com bastante dificuldade. Mesmo com um mandado, com o Reclame Aqui, com tudo o que tinha direito, o hospital do plano não autorizava, mas, enfim, conseguimos. Fizemos quatro exames genéticos: o primeiro foi o cariótipo; depois o microarray; depois o MS-PV2 e, enfim, fizemos o TRPV3, que constatou a síndrome de Olmstead. Até tivemos dificuldades para conseguir laboratórios que aceitassem fazer o exame, no caso.

E aí conseguimos constatar, via exame genético, descobrir, conhecer essa síndrome. Ela é uma síndrome rara. Na época, nós ligamos para o 0800 Linha Rara. Em 2016, 2017, quando a gente concluiu, ao final, eram 73 pessoas no mundo registradas com a patologia do Raffael. E aí nós nos deparamos com uma doença não somente rara, mas ultrarrara. Em 2018, quando a gente teve esse diagnóstico do TRPV3, voltamos ao Fernando Figueira, e o Fernando Figueira nos informou que a patologia dele era de tratamento assintomático, não tinha mais o que fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E depois dessa informação que nós tivemos do Fernando Figueira, eu, como pai de uma criança que não dormia de dor... As lesões iam aumentando – era queda de cabelo –, crescendo na sola dos pés, na palma das mãos. Ela foi afetando o nosso dia a dia, o nosso sono, o sono dele – ele não conseguia dormir –, e chegamos à santa casa de misericórdia. Aí quando nós chegamos à santa casa daqui do Rio, eles fizeram uma sessão médica e abraçaram a causa. A Dra. Luna Azulay, dermatologista aqui do Rio de Janeiro, começou a nos ajudar. A gente ia para as consultas e ia fazendo com que ela tornasse mais conhecida.

Tivemos que frequentar a Clínica da Dor, porque até então não tinha medicamento específico para essa patologia dele. A gente dava Tramadol para ele. Fomos à Clínica da Dor Crônica, no Hospital Jesus, e aí foi passado – ele já tomava dipirona de quatro em quatro horas; era um intervalo de momentos que a gente tinha da dor dele –, foi acrescentado Tramadol e depois a gabapentina e, mesmo assim, não era o suficiente para as dores dele cessarem.

E aí, em 2019, nós entramos... Em 2019, a Doutora participando de muitas conferências pelo mundo, um médico informou para ela o nome de um medicamento, que é esse aí, o Tarceva. Ela não sabia exatamente, de forma aprofundada, o que era. E aí fomos descobrir que seria um estudo publicado na França, em 2020. Esperamos ansiosamente, porque até então... O outro remédio que foi acrescentado foi a acitretina, que era associada à psoríase. Então, como o problema dele era de pele, amenizou um pouco mais a situação.

Então, chegou esse estudo, quando foi publicado na revista chamada *Jama*. O estudo foi feito no Hospital Necker, em Paris, por vários médicos, com cinco adolescentes. E, no estudo, esses adolescentes, entre 13 e 17 anos, chegaram já cadeirantes. E aí eles acrescentaram esse medicamento e descobriram – aí já é mais questão técnica – que ele era um inibidor da produção da cera, porque essa cera é produzida na sola dos pés, na palma das mãos, no ânus – está vendo que o ânus produz essa cera? –, na sola dos pés. Então, assim, era algo...

Cada dia que passava, era uma novidade para a gente de dores intensas e choros, muito choro, porque a gente não conseguia o mínimo de sossego, principalmente quando foi entrando na fase dele de escola, no maternal. A gente não conseguiu sustentá-lo na escola, por conta das dores. E a gente teve essas dificuldades, principalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando esse estudo saiu, abriu um leque de esperança para a gente. E esse leque de esperança foi que, com essa medicação, no estudo, as crianças já conseguiram botar os pés no chão. Então, para a gente foi uma expectativa muito grande.

E nesse ano de 2020 o que nós fizemos? Juntamos esse estudo e levamos toda essa documentação para a DPU daqui, do Estado do Rio de Janeiro, para tentar esse medicamento via Justiça. Então, no ano de 2020, nós entramos na Justiça para tentar.

O ano de 2020 corria, e não tínhamos retorno dessa medicação. Em 2021, quando estava próximo de ele iniciar o ano letivo natural, porque ele iniciaria em 2022, e a gente já estava tenso, porque no maternal a gente conseguiu o manter em casa, no jardim o mantemos em casa, Deus foi tão bom que ele aprendeu a ler e escrever em casa, com três para quatro anos de idade. Então, isso já nos ajudou.

Antes de 2022, decidimos fazer uma vaquinha, procuramos informação; conseguimos o contato do médico do estudo da França, mandei *e-mail*, consegui o contato do WhatsApp dele, conversei com ele via WhatsApp, e ele nos incentivou mais ainda a usar essa medicação.

E, aí, consegui colocá-lo com a Dra. Luna em conversa. A Dra. Luna se sentiu mais confortável para a gente comprar, porque a gente queria comprar esse medicamento, só que ele não era barato. Na época, nós pagamos R$2,6 mil por uma caixa; e esse medicamento é dosado por quilo. E o Raffael tinha 12kg quando ele começou, porque a patologia é anoréxica. Ela traz disfunção no psicológico e atrasa o desenvolvimento; ela é mutilante, porque ela faz caírem os dedos dos pés, se não for bem-tratada; ela traz atraso no desenvolvimento. Então, assim, ela tem muitas coisas, e a gente até hoje ainda está conhecendo sobre a patologia dele.

E aí nós decidimos e falamos com a Doutora: "Nós vamos iniciar esse medicamento, Doutora, se a senhora permitir ou não, mas nós vamos comprar esse remédio". E aí nós compramos uma caixa e demos a medida que o médico da França, o Dr. Alain Hovnanian, fez para a gente – a posologia –, que era de dois gramas por quilo. Então, como ele tinha 12kg, era um comprimido de 25mg por dia. Mas foi uma experiência de noites de sono de Rafael dormidas; e foi uma felicidade – a Doutora ficou muito feliz. E a gente ficou assim: "E agora? E as próximas caixas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí conseguimos com o apelo das pessoas, o apelo da médica, e conseguimos manter essa medicação, graças a Deus, por doações até hoje; e o processo continuava na Justiça. E, em 2023, esse processo foi negado, justamente por causa de um tema específico que tem na Justiça aí, que é a falta de comprovação científica – e o nosso mundo desabou. A gente não conseguia essa medicação via judicial... Minha esposa em 2019 parou de trabalhar para assistir o meu filho. Eu trabalho por transporte de aplicativo. Às vezes, dormia na rua, não tinha condições... Noites de sono perdida...

E a nossa vida foi sendo transformada de uma maneira que a gente não tinha mais como viver sem essa medicação – ele no caso –, porque essa medicação trazia um conforto para ele, ainda traz. Só que, mediante as doações, a gente não tinha o remédio todos os meses, a gente não tinha a dosagem certa, e ele foi engordando. Hoje, ele tem 24kg, toda vez ele vai numa balança se pesar. Ao mesmo tempo que a gente fica feliz, a gente fica triste, porque a dosagem precisa ser aumentada.

Então, hoje, a gente tenta dar a última dosagem que o médico deu para a gente, que é um comprimido num dia, dois no outro, para tentar chegar pelo menos aos 50mg por dia. O certo seria isso, mas a gente não consegue, porque, se a gente comprar as duas caixas mensal da medicação, dá quase R$6 mil.

Hoje, a gente está pagando, rolou muita briga com a Roche – que é ela que produz –, por uma distribuidora, e a gente consegue um desconto. Hoje, ela sai a R$2.724 cada caixa. A gente luta até hoje e, conforme essa negativa da Justiça em 2024, nós queremos tornar conhecida a patologia de Raffael, porque a gente olhava para um lado, olhava para o outro, conversava com uns, conversava com outros, e era algo novo para todos.

Então, assim, nós decidimos criar um Instagram de Raffael. E hoje a gente pede a ajuda para uma possibilidade de um remédio compassivo, que é regulamentar o fluxo de uso compassivo na Anvisa para doenças ultrararas, é dar segurança jurídica ao médico e criar uma via administrativa, porque quem precisa do medicamento é o meu filho – e a Justiça nos ajudaria.

Então, assim, peço a vocês para que façam, para que a comprovação científica – que já existe – seja suficiente para salvar uma criança, ou pessoas que precisam dessa medicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o meu menino. E aí essa é a nossa luta com essa síndrome de Olmsted. E o que a gente precisa é dessa ajuda, juntamente com os senhores especialistas, para tornar essa síndrome conhecida. E eu sou grato.

E assim, Senadores, erlotinibe não tem fase três, para Olmsted, porque não há interesse comercial. Não porque não funcione, há evidência científica, há laudos médicos. E, para um paciente que, sem ele, perde os movimentos de mãos, pés. Negar o remédio é condená-lo à incapacidade. E hoje meu filho sorri, meu filho é alegre, consegue estudar, está no quinto ano, graças a essa medicação que manteve um pouco da vida social dele. Ele ainda tem muita dificuldade na independência, ele tem muita dificuldade de abrir remédio, de abrir biscoito.

Então, a gente tem uma expectativa, temos uma luz através dessa medicação. Cremos na cura, cremos que a doença é genética, mas nós não temos a herança genética, e cremos em um Deus, que vai curar. E isso tudo está sendo registrado para que, quando ele for curado, nada vai apagar o seu (*Falha no áudio.*). Amém! Está bom?

Isso é o que eu tenho para falar do Raffael. Esse é o meu menino, que hoje está na escola, graças a Deus e ao medicamento, que foi negado pela Justiça e que a gente não tem condições de comprar. Para a gente, está desesperador. Criamos um Instagram, temos uma vaquinha, demos vida a ele. Através do Instagram dele, alcançamos pessoas adultas que nem diagnóstico ainda tiveram.

Então, nós estamos aqui para o meu filho e para outras pessoas que possam ter essa condição genética e que não têm condições financeiras – como a gente não tem – e condições de fazer até exames para comprovar. Infelizmente, a gente precisa da Justiça, precisa de um órgão de saúde mais rápido.

Assim, eu agradeço a minha oportunidade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ricardo, muito obrigada pelo seu depoimento.

Eu esqueci de avisar que cada convidado tem dez minutos para falar. Eu não o interrompi, mas quero deixar claro que, se precisar falar mais um pouquinho, a gente estica. Mas, para que todos possam falar, vamos tentar manter os dez minutos. Eu lhe agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saber se a Aline... A Aline voltou.

Vamos continuar, Aline?

**A SRA. ALINE SPAGNOL FEDOCE-SILVA** (*Por videoconferência*.) – Sim, vamos continuar. Foi uma queda de energia. Perdão!

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Imagina, Aline.

Então, Ricardo, muito obrigada. Muito emocionante esse depoimento seu.

Eu vou convidar, de novo, para falar a Aline Spagnol, que é mãe da Maria Flor, que tem a síndrome de Krabbe.

**A SRA. ALINE SPAGNOL FEDOCE-SILVA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k. Obrigada.

Dando continuidade então, eu vou falar agora sobre a história da Maria Flor através dessa linha do tempo.

Aos dez meses de idade, nós observamos, em uma foto como essa, que a Maria Flor tinha dificuldade de sustentar a cabeça. Aí a gente procurou a ajuda de vários médicos, como pediatra, ortopedista, neurologista, entre outros, e, com um ano e dois meses de vida, nós conseguimos fazer a primeira ressonância. Ao ver as imagens da ressonância, associada a sintomas clínicos, como irritabilidade, choro, entre outros – já havia crises convulsivas –, a médica já deu um possível diagnóstico. A partir daí, foi dado início a uma corrida angustiante em busca de tratamento para Maria, mesmo antes de a gente ter um diagnóstico comprovado, o que demorou, mais ou menos, um mês, quando a gente teve o exame genético em mãos e o exame da enzima, que confirmava a doença. Então, com o diagnóstico em mãos, a gente já tinha uma esperança, que era a de fazer o transplante ou de inscrever a Maria em uma terapia gênica fora do país, mas que não era possível na época por conta da covid.

Então, a gente se agarrou na esperança do transplante, mas precisávamos de um médico para indicar o transplante para Maria, porque, quando a doença está avançada e os riscos são maiores do que os benefícios, não há indicação do transplante. Esse foi um momento muito difícil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pois a gente vivia, diante do luto do diagnóstico da doença, a incerteza de como a Maria acordaria no dia seguinte, se ela iria enxergar ou ouvir, se ela estaria sorrindo. Além disso, a gente tinha que fazer vídeos para tentar conseguir com que o médico dissesse que ela estava apta ou não a fazer o transplante.

Nesse momento, nós fizemos várias consultas com diferentes médicos, tanto aqui no Brasil quanto fora do Brasil, online, e a gente não teve sucesso, até que uma médica da Universidade de Pittsburgh avaliou a Maria, de forma remota. Ela é uma neurologista com pesquisas na área da doença da Maria, a Dra. Maria Escolar. Ela indicou o transplante da Maria com 1 ano e 6 meses de vida. Segundo ela, o transplante deveria ocorrer em 15 dias. Então, isso foi aqui em setembro. Mas aí a gente começou uma outra luta que era aprovar o transplante para a Maria, pois o Ministério da Saúde tinha negado o registro dela no Rereme, que é o Registro Nacional de Receptores de Medula Óssea, o que, automaticamente, impedia a busca no Redome, que é o Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea, e, consequentemente, o transplante.

A justificativa da negativa é que se tratava de uma doença para a qual não é prevista a realização do transplante de células-tronco hematopoiéticas na modalidade alogênico não aparentado, embora outras leucodistrofias, na época, já estivessem listadas na Portaria de Consolidação nº4, de 2017.

Então, na tentativa de informar e mostrar que o transplante era uma terapia indicada e também que tinha comprovação científica, eu, meu esposo, principalmente – o Davi –, entrou em contato com o Ministério da Saúde, o Conselho Federal de Medicina, a Sociedade Brasileira de Hematologia, Sociedade Brasileira de Neurologia Infantil, Sociedade Brasileira de Genética, a Conitec, entre vários outros, até que a gente encontrou uma importante ajuda de pessoas ligadas à política que, com muito carinho, nos recebeu, como a Senadora Mara Gabrilli e todo o seu gabinete, mas que não foi necessário para a aprovação.

Então, a gente teve que entrar com o processo judicial, a fim de realizar o primeiro transplante autorizado judicialmente para a doença de Krabbe. Então, a Maria fez esse primeiro transplante. Depois de quatro meses de espera judicial, a gente conseguiu internar a Maria, com um 1 e 10 meses, no hospital para realizar o transplante a partir do plano de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foram dias difíceis, mas, graças a Deus, o transplante correu bem. Hoje nós não observamos novas perdas da Maria. Ela se mantém estável em relação à doença, que é degenerativa, mas ela apresenta uma deficiência comparada a uma criança com paralisia grave: ela não fala, não anda, tem epilepsia de difícil controle, entre outras dificuldades, precisa estar sempre fazendo terapias; e tudo isso devido às perdas que ocorreram no processo de diagnóstico e espera pelo transplante. Isso poderia ter sido evitado se o transplante de células-tronco hematopoiéticas fosse considerado um tratamento para a doença de Krabbe.

Nós temos um grupo de pais de crianças com Krabbe em que a gente conversa e discute os tratamentos e terapias de seus filhos. E, por lá, nós temos conhecimento de outras duas crianças que conseguiram realizar o transplante depois da Maria, por jurisprudência. O tempo de espera, do diagnóstico ao transplante, é, em média, de dois meses.

A gente fez essa apresentação em linha do tempo – aqui tem até mostrando a fotinho de quando a medula pegou e, depois, a alta dela do transplante, que foi em maio de 2021 – porque existe uma linha do tempo que foi desenvolvida por um estudo americano que apresenta uma linha recomendada por especialistas na área, a fim de obter resultados positivos, a partir da triagem neonatal.

Então, em muitos estados nos Estados Unidos, tem a triagem neonatal para a doença de Krabbe, e, de acordo com esse estudo, é necessário que o transplante seja realizado em até 30 dias de vida, a partir do nascimento, claro, para que a gente não tenha manifestação das consequências da doença.

Então, o que a gente tem aqui, até aqui – nesse contexto de discutir o uso compassivo de terapias em saúde, e também em demais contextos – de lei? A gente tem, aqui no Brasil, a aprovação da Lei 4.154, de 2021, que aperfeiçoou o Programa Nacional de Triagem Neonatal, mas segue em fase de regulamentação por parte do Ministério da Saúde até hoje.

No entanto, alguns estados já ampliaram o rastreio de condições, e o Distrito Federal já rastreia a doença de Krabbe. Outros estados estão nesse processo e, logo que o transplante seja viabilizado para a doença de Krabbe, também passarão a realizar o teste do pezinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já soubemos, nesse grupo de pais de que eu falei, de dois casos que foram identificados pelo teste do pezinho no Distrito Federal, e as últimas informações que tivemos é que eles ainda estão aguardando, por cerca de dois meses, em processo judicial. Isso traz muita angústia, pois o processo é demorado, desgastante e custoso, e nem sempre tem um final feliz.

Os pais de crianças com doença de Krabbe sofrem muito e sofrem também por imaginar que um próximo filho possa passar por todas as doenças, os sofrimentos e os desafios pelos quais o primeiro filho diagnosticado passou, justamente por não termos um respaldo do Ministério da Saúde.

Ainda entrando no assunto do uso compassivo, nós temos, pela Anvisa, a RDC 38, de 2013, que dispõe sobre o uso compassivo de medicamentos; e a RDC 608, de 2022, que trata de dispositivos médicos. Aí a gente identifica uma lacuna no que tange a procedimento de alta complexidade, como o transplante de células-tronco hematopoiéticas. Portanto, não contemplam de forma explícita a doença de Krabbe.

A gente compreende que o uso compassivo é reservado a situações em que não existem alternativas terapêuticas estabelecidas, quando se configura como último recurso para o paciente sem diagnóstico, mas, nesse caso, a aplicação do uso compassivo não deve ser restrita aos limites materiais do produto, como medicamentos ou dispositivos, mas, sim, ao seu fim último, que é a salvaguarda da vida em situações de doenças raras progressivas para as quais a ciência não oferece ainda uma alternativa registrada.

Então, o nosso objetivo aqui é solicitar que a doença de Krabbe e as demais leucodistrofias sejam incorporadas no rol de indicações do transplante de células-tronco hematopoiéticas do Sistema Nacional de Transplantes.

Já existe, inclusive, a Indicação nº 77, de 2025, sugerindo ao Ministério da Saúde que avalie a pertinência da incorporação da doença de Krabbe, da leucodistrofia metacromática e de outras leucodistrofias no rol de doenças para as quais seja indicado transplante.

Eu acredito que a maioria das mães e dos pais de pessoas com doenças raras se pergunta: "O que eu posso fazer para evitar que outras crianças sofram da mesma doença?". Por esse motivo, eu agradeço imensamente a oportunidade de me manifestar e de trazer aqui, por meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas fotos de algumas crianças, cujos pais autorizaram a exibição, o coração de mães e pais de crianças com a doença de Krabbe, que sabem, tanto ou mais do que muitos, que a vida não pode esperar. Não sejamos espectadores passivos diante de um sofrimento evitável.

Eu gostaria de finalizar só mostrando um pouquinho a Maria Flor, que está aqui pertinho de mim, sempre coladinha na gente. Toda a trajetória dela foi importante para que algumas outras crianças tivessem o transplante ainda mais rápido que ela.

Que hoje seja um momento oportuno para que a gente tenha ainda esse transplante autorizado logo no início e que o teste do pezinho aconteça também, para que a gente tenha a maior eficácia desse tratamento.

O Davi também está aqui perto de mim.

Obrigada pela oportunidade.

**O SR. RICARDO DE LIMA AGOSTINHO** (*Por videoconferência*.) – Sua linda!

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Tchau, Davi e Aline.

Ô Maria Flor, como você é bonita! (*Pausa.*)

Nossa, muito obrigada, Aline! Muito obrigada pelo depoimento!

Eu vou até aproveitar essa oportunidade, porque a gente está recebendo muitas perguntas, então eu vou jogar as perguntas aqui de quem está assistindo e está mandando pergunta via *web* aqui.

Então, o Diego, do Mato Grosso, por exemplo, pergunta assim: "Como definir a responsabilidade civil em casos de efeitos adversos decorrentes de terapias experimentais?".

Aí, o Luiz, também do Mato Grosso: "Como garantir acesso ágil a terapias experimentais sem comprometer a segurança do paciente e a responsabilidade dos envolvidos?".

Tudo do Mato Grosso? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Davi, do Mato Grosso, também: "Como garantir o equilíbrio entre o acesso rápido a terapias experimentais e a segurança do paciente no uso compassivo de tratamentos?".

Mikeias, do Paraná: "Quem deve arcar com os custos do tratamento: Estado, indústria ou o paciente?".

Essas são algumas das perguntas; daqui a pouco, eu trago mais.

E agora eu passo a palavra para a Andreia Bessa, que é Coordenadora Jurídica da Casa Hunter e da Febrararas.

Andreia, você está com a palavra.

**A SRA. ANDREIA BESSA** (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – E se você quiser ler algumas perguntas, fique à vontade.

**A SRA. ANDREIA BESSA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Tá. Deixe-me pegar a apresentação. (*Pausa.*)

Só um minutinho, gente. A gente até treinou antes, mas, como se diz, jogo é jogo.

Bom, vocês estão vendo a tela?

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Estamos vendo.

**A SRA. ANDREIA BESSA** (*Por videoconferência*.) – Bem, primeiramente quero agradecer. Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer imensamente à Mara Gabrilli por mais este convite, por mais esta parceria.

Meu nome é Andreia Bessa, sou Diretora Jurídica da Febrararas. Hoje, eu participo em nome da Febrararas, que é a Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras.

Bem, nós estamos aqui para trazer uma perspectiva de quem mais diretamente sente o peso do tempo, que são os pacientes com doenças raras. Isso porque há dois tempos que raramente se sincronizam: o tempo da regulação, que segue seus ritos necessários, e o tempo da doença,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não espera. Então, quando essa janela se fecha, o tratamento pode chegar tarde demais. Eu acho que falar um pouco sobre o uso compassivo é falar um pouco sobre isso.

Antes de entrar no detalhe, é importante dizer que a tese que nós defendemos é a de que o uso compassivo deve funcionar como uma ponte, mas não é uma ponte sem regulação, é uma ponte regulada entre a inovação científica e a urgência clínica dos pacientes que não têm alternativa terapêutica. Isso significa que há algumas coisas que a gente precisa pontuar.

A ciência tem avançado. A gente tem visto, no dia a dia, que ela está produzindo terapias promissoras antes do ciclo regulatório se complementar. Então, às vezes, quando a Conitec está discutindo a incorporação de uma tecnologia, já estamos com três outras chegando, que são muito mais avançadas. E por que isso é importante? Não é discutir, não é falar de um excesso de tecnologia: é falar de tecnologias que melhoram a qualidade de vida. Não é a mesma coisa, não é mais do mesmo. São tecnologias que trazem uma parte muito significante para o paciente, que principalmente é o paciente poder ter o domínio novamente sobre a sua vida, sobre os seus cuidados, sobre a sua vida econômica; poder voltar a produzir, poder voltar a ter a diretriz da sua própria vida e deixar a família não tão refém, com todos em volta daquele paciente. Então, quando a gente discute as novas terapias, a gente está falando disso também.

Deixe-me avançar aqui.

Então, o que a gente quer apresentar para vocês? A ciência avança, então isso é um ponto importante. A regulação vem para proteger; ela traz essa segurança ética, que precisa ser preservada. E aquilo que eu estava dizendo: o paciente não tem como esperar, porque essa progressão pode destruir uma janela terapêutica para esse paciente, e o fluxo tem que existir.

Então, quando a gente fala de excepcionalidade, as pessoas falam assim: "Ah, mas vocês querem exceção, vocês não querem entrar dentro da regra geral". Não, não é que a gente quer exceção, é porque as doenças raras precisam ser tratadas com certa excepcionalidade, mas com critérios – com critérios claros, com critérios bem definidos.

Opa, passei demais. Vamos lá.

Qual é, hoje, o nosso papel institucional – pelo que a gente tem brigado muito e que a gente entende que é muito importante hoje nas doenças raras? Primeiro, a Febrararas é uma voz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coletiva, né? Então, a gente representa famílias e associações de todo o Brasil, e nós atuamos nessa interface entre pacientes, políticas públicas, pesquisa, inovação, SUS, ANS, enfim, a Anvisa. A nossa missão é garantir que questões, assim, que muitas vezes estão invisíveis no debate público sejam ouvidas – e onde as decisões são tomadas.

Para esta audiência, algumas mensagens são essenciais para a gente. A primeira: que o uso compassivo é um tema de acesso, e não de privilégio. A segunda mensagem: que a doença rara exige uma resposta regulatória sensível no tempo clínico, porque o tempo aqui tem consequências irreversíveis. E a terceira é equidade territorial: a segurança e também a segurança de um tratamento precisam caminhar juntas.

E aí, quando a gente fala de janela terapêutica, por que o uso compassivo é crítico, em diversos aspectos? Porque, em muitas condições das doenças raras e ultrarraras, a doença avança em uma velocidade que... A gente viu aqui a apresentação da Aline e do pai do Rodrigo – é do Rodrigo, né? Desculpa se eu errei o nome do Rodrigo –, em que a gente pode perceber que o paciente recebe esse diagnóstico, mas não tem uma alternativa terapêutica disponível de imediato. Enquanto isso, o pai – a família – está vendo a doença progredir. E aí, está vendo a perda da funcionalidade do paciente, a perda neurológica, a perda respiratória, podendo chegar ao óbito precoce antes mesmo que um acesso regular ao tratamento esteja disponível.

O uso compassivo existe exatamente, ao nosso ver, para proteger essa janela terapêutica. Eu falo que a covid foi um grande exemplo que a gente teve da pressa e de como que as coisas têm que ser analisadas e têm que ser recebidas no país com mais atenção, não para substituir uma avaliação científica – não é isso –, mas para preservar uma oportunidade clínica enquanto o paciente aguarda que o processo regulatório se complete.

Então, na base hoje regulatória, nós não estamos partindo do zero. Para o paciente a gente tem uma base regulatória, e nós temos várias proposições em tramitação no Congresso. Desde a Portaria 199, que instituiu a Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doenças Raras, até a Lei 15.390, que foi aprovada este ano, o desafio não é mais criar lei do zero; é criar fluxos céleres, seguros, equitativos, para que as situações excepcionais sejam respondidas dentro do que já existe, mas com processos que funcionem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente fala muito... A gente trata como se fosse um vale, né? É o vale da espera, a lacuna. Então, quando a gente escuta os depoimentos dos pais, você percebe o quanto eles ficaram nesse vale da espera. Eu acho que eu tenho até um eslaide aqui que passa um pouco sobre esse vale. Deixe-me ver se eu fiz... Não, não fiz, mas tudo bem. Não fiz esse eslaide – eu falhei nesse eslaide, que sempre faço –, mas, na realidade, esse eslaide que a gente sempre trabalha é para você ver as etapas, os intervalos que têm as etapas: a Anvisa, a incorporação no SUS ou na ANS. São intervalos que, para muitos que estão ali, nessa parte burocrática, administrativa, parece ser um tempo pequeno, mas não. Para o paciente, esse intervalo é longo, é extenso, porque o uso compassivo é uma ferramenta para reduzir essa lacuna de forma individual, de forma excepcional. E vejam: de novo, nós não estamos defendendo que seja de uma forma bagunçada, e sim, que ela seja organizada, mas que ela possa chegar de uma forma em que o paciente tenha oportunidade de tratamento enquanto aguarda toda essa parte regulatória.

Recentemente, nós fizemos diversos cenários regionais, em todo o Brasil, para identificar quais são os principais gargalos de cada região do Brasil, e nós verificamos esses gargalos em vários locais. Por exemplo, quando a gente vai ao Norte, a gente verifica que o anseio das famílias está muito voltado à logística, à distância; no Nordeste, a questão do diagnóstico tardio ainda é algo que pega muito, a fragmentação da rede...

Então, o conceito central que a gente quer trazer para vocês hoje é o que é esse uso compassivo do ponto de vista do paciente, ou seja, é importante que a gente consiga falar a mesma coisa. O uso compassivo é o acesso individual excepcional ao medicamento ainda sem registro ou incorporação regular, para um paciente com uma doença grave, debilitante ou ameaçadora à vida e que não tem outra alternativa terapêutica.

É uma medida, a gente pode colocar, que é humanitária, regulada, mas é uma medida humanitária. Não substitui a avaliação científica, não é isso que defendemos, não vai dispensar o controle sanitário, mas é um instrumento que traz uma forma humanitária de esses pacientes poderem atender essa janela terapêutica.

Para finalizar, porque eu sei que acabou o meu tempo, vou cortar o mais rápido possível aqui, muito nos preocupa... E quero deixar este recado aqui, até me estendendo um pouquinho, convidando a Senadora para ter uma atenção especial, porque, nos dias 16 e 17 agora, está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo o oitavo fórum nacional do CNJ, que é do direito à saúde. E muito têm nos preocupado as discussões que tem lá e o conflito de competências que hoje o Judiciário tem trabalhado, de encerrar portas de discussões para o paciente, de criar enunciados sobre a saúde, o que enfrenta, de forma direta, a competência, que é do Legislativo, deixando os pacientes, cada vez mais, sem qualquer acesso, sem qualquer tratamento, sem qualquer possibilidade de ter sequer a quem recorrer. Ou seja, quando a política pública falha, a quem esse paciente vai recorrer?

Então, Senadora, eu sei que fugi um pouquinho do tema, mas eu queria encerrar pedindo um olhar especial para esse fórum que vai acontecer dia 16 e 17, para que vocês pudessem ver esses enunciados e ver o quanto eles crescem o poder da Conitec como órgão decisório. E não foi com esse objetivo que a Conitec foi criada. A Conitec segue um órgão regulatório, como a Anvisa segue, tem todo um caminho a ser traçado. E nós estamos tendo conflitos de competência.

Imagina quando a gente chegar ao uso compassivo! Nós vamos começar a ter diversos problemas, e os pacientes somente vão ter como recorrer ao medicamento via uso compassivo. Isso é muito preocupante, porque o número de acessos e os medicamentos de acesso são muito limitados, muito poucos e insuficientes.

Muito obrigada.

Desculpa, mais uma vez, por ter passado o tempo. Tentei correr o máximo, mas são muitas mensagens para deixar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Andreia, muito, muito obrigada pela sua participação, muito importante. Valeu a pena dar uma estendidinha.

Sabe que a gente está recebendo muita mensagem falando sobre a síndrome do nariz vazio, mas eu vou ler duas outras aqui, da Mary, do Rio de Janeiro, que pergunta assim: "Quais são os critérios específicos para além da falta de alternativas? Pacientes em estado paliativo serão abrangidos?" E também: "Tendo em vista que terapias alternativas não são baratas, esse acesso será garantido a pessoas que dependem exclusivamente do SUS?" Está jogada aí a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu vou passar a palavra para a Defensoria Pública da União, através da Dra. Adriana Ribeiro Barbato, para fazer uso da palavra. Adriana, você está com a palavra.

**A SRA. ADRIANA RIBEIRO BARBATO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, bem, estão me escutando? (*Pausa.*)

Primeiro, fazendo uma autodescrição, eu estou com óculos roxinhos, uma camiseta laranja, ainda de unhas da Copa, do jogo de ontem – não deram muita sorte, vou mudar para o próximo. E estou sentada na minha cadeira de rodas.

Agradeço à Senadora Mara Gabrilli, com quem eu já tive oportunidade de estar em alguns eventos pela Defensoria, pela instituição de reabilitação Lucy Montoro e em vários outros em que a vida acaba nos levando a ficar juntas muitas vezes. Muito obrigada mesmo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

**A SRA. ADRIANA RIBEIRO BARBATO** (*Por videoconferência*.) – Então, eu aqui falo em nome da Defensoria. O colega Naves é um grande amigo e me permitiu também estar falando em nome... Ele me passou o convite. E agradeço a todos.

Cada história aqui é realmente motivadora. Eu não gosto muito de falar que é... É motivadora. Não gosto de falar que são exemplos. Acho que são coisas para a gente parar para pensar. Acho que todos têm luta. Acho que a luta do brasileiro costuma ser diária em todos os aspectos.

Então, muito obrigada mesmo, Senadora. É uma honra participar e escutar a gente falando a respeito de um tema tão importante.

Vou tentar falar aqui um pouco com uma visão tanto jurídica como pessoal também, porque, às vezes, a gente tem umas crises de identidade. Eu me lembro assim, por exemplo, de célula-tronco, quando teve o *boom* da célula-tronco. Foi todo mundo viajando para fora e: "Vamos fazer!" Depois vieram as células de Schwann: "Não, é melhor a Schwann. Vamos fazer! Vamos viajar!" E eu acho que a gente também tem que fazer uma coisa... Porque no Brasil a pesquisa é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

séria. A gente tem milhões de defeitos como país, mas a pesquisa é séria no Brasil e a gente tem gente muito boa aqui. A Dra. Tatiana é um exemplo disso.

Então, a gente tem que ver que os protocolos são importantes e têm que ser seguidos, mas quem tem problema com saúde tem pressa. Essa é uma equação que, às vezes, não fecha, porque a gente tem que ser criterioso, porque a gente está falando de saúde. A gente não pode colocar uma célula-tronco, como quando começou o *boom*, que pode se multiplicar erroneamente e virar tumor, enfim. Mas também era uma... Falando daquela época atrás, isso também era uma esperança. De repente, aquela célula você coloca em uma medula que vai restaurar, que vai restaurar... Então, tem que ter esse equilíbrio. Tem que fazer, colocar a célula certa no certo lugar, que vai se multiplicar da forma certa. E isso é difícil. E a medicina, graças a Deus, está a passos largos e corre contra o tempo, porque é vida, mas também tem que ser criteriosa, tem que ter protocolos. São muitos? Dá para diminuir? Sou advogada. Não sei. Eu gostaria de que sim. Gostaria que pudesse ser mais ágil, ser mais... Eu acho que essa parte a gente tem que respeitar, porque dá.

O Brasil é sério nisso e tem gente muito boa, muito boa mesmo. A gente tem profissionais que são exemplos. Em termos de vacina, veja o que o Brasil já desenvolveu em termos de vacina no mundo, desde a história da vacina. Então, eu acho que dar os parabéns para a pesquisa no Brasil, para os cientistas brasileiros e para a área da saúde não é pouco, não.

Falando um pouco do uso compassivo, a gente tem que, primeiro, deixar claro que a gente está falando de pacientes graves e que há risco de vida. Então, a gente está falando não de coisas que têm tempo, que estão sempre a se desenvolver, coisas para que já existem tratamentos outros, uma coisa nova e tal. A gente está falando de vida, de doenças extremamente graves. E o outro critério é a gravidade. A gente não está falando de coisas do dia a dia; a gente está falando de coisas graves.

Segundo, já foram esgotados os protocolos padrão. Não tem mais alternativa de tratamento satisfatória pelas vias regulamentares, ortodoxas, conhecidas há milênios – tratamentos convencionais, digamos assim. Já foi esgotado.

Então, o uso compassivo é quando a gente está falando de vida e de esgotamento das vias convencionais. E a gente vê que, em muitas coisas, às vezes – isso a gente vê na história da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicina e em tudo –, desenvolvem remédio para x e, de repente, viram que teve um efeito bom para y também.

E uma coisa: tem sempre um médico por trás. Não é: "Eu, Adriana, acho que vou... quero tentar usar canabidiol para lesão medular. Não... Porque eu acho que, como deu certo para convulsão, pode dar certo para lesão. Eu, como advogada, acho isso". Não. Eu, como advogada, não tenho que achar nada sobre saúde. Eu tenho que me resguardar com bons profissionais.

Então, no uso compassivo, tem sempre uma avaliação médica de um médico responsável. Graças a Deus, no Brasil, temos bons, e temos bons no SUS; vamos deixar bem claro isso. A gente não está falando de... A gente está falando de SUS (Sistema Único de Saúde), que está aí. É uma cobertura universal, falando um pouco como advogada. Então, é grave, é risco de vida, e tem profissional habilitado por trás. E ele tem um grupo de pacientes ou ele pode ser para um grupo. Isso a gente vê e, às vezes, a gente meio que se frustra como paciente: "Ah, está sendo usado para mulher, 20 anos, com no máximo cinco anos de desenvolvimento da doença ou da lesão". Daí você fala: "Putz, eu tenho oito anos, já passei dos meus 30 anos, não estou no grupo". Mas a gente tem que entender que, para chegar em mim, precisa ter aquele estudo inicial fechado, para conseguir desenvolver ao máximo para, depois, abrir para todos: para as mulheres, para os homens, para 10 anos, 30, 40, 50, 60, enfim... A gente tem que saber que esses protocolos são importantes. São importantes para ver efeitos colaterais, são importantes para ver sucesso da terapia, do medicamento, para poder tornar esse uso expandido.

Então, eu vejo muito, às vezes, como advogada, na Defensoria, o desespero de pais de pacientes a quem, às vezes, a mídia nem sempre ajuda muito, porque faz um *boom* com alguma coisa e, de repente, todo mundo quer, e começa a entrar, a chover ação judicial. E, às vezes, sem muito respaldo médico, clínico. "Ó, deu certo." Infelizmente, a medicina tem que ter um pouco mais de... O desenvolvimento da pesquisa precisa, às vezes, ser fechado inicialmente para ser aberto depois para todos.

Então, eu me vejo, às vezes... Eu converso muito com o juiz e falo: "Poxa, como você consegue negar uma coisa?". Ele fala: "Dri, pelo amor de Deus, como é que eu vou liberar para uma criança, mas só foi testado em adulto? E tem pareceres que, às vezes... Pode ser que, para uma criança que tem um organismo que ainda não foi desenvolvido totalmente, aquela droga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa ter efeito pior, possa ser letal. Eu preciso de um embasamento médico seguro porque eu não posso colocar a vida... Eu sou juiz, eu não sei, não posso simplesmente dar uma liminar de saúde, dizendo: 'Pode operar e colocar um implante x que só foi colocado em alguns' para uma criança que ainda não tem organismo formado ou que está muito debilitada. Eu preciso de um fundamento médico, então não basta". Então, essa parte... Às vezes, no jurídico, a gente até tem uma base, mas e a parte médica, como fica? Então, eu queria aqui colocar que essa parte de uso compassivo tem que ter, realmente, autorização, tem que ter uma avaliação médica.

E quero deixar, assim, meu respeito a essa parte de pesquisa no Brasil, e gostaria muito que não partisse de mim, mas de todos os órgãos, que agilizassem o máximo, respeitassem e dessem o crédito. É o que foi dito aqui por todos os pais – e eu vejo minha mãe e meu pai nessas horas, quando eu fiquei doente –, que: "Quando tem vida, tem pressa", mas essa pressa tem que ser com responsabilidade. Por isso que a gente espera que os órgãos possam agilizar o máximo todos os processos, mas sempre respaldados com critérios científicos, sempre respaldados nas evidências e nos estudos, e que a gente consiga cada vez mais continuar deslanchando para que existam cada vez mais curas para as coisas mais raras, tratamentos que amenizem dor e que amenizem sofrimento. Porque eu acho que, no fundo, a gente quer ver as crianças lindas aí nas fotos, cada vez mais alegres, felizes, ver os pais com menos sofrimento pela dor do filho.

Mais uma vez, quero agradecer, em nome da Defensoria, em nome da Adriana, defensora, cadeirante, paciente e cidadã, porque eu acho que espaços como esse só valorizam a cidadania, e que a gente tenha um SUS cada vez mais forte, com cada vez mais mentes brilhantes, como a gente tem. Muito obrigada mesmo pela oportunidade. Senadora Mara, que a gente continue se encontrando em debates tão importantes para um país com uma cidadania cada vez mais forte.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Adriana, superobrigada. Obrigada pela participação e obrigada por estar sempre nos acompanhando, sempre tendo... Assim, para mim, é uma honra ter a Defensoria Pública da União sempre colaborando com os nossos trabalhos. Obrigada pela sua visão, porque ela abrange vários papéis aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu quero passar a palavra para a Dra. Tatiana Coelho de Sampaio, Professora e Pesquisadora da UFRJ – nossa musa nesta audiência.

Muito obrigada pela sua participação, Tatiana.

Você está com a palavra.

**A SRA. TATIANA COELHO DE SAMPAIO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Eu queria agradecer muito o convite para estar aqui, à Senadora Mara Gabrilli e aos outros Senadores que organizaram esta audiência pública.

Eu acho que eu me preparei para falar uma coisa, mas eu acho que uma das grandes vantagens desta audiência pública é que a gente discute de verdade, né? Eu estou aqui, eu cheguei com algumas ideias e elas já mudaram. Então, eu não sei o que eu vou falar exatamente.

Eu vou tentar colocar algumas ideias aqui, porque, na minha cabeça, está tudo mudando, porque eu queria dialogar com cada um de vocês aqui. O meu desejo era de poder ficar muitas horas falando com cada um, porque, pelo que eu estou percebendo, nós estamos todos aqui dispostos a questionar as coisas que a gente pensa e a ter opiniões melhores e talvez mais... Eu ia dizer produtivas, mas eu não quero dizer produtivas, não, que é uma palavra feia, mas mais importantes e mais significativas e que ajudem a gente a avançar mais.

Então, primeira coisa, eu acho que os relatos da Aline e do Ricardo foram muito emocionantes, porque, assim, a minha realidade é muito diferente da maioria de vocês. Vocês estão acostumados, ou têm mais a vivência de lidar com vários casos e várias doenças, e pensar sobre isso. E essa experiência para mim é muito nova, porque eu não sou médica, eu sou uma pesquisadora de laboratório, eu passei a minha vida protegida dentro de um laboratório, trabalhando com moléculas e coisas que não tinham esse impacto da realidade batendo na sua porta, pedindo providências e posicionamentos. Então, os meus posicionamentos nessas questões sempre foram teóricos. Quer dizer, eu penso como cidadã, de um modo geral, mas essa realidade da necessidade de se tomarem decisões, de se avaliar esse tipo de postura são coisas que nunca participaram da minha rotina – isso para mim é novo, tá?

Então, eu queria dizer para vocês que eu começo a refletir sobre essas questões há um tempo mais recente, que foi o tempo não da polilaminina em si, que foi essa proposta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamento que a gente está desenvolvendo, que isso eu já faço há muito tempo, mas de confrontar com as pessoas realmente que estão, por conta da divulgação grande que houve na mídia, que não foi, vamos dizer assim, uma decisão... Em nenhum momento, eu imaginei que isso fosse acontecer, principalmente no tempo em que está acontecendo, com o impacto e com o alcance que está acontecendo.

Assim, tudo isto para mim é novo e inesperado: a resposta das pessoas, a resposta da sociedade. Eu não acho que tenha sido uma estratégia, ou uma coisa que a mídia quis fazer e teve um plano. Eu acho que não foi um plano, eu acho que esse fenômeno da divulgação desse trabalho que a gente está fazendo da polilaminina aconteceu, e isso encontrou uma resposta na sociedade que é surpreendente para todos, inclusive para mim. Então, eu não imaginava que eu seria uma musa, de nenhuma forma, há muito pouco tempo. (*Risos.*)

Mas, de alguma forma, isso reverberou, encontrou um acolhimento nas pessoas, uma vontade de falar sobre isso. Eu acho que tem a ver com o fato de as doenças raras serem mais raras. Quando a pessoa não conhece alguém, não faz parte da vida dela, da realidade dela... Mas a lesão medular é mais comum e acontece para muitas pessoas, e é muito dramático, porque geralmente acomete pessoas muito jovens com efeitos muito rápidos. Então, aquela pessoa que num dia tinha uma vida normal, tinha tudo, não tinha nenhuma restrição, de um dia para o outro, perde tudo e tem que construir uma vida nova. Então, isso é uma coisa que eu acho que assusta muito as pessoas porque pode acontecer com qualquer um. Então, eu acho que é por esse motivo que isso chama tanta atenção e desperta tanto o interesse da sociedade como a gente tem observado, como eu tenho observado agora. Essa é a minha interpretação do que está acontecendo. Eu não sei necessariamente se é isso mesmo, mas, enfim, é o que eu imagino.

O que eu queria falar e tentar dialogar mais diretamente é, primeiro, com relação à questão que a Andreia levantou de que o uso compassivo é uma oportunidade de excepcionalidade. Então, existe, vamos dizer assim, um sistema em que a gente tem novos medicamentos que precisam ser testados e que estão submetidos a regras regulatórias. Mas, ao mesmo tempo, existe uma premência, uma urgência das pessoas que precisam e que têm o desejo de fazer uso desses medicamentos, e essas duas coisas se conflitam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas existe um processo. Eu não concordo com a construção da frase de que precisa ser seguido. Eu acho que existe um processo que costuma ser seguido e que tem justificativas. Mas, se ele precisa necessariamente ser seguido da forma como sempre o foi, para mim, é uma questão que não é necessariamente verdadeira. Eu acho que a gente pode mudar as coisas, sempre se pode mudar desde que a gente, de uma forma responsável e aberta, questione coisas que sempre foram feitas de uma maneira. Eu acho que elas podem deixar de ser feitas dessa maneira e passarem a ser feitas de outra.

Mas eu acho que, independentemente disso, existe essa questão da excepcionalidade. Então, eu acho que o uso compassivo é uma oportunidade de se avaliar as questões de uma forma excepcional. Quer dizer, existe um processo, a gente pode tentar mudar isso de uma maneira. Isso é mais lento, mas existe também uma oportunidade de se trazer a excepcionalidade, porque existem casos em que isso é gritante. Então, no caso que a Aline trouxe, é óbvio que alguém tinha que ver que aquela era uma situação excepcional, entendeu? Alguém tinha que poder identificar essa situação excepcional e agir para que a resposta fosse dada de uma forma mais rápida, porque isso teria um impacto imenso no resultado. Então, eu acho que a gente precisa ter a noção de que é fundamental ter janelas de excepcionalidade, e o uso compassivo eu acredito que seja uma dessas janelas, eu acho que ele precisa continuar existindo.

Eu acho que talvez a RDC 38, que existe hoje, foi uma abertura grande. Ela é uma abertura muito grande, mas talvez precise ser rediscutida, e esta reunião seja uma oportunidade de a gente colocar isso em questão. Eu acho que a gente pode... A gente, não; a nossa sociedade pode melhorar, e eu acho que é uma coisa que é importante.

Aí eu vou passar para o caso específico da polilaminina. A RDC, como ela existe hoje, traz a oportunidade da excepcionalidade. E não existe na RDC uma restrição específica. Ela não traz, no seu texto, uma restrição de que o uso compassivo precise seguir critérios de inclusão de um estudo clínico. A RDC diz que um novo medicamento, que está em teste, poderá ser usado em pacientes fora do estudo clínico. Então, não existe nenhuma obrigatoriedade para que se sigam os critérios de inclusão do estudo clínico em questão. Eu acho que, no caso específico da polilaminina, isso tem sido colocado, quer dizer, a Anvisa passou a exigir que sejam seguidos critérios de inclusão, sendo que a RDC não diz isso. Então, é um critério que foi colocado agora e que eu acho que, no caso específico, não se justifica, porque isso está restringindo o acesso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restringindo de uma forma que não tem, eu acho, nenhuma justificativa. Eu acho que isso pode ser mais discutido, mas eu acho que não existe razão para se impor uma restrição sem que haja um motivo para isso. Então, no caso específico, é isso.

Agora, se a gente abrir mais a janela, sair do caso específico da polilaminina – e aí tentando dialogar um pouco com a fala da Adriana –, o que eu percebo, na fala da Adriana, é uma confiança imensa na capacidade, na devoção e na entrega dos médicos, cientistas, especialistas e todo mundo que está envolvido nesse processo e que tem o conhecimento. Eu acho que isso é uma coisa muito bonita de se ver e admirável, mas uma coisa que eu queria colocar é o seguinte: os médicos, os especialistas, os cientistas não têm as respostas. Então, seria muito bom se a gente tivesse um médico, um cientista que pudesse dizer "Isso aqui é certo, isso é errado, isso é verdade, isso é mentira", mas não tem isso. A gente tem que lidar com o fato de que quase ninguém sabe quase nada. Essa é a realidade, entende? Então, a gente não pode se esconder atrás... "A gente", que eu quero dizer assim, agora estou falando com o chapéu de cientista... A gente não pode se esconder atrás da falsa expectativa de que a gente sabe a resposta, porque a gente não sabe. A gente pode saber um pouquinho mais, mas a gente não sabe de tudo. Essa dúvida que angustia todo mundo também está na gente – "na gente", agora estou falando como cientista. A gente não sabe tudo. Seria maravilhoso se a gente soubesse, mas a gente não sabe. Então, (*Falha no áudio.*) a dúvida está dentro da pessoa que precisa, está dentro do legislador, está dentro do juiz, está dentro do promotor, do defensor, do médico e do cientista. Todo mundo tem a dúvida.

Eu acho que essas questões que envolvem essa interface, nesse choque entre, vamos dizer assim, a ciência e a especialidade, e a vida real, a necessidade e a premência, essas questões não podem ser debatidas apenas por especialistas. Essas questões têm que ser debatidas por toda a sociedade, têm que ser debatidas por todo mundo. E a gente tem – eu acho – que criar esses espaços de debate, porque, em primeiro lugar, também, enquanto cientista ou enquanto médico, a gente pode dar mais, sim, a gente pode explicar melhor, a gente pode compartilhar muito mais o conhecimento com a sociedade do que a gente normalmente faz.

Então, assim, a gente pode, sim, e a sociedade tem que cobrar isso, porque não adianta dizer assim: "Ah, não, vamos ver o que o fulano disse, o que o sicrano disse". Infelizmente não são oráculos, são pessoas que têm um conhecimento um pouco mais profundo, mas que não têm o poder de decidir, porque elas não têm o conhecimento da verdade. Então, essa verdade, a qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum de nós tem acesso, surge do embate entre o pensamento e o sentimento talvez de todos, e a gente tem que assumir isso, sabe? A sociedade tem que debater, sim, a gente tem que ter espaços, comissões e comitês que tragam pessoas que têm os problemas, que têm as dificuldades, com pessoas que são especialistas, com pessoas que buscam soluções, com políticos, com juízes, com advogados, todos juntos, para que a gente chegue a posicionamentos mais próximos do que seria não sei se a verdade, mas a uma melhor solução.

Então, assim, não acho que a gente precise necessariamente continuar fazendo as coisas do jeito que sempre fez. Eu acho que a gente pode mudar tudo – não necessariamente tudo, mas pode mudar muita coisa. E uma das coisas que eu acho que é muito importante que a gente melhore é abrir mais o acesso da sociedade ao conhecimento que existe tanto no meio médico quanto no meio científico. E a sociedade tem que cobrar mais, porque, assim, todo mundo tem o direito de entender, e a gente pode explicar muito mais. A gente, como cientista, pode explicar muito mais. E a verdade ou o melhor posicionamento eu acho que vai surgir dessa convivência, desse debate entre toda a sociedade, porque só os seres humanos podem resolver essas questões, só a competência coletiva dos seres humanos é que pode chegar a uma solução que não vai ser perfeita, mas que vai ser a melhor que a gente pode dar.

Então, essa que é a minha opinião sobre a discussão geral.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Tatiana, superobrigada por ter nos ouvido com tanta atenção, cada um dos convidados, e até por refazer o seu roteiro aqui. Obrigada muito pela sua participação.

E agora eu quero passar a palavra também para a Dra. Mayana Zatz, que é Professora e Pesquisadora da USP, nossa parceira de longa data.

Mayana, você está com a palavra.

**A SRA. MAYANA ZATZ** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Só um segundo, porque eu quero abrir o vídeo aqui. (*Pausa.*)

Pronto, vocês estão me vendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Não.

**A SRA. MAYANA ZATZ** (*Por videoconferência*.) – Não?!

Espere um pouco. (*Pausa.*)

E agora?

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Agora sim.

**A SRA. MAYANA ZATZ** (*Por videoconferência*.) – Bom, primeiro eu queria te agradecer muito pela iniciativa e a quem está participando. Acho fundamental essa discussão.

Eu queria aproveitar a presença do Claudiosvan e da Meiruze, que também acompanharam as nossas pesquisas e têm nos ajudado muito.

Bom, eu vou falar como cientista que trabalha com duas – várias doenças –, mas duas delas que são certamente letais: a primeira são pacientes que têm tumores cerebrais – e que não têm alternativa terapêutica – que são 100% letais; e o outro grupo de doenças são as distrofias musculares, a forma de Duchenne, que também é uma doença degenerativa sem alternativa comprovada.

E se falou aqui de janela terapêutica e de segurança. Então, eu queria só dar um exemplo com o vírus da zika. Nós descobrimos que o vírus da zika pode ser um aliado muito importante para destruir tumores cerebrais. Nós estamos trabalhando nisso e tivemos uma experiência, há cerca de dois anos, de uma criança que estava morrendo, já estava em coma, e o pai entrou com o mandado de segurança, pedindo para a gente injetar o vírus da zika nessa criança. Ela estava já em coma. Eles conseguiram uma jurisprudência, nós injetamos a primeira vez, e o protocolo pedia para a gente injetar três vezes, mas não foi permitido que ela tivesse a segunda e terceira injeções e, infelizmente, essa menina foi a óbito.

Então, nós estamos falando de tratamentos que ainda não são aprovados clinicamente, mas já são aprovados cientificamente em modelos animais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro exemplo é a distrofia de Duchenne, para a qual já tem um tratamento que foi aprovado pela FDA e que, infelizmente, não está dando bons resultados, e custa a bagatela de US$3 milhões por criança. Então, não tem paciente que consiga pagar e nem serviço de SUS que consiga pagar esses valores.

Então, o que eu queria defender aqui é que se pudesse dar mais crédito a pesquisas que talvez ainda não estejam regulamentadas, mas que o paciente... São doenças certamente letais, para as quais não existe alternativa terapêutica. E eu acho que a gente deveria... Então, nesse sentido, o que eu defendo é que se dê mais autonomia ao paciente, mais autonomia aos pais quando é o caso de uma criança.

Então, eu vi que saiu recentemente uma portaria, uma lei nova, que se chama DAV, que se traduz por Diretivas Antecipadas de Vontade. Esse documento assegura ao paciente a realização de seus desejos previamente manifestados por escrito, o que valoriza o princípio da autonomia da vontade. Então, eu acho que é uma lei extremamente importante, mas eu acho que ela poderia ser expandida, no sentido de dar mais autonomia a um paciente, mais autonomia aos pais quando não têm alternativa, e com celeridade.

Então, a gente sabe, por exemplo, que tumores cerebrais avançam de uma maneira muito rápida, e o paciente não tem tempo de esperar. Eu acho que ele deveria ter autonomia de poder dizer: "Não, eu quero fazer um tratamento experimental. Eu não quero morrer em vão; eu sei com certeza que eu vou morrer, mas eu não quero morrer em vão."

Da mesma maneira, por exemplo, o uso do zika. Eu acho que a Anvisa tem uma preocupação muito importante com segurança – e eu concordo que isso é extremamente importante –, mas vamos dar o exemplo do zika vírus: milhares e milhares de pessoas foram infectadas no Nordeste durante a pandemia, e a gente sabe que o zika vírus – muito diferente da covid – não causa nada, a não ser em mulheres grávidas. Então, eu acho que isso teria que ser levado em consideração para ter uma celeridade na aprovação de novos protocolos.

Então, é isso que eu queria defender – eu não vou passar dos meus dez minutos –, mas o que eu realmente acho importante é que essa lei possa ser expandida, dando mais autonomia ao paciente, principalmente quando você tem uma doença letal, irreversível: você tem uma curta janela de oportunidade, e onde não tem tratamento alternativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, era esse o meu recado, e muitíssimo obrigada de novo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ô, Mayana, muito obrigada pela sua participação. Você é incrível!

Eu vou passar... (*Pausa.*)

Eu vou passar a palavra agora para o Dr. Alcindo Cerci Neto, que é Conselheiro Federal, pelo Estado do Paraná, do Conselho Federal de Medicina.

**O SR. ALCINDO CERCI NETO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Estão me escutando?

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Estamos. Parece que está bom o som.

**O SR. ALCINDO CERCI NETO** (*Por videoconferência*.) – Está bom o som?

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Está bom.

**O SR. ALCINDO CERCI NETO** (*Por videoconferência*.) – Está bom, então.

Primeiro, eu queria dizer que é um prazer poder estar aqui e contribuir de alguma forma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ALCINDO CERCI NETO** (*Por videoconferência*.) – Agradeço o convite... Oi? (*Pausa.*)

Agradeço o convite da Senadora Mara Gabrilli, do Senador Flávio Arns também. E eu tinha preparado uma apresentação, mas num direcionamento um pouco diferente das falas anteriores, então eu não vou apresentar o que a gente tinha preparado, que era uma questão exclusivamente sobre tratamento compassivo – nossa visão de tratamento compassivo –, e vou seguir o que eu ouvi aqui nas falas anteriores, nas últimas duas que eu pude acompanhar, já me desculpando por não estar aqui desde o início, mas eu estava em deslocamento e não consegui chegar a tempo para poder entrar antes. Mas o Conselho Federal de Medicina sempre está à disposição para contribuir – sempre! –, sempre quando é chamado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria iniciar minha fala dizendo, na verdade, por que nós estamos aqui, o Conselho Federal de Medicina. O conselho, como todos sabem, ele é um órgão, uma autarquia federal especial, que disciplina o trabalho de aproximadamente 660 mil médicos que nós temos no país, incluindo a questão da prescrição médica – do que se pode prescrever, do que não se pode prescrever, dos parâmetros prescritivos –, e ele disciplina, então, e normatiza essas condutas médicas, inclusive questões associadas à compassividade ou tratamento compassivo.

E como que a gente faz a nossa atuação? Ela tem dois pilares muito importantes que se subdividem. O primeiro pilar é a ciência, e eu acho que o método científico é importante. O método científico é importante, justamente porque ele precisa dividir o que é emoção do que é razão, principalmente na escolha de terapias. E o paciente, embora tenha autonomia plena – e nós buscamos isso –, nem sempre domina a parte científica. Então a gente precisa ser cuidadoso em relação às informações que a gente passa para esses pacientes, no que eles acreditam e no que eles buscam.

E o método científico se coloca como algo rigoroso, justamente para que a gente possa, de alguma forma, separar um pouco o que tem em termos de razão e razoabilidade de termos de emoção. E é claro que as coisas se misturam, e a gente precisa lidar com isso, mas é importante que o método científico seja respeitado e aplicado de forma adequada com – claro – certos limites.

E a gente já teve um histórico prévio na sociedade internacional de algumas questões, inclusive envolvendo médicos, que foram feitas em prol do desenvolvimento da ciência sem se observar o método científico e que mancham a história da humanidade, que eu não vou citar aqui para os senhores, porque não é o caso, mas a gente precisa ser cuidadoso. Eu, aqui, de nenhuma maneira, estou individualizando esta fala; estou falando de maneira mais genérica.

Em segundo plano, além do pilar científico, nós temos o pilar bioético. O nosso pilar bioético é muito importante e acaba, de alguma maneira, gerando um pouco de conflito, inclusive com o método científico. Vivemos isso na pandemia, por exemplo, quando se discutiu bastante, no tratamento da covid, a questão de dois termos bioéticos muito significativos, que são o princípio da beneficência e o princípio da não maleficência.

Para quem não conhece esses termos, o princípio da beneficência diz que o médico deve fazer ao seu paciente algo que lhe cause o bem; e o da não maleficência diz que o médico, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despeito de um seu entendimento no qual ele não sabe nada ou sabe muito pouco e de que a morte é uma consequência natural da vida, não deve fazer tratamentos que prolonguem a morte e que não tragam reais benefícios para a vida, evitando-se, assim, o sofrimento e entendendo que a regulação da morte é algo natural, é algo que vem; e a gente também trabalha bastante com esse princípio em relação aos tratamentos de final de vida.

Inclusive, as diretivas antecipadas de vida foram uma iniciativa do próprio Conselho Federal de Medicina, no qual a gente respeita um outro pilar bioético muito importante, que é a autonomia do paciente, além do princípio da justiça. A autonomia do paciente é extremamente importante e cara para nós médicos e para o Conselho Federal de Medicina.

Então vejam que nós temos princípios aqui que acabam, de alguma maneira, se conflitando com a questão do tratamento compassivo, que são: aceitar a terminalidade da vida e, ao mesmo tempo, incluir na prática médica os princípios de não maleficência e de beneficência. Inclusive, o tratamento paliativo, o tratamento de final de vida, é extremamente importante e hoje faz parte, inclusive, do Sistema Único de Saúde, como uma política prioritária dentro dele.

E onde é que entra o tratamento compassivo?

Eu peço aí que vocês vejam o meu tempo, porque eu sou meio atrapalhado com o tempo, tá? Eu acho que são dez minutos que eu tenho – é isso, né? (*Pausa.*)

Dez minutos. Tá.

Então, o que é o nosso conceito de tratamento compassivo? É quando aquele paciente especial, ou seja, aquele paciente que não tem alternativa do seu tratamento vai usar uma terapêutica de caráter excepcional em um prognóstico extremamente grave, mas sabendo-se que aquele tratamento não causa mal, que não interfere no princípio da maleficência.

Então, não é qualquer medicamento que se define como tratamento compassivo; tem que ter alguns princípios e tem que ter uma razoabilidade técnica nos seus princípios. Não é só falar que casca de laranja faz bem para melanoma que vamos utilizar casca de laranja. Tem que ter uma razoabilidade clínica que se aplique àquele tratamento, em que, embora a evidência científica dele ainda não seja conhecida, o paciente tem essas quatro questões clínicas associadas: a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

excepcionalidade, a razoabilidade clínica, a ausência de outros tratamentos, o princípio da não maleficência sendo seguido e um prognóstico extremamente grave.

Eu não vou entrar em detalhes, mas a gente precisa diferenciar o que é um uso compassivo, o que é um uso de medicamento ou de terapia em pesquisa clínica regulada e o que é um uso *off-label* de um medicamento que já existe. São três coisas diferentes que, às vezes, a gente confunde com tratamento compassivo.

Medicamento *off-label* que já existe, como, por exemplo, a hidroxicloroquina, que foi utilizada para a covid – não estou entrando no mérito de se é bom ou ruim –, isso é um tratamento *off-label*. Se o paciente é grave e você utiliza, como foi utilizado lá no começo, a colchicina, que não tem razoabilidade clínica nenhuma para tratar, isso seria um tratamento compassivo, porque não preenche o critério do medicamento aprovado especificamente, para um uso clínico específico. Então, existem diferenças em relação a essas questões que a gente levanta.

Mas vejam: um problema que nós temos e sobre o qual a sociedade, de fato, precisa refletir é até aonde a gente quer chegar para ter uma evidência científica, e eu explico o porquê. Existem restrições éticas muito importantes, não é uma restrição ética do CFM, é uma restrição ética internacional, para alguns tipos de estudo. Então, de fato, quando nós temos uma terapia que já é boa, é difícil a gente fazer estudos clínicos com...

Já? Meu Deus! Está bom.

É difícil a gente fazer terapias clínicas com determinado medicamento.

Então, o que eu quero dizer com isso? É que nem sempre nós vamos ter evidência clínica – é verdade –, nem sempre a gente vai ter o maior e mais aceitável grau possível de evidência. A questão é: nós vamos permitir que, nesses casos, pacientes, utilizando a sua autonomia, submetam-se a um tratamento de que ainda a gente não sabe o efeito, sob a égide de ser compassivo, sem saber o resultado futuro que vai ter para esse paciente? Sem saber se vai causar dor ou sofrimento? Ou se vai, de fato, evitar uma vida... ou diminuir uma deficiência?

Isso, de fato, é algo com que eu concordo. Eu não concordei com tudo o que a Profa. Tatiana falou, mas isto é, de fato, algo que a gente precisa discutir: até que ponto nós, sociedade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos ir nessa questão de tratamentos de que nós não temos evidência clínica, científica, em que a gente ainda não sabe o que vai acontecer.

Claro que autonomia é importante, autonomia respeita-se, podemos antecipar a autonomia de vontade do paciente de querer se submeter ou não, mas isso tem que ser um processo regulado e cuidadoso, porque senão a gente pode cometer os mesmos erros que nós cometemos no passado com algumas terapias que nós utilizamos e que acabaram, inclusive, gerando danos para descendentes de pacientes, terapias de DNA, terapias avançadas. Então, a sociedade precisa, de fato, discutir isso.

Eu não tenho mais tempo para falar. Eu tinha mais coisa aqui, mas eu fico à disposição depois para debates, para me manter dentro do tempo, e peço desculpa se eu desviei, mas eu estava pensando em outra questão, mais de definição, e, quando ouvi as falas, eu acabei direcionando para esse tipo de debate.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dr. Alcindo, muito obrigada pela sua participação, pelos seus questionamentos.

Eu quero passar mais perguntas que vêm chegando do e-Cidadania. Vou aproveitar a Dra. Meiruze e o Dr. Claudiosvam. Quem sabe eles também nos ajudem a responder?

A Loize, do Mato Grosso, pergunta assim: "Quais evidências mínimas devem ser exigidas para liberar uma terapia experimental?".

O Eduardo, de Rondônia, pergunta: "Quais mudanças podem ampliar o uso compassivo sem comprometer critérios científicos e éticos?".

A Renata, do Distrito Federal, pergunta: "Desigualdades regionais não [...] [poderiam] impedir acesso a terapias experimentais para pacientes terminais". Ela está considerando que as desigualdades regionais impedem, sim, o acesso a terapias.

E eu tenho uma coleção de perguntas, principalmente de São Paulo, sobre a síndrome do nariz vazio, porque pessoas com essa síndrome estão participando dessa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero passar agora a palavra. Convido a Dra. Meiruze Sousa Freitas, que é Coordenadora da Instância Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde, para apresentar suas considerações.

Você está com a palavra, Dra. Meiruze.

**A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Mara Gabrilli, é um prazer revê-la.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É um prazer.

**A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS** (*Por videoconferência*.) – Por muito, estivemos discutindo e acompanhando aí a superação do Brasil na pandemia de covid-19, a essa época na cadeira como Diretora da Anvisa, e é uma honra estar aqui hoje, nesta audiência liderada pela senhora.

Na sua pessoa, eu cumprimento todos os Parlamentares, cumprimento os representantes dos pacientes, cumprimento as pesquisadoras e os demais debatedores.

Quero dizer da relevância desse painel e dessas discussões, que vai muito além; de movimentar todo o nosso apelo, especialmente os profissionais de saúde, que atuam, nas suas diferentes vertentes, em prol da vida, em prol da proteção dos participantes de pesquisa, em prol da proteção dos pacientes.

Acho que é merecido fazer um pequeno recorte da aprovação no Brasil da Lei 14.874, exatamente de maio de 2024, que institui ali a nossa primeira lei, no ordenamento jurídico brasileiro, para pesquisas com seres humanos. Entre elas, há as pesquisas clínicas, consideradas um avanço do ponto de vista da segurança jurídica do Brasil, na área de pesquisas.

Quero chamar a atenção sobre a regulamentação, sobre um decreto presidencial dessa lei, o Decreto 12.651, de outubro de 2025, um decreto editado pela Presidência da República do Brasil, regulamentando a Lei 14.874. Com isso, com a regulamentação da lei, institui-se no Brasil o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa, composto pela Instância Nacional de Ética em Pesquisa e pelas instâncias de análise ética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À instância de análise ética é dada, por esse diploma legal, a competência da avaliação ética das pesquisas com seres humanos, especialmente com autonomia dada às instâncias nacionais de avaliação ética em pesquisa. Dá-se à Instância Nacional de Ética em Pesquisa (Inaep) a competência de documentar, de fiscalizar, de acreditar e de credenciar os comitês de ética no Brasil e também apoiar na sua capacitação. Lembro ali da responsabilidade dessa Instância Nacional de Ética em Pesquisa, enquanto ditar as diretrizes para a condução de pesquisas com seres humanos no Brasil, fazendo o recorte da ética, especialmente da bioética, com as competências complementares, especialmente dos ensaios clínicos que envolvem novas tecnologias de saúde e destacadamente medicamentos ou dispositivos médicos, com a autoridade sanitária do Brasil, a Anvisa.

Então, fazendo esse recorte, é importante também circundar que tanto a Lei 14.874 como o próprio decreto se fundamentam em princípios da proteção, especialmente na condução de pesquisas no Brasil e também nos princípios bioéticos aqui já citados, acrescidos do princípio da justiça, do consentimento livre esclarecido e especialmente o da avaliação benefício-risco para participar de uma pesquisa.

Nesse contexto, o uso compassivo vem no bojo de produtos que estariam realizando pesquisas com seres humanos no Brasil, especialmente pesquisas clínicas. Um dos princípios basilares para a condução e para a utilização de produtos em seres humanos é você conhecer e garantir – especialmente antes de iniciar as fases clínicas 1, 2 e 3 – o maior conhecimento possível desse produto quanto às avaliações pré-clínicas e não clínicas, garantindo ali um perfil de segurança a partir de estudos em modelos não humanos, em animais, em outros modelos que hoje já são muito comuns, utilizando ferramentas de organoides, ferramentas de inteligência artificial, para que se possa avançar para estudos em humanos.

É sabido por todos que, na primeira fase, basicamente, você vai avaliar o perfil de segurança desses produtos. Em muitas situações, quando a gente se depara com produtos em que se tem questões características da doença, especialmente relacionadas a vazios terapêuticos e a riscos também relacionados a esse produto, seja de toxicidade, como, por exemplo, os medicamentos citotóxicos e os genotóxicos, que são muito mais comuns e utilizados na oncologia, por vezes, esses primeiros estudos, que inicialmente seriam utilizados em participantes voluntários sadios, migram para participantes com a doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, o próprio Decreto 12.651, que regulamenta a lei, traz como uma diretiva de prioridade para o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa a avaliação de pesquisas de forma prioritária, no âmbito ético, de pesquisas, por exemplo, para esses vazios terapêuticos que nós temos, incluindo as doenças raras ou as doenças de alta mortalidade – alta morbidade –, em que você normalmente não tem outra proposta terapêutica para aliviar as dores ou mesmo melhorar a qualidade de vida dos pacientes e até a remissão da doença.

Essas considerações estão também atreladas a esses princípios bioéticos. Ainda que o paciente tenha o direito, na sua autonomia, de estabelecer ali o seu consentimento para exposição a produtos, esses princípios devem ser balizados sempre com os dados científicos que balizam a utilização desse produto – ainda experimental – nas pessoas. Não perpassa só pelo direito da pessoa de se disponibilizar a participar do estudo ou até mesmo de utilizar o produto de forma consentida. Então, esse basilar da bioética vem no sentido exatamente de proteger o participante de pesquisa.

Então, em que pese a instância nacional de ética em pesquisa não atuar nas diretrizes do uso compassivo, a premissa básica da proteção – da proteção ao participante – é o conhecimento científico suficiente para que, no caso do médico, ele vá utilizá-lo para o uso compassivo, e ele parta de princípios científicos bem estabelecidos e conhecidos para a utilização da terapia como uso compassivo.

Soma-se a isso – além da avaliação benefício-risco, da questão da não maleficência, da beneficência, do princípio da justiça – a necessidade de dar ao paciente a total informação, a clareza, a transparência da condição daquele produto, no âmbito do conhecimento científico até então, sobre a sua utilização. É muito importante que essa informação seja clara e que essa informação não seja omitida, mas ela tem que estar sustentada nas melhores evidências científicas disponíveis.

Então, por vezes, especialmente os médicos adotam essa estratégia como estratégia para salvar vidas. Não há outra alternativa terapêutica, e o médico usa essa estratégia baseado também num consenso – num consenso, normalmente, de um comitê médico, que apoia também a utilização do uso compassivo, sempre esteado na ciência, na proteção, na avaliação benefício-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

risco e na possibilidade de fazer-se essa intervenção com os riscos inerentes a um produto experimental.

No Brasil, nós precisamos realmente avançar ainda mais neste debate, trazer mais clareza, trazer a sociedade, encurtar etapas, mas sempre encurtar dentro do princípio da segurança.

É um prazer estar aqui. Eu me coloco à disposição e ficarei aqui para o debate, de forma que a gente ganhe tempo e possa seguir neste debate público.

Muito obrigada, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Dra. Meiruze. Saiba que a gente estava até comentando na nossa equipe que foi inesquecível a sua luta pela vacina durante o covid. Guardo no coração todo o seu empenho e estou muito feliz por você estar aqui hoje.

Agora eu passo a palavra ao Claudiosvam Martins Alves de Sousa, que é Coordenador de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa.

Claudiosvam – os últimos, muito importantes –, você está com a palavra.

**O SR. CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

Muito obrigado pelo convite, agradecimento que estendo a todos os signatários desta audiência tão relevante, tão importante. É uma honra, é um prazer estar aqui discutindo – e desde já cumprimento todos os debatedores – um tema tão relevante, tão importante.

É aquele velho jargão: o bom de ser o último é que já se falou quase tudo, então a gente fica só com algum arremate.

Bom, nós estamos falando aqui, na verdade, de formas de acesso a medicamentos, de acesso a tratamentos. Isso para chegar à origem do uso compassivo, do acesso expandido, do fornecimento pós-estudo. Então, no mundo inteiro, tem alguns mecanismos de excepcionalidade para acesso a tratamentos. E de onde surge isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa lei de 1976, a Lei 6.360, que é a da vigilância sanitária de produtos, e também a Lei 5.991, de 1973, dizem o seguinte: nenhum produto pode ser industrializado, exposto à venda ou fornecido ao consumo sem antes ter o seu registro pelo Ministério da Saúde. Então, o produto só poderá ser de fato consumido, entregue – o medicamento, o tratamento –, se tiver o registro. Isso é o geral que dizem as Leis 6.360 e 5.991.

Bom, quais são os outros mecanismos para acesso quando não se tem o registro?

A gente pode ver, observar, por exemplo, resgatar aqui uma discussão que o próprio STF fez recentemente sobre o Tema 500. E aí, sob a égide pública, o STF falou: o Estado não é obrigado a fornecer um medicamento que não tenha registro, exceto em algumas condições muito específicas, quando já se tem o pedido de registro submetido à Anvisa e, por alguma razão, ainda não houve uma manifestação, pelo menos no prazo em que se esperava, ou em situações muito específicas também, se não há alternativa terapêutica, o que vai um pouco, muito semelhante, aos critérios do uso compassivo.

Então, primeiro, a lei geral diz que não pode ter registro. Aí, para se ter, para se acessar esses tratamentos que não têm registro, nós temos, por exemplo, a importação para uso pessoal, que se dá a partir de uma prescrição médica. É um produto que qualquer paciente, qualquer cidadão, com a sua prescrição médica, pode importar. Obviamente não pode vender, revender, porque isso configura crime.

E aí temos ainda os programas assistenciais. E quais são os programas assistenciais? O uso compassivo, o acesso expandido e o fornecimento pós-estudo. Eu vou começar de trás para a frente, porque a Meiruze já fez aí uma explanação sobre a Lei 14.874. Embora o fornecimento de acesso pós-estudo, aliás, o acesso pós-estudo seja algo já regulamentado há muito tempo, a Lei 14.874 trouxe alguns pilares, reorganizou, criou critérios novos, enfim. Mas de forma geral, o que é o acesso pós-estudo? É o seguinte: aquele paciente que participou de uma pesquisa clínica, de um ensaio clínico, tem o direito, ou o patrocinador, a empresa que está realizando aquele estudo tem a obrigação de continuar fornecendo aquele produto, aquele medicamento experimental para aquele paciente que participou da pesquisa, obviamente, desde que ele esteja se beneficiando, a critério médico. Esse é o fornecimento pós-estudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem o uso compassivo. O uso compassivo, como já foi muito bem dito aqui, pelo próprio nome, que vem de compaixão, de *compassionate*, é aquele produto que é doado, e isso é importante ser dito, porque é um programa. Os programas assistenciais estão regulamentados pela RDC 38, que é de 2013. Já eram regulamentados desde 1999. Mas se trata de uma doação, então tem um ator importante aí, que é o patrocinador, é a empresa detentora daquela tecnologia, daquela pesquisa. Então, o processo se inicia por aí. A empresa precisa concordar em doar. E o fornecimento é gratuito. Bom, o uso compassivo, também já foi dito várias vezes aí que atende um paciente individual, é intransferível. Aquele paciente que está numa condição clínica muito grave, sem alternativa, que ameaça a vida, para que não tenha mais alternativa terapêutica é o paciente elegível para o uso compassivo e é também um paciente que, por alguma razão, não conseguiu ser incluído ou não conseguiu entrar numa pesquisa clínica, num estudo clínico.

A pesquisa clínica será sempre... A prioridade será sempre a pesquisa clínica, também já foi dito aí. E eu acho que, nesta discussão toda, a gente deve sempre privilegiar isso. A pesquisa clínica tem que ser uma política de Estado, não é? Nós vimos recentemente muito repercutido na mídia aquele caso de uma opção terapêutica para câncer de pâncreas. Isso é pesquisa clínica. Então, eu acho que a gente tem que reforçar isso e fazer com que a pesquisa clínica seja uma política de Estado, que é a melhor forma de acesso a tecnologias inovadoras.

Agora, aquele paciente que não conseguiu, por alguma razão, como eu disse, ser incluído numa pesquisa clínica pode ser elegível para o uso compassivo, por exemplo, como eu reforcei, desde que o patrocinador concorde em doar o produto.

A diferença entre o uso compassivo e o acesso expandido é o tamanho, é o número de pessoas que serão contempladas. A depender do número de pessoas que serão contempladas, nós entramos com a proporção ou a magnitude de risco, quanto mais pessoas envolvidas que receberão um produto ainda em investigação, para o qual ainda não se tem todo um desenvolvimento clínico completo.

Então, a depender, também... Foi feita uma pergunta sobre evidências mínimas, enfim, e a resposta é esta: depende muito da complexidade daquela condição clínica, da população-alvo, da gravidade, de comorbidades. Então, devem ser levados em consideração esses pontos, esses critérios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O paciente, para entrar no uso compassivo, primeiro tem que atender a essa condição. Ainda que não tenha, na norma, especificamente falando, que o uso compassivo se refere a dois pacientes, a um paciente, a três, a dez... Não tem esse número lá. Mas, lá no acesso expandido, que é o outro programa assistencial, vai dizer que o programa de acesso expandido, como diz o próprio nome, é expandido, é o uso de mais pessoas, é o uso de um grupo de pessoas. Então, quando se tratar de um uso para um número maior de pessoas, que a norma chama de grupo, é preciso que tenham evidências mais robustas. Nós estamos falando de um número de pessoas que formem um grupo. Então, é preciso que tenham pelo menos evidências obtidas a partir de estudos clínicos de fase III, sejam estudos já concluídos ou estudos em andamento. São essas duas modalidades ou essas duas alternativas que hoje existem para o acesso a medicamentos ainda sem registro, desde que atendam a esses critérios.

Existe um regulamento próprio, que é a RDC 38, de 2013, que começou a valer após uma ampla discussão, a uma consulta pública, a debates aqui na Anvisa. Essa resolução já entrou de novo em consulta pública, já foram consolidadas as contribuições, mas é algo que ainda não fechamos. Enfim, a regulação, os regulamentos são vivos. Eles têm que acompanhar a evolução, principalmente porque nós estamos falando de inovação, de inovação tecnológica, de novas opções, enfim.

É importante dizer também que, para além de aceitar doar o produto para o uso compassivo – de novo, é sempre a partir daí que começa o processo –, o patrocinador, aquela empresa, é responsável por acompanhar os pacientes que receberam aquela droga que ela doou; é responsável por notificar a Anvisa sobre eventos adversos graves, incluindo óbitos; é responsável por arcar com os custos de eventuais eventos adversos que ocorram, que necessitem de intervenções, enfim, para reverter, se for o caso, esses eventos adversos.

Os médicos também... E aí o regulamento não fere a autonomia médica, não fere a autonomia do paciente. Muito pelo contrário, na instrução do processo existe um termo de adesão do paciente, existe um laudo médico. Então, o que a Anvisa faz, e tem isso por competência legal, é tentar achar esse equilíbrio, como foi muito bem dito pelo Dr. Alcindo, da razoabilidade, da avaliação de risco benefício. A norma diz que precisa, que o processo tem que estar instruído com evidências que subsidiem o uso daquele produto para aquela condição clínica específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que a Anvisa faz é essa avaliação, que é técnica também, sobre se esses critérios foram atendidos de acordo com o regulamento. Uma vez atendidos, nós liberamos, autorizamos o uso do produto. A empresa, daí em diante, é responsável pela logística de administração, de fornecimento, de acompanhamento, enfim, e também por notificar a Anvisa.

Em relação ao prazo, no ano passado, nós liberamos, em 2025, cerca de 80 programas de uso compassivo, com um prazo médio que varia de 2 a 10 dias, chega a 15 dias, mas nunca mais que isso, e também liberamos aí quase 80 pedidos de fornecimento pós-estudo.

Então, muito obrigado mais uma vez, Senadora.

E eu sigo aqui à disposição para quaisquer dúvidas.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada a você, Claudiosvam. Muito obrigada pela explanação. Acho que trouxe muita luz aqui para o nosso debate o Claudiosvam Martins Alves de Sousa, que é Coordenador de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa.

Eu quero agradecer a todos vocês por essa tarde tão elucidadora, cheia de questões, de dúvidas, de observações. Tudo isso a gente vai juntando para ter um caminho mais sedimentado, mais seguro e de conhecimento de todos nós. Então, eu quero agradecer a participação de todos.

Alguém tem alguma coisa ainda a falar? (*Pausa.*)

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às doze horas e vinte e quatro minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Humberto Costa, Paulo Paim, Leila Barros, Laércio Oliveira, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Hermes Klann, Marcos do Val, Carlos Viana, Izalci Lucas e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Dr. Hiran e Roberta Acioly. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 65/2026 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Instruir o debate sobre a criação de um Dia Nacional do Panificador, proposto pelo Projeto de Lei n° 3432, de 2024 e discutir os impactos sociais e econômicos deste setor para o Brasil. **Participantes:** Paulo Alfonso Menegueli, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria - Abip; Paulo Pereira dos Santos Filho, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria - Abip; Alexsandro França Martins, Presidente do Sindicato da Panificação e Confeitaria do Ceará - SINDPAN-CE; Daniel Cansanção Jereissati, 1º Vice-Presidente do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Estado do Ceará - SINDIPAN-CE; Sílvio Cipriano Moreira, Presidente do Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Estado de Goiás - SINDIPÃO; Emerson Amaral, Diretor do Instituto de Desenvolvimento das Empresas de Alimentação - IDEAL; e Marcos Gugel, Melhor Padeiro das Américas 2019 pela Confederação Interamericana da Indústria do Pão - Cipan. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Eduardo Girão**
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/16

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem a todos vocês!

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 65, de 2026, da CAS, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a instruir o debate sobre a criação de um Dia Nacional do Panificador, proposto pelo Projeto de Lei nº 3.432, de 2024, e também a discutir os impactos sociais e econômicos desse importantíssimo setor para o Brasil.

Eu informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, da Rádio Senado, do *Jornal do Senado*, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, a Ouvidoria da Casa, através do telefone 0800 0612211 – repetindo, 0800 0612211 –, e pelo portal nosso aqui, o e-Cidadania, que é o www.senado.leg.br/ecidadania – repetindo também, www.senado.leg.br/ecidadania –, que transmitirá ao vivo, já está transmitindo ao vivo, a presente reunião e já possibilita o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Peço desculpa mais uma vez aqui – falei em *off*, mas peço publicamente desculpa. Era para termos começado às 11h30, mas estamos aqui com quase uma hora de atraso. Perdão pela demora. Estávamos presidindo uma sessão no Plenário do Senado, da Comenda Santa Dulce dos Pobres, que também foi de minha autoria, mas a gente vai ter uma reunião bem produtiva aqui. Eu tenho certeza de que vou aprender muito com vocês, e quem está nos assistindo e nos ouvindo também.

Então, eu queria chamar logo aqui a nossa mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a composição da mesa, eu quero chamar aqui o Sr. Paulo Alfonso Menegueli, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip), representando também a CNI (Confederação Nacional da Indústria) – muito obrigado pela sua presença, Paulo.

Também chamo outro Paulo, o Paulo Pereira dos Santos Filho, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip) – muito obrigado também, Paulo, pela sua presença.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ótimo.

Também quero chamar presencialmente o Sr. Alexsandro França Martins, Presidente do Sindicato da Panificação e Confeitaria do Ceará (Sindpan-CE) – muito obrigado mais uma vez.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Terra boa, Terra da Luz!

Daniel Cansanção Jereissati, 1º Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Estado do Ceará (Sindipan-CE) – muito obrigado também, Daniel, pela sua presença.

Também está presente aqui conosco, e eu já o convido para a mesa, o Sílvio Cipriano Moreira, Presidente do Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Estado de Goiás (Sindipão) – muito obrigado, Sílvio, pela sua presença aqui. Satisfação.

Também convido para a mesa o Diretor do Instituto de Desenvolvimento das Empresas de Alimentação (Ideal), Emerson Amaral – muitíssimo obrigado pela sua presença também, Emerson. Satisfação.

Nós temos aqui também – por videoconferência vai participar conosco –, e eu já lhe agradeço a presença, o Melhor Padeiro das Américas 2019, eleito pela Confederação Interamericana da Indústria do Pão (Cipan), Marcos Gugel – muito obrigado, Marcos –, que já está *online*, dando "joinha" para mim aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. Daqui a pouco você participa também e faz a sua fala. Muito obrigado e desculpa pela demora.

E está aqui também o Melhor Padeiro das Américas 2024 pela Confederação Interamericana da Indústria do Pão (Cipan), João Carlos Butske – muito obrigado pela presença. Daqui a pouco eu passarei a palavra.

Quero fazer aqui um breve pronunciamento.

E olha que bacana: a população brasileira está participando. Já mandaram perguntas aqui. Desde que nós aprovamos a sessão, ela fica no sistema, e os brasileiros entram lá.

Já fizeram algumas perguntas aqui, se vários estados: Amapá, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Mato Grosso e Paraná. É a população participando aqui, e eu vou ler essas perguntas daqui a pouco para os nossos palestrantes. Se se sentirem confortáveis para responder, dentro da sua fala, a gente já agradece.

Então, eu pergunto uma coisa: dez minutos está bom para o tempo de... Dá para a gente estipular esse tempo?

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

Então, nós vamos conceder dez minutos para cada um, e as perguntas eu já vou deixar aqui, para os senhores irem elaborando, dentro das falas, para quem se sentir bem para responder alguma delas, ou comentário.

Do Felipe, do Paraná. Ele pergunta: "Há linhas de crédito específicas para a capacitação desses profissionais e para abertura de seus negócios, [...] [das padarias]?".

O Davi, do Mato Grosso: "Como o PL 3.432/2024 e a valorização do setor de panificação podem impulsionar a economia e a geração de empregos formais no Brasil?". Olha que bacana!

O Gentil, de São Paulo: "Como a Abip ajuda [...] [na] formação continuada dos novos padeiros e confeiteiros no país? Podem garantir a qualidade do pão?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia em que eu fui aprovar aqui, quando a gente propôs esse requerimento, eu conversei com o Presidente desta Comissão, que é piauiense, o Marcelo Castro – fica meu abraço a ele, minha gratidão por ter colocado em pauta este requerimento –, eu tinha assistido ao Fantástico, o programa da Globo, no domingo anterior. Eu não sei se vocês viram: essa questão do crime organizado se proliferou tanto, dominando territórios inteiros, que, lá no Rio de Janeiro – no nosso Ceará não é diferente – estão tendo domínio de bairros inteiros.

O Fantástico fez essa matéria mostrando, falando inclusive da questão da panificação. O trigo lá, as massas que chegam... Há praticamente uma imposição dos fornecedores. O crime, as facções criminosas estão impondo o fornecedor e o preço...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para comprarem das distribuidoras deles, que são autorizadas por eles.

Eu vi uma entrevista que me chocou, de um panificador lá – um padeiro, na verdade – que chega e diz o seguinte: "Rapaz, a qualidade do meu pão aqui... Não dá mais, porque com esse material não dá".

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Trigo vencido, uma série de coisas.

Então, olhem só o que o brasileiro está sofrendo. Eu sei que a pauta é outra, mas eu gostaria até de ouvi-los também a respeito disso, porque, principalmente quem mora no Ceará, está vendo isso acontecer com muita frequência.

Então, hoje, mais do que discutir...

Esperem aí, eu não terminei as perguntas, perdão.

Antes eu quero só fechar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Danielle, do Distrito Federal. Olhem só: "O setor de panificação não seria mais beneficiado por medidas de crédito, qualificação e redução de custos do que por uma data comemorativa?", ela pergunta.

O Felipe, do Ceará: "A criação da data pode vir acompanhada de curso gratuito *online* de panificação e prática opcional, pelo Sistema S, ampliando emprego e renda?".

O Charles, do Amapá, pergunta também: "Como o Senado pretende tratar os principais custos que afetam a panificação, como farinha de trigo, energia elétrica e encargos trabalhistas?".

Então eu gostaria de – até por ser um dos 81 Senadores que aqui estão – ouvir de vocês também o que a gente pode aprimorar aqui. Infelizmente, nós tivemos – não sei se para vocês foi positivo – a reforma tributária do país, aprovada no ano passado, e que foi regulamentada muito às pressas e tudo. Eu queria ouvir de vocês o que isso representou para o setor, o que nós do Senado... e a audiência pública é para isso também. Por ocasião da data comemorativa, a gente traz uma série de outras situações: com o que o Senado pode colaborar para o setor? Que tipo de outros projetos? Em que medidas a gente pode ajudar? E eu coloco o nosso gabinete do Senado, aqui, do Estado do Ceará – um dos três que representam o Estado do Ceará –, à disposição dos senhores para essas melhorias.

Então, hoje, mais do que discutir uma proposta legislativa, estamos aqui para reconhecer pessoas. Pessoas que trabalham enquanto a cidade dorme, que acordam quando a maioria de nós ainda descansa, para que, ao nascer do sol, milhões de brasileiros encontrem, sobre suas mesas, um dos alimentos mais simples e, ao mesmo tempo, mais simbólicos da nossa cultura e de outras – é milenar –, o pão. O cheiro de pão quente saindo do forno nos remete à infância, às conversas em família, ao café compartilhado antes do trabalho, ao reencontro de um longo dia. Remete à memória, ao afeto, ao acolhimento e à comunhão.

Em um mundo cada vez mais acelerado, sentar-se à mesa para dividir um pão ainda continua sendo um dos gestos mais simples e mais poderosos da vida em sociedade. É ao redor da mesa que as famílias se encontram, que pais conversam com filhos, que amigos compartilham histórias, que a vida acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto as luzes das casas ainda estão apagadas, eles já estão de pé. Enquanto muitos de nós dormem, eles já preparam massas, aquecem fornos e organizam a produção que abastecerá bairros inteiros. É um trabalho muito exigente, disciplinado e indispensável. É um trabalho que exige dedicação diária, independentemente do clima, dos feriados ou das dificuldades econômicas. Inclusive, a gente está falando de uma atividade... Nós, que fomos descobertos pelos portugueses... porque tem um DNA muito português nisso tudo. Poucos setores estão tão profundamente conectados ao cotidiano das famílias brasileiras quanto este setor: o setor da panificação.

Em praticamente todas as cidades do Brasil, em grandes centros urbanos ou nos pequenos municípios do interior, a padaria está sempre presente como um ponto de encontro, de convivência e de acesso a um alimento essencial.

Para milhões de brasileiros, a primeira refeição do dia começa graças ao esforço de homens e mulheres que iniciam sua jornada de trabalho quando a maioria ainda está dormindo. Estamos falando de um setor que gera, atenção: 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos e que continua criando oportunidades em um cenário econômico muitas vezes desafiador.

Estamos falando de milhares de micro e pequenas empresas que sustentam famílias, movimentam economias locais e ajudam a manter vivas comunidades inteiras. A força da panificação brasileira está justamente em sua capilaridade social. As padarias estão nos bairros, nas periferias, nas pequenas cidades, próximas às escolas, das igrejas, dos centros de saúde e das residências. São negócios que conhecem seus clientes pelo nome e que muitas vezes se tornam verdadeiras referências comunitárias.

Por isso, discutir a criação de um dia nacional do panificador, já respondendo uma das perguntas aqui, não é apenas debater uma data comemorativa, é reconhecer oficialmente a contribuição de milhões de brasileiros que trabalham para garantir algo que parece simples, mas que é fundamental: que o alimento básico chegue à mesa das famílias.

Ao reconhecer esses profissionais, reconhecemos também uma cultura de esforço, dedicação, disciplina, serviço ao próximo. Reconhecemos pessoas que acordam antes do amanhecer para que milhões de brasileiros possam começar o dia com dignidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que esta audiência pública seja uma oportunidade para ouvirmos aqui, da Casa revisora da República, do Senado, os seus desafios, para valorizarmos o seu trabalho e reafirmarmos o respeito que esta profissão merece.

Então, vamos iniciar aqui a nossa oitiva, essa nossa oportunidade de aprendizado, com o Sr. Paulo Alfonso Menegheli, que é Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip), também representando hoje a CNI (Confederação Nacional da Indústria). Muito obrigado pela sua presença. Você é de que estado?

**O SR. PAULO ALFONSO MENEGUELI** (*Fora do microfone*.) – Espírito Santo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Do Espírito Santo. Vamos começar com o Espírito Santo aqui a nossa mesa...

**O SR. PAULO ALFONSO MENEGUELI** (*Fora do microfone*.) – Vitória.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E com Vitória, exatamente.

Quero aproveitar para mandar um abraço para o meu grande amigo, irmão, uma das inspirações para que eu estivesse aqui no Senado Federal, que se chama Senador Magno Malta, lá do Espírito Santo.

O senhor tem a palavra, Paulo Menegheli. Muito obrigado pela sua presença e, mais uma vez, desculpa aí a demora.

**O SR. PAULO ALFONSO MENEGUELI** (Para expor.) – Agradecendo o convite e o projeto muito interessante que tem apresentado aqui o nosso querido Senador Eduardo Girão, para começar, eu queria passar o vídeo da nossa instituição, que é pequeno, para você ter uma ideia, para todos que estão nos acompanhando terem uma ideia do que é a nossa instituição e os nossos números.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

**O SR. PAULO ALFONSO MENEGUELI** – Como vimos, nós estamos em todas as cidades deste país, acordando cedo. São mais de 2,8 milhões de empregos gerados, e 48 milhões de brasileiros passam todos os dias nas padarias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu costumo dizer que a padaria sozinha na esquina é uma empresa muito vulnerável aos erros e aos acertos – e vive com os próprios erros. Mas quando você está conectado... Então esta é a primeira mensagem, Senador: a importância de a gente, nesse ato que o senhor propõe, integrar todo o país. A gente precisa valorizar o sociativismo. Então, quando as pessoas integram as associações, os sindicatos do país, elas automaticamente sofrem menos e aprendem mais rápido com a troca de experiência uns com os outros.

Algumas das perguntas feitas aqui, agora, no começo da audiência, são de pessoas que não participam ativamente do setor de panificação, porque quem participa sabe que a gente tem vários serviços e que estão aí na qualificação. Nós temos curso superior de panificação, nós temos curso técnico de panificação, nós temos aplicativos, temos um convênio em parceria com o Sebrae Nacional, pelo qual a gente vai em todos os estados formalizar, orientar, com palestra, com todos os nossos técnicos, para que possam aprender e sofrer menos.

Mas eu queria cumprimentar aqui o meu Vice-Presidente Paulo Pereira; o Presidente já eleito, o Alex Martins; o nosso Diretor Daniel Jereissati; e o Sílvio, que é o nosso Presidente do sindicato de Goiás; também a Yannah e o Marcelo, que são daqui do Siab, do Distrito Federal; nosso Consultor Técnico, o Emerson Amaral; e toda a Diretoria da Abip; o Gugel e o João Butzke, que são os dois Padeiros das Américas que estão nos acompanhando, e toda a Diretoria da Abip, que está neste momento nos acompanhando.

É muito importante este espaço que a gente está tendo aqui para falar um pouco. A Abip tem muito material, muita condição de ajudar através dos sindicatos locais. Então, a gente está em todos os estados do país, mais fortemente organizada em 22 estados, e a gente caminha para mais 23, 24, 25 estados. Mas a gente tem campanhas – e é importante para aqueles que nos acompanham –, nós temos campanhas durante o ano inteiro, nós temos palestras, nós temos videoconferências, nós temos o YouTube da Abip, onde está tudo cadastrado, e todas as formações que a gente faz, as qualificações que a gente faz estão registradas lá no *site* da Abip (abip.org.br).

Então, você tem ali todas as informações possíveis para ser ajudado, mas, no seu sindicato local, na associação, na cooperativa, é que você vai trocar a experiência e se fortalecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente fica muito feliz cumprimentando, então, aqui todos os Diretores da Abip e todas as entidades.

Todos os planificadores do Brasil, independentemente de serem ligados às associações, sejam todos bem-vindos! – todos os padeiros, todos os nossos parceiros, aquelas pessoas que estão ligadas ao nosso setor.

Eu queria dizer, além de falar dessa importância do setor, como já foi bem explanada aqui pelo nosso Senador, um pouco das nossas dores, porque a gente não pode... Nós tivemos agora uma reforma tributária, e, como o senhor comentou, nós tivemos trabalho para nos adequar. Graças a Deus, conseguimos nos organizar, e a organização faz isto: a organização faz com que a gente consiga avançar e conseguir coisas, que a gente não acredita, porque a união faz a força. E a gente conseguiu, na reforma tributária, ter um ajuste para tirar uma anomalia que tinha entre os bares e restaurantes e as padarias. Se você comesse um sanduíche ou uma refeição num restaurante, você, dentro da reforma tributária, você iria pagar 16,8%. E, se você comesse o mesmo sanduíche, a mesma refeição nas padarias, você iria pagar 28%. Então, nós conseguimos, e já com apoio da CNI, com apoio de todos os nossos sindicatos, nós conseguimos reverter isso, e já está em 16%.

Isso vale dizer que é, mais ou menos, uma economia anual, naquele valor de R$164 bilhões, é quase uma economia de R$1,6 bilhão, que a gente vai ter de ajuste, que não era justo. É só tirar uma anomalia, não era pleito de preferência, mas era um pleito.

E a gente tem dores, Senador. A dor que mais aflige agora no momento é a escala 6x1. Sobre essa escala 6x1 nós não somos contra, e nenhum sindicato nosso – já fizemos vários debates – é contra o benefício do funcionário. Mas a gente entende que não pode ser em ano eleitoral, não pode ser abrupto assim, do jeito que está sendo conduzido. E nem também é a única forma de se viver todo mundo engessado num momento só; quem quer trabalhar mais, quem quer trabalhar menos, tem que trabalhar do mesmo jeito.

Então nós defendemos a PEC 12, de 2026. E eu parabenizo o Senador Eduardo Girão, que já assinou. Mas aí eu peço um apoio, senhor: além de ter assinado, converse com os nossos pares para que eles possam fazer o número correto para que a gente possa avançar. Porque tirar a escala 6x1 a gente concorda, mas da forma que está sendo a gente vai ter muita dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, no país, nós já temos uma defasagem de mão de obra. Nós temos vagas; temos hoje 140 mil vagas hoje nas padarias no país inteiro. E a gente tem padarias que estão com dificuldade, dono, funcionários, filhos trabalhando porque não tem... Onde que nós vamos arrumar mais 20% de mão de obra para atender a escala 5x2? Então, o que a gente pede é o apoio a essa PEC 12, de 2026, que faz uma relação por horas, e essa relação por horas define...

Nós temos um setor que é um setor essencial. Nós atendemos hospitais, colégios e temos que ter todo um trabalho todos os dias, como o senhor falou, de manhã cedo até o final da noite. Hoje, a padaria é um ponto de encontro, é um ponto de confraternização, de amizade, é um ponto gastronômico, mas nós temos a responsabilidade de fornecer alimento e energia para a população brasileira.

A gente fica muito preocupado com este momento. E até eu fiz uma sugestão na reunião do conselho de acompanhamento ao Legislativo da CNI, para que no ano eleitoral – como tem as restrições do TRE para os candidatos – também tivesse uma restrição para os gestores de não colocar pautas populares, para que a gente não tenha essa dificuldade.

E ainda quero acrescentar, Senador, a todos vocês, que nós temos dificuldades... Não sou contra, de maneira nenhuma, os benefícios que o Governo dá para os nossos irmãos menos favorecidos, mas isso também impacta, porque nós temos estados que têm um volume tão grande de pessoas com projetos sociais, que eles fazem com que não queiram trabalhar com a carteira assinada, porque vai perder o benefício. Isso tem impacto, tem o Bolsa Família, tem o seguro-defeso, que, em alguns estados, isso é tão forte que impacta na mão de obra, você não encontra. Já tem uma escassez de mão de obra natural e você ainda tem esses agravantes. Então, isso tudo tem que ser pensado.

E eu acho que esse modelo precisava ser, com mais calma, trabalhado, estudado, ouvindo todas as pessoas. Nós queremos trabalhar – uns querem trabalhar mais, outros querem trabalhar menos –, e tem que se ter essa liberdade, de acordo com a função que tem.

A gente não é contra, mas a gente está muito preocupado nesta hora, apoiando esta iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria tomar a liberdade, Senador... O nosso Presidente Alban, que é o Presidente da CNI, fez uma mensagem. Nesse sentido, rapidinho, eu queria que o meu amigo Ivan passasse aí...

*(Procede-se à exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO ALFONSO MENEGUELI** – É uma apresentação do meu Presidente Alban, que é um grande Presidente, defensor do setor industrial.

Eu reitero o pedido ao Senador Eduardo Girão para que partilhe com os nossos amigos Senadores para que nos orientem nisso, porque é um ambiente... É justo, e já tem isso provado em vários países. Então, se a gente tem uma possibilidade de pagar por aquela hora que a pessoa quer... Se quer trabalhar mais, ganha mais; se quer trabalhar menos, ganha menos, como é hoje feito com Uber, com *delivery*, a pessoa trabalha naquilo que quer, naquele momento que quer.

Então, eu agradeço a paciência e a oportunidade de estar aqui ao seu lado, defendendo o setor de panificação, e o parabenizo pela iniciativa do Dia Mundial do Panificador, lembrando que o Dia do Panificador, dia 8 de julho, já é comemorado há mais de 60 anos. Em todos os estados do país, a gente faz as festas. Você não vai dar conta de ir às festas que a gente faz pelo país nesse dia. Em todos os lugares, a gente faz festas maravilhosas. Eu vou mandar esse documentário depois para você, porque é muita coisa que a gente faz no Dia do Panificador.

E a história: o senhor sabe da história de como surgiu o Dia do Panificador?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não. Não sei, não.

**O SR. PAULO ALFONSO MENEGUELI** – Nós temos uma referência à Santa Isabel, que é a padroeira do panificador. Ela era esposa do rei de Portugal e fazia caridade para as pessoas pobres. Ela juntava as coisas e levava os pães para as pessoas pobres. Alguém lá comunicou ao rei que ela estava fazendo isso, e, quando o rei foi abordá-la, ele falou assim: "O que você carrega aí no manto?". Ela falou assim: "Eu carrego rosas". E, quando ela abriu, os pães se transformaram em rosas. Essa é a lenda que a gente tem, a lenda em que a gente acredita. Então, em quase todas as associações e sindicatos, nós temos lá a Santa Isabel como referência do setor de panificação, comemorado, há mais de 60 anos, por este país inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você vai ser convidado para vários eventos desses.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado. Muito obrigado, Paulo Menegueli, que é o Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip).

É mais um motivo ainda. Eu nem sabia desse detalhe, porque tudo isso começou numa reunião que nós tivemos em Fortaleza, numa padaria. Essa ideia foi um embrião numa conversa de padaria ali, degustando, comendo o pãozinho com o café – eu gosto de melar; como um bom cearense, eu melo, eu tenho essa coisa que vem da minha mãe, na infância.

E o dia 8 de julho é o dia do aniversário da minha esposa. Então, não existe coincidência.

Eu quero até falar com a nossa Secretaria aqui para, com muito carinho – viu, Ivan? –, a gente falar com o Presidente Marcelo Castro, para ver se a gente consegue aprovar no dia 8 de julho. Vai ter sessão? (*Pausa.*)

Não, sessão é dia... Se duvidar, é dia útil aqui o dia 8 deste ano, e a gente podia aprovar o projeto, porque é terminativo, né? (*Pausa.*)

Dia 8 é quarta-feira. É o dia das reuniões da CAS, cai no dia das reuniões aqui da Comissão de Assuntos Sociais.

Então, eu vou pedir para a gente ver se coloca em pauta. Vou falar com o Relator, que é... (*Pausa.*)

Ainda não designou, mas aí você vai cuidar disso hoje, para a gente ver se a gente aprova aqui no dia 8, porque é merecido.

E eu não sabia da Santa Isabel, que é o nome de uma bisavó minha – é Isabel também. Então, tem essas coincidências.

Sobre a escala 6x1, é por essas e por outras que eu sou contra a reeleição. Eu trabalho aqui diuturnamente, inclusive a emenda para diminuir o mandato de Senador de oito para cinco anos é minha e foi aprovada na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre esse negócio de reeleição, a gente tem uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), para acabar com a reeleição, começando logo pelo Executivo, e para unificar as eleições: Presidente, Prefeito, Governador – vai ser tudo junto – Deputado Federal, Senador, tudo junto, de cinco em cinco anos. E aí, teve um grupo de Senadores que queria aumentar para fazer a equivalência: os Deputados iriam para cinco, o Governador para cinco, o Presidente para cinco, aí o Senador iria para dez. Aí eu fiz uma emenda que foi aprovada, baixando para cinco, para aproveitar a deixa e baixar para cinco.

Eu acho que, por essas e outras, é complicado você votar, em ano eleitoral, assuntos populistas, temas populistas. Aí vira Fla-Flu. Você vê o que está acontecendo: esses 40 Senadores que assinaram uma alternativa para tramitar, para debater, para ouvir a sociedade, ouvir o empregado, ouvir o empregador, ouvir os setores, a gente foi massacrado nas redes sociais, porque a turma do Governo Lula, eu sei lá o que é que usam, se é robô, se é o sindicato das coisas, mas foram em cima dos Senadores batendo. Alguns retiraram a assinatura. Eu não retirei nem vou retirar, porque nós estamos aqui para sermos responsáveis com os brasileiros e com o Brasil.

Então, a gente precisa... Não se pode fazer um debate a toque de caixa. Esse é um assunto que envolve emprego, envolve vida.

Nós tivemos aqui um debate também, que foi nessa coisa do populismo, que fez um grande mal, inclusive para a categoria, que foi a questão do piso da enfermagem. Nós alertamos: isso aqui pode causar desemprego em massa. Eu vou a prefeituras que tinham cinco enfermeiros; tiveram que reduzir para dois, porque não aguentavam pagar. Então, a gente tem que fazer a coisa de uma forma muito serena, muito tranquila, vendo os impactos.

Ontem eu estava vindo aqui para o Senado e vi – não sei se vocês acompanharam – uma manchete dos veículos dizendo que tarifas de ônibus, com o fim da escala 6x1, iriam aumentar de cara 8%. Isso a própria instituição, a associação do sindicato dos ônibus, das empresas de ônibus. A gente está vendo isso em vários setores. Quem vai pagar a conta disso? Quem vai pagar a conta disso é a população, se a gente não fizer a coisa...

Essa interferência do Estado em coisas que não tem a ver com o Estado, que não deveriam ter... Tem pessoas, hoje em dia – a pandemia nos trouxe isso –, que trabalham em casa só; não tem que bater expediente fora. Cada setor tem a sua característica, e você tem que deixar. Nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos, é muito flexível, é pela hora trabalhada. Então, a pessoa vai regulando ali. Eu sei que a realidade do Brasil é outra, mas a gente pode encontrar uma maneira sem açodamento. Isso aí é muito importante.

Então, eu acredito que esse assunto deva tramitar. Espero serenidade do Presidente do Senado Federal, que até agora tem se mantido sereno com relação a esse tema. Eu sei que a pressão está muito grande em cima dele também. Eu espero que não abra, porque aí eu vou te falar: é complicado, porque muitos vão buscar a reeleição e acham que esse grupo que está batendo nas redes sociais é o grupo majoritário, e não é. Entendeu? E muita gente pode se prejudicar com isso. E muita gente pode se prejudicar com isso. Então, a gente tem que fazer as coisas... É uma ideia que tem que ser amadurecida, para ver como é que se faz. Eu sou a favor do debate, de muitas audiências públicas, como a gente está fazendo aqui, para ouvir sindicato, para ouvir o trabalhador, para ouvir a sociedade, que pode pagar o preço disso tudo, para ouvir a indústria, para ouvir o comércio... Eu acho que é esse caminho que a gente tem que trilhar.

Eu quero agora, neste momento, dando sequência aqui, ouvir o... Vamos passar para o meu lado aqui. Depois a gente ouve o outro Paulo, certo? Depois a gente ouve o Paulo Pereira dos Santos Filho, que é o Vice-Presidente da Abip – daqui a pouco a gente ouve.

Eu quero ouvir o Alexsandro França Martins, que é Presidente do Sindicato da Panificação e Confeitaria do Ceará (Sindpan-CE).

Eu fui muito bem acolhido, muito bem recebido por vocês lá, naquele bate-papo. E eu falei lá, não sei se você lembra: eu sou apaixonado por pão. É uma coisa que... Diariamente, graças a Deus, eu tenho a oportunidade de me alimentar com pão. E o problema é que eu me excedo muito, porque é bom demais. Pão é bom demais, né? Com manteiga... Meu Deus do céu, aquilo ali é... É pão e doce. E, quando junta os dois, pão e doce, no pão doce, aí que é difícil mesmo.

Mas muito obrigado pela sua presença, Alexsandro. O senhor tem a palavra aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. ALEXSANDRO FRANÇA MARTINS** (Para expor.) – Olá, boa tarde para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer, Senador, porque é brilhante essa homenagem – não deixa de ser uma homenagem – que você está fazendo ao panificador, que é uma profissão antiga – o pão vem da Grécia antiga. Então, a gente só tem a agradecer o que você está passando para a gente.

Quero agradecer a todos os colegas aqui que vieram de cada estado para estar junto com a gente, ao Danielzinho que veio junto comigo do Ceará.

E eu gostaria só de passar... Agora vamos para um momento festa, que é a festa do panificador, porque ele gosta de comemorar o dia dele. Eu queria só que você colocasse, por favor, o vídeo da última festa.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só faço um aparte aqui a você, Alexsandro. Eu quero fazer um registro porque eu vi ali no vídeo um suplente, o meu suplente aqui, que é o Deputado Estadual Sargento Reginado, que está passando por um transplante. Toda a nossa força, orações, solidariedade para o seu restabelecimento, meu amigo, irmão. Ele, inclusive, estaria assumindo o Senado nesse período, mas houve essa situação de saúde e ele não pôde assumir para sequenciar. Então, são interessantes essas coisas, ele aparece ali.

Muito bacana, parabéns! Essa festa é tradicionalíssima, eu acompanho sempre.

**O SR. ALEXSANDRO FRANÇA MARTINS** – Você já está convidado, vai ser dia 7 de agosto, por causa da Copa do Mundo e tudo isso. Em 7 de agosto nós vamos estar fazendo essa festa, vai ser lá no Iate Clube. Então, você já está convidado publicamente aqui.

Mas quero falar um pouquinho do setor de panificação lá no Ceará. A gente conhece muito bem o Estado do Ceará. Nós temos... Eu mandei fazer uma pesquisa, Senador, que deu 10 mil CNAEs só em Fortaleza, CNAEs de panificação. Na verdade, são 8 mil MEIs e 10 mil panificadoras realmente tradicionais.

O senhor foi a uma panificadora lá, que era a minha, o senhor sabe disso, uma panificadora tradicional do Ceará, lá a gente vende tudo, almoço, jantar, e você viu todo o movimento, os clientes, então a gente atende desde de manhã até de noite, com alimentação completa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando um pouquinho também, só para completar meu Presidente da Abip aí, sobre o 6x1, nós vamos ter problemas, a população é que vai realmente pagar o custo sobre isso, porque nós já fizemos pesquisas, que dão que se onera a panificação em 10% a 16%, ou seja, nós já teremos alguns problemas, vai onerar. O senhor sabe que o ICMS que é cobrado na farinha lá é 41% – é um dos estados que cobra mais ICMS, de todos os estados, na farinha de trigo. Infelizmente, passando da maneira como está o 6x1, nós vamos ter que onerar no pão, que é um produto essencial para a população cearense. E a padaria é socialmente importante, Senador.

Nós temos um bairro lá, que o senhor conhece muito bem, que é o da PaniFátima, um bairro perigoso lá... Bom, faltou agora aqui... É um bairro perigoso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ALEXSANDRO FRANÇA MARTINS** – Bom Jardim, pronto. Bom Jardim o senhor sabe que é um bairro, infelizmente, muito violento. As facções estão lá. E lá cresceu uma padaria gigantesca na qual o cara dá emprego para 150 pessoas do bairro, que é a PaniFátima. Quando a gente tiver a oportunidade, nós vamos lá para mostrar para o senhor como muda uma sociedade, como uma padaria consegue dar emprego e criar renda num bairro perigoso e transforma aquele lugar.

Não vou me estender muito, Senador. Só quero agradecer realmente, porque é difícil hoje alguém homenagear os empresários. E o senhor está fazendo isso com muita bondade, coragem e amor no coração, que o senhor tem, e eu sei disso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Muito obrigado, Alexsandro França Martins, Presidente do Sindicato da Panificação e Confeitaria do Ceará, o Sindpan.

Olha a responsabilidade lá do Ceará, né? Não é puxando brasa para a minha sardinha, não, tá? O capixaba que me perdoe, mas nós temos lá o Moinho Dias Branco e o moinho que é do J.Macêdo, o Dona Benta, né?

**O SR. ALEXSANDRO FRANÇA MARTINS** (*Fora do microfone.*) – Dona Benta e o Cearense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o Moinho Cearense, meu amigo. Rapaz, é gigantesco ali. E eu fico feliz.

É um estado em que, inclusive, o Ivens Dias Branco, o Sr. Ivens, que já partiu para o mundo espiritual... E fica a minha solidariedade à família, porque o filho partiu agora, há duas semanas, o Marcos Dias Branco, e a gente... E ele veio de Portugal, o Sr. Ivens, veio de Portugal, um dos maiores empresários do Brasil. Começou com uma padariazinha, olha só! E hoje é um... E o grupo dele é um dos maiores do país disparado, não é?

**O SR. ALEXSANDRO FRANÇA MARTINS** (*Fora do microfone.*) – É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, olha só, tem tudo a ver com o Brasil. Esse solo é muito fértil, né?

Então, vamos agora dar sequência.

Vamos ouvir o Marcos Gugel? Vamos ouvir?

Vice-Presidente Paulo, você segure um pouquinho aí? Daqui a pouco, você fala, você está aqui na sequência.

Mas vamos ouvir o Marcos Gugel. Ele é o Melhor Padeiro das Américas de 2019, pela Confederação Interamericana da Indústria do Pão (Cipan). Ele está aqui, desde o início, conectado. Já até já desativou o bloqueio do áudio.

Muito obrigado pela sua presença, Marcos Gugel. O senhor tem a palavra para participar desta sessão histórica.

**O SR. MARCOS GUGEL** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Muito obrigado pelo convite. Agradeço ao Senador Girão por esta oportunidade.

Eu gostaria aqui de ler um pouquinho, um pouco do que escrevi neste dia.

Então, quero saudar o Sr. Presidente Girão, desta Comissão, os Srs. Senadores, as autoridades presentes, o representante da Abip, meu amigo Paulo Menegueli, o Alex, o Paulinho, os colegas panificadores e os cidadãos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma grande honra participar desta audiência pública que debate a criação do Dia Nacional do Panificador. Falo aqui em nome de milhares de profissionais que acordam antes de amanhecer para exercer uma atividade essencial à sociedade.

O pão está presente diariamente na mesa dos brasileiros e carrega consigo valores de trabalho, dedicação, tradição e alimento.

A profissão de panificador vai muito além da produção de um alimento. Ela movimenta a economia, gera empregos, é um dos setores de mais microempresas e pequenas empresas, que mais geram emprego por metro quadrado no Brasil, fortalece pequenos negócios e mantém viva uma tradição que atravessa séculos.

A instituição do Dia Nacional do Panificador representa um reconhecimento justo à contribuição desses profissionais para o desenvolvimento do Brasil e também uma oportunidade de inspirar novas gerações a enxergar a panificação como uma carreira digna, inovadora e de grande importância social.

Então, recebo esta oportunidade com gratidão e responsabilidade, representando os padeiros artesãos de todo o Brasil e todos os trabalhadores da panificação brasileira.

Quero agradecer muito ao Senador Girão por esta oportunidade que vai evidenciar mais ainda o nosso trabalho de artesão, porque nós fazemos com a mão. E, com tudo que é feito com a mão, com a benção de Deus, a gente produz a energia que vai para o pão e que alimenta toda a nossa sociedade brasileira. Então, muito obrigado por esta oportunidade de estar presente. Eu agradeço ao senhor por esta iniciativa, que eu tenho certeza de que vai valorizar muito o panificador e os padeiros do Brasil afora.

Um abraço. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Eu soube aqui, viu, Marcos Gurgel... É Gurgel, não é?

**O SR. PAULO PEREIRA DOS SANTOS FILHO** (*Fora do microfone.*) – Sem o "r".

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É sem o "r". É Gugel. Está certo. Fui eu que... Perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Marcos, além de ser o Melhor Padeiro das Américas 2019, pela Confederação Interamericana da Indústria do Pão (Cipan), eu soube aqui – uma mosca me falou aqui ou um passarinho – que você faz o melhor panetone do Brasil...

**O SR. MARCOS GUGEL** (*Por videoconferência*.) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e vai representar o nosso país lá em Milão, na Itália. Olhe, parabéns aí. Boa sorte. Traga esse troféu para a gente, se Deus quiser, viu?

**O SR. MARCOS GUGEL** (*Por videoconferência*.) – Conto com a torcida de vocês, com as orações. Eu vou estar representando o Brasil, no dia 8 de novembro de 2026, lá em Milão, na Itália. Representando o Brasil, é a primeira vez que é um pernambucano; é a segunda vez que vai um brasileiro representar o Brasil; e quem sabe seja o primeiro brasileiro a trazer o melhor panetone do mundo, método milanês, para o Brasil, se Deus quiser.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu vou pegar aqui, porque já vai ter passado eleição, já vai ter passado tudo, a data: dia 8 de novembro. Avise-me, Alexsandro, porque eu venho cozinhando, há uns dez anos, para ir para a Itália. Vamos ver se dessa vez vai dar, porque eu vou ajudar você a trazer esse... Agora me dê um pedacinho desse panetone, tá? (*Risos.*)

**O SR. MARCOS GUGEL** (*Por videoconferência*.) – Vou mandar um. Passe-me o endereço, Alex. Vou mandar um para ele pelos Correios.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, querido. Obrigado. Parabéns e boa sorte lá, Marcos Gugel, Melhor Padeiro das Américas 2019, eleito pela Confederação Interamericana da Indústria do Pão (Cipan).

Vamos lá, Paulo. Vamos lá agora?

Eu vou chamar aqui, para fazer uso da palavra, Paulo Pereira dos Santos Filho, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip). Obrigado pela sua presença. Desculpe o meu atraso aqui no início. O senhor tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PAULO PEREIRA DOS SANTOS FILHO** (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador. Já lhe agradeço esse projeto e já lhe ajudo também a responder algumas perguntas que chegaram aqui.

Quero agradecer a Deus esta oportunidade de estarmos aqui juntos, dizendo que começamos pelo Espírito Santo, passamos lá no Ceará, e veio a fala do Sr. Gugel de Pernambuco. Eu sou o Vice-Presidente – estou como Vice-Presidente – da associação, mas estamos como Presidente da associação lá em Pernambuco, e a gente vai continuar com o mesmo tema, que é falando do pão, que está tão presente ali, um alimento sagrado. E, literalmente, a gente faz o sonho de cada brasileiro, não é pessoal? A gente literalmente faz o sonho.

Então, eu queria lhe agradecer, já respondendo a uma das perguntas: não seria melhor trabalhar outros fatores de que um Dia do Panificador? O que o senhor está fazendo, Senador, é reconhecer de forma muito maior o que algumas cidades já faziam e o que alguns estados já faziam. Então, o que o senhor está trazendo? Poucos estados reconheciam, poucas cidades reconheciam, de uma forma não oficial, com homenagens, e o senhor está trazendo, de uma forma oficial, uma data para todo o Brasil. Então, já respondendo, não é uma coisa nova; é uma coisa que o senhor está fazendo muito melhor do que o que já existe. Segundo, a gente não vai deixar de fazer as outras coisas. A gente vai continuar trabalhando. Não é só a data. A data vem para reconhecer todo esse trabalho, mas a gente vai continuar trabalhando.

Então, a gente, Senador... E fica, Sr. Gugel, só uma coisa – o Sr. Gugel é conterrâneo da gente –: se existe inveja boa, Sr. Gugel, a gente fica com inveja da qualidade de Senadores como Eduardo Girão. Que todos os estados pudessem tê-los nessa qualidade!

Na federação das indústrias, a gente representa o Compem. A gente preside uma comissão temática que é da CNI, e algumas federações têm essa comissão para desenvolver melhor o debate local. E esse debate local, quando a gente assume, a gente tem lá, em Pernambuco, um Observatório do Senai que é referência mundial. A gente pega uma pequena pesquisa, um retrato da micro e pequena empresa, e a gente, com uma pequena amostra, 200 empresas respondendo, bate o primeiro ponto: crédito. Foi falado muito aí de crédito.

Eu vou responder à questão do crédito, mas eu queria reforçar só um ponto, fazendo um parêntese sobre o que o nosso Presidente Paulo Menegueli falou e o que o futuro Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abip falou. A escala 6x1, não é o momento... A gente não está aqui só contra ou a favor. É aquela questão de ser o momento certo, com a discussão certa, e o que cada um vai trazer de sacrifício. A gente vê muito pouco sacrifício às vezes de quem está propondo. A gente às vezes vê, Senador, que parece aquele pai que quer dar uma qualidade de vida melhor ao filho e quer cortar o gasto da casa, e só corta o da mãe, mas do dele não corta nada. Então, fazendo essa analogia, eu acho que, quando a gente for para uma discussão, a gente tem que fazê-la de uma maneira muito mais correta. E o senhor trouxe na sua fala que a gente tem que levar em consideração o Brasil, a nossa realidade, para tentar se adequar. Então, até para tentar se adequar, a gente tem que copiar coisas que se adequem e que a gente vá testando, porque às vezes a gente quer copiar um modelo que funciona em sociedades muito mais avançadas do que a nossa, mas que foi testado em algumas sociedades e não deu certo.

Voltando ao crédito, esse apareceu como primeiro ponto, e a gente vê essa dificuldade para o micro e pequeno empresário. Então, a gente está o tempo todo debatendo isto, como é a melhor maneira de fazer. Pense nos pequenos primeiro – a gente tem que pensar, realmente. Na nossa categoria, 95% das empresas são micro e pequenas empresas, e a gente vê que, sobre crédito, é o tempo todo se falando, e, às vezes, quando sai um programa, as exigências que se pedem para o micro e pequeno são as mesmas que se pedem para uma grande indústria.

Então, respondendo a uma pergunta que foi feita aí: você que está começando, você que ainda não é formal, tem o MEI, hoje não tem desculpa para você não ser formal.

E, falando do MEI, neste debate do aumento do limite do MEI, Senador, que fique claro para o micro e pequeno empresário que, quando não se debate o aumento do limite do Simples, não é que isso não seja importante. Talvez o momento não seja adequado, mas isso tem que caminhar junto. Se a gente está caminhando no aumento do limite do MEI, por que não discutir para o micro e pequeno empresário? Se a gente pensa no pequeno, acredita, não só com palavras, mas também com ações.

Então, a gente está o tempo todo discutindo isso, e, quando a gente vai para a realidade...

Pronampe: está lá liberado o Pronampe. Na última reunião, na última convenção nossa, perguntou-se a 150 diretores: "Quem tirou o Pronampe aqui?". Ninguém tinha tirado até aquele momento. Eu estava comentando isso com o Alex hoje. Quando a gente vai tratar, se se pede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma certidão – normal, certidão de débitos, de que não existe o débito, de que se está precisando naquele momento –, a gente vê tanta dificuldade, tanta dificuldade...

Quando eu estava vindo para cá, recebi uma ligação – cheguei a comentar com o nosso amigo cearense Daniel – de um panificador que estava querendo dividir os débitos dele e pediu para o débito ir para a PGFN, para ter um ambiente melhor para se discutir. Foi ver o selo de pagamento, e o selo de pagamento dele veio A. Quando veio A, ele vibrou, disse: "Vou ter uma negociação melhor"; não, se você é selo A, você tem uma negociação pior. Se você for D ou E é que você vai ter uma melhor negociação. Falamos com o auditor, para entender, porque eu fiquei sem entender, ele disse assim: "A gente quer recuperar esse crédito, por isso é que a gente dá uma condição melhor". Então, dê pelo menos, também, uma condição melhor a quem é A.

Então é essa a questão. Quando a gente fala em pensar no pequeno, fazer diferente para a pequena padaria, para a pessoa que está começando, para a pessoa que está se tornando MEI, que vai ser Simples e vai crescer...

Falamos aqui que a M. Dias Branco começou como uma pequena padaria – eu acho que o nosso Presidente da CNI hoje tem uma história com a indústria de moagem de trigo. Então, vejam, começaram pequenos, pessoal, e, quando a gente começa pequeno, a gente precisa desse apoio.

Então, eu queria trazer essa questão do crédito, respondendo, e queria deixar uma mensagem para quem está começando: juntos somos mais fortes. A gente fala isso o tempo todo. O que a gente pede é que as nossas palavras, os nossos discursos estejam condizentes com as nossas ações.

Hoje, se eu entrasse em qualquer lugar, qualquer negócio pequeno, eu iria procurar o Sebrae, eu iria procurar o Sistema S, eu iria procurar o sindicato e a associação que me representassem. Já está tão difícil, pessoal, se a gente está junto – às vezes, a informação não chega como deveria chegar para a gente –, imaginem para quem está só.

Então, eu queria deixar esta mensagem para todo mundo: se você está começando – hoje eu estou falando do setor de panificação –, você que está assistindo à gente, procure o Sebrae, comece a se formalizar. Existe o MEI, procure o Sistema S, está lá a informação, procure os seus sindicatos e associações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, encerrando, mais uma vez lhe agradeço. Para o senhor passar isso, o senhor tem uma responsabilidade aqui nesta Casa, e se todos pensassem como o senhor... Infelizmente, não. Queria que as nossas palavras e o nosso discurso fossem muito condizentes com as nossas ações.

E temos que pensar na micro e pequena empresa. Hoje, estamos falando de micro e pequena empresa da panificação, mas pensar na micro e pequena empresa que começa... Hoje 95% das indústrias, 93% são micro e pequenas empresas. Então, a gente tem que ir com ações muito mais contundentes. Se vai se falar de crédito, como eu posso facilitar a vida dessa pessoa que é micro e pequena? Vai ter uma dificuldade. Como eu vou ter um aval de pagamento de forma diferente? Porque a gente sabe que, quando o Governo Federal quer fazer, se faz diferente.

Agradeço a oportunidade. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem! Muito obrigado.

Quero agradecer aqui, mais uma vez, ao Paulo Pereira dos Santos Filho, Vice-Presidente da Abip. Muito obrigado pela sua fala.

É aquela coisa: as micro e pequenas empresas são as que geram a maioria esmagadora dos empregos no Brasil. E a gente tem que estar atento a isso, tem que estar assim... Olhem, eu digo uma coisa para vocês aqui, com sete anos e meio de Senado: se o governo – quando eu falo governo, entendam, é com legislações de Vereador, legislações de Prefeito, de Senador, de Deputado – não atrapalhar, já está ajudando demais, porque a capacidade nossa, do brasileiro, aquela de não desistir nunca, de buscar, de superar, está intrínseca ao nosso sangue de brasileiro.

Mais uma vez aqui estou puxando para o nosso Nordeste. Eu sei que você é do Espírito Santo e tudo, mas o Senador de que eu falei, que é meu amigo aqui, o Senador Magno Malta, é nordestino. Ele é hoje abraçado pelo povo capixaba, foi eleito, mas o Magno é baiano.

Imediatamente, eu já passo aqui para o Daniel, que foi citado pelo Paulo, o Daniel Cansanção Jereissati, que é o Primeiro Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Estado do Ceará (Sindipan-CE).

Já me falaram aqui, um passarinho me disse que você já foi eleito para a presidência nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALEXSANDRO FRANÇA MARTINS** (*Fora do microfone*.) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E aí, com a sua assunção lá, com a sua ascensão, ele já assume? Já assume a presidência?

**O SR. ALEXSANDRO FRANÇA MARTINS** (*Fora do microfone*.) – Assume.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha que beleza! Está aí o nosso futuro também...

**O SR. PAULO ALFONSO MENEGUELI** (*Fora do microfone*.) – Você vai conseguir ganhar um pão agora depois disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vou ganhar um pão, né? Então, pronto. (*Risos.*) Está bom.

Daniel, muito obrigado pela sua presença aqui, por ter vindo lá da nossa terra também – você, que vai assumir a presidência, é Presidente eleito. Eleito não, Presidente que... Eleito também, né?

**O SR. ALEXSANDRO FRANÇA MARTINS** (*Fora do microfone*.) – Eleito.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque foi Vice-Presidente, e vai assumir agora o sindicato importante, o Sindicato emblemático – vamos dizer assim – das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Estado do Ceará.

Muito obrigado, você tem a palavra neste importante debate.

**O SR. DANIEL CANSANÇÃO JEREISSATI** (Para expor.) – Senador, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui debatendo esse tema tão importante. Um Senador da sua envergadura, cearense, tão importante para o Ceará e para o povo cearense, com esse projeto de lei de reconhecer os nossos empresários aqui que tanto fazem o pão nosso de cada dia no Brasil inteiro, acordam cedo e que têm todas as dificuldades hoje, mão de obra, o debate das escalas... Eu acho que é um reconhecimento do Senado, do Senador, para toda a categoria.

Eu assumir um sindicato do tamanho do Sindipan hoje, que é um dos sindicatos mais atuantes hoje da Federação das Indústrias do Estado de Ceará (Fiec) e tem o apoio do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Ricardo Cavalcante, é um desafio, mas com o apoio aqui do Alex Martins, do Paulo também, que fez um excelente trabalho lá na Abip, nosso Presidente Paulo...

Então, eu quero só agradecer, agradecer aqui a oportunidade, agradecer ao senhor – estamos juntos. O pão, o bolo já estão garantidos também (*Risos.*), para que o senhor possa degustar lá uma coisa de que o senhor gosta muito. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado. Obrigado, Daniel Cansanção Jereissati. Você deve ter parentesco com o Tasso Jereissati, nosso ex-Senador, né?

**O SR. DANIEL CANSANÇÃO JEREISSATI** – Meu pai tem uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Seu pai...?

**O SR. DANIEL CANSANÇÃO JEREISSATI** – Meu pai tem um parentesco forte com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, que bacana. Então leva um abraço a essa família, que fez a diferença no Estado do Ceará, e faz ainda, né?

**O SR. DANIEL CANSANÇÃO JEREISSATI** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Ceará é antes... Eu digo isso, independentemente de que lado nós estejamos na política hoje, aliados com quem, não importa, a verdade tem que ser dita. O Senador Tasso Jereissati, que foi Governador duas vezes do Estado do Ceará, Senador duas vezes...

**O SR. DANIEL CANSANÇÃO JEREISSATI** – Foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É antes e depois da gestão dele. O Ceará era um patinho feio a nível nacional e depois começou a virar uma referência de gestão. E nós cidadãos cearenses agradecemos muito. Um abraço, Senador Tasso Jereissati.

Já passo a palavra agora aqui para o Sílvio Cipriano Moreira, que é Presidente do Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Estado de Goiás (Sindipão).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sílvio, pela sua presença. São duas horazinhas de lá para cá, né?

**O SR. SÍLVIO CIPRIANO MOREIRA** (*Fora do microfone*.) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu estive na sua terra, eu estive algumas vezes. No mês passado eu fui para o evento lá, que é tradicional, do agro, inclusive, foi a... Como é o nome lá, em Goiânia? Foi em Goiânia mesmo, a festa... Meu Deus do Céu, uma festa do agro lá de Goiânia, que estava ali lá no parque de exposições, bonita. Eu levei a família, a gente saiu aqui de Brasília e foi lá. Uma terra muito acolhedora a sua, um povo de bem, pessoas trabalhadoras.

Muito obrigado.

Estrada boa, né? Estradazinha boa. Passei em Anápolis depois. A gente vinha voltando, era domingo à noite, e a minha esposa é católica, essa que faz aniversário dia 8 de julho, a Márcia, e ela disse: "Mas à missa não deu para ir...". "Não." "Então vamos. Onde é que dá aqui?" Aí a gente foi ver no mapa, dava para pegar a missa lá em Anápolis. Aí nós entramos na cidade, voltando para Brasília, fomos lá à catedral ali, na missa, na igreja central – na matriz, melhor dizendo –, e passamos na frente do circo. E estava lá o Dedé Santana, rapaz, dos Trapalhões, o Dedé, junto com o Diego Hypolito, eles estavam fazendo ali a apresentação. Estava na última semana lá em Anápolis. Eu digo: rapaz, isso não é por acaso, não.

Aí terminou a missa, a gente foi para o circo, as crianças adoraram, e batemos uma foto lá, foi bacana, com Dedé Santana.

Seja muito bem-vindo aqui ao Senado, Sílvio. O senhor tem a palavra nesta nossa simbólica sessão, que vai, se Deus quiser, gerar um pontapé inicial.

Não tem nenhum projeto na Câmara tramitando nesse sentido, não, né? (*Pausa.*)

Que bom.

Eu acho que, se Deus quiser, a gente aprova aqui em julho. Esta nossa Secretaria vai me ajudar aqui, com o Presidente Marcelo Castro, sempre muito atencioso. A gente aprova em julho, e vai lá para Câmara para trabalhar para quem sabe este ano a gente já tenha esse Dia Nacional do Panificador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

**O SR. SÍLVIO CIPRIANO MOREIRA** (Para expor.) – Eu agradeço, Senador, a sua iniciativa para com uma categoria tão exigida assim mesmo. Nós começamos muito cedo o nosso trabalho. Sacrificamos a nossa família para poder entregar o melhor para os nossos clientes, os nossos consumidores. Às vezes, a gente sai de casa muito cedo, retorna no final da tarde, à noite e, às vezes, a gente sacrifica a família para poder entregar o melhor mesmo para os nossos clientes.

Agradeço muito ao senhor a iniciativa. Acho que nossa categoria é merecedora dessa iniciativa do senhor por tudo o que a gente entrega, por tudo o que a panificação entrega para o Brasil em termos de desenvolvimento mesmo.

Geralmente, as panificadoras hoje são o primeiro emprego. A gente oferece muitas oportunidades para o primeiro emprego. E isso ajuda muito no desenvolvimento do nosso país.

Agradeço muito ao senhor isso.

A gente costuma falar lá em Goiânia que as padarias hoje vendem até pão, porque hoje a panificadora entrega todas as refeições do dia, desde o café da manhã, o almoço, o café da tarde e até o jantar. Então, é fundamental esse nosso segmento hoje para toda a cidade.

Hoje as pessoas gostam muito de tomar esse café fora de casa, de comer fora de casa, até pela correria do dia a dia. Hoje as mulheres também estão trabalhando fora e não têm tanto esse tempo de fazer as refeições em casa. Então, a padaria auxilia muito nesse sentido de oferecer as refeições, todas as refeições do dia.

Essa iniciativa do senhor é muito importante, sim, para nós.

Lá em Goiânia, a gente tem observado, em Goiás, o tanto que esse nosso segmento tem desenvolvido nos últimos anos, principalmente com altos investimentos nas nossas panificadoras.

As panificadoras do Goiás hoje melhoraram muito. Em Goiânia, agora recentemente mesmo, abriram uma padaria com investimento altíssimo. Tem padarias em Goiânia hoje que geram hoje 280, 300 empregos por unidade. É realmente um segmento muito importante para o desenvolvimento do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa iniciativa do senhor realmente é muito boa, e agradecemos muito ao senhor essa iniciativa.

É isso.

Agradeço a todos os nossos amigos que vieram também participar, ao pessoal da Abip, de que fazemos parte, somos associados, que tem desenvolvido um grande trabalho para o desenvolvimento do nosso segmento.

É isso. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sílvio Cipriano Moreira, Presidente do Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Estado de Goiás (Sindipão).

Leve meu abraço para os Senadores meus colegas, o Vanderlan, o Senador Kajuru e o Senador Wilder.

Tudo de bom para eles.

Eu gosto muito do Senador, já o estou chamando de Senador, já estou profetizando aqui, o nosso amigo também, irmão, Gustavo Gayer, que é Deputado Federal. Leve meu abraço a ele. Eu fico muito sensibilizado. Tem muita gente orando, porque ele teve um problema de saúde, pelo seu restabelecimento.

Também, Presidente Paulo, mande um abraço, leve meu abraço ao Senador Fabiano Contarato, lá do Espírito Santo, e ao Senador Marcos do Val, meu amigo, irmão, que tem feito um grande trabalho aqui no Senado.

Eu quero aproveitar que tem muita gente nos assistindo. Está sendo transmitida pela TV Senado, Rádio Senado, nas redes sociais, ao vivo, desde o início.

E olhem quem está nos assistindo: nada menos que o Presidente da Confederação Interamericana da Indústria do Pão (Cipan), direto do Uruguai, o Alvaro Pena.

Muito obrigado, Alvaro, pela sua audiência, por acompanhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, meu pai, olhem as coincidências, chegou ontem ao Uruguai, lá em Montevidéu. Não sei se você está em Montevidéu. Meu pai chegou ontem aí para passar uma temporada.

Vamos sequenciar aqui. Acredito que é o nosso último orador. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, claro.

Yannah Raslan, já, já eu lhe passo a palavra.

Vamos ouvir agora, dentro da ordem, o Emerson Amaral, Diretor do Instituto de Desenvolvimento das Empresas de Alimentação (Ideal).

Muito obrigado, Emerson, pela sua presença aqui conosco. O senhor tem a palavra.

**O SR. EMERSON AMARAL** (Para expor.) – Sou eu quem agradeço, Senador. E quero parabenizá-lo, porque, por mais que possa se dizer que existe essa data em alguns estados, mas, usando o jargão, nunca na história tivemos uma pessoa desta Casa, como o senhor aqui, para poder valorizar essa profissão.

Nós dizemos tanto da questão da carência da mão de obra. E uma das coisas é a valorização do profissional, do empresário desse setor.

Então, parabéns, mais uma vez, por essa iniciativa, que, tenho certeza, vai ser um marco da história da nossa panificação.

É um setor que está presente em 5.508 municípios dos 5.570 municípios do Brasil. Ultrapassamos em 2025 a marca de mais de 300 mil padarias neste nosso Brasil. É um número muito expressivo. Participamos com 1,3% do PIB, ou seja, é um número que pode soar pequeno, mas é muito grande na sua dimensão.

E temos que destacar: é um setor pujante, Senador, porque, no ano de 2025, crescemos 6,8% diante de uma inflação de pouco mais de 4%. É um número muito significativo, e isso vem em sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já me fizeram esta pergunta: a panificação, uma padaria é o melhor negócio que tem? Eu sempre falo que a gente não sabe exatamente se é o melhor negócio que tem, porque a gente não conhece todos, mas a panificação é transformadora e passível de adaptação e, como foi bem falado pelo Presidente Sílvio, é uma grande formadora do primeiro emprego.

Então, Senador, nós temos aí, sim, um setor que gera emprego e que está presente, pode-se dizer, em 99% dos municípios deste nosso país.

Parabenizo o Presidente Paulo, que está sendo muito bem-sucedido pelo nosso querido Alex, que vem desenvolvendo uma série de ações – foi uma das perguntas, Senador – e de ferramentas.

Então, hoje, o *site* da Abip, a página da Abip nas redes sociais, assim como o YouTube tem uma série de serviços e ferramentas disponíveis.

Para não me alongar muito, realmente agradeço-lhe a dedicação, porque eu tenho certeza de que vai ser um marco na história da panificação brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Emerson. Muito obrigado.

Sou eu quem agradeço a vocês a oportunidade de apresentar algo que já deveria existir. Na realidade, esse Dia Nacional do Panificador é algo que nós propusemos em 2024, mas que já deveria existir por questão de justiça, né?

Obrigado, Emerson. Você é de que estado, Emerson?

**O SR. EMERSON AMARAL** – Sou de Minas Gerais.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Você é mineiro. Olhem aí o Brasil todo se desenhando aqui. Que bacana.

De que lugar de Minas?

**O SR. EMERSON AMARAL** – De Belo Horizonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Belo Horizonte mesmo, que bom.

Você sabia que eu sou cidadão de Pedro Leopoldo, né? Então, eu sou seu conterrâneo também. Sou cearense, mas sou mineiro. Eu fiz o filme, fiz no Ceará, do seu conterrâneo. Da mesma forma que o Ceará é antes e depois de Tasso Jereissati, a minha existência é antes e depois do Chico Xavier, que é mineiro, lá de Pedro Leopoldo. Depois, foi para Uberaba, grande pacifista e humanista.

E eu tive a oportunidade de fazer dois filmes sobre a vida dele. Produzimos um com a Globo e o outro foi lá no Ceará mesmo, As Mães de Chico Xavier. E eu recebi o título lá de Pedro Leopoldo.

Muito obrigado pela sua participação, Emerson Amaral, Diretor do Instituto de Desenvolvimento das Empresas de Alimentação (Ideal).

Agora eu passo a palavra – audiência pública é para isto, se alguém quiser também falar, fique à vontade – à Yannah Raslan, do Siab (Sindicato das Indústrias de Alimentação de Brasília). Que bacana.

Muito obrigado pela sua presença, Yannah. Você tem a palavra.

E o Marcelo está acompanhando a Yannah.

Obrigado, Marcelo.

**A SRA. YANNAH SOARES RASLAN COELHO** (Para expor.) – Eu sou a Yannah e estou aqui acompanhada do Marcelo, que também faz parte da diretoria do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Brasília.

É uma honra e uma alegria estar aqui honrando o nosso panificador.

Brasília, hoje, já conta com quase 4,5 mil indústrias de alimentos, sendo quase 3 mil no segmento de panificação e confeitaria. Esse é um número muito expressivo.

Também falo em nome do Sesi-Distrito Federal, Sesi/Senai. Eu faço parte do conselho do Sesi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem quiser se qualificar como padeiro, nos busque, porque nós temos padeiro, confeiteiro, técnico em alimentos. Nós temos vários cursos nesse sentido.

A curiosidade ruim é que sobra vaga. Quando a gente abre essas turmas, a ideia é formar esse profissional para entregá-lo ao mercado de trabalho. A gente nem sempre consegue encher essas turmas.

Então, há uma escassez de mão de obra qualificada e, cada vez mais, nós precisamos de mão de obra qualificada, porque existe hoje maquinário, existe hoje tecnologia de alimentos; existe uma necessidade maior de que as pessoas se qualifiquem, de que o alimento seja melhor, de que o alimento seja mais seguro, de que ele seja mais durável. E nós temos esses cursos para oferecer, temos essas melhorias para oferecer, e nem sempre a gente consegue encher essas turmas – é uma tristeza muito grande.

E aí, já que estávamos falando de Portugal, só um pequeno adendo aqui – mais uma lenda, né? Toda a nossa tradição de panificação vem de Portugal; eu sou portuguesa, morei muito tempo na região de Alcobaça, e dizem – conta a lenda – que quem fez definir as fronteiras que Portugal tem hoje foi a Batalha de Aljubarrota, que se passou ali, nessa região entre Alcobaça e Batalha, e que uma padeira... Assim, também estou aqui representando as mulheres, porque nós ainda somos poucas dentro da panificação, mas um número cada vez mais crescente, fazendo coisas diferentes. Então, a batalha de ser padeira também contribuiu para as fronteiras que existem hoje em Portugal.

A padeira de Aljubarrota chama-se Brites de Almeida. Ela liquidou sete soldados espanhóis com a pá de padeira dela na cabeça de cada um deles (*Risos.*). Então, somos literalmente padeiras e guerreiras dentro de uma profissão que ainda é tão masculina, mas que tem cada vez criado mais espaço para a gente ir honrando essa tradição que veio de Portugal, se consolidou tanto no Brasil – e em todos os lugares do Brasil – e que hoje alimenta a nossa mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que maravilha, olha! (*Fora do microfone.*) (*Palmas.*) Não poderíamos ter encerrado melhor, né?

**O SR. ALEXSANDRO FRANÇA MARTINS** (*Fora do microfone.*) – Verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com as nossas origens e essa história do pão, com Portugal... No Brasil, é algo intrínseco, né? É ligado umbilicalmente, podemos dizer assim – toda a nossa gratidão aos portugueses por isso. Eu tenho muita honra de ter a origem do nome Girão lá de Leiria, em Portugal. A nossa família saiu de lá, foi para o interior do Ceará, Morada Nova, e ali se espalhou pelo Brasil. Então, eu fico extremamente grato com a sua participação.

Muito obrigado, Yannah, porque você traz um pouco do resgate da nossa história. E nada é por acaso, você trouxe justamente aqui para a gente encerrar com chave de ouro esta nossa audiência pública.

Eu quero agradecer a todos vocês que participaram, Paulo Alfonso Menegueli, Paulo Pereira dos Santos Filho, Alexsandro França Martins, Daniel Cansanção Jereissati, Sílvio Cipriano Moreira, Emerson Amaral; também aqui o nosso – que está conectado até agora, estou vendo ele aqui na telinha – Marcos Gugel, que já é o melhor padeiro das Américas e vai trazer aí, se Deus quiser, essa caneca aí para a gente, lá de Milão, do melhor panetone do mundo – já é o do Brasil também. Parabéns, viu, Marcos? Parabéns mesmo, obrigado pela participação.

E quero agradecer a esta mesa aqui, este pessoal aqui que faz a CAS. Eu acho que é a Comissão mais produtiva do Senado Federal; se você pegar os projetos que foram aprovados este ano nesta legislatura, a CAS – um dia desses eu estava com esses dados – é a que mais tem produzido aqui no Senado Federal.

Parabéns, Saulo Kléber Ribeiro, que é o Secretário da CAS; Ivan Cerqueira Filho, Secretário Adjunto; Renato de Jesus Gomes da Silva; e Isabela D'Assunção, que é a nossa taquígrafa aqui. Muito obrigado por tudo.

Quero agradecer à equipe da TV Senado e da Rádio Senado, a toda a equipe, ao pessoal que serve o cafezinho aqui da gente, que traz água, sempre muito atenciosos. Muito obrigado por tudo.

E é isso. Então, é só agradecer. E a gente aumenta a nossa responsabilidade para aprovarmos este projeto, se Deus quiser, no mês de julho. Quem sabe, quem sabe no dia 8 de julho?! Nós vamos trabalhar para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

Paz e bem. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 12 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Jayme Campos, Marcelo Castro, Alan Rick, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Dra. Eudócia, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Camilo Santana, Weverton, Jaques Wagner, Leila Barros, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Filho, Professora Dorinha Seabra, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência registra a presença dos Senhores: Ministro Herman Benjamin, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Messod Azulay Neto, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Paulo Sérgio Domingues, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Gurgel de Faria, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Carlos Pires Brandão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Sergio Kukina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Teodoro Silva Santos, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Moura Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro Antônio Carlos Ferreira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Jarbas Soares Júnior, Ex-Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais (MG); Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministra Maria Marluce Caldas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Fábio Prieto, Ex-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3); Ministro Afrânio Vilela, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); e Ministro Rogério Schietti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A reunião é suspensa às onze horas e trinta e seis minutos e reaberta às onze horas e quarenta e quatro minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 4, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II e §2º, da Constituição Federal, a indicação do Senhor BENEDITO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

GONÇALVES, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2026/2028." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor BENEDITO GONÇALVES, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso II e § 2º, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis e 5 votos contrários. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 18-CCJ, de 2026, de urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Jayme Campos. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 18, de 2026** que: "Requer, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Ofício "S" n°4, de 2026." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 565, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 2-CRE (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CRE-CCJ (Substitutivo). **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 19-CCJ, de 2026, de urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Rogério Carvalho. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 65, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável à Proposta e às Emendas nº 3, nº 4, nº 5, nº 6 e nº 17, parcialmente favorável às Emendas nº 10, nº 13, nº 14 e nº 15, e contrário às Emendas nº 1, nº 2, nº 7, nº 8, nº 9, nº 11, nº 12, nº 16, nº 18, nº19, nº 20 e nº 21, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Observação:** O Relator rejeita oralmente as Emendas n°s 22 e 23. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Projeto de Lei n° 2583, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui a Estratégia Nacional de Saúde do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (ENSCEIS); e altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com 20 emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 3. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 4-CCJ a 23-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 a 3. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 20-CCJ, de 2026, de urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Rogério Carvalho. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 19, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2026** que: "Requer urgência para o PL 565/2022, que "qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 20, de 2026** que: "Requer urgência para o PL 2583/2020, que "institui a Estratégia Nacional de Saúde do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (ENSCEIS); e altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde)"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Otto Alencar**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/20

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 7ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira destina-se à realização da sabatina do indicado ao Conselho Nacional de Justiça, e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 e 2.

**1ª PARTE**

**ITEM 1**

**OFÍCIO "S" Nº 4, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II e §2º, da Constituição Federal, a indicação do Senhor BENEDITO GONÇALVES, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2026/2028.*

**Autoria:** Superior Tribunal de Justiça

**Relatoria:** Senador Cid Gomes

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

*Em 13/05/2026, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

O Relator é o Senador Cid Gomes, que já leu o relatório na sessão anterior. Então, nós iremos para a sabatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço ao Senador Cid Gomes que possa conduzir o Ministro Benedito Gonçalves para o ambiente da Comissão, para iniciarmos a sabatina. (*Pausa.*)

Para a arguição do candidato, cada Senador interpelante disporá de dez minutos, assegurado igual prazo para a resposta imediata do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por cinco minutos, nos termos do art. 383, do inciso II-F, do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu fiz questão de ler essa questão da tréplica, porque na reunião anterior houve uma dúvida a respeito desse tema, que foi abordado pelo Senador Eduardo Girão, de sorte que não haverá mais nenhuma dúvida a respeito de réplica e tréplica.

V. Exa. questionou...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Foi, na última reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, eu li agora. Está bom. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Antes de passar a palavra ao Ministro Benedito Gonçalves, gostaria de registrar as ilustres presenças do nosso Ministro Herman Benjamin, Presidente do STJ; nosso Ministro Messod Azulay Neto, do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Paulo Sérgio Domingues, do STJ também; meu estimado amigo conterrâneo Ministro Humberto Martins, que está presente; Ministro Gurgel de Faria; Ministro Carlos Pires Brandão; Ministro Sérgio Kukina; Ministro Teodoro Silva Santos; Ministro Luis Felipe Salomão e Ministro Moura Ribeiro, todos estão presentes e, sem dúvida nenhuma, engrandecem muito esta sabatina que será feita neste momento.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pedindo o silêncio dos componentes da sessão, eu passo a palavra ao Ministro Benedito Gonçalves, com quem já estive antes e conversamos. De antemão, eu quero dizer da história construída por ele, ao longo do seu tempo de trabalho, de muita superação, de muitos concursos para chegar aonde chegou, portanto tem minha sincera consideração e o meu respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** – Obrigado, Presidente.

Eu vou pegar uma cola aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Chegaram mais duas pessoas. Deixe-me citar aqui, o Desembargador Cláudio Brandão, Desembargadora Cristina Melo e o Conselheiro Ilan Presser.

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (Para expor.) – Bom dia, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Cumprimento aqui o Relator desta sabatina, Senador Cid, que, com o coração aberto, pegou esta relatoria. Fiquei muito feliz.

Também saúdo todos os Senadores da CCJ, os Senadores aqui presentes nesta sabatina, neste ato de dever constitucional.

Faço uma referência aos meus colegas do STJ que vieram aqui, a este solene ato, a começar pelo Presidente Herman Benjamin, que preside nosso Superior Tribunal de Justiça; Ministro Messod Azulay Neto; Ministro Paulo Sérgio Domingues; Ministro Humberto Martins; Ministro Gurgel de Faria; Ministro Carlos Pires Brandão; Ministro Sérgio Kukina; Ministro Teodoro Silva Santos; Ministro Luis Felipe Salomão, Presidente eleito para o próximo biênio e atual Vice-Presidente do STJ; Ministro Moura Ribeiro; e ainda está presente o Conselheiro Ilan Presser.

Eu fico preocupado em ler os nomes e ir olhando para a plateia, mas não consigo alcançar todos. Ó, vi lá Sebastião Reis, acabei de ver. (*Risos.*) Eu tenho preocupação de falhar na minha visão, mas aqueles que, por falha técnica, eu não mencionei, por favor, estão incluídos no meu coração.

Registro, neste momento, agradecimento dessa caminhada que fiz prazerosamente para cumprir o que o STJ fez: indicar-me para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça.

Agradeço, inicialmente, pela forma atenciosa, respeitosa e republicana com que fui recebido nos gabinetes das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores. Em cada encontro pude perceber a seriedade com que esta Casa examina as indicações submetidas à sua apreciação constitucional e o elevado compromisso de V. Exas. com o fortalecimento das instituições. Esses diálogos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marcados pela escuta, pela cordialidade e pelo espírito público, reforçaram em mim a importância do relacionamento institucional entre o Poder Judiciário e esta Casa, o Senado Federal.

Saúdo também, o que não pode deixar de ser, as servidoras e os servidores aqui presentes do Superior Tribunal de Justiça, especialmente do meu gabinete e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que eu tenho a honra de dirigir atualmente, instituições nas quais tenho dedicado parcela essencial da minha vida pública.

Saúdo a minha esposa Santina Gonçalves, que veio, presente, para acompanhar este ato. Os filhos não puderam vir devido a compromissos no Rio de Janeiro que não puderam adiar, mas estão espiritualmente conectados a este sagrado ato.

Venho a esta Comissão, após a indicação institucional do meu tribunal, o Superior Tribunal de Justiça – se, aprovado pelo Senado – para exercer o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, previsto na Constituição. Trata-se de uma função técnica com o mandato determinado de dois anos e competências expressamente delimitadas pela ordem jurídica. Se aprovado por V. Exas. e pelo Plenário desta Casa, reitero desde logo meu compromisso de cumprir a Constituição e as leis do meu país com plena consciência da centralidade desta Casa na construção de uma ordem jurídica nacional.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, peço licença para falar muito brevemente sobre a minha vida – história de vida. Sou natural do Rio de Janeiro, filho de Francisco Gonçalves e de Maria José do Nascimento Gonçalves. Francisco Gonçalves, operário; e Maria José, doméstica, lavadeira e faxineira. Nasci numa realidade simples, marcada pelas dificuldades próprias de quem conhece, desde cedo, o valor do esforço, da disciplina e da esperança.

Durante toda a infância e juventude estudei ou em escolas públicas, ou através de bolsas, ou através de um sistema que eu acho que não existe mais, chamado cenecista, que era um programa junto ao MEC. Foi entre desafios cotidianos e sonhos, muitas vezes maiores do que as circunstâncias permitiam imaginar, que aprendi a importância da educação como caminho da transformação. Cada etapa vencida resultou de luta diária, perseverança sobretudo e profundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito pelo estudo e pelo serviço público. Foi por esse caminho que me formei pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em Direito Processual Civil pela UnB, mestrado pela Estácio de Sá, e honroso título de Doutor Honoris Causa de onde foi a minha origem, a minha *alma mater*: UFRJ.

Ao longo dessa caminhada tive a oportunidade de ocupar diversos cargos públicos, com a consciência de que cada aprovação em concurso representava a consciência de que não apenas era uma conquista pessoal, mas também a prova de que a origem humilde não limita o destino de quem encontra, no trabalho sério e na dedicação constante, a força para seguir adiante.

Portanto, trago comigo mais de cinco décadas de dedicação ao serviço público. Faço questão de fazer esse registro, são mais de 52 anos de serviço público, entre os 38 anos que dedico à magistratura.

Compareço a esta Casa, a Casa de Ruy Barbosa, de 200 anos de existência, com dois registros históricos: eu me formei na sede desta Casa, que era no Rio de Janeiro no tempo do Império; chego aqui nesta Casa, o Senado da República, em dois momentos, uma aprovação para Ministro do STJ, em que muito aprendi, e agora, se aprovado, para ser apreciado por V. Exas. para o cargo de Corregedor Nacional, submetendo minha trajetória e meu compromisso com o Poder Judiciário ao exame legítimo de V. Exas.

Antes de ingressar na magistratura, meu primeiro concurso foi no Governo do Estado da Guanabara, no Governo de Antônio de Pádua Chagas Freitas, com 20 anos, em 1974, como inspetor de alunos da rede de ensino. Depois veio a fusão do Estado do Rio com a Guanabara, a capital do estado terminou, e eu fiz a opção para o município, em que era o primeiro grau.

Continuando na conquista, perseguindo sempre o caminho pelo mérito – e o concurso público é uma grande oportunidade –, ingressei na Polícia Federal como papiloscopista da Polícia Federal. Após, como delegado da Polícia Civil dessa localidade.

Minha trajetória na magistratura teve início na Justiça Federal, na primeira instância, após a aprovação no quinto e último concurso realizado pelo então Tribunal Federal de Recursos, que, após a Constituição, transformou-se hoje em seis tribunais regionais federais. À época, em outubro de 1988...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** – ... eram cinco tribunais regionais.

A partir de 1988, exerci a jurisdição em diversos locais: Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, experiência que me permitiu conhecer realidades regionais distintas e compreender desde cedo os desafios concretos da prestação jurisdicional.

No Rio de Janeiro, atuei como Juiz Federal em vara da capital, em vara do interior, além de exercer função administrativa como Vice-Diretor do foro da seção do Rio de Janeiro e coordenador de comissão para instalar vara no interior. Essas atividades reforçaram minha compreensão sobre a importância da gestão judiciária, da interiorização da Justiça e da presença institucional do Poder Judiciário nas regiões de maior demanda.

Na crise aérea, todos nós lembramos, foram criados os juizados especiais de aeroporto. Na época, o CNJ, com o Supremo, criou em diversos estados essa coordenação, fixando-as mais no Rio e em São Paulo, e coordenei, então, a do Rio de Janeiro. Falava para os juízes: "Nós vamos trabalhar em parceria com o estado, vamos prestar uma assistência ao passageiro, naquela aflição em que ninguém foi culpado, foi a vida, o momento, foram os fatos sociais. Nenhum juiz vai deferir liminar para suspender voo, isso não existe. Nós estamos, nisso aqui, numa missão constitucional. Veio para cá porque a Anac ingressou com o feito, está na Constituição, quando a autarquia federal, a União, a empresa pública vêm então para o ramo Judiciário. Vamos trabalhar juntos para amenizar o sofrimento dos passageiros, encaminhar, ajudar o Estado a arrumar os direitos do consumidor para esses passageiros.

Então, no ano 1998, cheguei ao Tribunal Regional Federal e, em 2008, consegui, após aprovação desta Casa, exercer o cargo de Ministro do STJ, no qual estou até hoje. Saí, naquela ocasião, com o meu compromisso maior do que o do ofício formal da posse. Se eu fui aprovado pela sociedade, através de seus representantes, para cumprir um cargo de Ministro de Tribunal Superior, o meu compromisso é ser um bom Ministro, um bom juiz. Assim acredito que estou sendo até hoje, até o término da minha jurisdição.

No STJ, integro a Primeira Seção e me dedico sempre ao direito público, com o mesmo afinco de quando comecei como juiz em 26 de fevereiro de 1988. Presidi várias funções no STJ,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exerci função no Tribunal Superior Eleitoral. No Tribunal Eleitoral, tive muita oportunidade de ter iniciativas voltadas à promoção da igualdade racial nas eleições brasileiras. Fui Coordenador, no TSE, da Comissão de Promoção de Igualdade Racial, com o objetivo de elaborar estudos e projetos destinados a ampliar a participação da população negra no processo eleitoral. Essa atuação demonstrou que a Justiça Eleitoral não se limita a organizar de forma técnica as eleições. Ela também exerce papel relevante na criação de condições institucionais para que a representação política seja mais plural, inclusiva e compatível com a realidade social brasileira.

Nesse campo, tive a responsabilidade de relatar, no TSE, a consulta relacionada à distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita para a candidatura de mulheres e pessoas negras. Naquela oportunidade, assentou-se que a reserva de tempo deveria ser observada de forma efetiva, não apenas em termos globais, mas também por plataformas e modalidades de propaganda, de modo a impedir que a ação afirmativa fosse esvaziada na prática. Tratou-se de uma medida voltada a assegurar que mulheres e pessoas negras tivessem participação real e visível no debate eleitoral, fortalecendo a legitimidade democrática do processo político.

Essa preocupação com a igualdade também se manifestou em outro plano institucional, quando presidi a Comissão de Juristas criada pela Câmara dos Deputados, a outra Casa Legislativa, para propor o aperfeiçoamento da legislação de combate ao racismo estrutural e institucional no nosso país. Após meses de trabalho, escuta pública e diálogo com especialistas, movimentos sociais e representantes das instituições, a Comissão entregou um relatório ao Presidente da Câmara com 500 pastas, estruturado em propostas voltadas ao sistema da justiça criminal, aos direitos sociais, ao direito econômico, tributário e financeiro e ao enfrentamento do racismo institucional nos setores público e privado. O trabalho desta Comissão contribuiu para a renovação do debate legislativo nacional sobre o enfrentamento do racismo e se relaciona diretamente com avanços normativos posteriores, entre eles a Lei 14.532, de 2023, que alterou a Lei 7.716, de 1989, e o Código Penal para reconhecer a injúria racial como crime de racismo, além de prever disciplina mais severa para a prática de racismo religioso, recreativo, esportivo, artístico e funcional.

Esse percurso evidencia que a promoção da igualdade não é tema lateral da Justiça, mas também dimensão essencial da concretização dos valores constitucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas experiências no TSE, na Comissão de Promoção de Igualdade Racial, na Comissão de Promoção da Igualdade Racial, comissão de juízes da Câmara do Deputado, reforçaram em mim a compreensão de que a atuação institucional deve ser técnica, prudente e, ao mesmo tempo, sensível às desigualdades reais da sociedade brasileira. Cada uma dessas funções exercidas me proporcionou uma visão direta não apenas da atividade da jurisdição, mas também das exigências de coordenação, gestão e de responsabilidade institucional.

A experiência no STJ permite-me compreender, de modo direto, a dimensão da litigiosidade brasileira. Como todos os meus colegas da corte, recebi e examinei, ao longo de quase duas décadas, volume expressivo de processos. Nesses mais de 17 anos de STJ, foram, em média, quase 14 mil processos julgados anualmente; distribuídos 160.841 processos; decididos e julgados 237.179 processos; e baixados 150.911. Esse grande acervo de feitos atribuídos, decididos e encerrados no âmbito da corte infraconstitucional, o STJ, revela a força de trabalho da magistratura e dos servidores, mas também evidencia a necessidade de uma reorganização mais profunda do sistema de justiça.

O Brasil possui um dos maiores sistemas de justiça do mundo. De acordo com o mais recente relatório Justiça em Números, datado de 2025, o Poder Judiciário encerrou o ano de 2024 com 80 milhões de processos pendentes. Ainda de acordo com o relatório de 2024, os tribunais brasileiros julgaram 46 milhões de processos, crescimento de mais de 28% em relação ao ano anterior, e a taxa de congestionamento caiu para 64%, o menor índice em 16 anos.

O nosso Poder Judiciário possui 8,8 magistrados por 100 mil habitantes, enquanto, em alguns países europeus, essa relação é de 21,9 magistrados por 100 mil habitantes. Em outras palavras, o Brasil dispõe de menos da metade da média europeia de juízes por habitantes e, ainda assim, convive com uma litigiosidade muito superior. Considerando os quase 19 mil magistrados em atividade, isso corresponde, em média, a aproximadamente, a 4,3 mil processos pendentes por magistrados.

Esse número revela três verdades. A primeira, o nosso Judiciário trabalha muito. Juízes, servidores e tribunais têm enfrentado uma litigiosidade extraordinária, muitas vezes incomparável com a realidade de outros países. Segunda, a gestão importa. Aí vem o papel da Corregedoria. Metas, tecnologia, precedente, racionalização de fluxo, acompanhamento institucional produzem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultados concretos. Terceira, apesar do esforço expressivo do Poder Judiciário e dos avanços obtidos em matéria de gestão, o volume de processo ainda é muito elevado.

Esse número apresentado exige que o juiz renove todos os dias seu compromisso com a sociedade. O processo não é um número entre milhares. Para quem procura o Judiciário, aquele processo é, muitas vezes, a questão mais importante da sua vida. Por trás de cada processo, tem uma vida.

A busca da justiça não é procurar estatística; procura-se resposta, procura-se tempo razoável de solução da demanda, tratamento digno, procura-se previsibilidade, procura-se a certeza de que sua demanda será examinada por uma instituição séria, acessível e comprometida.

Cheguei à função da Corregedoria Nacional de Justiça, que deve atuar exatamente nesse ponto de encontro entre a responsabilidade funcional, a eficiência institucional e a confiança pública, lembrando sempre que o órgão maior, que é o Conselho Nacional de Justiça, pela Constituição, é um órgão administrativo. Não basta punir desvios, é preciso prevenir disfunções; não basta reagir a conflitos, é preciso identificar gargalos, orientar tribunais, disseminar boas práticas e acompanhar resultados. A atividade correcional contemporânea deve ser menos episódica e mais estratégica, menos intuitiva e mais baseada em dados, menos burocrática e mais voltada à melhoria real da prestação da jurisdição.

Nesse contexto, a Escola Nacional de Magistratura, que está na Constituição, criada pela Reforma 45, vinculada ao STJ, e que eu tenho honra de dirigir, assume um papel decisivo. A formação judicial na atividade periférica é elemento estruturante da qualidade da jurisdição. Passar para o juiz o quê? Gestão, para depois cobrar, exigir e orientar.

À frente dessa escola, tenho procurado fortalecer a formação inicial e continuada da magistratura, aproximar as escolas judiciais regionais de justiça e dos TRF, ampliar a cooperação institucional e aperfeiçoar metodologias capazes de preparar juízas e juízes para os desafios contemporâneos do nosso mundo na jurisdição. Criou-se, então, o Exame Nacional da Magistratura, chamado Enam; por delegação do CNJ, foi para a Enfam, que representa passo importante nesse processo. Esse exame contribui para conferir maior transparência ao acesso à carreira da magistratura e estabelece parâmetros nacionais mínimos de qualificação técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos na quinta edição desse exame, iniciativa que acompanho diretamente desde a sua segunda edição. A prova desta edição será aplicada agora, no dia 7 de junho, simultaneamente em todas as capitais brasileiras, reafirmando o caráter uniforme e republicano desse exame. Na última terça-feira, 13 de maio, publicou-se o resultado definitivo das inscrições desse certame e, de acordo com o documento divulgado, foram homologadas 31,5 mil, em números redondos, inscrições. Isto é, mais de 31 mil candidatas e candidatos tiveram inscrições deferidas e estão aptos a participar desse exame.

O Enam possui natureza nacional, unificada e eliminatória, sendo requisito obrigatório para as pessoas que pretendem concorrer aos concursos de ingresso na magistratura. A aprovação no exame habilita os candidatos a se inscreverem em certames promovidos pelos tribunais regionais federais, do trabalho, militares, dos estados e do DF.

Trata-se, portanto, de instrumento relevante para conferir maior isonomia, racionalidade e padronização mínima no ingresso na carreira judicial, sem retirar dos tribunais a competência para realizar os seus respectivos concursos, mas estabelece uma etapa nacional prévia de habilitação. Não se trata de uniformizar consciências, mas de assegurar que o ingresso na magistratura observe padrões republicanos de conhecimento, responsabilidade e, sobretudo, compromisso com a nossa Carta da República.

A formação judicial não se esgota no domínio técnico. O juiz brasileiro precisa compreender a sociedade em que atua, as desigualdades regionais, os impactos concretos de suas decisões e a responsabilidade pública que acompanha a toga. Desde que assumi a Escola Regional do TRF2, no Rio de Janeiro, em 2005, e agora a Escola Nacional, sempre falo como princípio: a escola não ensina como o juiz julgar, ela dá elementos para julgar melhor.

O lugar do juiz é na jurisdição – outro ponto. O lugar do juiz é na comarca, no foro, na unidade judiciária, próximo da comunidade que depende do seu serviço judicial. Está na Constituição, entre os deveres do juiz: residir na comarca. Na escola frisamos muito isso. O juiz não deve limitar sua atuação à produção de sentenças em ambientes distantes dessa realidade local. Deve conhecer os problemas de sua circunscrição, dialogar de modo institucional com a comunidade e compreender o contexto social em que suas decisões produzem efeitos. Não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode admitir a consolidação de um juiz meramente virtual, que abandona a comarca e substitui a presença institucional por uma relação fria, remota e descolada da vida concreta da sociedade.

É evidente que o Brasil é plural e desigual, há comarcas em regiões de difícil acesso, há desafios de saúde, educação, transporte, segurança e estrutura. Tive a oportunidade, como dirigente da Escola Nacional, de conhecer de perto tamanha diversidade e necessidade. O Corregedor Nacional de Justiça deve reconhecer essas diferenças com prudência e respeito federativo. A presença do juiz é fator de confiança, de organização institucional, de afirmação do Estado em localidades onde muitas vezes o Poder Judiciário é a face mais visível da República. Se aprovado pelo Senado Federal, pretendo dialogar com a magistratura nacional sobre esse tema com equilíbrio, escuta e firmeza.

A Corregedoria Nacional deve orientar antes de sancionar, prevenir antes de reprimir, mas também deve agir quando houver descumprimento injustificado dos deveres funcionais do magistrado.

O dado objetivo apresentado pela Justiça, pelo CNJ, em números, em 2025, é muito eloquente: o Poder Judiciário brasileiro contava no ano-base de 2024 com 18 mil, em números redondos, magistrados e magistradas em atividade, entre ministros, desembargadores, juízes. Excluída a estrutura vinculada ao Supremo, composta por 11 ministros e no limite regulamentar máximo de até 36 juízes auxiliares e instrutores, chega-se ao número aproximado, fixo no *site*, de 18.701 juízes. Esse é o número hoje dos juízes. Esse dado evidencia a amplitude da responsabilidade confiada ao CNJ e a necessidade de uma atuação pautada por equilíbrio, planejamento e diálogo.

As competências da Corregedoria Nacional são relevantes, mas não são ilimitadas. A Corregedoria Nacional exerce controle administrativo e disciplinar, não exerce controle da jurisdição, não lhe cabe substituir o juiz natural, reformar decisões judiciais ou transformar divergências interpretativas em infração funcional. Decisões judiciais são impugnadas pelas vias processuais próprias; condutas funcionais, quando houver justa causa, podem e devem ser apuradas pela via correcional, sempre com o devido processo legal, contraditório, ampla defesa, proporcionalidade e motivação. Há decisão monocrática no CNJ Corregedoria? Sim, mas não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

punição monocrática. As sanções disciplinares competem ao Plenário do CNJ, tudo nos termos da Constituição.

O meu princípio de atuação será sempre, se aprovado no Senado, firmeza na apuração, respeito às garantias constitucionais e consciência rigorosa dos limites da função. Também considero indispensável fortalecer a capilaridade dos projetos do CNJ. O CNJ possui iniciativa de enorme valor público, que precisa chegar com mais intensidade às realidades locais, às pequenas comarcas, aos serviços extrajudiciais, às populações mais vulneráveis. Nesse sentido, é essencial preservar e aprofundar os programas do CNJ que traduzem medidas concretas à presença do Judiciário na vida das pessoas.

E digo recentemente de projetos de Corregedores próximos – Ministro Salomão e Ministro Mauro Campbell. Cheguei mais próximo dos projetos que eu estava olhando. Em respeito ao Senado, eu só fiz essa observação, sem conhecer muito profundamente, e de tudo, se aprovado no Senado, é que poderei tomar maior conhecimento. Mas observei projetos públicos que estão em andamento: o Programa Solo Seguro demonstra que a regularização fundiária é instrumento de segurança jurídica, cidadania e pacificação social; o projeto Registre-se! revela que o acesso à documentação civil básica – identidade, certidão – é pressuposto elementar para o exercício de direito, especialmente para pessoas em situação de maior vulnerabilidade; e o Começar de Novo, incluído no Poder Judiciário, reafirma que a Justiça não se limita à resposta processual, devendo também contribuir para ações educativas, capacitação profissional, reinserção social de pessoas presas, egressas do sistema carcerário e cumpridoras de medidas e penas alternativas.

O desafio da Corregedoria Nacional é contribuir para que essas iniciativas tenham continuidade, coordenação, acompanhamento e presença efetiva nos territórios em que são mais necessárias. Isso exige diálogo com os tribunais, com as Corregedorias locais, com as escolas judiciais, com as serventias extrajudiciais, com os demais órgãos do sistema de justiça e sempre com o Parlamento, que representa a diversidade da Federação brasileira. Daí a importância do elo entre o CNJ e o Senado Federal. O Senado conhece o Brasil profundamente, porque representa aqui os estados e o DF. Ouvir esta Casa é também ouvir as diferenças regionais, as carências concretas e as expectativas legítimas da nossa sociedade em relação à Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Corregedoria Nacional, se quiser ser efetiva, deve compreender esses vários Brasis. O juiz do interior, do Amazonas, do sertão nordestino, da fronteira, da periferia metropolitana, do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste não enfrenta sempre os mesmos problemas. A resposta institucional deve combinar unidade nacional com sensibilidade federativa.

Nesse ponto, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, reitero o meu respeito ao Senado Federal. Esta Casa tem papel histórico na preservação do equilíbrio federativo, na mediação institucional e na conservação de soluções nacionais para os problemas complexos.

O Conselho Nacional de Justiça e o Senado Federal, cada qual na sua esfera constitucional, podem e devem contribuir para um Judiciário mais transparente, eficiente, íntegro e cada vez mais próximo à sociedade.

Também é indispensável olhar para o futuro. A transformação tecnológica modificou profundamente a forma como os tribunais recebem, organizam e julgam seus processos. A inteligência artificial já está presente na triagem de demandas, na identificação de temas repetitivos, na organização de acervo, na pesquisa da jurisprudência, na automação das tarefas administrativas e na integração de sistemas. Essas ferramentas devem ser utilizadas para qualificar a jurisdição, reduzir tempos mortos, identificar gargalos, ampliar a transparência e permitir melhor a gestão de acervos. Mas a tecnologia – e grifo – deve ser instrumento de eficiência; nunca substituto da responsabilidade humana. Algoritmos podem auxiliar; não podem decidir pelo juiz. Sistema pode indicar padrões; não pode substituir a consciência jurídica. Ferramentas digitais podem acelerar procedimento; não podem reduzir garantias.

A Corregedoria Nacional deve acompanhar esse processo com atenção, estimular boas práticas, identificar risco, exigir transparência e garantir que a modernização tecnológica esteja sempre subordinada aos direitos fundamentais.

Justiça do futuro não será apenas mais digital; deverá ser mais sensível, mais clara, mais confiável, mais simples e mais humana.

Se aprovado por V. Exas., pretendo exercer a função de Corregedor com três diretrizes centrais: integridade, eficiência e diálogo institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Integridade significa examinar reclamações disciplinares com rigor técnico, sem seletividade e sem complacência, critério de exercer sempre o jurídico existente na justa causa, identificando a infração disciplinar, suficiência probatória e observância da garantia do devido processo legal.

Eficiência significa contribuir para que os tribunais e juízes cumpram suas obrigações funcionais, observem metas nacionais, corrijam atrasos injustificados, aprimorem gestão de suas unidades e ofereçam ao cidadão uma justiça em tempo adequado.

Abro um parêntese. Anteontem recebi um ofício – e o STJ está vinculado à Corregedoria – do CNJ contextualizando o seguinte: "Estamos verificando os processos com mais de 15 anos no Brasil, no Poder Judiciário", e me indicou o processo.

Eu achava que estava em dia; eu tenho quatro processos com 15 anos. Essas ações que vão provocando que o juiz fique... Se hoje somos preocupados com gestão, imagine como eu entrei. Como é importante esse órgão de gestão!

Contribuindo, então, a última etapa é o diálogo institucional, que significa compreender que o corregedor não deve ser visto como órgão simplesmente punitivo, mas como um órgão de orientação, coordenação e auxiliar do aprimoramento do Poder Judiciário. Exercer autoridade com diálogo não é renunciar a firmeza, é agir com método, transparência, escuta e respeito às diferentes realidades dos tribunais brasileiros. A confiança pública no Judiciário não se impõe, constrói-se – constrói-se – com decisões fundamentadas, procedimentos transparentes, respeito às garantias constitucionais, firmeza contra desvios e humildade institucional para reconhecer que todo órgão público pode e deve melhorar. Ouvir, propor reformas, escutar as reformas e estudar, assim é a máquina que deve funcionar, sempre em aprimoramento, porque os fatos sociais são dinâmicos. É com esse espírito que me apresento a V. Exas., como magistrado de carreira, servidor público há mais de cinco décadas, integrante do STJ, Diretor-Geral da Escola Nacional e indicado pelo STJ para exercer a função que exige equilíbrio, prudência, dedicação integral e interesse público.

Reafirmo meu respeito ao Senado Federal, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, aos servidores desta Casa, ao CNJ, ao STJ e a toda a Justiça brasileira. Trago minha trajetória, minha experiência e meu compromisso de servir ao Estado brasileiro com lealdade à Constituição, respeito à instituição e dedicação ao aprimoramento do Poder Judiciário. Ao agradecer a atenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de V. Exas., reafirmo meu compromisso com a Constituição, com o aperfeiçoamento do Judiciário, com o diálogo respeitoso entre os Poderes e sempre com um dos itens que está na Loman, que é a nossa Lei Orgânico da Magistratura 35, de 1979, sempre agir com serenidade.

Permaneço à disposição para responder a V. Exas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e o parabenizo, Ministro Benedito Gonçalves, pela construção de sua história, que começa como papiloscopista e está agora como Ministro, uma carreira de trabalho, de vários concursos feitos ao longo da sua vida, né?

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (*Fora do microfone.*) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Portanto, é uma história de superação e de vitórias.

Eu queria destacar a honrosa presença do Ministro Mauro Campbell, que está conosco, do Ministro Antonio Carlos Ferreira e também do ex-Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais Dr. Jarbas Soares.

Estão escritos aqui alguns Senadores que terão o direito de arguir o Ministro Benedito por dez minutos.

O primeiro inscrito é o Senador Eduardo Girão, depois o Senador Cid Gomes, depois o Senador Magno Malta, depois o Senador Jaime Bagattoli, depois o Senador Jayme Campos e o Senador Rogério Carvalho.

Então, pela ordem, o Senador Eduardo Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu estou esperando só o complemento de uma pergunta que está chegando do gabinete. Se o Senador Magno Malta, que é o próximo inscrito, puder ir no meu lugar, eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Magno Malta, Senador Magno Malta, dez minutos para fazer suas perguntas.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente Otto Alencar, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Ministro Benedito – eu até gostaria de que o Senador que está na minha frente aqui me desse um pouquinho do ombro, só um pouquinho, ficasse de lado aqui, para que eu pudesse ver –, queria cumprimentá-lo. Eu já estive com V. Exa. uma vez e fui muito respeitado por V. Exa. naquele momento, para tratar da questão de uma Aije  que perdura até hoje, não é? Ela vai gerar, penso que está já em época de gestação, assim como o PL das *fake news*, que tem sete anos, vai entrar para o oitavo ano. Poderia até lhe fazer uma pergunta sobre isso antes de começar. O que V. Exa. acha de um PL aberto contra cidadãos, com base no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, que pune cidadãos por crime de opinião, que é o chamado inquérito das *fake news*?

Cumprimentando V. Exa. pela sua trajetória, que ouvi de V. Exa. quando me recebeu com muita educação, nós estamos diante de uma sabatina, e uma sabatina é um TCC: qualquer cidadão que faz um curso com muita dificuldade, e, ao final do seu curso, é sabatinado por uma banca. E aqui eu faço a diferença, porque penso que o Senado tem que cumprir a sua obrigação. E as coisas não são pessoais, elas devem ser respeitosas.

Por exemplo, eu gostaria muito de saber, porque faço parte dessa Aije, de uma fala de V. Exa., uma imagem enigmática, emblemática para o Brasil, e o Brasil gostaria muito de saber, quando V. Exa. fala ao ouvido de Alexandre de Moraes: "Missão dada, missão cumprida", eu queria saber o que é "missão dada, missão cumprida" quando, de repente, aparece uma Aije que vai de Pilatos a Jesus Cristo e, ali no meio, não tem ninguém da esquerda. Posso citar os nomes. Lá está Magno Malta, Bia Kicis, Eduardo Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, Jair Bolsonaro, Nikolas Ferreira, o Gayer, bom, todo mundo que tinha qualquer tipo de influência está dentro dessa Aije, que já vai durando, entrando também no seu oitavo ano. Fui ver. V. Exa. me recebeu. Lá está cheio de vídeo meu que não tem nada, não tem lé com cré, mas coisas que estão nas minhas redes sociais, que continuam nas minhas redes sociais e vão continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, fazendo essa colocação para V. Exa., que eu sei que não é o que V. Exa. gosta de ouvir ou gostaria de ouvir, mas V. Exa. sabe que isso ficou tão emblemático e marcado no Brasil para a população brasileira, e o Alexandre de Moraes faz aquele gesto de balançar a cabeça, "muito obrigado". Porque ele não tem dificuldade de fazer gestos como fez assim, quando se referia à juíza.

Então, eu gostaria de perguntar a V. Exa... Nas eleições de 2022, no mês seguinte, em setembro de 2022, o Ministro proibiu Bolsonaro de usar imagens do ato de 7 de setembro em sua campanha. O ex-Presidente havia discursado nas principais manifestações do Dia da Independência. A decisão do Ministro Benedito foi motivada por um pedido da campanha petista.

Também foi voto do Ministro Benedito, do TSE, conceder 24 dias de resposta a Lula dentro do tempo de campanha de Bolsonaro e quase 200 inserções de televisão, que anteriormente eram de Bolsonaro. Bolsonaro, por sua vez, ganhou no TSE apenas 14 inserções no processo de Lula – estou trazendo números corretos –, com direito a resposta. Na prática, o ex-Presidente perdeu 170 inserções para Lula, tendo, até o último dia da propaganda, apenas 55, no total, contra 395 do petista.

Passo mais à frente, à condenação de Bolsonaro em 2023. Antes de deixar o cargo no TSE, o Ministro impôs a Bolsonaro mais uma condenação de inelegibilidade, por suposto abuso de poder durante o Bicentenário da Independência. As penas impostas pelo TSE deixaram Bolsonaro inelegível até 2030.

Em outubro de 2022, o TSE também validou uma liminar do Ministro Benedito, proibindo a exibição de um documentário, Quem mandou matar Jair Bolsonaro. Isso, para mim, Ministro, é muito emblemático, porque todo mundo pergunta quem mandou matar quem, até hoje nós queremos saber quem mandou matar Bolsonaro, quem mandou matar Marielle. Já apareceu o matador de Marielle, o mandante também já apareceu, e esse assunto morreu. Quem mandou matar Jair Bolsonaro? Onde está o Adélio Bispo? Onde estão seus telefones? Esse homem, blindado hoje pela Justiça brasileira. Quem mandou matar? E esse documentário... Existem mil documentários aí, mas o de Jair Bolsonaro não pôde ser exibido. Em outubro de 2022, o TSE também validou uma liminar do Ministro Benedito, exatamente – estou voltando aqui – proibindo essa exibição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Banco Master, nós precisamos dessa CPMI urgentemente. Quero saber também o que o Ministro acha, se precisamos ter essa CPMI urgentemente, porque tudo precisa ficar esclarecido e é muito importante ouvir de alguém que está indo para o CNJ.

E depois quero falar sobre o CNJ, porque eu estava já nesta Casa como Senador quando criamos o CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público.

A quebra do sigilo telefônico de Daniel Vorcaro, realizada pela CPMI do INSS e analisada pela Polícia Federal, encontrou diversos contatos, Ministro, com o banqueiro, em registro de interações durante um período em que participava dos eventos conjuntos. Foram a Londres, financiados pelo Master, em 2024. O Ministro participou de um evento jurídico em Londres, patrocinado pelo Master, degustação de R$3 milhões custeada pelo Vorcaro durante a viagem. Estiveram presentes outros personagens também na degustação do chamado uísque Macallan – sei lá se é o nome disso –, de charutos de alto padrão, custeados pelo Vorcaro. A degustação custou US$641 mil, pouco mais de R$3 milhões. Entre os presentes, estavam os mesmos: Daniel Vorcaro; o Ciro Soares, advogado de Vorcaro; Dias Toffoli; Paulo Gonet; Hugo Motta; Ricardo Lewandowski; Andrei Rodrigues; Alexandre de Moraes; e por aí vai.

Ministro, houve um momento em que V. Exa. se declarou impedido de votar com relação a essa questão do Master. Eu quero perguntar a V. Exa... Eu tenho um minuto...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Com todo respeito, o CNJ foi criado para poder tão somente tomar conta de comportamento... Foi criado como o olho da sociedade em cima do Judiciário em momentos difíceis, quando era ativismo judicial – hoje não é mais, hoje é ditadura mesmo –, ativismo judicial, e eu participei de tudo isso, mas o CNJ virou um outro poder, criou um penduricalho aqui, criou outro ali, criou outro aqui, criou ali... E o erro foi do Legislativo – foi nosso, porque eu também votei – de dar ao Presidente do Supremo também a Presidência do CNJ. Demos dois plenários para um homem só! E aí tudo que foi efetivado e é efetivado pelo Supremo Tribunal Federal vem como uma indicação do CNJ. E nós sabemos... E, quando há indicação do CNJ, há um *lobby* desgraçado de quem indicou quem, batendo de porta em porta... E, quando lá eles batem, é completamente diferente, como também no Conselho Nacional do Ministério Público. É completamente diferente disso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Magno, os dez minutos estão esgotados, por favor.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só queria saber de V. Exa., ao chegar ao CNJ, com V. Exa. sendo aprovado por esta Casa, se V. Exa. tem esse entendimento... É porque o Presidente Fachin quer criar um código de ética, e o CNJ já era o código de ética, que, na verdade, se tornou um poder. O que V. Exa. acha da iniciativa do Fachin?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ministro Benedito Gonçalves.

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (Para expor.) – Obrigado, Presidente, pela palavra.

Inicialmente, saudação especial e cumprimento cordial – bom dia, ainda – ao nosso Senador Magno Malta. Eu admiro suas convicções, firmeza e coerência.

Esta oportunidade é muito importante para o que está sendo indicado expor os pensamentos dos temas.

Eu vou começar, primeiro, naquela expressão: missão dada é missão cumprida. Naquele momento em que foi convocado – vou falar convocado –, numa missão litúrgica regimental para conduzir um Presidente eleito para ser diplomado, pela minha história, dá para sentir a emoção que eu senti, ou seja, nunca mais eu vou ter essa oportunidade. Foi um filme que passou: eu estar ali, de onde eu vim, e conduzindo um Presidente. Esta foi a expressão que eu uso sempre na minha vida – uso –: "acabou a sessão bem, missão cumprida!". É rotineiro, isso é a expressão do coração. Ainda bem que nós vivemos na liberdade de expressão, de sentimento, de pensamento, em que a expressão que sai da nossa boca pode ter diversas e respeitáveis interpretações do destinatário.

Os outros temas – observo aqui – que se referem a AIJEs a julgar... E V. Exa. entenda a aflição, conversamos lá... E eu vejo e vou falar aqui da quantidade de AIJEs que eu tinha. Julguei o que pude. E as julgadas são tema de V. Exa., 7 de Setembro e tudo mais. Nós vivemos um sistema em que, após 1988, um momento em que vivemos, respeitável... Após 1988, tivemos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição detalhista, fundamentada, porque tinha um outro sistema. Vamos falar do acesso à Justiça, art. 5º: todos têm direito a acessar a Justiça – na minha linguagem – que tenham ameaça ou lesão a direito. O que quer dizer isso? Acesso ao Poder Judiciário, os vulneráveis, tutela coletiva, gratuidade, todos os mecanismos possíveis para dar acesso à Justiça. Desse acesso à Justiça, quem abre essa porta é o juiz. O senhor participou da reforma criando o CNJ e criando a escola nacional, porque veio tudo na mesma emenda. Ao mesmo tempo em que veio se falar: "Juiz, você é responsável pela gestão, responsável por conduzir a pessoa a essa sala e a dar prestação jurisdicional em tempo razoável..." V. Exa. consagrou, com seus pares, outro direito: término da demanda em tempo razoável. Tudo isso está baseado em quê? O juiz julga com um único instrumento: quando assume, ele diz cumprir a Constituição e a lei por juramento, com consciência livre diante das provas apresentadas. O juiz só pode dizer que não pode julgar se for impedido, suspeito ou incompetente. Dessa entrada livre, ele tem que julgar, com a consciência livre. Assim eu agi, desde 1988, tenho agido e agirei até o término da missão. Repito: agi nessas AIJEs com consciência livre, com a Constituição, diante das provas apresentadas.

Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Ministro Benedito.

Quero passar a informação aos Senadores de que já está aberta a votação. Todos já podem votar agora na Comissão de Constituição e Justiça.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E tem a réplica dada por cinco minutos, como está... Antes de abrir a sessão, eu li isso para ficar bem claro. Cinco minutos ao Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, serei mais rápido do que imediatamente na minha tréplica.

V. Exa. respondeu até certo ponto as perguntas que lhe fiz sobre o eterno inquérito das *fake news*. V. Exa. é um Juiz, V. Exa. tem uma história e sabe o quanto isso é um vilipêndio à liberdade de expressão, como V. Exa. disse, e de forma errada, com base no Regimento Interno do Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal. E V. Exa. se julgou... E fez certo, porque hoje não existe isso. V. Exa. fez certo de se julgar impedido de fazer um julgamento que envolvia o Banco Master, V. Exa. agiu... O que não se vê hoje nos tribunais, não se vê hoje nos tribunais.

O cara fala: "Aí é loucura, cara". Uns três cochicharam no meu ouvido: "O que você vai falar? Cara, assim, está todo mundo aí". Bom, se amanhã acontecer uma porcaria comigo, se eu fizer algo que viola o meu país, viola a Constituição, que eu cometa um crime enquanto Senador, que me julguem! Dependendo do tamanho da lesão, da letalidade de um crime que eu venha a cometer, que me arrebentem na base da lei. Agora, eu não posso ficar calado enquanto Senador da República, podendo sabatinar alguém que vem aqui para ser sabatinado. Eu não vou aqui passar a mão em cima de currículo, até porque, se o senhor não tivesse currículo, o senhor não estaria aí. E é um currículo denso, começou lá como delegado e tal. Conheço o currículo, o senhor contou para mim sua história quando nós conversamos.

Essas perguntas que eu fiz com relação exatamente à necessidade de, urgentemente, se abrir uma CPI do Banco Master, que, aliás, não foi assinada pela esquerda, para que nós possamos abrir tudo e mostrar tudo para sociedade brasileira, que está ávida, é o que eu gostaria realmente... Foi fundamental no que eu perguntei.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (*Fora do microfone*.) – Senador... Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem direito à tréplica.

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

É que o tempo é pequeno, e a gente quer explicar tudo de um modo didático, compreensível, mas é muito importante, Senador, essa coerência de V. Exa.

Vamos falar primeiro da conduta na questão do Banco Master. Foi publicado e foi verdade que eu participei do evento, evento para o qual chegou o ofício do grupo organizador, o Grupo Voto, eu me inscrevi... O que diz o CNJ nesse debate antigo? Eu acho que... Aqui eu aprendi uma coisa: é uma Casa de diálogo e debate. Sempre falei com os Senadores que eu consegui encontrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso aí. Eu acho importante isso. O Judiciário só aprende aqui. Ele tem que aprender com V. Exas. a dialogar, debater e construir. Não é que ele não faz; é que ele tem um modo de trabalhar... E, observando V. Exas., de um modo todo, eu vejo que essa construção de diálogo é importante. Neste debate do evento... Vamos nos lembrar do tempo do Ministro Joaquim Barbosa em relação ao debate sobre eventos de juiz. Saiu a norma, aperfeiçoou a norma atual. O que não foge desde o início é o quê? O Ministro pode participar de um evento desde que, se receber alimentação e pousada, nada a receber de honorário; se receber, não tem pousada. Eu estava no STJ, aceitei o convite. O.k. Naquele momento, como qualquer outro convite, não existia nada contra as pessoas organizadoras. O.k. Durante a divulgação... Quando saiu muita vinculação do meu nome ao evento, eu pensei: hoje em dia, nessa situação da sociedade... E tem que ser assim! Tem outro princípio no art. 37 da Constituição: transparência. Fala o quê? Não basta ser, tem que parecer ser. Esses grupos econômicos são grandes. Amanhã, eu julgo... Eu não olho capa do processo; olho, sim, que, atrás de um processo, tem uma vida. Acabou. Conclusão: vai ser mal interpretado, como fui mal interpretado no evento. Dei por suspeito.

Código de conduta. A Lei Orgânica da Magistratura, de 1979, que sempre representou a ideia do serviço público, que é esta ideia... Eu estava olhando até o Estatuto do Servidor Público, de 1952. Sempre mantendo o quê? A conduta irrepreensível na vida privada. É genérico, mas de grande profundidade. Na Escola de Magistratura, a qual eu dirijo, quando o juiz passa no concurso e assume, ele tem uma quantidade de horas aqui. Processo civil e direito civil ele já sabe; um dos pontos em que batemos é nessa conduta irrepreensível, que é a ética. Se se fala no Supremo desse debate, aprendendo com V. Exa., vamos debater.

Voltando para *fake news*, tem um inquérito do Supremo que está, segundo me consta, com base no regimento, regimento que é interpretado como uma força normativa. Então, só posso falar isso. Como Juiz, eu não posso falar, pela Lei Orgânica, de processo em andamento; só posso falar o seguinte: se tem uma normatização que é válida, não questionada e está válida, então, perante esse regulamento que é o regimento, ele é legítimo. As outras considerações... Aí me abstenho de falar.

Eu acho que eu respondi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Ministro Benedito Gonçalves.

Quero registrar a honrosa presença do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, um grande amigo, e da Ministra Maria Marluce Caldas, recentemente sabatinada. Deixo o meu abraço e agradeço pela presença.

O próximo inscrito seria o Senador Eduardo Girão, mas ele saiu.

Eu passo a palavra para o Senador Cid Gomes, que, inclusive, foi Relator do Ministro Benedito Gonçalves.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar autoridades importantes que compõem o Superior Tribunal de Justiça e que comparecem a esta Casa. Faço isso na pessoa do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Herman Benjamin, e na pessoa do seu Vice-Presidente, Luís Felipe Salomão. E cumprimento a todos os demais, me permitam, na pessoa do conterrâneo cearense que compõe essa casa, Ministro Teodoro Silva Santos.

A quantidade de Ministros do STJ que comparecem hoje à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal é certamente, Ministro Benedito, um indicativo do seu prestígio, do quanto os seus pares o prezam e o têm como alguém digno de ser indicado para aprovação desta Casa para assumir a tão nobre função de Corregedor do Conselho Nacional de Justiça.

Eu tive o privilégio... Foram dois privilégios dados pelo nosso Presidente, Senador Otto Alencar: o primeiro de ter sido designado Relator da sua indicação, Ministro Benedito; o segundo foi, Presidente Otto, o de ir até a sala da Presidência para convidá-lo a vir até aqui à mesa. Para mim foi uma grande honra. E missão dada, Ministro Otto, foi missão cumprida. Estive lá, recebi o Ministro Benedito, trouxe-o até aqui. E, repito, foi um privilégio para mim ter sido Relator deste caso.

O seu currículo, Ministro Benjamin, é algo que deve ser exposto nos quatro cantos e aos quatro ventos para que todos os brasileiros de origem humilde, negros possam enxergar que é possível superar todas as dificuldades, todos os desafios e se tornar uma pessoa que ocupa um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lugar em uma das mais elevadas cortes de Justiça do nosso país, cumprindo uma função no Poder Judiciário, que é o Poder a que, quando todos faltam, se deve recorrer. E V. Exa. conseguiu chegar, filho de um operário, filho de uma faxineira, cumprindo tarefas e ocupando funções que o ajudaram, com certeza, a sobreviver.

O nome, no seu currículo, para orientador de alunos como é? Como se chama?

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (*Fora do microfone*.) – Inspetor de alunos.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Inspetor de alunos. Isso eu interpretei como aquele bedel...

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (*Fora do microfone*.) – Bedel.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bedel, coisa que eu fiz aqui nesta manhã: eu fiquei sendo bedel de Senadores, pedindo que viessem até aqui para registrar presença. E faço isto sempre em Plenário: peço aos Senadores que registrem os seus votos.

Ministro, o seu currículo é extraordinário e é, repito, um exemplo, deve servir de exemplo para todos os brasileiros. Eu queria lhe render essa homenagem.

E eu queria... Em todas as votações, em todas as indicações de componentes do Conselho Nacional de Justiça, eu tenho questionado, aliás, sugerido ou demonstrado o meu inconformismo com a situação posta da área de atuação do Conselho Nacional de Justiça, criado por nós... E isso é uma falha nossa, isso é um defeito nosso. Eu quero lhe dizer que esta será a última vez que eu só farei a reclamação. Na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça, eu anunciarei uma proposta de emenda à Constituição – e queria ouvi-lo sobre isso – para que o Conselho Nacional de Justiça tenha sua jurisdição em todos os órgãos da Justiça. Está excluído hoje da sua jurisdição o controle, o acompanhamento da transparência e dos atos administrativos da nossa Suprema Corte, do Supremo Tribunal Federal. Então, eu irei apresentar um projeto de lei, aliás, creio que uma proposta de emenda à Constituição para que o Conselho Nacional de Justiça alcance também essa responsabilidade e queria ouvi-lo em relação a essa sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (Para expor.) – Obrigado, meu Relator, Senador Cid Gomes. Sempre admirei V. Exa. nos trabalhos como Parlamentar, no Executivo... Não sou cearense, mas acompanhava a desenvoltura de gestão àquele povo. Eu me lembro, como hoje, de uma situação interessante que V. Exa. me contou. É um estado que eu adoro – minha esposa está ali, adoramos Fortaleza. Se eu descer ao detalhe das praias... Vou ficar por aqui. V. Exa. falou uma vez para mim: "Mas não tem uma rede hoteleira suficiente para abarcar, por exemplo, um evento da OAB". Eu lembro como hoje, aquilo guardei e comecei a olhar para a cidade. E hoje tem um espaço criado por V. Exa. Não se resumiu só a isso a sua gestão, mas marcou para mim. Então, parabenizo, da mesma forma que parabenizou, parabenizo V. Exa. pela atuação e como Parlamentar.

Chegamos ao CNJ. O CNJ foi criado de um debate da sociedade em que se falava no controle externo, foi desenvolvendo, desenvolvendo... Eu sempre falo, há muito tempo: a pior política pública é não a ter. Então, está aí o CNJ. O aperfeiçoamento faz parte da vida. E o interessante, e aprendo aqui no Parlamento como um todo, é que V. Exa. ouve o reclamo da rua, e aquele reclamo gera um diálogo e gera um debate até a concretude. Nós temos um órgão que é o CNJ, que está dentro do Poder Judiciário, como foi criado, e faz com que, com a atuação, ele fique o quê? Mais distante dos outros órgãos. Será que a sociedade quer criar um órgão, nesse debate inicial, mais fora de todos, para poder abranger todo o Judiciário? É um grande debate, Senador.

Espero ter respondido.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Ministro Benedito Gonçalves.

O próximo inscrito é o Senador Eduardo Girão, que tem dez minutos para...

Senador Eduardo Girão, que vai...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Ministro Benedito Gonçalves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não faço aqui, Ministro, nenhuma ilação, nem juízo antecipado de culpa. Eu trago fatos públicos, noticiados ou documentados que exigem esclarecimento institucional. A questão absolutamente é pessoal. O Senado precisa avaliar se V. Exa. reúne independência, imparcialidade, transparência e autoridade moral para exercer a Corregedoria Nacional de Justiça.

Eu quero começar aqui, Sr. Presidente, com a atuação do TSE: seletividade política, cassações, liberdade de expressão... Ministro, V. Exa. atuou em processos de enorme impacto político no TSE, incluindo ações que resultaram na inelegibilidade do ex-Presidente da República, restrições a canais de comunicação – isso é censura –, retirada de conteúdo – isso é censura –, desmonetização de plataforma – também censura –, decisões que atingiram manifestações eleitorais no nosso país. Também houve a cassação do mandato de Deltan Dallagnol, Deputado Federal mais votado do Estado do Paraná, numa decisão que gerou forte debate público sobre o alcance eleitoral. O senhor, por exemplo, foi o Relator dessa cassação, na velocidade da luz, que aconteceu lá no TSE – inclusive, eu estava lá no plenário. Diante disso, desse conjunto de casos, quais critérios objetivos, jurídicos demonstram que não houve seletividade política contra lideranças Parlamentares, comunicadores e movimentos associados ao campo de direita, conservador? Coincidentemente, foram apenas em relação a esse campo. Como assegurar ao Senado que essa mesma régua foi aplicada com proporcionalidade a todos os lados da República? Essa é uma pergunta que eu já faço para o senhor.

Outra. O senhor já teceu alguns comentários sobre o Banco Master. O Senador Magno Malta perguntou do evento em Londres, que foi noticiado, e isso é algo que está escandalizando a população brasileira, com toda a legitimidade. O senhor se declarou impedido, mas eu digo aqui: essa situação gera preocupação objetiva sobre a proximidade entre magistrados de tribunais superiores e agentes econômicos com interesse no Judiciário.

Ministro, quem custeou a viagem, hospedagem e eventuais benefícios recebidos nesse evento? Quem pagou? Essas informações foram formalmente comunicadas e tornadas públicas, de modo transparente, desde o início? V. Exa. considera adequado que magistrados de tribunais superiores participem de eventos patrocinados por grupos econômicos que possam vir a ter causas no Judiciário?

Há outra coisa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. foi citado em delação de Léo Pinheiro, da OAS, em episódio posteriormente arquivado. O arquivamento deve ser respeitado, mas o cargo de Corregedor Nacional de Justiça exige padrão público de confiança superior ao mero afastamento formal de responsabilidade. Eu pergunto para o senhor: mesmo com o arquivamento, V. Exa. não considera inadequado que magistrados dos tribunais superiores mantenham interlocuções privadas com empresários ou executivos de empresas que tenham interesses no Judiciário? O senhor se compromete a defender transparência efetiva das agendas, encontros e interlocuções de magistrados com agentes econômicos, políticos ou advogados das partes interessadas?

Eu também queria falar, Sr. Presidente e Ministro, sobre o CNJ, que pode ser um instrumento de aprimoramento do Judiciário, mas também pode se tornar ferramenta de pressão contra magistrados independentes. Ao mesmo tempo, há preocupação pública de que a corregedoria atue com rigor sobre juízes de primeira instância, mas seja incapaz de enfrentar abusos praticados em estruturas próximas à cúpula do Judiciário.

Ministro, havendo reclamações fundamentadas envolvendo decisões monocráticas, bloqueios de redes sociais, buscas e apreensões contra jornalistas, Parlamentares ou cidadãos, inclusive em casos relacionados ao 8 de janeiro, V. Exa. se compromete em processá-las com independência, ainda que atinjam estruturas vinculadas aos tribunais superiores, ou a corregedoria continuará sendo rígida com a base da magistratura e silenciosa diante dos abusos da cúpula?

Eu também queria falar com o senhor que a indicação de V. Exa. ocorre em um momento de forte desconfiança pública em relação ao Judiciário brasileiro. Isso é fato. As controvérsias envolvendo atuação eleitoral, liberdade de expressão, conflito de interesse, aparência de parcialidade e eventual seletividade tornam esta sabatina especialmente relevante. Diante de todas essas polêmicas, a preocupação institucional não se limita à presença de V. Exa. nesta sabatina; alcança também a responsabilidade político-institucional de quem fez a indicação.

Ministro, diante de sua trajetória recente, das controvérsias públicas que o cercam, por que o Senado deveria acreditar que V. Exa. será um Corregedor Nacional de Justiça independente, imparcial e transparente e não mais uma peça de um sistema judicial que muitos brasileiros enxergam como seletivo, corporativo e politicamente orientado? Diante desse conjunto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polêmicas, V. Exa. reconhece que o problema institucional não é apenas o senhor estar aqui, mas também a decisão de quem o indicou para a função correcional de tamanha autoridade?

Outra questão: houve uma repercussão pública envolvendo um vídeo de um familiar de V. Exa. em situação de ostentação de bens de luxo, além de decisão judicial, determinando a retirada do conteúdo sobre o episódio. Não se trata de responsabilizar, longe disso, um pai por ato de familiar, mas de discutir se autoridades e seus familiares recebem proteção judicial diferente daquela que receberia qualquer cidadão comum. Eu pergunto ao senhor: o senhor entende por que muitos brasileiros enxergam privilégio quando conteúdos críticos, envolvendo familiares de autoridades, são retirados do ar por decisão judicial? Em temas de interesse público, o Judiciário deve proteger autoridades e seus familiares do constrangimento político ou deve proteger, antes de tudo, o direito da sociedade de questionar fatos que envolvem pessoas públicas e o seu entorno?

E a última pergunta: o CNJ não é um cargo meramente administrativo; trata-se da função responsável por examinar a conduta ética, disciplinar e funcional de magistrados brasileiros, inclusive em temas sensíveis como imparcialidade, decoro, dever de reserva, abuso de autoridade, uso político da jurisdição. Ministro, como V. Exa. pretende cobrar reserva, imparcialidade e decoro de juízes brasileiros, se sua própria trajetória recente é objeto de questionamentos públicos justamente nesses pontos? Qual a garantia concreta o senhor oferece ao Senado do Brasil de que o CNJ não será usado de forma seletiva, corporativa ou politicamente orientada?

Eu não quero voltar à questão da "missão dada, missão cumprida", que foi algo que impactou bastante na posse do Presidente Lula e que o senhor teria dito para o Ministro Alexandre de Moraes, que é o campeão de pedidos de *impeachment* daqui, do Senado Federal, mas eu, nesse minuto que me falta, gostaria de ouvir o seguinte: com relação àquela fala, caso chegue algum caso lá...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... no próprio CNJ, de reclamação de autoridades, colegas seus do tribunal superior, como é que o senhor se portaria? O senhor também se declararia impedido? Eu acho que o senhor acertou – quero reiterar aqui –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com relação ao Banco Master. O senhor se declararia impedido de alguma colocação de colega seu, de alguma reclamação que possa chegar ao CNJ?

Queria ouvir de V. Exa. isso, cumprimentando-o por estar aqui e agradecendo ao Presidente a oportunidade nesse primeiro momento de minha participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Antes de passar a palavra ao Ministro Benedito Gonçalves, eu quero registrar a presença do Dr. Fábio Prieto, ex-Presidente do TRF3, do Estado de São Paulo.

Com a palavra o Ministro Benedito.

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Da mesma forma, cumprimento o Senador Eduardo Girão.

Essas oportunidades são importantes, pena que o tempo é pequeno para esgotar tanto assunto, mas é importante saber, como a gente fala muito em direito, a interpretação autêntica, de onde se produz o fato.

Então, vamos começar primeiro com o bloco – eu vou chamar de bloco – que se refere à minha atuação no TSE. Pelo que foi explanado por V. Exa., são todas questões que foram julgadas, só para contextualizar, para poder responder. Então, neste campo aqui, eu vou responder quanto a minha atuação de juiz. Aí veio seletividade, como foi feito o processo, o processo é instruído, chega a instrução. No caso de uma Aije – quem conhece muito –, os advogados é que vão peticionando. Concluiu, eu peço o dia para julgamento. Esse é o procedimento de modo geral. Como agir? De novo, o juiz, como falei anteriormente, julga com o único instrumento que é importante, é a consciência livre, o livre convencimento diante das provas apresentadas.

A Constituição de 1988 prevê um instrumento fundamental para que as partes que estão inconformadas recorram. Eu sou do tempo – comecei em 1978, acabei meu curso e tudo mais, então chega 1988 – em que o juiz falava assim... Eu faço um pedido x, o juiz botava: "Indefiro". Ponto. Como eu recorro disso aqui? Falta fundamentação. Então, se perguntarmos o que levou o juiz a ter aquela visão ali, é estar a decisão, em qualquer instância, bem fundamentada. Os tribunais todos, o Supremo, zelam por isso, porque muitas vezes o processo volta para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentar, porque – vou usar uma expressão não muito apropriada, mas didática – tem um arremedo de fundamentação. Ela tem que ser concisa, precisa, ali está a motivação. Então, em todas as decisões, o que eu aprendi em fase do julgamento é: livre convencimento diante das provas, decisão fundamentada, para que o duplo grau de jurisdição, o contraditório sejam feitos. Esse é o bloco de resposta.

No tocante à questão de filho, acabei... Já desde o início, falamos aqui que nenhuma ameaça ao direito, com o princípio da inafastabilidade da jurisdição, deixará de ser apreciada pelo Judiciário quando chega. Meu filho é maior de idade, eu não respondo por ele, ele que fez, ele que ingressou com a ação e ele que deu andamento, então eu não posso responder pelo ato dele. Ele é maior, vive sozinho, eu não tenho que responder pelo ato. Se fosse o juiz que tivesse feito, vamos entender. Então, essa é a resposta.

No tocante ao CNJ, no tocante agora, aqui, acho que seria: como agir se tivesse um ministro, um colega, atuando? O artigo que o CNJ, para preservar isso, na minha redação... Está lá o CNJ, e fala: compete ao STJ indicar o ministro-corregedor; o corregedor não receberá distribuição. Então, ali, para mim, está o marco, porque senão não tem controle, ou seja, naquele momento o corregedor nem julga processo, para ficar livre para poder apreciar. Não posso falar de caso concreto – também não posso falar. Desse modo, eu posso falar mais ou menos nesta ideia: o corregedor, se tiver uma situação dessa – e eu olho para esse artigo –, está livre de distribuição justamente para não ter processo, para ficar nessa função de gestão e disciplina.

Presidente, eu acho que eu consegui responder... Ah, não, o caso do Léo Pinheiro.

Então, veja, tive a ligação com esse empresário. Foi feita a investigação para ver o quê? O que vai ver o CNJ? V. Exa. chegou a falar aqui o seguinte: ele tem a função, sim, não só administrativa, porque ele vê a imparcialidade. Vê, sim! O que ele não vê é a reforma da decisão, mas, se uma decisão está desviada, viciada, desrespeitada, ele vai, o CNJ vai agir! Quanto a essa pessoa Léo Pinheiro, fui no Supremo investigado sob sigilo, e isso não se apurou. Então, não houve desvio, nem suspeita, nem nada. Então, esse é o resultado dessa situação.

Banco Master. Já respondemos que eu participei do evento. Ah, perguntou: quem custeou o Banco Master? Para todo evento, tem uma empresa que convida a gente – convida –, e nós vamos na regra do CNJ em vigor. Eu tenho a regra, está lá, é pública, podem pesquisar. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer instância, o juiz pode ir, ganha passagem, hospedagem, tem que fazer palestra ou presidir mesa; não é para passear no local. E depois responde ao CNJ. Eu me enquadrei na regra, fui.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A réplica, Presidente, eu queria...

Sobre o caso do Léo Pinheiro: Deltan Dallagnol, o Deputado mais votado do Paraná; o senhor foi Relator. Nessa delação aqui da Odebrecht, de uma certa forma, você tem lá, na época, o Procurador da Lava Jato que fez esse trabalho. O senhor não acha que isso é no mínimo... O senhor não deveria se declarar impedido de julgar o Deltan Dallagnol, já que ele era o Procurador da Lava Jato? O senhor foi citado nessa delação. Não deveria haver um conflito de interesse, um impedimento da sua parte? Essa eu queria retomar.

A outra coisa, eu não estou falando do seu filho, pelo amor de Deus, cada um... Eu deixei claro isso na minha pergunta. Mas o conteúdo foi retirado. Eu pergunto: se fosse um cidadão comum, filho de alguém que não é magistrado, não é ministro, como teria sido o procedimento em relação à censura? O senhor falou que defende a liberdade de expressão, mas as suas decisões, enquanto Ministro lá do TSE, foram decisões que censuraram, que derrubaram canais. Isso é público e notório, inclusive até num documentário do Brasil Paralelo, aquela velha história de democracia a gente vê depois do dia 30; até lá, pode censurar. Então, ali eu considero que a Constituição do Brasil foi rasgada.

Então, Ministro, eu queria aqui, sempre fiz isso publicamente, com todo o respeito a V. Exa., o Brasil precisa... Eu sei que o senhor é muito querido, muita gente aqui, inclusive, bateu palma – eu entendo – quando o senhor falou. O senhor tem um currículo realmente que a gente precisa reconhecer, mas, de forma pública, eu tenho o dever, pela missão que me foi dada pelo povo cearense em 2018, de declarar meu voto de forma transparente, e meu voto, por tudo que foi trazido aqui, será contra a indicação do senhor para o CNJ.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. deseja fazer alguma consideração?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (*Fora do microfone.*) – Não.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, eu faço o registro da presença do Ministro Afrânio Vilela, que está presente. Engrandece muito a nossa Comissão, Ministro Afrânio.

Pela ordem, o Líder do PSD, Senador Omar Aziz.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, acho que o voto é secreto.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O voto é secreto.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O voto é secreto. O Senador Girão está declarando o voto. O voto é secreto.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Jaime. Quando terminar, pela ordem, eu concedo a V. Exa.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, se acalme, pela idade aqui.

Então, Ministro Benedito, quero cumprimentar V. Exa. Já que o voto é aberto, eu vou votar "sim" ao senhor, tá?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Era só o que V. Exa. desejava falar?

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Foi. Se é aberto agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está inscrito, pela ordem, aqui, o Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar aqui o Presidente da Comissão, Otto Alencar; cumprimentar, neste momento, nesta sabatina, o Ministro Benedito Gonçalves, que está sendo sabatinado para o CNJ, como Corregedor Nacional de Justiça.

Quero dizer para você, Ministro, que, quando o senhor estava ali lendo, fazendo um relato da sua vida, do seu currículo, a pessoa que vem do trabalho, lá da periferia, nunca mais esquece. Pelo menos, eu sei por mim que a gente fica guardando aquilo na memória por muitos e muitos anos. Enquanto a gente vive, não se esquece daquilo. Eu vim de família também muito sofrida, cheguei aonde cheguei e jamais imaginava que um dia iria sentar numa cadeira do Senado da República.

Ministro, V. Exa. fala, nas suas palavras aí, que tem um grande respeito pelo Senado, por esta Casa, mas eu preciso lhe dizer que faz muito tempo que não existe mais pacificação entre os três Poderes, entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Faz muito tempo que isso não está mais acontecendo.

Outra coisa que nós precisamos admitir no nosso Brasil é que, quando termina uma eleição, tem que desmontar o palanque político, tem que acabar, dali para a frente nós não temos mais palanque político. E, aí, nós não podemos continuar com essa rivalidade que está tendo, que está acontecendo até hoje e que continua acontecendo.

Eu gostaria muito de saber o que V. Exa. pensa, se concorda com aquela paralisação da CPMI do INSS. Roubaram os nossos aposentados. E o que mais me admira naquilo ali, nessa situação toda da CPMI, é que teve o apoio do Supremo Tribunal Federal. Com isso fico indignado. Na minha cabeça, até agora, eu não consigo entender o porquê da paralisação daquela CPMI do INSS e o porquê de não julgar essas pessoas, de essas pessoas não serem punidas, tanta gente que esteve envolvida nesse sistema de corrupção.

Depois, tivemos também o maior sistema de corrupção do mercado financeiro, o do Banco Master, essa situação do Daniel Vorcaro. Esse é o maior golpe financeiro. Eu entendo um pouco, na condição de empresário, sobre o mercado financeiro. Eu, às vezes, até tenho vergonha de ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador. E eu, de verdade, não queria ser Senador, nem quero ser Senador. Isso aqui para mim... Eu entro, às vezes, até em desespero, porque eu fui eleito diretamente para o Senado e eu vejo que o Senado não consegue avançar. Nós não conseguimos avançar não só para a pacificação, mas para fazer justiça realmente às pessoas deste país, porque nós precisamos fazer justiça e não só palanque eleitoreiro.

V. Exa. acha normal juízes pegando carona com empresários, igual aconteceu com o Daniel Vorcaro, e empresários envolvidos em corrupção, dando golpe no povo brasileiro? Enfim, eu sei que nós temos aqui... Até surgiu, nesta semana, um pré-candidato, inclusive do meu partido, do PL, que teria envolvimento no negócio do Banco Master, que é o que eles querem demonstrar. Eu não estou aqui para defender ninguém – ninguém. O que nós precisamos fazer neste país é uma CPI dessa situação do Banco Master, independentemente de quem for. Se forem pessoas da Justiça, se for empresário, se for político de A a Z, qualquer político que esteja envolvido nisso tem que pagar por isso. A população não merece mais, o povo brasileiro não merece mais passar por esse sistema. Nós já tivemos tanto sistema de corrupção neste país que virou, como diz o povo brasileiro, tudo pizza, não aconteceu absolutamente nada. E o que mais me admira em tudo isso é que muita gente acaba voltando para a política, vai e volta, vira candidato, ganha a eleição e continua no poder.

V. Exa. está sendo sabatinado hoje, aqui, e sempre, quando a pessoa é sabatinada, ela demonstra que vai fazer algo para fazer o bem, para procurar sempre fazer aquilo que é o justo, é o melhor. E isso o Sr. Alexandre de Moraes – eu não estava aqui – fez quando foi sabatinado aqui e assumiu o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Só que ele rasgou a Constituição – ele rasgou, literalmente, a Constituição brasileira. E, olhe, eu só tenho o segundo grau incompleto, minha função foi trabalhar na vida e fui muito bem-sucedido como empresário. Eu sou de uma outra geração... Sou da mesma geração sua, temos pouca diferença de idade. Mas o Sr. Alexandre de Moraes, o Ministro, rasgou a Constituição brasileira.

Nesta Casa, há poucos dias, nós derrubamos o veto, o Congresso Nacional derrubou o veto presidencial da dosimetria.

Eu gostaria também de saber o que V. Exa. pensa sobre a dosimetria, porque ali quem fez algo de errado, Ministro, tem que pagar realmente. Tem que pagar. Mas – meu Deus! – eu fico me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhando e perguntando às vezes quantos traficantes, quantos bandidos, quantos assassinos saem da cadeia, vão para casa, têm aquelas saidinhas, e essas pessoas, muitas delas foram jogadas dentro de uma vala e julgadas – cinquenta, cem pessoas – sem nenhum critério.

No meu Estado de Rondônia... Ministro, eu gostaria que V. Exa. mandasse alguém lá do Ministério Público visitar essa família, no meu Estado de Rondônia. É uma família que tem seis crianças – seis. O mais velho tem 14 anos. A esposa dessa pessoa... O nome dele é Ezequiel e ele está foragido hoje. Ele ficou nove meses na cadeia e aí foi receber uma condenação a 14 anos de prisão. E digo para V. Exa. que ele não triscou em nenhuma parede naquele negócio do dia 8, até porque, quando ele chegou, já estava acontecendo. Ele subiu na rampa, foi tirar foto e, na hora, empurraram todo mundo para dentro. Ele foi preso, ficou nove meses; depois recebeu a condenação e foi embora. Eu ajudo a família, levo em dinheiro, porque não dá para depositar, porque, se depositar, o Sr. Alexandre de Moraes bloqueia o dinheiro. Então, eu gostaria que V. Exa. mandasse alguém do Ministério Público, porque nunca foi ninguém lá visitar essa família e ver de que forma que a família está vivendo.

Eu vi pessoas aí que mataram os pais, mataram não sei quem, foram julgadas e foram para casa, a mãe foi para casa...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... porque tinha que cuidar das crianças.

E assim, Ministro, por aí afora, nós temos muita coisa.

Eu tenho certeza de que V. Exa., de onde V. Exa. veio e aonde V. Exa. chegou, ao poder que V. Exa. chegou, tem condição de fazer muito pelas pessoas, muita coisa boa. E nós precisamos é de justiça.

Eu digo para V. Exa. que o povo brasileiro não acredita mais na Justiça do Brasil – não acredita mais na Justiça do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E para concluir, Ministro, assim, já foram feitas diversas perguntas, e é a última pergunta que eu vou lhe fazer. Mas esta frase ficou na cabeça dos brasileiros. É aquela frase da missão cumprida, em relação ao Alexandre de Moraes, um conflito institucional.

Naquela diplomação do Presidente Lula, em 12 de dezembro de 2022, foi noticiado que V. Exa. disse ao Ministro Alexandre de Moraes a expressão: "Missão dada, missão cumprida." Ainda que se alegue com o texto protocolar, a frase foi recebida por parcela expressiva da sociedade como símbolo de alinhamento entre autoridades judiciais e um projeto político vencedor nas urnas. Como a frase foi dirigida ao então Presidente do TSE, a proximidade pública, naquele episódio, também gera dúvida institucional, objetiva, sobre eventual suspeição ou conflito de interesse em reclamações disciplinares...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... que envolvam atos estruturais auxiliares ou desdobramentos relacionados ao Ministro Alexandre de Moraes.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Senador.

Ministro Benedito.

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (Para expor.) – Obrigado, mais uma vez, cumprimentando o Senador Jaime.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ministro, um minuto.

Queria registrar a presença do Ministro Rogerio Schietti, também membro do Superior Tribunal de Justiça.

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** – Então, cumprimentando, mais uma vez, ratificando o cumprimento ao Senador Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de mais nada, eu resumo toda a reflexão do Senador em tudo o que mais magoa é o sentimento de injustiça. Em resumo é isso aqui.

Mas nós vamos responder primeiro falando sobre a missão cumprida. De novo, aqui, eu jamais, claro, não tenho esse poder para entender o que eu falo. Quantas vezes no escritório, no gabinete, eu sou mal interpretado numa expressão, porque existe uma liberdade de expressão. O que eu pronunciei anteriormente é para mim, autenticamente aconteceu, mas todos são livres na sociedade em, pela liberdade de pensamento, expressão, interpretar como queiram. Não vou repetir, então, porque, com todo o respeito ao Senador, que eu já falei sobre o tema, reforçando. Agora, a dosimetria, ela está, a meu ver, ligada à questão da CPMI.

De novo, o que eu vejo aqui é que o sistema hoje é de livre acesso à Justiça. Falei que, nessa porta de entrada, o juiz não pode deixar de julgar, a não ser que seja impedido, incompetente ou suspeito. Não sendo, ele tem que julgar. Nós temos uma lei de 1942, já repetiu na lei das normas do brasileiro, que diz: o juiz não pode se eximir de julgar. Não tendo lei: analogia, costume e equidade. Então, não tem saída. Mas o que tem instrumento aí, do sistema, é essa consciência limpa dos autos. Então, isso que a sociedade está debatendo, porque o juiz julga pela consciência, há um debate, o sistema é esse. Como o Senado, a Câmara, o Parlamento ouve o reclamo da sociedade, que é o sentimento, e abre o diálogo, eu acho que é o momento de o Parlamento debater o sistema: é esse o sistema que a sociedade quer? É esse sistema que está atendendo? Está respondendo?

Olha só, eu sou formado e, no meu tempo de juiz, eu não me preocupava com o tempo, eu sentava na minha mesa, proferia a sentença no tempo que eu achava. Veio a reforma e fala: "Não, há tempo, porque se precisa do bem da vida". Então, veja as mudanças do debate da sociedade. Então, dosimetria e CPMI, foi em tudo usado o acesso à Justiça, cada Poder aqui atuou dentro dos seus limites, mas, em um momento, um certo resultado dá indagação.

No tocante agora ao comportamento, de novo, o subjetivismo vai predominar. No direito nosso do dia a dia como juiz, existe uma diferença entre impedimento e suspeição – aí é outra reflexão. Eu posso julgar o caso que eu viajei de carona, eu posso ir de carona? Está nessa ideia subjetiva, mas que também deve ter um debate. Não está começando no Supremo o debate sobre o Código de Conduta? Isso pode ampliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falava aqui, na minha fala, que tem que ter uma proximidade maior entre o Judiciário e, principalmente, o Senado para abrir esses diálogos.

Assim eu respondi, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Ministro Benedito Gonçalves.

Passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, querido amigo Senador Otto Alencar.

Não vou usar os dez minutos.

Eu quero, antes de mais nada, saudar aqui o ilustre Ministro Benedito.

Eu já tive a honra e a satisfação de, quando da sua indicação para ser Ministro do STJ, ter votado no senhor e em vários que estou vendo aqui. Acho que, na maioria absoluta dos nossos Ministros do STJ, eu votei neles. Estou há quase 16 anos na Casa e, em todos, praticamente, tive a oportunidade de votar não só na CCJ, como também no Plenário.

Eu quero cumprimentar o senhor pela sua trajetória profissional, jurídica, que, com certeza, é irretocável e invejável, porque sempre atuou com muita retidão e, acima de tudo, com muita competência. Eu tenho certeza absoluta de que V. Exa., que agora é conduzido para o cargo de Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, vai ser sempre um Ministro,cidadão brasileiro que vai atuar de forma independente, acima de tudo, buscando verdadeiramente honrar a confiança de todos nós aqui, que, com certeza, estamos votando de forma muito consciente.

Antes de mais nada, já declarei meu voto, porque agora é permitido já. Meu voto é "sim" também. (*Risos.*)

Meu voto é "sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Já votei!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço, mas V. Exa. continua.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Vou apenas fazer alguns questionamentos fora dessa linha de indagações que alguns colegas estão lhe fazendo.

Considerando a crescente demanda por maior transparência e celeridade no Poder Judiciário, quais serão as prioridades de V. Exa. à frente da Corregedoria Nacional de Justiça para aprimorar a prestação jurisdicional sem comprometer a autonomia dos tribunais?

Segundo, o avanço da digitalização e da inteligência artificial no Judiciário traz oportunidades, mas também desafios relacionados à segurança jurídica e ao acesso da população. Qual a visão de V. Exa. sobre a atuação do CNJ nesse processo de modernização?

Em um cenário de elevada judicialização e aumento da demanda processual, quais medidas V. Exa. considera essenciais para garantir maior eficiência da Justiça brasileira e para ampliar a confiança da sociedade nas instituições e no Poder Judiciário?

Concluindo, como expandir a atuação do Conselho Nacional de Justiça no papel de fiscalização administrativa e disciplinar do Poder Judiciário em regiões mais afastadas, naturalmente, dos grandes centros deste país?

Essa é uma pergunta que eu acho muito pertinente diante, naturalmente, da modernização e, sobretudo, da IA, que surgiu. Eu tenho a convicção de que V. Exa. vai conseguir implementar também no Conselho Nacional de Justiça.

Muitos que me antecederam aqui, meu caro amigo Dr. Ulisses, fazem muita crítica, mas essa crítica.... Claro, a crítica é um direito no Estado democrático de direito; sobretudo quando a crítica tem fundamento, ela é muito oportuna e é pertinente. Agora, nós não podemos generalizar, muitas das vezes, como se o Judiciário do Brasil, todos os conselheiros pudessem estar contaminados.

Eu falava com o nosso Conselheiro aqui: "Ulisses, eu não vejo nada demais – nada! – quando uma pessoa, seja Senador, seja ele um juiz, um desembargador, um ministro... Muitas vezes, você é convidado para um evento e vai lá. Aí amanhã, depois de amanhã, se o cidadão que o convidou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está envolvido em alguma coisa que não seja de forma transparente, republicana, que culpa nós temos?". Nós não podemos tentar jogar numa vala qualquer ou comum todos os cidadãos que, por amizade, foram lá, foram convidados para tomar um vinho, etc. Daqui a pouco você quer envolver o cidadão que... Ele cometeu algum ilícito? Eu sou contrário a esse tipo de acusações. Eu acho que, muitas vezes... Preciso ser até meio grotesco aqui, mas eu não posso permitir que seja generalizado, como também tem Senador da República aqui, tem Deputado Federal, Deputado Estadual, Governadores, que vão pegar uma carona no avião... E, daqui a pouco, o cidadão que pegou a carona está envolvido? Não está envolvido, não! Nós não podemos fazer, em hipótese alguma, um raciocínio que não condiga com a realidade – não é verdade? Eu fico até intrigado ou indignado quando partem dessa premissa, quando querem contaminar ou querem execrar o cidadão diante da opinião pública brasileira, sobretudo uma pessoa que exerce um cargo tão importante.

Falam aqui "missão dada é missão cumprida", mas qual é o resultado? Não tem nada a ver uma coisa com outra... A interpretação para a maldade, muitas vezes... A pessoa vai lá e já acha que teve algum comprometimento.

V. Exa. tem nossa confiança aqui. Pode ter certeza de que o Senador Jayme Campos tem uma admiração pelo senhor, como a maioria, naturalmente, dos nossos magistrados que estão presentes aqui, assim como a população brasileira, até pela sua história, sua biografia. O senhor veio lá de baixo; não é fácil, neste país, o cara sair lá de baixo e chegar aonde V. Exa. chegou, de maneira que eu quero cumprimentá-lo.

E espero, meu Presidente Otto Alencar... Eu quero já pedir que esta matéria seja encaminhada em regime de urgência, urgentíssima, para o Plenário, não é, Cid? V. Exa. que fez de forma zelosa o seu relatório aqui. E que nós possamos votar hoje ainda no Plenário do Senado Federal a indicação do ilustre Ministro Benedito Gonçalves para ser nosso Corregedor do Conselho Nacional de Justiça.

Parabéns!

Sucesso e boa sorte a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Registrado o pedido de requerimento, que, na hora própria, nós colocaremos em votação.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Benedito.

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (Para expor.) – Presidente, obrigado pela palavra.

Eu agradeço até emocionado, Senador Jayme, que foi um dos primeiros, na minha caminhada em 2007, 2008, aqui nesta Casa, que me acolheu, conversamos... E não existe coincidência, eu acho que são os caminhos que estão ditando. Nessa caminhada, fiquei mais tempo lá também no gabinete do Senador Jayme. A acolhida que eu tive foi de todos, boa, ótima, relacionamento, mas o Senador Jayme, me lembrando lá de 2007, 2008, lembramos sempre... Então, agradeço muito essa confiança, em que estão indicando... O Senado vai apreciar um cargo tão importante para a nossa Justiça.

E a indagação de V. Exa. está exatamente no núcleo da criação e do conteúdo da missão da Corregedoria. Tudo passa por gestão. Os nossos juízes... Eu fui formado em 1978, a gente aprendia matéria de direito. Veio a sociedade, com o descrédito da Justiça... Por quê? Atraso, não é eficiente, todos os mecanismos... Então, houve a criação desse órgão, e agora... Imagine: criou em 2004. A velocidade da nova tecnologia está muito mais além. Se não tivesse um órgão como esse, como é que os tribunais hoje iam, se fosse no meu tempo, em 1978, enfrentar uma IA? Hoje, toda tecnologia é bem recebida. Eu tenho falado para os juízes da Escola Nacional o seguinte... A dificuldade está comigo, pois eu não entendo esse negócio, mas a vantagem é esta: nós trabalhamos com uma tecnologia com que eles já trabalham, eles conhecem. Rapidamente, a triagem de processos, a demanda repetitiva, muitos exemplos, pesquisa de jurisprudência já estão em todos os tribunais. Então, a nossa Corregedoria Nacional de Justiça tem que trabalhar junto com os tribunais de Justiça e os outros tribunais, especificamente, com quem? Com as corregedorias regionais, porque elas vão trazer elementos das dificuldades para trabalhar, tirar os gargalos, como também vão ter experiências que a nacional vai levar para os estados. Sobre isso eu fiz um trabalho, estou fazendo, um pequeno, na Escola Nacional. Como os juízes são criativos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos para o interior do estado, e tem práticas lá que nem imaginavam existir; aí eles chegam a Porto Alegre, que tem um gargalo, e a gente pega o projeto com a permissão, com as adaptações devidas. É assim que deve trabalhar a Corregedoria: com integração, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

E passo a palavra ao Senador Weverton.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Para interpelar.) – Ministro Benedito e todos os ministros aqui presentes, queria cumprimentá-los, todo o STJ.

Aqui vai ser rápida também a minha fala, para que a gente possa...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Abrir o painel.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... já abrir o painel e votar a urgência para o Plenário, mas eu gostaria de fazer rapidamente, Sr. Presidente Otto, a seguinte reflexão, juntamente aqui com o Ministro Benedito Gonçalves.

Eu me lembrei daquela legislatura – acho que foram duas ou três atrás, Senador Cid – do Senador Pedro Simon, porque ele falou ali, na tribuna, a seguinte frase, dizendo assim: "Sr. Presidente, se o senhor acha que esta legislatura está ruim, vejo que o senhor não tem noção do que está por vir aí pela frente". De lá para cá, infelizmente, Presidente Pacheco, por mais que a gente tente ter essa impressão desse trabalho árduo que cada um, da sua forma, imprime – claro, respeitando o mandato individual, porque o mandato é individual, mas ele tem a sua coletividade, porque ele foi eleito majoritariamente aqui, para esta Casa, para uma representação –, a gente acaba perdendo, muitas das vezes, o propósito ou, senão, o grande objetivo, o foco do que você deve tratar quando você é designado para uma Comissão ou para uma atividade, ou para uma relatoria, enfim.

Por exemplo, aqui nós estamos discutindo não é a indicação para um ministro de um tribunal superior; nós não estamos falando aqui se o Ministro Benedito Gonçalves, que é juiz desde antes de eu nascer, em 1978 – eu nasci em 1979 –, é capaz ou não de exercer uma função.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se trata disso. Nesta sabatina aqui, para quem está em casa assistindo, só para ficar claro, ele não foi convidado para cá para fazer julgamento ou não dos processos que ele tem obrigação de julgar lá, no processo; ele não veio para cá para emitir opinião, principalmente, de processo julgado ou do que ele está relatando; ele está aqui para ser confirmado ou não – é uma prerrogativa constitucional desta Casa – para um cargo ou uma função – cargo não, uma função – de um conselho importantíssimo.

Para quem acha que está ruim agora, veja o que era o CNJ 12, 16 anos atrás, porque se tinha a sensação sempre de que o conselho não corrigia, de que ele não punia. E hoje já há essa impressão forte do Judiciário e da sociedade de que, se um membro do Poder andar fora da linha, ele devidamente será corrigido. Antigamente, lá no interiorzinho do Nordeste, como de todo o Brasil, o juiz decidia o dia em que ele ia trabalhar na sua comarca, ele decidia se ele ia dar ou não aquela decisão e se ia atender ou não o advogado. Hoje, depois do avanço que os conselhos tiveram – acho que em uma velocidade menor o CNMP, mas está avançando, já começou a avançar muito nos últimos quatro anos, principalmente –, você percebe essa diferença, essa uniformidade, essa orientação. Fábricas de liminares em área da saúde, não sei o quê, não sei o quê... Há uma coordenação para que você possa colocar as coisas no devido lugar, num país complexo, com dimensões continentais como tem o Brasil.

Aqui, o STJ escolhe um representante da sua casa para fazer parte de um colégio democrático em que estão representantes indicados por esta Casa, pela Câmara dos Deputados, pela OAB. E, nesse colégio, eles fortaleceram esses órgãos de correção.

A única reflexão que eu traria para cá, que não é pergunta, Ministro Gonçalves, são duas.

Uma é essa questão do STF, mas que já foi falada aqui. Se eu não estou enganado, foi uma própria liminar, na época, do STF que disse: "Eu não sou incluído no rol de correções e de análise desse conselho". Foi uma liminar, Senador Cid. Então, tem que decidir. E aí não é do senhor, não é da Corregedoria essa atribuição de se discutir se essa liminar será discutida em uma nova lei, ou em um projeto de lei, ou em uma PEC, uma emenda constitucional e tal. Essa é uma questão do Congresso, que criou o conselho e vai ter que normatizar isso.

A outra questão – e aí é para reflexão do senhor e também de todos os membros aqui, que eu quero cumprimentar, do Judiciário brasileiro –, que eu não sei se, naquela época, pareceu ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bom e em que hoje a gente precisa refletir... Como o Brasil tenta tanto, Presidente Otto, se comparar, porque o brasileiro adora se comparar com os outros países... Então, a gente tem aqui muitas comparações: "Ah, porque, nos Estados Unidos, no país tal, no país desenvolvido tal, é assim e aqui não é". A gente adora ter esse complexo de – desculpem – vira-lata, porque, muitas das vezes, aqui nós somos muito melhores em várias situações, principalmente em legislação, do que outros países desenvolvidos, mas a gente sempre adora se comparar. Então, eu não sei se teria um caso concreto em que... Nesse, sim, a gente poderia comparar. Eu acho que foi um erro, no passado, discutirem-se transmissões televisivas de audiências e de sessões, principalmente no âmbito criminal, o que é muito sério, é uma situação em que você trata de direitos individuais.

Isso ser televisionado, da forma como é, eu analiso hoje – pelo menos, no meu ponto de vista – como muito prejudicial, principalmente ao Judiciário, porque, na hora em que você trata, em determinadas quadras, para magistrados estarem dando opinião que está sendo televisionada – e aí ele pode entrar num restaurante e ser aplaudido, cumprimentado ou não –, isso começa a interferir nas suas posições ou até nas suas futuras posições, as que ele possa vir a ter em determinado processo, principalmente quando tem algum tipo de apelo popular.

Então, era apenas essa reflexão, mas o senhor tem o total carinho majoritário desta Casa, tenha certeza disso – não só o carinho, mas o reconhecimento pelo trabalho que V. Exa. prestou ao longo da sua vida pública, não só à magistratura, mas também à sociedade brasileira.

Desejo sorte nessa próxima tarefa, porque eu não tenho dúvida de que V. Exa. será aprovado por esta importante Comissão.

E quero cumprimentar o nosso representante da bancada do Congresso Nacional, da Bancada Negra, o Deputado Damião Feliciano, colega Deputado querido. Eu tive a honra de ser seu colega de partido lá na Câmara dos Deputados, na época em que ele ainda, Sr. Ministro, era da bancada dos "mortadelas", agora ele foi para os "coxinhas". (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como não há nenhum outro Senador...

Ministro, o Senador ex-Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, pediu para usar a palavra, e eu concedo a palavra ao Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RODRIGO PACHECO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Otto Alencar. Saúdo V. Exa. pela condução desta audiência pública de sabatina do Ministro Benedito Gonçalves, a quem rendo as minhas sinceras homenagens.

Cumprimento o Senador Cid Gomes, meu dileto correligionário, colega e amigo, que relata essa matéria, todos os meus pares e os membros do Judiciário, das carreiras jurídicas que aqui prestigiam esta sabatina.

Faço esse pronunciamento apenas e tão somente, Ministro Benedito, para manifestar o meu apreço e a minha admiração por V. Exa., na sua dimensão humana, conhecida por todos nós, uma figura simples, educada, carinhosa, atenciosa. Todos nós sabemos reconhecer essas qualidades pessoais, mas, sobretudo, e é o papel desta sabatina, faço o reconhecimento dos seus atributos e da sua plena condição para ocupar uma posição hoje muito importante na República, a Corregedoria Nacional de Justiça, no âmbito do CNJ. V. Exa. tem uma carreira premiada na Justiça, inclusive e sobretudo como Ministro do Superior Tribunal de Justiça, e nessa função saberá honrar e dar continuidade ao trabalho desenvolvido agora pelo Ministro Mauro Campbell e, antes, pelo Ministro Luis Felipe Salomão, que assumirá em breve a Presidência do Superior Tribunal de Justiça.

Eu quero aqui manifestar publicamente o meu voto "sim", evidentemente, à sua aprovação, que será seguramente garantida pela maioria da CCJ e pela maioria do Plenário, ainda na data de hoje, considerando que, por requerimento de urgência, será ainda apreciado no Plenário do Senado o seu nome.

Quero apenas fazer algumas observações sobre essa importante posição, como Corregedor Nacional de Justiça, de algo que me preocupa bastante no Brasil em relação à magistratura. O papel da corregedoria é um papel correicional, de observação de deveres, de exigência de cumprimento de deveres por parte dos magistrados, e todos nós, enquanto sociedade, reclamamos que haja, de fato, correção de distorções, que em todas as carreiras existem, e há um papel da corregedoria em fazê-lo. A própria essência do Conselho Nacional de Justiça, que tem funcionado, como aqui reconhecido pelo Senador Weverton, tem funcionado cumprindo o seu papel constitucional dessa regulação em relação à magistratura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas há um outro aspecto que me preocupa, Presidente Otto Alencar. Há no Brasil, hoje, uma cruzada de desmoralização ou de tentativa de desmoralização de carreiras públicas e de carreiras jurídicas. A todo instante, se vê, em diversos segmentos, críticas infundadas, alegações absurdas, acusações que não procedem em relação à magistratura, ao Ministério Público, às carreiras jurídicas em geral, e essas carreiras são absolutamente essenciais. A partir do momento em que se considerá-las um mal, ou um estorvo, ou uma anomalia, nós teremos um grave problema no Estado democrático de direito. E refiro-me, inclusive, as questões remuneratórias, porque, se, de um lado, há os chamados penduricalhos que precisam ser suprimidos, combatidos e resolvidos definitivamente no Brasil, há, por outro lado, o reconhecimento que se deve ter de que são carreiras específicas, com vedações constitucionais as mais severas, com uma dedicação exclusivíssima, o que faz com que essas atividades, sobretudo a da magistratura, sejam um sacerdócio que deva ser reconhecido como tal.

É por isso que eu fui – recebi críticas por isso, mas absolutamente não me arrependo – autor de uma proposta de emenda constitucional para a reestruturação da carreira da magistratura e do Ministério Público, para que essa dedicação exclusivíssima possa ser compensada em termos de remuneração, ao longo do tempo, combinando com a remuneração o subsídio dos magistrados. Eu acho que esta combinação da aprovação da proposta de emenda constitucional com o estabelecimento de um rol taxativo de verbas indenizatórias fora do teto constitucional remuneratório é uma combinação muito razoável, para que se possa permitir que essas carreiras sejam atrativas, para que quem esteja sentado nos bancos de escola possa querer ser um juiz, possa querer ser um promotor de Justiça e aqueles que estejam na carreira não queiram sair, porque este hoje é um fenômeno existente na nossa sociedade e na República: pessoas que estão insatisfeitas e desestimuladas justamente por essa cruzada que não é capaz de enxergar qualidades, mas tão só defeitos nessas carreiras.

Então, essa observação e esse equilíbrio, no âmbito do CNJ, de buscar exigir deveres, mas também buscar defender direitos e prerrogativas eu acho que é um equilíbrio absolutamente essencial para aqueles que compõem o Conselho Nacional de Justiça e, sobretudo, a Corregedoria Nacional de Justiça.

Quanto ao mais, muito se foi falado aqui em relação ao papel do Supremo Tribunal Federal em relação à Lei da Dosimetria, e me permitam aqui fazer um esclarecimento à guisa de justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até em relação a alegações que foram feitas em relação a esse projeto da dosimetria. Esse projeto foi concebido pelo Congresso Nacional justamente para corrigir a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, para permitir que haja proporcionalidade e razoabilidade na aplicação das penas. E, ao ser aprovado, vetado pelo Presidente e derrubado o veto do Presidente da República, promulgada a lei, ao chegar ao Supremo Tribunal Federal uma ação direta de inconstitucionalidade, não houve, no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade, suspensão da vigência da lei, como diferentemente foi sustentado. O que houve, na verdade, é que, considerando uma ADI para a qual se deu o prosseguimento devido, com oitiva das autoridades, pareceres, até que possa ser julgada a constitucionalidade ou não dessa lei, nos casos concretos em que se pede a aplicação da Lei da Dosimetria, houve a cautela de se aguardar o pronunciamento da corte, no âmbito do colegiado, por sua maioria, da afirmação ou não da constitucionalidade dessa lei.

Então, essa correção também é importante que se faça, porque V. Exa. foi questionado em relação a isso. E me parece muito razoável a decisão do Supremo Tribunal Federal, até aqui, em relação a esse tema, até que possa, afirmada a constitucionalidade, ser aplicada a Lei da Dosimetria nos casos concretos que a mereçam. Por isso, esse é um esclarecimento também que eu reputo importante, considerando que ouvi aqui alguns debates em relação a esse tema.

Mas o que interessa mesmo, Ministro Benedito, são os predicados de V. Exa., a sua reputação, o seu conhecimento jurídico, a sua idoneidade, a sua plena condição, depois de uma rica trajetória no âmbito do Poder Judiciário, de ocupar essa posição tão relevante. Eu desejo muito boa sorte a V. Exa., uma vez aprovado, que honrará toda a magistratura no cargo que pretende ocupar.

A minha declaração de voto pública, Sr. Presidente Otto Alencar, é o voto "sim".

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Rodrigo Pacheco e passo a palavra ao Ministro Benedito Gonçalves.

**O SR. BENEDITO GONÇALVES** (Para expor.) – Presidente, obrigado pelo uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, cumprimento o Senador Weverton e lhe agradeço a explanação sobre o esclarecimento de questões que foram aqui debatidas e a confiança depositada neste indicado pelo STJ.

Voltando a palavra agora, agradeço também ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco, amigo de longa data, que trouxe temas como sempre palpitantes, que é esse movimento não de valorização das carreiras, mas de desmoralização das carreiras. V. Exa. é sempre preocupado com essa valorização, vendo o papel do CNJ, que vem à Corregedoria, que participa desse processo de valorização. Eu tenha certeza de que sempre o Corregedor terá as portas abertas para esse debate de união nesse tema e em outros. Também agradeço aqui a V. Exa. o esclarecimento até mesmo da indagação sobre a questão da dosimetria, da questão outra também de que o Supremo teria julgado a dosimetria e da CPMI, como aconteceu no campo judicial. Agradeço, mais uma vez, ao nosso Senador Rodrigo Pacheco, que presidiu esta Casa.

Fica aqui sempre a gratidão, em nome de todos, do reconhecimento e da acolhida que tenho nesta Casa.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concluídas as arguições ao Ministro Benedito Gonçalves, vou determinar a abertura do painel para a verificação dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram SIM 21 Senadores; NÃO, 5 Senadores. (*Palmas.*)

Está aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu coloco em votação, como pediu o Senador Jayme Campos, o requerimento de urgência para que possa ser encaminhado ainda hoje ao Plenário do Senado Federal.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Subscrevo o pedido, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento, que vai ao Plenário do Senado Federal.

Quero parabenizar o Senador Jayme Campos.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero, uma vez mais, agradecer a V. Exa., Senador Otto Alencar, por atender o nosso pleito, até porque nós temos que dar celeridade naturalmente em algumas votações, entre elas a indicação deste grande brasileiro que é o nosso querido Ministro Benedito Gonçalves, que certamente vai fazer um trabalho exitoso, sobretudo independente, na Presidência do Conselho Nacional da Justiça.

Obrigado a V. Exa. por atender o meu requerimento aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero parabenizar o Sr. Ministro Benedito Gonçalves pela aprovação.

Está suspensa por dois minutos, e a Comissão voltará para apreciar a proposta de emenda à Constituição da autonomia orçamentária e financeira do Banco Central.

(*Suspensa às 11 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 44 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está reaberta a sessão.

Passo a palavra ao nobre Senador Plínio Valério para ler a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de autonomia administrativa e financeira do Banco Central.

**2ª PARTE**

**ITEM 2**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2023**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central.*

**Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros

**Relatoria:** Senador Plínio Valério

**Relatório:** Favorável à Proposta e às Emendas nº 3, nº 4, nº 5, nº 6 e nº 17, parcialmente favorável às Emendas nº 10, nº 13, nº 14 e nº 15, e contrário às Emendas nº 1, nº 2, nº 7, nº 8, nº 9, nº 11, nº 12, nº 16, nº 18, nº19, nº 20 e nº 21, na forma do substitutivo que apresenta.

**Observações:**

*- Foram apresentadas 21 Emendas à Proposta;*

*- Em 18/06/2024 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria;*

*- Foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Rogério Carvalho, o qual foi lido em 10/07/2024.*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Meu amigo, Senador Otto Alencar, primeiro...

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Senador Plínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou pedir silêncio ao Plenário para que o Senador Plínio possa ler o seu relatório.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Presidente Otto...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ele vai pedir vista, Senador... Eu quero ler o relatório.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Presidente, só pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – A minha pergunta é: não tem como retirar de pauta?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, absolutamente.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Tá.

Então, quero só deixar já consignado o pedido de vista do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Está bom?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vista coletiva, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como pede V. Exa., vista coletiva.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Não, eu não pedi vista coletiva.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, eu que estou pedindo e o Vanderlan que está pedindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu fui me dirigir a ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – O Vanderlan, autor da PEC, está pedindo. E eu também.

Presidente, eu vou então ler o relatório. Pelo menos a gente avança assim. São dois anos e oito meses, sei lá... A gente vai avançar hoje. Senador Vanderlan é o autor da PEC. Hoje, Senador Vanderlan, mesmo só com a leitura, estamos fazendo história – mesmo só com a leitura. Para o que vem depois, cada um vai responder pelo seu ato aqui, porque já ficou claro para a população brasileira a importância do Banco Central e que a liberdade financeira é fundamental. Então, lá na frente, nós vamos ver quem é contra o avanço ou não.

Eu vou ler o relatório, Presidente.

Relatório apresentado à Comissão de Constituição e Justiça sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2023, que dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central.

Nossa relatoria.

Autoria da PEC: Senador Vanderlan Cardoso.

Sabe o que a gente poderia fazer, Vanderlan? Ler aqui só o essencial e dar como lido para ganhar tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Autorizado V. Exa. fazer a leitura... já que esse projeto, Senador Plínio Valério, não é um projeto – falava isto há pouco em uma entrevista – de ex-Presidente Bolsonaro, nem do Presidente atual, nem do ex-Presidente Roberto Campos Neto e nem do atual Presidente Galípolo. É um projeto de país, de nação.

E o Banco Central... E eu volto a falar: V. Exa. está fazendo um trabalho brilhante nessa relatoria. Se não for aprovado isso, o próprio Galípolo disse ontem, o Presidente, nesta Comissão, que, se esse projeto não for aprovado... Ele já está pedindo até pelo amor de Deus, para que se aprove. Ele não pode falar o que eu vou falar agora, mas eu posso, pela imunidade Parlamentar também e por ser Senador da República: se nós não encararmos isso de frente, se deixarmos para outra hora, o Banco Central está colapsando e vai colapsar se não aprovarmos e dermos condição para que ele tenha o mínimo dessa condição para fazer uma fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É humanamente impossível hoje, o Banco Central está nessa situação, não é, Senador Plínio?

Então, eu quero até... Àqueles que estão nos assistindo, sei que parece que já foi comunicado que vai ter pedido de vista, mas que seja vista coletiva e que a gente volte na próxima reunião para votarmos esse projeto. A melhor forma é votar.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E temos que aproveitar, Vanderlan, o fato da esperteza dele de vir aqui e pedir vista. Nós também temos que ser espertos, citar por que a gente quer e ficar aqui à vontade, o autor e o Relator.

Vamos fazer o que foi feito ontem na CAE, eu fiquei com o Presidente... (*Risos.*), então é bom pontuar.

Eu sou autor da lei que fixou o mandato, a lei de autonomia operacional, que permitiu o controle da inflação e que permitiu também desvendar a caminho do caso do Banco Master. Se não fosse aquela autonomia operacional, o Galípolo já estaria exonerado antes de vir para cá, e a sua PEC complementa aquela nossa lei de autonomia, por isso eu fiz questão de ser o Relator.

Estamos aí acho que há dois anos e oito meses mais ou menos – não é, Secretário? –, por aí, tentando ler esse relatório. É bom pontuar – sim, a gente tem que pontuar – que o Governo, e o Senador Rogério Carvalho está chegando agora, sempre fixou as dificuldades naquela questão da origem, da natureza da autarquia. A gente discutia muito isso, como disse o Presidente Galípolo: "A gente sanava um pedido, vinha outro; sanava um pedido, vinha outro", até que a AGU, que defende o Governo, que representa o Governo Federal, nos mandou uma sugestão que, de pronto, foi acatada.

Então a natureza hoje do Banco Central, da empresa, da autarquia Banco Central, está assentada exatamente num pedido, numa sugestão da AGU. Olha só o que a AGU pediu, e nós contemplamos:

> O Banco Central é entidade pública de natureza especial com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira, integrante do setor público financeiro e dotada de poder de polícia, incluindo poderes de regulação, supervisão e resolução na forma da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é a lei complementar que vai dispor sobre o objetivo, a estrutura e a organização do Banco Central. Olha só: e a lei complementar, a pedido do Senador Esperidião Amin, foi deixada para o Governo apresentar. Para tudo o que o Governo acenava, a gente cedia, só não na natureza, porque, se a gente muda a natureza, acabou com a autonomia que a gente está querendo dar. E, quando a AGU sugere, aí a gente acata.

Quando o Senador Rogério Carvalho apresentou...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... uma emenda muito boa mesmo, muito boa, falando do perímetro regulatório, criando o perímetro regulatório, a gente acatou na íntegra – na íntegra! – a sugestão do nobre Senador que está aqui. Acatamos a Emenda 17; acatamos na íntegra, porque achamos que a colaboração dele, do representante do PT, estava engrandecendo o nosso relatório, portanto foi criado o perímetro regulatório, que permite ao Banco Central se meter e intervir em casos extremos.

Portanto, pensava eu, antes do Carnaval, que estava tudo resolvido, seria um acordo. Vem o Carnaval, como sempre tem mudança, então eu vou ler parte da análise e vou ao voto.

Outra coisa também: uma introdução que nós fizemos, conscientes – o Senador Vanderlan Cardoso e eu, e até com o Presidente Otto, fizemos conscientes, sabendo que isso abriria brecha para o pedido de vista que foi feito agora –, seria colocar na PEC, colocar na Constituição a garantia do Pix, porque o que me assusta no Banco Central, quando eu fui lá, de tudo que o Banco Central representa, o que me assustou foram caminhões que transportam valores com 43 anos de uso; diretoria que, há dez anos, fiscalizava 300 empresas, fiscaliza hoje mais de 3 mil, com menos servidores; e o Pix, que me assustou: são 240 milhões de intervenções, de acessos/dia, e o Pix conta com 32 servidores apenas, porque o Banco Central, a cada semestre, talvez até a cada mês, perde servidores, que, ou saem aposentados ou são guindados e seduzidos pela carreira privada, o que é normal, o que é natural.

Portanto, a população brasileira, mesmo aquele que não se interessa pelo que o Banco Central representa, que não entende que o Banco Central controla a moeda, que é responsável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo controle da inflação, no popular, tem que entender que ele é o responsável pelo Pix. E no Pix está...

O Banco Central, *grosso modo* – estou falando para milhares de telespectadores –, o Pix é do Banco Central. Não pode emprestar, não pode ceder, não pode vender, não pode fazer nada. É do Banco Central. E mais: não pode cobrar taxa de pessoa física. Isto é a garantia que todo brasileiro quer: a garantia de que ele não vai ser taxado no Pix. E nós estamos dando essa garantia, posto que vai ser colocado na Constituição quando essa PEC for apresentada.

Presidente Otto, eu fiz a pergunta lá para a gente ganhar tempo. Eu ia partir da análise ao voto. E estamos aqui com o Líder do PT na Casa. A gente, então, partiria para a divergência ou mesmo a aquiescência.

A gente examinou... E, antes de examinarmos a questão de mérito da proposição, apreciamos aqueles aspectos que são tradicionais e obrigatórios: constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, adequação orçamentária, que é importante. A gente observou e fez tudo isso.

Análise do mérito.

Como salientam os autores, a proposta tem como objetivo principal conceder a autonomia orçamentária e financeira ao Banco Central do Brasil, em complemento à autonomia operacional já assegurada pela Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021. Também integra esse arcabouço normativo a disciplina do relacionamento do Banco Central do Brasil com a União – em particular com o Tesouro Nacional –, dado pela Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019.

As especificidades no tratamento orçamentário e financeiro do Banco Central do Brasil estão bem detalhadas na justificação da PEC 65/2023, incluindo a opção do legislador em não incluir na LOA as receitas e despesas do Banco Central do Brasil, bem como seu custeio operacional, optando, durante o processo de discussão e de aprovação da LRF [...]

Existem alguns pontos da PEC nº 65, de 2023, que merecem aperfeiçoamentos.

Abaixo, fazemos a descrição destes pontos e levantamos algumas informações adicionais que são relevantes para a análise de mérito:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) avanços institucionais relacionados à autonomia do Banco Central do Brasil.

A gente cita aqui várias delas e eu vou destacar o art. 6º da Lei Complementar 179, de 2021:

> Art. 6º O Banco Central do Brasil é autarquia de natureza especial caracterizada pela ausência de vinculação a Ministério, de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira, pela investidura a termo de seus dirigentes e pela estabilidade durante seus mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei Complementar [...]

E já estava lá na autonomia. Muita coisa do que foi sugerido por alguns Senadores já estava lá na Lei da Autonomia, de 2021.

b) mudança do regime jurídico aplicável ao Banco Central do Brasil.

Eu vou aqui, Rogério, ler e atropelar algumas coisas para que a gente possa depois, quando divergir, se tiver divergência, explicar tudo direitinho.

c) limites para o crescimento das despesas orçamentárias do Banco Central do Brasil.

É aqui que a gente coloca. Lá no começo: "Ah, porque vão criar uma casta, o Banco Central vai ser uma casta superior de servidores". Não, há uma trava. É o orçamento do ano passado com correção, que a gente conte aqui: INPC, IPCA, e ficou essa discussão toda. Mas levando sempre para o Senado a palavra final, ou seja, o Banco Central diz o que quer, todo mundo diz o que quer, o que não desejamos e quisemos na nossa vida e não conseguimos? O Conselho Monetário Nacional aprova e manda para o Senado, para a Comissão pertinente, que seria, no caso, hoje, a CAE. O Senado tem sempre a palavra final. Nós aprovamos o orçamento da União, por que não vamos aprovar? Isso foi discutido com o Otto numa reunião. O Otto falou para mim: "Plínio, não podemos abrir mão de a palavra final ser do Senado".

Olha só, eu já falei aqui da participação da AGU, da participação do Rogério, da participação do Otto e da do Vanderlan. A gente foi ouvindo e foi fazendo. As emendas que foram rejeitadas, e graças a Deus, na conversa entre nós, nós sem sabermos, não tínhamos a lucidez naquele momento de poder antever o problema que viria, aquela emenda que beneficiava o Banco Master nós rejeitamos em conjunto, porque a gente estava atento e via – não nessa dimensão, não contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Senador que apresentou, que é um direito dele de apresentar, como é um direito meu apresentar e ser rejeitado –, mas o perigo que rondava e a gente não tinha percebido que era tão profundo assim.

Portanto, esse relatório não é de hoje, ele não surgiu hoje.

Gestão para preservação dos direitos dos atuais servidores do Banco Central do Brasil (ativos e aposentados). O mesmo direito, está todo mundo garantido. "Ah, vai perder o plano de saúde, vai...", balela, muita, muita narrativa em torno disso e que o relatório da gente acaba desmentindo.

Foram apresentadas, até a data de 11 de agosto de 2024, que a gente acabou lendo, depois vieram outras emendas, um total de 17 emendas à PEC. Eu li na época as que foram rejeitadas, dei os motivos pelos quais elas foram rejeitadas. (*Pausa.*)

Apresentada agora? Vinte e dois e 23, que foram rejeitadas agora... E tem duas emendas agora, nº 23 e nº 22 – de quem é a autoria, Vania –, que eu vou ler, vou ler aqui, do Eduardo Gomes, do meu amigo Eduardo Gomes, e do Izalci. Praticamente as mesmas emendas que eles apresentaram e eu havia rejeitado. Então, elas serão rejeitadas aqui, de pronto, mesmo se tratando de dois queridos amigos meus, o Izalci e o meu amigo Eduardo Gomes.

O relatório que a gente chegou a ler mostrou, e eu só não tinha falado, Rogério, que foi exatamente a sua emenda que foi inovação aqui, foi a emenda do Rogério e o Pix, e a proposta da AGU definindo, enfim, a origem, a natureza da autarquia.

Portanto, deixe-me falar aqui e ir para o voto.

De novidade aqui, daquilo que foi lido dois anos atrás, tem a emenda do Rogério, que é a 17, e o nosso artigo que, enfim, garante o Pix.

Do voto, Presidente.

Em face das considerações, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2023, e, no mérito, votamos por sua aprovação, na forma do substitutivo a seguir, com rejeição total das Emendas 1, 2, 7, 8, 9, 11, 12, 16, 18, 19, 20, 21, e agora 22 e 23; acatamento das Emendas 3, 4, 5, 6 e 17; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acatamento parcial das Emendas 10, 13, 14 e 15, elas aqui quase que todas de autoria do Senador Moro e uma do Senador Mourão.

EMENDA Nº (SUBSTITUTIVO)
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2023
Dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central e dá outras providências.

Eu acho que dá para ler sem cansar. Então, a gente está propondo o substitutivo aqui, com essas emendas aprovadas, não constando o que não está representado.

Então, eu corri assim para que eu possa ouvir o Senador Rogério Carvalho, que certamente vai divergir, e nós possamos explicar algo mais.

O voto é, pelo substitutivo que a gente apresenta, é claro, o voto é pela aprovação. E eu reitero aqui, reitero aqui aquele pedido que o Presidente Galípolo, até em tom dramático, fez ontem. Eu entendo hoje, eu entendo por que ele fez aquilo tudo, eu entendo. Nós estivemos lá, é um negócio assustador a gente perceber, provar, comprovar que o Banco do Brasil é um *boeing* avançado com orçamento de teco-teco. O Banco Central não tem nem IA própria; o Banco Central, que é referência mundial; o Banco Central, que cuida da moeda; o Banco Central, que cuida de fiscalizar. Ontem eu ouvi muito aqui sobre governança, governança. Como é que pode ter governança se você não tem autonomia financeira e dinheiro para isso?

Portanto, o voto, Presidente, é "sim".

E eu fico aqui, se alguém divergir, para explicar algo ou alguma coisa.

E mais uma vez, Otto, mais uma vez, elogiá-lo pelo comportamento, pelo comportamento franco. "Eu não vou colocar em pauta..."; "Plínio, eu vou colocar em pauta". Pronto. Por nenhum minuto a gente teve algum ruído na nossa comunicação. Quero deixar aqui um elogio público a você.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, sim. Tem um erro de digitação aqui no final que eu não li. Onde está... É o art. 8º: onde está "contabilidade" é "confiabilidade". Eu leria "confiabilidade", mas no texto lá está assim, está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Plínio Valério pelo seu trabalho e também a iniciativa do Senador Vanderlan Cardoso, que é o autor da PEC, da proposta de emenda constitucional. Esse tema foi muito debatido já em audiência pública.

Eu fui, acompanhado do Senador Plínio Valério, duas ou três vezes ao Banco Central, tivemos reuniões com seus diretores, com o Presidente Gabriel Galípolo e os outros todos discutindo esse tema. Também tivemos a contribuição com sugestões de representantes da União, inclusive do Ministro Jorge Messias, Advogado-Geral da União, que deu uma contribuição muito importante nessa definição de direito público ou privado. Ficou realmente acolhida pelo Relator a sugestão do Ministro Jorge Messias.

Portanto, é uma matéria que está madura, e eu concordo com as considerações que foram feitas pelo Senador Plínio Valério, com toda a responsabilidade que o Senador Plínio Valério tem, pela sua postura, pela sua maneira sempre correta de comportamento, de decisões, de clareza no pensamento que ele tem e defende, não só o seu Estado do Amazonas, mas também todo o nosso país, nosso Brasil. Eu tenho uma admiração muito grande por V. Exa., pelo seu comportamento dentro do Senado Federal, muita correção, dignidade e honra, e se dedicou muito a essa matéria. Portanto, ela deve ser apreciada.

Os Senadores terão esse período aí. Se quiserem propor alguma alteração ou alguma mudança, será debatido.

Foi pedida vista pelo Senador Weverton Rocha, e o Senador Plínio pediu vista coletiva.

Assim, eu acolho o pedido de vista coletiva de S. Exa.

Tenho aqui que designar hoje, a pedido, o Senador Irajá para representar a Comissão de Constituição e Justiça, que discutirá, em Palmas, no Tocantins, amanhã, dia 21, a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021.

Passo ao item 2...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço, inclusive, desculpas a uma estimada e querida amiga, a Senadora Mara Gabrilli, porque a mesa da Comissão de Constituição e Justiça não me chamou atenção. Se tivesse me chamado atenção, seria o primeiro item, antes até da sabatina do Ministro Benedito Gonçalves, mas eu passo à Senadora Mara Gabrilli, que é Relatora de um projeto da iniciativa da Deputada Federal Celina Leão.

**2ª PARTE**

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 565, DE 2022**

**- Não terminativo -**

*Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli

**Relatório:** Favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 2-CRE (Substitutivo).

**Observações:**

*- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*

Senadora Mara Gabrilli.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, meu Presidente, muito obrigada. Eu queria agradecer a inclusão desse relevante projeto na pauta da CCJ. A gente está no mês de maio, em que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

celebra o Dia das Mães, e essa pauta é dedicada a elas. Estamos felizes por poder homenagear todas as mães brasileiras por meio das Mães de Haia. Muito obrigada, Presidente Otto.

Compete à CCJ, nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e sobre o mérito da proposição.

Nesse sentido, não identificamos óbices formais à tramitação do projeto.

Sob o aspecto da constitucionalidade material, importa destacar que a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar é dever constitucional do Estado. Além disso, o projeto de lei também concretiza os princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção integral à criança e ao adolescente.

Em que pesem os avanços obtidos nas últimas décadas, ainda temos um longo caminho a percorrer no combate à violência contra mulheres e crianças. Uma das mais desoladoras faces da violência tem se manifestado durante a tramitação dos processos de restituição internacional de crianças e adolescentes, fundados na Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, a Convenção da Haia, de 1980.

O Artigo 13, I, "b" da convenção desobriga o Estado requerido a ordenar o retorno se restar provado que existe um risco grave de a criança, no seu retorno, ficar sujeita a perigos de ordem física ou psíquica, ou, de qualquer outro modo, ficar numa situação intolerável.

De forma equivocada, o Poder Judiciário brasileiro ainda não tinha qualificado como de grave risco físico ou psíquico as situações de violência doméstica e familiar que vitimizam as mães.

Assim, a maioria das decisões dos nossos magistrados ainda permitem o retorno compulsório de crianças a ambientes potencialmente inseguros e, em consequência, a submissão destas ao poder parental de homens violentos.

A regra do retorno imediato ao país de residência habitual tem sido aplicada de modo peremptório mesmo diante da indiscutível incidência das exceções.

É importante retomar o caso de Eliana März, ao qual nos referimos quando relatamos a proposição na CRE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eliana residia na Alemanha com sua filha Helena, uma menina com síndrome de Down. O fim do casamento com um cidadão alemão, pai de Helena, foi marcado pela violência doméstica. Havia diversos indícios de abusos por parte do genitor, mas as autoridades policiais alemãs demonstraram desinteresse em apurar os fatos. Ao regressar ao Brasil com a criança, em 2012, Eliana foi acionada judicialmente com base nas normas de cooperação internacional da Convenção da Haia.

Na ocasião, o Poder Judiciário brasileiro, que deveria zelar pela garantia do contraditório e promover a análise atenta das condições de vulnerabilidade que recaíam sobre mãe e filha, privilegiou a celeridade. Como resultado, Helena foi retirada do convívio com a mãe após 40 dias de tramitação do processo.

Anos mais tarde, Eliana conseguiu reverter a decisão judicial, mas já não havia como reparar integralmente os danos causados. A criança já havia sido afastada do convívio materno por 4 anos e passou a manifestar, em juízo, o desejo de permanecer sob a guarda do genitor.

Este caso ganhou repercussão nacional, assim como diversos outros que tivemos a oportunidade de acompanhar de perto ao longo dos anos por meio de mulheres brasileiras que buscaram nosso apoio no Congresso Nacional. São dramas familiares que evidenciaram importantes lacunas na proteção de crianças brasileiras em contextos internacionais.

As lacunas reveladas por essas histórias geraram oportunidades de aprimoramento legislativo e procedimental que afastem, de uma vez por todas, os riscos de exposição de mães e crianças brasileiras a situações de abandono jurídico.

É nesse contexto que se apresenta o projeto de lei que ora analisamos. Sua principal inovação é, justamente, a previsão de que a violência doméstica constitua situação de grave risco, suficiente para autorizar a autoridade judicial brasileira a excepcionar a regra do retorno, nos termos dos tratados internacionais aplicáveis. Com a proposta, a exceção de grave risco deixa de ser interpretada de modo restritivo, permitindo que situações de violência, ainda que contra a genitora, sejam juridicamente consideradas como fatores de risco à criança.

Em nossa avaliação, o projeto tem uma envergadura tamanha que permite combater três faces da violência. A primeira é mais evidente: a violência doméstica e familiar. A proposição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

protege a mulher que foi vitimizada em país estrangeiro, mas também a criança que não precisará ser repatriada para o país onde reside o agressor.

A segunda modalidade diz respeito à violência institucional, cuja configuração é tão marcante nos relatos que a gente conhece, especialmente no caso de Eliana März.

O projeto estabelece parâmetros para uma atuação harmonizada e sensível à violência de gênero de autoridades do Executivo e do Judiciário brasileiros, reduzindo as chances de cometimento de injustiças.

Por fim, o terceiro tipo de violência combatido pelo texto legal é a violência vicária, um subtipo de violência doméstica e familiar, que preferimos analisar separadamente. Esse tema, de estudo da psicóloga argentina Sonia Vaccaro, designa um ato de violência intencional contra a mulher por parte do parceiro atual ou ex-parceiro, mediante a instrumentalização de uma terceira pessoa – geralmente os filhos –, com o objetivo de infligir-lhe sofrimento emocional e psicológico. Em suma, o agressor transforma os filhos em objeto para continuar exercendo controle sobre a mulher. O título do livro em que Vaccaro apresenta a teoria é sugestivo: *Violência vicária: golpear onde mais dói*.

A violência vicária pode se configurar por meio da instrumentalização da Convenção da Haia para obter a separação definitiva entre mãe e filhos ou até a prisão da mulher pelo crime de "sequestro internacional" – que diga que não é sequestro, é salvação dos filhos.

Meritório desde sua apresentação, iniciativa louvável da nobre Deputada Celina Leão, hoje Governadora do Distrito Federal, o projeto foi ainda objeto de aprimoramento contínuo durante a sua tramitação. O texto aprovado pela CRE foi o resultado de debates sinérgicos que contaram com a participação ativa da sociedade civil, de autoridades do Governo, do Ministério Público e do Judiciário. Também é preciso destacar a contribuição da Senadora Ana Paula Lobato, que relatou a matéria na CDH e traduziu, com rigor técnico e sensibilidade, os anseios das mulheres vítimas de violência em normas jurídicas mais justas.

As alterações incorporadas ao texto inicial foram examinadas com profundidade pela CRE. Pela importância, destacamos alguns pontos, como a necessidade de garantir a oitiva adequada da criança ou adolescente, bem como a igualdade processual entre as partes – mães e pais –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perante a justiça brasileira; e, ainda, no caso de criança ou de adolescente com deficiência, a previsão de que a inexistência de serviços de reabilitação e de tratamento de saúde adequado no país de residência habitual e sua separação do seu cuidador principal podem configurar grave risco físico ou psíquico que impedem seu retorno ao país estrangeiro.

Finalmente, a decisão de atribuir a uma lei o nome de uma pessoa nunca é neutra: é uma escolha que tem significado político e simbólico. O caso de Eliana März exemplifica uma situação em que nosso senso de justiça percebe como moralmente inaceitável: uma mulher, mãe atípica, que foi sendo sucessivamente e progressivamente vitimizada. Foi vítima de agressão do ex-marido em um país estrangeiro, da omissão das autoridades do país onde residia, da violência institucional do sistema de justiça de seu próprio país e da violência vicária perpetrada por meio dos abusos cometidos contra sua filha por parte do genitor e da instrumentalização da Convenção da Haia, para separá-la da criança.

Eliana não encontrou a proteção do sistema internacional, encontrou apenas a acusação, o descaso, a penalização e a perda.

Nomear de Eliana März a nova lei que aprovaremos é um alerta poderoso de que não mais aceitaremos uma aplicação formalista de diplomas jurídicos. Os operadores do direito precisam desenvolver e materializar uma abordagem jurídica que seja sensível à violência de gênero. É essa lição que Eliana März, tão generosamente, nos oferece.

Indo ao voto, Presidente.

Em razão de todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 565, de 2022, na forma de substitutivo aprovado pela CRE.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à nobre Senadora Mara Gabrilli pelo relatório e a parabenizo pelo compromisso que tem com esta matéria, que é superimportante e que certamente esta Comissão vai aprovar e encaminhar depois para o Plenário do Senado Federal.

A matéria é não terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O Senador Rogério Carvalho pretende fazer um requerimento de urgência à matéria?

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para encaminhar.) – Sim, sim, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Rogério Carvalho.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda 2, CRE-CCJ, substitutivo.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Extrapauta, coloco, como pede o Senador Rogério Carvalho, o Projeto de Lei nº 2.583, não terminativo.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 2583, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Institui a Estratégia Nacional de Saúde do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (ENSCEIS); e altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com 20 emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 3.

Com a palavra V. Exa.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise e ao voto.

O PL atende aos requisitos formais de constitucionalidade.

Quanto aos casos de dispensa de licitação previstos no projeto, embora a regra constitucional seja a de que as contratações públicas se façam com prévia licitação, ela mesma abre espaço para exceções. E o atendimento de imperativos constitucionais, como os aludidos, me parece razão mais do que suficiente para justificar a dispensa de licitação. A pandemia de covid-19 demonstrou, a mais não poder, que buscar a autossuficiência em fármacos, vacinas e equipamentos hospitalares é um dever do Estado para assegurar o direito constitucional à saúde.

A contratação direta sequer é novidade no âmbito da ciência e tecnologia e em algumas situações envolvendo a saúde pública. Nada menos do que oito hipóteses do rol do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, que prevê os casos de dispensa de licitação, versam sobre aqueles temas.

O art. 25 do PL, que se desdobra em dois incisos, estabelece casos de dispensa de certame. No entanto, o primeiro inciso não faz mais do que remeter a hipóteses de dispensa já constantes da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos. Tem, na verdade, caráter mais sistematizador e auxiliar da compreensão do alcance da futura lei do que propriamente inovador.

Por seu turno, o inciso II do art. 25 prevê a dispensa de licitação para aquisição de produto estratégico de saúde, desenvolvido no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Inovação Local. Ocorre que um dos objetivos do Programa de Desenvolvimento e Inovação Local é, precisamente, a obtenção de produto inovador no SUS. Isso remete ao art. 20 da Lei nº 10.973,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2004, que permite a contratação direta para a obtenção de produto inovador, bem como para o fornecimento em escala desse mesmo produto.

Quanto às previsões do PL a respeito da margem de preferência, a única novidade diz respeito à regra de que ele terá aplicação aos Produtos Estratégicos de Saúde nacionais manufaturados por Empresas Estratégicas de Saúde apenas quando estas forem capazes de atender a pelo menos 30% da quantidade a ser adquirida. A margem de preferência para produtos nacionais já existe desde 2010 e, atualmente, é regulada pelo art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021, à qual remete o PL, podendo chegar a 20% no caso de bens manufaturados resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no país.

Além de ser uma prática internacional, como comprova a Lei de Compra de Produtos Americanos, dos Estados Unidos, não há notícia de questionamento de sua constitucionalidade que tenha obtido êxito, mesmo porque a regra constitucional da licitação e da isonomia entre competidores deve ser lida conjuntamente com outros dispositivos constitucionais, com o objetivo fundamental de promover o desenvolvimento nacional, o princípio da soberania nacional como reitor da ordem econômica e a norma segundo a qual o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país, além de outros preceitos já citados.

A exigência de que a Empresa Estratégica de Saúde atenda a, no mínimo, 30% da demanda estimada na contratação é algo que poderá ser examinado com mais propriedade pela CAE, sob a perspectiva de sua adequação para alcance dos resultados pretendidos com essa política industrial.

Outra regra do PL que poderia, numa análise ligeira, suscitar dúvidas quanto à sua constitucionalidade é a do procedimento licitatório destinado exclusivamente à aquisição de Produto Estratégico de Saúde produzido ou desenvolvido por Empresa Estratégica de Saúde. Cumpre registrar, contudo, que disposição dessa espécie também não é novidade na legislação: o art. 46, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dispõe sobre processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte; e o art. 3º, §1º, I, da Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, permite a realização de certame

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinado exclusivamente à participação de empresa estratégica de defesa, enquanto envolver fornecimento ou desenvolvimento de produto estratégico de defesa.

Aliás, é nessa última lei que o projeto busca inspiração em diversos pontos, como os relativos ao processo de credenciamento de Empresa Estratégica de Saúde e aos requisitos a serem observados para receber tal qualificação. Os preceitos citados não têm a sua constitucionalidade impugnada com sucesso nos tribunais justamente porque se amparam em normas constitucionais, como as referenciadas supra e, no caso das microempresas, o art. 170, IX, da Carta Política. O mesmo raciocínio deve ser aplicado ao art. 26 do Projeto em exame. Trata-se de assegurar a autossuficiência do Brasil em produtos que impactam diretamente a saúde e a vida dos brasileiros.

Não há objeções a fazer ao projeto, no plano da juridicidade: (i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) as normas do PL inovam o ordenamento jurídico; (iii) possuem o atributo da generalidade; (iv) afiguram-se dotadas de potencial coercitividade; e (v) revelam-se compatíveis com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. Tampouco há óbices regimentais à tramitação do PL.

Quanto ao mérito, cumpre registrar que o PL confere *status* legal a uma política que, em boa medida, já vem sendo conduzida pelo Poder Executivo federal, com base em normas infralegais e em disposições mais genéricas da Lei da Inovação (Lei nº 10.973, de 2004) e da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 2021).

A Estratégia Nacional de Saúde para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde foi instituída pelo Decreto nº 11.715, de 26 de setembro de 2023. Os objetivos mencionados no art. 4º do PL coincidem, em grande parte, com os previstos no art. 3º do decreto. Algumas das diretrizes fixadas no art. 3º do PL igualmente guardam relação com as diretrizes estratégicas mencionadas no art. 3º do Decreto nº 11.464, de 2023, que dispõe sobre o Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. A definição de complexo, que o PL insere no art. 6º da Lei nº 8.080, de 1990, é baseada no parágrafo único do art. 1º desse mesmo decreto.

Os dois instrumentos com regramento mais minucioso no PL, as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo e o Programa de Desenvolvimento e Inovação Local, são disciplinados pela Portaria de Consolidação do Gabinete do Ministério da Saúde nº 5, de 28 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setembro de 2017, em seus Anexos CIX e CX, com a redação dada pela Portaria do Gabinete do Ministério da Saúde nº 4.472, de 20 de junho de 2024, e pela Portaria do Gabinete do Ministério da Saúde nº 4.473, de 20 de junho de 2024. É com base nos conceitos constantes dos citados anexos que se construiu o rol de definições do art. 2º do PL.

Os arts. 5º e 6º do PL, que tratam dos requisitos para qualificação como Empresa Estratégica de Saúde e do processo de credenciamento, inspiram-se, como já dito, em preceitos semelhantes aos da Lei nº 12.598, de 2012, relativos às empresas estratégicas de defesa.

Já o Capítulo II do PL toma de empréstimo diversas previsões dos mencionados anexos da portaria de consolidação do Ministério da Saúde, ao regular os procedimentos e exigências a serem observados na Parceria para o Desenvolvimento Produtivo e no Programa de Desenvolvimento e Inovação Local. Basicamente, a Parceria para o Desenvolvimento Produtivo é um programa voltado a promover a transferência de tecnologia, no caso de produtos estratégicos para o SUS. Já o Programa de Desenvolvimento e Inovação Local visa promover o desenvolvimento local de soluções inovadoras voltadas aos desafios em saúde.

Em suma, o principal objetivo do PL é o de conferir estabilidade, permanência e segurança jurídica a uma política pública que já está sendo implementada pelo Poder Executivo federal. A regulação, por meio de lei, impedirá que essa política seja alterada por simples decreto, ao sabor das conveniências dos governos de plantão.

Quanto à Emenda nº 1, entendo deva ela ser rejeitada, pelas razões que exponho. Ela veicula a definição de empresa brasileira de capital nacional. E não o faz no dispositivo que trata das definições (art. 2º), mas no que estabelece os requisitos para qualificação como empresa estratégica de saúde (art. 5º). Ademais, a definição não é proposta claramente como um requisito a ser atendido para tal qualificação, o que a torna sem sentido no contexto. Tudo isso está a recomendar a sua rejeição, por inobservância do art. 230, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Mesmo que se interprete como finalidade da emenda inserir mais um requisito de qualificação como empresa estratégica de saúde, cabe frisar que o conceito de empresa brasileira de capital nacional, previsto no texto original da Carta de 1988, não goza mais de lastro constitucional, em virtude da revogação de seu art. 171. As previsões legais de favorecimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indústria nacional nas compras públicas são, em sua maioria, baseadas na produção local dos bens e serviços. Em alguns casos, a circunstância de o contratado ser empresa constituída sob as leis brasileiras também é um fator de discrímen (art. 60, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021; e art. 170, inciso IX, da Constituição, combinado com os arts. 3º e 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006). A emenda, porém, objetiva estabelecer discriminação quanto à composição do quadro societário (empresa controlada por sócios brasileiros). Afora os casos em que a própria Constituição o determina, esse tipo de exigência existe, no âmbito infraconstitucional, para a qualificação de empresa estratégica de defesa. Sua extensão às empresas estratégicas de saúde, além de abrir espaço para discussões quanto à constitucionalidade da medida, não se afigura necessária, a meu ver, para a consecução dos objetivos pretendidos pelo PL. Por isso, deve ser rejeitada a emenda.

Rejeitamos também a Emenda nº 2, uma vez que o escalonamento das alíquotas de imposto de importação é fundamental para assegurar a defesa do mercado nacional e promover a competitividade no setor da saúde.

A Emenda nº 3 pretende introduzir diversas alterações não correlatas em dispositivos do PL, contrariando a determinação do art. 230, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, razão pela qual sou pela sua rejeição. Ademais, não incorporo ao relatório as modificações sugeridas, porquanto discordo quanto ao seu mérito.

Por fim, entendo cabíveis algumas emendas de redação ao PL, para corrigir referências visivelmente equivocadas e problemas de redação e técnica legislativa.

Nessa esteira, as emendas de redação ora apresentadas têm por finalidade exclusiva o aprimoramento técnico e linguístico do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, sem qualquer alteração de mérito ou de conteúdo normativo, e organizam-se em três eixos principais. O primeiro diz respeito à adequação às diretrizes de redação legislativa estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, com a eliminação de locuções verbais em favor de formas verbais simples, a correção de construções em ordem inversa, e a substituição de expressões vagas por termos mais precisos. O segundo eixo compreende a correção de remissões normativas imprecisas, a exemplo da Lei nº 14.133, de 2021, como diploma exclusivo a reger as contratações de Produto Estratégico de Saúde por toda a administração pública, quando as empresas estatais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se submetem, por força constitucional, à Lei nº 13.303, de 2016, lapso corrigido pela substituição da referência específica por menção genérica à legislação de normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. E o terceiro eixo abrange o aprimoramento conceitual de definições e a identificação mais precisa dos sujeitos de direitos e obrigações, com ajustes nas definições contidas no projeto.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.583, de 2020, e, no mérito, pela sua aprovação, com as seguintes emendas de redação publicadas, rejeitadas as Emendas nº 1, 2 e 3.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo e agradeço a V. Exa.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discuti-la, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Rogério Carvalho, a quem passo a palavra.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, eu queria pedir urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Acolho, como pede, o requerimento de urgência para a matéria.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com as Emenda nº 4, da CCJ, nº 23, da CCJ, de redação, e contrário às Emendas nºs 1 a 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. e agradecer pela aprovação no dia de hoje.

Esta matéria preenche uma lacuna de ausência de legislação para dar consistência e permanência ao incentivo para a retomada da indústria nacional da saúde. Todos os setores esperavam pela aprovação desse projeto. Depois da pandemia de covid, no início desta década, é necessário que todos os países, ainda mais um país que tem um sistema público do tamanho desse do Brasil, com a população que a gente tem, que a gente possa ter autossuficiência no fornecimento de vários insumos, desde medicamentos a equipamentos e outros insumos para a área da saúde.

Então, agradeço a V. Exa. por pautar no dia de hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa..

Como não há outra matéria a ser votada, eu declaro encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências das Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Camilo Santana, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Alan Rick e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Beto Faro e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Paulo Paim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 17ª, 18ª e 19ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4403, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre protocolo de atendimento em face de situações de racismo, misoginia, discriminação por motivo de orientação sexual ou de identidade de gênero, e outras formas de discriminação e preconceito nas redes de ensino." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das emendas nºs 2-CDH e 3-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 359, de 2017 - Terminativo -** que: "Autoriza a criação da Universidade Federal do Xingu (UFX)." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, pela rejeição da Emenda nº 1-CAE, e pela aprovação da Emenda nº 2–CAE, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 96, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para especificar as atividades a serem consideradas no aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação básica pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3535, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador." **Autoria:** Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3005, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar os Estados e o Distrito Federal a criarem espaços compartilhados de estudos para alunos do ensino médio na situação que especifica." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 5102, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, no Rio de Janeiro, em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais (UTFMG) e em Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro (UTFRJ)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 2790, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 120 e 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer a obrigatoriedade de realização de orientação vocacional na escolarização e na profissionalização do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 3878, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para incluir a exigência de aprovação em banca de avaliação prática." **Autoria:** Senador Castellar Neto (PP/MG). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 357, de 2025 - Terminativo -** que: "Reconhece o cooperativismo como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima (*ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 2896, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional da Louça ao Município de Campo Largo, no Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 235, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Crianças." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*ad hoc*), em substituição à Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 12 - Projeto de Lei nº 2483, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para prever a obrigatoriedade de que as instituições de ensino superior divulguem suas políticas de acompanhamento de egressos, assim como realizem pesquisas anuais sobre seu perfil." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**n° 30, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a instituição do Dia Nacional da Cachaça Brasileira." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** As Senadoras Teresa Leitão (PT/PE) e Jussara Lima (PSD/PI) subscrevem o requerimento, que é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Teresa Leitão**
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/19

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo quórum regimental, cumprimento a todos e a todas presentes e declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de maio de 2026.

Cumprimento de maneira muito especial a querida Senadora Jussara Lima e também registro aqui a presença da diretoria da Andifes. Infelizmente, o projeto que vocês vieram acompanhar foi retirado de pauta a pedido do Relator e por isso que nós não vamos debatê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 17ª, 18ª e 19ª Reuniões, realizadas em 12 e 14 de maio de 2026.

Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário Oficial*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que são dois que exigem votação nominal.

Fica retirado de pauta, a pedido dos Relatores, o item nº 12.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 12**

**PROJETO DE LEI Nº 2483, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para prever a obrigatoriedade de que as instituições de ensino superior divulguem suas políticas de acompanhamento de egressos, assim como realizem pesquisas anuais sobre seu perfil.*

**Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

**Relatoria:** Senador Paulo Paim

**Relatório:** Pela aprovação)

Então, vamos dar início começando pelo item nº 4.

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 3535, DE 2025**

**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

*Institui o Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador.*

**Autoria:** Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador

**Relatoria:** Senadora Jussara Lima

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*1. Em 08/04/2026, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.*

A relatoria cabe à Senadora Justara Lima, que foi membro efetivo desta Comissão Temporária.

Eu concedo, de imediato, a palavra à Senadora Jussara Lima, para a leitura do seu relatório.

**A SRA. JUSSARA LIMA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Sra. Presidenta, Senadora Teresa Leitão; Sras. e Srs. Senadores.

Passo diretamente à análise do mérito, visto que o relatório já está disponível.

Quanto ao mérito, a proposição reveste-se de mérito inquestionável, pois busca conferir o devido reconhecimento histórico a um dos movimentos mais significativos na luta pela consolidação do federalismo e pela defesa da ordem constitucional no Brasil.

A Confederação do Equador, deflagrada em 1824, não foi um evento isolado, mas uma resposta institucional e política à dissolução autoritária da Assembleia Constituinte por D. Pedro I. O movimento expressou o anseio das províncias nordestinas por maior autonomia, por respeito às liberdades civis e pela construção de um pacto federativo alicerçado na legalidade. Ao instituir esta data, o Congresso Nacional resgata a memória de um projeto de Estado fundamentado na descentralização do poder e na pluralidade de vozes.

A aprovação desta iniciativa constitui um ato de justiça histórica. Reconhecer os mártires da Confederação do Equador é afirmar que a democracia brasileira foi construída também nas vozes de resistência do Norte e do Nordeste, cujos clamores por um pacto federativo justo e pela deliberação coletiva permanecem como pilares fundamentais da nossa República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.535, de 2025, Sra. Senadora Teresa Leitão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senadora.

O relatório é pela aprovação.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será nominal e em bloco, com outros projetos que nós vamos passar a relatar.

E aí eu já passo, Senadora, abusando da sua boa vontade, ao item nº 5, mas esse é de relatoria da senhora mesma.

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI Nº 3005, DE 2020**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar os Estados e o Distrito Federal a criarem espaços compartilhados de estudos para alunos do ensino médio na situação que especifica.*

**Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

**Relatoria:** Senadora Jussara Lima

**Relatório:** Pela prejudicialidade

**Observações:**

*1. A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.*

Passo, de imediato, a palavra, para a leitura do seu relatório, à Senadora Jussara Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. JUSSARA LIMA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Peço permissão para ir direto à análise, Sra. Senadora Presidente Teresa Leitão.

No tocante ao mérito educacional, cumpre lembrar, de início, com base na justificativa, que a motivação do autor reside na necessidade de encontrar uma solução para garantir a continuidade das atividades escolares nas escolas públicas, especialmente as aulas presenciais, que foram suspensas no período da covid-19.

Os impactos negativos da suspensão das aulas durante o período pandêmico levaram o Parlamento a propor medidas excepcionais para quaisquer situações emergenciais. De fato, foram apresentados projetos de lei com o objetivo de garantir, por lei, a continuidade de atividades escolares em outras situações de crise. Entre as proposições com essa perspectiva, cabe destacar o PL 1.913, de 2020, de autoria do Senador Romário, de início voltado para a crise da covid-19 e restrito a oferecer condições especiais aos estudantes com deficiência, com doenças raras, idosos ou com comorbidades.

O escopo do projeto foi ampliado ainda no Senado Federal com aprovação, em agosto de 2023, em substitutivo da CE, em decisão terminativa. Assim, com o alcance ampliado, o texto do substitutivo insere o art. 4º-B à LDB, que dispõe sobre condições de estudo nas hipóteses de situação de emergência ou de estado de calamidade pública na área da saúde. Não ficou, portanto, restrito apenas ao período pandêmico e assumiu um caráter preventivo de maior amplitude.

Em resumo, o objeto do PL 3.005, de 2020, já foi apreciado e aprovado pelo Senado nesta Legislatura, inclusive de forma mais abrangente.

Em vista do exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei 3.005, de 2020, com base no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Senadora Teresa Leitão, eu gostaria de registrar aqui, se a senhora me permite, a presença da minha irmã, Maria da Conceição Alves, que está aqui comigo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Seja bem-vinda, Conceição. A sua irmã é uma querida aqui na Casa. É unanimidade.

Então, o voto é pela prejudicialidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. A votação é simbólica. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado o relatório da Senadora Jussara Lima.

Nós vamos a mais um projeto terminativo para votar conjuntamente com o anterior. É o item 9 da pauta.

**ITEM 9**

**PROJETO DE LEI Nº 357, DE 2025**

**- Terminativo -**

*Reconhece o cooperativismo como manifestação da cultura nacional.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Jussara Lima

**Relatório:** Pela aprovação.

Autoria do Deputado Arnaldo Jardim, relatoria do Senador Flávio Arns, relatório pela aprovação.

Solicito à Senadora Jussara Lima que faça a leitura do relatório de forma *ad hoc*. (*Pausa.*)

Já tendo sido aceita essa tarefa pela Senadora, eu lhe passo a palavra para a leitura do seu relatório.

**A SRA. JUSSARA LIMA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Passo direto à análise, Sra. Presidenta.

Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre cultura, tema presente no projeto em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência, legitimidade e atribuições do Congresso Nacional, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria. Estão igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade ou falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável ao projeto.

De fato, o cooperativismo no Brasil se estabeleceu como uma legítima manifestação da nossa cultura nacional. Fundamentado em valores como a ajuda mútua e a gestão democrática, esse modelo reflete o espírito de coletividade e resiliência que define o povo brasileiro. Ao longo das décadas, o ato de cooperar deixou de ser apenas uma estratégia de mercado para se tornar um pilar da identidade social em diversas regiões do país.

Um dos maiores legados dessa cultura é o fortalecimento do tecido social por meio da geração de empregos e renda. As cooperativas reinvestem seus resultados na própria comunidade, mantendo o capital circulando localmente. Esse círculo virtuoso transforma realidades de pequenos e médios municípios, nos quais a cooperativa atua como o motor de desenvolvimento, oferecendo dignidade e estabilidade para milhares de famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A diversidade brasileira encontra no cooperativismo um terreno fértil para se expressar, seja no agronegócio, no crédito, seja na saúde ou na reciclagem. O modelo se adapta às particularidades de cada estado, respeitando tradições locais enquanto introduz inovação e sustentabilidade. Essa capacidade de unir o saber popular ao conhecimento técnico moderno consolida o movimento como uma ferramenta de preservação e evolução da nossa herança cultural.

Portanto, instituir o cooperativismo como manifestação da cultura nacional é um reconhecimento que valoriza institucionalmente essa prática e celebra um modo de vida em que a prosperidade é compartilhada por todos, alçando o espírito cooperativo à condição de expressão estruturante da identidade social brasileira, referência comunitária que inspira formas mais participativas e solidárias de desenvolvimento.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 357, de 2025.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senadora.

A matéria está em discussão.

O relatório é pela aprovação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco com as demais matérias.

Peço à Senadora Jussara Lima que assuma a Presidência para eu relatar alguns projetos a pedido dos relatores que não vieram aqui. Fique aqui na minha cadeira.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Item 7.

**ITEM 7**

**PROJETO DE LEI Nº 2790, DE 2024**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

*Altera os arts. 120 e 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer a obrigatoriedade de realização de orientação vocacional na escolarização e na profissionalização do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Laura Carneiro.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

**A SRA. TERESA LEITÃO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Presidenta.

Eu vou direto à análise. Como V. Exa. disse, a matéria não se esgota aqui, ela irá para a CCJ.

No âmbito desta Comissão, não foram apresentadas emendas, competindo a nós, portanto, um posicionamento sobre matérias que versam sobre instituições educativas, culturais e matérias relacionadas, sobretudo, à organização do ensino.

A orientação vocacional constitui processo estruturado de autoconhecimento e planejamento de trajetória formativa e profissional por meio do qual o indivíduo é auxiliado a identificar seus interesses, aptidões e habilidades, de modo a realizar escolhas mais conscientes e compatíveis com suas potencialidades.

A proposição em exame é meritória e oportuna, na medida em que busca qualificar a escolarização e a profissionalização já asseguradas pelo ECA ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, assegurando-lhes um componente essencial: a orientação vocacional.

O sistema de atendimento socioeducativo brasileiro, instituído pela Lei nº 12.594, de janeiro de 2012 – o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) –, tem como diretriz fundamental a natureza pedagógica da medida socioeducativa. A escolarização e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

profissionalização do adolescente em conflito com a lei são, portanto, pilares desse sistema, pois funcionam como instrumentos de ressocialização e de construção de projetos de vida que afastem o jovem da reincidência infracional.

A proposição guarda, ainda, harmonia com o art. 227 da Constituição Federal, que impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação e à profissionalização.

Cabe observar que a entrada em vigor da lei no prazo de 60 dias é razoável, proporcionando tempo adequado para que os órgãos e entidades responsáveis pela execução das medidas socioeducativas promovam as adaptações necessárias à implementação da orientação vocacional em seus programas.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.790, de 2024.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – A matéria está em discussão.

Com a palavra... (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constitui o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

**ITEM 10**

**PROJETO DE LEI Nº 2896, DE 2024**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Confere o título de Capital Nacional da Louça ao Município de Campo Largo, no Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão

**Relatório:** Pela aprovação

Autoria: Deputado Paulo Litro.

Solicito à Senadora Teresa Leitão que faça a leitura do relatório.

Concedo a palavra à Senadora para a leitura do seu relatório.

**A SRA. TERESA LEITÃO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Eu vou direto à análise, Senadora.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de homenagens cívicas.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Estão igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade ou falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 14.959, de setembro de 2024, que estabelece critérios mínimos para a outorga do título de Capital Nacional.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto encontra-se de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em conformidade com as exigências legais, foi realizada audiência pública, no âmbito da Comissão...

Não sei esta sigla.

... da CICS, da Câmara dos Deputados, em 8 de julho de 2025, com a participação do Prefeito de Campo Largo, Mauricio Roberto Rivabem; do Presidente da Câmara Municipal, Alexandre Marcel Guimarães; do Presidente do Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça, Porcelana, Pisos e Revestimentos Cerâmicos no Estado do Paraná (Sindilouça), Fabio Germano da Silva; do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Pedro Parolin Teixeira; e da Jornalista Danielli Artigas de Oliveira Fuck.

A audiência teve o objetivo de instruir a matéria e colheu testemunhos que ratificaram a legitimidade de Campo Largo para ostentar o título de Capital Nacional da Louça, fundamentando-se em pilares históricos, econômicos e identitários. A relevância do setor foi demonstrada por uma trajetória secular, iniciada na década de 1920 por imigrantes italianos, cuja herança técnica evoluiu da cerâmica artesanal para a alta escala industrial.

Atualmente, o município exerce hegemonia incontestável no mercado brasileiro, sendo responsável por aproximadamente 75% da produção nacional de louças profissionais destinadas ao setor de hotelaria e gastronomia. Esse parque industrial abriga empresas de prestígio global, além de ser elemento basilar para o desenvolvimento regional, com a geração de aproximadamente 5 mil empregos diretos e 15 mil indiretos, e de movimentar uma receita anual superior a R$1,2 bilhão. A presença internacional da produção campo-larguense se faz igualmente expressiva, com exportações consolidadas para mais de 40 nações.

Ainda, os expositores enfatizaram que a louça está intrinsecamente ligada à identidade social da cidade, evidenciada pela Feira da Louça, evento que em 2025 chegou à sua 32ª edição e atrai centenas de milhares de visitantes, e pela infraestrutura de apoio ao setor, como o Centro de Ciências e Tecnologias Cerâmicas.

Não obstante, já está inscrito na história e no coração dos paranaenses o Município de Campo Largo como Capital da Louça e Porcelana de Mesa e da Cerâmica do Estado do Paraná, por instrumento da Lei Estadual nº 16.773, de 2010.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, no que toca ao mérito, a proposição indubitavelmente merece prosperar, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à proposição.

O voto, Sra. Presidente, é pela aprovação da matéria.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

**ITEM 11**

**PROJETO DE LEI Nº 235, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Institui a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Crianças.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira

**Relatório:** Pela aprovação.

**Observações:**

*1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Autoria: Deputado Alexandre Frota.

Solicito à Senadora Teresa Leitão que seja Relatora *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

**A SRA. TERESA LEITÃO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora.

Também vou direto à análise, destacando que, sob o ponto de vista educacional, a proposição é adequada e pertinente. Dedicar pelo menos uma semana de cada ano a essa conscientização dá ao tema um espaço curricular da envergadura que ele merece. Além disso, a proposição promove, na comunidade escolar, a percepção de que as medidas de prevenção aos acidentes com crianças merecem ser divulgadas e incorporadas ao cotidiano de todos aqueles que se envolvem no cuidado com as crianças.

Afinal, conforme dados compilados em 2022 pelo então denominado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no documento "Prevenção aos acidentes domésticos e guia rápido de primeiros socorros", 630 mil crianças morrem anualmente vítimas de acidentes em todo o mundo.

Entre 2020 e 2021, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade Infantil (SIM), no mesmo período ocorreram, no Brasil, 1.616 óbitos por acidentes domésticos com crianças de 0 a 14 anos. As crianças entre 0 e 4 anos foram as mais atingidas, com 621 óbitos no ano de 2020 e 671 em 2021. No mesmo documento, há referência ainda a estudos que demonstram que 90% desses acidentes poderiam ter sido evitados, caso comportamentos preventivos fossem adotados.

Trazer esse tema para os ambientes escolares, por meio de uma semana dedicada à conscientização sobre as boas práticas e os cuidados necessários para que se evite esse tipo de evento trágico é, portanto, uma medida necessária que poderá salvar vidas. Nas escolas estão os maiores interessados que, ao se conscientizarem e disseminarem tal conhecimento entre seus familiares, podem contribuir para criar um circuito virtuoso em que medidas simples e eficazes serão tomadas e muitos acidentes serão evitados.

Diante do exposto, o parecer é pela aprovação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Devolvo a Presidência à Senadora Teresa Leitão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Agradeço à Senadora Jussara Lima.

Nós conseguimos vencer uma parte importante da pauta, já que tínhamos 13 itens em debate.

Quero avisar que, a partir da próxima reunião, nós vamos já aplicar aquela decisão que nós tomamos: o Relator não estando presente, havendo disponibilidade de algum Senador assumir a relatoria, nós faremos a redistribuição, porque temos processos que já estão há três rodadas constando da pauta e, por algum impedimento, eles não foram distribuídos. Quando o Relator avisa que não vem e nos autoriza a fazer como a gente fez hoje, entre mim e a Senadora Jussara, é tranquilo. Quando não, a gente vai precisar tomar essa decisão que nós aprovamos aqui na reunião passada, Senadora.

Então, passaremos agora à votação nominal em bloco dos itens 4 e 9.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vamos, então, enquanto está rodando, fazer a leitura de um requerimento, que é o item 13 da pauta.

**ITEM 13**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 30, DE 2026**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a instituição do Dia Nacional da Cachaça Brasileira.*

**Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ) e outros.

Como o Senador não está presente, eu subscrevo e peço à Senadora Jussara que faça o mesmo, para que a gente possa votar o requerimento do Senador.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Nós marcaremos oportunamente a audiência pública, de acordo com a lista dos convidados, que já está aqui apresentada no próprio requerimento.

Então, vamos esperar a votação e o alcance do quórum. (*Pausa.*)

Enquanto nós estamos aguardando só um voto que falta, eu quero aproveitar e convidar todas e todos interessados para participar de uma audiência pública, que foi solicitada a partir de um requerimento também aprovado nesta Comissão para a realização desta audiência, com a finalidade de debater políticas e programas associados à militarização da gestão escolar. A reunião será interativa, vai ser transmitida ao vivo e vai acontecer na próxima quinta-feira – na quinta-feira desta semana, depois de amanhã, portanto. Quem quiser participar... Acho que é um tema bastante necessário.

E os convites estão também com presença confirmada. Nós temos confirmada a presença de vários especialistas na área de gestão, na área de organização curricular, na área de relação com a comunidade, com as famílias. Eu acredito que vai ser uma bela audiência pública.

Encerrada a discussão... a votação, com o quórum alcançado.

Eu solicito à Secretaria que possa abrir o painel com os resultados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Houve 10 SIM para os dois projetos, que eu terminei sem anunciar, mas foram os Projetos 3.535 e 357, ambos com pareceres favoráveis.

Portanto, a votação SIM foi favorável aos dois relatórios.

Os dois projetos estão devidamente aprovados e terão o seu encaminhamento feito.

Está encerrada a votação.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Eduardo Braga, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Camilo Santana, Leila Barros, Laércio Oliveira, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Weverton, Marcos do Val, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Teresa Leitão e Paulo Paim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 29/2026 - CE, de autoria Senadora Jussara Lima (PSD/PI) e do Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 5520/2025, que "Institui a Semana Nacional do Pequeno Investidor". **Participantes:** Sr. José Alexandre Cavalcanti Vasco, Superintendente de Orientação aos Investidores e Finanças Sustentáveis da Comissão de Valores Mobiliários (SOI/CVM); Sr. Marcelo Billi Bernardo, Superintendente de Sustentabilidade, Inovação e Educação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (AMBIMA); Sra. Christianne Bariquelli, Superintendente de Negócios para Pessoas Físicas da B3; Sra. Beatriz Nóbrega, Secretária Executiva da Frente pela Mulher Empreendedora (FPMEmp); Sra. Deborah Magagna, Economista e Apresentadora do ICL Mercado e Investimentos; Sr. José Kobori, Financista, Professor e Escritor; Sra. Marilia Fontes, Sócia-Fundadora da Nord Investimentos; Sr. Eduardo Mira, Professor, Escritor e Analista CNPI; e Sra. Louise Barsi, Sócia-fundadora e membro do Conselho de Administração do Ações Garantem o Futuro (AGF). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Damares Alves**
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/20

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de maio, com o seguinte objetivo: discutir, instruir – fazer uma discussão para instruir – o Projeto de Lei 5.520, de 2025, que institui a Semana Nacional do Pequeno Investidor, em atenção ao Requerimento 29, de 2026, de autoria dos Senadores Jussara Lima e Flávio Arns.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço: www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. E quero informar que a sociedade já está participando do debate, nós já estamos recebendo muitas perguntas via internet.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Informo também que, em razão do número de convidados e do espaço limitado da bancada, as exposições serão divididas em dois blocos sucessivos.

Os Senadores e as Senadoras farão suas considerações após o término do segundo bloco.

Em seguida, os expositores retomarão a palavra para as considerações finais, que poderão ser feitas diretamente dos seus assentos atuais, dispensando uma nova troca de lugares. O.k.? Mas eu vou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é a regra que a Comissão manda a gente ler, esses meninos aqui, mas eu vou fazer um acordo com os senhores. Hoje está um dia atípico aqui na Casa; daqui a pouco, a gente vai ter que ir para o Plenário, para votar autoridades; está um dia de muita confusão em Brasília, Brasília está pegando fogo, se vocês não sabem. Então, se algum Senador entrar aqui, eu não vou esperar terminar o bloco; eu vou, se ele quiser falar, passar a palavra a ele. Tão logo o expositor termine, ele faz a participação dele e a gente libera o Senador.

Pode ser assim? (*Pausa.*)

Então, está combinado.

Eu convido para tomar lugar à mesa, na primeira mesa, aqui do meu lado direito – é muito bom ficar à direita –, o Sr. José Alexandre Cavalcanti Vasco, Superintendente de Orientação aos Investidores e Finanças Sustentáveis da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Muito bem-vindo. (*Palmas.*)

Também à minha direita, o Sr. Marcelo Billi Bernardo, Superintendente de Sustentabilidade, Inovação e Educação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Sr. Marcelo, bem-vindo. (*Palmas.*)

É uma honra recebê-los aqui. Viu, senhores? Aqui na nossa Casa.

Do meu outro lado, a Sra. Christianne Bariquelli, Superintendente de Negócios para Pessoas Físicas da B3. Seja bem-vinda, Dra. Christianne. (*Palmas.*)

Que sorriso lindo ela tem. (*Fora do microfone.*)

E também aqui deste lado, eu convido a Sra. Deborah Magagna – é isso? Ma... Depois você fala –, Economista e Apresentadora do ICL Mercado e Investimentos. Bem-vinda. (*Palmas.*) Convido também, para compor essa primeira mesa, o Sr. Eduardo Mira, Professor, Escritor e Analista CNPI. Bem-vindo. (*Palmas.*)

Senhores, eu confesso que estou muito feliz com esta mesa e com a próxima mesa que a gente vai compor; e confesso, senhores, que um debate sobre um projeto de lei com essa diversidade é quase inédito aqui na Casa, porque, às vezes, a gente convida as pessoas... Um, dois, três... E eu estou falando de um projeto de lei que todo mundo poderia dizer assim: "É uma matéria tão simples, por que temos que ter este debate com tanta gente?". Mas a presença dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

senhores aqui mostra a importância dessa matéria, mostra a importância que os senhores estão dando ao projeto de lei e mostra, com certeza – e aí eu já fico muito feliz –, que os senhores querem, de fato, a Semana Nacional do Pequeno Investidor. Eu espero que ninguém fale que não é para ter essa semana, por favor. Então, eu fico muito feliz com a participação dos senhores.

Nós vamos direto ao tema. Quero convidá-los a começar as exposições.

Eu sou uma entusiasta do empreendedorismo – quero começar falando isso –, especialmente do empreendedorismo feminino. Sou uma entusiasta. Mas eu não tenho empreendedorismo sem investimento; eu não tenho uma nação forte, pujante, se eu não tiver a valorização daquele investidor. E aqui a gente está falando do pequeno investidor, nós estamos falando – cá entre nós, que os grandes não nos escutem – com pessoas que estão fazendo esta nação se movimentar. Nós estamos falando com pessoas que fazem a economia girar no país.

Essas pautas, para mim, são muito preciosas. Então, nós vamos direto para o debate. A gente estabeleceu uma ordem de fala, mas se precisar trocar essa ordem de fala, nós vamos fazê-lo.

Quero comunicar aos nossos expositores: eu sei que a agenda de todo mundo está muito corrida; se alguém precisar fazer a sua exposição e sair, fique à vontade. Se chegar alguma pergunta direcionada ao expositor que não estiver mais no espaço, a gente encaminha por *e-mail* e a gente só solicita que responda depois.

Nesse sentido, eu concedo a palavra ao Sr. José Alexandre Cavalcanti Vasco, porque hoje é um dia especial para a CVM. Hoje o Senado Federal já teve a votação, agora de manhã, do novo Diretor-Presidente da CVM e, daqui a pouco, o Senado vai abrir e a gente vai ter que correr para lá.

Então, por uma questão, inclusive, de respeito à CVM – eu sei que talvez ele queira participar deste momento histórico para a CVM lá no Plenário –, nós temos a alegria de ouvir, em primeiro lugar, o Sr. José Alexandre Cavalcanti Vasco para a sua exposição, tentando, Sr. José Alexandre, a gente se manter no objeto da audiência pública: a discussão do projeto de lei.

Seja bem-vindo.

**O SR. JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTI VASCO** (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

De fato, estou na CVM há 28 anos. Sou servidor de carreira, atuo na área de educação há 18 anos e hoje, de fato, é um dia muito importante para a CVM, em que o Senado dá esse passo no sentido de fortalecer institucionalmente a autarquia.

O tema também é muito relevante. Agradeço pela Comissão de Educação tratar de educação financeira, tema ao qual eu me dediquei por 18 anos da minha carreira na autarquia, desde 2005, quando assumi essa superintendência. O tema é extremamente relevante. É um tema nas pesquisas internacionais e de trabalho, e representa a autarquia e o Brasil em alguns comitês internacionais.

A proteção do investidor tem três pilares: a regulação de conduta e a supervisão, a inclusão financeira e a educação, que é normalmente a perna mais fraca desse sistema de proteção; então, é muito importante, para mim, ver essa temática ser tratada aqui na Comissão. Eu agradeço pela oportunidade.

Eu trouxe aqui alguns eslaides, em que eu faço algumas considerações sobre a situação dos investidores no país e a importância do tema para mudar o comportamento e ajudar o país na direção da prosperidade. Falo também sobre uma pequena abordagem das campanhas que já existem.

Acho que, estando em uma Comissão de Educação – Por que a educação financeira importa? –, eu posso dizer, como uma pessoa que, em 2005, buscou o mercado e as instituições para propor uma estratégia nacional de educação financeira, que veio a ser criada em 2010, que havia muita dúvida se educação financeira mudava, e o país funcionou como laboratório global de educação financeira a partir, particularmente, desse projeto-piloto de educação financeira nas escolas, que teve o apoio da Anbima e da B3 aqui.

Entre agosto de 2010 e dezembro de 2011 e um pedaço de 2012 também, fizemos um programa de educação financeira nas escolas, no ensino médio, que alcançou 26 mil estudantes e que teve uma avaliação de impacto – um grupo de tratamento e controle que foi a maior avaliação de impacto realizada pelo Banco Mundial em sua história: foram 26 mil estudantes mais os pais, enfim, e também iniciativas de avaliação dos professores.

Esse programa, que foi o de maior larga escala do mundo em educação financeira, provou que a educação financeira tinha resultado, sim, no curto prazo; então, os jovens... Mesmo jovens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

basicamente e principalmente de escolas públicas de vários locais do país... Foram seis estados; em Tocantins, nós tínhamos escolas a 600km de Palmas que receberam material.

Mas o programa – foi comprovado por esse estudo do Banco Mundial – melhorou a proficiência dos alunos, melhorou aqueles que estavam bem, mas ajudou especialmente aqueles que estavam na base da curva. As escolas que tinham mais dificuldades foram as que mais avançaram. E o programa também provou que o aluno, recebendo um programa de educação financeira, aprende e também leva essa informação para os pais. Então, a pesquisa também evidenciou que os pais também aumentaram o seu grau de educação financeira, e o Banco Mundial estimou, na época, que, se esse programa fosse oferecido a todas as escolas brasileiras, a taxa de poupança do país, de investimento no país aumentaria em 5% – então, com impacto macroeconômico.

Nove anos depois, o Banco Mundial com o Banco Central fizeram uma pesquisa para avaliar: será que esses efeitos foram duradouros ou isso foi apenas um resultado de curto prazo? E isso nos mostra que educação funciona, porque, nove anos depois, os jovens que fizeram o programa estavam melhores do que aqueles que não o fizeram, tinham maior grau de empreendedorismo – eram mais empreendedores –, tinham menor taxa de endividamento. A vida deles estava muito melhor do que a daqueles que não fizeram a iniciativa. Então, acho que essa pergunta foi respondida. A educação financeira funciona, mas ela precisa ser levada a longo prazo.

E a grande barreira hoje, que eu diria e gostaria de ressaltar, é a barreira dessa fragilidade estrutural de conhecimento que ainda temos. Os exames do Pisa mostram que o país, em educação financeira, nesse módulo, de fato, não está bem, tem muito potencial de melhorar, está entre os três últimos. Poucos estudantes alcançam o nível máximo de letramento financeiro. E esse diagnóstico também vale para os adultos. Então, temos aí um gargalo de compreensão dos produtos financeiros da população.

Outra questão relevante, com todo o respeito às mídias sociais e à importância delas e àqueles que nelas atuam, que são um canal de eco da sociedade, de ressonância das informações, é a importância dos influenciadores financeiros, que é muito evidente. Hoje as pessoas se informam, principalmente... Está aqui a Anbima, que tem uma pesquisa sobre a qual depois vai falar certamente. Mas aqui temos os influenciadores financeiros, exercendo um grande papel de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ajudar e orientar as pessoas a investirem, mas nem sempre com aquela isenção que seria a adequada.

Também há a inteligência artificial, que começa a ser utilizada no país, na sociedade, de uma forma importante, com alguns novos riscos, e a questão das fraudes digitais, que se tornaram uma pandemia. Eu comento que estava em Singapura alguns anos atrás, numa reunião da Organização Internacional de CVMs, e o regulador local veio me perguntar sobre uma fraude de investimento no Brasil que estava sendo distribuída para os cidadãos de Singapura. Então, as fraudes, muitas vezes originadas aqui, se tornam transnacionais, e as pessoas estavam investindo no país.

Vulnerabilidade patrimonial: a maioria não tem reserva financeira. E a previdência também é um tema ainda distante – previdência privada, formar reservas financeiras. Poucos fazem aportes recorrentes para a aposentadoria, de forma que a maioria não vai ter reserva financeira ao se aposentar. Então, aqui a gente tem um ciclo de vulnerabilidade, sem reservas financeiras, sem uma previdência complementar e também um caminho mais frágil no que diz respeito ao relacionamento com diversas formas de ofertas irregulares ou inadequadas.

Então, qual é o papel estratégico da educação financeira na proteção do investidor? Falou-se tanto de proteção do investidor hoje aqui no Senado... Ela é fundamental. A OCDE e a Iosco, que é a Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários, indicam sete competências essenciais. E aqui a gente sinaliza que entendemos que, especialmente, a questão dos vieses comportamentais na sociedade digital, com várias estratégias de oferta de produtos, e também a capacidade de identificar golpes, fraudes são muito importantes neste momento.

E aqui eu gostaria de ressaltar uma espécie de apoio no início da educação financeira. Eu estou há muito tempo nessa caminhada; então, se falava muito em formar conhecimentos, enfim... Mas hoje eu estou convencido e os estudos reforçam a importância de você ter uma blindagem cognitiva, ajudar as pessoas a identificarem as armadilhas e as indicarem e de a própria regulação ser desenhada a partir da consideração das contribuições das ciências comportamentais.

A CVM, em 2014, foi pioneira no país e criou um núcleo de estudos comportamentais, justamente para integrar a academia às nossas políticas. E a educação financeira é a linha de defesa que funciona em tempo real. Ela transforma o investidor na primeira linha de defesa do mercado. Aqui também, a partir dessa visão de quase 20 anos, a defesa do investidor... Quer dizer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a educação financeira começou com um modelo tradicional, em que as informações financeiras são prestadas ao mercado pela regulação da CVM, e o investidor usa essas informações como a primeira linha de defesa dele.

Mais recentemente, até refletindo um pouco sobre a quase inviabilidade de se conseguir supervisionar todas as ofertas que acontecem pela internet e pelas plataformas, tem sido visto pelos organismos internacionais que a educação financeira é também uma primeira linha de defesa do mercado, habilitando as pessoas para que elas contribuam com o regulador na supervisão, na identificação das fraudes, saibam como se defender, mas também ajudem na defesa coletiva do mercado.

E essa proteção integral, como eu falei no início, se baseia em três pilares: a regulação e a supervisão, a inclusão financeira e a educação. A educação ajuda e capacita o investidor a transformar as informações regulatórias em decisões saudáveis. Sem ela, a regulação perde eficiência, e ela também habilita que a inclusão econômica e financeira seja feita de forma consciente e bem informada.

Aqui, partindo já para a conclusão, temos alguns riscos. A hiperdigitalização criou riscos que a atuação reativa, sozinha, não alcança. Então, é fundamental, para esse novo momento, que a educação financeira seja fortalecida no país, particularmente nas práticas de engajamento digital das instituições financeiras. Sobre a atuação dos *influencers*, eu já falei.

A questão dos golpes, tanto locais quanto transnacionais, está chegando aos investidores. São bilhões de reais, por ano, que são perdidos e, muitas vezes, transferidos para o exterior, com prejuízos muito grandes para os investidores. E aqui há a questão da falta de resiliência financeira.

Então, partindo aqui já para a síntese, concluindo, a OCDE recomenda que nós atuemos em várias frentes. Eu sinalizei quatro aqui. A última delas está aqui: a atuação das campanhas, campanhas nacionais e internacionais.

O país hoje tem uma Semana Nacional de Educação Financeira, uma Global Money Week, que é organizada pela OCDE, que alcança jovens e crianças na escola e, particularmente, com muita ressonância com o projeto da Semana Nacional de Educação do Pequeno Investidor, que é a Semana Mundial do Investidor. Essa iniciativa foi proposta pela CVM à Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários, lá em 2016. Desde 2017, ela é realizada, é uma campanha internacional e certamente pode, caso o projeto da Semana Nacional do Pequeno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Investidor, de educação, seja aprovado, poderíamos aqui ter uma confluência de campanhas, de forma que essa iniciativa, que já tem uma grande mobilização, possa fortalecer a proposta do projeto.

Eu peço desculpas aqui por ter passado um pouco do tempo, mas queria ressaltar que a CVM, com todas as dificuldades que enfrenta, de recursos, de orçamento, criou uma campanha global que se estima hoje que alcançou cerca de 3 milhões de pessoas no mundo. Então, com essas palavras, a gente gostaria de expressar a relevância da iniciativa e agradecer a oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Sr. José Alexandre, fantástico!

Eu quero avisar às pessoas que estão nos acompanhando que esses eslaides ficarão disponíveis. O senhor trouxe uma aula ali – uma aula. Esses eslaides ficarão disponíveis aqui no *site* da Comissão. E vou lhe dizer uma coisa: depois de uma audiência como esta, as pessoas assistem à noite pelo YouTube e as pessoas acessam os documentos. Essas audiências públicas são uma grande entrega que o Senado faz.

Sr. José Alexandre, o projeto de lei da nossa Senadora institui a Semana Nacional do Pequeno Investidor. Nessa semana, ela quer inúmeras palestras, campanhas, eventos para a gente fazer a educação financeira com a sociedade, apesar de que, eu não sei se os senhores sabem, nós aprovamos na CAE um projeto de lei que cria, no Brasil, a educação financeira. E eu vou contar um segredo para os senhores: aprovamos na CAE de manhã; de tarde... Viu, Secretaria de Educação? Porque o projeto passou na CAE, eu fui Relatora *ad hoc* lá, veio para a Comissão de Educação, e a Senadora, humilde, que está falando na frente de todo mundo, pediu relatoria, aqui na Educação, para a gente fazer essa entrega, estar no currículo escolar.

Vou lhe dizer uma coisa, Sr. Alexandre: talvez, se a gente tivesse ensinado a essa geração educação financeira, nós não estaríamos com tantos problemas como estamos hoje, passando hoje.

A pergunta... Eu tenho medo de o senhor sair, eu preciso lhe perguntar, e todos os senhores vão precisar responder a essa pergunta. Por que esta audiência está acontecendo? Porque a Senadora pretende instituir uma semana nacional, e nós temos que ouvi-los sobre: é necessária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

essa semana nacional? Eu acredito que sim, mas a outra pergunta é... Ela estabeleceu que seja a segunda semana do mês de outubro, o.k.? A pergunta para todos os senhores: é um bom momento?

Não está aqui na justificativa ao certo por que ela escolheu essa semana. Eu imagino – em novembro, começa-se a pagar décimo terceiro – que, se a gente tiver uma campanha ali no final de outubro, vai estar muito ainda na memória de todo mundo essa questão "Olhe, acabei de aprender como investir", porque na campanha ela quer ensinar também como um pequeno investidor pode investir. Eu não sei, tá? Eu não sei... Eu não sei investir na bolsa. Primeiro, eu não tenho dinheiro para ir para a bolsa... Mas eu acho que ensinar as pessoas a investir... Então, é possível que tenha sido essa a motivação. Eu não sei se os senhores conhecem outra motivação, inclusive eu estou fazendo parte do debate. Por que a segunda semana de outubro?

A CVM tem alguma objeção? Eu preciso manter isso em ata, porque, na hora de a gente apresentar o relatório, na hora de o Relator apresentar, vai dizer: o segmento foi ouvido e concordou, primeiro, que tenha que ter uma semana; segundo, que seja esse período. Alguma objeção à semana? Alguma sugestão de uma outra data?

**O SR. JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTI VASCO** – Nenhuma objeção. Acho que, certamente, esse motivo é extremamente relevante. À medida que vai chegando dezembro, décimo terceiro, enfim, acho que é um momento bastante oportuno. Mas tem um aspecto importante aqui, porque toda campanha... Eu fiz a primeira... A CVM coordenou a primeira Semana Enef. Então, a primeira campanha sempre demora a ganhar tração, leva alguns anos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

**O SR. JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTI VASCO** – E essa World Investor Week, que vai completar agora dez anos, acontece em outubro, geralmente na segunda semana.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ótimo!

**O SR. JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTI VASCO** – Então, isso permitiria que nós tivéssemos aqui uma cobertura institucional, numa regulação local, para que essa campanha global fosse realizada. Entendo que a iniciativa é extremamente relevante e que ela funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Um único comentário, se V. Exa. me permite: talvez, como ela é uma campanha internacional que acontece sempre em outubro, talvez haver a possibilidade de a Comissão de Valores Mobiliários, junto com o Senado, escolher, a cada ano, a melhor semana, de forma a poder aumentar o potencial da campanha.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

**O SR. JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTI VASCO** – Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, CVM.

Na sequência, nós vamos ouvir o Marcelo Billi Bernardo, que está representando aqui a Anbima, a Associação...

**O SR. MARCELO BILLI BERNARDO** – Anbima.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olhe só, ele é Superintendente de Sustentabilidade, Inovação e Educação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Seja bem-vindo.

Dez minutos. Se precisar passar um pouquinho, a gente entende, mas nós temos um cronômetro ali, está bom?

**O SR. MARCELO BILLI BERNARDO** (Para expor.) – Está bom.

Muito obrigado, Senadora. É um prazer estar aqui representando a Anbima.

A Anbima tem esse nome difícil, mas é uma associação que representa os bancos, as *assets* e todas as instituições que oferecem aos investidores produtos para ajudá-los a atingir os sonhos na hora de aplicar o dinheiro. Então, é um pouquinho explicando, em termos mais simples, o que é a Anbima.

Dentro das nossas atividades e na área que eu lidero lá, a gente faz educação, educação dos profissionais que distribuem produtos de investimento – então, a gente tem mais ou menos 0,5 milhão de profissionais certificados pela Anbima hoje no mercado brasileiro – e programas de educação também em escolas, universidades, em parcerias com a CVM, com o Banco Central,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com o Sebrae. Então, hoje a gente tem um conjunto grande de iniciativas de educação, em que a gente, inclusive, apura o impacto dessas iniciativas, para entender o que funciona e o que não funciona. E eu vou conversar um pouquinho sobre isso com vocês, no contexto desse projeto.

Antes de falar um pouco do projeto em si, de como a educação pode mudar a realidade das pessoas no Brasil, eu acho que é legal falar um pouco do cenário: do que a gente está falando? O que está acontecendo com a população brasileira hoje? Anualmente, nós fazemos, lá na Anbima, uma pesquisa que se chama Raio X do Investidor Brasileiro. E apesar de ela se chamar Raio X do Investidor, a gente tenta pesquisar os hábitos de poupança e investimentos de toda a população – e, obviamente, não é toda a população que consegue investir.

Qual é o cenário hoje? Num ano como 2025, só um terço dos brasileiros conseguiu guardar algum dinheiro. Mesmo entre essas pessoas que, com alguma disciplina, conseguiram guardar dinheiro, nem todas conseguem investir. Pouco mais de 20% investem em algumas coisas e pouco mais de 10% investem em produtos financeiros. Então, mesmo em quem consegue guardar dinheiro, o hábito de investir ainda não é tão comum. A gente precisa ajudar as pessoas a aplicar melhor o dinheiro.

Aqui, Senadora, se a senhora me permitir, eu posso fazer uma correção?

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode.

**O SR. MARCELO BILLI BERNARDO** – A senhora tem dinheiro para investir em tudo, como todos os brasileiros têm – todos, todos. (*Risos.*)

A gente tem hoje, no mercado brasileiro, uma sofisticação: foi o esforço, muito grande, de dar acesso. Então, esse movimento todo de digitalização trouxe todos os brasileiros e brasileiras para o mercado; isso é algo que nem todos os países no mundo conseguiram. O Brasil é um exemplo disso, e a gente tem produtos em todas as classes de ativos, com tíquetes bem baixinhos: do tesouro direto a fundo, a poupança, a ações. A gente tem a porta de entrada para todos os brasileiros e brasileiras. Então, a senhora pode investir, sim.

Voltando, o que a gente está falando é que pouca gente consegue investir, e mesmo quem consegue poupar não consegue investir. Quando a gente olha os resultados, é óbvio, um pedaço disso tem a ver com a situação de vulnerabilidade pela qual parte da população passa. Quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a gente olha para as classes D e E, só 20% das classes D e E conseguem guardar algum dinheiro, mas, quando a gente vai lá para o outro lado da pirâmide de renda e olha para as classes A e B, a gente ainda vê que, nas classes A e B, entre os mais ricos do Brasil, só metade da população consegue poupar e investir. Então, isso significa que não é só um problema de renda; é, em algumas situações, problema de renda, mas é, em outras, problemas de hábito, de conhecimento, de informação – esse é o primeiro cenário.

A segunda coisa que é importante falar, que a pesquisa mostra, é que, quando a gente está falando de dinheiro, não é de dinheiro que a gente está falando. Então, todo o descontrole financeiro... A gente mede o grau de estresse financeiro por que os brasileiros estão passando naquele momento por causa de dinheiro. Problemas com dinheiro são problemas com a família, são problemas com a saúde mental, são problemas que afetam a produtividade no trabalho. Então, o descontrole financeiro vem acompanhado de outros problemas que agravam o descontrole financeiro, porque, quando você só pensa em dinheiro – ou porque você tem muito, ou porque você está com problema com dinheiro –, isso causa mais problemas para a pessoa. Então, é importante a gente dar ferramentas para as pessoas conseguirem lidar com as situações que elas estão enfrentando com dinheiro, e educação financeira ajuda nisso.

Para mostrar um pouco os pontos dos quais o Vasco estava falando, de como a gente já tem mensuração internacional ou nacional, de que isso funciona, a gente também tem no Raio X uma pergunta que é se a pessoa passou por alguma iniciativa de educação financeira, qualquer uma, de uma palestra à educação financeira na escola, se ela assistiu, fez algum curso *online*, e a gente consegue, com essa resposta, dividir a população em: passou por alguma iniciativa de educação financeira; não passou por alguma iniciativa de educação financeira.

O que a gente vê no grupo que diz que já fez alguma coisa? As taxas de poupança são maiores entre esse grupo, o nível de estresse é menor, a capacidade de alocar em mais produtos e fazer uma carteira de investimentos um pouco mais sofisticada cresce, essas pessoas têm menos problemas com dinheiro e elas confundem... Uma coisa que está acontecendo no Brasil hoje é que as pessoas estão confundindo apostas em jogos de azar com investimento. A gente mede isso na pesquisa e, dentro do grupo que passa por programas de educação financeira, a proporção de pessoas que dizem que apostam em investimento é muito menor. Então, a gente vê que passar por um programa de educação financeira, do ponto de vista do bem-estar dos indivíduos, da saúde financeira e da saúde mental, é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente também tem vários estudos acadêmicos internacionais que medem o impacto de programas de educação financeira para a pessoa no curto, médio e longo prazo, como o Vasco falou. O que esses estudos mostram? Primeiro que, sim, tem um impacto e ele é relativamente duradouro, dependendo do tempo que aquela iniciativa teve, mas um outro fator importante que os estudos todos mostram é que a educação financeira é muito contextual. O que significa isso? Quando a gente quer... A gente não fica estudando sobre geladeira a vida inteira, a gente só estuda sobre geladeira quando a gente quer comprar uma, não é? A não ser que você seja um fanático por geladeiras, tem pouca gente que eu acho que é fanática por geladeira, mas você estuda o assunto quando você precisa daquela informação para tomar uma decisão, e isso é verdade sobre a educação financeira.

Então, a educação financeira vai precisar estar presente em todos os momentos da vida das pessoas, porque elas encaram problemas diferentes na vida: eu vou casar, eu vou começar a estudar, eu arranjei meu primeiro emprego, eu estou mais próximo de me aposentar... As questões financeiras com que eu preciso lidar, em cada etapa da vida, são diferentes. E por mais que a gente queira se planejar, é muito difícil, com 15 anos, eu ficar pensando como é que eu vou me preparar para o casamento, que eu nem sei se vai acontecer, ou para o carro, não é?

Então, todos os estudos também mostram que existem esses momentos de aprendizado, e se o momento de aprendizado sobre aquele assunto financeiro está perto da decisão de vida que eu preciso tomar, ele é muito mais eficaz. Então, a gente criar muitos momentos de aprendizagem de educação financeira ajuda as pessoas a terem momentos que estão próximos àquela decisão que ela precisa tomar, e isso torna aquele investimento em educação muito mais eficiente, do ponto de vista da formação de capital humano, e a pessoa toma essa decisão certa. Então, como ela já conseguiu para aquele tipo de problema, ela adquire o repertório de que ela precisa, e isso tem uma duração muito maior na vida daquela pessoa. Tem algumas metanálises do Banco Mundial que mostram isso, e vários estudiosos mostram que ter essa estrutura, esses momentos de aprendizagem é bem importante. Então, tentando fechar aqui um pouco, dado todo esse cenário e o que a gente sabe sobre educação financeira, ter essas semanas temáticas pode servir...

Então, já respondendo à pergunta, Senadora, nós somos a favor. A gente realmente acha, na Anbima, que ter esses momentos é importante para a disseminação desse conhecimento para a população, dado todo o cenário que eu contei para vocês, dos problemas que os brasileiros e brasileiras enfrentam na hora de poupar, investir, lidar com as finanças. E essas semanas podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nos ajudar a criar esses grandes momentos de aprendizagem coletiva, que ajudam as pessoas a lidar com as situações.

É muito difícil falar de dinheiro, é muito difícil... A gente só gosta de falar de dinheiro quando a gente está bem sucedido, não é? A gente não gosta, ou a gente tem muita dificuldade de falar da situação da gente, em particular, quando eu estou endividado, quando eu fiz um investimento errado, quando eu entrei num golpe, porque, por um acaso, a nossa pesquisa mostra que um terço dos brasileiros, no ano passado, passou por alguma situação que parecia ou era um golpe. Então, a gente não gosta de falar desses aspectos negativos do dinheiro, mas a gente precisa normalizar essas conversas. Então, essas semanas ajudam a gente a ter esses momentos de aprendizagem coletivos, para despertar nas pessoas essa necessidade de buscar informação, e a normalizar conversas difíceis sobre dinheiro, principalmente as conversas difíceis que envolvem endividamento, porque uma parcela muito grande da nossa população está endividada.

Aí, a gente tem várias perguntas aqui, do Renan, de Pernambuco, do Juliano, do Distrito Federal, perguntando coisas específicas de desafios que a semana pode ter, e uma última pergunta perguntando se isso não deveria ser obrigatório nas escolas. Os objetivos da semana em si... Vai ser um desafio para os setores público e privado criarem iniciativas ao longo dessa semana. Então, a gente pode pensar em tudo, a B3 vai pensar, a Anbima vai pensar, a CVM... Então, esse esforço coletivo vai ajudar a resolver cada um desses dilemas que o pessoal colocou aqui no Portal e-Cidadania.

E a última pergunta, do Gilberto, estou terminando o tempo aqui, mas eu vou responder, Senadora, é se a gente não deveria ter na escola. O Vasco mostrou, Gilberto, que sim, a gente já teve e já tem na escola. Tem um esforço grande da CVM e do Banco Central para disseminar a educação financeira no ensino fundamental, e a gente está desenvolvendo agora a metodologia para colocar, de novo, a educação financeira no ensino médio, não como uma disciplina obrigatória, mas como algo transversal, que é ensinado em várias disciplinas, retratando um pouco a realidade de vida dos estudantes.

Então é isso, só respondendo a essas perguntas.

Muito obrigado.

Foi um prazer, Senadora. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Marcelo. Eu vou sair daqui hoje pensando em investimento, viu? Vou sair daqui pensando nisso. Obrigada.

O Marcelo respondeu à pergunta do Gilberto, de Goiás.

Vocês viram que tem perguntas de diversos estados do Brasil, o que mostra o interesse da população no assunto.

Com alegria, agora a gente vai ouvir a Christianne Bariquelli, Superintendente de Negócios para Pessoas Físicas da B3.

Seja bem-vinda, Christianne.

**A SRA. CHRISTIANNE BARIQUELLI** (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Sras. e Srs. Senadores, eu agradeço o convite da Comissão para debater, em nome da B3, esse projeto de lei que busca instituir a Semana do Pequeno Investidor.

Vou começar explicando um pouco o que é a B3, que significa Brasil, Bolsa, Balcão. É uma empresa de infraestrutura de mercado financeiro, por onde passam as negociações de ações e outros ativos financeiros. A gente também registra apólices de seguro, financiamento de veículos e imóveis. Então, é uma empresa de infraestrutura de mercado, como a gente chama.

A gente entende que a nossa missão é conduzir o desenvolvimento econômico sustentável para a sociedade prosperar, e educação financeira é um pilar fundamental quando a gente fala de desenvolvimento econômico e prosperidade. Então, nesse sentido, já faz bastante tempo que a B3 desenvolve iniciativas de educação financeira. Eu trouxe algumas aqui para citar como exemplo. A gente tem um braço educacional, no qual a gente desenvolve cursos gratuitos, há bastante tempo já, para a sociedade. Então, são cursos digitais, estão disponíveis *online,* de forma gratuita. Por essa plataforma, por exemplo, a gente já tem mais de 420 mil pessoas cadastradas.

A gente sedia, lá na B3, um museu que conta a história econômica do país, conta a história das bolsas de valores e essa evolução também. A gente abriu esse museu em 2022 e conta com mais de 230 mil participações já de pessoas. A gente recebe muitos grupos escolares que usam – eu acho – o museu como um instrumento, uma atividade para, de fato, abordar a educação financeira para seus alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem um *site* que chama Bora Investir, que é um *site* de informações e conteúdo educacional, em que a gente traz muito conteúdo, numa linguagem muito simples e didática, sobre investimentos. A gente sabe que o mercado financeiro tem todo um dialeto próprio e a gente entende que divulgar de forma muito simples e didática essas siglas, informações, produtos, precauções, cuidados sobre o processo de investir, sobre fraude, tudo, é fundamental, e a gente faz isso através desse *site* também.

A gente acredita muito na importância da cooperação de instituições, porque o desafio da educação financeira no Brasil é um desafio muito grande. Então, a gente participou desse grupo que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira, que o José Alexandre Vasco comentou. A gente começou isso lá em 2007, 2008 – a gente apoiou. E hoje a gente tem, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional também, uma iniciativa que já leva a educação financeira para as escolas, que é a Olitef (Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira). Esse é o terceiro ano em que a gente está realizando essa olimpíada. No ano passado, a gente chegou a 1,7 milhão de alunos, ou seja, a gente tem um desafio muito grande ainda pela frente, mas acho que o Brasil hoje já conta com alguns instrumentos que ajudam a gente na missão. Ainda assim, o desafio continua grande.

E a gente atua, ao lado da CVM e de outras instituições do mercado financeiro também, nessas ações de mobilização, como o Vasco comentou: a Global Money Week, a World Investor Week e a Semana Enef. A gente vê que são fundamentais para a coordenação de iniciativas sobre a educação financeira no setor.

Uma das coisas que a gente faz ali na B3 é acompanhar justamente os dados dos investidores que passam por ali. A gente registra vários instrumentos financeiros de investimento. Falei de ações, mas vários instrumentos de renda fixa são registrados na B3 também. E a gente percebe que, de 2022 até agora, teve um aumento considerável do número de pessoas físicas com acesso a investimentos e produtos financeiros. Hoje a gente já consegue ver lá na B3 mais de 100 milhões de pessoas que possuem algum tipo de investimento, a maioria em ativos de renda fixa. Muitas vezes a gente, em pesquisas, percebe que essas pessoas nem se consideram investidoras, porque ainda existe um conceito, no Brasil, de que para você ser investidor você precisa ter muito mais dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E também o que a gente percebe é que a distribuição entre as faixas etárias foi se modificando ao longo do tempo, assim como a participação do público feminino entre os investidores. O valor médio caiu bastante, indicando que essa chegada dos novos investidores está sendo um processo democrático e inclusivo.

A gente comentou aqui sobre ter ou não ter dinheiro para investir. Só a título de informação, a mediana do primeiro investimento em ações, hoje, é R$260 para mulheres e R$98 para homens. Inclusive, as mulheres começam com mais dinheiro do que os homens. Essa é uma observação que a gente sempre faz, quando fala desses dados, de qual que é o primeiro investimento que as pessoas costumam fazer.

A gente também identifica um desafio regional nesses dados, que a gente acompanha lá na B3. Também existe evolução durante esses anos. Então, hoje, a gente vê que a região, por exemplo, que mais cresceu em participação foi a Região Nordeste, que cresceu em 17% de participação de 2022 a 2026. Mas quando você compara, relativamente, com outras regiões do país, a concentração está no Sul e no Sudeste. Então, tem um desafio ali de a gente disseminar mais educação financeira e investimentos de forma regional num país que é tão grande, o que também torna o nosso desafio maior.

Permanece também essa distribuição de gênero como um desafio. Então, os homens ainda representam a maior parte dos investidores, embora a gente consiga observar já um crescimento na participação de mulheres também. Então, esse crescimento e essa melhora na distribuição geográfica podem ser explicados por diferentes fatores, mas a gente entende também que as iniciativas de educação financeira têm grande participação na melhora desses indicativos.

Hoje a gente também sabe que o acesso a plataformas de investimentos, a produtos financeiros, está muito mais fácil. Então, hoje, a gente consegue abrir contas em instituições financeiras de uma forma muito mais simples do que se fazia 15 anos atrás, por exemplo. Então, a gente acredita também que esse movimento, que é superpositivo, precisa vir acompanhado ali de reforços de iniciativas de educação financeira para que as pessoas possam fazer essas escolhas de investimentos, de instrumentos financeiros, de forma bastante consciente. Então, a gente entende que o acesso a conhecimentos em mercados financeiros de capitais para promover a educação financeira, incentivando o pequeno investidor, são iniciativas relevantes para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento econômico e social do país, democratizam o acesso a investimentos com a conscientização em torno do tema.

Então, a B3 vê no projeto de lei uma proposta muito positiva, porque ela usa esse tema de grande relevância e contribui para criar um marco oficial que permita que os participantes de mercados e outras instituições interessadas possam coordenar as ações e ajudar a gente a disseminar, ainda mais, a educação financeira e esse conhecimento que é tão importante para a sociedade.

Então, eu queria permanecer à disposição desta Comissão para aprofundar os aspectos técnicos e colaborar com as iniciativas.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Christianne.

O gabinete da Senadora Jussara acabou de mandar aqui uma explicação.

A semana proposta realmente tem a ver com o que o senhor disse, Sr. José Vasco, tá? A semana do pequeno investidor se deu em decorrência da já consolidada semana mundial dos investidores citada pelo senhor, tá?

Então, não era por causa de décimo terceiro, não.

Está vendo como eu sou inocente? Está vendo como eu sou ingênua? Está vendo que nível de investidora sou eu?

Vocês estão vendo? (*Risos.*)

Mas é uma alegria.

Christianne, tudo bem com a semana? Data? Tudo certinho?

**A SRA. CHRISTIANNE BARIQUELLI** – Tudo bem com a semana. A gente apoia a iniciativa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A mesma data? Certinho? O.k..

Nós temos a alegria agora de ouvir a Deborah, porque primeiro são as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir agora a Deborah.

Deborah, me corrija agora o seu nome, porque eu não consegui falar.

A Deborah é Economista e Apresentadora do ICL Mercado e Investimentos.

**A SRA. DEBORAH MAGAGNA** (Para expor.) – Senadores, Senadoras, autoridades, boa tarde.

Meu nome é Deborah Magagna.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quase que eu acertei. (*Risos.*)

**A SRA. DEBORAH MAGAGNA** – Foi quase.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente te assiste, mas quase que eu acertei o nome.

Bem-vinda, viu, Deborah?

**A SRA. DEBORAH MAGAGNA** – Obrigada.

Só me apresentando rapidamente aqui, eu sou economista, sou pós-graduada pelo Insper em Finanças Avançadas e atuo hoje como professora de finanças e educação financeira no geral e apresento, todas as manhãs, o Mercado e Investimentos lá no Instituto Conhecimento Liberta, além de participar do Conselho do Corecon de São Paulo.

Eu vou começar aqui, contando algumas histórias para vocês que podem parecer diferentes, podem parecer desconexas num primeiro momento, mas eu peço aí que vocês prestem atenção no fio que vai unindo todas elas.

Em outubro do ano passado, um trabalhador abria o aplicativo em uma das maiores corretoras do país e aplicava R$68 mil em um produto que ele acreditava que era renda fixa. Os senhores conhecem a realidade dos seus estados, acredito eu, e sabem muito bem o esforço que um trabalhador faz, o trabalhador médio brasileiro faz, para juntar R$68 mil. É a poupança de uma vida inteira. E o produto em que ele colocou era o COE da Ambipar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Meses depois, essa aplicação valia R$5 mil. Numa plataforma de reclamações, ele deixou registrada uma frase que eu faço questão de trazer aqui para esta Comissão: "Não sou especialista. Acreditei na consultoria. A gerência garantiu que os papéis eram bons".

Esse homem não caiu em pirâmide. Ele não jogou na *bet*, muito menos foi enganado por um estelionatário. Sem questionar, ele fez uma aplicação que acreditava que era segura, num ambiente regulamentado, com um assessor certificado orientando-o. E foi aí que ele perdeu.

Mas ele não estava sozinho. Em 12 dias, 145 reclamações idênticas apareceram no Reclame Aqui, ecoando as mesmas frases. Eram os COEs lastreados na Ambipar e na Braskem que perderam até 95% do valor. Quem aplicou R$10 mil ficou com 700.

Avançamos para novembro agora, quando o Banco Central liquidou o Master. O Master oferecia CDB, pagando 140% do CDI, acima da média, mas não num nível que escancarasse a fraude. Era tipo uma rentabilidade que você poderia classificar como um banco agressivo, e ninguém parou para fazer a conta do prêmio e do risco.

De onde viria o retorno extra acima do CDI? O que sustentaria aquilo no longo prazo? O banco ainda usava o FGC, o Fundo Garantidor de Créditos, como marketing. Era um produto regulado, com taxa atrativa, plausível e com rede de segurança institucional. Era a isca perfeita, exatamente porque não parecia isca. Lá dentro, era o esquema Ponzi: dinheiro novo entrava para pagar o investidor antigo, isso quando não ia parar na triangulação bilionária dentro dos fundos da própria instituição.

Na semana da intervenção do Banco Master, ele tinha R$4 milhões em caixa para honrar R$127 milhões de obrigações. Um milhão e seiscentos mil pequenos investidores foram atingidos aqui – e a gente não está falando de grande investidor, a gente está falando de pequeno investidor, pulverizado, em escritório de assessor independente, pelo país todo. Isso culminou no acionamento bilionário do FGC: R$41 bilhões, o maior acionamento da história.

E se a gente acha, Senadores, Senadoras e todos que estão presentes, que a gente já viu de tudo aqui: há duas semanas, praticamente ontem, a Naskar, que é uma *fintech*, simplesmente evaporou com R$900 milhões de 3 mil investidores. Eles operavam há 13 anos, prometendo 2% ao mês, blindados por contratos de mútuo, modalidade que escapa da supervisão do Banco Central e da CVM. Um aposentado aplicou R$1 milhão, um bancário R$2,3 milhões, e 13 anos de promessa que, matematicamente, é impossível de se sustentar sem captações novas. Indo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

outra esfera, só em 2025, a Chainalysis trouxe números que mostram que os golpes de cripto no mundo geraram US$17 bilhões de prejuízo.

Esses quatro casos pertencem a universos regulatórios completamente diferentes: um é estruturado; um é regulado; outro é um CDB de um banco com FGC; um é contrato de mútuo; outro é cripto. No final, o formato pode ser diferente em quatro universos, mas a essência é a mesma. Eles vendem a mesma promessa: a ilusão do ganho, e, muitas vezes, a ilusão do ganho rápido. E todos exploram a mesma falha. O brasileiro nunca foi ensinado a exigir duas coisas antes de colocar o dinheiro dele: a primeira é entender de onde vem o retorno e qual é o risco daquela operação; a segunda é compreender o que sustenta o investimento se tudo der errado. Quem tem essas duas premissas não vai comprar COE achando que é renda fixa, não acredita em banco médio pagando 140% do CDI sem desconfiar do risco ou entrega a poupança da vida inteira para quem promete 2% ao mês.

Essa mesma ilusão volta, agora, sob uma velha roupa colorida – que não deveria servir mais, mas voltou –, que está alimentando o maior problema social, eu acredito, que o Brasil enfrenta hoje em matéria de finanças domésticas.

Em 2024, até complementando o que o Marcelo falou, os brasileiros gastaram R$20 bilhões por mês em apostas. Segundo o Banco Central, em 2025, esse número subiu para R$30 bilhões por mês. É o dinheiro saindo da mesa, é o dinheiro saindo da compra das famílias para plataformas que, majoritariamente, nem no Brasil estão. Só 19% dos apostadores reconhecem o jogo pelo que, de fato, ele é: aposta, jogo de azar; o resto enxerga como investimento, esporte ou possibilidade de renda extra. Entre os brasileiros sem educação financeira, 77% acham que aposta é investimento de baixo risco; sete em cada dez leigos entram num aplicativo desenhado para viciar e perdem tudo achando que é baixo risco.

A Confederação Nacional do Comércio fechou essa conta: as *bets* retiraram R$143 bilhões do varejo brasileiro, entre 2023 e março deste ano, e contribuíram para 277 mil famílias entrarem na inadimplência severa.

A gente está assistindo aqui, gente, de braços cruzados, à maior transferência de patrimônio das famílias pobres da nossa história recente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas a ilusão do ganho rápido não prospera no vácuo; ela se alimenta de algo muito ligado à desigualdade: a renda que não chega ao final do mês. E, quando o brasileiro está afogado em dívidas, sem reserva, sem horizonte, ele se agarra no que parece flutuar; mesmo que essa tábua de salvação seja de papelão, ele não avalia o risco.

Hoje, 80,9% das famílias brasileiras estão endividadas, recorde histórico desde 2010. Uma em cada cinco tem metade da renda comprometida só para pagar o que deve. A principal porta de entrada desse endividamento é o cartão de crédito – e aqui eu quero ser precisa com vocês, porque o argumento mais fácil é que o brasileiro não entende que cartão é uma modalidade de crédito. Isso é verdadeiro, isso acontece mesmo, mas é um pensamento incompleto.

A taxa do rotativo está em 428% ao ano – na média, tá? Então, tem acima e tem abaixo. Estamos falando de um produto lucrativo do sistema financeiro brasileiro. O nome diz "crédito", está entregando que é uma modalidade de crédito, mas a comunicação fala que é poder de compra, que é limite disponível, que é extensão da renda, que é "compra agora e paga depois". Ninguém na cadeia tem incentivo para explicar o custo final: o banco, porque o cartão é rentável; a *fintech*, porque a conversão cai; o assessor, porque ele vende investimento, e não crédito. O Estado, eu acredito, é o único agente sem conflito de interesses direto nessa história, e esse Estado ainda não veio da forma que deveria vir.

Só no primeiro trimestre de 2026 o brasileiro consumiu R$109 bilhões no rotativo do cartão – em três meses! Os cinco maiores bancos do Brasil tiveram, em 2025, um lucro de R$123 bilhões. Aí eu deixo a conta para vocês fazerem.

Vou me encaminhar aqui para o final, porque eu não quero me estender, mas o que me incomoda nessa história, e o que eu acho que deveria incomodar, inclusive, esta Casa, é que o COE da Ambipar e o Banco Master não aconteceram numa plataforma de *spam* na nossa caixa de e-mail; isso não chegou no *phishing* do golpe. Aconteceu em plataforma regulada, com assessor certificado, com toda a documentação exigida por lei. O processo cumpriu o que a regulamentação pedia, mas o que ela nunca entregou – e que eu acho que ninguém pediu – é que o cliente entenda o que está comprando. Existe uma habilitação do assessor, mas não existe a compreensão de quem assina.

Eu acho que essa é a principal lacuna, e é por isso que o trabalhador, de que eu contei lá no começo, mesmo fazendo tudo certinho, confiando no canal, no assessor, no certificado, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aplicativo com selo, perdeu praticamente tudo. Ele foi abandonado no ponto em que o sistema podia tê-lo protegido, e não protegeu.

A raiz está no levantamento global do alfabetismo financeiro do Insper: só 35% dos brasileiros acertam conceitos básicos de inflação, juros e diversificação. A gente está na 67ª posição de 143 países.

A BNCC menciona a educação financeira como tema transversal, mas aí fica naquela responsabilidade que é de todos os professores e de nenhum ao mesmo tempo. Quanto custaria implementar, de fato, a educação financeira numa escala nacional? Uma fração dos R$143 bilhões que as *bets* drenam das famílias todos os anos? Uma fração dos R$109 bilhões de rotativo num trimestre? Esse investimento praticamente paga a redução da inadimplência. E a família, sufocada por juros impagáveis, ouve a *bet* prometendo dinheiro rápido em momentos de necessidade e clica; ela ouve o assessor oferecendo um produto milagroso e assina; e a perda aumenta a dívida.

O cidadão afunda mais, e 77% dos brasileiros endividados afirmam que a dívida afeta a saúde mental e emocional e desestrutura toda a família, assim como a gente vê acontecer com as *bets*.

Isso tudo deixou de ser uma problemática individual e virou uma questão de saúde pública, de proteção do consumidor e, eu ousaria dizer, ainda, com toda essa remessa de lucro para fora, de soberania econômica, também patrocinada pela ausência de educação financeira e por quem explora toda essa vulnerabilidade.

A próxima Naskar vai aparecer, o próximo faraó das criptomoedas vai aparecer, o próximo Master vai surgir – e vai aparecer porque o terreno é fértil para a ilusão prosperar.

E tem um trabalhador, agorinha, agora mesmo, abrindo um aplicativo para colocar o dinheiro de uma vida inteira num produto que ele acredita ser seguro, sem saber perguntar de onde vem esse retorno e o que sustenta tudo isso, se der errado.

E eu acredito, pelo menos, que todos nós aqui viemos também por ele. Obrigada, gente. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deborah, você deixou a gente sem fôlego, porque eu estava tão animada para investir. Aí, Deborah, eu fui te ouvindo e disse: “Eu não vou investir, não”. Mas aí, do meio para a frente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sua fala, é exatamente isso: quanta gente acreditou numa plataforma oficial, num órgão que estava todo organizadinho, que atendeu a todos os requisitos de lei, mas ele não foi orientado de que aquele era um investimento indevido.

Deborah, a sua fala foi perfeita, tá? E aí, Marcelo, não se preocupe: eu vou investir, mas eu vou fazer um cursinho antes, tá? Vou fazer um cursinho antes. E acredito, Deborah, que nós estamos aqui nesta Casa, gente, discutindo – é tão sério isso – o superendividamento do brasileiro, e são n fatores. Claro que a gente traz aí também o conteúdo das *bets*, mas são n fatores. Mas eu vou dizer para vocês: a educação financeira teria evitado o caos a que nós chegamos; teria evitado. E eu estou muito contente.

Eu vim muito aqui hoje para, de forma protocolar, substituir uma colega. E aí, gente, eu quero explicar: está acontecendo, em Brasília, a Marcha dos Prefeitos; essa cidade está lotada de Prefeitos. A Senadora Jussara é Senadora, e o marido é Deputado Federal. Então, a base de Prefeitos deles é muito grande. E é assim: nós somos um estado federativo, e essa unidade da Federação, que é o estado deles, tem muitas prefeituras. E eles precisam fazer esse acompanhamento hoje.

E eu, gente, não sei se eu falo graças a Deus, eu não tenho Prefeito; eu sou Distrito Federal. Mas vocês não têm ideia de como os colegas estão abusando de mim esta semana: "Já que você não tem Prefeito...".

Mas, assim, a Jussara queria muito estar aqui. Ela queria, inclusive, antes de começar, vir e abraçar vocês. Olha a importância do projeto de lei da Jussara – olha a importância!

Deborah, obrigada por sua participação. Pode ser esta semana, esse período, tudo certinho?

**A SRA. DEBORAH MAGAGNA** – Pode ser, sim. E, Senadora, não se desanime, porque, hoje, no Tesouro Reserva, com R$1 já dá para aplicar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já dá para aplicar.

Ô, Deborah, você não é... você é muito jovem, Deborah, mas a gente tinha os porquinhos. Não tinha, Dr. José? Acho que o senhor é da minha época, né? Quem teve um cofrinho em casa? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, eu conheço crianças que nunca viram uma moeda, mas o meu porquinho estava sempre gordinho, viu, Marcelo? Sempre gordinho.

Deborah, perfeita sua fala, desafiadora, impactante. Foi, na verdade, um chamamento à reflexão.

Na sequência, vamos ouvir Eduardo Mira, Professor, Escritor e Analista CNPI.

**O SR. EDUARDO MIRA** (Para expor.) – Boa tarde! Muito obrigado pelo convite.

É uma honra poder estar aqui falando sobre um tema tão relevante. Só, antes de falar, queria dizer a V. Exa. que com qualquer real a gente consegue... A senhora falou especificamente em bolsa de valores. É uma das minhas especialidades. Como analista CNPI, eu sou... O CNPI (Certificado Nacional dos Profissionais de Investimento) é o único profissional que pode recomendar investimentos em bolsa de valores. No YouTube eu tenho recomendação pública, gratuita, e com R$50 você pode comprar as primeiras ações, os primeiros fundos imobiliários – fica o convite –, qualquer um consegue.

Mas eu entendo que todo mundo defende, é importante que a gente defenda a educação financeira. Eu, como educador, professor há mais de 25 anos, defendo também a educação financeira. Só que eu quis trazer luz a um outro ponto. Esta é uma Casa, o Senado – a Câmara também –, que está sempre preocupada com políticas públicas, desenvolvimentos de longo prazo e, no limite, trazer à população um bem-estar social, e acaba sendo, no limite, o que é a função do Legislativo.

Existe uma integração muito grande – uma importância muito grande – com a educação financeira, com os investimentos e o crescimento de longo prazo. O que explica isso?

A gente já tem na literatura muita coisa sendo falada sobre isso, e o que explica isso é a produtividade. Inclusive, temos três ganhadores de prêmio Nobel, o Solow, o Romer e, ano passado, o Aghion, versando sobre produtividade, a importância que isso tem, porque não existe crescimento de longo prazo sem que se fale de produtividade. Vocês já vão entender porque eu estou falando de produtividade se a gente está falando de finanças, de investimentos, de educação financeira, num momento extremamente propício. A gente está na Semana Enef. Começou segunda-feira lá na B3 – tive o prazer de participar – a Semana da Educação Financeira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que é um tema extremamente relevante. Então, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, a produtividade é discutida incansavelmente, gerando alguns ganhadores de prêmio Nobel.

E por que a gente tem que falar sobre produtividade? Por que a gente está pensando em crescimento de longo prazo? O que isso tem a ver com investimento? A gente tem que pensar em tecnologia e inovação para poder falar de crescimento de longo prazo. A gente tem que pensar no capital humano – educação. Como a gente falou muito, existem perguntas que os cidadãos mandaram sobre como botar isso na Base Comum Curricular. Na verdade, já está, mas as pessoas não conseguem tangibilizar.

A gente tem que falar também de infraestrutura. Não só a infraestrutura que a B3 consegue prover, mas infraestrutura de uma maneira geral: energia, telecomunicações, estradas, portos. Tudo isso gera crescimento e vai depender de produtividade e do capital dos pequenos investidores, como a gente vai ver.

E, claro, a gente precisa de uma alocação eficiente, evitar a *misallocation*, que é justamente um pouco do que a Deborah acabou de falar, de colocar dinheiro no lugar errado e esse dinheiro também não gerar o desenvolvimento e o crescimento de longo prazo de que o Brasil precisa.

E o que o investimento tem a ver com tudo isso, produtividade e crescimento de longo prazo? A gente precisa de poupança, não o instrumento financeiro poupança, mas o hábito de poupar. O hábito de poupar vai levar a investimento. Esse investimento, o capital que financia a produção... e aí a B3 tem um papel fundamental, porque ela é a grande representação do mercado de capitais, que é o mercado de captação, que é onde as empresas vão captar recursos através de IPO, através de debêntures e de uma série de outros instrumentos. Essa captação vai fomentar o crescimento econômico, vai gerar mais emprego, vai gerar mais desenvolvimento, vai aumentar o PIB e, por isso, é tão importante. A gente tem poupança-investimento, depois produtividade, o que gera crescimento de longo prazo, renda, empregos e bem-estar, que é o que eu entendo que o Senado, a Câmara e todos os políticos, de uma maneira geral, acabam buscando.

Por que o pequeno investidor é tão importante? Por que a Semana do Pequeno Investidor é tão importante? Porque, segundo o FMI, 35% da poupança, do valor investido, poupado, vem das famílias; 60% das empresas; e 5% dos governos. O pequeno investidor está inserido onde? Nas famílias, pequenas famílias, pequenos empreendedores. Eles são parte fundamental desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

componente da produtividade. A produtividade é composta de uma série de coisas, mas existe um componente que é a poupança, o quanto as pessoas estão investindo. O pequeno investidor é a essência de tudo isso. Então, a Semana Nacional do Pequeno Investidor tem extrema relevância para que a gente consiga produzir crescimento de longo prazo, que é uma das coisas mais importantes que a gente tem no Brasil.

Então, o que a gente tem hoje? O nosso ciclo hoje é vicioso. A gente tem baixa poupança das famílias; a gente tem oferta limitada de crédito produtivo, porque, se as pessoas não investem, se não tem *funding* para ser emprestado e para gerar crescimento, para que as empresas possam pegar capital com juros mais baixos e, assim, gerar crescimento, o sistema financeiro também não se desenvolve. A gente tem um sistema de menor porte; a gente tem a *misallocation*, a má alocação dos recursos; a gente tem, no fim das contas, baixa produtividade e menor crescimento econômico. O que a gente tem que buscar é um círculo virtuoso – com o que a Semana do Pequeno Investidor tem capacidade de contribuir –, que é mais famílias poupando com regularidade, maior oferta de crédito, sistema financeiro mais robusto, melhor alocação da poupança disponível, o que vai gerar, tudo isso, uma maior produtividade e crescimento sustentável no longo prazo.

Aqui eu trago alguns números. No Brasil, a gente poupa cerca de 18% do PIB, enquanto a média mundial é 27%, Principalmente, países da Ásia têm uma média muito maior. O Brasil está atrás da OCDE e inclusive atrás da América Latina. Por que o pequeno investidor, a Semana do Pequeno Investidor? Porque, na B3, por exemplo, na Bolsa de Valores, a gente tem cerca de 6 milhões de investidores com um volume médio de R$2,2 mil. Então, a gente está, essencialmente, falando de assalariados e pequenos investidores procurando caminhos para ter rentabilidade, poupança de longo prazo. E eles são fundamentais para que a gente consiga prover um crescimento de longo prazo através da produtividade. O Brasil tem um baixo índice de letramento financeiro.

O pequeno investidor, como eu disse, é parte fundamental da poupança nacional. A gente tem a família brasileira, o jovem investidor, o trabalhador formal e também o informal e o micro e pequeno empresário – como V. Exa. falou, tem a preocupação com os MEIs –, todos eles são integrantes dessa célula de poupança nacional, que vai ajudar a prover o crescimento de longo prazo. Então, a gente precisa de educação financeira. Isso vai gerar melhores decisões; as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

melhores decisões vão gerar mais poupança, que vai gerar mais investimento e que vai trazer mais retorno para o patrimônio.

Aqui eu trouxe um dado que eu acho interessante. Existe um estudo da Universidade de Milão sobre o resultado que foi medido – eles pesquisaram no mercado americano – da educação financeira no crescimento e na produtividade. Todo tipo de educação é fundamental. Como professor, eu defendo muito isso. Só que, para o crescimento de longo prazo, para a produtividade, quem mais gera retorno é a educação financeira. Eles mediram... E a educação financeira tem um fator multiplicador de 2,92. É um estudo matemático, quantitativo, feito pelos professores de lá, de que todas as educações conseguem melhorar a produtividade, porque as pessoas vão ganhar mais; um médico, um engenheiro, um advogado, todo mundo vai ganhar mais e vai acabar investindo, só que a educação financeira ensina onde investir.

E lá nos Estados Unidos foi percebido que, com mais educação financeira, as pessoas entendem melhor o mercado de capitais, conseguem investir e direcionar, pelo menos parte do recurso, para empresas de tecnologia. E a tecnologia é uma das bases da produtividade. Então, pessoas e empresas mais produtivas vão gerar o crescimento do PIB. Mas isso só é possível com alocação dos recursos, e isso só é possível também pela educação financeira. Então, já existem números que comprovam isso. Esse estudo foi de 1950 até 2019 com o mercado americano, provando a importância da educação financeira.

Pode passar.

Então...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela tem um porquinho.

**O SR. EDUARDO MIRA** – Eu tenho um porquinho. A minha filha de 4 anos, a mais nova, tem um porquinho. Ela brinca de chacoalhar. Para ela é um chocalho, e não um porquinho. Ela brinca.

Então a gente precisa de educação financeira, de conteúdo financeiro nas escolas, que é o que a Semana Nacional do Pequeno Investidor provê, pensa; de cultura de poupança, proteção ao pequeno investidor, formação de patrimônio, investimento consciente. E vai tudo isso gerar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento de longo prazo, que é o que a gente, como sociedade, deseja, e eu entendo que também os Parlamentares buscam, de uma maneira geral.

Pode passar.

Então, só para resumir, a gente vai buscar com a Semana Nacional do Pequeno Investidor um círculo virtuoso de crescimento. Se a gente quer um Brasil mais produtivo, a gente precisa de mais investimento; se a gente quer mais investimento, a gente vai gerar mais poupança. A gente quer uma poupança de qualidade e, para isso, a gente precisa de educação financeira.

Só me estendendo uns segundos, com essas perguntas que foram enviadas pelo público, excelentes perguntas, mas a maioria está perguntando sobre isenção de impostos, que não é o tema daqui. De repente, na Comissão de Orçamento, ou alguma outra coisa, falar sobre impostos ou sobre a inclusão da educação financeira na pauta curricular, o que também já foi discutido. Então, eu acho que boa parte das perguntas já foi direcionada, já foi selecionada.

Eu sou muito, assim, completamente a favor da Semana Nacional da Educação Financeira, já respondendo à sua pergunta. Eu acho que essa data vai ser excelente, porque, junto com a Semana Mundial da Educação Financeira, a gente vai conseguir reverberar o que for feito mundo afora e conseguir dar uma maior amplitude aqui no Brasil.

Muito obrigado pelo espaço.

E estou à disposição. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns pela apresentação.

Eu também sou professora. Sou professora de educação infantil.

Eu ia cumprimentar os seus eslaides. Didaticamente claros e visualmente muito bonitos. E ficaram lindos com o porquinho, viu? Então, parabéns! Eu acho que é isso mesmo.

Eu vou só dizer uma coisa para vocês. A gente está agora para discutir o segundo Desenrola, não é? E a minha assessoria brava, pelo endividamento – deixa eu olhar bem para elas ali –, construiu a seguinte emenda: "Só vai ter acesso ao Desenrola quem provar que fez um curso de educação financeira, nem que seja online."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí, eu olhei para elas: vocês não conhecem o Marajó, vocês não conhecem a região ribeirinha, em que o meu povo ainda não tem energia para carregar um celular, para ter um celular, né? E eles queriam condicionar... Eu disse: "Não, não condiciona, vamos deixar que seja oferecido." Porque quantos Desenrola a gente vai ter daqui para a frente, não é, Deborah? Endivida, desenrola, endivida... Vamos começar... Então, a gente não vai aguentar.

Vocês estão vendo que eu estou conduzindo esta sessão de uma forma muito alegre, muito, assim, muito solta, muito leve, mas eu sou muito preocupada com as questões. Eu sou da Comissão de Assuntos Econômicos e sou uma das mais chatas lá – não é, CVM? –, uma das mais chatas lá. E eu estou preocupada – eu estou muito preocupada –, mas eu quero que essa campanha também chegue lá na região ribeirinha, porque o menino que está colhendo açaí vai precisar entender sobre consumo consciente, sobre empreendedorismo, mas também sobre investimento, está entendendo?

Então, eu acho que a Jussara acerta muito... Gente, o Relator da matéria é o Senador Izalci, que é um economista... Na verdade, ele é contador. Ele não está aqui também, porque está nessa confusão toda aí hoje, um monte de matérias sendo discutidas. Mas eu fico muito feliz com essa primeira mesa. Muito feliz! Eu acho que essa primeira mesa já atendeu à finalidade desta sessão, mas eu preciso compor uma segunda mesa e eu vou pedir aos senhores que – não estou mandando embora, não, tá? –, por favor, por gentileza, permitam-me trazer os demais convidados para a mesa.

Enquanto a assessoria vai colocando o prisma aqui na mesa, eu só quero me referir às pessoas que estão enviando perguntas; eu quero agradecer a participação popular. Gente, nós estamos com uma audiência enorme; nós estamos na TV Senado, YouTube, diversos canais.

Renan, de Pernambuco, pergunta: "Como ampliar o acesso a investimentos sem expor pequenos investidores a riscos por falta de educação financeira?".

Ryan, de São Paulo, pergunta: "Como o [projeto de lei] [...] pretende garantir que a educação financeira chegue de fato às populações de baixa renda e do interior do país?". Foi isso que eu falei agora, né?

Juliano, do Distrito Federal: "O [projeto de lei] [...] garante educação financeira real ou apenas incentiva a venda de produtos financeiros?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bruna, do Mato Grosso do Sul: "Como o projeto pretende desmistificar o mercado de ações e renda fixa para o pequeno investidor que ainda tem medo de sair da poupança?".

Raíssa, do Mato Grosso: "Como o PL [...] vai punir fraudes digitais de forma ágil, antes que o patrimônio do pequeno investidor seja destruído?".

Gilberto, de Goiás... Já foi respondida aqui a pergunta dele, mas eu tenho três comentários.

Alexandre, do Ceará: "O valor da isenção de R$20 mil para R$100 mil na renda variável [será ampliado nas vendas de] [...] ações com lucro?". Na verdade, é mais uma pergunta. Ele está se referindo à questão do Desenrola.

Marco, do Paraná: "Pequenos empresários do ramo das engenharias passarão a serem enquadrados como MEI?".

Ryan, de São Paulo: "De que forma o PL protegerá o investidor iniciante contra fraudes [exatamente o que Deborah falou], pirâmides financeiras e propagandas enganosas [...]?".

Bom, com os prismas já na mesa... Gente, isso aqui é prisma, tá? Deixe-me falar, tem muita gente que não sabe. Essa coisinha aqui se chama prisma, e, como eu falei, talvez tenha surgido dúvida.

Eu posso contar um segredo? Eu fui Ministra, não sei se vocês lembram. Fui a Ministra mais bonita do Governo anterior. (*Risos.*) E a gente teve que fazer inúmeros debates no Brasil sobre o Pacto Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio e o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Criança. Aí a gente ia para uma cidade, ia reunir diversas autoridades em parceria com quem estava nos recebendo, e meu gabinete precisava de 12 prismas. Aí, conversando com o cerimonial de quem estava nos recebendo: "Olha, está tudo prontinho, mas vocês conseguem para a gente 12 prismas?". Aí a pessoa disse: "eu vou tentar". Passados dois dias, a pessoa ligou: "Olha, o Prefeito está perguntando se não pode ser outro carro (*Risos.*), porque está difícil, a gente não está encontrando Prisma para alugar".

Isso foi verdade, a assessora que passou por isso trabalha aqui no Senado hoje e foi muito legal a gente ter passado por isso para a gente poder explicar. Então quando eu falei "vamos trocar os prismas", atenção, Brasil, essa plaquinha aqui chama-se prisma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a alegria de compor a segunda mesa com o senhor... Quero que venha à mesa o Sr. José Kobori – acho que eu falei certo –, Financista, Professor e Escritor. Sr. José, que alegria recebê-lo aqui, professor, com a gente, viu? (*Palmas.*) Seja bem-vindo, está bom? (*Fora do microfone.*)

Tenho a alegria de convidar a Louise Barsi – falei certo? –, Sócia-fundadora e membro do Conselho de Administração do Ações Garantem o Futuro. Bem-vinda, Louise. (*Palmas.*) Bem-vinda! Prazer, Louise. (*Fora do microfone.*)

Tenho a alegria de chamar a Beatriz Nóbrega, Secretária-Executiva da Frente pela Mulher Empreendedora. Que coisa boa! Bem-vinda, Beatriz. (*Palmas.*)

E convido para compor a mesa também Marilia Fontes, Sócia-Fundadora da Nord Investimentos. (*Palmas.*)

Prof. José, o senhor não tem ideia de como eu estou vaidosa nessa mesa – nas duas. O senhor viu quantas mulheres vieram falar de investimento aqui?

**O SR. JOSÉ KOBORI** – A maioria, sempre!

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O senhor viu que nós estamos ocupando todos os espaços neste país? Olha aqui, eu quero chamar a atenção de que passaram por esta mesa mulheres jovens também. Eu fico muito feliz com isso. Mulheres, nós estamos prontas para ocupar todos os espaços, eu fico muito feliz em tê-las aqui na mesa, compartilhando e debatendo sobre investimento.

Professor José Kobori... Eu falei certo, né?

**O SR. JOSÉ KOBORI** – "Coborí".

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – "Coborí". Seja bem-vindo e o senhor tem o seu tempo.

**O SR. JOSÉ KOBORI** (Para expor.) – Obrigado, Senadora, eu agradeço a esta Casa pelo convite; parabenizo todos os participantes, aqueles que falaram antes de mim e os que vão falar após; e também fico feliz. Eu acho que eu devo ser o mais velho de todos os participantes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Bem mais. (*Risos.*)

Mas eu fico feliz, porque como eu sou um pouco mais antigo, as mulheres vêm ganhando cada vez mais participação no mercado financeiro, e eu fico muito satisfeito com isso.

Até por essa história um pouco mais antiga, eu atuo no mercado financeiro há mais de 30 anos, sendo os últimos 20 com empresas no mercado financeiro, então já trabalhei com investimentos, com fusões e aquisições. Fui professor do Ibmec por dez anos, professor de Finanças nos programas de pós-graduação, e esse tema da educação financeira sempre me chamou muita atenção; eu sempre participei dele.

Vou seguir um pouquinho aqui. Para não correr o risco de ser repetitivo, sendo o sexto a falar, vou tentar fazer uma fala, Senadora, um pouco mais crítica, mas sempre uma crítica construtiva do que seria o papel do Estado na proteção dos pequenos investidores.

Antes da ascensão da tecnologia e das redes sociais, já existia um grande evento de educação financeira no Brasil que se chamava circuito Expo Money, do qual eu tive o prazer de ser um dos palestrantes. A gente passava em todas as capitais e nas maiores cidades do interior falando sobre educação financeira. Era um evento que era patrocinado pela própria, na época, Bolsa de Mercadorias e Futuros e a Bovespa – que hoje, depois da fusão com a Cetip, se tornou a B3 –; por todas as corretoras, por todas as entidades do mercado financeiro de capitais, e era um evento, obviamente, antes da tecnologia, presencial. Sempre foi um evento que buscou levar a educação financeira para os pequenos investidores, principalmente, para que eles não entrassem e não caíssem nessas armadilhas que o mercado sempre apresenta, porque, inevitavelmente, é da natureza humana, tem ali uma minoria de pessoas que se aproveitam da ingenuidade das pessoas para tirar proveito.

Então, a minha crítica, no final... Assim como a Deborah, eu vou tentar fechar a minha linha de raciocínio e vou fazer a proposta do que seria – acho que é até esse o objetivo de uma audiência pública –, do que a gente poderia sugerir para tentar melhorar os projetos de lei que saem das Casas Legislativas. Obviamente, é muito importante ter a Semana Nacional do Pequeno Investidor, que é um evento que vai levar a educação financeira, mas, por ser tão antigo, eu acho que só a educação financeira não será suficiente. No final, eu faço, talvez, a minha sugestão do que eu acharia que deveria ter nessa Semana Nacional do Investidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, eu fui professor de finanças por dez anos, e e eu tenho muito orgulho. De vez em quando encontro ex-alunos que hoje fazem parte, são analistas de mercado, são dos órgãos do Estado também, da própria CVM, do Banco Central, do Tesouro Nacional, e a gente tem um corpo de técnicos nas instituições públicas, principalmente, mas, obviamente, nas instituições privadas também, nos grandes fundos de investimento, muito capacitada. E já existem leis para coibir vários tipos de tentativas de fraude, ou de, no mínimo, enganar o investidor.

Muito tempo atrás, eu tinha mais contato com a CVM; hoje, nem tanto, mas tive o prazer de conhecer alguns dos integrantes na CVM... Porque, como a Deborah falou, várias das... As maiores fraudes que a gente viu nos últimos 12 meses foram fraudes feitas dentro do sistema legal. Não foi, como disse a Deborah, um envio de *phishing*, de pegar a pessoa e, realmente, cometer um crime. Foi feito dentro do próprio sistema financeiro. O próprio evento do Banco Master, o Banco Master não tinha capilaridade para distribuir mais de 40 bilhões em CDBs. Então, ele se utilizou do próprio mercado financeiro, que tinha escala e capilaridade para distribuir os produtos dele, e não é possível – como eu disse, tem muitos alunos meus que estão na Faria Lima – que eles não sabiam que aquilo tinha alguma coisa errada. Quem conhece do assunto sabe que tinha alguma coisa errada. Então, utilizou-se dos próprios mecanismos do Estado para que se cometesse essa fraude.

Então, citando três – a Deborah citou alguns –, a própria Americanas... Por mais que a gente leve educação financeira para o investidor, é impossível um pequeno investidor chegar a um nível de capacitação técnica para identificar a fraude que eles fizeram na Americanas. Ele vai lá comprar a ação da Americanas, mas a fraude foi feita toda dentro da própria estrutura de finanças corporativas da Americanas. Então, só um especialista que tivesse acesso, realmente, a todos os detalhes daquelas operações, do risco sacado que eles estavam fazendo, ia chegar a essa conclusão.

O nível de educação financeira que a gente quer levar para o investidor não vai capacitá-lo para identificar isso; isso é um papel do Estado, isso é um papel dos órgãos fiscalizadores e dos órgãos reguladores.

A Ambipar, para quem sabe... Lá no início, o controlador da Ambipar, junto com o Nelson Tanure, junto com dois fundos do Banco Master, atuou para inflar o papel da Ambipar, que se valorizou em mais de 800%, para que ele fosse utilizado na privatização da Emae lá em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois, o próprio mercado financeiro foi, executou essa dívida que não foi paga e acabou entregando a Emae para a Sabesp, num outro processo também questionável de privatização.

Os técnicos da CVM – eu me lembro bem –, nesse caso da Ambipar, já tinham identificado isso. Por que esse negócio não foi em frente? Dois técnicos da Caixa Econômica, que se recusaram a comprar os papéis do Banco Master, foram afastados. Então, o serviço público no Brasil é muito capacitado, é muito competente, é muito técnico. Eu conheço vários deles, porque alguns foram meus alunos, e eu sei que eles são capacitados, são técnicos, são agentes do Estado, representam o Estado, conseguem identificar essas coisas, mas, por algum motivo, esses negócios são abafados, e a gente só descobre depois que muita gente já perdeu dinheiro.

O Estado tem um papel muito importante, só que, infelizmente, a gente está num modelo econômico, num sistema no qual o poder econômico se traduz em poder político. Não é muito difícil a gente imaginar por que os dois técnicos da Caixa Econômica Federal que recusaram a compra do papel do Banco Master foram afastados. Não é difícil a gente imaginar por que os técnicos da CVM identificaram os problemas na Ambipar, e esse processo, em algum momento, parou. Então, o Estado... Não adianta a gente levar educação financeira para os investidores se o Estado não atuar da forma que deve atuar, sendo fiscalizador e regulador do mercado, porque as entidades do mercado financeiro já fazem educação financeira há muito tempo!

A Bolsa leva educação financeira. Eu, muito tempo atrás, fiz vários cursos na Bolsa de Valores. A Anbima leva muita educação financeira. Todos esses eventos sempre existiram, a gente leva educação financeira, mas, se o Estado não atuar e não tiver um papel forte na fiscalização dos produtos financeiros... Inclusive, quando eu entrei no IBMEC, tive o prazer também de criar uma disciplina nova, que se chamava exatamente Produtos Financeiros, em que eu ensinava a precificar todos os ativos e vários tipos de fundos. E eu sempre fui um cara chato, por isso eu estou sendo chato agora, viu, Senadora? (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. JOSÉ KOBORI** – Inclusive, na Expo Money, eu sempre falava que a minha palestra era a última do evento porque todo mundo falava tudo que ia dar certo, e eu era o cara que ia lá e falava: "Olhem, vai dar errado".

Então, todo mundo que vem com investimento... É porque o investidor, a gente tem este problema: a gente só olha o retorno, só que em finanças tem uma relação de risco e retorno. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma coisa está dando retorno demais, é porque tem um risco maior! Então, eu sou o chato que vai lá e fala do risco, porque eu sempre ensinei: se você souber mensurar o risco, o retorno é consequência. Faz parte do ser humano o sentimento de ganância, então, a gente vai olhar sempre para o retorno, não vai olhar para o risco. Todo mundo está atrás de ganhar dinheiro, ninguém está atrás de perder dinheiro. Só que eu sempre falei: se você estiver atrás de ganhar dinheiro, você vai perder dinheiro.

Então, eu acho que a Semana Nacional do Pequeno Investidor, Senadora... No projeto de lei, se for possível ser alterado, nesse evento, eu acho que seria muito benéfico para todos os investidores que existisse alguma espécie de sabatina dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Imagine aqui os representantes da CVM, do Banco Central, dessas entidades, sendo, uma vez por ano, confrontados com os investidores. Eu garanto que, se tivesse isso neste ano aqui, tudo o que eu falei aqui ia ser confrontado. E aí, esses órgãos, através do poder que eles têm – que lhes foi instituído pela política –, deveriam dar explicações para o investidor: "Por que a sua área técnica recomendou isso e esse negócio não foi para a frente?", "Por que a sua área técnica recomendou isso e ela foi afastada?". Porque o poder econômico neste país se traduz em poder político.

Eu acho que a gente tem que resgatar o papel do Estado, porque o Estado é uma abstração humana – o Estado e o dinheiro, inclusive, são abstrações humanas. O Estado foi criado para regular uma relação desigual e, no mercado financeiro, a relação desigual que ele tem que regular é do poder econômico sobre os pequenos investidores, porque, inevitavelmente, gente, se o poder econômico quiser enganar o investidor, vai enganar. É só o Estado que consegue intervir nessa relação e proteger os mais fracos.

Então, eu acho que, se fosse possível, nessa semana, ter esse tipo de cobrança e confrontação dos órgãos fiscalizadores e reguladores, eu acho que seria muito mais objetivo e benéfico, além, obviamente, de levar a educação financeira para o pequeno investidor.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professor, meu Deus! Eu acho que eu vou pedir à minha assessoria para anotar o seu nome,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porque nós vamos precisar lhe trazer algumas vezes nesta Casa. E eu acho que a gente poderia colocar no projeto, também, que todo Deputado e Senador tinha que fazer um curso de educação financeira. (*Risos.*)

**O SR. JOSÉ KOBORI** – Eles vão sentar sempre à sua esquerda, hein? (*Risos.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É verdade.

Deixe-me dizer uma coisa: eu estou muito preocupada, Professor. Esta audiência está bem mais *light*, mas a gente só tem motivos para chorar quando a gente fala de sistema financeiro ultimamente, quando a gente fala de tudo o que aconteceu e das vergonhas que nós estamos passando. Porque, Professor, a gente vendia para o mundo uma imagem de que nós tínhamos um sistema financeiro sólido, um sistema financeiro que era confiável. E eu quero que os senhores imaginem as críticas que a gente está recebendo lá de fora, os grandes investidores que estão nesta nação, as inseguranças que a gente passou para todos eles.

Por conta disso, Professor, eu fui para uma CPMI – a gente começou lá investigando a questão dos descontos associativos autorizados por lei, tá? Tudo o que vocês disseram aqui: muitos operaram com base numa lei, numa autorização, estava tudo combinado, tudo certinho. Depois, a gente chega às questões das fraudes dos bancos; e foi muito difícil para mim, naquele momento, ter que me debruçar, estudar, ler, mergulhar. Depois daquela CPMI do INSS, que foi frustrante para mim, eu fui nomeada para um grupo de trabalho na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, no meio do grupo, eu fui nomeada meio que uma Coordenadora Técnica de Documentos, e eu tenho me debruçado – e me assustado, Professor; me assustado com o que tenho visto.

E agora, eu estou nomeada Relatora de uma proposta de fiscalização e controle na Comissão de Fiscalização e Controle financeiro do Senado, especialmente sobre o Banco Master, novamente, o que me faz ler mais, conversar com outras instituições. Lá na Comissão de Fiscalização e Controle, Professor, eu vou trabalhar muito a questão da governança e a questão dos órgãos fiscalizadores do país, dos órgãos reguladores. Enquanto eu tiver uma CVM não fortalecida, eu vou ter problemas. Enquanto eu tiver um Banco Central a que a gente deu uma autonomia, mas não deu condições...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, o Presidente do Banco Central disse que ele tem 1 analista para cada 20 instituições financeiras, quando, no mundo inteiro, são 20 analistas para cada 1 instituição. O Presidente do Banco Central disse para nós que ele não pode pagar hora extra nem hora noturna para os seus funcionários, porque a legislação não permite. Como é que, num Banco Central que se relaciona com o mundo inteiro – e o horário bancário no mundo inteiro é diferente do nosso, é de noite, é de madrugada –, eu não posso ter funcionários de noite?

Então, assim, enquanto eu não tiver órgãos fortalecidos, eu não terei o sistema financeiro confiável. Mas todos nós vamos ter que fazer uma mea-culpa: onde estava o Congresso Nacional? Quando a gente fala desses escândalos todos que o senhor colocou aqui, o que a gente escuta é: "Mas estava na cara!". Estava na cara de quem? Da CVM? Do Banco Central? Do Ministério Público? Do TCU? Da CGU? Do Congresso? Estava na cara de quem? Como é que estava na cara de todo mundo e ninguém viu? Então, a gente vai ter que rever, sim, Professor – a sua fala é uma fala bem preocupante –, a gente vai ter que rever muita coisa.

E, lá na proposta de fiscalização e controle que eu estou conduzindo, eu vou fazer algumas audiências públicas, e eu vou ter os nomes dos senhores guardados. E lá eu não vou ser essa *light* aqui não, tá? Lá vai ser briga mesmo. Especialmente, Deborah e Christianne, quais são os furos legislativos? O que nós temos que fechar na legislação? Onde a legislação facilitou o caos que nós estamos vivendo hoje?

Eu quero muito terminar o meu trabalho na outra Comissão propondo... Eu não vou pôr ninguém na cadeia – bem que eu queria, eu sempre quis ser delegada, para falar: "Esteja preso", eu não vou conseguir naquela... Posso fazer muitos encaminhamentos para o Ministério Público, mas quero deixar o encaminhamento de que nós temos brechas para serem fechadas.

Obrigada, Professor, por ter se posicionado dessa forma, por ter ido um pouco além do que o projeto propõe, mas eu acho que estava na cara de todo mundo. E por que a gente não fez? Por que a gente não evitou?

Muito obrigada, Professor.

**O SR. JOSÉ KOBORI** – Eu que agradeço a oportunidade. E quando a senhora tiver todo mundo falando o que vai dar certo, me chame, que eu vou falar o que vai dar errado. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, eu acho que eu tinha que ter colocado o senhor por último. (*Risos.*)

Obrigada, Professor.

Vamos ouvir agora, com alegria, a Louise Barsi, sócia-fundadora e membro do Conselho de Administração do Ações Garantem o Futuro.

Bem-vinda, Louise.

**A SRA. LOUISE BARSI** (Para expor.) – Boa tarde, Senadora. Boa tarde a todos e, também, aos cidadãos que estão nos ouvindo remotamente.

Apenas me apresentando aqui, rapidamente – e é um desafio ficar como uma das últimas, porque foram falas muito impactantes. Parabéns a todos os profissionais que estiveram aqui.

E, me apresentando, meu nome é Louise Barsi, sou sócia-fundadora do AGF (Ações Garantem o Futuro). Então, já dando o *spoiler* do que eu vou falar aqui, que é endossar aquilo em que a gente acredita fortemente: que o mercado de capitais, especificamente as ações, possam ser uma segunda via, uma opção para que o cidadão brasileiro possa ter uma previdência digna no futuro, mas não paga pelo Estado, paga com a geração e distribuição de riqueza por meio dos lucros das empresas, que são os dividendos.

Então, só para começar aqui a minha rápida explicação... Também não pretendo ser muito repetitiva em relação às falas dos colegas...

Opa, desculpe. Pode voltar aqui para mim, por favor? Aí, obrigada.

Queria começar a minha explanação com a teoria do economista Franco Modigliani, uma teoria muito simples, que é a teoria do ciclo da vida financeira. É uma teoria que tenta explicar, basicamente, como as pessoas planejam o seu ciclo de vida, tanto de consumo quanto também de poupança ao longo da vida, a fim, obviamente, de manter o seu padrão de vida.

Essa teoria preconiza que existem, basicamente, quatro fases das etapas de ciclo de vida financeira: tem a fase da juventude, que é uma fase mais de dependência, o início da vida, é o momento em que existe a dependência dos pais, a dependência familiar; você tem o momento da primeira maturidade, que é a fase de acumulação, que é a fase de estudo, do primeiro emprego, que é a hora de poupar, de investir, de arriscar, aqui, sim, de assumir riscos, de começar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a construir família; a fase da maturidade avançada, que tende a ser a fase de pico de renda, que é a consolidação do patrimônio, é o momento de começar a olhar para o futuro e fazer seguro, começar a se tornar um pouquinho mais conservador; e a última fase da vida, que é a velhice, que é a fase de despoupança, que, teoricamente, deveria ser a fase de usufruir dos recursos que foram acumulados ao longo do ciclo da vida financeira.

Infelizmente, essa deveria ser a teoria, mas é uma teoria que não se aplica à prática, especialmente quando a gente olha um pouquinho para a realidade do nosso país. Então, aqui, só para contextualizar a todos e todas, e colocar o quanto o tema educação financeira é importante e urgente, a gente tem aqui... Eu trouxe alguns números, como fonte, o Serasa, da evolução do número de inadimplentes no Brasil, em especial, nos últimos quatro anos: nós temos 83,3 milhões de endividados, de inadimplentes; o valor total da dívida soma R$568 bilhões, o que equivale a um valor médio de endividamento por pessoa de R$6.815,00, arredondando o número para cima.

E essa dívida não é com supérfluos. Acho que a Deborah falou muito bem a respeito da questão do cartão de crédito: é o primeiro fator de endividamento da população brasileira, 27%; em seguida, outras questões financeiras; depois, em terceiro... desculpe, em segundo, 20%, as *utilities*, que são as contas básicas de água, energia; em seguida, a gente tem outros quesitos financeiros; e, por fim, serviços.

E ali, no último quadrinho, a questão da faixa etária de inadimplentes. No eslaide anterior, eu trouxe justamente o que deveria ser a teoria do ciclo de vida financeiro, mas você tem ali quase 12% da população financeira, que são os jovens até os 25 anos, que já iniciam a sua vida financeira inadimplentes. Isso, obviamente, se carrega ao longo do ciclo financeiro e, chegando até a última faixa etária, que é acima de 60 anos, a gente tem 20% da população também inadimplente, justamente no momento que deveria ser para usufruir dos recursos que foram acumulados ao longo da vida financeira.

Então, de fato, é uma situação muito periclitante, principalmente quando a gente se depara com a questão da demografia, que é imperativa, não há o que se discutir em relação a isso. O último censo do IBGE mostra justamente que, a partir de 2042, vamos inverter a nossa demografia, nós teremos um país envelhecido, a população idosa vai crescer em um ritmo mais acelerado do que a taxa de natalidade. Então a gente tem uma inversão da curva a partir de 2042. E a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pode se deparar: "bom, 2042 está muito longe", mas não nos esqueçamos que hoje, em 2026, nós estamos mais próximos de 2042 do que estamos dos anos 2000, e parece que foi ontem. Então, de fato, é uma situação muito urgente. Até 2050, nós teremos 180 idosos para cada 100 crianças, então a hora de agir é justamente agora, para que o nosso país enriqueça antes que ele envelheça.

E aí, claro, parece que eu só trouxe notícia ruim, né? Mas olhando para o copo meio cheio também – o Marcelo comentou sobre o raio-X da Anbima –, já temos aqui alguns dados que corroboram que o brasileiro está, sim, buscando a educação financeira. O último raio-X da Anbima mostrou que, de 2021 a 2025, conseguiram economizar de 27% para 33% dos entrevistados; conseguiram investir 18% para 24% dos entrevistados; e mantiveram a constância como investidores 31% para 36% dos entrevistados.

E aqui eu quero chamar a atenção para... Obviamente, essa criação dessa semana é extremamente importante, mas a gente está falando de um problema que é transversal, estrutural e multifatorial, não é, Senadora? Não existe solução simples, geralmente, para problemas complexos. A gente precisa bater na tecla da educação financeira sempre que tivermos a oportunidade, e é aqui que eu quero trazer luz, justamente, não só para os problemas, mas para uma dessas soluções, e deixar também aqui consignado como uma sugestão para que essa semana contemple também os investimentos em renda variável, especificamente, em ações. E por que isso? Sim, de fato, é tido como investimento de maior risco, mas é aquele que, a longo prazo – de novo, não temos uma bala de prata – tem potencial de alavancar e de multiplicar os recursos dos investidores.

Apenas para ilustrarmos aqui onde podemos chegar... Eu, ao contrário do Kobori, estou do lado otimista, eu gosto de ver o copo meio cheio. Se a gente olhar para o mercado de capitais mais maduro do mundo, que é o dos Estados Unidos... Claro, é outro contexto, é um mercado de 200 anos de existência. O nosso Ibovespa tem pouco mais de 50 anos, então ainda somos um mercado com tudo para se fazer, olha o mar de oportunidade que nós temos ainda pela frente.

Nos Estados Unidos, a gente está falando de um mercado de US$100 trilhões, 60% da população investe e possui, pelo menos, uma ação. Isso porque lá não há sistema previdenciário, cada indivíduo é responsável pela sua contribuição ao longo da vida e será desses recursos que deverá sobreviver na sua velhice. Serão esses recursos que serão transmitidos intergeracionalmente para os seus familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente traz também o indivíduo para o centro da solução, para o centro da questão, eu acho que é muito importante. O Kobori trouxe a questão do Estado, mas também não dá para se ajudar quem não quer ser ajudado; o indivíduo precisa tomar ciência da urgência que é fazer algo pelo seu futuro financeiro.

Se não tivermos essa urgência instalada na população brasileira, infelizmente, talvez em 2050 não tenhamos um sistema previdenciário com que contar. Então, é isso.

As ações podem fazer isso pelo cidadão, com planejamento, pensamento a longo prazo, distribuição consciente de dividendos – para que esse cidadão possa participar não só da geração de riqueza, mas também da distribuição de riqueza através do nosso mercado de capitais, se tornando sócio de empresas.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Louise. (*Palmas.*)

Obrigada.

Vamos ouvir agora a Beatriz Nóbrega, Secretária Executiva da Frente pela Mulher Empreendedora.

É um prazer ter você aqui, Beatriz.

**A SRA. BEATRIZ NÓBREGA** (Para expor.) – Prazer, Senadora.

É sempre um prazer poder contribuir com as discussões aqui no Senado, na Câmara também.

É um prazer dividir a mesa com tanta gente qualificada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Linda essa mesa, né?

**A SRA. BEATRIZ NÓBREGA** – Demais. E com esse tanto de mulheres!

Hoje aqui, com certeza, não consigo alcançar os meus colegas de mesa, quando a gente está tratando de mercado financeiro, mas consigo trazer um pouco da visão de política pública e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de onde – nas discussões aqui no Congresso, principalmente pela frente, que tem a educação financeira como uma das suas principais pautas – a gente tem visto como essa Semana do Pequeno Investidor é importante. Talvez a gente pudesse começar a discutir mais um "Não se enrola" do que ficar discutindo tanto o Desenrola. A gente vê...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Gostei disso.

**A SRA. BEATRIZ NÓBREGA** – A gente vê a grande dificuldade que existe quando a gente está falando de educação financeira na prática, olhando para a mulher empreendedora, olhando para o cidadão brasileiro, que é o que os números mostram: a gente ter mais de 80 milhões de pessoas endividadas e discutir tanto superendividamento e ainda ter dificuldade de criar essa cultura de educação financeira.

E começo com uma provocação, inclusive, que também traz uma preocupação que a senhora trouxe. A gente tem aqui, desde março, nesta Comissão, esperando designação de Relator, o PL 2.979, que resolve – busca resolver, pelo menos – um dos problemas trazidos dentro da educação financeira quando a gente fala de BNCC e LDB...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está ouvindo, Andréia? (*Pausa.*) (*Risos.*)

**A SRA. BEATRIZ NÓBREGA** – PL 2.979, de 2023.

... que identificou justamente o que a gente vê: quando a gente vai para a educação financeira e, no final do dia, ela está transversalizada na BNCC – quando o professor de inglês, já cansado; o professor de matemática, o professor de geografia, já cansado, arruma mais uma obrigação –, a educação financeira não chega na escola.

Quando a gente para para observar quem pode dar educação financeira, na maioria das vezes, não vai ser o nosso sistema educacional sozinho, principalmente quando a gente está falando de comunidades que têm as pequenas escolas públicas, que precisam de um olhar que seja direcionado para elas. Porque quem conhece a realidade dos ribeirinhos, muitas vezes, são os ribeirinhos. Quem conhece a necessidade de povos originários, muitas vezes, são os próprios povos originários. E nem sempre todo mundo vai conseguir fazer por eles, a não ser alguém que se interesse por eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E o que esse projeto propõe? Que organizações que sejam capacitadas em educação financeira possam entrar nas escolas para cumprir a BNCC, para dar a cadeira de educação financeira de uma maneira que seja em parceria com o Estado, mas garantindo que ela aconteça. E que isso conte para o currículo, porque uma das coisas que a gente mais discute é como efetivamente a BNCC, em todos os seus aspectos – e, para a gente, de maneira muito clara, a educação financeira – não seja só uma letra morta num papel ou numa lei, ou uma coisa pontual.

Porque o que a gente vê aqui é como a Louise bem trouxe – e, se a gente olha para as nossas crianças, se a gente olha para a nossa geração e para gerações posteriores, principalmente –: a gente não vai ter aposentadoria; ou a gente se educa ou a realidade vai bater na nossa porta principalmente na velhice, em um Estado que não vai estar pronto para nos atender.

Projetos como o da Semana do Pequeno Investidor precisam ter *background*, precisam ter respaldo em sistemas que funcionem. De que adianta a gente criar mais uma semana e eu não ter educação financeira efetiva chegando em todas as comunidades? – chegando de fato, e colocando gente qualificada para ensinar cada uma das pessoas que precisa aprender, cada um dos brasileiros que precisa aprender, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio.

Pode ser que a minha filha – e a filha de muitos que estão aqui – tenha, na sua escola particular, educação financeira desde o início, mas mesmo assim... E a grande maioria da população, que não está nessa realidade? Como é que a gente começa a ensinar esses 95% de brasileiros que ganham até R$5 mil por mês – e que vivem com isso, mesmo a gente sabendo o quão difícil é, e entram no Desenrola da vida – a não se enrolarem e a começarem a formar patrimônio?

Hoje essa é uma outra grande questão: a gente não tem uma mentalidade de formação patrimonial – que precisa ser resolvida também, e só vai ser resolvida por educação. Até uma das perguntas aqui traz isso.

A melhor maneira de a gente proteger a população é o indivíduo se fortalecendo. É a lógica de que a educação e o conhecimento são o maior escudo que o indivíduo pode ter contra um golpe, contra um Estado em que, muitas vezes, vão acontecer brechas. A gente sabe que todo mundo, que todas essas circunstâncias políticas e econômicas que a gente tem visto surgiram na brecha da lei, à margem da lei, e a lei estava lá. E a gente vai ver isso e a gente vê isso cotidianamente aqui dentro do Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A grande provocação, então, que a gente traz e que a gente vê e que precisa chegar – precisa chegar – na educação, principalmente pensando nas nossas crianças e nas próximas gerações; precisa chegar em organizações capazes de levar para as empreendedoras...

A gente tem dados superdivulgados do Sebrae e de outras organizações que mostram que mais da metade das empreendedoras sentem que não tiveram educação financeira o suficiente. Mesmo a gente vendo, na liderança feminina, números muito mais efetivos de resiliência, de eficiência, de buscar conseguir fazer uma gestão, elas são as que mais sentem a ausência da educação financeira na hora de gerir os seus negócios. Isso impacta diretamente em renda, isso impacta diretamente na possibilidade de crescimento do próprio mercado.

Então – até para encerrar –, o que a gente busca é muito isso. A gente tem que fortalecer projetos como o da semana do pequeno empreendedor, porque investir é importante. É a maneira como a gente vai fortalecer o cidadão brasileiro, a cidadã brasileira. Vai ensinar a empreender. Vai ensinar a investir. Vai ensinar a importância de se variar e não ter todos os ovos numa cesta só, mas, principalmente, a gente precisa criar um sistema de educação financeira que funcione.

Essa é a grande demanda da frente pela mulher empreendedora, é o nosso trabalho cotidiano aqui no Congresso.

Deixo também o apelo à Comissão para que a gente consiga avançar em criar esse sistema que ajude a semana do pequeno investidor a acontecer. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Beatriz, gente, é parceira de tantas discussões nesta Casa... A Beatriz é da Casa, né?

Então, a Beatriz a gente a traz, mas ela é parceira. E como é que eu vou mandar uma mulher empreender se não vou ensinar para ela sobre educação financeira?

Eu acho que as pautas estão tão correlatas, tão comuns... Eu fico muito feliz com a sua presença.

Louise, eu só queria te falar que se a Andréa trabalhar, lutar por mim para eu ser Relatora do projeto de lei – né, Andréa? – da educação financeira... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eu vou usar muito os seus eslaides, tá? Eu vou usar muito o seu material, porque a forma como você o apresentou foi chocante – foi chocante.

Obrigada, Louise.

Vamos para a nossa última expositora, a Marilia Fontes, Sócia-Fundadora da Nord Investimento.

Bem-vinda, Marilia!

**A SRA. MARILIA FONTES** (Para expor.) – Obrigada.

Muito obrigada, Senadores e Senadoras, Presidente da mesa, é uma honra estar aqui hoje e é, sobretudo, uma honra estar aqui falando desse tema que é tão especial para mim a convite aí da Senadora Jussara Lima e nesse lugar também tão especial em que é a minha primeira vez.

É interessante que o Senado Federal foi criado, nasceu como uma instituição mais conservadora no Império. Ele foi pensado como um contrapeso à participação popular, uma Casa vitalícia, indicada pelo imperador e deliberadamente afastada das pressões da rua, cuja função naquele momento era moderar. E, quase dois séculos depois, a gente vê essa mesma Casa discutindo hoje um projeto cujo objetivo é exatamente o oposto, é criar uma Semana Nacional do Pequeno investidor que pretende ampliar e não conter a participação do cidadão comum na economia do país.

E é bonito a gente perceber isso, como muda ao longo do tempo a própria ideia de estabilidade. No Império, a estabilidade significava conter o povo e hoje a estabilidade significa incluir o povo. A estabilidade no Brasil moderno não distancia, ela integra. E é por isso que esse projeto está simbolicamente num lugar tão especial.

Existe uma lógica nas pautas aqui da Casa que é uma lógica de horizonte de longo prazo, e essas pautas pedem paciência. E a história da cidadania no Brasil tem sido uma história de expansões sucessivas: o direito de votar, o direito de aprender, mais recentemente, o acesso aos direitos sociais.

Hoje, no século XXI, tem uma percepção crescente, como mostrada aqui por todos os meus colegas e pelo Mira também, numa literatura econômica, que mostra que o bem-estar sem educação financeira é um bem-estar cuja cidadania fica incompleta, fica faltando, porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

cidadão sem letramento financeiro vota, estuda, trabalha, mas não consegue proteger aquilo que conquista.

E, muitas vezes, ele tem que começar do zero. Ele não entende inflação, não entende juros, fica vulnerável a golpes e não participa da formação de capital daquele próprio país.

A Semana Nacional do Pequeno Investidor é, portanto, esse reconhecimento institucional de que existe uma dimensão da cidadania que ainda não foi inteiramente conquistada. E essa dimensão se chama cidadania financeira.

A gente não está discutindo aqui um produto, nenhum ativo ou criando imposto. É uma discussão de cultura, cultura econômica. E é uma cultura de longo prazo. E formar cultura é exatamente o tipo de obra que esta Casa faz e que vocês fazem com tanta maestria. Sem educação financeira, vamos lembrar, a cidadania fica incompleta.

Antes de avançar, eu quero fazer, desfazer, na verdade, uma confusão que ainda existe no imaginário popular. O mercado de capitais, para muita gente, ainda é coisa de Faria Lima, ainda é coisa de gente rica, de gente de terno. Mas isso é uma imagem antiga e, francamente, injusta.

Quem compra uma debênture incentivada, financiou, por exemplo, rodovias. Financiou um aeroporto, uma linha de transmissão de energia. Financiou projetos de saneamento. Quem comprou um CRA, financiou o agronegócio, que sustenta a nossa balança comercial. Quem comprou uma LCI ou um CRI, financiou o crédito imobiliário, que pôs famílias dentro da casa própria. Quem investiu num fundo imobiliário, financiou hospitais, escolas, galpão logístico e energia limpa.

O pequeno investidor brasileiro carrega hoje mais de 2 trilhões de reais em instrumentos que financiam diretamente a infraestrutura do país e são investimentos isentos de imposto de renda. Ele não está tirando dinheiro do consumo. Ele está bancando o Brasil real. Cada CDB, cada LCI, cada cota de FII é um pedaço da infraestrutura nacional sendo construída.

A proposta que está sob análise busca formar três culturas: a cultura da poupança, a do investimento e, principalmente, a da autonomia financeira. E isso é essencial.

O Brasil é um dos países que menos poupa no mundo. Nossa taxa de poupança nacional fica em torno de 15% a 18%, como já mostramos aqui. A China, por outro lado, poupa 44%. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é um abismo entre esses dois países. A Coreia, 35%, a Alemanha, 28% e a média mundial está em torno de 20%. Nós, é claro, estamos lá embaixo no quesito poupança.

Não por acaso, somos também o país que mais paga juro real do planeta. E, obviamente, essas coisas se relacionam. A conta dos juros altos cai sobre cada brasileiro todos os dias em forma de prestação mais salgada, financiamento inacessível e dívida pública mais cara para todos nós.

O país que não poupa, paga caro para tomar emprestado. E essa conta é coletiva. O nosso mercado de capitais é raso. A capitalização da nossa bolsa é mais ou menos 48% do PIB, enquanto nos Estados Unidos já passa de 200% do PIB. Na Coreia seria em torno de 110% e até no Chile é mais de 70%.

A consequência disso na prática é que, nos Estados Unidos, 75% do financiamento das empresas vem do mercado de capitais e só 20% vem dos bancos.

No Brasil, é o inverso: a empresa brasileira fica refém do crédito bancário, que é caro, ou recorre a capital externo. E, em qualquer um dos caminhos, ela paga mais, cresce menos, gera menos emprego, e o país inteiro perde.

Sem o investidor doméstico, a empresa brasileira financia o seu crescimento em um banco caro ou com capital externo, que é instável.

E, na ponta do cidadão, o que isso significa? O Raio X do Investidor, pesquisa que todos trouxeram aqui – pesquisa superinteressante, e obrigada à Anbima pelas pesquisas –, mostra que 31% dos brasileiros não têm nenhuma reserva financeira, e aí você joga mais 20%, não aguentam nem um mês. E, claro, isso gera um desespero financeiro, porque, em qualquer eventualidade, você acaba indo para as dívidas, e é um reflexo do que a gente está vendo hoje em dia.

Então, a liberdade financeira, senhoras e senhores, não é luxo de rico; é a tranquilidade de poder escolher: escolher emprego, mudar de cidade, cuidar do filho doente, empreender – principalmente para as mulheres, como já foi dito aqui – e escolher dizer não, por exemplo, para um trabalho que adoece.

Mais da metade dos brasileiros não tem essa liberdade, e é por isso que o que essa semana nacional pode capitalizar vai muito além de um evento de calendário; pode ser o ponto de partida para uma educação financeira obrigatória; pode ser o momento em que o Brasil reafirma o valor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dos seus instrumentos de investimento e da isenção, também, que estimula tanto esses investimentos, porque são justamente eles que conectam diretamente a poupança popular ao Brasil produtivo; e pode ser a oportunidade de a gente olhar para a regulação dos influenciadores – o que também já foi dito aqui –, dos investidores, dos assessores, que foi mencionado aqui também, e garantir o equilíbrio de todas essas relações; pode ser o início de uma agenda séria de transparência sobre as taxas e de cobrança, também, sobre aqueles que aconselham o pequeno investidor; e pode ser, sobretudo, o primeiro passo para tratarmos o pequeno investidor não como consumidor de produto financeiro, que é o que ele foi até agora para bancos e corretoras, mas como um cidadão exercendo a sua cidadania econômica.

E, para fechar, eu volto ao começo. O Senado imperial nasceu para limitar a participação do povo. O Senado republicano amadureceu a ponto de discutir como ampliá-la. E eu espero que o Senado deste tempo entre para a história como aquele que entendeu uma coisa muito simples: que a próxima fronteira da cidadania brasileira não está na urna nem nas escolas, mas na possibilidade concreta de que cada brasileiro, com seu pequeno capital, possa financiar o seu próprio futuro e o futuro do país.

Muito obrigada. É uma honra estar aqui. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Obrigada, Marilia.

Marilia, se eu fosse Relatora dessa matéria, eu ia te pedir teu texto. Ia fazer um "Ctrl+C, Ctrl+V". Perfeito.

Eu só vou fazer um acréscimo no seu texto, Marilia. Quando você diz sobre a oportunidade de dizer não para o emprego tóxico, eu acrescentaria: não para um marido agressor. Porque nós, que trabalhamos com a violência contra a mulher, sabemos que ela fica com o agressor, na maioria das vezes, porque ele é o provedor.

Mas eu acrescentaria, diante do que eu estou passando pessoalmente – tomara que a imprensa não esteja ouvindo o que eu estou falando (*Risos.*) –: não para algumas alianças tóxicas, especialmente alianças políticas.

Parabéns, Marilia, pelo seu texto. Eu acho que a gente cumpriu a finalidade desta audiência e a gente vai finalizá-la, mas a gente tem, como regra, devolver a palavra para os expositores por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um, dois minutos. Eu precisaria que fosse muito rápido, realmente, – quem quiser fazer uso da palavra, ainda – porque a gente já está em processo de votação; e eu quero para agradecimentos e considerações finais. Eu vou fazer olhando para o prisma – esse prisma.

Marcelo, quer usar um minuto, dois, para agradecimentos e considerações finais?

**O SR. MARCELO BILLI BERNARDO** (Para expor.) – Não, só quero agradecer mesmo, Senadora.

Foi uma honra também, como a Marilia disse, participar aqui, especialmente neste ponto. Acho que a gente está falando não só da semana de educação, da Semana do Pequeno Investidor; a gente está falando de cidadania financeira, como a Marilia colocou, e de todas as oportunidades que a gente tiver para conseguir caminhar nessa agenda de trazer cidadania e saúde financeira para a população. É uma agenda da qual a gente compartilha, então, foi um prazer estar aqui.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Marcelo.

Christianne Bariquelli.

**A SRA. CHRISTIANNE BARIQUELLI** (Para expor.) – Queria agradecer também a oportunidade, me colocar, pessoalmente, à disposição, e a Beatriz também. Acho que todo mundo que trouxe aqui os seus pontos foi muito feliz. São dados muito importantes, que a gente usa aqui para, inclusive, direcionar as iniciativas em que a gente pensa, os planos de ação integrados, e também quero reforçar que a Beatriz está à disposição não só para discutir essas iniciativas de educação financeira para a sociedade, mas especialmente também o interesse de a gente participar de debates que envolvam a discussão da inclusão do tema nas escolas.

Então, isso é algo que a gente sempre apoiou e para o qual a gente tem iniciativas ali em parceria, como eu disse, com o Tesouro Nacional. Então, é só para reforçar esse ponto. Estamos à disposição. Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Christianne.

Deborah.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. DEBORAH MAGAGNA** (Para expor.) – Queria agradecer também a oportunidade de estar aqui, de trazer todos esses pontos. Peço desculpas porque, assim como o Kobori, normalmente, eu estou do lado mais pessimista da coisa. Também concordo em relação à assimetria da informação e, principalmente, à assimetria da informação não só do que está dentro daquele produto ou do que realmente ele é, mas também do que falta de contar para as pessoas: que assessores também têm conflito de interesse, que o mercado financeiro tem conflito de interesse.

O investidor precisa saber quanto um assessor ganha para oferecer o produto A ou o produto B. Isso precisa ser transparente.

Então, eu também estou mais do lado pessimista, mas fico à disposição aqui para possíveis encontros, e foi um prazer estar aqui com vocês nesta tarde.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Deborah. Obrigada.

Eduardo, Prof. Eduardo.

**O SR. EDUARDO MIRA** (Para expor.) – Queria agradecer a participação; foi uma honra. E quero reforçar que não existe crescimento de longo prazo sem poupança, sem uma população que poupe, sem uma população que invista. Então, acima de tudo, a gente está discutindo um projeto de nação, um crescimento de longo prazo e uma melhora na qualidade de vida de todo mundo.

Então, falar sobre finanças, sobre educação financeira, é falar sobre relações, sobre não ter relações tóxicas, mas também é sobre ter crescimento de longo prazo, financiamento de infraestrutura, como a Marilia bem falou, e acho que isso é muito importante; é latente, assim como todas as outras visões que a gente tem sobre educação financeira.

Queria me colocar à disposição da senhora, do Senado, de todo mundo para falar quantas vezes forem necessárias, porque acho que tudo o que a gente falar ainda vai ser pouco diante de tantas necessidades que o Brasil tem.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professor.

Dr. José Alexandre.

**O SR. JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTI VASCO** (Para expor.) – Bom, primeiramente, queria agradecer, em nome da CVM, pela oportunidade e pelo apoio também do Senado, neste momento tão relevante para a autarquia, no sentido do seu fortalecimento estrutural e institucional. Isso é fundamental para pavimentar o caminho para o futuro.

Eu queria também reforçar uma coisa que talvez não tenha ficado tão clara na minha exposição, mas a preocupação da CVM com a educação financeira de todos. Então, nós temos... Embora tenhamos falado muito de mercado de capitais, nós temos hoje, no momento, lá no Rio Arapiuns, no Baixo Tapajós, e no Município de Santarém, um programa com uma aldeia indígena. Hoje nós estamos trabalhando educação financeira, empreendedora e de letramento digital. Ontem, por conta da Semana Enef, em que estamos no momento aqui, eu estive junto com o CFA Society numa ação de educação financeira para mães do Bolsa Família que têm crianças na primeira infância, que é uma das fases mais importantes para a educação financeira chegar e construir um país com uma cultura de educação financeira, de boas decisões.

Então, nosso comprometimento com a educação financeira é antigo, ele faz parte de uma estratégia de país e nós nos colocamos à disposição para contribuir com os próximos passos, parabenizando pela iniciativa.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. José Alexandre.

Louise?

**A SRA. LOUISE BARSI** (Para expor.) – Quero agradecer, foi uma honra muito grande, Senadora, todos aqui presentes e quem está nos assistindo remotamente. Quero dizer que eu estou acostumada, nas redes sociais, a falar para milhões de pessoas, e não cheguei remotamente perto da honra que é estar aqui, do nervoso que é também estar aqui pela primeira vez no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enfim, quero agradecer por terem se lembrado do meu nome e dizer que eu vim de uma condição financeira, obviamente, muito privilegiada, mas a ideia de empreender e de falar sobre ações publicamente é justamente para que essa oportunidade se propague e que a gente desmistifique o nosso mercado como uma forma de geração de riqueza.

Então, obrigada e contem comigo no meu trabalho.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Louise.

Marília?

**A SRA. MARILIA FONTES** (Para expor.) – Quero agradecer também, reafirmar que é uma honra estar aqui, agradecer à Senadora Jussara Lima e toda a equipe pelo convite; agradecer à Senadora Damares também pela Presidência, pela condução superleve desse projeto; e agradecer aos meus colegas também, que gostei muito da exposição de todos e admiro-os muito.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Não, não, você é a última.

Eu aprendi, eu aprendi. (*Risos.*)

Beatriz Nóbrega.

**A SRA. BEATRIZ NÓBREGA** (Para expor.) – Também quero agradecer, Senadora, agradecer a toda a equipe da Senadora Jussara Lima também pela confiança no trabalho da frente, por deixar a gente contribuir aqui.

E acho que é reforçar muito do que os colegas disseram e o que a senhora também trouxe. Falar de educação financeira, falar desses momentos é falar de liberdade, é falar da liberdade da mulher que passa a investir, que passa a empreender, que passa a ter segurança e independência; é falar da liberdade de uma pessoa que se livra de um emprego tóxico. E cada vez que a gente pode fortalecer a liberdade em uma política pública, a gente tem que pensar em garantir que ela seja feita.

Seguimos aqui, estamos sempre à disposição e muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Professor José Kobori.

"Cobori"?

**O SR. JOSÉ KOBORI** – "Cobôri".

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – "Cobôri".

**O SR. JOSÉ KOBORI** (Para expor.) – Desculpe a gafe, eu realmente... Inclusive, no último prêmio, eu até falei que à frente de um grande homem sempre há uma grande mulher, né? Inventei uma frase.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do lado também, tá? (*Risos.*)

**O SR. JOSÉ KOBORI** – Porque, na verdade, eu acho que a mulher tem uma sensibilidade para nos guiar. Uma coisa que o masculino não tem é a sensibilidade do feminino, né?

Então, novamente, é parabenizar realmente, sendo o único representante do sexo masculino nesta mesa, mas feliz. Como eu disse, muito tempo atrás, quando eu entrei, a participação das mulheres era muito pequena – muito pequena. O mundo das finanças é muito parecido com o mundo dos esportes, lá no passado.

Eu estive aqui no Senado, uns dez anos atrás, numa Comissão de Esporte aqui no Senado. Na época, eu era Vice-Presidente de uma confederação e eu acabei estando aqui, e era só homem, não tinha uma mulher aqui. Então, é uma felicidade grande, realmente, ser a minoria hoje aqui nesta mesa.

Quero parabenizar a iniciativa do Senado, obviamente, pela apresentação desse PL e por realizar esta audiência pública. Quero parabenizar todos que participaram, a qualidade técnica realmente nos impressiona, e, vindo das pessoas que vieram, que a gente admira... Quem é do mercado financeiro admira esses profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero cerrar fileiras com a minha amiga Deborah aqui, que, apesar do conhecimento técnico, eu escolhi por fazer uma fala um pouco mais política, já que a gente está numa Casa política; e, por mais que seja um assunto técnico, eu acho que a gente só vai melhorar quando a gente tiver um embate numa luta política, porque o investimento, o pequeno investidor ainda é minoria quando comparado aos grandes investidores, e, como a Marilia falou, é um mercado extremamente importante, porque é só o mercado de capitais que fornece o investimento de longo prazo para as empresas. Então, sempre que ocorrem esses eventos de fraudes, de tudo que ocorreu, isso, na verdade, acaba afastando esses investidores do mercado, né? O investidor pequeno já tem um certo receio. Quando acontece esse tipo de evento, a gente acaba afastando os investidores de fazer e colaborar com a poupança e o crescimento de longo prazo do país.

Então, não que eu seja pessimista, como a Deborah também falou, é porque eu acho que, quando a gente aprende a identificar realmente onde está o problema, é que a gente consegue encaminhar as melhores soluções.

Eu sou o cara lá que fica falando do risco, fica falando do problema, mas é óbvio que eu também tenho otimismo. Apesar de descendente de japonês, eu sou brasileiro, tenho otimismo com o futuro do nosso país e tenho otimismo e rendo uma homenagem ao corpo técnico do Estado brasileiro. Como eu disse, eu conheço muitos do serviço público, dos técnicos do serviço público, aqueles concursados. Inclusive, nesta Casa Legislativa, conheço vários servidores aqui, sei da excelência técnica e sei o quanto o Estado brasileiro, pelo menos nesse corpo técnico, é extremamente competente. Então, eu acho que o Estado precisa aproveitar os talentos que a gente tem para proteger o mercado financeiro, o mercado de capitais e os pequenos investidores.

Então, só tenho a agradecer ao convite de hoje.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, professor.

Eu quero agradecer a presença de todos que estiveram no Plenário, os que estão nos acompanhando pelas redes sociais, pela TV. Obrigada.

Eu acho que foi uma audiência riquíssima – riquíssima. Eu saio daqui impactada com dados, com números, informações. Acho que eu ganhei novos amigos – né, professor? –, ganhei novos amigos. Que Deus abençoe vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu só vou terminar esta audiência dizendo que não é crime e tampouco pecado – eu sou pastora também, tá? – querer ser próspero. A gente tem que, às vezes, parar com essa hipocrisia. Para mim, gente, foi difícil assimilar isso, eu que venho da área social, da luta por justiça social, foi muito difícil por anos; mas hoje eu não tenho vergonha de dizer que eu quero uma nação próspera, eu quero todas as pessoas muito prósperas. Eu queria muito que a gente tivesse possibilidade de ter mais pessoas prósperas, que todo o meu povo fosse próspero. E eu acho que a gente pode começar por aqui – por aqui.

Agradeço a presença dos senhores. Obrigada, senhores convidados, com currículos extraordinários, por terem aceitado o convite, em nome da Presidente da Comissão, a Senadora Teresa Leitão; da autora do projeto, a Senadora Jussara... Você viu? Só mulher que tem na Comissão... Do Relator da matéria. À Secretaria, obrigada, a toda a Secretaria, por ter conduzido.

Eu só vou pedir licença aos senhores convidados. Como eu já os abracei no início, eu não vou conseguir dar um abraço final. Eu estou com uma emergência no Plenário, eu vou levantar da mesa correndo para o Plenário, mas quero agradecer, muito obrigada por terem ajudado a Comissão de Educação a fazer essa discussão.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

Obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Nelsinho Trad, e ainda dos Senadores Beto Faro, Marcos do Val e Efraim Filho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Camilo Santana, Laércio Oliveira, Damares Alves e Alan Rick. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 6/2026 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater políticas e programas associados à militarização da gestão escolar. **Participantes:** Sr. Salomão Barros Ximenes, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP); Sra. Cleo Manhas, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Sra. Fátima Aparecida da Silva, Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE); Sra. Letícia Resende, Presidenta da União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal; Sra. Adriana Moreira, Coordenadora de Educação do Instituto de Referência Negra Peregum; Sra. Miriam Fábia Alves, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); e Sra. Catarina de Almeida Santos, Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e representante da Rede de Pesquisadores sobre Militarização da Educação (RePME). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Teresa Leitão**
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/21

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de maio de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater políticas e programas associados à militarização da gestão escolar, em atenção ao Requerimento 6, de 2026, de minha autoria.

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Informo que foram recebidas, até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários de cidadãos, que serão repassados para os nossos expositores, dentre os quais eu destaco: Davi, do Mato Grosso; Matheus, do Rio de Janeiro; Wander, do Rio de Janeiro; Isabelly, do Mato Grosso; Sérgio, de Minas Gerais; Ana, do Rio Grande do Sul; Reinaldo, do Amazonas; e Benjamim, de São Paulo.

As perguntas e os comentários foram previamente encaminhados, e os convidados que quiserem podem abordar alguma das questões levantadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida a algum Parlamentar que porventura se faça presente.

Informo também que, em razão do número de convidados e do espaço limitado na bancada, as exposições serão divididas em dois blocos: quatro pessoas no primeiro bloco e sete pessoas no segundo bloco. Peço especificamente todo o cuidado com o tempo, porque hoje nós temos sessão do Congresso, e eu vou precisar votar e tenho que sair daqui, do meu gabinete, no máximo ao meio-dia, porque eu retorno hoje para Recife. Mas não podia deixar de fazer esta audiência, de agradecer, inclusive, às entidades promotoras do evento que começa hoje aqui em Brasília, por tratarem e trazerem à tona um tema tão relevante.

As chamadas escolas cívico-militares foram adubadas, digamos assim, no Governo passado, por razões óbvias e, mesmo o MEC tendo suspendido o programa... Havia um programa nacional de escolas cívico-militares com insumos, com recursos do MEC, com contratação de fardados, oficiais da reserva. Mesmo com esse corte de recursos, o programa sobrevive não como programa nacional mais, porém como programa de iniciativa dos entes subnacionais, que têm autonomia para isso.

Alguns estados, não todos, mas alguns estados, alguns municípios dão sequência ao programa de escolas cívico-militares e isso tem trazido muita confusão, tem trazido muita polêmica nos estados, na posição dos trabalhadores em educação – vejo aqui a nossa Presidenta da CNTE, que certamente vai cuidar disso –, na relação com as famílias.

Então, essas escolas cívico-militares, Miriam, têm se revelado um espaço de tensão e de polêmica, e não um espaço de aprendizagens e de prazer pelo ensino e pela educação.

Então, eu acho que a iniciativa de vocês, que vão prosseguir depois daqui com o seminário, é muito bem-vinda.

Então, sem mais delongas, vamos para os nossos primeiros convidados, a quem eu chamo já para compor a mesa: Salomão Barros Ximenes, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) (*Palmas.*); Cleo Manhas, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que tem se dedicado muito (*Palmas.*); Fátima Aparecida da Silva, Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (*Palmas.*); e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a última dessa primeira rodada, a Sra. Letícia Resende, Presidenta da União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal, a nossa UNE (*Palmas.*).

Eu quero lembrar a vocês que, durante a sanção do Plano Nacional de Educação, no mês passado, o Presidente Lula, ao falar – muitos de vocês estavam lá –, corretamente manifestou preocupação com modelos que afastam a escola de sua função pedagógica e democrática que corresponda a uma escola efetivamente do tamanho do Brasil, que acolha, que eduque, que afirme conhecimento e que faça a educação com a mais ampla abrangência, construída com diálogo, participação, valorização e respeito a todos os profissionais da comunidade escolar.

A expansão de escolas cívico-militares tem suscitado críticas de pesquisadores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, diante de evidências de restrições à gestão democrática e da adoção de práticas disciplinares incompatíveis com princípios educacionais assegurados pela Constituição e pela legislação brasileira, inclusive casos de violência grave – violência simbólica, violência psicológica, assédio e violência física, que infelizmente testemunhamos em alguns espaços.

A educação pública deve ser espaço de acolhimento, pluralidade e construção da cidadania. São mais de 170 mil escolas e 46 milhões de matrículas em todo o Brasil, ao tempo em que as escolas militarizadas que se expandem alcançam pouco mais de 1,3 mil escolas e em torno de 500 mil alunos.

Há um conjunto de setores e segmentos da sociedade, que certamente estão aqui muito bem representados, que tem alertado para a ausência de evidências conclusivas que associem a militarização à melhoria consistente da aprendizagem, defendendo avaliações rigorosas sobre os seus efeitos pedagógicos, sociais e financeiros.

Também existem preocupações relativas ao financiamento público para o conjunto das escolas brasileiras, à limitação da participação da comunidade escolar e ao risco de aprofundamento de desigualdades educacionais. Então, o debate é especialmente necessário, diante da relevância do tema, como eu disse no início, que projeta um PNE articulador do sistema.

A audiência pública, portanto, constitui medida necessária e estratégica para subsidiar o Parlamento com informações técnicas e pluralidade de perspectivas. E, sobretudo, à escola compete a formação de pessoas críticas, não apenas disciplinadas, servis. A educação crítica, a educação emancipadora, não é algo desregulado, como eles dizem, que faz anarquia, que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aprende, como eles dizem, não é? A disciplina democrática é uma disciplina pactuada; e é isso que nós defendemos, não uma disciplina imposta.

A escola precisa absorver isso, e as escolas cidadãs são essas que nós defendemos e que fazem isso. Então, a luta contra a militarização é uma luta muito necessária, porque a articulação deles é muito forte e, embora tenham esse número tão reduzido de escolas e de abrangência de estudantes, eles estão em muita luta junto aos estados e municípios para manter o que têm e expandir para além do que já têm.

Então, com essas palavras, eu dou início à exposição inicial. O relógio toca automaticamente, mas, quando ele tocar, ainda tem um minuto para as conclusões. Ele é meio estridente, viu? Eu vou ter que manter o relógio por conta da limitação de tempo, viu, Salomão? Você vai ser o primeiro, não é?

Então, passo a palavra ao Prof. Salomão Barros Ximenes, da Universidade de São Paulo, para os seus dez minutos iniciais.

**O SR. SALOMÃO BARROS XIMENES** (Para expor.) – Queria começar essa exposição agradecendo o convite, o requerimento da Senadora Teresa Leitão, essa oportunidade de diálogo aqui na Comissão de Educação. Quero agradecer também a oportunidade que foi aberta à Rede de Pesquisa sobre Militarização da Educação, a RePME, coordenada pelas Profas. Miriam Fábia e Catarina de Almeida Santos, e ao Inesc, que está aqui na mesa, agradeço também pelo convite.

Esse seminário, na verdade, esta audiência acontece num momento bastante significativo, eu diria definidor sobre o futuro dessa temática da expansão da militarização da educação pública no Brasil. Como disse a Senadora, passamos de 1,3 mil escolas, segundo as bases de dados que a própria RePME tem mobilizado e que o Prof. Fernando Cássio, meu colega da Universidade de São Paulo, também tem mapeado. É um fenômeno hoje bastante expandido no Brasil.

Então, queria agradecer essa oportunidade, trazer alguns elementos e, sobretudo, algumas proposições. Considerando o tempo curto que nós temos, eu vou trazer algumas considerações muito panorâmicas e, ao final, vou me concentrar em algumas proposições.

Queria também, antes desse agradecimento, fazer uma autodescrição muito rápida, considerando que está sendo transmitido: eu sou um homem branco de meia-idade; careca; com uma barba grisalha; estou com óculos de armação grossa, enfim, significativa; sou cearense, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

algumas pessoas devem perceber pelo sotaque; e migrante no Estado de São Paulo já há mais de duas décadas.

Queria trazer, Senadora, alguns elementos importantes. Esta audiência acontece, como eu dizia, na ocasião do II Seminário Nacional da Rede de Pesquisa – o fato de nós termos uma rede de pesquisa sobre militarização da educação no Brasil já é bastante indicativo deste problema e desta degradação do direito à educação.

O processo de expansão da militarização passa por três etapas. Há uma primeira etapa, que nós podemos dizer que é uma etapa de baixo para cima, a partir de um certo experimentalismo institucional, que a Profa. Catarina desde o início tem acompanhado há mais de uma década no Brasil, em que os estados e municípios vão testando os limites da legalidade, operando, inclusive, fora da legalidade, criando programas sem lei, a partir de resoluções, de portarias... Isso vai produzindo um certo caldo de legitimação, sobretudo no ambiente militar, dos segmentos militares. Uma segunda etapa – a Senadora mencionou muito bem – é uma etapa em que a União entra, o Governo Federal, com incentivo, criando o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares. E nós vivemos uma terceira etapa, que pode ser – esse é o risco que nós vivemos – uma certa etapa de consolidação do modelo ou uma etapa de uma resposta, de uma reação, de resistência e de negação desse modelo.

Eu digo isso porque a outra ocasião importante é o julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal a partir do dia de amanhã, inclusive no plenário virtual. Nós temos apelado, a partir da Articulação Contra o Ultraconservadorismo na Educação, que é uma rede que reúne mais de cinco dezenas de entidades, pela importância de que esse julgamento aconteça no plenário físico, para que este debate aconteça às claras, ao vivo, no ambiente público, mas ele está agendado para acontecer a partir de amanhã no plenário virtual do Supremo Tribunal Federal.

E aí nós temos alguns receios, porque no âmbito dessas ações, foi realizada uma audiência pública, em 2024, que foi muito expressiva. Um recado que a audiência pública deixou foi o seguinte: nenhuma entidade que historicamente pesquisa, atua no campo da educação pública, sejam as entidades científicas, sejam as entidades sindicais, as que nós chamamos de entidades de sociedade civil, nenhuma delas, inclusive aquelas entidades vinculadas ao campo empresarial, defende a militarização das escolas como uma solução para a realização do direito à educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil. Quem defende? Basicamente os segmentos militares, que têm ocupado o espaço da escola pública e sobretudo o espaço do orçamento público da educação.

Então, a audiência demarcou muito evidentemente essa, digamos, dualidade de posições: o campo educacional historicamente crítico e resistente a este modelo e o impulsionamento desde a perspectiva dos setores militares. O julgamento acontecendo neste momento num contexto de ambiente virtual pode – o nosso receio – amortecer este debate público que é tão importante, e esta audiência ajuda significativamente a trazer essa questão novamente para o ambiente público, numa data tão importante que é a véspera desse julgamento.

Aqui eu não vou mencionar, mas há também amparo bastante significativo tanto à situação de anticonvencionalidade da militarização, ou seja, uma série de organizações da ONU, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Comitê dos Direitos da Criança, Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, relatoria para a liberdade de expressão, relatoria para o direito à educação, todos condenam o Brasil pelo processo de expansão da militarização. Na verdade, nos dá vergonha – essa é a verdade –, nos dá vergonha que o Brasil esteja se inserindo gradativamente num rol bastante pequeno de países que militarizam escolas como política institucional, crescentemente. Esse espaço internacional de proteção aos direitos humanos tem servido para visibilizar essa situação de grave risco ao direito à educação.

A militarização é inconstitucional. A Constituição Federal de 1988 veio, não vou entrar em detalhes, mas veio para justamente romper a lógica da ditadura cívico-militar, o projeto político-pedagógico dessa ditadura, e o que ela faz é repor aquelas propostas político-pedagógicas.

E ela também é ilegal, né? A Senadora mencionou aqui a recente aprovação do PNE, do Sistema Nacional de Educação. Não é à toa que, durante muitos anos, se discutiram aqui, nas Casas Legislativas, essas leis, as mais importantes do Brasil em matéria de educação, e nenhuma delas, ao final, incorpora a militarização. Isso diz muito sobre o não lugar da militarização no direito à educação no Brasil. Apesar disso, como eu disse, ela se prolifera, e nós precisamos dar uma resposta institucional, e certamente há uma grande expectativa sobre o julgamento que se inicia amanhã, no Supremo Tribunal Federal.

Nós precisamos também lidar com dois cenários. Um primeiro cenário é o cenário da inconstitucionalidade da militarização, que é o que o Supremo Tribunal Federal pode e deve fazer, segundo a nossa opinião, não porque nós queremos, mas porque a militarização é incompatível com a Constituição Federal de 1988; mas também nós temos que lidar com um outro fato, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a inconstitucionalidade na militarização, começar a discutir, ou seja, que cada escola cívico-militar é uma instituição violadora de direitos fundamentais de estudantes, professores, em que impera a violência, impera o silêncio, impera a proibição do tratamento das temáticas históricas sensíveis neste país, das temáticas antidiscriminatórias relacionadas à desigualdade de gênero, de raça, de orientação sexual no nosso país.

Então, esse aspecto também nós temos que ressaltar, ou seja, a importância de uma batalha cotidiana em defesa do direito à educação – do direito constitucional à educação –, não só contra as legislações e as políticas, mas contra as práticas das escolas cívico-militares. Essa é uma tarefa enorme.

E, nesse sentido, eu queria – tenho dois minutos – concluir, Senadora e, enfim, audiência que nos acompanha, com quatro propostas que nós temos construído no ambiente desta Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação. Algumas delas, inclusive, foram apresentadas numa carta pública, na ocasião do Governo de transição, há quatro anos. Simbolicamente, há quatro anos, nós chamávamos a atenção para algumas dessas possibilidades.

Uma primeira, Senadora, é a necessidade de revogação do Decreto 9.940, de 2019. Isso é pouco ressaltado, mas esse decreto de 2019 – não preciso dizer, é um decreto presidencial – é fundamental no processo de "juridificação", de legitimação jurídica da militarização, porque ele faz a incorporação da atuação de militares...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. SALOMÃO BARROS XIMENES** – ... das polícias militares e dos corpos de bombeiros, incluindo, nas tarefas desses militares, no regimento geral das forças militares, a possibilidade de atuação em gestão compartilhada de escolas públicas, ou seja, ele dá a base infralegal – digamos assim – para a expansão da militarização e é algo que pode, do ponto de vista das atribuições institucionais, ser objeto de atuação do Presidente da República diretamente, porque é um decreto presidencial. Não é à toa que o Presidente anterior expandiu essas atribuições dos militares, dando a tarefa de atuação nas escolas. Ele deu a base jurídica ali para o Pecim, e isso pode ser revogado.

Segundo, Senadora, a necessidade de um olhar específico sobre o uso dos recursos públicos. Os mapeamentos têm mostrado que uma estratégia central da expansão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

militarização é ocupar as receitas vinculadas da educação, de manutenção e desenvolvimento do ensino – como nós chamamos, MDE – e o próprio Fundeb.

Aqui nós entendemos – não temos tempo para aprofundar – que há uma série de limitações, inclusive constitucionais e legais, ao desvio de função desses recursos e que mereceria um olhar, um aprofundamento, inclusive numa interação desta Comissão e das instituições com os tribunais de contas, porque um dos aspectos dessa infraestrutura da ampliação da militarização é o uso dos recursos públicos. Inclusive, no caso de São Paulo, isso é nominado na lei. A lei está baseada no orçamento da Secretaria de Educação, apesar de os profissionais serem indicados pela Secretaria de Segurança Pública.

Terceiro – já vou encaminhando mesmo para o final –, a necessidade de um pronunciamento do Conselho Nacional de Educação, como órgão regulamentador, ou seja, das diretrizes e bases da educação nacional sobre o que é, como eu disse, consensual no campo educacional: a incompatibilidade deste modelo com as diretrizes e bases democráticas da educação neste país. Isso é urgente, também – que o conselho seja provocado, seja instado. Fica a sugestão, inclusive, de que esta Comissão o possa fazer, com a autoridade que tem.

E, por fim, a necessidade de desenvolvermos e propormos um programa de políticas públicas de gestão democrática das escolas públicas – inclusive, eventualmente, por iniciativa legislativa deste Senado –, que impulsione, mediante condicionalidades de política pública, um programa de desmilitarização das escolas e de ampliação da gestão democrática colegiada das escolas públicas.

Nós temos uma lei recente, que é a Lei 14.644, de 2023, de iniciativa da Deputada Luiza Erundina, que incorpora à LDB um conjunto de parâmetros para a gestão democrática.

Essa lei só vai sair do papel se ela for acompanhada de uma política pública de desmilitarização e de impulsionamento desses colegiados de gestão democrática. Isso pode, sim, ser pensado em termos de um programa nacional relacionado a financiamento, a condicionalidades, a formação. Então, fica essa sugestão.

Peço desculpas por ter passado um pouco o tempo aqui, pelo que eu pude acompanhar ali do relógio, e fico à disposição na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, na Rede Escola Pública e Universidade – que eu represento aqui também –, para seguir esse diálogo, poder pensar o encaminhamento dessas sugestões que foram colocadas aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Salomão, parabenizando pelas quatro proposições; no que couber a esta Comissão, nós vamos avaliar e dar sequência.

Antes de passar a palavra para a Cleo, eu quero registrar a presença de jovens do projeto Malalas do Cerrado. É um dos projetos, inclusive, que estão vinculados, né? (*Palmas.*)

É um projeto social que reúne estudantes, promovendo o protagonismo juvenil, educação antirracista e direito à educação. Sejam muito bem-vindos e bem-vindas. Só tem menina ou tem menino também?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só tem meninas, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É, eu sei, tudo de Malala, relacionado à presença das mulheres e das meninas como protagonistas na educação.

Então, vou passar a palavra agora para a Cleo Manhas, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), para seus dez minutos iniciais.

**A SRA. CLEO MANHAS** (Para expor.) – Bom dia a todos, todas e todes.

Primeiro, quero agradecer muito à Comissão de Educação e à Senadora Teresa Leitão, que se esforçou para estar aqui com a gente e que é uma defensora do direito à educação, sempre atuando nessa pauta. E quero dar bom-dia também para as adolescentes do Malalas do Cerrado, que é um projeto tocado pelo Inesc numa escola de ensino médio do Riacho Fundo 2 – eu ia falar CEM 01, mas, para quem não é de Brasília, isso não faz o menor sentido; significa Centro de Ensino Médio 01 do Riacho Fundo 2 –, com o apoio do Fundo Malala. Aliás, o seminário que a gente abriu ontem, que vai encerrar sexta-feira, e a audiência pública está nesse âmbito, também teve o apoio do Fundo Malala, que é um fundo que apoia o direito à educação, especialmente a educação de meninas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, meninas, obrigada por estarem aqui, obrigada por serem ativistas e por estarem aí para lutar pelo direito à educação que, como vocês podem ver, é uma luta permanente, não é? A gente está aí há muitos anos.

Eu também vou fazer minha autodescrição, antes tarde do que nunca: eu sou uma mulher branca de cabelos grisalhos, quase brancos, tenho 60 anos, estou de camisa azul e uma camiseta preta por baixo. Estou nessa luta pelo direito à educação desde que eu tenho a idade dessas meninas, desde que eu sou adolescente, para ver como isso é permanente mesmo.

Vou começar a minha fala e eu vou pedir licença para ler, para eu me manter no tempo, para não correr o risco de extrapolar o tempo. E quero começar com uma frase do nosso grande educador Paulo Freire, que diz o seguinte: "A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças, e não com as igualdades". E isso tem muito a ver com as escolas cívico-militares, não é? A gente... Uma das coisas que são cerceadas dentro dessas escolas são exatamente as diferenças e todas as formas de manifestação das crianças e adolescentes no nosso país.

Bom, a promulgação da Constituição de 1988 representou um marco histórico para a educação brasileira. Após mais de três décadas de ditadura militar, a nova ordem constitucional consolidou a educação como um direito social fundamental e dever do Estado e da família, estabelecendo princípios orientados pela democracia, igualdade de acesso, liberdade de ensinar e aprender, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática do ensino público.

A chamada Constituição Cidadã inaugurou um novo paradigma educacional, comprometido com a universalização do acesso, a redução das desigualdades sociais e regionais e a construção de uma sociedade democrática e plural. A partir da Constituição, a educação deixou de ser compreendida apenas como um mecanismo de formação técnica ou disciplinar, passando a assumir papel estratégico na formação crítica dos sujeitos e na promoção da cidadania.

O art. 206 da Constituição estabeleceu princípios fundamentais, como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, liberdade de cátedra e a gestão democrática, elementos centrais para a educação emancipadora, capazes de desenvolver autonomia intelectual, consciência política e participação social.

Nesse contexto, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, aprofundou e regulamentou os princípios constitucionais. A lei consolidou a educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

básica como direito universal e fortaleceu a descentralização das políticas educacionais, ampliando a responsabilidade dos entes federativos.

Além disso, reafirmou a importância da gestão democrática, da valorização docente e da construção de propostas pedagógicas vinculadas à realidade social dos estudantes.

A LDB também abriu espaço para debates fundamentais sobre diversidade, inclusão e democratização da escola pública. A partir dela, intensificaram-se políticas voltadas à ampliação do acesso escolar, redução do analfabetismo, inclusão de populações historicamente marginalizadas e fortalecimento da participação da comunidade escolar nos processos decisórios. A educação passou a ser compreendida como um instrumento de transformação social e enfrentamento das desigualdades estruturais do país.

Outro avanço significativo ocorreu com a criação do Plano Nacional de Educação, previsto pela própria Constituição. Os diferentes planos aprovados ao longo das últimas décadas estabeleceram metas de universalização do ensino, ampliação do financiamento público, valorização dos profissionais da educação e promoção da equidade educacional. O PNE consolidou a ideia de planejamento de longo prazo para a educação brasileira, buscando articular metas nacionais com políticas públicas permanentes.

Entre os avanços mais importantes nesse período, destacam-se as políticas voltadas à educação das relações étnico-raciais. E esse ponto é muito importante, porque as escolas cívico-militares são uma barreira para que isso avance.

A aprovação da Lei 10.639, em 2003 – em 2003, gente, tem 23 anos, e pouquíssimas escolas já assumiram isso no seu chão de fábrica –, alterou a LDB para tornar obrigatório o ensino da história da cultura afro-brasileira e africana em toda a educação básica. Essa legislação representou uma conquista histórica do movimento negro brasileiro, ao reconhecer que o racismo estrutural também se reproduz nos currículos escolares, nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas.

Posteriormente, a Lei 11.645, de 2008, ampliou essa perspectiva, ao incluir também a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura indígena. Ambas as legislações representam marcos fundamentais na construção de uma educação antirracista e plural, ao reconhecer a centralidade das populações negras e indígenas na formação histórica, cultural e social do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mais do que incluir conteúdos específicos, essas leis propõem uma revisão crítica no próprio modelo educacional brasileiro, historicamente marcado pelo eurocentrismo e pela invisibilização dos grupos subalternizados.

A educação para as relações étnico-raciais dialoga diretamente com o conceito de educação emancipadora desenvolvida por educadores como Paulo Freire, como a gente pôde ver naquela citação no início. Nessa perspectiva, educar significa promover consciência crítica, autonomia, capacidade de transformação da realidade. A escola deixa de ser um espaço de mera transmissão de conteúdos e passa a atuar como ambiente de formação cidadã, valorização das diferenças, construção democrática do conhecimento.

Entretanto, nas últimas décadas, esse processo de avanços passou a conviver com movimentos de forte caráter conservador, que representam retrocessos nas políticas educacionais democráticas. Entre elas, destaca-se o movimento conhecido como Escola Sem Partido – foi ali que tudo começou –, que surgiu defendendo a suposta neutralidade política e ideológica da educação. E nós sabemos muito bem que neutralidade é algo que não tem, que não existe e que falta no mercado.

Na prática, porém, o movimento passou a questionar debates sobre desigualdade social, gênero, racismo, direitos humanos e participação política no ambiente escolar. O discurso da neutralidade defendido no Escola Sem Partido entra em contradição direta com princípios constitucionais da liberdade de ensinar, do pluralismo pedagógico e da formação cidadã. Ao buscar limitar o debate crítico nas escolas, o movimento desconsiderou que toda educação é atravessada por valores, concepções de sociedade e disputas políticas. A tentativa de controlar conteúdos e práticas pedagógicas produz um ambiente de censura, intimidação docente e enfraquecimento da autonomia escolar, que é tudo que está lá na Constituição, desde 1988.

Outro elemento de retrocesso refere-se à expansão das escolas cívico-militares em diferentes estados brasileiros, apresentadas frequentemente como a solução para problemas relacionados à violência escolar e à qualidade do ensino. Essas instituições introduzem modelos baseados em disciplina militar, na hierarquia rígida e no controle comportamental dos estudantes. Embora muitas vezes associadas a melhores índices de desempenho – o que é uma falácia –, as escolas cívico-militares levantam profundas preocupações sobre democracia, participação e concepção pedagógica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O modelo cívico-militar tensiona princípios fundamentais da educação democrática previstos na Constituição e na LDB, especialmente a gestão democrática do ensino público. Em muitos casos, a presença de militares na administração escolar reduz a participação da comunidade escolar nos processos decisórios e fortalece práticas autoritárias incompatíveis com uma educação...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. CLEO MANHAS** – ... crítica e emancipadora.

Bom, vou pulando aqui um pouquinho, para dar tempo.

Entre os relatos mais frequentes estão casos de humilhação pública de estudantes por questões relacionadas à aparência, comportamento ou desempenho escolar. Em algumas escolas militarizadas, estudantes já relataram punições coletivas, exposição vexatória diante da turma, gritos, ameaças, constrangimentos associados ao não cumprimento de normas disciplinares rígidas.

Há registros de estudantes obrigados a permanecer longos períodos em posição de sentido, realizar flexões, marchar como forma de punição ou sofrer advertências públicas por corte de cabelo, uso de acessórios, maquiagem ou manifestações de identidade cultural. Também existem denúncias relacionadas ao controle excessivo dos corpos e da expressão individual. Em diferentes estados brasileiros, estudantes relatam proibições relacionadas ao uso de cabelos afros, tranças, brincos, *piercings* e manifestações de identidade consideradas incompatíveis com os padrões disciplinares militares.

Nós sabemos – caminhando aqui para a conclusão – quais os corpos que são escolhidos para serem cerceados nessas escolas cívico-militares: são os corpos periféricos, os corpos negros, os corpos das mulheres, os corpos da população LGBTQIAPN+. O impedimento da discussão de gênero e sexualidade dentro das escolas – e principalmente das escolas cívico-militares – tem trazido consequências muito graves para as nossas adolescentes e para os nossos adolescentes: tem trazido muita violência de gênero, muita violência dentro das escolas, muita gravidez na adolescência, muita desinformação, a volta de doenças sexualmente transmissíveis, porque as escolas estão impedidas de discutir esses temas e essas questões.

Então, concluindo, eu quero dizer que nós já temos problemas suficientes em toda a educação e que as escolas cívico-militares só aprofundam essas questões. De fato, a gente pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

falar que, relativamente ao número de escolas, não são tantas assim, mas essa é uma tendência, tem aumentado, como disse o Salomão, e nós temos que combater isso fortemente em todos os estados, em todos os lugares do Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Cleo. Foi uma radiografia bem precisa do que ocorre nessas escolas.

Vamos passar a palavra para a nossa terceira convidada, que é a Profa. Fátima Aparecida da Silva, Presidenta da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), para seus dez minutos iniciais.

**A SRA. FÁTIMA APARECIDA DA SILVA** (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas que estão presentes neste auditório e também às pessoas que estão nos acompanhando pela virtualidade.

Vou seguir, antes, com a autodescrição, conforme fizeram meus dois companheiros de mesa. Eu sou uma mulher branca, também tenho 60 anos – quase, gente, faltando alguns dias para 60 anos. Uso da modernidade das tinturas, porque tenho um cabelo que está com mechas um pouco mel, e estou usando um *blazer*, uma jaqueta de cor azul-marinho, e sou de cor branca.

Senadora Teresa Leitão, a nossa Senadora da educação, obrigada pelo convite, pela consideração que sempre tem com a CNTE e com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação, porque você também é uma professora e também tem toda uma militância no movimento sindical, inclusive foi dirigente da CNTE e do Sintepe também.

É muito bom, Ximenes, estar aqui contigo nesta mesa, conhecendo a Cleo também, do Inesc, que eu não conhecia, e a Letícia, dividindo este momento.

A Miriam Fábia agora é a nossa Coordenadora, gente, do Fórum Nacional de Educação, um espaço muito importante para nós que defendemos a educação pública e para fazer política de Estado por dentro do Estado. A democracia representativa do setor da educação está no Fórum Nacional de Educação. É importante registrar que ele foi totalmente apagado, desarticulado e acabado no Governo anterior, é só no Governo do campo democrático popular que você estabelece os espaços democráticos de participação. Então, é um orgulho ter a Miriam enquanto Coordenadora do fórum, porque esse tema que nós estamos trazendo aqui é um tema também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para dentro do fórum, para a gente trabalhar e modificar essa política imbecil implantada na educação pública brasileira.

Quando chegaram aqui as meninas do Malala, eu estava ali sentada e me veio um dos versos de Gabriel o Pensador, na canção em que ele fala assim: "Eu tô aqui pra quê? Será que é pra aprender? Ou será que é pra sentar, me acomodar e obedecer?".

Nós, que estamos aqui, representando as nossas instituições, fazemos a educação pública enquanto profissionais da educação, mas para a nossa gente e para a nossa população. É para os jovens e para as meninas e para os meninos deste Brasil, nos mais distintos rincões deste país, na Amazônia, para os ribeirinhos, para os quilombolas, para os centros urbanos, para a periferia, para toda a sociedade, para toda a população. É a saúde, a educação e a política pública que chegam no Brasil de ponta a ponta, do Oiapoque ao Chuí. O nosso conceito de fazer educação jamais é para obedecer, jamais é para acomodar e nunca, jamais para estar e garantir o *status quo* de quem domina este país desde sempre.

Portanto, somos contra a escola militarizada porque a escola e a educação têm que ser espaço dos saberes, espaço da aprendizagem da nossa juventude, das nossas crianças, mas também espaço de se viver a rebeldia. Quem de nós não fomos jovens um dia? E nessa nossa juventude, qual foi o espaço em que a gente fez as nossas concertações, tivemos as nossas aflições e tudo, as nossas vivências e os nossos saberes e também os nossos conceitos, que a gente carrega até hoje? Foi no ambiente escolar que nós vivemos tudo isso.

Então, os conflitos que a gente tem na juventude e os conflitos que a gente traz para dentro do ambiente escolar jamais são objetos de uma escola militarizada como resolução de tudo isso, mas sim, de pactuação e de uma educação freiriana, aquela que emancipa, aquela que é crítica e com a qual a gente exerce a cidadania. E a escola cívico-militar não é espaço disso para nossa juventude e para nós, enquanto profissionais da educação, exercermos esse poder.

Essa educação jamais vai ser para obedecer, jamais vai ser para aceitar e jamais vai ser para acomodar, mas vai ser para libertar, vai ser para emancipar e vai ser para formar, cada vez mais, homens e mulheres cientes dos seus deveres, cumpridores deles, mas acima de tudo dos seus direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas também, quando Salomão começou a dizer e quando a gente começou aqui com a fala da Cleo, eu pensei e me veio também uma canção: mesmo que alguns não queiram, amanhã vai ser um novo dia. E esse novo dia vai ser de superação desse modelo implementado.

Eu não sou uma pessoa que dá como determinado o que está colocado. Nós já estamos tendo um movimento de desmilitarização dessas escolas e, mesmo aqueles que não queiram, vão ver que amanhã vai ter um novo dia, porque tem unidade no conjunto das entidades que estão aqui e, também, por parte do Estado brasileiro, e não é esse modelo de educação que vai prevalecer nas nossas escolas públicas brasileiras.

Dito isso, quero dizer por que a CNTE é contra as escolas cívico-militares. Reforçando aqui como já colocado: não possuem fundamento constitucional e legal. Eu vou fazer questão de ler aqui o artigo da nossa Constituição Federal, a nossa Constituição Cidadã, pela qual lutamos para tê-la, depois de um período por que nós passamos no Brasil, dominado por uma ditadura militar. Após a queda dessa ditadura, pela força do povo brasileiro, nós lutamos e temos a Constituição Cidadã de 1988. E ela dá claramente qual é o papel tanto dos educadores, da educação e dos militares. No seu art. 144, ela fala do papel da segurança pública:

> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
> [...]
> § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Não está como papel das polícias militares – é evidente que tem os colégios militares, não vamos aqui colocar – o papel educacional dentro das escolas, dentro do serviço que está colocado hoje nas escolas cívico-militares.

Também a nossa LDB, desde o art. 206, que determina sobre o regulamento do dispositivo: agentes militares não são para estar dentro da escola, não têm formação pedagógica. Quem tem formação pedagógica somos nós, enquanto professores e professoras, que passamos por uma universidade, são os funcionários de escola, que passaram por uma formação através do Profuncionário e por diversas formações; ou seja, quem tem formação para trabalhar dentro das escolas da educação pública são os professores, são os profissionais e os funcionários de escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. FÁTIMA APARECIDA DA SILVA** – Nossa, já foi todo esse tempo.

Extrapolam as funções das forças militares, por isso somos contrários; desrespeitam a formação pedagógica, como estamos colocando aqui; e a questão do orçamento.

De onde estão saindo os recursos pagando os militares que estão dentro da escola? Que já têm seu salário, gente! Estão ganhando o dobro e ganhando mais do que os professores e mais do que os funcionários de escola! Sai dos 25% da educação e sai também do Fundeb. É dinheiro público da educação pública drenado pelo setor dos militares, fazendo os seus arranjos de quem vai para dentro das escolas: é o amigo do Governador, é o amigo dos secretários e de quem está na gestão... Então, também os investimentos que deviam ser colocados para a melhoria da escola estão indo para salário em dobro de militares.

Afrontam a diversidade, afrontam a juventude, e nós vamos ver muitos fatos reais e concretos no decorrer dessa mesa aqui.

Impõem a militarização, nos acusam de ser doutrinadores – que não somos! –, nos acusam das questões de gênero, das questões de sexualidade... Agora, eles sim, fazem e praticam quando estão dentro das escolas cívico-militares, impondo uma militarização à revelia e tal, sem escolha para os nossos jovens e para a nossa juventude. É a diversidade apagada dentro do nosso ambiente escolar, que vai mais além do pedagógico. Isso sim, é doutrinação ideológica, igual estão fazendo.

E vamos juntos, gente, somar. Porque, embora o Governo Federal tenha revogado o Pecim, o que os Governadores fizeram em contraponto? Deram continuidade à militarização das escolas, expandindo e aumentando, mas, mesmo que eles não queiram, amanhã vai ser um novo dia, porque nós vamos derrotar esse modelo imposto.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Fátima. É a luta que nos garante.

**A SRA. FÁTIMA APARECIDA DA SILVA** – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vamos passar para a nossa última convidada desse primeiro bloco, a senhora – ou senhorita (*Risos.*) – representante da União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal, Letícia Resende.

**A SRA. LETÍCIA RESENDE** (Para expor.) – Bom dia, gente! Tudo bem?

Eu me chamo Letícia, como a Senadora me apresentou. Sou Presidenta da União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal, juntamente com a Ubes, combatendo este Governo que vem militarizando as nossas escolas sem a consulta dos estudantes.

Como o nosso companheiro falou, existe um passo a passo para militarizar as escolas e, nesse passo a passo, eles não incluem os estudantes. Existe um grau de cada votação. Para cada votação ali dentro da urna eles dizem que tem um peso, e o peso do estudante é o mínimo, sendo que é o estudante que está ali para aprender, é o estudante que vive a escola.

Queria agradecer à Leo por ter, enfim – Cleo, perdão –, por ter me convidado e agradecer também ao Inesc, onde eu consegui entrar por parte do Grito das Periferias, onde eu conheci muita gente, onde eu me reconheci como militante, realmente, e, a partir disso, eu consegui exercer o meu papel como Presidenta com mais facilidade, com mais autonomia, com mais sagacidade, falar com o estudante, ter mais comunicação. Foi um espaço muito legal, muito acolhedor, e, a partir disso, eu vou trazer uma perspectiva mais dos estudantes e menos teórica, como os nossos companheiros falaram.

Os estudantes não defendem a cívico-militarização. A cívico-militarização é um lugar de reprimenda, de onde os estudantes evadem, onde o Governo defende que a gente vai ter mais segurança, mas essas são as escolas que mais têm casos de assédio, mais casos de assédio contra os alunos, professores e a comunidade ali dessa escola.

A partir do 8 de março até aqui, eu não consigo contar nos dedos quantos casos chegaram no meu privado, de estudantes, mulheres, meninos, sofrendo abuso dentro das escolas, sofrendo perseguição. Nessas escolas, é muito difícil a gente conseguir construir grêmios. Esses alunos têm medo de ter autonomia, têm medo de, como eu posso dizer... enfim, se posicionar; eles não conseguem trazer projetos de cultura.

A gente, como entidade estudantil, não consegue trazer essa autonomia para os estudantes, para que eles consigam, de fato, exercer esse senso crítico dentro deles. Esses estudantes seguem um modelo papagaio: o militar falou, eu vou obedecer. Eles não criticam por medo: eles têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

medo de se posicionar, têm medo de chegar à direção e falar o que aconteceu, têm medo de falar o que acontece dentro da sala de aula, de falar que sofreram abuso por parte de professor, sofreram por parte de policiais.

Esses policiais, em grande parte, tanto policiais quanto professores que abusam dessas meninas, não têm o caso julgado. Eles não são afastados, eles não vão para a Secretaria de Educação. A Secretaria de Educação, pelo contrário, não nos ouve. Ela nem nos ouve e nem ouve os professores.

Tem professores que querem ajudar os alunos, que querem trazer esse lado mais político, que querem trazer autonomia para que esses estudantes consigam, de fato, exercer esse papel político dentro das escolas, que é superimportante.

Como eu sempre digo, a gente respira a política. Se a gente está dentro de um ônibus, a gente respira a política. Se a gente está dentro da escola, e a escola, assim, tem estrutura péssima, a gente tem que lutar pelos nossos direitos, a gente tem que trazer esse papel político para os nossos alunos e falar que, enquanto a gente não lutar, a gente não vai conseguir nada, porque é através da luta que a gente conquista muita coisa.

Foi a partir dessa luta que a gente conseguiu o Pé-de-Meia; foi a partir dessa luta que a gente conseguiu passe livre para os estudantes, o que ainda é muito rígido, o que ainda a gente precisa melhorar, porque a gente precisa do Pé-de–Meia para a geral, a gente precisa do passe livre, literalmente livre, que não tenha quatro passes. A gente quer que os alunos tenham acesso à cidade, quer que tenham acesso à cultura dentro do Distrito Federal e dentro do Brasil também. Então, é mais nesse sentido que eu queria falar.

Eu queria falar também... repudiar, na real, dois casos que, assim, me tocaram o coração, que foram: no CED 1 do Itapoã, eles colocaram estudantes para marchar e fazer flexão por conta de uma cor de blusa. Eles falaram que... Não era nem a cor do uniforme, eles estavam com o uniforme, era a cor do moletom. Se eles estivessem com o moletom preto e o policial falasse: "Esse moletom tem que ser azul, você não vai entrar dentro da sala de aula..." Em vez de ser disciplina, eles estão colocando um lugar onde o estudante deve seguir somente o que o militar diz, sem poder estudar, sem poder escutar o que o professor, enfim, está dando na aula. Então, ele perde o dia de aula, dão falta por conta de uma cor de blusa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro caso que aconteceu foi no CED 7, de Ceilândia, onde o estudante foi falar com o militar e esse militar bateu nele. E aí vocês me perguntam: "Esses policiais foram afastados?" Não foram, porque, na Secretaria de Educação, eles não fazem nada.

O Governo do Distrito Federal quer colocar mais de 50 escolas cívico-militares dentro do Distrito Federal e não quer fazer com que os institutos federais sejam expandidos. Hoje, a gente tem dez, mas a meta é que tenha mais 50, 60, cem institutos federais, porque é esse o modelo de escola que a gente defende. É um modelo de escola em que a gente tem autonomia, em que a gente pode construir projeto cultural, onde a gente tenha curso técnico, onde a gente tenha estrutura para fazer aulas práticas, e a gente não tem.

E como a Fátima apontou muito bem, onde está esse dinheiro? Eles recebem muito dinheiro, e esse dinheiro está indo para a estrutura da escola? Está indo para os estudantes? Está indo para os professores? Está indo para eles, individualmente.

Então, nós estudantes... Eu, como Presidenta de uma entidade estudantil, digo que esse modelo de escola cívico-militar não vai passar, porque nós estamos nas ruas... Anteontem, a gente estava em um manifesto na L2 Norte, dizendo que nós não vamos aceitar que nossas meninas sejam assediadas dentro das escolas, principalmente as cívico-militares, porque é onde tem mais casos de assédio, de punição, de processo vexatório mesmo dos estudantes. Eu acredito que estudante tem que estar em sala de aula com segurança, mas não com militares dentro das escolas.

Eu queria dizer uma frase bem legal do Paulo Freire: "Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo". Como essas pessoas vão transformar o mundo sem o senso crítico? Como esses alunos vão fazer com que o mundo seja diferente, que não tenha ditadura no nosso país, que nosso país seja soberano, sendo que eles exercitam isso dentro das escolas? Exercitar isso dentro das escolas é dizer que o aluno não pode...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. LETÍCIA RESENDE** – ... cortar um cabelo, não pode colocar um *piercing*, não pode vestir uma roupa com que se sinta mais confortável?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muitas alunas se sentem desconfortáveis com uma calça *jeans,* e a gente entende isso, porque a gente, como movimento estudantil, fala que a escola é uma parte da nossa sociedade. A gente aprende muita coisa; a gente aprende que ter autonomia política, ter autonomia na nossa vida é essencial e que, dentro dessa parte política e dentro dessa repartição social que existem nas escolas, a gente vai se reconhecer como pessoa, é onde a gente vai entender o que a gente gosta, qual vai ser a faculdade em que a gente vai entrar. Muitas dessas escolas falam que concurso público é melhor do que uma faculdade. Na faculdade, a gente vai aprender muita coisa, a gente vai ter mais consciência do que é a nossa vida.

Então, era isso o que eu queria falar.

Agradeço muito à Senadora por ter feito isso acontecer e agradeço também ao Inesc, um grande parceiro que está em todas as lutas, está na Tarifa Zero também. A gente os vê em muitos atos.

Enfim, queria muito agradecer esta oportunidade de ter uma menina de 17 anos, mulher negra, da periferia, que está ali combatendo todo o tipo de reprimenda. É isto: muita gratidão! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Letícia.

O seu depoimento, em nome dos estudantes, comprova tudo o que foi colocado aqui de perspectiva, de análise, de concepção dessas escolas.

Quero aproveitar para registrar a presença da direção do Sinpro-DF e, ao mesmo tempo, chamar a nova mesa.

Agradeço a vocês quatro por esse início de debate tão consistente e tão instigante.

A segunda mesa vai ser composta por três pessoas, três mulheres. Salomão foi a cota dos homens. (*Risos.*)

Então, vamos chamar Adriana Moreira, Coordenadora de Educação do Instituto de Referência Negra Peregum. (*Palmas.*)

Obrigada, Adriana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Miriam Fábia Alves, Presidenta da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) (*Palmas.*), e que assumiu, recentemente, a Coordenação-Geral do Fórum Nacional de Educação.

E quero chamar a Catarina de Almeida Santos, Professora da Faculdade de Educação da UnB e representante da Rede de Pesquisadores sobre Militarização da Educação (RePME). (*Palmas.*)

Vamos seguir o mesmo roteiro da mesa inicial, dos dez minutos. A sirene apita quando faltar um, mas vocês podem concluir tranquilamente.

E já passo a palavra para Adriana Moreira, Coordenadora de Educação do Instituto de Referência Negra Peregum.

**A SRA. ADRIANA MOREIRA** (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Bom dia a todas as pessoas, meus colegas. Quero fazer um especial agradecimento à Cleo, do Inesc, que fez a articulação, o convite para que eu pudesse estar aqui hoje.

Meu nome é Adriana, eu sou uma mulher negra, com cabelo de luzes, eu estou usando um óculos cor-de-rosa, eu estou usando uma camisa branca, tenho colares vermelhos, tenho uma pulseira em cada pulso, dourada, um relógio e também uso anéis.

Bom, a minha fala aqui vem no sentido de ajudar a gente a pensar um pouco a história da formação do sistema, da formação da educação escolar do Brasil a partir de uma perspectiva que vai implicar o Estado na constituição de duas trajetórias educacionais paradigmáticas: uma trajetória de exclusividade branca, que constrói o acesso ao ensino superior, o acesso às melhores oportunidades no mundo do trabalho e também a autodeterminação; e uma outra trajetória que se constrói a contrapelo da primeira: uma trajetória descendente que constrói condições para a morte social, para viver à margem das instituições, não participar nem da sociedade civil, muito menos da vida política. E, a partir daí, eu começo a minha argumentação para pensar o papel da escola civil-militar, que foi estabelecida a partir dos últimos anos.

Rapidamente, eu queria lembrar que, em 1827, foi publicada a Lei Geral do Ensino, que estabelecia as condições do funcionamento da organização escolar: a normatização do currículo a ser ensinado nas escolas; a regulamentação da profissão docente em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino; além da definição do público-alvo da política educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A lei assegurava o financiamento público, por parte da Federação, para o pagamento do salário dos professores e também promovia a infraestrutura mínima necessária para o aluguel das casas dos mestres-escola, local onde o professor deveria residir e, ao mesmo tempo, receber turmas para ministrar as aulas.

Em seu art. 5º, a Lei Geral do Ensino determinava que especificamente as escolas de ensino mútuo receberiam do governo central materiais didáticos e poderiam funcionar em prédios públicos disponíveis nas províncias, ficando dispensadas do pagamento de aluguel.

A ampliação da malha educacional iniciada pelo Ato Adicional de 1834, que transferiu às províncias as responsabilidades pela abertura das escolas e estabeleceu o critério censitário para definir as localidades prioritárias, representou, em alguma medida, o empreendimento de um projeto civilizatório. Esse projeto, destinado a atender à população branca, para lograr êxito, precisou contar com o expediente populacional negro, considerando que o critério censitário era levado em conta para que fosse autorizada a abertura das escolas públicas – porque os libertos, as pessoas libertas podiam estudar.

Esse critério obrigava que o Presidente da província incluísse a população negra em situação de liberta entre os matriculados na escola para garantir o número necessário para a abertura das turmas. O que existia, então, eram escolas públicas que funcionavam na casa do mestre-escola, com um número significativo de estudantes negros matriculados em turmas multisseriadas, com poucas condições de frequentar as aulas. Pesquisas recentes demonstram, por exemplo, que famílias de estudantes negros reclamavam ao Inspetor-Geral da Educação sobre as violências sofridas por seus filhos no ambiente escolar, que eram obrigados a aprender em condições severas de coações físicas e morais.

O que eu estou tentando dizer é que a historiografia da educação recente conseguiu reunir evidências suficientes para que se possa dizer que a escola pública brasileira, desde os seus momentos iniciais, se viabilizou por meio da violência racial. Isto é, ainda que de alguma maneira não fosse proibida legalmente a presença da população negra na escola pública, a lógica do seu funcionamento operava em seu desfavor de maneira severamente violenta.

Desde então, por meio de diversos expedientes, o Estado promoveu políticas a fim de perpetuar um tipo de inclusão perversa da população negra na escola: na Primeira República, as políticas sanitaristas e de eugenia cumpriram a função de não permitir a presença da população negra, nem que sua produção cultural ocupasse os bancos escolares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O regime ditatorial, por sua vez, dedicado a realinhar o pacto entre as elites – que, por sinal, eram brancas –, procedeu à reforma universitária, estabeleceu o vestibular como barreira intransponível para os estudantes da escola pública, que logo adiante começariam a ter o acesso ao sistema público de ensino, estudantes esses que não eram brancos.

Mas é interessante notar que, no regime ditatorial, civis e militares, cada um tinha o seu papel, ao se observar o fato de que professores da USP e da UFRJ, quando ocuparam a cadeira do Ministério da Educação, estabeleceram as legislações mais repressivas contra uma formação potencialmente danosa ao grupo racial e de classe aos estudantes. Quais foram? A extinção da UNE, instituição do DCE como única forma de representação estudantil, tornando proibitivos outros tipos de agremiações político-estudantis.

Os professores, nesse sentido, cumpriam a função de disciplinar os estudantes do mesmo grupo social ao qual pertenciam, a fim de garantir o cumprimento de uma agenda comum: a agenda da reforma universitária, a política educacional de maior expressão do Governo ditatorial.

Os militares, nesse sentido, cumpriram a função de reprimir os estudantes que, por algum motivo, desviassem a rota preestabelecida, não tinham prerrogativas de educar. Isso continuava uma tarefa dos professores. É importante não perder de vista que, em toda essa relação entre estudantes, aqueles a quem se deve disciplinar; professor, como agente transmissor da ordem social aos estudantes, disciplinador; e militares, agentes da repressão, se desenvolve um esquema articulado entre membros da mesma condição racial e que comungam dos mesmos interesses de classe.

A partir de 2003, um conjunto de legislações educacionais passaram a referenciar a emergência de sujeitos de direitos educacionais que, historicamente, não participavam da igualdade política nacional. Ainda que de forma insuficiente, a Lei 10.639, a 11.645, a Política Nacional para Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a política de cota nas universidades fizeram emergir sujeitos de direitos educacionais aliados a políticas distributivas que apoiaram a permanência de estudantes mais pobres na escola, que não eram brancos. Começaram a romper barreiras educacionais deliberadamente construídas na educação pública a fim de garantir o acesso ao ensino superior, aos postos de trabalho de melhor remuneração e ao poder político dos grupos brancos da sociedade.

Nesse sentido, a instituição de regimentos educacionais de caráter totalitário destinados à formação de soldados, associado à presença de militares atuando no cotidiano escolar, significa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de forma inexorável, a retomada de um projeto de um país no qual a população negra, quilombola, indígena e mulheres possam figurar apenas na fraternidade mestiça e sejam impedidos de integrar a esfera da igualdade política, isto é, não saiam da condição de morte social e estejam sujeitos a toda sorte de violações, o que implica retroagir à efetivação de barreiras educacionais que historicamente tornaram a escola um espaço de produção e reprodução de violências, a fim de garantir a ordem colonial da sociedade brasileira, as mesmas lógicas operacionais do ambiente educacional que fundaram a escola do século XIX e se aperfeiçoam durante todo o século XX, viabilizaram trajetórias educacionais de exclusividade branca e garantiram a autodeterminação, o poder político dos grupos brancos.

É importante destacar também que, diferentemente do período ditatorial, no qual os militares não cumpriram a função disciplinadora, o que era a função dos professores... Já no modelo atual, para além da matrícula, os grupos negros, quilombolas, indígenas e mulheres começam a emergir como sujeitos de direitos educacionais e há um processo de enegrecimento do corpo docente. Segundo os dados do Saeb 2023, cerca de 49% dos professores da rede pública de ensino nacional são negros.

A presença de militares no cotidiano escolar representa um aprofundamento das estratégias repressivas quando comparada ao de regime ditatorial. Quando a relação com estudantes e professores se relacionava no mesmo grupo racial e de classe, o agente da repressão não precisava participar...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ADRIANA MOREIRA** – ... do cotidiano escolar.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Tem um minuto ainda...

**A SRA. ADRIANA MOREIRA** – Tenho um minuto?

A minha intenção aqui foi reafirmar o fato de que o Estado brasileiro, à medida que viabiliza condições, por diversas maneiras, inclusive fortalecendo a iniciativa privada durante o regime militar, oferece condições para que os grupos brancos acessem... Organiza completamente a trajetória educacional desses grupos, para que esses grupos possam acessar o ensino superior, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

melhores postos de trabalho. É só a gente observar o Congresso Nacional, quem são os representantes que a gente elege no país e os grupos políticos.

A população negra no Brasil não é autodeterminada, a gente não tem um volume de representação negra suficiente para valer a escolha dos nossos destinos e também poder intervir nos destinos dos outros grupos raciais. Houve um projeto organizado de expansão do ensino público a partir do regime militar que investiu o orçamento na construção dessas trajetórias de exclusividade branca e fez o que deu e como deu, e era para ser desse jeito – de qualquer jeito – , de modo que era para produzir reprovação e produzir evasão dos grupos que entrariam na escola nos anos posteriores e para que essas pessoas vivessem em condição de morte social – pessoas que importam muito pouco; entre elas, a população negra, a população quilombola, a população indígena, as mulheres, a população PCD –, de maneira que, quando você começa a referenciar esses sujeitos de direitos educacionais e, de alguma maneira – e foram muito poucas as coisas que foram feitas –, a gente teve algumas legislações, mas a gente, por exemplo, não garantiu a permanência dos meninos negros no ensino fundamental – nos anos finais do ensino fundamental – até hoje. A gente não conseguiu fazer isso.

Foram poucas coisas as que a gente conseguiu fazer, mas, à medida que a gente produziu esse movimento na sociedade brasileira, pegou o Sisu no Governo Dilma... O Sisu, em 2013, unificou a maneira de entrar nas universidades federais, e isso produziu um gargalo na sociedade brasileira a que a população branca não estava acostumada: ter que disputar, a partir de uma frente só, a vaga na universidade. Produziram-se situações que colocaram barreiras para eles; desfizeram algumas barreiras para nós e produziram barreiras para eles.

A instituição de um governo com características de unidade da brancura e que faz uma política de desinvestimento e institui um projeto de escola civil militar a partir de regimentos e a instituição de um militar dentro da unidade escolar representa a retomada de barreiras educacionais severas no ambiente escolar, na estrutura do sistema de ensino, isto é, a retomada de você jogar para baixo, retirar da esfera – do campo – da ordem civil grupos sociais que há menos de 20 anos começaram a entrar na ordem política do país.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Adriana. (*Palmas.*)

Vou passar a palavra agora para a Miriam Fábia, Presidente da Anped e Coordenadora-Geral do Fórum Nacional de Educação, para seus dez minutos iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES** (Para expor.) – Obrigada. Tem que ligar aí, né? (*Fora do microfone.*)

Bom dia a todas as pessoas. Quero cumprimentar, agradecer e abraçar – já o fiz – a nossa queridíssima Senadora Teresa Leitão por ter tão prontamente atendido aqui também os nossos anseios, as nossas agonias de poder discutir esse tema; é isso que a gente tem tentado.

Quero cumprimentar os colegas que me antecederam: companheira Cate – Catarina, Cata – e Adriana, que estão aqui comigo. Tem nomes, né?

Eu sou Miriam Fábia, uma mulher branca de cabelos encaracolados claros, uma senhora de 54 anos, de óculos, e uso hoje roupa preta – estou de preto hoje.

É tanta coisa, Teresa, para a gente trazer que é difícil fazer uma síntese.

Eu quero, como representante, neste momento, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, trazer alguns argumentos que têm sido produzidos no campo da pesquisa e da pós-graduação em educação para o debate de hoje. Tem muitas pesquisas. Só aqui eu encontro três pessoas doutorandas que têm como tema a militarização – três que eu sei, porque estou acompanhando, mas nós temos colegas que fizeram o mestrado e terminaram as suas dissertações também com o tema da militarização, e temos pessoas da iniciação científica. Ou seja, é um conjunto de pessoas em formação com a pesquisa, mas que entenderam que esse tema vai além da produção de conhecimento; ele é, também, um tema da disputa da política pública de educação. Estar aqui hoje, Senadora, é também esse movimento formativo.

Então, a primeira coisa que eu queria dizer é que as nossas pesquisas combinam – e aí a gente pode citar, depois, as referências todas – que a militarização reduz a autonomia pedagógica, enfraquece a gestão democrática da escola pública, mesmo que eles não digam que essas escolas são autoritárias; eles dizem que têm gestão democrática, pode olhar os projetos dessas escolas, mas a gente enfraquece; a gente, eu diria – os estudos cuidam muito dos termos, mas a gente vem acompanhando –, acaba com a gestão democrática.

A militarização também induz mecanismos punitivistas de vigilância, de padronização da prática pedagógica, dos corpos e uma hierarquização dentro do espaço escolar incompatível com princípios constitucionais, como o pluralismo de ideias, a liberdade pedagógica e a participação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da comunidade no projeto escolar. Isso está assegurado! Está assegurado na LDB. Então, essa lógica é outra: é a do mando e da obediência.

Então, todos esses princípios assegurados na nossa legislação não são cumpridos. Professores, estudantes e equipes pedagógicas passam a atuar sob relações de controle que limitam a autonomia institucional e o debate democrático. E aí estamos todas, e vou dizer, eu tenho dito isso muito onde vou, estamos todas – meninas, mulheres, professoras – nessa que é uma carreira feminina, sob o jugo militar, em larga medida, dos homens. Então, aqui também tem uma questão de gênero, Teresa, que é grave, e essa relação extremamente hierarquizada e desigual. Era a primeira questão que eu queria trazer dos estudos. Podem pedir à inteligência artificial e olhar um monte de sínteses e conclusões de teses e dissertações.

Uma outra questão é que a militarização converte problemas sociais e educacionais em problemas de disciplina e comportamento. Então, eu reduzo a grande complexidade educacional ao problema de disciplina e de comportamento. Eu desloco o debate das desigualdades estruturais para a responsabilização individual de estudantes ou de professores. Eu faço um deslocamento fundamental aqui. Em vez de enfrentar os problemas da desigualdade...

Nossa, esse "enfrentar" saiu tão goiano, não é, gente? Nossa, até em mim doeu aqui esse "enfrentar". Desculpe.

**A SRA. CATARINA DE ALMEIDA SANTOS** (*Fora do microfone*.) – O que em você não é tão goiano?

**A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES** – Não, eu sou mineira, quase. Todo mundo diz.

Em vez de enfrentar as condições materiais que produzem violência e exclusão, nós temos um modelo que privilegia contenção, vigilância e obediência.

A lindeza do nosso seminário ontem à noite não é permitida. A lindeza de a gente se juntar ao *hip-hop* não cabe, não é? E muitas outras coisas.

Uma outra questão é... Aí eu quero dizer que a gente está com um discurso de combate à violência, que foi utilizado inclusive, Teresa, a gente acompanhou várias audiências nesta Casa, no Congresso Nacional, e a questão do combate à violência é sempre usada, sempre usada. Mas a gente vai constatando nos estudos que não há um demonstrativo, por meio das pesquisas, de que a militarização faça qualquer contenção, controle da violência. Ao contrário. E aí a Letícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estava aqui, mas a gente pode ouvir a moçada jovem que também está por aqui, para ajudar a pensar um pouco nisso, que é fundamental.

Então, a questão da violência não se resolve com mais violência. Quantas narrativas nós escutamos de estudantes que dizem que os policiais estão nas escolas armados! O que é que a arma representa? O que é que estar armado no espaço escolar representa? E o que é que isso, simbolicamente, traz para a atividade pedagógica no interior das escolas?

Uma outra questão é a questão da qualidade. A gente ontem falava na mesa de abertura sobre o que é a qualidade, desse conceito polissêmico, desse conceito... E aí, Ana, nossas pesquisas sobre militarização coincidem com a pesquisa que vocês estão levantando de que qualidade é resultado nas provas e nos testes padronizados. O.k. É isso, não é? E eu queria dizer que essa é uma questão em que a gente reduz a formação humana a uma lógica de eficiência dos resultados e eficiência disciplinar. Pronto. Isso é educar. Acabou.

Uma outra questão, e eu falo isto, Teresa, desde que eu comecei a discutir o tema, lá em 2013, dentro da Faculdade de Educação, Diretora daquela casa, enfrentando a militarização lá no Estado de Goiás, tá, gente? Eu digo sempre: a militarização produz uma segregação dentro da própria rede. Ela cria, eu falava, é o termo que eu usava e continuo usando, a diferenciação na rede. As escolas militarizadas recebem maiores recursos, maiores investimentos. Tudo bem, não é, Gibran? A gente está vendo que... Aonde é que vai esse dinheiro lá no Mato Grosso? Gibran está estudando o Mato Grosso. A gente sabe como é difícil.

E quero dizer: a dissertação da Ana Paula Borges, que era para discutir o recurso que, em Goiás, é arrecadado com a contribuição voluntária dos colégios da Polícia Militar, nós não conseguimos fazer. Nós não conseguimos dados.

Então, essa é uma escola que fecha para a pesquisa, fecha para os dados. E aí a gente também fica sem entender o que está acontecendo. Como é que a gente sabe das coisas? Como nós temos tido acesso, em larga medida, a essas escolas? Por meio das denúncias, porque a gente não entra nas escolas. É muito difícil entrar nas escolas. Quem está pesquisando sabe...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES** – ... muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu vou fazer um último comentário para dizer que a gente já ouviu aqui, mas os estudos também indicam: a presença de militares nas escolas amplia o risco de violência institucional, incluindo violência psicológica, humilhações, assédio, discriminação de gênero, racismo, LGBTfobia, abuso de autoridade, especialmente pela incorporação de agentes sem formação para atuar nos processos educativos. Mesmo que eles tiverem formação, a gente também não os quer nesse lugar, só para dizer. Eles têm outros lugares para atuar e é lá que eles têm que atuar, fazer bem feito, bonitinho. Lá fora, aqui não.

Eu tenho uma lista ou outra, que eu não vou concluir, mas é só para dizer que tem um monte dos nossos estudos, dos nossos achados, tá, Teresa?

Eu quero cantar. Vocês sabem que eu não canto, não é? Mas eu quero terminar com o nosso hino, que eu disse que é da nossa rede de pesquisa, a Rede Nacional de Pesquisa sobre a Militarização da Educação. Eu tenho dito que o nosso hino é o seguinte:

> Quero a utopia, quero tudo e mais
> Quero a felicidade nos olhos de [uma mãe e de] um pai
> Quero a alegria, muita gente feliz
> Quero que a justiça reine em meu país
> Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
> Quero ser amizade, quero amor, prazer
> Quero nossa cidade sempre ensolarada
> [As meninas, os menines,] os meninos e o povo no poder eu quero ver
> [Eu quero ver, sim, a desmilitarização da escola; não à militarização da escola]
> Os meninos, as meninas e o povo no poder.

Obrigada, Teresa. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Miriam. É sempre bom a gente botar poesia nas nossas falas.

Aproveito para registrar a presença do Prof. Gibran, do Sintep do Mato Grosso. Seja bem-vindo.

E vamos para a nossa última intervenção da mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Catarina de Almeida Santos, Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e representante da Rede de Pesquisadores sobre a Militarização da Educação (RePME), para seus 10 minutos iniciais.

**A SRA. CATARINA DE ALMEIDA SANTOS** (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Já aproveito para agradecer a sua disponibilidade, junto com toda a assessoria, de fazer esta audiência tão importante com esse tema, nesta semana que, como o Salomão destacou, tem tantos dobramentos, mas a gente também tem projetos legislativos no Congresso Nacional sobre essa temática para os quais a gente precisa ter atenção.

Cumprimento todas as pessoas que nos acompanham, que estão aqui presentes. Nós temos aqui integrantes... Não só as meninas do Malalas do Cerrado, mas estudantes de iniciação científica, pesquisadores. Nós temos pesquisadores da Rede, Senadora, de todas as regiões do país, estão aqui na Casa – o Congresso Nacional deve ser a Casa do povo – com os representantes, todos eles envolvidos nessa temática.

Queria cumprimentar também um outro coletivo que estuda a temática, que é o Coletivo Redes, em nome da Coordenadora, Profa. Iana. Queria dizer que nós não combinamos nada, mas a minha fala está muito baseada em fotos, fatos e vídeos que vão traduzir o que a militarização tem feito na prática e que ilustram tudo o que foi dito pelas pessoas que nos antecederam aqui, tá?

Então, eu vou trabalhar muito com a questão de fotos...

É para cá mesmo que eu... Aí foi. Então, volta. (*Pausa.*)

Ah, tá bom.

Por que a gente não quer a militarização? Nós não queremos que as escolas se tornem a imagem dos pátios dos presídios, dos pátios dos quartéis. Nós não queremos que o pátio das nossas escolas, e esse é um pátio de uma escola, se pareça mais com um campo de concentração do que com uma instituição escolar. Nós queremos a diversidade na nossa escola, e não é essa a posição que nós queremos dos nossos estudantes.

Essa aqui é uma foto da primeira escola militarizada em Goiás, que é a Hugo de Carvalho Ramos. Nós não queremos que as nossas crianças... E aí eu espero que as fotos e as imagens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

respondam a algumas perguntas que chegaram pelo e-Cidadania, inclusive sobre a partir de qual etapa se militariza. Essa é uma creche em Salvador. Nós temos aí as crianças já nesse modelo.

Então, a gente fala muito, a gente tem pesquisado, falado e eu tenho tentado mostrar as fotos do que está acontecendo, para ver se as pessoas entendem o tamanho do problema que nós temos nas nossas escolas.

A Miriam falava da questão armada e a gente precisa entender que o processo de militarização da escola no Brasil se desenrola de várias formas. E, sim, nós temos, em muitas escolas no país, policiais da ativa que estão dentro das escolas, armados. Essa é de Goiás e essa é aqui do DF – só para pegar dois casos muito próximos.

E a Letícia falava dos desdobramentos que nós temos tido nas escolas do DF. Mas não é só nas escolas do DF, Letícia. Eu vou trazer alguns, porque nós não temos tanto tempo, mas eu queria pegar aqui. A implementação das escolas militarizadas no país tem instrumentos, manuais. E aqui eu trouxe o art. 6º do Manual Disciplinar das Escolas do DF. Está aqui falando das faltas disciplinares a que os alunos são submetidos. Está dizendo que as faltas disciplinares são quaisquer violações dos preceitos de ética, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento estabelecidos aos alunos em função do sistema de ensino peculiar.

Quando a Miriam disse que a gente cria uma questão paralela aos colégios cívico-militares do Distrito Federal, essas normativas se repetem nos manuais de todas as escolas militarizadas neste país que nós temos em todos os estados da Federação. E quais são os desdobramentos disso? Aqui a gente tem quem pode, qual é a padronização, qual é o tipo de corpo que cabe dentro dessas escolas. Então, está aí dizendo qual é a forma do cabelo. Tem que ser estilo meia cabeleira, podendo ser formato discreto. Não se permitem cortes raspados, desenhos, como letras, símbolos, riscos, pinturas coloridas, tapetes ou cortes tipo moicano, ou seja, a cultura da juventude não cabe na escola. Se você não cabe no formato estabelecido pelos militares, você não cabe na escola. E, aí, isso responde à pergunta das pessoas sobre se cabe a diversidade na escola. Não cabe a diversidade. Não é permitido o uso de brincos, *piercings*. Não é permitida nenhuma manifestação de namoro ou similar no interior dos colégios ou proximidades, e não é só no interior, mas nas proximidades.

Vai trazer aí como podem ser as vestimentas das meninas; também não é permitido o cabelo curto ou pintura nos cabelos, a não ser que seja próximo do natural; os cabelos médios têm que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estar presos; e brincos são permitidos, desde que não ultrapassem o lóbulo da orelha. Então, veja que tem definições muito específicas do que se pode ou não pode usar dentro dessas escolas. E aí está falando inclusive o tamanho da argola: 1,5cm de diâmetro; a partir disso, a gente vai ter problema. Não há restrições de uso de maquiagem – e aqui eu acho hilário –, desde que discreta; é permitido o uso de batom de qualquer cor, desde que discreto – ou é discreto ou não é de qualquer cor, a coisa não está batendo.

E aí as questões atinentes às características representativas das identidades étnico-raciais vão depender da decisão da equipe gestora, se as pessoas podem utilizar esses cabelos. E a gente tem feito pesquisas nas escolas brasileiras, entre elas as escolas militarizadas, e essa norma está sendo implementada.

Aqui eu quero trazer uma definição, na prática, de como é que esse regimento está sendo implementado com esses manuais. Aqui trata-se de uma queixa feita por um pai de aluno, aqui na Proeduc, no Distrito Federal, que trata de uma notícia de fato, formulada por representante legal do aluno, que relata que, desde o ano de 2022, o filho vem sofrendo perseguição por parte da gestão da escola em função do seu cabelo. E o que está nessa representação? A ficha, todo aluno tem uma ficha disciplinar, eles entram sempre com a nota 8 e podem subir ou descer, a partir do cumprimento ou não daquelas regras estabelecidas. Então, aquelas faltas lá fazem com que os estudantes vão perdendo pontos. E tinha 34 advertências na ficha disciplinar: 20 delas estavam relacionadas ao cabelo do discente, que estava considerado desalinhado ou longo; 4 foram relativas à representação do uniforme, por supostamente estar fora do padrão; e uma relacionada ao corte da sobrancelha – e aí a gente tem escolas em que, se o estudante tem corte na sobrancelha, pegam um lápis e pintam para ficar da mesma cor do restante da sobrancelha –; e uma por questões de pulseira, esse tipo de coisa.

Aqui a gente tem denúncias: essa é bem recente, de uma escola no Distrito Federal, falando do rigor excessivo das escolas cívico-militares do Distrito Federal. Aqui a mãe estabelece a denúncia que aconteceu em uma das escolas, em que ela está dizendo que o filho, de 14 anos, está sendo coagido a cortar o cabelo. Ele recebeu duas advertências por não cumprir a ordem e disseram que, se ele não aparecer na escola com corte padrão, irá tomar outra advertência e uma suspensão. E, por conta das advertências, o garoto está impedido de participar do interclasse e dos passeios escolares.

Aqui, uma outra denúncia por assédio em escola cívico-militar do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estou pegando as manchetes porque a gente não tem tempo para esmiuçar o teor das denúncias.

E aqui...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

**A SRA. CATARINA DE ALMEIDA SANTOS** – Então, aqui é a representação de... É um vídeo de dentro de uma escola pública do Estado do Tocantins.

Aqui, Letícia, é um vídeo – não vou passá-lo inteiro – das flexões, no CED 01 do Itapoã, que os estudantes foram obrigados a fazer porque estavam com uma cor do moletom que não era condizente. Aí, vale ressaltar que a Secretaria de Educação, inclusive, não comprou esse fardamento para os estudantes.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

**A SRA. CATARINA DE ALMEIDA SANTOS** – Eu vou passar para... Aí eles estão batendo flexão.

Aqui a gente vai para uma outra, que é do Estado do Paraná.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

**A SRA. CATARINA DE ALMEIDA SANTOS** – Então, essas são práticas que estão sendo desenvolvidas nas nossas escolas públicas.

Aí, quando se diz que a comunidade quer a militarização, eu queria dizer que a juventude não quer a militarização. A juventude está, de ponta a ponta do país, com os estudantes se movimentando e se organizando contra a militarização, e a gente tem resultados disso no Estado de Mato Grosso; nós tivemos, em Minas, o impedimento da militarização de mais de 700 escolas, com articulação da juventude, das universidades, da Assembleia Legislativa, por meio dos seus Parlamentares que acreditam em outra escola.

Eu queria só trazer um pouco das imagens, Senadora, para a gente ver na prática o que tem acontecido com a militarização. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No início, assim que essas escolas foram implantadas pelo Governo passado, houve uma adesão por parte das famílias, justamente pela violência das periferias, pela crise de autoridade das famílias; pela dificuldade de se estar junto do filho e da filha, achava-se que ali era o paraíso da segurança.

Eu acho que essas pesquisas e essas denúncias têm contribuído muito para a gente desfazer esse sonho de uma escola segura, de uma escola ideal, onde as crianças e a juventude estariam tranquilas. Hoje, a gente vê que elas levaram para o interior da escola esse modelo, levaram para o interior da escola o que a polícia faz na periferia com pessoas negras, com pessoas vulneráveis; tudo repetido, nos castigos e na insistência, como diz uma das musiquinhas, de dominar as mentes, algo já aqui referido, na mesa anterior, na concepção de "escola sem partido".

Então, acho que demos conta de muito conteúdo, de muito compromisso nesta mesa inicial.

A gente teria agora a parte destinada aos Senadores, que estão todos lá.

A votação começa em poucos instantes, mas temos um pedido de fala do Plenário. Se tiver mais algum, a gente concede a palavra no tempo de três a cinco minutos, no máximo, e vamos nos encaminhando para o fechamento da nossa audiência.

Se algum dos convidados, das convidadas ou o convidado quiser complementar – em um tempo também mais restrito – a sua fala inicial, a gente tem até as 11h30 para poder fazer isso.

Mas eu vou passar, de imediato, a fala para a Mariana Chagas, que se inscreveu – Mariana é também da Ubes – para fazer algumas considerações finais à fala inicial.

Onde está a Mariana? (*Pausa.*)

Pronto, pode ligar o microfone, viu, Mariana?

**A SRA. MARIANA CHAGAS** – Oi, bom dia... Foi.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – De três a cinco minutos.

**A SRA. MARIANA CHAGAS** (Para expor.) – Primeiramente, muito obrigada, Senadora. É um prazer para todos aqui. Eu me chamo Mariana Chagas, sou Diretora da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Queria agradecer também a presença, por terem garantido a fala dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estudantes, das meninas aqui e o espaço para o UESDF, que, assim como a UCMG (União Colegial de Minas Gerais), que acabou de ser citada, representa uma grande vitória.

Então, os estudantes lá têm feito um terror para o Governador Romeu Zema. E, na época em que...

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Mentalmente. (*Risos.*)

**A SRA. MARIANA CHAGAS** – ... o projeto das escolas cívico-militares começou a ser implementado, eu estava terminando o meu ensino médio.

Eu sou do Estado do Paraná, então a gente conseguiu acompanhar, na pele, a partir da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, todo esse processo das consultas.

Então, a gente viu que tudo isso foi muito reduzido a uma grande disputa de narrativa: quem tinha mais dinheiro para pagar propaganda nas televisões, quem tinha mais dinheiro para colocar carro de som para rodar nas comunidades, para explicar para as pessoas o que estava acontecendo... E, dentro da secretaria, a gente tinha muitos casos de assédio moral.

Então, quando os diretores se demonstravam minimamente contra o projeto, era tirado um processo administrativo de: "está faltando uma cadeira na escola"; e afastava-se esse diretor. Encaminhava-se um diretor da Secretaria de Educação que era a favor do projeto e que se reunia com os pais, reunia-se com os professores, para tentar mudar a cabeça de todo mundo, para que votasse a favor daquele projeto.

Muitas das vezes, os colégios que foram divulgados e o processo de consulta a essas escolas foram feitos na surdina. Colocaram em outras seções, dentro das coisas do Governo, para que não fossem achados. Então, todo o processo de construção dessa consulta e de diálogo com essas comunidades escolares e com essas famílias sempre foi muito dificultado, desde o começo, porque isso é um projeto.

A gente tem o projeto de transformar as escolas em um modelo de números que você pode vender. Então, o projeto da cívico-militares é muito vendido como algo que vai salvar aquela comunidade das drogas, de agressões. Mas, quando a gente vai ver os critérios que foram postos, muitos desses colégios que viraram cívico-militares eram colégios de centro, eram colégios que tinham boas notas, cujo Ideb era lá em cima, que tinham vários projetos esportivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente teve um grande caso da evasão escolar, que é algo que nos preocupa muito, porque você precisa de números, e o rendimento dos estudantes do noturno é muito menor; e o índice de evasão escolar dos estudantes do noturno já é maior, normalmente, por questões de trabalho.

Mas, quando a gente tem a implementação do colégio cívico-militar nessas comunidades, esses colégios não têm mais a oferta do ensino noturno. Então, o índice de evasão desses estudantes que são trabalhadores, que precisam ajudar em casa, só aumenta, em detrimento de que a escola tenha números bons e que isso signifique que o modelo está dando certo.

A gente tem colégios onde a gente vai conversar com o grêmio estudantil... o colégio virou cívico-militar, tem cinco agentes lá, mas toda a quadra está lotada de bicicletas, porque não tem um bicicletário para atender os estudantes e, quando a gente conversa com aquela comunidade, eles não querem aqueles militares lá, porque eles controlam cada passo que os estudantes dão, mas eles queriam um bicicletário para ter esse espaço de convivência dentro da própria escola e para poder voltar a utilizar as quadras.

A gente falou muito no começo dessa campanha sobre o processo desse dinheiro que está indo para o bolso desses militares sem preparo pedagógico e que poderia estar sendo investido na infraestrutura, na ciência e tecnologia e nas merendas das nossas escolas, que têm muito a melhorar, mas ao invés disso...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. MARIANA CHAGAS** – ... o Governo escolhe colocar esses militares, esses bombeiros nesse espaço que não é deles.

A gente tem falado muito agora sobre a questão do assédio, a gente tem levantado muito essa questão de como isso tem se concretizado nessas escolas. Então, tem sido a nossa principal campanha as escolas sem assédio, e aqui, só para terminar, no Distrito Federal, a gente conquistou uma mesa de negociação com o Governo e a Secretaria de Educação, e a gente conseguiu a reconsulta das escolas cívico-militares aqui. Então, são cinco escolas que vão passar por uma reconsulta, e a gente quer que isso aconteça nos outros locais do país também, e estamos lutando para acabar com esse projeto. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Mariana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar agora para Salomão Ximenes, que vai fazer também algumas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode ser daí, pode.

**O SR. SALOMÃO BARROS XIMENES** (Para expor.) – Queria pedir licença, Senadora, para comentar algumas questões que chegaram do público, que nos foram encaminhadas, sobretudo um conjunto de questões que estão relacionadas ao suposto aspecto positivo das escolas cívico-militares, na visão das pessoas que participaram.

A Ana, do Rio Grande do Sul, traz uma questão, uma posição de que é muito bom que existam escolas cívico-militares, porque há respeito ao professor e limite aos jovens, na visão da Ana.

O Reinaldo fala que os pais devem ter autonomia para escolher esse tipo de escola, e o Benjamim, de São Paulo – Reinado é do Amazonas –, menciona que as escolas administradas por militares desenvolvem ética, ordem e valores morais.

Acho que esse é um desafio que nós, como educadores, como defensores da educação como um direito humano, temos que responder e temos que dialogar com esse anseio, essa visão disseminada em certos setores sociais e colocar uma questão franca, uma questão pedagógica, em torno dessa questão, que é a seguinte: será que, de fato, as escolas cívico-militares promovem mais respeito, promovem mais disciplina, mais organização no sentido pedagógico do aprendizado genuíno dessas posições e desses valores? Ou elas impõem isso violentamente, com violência física e simbólica, como muito bem demonstrou aqui a Profa. Catarina, nos vídeos, nas imagens, porque se é imposto não é aprendido, se é imposto não é um tema de educação, não é um tema da pedagogia.

Nós estamos lidando com uma situação de ordem, hierarquia, de obediência superior, que está sendo colocada, neste momento, expressamente, nos projetos pedagógicos de várias dessas escolas.

Então, parece-me que aqui, no espaço da Comissão de Educação do Senado, é muito importante marcar isto: não se trata de uma disputa sobre modelos pedagógicos; trata-se de uma colonização da escola e de um esvaziamento da dimensão pedagógica da escola...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. SALOMÃO BARROS XIMENES** – ... em substituição à dimensão meramente hierárquica.

Para finalizar, quero dizer o seguinte: esse modelo não funciona – dialogando com as famílias –, porque, se não são aprendidos, se não são vividos, esse respeito e essa disciplina não vão ser praticados no mundo real. Mostra disso são as próprias instituições militares; ou seja, vejam os dados de elevação da violência policial nos últimos anos, que expressam o fracasso deste modelo educacional baseado meramente na força militar, na hierarquia, na ordem e na disciplina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Salomão.

Miriam, deste bloco, e depois Fátima, do bloco anterior.

A gente está botando três minutos para quem já falou, por conta do limite do tempo.

**A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES** (Para expor.) – Eu quero só dizer que nós estamos, neste momento, Senadora, fazendo dois manifestos, até para pautar também o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade.

Eu quero dizer que a gente está com uma nota – Salomão e eu estamos nessa frente – para a Faculdade de Educação, para os programas de pós-graduação, para as nossas entidades. Colhemos a assinatura de quem faz formação, Teresa, e faz formação de novos e novas professoras. A gente quer sinalizar que não é esse o modelo que nós queremos.

Então, a gente também aproveita este momento para pedir adesão, para pedir aos colegas dos programas de pós e das faculdades de educação, das entidades que se juntem a nós. Se não assinaram, assinem e participem conosco desse movimento.

Era só para dar o recado.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero justificar que, de vez em quando, eu estou pegando o celular, porque a votação vai ser por ele. A votação de lá. Eu posso votar *online*.

Dando prosseguimento, vamos passar para a Fátima, da mesa também anterior; depois, para a Cleo; e nós temos algumas inscrições do plenário. Eu queria pedir que a gente encerrasse nessas que estão feitas, está bem? Estão inscritos Aline, Marcia Abreu, Andrey e Thallita.

Então, vamos começar com Fátima, depois, Cleo.

**A SRA. FÁTIMA APARECIDA DA SILVA** (Para expor.) – O e-Cidadania nesta Casa funciona e funciona muito bem. Toda vez em que eu venho em audiência, eu faço questão de responder, porque, quando eu estou lá, eu também gosto de me ver respondida.

Quanto às perguntas do Renan, de Pernambuco; da Iza, do Piauí; e da Raíssa, do Mato Grosso, todas enviadas pelo e-Cidadania, a Catarina muito bem já lhes deu a resposta.

Quero usar deste tempo para dizer e reafirmar da inconstitucionalidade total desse programa e reafirmar que a CNTE vai estar fazendo, como as cinco ações que tem no STF, duas, e uma, cujo julgamento começa no dia de amanhã, também é de autoria da CNTE. Nós vamos continuar fazendo essa luta, tanto no campo jurídico, como aqui também, nestas duas Casas, no campo da legislação, e junto com todo o movimento social e estudantil, com os pesquisadores da universidade, com toda a comunidade. Os nossos sindicatos vão estar para combater este modelo totalmente ilegal e imoral.

Local de polícia é fazendo segurança pública, e não dentro da educação, usurpando os recursos públicos e fazendo essas aberrações no Brasil afora, conforme a gente viu agora.

Se é a luta que nos garante, dela nós nunca fugiremos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Fátima.

Vamos passar agora para a Cleo, e depois, para a Aline.

**A SRA. CLEO MANHAS** (Para expor.) – Eu quero só fazer uma observação, rapidamente, porque a gente tem tentado muito... O Inesc é uma organização que atua na análise do orçamento público em várias políticas, inclusive na política de educação, e tem sido muito difícil a gente conseguir os números do que de fato é gasto com as escolas cívico-militares, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

além de tudo, além do que todo mundo já falou aqui, de que existe um gasto a mais, um gasto que vai da educação, do próprio Fundeb, para as escolas militarizadas ou para a Defesa – para o Ministério da Defesa, por exemplo –, nós não conseguimos saber o que exatamente vem sendo gasto. A gente faz pedidos pela Lei de Acesso à Informação e as respostas são extremamente evasivas, porque, nos níveis subnacionais, os portais de transparência, no geral, são muito deficitários; nos municípios, praticamente inexistentes.

Então, também faço um apelo aqui ao Senado, na medida do possível, que solicite informações sobre esses gastos e que batalhe para que esses portais de transparência, tanto dos estados quanto dos municípios, ofereçam informações fidedignas para que a gente consiga mostrar para a população o que está saindo dos recursos da educação para a segurança pública, e o que significa isso a menos para a política, para a gente construir essa qualidade de educação que a gente espera.

Então, a questão orçamentária também é muito grave e ela deve ser vista.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exatamente. Muito obrigada, Cleo.

Vamos passar para a Aline, e depois, para a Marcia Abreu, Professora e Diretora do SinproDF.

**A SRA. ALINE MASCARENHAS** (Para expor.) – Eu quero saudar os colegas presentes que estiveram na mesa, saudar todas as entidades, professores e estudantes, que juntos estão aqui conosco hoje, e a Senadora Teresa Leitão.

Eu escrevi aqui, de forma rápida, porque eu observo que, a partir das falas da mesa, a gente tem muito claras questões de ordem pedagógica, de violação dos direitos humanos, da inconstitucionalidade desse projeto de militarização – a partir da Constituição, da própria LDB e do Estatuto da Criança e do Adolescente –, uma utilização indevida de recursos e desvios de função.

Então, temos elementos suficientes aqui nesta audiência hoje, num movimento próprio que a rede e vários colegas têm feito, para sinalizar que não cabe num país como o nosso, num país que tem uma Constituição Federal que preza pela garantida função da escola pública e do seu papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E nós, professores, que defendemos a escola pública, o trabalho pedagógico, não unicamente numa perspectiva de escolarização de conteúdo, mas entendendo que a educação humaniza pessoas, nessa defesa da formação de uma sociedade democrática, o que a gente está assistindo aqui – inclusive a partir das fotos que a Catarina trouxe e do cotidiano das denúncias – é que a nossa escola pública está se transformando em espaços que estão alimentando ideias fascistas, de discurso ao ódio.

E audiência como essa aqui nos possibilita um espaço de resistência, mas também de proposição junto a esta Comissão, para que possamos criar mecanismos de interrupção desse modelo de sociedade pactuada no interior dessas escolas militarizadas, um modelo de sociedade que tenta docilizar corpos e mentes, impactando em sua subjetividade de tal modo que naturaliza práticas de punição, autoritarismo, invasão cultural e disseminação do ódio, inclusive com ataque constante à dignidade humana.

Portanto, a gente não quer educar para barbárie. Esse é o apelo que nós aqui hoje nos unimos para fazer: queremos retomar e trazer o papel da função social da escola pública...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ALINE MASCARENHAS** – ... que não é para deformar e, sim, para humanizar.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Aline. Estou gostando da disciplina, que não é militar, mas foi pactuada, né? Sobre o tempo. (*Risos.*)

Vamos passar agora para Marcia e depois para Andrey.

Marcia está ali, à esquerda.

**A SRA. MARCIA ABREU** (Para expor.) – Estou aqui, gente. Bom dia a todas as pessoas. Eu sou Marcia Abreu, sou Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal e, atualmente, estou na Diretoria Colegiada do Sinpro-DF (Sindicatos dos Professores).

O Sinpro repudia qualquer manifestação positiva a favor das escolas cívico-militares. Nós, do sindicato, temos uma campanha, Senadora, que diz "educar não é militarizar". Nós estamos fazendo plenárias nas cidades, nas regionais, para debater com os nossos colegas, porque tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muita desinformação, tem muita falta de informação, tanto na sociedade quanto na categoria, que não entende a diferença entre escola militar e escola militarizada, e não sabe do sequestro dos recursos financeiros que estão sendo feitos por essas escolas.

Aqui no Distrito Federal, o Governo Ibaneis iniciou esse sequestro das escolas públicas em 2019. Atualmente, nós temos 25, uma delas tem saído direto na mídia, que é o CED 01 do Itapuã. Existem muitas, a flexão daquele foi só a ponta do *iceberg*, tem muito mais violências sendo feitas e sofridas lá dentro.

Nós temos grupos de professores que estão atualmente fazendo resistência, já fizeram denúncia ao Ministério Público, e nós, do Sinpro, professores, estamos fazendo este debate com a categoria para que eles entendam que nós não somos contra a polícia militar...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. MARCIA ABREU** – ... nós queremos que eles fiquem do lado de fora da escola. Dentro da escola é para quem tem formação para isso. Nós conseguimos, sim, lidar com a disciplina pedagogicamente. Então é isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, Marcia.

**A SRA. MARCIA ABREU** – Muito obrigada, foi muito boa esta audiência hoje e estamos juntos na luta. Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada a você, Marcia.

Vou passar a palavra agora para Andrey.

**O SR. ANDREY FELYPE NASCIMENTO** (Para expor.) – Olá, bom dia. Meu nome é Andrey, eu sou...

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Desculpe, Andrey.

**O SR. ANDREY FELYPE NASCIMENTO** – Tudo bem, tudo bem. Vou fazer minha autodescrição: eu sou homem preto, de 1,90m de altura, cabelos baixinhos, estou de óculos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma blusa social preta. Eu sou estagiário do Inesc e estudante de Licenciatura em Geografia na UnB.

Eu quero, primeiramente, dividir minha fala em duas partes, mas a primeira é a gente também entender onde essas escolas cívico-militares estão localizadas. Eu acho que quando a gente pensa em um projeto cívico-militar, eles têm um objetivo muito claro, que é cada vez mais colocar os tentáculos ditatoriais dentro das escolas públicas nas periferias.

Aqui no DF, todas as escolas cívico-militares estão situadas nas periferias, seja em Taguatinga, seja no Itapoã, seja no Paranoá, seja na Estrutural. São escolas vulneráveis, então eles usam essa vulnerabilidade dessas escolas como uma das suas motivações de estarem ali; mas tenham em mente que essas vulnerabilidades são ocorridas por falta de estrutura, por falta de projetos sociais dentro dessas escolas e por falta de organização da educação dentro dessas escolas. A integração dos policiais dentro dessas escolas não só não melhora essa estrutura, mas, sim, piora, e olhem que as escolas aqui no DF recebem 100% a mais do orçamento por elas serem cívico-militares. Se as escolas públicas recebessem esse valor a mais, também eu tenho certeza de que teriam mais projetos sociais, que teriam mais estruturas e teriam muito mais recursos para implementar dentro dessa escola.

É muito engraçado que esse discurso de que as escolas cívico-militares vêm como salvação é o mesmo discurso que veio antigamente na ditadura militar, com o intuito de salvar quem? Salvar o quê? E salvar de quê? Querem salvar os estudantes de periferias de quê? São deles mesmo que a gente tem medo, são deles mesmo...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANDREY FELYPE NASCIMENTO** – ... que a gente está fugindo a todo momento.

Agora eu quero deixar este último minutinho para eu ler uma mensagem de uma estudante do CED 01 do Itapoã, que ela participa do Projeto Onda também, que é um projeto organizado pelo Inesc, e ela não pôde estar aqui presente. Ela entrou na escola neste ano e ela deixou uma frase, eu queria muito deixar esse tempinho para ler essa frase que ela trouxe para nós:

> Eu quero apontar diversos erros e problemas com os quais me deparei desde o momento em que eu fui transferida para o CED 01 do Itapoã.
> Quando fui transferida, no suposto primeiro dia de aula, separaram os meninos e as meninas para falarmos sobre os acordos e regras. Não podia usar *piercing,* correntes no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pescoço, cabelo colorido, tatuagens, mochilas que apoiam a criminalidade e essas coisas. Até aí tudo bem, mas nunca vi levarem essas regras totalmente a sério. Vejo gente andando com mochilas que têm envolvimento com o crime, cabelo colorido, e esses são as apenas alguns trechos das minhas reclamações sobre o CED 01 do Itapoã.

Eu também queria apontar sobre a escola aparecer diversas vezes em jornais. As vezes de que me lembro foram aquele envolvendo larvas e moscas na comida, recentemente aquele caso dos policiais terem forçado estudantes a fazerem exercícios por terem vindo de roupa inadequada e, mais recente ainda, o fato de estarem vendendo comida indevida na escola.

Outro ponto é que o prédio da escola é alugado. Quando chove, há sempre água parada, e o local já é péssimo por ter que andar em um corredor imenso, que geralmente dura cinco minutos até chegar realmente na escola.

Para chegar na sala, contando com o corredor, pode demorar até mais do que isso.

A estrutura da escola é estranha. Tem a quadra de educação física com muito espaço sem utilização e sem sombra. Gostaria que houvesse mais bancos para os alunos se sentarem. Várias partes da escola estão rachadas ou com paredes quebradas, e o pessoal da gestão vive falando que tira dinheiro...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANDREY FELYPE NASCIMENTO** –

... do próprio bolso para arrumar a escola.

Sobre o lanche da escola, a comida às vezes vem ruim, o arroz é mal feito e às vezes duro. Queria apontar um recentemente: deram uma salada de couve extremamente salgada para os alunos.

Agora eu queria realmente falar sobre os policiais e a direção.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concluindo, viu, querido?

**O SR. ANDREY FELYPE NASCIMENTO** – Está bom.

Depois dessa repercussão na TV sobre o CED 01 do Itapoã, principalmente o caso em que os policiais forçaram os estudantes, a diretora, no momento em que afastaram os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

policiais, quis que fizéssemos um abaixo-assinado para que eles voltassem. Logo depois disso, também afastaram a diretora por causa de outro caso.

Resumindo tudo, às vezes os policiais estão de mau humor e descontam isso nos alunos. A gestão da escola sempre parece dividida e nós constantemente nos sentimos nervosos perto dos policiais.

Na minha opinião, policiais não deveriam estar dentro das escolas – deveriam estar fazendo seu trabalho nas ruas, protegendo as pessoas, e não dando lição aos alunos.

Além disso, os policiais, desde o início da carreira, não fazem curso para lidar com adolescentes e crianças. Existem policiais com nível de escolaridade muito baixo – alguns são analfabetos, e é bem comum.

Eu gostaria que houvesse mais escolas de ensino médio que não fossem militarizadas. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada a você e à menina que mandou o relato.

Nossa última inscrição é de Thallita.

**A SRA. THALLITA DE OLIVEIRA DA SILVA** – Bom dia.

Eu sou Assessora Política no Inesc. Eu estudo a política da infância e da adolescência e faço análise do orçamento público, principalmente federal, mas a gente também tem tentado fazer análise do orçamento do DF – que é uma coisa bem difícil de analisar, porque o Portal da Transparência não é nada transparente.

Eu queria trazer um elemento aqui de que tenho escutado falar menos, que é – além da questão de todo o conservadorismo e o racismo que está envolvido nessa decisão de militarização das escolas – que tem uma concepção também que a gente precisa trazer, que é a concepção da infância e da adolescência, principalmente da adolescência hoje no Brasil: como a gente vê esses sujeitos, que são sujeitos de direitos há apenas 36 anos no Brasil – porque isso a gente precisa considerar – e quais políticas são realizadas para esse público, para esses sujeitos? São sempre políticas de silenciamento, de controle e de aprisionamento.

Então, o que está sendo proposto para o adolescente? Redução da idade penal, militarização das escolas, escolas sem partido. Então, a gente tem poucas políticas públicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estruturantes que, de fato, trazem qualidade para a escola. Quando o adolescente está falando desses montes de problemas, está dizendo: "Gente, a escola é uma merda, a escola é muito ruim!".

E aí vem uma decisão de que "ah, vamos militarizar para ver se resolve alguma coisa de disciplina". Eles não têm qualidade de política pública! A gente não tem política pública estruturante de Estado de cultura, lazer e esporte específica para a criança e o adolescente – o que tem também totalmente relação com uma educação de qualidade.

O que está posto de política hoje para o adolescente em âmbito federal e nos estados? É PPCAAM, que é a Política de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte; o socioeducativo. Então são políticas de proteção e defesa, depois que a criança ou o adolescente já vivenciou uma violação de direito.

Então o adolescente não acessa uma alimentação de qualidade – porque...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. THALLITA DE OLIVEIRA DA SILVA** – ... no Projeto Onda, os meninos estão sonhando com uma alimentação boa.

Então, assim, a gente até podia dizer que essas propostas não são nada criativas – da militarização –, mas acho que, mais do que isso, é realmente muito perverso, diante da situação da infância e da adolescência no Brasil. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Thallita.

Pronto, estamos já nos encaminhando para o final.

Assim que eu encerrar oficialmente a sessão, eu queria convidar os quatro expositores da mesa anterior para a gente tirar uma foto.

Mas queria concluir ressaltando o que foi mais forte na fala de todos e de todas: eu acho que a falta de perspectiva de um ambiente e de um foco pedagógico, as relações internas da escola, princípios excludentes e essa questão gritante da apropriação indébita dos recursos da educação para pagamento de salários a quem já tem soldo, e, ao mesmo tempo, de preferência de recursos para esse tipo de escola militarizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A expressão "escola militarizada" vem se contrapor ao que já existe desde décadas passadas, desde o século passado, que são as escolas estritamente militares para quem quer.

Os colégios militares, inclusive, são colégios muito bem avaliados – para quem quer. E não é transformar a escola pública nessa dimensão. Lá no meu estado, nós temos dois. Nós temos o colégio militar e nós temos o colégio da polícia militar. E isso eu sei que se repete em vários estados. Então, quem quer uma educação militarizada para seus filhos, para seguir carreira ou não, essas escolas estão disponibilizadas. O que a gente não pode é permitir que o espaço público da escola pública seja transformado em quartel, em dogmas, em normas que não são aquelas previstas por lei e muito menos recomendadas na boa relação pedagógica, proativa, democrática, crítica.

Então, eu quero agradecer muito a organização do evento, que propiciou que, aqui na Casa, a gente trouxesse este debate, no âmbito da Comissão de Educação. É como eu estava conversando agora com a Catarina: tudo que foi aqui exposto está sistematizado, incluído e devidamente à disposição de quem quiser nos *Anais* desta audiência pública na Comissão de Educação.

Então, obrigada. Parabéns a todos vocês, a todas vocês.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada, com muito orgulho e com muita alegria, esta sessão de audiência pública do dia de hoje. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 09 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Veneziano Vital do Rêgo, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Jussara Lima, Zenaide Maia, Flávio Arns, Paulo Paim, Camilo Santana, Ana Paula Lobato, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda do Senador Wilder Morais, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 20ª, 21ª e 22ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4403, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre protocolo de atendimento em face de situações de racismo, misoginia, discriminação por motivo de orientação sexual ou de identidade de gênero, e outras formas de discriminação e preconceito nas redes de ensino." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 2-CDH e 3-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 96, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para especificar as atividades a serem consideradas no aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação básica pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5102, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, no Rio de Janeiro, em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais (UTFMG) e em Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro (UTFRJ)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3878, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para incluir a exigência de aprovação em banca de avaliação prática." **Autoria:** Senador Castellar Neto (PP/MG). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, da emenda nº 1 - CDH e de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1076, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Frei Orlando no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 31, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5102/2023, que 'dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, no Rio de Janeiro, em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais (UTFMG) e em Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro (UTFRJ)'." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Veneziano Vital do Rêgo**
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/26

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, nós declaramos aberta a 23ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de maio de 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submetemos à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 20ª, 21ª e 22ª Reuniões, realizadas em 19, 20 e 21 de maio.

Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Sem nenhuma rejeição, as atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunicamos que foi apresentada à Comissão o seguinte documento: Ofício nº 3, deste ano, da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais, contendo considerações acerca do PL 3.878, do ano de 2024, que altera a Lei 12.319, do ano de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais, a Libras, para incluir a exigência de aprovação em banca de avaliação prática. Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, o documento estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão; ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de as Sras. e os Srs. Senadores votarem pelo meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que exijam votação nominal. (*Pausa.*)

Vamos ao primeiro item, à sua leitura e à sua deliberação: item 3.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 5102, DE 2023**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

*Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, no Rio de Janeiro, em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais (UTFMG) e em Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro (UTFRJ).*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Camilo Santana

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 19/05/2026.*

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Patrus Ananias.

A relatoria fica a cargo do nosso estimado Ministro e Senador Camilo Santana.

Concedo a palavra, remotamente, ao Senador Camilo Santana para a leitura do seu relatório.

Querido companheiro, Senador Camilo Santana, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. CAMILO SANTANA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Bom dia, querido.

**O SR. CAMILO SANTANA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Está me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Estamos a ouvi-lo.

**O SR. CAMILO SANTANA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, colegas Senadores e Senadoras da Comissão de Educação.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 5.102, de 2023, do Deputado Federal Patrus Ananias, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG) e do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ), no Rio de Janeiro, em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais (UTFMG) e em Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro (UTFRJ).

O projeto foi regularmente apreciado pela Câmara dos Deputados, onde tramitou pelas Comissões de Administração e Serviço Público, de Educação, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na Comissão de Administração e Serviço Público, o projeto foi aprovado nos termos do parecer do Relator. Na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, foi aprovado com três emendas de relatora, destinadas, entre outros pontos, ao aperfeiçoamento da redação relativa às competências acadêmicas e à adequação do texto ao princípio da autonomia universitária. Na Comissão de Finança e Tributação, a proposição foi considerada compatível e adequada sob os aspectos financeiro e orçamentário, com a aprovação de seis emendas de adequação. E, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, concluiu-se pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da matéria, Sr. Presidente.

Foi encaminhado ao Senado Federal.

O PL, composto por 15 artigos, estabelece as disposições necessárias à transformação dos CEFETs em universidades.

Os arts. 1º e 2º tratam da transformação das instituições, de sua natureza jurídica e de suas finalidades institucionais, bem como da definição de seus objetivos acadêmicos.

Os arts. 3º a 8º dispõem sobre a organização administrativa e institucional das novas universidades.

Os arts. 9º a 12 regulam a transição entre as instituições, assegurando a transferência de dotações orçamentárias, que é fundamental para o seu funcionamento.

O art. 13 promove alterações na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a atualização de seu Anexo III, de modo a refletir a nova configuração institucional da rede federal.

Por fim, o art. 15 estabelece que a lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Análise do projeto.

Nos termos regimentais, Sr. Presidente, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais de educação.

No que se refere à constitucionalidade, não se identificam óbices à proposição.

Sob o prisma da constitucionalidade material, a proposição harmoniza-se com os princípios consagrados na Constituição Federal, especialmente aqueles que reconhecem a educação como direito de todos e dever do Estado. Nesse ponto, cabe destacar que o debate realizado na Câmara dos Deputados contribuiu para o aperfeiçoamento do texto.

Quanto à juridicidade, o projeto inova validamente no ordenamento jurídico, respeitando os princípios gerais do direito.

No mérito, ainda que a matéria já tenha sido amplamente apreciada na Câmara dos Deputados, cumpre registrar que a proposição se revela oportuna e relevante. Embora os Centros Federais de Educação Tecnológica tenham sido formalmente instituídos pela Lei nº 6.545, o Cefet-MG e o Cefet-RJ são herdeiros de tradições institucionais centenárias da educação profissional brasileira.

A trajetória dessas instituições acompanha a própria evolução da educação profissional brasileira, desde as Escolas de Aprendizes Artífices, criadas pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, para a oferta de cursos de ensino profissional primário e gratuito, passando pela transformação dessas unidades em liceus industriais promovida pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que ampliou nacionalmente o ensino profissional em diferentes ramos e níveis.

No aspecto específico dos CEFETs, trata-se de instituições reconhecidas pela elevada qualificação de seus corpos docente e discente, pela expressiva produção científica e inovação aplicada e pela relevante contribuição à formação técnica, científica e tecnológica brasileira.

Ao longo das últimas décadas, ambas ampliaram significativamente sua atuação na educação superior, na pós-graduação e na pesquisa aplicada, assumindo perfil acadêmico compatível com o modelo de universidades tecnológicas federais.

Sr. Presidente, a conversão dessas instituições em Universidades Tecnológicas Federais representa medida compatível com sua evolução institucional e com a complexidade das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

atividades atualmente desenvolvidas. Trata-se de providência que fortalece a educação superior tecnológica, amplia a capacidade institucional de ensino, pesquisa e extensão e contribui para o desenvolvimento científico, tecnológico, industrial e regional do País.

A proposição também se insere em movimento histórico de fortalecimento da educação profissional no Brasil. Lembrando que o Presidente Lula está criando 114 novos *campi* de institutos federais no Brasil.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a transformação proposta não constitui ruptura institucional, mas desdobramento natural do processo histórico de expansão e consolidação da educação profissional federal brasileira.

Ademais, cumpre observar que permanecem no ordenamento jurídico referências normativas às antigas categorias institucionais dos CEFETs.

Todavia, considerando as implicações administrativas e de gestão decorrentes de eventual revisão ampla desses diplomas, mostra-se prudente que tal adequação normativa ocorra de forma gradual e sistemática, em momento posterior, preservando-se a estabilidade institucional durante o processo de transição.

No tocante à técnica legislativa, verifica-se que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados observa as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, apresentando adequada sistematização, clareza e precisão normativa.

Ante o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.102, de 2023.

Em tempo, Sr. Presidente, solicito a urgência para que a matéria seja apreciada em Plenário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, querido companheiro, Senador Ministro Camilo Santana.

Eu queria – pedindo desculpas aos demais outros companheiros e companheiras – fazer uma saudação me dirigindo a V. Exa. diretamente. Já tive a oportunidade, em outros ambientes, em outros instantes, mas principalmente da tribuna da nossa Casa, de fazer os devidos e mais do que amplos e justificados cumprimentos. Os nossos parabéns pela sua passagem exitosa à frente do nosso Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou prova cabal, porque participei de diversos desses instantes, inclusive à frente de demandas, as quais apresentei a V. Exa. enquanto Ministro, à sua sempre atenciosa e diligente equipe. E foi impressionante o número de ações, de iniciativas e o conjunto de entregas que o Ministério da Educação, nesses três anos e quatro meses, até o instante em que V. Exa. teve que se desligar para assumir a sua cadeira no Senado Federal, entregou ao país indistintamente a todas as unidades e em todas as áreas que abrangem a competência do Ministério da Educação.

A última delas, V. Exa. bem recorda – e foi naquela ocasião que V. Exa. se despedia do Ministério ao lado do Presidente Lula –, foi a ação de entrega a cem unidades de construções de bibliotecas, ordens de serviços para institutos federais, a mais variada gama de grandes conquistas, o que mostra aquilo que foi dito pelo Governo do Presidente Lula, que era necessário que nós recompuséssemos, sem exageros, reconstruíssemos também na educação, trazendo de volta aquele olhar participativo, de integração.

Nesta ocasião, V. Exa. fazia um *link* com uma sala de aula no norte do país. Nós passamos a ter aí milhares e milhares de escolas interligadas, tendo e dando oportunidades ao corpo discente e ao docente de novos instrumentos, das famosas novas ferramentas para conhecimento. Então, eu queria abraçá-lo muito sinceramente e lhe agradecer, porque, afinal de contas, V. Exa. nos distinguiu com quatro institutos federais novos no Estado da Paraíba. Quando eu digo V. Exa., é sob a orientação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. V. Exa. nos presenteou no PAC com 28 milhões para a construção do complexo esportivo da nossa Universidade Federal de Campina Grande.

Então, meu companheiro, Ministro Camilo Santana, Senador Camilo Santana, receba mais uma vez preito de gratidão e de reconhecimento às nossas demandas, não apenas para o meu amado Estado da Paraíba, mas para todo o país. Muito grato. Parabéns.

Nós vamos agora...

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador, meu querido professor, Esperidião Amin, V. Exa. pede a palavra pela ordem, que, de imediato, é concedida.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentá-lo por estar nesse posto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

venerando da nossa querida Senadora Teresa Leitão, muito bem representada ou muito bem substituída neste momento pelo amigo.

Segundo, quero lhe reiterar os cumprimentos que eu lhe mandei sobre a Pedra da Maravilha, do nosso querido Estado da Paraíba, que eu lhe mandei ontem, assinalada por um manezinho da ilha como uma das belezas que ele já observou pelo Brasil afora. Trata-se de um pescador que fez curso superior e mestrado e anda pelo Brasil pesquisando monumentos naturais ou aparentemente naturais, e eu lhe mandei ontem uma matéria a respeito disso.

Terceiro, quero cumprimentar também o Senador Camilo Santana e dizer que sou favorável ao projeto que ele está apresentando, que visa a transformar a natureza jurídica desses centros educacionais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro em universidades. Nada obsta, eu acho que é um processo natural de expansão.

E aproveito a oportunidade, Senador Camilo Santana, para lhe mandar um abraço do povo de Gravatal, que continua aguardando as suas bênçãos. Pelo que eu sei, aquela solicitação estava... chegou a entrar no PAC, foi habilitado, mas não foi selecionado, de forma que fica pendurada pela seleção. Em caso de alguma desconvocação... Até um de nós pode ser convocado para a seleção em caso de desconvocação. (*Risos.*)

Então é só para lhe lembrar que os seus "afilhados", entre aspas, de Gravatal, Santa Catarina, continuam rogando pela sua saúde e pela sua memória.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Querido companheiro Professor Esperidião Amin, meus cumprimentos. Eu lhe agradeço penhoradamente pelo carinho. De fato, temos bons hábitos, logo cedo da manhã: às 5h30 da manhã de ontem, V. Exa. me remetia o registro do seu conterrâneo, dando-me a conhecer aquela que eu conheço, que realmente é uma pedra extraordinária e que chama a atenção de todos. Eu fiz questão, inclusive, de remetê-la ao Prefeito da cidade, que ficou muito feliz com a lembrança do seu conterrâneo, manezinho da ilha de Santa Catarina. Muito obrigado, e em qualquer oportunidade dessa, se V. Exa. se permitir apresentá-lo, eu muito gostaria de conhecê-lo para pessoalmente fazer essas menções. Trata-se de Belém de Brejo do Cruz, ali na região de Catolé do Rocha. De Brejo do Cruz, ele inclusive menciona que um dos grandes filhos nossos é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

exatamente o cantor e compositor, ao meu sentir, para o meu gosto, a melhor referência, Zé Ramalho, que é nascido exatamente ali em Brejo do Cruz.

Um abraço, Senador Esperidião Amin.

Pede a palavra o Senador Camilo Santana.

**O SR. CAMILO SANTANA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria agradecer as palavras e dizer que, para mim, foi uma missão muito, muito honrosa, determinada a convite do Presidente Lula, de estar à frente do Ministério da Educação nesses três anos e três meses. Procurei dedicar toda as minhas energias, experiência e trabalho, e foi um momento de reconstrução daquele ministério. Digo isso não por nenhuma crítica a governos passados, mas foi impressionante o desmonte que fizeram naquele ministério nos últimos quatro anos, no Governo anterior. E foi um momento de reconstruir orçamentos, diálogo com os entes federados, criar as políticas públicas de alfabetização, de escola em tempo integral, do Pé-de-Meia, de evasão escolar, do Mais Professores, de institutos federais, de universidades, recompor o orçamento. E, em tudo isso, eu quero dizer, meu querido Senador Veneziano, que tivemos o apoio do Congresso Nacional. O senhor foi um grande Senador que nos ajudou muito nesse processo de reconstrução e da aprovação das políticas públicas no Senado Federal, tanto na época em que o senhor era Vice-Presidente do Senado, com o Presidente Pacheco, e agora com o Presidente Alcolumbre.

Então, eu queria fazer esse registro da parceria e agradecer a todos os Senadores e Senadoras que aprovaram os projetos, desde a retomada das obras, em que foi aprovado um projeto para recompor os orçamentos das nossas escolas e creches, meu caro Senador Esperidião Amin, pois eram obras que estavam paradas há cinco, seis, sete, dez anos, e era impossível aos Prefeitos retomarem as obras com os mesmos valores atuais. Então, nós aprovamos o projeto no Senado e na Câmara, que nos permitiu pela primeira vez, na história, reatualizar os valores para preços atuais, para que os Prefeitos pudessem... E estamos entregando obras em todo o Brasil.

Aprovamos o Pé-de-Meia, aprovamos o projeto de tempo integral, aprovamos o projeto de alfabetização, aprovamos o projeto Mais Professores.

Enfim, quero agradecer fortemente, meu querido Senador Veneziano, todas as parcerias e as suas palavras e me colocar sempre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu vou lhe entregar aqui um balanço dos nossos três anos e três meses com as políticas públicas, sob a liderança do Presidente Lula.

E, meu querido Senador Esperidião Amin, sempre gentil, um *gentleman* do Senado, quero dizer que Gravatal já está lá na lista. Nós estamos só solicitando, porque o PAC fechou, mas sempre há desistências de municípios que não conseguiram contratar. Então, já está, vamos dizer assim, na agulha. A gente... A Fernanda substituirá... A primeira que não for contratada vai ser substituída lá por Gravatal. Então, tem esse nosso compromisso de ficar cobrando lá do FNDE, está bom?

Obrigado, meu caro Senador e hoje Presidente da Comissão de Educação, meu querido Senador Veneziano. Muito obrigado e parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, meu irmão, amigo, companheiro Senador Camilo.

Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*) ... fazendo ao Ministro Camilo Santana, a sua passagem, eu quero lhe dizer que tive o privilégio de negociar com a Senadora hoje Prefeita e com o Senador Jaques Wagner. Fizemos uma negociação – o senhor veja bem: eu de um lado do Rio Jordão, por origem, e ele do outro – que favoreceu o programa Pé-de-Meia, no aproveitamento de recursos, de financiamentos a empresas que não estavam sendo utilizados. Nós fizemos uma operação, um desconto, ou seja, uma negociação que foi satisfatória para ambas as partes, ambas são políticas públicas, foi uma negociação intermargens do Rio Jordão, a favor do seu projeto do Pé-de-Meia, que é, sem dúvida alguma, muito meritório.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, querido Senador Esperidião Amin.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós encerramos a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado por S. Exa. o Senador Camilo Santana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Houve o pedido de urgência por parte do nosso insigne Senador Relator Camilo Santana.

Em votação requerimento de urgência para a matéria.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Sem divergências.

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência perante o Plenário.

Não temos... (*Palmas.*)

Senador Camilo, espero que V. Exa. esteja a ouvir aplausos ao seu relatório, viu? Estão alguns presentes aqui a aplaudi-lo. De certo devem ser professores, funcionários das duas instituições, não é isso? Estão mandando coraçãozinho para você, viu, Camilo? Sejam sempre muito bem-vindos! Parabéns aos senhores e às senhoras em nome das duas instituições!

Senhoras e senhores, nada mais havendo a tratar, nós agradecemos, em nome da Presidência da Presidente Teresa Leitão, a presença de todos e declaramos encerrada a presente reunião.

A todos os nossos cumprimentos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e treze minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Romário, Paulo Paim, Camilo Santana, Leila Barros, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Weverton e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Magno Malta e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao plano de trabalho aprovado para o requerimento REQ 17/2026 – CE, e ao requerimento REQ 25/2026 - CE, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** 1ª Audiência Pública do Ciclo de Debates para subsidiar a Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 2023. **Participantes:** Sra. Jucineide Fernandes, Secretária de Educação do Estado do Ceará; Sr. Eric Coló, Supervisor Educacional da Coordenadoria de Educação em Tempo Integral da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; Sra. Simone de Souza Lima, Professora Coordenadora do Núcleo de Escolas em Tempo Integral da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas.; Sr. Eliziário Ferreira Barbosa Júnior, Analista de Dados da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; e Sr. Valdoir Pedro Wathier, Diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Damares Alves**
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/26

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de maio de 2026.

Senhores, a presente reunião destina-se a realizar a primeira audiência pública do ciclo de debates para subsidiar a avaliação do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei 14.640, de 2023. Essa é uma política instituída por lei federal.

Esta audiência acontece em atenção ao Requerimento 17, de 2026, da Comissão de Educação, e também ao Requerimento 25, de 2026, da mesma Comissão, os dois de minha autoria.

Esta audiência tem como alvo examinar com profundidade o financiamento, a infraestrutura e a sustentabilidade do Programa Escola em Tempo Integral. Esse programa representa hoje uma das principais políticas estruturantes da educação básica brasileira. Trata-se de uma política ambiciosa que busca ampliar progressivamente a jornada escolar e oferecer aos estudantes mais tempo de aprendizagem com qualidade e maior proteção social.

Por ter sido instituída por lei pelo Congresso Nacional, que representa o povo, essa é uma política que era desejo do povo brasileiro, desejo da sociedade brasileira.

Os números mais recentes mostram que o país avançou significativamente na expansão das matrículas em tempo integral nos últimos anos. Segundo dados do Inep, o percentual de estudantes da rede pública nessa modalidade passou de aproximadamente 15% em 2021 para 26% em 2025. Esse crescimento naturalmente foi acompanhado de elevado volume em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

investimento público. Estamos falando de bilhões de reais mobilizados pela União, somados aos recursos estaduais e municipais em uma política que requer infraestrutura escolar, alimentação, transporte, reorganização curricular, ampliação da jornada docente e custeio permanente das redes de ensino.

Mas é justamente aqui que surge a pergunta central desta audiência – e eu quero muito pedir aos convidados que a gente trabalhe muito em torno da pergunta central –: o modelo atualmente adotado é financeiramente sustentável no médio e longo prazo? Essa é uma discussão essencial, porque ampliar matrículas é importante, mas ampliar matrículas com qualidade, equidade e capacidade de continuidade é um desafio muito mais complexo.

A implementação da educação em tempo integral não depende apenas de decisão normativa ou de transferência inicial de recursos. Ela exige escolas adequadas, refeitórios, bibliotecas, laboratórios, quadras esportivas, conectividade, professores disponíveis, reorganização pedagógica e capacidade de gestão das redes de ensino.

E os dados mostram que o Brasil apresenta realidades profundamente distintas nesse campo. Enquanto alguns estados já alcançam percentuais muito elevados de matrículas em tempo integral, outros ainda enfrentam enormes dificuldades estruturais para a expansão da política. Isso nos leva a uma reflexão importante: afinal, o financiamento é o principal fator que explica essas diferenças? Ou existem outros elementos igualmente decisivos, como capacidade institucional, governança, planejamento e organização das redes?

É exatamente isso que esta audiência pretende examinar. Nosso objetivo hoje não é apenas discutir quanto se investe, mas compreender, primeiro, se os mecanismos de financiamento são suficientes e adequados, se os recursos estão chegando aonde há maior necessidade, se a infraestrutura escolar acompanha a expansão das matrículas, se os entes federativos possuem capacidade de sustentar a política ao longo do tempo e, claro, se o atual modelo de implementação é capaz de reduzir desigualdades educacionais em vez de ampliá-las. Também queremos compreender os diferentes contextos federativos.

Por essa razão, não apenas convidamos o MEC, que está aqui representado por meio do Sr. Valdoir Pedro, que é o Diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica do Ministério da Educação... Como é grande o nome do seu cargo, não é? Por essa razão, não convidamos só o MEC, o coordenador e indutor dessa política, mas também unidades da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Federação, que são as operacionalizadoras da escola em tempo integral. E, do meu lado, sentadinha aqui, está a Profa. Jucineide Fernandes, Secretária da Educação do Estado do Ceará, outros convidados estão *online*, e já vou apresentá-los. Por isso, agradeço desde já a presença de todos os convidados que certamente contribuirão para este debate com suas experiências, dados e propostas.

Eu preciso explicar para quem está nos assistindo, para quem está ligando a televisão agora ou para quem está nos acompanhando pelo YouTube que o que nós estamos fazendo aqui é uma missão da Comissão de Educação. O art. 96 do Regimento Interno do Senado Federal obriga que as Comissões temáticas façam por ano uma ou duas avaliações de uma política pública. Então, os Senadores apresentam diversas políticas públicas, e o Plenário da Comissão escolhe qual a política pública que será avaliada.

E eu apresentei que fosse exatamente esta política, o Programa Escola em Tempo Integral, a ser avaliado, porque acabamos de aprovar o PNE, e o senhores sabem que no PNE aprovado está lá a determinação de que a cada dois anos o PNE será reavaliado por esta Comissão. Então, a gente avaliando a política de tempo integral já com a implementação do novo PNE, nós vamos estar trazendo elementos para a Comissão se debruçar no acompanhamento do PNE. Nós julgamos necessária essa discussão sobre escola em tempo integral.

E, como a gente vai avaliar a questão do financiamento, nós vamos trabalhar muito para que essa avaliação aqui possa ser entregue antes de a gente concluir o Orçamento da União. Por quê, senhores? Porque, se a nossa avaliação indicar que a gente vai ter que rever o financiamento do programa, eu quero que essa indicação seja considerada na hora da aprovação do Orçamento da União para 2027. Entenderam? Então é uma missão que o Senado impõe à Comissão, a Comissão escolheu esse programa, e eu achei extremamente fantástico o Plenário, por unanimidade, decidir que essa era a política que seria avaliada.

Temos aqui, como eu já falei, ao meu lado, à minha esquerda, Valdoir Pedro Wathier, Diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica do Ministério da Educação, que terá a palavra daqui a pouco por dez minutos – a gente vai começar ouvindo o MEC.

Está comigo aqui, à minha direita – eu gosto da direita, viu? (*Risos.*) –, Jucineide Fernandes, Secretária de Educação do Ceará. É uma alegria, ela veio do Ceará para participar da reunião. Que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

bacana, Secretária! Muito obrigada, e agradeça ao seu Governador por essa disponibilidade em enviá-la pessoalmente.

Nós temos *online* o Sr. Eric Coló. Eu falei certo "coló"?. Ele é Supervisor Educacional da Coordenadoria de Educação em Tempo Integral, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Obrigado, Professor Eric. Abraço no seu Governador, um Governador incrível, tá? Eu sou suspeita para falar, sou apaixonada, e que a minha Governadora não escute isso, nem o seu, tá, Jucineide? (*Risos.*)

Mas um beijo no seu Governador.

Está conosco a Simone de Souza Lima, também de forma remota, que é Professora Coordenadora do Núcleo de Escolas em Tempo Integral, da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. Obrigada, Simone! Que Deus abençoe o Estado do Amazonas! Sou apaixonada por seu estado, você sabe disso, sabe da minha relação com seu estado. Deus te abençoe! Obrigada por estar com a gente. Dê abraço em todo mundo na secretaria.

E temos também a fala do... Nós temos uma fala que será dividida, né? Nós temos outras pessoas que participarão da fala – que eu acabei de receber aqui. A Simone está presente? Eliziário Ferreira Barbosa, Analista de Dados da Secretaria de Estado de Educação. Eles vão tentar dividir o tempo entre eles, mas não se preocupe com a pressa, tá? Não se preocupe, se quiser falar um pouquinho mais... Essa questão da divisão do tempo aí, não estou privilegiando São Paulo, não, mas são profissionais assim extraordinários, que estão também *online*, e a gente gostaria de ouvi-los. E a Amanda Silva, Analista Financeira – essa é boa, essa a gente quer ouvir! – da Secretaria do Estado de São Paulo. E já aproveitando se estiver sobrando e quiser dividir – né, Secretária? – com o Ceará, pode dividir com o Amazonas, viu? "Bora" fazer...

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** (*Fora do microfone.*) – O Ceará já gastou tudo...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ó, o Ceará já gastou tudo e está precisando, hein, São Paulo?

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** (*Fora do microfone.*) – Qualquer coisa, pode mandar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode mandar. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, gente, que tenhamos uma audiência muito boa. Eu estou muito feliz com o quadro de debatedores que estão presentes. Obrigada por terem aceitado o convite.

A gente vai começar ouvindo o MEC e, na sequência, a gente ouve as secretarias.

Sr. Valdoir, bem-vindo. Obrigada por estar conosco presencialmente.

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** (Para expor.) – Boa tarde. Primeiramente, muitíssimo obrigado, Senadora, pelo convite, pela oportunidade de estar aqui. Quero cumprimentar também a Profa. Jucineide, na liderança agora da Secretaria de Educação do Ceará, uma das grandes referências que a gente tem em execução e implementação de política educacional no Brasil, e cumprimentar todos e todas que estão virtualmente, tanto compondo esta mesa de discussão quanto acompanhando este debate.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professor, como você falou "virtualmente", deixe-me fazer uma fala obrigatória aqui: esta reunião é interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. A ligação não tem nenhum custo, e a gente já está recebendo muitas perguntas via internet.

Só para informar, Professor, nós também convidamos o FNDE para estar presente nesta reunião, não puderam estar presentes, nem o Inep, mas nós teremos mais audiências da avaliação do programa e a gente vai insistir na presença deles, tá?

Fique à vontade.

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** – Perfeito. Obrigado, Senadora.

Queria dizer que também a gente fica muito feliz em ter sido escolhido esse programa para análise e para avaliação, exatamente pela importância que ele tem. A gente também, da mesma forma, considera que ele não é uma iniciativa que possa ser de Governo A, de Governo B, é preciso que seja realmente uma iniciativa de Estado, e a gente vai ver que é também uma ação que exige, necessariamente, continuidade, né? Um dos grandes problemas do tempo integral tem sido a não continuidade; esse é um dos grandes desafios, então acho que, de lados direitos ou lados esquerdos, a gente tem que andar de mãos dadas para conseguir tocar programas e ações como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só fazer uma consideração bem rápida aqui. Como a senhora colocou, o nome do cargo é longo, mas é uma questão de que lá na Secretaria de Educação Básica, que é o lugar ao qual se vincula a diretoria na qual eu atuo, sob a liderança da Secretária Katia Schweikart, em 2023 foi criada a diretoria focada em monitoramento e avaliação, e este "manutenção" é exatamente para relacionar às condições de manutenção e desenvolvimento do ensino, então entram aí também, naturalmente, os aspectos de financiamento, né? Então, o tema aqui é bastante direcionado para o que a gente vai falar.

Aqui eu queria começar só lembrando a meta do PNE, a Meta 6, que foi a que motivou a criação desse programa, e também uma questão que tem sido a característica histórica do tempo integral que é a oscilação, quer dizer, a gente consegue avançar num ano e recua no ano seguinte, avança e recua, exatamente por um modelo que muitas vezes é baseado no custeio de atividades de contraturno e que não se internalizam no currículo, né? Então, um dos grandes desafios que se tinha era exatamente como romper com essa lógica de que os avanços se transformam em recuos logo no ano seguinte.

Em 2023 foi apresentado inicialmente um projeto, depois discutido e aprovado tanto pelo Senado quanto pela Câmara, uma proposta para a instituição do Programa Escola em Tempo Integral, que se materializou por meio da Lei 14.640.

Então, acho que é muito bom ver um programa quando ele nasce na forma de lei, porque ele já nasce com uma construção de consenso. E esse programa, claro, previa uma parte que era apoio financeiro, mas ele também previa um conjunto de outras ações e era um programa do que a gente chama de transferência discricionária, quer dizer, é um programa por adesão dos estados e dos municípios.

Lá em 2023 ainda, foi feito o primeiro ciclo de pactuação, em que os resultados foram bastante animadores. A meta inicialmente era pactuar 1 milhão de matrículas, se conseguiu um pouquinho mais do que isso, e com isso prevendo um aporte financeiro de um pouco mais de R$4 bilhões. Esse aporte, eu não vou detalhar aqui, mas é importante que se diga, tinha todo um balanço de modo que os apoios financeiros eram maiores para quem tinha uma menor condição financeira e também as metas um pouco mais ousadas para quem estava ainda muito incipiente na oferta. Então, o programa tem toda uma engenharia para tentar promover mais equidade, mas sem deixar de ser um programa nacional. Por exemplo, não era pelo fato de o Ceará estar com uma maior oferta que o Ceará poderia deixar de poder participar do programa, mas, ao mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tempo, quem estivesse com uma oferta muito baixa teria metas um pouco mais ousadas para a gente progressivamente ir equilibrando as condições. O que a gente teve foi em torno de mais de 90%, em regra, de adesão dos municípios – mais de 90% quando a gente olha para a linha geral –, todos os estados e o DF aderindo, com pactuação por mais de 4,6 mil municípios; então, com esses resultados inicialmente de pactuação, isso ainda em 2023.

O que é importante também se considerar? A gente olha bastante para esse aspecto do apoio do aporte financeiro, claro, porque era uma forma de engajar os entes nessa pauta, mas o programa tem muito além de uma proposta apenas de aporte financeiro. Ele inclui um eixo que busca a ampliação da jornada, das matrículas, sim, tanto de quem já está na escola quanto de quem ingressa, especialmente no caso da educação infantil, mas também um eixo de formação, porque é preciso qualificar também os professores, os gestores para a oferta do tempo integral, é uma outra abordagem didático-pedagógica; o eixo fomentar, que vai incentivar projetos de inovação na educação integral para a gente criar bons precedentes, a quem a gente se espelhar em termos de iniciativas exemplares; o eixo entrelaçar, que busca construir a parte intersetorial também, com esporte, cultura, meio ambiente, saúde, ciência; o eixo estruturar, que é onde se busca a produção de materiais orientadores de apoio, a infraestrutura e a ambiência escolar – a gente precisa preparar o espaço de fato para ter uma oferta de educação em tempo integral de qualidade –; e o eixo acompanhar, que envolve exatamente as perspectivas de monitoramento, avaliação e acompanhamento das políticas de desenvolvimento da educação integral.

Por óbvio, pela questão de tempo e tudo mais, não vamos detalhar esses eixos aqui, mas quero chamar a atenção, por exemplo, para uma iniciativa que é: a gente sempre vai se perguntar, claro, como é que o tempo integral está se materializando em cada ente federado, em cada escola, e o nosso entendimento é de que a gente precisa ter, claro, referências de qualidade, mas existe um Brasil com muitas necessidades diferentes, com muitas vocações diferentes.

Então, um dos elementos da política era exatamente induzir que as redes, que os entes instituíssem as suas próprias políticas de educação integral. E aqui a gente pode ver: esse processo de indução começou lá em 2023. Algumas redes já tinham essas políticas específicas de educação em tempo integral, mas esse processo foi evoluindo até a gente ter superado agora os 90% de entes federados com política de educação de tempo integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é apenas um detalhamento, a gente vê que alguns entes estão um pouco mais concentrados, uns menos, mas, em todos os entes federados, em todos os estados, isso tem avançado, essa instituição da política, porque o que a gente quer muito é que cada ente se reconheça na sua vocação, na sua proposta pedagógica. Isso é um princípio constitucional, inclusive, de pluralismo pedagógico.

O que ocorre? Ao longo desse percurso – ali, falava-se de 2023, a gente avança um pouco –, em 2024, surge, no contexto do ajuste fiscal, a aprovação da Emenda Constitucional 135, de 2024, que constrói, na verdade, uma espécie de um modelo de transição para a forma como era feito, digamos assim, o direcionamento do apoio financeiro para as matrículas em tempo integral. Então, é uma emenda constitucional, ela passou também por toda uma discussão em Câmara, em Senado, e trouxe como redações finais esses dois dispositivos: um para 2025, que trazia essa possibilidade de direcionar parte dos recursos da complementação do Fundeb, que estavam em ampla ascensão, para fins específicos de tempo integral. O que a gente entende, na nossa forma de trabalhar lá, a gente tem trabalhado muito esse 2025 como uma espécie de um modelo de transição para aquilo que seria o modelo perene, que seria, então, na forma como ficou definida a Constituição, a partir do exercício de 2026, 4% dos recursos do Fundeb tendo que ser direcionados para a criação de matrículas em tempo integral.

Aqui é importante destacar que o Fundeb, na sua forma mais recente, a partir da Emenda Constitucional 108, de 2020, traz uma série de mecanismos de equalização financeira. Então, quando faz o atrelamento ao Fundeb, sempre há também uma convergência grande com questões de equidade, com um pequeno detalhe que é: o Fundeb computa quem já está no sistema, como eu digo, quer dizer, ele trabalha muito bem a distribuição financeira para aquela oferta já existente, ele não necessariamente vai dar conta quando a oferta não é existente ainda. Esse é um ponto em que a gente precisa avançar em termos de melhor equidade e melhor redistribuição, mas, com certeza, num cenário, hoje, bastante favorável em termos de alguns avanços que têm tido dentro da própria política mais estruturante, digamos assim, de financiamento.

Então, aqui só para exemplificar em linhas curtas: em 2025, em decorrência do inciso XIV da emenda constitucional, o que se obteve foi uma transferência em modelo de transição que foi por dentro do Fundeb, mas demarcada em relação ao tempo integral, com valor específico para determinadas redes, seguindo critérios específicos, indicadores de atendimento, de qualidade, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

redução de desigualdade – eu não vou detalhá-los aqui, mas eles estão detalhados numa portaria do Ministério da Educação –, e alcançando 27 estados, 4.103 municípios, repassando um valor total de R$3,05 bilhões e apoiando 667 mil matrículas. Esse modelo existiu só em 2025, até por força da redação da emenda constitucional.

Em 2026, passou-se, a partir do inciso XV do art. 212-A, a se direcionar 4% do Fundeb para a criação de matrículas em tempo integral. Essa definição de como isso seria feito passou por um processo de deliberação na Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, que a gente chama, pelo nome ser longo também, de CIF. E disso decorreu a Resolução 23, de março de 2026, então é uma resolução bastante recente ainda. Neste momento estão sendo elaborados alguns materiais orientativos, sendo feitos debates. Hoje pela manhã mesmo a gente teve, a pedido do Consed, da Presidente Socorro, lá do Rio Grande do Norte, a realização de uma agenda técnica com técnicos do Consed. Na semana passada teve uma agenda técnica com técnicos dos municípios, a pedido da Undime, sobre a resolução, quer dizer, sobre a execução desse modelo agora a partir de 2026.

E aí esse desenho leva a gente para um novo cenário, que vai ser baseado nas regras de execução do Fundeb. Ele deixa de ter adesão, porque a emenda constitucional traz um pacote de que os estados, o DF e os municípios precisam cumprir essa aplicação de 4%, então ele deixa de ser por adesão. Portanto, alcança todos os estados, DF e municípios. E a estimativa é que isso direcione em torno de R$16 bilhões neste ano, aliás – desculpa –, em torno de R$16 bilhões por ano, que é uma estimativa geral – para este ano, a estimativa atual é R$14,8 bilhões, mas, como ao longo do ano geralmente tem atualizações nesses valores, a gente acabou projetando em torno de R$16 bilhões.

Então, aqui, o programa, o desenho do tempo integral tem uma questão bastante complexa realmente, porque, em 2023 e em 2024, foi um modelo de financiamento, com aqueles repasses que vão totalizar aqueles R$4 bilhões planejados inicialmente; em 2025 foi uma espécie de uma subvinculação das complementações da União, que gerou um outro repasse; e em 2026 passa a ser uma obrigação internalizada no Fundeb em decorrência do texto da emenda constitucional – aí em 2026 prevendo esses R$14,8 bilhões, e a gente estima que isso vai chegar em torno dos R$16 bilhões/ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, avançando, o que a gente tem aqui? Então a gente vê que, a partir de 2023, que é quando entra o programa, a gente conseguiu de certo modo romper um pouco daquele cenário de a matrícula que entra num ano ser descontinuada no outro. Então, passou-se a ter – na prática a gente vê ainda ali –, desde 2020, um crescimento que recuperou inicialmente essa oscilação que tínhamos, algumas quedas que tínhamos, e conseguimos agora... E, quando eu falo conseguimos, é importante que se diga que sobretudo os estados e os municípios conseguiram. O que o Governo Federal faz é uma parte de apoio técnico e apoio financeiro também, mas quem efetivamente gera essas matrículas são os estados, são os municípios. Então a gente chama atenção para isso.

E uma questão que é bastante importante, porque às vezes até nas discussões do PNE se tratou como "não, o crescimento vai ser... vai virar o natural do tempo integral"... Às vezes a gente pensa assim: que num PNE se foi a 25%, então no próximo a gente consegue ir a 50%, mas a gente esquece que, nesse PNE, quando foi definido lá em 2014, a gente estava em 17,6% já. Quer dizer, o crescimento não foi de 25%, ele foi de pouco mais de oito pontos percentuais. Então, quando a gente pensa agora no desafio de, em cinco anos, ir a 35% e, depois, em mais cinco anos, ir a 50%, a gente está falando de um desafio muito maior do que foi o desafio do PNE passado.

Então, esse é um ponto também que a gente entende importante destacar. Vale dar essa ênfase de que o crescimento passou a ser mais distribuído entre as etapas. Então, a gente passa a ter mais tempo integral na educação infantil, a gente passa a ter mais tempo integral no ensino fundamental. O ensino fundamental teve um crescimento muito grande, quando a gente vinha de um modelo que era mais focado no ensino médio. E aí na questão pedagógica, a gente percebe muito claramente que, quando a jornada é ampliada só no ensino médio, muitas vezes o jovem já está habituado a uma jornada parcial, e a adaptação fica mais difícil. Então, por isso a gente defende realmente que a ampliação vá desde a base.

Aqui também, por região, bastante bem distribuído. E queria chamar a atenção quando a gente fala da sustentabilidade – que é um dos temas aqui também –, que isto aqui são decisões da Comissão Intergovernamental também, composta por cinco integrantes do MEC, cinco representantes das secretarias estaduais de educação, indicados pelo Consed, cinco das secretarias municipais de educação, indicados pela Undime, e sempre um de cada região; então, com representação nacional. Houve um avanço de ter uma convergência na importância de ampliar os fatores de ponderação do Fundeb para tempo integral. Isso aconteceu em todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

etapas, com destaque relevante para a educação infantil. Hoje a creche em tempo integral é o maior fator de ponderação que a gente tem no Fundeb, enquanto a creche, não muito tempo atrás, no início do Fundeb mesmo, acabava sendo muito residual.

Então, é um ponto que a gente destaca. Isso aqui não tem a ver com o aumento do valor simplesmente, mas tem a ver com aumentar o peso daquelas matrículas dentro do Fundeb. Isso se soma ao aumento do valor, dando um efeito ainda maior; soma-se, no caso, a este evento aqui, que é este crescimento progressivo da complementação da União, fruto da Emenda Constitucional 108, de 2020, agora, apenas nos últimos anos, com aumento de 72% acima da inflação, que era aquele aumento de pontos percentuais previsto na Constituição.

Então, esses dois elementos se combinam para conseguir que a gente, colhendo esses resultados muito expressivos em termos de avanço, foque agora em duas questões. Uma delas é conseguir manter essas matrículas que já se transformaram em tempo integral como tempo integral, qualificar essa oferta e que se consiga continuar ampliando também essa oferta.

Aqui – já me encaminhando para o final, que eu já estou extrapolando meu tempo –, um exemplo também que mostra bastante como essa política tem sido bastante interiorizada. Muitas redes têm conseguido fazer aumentos expressivos a partir do programa da Lei 14.640, dos aumentos dos fatores de ponderação viabilizados dentro do Fundeb, e eles representam muito a colocação do tempo integral na agenda prioritária.

Então, os aumentos têm sido expressivos. Quando a gente olha esse tanto de verde – que é aumento próximo a 50%; verde mais escuro aumento acima de 50% –, isso não se replica necessariamente de um aumento tão expressivo, às vezes, na meta nacional, porque, muitas vezes, a gente está falando de municípios bem pequenos, mas a gente celebra muito isso, porque quando a criança, quando o jovem de um município pequeno passa a ter a oportunidade de estudar em tempo integral, isso tende a ser também uma possibilidade geracional.

E, para finalizar, eu deixo aqui como um convite também, tem todas as informações e mais algumas no portal do programa, no MEC, que eu chamo a atenção lá para o cantinho inferior direito – de monitoramento e avaliação –, em que a gente tem feito um processo sistemático de monitoramento e avaliação deste programa. Vamos sair com mais um relatório, provavelmente até final da próxima semana, olhando para os resultados, considerando os dados do censo de 2025 também, e a gente convida para consultar os demais materiais. E também nos colocamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, à inteira disposição para tudo que a gente puder contribuir para avaliação, com outras informações, com mais detalhamento, com documentos, porque a gente realmente acredita na pauta e quer qualificá-la, e a gente entende que isso é importantíssimo, que seja uma discussão feita publicamente para a qualificação do atendimento às crianças e jovens.

Então, muitíssimo obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada.

Você pode voltar o seu eslaide do mapa?

Eu acho que esse...

Pode deixar aí.

Acho que esse mapa está bem animador. Não sei se é a impressão que vocês têm, mas eu vejo isso como animador, Secretário. Animador.

Mas veja só, nós temos um corpo técnico que está acompanhando, tanto aqui presencial como alguns consultores *online*, e eu preciso fazer duas perguntas a você para constar no nosso relatório: que mecanismos de monitoramento o MEC utiliza para verificar se a aplicação das matrículas está sendo acompanhada de adequada infraestrutura física – organização pedagógica e condições reais de funcionamento das escolas?

A outra pergunta: na avaliação do MEC, qual é hoje o principal fator limitador da expansão da educação em tempo integral no país? É financiamento, infraestrutura, capacidade de gestão das redes, disponibilidade de profissionais ou modelo pedagógico?

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** (Para expor.) – Bom, primeiro, quanto ao monitoramento, a gente desenvolve uma parte diretamente, que é mais voltada para essa questão das matrículas. As matrículas trabalham nesse mesmo modelo via censo escolar, e também com a formação de uma rede; uma rede que tem um representante do estado, um representante da Undime, da gestão estadual, um representante da Undime, em cada unidade da Federação, e que servem como um ponto de troca de informações constante. Então, é uma rede que atua em constante interação com o Ministério da Educação, a gente chama de Renapeti, e que contribui muito para essa aproximação das informações de gestão e para a identificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto é o enfoque realmente na política de educação em tempo integral.

Quanto à questão física – e isso até é uma das premissas que foi adotada no programa, no início do programa –, a questão da infraestrutura física é essencial para uma boa oferta da educação em tempo integral. E a gente sabe que tem, sim, muitas defasagens em termos de estrutura física. Agora, o aprimoramento da estrutura física demora, necessariamente vai demorar algum tempo. E a gente tem hoje, no Brasil, muitas realidades distintas. Por exemplo, a gente tem redes que tem hoje uma queda de matrículas, já por conta de um movimento populacional. Enquanto a gente tem redes que ainda precisam ter um crescimento expressivo de matrículas, sobretudo para atendimento. Então, a orientação, num primeiro momento, no início do programa, foi de trabalhar de uma forma muito focada naquilo que a gente chama de eficiência locativa; quer dizer, o que eu posso fazer com a estrutura que eu tenho na minha rede para conseguir fazer uma organização dela de modo a potencializar a oferta do tempo integral. E, na sequência, os próximos passos já prevendo que, exatamente, eles precisariam focar na questão da infraestrutura.

Então, a gente entende que a questão da infraestrutura não é um problema superado e o programa Escola em Tempo Integral não tinha o desenho focado em superar esta questão. Onde é que a gente vai buscar a solução para isso? Acho que o elemento chave disso realmente está no novo PNE, sobretudo no programa de infraestrutura.

Então, esse realmente é o elemento-chave, com esse alerta importante: a gente entende que não é necessariamente em todas as redes, hoje, que a melhor solução é construir uma escola; em algumas, pode ser que seja reformar e, em outras, realmente precisa ter, ainda, a construção. Então, a gente tem hoje essa realidade da mudança demográfica, que é uma realidade, mas que se aplica de formas muito diferentes para as diferentes localidades do Brasil.

Não lembro se perdi alguma coisa...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não. Você falou do monitoramento, tudo.

E a questão do principal fator limitador?

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** – Ah, sim, perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O principal fator limitador, realmente, a gente entende, hoje, que é a questão da infraestrutura e que a infraestrutura implica, necessariamente, na questão financeira. E aí, o que ocorre? O Fundeb, a nossa leitura interna lá é assim: o Fundeb tem, hoje, uma robustez que dá conta, sobretudo, da manutenção daquela oferta já existente; mas, quando a gente precisa fazer essa virada, esse salto, seja "quanti" ou seja "quali", a gente precisa de inserções específicas.

Então, a gente ouve muito... Por exemplo, hoje, o relato é: "A sociedade não quer". Em muitos lugares dizem: "Olha, mas os estudantes não querem, a família não quer", e isso a gente sabe que, em muitos casos, está relacionado também à condição de oferta. Quer dizer, às vezes, o estudante ter um espaço mais agradável para o descanso dele na hora do almoço pode ser determinante para ele querer ou não permanecer na escola no período da tarde, não é?

Então, hoje eu diria que seriam esses dois elementos encadeados: infraestrutura e recurso focado na infraestrutura.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ok.

Professor, você pode voltar para o eslaide do gráfico? É um gráfico que começa em 2014, só para eu passar a palavra já para o próximo. Eu acho que é lá no início. Eu acho que todos vocês prestaram atenção nesse gráfico.

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** – Esse aqui?

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, acho que tem outro. Não? Acho que é esse.

Observem que a gente tem uma queda – não é isso? – em 2020. E aí a gente pode atribuir... A gente tem, lá, uma ascensão em 2016, 2017... Em 2018, tem uma queda, e a gente até pode dizer em mudança de Governo, um Governo de transição. Mas, em 2020, a gente tem uma outra queda, e eu posso atribuir à pandemia. Mas, já no período de pandemia, em 2021, a gente começa um crescente e a gente está subindo, está subindo.

E o projeto de lei é enviado para a Casa... O projeto de lei é de autoria da Presidência da República, mas é aprovado no Congresso. Ele é enviado para a Casa em 2023 e a gente entrega a lei já em 2024. Foi muito rápida a tramitação do projeto. E a gente vê que, de 2021, o gráfico sobe de forma satisfatória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente terá um gráfico bem mais bonito ano que vem, não vai? Está otimista?

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** – Confiamos que sim.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, agora, vamos ouvir quem está lá na ponta. Vamos começar.

Vamos fazer o seguinte: nós vamos ouvir, se a Jucineide me autorizar, dois extremos, São Paulo e Amazonas, tá?

O Valdoir falou – e isto foi muito discutido aqui dentro – das especificidades de cada região.

E Simone, eu estou com muita, muita expectativa em te ouvir. Eu quero ver como é que você está aplicando a política num estado com um número enorme de comunidades indígenas, em que, às vezes, as questões culturais não deixam a criança em tempo integral na escola. Como é que a gente vai avaliar o Estado do Amazonas quando o povo diz "o menino só vai de manhã" ou então "menino não vai para escola junto com menina"? A gente tem realidade de povos em que a menina vai em horário diferente do menino. Então, eu quero muito ouvir, Simone, como é que você está aplicando, mas a gente vai primeiro para São Paulo, que é o primo rico – vamos ouvir o primo rico. E a gente encerra com o primo aqui ganhador de todos os prêmios de educação. Chega está aqui estufando o peito de alegria: semana passada, ganhou mais um prêmio de educação, de alfabetização em tempo integral, não é, Secretária? Foi linda a cerimônia, seu Governador estava aqui.

Então, nós vamos ouvir agora São Paulo.

Eu passo a palavra para Eric Coló, Supervisor Educacional da Coordenadoria de Educação em Tempo Integral da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

O Eric vai dividir a fala depois com Eliziário Ferreira, Analista de Dados da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e Amanda, Analista Financeira da Secretaria.

Eu vou pedir para vocês fazerem o seguinte, Eric: você fala e você já passa a palavra para o outro, o.k.? Eu não vou nem chamar, vou deixar vocês fazerem a dinâmica entre os três. Tentem ficar dentro do tempo, mas a gente vai compreender se precisarem passar do tempo.

Sejam bem-vindos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Eric, Supervisor Educacional da Coordenadoria de Educação em Tempo Integral.

**O SR. ERIC COLÓ** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, agradeço a oportunidade...

Estão nos ouvindo?

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, bem.

**O SR. ERIC COLÓ** (*Por videoconferência*.) – Eu agradeço ao Senado a oportunidade de trazer uma fala do Estado de São Paulo. Tenha certeza de que os votos, os cumprimentos ao Governador e ao Secretário chegarão a eles, certamente.

Senadora, antes de passar aqui para os nossos colegas técnicos, o Eliziário e a Amanda, quero trazer uma fala importante neste debate, que é a potência do ensino integral. A nossa coordenadoria tem trazido a possibilidade de refletir o ganho direto na aprendizagem dos estudantes. Então, quando o tema aqui parece muito técnico – o financiamento –, é sempre importante termos como pano de fundo que o objetivo dessa política pública é levar para aquela população que mais precisa aprendizagem, recomposição das aprendizagens, e isso o programa entrega.

Aqui no Estado de São Paulo, eu gostaria de trazer esta reflexão: nós temos a oportunidade de atrair o estudante para uma escola que tem uma matriz curricular potente, que tem componentes diferenciados, que tem uma parte diversificada que consegue gerar aprendizado. Os indicadores, tanto internos das unidades escolares quanto das políticas públicas de avaliação externa, mostram que o programa de ensino integral, aqui no Estado de São Paulo, tem os melhores resultados possíveis dentro da rede para os nossos estudantes.

Então, gostaria muito de trazer essa reflexão inicial para um programa que tem potência de mudar vidas. E nós sabemos que o projeto de vida do estudante é construído junto dos seus educadores, é construído junto do seu ambiente de aprendizado. É interessante que o programa aqui em São Paulo quer entregar jovens autônomos, solidários, críticos e, com certeza, competentes. Essa grande reflexão – daqui a pouco falaremos aí com o pessoal do Norte – é sempre baseada em aprendizado. Então, é importante que a política pública de educação integral, em tempo integral, leve em consideração essas frentes de aprendizagem, de recomposição e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

oportunizar para aquele estudante que mais precisa um acolhimento, aumentando a sua frequência.

Quero trazer estes dois dados iniciais: o nosso aprendizado aumenta muito na escola de tempo integral, a frequência do estudante aumenta muito, e nós sabemos os ganhos pedagógicos e os ganhos sociais e culturais que nós levamos para frente.

Portanto, este programa, e aqui eu trago agora uma reflexão bem prática, aqui em São Paulo, encabeça uma gestão de excelência, sempre buscando diretores, líderes que possam implementar a política pública com potência, através, inclusive, de avaliação de desempenho, para que a gente possa ofertar para os nossos estudantes um grupo de docentes qualificados em constante (*Falha no áudio.*)

... Certamente, este debate vai aparecer durante a conversa de financiamento, as estratégias que nós temos de expandir com eficiência. E aqui, em instantes, traremos os dados de expansão do Estado de São Paulo. Nós estamos vivendo hoje o maior número de escolas em tempo integral da história do Estado de São Paulo, tanto o número de escolas quanto também o número de alunos matriculados. A nossa rede, Senadora Damares, tem mais de 1 milhão de estudantes estudando em tempo integral. Para nós é um grande orgulho, para nós é uma grande potência e para nós é uma grande responsabilidade poder implementar essa política e ver a transformação desse estudante, gerando valor de aprendizado, gerando acolhimento e, certamente, produzindo e devolvendo para a sociedade uma cidadania cada vez mais latente, que é o que todos nós educadores e gestores desejamos.

A princípio, então, quero passar para o colega Eliziário, que é da nossa Subsecretaria de Planejamento, que ele vai poder detalhar os dados de expansão e, inclusive, como está a nossa projeção para os próximos anos de expansão.

Obrigado, Eli.

**O SR. ELIZIÁRIO FERREIRA BARBOSA JÚNIOR** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde! Vocês me escutam também? (*Pausa.*)

Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, gostaria de agradecer também a oportunidade de participar desta sessão. Quero cumprimentar a Senadora e também o colega do Ministério da Educação, cuja apresentação reflete muito a realidade que a gente tem aqui no Estado de São Paulo.

Eu vou compartilhar um eslaide que a gente montou ainda no final do ano passado, para a confecção do nosso Plano Estadual de Educação, refletindo o que a gente deveria ter com as metas do Plano Nacional de Educação. Imagino que vocês já estejam vendo aí.

Então, nesse gráfico aqui, a gente tenta demonstrar a evolução das matrículas de tempo integral no Estado de São Paulo e a nossa projeção aqui para 2036. A linha cinza reflete, inicialmente, o número de matrículas total: saindo aqui de 3,8 milhões em 2014; para 3,1 milhões em 2024; e 3 milhões no ano passado. E, como comentado aí pelo nosso colega, a gente vê um envelhecimento da população e, consequentemente, uma redução da população em idade escolar. Então, com base na projeção do próprio IBGE, para 2036 a gente deve ter uma redução do número de matriculados de 3 milhões para 2,6 milhões.

Em termos de infraestrutura, então – respondendo ao questionamento da Senadora de qual seria o principal gargalo –, isso traz um alívio na infraestrutura escolar, em termos do número de vagas, que permitirá que a gente siga nessa expansão acelerada que a gente vem tendo desde 2014. A gente também observa, no Estado de São Paulo, um crescimento mais acelerado a partir de 2021, voltando da pandemia, uma curva aqui em que a gente estabilizou em cerca de 1 milhão, mas a gente retorna já, como mencionado pelo Eric, em 2026 estamos com quase 1,1 milhão de matrículas; em 2028 devemos bater 1,2 milhão de matrículas, que já seria 40%, que era a meta inicial do Plano Nacional para 2030, então, de forma adiantada; e, seguindo nesse mesmo ritmo, a gente bateria aqui em 1,6 milhão, ou 62% da nossa rede em tempo integral.

Então, eu gostaria de comentar que, em termos de infraestrutura, com essa redução da população em idade escolar, a gente tem uma condição melhorada para seguir expandindo o programa de educação em tempo integral, salvo em regiões pontuais de alto adensamento populacional. No geral, no estado, a gente vai ter espaço para aumentar o programa, mas, em microrregiões, onde o adensamento populacional é muito grande, a gente vai precisar ampliar escolas, ou construir novas escolas também – conforme comentado pelo nosso colega – para que essas escolas possam aderir ao programa de educação em tempo integral. Está bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a minha fala. Espero que tenha ficado claro aqui. Estamos abertos aqui para qualquer pergunta. Devolvo aqui para o Eric.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só uma dúvida: quantos alunos no atendimento vocês têm hoje? Há 1 milhão pelo que o Eric falou, não é isso? Mais de 1 milhão?

**O SR. ELIZIÁRIO FERREIRA BARBOSA JÚNIOR** (*Por videoconferência*.) – Há 1,1 milhão, é quase 1,1 milhão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., o.k., o.k.!

Obrigada, obrigada! Eu estou gostando, porque eles estão no tempo certinho. (*Risos.*) Obrigada!

Agora, continua: a próxima é a moça do dinheiro, né? (*Pausa.*)

A Amanda não vai falar? (*Pausa.*)

A Amanda caiu. Então, deixe-me... Como a Amanda caiu, eu quero saber se o Eric quer completar alguma coisa. Quer, Eric?

**O SR. ERIC COLÓ** (*Por videoconferência*.) – Bom, Senadora, eu acredito que nós tenhamos conseguido atingir o nosso objetivo de trazer a reflexão a respeito de uma expansão qualificada do programa. Eu entendo que a alocação dos recursos é sempre um desafio para os gestores públicos, mas nós temos conseguido fazer, sempre olhando para a rede, para o chão de escola, temos conseguido mapear as regiões do estado e levar equidade. Esse é um tema importante e para o nosso Secretário, este ano, é um tema fundamental: queremos levar a política para todas as regiões do estado de forma equitativa, gerando oportunidade de aprendizado para os estudantes.

Então, neste caso, nós como gestores, trabalhamos para que a gente possa otimizar os recursos que temos e aplicá-los da melhor forma, gerando esse aumento de vagas. Como ele mostrou, nós temos já uma projeção de atingir o Plano Nacional de Educação nos próximos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É para nós aqui um grande desafio, mas, com certeza, é uma motivação para continuar trabalhando todos os dias.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eric, eu tenho duas perguntas, mas antes quero só lhe falar o seguinte: você é Supervisor da Coordenadoria de Educação em Tempo Integral.

**O SR. ERIC COLÓ** (*Por videoconferência*.) – Isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês estão com mais de 1 milhão de alunos, 1,1 milhão. Deixe-me lhe falar uma coisa: vocês têm alunos em tempo integral. Você está coordenando uma população maior que a população inteira do Estado do Amapá, que tem 806 mil habitantes; maior que a população inteira do Acre, que tem 884 mil habitantes; maior que a população de Roraima, que tem 738 mil habitantes. Então, você praticamente é um Governador de três estados, tá? Preste atenção nisso: a responsabilidade de vocês.

**O SR. ERIC COLÓ** (*Por videoconferência*.) – É a nossa responsabilidade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, parabéns...

**O SR. ERIC COLÓ** (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Mas eu tenho duas perguntas, Eric. Na avaliação da secretaria, os recursos atualmente transferidos pela União são suficientes para assegurar expansão e manutenção qualificada da política de tempo integral, ou ainda persistem lacunas relevantes de financiamento? A segunda pergunta, Eric: como a secretaria avalia o impacto fiscal de médio e longo prazo dessa política sobre as finanças estaduais e quais medidas de planejamento orçamentário e de revisão de prioridades têm sido consideradas para garantir que a expansão da jornada não comprometa outras ações essenciais da educação básica?

**O SR. ERIC COLÓ** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Damares.

Primeiro, faço aqui, claro, Senadora, uma referência ao nosso tamanho. De fato, isso só nos traz responsabilidade. Temos aqui uma grande equipe, um trabalho de parceria com o Secretário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com o Governador, que nos dá um respaldo para executar um trabalho de eficiência e de excelência na ponta.

Com relação aos recursos, de fato, o Estado de São Paulo faz uma complementação com o Tesouro, fazendo uma complementação do valor final por aluno, por estudante. A gente tem uma tabela que calcula o custo por estudante, e existe uma necessidade de gerar complementação. A alocação de recursos é feita sempre no orçamento, e aí nós consideramos o valor já para o ano todo e estabelecemos prioridades. Como eu disse, durante a expansão... Este ano, por exemplo, nós optamos por aquelas regiões do estado que ainda não tinham atingido os 25% da cobertura. Portanto, nas nossas subdivisões internas do estado, nós estamos priorizando aquelas que ainda não têm uma grande cobertura. Então, ao final do dia, o nosso papel é fazer a gestão desses recursos para que a gente possa atingir o estado com a maior equidade possível e não gerar nenhuma desigualdade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada.

Eric, se puder – se você e o Eliziário puderem – permanecer um pouco mais... É porque agora a gente vai ouvir o Amazonas, vamos ouvir os desafios do Amazonas. Eu sou de São Paulo, todo mundo sabe, eu vim de São Carlos, a minha cidade é incrível, a educação em São Paulo tem resultados bem positivos, porque nós temos uma infraestrutura que o estado nos garante. Agora, eu quero ver como é que Simone se vira lá no Amazonas. Nós temos a cidade, por exemplo, de São Paulo de Olivença lá no Amazonas. De onde Simone está sentada até São Paulo de Olivença – você deve estar em Manaus, não é, Simone? –, são sete dias de barco para ir e sete dias para voltar. Como é que ela faz essa supervisão? Então, vamos ouvir a realidade de um estado tão complexo, com tantas especificidades, que reúne tantos povos diferentes, que é o Amazonas.

Estamos ansiosos para ouvi-la, Simone, seja bem-vinda. (*Pausa.*)

Simone? Será que ela caiu? Não... Pronto, Simone, pode falar.

**A SRA. SIMONE DE SOUZA LIMA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite, Senadora. É um prazer estar aqui para falar sobre escola em tempo integral. Em nome do nosso Secretário Jander de Lima Lasmar, gostaria também de cumprimentar a todos que estão participando deste momento tão especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Falar sobre escola em tempo integral – eu concordo com o Eric – é falar sobre uma política de educação muito importante para a nossa rede de ensino, porque essa política desenvolve projetos, desenvolve a educação voltada aos estudantes, principalmente aqueles estudantes que precisam, que são estudantes vulneráveis; é atender também uma demanda bem específica, no caso do nosso contexto amazônico.

Eu estava ouvindo agora um colega falando que atende aproximadamente 1,6 bilhão de estudantes; aqui no Amazonas, nosso estado é muito grandioso, não apenas no aspecto territorial, geográfico, mas também no contexto social e cultural. Então, nós temos aí, se nós formos ver, são 1.559.169km², então nós temos aí a nossa grande Floresta Amazônica também nesse contexto e inúmeras comunidades ribeirinhas, inúmeras comunidades indígenas que estão nesse contexto. Então, para a gente, o desafio é bem maior.

Mas hoje, aqui, na nossa rede estadual de ensino, nós temos 46 mil – mais de 46 mil – matrículas realizadas dentro desse programa. E eu digo que, de 2003 para cá, com a instituição da política de educação em tempo integral, nós pudemos avançar muito, tanto na rede estadual de ensino – que implementou mais 30 escolas em tempo integral, atendendo aproximadamente mais 10 mil estudantes da nossa rede – quanto também no contexto territorial amazônico, ou seja, do Estado do Amazonas, porque nós tínhamos muitos municípios – aí eu falo também um pouquinho como representante da Renapeti – que sequer ofertavam turmas em tempo integral, e hoje nós temos 100% dos municípios do Estado do Amazonas ofertando turmas em tempo integral.

Na nossa rede de ensino, nós ofertamos não apenas turmas, nós ofertamos escolas com atendimento em tempo integral. Então, nós estamos vindo de uma experiência desde 2002 e, naquele momento em que nós implementamos as primeiras escolas em tempo integral, foi pensando no contexto do abandono escolar, que estava bem enfatizado na nossa região, principalmente nessas duas escolas.

E o quanto houve mudança significativa para essas escolas quando foram transformadas em tempo integral. São escolas – eu posso falar – renomadas e em destaque na nossa rede, hoje. E o quanto é importante ter esse programa para as nossas escolas, porque se trabalha tanto a questão – se oportuniza a questão – da mobilidade social, uma oportunidade que a gente está dando a esse estudante de estar numa escola em tempo integral, trabalhando na perspectiva de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma educação integral, que não é somente trabalhar a questão acadêmica, mas trabalhar a questão social, afetiva e cultural dentro desse contexto, dentro dessa escola.

E aí, também, outro ponto muito interessante que eu posso destacar é a questão da integridade do currículo – de esse currículo ser integrado, de esse currículo favorecer as diversidades. Nós temos aqui, no Amazonas, escolas em tempo integral de educação escolar indígena que ficam em São Gabriel da Cachoeira, em um lugar bem isolado, mais próximo da Colômbia, e nós temos também escolas do campo. Ano passado, nós tivemos a inauguração de uma escola chamada Escola da Floresta, que vem atender essa comunidade próxima, que é uma comunidade isolada da nossa Floresta Amazônica.

Então, quanto a esse atendimento, para a gente, é um prazer estar expandindo isso, mas a gente tem um grande desafio, que é o desafio que você citou inicialmente, territorial. Assim como nós não podemos comparar São Paulo com Amazonas, nós não também podemos comparar Manaus com Eirunepé, Manaus com o Município de Boca do Acre, inclusive, que é um município a que nós temos acesso somente por via aérea, né? Então, é um contexto, assim, bem mais delicado.

Então, quando se pensa numa política aqui, para o Amazonas, nós pensamos também nesses desafios que nós temos, em construção de escolas nesses municípios, para atender a essas escolas, pensando nas balsas, em quantos dias vão chegar a esse município. Ainda tem uma outra situação, a situação dos nossos rios, a vazante, a enchente, porque isso também interfere nesse contexto, né? Ou seja, tem períodos em que os nossos rios são inavegáveis; então, não há possibilidade de você, por exemplo, levar merenda escolar. Tem todo um planejamento aqui, da secretaria, para se fazer esse atendimento, desde a alimentação escolar, a levar materiais também, para poder atender a essas escolas mais isoladas.

Aí nós não podemos deixar aqui de enfatizar a importância dessa política para o nosso contexto amazônico. Hoje, também, nós estamos ofertando escolas em tempo integral de nível médio, com a educação profissionalizante técnica, porque isso é muito importante para os estudantes do ensino médio, para dar sentido à vida deles, colocá-los na centralidade, também, dessa proposta pedagógica, no sentido de que ele seja protagonista de toda a situação e que esse currículo esteja na centralidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um outro ponto importante. Nós ofertamos aqui a educação profissional técnica, com vários cursos, inclusive a agroecologia, que é um curso que é ofertado para as escolas que são do campo, as escolas ribeirinhas e as escolas da floresta também, em que os alunos aprendem uma profissão.

Então, para a gente, a implementação do tempo integral requer um planejamento que eu falo que é bem no início do ano, para que a gente possa atender a essas escolas das regiões que ficam mais longe.

Inclusive, eu gostaria de destacar aqui também a nossa escola indígena, a Pamuri Mahsã Wi´i, que fica numa comunidade bem distante, que eu falo que é uma escola mais próxima da Colômbia do que mesmo do Brasil. Ela está nessa divisão territorial.

Eu vejo que esse programa tem uma função social muito significativa para os nossos estudantes. O aluno, o estudante que tem uma escola em tempo integral é um estudante que tem, acima de tudo, a segurança alimentar e tem, acima de tudo, a proteção, porque ele está o dia nessa escola. Então, a política trouxe também esse desenho de escola em tempo integral, que é de ofertar no mínimo sete horas de atividade escolar para essa criança, esse adolescente e esse jovem que está nessa escola. E também a questão da mobilização social, de oportunizá-los a ter uma ascensão social com mais fluidez, com mais possibilidade dentro dessa escola que tem esse currículo que é um currículo que não oferta projetos separados, é um currículo que tem uma intencionalidade pedagógica, é um currículo que coloca o estudante nessa centralidade, porque é para esse estudante que a política foi instituída, foi criada e foi pensada.

Então, esse público jovem, de crianças e jovens, é que precisa dessa escola, desse espaço, para se desenvolver integralmente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Professora, obrigada.

Professora, eu vi aqui que o Amazonas tem 809 mil alunos matriculados na educação básica, e vocês estão com em torno de 45 mil no Programa de Escola em Tempo Integral. Eu tenho duas perguntas para te fazer, Professora.

Na avaliação de vocês, os recursos atualmente transferidos pela União são suficientes para assegurar a expansão e a manutenção qualificada da política de tempo integral? Ou ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

persistem lacunas relevantes ao financiamento? Eu estou sempre falando que a gente, Professora, tem que pensar no custo Amazônia. Custo São Paulo é um, custo Amazônia é outro. Custo São Paulo, Eric, de carro, a cidade mais longe dele vai ficar o quê? Seis, sete horas de carro, e sem contar que ele tem helicóptero, ele é rico, tá? Ele tem helicóptero, ele tem avião, ele tem vários aeroportos no estado, mas a Professora precisa ir sete dias de barco, e aí o custo é outro. E, às vezes, para fazer supervisão, só de aeronave – tem lugar que é só de aeronave. O recurso que a União está passando é o suficiente, Profa. Simone? Tem lacuna no financiamento?

**A SRA. SIMONE DE SOUZA LIMA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, nós sabemos que falar do Amazonas é falar desse contexto gigantesco, né? Nós sabemos que o recurso é repassado igualmente para todos os estados, conforme a adesão, como foi a pactuação dos estados, e aqui nós fizemos isto: nós pactuamos as matrículas conforme nós fizemos o nosso estudo de ampliação, porque, para se transformar uma escola em tempo integral, se faz necessário um estudo técnico que envolve, inclusive, até as outras secretarias municipais de educação. Por exemplo, para transformar uma escola parcial em tempo integral, eu tenho que ampliar essa escola para que atenda todos os alunos, ou eu tenho que também ter a ajuda, a colaboração da rede municipal no atendimento desses alunos que não vão ficar na escola em tempo integral.

Mas, assim, é todo um estudo de infraestrutura, de alimentação, de atendimento mesmo para essa escola em tempo integral, e foi um dos pontos que nós sinalizamos – eu acho que "nós", quando eu falo, é a Região Norte. De todos os estados da Região Norte, nós já sinalizamos este ponto ao Ministério da Educação: de que aqui há um grande desafio nesse contexto de implementação de políticas públicas, principalmente quando se fala na questão territorial, nesse atendimento aos municípios. Então, na cidade, nós conseguimos aqui desenvolver, fazer esse estudo tecnicamente, mas, nos municípios, a gente tem que ver também essa viabilidade de chegar até eles.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Professora...

**A SRA. SIMONE DE SOUZA LIMA** (*Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Liga o microfone, Professora. É o microfone. Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode continuar, Professora.

**A SRA. SIMONE DE SOUZA LIMA** (*Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*) ... no nosso planejamento de expansão, o atendimento em todos os municípios com escola em tempo integral. Hoje nós atendemos... dos 62 municípios, nós temos 49 municípios, isso da rede (*Falha no áudio.*) ... nós ofertamos escolas em tempo integral.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora, só mais uma pergunta: vocês sentem alguma necessidade de ajustes na política federal para torná-la mais aderente à realidade do seu estado, que tem tantos desafios logísticos, territoriais e culturais? A senhora acha que a política nacional tem que ser adequada em algum ponto?

**A SRA. SIMONE DE SOUZA LIMA** (*Por videoconferência*.) – Sim, eu vejo que há necessidade, sim, nesse contexto territorial, nesse contexto, porque, quando nós pensamos no contexto pedagógico, da intencionalidade pedagógica, desse ponto mais pedagógico, nós entendemos muito bem que a gente desenvolve conforme a questão social, cultural daquele território, mas, enquanto nós pensamos na questão de logística, na questão de ampliação de espaços, que aí leva a questão da construção, a questão da infraestrutura, nós, sim, precisamos de mais apoio financeiro.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Professora, obrigada, obrigada por sua participação. Desejo à senhora sucesso no seu trabalho. Não são fáceis os desafios que vocês têm aí.

Inclusive para quem está aqui assistindo: vai ser professor no Amazonas, vai? São oito, dez malárias ao longo da vida, né, Profa. Simone? Como é difícil, como é difícil! Mas como esse povo é guerreiro, como esse povo é extraordinário, como o Amazonas se supera.

Sucesso!

Vou levar o Eric para passar uns seis meses com a senhora aí, tá, Eric? Você ficar sem... mandar o dinheiro... Eu acho que a Amanda caiu para não dividir o dinheiro, Professora.

Profa. Simone, se puder ficar mais um pouquinho, nós só temos mais uma pessoa para falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ter a alegria agora de ouvir a Secretária de Educação do Estado do Ceará, a Profa. Jucineide Fernandes. Se ela se exibir aqui, ela tem todo o motivo – tá? –, porque é o estado que mais ganha prêmios em educação.

Secretária, muito obrigada por estar aqui. Agradeça ao Governador. A sua participação presencial aqui vai nos ajudar muito.

A senhora tem o seu tempo necessário.

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** (Para expor.) – Boa tarde, gente.

É uma alegria estar aqui podendo falar um pouco da implementação do Programa Escola em Tempo Integral no Estado do Ceará.

Quero agradecer à Senadora Damares pelo convite para que a gente pudesse partilhar a nossa experiência; e também agradecer aos demais colegas que estão aqui conosco, compartilhando as suas experiências: Amazonas, São Paulo e o Valdoir do MEC, que cuida de todo o dinheiro, desse monitoramento, é uma referência para a gente organizar essas informações, para a gente compreender melhor a política.

Mas, antes de falar do Programa Escola em Tempo Integral em si, eu trouxe um pouco desse histórico da implementação do tempo integral no Estado do Ceará. Valdoir falou um pouco da questão da descontinuidade das políticas de tempo integral. Uma coisa que o Ceará tem desde muito tempo, há uns 20 anos, toda oportunidade que tem a gente agarra. Então, foi assim...

Como são só dez minutos, eu fiz umas cem...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estou vendo. Não falei que ela é metida? (*Risos.*)

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** – Eu vou mostrar o mapinha também, o nosso mapinha.

Por que eu quis falar sobre isso um pouquinho? Porque a gente começou a oferta do tempo integral em 2007, 2008, com o Brasil Profissionalizado, Valdoir. A gente começou uma proposta, o atual Senador Cid Gomes era Governador, trouxe uma proposta de tempo integral integrado à educação profissional. E, nesse mesmo período, surgiu uma política nacional do Brasil Profissionalizado. Então, toda pactuação que tinha nós agarramos, construímos escolas. Então, só para dizer que essa continuidade que a gente vai mostrar nos dados faz parte disto: a gente ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um planejamento a longo prazo, mas também não perder as possibilidades de fomento e investimento que o Governo Federal tinha para a gente.

Então, só para vocês verem aí, esse é o nosso mapa do tempo integral, só contando de 2022 para 2026. No amarelo você tem, pelo menos, uma escola de tempo integral – isso é falando de ensino médio –; no vermelho, não tem nenhuma escola; e, no verdinho, todas as escolas de ensino médio são em tempo integral. Então, hoje, em 2026, nós só temos três municípios que não têm nenhuma escola em tempo integral. Nós estamos construindo escolas lá para poder universalizar nesses municípios. E nos demais, também, que estão amarelinhos, estamos construindo escolas.

Essas nossas escolas em tempo integral – eu falo já, já do Programa Escola de Tempo Integral em si – são divididas em várias modalidades: escolas de tempo integral de educação profissional e escolas de tempo integral também que foram criadas na política, em 2016, pelo atual Senador Camilo Santana, que era Governador. E, também, logo em 2017, surgiu, também, o fomento do MEC para as escolas de tempo integral, o fomento anterior – porque esse daí nós não gastamos dinheiro todo ainda, não, tem uma dificuldade maior. Mas, também, já somos o primeiro do Brasil nesse recurso. Então, nós, também, agarramos essa oportunidade.

Então, hoje, pensando só nas escolas estaduais, nós temos 88% das escolas, quando a meta para 2036 é 65% das escolas. E, em relação à matrícula, para 2036, é 50% da matrícula, e nós já estamos com 63%. E a nossa meta é que tenhamos 100% das escolas em tempo integral. Não vamos ter 100% das matrículas, porque tem estudante que não pode, vai para o noturno, vai para outra modalidade, vai para uma EJA integrada à educação profissional, que é a nossa proposta. Então, esse é o nosso cenário.

E eu coloquei o eixo da educação profissional aqui só para dizer para vocês sobre a nossa evolução ao longo do tempo. Vocês vejam aqui como evoluiu de 2011 para 2014, que era com o Brasil Profissionalizado. Então, só para mostrar que a gente tem essas escolas de tempo integral com a educação profissional. Aqui é a matrícula, os resultados, para mostrar...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Nem na pandemia vocês tiveram queda de matrícula?

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** – Não tivemos, não. Nós vamos mostrar: inclusive nós ampliamos na pandemia também o tempo integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui mostra um pouquinho do que é um dos resultados, porque, ao investir no tempo integral, em escolas de tempo integral, elas apresentam resultados maiores no Ideb do que as escolas de tempo parcial. Esse é o resultado da educação profissional, mas nós vamos ver lá na frente também os resultados das escolas que não são de educação profissional, mas são em tempo integral, só para trazer isso.

O nosso programa é Juventude em Tempo Integral, o nosso programa do ensino médio. Eu vou, já, já, falar da relação com os municípios. Eu até, Senadora, peço licença para sugerir que na próxima os municípios também sejam convidados...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** – ... para apresentar a experiência, porque eles têm outras... Inclusive eu trouxe um recado que eles me mandaram dizer. (*Risos.*)

Isso aqui são as nossas escolas, que são em tempo integral, mas não são de educação profissional. Nós temos quase 452 escolas, você está vendo aí que na pandemia nós passamos de 155 para 201, de 201 para 261. Então, aí a gente foi... Se você perguntar se o dinheiro do MEC dá, não dá porque a gente já superou a meta, porque a gente quer universalizar. Então, não está dando, a gente realmente tem um compromisso político de... Não dá porque a gente está acima da meta. Para a meta já deu, mas eu vou falar um pouquinho também do Fundeb, dos 4%, mais em relação aos municípios.

Aqui é a legislação, porque também é política, é política de Estado, e aqui eu já trago um pouco do que o Valdoir falou. A política de tempo integral não veio só com o dinheiro, porque quando vem só com o fomento, só com o dinheiro, não é bom, porque você só olha para o recurso e pensa em criar matrícula. Quando a política vem organizada naqueles eixos, o eixo da formação, o eixo do apoio técnico para você criar uma política, realmente se estrutura como uma política de Estado, e não só eu aumentando matrícula para receber mais dinheiro durante um determinado período. Inclusive, em um dos eixos lá, foram produzidos muitos materiais desse Programa Escola em Tempo Integral.

Inclusive, na perspectiva de que a senhora falou lá no início, uma escola de tempo integral não é só estrutura: é currículo, é orientação pedagógica, porque não podem ser nove horas diárias, sete horas diárias, com o mesmo currículo de tempo parcial – nem o tempo parcial é para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ser assim –, só aula expositiva... Então, quando o aluno passa mais tempo dentro da escola do que no território, essa escola precisa servir para você ter esporte, ter cultura; os saberes do território precisam ser considerados. Então, tem que ter uma proposta curricular, um currículo com intencionalidade da aprendizagem, claro, mas também que esses alunos queiram estar nessa escola. O Valdoir falou um pouco: os meninos não são muito acostumados no tempo integral, mas por quê? Porque, às vezes, a escola não é atrativa, e tem aí a questão da infraestrutura. Por exemplo, nós estamos lá com a meta de climatizar todas as salas de aula. Nós somos um estado do Nordeste, então a gente está com quase 60% das salas climatizadas. Mas, assim, para mim é essencial. Eu digo: gente, é mais essencial do que o vestiário porque, se o menino estiver no ar condicionado, eles não vão... Está entendendo?

Então, assim, existem questões como, pelo menos para o Estado do Ceará e para o Nordeste, a climatização, então a gente está trabalhando para isso aí, por quê? Aí eu vou fazer a climatização: eu tenho que fazer a reforma elétrica. Aí eu tenho que fazer a subestação: tenho que aumentar a carga. Então, por isso que a infraestrutura, não só por causa do recurso... É o que o Valdoir falou e que para mim é o maior desafio, porque demora muito tempo, são muitas etapas para você reformar uma escola, com os meninos dentro da escola. Como a gente queria universalizar, a gente procurou prédios para alugar, para a gente poder fazer as reformas, e nas cidades mais populosas nós não conseguimos.

Então vamos seguir.

Governança, como é que a gente faz esse acompanhamento para estar lá próximo das escolas? Todos os estados têm regionais de acompanhamento nos territórios da educação. Então, essas regionais têm uma força muito grande para o acompanhamento dessas escolas, por meio da superintendência. Dentro da própria secretaria, nós temos coordenadorias, temos a de tempo integral, temos a da educação profissional, temos a das escolas do campo, que não estava no nosso processo de expansão inicialmente, que pediram para ser de tempo integral com educação profissional, com cursos da sua área, agroecologia, administração para os movimentos, para organizações sociais. Então foi uma demanda das próprias escolas.

Aqui é só falando dos recursos. Olha aí, Valdoir, nós já gastamos o dinheiro todinho, 100% da utilização dos recursos da ETI, ainda temos um dinheirinho aí do recurso que é do fomento anterior, porque é um recurso mais difícil, ele é mais engessado para a gente gastar. Por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

são 140 escolas que estão nesse recurso, eu tenho que gastar só com essas escolas, só com aqueles alunos; se eu compro alimentação, eu tenho que pegar, esses 20 meninos são desse dinheiro, 60 são desse outro dinheiro, então engessou mais um pouquinho, mas nós estamos gastando. Ainda somos acho que o primeiro ou o segundo estado que mais executou esse recurso também – Valdoir sabe.

E aqui é só para fundamentar, como nas escolas de tempo integral os resultados de aprendizagem também são maiores, aqui é só para falar para vocês. Estou bem direitinho aqui no meu, para não perder o tempo...

Então as escolas de tempo integral apresentam médias superiores de proficiência, os estudantes avançam mais para a universidade, têm a garantia do seu projeto de vida. Porque uma coisa que precisa na organização pedagógica é que o currículo, como eu falei anteriormente, seja atrativo e que esse currículo proporcione a construção do projeto de vida do estudante. "O que é que eu quero depois que eu terminar a educação básica?", então isso tudo tem que fazer parte da concepção que a escola cria, da sua concepção pedagógica.

Aí o que é que a gente faz com os recursos? A gente faz adequação dos espaços, climatização, adquire refeitórios, balcão térmico, tudo, tem que aumentar o quadro de funcionários, porque é diferente uma escola ofertar só o lanche, manhã e tarde, tem que ofertar o almoço. Então são muitos os desafios, não vou dizer para vocês que a gente faz isso aqui e é tudo o.k., que todas as escolas hoje no Ceará têm todas as estruturas para funcionar no tempo integral, na sua perfeição, não; a gente está caminhando para isso, fazendo muito investimento. Para vocês terem ideia, nós estamos construindo mais de cem escolas, o investimento de cada escola é em média de R$12 milhões, a escola com todo o padrão da infraestrutura, de quadra, laboratórios, auditório, toda climatizada, com espaço para o aluno poder se desenvolver em todas as suas potencialidades, em toda a sua inteireza, que é isso que o tempo integral também deve prever. A gente não pode ser ter só mais tempo para ser mais do mesmo, mais português, mais matemática, mas sim mais tempo para poder desenvolver todas as potencialidades dos estudantes.

Aqui é o que a gente compra, é o que a gente tem comprado para as escolas.

Quais são os desafios? Ainda há resistência ao modelo de ampliação do tempo escolar, aquilo que o Valdoir falou, mas a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Resistência de onde?

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** – Do estudante, principalmente. Às vezes, ele não quer ficar tempo integral; às vezes, diz que é porque vai trabalhar, vai uma coisa... Não está acostumado. Mas a gente tentou resolver isso com um ponto que eu vou mostrar, que não faz parte do ETI, mas é uma forma que a gente fez de ajudar os municípios também a alcançar as suas metas.

Nessa questão de alguns jovens que precisam trabalhar, o Programa Pé-de-Meia ajudou muito nessa questão da permanência, mas, às vezes, quando as pessoas dizem isso do tempo integral, eu digo assim. Quando a gente universalizou também, de 7 a 14 anos, lá em 1996, as pessoas também diziam: "Nem todo mundo pode estudar, nem todo mundo pode estudar". Quem é que não pode estudar? Eu digo que a gente, em vez de ficar discutindo quem pode e quem não pode, tem que questionar por que tem alguns jovens que não têm direito a ter a sua jornada ampliada e maiores oportunidades por meio da educação. Então, se o menino não pode estudar em tempo integral porque ele cuida do irmão para a mãe trabalhar, cadê a rede de proteção? Cadê a creche em tempo integral para esse colega dele ficar lá e ele também poder estudar em tempo integral?

Então, eu digo que surgem novos desafios, bons desafios, como sociedade, para a gente tentar resolver problemas que são oriundos da nossa desigualdade social, infelizmente.

Temos os custos de vários profissionais para atender, professores, mas tudo isso – você pode fazer essa pergunta no final, como você fez para os outros – a gente entende como um investimento. Nós já temos consciência...

E, quando a gente fez as nossas próprias legislações, a gente disse: nós vamos utilizar recursos do Tesouro, recursos do Fundeb, recursos dos precatórios do Fundef, e a gente está usando muito para construir essas escolas, para a gente garantir essa estrutura, porque a gente quer que, no Estado do Ceará, os estudantes do ensino médio e do fundamental, no futuro, estejam estudando em tempo integral, porque a gente compreende que isso é melhor para o estado, é melhor para o jovem, é melhor para o desenvolvimento, é melhor em todos os aspectos. E esse recurso que a gente está investindo agora vai aumentar no futuro, quando o estado estiver mais desenvolvido e com maior potência de investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí, só para trazer esse exemplo para vocês – eu ainda tenho três minutos, o que é incrível, porque sou Professora de História e falo muito –, nós temos um regime de colaboração no Estado do Ceará, há mais de 20 anos, com foco na aprendizagem dos estudantes. Em 2022, iniciando 2023, na gestão do atual Governador, nós iniciamos uma espécie... Da mesma forma que o MEC fez para a gente, induzindo por adesão matrículas em tempo integral com financiamento, nós também fizemos isso, chamado Paic Integral. Então, a gente começou lá em 2023, fazendo investimentos no 9º ano. O estado fazia a adesão, em 2024, no 8º ano e, para ele aderir em 2024, teria que ter cumprido algumas metas do 9º. Hoje nós estamos já no 6º ano com investimentos. A gente investiu R$104 milhões em 2023. "Ai, Jucilene, vocês investiram menos em 2024, por quê?". Porque nem todo município que fez adesão em 2023 conseguiu atingir a meta e a nossa previsão para 2026 é de R$80 milhões em investimentos.

Agora qual é o passo com o novo PNE? Nós vamos ver a situação de cada município, a questão da equidade de que a Senadora falou. Nós vamos investir nos municípios agora, no próximo ciclo, que estão mais distantes da meta, porque os nossos municípios...

Só para vocês verem aí, no Estado do Ceará, em 2025, ano passado, nós tínhamos, no ensino fundamental, anos finais – aí são matrículas da rede municipal –, já mais de 75% de estudantes em tempo integral. Então, é um investimento que a gente faz também, tem o investimento do município. Eles também aderiram ao programa do MEC, por isso que eu acho importante, Senadora, que eles estejam aqui também dando depoimento.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Claro que Sobral vai querer vir, com certeza.

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** – Mas vocês podem ver, assim, os municípios... Inclusive, eu estava no encontro da Undime, agora, pela manhã: "Jucineide, fala da alimentação, fala da alimentação", porque é um desafio que eles sentem nessa questão. É assim: a quadra, o refeitório, a reforma você faz e fica ali; a alimentação é todo dia – alimentação escolar –, com o investimento e tudo. Então, é um ponto que eles destacam muito.

E só uma questão do financiamento, Valdoir, que nós estamos aprendendo a organizar: é essa transição, que nós começamos com o financiamento por indução. A gente compreendia estados e municípios como um recurso a mais e, agora que a gente está dentro do Fundeb, a gente... Esse recurso já está aqui. Por isso que vocês estão e a gente está gostando muito, dando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esse apoio, por meio de documentos, por meio de webinários, de reuniões técnicas, explicando melhor para as redes como você vai aumentar a sua matrícula a partir de um recurso lá dentro do Fundeb, que vem, que está carimbado.

Então, é isso, é um pouco do que a gente está fazendo, e nos ajudou muito esse recurso, tanto que a gente já gastou todo. O dos outros estados que não estiverem conseguido gastar a gente recebe e gasta bem direitinho, presta contas. (*Risos.*)

E é isso. Eu anotei muitas questões aqui, enquanto os nossos colegas falavam, mas, infelizmente, também, a gente não tem como comentar tudo, mas...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora, você pode voltar para o seu primeiro eslaide? Primeirão, primeiro. Por que eu estou pedindo para ela voltar? Porque eu também sou educadora, e eu comecei na educação infantil, e sou especialista – fui – em material audiovisual, e eu quero elogiar o seu eslaide. Eu não sei se vocês que não são educadores e que não prestam atenção no detalhe viram que o eslaide dela traz energia, traz luz.

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** – E com nossos estudantes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Traz luz. Ela foi muito inteligente em colocar esse laranja, o laranja é uma cor quente.

Então, Professora, quero te cumprimentar pela apresentação, pelo eslaide. Eu precisava fazer esse registro.

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** – Obrigada. Vou levar os cumprimentos aos nossos *designers* e diagramadores.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu não tinha, na minha época, um eslaide; era na cartolina ainda.

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** – Não tinha o campo ainda, não tinha o campo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já teve mimeógrafo também? Eu tinha, tá? Eu tinha; flanelógrafo, também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, está muito bonito. E eu quero dizer para as pessoas que estão nos acompanhando que as apresentações estão disponíveis.

Deixe-me dizer uma coisa, Professores e todos que participaram: depois de uma audiência dessa, muitos pesquisadores consultam o material apresentado. Vocês praticamente deram de presente TCC, vocês deram de presente tese de doutorado, tese de mestrado. Muitos pesquisadores e estudantes depois acabam buscando o material. Eu quero cumprimentar pelo material apresentado.

Nós estamos chegando ao final e eu só vou ler. Eu acho que todas as perguntas que chegaram por internet, de uma forma ou outra, foram respondidas.

Eduardo, de Rondônia, perguntou: "A expansão do tempo integral está ocorrendo com qualidade real ou apenas com aumento formal de carga horária?".

Yuri, da Bahia: "Como garantir a expansão da escola em tempo integral sem aumentar desigualdades entre redes estaduais e municipais?".

Caio, de São Paulo: "Todas as escolas [...] [têm] espaço adequado para atender esses jovens? [Não, estão sendo adequadas.] Local [...] [de] descanso, áreas cobertas, salas climatizadas e refeição?".

Diego, de Mato Grosso: "A ampliação da carga horária escolar melhora efetivamente o desempenho e a permanência dos estudantes?".

Vem lá, Mikeias, do Paraná: "Os recursos atuais são suficientes para expandir o ensino em tempo integral com qualidade?".

Aí a gente tem um comentário de Renata, daqui, do DF: "Em vez do período integral, um estágio complementar seria mais eficaz, [...] [sobretudo] com a educação financeira e o Pé-de-Meia no currículo".

Edson, de São Paulo: "Com as verbas que as escolas recebem, [...] [é] difícil pensar em tempo integral em escolas que mal conseguem sustentar o material de insumos".

Glauciany, de Alagoas, pergunta: "Como o PDDE considera a [...] [avaliação] das creches que passaram do regime parcial para integral, mas continuam recebendo o mesmo valor?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Jaqueline, de São Paulo: "Como o Ministério [...] vai garantir que a expansão comece pelas periferias e zonas rurais, onde a vulnerabilidade social é maior?".

Caio, de São Paulo: "Como os docentes podem ser atendidos de maneira digna [...] [para] que o tempo nessa jornada seja suficiente para ministrar aulas e planejar?".

Vocês viram que é gente do Brasil inteiro? E que perguntas inteligentes, pessoal muito interessado no tema.

Érica, do Rio de Janeiro: "[...] [Haverá] prioridade para escolas de ensino médio com educação profissional e [...] parceria com empresas para ingresso no mercado de trabalho?".

E mais dois comentários.

Priscila, de Goiás: "É essencial que o financiamento da educação integral assegure infraestrutura, formação docente e qualidade pedagógica em todas as regiões".

Luciano, de São Paulo: "Acho muito necessária essa ação. As [crianças] precisam estar mais na escola do que na rua. [Também acho.] O Estado precisa investir de verdade na educação [...]".

Lendo essas perguntas, eu agora devolvo para o Valdoir, por dois, três minutos, para agradecimentos e considerações finais. Se quiser responder alguma pergunta ou fazer alguma pergunta, fique à vontade, Valdoir. Depois eu devolvo para os demais por mais dois minutos.

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** (Para expor.) – Primeiro, agradeci o convite no início; agora, eu queria agradecer a oportunidade, porque acho que foi muito construtivo ter passado esse tempo aqui também ouvindo as falas. Queria registrar a presença da Aline Zero, que é Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral, lá no Ministério da Educação, e que é a responsável atualmente por conduzir aqueles diversos eixos que comentei lá no início.

Queria também só fazer um registro, Senadora, porque antes a senhora me perguntou, e eu não estava com a informação de imediato. Quando a Simone falou pelo Amazonas que acho que foram 46 mil matrículas...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** – ... ela está se referindo ao que está dentro do programa, mas o Amazonas, na verdade, já tem mais de 200 mil matrículas. É porque não se colocaram nessa conta aquelas que já vinham de antes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** – Então, o valor é mais expressivo nesse quantitativo.

Queria registrar também e até fazer algumas menções às perguntas, mas eu acho que também antes tentei já abarcar algumas delas aqui. Acho que o mais importante é isto: a gente ter, na nossa sociedade, essas perguntas interessadas, ter um debate preocupado e comprometido. É muito importante também a gente entender que a gente busca a educação, a jornada ampliada, mas a jornada ampliada na perspectiva da educação integral, de uma formação mais ampla e mais diversa.

Também reforço que essa busca pela educação integral não é só do tempo integral; é para que todos tenham uma oportunidade de educação integral. E me parece que o que a gente mais precisa, realmente, é ter a valorização da educação na sociedade.

Quando vêm os relatos de todos os estados que falaram aqui, acho muito importante esse lembrete de trazer os municípios também. Os municípios têm feito entregas muito importantes, e a gente tem percebido, em alguns programas – vou citar aqui, como exemplo, a alfabetização; a gente ainda está desenvolvendo esse estudo para o tempo integral... Mas a gente tem um pouco daquela premissa de que o município pequeno, que tem, às vezes, uma menor capacidade financeira, a gente entende que tem uma menor capacidade técnica e, talvez, não vá ter entregas tão relevantes ou vá ser o que mais tenha dificuldade. E a gente tem se surpreendido muito. Por exemplo, no caso da alfabetização, a gente tem percebido que aqueles municípios do quartil mais baixo de nível socioeconômico e de menor porte são os que têm apresentado mais avanços em relação à alfabetização. Então a gente fica muito feliz também com essa interiorização do direito à educação.

A gente tem visto um movimento muito similar também na questão do tempo integral. A gente espera ter mais elementos para providenciar isso. E uma coisa que a gente aprende muito, nos diálogos com o Inep e também com o FNDE... Eu sou servidor do FNDE, inclusive, quero registrar; o FNDE não está aqui diretamente e parte desses dados que a gente traz vem do Inep.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, de alguma forma, o FNDE e o Inep estão presentes aqui, não institucionalmente representados, mas na colaboração que eles têm nesse trabalho todo.

E uma coisa que sempre se falou foi que aqueles 25% da meta do PNE antigo não nasceram à toa. Eles nasceram, exatamente, na lógica de que, se se conseguisse dar uma jornada ampliada, com educação integral, para os 25% de estudantes mais vulnerabilizados da nossa sociedade, então a gente conseguiria construir um modelo mais equitativo de educação.

E agora acho que o nosso desafio, aumentando esses percentuais, segue a ser este mesmo: não é só gerar mais oportunidades educacionais, mas, sobretudo, gerar mais oportunidades educacionais para quem mais precisa, porque é disso que o nosso país precisa, em termos de educação básica.

E a gente vai seguir dedicado e trabalhando muito colaborativamente com os estados, com os municípios, para tentar construir, agora, em busca dessa nova meta que o país adotou. É muito mais ousada, mas também muito mais potente para garantir o direito à educação.

Obrigado, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Como é o nome da sua colega, Valdoir?

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** – Aline.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aline, nós vamos te incomodar muito, viu? Nós estamos só começando a avaliação. Então, você e Valdoir, a Comissão vai acionar algumas vezes.

Vamos ouvir o Eric para agradecimentos e considerações finais. Eric, dois minutos, pode ser?

**O SR. ERIC COLÓ** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, é possível. Novamente, agradeço a oportunidade de falar diretamente com a Comissão. Em nome do Estado de São Paulo, quero dizer que estamos juntos nessa onda de crescimento, de avanço e de aumento das oportunidades.

Com relação às perguntas e aos comentários, nós estamos alinhados aos professores. Somos todos educadores, somos todos servidores da educação, e o objetivo é sempre maior. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

objetivo é chegar, com potência, a esse estudante, de fato gerar impacto no projeto de vida e entregar para a sociedade um cidadão bem informado, crítico, autônomo, competente. E, com certeza, isso é um desafio de todos nós.

Fico aqui com as considerações dos colegas e afirmo, para a nossa rede também, já saudando a Renapeti, que é a rede de articuladores do estado, e também levando em consideração as nossas parcerias com a Undime e com os demais secretários, para que a gente possa junto avançar na política e no desenho da política pública, com eficácia e eficiência.

Aqui pelo Estado de São Paulo, a gente agradece a oportunidade e permanece à disposição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Eric.

Eliziário, você quer falar? (*Pausa.*)

Eu não elogiei seu gráfico, Eliziário, tá? Seu gráfico é muito técnico.

Obrigada, Eliziário, pela participação na nossa audiência, tá?

Simone, lá do Amazonas. Liga o microfone.

**A SRA. SIMONE DE SOUZA LIMA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de falar um pouquinho mais da nossa atuação aqui no Amazonas e também dizer o quanto é importante a gente estar trabalhando a escola em tempo integral no nosso contexto amazônico, atendendo essa diversidade, atendendo essa criança, esse jovem que está nas escolas, em busca de uma educação mais global, mais integral, que proporcione aí diversas competências que possam ser aplicadas no dia a dia, que essa criança seja feliz dentro dessa escola em tempo integral. É este o nosso objetivo maior: que essa escola possa, de fato, atender essas crianças e jovens dentro dos seus anseios.

No mais, eu gostaria de agradecer também pelo convite, mais uma vez, em nome do nosso Secretário Jander Lasmar. E espero também participar de outros momentos especiais como este.

Um abraço a todos também que estão aqui conosco: São Paulo, Ceará, que está aqui conosco. Um abraço a todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professora.

Secretária Jucineide.

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** (Para expor.) – Mais uma vez quero agradecer pelo convite e parabenizar, Senadora, pela escolha dos estados. Não porque o Ceará foi escolhido, mas por ser um estado do Nordeste, um estado pobre; o Estado do Amazonas, dentro da Região Norte, com todas as suas complexidades e particularidades; e o nosso primo riquíssimo (*Risos.*) , São Paulo, mas também com desafios de tamanho, de matrícula, né? A gente sabe...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – De violência.

**A SRA. JUCINEIDE FERNANDES** – A gente brinca com o Feder que ele é rico, mas a gente sabe do tamanho dos desafios de uma grande cidade.

Eu queria destacar dois pontos. A maioria das perguntas estão relacionadas a financiamento, a infraestrutura. O Valdoir pode complementar melhor do que eu. Infraestrutura escolar no Brasil ainda é um desafio, independentemente de ser tempo integral ou ser tempo parcial. Ainda é um desafio. Nós temos escolas que não têm quadras ainda, né? Nós temos outras que não têm bibliotecas. Então, assim, a gente ainda tem escolas... E, recentemente, a LDB incorporou a infraestrutura escolar como uma obrigatoriedade.

E – Valdoir, tu podes me complementar, a Senadora deve saber – também está em discussão aí eu acho que um projeto de lei sobre a gente ter uma vinculação de recurso de um outro local para a infraestrutura escolar. Esse eu não sei onde é que está, mas a Senadora pode ajudar, porque, assim, para além do tempo integral, as nossas crianças da escola pública precisam estar num espaço acolhedor, das relações, mas também do espaço físico. Então eu acho que a gente, como sociedade brasileira, tem que lutar para que o espaço escolar, a ambiência escolar seja um espaço acolhedor, um espaço que as crianças dos filhos dos trabalhadores brasileiros merecem.

Outro ponto – aqui se falou de educação profissional, se falou de poder fazer um estágio, um curso técnico –: nós também estamos diante de um programa muito bacana, Senadora, que, talvez, daqui a um tempo, será avaliado aqui, que é o Juros por Educação, que é um investimento muito potente e vai ajudar na ampliação das matrículas em tempo integral e também nessa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de ser um programa para a educação profissional, ele vai ajudar, porque a gente vai usar a educação profissional para ter esse outro itinerário formativo para os novos estudantes. Então ele vai ajudar muito.

Que seja um recurso realmente bem investido e que a gente use esse recurso – sempre os entes federativos têm uma dificuldade de executar alguns recursos – para que a gente possa construir uma educação com mais equidade. E que a gente possa, por meio da educação pública, garantir justiça social e redução das desigualdades sociais, que são um mal que afeta o nosso país, devido à nossa história, e que nós que estamos nesses espaços precisamos trabalhar cotidianamente para reverter.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Bom, gente, nós cumprimos a finalidade dessa audiência.

Eu só queria informar aos nossos convidados que nós temos um corpo técnico que está acompanhando a avaliação: são os consultores do Senado, são especialistas em educação. Desculpa, Jucineide, mas os gênios são os nossos consultores aqui do Senado; desculpa, MEC. Mas eu também tenho uma assessoria técnica minha, do gabinete, que é a Dra. Viviane mais uma equipe. A Viviane, inclusive, é educadora. Ela tem doutorado e pós-doutorado em Harvard, em políticas públicas. Ela deixou a universidade para trabalhar comigo, porque a gente quer fazer um mandato de entrega mesmo, de colaboração, e deixar legados, ajudando, inclusive, o Poder Executivo. Eu sou uma Senadora de oposição, mas que sou bacaninha, sou legal com vocês, tá?

Por que eu estou falando isso? Porque, Secretários, Eric, é possível que a nossa equipe técnica acione vocês. A gente vai precisar de complementação, conversar, ouvi-los. Então recebam bem o nosso corpo técnico. E a gente, possivelmente, vai fazer diligência. Eu quero mandar os consultores lá para São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, bem longe, Simone. Vamos mandá-los bem longe, para eles sentirem. Claro que está todo mundo querendo ir para Ceará – eu vi quando vocês viram a foto das quadras ali do Ceará. (*Risos.*) Mas a gente também vai fazer algumas diligências e, se for o estado de vocês, colaborem conosco na diligência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero agradecer muito. Eu acho que foi uma audiência muito boa. A equipe técnica está anotando muita coisa ali. Foi muito boa. Muito obrigada pela participação. A gente quer entregar um relatório apontando caminhos para melhoria da política, elogiando o que tiver que elogiar, fazendo ressalvas no que tiver que fazer as ressalvas, mas a gente quer mesmo que a política dê certo.

Muito obrigada a todos que nos acompanharam, à Secretaria – obrigada a essa Secretaria, que é incrível – e à nossa Presidente da Comissão, nossa Senadora Teresa, que está de licença esta semana, não está no Senado, quero agradecê-la.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a nossa audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia dois de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Fernando Dueire, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Dra. Eudócia, Romário, Paulo Paim, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Hermes Klann, Wilder Morais e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Jussara Lima, Magno Malta, Wellington Fagundes, Teresa Leitão e Camilo Santana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 28/2026 - CE, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e subscrito pelo Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o PL 5383/2025, que "institui o Dia Nacional do Gestor de Frotas". **Participantes:** Sr. Gleyson Oliveira Viri, Gestor de Frotas do Comitê de Gestores de Frotas - SP; Sr. Carlos Tudisco, Diretor do Instituto Pensando Alternativas Responsáveis Administrando Frotas com Resultado (PARAR); Sr. Samuel da Silva Antunes, Advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT); e Sr. Paulo Miguel Junior, Vice-Presidente do Conselho Gestor da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (ABLA). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Astronauta Marcos Pontes**
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/02

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Boa tarde, boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 2 de junho de 2026.

Objetivos desta reunião: esta reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 5.383, de 2025, que institui o Dia Nacional do Gestor de Frotas, em atenção ao Requerimento 28 desta Comissão, de minha autoria e subscrito pelo Senador Flávio Arns.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Sr. Gleyson Oliveira Viri, Gestor de Frotas do Comitê de Gestores de Frotas de São Paulo, por favor; Sr. Samuel da Silva Antunes, Advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, por favor. Obrigado por ter vindo.

Participarão de forma remota ainda o Sr. Paulo Miguel Junior, Vice-Presidente do Conselho Gestor da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis; o Sr. Carlos Tudisco, Diretor do Instituto Pensando Alternativas Responsáveis, Administrando Frotas com Resultado (Instituto Parar); e também o Sr. André Bueno, Deputado Estadual do Estado de São Paulo.

Informo também que foi convidado o Conselho Superior de Administração do Sindicato das Empresas de Transporte de São Paulo, que não pôde comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, então, novamente, senado.leg.br/ecidadania; ou pelo telefone 0800 0612211, 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no Portal do Senado, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de a gente combinar o jogo aqui, eu gostaria, inicialmente, de agradecer a presença de todos que estão aqui presencialmente, agradecer aos nossos expositores também. Obrigado por terem vindo. Quero agradecer a todos, aos expositores que estão na forma remota também. Eu vejo lá o Paulo Miguel, o Carlos Tudisco. Eu acho que o André Bueno ainda vai entrar depois, então vou deixá-lo para o final.

Eu queria agradecer também a todas as pessoas que estão nos acompanhando de forma remota pela TV do Senado, pelas redes sociais.

Já aproveito para anunciar que nós já temos perguntas aqui do e-Cidadania, assim como comentários. Eu incentivo as pessoas que estão nos acompanhando a mandarem também suas perguntas e comentários pelo e-Cidadania, pelos endereços que eu já passei.

Eu vou pedir para nossa Mesa para passar uma cópia dessas perguntas para os nossos convidados aqui e também transmitir lá para aqueles que estão no remoto, para que eles já, nas suas intervenções, possam falar um pouco, já comentar sobre essas perguntas da população que nos acompanha.

Eu vou ler aqui, inicialmente, nós temos a pergunta da Natália, de Santa Catarina: "O projeto atende aos critérios de relevância exigidos pela legislação para a criação de datas comemorativas oficiais?". Sim. Inclusive, isso aqui já faz parte.

Loize, do Mato Grosso: "Qual a relevância social da profissão de gestor de frotas para justificar uma data nacional?". Ótimo para acompanhar, que vai ser falado aqui durante a reunião.

Renata, do Distrito Federal: "A data nacional pode incentivar campanhas de segurança do trânsito e educação viária. É considerado um dia de pedágio livre no dia?". Olha, seria bom nesta data, mas eu acho que não faz parte do cardápio.

Em termos de comentários, tem um comentário do Victor, de Goiás: "Tema relevante, é importante a valorização de todas as áreas, mas urge focar em temas prioritários para o cenário político atual."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ainda perguntas pelo e-Cidadania, da Cínthia, do Paraná: "A valorização das profissões é muito importante, porém, este projeto contribui em qual aspecto efetivo [R$] na vida do trabalhador?".

A Raíssa, do Mato Grosso: "De que forma a criação do Dia Nacional impulsiona políticas públicas reais de segurança viária e sustentabilidade logística?". Ótimo.

Lidas as perguntas, eu vou deixar aí também para os nossos apresentadores, para responder partes delas.

E, para combinar aqui como é que vai funcionar, funciona da seguinte forma: eu vou passar a palavra naquela sequência que eu li, por dez minutos para cada apresentador. Quem está aqui vai ter o relógio ali na frente, que vai contar os dez minutos em contagem regressiva; e também quando estiver a um minuto, deve tocar essa campainha; não sou eu que toco, é automático.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, para saber que falta um minuto.

Para quem está no remoto, o Paulo Miguel e o Carlos Tudisco ali, vocês não têm obviamente o relógio que a gente vê aqui, mas eu peço que fiquem ligados aí no relógio próprio, para que dê os dez minutos e mantenham o tempo, para a gente respeitar o tempo de todo mundo aqui. Eventualmente, de vez em quando tem um sinal que fala para lá – 60 segundos! –. É esse sinal de 60 segundos. Então vocês vão ouvir esse sinal pelo menos, está bom?

Então, para começar a exposição, eu vou passar inicialmente a palavra, por dez minutos, ao Sr. Gleyson Oliveira Viri, Gestor de Frotas do Comitê de Gestores de Frotas de São Paulo, por dez minutos. Está contigo.

**O SR. GLEYSON OLIVEIRA VIRI** (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos.

Eu quero iniciar aqui a minha fala de agradecimento ao nosso amigo, Senador Astronauta, que de pronto atendeu com esse excelente projeto, PL 5383, de 2025, que é um marco para a história de nós gestores de frotas.

Queremos também cumprimentar toda a equipe do nosso Exmo. Senador: o Rafael, o José, toda equipe aqui, todo apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Queremos também, nesta tarde, dar uma boa tarde a todos os Senadores que compõem essa mesa; aos nossos amigos que estão conosco, que fazem parte dessa mesa para debater desse assunto.

Sr. Astronauta, eu vou começar aqui fazendo uma brincadeira com o senhor. Antigamente, nós falávamos que vamos decolar igual foguete, porque foguete não dá ré, e a escassez fez com que nós estivéssemos repensando e entendemos que é necessário o foguete dar ré por causa da economia. E o que nós estamos fazendo nesta tarde é repensar alguns pontos críticos que entendemos, e vamos apontar.

Vou mandar um abraço ao Paulo Miguel Junior, da Abla; ao Samuel, nosso amigo que está conosco; ao Carlos Tudisco e ao nosso Deputado André Bueno, o qual está aqui.

Eu represento um comitê de gestores de frotas, gestores que começaram de uma maneira autônoma, não têm nenhuma associação credenciada, mas que têm buscado a melhoria da frota.

Vou começar aqui uma apresentação. É só começar aqui. Deu um *delay*... Eu vou pedir para colocar no primeiro eslaide aqui... Foi.

Hoje nós estimamos que nós somos mais de 345 mil gestores de frotas no Brasil. É uma apresentação do nosso comitê, fizemos. E aí nós temos o tema da nossa apresentação: Quem move o Brasil também precisa ser visto. O Brasil é uma das maiores frotas comerciais do mundo, e esse profissional de frota é responsável pela operação, pelos custos, cumprimento de metas, legislação e toda a parte de segurança viária, e apesar de toda essa responsabilidade que nós temos, ainda não temos o CBO, que é a sigla para Classificação Brasileira de Ocupações.

Nós fizemos um levantamento, dentro de um simpósio do Comitê Gestor de Frotas, que hoje nós temos mais de 280 mil empresas de transporte de carga. Para cada empresa dessa se faz necessário ter um gestor de frota mais uma equipe. Esses dados são atualizados da ANTT. Hoje nós estamos com o Paulo, da Abla. Nós temos mais de 37 mil locadoras. Para cada locadora eu preciso, no mínimo, de um gestor de frota.

Nós temos 516 cooperativas de transportes de carga registradas no ITT. Para cada uma dessas cooperativas, eu preciso de um gestor. Nós temos mais de 9,8 mil empresas de ônibus, as quais precisam de ter um gestor de frota. Nós temos mais de 17 mil empresas de grande e médio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porte, que também precisam de gestor de frota. Então, somos mais de 345 mil trabalhadores, e essa é uma das principais justificativas desse cenário dos gestores de frota.

Eu queria trazer aqui também algumas coisas que travam a nossa categoria.

Primeiro, precisamos profissionalizar essa categoria. Dentro dessa profissionalização, nós vamos ressaltar que o gestor de frota tem uma ação fundamental no que tange aos acidentes no Brasil, porque não adianta uma empresa ter telemetria, rastreamento, videotelemetria, se não há gestão. A gestão hoje do transporte passa pelo gestor de frota.

Nós temos também a necessidade do reconhecimento financeiro desse gestor de frota.

Eu vou passar um eslaide aqui.

Hoje fazemos um cálculo bem simples, de conta de padaria, como nós brincamos: se nós pegarmos 50 conjuntos de cavalo mecânico com 50 bitrens, hoje, só de ativos, nós temos R$60 milhões. Esses 50 conjuntos – nós estamos falando de uma transportadora pequena – gastam por ano, só de combustível, R$15 milhões.

Nós pegamos um *case* de dentro do próprio comitê de uma pessoa que cuida de uma frota lá. Estão com 380 carros. Se fizermos uma média de R$120 mil por veículo, só de ativo, essa pessoa cuida de mais de R$45 milhões. E, se nós formos colocar o custo só de combustível, são R$5,8 milhões.

Então, nós colocamos aqui algumas atividades que esse gestor de frota executa no dia a dia. Nós elencamos aqui mais de 31 atividades. Hoje, o gestor de frota é um profissional estratégico no dia a dia das empresas. O gestor de frota, hoje, faz parte de toda a questão do orçamento. Na maioria das empresas, ele cuida do maior ativo e também cuida da maior despesa mensal.

Aí, nós observamos aqui a discrepância pela ausência do CBO. Nós temos analistas de frota... Isto aqui foi uma pesquisa que nós fizemos no anuário: não há um padrão de salário dentro desses gestores de frota. Então, esse projeto visa à valorização do gestor de frota e, dentro disso, precisamos que haja um CBO para que haja essa classificação. Hoje, não existe nenhum gestor de frota no Brasil. Todos nós estamos ligados a alguma área. Como é esse gestor de frota? Por incrível que pareça, boa parte deles são analistas que cuidam de milhões de reais de ativos, que cuidam de milhões de reais mensal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E uma coisa legal que nós vimos na nossa pesquisa do nosso Anuário do Comitê de Gestores de Frotas de São Paulo é que boa parte desses gestores de frota tem MBA. Então, tem uma questão de preparação, mas nós precisamos de valorização desse gestor de frota.

Uma outra coisa que estávamos aqui até conversando com o nosso amigo Samuel: o Brasil está em um colapso de falta de motoristas. Eu estava dando uma palestra na UnB e estava brincando dizendo que o Pedro e o Bino se aposentaram, que são os motoristas antigos. O Pedro Júnior virou gestor de frota. O Enzo nem quer andar de carro, ele anda de *app*.

E quem administra toda essa crise? É o gestor de frota. É o gestor de frota que é responsável por organizar a programação do motorista. É o gestor de frota que é responsável por organizar toda a questão dos veículos, a disponibilidade. Então, o gestor de frota, hoje, tem esse papel fundamental. Então, a importância desse projeto diante desses dados apresentados aqui, a princípio, seja a questão do CBO... E eu queria só destacar aqui, dentro da minha fala, que quem move os ativos milionários merece ser visto como uma categoria. Esta é a nossa fala. Somos mais de 345 mil gestores.

Eu vou dar um exemplo: hoje, na Somerlog – eu quero mandar um abraço para toda a minha equipe, mandar um abraço para o Sr. Juliano e todo o pessoal nosso do comitê –, a minha equipe é: eu, como gestor de frota, mais 22 pessoas. Eu tenho analistas, eu tenho *master driver*, eu tenho mecânico, eu tenho oficina, tudo sob a minha gestão.

E aí cinco proposições do nosso Comitê de Gestores de Frotas do Estado de São Paulo – e eu mando um abraço para o Fernando e para todo mundo que está nos assistindo –: criar a sigla brasileira de ocupação; reconhecer institucionalmente, até mesmo com a criação de um sindicato para os gestores de frota; estabelecer pisos e faixas salariais aos gestores de frota; um programa de qualificação de frota, não para a frota leve, nós estamos precisando com urgência de uma...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. GLEYSON OLIVEIRA VIRI** – ... qualificação para a gestão de frota pesada; e aí também propomos aqui nesta mesa, juntamente com a ANTT, a criação de um observatório no setor de frotas. Hoje nós temos muitas informações vagas, desconexas e precisamos ajuntar.

Então, hoje nós do Comitê de Gestores de Frotas, Sr. Senador, entendemos esses pontos e a necessidade da profissionalização do gestor de frota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Sr. Deputado Estadual André Bueno, o qual, nesta semana, aprovou, lá na Alesp, em São Paulo, o dia do trabalhador de frota, dia 19 de agosto.

Então, dentro do tempo, não explorando e não passando do tempo, Sr. Senador, essas são algumas das reivindicações, essa é a fala desse comitê, o qual eu tenho orgulho e prazer de representar no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Gleyson Oliveira Viri, Gestor de Frotas do Comitê de Gestores de Frotas de São Paulo.

Na sequência, passo a palavra ao Sr. Samuel da Silva Antunes, Advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, para dez minutos de exposição.

Obrigado.

**O SR. SAMUEL DA SILVA ANTUNES** (Para expor.) – Boa tarde, Sr. Senador, Relator deste Projeto de Lei 5.383. Cumprimento também todos aqui presentes, o amigo Gleyson...

Inicialmente, eu gostaria de apenas pontuar a minha participação aqui em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, na pessoa do Sr. Pestana, o Presidente, que não pôde estar presente, mas eu vim em representação.

Inicio parabenizando a iniciativa do Sr. Senador Marcos Pontes na criação desse projeto de lei, que não se trata apenas de um dia de homenagem, mas, como já foi muito bem exposto pelo amigo Gleyson, de um dia de valorização de uma profissão importante, da qual nós nos alinhamos totalmente a todas as questões e aos pleitos expostos pelo orador que me antecedeu. Sabemos que a categoria de transportes terrestres no Brasil tem milhões de trabalhadores, nestes inseridos os gestores, motoristas e movimentadores, temos toda uma questão de logística, além dos motoristas e cobradores; então, são milhões de trabalhadores. E todos eles dependendo, de alguma forma, dos gestores de frota, como foi exposto pelo orador que me antecedeu.

E aí até entro respondendo aqui a uma das perguntas dos cidadãos aqui, que perguntaram sobre a importância na vida do trabalhador desse projeto: sim, a importância em valorizar uma profissão e valorizar em específico esta profissão de gestor de frota é que não estamos falando apenas de um dia de homenagem, mas de valorizar uma profissão que impacta diretamente a segurança das estradas, a segurança viária, a segurança desses milhões de trabalhadores que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estão diariamente arriscando suas vidas nas estradas e, consequentemente, dos usuários das rodovias também.

O Brasil é um país cuja economia depende completamente do modal rodoviário para o transporte de cargas. As estatísticas mostram que 65% do total de cargas são feitas no modal rodoviário; em determinados setores, mais de 85% do transporte são feitos no modal rodoviário. E essa parte do transporte que representa 85% é o que mais impacta a população, porque são insumos de indústria, alimentos, medicamentos, tudo isso feito pelo modal rodoviário. E o gestor de frota não se limita, como já foi muito bem exposto pelo amigo Gleyson, a administrar veículos, a administrar a frota, mas ele também faz a previsão de manutenção desses veículos, a manutenção preventiva, o que dá mais segurança para as rodovias e para os motoristas; garante a qualidade melhor dos veículos, o que também impacta diretamente a qualidade de vida e trabalho desses profissionais, que estão arriscando sua vida diariamente nas estradas.

Diante disso é que colocamos aqui a resposta para a Cinthia, do Paraná: a valorização dessa profissão vai além de um dia de homenagem, mas traz no modelo institucional, numa casa legislativa, a importância dessa profissão; e chama atenção, como foi falado antes, para qualificação, para profissionalização – foi trazida aqui a questão da CBO –, todos esses pleitos aqui aos quais nós nos alinhamos completamente. E aí essa é a importância na vida do trabalhador, e não só na vida do trabalhador deste setor, mas na vida também da população em geral, que está utilizando as rodovias e que está dependendo completamente do transporte de cargas que é feito por esses trabalhadores.

Sabemos que hoje as frotas possuem também mais tecnologia, dependência de eletrônica, são frotas mais modernas, e isso exige mais manutenção, exige uma gestão melhor diariamente, e tudo isso impacta não só a vida do trabalhador, mas também a logística desse modal rodoviário e também o cumprimento de jornadas. E nós, como representação de trabalhadores do setor, também nos atentamos para o cumprimento dessas jornadas, o que tem sido um debate que temos feito em várias instâncias, da importância dessas jornadas para a saúde do trabalhador e para a segurança das estradas também.

Então, nós nos alinhamos ao que foi dito pelo Gleyson, nos alinhamos à intenção desse projeto de lei e manifestamos, como confederação, a concordância e a importância da criação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desse dia nacional. Quem sabe conseguimos também aí um dia de pedágio livre para todos? Essa proposta é interessante, né? (*Risos.*)

Então, caminhamos lado a lado com os gestores de frota, caminhamos lado a lado por mais segurança nas estradas, caminhamos lado a lado por mais condições de trabalho e qualidade de vida para esses trabalhadores, tanto os gestores como também todos aqueles que dependem deles, que são os motoristas e a própria população no total.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Samuel da Silva Antunes, Advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Realmente, só para enfatizar, eu não gosto de falar muito aqui para não atrapalhar os nossos oradores, mas você trazer, primeiro, um dia dá uma certa consciência da importância daquele profissional. E a importância desse profissional fica clara aqui, pois acho que já está se decantando, vamos dizer assim, essa informação em três partes principais: na segurança das pessoas, segurança no sentido do controle de manutenção de veículos, no sentido de melhor formação do pessoal que executa esse tipo de trabalho, afinal de contas está carregando vidas ali dentro – muitas vezes não é só carga, é vida ali dentro –; também a eficiência, porque, quando você tem um sistema de transporte mais eficiente, uma quantidade enorme de trabalhadores, de pessoas, é transportada diariamente nas grandes cidades, e todas elas precisam chegar no horário, precisam sair no horário, e a gente vê o caos que fica em São Paulo, por exemplo, quando tem um problema em um dos modais de transporte público, como isso complica a vida de todo mundo; e sem dúvida também é uma área que gera muito emprego, então é importante que nós tenhamos o reconhecimento dessa geração de empregos também. Isso, de certa forma, responde a várias das perguntas que foram feitas.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Paulo Miguel Junior, Vice-Presidente do Conselho Gestor da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis, que está conosco remotamente.

Paulo, só controle o tempo lá para os dez minutos.

**O SR. PAULO MIGUEL JUNIOR** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Com certeza, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de começar agradecendo ao Senador pela audiência, pelo convite para estar aqui nesta audiência hoje falando um pouco sobre o gestor de frota, o reconhecimento dessa atividade.

O gestor de frota passa a ser uma atividade transversal dentro da empresa. Ele, ao mesmo tempo em que está próximo dos motoristas, está próximo da parte operacional, que controla as escalas, da manutenção, do RH. Ele é um apaziguador de todas as situações de conflito dentro das empresas. Essa é a importância que a gente vê hoje no gestor de frota, e é algo que tem que ser celebrado, porque é um profissional que vem agregar, dentro da estrutura das empresas, uma coordenação de todas as áreas, sem aquela prevenção que hoje tem: o operacional é mais importante que a manutenção, a manutenção é mais importante que o RH, todos esses conflitos são geridos diretamente pelo gestor de frota. Ele sabe onde vai alocar o melhor motorista, onde ele vai alocar a melhor frota. Ele controla isso de uma forma mais próxima ao motorista. Por isso é que a gente vê como algo que tem que ser celebrado.

Hoje, como o próprio Gleyson disse, a maior parte desses gestores já tem uma formação. O que a gente precisa efetivamente é aprofundar os ensinamentos em gestão de frota, porque ainda não temos um curso específico para isso, e é algo que a gente tem que pensar para os gestores, junto com a criação da atividade específica, porque hoje o gestor de frota está ligado à operação, está ligado à manutenção, a uma área administrativa, mas não efetivamente com uma atividade definida. E isso, até na possibilidade de alteração de cargo entre empresas, complica um pouco para uma continuidade das atividades. Então, a gente entende que a criação inicial desse dia, dando uma valorização a mais a esses profissionais, criando uma perspectiva futura de uma CBO que possa especificar a atividade e agregar tudo isso ao meio de transporte hoje, é muito importante.

Temos, no Brasil, a maior parte do transporte feito por meios rodoviários – o Dr. Samuel já explorou bastante o assunto – e precisamos de segurança e qualidade de vida para esses profissionais, motoristas que estão na pista o tempo todo e o gestor de frota, que vem a auxiliar a empresa nessa situação também.

Eu acredito que era isso, Senador. Não quero me estender, mas o conceito é justamente celebrar o dia de quem, dentro da empresa, busca harmonizar todos os setores em prol um resultado melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Paulo Miguel Junior, Vice-Presidente do Conselho Gestor da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Carlos Tudisco, Diretor do Instituto Pensando Alternativas Responsáveis Administrando Frotas com Resultado (Instituto Parar).

Aliás, cumprimento o pessoal do Instituto Parar, que eu já conheço de alguns eventos que participamos juntos. Obrigado pela parceria, pela possibilidade... pelas ideias. Inclusive, isso aí também partiu lá do Instituto Parar.

Então, passo a palavra ao Sr. Carlos, por dez minutos. Eu peço para controlar o tempo por lá.

**O SR. CARLOS TUDISCO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Marcos Pontes, demais participantes, antes de tudo quero agradecer e dizer que é uma honra poder participar dessa audiência pública para falar desse tema tão importante, e o Senador... Devo dizer, antes de tudo também, que o Senador já participa conosco no Instituto Parar há mais de dez anos. A primeira participação do Senador foi em 2016: a gente levou conteúdo relevante para o gestor de frotas e o Senador compartilhou com a gestão de frotas as boas práticas da aviação, do espaço, inclusive da experiência espacial que ele tem, porque isso traz conhecimento para o gestor de frotas de coisas que ele pode agregar na segurança do dia a dia dele.

Inclusive, o Senador, de uma forma que nos deixou honrados, no último evento nosso do Parar Summit – foi um evento em São Paulo agora, em 2025, que é o maior evento para gestores de frotas da América Latina –, assumiu esse compromisso público ali, na frente de mais de mil gestores de frotas, de valorização do profissional gestor de frotas.

O Instituto Parar também promove dois MBAs para gestão de frota leve e gestão de frota pesada, que já formaram mais de 2,5 mil alunos desde 2012, quando começou a nossa atuação. Então quero agradecer ao Senador, até entrando já nessa resposta do porquê da importância da criação deste dia, e vale fazer uma reflexão.

Hoje no Brasil ainda morrem aproximadamente 30 mil pessoas por ano – 200 mil ficam inválidas – no trânsito. É praticamente uma guerra. Se a gente for fazer uma conta aritmética de uma estatística terrível, há uma hora que nós estamos aproximadamente aqui e, provavelmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pelo menos estatisticamente, três pessoas vão perder a vida lá fora no trânsito. É nesse ambiente que atua o nosso gestor de frota. E hoje a gente pode dizer que o gestor de frota é quase marginalizado – a profissão da gestão de frota dentro da empresa –, porque, como foi dito aqui pelos colegas, não existe sequer uma CBO que qualifique o gestor de frota. E quando a gente não tem essa tangibilidade, a gente não consegue nem tangibilizar a profissão, é difícil convencer até a diretoria, a alta liderança das empresas, da necessidade de capacitação, da necessidade de profissionalismo que essa categoria merece.

No Instituto Parar, com toda essa experiência que nós temos de mais de 2,5 mil gestores formados, a gente sabe que um gestor de frota que atua efetivamente salva vidas. Isso é um fato. A gente consegue ver isso porque nós lidamos com grandes empresas, pequenas empresas, médias empresas, e a gente sabe...

Eu vou dar um exemplo simples aqui, para que as pessoas que não têm tanta vivência com esse universo possam tangibilizar um pouco mais disso. Digamos que um gestor de frota que conheça de indicadores, de telemetria, por exemplo – área que o Senador Marcos Pontes é mestre também, além de tudo que ele já fez na vida nessa área –, consiga trabalhar aqueles indicadores com profissionalismo, com eficiência. Se esse gestor de frota controlar só a velocidade da frota, ele conseguir atuar efetivamente controlando a velocidade, ele vai conseguir uma economia de combustível de aproximadamente 20%, o que representa inclusive menos emissões de CO2. Ele vai diminuir multas de trânsito para a empresa, ele vai diminuir o consumo de pneus, ele vai diminuir a manutenção desse veículo. Esse veículo provavelmente vai estar em um estado melhor no momento da desmobilização e principalmente, sem nenhuma dúvida, ele agrega muita segurança para esse gestor, para esse condutor de veículo, e não só para o condutor, mas para as pessoas que estão interagindo na sociedade com esse condutor.

Por exemplo, se a gente for fazer uma análise bem comedida, nós sabemos que hoje a gente tem aproximadamente 10 milhões de veículos corporativos leves, mas eu não tenho estatística dos pesados no Brasil. Os colegas aqui já disseram quantos gestores existentes em estatísticas nós temos, mas, quando a gente reconhece essa profissão, quando a gente dá para essa profissão um nome, um reconhecimento, nós a valorizamos, Senador, e temos a certeza de que nós estamos fomentando, a partir disso também, o profissionalismo, a eficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Que esse gestor de frota busque, se reconhecendo neste dia, por exemplo, que nós estamos aqui trazendo para debate, busque profissionalismo, busque isso que vai agregar eficiência para a empresa, eficiência para a profissão, eficiência para os números que já foram colocados aqui, e principalmente para ajudar a sociedade a conviver com esses motoristas no trânsito, onde a gestão da frota os ajuda a terem, irem e voltarem para suas casas no final de um dia em segurança.

Então, a gente entende que esse é um primeiro passo, temos outros passos para o futuro, mas o primeiro passo é importantíssimo. E quero mais uma vez parabenizar o Senador. Também não quero me delongar muito aqui, eu acho que a gente já colocou o núcleo de toda a questão aqui, mas parabenizo o Senador por essa iniciativa, por esse compromisso que ele assumiu, e inclusive quero convidá-lo e todos os demais participantes aqui para o nosso próximo evento, que será em outubro, em São Paulo, que como eu disse, é o maior evento de gestão de frotas na América Latina.

E agradeço o tempo e fico à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Carlos. O Sr. Carlos Tudisco, Diretor do Instituto Pensando Alternativas Responsáveis, Administrando Frotas com Resultado.

Eu lembro que a gente conversou bastante no último evento a respeito de segurança nas estradas, da necessidade que nós temos de melhorar a segurança nas nossas estradas, e isso aqui faz parte desse sistema. Então tudo isso não se resolve de uma tacada só, você precisa ter vários pontos de trabalho operando de forma sincronizada e ajustada. Então, está aqui uma dessas partes.

Eu acho que nós não temos ainda o André Bueno, então nós vamos seguir agora com a segunda parte. Eu vou ler novamente as perguntas que nos chegaram aqui através do e-Cidadania e depois eu vou retornar a palavra aos nossos participantes para cinco minutos de considerações finais; e, se quiserem responder a algumas das perguntas, fiquem à vontade também, esse é o momento certo. Então, novamente às perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Natália, de Santa Catarina: "O projeto atende aos critérios de relevância exigidos pela legislação para a criação de datas comemorativas oficiais?". Essa aqui fica comigo, porque eu sou daqui. Então, Natália, sim, esse projeto atende a todos os critérios de relevância pela legislação.

Loize, do Mato Grosso: "Qual a relevância social da profissão de gestor de frotas para justificar uma data nacional?".

Renata, do Distrito Federal: "A data nacional pode incentivar campanhas de segurança do trânsito e educação viária. [Será] considerado um dia de pedágio livre [essa data]?".

Acho que a primeira é sim, e a segunda é não, por enquanto. Eu gostaria muito de redução de preço de pedágio, sem dúvida nenhuma.

Outras perguntas.

Da Cínthia, do Paraná: "A valorização das profissões é muito importante, porém este projeto contribui em qual aspecto efetivo na vida do trabalhador?".

Acho que isso já foi explicado aqui pelo Samuel. Também a gente falou bastante sobre a questão da segurança, porque é importante o trabalhador sair de casa e a ela retornar com vida e com saúde.

Então, o transporte faz parte disso. Temos muitos acidentes acontecendo. Tem que se reduzir isso. A valorização faz parte disso, assim como a eficiência de se sair e chegar no horário adequado.

A Raíssa, do Mato Grosso: "De que forma a criação do dia nacional impulsiona políticas públicas reais de segurança viária e sustentabilidade logística?".

Como eu falei aqui, ela trabalha em paralelo, trabalha como um sistema. Precisa de várias engrenagens funcionando juntas para isso.

A política pública em si não resolve os problemas. É preciso que os diversos setores trabalhem nessa política pública para que ela realmente seja eficiente.

Comentário do Víctor, de Goiás: "Tema relevante, é importante a valorização de todas as áreas, mas urge focar em temas prioritários para o cenário político atual".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é um país gigante, com problemas e soluções por todo o lado e é importante também que não se fique focado em alguma coisa, monotemático e se perca a noção. É igual a pilotar um avião em situação de emergência. Se você ficar olhando só para o painel de emergência ali ou para as luzes de alerta ou de alarme, você vai cair com o avião. Então, é importante você continuar voando com o avião e, para isso, você precisa olhar para todos os sistemas e utilizar os comandos de forma adequada.

Então, eu retorno a palavra agora a cada um dos nossos apresentadores, por cinco minutos, para suas considerações finais e respostas a algumas perguntas que acharem adequadas.

Com a palavra o Sr. Gleyson Oliveira Viri, Gestor de Frotas do Comitê de Gestores de Frotas de São Paulo.

**O SR. GLEYSON OLIVEIRA VIRI** (Para expor.) – Sr. Senador, queremos agradecer o espaço que nos foi dado.

A audiência foi marcada na semana passada. Então, nós estamos com mais de 150 gestores *online* participando conosco. Tive a ousadia de entrar no e-Cidadania e ler alguns comentários de alguns gestores de frotas.

O Felipe: "Cada vez mais o gestor de frotas se torna estratégico para as companhias, pois além de gestão de veículos e custo, é um gestor de vidas".

Eu vou pegar aqui alguns comentários de vários lugares do Brasil para mostrar essa relevância.

O Gleison: "Não se trata somente de um dia, mas [...] de uma jornada de total importância à mobilidade do Brasil [...]".

Vamos pegar aqui Letícia, do Paraná: "Um passo importante para valorizar os profissionais que contribuem diariamente para a segurança, a mobilidade e a eficiência no Brasil".

Vou pegar mais um comentário aqui no e-Cidadania, de outro estado, de um pessoal que está tendo uma boa repercussão da nossa audiência pública, Sr. Senador.

Vou pegar aqui de um outro estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pedro, professor, FGV, mestre: "Esse profissional tem um posicionamento chave na realidade brasileira de transporte [...]".

Eu quero fazer essas considerações finais, agradecendo ao senhor.

Quero fazer um convite ao senhor, Senador, de estar conosco no *podcast* Frota Descomplicada. Nesse *podcast*, vamos marcar um dia – o senhor fique à vontade. Nós vamos debater sobre esse assunto.

Quero mandar um abraço para todos os gestores de frotas do Brasil, para todos os membros do comitê.

Quero dizer... Paulo, da Abla.

Quero dizer a todos que estão presentes que nós estamos dispostos a somar forças para um propósito, para a profissionalização do gestor de frota, que tem sido valorizado.

Mas eu gostaria, Sr. Senador, de ressaltar dois pontos que estão sendo muito debatidos e estão sobre os ombros – e são um peso – do gestor de frota.

ESG. Hoje, essa ESG passa por nós. De todas as empresas, principalmente dos gestores de frotas multinacionais, estão sendo cobradas frotas sustentáveis. Então, hoje os gestores de frotas estão tendo uma grande dificuldade, estão ali fazendo vários fóruns.

Além da ESG, o gestor de frota está tendo uma grande responsabilidade na questão dessa mudança de cultura do trânsito, essa função estratégica. Capitais hoje não têm mais... É o que o senhor falou: lá em São Paulo, tem todo dia trânsito. E todos nós... Quando compramos um produto, ele precisa chegar em nossa casa. E esse é o desafio normal, todos os dias.

Uma outra coisa que está chegando a todo gestor de frotas: CPK, custo do quilômetro rodado. *Budget*, mão de obra. Tudo isso faz parte do nosso dia a dia.

O gestor de frota começa a trabalhar em setembro, fazendo o seu planejamento estratégico e aí nós tivemos agora uma crise de combustível mundial. Quantos fóruns nós não fizemos no comitê para poder dar auxílio aos gestores de frota?

Então, nós queremos agradecer, parabenizar por essa iniciativa e dizer que estamos à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Convidamos o senhor para estar conosco no *podcast*. E convido todo mundo que puder... No dia 7 de novembro, nós iremos lançar um livro chamado Marco dos Gestores de Frota. Vamos trazer histórias de gestores de frotas do Brasil. Vai estar lá o Urubatan, dono da Braspress. Vai estar o Paulo Miguel Junior. Vai estar o Sr. Giuliano Dias.

No dia 7 de novembro, nós vamos ter o lançamento do nosso livro Legado do Transporte Brasileiro, na Ambipar.

Então, eu agradeço a oportunidade.

Um abraço a todos.

E parabéns pela iniciativa, Sr. Senador!

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Gleyson Oliveira Viri, Gestor de Frotas do Comitê de Gestores de Frotas de São Paulo.

Na sequência, passo a palavra para os seus comentários finais, por cinco minutos, ao Sr. Samuel da Silva Antunes, Advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

**O SR. SAMUEL DA SILVA ANTUNES** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Como nós enfatizamos na nossa fala inicial, e aí já até respondendo à pergunta da Cínthia, do Paraná, o projeto contribui diretamente na vida do trabalhador – não só à da Cínthia, mas também à da Loize, do Mato Grosso –, da relevância social da profissão do gestor de frotas para justificar a data nacional.

Então, a importância ficou clara a partir do momento da necessidade desse gestor para garantir a manutenção da frota, garantir a segurança desses motoristas e também de todo o sistema viário. Não só a dos motoristas, mas a de todos aqueles que o usam indiretamente. O cidadão em geral está sujeito a essa trafegabilidade nas rodovias e também, como o próprio Senador comentou, os passageiros do transporte rodoviário.

Então, a importância social e a relevância social estão justamente nisso, porque, como foi dito, é o primeiro passo para que nós possamos dar evidência a essa importante profissão e, com isso, dar mais qualificação, dar mais condições de profissionalização a esses profissionais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

garantindo, assim, como foi dito, a vida e a segurança dos profissionais que estão nas estradas e da sociedade em geral.

Então, eu foquei a minha fala mais nessa questão dos trabalhadores, porque a confederação, a CNTTT, tem essa representação dos trabalhadores desse setor, e, consequentemente, isso afeta diretamente a sociedade em geral. Então, acredito que essas perguntas foram as mais direcionadas ao setor que nós representamos.

Como foi dito aqui também, a importância hoje em dia, não só no setor dos trabalhadores, mas para a sociedade em geral, da questão da sustentabilidade. A partir do momento em que você tem uma frota melhor, com a manutenção melhor, como foi dito ali pelo senhor do Pará, você tem economia de combustível, você tem menos gás carbônico, você tem toda uma situação de sustentabilidade. E, ainda dizer: lógico que o trabalhador não se restringe à questão da administração de frotas, mas sabemos da importância do futuro que está chegando, que também se alinha a essa sustentabilidade. Quem sabe, em breve, outros tipos de transportes mais modernos também possam gerar mais sustentabilidade.

Então, encerro a minha fala aqui e renovo a nossa concordância com o que foi dito pelo Gleyson e ali pelo senhor do Pará: a importância desse projeto, desse primeiro passo, para que possamos dar a relevância necessária a esse profissional.

Agradeço o espaço e a iniciativa do Senador.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Samuel da Silva Antunes, advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Na sequência, eu passo a palavra ao Sr. Carlos Tudisco, Diretor do Instituto Pensando Alternativas Responsáveis Administrando Frotas com Resultados, Instituto Parar, para os seus cinco minutos de considerações finais.

**O SR. CARLOS TUDISCO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, muito obrigado.

Acho que vale uma reflexão de que a gestão de frotas já tem evoluído bastante no Brasil. O Instituto Parar, como eu disse, atua desde 2012. Posso dizer que, nessa época, um bom gestor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

frota era aquele que mantinha o veículo funcionando para quando a empresa precisava, e a gente sabe que vai muito, mas muito além disso a gestão da frota real. Como eu disse, dentro do Parar, este é um mantra: o gestor de frotas, antes de gerir um ativo, um bem, é um gestor de vidas. Agora, a gente já percebe hoje uma evolução bem grande nessa gestão da frota, dos gestores de frota como um todo, da categoria como um todo.

O fato de essa categoria não possuir sequer um nome instituído e, agora, com esse reconhecimento e com essa valorização, passar a existir formalmente, sendo ainda um primeiro passo, mas um primeiro passo muito importante, acho que é um capítulo necessário, importante, para o qual eu gostaria de reiterar publicamente, Senador, o agradecimento pelo que o senhor tem feito pela categoria e dizer que esperamos bons frutos deste momento de hoje aqui.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Sr. Carlos Tudisco, Diretor do Instituto Pensando Alternativas Responsáveis, Administrando Frotas com Resultado, Instituto Parar.

Os nossos outros apresentadores não estão *online*, então eu gostaria de agradecer, primeiro, a presença de todos aqui, agradecer pela participação. Vamos dar sequência ao projeto de lei. Agradeço a todos aqueles que nos acompanham e acompanharam, através das redes sociais, especificamente, aos que mandaram perguntas também: a Natália, de Santa Catarina; a Loize, do Mato Grosso; a Renata, do Distrito Federal; o Victor, de Goiás; a Cinthia, do Paraná; a Raíssa, do Mato Grosso; e outros. Agradeço à nossa mesa também pelo trabalho sempre eficiente, obrigado pelo trabalho.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde a todos e uma ótima semana.

(*Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia dez de março de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Augusta Brito, Paulo Paim, Damares Alves, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 38/2026 - CDH, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Plínio Valério (PSDB/AM). Finalidade: "Debater as graves violações de direitos humanos que atingem povos e comunidades tradicionais, camponeses e pequenos produtores rurais que ocupavam, há décadas, a área posteriormente transformada na Estação Ecológica da Terra do Meio, no Estado do Pará". Participantes: Bruno Rafael Miranda Matos, Coordenador Técnico Territorial de Santarém/PA - representante do Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade – ICMBio; Adevaldo Castro Alcântara, Agricultor familiar - Membro da Associação APRIMIBA, Morador da Vicinal Leão na Estação Ecológica da Terra do Meio; Edson Pereira de Souza, Ribeirinho, extrativista e morador da estação ecológica da terra do meio - Membro do Conselho Gestor da Estação Ecológica da Terra do Meio; Marcelo Norkey Duarte Pereira, Pequeno produtor - Morador da APA triunfo do Xingu. Formado em Gestão ambiental, com especialização em gestão estratégia de carbono - Membro do Conselho Gestor da Estação Ecológica da Terra do Meio e da APA Triunfo do Xingu; Valmira Jerônimo da Silva, Ribeirinha, extrativista e moradora da Estação Ecológica da Terra do Meio; e Wilmar Joaquim da Silva, Agricultor familiar, camponês - representante da Associação APRIMIBA. Morador da Vicinal Leão dentro da Estação Ecológica da Terra do Meio. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Seif
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/03/10

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, muito bom dia.

Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza hoje, 10 de março de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos nºs 38 e 39, de 2026, de autoria do Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará, para debater sobre as graves violações de direitos humanos que atingem povos e comunidades tradicionais, camponeses e pequenos produtores rurais que ocupavam, há décadas, a área posteriormente transformada na Estação Ecológica da Terra do Meio, no grande Estado do Pará.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Participarão presencialmente – e convido para tomarem lugar à mesa – os seguintes convidados: Valmira Jerônimo da Silva, ribeirinha, extrativista e moradora da Estação Ecológica da Terra do Meio – bem-vinda –; Edson Pereira de Souza, ribeirinho, extrativista e morador da Estação Ecológica da Terra do Meio, membro do Conselho Gestor da Estação Ecológica da Terra do Meio – bem-vindo, Sr. Edson –; Marcelo Norkey Duarte Pereira, pequeno produtor, morador da APA Triunfo do Xingu, formado em Gestão Ambiental, com especialização em Gestão Estratégia de Carbono, membro do Conselho Gestor da Estação Ecológica da Terra do Meio e da APA Triunfo do Xingu – bem-vindo, Sr. Marcelo –; Wilmar Joaquim da Silva, agricultor familiar, camponês, representante da Associação Aprimiba, morador da Vicinal Leão dentro da Estação Ecológica da Terra do Meio – bem-vindo, Sr. Wilmar –; Adevaldo Castro Alcântara, agricultor familiar, membro da Associação Aprimiba, morador da Vicinal Leão na Estação Ecológica da Terra do Meio. Participará, por videoconferência também, Bruno Rafael Miranda Matos, Coordenador Técnico Territorial de Santarém, no Pará, representante do Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio).

Também está conosco *online* o Senador Zequinha Marinho, que é autor dos requerimentos que deram origem a esta audiência pública. E já lhe passo a palavra, Senador Zequinha. Deixe-me só fazer aqui um pequeno registro.

Registro que honradamente presido esta audiência pública a pedido do nosso querido amigo e Senador Zequinha Marinho, autor do requerimento, que precisou se ausentar por questões de saúde. Mas em respeito à relevância do tema e aos convidados, que vieram de diferentes regiões do país para contribuir com este debate, entendemos ser de fundamental importância a realização desta audiência.

A região da Terra do Meio tornou-se um caso emblemático dos desafios que envolvem a conciliação entre proteção ambiental, ordenamento territorial e direito das populações que vivem da terra e da floresta há gerações.

Como representante do Estado de Santa Catarina, estado também marcado por comunidades rurais, agricultores familiares, pescadores e povos tradicionais, que também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construíram sua história em estreita relação com a terra e com os recursos naturais, compreendo a importância de buscarmos soluções que equilibrem a preservação ambiental com segurança jurídica e o respeito às pessoas que vivem nesse território há décadas.

Nosso objetivo, senhoras e senhores, é ouvir especialistas, autoridades e representantes das comunidades locais, para compreender os impactos sociais, jurídicos e federativos dessa situação e discutir caminhos que permitam conciliar a proteção da Amazônia com a garantia de direitos das populações que ali vivem.

Desde já, agradeço a presença de todos. E que tenhamos um excelente debate.

Com a palavra, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Bom dia, meu Presidente, Senador Jorge Seif. Obrigado pela oportunidade.

Pedi licença ao médico aqui no hospital para participar. Graças a Deus, estamos indo bem. A cirurgia está se cicatrizando com tranquilidade.

Quero cumprimentar todo mundo. Agradeço inicialmente à Senadora Damares Alves por ter marcado esta audiência pública e por ter mobilizado toda a sua Secretaria. Muito obrigado a todos os seus assessores e membros da Secretaria da CDH.

Quero cumprimentar aqui, meu querido Jorge, a sua pessoa, para agradecer a disponibilidade de poder presidir esta reunião, considerando a nossa necessidade de tratamento de saúde. V. Exa. sabe que nem toda hora bate aquilo que a gente quer com aquilo que a gente sente. Então tivemos que fazer uma rápida cirurgia na semana passada, mas já estamos muito bem.

Quero aqui cumprimentar também e agradecer ao Marcelo Norkey, que foi quem abordou esse tema. É um tema com que nós convivemos lá no estado com muita tristeza, com muita dificuldade, porque essas unidades têm atropelado as pessoas de uma maneira muito, muito, muito profunda, muito violenta e que tem deixado tanta gente desabrigada, que tem deixado tanta gente perdendo tudo, tudo que construiu ao longo dos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui cumprimentar também o Deputado Caveira, que se faz presente nesta reunião, porque é desta região o Deputado Caveira. Muito obrigado, Caveira.

Além da questão dos direitos humanos – meus amigos todos que estão aí na Mesa, D. Valmira, o Edson, além do Marcelo, o Wilmar, o Bruno –, eu lamento profundamente a ausência do Ministério Público. Nós temos um exército de servidores públicos no MP, mas, na hora que a gente precisa, lamentavelmente, não comparecem.

Nós estamos, neste momento, já autorizando nossa assessoria a formalizar um questionamento ao Ministério Público pela falta de respeito e atenção com o Congresso Nacional, principalmente com o Senado Federal, nesse sentido, porque, se são servidores públicos, têm que estar focados no público, não é? E esse público está presente, representado pelas senhoras e pelos senhores aí nesse plenário. Então, não comparecer, não justificar, não mandar representante, não é correto para um servidor público coerente, decente – a pessoa que preza pela ética e pela norma.

Como estava dizendo, além da questão do atropelo à questão dos direitos humanos, nós temos tantos outros direitos, Senador Jorge e demais presentes, como os direitos fundamentais. Os direitos individuais do cidadão foram e continuam sendo atropelados em nome de uma ideologia louca por congelar terras e captá-las para terras da União, de uma maneira assim devastadora.

Nós temos acompanhado – nessa região do Pará, municípios, especialmente o Município de São Félix do Xingu e Altamira, onde está foco dessas enormes unidades – coisas que a gente pensa que não aconteceriam mais em pleno século XXI, mas estão acontecendo.

O Deputado Caveira, que aí está, residiu, foi profissional de polícia nessa região, depois foi Vereador, Deputado Estadual, agora Deputado Federal, acompanha isso palmo a palmo, assim como eu, que também sou da região.

Os direitos fundamentais, os direitos individuais da pessoa... Como é que eu sou atropelado pelo Governo? Quer dizer, o Governo não tem carta branca para atropelar direito de ninguém. O Governo é uma pessoa jurídica de direito público que tem que se normatizar pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei. A lei não pode ser atropelada pelo Governo, o Governo precisa respeitar a lei, porque ela é para todos. E eu lamento profundamente que isso não aconteça na prática lá naquela região.

Além dos direitos sociais, que estão ligados a essas questões que nós acabamos de abordar, dentre isso aí, está o direito à propriedade. "Ah, mas isso é área pública." Mas essa posse constitui uma peça importante no direito. E os direitos sociais estão sendo, neste momento, subtraídos desses cidadãos que, ao longo desses anos, têm, lamentavelmente, perdido tudo que fizeram, tudo que construíram nas suas vidas, em função dessa questão ideológica que nós acabamos de mencionar, porque o Governo tem, a qualquer custo, que satisfazer os projetos internacionais de congelar a produção brasileira, de impedir o avanço da produção do Brasil, para atender a mercado lá fora, nada mais que isso. O que passa disso é balela.

Direito à privacidade também. Como é que eu moro num lugar... Lá é o seguinte: você está aqui hoje, mas amanhã você não sabe se ainda está ou estará. Você pode, hoje ainda, ser removido do seu lugar, a toque de caixa, a pé de polícia, ao coturno... Podem colocar fogo na sua casa, podem destruir tudo que você fez, que você tem, em nome dessa questão do pensamento de que não é nosso, que vem lá de fora e que, lamentavelmente, as ONGs que estão dentro do Governo...

Porque, como todo mundo sabe, o Ministério do Meio Ambiente é todo composto por membros de organizações não governamentais, tanto internas quanto externas. A Ministra e todos os seus assessores fazem parte disso. Quando não estão no Governo, estão nas ONGs; quando não estão nas ONGs, estão no Governo. E, por isso, acontece o que está ou tem acontecido ao longo desses anos.

Nos direitos sociais, é importante a gente lembrar que foi incluído o direito ao trabalho. O direito ao trabalho não se refere só ao trabalhador urbano; ao trabalhador rural também, que usa a terra para produzir, para produzir o alimento, para poder vender alguma coisa, o excedente daquilo que consome, para poder ter, no final do mês, algum tipo de renda.

Também há o direito à moradia. Como é que eu chego à casa de um cidadão que não é bandido dos morros do Rio de Janeiro – do Morro do Alemão, por exemplo, que é muito famoso... O bandido do Morro do Alemão tem mil vezes mais respeito por parte do Governo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Judiciário do que um produtor rural dessa região, por menor que seja – por menor que seja. Ele tem sua casa, no mesmo instante, destruída...

E olhem uma coisa perversa: as pessoas sempre usam pequenos poços... Tem lugar que a gente chama isso de cacimba, em outro lugar é poço mesmo, para pegar água, água potável. Jogar veneno dentro de um poço de água, no qual uma família alimenta ou bebe... Pelo amor de Deus! Se isso não for atropelo de direitos, não existe mais nada, neste país, que possa nortear o comportamento humano.

Então, queridos, eu estou aqui um pouco à distância, mas sentindo na pele aquilo que todos os senhores sentem; sentindo na pele o que todo o Brasil deveria sentir e repudiar, porque isso tem custado o sangue de muita gente, numa região que sofre, mas que, lamentavelmente, por força maior do Estado, Estado brasileiro...

Lá, nessa região, a gente precisava de um calmante, de uma Dipirona... Antigamente, a gente falava Cibalena, que era um "calmantezinho"... Os mais antigos se lembram desse nome.

Você não tem nada disso, Senador Seif, por parte do Governo Federal. Não tem. Você morre à míngua, absolutamente por falta de qualquer tipo de atenção pública.

Por essas mesmas regiões, é muito fácil você ver 10, 15, 20 caminhonetes do ICMBio, do Ibama, da Força Nacional, da Polícia Federal, e assim vai, de todas as forças, ali presentes, para reprimir um pequeno produtor rural, porque mora ali.

Quando a reserva chegou, ele já estava lá há muito tempo. Ele não foi sequer consultado sobre se essa reserva deveria ser instalada ali. O Governo cria num diário oficial hoje à noite, e amanhã todo mundo amanhece condenado dentro dessas áreas.

Então, Marcelo, vamos começar ou reativar esse debate, porque ele é importante. E eu acredito muito, não só no trabalho da Senadora Damares como Presidente da CDH, mas no de todos nós que participamos. Está aí nosso querido Jorge Seif, grande Senador lá de Santa Catarina, imbatível nos seus argumentos. Que V. Exa. também, Senador, possa nos ajudar, porque a gente quer trazer isso à tona. Uma hora, o chicote pode mudar de mão, e quem semeia vento colhe tempestade. Então, a gente não pode semear uma coisa que amanhã não seja possível colher. A natureza é cruel: quem semeia é obrigado a colher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esses crimes cometidos pelo Estado brasileiro hoje, pelas autoridades que comandam esse Estado hoje, amanhã podem trazer dor de cabeça, porque isso tudo pode ser apurado. Isso tudo que eu acabei de falar é público, notório, e todo mundo que está nessa sala é testemunha visual da arbitrariedade, de tudo que é, digamos assim, horrível, indescritível de acontecer com o ser humano e acontece lá.

Lamentavelmente, a gente vê, é o que se percebe e a gente faz a análise pela percepção, que os servidores públicos das entidades, digo melhor, das instituições ligadas ao meio ambiente, são muito mais políticos militantes do que servidores públicos. Se fosse apenas servidor público, com certeza o tratamento seria diferente; teria um mínimo de respeito, teria um mínimo de obediência, de limite legal. Mas, lamentavelmente, o que se vê é que são militantes políticos uniformizados de servidor público, fazendo um trabalho que envergonha qualquer sociedade decente e que preze pelos direitos das pessoas, pelo ser humano, pelo seu semelhante em situação de dificuldade.

Boa sorte! Muito obrigado, Seif, muito obrigado a todos os senhores. Vamos a um bom debate! Que a gente possa, a partir daqui, levantar, nem que seja graveto por graveto, pedacinho por pedacinho, mas vamos montar um grande documento, porque nós precisamos fazer esse negócio rodar, e não deixar essas vozes inocentes esquecidas no tempo, padecendo o que já padeceram e ameaçadas, sem futuro, sem destino na vida, porque, lamentavelmente, é isso que tem acontecido nessa região.

Muito obrigado. Bom dia a todos, bom trabalho. Vamos ao trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Zequinha.

Eu gostaria só de dar um depoimento para as senhoras e para os senhores, cumprimentando aqui os servidores de outros órgãos da União que nos prestigiam aqui também, senhoras e senhores. O Senador Zequinha tem sido...

Caveira, seja bem-vindo!

Caveira, o Senador Zequinha tem sido um combatente pelo Estado do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós denunciamos aqui, praticamente semanalmente, as arbitrariedades, infelizmente, de um Governo – e não tem como não politizar o tema – que se regozija, se alegra, comemora, solta fogos cada vez que é criada uma área de proteção ambiental, cada vez que é demarcada uma terra indígena, cada vez que tocam fogo na casa de alguém, no barco de alguém, no trator de produtores. Então, é um Governo que não tem compromisso com o agronegócio, seja com o pequeno, o médio ou o grande. O negócio deles é demarcar para fazer graça, para a Marina Silva fazer graça com ONG internacional – sabe-se lá de onde vem tanto dinheiro para este país –, para sabotar esses pequenininhos que estão pedindo socorro aqui no Senado Federal.

Eu conto contigo lá na Câmara, o Pará pode contar comigo aqui no Senado, junto com o Zequinha Marinho. E quero te falar mais uma outra coisa. No meu estado, há dois anos, um ano e meio, nós tivemos uma audiência na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Pessoas que vieram da Alemanha, que vieram da Itália, que colonizaram o Estado de Santa Catarina, que construíram o Estado de Santa Catarina estavam sendo expulsas da sua terra pelo Governo Federal. Exatamente como vocês estão aqui hoje para reclamar. Igualzinho, porque é um Governo que não tem compromisso com o Brasil, tem compromisso com ONG. Marina Silva, a "Globeleza das ONGs" – "Globeleza" –, é celebrada em todo o mundo, mas dos nossos produtores ela passa longe, tanto é que, nem pelo estado dela, ela concorre porque vai tomar um pau nas urnas. Mas aí, para ficar bonito em seminário internacional, ela é celebrada. Por quê? Porque é uma sabotadora do agronegócio, é uma inimiga do Estado brasileiro e é uma inimiga desses pequenininhos que vieram aqui nos pedir socorro.

Vamos lutar contra isso, Senador Zequinha! Boas melhoras para o senhor.

Faço também uma fala de repúdio aqui ao Ministério Público Federal, que, aliás, tem sido uma vergonha para esta nação, um Ministério Público que nem sequer quis prender Vorcaro. Por que será? Um Ministério Público vergonhoso. Na hora de botar cocar na cabeça e fazer ideologia, eles enchem aqui o Senado, enchem a Câmara. Na hora que tem pessoas aqui pedindo socorro e que precisam de uma ação deles, nem a cara aqui dão. Nosso repúdio! O Senado Federal, o Senador Jorge Seif, presidindo a Comissão de Direitos Humanos: Ministério Público Federal, é uma vergonha vocês não estarem aqui prestigiando esta audiência pública! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra para a Sra. Valmira Jerônimo da Silva, que é ribeirinha, por até dez minutos, para a sua exposição.

Bem-vinda e obrigado pela presença. (*Pausa.*)

Sra. Valmira, me perdoe. Vou passar primeiro a palavra para o Marcelo Norkey Duarte, que é pequeno produtor e morador da APA Triunfo do Xingu, para fazer a sua exposição inicial, por até dez minutos.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Na minha fala inicial, não quero tirar a credibilidade da Valmira, que é uma mulher ribeirinha, filha de ribeirinha, nasceu dentro dessa unidade de conservação, desse território. É só para contextualizar a situação que nós estamos vivendo, que nós estamos apresentando nesta audiência pública.

Primeiramente, eu queria cumprimentar todos os presentes, através do Senador Jorge Seif, que está aqui na mesa. Cumprimento todas as mulheres – nós tivemos aí o Dia Internacional da Mulher, a Semana da Mulher –, através da Valmira, que é uma mulher ribeirinha, filha da D. Zefa.

A D. Zefa mora há 64 anos nesse território. E a Valmira nasceu, se criou, hoje tem filhos, três filhos, mora lá com o Dorivan, que é o esposo dela, ribeirinho também. Então cumprimento a todos aqui.

Vamos falar um pouquinho, pessoal, para o Brasil conhecer a situação que é a Terra do Meio. Mas não só a Terra do Meio. Nós temos, em todo o Brasil, em toda a Amazônia, dificuldades na gestão das unidades de conservação, devido principalmente à forma de criação dessas unidades de conservação.

Senador, é muito importante que esta audiência pública seja feita aqui, porque é no Senado Federal que está a Casa dos Estados, que defende os estados. E muitas vezes, essas unidades de conservação são criadas em áreas dos estados.

Então, eu peço primeiramente que o país, o nosso Parlamento analise a situação de deixar governos de plantão criar as unidades de conservação, destinar territórios que têm importância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional, do agronegócio, da logística, de produção, por decreto. Isso tem que acabar, Senador. Esse é o grande problema.

A Constituição, acho que no art. 181 ou o 182, diz que toda terra acima de 2,5 mil hectares só pode ser passada para um cidadão através do Parlamento, através do Congresso, mas, quando se criam as unidades de conservação, é feito por decreto – 1 milhão, 2 milhões, 3,3 milhões de hectares, que é o caso da Estação Ecológica da Terra do Meio.

Mas vamos para o objeto desta audiência pública. A Estação Ecológica da Terra do Meio fica na Região Amazônica, justamente no meio realmente da Amazônia. Ela fica entre o Rio Iriri e o Rio Xingu. É uma área muito grande, de mais de 5 milhões de hectares. Essa região é uma região muito rica, mas é uma região também ocupada. Essa região foi ocupada muito tempo atrás, por ribeirinhos, por colonos.

E é uma região, principalmente, Senador, do Estado do Pará. As glebas dessa região são estaduais. E o Estado do Pará, na década de 90, convocou colonos, como o Wilmar, o Ednaldo, o Branco, a ocupar essa área, que é a área chamada da Transiriri. Era uma estrada de uma antiga mineradora que foi abandonada. E o estado estava com essa área e precisava produzir, precisava fazer com que o estado se desenvolvesse através das nossas características principais, que é o espaço.

Nós temos gente que sabe trabalhar. Nós temos inclusive descendentes lá de Santa Catarina e do Paraná. Nós temos muita água, nós temos sol e nós temos o clima favorável. Então, o Estado do Pará quis levar as pessoas da região de Ourilândia, Tucumã, outros projetos de ocupação para a região, para ocupar essa região, produzir e fazer um corredor logístico.

Pode passar o próximo eslaide, por favor?

Acho que... Não sei se a câmera da TV consegue ver, mas é, mais ou menos, essa região aí, entre os Municípios de São Félix do Xingu e Altamira. Essa é uma região muito grande. Vocês podem ver que tem imagens aí, que são as cores vermelha clara, verde clara, verde escura e laranja. O laranja são, Senador, terras indígenas, tá? A verde clara são unidades de conservação federal, e a verde mais forte são unidades de conservação do Estado do Pará, estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas áreas em vermelho são áreas de produção, áreas consolidadas. E qual era a intenção do Governo do Estado do Pará? Colonizar essa área, mais de metade dessa área pertence ao Estado do Pará.

Só que ONGs internacionais, na década de 2000, no final da década de 1990, começaram a se preocupar com uma coisa chamada arco do desmatamento. Eles diziam que essa parte em vermelho mais forte ali iria se encontrar com essa outra área em vermelho lá na ponta.

Isso poderia trazer o quê? Desenvolvimento, produção, só que também traria desmatamentos e poderia ter um problema ambiental, se não fosse feita uma gestão territorial melhor dessa produção. Então, as ONGs, como o ISA, outras ONGs, criaram um projeto para apresentar ao Governo Federal basicamente uma ideia de criar um mosaico de unidade de conservação para bloquear esse desenvolvimento, essa agricultura, pecuária que estavam vindo do leste para o oeste.

Para o senhor ter uma ideia, essa parte em vermelho mais à esquerda, à nossa esquerda, é a Cuiabá-Santarém, é onde vai passar a Ferrogrão. O senhor já imaginou toda essa produção, soja, milho, conseguir ser interligada para a Ferrogrão? Então, essa região ia ser a região mais rica do país, porque nós temos tudo o que precisamos para produzir.

Só que, devido a interesses nacionais, eu tenho que dizer isso, porque era o Governo de plantão, houve a ideia de fazer um estudo para criar essas unidades de conservação. Quem foi escolhido para fazer o estudo? O ISA.

O ISA fez um estudo preliminar, Senador, e criou uma proposta técnica. Em 2003, apresentou um projeto técnico, segundo o qual toda unidade de conservação, para ser criada, precisa passar por um estudo técnico-científico, para dizer qual é a melhor área, qual é a melhor unidade de conservação para aquele determinado local, se tem povos tradicionais, que é o caso daqui dos ribeirinhos, se tem produtores.

Então, vocês podem passar para o próximo eslaide, para eu colocar vocês a par da situação, que aí é o pecado original. Essa daí é a árvore que produz os frutos contaminados que vieram depois dessa política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você pode olhar aqui à esquerda, que existe um mapa. Esse mapa tem uma parte em verde mais escuro, esse verde escuro deveria ser unidade de conservação do uso sustentável, especialmente Resex, ou seja, o estudo encomendado, feito pelo ISA e encomendado pelo Governo Federal, na época ainda era o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, através do hoje também acho que diretor, é o número dois do Governo, o João Paulo Capobianco e a Marina Silva.

Então, esses dois apresentaram... A ONG fez o estudo técnico e, apesar de nós termos algumas críticas ao estudo técnico... Mas o próprio João Paulo Capobianco, na época – acho que trabalhava também no ISA, e isso também foi parte desse grupo – criou um estudo técnico que eu até tenho que elogiar porque ia criar uma Resex, uma área extrativista de 1,9 milhão de hectares.

Só que, quando foi decretada a criação da unidade em 2005, aí a árvore se envenenou de vez. O senhor pode olhar que o lado direito tem outro mapa, esse é o mapa real das unidades que foram criadas. O senhor pode ver o tamanho da Resex, que era 1,9 milhão de hectares, e foram criados apenas 400 mil hectares. Você pode ver que está mais... No alto, você pode ver que tem uma listra em vermelho-escuro, vocês podem ver no mapa. E também foi criado uma APA, um parque nacional e uma estação ecológica. Tudo isso com um estudo técnico-científico que...

O que diz o Snuc?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – O Snuc diz que, para você criar unidade de conservação, você tem que ter esse cuidado, um estudo técnico. E o estudo técnico diz: "Olha, esse é o mosaico ideal e que vai respeitar os direitos das pessoas e do país". O Governo brasileiro fez diferente, não seguiu nenhum estudo técnico.

Pode passar para a próxima imagem, por favor.

Esse aí é o estudo técnico, entre 2000 e 2003. Isso é lá em Bethânia, da Prelazia do Xingu. Estudos... Quer dizer, perderam três anos para fazer um estudo, apresentaram o mapa e mesmo assim o Governo fez diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A próxima imagem, por favor.

Essa daí é a mãe dela, a D. Zefa, com seus filhos, numa reportagem que foi lançada, internacionalmente, na Espanha, para falar sobre a vida deles. O que diz esse estudo ali? Eu acho que quem sabe ler em espanhol sabe, né? As famílias que vivem ali querem permanecer, mas com seus sustentos. Porque eles vivem numa unidade de conservação federal, Senador, mas o Governo Federal não pode trazer educação, não leva saúde. E os benefícios que vêm para eles, para a D. Zefa, para a Valmira, pulam o território deles e vai para a terra indígena, porque, lá, esse rio alimenta a Usina de Belo Monte. Então, todo o Brasil recebe a energia protegida pela Valmira e pela mãe dela, porque eles protegem o rio, o rio protege a floresta, a floresta protege o rio e o rio produz energia, mas eles não recebem nada do Governo Federal, nada, nenhum benefício! Por quê? Porque o ICMBio não é obrigado a levar educação, nem saúde, porque é lei. Também não posso obrigar... A gente não pode obrigar o órgão a fazer, mas é um território federal. Se fosse uma terra indígena... Quando o filho dela foi picado por uma cobra e quase morreu, ia um helicóptero lá buscar o filho dela, mas, como ela foi confinada dentro do Esec, ela não pode fazer isso.

O próximo eslaide, por favor.

Nesse aí, Senador, olhe aí: a Esec proposta, 9,9 milhões; a Esec criada, 3,3 milhões; a Apa proposta, 1,3 milhão; a Apa criada, 1,6 milhão; o parque nacional proposto, 600 mil hectares; o Parna criado, 400 mil hectares; a Resex, que é a casa do Edson, que está do seu lado direito, e da Valmira, que está do seu lado esquerdo, era para ter 1,5 milhão pelo estudo deles, e só teve 400 mil – uma redução de 73%.

O próximo, por favor, a próxima imagem.

E aí vem o grande problema, o segundo pecado original. Essa área, Senador, que o senhor está vendo em colorido são glebas estaduais; essa área em verde mais claro é a área total da estação ecológica. Eu acho que não precisa ser muito bom em mapa para entender que o Governo Federal ocupou a área do estado; e, aqui, o Senado representa os estados. Isso, Senador, nós estamos falando de 2005. O decreto de criação dessa unidade de conservação diz que o Estado iria indenizar, o Governo Federal iria indenizar o Estado do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós recebemos agora, através da ação civil pública que nós estamos movendo contra o ICMBio, contra o Governo Federal, uma resposta do Governo do estado, através do Iterpa, que nunca recebeu um centavo do ICMBio. Vinte anos ocupando uma área do Governo estadual, ocupando uma gleba estadual, e até hoje eles não indenizaram, não pagaram, não deram nada para o Governo do estado. Só tirou renda, porque, na hora em que você tira o trabalho, você tira a renda, você tira o ICMS, você tira o ISS, você tira o consumo. E é um trabalho que... O próprio Governo estadual queria o quê? Queria levar pessoas para lá para produzir. Então, a situação hoje é grave pelo segundo pecado original, que é justamente... Não sei se eu posso falar isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – É um grilo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – É uma grilagem oficial.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – Pronto, essa é a palavra. O Governo Federal grilou área do estado, e nunca pagou. Ocupou.

Próximo eslaide, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Isso é uma vergonha.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – Eu falei com eles, Senador, e eles me relataram isso.

Muitas vezes eu faço parte do conselho gestor... Para quem não sabe, toda unidade de conservação tem que ter um conselho gestor, que, pela lei, tem que ser criado dois anos depois da criação. O nosso foi criado em 2012, sete anos depois. O plano de manejo, que é a regra interna da unidade de conservação, deve ter cinco anos para ser criado. O nosso foi criado em 2015 e foi aprovado. Nós do conselho não aprovamos, mas, como apenas somos um conselho consultivo, foi criado assim mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi criado junto com essas pessoas aqui, e também discutido, um termo de compromisso. Já que o Governo criou essa unidade de conservação, Senador, eu acho que, como toda apresentação fala, sobre propriedades do estado, que incentivou as pessoas, colonos como o Reginaldo, o Branco, o Otacílio, o Wilmar, a ocupar essa área e produzir, então essa área era ocupada, o que é que o Governo tinha que fazer? Olha, já que... E uma Esec é a unidade de conservação, para quem não sabe, mais restritiva que existe, Senador. Não se pode ter nem atividade econômica, nem turismo, nada; só atividade científica. E é por isso o problema da Valmira. Por exemplo, se a Valmira estivesse com a Resex, como era o plano original, ela poderia estar recebendo um Bolsa Floresta. Mas aí, como é uma Esec, ela não poderia estar lá. Como é que ela ia poder receber um Bolsa Floresta? Depois de muitos anos, em 2018, o ICMBio fez um acordo com eles, um termo de compromisso, em que eles têm algumas obrigações, mas também têm alguns direitos. Infelizmente, segundo eles, falta muita coisa para ser cumprida por parte do Governo Federal – não falo nem pelo ICMBio, mas pelo Governo Federal.

Então, eles relatam que a situação deles é uma situação análoga a uma escravização ambiental, ambientalista, porque eles trabalham protegendo a floresta e não recebem nada. Eles estão presos lá, não podem sair. Eles não têm saneamento básico, estão em situação insalubre. Como é o nome disso hoje em dia? Se fosse numa fazenda, era o quê?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Trabalho escravo.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – Mas, quando é para proteger a virtude ambiental, a dignidade da pessoa humana, que é o direito fundamental da nossa Constituição e do Estado brasileiro, é colocada de lado, porque aí a questão ambiental se sobrepõe, nessa situação aqui, aos direitos fundamentais, ao art. 5º, aos direitos humanos, a tudo isso.

Estamos lutando, com dificuldade, sem recurso. Para você ter uma ideia, para vir para cá hoje, nós tivemos muita dificuldade, sabe por quê? Porque nenhum deles tem Uber. Eu tenho Uber no meu celular, mas eles não têm. Então, para nós chegarmos aqui foi um "um vai para um canto", "outro vai para outro", porque eles não têm nada. São moradores que estão ali isolados. É uma situação realmente que... Para essa menina vir aqui, ela rodou 100km de rio, andou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

350km de estrada de chão, depois ficou em São Félix do Xingu, ficou mais dois dias, para chegar aqui, para vir falar, para dar o relato dela aqui.

Então, essa é a situação da Terra do Meio, para vocês terem uma ideia.

E agora é com eles.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Marcelo, obrigado pelo seu depoimento e pela contextualização. E nos espanta que também o Estado do Pará e o Ministério Público – mais uma vez, aqui, registrando –, até hoje, não fazem a sua manifestação.

Eu passo a palavra para a Sra. Valmira Jerônimo da Silva, que veio de tão longe, para dar seu depoimento, participar da nossa Comissão de Direitos Humanos. Ela é ribeirinha, extrativista e moradora da Estação Ecológica da Terra do Meio.

Valmira, seja bem-vinda. Obrigado pelo seu esforço de estar aqui conosco.

Você tem a palavra por dez minutos.

A SRA. VALMIRA JERÔNIMO DA SILVA (Para expor.) – Muito obrigada. Bom dia a todos.

Como o meu amigo Marcelo falou, a gente não está aqui para querer nada de ninguém; nós estamos aqui para querer o nosso direito, o qual nos foi tirado. Como você mesmo pôde observar, porque o Marcelo já conversou, nós tivemos o nosso direito tirado, para você ver como a gente vivia e como a gente vive hoje, uma realidade totalmente diferente do que nós queríamos para nós. Então, nós somos privados e nós queremos nossa tradição de volta, a qual nos foi tirada.

Estamos presos lá. De alguma forma, somos impedidos de algumas coisas, porque eu acho que nós temos o direito de escola, de saúde, de educação para os nossos filhos, e isso infelizmente nós não temos.

Então, é tirada metade das nossas tradições, porque quem é nascido e criado em um lugar daquele, que nem eu nasci e me criei lá – eu tenho a minha tradição, sou ribeirinha...

Então, a gente não tem o nosso direito à pesca mais – não tem. Isso nós podemos esquecer, porque isso aí nós não temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como você pôde ver o sorriso da minha mãe ali, tão lindo, feliz, de alguma forma, a gente é feliz lá, sim; nós não queremos, de forma nenhuma, sair de lá. Não, isso é uma possibilidade que não existe; nós só queremos o nosso direito de volta, de viver como a gente vivia. Acho que isso aí também não é pedir demais, é o nosso direito que nós temos.

A gente até se emociona um pouco em falar, porque viver ali é bom, mas a gente quer viver legalzinho, bonitinho, com mais atenção, com mais direitos humanos, porque nós somos humanos e nós temos que ter direito à saúde, à educação e a outras coisas também de que a gente precisa. Então, acho que viver com dignidade é bom demais. (*Manifestação de emoção.*)

Então, a gente se emociona um pouco, porque é difícil, não é fácil. Para a gente estar aqui, hoje, como o Marcelo falou, foi uma luta e tanto. A gente lutou muito, mas, graças a Deus, deu certo, está dando certo, e a gente espera que toda a nossa luta... A gente veio até aqui, queremos os nossos direitos, exigimos os nossos direitos e eu espero que a gente seja ouvido, que a gente tenha os nossos direitos, que nós precisamos e merecemos ter, entendeu?

Então, eles criaram lá, em cima de nós, criaram essa reserva para nós e colocaram um termo de compromisso. Nesse termo de compromisso, nós cumprimos a nossa parte; já o Governo não cumpre com a parte dele. Nós cumprimos a nossa parte; agora, a dele, que eles prometem lá, não é cumprida. Nós cuidamos daquilo ali, preservamos, não fazemos nada que vá nos prejudicar e nem prejudicar o meio ambiente. A gente vive ali preservando e cuidando. Somos funcionários do Governo sem salário. Para melhor dizer, é isso aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Valmira, obrigado pelo seu depoimento. É muito importante o seu depoimento aqui.

Só para vocês entenderem, uma audiência pública dessa, na Comissão de Direitos Humanos, fica para a história do Brasil. Fica registrado aqui para sempre o seu depoimento, o que o Marcelo nos explicou, o Senador Zequinha. Então, isto aqui fica para a história.

E, através disso, a gente consegue dar algum encaminhamento. Depois eu vou conversar com o Senador Zequinha; não sei se é um projeto de decreto legislativo para tentar cancelar a ação do Governo Federal, se é uma ação civil pública. Tem várias ferramentas que o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zequinha e a sua equipe vão nos orientar, mas contem conosco aqui para eu trabalhar por vocês.

Eu sofro a mesma coisa lá no meu estado: vocês por questão de área de proteção ambiental; lá no meu estado, por criação de área indígena. Então, nós entendemos isso. Estamos aqui para ajudá-los.

A SRA. VALMIRA JERÔNIMO DA SILVA – De forma nenhuma nós queremos sair de lá. A gente quer continuar, ficar lá, morar lá, porque lá é que é o nosso lugar. Não adianta vir dizer: "Porque a gente vai colocar para sair". Não, sair de forma nenhuma. É lá que a gente quer ficar, lá que a gente quer continuar. Nasci e me criei naquele lugar; então, é lá.

Então, eu espero que eles ajudem a gente. A gente está ajudando-os, mas eles têm que nos ajudar também – entendeu? –, porque a gente foi impactado também pela Belo Monte. Isso aí passa por nós, vai lá na área indígena. E nós? Como que pula de nós e passa para os outros?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nós tivemos aqui a CPI das ONGs. E eu vou te falar, os indígenas de lá não estão melhores do que vocês, não. Só usam o nome dos indígenas e os tratam igual a animais. É assim que fazem, só para roubar dinheiro de Governo, para pegar dinheiro de Fundo Amazônia, da Alemanha, da Noruega. Nós vimos aqui o depoimento dos indígenas, nesta mesa aqui, foi nesta sala aqui a CPI das ONGs. Uma vergonha. Senador Plínio Valério, Senador Marcio Bittar: Plínio Valério da Amazônia, Marcio Bittar do Acre, que tocaram aquela CPI. Uma vergonha – uma vergonha.

Obrigado mais uma vez, Valmira.

Com a palavra o Sr. Edson Pereira de Souza, que é ribeirinho, extrativista, morador da Estação Ecológica da Terra do Meio e também membro do Conselho Gestor da Estação Ecológica da Terra do Meio.

Sr. Edson, o senhor tem dez minutos para dar seu depoimento.

O SR. EDSON PEREIRA DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia a todos. Muito obrigado por estar aqui no Senado. A gente fica um pouco emocionado porque se sabe que o nosso lugar é um pouco diferente, né? Chegar aqui de repente, para estar presente com todo mundo, eu fico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um pouco emocionado. Pude observar a Valmira um pouco emocionada; depois, lá na frente, ela vai lembrar de algo que deveria ter falado e que esqueceu. A emoção toma conta.

Tudo bem, mas isso é, é como o Marcelo estava explicando direitinho, e a gente acompanha, seguindo uma situação só. Estamos ali, somos ribeirinhos dali, do Iriri, e a gente vê a calamidade daquela população de que foram tirados os seus direitos quando foi colocada a reserva em cima de todo mundo.

E os seus direitos foram tirados, e todo mundo passa por uma situação muito difícil, porque nem todo mundo é igual. Às vezes, tem uns melhores do que outros, mas a gente tem que contar com todo mundo igualmente, porque é uma comunidade, e a gente vê a dificuldade de cada um... A gente se sente emocionado quando olha para alguns, que, às vezes, estão piores do que a gente. A gente não tem situação para ajudar e a gente fica emocionado.

Por isso a gente veio até aqui, para trazer uma palavra, para que tenha uma solução para aquela população ribeirinha, que necessita e que foi coberta por essa reserva, e tiraram os direitos de todos eles, porque o ribeirinho tinha o direito de pescar, de vender o seu pescado e manter a sua vida naquele lugar – hoje foi tirado tudo isso e algo mais –, vivendo da castanha...

A castanha, é o seguinte... Não é todo ano que a castanheira dá castanha. Um ano ela dá bom, outro ano já não dá. E, no ano em que ela não dá uma castanha, e que dá para substituir a vida de cada ribeirinho, como ele passa? É uma dificuldade terrível, é tremendo... Entendeu? Então, a gente observa isso aí, a calamidade de cada um.

Cesta básica do Governo a gente não tem. Entendeu? Não temos benefício nenhum do Governo. Entendeu?

A escola de cada um, que existe dentro da população, está precária. As casas caindo em cima dos alunos... Banheiro, água potável não tem...

Então, é uma calamidade! É tremendo o que tem. Só olhando para ver a situação.

A gente não reclama do ICMBio, que é um órgão de fiscalização. Tudo bem. Nós estamos ali, na reserva, acolhemos as normas que eles nos deram, que não se poderia derrubar, desmatar, acolhemos isso, estamos lá fazendo segundo a ordem que temos... Agora, queremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eles cumpram também com os termos de compromisso que levaram para que a gente pudesse assinar. Assinamos os termos de compromisso, para que eles mantenham a forma que tem nos termos de compromisso, de manter a nossa estrada de forma adequada, para que possa passar, correr atrás de um socorro...

O ribeirinho... A população não tem um barco de socorro para levar alguém, quando estiver num momento crítico, para uma solução. Não temos nada disso, porque não temos ajuda do Governo.

A classe ribeirinha não tem condições de comprar uma embarcação para socorrer no momento necessário, não tem um carro para socorro... Então, é uma calamidade, e a calamidade é grande. É só olhando para ver a calamidade da situação da população ribeirinha daquele lugar.

Temos também o direito do impacto da Belo Monte, que não chegou até nós. Chega até os outros, mas até nós não.

Acima de nós, 100km acima de nós, foram impactados os índios, e o nosso meio não foi impactado. Não sei como é que acontece, que 100km acima há uma impactação, e o meio do rio não é impactado.

Então... Surgiram as condicionantes da Belo Monte, e também ficamos de fora...

Então, gente, nós precisamos, aquela comunidade ribeirinha precisa dos benefícios do Governo, precisa que o Governo olhe para essa população, que está necessitando da ajuda do Governo. É uma calamidade.

Então, estamos pedindo, aqui no Senado, para que isso fique registrado e para que haja uma solução para aquela comunidade ribeirinha, que necessita.

Estamos precisando fazer uma sede da associação. Está uma calamidade também, e até agora não foi ordenado nem liberado para que a gente pudesse fazer uma sede da associação – entendeu? – para aquela comunidade, para que possa haver uma forma melhor para os ribeirinhos se ajuntarem e nascer dali algo da associação, porque sabemos que hoje tudo vai através da associação. Então a gente precisa de ajuda para que possa ajudar aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade ribeirinha no Iriri, viu gente? Então, é como eu estou falando: a gente tem uma associação, a Arpri, que batalha para ver se consegue fazer o ribeirinho ter uma vida melhor, ter uma vida mais digna. Está uma calamidade. Se a gente não tiver ajuda do Senado, se o Governo do estado não olhar para a gente, é uma calamidade ficar ali. Já que fomos aceitos pelo Ministério Público de estar ali, eu acho que nós precisamos de cumprir com os nossos direitos para que a gente possa ter uma vida mais digna naquele lugar, entendeu? Então é muito difícil. É só olhando, observando direitinho para poder saber a verdade que nós estamos falando.

Por isso nós estamos aqui no Senado trazendo essas palavras, para que aqui possamos recolher ajuda do Governo e que o Governo possa mandar alguém para observar, para ver a situação em que está aquele lugar, entendeu?

Temos três colégios dentro da população, e esses colégios estão uma calamidade, uma calamidade! Banheiro não tem, as casas em tempo de cair em cima da população, que nós mesmos improvisamos para poder ter o colégio, entendeu? Então a gente pede um colégio digno, um postinho de saúde, para que possa cuidar da saúde de cada um. Há pessoas doentes naquela beira de rio precisando de se tratar e não tem como tratar, porque ninguém tem condição de tratar, entendeu? Então é uma calamidade. Às vezes alguma pessoa que leva um remedinho para tratar de uma malária, para tratar de uma gripe, uma coisa assim; não é um tratamento que alguém precisa ir a um hospital fazer um *check-up*, porque tem doenças piores e está precisando de ir ao hospital para fazer um tratamento e ninguém tem condição de fazer isso.

Estamos ali presos, sem saber o que fazer. Quando dá bastante castanha, a gente colhe, dá para substituir um pouquinho. E, quando é um ano que não dá, aí a calamidade aperta para todo mundo. Não pode vender o seu pescado, porque foi tirado o pescado que vende e que às vezes substituía um pouquinho para ajudar a vida de cada um, entendeu? Então a gente precisa de ajuda, a gente precisa de ajuda.

Estou aqui pedindo ajuda para a população ribeirinha no Iriri. Que vocês do Senado, observem, Senadores, e ajudem a população ribeirinha do Rio Iriri, que está necessitando de ajuda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Edson, pela participação do senhor.

É importantíssimo aqui o depoimento, não só de um de vocês, mas, primeiramente, do Marcelo, agora Valmira, e o senhor complementando as informações.

Ela acabou de me mostrar aqui, pessoal, um vídeo de como é o banheiro e a escola lá da comunidade. É uma vergonha, é uma vergonha, vergonha completa, mas por isso nós estamos aqui.

Eu passo a palavra, imediatamente, ao Sr. Wilmar Joaquim da Silva, que tem até dez minutos para sua exposição.

Sr. Wilmar, seja muito bem-vindo. A palavra é do senhor.

Só aperta ali o botãozinho para ligar o microfone. Já está ligado? Vai lá.

O SR. WILMAR JOAQUIM DA SILVA (Para expor.) – Bom dia, eu agradeço a todos pela presença aqui.

Eu me chamo Wilmar Joaquim da Silva, sou morador da Vicinal do Leão e estou aqui para reivindicar os nossos direitos, os de todos que estão lá, como eu e outros moradores amigos meus que estão lá. Estamos vivendo uma vida lá, Senador, de calamidade.

O ICMBio decretou uma base lá – estão fechando três anos agora, no meio de junho, se não me engano – e até hoje melhora para ninguém trouxe, a não ser complicar a situação de quem estava lá e tirando o nosso direito de viver. Hoje lá você não tira nada se não for passado por eles. Ainda, quando eles aceitam o nosso pedido, é passado fora de hora, entendeu? Então nós chegamos lá, e eu sou morador lá há 22 anos, lá dentro, o nosso amigo Branco, que não está aqui, o Reginaldo ali... Quando eles chegaram lá, eles chegaram botando o terror, cortando cerca, sem saber de quem era...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Eles são bons nisso.

O SR. WILMAR JOAQUIM DA SILVA – ... rasgando saco de sal sem colocar pingado, carregando até a internet – está ali o dono da internet –, acho que para tirar a comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eles chegaram botando o terror. Eu mesmo fui um que eu vi aquela situação e eu fiquei triste, porque eu fui quase um dos primeiros que viu a situação dele lá.

E desse tempo para cá, continuou a perseguição em cima de nós, de todo mundo lá, não é só de mim não, é em cima de todos que estão lá. Hoje lá você não passa com um porco, numa base lá, você não passa com uma galinha, porque eles não querem deixar, entendeu? Serviço lá não tem mais, porque eles não deixam. Se você for tirar uma árvore, fazer uma cerca, você tem que ir lá, tirar a foto daquela árvore, gastar um dia de viagem, para ir lá mostrar aquela foto para ele; ele fala que não pode, que vai ter que mandar uma autorização vir de Altamira para derrubar aquela árvore que está lá. Para fazer qualquer pedacinho de serviço, tem que ir lá tirar a foto daquele lugar, e assim por diante, entendeu? Hoje nós estamos lá presos, sem a menor melhoria de ninguém, porque não tem melhoria, lá só está piorando, só ferrando – para não dizer outras palavras – a vida do produtor. Eles não estão lá para fazer outra coisa, a não ser ferrar a vida de todo mundo; não é só a minha não, é de todo mundo.

Então eu estou aqui hoje representando a associação Aprimiba, a Vicinal do Leão. Nós queremos um recurso logo, não é para amanhã, não... não é para ontem, não, é para hoje, entendeu? Porque nós temos nossos compromissos, nós vivemos lá da agricultura, e não tiramos nada. Nós temos um gadinho, pouquinho; eu tenho financiamento do banco Basa, eu tenho financiamento do banco Basa, a minha mulher tem, o Branco tem; e não se pode fazer, não se pode trabalhar, entendeu? Então, como nós vamos fazer? Nós vamos comprar o gado, já que o governo deu o dinheiro, nós vamos comprar o gado e criar dentro de casa? Porque não se pode fazer nada na roça, na terra.

Então hoje eles decretaram uma base lá, uma... é, uma base, para poder tirar o gado, entendeu? Você vai lá, faz o seu pedido do GTA, não sei se o senhor sabe o que é o GTA...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Sei, guia de trânsito animal.

O SR. WILMAR JOAQUIM DA SILVA – Isso. Faz, porque não se pode tirar, sem esse documento não pode se tirar, não. Mas se eles forem lá e prenderem seu gado, eles podem tirar, sem nenhum documento. Eles podem chegar lá e tirar. Agora nós que somos donos, que suamos para adquirir não podemos, não. Tem que ter o documento, tem que ser como manda o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

figurino, bonitinho. Quando você vai lá e pede aquilo, ele não faz. Você chega lá e eles pedem: "Não, tal dia vem", mas ele não faz. Quando você chega lá e pergunta: "Cadê meu documento? Porque eu preciso tirar o gado, eu tenho meus compromissos, minha mulher é hipertensa"... A mulher do Branco ali chegou até a falecer. Por causa de quê? Ele não tinha condição de tirar a mulher dele doente; ia lá, cobrava, ia lá, cobrava, e nada. Quando veio cuidar, quando veio apagar o fogo, já tinha derramado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Tarde demais.

O SR. WILMAR JOAQUIM DA SILVA – Tarde demais. O que aconteceu? Perdeu a família dele. Então, a minha mulher é hipertensa, minha mulher depende de remédio, entendeu? Se for esperar por eles, morre todo mundo. Em que mundo nós vivemos? Chegam à minha casa duas, três caminhonetes do ICMBio. Do ICMBio, chegam duas, três caminhonetes lá. Entendeu? Chegam duas caminhonetes lá em casa, ficam dois, três policiais da Força Nacional do lado de fora, com coisa de que está chegando à casa de um bandido.

Gente, eu tenho mão calejada não é de pegar mole, não, é de trabalhar. Entendeu? Eu não dependo... É do meu trabalho que eu vivo. Eu não tenho renda lá, Senador, de um salário mínimo, não. Entendeu? Se eu trabalhar, eu ganho. Se eu não trabalhar, eu não ganho, não. Eles tiraram o nosso modo de viver. Entendeu?

Então, é isto que eu quero: que todo mundo aqui da força maior, que tem o poder nas mãos, faça alguma coisa pela gente lá e libere também o nosso modo de viver, porque nós podemos vender um gado, nós podemos vender um porco, nós podemos vender uma galinha, nós podemos vender um ovo. E eles não deixam ninguém fazer isso lá dentro. Eles não deixam. Entendeu?

Olhe, para ter uma base, eles exigiram lá um GTA de porco. Onde, no resto do mundo, a Adepará quer um GTA de porco para você passar um porco para vender? Um GTA de porco. Eu nunca nem vi falar disso. Estou com 50 anos de idade. Eu nunca vi falar que precisa de um GTA de porco para tirar o porco. O mundo é o que nós vivemos. É a mesma coisa que muitos de nós vivemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é humilhação, porque eles estão lá dentro. Eu acredito que muitas leis que eles colocam lá, que da gente exigem lá não vêm daqui, não. Eu acho que eles formalizam isso lá dentro mesmo. É lá dentro mesmo. Entendeu? E querem que a gente prevaleça, querem que a gente siga aquela lei. A gente está vendo que é um absurdo uma coisa dessa.

E não sou só eu, não. Rapaz, para passar um franguinho, um franguinho, um franguinho, um pintinho... O Marcelo acho que tem um vídeo. Eu não tenho, não, mas eu acho que o Marcelo tem um vídeo. E eles não deixaram.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Deviam ter trazido para a gente publicar.

O SR. WILMAR JOAQUIM DA SILVA – Tem aí. Eles não deixaram o rapaz passar um franguinho. Quando o poleiro lá é alto, aí o galo que é do terreiro, de tanto descer de manhã cedo, estropeou os pés, não estava quase andando. Aí ele foi lá na vila: "Rapaz, eu vou dar um franguinho para você". Não passou. Agora me fale: o que um frango afeta a Amazônia? A pessoa não pode criar um frango no terreiro? É uma humilhação. Nós vivemos humilhados lá. Então, nós queremos um recurso. Nós queremos que libere, que solte o nosso modo de viver para que a gente possa entrar e sair a qualquer momento.

Se você chegar lá disfarçado que nem eu estou aqui, você não passa, não. Você pensa que passa? Você não passa, não, porque eles não aceitam. Eles não aceitam, não. Agora se você for de gravata, bonitinho que nem está aí, aí sim você passa, porque aí dá para conhecer o senhor. Mas, se for disfarçado que nem nós: "Para onde você vai? Como é o seu nome? Você vai fazer o quê? Que hora você vem?". Entendeu? É que nem eu lá dentro. Eu já cansei de falar: "Gente, eu passei aqui. Não tem uma hora que passei aqui". Vai ter que pegar o meu nome de novo, pôr observação. Observação de quê? É uma humilhação. É uma humilhação, Doutor. Entendeu?

Então, é um caso que a gente precisa... A gente precisa que as coisas melhorem para a gente lá dentro. Entendeu? Porque, do jeito que está, não dá, não tem como a gente viver num país tropical que nem o nosso Brasil e viver humilhado daquele jeito, não, sem ter a sede de chegar e sair. Então, é um momento muito difícil para a gente lá. Entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero, neste momento, aqui pedir também socorro. Como o nosso amigo Edson aqui falou também, que nos ajudem, que nos liberem, que façam alguma coisa. A gente é assim meio rude, não tem a expressão muito para falar, mas, como você é mais inteligente que a gente, deve entender o nosso sofrimento lá no nosso Pará, então por isso nós estamos aqui. Em nome de todos que ficaram lá, estou aqui representando o nome de todos lá, que nós não somos só eu, somos muitos lá dentro. E há mulher também doente, não foi só a dele; tem vizinho meu lá também, que tem o mesmo problema; problema seriíssimo, daquela vacina da covid, entendeu? Ela teve problema sério também lá, que depende de tratamento, que depende de recurso e não tem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILMAR JOAQUIM DA SILVA – Então, eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Wilmar, obrigado eu pela oportunidade. E é até estranho ouvir essas coisas. O senhor vive tutelado pelo estado. O senhor...

O SR. WILMAR JOAQUIM DA SILVA – Eu que vivo. Essa não é história que eu tenho falado para o senhor, não. Eu que vivo ela e todos nós vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor é tutelado pelo estado, o senhor é escravizado por um órgão do Governo Federal, vocês não podem vender um pescado, vocês não podem ter um bicho, vocês não têm o direito constitucional de ir e vir.

O SR. WILMAR JOAQUIM DA SILVA – Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esse é o Governo que nos governa.

O SR. WILMAR JOAQUIM DA SILVA – Estamos violentados com isso lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu vou solicitar aqui à Comissão para propor à Senadora Damares uma diligência lá no lugar. Nós precisamos ir lá. Nós precisamos ir lá conversar com esse pessoal. Que autoridade é essa? Ou seja, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebem indenização de Belo Monte, não pode pescar, não pode fazer turismo, não pode plantar, não pode colher, não pode levar um bicho, não pode construir uma cerca.

A SRA. VALMIRA JERÔNIMO DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não pode receber visita.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Rapaz, é melhor ser um presidiário aqui dentro da Papuda! Vive melhor do que vocês. Então, isso a gente precisa ver *in loco*.

Vocês não abrem uma sindicância contra os servidores do ICMBio? Têm que abrir. Denunciem ao Ministério Público, façam um PAD contra eles. Por quê? Se vocês não fazem nada, eles se sentem donos de vocês. Eles já fazem na crueldade. Tem servidor do ICMBio aqui, eu não estou generalizando... Tem gente boa e gente ruim em tudo que há canto. Tem médico bom, tem médico ruim. Tem professor bom, tem professor ruim. Tem político bom, tem político ruim. Tem servidor público bom, tem servidor público ruim. Os ruins não podem ficar impunes. Se vocês se calam quando eles tutelam vocês, quando maltratam vocês, quando humilham vocês, quando começam a inventar coisa para botar vocês na coleira como se fossem animais, tem que procurar o Ministério Público. Tem que procurar a sede do ICMBio.

O Marcelo, que parece ser um homem mais estudado, entra hoje num *site*, no celular, e faz a denúncia. Faz a denúncia aqui para a Comissão de Direitos Humanos. Faz a denúncia no Ministério Público. Faz a denúncia no ICMBio. Porque para eles está tranquilo. Pisam no pescoço de vocês e vocês não fazem nada. Aí eles começam a ter prazer – prazer. A doença é tão grande que eles têm prazer em humilhar. São como ditadorezinhos.

O SR. WILMAR JOAQUIM DA SILVA – É o que nós somos lá: humilhados. Estamos lá humilhados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Entendeu, Marcelo? Não pode ter medo, Marcelo, porque, quando os bons se calam, o mal triunfa. Se um cara desse... Deve ter lá, não sei quantos servidores, de qual órgão for, ICMBio, Ibama... Se um cara começa a fazer isso, e os outros estão vendo que nada acontece com ele, os outros criam asa também, aí vira o *modus operandi* de massacrar as pessoas. O nome disso é síndrome do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pequeno poder: ali é o território dele, aí ele pega os pequenininhos, pessoas mais simples, para humilhar.

Eles são servidores públicos, têm medo de perder o emprego; eles têm estabilidade, mas tem PAD (processo administrativo disciplinar). Se vocês não denunciarem, eles vão continuar fazendo isso contra vocês. Se vocês precisarem de ajuda, procurem o gabinete do Zequinha, procurem o gabinete do Senador Jorge Seif. Eu faço questão! E me deem os nomes! Nós vamos atrás. Eles não são bons em humilhar vocês?! Não são bons em humilhar pequeno, em maltratar, em destruir, em pisar na cabeça?! Vamos ver o que ele vai fazer comigo, com Damares, com o Senador Zequinha! Nós vamos abrir aqui na matriz. Podem levantar os nomes desses caras que estão fazendo isso com vocês, tragam uma prova, mandem vídeo, mandem para nós notícia... Não quero mentira, não quero prejudicar ninguém. Agora, se vocês estão falando aqui para o Brasil – o Brasil está enxergando vocês e vendo o depoimento de vocês –, vocês devem ter prova. E, hoje em dia, com o celular na mão, vocês gravam tudo. Gravem! Gravem! Eles têm que ter medo de vocês... Medo não, eles têm que ter respeito pelos humanos que vocês são. Se não há respeito, e ninguém faz nada, eles só crescem, e vai cada dia ficar pior.

Nós temos vários problemas nesta mesa de discussão: nós temos o problema da indenização de Belo Monte, nós temos o problema de que não pode mais se pescar para ganhar um dinheirinho, nós temos o problema da escola, nós temos o problema da humilhação de servidores que ficam inventando regra para tutelar vocês, nós temos o problema de ir e vir, nós temos o problema de criação... Se vocês são pequenos agricultores, o que o agricultor faz? No meu dicionário, o agricultor trabalha com terra, com bicho, não é isso? Mas não pode! Então, nós temos vários problemas nesta mesa, e os problemas têm que ser tratados individualmente.

O problema de humilhação: o nome disso na lei é abuso de autoridade. Tem que ser denunciado. Não tenham medo, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos lá que a gente tem mais coisa para fazer hoje.

Obrigado, Sr. Wilmar, pelo seu depoimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Sr. Adevaldo Castro Alcântara, que é agricultor familiar, membro da Associação Aprimiba, morador da Vicinal Leão, na Estação Ecológica da Terra do Meio.

A palavra é do senhor por dez minutos.

O SR. ADEVALDO CASTRO ALCÂNTARA (Para expor.) – Bom dia.

Eu sou Adevaldo, estou aqui representando o nosso povo tradicional lá de área do Meio, onde eu resido, representando também os nossos idosos, as nossas crianças que ficaram lá pedindo a Deus para que tudo se resolva, com respeito, com sinceridade.

Sou um produtor rural, planto cacau, crio gado... Aliás, criava – né, Deputado?! Criava, que me tiraram todos meus direitos! Chegou o ICMBio com a Força Nacional à minha casa, 9h da manhã, eu limpando a minha estrada para escoar os meus alimentos que eu produzi para poder gerar renda para viver. Chegou o documento, oito rapazes da Força Nacional, todos armados: "Está aqui um documento que você tem que sair dessa área sem direito a nada", me empurraram de lá, eu estou fora de lá, não tenho nem direito de ir lá. Eu vou porque eu sou teimoso, eu sou duro. Vou lá visitar meus amigos. Estão aí eles, eles aqui e os outros rapazes que estão lá.

Então, para nós é muito bom estar aqui, para nós mostrarmos nossa realidade para as autoridades competentes que residem aqui, que podem ver nossa situação, porque nós estamos pedindo socorro.

Eu tinha uma casa, eu tinha criação, plantio de cacau, lavoura para eu sobreviver, minha roça de arroz para eu sobreviver, meu pilão de pisar meu arroz. Hoje eu não tenho, eu moro debaixo de uma lona, trabalhando para os outros para sobreviver, eu e os demais que foram notificados para saírem, Senador.

Nós estamos num beco sem saída. Se nós não tivermos uma ajuda de competência que trabalha com seriedade para nos ajudar... Estamos pedindo socorro, porque nós não aguentamos mais. Lá tem meus amigos que falam que eu sou um homem corajoso, porque, quando eu vou falar, meus olhos tremem. Eu vou, lá no ICMBio, eu mesmo já bati muito com eles; não vale a pena bater, mas eu já bati muito com eles, porque os nossos direitos são violados, nós não temos direito de ir e vir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha o nome que eles colocaram lá na base: mata-burro, mata burro mesmo, é mata burro porque não se pode entrar com um frango. Como é que o Sr. Wilmar mora lá, se não pode levar um frango para tirar da criação, porque o galo dele morreu, a galinha dele não vai botar, porque galinha, para botar, tem que ter o sêmen do galo, como que vai? Como que vai viver lá o Sr. Wilmar? Como que vai viver?

E eu que não estou lá mais, porque tiraram todos os meus direitos, violaram tudo, me amarraram, eu, o irmão Reginaldo, o Atacídio. Então nós estamos aqui com muito sofrimento. Só para nós chegarmos aqui, com as mãos calejadas de trabalhar por diária para poder pagar o ônibus, pagar o hotel, entendeu? Pagar o calçado, a roupa para a gente vir, com a ajuda de toda a comunidade que está lá, que é dessa Associação Aprimiba, que a gente vem lutando, através do Marcelo que está nos ajudando. Deus em primeiro lugar, e em segundo ele.

Então nós estamos aqui para pedir socorro, estamos pedindo socorro, e que seja visto logo, porque a gente não está mais aguentando – a gente não está mais aguentando –, nós temos os nossos direitos. Tem um documento lá que fala que nós temos nossos direitos, como produtor rural, que nós geramos emprego, geramos alimentos, e hoje nós estamos morando... Eu, Senador, estou morando debaixo de uma lona em terra alheia, de abrigo, sendo que eu tinha tudo. Amanhecia o dia, eu amanhecia feliz em cuidar das minhas criações, dos meus plantios, da minha lavoura, e hoje eu não posso, eu não posso comer um ovo se eu não comprar, e eu tinha para dar para o meu vizinho: "Aí, vizinho, leva um frango, leva um porco para você comer. Mata a vaca. Olha aí a carne para você comer, vizinho", que é assim que a gente vive lá na Amazônia, é trabalhando com seriedade. Mas os nossos direitos cadê? Nossos direitos de ir e vir.

Está lá na ponte do Rio Bala, onde atravessa, uma base do ICMBio: "Você vai para onde? Você volta que horas? Como é seu nome?" "Meu nome está aí, já tem três anos que você está aí fazendo isso comigo e você nem me conhece? O que é que vocês estão fazendo aí, que vocês nem conhecem a pessoa que entra e sai daqui?" Mas aí não adianta, porque os nossos argumentos com eles lá são impugnados, a gente vive humilhado, como os ribeirinhos.

Segundo a Valmira falando, isso é inaceitável, isso não pode continuar assim, senão onde é que vai parar a nossa descendência, da nossa família que está lá, as nossas crianças? E os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossos idosos, que estão lá, uma hora dessa, orando, pedindo a Deus para que dê certo, para que entre uma pessoa que resolva nossos problemas? Porque... Como é que vive? Como é que uma mãe compra um livro para o filho estudar, uma roupa, um transporte? A gente precisa disso. A gente mora lá na roça, e a gente precisa de um transporte, de uma estrada.

Segundo o Wilmar, que falou aqui, para fazer uma cerca tem que tirar uma foto da madeira. É verdade. E eu... Já que me tiraram da minha terra, nem isso eu posso fazer mais porque eu não posso nem ir lá mais – eu, o Sr. Atacídio, o irmão Reginaldo ali, a esposa dele, que estão lá com a gente, que têm as propriedades também.

Por isso, a gente está aqui pedindo socorro para vocês, que resolvam, por onde que seja, que seja para resolver. Que seja resolvido, Senador, Deputado Caveira aqui. Todo mundo lá na Amazônia gosta muito de você, fala de você, então, ajeita para nós, consegue, que seja rápido. A oportunidade de a gente estar aqui é uma coisa muito difícil. Então, é um motivo de a gente estar aqui para falar da nossa dor, o que está nos matando.

Olha aí, perdeu a família, por quê? Porque tinha um gado, mas não podia vender, estava preso. Como é que vai vender o gado? Tem que ter o GTA do gado, mas como? O ICMBio nunca arrumou, passou um ano, passou dois, nos três foi arrumar, mas aí a doença já afetou. Uma mulher que está lá com 25 anos... Estava, porque Deus levou. Agora ele está lá sem a esposa dele, sofrendo, e está preso, o que tem lá está preso, não pode vender nada, quer dizer, até de um porco tem que tirar o GTA para vender. Onde?

Como é que a gente vai viver? Vai roubar? Porque se roubar... Eu falo para o meu povo lá: "Se eu roubar, eu sou um ladrão, e forte porque eu sou brabo, valente", porque, quando a gente quer uma coisa, Deputado, a gente vai lá lutar, pedir a Deus que dê certo e lutar, que dá certo, mas, na hora em que começa a dar certo, vem de lá, derruba. Entendeu? "Não tem direito de nada, você tem que ir embora daqui, você não pode mais entrar aqui."

Como é que pode acontecer, como se diz, uma desgraça dessa? Isso aí é uma coisa inaceitável para nós que vivemos lá na Amazônia, sofrendo, trabalhando, gerando emprego, renda, alimento. Pode chegar na casa de qualquer um dos que estão lá, se não tem o alimento, para quem chegar, dez pessoas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vem no ônibus aí e a gente vem observando, Deputado, que uma refeiçãozinha aí é 70 contos, 60 contos. Na casa dos meus vizinhos, você come à vontade, toma leite, come queijo, come rapadura, come doce de leite, tem laranja, tem tudo na nossa área, porque nós vivemos dali, então nós plantamos, nós cuidamos, para nós cuidarmos uns dos outros.

Por isso é que a gente ainda vem conseguindo sobreviver, porque nós temos uma grande amizade, uma grande união, por isso a gente está vencendo, e a gente vai vencer porque vocês estão aqui no Senado para nos ajudar, porque nós temos os nossos direitos.

Nós temos os nossos direitos e já foi... Quer dizer, nós... Já foram os nossos direitos se não tiver um órgão competente que possa falar por nós, nos ajudar agora. Tem que ser hoje porque o negócio está ruim, porque eu não tenho condição de comprar nem um barraquinho para eu morar, porque lá na Vila Canopus, que é a nossa vila, um lote é R$60 mil, R$40 mil. Onde é que eu vou ter condição de comprar um lote, e depois ainda ter a condição de construir um barraquinho para eu morar?

Então, no meu emprego, na fazenda, fiz um barraco de lona, estou lá embaixo, estou pertinho para não sair do foco porque, para você matar a cobra, você tem que estar perto dela, focar no olho dela e meter o pau na cabeça dela, e é isso que a gente está fazendo.

Deus colocou o Marcelo para dar a força, dar o apoio, buscar os órgãos competentes para nos ajudar, nos ajudar porque está difícil. A gente não dorme, a gente não tem saúde. Eu estou aqui, mas eu tomei quatro injeções para poder aguentar a coluna no ônibus. Isso é doloroso. Isso não é fácil. Só vence quem tem força, e fé, e coragem para vencer, porque a situação que deixou a mim, ao Sr. Atacídio, aos outros moradores que estão lá, aqui, ao irmão Wilmar é uma coisa muito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEVALDO CASTRO ALCÂNTARA – É muito difícil.

Então nós estamos aqui pedindo.

Agradeço por estarmos aqui e termos esta oportunidade de falar com vocês. Que sejam revogados nossos direitos. Nossos direitos. Porque nós não estamos mais aguentando. Gente já se matou. Tem gente que anda com sacola de remédio de pressão e não sabe nem qual é o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bebe para ver se consegue dormir um pouco. Porque tinha lá seu alimento, suas criações, sua casa, e hoje não tem mais.

O ICMBio queimou minha casa duas vezes, quer dizer, meu barraquinho. A nossa é um barraquinho, uma tabuinha. Queimou duas vezes. Chegou e tacou fogo. Eu fazendo 5 mil mudas de cacau para plantar, comendo meu arrozinho lá de qualquer jeito, para eu começar a minha vida. Ele chegou, e me queimou, e não está nem aí com nada. Queimou, tacou fogo. Cortou de motosserra, os outros tocando fogo. O que tinha, levaram, e acabou. E eu fiquei lá. Quem me deu uma força foi o irmão Branco aí, que me deu uma botina e uma rede para eu dormir. E eu agradeço muito a ele por isso. E a Deus, que tocou no coração dele, porque eu precisava de ajuda. E outros demais que me ajudaram. Porque é complicado. Não é fácil.

Então é isso.

Eu agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Adevaldo, eu agradeço o esforço do senhor. Mesmo doente, o senhor está com problema de coluna... E todos aqui, porque uma coisa é você refutar uma pessoa; agora, nós temos um, dois, três, quatro, nós temos cinco testemunhas aqui do que vocês estão vivendo. Isso fortalece a causa de vocês. Isso nos faz entender o que está acontecendo. O Caveira é representante do Estado do Pará, assim como o Zequinha Marinho. Então é muito importante, porque não é uma pessoa só falando; são várias. Importantíssimo.

E, também, logicamente precisamos dar oportunidade de falar agora... Convido, por videoconferência, o Dr. Bruno Rafael Miranda, Coordenador Técnico Territorial de Santarém, que é representante do Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio). Dr. Bruno, a palavra está com o senhor por dez minutos.

O SR. BRUNO RAFAEL MIRANDA MATOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia. Todos me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Positivo. Estamos ouvindo-o.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO RAFAEL MIRANDA MATOS (*Por videoconferência*.) – Conseguem visualizar a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por enquanto, não, Dr. Bruno. (*Pausa.*)

Agora, sim. Pode começar a apresentação, porque nós estamos visualizando aqui.

O SR. BRUNO RAFAEL MIRANDA MATOS (*Por videoconferência*.) – Positivo.

Primeiramente, bom dia a todos e a todas. Saúdo as autoridades, a mesa, na pessoa do Senador Jorge Seif, e especialmente aos moradores da Esec da Terra do Meio, que são o público-alvo do ICMBio, no sentido do atendimento. A gente tem contato mais próximo com eles.

Queria agradecer, em nome do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), a oportunidade de trazer informações e prestar esclarecimentos a esta Comissão.

Mas antes eu queria me apresentar. Meu nome é Bruno Matos, eu sou servidor público federal efetivo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Eu faço parte da carreira de especialista em meio ambiente, sou servidor estável, e atualmente nós estamos ocupando a função de Coordenador Técnico Territorial de Santarém, vinculado à Gerência Regional Norte aqui do Brasil, do ICMBio.

Vou passar aqui o eslaide.

Eu acho que o Marcelo Norkey fez uma boa contextualização da Esec no que tange à localização, mas eu acho que cabe a gente reforçar. Aqui no mapa, vocês podem visualizar o círculo amarelo: é onde está localizada a Esec da Terra do Meio. Ela está no Pará, e parte dos Municípios de Altamira e de São Félix do Xingu sobrepõe essa unidade. Ela tem, como o Marcelo disse, mais de 3 milhões de hectares, o que equivale, mais ou menos, a quase seis vezes o tamanho do Distrito Federal, e ela está inserida no Médio Rio Xingu – daí vem o nome Terra do Meio –, mas ela é uma só das unidades que compõem todo esse bloco de áreas protegidas dessa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa unidade, apesar de ter sido criada em 2005 – em fevereiro de 2005 –, na realidade foi uma resposta governamental a uma séria crise socioambiental que estava se instalando na região. Essa crise começou por volta da década de 70, principalmente motivada pela abertura da Rodovia Transamazônica e também pela realização de mineração industrial de cassiterita – isso na década de 70.

Essa crise socioambiental foi se agravando ao longo das décadas, e, na década de 80, além dos fatores da Transamazônica e da mineração de cassiterita, se somou a exploração de madeira, agricultura especulativa e garimpagem – aquele garimpo tradicional, mais simples.

Na década de 90, aumentaram mais esses conflitos socioambientais na região, em virtude já da colonização agrícola que foi capitaneada, como o Marcelo disse, pelos municípios limítrofes, como São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, que começaram a trazer gente para essa região.

Essa colonização gerou, no início da década de 2000, um ápice. Então, começou a haver muito conflito entre essa nova colonização e as populações originalmente ocupantes do território, que eram descendentes dos ocupantes originários ali e fruto de miscigenação também.

Então, essa criação da unidade veio em resposta à tentativa de frear essa ocupação desordenada, a forte presença de grilagem na região, que gerava conflitos e violência direcionada às populações tradicionais do território, em especial indígenas, ribeirinhos, e até mesmo aos colonos, os agricultores familiares que se instalaram nessa região. Os grandes produtores – ou melhor, grileiros – forçavam a saída dos pequenos agricultores familiares das suas áreas para se apropriar das áreas deles, e isso foi muito intenso no início de 2000.

Então, em 2005, essa unidade foi criada para fazer frente a essa situação. E aí, basicamente, após a criação da unidade, hoje em dia, se a gente for falar resumidamente – e é importante contextualizar –, basicamente a gente tem dois grupos de moradores da unidade, moradores e usuários.

Um grupo tem subgrupos, mas são de populações tradicionais, e basicamente são os ribeirinhos. E, hoje, a gente tem mapeadas 32 famílias distribuídas entre o Rios Iriri, Xingu e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novo. Inclusive, essas 32 famílias, com representantes aí na mesa da Comissão, presentes, que têm termo de compromisso assinado com o ICMBio, que permite a moradia e o uso deles nesse território.

Então, assim, eles, como população tradicional, estão tendo os seus direitos respeitados por meio desse instrumento, que é o termo de compromisso, que mais adiante eu vou detalhar.

Além dos moradores ribeirinhos, a gente tem também populações tradicionais, mas que são usuários, que vêm de outros territórios limítrofes à unidade, como os indígenas das terras indígenas Curuaia, Xipaia, Cachoeira Seca, mais ao norte; mas também outros ribeirinhos extrativistas de outras unidades de conservação, como a Resex do Rio Iriri e do Rio Xingu.

Então, basicamente, esse é o grupo de populações tradicionais do território da Esec, a Estação Ecológica da Terra do Meio, sigla Esec.

E temos também as populações não tradicionais, que aí, sim, a gente se refere aos colonos ou fazendeiros, que ocupam parte do território. Até 2004, após a gente terminar um levantamento completo na unidade de todo o território, a gente levantou 200 ocupações que têm esse perfil de colono ou fazendeiro, a depender do porte das áreas e da produção.

Só voltando, esse mapa mostra mais ou menos a distribuição dessas populações do território da Esec. Então, em vermelho, os pontinhos vermelhos são populações tradicionais, e em verde seriam os colonos. Então, vocês veem uma distração aqui, nesse centro da Esec, de colonos.

Aqui, eu trago para vocês visualizarem publicação no *Diário Oficial da União* de extratos dos termos de compromisso desses 32 núcleos familiares de ribeirinhos da Esec, em que o ICMBio vem, desde 2018... Em 2018 foi a assinatura, mas, desde lá, a gente vem renovando esses termos de compromisso, para permitir que ribeirinhos que, inclusive estão também aí na Comissão, possam morar na unidade e fazer usufruto dela, mas obviamente com regras, dentro da legalidade.

Então, eu estou trazendo só aqui a materialidade, a formalização desses extratos. Vocês veem aqui que, em 25 de janeiro de 2024, a gente teve renovações de termos de compromisso, isso pode ser apurado, verificado no *Diário Oficial*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero destacar que, dos 32 totais termos de compromisso assinados, a gente só conseguiu renovar, agora em 2024, 21 termos, principalmente em função de não se encontrarem esses ribeirinhos; mas, à medida que a gente conseguir encontrá-los, a gente vai renovando também os demais termos.

Atualmente, esses termos estão válidos até 2028. Então, os ribeirinhos têm os direitos deles de moradia, uso, produção, circulação preservados por esse instrumento legal firmado entre o ICMBio e eles.

Então, aqui eu estou trazendo o corpo de algumas cláusulas do termo de compromisso com os ribeirinhos, para vocês verificarem.

Então, algumas declarações foram feitas aqui na audiência, mas elas não estão bem de acordo com a realidade, né? A gente tem um instrumento que permite aqui a produção, a abertura de área, a produção de roça, a extração de produtos não madeireiros. A gente tem também regras que permitem reforma, ampliação de estruturas físicas, então, para escolas, para postos de saúde ou sedes de associações. Lógico, tem que haver um projeto apresentado... um projeto, não, mas um pedido simples para poder a gente avaliar a localização e as regras com base no plano de manejo da unidade, mas é totalmente possível, basta que haja a formalização. De 2023 para cá, a gente não teve nenhum pedido formal nesse sentido de construção de estruturas. Então, a gente nem negou, porque não recebeu demanda.

Tem também permissões e regramentos para pesca – então, é possível eles pescarem, mas obviamente com foco mais na alimentação –, e também tráfego de embarcações, tanto dos ribeirinhos como dos usuários que entram no território para fazer coleta de castanha e outros produtos não madeireiros. Então, até mesmo manutenção da estrada para acesso diverso, pessoal ou para assistência, estrutura de educação, saúde é permitido, inclusive, recentemente, a gente deu autorizações para manutenções na estrada. Obviamente que a gente tem que destacar que construção de escolas, alocação de professores ou mesmo construção de postos de saúde e alocação de médicos e profissionais de saúde é responsabilidade também de outras instituições. Então, a gente tem que lembrar que o Estado do Pará e também os municípios sobrepostos à unidade têm competências e responsabilidades no território que, legalmente falando, são deles. O ICMBio atua como um articulador, um fomentador para trazer essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas para o território. Inclusive, até alguns usuários, eu já falei que eles têm direito a fazer o uso, logicamente regrado, para não se sobrepor ao dos ribeirinhos, que são prioritários para usar a Esec.

E aí, cabe destacar o perfil. Para andar na conversa, a gente tem que lembrar aqui e deixar claro para vocês que não estão ali no território que a gente tem vários perfis de ocupantes ali nessa categoria de colonos fazendeiros. Então, a gente tem áreas aqui, como, por exemplo, na Vicinal do Jabá, em que... Essa fazenda tem 3.278ha. Inclusive, ela está acima dos limites constitucionais ali para passar para o individual sem passar pelo Congresso. Então, essa aqui é uma grande propriedade rural.

A gente tem médias propriedades rurais aqui na Vicinal do Jabá, com área de 875ha. Então, vocês veem a imagem aqui. Olhem a dimensão aqui, para vocês terem noção do tamanho da área: a casa aqui e o tamanho da área, nem pega na foto inteira.

E temos também pequenas propriedades de 91ha. E aí, sim, são colonos de um porte menor, mais vinculados à agricultura familiar.

Então, em 2023 e 2024, nós fizemos o levantamento completo da unidade em todos os setores, nunca antes feito na história da Esec. A gente foi a toda a unidade de conservação levantar os ocupantes, o que totalizou 204 processos de regularização. E, a partir daí, a gente atualizou a nossa malha fundiária e pôde, com base nisso, iniciar as instruções dos processos de regularização dessas pessoas. Priorizamos a instrução dos processos das vicinais Transiriri e Leão, justamente porque se trata de um público mais voltado à agricultura familiar. E, além disso, foi reforçado esse nosso critério de priorização, com base na recomendação conjunta do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, de maio de 2024, que reforçou esse critério para a gente priorizar essas áreas das vicinais Transiriri e Leão, e também indicou para a gente renovar instrumentos de compatibilização de direito com os colonos.

Então, resumindo, a gente está fazendo a instrução dos processos de regularização. A gente comunicou e encaminhou à Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social da Prefeitura de Altamira a lista de pessoas das quais a gente verificou a possibilidade de indício de vulnerabilidade social, para eles tomarem procedimento no sentido de trazer políticas públicas para assistirem essas pessoas. A gente continua fazendo a instrução desses processos por meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mutirões e temos planejamento anual para isso. E, à medida que a gente conseguir instruir todos os processos das vicinais do Leão e Transiriri e conseguir ter a lista de moradores antigos, mas de boa-fé, a gente vai passar a elaborar um instrumento de compatibilização de direito com eles que os permita transitoriamente morar e usar a unidade, até que a gente consiga indenizá-los e reassentá-los. E isso está planejado de curto prazo.

Só que a gente tem que lembrar também que, à medida que a gente tiver essa lista, a gente vai encaminhá-la também para o Incra e para o Instituto de Terras do Pará, com vistas a eles poderem verificar o reassentamento dessas pessoas, porque não é competência legal do ICMBio, mas a gente vai encaminhar a lista para fins de priorização. E também efetivar no campo mesmo esse reassentamento é responsabilidade do Incra e do Iterpa.

Simultaneamente a gente está fazendo articulações junto ao Incra e Iterpa para fazer transferências das terras públicas que estão sobrepostas na Esec.

Agora aqui é o importante que eu queria destacar: o ICMBio criou dois instrumentos inovadores, nunca antes feitos na história da unidade, voltados para os colonos, ou seja, os produtores rurais da unidade, permitindo que eles mantenham a moradia deles e o uso e, inclusive, que pudessem retirar o gado que eles criavam de forma legalizada, porque cabe destacar que quase 90% dos ocupantes da unidade, antes de a gente levantá-los em campo, não tinham cadastro na Adepará (Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará). Então, o gado que eles tinham dentro da unidade era um gado irregular, que inclusive poderia causar prejuízo, inclusive, à questão sanitária do rebanho do Estado do Pará por meio da possibilidade de febre aftosa. Então, a gente fez esse levantamento, criou esses instrumentos, permitindo a saída de gado de forma voluntária – voluntária. Permitiu a saída de 6,4 mil cabeças de gado até outubro de 2023. E a gente articulou com a Adepará para essas pessoas serem cadastradas na Adepará e o gado ser vacinado, ou seja, a gente conseguiu que esse gado saído voluntariamente viesse por circuito regular, não prestasse risco à questão sanitária do Estado do Pará e pudesse ser monitorado, ou seja, a gente trouxe esse gado para legalidade. Então, a gente trouxe dignidade para esses colonos.

Eu queria só mostrar aqui para vocês, já finalizando a minha apresentação, a recomendação conjunta do Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles reforçam as atividades que o ICMBio vem fazendo no sentido de priorizar a instrução de processo de regulação fundiária desses colonos menores, de a gente renovar esses instrumentos que eu falei há pouco, que são o Plano Específico Emergencial e o Plano Emergencial de Saída do Gado. E aqui a gente tem o próprio plano no *Diário Oficial*, para vocês verem que tudo isso que eu estou falando aqui é oficial e pode ser consultado.

Mas o ICMBio vem fazendo outras atividades também, como sinalização, fiscalização de pesca ilegal também e de garimpo. A gente vem combatendo incêndio nessa região das vicinais, a gente apoia as prefeituras na distribuição de cesta básica e também a gente fez entrega de cestas básicas para as famílias do Rio Iriri que estavam isoladas por causa da estiagem nos últimos anos, além de ser base de apoio para esse levantamento que eu falei.

Aqui, recentemente, a gente deu apoio à saúde do município dentro das vicinais, por questões de malária que estavam ocorrendo. Então, a gente levou a equipe da prefeitura para fazer um trabalho lá.

Aqui, algumas fotos para registro da distribuição de cestas no período de estiagem lá no Rio Iriri, cujo parceiro é o Ministério do Desenvolvimento Social.

Tudo isso também – essa presença no território – possibilitou a redução do desmatamento, drástica em 2022, caindo muito para 2023 e 2024.

Por fim, eu queria mostrar a evolução da gestão na Esec de 2023 para cá.

Apesar de a unidade ter sido criada há 20 anos, nos últimos três anos, quatro anos – quase quatro anos –, a gente avançou muito, coisa que a gente não avançou em todo esse período.

A unidade foi criada em 2005; em 2012, o conselho foi formado; em 2015, o plano de manejo foi elaborado; em 2018, a gente assinou termos de compromisso com essas 32 famílias de extrativistas; em 2023, nós criamos o plano específico emergencial, permitindo a saída de gado, em pequenas quantidades, desses colonos aqui que estão presentes também; em 2024, nós finalizamos o levantamento de todos os moradores da Esec; em 2025, nós criamos outro instrumento para saída de gado da unidade, agora com quantidade livre – eles podiam tirar a quantidade que quisessem, e a gente regularizaria e traria regularidade também sanitária. Próximos passos: a gente quer, neste ano, em 2026, concluir as instruções dos processos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularização, sempre priorizando as vicinais de Transiriri e Leão, e, se tudo der certo, em 2027, já construir um instrumento de compatibilização de direito com os moradores antigos de boa-fé dessas vicinais.

Então, esse aí é o panorama, o quanto a gente avançou.

E, por fim, só quero mostrar para vocês aqui que a gente tem duas sentenças judiciais.

Um mandado de segurança foi impetrado pela Associação Agropecuária dos Produtores das Terras do Meio contra essas ações do ICMBio do plano específico emergencial; e a Justiça extinguiu o processo, entendeu que não havia direitos fundamentais sendo suprimidos dessas comunidades, que os instrumentos visavam inclusive garantir esses direitos, obviamente também conciliando com os direitos coletivos da sociedade, que é o meio ambiente equilibrado.

Aqui a gente tem, no *site* do próprio Ministério Público, a manifestação do Ministério Público em defesa das ações do ICMBio na Terra do Meio e aqui mais uma decisão judicial de outro mandado de segurança, agora da Associação Agropecuária dos Produtores das Terras do Meio, em que o juiz federal também extinguiu o processo, basicamente tendo a mesma conclusão dos primeiros autos, do outro processo judicial.

Enfim, gente, é isso, é muito corrido, é muita informação para passar.

Aqui, o nosso contato da Gerência Regional Norte, a gente está à disposição.

Quero dizer que o ICMBio tem muito cuidado, muita seriedade no trato dos direitos fundamentais das pessoas que ocupam as unidades de conservação. Inclusive, esta é a missão institucional do ICMBio: é cuidar da natureza com pessoas.

Então, obrigado, passo a palavra e agradeço, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Bruno, eu agradeço a participação do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante dos depoimentos que nós tivemos aqui, nesta bancada da Comissão de Direitos Humanos, já saúdo e agradeço a presença da nossa Presidente Senadora Damares Alves, que deu essa honra para nós presidirmos esta sessão hoje.

Pudemos observar o trabalho que o ICMBio está fazendo; no entanto, eu confesso para o senhor que, do que nós ouvimos aqui hoje, nesta mesa, que todo o Brasil viu e ouviu, logicamente tem parte boa. Vimos ali o trabalho, vimos ali que, inclusive, foi judicializado, sem sucesso para os impetrantes, mas as questões que eles relataram, de violação de direitos humanos, violação de uso da terra, violação do direito de ir e vir, violações inclusive de sobreviver com pesca, com pecuária, com plantação, são questões muito sérias que nós precisamos apurar. Logicamente, sem dar razão e sem ter partidarismos da vida dos produtores ou do ICMBio, nós precisamos apurar, porque foram muito graves as acusações que hoje nós ouvimos aqui, na Comissão de Direitos Humanos, que é realmente a Comissão ideal para se fazer esse tipo de debate, Dr. Bruno.

Eu quero contar com o senhor, porque talvez até mesmo com o senhor trabalhando aí, podem não chegar aos seus ouvidos, ao seu conhecimento, os depoimentos que aqui foram dados. Eu acredito que o senhor está nos acompanhando desde o início da audiência, e nós não ouvimos uma pessoa; ouvimos aqui cinco, e tinha mais três aqui que poderiam falar. Nosso tempo é exíguo, mas eu peço uma atenção especial para o senhor.

E já, como dito antes – vou sugerir à Senadora Damares, como Presidente, ao Senador Zequinha Marinho, como proponente –, nós precisamos fazer uma diligência, precisamos ouvir mais pessoas, fazer uma audiência pública não em Brasília, onde nós estamos distantes da realidade do Pará, mas fazer uma audiência pública ali, na comunidade, na presença dos senhores, convidando o Ministério Público Federal, porque são condições análogas à escravidão, a abuso de poder, à humilhação, à violação de direitos humanos. Nós não podemos aceitar de forma nenhuma.

Mas eu agradeço ao senhor, Dr. Bruno, pela sua participação, e quero deixar aqui facultadas, consignadas a fala da Senadora Damares e a fala do Deputado Caveira; a Senadora, enquanto Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e o Deputado Caveira, como representante da população do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, a senhora quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Com a palavra, a nossa Presidente, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Presidente, obrigada. Eu quero cumprimentá-lo pela forma como o senhor conduziu a reunião e cumprimentar todos os presentes, o Deputado Caveira, que está agoniado com essa história – meu Deus, não dormiu essa noite direito! –, e o Senador Zequinha, o autor do requerimento.

Eu estava acompanhando à distância; não pude estar logo no começo, mas estava acompanhando. E aí, Senador Seif, quando a gente fala de desintrusão, de tirar as pessoas da área, se vende uma ideia de que grandes madeireiros estão lá, destruindo tudo, que são bandidos, e agora falam que são todos ligados ao narcotráfico – aí eu entro aqui, nesta sala, e vejo as pessoas na mesa.

Eu estou vendo trabalhadores, eu estou vendo pessoas simples, estou vendo aqui no auditório. Se a gente pegar na mão desses homens, são mãos calejadas. Ontem eu tive a oportunidade de conversar com alguns deles. Eu conversei com a Valmira ontem. É uma mulher, guerreira, que dedicou a vida toda ao terreno dela, ao lote, ao pedacinho de terra dela. Não é grande latifundiária não. Não estou falando de uma mulher que invadiu uma área para tirar madeira, ficar milionária e fazer festa nos castelos da Itália não. Estou falando de uma mulher que sustenta a família.

E eu quero trazer aqui um aspecto, Senador Seif, porque isso aconteceu muito com este povo, nos últimos anos, e eles se sentiam acuados... Recebiam as decisões, brigavam até onde podiam, e iam embora, às vezes, com um saco nas costas. Não é nem uma mala, é um saco. E deixavam a casinha humilde lá e iam embora, chorando, e é isso mesmo. A vida é assim mesmo.

Não. A vida não é assim mesmo. Direitos, eles existem para serem respeitados.

E estou vendo esse movimento deste povo crescendo no Brasil, buscando direitos humanos, buscando a garantia de seus direitos enquanto pessoa. Direito a casa, direito a família.

Vou te dizer uma coisa: a gente tem todas as questões ambientais, mas aqui, na mesa, está um dos mais sagrados direitos humanos, Senador Seif, que é o direito a família, e isso não pode ser desrespeitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proteção da criança.

Imagine as crianças dessas famílias, os traumas... O medo de dormir toda noite, vendo o pai e o mãe chorando, sem saber o que vai acontecer no outro dia.

Agora, imagine uma família dessa com uma pessoa com deficiência. Então, aí eu tenho a criança, aí eu tenho a pessoa com deficiência... Eu fui a áreas como essa. Pessoas com deficiência, Senador, que não se pode nem transitar com uma cadeira de roda, porque no chão não passa uma cadeira de roda. Pessoas com deficiência se arrastando em seus lotes. São essas pessoas que estão sendo tiradas dessas áreas.

Idosos...

Eu estive na última diligência em que esta Comissão esteve, em que um idoso, que estava num lote há 60 anos, sendo tirado da sua terra...

Então, assim, eu quero o meio ambiente preservado, mas o ser mais precioso que está inserido no meio ambiente é o ser humano. São eles.

Olhe esses homens que estão aqui, Senador. Olhe o cabelo branco. Olhe o rosto queimado do sol. Olhe a pele queimada do sol. Como é que agora eu vou dizer para este povo aí: "Saiam, que vocês são violadores do meio ambiente"? "Vocês são bandidos. Vão para uma lista negra agora"?

Então, assim, Senador, eu acho que a gente deu voz, esta Comissão é para isso, e acho que os órgãos de governo precisam se falar entre si...

Inclusive, Senador, eles são considerados povos tradicionais. Nós temos uma portaria – não é isso? –, e diz aqui, ó... Uma portaria que classifica...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A 6.040, que os classifica como povo tradicional.

Nós temos 38 povos tradicionais reconhecidos como povos tradicionais, oficialmente, e nós temos um Ministério dos Povos Tradicionais, oficialmente. E nós temos um ministério dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povos tradicionais. Esse ministério tem que vir para a mesa, o Ministério da Igualdade Racial tem que estar aqui com a gente, porque é esse ministério que cuida dos povos tradicionais. E eles fazem parte desse grupo, e o direito deles, enquanto povo tradicional... Então, eu estou falando aqui de trabalhador, de mulher, de criança, de idoso, de pessoa com deficiência, de direito da mulher, no mês da mulher, mas eu quero também reivindicar o direito do povo tradicional.

Então nós vamos ter que fazer um encaminhamento desta audiência, de todos os debates que aconteceram aqui ao Ministério da Igualdade Racial. Inclusive, antes de eles irem embora, a gente pode tentar conseguir, Senador Seif, assessoria do Zequinha, Caveira, uma reunião deles com o Ministério da Igualdade Racial ainda hoje. No mínimo, a assessoria parlamentar do ministério deveria recebê-los e ouvi-los. E depois a gente faz um documento da Comissão.

Nenhuma audiência aqui acontece sem um encaminhamento. O primeiro encaminhamento que eu já vou pedir para a nossa Secretaria é que o que foi apresentado aqui hoje seja encaminhado à Ministra da Igualdade Racial.

O segundo encaminhamento que eu quero propor, Presidente é: dentro do CNJ tem uma Comissão Nacional de Soluções Fundiárias, dentro do CNJ, e a gente também pode encaminhar o pleito deles para o CNJ, porque, no Judiciário, eles vão brigar, brigar, brigar, brigar, brigar, vão gastar dinheiro com advogados, advogados, aí vão para a Defensoria, corre, corre. Mas, se a gente tem a Comissão de Soluções Fundiárias – e o que nós precisamos aqui é de uma solução de uma crise –, vamos fazer, vamos cortar o caminho, vamos encaminhar.

Nós temos hoje homens extraordinários e mulheres extraordinárias no CNJ. Nós dois estamos todo ano aqui mandando gente para o CNJ, a gente faz a sabatina deles, a gente conversa. Têm se mostrado os novos Conselheiros do CNJ muito comprometidos com o direito e com a verdade. Então a gente, por meio da Comissão, junto com eles, também pode encaminhar este caso específico para o Conselho Nacional de Justiça, para a Comissão Nacional de Soluções Fundiárias.

Eu trago aqui dois encaminhamentos como Comissão e quero agradecer aos senhores que vieram, que acreditaram na Comissão, porque talvez alguns pudessem dizer: "Não, lá não vai dar certo, a gente não aguenta mais". Mas eu quero agradecer por terem confiado nesta Comissão. O Parlamento está aqui para isso, é obrigação nossa. Imaginem vocês: é um Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Santa Catarina sentado à mesa, dirigindo uma audiência de vocês. Vocês estão entendendo? É porque o Zequinha não pôde estar aqui e porque os outros estão *online* hoje. Se todo mundo estivesse na Casa, nós teríamos mais Senadores sentados aqui hoje.

Então, parabéns pela coragem de vocês. Não desanimem. Eu não estou dizendo aqui que a gente vai dar a vitória para vocês, mas eu estou dizendo aqui que nós vamos acompanhar o que está acontecendo, trabalhando um aspecto. Eu não conheço os argumentos ICMBio. Eles sempre têm argumentos para tudo, eles sempre têm números, dados estatísticos e gráficos. Ô, se tem um órgão que tem gráfico e imagem aérea, é o ICMBio – nossa! –, eles têm técnicos para isso. Mas eu tenho um outro argumento aqui: eu tenho direitos humanos sendo violados. Então eu vou trabalhar em cima, nossa Comissão vai trabalhar em cima desse aspecto, dos direitos de cada um dos senhores.

Voltem para casa, pelo menos com a esperança de que "nós fomos ouvidos". E vou dizer uma coisa: como está tudo parado no Senado, vocês ficaram ao vivo na TV Senado, o Brasil inteiro ouviu vocês. Não tem quem não se emocionou com a história de vocês hoje.

Então, parabéns pela forma como o senhor conduziu.

Deputado Caveira, fico à sua disposição, à disposição de toda a bancada do Pará, da bancada aqui no Senado, na Câmara, para a gente fazer juntos esses dois encaminhamentos. Mas se ainda hoje eles puderem ser recebidos pelo ministério, eu acho que seria um passo bem positivo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora Damares, como sempre, maravilhosa, fazendo importantes contribuições, Caveira, já dando dois encaminhamentos; também, mais cedo, nós pedimos mais um encaminhamento.

Gostaria de passar a palavra, em respeito à Câmara dos Deputados e ao representante do Estado do Pará, ao Delegado Caveira, para suas contribuições, para nós finalizarmos a nossa audiência pública de hoje.

A palavra está com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Para expor.) – Estou muito honrado em estar participando desta reunião, eterna Ministra Damares Alves, nossa Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, e Sr. Senador Jorge Seif, que de forma espetacular assumiu momentaneamente esta Comissão. Quero agradecer também ao Senador Zequinha Marinho, que vem fazendo um trabalho com muita determinação no tocante a essas criações de reservas ambientais no Pará, bem como na Apyterewa e na Terra do Meio.

Agradeço a presença de cada um dos depoentes, testemunhas que viajaram de muito, muito longe para estarem aqui e emocionar todo o Brasil.

Eu percebo, Sr. Senador Jorge Seif, Senadora Damares, que nós estamos à beira do abismo no Brasil. O país está de cabeça para baixo, mas a esperança existe. A senhora trouxe palavras de esperança a esse povo. Não existe noite eterna; as trevas são combatidas com a luz. E eu não tenho dúvidas de que, a partir deste ano de 2026, muita coisa tende a mudar, porque desmascarado está o maior ladrão da República Federativa do Brasil, que fala em alto e bom tom que o agro, o produtor rural, seja grande, pequeno, minúsculo, é fascista, e ele quer achatar e dificultar a vida de cada um dos senhores.

O Senhor, ex-presidiário e condenado em todas as instâncias, Luiz Inácio Lula da Silva, juntando ele, a Marina, também Silva, e o Capobianco, para mim, Excelência, não passam de demônios que estão a todo momento querendo prejudicar alguém.

Quando a bacia leiteira estava, de alguma forma, ganhando dinheiro, o que fizeram? Importaram o leite. Após, os cacaueiros, inclusive do Estado do Pará, tiveram uma pressão muito grande, porque esses demônios permitiram que cacau viesse da Costa do Marfim – cacau com diversas pragas, que afetou diretamente o preço. Então ele não quer que ninguém produza e ganhe nada com as próprias mãos. Eu até cito que esse ex-presidiário faz a espécie do Hitler: ele pega uma galinha, arranca todas as penas dessa galinha e solta num quintal, ela sai sangrando correndo; depois ele joga um grão de milho a cada tempo e essa galinha volta a comer nos pés deste ditador e comunista, que quer destruir o Brasil de todas as formas, tirando toda a possibilidade de se produzir e de se ter a sua própria subsistência. Ele quer manter as pessoas com bolsa isso, bolsa aquilo, que vale lá para a favela e morros do Rio de Janeiro, mas isso não chega sequer à Terra do Meio. Lá não tem nenhum tipo de bolsa nada, enquanto nas favelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles invadem e recebem todo e qualquer tipo de assistencialismo. Na Terra do Meio são tidos como bandidos, são tratados de qualquer forma.

Fico muito triste, Sr. Presidente, de o Ministério Público Federal, aquele que acusou o Bolsonaro em todas as instâncias, a todo momento, de forma muito diligente, não estar presente nesta audiência. Não é o fiscal da lei o Ministério Público Federal? Diversas denúncias de violação de direitos humanos foram feitas aqui. Cadê o Ministério Público Federal? Quero deixar minha nota de repúdio aqui, diretamente da Câmara dos Deputados Federais: eles deveriam estar aqui, sim.

Eu sei que essas criações de reservas são feitas, geralmente, onde passam aquele sonar, e eles detectam toda a tabela periódica, todos os elementos da tabela periódica em alguns locais. E lá é um local muito rico e que tem todos os tipos de minérios, terras-raras, diamantes, nióbio, grafeno, tudo o que se imaginar tem nessa Terra do Meio. O interesse desses capetas, demônios aí, eu não tenho dúvida, é trabalhar para as ONGs, agendas ambientais, para preservar o subsolo. Não estão preocupados com Amazônia, não estão preocupados com índio, não estão preocupados com floresta, não estão preocupados com nada, querem vender as nossas terras para outros países.

Esse é o objetivo de quererem retirar a D. Zefa, que está lá há mais de 50 anos, imagino, naquela região, onde criou 14 filhos – 14 filhos –, inclusive uma delas é a Valmira, que aqui está presente e deu um depoimento. Eles são parte daquele local. Se de fato existe algum motivo para retirá-los de lá, devem, sim, receber uma indenização prévia e justa, antecipada, para realocar cada um dos senhores que trabalharam e viveram ali 20, 30, 40 anos. Porque existia, algum tempo atrás, do Presidente Médici, para que as pessoas ocupassem a Amazônia – entregar não era a palavra –, o lema "Integrar para não entregar". Vários foram de todos os lugares do Brasil para receberem os seus lotes, inclusive com documentos do Incra. E hoje está acontecendo o que aconteceu na Apyterewa, onde tinha escola, igreja, supermercado, vilas em que eles passaram um correntão e destruíram tudo, e, de forma muito humilhante, retiraram todas as pessoas daquele local, sem indenização, só com mentiras deste Governo, esse desgoverno de um ex-presidiário, que aí está e que só sabe maltratar as pessoas. É um comunista que não respeita as pessoas e muito menos os direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei muito emocionado com alguns depoimentos e sei que todos eles são verdadeiros. As pessoas que lá estão, Sr. Ministro, Sra. Ministra e Senadores, vivem de forma sustentável, nenhum deles é madeireiro que está destruindo a floresta, nenhum deles é bandido que faz parte de algum grupo terrorista ou de narcotraficantes, estão lá apenas para manter a sua subsistência.

São muito importantes os encaminhamentos que serão feitos, inclusive para o Ministério dos Povos Indígenas, como foi muito bem colocado aqui pela nossa Senadora Damares Alves.

Eu acho que já passou do tempo, apesar de a esperança, a meu ver, estar acontecendo a partir das próximas eleições. Nós estamos aqui lutando diuturnamente com os maiores bandidos da República Federativa do Brasil, que já quebraram os Correios, a Petrobras e, no INSS, estão roubando idosos e aposentados. E agora há esse maior escândalo de todos, maior do que 50 Lava Jatos, que envolve quase toda a República e Ministros do STF, inclusive o "ditador da toga", cuja mulher recebe ou está recebendo R$129 milhões para não fazer nada. Eu acho que está sendo, inclusive, Senador, comprado o apoio do Ministro para tentar calar a população de um desvio trilhardário no nosso país.

Nós precisamos lutar, combatê-los. É difícil, tem Senadores fazendo parte dessa trama, dessa roubalheira, dessa corrupção. Há Deputados Federais que aqui nesta Comissão vêm exclusivamente para defender esses bandidos e estão aqui a todo momento defendendo. E aí o Brasil não anda, o Brasil patina, enquanto a corrupção está a todo vapor em nosso país.

Muita coisa há de melhorar. Precisamos ter fé, caminhar, e vocês podem contar comigo no Congresso Nacional. Nós não vamos desviar um milímetro das nossas obrigações, dos nossos deveres.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado, Senadora Damares, por ter nos recebido, e Marcelo Norkey, por ter trazido todas essas testemunhas aqui.

Se preciso for, e eu acho que precisa, iremos também nessa diligência no local.

Que Deus abençoe nossa nação!

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Delegado Caveira.

Nós vamos encaminhar para o fim.

Senadora Damares, vou só fazer um resumo do que nós ouvimos aqui, do que o Brasil ouviu e do que o Brasil viu nesta mesa.

Comentava, antes de a senhora chegar, que existem bons professores e maus professores, bons médicos e maus médicos, bons advogados e maus advogados, bom político e mau político e também, logicamente, bons servidores públicos e maus servidores públicos. Não podemos fazer nenhum tipo de generalização. Não podemos fazer nenhum tipo de juízo. Nosso papel aqui é ouvir depoimentos e testemunhos do que está ocorrendo nessa região.

Pelo que nós ouvimos, desde as 10h da manhã, Senadora Damares – a senhora, que é especialista nesta área –, nós ouvimos dessas pessoas que aqui estão que hoje ocorre abuso de autoridade, abuso de poder, impedimento do direito de ir e vir, violação da dignidade humana, violação da ancestralidade, desintrusão truculenta e violenta, violação de propriedade privada, falta de reparação e compensação pelo uso da Hidrelétrica Belo Monte, violação territorial, impedimento de uso da própria terra.

Por fim, lamentamos e repudiamos a ausência do Ministério Público Federal nesta audiência pública.

Dessa forma, vou sugerir à senhora, enquanto Presidente, e ao Senador Zequinha, como proponente, que façamos uma diligência lá. Já fizemos tantas: já fizemos em Santa Catarina, já fizemos aqui no DF, a senhora fez quantas incursões no Pará, quantas incursões no Maranhão. Para nós ouvirmos não só cinco pessoas, mas vermos ao vivo e a cores o que está acontecendo lá, inclusive com a presença de servidores do órgão para quem mais hoje eles lamentaram e denunciaram o que estão vivendo lá no dia a dia.

Agradeço a presença dos expositores, do Sr. Marcelo, da Sra. Valmira, do Edson, do Wilmar, do Adevaldo. E acima de tudo, Senadora Damares, obrigado pela presença da senhora, que abrilhanta esta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO PAULISTA DE LIMA (*Fora do microfone*.) – Senador, para um pedido que a gente faz, eles levam lá...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode ligar o microfone e falar aí, por gentileza. Tem aí um botãozinho aí que liga.

Pois não.

O SR. RAIMUNDO PAULISTA DE LIMA – Aí um pedido que a gente faz lá dentro tem vezes que vai 90, 120 dias, seis meses, três anos para resolver. Isso aí tem que ter uma pressa para nós também. A gente tem o pedido porque a gente está precisando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está certo.

Senadora, quer comentar algo mais?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu acho que a gente pode hoje também, Senador, encaminhar tudo isso para a 6ª Câmara do Ministério Público da Procuradoria-Geral, porque é a câmara responsável pelos direitos humanos. Então, vamos provocá-los também, o Ministério Público, tentar falar com o PGR, mas já mandar também para a 6ª Câmara.

E quero dizer o seguinte: todos esses encaminhamentos de que eu falei, a gente vai fazer hoje, tá? Então, assim, a gente não vai ter respostas hoje para vocês, mas a gente não vai esperar amanhã. Nós já vamos... A nossa equipe já vai parar ali um pouquinho para almoçar, porque eles merecem almoçar, esse time maravilhoso, mas quero, Seif, mostrar o carinho com que esse time cuidou desta audiência. Você viu?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vi.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha que coisa linda. Olha o encarte. (*Palmas.*) Olha o respeito que a Secretaria deu a essa demanda, com tanto carinho. Detalhou o que cada um vai falar direitinho, recebeu-os com carinho ontem, o que mostra que nós estamos realmente respeitando os senhores como pessoas detentoras de direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês, para nós aqui, têm o mesmo valor que uma autoridade famosa. Esta Comissão é de vocês.

Ainda hoje, a gente vai cuidar dos encaminhamentos. Quanto à diligência, a gente vai precisar muito conversar com o Senador Zequinha, porque ele quer ir. Ele está enfermo, então a gente precisa se organizar com o gabinete dele, com o gabinete do Caveira, mas a gente já vai começar a trabalhar hoje, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Nada mais havendo a tratar, quero agradecer a presença de todos. Quero agradecer à nossa Comissão pelo carinho, pelo respeito, pela condução, pelo apoio. Agradeço à nossa assessoria, à assessoria do Senador Zequinha também.

Ao Senador Zequinha, o nosso forte abraço e estima de melhora de sua saúde.

Agradeço ao Delegado Caveira, à Senadora Damares, mas, acima de tudo, aos moradores daquela região que vieram de tão longe – três horas e meia de barco, três dias num lugar, ônibus, não sei mais o quê. Para eles estarem aqui, Senadora Damares, foi duríssimo. E eles vieram aqui como um pedido de socorro, e este Senado não vai se furtar, esta Comissão não vai se furtar em ajudá-los.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad, Sergio Moro, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Efraim Filho, Carlos Viana, Tereza Cristina, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Laércio Oliveira, Mara Gabrilli, Cid Gomes, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Dra. Eudócia, Fabiano Contarato e Jaques Wagner, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Eliziane Gama, Weverton, Plínio Valério, Zenaide Maia e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Hermes Klann, Jaime Bagattoli, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e vinte e nove minutos e reaberta às onze horas e trinta minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 14, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Indicação aprovada com 12 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 15, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Indicação aprovada com 12 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 16, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Indicação aprovada com 12 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 17, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Indicação aprovada com 12 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 18, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Indicação aprovada com 12 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 19, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Indicação aprovada com 12 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 25, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41/46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO DE SOUZA MONTEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e demais Organismos Internacionais, em Genebra, Confederação Suíça." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observação:** Indicação aprovada com 11 votos favoráveis, 1 voto contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1836, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 9.474, de 22 de julho de 1997, para restringir o acesso ao benefício de prestação continuada (BPC) por parte de solicitantes de refúgio antes da decisão definitiva sobre a solicitação, e para ampliar o acesso ao benefício às pessoas com deficiência." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado de pauta após aprovação do item 7 - extra pauta (REQ 14/2026-CRE, que requer realização de audiência pública para instrução do PL 1836/2025). **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 462, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, assinado em Nova Délhi, em 25 de janeiro de 2020." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 167, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Aprova os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 52, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Grécia." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 61, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Estônia." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 12, de 2026** que: "Requer Audiência Pública para debater sobre a regulação do setor de minerais críticos - Terras Raras." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado REQ 13/2026-CRE, extrapauta, que requer o aditamento da lista de convidados aprovada no REQ 12/2026-CRE. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 14, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública para instrução do PL 1836/2025" **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 13, de 2026** que: "Requer o aditamento de convidados à Audiência Pública objeto do REQ 12/2026-CRE" **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Nelsinho Trad**
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/20

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS**

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Muito bom dia.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 7ª Reunião, Extraordinária, 20 de maio de 2026, quarta-feira.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião da Comissão, ocorrida em 16 de abril.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. Vai à comunicação.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, estarão disponíveis para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro solicitar a autuação dos referidos documentos. Findo o prazo sem manifestação, os documentos serão arquivados.

Finalidade da reunião: conforme a pauta publicada, a primeira parte destina-se à apreciação da indicação de sete embaixadores para postos no exterior; a segunda parte destina-se à apreciação de projetos.

A reunião é aberta à participação da sociedade no Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Conforme todos sabem, a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de uma das duas urnas de votação secreta. Cada sabatina começa com a leitura do respectivo relatório pelo Relator e, em seguida, é concedida a palavra ao indicado, por até dez minutos, para sua exposição inicial. Por fim, será realizada a votação e, em seguida, a apuração.

Consulto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras se as interpelações dos sabatinados serão feitas em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, passemos às sabatinas em reunião aberta.

Damos as boas-vindas aos Srs. Embaixadores: Marcelo Paz Saraiva Câmara, Olyntho Vieira e Ricardo de Souza Monteiro.

Peço que possam se sentar aqui ao meu lado, no respectivo local de cada um.

E, participando de forma remota, os Srs. Embaixadores: João Batista do Nascimento Magalhães, Paulo Roberto Soares Pacheco, Ricardo André Vieira Diniz e Fabio Vaz Pitaluga. (*Pausa.*)

De forma meritória, por ter chegado primeiro, vamos começar com o Senador Mourão. (*Pausa.*)

O Fabio Vaz Pitaluga... Ele está no jeito? (*Pausa.*)

Então, vamos começar com o Senador Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente, nós vamos com o Ricardo de Souza Monteiro, do qual eu sou o Relator, e, daqui a pouco, eu já aviso quem que vai ser o próximo.

**1ª PARTE**

**ITEM 6**

**MENSAGEM (SF) N° 19, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*INDICADO FALARÁ POR VIDEOCONFERÊNCIA*

Com a palavra o Senador Hamilton Mourão, para relatar Fabio Vaz Pitaluga, que vai para a Albânia.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, bom dia, Srs. Embaixadores, senhoras e senhores que nos acompanham aí pela nossa TV Senado, muito me apraz relatar o Embaixador Fabio Vaz Pitaluga, nascido na cidade do Rio de Janeiro, bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica.

Ingressou na carreira diplomática em 1990; concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1998; no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2006, apresentou a tese "Compras governamentais. Negociações na Área de Livre Comércio das Américas. Desafios e implicações para o Brasil".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi agraciado com a Ordem de Rio Branco, com a Medalha General Plínio Pitaluga e com a Medalha do Exército Brasileiro.

Terceiro-Secretário em 1990, Segundo-Secretário em 1995, Primeiro-Secretário em 2001, Conselheiro em 2005, Ministro de Segunda Classe em 2009, Ministro de Primeira Classe em 2020.

Entre as atividades exercidas pelo indicado ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se a de Chefe da Divisão do Mar, da Antártida e Espaço; a de Assessor Especial de Assuntos Internacionais da Presidência da República; a de Ministro-Conselheiro em Moscou; e a de Ministro-Conselheiro em Damasco, Síria. Desde 2022, exerce a chefia da missão brasileira em Ierevan, na Armênia.

Em atendimento às normas, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário em relação à República da Albânia.

A Albânia é uma república parlamentarista de geografia montanhosa, situada na Península Balcânica, no sudeste da Europa. Tem área total de cerca de 30 mil quilômetros quadrados, aproximadamente o mesmo tamanho do Estado de Alagoas, e uma população de aproximadamente 2,8 milhões de pessoas.

Com uma longa história, o país, cujo nome significa "terra da águia", atravessou instabilidade política no século XX, assim como grande parte dos Balcãs. A Albânia declarou independência em 1912, passou por breve regime monárquico, sendo invadida e tornada colônia pela Itália, em 1939.

Adotou regime comunista após o final da Segunda Guerra Mundial... Seu líder, o Enver Hoxha, era o guru do Partido Comunista do Brasil, viu, Senador Amin? O senhor que é um historiador... Após período de instabilidade política e econômica, consolidou-se e projetou-se institucionalmente um país moderno.

Sua política externa tem como diretriz a elevação da posição do país no chamado "Ocidente", aderindo à Otan e visando aceder à União Europeia.

Lá, há um quartel-general avançado das Forças Especiais dos Estados Unidos da América, localizado na capital da Albânia, em Tirana. No que tange ao aparente alinhamento ocidental, outro fato digno de menção é que a Albânia é, desde 2013, incentivada pelos países ocidentais, sede do partido laico Organização dos Mujahidin do Povo Iraniano, de orientação republicana e de frontal oposição ao atual regime teocrático do Irã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relação do Brasil é incipiente e tem-se intensificado. Em 2009 e 2010, foram instaladas as representações diplomáticas permanentes. Há dez atos bilaterais firmados, que versam sobre comércio, cooperação agropecuária, academias diplomáticas, entre outros temas.

O intercâmbio comercial ainda é modesto. Em termos gerais, a corrente de comércio vem crescendo, liderada pelas vendas brasileiras de produtos de origem animal. Com relação ao ano de 2023, os dados disponibilizados apontam que o Brasil exportou cerca de US$100,5 milhões, gerando um superávit de mais de US$96 milhões para o Brasil.

Nesse cenário, vislumbramos espaço para incremento da pauta exportadora brasileira. Esforços realmente têm sido feitos para que a gente exporte produtos com maior valor agregado. Destacamos a questão da Embraer, com seus produtos, que podem ser exportados lá para a Albânia.

Na Albânia, o Brasil dispõe de dois consulados honorários, um responsável pela região sul e outro responsável pela região norte, que prestam auxílio consular aos cerca de 50 brasileiros residentes no país.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório. Contudo, Presidente, eu queria destacar que o Fabio Vaz Pitaluga é filho do General Plínio Pitaluga, colega, da Escola Militar do Realengo, do meu pai. Ambos combateram juntos na Segunda Guerra Mundial, o General Pitaluga, herói brasileiro na Força Expedicionária Brasileira. Muito me apraz, então, relatar o Embaixador Pitaluga.

É o relatório, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Hamilton Mourão pela leitura do relatório do Embaixador Fabio Vaz Pitaluga.

Passamos a palavra neste momento ao Embaixador Fabio Vaz Pitaluga pelo tempo de dez minutos. Ele está remoto.

**O SR. FABIO VAZ PITALUGA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad; Sr. Relator, Senador General Hamilton Mourão, cujas palavras, tão gentis e generosas, muito agradeço; Sras. Senadoras, Srs. Senadores, apresento meus cordiais e respeitosos cumprimentos a V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento, ademais, os senhores Embaixadores, colegas e grandes amigos que participam hoje, também, desta sabatina.

Retorno hoje, com prazer e renovado entusiasmo, pela terceira vez, a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, desta feita para submeter à consideração de V. Exas. meu nome, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia. Muito agradeço ao Senhor Presidente da República pela designação e confiança e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pelo constante apoio.

Sr. Presidente, como disse o Senador Hamilton Mourão, a Segunda Guerra Mundial foi um momento definidor para a Albânia. Os efeitos foram profundos, houve total destruição da ordem social, política e econômica vigentes antes da guerra. A crescente pressão fascista culminou na invasão italiana de abril de 1939, sob o regime de Mussolini, levando o rei da Albânia ao exílio e à incorporação do país ao reino da Itália.

A ocupação italiana durou até 8 de setembro de 1943, quando foi substituída, de imediato, pela ocupação nazista, marcada pela forte repressão e pela intensificação da resistência armada. A retirada alemã, em 29 de novembro de 1944, abriu o caminho para a vitória do movimento comunista de resistência liderado por Enver Hoxha, que estabeleceu um Estado de partido único, caracterizado pelo isolamento internacional, modelo econômico centralizado, forte aparato repressivo e rígido controle interno durante mais de quatro décadas. Hoxha faleceu em abril de 1985, mas seu regime perdurou até o início dos anos 90.

O colapso do regime inaugurou uma nova fase de transição democrática, resultando nas primeiras eleições multipartidárias, realizadas em março de 1992, que trouxeram esperanças eufóricas à população. A transição democrática não produziu, no entanto, estabilidade imediata. O país ingressou na democracia sem instituições sólidas, sem economia funcional e com expectativas sociais extremamente elevadas. As reformas iniciais do governo de então conviveram com alta inflação, alto desemprego e forte crise de confiança, culminando no colapso dos esquemas financeiros de pirâmides em 1997, episódio que quase levou a uma guerra civil e apenas foi contido com o apoio internacional, por meio de uma força multinacional de paz.

A Albânia tem vivido uma alternância entre os dois grandes partidos, o Partido Democrático e o Partido Socialista, num ambiente político altamente polarizado. Os anos 2000 trouxeram avanços graduais: aproximação com a União Europeia, estabilização macroeconômica e adesão à Otan, em 2009. Nas eleições de 2013, o Partido Socialista retornou ao poder, tendo obtido, desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, sob a liderança do Primeiro-Ministro Edi Rama, quatro vitórias eleitorais consecutivas, sendo que a mais recente ocorreu em 11 de maio de 2025.

O período recente combina avanços e desafios: há compromisso da Albânia de longo prazo com a integração europeia, e negociações formais de adesão estão em curso. Ao mesmo tempo, persistem sérias questões estruturais que vêm sendo enfrentadas pelo governo. Hoje, a Albânia é uma jovem democracia orientada para o Ocidente, que vem buscando consolidar seus avanços e reformas e aproximar-se dos padrões políticos e institucionais europeus. Sua economia vem crescendo de forma consistente para os padrões regionais, apoiada no dinamismo do turismo, no consumo interno e em políticas macroeconômicas prudentes.

Sr. Presidente, as relações diplomáticas entre o Brasil e a Albânia foram estabelecidas em abril de 1961. Completamos, portanto, recentemente, 65 anos de relações diplomáticas. Noto que o Brasil é o único país latino-americano com embaixada residente na Albânia, e a Albânia, por sua vez, tem no Brasil a sua única embaixada residente na América Latina e no Caribe. As relações diplomáticas entre os dois países são fluidas e cordiais, marcadas pelo intercâmbio de algumas visitas ministeriais, pela colaboração e entendimento em fóruns multilaterais, pela assinatura de alguns instrumentos normativos, pela troca de apoios em eleições para órgãos multilaterais e pela convergência na agenda internacional.

Noto, ademais, que já ocorreram três visitas de Ministros das Relações Exteriores da Albânia ao Brasil: em maio de 2000, em outubro de 2011, e em novembro de 2015. Da parte do Brasil, a única visita de alto nível à Albânia foi a do então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, em março de 2012.

Sr. Presidente, o Brasil tem participação modesta, mas crescente no comércio exterior da Albânia, fortemente concentrado, por razões naturais, no mercado europeu. Os dados indicam, porém, que tem havido crescimento consistente e estável das exportações brasileiras. Apenas para ficar nos últimos três anos, noto que, em 2023, as exportações brasileiras para a Albânia foram de US$100 milhões; em 2024, foram de US$101 milhões; e, em 2025, houve um crescimento significativo, quando nossas exportações atingiram o patamar histórico de US$125 milhões. No mesmo ano, as importações brasileiras da Albânia foram de US$2,6 milhões, com fluxo comercial bilateral, portanto, de US$127,6 milhões.

Noto ainda que, em 2025, as exportações brasileiras de carne bovina para o mercado albanês totalizaram US$56,9 milhões, correspondendo, assim, a 45,5% do total exportado. Logo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguir, vieram as exportações de carnes de aves e as exportações de carne suína. Em conjunto, esses três produtos responderam, em 2025, por 87% das exportações brasileiras para o mercado albanês.

Sr. Presidente, ressaltaria a seguir apenas alguns elementos do planejamento estratégico para a embaixada do Brasil na Albânia: um dos aspectos essenciais será o de trabalhar para a diversificação e a dinamização do comércio bilateral e o estabelecimento de mecanismos de diálogo na área de comércio e investimentos com o envolvimento dos setores privados dos dois países.

Apoiarei, ademais, os esforços de atualização dos acordos sanitários relativos ao comércio de carnes assinados em março de 2012, tendo em vista as mudanças normativas decorrentes do processo de adesão ora em curso da Albânia à União Europeia e seu possível impacto sobre as exportações brasileiras.

Considero, ademais, de fundamental importância o fortalecimento do diálogo político e diplomático. Portanto, uma das prioridades da minha gestão será a implementação do memorando de entendimento sobre consultas políticas assinado em Brasília em outubro de 2011. Até o momento, transcorrido tanto tempo, noto que nenhuma reunião foi realizada. Há expectativa, no entanto, de que a primeira reunião venha a ser realizada nos próximos meses. O mecanismo de consultas políticas confere a moldura necessária para a sistematização do diálogo de alto nível entre os dois países em termos bilaterais, regionais, multilaterais e globais.

Sr. Presidente, darei especial atenção, ademais, ao fortalecimento do diálogo entre o Congresso Nacional e o Parlamento da Albânia e, como faço em todos os postos, manterei diálogo frequente com as lideranças parlamentares albanesas. Noto que o Grupo Parlamentar de amizade Brasil-Albânia foi criado pela Resolução 40, de 2013, da Câmara dos Deputados. No momento considerado o mais adequado, a Câmara saberá encontrar o melhor caminho para a instalação do grupo e a indicação de seus membros.

Noto, ademais, possibilidades de cooperação em ciência, tecnologia e inovação. Para tanto, pretendo projetar a imagem do Brasil como ator responsável e qualificado na exportação de bens, serviços e processos tecnológicos inovadores e ator interessado na cooperação em ciência, tecnologia e inovação e atração de investimentos.

Vejo, ademais, Sr. Presidente, possibilidades de cooperação na área de defesa. Como disse o Senador Mourão, há possibilidade de venda de equipamentos militares brasileiros para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Albânia, que já manifestou interesse em conhecer as vantagens técnicas e estratégicas das aeronaves da Embraer.

Sr. Presidente, para o Brasil, será essencial acompanhar de perto os desdobramentos políticos e estratégicos das reformas que vêm sendo implementadas na Albânia, fortalecer o diálogo bilateral e apoiar a cooperação em organismos multilaterais. A Albânia tem buscado consolidar suas reformas, fortalecer a sua integração europeia e ampliar a sua projeção regional. É um país cuja relevância nos Balcãs Ocidentais tem crescido de forma consistente, o que abre espaço concreto para o aprofundamento de iniciativas com o Brasil. Modernizar e dinamizar a agenda bilateral nos seus mais diversos aspectos será essencial para que possamos construir uma relação mais ampla e mais bem estruturada, capaz de gerar benefícios mútuos.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esses são alguns dos elementos centrais que irão orientar a minha gestão à frente da Embaixada do Brasil na Albânia caso venha a merecer o apoio e a confiança de V. Exas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Embaixador Fabio Vaz Pitaluga a sua apresentação, muito bem objetiva em relação à Albânia e à sua proposta de trabalho como representante do Estado brasileiro naquele país.

Informo as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que já podem votar e que as cabines de votação estarão abertas.

Anuncio o item 4 da pauta: indicação do nome do Sr. Olyntho Vieira, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

Há a relatoria do Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra ao Relator Senador Esperidião Amin, pelo prazo de cinco minutos, para suas considerações iniciais e breve resumo do seu relatório.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, queria saudar os nossos convidados e sabatinados aqui da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cumprimentar o Senador Sergio Moro e V. Exa., Senador Hamilton Mourão, que muito bem substitui o nosso amigo Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já apresentei o relatório e farei aqui as observações mais singelas.

Primeiro, o nosso indicado, o Sr. Olyntho Vieira é Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do nosso Ministério das Relações Exteriores e tem uma trajetória brilhante, como todos os profissionais egressos do Instituto Rio Branco, que tanto nos orgulham, integrando o nosso corpo diplomático.

O que eu posso dizer, resumidamente, é que o país Belize obteve a sua independência em 1981, pertence à Commonwealth, sendo o Rei Carlos III o chefe de Estado. O Poder Legislativo é bicameral, composto por um Senado de 12 membros e uma Câmara de Deputados com 31 membros.

Os vínculos com Belize são característicos da dimensão do país, dos seus interesses, e o principal eixo do relacionamento bicameral é o da cooperação humanitária, caracterizada pela doação ocasional de medicamentos e alimentos.

Após a criação da coordenação de cooperação humanitária da Agência Brasileira de Cooperação em 2017, o Brasil fez doações à Belize em apoio às vítimas de furacão e, na área da saúde, na forma de doações de álcool em gel, em apoio ao combate à covid-19, e de vacinas.

No que tange a relações econômico-comerciais, em 2025, a corrente de comércio bilateral correspondeu a 14,2 milhões de dólares, com um saldo favorável ao Brasil de 13,6 milhões. O reduzido tamanho do comércio do mercado belizenho, os custos e dificuldades de transporte marítimo e a concorrência de exportadores mexicanos, chineses e norte-americanos constituem os principais óbices para a dinamização do comércio bilateral.

A comunidade brasileira em Belize é reduzida, estimada em cerca de 40 pessoas. Não obstante, registra-se crescimento do número de cidadãos brasileiros detidos por imigração irregular ao país, fenômeno associado à exigência de visto de entrada, imposta pelo México, que passou a redirecionar fluxos migratórios irregulares de brasileiros para rotas alternativas pela América Central.

É, portanto, uma situação que requer atenção, e essa atenção tem que ser promovida por alguém com preparo, como é o caso do indicado, Sr. Olyntho Vieira.

É o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Esperidião Amin pela leitura do relatório.

Passo a palavra...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente... (*Falha no áudio.*)

eu gostaria de reiterar o pedido de abertura do painel. (*Fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim. Conforme solicitação feita da abertura do painel, submeto à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu submeto à votação se a gente pode abrir o painel, uma vez que os relatórios já foram distribuídos.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino que se abram os painéis para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Vamos passar, então, a palavra para o Embaixador Olyntho Vieira, aqui ao meu lado direito. V. Exa. tem dez minutos. Com a palavra.

**O SR. OLYNTHO VIEIRA** (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad; Exmo. Sr. Relator, Senador Esperidião Amin; Exmas. Sras. Senadoras; Exmos. Srs. Senadores; senhoras e senhores, desejaria, de início, agradecer ao Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ministro Mauro Vieira, pela indicação de meu nome para exercer a função de Embaixador do Brasil em Belize, o que muito me honra e o que me comprometo a exercer com a máxima dedicação e interesse.

Inicialmente, Belize é um dos menores países do mundo. Tem um território de apenas 22,9 mil quilômetros quadrados e população de 308 mil habitantes. É também um dos mais jovens países do mundo, tendo consolidado sua independência no final do século XX, em setembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1981. Situado na América Central, faz fronteira com Guatemala e México e é um país que apresenta sérias e fortes singularidades em relação a seus vizinhos.

A principal diferença é que se trata do único país centro-americano de colonização britânica. Isso significou a imposição do inglês como língua oficial e um relacionamento externo privilegiado com a metrópole, sob a alegação de semelhanças culturais e étnicas, com o objetivo de evitar alianças anticolonialistas com os vizinhos do Caribe.

Outra peculiaridade de Belize diz respeito à sua composição étnica, decorrente da política externa inglesa. O país sofreu intensos fluxos migratórios de diversos países hispânicos e recebeu muitos estrangeiros, não só da Europa e África, mas, sobretudo, de regiões próximas, em decorrência de suas crises políticas ou econômicas.

Ainda no início do século XIX, afluíram ao país numerosos refugiados da Guerra das Castas de lucatã, principalmente mestiços maias e queqchi. Somados aos garífunas, mestiços negros com indígenas caribenhos vindos de São Vicente e Granadinas, eles duplicaram a população.

Em fins do mesmo século, assistiu-se à chegada de imigrantes indianos e chineses. Durante os anos 1980 e início de 1990, emigrados da opressão econômica e política da América Central, chegaram ao país.

A quarta grande corrente migratória, na década de 1990, veio do Haiti. Tal afluxo de imigrantes transformou Belize em um dos países mais diversificados étnica e culturalmente da América Central. Por esse motivo, apesar do idioma oficial, a maioria da população fala espanhol.

As relações políticas entre o Brasil e Belize são marcadas pelo interesse da parte belizenha em engajar o Brasil nos planos bilateral e multilateral, por meio de mecanismos de diálogo político e mecanismos de cooperação, como o Caricom e o Sica, que é o Sistema de Integração Centro-Americana.

Belize busca beneficiar-se de sua condição de ponte entre o Caribe e a América Central para expandir as possibilidades de cooperação com o Brasil, em especial nas áreas da agropecuária e de mudanças climáticas, tema que é particularmente importante, dada a vulnerabilidade dos seus ecossistemas. Destacam-se ainda as perspectivas de cooperação em áreas tais como segurança alimentar, saúde, controle migratório e energias renováveis.

Brasil e Belize mantêm um diálogo fluido na área de candidaturas a posições de organismos multilaterais. Cabe registrar que, por dispor de quadros bastante limitados em função de suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dimensões, o apoio belizenho ao Brasil é numericamente superior ao apoio brasileiro a candidaturas belizenhas.

No que tange às relações econômico-comerciais, nota-se que as modestas dimensões do país são um fator limitante à sua participação nos fluxos internacionais de comércio e de investimento. Com efeito, com uma economia restrita à exportação de produtos primários e de serviços, particularmente nas áreas de turismo e de *call centers*, a balança comercial bilateral é fortemente favorável ao Brasil. As exportações brasileiras compõem-se principalmente de máquinas e equipamentos agroindustriais, derivados de petróleo, concentrado de suco de laranja. Em contrapartida, as exportações belizenhas limitam-se, em sua maior parte, a artigos de vestuário. O superávit em relação ao Brasil é efetivamente muito importante.

No campo da cooperação técnica, a parte belizenha tem demonstrado grande interesse em receber cooperação brasileira, porém, até o presente, não há registro de projetos bilaterais. Talvez a principal explicação para essa questão resida no fato de que o Governo do país espera a cooperação internacional nos moldes clássicos, em que o país doador aporta recursos financeiros e humanos para a realização de projetos de desenvolvimento. O modelo adotado pelo Brasil, por outro lado, privilegia a transferência de tecnologia e de conhecimento, com vistas ao desenvolvimento institucional e à formação e capacitação de quadros técnicos. Os poucos casos bem-sucedidos referem-se a projetos trilaterais de cooperação, com a participação de organismos internacionais, tais como Pnud, FAO, OIT e Unesco, nas áreas de alimentação escolar, energia rural e combate ao trabalho infantil.

Ainda, como já mencionado pelo Relator, o campo de cooperação humanitária é especialmente importante num país frequentemente atingido por desastres naturais, como furacões e tempestades tropicais. As doações de vacinas, de medicamentos, de alimentos e de bens de consumo para atender às necessidades urgentes da população nos períodos posteriores à ocorrência de desastres naturais são especialmente bem recebidas pelas autoridades e população.

Em linhas gerais, é o que eu poderia dizer a respeito de Belize. Acrescentaria que, na questão do ponto de vista econômico e tudo mais, as relações obviamente tendem a ser limitadas, em função do desequilíbrio de dimensões. Estamos falando de um país continental e de um país bastante modesto, cujo território equivale a Sergipe. Mas a posição de Belize no Caribe, a sua inserção entre a América Central e o Caribe e por ser uma área politicamente importante faz com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o país seja um importante ponto de observação e de avaliação dos movimentos internacionais na área, sobretudo na área de segurança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Agradeço ao Embaixador Olyntho Vieira.

Vamos avançando.

Peço desculpas pela dinâmica, que está um pouco alterada hoje. A gente está recebendo o CEO, o Executivo das Américas do TikTok, que veio fazer uma visita para a gente aqui, e ele tem horário para sair, daqui a pouco.

Vamos avançar com a indicação do nome do Sr. Ricardo de Souza Monteiro.

**1ª PARTE**

**ITEM 7**

**MENSAGEM (SF) N° 25, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41/46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO DE SOUZA MONTEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e demais Organismos Internacionais, em Genebra, Confederação Suíça.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Nelsinho Trad

**Relatório:** Pronto para deliberação

Avoquei a relatoria para a minha pessoa e peço permissão aos colegas para que eu possa ler daqui mesmo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da República submeteu à apreciação do Senado a indicação do Ministro de Primeira Classe Ricardo de Souza Monteiro, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e demais organismos internacionais, em Genebra, Confederação Suíça.

As tramitações preencheram todos os requisitos regimentais.

Ricardo de Souza Monteiro graduou-se em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1986. Tornou-se Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Católica na Bélgica. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Também frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e o Curso de Altos Estudos, no qual defendeu a tese: "As barreiras sanitárias à carne bovina brasileira" – muito atual até nos dias de hoje.

Na carreira diplomática, tornou-se Terceiro-Secretário em 1995 e Segundo-Secretário em 2000. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 2005; a Conselheiro em 2008; a Ministro de Segunda Classe em 2013; e a Ministro de Primeira Classe em 2023.

A mensagem presidencial veio acompanhada, também em observância das normas do Regimento Interno do Senado Federal, preenchendo todos os requisitos.

Genebra, na Suíça, mais precisamente o Palácio das Nações, abriga a segunda maior sede da Organização das Nações Unidas, na qual se encontram, entre outros, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial da Saúde e a Organização Mundial do Comércio.

A Delegação Permanente do Brasil junto à Liga das Nações foi a primeira missão diplomática brasileira permanente, com *status* de embaixada, junto a uma organização internacional. Ela foi estabelecida em 1924 na cidade de Genebra.

Além de órgãos, programas e agências das Nações Unidas, Genebra sedia outras organizações internacionais independentes do sistema ONU, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, criado em 1859, que hoje se destaca como um dos principais órgãos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, declarando-se como uma organização independente e neutra que assegura a proteção humanitária e a assistência às vítimas de conflitos armados e de outras situações de violência. Vale dizer que o Brasil ratificou grande parte dos tratados de direito internacional humanitário, como as Convenções de Genebra, seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três protocolos adicionais e os Estatutos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Ademais, o Brasil mantém diálogo estratégico com o comitê.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Concedo, neste instante, a palavra ao Sr. Embaixador Ricardo de Souza Monteiro, indicado para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e demais organismos internacionais em Genebra, Confederação Suíça.

V. Exa. dispõe de dez minutos. Com a palavra.

**O SR. RICARDO DE SOUZA MONTEIRO** (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente e Exmos. Senadores e Senadoras.

Inicialmente, gostaria de agradecer a presença de V. Exas. Cumprimento especialmente o Senador Nelsinho Trad, aqui do meu lado, Presidente desta Comissão e Relator da minha indicação.

É uma honra apresentar-me diante desta Comissão e participar de interação tão importante para a diplomacia brasileira. Sou muito grato pela confiança depositada em mim pelo Senhor Presidente da República e pelo Ministro Mauro Vieira, ao indicar o meu nome para a Delegação Permanente junto aos organismos internacionais sediados em Genebra. Caso eu venha merecer a aprovação de V. Exas., desempenharei minha missão com grande entusiasmo.

Criada em 1924, a Delegação do Brasil em Genebra é a mais antiga missão multilateral brasileira e um ponto de grande importância e sensibilidade para a nossa diplomacia. Isto porque Genebra é a segunda maior sede das Nações Unidas e reúne expressivo número de organizações internacionais, agências especializadas e secretariados de convenções de que o Brasil é parte.

Como mencionado pelo Sr. Presidente em seu relatório, a Delegação do Brasil em Genebra acompanha uma ampla agenda que abrange temas como direitos humanos, saúde, trabalho, migração e refúgio, política humanitária, ciência e tecnologia, meio ambiente, cooperação interparlamentar, entre outros.

Sr. Presidente, diante da premência do tempo, nestes dez minutos de exposição, minha ideia seria oferecer um breve panorama das funções dos principais órgãos de Genebra, da participação do Brasil nesses foros, bem como dos desafios, e algumas linhas propositivas de atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começamos pelo Conselho de Direitos Humanos. É o principal órgão das Nações Unidas para a promoção e proteção dos direitos humanos. O Conselho se reúne três vezes por ano, em sessões ordinárias, geralmente nos meses de março, junho e setembro. Podem ser convocadas sessões extraordinárias para tratar de crises humanitárias ou graves violações de direitos humanos.

Um importante mecanismo do Conselho de Direitos Humanos é a revisão periódica universal, que também se reúne três vezes ao ano. Esse mecanismo avalia a situação dos direitos humanos de todos os 193 países membros das Nações Unidas, em ciclos de aproximadamente quatro anos e meio. Todos os países são avaliados, sem distinção, promovendo a igualdade de tratamento. Para o Brasil, é um instrumento particularmente importante para assegurar imparcialidade, não seletividade e legitimidade da atuação do órgão.

Além disso, para monitorar, conter e prevenir violações, o Conselho de Direitos Humanos conta com os chamados procedimentos especiais, que assumem diferentes formatos, desde mandatos técnicos até mandatos por país. Esses especialistas viajam ao país concernido, preparam relatórios, baseados em evidências, e fazem recomendações.

No caso do Brasil, mantemos o convite permanente aos procedimentos especiais e às relatorias. Essa postura é reconhecida internacionalmente e reflete o compromisso histórico do Brasil com os direitos humanos e os mecanismos internacionais de acompanhamento.

O Brasil é um ator importante, propositivo e comprometido com as atividades do Conselho de Direitos Humanos. Mantemos diálogo com todos os países, com diferentes atores governamentais e não governamentais, em linha com a visão universalista de nossa política externa. Temos uma atuação equilibrada e construtiva, o que faz com que, frequentemente, sejamos chamados a construir pontes, viabilizar iniciativas e contribuir para a busca por consensos e soluções. Nossa atuação também se apoia no diálogo com a sociedade civil, que conhece melhor a realidade no terreno e conhece de perto as vítimas e suas necessidades. Esse canal aberto contribui muito para a formulação de respostas mais efetivas e abrangentes. Entre os principais desafios do Conselho, destaco a importância de se evitarem os problemas que comprometeram a credibilidade de sua antecessora, a antiga Comissão de Direitos Humanos, frequentemente acusada de seletividade e politização.

Nesse contexto, o Brasil defende a atuação pautada pela objetividade, imparcialidade e universalismo. Outro desafio importante diz respeito ao atual processo de reformulação do sistema das Nações Unidas, com restrições orçamentárias e revisões de mandatos. A missão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhará para garantir que, neste novo cenário, as prioridades brasileiras sejam contempladas nos programas e atividades do órgão.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, em segundo lugar, gostaria de destacar o trabalho da Organização Mundial de Saúde. É a agência da ONU encarregada de coordenar política de saúde em escala global como um dado bastante amplo. Trabalha em coordenação com diversas entidades que, em conjunto, compõem a chamada arquitetura global de saúde. Entre elas, vamos mencionar o Programa Unaids, especializado na resposta ao HIV/aids, e a Unitaid, voltada ao enfrentamento de doenças em países de renda baixa e média.

O Brasil participa ativamente de todos esses organismos e tem papel reconhecido por suas credenciais na área de saúde, entre as quais se destaca o fato de sermos o único país de nossa dimensão populacional a contar com um sistema público, universal e gratuito de saúde, o SUS. A OMS merece acompanhamento atento da missão, não apenas pelo tema das emergências sanitárias, mas também pelos interesses brasileiros relacionados à saúde pública.

Outra organização de grande relevância é a Organização Internacional do Trabalho, responsável pela formulação de normas internacionais no campo laboral e pela promoção de trabalho decente para todos, mulheres e homens, em condições de liberdade, equidade e segurança. Trata-se de uma organização centenária, criada em 1919, com uma composição única: reúne representantes de governos, empregadores e trabalhadores, todos com voz e voto nas decisões da organização. Esses atores se reúnem anualmente, no mês de junho, na Conferência Internacional do Trabalho. O Brasil tem assento permanente no órgão executivo da organização, pois integra o grupo dos dez países de maior importância industrial, o chamado G10, ao lado de outros como Alemanha, China, Estados Unidos, França, Japão, entre outros.

Nosso país é uma referência em razão de suas políticas econômicas e sociais. Também mantém engajamentos nas negociações e nas iniciativas da organização, em especial aquelas voltadas para a promoção do trabalho decente e da justiça social – temas estratégicos diante de debates sobre os impactos das novas tecnologias e da transformação digital sobre o mundo do trabalho.

Com o aumento dos conflitos internacionais e das crises humanitárias, tem ganhado maior proeminência o trabalho do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), outro órgão acompanhado pela missão em Genebra. Seu escopo de atuação foi progressivamente ampliado e hoje abrange refugiados, deslocados internos e pessoas apátridas, com instrumentos específicos orientando o tratamento de cada uma dessas situações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo dados do Acnur, mais de 117 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a deixar seus lares. O Brasil tem sido reconhecido por políticas pautadas no acolhimento, na solidariedade e na integração das pessoas que chegam ao país, em especial a Operação Acolhida, considerada exemplar pelo Acnur. Além disso, a tradição brasileira de defesa da paz, mediação e respeito ao direito internacional humanitário contribuiu para que o país fosse convidado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha a ser um dos líderes da iniciativa global para fortalecimento do direito internacional humanitário.

Genebra sedia também a União Interparlamentar, fora o diálogo entre Parlamentares de todo o mundo para discutir questões de interesse comum, como a promoção da paz e da democracia. O Brasil sempre se apresenta com delegação expressiva e substantiva e, caso aprovado, terei a grande honra de recebê-los em Genebra.

Em conjunto, essas agendas demonstram que os debates conduzidos em Genebra transcendem a esfera técnica e possuem um impacto crescente sobre a governança global, a formulação de políticas públicas nacionais e a definição de padrões e normas internacionais.

Muitos debates contribuirão para moldar o futuro em temas como direitos humanos e novas tecnologias, meio ambiente, transição justa e trabalho do futuro. Além disso, são temas particularmente sensíveis, uma vez que violações de direitos humanos suscitam reações importantes, inclusive da opinião pública.

O trabalho exige, portanto, estar atento em várias frentes e, diante da necessidade de tomar decisões, avaliando cuidadosamente diversos fatores, muitas vezes considerando interesses contrapostos, buscar identificar caminhos e soluções com maior potencial de produzir efeitos concretos e positivos no terreno.

Hoje vivemos um duplo desafio: ao mesmo tempo em que cresce a demanda pelo trabalho conduzido por órgãos como o Conselho de Direitos Humanos, a OMS e o Acnur, em razão do aumento dos conflitos internacionais, observa-se clara retração do multilateralismo e dos recursos disponíveis para esses organismos internacionais.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, temos, diante de nós, o desafio de garantir que as prioridades brasileiras sejam contempladas nesse novo cenário. Caso eu tenha a honra de ser aprovado, trabalharei para manter os temas prioritários para o Brasil na agenda dos fóruns multilaterais e para assegurar que nossos interesses e posições continuem devidamente refletidos nesses espaços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a atenção a todos, senhoras e senhores, e coloco-me à disposição para perguntas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Embaixador Ricardo de Souza Monteiro a sua exposição.

Comento que o senhor tem uma missão que não é simples. O senhor colocou, na parte final da sua exposição, a questão do multilateralismo hoje, e eu tenho comentado, Embaixador Monteiro, que nós estamos vivendo a era da doutrina He-Man: "Eu tenho a força!". Essa é a realidade. (*Risos.*)

Os organismos multilaterais estão sofrendo com isso aí; então, o senhor terá uma tarefa que não será simples, está bem?

Sucesso na sua tarefa.

**O SR. RICARDO DE SOUZA MONTEIRO** (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Anuncio o item 1 da pauta.

**1ª PARTE**

**ITEM 1**

**MENSAGEM (SF) N° 14, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO MAGALHÃES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*INDICADO FALARÁ POR VIDEOCONFERÊNCIA*

A relatoria será da Senadora Tereza Cristina, mas eu farei esse relatório *ad hoc*.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – O Ministro João Batista do Nascimento Magalhães é nascido em São Paulo, formado em Direito pela Universidade de São Paulo. No Instituto Rio Branco, frequentou os cursos de Preparação à Carreira Diplomática e de Altos Estudos, tendo defendido neste último a tese intitulada "Da Diplomacia do Dólar Forte à Guerra Cambial".

Terceiro-Secretário em 1995, Segundo em 1999; por merecimento, Primeiro-Secretário em 2007, Conselheiro em 2011 e Ministro de Segunda Classe em 2020.

No Brasil e no exterior, destaco as seguintes missões exercidas: Chefe de Gabinete e Chefe da Assessoria de Imprensa do Ministério da Fazenda; Assessor Especial da Presidência do Banco Central do Brasil; Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Washington; Primeiro-Secretário na Embaixada em Assunção; Chefe da Assessoria Internacional do Supremo Tribunal Federal; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Frankfurt; e Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Pequim, desde 2018 até o presente ano. Acredito que já deve estar fluente em mandarim neste momento.

Em relação ao Omã: monarquia situada no extremo sul da Península Arábica, muito mencionada agora nessa questão do conflito entre Estados Unidos e Israel e Irã, nas vizinhanças ali do Golfo de Omã, que dá acesso ao Estreito de Ormuz, por onde circulam 20% do petróleo mundial – atualmente não circula nada, o que se vem estrangulando o comércio mundial dessa *commodity*. Segundo dados do Banco Mundial, 97% da população é alfabetizada e conta com uma expectativa de vida de 80 anos.

O país é bicameral, com uma Câmara Baixa com 85 membros e uma Câmara Alta também com 85 membros não eleitos – essa moda não pode pegar. O Sultanato registrou, de acordo com o Fundo Monetário Internacional, um PIB de US$113 bilhões no ano passado.

Entre os séculos X e XVIII, foi ocupado por diferentes povos, inclusive os portugueses. Ali foi um grande entreposto do comércio português durante o século XV e o século XVI. Com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expulsão dos portugueses, o Sultanato se tornou um império marítimo com territórios no Golfo e no Oceano Índico. No século XIX, passou a ser um protetorado da Grã-Bretanha. Em 1820, unificou-se o Sultanato de Mascate com o Imanato de Omã. A monarquia, assim constituída, recuperou sua soberania apenas em 1951, no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando os países do Oriente Médio, então, foram efetivamente liberados – vamos falar dessa forma.

Somente em 1970 foi adotado o nome oficial de Sultanato de Omã, momento em que foi denominado Renascimento Omani. No período, o país ingressou nas Nações Unidas e se aproximou dos Estados Unidos. É membro fundador do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo.

A economia se caracteriza por um processo consistente de modernização e diversificação. Embora o setor de petróleo e gás ainda desempenhe papel relevante, o país tem buscado reduzir sua dependência de hidrocarbonetos por meio de investimentos em logística, indústria, turismo e energias renováveis.

No campo bilateral, nossos países estabeleceram relações diplomáticas em 1974, quando foi criada a embaixada do país junto ao Sultanato, que funcionava cumulativamente à Embaixada em Jedá, na Arábia Saudita. Considerando a localização estratégica e a importância de Omã na geopolítica regional, a embaixada residente foi instalada no ano de 2008.

Desde então, os dois países, apesar de distantes geograficamente, se aproximaram no tocante à visão e a valores compartilhados. Nesse sentido, vêm fortalecendo sua cooperação política, econômica e cultural de maneira contínua, com fundamento na compreensão e na confiança recíprocas.

Hoje, o Brasil é o principal parceiro de Omã na América Latina, o que se reflete no comércio bilateral, que se intensificou a partir do início deste século, passando de US$27 milhões para US$2,2 bilhões, em 2021. Todavia, no ano passado, tivemos um decréscimo na corrente de comércio, que, no entanto, mostrou-se superavitária para o Brasil em US$400 milhões. Os principais produtos brasileiros são minério de ferro, carnes de aves, açúcar e produtos residuais de petróleo. Importamos fertilizantes, importantíssimos no nosso agronegócio, e óleos combustíveis.

A atuação da Vale no país afeta de forma considerável as exportações brasileiras para Omã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O campo da segurança alimentar, por sua vez, apresenta forte potencial para o fortalecimento das relações bilaterais. Nesse sentido, interessa recordar a presença de importantes empresas brasileiras no Sultanato – BRF Foods, JBS e Vibra –, considerando a relevância do mercado de carne de aves em Omã. Com efeito, ele é calculado em 180 mil toneladas/ano, sendo 100 mil de produtos importados, dos quais cerca de 80% procedem do Brasil.

As empresas brasileiras que exportam carne de frango começam a enfrentar dificuldades em decorrência do plano nacional Visão Omã 2040, por meio do qual se busca maior autossuficiência alimentar omani com substituição de importações.

No plano das nossas importações, verifica-se o predomínio de produtos derivados do complexo de hidrocarbonetos, com destaque para combustíveis e fertilizantes. Nesse domínio, merece realce a circunstância de o Sultanato produzir e exportar fertilizantes do tipo nitrogenado.

Registro, por fim, que a comunidade de brasileiros residente em Omã é estimada em 300 pessoas, que são atendidas pelo setor consular da nossa embaixada.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Concedo a palavra ao Sr. João Batista do Nascimento Magalhães, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã, que falará por videoconferência.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado a exposição é de até 15 minutos.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – O.k., pode ir.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Posso ir?

**O SR. JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO MAGALHÃES** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa noite aqui na China, Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Senadora Tereza Cristina, Relatora da minha indicação; Senador Hamilton Mourão, que fez a leitura do relatório – com ambos eu guardo as melhores lembranças dos nossos esforços comuns aqui na China, quando estiveram aqui –; Senadoras e Senadores integrantes da Comissão; colegas diplomatas; senhoras e senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É para mim motivo de honra e orgulho comparecer a esta Comissão como indicado para exercer as funções de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Omã.

Em primeiro lugar, agradeço ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Chanceler Mauro Vieira pela confiança em me indicar para tal função.

Esta Casa é um dos pilares da democracia brasileira. Aqui, os representantes da soberania popular moldam as aspirações e definem os destinos do povo brasileiro. Como servidor público de carreira, venho aqui para aprender e apresentar à apreciação desta Comissão as linhas que norteariam minha atuação à frente da nossa embaixada em Mascate.

Brasil e Omã estabeleceram relações diplomáticas em 1974. Desenvolvemos, ao longo de décadas, um relacionamento maduro, consistente e substantivo. Somos o único país latino-americano a manter uma embaixada residente em Mascate. Brasília é também a única capital latino-americana a acolher uma embaixada permanente de Omã. Trata-se de um relacionamento que, ao longo de 50 anos, vem gerando resultados positivos para os povos dos nossos países.

Partindo dessa base histórica, parecem dadas as condições para um adensamento ainda maior das relações entre o Brasil e o Sultanato de Omã. Essas oportunidades parecem materializar-se em cinco vertentes principais. Peço licença para analisá-las de forma rápida.

Em primeiro lugar, o diálogo diplomático e estratégico. Omã está localizado em uma região estratégica, de fundamental importância para o regime energético e a estabilidade mundial. O Estreito de Ormuz, por onde navega cerca de um quarto da produção mundial de petróleo e gás, situa-se em suas águas territoriais. Hoje, infelizmente, o Oriente Médio como um todo constitui fonte de incerteza para a paz e a economia mundial. Desde o início das hostilidades no Irã, segundo a Unctad, o tráfego pelo estreito registrou queda de 95%. O Prof. Olivier Blanchard, ex-economista-chefe do FMI, chega a calcular que o fechamento prolongado de Ormuz poderia gerar uma retração econômica superior à provocada pela epidemia de covid.

Omã possui uma diplomacia sofisticada e ativa. O país tem uma larga tradição de ação diplomática. Sua política externa emana de duas fontes principais: as lições tradicionais do ibadismo, corrente muito minoritária do islamismo, mais tolerante e menos sectária do que as outras; e a adesão ao princípio da neutralidade ativa, que permite o engajamento em todas as questões, sem a necessidade de definição por um dos lados da disputa. Mascate mantém um diálogo fluido com todos os atores importantes da região, independentemente de suas posições políticas ou religiosas e de seus interlocutores, como israelenses, palestinos, árabes, sunitas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

xiitas, norte-americanos e iranianos. Não por acaso, Omã frequentemente atua como mediador de negociações delicadas. No passado recente, por exemplo, a economia do Sultanato teve atuação marcante no conflito do Iêmen e na negociação entre EUA e Irã.

O Brasil só tem a ganhar ao aprofundar seu diálogo com o Omã. É o que já vem sendo feito: o Chanceler Mauro Vieira esteve em Mascate e manteve contatos telefônicos frequentes com o Ministro omani; nossa embaixada em Mascate foi aberta em 2008 e mantém diálogo permanente com as autoridades locais.

A segunda vertente para que eu gostaria de chamar a atenção, se me permitem, é a vertente comercial. Há potencial para evolução positiva do comércio bilateral.

No ano passado, dados da Secex mostram que o Brasil exportou US$1,2 bilhão para o Sultanato, com superávit comercial de US$400 milhões. O Brasil é a oitava principal origem das importações omanis. Os principais produtos brasileiros foram: minério de ferro, com 57% da pauta, e carnes de aves, bovinos e caprinos, com 15%. Nosso país é responsável por 80% das importações de frango do Sultanato. Os principais produtos que importamos foram: fertilizantes, com 57% do total, e outros derivados do petróleo, com 38%.

O Omã é um país de renda alta, com PIB *per capita* de US$20 mil, o dobro do Brasil. Segundo o Banco Mundial, o Sultanato foi o único país do mundo que, entre 1960 e 2010, evoluiu da categoria de país de renda baixa para o de renda alta.

Superadas as incertezas do cenário econômico atual, existem oportunidades para a expansão do comércio bilateral. O Sultanato vem implementando, como mencionado no relatório, com êxito um grande programa de reformas econômicas, conhecido como Visão Omã 2040. O plano tem três objetivos básicos: diversificar a economia, com diminuição da dependência dos hidrocarbonetos; expandir a participação do setor privado na geração de riqueza; e ampliar a participação e a renda dos omanis no mercado de trabalho local, até agora dominado por trabalhadores estrangeiros.

O FMI e os investidores internacionais avaliam que o plano de transição econômica vem alcançando avanços concretos. Essa tendência permite prever uma extensão da renda doméstica e uma elevação e diversificação do nível de consumo de itens importados, inclusive brasileiros. Pode-se imaginar o aumento do fluxo de produtos já presentes na aposta exportadora brasileira, como proteína animal, mas também o surgimento de segmentos até agora não explorados pelo comércio bilateral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essa razão, a embaixada deve acompanhar e contribuir para as negociações de diversos acordos que levarão a uma abertura ainda maior do mercado omani para as exportações do nosso setor agropecuário. Entre eles, merecem destaque os novos protocolos para a exportação de carnes de aves, bovinos, ovinos e caprinos, bem como arranjos para a venda de bovinos e bubalinos para abate ou engorda e a fabricação de rações.

Existem oportunidades a serem exploradas em outras áreas ainda.

A terceira vertente para que eu gostaria de chamar a atenção são os investimentos. Omã tem sido destino importante de investimentos brasileiros. Como mencionado no relatório, a Vale opera, desde 2008, uma planta de pelotização de minérios de ferro com capacidade de produção anual de 9 milhões de toneladas, destinadas à exportação a outros países da região. Trata-se de um investimento 100% brasileiro, hoje, de cerca de US$3 bilhões, reconhecido pelas autoridades do Sultanato como uma das maiores inversões estrangeiras no país. A Vale está em vias de finalizar, ainda, uma nova operação, calculada em US$5 bilhões, em um megacomplexo industrial de baixo carbono no Sultanato. O projeto deve ser implementado no Porto de Duqm, no sul do país.

O agro brasileiro mantém presença importante em Omã. A BR Foods opera há anos uma cadeia de submissão de carnes de aves no país. Este ano, o conglomerado JBS assinou o contrato de investimento para a produção e vendas de carnes de aves e bovinas no Sultanato. O projeto prevê a constituição de um *hub* de produção de proteína animal em Omã.

Vale ressaltar que uma das operações materializou-se através de uma *joint venture* entre a empresa brasileira e o fundo soberano de Omã. Trata-se de exemplo de uma vertente promissora para o relacionamento bilateral: o papel de Omã como investidor no Brasil.

De acordo com o FMI, Omã é um exportador líquido de capital. Os ativos internacionais dos cidadãos do Sultanato cresceram 8% em 2024, em relação ao ano anterior. O fundo soberano do Sultanato administra ativos na ordem de US$20 bilhões, dos quais apenas 0,7% estão investidos na América Latina.

Os investidores omanis ainda não se juntaram em um internacional de investimentos no Brasil, cristalizados nos ingressos vultosos de recursos dos EUA e da Europa nas bolsas brasileiras, e no fato de o Brasil ter sido o primeiro destino de investimentos diretos estrangeiros chineses em 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há razão econômica para a ausência de recursos do Sultanato no Brasil; a embaixada pretende explorar muito essa vertente do relacionamento. Aliás, já começam a surgir os primeiros sinais de capital omanis no nosso país. Há pouco, o fundo soberano omani anunciou o investimento de alguns milhares de dólares no terminal portuário de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Este é um campo que certamente merecerá a atenção da diplomacia econômica brasileira nos próximos anos.

Como quarta vertente do eventual trabalho da embaixada, eu mencionaria a cooperação técnica e cultural. As reformas em curso na economia do Sultanato também abrem novas oportunidades nessa área. O foco na transição energética é campo a ser explorado. Os avanços brasileiros em energia renovável, em especial nas áreas de produção eólica, solar e hidrogênio verde, podem permitir projetos de cooperação, inclusive no formato bilateral.

Da mesma forma, a *expertise* da Embrapa, por exemplo, que fomenta a produção agrícola, também constitui campo promissor para a cooperação futura. Por exemplo, a empresa brasileira vem discutindo com parceiros do Sultanato cooperação em tecnologia para o controle biológico de pragas que atacam a tamareira, um dos principais produtos agrícolas do Sultanato.

Como quinta e última, mas não menos importante, vertente do trabalho da embaixada em Mascate: o apoio a brasileiros. O apoio a brasileiros, no exterior, é a prioridade de qualquer missão diplomática brasileira. Como eu mencionava, cerca de 350 brasileiros vivem em Omã, concentrados em Mascate e na zona industrial de Sohar, no norte do país. O residente brasileiro tem perfil profissional especializado e valorizado. Inclui executivos, engenheiros, geólogos, pilotos de aviação e médicos.

Com a crise da guerra no Irã, a assistência a brasileiros ganha relevância ainda maior na embaixada em Omã. Caso a situação militar se agrave na região, o Governo brasileiro elaborou um plano de evacuação pelo território de Omã dos cerca de 15 mil brasileiros que vivem nos Emirados Árabes Unidos.

Em termos gerais, Senadores e Senadoras, seriam essas as linhas de atuação que gostaria de submeter à apreciação dos senhores. Como não poderia deixar de ser, gostaria muito de receber sugestões, comentários e perguntas dos senhores – agora e, no exercício de minhas funções como Embaixador, caso venha a ser aprovado por esta Comissão.

Obrigado pela atenção com que me ouviram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Embaixador João Batista do Nascimento Magalhães. Sua exposição em relação às suas tarefas no Sultanato de Omã que, hoje, face à crise do conflito no Oriente Médio, tomou, vamos dizer, uma importância muito grande por sua posição geopolítica e por seu relacionamento aqui com o país.

**1ª PARTE**

**ITEM 3**

**MENSAGEM (SF) N° 16, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Fernando Dueire

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*INDICADO FALARÁ POR VIDEOCONFERÊNCIA*

Passo a palavra ao Senador Fernando Dueire para as suas considerações iniciais e breve resumo do seu relatório, pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes, eu gostaria de fazer um registro de agradecimento por ser distinguido para relatar o Embaixador Paulo Roberto Soares indicado para o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Embaixador Paulo Roberto Soares Pacheco, pela sua carreira diplomática, pela suas qualidades pessoais e profissionais, honra o Estado brasileiro.

Vem ao exame desta Comissão a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Paulo Roberto Soares Pacheco, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão

Nascido no Rio de Janeiro, o diplomata indicado graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1986.

No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1997, e o Curso de Altos Estudos, em 2007. Neste último, apresentou tese intitulada "A terceira via: sua dimensão plurilateral (a Governança Progressista), o protagonismo do Reino Unido e o papel do Brasil entre os 'progressistas em desenvolvimento'".

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1988. Ascendeu a Segundo-Secretário, em 1994, e a Primeiro-Secretário, em 2000; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe, em 2009; e a Ministro de Primeira Classe, em 2019. Todas as promoções ocorreram, Sr. Presidente, por merecimento.

No Exterior, exerceu, entre outras funções, a de Terceiro-Secretário e de Segundo-Secretário na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York, de 1994 a 1997; a de Primeiro-Secretário na Embaixada em Londres, de 2003 a 2006; a de Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires, de 2006 a 2010; a de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, de 2010 a 2015; e de Embaixador do Brasil em Santiago do Chile desde 2020.

O indicado, Sr. Paulo Roberto Soares Pacheco, exercerá o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Cuida-se de monarquia constitucional parlamentar, cuja política tem sido dominada, quase que unicamente, pelo Partido Liberal Democrático (PLD), de viés conservador, desde o ano de sua fundação, em 1955.

Desde o ano de 2023, as relações bilaterais entre o Brasil e o Japão ganharam novo dinamismo: houve intensificação da agenda de visitas de alto nível e isenção recíproca de vistos para viagens de curta duração.

O ano de 2025, quando foram celebrados 130 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, foi intitulado Ano do Intercâmbio e da Amizade Brasil-Japão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi firmado o Plano de Ação da Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão (2025/2030), no qual consta, como tema prioritário, o compromisso mútuo de acelerar os procedimentos para abertura do mercado japonês à carne bovina brasileira. Já as negociações para um acordo de parceria econômica Mercosul-Japão enfrentam resistência do setor agrícola japonês – temos aí um belo desafio.

A maior comunidade japonesa fora do Japão está no Brasil. São aproximadamente 2,7 milhões de pessoas. Por sua vez, a quinta maior comunidade brasileira no exterior encontra-se no Japão.

Importa registrar que o Japão é atualmente o nono maior investidor estrangeiro no Brasil e teve relevante contribuição para a industrialização brasileira, Sr. Presente, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, nos setores de mineração, siderurgia, construção naval, automóveis, eletrônicos, papel e celulose.

Sr. Presidente, fazendo uma síntese de tudo e tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Era o que eu tinha a relatar e muito agradeço, Sr. Presidente, Senador Hamilton Morão.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço, Senador Fernando Dueire pelo seu relatório e concedo a palavra ao Sr. Embaixador Paulo Roberto Soares Pacheco, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão, que falará por videoconferência.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de até 15 minutos.

**O SR. PAULO ROBERTO SOARES PACHECO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentá-lo inicialmente bem como ao Sr. Relator, Senador Fernando Dueire. Ambos nos receberam muito gentilmente há duas semanas em Brasília, a mim e aos meus colegas.

Gostaria de cumprimentar também os demais Senadores e Senadoras desta Comissão; cumprimentar meus colegas embaixadores sabatinados; cumprimentar a todos que nos seguem por via telemática, e, por fim, mas não menos, agradecer ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela confiança na indicação do meu nome para chefiar a nossa Embaixada no Japão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso venha a merecer a confiança desta Casa, comprometo-me, desde já, a desempenhar minhas funções com dedicação, empenho e criatividade.

Sr. Presidente, devido ao tempo exíguo, eu pretendo desenvolver a minha apresentação em cinco blocos de itens. Um primeiro bloco sobre as relações políticas e diplomáticas entre o Brasil e o Japão. Um segundo bloco sobre relações econômicas, comerciais e de investimentos. Um terceiro bloco, relativo a relações de cooperação *lato sensu*, que englobaria cooperação técnica, cooperação em ciência, tecnologia e inovação; cooperação na área de defesa, mineração, energia e meio ambiente. Um quinto bloco sobre temas culturais e educacionais e um sexto bloco sobre temas consulares.

As relações político-diplomáticas entre Brasil e Japão foram estabelecidas em 5 de novembro de 1895. Portanto, no ano passado, nós celebramos 130 anos de relações diplomáticas com o Japão. Essa efeméride foi marcada com uma visita de estado do Presidente da República, em março de 2025.

Conforme o Sr. Relator indicou, o Brasil abriga a maior colônia japonesa fora do Japão, 2,7 milhões de pessoas; e a quinta maior comunidade brasileira no exterior está no Japão, são 211 mil pessoas; e esse elo humano é considerado um dos principais patrimônios das relações Brasil-Japão, ele fomenta o diálogo e a cooperação entre os dois países.

Conforme também destacou o Sr. Relator, nos últimos anos, as relações diplomáticas entre Brasil e Japão têm ganhado um novo dinamismo, que se destaca pela expressiva agenda de visitas de alto nível. A propósito, na segunda-feira, o Sr. Ministro de Estado, o Embaixador Mauro Vieira, esteve em Tóquio para a primeira reunião do Diálogo Estratégico de Chanceleres.

Desde 2014, Brasil e Japão mantêm uma parceria estratégica e global, e, na visita de Estado do Presidente Lula no ano passado, foi estabelecido um plano de ação para o período de 2025-2030 para a execução dessa parceria estratégica e global.

Também desde 2004, Brasil e Japão, juntamente com Alemanha e Índia, fazem parte do chamado G4, que é o grupo que defende uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Por que a relação político-diplomática entre Brasil e Japão importa, sobretudo na conjuntura global atual? Como já foi destacado, inclusive numa sabatina anterior, o sistema internacional contemporâneo atravessa um contexto que muitos analistas descrevem como superposição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crises – ou policrises. Nesse cenário, a interdependência econômica, que deveria unir nações, tem sido empregada, em muitos casos, como um instrumento de pressão: cadeias de suprimentos, sistemas de pagamento, fluxos de dados, mercados de alimentos podem e têm sido utilizados como ferramentas hostis, como armas, num contexto de competição. É o que se batizou, por analistas, como a *weaponized interdependency*, a interdependência armada.

À luz desse diagnóstico, a política externa brasileira deve, portanto, priorizar a construção de alternativas e a multiplicação de parcerias sólidas, e a parceria com o Japão é exatamente isso.

É precisamente perante esse vácuo de previsibilidade que a relação com o Japão ultrapassa sua condição de tradição diplomática e se torna um valioso recurso estratégico. Sem prejuízo das possibilidades de cooperação no terreno internacional tradicional, a relação Brasil-Japão representa um arrimo mútuo num cenário instável. Assim como o Brasil, o Japão é não apenas um defensor dos regimes internacionais, mas se apresenta também como um arquiteto de alternativas viáveis num mundo marcado pela policrise.

As posturas compartilhadas e as necessidades complementares permitem explorar a possibilidade de integração estável em setores fundamentais, em setores estratégicos como semicondutores, comunicações, soluções verdes para a segurança energética, biotecnologia e minerais críticos, criando uma via de mão dupla capaz de reduzir a exposição de ambos os países ao tensionamento geopolítico atual.

Em síntese, a parceria Brasil-Japão consolida-se como um recurso estratégico para a preservação da autonomia nacional frente à desordem sistêmica e aos riscos de usos hostis da interdependência.

No tocante à relação econômico-comercial de investimentos Brasil-Japão. Eu me recordo de que o Japão é o 11º parceiro comercial do Brasil e o 3º principal na Ásia, perdendo apenas para a China e a Índia. No ano passado, o nosso comércio foi de US$11,56 bilhões. Apesar de a gente ter registrado um aumento em relação ao ano anterior de 5,04%, é uma área em que a gente pode avançar bastante.

Em 2011, o nosso comércio bilateral chegou a ser de US$17,3 bilhões. O diagnóstico sobre essa relativa estagnação do comércio bilateral indica que, do lado brasileiro, existe uma concentração da nossa pauta exportadora em seis produtos primários: minério de ferro, café, frango, alumínio, carne suína e soja. Esses seis produtos perfazem 78% das exportações brasileiras para o Japão. E essa concentração torna o desempenho do comércio bilateral altamente sensível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às flutuações nos preços internacionais de *commodities,* também da dinâmica da demanda industrial japonesa, especialmente do setor siderúrgico. Do lado de japonês, a gente identifica a retração da demanda doméstica, o envelhecimento da população acelerado e a reorganização de cadeias produtivas globais, o que tem limitado o crescimento das importações provenientes do Brasil.

Por outro lado, a reorganização das cadeias automotivas com crescente produção local de veículos e componentes no Brasil, pelas próprias montadoras japonesas, vem reduzindo a necessidade de importação direta do Japão nesse segmento.

A ApexBrasil, num estudo elaborado por ocasião da visita de estado, no ano passado, do Senhor Presidente da República – um estudo elaborado juntamente com a Japan External Trade Organization e a embaixada do Brasil em Tóquio – , produziu um material que identifica mais de 360 oportunidades de exportação brasileira do mercado japonês. Os setores de maior potencial identificados incluem combustíveis minerais e óleos de petróleo, materiais em bruto, como minérios de cobre e celulose, produtos alimentícios como milho, trigo, carne suína e bovina, artigos manufaturados, produtos siderúrgicos e pneus.

As principais importações do Brasil provenientes do Japão concentram-se em produtos de alto valor agregado e tecnologia industrial. A pauta é liderada por máquinas, equipamentos de transporte, produtos químicos e autopeças, que são fundamentais para o setor automobilístico brasileiro.

Agora, passando ao setor de investimentos. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o estoque de investimentos do Japão no Brasil alcançou quase US$32 bilhões em 2024, distribuídos entre os setores de indústria de transformação, comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e atividades financeiras de seguros e serviços relacionados.

Os dados do Gaimu-sho, que é o Ministério de Relações Exteriores do Japão, indicam a presença de 631 empresas japonesas no Japão em 2024. O setor automotivo é o que concentra a maior parte do investimento direto japonês na indústria de transformação no Brasil, com destaque para a Toyota, um investimento anunciado de R$11,5 bilhões até 2030, voltado à construção de uma segunda planta em Sorocaba, no Estado de São Paulo.

O plano inclui o desenvolvimento de uma tecnologia híbrida flex e de protótipos movidos a biometano, em demonstração da estratégia de integração entre eletrificação e a matriz de combustíveis renováveis disponível no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A esse propósito, a condição do Brasil como, provavelmente, a única economia no mundo com frota nacional predominantemente *flex fuel* confere ao nosso país um papel estratégico crescente na agenda de descarbonização e de eletrificação das montadoras japonesas. O desenvolvimento no Brasil de protótipos híbridos flex e de veículos movidos a biometano de cana-de-açúcar pela Toyota apresenta uma oportunidade muito importante para a utilização em mercados emergentes de perfil agroenergético similar.

Com efeito, a Mitsubishi iniciou em julho do ano passado um projeto de exportação de veículos, produzidos em Catalão, no Estado de Goiás, para Argentina, Chile, Paraguai e Colômbia, que inclui um plano de investimentos de R$4 bilhões até 2032. Os investimentos das montadoras japonesas indicam um processo crescente de transformação do Brasil de mercado apenas consumidor para uma plataforma regional de produção e exportação.

Uma outra dimensão importante dos investimentos japoneses no Brasil são os chamados conglomerados Sogo Shosha, que constituem um grande pilar dos investimentos diretos do Japão no Brasil. Eles têm uma presença diversificada em setores tais como agronegócio, mineração, energia, petroquímica e infraestrutura logística.

São conglomerados de comércio e investimentos que não têm um equivalente direto na maioria das economias, caracterizados pela atuação *full time* em setores variados e pela capacidade de estruturação de projetos de grande escala por meio de participações acionárias, contratos de fornecimento de longo prazo e redes logísticas integradas. Os cinco principais são Mitsubishi Corporation, Mitsui Corporation, Hitachi Corporation, Marubeni Corporation e Sumitomo Corporation.

No ano do exercício fiscal de 2025, essas corporações tiveram uma receita consolidada global superior a US$306,3 bilhões, um lucro líquido aproximado de US$20,6 bilhões.

Bem, eu teria bastante mais para falar, mas então eu vou passar agora ao acordo de parceria econômica entre o Mercosul e o Japão, que é um tema importante, é um tema que vem fazendo parte da nossa agenda com o Japão já há alguns anos, e que teve um desdobramento importante a partir de 20 de dezembro do ano passado, quando foi lançado o marco da parceria estratégica entre o Japão e o Mercosul.

O Japão é o único mercado grande que ainda não possui um acordo de parceria econômica, um acordo de livre comércio com o Mercosul. Nossa rede de acordos abrange 80% do PIB mundial. Uma primeira rodada de consultas desse marco da parceria estratégica foi realizada em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

27 de janeiro, em Assunção; e uma segunda rodada de consultas foi realizada à margem da 14ª Conferência Ministerial da OMC, de 26 a 29 de março passado, em Iaundé, em Cameroon.

Esse é um tema importante, é um tema que provavelmente terá desdobramentos importantes nos próximos meses, e que certamente concentrará a atenção da embaixada em Tóquio.

Outra dimensão importante também na área econômica e comercial do Japão é na área privada, é o chamado Grupo de Notáveis Brasil-Japão, o Wise Group. A última reunião deles foi em 7 de abril passado, e esta reunião reafirmou a centralidade do Brasil como parceiro confiado para o Japão, para refletir a segurança energética, econômica e alimentar do Japão.

Bom, para concluir, eu vou fazer uma referência aos temas agrícolas. O Japão é o sétimo maior cliente do nosso agronegócio; e, do lado japonês, o Brasil é o sexto maior fornecedor de alimentos para o Japão. E a principal frente atualmente nas negociações com o Japão na área agrícola seria a abertura do mercado japonês para exportação de carne bovina *in natura*.

O Brasil já foi declarado país livre de febre aftosa, sem vacinação, todo o território nacional, mas uma primeira etapa está sendo negociada, a eventual liberação do mercado, a abertura do mercado japonês para alguns estados específicos.

Eu acho que eu concluí aqui a minha apresentação, Sr. Presidente. E fico à disposição, para responder eventuais questões.

Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as considerações do Embaixador Paulo Pacheco.

Senador Sergio Moro, o Embaixador Marcelo pediu para relatar na frente, porque ele tem um compromisso numa outra Comissão. E, como V. Exa. tem, na minha pessoa, o seu Relator *ad hoc*, a gente sempre faz a gentileza de ceder a vez.

Então, de tabela, peço desculpas.

**1ª PARTE**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 5**

**MENSAGEM (SF) N° 18, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade das Bahamas.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Sergio Moro

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*INDICADO FALARÁ POR VIDEOCONFERÊNCIA*

Senador Sergio Moro com a palavra para o relatório.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Como Relator.) – Presidente, contando com a compreensão de V. Exa. e também dos sabatinados, registro aqui o meu apreço ao Itamaraty e vou fazer aqui um relatório sucinto sobre a indicação do Sr. Ricardo André Vieira Diniz, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na comunidade de Bahamas, felicitando o Itamaraty pela aprovação provável de todos os indicados na presente data, dado os seus predicados e qualidades.

Em relação ao Sr. Ricardo, não é diferente, consta aqui no relatório a informação da conclusão do curso de Matemática pelo Montgomery College, nos Estados Unidos da América, em 1977, graduação em Física e Filosofia pela The American University, em Washington – aliás, morei em Washington um período e passava frequentemente em frente à American University. Ficam aqui as minhas congratulações e até uma ponta de inveja, porque também gostaria de ter estudado nesse local.

Tornou-se Mestre em Economia pela mesma instituição em 1982.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1986, ingressou no Instituto Rio Branco, onde frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Em 2007, concluiu o Curso de Altos Estudos pelo Instituto Rio Branco; de Terceiro-Secretário em 1987; passou a Segundo-Secretário em 1993; a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro em 2005; e a Ministro de Segunda Classe em 2008, sempre promovido por merecimento.

Trajetória profissional expressiva. Exerceu funções no Brasil e no exterior: Divisão de Operações de Promoção Comercial; Terceiro-Secretário na Embaixada em Islamabad; Segundo-Secretário em Kuala Lumpur; Segundo-Secretário na Embaixada em Roma; assessor na Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior; assistente na Divisão da África; Cônsul-Geral Adjunto em Miami; Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Pretória; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Montevidéu; Embaixador em Saint Georges, Granada; Embaixador em Gaborone; e Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral na Cidade do Cabo.

Sobre o país para o qual V. Exa. foi indicado, as Bahamas são um Estado insular composto por um vasto arquipélago no Oceano Atlântico, a sudeste da Flórida. A capital é Nassau, que tem uma população de cerca de 417 mil habitantes, a língua oficial é o inglês e o Chefe de Estado é o monarca britânico Rei Charles III, representado localmente por um governador-geral.

Com PIB nominal de US$16,8 bilhões para 2025 e PIB *per capita* em torno de US$40 mil, as Bahamas constituem a economia de mais alta renda *per capita* no Caribe. O setor de serviços é o mais expressivo.

As Bahamas orientam sua atuação no plano internacional pelo bom convívio entre as nações, pelos princípios de segurança nacional, bem-estar econômico e social e defesa da soberania.

O país caribenho tem se destacado por chamar a atenção da comunidade internacional para os impactos locais de fenômenos globais, notadamente a migração irregular e a proliferação de armas, principalmente por conta da proximidade geográfica com o Haiti, um país que sofre profunda instabilidade.

As relações diplomáticas entre Brasil e Bahamas datam de 1978. A embaixada do Brasil foi aberta em Nassau, em 2005. No plano político, as Bahamas têm sido um parceiro ativo do Brasil no Caribe, colaborando em diversos temas, como sustentabilidade ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas relações econômicas e comerciais, em 2025, a corrente de comércio bilateral correspondeu a US$412 milhões, com déficit, para o lado do Brasil, de US$14 milhões.

As exportações brasileiras totalizaram US$198 milhões. Os principais produtos foram óleos combustíveis de petróleo e de minerais betuminosos, carnes de aves e suas miudezas comestíveis e carne bovina fresca.

As importações das Bahamas para o Brasil, do outro lado, alcançaram US$213 milhões, constituídas por óleos combustíveis de petróleo e minerais betuminosos.

No plano dos investimentos, as Bahamas figuram entre os principais destinos de investimentos diretos brasileiros no exterior, com estoque estimado em US$60 bilhões.

No plano turístico, o número de visitantes brasileiros ao país girou em torno de 10 mil, em 2024, mesmo sem voos diretos entre os dois países.

A indicação aqui é meritória e, por se tratar de um país de relacionamento relevante para o Brasil, ficam minhas congratulações ao Ministro Ricardo André Vieira Diniz.

É o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos, Senador Sergio Moro.

De pronto, passamos a palavra ao Embaixador Ricardo Diniz.

**O SR. RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vocês me ouvem?

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim, perfeitamente. Com a palavra, por dez minutos.

**O SR. RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ** (*Por videoconferência*.) – O.k.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad, Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores membros da Comissão, meus colegas do Itamaraty, senhoras e senhores, muito bom dia.

É uma grande honra, para mim, participar hoje desta sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para ter a minha indicação, como Embaixador junto à Comunidade das Bahamas, avaliada por V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero manifestar, antes de mais nada, o meu profundo agradecimento ao Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como ao seu Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, por este renovado voto de confiança na minha pessoa, para eventualmente assumir, pela terceira vez em minha carreira diplomática, a chefia de uma embaixada do Brasil.

Quero agradecer também, especialmente, ao Relator da minha mensagem, Senador Sergio Moro, a quem tive a oportunidade de cumprimentar pessoalmente, na porta do seu gabinete, há cerca de duas semanas, pelo seu relatório, muito completo, e também por seus comentários sobre a minha pessoa durante a leitura desse relatório. Muito obrigado, Senador.

Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa. e, para não repetir as informações básicas que já constam no relatório, e também para respeitar o limite de tempo que me foi concedido, eu vou apenas fazer alguns comentários sobre o relacionamento bilateral entre o Brasil e as Bahamas e, depois, apresentar, em linhas gerais, as principais metas do meu plano de trabalho para a embaixada, caso, naturalmente, eu venha a merecer a confiança e a aprovação de V. Exas.

As relações entre o Brasil e as Bahamas são, tradicionalmente, muito cordiais e vêm se intensificando nos últimos anos, sobretudo neste terceiro mandato do Presidente Lula, com assinatura de acordos, aumento do comércio bilateral e intercâmbio de visitas de autoridades de alto nível.

Em janeiro do ano passado, por exemplo, o Ministro Mauro Vieira realizou visita oficial à Nassau, que foi a primeira de um chanceler brasileiro às Bahamas. A visita foi muito exitosa, e o Ministro Mauro Vieira manteve reunião de trabalho com o Primeiro-Ministro das Bahamas, Philip Davis; e, na ocasião, assinamos com as Bahamas o Acordo de Cooperação Educacional Brasil-Bahamas.

A propósito, eu queria mencionar a esse respeito que, desde 2024, já há um leitor brasileiro de língua portuguesa lecionando na Universidade das Bahamas, e isso tem contribuído muito para a divulgação da cultura e imagem do Brasil. Também no ano passado, em junho, o Primeiro-Ministro Philip Davis esteve em Brasília, participando da Cúpula Brasil-Caribe, quando, então, assinamos com as Bahamas o Acordo Quadro de Cooperação Técnica.

Em suma, as relações bilaterais são fluidas, sem irritantes e com muitos pontos de convergência em vários temas da agenda internacional. As Bahamas colaboram com o Brasil em várias questões e geralmente apoiam candidaturas brasileiras em organismos multilaterais. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil é considerado como um parceiro confiável, país amigo das Bahamas e com um grande potencial para a ampliação do comércio e da cooperação.

E, como demonstração clara desse interesse pelo nosso país, em 2023 as Bahamas nomearam um embaixador não residente junto ao governo brasileiro, com a intenção de, eventualmente, abrir uma embaixada em Brasília, que será a primeira embaixada das Bahamas na América do Sul.

Além disso, o Brasil é muito bem-visto nas Bahamas, sendo conhecido pela cultura, pela música, pelo Carnaval e, também, pela nossa rica herança africana. Esses elementos constituem um rico e valioso capital de *soft power* e simpatia a nosso favor. Traduz-se, então, numa conjuntura muito favorável para o trabalho da embaixada e, também, para a intensificação do relacionamento bilateral em todas as vertentes.

Sr. Presidente e membros da Comissão, caso venha merecer a confiança de V. Exas., eu pretendo, então, simplesmente aproveitar essa conjuntura favorável e trabalhar, no sentido de transformar em resultados concretos, as múltiplas oportunidades que se apresentam para o fortalecimento das relações bilaterais.

Como plano de trabalho para a embaixada em Nassau, eu terei, como metas prioritárias: em primeiro lugar, aumentar nossas exportações; segundo, estabelecer projetos de cooperação técnica; e, também, promover atividades de divulgação da cultura e imagem do Brasil.

Na área comercial, além da vontade política para aumentar o intercâmbio com o Brasil, há também muito interesse por parte do setor privado. O Primeiro-Ministro Philip Davis tem muita simpatia pelo Brasil; inclusive, ele chegou a declarar, num evento partidário realizado nas Bahamas no início do ano passado, que ele gostaria muito de poder aumentar as importações de produtos do Brasil. Na ocasião, ele citou especificamente a carne bovina, que hoje as Bahamas importam diretamente dos Estados Unidos.

E, antes disso, em abril de 2024, uma pioneira missão comercial das Bahamas já tinha se instalado no Brasil, buscando novos fornecedores para vários produtos e serviços, sobretudo na área de alimentos, que é um setor que eu considero que tem grande potencial para o exportador brasileiro.

Em 2025, nossas exportações para as Bahamas atingiram US$198 milhões, sendo US$156 milhões de óleos combustíveis e US$31 milhões de carnes variadas, sobretudo de frango. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro lado, o Brasil importou US$213 milhões exclusivamente de óleos combustíveis, registrando, então, em 2025, o primeiro déficit da balança comercial com as Bahamas, que historicamente tem sido muito superavitária a nosso favor.

Vale notar aqui que esse comércio de combustíveis, que é o principal item da nossa pauta comercial com as Bahamas, ocorre entre a Petrobras e uma distribuidora norte-americana de óleos e derivados de petróleo, que opera nas Bahamas num terminal marítimo *offshore* para armazenagem, mistura e distribuição desses produtos. Aliás, é o quarto maior terminal marítimo do mundo.

É importante ressaltar que as Bahamas importam literalmente tudo o que é consumido no país. Em 2024, por exemplo, as Bahamas importaram US$4,9 bilhões e, desse total, US$970 milhões foram de alimentos e bebidas; ou seja, 20% da pauta de importação deles são destinados a suprir as necessidades alimentares do país, não só para a população residente, que é da ordem de 410 mil habitantes, mas também para a numerosa rede de hotéis e *resorts* espalhados pelas ilhas. Para termos uma dimensão do tamanho desse mercado, eu queria destacar que, em 2025, as Bahamas receberam 12,5 milhões de turistas estrangeiros e, desse total, cerca de 4 milhões permaneceram no país por pelo menos dois dias consecutivos. Então, fica bastante claro para mim que existe um grande mercado potencial nesse setor que pode ser explorado pelo Brasil, sobretudo pelo nosso agronegócio.

Nos últimos anos, nossas exportações de alimentos para as Bahamas têm sido bastante modestas, oscilando na faixa de apenas US$20 milhões a US$30 milhões por ano, e certamente há espaço para aumentar muito esses valores.

Como bom sinal nesse sentido, em junho do ano passado, frigoríficos do Estado do Mato Grosso receberam habilitação para iniciar a exportação de carne bovina para as Bahamas. Eu acredito, então, que, nos próximos anos, essas exportações deverão aumentar muito.

Caso venha merecer a confiança e aprovação de V. Exas., vou empenhar-me, então, para incrementar nossas exportações, sobretudo de produtos do agronegócio e de alimentos de um modo geral, mas também de produtos com maior valor agregado, como, por exemplo, aeronaves da Embraer. Autoridades bahamenses já demonstraram interesse pelo modelo E195, que é considerado ideal para as rotas operadas pela empresa aérea local, Bahamasair, que geralmente opera rotas Nassau-Miami, Nassau-Nova York, Nassau-Washington, enfim. Para termos um pouco de ideia aqui também, entre Nassau e Miami, eles operam sete voos diários, sete voos diários entre as Bahamas e os Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como primeira ação concreta, eu vou solicitar ao Itamaraty que seja criado, na embaixada em Nassau, um setor de promoção comercial, para melhor, então, acompanhar e estimular contatos comerciais entre exportadores brasileiros e importadores das Bahamas. Pretendo também manter estreita interlocução com o escritório da ApexBrasil em Miami com vistas a facilitar a participação de empresários das Bahamas em eventos e feiras que são rotineiramente organizados pela Apex.

Como segunda prioridade, vou empenhar-me para dar substância ao acordo de cooperação técnica, recém-assinado, buscando implementar programas de cooperação e capacitação nas áreas de interesse do Governo bahamense, especialmente na agropecuária, em temas como o desenvolvimento da piscicultura, estudos para a melhoria da agricultura em solos áridos, técnicas de criação e manejo de rebanhos de caprinos, entre outras.

Portanto, deverei trabalhar em estreita colaboração com a nossa Agência Brasileira de Cooperação (ABC), também com a Embrapa e outras entidades no Brasil, com vistas a complementar parcerias nesses e em outros setores, tão logo o acordo passe a vigorar.

E, finalmente, eu certamente pretendo dar continuidade às iniciativas de divulgação cultural, que já vêm sendo realizadas pela Embaixada, aliás, com muito sucesso, aproveitando agora a recente assinatura de um acordo de cooperação educacional – tão logo ele entre em vigor –, para ampliar ainda mais o intercâmbio cultural, estimular a vinda de artistas e intelectuais brasileiros às Bahamas.

Agradeço a todos pela atenção e me coloco à disposição de V. Exas. para perguntas e comentários adicionais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Ricardo Diniz.

Vamos de pronto para o último sabatinado: o Marcelo Paz Saraiva Câmara, que vai para o Vietnã.

A Relatora é a Senadora Tereza, porém eu vou fazer a leitura como Relator *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**1ª PARTE**

**ITEM 2**

**MENSAGEM (SF) N° 15, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Nelsinho Trad

**Relatório:** Pronto para deliberação

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Vem ao exame desta Comissão a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Marcelo Paz Saraiva Câmara, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Está de acordo com todos os quesitos de regimentalidade.

Nascido em Teresina, no Piauí, o diplomata graduou-se em Direito pela UnB, em 1994. Obteve título de Mestre em História Contemporânea, em Berlim. No Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco 2012, apresentou a tese intitulada "A República de Berlim e a política externa do Governo Gerard Schröder".

Foi agraciado com a Medalha da Ordem do Mérito da Defesa, a Medalha da Vitória e a Medalha do Mérito Tamandaré.

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1996, promovido a Segundo-Secretário em 2001, Primeiro-Secretário em 2006, Conselheiro em 2009, Ministro de Segunda Classe em 2017 e Ministro de Primeira Classe em 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Independente, desde 1945, o Vietnã é uma República Socialista com aproximadamente 101 milhões de habitantes, distribuídos em território de cerca de 330 mil quilômetros quadrados, área semelhante à do Estado do Mato Grosso do Sul – obrigado pela homenagem que fizeram aqui. Destaca-se, ademais, que o país possui população majoritariamente jovem e economicamente ativa, com elevada taxa de participação no mercado de trabalho e crescente qualificação profissional.

Apesar de tensões militares pretéritas com os Estados Unidos da América e de atuais divergências com a China, em relação ao Mar do Sul da China, o Vietnã tem preservado sua autonomia frente às grandes potências, adotando diretrizes de política externa que incluem não estabelecer alianças militares, não permitir a instalação de bases estrangeiras e não empregar a força ou ameaça de força nas relações internacionais.

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 1989 e completaram 35 anos em 2024.

Para o Vietnã, o relacionamento com o Brasil insere-se na política de diversificação de parcerias voltadas à redução de dependência de grandes economias.

Os produtos do agronegócio representam mais de 60% das exportações brasileiras para o Vietnã. O Vietnã ocupa quinta posição entre os destinos das exportações do agronegócio brasileiro. Entre as oportunidades de ampliação de intercâmbio comercial, destacam-se interesses de empresas brasileiras na construção de unidades de processamento e centros logísticos no Vietnã, bem como iniciativas da Embraer para ingresso no mercado de aviação civil e militar. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações nesse relatório.

Passo a palavra ao Embaixador Marcelo Paz Saraiva Câmara por dez minutos.

**O SR. MARCELO PAZ SARAIVA CÂMARA** (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Exmas. Sras. e Srs. Senadores, membros deste importante Colegiado, eu queria deixar assentada, nas atas desta sessão, minha especial saudação à Senadora Tereza Cristina, que é a Relatora da minha designação ao cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Caros colegas do Itamaraty, senhoras e senhores, é com particular satisfação que compareço a esta sessão da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Desde a criação do Estado brasileiro, esta Casa tem sido ator relevante na formação da política externa brasileira. Neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido, Sr. Presidente, os trabalhos desta sessão atualizam o indissociável vínculo entre o Senado Federal e o Itamaraty.

Eu gostaria de expressar, no início desta fala, a profunda honra com que recebi do Sr. Presidente da República, com o concurso do Ministro das Relações Exteriores, o convite para chefiar a nossa missão diplomática no Vietnã. Caso ele venha a merecer o endosso deste Senado Federal, eu envidarei todos os esforços para estar à altura dessas importantes funções.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, com a população de mais de 100 milhões de habitantes e localizado na região para onde se desloca, a olhos vistos, o centro de gravidade da economia global, o Vietnã vem se consolidando como um ator político e econômico incontornável, gerando crescente interesse das democracias mais ativas, inclusive a brasileira.

A projeção internacional do Vietnã reforça-se mutuamente, como a da Associação das Nações do Sudeste Asiático, a Asean, um dos polos mais dinâmicos da economia global, com mais de 600 milhões de habitantes, da qual o Vietnã é ativo membro desde 1995.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, desde a adoção da política do Doi Moi – ou renovação, no final da década de 80 –, o Vietnã tornou-se um dos países de crescimento econômico mais acelerado em escala global, com uma média, na última década, de 6,2%. E os dados recentes são de incremento dessa tendência. Em 2024, o PIB do país cresceu 7,1%, sendo projetado 8% para este ano.

Se, até o princípio dos anos 90, o Vietnã se revelava como uma das nações mais pobres do mundo, a partir de 2009, passou a se configurar, pelo Banco Mundial, como um país de renda média e hoje se perfila como 34º PIB mundial, estimado em cerca de US$476 bilhões e entre as 20 nações com o maior fluxo comercial de investimentos estrangeiros diretos.

No tocante a esses investimentos, entre janeiro e outubro do ano passado, eles montaram a US$21,3 bilhões, o maior nível para um período de dez meses desde 2007, e com um aumento de 8,8% em relação ao período anterior. A fluência de capitais nas últimas décadas propiciou a construção de uma indústria moderna, competitiva e, principalmente, integrada ao mercado internacional por meio de complexa rede de acordos de livre comércio, com um total de 17 acordos bilaterais e 20 acordos plurilaterais, entre os quais o atualmente em negociação com o Mercosul. Em termos absolutos em participação de acordos de livre comércio, o Vietnã ocupa a 17ª posição no mundo e a segunda na Asean, atrás apenas de Singapura. Como consequência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa abertura ao comércio mundial, o Vietnã vem obtendo recordes em suas exportações. Em 2024, elas atingiram US$405 bilhões, ou seja, um aumento de 14% em relação ao período anterior.

A exitosa implementação de um projeto desenvolvimentista criador e distribuidor de riqueza e aberto às principais iniciativas de liberalização comercial e de integração econômica teve o seu correspondente no campo político-diplomático, com a adoção de uma política externa pragmática, sem alinhamentos automáticos, de vocação universalista, aberta às novas parcerias e voltada para a construção de confiança e com um notável exercício de balanceamento diplomático em relação aos Estados Unidos e à China. No plano multilateral, o Vietnã tem se notabilizado por seu ativo engajamento, em termos da agenda global, e por sua disposição em assumir as responsabilidades crescentes.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, é nesse auspicioso contexto que o Vietnã vem se apresentando como um promissor parceiro para o Brasil. Aberto ao relacionamento externo e ciente da necessidade de diversificar as alianças políticas, Hanói tem emitido sinais robustos de que busca construir uma parceria diferenciada com Brasília. Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1989, ambos os países têm procurado encontrar caminhos que lhes permitam colher benefícios recíprocos nos campos político, diplomático e comercial.

Nesse primeiro campo, o Brasil e o Vietnã têm assumido posições convergentes sobre as principais questões da agenda internacional, comungando de perfil diplomático construtivo, conciliador e propositivo. Importantes marcos nesse caminho de crescente convergência foram, em 2024, a elevação das relações bilaterais à parceria estratégica e a adoção de um plano de ação para sua implementação, centrado em seis áreas: política, defesa, segurança e desafios globais; economia, comércio e investimento; ciência, tecnologia e inovação; mudança do clima e meio ambiente; educação, cultura, esporte, turismo e conexões entre os povos; e assuntos consulares e apoio às respectivas comunidades nacionais. Ainda nessa seara, importa mencionar que, em junho do ano passado, sua presidência é *pro tempore* no Brasil. O Vietnã tornou-se um país parceiro do agrupamento Brics, o que adiciona importante vínculo institucional entre os dois países.

No tocante ao plano comercial, o Brasil mantém com o Vietnã um vigoroso relacionamento equilibrado e complementar. O país asiático é, hoje, o quarto destino das exportações agrícolas brasileiras, atrás somente da China, Estados Unidos e União Europeia. A corrente bilateral de comércio alcançou, em 2025, a cifra de US$7,7 bilhões, o que posiciona o Brasil como o principal parceiro do Vietnã na América Latina. Tendo em conta, de um lado, a recente abertura do mercado vietnamita à carne brasileira e, de outro, a tendência de expansão do consumo familiar vietnamita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de alimentos, passando pela possível adoção de um acordo comercial preferencial entre o Vietnã e o Mercosul num horizonte próximo, é de se esperar ainda maior ampliação do fluxo de comércio bilateral nos próximos anos.

As exportações brasileiras para o Vietnã, no ano passado, acumularam uma ordem de US$3,8 bilhões, o que apresentou alta de 14,4% em relação ao ano passado. O bom desempenho das vendas brasileiras foi acompanhado pelo incremento das exportações, que atingiram US$3,7 bilhões.

Os principais produtos das exportações brasileiras foram milho, algodão, soja, inclusive farelo de trigo, enquanto no Vietnã destacam-se os equipamentos de telecomunicações, válvulas, pneus e calçados. A balança mantém-se relativamente equilibrada, registrando no ano passado, Sr. Presidente, superávit do Brasil de US$91 milhões.

Em 2025, o Vietnã foi o 21º maior destino das exportações brasileiras. Os dados mais recentes da Camex são, francamente, auspiciosos. De janeiro a abril deste ano, o Brasil exportou para o Vietnã 1,5 bilhão, o que apresenta um aumento de quase 11% em relação ao ano passado.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, talvez pela ascensão recente do Vietnã ou pela distância do país asiático da realidade brasileira, poucos em nosso país saberiam que o Vietnã ocupa um lugar tão destacado em nossa pauta comercial, superando até mesmo alguns tradicionais parceiros do G20 ou até mesmo do G7.

Caso eu venha a merecer o beneplácito de V. Exas., procurarei dar continuidade ao trabalho de aumentar o conhecimento mútuo e avançar no ambicioso plano de ação da parceria estratégica.

Mais do que reforçar a imagem do Brasil, a promoção da cooperação em suas dimensões comercial, de defesa, educacional, técnica e parlamentar, poderia vir a criar novos liames institucionais condizentes ao vasto potencial do orçamento bilateral.

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Marcelo Paz Saraiva Câmara.

Encerramos as sabatinas. Gostaria de agradecer a dinâmica empreendida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos compartilhar com V. Exas. algumas perguntas que chegaram. Em face do adiantado da hora, eu vou pedir a gentileza de que vocês respondam no *e-mail* predeterminado para que a gente possa encaminhar.

O indicado João Batista do Nascimento Magalhães recebeu perguntas do Renan, de Pernambuco; do Eduardo, de Rondônia; e da Renata, do Distrito Federal.

O Embaixador Marcelo, que ora falou, recebeu pergunta do Davi, do Mato Grosso; e da Renata, do Distrito Federal.

O Embaixador Paulo Roberto recebeu da Raíssa, do Mato Grosso; do Davi, do Mato Grosso; e um comentário da Renata, do Distrito Federal.

O Embaixador Olyntho, aqui ao meu lado, recebeu do Adrians, de São Paulo; da Raíssa, do Mato Grosso; e um comentário da Renata, do Distrito Federal.

O Embaixador Ricardo André recebeu pergunta do Renan, de Pernambuco; e da Renata, do Distrito Federal.

O Embaixador Fabio Pitaluga recebeu perguntas do Renan, de Pernambuco; da Renata, do Distrito Federal; do Eduardo, de Rondônia; e um comentário da Renata, do Distrito Federal.

E o Embaixador Ricardo recebeu pergunta do Renan, de Pernambuco; da Renata, do Distrito Federal; do Eduardo, de Rondônia; e um comentário da Renata, do Distrito Federal.

Já vou passar aqui para o Embaixador Ricardo, para o Embaixador Olyntho, para o Embaixador Marcelo e determino à assessoria que encaminhe para os outros que estão via remota.

Vamos apurar os votos?

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Embaixador João Batista do Nascimento: 12 SIM; nenhum NÃO.

Total: 12.

Marcelo Paz Saraiva Câmara: 12 SIM; nenhum NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Total: 12.

Paulo Roberto Soares Pacheco: 12 SIM; nenhum NÃO.

Total: 12.

Embaixador Olyntho: 12 SIM; nenhum NÃO

Total 12.

Embaixador Ricardo Diniz: 12 SIM; nenhum NÃO.

Total: 12.

Embaixador Fabio Pitaluga: 12 SIM; nenhum NÃO.

Total: 12.

Embaixador Ricardo Monteiro: 11 SIM; 1 NÃO.

Total: 12.

Declaro aprovados, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, os Embaixadores João Batista do Nascimento Magalhães, Marcelo Paz Saraiva Câmara, Paulo Roberto Soares Pacheco, Olyntho Vieira, Ricardo André Vieira Diniz, Fabio Vaz Pitaluga, Ricardo de Souza Monteiro.

Uma salva de palmas para eles. (*Palmas.*)

Que Deus possa abençoá-los nessas novas missões.

Eu pediria aos Embaixadores que aqui se encontram que se juntassem a mim e ao Senador Mourão, para uma foto de recordação desta manhã de trabalho.

Suspendo a reunião por um minuto.

(*Suspensa às 11 horas e 29 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 30 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Segunda parte.

Nós temos, extrapauta, requerimento do Senador Jaques Wagner. Cadê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 7**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 14, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer a realização de audiência pública para instrução do PL 1836/2025*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Requerimento 14, de 2026, que propõe, para audiência pública, a presença dos seguintes convidados: Roberto Paulo do Vale Tiné, Embaixador Marcelo Marotta Viegas, Dra. Tarcijany Machado, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, representante do Escritório do Alto Comissariado da ONU, representante do Ministério do Planejamento.

O requerimento, nos termos regimentais, do PL 1.836, que altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, faz parte, solicitando uma audiência pública.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sendo aprovado esse requerimento, fica prejudicado o item 1. Retiro de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**2ª PARTE**

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 1836, DE 2025**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 9.474, de 22 de julho de 1997, para restringir o acesso ao benefício de prestação continuada (BPC) por parte de solicitantes de refúgio antes da decisão definitiva sobre a solicitação, e para ampliar o acesso ao benefício às pessoas com deficiência.*

**Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR)

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pela aprovação.)

Item 2.

**2ª PARTE**

**ITEM 2**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 462, DE 2022**

**- Não terminativo -**

*Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, assinado em Nova Délhi, em 25 de janeiro de 2020.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Carlos Viana

**Relatório:** Pela aprovação

Relator: Senador Hamilton Mourão, *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Hamilton Mourão.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É de responsabilidade desta Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Ressalta-se, ainda, que o acordo em tela está em conformidade com a Constituição Federal, especialmente com o disposto em seu art. 49, inciso I, e no art. 84, inciso VIII. Observamos que a aprovação do Congresso Nacional para atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional faz-se necessária. Não identificamos defeitos em relação à sua juridicidade ou legalidade.

No mérito, o acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre assistência jurídica mútua em matéria penal é relevante tanto pela cooperação com a Índia quanto devido ao fortalecimento da atuação do Estado brasileiro em matéria penal que promove, à semelhança de outros instrumentos internacionais de mesma natureza já celebrados pelo Brasil.

É, portanto, instrumento jurídico moderno, abrangente e voltado à cooperação bilateral em temas penais. Reflete as boas práticas internacionais e está em consonância com a crescente necessidade de enfrentamento da criminalidade transnacional, notadamente nos casos de corrupção, lavagem de dinheiro, terrorismo, tráfico de pessoas, armas e entorpecentes, crimes cibernéticos e infrações econômicas.

Assim, Presidente, o voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do PDL nº 462, de 2022.

É o relatório, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Hamilton Mourão pelo relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo 462, de 2022, que estabelece acordo no âmbito da assistência jurídica mútua em matéria penal entre o Brasil e a República da Índia.

Às providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**ITEM 3**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Aprova os textos do Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC PROT 1992) e das Emendas ao CLC PROT 1992, adotadas pela Resolução LEG.1(82), de 18 de outubro de 2000.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela aprovação.

Com a palavra o Senador Hamilton Mourão, já o autorizando a ir direto à análise.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, é de competência da nossa Comissão analisar proposições dessa natureza.

O rito está de acordo e prevê a Constituição Federal, no seu art. 84. Na constitucionalidade material, o texto em questão enquadra-se no dispositivo que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da prevalência dos direitos humanos e pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

No mérito, Presidente, estamos aqui cumprindo a importante missão de conformar o Brasil ao moderno regime internacional de responsabilidade por danos causados por poluição derivada de derramamento de óleo por navios petroleiros.

A responsabilização por derramamento de óleo é uma matéria que evoluiu ao longo do tempo, em resposta à ocorrência de grandes acidentes ambientais.

A adesão do Brasil à convenção de 1996 ocorreu em 1976 e, após os trâmites legais, entrou em vigor no nosso país em 1977.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Previsivelmente, desastres ambientais em sequência demonstraram à comunidade internacional a necessidade de um arcabouço mais robusto para a proteção contra a poluição por óleo.

Relembro aqui os desastres ocorridos com os navios Odyssey, em 1988, Exxon Valdez, em 1989, e MT Haven, em 1991, que bem demonstraram essa necessidade.

Por esse motivo, em 1992, a Convenção CLC 69 foi atualizada por meio do protocolo que ora estamos analisando. Os textos atualizados passaram a constituir a CLC 92 e um renovado fundo de compensação, o Fundo de 1992, conjunto normativo que ficou conhecido como o "novo regime".

Entre as alterações relevantes, a CLC 92 permite cobrir danos por poluição ocorridos no território, mar territorial ou zona econômica exclusiva de um Estado Parte. A bandeira do petroleiro e a nacionalidade do proprietário do navio são irrelevantes para determinar o âmbito de aplicação.

Há ainda um terceiro nível de proteção, oriundo da criação de um Fundo Suplementar, por meio do Protocolo de 2003 à Convenção de 1992, o qual oferece camada de compensação para grandes desastres de até US$1 bilhão.

Não sendo parte da CLC 92, do Fundo de 1992 nem do Fundo Suplementar, o Brasil não pode acessar as três camadas do regime de indenização por danos causados por derramamento de petróleo. Daí é fundamental nós aderirmos a esse mecanismo.

E aqui, Presidente, lembro que em 2019, primeiro ano do Governo do Presidente Bolsonaro, enfrentamos uma situação grave com desastre ambiental no Nordeste, quando manchas de óleo começaram a aparecer nas praias de nove estados, causando sérios danos à vida marinha, ao turismo e à economia da região.

Ecossistemas e economias foram seriamente danificados, demonstrando a necessidade de o nosso país integrar o novo regime. Cerca de 5 mil toneladas de óleo cru se espalharam por quase 3 mil quilômetros do nosso litoral, no que ainda hoje é considerado o maior desastre ambiental do litoral brasileiro.

Ninguém foi responsabilizado, Fernando, porque acreditamos que era um navio da frota fantasma russa, aquela que circula pelo mundo com o *transponder* desligado, transportando petróleo, que fez esse vazamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a atualização do regime jurídico fortalece a capacidade do país de responder a emergências ambientais de grande porte e evita que o Brasil permaneça vinculado apenas a uma convenção, traduzindo um compromisso notório com a defesa do patrimônio ambiental nacional – e aí lembro que nós temos 7,5 mil quilômetros de costa, um dos países com a costa mais extensa no mundo –, além de facilitar a cooperação internacional em caso de acidentes com derramamento de óleo.

Trata-se, portanto, de um instrumento jurídico moderno e abrangente que reforça sobremaneira a soberania brasileira sobre nossas águas jurisdicionais, protege o nosso patrimônio ambiental e promove um ambiente mais seguro para o transporte marítimo, aliando o Brasil às melhores práticas internacionais na defesa da agenda ambiental e na governança dos mares.

Por isso, Presidente, o voto é: por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, nosso voto é pela aprovação do PDL nº 167, de 2025.

É o relatório, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Hamilton Mourão pela leitura do relatório do PDL 167, de 2023.

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Protocolo de 1992 à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo.

Às providências.

Passo a palavra agora ao Senador Fernando Dueire.

Ele tem o item 4 e o item 5.

Eu pediria a V. Exa. que fosse direto à análise, em face do adiantado da hora.

Item 4, PRS 52, de 2025, Grupo Parlamentar Brasil-Grécia; e o item 5, PRS 61, Grupo Parlamentar Brasil-Estônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**2ª PARTE**

**ITEM 4**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 52, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Grécia.*

**Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

**Relatoria:** Senador Fernando Dueire

**Relatório:** Pela aprovação.

**2ª PARTE**

**ITEM 5**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 61, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Estônia.*

**Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR)

**Relatoria:** Senador Fernando Dueire

**Relatório:** Pela aprovação

Peço que V. Exa. já leia um e logo em seguida leia o outro, vamos votar em bloco os dois.

Com a palavra.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, dada a recomendação do Sr. Presidente, nós vamos direto ao mérito.

No item 4, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 52, de 2025, da Senadora Eudócia, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Grécia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, a autora informa que o projeto visa a estreitar os laços diplomático, econômicos, científicos e culturais entre os dois países. O texto destaca, ainda, a localização estratégica singular da República Helênica, que torna o país relevante para a navegação, a geopolítica regional e o comércio internacional. Ademais, é ressaltada a importância do comércio bilateral com expressivo superávit para as exportações brasileiras.

A autora da proposição assinala, por fim, que a instituição do Grupo Parlamentar Brasil-Grécia no Senado Federal proporcionará um canal formal e contínuo de diálogo entre os Legislativos dos dois países, facilitando a troca de informações, a aprovação de acordos bilaterais, a harmonização legislativa e a promoção de iniciativas conjuntas que beneficiem ambas as nações.

Acrescento ainda que a proposição tem caráter que preenche os requisitos de constitucionalidade.

Portanto, Sr. Presidente, peço permissão para ir ao voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 52, de 2025.

Com a permissão de V. Exa., vou ao item 5, no qual se submete ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 61, de 2025, do Senador Arns, que dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Estônia. O projeto em questão é composto de seis artigos.

Assim, o art. 1º institui o grupo, como serviço de cooperação interparlamentar, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os respectivos Poderes Legislativos.

Na justificação, o autor esclarece que a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Estônia tem por objetivo fortalecer e institucionalizar os canais de diálogo entre os Legislativos dos dois países, contribuindo para o aprofundamento das relações bilaterais, inclusive em áreas estratégicas.

A instituição de um Grupo Parlamentar Brasil-Estônia possibilitará, portanto, o aprofundamento da cooperação e do intercâmbio constante entre os Legislativos dos dois países.

A proposição não carrega vícios de constitucionalidade e merece ser aprovada.

Peço a V. Exa. para ir direto ao voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 61, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos, Senador Fernando Dueire.

Em discussão os dois itens, o 4 e o 5. (*Pausa.*)

Não havendo ninguém quem queira discutir, em votação em bloco, item 4 e item 5.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Às providências.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) – Presidente, peço apenas que seja dado o encaminhamento de ofício.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeitamente. Assim será feito.

Item 6, subscrito pelo Senador Nelsinho Trad.

**2ª PARTE**

**ITEM 6**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer Audiência Pública para debater sobre a regulação do setor de minerais críticos - Terras Raras.*

**Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Serão tomadas as devidas providências.

Tem um extrapauta do Senador Jaques Wagner.

**2ª PARTE**

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 8**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 13, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer o aditamento de convidados à Audiência Pública objeto do REQ 12/2026-CRE*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Solicita que seja convidado para essa audiência pública o Dr. Elias Marco Khalil Jabbour, Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e a Dra. Márcia Abrahão Moura, representante da Sociedade Brasileira de Geologia.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

Nada mais havendo a tratar, cumpridas, com excelência, as finalidades desta reunião, declaro-a encerrada.

(*Iniciada às 09 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia dois de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Tereza Cristina, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Carlos Viana, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Marcos do Val, Laércio Oliveira, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Jaques Wagner, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Efraim Filho, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Hermes Klann, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 12/2026 - CRE, de autoria Senadora Tereza Cristina (PP/MS), e REQ 13/2026 - CRE, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Debater as perspectivas para a regulação do setor de minerais críticos no Brasil, à luz das tendências internacionais sobre o tema, assim como de seus possíveis impactos e desdobramentos geopolíticos. **Participantes:** Senhor Embaixador Mauricio Lyrio, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Doutora Márcia Abrahão Moura, Representante da Sociedade Brasileira de Geologia (SBGEO); Senhor Marcus Flavio Chiarini, Pesquisador do Serviço Geológico do Brasil (SGB); Senhora Marisa Cesar, Presidente do Conselho de Administração da Associação de Minerais Críticos (AMC); e Senhora Renata Santana, Consultora de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Tereza Cristina**
Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/02

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS**

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Eu vou pedir que todos se acomodem, para a gente começar a sessão. (*Pausa.*)

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento aos Requerimentos 12 e 13, de 2026, da CRE, de autoria dos Senadores Tereza Cristina e Jaques Wagner, respectivamente, com a finalidade de debater as perspectivas para regulação do setor de minerais críticos no Brasil à luz das tendências internacionais sobre o tema, assim como de seus possíveis impactos e desdobramentos geopolíticos.

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou 0800 0612211.

Tenho a honra de anunciar nossa mesa com os seguintes debatedores: Sr. Embaixador Mauricio Lyrio, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores; Dra. Márcia Abrahão Moura, representante da Sociedade Brasileira de Geologia (SBGeo); Sr. Marcus Flavio Chiarini, pesquisador do Serviço Geológico do Brasil; Sra. Marisa Cesar, Presidente do Conselho de Administração da Associação de Minerais Críticos (AMC); e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Renata Santana, Consultora de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Para o bom andamento dos debates, seguiremos com as seguintes diretrizes: cada debatedor e debatedora terá o tempo de 15 minutos para suas considerações iniciais. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. Senadores e pelos Srs. Senadores inscritos, em blocos de até quatro, bem como para as perguntas e os comentários enviados pelo e-Cidadania. As respostas e réplicas deverão obedecer ao tempo máximo de cinco minutos. (*Pausa.*)

Senhoras e senhores, gostaria, inicialmente, de agradecer a presença dos convidados, especialistas, representantes do setor produtivo, acadêmicos, autoridades públicas e demais participantes que aceitaram contribuir com essa discussão.

O tema que nos reúne hoje é, ao mesmo tempo, complexo, estratégico e premente. Estamos diante de uma transformação profunda da economia mundial. A transição energética, a digitalização acelerada, o avanço da inteligência artificial, a expansão das tecnologias de defesa e a crescente preocupação dos países com a resiliência de suas cadeias de suprimento colocaram os minerais críticos e estratégicos no centro da nova geoeconomia global. Lítio, nióbio, grafita, cobalto, terras-raras e outros insumos deixaram de ser apenas recursos minerais; tornaram-se ativos estratégicos para o desenvolvimento econômico, a competitividade industrial, a inovação tecnológica e para a própria segurança nacional.

Poucos países estão tão bem posicionados quanto o Brasil para participar desse novo ciclo histórico. Dispomos de vastas reservas minerais, reconhecida *expertise* na mineração e condições naturais que nos permitem ocupar papel de destaque nas cadeias globais de suprimento desses insumos essenciais.

Mas a mera existência de recursos naturais não garante prosperidade. A história econômica demonstra que riqueza geológica, por si só, não se converte automaticamente em desenvolvimento. O verdadeiro desafio consiste em construir instituições, políticas públicas e marcos regulatórios capazes de transformar potencial em oportunidades concretas para a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É exatamente nesse contexto que recebemos, da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que busca instituir a política nacional de minerais críticos e estratégicos e criar o conselho nacional para a industrialização de minerais críticos e estratégicos. Cabe ao Senado Federal exercer plenamente sua responsabilidade constitucional, como Casa revisora. Nosso dever não é apenas analisar o texto aprovado pela Câmara, é debatê-lo, aperfeiçoá-lo, quando necessário, e assegurar que os instrumentos propostos sejam efetivamente capazes de alcançar os objetivos pretendidos.

O propósito central da proposta é correto e oportuno: fomentar a pesquisa, a extração, o beneficiamento e a transformação de minerais críticos e estratégicos, fortalecendo setores essenciais para a economia brasileira e para a inserção internacional do país, mas é justamente por se tratar de um tema tão relevante que precisamos examiná-lo com profundidade e equilíbrio. Devemos ser capazes de harmonizar interesses legítimos e complementares. Precisamos atrair investimentos sem abrir mão da soberania nacional. Precisamos integrar o Brasil às cadeias globais de valor, mas também ampliar a agregação de valor em território nacional. Precisamos estimular a mineração e a industrialização, ao mesmo tempo em que promovemos inovação, desenvolvimento tecnológico e qualificação da mão de obra brasileira. Precisamos oferecer segurança jurídica e previsibilidade regulatória, sem negligenciar a proteção dos interesses estratégicos do Estado.

Esses objetivos não são contraditórios, ao contrário, devem caminhar juntos. A falsa escolha entre desenvolvimento e soberania, entre investimento e interesse nacional, ou entre competitividade e segurança estratégica, não encontra respaldo nas experiências mais bem-sucedidas. É possível combinar abertura ao capital, fortalecimento industrial, proteção de ativos estratégicos e desenvolvimento tecnológico.

O desafio brasileiro é encontrar um modelo que melhor corresponda às nossas características, às nossas potencialidades e aos nossos interesses de longo prazo. Essa discussão ganha relevância adicional em um cenário internacional marcado por crescente competição geopolítica. Os minerais críticos tornaram-se elementos centrais das estratégias nacionais das grandes potências. Governos ao redor do mundo vêm adotando políticas específicas para fortalecer as cadeias produtivas, reduzir dependências excessivas, ampliar capacidades de processamento e assegurar acesso a insumos considerados essenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste contexto, a posição do Brasil desperta interesse crescente de parceiros internacionais e amplia a nossa responsabilidade estratégica. Temos diante de nós uma oportunidade histórica; uma oportunidade de converter vantagens geológicas em vantagens econômicas, de transformar recursos naturais em conhecimento, tecnologia, emprego qualificado e capacidade industrial, de fortalecer nossa inserção internacional não apenas como fornecedor de matérias-primas, mas como participante relevante das etapas de maior valor agregado das cadeias produtivas globais. E temos também a responsabilidade de construir uma legislação que seja capaz de perdurar no tempo, oferecendo segurança para investidores, previsibilidade para os agentes econômicos e proteção adequada aos interesses permanentes do Estado brasileiro.

É justamente para contribuir com essa reflexão que realizamos esta audiência pública. Queremos ouvir diferentes visões, conhecer experiências internacionais, compreender oportunidades e riscos, identificar eventuais aperfeiçoamentos legislativos e reunir subsídios técnicos que auxiliem o Senado Federal em sua futura deliberação sobre a matéria. Tenho convicção de que o debate qualificado, plural e fundamentado é o melhor caminho para construirmos soluções equilibradas e duradouras, sobretudo nesta que é uma das agendas mais estratégicas do século XXI.

Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Mauricio Lyrio, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores e Sherpa do Brasil no Brics. V. Exa. dispõe de 15 minutos para sua exposição. Muito obrigada pela sua participação nesta importante audiência pública, Embaixador Mauricio Lyrio.

**O SR. MAURICIO LYRIO** (Para expor.) – Exma. Sra. Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senadora Tereza Cristina, Exmos. Senadores, colegas de mesa também, que participarão deste debate, eu me permitiria, Sra. Senadora, inicialmente, agradecer o convite feito. É uma honra representar o Ministério das Relações Exteriores neste evento, que é um evento, eu diria, de crucial importância pela centralidade do tema hoje no plano internacional e no plano doméstico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permito-me também congratular V. Exa., o Senado Federal de maneira geral e a Comissão de Relações Exteriores por convocar esta reunião, justamente, eu diria, pelo caráter central e de certa maneira também emergencial da discussão do tema, já que é um tema absolutamente do dia, urgente a ser tratado.

Farei minha apresentação dividida em três partes. Primeiro, eu falo, como representante do Ministério das Relações Exteriores, sobre a importância hoje do tema no plano internacional. E nós diplomatas somos testemunhas da velocidade com que esse tema foi se tornando cada vez mais, eu diria, estratégico na agenda internacional de maneira geral. Num segundo momento, eu falo da condição muito especial do Brasil no tema, porque nós temos vantagens extraordinárias para lidar, eu diria, com capacidade de desenvolvimento e de atuação internacional no tema, que são, eu diria, quase únicas. E, em terceiro, também como contribuição do Ministério das Relações Exteriores, desenvolvo um pouco o que tem sido feito em alguns países em relação à política para minerais críticos, já que esse é um tema que tem sido objeto de uma série, eu diria, de mudanças de políticas públicas em países centrais também no plano internacional.

Bom, sobre a importância estratégica, V. Exa. já ressaltou como isso é um tema que hoje está na ordem do dia, porque, no fundo, tem implicações estratégicas, econômicas, sociais e ambientais também das mais diversas naturezas. O fato de que, por algumas décadas, nós tivemos a percepção de que talvez houvesse uma redução da importância dos recursos materiais naturais no plano internacional, com o aumento da importância do digital, com a expansão do setor de serviços, o que nós vemos hoje, Senadora, é, na verdade, a consciência de que recursos naturais, principalmente minerais críticos e fontes de energia, são cada vez mais centrais, eu diria, na definição até dos instrumentos de poder dos estados – e, obviamente, como instrumentos para o desenvolvimento nacional.

Então, o fato de que tanto energia – e eu falo energia porque está muito associado também a minerais críticos, tudo isso está muito relacionado, né? –, como a disponibilidade ou não de recursos minerais estratégicos, como são os minerais críticos, são elementos de poder hoje determinantes da ordem internacional. Não surpreende que alguns dos conflitos mais importantes hoje no mundo tenham relação direta ou indireta com minerais críticos. Por exemplo, o contencioso comercial entre as duas maiores potências mundiais, Estados Unidos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

China, tem sido marcado por constantes referências a barreiras ou, eu diria, políticas, vamos dizer assim, de concorrência na área de minerais críticos. O fato de que a China tem utilizado, por exemplo, a possibilidade de controlar exportações de minerais críticos ou de, vamos dizer assim, produtos derivados de minerais críticos, como superímãs, no caso de terras-raras, que é um dos grandes temas hoje no plano internacional, mostra como essa área se tornou absolutamente instrumental no plano internacional.

O Brasil – e aí como diplomata também sou testemunha – tem sido muito cobiçado como parceiro para instrumentos jurídicos, memorandos de entendimento, acordos bilaterais nessa área, porque – aí eu entro na parte do Brasil – o Brasil tem realmente uma posição privilegiada, eu diria, por algumas virtudes, Senadora. A primeira é que nós somos realmente abençoados com riquezas minerais geológicas extraordinárias. O que também se aplica a minerais críticos, né? O Brasil é o maior produtor, tem a maior reserva de nióbio. No caso de terras-raras, somos o segundo, temos a segunda maior reserva, o que é muito significativo, que é em torno de 20% de toda a disponibilidade hoje de terras-raras no mundo. É lógico que o caso da China é muito particular, porque eles têm mais de 40% não só das reservas de terras-raras, mas também da capacidade de processamento, e aí a vantagem chinesa é ainda maior. Mas temos a terceira reserva em grafite, em níquel, por exemplo, que é muito importante também. E em todas essas áreas o Brasil, obviamente, tem uma posição privilegiada.

Agora, tem dois elementos adicionais que são muito importantes. O Brasil tem a condição, justamente, de ser um país com uma matriz energética limpa e de ter uma capacidade de oferta de energia que é abundante, ao contrário da maioria das outras economias. Porque todo o processamento também dos minerais críticos, como toda a cadeia mineral, passa também por uma, eu diria, produção intensiva em energia. Então isso é uma outra vantagem.

Mas a terceira vantagem, que eu acho que é talvez ainda mais importante, é que o Brasil tem uma tradição de atuação externa independente, o que faz com que essa independência do Brasil, autonomia em relação a parceiros, nos coloque na posição privilegiada de colocar o interesse nacional acima de qualquer outra consideração, ou de aliança, ou de parceria, porque justamente essa independência faz com que nós possamos, eu diria, aproveitar essas riquezas minerais com o objetivo central de promover o desenvolvimento econômico e social no Brasil. Então, esses três elementos fazem, do Brasil, um ator muito privilegiado na ordem internacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o bom aproveitamento dos minerais críticos. Como disse V. Exa., a riqueza geológica não necessariamente se traduz em desenvolvimento se não for aproveitada da maneira certa, inclusive com agregação e processamento.

Aí entramos, Sra. Vice-Presidente, em uma questão essencial: o que os países estão fazendo em termos de legislação? Uma primeira constatação, Senadora, é que quase todos os países centrais que têm todo o interesse em assegurar os suprimentos minerais críticos – e, obviamente, há uma corrida para agregação no seu próprio território –, todos eles estão aprovando legislações específicas para minerais críticos.

Então, a oportunidade, a conveniência dessa discussão e do fato de que houve a aprovação de um projeto de lei na Câmara e agora no Senado sobre o tema é muito, eu diria, concordante e convergente com o que acontece em outros países. A aprovação de legislações específicas sobre minerais críticos é crucial justamente pelo caráter muito especial dos minerais críticos, que é a utilização em setores de ponta hoje das economias.

E, Senadora, a utilização é realmente estratégica, em sistemas de radares, aviônica, armazenamento de energia, miniaturização e transformação de materiais pesados em materiais mais leves; ou seja, os minerais críticos de forma geral – e eu diria muito especialmente terras-raras – hoje são a ponta do desenvolvimento tecnológico em setores realmente estratégicos. Então, isso exige... Há, no caso de minerais críticos, uma curiosa concentração de reservas em alguns poucos países. No caso de outros minerais, eu diria que há uma maior homogeneização, uma maior distribuição dos recursos no mundo. Mas, no caso de minerais críticos, há uma concentração, e reconheçamos – vamos dizer assim – a vantagem do Brasil de ser um dos países agraciados com recursos significativos nessa área.

Então, essa combinação entre raridade e aplicação estratégica faz dos minerais críticos uma matéria natural para legislação específica, que não se confunde com a legislação sobre outros minerais. Em relação a isso, tem sido aprovada uma série de políticas em vários países, que vão desde restrições de exportação a imposição de tarifas de exportação para maior retenção dos minerais críticos no território daquele país, a fim de garantir a agregação.

Por exemplo, o caso da Indonésia. A Indonésia tem, junto com o Brasil, as maiores reservas de níquel no mundo. Níquel – V. Exa. terá conhecimento – é um dos elementos fundamentais em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baterias elétricas, que é basicamente uma combinação de lítio e níquel e alguns outros minerais críticos. A Indonésia, a fim de produzir baterias em seu território, proibiu a exportação de níquel e conseguiu atrair investimentos privados, de outras empresas que produzem baterias, a ponto de poder hoje entrar – vamos dizer assim – na cadeia de valor de baterias em uma posição um pouco mais privilegiada. Outros países adotaram políticas nessa linha também, eventualmente de imposição de impostos de exportação ou outros.

No caso da União Europeia, a legislação europeia é muito ilustrativa do interesse de agregação. A legislação europeia prevê que a União Europeia deve extrair o máximo do seu território para que chegue a 10%, pelo menos das fontes minerais críticos advindos do seu território, mas, na verdade, prevê ao mesmo tempo a agregação de 40% do processo na União Europeia

Então, V. Exa. poderá identificar, vamos dizer assim, o desnível entre o grau de produção interna do mineral e o grau de agregação externa. É lógico que é um interesse europeu tradicional de agregação de minerais no seu território, mas é uma legislação que em si já prevê a necessidade de processar boa parte do mineral crítico na própria União Europeia.

Então, essa é uma tendência dos países de buscar assegurar o suprimento dos minerais críticos para processar nos seus territórios.

Então, eu diria, estes são alguns exemplos. O Chile também tem uma política nova para minerais críticos muito importante. Dos Estados Unidos, V. Exa. tem acompanhado as notícias sobre, por exemplo, a criação de estoques estratégicos, a chamada Vault, que é uma espécie de, vamos dizer assim, câmara de acumulação de minerais críticos nos Estados Unidos. Eles têm sido também muito ativos na busca de suprimento externo de minerais críticos, a fim de processar no seu território, e, nessa disputa internacional, há um certo atraso na capacidade de agregação americana em relação à China, que tem a liderança absoluta.

Então, por todas essas razões, Senadora, esse é um tema que merece – não é? – o tratamento muito adequado, que tem sido dado no Congresso brasileiro, de levar à aprovação de uma legislação específica.

Não sei se extrapolei meu tempo, Sra. Vice-Presidente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, mas eu interrompo aqui para eventuais perguntas.

Muito obrigado, Vice-Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu vou abrir para perguntas para o Embaixador, porque ele tem um compromisso e vai ter que sair. Então, se alguém quiser fazer uma pergunta específica a ele, eu tenho o tempo aí de dois minutos.

Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Prezada querida Presidente...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é para mim?

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não é para você, mas para ele.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é para mim ou era para ele? (*Risos.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Pronto.

Não, era para ele. Ele ainda tinha um tempo, e ele abriu para perguntas. Então...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Peço só para acrescentar mais 30 segundos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Pode.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, já ganhei alguma coisa, né? Os 30 segundos que ele poupou.

Sra. Presidente, eu quero saudar a todos os nossos participantes e dizer que, mesmo sendo uma semana excepcionalmente eu não diria perturbada, mas encurtada pelo feriado, esse é um tema altamente relevante, muito relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a honra de ser o Relator do projeto de lei de autoria do Senador Renan Calheiros que dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, no Senado. Nós recebemos agora um projeto que veio da Câmara, e naturalmente a Mesa vai despachá-lo. Eu estava aqui solicitando já que se fizesse um quadro comparativo, porque o que se sabe é que o que veio da Câmara é muito mais amplo. Não que ele abranja coisas que não estão abrangidas no texto do Senado, mas a principal novidade legislativa – pelo que eu apurei há pouco com o Consultor Israel – do Projeto de Lei nº 2.780, cujo Relator é o Deputado Arnaldo Jardim, se não me falha a memória.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Chegou dia 8/5.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Chegou dia 8 de maio?

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – É.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele cria um conselho, vinculado ao Presidente da República, para deliberar sobre esses assuntos que, como o Embaixador acaba de relatar, têm um peso estratégico e de soberania nacional evidente; quer dizer, têm uma repercussão extraordinária.

Eu ontem participei de uma banca de dissertação de mestrado, num conjunto da Universidade de Santa Catarina, e esse assunto veio à baila. *Data center* é um conexo, não é? Não existe inteligência artificial operacional sem *data center*. O *data center* hoje, com a tecnologia atual, consome muita energia, depende da temperatura e consome muita água.

Ontem foi abordado o seguinte aspecto: há uma curiosa forma de ressarcimento da natureza a áreas exploradas. Potosí, na Bolívia, foi assaltada pela civilização europeia porque tinha muita prata, não é isso? Cavaram tudo o que tinha. Para Potosí, para a Bolívia não ficou nada. Agora descobriram, em Potosí, um imenso patrimônio de terras-raras. Quer dizer...

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Rejeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, nós temos lá a nossa região carbonífera. A senhora matou a charada. A nossa região carbonífera teve que produzir para o Brasil o carvão. Hoje o carvão é mal falado por alguns e é louvado quando há uma crise hídrica; aí todo mundo acha que ainda bem que nós temos carvão. E no mundo inteiro existe um grande esforço de descarbonizar o carvão. Claro, não é o carvão que é o ruim; é o carbono que polui.

Mas o que nós temos é uma área bastante explorada em Santa Catarina. Há um esforço muito grande, tanto para transição energética justa – temos uma lei – quanto para uma produção inteligente. Nós também estamos descobrindo duas coisas curiosas: os rejeitos de carvão, a cinza e os fluidos, têm terras-raras em concentrações que ultrapassam o limite que alguns consideram ótimo ou razoável – seria o equilíbrio, de 600 ppm. Ou seja, é uma questão de tecnologia o aproveitamento do rejeito.

Além disso, os túneis... Eu falo isso sempre com alguma emoção, porque eu era Governador, Senadora Tereza Cristina, com 36 anos de idade, quando houve o maior acidente, acho que da América Latina, com mina de carvão de subsolo: 31 mineiros morreram numa segunda-feira de manhã, 10 de setembro. O feriado tinha sido na sexta, prolongado. Acúmulo de metano; às 5h10 da manhã, eles entraram e explodiu. Foi uma tragédia, eu participei da missa. Enfim, tem uma carga emocional que fica disso.

Mas as minas são o melhor hotel para *data center*. Por quê? Porque a temperatura é estável e elas têm água – têm água. Claro que é água poluída, mas é água para refrigerar, não é água para beber. Então, aquilo que foi alvo de exploração passa a ser um ativo, quer dizer, o rejeito, a cinza e o ambiente, o que até dificulta o planejamento da cidade, porque, "olha, lá não pode construir porque tem a tantos metros de profundidade um túnel de mina", quer dizer, área minerada.

Então, todo esse conjunto e essa comparação que eu faço têm como objetivo fazer uma pergunta.

Eu estou mandando resgatar, acho que eu não sei se eu tinha enviado um texto do *The Wall Street Journal,* de outubro do ano passado, que diz como a China venceu os Estados Unidos na guerra das terras-raras. É um texto de umas sete páginas. E fala do jogo, primeiro, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não exportar matéria-prima. É muito pouco conhecido um Vice-Primeiro-Ministro, que depois foi Primeiro-Ministro da China, que era engenheiro, e ele conhecia esse assunto tecnicamente. Ele é que criou os primeiros bloqueios, lá por 1997, para a exportação da matéria-prima. E isso ainda está em vigor.

E o segundo jogo que esse artigo descreve é de como um engenheiro americano foi contratado por uma empresa chinesa para implantar na China a cópia de uma indústria americana, lá em Indiana, que produzia ímã. O principal insumo é níquel – ferro, cobalto e níquel. E, quando ele estava já implantando a réplica daquela empresa, veio a ordem: "Não, faça duas, porque nós vamos fechar a que está nos Estados Unidos". Deu para entender? "Eu vou fazer duas dessas aqui na China e vou fechar a dos Estados Unidos."

E há jogos muito curiosos que são descritos ali sobre vantagem competitiva. Se é anunciada – como já foi recentemente, "olha, vamos implantar um conjunto de fábricas para produzir *chips*, *superchips* –, neste momento, o preço do *chip* cai e o plano de negócio fica inviabilizado. O plano de negócio é baseado numa renda que eu vou auferir se eu produzir aquilo que é o meu plano de negócio, mas, se o preço despencar, o plano de negócio deixa de ser viável, é melhor importar. E esse vai e vem tem mantido a China nessa posição de excelência, que preocupa e – como o Embaixador mencionou –, se focalizar bem, é este um dos pontos nucleares da divergência comercial entre Estados Unidos e China.

Então, eu acho que, nesse conjunto, nesse contexto, seria muito importante nós nos dedicarmos a esse estudo comparativo do texto que veio da Câmara, do texto que eu relatei na Comissão de Assuntos Econômicos e agora, na CCT, cujo Relator é o Senador Wilder Morais. Eu acho que é uma boa combinação: ele, do Estado de Goiás; eu sou do Sul do Brasil. Temos um contexto nacional. Eu sou favorável à designação dele – fui favorável –, para que nós tenhamos vários olhares brasileiros.

Quanto a essa ideia do conselho, então, duas perguntas: uma é a questão nuclear da posição brasileira quanto a não exportar matéria-prima. Eu não posso dizer que ferreamente, mas sou conscientemente favorável a esta política: não exportar matéria-prima e desenvolver uma política não só de ameaças, de restrição, mas de fomento a que nós tenhamos aqui uma razoável autossuficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o segundo ponto é exatamente essa questão do conselho. Na China, nós sabemos quem é que manda; nos Estados Unidos, está ficando difícil saber; mas e aqui? Um conselho ligado à Presidência da República, como é que ele prestaria contas à nação das suas preferências? Nós já temos a política externa, conduzida pelo Executivo, que teoricamente nos presta contas aqui, na Comissão de Relações Exteriores. Mas este assunto vai envolver, como dizia o saudoso Leonel Brizola, interesses variados.

Eu acho que caberia uma discussão específica. Admitamos a ideia do conselho, tem que ter algum sistema de prestação de contas, não só ao Tribunal de Contas, mas ao Congresso Nacional, porque é um assunto imanente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não é na CCT, é na Comissão de Infraestrutura. Tudo o que eu falei sobre a relatoria do Senador Wilder é na Comissão de Infraestrutura.

Obrigado.

Então, são estas duas questões: como é que se poderia fazer, sem causar lesões corporais graves, uma política de restrição à exportação de matéria-prima e promoção e incentivo para o processamento ser aqui? Porque nós é que vamos ficar com a bomba, o buraco vai ficar aqui. Então, é justo que se tenha também – para usar uma expressão saudosista para alguns – a mais-valia. E a segunda questão é essa do conselho. Acho que é cabível um conselho de notáveis, mas os notáveis também amam. (*Risos.*)

Então, prestar contas é inerente à democracia – peso, contrapeso; balanço, contrabalanço; e transparência, transparência crítica, para saber se o conselho tem realmente o interesse nacional na sua prática usual.

Peço desculpa se eu me alonguei, mas é um assunto fascinante, cheio de histórias misteriosas. Fica um bom tema para a Netflix.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Esse meu Senador, meu amigo, é terrível. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, olha, vamos lá.

Então, passo aí a palavra ao Embaixador para responder às perguntas.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Você sabe o nome desse Primeiro-Ministro da China?

**O SR. MAURICIO LYRIO** (Para expor.) – Do antigo Primeiro-Ministro?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É, esse de 1997 era Vice-Primeiro-Ministro, depois ele assumiu.

**O SR. MAURICIO LYRIO** – Mas só para fazer um comentário a V. Exa., a política tão bem-sucedida da China em relação a minerais críticos também remonta ao próprio Deng Xiaoping, dos anos 1980, porque dizem que o início, vamos dizer assim, dessa clarividência chinesa em relação a minerais críticos – porque é impressionante o intervalo de décadas entre o que os chineses fizeram e os demais países – se deveu, sim, ao conhecimento que eles tinham já de minerais críticos e disponibilidade no seu território, porque é aquele negócio: são minerais raros, mas que, se há disponibilidade no seu território... E, naquela tabela periódica, são os elementos finais da tabela periódica. Nós que estudávamos no colégio a tabela inteira, começávamos com os elementos mais leves, então...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Além do 103, né?

**O SR. MAURICIO LYRIO** – É.

Então, ter minerais dessa natureza no seu território provavelmente foi um indutor de avaliação de potenciais desses minerais, o que levou, nesse caso também, à definição das políticas muito, eu diria, eficazes da China, porque hoje o processamento de terras-raras, Senadora e Senador, na China, está na faixa de 80%, 90% do mundo, ou seja, a produção de superímãs é basicamente uma produção chinesa hoje. E são esses superímãs que têm essa capacidade justamente de redução de volume, de peso, de otimização de energia. Isso é... Estava falando com um colega, parece que um avião desses, um F-35... Eu me espantei com o número, mas parece que tem 400kg de terras-raras. Tudo bem que é um avião de 15 toneladas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas é algo impressionante, porque permite uma otimização de todos os sistemas de aviação, por exemplo.

Mas, Senador, respondendo a V. Exa. sobre opções para agregação no país de minerais críticos, há políticas, eu diria, mais de incentivos nesse sentido e políticas, eu diria, mais de restrição de exportação. As políticas de incentivo são apoio de bancos de desenvolvimento, como é o próprio BNDES, que já tem adotado uma política de empréstimos para o setor, que é de privilegiar a agregação. Há incentivos em alguns outros países relativos a percentual de faturamento destinado à pesquisa e desenvolvimento sobre minerais críticos no próprio país. Isso é uma opção também que alguns países têm adotado. Medidas mais restritivas, aí são de várias naturezas. A linha chinesa também de restringir exportações, e dos próprios superímas, refletiu também políticas de outros países.

Agora, no caso de um país que é detentor desses minerais críticos e quer processar, uma possibilidade é o que nós chamamos de imposto decrescente de exportação de acordo com a agregação.

V. Exa. mencionou: não é interessante ao Brasil exportar o mineral crítico bruto. Uma possibilidade. Eu estou aqui me permitindo especular, mas eu não quero prejulgar, porque aqui eu estou falando de exemplos externos e eu não tenho, como Ministério das Relações Exteriores, não é minha atribuição, nesse caso, entrar em muitos detalhes sobre políticas públicas da área de mineração, mas me parece que uma forma eficaz tem sido, justamente, impostos de exportação mais altos com o produto pobremente agregado e impostos de exportação até inexistentes quando o produto é efetivamente já agregado. Então, da terra-rara na sua forma mais, eu diria, bruta, até a produção do superímã, há uma série de etapas de agregação que, obviamente, os especialistas poderiam avaliar se é conveniente ou não. E há casos mais extremos, que é a própria proibição de exportação no sentido estrito, como foi o caso da Indonésia com o níquel, por razões também de mercado, ou seja, a Indonésia é a maior detentora de reservas de níquel, então achava que, na produção de baterias lítio/níquel, era fundamental que a Indonésia tivesse uma participação não só como provedor do níquel bruto, mas também como agregador na cadeia de baterias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, V. Exa. perguntou também sobre o conselho extraordinário de minerais críticos. Isso é uma proposta que já tem, eu diria, sido debatida no plano do Executivo naturalmente com vistas a uma discussão com o Congresso Nacional sobre a possibilidade de criação do conselho por meio do projeto de lei, algo que já consta, se não estou equivocado, no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. A ideia é justamente essa.

Essa é uma área de tantas implicações, de tantas vertentes diferentes, porque não é só a questão da mineração, na sua acepção mais, eu diria, mais original de extração. Tem implicações na área industrial, que exige a participação de todos os setores envolvidos na área industrial, a começar pelo próprio Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Tem elementos de energia que são absolutamente fundamentais, questão de suprimento de energia. Tem elementos, como já discutimos aqui, estratégicos internacionalmente e que são centrais, o que recomendaria a participação também do Ministério das Relações Exteriores. Há implicações, do ponto de vista também de legislação trabalhista, na área social e na área de economia, em relação ao financiamento. Então, é um conjunto de áreas que melhor, eu acho, expressariam os interesses específicos da população brasileira nessas diversas áreas reunidos num conselho. Na versão aprovada na Câmara dos Deputados, acredito que tenha sido sob a Presidência da República, o que parece também convergente com essa ideia de que há elementos complementares e múltiplos de várias áreas que seriam mais bem coordenados no âmbito mais alto do Executivo brasileiro, na própria Presidência.

Então, Senador, nós temos um Conselho Nacional de Política Mineral – não é verdade? –, que foi restabelecido pelo Governo este ano, mas ele não é específico de minerais críticos e essa, eu diria, consideração especial, particular dos minerais críticos, é uma tendência internacional importante e, pela posição estratégica do Brasil na área, justamente por ser um grande detentor de minerais críticos, parece recomendável, sim, que haja um conselho extraordinário específico para minerais críticos, pela particularidade desse setor.

Então, nesse aspecto, parece-me uma política recomendável, mas isso, obviamente, eu digo a título de experiência internacional, e V. Exas., Senadores, avaliarão a melhor forma de expressar isso no projeto de lei.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só como complemento, eu também acho que a ideia do conselho é perfeita, é correta. A minha dúvida é que espécie de prestação de contas... Pode ser até no âmbito mais reservado, sigiloso – isso é de interesse da soberania nacional –, mas alguma espécie de prestação de contas, de interação com o Congresso Nacional bem objetiva tem que ser estabelecida.

E há uma frase que eu acho que resume o que nós estamos falando de lei da oferta e da procura: num caso concreto, para outros, o nióbio é crítico, porque eles não têm; e, para nós, ele é estratégico, porque nós temos... Quer dizer, é mais ou menos como um vendedor de tapete, mas eu não vou contar essa história porque é desnecessária. Se eu tenho, ele para mim é estratégico. Eu tenho que cuidar da oferta para não desvalorizar o que é meu, e o outro tem que atrair isso que eu tenho com capacidade de alguma barganha, porque se ele vier "Olha, eu estou precisando, senão eu vou morrer", quem vai fixar o preço sou eu, ou vai haver uma guerra. Isso é a síntese.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Bom, eu agradeço ao Embaixador Mauricio Lyrio a sua participação, sempre brilhante, e quero dizer que nós ainda teremos outras reuniões, não será só esta audiência. Então, Senador, esta semana, pelo feriado e por ser semipresencial... Eu não quis atrasar esta audiência, para que a gente possa dar sequência a outras que faremos, com certeza.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E até ajudar a fazer a pauta das outras.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – É, exatamente. Então, nós deveríamos já marcar, porque acho que nós temos 16 pessoas já conversadas, técnicos que devem vir a esta Comissão para que a gente possa fazer o debate mais aprofundado.

E dizer que nós temos, aqui no Senado também, terra para estrangeiro. A autorização, depois de uma determinada quantidade de terra, tem que passar por esta Casa. Agora, nós temos que ter celeridade para fazer essas aprovações, não podemos deixar isso aqui, deitado em algumas gavetas, algumas prateleiras. Temos que pensar bem como fazer essa prestação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contas. Mas eu, na minha opinião, também vejo que é interessante um assunto dessa importância ficar ligado realmente à Presidência da República do Estado brasileiro.

Então agradeço. Fique à vontade para nos deixar, porque eu sei que sua agenda hoje foi difícil, mas o senhor está aqui, agradeço novamente.

Eu quero passar, então, a palavra agora para o Sr. Marcus Flavio Chiarini. É isso?

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** (*Fora do microfone*.) – Isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Está bom.

Com você por 15 minutos. Se precisar de um tempinho a mais, fique à vontade.

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** (Para expor.) – O.k. Obrigado.

Bom dia.

Agradeço à nobre Senadora Tereza Cristina pela oportunidade. Eu me congratulo com todos os Parlamentares envolvidos no aprimoramento e na modernização das políticas públicas para o setor mineral, especialmente com o Deputado Zé Silva, o Deputado Arnaldo Jardim, o Senador Renan Calheiros, o Senador Wilder Morais, o Senador Esperidião Amin. Agradeço também ao Presidente do Serviço Geológico do Brasil, Vilmar Simões, aos demais ilustres presentes à mesa, assim como a todos os participantes presentes aqui e remotos.

Eu sou geólogo pesquisador do Serviço Geológico do Brasil, ligado à Presidência desse órgão. Desta forma, irei tecer meus comentários aqui com um certo limite a esta instituição, por vezes avançando um pouquinho por acompanhar o setor há mais de duas décadas. Vou estruturar minha apresentação no seguinte formato: vou colocar a apresentação do Serviço Geológico do Brasil brevemente; fazer um comentário para o setor mineral; relacionado aos projetos de lei, fazer uma ressalva breve, dois destaques e duas sugestões.

O Serviço Geológico do Brasil conta hoje com 1.411 empregados, sendo 576 pesquisadores – entre os pesquisadores, somos geólogos, geofísicos e engenheiros –, 364 mestres e 136 doutores. O Serviço Geológico do Brasil tem como missão gerar e difundir o conhecimento geocientífico, assim diminuindo o risco do investidor interno e externo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrando que o alto risco econômico é intrínseco ao setor mineral, na prospecção mineral. Esse não é o único papel do Serviço Geológico do Brasil: também tratamos com risco geológico, gestão territorial e hidrogeologia, entre outras atividades também relevantes.

O Brasil possui conhecimento geológico do seu território em várias escalas de detalhe, a depender da localização da área. Obviamente, Minas Gerais é muito mais conhecida do que a Amazônia, por exemplo. Não significa que conhecemos determinada porcentagem, por exemplo, 30%, e que os outros 70% são desconhecidos geologicamente, é uma questão de detalhe em evolução constante. As rochas e o solo têm que ser estudados não só quanto à sua classificação qualitativa, mas também quanto à sua composição química, isotópica, idade, propriedades físicas, etc. Não basta saber qual é a rocha. Em consequência disto, o estudo de geologia do Brasil é contínuo, sempre há o que aprimorar, não existe um fim, sempre aumentando o detalhamento das investigações e assim fornecendo informações de altíssima relevância para o fomento do setor mineral, entre outros setores que também usufruem desses dados.

A pesquisa geológica não tem como fim apenas o setor mineral, mas aqui vamos tratar disso. Aliás, a maioria dos estudos de terras-raras no passado, até recente, até a década de 1990, era realizada para se entender a origem e os processos da rocha, e não com fim puramente econômico.

Minha ex-Professora e ex-Reitora deve se lembrar desses estudos de diagramas de terras-raras – aqui presente, ao meu lado.

As necessidades da humanidade mudam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** – Vamos nos antecipar. As realidades mudam. O Brasil possui uma enorme variedade geológica potencial para elementos de terras-raras. Além desse fato, adiciona-se a localização tropical de latitude, que promove formação de solo mais acelerada. Esse processo também contribui para a concentração e até diminuição do custo operacional em atividades, por exemplo, de terras-raras em argila iônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desta missão gigantesca, o Serviço Geológico do Brasil precisa de parcerias para cumprir com êxito, parcerias com a academia, com o setor produtivo e ICTs, além, obviamente, da valorização dos pesquisadores, que são de altíssima qualidade técnica.

Eu vou fazer um comentário breve sobre algo que anda em parceria com o setor mineral, que é a infraestrutura. Lembro aqui, sem desviar muito, que não há mineração robusta sem infraestrutura. Um projeto mineral pode ser viabilizado economicamente a depender não só da natureza geológica dada, mas de vários fatores, sendo a infraestrutura um dos principais, englobando energia, logística, portos, ferrovias, etc. Não se poderia deixar de tratar a importância, por exemplo, de projetos como o da Rota Bioceânica, que é a ligação do Brasil ao Pacífico, encampada pelo Senador Nelsinho Trad, que tem o potencial de aumentar a posição comercial do Brasil, principalmente em relações com a Ásia, além de desenvolver o oeste do território brasileiro.

Eu vou fazer uma breve ressalva quanto aos projetos de lei para o setor mineral. Cada camada, cada engrenagem adicionada, cada licença nova, se não for criteriosamente construída, pode repelir o investidor, sobretudo o estrangeiro. A soberania é o cerne dessa política, mas a atratividade econômica é essencial para valorizá-la. Por isso, o equilíbrio entre verticalizar a cadeia produtiva e preservar a atratividade deve ser tratado com muito cuidado. Não restringir, e, sim, incentivar o desenvolvimento de tecnologia nacional e agregação de valor parece um caminho razoável.

Feitas essas ressalvas, passo agora para dois destaques nos projetos de lei apresentados relativos ao setor.

Gostaria de frisar um ponto fundamental nos PLs 44 e 43, de 2025, e 27 e 80, de 2024. Eles apresentam a criação de um conjunto robusto de incentivos fiscais à pesquisa, desenvolvimento e inovação para o setor de minerais críticos, que, em diálogo com instrumentos como a Lei do Bem, representa um verdadeiro avanço à política mineral brasileira.

O PDI é um bom caminho também para o Serviço Geológico do Brasil. O Serviço Geológico do Brasil também é uma instituição de ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Merece destaque também a proposição da criação de zonas de processamento e transformação mineral, prevista no PL 4.443, uma inovação estruturante que representa um potencial enorme para o avanço regional e nacional.

Vou colocar duas sugestões que podem servir para futuras discussões relativas aos projetos de lei para o setor de minerais críticos e estratégicos apresentados nesses últimos anos. Vou me ater aqui a questões relacionadas diretamente – ou próximas – ao Serviço Geológico, até mesmo pela minha posição dentro dessa instituição, e não avançar muito em questões extrainstitucionais.

Gostaria de frisar dois pontos de relevância para aumentar a velocidade e qualidade dos estudos geológicos no âmbito do Serviço Geológico e do setor. Esses pontos não são originais; já estão em discussão há bastante tempo por diversos atores no setor mineral. São esses pontos: recursos da Cfem e organização e abertura de banco de dados.

Relativo ao primeiro ponto – que é a possibilidade de se direcionarem 2% dos recursos da Cfem para o Serviço Geológico do Brasil em atividades do papel do Estado, como mapeamento geológico, estudos aerogeofísicos e geoquímicos –, ressalto que a ferramenta aerogeofísica tem o potencial de cobrir grandes áreas em voos rasantes em curto espaço de tempo, inclusive na Amazônia. Com a diminuição de descobertas na superfície do terreno, a importância da aerogeofísica é aumentada, uma vez que conseguimos medir propriedades físicas até profundidades de vários quilômetros, a depender do método utilizado. Há estudos que mostram, em probabilidade, que a maioria das novas descobertas estão em subsuperfícies não aflorantes. A geofísica resolve isso. Precisamos desses recursos para a aerogeofísica.

A Diretoria de Geologia e Recursos Minerais, que realiza esses estudos, hoje conta com orçamento anual em torno de R$39 milhões. Em referência à Cfem, em 2025, arrecadou-se quase R$7,9 bilhões, sendo desses 2%... A possibilidade de reinvestimento em estudos geológicos significaria pular do orçamento de R$39 milhões para R$118 bilhões – arredondando, de R$40 milhões para R$120 bilhões, ou seja, triplicar o orçamento para investimento em geologia básica no Brasil, caso venhamos a ter essa participação nesses recursos e, assim, a velocidade e a qualidade de que todos nós necessitamos neste momento especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto, que considero de altíssima relevância, é a organização e a disponibilização dos dados levantados pelas empresas privadas e entregues à ANM, por legislação. Como analogia, podemos citar a indústria irmã – a indústria do óleo e gás –, que possui um banco de dados organizados e fornecidos pelas empresas privadas de exploração e produção de petróleo no Brasil. O nome desse banco é BDEP da ANM. Acerca desses dados... É o Banco de Dados de Exploração e Produção – obrigado, Israel –, que as empresas privadas da indústria de hidrocarbonetos fornecem, por legislação, à ANP. Em determinado período, esses dados passam a ser disponibilizados para estudos de qualquer interessado.

Ainda bem que dá para continuar aqui.

Acerca desses termos, temos as seguintes normativas e legislações: a Resolução ANP 757, de 2018, trata do ciclo dos dados de exploração e produção mineral. Exploração e produção de petróleo, desculpe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** – ... das empresas de petróleo do Brasil. Neste caso, é prevista a disponibilização de dados de pesquisa após um período que pode variar de dois a dez anos, a depender do tipo de dado e processamento embutido neste.

Pela Constituição e pela Lei nº 9.478, de 1997, qualquer dado geofísico coletado em bacias sedimentares brasileiras já nasce como bem da União, mas fica em confidencialidade temporária. Importante, se a empresa devolve o bloco antes de o prazo acabar, a confidencialidade acaba imediatamente. Tal analogia pode ser aplicada ao setor mineral junto à ANM, que tem o potencial de acelerar os modelos de novas descobertas, principalmente utilizando-se de processamentos avançados de integração de dados e inteligência artificial nesse conjunto de dados que hoje estão indisponíveis. Isso possibilitará...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** – Obrigado, Israel.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Você falou em Israel e ele apareceu. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** – Obrigado, meu amigo.

Isso possibilitará a integração de dados públicos obtidos pelo SGB, pela academia e pelo setor privado. (*Pausa.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Fique tranquilo, seu tempo vai ser reposto. Não fique... (*Risos.*)

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** – Esta é uma questão importante: temos o advento de processamentos modernos, inteligência artificial, e não estamos tendo acesso aos dados que as empresas privadas coletam e, por obrigação, são repassados à ANM. Porém, tem que haver um esforço para uma padronização mínima. É um trabalho oneroso em tempo e energia, mas o caminho de integração de dados vai colher frutos robustos dessa integração; e acelerar assim não é tão oneroso relativamente aos ganhos. É uma sugestão para a abertura desses dados...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** – ... para a Agência Nacional de Mineração.

Concluindo, com o orçamento da Cfem e bancos de dados integrais, vamos mais rápido. O serviço geológico está na raiz do setor. É o detentor de conhecimento geológico pré-competitivo robusto, responsável por viabilizar toda a cadeia produtiva subsequente. Não vamos perder esse bonde, vamos pilotá-lo.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Dr. Marcus. É incrível a Cfem ter quantos bilhões?

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** – São R$7,9 bilhões.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – E o Serviço Geográfico ter 39 em um país... Eu digo: nós temos alguma prevenção cultural com a mineração no Brasil, com a geologia. É um negócio impressionante. Toda vez que a gente conversa aqui, eu tenho essa sensação. Nós temos um subsolo riquíssimo, não o conhecemos na sua totalidade e se investe muito pouco nesse conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – A senhora me permite?

Isso daí subverte aquela frase que eu lembrei. Para eles, a frase é esta: "o nióbio é crítico, porque eles não têm". Para nós, é estratégico e nós temos. O problema é que, às vezes, nós não sabemos que temos, e eles sabem. Deu para entender? Eles sabem que nós temos e nós não sabemos que temos. Então, a nossa ignorância favorece o conhecimento deles. Mas, se a senhora me permite, primeiro quero pedir desculpas, porque fui eu que incentivei o seu gesto próprio de um Chiarini, né? Chiarini deve ser, lá nas origens, do Vêneto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – *Chiarini, io sono Marini*. Eu sou Marini por parte de mãe; então, esse sufixo é típico do Vêneto, muito embora hoje haja uma grande transferência de nomes e sobrenomes pela Itália afora.

Mas o que eu gostaria de salientar vai ao encontro disso que a nossa Presidente rapidamente já enunciou. Nós somos avessos e não temos persistência institucional no esclarecimento do nosso potencial de riquezas de subsolo, e talvez a síntese disso aí seja a nossa dependência em matéria de agro, de insumos para a agricultura. Não é porque nós não temos; é porque nós não acessamos, talvez não tenhamos isso que o senhor mencionou – geofísica, é isso?

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** – Isso, a geofísica...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que é a tecnologia para.

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** – ... para medir uma propriedade à distância, ter ali essas informações sem fisicamente encostar. Medimos a densidade...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A própria arqueologia usa para conhecer construções antigas que estão...

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** – Tem diversos usos análogos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se você vai fazer uma praça hoje tem que fazer um levantamento geofísico para saber se não tem alguma ruína histórica.

Enfim, eu acho que nós deveríamos, de alguma maneira – ainda que essa seja uma questão, no final das contas, orçamentária –, estabelecer um plano, talvez, na aprovação do projeto de lei, em conjunto com o Governo, estabelecer um plano de investimentos em pesquisa e dimensionar isso, talvez estabelecer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O da Câmara já traz alguma coisa; eu acho que poderia ser mais aprofundado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É, mas se nós pudermos estabelecer, com a autorização do Governo, um porcentual que represente um *funding* para custeio de longo prazo, é isso que... Lembra quando ele falou que a China começou a se preparar 30 anos antes?

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Quando ela conheceu o que tinha. (*Risos.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas ela sabia o que tinha e sabia que esse negócio pode ser útil daqui a pouco.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Exatamente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, começaram a dizer: "Isso aqui nós temos".

Há uma outra história muito interessante – viu, querida amiga? Não sei se a senhora já leu alguma coisa sobre as navegações chinesas do século XV –: eles chegavam a uma terra e, na primeira pedra voltada para noroeste, eles inscreviam tudo que aquela terra tinha, desde minerais até água. O símbolo da água lembra o do Unibanco, e as madeiras, inclusive, para os seus navios. Eles não ficavam com a terra, mas já sabiam o que tinha ali. Essas eram as estelas, o nome técnico disso aí. Então, essa identificação do que a terra que eu visito tem os chineses praticam há 700 anos, 600 para 700 anos, sabidamente, ou pelo menos divulgado por, digamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fonte com credibilidade. Nós temos que vincular esse conhecimento, essa busca do conhecimento, ao programa... Como nós somos menos persistentes do que eles, nós temos que escrever na lei, correndo o risco de ela não ser cumprida, mas eu acho que é o nosso papel. Se nós pudermos, eu repito, para concluir, talvez para a pauta de próximas, estabelecer um plano de desenvolvimento de pesquisas vinculado a um certo orçamento plurianual – bota plurianual nisso – integrando o plano... A identificação da nossa dependência de insumos para a agricultura é plano para 2050, não é isso?

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sim, isso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No mínimo, 2050, assim como o plano de transição energética é para 2050. Nós aqui usamos o primeiro para 2040, mas ele agora está largado para 2050, porque é o consenso mundial. Isso de transição energética, quer dizer, a aplicação de uma fonte. Agora, a descoberta da fonte tem que ser no mínimo disso. Então, é um item para a gente colocar na pauta das próximas.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Bom, eu vou passar, então, agora a palavra para a Dra. Márcia Abrahão Moura, representante da Sociedade Brasileira de Geologia.

V. Sa. dispõe de 15 minutos para sua exposição.

**A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA** (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas.

Senadora Tereza Cristina, estimo suas melhoras rapidamente. Muito obrigada por me convidar, Senador Esperidião Amin. Também agradeço ao Senador Jaques Wagner e à Sociedade Brasileira de Geologia. Eu tenho certeza de que tem muitas pessoas no Brasil bastante qualificadas para fazer essa apresentação em nome da SBG, e até por indicação do Senador e da Comissão, mas eu fico muito honrada.

Eu sou geóloga com muito amor. Fui Professora do Marcus Flavio Chiarini, do Israel, da Elisa, que é atual Presidente da Sociedade Brasileira de Geologia, e fico muito feliz de vê-los brilhando. É para isso que nós professores formamos nossos estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além de geóloga e Professora da Universidade Brasília, eu fui a primeira mulher Reitora da UnB, de 2016 a 2024. Eu costumava frequentar estes plenários e este Senado para buscar recursos para as universidades. Eu fui Presidente da Andifes, associação dos reitores das universidades federais, e agora estou numa situação muito mais cômoda e confortável, que é a minha área de atuação.

Próximo, por favor.

Como geóloga que sou, eu gosto de situar no tempo e no espaço e vou falar por que eu também estou aqui: porque eu estudei, fiz mestrado, orientei na chamada Província Estanífera de Goiás, aqui no norte de Goiás – próximo, por favor –, onde nós, até o Marcus comentou, estudávamos elementos terras-raras para entender as rochas. Então, aqui no norte de Goiás, temos um conjunto de rochas que são granitos ricos em estanho, assim como tem em Pitinga, como tem em Rondônia e em outros locais. Eu fiz meu mestrado lá, depois continuei orientando. Hoje eu posso dizer que, talvez, o principal geólogo e professor no Brasil que conhece bem esse assunto foi o meu orientador, o Prof. Nilson Botelho, da UnB.

E é interessante, porque onde tem hoje a mina Serra Verde, que é a única mina do Brasil de terras-raras, que foi vendida recentemente, nós trabalhávamos – eu cheguei a orientar um mestrado – com outro foco; no caso era crisoberilo, alexandrita. A gente não pensava nisso. Ali naquelas bolinhas vermelhas à direita, onde está escrito Suíte Serra Branca, é onde tem o Projeto Carina, que está próximo de virar mina, ali no norte de Goiás também. Eu estudava um granito um pouquinho mais para cima, um menorzinho, vermelhinho, e ninguém pensava em prospectar terras-raras, como o Marcus falou. E hoje essa é uma área muito promissora e já está se mostrando viável economicamente.

E, em volta, tem uma série de rochas que são rochas com lítio, que é um outro mineral crítico também. Então essa região aí, que ficou abandonada desde a década de 80, porque ninguém queria saber desses granitos, desse estanho dali, hoje virou notícia internacional. Fiquei muito feliz.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou me deter ao Projeto de Lei 2.780. E aí eu agradeço mais uma vez à Sociedade Brasileira de Geologia, porque a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Associação Brasileira de Ciências encaminharam um documento para a Câmara dos Deputados quando estava sendo feito o projeto, e aí a SBG e outras sociedades científicas assinaram, lembrando, pedindo com alguns pedidos, e também elogiando alguns avanços do projeto.

E eu quero reforçar por que a gente está discutindo isso. Apesar de ser geóloga, eu tenho esta obrigação científica com o meu país de lembrar por que a gente está discutindo isso. E nesse projeto de lei foi muito bem definido para que servem os minerais críticos, qual a importância do projeto de lei. É porque eles asseguram a transição energética, garantem segurança alimentar e nutricional e resguardam a segurança e a soberania nacional. É isso que nós estamos discutindo aqui.

Eu parabenizo demais o Senado, a Senadora Tereza Cristina e a Comissão por este importante debate sobre este assunto.

Eu vou fazer algumas observações sobre isso, sobre esses aspectos.

Próximo, por favor.

Com relação à transição energética, nós geólogos, aliás, um grupo de geólogos debateu muito cientificamente sobre se estava ou não estava havendo aquecimento global. Não sei se a senhora sabe, Senadora, mas muitos geólogos ficavam discutindo a questão do período glacial, então ficavam comparando. Mas é inegável o que nós estamos vivendo no mundo com relação ao aquecimento global. Então, todos os dados mostram, dos principais pesquisadores... Aliás, quem assistiu, ontem à noite, ao pesquisador Paulo Artaxo, que deu uma aula no Roda Viva? Vale a pena ver. E nós já atingimos 1,5 graus. E a nossa tendência – próximo, por favor – é nós chegarmos até o final do século com aumento de 2,8 graus em relação aos níveis pré-industriais. Então nós, humanidade, temos que tomar uma atitude, porque estamos caminhando rapidamente para esse patamar, apesar, obviamente, de o Brasil ter uma situação até de produção de energia, redução de desmatamento; mas, continuando nesse ritmo, nós não teremos um final de século muito adequado, digamos assim, né? Nossa saúde e principalmente as pessoas mais vulneráveis são as que mais sentem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Com relação a... Bom, pelo tempo, tem que ser muito rápido, né? Mas eu vou deixar também essa apresentação.

Com relação à segurança alimentar e soberania nacional, o Senador Esperidião Amin já tocou no assunto, a nossa questão dos fertilizantes. O Brasil importa quase 90% dos fertilizantes que utiliza, e aí nós temos outras opções também: os próprios biofertilizantes os quais podemos e devemos incentivar mais, temos tecnologia para isso. E se nós olharmos potássio, nitrogênio – o Governo acabou de retomar a produção de ureia, né? – e fósforo, os dados são alarmantes e nós dependemos da importação, principalmente de países em conflito. Então mostra também como é estratégico e como é questão de soberania nacional.

Próximo, por favor.

E também falando em soberania nacional, aquelas duas áreas que eu mostrei no mapa aqui do norte de Goiás. A primeira notícia, de cima, é de junho de 2026, de abril de 2026, lembrando que a nossa única empresa que está minerando terras-raras foi adquirida por um consórcio, principalmente por empresas dos Estados Unidos. A legislação brasileira permite. E ontem saiu essa notícia de que Estados Unidos e Emirados Árabes estão tratando... Essa aí não foi, essa aqui é em Minas – estão negociando para adquirir uma mina de terras-raras em Minas Gerais.

Então a nossa legislação permite, mas como bem lembrou o Embaixador aqui, é uma questão de soberania nacional; e como lembraram também o Senador Esperidião Amin e a Senadora Tereza Cristina, nós temos que olhar o que os outros países estão fazendo, né? E eles estão tomando as suas devidas precauções para resguardar o interesse nacional.

Próximo, por favor.

E aí falando da questão científica, né, acadêmica, nós temos *expertise* no Brasil. Nós temos pesquisa em várias áreas do conhecimento, em vários estados, em várias universidades, com relação a esses temas que envolvem segurança nacional, terras-raras, soberania, transição energética, em todo o país, né? Aqui a gente não pode falar no meu estado... Em todo o país, nós temos pesquisa de ponta. Isso aí foi uma publicação da Capes, no final do ano passado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes da COP, falando do impacto da pós-graduação na agenda 2030, que eu recomendo; tem várias pesquisas aí de vários pesquisadores brasileiros.

E próximo. Tem uma tabela que não vai dar para ler, mas não tem problema, é com relação... Mas vai ficar. É a capacidade científica do Brasil.

Esse é um *ranking* que saiu ontem, foi bastante divulgado na imprensa e a imprensa falou: "O Brasil cai em pesquisa". Esse é um *ranking*... porque existem vários *rankings* que medem a ciência no mundo, esse é um *ranking* dos Emirados Árabes Unidos, que tem Nobel, essas coisas. Mas o que é importante aí, primeiro, nossas universidades públicas são as que se destacam em todos os *rankings* nacionais e internacionais, a despeito do financiamento errático da nossa ciência no Brasil. Isso tem impactos, obviamente, na produção acadêmica, inclusive no desenvolvimento científico-tecnológico e na indústria.

Então, esse *ranking* aí, ali eu listei 11, 13 universidades, todas são públicas, com exceção da Fundação Getulio Vargas, sem nenhuma crítica às universidades privadas, mas mostrando como nós temos potencial de avançar.

Para terem uma ideia, falamos tanto da China e Estados Unidos aqui, nesse *ranking* foram analisadas 21 mil universidades no mundo e ranqueadas 2 mil. A China já passou os Estados Unidos em quantidade de... não nas *top* 10, mas em quantidade de universidades. Então eles estão há décadas investindo em ciência, que começa com ciência básica, e depois vão agregando valor à ciência. A China, nesse *ranking*, teve 360 universidades ranqueadas; os Estados Unidos, 313; e o Brasil, 52 universidades.

Então, mais do que falar, caiu algum zero um para lá, zero um para cá, lógico, nós precisamos avançar, mas mostra a política acertada do Governo chinês há décadas.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Quantos engenheiros a China forma por ano?

**A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA** (Para expor.) – Não sei, Senador, falar, mas o número é expressivo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Centenas de milhares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA** – É expressivo, é expressivo.

Então é uma decisão estratégica.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Quatrocentos ou quinhentos mil por ano.

**A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA** – Quantos?

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Quatrocentos a quinhentos mil.

**A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA** – Quatrocentos a quinhentos mil, nós temos uma dificuldade enorme. Então, precisamos de políticas direcionadas para incentivar a ciência, a tecnologia e aí a gente vai ter o resultado também na indústria.

Próximo, por favor.

E a comunidade científica se posicionou aí em relação ao Projeto de Lei 2.780, por isso que eu o estou mencionando, respeito claramente todos os outros. Encaminharam uma carta aos Deputados Federais antes da aprovação do projeto.

Próximo.

Só para, antes que... Pode voltar.

Eu estou aqui cumprindo um papel, né? A Sociedade Brasileira de Física, a Sociedade Brasileira de Química, a Sociedade Brasileira de Geologia e a Sociedade Brasileira de Pesquisa em Materiais. Foi enviado pela SBPC e pela Academia Brasileira de Ciências.

Próximo.

Então, nesse documento, a comunidade parabenizou o avanço...

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Investimentos.

**A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA** – Exatamente, primeiro item: investimento mínimo obrigatório em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Isso está no projeto de lei e eu não sei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por que existe uma crítica em alguma parte do setor mineral em relação a isso. Nós temos que entender que é importante a pesquisa básica e a pesquisa aplicada.

Também, o outro avanço foi o apoio à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica, também com percentual mínimo para projetos-piloto; para a formação de especialistas e a vinculação da política à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Então, eles elencaram esses avanços, mas elencaram também algumas demandas – próximo, por favor – que não foram atendidas na Câmara. E, obviamente, a gente entende que num projeto dessa magnitude tem que haver o consenso possível, né?

Então, primeiro, a representação da comunidade científica nesse Conselho Nacional, que só tem um representante, que é indicado e, da forma como está no texto, pode abrir margem para pessoa, inclusive, que não seja, de fato, vinculada a uma instituição acadêmica.

A própria definição de instituição de ciência e tecnologia, tem debate sobre ela.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA** – Vou precisar de um tempo e roubar um pouquinho do tempinho dos outros.

A destinação mínima de recursos de pesquisa e desenvolvimento a instituições científicas públicas e proteção contra contingenciamento não adianta estar escrita na lei, porque, como disse o Senador Esperidião Amin, às vezes, não é cumprida. E a questão de o relatório de impacto socioambiental vir previamente à habilitação de projeto. Então, essas foram demandas que as sociedades científicas elencaram para a Câmara.

Próximo.

E alguns pontos críticos que eu também gostaria de elencar e que vêm ao encontro do que o Senador Esperidião falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ausência de percentual mínimo obrigatório para o beneficiamento e a transformação mineral: tem no projeto, dependendo de regulamentação, mas, dependendo da regulamentação, pode ter o incentivo, mas não a obrigatoriedade...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pelo menos, parâmetros.

**A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA** – Pelo menos, parâmetros, porque a regulamentação é por decreto. Dependendo, vai ter um projeto de lei ou não.

Também aí são observações minhas, as duas: insegurança jurídica e falta de previsibilidade quanto à mudança de controle societário de empresa titular de direitos minerários, porque também vai depender de cada Governo Federal, uma vez que fica a cargo do Conselho, que tem representantes, principalmente do Governo – são 15 do Governo e outros representantes. São alguns pontos que eu trago para reflexão.

Próximo. E aí, eu, como geóloga... Ontem – engraçado não, porque as pautas são públicas –, um grupo de aprovados para a Agência Nacional de Mineração me encaminhou um ofício, pedindo para eu interceder e falar – então, aproveito e estou falando aqui – sobre o fortalecimento do Serviço Geológico do Brasil, como muito bem ressaltou o geólogo Marcus Chiarini, e da Agência Nacional de Mineração.

Aí dois pontos que eu ressalto: a participação obrigatória de representantes dos dois órgãos entre os 15 membros do Governo Federal nesse Conselho – o Serviço Geológico do Brasil é o responsável pelo mapeamento geológico, pelo conhecimento geológico do Brasil, e a Agência Nacional de Mineração, pela regulação, pela fiscalização; têm que estar bem aparelhados – e o fortalecimento desses dois órgãos, com orçamento compatível, como foi muito bem ressaltado aqui, ampliação do quadro de pessoal técnico.

Aí, primeiro, agradeço ao Governo Lula e o parabenizo por ter retomado os concursos e por já ter chamado, Senadora, todos os que estavam aprovados dentro dos classificados e chamado um percentual – ou está para chamar – dos chamados excedentes. Mas o número de excedentes é tão baixo, 220, perto da demanda e da necessidade, que, então, eu faço um apelo em nome deles – são vários meus ex-alunos também –, para que sejam chamados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E decisões estratégicas, mediante participação de pessoal especializado. As decisões estratégicas têm que envolver quem entende do tema e não apenas, obviamente, aqueles designados politicamente. É isso.

Próximo.

Eu vou terminar com essa foto para mostrar a importância das universidades, da democracia. A universidade... Essa é uma foto da UnB da década de 70. As universidades sofreram na época da falta de democracia no Brasil; e nós somos as primeiras a serem atacadas em qualquer mudança de governo, em que venha um governo mais autoritário.

Ontem mesmo, na divulgação desse ranqueamento, eu fiquei triste, porque as universidades brasileiras caíram. Caíram 0,1%, 0,2%, mas elas estão no topo e elas precisam ser acolhidas e protegidas pela sociedade brasileira, com mais investimento. Então, com democracia nós teremos mais soberania e, certamente, teremos um país mais desenvolvido e mais justo.

Muito obrigada, Senadora, e desculpe por ter passado o tempo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Dra. Márcia Abrahão Moura, pela sua apresentação.

Eu queria perguntar se o Senador Amin tem alguma pergunta.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, quero apenas me congratular com a "brima".

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – "Brima"? (*Risos.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós preferimos sempre a palavra Ibrahim, mas Abraão também serve, especialmente porque ela focalizou alguns aspectos que eu presumi que são...

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Importantes.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E são realmente. Eu não conheço o projeto que veio da Câmara, por isso que eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu também ainda não...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... já o estou pedindo para o Israel. Aqui nós temos o Israel, que é o nosso Consultor.

**A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA** (*Fora do microfone*.) – Nós nos demos bem... (*Risos.*)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós nos damos bem. Do outro lado do Rio Jordão. A senhora falou de Jaques Wagner, meu amigo, que é do outro lado do Rio Jordão. E quando os dois lados se entendem, o mundo cresce. Mas exatamente porque a partir de um quadro comparativo, a gente já pode usar essa carta como um confronto. Eu acho que os pontos que foram colocados ali como vulnerabilidade são verdadeiros. Você não pode ficar com algo que seja tão inerente à soberania como uma política de um governo, é uma política de Estado. Então esse é o típico caso de política de Estado. E nós somos um Estado que já devia ter aprendido isso, desde o pau-brasil. O pau-brasil foi o grande atrativo. Depois, açúcar, ouro, enfim... Hoje, hoje ainda, ouro, pedras preciosas, contrabando, enfim... Se tem um país que já devia ter aprendido a cuidar do que é seu, é o Brasil. E dentro daquela regra, conhecer para, avaliando o que está perdendo, investir para não perder.

Eu acho que foram muito complementares as intervenções, tanto do nosso Embaixador quanto do Dr. Chiarini...

Pronuncia assim, né?

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** (*Fora do microfone*.) – Exatamente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... Chiarini e da Professora...

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Márcia.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... Márcia.

**A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA** (Para expor.) – Mas pode chamar de Abrahão, não tem problema. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas...

Só uma observação, pedindo para a Senadora...

O Senador Darcy Ribeiro, que foi um dos fundadores da Universidade Brasília, quando criou a Universidade de Brasília... A lei de criação da UnB, eu digo que é uma lei de autonomia universitária. E ele trouxe – colocou na lei, e o Governo aprovou, claro – patrimônio para a universidade, patrimônio imobiliário.

E ele dizia, escreveu, que era para a UnB não depender de governos. E é exatamente isto: se o conselho ficar muito vulnerável, nós podemos não ter o resultado esperado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele fez, em termos públicos, o que o Stanford quis fazer na Califórnia: o ensino gratuito e um patrimônio grande.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Bom, eu agradeço então a participação da Reitora Márcia Abrahão Moura e passo, então, agora a palavra à Sra. Marisa Cesar, Presidente do Conselho de Administração da Associação de Minerais Críticos (AMC), que falará por videoconferência.

V. Sa. dispõe de 15 minutos para a sua exposição.

**A SRA. MARISA CESAR** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e todos!

Primeiramente, meus cumprimentos à Senadora Tereza Cristina. É muito bom estar aqui participando com vocês, nessa oportunidade, de uma temática de extrema relevância, que é a questão que estamos discutindo neste debate, a formatação de como podemos ter aí uma estratégia que seja realmente importante, considerando, como muito bem o Senador Esperidião Amin colocou agora, esta questão que estamos falando da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Meus cumprimentos aos demais componentes da mesa, bem como à audiência que aqui está presente, tanto presencial e *online*.

Bom, eu sou Presidente do Conselho da Associação de Minerais Críticos, mas, adicional a isso, eu sou também diretora da terceira maior mineradora de lítio do mundo australiana, que tem projeto no Brasil, no norte de Minas Gerais. Então, eu fico confortável na perspectiva de representar não somente a associação, mas também de trazer aqui algumas temáticas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

refletem na perspectiva do setor e por fazer parte de uma empresa de mineral crítico como o lítio.

Bom, primeiramente, nós temos muito a agradecer, obviamente, a Política Nacional de Minerais Críticos, no PL apresentado, o 2.780, que está sendo discutido, e também o PL 4.443, como mencionado pelo Senador Esperidião Amin, mas vou me ater muito mais ao PL que foi recentemente tramitado na Câmara dos Deputados, que tem aí a relatoria do nosso Deputado Arnaldo Jardim, que foi previamente escrito pelo Deputado José Silva. Esse PL tem, sim, uma consideração muito expressiva, traz uma questão muito importante como fundo garantidor, debêntures incentivadas, traz realmente benefícios fiscais para a cadeia de transformação mineral, para trazermos a cadeia de valor a ser realmente refinada no país.

Todavia, um grande tema que a gente está já discutindo desde o início desta audiência é o conselho nacional que está sendo proposto. Um conselho muito importante, sabemos sim, mas a grande discussão que eu gostaria de trazer aqui é a questão do poder discricionário deste conselho. Na perspectiva do setor, nós temos uma questão de previsibilidade, temos a questão de segurança jurídica, temos a questão de governança, que, quando olhamos para os investidores, entendemos o quanto que isso traz à luz, principalmente dos nossos investidores estrangeiros, o quanto isso impacta na prerrogativa de não se ter certeza, no modelo que está sendo configurado, quanto à questão de serem homologados os projetos. Sabemos que teremos a regulamentação que virá sequencialmente, mas, neste primeiro momento, da forma como está colocado no PL, nós trazemos uma insegurança jurídica muito grande.

Para vocês terem uma ideia, fizemos uma análise de que entre 4 mil e 5 mil transações são realizadas ao ano. Quando colocamos este conselho para fazer essa avaliação – mesmo que a definir posteriormente se vão ser especificamente minerais específicos ou se serão projetos que serão considerados pelo seu montante significativo de negociação –, trazemos à luz aqui um problema, que é: esta definição – por ser à distância e por ter toda esta questão de como é que se dará – traz, sim, neste momento, todo um sistema em que – eu posso dizer a vocês – precisamos considerar que 70% do capital de investimento em mineração no país está concedido pelo capital estrangeiro, seja australiano, seja chinês, seja canadense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando fazemos uma análise de como se dá a regulamentação nesses países – considerando, inclusive, a fala do nosso Embaixador que fez a fala aqui nesta audiência –, nós precisamos analisar que existem, sim, regulamentações lá fora, mas eu vou trazer duas explicações, como Canadá e Austrália.

Na Austrália, apenas países que são considerados sensíveis e hostis entram na janela direta de uma análise direta do Governo, por conta da soberania nacional. Então, estamos falando de Rússia, Irã, China – porque, para a Austrália, a China entra nesse composto; para o Canadá, também, mas lá, por exemplo, China não entra nesse componente. Então, por exemplo, Rússia e Irã, que são países que teoricamente não estão dentro da cadeia de democracia – de relacionamento totalmente alinhado e aliado –, entram nessa jornada.

Um outro componente de avaliação – porque existe uma régua; falamos "uma linha de corte" – é, por exemplo, a Austrália, em que apenas projetos acima de US$1,98 bilhão vão para essa avaliação. Ou seja, traz-se uma linha em que, por exemplo, quando estamos falando dessas 5 mil ou 4 mil negociações, nós não teríamos que passar todas por esse trâmite. O que eu quero dizer? Que estruturas de *offtake* de US$20 milhões – que é um valor significativo pequeno – teriam que passar por isso.

Então, nós estamos tratando, principalmente no Brasil, de empresas de minerais críticos muito – digamos assim – ainda pequenas. Por quê? Porque elas estão no processo de desenvolvimento de exploração mineral. O que eu quero dizer? Elas estão identificando seus recursos minerários – estamos aqui falando também majoritariamente das empresas de terras-raras – e elas precisam ainda passar ou por um processo de licenciamento ambiental – por exemplo, algumas já têm licença prévia, outras têm licença prévia de instalação – e estão estabelecendo o que a gente fala do desenho da implantação da mina.

E aí trazemos um outro ponto aqui. Adicional a esta questão do regramento do Conselho, temos que analisar na perspectiva de que, quando falamos de trazer a cadeia de valor mineral de refino, que podemos trabalhar com o refino intermediário ou com o refino total, é de grande valia para o país, sim.

Até porque temos 90% principalmente de terras-raras no domínio da China, e 70% de toda a mineração na parte de refino na China, quando falamos dos outros minerais. Todavia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para termos a implementação do refino no país, nós precisamos ter um quantitativo de recursos minerais no país. E, se fizermos uma avaliação, nós não temos empresas com um quantitativo já produzido, já extraído, que justifique você ter uma planta de refino até o final.

O que eu quero dizer? Quando falamos do processo, e aqui temos vários especialistas presentes, quando falamos do processo de terras-raras, nós temos primeiro o que chamamos de processamento. Depois, a gente tem o concentrado, que é o que nós consideramos a primeira base de beneficiamento do minério. Depois, nós temos o que chamamos da separação dos 17 componentes químicos, o que no Brasil, por termos principalmente empresas que são à base de argila iônica, temos um certo componente muito importante, principalmente para os Estados Unidos, porque nós temos alta densidade de disprósio e térbio e temos também o que são de liga leve, que é o neodímio e o praseodímio.

Muito bem, quando nós falamos disso, nós vamos para outra parte do refino que é a liga metálica, que é fazer as ligações. E, por último, o famoso ímã permanente, que é de grande valia, principalmente quando estamos falando para turbinas eólicas, estamos falando para equipamentos militares de defesa, que são de grande importância para os Estados Unidos, sabemos. E temos realmente o quantitativo de recursos minerários no Brasil.

Referente a tudo isso, a gente também precisa lembrar que nós temos um Serviço Geológico Brasileiro que mereceria ter realmente uma maior fonte de investimento; bem como temos uma agência reguladora, que é a Agência Nacional de Mineração. E eu posso dizer, como PLS, que eu passei recentemente por uma aquisição, porque nós éramos uma empresa australiana com um projeto no Brasil, e passamos para a mão de uma outra empresa australiana. Nesse movimento, a Agência Nacional de Mineração foi envolvida, ela teve um teor participativo de grande relevância.

E, quando nós falamos de um conselho, por mais que a gente fale de termos aí integrantes de Agência Nacional de Mineração, da academia, do Serviço Geológico Brasileiro, nós muitas vezes estamos deixando à luz até a própria questão do âmbito Federal da União, que já está na mão e tem o poder dos nossos minerais brasileiros.

Então, eu acredito que, quando falamos desse conselho, nós precisaríamos ter realmente uma definição mais clara e específica desde o momento do PL, porque, por mais que vá existir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma regulamentação, e que a princípio será em 90 dias, corremos o risco de não acontecer e ficarmos à luz de um nível de exposição muito grande pelas incertezas do que virá nesta regulamentação.

Então, há a questão de termos sim um poder, para esse conselho, que seja muito mais à luz de homologar projetos que sejam de grande relevância estratégica e que se possa fazer uma linha de corte mais alta, para que não pegue toda a cadeia e não trave o mercado. Até porque estamos aí negociando, temos empresas dentro da associação que também estão aí algumas atreladas e que podem estar também, além da associação, estar no Ibram. São empresas que estão aqui desbravando a questão de trabalhar num território que é o Brasil, são investidores internacionais, acreditam na governança do país, acreditam que o país é democrático, de grandes alianças, até porque o Brasil é conhecido como um país extremamente diplomático, todos os países gostam de negociar com o Brasil.

Sabemos também que o Brasil é uma grande representatividade, por exemplo, no Irã porque nós somos fornecedores, por exemplo, de carne. Ou seja, nós temos relações muito importantes. Sabemos que a China – também não podemos esquecer – é de extrema relevância, porque ela é, dentro da nossa balança comercial, extremamente estratégica. Mas, fazendo toda esta composição, entendemos que precisamos ter segurança jurídica quando estamos tratando de minerais críticos, seja na questão de terras-raras ou seja na questão de qualquer mineral crítico que nós estejamos trazendo aqui para a pauta.

De grande importância também temos a questão, como foi colocada por você, sobre a nossa mineração naquilo que nós temos já identificado. Não podemos esquecer que não temos identificado ainda grande parte do que nós temos de recursos minerários no Brasil e isso também precisa de investimento. Então, eu só queria realmente trazer à luz aqui na perspectiva de como desenhar melhor essa questão deste conselho, na perspectiva de que sabemos que recursos minerários têm a importância, por ser um componente de soberania nacional; mas não podemos esquecer que estamos trazendo para cá regimentos que nunca foram utilizados na aviação, no petróleo, no setor de energia, nos momentos em que esses setores foram regulamentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é somente trazendo a reflexão de como poderíamos fazer de uma forma mais didática, mais aplicativa, para que atendesse tanto na perspectiva de uma política de estado quanto também na perspectiva de atender todas as empresas do setor, trazendo aí a garantia para que todos aqueles que estão sim e continuam investindo no nosso país continuem achando interesse, uma vez que temos disposição sim de terras-raras em outras localidades, em outros distritos. E, embora tenhamos a segunda maior reserva de terras-raras do mundo, podemos perder essa larga oportunidade em terras-raras em outros setores se colocarmos regramentos que possam impossibilitar negociações futuras.

Agradeço a oportunidade, mais uma vez, Senadora Tereza Cristina, de poder participar em nome da AMC. Ficamos muito honrados de poder participar de uma discussão de extrema relevância para a implementação da Política Nacional de Minerais Críticos, que agora, inclusive, está tramitando no Senado.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu é que agradeço, Dra. Marisa Cesar, pelas suas considerações muito importantes.

E segurança jurídica, esse é o ponto. Aliás, no Brasil, nós precisamos de segurança jurídica em tudo. Nós devíamos ter uma Comissão aqui que só pensasse em segurança jurídica. Chegou um projeto, vamos ver a segurança jurídica, porque segurança jurídica, infelizmente, é o que a gente vê de pedido na grande maioria dos projetos. Isso atrapalha o país, o avanço do desenvolvimento.

Mas, enfim, muito obrigada pela sua fala e pela sua colaboração com esse projeto, que eu acho que é da maior relevância para o momento. E nós temos que correr, não podemos mais segurar esse projeto. Esse projeto tem que andar rápido, porque as coisas estão acontecendo muito rapidamente nesse segmento. A gente acabou de ver uma mina sendo vendida, com os Estados Unidos entrando maciçamente com recursos públicos, através de uma empresa privada.

A nossa lei, enfim, a nossa regulamentação ainda foi feita para outro tempo. E nós estamos vivendo um tempo agora de extrema – aliás, alguém falou uma palavra, acho que foi o Embaixador – cobiça pelo que o Brasil tem no seu subsolo. Então, nós temos que proteger isso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favor dos brasileiros. Não com reserva de mercado, não impedindo investimentos estrangeiros, mas fazendo o equilíbrio aí entre aquilo que é importante para o país e o que nós precisamos deixar para que o mercado também e a iniciativa privada atuem.

Quero passar, então, agora a palavra, por 15 minutos, para a Sra. Renata Santana, Consultora de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que falará também por videoconferência.

**A SRA. RENATA SANTANA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Tereza Cristina. É uma honra participar aqui dessa mesa presidida pela senhora, com o Senador Esperidião Amin, que foi o Relator do Projeto 4.443 lá na CAE. Cumprimento também meus colegas aqui, a Marisa Cesar, a Dra. Márcia, o Marcus.

Em nome do Instituto Brasileiro de Mineração, na pessoa do nosso Presidente, agradeço a oportunidade de estar aqui.

A gente passa aqui por um momento geopolítico importante para esse projeto. Há alguns anos, nós começamos este debate aqui no Ibram com as mineradoras. Era um tema que a gente debatia aí no âmbito do MME, com o SGB, com a ANM, e agora ele deixou de ser apenas um tema setorial e passou a ser um assunto global.

E, para o bom desenvolvimento do tema, só para pegar aqui e não esquecer o que os colegas trouxeram, o Ibram apoia o desenvolvimento do SGB, ressalta a importância da ANM, que os recursos dessas entidades não sejam contingenciados. Hoje a ANM tem 7% dos recursos da Cfem, e esses recursos não chegam.

Voltando aqui para o tema, vou passar um pouco aqui. Como a Dra. Márcia trouxe aqui, nós estamos em um momento de transição energética, o mundo passa por mudanças cada vez mais rápidas – o aumento populacional, a expectativa de vida.

Há uma demanda aí por recursos naturais como energia, e hoje as empresas e os países são obrigados a se adaptarem para essas matrizes energéticas cada vez mais limpas. O mundo busca reduzir essas emissões e cada vez... Não é tão claro, mas, para ter essa transição energética, a gente depende da mineração. Não tem energia eólica, não tem bateria, não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carro elétrico, não tem placas solares, se não tivermos terras-raras, cobre, grafite, lítio, cobalto... o nióbio, de que meus colegas tanto falaram aqui.

Então, não existe essa transição sem os minerais críticos estratégicos e, da mesma forma, as mudanças tecnológicas. A gente não tem *chip*, não tem computador, não tem satélites, se a gente não tiver esse conjunto de minerais. Portanto a tecnologia e a inovação também dependem da mineração.

E agora a gente entrou num momento geopolítico, como o Embaixador falou, a Doutora falou, a gente chega neste momento central da geopolítica também para a defesa, para a segurança alimentar. Nós passamos recentemente por uma pandemia, nós vemos aqui conflitos internacionais, com mudanças na ordem mundial e com rupturas nas cadeias de suprimento. Então, soberania e segurança de abastecimento passaram a ser uma prioridade para os governos e para as empresas. A senhora mesmo, Senadora, já teve que buscar fertilizantes, fazer negociações quando começou a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, né? Então são decisões que os países precisam tomar de segurança e suprimento.

Só que essas mudanças trazem para o Brasil um momento de oportunidade. A Agência Internacional de Energia prevê que até 2040 vai ter um aumento de 80% na demanda por esses recursos. E o Brasil tem uma posição hoje privilegiada: nós temos uma diversidade geológica, mesmo com apenas 30% do nosso território mapeado de forma adequada. Então é importante trazer recursos para a SGB. Temos uma tradição minerária, temos capacidade técnica, temos instituições consolidadas, universidades, como a Doutora trouxe aqui. E nós temos também, diferentemente de outros países que estão aí com políticas mais restritivas, um corpo diplomático bom; nós temos uma democracia; nós temos um relacionamento respeitoso com mais de 50 países; temos reconhecimento internacional de sermos um parceiro confiável para atração dos investimentos. Hoje os outros países têm uma política, mas nós temos que lembrar que, aqui no Brasil, nós temos os minerais estratégicos.

Nesse contexto, o Projeto 2.780 é um instrumento para inserir o Brasil como *player* global dessa maneira estratégica, de forma estratégica, protegendo os interesses soberanos, mas buscando contrapartidas tecnológicas, industriais e em parcerias internacionais. O projeto aguarda deliberação no Senado, como a Marisa trouxe. Ele foi apresentado pelo Deputado Zé

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Silva, pelo brilhante Deputado Arnaldo Jardim. E aqui, no Senado, também tramita o projeto, de que o Senador Esperidião Amin foi o Relator, um projeto do Senador Renan Calheiros. E esses projetos caminham na direção correta ao reconhecerem a importância estratégica desses minerais, buscando conferir prioridades para esses projetos, mas sem reduzir qualquer exigência ambiental ou social.

O projeto traz aí, como citou a Marisa, alguns instrumentos que merecem destaque, que são o mecanismo de financiamentos, garantias, incentivos ao mercado de capitais, estímulos ao desenvolvimento industrial associado à mineração e também obrigações de investimentos em pesquisa e inovação. Esses instrumentos são fundamentais para incentivar o desenvolvimento da cadeia como um todo, porque hoje são necessários investimentos vultosos. Para transformar a rocha em minério, em ímãs, como disse a Marisa, é um processo longo e que precisa de muita tecnologia, de muito investimento. E por isso o país tem o desafio de atrair parceiros para construirmos essas experiências e competências tecnológicas. Isso exige uma articulação entre o Governo, entre o setor produtivo, entre as universidades, os centros de pesquisa; visão de longo prazo; e estabilidade regulatória.

Nesse sentido, aqui, para trazer os pontos de melhorias do projeto, pegando aqui o que a Marisa trouxe, o que a Doutora trouxe, o art. 3º traz uma preocupação nas competências do conselho. Como os colegas falaram, a gente precisa ter cuidado para que seja uma política de Estado, não uma política de governo. A indústria mineral é consolidada por investimentos e parcerias externas. Então, nós temos essa tradição.

Portanto, a gente precisa encontrar ali um ponto de equilíbrio adequado entre o papel do Estado, entre a soberania e a preservação de um ambiente estável para os investimentos. Precisamos ter previsibilidade regulatória, que é o ativo essencial para a gente atrair esses recursos, essa tecnologia de parceiros externos.

E a mineração também, voltando aqui ao segundo ponto, é uma atividade de longo prazo, como a Marisa falou aqui. A gente tem empresas ali em pesquisa, empresas já numa fase mais desenvolvida, e entre a pesquisa e o início da produção, a gente leva mais de 15 anos, dependendo do mineral, precisa de muita tecnologia para isso aí. Então, a gente precisa dar atenção lá ao art. 35, com o prazo que está se dando. De mil pesquisas, uma tem sucesso. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento de longo prazo, é um investimento de alto risco, então, o Senado precisa ter cuidado aí neste ponto.

E o terceiro ponto que a gente traz aqui é em relação ao art. 8º, que pode ter alguns impeditivos para exportação, alguns impeditivos que podem proibir a exportação também, alguma criação de imposto sobre exportação. Então, nós precisamos ter cuidado, porque nós precisamos trazer investimentos, precisamos trazer incentivos a parcerias, e não proibir.

São ajustes que podem ser feitos pelo Senado, até de modo redacional, mas que causam ainda alguma preocupação no setor. E o mais importante, como a Senadora trouxe aqui, é que o Brasil não pode perder tempo. Outros países mineradores que têm um bom ambiente de negócios já estão disputando esses investimentos, as cadeias produtivas estão sendo organizadas. Então, nós temos certeza aqui de que a Senadora, o Senado, o Senador Esperidião Amin, assim como os outros Senadores, com toda a sua competência e sabedoria, vão olhar com todo cuidado para esses pontos do projeto, para o que o Brasil possa se desenvolver cada vez mais e se tornar um líder aí desse tema.

Obrigada, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu que agradeço muito a participação de todos vocês.

E eu vou fazer uma leitura rápida aqui de algumas perguntas que vieram, como a gente não vai ter tempo para responder a todas, vamos ver se a gente responde a duas, três, mas depois a gente pode mandar por escrito essas respostas.

O Domingos, do Mato Grosso do Sul, meu estado, fez a seguinte pergunta: "Existe impacto ambiental na questão do desmatamento? O que traz de benefícios para a nossa comunidade local?".

O André, de Pernambuco: "Como a regulação pretende blindar o setor de minerais críticos contra pressões externas sem criar atritos diplomáticos com a China e os EUA?".

Bianca, de São Paulo: "Quais mecanismos o projeto prevê para garantir soberania nacional na cadeia de minerais críticos diante da disputa global por terras-raras?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ana, do Rio de Janeiro: "Como manter o controle absoluto das terras-raras pelo Governo brasileiro? Aumentar o investimento em tecnologia nacional?".

Ana, do Mato Grosso: "Quais os efeitos geopolíticos da regulação das terras-raras para o Brasil?".

Aí tem mais outras perguntas aqui.

Ronan, do Rio de Janeiro: "Como o país pode utilizar suas reservas para fortalecer a transição energética e a indústria nacional?".

Clarica, da Bahia: "[Qual a] forma de regularização? [Qual a] contrapartida do requerente? [Há] limite anual de extração [...] [e] condicionantes adequadas?".

E agora alguns comentários.

James, do Rio Grande do Sul: "Os minerais críticos são o novo petróleo. Não regulamentar a sua exploração significa perder a soberania sobre o futuro da nação".

A Cínthia, da Paraíba: "Não deve ser privatizado. Pertence ao povo, e ao Estado cabe gerir".

Elizabeth, da Bahia: "Exploração deve prever: participação das comunidades nos benefícios econômicos e fundos de desenvolvimento regional (via *royalties*)".

Minas Gerais, Adelgício: "[É preciso] evitar a posse destes recursos por empresas que utilizam as terras-raras para fins bélicos".

Enfim, aqui tem outros comentários, todos mais ou menos na mesma linha, se o Governo deve... Oi? (*Pausa.*)

O Senador André Amaral quer fazer uso da palavra.

O senhor tem a palavra, Senador. Desculpe-me, eu não tinha visto.

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Senadora Tereza Cristina, sempre brilhante, meus parabéns. A senhora orgulha o Senado e representa muito bem o Parlamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro, em especial a mulher. Esta Casa precisa de mais mulheres, que a senhora seja exemplo para todas elas. Agradeço a sua generosidade.

Excelência, eu, observando aqui, vi várias reivindicações, várias pautas legítimas, mas o problema está dentro de casa, ele é doméstico. Nós temos uma regulamentação da ANM que trata da garantia de operações minerárias, deixando a própria mina como garantia.

Eu estive com o nosso querido Presidente do BNDES e uma das pautas foi a possibilidade de usar as minas como garantia, e parecia que era uma coisa estranha. Regulamentação existe, e eu estou falando isso com conhecimento de causa, porque eu sou minerador na Paraíba e no Rio Grande do Norte.

É verdade que temos muitas empresas estrangeiras que estão nos rodeando, basta chegar à ANM que a senhora vê os orientais lá, de forma paciente, esperando. Diferentemente do brasileiro que é agoniado, eles ficam lá, naquela cultura deles, aguardando serem atendidos. Eles são muito bem-vindos, mas, no momento em que o empresário brasileiro tiver recursos, dando a sua própria mina como garantia, ele terá fôlego para receber bem a tecnologia estrangeira e o mercado internacional. O problema é que vir ao Brasil e ser recebido pelo empresariado brasileiro com o pires na mão é doído.

A Paraíba sofre. Os cortadores de granito... Nós temos na Paraíba lítio. Eu tenho um mini Equador em que eu tenho incidência de lítio. Foi vendida parte de uma mina para uma empresa americana a 2km da minha casa, da minha terra, da minha área, de onde eu faço extração de pedra para beneficiar para granito, e a 2km também para uma empresa americana também. E assistimos à hipossuficiência do pseudominerador brasileiro, eu digo o minerador brasileiro do Nordeste. Nós não fugimos à regra no Brasil. É como jogador de futebol, só se fala em Neymar, mas dos 10 milhões de jogadores que passam as amarguras da vida nós não falamos. Nós temos mineradores na ponta, e você não sabe onde está o capital, nem sabe onde está o trabalho, mas estão lá prestando serviço, gerando riquezas para o país, gerando empregos para este país.

Então, a minha colocação é esta: nós temos uma regulamentação da ANM, em que a mina pode ser utilizada como garantia. O BNDES não reconhece isso, os bancos oficiais não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecem, e aí o minerador fica com o pires na mão. Aí ele recebe os orientais – que venham! –, mas que a gente possa pelo menos recepcioná-los com um bom almoço, como diz a história.

Então, é importante, Presidente Tereza, deixarmos isso, Senadora, esse registro.

Agora preciso falar da ANM. Eu tenho umas minas para transferir na ANM há quatro anos. Assumi o mandato, saí do mandato, assumi o mandato, e há quatro anos estão lá. É um verdadeiro engessamento. De vez em quando a gente assiste a um escândalo. Eu não consegui transferir as minas de uma empresa para outra. Nossa! Nada irregular, tudo preenchendo os requisitos legais. Então, nós temos que primeiro arrumar a casa. Está se fazendo esse papel aqui, mas é mais profundo. É a condição do empresariado para que ele possa produzir. Nós não queremos vender o produto primário, nós queremos vender o produto acabado.

Nós queremos fazer como acontece nas minas de Carajás, em que todo dia vão milhares e milhares de minério de ferro – e sabemos que lá não só tem minério de ferro. Isso é uma coisa pública e notória.

Nós queremos vender o produto acabado, para que agregue valor ao país – para que agregue valor ao país e mantenha, quer queira, quer não, o homem no campo, porque as minas não estão no centro de São Paulo, não –, evitando o êxodo rural e dando condições ao minerador de dar condições aos seus prestadores de serviço. Muitas das vezes – repito – você não sabe quem é o patrão, quem é o empregado, pelas condições dificílimas em que vivem.

Está lá o meu estado, a Paraíba – homens bravos, corajosos, dentro da regulamentação. De vez em quando, a gente recebe a visita de órgãos federais, que são duros, muito duros. Eles saem de vítima para vilão em um passo, Presidente – em um passo. Então, ANM: que seja melhorado urgentemente.

A senhora imagina o que é que você ter, há cinco anos, um Senador da República – há cinco anos – com um pedido para mudar a propriedade das minas – a propriedade das minas. Até hoje... Primeiro, a burocracia: você não consegue... Até você se irritar, até você dizer: "Olha...", aí o camarada diz: "Tá vendo? Só porque é Senador?".

E você vai lá, com a maior humildade, pede; manda o seu engenheiro, manda o advogado – e nada acontece. Isso é o dificultador para criar o facilitador, e isso nós não podemos permitir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste país. E olhar com bons olhos – depois, se a senhora me permitir, eu posso mandar para a senhora – essa regulamentação da ANM, que autoriza a utilização das minas para garantir operações minerárias – para melhorar, para comprar guindaste, porque acontece acidente todo dia – todo dia.

Porque, quando se rola um bloco – 500, 600, 700 toneladas –, é um perigo. E ele faz com as unhas – como se diz no bom Nordeste, na minha amada Paraíba –, porque não tem equipamento, porque não tem financiamento. Quem tem condições de comprar um guindaste por uma fortuna? Coitado – coitado.

Então, a minha colocação são duas coisas. A clareza da ANM – a transparência da ANM. Ela é engessada. É engessada. Só vemos quando saem escândalos. Mas eu tenho lá as minas...

Querido e decano, meu Professor, eu vou dizer uma coisa: este Brasil te ama, viu?

Obrigado, Presidente. Obrigado pela deferência.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Bom, muito obrigada, Senador André.

Agora, nós...

Eu queria saber se a Profa. Dra. Márcia gostaria de fazer uso da palavra, e o Marcus também.

Profa. Márcia.

**A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA** – Eu anotei aqui algumas perguntas.

Primeiro, o Senador André Amaral. Eu estava até comentando com a Senadora: eu não conheço a área – os granitos da sua área – mas, como tem lítio perto, já como estudiosa de granito, eu diria que seria bom dar uma olhada nesses granitos também – o senhor já deve ter feito – para ver se tem lítio também, dependendo do tipo de rocha.

Quanto a esses nossos aqui de Goiás – que nós a vida inteira ficamos tentando, torcendo para que explorasse estanho, depois rocha ornamental, mas muito fraturados, não serve –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora são esses que estão sendo explorados para terras-raras. Então, é bom às vezes pesquisar mais, não sei, porque vale mais do que os blocos.

E eu sinto muito essa questão da ANM, e aí mais uma vez a importância do fortalecimento da agência, o fortalecimento da agência com mais pessoal, com mais recursos, isso é fundamental no país.

Eu não vou tocar em todas as perguntas, mas sobre a questão do impacto ambiental, acho que é importante falar, por isso que um dos motivos que a SBPC e outras associações e sociedades pediram, inclusive a SBG... Obrigada, Senador... É a questão do licenciamento ambiental prévio. Às vezes, a gente fala: "Ah, tem que correr", mas aí tem um desastre, como aconteceu em Mariana, etc. Então, acho que é bom a gente olhar isso na legislação, a questão lá do impacto ambiental e socioambiental. Agora, a mineração traz impacto ambiental. Esta é uma decisão difícil da sociedade: entre o impacto e o desenvolvimento, o que nós buscamos? E também, de novo, com base na ciência e numa legislação adequada, é o menor impacto possível dentro das condições dadas.

O Brasil produz energia limpa, com grande percentual, em termos de matriz elétrica, acho que mais de 80%, 90%, não sei exatamente, mas é importante ter uma fiscalização ambiental e trabalhar também ouvindo os povos tradicionais, que é isso que se demanda também. É um equilíbrio difícil, como a Senadora Tereza Cristina falou, e é um papel difícil dos Senadores. Eu tenho certeza de que eles vão conseguir chegar num equilíbrio.

Quanto às demais observações com relação à soberania, é o que nós estávamos conversando aqui, é buscar o equilíbrio para que o Brasil tenha a sua soberania preservada, dentro também das condições dadas para correr, para não perder o bonde da história. Então, é um equilíbrio difícil.

Eu mais uma vez agradeço, parabenizo demais, gostei demais de participar deste debate.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Professora, mas lembrando que a Austrália e o Canadá, que são países que vivem... As suas receitas minerárias são enormes, e eles conseguem conviver bem com o equilíbrio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As minas de potássio do Canadá, e recebemos aqui o fertilizante, são dos indígenas, que recebem *royalties*. Eu presido aqui o Grupo de Estudos de Mineração em Terra Indígena. E nós até vamos fazer uma viagem ao Canadá, para levar alguns indígenas, para a gente ver como eles trabalham com sustentabilidade e junto com a comunidade indígena local.

**A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA** (*Fora do microfone.*) – É uma geologia muito parecida com a nossa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Com a nossa, exatamente.

Bom, então, eu queria passar a palavra ao Dr. Marcus.

**O SR. MARCUS FLAVIO CHIARINI** (Para expor.) – Agradeço à Senadora Tereza Cristina, na pessoa do Presidente do Serviço Geológico do Brasil, Vilmar Simões.

Acho que o debate, quanto mais plural, quanto mais diverso, com maior diversidade de classes, com vozes, enriquece a discussão. Temos muito a avançar, e o Serviço Geológico tem muito a crescer e contribuir de forma mais rápida.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada.

Bom, então, eu passo agora para o encerramento da audiência.

Nada mais havendo a tratar, agradeço mais uma vez a participação das senhoras e dos senhores debatedores e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada* às *9 horas e 52 minutos, a reunião* é *encerrada* às *12 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Tereza Cristina, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Marcos do Val, Laércio Oliveira, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Hermes Klann, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Humberto Costa, Jaques Wagner, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Weverton, Paulo Paim, Zenaide Maia, Wilder Morais e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 7ª e 8ª Reuniões da Comissão, ocorridas 20 de maio e 2 de junho, respectivamente, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 – Projeto de Decreto Legislativo n° 1020, de 2025 – Não Terminativo –** que: "Aprova os textos do Acordo sobre o Comércio de Aeronaves Civis da Organização Mundial do Comércio, celebrado em Genebra, em 12 de abril de 1979, e do Protocolo de Emenda ao Anexo do referido Acordo, celebrado em Genebra, em 5 de novembro de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 2 – Projeto de Decreto Legislativo n° 1023, de 2025 – Não Terminativo –** que: "Aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica e Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Brasília, em 8 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 – Projeto de Decreto Legislativo n° 1203, de 2025 – Não Terminativo –** que: "Aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Pequim, em 1º de setembro de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 4 – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 15, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PDL 1020/2025." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado:** Aprovado requerimento de urgência para o PDL 1020/2025. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Nelsinho Trad**
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/17

## NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 7ª e 8ª Reuniões da Comissão, ocorridas 20 de maio e 2 de junho, respectivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro solicitar a autuação dos referidos documentos. Findo o prazo sem manifestação, os documentos serão arquivados.

Conforme pauta publicada, esta reunião destina-se à apreciação de projetos.

A reunião é aberta à participação da sociedade, por meio do Portal e-Cidadania.

Item 1.

**ITEM 1**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1020, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Aprova os textos do Acordo sobre o Comércio de Aeronaves Civis da Organização Mundial do Comércio, celebrado em Genebra, em 12 de abril de 1979, e do Protocolo de Emenda ao Anexo do referido Acordo, celebrado em Genebra, em 5 de novembro de 2015.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Nelsinho Trad

**Relatório:** Pela aprovação

Peço permissão ao Senador Mourão para poder fazer o relatório daqui da mesa. Eu mesmo vou fazer, pedindo apenas licença para que eu possa aqui proceder.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Prossiga, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Muito obrigado.

Vou direto à análise, uma vez que ele já foi distribuído.

No mérito, recordamos, de início, que o Acordo sobre o Comércio de Aeronaves Civis da OMC é um instrumento multilateral que objetiva a máxima liberalização do mercado mundial de aviação. Nesse sentido, ele assegura a eliminação de tarifas de importação para aeronaves, motores e peças, proíbe subsídios à exportação e reduz barreiras não tarifárias aos signatários.

Para tanto, o ato internacional em apreço contempla os seguintes pilares: isenção tarifária (tarifa zero) com reflexos nos custos de produção e manutenção; previsibilidade e atração de investimentos mediante a padronização das regras de comércio; isonomia competitiva por meio da proibição de subsídios e restrições governamentais artificiais; e participação dos Estados vinculados em igualdade de condições tanto no tocante às atualizações das regras quanto em relação às decisões que moldam o futuro da aviação civil mundial.

Ademais, esse acordo facilita o trânsito internacional de aeronaves, peças, componentes e simuladores de voo entre os países participantes, reduzindo custos de produção e manutenção.

Lembramos, por oportuno, que as tarifas aplicadas pelo Brasil para os produtos abrangidos pelo TCA são zeradas. De toda maneira, a acessão ao acordo é importante na medida em que consolida essa prática com impactos positivos em termos de previsibilidade dos preços de insumos. Eventual vinculação ao acordo constituirá sinal positivo para a atração de investimentos para o país. Esse quadro se aplica, de modo destacado, para a indústria de aviação civil, bem como para empresas e companhias aéreas prestadoras de serviços aeronáuticos.

Podemos agregar ao contexto descrito a circunstância de que o Brasil passará a participar, de maneira plena e em igualdade de condições, das deliberações do Comitê TCA, que cuida de temas relevantes para a aviação civil na esfera global. Isso inclui a aplicação do acordo a novos produtos do setor.

O contexto descrito é benfazejo na medida em que favorece a indústria aeronáutica brasileira, mas também nosso sistema de transporte aéreo. Esse é fundamental para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integração territorial do nosso país de dimensões continentais e para o seu desenvolvimento econômico.

O voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.020, de 2025.

Esse é o relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à SGM para prosseguimento de tramitação (*Pausa.*), para as providências.

Eu peço requerimento de urgência para que essa matéria vá direto ao Plenário.

**ITEM 2**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1023, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica e Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Brasília, em 8 de maio de 2017.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Humberto Costa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação

O Senador está *online*. Está presente? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

Pode ir direto ao mérito, à análise do mérito.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – O.k., Sr. Presidente.

Este projeto de decreto legislativo, como foi dito, aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa. Ele foi celebrado em Brasília, no dia 8 de maio de 2017.

Passo diretamente para a análise.

Com fundamento no inciso I do art. 103 do Regimento Interno, compete a esta Comissão de Relações Exteriores opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Quanto à juridicidade, não se observam vícios que impeçam a tramitação da matéria. Ele está inteiramente consoante com os ditames da Constituição Federal; atende as regras da redação e técnica legislativa. Portanto, não se vislumbram óbices de natureza constitucional, jurídica e regimental.

No mérito, esse acordo é fundamental e necessário.

O Acordo de Coprodução Cinematográfica e Audiovisual celebrado entre Brasil e França representa importante instrumento de fortalecimento da cooperação bilateral no campo cultural e audiovisual. O texto busca tanto definir parâmetros para a realização de coproduções cinematográficas e audiovisuais entre os dois países, como atualizar o acordo anteriormente firmado entre os dois países em 2010, adequando-o às transformações verificadas no mercado audiovisual contemporâneo, marcado pela expansão das produções destinadas não apenas ao cinema, mas também à televisão, às plataformas digitais e a outros meios de difusão audiovisual.

A iniciativa insere-se em uma longa tradição de colaboração entre Brasil e França no setor audiovisual, construída ao longo de décadas por meio de afinidades artísticas e intercâmbios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

culturais relevantes. As relações históricas entre movimentos cinematográficos como o Cinema Nova e a Nouvelle Vague, bem como exemplos recentes de sucesso internacional de coproduções entre os dois países, demonstram a importância estratégica desse intercâmbio para a consolidação e internacionalização do audiovisual brasileiro.

O acordo cria condições mais favoráveis para a realização de coproduções cinematográficas e audiovisuais, estimulando a cooperação entre empresas produtoras brasileiras e francesas e ampliando as possibilidades de investimentos conjuntos. Além disso, o instrumento prevê mecanismos de acompanhamento e reavaliação periódica de sua aplicação, buscando assegurar equilíbrio e benefícios mútuos às partes envolvidas. Cumpre destacar, ainda, que o acordo não implica criação de despesas diretas para o Estado, funcionando como marco jurídico para futuras parcerias privadas no setor audiovisual.

Por fim, o acordo encontra-se em consonância com os objetivos de fortalecimento e desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira, contribuindo para a promoção da excelência técnico-artística e para a ampliação da presença das produções nacionais em novos mercados e circuitos de difusão cultural. Trata-se, portanto, de iniciativa relevante, inclusive do ponto de vista econômico e diplomático, uma vez que a cooperação cultural constitui importante instrumento de aproximação entre os povos e de fortalecimento das relações entre os países.

Voto.

Por ser constitucional, jurídico, regimental, conveniente e oportuno aos interesses nacionais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.023, de 2025.

É o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Humberto Costa pela leitura do relatório e o parabenizo pela forma direta e bem consistente.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à SGM para prosseguimento da tramitação e providências.

Item 3.

**ITEM 3**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1203, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Pequim, em 1º de setembro de 2017.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Humberto Costa

**Relatório:** Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para ir direto à análise e proferir seu relatório.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Pois não, Sr. Presidente.

Com fundamento no inciso I do art. 103 do Regimento Interno, compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Quanto à juridicidade, não se observam vícios que impeçam a tramitação da matéria, pois cumpre o disposto na legislação em vigor, inclusive quanto à redação e à técnica legislativa.

O referido instrumento também está inteiramente consoante com os ditames da Constituição Federal, notadamente no art. 4º, inciso IX, que erige a cooperação entre os povos à condição de princípio orientador das relações internacionais do Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, não se vislumbram óbices de natureza constitucional, jurídica e regimental.

No mérito, mostra-se um acordo fundamental e necessário.

O Acordo de Coprodução Cinematográfica celebrado entre Brasil e China mostra-se particularmente relevante diante da crescente importância estratégica do setor audiovisual como instrumento de desenvolvimento econômico, difusão cultural e projeção internacional dos países. Ao estabelecer mecanismos voltados à intensificação e à facilitação de coproduções cinematográficas, o instrumento fortalece as relações bilaterais e amplia as possibilidades de intercâmbio cultural e econômico entre as duas nações, contribuindo para o fortalecimento de suas respectivas indústrias audiovisuais.

A relevância do acordo torna-se ainda mais evidente quando se observa a dimensão do mercado cinematográfico chinês, atualmente um dos maiores do mundo, com elevado número de salas de exibição e expressiva movimentação econômica no setor. Nesse contexto, a formalização de um acordo de coprodução representa importante mecanismo para ampliar o acesso das produções brasileiras ao mercado chinês, especialmente diante das restrições impostas à circulação de obras estrangeiras.

A possibilidade de reconhecimento das obras coproduzidas como produtos audiovisuais nacionais em ambos os países constitui instrumento relevante para superar barreiras regulatórias e estimular a inserção internacional do audiovisual brasileiro.

Cumpre destacar, ademais, que o acordo não implica criação de despesas diretas para o Estado brasileiro, funcionando como marco jurídico para futuras parcerias entre agentes privados do setor audiovisual. Trata-se, portanto, de medida que favorece a atração de investimentos, o compartilhamento de capacidades técnicas e artísticas e a ampliação das oportunidades de produção conjunta, em consonância com os objetivos de fortalecimento institucional e internacionalização da indústria audiovisual brasileira.

Por fim, o instrumento dialoga com os objetivos de promoção da diversidade cultural, da cooperação internacional e da valorização das expressões artísticas nacionais. O intercâmbio cultural entre países constitui importante ferramenta para o estreitamento de vínculos diplomáticos, para a difusão de valores e tradições e para a construção de relações internacionais pautadas pelo respeito mútuo e pela pluralidade cultural. Nesse sentido, o acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representa iniciativa oportuna e estratégica para o aprofundamento das relações com o Brasil e a China no campo cultural e audiovisual.

Voto.

Por ser constitucional, jurídico, regimental, conveniente e oportuno aos interesses nacionais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.203, de 2025.

É este o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Humberto Costa.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à SGM para prosseguimento da tramitação.

Informo aos Srs. Senadores que chegou, para ser pautado, o PL 780, de 2023, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai na divisa entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

O autor dessa matéria é o Deputado Federal Geraldo Resende, PSDB, Mato Grosso do Sul.

Avoquei a relatoria – eu serei o Relator – e, numa próxima reunião, nós vamos ler esse relatório e explicar para V. Exas. o que é que significa essa ponte, que vai ligar o traçado rodoviário da Rota Bioceânica, denominada Rota de Capricórnio, no Centro-Oeste Brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, cumprida a finalidade desta reunião, declaro-a encerrada.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Dueire, Sergio Moro, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Tereza Cristina, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Beto Faro, Rogério Carvalho, Weverton, Jorge Kajuru, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5521, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a utilização de painéis eletrônicos ao longo das vias." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1434, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar equipamento obrigatório o dispositivo de abertura interna em porta-malas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 170, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer critérios gerais de linearidade e moderação nos reajustes tarifários anuais de energia elétrica, bem como instituir regime compensatório transitório aplicável ao Estado de Roraima." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2736, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 26, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública para discutir o impacto do recolhimento do Imposto de Exportação de 12% sobre petróleo bruto para a arrecadação dos Estados produtores no rol da Medida Provisória nº 1340, de 2026" **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Marcos Rogério subscreveu. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 27, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura para debater a Consulta Pública nº 45/2019 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), relativa aos critérios regulatórios para redução ou corte de geração de energia elétrica no Sistema Interligado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional - SIN, bem como os impactos econômicos, sociais, regulatórios e operacionais do curtailment sobre os empreendimentos de energia renovável." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senadores Jaime Bagattoli e Marcos Rogério subscreveram. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 28, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 27/2026." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Marcos Rogério subscreveu. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 29, de 2026** que: "Requer a inclusão de representante do IBI na Audiência Pública referente ao REQ 25/2026 CI." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senadores Jaime Bagattoli e Marcos Rogério subscreveram. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 30, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os acordos, repactuações, renegociações e soluções consensuais firmados ou chancelados pela Advocacia-Geral da União, pelo Tribunal de Contas da União e por agências reguladoras em litígios relacionados a concessões, autorizações e contratos de infraestrutura, especialmente diante de notícia jornalística segundo a qual a União teria celebrado acordos que podem ter resultado numa renúncia de até R$ 80 bilhões em multas, indenizações e bens estratégicos para a União." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senadores Jaime Bagattoli e Marcos Rogério subscreveram. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 31, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Advogado-Geral da União (AGU), Jorge Rodrigo Araújo Messias, informações sobre a atuação em acordos, repactuações e soluções negociadas envolvendo litígios, créditos, multas, bens reversíveis, contratos de concessão, especialmente diante de matéria jornalística publicada em 3 de maio de 2026, segundo a qual a União teria renunciado a valores de até R$ 80 bilhões." **Autoria:** Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **Observação:** Senadores Jaime Bagattoli e Marcos Rogério subscreveram. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 32, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os estudos de viabilidade econômica e ambiental dos lotes 1 e 3 das Rodovias Integradas de Santa Catarina, que abrangem trechos das BRs 470/480/153/282/SC." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senadores Jaime Bagattoli e Marcos Rogério subscreveram. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 33, de 2026** que: "Requer a realização de diligência externa na BR-070, especialmente no trecho compreendido entre Primavera do Leste e Serra de São Vicente, no Mato Grosso, com visita ao terminal ferroviário da Malha Norte em Dom Aquino, Mato Grosso, para averiguar “in loco” as condições do citado trecho rodoviário em pista simples que passará a receber um intenso tráfego de caminhões de carga com a conclusão do terminal ferroviário, bem como avaliação de intervenções que se farão necessárias, como a duplicação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da rodovia em sua completa extensão." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senadores Marcos Rogério e Jaime Bagattoli subscreveram. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 34, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a técnica de fraturamento hidráulico – fracking – e as oportunidades decorrentes de sua adequada regulamentação no Brasil, especialmente para o aproveitamento seguro e sustentável de recursos não convencionais de petróleo e gás natural, a ampliação da oferta doméstica de gás, a segurança energética, a atração de investimentos e o desenvolvimento regional." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Jaime Bagattoli subscreveu. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 35, de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Carlos Manuel Baigorri, informações acerca do andamento do processo de implantação, ativação e disponibilização do serviço de telefonia móvel nos distritos de União Bandeirantes e Rio Pardo, no Estado de Rondônia." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Jaime Bagattoli subscreveu. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 36, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa na rodovia RO-383, no município de Cacoal/RO, com o objetivo de verificar as condições da rodovia, bem como o andamento, a qualidade do projeto e a conformidade técnica dos serviços executados." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Jaime Bagattoli subscreveu. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 39, de 2026** que: "Requer o aditamento REQ 272026 - Convite Abrage" **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 40, de 2026** que: "Requer a Convocação do Ministro Alexandre Silveira" **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Jaime Bagattoli e Wilder Morais. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e onze minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Marcos Rogério**
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/19

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de maio de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- do Tribunal de Contas da União, Aviso 425, devidamente publicado no Portal da Comissão;

- da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Ofício 285, de 2026, também devidamente publicado;

- requerimento do Sr. Senador Chico Rodrigues para adição de sua assinatura ao Requerimento 27, de 2026, (*Pausa.*) de autoria do Senador Jorge Kajuru, que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater a Consulta Pública nº 45, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);

- requerimento também do Senador Chico Rodrigues para adição de sua assinatura ao Requerimento nº 37, de 2026, de autoria do Senador Jorge Kajuru, que requer a inclusão do Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Abrace Energia (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres), na audiência pública objeto do Requerimento nº 27, de 2026.

Os documentos, nos termos da Instituição Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período. Comunico ainda o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado. (*Pausa.*)

Nós temos uma pauta que depende de Relatores, e hoje boa parte dos Relatores está ausente. Portanto, vou anunciar a parte deliberativa, mas com encaminhamento por sobrestamento.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

O item 1 é o Projeto de Lei 5.521, de 2020. Esse projeto trata o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a utilização de painéis eletrônicos ao longo das vias públicas. O Relator dessa matéria é o Senador Astronauta Marcos Pontes, que está em missão oficial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, tem dois projetos com relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes. Em razão da ausência justificada, eu farei a retirada do ofício, e essa matéria voltará à pauta na próxima sessão.

O item 2 é o outro projeto relatado por ele. Também está para ser retirado de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI N° 5521, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a utilização de painéis eletrônicos ao longo das vias.*

**Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI N° 1434, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar equipamento obrigatório o dispositivo de abertura interna em porta-malas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

**Relatório:** Pela aprovação com emendas

**Observações:**

*1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

O item 3 é do Senador Chico Rodrigues. Já foi lido o relatório dele na última sessão, todavia há emendas apresentadas e por ter a necessidade de complemento de voto para se manifestar em relação a esse ponto, também vou determinar o sobrestamento dessa matéria.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI N° 170, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer critérios gerais de linearidade e moderação nos reajustes tarifários anuais de energia elétrica, bem como instituir regime compensatório transitório aplicável ao Estado de Roraima.*

**Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues

**Relatório:** Pela aprovação com emendas

**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

*2. Em 24/02/2026, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Dr. Hiran (PP/RR).*

*3. Em 28/04/2026, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos regimentais.*)

Caso ele chegue é seu o relatório; caso não, também ficará para a próxima sessão deliberativa.

Item 4, projeto de autoria do Senador Wellington Fagundes, com relatório do Senador Laércio Oliveira, também ausente. Há, nesse caso, apelos com relação ao sobrestamento dessa matéria. Eu vou também adiar para a próxima sessão deliberativa e aí, havendo a concordância de autor e Relator, caso não esteja presente o Relator, farei a designação de Relator *ad hoc*.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI N° 2736, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento.*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

**Relatoria:** Senador Laércio Oliveira

**Relatório:** Pela aprovação com emendas

**Observações:**

*1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

*2. Em 23/05/2024, foi realizada audiência pública de instrução.*)

Item 5 – aí nós começamos com os requerimentos apresentados.

**ITEM 5**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 26, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer a realização de audiência pública para discutir o impacto do recolhimento do Imposto de Exportação de 12% sobre petróleo bruto para a arrecadação dos Estados produtores no rol da Medida Provisória nº 1340, de 2026*

**Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros.

Propõe a presença dos seguintes convidados:

- representante do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP);
- representante da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo;
- representante da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro;
- representante do Ministério de Minas e Energia;
- representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás;
- representante do Instituto Livre Mercado;
- o Sr. Adolfo Sachsida, ex-Ministro de Minas e Energia;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o Sr. Adriano Pires, Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura.

O requerimento é de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, que está de licença e, portanto, estou subscrevendo também o Relator para a sua devida tramitação.

Eu vou, com a permissão do Plenário, apregoar todos os requerimentos e a gente faz a votação em globo.

Item 6.

**ITEM 6**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 27, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura para debater a Consulta Pública nº 45/2019 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), relativa aos critérios regulatórios para redução ou corte de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, bem como os impactos econômicos, sociais, regulatórios e operacionais do curtailment sobre os empreendimentos de energia renovável.*

**Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e outros

Propõe a presença dos seguintes convidados:

- Sra. Agnes da Costa, Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Relatora da Consulta Pública nº 45, de 2019, no âmbito da agência;

- representante do Ministério de Minas e Energia, preferencialmente da Secretaria Nacional de Energia Elétrica;

- representante do Operador Nacional do Sistema Elétrico, preferencialmente seu Diretor-Geral;

- representante da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica);

- representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

A autoria é dos Senadores Jorge Kajuru e Chico Rodrigues. Nenhum dos dois Senadores está presente. Eu pergunto se alguém quer subscrever o requerimento para tramitar. (*Pausa.*)

Senador Jaime.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eles... Eu posso pedir para subscrever...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... mas eu já queria antecipar também os requerimentos do Senador Amin.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São os itens 8, 9, 10 e 11.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São quatro requerimentos que eu quero subscrever também do Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Então V. Exa. subscreve esse requerimento dos Senadores Kajuru e Chico Rodrigues, e eu também o subscrevo, bem como já anuncio a subscrição dos requerimentos do Senador Esperidião Amin.

Item 7.

**ITEM 7**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 28, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 27/2026.*

**Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Requer a inclusão do seguinte convidado na audiência pública objeto do Requerimento 27: o Sr. Rui Altieri, Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica. (*Pausa.*)

Também autor ausente.

Vamos pedir aos gabinetes que façam o apelo para os autores de requerimentos estarem presentes.

Eu vou subscrever o andamento, por uma questão regimental, para tramitar.

Item 8.

**ITEM 8**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 29, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de representante do IBI na Audiência Pública referente ao REQ 25/2026 CI.*

**Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Já subscrito pelo Senador Jaime Bagattoli.

Item 9.

**ITEM 9**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 30, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os acordos, repactuações, renegociações e soluções consensuais firmados ou chancelados pela Advocacia-Geral da União, pelo Tribunal de Contas da União e por agências reguladoras em litígios relacionados a concessões, autorizações e contratos de infraestrutura, especialmente diante de notícia jornalística segundo a qual a União teria celebrado acordos que podem ter resultado numa renúncia de até R$ 80 bilhões em multas, indenizações e bens estratégicos para a União.*

**Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Propõe a presença dos seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- representante da Advocacia Geral da União (AGU);

– representante da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos do Tribunal de Contas da União;

- representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres;
- representante da Agência Nacional de Aviação Civil;
- representante do Ministério dos Transportes;
- representante do Ministério das Comunicações;
- representante da Controladoria-Geral da União (CGU).

Autoria do Senador Esperidião Amin, também devidamente subscrito pelo Senador Jaime Bagattoli.

Item 10.

**ITEM 10**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 31, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Advogado-Geral da União (AGU), Jorge Rodrigo Araújo Messias, informações sobre a atuação em acordos, repactuações e soluções negociadas envolvendo litígios, créditos, multas, bens reversíveis, contratos de concessão, especialmente diante de matéria jornalística publicada em 3 de maio de 2026, segundo a qual a União teria renunciado a valores de até R$ 80 bilhões.*

**Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC) Também subscrito pelo Senador Jaime Bagattoli.

Item 11.

**ITEM 11**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 32, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os estudos de viabilidade econômica e ambiental dos lotes 1 e 3 das Rodovias Integradas de Santa Catarina, que abrangem trechos das BRs 470/480/153/282/SC.*

**Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Propõe a presença dos seguintes convidados:

- o Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestre;
- representante do Ministério dos Transportes;
- representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- representante de federações e associações de municípios das regiões afetadas.

A autoria é do Senador Esperidião Amin, também subscrito pelo Senador Jaime Bagattoli.

Item 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 12**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 33, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a realização de diligência externa na BR-070, especialmente no trecho compreendido entre Primavera do Leste e Serra de São Vicente, no Mato Grosso, com visita ao terminal ferroviário da Malha Norte em Dom Aquino, Mato Grosso, para averiguar "in loco" as condições do citado trecho rodoviário em pista simples que passará a receber um intenso tráfego de caminhões de carga com a conclusão do terminal ferroviário, bem como avaliação de intervenções que se farão necessárias, como a duplicação da rodovia em sua completa extensão.*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

E ele já tinha combinado com esta Presidência, solicitando a subscrição, e assim o faço. Também o Senador Jaime Bagattoli subscreve.

Item 13.

**ITEM 13**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 34, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a técnica de fraturamento hidráulico – fracking – e as oportunidades decorrentes de sua adequada regulamentação no Brasil, especialmente para o aproveitamento seguro e sustentável de recursos não convencionais de petróleo e gás natural, a ampliação da oferta doméstica de gás, a segurança energética, a atração de investimentos e o desenvolvimento regional.*

**Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Propõe a presença dos seguintes convidados:

- representante da Casa Civil da Presidência da República;
- representante da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia;
- representante da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- representante da Empresa de Pesquisa Energética;
- representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás;
- representante do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis;
- representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- representante do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- representante do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, com atuação em estudos sobre recursos não convencionais de petróleo e gás natural no âmbito da Rede Gasbras.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, eu queria subscrever o item 13, de autoria do Senador Laércio Oliveira, e, já na sequência, também quero – junto com V. Exa., pois a autoria dos itens 14 e 15 é sua –subscrever também os itens 14 e 15.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Ficam, portanto, subscritos os requerimentos mencionados.

**ITEM 14**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 35, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Carlos Manuel Baigorri, informações acerca do andamento do processo de implantação, ativação e disponibilização do serviço de telefonia móvel nos distritos de União Bandeirantes e Rio Pardo, no Estado de Rondônia.*

**Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO)

São distritos do Município de Porto Velho, capital de Rondônia.

O requerimento é subscrito pelo Senador Jaime Bagattoli.

**ITEM 15**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 36, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa na rodovia RO-383, no município de Cacoal/RO, com o objetivo de verificar as condições da rodovia, bem como o andamento, a qualidade do projeto e a conformidade técnica dos serviços executados.*

**Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO)

O requerimento tem subscrição do Senador Jaime Bagattoli.

O item 16, que é extrapauta... Eu farei a votação... (*Pausa.*)

Eu estou incluindo...

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Só um momento, Presidente.

Eu queria registrar aqui – são lá do nosso estado – que estão presentes neste momento o Vereador Dedé Almeida, o Vereador Leomarcos e o Secretário de Gabinete de lá também, Celso Leite, do nosso Município de Governador Jorge Teixeira do nosso querido Estado de Rondônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quero dar boas-vindas. Sejam muito bem-vindos. Estiveram conosco lá no gabinete ontem. Bem-vindos à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Sintam-se à vontade.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Wilder.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Logo na sequência, quando nós aprovarmos todos esses requerimentos, eu queria que a gente pudesse marcar... É um requerimento nosso que foi aprovado já há algumas semanas sobre o Projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 4.443, de 2025, que dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. É uma audiência pública, para a gente marcar a data, porque o pessoal está cobrando isso da gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Fica feito o registro de V. Exa. Na sequência, eu vou chamar a Secretaria para atender ao pleito de V. Exa. e designar a data.

Tem... Quantos? (*Pausa.*)

Tem dois requerimentos extrapauta. Eu indago aos Senadores se há concordância em incluí-los. São os itens 16 e 17 os dois requerimentos extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, ficam incluídos na pauta, e farei menção desses requerimentos.

**EXTRAPAUTA**
**ITEM 16**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 39, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer o aditamento REQ 272026 - Convite Abrage*

**Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO)

O requerimento solicita a inclusão da Sra. Marisete Fátima Pereira, Presidenta da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, na audiência pública objeto do Requerimento 27, de 2026. O requerimento, de minha autoria, fica incluído.

O outro requerimento...

Eu vou votar primeiro esses requerimentos, e faremos a votação em separado do item 17, porque se trata de um requerimento de convocação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com os requerimentos apresentados permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

**EXTRAPAUTA**
**ITEM 17**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 40, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a Convocação do Ministro Alexandre Silveira*

**Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO)

O item 17, Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 40, de 2026, requer a convocação do Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Alexandre Silveira, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a possível antecipação da entrada em operação de usinas termoelétricas contratadas no âmbito do Leilão de Reserva de Capacidade de 2026 (LRCAP de 2026).

Indago se alguém quer discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

Depois eu vou combinar com V. Exa. a data, em acordo com o gabinete de V. Exa., mas eu queria fazer apenas um registro.

Nós realizamos a sessão no dia de hoje. Eu gostaria de estar, neste momento, lá na Agência Nacional de Energia Elétrica, porque a agência está discutindo neste momento a partilha dos recursos derivados de uma lei que nós aprovamos no âmbito deste Congresso Nacional: a antecipação de recursos oriundos do uso de bem público. Nós aprovamos essa matéria aqui, e hoje a agência está deliberando sobre o aproveitamento desses recursos derivados, desses recebíveis para amortização de tarifa de energia. E esse tem sido um dos temas mais debatidos e mais questionados no âmbito dos estados, especialmente os do Norte do Brasil, Senador Jaime Bagattoli, onde há aumentos sucessivos na conta de luz, e o usuário é que paga a conta, sem discutir os critérios que levaram a esses aumentos, que são aumentos abusivos.

Quando se trata de energia elétrica no Brasil, todos nós temos a compreensão de que não se trata de um item de luxo, mas de um item de primeira necessidade das famílias. É necessidade básica, é dignidade para as pessoas, é desenvolvimento, é progresso, é energia que chega para o mais simples e que chega para o mais rico da cidade. Todos pagam essa conta, é uma conta cara.

Nessa matéria que nós aprovamos aqui naquele momento... Todas as empresas que fazem uso de bem público, no caso aqui, os empreendimentos hidráulicos de geração de energia, pagam pelo uso do bem público. O que nós aprovamos foi a antecipação do recebimento dessa cota, que é paga periodicamente, mês a mês – foi a antecipação. E, com essa antecipação, parte desse recurso está sendo aproveitado para a amortização da conta de energia elétrica, de modo muito especial para a Região Norte do Brasil – estados como Rondônia, Roraima, Amapá e os demais estados da Região Norte do Brasil.

E, neste momento, a agência está fazendo essa discussão. Eu faço votos de que, realmente, seja aprovada a modulação e que esse benefício chegue lá à ponta para quem está pagando essa conta cara e não tem, às vezes, a quem recorrer, a quem reclamar, especialmente o consumidor cativo. O consumidor cativo só recebe a conta; ele não discute, ele não tem opção de questionar ninguém. Portanto, eu faço um registro aqui de que isso está sendo discutido hoje na Agência de Energia Elétrica e gostaria até de estar lá para fazer a sustentação oral com relação a esse tema, a defesa desse tema, que foi um tema que passou pelo Parlamento brasileiro.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas da presente reunião e da que a antecedeu.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam...

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente, só um minuto...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Nós temos aqui... Eu queria registrar a presença também, neste momento, do Vice-Prefeito Elizeu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Do Vice-Prefeito Darcy e do Elizeu, Vereador, que é Presidente da Câmara de Teixeirópolis.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sejam muito bem-vindos.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Estão aí o Presidente e o Vice-Prefeito Darcy também.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito bem-vindos, nosso Vice-Prefeito Darcy, Vereador Elizeu, todos os convidados do Município de Teixeirópolis, lá no nosso Estado de Rondônia. Agradeço a presença de todos.

Concluindo, submeto à apreciação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras as atas devidamente apresentadas.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Confúcio Moura, Efraim Filho, Fernando Dueire, Sergio Moro, Soraya Thronicke, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Hermes Klann, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Izalci Lucas, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Weverton e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 4/2026 - CI, de autoria Senador Wilder Morais (PL/GO), REQ 11/2026 - CI, de autoria Senador Wilder Morais (PL/GO), REQ 15/2026 - CI, de autoria Senador Wilder Morais (PL/GO), REQ 22/2026 - CI, de autoria Senador Wilder Morais (PL/GO), e REQ 23/2026 - CI, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Instruir o PL 4443/2025, que "dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos". **Participantes:** Frederico Bedran Oliveira, Diretor da Associação de Minerais Críticos (AMC); Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, Secretária Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME); Maria Tereza Almeida Cunha de Castro, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Enio Rodrigues, Diretor-Executivo do Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo (SINDICEL); e Silvia Cristina Alves França, Diretora do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM). **Resultado:** Audiência Pública Interativa Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Wilder Morais**
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/27

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, declaro aberta esta audiência pública, destinada a discutir o Projeto de Lei nº 4.443, de 2025, de autoria do Senador Renan Calheiros, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, tema que se tornou central para a economia, a indústria, a segurança energética e a soberania tecnológica.

O debate ganha ainda mais relevância diante do avanço dessa discussão também na Câmara dos Deputados, que recentemente aprovou o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, de autoria do Deputado Zé Silva, estabelecendo diretrizes para a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, com incentivos governamentais a projetos de processamento e transformação mineral realizados no Brasil, projeto cuja relatoria, em conversa com om o Presidente Davi Alcolumbre, já solicitei.

O mundo vive hoje uma profunda reorganização das cadeias globais de suprimentos. Minerais como lítio, grafita, níquel, cobre, cobalto e nióbio já ocupam posições estratégicas para setores como mobilidade elétrica, fertilizantes, defesa, semicondutores, infraestrutura digital e transição energética. Os minerais oriundos das terras-raras reforçam essa tendência de uma nova ordem mineral mundial.

Nesse cenário, o Brasil possui uma oportunidade histórica: somos uma das maiores potências minerais do planeta e precisamos discutir não apenas a expansão da atividade mineral, mas principalmente como transformar riqueza geológica em desenvolvimento industrial, inovação tecnológica e agregação de valores no território nacional.

O debate legislativo em curso traz temas relevantes, como rastreabilidade mineral, segurança do suprimento, verticalização das cadeias produtivas, financiamento à inovação, pesquisa mineral, licenciamento, governança regulatória e inserção estratégica do Brasil nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadeias globais de valor. Também é importante refletir sobre o equilíbrio entre competitividade, sustentabilidade ambiental e segurança jurídica, garantindo um ambiente regulatório moderno, eficiente e capaz de atrair investimento de longo prazo.

Os projetos em discussão no Senado e na Câmara demonstram que existe um consenso quanto à necessidade de uma política nacional estruturada para minerais críticos e estratégicos. O debate agora passa pela definição dos instrumentos mais adequados para fortalecer o setor mineral brasileiro de maneira sustentável e estratégica.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 27 de maio de 2026.

Eu gostaria da sequência de quem está aqui. (*Pausa.*)

Está bom.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.443, de 2025, que dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, em atenção aos requerimentos: Requerimento nº 4, de 2026, da CI; Requerimento 11, de 2026, da CI; Requerimento 15, de 2026, da CI; e também o Requerimento 22, de 2026, da CI – todos de autoria do Senador Wilder Morais; e o Requerimento 23, de 2026, da CI, de autoria do Senador Marcos Pontes.

Convido, para tomar posse à mesa, os seguintes convidados: Frederico Bedran Oliveira, Diretor da Associação de Minerais Críticos (AMC); Maria Tereza Almeida Cunha de Castro, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Enio Rodrigues, Diretor-Executivo do Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo (Sindicel). Convido também Silvia Cristina Alves França, Diretora do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), que participará por videoconferência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, e pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por... Vamos colocar aqui 30 minutos ou um pouco mais?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Então, vamos colocar aqui dez minutos, e a gente estende para o debate. Ao fim da exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra Federico Bedran Oliveira, Diretor da Associação de Minerais Críticos (AMC), por dez minutos.

**O SR. FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA** (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Senador Wilder, eu queria agradecer, em nome da Associação de Minerais Críticos, o convite para participar deste debate tão importante – um debate tão importante para o Estado brasileiro e para a sociedade brasileira.

Antes de iniciar a minha fala, vou falar um pouco da AMC (Associação de Minerais Críticos), Senador, que foi criada no final do ano passado. Hoje congrega mais de 30 empresas, com foco nos diversos minerais: lítio, cobre, nióbio, grafita, terras-raras, níquel, entre outros. Então, é um grupo pujante, um grupo de empresas operacionais e pré-operacionais, com investimentos significativos sendo desenvolvidos no território nacional.

Tendo em vista esse cenário, um cenário em que o Brasil é um potencial *player* – na verdade, é um grande *player* – para a cadeia global de minerais críticos. Acho que é importante a gente tecer alguns comentários não somente sobre o PL 4.443, de que o senhor é o Relator, mas também sobre o PL 2.780, porque ambos tratam da política nacional de minerais críticos estratégicos, um tema tão relevante, um tema tão atual dentro do cenário da geopolítica.

E aí, nesse contexto, é destacar que essa política não se refere somente à mineração, se refere também à questão da tecnologia, questão da agregação de valor, se refere a toda a questão do desenvolvimento local, regional e nacional, com vistas ao posicionamento brasileiro na geopolítica global.

Nesse cenário, a gente está destacando aqui tanto o 4.443 quanto o 2.780. Eu acho que foi muito salutar a autoria do Senador Renan Calheiros, cujo tema é relevante, sim, e agora o senhor relatando, destacar também o papel, no âmbito do PL 2.780, da autoria do Deputado Zé Silva e da brilhante relatoria do Deputado Arnaldo Jardim. Foi fundamental para provar a matéria que está hoje também no Senado para discussão.

Então, o Senado brasileiro está com um papel hoje muito importante de destravar essa pauta, de discutir a política nacional de minerais críticos, discutir com cautela, discutir com parcimônia, na defesa da promoção de um Estado forte, de um Estado que olha para a tecnologia e olha para a indústria mineral, não a só nacional quanto a indústria global.

Quando a gente olha para a questão do PL 4.443, tem um ponto que é bastante interessante, que é esse olhar para a industrialização, que é esse olhar para a agregação de um valor. Quando se discute soberania nacional voltada para a questão dos minerais críticos, a industrialização é o tema que emerge em todos os discursos e até mesmo da sociedade brasileira. E aí, Senador, há um ponto que está colocado no PL 4.443 e é extremamente relevante, que é a questão das zonas de processamento e transformação mineral. Essas zonas são... O conceito das EPTMs é interessante por congregar ali, em determinadas regiões, diversos incentivos e mecanismos que possam promover a discussão – a discussão, não –, promover o desenvolvimento de cadeias e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos estratégicos no Brasil. Não obstante, nós temos também, já existe no arcabouço jurídico nacional a questão das ZPEs, que são as Zonas de Processamento de Exportação. E essas ZPEs já têm um formato jurídico ou já têm uma regulamentação adequada que pode muito bem tratar desse tema e ir substituindo as EPTMs.

Então a gente vê com bons olhos essa discussão do Senado, quer seja via ZPTM, ainda a ser regulamentada, quer seja utilizando-se ZPE, mas com foco na agregação de valor. Isso é extremamente relevante para o setor, na medida em que a gente possa, sim, alçar cada vez mais novas etapas do *midstream* e do *downstream*, que é o objetivo de todos, é o objetivo da sociedade brasileira, é o objetivo também das empresas que desenvolvem projetos minerais que existem no país.

E aí, nessa linha, agora entrando um pouco mais no PL 2.780, se me permite, tendo em vista a similaridade, a complementariedade desses dois PLs, o PL 2.780 tem vários avanços importantes. Cabe aqui a gente destacar a questão do Fundo Garantidor, dos incentivos fiscais, dos incentivos para agregação de valor. Cabe aqui destacar a questão das debêntures incentivadas e de infraestrutura, do Reide. Então, esse olhar que a Câmara teve em relação à Política de Minerais Críticos e Estratégicos foi muito interessante, e o setor vê com bons olhos essas medidas que foram ali colocadas.

Não obstante isso, nos causa preocupação um arranjo institucional sugerido no âmbito do PL 2.780. O PL que chegou aqui no Senado traz a proposição de criação de um conselho com poderes de controle de transações societárias. Esse conselho pode ser visto, deve ser visto, na verdade, como uma anomalia. Por que a gente diz isso? É uma anomalia institucional e jurídica dentro do cenário brasileiro. Se nós pegarmos hoje setores como o de energia, óleo e gás, infraestrutura, nenhum desses setores – nenhum desses setores – tem um conselho dessa natureza, um conselho que está acima do poder concedente – os ministérios –, acima dos órgãos reguladores, que são as agências reguladoras, o que faz com que esse conselho seja tratado como não uma anomalia geológica, como a gente está acostumado, mas uma anomalia institucional e jurídica, o que nos causa preocupação. E nos causa preocupação ainda mais a questão do poder, de como vai ser exercido esse poder do conselho, na medida em que foi proposto o ato de homologação. Do que se trata isso? Todas essas transações, todo esse controle acionário seria feito por parte desse conselho.

Mas cabe aqui destacar que, quanto a todas essas transações societárias, Senador, tem um número entre 4 mil a 5 mil transações por ano no Brasil. Somente de cessões aprovadas, averbadas no âmbito da Agência Nacional de Mineração, são 2,5 mil por ano. Então, nesse contexto, a gente está falando de algo que já existe no âmbito do arcabouço jurídico, que é a questão de cessão, incorporação, fusão e por aí vai serem aprovadas e averbadas no âmbito da Agência Nacional de Mineração, que é o órgão regulador competente para tal. Estamos criando um conselho acima desse *status*, acima da competência da agência para homologar ou homologar entendendo aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com poder discricionário para tanto posterior às transações, o que traz uma insegurança jurídica, uma falta de previsibilidade enorme para o setor.

Senador e demais, é importante destacar que a mineração é de alto custo, exige investimentos de altíssimo vulto, com tempo de maturação significativo, o que exige uma previsibilidade para todos os *players*. E não custa lembrar que boa parte dos investimentos em mineração no Brasil, principalmente para as *commodities*, para os minerais críticos, são investimentos estrangeiros. Investimentos esses de origem de capital australiano, canadense, chinês, londrino e por aí vai. E por que é importante destacar isso? Essa diversidade de fontes de recurso no cenário atual brasileiro? O Brasil é tipicamente um porto seguro para diversos investidores, dada a nossa neutralidade diplomática, dada a nossa abertura para os diferentes *players* e dada a nossa segurança jurídica.

A proposição como está cria um conselho – e aí um conselho, como eu falei, uma anomalia, e ainda coloca poderes de homologação –, faz com que isso afaste...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA** – ... boa parte desses investimentos.

E agora para a gente endereçar aqui e tentar alcançar o final da minha fala, sem pegar o tempo dos demais, acho que é importante a gente fazer uma comparação internacional. Outros países, como o Canadá e a Austrália, têm, sim, instâncias para fazer seleção, filtro e análise desse fluxo de investimento ou controle acionário. O que acontece é que, diferentemente do que está posto no PL 2.780, lá estão claramente definidos todos os requisitos: qual é o valor significativo para esse tipo de transação para determinados países, ou seja, avalia-se primeiro qual o país de origem daquele capital direto, ou seja, o Estado, o próprio Estado que está investindo ou empresa vinculada a esse Estado estrangeiro, se esse país é amigo ou não, e, dependendo desse grau de afinidade e relações bilaterais entre os países, orienta-se um valor, um filtro para que seja analisado.

Então, Senador, a gente coloca de forma bem clara e ressalta, mais uma vez, todos os avanços, sim, no PL 2.780, mas é importante endereçar e olhar para essa anomalia jurídica e institucional que é esse conselho. Permanecendo essa anomalia jurídica institucional, olhar e entender a necessidade de mecanismos... não mecanismos, mas de requisitos claros na lei, para que não ocorra um cenário de insegurança jurídica e imprevisibilidade.

O que se requer aqui não é nada diferente no Brasil em relação aos países tradicionais como o Canadá e a Austrália. Não, podemos fazer igual, mas não fazer pior. Não podemos ser mais restritivos do que esses países, países esses que já têm um ambiente de investimento para o capital de risco enorme, coisa em que no Brasil a gente ainda está engatinhando.

Então, colocar restrições ao capital que sequer foi desenvolvido ainda dentro do nosso ecossistema financeiro pode simplesmente matar uma indústria nascente. E é isso que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não quer. O que todos nós estamos aqui discutindo é uma política nacional, uma política nacional de longo prazo, uma política de Estado e com qualquer sinalização negativa nesse sentido a gente vai matar uma indústria nascente, Senador. Então, por isso a nossa preocupação.

Muito obrigado e fico à disposição aqui para o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Quero agradecer a fala do Frederico Bedran Oliveira, Diretor da Associação de Minerais Críticos e dizer, Frederico, que, como Relator aqui do projeto de autoria do Senador Renan Calheiros, que é o 4.443, também tenho a preocupação que você tem. O projeto já está aqui com o nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre. Nós fizemos um requerimento logo na chegada, para que eu possa ser também o Relator dele aqui nesta Casa. E nós vamos ter aí um espaço para debater a questão do conselho. Realmente você tem aí um conteúdo importante para que a gente possa discutir nesse debate com os colegas Senadores e a gente alinhar isso para que a gente possa dar celeridade aos projetos de mineração do nosso país.

Eu convido agora para a fala Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, Secretária Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

Com a palavra, Ana Paula, por dez minutos.

**A SRA. ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT** (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todas. Boa tarde a todos aqui. Um boa tarde especial aos meus colegas que dividem comigo a mesa. Gostaria de agradecer à Casa pelo convite – dizer que é uma honra poder representar o ministério aqui – e agradecer em nome do novo Ministro Alexandre Silveira na pessoa do Senador Wilder. Obrigada pela oportunidade.

Parabenizo a organização que a Casa promove em torno da discussão do tema. É absolutamente apropriado nós estarmos enquanto sociedade nos debruçando sobre esse assunto, na Comissão de Infraestrutura, porque, quando a gente fala de infraestrutura, a gente está falando diretamente da mineração, que é a base de tudo o que se pode falar em termos dos insumos que são indispensáveis aos setores de infraestrutura de um país. Quando a gente está falando de mineração, a gente está falando de energia; quando a gente está falando de mineração, a gente está falando das bases produtivas de uma sociedade.

A temática de minerais críticos e estratégicos é uma oportunidade que o mundo está tendo de olhar para o setor mineral brasileiro sob uma outra perspectiva. Uma temática que sempre foi vista sob uma perspectiva exclusivamente econômica tem mostrado importância dela quando a gente fala sobre minerais críticos e estratégicos por uma outra faceta, na medida em que a mineração agora se mostra como um pilar central de segurança – segurança nacional e segurança global.

O Ministério de Minas e Energia, que vem participando dessa discussão junto com outros ministérios do nosso Governo, vem se somando ao coro de identificar que, numa pauta que ganha esse matiz, essa relevância de centralidade, quando a gente está falando de segurança, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante a gente buscar com mais clareza a conciliação entre os interesses privados – que nós sabemos ser a mola propulsora do setor mineral brasileiro, indispensável, o setor não vai adiante sem que nós tenhamos os investimentos – e uma estratégia, que agora não é só uma estratégia de negócio, mas, sim, uma estratégia de Estado.

Então, é mais ou menos... Com essas palavras, o que a gente quer dizer é como o tema da mineração alçou um espaço que antes não tinha, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. A gente pode acompanhar os movimentos que vêm sendo feitos por outros países, alianças entre países, conversas entre países – vejam o que tem acontecido na Europa, nos Estados Unidos –, e o contexto em que a gente vê o tema surgindo dessa maneira é justamente o reconhecimento de uma excessiva concentração das cadeias produtivas, Senador, nos eixos asiáticos e os recentes movimentos de restrição que vêm acontecendo e que tomaram uma proporção maior na China, de restrição ao suprimento das cadeias de outros países – o que, sem sombra de dúvidas, é muito sensível para os países altamente industrializados. Então, esse é o cenário em que a gente está.

E o Brasil, sendo um país experiente em mineração – a mineração hoje já é um componente fundamental da nossa economia –, nós ainda temos a oportunidade que decorre da nossa favorabilidade geológica, com a presença de vários desses minerais que são considerados indispensáveis nessas cadeias. E a gente se depara com essa discussão aqui, nesta Casa – que acabou de vir da Câmara dos Deputados –, sobre quais são os caminhos que o nosso país vai adotar diante disso que o Governo Federal identifica como uma oportunidade.

Eu acho que esse é um ponto em comum a todos nós: todos estamos vendo que o Brasil tem uma oportunidade. Como aproveitar essa oportunidade? Vários países vêm fazendo isso já, estão buscando aproveitar essa oportunidade. Então, os países produtores de minerais vêm buscando desenhar suas políticas – alguns com uma vertente de um nacionalismo extremado, outros com uma flexibilização enorme de regras *standard* de produção.

O Brasil se vê na contingência de tomar sua decisão em relação ao que fazer. Daí a importância desse primeiro passo que foi dado na Câmara dos Deputados. É um projeto robusto, que passa por todos os pontos que são indispensáveis hoje dessa discussão: a gente está falando de mecanismos de fomento e a gente está falando de reorganização das estruturas burocráticas que compõem os processos indispensáveis para que a gente tenha um projeto de mineração que vai desde o conhecimento geológico até a efetiva produção mineral, com um horizonte mais longo. E aí é que a gente fala da oportunidade, porque o caminho que o nosso país vai seguir tem que levar em consideração as nossas condições geológicas, em que pé das cadeias nós – em cada um desses minerais – estamos e como a gente vai converter todo esse potencial em desenvolvimento socioeconômico para o nosso país.

Então, dentro dessa premissa, o que o Ministério de Minas e Energia entende – e isso está, Senador, já muito bem delineado, por exemplo, no PL 4.443 – são as premissas desse processo decisivo que a gente está vivendo, como a gente vai executar e transformar essa oportunidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em resultados positivos para o nosso país. A primeira delas é a soberania, e o nosso Ministro vem dizendo isso com muita clareza: como aproveitar os recursos minerais dos quais o Brasil dispõe de uma maneira soberana. E, dentro dessa soberania – e conversando muito com ela –, nós temos a oportunidade de avançar nessa cadeia, de o Brasil ir além daquilo que já se espera, que são as nossas vantagens geológicas de produzir esses minerais, mas a gente conseguir fazer agregação de valor internamente com os ganhos que advêm dessa agregação de valor. A agregação de valor é sinônimo de tecnologia. A agregação de valor é sinônimo de desenvolvimento de outras cadeias que orbitam em torno das cadeias minerais.

Então, é assim que o ministério vem enxergando a temática. É assim que nós estamos participando e contribuindo com a nossa parte nas discussões, internamente, de governo. Estamos acompanhando essas políticas, contribuindo no desenho delas. Inclusive, quando temos oportunidade em circunstâncias como essa que está sendo criada agora de opinar e avançar juntos, enquanto países, na estrutura normativa basilar, que vai dar o suporte a essa política, essa política de Estado.

Bom, o que a gente vê? Eu acho que o mais importante aqui também é a gente poder contribuir com as perguntas que eventualmente venham a ser feitas. Mas nós notamos que essas premissas básicas estão nesses atos normativos que já estão em discussão. Nós estamos falando aqui de estruturas que estão focadas em assegurar...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT** – ... para o Brasil uma soberania que nós entendemos que se traduz em quê? Soberania é a possibilidade que o nosso país tem de escolher até onde vai nessa cadeia. Se nós quisermos avançar, nós temos como institucionalmente nos organizar para avançar nessa cadeia. Soberania significa o nosso país poder definir quem vão ser os nossos parceiros estratégicos dentro de um histórico secular de boa convivência com todos os países relevantes no mundo. Então, isso está bem marcado, está bem definido nas propostas e, acima de tudo, a criação de um ambiente econômico que seja propício. O Frederico deixou isso aqui muito claro. A peculiaridade que tem no setor mineral é a vultosidade do capital que é demandado.

E aí como nós vamos equilibrar a necessidade indispensável desses investidores, na medida em que o Estado brasileiro sequer teria fôlego para fazer isso diretamente, Frederico, nós sabemos disso? Quantos recursos são necessários, Senador, para que a gente consiga tirar do chão, digamos assim, um projeto de terras-raras? Quiçá se a gente for considerar todo o potencial mineral que tem no Brasil e se a gente considerar que o Estado brasileiro teria que ser o único protagonista nisso. Não, nós sabemos que é indispensável essa parceria com esse capital. Quais serão as condições que vamos criar para a vinda dele? A gente precisa deixar muito claras aqui a pauta e as premissas de aonde o Brasil quer chegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT** – E nós precisamos criar aí as condições econômicas para os investimentos que são de alto valor e de altíssimo risco nas etapas posteriores também. Então, mecanismos de incentivo creditício, mecanismos de incentivo fiscal, prioridade em processos minerários, prioridade sem flexibilizar processos ambientais são todas iniciativas, mecanismos, ações, ferramentas que já estão bem delineadas nesses projetos, que nós sabemos que são indispensáveis para que o Brasil não perca a oportunidade, que não pode ser esquecida também.

A mineração está altamente atrelada à tecnologia, e tecnologia tem algo que é da sua essência: o dinamismo. Insumos minerais que são indispensáveis para a tecnologia do momento hoje podem não ser amanhã.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT** – Então, um ativo que é grande para o Brasil hoje pode deixar de ser, se a gente não conseguir aproveitar a oportunidade de agora...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT** – ... e essa tecnologia for substituída, e insumos minerais distintos forem utilizados.

É isso, eu acho que a gente pode alongar posteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu agradeço aqui a fala da Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, Secretária Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

Ana, você tem toda a razão. Nós temos que ter velocidade e aproveitar este momento que, como bem você disse, talvez o que hoje são minerais críticos e raros desse momento... Se a gente não der velocidade, o Governo não fizer a parte dele, o Congresso Nacional não criar esses mecanismos de viabilidade, junto com o setor produtivo, onde... Você tem toda razão, a mineração representa hoje uma escala importante da nossa economia, e nós temos que, cada vez mais, provocar este debate para que a gente possa destravar tudo isso que acontece com o nosso país. É um país que, pela nossa proporção nossa, tem uma capacidade de dobrar, de triplicar o que nós fazemos, e, com certeza, nós vamos mudar a vida do nosso povo brasileiro.

Eu gostaria, também, de passar a palavra agora para Maria Tereza Almeida Cunha de Castro, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o tempo de dez minutos para as suas palavras.

**A SRA. MARIA TEREZA ALMEIDA CUNHA DE CASTRO** (Para expor.) – Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu agradeço o convite para a participação da Confederação Nacional da Indústria, Senador. Eu saúdo a todos, cumprimento todos os companheiros de mesa e todos os demais presentes.

Para a CNI, é uma grande satisfação estar aqui neste momento, falando sobre esses projetos de mineração. E eu gostaria de enfatizar: eu falo, primeiramente e especificamente do 2.780, do projeto de lei que está ligado diretamente ao 4.443. Ele integra a agenda legislativa da indústria, e isso é o sinal de que, entre inúmeros outros projetos, ele foi o resultado de uma votação extremamente diferenciada, pelo reconhecimento de toda a base industrial – e aí a gente fala de aproximadamente 700 empresas, em 27 estados – sobre a primazia de uma iniciativa de proposições legislativas que tenham por objeto a regulamentação da questão da mineração, da produção, do beneficiamento e da transformação mineral, sob a perspectiva da necessidade premente de atender à demanda que ressalta, em nível internacional, por minerais críticos e estratégicos, e não exacerbado ainda mais por conta da guerra, mas, antes disso, em função da transição energética, da transformação digital e da segurança alimentar no Brasil, especificamente. E aí, a gente está falando dos fertilizantes, cuja necessidade de importação os transforma, para a gente, em minerais estratégicos especificamente.

Eu vou falar bem rapidamente, a gente tem dez minutos aqui, mas eu acho muito fácil falar, quando eu venho depois da Associação de Minerais Críticos e da Secretaria de Geologia e Mineração, que, embora expressem posicionamentos sob lugares de fala – para adotar uma expressão que a gente usa muito – opostos, que são a iniciativa privada e o poder público, são absolutamente convergentes no tocante à suscitação de fundamentos para o desenvolvimento das políticas de minerais críticos estratégicos, para uma anamnese, digamos assim, do cenário atual, das perspectivas globais em torno dos minerais críticos estratégicos e das possibilidades que representam para o Brasil essas demandas e as atenções voltadas do mundo inteiro, especificamente dos países que não têm a dotação geológica que nós temos para o desenvolvimento das suas respectivas indústrias.

Então, é interessante, porque tanto o Frederico quanto o Ana Paula falaram das mesmas coisas. Com algumas nuances específicas, a Secretária frisou muito a questão da soberania, e o Frederico foi bastante contundente em relação às reservas, mirando os poderes do conselho, mas a gente vê... Quem está aqui presente, quem está ouvindo também e quem tem ouvido, de uma forma técnica, de uma forma cuidadosa, os debates sobre esse assunto, sabe muito bem que os posicionamentos são convergentes, todos queremos as mesmas coisas. Entretanto, a gente vê, especificamente com o Projeto 2.780, também o Projeto 4.443, que os debates que essas proposições suscitam acabam reverberando muito a questão da soberania, do nacionalismo, do patriotismo e da sensação que todos nós brasileiros temos de que não queremos ver voando nossas riquezas como *commodities*, sem o desenvolvimento da cadeia produtiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todos queremos as mesmas coisas. O que a Confederação Nacional da Indústria vê? E a gente tem uma perspectiva diferenciada. Mais do que falando de 4% do PIB, que é o que o setor mineral representa, a gente está falando da base de toda a indústria. Então, a mineração é a base de tudo. Nunca antes a gente pôde falar da mineração com tanta tranquilidade, porque nunca antes ela teve tanta visibilidade sob o olhar da perspectiva de alavancagem de desenvolvimento, negócios produtivos, mineração *downstream*, *midstream*, como disse o Frederico antes, mas também desenvolvimento de comunidades que hospedam os empreendimentos minerários e sustentabilidade.

Então, no contexto em que especificamente o Projeto 2.780 faz uma concertação – ele cita a concertação de políticas – e por meio de todo o arcabouço que é construído, possibilita-se que haja um desenvolvimento da atividade com recursos advindos de outras políticas, e, conversando diretamente, a gente vê que nós estamos num momento fundamental para a delimitação, para a objetivação, digamos assim, das iniciativas que vão dar implementabilidade ou executoriedade às políticas que estão definidas tanto no Projeto de Lei 4.443 quanto no 2.780.

No que toca ao 2.780, a Ana Paula falou aqui dos recursos. É claro que o Frederico falou muito bem sobre os recursos estrangeiros, que representam uma parcela extremamente significativa de investimentos que dão sustentáculo para o desenvolvimento da cadeia mineral, porque a gente tem as riquezas, mas, embaixo da terra, elas não representam nada. Elas se incorporam do seu valor na medida da extração.

Passando sob a ótica dos investimentos, a gente gostaria de ressaltar exemplos bem-sucedidos que são o prenúncio a boas iniciativas de convergência de entes da rede nacional de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia. Já temos alguns casos no Brasil, especificamente. A gente tem três, que eu me recordo aqui, casos que são modelares, com iniciativa de participação do Senai.

Temos o Projeto MagBras, que constitui uma iniciativa pioneira na separação de terras-raras, resultante de uma parceria que incorpora recursos do Mover. Temos também uma iniciativa do Senai Cimatec que resultou também numa iniciativa pioneira no Brasil de pesquisa, desenvolvimento e construção do primeiro veículo, primeiro submarino autônomo para pesquisa na área de petróleo.

Então, a gente também celebra a previsão desses instrumentos nessa formação de rede nacional porque eles também possibilitam a combinação das iniciativas das empresas, do empreendedorismo e da necessidade de capital, movendo para a frente esse desenvolvimento da tecnologia na mineração.

Com relação à implementariedade desses projetos, a gente gostaria de levantar a necessidade de ampla discussão. A secretária falou em destravamento, mas a gente fala sobretudo em alavancagem dos empreendimentos que são possíveis nesse contexto, com base no amplo debate que se espera construir, para melhor formatação das proposições legislativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no sentido de objetivar os poderes do conselho, delimitar instâncias para que se possa afunilar, e o Frederico falou, para ilustrar, do número de processos que estariam sujeitos ao crivo do conselho.

Também há formas, e já não era sem tempo, de fortalecimento da agência, que recebe mais competências e, por questões estruturais, não tem logrado exercer o protagonismo que carece à agência exercer, e já é mais do que tempo, no contexto em que a gente está, dos minerais críticos estratégicos.

Em síntese, a gente tem uma alegria de participar deste debate, de contribuir para a formulação da melhor...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. MARIA TEREZA ALMEIDA CUNHA DE CASTRO** – ... política com aprimoramentos pontuais que deem efetividade ao que a política pretende construir.

É isso. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Quero agradecer as falas da Maria Tereza Almeida Cunha de Castro, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Eu quero também acrescentar, Maria Tereza, que nós, no Brasil, principalmente os setores da indústria e da mineração, estamos discutindo aqui quais são os métodos para exploração das terras-raras, minerais críticos, mas eu acho que, na sequência, o Governo tem que, a partir da gente, fazer uma política para que isso possa se desenvolver também dentro do estado, senão...

Nós estamos dizendo em soberania, como você bem disse e, infelizmente, os valores para pesquisa e para chegar à exploração mineral são valores suntuosos que, infelizmente, no momento, nós não temos. Precisamos, sim, dos investimentos externos, mas que a gente possa, também, incentivar essa cadeia. Eu tenho até um comentário aqui de alguém que está nos acompanhando, que eu achei até interessante, em que ele diz – e tem razão – que a gente tem que ter o domínio da cadeia, da exploração, da transformação e da inovação para que o Brasil possa participar efetivamente desse processo.

Então, agradeço as suas falas e, neste momento, passo a palavra para o Enio Rodrigues, Diretor-Executivo do Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo.

**O SR. ENIO RODRIGUES** (Para expor.) – É longo o nome, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – É muito grande. (*Risos.*)

**O SR. ENIO RODRIGUES** – Na verdade, é o sindicato que congrega os condutores elétricos – materiais elétricos, de uma maneira geral – para fazer a condução, incluindo fibra ótica e também os laminadores. Viemos aqui para falar um pouquinho sobre o mercado de cobre, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma maneira geral, e já vou agradecer aqui ao Senador Wilder Morais por propor esta audiência e dar essa oportunidade de a gente poder falar; também ao Presidente da Comissão, Marcos Rogério, por permitir que a gente fizesse esta audiência, que vai ser muito proveitosa para a gente; e também ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que incluiu a gente aqui para poder falar e poder contribuir um pouco com esse processo.

Vamos lá.

Então, vamos falar um pouquinho de... Hoje, vamos falar especificamente de cobre e sucata, que são os materiais principais que a gente tem hoje na cadeia não só do Sindicel – de cabos elétricos –, mas também em outras cadeias importantes.

Vamos ver aqui, tem que apontar. Apontou. Foram duas? Foi uma.

Vou falar um pouquinho do cobre, um material bem demandado nos dias de hoje. Só para vocês terem uma ideia, hoje o cobre é cotado na Bolsa de Londres (LME) por US$14 mil a tonelada; um ano atrás, ele estava em torno de US$9,5 mil a tonelada. Então, nós estamos falando de um aumento de quase 50% em menos de um ano, e as perspectivas são de um aumento cada vez maior. Já batemos os recordes e vamos para a frente, tá? Então, isso vai encarecendo a cadeia, e dificultando, realmente, para a indústria nacional que depende do insumo.

E 40% do cobre mundial são usados em energia. Nós estamos falando das transmissões, dos cabos, dos *data centers*, de todos os produtos, todos os serviços que demandam energia – energia, hoje, é fundamental.

Quando eu ouço alguns discursos dizendo: "O cabo vai acabar, porque todo mundo aqui vai ter o *wireless*, vai carregar...", não esqueça que para chegar a energia naquele carregador *wireless* tem um cabo, tem uma série de coisas também. Então a gente fica olhando.

É um mineral estratégico não só para o Brasil – o Brasil está engatinhando nisso agora, com esses projetos –, mas a União Europeia, Estados Unidos, OCDE e tudo o mais já têm isso como uma prioridade global.

Não tem um substituto tão eficiente quanto ele na condução. Tem o ouro, mas o valor do ouro o torna impraticável de ser utilizado.

A demanda crescente é impulsionada pela transição energética: a gente está acompanhando no dia a dia, a demanda cresce absurdamente e a gente vai vendo que cada vez mais cobre é consumido. Vocês vão poder ver lá que a cada carro elétrico fabricado, 48kg de cobre estarão lá dentro em algum tipo de cabo, algum tipo de transmissão. Então se isso é num carro, você imagina num caminhão, que a gente sai de uma proporção... Um carro elétrico tem em torno de 8% a 10%, 12% de cobre, quando você pega um caminhão elétrico, sobe para 35% a 40%. Então nós temos uma demanda aí que a tendência é ficar incontrolável se a gente não estiver administrando bem o recurso.

Vamos lá. O Brasil possui reservas – isso é interessante, vocês vão poder ver os números um pouquinho mais para a frente –, só está faltando a gente extrair e processá-las. Quando eu ouço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Maria Tereza aqui do meu lado falando, ouço a colega do Ministério de Minas e Energia falando que a gente realmente precisa estruturar a indústria e dar condições para ela extrair e nos tornarmos autossuficientes do produto, no setor de cobre é muito mais grave ainda. Vamos ver um pouquinho aqui.

Quando eu falo no cobre, a gente tem uma característica única... Não única, alguns setores têm, o alumínio também tem, mas é que a sucata do cobre é quase tão valiosa quanto o cobre. Então se você for vender um quilograma de sucata hoje no mercado para fazer uma reciclagem dela e voltar – porque o produto volta praticamente como se fosse um cobre eletrolítico de primeiro refino –, ela é tão cara que nós tivemos casos aqui no último ano, devido ao aumento do preço do cobre, que a sucata estava mais cara que o cobre virgem. Então a gente pagava 102% do valor da LME lá de Londres em uma sucata que ainda tem que ser processada. Vocês vão vendo o valor que essa sucata tem para o mercado.

A gente tem uma produção interessante de sucata hoje, mas o que preocupa a cadeia é que nós a estamos exportando muito. Apesar da falta do produto interno, a gente exporta sucata. E olha que interessante, a gente só importa 10 mil toneladas e está exportando 70 mil toneladas de sucata para fora para ser processada lá, um produto que poderia estar aqui dentro.

Então quando você olha para o mapa de fabricação dos produtos de cobre – do cobre de uma maneira geral –, nós não temos um fabricante nacional, nós importamos 100% do cobre que a gente utiliza. Já no caso da sucata, a gente consegue processá-la 100% aqui dentro, transformando-a, vira o produto nacional que contrabalanceia toda a importação que vem de fora e dá uma competitividade para o produtor brasileiro.

E olha que interessante: o Brasil é tão especializado na reciclagem da sucata que ele é referência mundial para outros países, inclusive da comunidade europeia. Vieram para cá para copiar os nossos modelos de reciclagem de cobre, para entender como é que nós chegamos a um grau de pureza tão grande que ele é utilizado como metal.

Então, o valor da sucata... Esse é o meu papel aqui hoje, é passar para os senhores.

Primeiro, quero agradecer demais por terem incluído o cobre com minerais críticos, o que para nós é fundamental.

Em segundo lugar, quero pedir para que se inclua também o resíduo do cobre, que é a sucata, porque tão valioso quanto o cobre, hoje, é a sucata. A sucata – hoje – brasileira está conseguindo fazer um contrabalanço para a gente poder diminuir o nível de exportação. Nossa balança comercial em relação ao cobre é totalmente desfavorável – nós pesamos no produto interno em função dessa balança desbalanceada.

Não temos nenhum fabricante – 100% de importação dos catodos – que faz o produto, então qualquer interrupção no fornecimento externo – basicamente vem do Chile, vem da China, vem da Índia –, qualquer interrupção, qualquer problema, qualquer mau humor ali no Oriente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Médio traz o impacto direto a nosso produto, então a dependência desse recurso acaba trazendo para a gente.

Se eu falar que 40% do cobre utilizado hoje é sucata no Brasil – é um número bem bom – e 28% da sucata que a gente produz a gente exporta, a gente poderia estar jogando isso: esses 40% poderiam ser 50%, 55%. Então, essa é a nossa preocupação aqui, no geral.

Falando aí da cadeia de valor – da reciclagem, da redução de CO2 na atmosfera, do ciclo, de reduzir a dependência de importação e tudo mais –, são os valores que a gente vê. Então, é aquilo que eu estava falando: a sucata de valor agregado alto é 90% do preço do cobre primário, então é um insumo que a gente não pode desprezar.

O setor gera em torno de 35 mil empregos, tem uma movimentação em torno de R$65 bilhões por ano e isso aí realmente é um produto estratégico que a gente quer deixar garantido para as pessoas que estão trabalhando – lidando com isso –, para que, toda vez que tiver uma dúvida sobre o tema, nós vamos estar sempre abertos para a gente poder falar desse tema, que é importantíssimo.

Vamos lá. O que tem mais aqui para falar?

Falando da tendência mundial, eu não preciso nem falar, já falei: praticamente todos os países estão impondo restrição na exportação de sucata do cobre e do próprio cobre. Se a gente pensar que a gente tem as jazidas aqui – minerais – e tem capacidade, a gente vai tentando entender por que a gente ainda não desenvolveu a indústria aqui. Então aí vem todo um processo de uma política bem definida, investimentos monstruosos, gigantescos, para se fazer uma planta de transformação.

Então, acho que tudo isso a gente tem que colocar na balança para incentivar o que está lá fora a vir e o que está aqui dentro, também, a investir e entrar com parceria – o Governo e tudo mais. Ninguém está falando em perda de soberania, nós estamos falando de utilização de recurso e de transformar isso em benefício para a população. Essa é a ideia, de uma maneira geral.

Esses são os países que já proibiram ou estão em fase de proibição. Por exemplo, os Estados Unidos têm jazidas gigantescas de cobre e não têm usado. Eles têm comprado do mundo inteiro – por que será? Então...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ENIO RODRIGUES** – ... deve ter uma razão boa. Estão guardando esse recurso – que já chegou a U$14 mil a tonelada – para, num momento melhor, se favorecerem dessa posição que eles vão ter – estratégica.

Então, vamos aqui para frente.

Os riscos – para fechar a apresentação aqui.

A exportação irrestrita de sucata empobrece a cadeia produtiva – do que eu já falei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perda de valor agregado, a nossa matéria-prima. Então, se a gente tem uma matéria-prima nacional, por que a gente vai deixá-la ir embora? Isso é complicado.

Pressão de abastecimento, indústria elétrica. Nós temos um déficit de eletricidade. Nosso sistema elétrico brasileiro é deficitário. Nós precisamos de investimento. Eu peguei aqui investimentos na área de transmissão, energia e tudo o mais, nós estamos falando aí em quase 50 bilhões nos próximos cinco, dez anos. É muito investimento.

O investimento em *data centers* no Brasil, que é a parte de tecnologia que está chegando... Temos um projeto gigante em Barueri hoje, US$2,5 bilhões. Já está lá em *emplacement*. Já está na segunda fase, e vai embora. A projeção para o Brasil é de US$100 bilhões em projetos de *data centers* para dez anos. Tudo isso vai demandar cobre e eu não sei se a gente vai ter cobre para poder atender a isso ou se a gente vai ter que importar tudo.

De uma maneira geral, é isso que a gente recomenda: manter no texto o cobre, incluir a sucata, criar mecanismos de incentivo para beneficiamento, para a gente ter a indústria aqui, realmente, para beneficiar, e não pegar 100% do cobre que eu extraio, em torno de 400 mil toneladas de minério, mandar tudo para fora, não fazer nenhum refino aqui, não fazer nada aqui – é praticamente um *commodity* de baixo valor agregado.

Então, é isso que a gente está tentando, alinhar o Brasil com as tendências globais de proteção de recursos minerais críticos. Peço, encarecidamente, que a gente olhe com cuidado para o cobre e para a sua sucata.

E é isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu agradeço as falas do Enio Rodrigo, Diretor-Executivo do Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo.

Também, fazendo comentário à sua fala, Enio, infelizmente, o Brasil não tem, o Governo até hoje não entendeu que nós devemos agregar valor a todas as nossas riquezas.

Se fosse só o cobre, a gente ia até concordar. Hoje nós somos o maior produtor do mundo de alimentos e nós não temos um trator com o nosso nome brasileiro. Também a gente continua sendo exportador de commodities e não temos nenhuma política de transformação.

Eu acho que essas audiências públicas, essa movimentação, o setor organizado de cada departamento que envolve a nossa economia, faz com que a gente possa colocar isso em prática para começar a fazer voz e vez e dizer da sua preocupação.

E é o que você disse agora. Os estados, os países mais ricos do mundo continuam comprando o que está no mercado aí, commodities, e guardando as reservas para que possam ser usadas em momentos diferentes de desenvolvimento. Talvez seja por isso que hoje a pauta nossa de minerais críticos da política geoeconômica seja a mais debatida do mundo inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, neste momento, passar a palavra para a Silvia Cristina Alves França, Diretora do Centro de Tecnologia Mineral, que acho que vai fazê-la de forma virtual – é isso? – com a nossa assessoria?

**A SRA. SILVIA CRISTINA ALVES FRANÇA** (*Por videoconferência*.) – Estou aqui já em *stand by*.

Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Isso.

Então, nós vamos colocar dez minutos e, se precisar de alguma coisa, nós vamos liberar para que você possa também dar sua contribuição.

Silvia Cristina.

**A SRA. SILVIA CRISTINA ALVES FRANÇA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas. Senador Wilder, agradeço o convite para que o Cetem fizesse parte dessa discussão tão importante para o país, que é a questão dos minerais críticos e estratégicos. Saúdo a todos os presentes, a quem está nos assistindo e, também virtualmente, aos colegas de mesa, que são, na verdade, parceiros de luta pelo crescimento do setor mineral brasileiro, cada um formando um elo dessa corrente que é tão importante para o país.

Então, como representante de um Centro de Tecnologia Mineral que pertence ao Estado brasileiro, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, eu acho que esses projetos de lei que estão tramitando na Câmara e no Senado – 2.780 e 4.443 – são de extrema importância para estruturar uma política que permita a exploração sustentável dos recursos minerais brasileiros e que isso se transforme em riquezas para o país.

Mas a gente não consegue desatrelar dessa fala de uma política para o desenvolvimento da mineração no Brasil, com relação aos minerais críticos e estratégicos, sem falar em desenvolvimento tecnológico e inovação para essa cadeia produtiva.

Então, o Cetem é um instituto de pesquisa que já tem 48 anos e atua para o desenvolvimento sustentável dos recursos minerais brasileiros. E, em se tratando de desenvolvimento sustentável, nós temos que ter um papel de indutor desse desenvolvimento tecnológico na cadeia produtiva, para agregar valor ao bem natural.

Como a Tereza falou, não adianta nós nos vangloriarmos de termos reservas de diversos minerais estratégicos – em terras-raras, somos a segunda maior reserva do mundo – se nós não temos produção interna e não temos sequer agregação de valor na nossa cadeia produtiva.

Agora, óbvio, quando a gente fala de países que se desenvolveram tecnologicamente e hoje são os grandes *players* mundiais na produção não apenas de minérios, mas também de produtos acabados de uso pela sociedade, para descarbonização, para alta tecnologia e para a questão de defesa, a gente precisa entender que esses países investiram fortemente em pesquisa, desenvolvimento e inovação, mas também na industrialização dos seus países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nisso, o Brasil está bastante para trás, e a gente tem, então, que dar passos mais largos para diminuir essa distância de desenvolvimento que existe entre os países que estão ocupando os primeiros lugares nessa produção desses minerais e dos insumos provenientes desses minerais. Nós precisamos reduzir essa distância, mas sempre pensando que só com agregação de valor é que a gente consegue reduzir essa distância.

E essa agregação de valor, como eu estou falando, vem da pesquisa. Muitas tecnologias que a gente usa na indústria mineral brasileira vêm de fora, mas, obviamente, cada depósito tem uma particularidade, e é necessário fazer adequações dessas tecnologias para que elas sejam eficientes para os depósitos minerais brasileiros.

Então, aí entra a importância de ter orçamento robusto e perene para pesquisa, desenvolvimento e inovação, e parcerias. Eu estou falando em nome do Centro de Tecnologia Mineral, mas o Brasil tem diversas instituições, inclusive nossas parceiras, e grandes universidades com total capacidade de ajudar o país a se desenvolver com relação à sua cadeia produtiva mineral.

Além do desenvolvimento de pesquisa, desenvolvimento e inovação, a gente soma: nós temos reservas, temos uma vantagem competitiva, que é a energia limpa, que a gente vai usar nessas cadeias produtivas, e precisamos, então, adicionar o componente de desenvolvimento tecnológico para ajudar a fortalecer as nossas cadeias.

Um ponto interessante que eu gostaria de colocar aqui, que está em discussão dentro do arcabouço desses dois projetos de lei, é a questão do investimento de parte da receita bruta da produção dos minerais críticos estratégicos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. No PL 2.780, existe uma das cláusulas que diz que 0,5% da receita bruta será aplicado em desenvolvimento de tecnologias para essas cadeias, mas nas grandes mineradoras do mundo, desses países que já têm a atividade bastante desenvolvida e as cadeias estruturadas, o investimento é de 1%. Então, já que nós queremos nos aproximar dos países que têm as cadeias desenvolvidas, que têm uma atividade de mineração bastante desenvolvida, a gente tem que pensar que o investimento em PDI precisa ser, também, à altura. Então, em vez de 0,5%, por que não pensar em evoluir para 1% da receita bruta aplicada em pesquisa, desenvolvimento e inovação?

Não apenas isso, a gente precisa se preocupar, também, com que esse recurso seja aplicado em instituições de ciência e tecnologia nacionais, porque, se a gente está falando no fortalecimento da cadeia produtiva nacional, os institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nacionais fazem parte dessa cadeia. Então, é importante que a gente perceba que, não havendo a obrigatoriedade ou ao menos uma indicação de preferência para que esse orçamento seja aplicado em ICTs nacionais, nós perdemos uma oportunidade de fortalecer, também, as nossas instituições de ciência e tecnologia que atuam como um dos elos da cadeia do setor mineral. Então, esse é um ponto de que eu acho que é extremamente importante a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar, porque, infelizmente, há o risco de esse recurso ser aplicado em instituições de ciência e tecnologia da Austrália, da China, do Chile, que já são países que têm as instituições de desenvolvimento tecnológico próximas às mineradoras; mas nós também aqui estamos fortes e disponíveis para isso.

Um exemplo disso, como a Maria Tereza citou, é o projeto MagBras. O projeto MagBras tem orçamento do Programa Rota 2030 – que, hoje em dia, se chama Mover – e ele envolve sete instituições de ciência e tecnologia nacionais, o Cetem é uma delas, empresas e financiadoras. Então, isso é extremamente importante para que a gente saia do ponto de produção de concentrados minerais para a agregação de valor na cadeia. É um grande desafio, mas a gente tem que encarar.

Outra coisa que já foi citada aqui: esse *boom* dos minerais críticos e estratégicos pode passar. Os minerais serão sempre demandados, não tenhamos dúvida disso, mas com a intensidade que se está falando neste momento... Nós podemos perder uma grande oportunidade de embarcar como um *player* importante internacional na produção desses minerais – mas não apenas –, produção de insumos da indústria química ou em outras etapas da cadeia produtiva, para dotar o mercado com esses insumos necessários para a produção de alta tecnologia.

Por exemplo, aqui no Cetem, nós temos uma patente de separação de óxidos de terras-raras e temos uma unidade piloto. Então, isso está trazendo as empresas para fazerem parcerias com a nossa instituição, justamente para a gente avaliar se os depósitos têm potencial para produzir em maiores escalas. Então, isso é extremamente importante: você produzir sabendo aonde pode chegar e qual a qualidade do produto que você pode entregar para o próximo setor da cadeia. Então, essa questão é extremamente importante com relação ao desenvolvimento tecnológico.

Mas a gente também tem que pensar em uma coisa que é extremamente sensível, que é a questão de verticalizar as cadeias. Mas é preciso avaliar o custo de produção: muitas vezes, certas cadeias não são verticalizadas porque o custo de produção nacional é extremamente elevado, então o nosso produto não será competitivo internacionalmente para chegar no mercado externo. E se nós não temos uma indução de mercado interno, isso também é um grande risco. Então, quando a gente falar em agregação de valor, em verticalização de cadeia, é muito importante a gente entender que a questão dos investimentos é extremamente importante, a questão da segurança jurídica é extremamente importante e a questão de logística, porque não adianta a gente ter desenvolvimento tecnológico e não ter mercado.

Então, é preciso que o país entenda que, sem desenvolvimento das cadeias produtivas, nós obviamente não teremos soberania tecnológica; sem pesquisa, a gente não tem soberania tecnológica. E a gente pode estar, neste momento, perdendo uma grande oportunidade de colocar o Brasil numa posição mais acima do que a gente ocupa com relação à atividade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mineração, que é extremamente importante, mas como um país que desenvolve tecnologias, que agrega valor e que tem um papel importante de fornecedor dentro dessa cadeia produtiva dos minerais críticos e estratégicos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Quero também agradecer as palavras de Silvia Cristina Alves França, Diretora do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem).

E gostaria de também passar para os nossos convidados aqui presentes na mesa as perguntas que chegaram aqui através do e-Cidadania, que eu gostaria que todos ouvissem, e que poderão responder assim que a gente passar as perguntas:

A Renata, do Rio de Janeiro: "Como o PL 4.443, de 2025, pretende reduzir a dependência externa do Brasil em cadeias produtivas tecnológicas?".

A segunda pergunta vem do Vinícius, também do Rio de Janeiro: "Abrir o mercado para o capital estrangeiro investir não gera risco para a soberania do país, numa conjuntura de guerras e guerras comerciais?".

Já o Andrey, também de São Paulo: "[...] [o PL prevê] políticas de reaproveitamento de minerais críticos [...] em produtos [...] no fim da vida útil?".

Do Mato Grosso, Davi também pergunta: "[...] o PL 4.443, de 2025, pretende estruturar a inovação e o refino local desses minerais para garantir a soberania tecnológica do país?".

E também o Fábio, de São Paulo: "[...] [haverá] incentivo para criar empresas de geração de tecnologia [...] [com base] nos minerais desse PL? Ou seremos apenas exportadores?".

E um comentário que vem do Ozório, de São Paulo, que é: "O domínio da cadeia [...] [da] extração e a transformação [à inovação], no Brasil com participação majoritária [...] [no] capital nacional".

E outro comentário, que vem da Sarah, do Mato Grosso: "O Brasil precisa de uma Embrapa de minerais críticos. Esses recursos são e serão cruciais para o nosso desenvolvimento soberano". Isso vem também ao encontro do que todos nós falamos aqui da transformação nossa e de agregar valor aos produtos dos minerais críticos no nosso país.

E há outras perguntas que vêm também: "A criação da Zona de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM) fortalece a competitividade da indústria nacional ou pode gerar insegurança regulatória e conflitos com o modelo já existente, como as ZPEs?".

Outra pergunta: "A exigência do processamento mínimo em território nacional é viável, diante da estrutura energética, logística e industrial do Brasil?".

Outra pergunta: "Como os senhores avaliam o atual nível de burocracia do setor mineral brasileiro, especialmente em relação às exigências ambientais de rastreabilidade e *compliance*, e quais mecanismos poderiam ser adotados para garantir segurança e controle, sem comprometer a competitividade internacional do país?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a quarta e última pergunta: "A proposta de devolução obrigatória de parte das áreas pesquisadas ajuda a combater a especulação mineral ou pode desestimular investimento de longo prazo em pesquisa geológica?".

Então, essas foram as perguntas que me chegaram e eu queria também colocá-las à disposição de todos aqueles que participam da mesa, a quem gostaria de responder a alguma pergunta.

Eu posso passar ao Enio, se essa ou alguma pergunta se encaixar com ele; mas, talvez, com a Maria Tereza, sim.

**A SRA. MARIA TEREZA ALMEIDA CUNHA DE CASTRO** (*Fora do microfone*.) – Eu responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – É, se você gostaria de responder a alguma dessas perguntas.

**A SRA. MARIA TEREZA ALMEIDA CUNHA DE CASTRO** (Para expor.) – Sim.

Se não me engano, a pergunta foi do Andrey. Ele pergunta sobre a previsão, nas proposições legislativas, de política sobre reaproveitamento... (*Pausa.*)

Exatamente, do Andrey, de São Paulo: "[...] [o PL prevê] uma política de reaproveitamento de minerais críticos presentes em produtos [...] no fim de sua vida útil?". Sim. Especificamente, o Projeto 2.780 contém dois dispositivos, um na parte introdutória do projeto, quando ele explicita o conceito de mineração urbana; e, mais adiante, quando ele está falando dos instrumentos creditícios para desenvolvimento da cadeia e de financiamento, que se aplicam à mineração urbana, quando couber.

Então, sobre mineração urbana, a gente lembra aqui que a gente está falando da circularidade, ou seja, do reaproveitamento dos insumos minerais em produtos ao final da sua vida útil – é exatamente essa a pergunta do Andrey –, e a gente está falando especificamente dos produtos eletrônicos, que ensejam esse reaproveitamento.

E, para exemplificação modelar do caso concreto de aplicação, a gente teve a apresentação aqui do Enio. É emblemático o caso que ele cita. Inclusive parece emblemático, especificamente, o caso que ele citou de cotação de valor maior para o cobre ao final da vida útil do que para o cobre *in natura*, no início, que ainda não passou por nenhum refino.

É isso.

**A SRA. ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT** – Há várias perguntas muito interessantes...

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu queria passar aqui (*Fora do microfone.*) para a Ana Paula também, que está acompanhando as perguntas e gostaria de explanar algumas aqui.

**A SRA. ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT** (Para expor.) – Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, para várias perguntas, não existe uma única resposta, mas algumas delas eu acho que valem a pena a gente aproveitar para discutir e conversar, até mesmo porque a gente está justamente num momento de tomada de decisão e é importante a gente entender um pouco melhor esse ambiente econômico em que a nossa participação enquanto país está, para que a gente possa tomar essas decisões.

Então, por exemplo, acho que uma das perguntas que foi feita – posso retomá-la aqui – é do Vinícius, do Rio de Janeiro, que perguntou: "Abrir o mercado para o capital estrangeiro investir não gera risco para a soberania do país, numa conjuntura de guerras e guerras comerciais?".

É uma pergunta extremamente importante. Eu acho que o que a gente precisa entender em relação a essa pergunta é que esse mercado já é aberto. Então, nós já temos atores que estão presentes no nosso país, e esses atores hoje são chave. Se o Brasil hoje pode se dizer um país que tem a contribuir, em termos de processo produtivo, em termos de participação em fatias no mercado de produção mineral do mundo, muito se dá ao fato de que esse mercado já é aberto. O capital, além de assumir riscos, traz experiência da produção. Então, eu acho importante.

A discussão foi muito bem colocada, trouxe aqui um contexto relevantíssimo e está surgindo num cenário em que nós estamos usando palavras que podem ser preenchidas de várias formas distintas. Nós estamos falando sobre soberania, conjunturas de guerras, pressão geopolítica, mas a premissa tem que ficar clara. Hoje, isso já acontece no Brasil e é extremamente relevante para que a gente já esteja no nível de maturidade em que nós estamos.

Nesse ponto, Senador, é extremamente importante a definição de uma política quando a gente está falando sobre minerais críticos e estratégicos, porque, se nós precisamos desses parceiros do país... Porque o empreendedor, quando ele toma o risco da atividade, é parceiro de um projeto socioeconômico, é ele que gera a riqueza e que viabiliza que a gente avance enquanto país. Então, a grande importância do momento que a gente vive de discutir essa política é justamente a gente dizer ou sinalizar a esse empreendedor qual é o país que a gente está enxergando a que a gente quer chegar, que a gente quer.

Então, assim, hoje existe um ponto comum nessas pautas de discussão sobre o que é a oportunidade que todo mundo sabe existir. Hoje ninguém discute: minerais críticos e estratégicos são oportunidade para o Brasil. Qual é o contorno dessa oportunidade? Como é que a gente vai aproveitar essa oportunidade?

Então, hoje, o Governo brasileiro... E tem ficado acentuado, em todas as proposições que vêm sendo discutidas aqui, que nós entendemos que é uma oportunidade de se avançar nessa cadeia. Então, precisamos desse capital, o mercado já é aberto e isso dá uma clareza muito grande de qual é o projeto de país que está sendo discutido. Como se fazer isso? Criando um ambiente econômico suficientemente atrativo, entendendo que as etapas demandam investimentos e montantes distintos, que as etapas têm riscos distintos e desafios distintos, e que têm às vezes uma lucratividade distinta. Às vezes o melhor ator é um ator que conhece bem de mineração, às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes o melhor ator é um ator que conhece bem de processos industriais. A gente precisa entender todo esse contexto, dizer aonde o Brasil quer chegar como país, como o Brasil quer aproveitar essa oportunidade, e não dispensar a importância do investimento e desse capital, tanto no ponto em que a gente já está hoje como sinalizar claramente aonde nós queremos chegar.

São muitas perguntas interessantes, mas eu achei que esta era uma oportunidade de a gente também trazer um esclarecimento, para não ficar parecendo que a porta para esse capital está surgindo agora. Não, ela já faz parte da nossa estrutura. É assim que nós já funcionamos – e funcionamos bem, somos referência internacional.

Então, enfim, é isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu quero agradecer a presença de todos os membros aqui que participaram dessa audiência pública, com relação ao Projeto de Lei 4.443, de 2025.

Agradeço também ao Presidente da nossa Comissão, da CI, o Senador Marcos, e também a quem participa conosco aqui agora: o Frederico Bedran Oliveira, pela participação, também a Ana Paula Vieira Bittencourt, também a Tereza Almeida Cunha de Castro, o Enio Rodrigues e também a Silvia Cristina Alves França, que participou por via conferência.

Não tendo...

**A SRA. SILVIA CRISTINA ALVES FRANÇA** (*Por videoconferência*.) – Senador, o senhor me desculpe. O senhor me permite um último pronunciamento com relação a uma pergunta? Dá tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Você me desculpe. É lógico que dá tempo. Inclusive eu deveria ter feito isso.

Então, está a palavra, sim, para você responder a uma daquelas perguntas.

Inclusive agradeço a cada um dos que participaram conosco, do Brasil inteiro – São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro –, da nossa audiência pública.

**A SRA. SILVIA CRISTINA ALVES FRANÇA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Alguém fez uma pergunta, não me lembro do nome da pessoa, sobre se o país não precisaria ter uma Embrapa para minerais críticos e estratégicos.

O Deputado Zé Silva já verbalizou algumas vezes que o Cetem é a Embrapa da mineração.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – É a Sarah... Eu queria fazer essa colocação, que encaixou muito com você.

**A SRA. SILVIA CRISTINA ALVES FRANÇA** (*Por videoconferência*.) – Opa, vamos lá!

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Foi a Sarah, do Mato Grosso, que fez essa pergunta. Então, já tem o Cetem, o Cetem/Embrapa da mineração.

**A SRA. SILVIA CRISTINA ALVES FRANÇA** (*Por videoconferência*.) – Pronto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois é, então, o Deputado Zé Silva algumas vezes já verbalizou que o Cetem é a Embrapa da mineração.

Nós temos um histórico de trabalho de desenvolvimento tecnológico para a mineração brasileira, e o nosso perfil é muito de trabalhar com o setor industrial.

Eu gostaria de deixar um ponto aqui que é de extrema importância: o Cetem tem direito a 1,8% dos *royalties* da mineração para aplicar em pesquisas de desenvolvimento e inovação para a indústria mineral brasileira, mas esse orçamento não chega para nós, assim como também não chega completamente para a Agência Nacional de Mineração. A gente está perdendo uma grande oportunidade de, em vez de criar novos centros de pesquisa, potencializar os centros de pesquisa que já existem e que conhecem bem o setor mineral brasileiro, para que a gente, então, faça esse papel da Embrapa da mineração no desenvolvimento da nossa cadeia produtiva.

Esse é um ponto que eu não poderia deixar de passar. Os institutos estão à disposição para isso, mas, para tanto, nós precisamos ter o incentivo financeiro, para que a gente monte equipes, para que a gente faça redes de pesquisa e inovação em todo o país, especialmente nos estados produtores, que são geradores da Cfem.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Antes de encerrar a nossa audiência pública, eu gostaria de passar a palavra a cada um dos participantes, por um minuto, para fazer suas considerações finais.

Então, eu passo a palavra ao Frederico Bedran Oliveira, para que possa fazer também suas considerações finais nesta audiência pública.

**O SR. FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA** (Para expor.) – Senador e demais ouvintes e presentes aqui, que estão acompanhando a nossa audiência pública, eu acho que ficou claro. As falas da Silvia e da Secretária Ana Paula foram bastante pertinentes quanto à necessidade de uma política de Estado com foco em minerais críticos e estratégicos.

O Estado precisa responder a este momento, mas com cautela, com clareza, com muita eficiência técnica, com um olhar de longo prazo, que é o que exige a mineração brasileira. Esse olhar de longo prazo é para estruturar a cadeia como um todo.

Não obstante, é importante destacar que a nossa janela de mercado é curta, assim como falou muito bem a Silvia. Então, Senador, para que a gente não perca essa janela de mercado, nós temos que começar, sim, a minerar. Sem mineração, a gente não consegue alcançar outras etapas da cadeia, como o *downstream*. Nesse cenário, qualquer medida restritiva, qualquer medida que impacte a atração de investimento – investimentos, sim, estrangeiros, que são responsáveis pelo desenvolvimento da cadeia, principalmente a cadeia de mineração para minerais críticos no Brasil –, a gente poderá perder uma oportunidade enorme. Daí a importância de uma discussão, mais uma vez, repito, de Estado em relação à política de minerais críticos e estratégicos no âmbito do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Obrigado, Frederico.

Eu passo a palavra também, para as considerações finais, à Ana Paula Lima Vieira Bittencourt.

**A SRA. ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT** (Para expor.) – Obrigada, Senador, pela oportunidade. Eu reitero o agradecimento.

Eu faço coro a uma das questões que o Frederico colocou: o Brasil não estaria sob foco se nós não tivéssemos recursos, se nós não tivéssemos um potencial para produzir minerais. Então, nós precisamos conseguir produzir esses minerais, nós precisamos da mineração, e da mineração segura, alinhada com os principais *standards* de sustentabilidade – não é qualquer mineração, nós somos capazes de fazer isso.

Nós precisamos entender que, ao se falar em minerais críticos e estratégicos, não tem como simplificar essa discussão. São muitos. O processo produtivo de cada um deles é distinto; a maturidade da cadeia em cada um deles é distinta; os desafios, que costumam ser de tecnologia, são distintos e complexos em cada um deles. É por isso que essa discussão está sendo maturada há um certo tempo. E as decisões têm que ser tomadas olhando a complexidade e a distinção em cada uma dessas cadeias, por isso a importância de projetos como esses que estão sendo discutidos aqui, com essa robustez, com um conjunto de ferramentas grande, que tem que ser utilizado a depender do desafio de cada uma dessas cadeias.

O Ministério de Minas e Energia está à disposição, participando ativamente dessas discussões, na busca de criar esse ambiente favorável para uma mineração que se desenvolva a contento dentro desses patamares de responsabilidade e segurança; defende a importância de não se perder a oportunidade de fazer a transformação desses minerais que venham a ser produzidos em escala aqui no Brasil; e entende e defende a importância dos investimentos e de se criar um ambiente seguro e atrativo para que eles sejam feitos.

Então, a gente fica à disposição para debater esse assunto, que é de extrema importância, e os parabeniza pela iniciativa do ambiente que foi criado aqui, para poder fazer essa conversa.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu passo a palavra para Maria Tereza Almeida Cunha de Castro, também para as suas considerações finais.

**A SRA. MARIA TEREZA ALMEIDA CUNHA DE CASTRO** (Para expor.) – A minha consideração final vai focar uma discussão aqui, ou melhor, focar um termo que foi usado aqui, não só na mesa, mas também numa pergunta específica que foi respondida, que é relativo à soberania.

Então, eu disse, na minha fala, que constato que hoje nós estamos num contexto diferenciado e privilegiado em relação à percepção da sociedade sobre a importância da mineração. Acho que é o momento oportuno e indispensável para que essa mesma sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abra as suas perspectivas e o seu conhecimento, que é agora oportunizado, em relação ao conceito de soberania.

Eu estava ainda na faculdade quando estava sendo discutido o conceito de empresa brasileira, de capital nacional; e, na época, estava sendo muito debatido o conceito de soberania. Em virtude de ter sido adotado um conceito muito restritivo, o conceito teve que ser alargado por uma emenda constitucional.

Então, quando a gente pensa em soberania... Eu incito aqui os ouvintes e os participantes deste encontro a refletirem sobre soberania nacional, que todos nós queremos, mas sob a perspectiva da soberania econômica, que é, em última instância, a condição para que, de fato, aconteça a soberania do Estado brasileiro.

É isso.

E, como mineira, também não posso deixar de dizer que eu sinto – eu venho da terra das minas – que a gente – foi aqui, muitas vezes, explicitado o contexto favorável em que a gente se encontra para o desenvolvimento desses minerais – não pode perder o trem da história no desenvolvimento das cadeias produtivas.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu agradeço à Maria Tereza Almeida Cunha pelas suas palavras finais e também concordo com toda a sua colocação.

Eu convido o Enio Rodrigues para as suas considerações finais também.

**O SR. ENIO RODRIGUES** (Para expor.) – Bom, primeiro, obrigado pela oportunidade de colocar o exemplo do cobre aqui como uma referência. A gente estava conversando com a Maria Tereza aqui. E é interessante como o exemplo para nós é tão claro, mas, para a sociedade, ninguém tem ideia do que acontece dentro de um setor tão importante.

Eu vejo a minha colega do Cetem falando da dificuldade de recurso para fazer pesquisa, desenvolvimento. Olho centros de desenvolvimento extremamente avançados, como a Embrapa, de que a gente está falando. Falou-se do caso da Petrobras, com todo o seu desenvolvimento de tecnologia, modernidade, inovação. Quer dizer, para um setor como a área de minerais, é fundamental que a gente direcione recurso e recurso pesado, Presidente, para que se faça um trabalho sólido, de longo prazo e que dê uma sustentabilidade de recurso para que gente pare de ser um mero exportador de *commodities* para uma indústria de transformação que agrega valor para o país.

Obrigado e boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu agradeço também a participação do Enio Rodrigues.

E passo, para as considerações finais, à Silvia Cristina Alves França, Diretora do Centro de Tecnologia Mineral, o Cetem/Embrapa da mineração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. SILVIA CRISTINA ALVES FRANÇA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Excelente, Senador. Muito obrigada.

Isto aí já dá uma força.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – A gente está começando.

**A SRA. SILVIA CRISTINA ALVES FRANÇA** (*Por videoconferência*.) – É preciso que o Parlamento entenda a importância dos centros de pesquisa do Brasil.

Só para complementar os meus colegas, que fizeram considerações extremamente importantes, o Brasil tem potencial, agora a gente precisa saber aonde a gente quer chegar e como. Nós estamos discutindo muito, e as ações estão demorando a acontecer.

A Tereza colocou que o trem pode passar, os outros colegas colocaram a janela da oportunidade. Essa janela pode se fechar para nós. E não vai adiantar a gente dizer que tem reservas se a gente não tem produção e tecnologia para agregar valor.

Então, este é o grande ponto: aonde queremos chegar e como chegaremos nesse ponto de desenvolvimento e de protagonismo?

Para isso, a gente precisa, então, fortalecer a cadeia de minerais críticos e estratégicos. Ela precisa ser ambientalmente sustentável, precisa ter responsabilidade social e precisa ser competitiva, para que a gente tenha um papel internacional importante, como é o nosso desejo.

Muito obrigada.

E o convido para vir fazer uma visita ao Cetem, aqui no Rio de Janeiro, dentro do *campus* da Cidade Universitária.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – O convite, eu aceito. Quero fazer, sim, a visita.

Eu queria agradecer a todos os participantes desta audiência pública.

Quero dizer do meu compromisso como Relator desta matéria. Eu sou empresário e estou emprestado pela política. Entendo todo este anseio do setor mineral e também a preocupação do Ministério de Minas e Energia – agradeço a presença da Ana Paula aqui.

Aproveitando aqui o gancho do que a Maria Tereza e também o Enio e o Frederico disseram, nós não podemos perder esse trem.

Apesar de ter sido citada aqui a Petrobras, a questão do petróleo, a gente vê hoje que, com todo esse esforço, a gente ainda depende do petróleo externo, porque a gente não fez ainda o dever de casa de ser autossuficiente. A mesma coisa acontece com a mineração.

Eu ouvi aqui a Tereza dizer: todas as riquezas minerais que estão no nosso subsolo têm como que a segurança de uma soberania, por ter esse volume de minérios do nosso povo brasileiro, mas, se nós não agregarmos valor, se nós não produzirmos, a gente pode inclusive perder a oportunidade que essa geração... Porque a gente precisa agora fazer com que o Brasil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um país, ainda, em que estamos muito atrasados em relação a outros países do mundo, e temos hoje uma oportunidade ímpar de que a gente possa, neste momento tão difícil... Hoje, a gente nota que a produção do nosso Produto Interno Bruto é muito aquém ainda da dos países desenvolvidos. E talvez sejamos um dos países que têm a maior riqueza mineral do mundo, e a gente poderia ter uma participação muito mais relevante, muito mais importante. Poderíamos ter nesse setor, talvez, uma área que poderia se alavancar através da mineração, para a gente poder produzir e, aí sim, a gente poderia fazer todo esse trabalho que o Brasil precisa na área social, na geração de emprego e renda.

Com toda certeza, eu agradeço muito a participação de cada um de vocês, para que a gente possa ter um relatório e coloque o setor de mineração onde deveria estar.

Que a gente possa produzir cada vez mais, dentro da sustentabilidade, cuidando do meio ambiente, mas que a gente possa não perder o trem lá de Minas Gerais, nem do meu Estado de Goiás.

Eu queria agradecer a cada um de vocês.

Obrigado pela participação.

Amanhã de manhã, nós continuamos mais um dia com audiência pública, aqui nesta Comissão.

A sessão está encerrada.

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e seis minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Astronauta Marcos Pontes, e ainda do Senador Ciro Nogueira, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Soraya Thronicke, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Weverton, Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 4/2026 - CI, de autoria Senador Wilder Morais (PL/GO), REQ 11/2026 - CI, de autoria Senador Wilder Morais (PL/GO), REQ 15/2026 - CI, de autoria Senador Wilder Morais (PL/GO), REQ 22/2026 - CI, de autoria Senador Wilder Morais (PL/GO), e REQ 23/2026 - CI, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Instruir o PL 4443/2025, que "dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos". **Participantes:** Pablo Cesário, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); Rafaela Guedes, Economista pela UFRJ, Mestre pela FGV e Consultora do CEBRI; Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM); e Guilherme Simões Ferreira, Conselheiro da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM). **Resultado:** Audiência Pública Interativa Encerrada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Wilder Morais**
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/28

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 28 de maio de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.443, de 2025, que – abro aspas – "dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos" – fecho aspas –, em atenção ao Requerimento 4/2026 - CI, Requerimento 11/2026 - CI, Requerimento 15/2026 - CI, Requerimento 22/2026 - CI, todos de autoria do Senador Wilder Morais; e também ao Requerimento 23/2026, de autoria do Senador Marcos Pontes.

Convido para tomarem lugar à mesa os seguintes convidados: Rafaela Guedes, Economista pela UFRJ, Mestre pela FGV e Consultora do Cebri; também Pablo Cesário, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Luis Mauricio Ferraiuoli Azevedo, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM); Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM); e também Vilmar Medeiros Simões, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil (SGB).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta sessão será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem realizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu convido para fazer o uso da palavra o Sr. Pablo Cesário, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), com dez minutos para suas colocações.

**O SR. PABLO CESÁRIO** (Para expor.) – Senador, primeiro, muitíssimo obrigado pela oportunidade de estar aqui. É muito bom saber que o Projeto 4.443 está sob sua liderança, um Senador que tem conhecimento do setor produtivo e visão sobre o país. Então, é muito bom ter essa oportunidade de estar aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira questão...

Eu queria organizar minha fala aqui em: por que essa discussão sobre minerais críticos estratégicos existe hoje; o que os projetos que estão em discussão propõem; quais são as limitações; e quais são os desafios que me parecem, da perspectiva do Ibram, ainda estarem na mesa.

Senador, acho que existem... Todo mundo deve estar... Há pouco mais de... Certamente quem não estava na mineração não ouvia falar de minerais críticos estratégicos cinco anos atrás. E esse tema tomou muito a atenção porque ele responde a duas tendências fundamentais que estão ocorrendo hoje na sociedade.

A primeira delas é uma mudança de matriz energética de longo prazo. Toda a revolução industrial está relacionada a alguma matriz energética e, neste caso, nós estamos passando por mais uma, em uma transição que vai, especialmente, dos combustíveis fósseis para a mineração. Então, nós estamos falando de uma transição que vai colocar da gasolina, do óleo diesel, do petróleo para a produção de energias sustentáveis. E elas são sustentáveis porque elas são renováveis, mas elas dependem fundamentalmente de minérios. Então, por exemplo, não é possível falar sobre energia eólica sem superimãs, que são derivados, em grande parte, das terras-raras. Não há energia solar sem elementos específicos que transformam a luz em corrente elétrica. E isso não para por aí. Temos outras questões, por exemplo, que são de menos *high-tech*, vamos dizer, mas eletrônico. Não tem celular, circuitos eletrônicos complexos, tal como nós temos hoje, sem vanádio; não tem eletrificação do transporte, sem cobre.

Então, essa é uma mudança de tendência de tecnologia de longo prazo que cresce sobre a mineração. Então, se a gente está falando de energia sustentável, a gente está falando de mineração, mais conhecimento.

A segunda grande mudança é sobre como o mundo funciona. Existe um debate hoje interessante em que a gente fala do fim da era da hiperglobalização, que é um bom termo, acho que é um bom discurso sobre isso.

Desde a pandemia e também mais recentemente, nós chegamos à conclusão, voltamos à conclusão de que ter segurança de fornecimento é fundamental. Todo mundo vai se lembrar, na pandemia, quando a gente precisou até de coisas de baixa tecnologia – máscaras –, nós descobrimos que nós não tínhamos máscaras. Nós não tínhamos princípios ativos e várias dessas coisas, e isso tem levado ao mundo uma restrição, uma volta ao que a gente chama de *friendly-shoring*. Países e empresas estão se perguntando: "Eu tenho segurança de que eu vou ter o que eu preciso de verdade, na hora em que eu mais precisar?".

Então, a discussão sobre minerais críticos e estratégicos é justamente sobre isto: como a gente garante que algum desses produtos... que a gente vai ter esses produtos. Ele fala sobre tecnologia e fala sobre soberania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, minerais estratégicos são aqueles minerais... Esse texto, tanto o 4.443 quanto... Eu vou falar um pouquinho do projeto que já veio da Câmara, Senador, na esperança, inclusive, de que eles tramitem juntos, porque estão muito próximos os dois projetos. Definem o que é mineral estratégico, dizendo: "Olha, é aquilo que tem muita importância para a nossa economia", aqui é um pouco mais amplo. Agora quando ele fala de mineral crítico, ele fala o seguinte: "A gente depende muito e a gente não tem".

Eu vou dar um exemplo de baixa tecnologia que a gente está enfrentando hoje e que afeta todo o setor industrial e o agro. Desde que o Estreito de Ormuz foi fechado, o preço do enxofre foi multiplicado por nove vezes. Parece trivial, parece desimportante, mas não existe agricultura moderna sem enxofre, não existe mineração, não existe indústria sem os ácidos que se produzem a partir do enxofre. Nossos estoques estão acabando, os preços já estão altos, e não há possibilidade de a gente rapidamente desenvolver uma nova fonte de enxofre. Isso é um mineral tipicamente crítico, estratégico.

O que as leis fazem, portanto, é dizer: "Olha, existe essa nova realidade", ela define esses minerais. Terras-raras são 17 elementos químicos que podem ser críticos e estratégicos, e elas são raras porque têm efeitos muito importantes, resultados – não porque elas são raras de potência de escassez. Escassez econômica existe, mas não a escassez desses produtos em si.

Então, o que os projetos fazem. Eles definem, dão prioridade no licenciamento, nas autorizações. Então, no licenciamento mineral, no licenciamento ambiental não muda nenhuma regra de sustentabilidade, mas colocam-nos como prioridade, e ele começa a tratar de fazer um negócio – os dois projetos –, com o grande desafio que é como nós construímos cadeias de valor a partir da mineração, para concentração, para produção de baterias, cátodos, ânodos, de ímãs, de cerâmicas e todos esses produtos que dependem das nossas substâncias químicas.

Aqui, Senador, acho que já começa o projeto que veio da Câmara, que é o 2.780, que nos surpreendeu positivamente, porque ele traz novas medidas muito importantes; por exemplo, um fundo garantidor, ele traz os certificados de emissão, o que tem tudo a ver com essa nova tecnologia de energias sustentáveis, ele cria novas oportunidades de financiamento via mercado de capitais e BNDES para uma das coisas que é mais importante, que é como a gente processa isso daqui.

Aqui começa talvez... Eu vou segurar aqui o processamento e a tecnologia; eu volto nesse assunto daqui a pouquinho.

E ele cria estratégias de incentivo, portanto, de verticalização, na verdade, aumento da densidade da cadeia desses minérios, não apenas para a gente produzir, mas para a gente desenvolver todas as cadeias de beneficiamento.

Os dois projetos tratam disso de maneira mais ou menos equivalente. Eu acho que o 2.780 traz mais medidas e traz mais incentivos, por exemplo, a créditos fiscais, a benefícios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exportação. Quais são as nossas preocupações aqui? Em primeiro lugar, nós vamos ter que encontrar um equilíbrio fino entre o controle do Estado e a liberdade do mercado.

É importante: a mineração é de longo prazo, são investimentos altíssimos e de elevadíssimo risco. Então, afastar investimentos é uma das nossas preocupações mais relevantes. Infelizmente, uma boa parte das nossas empresas mineradoras não se financia no Brasil, a gente vai para o Canadá ou para a Austrália, principalmente. Portanto, criar mecanismos de controle que fujam e que, eventualmente, afugentem o investimento é uma preocupação muito grande para nós.

Nós dependemos de investimento estrangeiro – a mineração talvez ainda mais que o resto da economia –, mas basta dizer que 65% dos recursos da Bolsa brasileira são investidos por estrangeiros, e a mesma coisa cabe para controle de exportações. Então, a gente precisa aqui do trabalho de Parlamentares tão veteranos como o senhor, tão habilidosos como o senhor e de outros que estão aqui no Senado para a gente alcançar esse equilíbrio de incentivo e de garantia de fornecimento e até soberanias para nós.

Para deixar... Portanto, acho que os dois textos tratam mais ou menos das mesmas coisas. O texto do 2.780 nos parece mais maduro, mas faltam, por exemplo, discussões mais profundas sobre, por exemplo, como a gente vai enfrentar práticas desleais de comércio. Existe muito *dumping* nesse mercado. Então, se uma outra empresa em outro lugar do mundo baixa o preço para matar as empresas que estão aqui produzindo, como a gente vai lidar com isso? Tem gente dizendo de política de preços mínimos, estoque regulatório, tudo isso é possível, está citado na lei, mas não está tão detalhado quanto poderia estar. Ou a gente vai dizer, "tudo bem, não dá para detalhar agora, o processo político continua depois".

É muito importante que a gente tenha um projeto de lei. Os dois projetos têm estruturas, inclusive, semelhantes. O 2.780 parece avançar mais em alguns pontos, o 4.443 tem duas coisas que não estão no 2.780, que é a zona de processamento de mineração – pode ser interessante, é uma ideia que pode ser incorporada –; a utilização, por exemplo, dos incentivos de pesquisa da Lei do Bem poderia também ser incluída – eles não estão no 2.780 e poderiam estar; estão no 4.443 e poderiam ser incluídos. Acho que seriam dois avanços relevantes, porque a questão aqui, Senador, a principal de todas é: como a gente desenvolve tecnologia?

E aqui eu começo a parte mais importante. A Finep já tem um edital, o Brasil lançou um edital junto com a União Europeia. A grande questão que a gente precisa desenvolver é como a gente trata isso. E eu vou usar o exemplo das terras-raras aqui, porque é um – tá? –, não são todos, existem outros exemplos. Ninguém no mundo tem a tecnologia de separar esses 17 elementos, ninguém tem, só os chineses têm, e eles têm porque estão investindo há décadas nesse negócio, mas encontrar um mecanismo de como a gente... E aí os franceses, os americanos, todo mundo está correndo atrás, e não vai ser uma corrida fácil, não vai ser rápida nem fácil. A gente precisa, por exemplo, dominar essa tecnologia. Então, aqui o desafio é como a gente investe recursos públicos e privados para desenvolver a tecnologia num projeto que vai muito além do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente está acostumado a fazer. Nenhum centro de pesquisa é nosso. A gente tem bons centros de pesquisa, bons pesquisadores, mas nenhum deles será capaz de resolver esse desafio sozinho.

Assim, temos o desafio de tecnologia com este exemplo, mas não se restringe a ele. Temos o MagBras e outros projetos que devem surgir, mas eu colocaria um outro ainda, que é como a gente cria estruturas de mercado e previsibilidade de longo prazo para permitir o que a gente chama de financiabilidade da mineração.

A sua liderança, em particular, é muito bem-vinda. O projeto é importante e responde a uma demanda real, a um problema real e, principalmente, não pode demorar mais. Esse é apenas um primeiro passo, e a gente precisa dar esse primeiro passo para logo dar o segundo, que é como a gente vai conseguir desenvolver tecnologia, que é como a gente vai conseguir criar um mercado em nível global.

De novo, o Brasil tem uma possibilidade de ser protagonista, porque a gente sabe minerar, a gente é muito competitivo, a gente tem bons pesquisadores, a gente tem a capacidade, a confiança do mundo. Nós somos vistos por todo o mundo como um destino amigável, cooperativo e, portanto, aqui, mais do que resolver um problema, a gente pode ter uma oportunidade de protagonismo para o Brasil criar um regime global em que, de um lado, a gente garante o fornecimento das substâncias, mas, em contrapartida, exige acesso à tecnologia, compartilhamento de tecnologia, construção conjunta de tecnologia com maior agregação de valor no Brasil na maior medida possível.

Senador, muitíssimo obrigado, agradeço mais uma vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Agradeço as palavras do Presidente do Ibram, Pablo Cesário.

Pablo, ontem tivemos aqui uma rodada também desta audiência pública em que estiveram vários participantes, participantes do Governo, participantes de todas as áreas ligadas à mineração, e um dos assuntos foi exatamente o que hoje você defendeu aqui agora: não adianta nós termos uma das maiores reservas do mundo, como tem a China, mas nós temos dificuldade de entendê-la. Hoje os estudos estão no início, mas o Brasil tem que ter a oportunidade de fazer, sim, essas parcerias; o Brasil já tem essas parcerias em outros minérios. Ontem tinha uma mineirinha aqui dizendo que nós não podemos perder o bonde ou o trem neste momento tão importante, que é o dos estudos dos minerais críticos. Nós, no Estado de Goiás, já temos dois processos bastante avançados em terras-raras e lá no meu estado, como Senador da República, nós estamos apoiando, estamos caminhando de perto, principalmente com esta reunião, com essas audiências públicas aqui, para que a gente possa...

Eu sou o Relator do 4.443 e está chegando aqui também o 2.780, de que nós já pedimos, logo no início, para ser o Relator. Com certeza, com essas audiências públicas, com o debate público, a gente vai fazer um relatório que atenda não só o setor da mineração. O mais importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é que a gente possa criar esse projeto de mineração no Brasil, o que a gente tem condição hoje, representa muito já para a nossa economia com relação ao PIB, mas a gente pode avançar muito mais. Então, nós vamos, com toda a certeza, com o apoio de vocês, fazer um relatório em que possamos avançar nesse sentido e dar segurança jurídica aos investidores que estão chegando e também à questão da soberania do nosso país, mas com abertura ao debate. E que a gente possa fazer um grande crescimento econômico para o nosso país.

Eu gostaria de passar a palavra agora para a Rafaela Guedes, que é Economista da UFRJ, Mestre pela Fundação Getulio Vargas e Consultora do Cebri.

Com a palavra, Rafaela, por dez minutos.

**A SRA. RAFAELA GUEDES** (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos e a todas.

Estive recentemente em Goiás, em Minaçu, e é realmente impressionante o avanço na região e em todo o território. Realmente, eu fiquei impressionada.

É um prazer estar aqui hoje.

Bom, eu quero começar reconhecendo o mérito da preocupação que inspira este debate. O Brasil precisa avançar, e avançar com urgência, nessa pauta, ter um plano nacional de minerais críticos e estratégicos que permita ao país se posicionar de maneira deliberada no desenvolvimento de seus recursos, gerando desenvolvimento econômico, social e ambiental no território nacional.

Esta Casa, ao se debruçar sobre o tema, ocupa o centro de uma discussão que talvez seja a mais estratégica da agenda industrial recente e geopolítica brasileira nesta década. Não estamos falando de uma preocupação abstrata. Minerais críticos e estratégicos estão no centro, no cerne de praticamente todas as agendas que a gente vê discutidas agora, no século XXI: transição energética, mobilidade elétrica, indústria de defesa, semicondutores, inteligência artificial. E o Brasil é talvez um dos países mais bem posicionados, não só porque tem os minérios, mas energia abundante, energia barata e toda uma infraestrutura que pode ser construída ao redor para participar desse novo ciclo. Detemos vastas reservas de diversos minérios, sendo a segunda maior reserva de terras raras, somos um dos maiores produtores de nióbio, grafita, ferro e alumínio. Por exemplo, só entre 1923 e 1924, o número de novos alvarás de pesquisa de terras-raras saltou 291%. Em estudos recentes, os quais estou liderando para suportar o Governo no plano nacional de terras-raras, a gente já calcula mais de 13 bilhões de investimentos anunciados só na pauta de terras-raras, em contratos sendo estruturados com agências de fomento e parceiros internacionais. A janela está aberta e o Congresso deve, sim, ocupar esse espaço no centro desse debate.

Reconheço também, de forma específica, o mérito dos conceitos das zonas de processamento de transformação mineral previstas no PL 4.443, de 2025, aqui em discussão. A autorização para o Poder Executivo criar, nas regiões e território nacional onde ocorra intensa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade de mineração de minerais críticos e estratégicos, zonas de processamento sujeitas a um regime jurídico específico é um instrumento que faz, sim, sentido. Adensar a cadeia onde ela já tem base é muito mais inteligente do que tentar criar zonas com capacidade a partir do zero, sem vocação. Quando bem desenhado, esse instrumento pode ser uma ponte importante para extração e transformação.

Faço esse reconhecimento porque parece essencial deixar claro que a direção é correta, mas, no caso dos minerais críticos e estratégicos, dado o momento geopolítico que estamos vivendo e os enormes *gaps* regulatórios, financeiros, tecnológicos que o Brasil precisa cobrir, instrumentos como zonas de processamento de transformação mineral isoladamente não vão bastar. É exatamente por isso que diferentes projetos de lei estão tramitando em diferentes espaços aqui no Congresso, buscando endereçar dimensões complementares na mesma agenda.

Aqui no Senado, além do 4.443, sobre o qual nos debruçamos hoje, tem o PL 2.197, do Senador Rogério Carvalho, com relatoria do General Mourão, e temos também o PL 2.780, que chegou recentemente ao Senado, vindo da Câmara dos Deputados. Faço questão de tratar esses textos em conjunto porque me parece essencial que o Senado conduza todo esse tema numa visão integrada.

Permita-me começar pelo PL 2.780, porque ele é, na minha leitura, um marco institucional muito relevante e o ponto de partida natural para qualquer discussão sobre o plano nacional. Esse projeto cria uma Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, vinculado à Presidência da República; traz definições, instrumentos de fomento, incentivos fiscais voltados à agregação de valor; cria um fundo garantidor da atividade mineral, com previsão de aportes de 2 bilhões e mais 3 bilhões a serem aportados pelas empresas do setor; estabelece prioridade para projetos que agreguem valor no Brasil e promovam a circularidade; prevê mecanismos de rastreabilidade, certificação de baixo carbono, fortalecimento da pesquisa, desenvolvimento e formação técnica. Esses são avanços substantivos. O texto que chega ao Senado propõe uma governança mais forte e clara, ênfase em industrialização, sendo também incorporados elementos relevantes de soberania tecnológica, rastreabilidade, critérios ambientais e fortalecimento das instituições, como universidades, institutos e centros de pesquisa essenciais para o desenvolvimento dessa cadeia.

Dito isso, é preciso manter atenção em alguns pontos e é sobre isso que eu gostaria de me debruçar. A previsão de autorização prévia para projetos, a análise antecipada para operações societárias e a possibilidade de imposição de limites à exportação permanecem, nesse texto final, sendo um ponto de atenção, porque conferem muita discricionariedade ao novo órgão, o que vai no sentido contrário da segurança jurídica e da estabilidade regulatória que o setor exige para atrair capital. E é um dos pontos que o Senado deve aperfeiçoar no texto.

Destaco aqui algumas questões que são imprescindíveis em qualquer PL que vise instruir o Plano Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, para que a política funcione como ferramenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de atração de investimento e não um obstáculo a ele. Faço esses comentários no mesmo espírito em que reconheci, no início, o mérito da preocupação que move o debate.

A primeira preocupação é com a concentração excessiva de responsabilidade em um único órgão. O Conselho Nacional de Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, como hoje concebido, acumula funções de formulação de política, habilitação de projetos, análise de operações societárias, definição de lista de minerais e priorização de incentivos. Mesmo separando câmaras internas, é demais para uma só estrutura, especificamente em um setor que demanda agilidade decisória. Se a opção for manter essa concentração, ela precisa vir acompanhada de prazos máximos vinculantes para a deliberação. Sem prazos vinculantes, transformamos o conselho em fonte permanente de incerteza e obstáculo.

A segunda preocupação é o controle estatal sobre operações de compra e venda de empresas de mineração no país. A redação atual prevê análise prévia para operações societárias, sem patamares mínimos de valores e sem diferenciação clara entre operação rotineira e operação verdadeiramente estratégica para o país. A recomendação aqui é objetiva: definir o valor mínimo claro para acionar o gatilho da homologação do regime geral, exceto em casos estratégicos específicos como estatais estrangeiras, países considerados de risco ou ativos de áreas de defesa. Sem isso, sem essa calibragem, qualquer transação relevante do setor passa a depender de análise discricionária, com efeitos nefastos sobre custo de capital, prazo de transação e percepção de risco.

A terceira preocupação está nas restrições à exportação, e aqui eu gostaria de resgatar uma lição muito concreta da experiência brasileira recente. No passado, o Brasil manteve restrição e exigência de autorização prévia para exportação de lítio. A intenção era nobre: estimular o desenvolvimento tecnológico industrial doméstico, mas, na prática, esse modelo não produziu a cadeia robusta que se desejava. O que se observou foi um ambiente menos atrativo ao investimento. O regime foi revisto e a abertura, associada à maior previsibilidade, passou a ser vista como condição para atrair capital e viabilizar o crescimento do setor. A lição, a meu ver, é objetiva: quando o Estado tenta substituir por comando normativo condições que ainda não existem no mundo real, o risco é afastar investimento em vez de atrair a indústria.

A quarta e última que eu trago aqui hoje são as limitações à entrada de capital estrangeiro. Essa talvez seja a mais delicada. O Brasil precisa de investimentos, precisa de muito investimentos, e precisa especialmente do tipo de investimento que vem associado a codesenvolvimento tecnológico, contratos de *offtake* e inserção em cadeias globais de valor, exatamente o que o capital estrangeiro qualificado pode trazer. Limitar de forma genérica esse capital é pernicioso, ameaça o desenvolvimento das cadeias que dizemos querer construir. Diferentemente do Canadá ou da Austrália, o Brasil não dispõe de fontes domésticas substantivas de capital em volume e apetite de risco compatíveis com projetos dessa natureza. O caminho mais assertivo, a meu ver, seria estabelecer uma diferenciação clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. RAFAELA GUEDES** – Bom, vou concluir por aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. *Fora do microfone*.) – Não, pode continuar.

**A SRA. RAFAELA GUEDES** – Posso? (*Pausa.*)

Ah, tenho mais dois minutinhos.

Quero concluir, senhoras e senhores, com uma reflexão baseada na nossa própria história. Sempre que o Brasil quis efetivamente construir uma cadeia industrial em determinado segmento, o instrumento que funcionou historicamente não foi a restrição, mas o incentivo condicionado a contrapartidas. O Reidi, criado em 2007, ajudou a atrair investimentos; segundo estimativas do Ministério da Fazenda, cerca de R$50 de investimento privado para cada um de renúncia fiscal no setor portuário e ferroviário. O Reporto viabilizou a modernização da infraestrutura logística do país. O Redata, agora em discussão para *data center*, segue exatamente a mesma lógica. O Estado sinaliza que quer atividade no Brasil, reduz custo de entrada, mas exige contrapartidas objetivas: investimento em pesquisa e desenvolvimento, uso de energia limpa, destinação ao mercado interno. Não é incentivo sem condição, mas também não é vedação rígida desde o ponto de partida.

A lição que emerge da experiência brasileira, a meu ver, é muito clara: o Brasil tem mais chance de sucesso quando procura induzir investimento, tecnologia e capacidade produtiva com incentivos e contrapartidas do que quando tenta substituir por comando normativo, centralização, condições econômicas e industriais que ainda precisam ser construídas.

Aqui eu termino com otimismo, porque o que está em jogo é grande. Se trilharmos o caminho certo, com clareza conceitual, previsibilidade regulatória, seletividade estratégica, arquitetura de financiamento integrada, investimento sério em capital humano e uma agenda de salvaguardas calibrada e proporcional, o Brasil tem todas as condições para deixar de ser um país com grande potencial geológico e se tornar um ator central nas cadeias globais de minérios críticos e estratégicos. Soberania nacional e atratividade de investimento não são opostos, elas se constroem juntas. Esta Casa tem a oportunidade histórica de transformar essa equação em política pública concreta, e eu tenho confiança em que esse caminho será trilhado.

Coloco-me à disposição para enfrentar qualquer debate.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Quero agradecer a participação da Rafaela Guedes.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), por dez minutos.

Com a palavra, Mauro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA** (Para expor.) – Obrigado, Senador. Agradeço o convite.

Cumprimento aqui os colegas de mesa. Bom dia a todos e todas.

É importante esse debate, aliás, ansiosamente esperávamos por iniciativas quanto ao desenho de uma política para os minerais críticos, dado que já há mais de dez anos se fala de minerais críticos e estratégicos e toda a nomenclatura que envolve o tema, e nós aqui no país com todo o potencial que temos... Aliás, ele precisa ainda ser bastante perseguido, o nosso conhecimento geológico ainda é baixo em relação à nossa potencialidade. Eu tenho sempre afirmado e reafirmado que conhecimento geológico é um ativo do país e é fundamental para o exercício da nossa soberania e também para o exercício de geopolítica e de nosso posicionamento na ordem internacional. E cada vez mais estamos sendo cobrados quanto a isso. E agora estamos nos deparando com a emergência dessa questão de um modo global e muito intenso. Nós temos sido procurados enquanto Estado, enquanto país, enquanto toda infraestrutura que nós temos, institucional, com nosso arcabouço jurídico e legal também sendo demandado para que a gente reordene a nossa matriz de um modo que a gente possa definitivamente ficar inserido nesse novo contexto. E é importante... Eu parabenizo pela iniciativa aqui.

Também foram mencionados outros projetos de lei, a Dra. Rafaela trouxe muito bem aqui essa questão. Há o projeto que foi aprovado recentemente na Câmara dos Deputados, e, quando a gente olha para o texto de um e de outro, a gente vê que há uma complementaridade, não há nenhum antagonismo.

Há algumas ressalvas, claro, naquele outro projeto, pelo menos do meu ponto de vista, com relação ao conselho que foi proposto ali. Eu acho que ele acaba orquestrando e tendo algumas atribuições que são típicas até da regulação, ou seja, ele absorve ou pode ter uma sobreposição com as atividades típicas da Agência Nacional de Mineração. Isso traz algum nível de preocupação, porque, para a dinâmica de que nós precisamos, ter conselhos, dependendo de como eles vierem a ser trabalhados... Por exemplo, o Conselho Nacional de Política Mineral, que foi instituído no ano passado no âmbito do Governo, conta com 18 ministros, e, considerando que vários ministros estão em muitos outros conselhos, é difícil uma tomada de decisão rápida e célere. Então, quem tem *expertise*, quem conhece como o mercado funciona... Nós temos infraestrutura já pronta, a institucionalidade nossa está dada. Então, isso traz algum nível de preocupação.

Acho que o equilíbrio tem que haver entre esse fomento e a ideia de soberania, que tem que estar um pouco mitigada. Eu tenho dito que a gente não pode atuar nesse campo com muito ufanismo e com um exercício exagerado da soberania, nós temos que estar abertos. E a Doutora trouxe um exemplo muito claro, que eu tenho usado também, sobre a questão do lítio. Eu trabalhei naquela alteração do decreto, e anteriormente havia uma restrição não só à produção, mas à exportação do lítio. Alteramos a norma, e houve uma explosão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ali a gente percebe que o momento de tomada de decisão, que eu acho que é um dos problemas que nós temos no país e que eu critico muito, o *timing*... Nós não conseguimos enxergar o momento adequado para tomar a decisão mais correta. Ainda que erremos, é importante que a gente tome a decisão. Então, quando nós ficamos para trás sem ter uma política clara, assertiva, objetiva e dirigida para os desígnios que a própria Constituição diz com relação ao país, de crescimento e desenvolvimento econômico e social... E a mineração, com todo o investimento que ela carrega, é fator primordial, preponderante para que a gente alcance esses objetivos que estão dados lá na nossa Constituição. Então, esse projeto vem em boa hora.

Eu fiquei bem animado com a ideia das zonas de processamento, porque elas reproduzem um pouco a ideia básica do que nós já temos aqui. A questão é como isso vai se dar na prática, porque nós temos a questão da rigidez locacional, temos uma série de aspectos de logística mesmo e não necessariamente vamos conseguir encontrar espaços próprios territoriais para esse processamento, para o adensamento do uso de tecnologia de ponta, mas o que é importante aqui é que a proposição vem em boa hora e vai ser obviamente equilibrada com o que a Câmara já propôs.

Importante também é que nós tenhamos o senso de urgência e o senso de propósito, para desenhar uma política bem clara e objetiva, sem muita elucubração e sem muita criatividade, porque nós já temos uma institucionalidade que está aí posta. Então, nós temos necessariamente que fortalecer as instituições que já existem.

Aqui estão postas novas atribuições, como o outro, que vão recair sobre a Agência Nacional de Mineração. Eu estou lá, há quase quatro anos, na Direção-Geral da casa; e tem sido um debate permanente sobre a estruturação e o fortalecimento; e nós ainda não assistimos a isso, não experimentamos essa questão de um modo muito contundente. Então, nós nos ressentimos de fato da necessidade de que o Cetem, por exemplo... Eu falo muito do tripé fundamental do Estado brasileiro que cuida da mineração: o Cetem, a CPRM (Serviço Geológico do Brasil) – e aí a gente volta de novo à questão do conhecimento geológico – e a própria Agência Nacional de Mineração. Com o Conselho Nacional de Política Mineral, é importante que ele realmente se instale e nós, na qualidade de instituição vocacionada para a execução da política pública que venha a ser trabalhada, possamos também ter a condição ideal de fazê-lo, sob pena de a gente subverter uma ordem natural das coisas de dar o encaminhamento necessário com a celeridade necessária.

Para dar um exemplo a vocês, nós estamos estudando ali uma coisa muito básica. Recentemente, até na Câmara dos Deputados, teve um evento da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável que foi voltado para o segmento de agregados da construção civil, que é um segmento, digamos, simples em termos de procedimento, em tipo de substância, porque não exige tanto processamento, e aí incluídas também as rochas ornamentais. Nós estamos fazendo um trabalho para melhorar a celeridade na apreciação dos processos minerários relativos a esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segmento, e um dos estudos nossos apontou que, até em granito, nós temos levado, em média, nove anos e meio para que a outorga final aconteça; ou seja, nós temos gargalos severos nos nossos processos e nos procedimentos internos, e eles decorrem, em boa parte, de procedimentos arcaicos, mas principalmente da falta de infraestrutura, especialmente tecnológica.

Nós temos um portfólio de projetos de transformação digital que a agência precisa percorrer. Precisamos de mais pessoal, de recursos humanos, tivemos um concurso, mas que ainda não atende por completo. Então quando nós vamos nos colocar como executores dessa política pública num ambiente de celeridade, de tomada de decisão rápida, de atração de investimento... E aí tem esse mérito de ter uma abertura...

Eu comentei anteontem, num evento da Amcham, sobre a *expertise* que nós temos. Nós não estamos ainda nesse ambiente tão mais...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA** – ... amplo, temos apenas uma única empresa produzindo terras-raras no país, apenas uma por enquanto, mas temos inúmeros projetos. Mas eu lembrei que quando da crise do petróleo de 1973, ali nasceu o nosso Proálcool e toda uma cadeia que, hoje, a gente domina, a questão dos biocombustíveis. Então nós temos conhecimento, nós temos inteligência embarcada, temos centros de estudos que podem ajudar muito nessa caminhada.

Mais recentemente, quer dizer, já tem mais de 15 anos, eu também tive a oportunidade de trabalhar no marco regulatório do pré-sal, e, na área técnica, quando a gente discutia, chamava muito a atenção o fato de que o desafio ambiental e tecnológico para chegar – e aí algumas camadas chegavam a sete quilômetros...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA** – ... nós não tínhamos sequer ligas metálicas para garantir um tipo de tubulação que pudesse penetrar ali e se comportar adequadamente frente àquela pressão e àquele nível, e nós superamos isso, mas não superamos sozinhos.

Eu tenho dito que a abertura que nós temos que ter – por isso que eu uso essa expressão sem ufanismo, sem nacionalismo exacerbado, preservando, obviamente, a nossa soberania – tem que ter equilíbrio porque, como muito bem asseverou aqui a Dra. Rafaela, nós não temos recursos financeiros suficientes, temos baixo apetite a risco aqui no Brasil, temos poucas empresas listadas na Bolsa aqui, precisamos buscar fora, e garantir um ambiente de previsibilidade regulatória e de segurança jurídica que garanta isso.

Então quando você traz para o âmbito de um conselho, por exemplo, voltando à formulação que veio da Câmara, em que ele naturalmente deveria ter um papel muito mais de diretriz e ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absorve atividades que são eminentemente técnicas de conhecimento de como o jogo ocorre, você passa a transferir para um ambiente político algo que é eminentemente técnico. Isso traduz, na visão de quem quer investir no país, um nível de risco que agrega à observação de que existem jurisdições que talvez sejam mais confiáveis para se investir.

É esse equilíbrio que o Parlamento deve ter, congregando essas várias vertentes aí que a gente precisa abordar para que tenhamos, de fato, um projeto aprovado com o equilíbrio necessário, com a calibragem necessária, bem adequado ao nosso tempo, mas esse tempo tem que ser um tempo de ontem, não é o tempo de amanhã. Então nós já perdemos algum tempo, mas ainda temos a oportunidade aqui e devemos persegui-la de buscar essa melhor... Que não precisa ser a ideal, o importante é que tenhamos uma política e possamos implementá-la. E, para isso, a Agência Nacional está à disposição, porque é o próprio papel institucional dela, mas que precisa ser realmente fortalecida, como outras instituições.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Agradeço ao Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor da Agência Nacional de Mineração.

Mauro, é muito importante a sua participação aqui, principalmente como um membro, Presidente da Agência, que sabe de todas as dificuldades, como você bem citou.

Um processo de mineração de um agregado da constituição civil, que... Granito, uma coisa que era para ser relativamente rápida, por a gente já ter uma experiência ao longo dos tempos, você citou que, em algumas regiões, nós levamos até nove anos. Imagine nesse processo geoeconômico em que o mundo inteiro está atrás desses minerais críticos...

A missão nossa aqui, como Parlamentar, como Senador, mas como brasileiro, acima de tudo, é que a gente possa não perder esse bonde. Então, nós poderíamos estar aqui hoje – e essa é a discussão nossa, Pablo –, que a gente pudesse hoje... que o setor da mineração pudesse avançar, logicamente, com todos esses critérios ambientais, de responsabilidade de todas as áreas. Mas a gente poderia, porque essa é a missão nossa – e eu cito aqui esses projetos que estão em andamento –, que a gente não possa transferir a responsabilidade do desenvolvimento para alguma agência, como é o caso, que não tem estrutura para isso.

E eu acho que o importante aqui é que nós temos que tomar decisões, mesmo que as decisões tenham que ser corrigidas com o passar do tempo, mas aí tem o Congresso, aí tem o Executivo... Mas que a gente possa atender e fazer com que as coisas aconteçam neste momento, porque a oportunidade econômica não é de se esperar, porque a cada dia que passa, como nós estamos dizendo aqui... Quanto à questão do petróleo – que hoje nós estamos vendo aqui, o Brasil poderia também ser autossuficiente –, nós paramos de investir em refinaria. Quando há uma crise mundial, nós estamos no meio dela... Assim podemos falar dos fertilizantes, que nós temos também aqui dentro do Brasil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que este debate, este momento geopolítico, faz com que a correia se aperte aí também, não só para o Executivo, mas também para o Legislativo, para tentar achar os caminhos para fazer o desenvolvimento do Brasil.

Então, eu agradeço muito a sua participação, pelo seu conhecimento, que enriquece o nosso debate.

Eu, agora, concedo a palavra ao Guilherme Simões Ferreira, que é do Conselho da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM).

Com dez minutos, Sr. Guilherme.

**O SR. GUILHERME SIMÕES FERREIRA** (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todas e a todos.

Senador Wilder, a ABPM agradece muito o convite para participar desta audiência pública sobre um tema que, certamente, é muito relevante para este país, para o desenvolvimento de toda uma cadeia, de toda uma indústria para este país.

É sempre uma vantagem e uma desvantagem ser o último na fala, Senador; você ter o fato de todos já terem tratado, basicamente, de todos os aspectos com relação a esse tema, mas você poder também pontuar e trazer temas, talvez algumas observações mais específicas.

A ABPM hoje, este ano, está fazendo 14 anos de existência. Foi criada em 2012, justamente com a finalidade de buscar esclarecer melhor, apoiar, obviamente, as empresas de pesquisa e de mineração do Brasil e esclarecer para a sociedade, efetivamente, a importância e a relevância da mineração no nosso dia a dia.

E, quando a gente observa... Acho que todos os colegas anteriores à minha fala foram muito felizes em falar da importância e da relevância do aproveitamento de minerais críticos e estratégicos. O Pablo trouxe exemplos até de situações pontuais que estamos vivenciando hoje, mas é óbvio que, quando se fala nisso, a gente não pode deixar de pensar que todo esse aproveitamento exige efetivamente uma política de integração de cadeias produtivas. Não é apenas a mineração, não é a pesquisa mineral, é a pesquisa, é a mineração, é a indústria, é a academia, são os centros de pesquisa, são os órgãos ambientais, são as comunidades e povos tradicionais. Há toda uma cadeia integrada no aproveitamento dessas substâncias.

Eu acho que, quando se cria essa política, há de se observar esse caminho, há de se observar toda essa integração, essa cadeia de valor. Acho que a Dra. Rafaela também falou muito, eu escutei de vários aqui, justamente essa palavra: cadeia integrada de valor. Então, muito interessante, porque temos que caminhar nesse sentido.

Torço, Senador, para que os dois PLs tramitem conjuntamente, acho que temos pontos muito interessantes, tanto no 2.780, como no 4.443, pontos de ajuste que precisam ser feitos em ambos, mas acredito que a tramitação conjunta traria muito mais qualidade a um texto final. Acho que seria muito interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí volto, talvez, para o tema que seja o tema, talvez, de maior sensibilidade e de comentário de todos os colegas anteriores da mesa, que é a criação desse conselho. Óbvio que um conselho que defina a estratégia, que defina o caminho a seguir, é importante.

O que nos preocupa, e o que a gente observa muitas vezes que está no 2.780, é um conselho que opere, que seja executor; quando normalmente nós vivenciamos, todos aqui conhecem, obviamente, como se organizam várias vezes, inclusive em empresas privadas, em que você tem um conselho de administração, um conselho que define a estratégia da empresa, mas a execução cabe a outros, à diretoria executiva ou aos órgãos gestores, aos órgãos reguladores.

Acho que seria um caminho muito mais interessante e nós, como setor mineral, já vivenciamos na prática uma situação em que isso não ocorreu, que é justamente a atuação em faixa de fronteira. Quem vivencia o setor mineral no dia a dia sabe a morosidade e a dificuldade da atividade de pesquisa e de lavra em faixa de fronteira, porque eu preciso do assentimento prévio de um conselho. Eu preciso do assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional.

E nem sempre há uma estrutura e há toda uma operacionalização dentro de um conselho que permite celeridade na tomada de decisão. O Dr. Mauro foi muito feliz em falar do CNPM e da composição do CNPM: mais de 18 ministérios, ou 18 ministérios, aproximadamente.

Então, como um conselho vai avaliar a transferência, ou a cessão de um ativo? Como um conselho vai avaliar, ou não, a outorga, ou o fornecimento de um incentivo a uma determinada empresa?

Acho que poderíamos... Temos órgãos perfeitamente capazes de fazê-lo, e o 4.443 é mais feliz nesse caminho, ao indicar inclusive a competência da Agência Nacional de Mineração para executar a política de aproveitamento de minerais críticos, a Política Nacional de Minerais Críticos. Então, por isso, acho que o conjunto de ambos seria muito interessante.

Bom, temos aqui também um tema muito interessante. A Dra. Rafaela foi muito feliz quando lembrou de outras situações que tivemos no passado neste país. Que política nós queremos? Uma política de punição e controle, ou uma política de fomento e descoberta? Eu acho que esse é o grande ponto que ambos os PLs trazem.

Eu percebo, no 4.443, uma política mais de fomento e descoberta, o que me dá a impressão de ser o melhor caminho. Mais uma vez, os colegas que me antecederam falaram muito da necessidade que nós temos do investimento externo, do capital estrangeiro, que é relevante e é importante para o país. Não custa lembrar, mais uma vez, que na Constituição de 1988 nós vetamos o capital estrangeiro para mineração neste país. Sete anos depois, nós tivemos que rever isso. Em 1995, nós fizemos uma emenda constitucional permitindo, novamente, que empresas de capital estrangeiro voltassem ao Brasil para fazer pesquisa e lavra. Então, repetir algo, repetir um equívoco que já fizemos no passado recente não me parece o mais adequado.

Então, uma política de fomento e descoberta me parece muito mais interessante do que uma política de punição e controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Impelir o minerador à obrigação de ele, minerador, industrializar não é o mais indicado também. Mais uma vez, eu volto a falar, é uma cadeia integrada de valor. A mineração faz parte, é uma parte, é um segmento dessa cadeia, mas é o minerador que tem o *know-how* e que tem o conhecimento para produzir o concentrado, para produzir talvez no máximo, na primeira etapa de transformação, um óxido ou um metal, mas não ele, minerador, a ter a obrigatoriedade de industrializar. Para isso, há quem tenha a competência de fazê-lo, e há um incentivo para que essa industrialização venha ao Brasil.

Um aspecto que também nos preocupou, principalmente no 2.780, é o ônus para quem ainda não teve os custos, ainda não teve todos os custos de investimento devidamente ressarcidos, é a imposição imediata de parcela da receita operacional para os fundos de investimento. A ideia dos fundos é uma ideia relevante, a ideia das zonas ou do zoneamento de produção mineral é uma ideia extremamente relevante e importante, mas temos que pensar talvez em mecanismos que permitam a essas empresas que iniciaram suas atividades recentemente que tenham um tempo para que possam efetivamente angariar a receita, para que posteriormente possam contribuir com esse fundo. Eu acho que é um ponto bastante relevante.

Partindo para a conclusão, Senador, eu acho que o que o setor mineral brasileiro precisa, basicamente, é um Estado que funcione e apoie as suas atividades. Nós temos órgãos já estruturados que podem perfeitamente arcar com todos os ônus de gestão e de operacionalização dessa política nacional. Temos a Agência Nacional de Mineração, que tem o *know-how*, que tem o conhecimento e que, devidamente estruturada, devidamente financiada com os recursos que cabem a ela, pode perfeitamente exercer essa função. Podemos ter um conselho que tenha a visão estratégica, a visão do caminho a seguir, acho importante, mas, da forma como hoje está, me dá a impressão de que o PL faz um caminho inverso: concentra demais o poder em um órgão que não terá a celeridade e a capacidade de dar uma resposta rápida. Todos aqui foram unânimes em falar no *timing* do aproveitamento. Ontem se falou muito – e o Senador lembrou muito bem da nossa colega Maria Tereza, mineira – na oportunidade de não se perder o trem e na janela de oportunidade.

Então temos que aproveitar o momento. O momento hoje exige uma política que possa ser efetiva, que possa ser colocada de forma célere.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. GUILHERME SIMÕES FERREIRA** – E não criarmos, mais uma vez – e aí vou parafrasear o Dr. Frederico Bedran, que esteve aqui ontem, que falou e cunhou uma expressão muito interessante com relação ao conselho –, uma anomalia jurídica institucional, não é?

Acho que podemos caminhar no sentido de ter a estratégia definida, ter uma política que possa ser aplicada pelos órgãos que hoje já existem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço mais uma vez, Senador, a oportunidade, e a ABPM se mantém à disposição para o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Agradeço as palavras do Guilherme Simões e peço, já que houve explanação de todos aqui convidados, eu queria dar a oportunidade para que cada um possa fazer a sua explanação e suas considerações finais por um minuto.

Eu passo a palavra, já aqui de início, para a Rafaela Guedes.

**A SRA. RAFAELA GUEDES** (Para expor.) – Bom, acho que me preocupei, na primeira parte aqui, em ler todo o meu papelzinho para não esquecer nada, mas acho que estão bem cobertos aqui todos os pontos.

A consideração final que eu quero fazer é: contamos com o Senado para a gente não perder a oportunidade de fazer uma boa regulação, e uma regulação que regule mas, ao mesmo tempo, não impeça a velocidade necessária para tornar esses minérios em valor agregado ao longo da cadeia aqui no Brasil, em desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eu passo agora a palavra para o Pablo Cesário, também, para fazer as suas considerações finais.

**O SR. PABLO CESÁRIO** (Para expor.) – Senador, eu queria aproveitar o momento para dizer... Eu acho que a gente precisa aproveitar... Acho que esse minerais críticos estratégicos serão um tema da eleição, mas gostaria muito, acho que é muito importante que a gente dê esse primeiro passo com um projeto de lei, o 2.780 ou o 4.443, porque acho que esse é só um primeiro passo. E aqui eu quero falar do segundo passo.

Já disse que tecnologia, dominar o ciclo tecnológico é o nosso caminho para a soberania, e aqui eu defino soberania como aquela autonomia que nós brasileiros queremos ter de decidir os nossos próprios caminhos. Então tecnologia é o primeiro passo, a gente tem instituições. A gente precisa colocar o Cetem, o Senai, a UFMG, a Ufop, todo mundo para trabalhar junto num grande projeto que crie alternativas e que nos dê alternativas.

Acho que o segundo passo é como a gente cria um mercado de capitais e financeiro no Brasil capaz de financiar essa empresa. É absolutamente uma vergonha que nós, como brasileiros, com o mercado de capital que nós temos, tenhamos mais empresas brasileiras listadas na Bolsa do Canadá e na Austrália do que aqui. Isso é absolutamente inaceitável, porque isso significa mais do que um não aproveitamento das nossas capacidades, mas principalmente, de novo e mais uma vez, menos investimento e principalmente menos autonomia de decisão. Enquanto a gente for depender de capital estrangeiro... E eu vou dizer: seja muito bem-vindo, todo mundo que vier suar nessa terra deve ser muito bem-vindo porque veio trabalhar, mas é inaceitável que a gente não consiga construir, canalizar a poupança dos brasileiros com os nossos fundos de pensão, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os nossos fundos privados, com toda a estrutura que nós temos no Brasil para investimentos que são, sim, de alto risco, são intensivos de capital, mas também são rentáveis.

Então, acho que a gente precisa rapidamente superar a discussão com o projeto de lei, ele é um ótimo primeiro passo, mas, como primeiro passo, pede um segundo, que é tecnologia e financiamento local.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Agradeço a participação do Pablo Cesário e passo agora, para as considerações finais também, para Guilherme Simões Ferreira.

**O SR. GUILHERME SIMÕES FERREIRA** (Para expor.) – Bom, Senador, como falado aqui, nós estamos muito bem posicionados em reservas de minerais críticos e estratégicos, o que precisamos é tirar esses minerais efetivamente do solo e transformá-los em riqueza, transformá-los em aproveitamento. Segurança jurídica, estabilidade regulatória e fortalecimento da cadeia integrada de valor são elementos essenciais para transformarmos isso realmente em realidade.

Eu acho que cada vez mais está claro que uma política de fomento e descoberta é muito melhor do que uma política de punição e controle. Os exemplos que nós temos no passado de políticas que seguiram o caminho de punição e controle levaram a erros; e os exemplos que nós temos de políticas que seguiram o caminho de fomento e descoberta tiveram grandes acertos. Então, talvez o que nós tenhamos que buscar hoje nesta Política Nacional de Minerais Críticos é incentivarmos a descoberta, a agregação de valores, o caminho de tirarmos o que temos da riqueza do nosso solo, do nosso subsolo, e transformarmos em riqueza para toda a sociedade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Agradeço também a participação do Guilherme e passo agora para o Mauro Henrique também fazer suas considerações finais.

**O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA** (Para expor.) – Obrigado Senador.

Gostaria só de lembrar aqui que, naquela questão da *expertise*, nós somos um dos poucos países no mundo que têm o conhecimento do ciclo de enriquecimento de urânio. Nós já estivemos na posição 5 em termos de reservas e estamos agora oscilando entre 9 e 10. Deixamos de pesquisar, deixamos de produzir porque nós temos um monopólio, que não parece o melhor caminho para o país. Não estou advogando aqui que se deva propor uma emenda constitucional nesta quadra para fazer essa alteração, mas é apenas uma reflexão.

Talvez eu finalize aqui parafraseando o Pero Vaz de Caminha, dizendo que, aqui, em se pesquisando e em se minerando, tudo dá. Eu acho que a gente precisa encontrar os meios, as ferramentas e estruturar realmente o país no âmbito público e, obviamente, no âmbito privado, atrair investimento e garantir que, de fato, haja uma financiabilidade adequada, com todos os quesitos ambientais e sociais sendo observados, para que a gente realmente desenvolva o país como ele precisa que se faça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que esse é o grande desafio, e o parabenizo mais uma vez, Senador, pela iniciativa e conto, claro, com o equilíbrio que sempre é condizente com a postura do Senado de equilibrar, de dosar bem as proposições para que o país realmente consiga atender aos seus objetivos.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Agradeço também a participação do Mauro Henrique e, antes de encerrar, eu queria até fazer também um comentário sobre a participação de cada um de vocês hoje aqui, como foi também ontem na audiência pública, e o consenso comum, não só do Governo, mas de todos os que participam da mineração no Brasil, o Ibram e todos os convidados. A gente nota que, hoje, nos investimentos nas pesquisas minerais, nos investimentos para a mineração, os números são muito elevados e de alto risco. Então, quando o Brasil não incentiva que o minerador ou aquele que está fazendo a pesquisa, a gente nota...

Um exemplo simples do nosso caso de terras-raras lá do Estado de Goiás: há quantos anos estão fazendo o estudo? Começou por um geólogo, aí ele dá conta de levar aquilo... Passa muitos anos para levar – três, quatro anos –, aí, logo na sequência, vem um segundo e dá continuidade, e é como a maioria dos que param no meio do caminho porque não tem financiamento, não tem nenhum investidor que queira correr risco. Aí é onde a gente tem que correr para os investimentos estrangeiros – é o que estava dizendo aqui o Guilherme, cada um de vocês, a Rafaela.

Quero dizer que o Brasil precisa fazer uma política de desenvolvimento da mineração. Hoje eu sempre digo o seguinte: nós somos o maior produtor de grãos do mundo, e nós não temos um trator com nome brasileiro. É impressionante como a gente não incentiva o produtor nosso através da Embrapa. Ontem nós falamos aqui que o Cetem é a Embrapa nossa da mineração. Que a gente possa investir e que a gente possa ter conhecimento.

Aqui também o Mauro foi muito preciso ao falar desse projeto dos minerais críticos. É o momento nosso, é o momento de a gente sair na frente, porque daqui a pouco... Hoje a gente estava escutando na televisão: "Com o elevado desenvolvimento na área energética, daqui a pouco, como é que vai ser o petróleo?" Aí, alguém chega e fala assim: "Não, o petróleo continua sendo ainda a briga do mundo". Então, é o momento nosso aqui.

Eu agradeço muito a participação de vocês.

Eu fiz um requerimento lá, um ofício, pedindo ao nosso Presidente Davi para que a gente possa, sim, também ser o Relator do 2.780, aproveitando toda esta audiência, o que tem num projeto e tem no outro, para a gente fazer um relatório com várias mãos aí, com conhecedores do setor da mineração e também o Governo, para que a gente não possa perder esse bonde neste momento em que a geopolítica mundial está de olho e o Brasil tem uma capacidade de mudar a nossa história, principalmente porque o Brasil precisa de investimento e de gerar riqueza. Hoje eu vejo que o Governo briga a cada minuto para que a gente possa gerar mais ações sociais, gerar emprego e renda, mas não está fazendo o dever de casa. Nós só vamos ter receita se nós emitirmos nota fiscal. No dia em que o país pensar o seguinte: o que eu posso fazer para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mineração possa contribuir mais, aumentar 10%, 15% no decorrer do ano para que ela possa aumentar o PIB do nosso país? E assim em todas as áreas.

Eu vejo aqui no comentário de cada um desses a questão do minerador e a obrigação de quem vai industrializar. Nós não temos investimento nem para estudo para ver quem vai minerar quanto mais para fazer imposição da cadeia vertical do nosso produto.

Então, eu quero agradecer a presença de cada um de vocês, dizer que este debate e esta audiência pública nos enriquecem para que a gente possa apresentar um relatório, agora, inicialmente, do 443 e, na sequência – nós estamos tentando fazer com que a gente possa também ser o Relator –, do 2.780.

Antes de encerrar o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e da anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Agradeço mais uma vez a presença de todos.

Está encerrada a nossa sessão.

(*Iniciada às 8 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quatro minutos do dia dois de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Efraim Filho, Fernando Dueire, Sergio Moro, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Hermes Klann, Astronauta Marcos Pontes, Jorge Kajuru e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão, Marcos do Val, Zenaide Maia, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Weverton e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 32/2026 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Finalidade:** Debater os estudos de viabilidade econômica e ambiental dos lotes 1 e 3 das Rodovias Integradas de Santa Catarina, que abrangem trechos das BRs 470/480/153/282/SC. **Participantes:** Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes (MT); Marcelo Fonseca, Superintendente de Concessão da Infraestrutura da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Dagnor Roberto Schneider, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina (FETRANCESC); Cleber Stassun, Consultor do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rio do Sul (CODENSUL); Antonio Carlos Bandeira Guimarães Filho, Diretor da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC); e Mauricio Battistella, Presidente do Conselho para Assuntos de Transporte e Logística da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC). **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Esperidião Amin**
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/02

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de junho de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Moção de Repúdio, da Câmara Municipal de Guarujá (SP), ao Projeto de Lei nº 733, de 2025, que propõe alterações na Lei dos Portos (Lei nº 12.185/2013).

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Comunico ainda o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os estudos de viabilidade econômica e ambiental dos lotes 1 e 3 das Rodovias Integradas de Santa Catarina, que abrangem trechos das BRs 470, 480, 153 e 282, em atenção ao requerimento de autoria do Senador Esperidião Amin, este que vos fala.

Convido todos para que se acomodem e convido para que ocupem os lugares para os quais estão designados: a Sra. Secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes, prezada Dra. Viviane Esse; o Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetrancesc), prezado amigo Dagnor Roberto Schneider; o Sr. Marcelo Fonseca, Superintendente de Concessão da Infraestrutura da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), creio que ainda não tenha chegado; Mauricio Battistella, Presidente do Conselho para Assuntos de Transportes e Logística da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina; e Antonio Carlos Bandeira Guimarães Filho, Diretor da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc).

Está prevista a chegada dos Srs. Fabricio de Oliveira Galvão, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte; e do Sr. Renato Campos Carvalho, Presidente do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), igualmente integrante do Cofem.

E eu quero agradecer ao Sr. Dagnor ter feito essa mobilização.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu desejo fazer alguns esclarecimentos. O primeiro é que esta sessão será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores, que certamente serão disponibilizadas a todos os interessados.

Na exposição, nós vamos conceder um tempo base – não é um tempo fatal, o objetivo é esclarecer – de até dez minutos. O que for necessário a mais, o bom senso vai determinar.

Eu só quero deixar esclarecido o sentido nacional desta audiência. Nós não estamos discutindo o lote 1 e o lote 3. Nós estamos discutindo a busca de eficiência e eficácia para o desenvolvimento desse trabalho. Por isso, todas as observações serão por mim transpostas para o interesse nacional.

Eu quero saudar, e vou deixar para saudar depois detalhadamente, a presença do Sr. Antonio Carlos Guimarães Filho e do Sr. Cleber Stassun – está certo? –

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Stassun, este último do Codensul de Santa Catarina, para dizer o seguinte. Um desses lotes já foi apresentado em Santa Catarina em 2015, 23 de julho de 2015. É o lote que percorre o trecho da 282, entre Chapecó e Irani, exatamente esse trecho; a 153, de sul a norte; e a 480, que é o acesso a Chapecó. São os trechos. O que foi acrescentado de lá para cá foi exatamente a 470, que foi o objeto da nossa discordância, e a discordância foi comigo. O Diretor-Geral da ANTT era o Sr. Jorge Bastos, com quem eu tenho uma relação de amizade.

Naquela apresentação feita em Chapecó – toda a documentação, aqui eu tenho disponível –, o que restou foi, primeiro, nós não tínhamos ainda o Free Flow. Então, nós estávamos tratando, em termos de Santa Catarina: a 480 é uma via local; a 282, não, a 282 é a coluna vertebral de Santa Catarina, que, por ser um estado cônico, pode até ser considerada uma estrutural no extremo oeste. Pode ser a 282, e podem dizer que é a 283, mas são praticamente paralelas, paralelas e próximas. Como o estado abre o cone em direção ao litoral, a 470 também pode ser considerada sua segunda coluna vertebral, o segundo sustentáculo, para fazer o y.

Portanto, nenhuma rodovia de interesse de Santa Catarina fazia parte do projeto. Agora, há um trecho da 470 e há uma inovação saudável, razão pela qual a comunidade do Vale de Itajaí está nos acompanhando.

E nós formulamos dois pedidos à ANTT, que eu queria que o Dr. Marcelo registrasse: incluir nas audiências locais... A de Chapecó já estava incluída; a de Itajaí estava incluída e Blumenau fazia parte. Nós pedimos para incluir Concórdia, por quê? Porque Concórdia é o maior município de Santa Catarina, lindeiro à 153. Se não fizer uma reunião em Concórdia ou em outro município do traçado em Santa Catarina, Santa Catarina não vai participar de uma rodovia porque ela não lhe pertence, mas lhe diz respeito. Então, eu acho que é um equívoco não fazer audiência em Concórdia.

Alguém sabe? Então, nós vamos fazer em Irani, não tem problema nenhum. Agora, não ter uma audiência em 100 quilômetros de rodovia, mais ou menos, que percorre Santa Catarina? E ainda hoje eu troquei mensagens com o Diretor-Geral Guilherme Theo, e não ficou esclarecido para mim se vai entrar ou não a audiência em Concórdia. Isso lhe interessa, não? Até como um bairro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a de Rio do Sul eu agradeço que foi incluída. Mas, convenhamos, é uma caricatura você não incluir Rio do Sul, uma vez que Itajaí e Blumenau, de certa forma, já foram atendidos – ou pelo menos lembrados – na duplicação da 470. O trecho de duplicação da 470 existe hoje: Itajaí, Blumenau e Indaial. Fazer uma audiência nesses municípios é interessante, nunca é demais. Agora, em Rio do Sul é essencial, porque lá não há nenhuma divulgação de notícias sobre o projeto da duplicação. E claro que nós debateremos aqui, depois de apresentado o texto e o contexto, o projeto. Creio, por isso, que esse nosso encontro aqui tenha repercussão nacional. Por quê? Porque equívocos ou discussões ou controvérsias metodológicas farão parte dele.

E, finalmente, eu não posso deixar de, inicialmente, pedir ao Dr. Marcelo e à Dra. Viviane que prossigam na busca da definição de uma questão lastimável: o contrato de otimização da 101 não foi bem sucedido. Isso aconteceu no dia 9 de março, um insucesso. Agora, de lá para cá, não temos nenhum norte. Parodiando com Cabral, nós estamos numa calmaria que vai nos matar, porque as coisas estão se deteriorando, a confiança nos agentes públicos está se deteriorando e nós não temos nem a definição da transferência da responsabilidade sobre a solução do Morro dos Cavalos, que já foi decretada pelo Ministério como sendo dois túneis, mas a quem compete o próximo passo? Não foi definido ainda. E a possível transferência dessa responsabilidade para a concessionária Motiva tem que ser apreciada pela ANTT. E não existe, no Brasil rodoviário, um tema tão deficitário quanto este, da solução do Morro dos Cavalos e da otimização da BR-101.

Com essa colocação, que é regional, mas é também de interesse da política pública nacional das concessões, é que eu agradeço a presença de todos.

E, como nós catarinenses temos uma padroeira que é mulher, as mulheres têm algumas regalias – nem sempre benéficas. Às vezes, ir na frente é perigoso. Em solo minado, por exemplo, é complicado. Então, a história do *ladies first* é ambígua. Provar comida também é perigoso. Fidel Castro, que o diga.

Então, com essa pequena descontração, eu concedo com muita alegria a palavra à nossa Secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes, Dra. Viviane Esse.

**A SRA. VIVIANE ESSE** (Para expor.) – Senador, muito obrigada pelo convite. Acho que é uma oportunidade muito saudável a gente poder discutir um projeto tão relevante para Santa Catarina como os lotes a que o Governo Federal se propõe.

Boa tarde a todos e a todas.

E, Senador, se o senhor me permite uma pequena brincadeira, eu fiz mestrado no ITA e lá a gente tinha prova oral, e a prova oral era por ordem alfabética. E eu era "Viviane" e eu me incomodava com isso, porque eu achava que a matéria ia ficando mais difícil à medida... Agora, o senhor me permitindo ser a primeira, olha só. É uma vantagem para mim, obrigada.

Se for possível, eu queria fazer uma apresentação para os senhores e senhoras, mas, antes disso, eu queria fazer uma contextualização sobre a importância da parceria com a iniciativa privada não só para Santa Catarina, mas para o Brasil.

Obrigada pela gentileza.

Nós, desde 2023, fizemos 24 leilões de concessões. Nós vínhamos, no histórico, Senador, de um leilão por ano. Nós fizemos quatro vezes mais do que o ciclo anterior, que foram seis leilões de rodovias. Nós já temos contratado 268 bilhões de investimento em infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rodoviária. Se a gente for fazer um comparativo, não só pelo número de leilões, que já é bastante impactante, mas, se a gente fizer um comparativo, então, por investimento, se a gente contar da década de 1990, mais precisamente 1994, que foram as primeiras parcerias com a iniciativa privada no âmbito rodoviário, até 2022, nós tivemos aplicados pela iniciativa privada em rodovias federais 129 bilhões de investimentos. Com os nossos 24 leilões, contando o leilão da semana passada, nós já temos 268 bilhões.

Então, isso vai se transformar em competitividade para os nossos produtos, porque o custo de transporte consome boa parte da competitividade dos nossos produtos. Isso é a comida mais barata na mesa dos brasileiros, mas, principalmente, oportunidade para brasileiros e brasileiras terem acesso à saúde e à educação. Nosso país é continental, depende bastante do modal rodoviário. E, por mais que, com a ajuda do Congresso Nacional, em 2023, com a PEC da transição, tenhamos aumentado em três vezes o valor de investimento público em infraestrutura, nós temos consciência de que ainda o valor é insuficiente, por isso entra a parceria com a iniciativa privada.

Para a gente, a modelagem da parceria com a iniciativa privada tem que ser adequada à região onde essa parceria se insere.

O leilão da semana passada foi o primeiro desse ciclo na Região Nordeste. A BR-116-324, que liga Feira de Santana, um entroncamento rodoviário muito relevante para o Estado da Bahia, até Salgueiro, no Estado de Pernambuco, é muito relevante para o desenvolvimento daquela região.

Então, a gente precisa desenhar modelagens de contrato de concessão que fomentem o desenvolvimento e não travem esse desenvolvimento. Quando a gente fez novas modelagens, e o *free flow* nos ajuda muito, porque com a justiça tarifária a gente consegue trazer investimento em áreas que a gente teria uma dificuldade de acessar, a gente consegue trazer investimentos.

Nós estudamos Santa Catarina, o estado inteiro, Senador. Nós contratamos, por meio da Infra S.A., que é a nossa estruturadora de projetos, o BID. A exemplo do que o IFC, do Banco Mundial, fez no Paraná, nós estudamos modelagens de concessão de rodovias federais e estaduais. No entanto, a gente não conseguiu avançar com a parceria e a delegação do estado para a gente. A gente teve que remodelar, então, todo o nosso projeto. Eles estavam previstos para ir para leilão no ano passado e, considerando essa necessidade de ajuste, eles compuseram a carteira somente este ano. Então, nós estudamos seis lotes: três já se tornaram viáveis, dois estão na carteira deste ano, que é o 1 e o 3, e o 2 está previsto para a carteira do ano que vem. Por isso é que eu vou mostrar os três, se o senhor me permitir, Senador, falar um pouquinho sobre os projetos.

Aqui a gente consegue ver: então, são só rodovias federais. Não foi possível fazer a parceria com o estado como no Paraná. No Paraná, nós fizemos seis lotes, Senador, R$100 bilhões de investimentos da iniciativa privada serão executados no Estado do Paraná. Aqui nós temos R$26,5 bilhões de investimento previsto nesses três lotes.

Por que eu faço uma comparação com o Paraná? Porque as rodovias competem, os portos competem, a infraestrutura... Quando há uma decisão no operador logístico de escolher suas rotas, de escolher um determinado destino para transporte, principalmente para porto ou ferrovias, ele olha a qualidade das rodovias. Então, para a gente, são corredores logísticos muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevantes, e é importante que a gente tenha, então, esses quase R$27 bilhões de investimentos para serem executados.

Desculpem, senhores, eu passei uma a mais; eu acho que eu apertei sem querer.

Aqui eu tenho, então, o detalhamento de cada um dos lotes. O lote 1, então, é o BR-153-282-470; o lote 2 é a 280; e o lote 3, 153-282-480. Aqui a gente traz o valor de Capex e Opex, somando, então, os R$26,8 bilhões de investimentos nesses três lotes. Os demais a gente continua estudando. Ainda há uma possibilidade de a gente soltar esses lotes com algumas adequações.

Aqui a gente tem uma malha estadual bastante densa. Então, seria relevante que a gente melhorasse a qualidade da malha, não só das federais, mas também das suas alimentadoras. O projeto fica mais robusto quando a gente trabalha com integração; no entanto, não foi possível.

Lembro que nós já fizemos parceria com Mato Grosso do Sul, com Minas Gerais; enfim, em todos os estados ou a gente faz concessão, ou eles fazem. Para a gente não importa muito quem leva a leilão, e sim que o projeto seja bom e que ele fique bem estruturado.

Aqui eu vou trazer um pouquinho de detalhes do Lote 1 de Santa Catarina. Nosso leilão, então, está previsto para o final deste ano. Nós temos R$7,61 bilhões de Opex; e de Capex, R$6,40 bilhões. É uma rodovia com um pouco mais de 500km, e a gente traz aqui o detalhamento das duplicações que a gente vai proporcionar.

Nossa preocupação aqui é que a TKM fique abaixo da média, muito na linha de fomentar o desenvolvimento da região. Nós não trazemos para a discussão de audiência pública uma quantidade muito grande de duplicações, para que a gente tenha aí um cuidado com a tarifa quilométrica. À medida que a população, por meio da audiência pública, solicite mais obras, a gente vai incorporando.

No entanto, a proposta aqui é "gatilhando", quer dizer, sendo necessárias essas obras vão sendo incorporadas ao longo da rodovia. Por que isso? A gente poderia fazer como no passado e sair com todas as duplicações e faixas adicionais já previstas, só que isso eleva o valor da tarifa e pode ser um inibidor ao desenvolvimento econômico. A gente espera fazer as obras necessárias, as que já são necessárias de ampliação de capacidade, mas com foco muito direcionado à redução do número de acidentes. Então, a gente se concentra mais em dispositivos de travessias em desnível, pontos de ônibus, passarela, pontos de parada de descanso de caminhoneiro, iluminação...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Desculpem-me, não fui eu, né?

Iluminação. Então o foco é exatamente nisso, e, à medida que for necessário, a gente vai ampliando, então, as duplicações. São 50km de duplicação e 150km de faixas adicionais.

Aqui a gente traz a localização das duplicações já previstas. Essas que estão de largada são as duplicações que já são necessárias. E, a partir do momento que outras se tornem necessárias, a gente vai incorporando. Na audiência pública, a gente espera uma validação desse quantitativo de duplicação e também dos cronogramas.

Faixas adicionais são obras de ampliação de capacidade de igual natureza. No entanto, quem define se é duplicação ou faixa adicional são critérios técnicos feitos pelos nossos projetistas, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente tem também mais faixas adicionais. A gente detalha obra rodovia por rodovia. Marginais em trechos urbanos: também a gente tem uma quantidade significativa, mais de 70km.

Eu vou deixar esse material com vocês para que vocês possam olhar. Nós também estamos à disposição, Senador, para detalhar cada uma daquelas obras. A ANTT está agora em fase de audiência pública, mas o ministério também se coloca à disposição para mostrar e detalhar as obras.

Aqui, então, o estudo do Lote 2, que é o trecho da 280 previsto para o próximo ano. É um trecho de 171km, um trecho menor. No entanto, a gente tem aqui uma melhoria no acesso a São Francisco do Sul bastante significativa.

Leilão, então, para o primeiro trimestre do próximo ano: são aproximadamente 3,5 bilhões de Capex, mais ou igual valor de Opex, socorro médico, mecânico, iluminação, conectividade, que é muito relevante. Então, todos os nossos projetos vão ter sinal de Wi-Fi e também conexão por meio de celular para todas as operadoras. Isso vai possibilitar também um foco em segurança viária e patrimonial; isso tem um impacto em redução do valor do seguro da carga, porque ela consegue ser monitorada ao longo de todas as rodovias; isso funciona como um alicerce para, no futuro, a gente trabalhar com inteligência artificial para prevenção de acidentes. O mundo inteiro já utiliza alertas para condução indevida. Se um veículo está ziguezagueando ao longo da rodovia, já há um alerta por parte da concessionária para que ela acione esse veículo. Então, é a prevenção da ocorrência de um acidente. Funciona muito bem aqui também para alertas. Então, você não precisa mais acionar um socorro mecânico. Automaticamente, esse monitoramento por Wi-Fi já consegue fazer isso. Então, há uma série de tecnologias embarcadas nesses novos contratos de concessão, que possibilitam que novas tecnologias sejam fornecidas pela concessionária no futuro. Isso, para a gente, é bastante relevante.

Geração de empregos aqui de 47.223 empregos nesse lote; 6,6 bilhões de Capex e Opex. Também há um foco aqui não tanto na duplicação, mas também nos dispositivos, sendo que, de duplicações, faixas adicionais e contornos, a gente tem mais de 120km, lembrando que esse é um trecho de 270km.

Aqui a gente traz a localização de cada uma dessas duplicações, lembrando que aqui a gente tem uma parte bastante impactante, que é a conexão com a 101 e também o acesso a São Francisco; obras de faixas marginais, de faixas laterais, faixas adicionais.

Lote 3, que é um leilão deste ano. Então, 153-282-480. Nós temos aqui um leilão também previsto para dezembro, um lote também com extensão um pouco menor, 166km, algo em torno de 6 bilhões de Capex e Opex. Nessas fichas técnicas, a gente consegue saber o investimento comparativo, o WACC, tem alguns detalhamentos técnicos para vocês se tiverem interesse.

Aqui também a gente traz o mapa das duplicações, de faixas adicionais e também de marginais. Então, a gente consegue trazer... Desculpem, passei muito rápido. A gente consegue trazer o detalhamento de cada uma das obras previstas.

Como eu mencionei, Senador, o foco aqui é ampliar a capacidade onde já é necessário; possibilitar gatilhos para essa ampliação de capacidade, quando ela se tornar necessária, mediante equilíbrio econômico-financeiro; focar em dispositivos e obras em áreas urbanas para a gente ter uma redução do número de acidentes. A gente sabe que o número de acidentes se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concentra em áreas urbanas. Todo esse projeto é em Free Flow. Não há pórticos em áreas urbanas, nem em movimentos pendulares. Isso está na nossa política, já erramos no passado.

O Senador foi muito atuante com a mudança da Praça de Palhoça para Paulo Lopes no aditivo contratual à Arteris. Nós não fazemos mais isso, então há um cuidado bastante grande para que a gente não tenha esse tipo de pórtico em área urbana.

O Ministério dos Transportes formulou também uma suspensão agora das multas referentes ao *Free Flow*, não por um problema, Senador, da ANTT, que já tem um *sandbox* regulatório, desde 2024, de *Free Flow*, mas principalmente por conta de *Free Flow* dos estados, porque a gente sabe que é um desafio ainda para alguns acessar as plataformas para pagamento. Então, nós estamos com isso suspenso até a gente ter uma plataforma integradora. A gente entende que a inadimplência de *Free Flow* no Brasil é mais baixa do que em outros países.

Lembro que essa é uma tecnologia já consagrada há mais de 30 anos, em utilização no mundo inteiro, que proporciona um pagamento justo, um pagamento da tarifa efetivamente utilizada. Então, essa é uma grande vantagem. Esse ajuste no modelo foi necessário. Trabalhamos bastante para que a gente pudesse implementar, para que a gente pudesse ver projetos como esses de Santa Catarina já nascerem com *Free Flow*, como todos os nossos do segundo semestre.

Nosso primeiro projeto que nasceu *Free Flow* é a Rota 2 de Julho, BR-116/324, na Bahia, que está no Tribunal de Contas. Nós fizemos uma reunião com todos os Ministros, todos os chefes de gabinete para eles tirarem dúvidas sobre *Free Flow*, e os técnicos do TCU trouxeram três eslaides de vantagens, porque realmente o *Free Flow* traz muitas vantagens. A gente espera que até o final do mês a Rota 2 de Julho saia do Tribunal de Contas para a gente ter o primeiro leilão 100% *Free Flow*. A partir dele, todos os nossos projetos já nascerão *Free Flow*.

Vou deixar essa apresentação com vocês.

Digo mais uma vez que o Ministério dos Transportes está à disposição de todos vocês para esclarecer, tirar dúvida, discutir. O Ministro Renan, quando estava Ministro, e agora o Ministro George sempre passaram uma orientação – e eu acho que é uma das premissas que fizeram a gente ter uma carteira de sucesso – que é de se ter uma escuta ativa, ouvir; ouvir investidores, ouvir sociedade civil, ouvir Parlamentares, porque a gente consegue com isso construir um projeto melhor, porque ele é feito com muitas mãos. Então, tenham certeza de que todos os pontos que vocês levarem para a audiência pública ou levarem para o Ministério dos Transportes, escolhidos nesta audiência pública hoje, serão analisados tecnicamente e teremos um esforço gigantesco para efetivá-los, porque o que a gente busca é reduzir o número de acidentes, ter rodovias melhores, ter melhores condições de vida a toda a população brasileira. Como eu disse, rodovias proporcionam saúde e educação e proporcionam comida barata na mesa dos brasileiros, e é por isso que a gente trabalha tanto.

Obrigada, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero cumprimentar a Dra. Viviane Esse. Eu mesmo tenho algumas indagações para fazer, mas considero um pouco cedo demais, a respeito deste assunto. Eu gostaria só de, antes de passar a palavra para o representante da ANTT, indagar sobre um outro tema, que também é objeto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso requerimento, que é a retomada da negociação, da otimização do contrato da 101 Norte, especialmente ao Ministério, mas, já antecipando, à ANTT.

Como eu falei, nós estamos no limbo desde o dia 9 de março. Vamos completar três meses de limbo: nem o contrato de otimização da 101 Norte, nem uma equação para o Morro dos Cavalos, não houve uma movimentação de um milímetro, enquanto a ANTT não aprecia o processo da homologação – eu creio que decidida ou pronta para ser decidida – da transferência da responsabilidade sobre a obra do Morro dos Cavalos, da Arteris, para a Motiva.

Então, indago à senhora e, subsequentemente, queria que o Dr. Marcelo Fonseca, se possível, iniciasse a sua explanação por esse assunto, que é crucial para Santa Catarina e para o Brasil.

**A SRA. VIVIANE ESSE** (Para expor.) – Senador, infelizmente não foi possível um acordo no consenso de que participavam a ANTT, o ministério, duas áreas técnicas do TCU e também a concessionária. Nós tivemos oito acordos; quatro já foram levados a leilão. Inclusive, no mês que vem, no dia 23, a gente tem mais um leilão de otimização contratual, que é o da Régis Bittencourt, BR-116, que liga São Paulo a Curitiba, uma rodovia muito importante.

Em todas as otimizações contratuais nós chegamos a marca dos 100 bilhões de obras incluídas. Contratos que estavam estressados ou que não tinham mais investimentos previstos, foram modernizados, para que a gente proporcionasse aos usuários a retomada de execução de obras, porque ninguém quer obra parada.

Referente, então, à BR-101, em Santa Catarina, sobre que a gente não conseguiu o acordo, o Ministério dos Transportes formalizou à ANTT para a promoção de um termo aditivo que transfere o trecho do Morro dos Cavalos, que é de Palhoça até Paulo Lopes, um trecho que foi incorporado em 2014. O senhor trabalhou bastante.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – De 2013 para 2014.

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Exatamente. Eu estava de superintendente na ANTT. Então, fiz toda a instrução administrativa desse processo. Esse trecho foi incorporado ao contrato da Litoral, do grupo Arteris. Terminava ali, em Palhoça, onde tinha praça de pedágio num trecho urbano. Quando eu fiz menção a que a gente não faz de novo, a gente não erra de novo, era a esse trecho especificamente, a um trecho da 040 que eu estava me referindo.

Então, o trecho foi estendido até Paulo Lopes, a praça de pedágio foi mudada de local. No entanto, não foram incluídos investimentos para tratar um ponto muito relevante, que é o Morro dos Cavalos.

O ministério, então, como formulador de política pública – e a tomada de decisão é nossa nesse sentido –, a gente formalizou à ANTT, consultadas as duas concessionárias que já tinham se manifestado de acordo, com a ideia de a gente fazer, então, um aditivo ao contrato da Motiva para que ela tivesse a incorporação desse trecho. A ANTT nos retornou, dizendo que já estava trabalhando, em fase final já de conclusão dessa etapa, e nos consultou sobre o trecho do meio, ou o eixão, que é do quilômetro 174, é o início do Contorno de Florianópolis, o trecho norte, para que esse trecho fosse repassado também à Motiva, com a possibilidade de a gente incluir aí quase 3 bilhões de investimentos nesse trecho. Isso funciona de duas formas: primeiro, a gente consegue equacionar a perda da praça de pedágio da Arteris que seria transferida e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distensiona a inclusão de novos investimentos no trecho da Litoral. Nós nos manifestamos de acordo. Sabemos que as duas concessionárias concordam com isso e estavam discutindo um valor final de indenização.

Sobre a renegociação da Litoral, nós optamos por dividir então em etapas: Morro dos Cavalos, trecho do meio, uma revisão quinquenal e uma renegociação contratual mais ampla. Nós estamos então com uma decisão do ministério para os dois primeiros itens e aguardando a concessionária Litoral Sul apresentar para a gente lista de obras e o detalhamento do que ela entende que seriam essas outras duas fases. Sei que eles estão discutindo bastante isso com a ANTT e acredito que o Fonseca vai ter um pouco mais de informações. Eles ficaram de nos apresentar até o dia 20 desse mês uma proposta final para apreciação técnica.

Nossa preocupação principal é resolver o problema de congestionamento do nível de serviço de forma definitiva. Esse foi um dos apontamentos do tribunal de contas, uma das motivações de a gente não ter avançado com sucesso nas negociações do consenso e também na apresentação de projetos executivos que nos permitam analisar esse valor. Eles tinham 23% das obras com projeto executivo, nos pediram até esse mês para apresentar pelo menos 50%. É isto que a gente aguarda: receber essas informações para que a gente possa continuar trabalhando. Problemas complexos podem ser divididos para que a gente vá resolvendo aos poucos, como um grande novelo de lã de que a gente vai ali tirando aos poucos os nós. É isto que a gente está fazendo neste momento: desatando um grande nó logístico, que é a 101 em Santa Catarina, mas a gente não descansa em nenhum minuto. E o Senador cobra diariamente: "Como está?", "Como está?" Tem que cobrar mesmo, porque é muito relevante. Mas fique tranquilo que a gente está trabalhando muito nisso.

Fonseca.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradecendo a manifestação da Dra. Viviane, passo a palavra ao Sr. Marcelo Fonseca.

**O SR. MARCELO FONSECA** (Para expor.) – Muito boa tarde.

Primeiramente, quero cumprimentar aqui o Senador Esperidião Amin, agradecer o convite que nós recebemos na ANTT para poder discutir aqui os temas de concessões de rodovias no Estado de Santa Catarina, sempre importante.

É um estado que cresceu muito e eu entendo que a infraestrutura não acompanhou esse desenvolvimento recente do estado, de colocar as últimas duas décadas de crescimento acelerado que o estado vem percebendo. E a gente tem ali um desafio muito grande: desatar esse nó logístico, proporcionar a infraestrutura adequada às possibilidades, capacidades que o estado tem. Nós ansiávamos muito por este momento de poder trazer novos projetos para Santa Catarina e tivemos, infelizmente, esse insucesso.

Então, vou começar pela questão da Litoral Sul, da BR-101, tivemos esse insucesso no consenso. Após oito consensos bem-sucedidos, neste caso não foi possível fechar o consenso, a Viviane expôs aqui alguns dos motivos. É uma posição conjunta em que todos têm que estar confortáveis com essa solução. Batalhamos até o final, até as últimas horas, acreditávamos que poderia ser possível ainda fechar, mas não houve essa concordância de todas as partes e não foi possível, portanto, a gente fechar naquele momento.

Dito isso, a gente hoje trabalha com esses cenários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Viviane já antecipou o meu trabalho aqui. Então, ela vindo na frente facilitou bastante minha fala, porque ela antecipou, de forma muito precisa, na fala dela, o que a gente trabalha hoje.

Então, primeiramente, quanto ao Morro dos Cavalos e ao Eixão, que somam 67km de trechos em que se trabalha a transferência para a Motiva, nós temos feito reuniões semanais com Motiva e com Arteris para tratar dos termos dessa transição, esperamos que isso seja agora no segundo semestre resolvido, com termos aditivos assinados, e trabalhamos, então, com o trecho completo, associando o Eixão e suas obras. Ali se fala, inicialmente, de um conjunto de mais de 40 obras que seriam pensadas para o trecho, mas, para essa situação, sabemos que a gente vai precisar fazer um detalhamento maior de projetos. Então, ele sai com uma lista inicial e valores preliminares para que sejam detalhados na sequência, o que facilita a nossa apreciação agora.

Já quanto ao trecho de Morro dos Cavalos, até pela magnitude da obra que a gente tem ali, a concessionária demanda que a gente tenha uma sinalização mais forte quanto à questão orçamentária. Então, hoje as discussões são pautadas pela discussão de como tratar o orçamento de Morro dos Cavalos para que a gente possa fazer um aditivo já em valores mais definidos, que não demandem revisão posterior. A gente, então, está afunilando isso nessas reuniões semanais para chegar a esse entendimento entre a ANTT e a concessionária que assumiria esse segmento, que é a Via Costeira do Grupo Motiva.

Existe também a questão do reequilíbrio que deve ser feito na Arteris em função da supressão da praça. Então, saem os 67km, sai um trecho que tem investimentos de manutenção, tem obras correntes que são feitas, mas também tem uma receita muito relevante que é a praça de Palhoça. Para isso, é necessário e obrigatório por lei que nós façamos ali um reequilíbrio econômico-financeiro. E esses termos do reequilíbrio também são alvo desses debates com o outro grupo, o Grupo Arteris, para que a gente feche essa solução.

Então, essa é a nossa grande prioridade. A gente trabalha semanalmente, avançando nesse tema, para que a gente, no curto prazo, consiga dar essa solução para a região que a gente sabe que é o principal gargalo de todo o segmento da BR-101.

Quanto às demais questões, falando do norte, temos outros gargalos ao norte, no trecho Norte, que eu costumo dizer que é o pior problema que nós temos de nível de serviço no país, entre todo o grupo de concessões rodoviárias do país. Sabemos a nossa responsabilidade também de resolver essa questão, endereçando... Como a Viviane colocou, existem duas possibilidades que estão na mesa hoje sendo discutidas: uma delas é se fazer uma revisão quinquenal de forma mais restrita, digamos, ajustes mais restritos, uma repactuação mais restrita do contrato, que envolva reequilíbrios que podem ser discutidos nesse segmento, assim como a inclusão de obras que são mais emergenciais, mas não todo o pacote desejado. Isso seria feito em um período ainda do contrato vigente. Então, uma ideia mais restrita de aproveitar os seis anos que a gente ainda tem pela frente para executar o que couber na tarifa nesse período, e a concessionária ainda fala da possibilidade de, eventualmente, fazer algum reequilíbrio por poucos anos, usar tarifa mais prazo. Mas isso é algo que a gente ainda vai discutir em maior detalhe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra possibilidade, em alternativa a essa revisão restrita, seria uma repactuação mais ampla, como vinha sendo tratado na consenso, que a gente tenha um pacote mais robusto de obras e, para isso, é necessário um prazo muito mais amplo.

Então, na consenso se falava em adicionar 15 anos pela própria diretriz da Portaria 848, do Ministério dos Transportes, e aqui, então, seria uma ideia nesse sentido. Contudo, é algo que precisaria ser mais bem trabalhado, porque a gente não tem mais a cobertura da solução consensual. A gente não tem essa governança que nos dá a segurança jurídica para poder fazer algo mais amplo. Não tem amparo completo nos nossos normativos também – tanto em nível legal, infralegal mesmo, nas nossas resoluções – e algumas adaptações ou algum trabalho teria que ser feito de inovação nesse sentido para que a gente conseguisse uma solução mais ampla. Esse contrato, por exemplo, veda a prorrogação. Então, a consenso, a gente conseguiu flexibilizar essa cláusula.

Já no âmbito de uma repactuação dentro da ANTT, a gente teria algumas limitações nesse sentido. Então, a gente acredita que, se formos por esse caminho, teria que, minimamente, fazer alguma apreciação pelo Tribunal de Contas. Mesmo que expressa, teria que ter algum diálogo para que a gente desse a segurança jurídica necessária a uma repactuação mais ampla.

Então, são as duas possibilidades que hoje estão sendo debatidas para a gente equacionar a questão. Se for pela mais leve, pela mais restrita, a ideia é que a gente, paralelamente a isso, dispare um novo estudo para que a gente consiga ter uma nova concessão após as obras emergenciais. A gente tem uma concessão de 30 anos completa, com todos os investimentos que são necessários. Foi uma das questões, o nível de serviço, que foram dificultadoras para se chegar ao próprio acordo, porque, ali, como é tão saturado, você coloca investimentos e, rapidamente, você vê o esgotamento desse nível de serviço a despeito de colocar somas vultosas de investimentos, alguns bilhões mesmo assim não foram suficientes. Então, realmente, ele precisa de uma solução muito robusta, e é nisto que a gente está pensando: nos meios de como equacionar isso no médio e longo prazo.

Dito isso, passo a falar aqui das nossas novas concessões de Santa Catarina, os lotes 1 e 13. Então, tivemos, finalmente, Senador Esperidião, depois daquelas discussões lá em 2015... O nosso time até recordava que havia muito debate à época, era no PIL ainda – Programa de Investimentos em Logística –, lá atrás. Então, a gente já passou mais de dez anos para que a gente tivesse, novamente, uma nova estruturação, que agora é com o BID, como a Viviane bem colocou aqui. A gente acha que está bem robusta. Vou destacar, pois ela apresentou, em linhas gerais, os projetos. Vou destacar só alguns pontos mais do ponto de vista regulatório, mas a gente acredita, então, que esse modelo que bebe na fonte desses vinte e poucos contratos que nós fizemos, que nós leiloamos recentemente... Nós estamos, ainda, avançando no nível regulatório, em alguns aperfeiçoamentos, que nós estamos caracterizando como uma nova etapa futura, uma nova etapa de concessões, em que a gente pega esse modelo consagrado, ainda ajusta questões de seguros, coberturas de seguros, adere ao nosso regulamento de concessões rodoviárias plenamente, porque ele foi aprovado em suas últimas normas no ano passado. E ele traz inovações do ponto de vista, também, das obrigações. Ele é totalmente em *free flow*. Ele tem essa disposição de usar mais tecnologias, conectividade, de trazer comodidades e serviços adicionais ao usuário. Em termos de equacionamento econômico-financeiro, nós entendemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele ficou no nível bastante razoável. Então, ali 15 e 16 centavos por quilômetro para pista simples, e 19 a 21 centavos para pista dupla, nas tarifas de edital e com investimentos relevantes.

Nós temos aqui 50km de duplicação no lote 1. Nós temos, no lote 3, 30Km, mas nós temos mais de 100km de faixas adicionais no lote 1 e outros investimentos, como acessos, passarelas, todo o ferramental que a agência coloca nessa nova fase, nos seus contratos, de forma a trabalhar todos os municípios...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MARCELO FONSECA** – ... que são tocados pela concessão. Então, esse regulatório foi bastante robusto, e teve sucesso num nível tarifário adequado – que foi similar ao que a gente conseguiu no Paraná. O programa do Paraná de seis lotes foi pensado de uma maneira muito similar a esses lotes catarinenses, de olhar para o estado como um todo e proporcionar aquilo que é o mais relevante em termos de investimentos estruturantes.

Então, aqui a gente está pegando, com essa união das rodovias, os principais corredores que fazem a ligação tanto oeste-leste do estado – saindo lá no leste, na costa de Itajaí, chegando até Chapecó, usando a BR-470 e a BR-282, com as ligações da BR-480 e da BR-153, que fica parte-parte: parte num lote, parte no outro; a gente traz ali as principais ligações nesse programa – quanto a gente vai complementar depois com outro lote, que é o lote 2, que está mais ali ao norte e a nordeste do estado.

Então, acreditamos que é um novo momento – um momento de alavancar esses investimentos – e um contrato que é dinâmico, que é – digamos – adaptativo; ele vai se ajustando às necessidades. A gente tem gatilhos que vão permitir que, se a gente for crescendo com esse tráfego, como a gente vem acompanhando no desenvolvimento de Santa Catarina, a gente consegue colocar mais investimentos, robustecer ainda mais o contrato de concessão.

Então, em grandes linhas, sobre o projeto, seria isso.

Gostaria só de adicionar que, quanto às sessões de audiência pública, a gente traz um projeto aqui formulado com o conceito do Ministério dos Transportes junto ao estruturador, que é a Infra S.A., que tem o BID ali também como parceiro, e a gente vai agora para o refinamento disso. Então, é uma primeira proposta que a gente vai construir junto com a sociedade agora, no processo de audiências públicas. Podemos colocar novos investimentos, podemos revisitar aquilo que está aqui.

Existem coisas a debater, certamente, porque, pela nossa experiência, é o conhecimento local que lhe dá o detalhe, o refinamento, aquele gargalo específico que a gente tem em um município que tem um problema com o tráfego de longa distância – que tem, por exemplo, um conflito com o de curta. Então, é ali que a gente identifica esses detalhes e consegue complementar muito bem os projetos. A gente leva essa fase muito a sério; a ANTT efetivamente mergulha no projeto e debate com toda a sociedade.

E aí temos já marcadas: são cinco sessões que temos, por enquanto. As sessões começam no dia 9, em Chapecó, agora na próxima semana – 9 de junho; no dia 10, em Rio do Sul – uma sessão que foi adicionada já a partir da demanda local que nós recebemos; a sessão de Blumenau, no dia 11; e, no dia 12, em Itajaí, além da sessão híbrida em Brasília, no dia 16. No dia 16, é virtual e presencial, então a gente tem a oportunidade de que quem estiver em qualquer lugar pode se conectar e fazer suas contribuições também no dia 16, na sessão de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos abertos a discutir o ajuste desse processo. Você comentou de Concórdia, Senador Esperidião, que é um ponto que nós tínhamos ouvido recentemente também da demanda, nos últimos dias, e estamos abertos a debater essa necessidade. O nosso critério inicial é de posicionar locais que são representativos do trecho que está sendo concedido – da proposta de concessão –, mas não raro a gente faz ajustes disso a depender dessa demanda, da necessidade que a gente percebe de ampliar essas discussões. Então, a gente está totalmente aberto a discutir essa questão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu agradeço a sua exposição. (*Fora do microfone.*)

Vamos agora passar ao outro lado do balcão.

Eu apenas gostaria, em função do seu argumento final, de reiterar o pedido para que se realize a reunião em Concórdia.

Como o senhor mesmo disse, na área de competência, de conexão, digamos, com a 153, o único grande município é Concórdia, em Santa Catarina. A partir dali nós temos Irani, chega até Água Doce, mas são quatro, cinco municípios dos quais, em 92 quilômetros de extensão, portanto, 20% do total que nós estamos falando, quase 20%, e é uma rodovia no sentido sul-norte ou norte-sul. Não tem cabimento não haver, no trecho catarinense da rodovia, uma audiência presencial. Quer dizer, é um contrassenso. Ao longo da 470, com a inclusão de Rio-Sul, temos três; ao longo da 282, temos um; e, ao longo da 153... O público, só para dar um exemplo, onde existe talvez o ponto de acidente mais trágico, que é o famoso trevo de Irani... O trevo de Irani tem uma churrascaria em que é perigoso até... Quando a gente vai almoçar lá, pergunta se não está chovendo. Perto do cemitério de Irani, que é um cemitério histórico, da Batalha de Irani. Então, tudo ali é advertência, não ouvir a comunidade da cidade de Irani ou de Concórdia é uma conspiração.

Mas é o pedido que eu lhe faço, para esclarecer depois.

Neste momento, eu vou dar a palavra ao primeiro dos nossos convidados do outro lado do balcão, que é, por direito dos cabelos brancos e da representatividade, o Sr. Dagnor Roberto Schneider, nada mais nada menos que o Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetrancesc), que vem com chumbo grosso. (*Risos.*)

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** (Para expor.) – Modéstia.

Boa tarde a todos, cumprimento especial, Senador Amin. Senador, primeiro um reconhecimento pelo seu trabalho, em especial pelo seu trabalho e sua dedicação em prol da infraestrutura do nosso estado, uma liderança política respeitada aqui em Brasília, muito respeitada em Santa Catarina, e tem toda a nossa deferência pelo trabalho desenvolvido, nosso reconhecimento.

A Secretária Viviane, dei um *feedback* para ela, Senador, há pouco. Disse que o senhor é um admirador do trabalho dela. Só que a gente precisa que ela entregue mais para Santa Catarina. Eu acho que ela olha muito para o Brasil...

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É para ela ficar com o sentimento de dívida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** – Agora entendi, entendi. (*Risos.*)

Quero cumprimentar o Marcelo, da ANTT, depois eu tenho um apontamento para fazer em relação à questão do trecho norte da BR-101; cumprimentar o nosso colega aqui, o Mauricio, e os demais colegas aí de Santa Catarina que prestigiam este momento tão importante.

A gente quer fazer algumas reflexões.

Senador, a gente traz aqui uma síntese de um trabalho que a gente está elaborando, e a gente propõe apresentar um trabalho mais analítico, por ocasião da última audiência do dia 16. Então, a gente quer desdobrar isso mais, em detalhes.

Então, acho que a gente já está meio adiantado. Qual é o propósito? A gente quer avaliar um pouquinho sobre o que traz o Programa de Exploração da Rodovia, apresentado através do PER, dos lotes, principalmente 1 e 3, das rodovias federais de Santa Catarina; identificar eventuais inconsistências e tentar contribuir com alguns subsídios que possam modelar ou melhorar, eventualmente, a modelagem da proposta; verificar a efetiva aplicação também da capacidade incorporada ao modelo concessório; e avaliar também os projetos propostos desenvolvidos pelo Dnit, porque nós já temos muito trabalho que caminhou em Santa Catarina através das ações do Dnit, que deveriam ou mereceriam ser considerados neste momento.

Contextualizando um pouco mais, a gente vai falar um pouquinho sobre a realidade de Santa Catarina, para entender o que acontece em Santa Catarina. Santa Catarina é igual aos demais estados do Brasil? Qual é a realidade de Santa Catarina? Então, a gente vai trazer aqui um pouquinho sobre frota de veículos, caminhões, malha, densidade, acidentes, experiência de uma concessão mal concebida, análise técnica do modelo de concessão proposto e algumas considerações finais de uma forma bastante breve.

Já vamos acertar...

Então, é o seguinte: Santa Catarina tem a 6ª maior frota de veículos do Brasil e a 5ª maior frota de caminhões. Estado pequeno, mas com uma frota bastante robusta.

Aqui tem um grande gargalo pelo qual a gente começa a entender um pouco por que Santa Catarina é o que é – e a gente faz uma comparação com o nosso estado vizinho, o Paraná. E a gente fala aqui de competitividade.

Quando a gente olha para o território, Santa Catarina tem 95,7 mil quilômetros quadrados contra 199 do Paraná. Quando a gente olha para a malha total, Santa Catarina tem 7.174km pavimentados contra 19,6 mil do Paraná – pode ter algum "gapzinho" em função de obras mais recentes. Quando nós proporcionalizamos isso, malha por território, Santa Catarina tem 7,5km para cada 100km² de malha, e Paraná tem 9,9. Aqui a gente começa a entender um pouco por que Santa Catarina vive nesse conflito na mobilidade e na dinâmica da mobilidade e da logística no estado. Para que a gente ficasse igual ao Paraná, considerando o território, nós deveríamos ter, Viviane, mais 2,3 mil quilômetros pavimentados. Isso não conversa com o Estado de Santa Catarina. Essa realidade... Então, se nós temos um passivo que ficou ao longo dos últimos anos, Senador, é a infraestrutura rodoviária.

E aí tem um outro detalhe: quando a gente coloca a frota sobre a malha, Santa Catarina tem quase 6,7 milhões de veículos contra 9,6 do Paraná. Quando eu aplico essa frota sobre a malha, eu tenho 934 veículos em Santa Catarina, para cada quilômetro pavimentado, contra 492 do Paraná. O que isso representa? Dá para entender o que acontece em Santa Catarina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora nós vamos entender algumas consequências desse cenário. No Brasil, nós temos... Deixe-me conectar aqui, senão...

No Brasil, nós temos, *versus* Santa Catarina, acidentes... Para cada 100km quilômetros de malha federal, no Brasil, nós temos 108 acidentes; em Santa Catarina, temos 340. Feridos, 125 no Brasil; em Santa Catarina, 390. Óbitos, no Brasil, 9; em Santa Catarina, 18. Quando a gente entende que Santa Catarina ocupa o terceiro *ranking* em mortes em rodovias federais do Brasil, isso não conversa com Santa Catarina, né, Senador? Então, tem algo errado.

Mas o que está errado? É a referência em função do que nós olhamos para trás, a questão de malha e a questão de frota, o que acaba gerando esse conflito na relação do veículo com a mobilidade.

Agora aqui nós temos uma experiência que nós citamos uma experiência de concessão mal-sucedida. Nós temos aqui uma sequência de fatos ou de eventos que a gente gostaria de pontuar, para que a gente não tivesse os mesmos reflexos nas novas concessões que serão aplicadas à Santa Catarina.

Nós temos aqui uma concessão que tem 18 anos e nós não tivemos nenhuma revisão quinquenal. Nós tivemos aqui uma avaliação da ANTT em relação à concessionária que aponta que a concessionária não é uma concessionária que entrega um nível de serviço adequado, compatível, ou seja, ela tem uma performance ruim, e isso foi apontado em janeiro de 2025, nós tínhamos uma informação de 800 notificações – as notificações da ANTT ultrapassam 900 neste momento. E aí eu quero fazer um parêntese, Marcelo e Viviane, nós somos contrários, a Fetrancesc é contrária à otimização de longo prazo, por conta do quê? Por conta de um concessionário que não entrega nível de serviço e que não performa.

A discussão de encerrar o contrato em 2033 e incluir obras... E aí nós gostaríamos de fazer um chamado, Senador, para que a sociedade catarinense fosse convidada para entender e participar dessa discussão, para que não viesse um pacote pronto e depois a gente simplesmente tivesse que chancelar ou aceitar aquilo que está sendo proposto. Então, é a preocupação que a gente tem, porque esse modelo que foi contemplado efetivamente não foi um modelo de referência para Santa Catarina.

Aqui nós temos um pouco da realidade da BR-101, que todos já conhecem, mas o que é o cotidiano da BR-101 norte hoje? São essas notícias, essas manchetes que são lamentáveis, por exemplo: "Homem morre em engavetamento com 5 carros e 2 carretas [...]", motociclista... Enfim, todo dia nós temos acidentes na BR-101, que nos remetem a mortes, a congestionamento, interrupção da mobilidade. E, ainda mais, dos dez trechos de 10km de rodovia federal do Brasil mais perigosos, quatro estão no trecho norte da BR-101. Portanto, o modelo de concessão aplicado no trecho norte da BR-101 não pode ser uma referência para as concessões futuras em Santa Catarina.

Agora só aportando, então, um pouco rapidamente aqui para a gente olhar quais são as principais preocupações que a gente traz em relação ao que está se propondo nos lotes sob concessão. Falando então, a BR-470 é o principal corredor logístico para os portos de Santa Catarina, tráfego pesado, forte pressão operacional sobre essa rodovia. Quando a gente fala da BR-282...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** – ... no trecho sob concessão, integração entre litoral e oeste catarinense, escoamento da produção agroindustrial, expansão econômica regional. Então, é um trecho de extrema relevância também para o oeste de Santa Catarina, conectando a produção agroindustrial, o grande volume é para exportação direcionados aos portos de Santa Catarina. Então, o corredor interestadual da BR-153, em que pese o trecho nesse lote ainda ser pequeno, é um importante corredor também para Santa Catarina.

Quais são os pontos críticos que nós entendemos ser relevantes e destacados? A questão…

Desculpem, a gente tem que fazer a conexão aqui.

A questão das duplicações que estão sendo propostas, a inconsistência dos gatilhos de duplicação, uso excessivo de terceiras faixas, desconexão com os projetos existentes no Dnit.

Aqui nós já temos a primeira. O Dnit vinha trabalhando na duplicação do trecho entre Indaial e Campos Novos, da 470, com o projeto da duplicação total desse trecho da rodovia. São 229km que já estão contemplados no projeto do Dnit e que nós entendemos que deveriam ser incorporados com o cronograma preestabelecido para todo esse trajeto.

Nós não podemos ficar na dependência dos gatilhos, e a gente vai ver o porquê desses gatilhos. Quem transita por essa rodovia... Esses dias eu andei assim... Eu estava indo do litoral em direção a Concórdia, aí eu comecei a observar: espere aí, talvez, se duplicar até Pouso Redondo, acho que dá. Aí vou um pouquinho mais para a frente... Não dá. Tem que ser até Rio do Sul. Aí você chega a Rio do Sul e diz: "Mas vamos um pouquinho mais para a frente?". Não dá, Senador. Não dá, Viviane. Quem transita pela rodovia... Estamos falando de vivência prática, e, quando a gente olha os caminhões de contêiner transitando pela rodovia, a gente começa a entender o que isso... Hoje, 50km duplicados, neste momento, aliviaria, ajudaria, mas nós não podemos falar num contrato de concessão de 30 anos pensando em gatilhos futuros, que talvez... Gatilhos futuros também deveria ter na BR-101 Norte, onde nada aconteceu. Nesse período de 18 anos, nós não conseguimos fazer nada além daquilo que originariamente havia sido concebido.

Eu entendo que o momento é oportuno para a gente fazer essa discussão. Se eventualmente não couber dentro do contrato de concessão, que se discuta, Senador, a possibilidade de fazer uma PPP. O Governo Federal não iria fazer aporte, não deveria fazer aporte na infraestrutura rodoviária de Santa Catarina? Então, que aporte junto com as concessões, para que nós tenhamos os investimentos que efetivamente nós precisamos para Santa Catarina.

Quando a gente fala em gatilhos, Secretária e Marcelo, nós estamos vendo que há uma inconsistência. Quando as normas técnicas propõem um determinado conceito, e a gente olha para aquilo que está sendo proposto como gatilho... Nós estamos vendo aqui, por exemplo, que a duplicação recomendada na norma técnica indica um fluxo de 10 mil a 12 mil veículos, ponderado. E aqui, quando a gente olha os gabaritos que estão sendo propostos, nós estamos falando de 20 mil, 15 mil, 16 mil, para se discutir a implementação de todas as fases que contemplam um processo de duplicação. É projeto... As etapas eu não sei, mas é uma série de etapas para que a gente tenha essas obras incorporadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente vai começar a falar de duplicação, Senador, quando já colapsou. Não dá. Nós não podemos esperar essa realidade, nós não podemos esperar e permitir que se repitam os mesmos equívocos do passado. Eu entendo que o momento é oportuno para que a gente faça efetivamente as reflexões necessárias e que se garanta que efetivamente o modelo de gatilho, se foi assim estabelecido, tenha a concepção adequada em relação ao aumento de tráfego que está sendo concebido... (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Entrou em greve.

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** – Concluiu a jornada dele. Já foi a jornada.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Alguém aí pode ajudar? (*Pausa.*)

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** – O.k. Legal.

Então, o modelo reage tarde ao aumento de tráfego, as obras são entregues anos após a saturação – que nós vínhamos falando –, há risco de congestionamento prolongado e gatilhos acima dos padrões técnicos. Então, é isso que nós identificamos na questão dos gatilhos como sendo uma inconsistência para que a gente possa suportar o crescimento, gerando saturação, gatilho, projeto e, eventualmente, ter disponibilizada a obra.

Vamos ver se agora volta.

Não. Próximo.

Com relação ao uso, inclusive, da terceira faixa como solução estrutural. Então, o que a gente entende aqui é que, em vez de duplicação, está se pensando e olhando como uma alternativa a utilização de terceiras faixas. É uma solução mitigadora e não estrutural; não elimina conflitos frontais, que é um outro grande risco que a gente vê hoje, que são os acidentes frontais, que são os fatais, que efetivamente...

Eu usava um exemplo, Senador, de uma fatalidade que nós tivemos, lamentável, na região de Indaial, naquela região. De manhã – 7h da manhã –, um caminhão de uma suposta panificadora, o motorista embriagado – 7h da manhã – cruzou a faixa de direção, invadiu a pista contrária, matou a avó, a mãe e o neto, três pessoas. Espere aí, mas isso é uma atitude criminosa que aconteceu. Mas pergunto: se nós tivéssemos uma rodovia duplicada, esse crime poderia ter sido evitado, não é? Não quero eximir uma coisa com a outra, mas, se nós tivermos uma infraestrutura adequada, nós teremos mais segurança viária em nossas rodovias.

O próximo, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mas a terceira faixa alivia.

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** – Alivia na subida, normalmente. Ajuda. Não, a terceira faixa é paliativa. Entre não ter e ter...

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Alivia...

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** – Alivia, mas não resolve.

O que a gente traz aqui é uma matriz crítica ao programa de exploração apresentado: ampliação insuficiente de duplicações; dependência de gatilhos volumétricos que não estão adequados; uso excessivo de terceiras faixas; saturação logística atual e futura, já presente; a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compatibilidade com os estudos – ou a incompatibilidade –, é preciso compatibilizar com os estudos do Dnit; consideração do impacto do tráfego pesado; risco de gargalos regionais; impactos urbanos nos municípios lindeiros; custo social dos acidentes; desequilíbrio entre pedagiamento e a entrega física.

Rapidamente aqui, nós vamos falar do lote 3. Aqui, a gente tem várias questões que já foram abordadas. Eu vou tentar...

Pode avançar, por gentileza. (*Pausa.*)

Mais um.

Aqui, nós falamos da 480, que é uma rodovia que conecta a divisa do Rio Grande do Sul com a BR-282, transitando por dentro de Chapecó. É um trecho mais quase que urbano, local, mas pega um tráfego extremamente pesado, movimentando a agroindústria pujante do oeste de Santa Catarina, quando ingressa na BR-282 em direção ao Trevão do Irani. Então, nós temos todo o escoamento da produção agroindustrial do oeste de Santa Catarina, que é um dos principais produtores de suínos e aves, principalmente direcionados aos corredores de exportação, e conectando ainda com a BR-153.

Por favor, o próximo.

O que a gente identifica nesse trecho? A ausência de obras de arte; duplicações restritas, porque aqui também nós já tínhamos um projeto...

Temos um projeto de duplicação de Chapecó ao Trevão do Irani – que já estava no Dnit sendo discutido, como uma obra que já deveria ter sido incorporada, até acho que já estava no projeto de 2015, não é, Senador? –; a inconsistência, a mesma inconsistência dos gatilhos; e a desconexão com os projetos já existentes do Dnit.

E aí, quando a gente chega no Trevão do Irani, Senador, o que a gente percebe? Nós temos ali um tráfego pesado de 35% sobre o trevo. Então, é um movimento de veículos pesados. Não há previsão de implementação...

Por favor, o próximo.

Não há previsão de implementação de viadutos em todo o Lote 3 de concessão, inclusive para os entroncamentos entre as rodovias federais ao longo de todo o período de concessão.

O PER prevê a transformação da interseção 153-282, que é o Trevão do Irani, em um trevo completo, em um único nível, sendo que o projeto do Dnit já tem uma contemplação e um conceito diferente, muito mais adequado para a realidade dessa região. Então, deveria ser também considerado.

E, aqui, a gente fala... Quando vínhamos em tratativas com o Governo Federal, Viviane, essa obra era para ser uma obra... Inclusive, já tem uma emenda parlamentar do Deputado Pedro Uczai, se não me engano, ou algo parecido, para que tivéssemos celeridade na execução desta obra. E a previsão da execução desse trevo é para o sexto ano da concessão.

Próximo, por gentileza.

Aqui nós falamos, então, da previsão da implantação de passagem inferior, enfim, são detalhes mais técnicos em relação ao desdobramento dos projetos para aquela região. Acho que precisa ter um aprofundamento, um detalhamento maior, para que a gente tenha, efetivamente, nesse trecho também, as obras que são evidentemente necessárias. E falamos aqui também do Trevão do Irani, do projeto já existente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o projeto não é num nível só?

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** – Oi?

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O projeto do Dnit não é em um nível só?

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** – Não é um nível só.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não é.

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** – É viaduto. Não é. É outro projeto.

E quando a gente fala aqui dos gatilhos, a gente vê a mesma realidade, então, desconectado com relação às recomendações das normas técnicas. O que a gente vê? Uma expansão crescente da frota de veículos de Santa Catarina. Nós temos um crescimento da frota, nos últimos dez anos, de 50%. Santa Catarina foi o estado que mais recebeu migração nos últimos cinco anos; mais de 350 mil novos habitantes no estado.

Próximo, por gentileza.

E quando a gente fala também da matriz crítica, com relação a esse lote, ela segue mais ou menos o mesmo raciocínio do anterior.

O próximo, por gentileza.

Para a gente finalizar aqui, então. A presente análise sustenta que o modelo proposto subdimensiona a necessidade de duplicações, na nossa visão; mantém dependência excessiva de soluções pontuais e paliativas; reproduz um padrão histórico de atraso estrutural da malha rodoviária federal em Santa Catarina.

Essa é uma responsabilidade nossa, na articulação da interação com o Governo Federal, para que Santa Catarina tivesse recebido os investimentos a que faz jus pela relevância do seu estado.

Próximo, por gentileza.

Nesse sentido, propõe-se que o PER seja completamente revisado, incluindo, pelo menos: ampliação das duplicações, viadutos, contornos e vias marginais obrigatórios no PER; cronograma físico fixo para duplicações na 470 e na 282 (projetos existentes no Dnit); revisão dos parâmetros de acionamento dos gatilhos nas demais rodovias; compatibilização com os EVTEAs e projetos do Dnit, mitigando riscos de incompatibilidade e insuficiência de soluções; avaliar a necessidade de investimento público complementar.

É na linha que a gente está falando.

Ah, não, mas, se a gente tiver que fazer todos esses investimentos de duplicação, a tarifa não comporta, a concessão não comporta. Santa Catarina merece, precisa, e cabe mais recurso federal.

Vou fazer um parêntese aqui, Senador, se me permite. Deixe-me só finalizar aqui e, depois, eu vou fazer uma referência com relação a isso.

Considerações finais.

O próximo, por gentileza.

A crítica ao modelo proposto pelo Programa de Exploração Rodoviária (PER) não reside na concessão, mas na insuficiência da resposta estrutural proposta para os principais corredores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

logísticos de Santa Catarina, isto porque nós não falamos ainda da BR-282, que não é objeto neste momento e que precisa entrar em nossa pauta.

A próxima, por gentileza.

Só gostaria de fazer uma referência ainda quando a gente fala que Santa Catarina merece mais do Governo Federal. Nós temos um apontamento que é do Governo Federal e Santa Catarina, nos últimos cinco anos – eu vou fazer um paralelo entre os três estados do Sul –, é o estado que mais contribui com o Governo Federal e é o que menos recebe retorno do Governo Federal.

Em que proporção? Santa Catarina recebeu, nos últimos cinco anos, menos de 15% de contrapartida federal. Mas isso é pacto federativo, isso, não sei o quê, não vou entrar no mérito. Enquanto isso, o Paraná recebeu 28% e o Rio Grande do Sul recebeu 25%.

Se é por conta do pacto federativo, Senador, que nós não podemos receber mais recursos em Santa Catarina, nós podemos receber mais recursos diante da sensibilidade, diante da relevância que o estado tem para com o Governo Federal, porque nós somos o quinto estado que contribui mais com o Governo Federal. E, para contribuir mais, nós precisamos ter mais infraestrutura para continuar contribuindo mais, para gerar mais recursos para o Governo Federal. O Governo Federal precisa entender isso.

E eu quero dizer que nós não podemos ser vítimas de eventual diferença que possa existir, não estou dizendo que existe, ideológica entre um Governo A e um Governo B, penalizando a sociedade catarinense. Santa Catarina paga, Senador, economicamente e paga com as vidas que se perdem. E a gente não pode mais continuar aceitando e entendendo que morte em trânsito é algo normal, porque é algo do nosso cotidiano. Isso não pode mais. Nós precisamos reagir!

Santa Catarina paga um preço muito alto pela realidade que nós vivenciamos hoje e que é fruto de algo que nós não fizemos na linha do tempo. Quando a gente fala de infraestrutura, são investimentos de longo prazo, e a gente precisa de muita responsabilidade na hora de tratarmos esses novos momentos de concessão para Santa Catarina.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, eu não vou passar a palavra já, porque nós vamos ainda ouvir o representante do Codensul e o representante da Fiesc.

Só vou pedir, porque eu não fui generoso, fui compreensivo com a manifestação do meu amigo Dagnor, porque ele tinha substância, e isso que ele está falando é justo que seja conhecido por quem vai fazer as reuniões. Não são dados de palpite, são dados... Considero impressionante, primeiro, a evolução populacional dos três estados do Sul, para não falar do Brasil todo. Nós somos o estado que recebeu, em termos absolutos, mais migrantes internos do Brasil. Em São Paulo diminuiu a população e em Santa Catarina, num território menor, pequeno, com 1,1% do território brasileiro, recebeu mais de 500 mil moradores, habitantes, segundo o IBGE, em uma estatística local. E há esse déficit de quilômetros de rodovia federal por habitante, por caminhão, por veículo, o que salta aos olhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente no caso do Dr. Cleber Stassun, nós vamos ouvi-lo e agradecer. Quero agradecer pelo fato de a ANTT já ter aberto uma porta, que vai ser muito bem utilizada, e hoje o senhor vai ter uma prévia dela.

Rio do Sul fornece ao Brasil – e aí eu agradeço ao Prefeito e à organização local – um exemplo de preocupação regional. O Condensul é um farol que vai nos iluminar e vai certamente iluminar também as decisões da ANTT e do Ministério dos Transportes, no caso particular da BR-470 serra acima.

Por favor, Cleber.

**O SR. CLEBER STASSUN** (Para expor.) – Senador, agradecemos muito pela deferência, pelo convite. É uma oportunidade inigualável para a gente estar aqui nesta Comissão hoje.

Quero dizer aqui à Sra. Viviane e também ao Marcelo, que nós, em Rio do Sul, acompanhamos diariamente o trabalho de vocês. Vocês certamente não nos conhecem, mas nós os conhecemos.

O que eu tenho aqui em mão são todos os documentos, pareceres, instruções do ministério, da ANTT, do Dnit, e é um pouco disso que a gente vai trazer aqui hoje para o debate. São insumos produzidos por vocês, que nós analisamos no Município de Rio do Sul.

Então...

Estou tentando passar aqui e não está dando certo.

O nosso conselho é um conselho de desenvolvimento vinculado à Prefeitura de Rio do Sul. Nós temos uma Câmara Técnica de Infraestrutura de Transportes, e eu represento, no conselho, a associação empresarial do município.

Temos aqui... Nem vou falar do papel estratégico da rodovia, porque todos já o conhecem, mas nós queremos começar falando de história. O Senador Esperidião gosta muito de história, então esse trecho aqui, Senador, também é importante para que a gente reconheça o que já se tentou em relação à BR-470 em Santa Catarina.

Nós temos, de 1998 a 2012, uma primeira tentativa de concessão. A rodovia entrou logo nos primeiros projetos de desestatização, e a gente teve essa primeira tentativa de concessão dessa rodovia frustrada. Inclusive, no tribunal de contas do estado, no Tribunal de Contas da União, até no STF, houve ampla discussão sobre essa tentativa de concessão em parceria com o Governo do estado.

Tivemos uma segunda tentativa de concessão, em que a BR-470 esteve na terceira etapa de concessões, fase 2. A gente pediu um posicionamento para o ministério – na época, pela associação empresarial – e, no posicionamento que nós tivemos, a devolutiva foi que, de acordo com o critério de conveniência e oportunidade, outras ações foram priorizadas, e essa segunda tentativa não avançou.

Lá em vermelhinho, a gente vê o que era previsto nesses documentos, nessa modelagem, em termos de entrega de duplicação para o nosso segmento lá em Rio do Sul. Era no décimo ano de concessão. Então, nós tivemos acesso à íntegra desses estudos via Lei de Acesso à Informação – requisitamos, recebemos e analisamos – e tivemos outra tentativa de concessão, da BR-153/282/470 e SC-412.

Vejam que, no início – temos aqui, inclusive, o parecer da época –, se falava em R$27 a cada 100km de tarifa-base – no começo dos estudos –, e, por um ponto muito importante que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vê lá em vermelhinho na tela... Porque, na época, se falava em 544km de concessão nessas rodovias, mas esse documento não é nosso, esse é um documento interno do Ministério dos Transportes à época, que coloca que o estudo apontou que a capacidade da rodovia em pista simples estava esgotada, sendo necessária a duplicação de 502km. Isso não são palavras nossas, são palavras do ministério e são palavras de 2018.

Vejam que se passaram quase dez anos dessa fase, e o ministério, já à época, entendia a necessidade de duplicação de toda essa malha. Então, não é de hoje.

Em 2021, esse empreendimento, então, que vinha sendo analisado, logo no início do ano, foi considerado inviável. A gente acompanhou – tem todos esses documentos também –, acompanhou a evolução dessa modelagem, e chegamos a 2020.

Antes de encerrar um, já começaram as tratativas – e aqui a gente destaca – entre, na época, o Ministério da Infraestrutura, a EPL – se não me engano; hoje, Infra S.A. –, o Governo do estado e a SCPar, apresentando uma proposta para toda a malha catarinense, incluindo as federais e também as rodovias estaduais.

Em 2021, foi firmado esse acordo com o BID para estruturar essas modelagens, e as estaduais foram excluídas, considerando as dificuldades na obtenção de dados gerenciados junto ao estado ou de entes sob seu controle, e a ausência de acordo para a delegação dos referidos segmentos, que é o que a Sra. Viviane nos detalhou logo no início da sua fala, antes, também. Então, confere com essa situação.

E aqui a gente avança... Em 2024, nós tivemos, só no caso da BR-470, o avanço dos projetos pelo Dnit. Gostaria de reforçar aqui que – palavras do Dnit, do estudo de viabilidade iniciado em 2009 e entregue em 2014 – é altamente recomendável, em caixa-alta, que a Proposta nº 2... Na época tinha uma proposta considerada econômica, que incluía terceiras faixas, muito parecida com o que nós estamos discutindo hoje, uma proposta de se duplicar tudo até a 116, no caso da 470. Era altamente recomendável em 2014 que isso acontecesse.

Em 2018, o ministério reforçou a necessidade de se duplicar toda a extensão dessa malha; e, em 2024, nós tivemos o Dnit contratando os projetos de duplicação em oito lotes, estendendo esses projetos até o Município de Campos Novos. Então, o estudo está em desenvolvimento, e nós tivemos acesso à íntegra dos estudos de traçado, dos estudos de tráfego de quatro dos oito lotes já em Rio do Sul, e começamos a analisar esse material.

E vejam só que interessante: em março de 2025, o Dnit consultou o Ministério sobre a necessidade de continuar tudo que ele vinha fazendo no estado. E, logo na sequência, a gente vê que foi protocolado isso junto ao Ministério, se continuava ou não com essas ações desenvolvidas. E vejam só: lá no mês de maio... Inclusive esse documento tem a assinatura da Sra. Viviane sugerindo a continuidade de todas as ações pelo Dnit, até para um potencial aproveitamento nessa modelagem, nessa futura concessão de tudo aquilo que o Dnit vinha fazendo. E é o que a gente esperava ver nessas propostas que estão vindo às audiências públicas. Vejam só, estamos falando de maio.

No dia 4 de julho, o Ministério recebeu, da Infra S.A., então, o EVTEA, toda essa modelagem, a gente vê ali o rol de arquivos: modelagem econômica financeira, Opera, primeira versão – quatro de julho, vamos atentar para essa data. Já no dia 12 de julho, teve um parecer favorável a toda essa modelagem. E aqui a gente pode dizer que foi um cara-crachá em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às questões regulatórias, ao cumprimento dos requisitos. E a gente vê que, em poucos dias, avançou, com um parecer favorável, dentro do Ministério, essa modelagem da concessão.

Quero fazer um comentário aqui. A gente abriu a modelagem econômica financeira e, se não me engano, só esse arquivo de Excel tem mais de 600 abas. Se a gente abrir o outro arquivo de Capex e Opex, são mais 600 abas também. Então, é muito difícil de analisar. A gente dá os parabéns ao Ministério, que conseguiu analisar em tão pouco tempo todos esses arquivos aqui, para que isso avançasse dessa forma.

A gente tem aqui, no dia 20 de agosto, um despacho de viabilidade jurídica para aprovação dos estudos de viabilidade. E tivemos, já no dia 21 de agosto, a 470.282.153 entrando na força-tarefa que foi criada para acompanhar, avaliar e instruir os processos de audiências públicas. No dia 27 de agosto, temos o histórico da aprovação, então, dos estudos de viabilidade técnica.

E quero colocar aqui algo que nos chamou a atenção: tem uma planilha que foi mostrada aqui no início, uma imagem, na apresentação do Ministério, e é a terceira vez que eu vejo aquele arquivo e a terceira vez que a gente vê os valores diferentes. Então, principalmente na parte do Opex, aumentou bastante em relação à primeira versão. E, logo na frente, a gente vai chamar um pouco a atenção sobre isso, porque os valores vêm mudando, inclusive em relação àquilo que está dessa modelagem inicial que chegou no Ministério...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. CLEBER STASSUN** – ... e da modelagem que a gente tem aí disponibilizada nas audiências públicas.

Chamo a atenção de um outro ponto: em março de 2026, o Dnit fez uma análise de compatibilidade entre os seus projetos e aquilo que vinha na modelagem da concessão. E aqui não são palavras nossas, são palavras do Dnit, naquela coluna da análise comparativa, diz que as soluções do PER não refletem o escopo do que vem sendo feito pelo Dnit, e aqui a própria Fetrancesc já mencionou esse aspecto.

E a gente chama atenção, agora, sim, também no caso da BR-282, onde o escopo do Dnit previa a duplicação de todo aquele segmento, e, no PER, para o Dnit, não ficava clara ou explícita a duplicação daquele segmento. Então, essa é uma posição que foi dada ao Ministério depois, posteriormente, pelo Dnit.

E aqui, também, há a inclusão da necessidade de fazer um posicionamento sobre a pertinência de compatibilização entre as soluções previstas, então, pelo Dnit e pelo Programa de Exploração da Rodovia.

Nós tivemos logo no mês, no dia 7 de maio, então, a aprovação das audiências públicas. Nós acompanhamos essa reunião da ANTT e nos surpreendemos, em um primeiro momento, pela ausência de Rio do Sul, mas agradecemos ao Dr. Marcelo pela inclusão do Município de Rio do Sul para receber esta audiência. Para nós é essencial discutir esse tema, extremamente caro. Para vocês terem uma ideia, desde 1990, Rio do Sul e Blumenau trabalham juntas pela duplicação da BR–470. Desde 1990. Então, é importante a gente entender o que isso representa para nós. E aqui é um pouquinho daquilo que eu vinha falando dos acompanhamentos que a gente faz e de quanto esse material veio evoluindo nos últimos meses.

Aqui são algumas preocupações do Codensul. Eu gostaria de avançar um pouco mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O escopo inicial da concessão então inferior à necessidade do que já tinha sido colocado no Evtea, nas notas técnicas do próprio Ministério dos Transportes e também nas notas técnicas que instruem a elaboração dos projetos de duplicação pelo Dnit. Um outro ponto é que o Dnit está investindo hoje 30,5 milhões em projetos de duplicação. E quando a gente olha a modelagem econômica financeira, nós temos ali mais de cem milhões para projetos, na modelagem financeira, com 90 milhões só para a 470. Então, entra aquela situação de a gente aproveitar para melhorar a questão da competitividade da tarifa e da aceitação da tarifa. Esse é um ponto crítico-chave aqui para o qual a gente tem que chamar atenção.

Tem um outro ponto em que Rio do Sul nos chamou a atenção, e eu já falei aqui sobre isso. São os diferentes valores divulgados, em relação aos investimentos, nas planilhas que chegam às audiências públicas, nas informações que o Ministério divulga. Então a gente não tem muita segurança de um número único sobre o quê, de fato, vai ser investido. Isso aqui que a gente está trazendo... Têm as referências dessas situações que a gente está trazendo. E hoje, inclusive, a gente viu que a informação anterior era de um Capex de 6.4 e Opex de 6.7. Era uma informação de 7/4. Hoje a gente viu Opex já em 7.6 na apresentação que foi feita aqui pelo Ministério. Então isso nos chama a atenção.

Vejam só aquilo já trazido aqui pela Fetrancesc.

A gente comparou, é claro que aqui é o VDMA equivalente, que não é o mesmo do que o VDMA que o Dnit está usando. Mas no trecho, no Km 86, o gatilho está atrelado a um VDMA equivalente de 16.681. Mas nos estudos de tráfego da duplicação, no mesmo Km, a gente já tem ali uma medição do período que foi feito, era um período de uma semana, de 18.640 veículos-dia. Então, não são, não são... Por isso estou colocando aqui que VDM não é o mesmo que VDMA equivalente. Mas nos chama a atenção essa questão dos números. Se convertidos ali depois, pela questão dos pesos que cada veículo tem, isso precisa ser observado.

Foi colocado aqui também o caso do Trevo de Irani. Nós temos outras observações em relação àquilo que o PER está trazendo para o Município de Rio do Sul, por exemplo, e aquilo que vem de proposta pelo Dnit. Nós temos um ponto crítico que é um acesso ao município, e quando a gente olha o que o Dnit propõe em termos de solução, nós temos aqui uma interseção em dois níveis com retornos, rotatória e o caso da concessão com a previsão de basicamente uma passagem inferior, e aqui já com o término do trecho em duplicação no caso do Município de Rio do Sul.

Tem outro ponto para o qual a gente chama atenção: que os estudos que estruturam a concessão consideram faixas de domínio divergentes daquelas que estruturam os projetos em duplicação no Dnit. E aqui a gente traz um apontamento: isso aqui é do estudo de viabilidade, que está anexo ao material da audiência pública.

Vejam que do km 86 ao km cento e... Não estou conseguindo ver direito aqui, mas são mais de 100km. Não foi informada na modelagem a faixa de domínio, e aí quando vem a explicação: "Para os trechos que continham todas as larguras como 'Indefinida' ou para os trechos que não foram relacionados nos documentos de consulta, foi considerada a largura de faixa de domínio de 40 metros para cada lado".

Vamos ver um exemplo aqui na prática da nossa preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse aqui é o Município de Apiúna, todos conhecem aqui – acho que a grande maioria conhece o desafio que é o Município de Apiúna –, e aquele recorte lá em cima é de uma nota técnica do Dnit: "O segmento compreendido entre o km 96 [...] e km 99 [...], que coincide com a área central da travessia urbana [...], não possui faixa de domínio definida, uma vez que quando da implantação [...] a cidade já existia e optou-se por seguir o traçado urbano, sem desapropriações". Em cima, aquele pontilhado preto que a gente vê é o 40 mais 40 que está no Evtea e nas plantas, no projeto funcional da ANTT.

Então, a gente entende que a ANTT está considerando ali que existe uma faixa de domínio, mas, quando a gente olha para o material que o Dnit está usando para instruir os projetos de duplicação, é diferente. Então, aqui embaixo é de um *as built* do Dnit, a que a gente também conseguiu ter acesso e que mostra a dificuldade em relação à faixa de domínio nessa questão da travessia do Município de Apiúna.

A gente faz a mesma alusão, por exemplo, ao Município de Pouso Redondo. No Município de Rio do Sul, nós por três vezes conseguimos pelo conselho de desenvolvimento barrar a iniciativa municipal de reduzir as faixas não edificantes paralelas à faixa de domínio da rodovia, porque uma lei federal permitiu que fosse feito.

Então, nós analisamos muito essa questão da faixa de domínio, da questão de faixas não edificantes, e isso a gente entende que se reflete nessa próxima lâmina: "Os estudos da ANTT preveem R$ 10,4 milhões para desapropriações, com R$ 4,78 milhões associados à BR-470/SC [...] [Isso é um material extraído da modelagem econômica financeira, mas a mesma informação os senhores podem consultar nos contratos que estão disponíveis e anexos.], mais R$ 32,6 milhões para reassentamentos e realocação de ocupações irregulares [...]".

E a gente chama atenção para que, só nos lotes de 1 a 4, em duplicação, foram consumidos mais de R$200 milhões em desapropriações, exceto – não está incluído aí ainda – a questão dos valores judicializados, porque aí é outra conta que tem que se somar nesses R$200 milhões.

Então, a nossa preocupação é que a modelagem da concessão possa estar subestimando esses valores, o que também pode trazer uma questão de um risco bastante grande para o cumprimento dos prazos, principalmente os que a ANTT e a modelagem estão sugerindo para implantação das duplicações, que são do quarto ao sexto ano, então, essas obras de duplicação.

A gente tem aqui um outro ponto para chamar atenção, mas é de forma preliminar, também, a título de preocupação. Nós ouvimos muito lá em Santa Catarina o seguinte... E aqui a gente não está em nenhum momento fazendo uma posição contrária, favorável à modelagem ou à concessão – que fique claro isso –, estamos trazendo preocupações, mas a gente ouviu muito no Codensul que nós tínhamos e temos que trabalhar para viabilizar essa proposta de concessão, e a gente foi buscar como as concessões têm se comportado no estado. Esquecemos a 101 Norte porque todos já a conhecemos, mas a gente foi atrás de algumas informações sobre o caso da 101 Sul, e nós temos aqui um parecer do dia 18 de maio, que é uma nota técnica da própria ANTT no Estado de Santa Catarina, que trata do cumprimento do programa de exploração rodoviária no trecho sul da BR-101.

O parecer está aqui à disposição dos senhores, mas eu gostaria de fazer uma leitura rápida de alguns pontos. A conclusão e os encaminhamentos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> c) Sugere-se a emissão de Alerta de Potencial Inconformidade em desfavor da Concessionária [...] referente [a]:
> [...]
> III - 63 (sessenta e três) obras obrigatórias "não iniciadas" previstas para o 6º ano de Concessão no PER.

Então, nós temos que entender que não é só a 101 Norte que tem problemas, precisamos avançar na questão do cumprimento do que está previsto na BR-101 Sul. E a nota técnica fala inclusive da dificuldade de governança, de acesso a informações, comparação com o que está na versão 1 do PER para a ausência de uma versão nº 2, trazendo aqui também um apontamento de que a concessionária, até aquele momento, não tinha apresentado...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. CLEBER STASSUN** – ... resposta ao alerta de potencial inconformidade.

Indo já para o final – peço desculpas pelo adiantado –, qual é a nossa visão neste momento no Codensul? A gente entende, principalmente, pela necessidade de fazer o aproveitamento daquilo em que o Dnit tem trabalhado. É um investimento público importante, é um investimento de que Santa Catarina precisa em relação às rodovias federais, e não somos nem nós aqui que estamos falando sobre isso, são as informações que o próprio Governo Federal nos traz aqui a partir dessa apresentação.

A gente vinha pedindo a questão da audiência pública em Rio do Sul e agradece pela realização. Entendemos – e aqui a gente ratifica também o entendimento da própria Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário – pela necessidade de continuidade de tudo o que o Dnit está fazendo até que haja um contrato efetivamente assinado, até porque é a responsabilidade que ele tem. E a gente se preocupa com isso principalmente pelo fato de, em 2025, o Dnit ter consultado o ministério sobre se precisava continuar, e aí nos gera uma insegurança: será que esses projetos continuam? Será que se paralisam? Então, a nossa visão é ratificar o posicionamento do ministério de que o Dnit, enquanto continuar com a rodovia, tem que continuar com as suas iniciativas.

E a compatibilização de soluções críticas em relação àquilo que o Dnit traz, e as soluções propostas no PER, desde que estas não inviabilizem a proposta de discussão da ANTT, porque a gente sabe que, se colocar na íntegra a proposta que o Dnit traz, possivelmente a gente vai ter uma tarifa que as pessoas não vão aceitar pagar, e a gente entende isso. Temos que trabalhar para ter uma tarifa aceitável, mas também para que Santa Catarina tenha as respostas de que o estado precisa.

Por fim, aqui: o imediato aproveitamento dos estudos de tráfego e estudos de traçado dos projetos de duplicação em desenvolvimento pelo Dnit, de forma a reduzir ou confirmar incertezas dos estudos de viabilidade da concessão, principalmente nos aspectos da delimitação das faixas de domínio, que é uma questão que nos preocupa pelo conhecimento que a gente tem da região, de desapropriações e desocupações, análises realizadas, ampliação de capacidade, melhoria na implantação de trechos novos, contornos, túneis. A gente sabe que o Dnit está prevendo tudo isso e que a modelagem da concessão é bem mais enxuta.

Então, para encerrar, eu tinha feito aqui um apontamento em relação às falas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. CLEBER STASSUN** – A tarifa, de fato, não pode ser um inibidor para o desenvolvimento, como a senhora falou. A gente tem que cuidar disso e a gente tem ciência.

A gente entende que essa modelagem traz, de fato, Marcelo, avanços em relação às modelagens anteriores que vieram. A gente vê, principalmente, o fator de uma série de outras situações que estão postas ali para trazer uma garantia maior para a questão do cumprimento daquilo que está previsto no PER e daquilo que colocou o Dagnor: a experiência de uma concessão malsucedida. Isso nós precisamos olhar muito em Santa Catarina porque, talvez, não seja só um exemplo. A gente precisa monitorar melhor, *pari passo*, aquilo que vem acontecendo em todas as concessões para que se possa aperfeiçoar, a cada dia, a questão da logística no estado.

A gente viu um valor, também, em relação à terceira proposta de concessão. Essa me chamou bastante a atenção. A gente tinha, se não me engano, 60 paradas de ônibus previstas na primeira modelagem, na modelagem anterior, da concessão anterior. Nessa modelagem, elas subiram para mais de 200. Isso, no PER, implicam R$120 milhões em investimento. São questões assim que a gente traz, são dados até curiosos, porque a gente, hoje, não percebe isso como uma necessidade tão premente ou como algo que o próprio Dnit tenha levado tão à risca no que diz respeito à questão de investimentos que, não sei se posso dizer, são acessórios. A gente sempre olha para a questão do nível de serviço, se preocupa com a rodovia, hoje, com nível de serviço E e F em praticamente todos os segmentos.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. CLEBER STASSUN** – Mas tudo o que a gente puder fazer para aperfeiçoar e refinar, como você falou, Marcelo, a questão dessa modelagem, é importante. Santa Catarina precisa disso.

Mais uma vez, a gente agradece a oportunidade de Rio do Sul estar aqui fazendo parte deste belo debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu agradeço as suas colocações e tenho certeza de que isso vai ser comentado por ambos os nossos convidados.

Concedo a palavra ao senhor Antônio... Agora sou eu que estou precisando de uns óculos aqui.

Antônio Carlos Bandeira Guimarães Filho, que representa aqui a Facisc.

**O SR. ANTONIO CARLOS BANDEIRA GUIMARÃES FILHO** (Para expor.) – Boa tarde a todos. Parabéns, Senador Amin pela iniciativa.

O meu agradecimento, evidentemente, é pela participação do Dr. Marcelo, da Dra. Viviane. Eu tenho lembranças fantásticas de reuniões havidas anteriormente com a senhora. Meus parabéns!

Os dados técnicos e as argumentações colocadas até aqui foram bastante suficientes para entender a preocupação que Santa Catarina tem com um processo de desenvolvimento que vem sendo feito pelo povo catarinense a despeito, eventualmente, de que o retorno sobre o que Santa Catarina contribui não esteja acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os números citados pelo Presidente Dagnor são extremamente interessantes quando se comparam volume de frota, movimentação e proporcionalidade de quilômetros pavimentados ou não, porque nós temos um fator excepcional em Santa Catarina: todo o tráfego do Rio Grande do Sul que sobe para o Sudeste e para o restante do país passa por Santa Catarina. Então nós temos que somar à movimentação citada pela Fetrancesc toda essa movimentação que se acumula, aumenta e passa por Santa Catarina. As rodovias de Santa Catarina são bases de tráfego para a movimentação do Rio Grande do Sul, na ida e na "frida".

Então, o que nós queríamos colocar é que a visão da Facisc é no sentido de que Santa Catarina não pode ser penalizada pela competência, quer dizer, pelo desenvolvimento que Santa Catarina vem proporcionando ao seu povo, pela contribuição que Santa Catarina desenvolve relativamente ao restante do país.

Nós temos cinco portos extremamente eficientes, com movimentação crescente; nós temos uma produção industrial portentosa e nós oferecemos emprego. Nós temos, como bem citado pelo Senador Amin, um nível de imigração interna fantástica, além de receber novos moradores que migram de Uruguai e Argentina, principalmente, e nós já estamos com o nosso processo logístico totalmente defasado – ele já está defasado. O nosso problema não vai acontecer. Não é o potencial de problema que nós estamos citando. Nós estamos citando um problema que já é imediato.

Sabemos e louvamos, evidentemente, a perspectiva de nós termos melhorias, sem dúvida nenhuma, mas o que nós entendemos é que a construção desse processo a quatro mãos envolve dados técnicos muito bem colocados – parabéns, Cleber – que precisam ser somados, Senador Amin, a uma ação política forte, com a participação das federações, com a participação da base econômica de Santa Catarina, e isso foi feito no Paraná, como foi citado. Foi muito importante o que foi tratado naquela região, e, evidentemente, a gente está buscando um trabalho da mesma forma.

Os números foram colocados, muito bem colocados, e nós esperamos, efetivamente, no decorrer destas audiências públicas e em tratativas que possamos fazer em nível, eventualmente, mais restrito, o que é muito importante, que essas informações trazidas realmente representem uma base importante para a decisão a ser tomada.

Realmente, a duplicação para nós é fundamental; é uma estrada extremamente perigosa. Nós temos trechos em algumas estradas que são trechos muito antigos, com traçados muito antigos; os caminhões que eram pequenos hoje são caminhões de 30m. Então, nós temos problemas em Santa Catarina, e Santa Catarina merece esse prestigiamento em termos de um retorno pelo que ela proporciona ao seu povo e ao Brasil de um modo geral.

Muito obrigado, Senador. Parabéns, muito obrigado pela participação, e nós estamos à disposição para participarmos juntos. Montamos um GT, um grupo de trabalho para que a gente possa estar junto nesse projeto, construindo, colocando tijolinho por tijolinho, e chegando ao ponto que efetivamente o estado precisa; é urgente, é necessário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço as palavras do Sr. Antonio Carlos. Peço que cumprimente o nosso Presidente Elson Otto.

Concedo a palavra ao Sr. Mauricio Battistella, que representa aqui a Fiesc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MAURICIO BATTISTELLA** (Para expor.) – Obrigado, Senador.

É superimportante a gente ter este momento aqui para a gente discutir e falar sobre as estradas, principalmente a BR-470. Dra. Viviane, obrigado por estar aqui, Dr. Marcelo, Dagnor, amigos.

O nosso entendimento é que a BR-470 é a veia principal do estado. Acho que, como o Senador colocou lá atrás, ela estava fora de qualquer discussão de concessão, e a gente entende que essa proposta agora já é um avanço significativo para o estado.

Sem dúvida nenhuma, Santa Catarina não vive sem a BR-470 funcionando. A gente entende que essas discussões se delongaram por muito tempo, o estado continuou crescendo e as necessidades continuam aumentando, mas, ao mesmo tempo, a gente entende que a solução apresentada é a melhor possível no momento.

A questão tarifária nos pareceu um valor adequado, dentro da média nacional, e qualquer discussão de investimentos adicionais nos preocupa, inviabilizar eventualmente a concessão ou o pagamento do pedágio, então, temos que ser supercriteriosos com essas adições de investimento neste momento.

Por outro lado, a gente entende que o novo modelo, com o *free flow* e os gatilhos, com a discussão técnica bem feita, geram a segurança que a gente precisa e que a gente não tem nas nossas concessões anteriores. Eu acho que o modelo da BR-116 e da BR-101 são modelos antigos, o ministério já tem muitas outras experiências depois e está trazendo esse aprendizado para cá, para nós é superimportante. Temos que aprender que o da BR-101 não funcionou, e eu acho que esse novo modelo funciona.

Nós não podemos ficar esperando. Nós temos que seguir, nós temos que achar soluções.

No modelo proposto, nos preocupa a BR-282, de Florianópolis, a BR-470 ter ficado de fora, principalmente porque, depois, com o lote 2 ali da BR-280, a BR-282 vai sobrar como a única rodovia federal no estado não concedida, e nos preocupa ela ser abandonada por falta de verba. A gente já vem sofrendo com essas discussões de duplicação e falta de verba ao longo das últimas décadas, o Senador acompanha isso e vem cobrando muito. Nos preocupa que... Gostaríamos de entender por que ela não foi incluída, talvez seja um daqueles projetos que a senhora mencionou que estão colocados, mas nos preocupa deixá-la sozinha e ela ficar...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAURICIO BATTISTELLA** – ... inviável para uma concessão e, ao mesmo tempo, ser abandonada, e aí ficar num limbo, sendo que ela é superimportante para o nosso Porto de Imbituba e para a indústria daquela região acessar – obviamente, com a solução do Morro dos Cavalos –, melhor ainda, o Porto de Imbituba. Então, gostaríamos que fosse explicado um pouco melhor esse tema e como a gente poderia incluir isso.

Adicionalmente, eu acho que as audiências públicas são essenciais, principalmente, eu acho, para a gente entender as questões locais. Eu acho que Santa Catarina teve um crescimento das cidades ao longo de todas as BRs, então todos esses projetos sofrem com problemas de conflito urbano e tráfego longo e a gente tem que, de uma vez por todas, deixar bem claro como é que a gente vai resolver esses problemas. Esse mesmo problema vai surgir na BR-282, é a base de toda a confusão da BR-101 Norte e, na BR-116, a gente tem alguns problemas menores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, aproveitando – como o Senador disse – que é uma discussão mais ampla, é importante, nas audiências públicas, a gente entender as questões locais e como é que a gente resolve esses conflitos, porque, obviamente, o projeto aqui foi feito de uma maneira ampla e, quando a gente vai no específico, talvez tenha alguns ajustes a serem feitos para garantir essa mobilidade e eliminar o conflito de tráfego urbano e tráfego de longo curso. Para a gente, é superimportante a fluidez do tráfego e, toda vez que a gente tem intervenções ao longo da rodovia, a gente sabe que elas geram problemas de fluidez. E aí, não importa se é duplicada, terceira faixa; se passou dentro da cidade, vai ter problema. Então, a gente tem que trabalhar isso no projeto.

Então, por fim, eu acho que – só um ponto de discordância do nosso amigo Cleber... Nós temos, Senador, o Monitora Fiesc, que o senhor acompanha também, e 20% dos projetos estão atrasados por problemas de projeto. Então, nos preocupa muito usar os projetos do Dnit, sendo que o histórico no estado é de que as obras não andam e atrasam por problemas de projeto. Então, entendemos que, eventualmente, é uma responsabilidade da concessão, de quem ganhar a concessão, fazer esses projetos e trazer para a discussão. E, obviamente, temos que garantir, Senador – e aí eu acho que o senhor faz isso muito bem, mas a gente deveria ter um processo evolutivo disso –, como é que a gente acompanha as evoluções e como é que a gente acompanha as execuções dos gatilhos.

Então, mais do que a gente discutir a questão atual, a gente acha que, em princípio, o projeto está bem desenhado; a gente precisa evoluir com isso, seguir, eliminar os conflitos estanques e garantir que o contrato seja exequível ao longo da vida, para que essas duplicações e execuções possam acontecer, porque a gente não pode mais esperar. E acho que a concessão e a modelagem que foram feitas, até agora, nos parecem a melhor solução, principalmente evoluindo dos projetos antigos para os atuais.

Então, Senador e Dra. Viviane, eu acho que é essa a nossa contribuição neste momento. Nós iremos participar das audiências públicas, escutar as comunidades locais, para depois fazer a nossa contribuição final ao projeto; mas, hoje, esses são os pontos que a gente tem para trazer, Senador.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado ao Dr. Mauricio Battistella, que representa aqui a Fiesc, que tem sido, juntamente com as demais federações, uma parceira do Estado de Santa Catarina, do Fórum Parlamentar, sempre subsidiando com as suas próprias informações, com os seus radares e com o apoio técnico na elaboração e no desenvolvimento de projetos.

Antes de passar a palavra, mais uma vez, à Dra. Viviane, que tem uma enciclopédia de assuntos anotados – percebi isso –, eu só queria renovar uma pergunta: Quando é que a ANTT vai colocar em pauta a questão do Morro dos Cavalos para decisão? Eu sei que essa pergunta é muito mais dirigida ao Dr. Marcelo do que à senhora, mas eu lhe faria um apelo para o senhor conseguir alguma informação que conste desta audiência pública.

Com a palavra a Dra. Viviane, que tem o tempo necessário para as suas respostas e ponderações.

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Anotei todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero responder uma a uma, porque eu acho que esse é o objetivo da audiência pública, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós vamos ganhar tempo nas reuniões, nas audiências públicas locais, e vamos ganhar tempo para a final.

Esta aqui, do ponto de vista de Santa Catarina, é a melhor coisa que se pode fazer antes da audiência do dia 16. E, fatiando, como ensinou Jack, o Estripador, vamos por partes. Ela é útil a todas as audiências presenciais. Eu não tenho dúvida disso.

Mas insisto em que o senhor procure, talvez o Emanuel, na falta do Milagres... (*Risos.*)

Milagres deve estar viajando, né? (*Pausa.*)

Isso faz falta.

Não ter milagres entre nós faz muito mal. (*Risos.*)

O senhor procure saber dessa data, senão, o senhor pode ser interditado aqui! (*Risos.*)

Com a palavra a Dra. Viviane.

**A SRA. VIVIANE ESSE** (Para expor.) – Bom, Senador, muito obrigada.

Eu anotei... Espero conseguir responder a todas as perguntas.

Eu acho que é muito satisfatório quando a gente traz um projeto complexo como esse e ouve contribuições. É claro que, às vezes, uma análise de coisas diferentes, uma análise dentro da experiência e da capacidade que cada um tem... Mas o objetivo é o mesmo. Estamos todos do mesmo lado, querendo que Santa Catarina tenha uma malha rodoviária adequada, que a gente tenha uma redução do número de acidentes e que a gente tenha competitividade do estado e dos produtos brasileiros.

Então, estamos todos do mesmo lado. Eu realmente entendo como contribuições... E vou tentar esclarecer alguns pontos, porque vejo que está todo mundo ali querendo o mesmo objetivo.

Em 2022, a malha estadual recebeu menos de 300 milhões de investimento público. Isso é muito pouco, mesmo concordando com a explanação do Dagnor de que a malha catarinense deveria ser maior. É muito pouco. E nós tivemos um aumento para um bilhão em 2023, praticamente, graças à PEC da transição. Aqui eu estou falando de executado. E esse valor vem se mantendo.

Então, houve um aumento expressivo de investimento público na malha de Santa Catarina.

Vamos comparar os três projetos de que nós estamos falando – 26,8 bilhões de investimentos. Sem a parceria com a iniciativa privada, quando que a malha de Santa Catarina vai conseguir ter...

Vamos supor que, no próximo ciclo, a gente vá manter o mesmo, que é a intenção deste Governo; no próximo ciclo, vamos supor que não haja redução, para facilitar a conta: R$1 bilhão por ano. Quando é que a gente consegue, nesses trechos desses três lotes, R$26,8 bilhões?

Então, a parceria com a iniciativa privada é essencial se a gente quer competitividade. Como? O que é a tarifa módica? O que é o equilíbrio econômico-financeiro de um contrato de concessão? Isso é além de fazer um projeto de engenharia; e não dá para a gente comparar um projeto de engenharia do Dnit com um projeto de engenharia dentro de um contrato de concessão, mesmo porque esse é um valor referencial, esse é um projeto referencial, e o importante é que a concessionária nova – que vai ganhar se a gente conseguir levar esse projeto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se estiver interessada, porque a gente está trabalhando muito e aumentou bastante a competitividade, a nossa média é de três proponentes por leilão –, que o novo empreendedor tenha a liberdade de fazer um projeto mais adequado à realidade daquele momento em que ele vai executar. Por isso que a gente não amarra ao projeto do Dnit.

E por que o projeto do Dnit deu duplicação numa extensão maior do que a que está aqui estimada? Porque o Dnit faz um horizonte temporal diferente. Projeto de engenharia é sempre um projeto de engenharia, ele vai dar o mesmo resultado; mas as premissas com que eu estou direcionando esse projeto vão dar resultados distintos – e têm que dar. Aqui, a gente fez um recorte limitado pela tarifa módica e adequada à realidade econômica da região, que pode ser alterada e, na audiência pública, vocês é que vão dizer isso para a gente: o Estado de Santa Catarina está disposto a pagar mais ou menos para ter mais ou menos obras? É muito diferente de apontar como erro de estudo – não, não é erro de estudo. O BID não errou, a Infra S.A. não errou e o Dnit não errou, porque são projetos diferentes.

Então, fazendo esse recorte, a pergunta em que a gente está aqui – e que é o filtro de tudo o que foi dito – é que são objetivos distintos com o mesmo propósito. Se é mais duplicação, a gente coloca mais duplicação. Não dá para a gente cravar agora e já colocar na tarifa, agora, obras que vão ser gatilhadas daqui a dez anos, e foi isso que o estudo trouxe. O estudo trouxe aqui o que é necessário de pronto. Se precisa de um pouco mais, o.k., a audiência pública está para isso. Se precisa alterar a ordem do cronograma de intervenções porque vocês conhecem mais a rodovia do que o estruturador – e conhecem, a audiência pública é para isso –, o.k., esse refinamento é feito; mas não dá para dizer que houve erro e também não dá para dizer que: "Olha, o próximo concessionário vai executar o projeto do Dnit". Ele tem que ter a liberdade de executar ou não, porque ele pode ter uma solução melhor do que o Dnit. O Dnit trabalha com restrição orçamentária; então, quando faz um projeto, ele faz em uma extensão maior do que é necessária, porque ele está contratando esse projeto e a gente precisa otimizar o recurso público, e ele não sabe exatamente quando a gente vai conseguir ter recursos para poder executar aquela obra. Por isso é que são ações distintas.

Gatilho sair amarrado de saída, de qual trecho a gente vai duplicar, é uma opção. Talvez não seja uma melhor opção, mas é o que o estado precisa decidir que é o que ele quer. Por que eu digo isso? Porque uma região pode ter um crescimento daqui a dez anos, Senador, maior do que outra, e isso se inverter, e eu amarrei a duplicação. Falamos porque a ANTT já trabalhou de todas as formas, nós já trabalhamos com várias maneiras de modelar. E é claro que é a realidade que a gente escolhe para esse projeto. Se for interessante já sair definido um gatilho, se o gatilho tem que ser um pouco menor, se a gente já estabelece os trechos, isso a gente pode fazer, isso é regulatório. Talvez deixar o contrato... E isso se fala observando práticas internacionais: deixar uma flexibilidade maior nesses contratos traz benefícios, porque, se eu tiver um crescimento maior, se eu tiver uma mudança, isso é possível.

As diferenças ali... A gente estava comparando VDMA com VEC, então não vou entrar nisso, porque são comparativos diferentes. Não significa que a Infra S.A., que está aqui, e o BID, que está nos acompanhando *online*, que são os nossos estruturadores, não vão checar, porque a gente sempre checa, eu só acho que não vale a pena aqui eu tecer comentários, porque são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comentários distintos. Normas são atendidas, então não há erro de aplicação de norma, mas mesmo assim a gente checa, tudo que é falado a gente vai checar.

Houve uma crítica aqui também do Dagnor sobre degraus tarifários, que os degraus tarifários não estavam sendo muito adequados à entrega de obra. Lembro que a gente não pode comparar uma modelagem de segunda etapa com quinta etapa. Aqui nós estamos falando que a tarifa sobe depois que a obra é entregue, porque ele é um contrato que fomenta a execução de obra. Então, para entender um pouco mais se é para o gatilho ser mais apertado, se é para o degrau ser mais alto, depois a gente conversa um pouquinho para entender um pouco mais a proposta de vocês, mas a gente trabalha isso muito com o tribunal de contas. Então, isso é algo que não vale só para os contratos de Santa Catarina, vale para todos os contratos, e a gente tem ali uma faixa de aumento tarifário a depender do tipo de obra.

Falou-se bastante para substituir terceira faixa ou faixa adicional por duplicações. A gente usa norma. Então, se a norma diz que dá naquele momento, dá; e depois, num segundo momento, se for necessária a duplicação, a gente faz. Lembro que, se a gente fizer a troca agora, tem um impacto tarifário. A gente vai trabalhar, então, ou na redução de algumas obras, que podem ser passarelas – não sei se é um pouco... porque, em proporção de valor, é bem diferente. O Cleber mencionou isso: "Olha, o número de passarelas aumentou bastante...".

**O SR. CLEBER STASSUN** (*Fora do microfone*.) – Paradas de ônibus.

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Paradas de ônibus... É, você falou "passarela", eu anotei "passarela", mas se é parada de ônibus... Com ponto de ônibus, né?

A gente pode verificar isso. A gente geralmente coloca para evitar atropelamento de pedestres, então, como a gente passa em muita área urbana, depois a gente refina.

A gente falou também... Você comentou um pouco de faixas de domínio: "Olha, talvez não caiba duplicação em faixa de domínio". A gente estudou bastante colocar contorno, e aí a gente pressiona a tarifa. Mais uma vez, é a decisão. Se for para trocar faixa adicional por duplicação, a gente faz, pressiona a tarifa; se for para fazer contorno, a gente coloca, isso pressiona bastante a tarifa. A área técnica entendeu que cabe a gente colocar multifaixas com barreira nesses trechos urbanos, para a gente poder... caber aí uma ampliação de capacidade dentro da faixa de domínio.

Não nos preocupamos tanto com o refinamento da faixa de domínio nesse momento, porque ele é feito. Quando o Dnit vai fazer então o termo de arrolamento de bens, a gente faz novamente. Quando a gente sinaliza ao Dnit, ele já começa a fazer uma atualização de todo esse material. Se o valor está pequeno, a gente vai reposicionar, claro, a gente vai olhar. Lembro que é verba, a gente também consegue fazer o ajuste, lembrando que é 80-20, então a concessionária compartilha com a gente o risco. Então, esse é um risco que, para a gente, compartilhado, diminui tarifa.

Sobre o Trevo de Irani, o Dagnor comentou que estava para o sexto ano, em...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Ele está em desnível. Ele está com um viaduto e ele é um trevo completo. (*Pausa.*)

Tá. Confirmamos, o pessoal checou para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente pode mandar o material para ver, mas eu entendi que a inquietude era mais, Dagnor...

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Mas teria que ser feito agora.

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Isso, ele quer uma antecipação.

Isso a gente checa, verifica. A audiência pública é para isso mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É aí que eu quero entender. O Dnit tem planos – é claro que sempre (*Fora do microfone.*) condicionados a recursos – para colocá-lo como prioridade, porque ele é uma prioridade de segurança.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para o próprio Dnit.

Assim como fez um belo trevo – eu passei por lá, no sábado passado – na altura de Maravilha, um pouco antes de Maravilha, um trevo portentoso, eu diria até. Neste caso, o Dnit também tem prioridade, assim como o acesso a Rancho Queimado, na 282.

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Isso aí a gente... A audiência é para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – São obras de interesse de segurança apuradas pelo Governo, pelo Dnit.

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Isso. Isso a gente reposiciona, a gente reanalisa. Não tem problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se eu não pedir por Irani, eu vou ter que passar por outra estrada, porque o Prefeito é barra pesada. (*Risos.*)

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Mas a ideia aqui é essa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Só um esclarecimento também, porque deu uma impressão, na fala do Dagnor, de que estoura, depois faz o projeto, depois... Não, os trâmites são diferentes.

O que a gente diz que é gatilho é para eu não colocar a duplicação que vai ser necessária no décimo ano para pagamento de pedágio desde agora, mas os projetos e licenciamento, isso tudo é feito antes, porque a gente tem um acompanhamento do volume de tráfego.

O que eu entendi que é uma inquietude é que talvez vocês tenham um anseio de que o gatilho seja menor, para as duplicações acontecerem um pouco antes. Isso a gente pode verificar. A gente só precisa entender a questão tarifária. Quanto antes a gente coloca, mais pressão tarifária a gente vai ter.

Tudo bem que tem a demanda, e o interessante é que ela aconteça no momento certo. Então, a concessionária vai fazer as duplicações – nós estamos falando de um valor de investimento bastante grande agora –, quando estourar, isso entra na tarifa posteriormente. Isso faz com que a gente consiga sair com uma tarifa um pouco menor e ter uma duplicação quando ela efetivamente se concretizar. Eu acho que isso faz uma diferença na estruturação.

Ademais, a gente... Foram colocadas ponderações e a gente sempre vai checar.

O Cleber colocou também... Fez uma crítica que a gente analisou ali muito rápido, colocou, projetou um ofício. Eu fiquei feliz de ver o meu ofício com a minha assinatura eletrônica lá, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente tem um pouquinho de narcisismo, a gente gosta de ver o nome da gente escrito, mas eu queria fazer uma correção, Cleber. A gente demorou muito: três anos e meio.

Você mesmo projetou, quando a gente deu... A primeira reunião que eu tive quando eu assumi a secretaria foi com o BID e foi com esse projeto. E ele só está saindo na carteira deste ano, porque nós não analisamos quando eu recebo, a gente analisa quando é feito. A gente contrata um estruturador e fica ali, no pé deles. A equipe da Fernanda, que é a nossa Diretora de Outorgas, fica lá analisando. Vai e volta, vai e volta, várias vezes. Quando ele chega, está pronto. Então, ele chega e a gente assina, porque ele está pronto; porque a gente ficou três anos e meio ali, discutindo, questionando, tirando dúvida, refinando.

E é natural que o Capex e o Opex mudem, porque a gente fica autorizando obra, a gente ouve Senador: "Tem tal obra", a gente refina, vai lá e altera. E é importante que isso seja feito. Eu vou até pagar mais agora para os nossos estruturadores, eles reclamaram, ontem eu levei um puxão de orelha do Ministro porque, como a gente vai e volta com o projeto várias vezes, a gente está pagando pouco pela estruturação. A Infra me deu uma bela puxada de orelha, o BNDES também, porque a gente mudou a forma de analisar, para poder chegar com um pouco mais de maturidade. A gente já está corrigindo isso e a gente vai pagar um pouco mais pela análise dos nossos projetos por conta dessas alterações.

Se você olha lá, é porque a gente já fez a análise. É mesmo pró-forma: está pronto, a gente checou, analisou, eles apresentam para a gente, a gente entra... Realmente, são muitas planilhas, não daria tempo de a gente fazer isso em dois meses; a gente faz isso concomitantemente, a gente acompanha. Então, não foi isso.

O Opex mudou bastante por causa do *free flow*, por conta do *feedback* do Tribunal de Contas. A gente teve algumas análises do TCU, estamos na fase de oitiva do gestor da 2 de julho, e a gente já altera os nossos projetos que estão em confecção. Então, essa alteração sai disso; não é erro, muda mesmo, se você visse o quanto muda, então, ficaria chocado, porque a gente descobre... É claro que tem erro, em uma planilha muito grande acontece, mas não foi necessariamente erro aqui, foram ajustes mesmo dos projetos. Acho que do Cleber foi isso.

Do Antonio Carlos, ele falou da questão de duplicações. Eu acho que, Antonio, a gente precisa achar o quanto vocês entendem ser adequado de duplicação. Se vocês quiserem que a gente baixe um pouquinho o gatilho de duplicação, a gente faz um exercício para ver. É claro que isso vai ter uma pressão tarifária. A gente tinha entendido, das nossas escutas com vocês, das reuniões que nós já fizemos – todos nós aqui já tivemos várias reuniões –, que vocês queriam uma tarifa muito perto da média das concessões federais.

Nós fizemos um leilão semana passada em que houve uma sinalização da sociedade civil de uma tarifa mais baixa. Nós levamos uma TKM de 9; com o deságio, a TKM ficou de 0,7 – R$0,07 a cada 100km –, que foi a BR-116, que eu até mencionei, de Feira até Salgueiro, mas foi uma demanda da sociedade: "A gente quer menos obra porque a gente quer um limite tarifário e a gente quer trabalhar com gatilhos depois". É claro que a execução de obra pelo Dnit ajudou bastante a distensionar.

Nesse caso, o que a gente podia fazer, a gente já vem fazendo. A ideia de aporte a gente está aguardando para os próximos lotes; nos outros lotes a gente vai precisar de uma parceria mesmo, porque o valor da tarifa está acima da nossa média, e a gente vai ter que trabalhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas questões para viabilizar. Uma das possibilidades é a questão de aporte, mas aqui a gente precisa ver: se a gente for trabalhar com um pouco mais de duplicação ou a substituição de faixas adicionais por duplicação, a gente vai ter que subir um pouquinho o valor da tarifa – é uma decisão de vocês. A audiência pública serve justamente para isso. Acho que é uma preocupação do Mauricio essa, ele colocou isso muito bem na fala dele: "É importante que a gente tenha obra nos locais adequados".

E aqui eu mencionei que a gente estava como prioridade número um a redução de acidentes. Por isso que a gente tem muita obra em trecho urbano, dispositivos, faixas adicionais, passarelas, pontos de ônibus... E é claro que o secundário é a ampliação de capacidade, mas a gente não colocou todas as obras necessárias para não pressionar o valor da tarifa. Temos uma folga? Temos. Santa Catarina é um estado, economicamente, que suporta um valor de tarifa maior que esse. No entanto, vem de uma experiência ruim com a 101 e com a 116, contratos da segunda etapa, com o valor de tarifa baixo, sem investimento, sem incentivos à execução de obras, que não performaram de forma suficiente. E aí fica difícil a gente trazer um projeto com o valor de tarifa mais alta.

Talvez, o mais adequado – e aí o mais adequado quem decide são vocês, na audiência pública – é a gente trabalhar com gatilho. Não significa que precisa ser essa modelagem de gatilho, pode ser outra modelagem de gatilho, é isso que a gente pode acertar. Esse acerto, esse ajuste, é para acontecer na audiência pública mesmo, é a opinião de vocês, o que vocês entendem que fomenta o desenvolvimento de Santa Catarina. Eu, como técnica, que não conheço o estado como vocês conhecem, mas que entendo que, para a competitividade do estado, é importante que vocês tenham esses R$26,8 bilhões de investimentos, a competitividade com outros estados, a questão da segurança da população que trafega nessas rodovias, é imprescindível que vocês tenham.

Por mais que a gente se esforce em aumentar o investimento público, ele não vai conseguir ter, ainda, o mesmo desempenho do que a parceria com a iniciativa privada. Então, vamos somar? Vamos somar esse investimento público que vai ser executado no restante da malha federal de Santa Catarina e deixar que a iniciativa privada entre nesses três projetos para que a gente possa ter rodovias mais adequadas? Talvez, essa seja uma boa decisão.

O modelo e a calibragem, nós vamos fazer juntos. Ninguém aqui tem a pretensão de ser dono da verdade; muito pelo contrário, a gente está aqui com humildade, em escuta ativa, que é para ouvir vocês. E a gente volta – eu ia falar prancheta, mas entrega a minha idade – para o projeto e olha cada uma daquelas 200 mil células em Excel para a gente entregar o melhor projeto para vocês, mas estamos na fase de ouvi-los e vocês conhecem melhor do que a gente. Tenho certeza de que tudo que foi dito aqui, a gente vai voltar e vai analisar e vai tentar encaixar porque é isso que a gente quer: entregar um bom projeto para vocês.

Obrigada, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero agradecer à Dra. Viviane, que é uma...

**O SR. MAURICIO BATTISTELLA** – Dra. Viviane, só uma pergunta: e o resto da 282?

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso eu ainda vou cobrar. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe para o *back* aqui.

Mas eu só queria lhe dizer exatamente isso: eu tenho conhecimento técnico. Eu conheço o seu conhecimento técnico há...

Que idade tem o menino?

**A SRA. VIVIANE ESSE** (*Fora do microfone*.) – Ele tem 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Há 13 anos, pelo menos.

**A SRA. VIVIANE ESSE** (*Fora do microfone*.) – Tem mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou dizer, em público, que eu tenho, além do respeito, um carinho muito especial pela Dra. Viviane porque ela participou de uma grande encrenca sobre o contorno da grande Florianópolis quando ela estava grávida, e a coisa ficou muito...

**A SRA. VIVIANE ESSE** (*Fora do microfone*.) – Animada.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Houve animosidades... (*Risos.*)

**A SRA. VIVIANE ESSE** (*Fora do microfone*.) – Eu falei "animada".

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, animosidades.

E eu tive que intervir. Foi a primeira vez que eu exerci o poder moderador e gostei. Acho que fiz bem.

E sei que ela falou com a franqueza de quem, tendo a técnica, conhece, pelo menos, o sentimento médio do catarinense.

Quanto ao desenho desse leilão, eu vou protestar até morrer – e espero que não seja em breve – pelo não trato da 282. A 282 é, queiramos ou não, gostemos ou não, o tronco político de Santa Catarina. Por questões econômicas, como não temos mais o porto nem de Anhatomirim, nem de Florianópolis, ela deixa de ser a irrigação do Porto de Florianópolis, porque não existe; ajuda Imbituba, ajuda Laguna, que são portos muito específicos.

Os nossos portos... Santa Catarina está condenado, como estado da Federação, a ser o segundo *hub* do Brasil. Ninguém nos tira isso.

**O SR. MAURICIO BATTISTELLA** (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Graças ao Battistella pelo Porto de Itapoá, São Francisco; na Baía da Babitonga, pelo menos mais dois... Na baía, não! Na Ilha de São Francisco, mais dois: Navegantes e Itajaí. Tudo exportação de produto com valor agregado. Quer dizer, é um *top* do Brasil. E a 282 tem esse papel político, econômico e social.

O próprio Dnit fez, por pressão dos fatos e dos acidentes, das mortes, da insegurança, 150km de terceira faixa. Esse leilão poderia contemplar a 282, não tem por que fazer essa... Isso até pega mal. Quer dizer, você vai com a 282 até o trevo de Irani e depois esquece a 282, como se ela não existisse. E ela é mais antiga do que a 470, porque ela começou na fundação do estado, enquanto que a 470 é fruto da migração germânica, italiana, do século XIX. O caminho para Lages é de 1750, do tempo do Senhor dos Passos, pelo menos 100, 120 anos anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso aí... Nesse caso, eu até proporia: não vamos falar de duplicações agora, deixe o gatilho, mas vamos – esta é a segunda frase – atualizar a demanda. Eu vi que houve uma discordância sua com o VD e o...

**A SRA. VIVIANE ESSE** (*Fora do microfone*.) – O VDMA.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O DNA não é o mesmo? (*Risos.*) Mas vamos atualizar a demanda. Sejam 16 mil, que foi ultrapassado pelo 18 – pode ser que não seja exatamente a mesma coisa...

**A SRA. VIVIANE ESSE** (*Fora do microfone*.) – Não tem gatilho.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas vamos atualizar, depois vamos uniformizar. Aí vai ter que adotar. É laranja, não é abacate. Aí faz a medição pelo tipo.

Então, eu acho que há soluções que a ANTT e o Ministério deveriam ter disponíveis para as audiências públicas. Não incluir a 282 é deixar fora desta decisão algo a que eu me dediquei também, pessoalmente, de maneira ousada. Nós assumimos a 282 em condições dramáticas.

Quando a senhora percorrer a 282, pare para conhecer o viaduto que divide praticamente Rancho Queimado e Alfredo Wagner.

Você já viu aquele viaduto por baixo? Aquele viaduto foi construído pelo 2º Batalhão Ferroviário de Lages. Eu concedi a Medalha Anita Garibaldi para o Coronel Aníbal, que era o comandante do batalhão. Ele não fazia parte da delegação, ou seja, ele era uma obra contratada pelo Dnit, pelo DNER da época, enquanto o estado estava conduzindo a rodovia, e houve uma ordem de paralisação. Ora, naquele ponto, sem aquele viaduto, não dá nem para construir a obra. Duzentos e poucos operários. Eu pratiquei um ato de bravura, graças a Deus, homologado pelo Tribunal de Contas da União: o Governo do estado pagou diretamente ao batalhão sem ter contrato. A sorte é que era o batalhão, não era uma empreiteira. (*Risos.*)

Mandamos um cheque de 1 milhão de "coisas" – na época, não sei, isso foi em 1985 –, e a obra não foi desmobilizada.

Recentemente, há uns oito anos, eu estava aqui no Aeroporto de Brasília: "O senhor é o Esperidião Amin, né? Quem fez o projeto daquele viaduto fui eu". Era um coronel reformado do Exército Brasileiro. O viaduto é uma obra de arte... Ah, e o calculista também era um general do Exército, tudo obra do batalhão. Ele está lá controlando força centrífuga, centrípeta, porque ele é em curva e em ascensão. Quem já passou por aquele viaduto... Vale a pena parar para olhar de baixo, 147 metros de altura – 147 metros de altura –, é o segundo viaduto mais alto do Sul do Brasil.

Então, esta obra, digamos assim, do ponto de vista político-social – e hoje também de logística –, é imprescindível, não pode ficar de fora. Então, qual é a solução? Vamos procurar o equilíbrio. É isso que eu gostaria de lhe transmitir.

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Senador, a gente estudou. Esse era um dos seis lotes que nós estudamos. Ele não deu viável sem um aporte. Então, nós temos duas soluções que nós estamos estudando: uma delas é incorporar no lote 3, fazer o lote 3 maior; e a segunda é trabalhar... E a gente já solicitou isso, que é a 282, de Chapecó a São Miguel; e a 163 até Realeza, se eu não me engano.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Princesa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Isso, Princesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou Riqueza. Tem Riqueza e Princesa lá, e Paraíso ainda. (*Risos.*)

**A SRA. VIVIANE ESSE** – É, boa. Deixe-me ver aqui que a minha memória não é tão boa.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tudo isso lá no extremo oeste.

Princesa, Riqueza e Paraíso, qual deles você prefere? (*Risos.*)

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Boa, vejo agora meu ofício... Realeza. Realeza, no Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É, Realeza é no Paraná.

**O SR. MARCELO FONSECA** (*Fora do microfone*.) – É divisa?

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Divisa, é.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Riqueza – Riqueza.

**O SR. MARCELO FONSECA** (*Fora do microfone*.) – É Realeza?

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Realeza, no Paraná.

**O SR. MARCELO FONSECA** (*Fora do microfone*.) – Mas é divisa do Paraná?

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É, no Paraná.

**A SRA. VIVIANE ESSE** – É, no Paraná.

O que a gente está vendo? Se a gente trata como uma concessão de manutenção, mantendo o lote, ou se a gente consegue incorporar nesse, o resultado que der melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu nem quero a sua resposta aqui hoje, mas a 282 não pode ficar fora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. VIVIANE ESSE** (*Fora do microfone*.) – Estamos estudando.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sabe por quê? Por que a 470 entrou? A 470 entrou porque, no desenho de 2015, esse leilão não tinha nada a ver com Santa Catarina. Era um leilão para a 153, que é para atravessar o estado, não dá para passar pelo oceano, nem pela Argentina. Então, era um leilão estranho, só que ele usava Santa Catarina. Agora entrou a 470. Eu aplaudo. A medida, o equilíbrio, isso é outra coisa. Agora, não entrar a 282? Então, continua não sendo de Santa Catarina.

Há outros acessos, a 280... Tudo isso é importante. Mas neste corpo de rodovias que foi incluído aí, a exclusão da 282 não tem sentido. O que vai ser? Qual é a abertura que nós vamos ter para investimento público? Porque nada impede que haja subsídio.

**A SRA. VIVIANE ESSE** (*Fora do microfone*.) – Sim, sim, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu posso subsidiar uma parceria público-privada.

**A SRA. VIVIANE ESSE** – E a gente não desiste de projeto, não. Tanto é que... Por isso que a gente...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não desistiremos do projeto, mas não podemos desistir da 282.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. VIVIANE ESSE** – Não, não vamos, não.

Ele é um dos lotes de Santa Catarina e a gente ainda se empenha nos outros três.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E ele é crucial para o estado. Por isso que eu lhe pedi até para eu fazer essa defesa.

**O SR. MAURICIO BATTISTELLA** (*Fora do microfone*.) – Perfeito, Senador.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, finalmente, posso passar a palavra ao...?

**A SRA. VIVIANE ESSE** (*Fora do microfone*.) – Claro. Deve.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dr. Marcelo, o senhor não vai sair daqui sem ter a data da reunião. O senhor vai ficar sob custódia (*Risos.*), para não dizer que foi arrestado ou sequestrado e nos acusar. O senhor vai ficar sob custódia, sob os nossos cuidados, até nos dizer quando é que vai ser a audiência. O senhor tem uma escapatória: pode marcar a audiência e não resolver nada. (*Risos.*) Mas tem que marcar a audiência. Vamos por partes. A audiência em que vai ser apreciado... E quero lhe dizer que o senhor ainda vai ficar com o encargo de cuidar do Emanuel, porque ele também não vai sair daqui. (*Risos.*)

Só que ele vai ficar no inferno, porque não tem ar-condicionado. (*Risos.*)

O senhor ainda vai ter direito a algum tratamento até que o Dr. Guilherme Tell dê a flechada certa só na maçã.

Mas o senhor tem a palavra.

**O SR. MARCELO FONSECA** (Para expor.) – Perfeito. Vamos lá.

Bom, gostaria de fazer algumas considerações aqui.

Eu acho que a Viviane conseguiu fazer uma abrangência grande dos temas. Acho que o primeiro reconhecimento aqui é parabenizar pelo engajamento de vocês na pauta. A gente percebe isso do Sul – é um comportamento da Região Sul –, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm essa participação maior.

A primeira coisa que eu tenho a dizer para vocês – por quem já participou aí de mais de 70 processos de audiência pública – é que isso é muito efetivo. Então, o que vocês estão fazendo aqui, iniciando agora, nesse processo de audiência aqui no Senado e, posteriormente, acredito que vão participar em grande escala nas nossas sessões presenciais e virtuais, vai ser superimportante. É muito importante para a gente fazer essa lapidação do projeto.

Em linhas gerais, acho que a Viviane já tocou nos pontos. Eu vou trazer algumas visões mais técnicas, assim, um ponto de vista mais técnico do estudo, como é que funcionam algumas coisas ali dentro, para vocês começarem... para a gente começar a tentar transferir um pouco desse conhecimento que existe embarcado dentro da ANTT, essa experiência que a gente tem em estruturar concessões.

Primeira coisa aqui é sobre as duplicações. É bem comum que a gente tenha esse tipo de debate em nível de audiência pública, em relação ao ciclo de investimentos. Então, a gente tem um ciclo de investimentos aqui, que no Lote 1 é de oito anos, no Lote 3 é de sete anos.

E normalmente do terceiro ao sétimo ou oitavo ano, se distribuem os investimentos e eles são dimensionados conforme uma análise técnica. A gente está falando aqui de análise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amparada em normativos, em metodologias – a Viviane comentou um pouco nesse sentido –, e o que define a análise de capacidade é um manual que é usado internacionalmente, chamado de HCM (Highway Capacity Manual), que é internalizado dentro dos normativos do Dnit. Essa metodologia foi incorporada, e é a tradicional que a gente usa em todos os projetos.

Então, diante dessa metodologia, você vai a campo, levanta esse tráfego, faz contagens, efetivamente, faz uma questão de sazonalização – você ajusta a sazonalidade dessa distribuição ao longo do ano –, e verifica também algumas características da via, como a questão de sua sinuosidade, dos trechos em aclives, em declives, o próprio potencial dos veículos que ali trafegam, se você tem motores mais potentes ou não, tudo isso entra em diversas premissas que compõem essa metodologia, para a gente verificar a necessidade efetiva de você ter as duplicações.

A partir daí, a gente pode estabelecer gatilhos como bem entendermos ao longo do tempo: tem a necessidade presente, que é o que está colocado ali, nesse estudo foi adotado como premissa a questão de considerar os dez primeiros anos como sendo a referência para você estabelecer quais seriam as duplicações inicialmente colocadas; e as faixas adicionais, e aí uma das críticas que a gente já registra bem aqui é que, no olhar de vocês, se utiliza muito de faixas adicionais quando se poderiam utilizar mais duplicações –, acho que o Dagnor colocou isso de forma muito clara aqui para a gente –, e é algo que a gente pode avaliar. Isso ocorre quando você ainda não tem tráfego suficiente para fazer a duplicação, e a faixa adicional supre aquela necessidade nesse período.

Então a gente está falando aqui de um período de dez anos, inicialmente, para justamente se avaliar se futuramente você vai precisar complementar isso e transformar uma faixa adicional numa duplicação, se isso se confirmar ao longo do tempo. É uma estratégia mais cautelosa de dimensionar os investimentos só para um primeiro período e trabalhar com os gatilhos ao longo do tempo. Mas isso é uma premissa, você poderia – por hipótese, a gente já trabalhou assim no passado – considerar todos os 30 anos, uma projeção de crescimento ao longo desse período, com o prejuízo de que poderíamos errar e dimensionar para cima os investimentos que podem não ser necessários pela metodologia.

Alguns pontos: realmente aquele nível ali que a gente vê a partir de 7 mil veículos é o de veículos puros, então a gente desconsidera o multiplicador de eixos dos veículos pesados. O cálculo que a gente faz já nas tabelas do contrato vai olhar para toda essa metodologia aplicada e ver exatamente o número de eixos que eu preciso neste ano em que estouraria o gatilho. Então ele considera esses outros fatores que eu falei: condição de aclives e declives, de proibições de ultrapassagem, de característica dos veículos, tudo isso estará traduzido naquele número. Por isso que ele varia, porque, se você tem um trecho não sinuoso, por exemplo, um trecho plano, esses gatilhos são muito maiores do que se você tem um trecho muito sinuoso com essas características mais complexas.

É até um contrassenso no sentido da economicidade: onde você tem mais dificuldade de fazer a obra é onde você mais precisa daquela duplicação, geralmente trechos montanhosos, ondulados, que têm essas características. Mas assim é feito, e eu acho que o nosso papel é, coisas desse tipo, a gente tentar transferir de forma muito clara para a sociedade e mostrar essas diferenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estudos anteriores podem adotar premissas diferentes, como a questão dos pontos de ônibus que você comentou aqui, então a gente teria que olhar e comparar, naquele estudo feito anteriormente, qual era a premissa que ele considerava em termos de pontos de ônibus.

O que a gente pode garantir é que esse estudo de agora está alinhado com o que é feito atualmente e que é muito bem recebido – o programa do Paraná é um exemplo – pela sociedade e também pelo mercado, em termos de adequação das necessidades que a gente coloca ali nesses estudos. E, naturalmente, a gente pode rever quantitativos. Se a gente identificar que tem uma premissa inadequada sendo utilizada pelo nosso estruturador contratado lá, via Infra S.A., no caso aqui o BID, a gente pode solicitar uma alteração, um ajuste disso.

Fiquem muito tranquilos nesse sentido, e a gente pede que vocês se debrucem mesmo. É esse o trabalho, e isso vai trazer mais qualidade aos nossos estudos.

A gente tem sempre que confrontar tudo isto, o que se coloca a mais, o que se deseja colocar a mais em termos de investimentos, com a modicidade tarifária – a Viviane comentou bem nesse sentido aqui.

Aquele projeto anterior lá, que você mostrou, Cleber, mostrava uma conclusão pela inviabilidade, mas lá deixando evidente que era uma duplicação quase que integral. Salvo engano, 81% daquele segmento mencionado estava sendo duplicado. Talvez, se a gente mudasse a premissa, a gente chegasse a situações desse tipo. E aí a gente se confronta com escolhas e, com essas escolhas, se tomadas junto à sociedade, em comum acordo, a gente entende que o projeto fica realmente aderente ao que a gente quer, que é chegar lá do outro lado com algo que caiba no bolso, que não seja um impedimento para o crescimento da região, porque, em alguns lugares, a gente verifica essa crítica, como, por exemplo...

Fizemos recentemente na Portuária do Sul, que é no Rio Grande do Sul, BR-116, na região de Pelotas, Rio Grande, a grande crítica do nível tarifário que se praticava anteriormente. Então, lá o que se pede não são mais obras e, sim, redução do nível tarifário. Isso são percepções que só a sociedade, localmente, regionalmente, pode nos trazer, e esse refinamento é feito junto ao Ministério dos Transportes. A gente leva à ANTT, que é a grande guardiã desse processo de audiências públicas.

Então, a gente vai levar essa percepção, como a gente coletou nas sessões, no período de contribuições, para o ministério tomar decisões que vão dar o desenho final desse projeto. Nesse sentido, a gente está bastante atento a tudo que está sendo colocado por vocês, para que essa regulagem, essa calibragem final possa ser feita em relação à estruturação.

Quanto ao Dnit, tudo que está em execução a gente já está considerando como concluído, como passível de conclusão. Isso é uma consequência de manter os orçamentos para essas obras. A gente tem algumas obras dos lotes contratados pelo Dnit que ainda estão em finalização, mas isso já é considerado. A gente faz investimentos que vão além dessas duplicações iniciadas e concluídas na nossa projeção até a licitação pelo Dnit.

Sobre a questão das travessias, o nosso entender é que a metodologia atual dos estudos cobre bem todas as necessidades. São investimentos pontuais que trazem muito resultado em termos de retirar gargalos da rodovia. Quando a gente faz aqui... A gente tem quase 30 investimentos, por exemplo, no lote um, em passagens inferiores e superiores em desnível; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dez dispositivos mais complexos, como o trevo completo, que é o mais completo de todos e é em desnível.

Então, esclarecendo a questão de Irani, é um trevo, sim, que tem passagem em desnível com o entroncamento que ele tem ali, e ele permite todos os movimentos em desnível por meio desse trevo completo. A gente tem outros, que são mais baratos, como os diamantes, que a gente tem numa escala maior em número. Então, a gente vai procurando otimizar isso para a necessidade daquele ponto específico. Há trombetas, que são uma transposição só para uma porção da rodovia, quando não se tem cruzamento completo. Tudo isso é bem pensado ali pelo estruturador, mas passível de ajustes. Então, da mesma maneira, se houver também pontos que... São coisas que a gente muda bastante, inclusive. Se olharem os nossos projetos antes e depois de audiências públicas, é bem onde a gente consegue capturar a coisa mais detalhada, uma granularidade maior, e fazer o ajuste devido.

E aí, quanto à questão de comparações, a gente tem muita dificuldade de comparar cenários de etapas diferentes de contratos aqui, porque a gente percebe, reconhece, um avanço muito grande nas modelagens mais recentes. Então, a gente citou aqui, a gente viu vocês comentando alguns casos de segunda etapa, a BR-101 Norte, que é um contrato, eu diria, completamente diferente deste; ele não tinha os fatores de reequilíbrio, por exemplo. Você trabalhava com um plano de negócios, que era uma proposta feita na licitação pela concessionária, o que trazia ali uma vinculação de valores a determinadas obras e, lá na frente, a gente percebia que o contorno de Florianópolis não cabia naquele valor. Então, isso mudou completamente. Na terceira etapa, já se passou a trabalhar com os fatores e com paramétricos, descontos paramétricos, e a gente vem aperfeiçoando isso. A quarta etapa... A terceira teve muitos problemas, porque tinha concepções de projeto de estudos de viabilidade bastante agressivas, e isso não se confirmou como um projeto resiliente, não conseguia vencer esses obstáculos ali, sobretudo no início desses contratos. Na quarta etapa a gente começou a avançar; e a gente consolidou isso agora, na quinta etapa de concessões, que é o que serve de referência aqui para esse modelo – com mais alguns aperfeiçoamentos, como eu coloquei na minha fala inicial.

Então, é muito difícil para a gente comparar. A própria ViaCosteira é de início de quarta etapa. Ela é, de certa forma, uma reação aos problemas que a gente vinha tendo, e ela teve um deságio que é de 62%; então, isso já traz um alerta das potenciais dificuldades que ela vai ter de executar essas obras. Embora no exemplo mencionado exista só um alerta, porque a obra não venceu o seu prazo ainda – e, de fato, a gente consegue atuar com penalidades, fator D, depois do vencimento dos prazos –, a gente monitora previamente para verificar se as coisas estão conforme o esperado, estão iniciando, e já vai emitindo alertas caso isso não ocorra.

Então, um contrato de início de quarta etapa não vai ter o sistema de incentivos que tem um de quinta, que foi evoluindo ali no final de quarta etapa para quinta, como as reclassificações tarifárias – que vão alinhar o incentivo de a concessionária efetivamente executar aquilo, porque ela tem um benefício também econômico-financeiro – e diversos outros elementos que eu poderia passar a tarde inteira com vocês comentando, das melhorias que foram feitas aqui no modelo regulatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem que tratar esses diferentes cada um com seus pares, para que a gente consiga efetivamente fazer as comparações. Do que a gente tem certeza é que a gente está num caminho muito melhor do que aquele das etapas anteriores, e isso a gente pode ver pelos de quinta – que já estão dando seus resultados –, mesmo os de final de quarta etapa e os de quinta etapa, onde se consolidou tudo isso, trouxe mais melhorias.

Acho que seriam essas as minhas ponderações sobre os projetos. Eu não vou me esquecer aqui ainda, Senador, de que eu estou em cárcere. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MARCELO FONSECA** – Custódia, desculpa.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor falou em HCM, né? Deve ser um *habeas corpus* maneiro. (*Risos.*) Só tem uma maneira de o senhor conseguir o *habeas corpus:* é me dar a data.

**O SR. MARCELO FONSECA** – Vamos em busca desse *habeas corpus*, então. (*Risos.*) Bom, quanto a...

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele não apresentou um HCM no começo?

**O SR. MARCELO FONSECA** – Ah, sim. (*Risos.*) A BR-101 Norte a gente...

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ah, não. Primeiro o Morro dos Cavalos.

**O SR. MARCELO FONSECA** – Ah, sim. Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aquele mais simples.

**O SR. MARCELO FONSECA** – Vamos lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É uma reunião para apreciar. Então, é só isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MARCELO FONSECA** – Sim. No Morro dos Cavalos, como eu falei aqui na minha fala inicial, a gente está com essas questões de definir orçamentos, para já poder propor isso nos termos aditivos, para Morro dos Cavalos e para o Eixão. Então, no Morro dos Cavalos, há necessidade de ter uma acurácia maior nesses valores, até por uma exigência da negociação que a gente está tendo com as concessionárias, para fins tanto do reequilíbrio da Arteris quanto da previsão desses valores para o fluxo de caixa marginal na Motiva.

E isso ainda, assim, o que a gente acredita, vendo as discussões, do ponto de vista técnico, é que a gente consiga ter, em meados, acredito, de agosto, uma definição em relação a isso e para, na sequência, a gente trabalhar, ao longo do segundo semestre, a gente ter todos os aditivos assinados, e as coisas iniciando. Essa é a nossa perspectiva aqui, hoje, a informação que eu coletei hoje com todos os técnicos que estão, a expectativa, que estão negociando essas questões.

Então, essa é a nossa previsão que a gente conseguiria dar hoje, mas essas coisas são muito dinâmicas, a gente, a cada semana, avança mais um pouco, e a gente pode ir pautando os senhores aqui em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas o que é isso que está faltando, que eu não entendo?

**O SR. MARCELO FONSECA** – Então, você tem a necessidade de fazer esses dois aditivos. Então, um aditivo na ViaCosteira e um aditivo na Litoral Sul. Do ponto de vista da ViaCosteira, existe uma necessidade de fazer um fluxo de caixa marginal, que é nós trazermos, então, novos valores que vão ser necessários à execução dessas obras de Morro dos Cavalos e a manutenção do segmento que vai ser transferido à concessionária, assim como o trecho contornado ali do chamado Eixão, de 44km. Então, são 67km de investimentos que têm prazo e têm obras emblemáticas ali, como o próprio Morro.

Quanto ao Morro, existe uma divergência quanto ao orçamento dele ainda, que está sendo discutida. Então, ele precisa passar por uma aprovação da agência em relação ao que está sendo apresentado pela Motiva, que, por sua vez, é diferente daquilo que era considerado pela Arteris. Então, a Motiva tem a sua própria visão, em termos de projeto, para todas as intervenções ali e o seu orçamento. Então, existem meios de lidar com essa aprovação de orçamento, a gente trazer referências, a gente aprovar com base ciclo, e a gente está avaliando como fazer da forma mais célere essa aprovação, essa incorporação dos valores, porque a partir daí, é uma obra imediata, uma obra que se pretende iniciar imediatamente. Então, é diferente das obras mais pontuais que a gente tem lá no Eixão, em que eu posso definir um valor preliminar e posteriormente ir ajustando-o, quando elas forem iniciar no futuro. Aqui não, aqui se pretende iniciar imediatamente. Então, até por uma segurança da própria concessionária, do que ela vai poder executar, é necessário, para o acordo ocorrer com ela, que tenha essa definição de orçamentação. Então, esse é o ponto hoje principal que a gente tem como limitador para fazer os aditivos efetivamente, do ponto de vista da Motiva.

Do ponto de vista da Arteris, a gente tem a questão de geração de reequilíbrio, pela retirada da Praça de Palhoça, uma das principais praças da concessão hoje. Então, ela tem uma receita substancial ali que é angariada por meio desse posicionamento ali, e isso tem que ser compensado nas demais praças da BR-101 Norte, assim como no Paraná, em toda a Litoral Sul. E esse valor que vai ser incrementado, então, que vai ser diluído entre todas as praças, precisa também ser calculado, e tem que ser feito um aditivo nesse outro contrato. E considerando ainda, até um detalhe, mas que as revisões dela normalmente ocorrem em fevereiro, a gente vai ter que fazer algum meio de trazer isso para um prazo mais curto, para conseguir já ter algum efeito econômico-financeiro no curto prazo.

Então, todo esse arranjo tem certa complexidade que precisa ser bem trabalhada, para a gente ter segurança jurídica ali na frente.

**O SR. MAURICIO BATTISTELLA** – Senador, posso só aproveitar e fazer duas perguntas? (*Pausa.*)

Marcelo, você falou do deságio. Acho que esse foi um dos grandes erros também da BR-101 Norte. Foi disputado o deságio, o preço foi lá embaixo, e inclusive quem ganhou foi embora. Como é que a gente evita isso? Você poderia travar a tarifa e aumentar o investimento, em vez de baixar a tarifa? Essa é a primeira pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a segunda: tem como a gente colocar gatilho nos contornos das cidades? Porque a Dra. Viviane falou que aumenta muito o custo, mas e se eventualmente a gente já incluir gatilhos para esses contornos?

Obrigado.

**O SR. MARCELO FONSECA** – Quanto à primeira questão, a gente vem trabalhando muito nisso desde a quarta etapa de concessões. Isso foi melhorado na quinta etapa, e a gente hoje tem uma definição, que é: temos ali um limitador quanto ao deságio agressivo. A gente permite que – e isso é baseado nos estudos econômico-financeiros que foram feitos ali no início da quinta etapa – se vá a até 18% de deságio livre, sem contrapartidas financeiras, isso porque entendemos que é um nível de taxa interna de retorno que ainda seria compatível com a sustentabilidade da concessão até um nível que foi então calculado em 18%.

A partir daí, para que não se mergulhe, chegando a 62%, como é o caso da ViaCosteira, por exemplo, ou mesmo a casos de 50%, 60%, como foram os da segunda etapa, a gente tem um valor que tem que ser colocado: a cada ponto percentual de deságio, tem que se colocar um recurso vinculado dentro das contas da concessão. Isso é mais uma inovação desses contratos; eles contam com um sistema de contas, em que todos os excedentes do projeto vão sendo colocados. Então, se você tem essa capacidade de dar um deságio maior, tem que ir demonstrando isso, colocando esse recurso na frente.

A gente fica com esse recurso para usar também para um colchão de liquidez do próprio contrato. Isso dá uma resiliência, uma forma de a gente poder fazer reequilíbrios e, lá na frente, poder colocar mais obras também. Tudo isso entra na conta, e, se não tiver mais obras para colocar, a gente pode reverter a modicidade, mas de forma prudencial. A gente faz revisão quinquenal, mostrando para a sociedade: "Você prefere ter a determinada obra ou ter o desconto tarifário?", e debatendo qual é a melhor forma de utilizar esses recursos.

Então, ele já conta com um mecanismo que desincentiva que você vá muito fundo, mas, se houver essa capacidade, que seja um grupo que consiga suportar isso, já colocando esse recurso na frente – recurso que fica sob comando do poder concedente –, essas notificações. A partir daí, a conta é um banco depositário que administra, e ela é movimentada com as notificações do contrato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MARCELO FONSECA** – Então, contornos... É uma questão que a gente tem e também é uma previsão contratual, que diz o seguinte: a qualquer momento, durante a vigência do contrato, é possível ao concessionário, ao identificar que uma solução de travessia urbana já não é suficiente para dar conta daquele tráfego, daquele município, propor um EVTE para fazer um contorno desviando daquele município.

Aí, a gente tem um mecanismo que é a substituição das obrigações de intervenção na travessia, que podem ser integrais ou parciais. Você poderia substituir essas por uma obrigação de contorno. Isso está aberto desde o início. O próprio município pode provocar e a própria ANTT pode provocar a concessionária para desenvolver também esses estudos.

Então, não há um gatilho, objetivamente, porque a gente está medindo uma variação do traçado, porque aí você tem que separar o que é o tráfego local do tráfego de longo curso e entender o que vai migrar efetivamente para o outro tráfego. Então, não tem como a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisar *ex ante* um gatilho exato para isso, mas, se houver, por exemplo, uma saturação do próprio nível da travessia urbana, já seria um indicativo de que você poderia...

O que acontece quando há saturação? É bom deixar isso claro. Você tem aquele gatilho verificado, aqueles 18 mil, 30 mil, que estão ali, veículos equivalentes. Isso já dispara, com 90% desse valor, uma ação de preparar estudos e projetos para que seja feita uma ampliação de capacidade. Uma das alternativas à ampliação de capacidade é o próprio contorno. Então, para isso naturalmente vai ter um momento de decisão já engatilhado no contrato que vai ser necessário o poder concedente junto ao concessionário definirem o que vai ser feito para resolver aquela questão especificamente.

Eu até me lembrei de um ponto aqui que o Cleber comentou, só para complementar: às vezes a gente tem um ponto, você comentou um ponto específico ali, que era o início do nosso segmento homogêneo. Às vezes, a gente tem até uma diferença do SNV para o que a gente tem na rodovia, ou o que a gente teve no SNV antigo. O Dnit vai ajustando os SNVs e às vezes desvia 1km, 2km, 3km até – a gente vê em alguns casos – de diferença. E, às vezes, eu estou aqui em um trecho homogêneo que não tem um tráfego tão elevado, mas o anterior é uma travessia urbana, e essa travessia urbana pode ter um tráfego muito superior. Às vezes, ela já é duplicada, enfim, já teve um tratamento anterior para isso.

Então, a gente tem que tomar mais cuidado para identificar. A melhor forma é o georreferenciamento, que também está no contrato, previsto para a gente identificar exatamente o ponto, mas a gente faz isso depois com vocês, vendo os pontos lá na audiência pública e tudo mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antes de considerar encerrada, eu gostaria de deixar aqui o meu inconformismo em relação à manifestação da ANTT sobre essa questão do Morro Cavalos. Eu acho que todos nós somos servidores públicos, em graus ou regime diferenciados, mas a ANTT não pode deixar a sociedade sem uma informação concreta sobre isso.

Eu repito: desde o dia 9 de março nós estamos deserdados – de comunicação, inclusive, eu não estou falando de solução. No caso da BR-101 Norte, nós só sabemos de uma coisa: não deu certo o que nós buscamos durante dois anos. Então, nós perdemos três anos de um mandato de Governo de quatro anos, porque começamos, em 2023, a discutir a otimização, que foi uma novidade criada em outubro, novembro de 2023: espera pela otimização, faz-se a primeira reunião – a primeira reunião foi feita em Joinville –, conduzimos durante dois anos o processo de negociação. Deu chabu em 9 de março desse ano. Nós não sabemos o que vai acontecer.

A ANTT é a gestora desse contrato. Ela tem a responsabilidade de dizer o que vai acontecer ou não vai acontecer. E no caso do Morro dos Cavalos, eu não posso assumir para mim uma responsabilidade que é do Ministério e da ANTT.

Durante dois anos se discutiu qual era a alternativa para ultrapassar a criminosa gambiarra que existe no Morro dos Cavalos – é uma gambiarra. O acidente de março do ano passado mostrou ao mundo essa gambiarra. Um incêndio de cinco caminhões, 25 automóveis. Não morreu ninguém, por ação de Deus...

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** (*Fora do microfone*.) – Um milagre!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que naquele dia, inclusive, protegeu aquele avião. No mesmo dia, um avião aterrissou na pista da 101...

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** (*Fora do microfone*.) – Na frente de um caminhão...

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Na frente de um caminhão...

**O SR. DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER** (*Fora do microfone*.) – ... carregado de combustível.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Carregado de combustível. Não morreu ninguém!

E, no Morro dos Cavalos, o que correu foi combustível líquido incandescente. Não morreu ninguém.

Hoje já se sabe que o ex-Ministro Renan Filho, Senador da República, tomou a decisão, claro que informado por técnicos. A solução são dois túneis, conforme o Dnit já cogitara e definira em 2015, só que isto está pendente de uma homologação na ANTT. Então, se existe dificuldade para isso, a ANTT deve ao povo de Santa Catarina e à sua missão uma nota. Que se publique uma nota. Eu não vou dizer isso que o senhor disse, ainda que esteja gravado.

Em agosto nós vamos saber, então o ano acabou. Se em agosto vai haver uma deliberação, o ano acabou. Nós vamos ter eleição. Então, o senhor leva um apelo – por enquanto, é apelo. Eu vou verificar o que eu posso fazer para transformar esse apelo num decreto legislativo. Vocês têm que dizer: "Olha, isso depende disto, por essa e aquela razão". Eu não vou dizer, eu não vou justificar. Eu não tenho como justificar essa fuga à responsabilidade decorrente de fatos. Eu não estou incriminando ninguém. O acordo não deu certo porque não deu acordo. O acordo é entre partes, e elas não se entenderam, mas alguma alternativa tem que haver para o contrato da 101 norte, porque a explosão de acidentes que está havendo lá, cada vez mais disparatados... Isso é um potencial caótico. Isso é uma coisa. A outra coisa é uma decisão já tomada. E o atual Ministro é o sucessor dessa decisão. Ele assumiu o ministério com essa decisão. A ANTT tem que materializar essa transferência? É uma decisão do ministério? A ANTT tem que dizer o que vai fazer com as datas respectivas. Eu não vou mais passar data nenhuma. Não, eu não vou me responsabilizar por algo que, com todo o respeito, não está sendo tratado com a responsabilidade devida.

A decisão do Governo foi esta. Eu sempre disse... Eu tinha até outra ideia de como superar o Morro dos Cavalos, o Governador do estado tinha outra, o caminhoneiro Manjuva tinha outra, a Fetrancesc tem outra. *Magister dixit: "Roma locuta, causa finita*". Quem é o dono da estrada é o Ministério dos Transportes, é o Governo Federal. São dois túneis, encerrou o assunto. E, por uma questão de julgamento do ministério e da ANTT, não será a Arteris a responsável. Quem tem o cadastro delas é a ANTT.

O anúncio foi feito, as consequências do anúncio também têm que ser feitas, sob pena de nós ficarmos flutuando no limbo. Eu queria deixar assinalada aqui essa responsabilidade do Ministério dos Transportes – ou seja, do atual Ministro, que sucedeu ao ex-Ministro – e da ANTT, que é a agência, com toda a sua autonomia, que faz a gestão do contrato, dos dois contratos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que não tem cabimento é a sociedade não ser informada. E o que agora, de hoje em diante, não faz mais cabimento é eu tentar interpretar isso que eu acho que é uma responsabilidade pública, mas não é minha. A minha é cobrar. Eu estou aqui deixando a determinação de uma cobrança, já sem nenhuma paciência, para que as autoridades competentes – Ministério dos Transportes e ANTT – respeitem a sociedade dizendo: "Olha, os passos seguintes são estes e estes".

No caso da BR-101 norte e no caso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, com o respectivo cronograma e responsáveis, para nós procurarmos, respeitosamente, como eu estou falando aqui – respeitosamente –, saber se podemos ajudar. Eu quero ajudar, eu não quero criar caso. Agora, o caso está criado: desde o dia 9 de março, vai fazer três meses, nós estamos sem saber o que vai acontecer, numa situação que é complexa, mas que cabe a... Quem inventou o contrato de otimização pensou bem, porque já conseguiu fazer seis, sete contratos.

**A SRA. VIVIANE ESSE** (*Fora do microfone.*) – Oito.

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Oito contratos. Ótimo! Só que conosco não deu certo. Quem criou esse remédio tem que criar a terapêutica na falta deste remédio. Eu acho que é a renegociação, mas não me cabe decidir.

Agora, quanto ao Morro dos Cavalos, com todas essas advertências que eu já mencionei – incêndio, 25 automóveis incinerados numa canaleta, que é a gambiarra, mais cinco caminhões, e ninguém morreu –, de que advertência mais nós precisamos?

Então, eu deixo aqui consignado: é da responsabilidade do Governo – Ministério dos Transportes e ANTT – informar qual é o próximo passo depois da decisão do ministério e são dois túneis a solução de transposição do Morro dos Cavalos. Eu vou deixar aqui consignado, vou levar isso para o Plenário e agradeço pela presença de todos.

Acho que fomos todos respeitosos reciprocamente e quero cumprimentar todos os que participaram da reunião. Esta reunião não é importante só para Santa Catarina. Eu, de agora em diante, vou recomendar que a Comissão de Serviços de Infraestrutura, antes de qualquer leilão, em qualquer estado do Brasil, faça uma audiência prévia aqui.

O que nós tratamos aqui foi o modelo, o desenho, antes da audiência pública que vai tratar das peculiaridades. Eu, lá de Rio do Sul, quero saber por onde é que vai passar, como é que vai ser o encruzo dali, ou seja, são as decisões locais e as repercussões locais. Aqui nós tratamos do desenho, da matriz.

Eu fico satisfeito porque acho que esta reunião foi proveitosa para todos nós, para o Cofem – e vocês têm a responsabilidade de transmitir – e para a ata que seguirá.

Quero agradecer à Dra. Viviane, ao Dr. Marcelo, ao Dr. Antonio Carlos.

Quero lamentar a ausência do representante do Dnit, que foi convidado também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas o Dnit está representado pela representante do Ministro dos Transportes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o senhor leve, por favor, essa grave afirmação da responsabilidade do ministério e, no caso, da ANTT de dizer o que vai acontecer daqui para a frente. E já estão devendo três meses! Parece até o salário atrasado de alguns clubes de futebol que eu conheço. (*Risos.*)

Dou por encerrada a reunião. Acho que cumprimos o nosso dever e, mais uma vez, agradeço pela participação de todos.

(*Iniciada às 14 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 09ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Hermes Klann, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Zenaide Maia, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Camilo Santana, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Alan Rick, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 33, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Carta denúncia, dos garimpeiros de Serra Pelada, que relata alguns obstáculos para o exercício da garimpagem." **Autoria:** Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada - COOMIGASP. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Zequinha Marinho. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5593, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir normas para circulação de patinetes e veículos de mobilidade individual autopropelidos." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Efraim Filho. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4275, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer limites à retenção de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em razão da existência de dívidas previdenciárias dos entes recebedores." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02 [CDR]. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1219, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), para estabelecer novas atribuições aos Estados, aos Municípios e aos agentes de proteção e defesa civil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator, Senador Efraim Filho, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3758, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria a Rota Turística das Cidades Coloniais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alagoanas, no Estado de Alagoas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hermes Klann. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5057, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria a Rota Turística da Fé, no Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5755, de 2025 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Quixadá, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional dos Monólitos." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6223, de 2023 - Terminativo -** que: "Inclui no Calendário Turístico Oficial do Brasil as datas das romarias do Município de Juazeiro do Norte, na região do Cariri, no Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Professora Dorinha Seabra**
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional da 4ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de maio.

Comunicamos o recebimento do convite encaminhado pelo comitê organizador do Fórum de Mulheres no Turismo para a participação no painel Ultrapassando Barreiras: Liderança Feminina e Direitos das Mulheres no Turismo, que será realizado integrando o evento, dia 3 de junho, das 15h às 16h.

Informamos ainda o recebimento do convite para a cerimônia de abertura do Congresso Nacional da Abrasel, dia 16 de junho, no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília. O congresso é considerado um dos principais encontros do setor de alimentação fora do lar, reunindo lideranças empresariais e representantes da gastronomia. Entre os principais temas e objetivos, destacam-se os temas em relação ao fortalecimento da alimentação fora do lar, o aprimoramento do ambiente empreendedor e a promoção de melhorias na qualidade de vida.

Por fim, comunicamos a realização, dia 8 de junho, em Brasília, do Seminário Financiando o Turismo Sustentável nos Municípios Brasileiros, promovido pela Anseditur, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Na ocasião, será realizado o lançamento do Programa Transforma Destinos, no Brasil, linha de financiamento destinada à estruturação e ao desenvolvimento do turismo nos municípios. O seminário é aberto aos interessados, sendo solicitada a confirmação prévia da presença para a participação presencial.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão, ocorre de modo híbrido, semipresencial, e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, no caso das deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para o declararem verbalmente.

Para o item 1, o Relator, Senador Zequinha Marinho, pediu adiamento de votação. Ele gostaria de estar presente. Em virtude de outro compromisso, não estará conosco.

O item 2, da mesma forma, o Senador Efraim pede adiamento do item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(São os seguintes o itens retirados de pauta:

**ITEM 1**

**OFÍCIO "S" Nº 33, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Carta denúncia, dos garimpeiros de Serra Pelada, que relata alguns obstáculos para o exercício da garimpagem.*

**Autoria:** Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada - COOMIGASP

**Relatoria:** Senador Zequinha Marinho

**Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento

**Observações:**

*A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.*

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 5593, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir normas para circulação de patinetes e veículos de mobilidade individual autopropelidos.*

**Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

**Relatoria:** Senador Efraim Filho

**Relatório:** Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**

*Após a deliberação na CDR, a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.*)

Eu queria solicitar ao Vice-Presidente para assumir. O próximo item é de minha relatoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Item 3.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 4275, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Altera Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer limites à retenção de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em razão da existência de dívidas previdenciárias dos entes recebedores.*

**Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

**Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra

**Relatório:** Pela aprovação com emendas

**Observações:**

*Após a deliberação da CDR, a matéria seguirá à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu vou direto à análise e ao voto.

De acordo com o projeto apresentado que se segue, atendem-se os critérios de constitucionalidade e juridicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A retenção de parcelas do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados para quitação de dívidas previdenciárias representa um fenômeno de larga escala, com impacto expressivo sobre a capacidade financeira de entes subnacionais.

Segundo dados da Confederação Nacional de Municípios, nos últimos anos, as retenções oscilaram entre R$5 bilhões e R$7 bilhões anuais, atingindo diretamente um quarto dos municípios brasileiros. Os estados cujos municípios mais sofreram com retenções foram São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão. Apesar de os maiores volumes financeiros se concentrarem em estados com grandes populações, a frequência dos bloqueios recai, sobretudo, sobre cidades de pequeno porte, especialmente aquelas com menos de 30 mil habitantes.

No que se refere ao FPE, embora o Tesouro Nacional não divulgue dados consolidados dos valores retidos, o histórico de bloqueios pontuais demonstra que diversos estados também vêm enfrentando essa forma de constrição de receitas.

Essas restrições e retenções configuram um fator crítico de pressão sobre as finanças subnacionais, com implicações para a prestação de serviços públicos e a execução de políticas sociais, especialmente em regiões de menor capacidade contributiva.

Assim sendo, a limitação da retenção das receitas consiste em uma medida que visa a equilibrar diferentes aspectos relacionados à gestão financeira dos entes federativos.

Essa limitação evita que estados e municípios tenham parte excessiva de seus recursos retida devido a dívidas previdenciárias.

Ao estabelecer o teto de 5%, a proposta alinha a regularização das dívidas previdenciárias com a capacidade financeira dos estados e municípios, prevenindo impactos significativos na execução de políticas públicas e no desenvolvimento local.

Além disso, a medida estabelece um parâmetro fixo para as retenções, incentivando os gestores públicos a adotar estratégias como negociação de débitos e reformas administrativas para dar conta de suas obrigações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, com as emendas já apresentadas.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os senhores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2 da CDR.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo a Presidência à Profa. Dorinha.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Hermes Klann.

Para o item 4, de relatoria do Senador Efraim Filho, também se pede o adiamento.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 1219, DE 2022**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), para estabelecer novas atribuições aos Estados, aos Municípios e aos agentes de proteção e defesa civil.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Efraim Filho

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*Após a deliberação na CDR, a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, para prosseguimento da tramitação.*)

O próximo item é da relatoria do Senador Hermes Klann.

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI Nº 3758, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Cria a Rota Turística das Cidades Coloniais Alagoanas, no Estado de Alagoas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Hermes Klann

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.*

A autoria é do Deputado Federal Alfredo Gaspar.

Concedo a palavra ao Senador Hermes Klann para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. HERMES KLANN** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, se me permite, vou direto à análise.

Nos termos estabelecidos de forma regimental e em conformidade com as orientações técnicas, compete a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre o mérito da proposição, bem como avaliar sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Sob o prisma da constitucionalidade, a matéria encontra respaldo na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre o fomento à cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural, além do fomento às atividades turísticas. Inexistem vícios de injuridicidade, pois o ordenamento brasileiro encoraja ações de desenvolvimento regional pautadas pelo turismo sustentável.

No mérito, a proposição é extremamente oportuna e louvável.

Ressalte-se que as cidades coloniais alagoanas são marco de grande valor para a história e a cultura brasileiras, sendo, portanto, de extrema relevância para o turismo nacional.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.758, de 2023.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Essa votação será nominal e nós vamos votar em bloco as votações que são nominais.

Os itens 6 a 8 são terminativos e de relatoria do Senador Camilo Santana. Nós vamos votá-los em conjunto com a relatoria apresentada pelo Senador Hermes Klann.

**ITEM 6**

**PROJETO DE LEI Nº 5057, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Cria a Rota Turística da Fé, no Estado do Ceará.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Camilo Santana

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.*

A autoria é da Deputada Federal Fernanda Pessoa.

**ITEM 7**

**PROJETO DE LEI Nº 5755, DE 2025**

**- Terminativo -**

*Confere ao Município de Quixadá, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional dos Monólitos.*

**Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

**Relatoria:** Senador Camilo Santana

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.*

E incluo o item 8.

**ITEM 8**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE LEI Nº 6223, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Inclui no Calendário Turístico Oficial do Brasil as datas das romarias do Município de Juazeiro do Norte, na região do Cariri, no Estado do Ceará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Camilo Santana

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.*

A autoria é do Deputado Federal Yury do Paredão.

Eu concedo a palavra ao Senador Camilo Santana para a leitura dos seus relatórios. Ele está *online*.

**O SR. CAMILO SANTANA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente, Senadora Dorinha. Quero cumprimentá-la e, na sua pessoa, todos os Senadores e Senadoras da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Cumprimento o Senador Hermes.

E, Senadora Dorinha, me permita ir logo para a análise do primeiro projeto, que cria a Rota Turística da Fé no Estado do Ceará, de autoria da Deputada Fernanda Pessoa.

Sob o prisma da constitucionalidade, a matéria encontra respaldo na competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal. Quanto aos aspectos formais, a matéria não se enquadra em nenhuma das hipóteses de iniciativa privativa do Presidente da República e não afronta cláusulas pétreas. Inexistem vícios de injuridicidade, pois o ordenamento brasileiro encoraja ações de desenvolvimento regional pautadas pelo turismo sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, a proposição é oportuna e louvável. Os monumentos e os eventos citados são de extrema relevância para o turismo religioso regional e nacional. Assim, poderia aqui destacar: a estátua do Padre Cícero e as romarias, com milhões de peregrinos e romeiros que se destinam a Juazeiro do Norte todos os anos; a estátua de Nossa Senhora de Fátima no Crato, no Ceará; a estátua de Santo Antônio e a Festa do Pau da Bandeira em Barbalha, que faz parte de região metropolitana no Ceará; a concentração de peregrinos para a Romaria da Menina Benigna em Nova Olinda, primeira beata cearense, que segue até a Igreja Matriz de Santana do Cariri e o complexo turístico da estátua da Menina Benigna; o Mirante de Nossa Senhora da Penha de Campos Sales; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, datada de 1707, localizada em Russas; o Santuário Mariano de Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão em Quixadá; a estátua de São Francisco das Chagas em Canindé, muito conhecida também no Nordeste brasileiro; o Alto de Santa Rita e a Igreja Matriz da Imaculada Conceição em Redenção; o Mosteiro dos Jesuítas de Baturité; o complexo turístico de Santa Edwiges em Caucaia; e o Santuário de Fátima, o Seminário da Prainha e a Catedral da Sé em nossa capital, Fortaleza.

Sra. Presidente, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.057, de 2023.

O segundo projeto é o Projeto de Lei nº 5.755, de 2025, do Senador Eduardo Girão, que confere ao Município de Quixadá, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional dos Monólitos.

Direto para a análise.

O PL representa o reconhecimento formal, Sra. Presidente, de uma das paisagens mais singulares e cientificamente relevantes do território brasileiro. Situada a aproximadamente 167km de Fortaleza, Quixadá consolida-se como a maior cidade do Sertão central e seu principal polo educacional e de serviços, sustentada pelo 17º maior PIB do estado e por um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano e de renda *per capita* de sua região.

O protagonismo é ratificado por um setor terciário que responde por mais de 70% do PIB municipal e por uma ampla rede de ensino superior que abriga cinco instituições, incluindo *campi* da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Estadual do Ceará e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, além de centros universitários que oferecem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cursos de Medicina e programas de pós-graduação, atraindo estudantes de diversas regiões do Ceará.

A pujança dos indicadores socioeconômicos de Quixadá encontra um espelho metafórico na solidez milenar de sua paisagem. Nessa intersecção entre o vigor do desenvolvimento contemporâneo e a perenidade da terra surge a exaltação de seus monólitos. Tecnicamente denominados *inselbergs*, essas formações de granito pré-cambriano emergem da depressão sertaneja como testemunhos silenciosos das eras geológicas remotas.

O verdadeiro jardim de pedras exibe uma pluralidade de formas que desafiam a imaginação, com estruturas rígidas esculpidas milenarmente pelo intemperismo, entre as quais a Pedra da Galinha Choca se apresenta como ícone máximo.

A magnitude cênica das rochas isoladas, além de quebrar a horizontalidade da paisagem, confere ao município uma aura de monumentalidade que justifica sua inclusão, desde 2010, na seleta Associação Mundial de Montanhas Famosas – World Famous Mountains Association.

A identidade de Quixadá se faz indissociável de sua geologia, que permeia o imaginário cultural e a produção intelectual da Terra dos Monólitos.

A sinergia entre natureza e cultura também imortalizou a região nas obras de Rachel de Queiroz – especialmente na Fazenda Não Me Deixes – e na memória do poeta Cego Aderaldo, além de converter o município em um cenário cinematográfico privilegiado, sendo frequentemente aclamado como a Hollywood sertaneja pela diversidade de produções rodadas em seus distritos.

Sob a perspectiva do desenvolvimento, a outorga do título de capital nacional será um catalisador estratégico para o turismo sustentável e o ecoturismo. Quixadá já é reconhecida internacionalmente como um dos melhores destinos do mundo para a prática de voo livre, que atrai atletas globais devido às suas correntes térmicas ímpares, além de ser um polo para escalada, *trekking* e esportes *off-road*. Então, a oficialização da homenagem, Sra. Presidente, tende a ampliar a visibilidade da cidade no mercado turístico de alto valor agregado.

Em suma, o projeto de lei atende plenamente ao requisito de peculiar característica geográfica, exigido pela legislação vigente para a concessão de tais honrarias. A projeção para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futuro de Quixadá, com este novo título, é de um crescimento econômico ordenado que valoriza sua herança arqueológica e paleontológica, ao mesmo tempo que fortalece o sentimento de pertencimento de sua comunidade.

Ao elevar Quixadá ao *status* de Capital Nacional dos Monólitos, o Congresso Nacional celebra uma beleza estética rara e investe na preservação de um patrimônio que é simultaneamente memória geológica da Terra e orgulho da identidade brasileira.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.755, de 2025.

O terceiro projeto, Sra. Presidente, trata-se do Projeto de Lei nº 6.223, do Deputado Yury do Paredão, que inclui no Calendário Turístico Oficial do Brasil as datas das romarias do Município de Juazeiro do Norte, na região do Cariri, no Ceará.

Diretamente para a análise.

No mérito, a proposição é extremamente oportuna e louvável. As romarias do Município de Juazeiro do Norte, na região do Cariri, no Estado do Ceará, são de extrema relevância para o turismo regional e nacional. Elas ocorrem durante praticamente todo o ano. Vejamos as citadas na proposição: a do ciclo natalino, de 3 de dezembro a 6 de janeiro; a de celebração em memória da morte da Beata Maria de Araújo, em 17 de janeiro; a de São Sebastião, de 18 a 20 de janeiro; a de Nossa Senhora das Candeias, de 29 de janeiro a 2 de fevereiro; a do nascimento do Padre Cícero, em 24 de março; a romaria em memória da morte do Padre Cícero, em 20 de julho; a de Nossa Senhora das Dores, de 10 a 15 de setembro; a de São Francisco, de 24 de setembro a 5 de outubro; a de finados, de 29 de outubro a 2 de novembro; e a de ordenação do Padre Cícero, em 30 de novembro.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa louvável, que reconhece o turismo religioso numa das regiões que mais recebem peregrinos em todo o país.

Por fim, cabe ressaltar que a proposição não incorre em injuridicidade, mesmo com a sanção da Lei 14.865, de 28 de maio de 2024, que cria o Calendário Turístico Oficial do Brasil. Essa norma, junto ao decreto que a regulamenta, estabelece regras para a inclusão de eventos no Calendário Oficial. Assim, os municípios e estados interessados podem fazer a inclusão dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventos diretamente pelo *site* disponibilizado pelo Ministério do Turismo. Apesar de não haver necessidade de lei para a inclusão de eventos no Calendário Turístico, a norma não impede a inclusão das datas supracitadas por esta proposição.

Tampouco, julgamos que a proposição contraria a Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, por não pretender transformar as datas referidas em efemérides nacionais.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.223, de 2023.

É isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço, Senador Camilo Santana.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, em bloco.

Em votação o Projeto de Lei 3.758, de 2023; os Projetos de Lei 5.057 e 6.223, de 2023; e o Projeto de Lei 5.755, de 2025, nos termos dos relatórios apresentados, respectivamente, pelo Senador Hermes Klann e o Senador Camilo Santana.

Peço que seja aberta a votação nominal.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Votação encerrada.

Peço que abra o painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

Nove votos pela aprovação; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum: dez Senadores.

As matérias foram aprovadas, os projetos foram aprovados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2026.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dois minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hermes Klann, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira e Alan Rick, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Weverton, Paulo Paim, Marcos do Val e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eliziane Gama, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Camilo Santana, Beto Faro e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Foi comunicado que, em resposta ao Ofício Circular nº 15, de 2026, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, de 11 de junho de 2026, que trata da proposta de bloqueio das dotações orçamentárias relativas às Emendas de Comissão – RP8, esta Presidência emitiu o Ofício nº 38, de 2026, no qual determinou que o bloqueio solicitado a esta Comissão, no valor total de R$ 276.092.568,00 (duzentos e setenta e seis milhões, noventa e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais), seja feito da seguinte maneira: Emenda nº 60110001, ação 00SX, no valor de R$ 105.906.060,00 (cento e cinco milhões, novecentos e seis mil e sessenta reais); Emenda nº 60110002, ação 00T1, no valor de R$ 83.117.700,00 (oitenta e três milhões, cento e dezessete mil e setecentos reais); Emenda nº 60110005, ação 10V0, no valor de R$ 61.442.405,00 (sessenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e cinco reais); Emenda nº 60110006, ação 1211, no valor de R$ 25.626.403,00 (vinte e cinco milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e três reais). Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Indicações de Emendas RP8/2026 - 5º Ciclo**. **Finalidade:** 5º Ciclo de Deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pelas Resoluções nº 1 e nº 2, de 2025-CN. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: - Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Lido o relatório pelo Senador Hermes Klann, são aprovadas as indicações e as alterações (Anexos I e II desta ata), que, acompanhadas da ata da presente reunião, serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e aos respectivos ministérios, conforme o relatório. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, bem como a da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e onze minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Vice-

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Hermes Klann**
Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/17

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos os presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de junho de 2026.

Comunico que, em resposta ao Ofício Circular nº 15, de 2026, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, de 11 de junho de 2026, que trata da proposta de bloqueio das dotações orçamentárias relativas às Emendas de Comissão RP 8, esta Presidência emitiu o Ofício nº 38, de 2026, no qual determinou que o bloqueio solicitado a esta Comissão, no valor de R$276.092.568, seja feito da seguinte maneira: Emenda nº 60110001, Ação 00SX, no valor de R$105.906.060; Emenda 60110002, Ação 00T1, no valor de R$83.117.700; Emenda nº

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60110005, Ação 10V0, no valor de R$61.442.405; Emenda 60110006, Ação 1211, no valor de R$25.626.403.

Conforme comunicado na 7ª Reunião da Comissão, ocorrida no dia 19 de maio de 2026, foi recebido ofício da Câmara Municipal de Marília contendo moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 5.942, de 2025, que propõe a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (Senatur), mediante o redirecionamento de contribuições atualmente destinadas ao Sesc e ao Senac. A manifestação ressalta a importância dessas instituições para a formação profissional, a cultura, o esporte, o lazer e a inclusão social em todo o país.

Sobre o mesmo tema, também foram recebidos ofícios da Câmara de Vereadores de Estância Turística de Itu, Estado de São Paulo, e da Câmara Municipal de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, os documentos permanecerão disponíveis para consulta no sítio eletrônico desta Comissão pelo prazo de 15 dias, período em que qualquer membro do Colegiado poderá requerer sua autuação. Não tendo havido manifestação nesse prazo, as matérias serão arquivadas.

A presente reunião destina-se à deliberação do 5º Ciclo de Deliberação das indicações relativas às Emendas RP8 da LOA de 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do art. 45A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pelas Resoluções nºs S.1 e 2, de 2025-CN.

Registro que a reunião se realiza em formato semipresencial, com participação remota dos Senadores por meio da plataforma Zoom.

As inscrições para o uso da palavra poderão ser feitas pelo recurso "levantar a mão" ou pelo *chat* da plataforma.

Gostaria de registrar que as indicações a serem deliberadas nesta data foram enviadas para apreciação desta Comissão no período de 20 de maio a 10 de junho, tendo sido este prazo amplamente divulgado no *site* da CDR, bem como via *e-mail* para todos os Senadores, Senadoras e respectivas assessorias, com os prazos e orientações para envio e utilização do sistema Sinec.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A coordenação das sugestões de indicações no âmbito desta Comissão ficou a cargo da Senadora Professora Dorinha Seabra, que recebeu, exclusivamente por meio do sistema, o total de 130 indicações. Destas, 15 receberam parecer favorável.

Receberam parecer favorável as solicitações de alterações do Anexo II e III e foram retiradas por seus autores, mediante ofício encaminhado à Comissão, do Anexo III.

Feito este registro, farei a leitura do relatório da Senadora Professora Dorinha.

Passarei à análise.

As indicações constantes no Anexo I atendem a todos os requisitos formais; portanto, o voto é pela sua aprovação integral e posterior encaminhamento aos ministérios competentes.

No Anexo II constam solicitações de alteração de indicações previamente aprovadas em ciclos anteriores, encaminhadas à Presidência da Comissão por seus autores, que também atendem aos critérios formais analisados. Caso aprovadas, essas alterações serão igualmente encaminhadas aos ministérios competentes.

Por fim, as indicações constantes no Anexo III foram retiradas por seus autores, mediante ofício encaminhado à Presidência da Comissão.

Nesse contexto, somos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo I, das alterações solicitadas no Anexo II e pela rejeição daquelas constantes do Anexo III.

Sala da Comissão, em 17 de junho de 2026.

Antes de abrir a discussão, cabe esclarecer que se trata do 5º ciclo de aprovação de indicações encaminhadas a esta Comissão do ano de 2026.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório. (*Pausa.*)

As novas indicações aprovadas... Perdão.

Aprovado o relatório.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As novas indicações aprovadas, bem como as alterações relativas às indicações anteriormente deliberadas, acompanhadas da ata da presente reunião, serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO, e aos respectivos ministérios, para adoção das providências cabíveis.

Antes de encerrarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, bem como da ata de reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.)*

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO I**

**INDICAÇÕES APROVADAS – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo | | | 08.902.934/0001-20 | PB | CRUZ DO ESPIRITO SANTO | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais | 1.000.000 |
| 60110002 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 56000 | 56101 | 00T1 | Prefeitura Municipal de Natuba | | | 09.072.448/0001-95 | PB | NATUBA | 4 | 40 | Execução de Obras de Pavimentação Urbana | 1.300.000 |
| 60110002 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 56000 | 56101 | 00T1 | Prefeitura Municipal de Catingueira | | | 08.885.287/0001-96 | PB | CATINGUEIRA | 4 | 40 | Execução de Obras de Pavimentação Urbana | 700.000 |
| 60110001 | 4284 | José Renan Vasconcelos Calheiros Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Taquarana | | | 12.207.445/0001-26 | AL | TAQUARANA | 4 | 40 | Construção de feira coberta | 3.000.000 |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Picos | | | 06.553.804/0001-02 | PI | PICOS | 4 | 40 | Pavimentação rural | 1.000.000 |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Elesbão Veloso | | | 06.554.844/0001-60 | PI | ELESBAO VELOSO | 4 | 40 | Pavimentação de estradas vicinais em vias rurais | 3.000.000 |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvim | Prefeitura Municipal de São Félix do Piauí | | 03.353.358/0001-96 | PI | SAO FELIX DO PIAUI | 4 | 90 | Aquisição de uma Van Teto Alto 15+1 | 325.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO I**

**INDICAÇÕES APROVADAS – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | ento Regional e Territorial | | | | | | | | Passageiros 130 cv | |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial | Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo | | 03.353.358/0001-96 | PI | CAMPO ALEGRE DO FIDALGO | 4 | 90 | Aquisição de uma Van Teto Alto 15+1 passageiros 130 cv | 325.000 |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Campinas do Piauí | | | 06.553.978/0001-67 | PI | CAMPINAS DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de uma pequena barragem | 978.788 |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Dirceu Arcoverde | | | 07.102.106/0001-45 | PI | DIRCEU ARCOVERDE | 4 | 40 | Construção de uma pequena barragem | 1.500.000 |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio | | | 23.500.002/0001-45 | PI | DOM INOCENCIO | 4 | 40 | Construção de uma pequena barragem | 1.500.000 |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Júlio Borges | | | 01.612.619/0001-10 | PI | JULIO BORGES | 4 | 40 | Construção de uma passagem molhada | 400.000 |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial | Prefeitura Municipal de Monsenhor Gil | | 03.353.358/0001-96 | PI | MONSENHOR GIL | 4 | 90 | Aquisição de um caminhão basculante 6 m³ 6x4 185 cv | 442.000 |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial | Prefeitura Municipal de Sigefredo Pacheco | | 03.353.358/0001-96 | PI | SIGEFREDO PACHECO | 4 | 90 | Aquisição de uma Pá-Carregadeira 100 cv | 310.000 |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvim | Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado | | 03.353.358/0001-96 | PI | JUREMA | 4 | 90 | Aquisição de um Caminhão Carga Seca | 431.500 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO I**
**INDICAÇÕES APROVADAS – 10ª REUNIÃO DA CDR**
LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | ento Regional e Territorial | Maristela, Jurema-PI (CNPJ 02.206.635/0001-75) | | | | | | | 7m 4x2185 cv | |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4394 | Alan Rick Miranda | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Porto Acre - AC | Porto Acre - AC | Porto Acre - AC | 84.306.661/0001-30 | AC | PORTO ACRE | 4 | 40 | Recuperação, Pavimentação ou Melhoria de Estradas Vicinais – Porto Acre/AC | 2.971.461 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4394 | Alan Rick Miranda | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Porto Acre | Município de Porto Acre | Porto Acre | 84.306.661/0001-30 | AC | PORTO ACRE | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais no Município de Porto Acre-AC | 2.971.461 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4221 | Alexandre Luiz Giordano | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Atibaia | Município de Atibaia | Município de Atibaia | 45.279.635/0001-08 | SP | ATIBAIA | 4 | 40 | Obras de infraestrutura no município | 7.428.653 |
| 60110001 | 4221 | Alexandre Luiz Giordano | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Atibaia | Município de Atibaia | Município de Atibaia | 45.279.635/0001-08 | SP | ATIBAIA | 4 | 40 | Obras de infraestrutura no município | 2.951.862 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4221 | Alexandre Luiz Giordano | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Atibaia | Município de Atibaia | Município de Atibaia | 45.279.635/0001-08 | SP | ATIBAIA | 4 | 40 | Pavimentação de estradas vicinais no Município de Atibaia/SP. | 10.380.515 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Macaubas | | | 13.782.461/0001-05 | BA | MACAUBAS | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | 500.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim | | | 13.988.308/0001-39 | BA | SENHOR DO BONFIM | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | 1.000.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho | | | 16.417.784/0001-98 | BA | SERRA DO RAMALHO | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | 500.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Utinga | | | 13.811.807/0001-56 | BA | UTINGA | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | 500.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa | | | 14.105.183/0001-14 | BA | BOM JESUS DA LAPA | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | 500.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Baianopolis | | | 13.654.413/0001-31 | BA | BAIANOPOLIS | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | 400.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Angical | | | 13.654.421/0001-88 | BA | ANGICAL | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | 400.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Nova Viçosa | | | 13.761.531/0001-49 | BA | NOVA VICOSA | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | 4.680.515 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Ibipeba | | | 13.714.803/0001-50 | BA | IBIPEBA | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | 1.000.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Cruz da Almas | | | 14.006.977/0001-20 | BA | CRUZ DAS ALMAS | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | 500.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Macaúbas | | | 13.782.461/0001-05 | BA | MACAUBAS | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais no Município de Macaúbas/BA | 500.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Azevedo Martins | | | | | | | | | | | | | |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Angical | | | 13.654.421/0001-88 | BA | ANGICAL | 4 | 40 | Aquisição de Retroescavadeira para o município de Angical | 400.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Baianópolis | | | 13.654.413/0001-31 | BA | BAIANOPOLIS | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos, conforme detalhado do Plano de Trabalho | 400.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa | | | 14.105.183/0001-14 | BA | BOM JESUS DA LAPA | 4 | 40 | Pavimentação de estradas vicinais no Município de Bom Jesus da Lapsa | 500.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Cruz das Almas | | | 14.006.977/0001-20 | BA | CRUZ DAS ALMAS | 4 | 40 | Pavimentação de estradas vicinais no município de Cruz das Almas | 500.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Nova Viçosa | | | 13.761.531/0001-49 | BA | NOVA VICOSA | 4 | 40 | Pavimentação de estradas vicinais | 4.680.515 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim | | | 13.988.308/0001-39 | BA | SENHOR DO BONFIM | 4 | 40 | Pavimentação de vias (estradas vicinais) destinadas ao escoamento produtivo no município de | 1.000.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | Senhor do Bonfim | |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho | | | 16.417.784/0001-98 | BA | SERRA DO RAMALHO | 4 | 40 | Pavimentação de estrada vicinal ao Município de Serra do Ramalho, estado da Bahia | 500.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Utinga | | | 13.811.807/0001-56 | BA | UTINGA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho | 500.000 |
| 60110001 | 4179 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Ibipeba | | | 13.714.803/0001-50 | BA | IBIPEBA | 4 | 40 | Pavimentação de estradas vicinais | 1.000.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110005 | 4271 | Antonio Hamilton Martins Mourão | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de Rio Pardo | Prefeitura Municipal de Rio Pardo | | 88.821.079/0001-62 | RS | RIO PARDO | 4 | 40 | Pavimentação da orla do município de Rio Pardo no estado do Rio Grande do Sul | 1.000.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110005 | 4271 | Antonio Hamilton Martins Mourão | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de Rio Pardo | Prefeitura Municipal de Rio Pardo | | 88.821.079/0001-62 | RS | RIO PARDO | 4 | 40 | Revitalização da Rua João Pessoa e das Praças do Centro Histórico, no Município de Rio Pardo/RS | 1.000.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4281 | Augusta Brito de Paula | 53000 | 53101 | 00SX | CRATEUS | | | 07.982.036/0001-67 | CE | CRATEUS | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 4.000.000 |
| 60110001 | 4281 | Augusta Brito de Paula | 53000 | 53101 | 00SX | CHOROZINHO | | | 23.555.279/0001-75 | CE | CHOROZINHO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 7.456.515 |
| 60110001 | 4281 | Augusta Brito de Paula | 53000 | 53101 | 00SX | IBIAPINA | | | 07.523.186/0001-02 | CE | IBIAPINA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 1.000.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4280 | Camilo Sobreira de Santana | 53000 | 53101 | 00SX | CHOROZINHO | | | 23.555.279/0001-75 | CE | CHOROZINHO | 4 | 40 | Pavimentação de estradas vicinais no Município de Chorozinho/CE. | 7.456.515 |
| 60110001 | 4280 | Camilo Sobreira | 53000 | 53101 | 00SX | CRATEÚS | | | 07.982.036/0001-67 | CE | CRATEUS | 4 | 40 | Pavimentação em estradas | 4.000.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | de Santana | | | | | | | | | | | | vicinais no Município de Crateús/CE. | |
| 60110001 | 4280 | Camilo Sobreira de Santana | 53000 | 53101 | 00SX | IBIAPINA | | | 07.523.186/0001-02 | CE | IBIAPINA | 4 | 40 | Pavimentação em Estradas Vicinais no Município de Ibiapina/CE. | 1.000.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 53000 | 53101 | 1211 | MUNICIPIO DE CARRASCO BONITO | | | 25.064.023/0001-90 | TO | CARRASCO BONITO | 4 | 40 | REVITALIZAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS PUBLICAS | 500.000 |
| 60110006 | 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 53000 | 53101 | 1211 | MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO TOCANTINS | | | 37.420.718/0001-47 | TO | BRASILANDIA DO TOCANTINS | 4 | 40 | REVITALIZAÇÃO E REFORMA DE GINÁSIO DE ESPORTE | 500.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 53000 | 53101 | 1211 | MUNICIPIO DE CARRASCO BONITO | | | 25.064.023/0001-90 | TO | CARRASCO BONITO | 4 | 40 | AMPLIAÇÃO DE PRAÇA PUBLICA NO MUNICÍPIO DE CARRASCO BONITO/TO | 500.000 |
| 60110006 | 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 53000 | 53101 | 1211 | MUNICIPIO DE BRASILÂNDIA DO TOCANTINS | | | 37.420.718/0001-47 | TO | BRASILANDIA DO TOCANTINS | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTE HELTON PEREIRA DOS SANTOS EM | 500.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | TUPIRATÃ MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO TOCANTINS/TO | |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Pirpirituba | | | 08.789.299/0001-17 | PB | PIRPIRITUBA | 4 | 40 | Execução de Obras de Calçamento na Zona Rural | 900.000 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz | | | 08.767.154/0001-15 | PB | BREJO DO CRUZ | 4 | 40 | Execução de Obras | 2.000.000 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Natuba | | | 09.072.448/0001-95 | PB | NATUBA | 4 | 40 | Execução de Obras | 2.000.000 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de São João do Cariri | | | 09.074.345/0001-64 | PB | SAO JOAO DO CARIRI | 4 | 40 | Construção de Passagem Molhada | 1.000.000 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de São Mamede | | | 08.922.718/0001-47 | PB | SAO MAMEDE | 4 | 40 | Execução de Obras | 2.000.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz | | | 08.767.154/0001-15 | PB | BREJO DO CRUZ | 4 | 40 | Construção de Matadouro Público no Município de | 2.000.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | Brejo do Cruz/PB | |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Natuba | | | 09.072.448/0001-95 | PB | NATUBA | 4 | 40 | Pavimentação em estradas vicinais no Município de Natuba/PB | 2.000.000 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Pirpirituba | | | 08.789.299/0001-17 | PB | PIRPIRITUBA | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais no Município de Pirpirituba/PB | 900.000 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de São João do Cariri | | | 09.074.345/0001-64 | PB | SAO JOAO DO CARIRI | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais, no Município de São João do Cariri/PB | 1.000.000 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de São Mamede | | | 08.922.718/0001-47 | PB | SAO MAMEDE | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais com Passagens Molhadas no Município de São Mamede/PB | 2.000.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Frei Martinho | | | 08.737.785/0001-91 | PB | FREI MARTINHO | 4 | 40 | Execução de Obras de Calçamento Rural | 1.000.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo | | | 08.902.934/0001-20 | PB | CRUZ DO ESPIRITO SANTO | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais | 1.000.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2210 | Esperidião Amin Helou Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Maravilha | Prefeitura Municipal de Maravilha | Maravilha | 82.821.190/0001-72 | SC | MARAVILHA | 4 | 40 | Pavimentação de estradas Vicinais | 400.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2210 | Esperidião Amin Helou Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Maravilha | Prefeitura Municipal de Maravilha | Maravilha | 82.821.190/0001-72 | SC | MARAVILHA | 4 | 40 | aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários | 400.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4180 | Fabiano Contarato | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI | | 27.082.403/0001-83 | ES | MUQUI | 4 | 40 | APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO | 900.000 |

**PARA:**

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4180 | Fabiano Contarato | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI | | 27.082.403/0001-83 | ES | MUQUI | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE MUQUI/ES. | 900.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4252 | Fernando Antonio Caminha Dueire | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Buíque | | | 10.105.963/0001-03 | PE | BUIQUE | 4 | 40 | Estrada vicinal e passagem molhada | 880.515 |
| 60110001 | 4252 | Fernando Antonio Caminha Dueire | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Taquaritinga do Norte | | | 10.091.593/0001-00 | PE | TAQUARITINGA DO NORTE | 4 | 40 | Duas retroescavadeiras | 500.000 |
| 60110001 | 4252 | Fernando Antonio Caminha Dueire | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Machados | | | 11.097.375/0001-38 | PE | MACHADOS | 4 | 40 | Estrada vicinal | 500.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4252 | Fernando Antonio Caminha Dueire | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Buíque | | | 10.105.963/0001-03 | PE | BUIQUE | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM ÁREAS RURAIS | 880.515 |
| 60110001 | 4252 | Fernando Antonio | 53000 | 53101 | 00SX | Município de | | | 10.091.593/0001-00 | PE | TAQUARITINGA DO NORTE | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | 500.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Caminha Dueire | | | | Taquariting a do Norte | | | | | | | | | | |
| 60110001 | 4252 | Fernando Antonio Caminha Dueire | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Machados | | | 11.097.375/0001-38 | PE | MACHADOS | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | 500.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Ipixuna | | | 04.191.078/0001-91 | AM | IPIXUNA | 4 | 40 | Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 1.000.000 |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Lábrea | | | 05.830.872/0001-09 | AM | LABREA | 4 | 40 | Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 500.000 |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Parintins | | | 04.329.736/0001-69 | AM | PARINTINS | 4 | 40 | Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 1.000.000 |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Tonantins | | | 04.628.608/0001-16 | AM | TONANTINS | 4 | 40 | Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 500.000 |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Uarini | | | 04.647.079/0001-06 | AM | UARINI | 4 | 40 | Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolviment | 1.000.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | o Sustentável Local Integrado | |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Urucará | | | 04.477.782/0001-05 | AM | URUCARA | 4 | 40 | Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 1.000.000 |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Maués | | | 04.282.869/0001-27 | AM | MAUES | 4 | 40 | Investimentos - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 1.200.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Ipixuna | Município de Ipixuna | | 04.191.078/0001-91 | AM | IPIXUNA | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos, conforme detalhamento constante no Plano de Trabalho | 1.000.000 |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Lábrea | Município de Lábrea | | 05.830.872/0001-09 | AM | LABREA | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA PARA O MUNICIPIO DE LÁBREA/AM | 500.000 |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Parintins | Município de Parintins | | 04.329.736/0001-69 | AM | PARINTINS | 4 | 40 | Aquisição de Equipamentos destinados ao apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias | 1.000.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | produtivas nas comunidades rurais e ribeirinhas do Município de Parintins/AM | |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Tonantins | Município de Tonantins | | 04.628.608/0001-16 | AM | TONANTINS | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho | 500.000 |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Uarini | Município de Uarini | | 04.647.079/0001-06 | AM | UARINI | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho | 1.000.000 |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Urucará | Município de Urucará | | 04.477.782/0001-05 | AM | URUCARA | 4 | 40 | Aquisição de Pá Carregadeira para o Município de Urucará/AM | 523.560 |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Urucará | Município de Urucará | | 04.477.782/0001-05 | AM | URUCARA | 4 | 40 | Construção de rampa na comunidade do Sol Nascente no Município de Urucará/AM | 476.440 |
| 60110001 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Maués | Município de Maués | | 04.282.869/0001-27 | AM | MAUES | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos para o município de Maués-AM, conforme detalhado no plano de trabalho. | 1.200.000 |

E:

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 1211 | Município de Careiro | | | 04.332.995/0001-49 | AM | CAREIRO | 4 | 40 | Investimentos | 682.607 |
| 60110006 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 1211 | Município de Alvarães | | | 04.628.335/0001-00 | AM | ALVARAES | 4 | 40 | Infraestrutura | 500.000 |
| 60110006 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 1211 | Município de Santo Antônio do Içá | | | 04.532.057/0001-92 | AM | SANTO ANTONIO DO ICA | 4 | 40 | Investimentos | 500.000 |
| 60110006 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 1211 | Município de Tabatinga | | | 04.011.805/0001-91 | AM | TABATINGA | 4 | 40 | Investimentos | 1.000.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 1211 | Município de Careiro | Município de Careiro | | 04.332.995/0001-49 | AM | CAREIRO | 4 | 40 | Construção de Feira no Município de Careiro/AM | 682.607 |
| 60110006 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 1211 | Município de Alvarães | Município de Alvarães | | 04.628.335/0001-00 | AM | ALVARAES | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE FEIRA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE ALVARÃES/AM | 500.000 |
| 60110006 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 1211 | Município de Santo Antônio do Içá | Município de Santo Antônio do Içá | | 04.532.057/0001-92 | AM | SANTO ANTONIO DO ICA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos para o Município de | 500.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | Santo Antônio do Iça/AM, conforme detalhado no Plano de Trabalho | |
| 60110006 | 4137 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 53000 | 53101 | 1211 | Município de Tabatinga | Município de Tabatinga | | 04.011.805/0001-91 | AM | TABATINGA | 4 | 40 | Pavimentação de vias públicas na sede do Município de Tabatinga/AM | 1.000.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 00SX | DARCINOPOLIS | | | 25.064.072/0001-23 | TO | DARCINOPOLIS | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | 600.000 |
| 60110001 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 00SX | CONCEICAO DO TOCANTINS | | | 01.067.149/0001-50 | TO | CONCEICAO DO TOCANTINS | 4 | 40 | INFRAESTRUTURA | 500.000 |
| 60110001 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 00SX | ITAGUATINS | | | 01.395.458/0001-50 | TO | ITAGUATINS | 4 | 40 | INFRAESTRUTURA | 500.000 |
| 60110001 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 00SX | SAMPAIO | | | 25.086.828/0001-35 | TO | SAMPAIO | 4 | 40 | INFRAESTRUTURA | 500.000 |
| 60110001 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 00SX | PAU DARCO | | | 25.063.991/0001-82 | TO | PAU D'ARCO | 4 | 40 | INFRAESTRUTURA | 500.000 |
| 60110001 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 00SX | PRAIA NORTE | | | 25.061.789/0001-11 | TO | PRAIA NORTE | 4 | 40 | INFRAESTRUTURA | 2.828.653 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 00SX | CONCEICAO DO TOCANTINS | | | 01.067.149/0001-50 | TO | CONCEICAO DO TOCANTINS | 4 | 40 | Construção de ponte em área rural do Município de Conceição do Tocantins | 500.000 |
| 60110001 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 00SX | ITAGUATINS | | | 01.395.458/0001-50 | TO | ITAGUATINS | 4 | 40 | Construção de pontes na zona rural do Município de Itaguatins/TO | 500.000 |
| 60110001 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 00SX | PRAIA NORTE | | | 25.061.789/0001-11 | TO | PRAIA NORTE | 4 | 40 | Pavimentação de estrada vicinal no Município de Praia Norte/TO | 2.828.653 |
| 60110001 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 00SX | PAU D'ARCO | | | 25.063.991/0001-82 | TO | PAU D'ARCO | 4 | 40 | Pavimentação de estrada vicinal no Município de Pau D'arco/TO | 500.000 |
| 60110001 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 00SX | SAMPAIO | | | 25.086.828/0001-35 | TO | SAMPAIO | 4 | 40 | Construção de Ponte no Município de Sampaio | 500.000 |
| 60110001 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 00SX | GOIANORTE | | | 25.086.612/0001-70 | TO | GOIANORTE | 4 | 40 | Pavimentação de estrada vicinal no Município de Goianorte/TO | 600.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 1211 | ARAGUANÃ | | | 25.063.892/0001-09 | TO | ARAGUANA | 4 | 40 | INFRAESTRUTURA | 500.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 1211 | BOM JESUS DO TOCANTINS | | | 37.420.775/0001-26 | TO | BOM JESUS DO TOCANTINS | 4 | 40 | INFRAESTRUTURA | 500.000 |
| 60110006 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 1211 | CARRASCO BONITO | | | 25.064.023/0001-90 | TO | CARRASCO BONITO | 4 | 40 | INFRAESTRUTURA | 500.000 |
| 60110006 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 1211 | TABOCÃO | | | 37.421.112/0001-26 | TO | FORTALEZA DO TABOCAO | 4 | 40 | INFRAESTRUTURA | 500.000 |
| 60110006 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 1211 | PIUM | | | 01.189.497/0001-09 | TO | PIUM | 4 | 40 | INFRAESTRUTURA | 951.862 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 1211 | PIUM | | | 01.189.497/0001-09 | TO | PIUM | 4 | 40 | Pavimentação Urbana no Setor Piauzinho de Pium/TO | 951.862 |
| 60110006 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 1211 | ARAGUANA | | | 25.063.892/0001-09 | TO | ARAGUANA | 4 | 40 | RECAPEAMENTO DE VIAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE ARAGUANÃ/TO | 500.000 |
| 60110006 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 1211 | CARRASCO BONITO | | | 25.064.023/0001-90 | TO | CARRASCO BONITO | 4 | 40 | Pavimentação de vias no Município de Carrasco Bonito/TO | 500.000 |
| 60110006 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 1211 | BOM JESUS DO TOCANTINS | | | 37.420.775/0001-26 | TO | BOM JESUS DO TOCANTINS | 4 | 40 | Construção de pontes no Município de Bom Jesus do Tocantins/TO | 500.000 |
| 60110006 | 4096 | Irajá Silvestre Filho | 53000 | 53101 | 1211 | FORTALEZA DO TABOCAO | | | 37.421.112/0001-26 | TO | FORTALEZA DO TABOCAO | 4 | 40 | RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS NO | 500.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | MUNICIPIO DE TABOCÃO/TO | |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 2263 | Jader Fontenelle Barbalho | 53000 | 53101 | 1211 | Prefeitura Municipal de Anajás | | | 05.849.955/0001-31 | PA | ANAJAS | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | 500.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 2263 | Jader Fontenelle Barbalho | 53000 | 53101 | 1211 | Prefeitura Municipal de Anajás | | | 05.849.955/0001-31 | PA | ANAJAS | 4 | 40 | Aquisição de máquinas, equipamentos e bens permanentes. | 500.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4182 | José da Cruz Marinho | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE CURUÇÁ | MUNICÍPIO DE CURUÇÁ | MUNICÍPIO DE CURUÇÁ | 05.171.939/0001-32 | PA | CURUCA | 4 | 40 | Recuperação de estradas vicinais | 7.505.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4182 | José da Cruz Marinho | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Curuçá | Município de Curuçá | Município de Curuçá | 05.171.939/0001-32 | PA | CURUCA | 4 | 40 | Construção de estradas vicinais | 7.505.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE ANADIA - AL | MUNICÍPIO DE ANADIA - AL | MUNICÍPIO DE ANADIA - AL | 12.227.351/0001-19 | AL | ANADIA | 4 | 40 | 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. | 700.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE FELIZ DESERTO - AL | | | 12.242.020/0001-58 | AL | FELIZ DESERTO | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE FELIZ DESERTO - AL | 700.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICIPIO DE BELO MONTE- AL | MUNICIPIO DE BELO MONTE- AL | MUNICIPIO DE BELO MONTE- AL | 12.250.163/0001-01 | AL | BELO MONTE | 4 | 40 | 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. | 500.000 |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | CHÃ PRETA - AL | CHÃ PRETA - AL | CHÃ PRETA - AL | 12.334.629/0001-57 | AL | CHA PRETA | 4 | 40 | 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. | 800.000 |
| 60110001 | 2289 | José Renan | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE MAR | MUNICÍPIO DE MAR | MUNICÍPIO DE MAR | 12.333.761/0001-44 | AL | MAR VERMELHO | 4 | 40 | 00SX - Apoio a Projetos de | 800.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Vasconcelos Calheiros | | | | VERMELHO -AL | VERMELHO - AL | VERMELHO - AL | | | | | | Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. | |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | PAULO JACINTO - AL | PAULO JACINTO - AL | PAULO JACINTO - AL | 12.335.030/0001-38 | AL | PAULO JACINTO | 4 | 40 | 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. | 528.653 |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE PORTO CALVO -AL | MUNICÍPIO DE PORTO CALVO -AL | MUNICÍPIO DE PORTO CALVO -AL | 12.366.720/0001-54 | AL | PORTO CALVO | 4 | 40 | 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. | 700.000 |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE TANQUE D' ARCA- AL | MUNICÍPIO DE TANQUE D' ARCA- AL | MUNICÍPIO DE TANQUE D' ARCA- AL | 12.241.865/0001-29 | AL | TANQUE D'ARCA | 4 | 40 | 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. | 700.000 |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE MARIBONDO- AL | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 40 | 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. | 651.862 |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | PALMEIRA DOS INDIOS - AL | PALMEIRA DOS INDIOS - AL | PALMEIRA DOS INDIOS - AL | 12.356.879/0001-98 | AL | PALMEIRA DOS INDIOS | 4 | 40 | 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. | 800.000 |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL | SÃO MIGUEL DOS CAMPOS -AL | SÃO MIGUEL DOS CAMPOS -AL | 12.264.222/0001-09 | AL | SAO MIGUEL DOS CAMPOS | 4 | 40 | 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. | 900.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2289 | José Renan | 53000 | 53101 | 00SX | BELO MONTE- AL | | | 12.250.163/0001-01 | AL | BELO MONTE | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS | 500.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Vasconcelos Calheiros | | | | | | | | | | | | VICINAIS NO MUNICÍPIO DE BELO MONTE - AL | |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA - AL | | | 12.334.629/0001-57 | AL | CHA PRETA | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA. | 800.000 |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE MAR VERMELHO - AL | | | 12.333.761/0001-44 | AL | MAR VERMELHO | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE MAR VERMELHO- AL | 800.000 |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE PAULO JACINTO | | | 12.335.030/0001-38 | AL | PAULO JACINTO | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PAULO JACINTO - AL | 528.653 |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE PORTO CALVO- AL | | | 12.366.720/0001-54 | AL | PORTO CALVO | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO - AL | 700.000 |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE TANQUE D' ARCA - AL | | | 12.241.865/0001-29 | AL | TANQUE D'ARCA | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NA ZONA RURAL DE TANQUE D'ARCA - AL. | 700.000 |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE MARIBONDO - AL | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 40 | OBRA DE PAVIMENTAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE MARIBONDO - AL | 651.862 |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcel | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE PALMEIRA | | | 12.356.879/0001-98 | AL | PALMEIRA DOS INDIOS | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO EM ESTRADAS VICINAIS NO | 800.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | os Calheiros | | | | DOS ÍNDIOS - AL | | | | | | | | MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS- AL | |
| 60110001 | 2289 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS | | | 12.264.222/0001-09 | AL | SAO MIGUEL DOS CAMPOS | 4 | 40 | AMPLIAÇÃO NA FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL | 900.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4138 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICIPIO DE IRAUÇUBA | MUNICIPIO DE ARAUÇUBA | | 07.683.188/0001-69 | CE | IRAUCUBA | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO, ADEQUAÇÃO E DRENAGEM DA ESTRADA VICINAL | 1.000.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4138 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICIPIO DE IRAUÇUBA | MUNICIPIO DE IRAUÇUBA | | 07.683.188/0001-69 | CE | IRAUCUBA | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal no Município de Irauçuba/CE | 1.000.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2029 | Magno Pereira Malta | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Vargem Alta/ES | | | 31.723.570/0001-33 | ES | VARGEM ALTA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. | 830.487 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | Infraestrutura produtiva, pavimentação de estradas vicinais e rodovias, aquisição de máquinas e equipamentos. | |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2029 | Magno Pereira Malta | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Vargem Alta/ES | | | 31.723.570/0001-33 | ES | VARGEM ALTA | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos, conforme detalhamento constante no Plano de Trabalho | 830.487 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4094 | Mara Cristina Gabrilli | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI | PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI | PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI | 45.547.395/0001-85 | SP | IACRI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas | 500.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4094 | Mara Cristina Gabrilli | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA MUNICIPAL IACRI | PREFEITURA MUNICIPAL IACRI | PREFEITURA MUNICIPAL IACRI | 45.547.395/0001-85 | SP | IACRI | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO BASCULANTE | 500.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de São Julião | | | 06.553.846/0001-35 | PI | SAO JULIAO | 4 | 40 | Iluminação pública rural | 400.000 |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu | | | 06.553.630/0001-70 | PI | ANISIO DE ABREU | 4 | 40 | Construção de barragem | 2.000.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de São Julião | | | 06.553.846/0001-35 | PI | SAO JULIAO | 4 | 40 | Pavimentação em vias públicas na zona rural de São Julião/PI | 400.000 |
| 60110001 | 4183 | Marcelo Costa e Castro | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu | | | 06.553.630/0001-70 | PI | ANISIO DE ABREU | 4 | 40 | Construção de pequena barragem no município de Anísio de Breu/PI | 2.000.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4265 | Marcos Cesar Pontes | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA - SP | 45.318.995/0001-71 | SP | RIFAINA | 4 | 40 | INFRAESTRUTURA | 1.875.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4265 | Marcos Cesar Pontes | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA - SP | 45.318.995/0001-71 | SP | RIFAINA | 4 | 40 | Pavimentação da Estrada Vicinal Sucuri | 1.875.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 9224 | Marcos Rogério da Silva Brito | 53000 | 53101 | 1211 | Prefeitura Municipal de Mirante da Serra | | | 63.787.071/0001-04 | RO | MIRANTE DA SERRA | 4 | 40 | Obras | 1.856.103 |
| 60110006 | 9224 | Marcos Rogério da Silva Brito | 53000 | 53101 | 1211 | Prefeitura Municipal de Chupinguaia | | | 01.587.887/0001-29 | RO | CHUPINGUAIA | 4 | 40 | obra | 1.856.103 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 9224 | Marcos Rogério da Silva Brito | 53000 | 53101 | 1211 | Prefeitura Municipal de Chupinguaia | | | 01.587.887/0001-29 | RO | CHUPINGUAIA | 4 | 40 | Execução de pavimentação em vias urbanas | 1.856.103 |
| 60110006 | 9224 | Marcos Rogério | 53000 | 53101 | 1211 | Prefeitura Municipal | | | 63.787.071/0001-04 | RO | MIRANTE DA SERRA | 4 | 40 | Pavimentação em vias urbanas no Município de | 1.856.103 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | da Silva Brito | | | | de Mirante da Serra | | | | | | | | Mirante da Serra/RO | |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 3795 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 53000 | 53101 | 00SX | Município de LAPÃO/BA | Município de Lapão/BA | Lapão - BA | 13.891.528/0001-40 | BA | LAPAO | 4 | 40 | Obras civis e pequenas infraestruturas. | 800.000 |
| 60110001 | 3795 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Alagoinhas/BA | Município de Alagoinhas/BA | ALAGOINHAS/BA | 13.646.005/0001-38 | BA | ALAGOINHAS | 4 | 40 | Infraestrutura produtiva | 1.600.515 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 3795 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 53000 | 53101 | 00SX | Município de LAPÃO//BA | Município de LAPÃO//BA | LAPÃO/BA | 13.891.528/0001-40 | BA | LAPAO | 4 | 40 | Construção de Centro de Comercialização no Município de Lapão/BA | 800.000 |
| 60110001 | 3795 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Alagoinhas/BA | Município de Alagoinhas/BA | ALAGOINHAS/BA | 13.646.005/0001-38 | BA | ALAGOINHAS | 4 | 40 | Ampliação do Mercado Municipal do Distrito do Riacho da Guia - Alagoinhas/Bahia | 1.600.515 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | **Direta/Codevasf)** | | | | | | | | |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Ubiretama | | | 01.611.538/0001-03 | RS | UBIRETAMA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Ibirubá | | | 87.564.381/0001-10 | RS | IBIRUBA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 440.514 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Arroio do TIgre | | | 87.590.998/0001-00 | RS | ARROIO DO TIGRE | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Colorado | | | 87.613.527/0001-70 | RS | COLORADO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 450.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Alvorada | | | 88.000.906/0001-57 | RS | ALVORADA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Viamão | | | 88.000.914/0001-01 | RS | VIAMAO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Piratini | | | 88.861.448/0001-40 | RS | PIRATINI | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Dois Lajeados | | | 90.221.524/0001-03 | RS | DOIS LAJEADOS | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolviment | 400.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | o Sustentável Local Integrado | |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de São João do Polesine | | | 94.444.247/0001-40 | RS | SAO JOAO DO POLESINE | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Morro Reuter | | | 94.707.627/0001-20 | RS | MORRO REUTER | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Formigueiro | | | 97.228.126/0001-50 | RS | FORMIGUEIRO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 450.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Veranópólis | | | 98.671.597/0001-09 | RS | VERANOPOLIS | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Trindade do Sul | | | 92.399.211/0001-67 | RS | TRINDADE DO SUL | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | 440.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Ubiretama | | | 01.611.538/0001-03 | RS | UBIRETAMA | 4 | 40 | Pavimentação nas Estradas Vicinais do Município de Ubiretama/RS. | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Ibirubá | | | 87.564.381/0001-10 | RS | IBIRUBA | 4 | 40 | Pavimentação de estradas vicinais do | 440.514 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | Município de Ibirubá/RS. | |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Arroio do TIgre | | | 87.590.998/0001-00 | RS | ARROIO DO TIGRE | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE ARROIO DOTIGRE. | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Colorado | | | 87.613.527/0001-70 | RS | COLORADO | 4 | 40 | Aquisição de Quadriciclo e implementos agrícolas para o Município de Colorado/RS. | 450.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Alvorada | | | 88.000.906/0001-57 | RS | ALVORADA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho. | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Viamão | | | 88.000.914/0001-01 | RS | VIAMAO | 4 | 40 | Pavimentação em Estrada Vicinal no Município de Viamão/RS. | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Piratini | | | 88.861.448/0001-40 | RS | PIRATINI | 4 | 40 | Aquisição de Retroescavadeira. | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Dois Lajeados | | | 90.221.524/0001-03 | RS | DOIS LAJEADOS | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE DOIS LAJEADOS/RS. | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de São João do Polesine | | | 94.444.247/0001-40 | RS | SAO JOAO DO POLESINE | 4 | 40 | Implantação de Pavimentação em Estrada Vicinal no Município de | 400.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | São João do Polêsine/RS. | |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Morro Reuter | | | 94.707.627/0001-20 | RS | MORRO REUTER | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE MORRO REUTER/RS. | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Formigueiro | | | 97.228.126/0001-50 | RS | FORMIGUEIRO | 4 | 40 | Aquisição de Caminhão Pipa. | 450.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Veranopolis | | | 98.671.597/0001-09 | RS | VERANOPOLIS | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS/RS. | 400.000 |
| 60110001 | 2023 | Paulo Renato Paim | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Trindade do Sul | | | 92.399.211/0001-67 | RS | TRINDADE DO SUL | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais. | 440.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Itamarandiba | | | 16.886.871/0001-94 | MG | ITAMARANDIBA | 4 | 40 | Obra Rural | 500.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Paula Cândido | | | 17.763.715/0001-07 | MG | PAULA CANDIDO | 4 | 40 | Obra Rural | 500.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Cajuri | | | 18.132.456/0001-70 | MG | CAJURI | 4 | 40 | Obra Rural | 700.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Canaã | | | 18.132.712/0001-20 | MG | CANAA | 4 | 40 | Obra Rural | 500.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Santa Juliana | | | 18.140.780/0001-30 | MG | SANTA JULIANA | 4 | 40 | Obra Rural | 3.000.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Nova Ponte | | | 18.159.905/0001-74 | MG | NOVA PONTE | 4 | 40 | Obra Rural | 1.000.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Ferros | | | 18.299.529/0001-13 | MG | FERROS | 4 | 40 | Obra Rural | 1.700.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Rio Manso | | | 18.363.978/0001-83 | MG | RIO MANSO | 4 | 40 | Obra Rural | 400.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Bonfim | | | 18.363.945/0001-33 | MG | BONFIM | 4 | 40 | Obra Rural | 500.515 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Itamarandiba | | | 16.886.871/0001-94 | MG | ITAMARANDIBA | 4 | 40 | Pavimentação de estradas vicinais. | 500.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Munícipio de Paula Cândido | | | 17.763.715/0001-07 | MG | PAULA CANDIDO | 4 | 40 | Execução de obras de pavimentação de estradas vicinais. | 500.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICIPIO DE CAJURI | | | 18.132.456/0001-70 | MG | CAJURI | 4 | 40 | PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL. | 700.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICIPIO DE CANAA | | | 18.132.712/0001-20 | MG | CANAA | 4 | 40 | Execução de obras de pavimentação de estradas vicinais. | 500.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICIPIO DE SANTA JULIANA | | | 18.140.780/0001-30 | MG | SANTA JULIANA | 4 | 40 | Pavimentação de estradas rurais no Município de Santa Juliana/MG. | 3.000.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICIPIO DE NOVA PONTE | | | 18.159.905/0001-74 | MG | NOVA PONTE | 4 | 40 | Pavimentação de estradas rurais no Município de Nova Ponte/MG | 1.000.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICIPIO DE FERROS | | | 18.299.529/0001-13 | MG | FERROS | 4 | 40 | Construção de Ponte no Município de Ferros/MG. | 1.700.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICIPIO DE RIO MANSO | | | 18.363.978/0001-83 | MG | RIO MANSO | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais do Município de Rio Manso/MG. | 400.000 |
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICIPIO DE BONFIM | | | 18.363.945/0001-33 | MG | BONFIM | 4 | 40 | Pavimentação de estradas Vicinais do Município de Bonfim/MG | 500.515 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 2914 | Sérgio de Oliveira Cunha | 53000 | 53101 | 1211 | Prefeitura de Manoel Urbano | | | 04.051.207/0001-46 | AC | MANOEL URBANO | 4 | 40 | Melhorias na infraestrutura municipal | 1.000.000 |
| 60110006 | 2914 | Sérgio de Oliveira Cunha | 53000 | 53101 | 1211 | Prefeitura de Brasileia | | | 04.508.933/0001-45 | AC | BRASILEIA | 4 | 40 | Melhoria na infraestrutura esportiva | 1.500.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 2914 | Sérgio de Oliveira Cunha | 53000 | 53101 | 1211 | Prefeitura de Manoel Urbano | | | 04.051.207/0001-46 | AC | MANOEL URBANO | 4 | 40 | Construção de centro comunitário no Município de Manoel Urbano | 1.000.000 |
| 60110006 | 2914 | Sérgio de Oliveira Cunha | 53000 | 53101 | 1211 | Prefeitura de Brasileia | | | 04.508.933/0001-45 | AC | BRASILEIA | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE ESPORTES NA ESCOLA FRANCISCO GERMANO E COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES DA PRAÇA ANGELINA FRANK | 1.500.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Alcinópolis | | | 37.226.651/0001-04 | MS | ALCINOPOLIS | 4 | 40 | Cascalhamento de estrada vicinais. | 1.000.000 |

**PARA:**

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Alcinópolis | | | 37.226.651/0001-04 | MS | ALCINOPOLIS | 4 | 40 | Pavimentação de estradas vicinais no município aLCINÓPOLIS. | 1.000.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 1211 | Município de Aral Moreira | | | 03.759.271/0001-13 | MS | ARAL MOREIRA | 4 | 40 | Cascalhamento de estradas vicinais. | 951.862 |
| 60110006 | 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 1211 | Município de Ponta Porã | | | 03.434.792/0001-09 | MS | PONTA PORA | 4 | 40 | Cascalhamento de estradas vicinais | 1.000.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110006 | 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 1211 | Município de Aral Moreira | | | 03.759.271/0001-13 | MS | ARAL MOREIRA | 4 | 40 | Recapeamento de vias urbanas do município de Aral Moreira/MS. | 951.862 |
| 60110006 | 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 1211 | Município de Ponta Porã | | | 03.434.792/0001-09 | MS | PONTA PORA | 4 | 40 | Pavimentação de vias urbanas no município de Ponta Porã/MS. | 1.000.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. | Favorecido | Beneficiário Final (Execução | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | **Solicitante** | | | **Ação** | | **Direta/Codevasf)** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4088 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Natuba | | | 09.072.448/0001-95 | PB | NATUBA | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | 428.653 |
| 60110001 | 4088 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Assunção | | | 01.612.635/0001-02 | PB | ASSUNCAO | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | 450.000 |
| 60110001 | 4088 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 53000 | 53101 | 00SX | Município de São José do Brejo do Cruz | | | 01.612.692/0001-91 | PB | SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | 400.000 |
| 60110001 | 4088 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 53000 | 53101 | 00SX | Município de São Mamede | | | 08.922.718/0001-47 | PB | SAO MAMEDE | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | 400.000 |
| 60110001 | 4088 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Barra de São Miguel | | | 08.701.708/0001-81 | PB | BARRA DE SAO MIGUEL | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | 450.000 |
| 60110001 | 4088 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Pedra Lavrada | | | 08.740.466/0001-35 | PB | PEDRA LAVRADA | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | 400.000 |

**PARA:**

| **EMENDA** | **Cod. Parlamentar** | **Parlamentar Solicitante** | **Cod. Órgão** | **Cod. UO** | **Cod. Ação** | **Favorecido** | **Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)** | **Município Indicação Vinculadas** | **CNPJ** | **UF** | **Município** | **GND** | **Mod** | **Objeto** | **Valor Indicado** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4088 | Veneziano Vital do Rêgo | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Natuba | | | 09.072.448/0001-95 | PB | NATUBA | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos, | 428.653 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Segundo Neto | | | | | | | | | | | | conforme detalhado no Plano de Trabalho | |
| 60110001 | 4088 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Assunção | | | 01.612.635/0001-02 | PB | ASSUNCAO | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais no Município de Assunção/PB | 450.000 |
| 60110001 | 4088 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 53000 | 53101 | 00SX | Município de São José do Brejo do Cruz | | | 01.612.692/0001-91 | PB | SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho | 400.000 |
| 60110001 | 4088 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 53000 | 53101 | 00SX | Município de São Mamede | | | 08.922.718/0001-47 | PB | SAO MAMEDE | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho | 400.000 |
| 60110001 | 4088 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Barra de São Miguel | | | 08.701.708/0001-81 | PB | BARRA DE SAO MIGUEL | 4 | 40 | Construção de Passagens Molhadas no Município de Barra de São Miguel/PB | 450.000 |
| 60110001 | 4088 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Pedra Lavrada | | | 08.740.466/0001-35 | PB | PEDRA LAVRADA | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais no Sítio Alto do Umbuzeiro, Localizado na Zona Rural do Município de Pedra Lavrada/PB | 400.000 |

**DE:**

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2969 | Wilder Pedro de Morais | 53000 | 53101 | 00SX | MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS | | | 01.067.479/0001-46 | GO | ANAPOLIS | 4 | 40 | MODERNIZAÇÃO DE FEIRAS | 1.000.000 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2969 | Wilder Pedro de Morais | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA DE ANAPOLIS | | | 01.067.479/0001-46 | GO | ANAPOLIS | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE FEIRAS NO MUNICÍPIO | 1.000.000 |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110002 | 2969 | Wilder Pedro de Morais | 56000 | 56101 | 00T1 | PREFEITURA DE CRISTALINA | | | 01.138.122/0001-01 | GO | CRISTALINA | 4 | 40 | QUALIFICAÇÃO VIÁRIA DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO | 980.974 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110002 | 2969 | Wilder Pedro de Morais | 56000 | 56101 | 00T1 | PREFEITURA DE ARUANA | | | 01.067.081/0001-00 | GO | ARUANA | 4 | 40 | QUALIFICAÇÃO VIÁRIA URBANAS NO MUNCIPIO | 580.974 |
| 60110002 | 2969 | Wilder Pedro de Morais | 56000 | 56101 | 00T1 | PREFEITURA DE BARRO ALTO | | | 02.355.675/0001-89 | GO | BARRO ALTO | 4 | 40 | QUALIFICAÇÃO VIÁRIA DE VIAS URBANAS NO | 400.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**

**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE – 10ª REUNIÃO DA CDR**

LOA 2026 - LEI Nº 15.346/2026

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | MUNICÍPIO DE BARRO ALTO | |

**DE:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4091 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ | | 08.358.889/0001-95 | RN | SANTA CRUZ | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE POÇO DE ALTA PROFUNDIDADE | 1.000.055 |

**PARA:**

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4091 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ | | 08.358.889/0001-95 | RN | SANTA CRUZ | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUPAMENTOS AGRICOLAS | 567.350 |
| 60110001 | 4091 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ | | 08.358.889/0001-95 | RN | SANTA CRUZ | 4 | 40 | INSTALAÇÃO DE POÇOS NO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ RN | 432.705 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5590963813

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7. **(RETIFICADA EM 29 DE ABRIL DE 2026 NA 10ª REUNIÃO).**

Às quatorze horas e três minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e seis, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberar as indicações para as programações decorrentes da Emenda RP8 desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2026, nos termos da Lei Complementar 210/2024; Lei 15.346/2025 (LOA 2026); Lei 15.321/2025 (LDO 2026); Resolução do Congresso Nacional 1/2006; Portaria Conjunta MPO/MGI/SRI-PR 2/2026 e Ofícios 78/2026 e 83/2026, ambos da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária, conforme planilhas anexas. Registram presença os Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jussara Lima, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Weverton, Alan Rick e Hamilton Mourão. Registram presença, ainda, os Senadores Izalci Lucas, Zenaide Maia, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presente reunião destina-se ao segundo bloco de deliberação. Há 225 (duzentas e vinte e cinco) indicações para análise, das quais 58 (cinquenta e oito) são novas e 150 (cento e cinquenta) são alterações em indicações já aprovadas no primeiro ciclo deste ano. Os pedidos de alteração decorrem de óbices à execução orçamentária por impedimento técnico apontado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária por meio dos Ofícios 78/2026 e 83/2026. Constam, ainda, 17 indicações retiradas pelos próprios solicitantes, a serem rejeitadas. Relatoria e coordenação das indicações da CRA: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das indicações, novas e alteradas, bem como pela rejeição das indicações relacionadas no Anexo III. Passa-se à deliberação das indicações. Resultado: Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou o Relatório e aprovou, até o presente, **514 (quinhentas e quatorze) indicações, totalizando R$ 314.699.717,00 (trezentos e quatorze milhões seiscentos e noventa e nove mil setecentos e dezessete reais)**. Rejeitadas 17 (dezessete) indicações, constantes do Anexo III. O Anexo I compreende exclusivamente as 150 indicações alteradas. O Anexo II compreende todas as indicações aprovadas por esta Comissão até o presente. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da oitava Reunião, que é aprovada. Sem mais, encerra-se a reunião às quatorze horas e oito minutos.

**SENADOR ZEQUINHA MARINHO**
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Anexo I: indicações alteradas**

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | Substitui? | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4704 | 2231 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF. CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas e Equipamentos - 13 TRATORES AGRÍCOLA modelo LOVOL TB754 CABINADO Valor unitário R$ 129.900,00 | R$ 1.688.700,00 |
| 2 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4703 | 2231 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF. CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição máquinas e equipamento - aquisição de 04 RESTROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX Valor unitário: R$ 288.000,00 | R$ 1.125.000,00 |
| 3 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4675 | 2898 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Trajano de Moraes/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| 4 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4676 | 2899 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Itaocara/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| 5 | Carlos Alberto Dias Viana | 4939 | 4065 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | | 01.613.076/0001-55 | MG | CURRAL DE DENTRO | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola | R$ 107.774,00 |
| 6 | Carlos Francisco Portinho | 4667 | 3342 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Guapimirim/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| 7 | Carlos Francisco Portinho | 4666 | 3341 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Paraíba do Sul/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Retroescavedeira | R$ 301.571,00 |
| 8 | Carlos Francisco Portinho | 4663 | 3339 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Itaperuna/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ 575.917,00 |
| 9 | Carlos Francisco Portinho | 4791 | 3340 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 154.974,00 |
| 10 | Carlos Francisco Portinho | 4665 | 3338 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Macuco/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 481.676,00 |
| 11 | Carlos Francisco Portinho | 4661 | 3337 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Carmo/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 2 - Tratores Agrícolas | R$ 309.948,00 |
| 12 | Confúcio Aires Moura | 4917 | 2780 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | NOVA BRASILANDIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de 1 (uma) retroescavadeira e 2 (duas) pás carregadeiras. | R$ 1.000.000,00 |
| 13 | Confúcio Aires Moura | 4816 | 2791 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | CORUMBIARA | | 00.396.895/0001-25 | RO | CORUMBIARA | 4 | 90 | Aquisição de Trator. | R$ 302.436,00 |
| 14 | Confúcio Aires Moura | 4819 | 2783 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | ITAPUA DO OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator e ensiladeira frontal. | R$ 700.000,00 |
| 15 | Confúcio Aires Moura | 4818 | 2785 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | | 00.396.895/0001-25 | RO | SAO FRANCISCO DO GUAPORE | 4 | 90 | Aquisição de tratores. | R$ 700.000,00 |
| 16 | Confúcio Aires Moura | 4918 | 2776 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | JARU | JARU | | 04.279.238/0001-59 | RO | JARU | 4 | 40 | Aquisição de caminhão caçamba, retroescavadeira e pá carregadeira. | R$ 1.500.000,00 |
| 17 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4920 | 3648 / 3625 / 3634 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | COREMAS - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | COREMAS | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Coremas/PB. | R$ 480.974,00 |
| 18 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4922 | 3648 / 3625 / 3634 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | LUCENA - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | LUCENA | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Lucena - PB | R$ 500.000,00 |
| 19 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4921 | 3648 / 3625 / 3634 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | MONTEIRO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | MONTEIRO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Monteiro/PB. | R$ 500.000,00 |
| 20 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4919 | 3648 / 3625 / 3634 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | BOQUEIRÃO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | BOQUEIRAO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água no município de Boqueirão/PB. | R$ 500.000,00 |
| 21 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4965 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 22 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4954 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Trator Agrícola | R$ 135.745,00 |
| 23 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4956 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MAR VERMELHO | | | 12.333.761/0001-44 | AL | MAR VERMELHO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 24 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4976 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO NORTE | | | 12.200.317/0001-50 | AL | SANTA LUZIA DO NORTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 25 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4986 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BATALHA | | | 12.250.056/0001-83 | AL | BATALHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 26 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4973 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 27 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4967 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 28 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4952 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ANADIA | | | 12.227.351/0001-19 | AL | ANADIA | 4 | 90 | 01 equipamento: motoniveladora | R$ 500.555,00 |
| 29 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4983 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PARICONHA | | | 35.634.435/0001-72 | AL | PARICONHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 30 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4957 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 31 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4987 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BELO MONTE | | | 12.250.163/0001-01 | AL | BELO MONTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 32 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4960 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 33 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4962 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 34 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4982 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO CASADO | | | 12.350.146/0001-46 | AL | OLHO D'AGUA DO CASADO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 35 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4961 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 36 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4981 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MATA GRANDE | | | 12.226.205/0001-79 | AL | MATA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 37 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4979 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CANAPI | | | 12.367.892/0001-42 | AL | CANAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 38 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4993 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE JARAMATAIA | | | 12.207.544/0001-08 | AL | JARAMATAIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 39 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4953 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | Um equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 40 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4969 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE COITÉ DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 41 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4966 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 42 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4955 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE LAGOA DA CANOA | | | 12.207.551/0001-00 | AL | LAGOA DA CANOA | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 43 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4975 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SATUBA | | | 12.200.333/0001-43 | AL | SATUBA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 44 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4985 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ARAPIRACA | | | 12.198.693/0003-10 | AL | ARAPIRACA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 45 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4958 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 46 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4989 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CRAIBAS | | | 08.439.549/0001-99 | AL | CRAIBAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 47 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4964 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 48 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4963 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 49 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4992 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE | | | 12.207.528/0001-15 | AL | FEIRA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 50 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4972 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE COITÉ DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 51 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4959 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 52 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4974 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 53 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4978 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE AGUA BRANCA | | | 12.350.153/0001-48 | AL | AGUA BRANCA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 54 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4980 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA | | | 12.224.895/0001-27 | AL | DELMIRO GOUVEIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 55 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4968 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 56 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4977 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE RIO LARGO | | | 12.200.168/0001-20 | AL | RIO LARGO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 57 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4988 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE | | | 12.198.701/0001-66 | AL | CAMPO GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 58 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4984 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PIRANHAS | | | 12.225.546/0001-20 | AL | PIRANHAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 59 | Fabiano Contarato | 4727 | 743 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | | 00.396.895/0001-25 | ES | JOAO NEIVA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| 60 | Fabiano Contarato | 4730 | 746 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | | 00.396.895/0001-25 | ES | MUCURICI | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 61 | Fabiano Contarato | 4729 | 693 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE DO NORTE | | 00.396.895/0001-25 | ES | AGUA DOCE DO NORTE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| 62 | Fabiano Contarato | 4722 | 749 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | | 00.396.895/0001-25 | ES | SAO GABRIEL DA PALHA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA | R$ 510.000,00 |
| 63 | Fabiano Contarato | 4731 | 701 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | | 00.396.895/0001-25 | ES | CONCEICAO DO CASTELO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 430.000,00 |
| 64 | Fabiano Contarato | 4728 | 752 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | | 00.396.895/0001-25 | ES | VARGEM ALTA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 65 | Fabiano Contarato | 4724 | 698 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | | 00.396.895/0001-25 | ES | ITARANA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA | R$ 810.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 66 | Fabiano Contarato | 4726 | 709 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU | | 00.396.895/0001-25 | ES | IBIRACU | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ | 380.000,00 |
| 67 | Fabiano Contarato | 4725 | 1968 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | | 00.396.895/0001-25 | ES | JAGUARE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ | 495.240,00 |
| 68 | Fernando Lopes de Farias | 4900 | 3909 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 01 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMGLW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00 | R$ | 280.000,00 |
| 69 | Fernando Lopes de Farias | 4898 | 3909 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 TRATORES AGRÍCOLAS modelo LOVOL TB754 CABINADO no valor unitário de R$ 129.900,00 | R$ | 779.400,00 |
| 70 | Fernando Lopes de Farias | 4895 | 3909 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 | R$ | 1.728.000,00 |
| 71 | Izalci Lucas Ferreira | 4522 | 1653 1660 1659 1655 1649 1647 1663 1664 1651 1654 1661 1648 1657 1658 1662 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Vila Boa GO | Vila Boa GO | | 37.388.378/0001-14 | GO | VILA BOA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Vila Boa GO | R$ | 200.000,00 |
| 72 | Izalci Lucas Ferreira | 4516 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alvorada do Norte GO | Alvorada do Norte GO | | 02.367.597/0001-32 | GO | ALVORADA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO | R$ | 200.000,00 |
| 73 | Izalci Lucas Ferreira | 4520 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Planaltina Goiás | Planaltina Goiás | | 01.740.422/0001-66 | GO | PLANALTINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Planaltina Goiás | R$ | 200.000,00 |
| 74 | Izalci Lucas Ferreira | 4515 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alto Paraíso GO | Alto Paraíso GO | | 01.740.455/0001-06 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alto Paraíso GO | R$ | 200.000,00 |
| 75 | Izalci Lucas Ferreira | 4521 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cavalcante GO | Cavalcante GO | | 01.738.772/0001-98 | GO | CAVALCANTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cavalcante GO | R$ | 200.000,00 |
| 76 | Izalci Lucas Ferreira | 4733 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Água Fria de Goiás | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás | R$ | 180.974,00 |
| 77 | Izalci Lucas Ferreira | 4517 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Formosa GO | Formosa GO | | 01.738.780/0001-34 | GO | FORMOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Formosa GO | R$ | 200.000,00 |
| 78 | Izalci Lucas Ferreira | 4514 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alexânia GO | Alexânia GO | | 01.298.975/0001-00 | GO | ALEXANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alexânia GO | R$ | 200.000,00 |
| 79 | Izalci Lucas Ferreira | 4518 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cocalzinho de Goiás | Cocalzinho de Goiás | | 36.985.463/0001-05 | GO | COCALZINHO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cocalzinho de Goiás | R$ | 200.000,00 |
| 80 | Izalci Lucas Ferreira | 4519 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Niquelândia GO | Niquelândia GO | | 02.215.895/0001-07 | GO | NIQUELANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Niquelândia GO | R$ | 200.000,00 |
| 81 | Juder Fontenelle Barbalho | 4668 | 1405 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Novo Progresso | | | 10.221.786/0001-20 | PA | NOVO PROGRESSO | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ | 600.000,00 |
| 82 | Jayme Verissimo de Campos | 4994 | 2751 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS | | 00.396.895/0001-25 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas. | R$ | 1.300.000,00 |
| 83 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4533 | 2623 2620 2647 2639 2624 2641 2627 2616 2622 2637 2645 2636 2643 2625 2629 2618 2634 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 84 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4539 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO - CNPJ 01.493.998/0001-76 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAMPOS VERDES | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 85 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4541 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 86 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4545 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO - CNPJ 00.078.790/0001-28 | | 00.396.895/0001-25 | GO | DOVERLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 87 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4534 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ | 544.503,00 |
| 88 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4543 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 89 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4530 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0001-25 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 90 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4540 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO - CNPJ 01.168.145/0001-69 | | 00.396.895/0001-25 | GO | PIRANHAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 91 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4537 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE INDIARA - GO - CNPJ 00.005.959/0001-10 | | 00.396.895/0001-25 | GO | INDIARA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 92 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4536 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE MONTE CLARO DE GOIAS - CNPJ 01126341/0001-70 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MONTE ALEGRE DE GOIAS | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 93 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4532 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE VALPRAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 94 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4544 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO - CNPJ 01.915.313/0001-32 | | 00.396.895/0001-25 | GO | FAZENDA NOVA | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ | 544.503,00 |
| 95 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4535 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 96 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4538 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO - CNPJ 01.135.227/0001-07 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MOZARLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 97 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4529 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0068-32 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 98 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4542 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 99 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4531 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO CNPJ 01.300.094/0001-87 | | 00.396.895/0001-25 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 100 | Jorge Seif Júnior | 4907 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Brunópolis | | | 01.613.853/0001-61 | SC | BRUNOPOLIS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 101 | Jorge Seif Júnior | 4905 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Bom Jesus | | | 01.551.148/0001-87 | SC | BOM JESUS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 102 | Jorge Seif Júnior | 4913 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São José do Cedro | | | 83.026.781/0001-10 | SC | SAO JOSE DO CEDRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 103 | Jorge Seif Júnior | 4910 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Meleiro | | | 82.837.741/0001-96 | SC | MELEIRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 104 | Jorge Seif Júnior | 4914 | 3049 3059 3044 3045 3055 3046 3043 3057 3051 3053 3048 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Abelardo Luz | | | 83.009.886/0001-61 | SC | ABELARDO LUZ | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 105 | Jorge Seif Júnior | 4908 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 264.000,00 |
| 106 | Jorge Seif Júnior | 4912 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São Bernardino | | | 01.612.812/0001-50 | SC | SAO BERNARDINO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 107 | Jorge Seif Júnior | 4911 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Saudades | | | 83.021.881/0001-54 | SC | SAUDADES | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 108 | Jorge Seif Júnior | 4916 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Águas de Chapecó | | | 82.804.212/0001-96 | SC | AGUAS DE CHAPECO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 254.000,00 |
| 109 | Jorge Seif Júnior | 4909 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Caxambu do Sul | | | 83.021.816/0001-29 | SC | CAXAMBU DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 110 | José da Cruz Marinho | 4657 | 240 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 20ZV | ASSOCIAÇAO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO [illegible] | ASSOCIAÇAO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO [illegible] | Santarém Novo | 22.064.816/0001-11 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 50 | Aquisição de trator com implementos agrícolas | R$ | 250.000,00 |
| 111 | José Roberto Oliveira Faro | 4721 | 1209 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Baião | Baião | 00.396.895/0001-25 | PA | BAIAO | 4 | 90 | Aquisição de duas retroescavadeiras. Modelo JCB/3CX. | R$ | 680.000,00 |
| 112 | José Roberto Oliveira Faro | 4723 | 1211 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Dom Eliseu | Dom Eliseu | 00.396.895/0001-25 | PA | DOM ELISEU | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola, Modelo XCMG/XT804-5EBR. | R$ | 272.436,00 |
| 113 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4732 | 1989 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | TABULEIRO DO NORTE | 05.492.601/0001-82 | CE | TABULEIRO DO NORTE | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ | 135.850,00 |
| 114 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4717 | 1359 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | RUSSAS | 34.426.656/0001-92 | CE | RUSSAS | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ | 200.000,00 |
| 115 | Magno Pereira Malta | 4806 | 2003 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Alto Rio Novo/ES CNPJ: 31.796.659/0001-20 | Alto Rio Novo/ES | 00.396.895/0001-25 | ES | ALTO RIO NOVO | 4 | 90 | Trator agrícola LOVOL TB754 CABINADO | R$ | 174.974,00 |
| 116 | Nelson Trad Filho | 5016 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Aparecida do Taboado | | 03.563.335/0001-06 | MS | APARECIDA DO TABOADO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 117 | Nelson Trad Filho | 5019 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Nova Alvorada do Sul | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 118 | Nelson Trad Filho | 5070 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Rochedo | | 03.501.566/0001-95 | MS | ROCHEDO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 119 | Nelson Trad Filho | 5043 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Bandeirantes | | 03.501.491/0001-42 | MS | BANDEIRANTES | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário | R$ | 204.353,00 |
| 120 | Nelson Trad Filho | 5071 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Taquarussu | | 03.923.703/0001-80 | MS | TAQUARUSSU | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 121 | Nelson Trad Filho | 5065 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Coronel Sapucia | | 01.988.914/0001-75 | MS | CORONEL SAPUCAIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ | 436.126,00 |
| 122 | Nelson Trad Filho | 5066 | 3162 3171 3166 3072 3115 3155 3071 3160 3151 3108 3149 3147 3163 3165 3159 3121 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Jateí | | 03.783.859/0001-02 | MS | JATEI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 123 | Nelson Trad Filho | 5018 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Ivinhema | | 03.575.875/0001-00 | MS | IVINHEMA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 124 | Nelson Trad Filho | 5069 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Rio Negro | | 03.501.558/0001-49 | MS | RIO NEGRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 125 | Nelson Trad Filho | 5067 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Nioaque | | 03.073.699/0001-08 | MS | NIOAQUE | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 126 | Nelson Trad Filho | 5021 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Costa Rica | | 15.389.596/0001-30 | MS | COSTA RICA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 127 | Nelson Trad Filho | 5004 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Amambai | | 03.568.433/0001-36 | MS | AMAMBAI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 128 | Nelson Trad Filho | 5064 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Corguinho | | 03.501.525/0001-07 | MS | CORGUINHO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira | R$ | 293.194,00 |
| 129 | Nelson Trad Filho | 5017 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Douradina | | 15.479.751/0001-00 | MS | DOURADINA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 130 | Nelson Trad Filho | 5038 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Terenos | | 03.501.582/0001-88 | MS | TERENOS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 131 | Nelson Trad Filho | 5015 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 003968950001-25 | PM de Antônio João | | 03.567.930/0001-10 | MS | ANTONIO JOAO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 132 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4669 | 4073 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia | | | 18.301.028/0001-24 | MG | ESTRELA DO INDAIA | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 133 | Rogério Simonetti Marinho | 4684 | 2959 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | TENENTE LAURENTINO CRUZ | | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| 134 | Rogério Simonetti Marinho | 4679 | 2936 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAJOR SALES | | | 01.612.383/0001-11 | RN | MAJOR SALES | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| 135 | Rogério Simonetti Marinho | 4681 | 2951 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | EXTREMOZ | | | 08.204.497/0001-71 | RN | EXTREMOZ | 4 | 90 | aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura | R$ 501.571,00 |
| 136 | Rogério Simonetti Marinho | 4685 | 2962 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | VERA CRUZ | | | 08.362.915/0001-59 | RN | VERA CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| 137 | Rogério Simonetti Marinho | 4683 | 2955 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO BENTO DO TRAIRI | | | 08.160.467/0001-00 | RN | SAO BENTO DO TRAIRI | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| 138 | Rogério Simonetti Marinho | 4680 | 2948 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO | | | 01.612.396/0001-90 | RN | SAO MIGUEL DO GOSTOSO | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| 139 | Rogério Simonetti Marinho | 4678 | 2931 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | ACARI | | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| 140 | Rogério Simonetti Marinho | 4682 | 2953 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MARCELINO VIEIRA | | | 08.357.618/0001-15 | RN | MARCELINO VIEIRA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| 141 | Vanderlan Vieira Cardoso | 4997 | 3556 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 544.502,00 |
| 142 | Wellington Antonio Fagundes | 5114 | 2013 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministerio da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | | 00.396.895/0001-25 | MT | SALTO DO CEU | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 143 | Wellington Antonio Fagundes | 5020 | 1978 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Brasnorte - 01.375.138/0001-38 | | 00.396.895/0001-25 | MT | BRASNORTE | 4 | 90 | Aquisição trator | R$ 134.555,00 |
| 144 | Wellington Antonio Fagundes | 5025 | 2015 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - cnpj 37464955/0001-00 | | 00.396.895/0001-25 | MT | GLORIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 145 | Wellington Antonio Fagundes | 5022 | 1982 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Curvelândia - CNPJ 04217647/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CURVELANDIA | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.554,00 |
| 146 | Wellington Antonio Fagundes | 5024 | 2014 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | | 00.396.895/0001-25 | MT | RESERVA DO CABACAL | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 147 | Wellington Antonio Fagundes | 5023 | 1985 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu - CNPJ 15024010001-89 | | 00.396.895/0001-25 | MT | RIO BRANCO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.554,00 |
| 148 | Wellington Antonio Fagundes | 5026 | 2016 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - cnpj 03238904/0001-48 | | 00.396.895/0001-25 | MT | PORTO ESPERIDIAO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 149 | Wellington Antonio Fagundes | 5027 | 2017 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Indiavaí - cnpj 03239027/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | INDIAVAI | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 150 | Wildet Pedro de Morais | 4787 | 2892 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA DE ANÁPOLIS | | | 01.067.479/0001-46 | GO | ANAPOLIS | 4 | 40 | MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ 1.000.000,00 |

**Senadora Jussara Lima**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 2231 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF - CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas e Equipamentos / Material Permanente | R$ 2.971.461,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4704 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas e Equipamentos - 13 TRATORES AGRÍCOLA modelo LOVOL TB754 CABINADO Valor unitário R$ 129.900,00 | R$ 1.688.700,00 |
| Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4703 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição máquinas e equipamento - aquisição de 04 RESTROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX Valor unitário: R$ 288.000,00 | R$ 1.125.000,00 |

**Senador Bruno Bonetti**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bruno Bierrenbach Bonetti | 2898 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAIS - RJ | | | 29.115.441/0001-10 | RJ | TRAJANO DE MORAIS | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 154.660,00 |
| Bruno Bierrenbach Bonetti | 2899 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ITAOCARA - RJ | | | 28.615.557/0001-56 | RJ | ITAOCARA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 154.660,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bruno Bierrenbach Bonetti | 4675 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Trajano de Moraes/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| Bruno Bierrenbach Bonetti | 4676 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Itaocara/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |

**Senador Carlos Viana**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Carlos Alberto Dias Viana | 4065 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE CAIANA - MG - CNPJ 18.114.256/0001-95 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola | R$ 107.774,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Carlos Alberto Dias Viana | 4939 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | | 01.613.076/0001-55 | MG | CURRAL DE DENTRO | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola | R$ 107.774,00 |

**Senador Carlos Portinho**
**De:**

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Carlos Francisco Portinho | 3337 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Carmo/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 2 Tratores agrícolas | R$ 309.320,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 3339 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Itaperuna/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ 574.750,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 3340 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ 154.660,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 3338 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Macuco/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 480.700,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 3341 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Paraíba do Sul/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Retroescavedeira | R$ 300.960,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 3342 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Guapimirim/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ 154.660,00 |
| **Para:** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Parlamentar Solicitante** | **Número da Indicação** | **EMENDA** | **Cod. Parlamentar** | **Cod. Órgão** | **Cod. UO** | **Cod. Ação** | **Favorecido** | **Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)** | **Município Indicação Vinculadas** | **CNPJ** | **UF** | **Município** | **GND** | **Mod** | **Objeto** | **Valor aprovado** |
| Carlos Francisco Portinho | 4667 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Guapimirim/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 4666 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Paraíba do Sul/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Retroescavedeira | R$ 301.571,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 4663 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Itaperuna/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ 575.917,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 4791 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 154.974,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 4665 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Macuco/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 481.676,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 4661 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Carmo/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 2 - Tratores Agrícolas | R$ 309.948,00 |

**Senador Confúcio Moura**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Confúcio Aires Moura | 2791 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | CORUMBIARA | CORUMBIARA | | 63.762.041/0001-35 | RO | CORUMBIARA | 4 | 90 | Máquinas agrícolas. | R$ 302.436,00 |
| Confúcio Aires Moura | 2785 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | | 01.254.422/0001-56 | RO | SAO FRANCISCO DO GUAPORE | 4 | 90 | Máquinas agrícolas. | R$ 700.000,00 |
| Confúcio Aires Moura | 2776 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | JARU | | | 04.279.238/0001-59 | RO | JARU | 4 | 90 | Máquinas agrícolas. | R$ 1.500.000,00 |
| Confúcio Aires Moura | 2783 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | ITAPUÃ DO OESTE | ITAPUÃ DO OESTE | | 63.761.936/0001-55 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 90 | Máquinas e implementos agrícolas. | R$ 700.000,00 |
| Confúcio Aires Moura | 2780 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE | | 15.884.109/0001-06 | RO | NOVA BRASILANDIA D'OESTE | 4 | 90 | Máquinas agrícolas. | R$ 1.000.000,00 |
| **Para:** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Parlamentar Solicitante** | **Número da Indicação** | **EMENDA** | **Cod. Parlamentar** | **Cod. Órgão** | **Cod. UO** | **Cod. Ação** | **Favorecido** | **Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)** | **Município Indicação Vinculadas** | **CNPJ** | **UF** | **Município** | **GND** | **Mod** | **Objeto** | **Valor aprovado** |
| Confúcio Aires Moura | 4917 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | NOVA BRASILANDIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de 1 (uma) retroescavadeira e 2 (duas) pás carregadeiras. | R$ 1.000.000,00 |
| Confúcio Aires Moura | 4816 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | CORUMBIARA | | 00.396.895/0001-25 | RO | CORUMBIARA | 4 | 90 | Aquisição de Trator. | R$ 302.436,00 |
| Confúcio Aires Moura | 4819 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | ITAPUA DO OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator e ensiladeira frontal. | R$ 700.000,00 |
| Confúcio Aires Moura | 4818 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | | 00.396.895/0001-25 | RO | SAO FRANCISCO DO GUAPORE | 4 | 90 | Aquisição de tratores. | R$ 700.000,00 |
| Confúcio Aires Moura | 4918 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | JARU | JARU | | 04.279.238/0001-59 | RO | JARU | 4 | 40 | Aquisição de caminhão caçamba, retroescavadeira e pá carregadeira. | R$ 1.500.000,00 |

**Senadora Daniella Ribeiro**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 3648 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB | PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB | COREMAS - PB | 00.043.711/0001-43 | PB | JOAO PESSOA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 480.974,00 |
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 3625 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB | PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB | COREMAS - PB | 00.043.711/0001-43 | PB | JOAO PESSOA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 3634 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB | PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA - PB | LUCENA - PB | 00.043.711/0001-43 | PB | JOAO PESSOA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.000.000,00 |
| **Para:** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Parlamentar Solicitante** | **Número da Indicação** | **EMENDA** | **Cod. Parlamentar** | **Cod. Órgão** | **Cod. UO** | **Cod. Ação** | **Favorecido** | **Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)** | **Município Indicação Vinculadas** | **CNPJ** | **UF** | **Município** | **GND** | **Mod** | **Objeto** | **Valor aprovado** |
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4920 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | COREMAS - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | COREMAS | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Coremas/PB. | R$ 480.974,00 |
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4922 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | LUCENA - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | LUCENA | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Lucena - PB | R$ 500.000,00 |
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4921 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | MONTEIRO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | MONTEIRO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Monteiro/PB. | R$ 500.000,00 |
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4919 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | BOQUEIRÃO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | BOQUEIRAO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água no município de Boqueirão/PB. | R$ 500.000,00 |

**Senadora Dra. Eudócia**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Municípios Alagoanos | Água Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Coité do Nóia, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craíbas, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Ibateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens, Jacuípe, Japaratinga, Jaramataia, Jequiá da Praia, Joaquim Gomes, Jundiá, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Maceió, Major Isidoro, Mar Vermelho, Maragogi, Maravilha, Marechal Deodoro, Maribondo, Mata Grande, Matriz de Camaragibe, Messias, Minador do Negrão, Monteirópolis, Murici, Novo Lino, Olho d'Água das Flores, Olho d'Água do Casado, Olho d'Água Grande, Olivença, Ouro Branco, Palestina, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, Pariconha, Paripueira, Passo de Camaragibe, Paulo Jacinto, Penedo, Piaçabuçu, P... | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas agrícolas | R$ 4.052.436,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 3127 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Municípios Alagoanos | Água Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Coité do Nóia, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craíbas, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Ibateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens, Jacuípe, Japaratinga, Jaramataia, Jequiá da Praia, Joaquim Gomes, Jundiá, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Maceió, Major Isidoro, Mar Vermelho, Maragogi, Maravilha, Marechal Deodoro, Maribondo, Mata Grande, Matriz de Camaragibe, Messias, Minador do Negrão, Monteirópolis, Murici, Novo Lino, Olho d'Água das Flores, Olho d'Água do Casado, Olho d'Água Grande, Olivença, Ouro Branco, Palestina, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, Pariconha, Paripueira, Passo de Camaragibe, Paulo Jacinto, Penedo, Piaçabuçu, P... | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas agrícolas | R$ 1.980.974,00 |
| **Para:** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Parlamentar Solicitante** | **Número da Indicação** | **EMENDA** | **Cod. Parlamentar** | **Cod. Órgão** | **Cod. UO** | **Cod. Ação** | **Favorecido** | **Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)** | **Município Indicação Vinculadas** | **CNPJ** | **UF** | **Município** | **GND** | **Mod** | **Objeto** | **Valor aprovado** |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4965 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4954 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Trator Agrícola | R$ 135.745,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4956 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MAR VERMELHO | | | 12.333.761/0001-44 | AL | MAR VERMELHO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ | 300.960,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4976 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO NORTE | | | 12.200.317/0001-50 | AL | SANTA LUZIA DO NORTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4986 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BATALHA | | | 12.250.056/0001-83 | AL | BATALHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4973 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4967 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4952 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ANADIA | | | 12.227.351/0001-19 | AL | ANADIA | 4 | 90 | 01 equipamento: motoniveladora | R$ | 500.555,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4983 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PARICONHA | | | 35.634.435/0001-72 | AL | PARICONHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4957 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4987 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BELO MONTE | | | 12.250.163/0001-01 | AL | BELO MONTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4960 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4962 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4982 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO CASADO | | | 12.350.146/0001-46 | AL | OLHO D'AGUA DO CASADO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4961 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4981 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MATA GRANDE | | | 12.226.205/0001-79 | AL | MATA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4979 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CANAPI | | | 12.367.892/0001-42 | AL | CANAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4993 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE JARAMATAIA | | | 12.207.544/0001-08 | AL | JARAMATAIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4953 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | Um equipamento: Retroescavadeira | R$ | 300.960,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4969 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE COITE DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4966 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4955 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE LAGOA DA CANOA | | | 12.207.551/0001-00 | AL | LAGOA DA CANOA | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ | 300.960,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4975 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SATUBA | | | 12.200.333/0001-43 | AL | SATUBA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4985 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ARAPIRACA | | | 12.198.693/0003-10 | AL | ARAPIRACA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4958 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4989 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CRAIBAS | | | 08.439.549/0001-99 | AL | CRAIBAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4964 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4963 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4992 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE | | | 12.207.528/0001-15 | AL | FEIRA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4972 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE COITE DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4959 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4974 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4978 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE AGUA BRANCA | | | 12.350.153/0001-48 | AL | AGUA BRANCA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4980 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA | | | 12.224.895/0001-27 | AL | DELMIRO GOUVEIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4968 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4977 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE RIO LARGO | | | 12.200.168/0001-20 | AL | RIO LARGO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4988 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE | | | 12.198.701/0001-66 | AL | CAMPO GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4984 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PIRANHAS | | | 12.225.546/0001-20 | AL | PIRANHAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |

**Senador Fabiano Contarato**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fabiano Contarato | 749 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | | 00.396.895/0001-25 | ES | SAO GABRIEL DA PALHA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA | R$ 510.000,00 |
| Fabiano Contarato | 698 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | | 00.396.895/0001-25 | ES | ITARANA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA | R$ 810.000,00 |
| Fabiano Contarato | 1968 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | | 00.396.895/0001-25 | ES | JAGUARE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 495.240,00 |
| Fabiano Contarato | 709 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU | | 00.396.895/0001-25 | ES | IBIRACU | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| Fabiano Contarato | 743 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | | 00.396.895/0001-25 | ES | JOAO NEIVA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| Fabiano Contarato | 752 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | | 00.396.895/0001-25 | ES | VARGEM ALTA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| Fabiano Contarato | 693 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | | 00.396.895/0001-25 | ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| Fabiano Contarato | 746 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | | 00.396.895/0001-25 | ES | MUCURICI | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| Fabiano Contarato | 701 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | | 00.396.895/0001-25 | ES | CONCEICAO DO CASTELO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 430.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fabiano Contarato | 4727 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | | 00.396.895/0001-25 | ES | JOAO NEIVA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4730 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | | 00.396.895/0001-25 | ES | MUCURICI | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4729 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | | 00.396.895/0001-25 | ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4722 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | | 00.396.895/0001-25 | ES | SAO GABRIEL DA PALHA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA | R$ 510.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4731 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | | 00.396.895/0001-25 | ES | CONCEICAO DO CASTELO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 430.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4728 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | | 00.396.895/0001-25 | ES | VARGEM ALTA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4724 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | | 00.396.895/0001-25 | ES | ITARANA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA | R$ 810.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4726 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU | | 00.396.895/0001-25 | ES | IBIRACU | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4725 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | | 00.396.895/0001-25 | ES | JAGUARE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 495.240,00 |

**Senador Fernando Farias**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fernando Lopes de Farias | 3909 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 2.952.436,00 |

**Para**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fernando Lopes de Farias | 4900 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 01 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMGLW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00 | R$ 280.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fernando Lopes de Farias | 4898 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 TRATORES AGRÍCOLAS modelo LOVOL TB754 CABINADO no valor unitário de R$ 129.900,00 | R$ 779.400,00 |
| Fernando Lopes de Farias | 4895 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 | R$ 1.728.000,00 |

**Senador Izalci Lucas**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Izalci Lucas Ferreira | 1653 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cidade Ocidental | Cidade Ocidental | | 36.862.621/0001-21 | GO | CIDADE OCIDENTAL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cidade Ocidental GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1660 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cavalcante | Cavalcante | | 01.738.772/0001-98 | GO | CAVALCANTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cavalcante GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1659 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Planaltina Goiás | Planaltina Goiás | | 01.740.422/0001-66 | GO | PLANALTINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Planaltina Goiás | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1655 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cocalzinho de Goiás | Cocalzinho de Goiás | | 36.985.463/0001-05 | GO | COCALZINHO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cocalzinho de Goiás | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1649 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alto Paraíso | Alto Paraíso | | 01.740.455/0001-06 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alto Paraíso GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1647 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Água fria de Goiás | Água fria de Goiás | | 25.141.292/0001-03 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Água fria de Goiás | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1663 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Vila Boa | Vila Boa | | 37.388.378/0001-14 | GO | VILA BOA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Vila Boa GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1664 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cristalina | Cristalina | | 11.290.797/0001-25 | GO | CRISTALINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cristalina GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1651 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alvorada do Norte | Alvorada do Norte | | 02.367.597/0001-32 | GO | ALVORADA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alvorada do Norte GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1654 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Formosa | Formosa | | 01.738.780/0001-34 | GO | FORMOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Formosa GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1661 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Simolândia | Simolândia | | 24.855.058/0001-85 | GO | SIMOLANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Simolândia GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1648 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alexânia | Alexânia | | 01.298.975/0001-00 | GO | ALEXANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alexânia GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1657 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Colinas do Sul | Colinas do Sul | | 25.105.255/0001-40 | GO | COLINAS DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Colinas do Sul GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1658 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Niquelândia | Niquelândia | | 02.215.895/0001-07 | GO | NIQUELANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Niquelândia GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1662 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Flores de Goiás | Flores de Goiás | | 01.740.497/0001-47 | GO | FLORES DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Flores de Goiás | R$ 132.065,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Izalci Lucas Ferreira | 4522 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Vila Boa GO | Vila Boa GO | | 37.388.378/0001-14 | GO | VILA BOA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Vila Boa GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4516 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alvorada do Norte GO | Alvorada do Norte GO | | 02.367.597/0001-32 | GO | ALVORADA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4520 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Planaltina Goiás | Planaltina Goiás | | 01.740.422/0001-66 | GO | PLANALTINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Planaltina Goiás | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4515 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alto Paraíso GO | Alto Paraíso GO | | 01.740.455/0001-06 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alto Paraíso GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4521 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cavalcante GO | Cavalcante GO | | 01.738.772/0001-98 | GO | CAVALCANTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cavalcante GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4733 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Água Fria de Goiás | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás | R$ 180.974,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4517 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Formosa GO | Formosa GO | | 01.738.780/0001-34 | GO | FORMOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Formosa GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4514 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alexânia GO | Alexânia GO | | 01.298.975/0001-00 | GO | ALEXANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alexânia GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4519 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Niquelândia GO | Niquelândia GO | | 02.215.895/0001-07 | GO | NIQUELANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Niquelândia GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4518 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cocalzinho de Goiás | Cocalzinho de Goiás | | 36.985.463/0001-05 | GO | COCALZINHO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cocalzinho de Goiás | R$ 200.000,00 |

**Senador Jader Barbalho**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jader Fontenelle Barbalho | 1405 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Novo Progresso | | | 10.221.786/0001-20 | PA | NOVO PROGRESSO | 4 | 40 | Estradas vicinais. | R$ 600.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jader Fontenelle Barbalho | 4668 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Novo Progresso | | | 10.221.786/0001-20 | PA | NOVO PROGRESSO | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ 600.000,00 |

**Senador Jayme Campos**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jayme Verissimo de Campos | 2751 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 20ZV | Universidade Federal de Rondonópolis – UFR | | | 35.854.176/0001-95 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas | R$ 1.300.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jayme Verissimo de Campos | 4994 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS | | 00.396.895/0001-25 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas. | R$ 1.300.000,00 |

**Senador Jorge Kajuru**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2623 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO | | 01.616.319/0001-09 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | TRATOR AGRÍCOLA 90CV | R$ 134.283,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2620 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO | | 01.300.094/0001-87 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2647 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO | | 01.915.313/0001-32 | GO | FAZENDA NOVA | 4 | 40 | MOTONIVELADORA | R$ 543.400,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2639 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO | | 01.168.145/0001-69 | GO | PIRANHAS | 4 | 40 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.283,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2624 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO | | 01.219.807/0001-82 | GO | URUACU | 4 | 40 | MOTONIVELADORA | R$ 543.400,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2641 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO | | 01.219.807/0001-82 | GO | URUACU | 4 | 40 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 292.600,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2627 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO | MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO | | 01.126.341/0001-70 | GO | MONTE ALEGRE DE GOIAS | 4 | 40 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 292.600,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2616 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO | | 26.873.059/0001-88 | GO | GUARAITA | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2622 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO | | 01.616.319/0001-09 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | TRATOR AGRÍCOLA 90CV | R$ 134.283,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2637 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO | | 00.078.790/0001-28 | GO | DOVERLANDIA | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2645 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO | | 01.164.946/0001-56 | GO | CAIAPONIA | 4 | 40 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.283,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2636 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO | | 01.493.998/0001-76 | GO | CAMPOS VERDES | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2643 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO | | 01.164.946/0001-56 | GO | CAIAPONIA | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2625 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO | | 01.219.807/0001-82 | GO | URUACU | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2629 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INDIARA - GO | MUNICIPIO DE INDIARA - GO | | 00.005.959/0001-10 | GO | INDIARA | 4 | 40 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 292.600,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2618 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO | | 26.873.059/0001-88 | GO | GUARAITA | 4 | 40 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 292.600,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2634 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO | | 01.135.227/0001-07 | GO | MOZARLANDIA | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4533 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4539 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO - CNPJ 01.493.998/0001-76 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAMPOS VERDES | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4541 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4545 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO - CNPJ 00.078.790/0001-28 | | 00.396.895/0001-25 | GO | DOVERLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4534 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ 544.503,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4543 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4530 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0001-25 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4540 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO - CNPJ 01.168.145/0001-69 | | 00.396.895/0001-25 | GO | PIRANHAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4537 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE INDIARA - GO - CNPJ 00.005.959/0001-10 | | 00.396.895/0001-25 | GO | INDIARA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4536 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE MONTE CLARO DE GOIAS - CNPJ 01126341/0001-70 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MONTE ALEGRE DE GOIAS | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4532 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE VALPRAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4544 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO - CNPJ 01.915.313/0001-32 | | 00.396.895/0001-25 | GO | FAZENDA NOVA | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ 544.503,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4535 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4538 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO - CNPJ 01.135.227/0001-07 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MOZARLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4529 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0068-32 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4542 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4531 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO CNPJ 01.300.094/0001-87 | | 00.396.895/0001-25 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |

**Senador Jorge Seif**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jorge Seif Júnior | 3049 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Saudades | | | 83.021.881/0001-54 | SC | SAUDADES | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário no município | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3059 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Abelardo Luz | | | 83.009.886/0001-61 | SC | ABELARDO LUZ | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3044 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3045 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Brunópolis | | | 01.613.853/0001-61 | SC | BRUNOPOLIS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3055 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São José do Cedro | | | 83.026.781/0001-10 | SC | SAO JOSE DO CEDRO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3046 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Caxambu do Sul | | | 83.021.816/0001-29 | SC | CAXAMBU DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3043 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Bom Jesus | | | 01.551.148/0001-87 | SC | BOM JESUS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3057 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Riqueza | | | 95.988.309/0001-48 | SC | RIQUEZA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3051 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São Bernardino | | | 01.612.812/0001-50 | SC | SAO BERNARDINO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário no município | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3053 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Aguas de Chapeco | | | 82.804.212/0001-96 | SC | AGUAS DE CHAPECO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 264.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3048 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Meleiro | | | 82.837.741/0001-96 | SC | MELEIRO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jorge Seif Júnior | 4907 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Brunópolis | | | 01.613.853/0001-61 | SC | BRUNOPOLIS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4905 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Bom Jesus | | | 01.551.148/0001-87 | SC | BOM JESUS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4913 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São José do Cedro | | | 83.026.781/0001-10 | SC | SAO JOSE DO CEDRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4910 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Meleiro | | | 82.837.741/0001-96 | SC | MELEIRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4914 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Abelardo Luz | | | 83.009.886/0001-61 | SC | ABELARDO LUZ | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4908 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 264.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4912 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São Bernardino | | | 01.612.812/0001-50 | SC | SAO BERNARDINO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4911 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Saudades | | | 83.021.881/0001-54 | SC | SAUDADES | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4916 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Aguas de Chapeco | | | 82.804.212/0001-96 | SC | AGUAS DE CHAPECO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 254.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4909 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Caxambu do Sul | | | 83.021.816/0001-29 | SC | CAXAMBU DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |

**Senador Zequinha Marinho**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| José da Cruz Marinho | 240 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ | Santarém Novo | 22.064.816/0001-11 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS | R$ 250.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| José da Cruz Marinho | 4657 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 20ZV | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ | Santarém Novo | 22.064.816/0001-11 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 50 | Aquisição de trator com implementos agrícolas | R$ 250.000,00 |

**Senador Beto Faro**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| José Roberto Oliveira Faro | 1211 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Dom Eliseu | Dom Eliseu | 00.396.895/0001-25 | PA | DOM ELISEU | 4 | 90 | Aquisição de equipamento agrícola. | R$ 272.436,00 |
| José Roberto Oliveira Faro | 1209 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Baião | Baião | 00.396.895/0001-25 | PA | BAIAO | 4 | 90 | Aquisição de equipamento agrícola. | R$ 680.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| José Roberto Oliveira Faro | 4723 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Dom Eliseu | Dom Eliseu | 00.396.895/0001-25 | PA | DOM ELISEU | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola. Modelo XCMG/XT804-5EBR. | R$ 272.436,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| José Roberto Oliveira Faro | 4721 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Baião | Baião | 00.396.895/0001-25 | PA | BAIAO | 4 | 90 | Aquisição de duas retroescavadeiras. Modelo JCB/3CX. | R$ 680.000,00 |

**Senador Eduardo Girão**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Luis Eduardo Grangeiro Girão | 1989 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS - 05.492.601/0001-82 | TABULEIRO DO NORTE | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de Equipamentos e Máquinas e Implementos Agrícolas | R$ 135.850,00 |
| Luis Eduardo Grangeiro Girão | 1359 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE RUSSAS | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO - 34.426.656/0001-92 | RUSSAS | 34.426.656/0001-92 | CE | RUSSAS | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e Implementos | R$ 200.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4732 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | TABULEIRO DO NORTE | 05.492.601/0001-82 | CE | TABULEIRO DO NORTE | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ 135.850,00 |
| Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4717 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | RUSSAS | 34.426.656/0001-92 | CE | RUSSAS | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ 200.000,00 |

**Senador Magno Malta**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Magno Pereira Malta | 2003 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Alto Rio Novo/ES | | | 31.796.659/0001-20 | ES | ALTO RIO NOVO | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 174.974,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Magno Pereira Malta | 4806 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Alto Rio Novo/ES CNPJ: 31.796.659/0001-20 | Alto Rio Novo/ES | 00.396.895/0001-25 | ES | ALTO RIO NOVO | 4 | 90 | Trator agrícola LOVOL TB754 CABINADO | R$ 174.974,00 |

**Senador Nelsinho Trad**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nelson Trad Filho | 3162 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Taquarussu | | 03.923.703/0001-80 | MS | TAQUARUSSU | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3171 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Aparecida do Taboado | | 03.563.335/0001-06 | MS | APARECIDA DO TABOADO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3166 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Rochedo | | 03.501.566/0001-95 | MS | ROCHEDO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3072 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Antônio João | | 03.567.930/0001-10 | MS | ANTONIO JOAO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3115 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Corguinho | | 03.501.525/0001-07 | MS | CORGUINHO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira | R$ 280.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3155 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Jateí | | 03.783.859/0001-02 | MS | JATEI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3071 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Amambai | | 03.568.433/0001-36 | MS | AMAMBAI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3160 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Nova Alvorada do Sul | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3151 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Ivinhema | | 03.575.875/0001-00 | MS | IVINHEMA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ 416.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3108 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Bandeirantes | | 03.501.491/0001-42 | MS | BANDEIRANTES | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário | R$ 240.436,00 |
| Nelson Trad Filho | 3149 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Douradina | | 15.479.751/0001-00 | MS | DOURADINA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3147 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Costa Rica | | 15.389.596/0001-30 | MS | COSTA RICA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3163 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Terenos | | 03.501.582/0001-88 | MS | TERENOS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3165 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Rio Negro | | 03.501.558/0001-49 | MS | RIO NEGRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3159 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Nioaque | | 03.073.699/0001-08 | MS | NIOAQUE | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3121 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Coronel Sapucia | | 01.988.914/0001-75 | MS | CORONEL SAPUCAIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ 416.500,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nelson Trad Filho | 5016 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Aparecida do Taboado | | 03.563.335/0001-06 | MS | APARECIDA DO TABOADO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Nelson Trad Filho | 5019 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Nova Alvorada do Sul | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Nelson Trad Filho | 5070 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Rochedo | | 03.501.566/0001-95 | MS | ROCHEDO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| Nelson Trad Filho | 5043 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Bandeirantes | | 03.501.491/0001-42 | MS | BANDEIRANTES | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário | R$ 204.353,00 |
| Nelson Trad Filho | 5071 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Taquarussu | | 03.923.703/0001-80 | MS | TAQUARUSSU | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| Nelson Trad Filho | 5065 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Coronel Sapucia | | 01.988.914/0001-75 | MS | CORONEL SAPUCAIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ 436.126,00 |
| Nelson Trad Filho | 5066 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Jateí | | 03.783.859/0001-02 | MS | JATEI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| Nelson Trad Filho | 5018 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Ivinhema | | 03.575.875/0001-00 | MS | IVINHEMA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Nelson Trad Filho | 5069 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Rio Negro | | 03.501.558/0001-49 | MS | RIO NEGRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| Nelson Trad Filho | 5067 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Nioaque | | 03.073.699/0001-08 | MS | NIOAQUE | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| Nelson Trad Filho | 5021 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Costa Rica | | 15.389.596/0001-30 | MS | COSTA RICA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| Nelson Trad Filho | 5004 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Amambai | | 03.568.433/0001-36 | MS | AMAMBAI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Nelson Trad Filho | 5064 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Corguinho | | 03.501.525/0001-07 | MS | CORGUINHO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira | R$ 293.194,00 |
| Nelson Trad Filho | 5017 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Douradina | | 15.479.751/0001-00 | MS | DOURADINA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Nelson Trad Filho | 5038 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Terenos | | 03.501.582/0001-88 | MS | TERENOS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Nelson Trad Filho | 5015 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Antônio João | | 03.567.930/0001-10 | MS | ANTONIO JOAO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |

**Senador Rodrigo Pacheco**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4073 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia | | | 18.308.759/0001-00 | MG | ESTRELA DO INDAIA | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4669 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia | | | 18.301.028/0001-24 | MG | ESTRELA DO INDAIA | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Senador Rogério Marinho**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rogério Simonetti Marinho | 2955 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO BENTO DO TRAIRI | | | 08.160.467/0001-00 | RN | SAO BENTO DO TRAIRI | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA | R$ 150.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2951 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | EXTREMOZ | | | 08.204.497/0001-71 | RN | EXTREMOZ | 4 | 40 | aquisição de uma MOTONIVELADORA via ATA do Ministério da Agricultura | R$ 490.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2962 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | VERA CRUZ | | | 08.362.915/0001-59 | RN | VERA CRUZ | 4 | 40 | aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 140.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2953 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MARCELINO VIEIRA | | | 08.357.618/0001-15 | RN | MARCELINO VIEIRA | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA | R$ 150.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2931 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | ACARI | | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 40 | aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 300.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2948 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO | | | 01.612.396/0001-90 | RN | SAO MIGUEL DO GOSTOSO | 4 | 40 | aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 300.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2936 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAJOR SALES | | | 01.612.383/0001-11 | RN | MAJOR SALES | 4 | 40 | aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 300.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2959 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | TENENTE LAURENTINO CRUZ | | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 40 | aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 150.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rogério Simonetti Marinho | 4684 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | TENENTE LAURENTINO CRUZ | | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4679 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAJOR SALES | | | 01.612.383/0001-11 | RN | MAJOR SALES | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4681 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | EXTREMOZ | | | 08.204.497/0001-71 | RN | EXTREMOZ | 4 | 90 | aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura | R$ 501.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4685 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | VERA CRUZ | | | 08.362.915/0001-59 | RN | VERA CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4683 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO BENTO DO TRAIRI | | | 08.160.467/0001-00 | RN | SAO BENTO DO TRAIRI | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4680 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO | | | 01.612.396/0001-90 | RN | SAO MIGUEL DO GOSTOSO | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4678 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | ACARI | | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4682 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MARCELINO VIEIRA | | | 08.357.618/0001-15 | RN | MARCELINO VIEIRA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |

**Senador Vanderlan Cardoso**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vanderlan Vieira Cardoso | 3556 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 543.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vanderlan Vieira Cardoso | 4997 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 544.502,00 |

**Senador Wellington Fagundes**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Wellington Antonio Fagundes | 1982 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de Curvelandia | prefeitura municipal de Curvelandia | | 04.217.647/0001-20 | MT | CURVELANDIA | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 2017 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de Indiavai | prefeitura municipal de Indiavai | | 03.239.027/0001-20 | MT | INDIAVAI | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 2013 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | | 15.024.011/0001-89 | MT | SALTO DO CEU | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 1978 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Brasnorte | Prefeitura Municipal de Brasnorte | | 01.375.138/0001-38 | MT | BRASNORTE | 4 | 40 | Aquisição trator agrícola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 2014 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | | 15.024.011/0001-89 | MT | RESERVA DO CABACAL | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 1985 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de rio branco | prefeitura municipal de rio branco | | 15.023.997/0001-72 | MT | RIO BRANCO | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 2015 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de Glória DOeste | prefeitura municipal de Glória DOeste | | 37.464.955/0001-00 | MT | GLORIA D'OESTE | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 2016 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de Porto Esperidião | prefeitura municipal de Porto Esperidião | | 05.460.358/0001-10 | MT | PORTO ESPERIDIAO | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Wellington Antonio Fagundes | 5114 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | | 00.396.895/0001-25 | MT | SALTO DO CEU | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5020 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Brasnorte - 01.375.138/0001-38 | | 00.396.895/0001-25 | MT | BRASNORTE | 4 | 90 | Aquisição trator | R$ 134.555,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5025 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - cnpj 37464955/0001-00 | | 00.396.895/0001-25 | MT | GLORIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5022 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Curvelândia - CNPJ 04217647/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CURVELANDIA | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.554,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5024 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | | 00.396.895/0001-25 | MT | RESERVA DO CABACAL | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5023 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu - CNPJ 15024011000189 | | 00.396.895/0001-25 | MT | RIO BRANCO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.554,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5026 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - cnpj 03238904/0001-48 | | 00.396.895/0001-25 | MT | PORTO ESPERIDIAO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5027 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Indiavai - cnpj 03239027/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | INDIAVAI | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |

**Senador Wilder Morais**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Wilder Pedro de Morais | 2892 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO | | | 00.396.895/0001-25 | GO | MINEIROS | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE PA CARREGADEIRA | R$ 292.600,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Wilder Pedro de Morais | 4787 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA DE ANÁPOLIS | | | 01.067.479/0001-46 | GO | ANAPOLIS | 4 | 40 | MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ 1.000.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Anexo II: todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente**

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Alan Rick Miranda | 3678 | 60120002 | 4394 | 22000 | 22101 | 202V | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE | Estado do Acre | 43.824.560/0001-73 | AC | RIO BRANCO | 3 | 50 | Aquisição de insumos, mudas, feiras, exposições e capacitações e ações de assistência técnica no Estado do Acre | R$ 595.000,00 |
| 2 | Alan Rick Miranda | 3692 | 60120002 | 4394 | 22000 | 22101 | 202V | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE | Estado do Acre | 43.824.560/0001-73 | AC | RIO BRANCO | 4 | 50 | A aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para fortalecer o apoio aos produtores rurais no Estado do Acre | R$ 1.386.681,00 |
| 3 | Alessandro Vieira | 5189 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Desenvolvimento Comunitário das Mulheres de Cumbe | Cumbe | 45.661.438/0001-59 | SE | CUMBE | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 4 | Alessandro Vieira | 5194 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de moradores e produtores do povoado Barro Preto e adjacencias | Itabaiana | 05.875.642/0001-58 | SE | ITABAIANA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 5 | Alessandro Vieira | 5196 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Cooperativa dos Agricultores Familiares do Baixo São Francisco | Japoatã | 44.473.104/0001-99 | SE | JAPOATA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 6 | Alessandro Vieira | 5208 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Moradores do Grande Rosa Elze - AMOR-GRE | São Cristóvão | 08.710.851/0001-30 | SE | SAO CRISTOVAO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 7 | Alessandro Vieira | 5201 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Moradores da Barra do Boi | Nossa Senhora da Glória | 02.319.607/0001-64 | SE | NOSSA SENHORA DA GLORIA | 4 | 90 | Pá-Carregadeira | R$ 292.600,00 |
| 8 | Alessandro Vieira | 5192 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Gararu | Gararu | 13.112.669/0001-17 | SE | GARARU | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 9 | Alessandro Vieira | 5210 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Assistência e Ação Comunitária de Telha | Telha | 16.457.335/0001-73 | SE | TELHA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 10 | Alessandro Vieira | 5204 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Pedrinhas | Pedrinhas | 13.098.736/0001-96 | SE | PEDRINHAS | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 11 | Alessandro Vieira | 5203 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro | Nossa Senhora do Socorro | 13.128.814/0001-58 | SE | NOSSA SENHORA DO SOCORRO | 4 | 90 | Pá-Carregadeira | R$ 290.000,00 |
| 12 | Alessandro Vieira | 5195 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação dos Moradores e Amigos do Povoado Terra Dura e Adjacencias | Itabaiana | 02.787.727/0001-96 | SE | ITABAIANA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 13 | Alessandro Vieira | 5206 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Propriá | Propriá | 13.117.320/0001-78 | SE | PROPRIA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 14 | Alessandro Vieira | 5198 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Instituto Valmir Monteiro | Lagarto | 02.649.025/0001-46 | SE | LAGARTO | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 15 | Alessandro Vieira | 5190 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação das Rendeiras Independentes de Divina Pastora - ASDRIN | Divina Pastora | 52.472.256/0001-03 | SE | DIVINA PASTORA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 16 | Alessandro Vieira | 5188 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Canadá | Canindé do São Francisco | 02.473.038/0001-07 | SE | CANINDE DE SAO FRANCISCO | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 17 | Alessandro Vieira | 5209 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de São Francisco | São Francisco | 13.118.435/0001-87 | SE | SAO FRANCISCO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 18 | Alessandro Vieira | 5202 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COLONIA SANTA HELENA E REGIAO | Nossa Senhora da Glória | 01.353.453/0001-64 | SE | NOSSA SENHORA DA GLORIA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 19 | Alessandro Vieira | 5207 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas | Riachão do Dantas | 11.439.872/0001-77 | SE | RIACHAO DO DANTAS | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 20 | Alessandro Vieira | 5193 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Comunitária Nossa Senhora de Lourdes | Gracho Cardoso | 02.723.330/0001-30 | SE | GRACHO CARDOSO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 21 | Alessandro Vieira | 5205 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | ASSOCIACAO DE DESENVOLCOMUN. NOSSA SENHORA SANTANA DE MALHADA GRANDE | Poço Verde | 03.675.569/0001-45 | SE | POCO VERDE | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 22 | Alessandro Vieira | 5197 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Pequenos Produtores Rurais Maria de Lourdes Fonseca Santos | Lagarto | 31.443.339/0001-96 | SE | LAGARTO | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 23 | Alessandro Vieira | 5200 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Maes do Mestre Casa de Davi | Neópolis | 14.480.714/0001-59 | SE | NEOPOLIS | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 24 | Alessandro Vieira | 5187 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Cultural e Esportiva - ACESA | Aquidabã | 33.023.784/0001-22 | SE | AQUIDABA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 25 | Alessandro Vieira | 5199 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | COOPERATIVA DE PRODUÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AUTO CONSUMO E ECONOMIA SOLIDARIA-COOPESA | Malhador | 23.052.767/0001-60 | SE | MALHADOR | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 26 | Alexandre Luiz Giordano | 1374 | 60120002 | 4221 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Mairiporã | Município de Mairiporã | Município de Mairiporã | 46.523.163/0001-50 | SP | MAIRIPORA | 4 | 40 | FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO | R$ 4.952.436,00 |
| 27 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4069 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | PRIMEIRA CRUZ | PRIMEIRA CRUZ | PRIMEIRA CRUZ | 06.240.352/0001-09 | MA | PRIMEIRA CRUZ | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 1.000.000,00 |
| 28 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4102 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | PARNARAMA | PARNARAMA | PARNARAMA | 06.115.117/0001-05 | MA | PARNARAMA | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 500.000,00 |
| 29 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4111 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | PINHEIRO | PINHEIRO | PINHEIRO | 06.200.745/0001-80 | MA | PINHEIRO | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 1.450.000,00 |
| 30 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4098 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | 01.612.333/0001-34 | MA | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ 500.000,00 |
| 31 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4107 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | VIANA | VIANA | VIANA | 06.439.988/0001-76 | MA | VIANA | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 500.000,00 |
| 32 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4040 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO VICENTE DE FERRER | SÃO VICENTE DE FERRER | SÃO VICENTE DE FERRER | 06.421.119/0001-14 | MA | SAO VICENTE FERRER | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 1.000.000,00 |
| 33 | Angelo Mario Cossuol de Azevedo Martins | 1303 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Barrocas | Prefeitura Municipal de Barrocas | | 04.216.287/0001-42 | BA | BARROCAS | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 400.000,00 |
| 34 | Angelo Mario Cossuol de Azevedo Martins | 2556 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Poções | | | 14.242.200/0001-65 | BA | POCOES | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 35 | Angelo Mario Cossuol de Azevedo Martins | 1308 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Conceição da Feira | | | 13.828.371/0001-08 | BA | CONCEICAO DA FEIRA | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | R$ 2.000.000,00 |
| 36 | Angelo Mario Cossuol de Azevedo Martins | 1311 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Conceição do Coité | Prefeitura Municipal de Conceição do Coité | | 13.843.842/0001-57 | BA | CONCEICAO DO COITE | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e equipamentos | R$ 1.000.000,00 |
| 37 | Angelo Mario Cossuol de Azevedo Martins | 2904 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida | | | 14.108.286/0001-38 | BA | LICINIO DE ALMEIDA | 4 | 40 | Calçamento para escoamento da produção rural | R$ 1.052.436,00 |
| 38 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 1176 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Corrente | | | 06.554.257/0001-71 | PI | CORRENTE | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais | R$ 1.500.000,00 |
| 39 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 1357 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38 | | | 08.809.355/0001-38 | PI | TERESINA | 4 | 30 | Aquisição de máquinas e equipamentos / Material Permanente | R$ 480.974,00 |
| 40 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4704 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF - CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas e Equipamentos - 13 TRATORES AGRÍCOLA modelo LOVOL TB754 CABINADO Valor unitário R$ 129.900,00 | R$ 1.688.700,00 |
| 41 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4703 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição máquinas e equipamento - aquisição de 04 RESTROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX Valor unitário R$ 288.000,00 | R$ 1.125.000,00 |
| 42 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 1356 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38 | | | 08.809.355/0001-38 | PI | TERESINA | 4 | 30 | Aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à produção / Material Permanente | R$ 990.487,00 |
| 43 | Antonio Hamilton Martins Mourão | 1690 | 60120002 | 4271 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de São Gabriel | Prefeitura Municipal de São Gabriel | | 88.768.080/0001-70 | RS | SAO GABRIEL | 4 | 40 | Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de São Gabriel | R$ 500.000,00 |
| 44 | Antonio Hamilton Martins Mourão | 1692 | 60120002 | 4271 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Mato Castelhano | Prefeitura Municipal de Mato Castelhano | | 92.412.808/0001-02 | RS | MATO CASTELHANO | 4 | 40 | Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Mato Castelhano | R$ 500.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 45 | Antonio Hamilton Martins Mourão | 1691 | 60120002 | 4271 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Alegrete | Prefeitura Municipal de Alegrete | | 87.896.874/0001-57 | RS | ALEGRETE | 4 | 40 | Recursos destinados a investimentos na agricultura do municipio de Alegrete | R$ 980.974,00 |
| 46 | Augusta Brito de Paula | 3528 | 60120002 | 4281 | 22000 | 22101 | 202V | TABULEIRO DO NORTE | | | 07.891.682/0001-19 | CE | TABULEIRO DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 4.500.000,00 |
| 47 | Augusta Brito de Paula | 4141 | 60120002 | 4281 | 22000 | 22101 | 202V | BELA CRUZ | | | 07.566.045/0001-77 | CE | BELA CRUZ | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.442.436,00 |
| 48 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2897 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE SÃO FIDÉLIS - RJ | | | 29.111.093/0001-03 | RJ | SAO FIDELIS | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 300.960,00 |
| 49 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2896 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU - RJ | | | 29.115.458/0001-78 | RJ | CASIMIRO DE ABREU | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 574.750,00 |
| 50 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2894 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE BARRA MANSA - RJ | | | 28.695.658/0001-84 | RJ | BARRA MANSA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 480.700,00 |
| 51 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2895 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE TANGUA - RJ | | | 01.612.089/0001-00 | RJ | TANGUA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 300.960,00 |
| 52 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4675 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Trajano de Moraes/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| 53 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4676 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Itaocara/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| 54 | Carlos Alberto Dias Viana | 4939 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | | 01.613.076/0001-55 | MG | CURRAL DE DENTRO | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola | R$ 107.774,00 |
| 55 | Carlos Alberto Dias Viana | 4016 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.607/0001-86 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de retroescavadeira | R$ 302.400,00 |
| 56 | Carlos Alberto Dias Viana | 4054 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE GUIRICEMA - MG - CNPJ 18.137.943/0001-26 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de motoniveladora | R$ 483.000,00 |
| 57 | Carlos Alberto Dias Viana | 4032 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE PRATA - MG CNPJ 18.260.505/0001-50 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de retroescavadeira | R$ 302.400,00 |
| 58 | Carlos Alberto Dias Viana | 4020 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE ITURAMA - MG CNPJ 18.457.242/0001-74 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de retroescavadeira | R$ 302.400,00 |
| 59 | Carlos Alberto Dias Viana | 4046 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG- CNPJ 18.398.966/0001-94 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de motoniveladora | R$ 483.000,00 |
| 60 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 954 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Amaturá | | | 04.628.723/0001-90 | AM | AMATURA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 61 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 1008 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Tefé | | | 04.426.383/0001-15 | AM | TEFE | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 1.000.000,00 |
| 62 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 983 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Maraã | | | 04.505.640/0001-04 | AM | MARAA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 63 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 1001 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença | | | 05.829.577/0001-24 | AM | SAO PAULO DE OLIVENCA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 64 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 996 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira | | | 04.272.670/0001-18 | AM | SAO GABRIEL DA CACHOEIRA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 1.000.000,00 |
| 65 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 988 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro | | | 04.194.239/0001-09 | AM | SANTA ISABEL DO RIO NEGRO | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 66 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 1005 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Tabatinga | | | 04.011.805/0001-91 | AM | TABATINGA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 1.000.000,00 |
| 67 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 982 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Jutaí | | | 04.285.896/0001-53 | AM | JUTAI | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 68 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 966 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Careiro | | | 04.332.995/0001-49 | AM | CAREIRO | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 69 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 950 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Alvarães | | | 04.628.335/0001-00 | AM | ALVARAES | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 70 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 971 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea | | | 23.006.331/0001-34 | AM | CAREIRO DA VARZEA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 404.872,00 |
| 71 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 992 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá | | | 04.532.057/0001-92 | AM | SANTO ANTONIO DO ICA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 72 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 963 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Benjamin Constant | | | 04.243.976/0001-35 | AM | BENJAMIN CONSTANT | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 73 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 957 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Ataluia do Norte | | | 04.530.713/0001-18 | AM | ATALAIA DO NORTE | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 74 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 959 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Barcelos | | | 04.271.037/0001-05 | AM | BARCELOS | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 75 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 973 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Fonte Boa | | | 04.530.101/0001-25 | AM | FONTE BOA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 76 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 978 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Japurá | | | 04.505.509/0001-47 | AM | JAPURA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 77 | Carlos Francisco Porfirio | 4667 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Municipio de Guapimirim/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agricola | R$ 154.974,00 |
| 78 | Carlos Francisco Porfirio | 4666 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Municipio de Paraiba do Sul/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 79 | Carlos Francisco Porfirio | 4663 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Municipio de Itaperuna/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Escavadeira Hidraulica | R$ 575.917,00 |
| 80 | Carlos Francisco Porfirio | 4791 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Municipio de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 154.974,00 |
| 81 | Carlos Francisco Porfirio | 4665 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Municipio de Macaco/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 481.676,00 |
| 82 | Carlos Francisco Porfirio | 4661 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Municipio de Carmo/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 2 - Tratores Agricolas | R$ 309.948,00 |
| 83 | Cid Ferreira Gomes | 1844 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Boa Viagem | | | 07.963.515/0001-36 | CE | BOA VIAGEM | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ 600.000,00 |
| 84 | Cid Ferreira Gomes | 1999 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Varjota | | | 07.673.114/0001-41 | CE | VARJOTA | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 85 | Cid Ferreira Gomes | 1761 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Caririé | | | 07.598.600/0001-42 | CE | CARIRE | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ 500.000,00 |
| 86 | Cid Ferreira Gomes | 1834 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Viçosa do Ceará | | | 10.462.497/0001-13 | CE | VICOSA DO CEARA | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas | R$ 1.000.000,00 |
| 87 | Cid Ferreira Gomes | 1638 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Forquilha | | | 07.673.106/0001-03 | CE | FORQUILHA | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 88 | Cid Ferreira Gomes | 1759 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Araripe | | | 07.539.984/0001-22 | CE | ARARIPE | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ 500.000,00 |
| 89 | Cid Ferreira Gomes | 1760 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Groaíras | | | 07.598.709/0001-80 | CE | GROAIRAS | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 90 | Cid Ferreira Gomes | 3723 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário | | | 07.954.563/0001-68 | CE | FORTALEZA | 4 | 30 | Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas | R$ 2.004.872,00 |
| 91 | Cid Ferreira Gomes | 1836 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Amontada | | | 06.582.449/0001-91 | CE | AMONTADA | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - 1ª Etapa Abatedouro | R$ 2.300.000,00 |
| 92 | Ciro Nogueira Lima Filho | 3623 | 60120002 | 2900 | 22000 | 22101 | 202V | PORTO ALEGRE DO PIAUÍ | | | 01.613.513/0001-30 | PI | PORTO ALEGRE DO PIAUI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 990.487,00 |
| 93 | Ciro Nogueira Lima Filho | 3620 | 60120002 | 2900 | 22000 | 22101 | 202V | NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS | | | 06.554.422/0001-95 | PI | NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 990.487,00 |
| 94 | Cleiton Gontijo de Azevedo | 1561 | 60120002 | 4267 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Matias Barbosa | | | 18.338.194/0001-03 | MG | MATIAS BARBOSA | 4 | 40 | Infra -estrutura Rural | R$ 1.000.000,00 |
| 95 | Cleiton Gontijo de Azevedo | 1670 | 60120002 | 4267 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Vargem Bonita | | | 16.788.309/0001-28 | MG | VARGEM BONITA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 490.974,00 |
| 96 | Cleiton Gontijo de Azevedo | 1669 | 60120002 | 4267 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Chapada do Norte | | | 16.886.608/0001-03 | MG | CHAPADA DO NORTE | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 490.000,00 |
| 97 | Confúcio Aires Moura | 2788 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | COLORADO DO OESTE | COLORADO DO OESTE | | 04.391.512/0001-87 | RO | COLORADO DO OESTE | 4 | 40 | Aquisição de caminhão basculante. | R$ 750.000,00 |
| 98 | Confúcio Aires Moura | 4917 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | NOVA BRASILANDIA D'OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | NOVA BRASILANDIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de 1 (uma) retroescavadeira e 2 (duas) pás carregadeiras. | R$ 1.000.000,00 |
| 99 | Confúcio Aires Moura | 4816 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | CORUMBIARA | | 00.396.895/0001-25 | RO | CORUMBIARA | 4 | 90 | Aquisição de Trator. | R$ 302.436,00 |
| 100 | Confúcio Aires Moura | 4819 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | ITAPUA DO OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator e ensiladeira frontal. | R$ 700.000,00 |
| 101 | Confúcio Aires Moura | 4818 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | | 00.396.895/0001-25 | RO | SAO FRANCISCO DO GUAPORE | 4 | 90 | Aquisição de tratores. | R$ 700.000,00 |
| 102 | Confúcio Aires Moura | 4918 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | JARU | JARU | | 04.279.238/0001-59 | RO | JARU | 4 | 40 | Aquisição de caminhão caçamba, retroescavadeira e pá carregadeira. | R$ 1.500.000,00 |
| 103 | Damares Regina Alves | 1890 | 60120002 | 4268 | 22000 | 22101 | 202V | SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural | | | 03.318.233/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 30 | 202V – Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.980.974,00 |
| 104 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4920 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | COREMAS - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | COREMAS | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Coremas/PB. | R$ 480.974,00 |
| 105 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4922 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | LUCENA - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | LUCENA | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Lucena - PB | R$ 500.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 106 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4921 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | MONTEIRO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | MONTEIRO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Monteiro/PB. | R$ | 500.000,00 |
| 107 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4919 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | BOQUEIRÃO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | BOQUEIRAO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água no município de Boqueirão/PB. | R$ | 500.000,00 |
| 108 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 964 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.349.102/0001-29 | Carnaíbas | | 08.349.102/0001-29 | RN | CARAUBAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 600.000,00 |
| 109 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 1026 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.181.562/0001-90 | Florânia | | 08.181.562/0001-90 | RN | FLORANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 110 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 989 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.095.960/0001-94 | São João do Sabugi | | 08.095.960/0001-94 | RN | SAO JOAO DO SABUGI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 111 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 1046 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.086.662/0001-38 | Jardim do Seridó | | 08.086.662/0001-38 | RN | JARDIM DO SERIDO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 112 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 980 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.153.454/0001-04 | Riacho da Cruz | | 08.153.454/0001-04 | RN | RIACHO DA CRUZ | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 113 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 984 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.094.708/0001-60 | Ipueira | | 08.094.708/0001-60 | RN | IPUEIRA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 114 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 1030 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.110.884/0001-49 | Bento Fernandes | | 08.110.884/0001-49 | RN | BENTO FERNANDES | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 471.462,00 |
| 115 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 960 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.088.247/0001-13 | Santana do Seridó | | 08.088.247/0001-13 | RN | SANTANA DO SERIDO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 700.000,00 |
| 116 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 974 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.096.372/0001-75 | Serra Negra do Norte | | 08.096.372/0001-75 | RN | SERRA NEGRA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 680.974,00 |
| 117 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4320 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Associação Comunitária Rural do Sítio Lagoa do Poldeo | | | 02.748.120/0001-05 | PB | POMBAL | 3 | 50 | Custeio de Manutenção e Serviços | R$ | 150.000,00 |
| 118 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4327 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Associação Paraibana dos Criadores de Caprinos e Ovinos - APACCO | | | 09.307.596/0001-41 | PB | CAMPINA GRANDE | 3 | 50 | Custeio de Manutenção e Serviços | R$ | 850.000,00 |
| 119 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4375 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Caiçara | | | 09.070.624/0001-50 | PB | CAICARA | 4 | 40 | Execução de Obras | R$ | 1.500.000,00 |
| 120 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4448 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Pirpirituba | | | 08.789.299/0001-17 | PB | PIRPIRITUBA | 4 | 40 | Execução de Obras | R$ | 500.000,00 |
| 121 | Eliotane Pereira Gama Melo | 3984 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de São Domingos do Azeitão | | 01.612.333/0001-34 | MA | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ | 1.000.000,00 |
| 122 | Eliotane Pereira Gama Melo | 5128 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitural Municipal de São Bento | | 06.214.258/0001-77 | MA | SAO BENTO | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ | 500.000,00 |
| 123 | Eliotane Pereira Gama Melo | 5127 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura de Pinheiro | | 06.200.745/0001-80 | MA | PINHEIRO | 4 | 40 | Vicinal | R$ | 1.480.974,00 |
| 124 | Eliotane Pereira Gama Melo | 3968 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Lajeado Novo | | 01.598.548/0001-48 | MA | LAJEADO NOVO | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ | 1.000.000,00 |
| 125 | Eliotane Pereira Gama Melo | 3987 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Passagem Franca | | 10.438.570/0001-11 | MA | PASSAGEM FRANCA | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ | 1.000.000,00 |
| 126 | Eliotane Pereira Gama Melo | 3951 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca | | 01.613.956/0001-21 | MA | SAO PEDRO DA AGUA BRANCA | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ | 952.436,00 |
| 127 | Eliotane Pereira Gama Melo | 3964 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa | | 01.566.688/0001-34 | MA | SENADOR ALEXANDRE COSTA | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ | 1.000.000,00 |
| 128 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4965 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 129 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4954 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Trator Agricola | R$ | 135.745,00 |
| 130 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4956 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MAR VERMELHO | | | 12.333.761/0001-44 | AL | MAR VERMELHO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ | 300.960,00 |
| 131 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4976 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO NORTE | | | 12.200.317/0001-50 | AL | SANTA LUZIA DO NORTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 132 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4986 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE BATALHA | | | 12.250.056/0001-83 | AL | BATALHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 133 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4973 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 134 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4967 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 135 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4952 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE ANADIA | | | 12.227.351/0001-19 | AL | ANADIA | 4 | 90 | 01 equipamento: motoniveladora | R$ | 500.555,00 |
| 136 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4983 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE PARICONHA | | | 35.634.435/0001-72 | AL | PARICONHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 137 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4957 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 138 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4987 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE BELO MONTE | | | 12.250.163/0001-01 | AL | BELO MONTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 139 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4960 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 140 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4962 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 141 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4982 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO CASADO | | | 12.350.146/0001-46 | AL | OLHO D'AGUA DO CASADO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 142 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4961 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 143 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4981 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MATA GRANDE | | | 12.226.205/0001-79 | AL | MATA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 144 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4979 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE CANAPI | | | 12.367.892/0001-42 | AL | CANAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 145 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 3117 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Tanque D'arca/AL | | | 12.241.865/0001-29 | AL | TANQUE D'ARCA | 4 | 40 | Execução de obras de pavimentação (calçamento) em vias rurais do município, visando à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade local. | R$ | 500.000,00 |
| 146 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4993 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE JARAMATAIA | | | 12.207.544/0001-08 | AL | JARAMATAIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 147 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4953 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | Um equipamento: Retroescavadeira | R$ | 300.960,00 |
| 148 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4969 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE COITE DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 149 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4966 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 150 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4955 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE LAGOA DA CANOA | | | 12.207.551/0001-00 | AL | LAGOA DA CANOA | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ | 300.960,00 |
| 151 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4975 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE SATUBA | | | 12.200.333/0001-43 | AL | SATUBA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 152 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4985 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE ARAPIRACA | | | 12.198.693/0003-10 | AL | ARAPIRACA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 153 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4958 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 154 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4989 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE CRAIBAS | | | 08.439.549/0001-99 | AL | CRAIBAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 155 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4964 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 156 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4963 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 157 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4992 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE | | | 12.207.528/0001-15 | AL | FEIRA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 158 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4972 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE COITE DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 159 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4959 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 160 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4974 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 161 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4978 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE AGUA BRANCA | | | 12.350.153/0001-48 | AL | AGUA BRANCA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |
| 162 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 3122 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque | Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque | Messias/AL | 27.369.015/0001-88 | AL | MESSIAS | 4 | 50 | Construção de casa de farinha para atendimento aos produtores vinculados à associação beneficiária, destinada ao processamento da mandioca e produção de farinha e derivados. | R$ | 400.000,00 |
| 163 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4980 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA | | | 12.224.895/0001-27 | AL | DELMIRO GOUVEIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ | 135.745,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 164 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4968 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 165 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4977 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE RIO LARGO | | | 12.200.168/0001-20 | AL | RIO LARGO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 166 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4988 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE | | | 12.198.701/0001-66 | AL | CAMPO GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 167 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4984 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE PIRANHAS | | | 12.225.546/0001-20 | AL | PIRANHAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 168 | Fabiano Contarato | 4727 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | | 00.396.895/0001-25 | ES | JOAO NEIVA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA | R$ 650.000,00 |
| 169 | Fabiano Contarato | 4730 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | | 00.396.895/0001-25 | ES | MUCURICI | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 170 | Fabiano Contarato | 735 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO | PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO | | 27.165.653/0001-87 | ES | JERONIMO MONTEIRO | 4 | 40 | FOMENTO À INFRAESTRUTURA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS, ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, DRAGAGEM, OBRAS DE DRENAGEM E IRRIGAÇÃO. | R$ 650.000,00 |
| 171 | Fabiano Contarato | 4729 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | | 00.396.895/0001-25 | ES | AGUA DOCE DO NORTE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRAULICA | R$ 650.000,00 |
| 172 | Fabiano Contarato | 4722 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | | 00.396.895/0001-25 | ES | SAO GABRIEL DA PALHA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA | R$ 510.000,00 |
| 173 | Fabiano Contarato | 4731 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | | 00.396.895/0001-25 | ES | CONCEICAO DO CASTELO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 430.000,00 |
| 174 | Fabiano Contarato | 4728 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | | 00.396.895/0001-25 | ES | VARGEM ALTA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 175 | Fabiano Contarato | 4724 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | | 00.396.895/0001-25 | ES | ITARANA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA | R$ 810.000,00 |
| 176 | Fabiano Contarato | 4726 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU | | 00.396.895/0001-25 | ES | IBIRACU | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 177 | Fabiano Contarato | 4725 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | | 00.396.895/0001-25 | ES | JAGUARE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 495.240,00 |
| 178 | Fernando Antonio Caminha Duere | 4854 | 60120002 | 4252 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Santa Filomena | | | 01.613.732/0001-10 | PE | SANTA FILOMENA | 4 | 40 | Escavadeira hidraulica | R$ 800.000,00 |
| 179 | Fernando Lopes de Farias | 4900 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 01 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMG/LW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00 | R$ 280.000,00 |
| 180 | Fernando Lopes de Farias | 4898 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 TRATORES AGRÍCOLAS modelo LOVOL TB754 CABINADO no valor unitário de R$ 129.900,00 | R$ 779.400,00 |
| 181 | Fernando Lopes de Farias | 4895 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 | R$ 1.728.000,00 |
| 182 | Fernando Lopes de Farias | 3930 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Limoeiro de Anadia | | | 12.207.403/0001-95 | AL | LIMOEIRO DE ANADIA | 4 | 40 | Construção de Estrutura Fisica para Comercialização Agropecuária Animal | R$ 2.000.000,00 |
| 183 | Flávio José Amu | 2842 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 76.022.516/0001-07 | PR | ANTONINA | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 830.000,00 |
| 184 | Flávio José Amu | 2849 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 76.217.017/0001-67 | PR | BOA ESPERANCA | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 830.000,00 |
| 185 | Flávio José Amu | 2855 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 01.613.136/0001-30 | PR | PRADO FERREIRA | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 800.000,00 |
| 186 | Flávio José Amu | 2854 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 75.740.811/0001-28 | PR | MANOEL RIBAS | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 830.000,00 |
| 187 | Flávio José Amu | 2858 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 76.247.345/0001-06 | PR | TAPEJARA | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 830.000,00 |
| 188 | Flávio José Amu | 2853 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 75.740.829/0001-20 | PR | BORRAZOPOLIS | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 830.000,00 |
| 189 | Flávio Nantes Bolsonaro | 1924 | 60120002 | 9219 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Boas Jesus do Itabapoana | | | 28.812.972/0001-08 | RJ | BOM JESUS DO ITABAPOANA | 4 | 40 | Aquisição de equipamentos agrícolas | R$ 480.000,00 |
| 190 | Flávio Nantes Bolsonaro | 1919 | 60120002 | 9219 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Resende/RJ | | | 29.178.233/0001-60 | RJ | RESENDE | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 480.000,00 |
| 191 | Flávio Nantes Bolsonaro | 1921 | 60120002 | 9219 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ | | | 31.846.892/0001-70 | RJ | ITATIAIA | 4 | 40 | Aquisição de equipamentos agrícolas | R$ 480.000,00 |
| 192 | Flávio Nantes Bolsonaro | 1918 | 60120002 | 9219 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Paty do Alferes/RJ | | | 31.844.889/0001-17 | RJ | PATY DO ALFERES | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 480.000,00 |
| 193 | Francisco de Assis Rodrigues | 1586 | 60120002 | 4143 | 22000 | 22101 | 202V | ministério da agricultura | ministério da agricultura | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de maquinas | R$ 600.000,00 |
| 194 | Francisco de Assis Rodrigues | 3977 | 60120002 | 4143 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio do Amajari | Municipio do Amajari | | 01.614.081/0001-82 | RR | AMAJARI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Eletrificação Rural no Município do Amajari | R$ 4.352.436,00 |
| 195 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3832 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Rio Preto da Eva | | | 04.629.697/0001-15 | AM | RIO PRETO DA EVA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 583.410,00 |
| 196 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3775 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Anori | | | 04.262.762/0001-17 | AM | ANORI | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 197 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3460 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Apuí | | | 22.812.960/0001-99 | AM | APUI | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 198 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3787 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Borba | | | 04.477.568/0001-59 | AM | BORBA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 199 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3781 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Labrea | | | 05.830.872/0001-09 | AM | LABREA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 200 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3756 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Tapauá | | | 04.530.390/0001-62 | AM | TAPAUA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 201 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3760 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Canutama | | | 04.247.441/0001-43 | AM | CANUTAMA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 202 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3774 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Humaitá | | | 04.465.209/0001-81 | AM | HUMAITA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 203 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3779 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Itapiranga | | | 04.495.644/0001-59 | AM | ITAPIRANGA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 204 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3751 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Apuí | | | 22.812.960/0001-99 | AM | APUI | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 205 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3466 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Fonte Boa | | | 04.530.101/0001-25 | AM | FONTE BOA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 206 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3782 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Caapiranga | | | 04.628.046/0001-00 | AM | CAAPIRANGA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 207 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3789 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Amaturá | | | 04.628.723/0001-90 | AM | AMATURA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 208 | Hiran Manuel Gonçalves da Silva | 4936 | 60120002 | 4269 | 22000 | 22101 | 202V | Estado de Roraima | | | 84.012.012/0001-26 | RR | CANTA | 4 | 30 | Recuperação de estradas vicinais no Estado de Roraima, visando o apoio ao escoamento da produção agropecuária. | R$ 1.980.974,00 |
| 209 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3375 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Parnamirim | Prefeitura Municipal de Parnamirim | Parnamirim | 11.361.235/0001-25 | PE | PARNAMIRIM | 4 | 40 | Aquisição de Retroescavadeira | R$ 400.000,00 |
| 210 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3344 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Afrânio | Prefeitura Municipal de Afrânio | Afrânio | 10.358.174/0001-84 | PE | AFRANIO | 4 | 40 | Aquisição de Retroescavadeira | R$ 400.000,00 |
| 211 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3368 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de João Alfredo | Prefeitura Municipal de João Alfredo | João Alfredo | 11.097.359/0001-48 | PE | JOAO ALFREDO | 4 | 40 | Aquisição de Trator | R$ 200.000,00 |
| 212 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3365 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Ibaretama | Prefeitura Municipal de Ibaretama | Ibaretama | 11.358.157/0001-00 | PE | ITAPETIM | 4 | 40 | Aquisição de Patrol | R$ 900.000,00 |
| 213 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3370 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Manari | Prefeitura Municipal de Manari | Manari | 01.626.099/0001-02 | PE | MANARI | 4 | 40 | Aquisição de Trator | R$ 200.000,00 |
| 214 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3372 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Orocó | Prefeitura Municipal de Orocó | Orocó | 10.114.767/0001-03 | PE | OROCO | 4 | 40 | Aquisição de Trator | R$ 200.000,00 |
| 215 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3351 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Chã Grande | Prefeitura Municipal de Chã Grande | Chã Grande | 11.049.806/0001-90 | PE | CHA GRANDE | 4 | 40 | Aquisição de Rolo Compactador | R$ 595.240,00 |
| 216 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3362 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Itaíba | Prefeitura Municipal de Itaíba | Itaíba | 11.286.382/0001-88 | PE | ITAIBA | 4 | 40 | Aquisição de Patrol | R$ 900.000,00 |
| 217 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3358 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Granito | Prefeitura Municipal de Granito | Granito | 11.040.888/0001-02 | PE | GRANITO | 4 | 40 | Estradas vicinais | R$ 1.452.436,00 |
| 218 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3348 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Amaraji | Prefeitura Municipal de Amaraji | Amaraji | 11.294.360/0001-60 | PE | AMARAJI | 4 | 40 | Aquisição de Trator | R$ 200.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 219 | Irajá Silvestre Filho | 4504 | 60120002 | 4096 | 22000 | 22101 | 202V | INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO INDS | Todos os municípios do Estado do Tocantins | | 24.441.872/0001-53 | TO | PALMAS | 3 | 50 | Desenvolver programa para cadeia produtiva no Estado do Tocantins. | R$ 4.952.436,00 |
| 220 | Ivete Marli Appel da Silveira | 601 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de TIMBO GRANDE | | | 78.497.492/0001-60 | SC | TIMBO GRANDE | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ 400.000,00 |
| 221 | Ivete Marli Appel da Silveira | 592 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de CAMPOS NOVOS | | | 82.939.232/0001-74 | SC | CAMPOS NOVOS | 4 | 40 | Compra de Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 222 | Ivete Marli Appel da Silveira | 594 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de IRATI | | | 95.990.230/0001-51 | SC | IRATI | 4 | 40 | Compra de Equipamentos | R$ 400.000,00 |
| 223 | Ivete Marli Appel da Silveira | 598 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA | | | 95.990.131/0001-70 | SC | NOVA ITABERABA | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ 250.000,00 |
| 224 | Ivete Marli Appel da Silveira | 602 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de TREVISO | | | 01.614.019/0001-90 | SC | TREVISO | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ 400.000,00 |
| 225 | Ivete Marli Appel da Silveira | 600 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de PAPANDUVA | | | 83.102.533/0001-01 | SC | PAPANDUVA | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ 400.000,00 |
| 226 | Ivete Marli Appel da Silveira | 595 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO | | | 82.960.758/0001-36 | SC | JACINTO MACHADO | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 227 | Ivete Marli Appel da Silveira | 596 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Major Gercino | | | 82.845.744/0001-71 | SC | MAJOR GERCINO | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ 400.000,00 |
| 228 | Ivete Marli Appel da Silveira | 593 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de GRAVATAL | | | 82.926.569/0001-47 | SC | GRAVATAL | 4 | 40 | Compra de Equipamentos | R$ 400.000,00 |
| 229 | Ivete Marli Appel da Silveira | 599 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de PAIAL | | | 01.614.376/0001-59 | SC | PAIAL | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 230 | Ivete Marli Appel da Silveira | 844 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de VARGEM BONITA | | | 95.996.187/0001-31 | SC | VARGEM BONITA | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ 400.000,00 |
| 231 | Ivete Marli Appel da Silveira | 597 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de MONTE CASTELO | | | 83.102.525/0001-65 | SC | MONTE CASTELO | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ 402.436,00 |
| 232 | Izalci Lucas Ferreira | 4522 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Vila Boa GO | Vila Boa GO | | 37.388.378/0001-14 | GO | VILA BOA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Vila Boa GO | R$ 200.000,00 |
| 233 | Izalci Lucas Ferreira | 4516 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Alvorada do Norte GO | Alvorada do Norte GO | | 02.367.597/0001-32 | GO | ALVORADA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO | R$ 200.000,00 |
| 234 | Izalci Lucas Ferreira | 4520 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Planaltina Goiás | Planaltina Goiás | | 01.740.422/0001-66 | GO | PLANALTINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Planaltina Goiás | R$ 200.000,00 |
| 235 | Izalci Lucas Ferreira | 4515 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Alto Paraíso GO | Alto Paraíso GO | | 01.740.455/0001-06 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alto Paraíso GO | R$ 200.000,00 |
| 236 | Izalci Lucas Ferreira | 4521 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Cavalcante GO | Cavalcante GO | | 01.738.772/0001-98 | GO | CAVALCANTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cavalcante GO | R$ 200.000,00 |
| 237 | Izalci Lucas Ferreira | 4733 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Água Fria de Goiás | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás | R$ 180.974,00 |
| 238 | Izalci Lucas Ferreira | 4517 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Formosa GO | Formosa GO | | 01.738.780/0001-34 | GO | FORMOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Formosa GO | R$ 200.000,00 |
| 239 | Izalci Lucas Ferreira | 4514 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Alexânia GO | Alexânia GO | | 01.298.975/0001-00 | GO | ALEXANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alexânia GO | R$ 200.000,00 |
| 240 | Izalci Lucas Ferreira | 4519 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Niquelândia GO | Niquelândia GO | | 02.215.895/0001-07 | GO | NIQUELANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Niquelândia GO | R$ 200.000,00 |
| 241 | Izalci Lucas Ferreira | 4518 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Cocalzinho de Goiás | Cocalzinho de Goiás | | 36.985.463/0001-05 | GO | COCALZINHO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cocalzinho de Goiás | R$ 200.000,00 |
| 242 | Jader Fontenelle Barbalho | 1400 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Curuá | | | 01.613.319/0001-55 | PA | CURUA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ 500.000,00 |
| 243 | Jader Fontenelle Barbalho | 1403 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Gurupá. | | | 04.876.397/0001-30 | PA | GURUPA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ 500.000,00 |
| 244 | Jader Fontenelle Barbalho | 1409 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Salvaterra | | | 04.888.517/0001-10 | PA | SALVATERRA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ 600.000,00 |
| 245 | Jader Fontenelle Barbalho | 1412 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Santarém Novo | | | 05.149.182/0001-80 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ 500.000,00 |
| 246 | Jader Fontenelle Barbalho | 1398 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari. | | | 04.884.482/0001-40 | PA | CACHOEIRA DO ARARI | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ 500.000,00 |
| 247 | Jader Fontenelle Barbalho | 1407 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Rondon do Para. | | | 04.780.953/0001-70 | PA | RONDON DO PARA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ 500.000,00 |
| 248 | Jader Fontenelle Barbalho | 1406 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Paragominas | | | 05.193.057/0001-78 | PA | PARAGOMINAS | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ 402.436,00 |
| 249 | Jader Fontenelle Barbalho | 1404 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Maracanã | | | 04.880.258/0001-80 | PA | MARACANA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ 500.000,00 |
| 250 | Jader Fontenelle Barbalho | 4668 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Novo Progresso | | | 10.221.786/0001-20 | PA | NOVO PROGRESSO | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ 600.000,00 |
| 251 | Jader Fontenelle Barbalho | 1397 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Anapu. | | | 01.613.194/0001-63 | PA | ANAPU | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ 350.000,00 |
| 252 | Jaime Maximino Bagattoli | 2939 | 60120002 | 4272 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA | | | 01.266.058/0001-44 | RO | BURITIS | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS | R$ 590.000,00 |
| 253 | Jaime Maximino Bagattoli | 2940 | 60120002 | 4272 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA | | | 04.104.816/0001-16 | RO | ARIQUEMES | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS | R$ 210.974,00 |
| 254 | Jaime Maximino Bagattoli | 2937 | 60120002 | 4272 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA | | | 04.092.706/0001-81 | RO | VILHENA | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS | R$ 590.000,00 |
| 255 | Jaime Maximino Bagattoli | 2942 | 60120002 | 4272 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA | | | 15.834.732/0001-54 | RO | ALTA FLORESTA DOESTE | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS | R$ 590.000,00 |
| 256 | Jaques Wagner | 3406 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Itaguaçu da Bahia | | | 16.445.843/0001-31 | BA | ITAGUACU DA BAHIA | 4 | 40 | Execução de obras e serviços de engenharia em estradas vicinais | R$ 1.500.000,00 |
| 257 | Jaques Wagner | 3845 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Nordestina | | | 13.347.539/0001-63 | BA | NORDESTINA | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ 447.676,00 |
| 258 | Jaques Wagner | 3413 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Igaporã | | | 13.811.484/0001-09 | BA | IGAPORA | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ 700.000,00 |
| 259 | Jaques Wagner | 4129 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Caetité | | | 13.811.476/0001-54 | BA | CAETITE | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ 500.000,00 |
| 260 | Jaques Wagner | 3409 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ituaçu | | | 14.106.280/0001-21 | BA | ITUACU | 4 | 40 | Execução de obras ou serviços de engenharia em estrada vicinais | R$ 800.000,00 |
| 261 | Jaques Wagner | 3416 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Itaju do Colônia | | | 14.147.920/0001-41 | BA | ITAJU DO COLONIA | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ 700.000,00 |
| 262 | Jaques Wagner | 3424 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Tanhaçu | | | 13.676.309/0001-48 | BA | TANHACU | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ 800.000,00 |
| 263 | Jayme Veríssimo de Campos | 2753 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Colniza | | | 04.213.687/0001-02 | MT | COLNIZA | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ 600.000,00 |
| 264 | Jayme Veríssimo de Campos | 2755 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Boa Esperança do Norte | | | 58.673.892/0001-71 | MT | BOA ESPERANCA DO NORTE | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ 450.000,00 |
| 265 | Jayme Veríssimo de Campos | 4994 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS | | 00.396.895/0001-25 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas. | R$ 1.300.000,00 |
| 266 | Jayme Veríssimo de Campos | 2756 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Porto Alegre do Norte | | | 03.238.672/0001-28 | MT | PORTO ALEGRE DO NORTE | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ 1.602.000,00 |
| 267 | Jayme Veríssimo de Campos | 2752 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Colniza | | | 04.213.687/0001-02 | MT | COLNIZA | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ 600.000,00 |
| 268 | Jayme Veríssimo de Campos | 2754 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Serra Nova Dourada | | | 04.204.945/0001-86 | MT | SERRA NOVA DOURADA | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ 400.436,00 |
| 269 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4533 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| 270 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4539 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO - CNPJ 01.493.998/0001-76 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAMPOS VERDES | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| 271 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4541 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| 272 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4545 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO - CNPJ 00.078.790/0001-28 | | 00.396.895/0001-25 | GO | DOVERLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| 273 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4534 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ 544.503,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 274 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4543 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 275 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4530 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0001-25 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 276 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4540 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO - CNPJ 01.168.145/0001-69 | | 00.396.895/0001-25 | GO | PIRANHAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 277 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4537 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE INDIARA - GO - CNPJ 00.005.959/0001-10 | | 00.396.895/0001-25 | GO | INDIARA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 278 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4536 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE MONTE CLARO DE GOIAS - CNPJ 01.126341/0001-70 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MONTE ALEGRE DE GOIAS | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 279 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4532 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE VALPRAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 280 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4544 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO - CNPJ 01.915.313/0001-32 | | 00.396.895/0001-25 | GO | FAZENDA NOVA | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ | 544.503,00 |
| 281 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4535 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 282 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4538 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO - CNPJ 01.135.227/0001-07 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MOZARLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 283 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4529 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0068-32 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 284 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4542 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 285 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4531 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO CNPJ 01.300.094/0001-87 | | 00.396.895/0001-25 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 286 | Jorge Seif Júnior | 3041 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Passos Maia | | | 95.993.085/0001-62 | SC | PASSOS MAIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 264.000,00 |
| 287 | Jorge Seif Júnior | 4907 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Brunópolis | | | 01.613.853/0001-61 | SC | BRUNOPOLIS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 288 | Jorge Seif Júnior | 4905 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Bom Jesus | | | 01.551.148/0001-87 | SC | BOM JESUS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 289 | Jorge Seif Júnior | 4913 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São José do Cedro | | | 83.026.781/0001-10 | SC | SAO JOSE DO CEDRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 290 | Jorge Seif Júnior | 4910 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Meleiro | | | 82.837.741/0001-96 | SC | MELEIRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 291 | Jorge Seif Júnior | 4914 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Abelardo Luz | | | 83.009.886/0001-61 | SC | ABELARDO LUZ | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 292 | Jorge Seif Júnior | 4908 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 264.000,00 |
| 293 | Jorge Seif Júnior | 3060 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Arroio Trinta | | | 82.826.462/0001-27 | SC | ARROIO TRINTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 294 | Jorge Seif Júnior | 4912 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São Bernardino | | | 01.612.812/0001-50 | SC | SAO BERNARDINO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 295 | Jorge Seif Júnior | 4911 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Saudades | | | 83.021.881/0001-54 | SC | SAUDADES | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 296 | Jorge Seif Júnior | 4916 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Aguas de Chapeco | | | 82.804.212/0001-96 | SC | AGUAS DE CHAPECO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 254.000,00 |
| 297 | Jorge Seif Júnior | 4909 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Caxambu do Sul | | | 83.021.816/0001-29 | SC | CAXAMBU DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 298 | José da Cruz Marinho | 247 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ | SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ | TUCUMÃ | 04.362.024/0001-41 | PA | TUCUMA | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ | 250.000,00 |
| 299 | José da Cruz Marinho | 1804 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE BONITO | MUNICÍPIO DE BONITO | MUNICÍPIO DE BONITO | 05.149.083/0001-07 | PA | BONITO | 4 | 40 | Recuperação de estradas vicinais | R$ | 400.000,00 |
| 300 | José da Cruz Marinho | 244 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS | SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS | PARAUAPEBAS | 22.937.932/0001-06 | PA | PARAUAPEBAS | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ | 250.000,00 |
| 301 | José da Cruz Marinho | 241 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA | MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA | MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA | 05.077.102/0001-29 | PA | ITUPIRANGA | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTE | R$ | 1.000.000,00 |
| 302 | José da Cruz Marinho | 248 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE CURUÇÁ | MUNICÍPIO DE CURUÇÁ | MUNICÍPIO DE CURUÇÁ | 05.171.939/0001-32 | PA | CURUCA | 3 | 40 | MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ | 1.702.436,00 |
| 303 | José da Cruz Marinho | 1805 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ | MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ | MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ | 05.183.827/0001-00 | PA | PORTO DE MOZ | 4 | 40 | Recuperação de estradas vicinais | R$ | 780.974,00 |
| 304 | José da Cruz Marinho | 4657 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ | Santarém Novo | 22.064.816/0001-11 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 50 | Aquisição de trator com implementos agrícolas | R$ | 250.000,00 |
| 305 | José da Cruz Marinho | 243 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL ALTAMIRA | SINDICATO RURAL ALTAMIRA | ALTAMIRA | 05.004.510/0001-50 | PA | ALTAMIRA | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ | 250.000,00 |
| 306 | José da Cruz Marinho | 246 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL DE XINGUARA | SINDICATO RURAL DE XINGUARA | XINGUARA | 10.248.086/0001-20 | PA | XINGUARA | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ | 250.000,00 |
| 307 | José da Cruz Marinho | 245 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL REDENÇÃO | SINDICATO RURAL REDENÇÃO | REDENÇÃO | 10.248.052/0001-35 | PA | REDENCAO | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ | 250.000,00 |
| 308 | José da Cruz Marinho | 242 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL DE MARABÁ | SINDICATO RURAL DE MARABÁ | MARABÁ | 29.830.688/0001-19 | PA | MARABA | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ | 750.000,00 |
| 309 | José da Cruz Marinho | 1801 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI | MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI | MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI | 05.191.333/0001-69 | PA | IGARAPE-MIRI | 4 | 40 | Recuperação de estradas vicinais | R$ | 800.000,00 |
| 310 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2370 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MARECHAL DEODORO -AL | MARECHAL DEODORO -AL | MARECHAL DEODORO -AL | 12.200.275/0001-58 | AL | MARECHAL DEODORO | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 750.000,00 |
| 311 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2369 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL | SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL | SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL | 12.342.671/0001-10 | AL | SAO LUIS DO QUITUNDE | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 600.000,00 |
| 312 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2364 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MESSIAS - AL | MUNICIPIO DE MESSIAS - AL | MUNICIPIO DE MESSIAS - AL | 12.200.283/0001-02 | AL | MESSIAS | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 600.000,00 |
| 313 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2368 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | NOVO LINO- AL | NOVO LINO- AL | NOVO LINO- AL | 12.248.878/0001-20 | AL | NOVO LINO | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 314 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2319 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL | MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL | MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL | 12.342.663/0001-73 | AL | MATRIZ DE CAMARAGIBE | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 600.000,00 |
| 315 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2314 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MURICI - AL | MUNICIPIO DE MURICI - AL | MUNICIPIO DE MURICI - AL | 12.332.953/0001-36 | AL | MURICI | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 1.250.000,00 |
| 316 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2760 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL | MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL | MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL | 35.634.435/0001-72 | AL | PARICONHA | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 652.436,00 |
| 317 | José Roberto Oliveira Faro | 4721 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Baião | Baião | 00.396.895/0001-25 | PA | BAIAO | 4 | 90 | Aquisição de duas retroescavadeiras. Modelo JCB/3CX. | R$ | 680.000,00 |
| 318 | José Roberto Oliveira Faro | 2373 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará | Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará | Concórdia do Pará | 14.145.791/0001-52 | PA | CONCORDIA DO PARA | 4 | 40 | Execução de obras de estradas vicinais. | R$ | 495.240,00 |
| 319 | José Roberto Oliveira Faro | 4723 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Dom Eliseu | Dom Eliseu | 00.396.895/0001-25 | PA | DOM ELISEU | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola. Modelo XCMG/XT804-5EBR. | R$ | 272.436,00 |
| 320 | José Roberto Oliveira Faro | 1213 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará | Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará | Goianésia do Pará | 83.211.433/0001-13 | PA | GOIANESIA DO PARA | 4 | 40 | Execução de obras de estradas vicinais. | R$ | 2.000.000,00 |
| 321 | José Roberto Oliveira Faro | 1215 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Brasil Novo | Prefeitura Municipal de Brasil Novo | Brasil Novo | 34.887.950/0001-00 | PA | BRASIL NOVO | 4 | 40 | Execução de obras de estradas vicinais. | R$ | 2.000.000,00 |
| 322 | Luércio José de Oliveira | 4044 | 60120002 | 4274 | 22000 | 22101 | 202V | SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO E DA PESCA | | | 34.841.271/0001-91 | SE | ARACAJU | 4 | 30 | - Aquisição de equipamentos. | R$ | 1.980.974,00 |
| 323 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 4995 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Associação Rurais dos Produtores do Rural Vale Verde - APROVALE | | 18.456.504/0001-86 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 400.000,00 |
| 324 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5063 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Associação de moradores e agricultores familiares do assentamento 10 de junho - AMAFAJ | | 48.908.806/0001-09 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 300.000,00 |
| 325 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 4999 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO | | 03.720.020/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 400.000,00 |
| 326 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5112 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | CENTRO DE PESQUISA AGROPECUARIA DOS CERRADOS DF 00.348.003/0039-93 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa Cerrados - DF | R$ | 810.000,00 |
| 327 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5117 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Associação de Agricultura Ecológica - AGE | | 26.447.771/0001-15 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 500.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 328 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5113 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – SFA/DF | | 00.396.895/0075-61 | DF | BRASILIA | 3 | 90 | Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 512.436,00 |
| 329 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 4998 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO | | 03.720.020/0001-25 | DF | BRASILIA | 3 | 50 | Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 200.000,00 |
| 330 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5116 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LARGA - APROFAL | | 11.586.539/0001-90 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 200.000,00 |
| 331 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5041 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - COOTAQUARA | | 04.363.876/0001-53 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 550.000,00 |
| 332 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5115 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – SFA/DF | | 00.396.895/0075-61 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 1.080.000,00 |
| 333 | Luis Carlos Heinze | 927 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Jari | Jari | | 01.609.402/0001-50 | RS | JARI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 300.005,00 |
| 334 | Luis Carlos Heinze | 934 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Toropi | Toropi | | 01.539.271/0001-82 | RS | TOROPI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 300.003,00 |
| 335 | Luis Carlos Heinze | 918 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Bossoroca | Bossoroca | | 87.613.014/0001-69 | RS | BOSSOROCA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 330.953,00 |
| 336 | Luis Carlos Heinze | 931 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | São Pedro do Sul | São Pedro do Sul | | 87.489.910/0001-68 | RS | SAO PEDRO DO SUL | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 300.004,00 |
| 337 | Luis Carlos Heinze | 922 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Dilermando de Aguiar | Dilermando de Aguiar | | 01.609.404/0001-40 | RS | DILERMANDO DE AGUIAR | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 300.006,00 |
| 338 | Luis Carlos Heinze | 937 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Tramandaí | Tramandaí | | 88.771.001/0001-80 | RS | TRAMANDAI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 200.001,00 |
| 339 | Luis Carlos Heinze | 925 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Itacurubi | Itacurubi | | 91.573.048/0001-44 | RS | ITACURUBI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 250.002,00 |
| 340 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 1358 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE PORANGA | MUNICIPIO DE PORANGA | | 07.438.187/0001-59 | CE | PORANGA | 4 | 40 | Construção , Reforma ou Modernização de Mercado Municipal | R$ | 1.645.124,00 |
| 341 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4732 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 202V | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | TABULEIRO DO NORTE | 05.492.601/0001-82 | CE | TABULEIRO DO NORTE | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ | 135.850,00 |
| 342 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4717 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 202V | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | RUSSAS | 34.426.656/0001-92 | CE | RUSSAS | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ | 200.000,00 |
| 343 | Luiz Cantuária Barreto | 2719 | 60120002 | 4079 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Santana - AP | Prefeitura Municipal de Santana - AP | | 23.066.640/0001-08 | AP | SANTANA | 4 | 40 | Construção de duas feiras livres no município de Santana/AP | R$ | 4.952.436,00 |
| 344 | Magno Pereira Malta | 1783 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Viana/ES | | | 27.165.547/0001-01 | ES | VIANA | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ | 301.000,00 |
| 345 | Magno Pereira Malta | 1782 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Apiacá/ES | | | 27.165.604/0001-44 | ES | APIACA | 4 | 40 | Aquisição de equipamentos agrícolas. | R$ | 301.000,00 |
| 346 | Magno Pereira Malta | 1784 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Mimoso do Sul/ES | | | 27.174.119/0001-37 | ES | MIMOSO DO SUL | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ | 301.000,00 |
| 347 | Magno Pereira Malta | 2001 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ibitirama/ES | | | 31.726.490/0001-31 | ES | IBITIRAMA | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ | 301.000,00 |
| 348 | Magno Pereira Malta | 2000 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Barra de Afonso Cláudio/ES | | | 27.165.562/0001-41 | ES | AFONSO CLAUDIO | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ | 301.000,00 |
| 349 | Magno Pereira Malta | 2002 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Presidente Kennedy/ES | | | 27.165.703/0001-26 | ES | PRESIDENTE KENNEDY | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ | 301.000,00 |
| 350 | Magno Pereira Malta | 4806 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Alto Rio Novo/ES CNPJ: 31.796.659/0001-20 | Alto Rio Novo/ES | 00.396.895/0001-25 | ES | ALTO RIO NOVO | 4 | 90 | Trator agrícola LOVOL TB754 CABINADO | R$ | 174.974,00 |
| 351 | Mara Cristina Gabrili | 3563 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES | 45.116.712/0001-09 | SP | SAO JOAO DAS DUAS PONTES | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas | R$ | 500.000,00 |
| 352 | Mara Cristina Gabrili | 3078 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA | CAFELÂNDIA | CAFELÂNDIA | 46.186.375/0001-99 | SP | CAFELANDIA | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 353 | Mara Cristina Gabrili | 3611 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS | PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS | PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS | 46.156.477/0001-61 | SP | COROADOS | 4 | 40 | Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas | R$ | 500.000,00 |
| 354 | Mara Cristina Gabrili | 3557 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA | 65.712.002/0001-59 | SP | ASPASIA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas | R$ | 452.436,00 |
| 355 | Mara Cristina Gabrili | 3554 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS | PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS | PREFEITURA MUNICIPAL DE MESOPOLIS | 65.712.069/0001-93 | SP | MESOPOLIS | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas | R$ | 500.000,00 |
| 356 | Mara Cristina Gabrili | 3606 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO | PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO | PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO | 44.558.856/0001-52 | SP | PROMISSAO | 4 | 40 | Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas | R$ | 500.000,00 |
| 357 | Mara Cristina Gabrili | 3571 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ | 46.189.726/0001-15 | SP | ITAPUI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas | R$ | 500.000,00 |
| 358 | Mara Cristina Gabrili | 3548 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS | PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS | PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS | 46.601.944/0001-15 | SP | TRES FRONTEIRAS | 4 | 40 | Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas | R$ | 500.000,00 |
| 359 | Mara Cristina Gabrili | 3631 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA | 45.138.088/0001-40 | SP | SANTANA DA PONTE PENSA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas | R$ | 500.000,00 |
| 360 | Mara Cristina Gabrili | 3613 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU | PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU | PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU | 46.634.101/0001-15 | SP | BOTUCATU | 3 | 40 | Cuteio | R$ | 500.000,00 |
| 361 | Marcelo Costa e Castro | 3084 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Bela Vista do Piauí | | | 01.612.558/0001-90 | PI | BELA VISTA DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 1.000.000,00 |
| 362 | Marcelo Costa e Castro | 718 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí | | | 06.554.166/0001-36 | PI | RIO GRANDE DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 400.000,00 |
| 363 | Marcelo Costa e Castro | 619 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí | | | 01.612.583/0001-74 | PI | LAGOA DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 600.000,00 |
| 364 | Marcelo Costa e Castro | 3083 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Brejo do Piauí | | | 01.612.567/0001-81 | PI | BREJO DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 1.000.000,00 |
| 365 | Marcelo Costa e Castro | 268 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de José de Freitas | | | 06.554.786/0001-75 | PI | JOSE DE FREITAS | 4 | 40 | Construção de uma agroindústria | R$ | 800.000,00 |
| 366 | Marcelo Costa e Castro | 612 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Corrente | | | 06.554.257/0001-71 | PI | CORRENTE | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 1.200.000,00 |
| 367 | Marcelo Costa e Castro | 3088 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu | | | 06.553.630/0001-70 | PI | ANISIO DE ABREU | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 1.500.000,00 |
| 368 | Marcelo Costa e Castro | 3093 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Várzea Branca | | | 41.522.103/0001-07 | PI | VARZEA BRANCA | 4 | 40 | Construção e estrada vicinal | R$ | 1.500.000,00 |
| 369 | Marcelo Costa e Castro | 3086 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Itainópolis | | | 06.553.754/0001-55 | PI | ITAINOPOLIS | 4 | 40 | Construção de uma passagem molhada. | R$ | 1.000.000,00 |
| 370 | Marcelo Costa e Castro | 3068 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes | | | 06.554.455/0001-35 | PI | BURITI DOS LOPES | 4 | 40 | Adequação de estradas vicinais | R$ | 800.000,00 |
| 371 | Marcelo Costa e Castro | 1946 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária (SADA/PI) | Corrente - PI | | 49.498.865/0001-19 | PI | TERESINA | 4 | 30 | Construção de um parque de exposições | R$ | 1.000.000,00 |
| 372 | Marcelo Costa e Castro | 727 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Uruçuí | | | 06.985.832/0001-90 | PI | URUCUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 1.000.000,00 |
| 373 | Márcio Miguel Bittar | 1489 | 60120002 | 4078 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE FEIJO | MUNICIPIO DE FEIJO | | 04.005.179/0001-20 | AC | FEIJO | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e equipamentos agrícolas. | R$ | 1.980.974,00 |
| 374 | Marcos Cesar Postes | 2034 | 60120002 | 4265 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP | 67.160.507/0001-83 | SP | VARGEM | 4 | 40 | EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA | R$ | 610.974,00 |
| 375 | Marcos Cesar Postes | 2032 | 60120002 | 4265 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP | 56.024.581/0001-56 | SP | RIBEIRAO PRETO | 4 | 40 | EQUIPAMENTOS | R$ | 625.000,00 |
| 376 | Marcos Cesar Postes | 2029 | 60120002 | 4265 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP | 45.116.092/0001-06 | SP | MERIDIANO | 4 | 40 | EQUIPAMENTOS | R$ | 300.000,00 |
| 377 | Marcos Cesar Postes | 2036 | 60120002 | 4265 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP | 46.137.410/0001-80 | SP | BAURU | 4 | 40 | EQUIPAMENTOS | R$ | 445.000,00 |
| 378 | Marcos Ribeiro do Val | 3748 | 60120002 | 9204 | 22000 | 22101 | 202V | MIMOSO DO SUL | | | 27.174.119/0001-37 | ES | MIMOSO DO SUL | 4 | 40 | 1 RETROESCAVADEIRA | R$ | 400.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 379 | Marcos Ribeiro do Val | 3759 | 60120002 | 9204 | 22000 | 22101 | 202V | MARILÂNDIA | | | 27.744.176/0001-04 | ES | MARILANDIA | 4 | 40 | 1 RETROESCAVADEIRA | R$ | 400.000,00 |
| 380 | Marcos Rogério da Silva Brito | 3209 | 60120002 | 9224 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Ji-Paraná | | | 04.092.672/0001-25 | RO | JI-PARANA | 4 | 40 | obra | R$ | 1.980.974,00 |
| 381 | Maria Auxiliadora Seabra Rezende | 3470 | 60120002 | 4275 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS | SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS | | 00.766.733/0001-31 | TO | SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS | 4 | 40 | ESTRADAS VICINAIS | R$ | 1.500.000,00 |
| 382 | Maria Auxiliadora Seabra Rezende | 2446 | 60120002 | 4275 | 22000 | 22101 | 202V | PORTO NACIONAL | PORTO NACIONAL | | 00.299.198/0001-56 | TO | PORTO NACIONAL | 4 | 40 | ESTRADAS VICINAIS | R$ | 5.404.872,00 |
| 383 | Maria Auxiliadora Seabra Rezende | 2445 | 60120002 | 4275 | 22000 | 22101 | 202V | ANANÁS | ANANÁS | | 00.237.362/0001-09 | TO | ANANAS | 4 | 40 | ESTRADAS VICINAIS | R$ | 3.000.000,00 |
| 384 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2722 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Cupira | | | 10.191.799/0001-02 | PE | CUPIRA | 4 | 40 | Construção de Estradas Vicinais | R$ | 1.000.000,00 |
| 385 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2718 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São João | | | 10.146.371/0001-30 | PE | SAO JOAO | 4 | 40 | Aquisição de retroescavadeira e caminhão basculante | R$ | 1.052.436,00 |
| 386 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2723 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Macaparana | | | 11.361.888/0001-04 | PE | MACAPARANA | 4 | 40 | Serviço de Terraplanagem e cascalhamento | R$ | 1.000.000,00 |
| 387 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2724 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Granito | | | 11.040.888/0001-02 | PE | GRANITO | 4 | 40 | Recuperação de estradas e recuperação de barragens | R$ | 950.000,00 |
| 388 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2726 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Buenos Aires | | | 10.165.165/0001-77 | PE | BUENOS AIRES | 4 | 40 | Projeto de Adequação e reforma de estradas vicinais | R$ | 495.240,00 |
| 389 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2725 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Granito | | | 11.040.888/0001-02 | PE | GRANITO | 4 | 40 | Recuperação e manutenção de Barragens | R$ | 950.000,00 |
| 390 | Nelson Trad Filho | 5016 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Aparecida do Taboado | | 03.563.335/0001-06 | MS | APARECIDA DO TABOADO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 391 | Nelson Trad Filho | 5019 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Nova Alvorada do Sul | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 392 | Nelson Trad Filho | 5070 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Rochedo | | 03.501.566/0001-95 | MS | ROCHEDO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 393 | Nelson Trad Filho | 5043 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Bandeirantes | | 03.501.491/0001-42 | MS | BANDEIRANTES | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário | R$ | 204.353,00 |
| 394 | Nelson Trad Filho | 3112 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | Governo do Estado | Festival Internacional da Carne | | 15.412.257/0001-28 | MS | CAMPO GRANDE | 3 | 30 | Fomento ao Setor Agropecuário - Festival Internacional da Carne | R$ | 400.000,00 |
| 395 | Nelson Trad Filho | 5071 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Taquarussu | | 03.923.703/0001-80 | MS | TAQUARUSSU | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 396 | Nelson Trad Filho | 5065 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Coronel Sapucaia | | 01.988.914/0001-75 | MS | CORONEL SAPUCAIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ | 436.126,00 |
| 397 | Nelson Trad Filho | 3161 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ponta Porã | Ponta Agrotec | | 03.434.792/0001-09 | MS | PONTA PORA | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 400.000,00 |
| 398 | Nelson Trad Filho | 5066 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Jateí | | 03.783.859/0001-02 | MS | JATEI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 399 | Nelson Trad Filho | 5018 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Ivinhema | | 03.575.875/0001-00 | MS | IVINHEMA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 400 | Nelson Trad Filho | 5069 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Rio Negro | | 03.501.558/0001-49 | MS | RIO NEGRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 401 | Nelson Trad Filho | 5067 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Nioaque | | 03.073.699/0001-08 | MS | NIOAQUE | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 402 | Nelson Trad Filho | 5021 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Costa Rica | | 15.389.596/0001-30 | MS | COSTA RICA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 403 | Nelson Trad Filho | 5004 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Amambai | | 03.568.433/0001-36 | MS | AMAMBAI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 404 | Nelson Trad Filho | 5064 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Corguinho | | 03.501.525/0001-07 | MS | CORGUINHO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira | R$ | 293.194,00 |
| 405 | Nelson Trad Filho | 5017 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Douradina | | 15.479.751/0001-00 | MS | DOURADINA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 406 | Nelson Trad Filho | 5038 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Terenos | | 03.501.582/0001-88 | MS | TERENOS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 407 | Nelson Trad Filho | 3157 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Mundo Novo | População | | 03.741.683/0001-26 | MS | MUNDO NOVO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Ponte (conclusão) | R$ | 300.000,00 |
| 408 | Nelson Trad Filho | 5015 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Antônio João | | 03.567.930/0001-10 | MS | ANTONIO JOAO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 409 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 3331 | 60120002 | 3795 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Salinas da Margarida/BA | Município de Salinas da Margarida/BA | SALINAS DA MARGARIDA/BA | 13.743.281/0001-14 | BA | SALINAS DA MARGARIDA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais | R$ | 1.000.000,00 |
| 410 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 3325 | 60120002 | 3795 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ibitiara/BA | Município de Ibitiara/BA | IBITIARA/BA | 13.781.828/0001-76 | BA | IBITIARA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais | R$ | 1.000.000,00 |
| 411 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 3321 | 60120002 | 3795 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Jeremoabo-BA | Município de Jeremoabo-BA | JEREMOABO/BA | 13.809.041/0001-75 | BA | JEREMOABO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais | R$ | 1.952.436,00 |
| 412 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 3334 | 60120002 | 3795 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ipecaetá/BA | Município de Ipecaetá/BA | IPECAETÁ/BA | 13.621.735/0001-84 | BA | IPECAETA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais | R$ | 1.000.000,00 |
| 413 | Paulo Renato Paim | 383 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Carazinho | | | 88.861.430/0001-49 | RS | CANGUCU | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 351.436,00 |
| 414 | Paulo Renato Paim | 374 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Porto Lucena | | | 87.613.659/0001-00 | RS | PORTO LUCENA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 415 | Paulo Renato Paim | 375 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Rondinha | | | 87.712.212/0001-80 | RS | RONDINHA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 416 | Paulo Renato Paim | 379 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Bozano | | | 04.216.419/0001-36 | RS | BOZANO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 417 | Paulo Renato Paim | 382 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Toropi | | | 01.539.271/0001-82 | RS | TOROPI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 418 | Paulo Renato Paim | 387 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Tapera | | | 87.613.493/0001-13 | RS | TAPERA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 419 | Paulo Renato Paim | 377 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Ivoti | | | 88.254.909/0001-17 | RS | IVOTI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 420 | Paulo Renato Paim | 384 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Encruzilhada do Sul | | | 89.363.642/0001-69 | RS | ENCRUZILHADA DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 351.000,00 |
| 421 | Paulo Renato Paim | 380 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Rolador | | | 04.203.896/0001-67 | RS | ROLADOR | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 422 | Paulo Renato Paim | 388 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Erebango | | | 92.453.828/0001-13 | RS | EREBANGO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 350.000,00 |
| 423 | Paulo Renato Paim | 376 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Carlos Barbosa | | | 88.587.183/0001-34 | RS | CARLOS BARBOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 424 | Paulo Renato Paim | 1637 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Terra de Areia | | | 90.256.660/0001-20 | RS | TERRA DE AREIA | 4 | 41 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 495.240,00 |
| 425 | Paulo Renato Paim | 385 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Lagoa Vermelha | | | 87.613.626/0001-51 | RS | LAGOA VERMELHA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 426 | Paulo Renato Paim | 389 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Passo do Sobrado | | | 94.577.616/0001-73 | RS | PASSO DO SOBRADO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 427 | Paulo Renato Paim | 386 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Mostardas | | | 88.000.922/0001-40 | RS | MOSTARDAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 428 | Paulo Renato Paim | 381 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Pedro Osório | | | 88.859.962/0001-41 | RS | PEDRO OSORIO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 429 | Paulo Renato Paim | 378 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Fagundes Varela | | | 91.566.893/0001-92 | RS | FAGUNDES VARELA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 300.000,00 |
| 430 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 3415 | 60120002 | 2919 | 22000 | 22101 | 202V | Governo do Estado do Amapá | Governo do Estado do Amapá | | 00.394.577/0001-25 | AP | MACAPA | 4 | 30 | Estradas Vicinais | R$ | 4.952.436,00 |
| 431 | Roberta Leontina Xisto Acioly | 4778 | 60120002 | 4571 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ | MUNICÍPIO DE CANTÁ | | 01.612.682/0001-56 | RR | CANTA | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA | R$ | 2.952.436,00 |
| 432 | Roberta Leontina Xisto Acioly | 4779 | 60120002 | 4571 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE BORAZÓPOLIS | MUNICÍPIO DE BORAZÓPOLIS | | 01.613.031/0001-80 | RR | BORAZOPOLIS | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA | R$ | 2.000.000,00 |
| 433 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4078 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales | | | 18.404.954/0001-25 | MG | FRONTEIRA DOS VALES | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 500.000,00 |
| 434 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4088 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Itamarandiba | | | 16.886.871/0001-94 | MG | ITAMARANDIBA | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 500.000,00 |
| 435 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4117 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Pote | | | 18.404.970/0001-18 | MG | POTE | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 652.436,00 |
| 436 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4061 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Aguanil | | | 17.888.108/0001-65 | MG | AGUANIL | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 500.000,00 |
| 437 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4099 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Machacalis | | | 18.404.921/0001-85 | MG | MACHACALIS | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 500.000,00 |
| 438 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4067 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Capetinga | | | 17.894.031/0001-36 | MG | CAPETINGA | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 400.000,00 |
| 439 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4113 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Muzambinho | | | 18.668.624/0001-47 | MG | MUZAMBINHO | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 500.000,00 |
| 440 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4669 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá | | | 18.301.028/0001-24 | MG | ESTRELA DO INDAIA | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 500.000,00 |
| 441 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4082 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Guarara | | | 17.723.172/0001-96 | MG | GUARARA | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 500.000,00 |
| 442 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4104 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Matias Cardoso | | | 25.209.115/0001-11 | MG | MATIAS CARDOSO | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 400.000,00 |
| 443 | Rogério Carvalho Santos | 1416 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.106.935/0001-07 | SE | POCO VERDE | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 1.052.436,00 |
| 444 | Rogério Carvalho Santos | 1415 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.134.614/0001-08 | SE | CAMPO DO BRITO | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 1.000.000,00 |
| 445 | Rogério Carvalho Santos | 1414 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.113.287/0001-08 | SE | MONTE ALEGRE DE SERGIPE | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 1.150.000,00 |
| 446 | Rogério Carvalho Santos | 1641 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipa | | | 13.098.181/0001-82 | SE | ITABAIANINHA | 4 | 40 | Pavimentação | R$ | 495.240,00 |
| 447 | Rogério Carvalho Santos | 1413 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.115.381/0001-04 | SE | CANHOBA | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 600.000,00 |
| 448 | Rogério Carvalho Santos | 1410 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.100.995/0001-04 | SE | AREIA BRANCA | 4 | 40 | Obras de Fomento | R$ | 1.150.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 449 | Rogério Simonetti Marinho | 4684 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | TENENTE LAURENTINO CRUZ | | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| 450 | Rogério Simonetti Marinho | 4679 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | MAJOR SALES | | | 01.612.383/0001-11 | RN | MAJOR SALES | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| 451 | Rogério Simonetti Marinho | 4681 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | EXTREMOZ | | | 08.204.497/0001-71 | RN | EXTREMOZ | 4 | 90 | aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura | R$ 501.571,00 |
| 452 | Rogério Simonetti Marinho | 4685 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | VERA CRUZ | | | 08.362.915/0001-59 | RN | VERA CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| 453 | Rogério Simonetti Marinho | 4683 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO BENTO DO TRAIRI | | | 08.160.467/0001-00 | RN | SAO BENTO DO TRAIRI | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| 454 | Rogério Simonetti Marinho | 4680 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO | | | 01.612.396/0001-90 | RN | SAO MIGUEL DO GOSTOSO | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| 455 | Rogério Simonetti Marinho | 4678 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | ACARI | | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| 456 | Rogério Simonetti Marinho | 4682 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | MARCELINO VIEIRA | | | 08.357.618/0001-15 | RN | MARCELINO VIEIRA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| 457 | Sérgio de Oliveira Cunha | 4263 | 60120002 | 2914 | 22000 | 22101 | 202V | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDAD D | | | 43.824.560/0001-73 | AC | RIO BRANCO | 3 | 50 | Fomentar o desenvolvimento agropecuário no Estado do Acre | R$ 4.000.000,00 |
| 458 | Soraya Vieira Thronicke | 2290 | 60120002 | 4086 | 22000 | 22101 | 202V | Instituto do Desenvolvimento Social - IDS | Estado do Mato Grosso do Sul | | 01.832.903/0001-00 | RJ | MARICA | 3 | 50 | Apoio a projetos de capacitação e realização de eventos | R$ 4.952.436,00 |
| 459 | Tereza Cristina Corrêa | 3532 | 60120002 | 4279 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul/MS | Nova Alvorada do Sul/MS | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 40 | Cobertura da Feira do Produtor | R$ 530.974,00 |
| 460 | Tereza Cristina Corrêa | 3527 | 60120002 | 4279 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Ignatemi/MS | Ignatemi/MS | | 03.568.318/0001-61 | MS | IGUATEMI | 4 | 40 | Máquinas e Equipamentos | R$ 350.000,00 |
| 461 | Tereza Cristina Corrêa | 3534 | 60120002 | 4279 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS | Paranaíba/MS | | 03.343.118/0001-00 | MS | PARANAIBA | 4 | 40 | Pontes e Aduelas | R$ 1.100.000,00 |
| 462 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3669 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Cavalcante | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAVALCANTE | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 463 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3552 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Três Ranchos | | 00.396.895/0001-25 | GO | TRES RANCHOS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 464 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3674 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Amorinópolis | | 00.396.895/0001-25 | GO | AMORINOPOLIS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 465 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3553 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Guaraíta | | 00.396.895/0001-25 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 466 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3547 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Portelândia | | 00.396.895/0001-25 | GO | PORTELANDIA | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 467 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3676 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Montes Claros de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | MONTES CLAROS DE GOIAS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 468 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3671 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Teresina de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | TERESINA DE GOIAS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 469 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3668 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Alexânia | | 00.396.895/0001-25 | GO | ALEXANIA | 4 | 90 | Caminhão Basculante Trucado | R$ 604.000,00 |
| 470 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3663 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Valparaíso de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ 690.000,00 |
| 471 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3624 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Águas Lindas de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUAS LINDAS DE GOIAS | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ 690.000,00 |
| 472 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3551 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Ruasópolis | | 00.396.895/0001-25 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 473 | Vanderlan Vieira Cardoso | 4997 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 544.502,00 |
| 474 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4751 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Vista Serrana | | | 09.151.598/0001-94 | PB | VISTA SERRANA | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | R$ 800.000,00 |
| 475 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4747 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Alcantil | | | 01.612.470/0001-79 | PB | ALCANTIL | 3 | 40 | Manutenção de Máquinas e Equipamentos Agrícolas | R$ 300.000,00 |
| 476 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4594 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DOS CRIADORES DE CAPRINOS LEITEIROS | | | 09.307.596/0001-41 | PB | PRATA | 3 | 50 | Evento | R$ 600.000,00 |
| 477 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4637 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São José dos Cordeiros | | | 08.873.226/0001-09 | PB | SAO JOSE DOS CORDEIROS | 3 | 40 | Evento | R$ 500.000,00 |
| 478 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4641 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Prata | | | 09.074.113/0001-06 | PB | PRATA | 3 | 40 | Evento | R$ 300.000,00 |
| 479 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4853 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São José de Caiana | | | 08.891.541/0001-69 | PB | SAO JOSE DE CAIANA | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | R$ 400.000,00 |
| 480 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4754 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Pedra Lavrada | | | 08.740.466/0001-35 | PB | PEDRA LAVRADA | 3 | 40 | Evento | R$ 200.000,00 |
| 481 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4639 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Alcantil | | | 01.612.470/0001-79 | PB | ALCANTIL | 3 | 40 | Evento | R$ 200.000,00 |
| 482 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4613 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Barra de Santa Rosa | | | 08.993.925/0001-92 | PB | BARRA DE SANTA ROSA | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | R$ 600.000,00 |
| 483 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4749 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Cabaceiras | | | 08.702.862/0001-78 | PB | CABACEIRAS | 3 | 40 | Evento | R$ 352.436,00 |
| 484 | Wellington Antonio Fagundes | 5035 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Figueiropolis D Oeste - cnpj 01367762/0001-93 | | 00.396.895/0001-25 | MT | FIGUEIROPOLIS D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 485 | Wellington Antonio Fagundes | 5114 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | | 00.396.895/0001-25 | MT | SALTO DO CEU | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 486 | Wellington Antonio Fagundes | 5020 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Brasnorte - 01.375.138/0001-38 | | 00.396.895/0001-25 | MT | BRASNORTE | 4 | 90 | Aquisição trator | R$ 134.555,00 |
| 487 | Wellington Antonio Fagundes | 5042 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Nova Lacerda - cnpj 01614519/0001-22 | | 00.396.895/0001-25 | MT | NOVA LACERDA | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 488 | Wellington Antonio Fagundes | 5030 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - cnpj 37465408/000-49 | | 00.396.895/0001-25 | MT | LAMBARI D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 489 | Wellington Antonio Fagundes | 5025 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - cnpj 37464955/0001-00 | | 00.396.895/0001-25 | MT | GLORIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 490 | Wellington Antonio Fagundes | 5022 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Curvelândia - CNPJ 04217647/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CURVELANDIA | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.554,00 |
| 491 | Wellington Antonio Fagundes | 5024 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | | 00.396.895/0001-25 | MT | RESERVA DO CABACAL | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 492 | Wellington Antonio Fagundes | 5125 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21 | | 00.396.895/0001-25 | MT | VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 493 | Wellington Antonio Fagundes | 5047 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Campos de Julio - cnpj 01614516/0001-99 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CAMPOS DE JULIO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 494 | Wellington Antonio Fagundes | 5040 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste cnpj 04219688/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CONQUISTA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 495 | Wellington Antonio Fagundes | 5023 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu - CNPJ 15024011000189 | | 00.396.895/0001-25 | MT | RIO BRANCO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.554,00 |
| 496 | Wellington Antonio Fagundes | 5026 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - cnpj 03238904/0001-48 | | 00.396.895/0001-25 | MT | PORTO ESPERIDIAO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 497 | Wellington Antonio Fagundes | 5027 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Indiavai - cnpj 01239027/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | INDIAVAI | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 498 | Wellington Antonio Fagundes | 5036 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03214160/0001-21 | | 00.396.895/0001-25 | MT | VALE DE SAO DOMINGOS | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 499 | Weverton Rocha Marques de Sousa | 3456 | 60120002 | 4084 | 22000 | 22101 | 202V | Fernando Falcão | | | 01.612.667/0001-08 | MA | FERNANDO FALCAO | 4 | 40 | implantação de estradas vicinais | R$ 4.952.436,00 |
| 500 | Wilder Pedro de Morais | 2682 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Turvelândia | | | 25.107.657/0001-83 | GO | TURVELANDIA | 4 | 40 | Modelização do Parque de Exposições Agropecuárias | R$ 980.974,00 |
| 501 | Wilder Pedro de Morais | 4787 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA DE ANÁPOLIS | | | 01.067.479/0001-46 | GO | ANAPOLIS | 4 | 40 | MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ 1.000.000,00 |
| 502 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1848 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO | PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO | | 08.349.094/0001-10 | RN | GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional | R$ 1.000.055,00 |
| 503 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1864 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ | PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais | R$ 402.436,00 |
| 504 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3824 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO | | 08.088.247/0001-13 | RN | SANTANA DO SERIDO | 4 | 40 | COMPRA DE UMA PA CARREGADEIRA | R$ 330.055,00 |
| 505 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1846 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS | PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS | | 08.294.670/0001-70 | RN | CARNAUBAIS | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional | R$ 200.055,00 |
| 506 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3806 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA EQUADOR | PREFEITURA EQUADOR | | 08.086.225/0001-14 | RN | EQUADOR | 4 | 40 | IMPLEMENTOS AGRICOLAS | R$ 200.055,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 507 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1853 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS | PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS | | 08.153.462/0001-50 | RN | MARTINS | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais. | R$ 600.055,00 |
| 508 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1868 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL | | 08.355.463/0001-88 | RN | SAO MIGUEL | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais | R$ 479.055,00 |
| 509 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3874 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ | PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ | | 08.348.971/0001-39 | RN | MOSSORO | 4 | 40 | CÂMARA FRIGORIFICA | R$ 300.000,00 |
| 510 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3819 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI | PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 40 | IMPLEMENTOS AGRICOLAS | R$ 299.835,00 |
| 511 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3805 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU | PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU | | 08.349.078/0001-28 | RN | PATU | 4 | 40 | IMPLEMENTOS AGRICOLAS | R$ 200.055,00 |
| 512 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1854 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ | PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ | | 08.144.784/0001-33 | RN | NOVA CRUZ | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais. | R$ 340.670,00 |
| 513 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3822 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA | | 04.214.217/0001-55 | RN | JUNDIA | 4 | 40 | VEICULO | R$ 400.055,00 |
| 514 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 2599 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL | PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL | | 08.158.669/0001-18 | RN | CORONEL EZEQUIEL | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional | R$ 200.055,00 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | R$ 314.699.717,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Anexo III: indicações retiradas pelos autores (rejeitadas)**

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado | Expediente |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Alessandro Vieira | 5191 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Civil Consorcio de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local - Consad da Microregião Sergipana do Sertão do São Francisco | Feira Nova | 07.152.518/0001-90 | SE | FEIRA NOVA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 | Ofício 052/2026/GSAVIEIR - SF26614357 1019 |
| Antônio Mecias Pereira de Jesus | 1506 | 60120002 | 4093 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS | MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS | | 01.613.031/0001-80 | RR | RORAINOPOLIS | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA | R$ 2.000.000,00 | |
| Antônio Mecias Pereira de Jesus | 279 | 60120002 | 4093 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ | MUNICÍPIO DE CANTÁ | | 01.612.682/0001-56 | RR | CANTA | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA | R$ 2.952.436,00 | |
| Carlos Francisco Portinho | 4664 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ 157.974,00 | Ofício 64-2026/GSPORT _SF/26820.40894-22 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4513 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Água Fria de Goiás | Água Fria de Goiás | | 25.141.292/0001-03 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Água Fria de Goiás | R$ 200.000,00 | Ofício nº 07/2025 - GSIZALCI-LEG - SF/26630.96975-56 |
| Jayme Veríssimo de Campos | 4951 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS | | 00.396.895/0011-05 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas. | R$ 1.300.000,00 | Ofício 44/2016 - GSJAYM-AU SF26479.80512-54 |
| Jorge Seif Júnior | 4906 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 264.000,00 | Ofício 13/2026-ORC/GSJSEJF _ SF 26105.07009-35 |
| Jorge Seif Júnior | 4915 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Passos Maia | | | 00.396.895/0001-25 | SC | PASSOS MAIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 254.000,00 | Ofício 13/2026-ORC/GSJSEJF _ SF 26105.07009-35 |
| José da Cruz Marinho | 4511 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE BUJARU | MUNICÍPIO DE BUJARU | MUNICÍPIO DE BUJARU | 05.196.563/0001-10 | PA | BUJARU | 4 | 40 | MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ 1.702.436,00 | Ofício 163/2026/ORC/GSZ MARIN/SF - SF/26481.82959-22 |
| Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4750 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Santa Inês | | | 01.612.693/0001-36 | PB | SANTA INES | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | R$ 400.000,00 | Ofício 16/2026 – GSVENEZI - SF/26769.01263-12 |
| Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4752 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Junco do Seridó | | | 09.084.054/0001-57 | PB | JUNCO DO SERIDO | 3 | 40 | Evento | R$ 500.000,00 | Ofício 16/2026 – GSVENEZI - SF/26769.01263-12 |
| Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4753 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Tenório | | | 01.612.649/0001-26 | PB | TENORIO | 3 | 40 | Evento | R$ 200.000,00 | Ofício 16/2026 – GSVENEZI - SF/26769.01263-12 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5124 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21 | | 00.396.895/0001-25 | MT | VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 | Ofício 159/2026/GSWFAGUN - SF 26737.87043-73 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5123 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21 | | 00.396.895/0001-25 | MT | VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 | Ofício 159/2026/GSWFAGUN - SF 26737.87043-73 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5029 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministerio da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Lambari DOeste - cnpj 37465408/000-49 | | 00.396.895/0001-25 | MT | LAMBARI DOESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 | Ofício 159/2026/GSWFAGUN - SF 26737.87043-73 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5014 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Brasnorte | | 01.375.138/0001-38 | MT | BRASNORTE | 4 | 40 | Aquisição de equipamento (trator) | R$ 134.544.970,00 | Ofício 159/2026/GSWFAGUN - SF 26737.87043-73 |
| Wilder Pedro de Morais | 4638 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura de Anápolis | | | 01.067.479/0001-46 | GO | ANAPOLIS | 4 | 40 | Manutenção e recuperação de estradas vicinais no município | R$ 707.403,00 | OFORÇ 077/2026 - OR - GSWM - SF/26759.28690-00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5771414452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

VERSÃO
ORIGINAL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e três minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e seis, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberar as indicações para as programações decorrentes da Emenda RP8 desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2026, nos termos da Lei Complementar 210/2024; Lei 15.346/2025 (LOA 2026); Lei 15.321/2025 (LDO 2026); Resolução do Congresso Nacional 1/2006; Portaria Conjunta MPO/MGI/SRI-PR 2/2026 e Ofícios 78/2026 e 83/2026, ambos da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária, conforme planilhas anexas. Registram presença os Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jussara Lima, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Weverton, Alan Rick e Hamilton Mourão. Registram presença, ainda, os Senadores Izalci Lucas, Zenaide Maia, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presente reunião destina-se ao segundo bloco de deliberação. Há 225 (duzentas e vinte e cinco) indicações para análise, das quais 58 (cinquenta e oito) são novas e 150 (cento e cinquenta) são alterações em indicações já aprovadas no primeiro ciclo deste ano. Os pedidos de alteração decorrem de óbices à execução orçamentária por impedimento técnico apontado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária por meio dos Ofícios 78/2026 e 83/2026. Constam, ainda, 17 indicações retiradas pelos próprios solicitantes, a serem rejeitadas. Relatoria e coordenação das indicações da CRA: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das indicações, novas e alteradas, bem como pela rejeição das indicações relacionadas no Anexo III. Passa-se à deliberação das indicações. Resultado: Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou o Relatório e aprovou, até o presente, 520 (quinhentas e vinte) indicações, totalizando R$ 316.674.767,00 (trezentos e dezesseis milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e sessenta e sete reais). Rejeitadas 17 (dezessete) indicações, constantes do Anexo III. O Anexo I compreende exclusivamente as 150 indicações alteradas. O Anexo II compreende todas as indicações aprovadas por esta Comissão até o presente. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da oitava Reunião, que é aprovada. Sem mais, encerra-se a reunião às quatorze horas e oito minutos.

**SENADOR ZEQUINHA MARINHO**
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Anexo I: indicações alteradas**

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | Substitui? | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4704 | 2231 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF. CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas e Equipamentos - 13 TRATORES AGRÍCOLA modelo LOVOL TB754 CABINADO Valor unitário R$ 129.900,00 | R$ 1.688.700,00 |
| 2 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4703 | 2231 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF. CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição máquinas e equipamento - aquisição de 04 RESTROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX Valor unitário: R$ 288.000,00 | R$ 1.125.000,00 |
| 3 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4675 | 2898 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Trajano de Moraes/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| 4 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4676 | 2899 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Itaocara/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| 5 | Carlos Alberto Dias Viana | 4939 | 4065 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | | 01.613.076/0001-55 | MG | CURRAL DE DENTRO | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola | R$ 107.774,00 |
| 6 | Carlos Francisco Portinho | 4667 | 3342 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Guapimirim/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| 7 | Carlos Francisco Portinho | 4666 | 3341 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Paraíba do Sul/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Retroescavedeira | R$ 301.571,00 |
| 8 | Carlos Francisco Portinho | 4663 | 3339 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Itaperuna/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ 575.917,00 |
| 9 | Carlos Francisco Portinho | 4791 | 3340 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 154.974,00 |
| 10 | Carlos Francisco Portinho | 4665 | 3338 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Macuco/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 481.676,00 |
| 11 | Carlos Francisco Portinho | 4661 | 3337 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Carmo/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 2 - Tratores Agrícolas | R$ 309.948,00 |
| 12 | Confúcio Aires Moura | 4917 | 2780 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | NOVA BRASILANDIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de 1 (uma) retroescavadeira e 2 (duas) pás carregadeiras. | R$ 1.000.000,00 |
| 13 | Confúcio Aires Moura | 4816 | 2791 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | CORUMBIARA | | 00.396.895/0001-25 | RO | CORUMBIARA | 4 | 90 | Aquisição de Trator. | R$ 302.436,00 |
| 14 | Confúcio Aires Moura | 4819 | 2783 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | ITAPUA DO OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator e ensiladeira frontal. | R$ 700.000,00 |
| 15 | Confúcio Aires Moura | 4818 | 2785 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | | 00.396.895/0001-25 | RO | SAO FRANCISCO DO GUAPORE | 4 | 90 | Aquisição de tratores. | R$ 700.000,00 |
| 16 | Confúcio Aires Moura | 4918 | 2776 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | JARU | JARU | | 04.279.238/0001-59 | RO | JARU | 4 | 40 | Aquisição de caminhão caçamba, retroescavadeira e pá carregadeira. | R$ 1.500.000,00 |
| 17 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4920 | 3648 / 3625 / 3634 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | COREMAS - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | COREMAS | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Coremas/PB. | R$ 480.974,00 |
| 18 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4922 | 3648 / 3625 / 3634 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | LUCENA - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | LUCENA | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Lucena - PB | R$ 500.000,00 |
| 19 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4921 | 3648 / 3625 / 3634 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | MONTEIRO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | MONTEIRO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Monteiro/PB. | R$ 500.000,00 |
| 20 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4919 | 3648 / 3625 / 3634 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | BOQUEIRÃO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | BOQUEIRAO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água no município de Boqueirão/PB. | R$ 500.000,00 |
| 21 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4965 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 22 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4954 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Trator Agrícola | R$ 135.745,00 |
| 23 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4956 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MAR VERMELHO | | | 12.333.761/0001-44 | AL | MAR VERMELHO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 24 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4976 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO NORTE | | | 12.200.317/0001-50 | AL | SANTA LUZIA DO NORTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 25 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4986 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BATALHA | | | 12.250.056/0001-83 | AL | BATALHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 26 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4973 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 27 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4967 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 28 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4952 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ANADIA | | | 12.227.351/0001-19 | AL | ANADIA | 4 | 90 | 01 equipamento: motoniveladora | R$ 500.555,00 |
| 29 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4983 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PARICONHA | | | 35.634.435/0001-72 | AL | PARICONHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 30 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4957 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 31 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4987 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BELO MONTE | | | 12.250.163/0001-01 | AL | BELO MONTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 32 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4960 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 33 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4962 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 34 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4982 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO CASADO | | | 12.350.146/0001-46 | AL | OLHO D'AGUA DO CASADO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 35 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4961 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 36 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4981 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MATA GRANDE | | | 12.226.205/0001-79 | AL | MATA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 37 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4979 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CANAPI | | | 12.367.892/0001-42 | AL | CANAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 38 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4993 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE JARAMATAIA | | | 12.207.544/0001-08 | AL | JARAMATAIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 39 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4953 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | Um equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 40 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4969 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE COITÉ DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 41 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4966 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 42 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4955 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE LAGOA DA CANOA | | | 12.207.551/0001-00 | AL | LAGOA DA CANOA | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 43 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4975 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SATUBA | | | 12.200.333/0001-43 | AL | SATUBA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 44 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4985 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ARAPIRACA | | | 12.198.693/0003-10 | AL | ARAPIRACA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 45 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4958 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 46 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4989 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CRAIBAS | | | 08.439.549/0001-99 | AL | CRAIBAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 47 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4964 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 48 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4963 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 49 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4992 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE | | | 12.207.528/0001-15 | AL | FEIRA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 50 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4972 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE COITÉ DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 51 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4959 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 52 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4974 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 53 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4978 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE AGUA BRANCA | | | 12.350.153/0001-48 | AL | AGUA BRANCA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 54 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4980 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA | | | 12.224.895/0001-27 | AL | DELMIRO GOUVEIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 55 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4968 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 56 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4977 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE RIO LARGO | | | 12.200.168/0001-20 | AL | RIO LARGO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 57 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4988 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE | | | 12.198.701/0001-66 | AL | CAMPO GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 58 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4984 | 3127 / 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PIRANHAS | | | 12.225.546/0001-20 | AL | PIRANHAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| 59 | Fabiano Contarato | 4727 | 743 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | | 00.396.895/0001-25 | ES | JOAO NEIVA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| 60 | Fabiano Contarato | 4730 | 746 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | | 00.396.895/0001-25 | ES | MUCURICI | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 61 | Fabiano Contarato | 4729 | 693 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE DO NORTE | | 00.396.895/0001-25 | ES | AGUA DOCE DO NORTE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| 62 | Fabiano Contarato | 4722 | 749 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | | 00.396.895/0001-25 | ES | SAO GABRIEL DA PALHA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA | R$ 510.000,00 |
| 63 | Fabiano Contarato | 4731 | 701 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | | 00.396.895/0001-25 | ES | CONCEICAO DO CASTELO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 430.000,00 |
| 64 | Fabiano Contarato | 4728 | 752 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | | 00.396.895/0001-25 | ES | VARGEM ALTA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 65 | Fabiano Contarato | 4724 | 698 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | | 00.396.895/0001-25 | ES | ITARANA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA | R$ 810.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 66 | Fabiano Contarato | 4726 | 709 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU | | 00.396.895/0001-25 | ES | IBIRACU | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ | 380.000,00 |
| 67 | Fabiano Contarato | 4725 | 1968 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | | 00.396.895/0001-25 | ES | JAGUARE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ | 495.240,00 |
| 68 | Fernando Lopes de Farias | 4900 | 3909 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 01 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMGLW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00 | R$ | 280.000,00 |
| 69 | Fernando Lopes de Farias | 4898 | 3909 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 TRATORES AGRÍCOLAS modelo LOVOL TB754 CABINADO no valor unitário de R$ 129.900,00 | R$ | 779.400,00 |
| 70 | Fernando Lopes de Farias | 4895 | 3909 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 | R$ | 1.728.000,00 |
| 71 | Izalci Lucas Ferreira | 4522 | 1653<br>1660<br>1659<br>1655<br>1649<br>1647<br>1663<br>1664<br>1651<br>1654<br>1661<br>1648<br>1657<br>1658<br>1662 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Vila Boa GO | Vila Boa GO | | 37.388.378/0001-14 | GO | VILA BOA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Vila Boa GO | R$ | 200.000,00 |
| 72 | Izalci Lucas Ferreira | 4516 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alvorada do Norte GO | Alvorada do Norte GO | | 02.367.597/0001-32 | GO | ALVORADA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO | R$ | 200.000,00 |
| 73 | Izalci Lucas Ferreira | 4520 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Planaltina Goiás | Planaltina Goiás | | 01.740.422/0001-66 | GO | PLANALTINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Planaltina Goiás | R$ | 200.000,00 |
| 74 | Izalci Lucas Ferreira | 4515 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alto Paraíso GO | Alto Paraíso GO | | 01.740.455/0001-06 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alto Paraíso GO | R$ | 200.000,00 |
| 75 | Izalci Lucas Ferreira | 4521 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cavalcante GO | Cavalcante GO | | 01.738.772/0001-98 | GO | CAVALCANTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cavalcante GO | R$ | 200.000,00 |
| 76 | Izalci Lucas Ferreira | 4733 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Água Fria de Goiás | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás | R$ | 180.974,00 |
| 77 | Izalci Lucas Ferreira | 4517 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Formosa GO | Formosa GO | | 01.738.780/0001-34 | GO | FORMOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Formosa GO | R$ | 200.000,00 |
| 78 | Izalci Lucas Ferreira | 4514 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alexânia GO | Alexânia GO | | 01.298.975/0001-00 | GO | ALEXANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alexânia GO | R$ | 200.000,00 |
| 79 | Izalci Lucas Ferreira | 4518 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cocalzinho de Goiás | Cocalzinho de Goiás | | 36.985.463/0001-05 | GO | COCALZINHO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cocalzinho de Goiás | R$ | 200.000,00 |
| 80 | Izalci Lucas Ferreira | 4519 | | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Niquelândia GO | Niquelândia GO | | 02.215.895/0001-07 | GO | NIQUELANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Niquelândia GO | R$ | 200.000,00 |
| 81 | Juder Fontenelle Barbalho | 4668 | 1405 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Novo Progresso | | | 10.221.786/0001-20 | PA | NOVO PROGRESSO | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ | 600.000,00 |
| 82 | Jayme Verissimo de Campos | 4994 | 2751 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS | | 00.396.895/0001-25 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas. | R$ | 1.300.000,00 |
| 83 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4533 | 2623<br>2620<br>2647<br>2639<br>2624<br>2641<br>2627<br>2616<br>2622<br>2637<br>2645<br>2636<br>2643<br>2625<br>2629<br>2618<br>2634 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 84 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4539 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO - CNPJ 01.493.998/0001-76 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAMPOS VERDES | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 85 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4541 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 86 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4545 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO - CNPJ 00.078.790/0001-28 | | 00.396.895/0001-25 | GO | DOVERLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 87 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4534 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ | 544.503,00 |
| 88 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4543 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 89 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4530 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0001-25 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 90 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4540 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO - CNPJ 01.168.145/0001-69 | | 00.396.895/0001-25 | GO | PIRANHAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 91 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4537 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE INDIARA - GO - CNPJ 00.005.959/0001-10 | | 00.396.895/0001-25 | GO | INDIARA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 92 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4536 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE MONTE CLARO DE GOIAS - CNPJ 01126341/0001-70 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MONTE ALEGRE DE GOIAS | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 93 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4532 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE VALPRAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 94 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4544 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO - CNPJ 01.915.313/0001-32 | | 00.396.895/0001-25 | GO | FAZENDA NOVA | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ | 544.503,00 |
| 95 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4535 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 96 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4538 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO - CNPJ 01.135.227/0001-07 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MOZARLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 97 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4529 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0068-32 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 98 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4542 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 99 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4531 | | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO CNPJ 01.300.094/0001-87 | | 00.396.895/0001-25 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 100 | Jorge Seif Júnior | 4907 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Brunópolis | | | 01.613.853/0001-61 | SC | BRUNOPOLIS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 101 | Jorge Seif Júnior | 4905 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Bom Jesus | | | 01.551.148/0001-87 | SC | BOM JESUS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 102 | Jorge Seif Júnior | 4913 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São José do Cedro | | | 83.026.781/0001-10 | SC | SAO JOSE DO CEDRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 103 | Jorge Seif Júnior | 4910 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Meleiro | | | 82.837.741/0001-96 | SC | MELEIRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 104 | Jorge Seif Júnior | 4914 | 3049 3059 3044 3045 3055 3046 3043 3057 3051 3053 3048 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Abelardo Luz | | | 83.009.886/0001-61 | SC | ABELARDO LUZ | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 105 | Jorge Seif Júnior | 4908 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 264.000,00 |
| 106 | Jorge Seif Júnior | 4912 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São Bernardino | | | 01.612.812/0001-50 | SC | SAO BERNARDINO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 107 | Jorge Seif Júnior | 4911 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Saudades | | | 83.021.881/0001-54 | SC | SAUDADES | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 108 | Jorge Seif Júnior | 4916 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Águas de Chapecó | | | 82.804.212/0001-96 | SC | AGUAS DE CHAPECO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 254.000,00 |
| 109 | Jorge Seif Júnior | 4909 | | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Caxambu do Sul | | | 83.021.816/0001-29 | SC | CAXAMBU DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 110 | José da Cruz Marinho | 4657 | 240 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 20ZV | ASSOCIAÇAO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO [illegible] | ASSOCIAÇAO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO [illegible] | Santarém Novo | 22.064.816/0001-11 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 50 | Aquisição de trator com implementos agrícolas | R$ | 250.000,00 |
| 111 | José Roberto Oliveira Faro | 4721 | 1209 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Baião | Baião | 00.396.895/0001-25 | PA | BAIAO | 4 | 90 | Aquisição de duas retroescavadeiras. Modelo JCB/3CX. | R$ | 680.000,00 |
| 112 | José Roberto Oliveira Faro | 4723 | 1211 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Dom Eliseu | Dom Eliseu | 00.396.895/0001-25 | PA | DOM ELISEU | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola, Modelo XCMG/XT804-5EBR. | R$ | 272.436,00 |
| 113 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4732 | 1989 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | TABULEIRO DO NORTE | 05.492.601/0001-82 | CE | TABULEIRO DO NORTE | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ | 135.850,00 |
| 114 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4717 | 1359 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | RUSSAS | 34.426.656/0001-92 | CE | RUSSAS | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ | 200.000,00 |
| 115 | Magno Pereira Malta | 4806 | 2003 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Alto Rio Novo/ES CNPJ: 31.796.659/0001-20 | Alto Rio Novo/ES | 00.396.895/0001-25 | ES | ALTO RIO NOVO | 4 | 90 | Trator agrícola LOVOL TB754 CABINADO | R$ | 174.974,00 |
| 116 | Nelson Trad Filho | 5016 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Aparecida do Taboado | | 03.563.335/0001-06 | MS | APARECIDA DO TABOADO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 117 | Nelson Trad Filho | 5019 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Nova Alvorada do Sul | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 118 | Nelson Trad Filho | 5070 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Rochedo | | 03.501.566/0001-95 | MS | ROCHEDO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 119 | Nelson Trad Filho | 5043 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Bandeirantes | | 03.501.491/0001-42 | MS | BANDEIRANTES | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário | R$ | 204.353,00 |
| 120 | Nelson Trad Filho | 5071 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Taquarussu | | 03.923.703/0001-80 | MS | TAQUARUSSU | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 121 | Nelson Trad Filho | 5065 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Coronel Sapucia | | 01.988.914/0001-75 | MS | CORONEL SAPUCAIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ | 436.126,00 |
| 122 | Nelson Trad Filho | 5066 | 3162 3171 3166 3072 3115 3155 3071 3160 3151 3108 3149 3147 3163 3165 3159 3121 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Jateí | | 03.783.859/0001-02 | MS | JATEI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 123 | Nelson Trad Filho | 5018 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Ivinhema | | 03.575.875/0001-00 | MS | IVINHEMA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 124 | Nelson Trad Filho | 5069 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Rio Negro | | 03.501.558/0001-49 | MS | RIO NEGRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 125 | Nelson Trad Filho | 5067 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Nioaque | | 03.073.699/0001-08 | MS | NIOAQUE | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 126 | Nelson Trad Filho | 5021 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Costa Rica | | 15.389.596/0001-30 | MS | COSTA RICA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 134.555,00 |
| 127 | Nelson Trad Filho | 5004 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Amambai | | 03.568.433/0001-36 | MS | AMAMBAI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 128 | Nelson Trad Filho | 5064 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Corguinho | | 03.501.525/0001-07 | MS | CORGUINHO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira | R$ | 293.194,00 |
| 129 | Nelson Trad Filho | 5017 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Douradina | | 15.479.751/0001-00 | MS | DOURADINA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 130 | Nelson Trad Filho | 5038 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Terenos | | 03.501.582/0001-88 | MS | TERENOS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 131 | Nelson Trad Filho | 5015 | | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 03968950001-25 | PM de Antônio João | | 03.567.930/0001-10 | MS | ANTONIO JOAO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 132 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4669 | 4073 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia | | | 18.301.028/0001-24 | MG | ESTRELA DO INDAIA | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 500.000,00 |
| 133 | Rogério Simonetti Marinho | 4684 | 2959 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | TENENTE LAURENTINO CRUZ | | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ | 137.000,00 |
| 134 | Rogério Simonetti Marinho | 4679 | 2936 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAJOR SALES | | | 01.612.383/0001-11 | RN | MAJOR SALES | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ | 301.571,00 |
| 135 | Rogério Simonetti Marinho | 4681 | 2951 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | EXTREMOZ | | | 08.204.497/0001-71 | RN | EXTREMOZ | 4 | 90 | aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura | R$ | 501.571,00 |
| 136 | Rogério Simonetti Marinho | 4685 | 2962 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | VERA CRUZ | | | 08.362.915/0001-59 | RN | VERA CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ | 137.000,00 |
| 137 | Rogério Simonetti Marinho | 4683 | 2955 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO BENTO DO TRAIRI | | | 08.160.467/0001-00 | RN | SAO BENTO DO TRAIRI | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ | 137.000,00 |
| 138 | Rogério Simonetti Marinho | 4680 | 2948 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO | | | 01.612.396/0001-90 | RN | SAO MIGUEL DO GOSTOSO | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ | 301.571,00 |
| 139 | Rogério Simonetti Marinho | 4678 | 2931 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | ACARI | | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ | 301.571,00 |
| 140 | Rogério Simonetti Marinho | 4682 | 2953 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MARCELINO VIEIRA | | | 08.357.618/0001-15 | RN | MARCELINO VIEIRA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ | 137.000,00 |
| 141 | Vanderlan Vieira Cardoso | 4997 | 3556 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ | 544.502,00 |
| 142 | Wellington Antonio Fagundes | 5114 | 2013 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministerio da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | | 00.396.895/0001-25 | MT | SALTO DO CEU | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 143 | Wellington Antonio Fagundes | 5020 | 1978 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Brasnorte - 01.375.138/0001-38 | | 00.396.895/0001-25 | MT | BRASNORTE | 4 | 90 | Aquisição trator | R$ | 134.555,00 |
| 144 | Wellington Antonio Fagundes | 5025 | 2015 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - cnpj 37464955/0001-00 | | 00.396.895/0001-25 | MT | GLORIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 145 | Wellington Antonio Fagundes | 5022 | 1982 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Curvelândia - CNPJ 04217647/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CURVELANDIA | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.554,00 |
| 146 | Wellington Antonio Fagundes | 5024 | 2014 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | | 00.396.895/0001-25 | MT | RESERVA DO CABACAL | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 147 | Wellington Antonio Fagundes | 5023 | 1985 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu - CNPJ 15024110001-89 | | 00.396.895/0001-25 | MT | RIO BRANCO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.554,00 |
| 148 | Wellington Antonio Fagundes | 5026 | 2016 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - cnpj 03238904/0001-48 | | 00.396.895/0001-25 | MT | PORTO ESPERIDIAO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 149 | Wellington Antonio Fagundes | 5027 | 2017 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Indiavaí - cnpj 03239027/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | INDIAVAI | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 150 | Wildet Pedro de Morais | 4787 | 2892 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA DE ANÁPOLIS | | | 01.067.479/0001-46 | GO | ANAPOLIS | 4 | 40 | MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ | 1.000.000,00 |

**Senadora Jussara Lima**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 2231 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF - CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas e Equipamentos / Material Permanente | R$ 2.971.461,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4704 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas e Equipamentos - 13 TRATORES AGRÍCOLA modelo LOVOL TB754 CABINADO Valor unitário R$ 129.900,00 | R$ 1.688.700,00 |
| Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4703 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição máquinas e equipamento - aquisição de 04 RESTROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX Valor unitário: R$ 288.000,00 | R$ 1.125.000,00 |

**Senador Bruno Bonetti**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bruno Bierrenbach Bonetti | 2898 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAIS - RJ | | | 29.115.441/0001-10 | RJ | TRAJANO DE MORAIS | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 154.660,00 |
| Bruno Bierrenbach Bonetti | 2899 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ITAOCARA - RJ | | | 28.615.557/0001-56 | RJ | ITAOCARA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 154.660,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bruno Bierrenbach Bonetti | 4675 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Trajano de Moraes/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| Bruno Bierrenbach Bonetti | 4676 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Itaocara/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |

**Senador Carlos Viana**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Carlos Alberto Dias Viana | 4065 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE CAIANA - MG - CNPJ 18.114.256/0001-95 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola | R$ 107.774,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Carlos Alberto Dias Viana | 4939 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | | 01.613.076/0001-55 | MG | CURRAL DE DENTRO | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola | R$ 107.774,00 |

**Senador Carlos Portinho**
**De:**

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Carlos Francisco Portinho | 3337 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Carmo/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 2 Tratores agrícolas | R$ 309.320,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 3339 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Itaperuna/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ 574.750,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 3340 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ 154.660,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 3338 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Macuco/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 480.700,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 3341 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Paraíba do Sul/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Retroescavedeira | R$ 300.960,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 3342 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Guapimirim/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ 154.660,00 |
| **Para:** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Parlamentar Solicitante** | **Número da Indicação** | **EMENDA** | **Cod. Parlamentar** | **Cod. Órgão** | **Cod. UO** | **Cod. Ação** | **Favorecido** | **Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)** | **Município Indicação Vinculadas** | **CNPJ** | **UF** | **Município** | **GND** | **Mod** | **Objeto** | **Valor aprovado** |
| Carlos Francisco Portinho | 4667 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Guapimirim/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 4666 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Paraíba do Sul/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Retroescavedeira | R$ 301.571,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 4663 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Itaperuna/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ 575.917,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 4791 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 154.974,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 4665 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Macuco/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 481.676,00 |
| Carlos Francisco Portinho | 4661 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Carmo/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 2 - Tratores Agrícolas | R$ 309.948,00 |

**Senador Confúcio Moura**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Confúcio Aires Moura | 2791 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | CORUMBIARA | CORUMBIARA | | 63.762.041/0001-35 | RO | CORUMBIARA | 4 | 90 | Máquinas agrícolas. | R$ 302.436,00 |
| Confúcio Aires Moura | 2785 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | | 01.254.422/0001-56 | RO | SAO FRANCISCO DO GUAPORE | 4 | 90 | Máquinas agrícolas. | R$ 700.000,00 |
| Confúcio Aires Moura | 2776 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | JARU | | | 04.279.238/0001-59 | RO | JARU | 4 | 90 | Máquinas agrícolas. | R$ 1.500.000,00 |
| Confúcio Aires Moura | 2783 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | ITAPUÃ DO OESTE | ITAPUÃ DO OESTE | | 63.761.936/0001-55 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 90 | Máquinas e implementos agrícolas. | R$ 700.000,00 |
| Confúcio Aires Moura | 2780 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE | | 15.884.109/0001-06 | RO | NOVA BRASILANDIA D'OESTE | 4 | 90 | Máquinas agrícolas. | R$ 1.000.000,00 |
| **Para:** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Parlamentar Solicitante** | **Número da Indicação** | **EMENDA** | **Cod. Parlamentar** | **Cod. Órgão** | **Cod. UO** | **Cod. Ação** | **Favorecido** | **Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)** | **Município Indicação Vinculadas** | **CNPJ** | **UF** | **Município** | **GND** | **Mod** | **Objeto** | **Valor aprovado** |
| Confúcio Aires Moura | 4917 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | NOVA BRASILANDIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de 1 (uma) retroescavadeira e 2 (duas) pás carregadeiras. | R$ 1.000.000,00 |
| Confúcio Aires Moura | 4816 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | CORUMBIARA | | 00.396.895/0001-25 | RO | CORUMBIARA | 4 | 90 | Aquisição de Trator. | R$ 302.436,00 |
| Confúcio Aires Moura | 4819 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | ITAPUA DO OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator e ensiladeira frontal. | R$ 700.000,00 |
| Confúcio Aires Moura | 4818 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | | 00.396.895/0001-25 | RO | SAO FRANCISCO DO GUAPORE | 4 | 90 | Aquisição de tratores. | R$ 700.000,00 |
| Confúcio Aires Moura | 4918 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | JARU | JARU | | 04.279.238/0001-59 | RO | JARU | 4 | 40 | Aquisição de caminhão caçamba, retroescavadeira e pá carregadeira. | R$ 1.500.000,00 |

**Senadora Daniella Ribeiro**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 3648 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB | PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB | COREMAS - PB | 00.043.711/0001-43 | PB | JOAO PESSOA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 480.974,00 |
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 3625 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB | PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB | COREMAS - PB | 00.043.711/0001-43 | PB | JOAO PESSOA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 3634 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB | PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA - PB | LUCENA - PB | 00.043.711/0001-43 | PB | JOAO PESSOA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.000.000,00 |
| **Para:** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Parlamentar Solicitante** | **Número da Indicação** | **EMENDA** | **Cod. Parlamentar** | **Cod. Órgão** | **Cod. UO** | **Cod. Ação** | **Favorecido** | **Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)** | **Município Indicação Vinculadas** | **CNPJ** | **UF** | **Município** | **GND** | **Mod** | **Objeto** | **Valor aprovado** |
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4920 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | COREMAS - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | COREMAS | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Coremas/PB. | R$ 480.974,00 |
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4922 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | LUCENA - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | LUCENA | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Lucena - PB | R$ 500.000,00 |
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4921 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | MONTEIRO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | MONTEIRO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Monteiro/PB. | R$ 500.000,00 |
| Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4919 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | BOQUEIRÃO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | BOQUEIRAO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água no município de Boqueirão/PB. | R$ 500.000,00 |

**Senadora Dra. Eudócia**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Municípios Alagoanos | Água Branca, Amaúba, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craíbas, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Ibateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens, Jacuípe, Japaratinga, Jaramataia, Jequiá da Praia, Joaquim Gomes, Jundiá, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Maceió, Major Isidoro, Mar Vermelho, Maragogi, Maravilha, Marechal Deodoro, Maribondo, Mata Grande, Matriz de Camaragibe, Messias, Minador do Negrão, Monteirópolis, Murici, Novo Lino, Olho d' Água das Flores, Olho d' Água do Casado, Olho d' Água Grande, Olivença, Ouro Branco, Palestina, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, Pariconha, Paripueira, Passo de Camaragibe, Paulo Jacinto, Penedo, Piaçabuçu, P... | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas agrícolas | R$ 4.052.436,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 3127 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Municípios Alagoanos | Água Branca, Amaúba, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craíbas, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Ibateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens, Jacuípe, Japaratinga, Jaramataia, Jequiá da Praia, Joaquim Gomes, Jundiá, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Maceió, Major Isidoro, Mar Vermelho, Maragogi, Maravilha, Marechal Deodoro, Maribondo, Mata Grande, Matriz de Camaragibe, Messias, Minador do Negrão, Monteirópolis, Murici, Novo Lino, Olho d' Água das Flores, Olho d' Água do Casado, Olho d' Água Grande, Olivença, Ouro Branco, Palestina, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, Pariconha, Paripueira, Passo de Camaragibe, Paulo Jacinto, Penedo, Piaçabuçu, P... | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas agrícolas | R$ 1.980.974,00 |
| **Para:** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Parlamentar Solicitante** | **Número da Indicação** | **EMENDA** | **Cod. Parlamentar** | **Cod. Órgão** | **Cod. UO** | **Cod. Ação** | **Favorecido** | **Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)** | **Município Indicação Vinculadas** | **CNPJ** | **UF** | **Município** | **GND** | **Mod** | **Objeto** | **Valor aprovado** |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4965 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4954 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Trator Agrícola | R$ 135.745,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4956 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MAR VERMELHO | | | 12.333.761/0001-44 | AL | MAR VERMELHO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ | 300.960,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4976 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO NORTE | | | 12.200.317/0001-50 | AL | SANTA LUZIA DO NORTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4986 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BATALHA | | | 12.250.056/0001-83 | AL | BATALHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4973 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4967 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4952 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ANADIA | | | 12.227.351/0001-19 | AL | ANADIA | 4 | 90 | 01 equipamento: motoniveladora | R$ | 500.555,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4983 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PARICONHA | | | 35.634.435/0001-72 | AL | PARICONHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4957 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4987 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BELO MONTE | | | 12.250.163/0001-01 | AL | BELO MONTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4960 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4962 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4982 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO CASADO | | | 12.350.146/0001-46 | AL | OLHO D'AGUA DO CASADO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4961 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4981 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MATA GRANDE | | | 12.226.205/0001-79 | AL | MATA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4979 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CANAPI | | | 12.367.892/0001-42 | AL | CANAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4993 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE JARAMATAIA | | | 12.207.544/0001-08 | AL | JARAMATAIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4953 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | Um equipamento: Retroescavadeira | R$ | 300.960,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4969 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE COITE DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4966 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4955 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE LAGOA DA CANOA | | | 12.207.551/0001-00 | AL | LAGOA DA CANOA | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ | 300.960,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4975 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SATUBA | | | 12.200.333/0001-43 | AL | SATUBA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4985 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ARAPIRACA | | | 12.198.693/0003-10 | AL | ARAPIRACA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4958 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4989 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CRAIBAS | | | 08.439.549/0001-99 | AL | CRAIBAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4964 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4963 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4992 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE | | | 12.207.528/0001-15 | AL | FEIRA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4972 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE COITE DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4959 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4974 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4978 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE AGUA BRANCA | | | 12.350.153/0001-48 | AL | AGUA BRANCA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4980 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA | | | 12.224.895/0001-27 | AL | DELMIRO GOUVEIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4968 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4977 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE RIO LARGO | | | 12.200.168/0001-20 | AL | RIO LARGO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4988 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE | | | 12.198.701/0001-66 | AL | CAMPO GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4984 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PIRANHAS | | | 12.225.546/0001-20 | AL | PIRANHAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ | 135.745,00 |

**Senador Fabiano Contarato**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fabiano Contarato | 749 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | | 00.396.895/0001-25 | ES | SAO GABRIEL DA PALHA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA | R$ 510.000,00 |
| Fabiano Contarato | 698 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | | 00.396.895/0001-25 | ES | ITARANA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA | R$ 810.000,00 |
| Fabiano Contarato | 1968 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | | 00.396.895/0001-25 | ES | JAGUARE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 495.240,00 |
| Fabiano Contarato | 709 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU | | 00.396.895/0001-25 | ES | IBIRACU | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| Fabiano Contarato | 743 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | | 00.396.895/0001-25 | ES | JOAO NEIVA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| Fabiano Contarato | 752 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | | 00.396.895/0001-25 | ES | VARGEM ALTA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| Fabiano Contarato | 693 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | | 00.396.895/0001-25 | ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| Fabiano Contarato | 746 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | | 00.396.895/0001-25 | ES | MUCURICI | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| Fabiano Contarato | 701 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | | 00.396.895/0001-25 | ES | CONCEICAO DO CASTELO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 430.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fabiano Contarato | 4727 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | | 00.396.895/0001-25 | ES | JOAO NEIVA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4730 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | | 00.396.895/0001-25 | ES | MUCURICI | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4729 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | | 00.396.895/0001-25 | ES | ÁGUA DOCE DO NORTE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4722 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | | 00.396.895/0001-25 | ES | SAO GABRIEL DA PALHA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA | R$ 510.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4731 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | | 00.396.895/0001-25 | ES | CONCEICAO DO CASTELO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 430.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4728 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | | 00.396.895/0001-25 | ES | VARGEM ALTA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4724 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | | 00.396.895/0001-25 | ES | ITARANA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA | R$ 810.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4726 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU | | 00.396.895/0001-25 | ES | IBIRACU | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| Fabiano Contarato | 4725 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | | 00.396.895/0001-25 | ES | JAGUARE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 495.240,00 |

**Senador Fernando Farias**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fernando Lopes de Farias | 3909 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 2.952.436,00 |

**Para**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fernando Lopes de Farias | 4900 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 01 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMGLW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00 | R$ 280.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fernando Lopes de Farias | 4898 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 TRATORES AGRÍCOLAS modelo LOVOL TB754 CABINADO no valor unitário de R$ 129.900,00 | R$ 779.400,00 |
| Fernando Lopes de Farias | 4895 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 | R$ 1.728.000,00 |

**Senador Izalci Lucas**

**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Izalci Lucas Ferreira | 1653 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cidade Ocidental | Cidade Ocidental | | 36.862.621/0001-21 | GO | CIDADE OCIDENTAL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cidade Ocidental GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1660 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cavalcante | Cavalcante | | 01.738.772/0001-98 | GO | CAVALCANTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cavalcante GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1659 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Planaltina Goiás | Planaltina Goiás | | 01.740.422/0001-66 | GO | PLANALTINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Planaltina Goiás | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1655 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cocalzinho de Goiás | Cocalzinho de Goiás | | 36.985.463/0001-05 | GO | COCALZINHO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cocalzinho de Goiás | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1649 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alto Paraíso | Alto Paraíso | | 01.740.455/0001-06 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alto Paraíso GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1647 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Água fria de Goiás | Água fria de Goiás | | 25.141.292/0001-03 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Água fria de Goiás | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1663 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Vila Boa | Vila Boa | | 37.388.378/0001-14 | GO | VILA BOA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Vila Boa GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1664 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cristalina | Cristalina | | 11.290.797/0001-25 | GO | CRISTALINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cristalina GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1651 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alvorada do Norte | Alvorada do Norte | | 02.367.597/0001-32 | GO | ALVORADA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alvorada do Norte GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1654 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Formosa | Formosa | | 01.738.780/0001-34 | GO | FORMOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Formosa GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1661 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Simolândia | Simolândia | | 24.855.058/0001-85 | GO | SIMOLANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Simolândia GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1648 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alexânia | Alexânia | | 01.298.975/0001-00 | GO | ALEXANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alexânia GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1657 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Colinas do Sul | Colinas do Sul | | 25.105.255/0001-40 | GO | COLINAS DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Colinas do Sul GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1658 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Niquelândia | Niquelândia | | 02.215.895/0001-07 | GO | NIQUELANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Niquelândia GO | R$ 132.065,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 1662 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Flores de Goiás | Flores de Goiás | | 01.740.497/0001-47 | GO | FLORES DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Flores de Goiás | R$ 132.065,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Izalci Lucas Ferreira | 4522 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Vila Boa GO | Vila Boa GO | | 37.388.378/0001-14 | GO | VILA BOA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Vila Boa GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4516 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alvorada do Norte GO | Alvorada do Norte GO | | 02.367.597/0001-32 | GO | ALVORADA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4520 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Planaltina Goiás | Planaltina Goiás | | 01.740.422/0001-66 | GO | PLANALTINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Planaltina Goiás | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4515 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alto Paraíso GO | Alto Paraíso GO | | 01.740.455/0001-06 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alto Paraíso GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4521 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cavalcante GO | Cavalcante GO | | 01.738.772/0001-98 | GO | CAVALCANTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cavalcante GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4733 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Água Fria de Goiás | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás | R$ 180.974,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4517 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Formosa GO | Formosa GO | | 01.738.780/0001-34 | GO | FORMOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Formosa GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4514 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alexânia GO | Alexânia GO | | 01.298.975/0001-00 | GO | ALEXANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alexânia GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4519 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Niquelândia GO | Niquelândia GO | | 02.215.895/0001-07 | GO | NIQUELANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Niquelândia GO | R$ 200.000,00 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4518 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cocalzinho de Goiás | Cocalzinho de Goiás | | 36.985.463/0001-05 | GO | COCALZINHO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cocalzinho de Goiás | R$ 200.000,00 |

**Senador Jader Barbalho**

**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jader Fontenelle Barbalho | 1405 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Novo Progresso | | | 10.221.786/0001-20 | PA | NOVO PROGRESSO | 4 | 40 | Estradas vicinais. | R$ 600.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jader Fontenelle Barbalho | 4668 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Novo Progresso | | | 10.221.786/0001-20 | PA | NOVO PROGRESSO | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ 600.000,00 |

**Senador Jayme Campos**

**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jayme Verissimo de Campos | 2751 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 20ZV | Universidade Federal de Rondonópolis – UFR | | | 35.854.176/0001-95 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas | R$ 1.300.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jayme Verissimo de Campos | 4994 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS | | 00.396.895/0001-25 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas. | R$ 1.300.000,00 |

**Senador Jorge Kajuru**

**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2623 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO | | 01.616.319/0001-09 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | TRATOR AGRÍCOLA 90CV | R$ 134.283,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2620 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO | | 01.300.094/0001-87 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2647 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO | | 01.915.313/0001-32 | GO | FAZENDA NOVA | 4 | 40 | MOTONIVELADORA | R$ 543.400,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2639 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO | | 01.168.145/0001-69 | GO | PIRANHAS | 4 | 40 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.283,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2624 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO | | 01.219.807/0001-82 | GO | URUACU | 4 | 40 | MOTONIVELADORA | R$ 543.400,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2641 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO | | 01.219.807/0001-82 | GO | URUACU | 4 | 40 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 292.600,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2627 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO | MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO | | 01.126.341/0001-70 | GO | MONTE ALEGRE DE GOIAS | 4 | 40 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 292.600,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2616 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO | | 26.873.059/0001-88 | GO | GUARAITA | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2622 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO | | 01.616.319/0001-09 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | TRATOR AGRÍCOLA 90CV | R$ 134.283,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2637 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO | | 00.078.790/0001-28 | GO | DOVERLANDIA | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2645 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO | | 01.164.946/0001-56 | GO | CAIAPONIA | 4 | 40 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.283,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2636 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO | | 01.493.998/0001-76 | GO | CAMPOS VERDES | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2643 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO | | 01.164.946/0001-56 | GO | CAIAPONIA | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2625 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO | | 01.219.807/0001-82 | GO | URUACU | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2629 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INDIARA - GO | MUNICIPIO DE INDIARA - GO | | 00.005.959/0001-10 | GO | INDIARA | 4 | 40 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 292.600,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2618 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO | | 26.873.059/0001-88 | GO | GUARAITA | 4 | 40 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 292.600,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2634 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO | | 01.135.227/0001-07 | GO | MOZARLANDIA | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ 300.960,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4533 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4539 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO - CNPJ 01.493.998/0001-76 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAMPOS VERDES | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4541 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4545 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO - CNPJ 00.078.790/0001-28 | | 00.396.895/0001-25 | GO | DOVERLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4534 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ 544.503,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4543 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4530 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0001-25 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4540 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO - CNPJ 01.168.145/0001-69 | | 00.396.895/0001-25 | GO | PIRANHAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4537 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE INDIARA - GO - CNPJ 00.005.959/0001-10 | | 00.396.895/0001-25 | GO | INDIARA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4536 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE MONTE CLARO DE GOIAS - CNPJ 01126341/0001-70 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MONTE ALEGRE DE GOIAS | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4532 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE VALPRAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4544 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO - CNPJ 01.915.313/0001-32 | | 00.396.895/0001-25 | GO | FAZENDA NOVA | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ 544.503,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4535 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4538 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO - CNPJ 01.135.227/0001-07 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MOZARLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4529 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0068-32 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4542 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4531 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO CNPJ 01.300.094/0001-87 | | 00.396.895/0001-25 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |

**Senador Jorge Seif**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jorge Seif Júnior | 3049 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Saudades | | | 83.021.881/0001-54 | SC | SAUDADES | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário no município | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3059 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Abelardo Luz | | | 83.009.886/0001-61 | SC | ABELARDO LUZ | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3044 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3045 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Brunópolis | | | 01.613.853/0001-61 | SC | BRUNOPOLIS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3055 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São José do Cedro | | | 83.026.781/0001-10 | SC | SAO JOSE DO CEDRO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3046 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Caxambu do Sul | | | 83.021.816/0001-29 | SC | CAXAMBU DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3043 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Bom Jesus | | | 01.551.148/0001-87 | SC | BOM JESUS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3057 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Riqueza | | | 95.988.309/0001-48 | SC | RIQUEZA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3051 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São Bernardino | | | 01.612.812/0001-50 | SC | SAO BERNARDINO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário no município | R$ 132.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3053 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Aguas de Chapeco | | | 82.804.212/0001-96 | SC | AGUAS DE CHAPECO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 264.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3048 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Meleiro | | | 82.837.741/0001-96 | SC | MELEIRO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jorge Seif Júnior | 4907 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Brunópolis | | | 01.613.853/0001-61 | SC | BRUNOPOLIS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4905 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Bom Jesus | | | 01.551.148/0001-87 | SC | BOM JESUS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4913 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São José do Cedro | | | 83.026.781/0001-10 | SC | SAO JOSE DO CEDRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4910 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Meleiro | | | 82.837.741/0001-96 | SC | MELEIRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4914 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Abelardo Luz | | | 83.009.886/0001-61 | SC | ABELARDO LUZ | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4908 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 264.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4912 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São Bernardino | | | 01.612.812/0001-50 | SC | SAO BERNARDINO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4911 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Saudades | | | 83.021.881/0001-54 | SC | SAUDADES | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4916 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Aguas de Chapeco | | | 82.804.212/0001-96 | SC | AGUAS DE CHAPECO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 254.000,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4909 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Caxambu do Sul | | | 83.021.816/0001-29 | SC | CAXAMBU DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |

**Senador Zequinha Marinho**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| José da Cruz Marinho | 240 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ | Santarém Novo | 22.064.816/0001-11 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS | R$ 250.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| José da Cruz Marinho | 4657 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 20ZV | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ | Santarém Novo | 22.064.816/0001-11 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 50 | Aquisição de trator com implementos agrícolas | R$ 250.000,00 |

**Senador Beto Faro**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| José Roberto Oliveira Faro | 1211 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Dom Eliseu | Dom Eliseu | 00.396.895/0001-25 | PA | DOM ELISEU | 4 | 90 | Aquisição de equipamento agrícola. | R$ 272.436,00 |
| José Roberto Oliveira Faro | 1209 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Baião | Baião | 00.396.895/0001-25 | PA | BAIAO | 4 | 90 | Aquisição de equipamento agrícola. | R$ 680.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| José Roberto Oliveira Faro | 4723 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Dom Eliseu | Dom Eliseu | 00.396.895/0001-25 | PA | DOM ELISEU | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola. Modelo XCMG/XT804-5EBR. | R$ 272.436,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| José Roberto Oliveira Faro | 4721 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Baião | Baião | 00.396.895/0001-25 | PA | BAIAO | 4 | 90 | Aquisição de duas retroescavadeiras. Modelo JCB/3CX. | R$ 680.000,00 |

**Senador Eduardo Girão**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Luis Eduardo Grangeiro Girão | 1989 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS - 05.492.601/0001-82 | TABULEIRO DO NORTE | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de Equipamentos e Máquinas e Implementos Agrícolas | R$ 135.850,00 |
| Luis Eduardo Grangeiro Girão | 1359 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE RUSSAS | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO - 34.426.656/0001-92 | RUSSAS | 34.426.656/0001-92 | CE | RUSSAS | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e Implementos | R$ 200.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4732 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | TABULEIRO DO NORTE | 05.492.601/0001-82 | CE | TABULEIRO DO NORTE | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ 135.850,00 |
| Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4717 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | RUSSAS | 34.426.656/0001-92 | CE | RUSSAS | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ 200.000,00 |

**Senador Magno Malta**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Magno Pereira Malta | 2003 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Alto Rio Novo/ES | | | 31.796.659/0001-20 | ES | ALTO RIO NOVO | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 174.974,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Magno Pereira Malta | 4806 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Alto Rio Novo/ES CNPJ: 31.796.659/0001-20 | Alto Rio Novo/ES | 00.396.895/0001-25 | ES | ALTO RIO NOVO | 4 | 90 | Trator agrícola LOVOL TB754 CABINADO | R$ 174.974,00 |

**Senador Nelsinho Trad**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nelson Trad Filho | 3162 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Taquarussu | | 03.923.703/0001-80 | MS | TAQUARUSSU | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3171 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Aparecida do Taboado | | 03.563.335/0001-06 | MS | APARECIDA DO TABOADO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3166 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Rochedo | | 03.501.566/0001-95 | MS | ROCHEDO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3072 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Antônio João | | 03.567.930/0001-10 | MS | ANTONIO JOAO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3115 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Corguinho | | 03.501.525/0001-07 | MS | CORGUINHO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira | R$ 280.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3155 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Jateí | | 03.783.859/0001-02 | MS | JATEI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3071 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Amambai | | 03.568.433/0001-36 | MS | AMAMBAI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3160 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Nova Alvorada do Sul | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3151 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Ivinhema | | 03.575.875/0001-00 | MS | IVINHEMA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ 416.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3108 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Bandeirantes | | 03.501.491/0001-42 | MS | BANDEIRANTES | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário | R$ 240.436,00 |
| Nelson Trad Filho | 3149 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Douradina | | 15.479.751/0001-00 | MS | DOURADINA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3147 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Costa Rica | | 15.389.596/0001-30 | MS | COSTA RICA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3163 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Terenos | | 03.501.582/0001-88 | MS | TERENOS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| Nelson Trad Filho | 3165 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Rio Negro | | 03.501.558/0001-49 | MS | RIO NEGRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3159 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Nioaque | | 03.073.699/0001-08 | MS | NIOAQUE | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| Nelson Trad Filho | 3121 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Coronel Sapucia | | 01.988.914/0001-75 | MS | CORONEL SAPUCAIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ 416.500,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nelson Trad Filho | 5016 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Aparecida do Taboado | | 03.563.335/0001-06 | MS | APARECIDA DO TABOADO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Nelson Trad Filho | 5019 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Nova Alvorada do Sul | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Nelson Trad Filho | 5070 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Rochedo | | 03.501.566/0001-95 | MS | ROCHEDO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| Nelson Trad Filho | 5043 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Bandeirantes | | 03.501.491/0001-42 | MS | BANDEIRANTES | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário | R$ 204.353,00 |
| Nelson Trad Filho | 5071 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Taquarussu | | 03.923.703/0001-80 | MS | TAQUARUSSU | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| Nelson Trad Filho | 5065 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Coronel Sapucia | | 01.988.914/0001-75 | MS | CORONEL SAPUCAIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ 436.126,00 |
| Nelson Trad Filho | 5066 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Jateí | | 03.783.859/0001-02 | MS | JATEI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| Nelson Trad Filho | 5018 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Ivinhema | | 03.575.875/0001-00 | MS | IVINHEMA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Nelson Trad Filho | 5069 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Rio Negro | | 03.501.558/0001-49 | MS | RIO NEGRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| Nelson Trad Filho | 5067 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Nioaque | | 03.073.699/0001-08 | MS | NIOAQUE | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| Nelson Trad Filho | 5021 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Costa Rica | | 15.389.596/0001-30 | MS | COSTA RICA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| Nelson Trad Filho | 5004 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Amambai | | 03.568.433/0001-36 | MS | AMAMBAI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Nelson Trad Filho | 5064 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Corguinho | | 03.501.525/0001-07 | MS | CORGUINHO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira | R$ 293.194,00 |
| Nelson Trad Filho | 5017 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Douradina | | 15.479.751/0001-00 | MS | DOURADINA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Nelson Trad Filho | 5038 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Terenos | | 03.501.582/0001-88 | MS | TERENOS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Nelson Trad Filho | 5015 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Antônio João | | 03.567.930/0001-10 | MS | ANTONIO JOAO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |

**Senador Rodrigo Pacheco**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4073 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia | | | 18.308.759/0001-00 | MG | ESTRELA DO INDAIA | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4669 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia | | | 18.301.028/0001-24 | MG | ESTRELA DO INDAIA | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Senador Rogério Marinho**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rogério Simonetti Marinho | 2955 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO BENTO DO TRAIRI | | | 08.160.467/0001-00 | RN | SAO BENTO DO TRAIRI | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA | R$ 150.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2951 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | EXTREMOZ | | | 08.204.497/0001-71 | RN | EXTREMOZ | 4 | 40 | aquisição de uma MOTONIVELADORA via ATA do Ministério da Agricultura | R$ 490.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2962 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | VERA CRUZ | | | 08.362.915/0001-59 | RN | VERA CRUZ | 4 | 40 | aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 140.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2953 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MARCELINO VIEIRA | | | 08.357.618/0001-15 | RN | MARCELINO VIEIRA | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA | R$ 150.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2931 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | ACARI | | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 40 | aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 300.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2948 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO | | | 01.612.396/0001-90 | RN | SAO MIGUEL DO GOSTOSO | 4 | 40 | aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 300.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2936 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAJOR SALES | | | 01.612.383/0001-11 | RN | MAJOR SALES | 4 | 40 | aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 300.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 2959 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | TENENTE LAURENTINO CRUZ | | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 40 | aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 150.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rogério Simonetti Marinho | 4684 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | TENENTE LAURENTINO CRUZ | | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4679 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAJOR SALES | | | 01.612.383/0001-11 | RN | MAJOR SALES | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4681 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | EXTREMOZ | | | 08.204.497/0001-71 | RN | EXTREMOZ | 4 | 90 | aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura | R$ 501.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4685 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | VERA CRUZ | | | 08.362.915/0001-59 | RN | VERA CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4683 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO BENTO DO TRAIRI | | | 08.160.467/0001-00 | RN | SAO BENTO DO TRAIRI | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4680 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO | | | 01.612.396/0001-90 | RN | SAO MIGUEL DO GOSTOSO | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4678 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | ACARI | | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4682 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MARCELINO VIEIRA | | | 08.357.618/0001-15 | RN | MARCELINO VIEIRA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |

**Senador Vanderlan Cardoso**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vanderlan Vieira Cardoso | 3556 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 543.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vanderlan Vieira Cardoso | 4997 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 544.502,00 |

**Senador Wellington Fagundes**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Wellington Antonio Fagundes | 1982 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de Curvelandia | prefeitura municipal de Curvelandia | | 04.217.647/0001-20 | MT | CURVELANDIA | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 2017 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de Indiavai | prefeitura municipal de Indiavai | | 03.239.027/0001-20 | MT | INDIAVAI | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 2013 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | | 15.024.011/0001-89 | MT | SALTO DO CEU | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 1978 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Brasnorte | Prefeitura Municipal de Brasnorte | | 01.375.138/0001-38 | MT | BRASNORTE | 4 | 40 | Aquisição trator agrícola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 2014 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | | 15.024.011/0001-89 | MT | RESERVA DO CABACAL | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 1985 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de rio branco | prefeitura municipal de rio branco | | 15.023.997/0001-72 | MT | RIO BRANCO | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 2015 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de Glória DOeste | prefeitura municipal de Glória DOeste | | 37.464.955/0001-00 | MT | GLORIA D'OESTE | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 2016 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de Porto Esperidião | prefeitura municipal de Porto Esperidião | | 05.460.358/0001-10 | MT | PORTO ESPERIDIAO | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Wellington Antonio Fagundes | 5114 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | | 00.396.895/0001-25 | MT | SALTO DO CEU | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5020 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Brasnorte - 01.375.138/0001-38 | | 00.396.895/0001-25 | MT | BRASNORTE | 4 | 90 | Aquisição trator | R$ 134.555,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5025 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - cnpj 37464955/0001-00 | | 00.396.895/0001-25 | MT | GLORIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5022 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Curvelândia - CNPJ 04217647/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CURVELANDIA | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.554,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5024 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | | 00.396.895/0001-25 | MT | RESERVA DO CABACAL | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5023 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu - CNPJ 15024011000189 | | 00.396.895/0001-25 | MT | RIO BRANCO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.554,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5026 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - cnpj 03238904/0001-48 | | 00.396.895/0001-25 | MT | PORTO ESPERIDIAO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5027 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Indiavai - cnpj 03239027/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | INDIAVAI | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |

**Senador Wilder Morais**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Wilder Pedro de Morais | 2892 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO | | | 00.396.895/0001-25 | GO | MINEIROS | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE PA CARREGADEIRA | R$ 292.600,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. U/O | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Wilder Pedro de Morais | 4787 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA DE ANÁPOLIS | | | 01.067.479/0001-46 | GO | ANAPOLIS | 4 | 40 | MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ 1.000.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Anexo II: todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente**

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Alan Rick Miranda | 3678 | 60120002 | 4394 | 22000 | 22101 | 202V | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE | Estado do Acre | 43.824.560/0001-73 | AC | RIO BRANCO | 3 | 50 | Aquisição de insumos, mudas, feiras, exposições e capacitações e ações de assistência técnica no Estado do Acre | R$ 595.000,00 |
| 2 | Alan Rick Miranda | 3692 | 60120002 | 4394 | 22000 | 22101 | 202V | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE | Estado do Acre | 43.824.560/0001-73 | AC | RIO BRANCO | 4 | 50 | A aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para fortalecer o apoio aos produtores rurais no Estado do Acre | R$ 1.386.681,00 |
| 3 | Alessandro Vieira | 5189 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Desenvolvimento Comunitário das Mulheres de Cumbe | Cumbe | 45.661.438/0001-59 | SE | CUMBE | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 4 | Alessandro Vieira | 5194 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de moradores e produtores do povoado Barro Preto e adjacencias | Itabaiana | 05.875.642/0001-58 | SE | ITABAIANA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 5 | Alessandro Vieira | 5196 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Cooperativa dos Agricultores Familiares do Baixo São Francisco | Japoatã | 44.473.104/0001-99 | SE | JAPOATA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 6 | Alessandro Vieira | 5208 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Moradores do Grande Rosa Elze - AMOR-GRE | São Cristóvão | 08.710.851/0001-30 | SE | SAO CRISTOVAO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 7 | Alessandro Vieira | 5201 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Moradores da Barra do Boi | Nossa Senhora da Glória | 02.319.607/0001-64 | SE | NOSSA SENHORA DA GLORIA | 4 | 90 | Pá-Carregadeira | R$ 292.600,00 |
| 8 | Alessandro Vieira | 5192 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Gararu | Gararu | 13.112.669/0001-17 | SE | GARARU | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 9 | Alessandro Vieira | 5210 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Assistência e Ação Comunitária de Telha | Telha | 16.457.335/0001-73 | SE | TELHA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 10 | Alessandro Vieira | 5204 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Pedrinhas | Pedrinhas | 13.098.736/0001-96 | SE | PEDRINHAS | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 11 | Alessandro Vieira | 5203 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro | Nossa Senhora do Socorro | 13.128.814/0001-58 | SE | NOSSA SENHORA DO SOCORRO | 4 | 90 | Pá-Carregadeira | R$ 290.000,00 |
| 12 | Alessandro Vieira | 5195 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação dos Moradores e Amigos do Povoado Terra Dura e Adjacencias | Itabaiana | 02.787.727/0001-96 | SE | ITABAIANA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 13 | Alessandro Vieira | 5206 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Propriá | Propriá | 13.117.320/0001-78 | SE | PROPRIA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 14 | Alessandro Vieira | 5198 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Instituto Valmir Monteiro | Lagarto | 02.649.025/0001-46 | SE | LAGARTO | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 15 | Alessandro Vieira | 5190 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação das Rendeiras Independentes de Divina Pastora - ASDRIN | Divina Pastora | 52.472.256/0001-03 | SE | DIVINA PASTORA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 16 | Alessandro Vieira | 5188 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Canadá | Canindé do São Francisco | 02.473.038/0001-07 | SE | CANINDE DE SAO FRANCISCO | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 17 | Alessandro Vieira | 5209 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de São Francisco | São Francisco | 13.118.435/0001-87 | SE | SAO FRANCISCO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 18 | Alessandro Vieira | 5202 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COLONIA SANTA HELENA E REGIAO | Nossa Senhora da Glória | 01.353.453/0001-64 | SE | NOSSA SENHORA DA GLORIA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 19 | Alessandro Vieira | 5207 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas | Riachão do Dantas | 11.439.872/0001-77 | SE | RIACHAO DO DANTAS | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 20 | Alessandro Vieira | 5193 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Comunitária Nossa Senhora de Lourdes | Gracho Cardoso | 02.723.330/0001-30 | SE | GRACHO CARDOSO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 21 | Alessandro Vieira | 5205 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | ASSOCIACAO DE DESENVOL.COMUN. NOSSA SENHORA SANTANA DE MALHADA GRANDE | Poço Verde | 03.675.569/0001-45 | SE | POCO VERDE | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 22 | Alessandro Vieira | 5197 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Pequenos Produtores Rurais Maria de Lourdes Fonseca Santos | Lagarto | 31.443.339/0001-96 | SE | LAGARTO | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 23 | Alessandro Vieira | 5200 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Maes do Mestre Casa de Davi | Neópolis | 14.480.714/0001-59 | SE | NEOPOLIS | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 24 | Alessandro Vieira | 5187 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Cultural e Esportiva - ACESA | Aquidabã | 33.023.784/0001-22 | SE | AQUIDABA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 25 | Alessandro Vieira | 5199 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | COOPERATIVA DE PRODUÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AUTO CONSUMO E ECONOMIA SOLIDARIA-COOPESA | Malhador | 23.052.767/0001-60 | SE | MALHADOR | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| 26 | Alexandre Luiz Giordano | 1374 | 60120002 | 4221 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Mairiporã | Município de Mairiporã | Município de Mairiporã | 46.523.163/0001-50 | SP | MAIRIPORA | 4 | 40 | FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO | R$ 4.952.436,00 |
| 27 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4069 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | PRIMEIRA CRUZ | PRIMEIRA CRUZ | PRIMEIRA CRUZ | 06.240.352/0001-09 | MA | PRIMEIRA CRUZ | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 1.000.000,00 |
| 28 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4102 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | PARNARAMA | PARNARAMA | PARNARAMA | 06.115.117/0001-05 | MA | PARNARAMA | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 500.000,00 |
| 29 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4111 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | PINHEIRO | PINHEIRO | PINHEIRO | 06.200.745/0001-80 | MA | PINHEIRO | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 1.450.000,00 |
| 30 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4098 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | 01.612.333/0001-34 | MA | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ 500.000,00 |
| 31 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4107 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | VIANA | VIANA | VIANA | 06.439.988/0001-76 | MA | VIANA | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 500.000,00 |
| 32 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4040 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO VICENTE DE FERRER | SÃO VICENTE DE FERRER | SÃO VICENTE DE FERRER | 06.421.119/0001-14 | MA | SAO VICENTE FERRER | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 1.000.000,00 |
| 33 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 1303 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Barrocas | Prefeitura Municipal de Barrocas | | 04.216.287/0001-42 | BA | BARROCAS | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 400.000,00 |
| 34 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 2556 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Poções | | | 14.242.200/0001-65 | BA | POCOES | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 35 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 1308 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Conceição da Feira | | | 13.828.371/0001-08 | BA | CONCEICAO DA FEIRA | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | R$ 2.000.000,00 |
| 36 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 1311 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Conceição do Coité | Prefeitura Municipal de Conceição do Coité | | 13.843.842/0001-57 | BA | CONCEICAO DO COITE | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e equipamentos | R$ 1.000.000,00 |
| 37 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 2904 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida | | | 14.108.286/0001-38 | BA | LICINIO DE ALMEIDA | 4 | 40 | Calçamento para escoamento da produção rural | R$ 1.052.436,00 |
| 38 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 1176 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Corrente | | | 06.554.257/0001-71 | PI | CORRENTE | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais | R$ 1.500.000,00 |
| 39 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 1357 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38 | | | 08.809.355/0001-38 | PI | TERESINA | 4 | 30 | Aquisição de máquinas e equipamentos / Material Permanente | R$ 480.974,00 |
| 40 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4704 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF - CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas e Equipamentos - 13 TRATORES AGRICOLA modelo LOVOL TB754 CABINADO Valor unitário R$ 129.900,00 | R$ 1.688.700,00 |
| 41 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4703 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição máquinas e equipamento - aquisição de 04 RESTROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX Valor unitário R$ 288.000,00 | R$ 1.125.000,00 |
| 42 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 1356 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38 | | | 08.809.355/0001-38 | PI | TERESINA | 4 | 30 | Aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à produção / Material Permanente | R$ 990.487,00 |
| 43 | Antonio Hamilton Martins Mourão | 1690 | 60120002 | 4271 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de São Gabriel | Prefeitura Municipal de São Gabriel | | 88.768.080/0001-70 | RS | SAO GABRIEL | 4 | 40 | Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de São Gabriel | R$ 500.000,00 |
| 44 | Antonio Hamilton Martins Mourão | 1692 | 60120002 | 4271 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Mato Castelhano | Prefeitura Municipal de Mato Castelhano | | 92.412.808/0001-02 | RS | MATO CASTELHANO | 4 | 40 | Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Mato Castelhano | R$ 500.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 45 | Antonio Hamilton Martins Mourão | 1691 | 60120002 | 4271 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Alegrete | Prefeitura Municipal de Alegrete | | 87.896.874/0001-57 | RS | ALEGRETE | 4 | 40 | Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Alegrete | R$ | 980.974,00 |
| 46 | Augusta Brito de Paula | 3528 | 60120002 | 4281 | 22000 | 22101 | 202V | TABULEIRO DO NORTE | | | 07.891.682/0001-19 | CE | TABULEIRO DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 4.500.000,00 |
| 47 | Augusta Brito de Paula | 4141 | 60120002 | 4281 | 22000 | 22101 | 202V | BELA CRUZ | | | 07.566.045/0001-77 | CE | BELA CRUZ | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 1.442.436,00 |
| 48 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2897 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE SÃO FIDÉLIS - RJ | | | 29.111.093/0001-03 | RJ | SAO FIDELIS | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 300.960,00 |
| 49 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2896 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU - RJ | | | 29.115.458/0001-78 | RJ | CASIMIRO DE ABREU | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 574.750,00 |
| 50 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2894 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE BARRA MANSA - RJ | | | 28.695.658/0001-84 | RJ | BARRA MANSA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 480.700,00 |
| 51 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2895 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE TANGUA - RJ | | | 01.612.089/0001-00 | RJ | TANGUA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 300.960,00 |
| 52 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4675 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Trajano de Moraes/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ | 154.974,00 |
| 53 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4676 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Itaocara/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ | 154.974,00 |
| 54 | Carlos Alberto Dias Viana | 4939 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | | 01.613.076/0001-55 | MG | CURRAL DE DENTRO | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola | R$ | 107.774,00 |
| 55 | Carlos Alberto Dias Viana | 4016 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.607/0001-86 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de retroescavadeira | R$ | 302.400,00 |
| 56 | Carlos Alberto Dias Viana | 4054 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE GUIRICEMA - MG - CNPJ 18.137.943/0001-26 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de motoniveladora | R$ | 483.000,00 |
| 57 | Carlos Alberto Dias Viana | 4032 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE PRATA - MG CNPJ 18.260.505/0001-50 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de retroescavadeira | R$ | 302.400,00 |
| 58 | Carlos Alberto Dias Viana | 4020 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE ITURAMA - MG CNPJ 18.457.242/0001-74 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de retroescavadeira | R$ | 302.400,00 |
| 59 | Carlos Alberto Dias Viana | 4046 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG- CNPJ 18.398.966/0001-94 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de motoniveladora | R$ | 483.000,00 |
| 60 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 954 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Amaturá | | | 04.628.723/0001-90 | AM | AMATURA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 61 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 1008 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Tefé | | | 04.426.383/0001-15 | AM | TEFE | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 1.000.000,00 |
| 62 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 983 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Maraã | | | 04.505.640/0001-04 | AM | MARAA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 63 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 1001 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença | | | 05.829.577/0001-24 | AM | SAO PAULO DE OLIVENCA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 64 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 996 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira | | | 04.272.670/0001-18 | AM | SAO GABRIEL DA CACHOEIRA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 1.000.000,00 |
| 65 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 988 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro | | | 04.194.239/0001-09 | AM | SANTA ISABEL DO RIO NEGRO | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 66 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 1005 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Tabatinga | | | 04.011.805/0001-91 | AM | TABATINGA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 1.000.000,00 |
| 67 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 982 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Jutaí | | | 04.285.896/0001-53 | AM | JUTAI | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 68 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 966 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Careiro | | | 04.332.995/0001-49 | AM | CAREIRO | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 69 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 950 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Alvarães | | | 04.628.335/0001-00 | AM | ALVARAES | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 70 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 971 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea | | | 23.006.331/0001-34 | AM | CAREIRO DA VARZEA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 404.872,00 |
| 71 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 992 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá | | | 04.532.057/0001-92 | AM | SANTO ANTONIO DO ICA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 72 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 963 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Benjamin Constant | | | 04.243.976/0001-35 | AM | BENJAMIN CONSTANT | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 73 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 957 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Ataluia do Norte | | | 04.530.713/0001-18 | AM | ATALAIA DO NORTE | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 74 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 959 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Barcelos | | | 04.271.037/0001-05 | AM | BARCELOS | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 75 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 973 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Fonte Boa | | | 04.530.101/0001-25 | AM | FONTE BOA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 76 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 978 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Japurá | | | 04.505.509/0001-47 | AM | JAPURA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 77 | Carlos Francisco Portinho | 3337 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Cantagalo/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 2 Tratores agrícolas | R$ | 309.320,00 |
| 78 | Carlos Francisco Portinho | 4667 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Guapimirim/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ | 154.974,00 |
| 79 | Carlos Francisco Portinho | 3339 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Itaperuna/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ | 574.750,00 |
| 80 | Carlos Francisco Portinho | 4666 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Paraíba do Sul/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ | 301.571,00 |
| 81 | Carlos Francisco Portinho | 4663 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Itaperuna/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ | 575.917,00 |
| 82 | Carlos Francisco Portinho | 4791 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ | 154.974,00 |
| 83 | Carlos Francisco Portinho | 3340 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ | 154.660,00 |
| 84 | Carlos Francisco Portinho | 3338 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Macuco/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ | 480.700,00 |
| 85 | Carlos Francisco Portinho | 3341 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Paraíba do Sul/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ | 300.960,00 |
| 86 | Carlos Francisco Portinho | 3342 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Guapimirim/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ | 154.660,00 |
| 87 | Carlos Francisco Portinho | 4665 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Macuco/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ | 481.676,00 |
| 88 | Carlos Francisco Portinho | 4661 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Cantagalo/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 2 - Tratores Agrícolas | R$ | 309.948,00 |
| 89 | Cid Ferreira Gomes | 1844 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Boa Viagem | | | 07.963.515/0001-36 | CE | BOA VIAGEM | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ | 600.000,00 |
| 90 | Cid Ferreira Gomes | 1999 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Varjota | | | 07.673.114/0001-41 | CE | VARJOTA | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ | 1.000.000,00 |
| 91 | Cid Ferreira Gomes | 1761 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Caririé | | | 07.598.600/0001-42 | CE | CARIRE | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ | 500.000,00 |
| 92 | Cid Ferreira Gomes | 1834 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Viçosa do Ceará | | | 10.462.497/0001-13 | CE | VICOSA DO CEARA | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas | R$ | 1.000.000,00 |
| 93 | Cid Ferreira Gomes | 1638 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Forquilha | | | 07.673.106/0001-03 | CE | FORQUILHA | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ | 1.000.000,00 |
| 94 | Cid Ferreira Gomes | 1759 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Araripe | | | 07.539.984/0001-22 | CE | ARARIPE | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ | 500.000,00 |
| 95 | Cid Ferreira Gomes | 1760 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Groaíras | | | 07.598.709/0001-80 | CE | GROAIRAS | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ | 1.000.000,00 |
| 96 | Cid Ferreira Gomes | 3723 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário | | | 07.954.563/0001-68 | CE | FORTALEZA | 4 | 30 | Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas | R$ | 2.004.872,00 |
| 97 | Cid Ferreira Gomes | 1836 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Amontada | | | 06.582.449/0001-91 | CE | AMONTADA | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - 1ª Etapa Abastedouro | R$ | 2.300.000,00 |
| 98 | Ciro Nogueira Lima Filho | 3623 | 60120002 | 2900 | 22000 | 22101 | 202V | PORTO ALEGRE DO PIAUÍ | | | 01.613.513/0001-30 | PI | PORTO ALEGRE DO PIAUI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 990.487,00 |
| 99 | Ciro Nogueira Lima Filho | 3620 | 60120002 | 2900 | 22000 | 22101 | 202V | NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS | | | 06.554.422/0001-95 | PI | NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 990.487,00 |
| 100 | Cleiton Gontijo de Azevedo | 1561 | 60120002 | 4267 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Matias Barbosa | | | 18.338.194/0001-03 | MG | MATIAS BARBOSA | 4 | 40 | Infra -estrutura Rural | R$ | 1.000.000,00 |
| 101 | Cleiton Gontijo de Azevedo | 1670 | 60120002 | 4267 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Vargem Bonita | | | 16.788.309/0001-28 | MG | VARGEM BONITA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 490.974,00 |
| 102 | Cleiton Gontijo de Azevedo | 1669 | 60120002 | 4267 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Chapada do Norte | | | 16.886.608/0001-03 | MG | CHAPADA DO NORTE | 4 | 40 | Equipamentos | R$ | 490.000,00 |
| 103 | Confúcio Aires Moura | 2788 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | COLORADO DO OESTE | COLORADO DO OESTE | | 04.391.512/0001-87 | RO | COLORADO DO OESTE | 4 | 40 | Aquisição de caminhão basculante. | R$ | 750.000,00 |
| 104 | Confúcio Aires Moura | 4917 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | NOVA BRASILANDIA DOESTE | 4 | 90 | Aquisição de 1 (uma) retroescavadeira e 2 (duas) pás carregadeiras. | R$ | 1.000.000,00 |
| 105 | Confúcio Aires Moura | 4816 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | CORUMBIARA | | 00.396.895/0001-25 | RO | CORUMBIARA | 4 | 90 | Aquisição de Trator. | R$ | 302.436,00 |
| 106 | Confúcio Aires Moura | 4819 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | ITAPUA DO OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator e enxadeira frontal. | R$ | 700.000,00 |
| 107 | Confúcio Aires Moura | 4818 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | | 00.396.895/0001-25 | RO | SAO FRANCISCO DO GUAPORE | 4 | 90 | Aquisição de tratores. | R$ | 700.000,00 |
| 108 | Confúcio Aires Moura | 4918 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | JARU | JARU | | 04.279.238/0001-59 | RO | JARU | 4 | 40 | Aquisição de caminhão caçamba, retroescavadeira e pá carregadeira. | R$ | 1.500.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 109 | Damares Regina Alves | 1890 | 60120002 | 4268 | 22000 | 22101 | 202V | SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural | | | 03.318.233/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 30 | 202V – Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.980.974,00 |
| 110 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4920 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | COREMAS - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | COREMAS | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Coremas/PB. | R$ 480.974,00 |
| 111 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4922 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | LUCENA - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | LUCENA | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Lucena - PB | R$ 500.000,00 |
| 112 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4921 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | MONTEIRO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | MONTEIRO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Monteiro/PB. | R$ 500.000,00 |
| 113 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4919 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | BOQUEIRÃO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | BOQUEIRAO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água no município de Boqueirão/PB | R$ 500.000,00 |
| 114 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 964 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.349.102/0001-29 | Carnaíbas | | 08.349.102/0001-29 | RN | CARAUBAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 600.000,00 |
| 115 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 1026 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.181.562/0001-90 | Florânia | | 08.181.562/0001-90 | RN | FLORANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 116 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 989 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.095.960/0001-94 | São João do Sabugi | | 08.095.960/0001-94 | RN | SAO JOAO DO SABUGI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 117 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 1046 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.086.662/0001-38 | Jardim do Seridó | | 08.086.662/0001-38 | RN | JARDIM DO SERIDO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 118 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 980 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.153.454/0001-04 | Riacho da Cruz | | 08.153.454/0001-04 | RN | RIACHO DA CRUZ | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 119 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 984 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.094.708/0001-60 | Ipueira | | 08.094.708/0001-60 | RN | IPUEIRA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 120 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 1030 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.110.884/0001-49 | Bento Fernandes | | 08.110.884/0001-49 | RN | BENTO FERNANDES | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 471.462,00 |
| 121 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 960 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.088.247/0001-13 | Santana do Seridó | | 08.088.247/0001-13 | RN | SANTANA DO SERIDO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 700.000,00 |
| 122 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 974 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.096.372/0001-75 | Serra Negra do Norte | | 08.096.372/0001-75 | RN | SERRA NEGRA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 680.974,00 |
| 123 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4320 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Associação Comunitária Rural do Sítio Lagoa do Poldro | | | 02.748.120/0001-05 | PB | POMBAL | 3 | 50 | Custeio de Manutenção e Serviços | R$ 150.000,00 |
| 124 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4327 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Associação Paraibana dos Criadores de Caprinos e Ovinos - APACCO | | | 09.307.596/0001-41 | PB | CAMPINA GRANDE | 3 | 50 | Custeio de Manutenção e Serviços | R$ 850.000,00 |
| 125 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4375 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Caiçara | | | 09.070.624/0001-50 | PB | CAICARA | 4 | 40 | Execução de Obras | R$ 1.500.000,00 |
| 126 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4448 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Pirpirituba | | | 08.789.299/0001-17 | PB | PIRPIRITUBA | 4 | 40 | Execução de Obras | R$ 500.000,00 |
| 127 | Elotiane Pereira Gama Melo | 3984 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de São Domingos do Azeitão | | 01.612.333/0001-34 | MA | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ 1.000.000,00 |
| 128 | Elotiane Pereira Gama Melo | 5128 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitural Municipal de São Bento | | 06.214.258/0001-77 | MA | SAO BENTO | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ 500.000,00 |
| 129 | Elotiane Pereira Gama Melo | 5127 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura de Pinheiro | | 06.200.745/0001-80 | MA | PINHEIRO | 4 | 40 | Vicinal | R$ 1.480.974,00 |
| 130 | Elotiane Pereira Gama Melo | 3968 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Lajeado Novo | | 01.598.548/0001-48 | MA | LAJEADO NOVO | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ 1.000.000,00 |
| 131 | Elotiane Pereira Gama Melo | 3987 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Passagem Franca | | 10.438.570/0001-11 | MA | PASSAGEM FRANCA | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ 1.000.000,00 |
| 132 | Elotiane Pereira Gama Melo | 3951 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca | | 01.613.956/0001-21 | MA | SAO PEDRO DA AGUA BRANCA | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ 952.436,00 |
| 133 | Elotiane Pereira Gama Melo | 3964 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa | | 01.566.688/0001-34 | MA | SENADOR ALEXANDRE COSTA | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ 1.000.000,00 |
| 134 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4965 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 135 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4954 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Trator Agricola | R$ 135.745,00 |
| 136 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4956 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MAR VERMELHO | | | 12.333.761/0001-44 | AL | MAR VERMELHO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 137 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4976 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO NORTE | | | 12.200.317/0001-50 | AL | SANTA LUZIA DO NORTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 138 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4986 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE BATALHA | | | 12.250.056/0001-83 | AL | BATALHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 139 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4973 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 140 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4967 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 141 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4952 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE ANADIA | | | 12.227.351/0001-19 | AL | ANADIA | 4 | 90 | 01 equipamento: motoniveladora | R$ 500.555,00 |
| 142 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4983 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE PARICONHA | | | 35.634.435/0001-72 | AL | PARICONHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 143 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4957 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 144 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4987 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE BELO MONTE | | | 12.250.163/0001-01 | AL | BELO MONTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 145 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4960 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 146 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4962 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 147 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4982 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO CASADO | | | 12.350.146/0001-46 | AL | OLHO D'AGUA DO CASADO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 148 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4961 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 149 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4981 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MATA GRANDE | | | 12.226.205/0001-79 | AL | MATA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 150 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4979 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE CANAPI | | | 12.367.892/0001-42 | AL | CANAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 151 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 3117 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Tanque D'arca/AL | | | 12.241.865/0001-29 | AL | TANQUE D'ARCA | 4 | 40 | Execução de obras de pavimentação (calçamento) em vias rurais do município, visando à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade local. | R$ 500.000,00 |
| 152 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4993 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE JARAMATAIA | | | 12.207.544/0001-08 | AL | JARAMATAIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 153 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4953 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | Um equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 154 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4969 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE COITE DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 155 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4966 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 156 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4955 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE LAGOA DA CANOA | | | 12.207.551/0001-00 | AL | LAGOA DA CANOA | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 157 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4975 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE SATUBA | | | 12.200.333/0001-43 | AL | SATUBA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 158 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4985 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE ARAPIRACA | | | 12.198.693/0003-10 | AL | ARAPIRACA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 159 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4958 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 160 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4989 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE CRAIBAS | | | 08.439.549/0001-99 | AL | CRAIBAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 161 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4964 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 162 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4963 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 163 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4992 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE | | | 12.207.528/0001-15 | AL | FEIRA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 164 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4972 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE COITE DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 165 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4959 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 166 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4974 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 167 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4978 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE AGUA BRANCA | | | 12.350.153/0001-48 | AL | AGUA BRANCA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 168 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 3122 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque | Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque | Messias/AL | 27.369.015/0001-88 | AL | MESSIAS | 4 | 50 | Construção de casa de farinha para atendimento aos produtores vinculados à associação beneficiária, destinada ao processamento da mandioca e produção de farinha e derivados. | R$ 400.000,00 |
| 169 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4980 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA | | | 12.224.895/0001-27 | AL | DELMIRO GOUVEIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 170 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4968 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 171 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4977 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE RIO LARGO | | | 12.200.168/0001-20 | AL | RIO LARGO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 172 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4988 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE | | | 12.198.701/0001-66 | AL | CAMPO GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 173 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4984 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE PIRANHAS | | | 12.225.546/0001-20 | AL | PIRANHAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 174 | Fabiano Contarato | 4727 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | | 00.396.895/0001-25 | ES | JOAO NEIVA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA | R$ 650.000,00 |
| 175 | Fabiano Contarato | 4730 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | | 00.396.895/0001-25 | ES | MUCURICI | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 176 | Fabiano Contarato | 735 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO | PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO | | 27.165.653/0001-87 | ES | JERONIMO MONTEIRO | 4 | 40 | FOMENTO À INFRAESTRUTURA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS, ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, DRAGAGEM, OBRAS DE DRENAGEM E IRRIGAÇÃO. | R$ 650.000,00 |
| 177 | Fabiano Contarato | 4729 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | | 00.396.895/0001-25 | ES | AGUA DOCE DO NORTE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRAULICA | R$ 650.000,00 |
| 178 | Fabiano Contarato | 4722 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | | 00.396.895/0001-25 | ES | SAO GABRIEL DA PALHA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA | R$ 510.000,00 |
| 179 | Fabiano Contarato | 4731 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | | 00.396.895/0001-25 | ES | CONCEICAO DO CASTELO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 430.000,00 |
| 180 | Fabiano Contarato | 4728 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | | 00.396.895/0001-25 | ES | VARGEM ALTA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 181 | Fabiano Contarato | 4724 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | | 00.396.895/0001-25 | ES | ITARANA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA | R$ 810.000,00 |
| 182 | Fabiano Contarato | 4726 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU | | 00.396.895/0001-25 | ES | IBIRACU | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 183 | Fabiano Contarato | 4725 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | | 00.396.895/0001-25 | ES | JAGUARE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 495.240,00 |
| 184 | Fernando Antonio Cunninha Diciro | 4854 | 60120002 | 4252 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Santa Filomena | | | 01.613.732/0001-10 | PE | SANTA FILOMENA | 4 | 40 | Escavadeira hidráulica | R$ 800.000,00 |
| 185 | Fernando Lopes de Farias | 4900 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 01 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMG/LW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00 | R$ 280.000,00 |
| 186 | Fernando Lopes de Farias | 4898 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 TRATORES AGRÍCOLAS modelo LOVOL TB754 CABINADO no valor unitário de R$ 129.900,00 | R$ 779.400,00 |
| 187 | Fernando Lopes de Farias | 4895 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 | R$ 1.728.000,00 |
| 188 | Fernando Lopes de Farias | 3930 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Limoeiro de Anadia | | | 12.207.403/0001-95 | AL | LIMOEIRO DE ANADIA | 4 | 40 | Construção de Estrutura Física para Comercialização Agropecuária Animal | R$ 2.000.000,00 |
| 189 | Flávio José Ams | 2842 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 76.022.516/0001-07 | PR | ANTONINA | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 830.000,00 |
| 190 | Flávio José Ams | 2849 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 76.217.017/0001-67 | PR | BOA ESPERANCA | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 830.000,00 |
| 191 | Flávio José Ams | 2855 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 01.613.136/0001-30 | PR | PRADO FERREIRA | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 800.000,00 |
| 192 | Flávio José Ams | 2854 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 75.740.811/0001-28 | PR | MANOEL RIBAS | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 830.000,00 |
| 193 | Flávio José Ams | 2858 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 76.247.345/0001-06 | PR | TAPEJARA | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 830.000,00 |
| 194 | Flávio José Ams | 2853 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 75.740.829/0001-20 | PR | BORRAZOPOLIS | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 830.000,00 |
| 195 | Flávio Nantes Bolsonaro | 1924 | 60120002 | 9219 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana | | | 28.812.972/0001-08 | RJ | BOM JESUS DO ITABAPOANA | 4 | 40 | Aquisição de equipamentos agrícolas | R$ 480.000,00 |
| 196 | Flávio Nantes Bolsonaro | 1919 | 60120002 | 9219 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Resende/RJ | | | 29.178.233/0001-60 | RJ | RESENDE | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 480.000,00 |
| 197 | Flávio Nantes Bolsonaro | 1921 | 60120002 | 9219 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ | | | 31.846.892/0001-70 | RJ | ITATIAIA | 4 | 40 | Aquisição de equipamentos agrícolas | R$ 480.000,00 |
| 198 | Flávio Nantes Bolsonaro | 1918 | 60120002 | 9219 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Paty do Alferes/RJ | | | 31.844.889/0001-17 | RJ | PATY DO ALFERES | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 480.000,00 |
| 199 | Francisco de Assis Rodrigues | 1586 | 60120002 | 4143 | 22000 | 22101 | 202V | ministerio da agricultura | ministerio da agricultura | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas | R$ 600.000,00 |
| 200 | Francisco de Assis Rodrigues | 3977 | 60120002 | 4143 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio do Amajari | Municipio do Amajari | | 01.614.081/0001-82 | RR | AMAJARI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Eletrificação Rural no Município do Amajari | R$ 4.352.436,00 |
| 201 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3832 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Rio Preto da Eva | | | 04.629.697/0001-15 | AM | RIO PRETO DA EVA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 583.410,00 |
| 202 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3775 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Anori | | | 04.262.762/0001-17 | AM | ANORI | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 203 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3460 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Apuí | | | 22.812.960/0001-99 | AM | APUI | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 204 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3787 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Borba | | | 04.477.568/0001-59 | AM | BORBA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 205 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3781 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Lábrea | | | 05.830.872/0001-09 | AM | LABREA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 206 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3756 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Tapauá | | | 04.530.390/0001-62 | AM | TAPAUA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 207 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3760 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Canutama | | | 04.247.441/0001-43 | AM | CANUTAMA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 208 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3774 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Humaitá | | | 04.465.209/0001-81 | AM | HUMAITA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 209 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3779 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Itapiranga | | | 04.495.644/0001-59 | AM | ITAPIRANGA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 210 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3751 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Apuí | | | 22.812.960/0001-99 | AM | APUI | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 211 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3466 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Fonte Boa | | | 04.530.101/0001-25 | AM | FONTE BOA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 212 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3782 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Caapiranga | | | 04.628.046/0001-00 | AM | CAAPIRANGA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 213 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3789 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Amaturá | | | 04.628.723/0001-90 | AM | AMATURA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 550.000,00 |
| 214 | Hiran Manuel Gonçalves da Silva | 4936 | 60120002 | 4269 | 22000 | 22101 | 202V | Estado de Roraima | | | 84.012.012/0001-26 | RR | CANTA | 4 | 30 | Recuperação de estradas vicinais no Estado de Roraima, visando o apoio ao escoamento da produção agropecuária. | R$ 1.980.974,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 215 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3375 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Parnamirim | Prefeitura Municipal de Parnamirim | Parnamirim | 11.361.235/0001-25 | PE | PARNAMIRIM | 4 | 40 | Aquisição de Retroescavadeira | R$ | 400.000,00 |
| 216 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3344 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Afrânio | Prefeitura Municipal de Afrânio | Afrânio | 10.358.174/0001-84 | PE | AFRANIO | 4 | 40 | Aquisição de Retroescavadeira | R$ | 400.000,00 |
| 217 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3368 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de João Alfredo | Prefeitura Municipal de João Alfredo | João Alfredo | 11.097.359/0001-45 | PE | JOAO ALFREDO | 4 | 40 | Aquisição de Trator | R$ | 200.000,00 |
| 218 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3365 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Itapetim | Prefeitura Municipal de Itapetim | Itapetim | 11.358.157/0001-00 | PE | ITAPETIM | 4 | 40 | Aquisição de Patrol | R$ | 900.000,00 |
| 219 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3370 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Manari | Prefeitura Municipal de Manari | Manari | 01.626.099/0001-02 | PE | MANARI | 4 | 40 | Aquisição de Trator | R$ | 200.000,00 |
| 220 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3372 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Orocó | Prefeitura Municipal de Orocó | Orocó | 10.114.767/0001-03 | PE | OROCO | 4 | 40 | Aquisição de Trator | R$ | 200.000,00 |
| 221 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3351 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Chã Grande | Prefeitura Municipal de Chã Grande | Chã Grande | 11.049.806/0001-90 | PE | CHA GRANDE | 4 | 40 | Aquisição de Rolo Compactador | R$ | 595.240,00 |
| 222 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3362 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Itaíba | Prefeitura Municipal de Itaíba | Itaíba | 11.286.382/0001-88 | PE | ITAIBA | 4 | 40 | Aquisição de Patrol | R$ | 900.000,00 |
| 223 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3358 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Granito | Prefeitura Municipal de Granito | Granito | 11.040.888/0001-02 | PE | GRANITO | 4 | 40 | Estradas vicinais | R$ | 1.452.436,00 |
| 224 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3348 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Amaraji | Prefeitura Municipal de Amaraji | Amaraji | 11.294.360/0001-60 | PE | AMARAJI | 4 | 40 | Aquisição de Trator | R$ | 200.000,00 |
| 225 | Irajá Silvestre Filho | 4504 | 60120002 | 4096 | 22000 | 22101 | 202V | INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO - INDS | Todos os municípios do Estado do Tocantins | | 24.441.872/0001-53 | TO | PALMAS | 3 | 50 | Desenvolver programa para cadeia produtiva no Estado do Tocantins. | R$ | 4.952.436,00 |
| 226 | Ivete Marli Appel da Silveira | 601 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de TIMBÓ GRANDE | | | 78.497.492/0001-60 | SC | TIMBO GRANDE | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 227 | Ivete Marli Appel da Silveira | 592 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de CAMPOS NOVOS | | | 82.939.232/0001-74 | SC | CAMPOS NOVOS | 4 | 40 | Compra de Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 228 | Ivete Marli Appel da Silveira | 594 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de IRATI | | | 95.990.230/0001-51 | SC | IRATI | 4 | 40 | Compra de Equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 229 | Ivete Marli Appel da Silveira | 598 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA | | | 95.990.131/0001-70 | SC | NOVA ITABERABA | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 250.000,00 |
| 230 | Ivete Marli Appel da Silveira | 602 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de TREVISO | | | 01.614.019/0001-90 | SC | TREVISO | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 231 | Ivete Marli Appel da Silveira | 600 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de PAPANDUVA | | | 83.102.533/0001-01 | SC | PAPANDUVA | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 232 | Ivete Marli Appel da Silveira | 595 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO | | | 82.960.758/0001-36 | SC | JACINTO MACHADO | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 233 | Ivete Marli Appel da Silveira | 596 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Major Gercino | | | 82.845.744/0001-71 | SC | MAJOR GERCINO | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 234 | Ivete Marli Appel da Silveira | 593 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de GRAVATAL | | | 82.926.569/0001-47 | SC | GRAVATAL | 4 | 40 | Compra de Equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 235 | Ivete Marli Appel da Silveira | 599 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de PAIAL | | | 01.614.376/0001-59 | SC | PAIAL | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 236 | Ivete Marli Appel da Silveira | 844 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de VARGEM BONITA | | | 95.996.187/0001-31 | SC | VARGEM BONITA | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 237 | Ivete Marli Appel da Silveira | 597 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de MONTE CASTELO | | | 83.102.525/0001-65 | SC | MONTE CASTELO | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 402.436,00 |
| 238 | Imlci Lucas Ferreira | 4522 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Vila Boa GO | Vila Boa GO | | 37.388.378/0001-14 | GO | VILA BOA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Vila Boa GO | R$ | 200.000,00 |
| 239 | Imlci Lucas Ferreira | 4516 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Alvorada do Norte GO | Alvorada do Norte GO | | 02.367.597/0001-32 | GO | ALVORADA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO | R$ | 200.000,00 |
| 240 | Imlci Lucas Ferreira | 4520 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Planaltina Goiás | Planaltina Goiás | | 01.740.422/0001-66 | GO | PLANALTINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Planaltina Goiás | R$ | 200.000,00 |
| 241 | Imlci Lucas Ferreira | 4515 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Alto Paraíso GO | Alto Paraíso GO | | 01.740.455/0001-06 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alto Paraíso GO | R$ | 200.000,00 |
| 242 | Imlci Lucas Ferreira | 4521 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Cavalcante GO | Cavalcante GO | | 01.738.772/0001-98 | GO | CAVALCANTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cavalcante GO | R$ | 200.000,00 |
| 243 | Imlci Lucas Ferreira | 4733 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Água Fria de Goiás | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás | R$ | 180.974,00 |
| 244 | Imlci Lucas Ferreira | 4517 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Formosa GO | Formosa GO | | 01.738.780/0001-34 | GO | FORMOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Formosa GO | R$ | 200.000,00 |
| 245 | Imlci Lucas Ferreira | 4514 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Alexânia GO | Alexânia GO | | 01.298.975/0001-00 | GO | ALEXANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alexânia GO | R$ | 200.000,00 |
| 246 | Imlci Lucas Ferreira | 4519 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Niquelândia GO | Niquelândia GO | | 02.215.895/0001-07 | GO | NIQUELANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Niquelândia GO | R$ | 200.000,00 |
| 247 | Imlci Lucas Ferreira | 4518 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Cocalzinho de Goiás | Cocalzinho de Goiás | | 36.985.463/0001-05 | GO | COCALZINHO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cocalzinho de Goiás | R$ | 200.000,00 |
| 248 | Jader Fontenelle Barbalho | 1400 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Curuá | | | 01.613.319/0001-55 | PA | CURUA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 500.000,00 |
| 249 | Jader Fontenelle Barbalho | 1403 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Garrafa. | | | 04.876.397/0001-30 | PA | GURUPA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 500.000,00 |
| 250 | Jader Fontenelle Barbalho | 1409 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Salvaterra | | | 04.888.517/0001-10 | PA | SALVATERRA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 600.000,00 |
| 251 | Jader Fontenelle Barbalho | 1412 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Santarém Novo | | | 05.149.182/0001-80 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ | 500.000,00 |
| 252 | Jader Fontenelle Barbalho | 1398 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari. | | | 04.884.482/0001-40 | PA | CACHOEIRA DO ARARI | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 500.000,00 |
| 253 | Jader Fontenelle Barbalho | 1407 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Rondon do Pará. | | | 04.780.953/0001-70 | PA | RONDON DO PARA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 500.000,00 |
| 254 | Jader Fontenelle Barbalho | 1406 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Paragominas | | | 05.193.057/0001-78 | PA | PARAGOMINAS | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ | 402.436,00 |
| 255 | Jader Fontenelle Barbalho | 1404 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Maracanã | | | 04.880.258/0001-80 | PA | MARACANA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 500.000,00 |
| 256 | Jader Fontenelle Barbalho | 4668 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Novo Progresso | | | 10.221.786/0001-20 | PA | NOVO PROGRESSO | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ | 600.000,00 |
| 257 | Jader Fontenelle Barbalho | 1397 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Anapu. | | | 01.613.194/0001-63 | PA | ANAPU | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 350.000,00 |
| 258 | Jaime Maximino Bagattoli | 2939 | 60120002 | 4272 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA | | | 01.266.058/0001-44 | RO | BURITIS | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS | R$ | 590.000,00 |
| 259 | Jaime Maximino Bagattoli | 2940 | 60120002 | 4272 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA | | | 04.104.816/0001-16 | RO | ARIQUEMES | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS | R$ | 210.974,00 |
| 260 | Jaime Maximino Bagattoli | 2937 | 60120002 | 4272 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA | | | 04.092.706/0001-81 | RO | VILHENA | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS | R$ | 590.000,00 |
| 261 | Jaime Maximino Bagattoli | 2942 | 60120002 | 4272 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA | | | 15.834.732/0001-54 | RO | ALTA FLORESTA DOESTE | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS | R$ | 590.000,00 |
| 262 | Jaques Wagner | 3406 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Itaguaçu da Bahia | | | 16.445.843/0001-31 | BA | ITAGUACU DA BAHIA | 4 | 40 | Execução de obras e serviços de engenharia em estradas vicinais | R$ | 1.500.000,00 |
| 263 | Jaques Wagner | 3845 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Nordestina | | | 13.347.539/0001-63 | BA | NORDESTINA | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ | 447.676,00 |
| 264 | Jaques Wagner | 3413 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Igaporã | | | 13.811.484/0001-09 | BA | IGAPORA | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ | 700.000,00 |
| 265 | Jaques Wagner | 4129 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Caetité | | | 13.811.476/0001-54 | BA | CAETITE | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ | 500.000,00 |
| 266 | Jaques Wagner | 3409 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ituaçu | | | 14.106.280/0001-21 | BA | ITUACU | 4 | 40 | Execução de obras ou serviços de engenharia em estrada vicinais | R$ | 800.000,00 |
| 267 | Jaques Wagner | 3416 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Itaju do Colônia | | | 14.147.920/0001-41 | BA | ITAJU DO COLONIA | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ | 700.000,00 |
| 268 | Jaques Wagner | 3424 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Tanhaçu | | | 13.676.309/0001-48 | BA | TANHACU | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem. | R$ | 800.000,00 |
| 269 | Jayme Verissimo de Campos | 2753 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Colniza | | | 04.213.687/0001-02 | MT | COLNIZA | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ | 600.000,00 |
| 270 | Jayme Verissimo de Campos | 2755 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Boa Esperança do Norte | | | 58.673.892/0001-71 | MT | BOA ESPERANCA DO NORTE | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ | 450.000,00 |
| 271 | Jayme Verissimo de Campos | 4994 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS | | 00.396.895/0001-25 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas. | R$ | 1.300.000,00 |
| 272 | Jayme Verissimo de Campos | 2756 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Porto Alegre do Norte | | | 03.238.672/0001-28 | MT | PORTO ALEGRE DO NORTE | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ | 1.602.000,00 |
| 273 | Jayme Verissimo de Campos | 2752 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Colniza | | | 04.213.687/0001-02 | MT | COLNIZA | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ | 600.000,00 |
| 274 | Jayme Verissimo de Campos | 2754 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Serra Nova Dourada | | | 04.204.945/0001-86 | MT | SERRA NOVA DOURADA | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ | 400.436,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 275 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4533 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 276 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4539 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO - CNPJ 01.493.998/0001-76 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAMPOS VERDES | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 277 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4541 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 278 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4545 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO - CNPJ 00.078.790/0001-28 | | 00.396.895/0001-25 | GO | DOVERLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 279 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4534 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ | 544.503,00 |
| 280 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4543 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 281 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4530 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0001-25 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 282 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4540 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO - CNPJ 01.168.145/0001-69 | | 00.396.895/0001-25 | GO | PIRANHAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 283 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4537 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE INDIARA - GO - CNPJ 00.005.959/0001-10 | | 00.396.895/0001-25 | GO | INDIARA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 284 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4536 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE MONTE CLARO DE GOIAS - CNPJ 01.126341/0001-70 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MONTE ALEGRE DE GOIAS | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 293.194,00 |
| 285 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4532 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE VALPRAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.555,00 |
| 286 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4544 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO - CNPJ 01.915.313/0001-32 | | 00.396.895/0001-25 | GO | FAZENDA NOVA | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ | 544.503,00 |
| 287 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4535 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 288 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4538 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO - CNPJ 01.135.227/0001-07 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MOZARLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 289 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4529 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0068-32 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 290 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4542 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 291 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4531 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO CNPJ 01.300.094/0001-87 | | 00.396.895/0001-25 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 301.571,00 |
| 292 | Jorge Seif Júnior | 3041 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Passos Maia | | | 95.993.085/0001-62 | SC | PASSOS MAIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 264.000,00 |
| 293 | Jorge Seif Júnior | 4907 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Brunópolis | | | 01.613.853/0001-61 | SC | BRUNOPOLIS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 294 | Jorge Seif Júnior | 4905 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Bom Jesus | | | 01.551.148/0001-87 | SC | BOM JESUS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 295 | Jorge Seif Júnior | 4913 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São José do Cedro | | | 83.026.781/0001-10 | SC | SAO JOSE DO CEDRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 296 | Jorge Seif Júnior | 4910 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Meleiro | | | 82.837.741/0001-96 | SC | MELEIRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 297 | Jorge Seif Júnior | 4914 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Abelardo Luz | | | 83.009.886/0001-61 | SC | ABELARDO LUZ | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 298 | Jorge Seif Júnior | 4908 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 264.000,00 |
| 299 | Jorge Seif Júnior | 3060 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Arroio Trinta | | | 82.826.462/0001-27 | SC | ARROIO TRINTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 300 | Jorge Seif Júnior | 4912 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São Bernardino | | | 01.612.812/0001-50 | SC | SAO BERNARDINO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 301 | Jorge Seif Júnior | 4911 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Saudades | | | 83.021.881/0001-54 | SC | SAUDADES | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 302 | Jorge Seif Júnior | 4916 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Águas de Chapecó | | | 82.804.212/0001-96 | SC | AGUAS DE CHAPECO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 254.000,00 |
| 303 | Jorge Seif Júnior | 4909 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Cacambu do Sul | | | 83.021.816/0001-29 | SC | CAXAMBU DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 304 | José da Cruz Marinho | 247 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ | SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ | TUCUMÃ | 04.362.024/0001-41 | PA | TUCUMA | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ | 250.000,00 |
| 305 | José da Cruz Marinho | 1804 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE BONITO | MUNICÍPIO DE BONITO | MUNICÍPIO DE BONITO | 05.149.083/0001-07 | PA | BONITO | 4 | 40 | Recuperação de estradas vicinais | R$ | 400.000,00 |
| 306 | José da Cruz Marinho | 244 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS | SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS | PARAUAPEBAS | 22.937.932/0001-06 | PA | PARAUAPEBAS | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ | 250.000,00 |
| 307 | José da Cruz Marinho | 241 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA | MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA | MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA | 05.077.102/0001-29 | PA | ITUPIRANGA | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTE | R$ | 1.000.000,00 |
| 308 | José da Cruz Marinho | 248 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE CURUÇÁ | MUNICÍPIO DE CURUÇÁ | MUNICÍPIO DE CURUÇÁ | 05.171.939/0001-32 | PA | CURUCA | 3 | 40 | MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ | 1.702.436,00 |
| 309 | José da Cruz Marinho | 1805 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ | MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ | MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ | 05.183.827/0001-00 | PA | PORTO DE MOZ | 4 | 40 | Recuperação de estradas vicinais | R$ | 780.974,00 |
| 310 | José da Cruz Marinho | 4657 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ | Santarém Novo | 22.064.816/0001-11 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 50 | Aquisição de trator com implementos agrícolas | R$ | 250.000,00 |
| 311 | José da Cruz Marinho | 243 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL ALTAMIRA | SINDICATO RURAL ALTAMIRA | ALTAMIRA | 05.004.510/0001-50 | PA | ALTAMIRA | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ | 250.000,00 |
| 312 | José da Cruz Marinho | 246 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL DE XINGUARA | SINDICATO RURAL DE XINGUARA | XINGUARA | 10.248.086/0001-20 | PA | XINGUARA | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ | 250.000,00 |
| 313 | José da Cruz Marinho | 245 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL REDENÇÃO | SINDICATO RURAL REDENÇÃO | REDENÇÃO | 10.248.052/0001-35 | PA | REDENCAO | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ | 250.000,00 |
| 314 | José da Cruz Marinho | 242 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL DE MARABÁ | SINDICATO RURAL DE MARABÁ | MARABÁ | 29.830.688/0001-19 | PA | MARABA | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ | 750.000,00 |
| 315 | José da Cruz Marinho | 1801 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI | MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI | MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI | 05.191.333/0001-69 | PA | IGARAPE-MIRI | 4 | 40 | Recuperação de estradas vicinais | R$ | 800.000,00 |
| 316 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2370 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MARECHAL DEODORO -AL | MARECHAL DEODORO -AL | MARECHAL DEODORO -AL | 12.200.275/0001-58 | AL | MARÉCHAL DEODORO | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 750.000,00 |
| 317 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2369 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL | SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL | SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL | 12.342.671/0001-10 | AL | SAO LUIS DO QUITUNDE | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 600.000,00 |
| 318 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2364 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MESSIAS - AL | MUNICIPIO DE MESSIAS - AL | MUNICIPIO DE MESSIAS - AL | 12.200.283/0001-02 | AL | MESSIAS | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 600.000,00 |
| 319 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2368 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | NOVO LINO- AL | NOVO LINO- AL | NOVO LINO- AL | 12.248.878/0001-20 | AL | NOVO LINO | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 320 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2319 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL | MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL | MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL | 12.342.663/0001-73 | AL | MATRIZ DE CAMARAGIBE | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 600.000,00 |
| 321 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2314 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MURICI - AL | MUNICIPIO DE MURICI - AL | MUNICIPIO DE MURICI - AL | 12.332.953/0001-36 | AL | MURICI | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 1.250.000,00 |
| 322 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2760 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL | MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL | MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL | 35.634.435/0001-72 | AL | PARICONHA | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 652.436,00 |
| 323 | José Roberto Oliveira Faro | 4721 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Baião | Baião | 00.396.895/0001-25 | PA | BAIAO | 4 | 90 | Aquisição de duas retroescavadeiras. Modelo JCB 3CX. | R$ | 680.000,00 |
| 324 | José Roberto Oliveira Faro | 2373 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará | Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará | Concórdia do Pará | 14.145.791/0001-52 | PA | CONCORDIA DO PARA | 4 | 40 | Execução de obras de estradas vicinais. | R$ | 495.240,00 |
| 325 | José Roberto Oliveira Faro | 4723 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Dom Eliseu | Dom Eliseu | 00.396.895/0001-25 | PA | DOM ELISEU | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola. Modelo XCMG/XT804-5EBR. | R$ | 272.436,00 |
| 326 | José Roberto Oliveira Faro | 1213 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará | Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará | Goianésia do Pará | 83.211.433/0001-13 | PA | GOIANESIA DO PARA | 4 | 40 | Execução de obras de estradas vicinais. | R$ | 2.000.000,00 |
| 327 | José Roberto Oliveira Faro | 1215 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Brasil Novo | Prefeitura Municipal de Brasil Novo | Brasil Novo | 34.887.950/0001-00 | PA | BRASIL NOVO | 4 | 40 | Execução de obras de estradas vicinais. | R$ | 2.000.000,00 |
| 328 | Laércio José de Oliveira | 4044 | 60120002 | 4274 | 22000 | 22101 | 202V | SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO E DA PESCA | | | 34.841.271/0001-91 | SE | ARACAJU | 4 | 30 | - Aquisição de equipamentos. | R$ | 1.980.974,00 |
| 329 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 4995 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Associação Rurais dos Produtores do Rural Vale Verde - APROVALE | | 18.456.504/0001-86 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 400.000,00 |
| 330 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5063 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Associação de moradores e agricultores familiares do assentamento 10 de junho - AMAFAJ | | 48.908.806/0001-09 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 300.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 331 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 4999 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO | | 03.720.020/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 400.000,00 |
| 332 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5112 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | CENTRO DE PESQUISA AGROPECUARIA DOS CERRADOS DF 00.348.003/0039-93 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa Cerrados - DF | R$ | 810.000,00 |
| 333 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5117 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Associação de Agricultura Ecológica - AGE | | 26.447.771/0001-15 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 500.000,00 |
| 334 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5113 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – SFA/DF | | 00.396.895/0075-61 | DF | BRASILIA | 3 | 90 | Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 512.436,00 |
| 335 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 4998 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO | | 03.720.020/0001-25 | DF | BRASILIA | 3 | 50 | Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 200.000,00 |
| 336 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5116 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LARGA - APROFAL | | 11.586.539/0001-90 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 200.000,00 |
| 337 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5041 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina - COOTAQUARA | | 04.363.876/0001-53 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 550.000,00 |
| 338 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5115 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – SFA/DF | | 00.396.895/0075-61 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ | 1.080.000,00 |
| 339 | Luis Carlos Heinze | 927 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Jari | Jari | | 01.609.402/0001-50 | RS | JARI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 300.005,00 |
| 340 | Luis Carlos Heinze | 934 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Toropi | Toropi | | 01.539.271/0001-82 | RS | TOROPI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 300.003,00 |
| 341 | Luis Carlos Heinze | 918 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Bossoroca | Bossoroca | | 87.613.014/0001-69 | RS | BOSSOROCA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 330.953,00 |
| 342 | Luis Carlos Heinze | 931 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | São Pedro do Sul | São Pedro do Sul | | 87.489.910/0001-68 | RS | SAO PEDRO DO SUL | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 300.004,00 |
| 343 | Luis Carlos Heinze | 922 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Dilermando de Aguiar | Dilermando de Aguiar | | 01.609.404/0001-40 | RS | DILERMANDO DE AGUIAR | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 300.006,00 |
| 344 | Luis Carlos Heinze | 937 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Tramandaí | Tramandaí | | 88.771.001/0001-80 | RS | TRAMANDAI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 200.001,00 |
| 345 | Luis Carlos Heinze | 925 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Itacurubi | Itacurubi | | 91.573.048/0001-44 | RS | ITACURUBI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ | 250.002,00 |
| 346 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 1358 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE PORANGA | MUNICIPIO DE PORANGA | | 07.438.187/0001-59 | CE | PORANGA | 4 | 40 | Construção , Reforma ou Modernização de Mercado Municipal | R$ | 1.645.124,00 |
| 347 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4732 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 202V | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | TABULEIRO DO NORTE | 05.492.601/0001-82 | CE | TABULEIRO DO NORTE | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ | 135.850,00 |
| 348 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4717 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 202V | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | RUSSAS | 34.426.656/0001-92 | CE | RUSSAS | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ | 200.000,00 |
| 349 | Luiz Cantuária Barreto | 2719 | 60120002 | 4079 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Santana - AP | Prefeitura Municipal de Santana - AP | | 23.066.640/0001-06 | AP | SANTANA | 4 | 40 | Construção de duas feiras livres no município de Santana/AP | R$ | 4.952.436,00 |
| 350 | Magno Pereira Malta | 1783 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Viana/ES | | | 27.165.547/0001-01 | ES | VIANA | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ | 301.000,00 |
| 351 | Magno Pereira Malta | 1782 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Apiacá/ES | | | 27.165.604/0001-44 | ES | APIACA | 4 | 40 | Aquisição de equipamentos agrícolas. | R$ | 301.000,00 |
| 352 | Magno Pereira Malta | 1784 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Mimoso do Sul/ES | | | 27.174.119/0001-37 | ES | MIMOSO DO SUL | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ | 301.000,00 |
| 353 | Magno Pereira Malta | 2001 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ibitirama/ES | | | 31.726.490/0001-31 | ES | IBITIRAMA | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ | 301.000,00 |
| 354 | Magno Pereira Malta | 2000 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Barra de Afonso Cláudio/ES | | | 27.165.562/0001-41 | ES | AFONSO CLAUDIO | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ | 301.000,00 |
| 355 | Magno Pereira Malta | 2002 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Presidente Kennedy/ES | | | 27.165.703/0001-26 | ES | PRESIDENTE KENNEDY | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ | 301.000,00 |
| 356 | Magno Pereira Malta | 4806 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Alto Rio Novo/ES CNPJ: 31.796.659/0001-20 | Alto Rio Novo/ES | 00.396.895/0001-25 | ES | ALTO RIO NOVO | 4 | 90 | Trator agrícola LOVOL TB754 CABINADO | R$ | 174.974,00 |
| 357 | Mara Cristina Gabrilli | 3563 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES | 45.116.712/0001-09 | SP | SAO JOAO DAS DUAS PONTES | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas | R$ | 500.000,00 |
| 358 | Mara Cristina Gabrilli | 3078 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA | CAFELÂNDIA | CAFELÂNDIA | 46.186.375/0001-99 | SP | CAFELANDIA | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 359 | Mara Cristina Gabrilli | 3611 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS | PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS | PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS | 46.156.477/0001-61 | SP | COROADOS | 4 | 40 | Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas | R$ | 500.000,00 |
| 360 | Mara Cristina Gabrilli | 3557 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA | 65.712.002/0001-59 | SP | ASPASIA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas | R$ | 452.436,00 |
| 361 | Mara Cristina Gabrilli | 3554 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS | PREFEITURA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS | PREFEITURA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS | 65.712.069/0001-93 | SP | MESOPOLIS | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas | R$ | 500.000,00 |
| 362 | Mara Cristina Gabrilli | 3606 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO | PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO | PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO | 44.558.856/0001-52 | SP | PROMISSAO | 4 | 40 | Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas | R$ | 500.000,00 |
| 363 | Mara Cristina Gabrilli | 3571 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ | 46.189.726/0001-15 | SP | ITAPUI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas | R$ | 500.000,00 |
| 364 | Mara Cristina Gabrilli | 3548 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS | PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS | PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS | 46.601.944/0001-15 | SP | TRES FRONTEIRAS | 4 | 40 | Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas | R$ | 500.000,00 |
| 365 | Mara Cristina Gabrilli | 3631 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA | 45.138.088/0001-40 | SP | SANTANA DA PONTE PENSA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas | R$ | 500.000,00 |
| 366 | Mara Cristina Gabrilli | 3613 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU | PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU | PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU | 46.634.101/0001-15 | SP | BOTUCATU | 3 | 40 | Custeio | R$ | 500.000,00 |
| 367 | Marcelo Costa e Castro | 3084 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Bela Vista do Piauí | | | 01.612.558/0001-90 | PI | BELA VISTA DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 1.000.000,00 |
| 368 | Marcelo Costa e Castro | 718 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí | | | 06.554.166/0001-36 | PI | RIO GRANDE DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 400.000,00 |
| 369 | Marcelo Costa e Castro | 619 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí | | | 01.612.583/0001-74 | PI | LAGOA DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 600.000,00 |
| 370 | Marcelo Costa e Castro | 3083 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Brejo do Piauí | | | 01.612.567/0001-81 | PI | BREJO DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 1.000.000,00 |
| 371 | Marcelo Costa e Castro | 268 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de José de Freitas | | | 06.554.786/0001-75 | PI | JOSE DE FREITAS | 4 | 40 | Construção de uma agroindústria | R$ | 800.000,00 |
| 372 | Marcelo Costa e Castro | 612 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Corrente | | | 06.554.257/0001-71 | PI | CORRENTE | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 1.200.000,00 |
| 373 | Marcelo Costa e Castro | 3088 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu | | | 06.553.630/0001-70 | PI | ANISIO DE ABREU | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 1.500.000,00 |
| 374 | Marcelo Costa e Castro | 3093 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Várzea Branca | | | 41.522.103/0001-07 | PI | VARZEA BRANCA | 4 | 40 | Construção e estrada vicinal | R$ | 1.500.000,00 |
| 375 | Marcelo Costa e Castro | 3086 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Itainópolis | | | 06.553.754/0001-55 | PI | ITAINOPOLIS | 4 | 40 | Construção de uma passagem molhada. | R$ | 1.000.000,00 |
| 376 | Marcelo Costa e Castro | 3068 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes | | | 06.554.455/0001-35 | PI | BURITI DOS LOPES | 4 | 40 | Adequação de estradas vicinais | R$ | 800.000,00 |
| 377 | Marcelo Costa e Castro | 1946 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária (SADA/PI) | Corrente - PI | | 49.498.865/0001-19 | PI | TERESINA | 4 | 30 | Construção de um parque de exposições | R$ | 1.000.000,00 |
| 378 | Marcelo Costa e Castro | 727 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Uruçuí | | | 06.985.832/0001-90 | PI | URUCUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ | 1.000.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 379 | Márcio Miguel Bittar | 1489 | 60120002 | 4078 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE FEIJO | MUNICIPIO DE FEIJO | | 04.005.179/0001-20 | AC | FEIJO | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e equipamentos agrícolas. | R$ 1.980.974,00 |
| 380 | Marcos Cesar Pontes | 2034 | 60120002 | 4265 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP | 67.160.507/0001-83 | SP | VARGEM | 4 | 40 | EQUIPAMENTOSI NFRAESTRUTURA | R$ 610.974,00 |
| 381 | Marcos Cesar Pontes | 2032 | 60120002 | 4265 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP | 56.024.581/0001-56 | SP | RIBEIRAO PRETO | 4 | 40 | EQUIPAMENTOS | R$ 625.000,00 |
| 382 | Marcos Cesar Pontes | 2029 | 60120002 | 4265 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP | 45.116.092/0001-08 | SP | MERIDIANO | 4 | 40 | EQUIPAMENTOS | R$ 300.000,00 |
| 383 | Marcos Cesar Pontes | 2036 | 60120002 | 4265 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP | 46.137.410/0001-80 | SP | BAURU | 4 | 40 | EQUIPAMENTOS | R$ 445.000,00 |
| 384 | Marcos Ribeiro do Val | 3748 | 60120002 | 9204 | 22000 | 22101 | 202V | MIMOSO DO SUL | | | 27.174.119/0001-37 | ES | MIMOSO DO SUL | 4 | 40 | 1 RETROESCAVADEI RA | R$ 400.000,00 |
| 385 | Marcos Ribeiro do Val | 3759 | 60120002 | 9204 | 22000 | 22101 | 202V | MARILÂNDIA | | | 27.744.176/0001-04 | ES | MARILANDIA | 4 | 40 | 1 RETROESCAVADEI RA | R$ 400.000,00 |
| 386 | Marcos Rogério da Silva Brito | 3209 | 60120002 | 9224 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Ji-Paraná | | | 04.092.672/0001-25 | RO | JI-PARANA | 4 | 40 | obra | R$ 1.980.974,00 |
| 387 | Maria Auxiliadora Seabra Rezende | 3470 | 60120002 | 4275 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS | SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS | | 00.766.733/0001-31 | TO | SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS | 4 | 40 | ESTRADAS VICINAIS | R$ 1.500.000,00 |
| 388 | Maria Auxiliadora Seabra Rezende | 2446 | 60120002 | 4275 | 22000 | 22101 | 202V | PORTO NACIONAL | PORTO NACIONAL | | 00.299.198/0001-56 | TO | PORTO NACIONAL | 4 | 40 | ESTRADAS VICINAIS | R$ 5.404.872,00 |
| 389 | Maria Auxiliadora Seabra Rezende | 2445 | 60120002 | 4275 | 22000 | 22101 | 202V | ANANÁS | ANANÁS | | 00.237.362/0001-09 | TO | ANANAS | 4 | 40 | ESTRADAS VICINAIS | R$ 3.000.000,00 |
| 390 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2722 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Cupira | | | 10.191.799/0001-02 | PE | CUPIRA | 4 | 40 | Construção de Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 391 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2718 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São João | | | 10.146.371/0001-30 | PE | SAO JOAO | 4 | 40 | Aquisição de retroescavadeira e caminhão basculante | R$ 1.052.436,00 |
| 392 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2723 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Macaparana | | | 11.361.888/0001-04 | PE | MACAPARANA | 4 | 40 | Serviço de Terraplanagem e cascalhamento | R$ 1.000.000,00 |
| 393 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2724 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Granito | | | 11.040.888/0001-02 | PE | GRANITO | 4 | 40 | Recuperação de estradas e recuperação de barragens | R$ 950.000,00 |
| 394 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2726 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Buenos Aires | | | 10.165.165/0001-77 | PE | BUENOS AIRES | 4 | 40 | Projeto de Adequação e reforma de estradas vicinais | R$ 495.240,00 |
| 395 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2725 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Granito | | | 11.040.888/0001-02 | PE | GRANITO | 4 | 40 | Recuperação e manutenção de Barragens | R$ 950.000,00 |
| 396 | Nelson Trad Filho | 5016 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Aparecida do Taboado | | 03.563.335/0001-06 | MS | APARECIDA DO TABOADO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 397 | Nelson Trad Filho | 5019 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Nova Alvorada do Sul | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 398 | Nelson Trad Filho | 5070 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Rochedo | | 03.501.566/0001-95 | MS | ROCHEDO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| 399 | Nelson Trad Filho | 5043 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Bandeirantes | | 03.501.491/0001-42 | MS | BANDEIRANTES | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário | R$ 204.353,00 |
| 400 | Nelson Trad Filho | 3112 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | Governo do Estado | Festival Internacional da Carne | | 15.412.257/0001-28 | MS | CAMPO GRANDE | 3 | 30 | Fomento ao Setor Agropecuário - Festival Internacional da Carne | R$ 400.000,00 |
| 401 | Nelson Trad Filho | 5071 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Taquarussu | | 03.923.703/0001-80 | MS | TAQUARUSSU | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| 402 | Nelson Trad Filho | 5065 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Coronel Sapucaia | | 01.988.914/0001-75 | MS | CORONEL SAPUCAIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ 436.126,00 |
| 403 | Nelson Trad Filho | 3161 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ponta Porã | Ponta Agrotec | | 03.434.792/0001-09 | MS | PONTA PORA | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 400.000,00 |
| 404 | Nelson Trad Filho | 5066 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Jateí | | 03.783.859/0001-02 | MS | JATEI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| 405 | Nelson Trad Filho | 5018 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Ivinhema | | 03.575.875/0001-06 | MS | IVINHEMA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 406 | Nelson Trad Filho | 5069 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Rio Negro | | 03.501.558/0001-49 | MS | RIO NEGRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| 407 | Nelson Trad Filho | 5067 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Nioaque | | 03.073.699/0001-08 | MS | NIOAQUE | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| 408 | Nelson Trad Filho | 5021 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Costa Rica | | 15.389.596/0001-30 | MS | COSTA RICA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| 409 | Nelson Trad Filho | 5004 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Amambai | | 03.568.433/0001-36 | MS | AMAMBAI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 410 | Nelson Trad Filho | 5064 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Corguinho | | 03.501.525/0001-07 | MS | CORGUINHO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira | R$ 293.194,00 |
| 411 | Nelson Trad Filho | 5017 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Douradina | | 15.479.751/0001-00 | MS | DOURADINA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 412 | Nelson Trad Filho | 5038 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Terenos | | 03.501.582/0001-88 | MS | TERENOS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 413 | Nelson Trad Filho | 3157 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Mundo Novo | População | | 03.741.683/0001-26 | MS | MUNDO NOVO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Ponte (concluído) | R$ 300.000,00 |
| 414 | Nelson Trad Filho | 5015 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 03396850001-25 | PM de Antônio João | | 03.567.930/0001-10 | MS | ANTONIO JOAO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 415 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 3331 | 60120002 | 3795 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Salinas da Margarida/BA | Município de Salinas da Margarida/BA | SALINAS DA MARGARIDA/BA | 13.743.281/0001-14 | BA | SALINAS DA MARGARIDA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 416 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 3325 | 60120002 | 3795 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ibitiara/BA | Município de Ibitiara/BA | IBITIARA/BA | 13.781.828/0001-76 | BA | IBITIARA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 417 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 3321 | 60120002 | 3795 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Jeremoabo-BA | Município de Jeremoabo-BA | JEREMOABO/BA | 13.809.041/0001-75 | BA | JEREMOABO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais. | R$ 1.952.436,00 |
| 418 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 3334 | 60120002 | 3795 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ipecaetá/BA | Município de Ipecaetá/BA | IPECAETÁ/BA | 13.621.735/0001-84 | BA | IPECAETA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 419 | Paulo Renato Paim | 383 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Canguçu | | | 88.861.430/0001-49 | RS | CANGUCU | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 351.436,00 |
| 420 | Paulo Renato Paim | 374 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Porto Lucena | | | 87.613.659/0001-00 | RS | PORTO LUCENA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 421 | Paulo Renato Paim | 375 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Rondinha | | | 87.712.212/0001-80 | RS | RONDINHA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 422 | Paulo Renato Paim | 379 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Bozano | | | 04.216.419/0001-36 | RS | BOZANO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 423 | Paulo Renato Paim | 382 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Toropen | | | 01.539.271/0001-82 | RS | TOROPI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 424 | Paulo Renato Paim | 387 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Tapera | | | 87.613.493/0001-13 | RS | TAPERA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 425 | Paulo Renato Paim | 377 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Ivoti | | | 88.254.909/0001-17 | RS | IVOTI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 426 | Paulo Renato Paim | 384 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Encruzilhada do Sul | | | 89.363.642/0001-69 | RS | ENCRUZILHADA DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 351.000,00 |
| 427 | Paulo Renato Paim | 380 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Rolador | | | 04.203.896/0001-67 | RS | ROLADOR | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 428 | Paulo Renato Paim | 388 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Erebango | | | 92.453.828/0001-13 | RS | EREBANGO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 350.000,00 |
| 429 | Paulo Renato Paim | 376 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Carlos Barbosa | | | 88.587.183/0001-34 | RS | CARLOS BARBOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 430 | Paulo Renato Paim | 1637 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Terra de Areia | | | 90.256.660/0001-20 | RS | TERRA DE AREIA | 4 | 41 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 495.240,00 |
| 431 | Paulo Renato Paim | 385 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Lagoa Vermelha | | | 87.613.626/0001-51 | RS | LAGOA VERMELHA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 432 | Paulo Renato Paim | 389 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Passo do Sobrado | | | 94.577.616/0001-73 | RS | PASSO DO SOBRADO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 433 | Paulo Renato Paim | 386 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Mostardas | | | 88.000.922/0001-40 | RS | MOSTARDAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 434 | Paulo Renato Paim | 381 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Pedro Osório | | | 88.859.962/0001-41 | RS | PEDRO OSORIO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 435 | Paulo Renato Paim | 378 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Fagundes Varela | | | 91.566.893/0001-92 | RS | FAGUNDES VARELA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 436 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 3415 | 60120002 | 2919 | 22000 | 22101 | 202V | Governo do Estado do Amapá | Governo do Estado do Amapá | | 00.394.577/0001-25 | AP | MACAPA | 4 | 30 | Estradas Vicinais | R$ 4.952.436,00 |
| 437 | Roberta Leontina Xisto Acioly | 4778 | 60120002 | 4571 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ | MUNICÍPIO DE CANTÁ | | 01.612.682/0001-56 | RR | CANTA | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA | R$ 2.952.436,00 |
| 438 | Roberta Leontina Xisto Acioly | 4779 | 60120002 | 4571 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS | MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS | | 01.613.031/0001-80 | RR | RORAINOPOLIS | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA | R$ 2.000.000,00 |
| 439 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4078 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Perfeitura Municipal de Fronteira dos Vales | | | 18.404.954/0001-25 | MG | FRONTEIRA DOS VALES | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 440 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4088 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Perfeitura Municipal de Itamarandiba | | | 16.886.871/0001-94 | MG | ITAMARANDIBA | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 441 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4117 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Perfeitura Municipal de Pote | | | 18.404.970/0001-18 | MG | POTE | 4 | 40 | Equipamento | R$ 652.436,00 |
| 442 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4061 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Perfeitura Municipal de Aguanil | | | 17.888.108/0001-65 | MG | AGUANIL | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 443 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4099 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Perfeitura Municipal de Machacalis | | | 18.404.921/0001-85 | MG | MACHACALIS | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 444 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4067 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Perfeitura Municipal de Capetinga | | | 17.894.031/0001-36 | MG | CAPETINGA | 4 | 40 | Equipamento | R$ 400.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 445 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4113 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Muzambinho | | | 18.668.624/0001-47 | MG | MUZAMBINHO | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 500.000,00 |
| 446 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4669 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia | | | 18.301.028/0001-24 | MG | ESTRELA DO INDAIA | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 500.000,00 |
| 447 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4082 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Guarara | | | 17.723.172/0001-96 | MG | GUARARA | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 500.000,00 |
| 448 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4104 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Matias Cardoso | | | 25.209.115/0001-11 | MG | MATIAS CARDOSO | 4 | 40 | Equipamento | R$ | 400.000,00 |
| 449 | Rogério Carvalho Santos | 1416 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.106.935/0001-07 | SE | POCO VERDE | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 1.052.436,00 |
| 450 | Rogério Carvalho Santos | 1415 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.134.614/0001-08 | SE | CAMPO DO BRITO | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 1.000.000,00 |
| 451 | Rogério Carvalho Santos | 1414 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.113.287/0001-08 | SE | MONTE ALEGRE DE SERGIPE | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 1.150.000,00 |
| 452 | Rogério Carvalho Santos | 1641 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipa | | | 13.098.181/0001-82 | SE | ITABAIANINHA | 4 | 40 | Pavimentação | R$ | 495.240,00 |
| 453 | Rogério Carvalho Santos | 1413 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.115.381/0001-04 | SE | CANHOBA | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 600.000,00 |
| 454 | Rogério Carvalho Santos | 1410 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.100.995/0001-04 | SE | AREIA BRANCA | 4 | 40 | Obras de Fomento | R$ | 1.150.000,00 |
| 455 | Rogério Simonetti Marinho | 4684 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | TENENTE LAURENTINO CRUZ | | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ | 137.000,00 |
| 456 | Rogério Simonetti Marinho | 4679 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | MAJOR SALES | | | 01.612.383/0001-11 | RN | MAJOR SALES | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ | 301.571,00 |
| 457 | Rogério Simonetti Marinho | 4681 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | EXTREMOZ | | | 08.204.497/0001-71 | RN | EXTREMOZ | 4 | 90 | aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura | R$ | 501.571,00 |
| 458 | Rogério Simonetti Marinho | 4685 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | VERA CRUZ | | | 08.362.915/0001-59 | RN | VERA CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ | 137.000,00 |
| 459 | Rogério Simonetti Marinho | 4683 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO BENTO DO TRAIRI | | | 08.160.467/0001-00 | RN | SAO BENTO DO TRAIRI | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ | 137.000,00 |
| 460 | Rogério Simonetti Marinho | 4680 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO | | | 01.612.396/0001-90 | RN | SAO MIGUEL DO GOSTOSO | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ | 301.571,00 |
| 461 | Rogério Simonetti Marinho | 4678 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | ACARI | | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ | 301.571,00 |
| 462 | Rogério Simonetti Marinho | 4682 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | MARCELINO VIEIRA | | | 08.357.618/0001-15 | RN | MARCELINO VIEIRA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ | 137.000,00 |
| 463 | Sérgio de Oliveira Cunha | 4263 | 60120002 | 2914 | 22000 | 22101 | 202V | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDAD | | | 43.824.560/0001-73 | AC | RIO BRANCO | 3 | 50 | Fomentar o desenvolvimento agropecuário no Estado do Acre | R$ | 4.000.000,00 |
| 464 | Soraya Vieira Thronicke | 2290 | 60120002 | 4086 | 22000 | 22101 | 202V | Instituto do Desenvolvimento Social - IDS | Estado do Mato Grosso do Sul | | 01.832.903/0001-00 | RJ | MARICA | 3 | 50 | Apoio a projetos de capacitação e realização de eventos | R$ | 4.952.436,00 |
| 465 | Tereza Cristina Corrêa | 3532 | 60120002 | 4279 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul/MS | Nova Alvorada do Sul/MS | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 40 | Cobertura da Feira do Produtor | R$ | 530.974,00 |
| 466 | Tereza Cristina Corrêa | 3527 | 60120002 | 4279 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS | Iguatemi/MS | | 03.568.318/0001-61 | MS | IGUATEMI | 4 | 40 | Máquinas e Equipamentos | R$ | 350.000,00 |
| 467 | Tereza Cristina Corrêa | 3534 | 60120002 | 4279 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS | Paranaíba/MS | | 03.343.118/0001-00 | MS | PARANAIBA | 4 | 40 | Pontes e Aduelas | R$ | 1.100.000,00 |
| 468 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3669 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Cavalcante | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAVALCANTE | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ | 295.000,00 |
| 469 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3552 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Três Ranchos | | 00.396.895/0001-25 | GO | TRES RANCHOS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ | 295.000,00 |
| 470 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3674 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Amorinópolis | | 00.396.895/0001-25 | GO | AMORINOPOLIS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ | 295.000,00 |
| 471 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3553 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Guaraíta | | 00.396.895/0001-25 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ | 295.000,00 |
| 472 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3547 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Portelândia | | 00.396.895/0001-25 | GO | PORTELANDIA | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ | 295.000,00 |
| 473 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3676 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Montes Claros de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | MONTES CLAROS DE GOIAS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ | 295.000,00 |
| 474 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3671 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Teresina de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | TERESINA DE GOIAS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ | 295.000,00 |
| 475 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3668 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Alexânia | | 00.396.895/0001-25 | GO | ALEXANIA | 4 | 90 | Caminhão Basculante Trucado | R$ | 604.000,00 |
| 476 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3663 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Valparaíso de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ | 690.000,00 |
| 477 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3624 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Águas Lindas de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUAS LINDAS DE GOIAS | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ | 690.000,00 |
| 478 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3551 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Rianápolis | | 00.396.895/0001-25 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ | 295.000,00 |
| 479 | Vanderlan Vieira Cardoso | 4997 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ | 544.502,00 |
| 480 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4751 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Vista Serrana | | | 09.151.598/0001-94 | PB | VISTA SERRANA | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | R$ | 800.000,00 |
| 481 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4747 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Alcantil | | | 01.612.470/0001-79 | PB | ALCANTIL | 3 | 40 | Manutenção de Máquinas e Equipamentos Agrícolas | R$ | 300.000,00 |
| 482 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4594 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DOS CRIADORES DE CAPRINOS LEITEIROS | | | 09.307.596/0001-41 | PB | PRATA | 3 | 50 | Evento | R$ | 600.000,00 |
| 483 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4637 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São José dos Cordeiros | | | 08.873.226/0001-09 | PB | SAO JOSE DOS CORDEIROS | 3 | 40 | Evento | R$ | 500.000,00 |
| 484 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4641 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Prata | | | 09.074.113/0001-06 | PB | PRATA | 3 | 40 | Evento | R$ | 300.000,00 |
| 485 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4853 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São José de Caiana | | | 08.891.541/0001-69 | PB | SAO JOSE DE CAIANA | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | R$ | 400.000,00 |
| 486 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4754 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Pedra Lavrada | | | 08.740.466/0001-35 | PB | PEDRA LAVRADA | 3 | 40 | Evento | R$ | 200.000,00 |
| 487 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4639 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Alcantil | | | 01.612.470/0001-79 | PB | ALCANTIL | 3 | 40 | Evento | R$ | 200.000,00 |
| 488 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4613 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Barra de Santa Rosa | | | 08.993.925/0001-92 | PB | BARRA DE SANTA ROSA | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | R$ | 600.000,00 |
| 489 | Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4749 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Cabaceiras | | | 08.702.862/0001-78 | PB | CABACEIRAS | 3 | 40 | Evento | R$ | 352.436,00 |
| 490 | Wellington Antonio Fagundes | 5035 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Figueiropolis D Oeste - cnpj 01367762/0001-93 | | 00.396.895/0001-25 | MT | FIGUEIROPOLIS D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 491 | Wellington Antonio Fagundes | 5114 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministerio da Agricultura e Pecuaria | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | | 00.396.895/0001-25 | MT | SALTO DO CEU | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 492 | Wellington Antonio Fagundes | 5020 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Brasnorte - 01.375.138/0001-38 | | 00.396.895/0001-25 | MT | BRASNORTE | 4 | 90 | Aquisição trator | R$ | 134.555,00 |
| 493 | Wellington Antonio Fagundes | 5042 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Nova Lacerda - cnpj 01614519/0001-22 | | 00.396.895/0001-25 | MT | NOVA LACERDA | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 494 | Wellington Antonio Fagundes | 5030 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministerio da Agricultura e Pecuaria | Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - cnpj 37465408/000-49 | | 00.396.895/0001-25 | MT | LAMBARI D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 495 | Wellington Antonio Fagundes | 5025 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - cnpj 37464955/0001-00 | | 00.396.895/0001-25 | MT | GLORIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 496 | Wellington Antonio Fagundes | 5022 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Curvelândia - CNPJ 04217647/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CURVELANDIA | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.554,00 |
| 497 | Wellington Antonio Fagundes | 5024 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | | 00.396.895/0001-25 | MT | RESERVA DO CABACAL | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 498 | Wellington Antonio Fagundes | 5125 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21 | | 00.396.895/0001-25 | MT | VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 499 | Wellington Antonio Fagundes | 5047 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Campos de Julio - cnpj 01614516/0001-99 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CAMPOS DE JULIO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 500 | Wellington Antonio Fagundes | 5040 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste cnpj 04219688/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CONQUISTA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 501 | Wellington Antonio Fagundes | 5023 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu - CNPJ 15024011000189 | | 00.396.895/0001-25 | MT | RIO BRANCO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.554,00 |
| 502 | Wellington Antonio Fagundes | 5026 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - cnpj 03238904/0001-48 | | 00.396.895/0001-25 | MT | PORTO ESPERIDIAO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 503 | Wellington Antonio Fagundes | 5027 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Indiavai - cnpj 03239027/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | INDIAVAI | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 504 | Wellington Antonio Fagundes | 5036 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03214160/0001-21 | | 00.396.895/0001-25 | MT | VALE DE SAO DOMINGOS | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 505 | Weverton Rocha Marques de Sousa | 3456 | 60120002 | 4084 | 22000 | 22101 | 202V | Fernando Falcão | | | 01.612.667/0001-08 | MA | FERNANDO FALCAO | 4 | 40 | implantação de estradas vicinais | R$ | 4.952.436,00 |
| 506 | Wilder Pedro de Morais | 2682 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Turvelândia | | | 25.107.657/0001-83 | GO | TURVELANDIA | 4 | 40 | Modelização do Parque de Exposições Agropecuárias | R$ | 980.974,00 |
| 507 | Wilder Pedro de Morais | 4787 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA DE ANÁPOLIS | | | 01.067.479/0001-46 | GO | ANAPOLIS | 4 | 40 | MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ | 1.000.000,00 |
| 508 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1848 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO | PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO | | 08.349.094/0001-10 | RN | GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional | R$ | 1.000.055,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 509 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1864 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ | PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais | R$ 402.436,00 |
| 510 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3824 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO | | 08.088.247/0001-13 | RN | SANTANA DO SERIDO | 4 | 40 | COMPRA DE UMA PA CARREGADEIRA | R$ 330.055,00 |
| 511 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1846 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS | PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS | | 08.294.670/0001-70 | RN | CARNAUBAIS | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional | R$ 200.055,00 |
| 512 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3806 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA EQUADOR | PREFEITURA EQUADOR | | 08.086.225/0001-14 | RN | EQUADOR | 4 | 40 | IMPLEMENTOS AGRICOLAS | R$ 200.055,00 |
| 513 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1853 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS | PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS | | 08.153.462/0001-50 | RN | MARTINS | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais. | R$ 600.055,00 |
| 514 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1868 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL | | 08.355.463/0001-88 | RN | SAO MIGUEL | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais | R$ 479.055,00 |
| 515 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3874 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ | PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ | | 08.348.971/0001-39 | RN | MOSSORO | 4 | 40 | CÂMARA FRIGORIFICA | R$ 300.000,00 |
| 516 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3819 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI | PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 40 | IMPLMENTOS AGRICOLAS | R$ 299.835,00 |
| 517 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3805 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU | PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU | | 08.349.078/0001-28 | RN | PATU | 4 | 40 | IMPLEMENTOS AGRICOLAS | R$ 200.055,00 |
| 518 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1854 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ | PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ | | 08.144.784/0001-33 | RN | NOVA CRUZ | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais. | R$ 340.670,00 |
| 519 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3822 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA | | 04.214.217/0001-55 | RN | JUNDIA | 4 | 40 | VEICULO | R$ 400.055,00 |
| 520 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 2599 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL | PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL | | 08.158.669/0001-18 | RN | CORONEL EZEQUIEL | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional | R$ 200.055,00 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | R$ 316.674.767,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Anexo III: indicações retiradas pelos autores (rejeitadas)**

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado | Expediente |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Alessandro Vieira | 5191 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Civil Consorcio de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local - Consad da Microregião Sergipana do Sertão do São Francisco | Feira Nova | 07.152.518/0001-90 | SE | FEIRA NOVA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 | Ofício 052/2026/GSAVIEIR - SF26614357 1019 |
| Antônio Mecias Pereira de Jesus | 1506 | 60120002 | 4093 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS | MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS | | 01.613.031/0001-80 | RR | RORAINOPOLIS | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA | R$ 2.000.000,00 | |
| Antônio Mecias Pereira de Jesus | 279 | 60120002 | 4093 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ | MUNICÍPIO DE CANTÁ | | 01.612.682/0001-56 | RR | CANTA | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA | R$ 2.952.436,00 | |
| Carlos Francisco Portinho | 4664 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ 157.974,00 | Ofício 64-2026/GSPORT _SF/26820.40894-22 |
| Izalci Lucas Ferreira | 4513 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Água Fria de Goiás | Água Fria de Goiás | | 25.141.292/0001-03 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Água Fria de Goiás | R$ 200.000,00 | Ofício nº 07/2025 - GSIZALCI-LEG - SF/26630.96975-56 |
| Jayme Veríssimo de Campos | 4951 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS | | 00.396.895/0011-05 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas. | R$ 1.300.000,00 | Ofício 44/2016 - GSJAYM-AU SF26479.80512-54 |
| Jorge Seif Júnior | 4906 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 264.000,00 | Ofício 13/2026-ORC/GSJSEJF _ SF 26105.07009-35 |
| Jorge Seif Júnior | 4915 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Passos Maia | | | 00.396.895/0001-25 | SC | PASSOS MAIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 254.000,00 | Ofício 13/2026-ORC/GSJSEJF _ SF 26105.07009-35 |
| José da Cruz Marinho | 4511 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE BUJARU | MUNICÍPIO DE BUJARU | MUNICÍPIO DE BUJARU | 05.196.563/0001-10 | PA | BUJARU | 4 | 40 | MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ 1.702.436,00 | Ofício 163/2026/ORC/GSZ MARIN/SF - SF/26481.82959-22 |
| Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4750 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Santa Inês | | | 01.612.693/0001-36 | PB | SANTA INES | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | R$ 400.000,00 | Ofício 16/2026 – GSVENEZI - SF/26769.01263-12 |
| Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4752 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Junco do Seridó | | | 09.084.054/0001-57 | PB | JUNCO DO SERIDO | 3 | 40 | Evento | R$ 500.000,00 | Ofício 16/2026 – GSVENEZI - SF/26769.01263-12 |
| Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4753 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Tenório | | | 01.612.649/0001-26 | PB | TENORIO | 3 | 40 | Evento | R$ 200.000,00 | Ofício 16/2026 – GSVENEZI - SF/26769.01263-12 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5124 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21 | | 00.396.895/0001-25 | MT | VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 | Ofício 159/2026/GSWFAGUN - SF 26737.87043-73 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5123 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21 | | 00.396.895/0001-25 | MT | VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 | Ofício 159/2026/GSWFAGUN - SF 26737.87043-73 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5029 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministerio da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Lambari DOeste - cnpj 37465408/000-49 | | 00.396.895/0001-25 | MT | LAMBARI DOESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 | Ofício 159/2026/GSWFAGUN - SF 26737.87043-73 |
| Wellington Antonio Fagundes | 5014 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Brasnorte | | 01.375.138/0001-38 | MT | BRASNORTE | 4 | 40 | Aquisição de equipamento (trator) | R$ 134.544.970,00 | Ofício 159/2026/GSWFAGUN - SF 26737.87043-73 |
| Wilder Pedro de Morais | 4638 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura de Anápolis | | | 01.067.479/0001-46 | GO | ANAPOLIS | 4 | 40 | Manutenção e recuperação de estradas vicinais no município | R$ 707.403,00 | OFORC 077/2026 - OR - GSWM - SF/26759.28690-00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2467031336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e treze minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Eliziane Gama, Jussara Lima, Tereza Cristina, e dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Weverton, Alan Rick, e Hamilton Mourão; e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Eduardo Girão e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: 1-Nota Pública nº 9, de 2026, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), para alertar sobre a preocupação com iniciativas que visam fragilizar ou acabar com Comissões de Soluções Fundiárias, cuja criação foi determinada pela Resolução nº 510, de 2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); 2-Ofício nº 30, de 2026, da Câmara Municipal de Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção de Apoio nº 18, de 2026, em defesa da economia local e do produtor rural, manifestando posicionamento contrário ao Projeto de Lei nº 1.702, de 2019, em razão de seus impactos sobre o setor produtivo, especialmente no que tange ao aumento de custos, ao equilíbrio contratual e à sustentabilidade econômica das propriedades rurais. A matéria está em tramitação na Câmara dos Deputados; 3-Ofício nº 26, de 2026, da Câmara de Variadores de Santiago, Rio Grande do Sul, que encaminha moção de apoio aos Projetos de Lei nºs 5.686 e 5.681, ambos de 2025, que buscam proteger e promover maior segurança jurídica aos produtores rurais. Os projetos de lei estão em tramitação na Câmara dos Deputados. Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, a Presidência informa que os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na internet. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1: Projeto de Lei n° 2500, de 2022, não terminativo, que: "Altera a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para estabelecer prioridade na aquisição pela administração pública federal de alimentos produzidos por agricultores familiares e por empreendimentos familiares rurais." Autoria: Senador Jayme Campos (União/MT). Relatoria: Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa. Item 2 - Projeto de Lei n° 3209, de 2024, não terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020, para ampliar as ações de combate ao desperdício de alimentos." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: pela aprovação, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas 1-T, 2-T, 3-T e 4-T. Resultado: aprovado Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 5-CRA (Substitutivo) e contrário às Emendas 1-T, 2-T, 3-T e 4-T. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa. Item 3: Projeto de Lei n° 3784, de 2024, não terminativo, que: "altera a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para caracterizar a provisão de serviços ambientais como atividade rural para fins de apuração do Imposto sobre a Renda." Autoria: Senador Bene Camacho (PSD/MA). Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, para prosseguimento da tramitação. Item 4 - Projeto de Lei n° 1087, de 2024, terminativo, que: "Estabelece percentual mínimo de aplicações de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), disponibilizados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para projetos e programas específicos de saneamento básico em áreas rurais, almejando o desenvolvimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais." Autoria: Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda n° 1-CAE. Resultado: Adiado. Item 5: Projeto de Lei n° 1348, de 2024, terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir o estímulo à utilização de bioinsumos na atividade agrícola entre os objetivos da política agrícola e da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: pela aprovação do Projeto e das três Emendas que apresenta. Resultado: adiado. Item Extrapauta 6: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 10, de 2026 que: "requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a moratória da soja, seus impactos e os reflexos econômicos e institucionais decorrentes das discussões atualmente em curso no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com especial destaque para a necessidade de participação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica na análise da matéria. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, Advogado-Geral da União, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Presidente do Ibama, Presidente da Aprosoja Mato Grosso, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, Presidente-executivo da Abiove, Representante do Grupo de Trabalho da Soja. Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT). Resultado: Aprovado. O Senador Wellington Fagundes solicita à Presidência registro de vídeo sobre a obra de construção da BR-364, em 1957, no trecho do Município de Jataí/GO. Fizeram uso da palavra os Senadores Hamilton Mourão, Jaime Bagattoli, Wellignton Fagundes, Alan Rick e Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Zequinha Marinho**
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura aqui do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes:

- Nota Pública nº 9, de 2026, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), para alertar sobre a preocupação com iniciativas que visam fragilizar ou acabar com Comissões de Soluções Fundiárias, cuja criação foi determinada pela Resolução nº 510, de 2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

- Ofício nº 30, de 2026, da Câmara Municipal de Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção de Apoio nº 18, de 2026, em defesa da economia local e do produtor rural, manifestando posicionamento contrário ao Projeto de Lei nº 1.702, de 2019, em razão de seus impactos sobre o setor produtivo, especialmente no que tange ao aumento de custos, ao equilíbrio contratual e à sustentabilidade econômica das propriedades rurais. A matéria está em tramitação na Câmara dos Deputados;

- Ofício nº 26, de 2026, da Câmara de Variadores de Santiago, Rio Grande do Sul, que encaminha moção de apoio aos Projetos de Lei nºs 5.686 e 5.681, ambos de 2025, que buscam proteger e promover maior segurança jurídica aos produtores rurais. Os projetos de lei estão em tramitação na Câmara dos Deputados.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na página, na internet, aqui também da Comissão de Agricultura.

A presente reunião está destinada à deliberação de três projetos não terminativos e dois projetos terminativos, conforme pauta previamente distribuída ou divulgada.

**ITEM 2**
**PROJETO DE LEI Nº 3209, DE 2024**
**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020, para ampliar as ações de combate ao desperdício de alimentos.*

**Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

**Relatoria *ad hoc*:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela aprovação, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas 1-T, 2-T, 3-T e 4-T.

**Observações:**

*- A matéria vai a Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, para prosseguimento da tramitação.*

*- Votação simbólica.*

Relatoria do Senador Flávio Arns, do PSB, do Paraná. Relator *ad hoc* será o Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra ao Senador *ad hoc*, Senador Hamilton Mourão, para proferir a leitura do relatório.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Boa tarde, Sr. Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos do art. 23, incisos VIII e X, da Constituição, compete de forma comum à União organizar o abastecimento alimentar e enfrentar as causas da pobreza e da marginalização, promovendo a integração social dos grupos em situação de vulnerabilidade. Nesse cenário, a proposição mostra-se constitucional ao incentivar ações articuladas entre o poder público, o setor privado e as organizações da sociedade civil, com vistas à redução da insegurança alimentar e ao fortalecimento da solidariedade social. A iniciativa concretiza valores constitucionais centrais, como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição), bem como os objetivos fundamentais da República, em especial os de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, também da nossa Constituição).

Não se identifica, ademais, qualquer hipótese de reserva de iniciativa legislativa atribuída ao Presidente da República no que se refere à matéria disciplinada pela proposição, conforme o disposto nos arts. 37, inciso X; 40, §15; 61, §1º; e 165 da Constituição Federal.

No tocante à juridicidade em sentido estrito, a proposição apresenta os atributos essenciais da norma jurídica, tais como novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade, não se verificando afronta a princípios gerais do Direito.

O projeto também observa as normas de técnica legislativa previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, quanto ao exame regimental, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária detém competência para apreciar a matéria relativa ao abastecimento e à segurança alimentar, nos termos do art. 104-B, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Esgotadas as questões formais e reconhecida a competência desta Comissão para a análise da proposição em tela, podemos passar para a análise de mérito.

O Projeto de Lei nº 3.209, de 2024, aborda tema de elevada relevância social, econômica e ambiental, ao propor o fortalecimento das ações de combate ao desperdício de alimentos no país. A iniciativa é meritória e dialoga com preocupações centrais da agenda pública contemporânea relacionadas à segurança alimentar, ao uso eficiente de recursos naturais, à sustentabilidade ambiental e à promoção da solidariedade social. Ao buscar ampliar instrumentos de prevenção, reaproveitamento e destinação adequada de alimentos, o projeto revela sensibilidade para um problema estrutural que afeta simultaneamente produtores, consumidores e o poder público.

Desde a apresentação da proposição, contudo, o ordenamento jurídico nacional passou por importante evolução normativa, com a edição da Lei nº 15.224, de 30 de setembro de 2025, que revogou a Lei nº 14.016, de 2020, que o PL pretende alterar, e instituiu a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos e consolidou um novo marco legal sobre a matéria. Nesse contexto, parte significativa do conteúdo do PL e das emendas apresentadas passou a encontrar correspondência na legislação vigente, o que, obviamente, não retira o mérito da iniciativa, mas recomenda seu aprimoramento técnico, a fim de assegurar coerência sistêmica, evitar duplicações normativas e preservar a unidade do regime jurídico. Importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

isso, Presidente, porque, desde 1988, foram editadas 23 leis federais por dia. É um calhamaço isso aí.

Quase ao mesmo tempo da publicação da nova lei, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional publicou a Resolução Caisan/MDS nº 16, de 26 de setembro de 2025, que aprova a II Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil e institui o comitê gestor da segunda estratégia. Assim, mais do que uma incompatibilidade de fundo, o que se verifica é a necessidade de atualização e harmonização do texto, de modo que o projeto e as emendas, na forma de um substitutivo, possam dialogar adequadamente com o novo marco legal, contribuindo, assim, para o seu aperfeiçoamento.

A adequação formal e material da proposição à Lei nº 15.224, de 2025, permite aproveitar seu conteúdo inovador, conferir maior densidade e aspectos ainda pouco detalhados da política nacional e reforçar sua efetividade prática, sem prejuízo da racionalidade normativa e da segurança jurídica. Verifica-se que, não obstante as sobreposições identificadas com a legislação vigente, o PL 3.209, de 2024, apresenta três inovações normativas relevantes, que merecem ser preservadas e aperfeiçoadas por contribuírem para o fortalecimento da efetividade da política pública de combate ao desperdício de alimentos.

A primeira inovação consiste na previsão de planos municipais de redução do desperdício de alimentos, com definição de metas, ações educativas e mecanismos de articulação local. A iniciativa é positiva ao buscar conferir capilaridade territorial à política nacional recém-criada, aproximando sua implementação das realidades locais e incentivando a coordenação entre poder público, setor privado e sociedade civil, todavia o desenho original proposto pelo presente PL apresenta risco de burocratização excessiva, sobretudo para municípios com menor capacidade administrativa, além de desconsiderar as assimetrias federativas existentes. Para enfrentar essas limitações, o substitutivo aprimora a proposta ao escalonar prazos conforme o porte populacional, permitir modelos simplificados de planejamento e prever apoio técnico e orientações padronizadas da União, de modo a assegurar viabilidade operacional e efetividade prática.

A segunda inovação refere-se à exigência de planos internos de previsão e redução de desperdícios por estabelecimentos dedicados à produção e ao fornecimento de alimentos. O mérito da proposta reside em transformar o combate ao desperdício em dimensão da gestão interna das atividades econômicas, estimulando práticas mais eficientes e responsáveis ao longo da cadeia alimentar. Contudo, a imposição uniforme de planos formais pode gerar custos desproporcionais, especialmente para micro e pequenos estabelecimentos, além de reduzir a flexibilidade operacional. O substitutivo, por essa razão, ajusta o dispositivo para incorporar critérios de proporcionalidade, prevendo exigências graduadas por porte e risco da atividade, bem como a possibilidade de planos simplificados, em consonância com os princípios da liberdade econômica e com boas práticas regulatórias.

A terceira inovação diz respeito à criação de regras específicas para supermercados, mercados e estabelecimentos afins, com foco na redução do desperdício no varejo alimentar, mediante a oferta de produtos próximos ao vencimento a preços reduzidos e a formalização de arranjos de doação de excedentes. Trata-se, Presidente, de iniciativa relevante, ao enfrentar um dos principais pontos de perda de alimentos, incentivando soluções de mercado e destinação socialmente útil.

Ainda assim, o texto original apresenta indeterminação normativa e potenciais dificuldades operacionais, especialmente no que se refere à comunicação ao consumidor e à exigência uniforme de acordos de doação. O substitutivo também aprimora esses dispositivos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ao objetivar os deveres de informação, concentrar as obrigações nos estabelecimentos de maior porte, e admitir arranjos flexíveis e regionais para a destinação de excedentes, compatibilizando eficiência, segurança jurídica e viabilidade logística.

Dessa forma, meu caro amigo Bagattoli, o substitutivo proposto preserva o núcleo inovador do projeto, ao mesmo tempo em que corrige excessos, reduz riscos de burocratização e assegura compatibilidade com o marco legal vigente, fortalecendo a coerência normativa e ampliando as condições para uma implementação efetiva e equilibrada da política pública de combate à perda e ao desperdício de alimentos.

Por fim, as emendas apresentadas não superam as fragilidades centrais do projeto, mas, antes, reiteram e aprofundam a desatualização legislativa, a duplicação de comandos normativos e a excessiva densidade regulatória, sem enfrentamento adequado dos problemas de proporcionalidade, viabilidade operacional, custo de conformidade e coerência sistêmica.

Assim, o nosso voto.

Cumprimentando o autor do projeto, nosso querido Senador Jader Barbalho, bem como o Relator original, o Senador Flávio Arns, votamos pela aprovação do PL nº 3.209, de 2024, na forma da emenda substitutiva que se segue, e pela rejeição das Emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T e 4-T.

É o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Hamilton.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação o relatório lido pelo Senador Hamilton Mourão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, aqui presencialmente ou pela internet, que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O resultado: o relatório está aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com Emenda nº 5, da CRA, Substitutivo, e pela rejeição das emendas 1-T, 2-T, 3-T e 4-T.

A matéria vai à Comissão de assuntos sociais em decisão terminativa para prosseguimento da sua tramitação.

Cumprimento o Senador Jader Barbalho pela autoria do projeto, o Sr. Relator e, principalmente, o Relator *ad hoc*, aqui presente, pelo belo trabalho. Obrigado.

**ITEM 1**
**PROJETO DE LEI Nº 2500, DE 2022**
**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para estabelecer prioridade na aquisição pela administração pública federal de alimentos produzidos por agricultores familiares e por empreendimentos familiares rurais.*

**Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

**Relatoria *ad hoc*:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto.

**Observações:**

*- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, para prosseguimento da tramitação.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- *Votação simbólica.*

A relatoria é da Professora Dorinha Seabra, do União, do Tocantins.

Eu concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, na qualidade Relator *ad hoc*, para proferir a leitura deste relatório.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise, complete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a abastecimento e agricultura familiar, nos termos dos incisos III e IV do art. 104-B do Regimento Interno deste Senado.

O PL propõe a alteração da Lei nº 14.284, de 2021, para dispor sobre a aquisição de alimentos no âmbito do já extinto Programa Alimenta Brasil. Conforme explica o autor na justificação do projeto, o seu objetivo seria obrigar os órgãos da administração pública federal, direta ou indireta, a adquirir prioritariamente produtos oriundos da agricultura familiar ou de empreendimentos familiares rurais.

Ocorre, todavia, que a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, reinstituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e revogou as disposições da Lei nº 14.284, de 2021, relacionadas ao Programa Alimenta Brasil, inclusive o seu art. 35, que o PL em análise pretendia alterar.

Mais uma vez, Presidente e Senador Bagattoli, eu chamo a atenção que desde 1988 a cada dia são emitidas 23 novas leis federais, por isso esse cipoal que a gente vive.

Atualmente, o art. 8º da Lei nº 14.628, de 2023, já estabelece critério de priorização da agricultura familiar para as compras institucionais, determinando que, do total de recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista, percentual mínimo de 30% será destinado, sempre que possível, à aquisição de produtos de agricultores familiares e de suas organizações.

Cumpre-nos registrar, ainda, que o art. 5º dessa mesma lei estabelece que poderão fornecer produtos ao PAA os agricultores familiares, os pescadores artesanais, os aquicultores, os carcinicultores e os piscicultores que se enquadrarem no disposto na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, bem como os demais públicos beneficiários que produzam em áreas rurais, urbanas e periurbanas.

Desse modo, tendo em vista que o Programa Alimenta Brasil e o art. 35 da Lei nº 14.284, de 2021, que o PL pretendia alterar, foram revogados, bem como o fato de que a Lei nº 14.628, de 2023, já estabelece critério de priorização da agricultura familiar no âmbito das compras institucionais da administração pública federal, verifica-se que o PL 2.500, de 2022, encontra-se prejudicado, por haver perdido a oportunidade, nos termos do inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

E, dessa forma, Presidente, o nosso voto não poderia ser outro do que votarmos pela prejudicialidade do PL 2.500, de 2022.

É o relatório, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

A palavra é do Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Cumprimento aqui o Presidente da CRA, o Senador Zequinha Marinho, o Relator, que leu esse relatório aí da Senadora Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para você, Senador Mourão, que já existe a lei. A lei já existe, até pelos programas do PA, os municípios já adquirem os produtos que são produzidos pela agricultura familiar, a União já tem esse programa de comprar... Inclusive, foi até aumentado o valor agora, né?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Uns 45%.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Foi, né? Foi de 45% o aumento do valor para aquisição. E é um mecanismo, o Senador Mourão, de nós mantermos esses pequenos produtores lá, principalmente lá no município onde eles produzem, e possam vender esses produtos lá no município, lá na região mais próxima, porque muitas vezes eles produzem longe do centro do consumidor, diferente do médio e grande produtor, que tem outros mecanismos para comercialização. Parabéns aí pela relatoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu encerro a discussão e coloco a matéria em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

Parabéns ao autor e ao nosso Relator *ad hoc*. Muito obrigado.

Quero incluir aqui um extrapauta do Senador Governador do Mato Grosso, daqui a uns dias, se Deus quiser, Wellington Fagundes.

**EXTRAPAUTA**
**ITEM 6**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a moratória da soja, seus impactos e os reflexos econômicos e institucionais decorrentes das discussões atualmente em curso no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com especial destaque para a necessidade de participação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE na análise da matéria.*

*Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:*

- *Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.*
- *Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária.*
- *Advogado-Geral da União.*
- *Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima.*
- *Presidente do IBAMA.*
- *Presidente da Aprosoja Mato Grosso.*
- *Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.*
- *Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso.*
- *Presidente-executivo da ABIOVE.*
- *Representante do Grupo de Trabalho da Soja*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
Depois, os convidados serão indicados.
A autoria é do Senador Wellington Fagundes.
A votação será simbólica.
Eu concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para fazer o encaminhamento da votação de seu requerimento.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Senador Bagattoli, Mourão, que estava no Mato Grosso esta semana, lá no grande encontro, o grande evento do Lide, essa questão da moratória da soja é algo que... É incrível a insistência das *trades*, e a moratória da soja não é nada mais, nada menos do que um acordo não oficial dessas *trades* para impor ao Brasil que aquilo que nós discutimos no Congresso, que votamos aqui, que é o Código Florestal, talvez uma das leis que eu diria mais modernas do mundo... Eles vêm aqui querendo colocar e impor sobre nós regras fora da lei brasileira, porque eles entendem de uma forma e querem impor a todos nós. E quem é prejudicado com a questão da moratória da soja? São os pequenos e os médios.

Nós discutimos isso, fomos... A Aprosoja foi ao Cade, foi ao Supremo Tribunal Federal. O Cade por unanimidade definiu que é cartel, por unanimidade definiu que não tem que ter moratória da soja. No Supremo Tribunal Federal, nós estivemos em várias audiências com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com o Presidente Max Russi, a Deputada Janaina e vários outros Parlamentares, o Cattani e outros tantos, discutindo no Supremo Tribunal Federal. Fizemos uma audiência pública aqui nesta Comissão, e a decisão foi de que teria que acabar com a moratória da soja. Agora novamente vem outra onda, foi convocada inclusive uma audiência de conciliação.

E aí, Presidente, por isso nós precisamos discutir. Inclusive, nesta audiência de conciliação foi excluído o Cade. O Cade é o órgão mais responsável para definir se no Brasil tem cartel, se não tem cartel, se isso aqui está sendo um monopólio, enfim. Então, por isso, eu quero pedir... E aqui, não sei se já posso ler, Sr. Presidente... Eu convido aqui: o Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); o Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária; a Advocacia-Geral da União; a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima; o Presidente do Ibama; o Presidente da Aprosoja – Mato Grosso e nacional, eu queria que fosse a Aprosoja MT e a nacional –; o Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso; o Presidente-Executivo da Abiove, também um representante do Grupo de Trabalho da Soja. A Abiove é a que mais questiona e quer que exista, aí então, a moratória da soja.

Então, eu peço aqui o apoio de todos porque isso é relevante. E aí, Presidente, se puder marcar já, se V. Exa. puder marcar, passando a semana que vem, na outra, para a gente já ter esta audiência, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos... Mesmo que não dê tempo para aprovar lá, nós fazemos aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.
Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar aqui o Senador Wellington Fagundes.
Senador Wellington Fagundes e quem estiver nos acompanhando neste momento pela TV Senado, na primeira vez que nós estivemos no Cade, um grande trabalho também, em que se empenhou muito a Deputada Coronel Fernanda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive, quando nós estivemos pela primeira vez, no Cade para discutir esse assunto. O Senador Wellington Fagundes fala que nós temos o Código Florestal, talvez, mais perfeito do mundo, porque, na Amazônia, Senador Mourão – você que é de conhecimento da Amazônia –, antes da lei de 2008, teriam direito de abrir até 50%; após 2008, são só 20%. Você tem uma propriedade de mil hectares, só tem o direito de abrir 20%. Com essa situação da moratória da soja, Presidente Zequinha Marinho, Presidente da CRA, esta grande Comissão aqui que defende o setor produtivo no Brasil, você imagina, você não desmatou nada, após 2008, você pegou a licença, ou agora ou no ano passado, tudo aquilo que você produz, e não é só na soja, é na soja e no boi também...

E aí você vai, muitas vezes... Senador Mourão, um dia estive numa audiência pública – não vou citar o nome –, estava uma pessoa da Abiove lá e falou: "Não, você faz o seguinte na sua propriedade...". Ele falou para um proprietário de terra do Mato Grosso, da região de Sinop: "Se você derrubou depois de 2008, só faz o seguinte: você não planta soja nem cria boi, não pode ter gado, faz outra coisa na sua propriedade". Você já viu o absurdo, a que ponto que nós chegamos.

Então, nós precisamos entender que essa pauta é de suma importância e nós precisamos acabar definitivamente com essa situação da moratória da soja, até porque, lá atrás, eu havia conversado diretamente com os representantes das *tradings*, e tinha ficado acordado, Senador Wellington, que eles iam sair fora da moratória. Agora volta novamente essa situação.

Parabéns aí, Wellington Fagundes.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Pois não, Senador Hamilton Mourão.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Eu queria deixar clara uma coisa, Presidente. Soberania é a gente ter controle do nosso território e das nossas ações. O Brasil constantemente vem sendo limitado no controle do seu território e das suas ações. E nós, aqui no Brasil, temos uma capacidade que os outros países não têm, que é de produzir alimento, e querem nos cercear essa capacidade, usam para isso gente aqui dentro do Brasil. Então, a turma do Ibama, ICMBio, esse pessoal todo joga contra o patrimônio brasileiro o tempo todo. Eles acham que estão defendendo alguma coisa, na realidade, não estão defendendo nada. E, obviamente, a competição internacional não é benigna, é predatória, é um querendo derrubar o outro. E a gente auxilia nesse quesito.

Então, é importante que aqui o Congresso Nacional, e em particular o nosso Senado, se debruce sobre o assunto e acabe com essa questão da moratória da soja. Isso é um verdadeiro absurdo. A gente cumpre a regra, que é a nossa lei, o nosso Código Florestal, e acabou. Mas nós, mesmo assim, Senador Bagattoli, mesmo com essa limitação, nós temos capacidade de produzir muito mais do que os outros. É algo que o Papai do Céu nos deu: deu a terra e deu a capacidade da gente que mora aqui. A turma que trabalha no campo é a turma que arregaça as mangas e não é um bando de chupador de sangue de Ibama e companhia ilimitada. A gente tem que lutar contra isso.

É o que eu queria colocar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador.

Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria realmente fazer essa correção: na redação aqui, que se coloque no nosso requerimento "moratória da soja e do boi", porque realmente fica muito específico.

O Senador Bagattoli fez uma correção e é um adendo, né? Fazemos como um adendo aqui e fica na redação "moratória da soja e do boi"...

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... porque aqui fora eles pensam que é só soja.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – V. Exa. pode proceder com a alteração da redação e a gente aprova.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Depois só...

Vamos lá, Jaime. Tudo bem?

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só para finalizar, Presidente.

Você viu que vai ter manhã uma audiência... Vai ter uma audiência, não, vai ter um... Lá no STF.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É uma conciliação.

Isso, na verdade... Por isso é que nós estamos querendo discutir aqui, se possível antes, porque eles não estão incluindo o Cade.

Então, como convidado, inclusive, eu já mandei, enviei um ofício ao STF, para incluir o Cade, porque senão não tem legitimidade essa audiência.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – A audiência é amanhã.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu pedi essa inclusão.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

No dia 7 de setembro de 1822 – tem uns três dias; duzentos e poucos anos, 203, 204 anos –, por não aguentar mais a imposição de Portugal, a nossa turma aqui se rebelou. Montaram os cavalos e, na beira do Ipiranga, ali em São Paulo, "independência ou guerra"; ou vamos para... Está passando da hora de a gente ressuscitar o Dom Pedro, porque não dá. Em tudo, literalmente tudo, você não pode fazer nada, certo?

V. Exa. conhece a necessidade da Ferrogrão ali. O TCU, agora, movido não sei por quem, recomenda botar uma pedra em cima. Que coisa mais feia, não é? Você não pode fazer nada. A ONG já foi lá, já se articulou, já investiu, já botou...

Você vai fazer uma obra importante de infraestrutura, não pode fazer. Tem que ouvir os indígenas, não passa em terra indígena; tem que ouvir quilombola, não tem quilombo por perto; tem que ouvir ribeirinhos, que também não tem ninguém por perto; ouvir o Ministério Público, que é o grande comandante de tudo isso, aliado às ONGs.

Que vergonha! Um país com uma população desse tamanho, com a postura que tem: viver puxado pelo nariz, como se puxa um cachorrinho. Não pode fazer isso, não pode, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pode, não pode, não deve, não pode. Todo mundo quer mandar aqui, menos os Poderes constituídos para mandar.

Enquanto se der atenção e tiver acordos... Convenção 169 da OIT, que não pode fazer isso, não pode... Por isso que o Trump... Eu não tenho nada de, assim... Não sou muito fã do Trump, mas aqui e acolá a gente tem que dar a mão à palmatória. Só de uma tacada, ele tirou 66 acordos dos Estados Unidos, coisas bobas, idiotas, estúpidas, sem fundamento e que, literalmente, impedem o país. Eu não sei para aonde é que nós vamos. Daqui uns dias, a gente não pode fazer mais nada, não tem autonomia, não tem independência.

Que Deus nos dê um Dom Pedro I para nos ajudar a romper esses laços ridículos a que uma nação desse tamanho se submete de forma, sei lá, inconsciente, ingênua. Mas é assim mesmo.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Porque, na realidade, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A gente precisa superar isso.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, as nações que têm extensão territorial e riquezas no seu solo e subsolo não assinaram essa convenção: Austrália, Estados Unidos, Canadá... Só os otários aqui que resolveram assinar.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só os bestas mesmo, só.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Só os otários.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Olhe o risco! Olhe o risco, Senador, Governador do maior estado, do estado que mais produz.

O que a gente produz de insumo em termos de fertilizantes e defensivos? Quase nada! Importamos tudo. Aí dá um problema geopolítico no mundo, e você fica aqui com o coração na mão, sem saber o que vai acontecer, porque nós precisamos disso, precisamos daquilo. O NPK completo – os macros e os microderivados deles – está tudo na mão dos caras lá fora.

Aí há uma briga, há uma confusão, e a gente fica aqui sem saber o futuro de um setor da economia do tamanho do nosso, porque vai explorar o negócio ali, e o Ibama, não sei quem, a ONG, o Ministério Público dizem que não pode. Aí vai buscar o potássio acolá, vai buscar o nitrogênio acolá, vai buscar não sei o quê: não pode, não pode, não pode.

Haja estômago!

Muito bem.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente, só para concluir, acho que o Brasil, nessa questão de produção de leis, é aquele cara que se considera – como é que é? – a última bolacha do pacote. É isso que se chama? Porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A última Coca-Cola do deserto, gelada.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque não dá para entender... O que não dá para entender hoje é o seguinte, você veja bem: ontem, o Marcos Rogério, inclusive, presidiu uma Comissão aí e estava discutindo a exploração de minério em áreas indígenas. Senador Mourão, o potássio que vem para o Brasil, que nós importamos do Canadá – que nós importamos –, o Brasil importa mais de 90%... Nós temos a jazida de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autazes, que está próxima à reserva indígena, e de lá não pode tirar. Agora, nós podemos importar do Canadá...

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – De uma reserva indígena!

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... que é explorado dentro de uma reserva indígena.

Então, como que você pode ver...

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – O Canadá não assinou na OIT!

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É muito difícil.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Não é burro!

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só Deus para entender o que acontece no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Votação do requerimento do Senador Wellington Fagundes, com as alterações textuais promovidas pelo próprio autor.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Agora, com o próximo Governador do Acre.

Vamos para cima!

**ITEM 3**
**PROJETO DE LEI Nº 3784, DE 2024**
**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, para caracterizar a provisão de serviços ambientais como atividade rural para fins de apuração do Imposto sobre a Renda.*

**Autoria:** Senador Bene Camacho (PSD/MA)

**Relatoria:** Senador Alan Rick

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

*- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação.*

*- Votação simbólica.*

Era um suplente, né? Foi rápido aqui. Bene Camacho, do PSD, do Maranhão.

Concedo a palavra ao Senador Alan Rick, para proferir a leitura do seu relatório.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, aqueles que nos acompanham, esse é um tema que, há muito tempo, responde a um anseio do produtor rural: poder caracterizar a provisão de serviços ambientais como atividade rural para poder abater do Imposto de Renda, nada mais justo e coerente com tantas obrigações que o produtor rural do Brasil tem e é sempre – sempre, Senador Bagattoli – penalizado.

Vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à constitucionalidade formal, a matéria sob exame não apresenta vícios, uma vez que, de acordo com o art. 24, inciso I, da Constituição Federal, é competência concorrente da União legislar sobre direito tributário e que, nos termos do art. 153, inciso III, da Constituição Federal, compete à União instituir o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

Da mesma forma, não há qualquer previsão de reserva de iniciativa de lei conferida ao Presidente da República para a matéria tratada na presente proposição legislativa, nos termos do art. 37, inciso X; do art. 40, §14; do art. 61, §1º; e do art. 165 da Constituição.

O texto ora proposto vai ao encontro das orientações constitucionais vigentes e se traduz em importante esforço para garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, gerando incentivos à preservação e à restauração dos processos ecológicos essenciais.

Ademais, quanto à juridicidade em sentido estrito, a proposição dispõe de novidade, abstratividade, generalidade, imperatividade e coercibilidade. E, ainda, não viola qualquer princípio geral do direito.

O PL também atende às disposições de técnica legislativa constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, no que diz respeito à regimentalidade, a CRA tem competência para se pronunciar sobre a tributação da atividade rural, em razão do disposto no art. 104-B, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Esgotadas as questões formais e reconhecida a competência desta Comissão para a análise da proposta em tela, podemos passar para a análise do mérito.

A proposição analisada, ao incluir a provisão de serviços ambientais – tais como proteção de ecossistemas, recuperação de áreas degradadas, proteção de áreas ameaçadas e reflorestamento – dentro do rol das atividades rurais, confere segurança jurídica a produtores e proprietários rurais que já atuam nessas frentes ou que desejam fazê-lo, permitindo-lhes enquadrar essas iniciativas no tratamento fiscal aplicável ao restante de sua atividade produtiva.

Sabe-se que 30% do território nacional é protegido e conservado pelos produtores rurais, às suas expensas, sem receberem nenhuma compensação pelos serviços ambientais desenvolvidos. Com esta medida, os produtores rurais que optem pelo regime simplificado de tributação rural poderão deduzir, de imediato, as despesas operacionais da receita bruta com serviços ambientais para apuração do Imposto de Renda. Portanto, isso resultará em menor carga tributária para aqueles que desenvolvam ações que gerem ganhos ambientais.

Ademais, ao equiparar a prestação de serviços ambientais a outras atividades rurais já consolidadas, o novo texto estimulará a adoção de práticas mais sustentáveis e incentivará proprietários rurais a investir em preservação, recuperação de ecossistemas e manejo florestal responsável. Essa equiparação trará ganhos na manutenção da biodiversidade, na proteção dos recursos hídricos e na melhoria dos serviços ecossistêmicos, com benefícios ambientais expressivos e de longo prazo.

Da mesma maneira, uma vez aprovado este projeto, o produtor rural poderá contratar empréstimos por meio do crédito rural, ou seja, contando com taxas de juros reduzidas para realizar despesas ou investimentos em práticas preservacionistas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.784, de 2024.

É relatório e o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Alan Rick.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da sua tramitação.

Parabéns ao autor e ao Relator pelo trabalho feito.

Senador Fagundes.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Concluímos a pauta, Sr. Presidente?

Eu só queria aqui também, Sr. Presidente, acrescentar um assunto que interessa a todos nós, que foi exatamente a audiência que tivemos ontem na ANTT sobre a BR-163. Essa luta é de todos nós.

E eu quero registrar que, quase 30 anos atrás, no meu primeiro mandato, eu comecei a primeira audiência lá na minha cidade, em Rondonópolis, para a duplicação do trecho de Rondonópolis a Cuiabá, que era, Senador Bagattoli, o trecho de mais acidentes frontais do Brasil, porque era um caminhão seguido do outro, e qualquer veículo pequeno que quisesse ultrapassar, normalmente era choque frontal, e aí é perda de vidas. E, nessa primeira audiência, inclusive, estava comigo o Deputado Jota Barreto. Eu quero aqui também, inclusive, aproveitar para fazer aqui as minhas homenagens póstumas a ele, que perdeu a vida nessa estrada, depois de muita luta, que já tínhamos, praticamente, concluído a duplicação de Rondonópolis a Cuiabá.

Inclusive, o Mauro Barbosa, que foi Diretor-Geral do Dnit, hoje trabalha na minha assessoria também na Frente Parlamentar de Infraestrutura. E hoje temos essa realidade já duplicada da divisa de Mato Grosso do Sul, Rondonópolis até Cuiabá. E as obras de Cuiabá até Sinop estão avançando bastante, porque também encontramos uma boa solução aqui – a bancada federal com o Governo do Estado, o Governador Mauro, também com o Tribunal de Contas da União –, para revitalizar essa concessão, porque todas as concessões que foram feitas nesse modelo no passado não deram certo. Inclusive, no Mato Grosso do Sul, é a CCR, que nem é construtora hoje, uma grande concessionária, que também teve problemas.

Então, equacionamos até Sinop, e agora nós estamos lutando para também equacionar de Sinop até Mirituba, no Estado do Pará. Portanto, assim como paraenses querem a Ferrogrão e precisam da Ferrogrão, mato-grossenses precisam da Ferrogrão, o Brasil e o mundo. É essa incompreensão que às vezes, Senador Mourão, o mundo não compreende, porque vai faltar alimento, e o Brasil é um dos únicos países que tem condições de continuar ampliando a produção, além da questão da produtividade, porque nós estamos incrementando tecnologia – e eu também tenho defendido muito essa questão das escolas técnicas profissionais, das universidades.

Então, lá na ANTT, foi apresentado o projeto da duplicação do trecho de Sinop até a divisa com o Pará, em Guarantã, mas o prazo é muito longo – nove anos para fazer essa conclusão da duplicação. É claro que, quando foi concessionada essa rodovia do trecho de Sinop ao Pará, imaginava-se que se iria construir a Ferrogrão em 12 anos. Até hoje, como a V. Exa. falou, Presidente Zequinha, nem um passo praticamente foi permitido dar, porque é tanta dificuldade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– e, como V. Exa. colocou, interna, porque isso é uma decisão do Brasil, e não se decide. Vai para Ministério do Meio Ambiente, vai para o Supremo Tribunal Federal, nós aqui aprovamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vai para o TCU...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vai para o TCU.

E o mais necessário é que a população, que espera isso para poder promover o desenvolvimento, não tem... Imagina se nós não tivéssemos a saída do Arco Norte, por onde, Senador Bagattoli, nós íamos exportar essa grandiosa produção do nortão de Mato Grosso? Tudo pela BR-163? Para Santos? Para Paranaguá? Seria impossível.

Então, por isso, eu quero aqui também registrar esta audiência, que foi muito importante. Agradeço aqui em nome de todos os Prefeitos e Vereadores da região do nortão de Mato Grosso que estiveram na audiência.

Mas, mais uma vez aqui, fica o apelo à ANTT: o Brasil precisa de infraestrutura. Nós não podemos deixar nossos irmãos brasileiros morrerem em acidentes de trânsito, como acontece hoje: 40 mil mortes por ano de irmãos. São vidas ceifadas, perdidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não é toda guerra sangrenta.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não tem guerra, né? Nesse monte de guerra que está tendo aí, quantas pessoas já morreram? Mas, aqui, nós continuamos nessa guerra urbana e no trânsito, nas nossas estradas.

Então, a infraestrutura é necessária para salvar vidas e é necessária para promover o nosso desenvolvimento. E a BR-163 é extremamente importante para Mato Grosso, para o Pará, para o Brasil, assim como a BR-364 também, a nossa luta para a BR-364 no Estado de Rondônia, porque é uma causa só, é um objetivo só. Isso não pode ter decisão e definição ideológica, nem partidária; isso é uma causa do Brasil.

Por isso, eu registro aqui essa audiência e aqui peço à Diretoria da ANTT, porque ainda dá tempo de fazer essa modelagem, que a gente tenha esse trabalho com mais celeridade tanto no Mato Grosso como também no Pará.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Claro.

Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Só para concluir, Senador Wellington agora você vê uma privatização, uma concessão vergonhosa que aconteceu no Estado de Rondônia: uma única BR, que... Até teria que ser feito um projeto de lei, mas, quando existe uma única rodovia num estado cortando de sul a norte... Aquilo foi um presente que o nortão do Brasil ganhou ainda lá dentro do Governo militar, do Governo Figueiredo. Fez 1.450km de rodovia em quatro anos – 1.450km de uma rodovia em quatro anos –, saindo de Cuiabá, passando por Cáceres, Mato Grosso... Metade delas, 50% quase, está dentro do Mato Grosso. E ainda deixou 200km, quase 300km feitos por Rio Branco, que depois demorou mais quase 14, 15 anos para terminar, para chegar à capital de Rio Branco.

Mas o que eu quero dizer sobre a concessão é que é muito vergonhoso – vergonhoso – levar seis, sete, oito anos para se fazer 110km de duplicação e 200km de terceira faixa. Trinta anos de concessão – trinta anos de concessão! E, além disso tudo, custando... Mais de 50% do que um caminhão gasta de óleo diesel ele gasta no pedágio. É impossível, acabou, aniquilou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Rondônia. E nós precisamos reaver essa questão dessa concessão do Estado de Rondônia, por isso que é de importância esta audiência pública. É na ANTT, não é, Wellington?

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Já houve uma.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nós precisamos lutar para que isso volte, tem que haver uma revisão nessa situação dessa concessão, porque isso prejudicou muito o Estado de Rondônia, o Estado do Acre e, principalmente, o sul do Amazonas, porque a BR-364 se interliga com a 319 lá.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, coincidentemente, eu estava olhando aqui... É histórico, viu, General Mourão? Foi quando eu nasci a inauguração da BR-364, lá em Jataí, com a presença do Presidente da República, em 1957. Registro aqui. Eu gostaria até de deixar isso aqui nos *Anais* desta nossa audiência. Vou pedir para incluir, Presidente, se V. Exa. autorizar, para que fique nos *Anais*, esse vídeo aqui, para que muitos possam, inclusive, entender o que o Senador Jaime Bagattoli falou. Isso é muito importante, isso é histórico. E o Brasil, há tanto tempo... Essas estradas foram construídas na época do militarismo – que já foi tão combatido –, mas aqui está o General Mourão, que conhece tanto a realidade da Amazônia, sabe o que foi para fazer. Imagine se não tivessem feito essas estradas na Amazônia, General? Aí, sim, a tese da internacionalização da Amazônia já seria não tese, já seria fato, não é, General?

Então, eu gostaria até da contribuição do General aqui, porque essa nossa reunião aqui está ficando histórica.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Zequinha, Presidente, eu era motorista de caminhão no final dos anos 70 e início dos anos 80. Em uma viagem saindo de Cuiabá, Vilhena é 50% do caminho, 750km, e, para se chegar a Porto Velho, são mais 700km, no total são 1.450km. Demorava-se com o caminhão, quando ia bem, oito dias – oito dias de viagem para fazer. Quando se ia muito bem, gastava-se oito dias. Eu fiz essa linha aí por um tempo, nós a temos lá desde os anos 70.

Depois, ninguém acreditava, Senador Zequinha Marinho: quando se lançou para fazer, o Figueiredo iniciou a obra em 1981; veio a licitação no final dos anos 80, a licitação em 1981, para fazer uma rodovia de 1.450km e inaugurar em 1984, em novembro; pelo contrário, inaugurou três ou quatro meses antes do previsto. Eu jamais acreditava que ia fazer uma rodovia daquela, mas, naquela época, parece que as coisas andavam mais, mas também nós não tínhamos a Marina Silva naquele momento. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quero agradecer a presença de todos os senhores e...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está aprovada a inclusão desse vídeo também na nossa sessão? Não precisa... V. Exa. mesmo pode fazê-lo, para ficar nos *Anais* desta sessão esse vídeo que eu encaminhei?

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com certeza. Secretaria da Comissão, por favor, faça o registro.

Muito obrigado a todos!

Nada mais havendo a tratar, quero declarar encerrada a presente reunião.

Boa tarde!

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e treze minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberar as indicações para as programações decorrentes da Emenda RP8 (60120002) desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2026, nos termos da Lei Complementar 210/2024; Lei 15.346/2025 (LOA 2026); Lei 15.321/2025 (LDO 2026); Resolução do Congresso Nacional 1/2006; Portaria Conjunta MPO/MGI/SRI-PR 2/2026 e Ofícios 121/2026, 125/2026 e 131/2026, da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária, conforme planilhas anexas. Registram presença os Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Jorge Seif, Beto Faro, Weverton, Alan Rick, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. Registram presença, ainda, os Senadores Magno Malta, Paulo Paim, Izalci Lucas, Lucas Barreto, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senhor Presidente submete ao colegiado a seguinte retificação na Ata da 8ª Reunião da Comissão realizada em 15 de abril de 2026: ONDE SE LÊ: a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou o Relatório e aprovou, até o presente, quinhentas e vinte indicações, totalizando R$ 316.674.767,00 (trezentos e dezesseis milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e sessenta e sete reais); LEIA-SE: a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou o Relatório e aprovou, até o presente, quinhentas e quatorze indicações, totalizando R$ 314.699.717,00 (trezentos e quatorze milhões seiscentos e noventa e nove mil setecentos e dezessete reais). Resultado: Aprovada a retificação. Os Anexos I e III da referida Ata permanecem inalterados. O Anexo II será republicado sem as seguintes indicações rejeitadas: 3337, 3338, 3339, 3340, 3341 e 3342, passando a totalizar 514 indicações aprovadas. A presente reunião está dividida em duas partes. **Primeira Parte:** terceiro bloco de deliberação das indicações. Há 101 (cento e uma) indicações para análise, das quais 22 (vinte e duas) são novas e 67 (sessenta e sete) são alterações em indicações já aprovadas. Os pedidos de alteração decorrem de óbices à execução orçamentária por impedimento técnico apontado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária por meio dos Ofícios 121/2026, 125/2026 e 131/2026. Constam, ainda, 12 indicações (4673, 4672, 4674, 4671, 11354, 11342, 11311, 11317, 11335, 11331, 11351 e 11326) retiradas pelos próprios solicitantes, a serem rejeitadas. Relatoria e coordenação das indicações da CRA: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das alterações em indicações constantes do Anexo I e pela consolidação de todas as indicações aprovadas até o presente momento no Anexo II. Pela rejeição das 12 indicações supracitadas e pela consolidação de todas as indicações

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

rejeitadas até o presente momento no Anexo III. Passa-se à deliberação. Resultado: Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou o Relatório e aprovou, até o presente, 513 (quinhentas e treze) indicações, totalizando R$ 338.820.482,00 (trezentos e trinta e oito milhões oitocentos e vinte mil quatrocentos e oitenta e dois reais). O Anexo I compreende as alterações em indicações no formato DE-PARA. O Anexo II compreende todas as indicações aprovadas por esta Comissão até o presente. O Anexo III contém todas as indicações rejeitadas por esta Comissão até o presente. **Segunda Parte:** Deliberação de alteração de Grupo de Natureza de Despesa (GND), na forma do artigo 53, § 1º, I, "d", da Lei 15.321/2025 (LDO 2026), para possibilitar a adequada operacionalização dos recursos e viabilizar a execução das indicações dos Senadores. Referência: Ofício Circular nº 10/2026/GAB/SEPAR/SRI/PR. Resultado: Aprovada a seguinte alteração nos Grupos de Natureza de Despesa da Emenda 60120002: R$ 30.000.000,00 (trinta milhões) para o GND 3 e R$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões) para o GND 4, perfazendo os R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões) totais da Emenda 60120002. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da décima Reunião, que é aprovada. Sem mais, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e um minutos.

**SENADOR ZEQUINHA MARINHO**
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Anexo I: Listagem das alterações em indicações (DE-PARA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Senador Alessandro Vieira**

**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Alessandro Vieira | 5189 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Desenvolvimento Comunitário das Mulheres de Cumbe | Cumbe | 45.661.438/0001-59 | SE | CUMBE | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| Alessandro Vieira | 5194 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de moradores e produtores do povoado Barro Preto e adjacencias | Itabaiana | 05.875.642/0001-58 | SE | ITABAIANA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| Alessandro Vieira | 5196 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Cooperativa dos Agricultores Familiares do Baixo São Francisco | Japoatã | 44.473.104/0001-99 | SE | JAPOATA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| Alessandro Vieira | 5208 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Moradores do Grande Rosa Elze - AMOR-GRE | São Cristóvão | 08.710.851/0001-30 | SE | SAO CRISTOVAO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| Alessandro Vieira | 5201 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Moradores da Barra do Bai | Nossa Senhora da Glória | 02.319.607/0001-64 | SE | NOSSA SENHORA DA GLORIA | 4 | 90 | Pá-Carregadeira | R$ 292.600,00 |
| Alessandro Vieira | 5192 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Gararu | Gararu | 13.112.669/0001-17 | SE | GARARU | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| Alessandro Vieira | 5210 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Assistência e Ação Comunitária de Telha | Telha | 16.457.335/0001-73 | SE | TELHA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| Alessandro Vieira | 5204 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Pedrinhas | Pedrinhas | 13.098.736/0001-96 | SE | PEDRINHAS | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| Alessandro Vieira | 5203 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro | Nossa Senhora do Socorro | 13.128.814/0001-58 | SE | NOSSA SENHORA DO SOCORRO | 4 | 90 | Pá-Carregadeira | R$ 290.000,00 |
| Alessandro Vieira | 5195 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação dos Moradores e Amigos do Povoado Tem Dura e Adjacencias | Itabaiana | 02.787.727/0001-96 | SE | ITABAIANA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| Alessandro Vieira | 5206 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Propriá | Propriá | 13.117.320/0001-78 | SE | PROPRIA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| Alessandro Vieira | 5198 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Instituto Valmir Monteiro | Lagarto | 02.649.025/0001-46 | SE | LAGARTO | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| Alessandro Vieira | 5190 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação das Rendeiras Independentes de Divina Pastora - ASDRIN | Divina Pastora | 52.472.256/0001-03 | SE | DIVINA PASTORA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| Alessandro Vieira | 5188 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Canaã | Canindé do São Francisco | 02.473.038/0001-07 | SE | CANINDE DE SAO FRANCISCO | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| Alessandro Vieira | 5209 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de São Francisco | São Francisco | 13.118.435/0001-87 | SE | SAO FRANCISCO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| Alessandro Vieira | 5202 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COLONIA SANTA HELENA E REGIAO | Nossa Senhora da Glória | 01.353.453/0001-64 | SE | NOSSA SENHORA DA GLORIA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| Alessandro Vieira | 5207 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas | Riachão do Dantas | 11.439.872/0001-77 | SE | RIACHAO DO DANTAS | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| Alessandro Vieira | 5193 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Comunitária Nossa Senhora de Lourdes | Gracho Cardoso | 02.723.330/0001-30 | SE | GRACHO CARDOSO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| Alessandro Vieira | 5205 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | ASSOCIACAO DE DESENVOL COMU N. NOSSA SENHORA SANTANA DE MALHADA GRANDE | Poço Verde | 03.675.569/0001-45 | SE | POCO VERDE | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| Alessandro Vieira | 5197 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Pequenos Produtores Rurais Maria de Lourdes Fonseca Santos | Lagarto | 31.443.339/0001-96 | SE | LAGARTO | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| Alessandro Vieira | 5200 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Maes do Mestre Casa de Davi | Neópolis | 14.480.714/0001-59 | SE | NEOPOLIS | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| Alessandro Vieira | 5187 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Cultural e Esportiva - ACESA. | Aquidabã | 33.023.784/0001-22 | SE | AQUIDABA | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |
| Alessandro Vieira | 5199 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | COOPERATIVA DE PRODUÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AUTO CONSUMO E ECONOMIA SOLIDARIA- COOPESA | Malhador | 23.052.767/0001-60 | SE | MALHADOR | 4 | 90 | Trator agrícola | R$ 135.746,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Alessandro Vieira | 13568 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Salgado | Salgado | 13.107.453/0001-63 | SE | SALGADO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| Alessandro Vieira | 13570 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy | Santa Luzia do Itanhy | 13.098.942/0001-04 | SE | SANTA LUZIA DO ITANHY | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.581,00 |
| Alessandro Vieira | 13567 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Pacatuba | Pacatuba | 13.112.222/0001-48 | SE | PACATUBA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| Alessandro Vieira | 13560 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Ilha das Flores | Ilha das Flores | 13.111.224/0001-12 | SE | ILHA DAS FLORES | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| Alessandro Vieira | 13561 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Indiaroba | Indiaroba | 13.097.894/0001-21 | SE | INDIAROBA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| Alessandro Vieira | 13566 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Laranjeiras | Laranjeiras | 13.120.613/0001-04 | SE | LARANJEIRAS | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| Alessandro Vieira | 13563 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Lagarto | Lagarto | 13.124.052/0001-11 | SE | LAGARTO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| Alessandro Vieira | 13557 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros | Barra dos Coqueiros | 13.128.863/0001-90 | SE | BARRA DOS COQUEIROS | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| Alessandro Vieira | 13572 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Tomar do Geru | Tomar do Geru | 11.412.389/0001-07 | SE | TOMAR DO GERU | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| Alessandro Vieira | 13562 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda | Itaporanga d'Ajuda | 13.128.889/0001-39 | SE | ITAPORANGA D'AJUDA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |

**Senadora Jussara Lima**

**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4704 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF - CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas e Equipamentos - 13 TRATORES AGRÍCOLA modelo LOVOL TB754 CABINADO Valor unitário R$ 129.900,00 | R$ 1.688.700,00 |
| Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4703 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição máquinas e equipamento - aquisição de 04 RESTROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX Valor unitário R$ 288.000,00 | R$ 1.125.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 13233 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Alto Longá/PI | | | 06.554.323/0001-03 | PI | ALTO LONGA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ 257.324,00 |
| Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 12699 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de 9 RETROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX - ATA Região Nordeste | R$ 2.714.136,00 |

**Senador Confúcio Moura**

**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Confúcio Aires Moura | 4819 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | ITAPUA DO OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator e ensiladeira frontal. | R$ 700.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Confúcio Aires Moura | 12879 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | ITAPUÃ DO OESTE | ITAPUÃ DO OESTE | | 63.761.936/0001-55 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 40 | Aquisição de ensiladeira frontal. | R$ 700.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Senadora Dra. Eudócia**

**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4965 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4954 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Trator Agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4956 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MAR VERMELHO | | | 12.333.761/0001-44 | AL | MAR VERMELHO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4976 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO NORTE | | | 12.200.317/0001-50 | AL | SANTA LUZIA DO NORTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4986 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BATALHA | | | 12.250.056/0001-83 | AL | BATALHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4973 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4967 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4952 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ANADIA | | | 12.227.351/0001-19 | AL | ANADIA | 4 | 90 | 01 equipamento: motoniveladora | R$ 500.555,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4983 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PARICONHA | | | 35.634.435/0001-72 | AL | PARICONHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4957 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4987 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BELO MONTE | | | 12.250.163/0001-01 | AL | BELO MONTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4960 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4962 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4982 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO CASADO | | | 12.350.146/0001-46 | AL | OLHO D'AGUA DO CASADO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4961 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4981 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MATA GRANDE | | | 12.226.205/0001-79 | AL | MATA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4979 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CANAPI | | | 12.367.892/0001-42 | AL | CANAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4993 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE JARAMATAIA | | | 12.207.544/0001-08 | AL | JARAMATAIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4953 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | Um equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4969 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE COITE DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4966 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4955 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE LAGOA DA CANOA | | | 12.207.551/0001-00 | AL | LAGOA DA CANOA | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4975 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SATUBA | | | 12.200.333/0001-43 | AL | SATUBA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4985 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ARAPIRACA | | | 12.198.693/0003-10 | AL | ARAPIRACA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4958 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4989 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CRAIBAS | | | 08.439.549/0001-99 | AL | CRAIBAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4964 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4963 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4992 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE | | | 12.207.528/0001-15 | AL | FEIRA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4972 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE COITE DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4959 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4974 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4978 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE AGUA BRANCA | | | 12.350.153/0001-48 | AL | AGUA BRANCA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4980 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA | | | 12.224.895/0001-27 | AL | DELMIRO GOUVEIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4968 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4977 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE RIO LARGO | | | 12.200.168/0001-20 | AL | RIO LARGO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4988 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE | | | 12.198.701/0001-66 | AL | CAMPO GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4984 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PIRANHAS | | | 12.225.546/0001-20 | AL | PIRANHAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11223 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Anadia/AL | Anadia/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 01 equipamento: motoniveladora | R$ 501.570,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11306 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Monteiropolis/AL | Monteiropolis/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11228 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Lagoa da Canoa/AL | Lagoa da Canoa/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 301.570,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11301 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Jaramataia/AL | Jaramataia/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11273 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Coité do Noia/AL | Coité do Noia/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11314 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Piranhas/AL | Piranhas/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11248 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Arapiraca/AL | Arapiraca/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11268 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Campo Alegre/AL | Campo Alegre/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11319 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Satuba/AL | Satuba/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11298 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Inhapi/AL | Inhapi/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | DEZ equipamentos: Tratores agricolas | R$ 1.360.200,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11290 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Giral do Ponciano/AL | Giral do Ponciano/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11310 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Olho D'agua do Casado/AL | Olho D'agua do Casado/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11307 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Monteiropolis/AL | Monteiropolis/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11276 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Craibas/AL | Craibas/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11305 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Mata Grande/AL | Mata Grande/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11232 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Mar Vermelho/AL | Mar Vermelho/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 301.570,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11264 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Belo Monte/AL | Belo Monte/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11241 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Agua Branca/AL | Agua Branca/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.019,00 |
| Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11278 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Delmiro Gouveia/AL | Delmiro Gouveia/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Eudoxia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11318 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Santa Luzia do Norte/AL | Santa Luzia do Norte/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 136.020,00 |
| Eudoxia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11284 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Giral do Ponciano/AL | Giral do Ponciano/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 136.020,00 |
| Eudoxia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11234 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Maribondo/AL | Maribondo/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 301.569,00 |
| Eudoxia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11270 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Canapi/AL | Canapi/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 136.020,00 |
| Eudoxia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11281 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Feira Grande/AL | Feira Grande/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 136.020,00 |
| Eudoxia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11315 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Rio Largo/AL | Rio Largo/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 136.020,00 |
| Eudoxia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11259 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Batalha/AL | Batalha/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 136.020,00 |
| Eudoxia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11313 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Pariconha/AL | Pariconha/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 136.020,00 |
| Eudoxia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11275 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Coité do Noia/AL | Coité do Noia/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 136.020,00 |
| Eudoxia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11302 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Maribondo/AL | Maribondo/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agrícola | R$ 136.020,00 |

**Senador Izalci Lucas**

**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Izalci Lucas Ferreira | 4733 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Água Fria de Goiás | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás | R$ 180.974,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Izalci Lucas Ferreira | 13032 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Água fria de Goiás (CNPJ 25.141.292/0001-03) | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás | R$ 180.974,00 |

**Senador Jorge Seif**

**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jorge Seif Júnior | 4907 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Brunópolis | | | 01.613.853/0001-61 | SC | BRUNOPOLIS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4905 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Bom Jesus | | | 01.551.148/0001-87 | SC | BOM JESUS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4913 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São José do Cedro | | | 83.026.781/0001-10 | SC | SAO JOSE DO CEDRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4910 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Meleiro | | | 82.837.741/0001-96 | SC | MELEIRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4914 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Abelardo Luz | | | 83.009.886/0001-61 | SC | ABELARDO LUZ | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 3060 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Arroio Trinta | | | 82.826.462/0001-27 | SC | ARROIO TRINTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4912 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São Bernardino | | | 01.612.812/0001-50 | SC | SAO BERNARDINO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4911 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Saudades | | | 83.021.881/0001-54 | SC | SAUDADES | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 4909 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Caxambu do Sul | | | 83.021.816/0001-29 | SC | CAXAMBU DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jorge Seif Júnior | 12669 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Arroio Trinta - SC / 82.826.462/0001-27 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 12645 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Saudades - SC / 83.021.881/0001-54 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 12651 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de São Bernardino - / 01.612.812/0001-50 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 12655 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Bom Jesus - SC / 01.551.148/0001-87 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 12663 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Abelardo Luz - SC / 83.009.886/0001-61 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 12649 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Caxambu do Sul - SC / 83.021.816/0001-29 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 12659 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de São José do Cedro - SC / 83.026.781/0001-10 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 12654 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Brunópolis - SC / 01.613.853/0001-61 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| Jorge Seif Júnior | 12661 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Meleiro SC / 82.837.741/0001-96 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |

**Senador Renan Filho (1º suplente: Senador Fernando Farias)**

**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fernando Lopes de Farias (saída em 1º.04.2026 em virtude do retorno do titular - Sen. Renan Filho) | 4900 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 01 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMG/LW500KV no valor unitário de R$ 280.000,00 | R$ 280.000,00 |
| Fernando Lopes de Farias (saída em 1º.04.2026 em virtude do retorno do titular - Sen. Renan Filho) | 4898 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 TRATORES AGRÍCOLAS modelo LOVOL TB754 CABINADO no valor unitário de R$ 129.900,00 | R$ 779.400,00 |
| Fernando Lopes de Farias (saída em 1º.04.2026 em virtude do retorno do titular - Sen. Renan Filho) | 4895 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 | R$ 1.728.000,00 |
| Fernando Lopes de Farias (saída em 1º.04.2026 em virtude do retorno do titular - Sen. Renan Filho) | 3930 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Limoeiro de Anadia | | | 12.207.403/0001-95 | AL | LIMOEIRO DE ANADIA | 4 | 40 | Construção de Estrutura Física para Comercialização Agropecuária Animal | R$ 2.000.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| José Renan Vasconcelos Calheiros Filho (reassume o mandato em 1º.04.2026) | 12787 | 60120002 | 4284 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Novo Lino | | | 12.248.878/0001-20 | AL | NOVO LINO | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e implementos - Tratores com implementos | R$ 462.383,00 |
| José Renan Vasconcelos Calheiros Filho (reassume o mandato em 1º.04.2026) | 12785 | 60120002 | 4284 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 04 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMG/LW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00 (Ata Região Nordeste) | R$ 1.172.775,00 |
| José Renan Vasconcelos Calheiros Filho (reassume o mandato em 1º.04.2026) | 12758 | 60120002 | 4284 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 11 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 (Ata Região Nordeste) | R$ 3.317.278,00 |

**Senador Rogério Marinho**

**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rogério Simonetti Marinho | 4684 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | TENENTE LAURENTINO CRUZ | | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4679 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAJOR SALES | | | 01.612.383/0001-11 | RN | MAJOR SALES | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rogério Simonetti Marinho | 4681 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | EXTREMOZ | | | 08.204.497/0001-71 | RN | EXTREMOZ | 4 | 90 | aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura | R$ 501.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4685 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | VERA CRUZ | | | 08.362.915/0001-59 | RN | VERA CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4683 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO BENTO DO TRAIRI | | | 08.160.467/0001-00 | RN | SAO BENTO DO TRAIRI | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4680 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO | | | 01.612.396/0001-90 | RN | SAO MIGUEL DO GOSTOSO | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4678 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | ACARI | | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 4682 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MARCELINO VIEIRA | | | 08.357.618/0001-15 | RN | MARCELINO VIEIRA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rogério Simonetti Marinho | 11686 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MARCELINO VIEIRA - 08.357.618/0001-15 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 136.021,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 11672 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | TENENTE LAURENTINO CRUZ - CNPJ 01.612.382/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 136.021,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 11681 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | SÃO BENTO DO TRAIRI - CNPJ 08.160.467/0001-00 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 136.021,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 11675 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | VERA CRUZ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 136.021,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 11721 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MAJOR SALES - CNPJ 01.612.383/0001-11 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 11703 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA ABICULTURA E PECUÁRIA | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - CNPJ 01.612.396/0001-90 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 11710 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | ACARI - CNPJ 08.097.008/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| Rogério Simonetti Marinho | 11696 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | EXTREMOZ - CNPJ 08.204.497/0001-71 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura | R$ 501.571,00 |

**Senador Romário (1º suplente: Senador Bruno Bonetti)**
**De:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bruno Bierrenbach Bonetti (saída em 09.04.2026 em virtude do retorno do titular - Sen. Romário) | 2897 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SÃO FIDELIS - RJ | | | 29.111.093/0001-03 | RJ | SAO FIDELIS | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 300.960,00 |
| Bruno Bierrenbach Bonetti (saída em 09.04.2026 em virtude do retorno do titular - Sen. Romário) | 2896 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU - RJ | | | 29.115.458/0001-78 | RJ | CASIMIRO DE ABREU | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 574.750,00 |
| Bruno Bierrenbach Bonetti (saída em 09.04.2026 em virtude do retorno do titular - Sen. Romário) | 2894 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE BARRA MANSA - RJ | | | 28.695.658/0001-84 | RJ | BARRA MANSA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 480.700,00 |
| Bruno Bierrenbach Bonetti (saída em 09.04.2026 em virtude do retorno do titular - Sen. Romário) | 2895 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE TANGUÁ - RJ | | | 01.612.089/0001-00 | RJ | TANGUA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 300.960,00 |

**Para:**

| Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Romario de Souza Faria (reassume o mandato em 10.04.2026) | 13099 | 60120002 | 3799 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Barra Mansa/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Motoniveladora | R$ 481.676,00 |
| Romario de Souza Faria (reassume o mandato em 10.04.2026) | 13116 | 60120002 | 3799 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de São Fidélis/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Romario de Souza Faria (reassume o mandato em 10.04.2026) | 13109 | 60120002 | 3799 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Tanguá/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| Romario de Souza Faria (reassume o mandato em 10.04.2026) | 13111 | 60120002 | 3799 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Casimiro de Abreu/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Escavadeira Hidráulica | R$ 575.917,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Anexo II: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento**



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor aprovado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Alan Rick Miranda | 3678 | 60120002 | 4394 | 22000 | 22101 | 202V | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE | Estado do Acre | 43.824.560/0001-73 | AC | RIO BRANCO | 3 | 50 | Aquisição de insumos, mudas, feiras, exposições e capacitações e ações de assistência técnica no Estado do Acre | R$ 595.000,00 |
| 2 | Alan Rick Miranda | 3692 | 60120002 | 4394 | 22000 | 22101 | 202V | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDADE | Estado do Acre | 43.824.560/0001-73 | AC | RIO BRANCO | 4 | 50 | A aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para fortalecer o apoio aos produtores rurais no Estado do Acre | R$ 1.386.681,00 |
| 3 | Alexsandro Vieira | 13568 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Salgado | Salgado | 13.107.453/0001-63 | SE | SALGADO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| 4 | Alexsandro Vieira | 13570 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy | Santa Luzia do Itanhy | 13.098.942/0001-04 | SE | SANTA LUZIA DO ITANHY | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.581,00 |
| 5 | Alexsandro Vieira | 13567 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Pacatuba | Pacatuba | 13.112.222/0001-48 | SE | PACATUBA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| 6 | Alexsandro Vieira | 13560 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Ilha das Flores | Ilha das Flores | 13.111.224/0001-12 | SE | ILHA DAS FLORES | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| 7 | Alexsandro Vieira | 13561 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Indaroba | Indaroba | 13.097.894/0001-21 | SE | INDAROBA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| 8 | Alexsandro Vieira | 13566 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Laranjeiras | Laranjeiras | 13.120.613/0001-04 | SE | LARANJEIRAS | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| 9 | Alexsandro Vieira | 13563 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Lagarto | Lagarto | 13.124.052/0001-11 | SE | LAGARTO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| 10 | Alexsandro Vieira | 13557 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros | Barra dos Coqueiros | 13.128.863/0001-90 | SE | BARRA DOS COQUEIROS | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| 11 | Alexsandro Vieira | 13572 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Tomar do Geru | Tomar do Geru | 11.412.389/0001-07 | SE | TOMAR DO GERU | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| 12 | Alexsandro Vieira | 13562 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda | Itaporanga d'Ajuda | 13.128.889/0001-39 | SE | ITAPORANGA D'AJUDA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.580,00 |
| 13 | Alexandre Luiz Giordano | 1374 | 60120002 | 4221 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Mairiporã | Município de Mairiporã | Município de Mairiporã | 46.523.163/0001-50 | SP | MAIRIPORA | 4 | 40 | FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO | R$ 4.952.436,00 |
| 14 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4069 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | PRIMEIRA CRUZ | PRIMEIRA CRUZ | PRIMEIRA CRUZ | 06.240.352/0001-09 | MA | PRIMEIRA CRUZ | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 1.000.000,00 |
| 15 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4102 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | PARNARAMA | PARNARAMA | PARNARAMA | 06.115.117/0001-05 | MA | PARNARAMA | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 500.000,00 |
| 16 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4111 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | PINHEIRO | PINHEIRO | PINHEIRO | 06.200.745/0001-80 | MA | PINHEIRO | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 1.450.000,00 |
| 17 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4098 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | 01.612.333/0001-34 | MA | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 500.000,00 |
| 18 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4107 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | VIANA | VIANA | VIANA | 06.439.988/0001-76 | MA | VIANA | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 500.000,00 |
| 19 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 4040 | 60120002 | 4283 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO VICENTE DE FERRER | SÃO VICENTE DE FERRER | SÃO VICENTE DE FERRER | 06.421.119/0001-14 | MA | SAO VICENTE FERRER | 4 | 40 | RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. | R$ 1.000.000,00 |
| 20 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 1303 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Barrocas | Prefeitura Municipal de Barrocas | | 04.216.287/0001-42 | BA | BARROCAS | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 400.000,00 |
| 21 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 2556 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Poções | | | 14.242.200/0001-65 | BA | POCOES | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 22 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 1308 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Conceição da Feira | | | 13.828.371/0001-06 | BA | CONCEICAO DA FEIRA | 4 | 40 | Recuperação de Estradas Vicinais | R$ 2.000.000,00 |
| 23 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 1311 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Conceição do Coite | Prefeitura Municipal de Conceição do Coite | | 13.843.842/0001-57 | BA | CONCEICAO DO COITE | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e equipamentos | R$ 1.000.000,00 |
| 24 | Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins | 2904 | 60120002 | 4179 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida | | | 14.108.286/0001-38 | BA | LICINIO DE ALMEIDA | 4 | 40 | Calçamento para escoamento da produção rural | R$ 1.052.436,00 |
| 25 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 1176 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Corrente | | | 06.554.257/0001-71 | PI | CORRENTE | 4 | 40 | Pavimentação de Estradas Vicinais | R$ 1.500.000,00 |
| 26 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 1357 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38 | | | 08.809.355/0001-38 | PI | TERESINA | 4 | 30 | Aquisição de máquinas e equipamentos / Material Permanente | R$ 480.974,00 |
| 27 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 13233 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Alto Longá/PI | | | 06.554.323/0001-03 | PI | ALTO LONGA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ 257.324,00 |
| 28 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 12699 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de 9 RETROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX - ATA Região Nordeste | R$ 2.714.136,00 |
| 29 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 1356 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 202V | Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38 | | | 08.809.355/0001-38 | PI | TERESINA | 4 | 30 | Aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à produção / Material Permanente | R$ 990.487,00 |
| 30 | Antonio Hamilton Martins Mourão | 1690 | 60120002 | 4271 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de São Gabriel | Prefeitura Municipal de São Gabriel | | 88.768.080/0001-70 | RS | SAO GABRIEL | 4 | 40 | Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de São Gabriel | R$ 500.000,00 |
| 31 | Antonio Hamilton Martins Mourão | 1692 | 60120002 | 4271 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Mato Castelhano | Prefeitura Municipal de Mato Castelhano | | 92.412.808/0001-02 | RS | MATO CASTELHANO | 4 | 40 | Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Mato Castelhano | R$ 500.000,00 |
| 32 | Antonio Hamilton Martins Mourão | 1691 | 60120002 | 4271 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Alegrete | Prefeitura Municipal de Alegrete | | 87.896.874/0001-57 | RS | ALEGRETE | 4 | 40 | Recursos destinados a investimentos na agricultura do município de Alegrete | R$ 980.974,00 |
| 33 | Augusta Brito de Paula | 3528 | 60120002 | 4281 | 22000 | 22101 | 202V | TABULEIRO DO NORTE | | | 07.891.682/0001-19 | CE | TABULEIRO DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 4.500.000,00 |
| 34 | Augusta Brito de Paula | 4141 | 60120002 | 4281 | 22000 | 22101 | 202V | BELA CRUZ | | | 07.566.045/0001-77 | CE | BELA CRUZ | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.442.436,00 |
| 35 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4675 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Trajano de Moraes/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| 36 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4676 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Itaocara/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Trator Agrícola | R$ 154.974,00 |
| 37 | Carlos Alberto Dias Viana | 4939 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | MUNICÍPIO DE CURRAL DE DENTRO | | 01.613.076/0001-55 | MG | CURRAL DE DENTRO | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola | R$ 107.774,00 |
| 38 | Carlos Alberto Dias Viana | 4016 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.407/0001-86 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de retroescavadeira | R$ 302.400,00 |
| 39 | Carlos Alberto Dias Viana | 4054 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE GUIRICEMA - MG - CNPJ 18.137.943/0001-26 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de motoniveladora | R$ 483.000,00 |
| 40 | Carlos Alberto Dias Viana | 4032 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE PRATA - MG. CNPJ 18.260.505/0001-50 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de retroescavadeira | R$ 302.400,00 |
| 41 | Carlos Alberto Dias Viana | 4020 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE ITURAMA - MG CNPJ 18.457.242/0001-74 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de retroescavadeira | R$ 302.400,00 |
| 42 | Carlos Alberto Dias Viana | 4046 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS - MG- CNPJ 18.398.966/0001-94 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de motoniveladora | R$ 483.000,00 |
| 43 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 954 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Amaturá | | | 04.628.723/0001-90 | AM | AMATURA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 44 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 1008 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Tefé | | | 04.426.383/0001-15 | AM | TEFE | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 1.000.000,00 |
| 45 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 983 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Maraã | | | 04.505.640/0001-04 | AM | MARAA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 46 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 1001 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença | | | 05.829.577/0001-24 | AM | SAO PAULO DE OLIVENCA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 47 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 996 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira | | | 04.272.670/0001-18 | AM | SAO GABRIEL DA CACHOEIRA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 1.000.000,00 |
| 48 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 988 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro | | | 04.194.239/0001-09 | AM | SANTA ISABEL DO RIO NEGRO | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 49 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 1005 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Tabatinga | | | 04.011.805/0001-91 | AM | TABATINGA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 1.000.000,00 |
| 50 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 982 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Jutaí | | | 04.285.896/0001-53 | AM | JUTAI | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 51 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 966 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Careiro | | | 04.332.995/0001-49 | AM | CAREIRO | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 52 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 950 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Alvarães | | | 04.628.335/0001-00 | AM | ALVARAES | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 53 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 971 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea | | | 23.006.331/0001-34 | AM | CAREIRO DA VARZEA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 404.872,00 |
| 54 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 992 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá | | | 04.532.057/0001-92 | AM | SANTO ANTONIO DO ICA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 55 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 963 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Benjamin Constant | | | 04.243.978/0001-35 | AM | BENJAMIN CONSTANT | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 56 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 957 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte | | | 04.530.713/0001-18 | AM | ATALAIA DO NORTE | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 57 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 959 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Barcelos | | | 04.271.037/0001-05 | AM | BARCELOS | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 58 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 973 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Fonte Boa | | | 04.530.101/0001-25 | AM | FONTE BOA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 59 | Carlos Eduardo de Souza Braga | 978 | 60120002 | 2909 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Japurá | | | 04.505.509/0001-47 | AM | JAPURA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 500.000,00 |
| 60 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 8818 | 60120002 | 4186 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE CHAPADA DE AREIA | | | 01.625.984/0001-69 | TO | CHAPADA DE AREIA | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA | R$ 350.075,00 |
| 61 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 8859 | 60120002 | 4186 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE SAMPAIO | | | 25.086.828/0001-35 | TO | SAMPAIO | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE | R$ 580.674,00 |
| 62 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 8846 | 60120002 | 4186 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY | | | 01.785.492/0001-30 | TO | PRESIDENTE KENNEDY | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA | R$ 350.075,00 |
| 63 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 8830 | 60120002 | 4186 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE JUARINA | | | 37.426.509/0001-00 | TO | JUARINA | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA | R$ 350.075,00 |
| 64 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 8803 | 60120002 | 4186 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE BERNARDO SAYÃO | | | 25.086.596/0001-15 | TO | BERNARDO SAYAO | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA | R$ 350.075,00 |
| 65 | Carlos Francisco Portinho | 4667 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Guapimirim/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agricola | R$ 154.974,00 |
| 66 | Carlos Francisco Portinho | 4666 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Paraíba do Sul/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 67 | Carlos Francisco Portinho | 4663 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Itaperuna/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ 575.917,00 |
| 68 | Carlos Francisco Portinho | 4791 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 154.974,00 |
| 69 | Carlos Francisco Portinho | 4665 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Macaco/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 481.676,00 |
| 70 | Carlos Francisco Portinho | 4661 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Município de Carmo/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 2 - Tratores Agricolas | R$ 309.948,00 |
| 71 | Carlos Henrique Baqueta Fávaro | 11885 | 60120002 | 4201 | 22000 | 22101 | 202V | Nova Olimpia | Nova Olimpia | Nova Olimpia | 03.238.920/0001-30 | MT | NOVA OLIMPIA | 4 | 40 | Construção de Unidade de Abatedouro | R$ 4.050.000,00 |
| 72 | Carlos Henrique Baqueta Fávaro | 8225 | 60120002 | 4201 | 22000 | 22101 | 202V | Lucas do Rio Verde-MT | Lucas do Rio Verde-MT | Lucas do Rio Verde-MT | 24.772.246/0001-40 | MT | LUCAS DO RIO VERDE | 4 | 40 | Construção de Unidade Beneficiadora de Mel | R$ 902.436,00 |
| 73 | Cid Ferreira Gomes | 1844 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Boa Viagem | | | 07.963.515/0001-36 | CE | BOA VIAGEM | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ 600.000,00 |
| 74 | Cid Ferreira Gomes | 1999 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Varjota | | | 07.673.114/0001-41 | CE | VARJOTA | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 75 | Cid Ferreira Gomes | 1761 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Caririé | | | 07.598.600/0001-42 | CE | CARIRE | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ 500.000,00 |
| 76 | Cid Ferreira Gomes | 1834 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Viçosa do Ceará | | | 10.462.497/0001-13 | CE | VICOSA DO CEARA | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas | R$ 1.000.000,00 |
| 77 | Cid Ferreira Gomes | 1638 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Forquilha | | | 07.673.106/0001-03 | CE | FORQUILHA | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 78 | Cid Ferreira Gomes | 1759 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Araripe | | | 07.539.984/0001-22 | CE | ARARIPE | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ 500.000,00 |
| 79 | Cid Ferreira Gomes | 1760 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Groaíras | | | 07.598.709/0001-80 | CE | GROAIRAS | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 80 | Cid Ferreira Gomes | 3723 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário | | | 07.954.563/0001-68 | CE | FORTALEZA | 4 | 30 | Obras e Serviços de Engenharia - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas | R$ 2.004.872,00 |
| 81 | Cid Ferreira Gomes | 1836 | 60120002 | 4081 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Amontada | | | 06.582.449/0001-91 | CE | AMONTADA | 4 | 40 | Obras e Serviços de Engenharia - 1ª Etapa Abatedouro | R$ 2.300.000,00 |
| 82 | Ciro Nogueira Lima Filho | 3623 | 60120002 | 2900 | 22000 | 22101 | 202V | PORTO ALEGRE DO PIAUÍ | | | 01.613.513/0001-30 | PI | PORTO ALEGRE DO PIAUI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 990.487,00 |
| 83 | Ciro Nogueira Lima Filho | 3620 | 60120002 | 2900 | 22000 | 22101 | 202V | NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS | | | 06.554.422/0001-95 | PI | NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 990.487,00 |
| 84 | Cleiton Gontijo de Azevedo | 1561 | 60120002 | 4267 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Matias Barbosa | | | 18.338.194/0001-03 | MG | MATIAS BARBOSA | 4 | 40 | Infra -estrutura Rural | R$ 1.000.000,00 |
| 85 | Cleiton Gontijo de Azevedo | 1670 | 60120002 | 4267 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Vargem Bonita | | | 16.788.309/0001-28 | MG | VARGEM BONITA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 490.974,00 |
| 86 | Cleiton Gontijo de Azevedo | 1669 | 60120002 | 4267 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Chapada do Norte | | | 16.886.608/0001-03 | MG | CHAPADA DO NORTE | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 490.000,00 |
| 87 | Confúcio Aires Moura | 2788 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | COLORADO DO OESTE | COLORADO DO OESTE | | 04.391.512/0001-87 | RO | COLORADO DO OESTE | 4 | 40 | Aquisição de caminhão basculante | R$ 750.000,00 |
| 88 | Confúcio Aires Moura | 4917 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | NOVA BRASILANDIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de 1 (uma) retroescavadeira e 2 (duas) pás carregadeiras. | R$ 1.000.000,00 |
| 89 | Confúcio Aires Moura | 4816 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | CORUMBIARA | | 00.396.895/0001-25 | RO | CORUMBIARA | 4 | 90 | Aquisição de Trator. | R$ 302.436,00 |
| 90 | Confúcio Aires Moura | 4818 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | | 00.396.895/0001-25 | RO | SAO FRANCISCO DO GUAPORE | 4 | 90 | Aquisição de tratores. | R$ 700.000,00 |
| 91 | Confúcio Aires Moura | 4918 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | JARU | JARU | | 04.279.238/0001-59 | RO | JARU | 4 | 40 | Aquisição de caminhão caçamba, retroescavadeira e pá carregadeira. | R$ 1.500.000,00 |
| 92 | Confúcio Aires Moura | 12879 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 202V | ITAPUÃ DO OESTE | ITAPUÃ DO OESTE | | 63.761.936/0001-55 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 40 | Aquisição de ensiladeira frontal. | R$ 700.000,00 |
| 93 | Damares Regina Alves | 1890 | 60120002 | 4268 | 22000 | 22101 | 202V | SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural | | | 03.318.233/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 30 | 202V – Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.980.974,00 |
| 94 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4920 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | COREMAS - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | COREMAS | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Coremas/PB. | R$ 480.974,00 |
| 95 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4922 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | LUCENA - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | LUCENA | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Lucena - PB | R$ 500.000,00 |
| 96 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4921 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | MONTEIRO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | MONTEIRO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água, no município de Monteiro/PB. | R$ 500.000,00 |
| 97 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 4919 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) na Paraíba (CEST/PB) - CNPJ: 00.043.711/0001-43 | BOQUEIRÃO - PB | 00.396.895/0001-25 | PB | BOQUEIRAO | 4 | 90 | Perfuração de Poços Artesianos e Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água no município de Boqueirão/PB. | R$ 500.000,00 |
| 98 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 964 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.349.102/0001-29 | Carnaúbas | | 08.349.102/0001-29 | RN | CARAUBAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 600.000,00 |
| 99 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 1026 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.181.562/0001-90 | Florânia | | 08.181.562/0001-90 | RN | FLORANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 100 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 989 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.095.960/0001-94 | São João do Sabugi | | 08.095.960/0001-94 | RN | SAO JOAO DO SABUGI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 101 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 1046 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.086.662/0001-38 | Jardim do Seridó | | 08.086.662/0001-38 | RN | JARDIM DO SERIDO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 102 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 980 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.153.454/0001-04 | Riacho da Cruz | | 08.153.454/0001-04 | RN | RIACHO DA CRUZ | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 103 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 984 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.094.708/0001-60 | Ipueira | | 08.094.708/0001-60 | RN | IPUEIRA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 104 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 1030 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.110.884/0001-49 | Bento Fernandes | | 08.110.884/0001-49 | RN | BENTO FERNANDES | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 471.462,00 |
| 105 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 960 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.088.247/0001-13 | Santana do Seridó | | 08.088.247/0001-13 | RN | SANTANA DO SERIDO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 700.000,00 |
| 106 | Esmn Styvenson Valentim Mendes | 974 | 60120002 | 4142 | 22000 | 22101 | 202V | 08.096.372/0001-75 | Serra Negra do Norte | | 08.096.372/0001-75 | RN | SERRA NEGRA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 680.974,00 |
| 107 | Efraim de Araújo Morais Filho | 5614 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha | | | 09.067.562/0001-27 | PB | CATOLE DO ROCHA | 4 | 40 | Execução de Obras | R$ 2.000.000,00 |
| 108 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4320 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Associação Comunitária Rural do Sítio Lagoa do Poldro | | | 02.748.120/0001-05 | PB | POMBAL | 3 | 50 | Custeio de Manutenção e Serviços | R$ 150.000,00 |
| 109 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4327 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Associação Paraibana dos Criadores de Caprinos e Ovinos – APACCO | | | 09.307.596/0001-41 | PB | CAMPINA GRANDE | 3 | 50 | Custeio de Manutenção e Serviços | R$ 850.000,00 |
| 110 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4375 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Caiçara | | | 09.070.624/0001-50 | PB | CAICARA | 4 | 40 | Execução de Obras | R$ 1.500.000,00 |
| 111 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4448 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Pirpirituba | | | 08.789.299/0001-17 | PB | PIRPIRITUBA | 4 | 40 | Execução de Obras | R$ 500.000,00 |
| 112 | Efraim de Araújo Morais Filho | 7740 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Sumé | | | 08.874.935/0001-09 | PB | SUME | 4 | 40 | Obras Complementares do Parque de Exposição | R$ 2.000.000,00 |
| 113 | Eliziane Pereira Gama Melo | 3984 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de São Domingos do Azeitão | | 01.612.333/0001-34 | MA | SAO DOMINGOS DO AZEITAO | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ 1.000.000,00 |
| 114 | Eliziane Pereira Gama Melo | 5128 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitural Municipal de São Bento | | 06.214.258/0001-77 | MA | SAO BENTO | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ 500.000,00 |
| 115 | Eliziane Pereira Gama Melo | 5127 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura de Pinheiro | | 06.200.745/0001-80 | MA | PINHEIRO | 4 | 40 | Vicinal | R$ 1.480.974,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 116 | Elcinane Pereira Gama Melo | 3968 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Lajeado Novo | | 01.598.548/0001-48 | MA | LAJEADO NOVO | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ 1.000.000,00 |
| 117 | Elcinane Pereira Gama Melo | 3987 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Passagem Franca | | 10.438.570/0001-11 | MA | PASSAGEM FRANCA | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ 1.000.000,00 |
| 118 | Elcinane Pereira Gama Melo | 3951 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca | | 01.613.956/0001-21 | MA | SAO PEDRO DA AGUA BRANCA | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ 952.436,00 |
| 119 | Elcinane Pereira Gama Melo | 3964 | 60120002 | 4139 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Senador Alexandre Costa | | 01.566.688/0001-34 | MA | SENADOR ALEXANDRE COSTA | 4 | 40 | Estrada Vicinal | R$ 1.000.000,00 |
| 120 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11223 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Anadia/AL | Anadia/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 01 equipamento: motoniveladora | R$ 501.576,00 |
| 121 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11306 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Monteiropolis/AL | Monteiropolis/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 122 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11228 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Lagoa da Canoa/AL | Lagoa da Canoa/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 301.576,00 |
| 123 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11301 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Jaramataia/AL | Jaramataia/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 124 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11273 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Coité do Noia/AL | Coité do Noia/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 125 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11314 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Pirauba/AL | Pirauba/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 126 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11248 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Arapiraca/AL | Arapiraca/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 127 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11268 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Campo Alegre/AL | Campo Alegre/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 128 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11319 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Satuba/AL | Satuba/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 129 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11298 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Inhapi/AL | Inhapi/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | DEZ equipamentos: Tratores agricolas | R$ 1.360.200,00 |
| 130 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11290 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Giral do Ponciano/AL | Giral do Ponciano/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 131 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11310 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Olho D'agua do Casado/AL | Olho D'agua do Casado/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 132 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11307 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Monteiropolis/AL | Monteiropolis/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 133 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 3117 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Tanque D'arca/AL | | | 12.241.865/0001-29 | AL | TANQUE D'ARCA | 4 | 40 | Execução de obras de pavimentação (calçamento) em vias rurais do município, visando à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade local. | R$ 500.000,00 |
| 134 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11276 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Craibas/AL | Craibas/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 135 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11305 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Mata Grande/AL | Mata Grande/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 136 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11232 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Mar Vermelho/AL | Mar Vermelho/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 301.576,00 |
| 137 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11264 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Belo Monte/AL | Belo Monte/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 138 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11241 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Agua Branca/AL | Agua Branca/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.019,00 |
| 139 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11278 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Delmiro Gouveia/AL | Delmiro Gouveia/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 140 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11318 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Santa Luzia do Norte/AL | Santa Luzia do Norte/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 141 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11284 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Giral do Ponciano/AL | Giral do Ponciano/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 142 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11234 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Maribondo/AL | Maribondo/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 301.569,00 |
| 143 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11270 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Canapi/AL | Canapi/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 144 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11281 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Feira Grande/AL | Feira Grande/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 145 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11315 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Rio Largo/AL | Rio Largo/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 146 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11259 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Batalha/AL | Batalha/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 147 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11313 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Pariconha/AL | Pariconha/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 148 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 3122 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque | Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Flor do Bosque | Messias/AL | 27.369.015/0001-88 | AL | MESSIAS | 4 | 50 | Construção de casa de farinha para atendimento aos produtores vinculados à associação beneficiária, destinada ao processamento da mandioca e produção de farinha e derivados. | R$ 400.000,00 |
| 149 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11275 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Coité do Noia/AL | Coité do Noia/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 150 | Eudecia Maria Holanda de Araujo Caldas | 11302 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Maribondo/AL | Maribondo/AL | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 136.020,00 |
| 151 | Fabiano Contarato | 4727 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | | 00.396.895/0001-25 | ES | JOAO NEIVA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA | R$ 650.000,00 |
| 152 | Fabiano Contarato | 4730 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | | 00.396.895/0001-25 | ES | MUCURICI | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 153 | Fabiano Contarato | 735 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO | PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO | | 27.165.653/0001-87 | ES | JERONIMO MONTEIRO | 4 | 40 | FOMENTO À INFRAESTRUTURA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS, ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, DRAGAGEM, OBRAS DE DRENAGEM E IRRIGAÇÃO. | R$ 650.000,00 |
| 154 | Fabiano Contarato | 4729 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | | 00.396.895/0001-25 | ES | AGUA DOCE DO NORTE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRAULICA | R$ 650.000,00 |
| 155 | Fabiano Contarato | 4722 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | | 00.396.895/0001-25 | ES | SAO GABRIEL DA PALHA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA | R$ 510.000,00 |
| 156 | Fabiano Contarato | 4731 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | | 00.396.895/0001-25 | ES | CONCEICAO DO CASTELO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 430.000,00 |
| 157 | Fabiano Contarato | 4728 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | | 00.396.895/0001-25 | ES | VARGEM ALTA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 158 | Fabiano Contarato | 4724 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | | 00.396.895/0001-25 | ES | ITARANA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA | R$ 810.000,00 |
| 159 | Fabiano Contarato | 4726 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU | | 00.396.895/0001-25 | ES | IBIRACU | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 160 | Fabiano Contarato | 4725 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | | 00.396.895/0001-25 | ES | JAGUARE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 495.240,00 |
| 161 | Fernando Antonio Caminha Duciro | 12076 | 60120002 | 4252 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Riacho das Almas | | | 10.091.551/0001-61 | PE | RIACHO DAS ALMAS | 4 | 40 | Máquinas e equipamentos | R$ 1.000.000,00 |
| 162 | Fernando Antonio Caminha Duciro | 12149 | 60120002 | 4252 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Limoeiro | | | 11.097.292/0001-49 | PE | LIMOEIRO | 4 | 40 | Máquinas e equipamentos | R$ 1.152.436,00 |
| 163 | Fernando Antonio Caminha Duciro | 12065 | 60120002 | 4252 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Angelim | | | 10.130.755/0001-64 | PE | ANGELIM | 4 | 40 | Reforma e adequação do mercado público municipal | R$ 1.000.000,00 |
| 164 | Fernando Antonio Caminha Duciro | 4854 | 60120002 | 4252 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Santa Filomena | | | 01.613.732/0001-10 | PE | SANTA FILOMENA | 4 | 40 | Escavadeira hidráulica | R$ 800.000,00 |
| 165 | Fernando Antonio Caminha Duciro | 12071 | 60120002 | 4252 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Panelas | | | 10.215.176/0001-14 | PE | PANELAS | 4 | 40 | Pavimentação | R$ 1.000.000,00 |
| 166 | Flávio José Arns | 2842 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 76.022.516/0001-07 | PR | ANTONINA | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 830.000,00 |
| 167 | Flávio José Arns | 2849 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 76.217.017/0001-67 | PR | BOA ESPERANCA | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 830.000,00 |
| 168 | Flávio José Arns | 2855 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 01.613.136/0001-30 | PR | PRADO FERREIRA | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ 800.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 169 | Flávio José Ams | 2854 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 75.740.811/0001-28 | PR | MANOEL RIBAS | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ | 830.000,00 |
| 170 | Flávio José Ams | 2858 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 76.247.345/0001-06 | PR | TAPEJARA | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ | 830.000,00 |
| 171 | Flávio José Ams | 2853 | 60120002 | 2038 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO | | | 75.740.829/0001-20 | PR | BORRAZOPOLIS | 4 | 40 | Aquisição de maquinário agrícola | R$ | 830.000,00 |
| 172 | Flávio Nantes Bolsonaro | 1924 | 60120002 | 9219 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana | | | 28.812.972/0001-08 | RJ | BOM JESUS DO ITABAPOANA | 4 | 40 | Aquisição de equipamentos agrícolas | R$ | 480.000,00 |
| 173 | Flávio Nantes Bolsonaro | 1919 | 60120002 | 9219 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Resende/RJ | | | 29.178.233/0001-60 | RJ | RESENDE | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 480.000,00 |
| 174 | Flávio Nantes Bolsonaro | 1921 | 60120002 | 9219 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ | | | 31.846.892/0001-70 | RJ | ITATIAIA | 4 | 40 | Aquisição de equipamentos agrícolas | R$ | 480.000,00 |
| 175 | Flávio Nantes Bolsonaro | 1918 | 60120002 | 9219 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Paty do Alferes/RJ | | | 31.844.889/0001-17 | RJ | PATY DO ALFERES | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 480.000,00 |
| 176 | Francisco de Assis Rodrigues | 1586 | 60120002 | 4143 | 22000 | 22101 | 202V | ministerio da agricultura | ministerio da agricultura | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas | R$ | 600.000,00 |
| 177 | Francisco de Assis Rodrigues | 3977 | 60120002 | 4143 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio do Amajari | Municipio do Amajari | | 01.614.081/0001-82 | RR | AMAJARI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Eletrificação Rural no Município do Amajari | R$ | 4.352.436,00 |
| 178 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3832 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Rio Preto da Eva | | | 04.629.697/0001-15 | AM | RIO PRETO DA EVA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 583.416,00 |
| 179 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3775 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Anori | | | 04.262.762/0001-17 | AM | ANORI | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 550.000,00 |
| 180 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3460 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Apuí | | | 22.812.960/0001-99 | AM | APUI | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 181 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3787 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Borba | | | 04.477.568/0001-59 | AM | BORBA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 550.000,00 |
| 182 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3781 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Labrea | | | 05.830.872/0001-09 | AM | LABREA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 550.000,00 |
| 183 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3756 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Tapauá | | | 04.530.390/0001-62 | AM | TAPAUA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 550.000,00 |
| 184 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3760 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Canutama | | | 04.247.441/0001-43 | AM | CANUTAMA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 550.000,00 |
| 185 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3774 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Humaitá | | | 04.465.209/0001-81 | AM | HUMAITA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 186 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3779 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Itapiranga | | | 04.495.644/0001-59 | AM | ITAPIRANGA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 187 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3751 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Apuí | | | 22.812.960/0001-99 | AM | APUI | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 188 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3466 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Fonte Boa | | | 04.530.101/0001-25 | AM | FONTE BOA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 550.000,00 |
| 189 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3782 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Caapiranga | | | 04.628.046/0001-00 | AM | CAAPIRANGA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 500.000,00 |
| 190 | Francisco Plínio Valério Tomaz | 3789 | 60120002 | 4137 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Amaturá | | | 04.628.723/0001-90 | AM | AMATURA | 4 | 40 | Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 550.000,00 |
| 191 | Hiran Manuel Gonçalves da Silva | 4936 | 60120002 | 4269 | 22000 | 22101 | 202V | Estado de Roraima | | | 84.012.012/0001-26 | RR | CANTA | 4 | 30 | Recuperação de estradas vicinais no Estado de Roraima, visando o apoio ao escoamento da produção agropecuária. | R$ | 1.980.974,00 |
| 192 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3375 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Parnamirim | Prefeitura Municipal de Parnamirim | Parnamirim | 11.361.235/0001-25 | PE | PARNAMIRIM | 4 | 40 | Aquisição de Retroescavadeira | R$ | 400.000,00 |
| 193 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3344 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Afrânio | Prefeitura Municipal de Afrânio | Afrânio | 10.358.174/0001-84 | PE | AFRANIO | 4 | 40 | Aquisição de Retroescavadeira | R$ | 400.000,00 |
| 194 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3368 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de João Alfredo | Prefeitura Municipal de João Alfredo | João Alfredo | 11.097.359/0001-45 | PE | JOAO ALFREDO | 4 | 40 | Aquisição de Trator | R$ | 200.000,00 |
| 195 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3365 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Ibapetim | Prefeitura Municipal de Ibapetim | Ibapetim | 11.358.157/0001-00 | PE | ITAPETIM | 4 | 40 | Aquisição de Patrol | R$ | 900.000,00 |
| 196 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3370 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Manari | Prefeitura Municipal de Manari | Manari | 01.626.099/0001-02 | PE | MANARI | 4 | 40 | Aquisição de Trator | R$ | 200.000,00 |
| 197 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3372 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Orocó | Prefeitura Municipal de Orocó | Orocó | 10.114.767/0001-03 | PE | OROCO | 4 | 40 | Aquisição de Trator | R$ | 200.000,00 |
| 198 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3351 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Chã Grande | Prefeitura Municipal de Chã Grande | Chã Grande | 11.049.806/0001-90 | PE | CHA GRANDE | 4 | 40 | Aquisição de Rolo Compactador | R$ | 595.240,00 |
| 199 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3362 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Itaíba | Prefeitura Municipal de Itaíba | Itaíba | 11.286.382/0001-88 | PE | ITAIBA | 4 | 40 | Aquisição de Patrol | R$ | 900.000,00 |
| 200 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3358 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Granito | Prefeitura Municipal de Granito | Granito | 11.040.888/0001-02 | PE | GRANITO | 4 | 40 | Estradas vicinais | R$ | 1.452.436,00 |
| 201 | Humberto Sérgio Costa Lima | 3348 | 60120002 | 2885 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Amaraji | Prefeitura Municipal de Amaraji | Amaraji | 11.294.360/0001-60 | PE | AMARAJI | 4 | 40 | Aquisição de Trator | R$ | 200.000,00 |
| 202 | Irajá Silvestre Filho | 4504 | 60120002 | 4096 | 22000 | 22101 | 202V | INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO - INDS | Todos os municípios do Estado do Tocantins | | 24.441.872/0001-53 | TO | PALMAS | 3 | 50 | Desenvolver programa para cadeia produtiva no Estado do Tocantins. | R$ | 4.952.436,00 |
| 203 | Ivete Marli Appel da Silveira | 601 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de TIMBO GRANDE | | | 78.497.492/0001-60 | SC | TIMBO GRANDE | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 204 | Ivete Marli Appel da Silveira | 592 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de CAMPOS NOVOS | | | 82.939.232/0001-74 | SC | CAMPOS NOVOS | 4 | 40 | Compra de Equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 205 | Ivete Marli Appel da Silveira | 594 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de IRATI | | | 95.990.230/0001-51 | SC | IRATI | 4 | 40 | Compra de Equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 206 | Ivete Marli Appel da Silveira | 598 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA | | | 95.990.131/0001-70 | SC | NOVA ITABERABA | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 250.000,00 |
| 207 | Ivete Marli Appel da Silveira | 602 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de TREVISO | | | 01.614.019/0001-90 | SC | TREVISO | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 208 | Ivete Marli Appel da Silveira | 600 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de PAPANDUVA | | | 83.102.533/0001-01 | SC | PAPANDUVA | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 209 | Ivete Marli Appel da Silveira | 595 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de JACINTO MACHADO | | | 82.960.758/0001-36 | SC | JACINTO MACHADO | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 210 | Ivete Marli Appel da Silveira | 596 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Major Gercino | | | 82.845.744/0001-71 | SC | MAJOR GERCINO | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 211 | Ivete Marli Appel da Silveira | 593 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de GRAVATAL | | | 82.926.569/0001-47 | SC | GRAVATAL | 4 | 40 | Compra de Equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 212 | Ivete Marli Appel da Silveira | 599 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de PAIAL | | | 01.614.376/0001-59 | SC | PAIAL | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 500.000,00 |
| 213 | Ivete Marli Appel da Silveira | 844 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de VARGEM BONITA | | | 95.996.187/0001-31 | SC | VARGEM BONITA | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 400.000,00 |
| 214 | Ivete Marli Appel da Silveira | 597 | 60120002 | 4251 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de MONTE CASTELO | | | 83.102.525/0001-65 | SC | MONTE CASTELO | 4 | 40 | Compra de equipamentos | R$ | 402.436,00 |
| 215 | Inalci Lucas Ferreira | 4522 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Vila Boa GO | Vila Boa GO | | 37.388.378/0001-14 | GO | VILA BOA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Vila Boa GO | R$ | 200.000,00 |
| 216 | Inalci Lucas Ferreira | 4516 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Alvorada do Norte GO | Alvorada do Norte GO | | 02.367.597/0001-32 | GO | ALVORADA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO | R$ | 200.000,00 |
| 217 | Inalci Lucas Ferreira | 4520 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Planaltina Goiás | Planaltina Goiás | | 01.740.422/0001-66 | GO | PLANALTINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Planaltina Goiás | R$ | 200.000,00 |
| 218 | Inalci Lucas Ferreira | 4515 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Alto Paraíso GO | Alto Paraíso GO | | 01.740.455/0001-06 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alto Paraíso GO | R$ | 200.000,00 |
| 219 | Inalci Lucas Ferreira | 4521 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Cavalcante GO | Cavalcante GO | | 01.738.772/0001-98 | GO | CAVALCANTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cavalcante GO | R$ | 200.000,00 |
| 220 | Inalci Lucas Ferreira | 4517 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Formosa GO | Formosa GO | | 01.738.780/0001-34 | GO | FORMOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Formosa GO | R$ | 200.000,00 |
| 221 | Inalci Lucas Ferreira | 4514 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Alexânia GO | Alexânia GO | | 01.298.975/0001-00 | GO | ALEXANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alexânia GO | R$ | 200.000,00 |
| 222 | Inalci Lucas Ferreira | 4519 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Niquelândia GO | Niquelândia GO | | 02.215.895/0001-07 | GO | NIQUELANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Niquelândia GO | R$ | 200.000,00 |
| 223 | Inalci Lucas Ferreira | 13032 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Água fria de Goiás (CNPJ 25.141.292/0001-03) | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás | R$ | 180.974,00 |
| 224 | Inalci Lucas Ferreira | 4518 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 202V | Cocalzinho de Goiás | Cocalzinho de Goiás | | 36.985.463/0001-05 | GO | COCALZINHO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Cocalzinho de Goiás | R$ | 200.000,00 |
| 225 | Jader Fontenelle Barbalho | 1400 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Curuá | | | 01.613.319/0001-55 | PA | CURUA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 500.000,00 |
| 226 | Jader Fontenelle Barbalho | 1403 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Gurupá. | | | 04.876.397/0001-30 | PA | GURUPA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 500.000,00 |
| 227 | Jader Fontenelle Barbalho | 1409 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Salvaterra | | | 04.888.517/0001-10 | PA | SALVATERRA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 600.000,00 |
| 228 | Jader Fontenelle Barbalho | 1412 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Santarém Novo | | | 05.149.182/0001-80 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ | 500.000,00 |
| 229 | Jader Fontenelle Barbalho | 1398 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari. | | | 04.884.482/0001-40 | PA | CACHOEIRA DO ARARI | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 500.000,00 |
| 230 | Jader Fontenelle Barbalho | 1407 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Rondon do Para. | | | 04.780.953/0001-70 | PA | RONDON DO PARA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 500.000,00 |
| 231 | Jader Fontenelle Barbalho | 1406 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Paragominas | | | 05.193.057/0001-78 | PA | PARAGOMINAS | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ | 402.436,00 |
| 232 | Jader Fontenelle Barbalho | 1404 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Maracanã | | | 04.880.258/0001-80 | PA | MARACANA | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 500.000,00 |
| 233 | Jader Fontenelle Barbalho | 4668 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Novo Progresso | | | 10.221.786/0001-20 | PA | NOVO PROGRESSO | 4 | 40 | Aquisição de máquina. | R$ | 600.000,00 |
| 234 | Jader Fontenelle Barbalho | 1397 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Anapu. | | | 01.613.194/0001-63 | PA | ANAPU | 4 | 40 | Aquisição de máquina | R$ | 350.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 235 | Jaime Maximino Bagattoli | 2939 | 60120002 | 4272 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA | | | 01.266.058/0001-44 | RO | BURITIS | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS | R$ 590.000,00 |
| 236 | Jaime Maximino Bagattoli | 2940 | 60120002 | 4272 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA | | | 04.104.816/0001-16 | RO | ARIQUEMES | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS | R$ 210.974,00 |
| 237 | Jaime Maximino Bagattoli | 2937 | 60120002 | 4272 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA | | | 04.092.706/0001-81 | RO | VILHENA | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS | R$ 590.000,00 |
| 238 | Jaime Maximino Bagattoli | 2942 | 60120002 | 4272 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA | | | 15.834.732/0001-54 | RO | ALTA FLORESTA DOESTE | 4 | 40 | AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS | R$ 590.000,00 |
| 239 | Jaques Wagner | 3406 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Itaguaçu da Bahia | | | 16.445.843/0001-31 | BA | ITAGUACU DA BAHIA | 4 | 40 | Execução de obras e serviços de engenharia em estradas vicinais | R$ 1.500.000,00 |
| 240 | Jaques Wagner | 3845 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Nordestina | | | 13.347.539/0001-63 | BA | NORDESTINA | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ 447.676,00 |
| 241 | Jaques Wagner | 3413 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Igaporã | | | 13.811.484/0001-09 | BA | IGAPORA | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ 700.000,00 |
| 242 | Jaques Wagner | 4129 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Caetité | | | 13.811.476/0001-54 | BA | CAETITE | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ 500.000,00 |
| 243 | Jaques Wagner | 3409 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ituaçu | | | 14.106.280/0001-21 | BA | ITUACU | 4 | 40 | Execução de obras ou serviços de engenharia em estrada vicinais | R$ 800.000,00 |
| 244 | Jaques Wagner | 3416 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Itaju do Colônia | | | 14.147.920/0001-41 | BA | ITAJU DO COLONIA | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem | R$ 700.000,00 |
| 245 | Jaques Wagner | 3424 | 60120002 | 4080 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Tanhaçu | | | 13.676.309/0001-48 | BA | TANHACU | 4 | 40 | Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem. | R$ 800.000,00 |
| 246 | Jayme Veríssimo de Campos | 2753 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Colniza | | | 04.213.687/0001-02 | MT | COLNIZA | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ 600.000,00 |
| 247 | Jayme Veríssimo de Campos | 2755 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Boa Esperança do Norte | | | 58.673.892/0001-71 | MT | BOA ESPERANCA DO NORTE | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ 450.000,00 |
| 248 | Jayme Veríssimo de Campos | 4994 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS | | 00.396.895/0001-25 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas. | R$ 1.300.000,00 |
| 249 | Jayme Veríssimo de Campos | 2756 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ponto Alegre do Norte | | | 03.238.672/0001-28 | MT | PORTO ALEGRE DO NORTE | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ 1.602.000,00 |
| 250 | Jayme Veríssimo de Campos | 2752 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Colniza | | | 04.213.687/0001-02 | MT | COLNIZA | 4 | 40 | Aquisição de maquinas e equipamentos | R$ 600.000,00 |
| 251 | Jayme Veríssimo de Campos | 2754 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Serra Nova Dourada | | | 04.204.945/0001-86 | MT | SERRA NOVA DOURADA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ 400.436,00 |
| 252 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4533 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| 253 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4539 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO - CNPJ 01.493.998/0001-76 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAMPOS VERDES | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| 254 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4541 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| 255 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4545 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO - CNPJ 00.078.790/0001-28 | | 00.396.895/0001-25 | GO | DOVERLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| 256 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4534 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ 544.503,00 |
| 257 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4543 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| 258 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4530 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0001-25 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| 259 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4540 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO - CNPJ 01.168.145/0001-69 | | 00.396.895/0001-25 | GO | PIRANHAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| 260 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4537 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE INDIARA - GO - CNPJ 00.005.959/0001-10 | | 00.396.895/0001-25 | GO | INDIARA | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| 261 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4536 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE MONTE CLARO DE GOIAS - CNPJ 01126341/0001-70 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MONTE ALEGRE DE GOIAS | 4 | 90 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ 293.194,00 |
| 262 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4532 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE VALPRAISO DE GOIAS - CNPJ 01.616.319/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ 134.555,00 |
| 263 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4544 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO - CNPJ 01.915.313/0001-32 | | 00.396.895/0001-25 | GO | FAZENDA NOVA | 4 | 90 | MOTONIVELADORA | R$ 544.503,00 |
| 264 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4535 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE URUAÇU - GO - CNPJ 01.219.807/0001-82 | | 00.396.895/0001-25 | GO | URUACU | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| 265 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4538 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO - CNPJ 01.135.227/0001-07 | | 00.396.895/0001-25 | GO | MOZARLANDIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| 266 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4529 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO CNPJ 26.873.059/0001-88 | | 00.396.895/0068-32 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| 267 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4542 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO - CNPJ 01.164.946/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAIAPONIA | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| 268 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 4531 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO CNPJ 01.300.094/0001-87 | | 00.396.895/0001-25 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 90 | RETROESCAVADEIRA | R$ 301.571,00 |
| 269 | Jorge Seif Júnior | 3041 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Passos Maia | | | 95.993.085/0001-62 | SC | PASSOS MAIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 264.000,00 |
| 270 | Jorge Seif Júnior | 12669 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Arroio Trinta - SC / 82.826.462/0001-27 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| 271 | Jorge Seif Júnior | 12645 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Sombrio - SC / 83.021.881/0001-54 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| 272 | Jorge Seif Júnior | 4908 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 264.000,00 |
| 273 | Jorge Seif Júnior | 12651 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de São Bernardino - 01.612.812/0001-50 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| 274 | Jorge Seif Júnior | 12655 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Bom Jesus - SC / 01.551.148/0001-87 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| 275 | Jorge Seif Júnior | 12663 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Abelardo Luz - SC / 83.009.886/0001-61 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| 276 | Jorge Seif Júnior | 12649 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Cananéia do Sul - SC / 83.021.816/0001-29 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| 277 | Jorge Seif Júnior | 12659 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de São José do Cedro - SC / 83.026.781/0001-10 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| 278 | Jorge Seif Júnior | 4916 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Aguas de Chapeco | | | 82.804.212/0001-96 | SC | AGUAS DE CHAPECO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 264.000,00 |
| 279 | Jorge Seif Júnior | 12654 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Brusque - SC / 01.613.853/0001-61 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| 280 | Jorge Seif Júnior | 12661 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Meleiro - SC / 82.837.741/0001-96 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 132.974,00 |
| 281 | José da Cruz Marinho | 247 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ | SINDICATO RURAL DE TUCUMÃ | TUCUMÃ | 04.362.024/0001-41 | PA | TUCUMA | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ 250.000,00 |
| 282 | José da Cruz Marinho | 1804 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE BONITO | MUNICÍPIO DE BONITO | MUNICÍPIO DE BONITO | 05.149.083/0001-07 | PA | BONITO | 4 | 40 | Recuperação de estradas vicinais | R$ 400.000,00 |
| 283 | José da Cruz Marinho | 244 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS | SINDICATO RURAL PARAUAPEBAS | PARAUAPEBAS | 22.937.932/0001-06 | PA | PARAUAPEBAS | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ 250.000,00 |
| 284 | José da Cruz Marinho | 241 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA | MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA | MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA | 05.077.102/0001-29 | PA | ITUPIRANGA | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTE | R$ 1.000.000,00 |
| 285 | José da Cruz Marinho | 248 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE CURUÇÁ | MUNICÍPIO DE CURUÇÁ | MUNICÍPIO DE CURUÇÁ | 05.171.939/0001-32 | PA | CURUCA | 3 | 40 | MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ 1.702.436,00 |
| 286 | José da Cruz Marinho | 1805 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ | MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ | MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ | 05.183.827/0001-00 | PA | PORTO DE MOZ | 4 | 40 | Recuperação de estradas vicinais | R$ 780.974,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 287 | José da Cruz Marinho | 4657 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ | Santarém Novo | 22.064.816/0001-11 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 50 | Aquisição de trator com implementos agrícolas | R$ 250.000,00 |
| 288 | José da Cruz Marinho | 243 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL ALTAMIRA | SINDICATO RURAL ALTAMIRA | ALTAMIRA | 05.004.510/0001-50 | PA | ALTAMIRA | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ 250.000,00 |
| 289 | José da Cruz Marinho | 246 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL DE XINGUARA | SINDICATO RURAL DE XINGUARA | XINGUARA | 10.248.086/0001-20 | PA | XINGUARA | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ 250.000,00 |
| 290 | José da Cruz Marinho | 245 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL REDENÇÃO | SINDICATO RURAL REDENÇÃO | REDENÇÃO | 10.248.052/0001-35 | PA | REDENCAO | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ 250.000,00 |
| 291 | José da Cruz Marinho | 242 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | SINDICATO RURAL DE MARABÁ | SINDICATO RURAL DE MARABÁ | MARABÁ | 29.830.688/0001-19 | PA | MARABA | 3 | 50 | APOIO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | R$ 750.000,00 |
| 292 | José da Cruz Marinho | 1801 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI | MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI | MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI | 05.191.333/0001-69 | PA | IGARAPE-MIRI | 4 | 40 | Recuperação de estradas vicinais | R$ 800.000,00 |
| 293 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2370 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MARECHAL DEODORO -AL | MARECHAL DEODORO -AL | MARECHAL DEODORO -AL | 12.200.275/0001-58 | AL | MARECHAL DEODORO | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 750.000,00 |
| 294 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2369 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL | SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL | SÃO LUIS DO QUITUNDE -AL | 12.342.671/0001-10 | AL | SAO LUIS DO QUITUNDE | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 600.000,00 |
| 295 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2364 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MESSIAS - AL | MUNICIPIO DE MESSIAS - AL | MUNICIPIO DE MESSIAS - AL | 12.200.283/0001-02 | AL | MESSIAS | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 600.000,00 |
| 296 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2368 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | NOVO LINO- AL | NOVO LINO- AL | NOVO LINO- AL | 12.248.878/0001-20 | AL | NOVO LINO | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 297 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2319 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL | MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL | MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE - AL | 12.342.663/0001-73 | AL | MATRIZ DE CAMARAGIBE | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 600.000,00 |
| 298 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2314 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE MURICI - AL | MUNICIPIO DE MURICI - AL | MUNICIPIO DE MURICI - AL | 12.332.953/0001-36 | AL | MURICI | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.250.000,00 |
| 299 | José Renan Vasconcelos Calheiros | 2760 | 60120002 | 2289 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL | MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL | MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL | 35.634.435/0001-72 | AL | PARICONHA | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 652.436,00 |
| 300 | José Renan Vasconcelos Calheiros Filho | 12787 | 60120002 | 4284 | 22000 | 22101 | 202V | Municipio de Novo Lino | | | 12.248.878/0001-20 | AL | NOVO LINO | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e implementos - Tratores com implementos | R$ 462.383,00 |
| 301 | José Renan Vasconcelos Calheiros Filho | 12785 | 60120002 | 4284 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 04 PÁ CARREGADEIRA modelo XC36GLW380EV no valor unitário de R$ 280.000,00 (Ata Região Nordeste) | R$ 1.172.775,00 |
| 302 | José Renan Vasconcelos Calheiros Filho | 12758 | 60120002 | 4284 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 11 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 (Ata Região Nordeste) | R$ 3.317.278,00 |
| 303 | José Roberto Oliveira Faro | 4721 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Baião | Baião | 00.396.895/0001-25 | PA | BAIAO | 4 | 90 | Aquisição de duas retroescavadeiras. Modelo JCB/3CX. | R$ 680.000,00 |
| 304 | José Roberto Oliveira Faro | 2373 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará | Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará | Concórdia do Pará | 14.145.791/0001-52 | PA | CONCORDIA DO PARA | 4 | 40 | Execução de obras de estradas vicinais. | R$ 495.240,00 |
| 305 | José Roberto Oliveira Faro | 4723 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Dom Eliseu | Dom Eliseu | 00.396.895/0001-25 | PA | DOM ELISEU | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola. Modelo XCMG/XT804-5EBR. | R$ 272.436,00 |
| 306 | José Roberto Oliveira Faro | 1213 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará | Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará | Goianésia do Pará | 83.211.433/0001-13 | PA | GOIANESIA DO PARA | 4 | 40 | Execução de obras de estradas vicinais. | R$ 2.000.000,00 |
| 307 | José Roberto Oliveira Faro | 1215 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Brasil Novo | Prefeitura Municipal de Brasil Novo | Brasil Novo | 34.887.950/0001-00 | PA | BRASIL NOVO | 4 | 40 | Execução de obras de estradas vicinais. | R$ 2.000.000,00 |
| 308 | Ludrejo José de Oliveira | 4044 | 60120002 | 4274 | 22000 | 22101 | 202V | SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO E DA PESCA | | | 34.841.271/0001-91 | SE | ARACAJU | 4 | 30 | - Aquisição de equipamentos. | R$ 1.980.974,00 |
| 309 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 4995 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Associação Rurais dos Produtores do Rural Vale Verde - APROVALE | | 18.456.504/0001-86 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ 400.000,00 |
| 310 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5063 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Associação de moradores e agricultores familiares do assentamento 10 de junho - AMAFAJ | | 48.908.806/0001-09 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ 300.000,00 |
| 311 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 4999 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO | | 03.720.020/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ 400.000,00 |
| 312 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5112 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA | CENTRO DE PESQUISA AGROPECUARIA DOS CERRADOS DF 00.348.003/0039-93 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa Cerrados - DF | R$ 810.000,00 |
| 313 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5117 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Associação de Agricultura Ecológica - AGE | | 26.447.771/0001-15 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ 500.000,00 |
| 314 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5113 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – SFA/DF | | 00.396.895/0075-61 | DF | BRASILIA | 3 | 90 | Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ 512.436,00 |
| 315 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 4998 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO | | 03.720.020/0001-25 | DF | BRASILIA | 3 | 50 | Aquisição de insumos agrícolas e realização de eventos de capacitação, comercialização e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ 200.000,00 |
| 316 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5116 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LARGA - APROFAL | | 11.586.539/0001-90 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ 200.000,00 |
| 317 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5041 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Cooperativa Agricola da Região de Planaltina - COOTAQUARA | | 04.363.876/0001-53 | DF | BRASILIA | 4 | 50 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ 550.000,00 |
| 318 | Leila Gomes de Barros Rêgo | 5115 | 60120002 | 4082 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária | Superintendência de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – SFA/DF | | 00.396.895/0075-61 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar. | R$ 1.080.000,00 |
| 319 | Luis Carlos Heinze | 927 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Jari | Jari | | 01.609.402/0001-50 | RS | JARI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ 300.005,00 |
| 320 | Luis Carlos Heinze | 934 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Toropi | Toropi | | 01.539.271/0001-82 | RS | TOROPI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ 300.003,00 |
| 321 | Luis Carlos Heinze | 918 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Bossoroca | Bossoroca | | 87.613.014/0001-69 | RS | BOSSOROCA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ 330.953,00 |
| 322 | Luis Carlos Heinze | 931 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | São Pedro do Sul | São Pedro do Sul | | 87.489.910/0001-68 | RS | SAO PEDRO DO SUL | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ 300.004,00 |
| 323 | Luis Carlos Heinze | 922 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Dilermando de Aguiar | Dilermando de Aguiar | | 01.609.404/0001-40 | RS | DILERMANDO DE AGUIAR | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ 300.006,00 |
| 324 | Luis Carlos Heinze | 937 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Tramandaí | Tramandaí | | 88.771.001/0001-80 | RS | TRAMANDAI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ 200.001,00 |
| 325 | Luis Carlos Heinze | 925 | 60120002 | 4184 | 22000 | 22101 | 202V | Itacurubi | Itacurubi | | 91.573.048/0001-44 | RS | ITACURUBI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos | R$ 250.002,00 |
| 326 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 1358 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE PORANGA | MUNICIPIO DE PORANGA | | 07.438.187/0001-59 | CE | PORANGA | 4 | 40 | Construção , Reforma ou Modernização de Mercado Municipal | R$ 1.645.124,00 |
| 327 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4732 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 202V | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS | TABULEIRO DO NORTE | 05.492.601/0001-82 | CE | TABULEIRO DO NORTE | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ 135.850,00 |
| 328 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 4717 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 202V | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE - OPTAR-ORGÂNICO | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO | RUSSAS | 34.426.656/0001-92 | CE | RUSSAS | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e ou Implementos Agrícolas | R$ 200.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 329 | Luiz Cantuária Barreto | 2719 | 60120002 | 4079 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Santana - AP | Prefeitura Municipal de Santana - AP | | 23.066.640/0001-08 | AP | SANTANA | 4 | 40 | Construção de duas feiras livres no município de Santana/AP | R$ 4.952.436,00 |
| 330 | Magno Pereira Malta | 1783 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Viana/ES | | | 27.165.547/0001-01 | ES | VIANA | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 301.000,00 |
| 331 | Magno Pereira Malta | 1782 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Apiacá/ES | | | 27.165.604/0001-44 | ES | APIACA | 4 | 40 | Aquisição de equipamentos agrícolas. | R$ 301.000,00 |
| 332 | Magno Pereira Malta | 1784 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Mimoso do Sul/ES | | | 27.174.119/0001-37 | ES | MIMOSO DO SUL | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 301.000,00 |
| 333 | Magno Pereira Malta | 2001 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ibitirama/ES | | | 31.726.490/0001-31 | ES | IBITIRAMA | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 301.000,00 |
| 334 | Magno Pereira Malta | 2000 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Barra de Afonso Cláudio/ES | | | 27.165.562/0001-41 | ES | AFONSO CLAUDIO | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 301.000,00 |
| 335 | Magno Pereira Malta | 2002 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Presidente Kennedy/ES | | | 27.165.703/0001-26 | ES | PRESIDENTE KENNEDY | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 301.000,00 |
| 336 | Magno Pereira Malta | 4806 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Alto Rio Novo/ES CNPJ: 31.796.659/0001-20 | Alto Rio Novo/ES | 00.396.895/0001-25 | ES | ALTO RIO NOVO | 4 | 90 | Trator agrícola LOVOL TB754 CABINADO | R$ 174.974,00 |
| 337 | Mara Cristina Gabrili | 3563 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES | 45.116.712/0001-09 | SP | SAO JOAO DAS DUAS PONTES | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas | R$ 500.000,00 |
| 338 | Mara Cristina Gabrili | 3078 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA | CAFELÂNDIA | CAFELÂNDIA | 46.186.375/0001-99 | SP | CAFELANDIA | 4 | 40 | 202V - Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 339 | Mara Cristina Gabrili | 3611 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS | PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS | PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS | 46.156.477/0001-61 | SP | COROADOS | 4 | 40 | Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas | R$ 500.000,00 |
| 340 | Mara Cristina Gabrili | 3557 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA | 65.712.002/0001-59 | SP | ASPASIA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas | R$ 452.436,00 |
| 341 | Mara Cristina Gabrili | 3554 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS | PREFEITURA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS | PREFEITURA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS | 65.712.069/0001-93 | SP | MESOPOLIS | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas | R$ 500.000,00 |
| 342 | Mara Cristina Gabrili | 3606 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO | PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO | PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSÃO | 44.558.856/0001-52 | SP | PROMISSAO | 4 | 40 | Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas | R$ 500.000,00 |
| 343 | Mara Cristina Gabrili | 3571 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ | 46.189.726/0001-15 | SP | ITAPUI | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas | R$ 500.000,00 |
| 344 | Mara Cristina Gabrili | 3548 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS | PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS | PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FRONTEIRAS | 46.601.944/0001-15 | SP | TRES FRONTEIRAS | 4 | 40 | Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas | R$ 500.000,00 |
| 345 | Mara Cristina Gabrili | 3631 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA | 45.138.088/0001-40 | SP | SANTANA DA PONTE PENSA | 4 | 40 | Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas | R$ 500.000,00 |
| 346 | Mara Cristina Gabrili | 3613 | 60120002 | 4094 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU | PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU | PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU | 46.634.101/0001-15 | SP | BOTUCATU | 3 | 40 | Custeio | R$ 500.000,00 |
| 347 | Marcelo Costa e Castro | 3084 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Bela Vista do Piauí | | | 01.612.558/0001-90 | PI | BELA VISTA DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ 1.000.000,00 |
| 348 | Marcelo Costa e Castro | 718 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí | | | 06.554.166/0001-36 | PI | RIO GRANDE DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ 400.000,00 |
| 349 | Marcelo Costa e Castro | 619 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí | | | 01.612.583/0001-74 | PI | LAGOA DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ 600.000,00 |
| 350 | Marcelo Costa e Castro | 3083 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Brejo do Piauí | | | 01.612.567/0001-81 | PI | BREJO DO PIAUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ 1.000.000,00 |
| 351 | Marcelo Costa e Castro | 268 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de José de Freitas | | | 06.554.786/0001-75 | PI | JOSE DE FREITAS | 4 | 40 | Construção de uma agroindústria | R$ 800.000,00 |
| 352 | Marcelo Costa e Castro | 612 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Corrente | | | 06.554.257/0001-71 | PI | CORRENTE | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ 1.200.000,00 |
| 353 | Marcelo Costa e Castro | 3088 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Anísio de Abreu | | | 06.553.630/0001-70 | PI | ANISIO DE ABREU | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ 1.500.000,00 |
| 354 | Marcelo Costa e Castro | 3093 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Várzea Branca | | | 41.522.103/0001-07 | PI | VARZEA BRANCA | 4 | 40 | Construção e estrada vicinal | R$ 1.500.000,00 |
| 355 | Marcelo Costa e Castro | 3086 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Itaniópolis | | | 06.553.754/0001-55 | PI | ITAINOPOLIS | 4 | 40 | Construção de uma passagem molhada. | R$ 1.000.000,00 |
| 356 | Marcelo Costa e Castro | 3068 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes | | | 06.554.455/0001-35 | PI | BURITI DOS LOPES | 4 | 40 | Adequação de estradas vicinais | R$ 800.000,00 |
| 357 | Marcelo Costa e Castro | 1946 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária (SADA/PI) | Corrente - PI | | 49.498.865/0001-19 | PI | TERESINA | 4 | 30 | Construção de um parque de exposições | R$ 1.000.000,00 |
| 358 | Marcelo Costa e Castro | 727 | 60120002 | 4183 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Uruçuí | | | 06.985.832/0001-90 | PI | URUCUI | 4 | 40 | Construção de estrada vicinal | R$ 1.000.000,00 |
| 359 | Márcio Miguel Bittar | 1489 | 60120002 | 4078 | 22000 | 22101 | 202V | MUNICIPIO DE FEIJO | MUNICIPIO DE FEIJO | | 04.005.179/0001-20 | AC | FEIJO | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e equipamentos agrícolas. | R$ 1.980.974,00 |
| 360 | Marcos Cesar Postes | 2034 | 60120002 | 4265 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - SP | 67.160.507/0001-83 | SP | VARGEM | 4 | 40 | EQUIPAMENTOS/INFRAESTRUTURA | R$ 610.974,00 |
| 361 | Marcos Cesar Postes | 2032 | 60120002 | 4265 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP | 56.024.581/0001-56 | SP | RIBEIRAO PRETO | 4 | 40 | EQUIPAMENTOS | R$ 625.000,00 |
| 362 | Marcos Cesar Postes | 2029 | 60120002 | 4265 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO - SP | 45.116.092/0001-08 | SP | MERIDIANO | 4 | 40 | EQUIPAMENTOS | R$ 300.000,00 |
| 363 | Marcos Cesar Postes | 2036 | 60120002 | 4265 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP | PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SP | 46.137.410/0001-80 | SP | BAURU | 4 | 40 | EQUIPAMENTOS | R$ 445.000,00 |
| 364 | Marcos Ribeiro do Val | 3748 | 60120002 | 9204 | 22000 | 22101 | 202V | MIMOSO DO SUL | | | 27.174.119/0001-37 | ES | MIMOSO DO SUL | 4 | 40 | 1 RETROESCAVADEIRA | R$ 400.000,00 |
| 365 | Marcos Ribeiro do Val | 3759 | 60120002 | 9204 | 22000 | 22101 | 202V | MARILÂNDIA | | | 27.744.176/0001-04 | ES | MARILANDIA | 4 | 40 | 1 RETROESCAVADEIRA | R$ 400.000,00 |
| 366 | Marcos Rogério da Silva Brito | 3209 | 60120002 | 9224 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Ji-Paraná | | | 04.092.672/0001-25 | RO | JI-PARANA | 4 | 40 | obra | R$ 1.980.974,00 |
| 367 | Maria Auxiliadora Seabra Rezende | 3470 | 60120002 | 4275 | 22000 | 22101 | 202V | SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS | SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS | | 00.766.733/0001-31 | TO | SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS | 4 | 40 | ESTRADAS VICINAIS | R$ 1.500.000,00 |
| 368 | Maria Auxiliadora Seabra Rezende | 2446 | 60120002 | 4275 | 22000 | 22101 | 202V | PORTO NACIONAL | PORTO NACIONAL | | 00.299.198/0001-56 | TO | PORTO NACIONAL | 4 | 40 | ESTRADAS VICINAIS | R$ 5.404.872,00 |
| 369 | Maria Auxiliadora Seabra Rezende | 2445 | 60120002 | 4275 | 22000 | 22101 | 202V | ANANÁS | ANANÁS | | 00.237.362/0001-09 | TO | ANANAS | 4 | 40 | ESTRADAS VICINAIS | R$ 3.000.000,00 |
| 370 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2722 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Cupira | | | 10.191.799/0001-02 | PE | CUPIRA | 4 | 40 | Construção de Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 371 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2718 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São João | | | 10.146.371/0001-30 | PE | SAO JOAO | 4 | 40 | Aquisição de retroescavadeira e caminhão basculante | R$ 1.052.436,00 |
| 372 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2723 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Macaparana | | | 11.361.888/0001-04 | PE | MACAPARANA | 4 | 40 | Serviço de Terraplanagem e cascalhamento | R$ 1.000.000,00 |
| 373 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2724 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Granito | | | 11.040.888/0001-02 | PE | GRANITO | 4 | 40 | Recuperação de estradas e recuperação de barragens | R$ 950.000,00 |
| 374 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2726 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Buenos Aires | | | 10.165.165/0001-77 | PE | BUENOS AIRES | 4 | 40 | Projeto de Adequação e reforma de estradas vicinais | R$ 495.240,00 |
| 375 | Maria Teresa Leitão de Melo | 2725 | 60120002 | 4278 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Granito | | | 11.040.888/0001-02 | PE | GRANITO | 4 | 40 | Recuperação e manutenção de Barragens | R$ 950.000,00 |
| 376 | Nelson Trad Filho | 5016 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396950001-25 | PM de Aparecida do Taboado | | 03.563.335/0001-06 | MS | APARECIDA DO TABOADO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 377 | Nelson Trad Filho | 5019 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396950001-25 | PM de Nova Alvorada do Sul | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 378 | Nelson Trad Filho | 5070 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396950001-25 | PM de Rochedo | | 03.501.566/0001-95 | MS | ROCHEDO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| 379 | Nelson Trad Filho | 5043 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396950001-25 | PM de Bandeirantes | | 03.501.491/0001-42 | MS | BANDEIRANTES | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário | R$ 204.353,00 |
| 380 | Nelson Trad Filho | 3112 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | Governo do Estado | Festival Internacional da Carne | | 15.412.257/0001-28 | MS | CAMPO GRANDE | 3 | 30 | Fomento ao Setor Agropecuário - Festival Internacional da Carne | R$ 400.000,00 |
| 381 | Nelson Trad Filho | 5071 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396950001-25 | PM de Taquarussu | | 03.923.703/0001-80 | MS | TAQUARUSSU | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| 382 | Nelson Trad Filho | 5065 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396950001-25 | PM de Coronel Sapucaia | | 01.988.914/0001-75 | MS | CORONEL SAPUCAIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ 436.126,00 |
| 383 | Nelson Trad Filho | 3161 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ponta Porã | Ponta Agrotec | | 03.434.792/0001-09 | MS | PONTA PORA | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 400.000,00 |
| 384 | Nelson Trad Filho | 5066 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396950001-25 | PM de Jateí | | 03.783.859/0001-02 | MS | JATEI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| 385 | Nelson Trad Filho | 5018 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396950001-25 | PM de Ivinhema | | 03.575.875/0001-00 | MS | IVINHEMA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 386 | Nelson Trad Filho | 5069 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396950001-25 | PM de Rio Negro | | 03.501.558/0001-49 | MS | RIO NEGRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| 387 | Nelson Trad Filho | 5067 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396950001-25 | PM de Nioaque | | 03.073.699/0001-08 | MS | NIOAQUE | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |
| 388 | Nelson Trad Filho | 5021 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396950001-25 | PM de Costa Rica | | 15.389.596/0001-30 | MS | COSTA RICA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 134.555,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 389 | Nelson Trad Filho | 5004 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Amambai | | 03.568.433/0001-36 | MS | AMAMBAI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 390 | Nelson Trad Filho | 5064 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Corguinho | | 03.501.525/0001-07 | MS | CORGUINHO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira | R$ 293.194,00 |
| 391 | Nelson Trad Filho | 5017 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Douradina | | 15.479.751/0001-00 | MS | DOURADINA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 392 | Nelson Trad Filho | 5038 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Terenos | | 03.501.582/0001-88 | MS | TERENOS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 393 | Nelson Trad Filho | 3157 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Mundo Novo | População | | 03.741.683/0001-26 | MS | MUNDO NOVO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Ponte (concluída) | R$ 300.000,00 |
| 394 | Nelson Trad Filho | 5015 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 202V | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Antônio João | | 03.567.930/0001-10 | MS | ANTONIO JOAO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 395 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 3331 | 60120002 | 3795 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Salinas da Margarida/BA | Município de Salinas da Margarida/BA | SALINAS DA MARGARIDA/BA | 13.743.281/0001-14 | BA | SALINAS DA MARGARIDA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 396 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 3325 | 60120002 | 3795 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ibitiara/BA | Município de Ibitiara/BA | IBITIARA/BA | 13.781.828/0001-76 | BA | IBITIARA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 397 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 3321 | 60120002 | 3795 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Jeremoabo-BA | Município de Jeremoabo-BA | JEREMOABO/BA | 13.809.041/0001-75 | BA | JEREMOABO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais. | R$ 1.952.436,00 |
| 398 | Otto Roberto Mendonça de Alencar | 3334 | 60120002 | 3795 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Ipecaetá/BA | Município de Ipecaetá/BA | IPECAETÁ/BA | 13.621.735/0001-84 | BA | IPECAETA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário para Adequação, manutenção e conservação de Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 399 | Paulo Renato Paim | 383 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Canguçu | | | 88.861.430/0001-49 | RS | CANGUCU | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 351.436,00 |
| 400 | Paulo Renato Paim | 374 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Porto Lucena | | | 87.613.659/0001-00 | RS | PORTO LUCENA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 401 | Paulo Renato Paim | 375 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Rondinha | | | 87.712.212/0001-80 | RS | RONDINHA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 402 | Paulo Renato Paim | 379 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Bozano | | | 04.216.419/0001-36 | RS | BOZANO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 403 | Paulo Renato Paim | 382 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Torropi | | | 01.539.271/0001-82 | RS | TOROPI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 404 | Paulo Renato Paim | 387 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Tapera | | | 87.613.493/0001-13 | RS | TAPERA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 405 | Paulo Renato Paim | 377 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Ivoti | | | 88.254.909/0001-17 | RS | IVOTI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 406 | Paulo Renato Paim | 384 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Encruzilhada do Sul | | | 89.363.642/0001-69 | RS | ENCRUZILHADA DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 351.000,00 |
| 407 | Paulo Renato Paim | 380 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Rolador | | | 04.203.896/0001-67 | RS | ROLADOR | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 408 | Paulo Renato Paim | 388 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Erebango | | | 92.453.828/0001-13 | RS | EREBANGO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 350.000,00 |
| 409 | Paulo Renato Paim | 376 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Carlos Barbosa | | | 88.587.183/0001-34 | RS | CARLOS BARBOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 410 | Paulo Renato Paim | 1637 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Terra de Areia | | | 90.256.660/0001-20 | RS | TERRA DE AREIA | 4 | 41 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 495.240,00 |
| 411 | Paulo Renato Paim | 385 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Lagoa Vermelha | | | 87.613.626/0001-51 | RS | LAGOA VERMELHA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 412 | Paulo Renato Paim | 389 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Passo do Sobrado | | | 94.577.616/0001-73 | RS | PASSO DO SOBRADO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 413 | Paulo Renato Paim | 386 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Mostardas | | | 88.000.922/0001-40 | RS | MOSTARDAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 414 | Paulo Renato Paim | 381 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Pedro Osório | | | 88.859.962/0001-41 | RS | PEDRO OSORIO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 415 | Paulo Renato Paim | 378 | 60120002 | 2023 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Fagundes Varela | | | 91.566.893/0001-92 | RS | FAGUNDES VARELA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 300.000,00 |
| 416 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 3415 | 60120002 | 2919 | 22000 | 22101 | 202V | Governo do Estado do Amapá | Governo do Estado do Amapá | | 00.394.577/0001-25 | AP | MACAPA | 4 | 30 | Estradas Vicinais | R$ 4.952.436,00 |
| 417 | Roberta Leontina Xisto Aciely | 4778 | 60120002 | 4571 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ | MUNICÍPIO DE CANTÁ | | 01.612.682/0001-56 | RR | CANTA | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA | R$ 2.952.436,00 |
| 418 | Roberta Leontina Xisto Aciely | 4779 | 60120002 | 4571 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS | MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS | | 01.613.031/0001-80 | RR | RORAINOPOLIS | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA | R$ 2.000.000,00 |
| 419 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4078 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales | | | 18.404.954/0001-25 | MG | FRONTEIRA DOS VALES | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 420 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4088 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Itamarandiba | | | 16.886.871/0001-94 | MG | ITAMARANDIBA | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 421 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4117 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Pote | | | 18.404.970/0001-18 | MG | POTE | 4 | 40 | Equipamento | R$ 652.436,00 |
| 422 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4061 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Aguanil | | | 17.888.108/0001-65 | MG | AGUANIL | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 423 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4099 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Machacalis | | | 18.404.921/0001-85 | MG | MACHACALIS | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 424 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4067 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Capetinga | | | 17.894.031/0001-36 | MG | CAPETINGA | 4 | 40 | Equipamento | R$ 400.000,00 |
| 425 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4113 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Muzambinho | | | 18.668.624/0001-47 | MG | MUZAMBINHO | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 426 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4669 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Estrela da Indaia | | | 18.301.028/0001-24 | MG | ESTRELA DO INDAIA | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 427 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4082 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Guarara | | | 17.723.172/0001-96 | MG | GUARARA | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 428 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4104 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Matias Cardoso | | | 25.209.115/0001-11 | MG | MATIAS CARDOSO | 4 | 40 | Equipamento | R$ 400.000,00 |
| 429 | Rogério Carvalho Santos | 1416 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.106.935/0001-07 | SE | POCO VERDE | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ 1.052.436,00 |
| 430 | Rogério Carvalho Santos | 1415 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.134.614/0001-08 | SE | CAMPO DO BRITO | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ 1.000.000,00 |
| 431 | Rogério Carvalho Santos | 1414 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.113.287/0001-08 | SE | MONTE ALEGRE DE SERGIPE | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ 1.150.000,00 |
| 432 | Rogério Carvalho Santos | 1641 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipa | | | 13.098.181/0001-82 | SE | ITABAIANINHA | 4 | 40 | Pavimentação | R$ 495.240,00 |
| 433 | Rogério Carvalho Santos | 1413 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.115.381/0001-04 | SE | CANHOBA | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ 600.000,00 |
| 434 | Rogério Carvalho Santos | 1410 | 60120002 | 4095 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal | | | 13.100.995/0001-04 | SE | AREIA BRANCA | 4 | 40 | Obras de Fomento | R$ 1.150.000,00 |
| 435 | Rogério Simonetti Marinho | 11686 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MARCELINO VIEIRA - 08.357.618/0001-15 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 136.021,00 |
| 436 | Rogério Simonetti Marinho | 11672 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | TENENTE LAURENTINO CRUZ - CNPJ 01.612.382/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 136.021,00 |
| 437 | Rogério Simonetti Marinho | 11681 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | SÃO BENTO DO TRAIRI - CNPJ 08.160.467/0001-00 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 136.021,00 |
| 438 | Rogério Simonetti Marinho | 11675 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | VERA CRUZ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 136.021,00 |
| 439 | Rogério Simonetti Marinho | 11721 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MAJOR SALES - CNPJ 01.612.383/0001-11 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| 440 | Rogério Simonetti Marinho | 11703 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA ARICULTURA E PECUÁRIA | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - CNPJ 01.612.396/0001-90 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| 441 | Rogério Simonetti Marinho | 11710 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | ACARI - CNPJ 08.097.008/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| 442 | Rogério Simonetti Marinho | 11696 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 202V | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | EXTREMOZ - CNPJ 08.204.497/0001-71 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura | R$ 501.571,00 |
| 443 | Romario de Souza Faria | 13099 | 60120002 | 3799 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Barra Mansa/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Motoniveladora | R$ 481.676,00 |
| 444 | Romario de Souza Faria | 13116 | 60120002 | 3799 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de São Fidélis/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 445 | Romario de Souza Faria | 13109 | 60120002 | 3799 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Tanguá/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 446 | Romario de Souza Faria | 13111 | 60120002 | 3799 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Casimiro de Abreu/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Escavadeira Hidráulica | R$ 575.917,00 |
| 447 | Sérgio de Oliveira Cunha | 4263 | 60120002 | 2914 | 22000 | 22101 | 202V | INSTITUTO REINVENTAR EDUCACAO, CULTURA E SUSTENTABILIDAD | | | 43.824.560/0001-73 | AC | RIO BRANCO | 3 | 50 | Fomentar o desenvolvimento agropecuário no Estado do Acre | R$ 4.000.000,00 |
| 448 | Soraya Vieira Thronicke | 2290 | 60120002 | 4086 | 22000 | 22101 | 202V | Instituto do Desenvolvimento Social - IDS | Estado do Mato Grosso do Sul | | 01.832.903/0001-00 | RJ | MARICA | 3 | 50 | Apoio a projetos de capacitação e realização de eventos. | R$ 4.952.436,00 |
| 449 | Tereza Cristina Corrêa | 3532 | 60120002 | 4279 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul/MS | Nova Alvorada do Sul/MS | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 40 | Cobertura da Feira do Produtor | R$ 530.974,00 |
| 450 | Tereza Cristina Corrêa | 3527 | 60120002 | 4279 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Ignatemi/MS | Ignatemi/MS | | 03.568.318/0001-61 | MS | IGUATEMI | 4 | 40 | Máquinas e Equipamentos | R$ 350.000,00 |
| 451 | Tereza Cristina Corrêa | 3534 | 60120002 | 4279 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS | Paranaíba/MS | | 03.343.118/0001-00 | MS | PARANAIBA | 4 | 40 | Pontes e Aduelas | R$ 1.100.000,00 |
| 452 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3669 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Cavalcante | | 00.396.895/0001-25 | GO | CAVALCANTE | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 453 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3552 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Três Ranchos | | 00.396.895/0001-25 | GO | TRES RANCHOS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 454 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3674 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Amorinópolis | | 00.396.895/0001-25 | GO | AMORINOPOLIS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 455 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3553 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Guaraíta | | 00.396.895/0001-25 | GO | GUARAITA | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 456 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3547 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Portelândia | | 00.396.895/0001-25 | GO | PORTELANDIA | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 457 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3676 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Montes Claros de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | MONTES CLAROS DE GOIAS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |
| 458 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3671 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Teresina de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | TERESINA DE GOIAS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ 295.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 459 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3668 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Alexânia | | 00.396.895/0001-25 | GO | ALEXANIA | 4 | 90 | Caminhão Basculante Truncado | R$ | 604.000,00 |
| 460 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3663 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Valparaíso de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ | 690.000,00 |
| 461 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3624 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Águas Lindas de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUAS LINDAS DE GOIAS | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ | 690.000,00 |
| 462 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3551 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Rianápolis | | 00.396.895/0001-25 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 90 | Pá Carregadeira | R$ | 295.000,00 |
| 463 | Vanderlan Vieira Cardoso | 4997 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ | 544.502,00 |
| 464 | Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4751 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Vista Serrana | | | 09.151.598/0001-94 | PB | VISTA SERRANA | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | R$ | 800.000,00 |
| 465 | Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4747 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Alcantil | | | 01.612.470/0001-79 | PB | ALCANTIL | 3 | 40 | Manutenção de Máquinas e Equipamentos Agrícolas | R$ | 300.000,00 |
| 466 | Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 5500 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São Bento | | | 09.069.709/0001-18 | PB | SAO BENTO | 3 | 40 | Evento | R$ | 300.000,00 |
| 467 | Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4594 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DOS CRIADORES DE CAPRINOS LEITEIROS | | | 09.307.596/0001-41 | PB | PRATA | 3 | 50 | Evento | R$ | 600.000,00 |
| 468 | Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4637 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São José dos Cordeiros | | | 08.873.226/0001-09 | PB | SAO JOSE DOS CORDEIROS | 3 | 40 | Evento | R$ | 500.000,00 |
| 469 | Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4641 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Prata | | | 09.074.113/0001-06 | PB | PRATA | 3 | 40 | Evento | R$ | 300.000,00 |
| 470 | Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4853 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de São José de Caiana | | | 08.891.541/0001-69 | PB | SAO JOSE DE CAIANA | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | R$ | 400.000,00 |
| 471 | Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4754 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Pedra Lavrada | | | 08.740.466/0001-35 | PB | PEDRA LAVRADA | 3 | 40 | Evento | R$ | 200.000,00 |
| 472 | Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 5499 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Junco do Seridó | | | 09.084.054/0001-57 | PB | JUNCO DO SERIDO | 3 | 40 | Evento | R$ | 400.000,00 |
| 473 | Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4639 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Alcantil | | | 01.612.470/0001-79 | PB | ALCANTIL | 3 | 40 | Evento | R$ | 200.000,00 |
| 474 | Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4613 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Barra de Santa Rosa | | | 08.993.925/0001-92 | PB | BARRA DE SANTA ROSA | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | R$ | 600.000,00 |
| 475 | Venceziano Vital do Rêgo Segundo Neto | 4749 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 202V | Município de Cabaceiras | | | 08.702.862/0001-78 | PB | CABACEIRAS | 3 | 40 | Evento | R$ | 352.436,00 |
| 476 | Wellington Antonio Fagundes | 5035 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Figueiropolis D Oeste - cnpj 01367762/0001-93 | | 00.396.895/0001-25 | MT | FIGUEIROPOLIS DOESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 477 | Wellington Antonio Fagundes | 5114 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | | 00.396.895/0001-25 | MT | SALTO DO CEU | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 478 | Wellington Antonio Fagundes | 5020 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Brasnorte - 01.375.138/0001-38 | | 00.396.895/0001-25 | MT | BRASNORTE | 4 | 90 | Aquisição trator | R$ | 134.555,00 |
| 479 | Wellington Antonio Fagundes | 5042 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Nova Lacerda - cnpj 01614519/0001-22 | | 00.396.895/0001-25 | MT | NOVA LACERDA | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 480 | Wellington Antonio Fagundes | 5030 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - cnpj 37465408/0001-09 | | 00.396.895/0001-25 | MT | LAMBARI D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 481 | Wellington Antonio Fagundes | 5025 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - cnpj 37464955/0001-00 | | 00.396.895/0001-25 | MT | GLORIA D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 482 | Wellington Antonio Fagundes | 5022 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Curvelândia - CNPJ 04217647/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CURVELANDIA | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.554,00 |
| 483 | Wellington Antonio Fagundes | 5024 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | | 00.396.895/0001-25 | MT | RESERVA DO CABACAL | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 484 | Wellington Antonio Fagundes | 5125 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21 | | 00.396.895/0001-25 | MT | VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 485 | Wellington Antonio Fagundes | 5047 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Campos de Julio - cnpj 01614516/0001-99 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CAMPOS DE JULIO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 486 | Wellington Antonio Fagundes | 5040 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste cnpj 04219688/0001-56 | | 00.396.895/0001-25 | MT | CONQUISTA DOESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 487 | Wellington Antonio Fagundes | 5023 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu - CNPJ 15024011/0001-89 | | 00.396.895/0001-25 | MT | RIO BRANCO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.554,00 |
| 488 | Wellington Antonio Fagundes | 5026 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - cnpj 03233904/0001-48 | | 00.396.895/0001-25 | MT | PORTO ESPERIDIAO | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 489 | Wellington Antonio Fagundes | 5027 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Indiavai - cnpj 03239027/0001-20 | | 00.396.895/0001-25 | MT | INDIAVAI | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 490 | Wellington Antonio Fagundes | 5036 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 202V | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03214160/0001-21 | | 00.396.895/0001-25 | MT | VALE DE SAO DOMINGOS | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ | 134.555,00 |
| 491 | Weverton Rocha Marques de Sousa | 5445 | 60120002 | 4084 | 22000 | 22101 | 202V | Trizidela do Vale | | | 01.558.070/0001-22 | MA | TRIZIDELA DO VALE | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 1.484.145,00 |
| 492 | Weverton Rocha Marques de Sousa | 5449 | 60120002 | 4084 | 22000 | 22101 | 202V | Vitorino Freire | | | 06.018.568/0001-16 | MA | VITORINO FREIRE | 4 | 40 | Ampliação do Matadouro Municipal e aquisição de equipamentos | R$ | 1.000.000,00 |
| 493 | Weverton Rocha Marques de Sousa | 5433 | 60120002 | 4084 | 22000 | 22101 | 202V | Riachão | | | 05.282.801/0001-00 | MA | RIACHAO | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 1.484.145,00 |
| 494 | Weverton Rocha Marques de Sousa | 5442 | 60120002 | 4084 | 22000 | 22101 | 202V | Graça Aranha | | | 06.140.594/0001-12 | MA | GRACA ARANHA | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 1.484.145,00 |
| 495 | Weverton Rocha Marques de Sousa | 5431 | 60120002 | 4084 | 22000 | 22101 | 202V | São Vicente Ferrer | | | 06.421.119/0001-14 | MA | SAO VICENTE FERRER | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 1.484.147,00 |
| 496 | Weverton Rocha Marques de Sousa | 3456 | 60120002 | 4084 | 22000 | 22101 | 202V | Fernando Falcão | | | 01.612.667/0001-08 | MA | FERNANDO FALCAO | 4 | 40 | implantação de estradas vicinais | R$ | 4.952.436,00 |
| 497 | Weverton Rocha Marques de Sousa | 5436 | 60120002 | 4084 | 22000 | 22101 | 202V | Presidente Vargas | | | 06.124.739/0001-91 | MA | PRESIDENTE VARGAS | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 1.484.145,00 |
| 498 | Weverton Rocha Marques de Sousa | 5439 | 60120002 | 4084 | 22000 | 22101 | 202V | Olinda Nova do Maranhão | | | 01.612.629/0001-55 | MA | OLINDA NOVA DO MARANHAO | 4 | 40 | Estradas Vicinais | R$ | 1.484.145,00 |
| 499 | Wilder Pedro de Morais | 2682 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 202V | Prefeitura de Turvelândia | | | 25.107.657/0001-83 | GO | TURVELANDIA | 4 | 40 | Modelização do Parque de Exposições Agropecuárias | R$ | 980.974,00 |
| 500 | Wilder Pedro de Morais | 4787 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA DE ANÁPOLIS | | | 01.067.479/0001-46 | GO | ANAPOLIS | 4 | 40 | MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ | 1.000.000,00 |
| 501 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1848 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX SEPT ROSADO | PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX SEPT ROSADO | | 08.349.094/0001-10 | RN | GOVERNADOR DIX SEPT ROSADO | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional | R$ | 1.000.055,00 |
| 502 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1864 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ | PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais | R$ | 402.436,00 |
| 503 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3824 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO | | 08.088.247/0001-13 | RN | SANTANA DO SERIDO | 4 | 40 | COMPRA DE UMA PA CARREGADEIRA | R$ | 330.055,00 |
| 504 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1846 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS | PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS | | 08.294.670/0001-70 | RN | CARNAUBAIS | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional | R$ | 200.055,00 |
| 505 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3806 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA EQUADOR | PREFEITURA EQUADOR | | 08.086.225/0001-14 | RN | EQUADOR | 4 | 40 | IMPLEMENTOS AGRICOLAS | R$ | 200.055,00 |
| 506 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1853 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS | PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS | | 08.153.462/0001-50 | RN | MARTINS | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais. | R$ | 600.055,00 |
| 507 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1868 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL | | 08.355.463/0001-88 | RN | SAO MIGUEL | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais | R$ | 479.055,00 |
| 508 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3874 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORO | PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ | | 08.348.971/0001-39 | RN | MOSSORO | 4 | 40 | CÂMARA FRIGORIFICA | R$ | 300.000,00 |
| 509 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3819 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI | PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 40 | IMPLEMENTOS AGRICOLAS | R$ | 299.835,00 |
| 510 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3805 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU | PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU | | 08.349.078/0001-28 | RN | PATU | 4 | 40 | IMPLEMENTOS AGRICOLAS | R$ | 200.055,00 |
| 511 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1854 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ | PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ | | 08.144.784/0001-33 | RN | NOVA CRUZ | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais. | R$ | 340.670,00 |
| 512 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3822 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA | | 04.214.217/0001-55 | RN | JUNDIA | 4 | 40 | VEICULO | R$ | 400.055,00 |
| 513 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 2599 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 202V | PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL | PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL | | 08.158.669/0001-16 | RN | CORONEL EZEQUIEL | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional | R$ | 200.055,00 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | R$ | 338.820.482,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**Anexo III: Listagem de todas as indicações rejeitadas pela CRA até o presente momento**

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | Parlamentar Solicitante | Número da Indicação | EMENDA | Cod. Parlamentar | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf) | Município Indicação Vinculadas | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Alessandro Vieira | 5189 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Desenvolvimento Comunitário das Mulheres de Cumbe | Cumbe | 45.661.438/0001-59 | SE | CUMBE | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 2 | Alessandro Vieira | 5194 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de moradores e produtores do povoado Barro Preto e adjacencias | Itabaiana | 05.875.642/0001-58 | SE | ITABAIANA | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 135.746,00 |
| 3 | Alessandro Vieira | 5196 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Cooperativa dos Agricultores Familiares do Baixo São Francisco | Japoatã | 44.473.104/0001-99 | SE | JAPOATA | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 135.746,00 |
| 4 | Alessandro Vieira | 5208 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Moradores do Grande Rosa Elze - AMOR-GRE | São Cristóvão | 08.710.851/0001-30 | SE | SAO CRISTOVAO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 5 | Alessandro Vieira | 5201 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Moradores da Barra do Boi | Nossa Senhora da Glória | 02.319.607/0001-64 | SE | NOSSA SENHORA DA GLORIA | 4 | 90 | Pá-Carregadeira | R$ 292.600,00 |
| 6 | Alessandro Vieira | 5191 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Civil Consorcio de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local - Consad da Microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco | Feira Nova | 07.152.518/0001-90 | SE | FEIRA NOVA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 7 | Alessandro Vieira | 5192 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Gararu | Gararu | 13.112.669/0001-17 | SE | GARARU | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 8 | Alessandro Vieira | 5210 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Assistência e Ação Comunitária de Telha | Telha | 16.457.335/0001-73 | SE | TELHA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 9 | Alessandro Vieira | 5204 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Pedrinhas | Pedrinhas | 13.098.736/0001-96 | SE | PEDRINHAS | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 10 | Alessandro Vieira | 5203 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro | Nossa Senhora do Socorro | 13.128.814/0001-58 | SE | NOSSA SENHORA DO SOCORRO | 4 | 90 | Pá-Carregadeira | R$ 290.000,00 |
| 11 | Alessandro Vieira | 5195 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação dos Moradores e Amigos do Povoado Terra Dura e Adjacencias | Itabaiana | 02.787.727/0001-96 | SE | ITABAIANA | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 135.746,00 |
| 12 | Alessandro Vieira | 5206 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Propriá | Propriá | 13.117.320/0001-78 | SE | PROPRIA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 13 | Alessandro Vieira | 5198 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Instituto Valmir Monteiro | Lagarto | 02.649.025/0001-46 | SE | LAGARTO | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 135.746,00 |
| 14 | Alessandro Vieira | 5190 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação das Rendeiras Independentes de Divina Pastora - ASDREIN | Divina Pastora | 52.472.256/0001-03 | SE | DIVINA PASTORA | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 135.746,00 |
| 15 | Alessandro Vieira | 5188 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Canadá | Canindé do São Francisco | 02.473.038/0001-07 | SE | CANINDE DE SAO FRANCISCO | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 135.746,00 |
| 16 | Alessandro Vieira | 5209 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de São Francisco | São Francisco | 13.118.435/0001-87 | SE | SAO FRANCISCO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 17 | Alessandro Vieira | 5202 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COLONIA SANTA HELENA E REGIAO | Nossa Senhora da Glória | 01.353.453/0001-64 | SE | NOSSA SENHORA DA GLORIA | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 135.746,00 |
| 18 | Alessandro Vieira | 5207 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas | Riachão do Dantas | 11.439.872/0001-77 | SE | RIACHAO DO DANTAS | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 19 | Alessandro Vieira | 5193 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Comunitária Nossa Senhora de Lourdes | Gracho Cardoso | 02.723.330/0001-30 | SE | GRACHO CARDOSO | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 20 | Alessandro Vieira | 5205 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | ASSOCIACAO DE DESENVOL.COMUN. NOSSA SENHORA SANTANA DE MALHADA GRANDE | Poço Verde | 03.675.569/0001-45 | SE | POCO VERDE | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 135.746,00 |
| 21 | Alessandro Vieira | 5197 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação de Pequenos Produtores Rurais Maria de Lourdes Fonseca Santos | Lagarto | 31.443.339/0001-96 | SE | LAGARTO | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 135.746,00 |
| 22 | Alessandro Vieira | 5200 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Maos do Mestre Casa de Davi | Neópolis | 14.480.714/0001-59 | SE | NEOPOLIS | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 135.746,00 |
| 23 | Alessandro Vieira | 5187 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | Associação Cultural e Esportiva - ACESA | Aquidabã | 33.023.784/0001-22 | SE | AQUIDABA | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 135.746,00 |
| 24 | Alessandro Vieira | 5199 | 60120002 | 4144 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento | COOPERATIVA DE PRODUÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AUTO CONSUMO E ECONOMIA SOLIDARIA- COOPESA | Malhador | 23.052.767/0001-60 | SE | MALHADOR | 4 | 90 | Trator agricola | R$ 135.746,00 |
| 25 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 2231 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF - CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas e Equipamentos / Material Permanente | R$ 2.971.461,00 |
| 26 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4704 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF - CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas e Equipamentos - 13 TRATORES AGRÍCOLA modelo LOVOL TB754 CABINADO Valor unitário: R$ 129.900,00 | R$ 1.688.700,00 |
| 27 | Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima | 4703 | 60120002 | 4496 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária. CNPJ: 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF CNPJ: 06.553.572/0001-84 | | 00.396.895/0001-25 | PI | TERESINA | 4 | 90 | Aquisição máquinas e equipamento - aquisição de 04 RESTROESCAVADEIRA modelo JCB/3CX Valor unitário: R$ 288.000,00 | R$ 1.125.000,00 |
| 28 | Antônio Mecias Pereira de Jesus | 1506 | 60120002 | 4093 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS | MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS | | 01.613.031/0001-80 | RR | RORAINOPOLIS | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA | R$ 2.000.000,00 |
| 29 | Antônio Mecias Pereira de Jesus | 279 | 60120002 | 4093 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ | MUNICÍPIO DE CANTÁ | | 01.612.682/0001-56 | RR | CANTA | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA | R$ 2.952.436,00 |
| 30 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2897 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SÃO FIDELIS - RJ | | | 29.111.093/0001-03 | RJ | SAO FIDELIS | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 300.960,00 |
| 31 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4673 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Casimiro de Abreu/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Escavadeira Hidráulica | R$ 575.917,00 |
| 32 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2896 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU - RJ | | | 29.115.458/0001-78 | RJ | CASIMIRO DE ABREU | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 574.750,00 |
| 33 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2898 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAIS - RJ | | | 29.115.441/0001-10 | RJ | TRAJANO DE MORAIS | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 154.660,00 |
| 34 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2894 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE BARRA MANSA - RJ | | | 28.695.658/0001-84 | RJ | BARRA MANSA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 480.700,00 |
| 35 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4672 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Tanguá/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 36 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2895 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE TANGUÁ - RJ | | | 01.612.089/0001-00 | RJ | TANGUA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 300.960,00 |
| 37 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 2899 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE ITAOCARA - RJ | | | 28.615.557/0001-56 | RJ | ITAOCARA | 4 | 40 | Equipamentos | R$ 154.660,00 |
| 38 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4674 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de São Fidélis/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Retroescavadeira | R$ 301.571,00 |
| 39 | Bruno Bierrenbach Bonetti | 4671 | 60120002 | 4568 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Barra Mansa/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 1 Motoniveladora | R$ 481.676,00 |
| 40 | Carlos Alberto Dias Viana | 4065 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE CAIANA - MG - CNPJ 18.114.256/0001-95 | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola | R$ 107.774,00 |
| 41 | Carlos Alberto Dias Viana | 4008 | 60120002 | 4087 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG - CNPJ 17.947.581/0001-76 | | 00.396.895/0001-25 | MG | MURIAE | 4 | 90 | Aquisição de retroescavadeira | R$ 302.400,00 |
| 42 | Carlos Francisco Portinho | 3337 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Carmo/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | 2 Tratores agrícolas | R$ 309.320,00 |
| 43 | Carlos Francisco Portinho | 3339 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Itaperuna/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Escavadeira Hidráulica | R$ 574.750,00 |
| 44 | Carlos Francisco Portinho | 3340 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agrícola | R$ 154.660,00 |
| 45 | Carlos Francisco Portinho | 3338 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Macuco/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 480.700,00 |
| 46 | Carlos Francisco Portinho | 3341 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Município de Paraíba do Sul/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 47 | Carlos Francisco Portinho | 3342 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Municipio de Guapimirim/RJ | | 00.396.895/0068-32 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agricola | R$ 154.660,00 |
| 48 | Carlos Francisco Portinho | 4664 | 60120002 | 4210 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Municipio de Rio Bonito/RJ | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Trator Agricola | R$ 157.974,00 |
| 49 | Ciro Nogueira Lima Filho | 1960 | 60120002 | 2900 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BOCAINA | | | 06.553.689/0001-68 | PI | BOCAINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.000.000,00 |
| 50 | Ciro Nogueira Lima Filho | 1963 | 60120002 | 2900 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO PIAUÍ | | | 01.613.513/0001-30 | PI | PORTO ALEGRE DO PIAUI | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.000.000,00 |
| 51 | Ciro Nogueira Lima Filho | 1961 | 60120002 | 2900 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE BURITI DOS LOPES | | | 06.554.455/0001-35 | PI | BURITI DOS LOPES | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.000.000,00 |
| 52 | Ciro Nogueira Lima Filho | 1962 | 60120002 | 2900 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS | | | 06.554.422/0001-95 | PI | NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.000.000,00 |
| 53 | Confício Aires Moura | 2791 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | CORUMBIARA | CORUMBIARA | | 63.762.041/0001-35 | RO | CORUMBIARA | 4 | 90 | Máquinas agrícolas. | R$ 302.436,00 |
| 54 | Confício Aires Moura | 2785 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ | | 01.254.422/0001-56 | RO | SAO FRANCISCO DO GUAPORE | 4 | 90 | Máquinas agrícolas. | R$ 700.000,00 |
| 55 | Confício Aires Moura | 4819 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | ITAPUA DO OESTE | | 00.396.895/0001-25 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator e ensiladeira frontal. | R$ 700.000,00 |
| 56 | Confício Aires Moura | 2776 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | JARU | | | 04.279.238/0001-59 | RO | JARU | 4 | 90 | Máquinas agrícolas. | R$ 1.500.000,00 |
| 57 | Confício Aires Moura | 2783 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | ITAPUÃ DO OESTE | ITAPUÃ DO OESTE | | 63.761.936/0001-55 | RO | ITAPUA DO OESTE | 4 | 90 | Máquinas e implementos agrícolas. | R$ 700.000,00 |
| 58 | Confício Aires Moura | 2780 | 60120002 | 4092 | 22000 | 22101 | 20ZV | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE | NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE | | 15.884.109/0001-06 | RO | NOVA BRASILANDIA D'OESTE | 4 | 90 | Máquinas agrícolas. | R$ 1.000.000,00 |
| 59 | Damares Regina Alves | 1800 | 60120002 | 4268 | 22000 | 22101 | 20ZV | Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal | | | 03.318.233/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 30 | Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para albergamento de equinos, muares e asininos apreendidos ou recolhidos das ruas pela SEAGRI | R$ 1.980.974,00 |
| 60 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 3648 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB | PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB | COREMAS - PB | 00.043.711/0001-43 | PB | JOAO PESSOA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 480.974,00 |
| 61 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 3625 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB | PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS-PB | COREMAS - PB | 00.043.711/0001-43 | PB | JOAO PESSOA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 500.000,00 |
| 62 | Daniella Velloso Borges Ribeiro | 3634 | 60120002 | 4141 | 22000 | 22101 | 20ZV | DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB | PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA - PB | LUCENA - PB | 00.043.711/0001-43 | PB | JOAO PESSOA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ 1.000.000,00 |
| 63 | Efraim de Araújo Morais Filho | 4369 | 60120002 | 4270 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de São Bento | | | 09.069.709/0001-18 | PB | SAO BENTO | 4 | 40 | Execução de Obras | R$ 3.000.000,00 |
| 64 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4965 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 65 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4954 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Trator Agricola | R$ 135.745,00 |
| 66 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4956 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MAR VERMELHO | | | 12.333.761/0001-44 | AL | MAR VERMELHO | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 67 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4976 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO NORTE | | | 12.200.317/0001-50 | AL | SANTA LUZIA DO NORTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 68 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4986 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BATALHA | | | 12.250.056/0001-83 | AL | BATALHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 69 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4973 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 70 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4967 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 71 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4952 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ANADIA | | | 12.227.351/0001-19 | AL | ANADIA | 4 | 90 | 01 equipamento: motoniveladora | R$ 500.555,00 |
| 72 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4983 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PARICONHA | | | 35.634.435/0001-72 | AL | PARICONHA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 73 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4957 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 74 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4987 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE BELO MONTE | | | 12.250.163/0001-01 | AL | BELO MONTE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 75 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4960 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 76 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4962 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 77 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4982 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE OLHO D'AGUA DO CASADO | | | 12.350.146/0001-46 | AL | OLHO D'AGUA DO CASADO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 78 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4961 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 79 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4981 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MATA GRANDE | | | 12.226.205/0001-79 | AL | MATA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 80 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4979 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CANAPI | | | 12.367.892/0001-42 | AL | CANAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 81 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4993 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE JARAMATAIA | | | 12.207.544/0001-08 | AL | JARAMATAIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 82 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4953 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MARIBONDO | | | 12.236.873/0001-87 | AL | MARIBONDO | 4 | 90 | Um equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 83 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4969 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE COITE DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 84 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4966 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 85 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 3131 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Municipios Alagoanos | Agua Branca, Anadia, Anapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craíbas, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Ibateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens, | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas agrícolas | R$ 4.052.436,00 |
| 86 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4955 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE LAGOA DA CANOA | | | 12.207.551/0001-00 | AL | LAGOA DA CANOA | 4 | 90 | 01 Equipamento: Retroescavadeira | R$ 300.960,00 |
| 87 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4975 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE SATUBA | | | 12.200.333/0001-43 | AL | SATUBA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 88 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4985 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE ARAPIRACA | | | 12.198.693/0003-10 | AL | ARAPIRACA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 89 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4958 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 90 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4989 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CRAIBAS | | | 08.439.549/0001-99 | AL | CRAIBAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 91 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4964 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 92 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4963 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 93 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4992 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE FEIRA GRANDE | | | 12.207.528/0001-15 | AL | FEIRA GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 94 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4972 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE COITE DO NOIA | | | 12.198.719/0001-68 | AL | COITE DO NOIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 95 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4959 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INHAPI | | | 12.226.197/0001-60 | AL | INHAPI | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 96 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4974 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTEIROPOLIS | | | 12.251.450/0001-36 | AL | MONTEIROPOLIS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 97 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4978 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE AGUA BRANCA | | | 12.350.153/0001-48 | AL | AGUA BRANCA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 98 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4980 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA | | | 12.224.895/0001-27 | AL | DELMIRO GOUVEIA | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 99 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 3127 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Municípios Alagoanos | Agua Branca, Anadia, Anpiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craibas, Delmino Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Ibateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens, | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de máquinas agrícolas | R$ 1.980.974,00 |
| 100 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4968 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO | | | 12.207.536/0001-61 | AL | GIRAU DO PONCIANO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 101 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4977 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE RIO LARGO | | | 12.200.168/0001-20 | AL | RIO LARGO | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 102 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4988 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE | | | 12.198.701/0001-66 | AL | CAMPO GRANDE | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 103 | Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas | 4984 | 60120002 | 4239 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PIRANHAS | | | 12.225.546/0001-20 | AL | PIRANHAS | 4 | 90 | Um equipamento: Trator agricola | R$ 135.745,00 |
| 104 | Fabiano Contarato | 749 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA | | 00.396.895/0001-25 | ES | SAO GABRIEL DA PALHA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA | R$ 510.000,00 |
| 105 | Fabiano Contarato | 698 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA | | 00.396.895/0001-25 | ES | ITARANA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA | R$ 810.000,00 |
| 106 | Fabiano Contarato | 1968 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ | | 00.396.895/0001-25 | ES | JAGUARE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 495.240,00 |
| 107 | Fabiano Contarato | 709 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU | PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU | | 00.396.895/0001-25 | ES | IBIRACU | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 108 | Fabiano Contarato | 743 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA | | 00.396.895/0001-25 | ES | JOAO NEIVA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA | R$ 650.000,00 |
| 109 | Fabiano Contarato | 752 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA | | 00.396.895/0001-25 | ES | VARGEM ALTA | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 110 | Fabiano Contarato | 693 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE | | 00.396.895/0001-25 | ES | AGUA DOCE DO NORTE | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRAULICA | R$ 650.000,00 |
| 111 | Fabiano Contarato | 746 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURICI | | 00.396.895/0001-25 | ES | MUCURICI | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA | R$ 380.000,00 |
| 112 | Fabiano Contarato | 701 | 60120002 | 4180 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | | 00.396.895/0001-25 | ES | CONCEICAO DO CASTELO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA | R$ 430.000,00 |
| 113 | Fernando Lopes de Farias | 4900 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 01 PÁ CARREGADEIRA modelo XCMG/LW300KV no valor unitário de R$ 280.000,00 | R$ 280.000,00 |
| 114 | Fernando Lopes de Farias | 4898 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 TRATORES AGRÍCOLAS modelo LOVOL TB754 CABINADO no valor unitário de R$ 129.900,00 | R$ 779.400,00 |
| 115 | Fernando Lopes de Farias | 3909 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ 2.952.436,00 |
| 116 | Fernando Lopes de Farias | 4895 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária - CNPJ 00.396.895/0001-25 | Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SEAGRI - CNPJ: 12.200.200/0001-77 | | 00.396.895/0001-25 | AL | MACEIO | 4 | 90 | Aquisição de 06 RETROESCAVADEIRAS modelo JCB/3CX no valor unitário de R$ 288.000,00 | R$ 1.728.000,00 |
| 117 | Fernando Lopes de Farias | 3930 | 60120002 | 4285 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Limoeiro de Anadia | | | 12.207.403/0001-95 | AL | LIMOEIRO DE ANADIA | 4 | 40 | Construção de Estrutura Física para Comercialização Agropecuária Animal | R$ 2.000.000,00 |
| 118 | Francisco de Assis Rodrigues | 3544 | 60120002 | 4143 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio do Amajari | Municipio do Amajari | | 01.614.081/0001-82 | RR | AMAJARI | 4 | 40 | Fomento ao setor Agropecuário | R$ 4.352.436,00 |
| 119 | Irajá Silvestre Filho | 3746 | 60120002 | 4096 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | Todos os municípios do Estado do Tocantins | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 3 | 90 | Desenvolver programa para cadeia produtiva no Estado do Tocantins. | R$ 4.952.436,00 |
| 120 | Izalci Lucas Ferreira | 1653 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cidade Ocidental | Cidade Ocidental | | 36.862.621/0001-21 | GO | CIDADE OCIDENTAL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cidade Ocidental GO | R$ 132.065,00 |
| 121 | Izalci Lucas Ferreira | 1660 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cavalcante | Cavalcante | | 01.738.772/0001-98 | GO | CAVALCANTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cavalcante GO | R$ 132.065,00 |
| 122 | Izalci Lucas Ferreira | 1659 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Planaltina Goiás | Planaltina Goiás | | 01.740.422/0001-66 | GO | PLANALTINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Planaltina Goiás | R$ 132.065,00 |
| 123 | Izalci Lucas Ferreira | 1655 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cocalzinho de Goiás | Cocalzinho de Goiás | | 36.985.463/0001-05 | GO | COCALZINHO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cocalzinho de Goiás | R$ 132.065,00 |
| 124 | Izalci Lucas Ferreira | 1649 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alto Paraiso | Alto Paraiso | | 01.740.455/0001-06 | GO | ALTO PARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alto Paraiso GO | R$ 132.065,00 |
| 125 | Izalci Lucas Ferreira | 1647 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Água fria de Goiás | Água fria de Goiás | | 25.141.292/0001-03 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Água fria de Goiás | R$ 132.065,00 |
| 126 | Izalci Lucas Ferreira | 1663 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Vila Boa | Vila Boa | | 37.388.378/0001-14 | GO | VILA BOA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Vila Boa GO | R$ 132.065,00 |
| 127 | Izalci Lucas Ferreira | 1664 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Cristalina | Cristalina | | 11.290.797/0001-25 | GO | CRISTALINA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Cristalina GO | R$ 132.065,00 |
| 128 | Izalci Lucas Ferreira | 1651 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alvorada do Norte | Alvorada do Norte | | 02.367.597/0001-32 | GO | ALVORADA DO NORTE | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Alvorada do Norte GO | R$ 132.065,00 |
| 129 | Izalci Lucas Ferreira | 1654 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Formosa | Formosa | | 01.738.780/0001-34 | GO | FORMOSA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Formosa GO | R$ 132.065,00 |
| 130 | Izalci Lucas Ferreira | 1661 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Simolândia | Simolândia | | 24.855.058/0001-85 | GO | SIMOLANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Simolândia GO | R$ 132.065,00 |
| 131 | Izalci Lucas Ferreira | 4733 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Água Fria de Goiás | Água Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Aquisição de Trator Agrícola para o Município Água Fria de Goiás | R$ 180.974,00 |
| 132 | Izalci Lucas Ferreira | 1648 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Alexânia | Alexânia | | 01.298.975/0001-00 | GO | ALEXANIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Alexânia GO | R$ 132.065,00 |
| 133 | Izalci Lucas Ferreira | 1657 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Colinas do Sul | Colinas do Sul | | 25.105.255/0001-40 | GO | COLINAS DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Colinas do Sul GO | R$ 132.065,00 |
| 134 | Izalci Lucas Ferreira | 4513 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Água Fria de Goiás | Água Fria de Goiás | | 25.141.292/0001-03 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município Água Fria de Goiás | R$ 200.000,00 |
| 135 | Izalci Lucas Ferreira | 1658 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Niquelândia | Niquelândia | | 02.215.895/0001-07 | GO | NIQUELANDIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Niquelândia GO | R$ 132.065,00 |
| 136 | Izalci Lucas Ferreira | 1662 | 60120002 | 4136 | 22000 | 22101 | 20ZV | Flores de Goiás | Flores de Goiás | | 01.740.497/0001-47 | GO | FLORES DE GOIAS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário ao Município de Flores de Goiás | R$ 132.065,00 |
| 137 | Jader Fontenelle Barbalho | 1405 | 60120002 | 2263 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Novo Progresso | | | 10.221.786/0001-20 | PA | NOVO PROGRESSO | 4 | 40 | Estradas vicinais. | R$ 600.000,00 |
| 138 | Jayme Verissimo de Campos | 2751 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 20ZV | Universidade Federal de Rondonópolis – UFR | | | 35.854.176/0001-95 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas | R$ 1.300.000,00 |
| 139 | Jayme Verissimo de Campos | 4951 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS | | 00.396.895/0011-05 | MT | RONDONOPOLIS | 4 | 90 | equipamentos e implementos agrícolas. | R$ 1.300.000,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 140 | Jayme Verissimo de Campos | 3011 | 60120002 | 2376 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Boa Esperança do Norte | | | 58.673.892/0001-71 | MT | BOA ESPERANCA DO NORTE | 4 | 40 | aquisição de maquinas e equipamentos | R$ | 450.000,00 |
| 141 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2623 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO | | 01.616.319/0001-09 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | TRATOR AGRÍCOLA 90CV | R$ | 134.283,00 |
| 142 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2620 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO | MUNICIPIO DE RIANAPOLIS - GO | | 01.300.094/0001-87 | GO | RIANAPOLIS | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 300.960,00 |
| 143 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2647 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO | MUNICIPIO DE FAZENDA NOVA - GO | | 01.915.313/0001-32 | GO | FAZENDA NOVA | 4 | 40 | MOTONIVELADORA | R$ | 543.400,00 |
| 144 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2639 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO | MUNICIPIO DE PIRANHAS - GO | | 01.168.145/0001-69 | GO | PIRANHAS | 4 | 40 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.283,00 |
| 145 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2624 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE URUACU - GO | MUNICIPIO DE URUACU - GO | | 01.219.807/0001-82 | GO | URUACU | 4 | 40 | MOTONIVELADORA | R$ | 543.400,00 |
| 146 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2641 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE URUACU - GO | MUNICIPIO DE URUACU - GO | | 01.219.807/0001-82 | GO | URUACU | 4 | 40 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 292.600,00 |
| 147 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2627 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO | MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIAS - GO | | 01.126.341/0001-70 | GO | MONTE ALEGRE DE GOIAS | 4 | 40 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 292.600,00 |
| 148 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2616 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO | | 26.873.059/0001-88 | GO | GUARAITA | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 300.960,00 |
| 149 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2622 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO | MUNICIPIO DE VALPARAISO DE GOIAS - GO | | 01.616.319/0001-09 | GO | VALPARAISO DE GOIAS | 4 | 40 | TRATOR AGRÍCOLA 90CV | R$ | 134.283,00 |
| 150 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2637 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO | MUNICIPIO DE DOVERLANDIA - GO | | 00.078.790/0001-28 | GO | DOVERLANDIA | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 300.960,00 |
| 151 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2645 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO | | 01.164.946/0001-56 | GO | CAIAPONIA | 4 | 40 | TRATOR AGRÍCOLA | R$ | 134.283,00 |
| 152 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2636 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO | MUNICIPIO DE CAMPOS VERDES - GO | | 01.493.998/0001-76 | GO | CAMPOS VERDES | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 300.960,00 |
| 153 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2643 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO | MUNICIPIO DE CAIAPONIA - GO | | 01.164.946/0001-56 | GO | CAIAPONIA | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 300.960,00 |
| 154 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2625 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE URUACU - GO | MUNICIPIO DE URUACU - GO | | 01.219.807/0001-82 | GO | URUACU | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 300.960,00 |
| 155 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2629 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE INDIARA - GO | MUNICIPIO DE INDIARA - GO | | 00.005.959/0001-10 | GO | INDIARA | 4 | 40 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 292.600,00 |
| 156 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2618 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO | MUNICIPIO DE GUARAITA - GO | | 26.873.059/0001-88 | GO | GUARAITA | 4 | 40 | PÁ-CARREGADEIRA | R$ | 292.600,00 |
| 157 | Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser | 2634 | 60120002 | 9206 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO | MUNICIPIO DE MOZARLANDIA - GO | | 01.135.227/0001-07 | GO | MOZARLANDIA | 4 | 40 | RETROESCAVADEIRA | R$ | 300.960,00 |
| 158 | Jorge Seif Júnior | 4907 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Brunópolis | | | 01.613.853/0001-61 | SC | BRUNOPOLIS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 159 | Jorge Seif Júnior | 3049 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Saudades | | | 83.021.881/0001-54 | SC | SAUDADES | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário no município | R$ | 132.000,00 |
| 160 | Jorge Seif Júnior | 4906 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 264.000,00 |
| 161 | Jorge Seif Júnior | 3059 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Abelardo Luz | | | 83.009.886/0001-61 | SC | ABELARDO LUZ | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.000,00 |
| 162 | Jorge Seif Júnior | 4905 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Bom Jesus | | | 01.551.148/0001-87 | SC | BOM JESUS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 163 | Jorge Seif Júnior | 4913 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São José do Cedro | | | 83.026.781/0001-10 | SC | SAO JOSE DO CEDRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 164 | Jorge Seif Júnior | 4910 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Meleiro | | | 82.837.741/0001-96 | SC | MELEIRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 165 | Jorge Seif Júnior | 4914 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Abelardo Luz | | | 83.009.886/0001-61 | SC | ABELARDO LUZ | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 166 | Jorge Seif Júnior | 3044 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Atalanta | | | 83.102.616/0001-09 | SC | ATALANTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.000,00 |
| 167 | Jorge Seif Júnior | 2675 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Camboriú | | | 83.102.293/0001-45 | SC | CAMBORIU | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 1.980.974,00 |
| 168 | Jorge Seif Júnior | 3060 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Arroio Trinta | | | 82.826.462/0001-27 | SC | ARROIO TRINTA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 169 | Jorge Seif Júnior | 3045 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Brunópolis | | | 01.613.853/0001-61 | SC | BRUNOPOLIS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.000,00 |
| 170 | Jorge Seif Júnior | 3055 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São José do Cedro | | | 83.026.781/0001-10 | SC | SAO JOSE DO CEDRO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.000,00 |
| 171 | Jorge Seif Júnior | 3046 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Caxambu do Sul | | | 83.021.816/0001-29 | SC | CAXAMBU DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.000,00 |
| 172 | Jorge Seif Júnior | 4912 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São Bernardino | | | 01.612.812/0001-50 | SC | SAO BERNARDINO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 173 | Jorge Seif Júnior | 4911 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Saudades | | | 83.021.881/0001-54 | SC | SAUDADES | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 174 | Jorge Seif Júnior | 3043 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Bom Jesus | | | 01.551.148/0001-87 | SC | BOM JESUS | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.000,00 |
| 175 | Jorge Seif Júnior | 3057 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Riqueza | | | 95.988.309/0001-48 | SC | RIQUEZA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.000,00 |
| 176 | Jorge Seif Júnior | 3051 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de São Bernardino | | | 01.612.812/0001-50 | SC | SAO BERNARDINO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário no município | R$ | 132.000,00 |
| 177 | Jorge Seif Júnior | 4915 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Passos Maia | | | 00.396.895/0001-25 | SC | PASSOS MAIA | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 254.000,00 |
| 178 | Jorge Seif Júnior | 3053 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Aguas de Chapeco | | | 82.804.212/0001-96 | SC | AGUAS DE CHAPECO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 264.000,00 |
| 179 | Jorge Seif Júnior | 4909 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Caxambu do Sul | | | 83.021.816/0001-29 | SC | CAXAMBU DO SUL | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.974,00 |
| 180 | Jorge Seif Júnior | 3048 | 60120002 | 4273 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Meleiro | | | 82.837.741/0001-96 | SC | MELEIRO | 4 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário | R$ | 132.000,00 |
| 181 | José da Cruz Marinho | 4511 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICÍPIO DE BUJARU | MUNICÍPIO DE BUJARU | MUNICÍPIO DE BUJARU | 05.196.563/0001-10 | PA | BUJARU | 4 | 40 | MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | R$ | 1.702.436,00 |
| 182 | José da Cruz Marinho | 240 | 60120002 | 4182 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES(AS) RURAIS DA COMUNIDADE DE S.ÃO TOMÉ | Santarém Novo | 22.064.816/0001-11 | PA | SANTAREM NOVO | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE TRATOR COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS | R$ | 250.000,00 |
| 183 | José Roberto Oliveira Faro | 1211 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Dom Eliseu | Dom Eliseu | 00.396.895/0001-25 | PA | DOM ELISEU | 4 | 90 | Aquisição de equipamento agrícola | R$ | 272.436,00 |
| 184 | José Roberto Oliveira Faro | 1209 | 60120002 | 4266 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Baião | Baião | 00.396.895/0001-25 | PA | BAIAO | 4 | 90 | Aquisição de equipamento agrícola | R$ | 680.000,00 |
| 185 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 1989 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTURES DOS CAJUEIROS - 05.492.601/0001-82 | TABULEIRO DO NORTE | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de Equipamentos e Máquinas e Implementos Agrícolas | R$ | 135.850,00 |
| 186 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 1359 | 60120002 | 4138 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUNICIPIO DE RUSSAS | COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO VALE DO JAGUARIBE – OPTAR-ORGÂNICO - 34.426.656/0001-92 | RUSSAS | 34.426.656/0001-92 | CE | RUSSAS | 4 | 50 | Aquisição de Equipamentos e Implementos | R$ | 200.000,00 |
| 187 | Magno Pereira Malta | 2003 | 60120002 | 2029 | 22000 | 22101 | 20ZV | Município de Alto Rio Novo/ES | | | 31.796.659/0001-20 | ES | ALTO RIO NOVO | 4 | 40 | Aquisição de Máquinas e Equipamentos | R$ | 174.974,00 |
| 188 | Marcos Ribeiro do Val | 3739 | 60120002 | 9204 | 22000 | 22101 | 20ZV | DORES DO RIO PRETO | | | 27.167.386/0001-87 | ES | DORES DO RIO PRETO | 4 | 40 | 1 RETROESCAVADEIRA | R$ | 400.000,00 |
| 189 | Marcos Ribeiro do Val | 3767 | 60120002 | 9204 | 22000 | 22101 | 20ZV | SANTA MARIA DE JETIBÁ | | | 36.388.445/0001-38 | ES | SANTA MARIA DE JETIBA | 4 | 40 | 1 RETROESCAVADEIRA | R$ | 400.000,00 |
| 190 | Marcos Ribeiro do Val | 3752 | 60120002 | 9204 | 22000 | 22101 | 20ZV | MUQUI | | | 27.082.403/0001-83 | ES | MUQUI | 4 | 40 | 1 RETROESCAVADEIRA | R$ | 400.000,00 |
| 191 | Marcos Ribeiro do Val | 3754 | 60120002 | 9204 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO MATEUS | | | 27.167.477/0001-12 | ES | SAO MATEUS | 4 | 40 | 1 RETROESCAVADEIRA | R$ | 400.000,00 |
| 192 | Marcos Ribeiro do Val | 3763 | 60120002 | 9204 | 22000 | 22101 | 20ZV | BREJETUBA | | | 01.612.674/0001-00 | ES | BREJETUBA | 4 | 40 | 1 RETROESCAVADEIRA | R$ | 400.000,00 |
| 193 | Maria Auxiliadora Seabra Rezende | 2447 | 60120002 | 4275 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÍTIO NOVO DO TOCANTINS | SÍTIO NOVO DO TOCANTINS | | 00.766.717/0001-49 | TO | SITIO NOVO DO TOCANTINS | 4 | 40 | ESTRADAS VICINAIS | R$ | 1.500.000,00 |
| 194 | Nelson Tnad Filho | 3162 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Taquarussu | | 03.923.703/0001-80 | MS | TAQUARUSSU | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 128.500,00 |
| 195 | Nelson Tnad Filho | 3171 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Aparecida do Taboado | | 03.563.335/0001-06 | MS | APARECIDA DO TABOADO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 288.000,00 |
| 196 | Nelson Tnad Filho | 3166 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Rochedo | | 03.501.566/0001-95 | MS | ROCHEDO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 128.500,00 |
| 197 | Nelson Tnad Filho | 3072 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Antônio João | | 03.567.930/0001-10 | MS | ANTONIO JOAO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - retroescavadeira | R$ | 288.000,00 |
| 198 | Nelson Tnad Filho | 3115 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Corguinho | | 03.501.525/0001-07 | MS | CORGUINHO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Pá carregadeira | R$ | 280.000,00 |
| 199 | Nelson Tnad Filho | 3155 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Jateí | | 03.783.859/0001-02 | MS | JATEI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 128.500,00 |
| 200 | Nelson Tnad Filho | 3071 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Amambai | | 03.568.433/0001-36 | MS | AMAMBAI | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 288.000,00 |
| 201 | Nelson Tnad Filho | 3160 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Nova Alvorada do Sul | | 37.212.719/0001-04 | MS | NOVA ALVORADA DO SUL | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 288.000,00 |
| 202 | Nelson Tnad Filho | 3151 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Ivinhema | | 03.575.875/0001-00 | MS | IVINHEMA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ | 416.500,00 |
| 203 | Nelson Tnad Filho | 3108 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Bandeirantes | | 03.501.491/0001-42 | MS | BANDEIRANTES | 3 | 40 | Fomento ao Setor Agropecuário - Calcário | R$ | 240.436,00 |
| 204 | Nelson Tnad Filho | 3149 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Douradina | | 15.479.751/0001-00 | MS | DOURADINA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ | 288.000,00 |
| 205 | Nelson Tnad Filho | 3147 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396895000125 | PM de Costa Rica | | 15.389.596/0001-30 | MS | COSTA RICA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ | 128.500,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 206 | Nelson Trad Filho | 3163 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396095000125 | PM de Terenos | | 03.501.582/0001-88 | MS | TERENOS | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Retroescavadeira | R$ 288.000,00 |
| 207 | Nelson Trad Filho | 3165 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396095000125 | PM de Rio Negro | | 03.501.558/0001-49 | MS | RIO NEGRO | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| 208 | Nelson Trad Filho | 3159 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396095000125 | PM de Nioaque | | 03.073.699/0001-08 | MS | NIOAQUE | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - Trator | R$ 128.500,00 |
| 209 | Nelson Trad Filho | 3121 | 60120002 | 4181 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAPA - CNPJ: 00396095000125 | PM de Coronel Sapucia | | 01.988.914/0001-75 | MS | CORONEL SAPUCAIA | 4 | 90 | Fomento ao Setor Agropecuário - trator e retroescavadeira (conforme valores do PROMAQ - Centro Oeste) | R$ 416.500,00 |
| 210 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4091 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Machacalis | | | 18.404.921/0001-85 | MG | MACHACALIS | 3 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 211 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 4073 | 60120002 | 4140 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Estrela do Indaia | | | 18.308.759/0001-00 | MG | ESTRELA DO INDAIA | 4 | 40 | Equipamento | R$ 500.000,00 |
| 212 | Rogério Simonetti Marinho | 4684 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | TENENTE LAURENTINO CRUZ | | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| 213 | Rogério Simonetti Marinho | 2955 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO BENTO DO TRAIRI | | | 08.160.467/0001-00 | RN | SAO BENTO DO TRAIRI | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA | R$ 150.000,00 |
| 214 | Rogério Simonetti Marinho | 11354 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | ACARI (CNPJ 00.097.008/0001-20) | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.570.068,00 |
| 215 | Rogério Simonetti Marinho | 2951 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | EXTREMOZ | | | 08.204.497/0001-71 | RN | EXTREMOZ | 4 | 40 | aquisição de uma MOTONIVELADORA via ATA do Ministério da Agricultura | R$ 490.000,00 |
| 216 | Rogério Simonetti Marinho | 2962 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | VERA CRUZ | | | 08.362.915/0001-59 | RN | VERA CRUZ | 4 | 40 | aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 140.000,00 |
| 217 | Rogério Simonetti Marinho | 11342 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | MAJOR SALES (CNPJ 01.612.383/0001-11) | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.570.068,00 |
| 218 | Rogério Simonetti Marinho | 4679 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAJOR SALES | | | 01.612.383/0001-11 | RN | MAJOR SALES | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| 219 | Rogério Simonetti Marinho | 2953 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MARCELINO VIEIRA | | | 08.357.618/0001-15 | RN | MARCELINO VIEIRA | 4 | 40 | Aquisição de trator agrícola via ATA 2026 DO MAPA | R$ 150.000,00 |
| 220 | Rogério Simonetti Marinho | 11311 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | TENENTE LAURENTINO CRUZ (CNPJ 01.612.382/0001-77) | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | aquisição de um TRATOR via ata do ministério da agricultura | R$ 136.020.094,00 |
| 221 | Rogério Simonetti Marinho | 2931 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | ACARI | | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 40 | aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 300.000,00 |
| 222 | Rogério Simonetti Marinho | 2948 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO | | | 01.612.396/0001-90 | RN | SAO MIGUEL DO GOSTOSO | 4 | 40 | aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 300.000,00 |
| 223 | Rogério Simonetti Marinho | 4681 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | EXTREMOZ | | | 08.204.497/0001-71 | RN | EXTREMOZ | 4 | 90 | aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura | R$ 501.571,00 |
| 224 | Rogério Simonetti Marinho | 4685 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | VERA CRUZ | | | 08.362.915/0001-59 | RN | VERA CRUZ | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| 225 | Rogério Simonetti Marinho | 4683 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO BENTO DO TRAIRI | | | 08.160.467/0001-00 | RN | SAO BENTO DO TRAIRI | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| 226 | Rogério Simonetti Marinho | 11317 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | VERA CRUZ (CNPJ 08.362.915/0001-59) | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 136.020.094,00 |
| 227 | Rogério Simonetti Marinho | 2936 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MAJOR SALES | | | 01.612.383/0001-11 | RN | MAJOR SALES | 4 | 40 | aquisição de uma retroescavadeira via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 300.000,00 |
| 228 | Rogério Simonetti Marinho | 11335 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pesca | EXTREMOZ (CNPJ 08.204.497/0001-71) | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura | R$ 50.157.068,00 |
| 229 | Rogério Simonetti Marinho | 4680 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO | | | 01.612.396/0001-90 | RN | SAO MIGUEL DO GOSTOSO | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| 230 | Rogério Simonetti Marinho | 11331 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | MARCELINO VIEIRA (cnpj 08.357.618/0001-15) | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 136.020.094,00 |
| 231 | Rogério Simonetti Marinho | 2959 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | TENENTE LAURENTINO CRUZ | | | 01.612.382/0001-77 | RN | TENENTE LAURENTINO CRUZ | 4 | 40 | aquisição de um TRATOR via ATA 2026 do Ministério da Agricultura | R$ 150.000,00 |
| 232 | Rogério Simonetti Marinho | 4678 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | ACARI | | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.571,00 |
| 233 | Rogério Simonetti Marinho | 11351 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | SÃO MIGUEL DO GOSTOSO (cnpj 01.612.396/0001-90) | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura | R$ 301.570.068,00 |
| 234 | Rogério Simonetti Marinho | 11326 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | SÃO BENTO DO TRAIRI ( cnpj 08.160.467/0001-00) | | 00.396.895/0001-25 | DF | BRASILIA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 136.020.094,00 |
| 235 | Rogério Simonetti Marinho | 4682 | 60120002 | 4276 | 22000 | 22101 | 20ZV | MARCELINO VIEIRA | | | 08.357.618/0001-15 | RN | MARCELINO VIEIRA | 4 | 90 | Aquisição de trator agrícola via ATA do MAPA | R$ 137.000,00 |
| 236 | Vanderlan Vieira Cardoso | 3556 | 60120002 | 4083 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura | Agua Fria de Goiás | | 00.396.895/0001-25 | GO | AGUA FRIA DE GOIAS | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 543.000,00 |
| 237 | Veneziano Vital do Rêgo Sequindo Neto | 4750 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Santa Inês | | | 01.612.693/0001-36 | PB | SANTA INES | 4 | 40 | Infraestrutura Agrícola | R$ 400.000,00 |
| 238 | Veneziano Vital do Rêgo Sequindo Neto | 4752 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Junco do Seridó | | | 09.084.054/0001-57 | PB | JUNCO DO SERIDO | 3 | 40 | Evento | R$ 500.000,00 |
| 239 | Veneziano Vital do Rêgo Sequindo Neto | 4753 | 60120002 | 4088 | 22000 | 22101 | 20ZV | Municipio de Tenório | | | 01.612.649/0001-26 | PB | TENORIO | 3 | 40 | Evento | R$ 200.000,00 |
| 240 | Wellington Antonio Fagundes | 5124 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21 | | 00.396.895/0001-25 | MT | VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 241 | Wellington Antonio Fagundes | 1982 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | perfeitura municipal de Curvelandia | prefeitura municipal de Curverlandia | | 04.217.647/0001-20 | MT | CURVELANDIA | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| 242 | Wellington Antonio Fagundes | 1980 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de curvelandia | prefeitura municipal de curvelandia | | 58.673.892/0001-71 | MT | CURVELANDIA | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| 243 | Wellington Antonio Fagundes | 2017 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de Indiavai | prefeitura municipal de Indiavai | | 03.239.027/0001-20 | MT | INDIAVAI | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| 244 | Wellington Antonio Fagundes | 5123 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissima Trindade - cnpj 03.214.160/0001-21 | | 00.396.895/0001-25 | MT | VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 245 | Wellington Antonio Fagundes | 5029 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministerio da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - cnpj 37465408/000-49 | | 00.396.895/0001-25 | MT | LAMBARI D'OESTE | 4 | 90 | Aquisição de trator | R$ 134.555,00 |
| 246 | Wellington Antonio Fagundes | 2013 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | Prefeitura Municipal de Salto do Ceu | | 15.024.011/0001-89 | MT | SALTO DO CEU | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| 247 | Wellington Antonio Fagundes | 1978 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Brasnorte | Prefeitura Municipal de Brasnorte | | 01.375.138/0001-38 | MT | BRASNORTE | 4 | 40 | Aquisição trator agricola | R$ 128.500,00 |
| 248 | Wellington Antonio Fagundes | 5014 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Ministério da Agricultura e Pecuária | Prefeitura Municipal de Brasnorte | | 01.375.138/0001-38 | MT | BRASNORTE | 4 | 40 | Aquisição de equipamento (trator) | R$ 134.544.970,00 |
| 249 | Wellington Antonio Fagundes | 2014 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal | | 15.024.011/0001-89 | MT | RESERVA DO CABACAL | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| 250 | Wellington Antonio Fagundes | 1985 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | perfeitura municipal de rio branco | prefeitura municipal de rio branco | | 15.023.997/0001-72 | MT | RIO BRANCO | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| 251 | Wellington Antonio Fagundes | 2015 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de Gloria DOeste | prefeitura municipal de Gloria DOeste | | 37.464.955/0001-00 | MT | GLORIA D'OESTE | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| 252 | Wellington Antonio Fagundes | 2016 | 60120002 | 3805 | 22000 | 22101 | 20ZV | prefeitura municipal de Porto Esperidião | prefeitura municipal de Porto Esperidião | | 05.460.358/0001-10 | MT | PORTO ESPERIDIAO | 4 | 40 | trator agricola | R$ 128.500,00 |
| 253 | Wilder Pedro de Morais | 4638 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 20ZV | Prefeitura de Anápolis | | | 01.067.479/0001-46 | GO | ANAPOLIS | 4 | 40 | Manutenção e recuperação de estradas vicinais no município | R$ 707.403,00 |
| 254 | Wilder Pedro de Morais | 2892 | 60120002 | 2969 | 22000 | 22101 | 20ZV | MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO | | | 00.396.895/0001-25 | GO | MINEIROS | 4 | 90 | AQUISIÇÃO DE PA CARREGADEIRA | R$ 292.600,00 |
| 255 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1851 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIA | | 04.214.217/0001-55 | RN | JUNDIA | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais. | R$ 430.055,00 |
| 256 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1855 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS | PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS | | 08.110.439/0001-89 | RN | SANTANA DO MATOS | 4 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais. | R$ 300.055,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 257 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3801 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR | PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR | | 13.937.170/0001-49 | RN | EQUADOR | 4 | 40 | IMPLEMENTOS AGRICOLAS | R$ 200.055,00 |
| 258 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 3794 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI | PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI | | 08.097.008/0001-20 | RN | ACARI | 4 | 40 | IMPLEMTNOS AGRICOLAS | R$ 200.055,00 |
| 259 | Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos | 1858 | 60120002 | 4091 | 22000 | 22101 | 20ZV | PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO | PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDO | | 08.088.247/0001-13 | RN | SANTANA DO SERIDO | 3 | 40 | fortalecimento da agropecuária nacional, a promoção da sustentabilidade no campo e o apoio direto aos produtores rurais. | R$ 300.055,00 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9720297506

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Eliziane Gama e Tereza Cristina e dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Jorge Seif, Beto Faro, Weverton, Alan Rick, e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Magno Malta, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 27, de 2026, da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, que encaminha moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 1.702, de 2019, que atualiza a Lei de Proteção de Cultivares, Lei nº 9.456, de 1997, com medidas que estabelecem aumento estrutural de custos ao setor produtivo rural, especialmente no que se refere à fixação de *royalties* em patamar elevado. O PL 1.702, de 2019, está em tramitação na Câmara dos Deputados. Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei n° 810, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei da Reforma Agrária), para prever a adoção de medidas de estímulo e de facilitação da titulação de terras a mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar no âmbito da reforma agrária e para incluir grupos prioritários no processo de seleção do Programa Nacional de Reforma Agrária." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda nº 4-CDH (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 2 - Projeto de Lei n° 5357, de 2023 - Terminativo - que: "Institui a Semana Nacional de Promoção da Pesca Artesanal." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto por unanimidade. Item 3 - Projeto de Lei n° 1087, de 2024 - Terminativo - que: "Estabelece percentual mínimo de aplicações de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), disponibilizados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para projetos e programas específicos de saneamento básico em áreas rurais, almejando o desenvolvimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais." Autoria: Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda n° 1-CAE. Resultado: Adiado. Item extrapauta 4 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 11, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 10/2026 - CRA sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluídos os seguintes convidados: Senhor John Grossmann, Empresa ADM; Senhor Rossano de Angelis Júnior, Empresa Bunge; Senhor Paulo Sousa, Empresa Cargill; Senhor Michel Roy, Empresa Dreyfus; Senhor Judiney Carvalho de Sousa, Empresa Amaggi; Senhor Alexandre Barreto de Souza, Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Senhor Carlos Jacques Vieira Gomes, Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)." Autoria: Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA) e outros. Resultado: Aprovado. Item extrapauta 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 12, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a forma como vem sendo aplicada a Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023, com a redação dada pela Lei nº 15.070, de 2024, decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº 1.459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999), que dispõe sobre o uso, a pesquisa, a produção, a comercialização e a fiscalização de defensivos agrícolas. Proponho os seguinte convidados: Senhor Leandro Safatle, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), bem como membros de sua Diretoria; Senhor Jair Schmitt, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Senhor Carlos Goulart, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI)." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Jorge Seif e Zequinha Marinho, presidente Comissão de Agricultura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Zequinha Marinho**
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Esta Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 27, de 2026, da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, que encaminha moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 1.702, de 2019, que atualiza a Lei de Proteção de Cultivares, Lei nº 9.456, de 1997, com medidas que estabelecem aumento estrutural de custos ao setor produtivo rural, especialmente no que se refere à fixação de royalties em patamar elevado. O PL 1.702, de 2019, está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet.

A presente reunião está destinada à deliberação de um projeto não terminativo e dois projetos terminativos, conforme pauta previamente divulgada. (Pausa.)

Requerimento extrapauta.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 4**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 11, DE 2026**

**- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 10/2026 - CRA sejam incluídos os seguintes convidados:

• o Senhor John Grossmann, Empresa ADM;

• o Senhor Rossano de Angelis Jr, Empresa Bunge;

• o Senhor Paulo Sousa, Empresa Cargill;

• o Senhor Michel Roy, Empresa Dreyfus;

• o Senhor Judiney Carvalho de Sousa, Empresa Amaggi;

• o Senhor Alexandre Barreto de Souza, Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE;

• o Senhor Carlos Jacques Vieira Gomes, Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros.

A autoria do requerimento é do Senador Izalci.

A votação será simbólica.

Nós subscrevemos o requerimento para ele poder tramitar, considerando que o Izalci, assim como os demais Senadores, está aqui no Plenário 3, da CCJ, na sabatina do Sr. Jorge Messias.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que acompanham virtualmente e concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Outro requerimento extrapauta.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 5**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 12, DE 2026**

**- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a forma como vem sendo aplicada a Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023, com a redação dada pela Lei nº 15.070, de 2024, decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº 1.459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999), que dispõe sobre o uso, a pesquisa, a produção, a comercialização e a fiscalização de defensivos agrícolas.

Proponho os seguintes convidados:

I - Senhor Leandro Safatle, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, bem como membros de sua Diretoria;

II - Senhor Jair Schmitt, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

III - Senhor Carlos Goulart, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA;

IV - Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e

V - Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

**Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros.

A autoria é do Sr. Senador Jaime Bagattoli, e também foi subscrito por nós.

A votação será simbólica.

Repetindo o que disse ainda há pouco, o Senador não está, os Senadores não estão também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto àqueles que acompanham virtualmente: as Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Pausa.)

Enquanto se aguarda, também, um pouco o Senador Jorge Seif, quero comentar a proposta apresentada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que solicita ao Governo Federal um Plano Safra 2026-2027 no valor de R$623 bilhões, sendo R$104,9 bilhões para a agricultura familiar e R$518,2 bilhões para a agricultura empresarial, além da destinação de R$4 bilhões ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

O documento apresentado ontem pela CNA ao Ministro da Agricultura, André de Paula, faz um diagnóstico realista do cenário atual, marcado por forte pressão de custos, juros elevados, restrições de crédito, instabilidade climática e elevada volatilidade internacional.

Mesmo diante dessas dificuldades, o produtor rural brasileiro segue garantindo o abastecimento interno e contribuindo decisivamente para a geração de empregos, renda, superávit comercial e segurança alimentar. Por isso, é muito pertinente a ênfase dada pela CNA em medidas estruturantes, como a previsibilidade orçamentária, o planejamento

plurianual e o fortalecimento da saúde financeira do produtor rural. Não se trata apenas de ampliar números, mas de qualificar o Plano Safra, tornando-o compatível com a dinâmica real da produção agropecuária brasileira.

Um ponto central levantado pela confederação é o descompasso entre o calendário orçamentário da União e o ciclo agrícola, que prejudica o planejamento dos produtores, das cooperativas e dos agentes financeiros. Essa assimetria gera insegurança, encarece operações e compromete gera insegurança, encarece operações e compromete a eficiência das políticas públicas voltadas ao agro. Corrigir esse problema é essencial para garantir previsibilidade e estabilidade no setor.

Também merece destaque a preocupação da CNA com a insuficiência de recursos previstos no Orçamento Geral da União, especialmente em um ambiente de juros elevados, que aumenta o custo fiscal do crédito subsidiado e exige complementações ao longo do ano. Essa prática cria incertezas e dificulta a execução plena do Plano Safra.

A proposta também é clara ao reconhecer a importância estratégica do seguro rural. Ao pleitear recursos compatíveis com a realidade do campo e ao defender a modernização do marco legal do setor, em um cenário de clima cada vez mais instável, fortalecer o seguro rural é proteger o produtor, a produção e o abastecimento alimentar do país.

Esse documento não é apenas uma pauta do setor agropecuário, mas uma importante agenda para o Brasil. Fortalecer as políticas agrícolas deixou de ser uma opção e passou a ser uma condição necessária para a estabilidade da produção, o controle da inflação de alimentos e a garantia da segurança alimentar da população.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eram esses os comentários e as considerações que gostaríamos de fazer com relação à carta, ao documento enviado pela CNA ao Governo Federal, entregue ao Ministro da Agricultura na data de ontem pela CNA.

Agora sim, com a presença do Senador Jorge, que não é Bush, é Seif. (Pausa.)

Item de nº 2 da nossa pauta.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI N° 5357, DE 2023**

**- Terminativo -**

Institui a Semana Nacional de Promoção da Pesca Artesanal.

**Autoria:** Deputado Albuquerque, Republicanos, de Roraima

**Relatoria:** Senador Jorge Seif, do PL, de Santa Catarina

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- Votação nominal.

Eu concedo a palavra ao Sr. Senador Jorge Seif para proferir a leitura do seu relatório.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, uma boa tarde. É um prazer revê-lo e rever os amigos aqui da CRA.

Se o senhor me permitir, vou direto para a análise, que é um pouco extensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nos termos do disposto no inciso V do art. 104-B do Regimento Interno do Senado, compete a esta

Comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de pesca, a exemplo da matéria em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49 e 91, foi confiada à CRA a competência de decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Os requisitos formais, Sr. Presidente, e materiais de constitucionalidade encontram-se atendidos pelo projeto, tendo em vista que a matéria se insere na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre pesca. Igualmente, a iniciativa se enquadra no âmbito das atribuições do Congresso Nacional (art. 48, caput, da Constituição), não havendo reserva de iniciativa que impeça a propositura legislativa sobre o tema em seu escopo geral, tampouco constatação de ofensa a qualquer uma das cláusulas pétreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem alta significação para diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, no dia 21 de setembro de 2023, foi realizada, no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, audiência pública com o tema específico, que contou com a participação de diversas autoridades e representantes do setor, os quais destacaram que a atividade, responsável por 70% da produção de pescado nacional, sustenta mais de 1 milhão de famílias em todo o país. Os participantes reforçaram a urgência do reconhecimento da importância social e econômica da categoria, combatendo a marginalização do pescador artesanal.

Quanto à técnica legislativa, Sr. Presidente, o texto do projeto encontra-se igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, a proposição reveste-se de inegável interesse público e relevância social ao jogar luz sobre um setor estratégico para a soberania e segurança alimentar do país.

A pesca artesanal, Sr. Presidente – o senhor bem conhece essa atividade –, é historicamente responsável por parcela majoritária do pescado consumido no mercado interno brasileiro, garantindo a subsistência, geração de renda e a fixação de centenas de milhares de famílias nas comunidades costeiras, estuarinas, ribeirinhas e pantaneiras.

Ao propor um período oficial dedicado ao tema, culminando no dia 29 de junho – aniversário do meu filho, inclusive, Sr. Presidente, 29 de junho é dia de São Pedro, dia do pescador –, data tradicionalmente consagrada a São Pedro, padroeiro dos pescadores, o projeto cria um marco institucional propício para o debate e fomento de políticas públicas estruturantes. Servirá também como catalisador para ações governamentais voltadas à extensão pesqueira, à organização cooperativa, à regularização profissional do pescador e da pescadora, à melhoria de infraestrutura e escoamento de produção.

Ademais, Sr. Presidente, a proposição reconhece que a viabilidade econômica do setor está intrinsecamente ligada à sustentabilidade ambiental e à preservação dos saberes tradicionais. O modo de vida do pescador artesanal opera em sintonia com a resiliência dos ecossistemas aquáticos. Valorizar essa atividade, Sr. Presidente, significa, portanto, promover um modelo de desenvolvimento socioeconômico que protege recursos naturais e reconhece a identidade cultural como vetor de agregação de valor ao produto pesqueiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, Sr. Presidente, a proposição atua como um vetor de cidadania: protege a memória, reafirma o orgulho identitário do pescador, das populações tradicionais e abre espaço regular e institucionalizado para que políticas públicas de fomento sejam debatidas e aprimoradas pelas esferas governamentais, razões pelas quais somos favoráveis à instituição da Semana Nacional de Promoção da Pesca Artesanal.

Meu voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto nº 5.357, de 2023.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (Fora do microfone.) (Pausa.)

Bom, como os outros estão virtualmente, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

Aqueles que votam com o Relator vão votar "sim"; os outros, "não". (Pausa.)

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos ter que fazer um mutirão aí. Só teve um que votou.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É... Ainda nem abriu aqui para mim no notebook... Abriu agora. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bom, quero aqui pedir a todos que estão ausentes que votem pelo aplicativo. E aí eu quero pedir aos assessores também para fazerem a mobilização aqui.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Jorge Seif votou.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Por enquanto, tem dois votos a favor.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Jaime votou. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação. (Pausa.)

Votação encerrada, vamos para o resultado.

(Procede-se à apuração.)

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – SIM, 8 votos. Zero NÃO.

Abstenção tal...

No total, quórum de 9, com a Presidência.

Aprovado o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado.

Parabéns ao autor e ao Sr. Relator pela missão, que foi cumprida.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator. Fora do microfone.) – Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Isso, vão fazer a festa lá no Pará.

Eu quero agradecer a presença de todos e declarar encerrada a presente reunião.

Boa tarde! Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e hum minuto do dia treze de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda das Senadoras Zenaide Maia e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 4465, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor de saúde, com vistas à sua capacitação produtiva e tecnológica e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com três emendas. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Chapada FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teresina de Goiás, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Cultura de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itumbiara, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Aurora Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Capital Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital em Brasília, Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 882, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Associadas em FM da Cidade de Cururupu Estado do Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cururupu, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Centro de Assistência Social e Educacional John F. Kennedy (CASE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT (Redação). **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 514, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 559, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT (Redação). **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural Chaleense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chalé, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 597, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Videira, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que autoriza a Associação Master de Radiodifusão Comunitária de Itanhém, a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itanhém, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco do Piauí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural e Social do Bairro Renascença (ADECOBRE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teresina, Estado do Piauí." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Pousonovense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pouso Novo, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 88, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E ARTÍSTICA NOVO TEMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaci, Estado de Alagoas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1068, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Organização para Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal Terezinha de Souza Fonseca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Umarizal, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1009, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Desenvolvimento Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1062, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Brasil Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Revanche FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Valinhos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Ribeirão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Aio de Educação e Assistência Social - FAES para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo nº 553, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão dos Assentamentos Juazeiro São Luiz Santa Rita e Adjacência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Altos, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 25 - Requerimento da Comissão de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 19, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, objeto do REQ 17/2026-CCT, destinada a debater: 1 - Papel dos Bioinsumos na matriz produtiva agrícola nacional; 2 - Redução da dependência externa de fertilizantes químicos; 3 - Redução de custos de produção e aumento da eficácia tecnológica destes produtos; 4 - Potencial Brasileiro como produtor e exportador de Bioinsumos." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a inclusão do convidado Marcelo de Godoy, presidente da Associação Brasileiro das Indústrias de Bioinsumos - Abinbio. **ITEM 26 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 15, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial"." **Autoria:** Senador Efraim Filho (PL/PB), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pela senadora Damares Alves. **ITEM 27 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 35, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a ciência e tecnologia sobre o El Niño 2026 e como o Brasil deve se preparar diante das incertezas e possíveis impactos climáticos." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pela senadora Damares Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Hamilton Mourão**
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 13 de maio de 2026, uma data significativa na história do Brasil quando, por obra da Princesa Isabel, a Redentora, nos livramos de uma chaga que o nosso país tinha que era a escravidão.

A Presidência comunica o arquivamento dos comunicados da alteração societária e da composição do capital social de empresas jornalísticas lidos na 8ª Reunião desta Comissão, realizada no dia 29 de abril do ano corrente, vez que não houve manifestação de Senador ou Senadora membro da Comissão de Ciência e Tecnologia para análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A Presidência comunica ainda o recebimento para conhecimento do Senado Federal, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal, dos Comunicados de Alteração de Controle Societário nºs 6 e 7, de 2026, de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Os referidos expedientes serão publicados na página da Comissão de Ciência e Tecnologia pelo prazo de 15 dias para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª Reunião desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorrerá de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais.

A pauta da presente reunião é composta por 1 projeto de lei, 23 projetos de decreto legislativo e 3 requerimentos, totalizando 27 itens. O item 1, projeto de lei em tramitação não terminativa nesta Comissão, será apreciado em votação simbólica, individualmente. Por sua vez, os itens 2 a 24, projetos de decreto legislativo, com voto pela aprovação ou pela aprovação com emenda de redação, serão apreciados em votação nominal. Por fim, os itens 25 a 27, requerimentos, serão apreciados em votação simbólica, individualmente.

Comunico a V. Exas. que foi solicitada pelo Senador Weverton a retirada de pauta dos itens 6 e 7 – respectivamente, PDL 454/2021 e PDL 882/2021 –, restando 25 itens na pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

**ITEM 6**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 454, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Weverton

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 7**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 882, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Associadas em FM da Cidade de Cururupu Estado do Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cururupu, Estado do Maranhão.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Weverton
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*)

Em relação aos itens 2 a 24, que são os PDLs, ressalvando os itens 6 e 7, que foram retirados de pauta, e considerando que a publicação da pauta foi realizada com antecedência superior ao prazo determinado pelo Regimento Interno desta Casa, consulto V. Exas. – em especial, os Relatores – sobre se, por uma questão de economia processual e racionalização dos trabalhos, podemos realizar a dispensa da leitura dos relatórios dos PDLs, passando diretamente à discussão e deliberação dos itens. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, esta Presidência dá como lidos os relatórios apresentados aos itens 2 a 5 e 8 a 24.

Passaremos, então, de imediato, ao item 25 dessa nossa pauta.

**ITEM 25**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 19, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de convidado na audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, objeto do REQ 17/2026-CCT, destinada a debater: 1 - Papel dos Bioinsumos na matriz produtiva agrícola nacional; 2 - Redução da dependência externa de fertilizantes químicos; 3 - Redução de custos de produção e aumento da eficácia tecnológica destes produtos; 4 - Potencial Brasileiro como produtor e exportador de Bioinsumos.*

**Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

É de autoria da Senadora Teresa Leitão, a quem passo a palavra, para a leitura do seu requerimento.

**A SRA. TERESA LEITÃO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para encaminhar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Já contemplada na decisão anterior dos itens 22, 23 e 24, passo, então, à leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 17, da CCT, para debater o papel dos bioinsumos na matriz produtiva agrícola nacional, a redução da dependência externa de fertilizantes químicos, a redução de custos de produção e o aumento da eficácia tecnológica destes produtos e o potencial brasileiro como produtor e exportador de bioinsumos, tenha a inclusão de representante do Ministério de Minas e Energia.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senadora Teresa Leitão.

**A SRA. TERESA LEITÃO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Posso fazer um aditamento oral?

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senadora Teresa Leitão.

**A SRA. TERESA LEITÃO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vamos lá.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 17, de 2026-CCT, seja incluído o seguinte convidado: o Sr. Marcelo de Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Bioinsumos (Abinbio).

A presente audiência é muito importante para debater o papel dos bioinsumos na agricultura brasileira, seu caráter estratégico para uma transição para a agricultura de baixo carbono e seu papel para a soberania alimentar no Brasil.

Dessa maneira, as indústrias brasileiras são reconhecidas mundialmente como as mais tecnológicas, avançadas e capacitadas, seja na pesquisa e desenvolvimento, seja na capacidade de produção para atendimento do produtor brasileiro.

A Abinbio é uma associação que representa as indústrias genuinamente brasileiras que, ao longo do tempo, vêm investindo recursos para desenvolver os bioinsumos nacionais, proteger o patrimônio genético brasileiro, além de serem responsáveis pela geração de milhares de empregos, desde a pesquisa até a assistência rural. Certamente irá contribuir com a audiência pública já aprovada.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres pares para a aprovação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A votação será simbólica.

Em votação o aditamento ao requerimento apresentado pela Senadora Teresa Leitão.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

Eu gostaria de informar às Senadoras Dra. Eudócia e Damares Alves, que chegaram agora à nossa Comissão, que, em relação aos projetos de decreto legislativo, itens 2 a 24, e ressalvados os itens 6 e 7, que foram retirados de pauta, nós, de acordo aqui com o Regimento Interno da Casa e consultando quem estava presente, dispensamos a leitura dos relatórios, com a finalidade de agilizar a reunião e, principalmente, porque nós temos uma pauta que está represada com em torno de 160 PDLs ainda, que precisarão ser analisados nas próximas reuniões.

Então, uma vez que os relatórios foram disponibilizados e que eles não têm nenhum impedimento, nós iremos direto à votação, que será nominal, facilitando, com isso, o trabalho de todo mundo.

**ITEM 2**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 506, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Chapada FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teresina de Goiás, Estado de Goiás.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 3**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 254, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Cultura de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itumbiara, Estado de Goiás.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 4**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 412, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Aurora Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 5**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 145, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Capital Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital em Brasília, Distrito Federal.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 8**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 428, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Centro de Assistência Social e Educacional John F. Kennedy (CASE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Damares Alves
**Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 9**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 514, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Damares Alves
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 10**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 559, DE 2021**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 11**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural Chaleense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chalé, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 12**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 597, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Videira, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 13**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 149, DE 2019**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que autoriza a Associação Master de Radiodifusão Comunitária de Itanhém, a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itanhém, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 14**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 353, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco do Piauí, Estado do Piauí.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 15**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural e Social do Bairro Renascença (ADECOBRE) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teresina, Estado do Piauí.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 16**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 275, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Pousonovense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pouso Novo, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 17**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 88, DE 2017**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E ARTÍSTICA NOVO TEMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaci, Estado de Alagoas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 18**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1068, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Organização para Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal Terezinha de Souza Fonseca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Umarizal, Estado do Rio Grande do Norte.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 19**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1009, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Desenvolvimento Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 20**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1062, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Brasil Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 21**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 679, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Revanche FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Valinhos, Estado de São Paulo.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 22**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 444, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Ribeirão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão, Estado de Pernambuco.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 23**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 359, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Aio de Educação e Assistência Social – FAES para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 24**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 553, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão dos Assentamentos Juazeiro São Luiz Santa Rita e Adjacência para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Altos, Estado do Piauí.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*
Em discussão os itens 2 a 24, ressalvados os itens 6 e 7, que foram retirados de pauta. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.
Coloco em votação, em globo, os itens 2 a 5 e 8 a 24.
A votação será nominal.
As Senadoras e os Senadores que votam com o Relator votam "sim".
Solicito à Secretaria que abra o painel de votação. (*Pausa.*)
As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senadora Damares, a senhora pode, então, fazer o encaminhamento do requerimento referente ao item 27, que é o requerimento do Senador Astronauta Marcos Pontes, por favor?

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Posso fazer também o encaminhamento do requerimento referente ao item 26?

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pode fazer também. Eu lhe agradeço penhoradamente.

**ITEM 27**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 35, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a ciência e tecnologia sobre o El Niño 2026 e como o Brasil deve se preparar diante das incertezas e possíveis impactos climáticos.*

**Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Então eu vou começar pelo item 27, do Senador Marcos Pontes.

Presidente, nos termos regimentais, estamos requerendo uma audiência pública com o objetivo de debater a ciência e tecnologia sobre o El Niño 2026 e como o Brasil deve se preparar diante das incertezas e possíveis impactos climáticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós apresentamos aqui uma série de cientistas e instituições para este debate.

Há uma preocupação, houve um alarme na sociedade, a sociedade está preocupada. Então, a audiência seria para a gente entender até onde os alarmes são verdadeiros, até onde nós vamos ter realmente esse impacto do El Niño.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bem, Senadora Damares, realmente esta audiência é extremamente importante para o meu Estado do Rio Grande do Sul. Já há um debate em andamento a esse respeito. Eu mesmo determinei um estudo que foi feito por um instituto privado, que me entregou um estudo a respeito das possíveis consequências desse El Niño, e os indícios são de que será o mais forte dos últimos anos.

Em votação o requerimento do item 27, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, subscrito pela Senadora Damares Alves.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A senhora leria o requerimento do item 26?

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Leio. É do Senador Efraim, e estou subscrevendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Item 26:

**ITEM 26**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 15, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial".*

**Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Nos termos regimentais também, Senador, requeremos uma audiência pública – na verdade, é objeto do Requerimento nº 6 – com o objetivo de instruir o PL 3.018, que "dispõe sobre a regulamentação dos *data centers* de inteligência artificial".

Nesta audiência pública, estamos requerendo, Presidente, a adição do nome do Sr. Andriei Gutierrez, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software.

Este é o requerimento: a inclusão de mais um nome na audiência pública já aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço à Senadora Damares.

A votação será simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Bom, então estamos aguardando a votação e o Senador Izalci para o item 1 da pauta.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou ajudar o Izalci lá na outra Comissão. Está lendo um voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senadora Damares, muito obrigado pela presença da senhora, como sempre, extremamente assídua, objetiva e eficaz.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Eu vou lá substituir o Izalci. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Izalci, fui informado aqui de que V. Exa. iria retirar o item 1 da pauta.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Sim, o item 1, para a gente discutir um pouco mais sobre esse relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Izalci.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 4465, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor de saúde, com vistas à sua capacitação produtiva e tecnológica e dá outras providências.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

**Relatoria:** Senador Izalci Lucas

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com três emendas.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.*)

Só comunico a V. Exa. que, de comum acordo aqui, de todos os projetos de decreto legislativo foi dispensada a leitura do relatório. Nós estamos na votação dos PDLs, então, se V. Exa. puder votar...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem alguns projetos meus também, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, de todos foi dispensada a leitura do relatório, uma vez que os relatórios já estão apresentados há algum tempo.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bem. Está aberta a votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está aberta a votação, o senhor pode votar. (*Pausa.*)

Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Vou dar mais um tempinho aqui.

O Astronauta votou. O.k.

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria que divulgue o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Votaram SIM dez Senadores; NÃO, nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abstenção: nenhuma.

Estão aprovados os projetos, nos termos dos seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Hermes Klann, Beto Faro, Weverton, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Plínio Valério, Eliziane Gama e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Teresa Leitão, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2733, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre os compromissos de abrangência associados à exploração do Serviço Móvel Pessoal." **Autoria:** Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 485, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dar mais segurança a motoristas e usuários do serviço de transporte individual privado por aplicativos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT favorável ao projeto com as Emendas n° 1-CCT e 2-CCT. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5333, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a valorização e o empoderamento das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da administração pública direta e indireta." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT favorável ao projeto com a Emenda n° 1-CCT (de Redação). **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 546, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural, Artístico e Artesanato de Santa Rita D´Oeste - ADECAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Terra Roxa, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 158, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 428, de 2024 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Quiguay Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 445, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga concessão à Universidade Estadual de Ponta Grossa para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município de Castro, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 454, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Lapa, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1140, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Pinheirinho do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pinheirinho do Vale, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 450, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Cassino - ABC IX para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 623, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lages, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 849, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lages, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 280, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 402, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Nativa FM de Tabuleiro do Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 419, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Mucambo para executar serviço de radiodifusão comunitária no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município de Mucambo, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT (de Redação). **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 355, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Rádio Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipiaú, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 565, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Garanhuns, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1015, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente de Santa Cruz da Venerada para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cruz, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1091, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM Águas Belas - PE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Águas Belas, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 307, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bairro José Carlos de Oliveira e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1010, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Flor do Panema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capão Bonito, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo n° 528, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada originalmente à Rádio Globo Capital Ltda., posteriormente transferida para a Rádio Globo de Brasília Ltda., atualmente denominada Rádio Excelsior S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Brasília, Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo n° 974, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tropical de Ponte Nova Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo n° 100, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Rio Poty Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Crateús, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o projeto. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo n° 195, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aparecida do Carmo da Silva para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo n° 255, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Carpina, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 27 - Projeto de Decreto Legislativo n° 554, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora de Macapá para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Macapá, Estado do Amapá." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 28 - Projeto de Decreto Legislativo n° 894, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 29 - Projeto de Decreto Legislativo n° 915, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes - ACOPE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedro Gomes, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 30 - Projeto de Decreto Legislativo n° 510, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Guiomarense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Senador Guiomard, Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 31 - Projeto de Decreto Legislativo n° 520, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Manoel Urbano, Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 32 - Projeto de Decreto Legislativo n° 472, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Fronteira, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 33 - Projeto de Decreto Legislativo n° 497, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boquim, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 34 - Projeto de Decreto Legislativo n° 354, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Regional da Mata para o Desenvolvimento Social,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rolim de Moura, Estado de Rondônia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 35 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1003, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Ilha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pariquera-Açu, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 36 - Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Transversal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 37 - Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração do Vale do Juruena, mantida pela Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena - AJES para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 38 - Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Arapuá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 39 - Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 40 - Projeto de Decreto Legislativo nº 562, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio TV do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São Luís, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 41 - Projeto de Decreto Legislativo nº 619, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Ceres Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ceres, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 42 - Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imbituba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Imbituba, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 43 - Projeto de Decreto Legislativo nº 594, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade FM Cidade das Montanhas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Município de Urussanga, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 44 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 37, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os desafios enfrentados por pacientes com Hipertensão Pulmonar para o diagnóstico e o acesso a tratamentos no Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 45 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 38, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, objeto do REQ 17/2026-CCT, destinada a debater: 1 - Papel dos Bioinsumos na matriz produtiva agrícola nacional; 2 - Redução da dependência externa de fertilizantes químicos; 3 - Redução de custos de produção e aumento da eficácia tecnológica destes produtos; 4 - Potencial Brasileiro como produtor e exportador de Bioinsumos." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Flávio Arns. **ITEM 46 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 39, de 2026** que: "Requer a inclusão do Senhor Carlos Baigorri, Presidente da Anatel, na audiência pública objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 3018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Flávio Arns. **ITEM 47 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 40, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que "institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018"." **Autoria:** Senador Hermes Klann (PL/SC). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Flávio Arns**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de maio de 2026.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso do Tribunal de Contas da União nº 417-GP/TCU, que encaminha para conhecimento cópia do Acórdão 1.134, de 2026, proferido pelo plenário daquele tribunal ao apreciar o processo que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a governança, os fluxos decisórios e as práticas de transparência relacionadas à aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com foco na atuação dos colegiados de decisão e nos processos de aprovação e definição de condições de financiamento pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Também a Presidência comunica ainda o recebimento do Aviso do Tribunal de Contas da União nº 429-GP/TCU, que encaminha para conhecimento cópia do Acórdão 1.082, de 2026, proferido pelo plenário daquele tribunal ao apreciar o processo que trata de auditoria operacional realizada na política de conectividade das escolas públicas no país, com o objetivo de avaliar o conjunto de iniciativas do Governo Federal destinadas a prover infraestrutura de conectividade às unidades de educação básica para viabilizar o estudo de tecnologias da informação e de comunicação como ferramentas de apoio ao processo de ensino-aprendizagem.

Quero só destacar que são dois documentos da mais alta relevância, vindos do Tribunal de Contas da União. Sugiro, inclusive, para as pessoas que nos acompanham pelo Brasil que também leiam, reflitam sobre os documentos.

A Presidência comunica, ademais, o recebimento: das cartas de apoio do Jipa, de 11 de março de 2026, e do JPMA, de 12 de março de 2026, ao termo de ajuste de patentes, conforme previsto no PL 5.810, de 2025, o qual tramita perante a Câmara dos Deputados; e do Ofício nº 374/2026/GPR-Anatel, de 29 de abril de 2026, que dispõe acerca do estudo sobre indicadores e aperfeiçoamento da estratégia de promoção de habilidades digitais, uma nova abordagem e respectivo sumário.

Os referidos expedientes serão publicados na página da Comissão, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no diário oficial.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, sendo a pauta composta por três projetos de lei, 40 projetos de decreto legislativo e quatro requerimentos, totalizando 47 itens.

O item 1:

**ITEM 1**
**TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO**
**PROJETO DE LEI Nº 2733, DE 2021**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Terminativo -**

**Ementa do Projeto:** *Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre os compromissos de abrangência associados à exploração do Serviço Móvel Pessoal.*

**Autoria do Projeto:** Senadora Nilda Gondim (MDB/PB)

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Informo que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral, nos termos do art. 282, §2º, do Regimento Interno.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido apresentadas emendas no turno suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Agradeço muito a presença da Senadora Eudócia, que já estava também na outra Comissão, com projetos apresentados, relatórios apresentados. A gente sabe que é uma dinâmica intensa das Comissões aqui.

Eu passo a palavra a V. Exa...

**O SR. HERMES KLANN** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... para que eu possa fazer a leitura dos relatórios dos itens 2 e 3 e, posteriormente, também de requerimentos, incluindo os que outros Senadores pediram para subscrever.

**O SR. HERMES KLANN** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, com muita alegria também, Senador Hermes Klann, do querido Estado de Santa Catarina e, mais ainda, do querido Município de Brusque, se não estou enganado...

**O SR. HERMES KLANN** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... estou certo, e que está substituindo o Senador Jorge Seif.

Pois não. Com a palavra V. Exa.

**O SR. HERMES KLANN** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Muito obrigado. Estou muito feliz também em saber até que sua mãe é brusquense, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Minha mãe e a família são de lá de Brusque também. E meu pai é de lá Forquilhinha...

**O SR. HERMES KLANN** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Forquilhinha.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... ao lado de Criciúma.

**O SR. HERMES KLANN** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Santa Catarina parece que é um balaio de siri, puxa um vem tudo. Tudo tem uma ligação. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu queria pedir a inversão de pauta do item 47.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Do item 47, que é de V. Exa.

**O SR. HERMES KLANN** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É um requerimento de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se não houver objeção do Plenário. (*Pausa.*)

Pois não.

**ITEM 47**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 40, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que "institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018".*

**Autoria:** Senador Hermes Klann (PL/SC)

Com a palavra V. Exa., Senador Hermes Klann.

**O SR. HERMES KLANN** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 18, de 2026, da CCT, com o objetivo de instruir o PL 4.752, de 2025, que institui o marco legal da cibersegurança, sejam incluídos os seguintes convidados:

- o Sr. Belisario Contreras, Diretor-Executivo da Digi Americas Alliance;

- o Sr. Rony Vainzof, Diretor e Coordenador da Fiesp e Consultor em Proteção de Dados da Fecomercio/SP;

- o Dr. Luca Belli, Professor da Fundação Getulio Vargas e membro do Conselho Consultivo do Comitê Interministerial para a Transformação Digital;

- representante da Confederação Assespro (Confederação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação);

- representante da CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil).

Sala da Comissão, 19 de maio de 2026.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Eu até havia solicitado à Senadora Eudócia para me substituir. Então eu já passo a Presidência a V. Exa., até para conduzir a votação do requerimento apresentado.

**O SR. HERMES KLANN** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sr. Presidente Flávio Arns, é uma honra poder substitui-lo eventualmente.

Quero cumprimentar o Senador Hermes Klann e dizer que a votação será simbólica.

Está em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos agora para o item 2.

**ITEM 2**
**PROJETO DE LEI Nº 485, DE 2020**
**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dar mais segurança a motoristas e usuários do serviço de transporte individual privado por aplicativos.*

**Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF)

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.*

Agora, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Eudócia.

Passo diretamente à análise, se V. Exa. permitir.

A proposição tem o louvável propósito de ampliar a segurança dos motoristas e usuários dos serviços de transporte individual privado por aplicativos.

A implementação do monitoramento de movimentações estranhas, como sair da rota de viagem ou outros eventos de risco, e a possibilidade de alertar, instantaneamente, os provedores sobre qualquer intercorrência são medidas importantes para o aumento da segurança. Essas ações não apenas protegem os motoristas, mas também oferecem uma camada adicional de segurança para os usuários, que podem se sentir mais tranquilos ao utilizar esses serviços.

Acerca dos outros incisos, cabem algumas ponderações para melhor atender aos usuários dos aplicativos de transporte individual privado, sejam motoristas ou passageiros, razão pela qual apresentamos algumas emendas.

No inciso I, a autora veda o pagamento em dinheiro diretamente ao conduto, e compete ao provedor do aplicativo viabilizar maneiras de pagamento remoto.

No entanto, entendemos que aceitar ou não a forma de pagamento em dinheiro deve ficar a critério do condutor, até porque boa parte da população não tem familiaridade com pagamentos remotos ou dispõe de crédito. Assim, o provedor do aplicativo disponibilizará mecanismo que permita bloquear viagens com esse tipo de pagamento.

Oportuno apresentar emenda para aprimorar a redação do inciso II. É certo que a solicitação de viagem para outra pessoa representa um risco para o motorista, tendo em vista que nesse caso a plataforma não possui os dados do passageiro. Cabe ponderar, todavia, que a exigência de apresentação de documento de identificação do passageiro no ato de solicitação da viagem irá tornar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o processo bastante burocrático, o que pode inviabilizar a funcionalidade. Diante disso, entendo que a plataforma deve permitir ao motorista a possibilidade, se for o caso, obviamente, de recusar esse tipo de solicitação de viagem.

Já no inciso III, o projeto original permite que os motoristas possam delimitar o território da prestação de serviço antes de aceitar a viagem. Para que não haja uma grande lacuna em algumas áreas e acabe encarecendo o fato das corridas oferecidas pelos aplicativos, sugerimos que, em vez da delimitação territorial, os condutores tenham acesso prévio, em tempo hábil, ao trajeto e território em que ocorrerá a viagem, podendo aceitar ou rejeitar a corrida. Dar essa liberdade para o motorista também, sem burocratizar o processo.

Registre-se, ademais, que as medidas propostas são de implementação relativamente simples e não acarretam grandes custos para as empresas prestadoras desse serviço. Necessário ainda apresentar emenda para inserir a cláusula de vigência da lei a ser editada.

Tenho por oportuno estipular um período de 180 dias de vacância para permitir que as empresas possam se adequar às medidas de segurança previstas na iniciativa.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 485, da Senadora Leila Barros – não havia dito antes, parabéns para a Senadora –, com as emendas. A lei entra em vigor em 180 dias.

No art. 11-C, inciso I, garantir os meios necessários para a realização do pagamento remoto das viagens, assegurando ao condutor mecanismo que possibilita o bloqueio de chamadas de viagens, que o pagamento seja em espécie; II, permitir ao condutor recusar solicitações de viagens para terceiros; inciso III, permitir que o condutor tenha acesso, previamente, à aceitação de viagem em tempo hábil, às informações referentes ao trajeto e ao território de prestação de serviço.

Esse é o relatório e o voto, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

E a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2 da CCT.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Agora vamos para o item 3.

**ITEM 3**
**PROJETO DE LEI Nº 5333, DE 2023**
**- Não terminativo -**

*Dispõe sobre a valorização e o empoderamento das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da administração pública direta e indireta.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

A autoria é da Deputada Erika Kokay.

Agora concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Obrigado de novo.

Passo diretamente à análise.

O relatório já está disponível e, na análise, esclareço que o projeto de lei está de acordo com toda a legislação do nosso país e também com o Regimento Interno do Senado Federal.

A relevância da proposição ganha dimensão concreta quando confrontada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pessoas com Deficiência 2022, publicada em julho de 2023: a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas, correspondendo a 8,9% da faixa etária de dois anos de idade ou mais. Esse contingente, no entanto, permanece, sistematicamente, sub-representado nos espaços de comunicação pública: apenas 1,2% das peças publicitárias analisadas pela pesquisa, entre aspas, "Representa", da Aliança Sem Estereótipos, plataforma liderada pela ONU Mulheres, trouxe pessoas com deficiência, situação que se agrava no ambiente digital e nas plataformas de mídia social, onde a presença desse grupo é ainda menor.

No que se refere à perspectiva da ciência, tecnologia e inovação, a publicidade governamental contemporânea é produzida e distribuída, crescentemente, por meio de plataformas digitais, algoritmos de segmentação e sistemas de inteligência artificial que determinam quais conteúdos chegam a quais públicos. O art. 63 da Lei Brasileira de Inclusão exige que *websites*, aplicativos e demais meios digitais sejam acessíveis às pessoas com deficiência, mas a acessibilidade formal dos suportes tecnológicos perde sentido quando o conteúdo veiculado neles, sistematicamente, apaga a existência desse público.

Mais do que isso, ferramentas baseadas em inteligência artificial já auxiliam, concretamente, a comunicação de pessoas com deficiência auditiva, visual e intelectual, ampliam o acesso à informação e fortalecem a participação social — avanços que ganham coerência e efetividade apenas quando o próprio ecossistema comunicacional, inclusive a publicidade pública, reflete a presença dessas pessoas como sujeitos, e não apenas como destinatárias passivas de tecnologia.

A imposição de uma cota mínima de 5% nas peças publicitárias governamentais opera, portanto, em dupla dimensão: de um lado, amplia oportunidades concretas de renda e de trabalho para esse grupo; de outro, instrumentaliza a comunicação pública como vetor de transformação cultural, ao naturalizar a presença das pessoas com deficiência nos espaços de visibilidade social promovidos pelo Estado.

Por fim, realizamos um pequeno ajuste redacional no projeto, para substituir a expressão, entre aspas, "peças publicitárias" por, entre aspas, "campanhas publicitárias", uma vez que este último conceito é o juridicamente mais adequado, pois abrange aquele primeiro.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.333, de 2023 – quero parabenizar a Deputada Erika Kokay também –, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº – CCT

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se, na ementa e no art. 1º, *caput*, do Projeto de Lei nº 5.333, de 2023, a expressão "peças publicitárias" por "campanhas publicitárias".

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CCT.

A matéria vai ao Plenário.

Agora vamos para o item 44.

**ITEM 44**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 37, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os desafios enfrentados por pacientes com Hipertensão Pulmonar para o diagnóstico e o acesso a tratamentos no Sistema Único de Saúde (SUS).*

**Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Agora, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, que é o autor do requerimento.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Esse é um desafio no Brasil ainda. V. Exa. sabe bem disso, como médica, né? E realmente isso se relaciona à área da saúde, que é a CAS, mas se relaciona a esta área também, que é ciência, tecnologia, inovação, comunicação. Então, já foi bem lido, os pacientes que têm hipertensão pulmonar para o diagnóstico e o acesso a tratamentos no Sistema Único de Saúde.

Estão sendo convidados:

- Sra. Débora Lima, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Apoio à Família com Hipertensão Pulmonar;

- Dr. Ricardo Amorim, representante da Sociedade Brasileira de Cardiologia e especialista em hipertensão pulmonar;

- Dra. Flávia Navarro, representante da Sociedade Brasileira de Cardiologia e especialista também em hipertensão pulmonar;

- representante da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde; e

- representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde do Ministério da Saúde.

Lembro que já fizemos muito trabalho aqui no decorrer dos anos, nesta área de doenças, doenças raras também; e, nesta área da hipertensão pulmonar, nós tivemos sempre o apoio da Fausta, aqui de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília, sempre presente nas audiências, que depois de algum tempo faleceu justamente em função da hipertensão pulmonar.

Então é até como, vamos dizer, um trabalho, além de toda a necessidade, de homenagem a pessoas que se dedicam intensamente a essa área.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Parabéns pela iniciativa, Senador Flávio Arns! Realmente é uma doença grave quando chega ao ponto de o sistema cardiovascular já ter hipertensão pulmonar, e realmente merece toda a atenção. V. Exa. está de parabéns pela iniciativa!

A votação será simbólica.

Está em votação requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

E agora vamos para o item 45.

**ITEM 45**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 38, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de convidado na audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, objeto do REQ 17/2026-CCT, destinada a debater: 1 - Papel dos Bioinsumos na matriz produtiva agrícola nacional; 2 - Redução da dependência externa de fertilizantes químicos; 3 - Redução de custos de produção e aumento da eficácia tecnológica destes produtos; 4 - Potencial Brasileiro como produtor e exportador de Bioinsumos.*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT) e outros

E agora o Senador Flávio Arns irá subscrever.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Estou subscrevendo esse requerimento a pedido do Senador Wellington Fagundes e com toda a justiça também. É muito singelo: é só incluir o nome do Sr. Thiago Falda, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), como convidado também.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – A votação será simbólica.

Está em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

E agora vamos para o item 46.

**ITEM 46**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 39, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão do Senhor Carlos Baigorri, Presidente da Anatel, na audiência pública objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 3018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial.*

**Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros

A autoria é do Senador Vanderlan Cardoso, mas o Senador Flávio Arns será o Relator *ad hoc*, aliás, irá subscrever.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Exatamente.

De maneira muito singela também, a pedido do Senador Vanderlan Cardoso e com toda a justiça também: a inclusão do Sr. Carlos Baigorri, Presidente da Anatel, como convidado para este debate que está acontecendo e vai acontecer também na Comissão de Ciência e Tecnologia, na nossa Comissão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

E agora devolvo a Presidência ao Senador Flávio Arns para a continuidade da condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senadora Eudócia, muito gentil, como de hábito. E parabéns pelo trabalho seu também em tantas áreas essenciais para a população. Obrigado.

Muito bem. Passamos agora à análise dos projetos de decreto legislativo relacionados a serviço de radiodifusão, itens 4 a 43 da pauta.

Comunico ao Plenário que foi solicitada pelo Senador Rogério Carvalho a retirada de pauta do item 33, PDL 497/2021.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 33**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 497, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boquim, Estado de Sergipe.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando que a publicação da pauta foi realizada com antecedência superior ao prazo determinado pelo Regimento Interno desta Casa, consulto V. Exas., em especial os Relatores, se, por uma questão de economia processual e racionalização dos trabalhos, podemos realizar a dispensa da leitura dos relatórios dos projetos de decreto legislativo, passando diretamente à discussão e à deliberação dos itens. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, esta Presidência dá como lidos os relatórios apresentados aos itens 4 a 32 e 34 a 43 da pauta.

(São os seguintes os itens:

**ITEM 4**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 546, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural, Artístico e Artesanato de Santa Rita D´Oeste - ADECAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Terra Roxa, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 5**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 158, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 6**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 428, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Quiguay Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 7**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 445, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga concessão à Universidade Estadual de Ponta Grossa para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital no Município de Castro, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 8**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 454, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Lapa, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 9**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1140, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Pinheirinho do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pinheirinho do Vale, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 10**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 450, DE 2022**
**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Cassino - ABC IX para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 11**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 623, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 12**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 849, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 13**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 280, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas - SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 14**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 402, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Nativa FM de Tabuleiro do Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 15**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 419, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Mucambo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mucambo, Estado do Ceará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 16**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Rádio Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipiaú, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 17**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 565, DE 2021**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 18**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1015, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente de Santa Cruz da Venerada para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cruz, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 19**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1091, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM Águas Belas – PE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Águas Belas, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 20**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 307, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bairro José Carlos de Oliveira e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 21**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1010, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Flor do Panema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 22**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 528, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada originalmente à Rádio Globo Capital Ltda., posteriormente transferida para a Rádio Globo de Brasília Ltda., atualmente denominada Rádio Excelsior S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Brasília, Distrito Federal.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 23**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 974, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tropical de Ponte Nova Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 24**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 100, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Rio Poty Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Crateús, Estado do Ceará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Dr. Hiran
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT..*

**ITEM 25**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 195, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aparecida do Carmo da Silva para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Dr. Hiran
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 26**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 255, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Carpina, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Dr. Hiran
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 27**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 554, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora de Macapá para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Macapá, Estado do Amapá.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 28**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 894, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Wellington Fagundes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 29**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 915, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes - ACOPE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedro Gomes, Estado de Mato Grosso do Sul.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Wellington Fagundes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 30**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 510, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Guiomarense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Senador Guiomard, Estado do Acre.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 31**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 520, DE 2024**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e TV Maíra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Manoel Urbano, Estado do Acre.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 32**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 472, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Fronteira, Estado do Piauí.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 34**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 354, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Regional da Mata para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Confúcio Moura
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 35**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1003, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Ilha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pariquera-Açu, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Confúcio Moura
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 36**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 153, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Transversal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Confúcio Moura
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 37**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 612, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão à Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração do Vale do Juruena, mantida pela Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena - AJES para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Confúcio Moura
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 38**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 505, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Arapuá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Nelsinho Trad
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 39**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 290, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 40**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 562, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio TV do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São Luís, Estado do Maranhão.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 41**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 619, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Ceres Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ceres, Estado de Goiás.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 42**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 480, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imbituba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Imbituba, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 43**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 594, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade FM Cidade das Montanhas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Esperidião Amin
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*)

Questiono ainda V. Exas. se podemos proceder à discussão e à votação em globo dos itens 4 a 32 e 34 a 43 da pauta, todos projetos de decreto legislativo, terminativos. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, coloco em discussão os itens 4 a 32 e 34 a 43 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação em globo os itens 4 a 32 e 34 a 43 da pauta.

A votação será nominal.

Os Senadores e Senadoras que votam com os Relatores votam "sim".

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Solicito também às assessorias aqui que comuniquem aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estamos em processo de votação. (*Pausa.*)

Solicito novamente a possibilidade de as assessorias poderem se comunicar com os Senadores, porque o quórum é suficiente para a votação nominal, inclusive com número de Senadores a mais do que o mínimo. Mas há inúmeras Comissões em funcionamento no Senado Federal, nesta manhã, debates e oitivas também para tribunais e órgãos superiores. Então, os Senadores e as Senadoras estão espalhados pelos recintos desta Casa.

O Senador Confúcio Moura inclusive está presencialmente aqui. É uma alegria sempre vê-lo, revê-lo e escutá-lo. Que bom!

Eu gostaria, inclusive enquanto a votação acontece, de... Eu não pude estar aqui na Presidência do nosso Vice-Presidente Mourão, quando isso já havia sido feito, mas eu gostaria de destacar o excelente trabalho que tivemos nesta Comissão, com o secretário anterior, que se aposentou, o Leomar Diniz. A gente costumava chamá-lo de Léo, mas Leomar Diniz, junto com toda a equipe, obviamente, porque sempre para um trabalho ser bom tem que ser fruto de um esforço coletivo. E o Leomar Diniz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se aposentou. Então, trabalhou aqui, no Senado Federal, por 41 anos, quatro meses e 28 dias; nesta Comissão, como secretário, por quase seis anos. Então quero, de maneira muito particular, agradecer todo o apoio, toda a atenção, competência, dedicação para o trabalho, para com os Senadores, com as Senadoras e com as equipes. Nós ainda vamos fazer esse abraço, eu diria, e esse reconhecimento presencialmente também, inclusive porque o Leomar é um produtor de cerveja caseira. Ele ainda está nos devendo trazer aqui para a Comissão, não sei se pode trazer aqui, mas pelo menos para saber se ele é bom mesmo ou não na produção da cerveja caseira. Discutimos muito sobre isso, inclusive eu disse ao Leomar que ele me ensinaria a cerveja caseira; e eu ensinaria como se faz uma costela saborosa no forno. Eu já tinha dito para ele, mas ele esqueceu, acabou esquecendo a receita.

Mas, enfim, a gente quer dizer: olha, foi um período importante, necessário e com uma participação, assim, muito efetiva, muito boa, muito competente da parte dele.

Em 2025, como todos nós sabemos, nós tínhamos duas Comissões: a Comissão de Comunicação e Direito Digital e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. E ocorreu o ato da Mesa, em 28 de outubro de 2025, e essas atribuições da comunicação e direito digital passaram a ser exercidas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.

E quem secretariava a Comissão de Comunicação e Direito Digital era o Matheus Soares Torres Costa, que está aqui ao meu lado e agora assume, então já assumiu, também como Secretário, todas as atribuições da Secretaria desta Comissão, uma pessoa também muito competente, muito reconhecida no Senado Federal pelo trabalho que já exerceu, exerce e exercerá aqui nesta Comissão. Então eu quero dizer também, novamente, reforçando, que você, Matheus Costa, é muito bem-vindo, e a gente lhe agradece também pela participação. E vamos, naturalmente, como já mencionei agora há pouco, fazer essa caminhada conjunta.

E, junto com o Matheus, nós temos agora o Secretário Adjunto, que está aqui à minha direita também, que é o Jefferson de Oliveira Damascena. Seja também muito bem-vindo, Jefferson, junto com a equipe toda. Vamos todos nos esforçar para oferecer à sociedade aquilo que uma Comissão deve fazer, que, sem dúvida, são proposições legislativas, aprovação, debate dessas discussões, audiências públicas sobre os temas que estão aí mediando todos os debates na sociedade. Já fizemos algumas, inclusive: telecomunicações, também problemas de desastres climáticos, agência espacial, agora inteligência artificial, terras-raras, *data centers*. Então, são os temas do momento no Brasil e no mundo. O debate tem que acontecer, obviamente, a discussão, ouvir a sociedade. Então, temos muitos desafios pela frente, né, Matheus, Jefferson e equipe da CCT?

Então, vamos em frente nesse sentido, para fazermos um bom trabalho. Sejam também muito bem-vindos. Obrigado. (*Pausa.*)

O Senador Confúcio já votou? (*Pausa.*)

Já, já votou. (*Pausa.*)

Senador Confúcio, se quiser fazer alguma manifestação também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É que foram... Agora a gente vota em globo. Então, estamos votando...

Como os relatórios se repetem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, se V. Exa. quiser fazer alguma manifestação em relação a algum deles, por favor. (*Pausa.*)
Não? (*Pausa.*)
Não é necessário.
Não é necessário. Está bem.
Consulto, então, se todos os Senadores e Senadoras já votaram. (*Pausa.*)
Todos já votaram.
Então está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 8; NÃO, ninguém.
Nenhuma abstenção.
Quórum: 9 – porque eu não voto, né?
Muito bem. Estão aprovados os projetos nos termos de seus respectivos pareceres.
As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.
O Senador Confúcio Moura, com a palavra.

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Tenho aqui, sob minha responsabilidade, a relatoria do item 34. É um projeto de concessão de rádio para a cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia. Depois de feitos todos os estudos, o relatório é favorável à concessão.

O item 35 aprova e renova a autorização e outorga da Rádio Comunitária Ilha FM, no Município de Pariquera-Açu, Estado de São Paulo. Também com o mesmo parecer favorável.

O item 36, da mesma forma: renovação e autorização de outorga e concessão de rádio no Município de Salto de Pirapora, no Estado de São Paulo. Também favorável.

E o item 37 aprova o ato de outorga da Faculdade de Ciências Contábeis do Vale do Juruena, mantida pela Associação Juinense de Ensino, no Município de Barra dos Bugres, no Estado de Mato Grosso.

Esses quatro relatórios, todos com o meu parecer favorável a essas concessões.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço a V. Exa.

Os relatórios foram aprovados. Considera-se muito interessante que inúmeros relatórios se relacionam a rádios em faculdades e universidades que são muito importantes, também comunitárias, que é um mecanismo... Eu diria que o rádio é o mecanismo mais importante para aglutinar as pessoas, para as pessoas saberem do que está acontecendo nas suas comunidades, lá no local. Então, a tarefa também desta Comissão é aprovar os projetos de decretos legislativos relacionados a toda a área de comunicação.

Muito bem.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas, e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Teresa Leitão e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 27/2025 - CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), e REQ 31/2025 - CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Debater sobre pesquisa e inovação industrial, seus avanços e a importância dos órgãos e entidades do setor. **Participantes:** Hideraldo Luiz de Almeida, Diretor de Apoio aos Ecossistemas de Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Luciene Amaral, Coordenadora-geral substituta de Inovação Tecnológica e Produtividade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC; Luiza Sidonio Rodrigues, Gerente de Inovação e Estratégia Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Alexandre Dantas Rodrigues, Diretor de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI; Fernando de Nielander Ribeiro, Gerente substituto do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; Jackson De Toni, Assessor especial da Presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI; Maycon David Stahelin, Assessor da Diretoria de Inovação e Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – Embrapii; Thiago Falda, Presidente-executivo da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI); e Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-executivo do Instituto Livre Mercado. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Astronauta Marcos Pontes**
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/26

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Boa tarde, boa tarde a todos.

Boa tarde a todos que estão presentes e àqueles que nos acompanham também pelas redes sociais e TV.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 26 de maio de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre pesquisa e inovação industrial, os seus avanços e a importância dos órgãos e entidades do setor, com atenção aos Requerimentos nºs 27 e 31, de 2025, desta Comissão e de minha autoria.

Participarão presencialmente – e convido a tomarem assento à mesa – os seguintes convidados: Hideraldo Luiz de Almeida, Diretor de Apoio aos Ecossistemas de Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – obrigado por ter vindo, Dr. Hideraldo; Luiza Sidonio Rodrigues, Gerente de Inovação e Estratégia Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – obrigado por ter vindo; Fernando de Nielander Ribeiro, Gerente Substituto do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – obrigado, obrigado pela presença também; Maycon David Stahelin – falei certo?

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** (*Fora do microfone*.) – "Stáhelin".

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... Stahelin, Assessor da Diretoria de Inovação e Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) – obrigado por estar com a gente também;

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ele está vindo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está ótimo. (*Pausa.*)

Participarão por meio de videoconferência os seguintes convidados: Luciene Amaral, Coordenadora-Geral Substituta de Inovação Tecnológica e Produtividade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) – obrigado pela participação; o Sr. Alexandre Dantas Rodrigues, Diretor de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); Jackson De Toni, Assessor Especial da Presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); e Thiago Falda, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, que é pela internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, tudo junto – novamente, senado.leg.br/ecidadania –, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211. É importante a participação da população, porque esses assuntos, embora não sejam muito tratados, infelizmente, no nosso Congresso, têm importância estratégica para o país e afetam a vida de todos nós de uma maneira direta.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos – vamos combinar como é que a gente vai fazer aqui, a nossa dinâmica. Então, cada um vai ter dez minutos. Eu vou seguir a mesma ordem em que eu fiz a chamada inicial, exceto se o Rodrigo não chegar – aí eu salto e depois o coloco para o final. No final de cada dez minutos... Aqui, para quem está aqui, é fácil de ver, porque tem o relógio ali na frente, então fica tranquilo para acompanhar a contagem regressiva do tempo. Para quem está *online*, não vai ter essa contagem do tempo, então peço para controlar os dez minutos de alguma forma, com celular ou relógio, de forma a manter os dez minutos.

No final da fala de todos, eu vou retornar a palavra, na mesma sequência, para dois minutos de consideração final. E aí, durante esse período, a gente vai entregando aqui as perguntas que o pessoal fizer pela internet e eu vou distribuindo, mandando também para quem está no remoto, e aí já vai respondendo às perguntas, tenta responder – se for do seu escopo, da sua área, tenta responder algumas das perguntas – e, se não der, no final, então, durante esses comentários finais, pode-se responder algumas delas; mas é importante responder à população. (*Pausa.*)

Ótimo! Eu não tinha visto, já tenho aqui. Valeu.

Feitas as considerações iniciais, nós vamos iniciar esta sessão. Deixem-me apenas relembrar algumas coisas aqui: eu fui Ministro ali do Mcti e, muitas vezes – como eu já falei uma primeira frase aqui –, muitas vezes, infelizmente, não são dadas a atenção e a prioridade necessárias para elementos estratégicos para o desenvolvimento do país. Se nós olharmos todos os países desenvolvidos – todos eles, sem exceção nenhuma –, o que eles têm em comum não é posição geográfica, não é língua, não é cultura, não é religião, não é nada disso. O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles têm em comum é o investimento focado, consistente – importante essa palavra, consistente, não é um investimento enorme, mas consistente, sem as alterações a que a gente costuma assistir muito no Brasil –, em educação focada em resultados – ciência, tecnologia e inovação para transformar ideias em nota fiscal e emprego – e um ambiente de negócio adequado para desenvolvimento de empresas, principalmente ligadas à tecnologia, que cada vez mais são o carro-chefe no desenvolvimento econômico e social dos países que hoje nós chamamos de desenvolvidos.

Então, se a gente quiser chegar lá, a gente vai ter que aprender, neste país, a investir de forma correta nesses itens estratégicos.

Como a gente fala... Muitas vezes, esses consultores financeiros, para ajustar a vida financeira da pessoa, falam assim: "Olha, reserva uma parcela do seu salário, do topo do seu salário – topo significa primeiro você gasta esse, depois você faz as outras coisas –, para aquelas coisas que são estratégicas na sua vida, como fazer cursos, melhorar a sua qualificação e assim por diante". O Brasil precisa aprender a fazer isso para que a gente não fique nessa luta constante, que é uma briga para conseguir demonstrar o óbvio da importância estratégica da ciência, tecnologia e inovação, dessas coisas que eu falei agora aqui.

A gente vê muitos recursos sendo colocados em muitas outras áreas... Não quer dizer que essas outras áreas não sejam importantes, elas são importantes, mas os problemas que nós vemos, por exemplo, problemas sociais, problemas de diferenças sociais, problemas de emprego, problemas de... Tudo isso aí pode ser melhorado se nós tivermos um investimento consistente nessas áreas, educação focada em resultados, ciência, tecnologia e inovação, empreendedorismo e ambiente de negócios. Tudo ajuda no sentido de reduzir os outros problemas.

Tem que ter coragem para colocar o orçamento no lugar correto, tirar do topo do orçamento e, a partir daí, ir resolvendo os outros problemas. Assim a gente entra na sequência que foi usada por todos os países desenvolvidos.

Então eu quero, já de início, agradecer aos nossos apresentadores aqui, aos nossos participantes, pelo trabalho que vocês fazem no sentido estratégico para o país, e vamos tentar mostrar a importância desse trabalho, para que a população entenda, nos apoie e convença os seus políticos a apoiarem também o que é importante e pragmático para o nosso país. Obrigado mesmo, e agradeço antecipadamente também a participação de todos que nos acompanham e vão mandar perguntas e comentários pelas redes sociais.

Dito tudo isso, vamos começar a dar partida nesse negócio. Já tem alguma pergunta que eu possa ler aqui? Deixe-me só ler as perguntas inicialmente, só para dar um tom inicial.

Então eu vou ler aqui algumas perguntas que já chegaram, que eles vão distribuir para todo mundo e vão mandar também para quem está no remoto, mas é bom para ter em mente um pouco do que a população pensa sobre esse assunto e tem falado aqui.

Do Thiago, de Goiás: "Como o Governo pretende implementar a tecnologia para sustentabilidade nas indústrias para gerar menos poluição?".

Da Milena, do Pará: "Sob o prisma de inovar para desenvolver o setor industrial, como a proteção da propriedade industrial será acelerada no processo?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Rodrigo, do Espírito Santo: "Como a transição energética na indústria 4.0 pode reduzir emissões de carbono e impulsionar energias renováveis no Brasil?".

Da Danielle, do Distrito Federal: "Como transformar o potencial brasileiro em energia limpa e minerais críticos em desenvolvimento industrial, tecnológico e social duradouro?".

Da Juliana, de São Paulo: "Como o Governo pretende unir universidades, centros de pesquisa e indústrias para aplicar pesquisas na prática?".

Da Loize, do Mato Grosso: "A digitalização e a biotecnologia podem gerar mais empregos qualificados na indústria brasileira?".

Do Eduardo, de Rondônia: "Como avançar na indústria 4.0 sem ampliar desemprego e desigualdade tecnológica regional?".

Comentários.

Do Victor, de Goiás: "O Brasil pesquisa muito, mas ainda converte pouco conhecimento em inovação industrial concreta".

Do Gentil, de São Paulo, outro comentário: "As Universidades são catalisadoras das inovações. Empresas e órgãos públicos deveriam patrocinar os centros de pesquisas nelas já existentes". E eu concordo 100% com ele.

Eu vou iniciar com as palavras de cada um dos nossos apresentadores, começando então pelo Hideraldo Luiz de Almeida, Diretor de Apoio aos Ecossistemas de Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para dez minutos. Está contigo.

**O SR. HIDERALDO LUIZ DE ALMEIDA** (Para expor.) – Obrigado, Senador, é um prazer estar aqui para poder falar sobre o que a gente vem trabalhando lá no Ministério, mas, antes de mais nada, quero agradecer ao convite para estar aqui. Sei o quanto o senhor tem apoiado a ciência e tecnologia na sua trajetória como Ministro e, agora, como Senador também.

Sei da importância e corroboro com o que foi falado: sem essa perspectiva de investir em educação, em ciência e tecnologia e no desenvolvimento do negócio... Não só do negócio como um todo, mas, principalmente, da indústria, porque é outro aspecto também que os países desenvolvidos têm em comum, uma indústria forte e capaz.

Então é muito relevante o tema de hoje. Considerando que ontem foi o Dia da Indústria, é importante trazer essa pauta para discussão aqui nesta Casa, que tem apoiado a ciência e tecnologia. E aí eu relembro a aprovação do PL 177, que impediu o contingenciamento do FNDCT... A gente tem hoje uma perspectiva muito maior de investimento em ciência, tecnologia e inovação graças a esse PL, que teve o seu apoio, então recordar isso é muito importante.

Bom, gostaria de cumprimentar a Luiza, que está aqui; também o Fernando e o Rodrigo; e também o nosso parceiro da Embrapii, o Maycon. São parceiros, atores, com quem a gente já vem conversando lá no Ministério da Ciência e Tecnologia pela nossa atuação dentro do departamento que tem a missão de apoiar ecossistemas de inovação. E o ecossistema de inovação é justamente o conjunto de atores, unindo a academia, a indústria – o setor produtivo – e o Governo na tríplice hélice. Hoje também se fala na quádrupla hélice, trazendo a sociedade a participar desse processo de desenvolvimento dos ecossistemas como estruturas de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a gente tem um conjunto de mais de 65 parques tecnológicos no Brasil em atividade, em que a gente trabalha lá dentro do Departamento de Apoio aos Ecossistemas do Ministério, e temos também – e aí eu vou colocar aqui a minha apresentação – um instrumento muito importante para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação na indústria, que é a pauta da nossa discussão de hoje, a Lei do Bem.

A Lei do Bem, para quem não sabe, em 2025... Estes são dados que as empresas apresentaram nos seus relatórios de pesquisa e desenvolvimento daquilo que foi realizado no ano-base de 2024. Houve, por parte das empresas, um investimento de R$51,59 bilhões em pesquisa e desenvolvimento. Nós estamos falando de um universo de 4.252 empresas usuárias da Lei do Bem, com quase 14 mil projetos de PD&I realizados, para uma renúncia fiscal de quase R$12 bilhões. Então, é estímulo às empresas para inovarem.

E, assim, para quem não conhece o funcionamento da Lei do Bem, ela hoje atende as empresas que estão no lucro real, basicamente. A empresa precisa estar no lucro real – precisa ter lucro no ano-calendário – para conseguir usufruir desse incentivo, da parte principal do incentivo. Ela tem outros instrumentos, mas a parte principal – em que a gente chega a esses números aí – diz respeito justamente a essas empresas que estão no lucro real.

Nós temos um universo de 230 mil empresas no lucro real, e 4.252 que utilizam. Então, a gente está muito longe do ideal. A Pintec aponta que só 5% das empresas fazem inovação, fazem pesquisa e desenvolvimento. Então, a gente tem que mudar a cultura de inovação no Brasil. As empresas precisam absorver essa cultura, e o segmento industrial, principalmente, precisa disso, porque, no mercado competitivo mundial, hoje, se você não inova, se você não tem capacidade de competir desenvolvendo tecnologia, você está fora. Então, é isso, é essa a necessidade de desenvolver.

E a Lei do Bem tem uma característica muito peculiar, porque não tem barreira de entrada. A empresa que preenche os requisitos não precisa pedir autorização para o ministério para poder usar esse instrumento. Ela pode chegar, começar a fazer P&D ainda este mês e abater do Imposto de Renda, da contribuição social sobre o lucro líquido dela, ao final do mês. Então, essa é uma virtude.

Fazendo um recorte para o setor industrial, nos últimos três anos-bases, nós temos ali o investimento da indústria em 2022, que foi de R$15 bilhões; em 2023, que foi de R$16 bilhões; e, no ano-base, em 2024, de R$20 bilhões. Esse foi o investimento que o setor industrial fez utilizando esse incentivo fiscal – isso é P&D na veia das empresas desse segmento. E isso, se a gente estimar aí, a renúncia gira em torno de 23% desse valor, então, nós estamos falando aí de quase R$5 bilhões de renúncia fiscal concedida ao setor industrial por fazer pesquisa e desenvolvimento no país.

Nós temos aí, no recorte do número de empresas, que 44% são desse segmento industrial, e a gente tem uma distribuição regional que é representativa do poderio econômico – digamos assim – das nossas regiões: Sudeste com 52%; Sul com 39%; Centro-Oeste, Nordeste e Norte com 10%, ou seja, a gente tem aí uma necessidade de trabalhar para que a Lei do Bem possa atuar, também, reduzindo essa distorção regional do desenvolvimento da pesquisa e inovação no setor industrial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem trabalhado e tem pensado em como fazer com que as instruções da Lei do Bem fortaleçam o uso por empresas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E, ali, a gente vê o avanço do número de empresas; a gente tem um crescimento gradual, anual. A Lei do Bem vem crescendo a 20% ao ano desde 2018, tanto em número de empresas como também na questão do investimento, e a gente tem uma distribuição das áreas – dos CNAEs – que mais utilizam esse instrumento.

Então, a gente vê ali a liderança da indústria de transformação, com 43,3% – é o propulsor, é quem mais utiliza esse instrumento, e é para ele que a gente tem olhado. Tanto que a gente fez uma parceria com a CNI, a Confederação Nacional da Indústria, para a gente divulgar a Lei do Bem, e criamos um programa chamado Embaixadores da Lei do Bem. A gente formou, junto com a CNI e com as Federações da Indústria, dois Embaixadores em cada unidade da Federação para disseminar o uso desse instrumento para o setor industrial. Então, é um trabalho que vem sendo feito.

A gente também, junto com a CNI, criou o prêmio da Lei do Bem. No ano passado a gente iniciou esse processo, fazendo um prêmio de reconhecimento, e já em março a gente premiou as empresas mais inovadoras que utilizaram esse instrumento durante a Conferência Nacional da Indústria, apresentando lá as vencedoras.

Então, é muito importante essa parceria. Por quê? Porque a gente tem trabalhado todos esses projetos de P&D das empresas que a gente recebe para analisar em sigilo, mas as empresas podem divulgar o que elas estão fazendo. Então, é isso que a gente vem buscando, ou seja, fazer com que a sociedade conheça quais são os benefícios dessa política pública, que é importante para o país e que tem ajudado as empresas a alavancarem o seu desenvolvimento.

Para além dessa questão do desenvolvimento das empresas – digamos assim, da divulgação da Lei do Bem para as empresas –, a gente também está trabalhando para ampliar a parceria ICTs e empresas. Uma das estratégias foi que, em novembro, foi publicada uma portaria do Ministério regulamentando o *fast track.* A gente criou uma maneira facilitada de aprovar projetos na Lei do Bem. Como? As empresas que se associam a ICTs qualificadas – no caso, principalmente, Embrapii, ou seja, os projetos realizados em parceria com as unidades Embrapii – foram as primeiras...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. HIDERALDO LUIZ DE ALMEIDA** – ... a serem qualificadas, então esses projetos já estarão pré-aprovados dentro da Lei do Bem; não correm o risco de terem uma glosa, de haver uma não aceitação do mérito desses projetos.

Também projetos já analisados pelo ministério, no âmbito da Lei de TICs, estarão pré-aprovados, e também os projetos submetidos à Finep, em parceria com ICTs, estarão nesse *fast track*, que já está institucionalizado por meio da portaria, e agora a gente está em processo de implementação disso.

Então, essas são as novidades que a gente tem aí da Lei do Bem, além de outras que a gente espera em breve estar anunciando aí, ampliando essa parceria entre ICTs e empresas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Hideraldo Luiz de Almeida, Diretor de Apoio aos Ecossistemas de Inovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Parabéns pela continuidade dos trabalhos lá, isso é extremamente importante.

Só para lembrar quem está nos acompanhando aí também, inclusive para fazer um pouco de pressão – vou falar com ele essa semana de novo também, se eu conseguir encontrá-lo: o Senador Otto Alencar, que é o Presidente da CCJ –, que nós temos lá na CCJ um projeto de lei que foi feito pelo Izalci, eu fui o Relator também. É um projeto extremamente importante para dar mais apoio à Lei do Bem, e está parado lá na CCJ.

Então, a gente precisa andar para a frente; é um projeto muito importante, resolve uma dessas questões – o lucro real, por exemplo; tem a questão do *backlog* lá no Ministério, que era complicadíssimo de colocar, para tirar o atraso daquilo, o número de pessoas para trabalhar. Então você poderia ter outras pessoas, outras maneiras de fazer esse apoio.

Eu gostei muito dessa ideia do *fast track* também, que é importante para ir mais rápido, para as empresas terem mais segurança em fazer o investimento, sem medo de serem glosadas depois – que é um problema sério –; a questão do crédito também, de terem o crédito rápido ou poderem usar o crédito se não tiverem lucro naquele ano, poderem usar o crédito para depois também.

Um ponto importante a colocar aqui também está lá com o Ministério: nós temos muitos Ph.D., doutores, mestres se formando no Brasil e uma das características – nós fizemos um acordo lá com a Coreia do Sul –, que eles passaram para a gente e que eu achei extremamente interessante, é a transferência, vamos chamar assim, o incentivo para a transferência desses profissionais de nível de pós-graduação alto para o setor produtivo, para a indústria, porque muitos ficam na academia. Nada contra a academia, obviamente, mas é importante você ter essa migração para a indústria. E, para isso, um incentivo a ser dado às indústrias que têm o mínimo de pesquisadores trabalhando nas suas... Isso é uma coisa que a Coreia faz, e teve muito sucesso esse programa lá. E também lembro das bolsas Rhae, do CNPq, que ajudam muito.

E nós temos novas tecnologias chegando pela frente, como inteligência artificial, segurança cibernética acoplada, que precisa também ser desenvolvida, novos materiais, como as terras-raras – eu sempre tenho falado nisso.

Então, tem um campo muito grande pela frente para a gente desenvolver nesse nosso país.

Obrigado.

Eu passo agora a palavra à Sra. Luiza Sidonio Rodrigues, Gerente de Inovação e Estratégia Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (*Pausa.*)

Só para anunciar aqui a presença também, acaba de chegar o Sr. Rodrigo Saraiva Marinho. Ele é Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

Está aqui conosco.

Obrigado.

Por favor.

**A SRA. LUIZA SIDONIO RODRIGUES** (Para expor.) – Obrigada. Obrigada pelo convite.

Boa tarde a todas e a todos.

Queria agradecer, em nome do BNDES, Senador, por este convite e também cumprimentar todos aqui da mesa, todos os presentes e as pessoas que estão *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um tema realmente muito oportuno para a gente conversar sobre ele, mostrar o que vem sendo feito e também os aprimoramentos possíveis.

Aqui eu vou fazer uma breve introdução e contextualização, para vermos um pouco a desindustrialização no Brasil e a redução dessa complexidade econômica.

A gente perdeu várias posições. Acho que aqui a indústria é um dos principais lócus para a inovação. Então, a gente vê como nesses últimos anos a gente foi perdendo posições.

Existe, obviamente, um contexto macroeconômico de juros elevados, de desaceleração econômica e isso, obviamente, impacta a indústria, os ciclos, aumenta os riscos também para a capacidade produtiva e para os próprios investimentos. Aí vem a importância de financiamento de longo prazo para a política industrial e para a inovação, levando-se também em conta, ainda mais no caso de inovações, que você tem não só riscos ali, mas também uma grande incerteza para a inovação.

Então, aqui também está mostrando que as políticas industriais e de inovação pelo mundo ganharam uma maior importância. Você vê as tendências crescendo e os diversos países, principalmente e, inclusive, desenvolvidos, as economias avançadas fazendo esses investimentos, dando importância a isso e colocando ali a política industrial e de inovação como as suas prioridades.

Aqui é para mostrar que a política industrial moderna coloca a inovação e a digitalização como um dos seus pontos principais. Então, você vê a OCDE hoje em dia reconhecendo isso, o Banco Mundial, que acabou de divulgar, desse ano, um novo estudo, dando importância à política industrial e colocando a inovação como central. Inclusive, amanhã eles vão até fazer uma apresentação no Ministério da Fazenda sobre esse estudo deles.

Aqui também até o próprio FMI reconhecendo que um investimento de 0,5% a mais do PIB em P&D, no longo prazo, gera um acréscimo de 2% no PIB no longo prazo. Isso foi uma estimativa que eles fizeram, empírica, realmente, para países avançados.

E aqui também é para mostrar que, além disso, essas próprias instituições que no passado foram contrárias a subvenções econômicas e a esse tipo de instrumento para a inovação e para a política industrial, atualmente as reconhecem. Inclusive, os subsídios específicos à inovação são até considerados, nesse estudo do Banco Mundial, como o *first choice*, como a primeira escolha para esse tipo de política. Além disso, a própria OCDE e a União Europeia também reconhecendo isso.

Aqui mostra um pouco quanto os países, principalmente os avançados, no mundo, investem em P&D do seu PIB. Você vê países investindo 3,5% do PIB, enquanto o Brasil investe 1,2%. Então, realmente, a gente tem que modificar esse cenário.

E aqui é a constatação, e isso também é um estudo da CNI, de que a indústria brasileira está operando com um maquinário antigo, com uma média de 14 anos, e aí 38% deles estão próximos do fim do seu ciclo de vida.

Então, quando você fala em inteligência artificial – imagina! –, um equipamento de 14 anos é completamente... Isso é uma defasagem tecnológica enorme e também isso aumenta custo energético e de todos os tipos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí surge a Nova Indústria Brasil em 2023. Ela veio – acho que a Luciane do Mdic depois vai poder falar melhor disso – e colocou a inovação como uma das suas prioridades. Então, ela tem quatro eixos, sendo um deles mais inovador e mais digital. O outro eixo é mais verde.

Acho que teve uma pergunta aqui do Thiago, de Goiás, em relação a tecnologias para sustentabilidade nas indústrias. Sim, a gente as tem. Isso é um dos focos da política industrial atual e um dos focos, inclusive, de um dos instrumentos do BNDES, que é o Fundo Clima.

Então, aqui também tem as missões da NIB, como ela foi estruturada. Em todas elas, por dentro de todas, tem a parte de inovação, mas também a própria Missão 4 é a transformação digital da indústria para ampliar essa produtividade.

Aqui mostra, então, que foi um grande apoio... De muitas... Da Finep, do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa, da Embrapii, do Banco do Nordeste, do BASA, então, uma coordenação muito grande entre essas instituições financeiras para tocar o Plano Mais Produção, que é o braço, o apoio financeiro para a Nova Indústria Brasil.

Então, o BNDES, de 2023 até 2026, são R$681 bilhões, sendo R$370 bilhões do BNDES. A gente já utilizou R$300 bilhões e tem mais R$70 bilhões para utilizar nesse próximo ano.

E aqui, agora focando um pouco no eixo de inovação, alguns dos instrumentos e dos resultados, também para mostrar que essa política é uma política viva. A Nova Indústria Brasil e o Plano Mais Produção tiveram várias etapas, várias fases desde 2023, vários produtos sendo lançados, instrumentos, inclusive em muitos a gente contou aqui com o apoio de vocês no Congresso.

Um muito importante foi a TR, a Taxa Referencial, uma taxa que gira em torno de 2%. Então, houve uma aprovação em 2023, limitada a 1,5% dos recursos do FAT, esse recurso fosse utilizado para inovação e digitalização. Então, essa é a nossa principal fonte de recursos para o programa Mais Inovação, sobre o qual eu vou falar um pouquinho mais à frente.

Aqui, falando, então, mais especificamente do Mais Inovação, a gente tem cinco linhas de financiamento, também levando aqui em consideração o que a gente colocou sobre esse maquinário da indústria que estava ali na sua capacidade final. Então, tem para isso, tem apoios para centros de P&D, investimento em inovação, diferentes plantas pioneiras e diferentes linhas aqui.

E aí, também, o próprio BNDES tem atuado muito junto, de forma muito coordenada e próxima, com todas aquelas instituições que eu coloquei, mas, principalmente, também, com a Finep e a Embrapii. A gente lançou, com a Finep, essa chamada pública de centros de P&D para o Brasil. Então, a gente recebeu muitas chamadas, muitas propostas ali, e conseguiu, inclusive, trazer centros que estavam fora do país para dentro do país, que decidiram colocar o Brasil como uma das prioridades. Então, vão ser R$10 milhões de investimento potencial, e foram aprovadas 88 propostas.

Eu vi que a Danielle, do DF, também perguntou sobre minerais críticos e outras questões. A gente também teve uma chamada para minerais críticos, com a Finep, então, a gente vem fazendo várias chamadas para incentivar isso.

Aqui, é um pouco das aprovações. Então, você vê que aumentou muito: 411%, de 2019 a 2022, do quanto foi destinado à inovação; e aí, depois, de 2023 a 2025. Isso por quê? Principalmente por conta do Mais Inovação que eu coloquei aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando você tem um recurso que é mais barato, que é o recurso de TR para a inovação, isso é muito importante. Isso destrava essa linha, aqui a gente faz uns *blended finances*. Então, dependendo do projeto, vai um pouco mais de TR; dependendo do projeto, vão as outras linhas de mercado do BNDES. Mas a gente teve aqui, no programa Mais Inovação, R$36,2 bilhões.

Aqui, também, é um esforço para chegar às MPMEs, então, às micro, pequenas e médias empresas. Então, também, vendo aqui, é um aumento de 106%.

E aqui, uma coisa muito importante que o banco tem tentado fazer, que é justamente essa parte de transparência e monitoramento. Eu acho que é bem oportuno estar aqui neste momento, justamente para conversar e mostrar que a gente tem os nossos painéis.

Então, tem um painel do Plano Mais Produção, mostrando, por regiões e por eixos, como têm sido essas aprovações, onde estão tentando desconcentrar também, qual parte das empresas. Então, ali tem muita coisa interessante.

E, também, agora, mais recentemente, a gente fez o próprio...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. LUIZA SIDONIO RODRIGUES** – ... monitoramento do Mais Inovação. Então, é a mesma coisa: mostrando as regiões, mostrando, principalmente, também, os potenciais e como estão sendo aplicados esses recursos. Então, isso é um recorte aqui do Mais Inovação, do nosso painel de transparência.

Então, potencialmente, são 611 novos medicamentos, vacinas ou IFAs desenvolvidos. Então, é para a gente conseguir tangibilizar o que isso para a sociedade representa: 15 plantas pioneiras, modernização, também, da indústria 4.0, equipamentos que vêm sendo adquiridos, empregos sendo gerados, infraestrutura. Então, a inovação volta a fazer parte do DNA do BNDES no apoio à indústria.

E aí, por fim, eu só queria colocar aqui os desafios da política industrial de inovação para o Brasil. Os pontos principais são essa visão de longo prazo, ter uma perenidade da política, não ser uma política de Governo, mas, sim, uma política de Estado, que vá além dos ciclos econômicos, e esse foco...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. LUIZA SIDONIO RODRIGUES** – ... estratégico de longo prazo do setor produtivo.

Aí, também, há a perenidade dos instrumentos. Então, eu mostrei aqui como foi importante essa TR, o FAT TR para a inovação, o Fundo Clima também. Porém, esse FAT TR está previsto para finalizar agora em 2026. Então, acho que a gente conta aqui também com vocês, com o apoio deste Congresso, para que a gente consiga aprovar uma lei que torne esse um instrumento perene.

A Finep tem um instrumento muito parecido, que foi aprovado na mesma época, em 2023, no FNDCT, também utilizando a TR. Inclusive, as nossas linhas são; a gente faz ali de forma conjunta e coordenada com a Finep. Só que a Finep não tem essa limitação de prazo de 2026.

Então, acho que não dá para a gente falar em inovação, nem em indústria no Brasil, pensando... Tem o quê? Dois anos e meio, três anos essa política. Então, também seria muito bom contar aqui com vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. Obrigada pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sra. Luiza Sidonio Rodrigues, Gerente de Inovação e Estratégia Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Há alguns pontos que chamam bastante a atenção na apresentação, quando a gente vê aquela comparação ali com os países, lembrando que eu sou Embaixador da Unido, embora não tenha mais tempo para estar presente. Mas as comparações que nós sempre fizemos, com relação ao desenvolvimento e à aplicação de recursos para pesquisa e desenvolvimento nos países, são muito claras. É quase uma correspondência um; para quem gosta de matemática, é uma correspondência um ali.

Então, é necessário que o país invista mais em pesquisa e desenvolvimento. A gente vê aquele gráfico de 1,2%, ou até menos, às vezes, dependendo do cálculo, para o nível médio da OCDE, que é acima de 2,5%, 2,7% e alguma coisa... Está muito distante ainda disso, e precisa ser feito.

Eu tenho uma PEC, que é a PEC 31, de 2023, que também está parada lá na CCJ, aguardando alguma coisa, e é importante... O que diz essa PEC? É simples na sua essência, mas ela é essencial para que nós possamos progredir e colocar o Brasil nessa linha de possibilidades de países que se desenvolvem através de pesquisa e desenvolvimento. A proposta é que, num prazo de dez anos – ou seja, tem tempo para pensar em política de Estado –, nós saiamos desse 1,2% e cheguemos ao mínimo de 2,5%.

Lembrando que isso não é investimento só público, esse investimento é calculado no setor público, no setor privado, no terceiro setor, e é calculado no ministério, mas vem de todos esses investimentos feitos no Brasil.

Isso exige também do Governo um trabalho de articulação e o entendimento de que o investimento em pesquisa e desenvolvimento é um investimento – vou ressaltar: investimento, não é um gasto – que precisa ser feito de forma estratégica e de Estado.

Gostei dessa colocação, porque o que a gente costuma ver na política é: tem um Governo, e o Governo fala só daquele Governo; tem o outro Governo, que fala só daquele Governo. Quando a gente fala em pesquisa, desenvolvimento, ciência e tecnologia, é política de Estado; tem que ser.

Eu vi esse gráfico aumentando e ele tem que continuar aumentando. Não importa quem vai estar de serviço, a partir do ano que vem, lá no Planalto, em algum lugar; não importa quem está de serviço lá. A gente tem que colocar esse serviço a serviço do Brasil e a serviço de fazer esse crescimento e manter projetos, para não ficar, a cada quatro anos, numa alteração para lá e para cá, de forma que a gente perde energia, perde pessoas, perde tempo, perde dinheiro e assim por diante. Então, é importante ter esse senso de Brasil.

A gente sempre fala da perda de cérebros no Brasil. Precisa de infraestrutura, precisa de investimento, para que esses cérebros voltem para cá.

O Orion, por exemplo, que está sendo construído lá em Campinas, é um ótimo exemplo disso. Ele tem passado por vários governos e tem sido tocado através do CNPEM, e é por isso que as nossas OSs do setor de ciência e tecnologia são essenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes eu ouço críticas sobre OS, no nosso setor funciona sempre muito bem, e ali é um exemplo disso, está lá o Orion sendo construído, e isso atrai atenção. Vai ser a única instalação de nível de biossegurança 4 de toda a América Latina, e ainda mais a única do planeta com acelerador de partículas de quarta geração acoplado. Então, isso chama a atenção da pesquisa internacional, isso chama a atenção de investimentos para cá também. Muito boa essa parte.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Fernando de Nielander Ribeiro, Gerente substituto do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos, da Finep. Então, está aí agora, essa dupla aqui é importante demais para ter o financiamento ao longo do caminho. Não se pode esquecer do CNPq também, para começar lá na parte mais de início do desenvolvimento das ideias até chegar lá no produto.

**O SR. FERNANDO DE NIELANDER RIBEIRO** (Para expor.) – Senador, muito obrigado, em nome da Finep, pelo convite. O Presidente Luiz Elias lhe manda um abraço.

Cumprimento a todas e a todos aqui presentes.

É uma satisfação muito grande voltar aqui à Casa e ter a oportunidade de conversar um pouco sobre o que a Finep e o Ministério têm feito para promover a pesquisa e a inovação.

Um pouquinho sobre...

Ah, sou eu que mudo. (*Pausa.*)

Um pouquinho sobre a Finep. Nós somos uma agência pública federal ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Completaremos 60 anos no ano que vem. Somos um pouco mais jovens do que o BNDES – não tão jovens quanto eu, mas, enfim, vamos por aí. Basicamente, o que a gente faz é promover pesquisa e inovação, sempre imaginando que isso é a base para o processo de desenvolvimento econômico e social do país.

Como que a gente faz isso? Fundamentalmente, apoiando pesquisa básica, pesquisa aplicada nas nossas ICTs, apoiando projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação nas nossas empresas e utilizando instrumentos variados. Então, hoje, a gente conta, para as empresas, com recursos de crédito a taxas e prazos muito competitivos e condizentes com as condições de risco, com o grau de inovação dos projetos; recursos de subvenção econômica e, graças a um conjunto de medidas, hoje a gente dispõe em condições muito adequadas; e recursos não reembolsáveis para ICTs, que temos utilizado não só para melhoria e fortalecimento de infraestrutura, mas também para desenvolvimento de pesquisas aplicadas e pesquisas básicas nesse segmento.

A exemplo do que disse a Luiza, que me antecedeu, em toda a nossa atuação, sendo uma agência do Governo Federal, a gente trabalha alinhado com as políticas governamentais e, neste momento, é a Nova Indústria do Brasil que norteia grande parte da nossa atuação e a própria, evidentemente, Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que se encontra, neste momento, numa fase de revisão e recomposição; as seis grandes missões, que já foram apresentadas aqui pela Luiza, não faz sentido eu voltar aqui, mas isso é que orienta todos os nossos investimentos.

O tema, voltando também ao que já foi dito aqui... Quer dizer, a nossa perspectiva sempre é de que conhecimento e inovação são o elemento central de uma agenda de desenvolvimento econômico e de bem-estar social, e há muitas razões para isso: a gente percebe que a inovação aumenta a competitividade e a produtividade das empresas industriais, das empresas de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maneira geral; tem impacto muito positivo na geração de empregos de alta qualificação; fortalece fornecedores locais; promove adensamento de cadeias produtivas; incrementa o valor adicionado no país; e, evidentemente, cria novos mercados, não apenas no Brasil, nas suas diferentes regiões, mas também no mundo.

O que a gente percebe é que não há canto algum do mundo onde se faça inovação e onde não haja uma presença forte do Estado aportando recursos, concorrendo... vamos dizer, ajudando as empresas a superarem as etapas de maior risco de suas atividades inovativas. O gráfico ali dá um pouco essa ideia, em países da OCDE, o quanto isso vem crescendo do ponto de vista de aporte de recursos públicos para inovação no setor industrial.

A estratégia da Finep, evidentemente, é de contribuir para a elevação do patamar de investimentos em PD&I no país, ampliando não apenas os investimentos, mas também a base de empresas que inovam, porque é preciso que a gente tenha esse olhar: se a gente tem um número significativo de empresas que indicam que inovam, por que nem todas elas procuram o BNDES, a Finep, a Embrapii ou instrumentos como o da Lei do Bem?

Segundo, apoiar projetos estruturantes que reforcem a nossa soberania e autonomia tecnológica, que fortaleçam as cadeias produtivas. Uma vez mais, se a gente volta no tempo alguns anos, Senador, pandemia da covid, a gente tinha uma enorme dificuldade de encontrar insumos básicos na área de saúde, porque, embora o Brasil tivesse capacidade produtiva, muitas vezes não tinha domínio tecnológico pleno. Agora, com a questão geopolítica novamente presente, questão de fertilizantes e tantos outros insumos que são utilizados na cadeia agroindustrial, mostra-se, uma vez mais, que, para um país que tem o tamanho que tem, do ponto de vista da sua atividade agroindustrial, a gente precisa superar essas deficiências do ponto de vista de abastecimento e de suprimento para o setor. Valeriam as mesmas observações para o setor de saúde e outros tantos.

Evidentemente, recuperar a infraestrutura, estimular mais projetos colaborativos de maior ambição tecnológica e, evidentemente, pensar um pouco também em diminuir as disparidades regionais. Hoje, quando a gente olha o último grande ciclo de investimentos que fizemos na área de ciência e tecnologia e olha para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os nossos investimentos – os nossos que eu digo são do conjunto de agências que estão no ministério – estão muito abaixo do PIB dessas regiões. Isso é uma anomalia, porque tem competência tecnológica, competência científica nessas regiões.

Vale aqui dizer, e quero, uma vez mais, destacar o papel do Senador, à época como Ministro, agora como Senador: não dá para a gente falar de pesquisa e inovação de uma maneira séria se a gente não tiver um volume de recursos condizente, estabilidade e um volume condizente com as características dessa atividade. Não dá para a gente pensar numa perspectiva de um ano, é preciso que a gente pense numa perspectiva de médio e de longo prazo. Quanto tempo precisa para viabilizar um veículo lançador de satélites ou para desenvolver um novo IFA até que ele possa chegar ao mercado ou possa ser utilizado pela nossa população? Normalmente, podem ser ciclos de mais de dez anos. Portanto, essa é a perspectiva que a gente precisa.

Houve avanços muito significativos recentes, com o descontingenciamento do FNDCT, o Senador Marcos Pontes teve um papel importantíssimo à época no ministério e posteriormente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui; também a lei que estabeleceu a TR como taxa de referência no caso das operações de crédito da Finep; a possibilidade de a gente utilizar recursos que estavam lá engessados no FNDCT para ampliar a oferta de recursos reembolsáveis; e, por último, uma discussão que estava no âmbito do Supremo Tribunal que poderia ter um impacto muito negativo nas fontes utilizadas no âmbito do FNDCT.

O efeito disso tudo e do estabelecimento de uma política mais assertiva foi um crescimento bastante significativo dos investimentos que fizemos em pesquisa e inovação nesses últimos anos. O gráfico traz isso e mostra para todos os instrumentos. Então, quando a gente considera o período 2023 a 2025, já entrando em 2026, a gente teve a possibilidade de contratar quase 45 bilhões em projetos, nas diferentes modalidades – foram mais de 5 mil projetos financiados.

Nada disso teria sido possível se a gente não pudesse contar com volume suficiente, com estabilidade de recursos e com uma política que envolve um conjunto de atores muito significativos no cenário nacional. O efeito disso se manifesta tanto para recursos reembolsáveis...

Aqui estão os gráficos mostrando a questão do crédito. É claro que aqui não é só oferta de recursos, mas é o direcionamento para projetos com maior ambição inovativa, para projetos mais estratégicos e taxas e condições mais vantajosas. Por isso também, é só fazer a conta, né, Senador? A pessoa olha lá e fala: "Bom, com uma TR mais quatro, com uma TR mais cinco, eu posso fazer esse investimento, eu tenho uma boa condição de trabalho".

Há efeito também sobre a oferta de recursos de subvenção. Recursos de subvenção a Finep vem praticando-os desde 2005, quando a gente lançou o primeiro grande edital. Nós tivemos agora uma oferta significativa e também um aumento significativo de empresas que se beneficiaram dessa modalidade. O mesmo efeito a gente vai encontrar aqui nas nossas ICTs.

Vou correr um pouquinho aqui para dar tempo de a gente falar.

Fundos de investimento – a gente voltou a atuar – é uma operação menor para a Finep, mas a gente tem feito coisas e tem feito coisas muito interessantes em parceria aqui com o BNDES. Mas esses investimentos, esse aumento dos recursos, refletem na qualidade da carteira? Em princípio, sim. O que a gente percebeu?

Quando a gente compara a característica dos projetos apoiados com crédito ou com subvenção, a gente percebe que são projetos que têm maior impacto do ponto de vista nacional e do ponto de vista internacional quando comparado com uma amostra similar na Pintec. Cruzando as informações, então a gente verifica que, do ponto de vista declaratório...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FERNANDO DE NIELANDER RIBEIRO** – ... aqui as empresas sinalizam com projetos com maior ambição, com maior grau de inovação.

Aqui dá uma ideia de uma série de projetos que já foram apoiados. Enfim, não vai dar tempo de a gente falar muito sobre isso.

A maior parte dos nossos investimentos vinculados, nesse período mais recente, à Pintec já são cerca de R$44 bilhões, que foram contratados. A ideia é a de que a gente consiga, portanto, chegar muito próximo dos números que foram previstos quando do lançamento do Nova Indústria Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é um exemplo de aumento de investimentos na área de saúde. Esse é o valor contratado também no período. É interessante a gente ver alguns números. Por exemplo, todos esses investimentos tiveram também o papel de promover muito a atração das nossas universidades, institutos tecnológicos com as empresas. Aliás, em todas as chamadas públicas lançadas recentemente com recursos de subvenção, era mandatória a parceria...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FERNANDO DE NIELANDER RIBEIRO** – ... entre a empresa e as ICTs.

Portanto, a gente percebe muitos desses projetos com desembolso efetivo e transferência efetiva de recursos diretamente das empresas para as ICTs e uma mobilização de mais de 4 mil mestres e doutores, ainda insuficiente pensando do ponto de vista da retenção desses talentos...

Dois últimos pontos: falando da questão regional, a gente tem trabalhado fortemente para buscar o maior equilíbrio regional. Em todas as chamadas públicas, em todo investimento que estamos fazendo em crédito agora, há uma orientação para que, no mínimo, 30% seja alocado em projetos e empresas estabelecidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Já fazíamos isso com as ICTs, mas isso foi reforçado. É uma orientação geral, inclusive com algumas ações específicas apenas para projetos nessas regiões.

E o último ponto, voltando um pouco – até a Luiza já havia comentado –, enfim, alguns estudos...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FERNANDO DE NIELANDER RIBEIRO** – ... que se repetem aqui mostrando que 59% das empresas que receberam o apoio demonstram que empregam funcionários mais qualificados, outros estudos que induzem... na mesma direção o estudo do Ipea; projetos que mostram que a inovação tem um efeito muito positivo em relação à geração de receitas na empresa; também efeitos do ponto de vista de geração de patentes, de depósitos de patentes e no número de pessoas dedicadas a atividades de P&D. E, por último, os efeitos positivos que esse financiamento público tem, novamente, sobre receitas líquidas de vendas.

Enfim, então, quatro estudos que demonstram e, de uma certa maneira, são convergentes do ponto de vista do efeito benéfico do investimento público na inovação para as empresas, está bom?

Muito obrigado, então, pela atenção de todos.

Desculpem a correria. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Fernando de Nielander Ribeiro, Gerente Substituto do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Você vê que esses gráficos ascendentes são uma indicação muito boa, a gente precisa ter a continuidade disso, não podem voltar a cair, esse negócio tem que ter continuidade.

Você vê que, a partir de 2021, ele teve um crescimento sustentado, o que é bom – muito bom –, e para isso a gente tem que ter, obviamente, recursos no país e foco aqui também, isso é importante demais. Eu lembro lá aquela luta toda para conseguir a Lei 177, de 2021, quando a gente conseguiu liberar o FNDCT finalmente das garras, vamos dizer assim, do setor econômico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– nada contra vocês aqui, mas aquela parte que segurava o investimento estratégico do país para fazer superávit e outras coisas.

Então, até hoje a gente corre esses riscos de vez em quando, de ter esses valores tão importantes retirados, por isso que a gente tem que ficar de guarda aqui o tempo todo. Eu conto com vocês para monitorar também isso aí.

Inclusive, tem outra PEC minha, para colocar na Constituição que não se podem contingenciar recursos para pesquisa e desenvolvimento do país. Então, tem uma PEC aí também aguardando tramitação.

E por falar em tramitação, amanhã eu sou Relator aqui de um projeto de lei, que não é terminativo – está na CCT –, mas é importante citar isso. É um projeto do Izalci, justamente para retirar a Lei do Bem da questão da Lei Complementar 224, que vai fazer uma redução de incentivos e benefícios tributários. Então, a gente está lutando para tirar a Lei do Bem desse grupo, justamente para proteger o investimento em pesquisa e desenvolvimento no país.

Então, amanhã – eu sou Relator, logicamente pela aprovação do projeto – vou ler esse relatório. Espero que ele prossiga e vá em frente.

Outra coisa importante que você citou também: a gente tinha aquela questão da Finep, que era problemática com relação ao custo do recurso. A Finep não é um banco para ganhar com isso. Tinha aquela questão do *spread*, tinha como era associado, depois, para ficar com a TR. Ficou muito mais lógica essa questão, muito mais direta.

Então, é um passo, a gente vai construindo aos poucos. Eu espero que esse gráfico aí não caia mais, que ele continue a crescer da forma que precisa para um país desenvolvido.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Maycon David...

Stahelin?

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** (*Fora do microfone*.) – Stahelin.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... Stahelin, Assessor da Diretoria de Inovação e Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** (Para expor.) – Obrigado. Obrigado, Senador, pelo convite para a gente poder participar.

Quero cumprimentar todos aqui da mesa, aos que estão *online* também, para poder apresentar um pouquinho sobre a Embrapii.

Então, a Embrapii é bem mais nova do que os nossos colegas aqui, os nossos irmãos BNDES e Finep. A gente foi criada em 2013, mas temos um crescimento muito robusto nesses últimos anos, e a Embrapii foi criada com o objetivo de apoiar a inovação nas empresas por meio do que a gente tem de melhor nas nossas instituições de pesquisa no país.

Vou mostrar um pouquinho do modelo aqui, mas a ideia é exatamente – e responde algumas das perguntas que foram colocadas aqui, inclusive – de unir universidades, centros de pesquisa e indústria e também de converter conhecimento em inovação industrial. É exatamente para isso que a Embrapii foi criada, e acho que a gente tem conseguido fazer isso com muito êxito nos últimos anos.

Então, institucionalmente, acho que é importante. O Senador também comentou sobre a questão do modelo de OS, que tem funcionado muito bem como uma forma de ter uma gestão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público-privada. Então, há o recurso, a operação do recurso público, o objetivo público, mas com a gestão privada, que dá muito mais agilidade. A Embrapii e demais OSs vinculadas ao MCTI, têm feito isso muito bem. O senhor mencionou o Cnpem – é uma unidade – e a Embrapii também é vinculada. Já vou mencionar isso.

Então, a gente foi criada originalmente pelo MCTI, temos quatro ministérios no nosso contrato de gestão: o Ministério da Educação, o da Saúde e o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços). Estão no nosso contrato de gestão, colocam as metas e repassam, principalmente, os recursos para a gente poder operar. E a gente também tem outras parcerias estratégicas em que a gente consegue captar recursos complementares.

Então, a gente opera programas prioritários vinculados a políticas setoriais, especificamente da Lei de TICs, que é coordenada aqui pelo MCTI, com dois programas prioritários, o Mover, que é do setor automotivo, coordenado pelo Mdic, e agora com gestão também junto com o BNDES para a P&D vinculada ali, a cadeia de mobilidade e logística.

A gente tem uma parceria muito grande e forte com o BNDES, que tem contrato, repassa recursos para a Embrapii e a gente aplica nos projetos. Temos uma parceria também muito forte com o Sebrae, que dá um recurso adicional para que os projetos das micro e pequenas empresas – já vou explicar um pouquinho como o modelo funciona – tenha mais recursos, tenha um apoio adicional para diminuir o valor que as micro e pequenas empresas têm que aportar nos projetos. Então, isso facilita que tenha mais micro e pequenas empresas participando nos projetos da Embrapii.

E, neste ano, pela primeira vez, a gente está cooptando um recurso internacional: IKI. Esse projeto IKI é o The International Climate Initiative, um fundo do Governo da Alemanha que apoia projetos de descarbonização em diversos países parceiros. A gente fez a submissão, já faz um pouco mais de um ano, mas a gente vai começar a operar de fato esse recurso neste ano e ao longo dos próximos, com foco especificamente em projetos para descarbonização.

Nesse caso específico, a gente fez a proposta de descarbonização de setores de aço, siderurgia e cimento, que são os setores que mais emitem, na indústria, como um todo, mundial. Então, a gente vai ter um recurso adicional para desenvolver tecnologias mais inovadoras, que tragam ganhos adicionais em relação à redução das emissões no processo produtivo desses segmentos. É bem interessante. Tinha várias perguntas também perguntando sobre isto: sustentabilidade, menos poluição, a redução das emissões de carbono. Então, além do restante da Embrapii, teremos, a partir deste ano, esse recurso específico, que é bem interessante também.

E aí a gente tem um modelo, como eu falei, que tem quatro grandes diferenciais. O primeiro é que a gente opera... A gente tem uma excelência técnica – o segundo ponto ali, que a gente... Como funciona? A gente capta recurso público de todas as fontes que eu mencionei e a gente credencia algumas das melhores instituições de pesquisa do Brasil para atuarem dentro do nosso modelo.

Então, hoje, a Embrapii tem, depois eu vou mostrar, 90 unidades já operando, instituições de pesquisa de vários perfis públicos, universidades públicas, institutos federais, universidades estaduais e também instituições privadas, a rede do Senai, por exemplo, e várias outras instituições de pesquisa privada, algumas das vinculadas ao MCTI, mais destacadamente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cnpem e o IPT, que é do Governo de São Paulo, e algumas outras instituições públicas. Todas estão na nossa rede, com pesquisadores, com estrutura de pesquisa altamente qualificada, desenvolvendo os projetos demandados pelas empresas, com esse apoio financeiro da Embrapii.

A gente tem um modelo de muita agilidade e flexibilidade. Então, a gente tem um modelo aberto à demanda das empresas a qualquer momento, não depende de edital, não depende de prazo. A qualquer momento, qualquer empresa interessada pode procurar uma unidade vinculada à Embrapii e negociar diretamente o projeto com ela. E, na média, em 30, 40 dias, ela está com o contrato assinado e já pode começar, de imediato, o desenvolvimento da tecnologia.

A gente tem também uma questão de segurança dos recursos, de previsibilidade dos recursos, também é muito importante. Foi falado aqui pelo Senador e pelos demais colegas que, uma vez que o projeto é contratado na Embrapii, a gente já reserva todo esse recurso, então a empresa e a instituição da pesquisa não têm risco de ter aquele projeto que já está contratado interrompido. A gente tem, obviamente, gargalos entre ter o recurso disponível no total e conseguir captar dos nossos parceiros para atender toda a demanda que vier das empresas. A gente está num momento bastante importante em relação a isso, inclusive, depois eu vou comentar. Uma vez que o projeto é contratado, a gente tem segurança, a gente dá essa segurança para a empresa que está contratando, para a instituição de pesquisa, de que vai poder seguir com esse projeto até o final. E tem também a reputação, a relação de confiança com as instituições de pesquisa que são muito qualificadas, que têm muita experiência para atuar no nosso modelo.

Então, nessa nossa rede, como eu falei, já são 90 que estão em operação. Nove entraram este ano, então elas foram selecionadas em uma chamada do Ministério da Saúde e em outra chamada, em parceria com o Ministério da Educação. Elas estão em processo ainda de entrada, mas já estão constando no nosso mapinha as 99. E a gente tem, hoje, uma chamada também em aberto, com o MCTI, para selecionar mais quatro instituições. A ideia é a de que, até o final do ano, elas estejam também selecionadas, divulgadas. Então, vamos ampliar para 103 unidades até o final do ano.

E como é que funciona o modelo? Eu falei. A gente tem um modelo aberto de fluxo contínuo e totalmente direcionado para a demanda da empresa. Qualquer empresa do Brasil, do setor industrial, do setor de tecnologia da informação e de energia, pode procurar uma unidade da Embrapii, uma das 90 – em breve 99 –, como eu mencionei, e negociar direto o projeto com ela. E aí, em torno de 30 a 60 dias – a média hoje está em 42 dias –, ela negocia o projeto, assina o contrato e já inicia o desenvolvimento com dois apoios. Eu sempre falo que são dois apoios complementares: o apoio técnico da instituição de pesquisa, que tem os pesquisadores, o laboratório, para ajudar a empresa a desenvolver aquela tecnologia que ela quer, que ela vai depois colocar no mercado, incluindo seu processo produtivo; e também o recurso financeiro que vai ajudar a baratear esse projeto, ou seja, um fomento à inovação para torná-la mais acessível ali para as empresas.

O nosso modelo funciona assim, então. Para as grandes empresas, na média – porque varia bastante cada projeto, as empresas e as unidades têm flexibilidade –, a Embrapii coloca até um terço do valor do projeto como recurso não reembolsável. É dinheiro que a gente capta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá dos parceiros, como eu falei. E os outros dois terços são contrapartida financeira da empresa e uma contrapartida econômica das unidades Embrapii. Quando é uma empresa de pequeno ou médio porte, de até R$90 milhões, o dinheiro da Embrapii pode chegar até 50%. Então, a gente dá um aporte maior, ajuda mais as empresas que são de pequeno ou médio porte. Quando é uma micro ou pequena empresa, o recorte é ainda menor, a gente tem a parceria que eu mencionei com o Sebrae. Então, da fatia de 50% tem um pedaço que vai ser a contrapartida da unidade Embrapii, que está ali embaixo. Do que seria a contrapartida da empresa – então, pensando aqui algo em torno de 30%, 35%, 40%, tirando já o dinheiro da Embrapii e da unidade –, até 70% desse valor, com alguns limites de valor, dependendo da configuração do projeto, o Sebrae paga, ou seja, o recurso que o Sebrae passa para a Embrapii é alocado para isso. Vai diminuir a contrapartida da micro e da pequena empresa para algo entre 15% e 20%. Fica nessa média, tem algumas flexibilidades ali, ou seja, fica um valor muito barato. Em um projeto de R$1 milhão de uma micro ou pequena empresa, ela vai pagar em torno de R$100 mil, R$150 mil. O restante é um recurso não reembolsável que a está ajudando a desenvolver um novo produto e a colocar isso no mercado.

Isso faz com que a gente tenha nesse período, desde 2014, já mais de 4.160 projetos contratados, um pouco mais de um terço disso em execução neste momento, 1.369, e 2.838 empresas. E isso por quê? Tem um grande número de empresas que contratam vários projetos com a Embrapii. Então, a gente tem empresas que têm muitas dezenas – várias empresas, na verdade –, que têm muitos, 20, 30, 40, 50... A empresa que mais contrata com a gente, a Petrobras, tem mais de 100 projetos já contratados com a Embrapii.

Então, a gente apoia...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** – ... muito bem as grandes, mas também as pequenas; 65%, dois terços, são micro e pequenas empresas dessas que estão apoiadas.

Como eu falei, tem o financiamento tripartite. Então, um pouco mais de um terço é o dinheiro da Embrapii, metade é o dinheiro das empresas – de novo, considerando toda a configuração – e, em torno de 15%, 16%, é a contrapartida econômica das unidades da Embrapii. E a gente alavanca muito recursos. O Senador também falou sobre a necessidade de ampliar os investimentos em P&D, alavancando investimento privado e tal. A gente coloca R$1 da Embrapii e vão vir mais R$2 das empresas e do setor acadêmico, alavancando esse recurso para ampliar o investimento total em P&D.

A gente tem uma curva de crescimento muito forte, nos últimos anos. Então, mais de 37% no valor, quase 30% no número de projetos investidos. É crescimento ano a ano, então tem um salto de 249, que era em 2020, para 817, no ano passado. Este ano, caso a gente consiga todos os recursos que a gente está esperando, a gente tem uma expectativa...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** – ... de demanda de bater perto de mil projetos. Então, realmente mantendo muito forte esse crescimento.

Por isso, esse é o grande desafio da Embrapii, no momento. Ainda que a gente tenha vários financiadores, como eu mostrei no começo, o ritmo de crescimento da demanda das empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está acima do ritmo da nossa capacidade de captar. Então, o grande desafio que a gente tem este ano é negociar novos financiadores – principalmente com a MCTI e com os demais ministérios –, mas também ver a possibilidade de a gente conseguir ampliar o financiamento para a Embrapii, com os recursos disponíveis, porque a gente já está chegando meio no teto de ter que começar a segurar o ritmo de contratação porque o recurso disponível não vai ser suficiente para atender a demanda das empresas. Então, a gente está com um desafio muito grande, neste momento, nessas negociações, para poder ampliar a nossa captação de recursos.

Só para fechar rapidinho. A gente atende todos os setores. Então, como eu falei, é totalmente aberto à demanda das empresas. Então, é muito forte, nos últimos anos, a inteligência artificial, mas atendemos todos os setores, como biotecnologia, automação, tecnologias energéticas e, do outro lado, as áreas de aplicação.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** – Então, bem geral ali para a aplicação em comércio e serviços, mas também entra em saúde, processo industrial, produção agropecuária, energia renovável, lá embaixo, alimentos e bebidas, indústria da transformação, indústria da construção e infraestrutura. Então, realmente a gente é aberto a todos os setores, a qualquer demanda que as empresas tenham.

Para fechar bem rapidamente o modelo complementar, a gente tem o centro de competência. As unidades da Embrapii desenvolvem tecnologias naquilo que já têm capacidade instalada. Aqui a gente está olhando para o futuro, então são tecnologias de fronteira em nível global. O Brasil ainda não tem uma capacidade instalada tão grande, tão robusta e tão consolidada em que a gente coloca, aplica recursos adicionais, para criar essas competências.

Então – como eu tinha mostrado antes aqui, rapidamente –, criar competência, qualificar e reter talentos nessas tecnologias de fronteira e, no modelo de inovação aberta, atraindo empresas para se associarem a esses centros em tecnologias de fronteira, como eu falei. Então, tecnologia quântica, segurança cibernética, infraestrutura 6G...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** – Então, hoje todo mundo está usando a 5G em telecomunicações. A gente já está pensando em como é que se vai desenvolver a próxima geração.

Então, o mais novo que vai começar a operar agora – foi anunciado agora em março – de RNA mensageiro, medicamentos e vacinas com base nisso, com recurso do Ministério da Saúde; terapias avançadas, agricultura digital, eletromobilidade. Tudo tecnologia de fronteira em que a gente está criando conhecimento e infraestrutura para que no futuro elas consigam – já estão começando a desenvolver, mas principalmente no futuro – desenvolver mais tecnologias com as empresas nesses temas novos.

Aqui um pouquinho dos números do centro: o total já investido, quantidade de projetos. Isso aqui ainda está amadurecendo, o centro de competência, mas tem uma curva de crescimento muito grande, que a gente espera aí também para os próximos anos.

Desculpe, eu corri no final aqui para não estourar muito o tempo, Senador.

Obrigado e fico à disposição também para perguntas, se tiverem, depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, muito obrigado ao Sr. Maycon David, Assessor da Diretoria de Inovação e Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

Parabéns! Essa é realmente uma das instituições lá do Ministério, conectadas ao Ministério, que realmente ajudam muito no desenvolvimento aqui dessas novas tecnologias.

Eu gostei de ver as áreas ali, inclusive, essas novas áreas de competência. Uma delas me chamou muito atenção, que é a questão... está como Cesar, lá em cima, de Pernambuco...

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** – O centro de segurança cibernética.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Segurança cibernética, essa é uma discussão que a gente está tendo aqui. Nós precisamos estabelecer a estrutura de segurança cibernética do país e realmente trabalhar firme nisso, porque pode causar muito problema se nós não fizermos nada, sabe? Então, é algo emergencial aí no país.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

**O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO** (Para expor.) – Senador Marcos Pontes, é um prazer e uma honra estar aqui novamente conversando com o senhor. Vou dar uma perspectiva um pouquinho diferente da visão, apresentar uma outra perspectiva.

O Ministro da Desburocratização, Senador Marcos Pontes, disse uma vez que o Brasil é uma ilha de iniciativa privada cercada por todos os lados pelo Estado.

Quando a gente ouve as falas, parece que o motor do crescimento deste país é o Estado, e aí eu fico pensando se a gente não está matando as empresas, pensando que o motor de crescimento é esse.

O Visconde de Mauá, um dos maiores empreendedores do Brasil – chegou a ter um orçamento maior do que o Império Brasileiro –, tinha uma frase que dizia o seguinte: "O melhor programa econômico do Governo é não atrapalhar aqueles que produzem, investem, poupam, empregam, trabalham e consumem no Brasil".

Acho que essas duas frases vão ser a base da minha fala e a preocupação sobre o tema que a gente está trazendo aqui no dia de hoje.

O Brasil investe, há anos, cerca de 1% a 1,3% do PIB brasileiro em pesquisa e inovação e, mesmo assim, isso não tem avançado. O nosso avanço é bem moderado em relação àquilo que poderia ser. Nossa produtividade é estagnada, a gente tem uma baixa competitividade industrial, temos poucas empresas nossas globais de tecnologia e abaixo de números internacionais de gente que vem passando da gente. Um exemplo nosso é que a nossa bolsa de valores tem 400 empresas. Há anos, Senador Marcos Pontes, a gente não tem IPO acontecendo no Brasil. Isso é muito sério. E exatamente a situação é porque... cadê a inovação? Cadê o ponto? Cadê o mercado?

Porque tudo de que o Estado vive... O Estado vive de três formas: ou ele vive de tributos que os brasileiros pagam, certo? Então, ele não tem dinheiro, não faz lógica dizer assim: "eu tiro dinheiro de alguém e isso vai gerar mais dinheiro". Não, 100% do que o Estado se coloca é por tributos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Estado não vai resolver o seu problema com tributos, ele vai para empréstimos. Então, ele toma, tunga dinheiro da população por empréstimo a juros hoje de 15% anuais, um dos maiores juros do planeta Terra.

Além disso, quando essas duas coisas não são suficientes, ele imprime dinheiro: inflação, expansão monetária e aumento de preço para o consumidor. Ou seja, nada que o Estado tem é dinheiro dele; todo dinheiro pertence aos pagadores de impostos.

E esse problema é clássico, dentro de uma visão hayekiana, que diz que há um conhecimento disperso. É difícil alguém gerir, aqui de Brasília, como é que lá no Ceará, lá no Amazonas, lá no Rio Grande do Sul vai ser o melhor investimento possível. No mínimo, a pessoa não conhece. É impossível conhecer como os gaúchos conhecem, como os cearenses conhecem, como os amazonenses conhecem a sua própria realidade. Isso é um erro tremendo, e é o que o Hayek chamou de arrogância fatal. No livro de Friedrich August von Hayek, o ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1974 falou: cuidado para não achar que você tem a capacidade de saber o que é melhor para os outros, principalmente de tão longe. E mesmo que você soubesse hoje, agora, você não saberá amanhã.

Isso tudo é decorrente também, meu caro Senador Marcos Pontes, de uma política fiscal que gasta muito mais do que arrecada. Isso gera a consequência de juros. Óbvio, o rentismo tão falado no Brasil... Hoje é mais seguro deixar o dinheiro na renda fixa – tem mais *ROI*, tem mais retorno – do que eu criar uma empresa, montar um negócio, colocar uma situação e investir nesse ponto, porque, se a taxa básica de juros do Governo é de 15%, você parte de um custo de dinheiro absurdo em relação a isso. E a novidade fantástica que estão dizendo para resolver o problema não é tentar melhorar a produtividade do Brasil; é tentar resolver isso numa canetada, por escala. Espero que o Senado tenha muita calma e tranquilidade na hora de avançar uma pauta como essa.

Outra coisa que preocupa é que o Brasil faz diferente. A maior parte dos países que deram certo tiveram investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento. Os países, normalmente, que conseguem fazer isso... E a gente, em outra audiência, discutiu a questão da propriedade industrial do Brasil, Senador, que era aquém do que poderia ser no mundo: segurança jurídica, previsibilidade, clareza, Estado de direito, tudo aquilo que acontece permite que aconteça claramente. Eu falo de segurança jurídica, eu falo de concorrência. Se eu for falar do setor de petróleo, o Brasil tem um potencial enorme no setor de petróleo, mas a gente tem monopólio no setor de prospecção. Não só tem monopólio, mas a margem preferencial é da Petrobras quando se acha o produto, então, no setor de extração, também é monopólio. No setor de produção também é monopólio; e no setor de refino, é quase um monopólio! Olha a seriedade que a gente tem! Então, a gente tem que abrir esse mercado para permitir que, de fato, aqueles que geram riqueza possam fazer isso. O Estado não gera riqueza, não tem capacidade de fazer isso e nunca terá, porque não é da natureza do Estado ter essa condição.

E é interessante que o Brasil tem um potencial enorme. Nós somos um país absolutamente empreendedor. Nós temos uma possibilidade de fazer isso acontecer, mas, para a gente fazer isso acontecer, a gente tem que modelar aquilo que deu certo no resto do mundo. Ah, vamos lá, pensar na lógica americana: eles têm uma base muito clara em que as universidades, Senador Marcos Pontes, estão absolutamente ligadas com o setor produtivo, estão plugadas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anexação, em pensamento. Se você chegar a Dallas – onde o senhor fez tão belo trabalho e é exemplo para os brasileiros –, é absolutamente conectada a função da Universidade do Texas com as empresas produtivas de lá. O mesmo vale para a Califórnia, o mesmo vale para a Flórida. Ou seja, o professor é sócio do empreendimento que aquele aluno traz. O aluno passa a ter uma possibilidade de criar diversos unicórnios, que é hoje o que o Brasil não tem – empresas que têm US$1 bilhão –, que é o que, de fato, gera riqueza para um país. Eu acho que nós temos uma oportunidade de fazer isso acontecer. Acho que financiamento, diminuição de custos – deixar um financiamento mais barato –, envolve deixar um Estado menor. Se eu tenho um Estado menor, eu tenho que gastar menos com impostos e, por consequência, eu tenho que gastar menos com empréstimo; por consequência, eu tenho eu tenho que ter menos inflação; e, por consequência, os juros baixam. Essa é a consequência econômica dos juros que permite isso acontecer.

Isso vai facilitar para todo e qualquer financiamento, e aqui vale para todos que falaram. Eu acho que é fantástica a ideia de ter financiamento no Brasil! A ideia de subsidiar financiamento é mais um dinheiro que eu estou dando, dos pagadores de impostos, para gerar uma possibilidade de resolver um problema estrutural que precisa ser resolvido, e precisa ser resolvido para ontem! Ele é absolutamente necessário para fazer isso acontecer.

Eu vou parar em um setor em que eu acho que hoje a gente consegue ser um exemplo para o mundo, que é um setor que tem a iniciativa privada e tem uma instituição que está lá na pesquisa e ensino com absoluta parceria, que é a Embrapa. A Embrapa e o setor agro: pronto, está aqui um exemplo claro de como dois setores podem funcionar sem um querer definir quais vão ser as políticas, o que é que vai ser o melhor para cada um. A demanda foi agregada.

O exemplo do Cerrado, Senador Marcos Pontes, era genial. Isto aqui era uma terra improdutiva até 30, 40 anos atrás; diziam que no Cerrado nada dava. Hoje, o Cerrado do Brasil alimenta o planeta Terra; nós somos os maiores produtores de soja do planeta Terra. Olhem o que foi feito: isso só aconteceu porque houve uma parceria clara entre a iniciativa privada e o Estado; não a definição de quem vai ser o campeão nacional, não a definição da política que vai ser feita para aquilo acontecer, mas sim a possibilidade, naquele lugar, naquela região, de se permitir que as pessoas que vão entender, no conhecimento absolutamente disperso, como é que aquilo vai avançar.

Acho que isto é um ponto fundamental: entender que o modelo agro é um modelo que poderia ser aplicado na agroindústria, que poderia ser aplicado em todo o Brasil. O Estado fica restrito a não atrapalhar. Já é uma coisa fantástica, certo?

Eu tenho um exemplo, para finalizar, Senador Marcos Pontes, e eu queria trazer esse tema. Eu não sei se o senhor está acompanhando, mas no Rio Grande do Sul está tendo o maior investimento da história do Brasil, Senador: R$27 bilhões no Rio Grande do Sul; R$27 bilhões, CMPC, indústria chegando ao Rio Grande do Sul. Foi feito um licenciamento ambiental, um avanço gigantesco da pauta no Brasil, uma desburocratização gigante no Brasil, e um Procurador da República – um! –, numa canetada, está travando o investimento que pode mudar toda a face da realidade daquele local.

Isso é um problema que o Senado, a Câmara dos Deputados precisam enfrentar, olhar e dizer: "Espere aí, amigo. A sua caneta não tem o poder de parar o investimento de todo um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado", que é o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, num tema ainda muito afeto ao Rio Grande do Sul e pouco conhecido nacionalmente, mas é o maior investimento da história daquele estado; ou seja, é a burocracia atrapalhando.

Tudo que o empreendedor brasileiro quer, Senador Marcos Pontes, é que o Estado não atrapalhe. Não precisa fazer grande coisa, não; não precisa de ajuda, não. Você pode perguntar para qualquer industrial brasileiro, e ele vai dizer: "Não atrapalhar já é uma grande coisa". Se conseguir diminuir regulações, muito melhor...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO** – ... se conseguir diminuir tributos, fantástico!

Nós estamos na semana de liberdade de impostos. Dia 28 de maio é o dia em que a gente para de pagar impostos. Há 20 anos, era 28 de abril. Vinte anos, certo? Ou seja, imaginem o que é que o industrial está pensando: "Não, não, eu consigo tocar a minha vida. Se você não atrapalhar, se permitir que as pessoas consigam entender como é que aquilo vai ser resolvido, aquilo é o melhor para o Estado".

Então, nessa perspectiva do livre mercado, era o Estado fazer no máximo a visão regulatória, deixar isso para a iniciativa privada, inclusive a parte do financiamento, que é uma indústria que pode e deve ser fomentada no país.

Inclusive, muito bem, nós conseguimos crescer um ponto fundamental nos últimos anos, que são as *fintechs*, algo que não existia no Brasil há até pouco tempo. A gente ouvia muito a tal da concentração bancária, e foi essa inovação que permitiu que isso acontecesse, ou seja, existem inúmeras oportunidades de o Estado brasileiro...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO** – ... fazer o papel dele. Não atrapalhar é a principal delas.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

Só alguns pontos que eu achei importantes de ressaltar. Realmente a situação ideal, é o que a gente sempre tenta defender aqui, é que o Estado, o Governo seja enxuto, pequeno, gaste pouco, eficiente no seu trabalho e deixe que o setor privado, a sociedade trabalhe e consiga, com isso, ter os desenvolvimentos que a gente quer. Então isso é, sem dúvida nenhuma, extremamente importante e acaba sendo o carro-chefe para uma série de resultados positivos a partir daí.

Quando você falou de redução de custo, isso traz mais investimentos, você reduz impostos, tem mais investimentos nas empresas, mais investimentos nas empresas significa mais produtos também, mais produtos, tem mais nota fiscal, mais empregos, ou seja, tudo gira a partir de lá.

Você citou rapidamente a questão de 6x1. Eu sou a favor de livre negociação, sempre livre negociação. Se eu quiser, eu sei onde aperta o meu calo, se eu quiser trabalhar sete dias por semana para poder pagar as minhas contas, eu tenho que poder fazer isso aí e negociar para que isso possa ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então tem que se analisar muito bem os números disso, para que nós não caiamos em um problema sério, que vai ser realimentado, para quem gosta de matemática, vai ser realimentado no futuro, com desemprego e assim por diante. Então tem que ser muito bem pensado isso aí.

Eu sou a favor de as pessoas terem as suas escolhas, escolhas. Eu quero escolher, eu quero trabalhar um dia por semana, eu quero receber por um dia, o.k. Você citou os Estados Unidos, funciona assim e funciona bem também dessa forma.

Outra coisa importante é o desenvolvimento regional, que foi citado aqui algumas vezes também. A gente precisa achar uma maneira de fixar as empresas que nascem e crescem naquela região, para não acontecer o que a gente vê muito acontecer. Olha, eu sou Senador de São Paulo, logicamente eu quero que o Estado de São Paulo se desenvolva, é um estado desenvolvido, mas é importante que uma empresa que nasça, sei lá, lá em Tefé... Na hore em que começa a fazer sucesso, se transfere para São Paulo, transfere para o Rio de Janeiro. Não, não pode ser. Tem que desenvolver lá e criar empregos lá, locais, e assim por diante. Isso é essencial ter esse desenvolvimento.

E a burocracia, a gente discutiu aqui outro dia – você estava aqui também, não estava, Rodrigo? –; a gente discutiu sobre a questão de poços de petróleo e o quanto todo mundo é a favor de ter uma mentalidade, uma cultura ambiental muito firme no país, sem dúvida nenhuma. Mas lembrar que as tecnologias ajudam, como foi citado agora há pouco, as tecnologias para apoio ao desenvolvimento de áreas em que geralmente o pessoal fala: "pô, isso aí produz muito... etc. Mas nós temos tecnologia, ou vamos desenvolver essas tecnologias para reduzir, para que a gente não trave o desenvolvimento por uma questão, não sei se mais, mais dogmática. Não pode ter isso aí, não é assim. A tecnologia consegue ajudar, a gente precisa fazer esse tipo de coisa.

Agora eu começo com os que estão remotamente participando.

Eu passo a palavra então para a Sra. Luciene Amaral, Coordenadora-Geral Substituta de Inovação Tecnológica e Produtividade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), para dez minutos.

Eu peço para controlar o tempo por lá, porque aí você não vai ter os indicativos que a gente tem aqui.

Obrigado pela participação.

**A SRA. LUCIENE AMARAL** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Gostaria de agradecer o convite à pessoa do Senador e dizer que, no contexto de toda essa aplicação de todos esses fomentos estruturados pelo Governo há anos, eu vou trazer um exemplo, que é o exemplo específico do incentivo que o Governo traz para a Zona Franca de Manaus.

Eu vou passar à apresentação.

Nós vamos falar da Política de PD&I na Zona Franca de Manaus, que foi exarada a partir da Lei 8.387, em dezembro de 1991. Essa política traz no seu âmago, simplesmente, um investimento anual de, no mínimo, 5% para as empresas que estão sediadas na Zona Franca de Manaus.

A estrutura desse investimento... Esse investimento está dividido, esses 5%, em investimento externo e interno. São 2,3%, no mínimo, para o investimento externo e 2,7% para o investimento interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O investimento externo só é obrigatório para as empresas que faturam acima de R$30 milhões. Nós temos várias modalidades de investimento com um foco específico nos convênios com ICTs, especificamente para ICTs públicos, e também para programas prioritários e eu ressalto aqui os temas que serão importantes para esse investimento.

O investimento interno trabalha com atividades PD&I da empresa ou de uma empresa contratada para esse investimento e também para projetos tecnológicos de sustentabilidade, entre outros.

No ano-base de 2004, nós tivemos R$1,58 bilhões de previsão. Desses, foram investidos R$1,53 bilhões. Nesses projetos, 73,22% foram projetos especificamente com ICTs; 4,13%, com o FNDCT; 5,90% para as FIPs; os programas prioritários, 5,27%; e os projetos internos das empresas, 11,47%.

No final do ano de 2024, nós tivemos um resultado interessante em relação à capacitação, com 30.396 profissionais capacitados, e também a geração de programas de computador e depósitos de patente no Brasil e no exterior. Foram gerados protótipos, processos, produtos, publicações científicas e dissertações defendidas. É importante notar os resultados que eles vêm gerando, que esse investimento vem gerando.

Obviamente, os produtos... (*Falha no áudio.*)

... virão a gerar produtos que possam ter as suas tecnologias transferíveis, provavelmente.

Nesse contexto, nós temos as entidades que podem ser... (*Falha no áudio.*)

... desse incentivo, desse investimento. O Capda (Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia), coordenado pela Dra. Cristiane Rauen, aqui do Mdic, delibera sobre credenciamentos. Então até 2025, foram 167 ICTs credenciadas, oito incubadoras e oito aceleradoras. Atualmente, nós estamos alterando o credenciamento, o normativo de credenciamento, com o objetivo de otimizar os resultados dos recursos aplicados por meio dessas entidades.

Os programas prioritários são interessantes porque eles foram criados efetivamente para evitar que o investimento fosse muito pulverizado. Na região, nós temos economia digital, recursos humanos, bioeconomia, empreendedorismo inovador e indústria 4.0. O que nós pudemos observar é que nós tivemos algumas entidades que em 2021 e 2022, que foi o período da pandemia... Então, nesse caso, o programa com mais investimento foi o da indústria 4.0, que se manteve depois da pandemia.

É uma questão bem interessante a ser observada aqui, porque se a intenção era, na verdade, não pulverizar, concentrar também não é uma boa opção. Por isso, nesse caso, nós estamos entrando em contato para trocar informações ou trocar experiências com o Cati em relação aos programas prioritários para que nós possamos aprender com as experiências.

Então nós tivemos um crescimento do volume total de investimento de R$50,8 milhões em 2019 para o máximo de R$155,9 milhões em 2022.

Esse aumento ocorreu em decorrência do desafiante da pandemia, como eu comentei. Houve a digitalização, em 2023 e 2024, numa faixa de 80 milhões, e as empresas mantiveram as suas estratégias de investimentos ali nessa questão e com foco na indústria 4.0.

Bom, quando falamos da indústria 4.0, nós temos algumas alterações. A indústria 4.0 vem efetivamente trabalhando em função da Missão 4 da NIB. Então nós tivemos recentemente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicação de uma portaria do Inmetro, que trouxe uma nova metodologia de avaliação de conformidade. Essa metodologia vai poder ser utilizada pelo Inmetro ou por organismos por ele certificados. E a ideia é que seja feita essa análise, e esse certificado vai ter a duração de quatro anos. E esse certificado vai subsidiar as (*Falha no áudio.*) ... que geram relatórios (*Falha no áudio.*) ... análises, que é feita pela Secretaria-Executiva, que é a Suzana.

Então, o Decreto 10.521, de 2020, autoriza que esses investimentos que resultem em elevação da produtividade tragam um desconto de até 60%, perdão, uma utilização de um limite de até 60% dos 2,7%, tá? Então, para a empresa, é importante. E com (*Falha no áudio.*)

... se darão a primeira certificação de conformidade, e que o aumento do nível vai resultar num percentual que vai ser estabelecido por essa portaria que está sendo reformulada. Ela está em vias de ser publicada. E esse percentual vai ser aplicado nos investimentos, desse valor, vai ser considerado como investimento...

E aqui eu termino e deixo as perguntas à frente, embora eu tenha aqui umas respostas. Uma questão relacionada à relação de empregos, que foi uma questão colocada pela (*Falha no áudio.*)

... antes, é interessante, porque nós temos dois, pelo menos um, que é o PPRH, que é o Programa Prioritário de Recursos Humanos, que lida especificamente com a capação. Então, para a região, é uma questão bem interessante e traz um fortalecimento e um crescimento de pessoas capacitadas nessa área.

A questão da sustentabilidade e da economia também estão recebidas na lei, porque os investimentos podem ter efeito também para a sustentabilidade e para a economia. Isso faz com que nós possamos trazer melhores condições para a região também.

Então, ficamos para a próxima, para as perguntas.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sra. Luciene Amaral, Coordenadora-Geral Substituta de Inovação Tecnológica e Produtividade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Eu passo a palavra agora, na sequência, ao Sr. Alexandre Dantas Rodrigues, Diretor de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), por dez minutos.

Eu peço para controlar o tempo por lá, tá?

Obrigado.

**O SR. ALEXANDRE DANTAS RODRIGUES** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Obrigado pela palavra. Espero que me ouçam bem.

Agradeço a oportunidade de estar participando da audiência pública representando o INPI.

Acho que vale a pena destacar que o INPI é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, responsável, entre outras atividades, pela concessão de direitos de propriedade industrial e mesmo direitos de propriedade intelectual no país, como patentes, marcas, indicações geográficas, desenhos industriais, programas de computador, topografias de circuitos integrados. Isso corresponde a uma parte da atuação do INPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falar sobre propriedade intelectual é relevante porque é falar sobre um instrumento, sobre uma ferramenta muito útil e muito necessária dentro do processo de inovação tecnológica. Quando a gente fala de inovação provocada por desenvolvimento tecnológico, a propriedade intelectual cumpre um papel importante nesse papel de desenvolvimento, de inovação tecnológica, e ela pode abarcar estratégias que passem, por exemplo, pelo patenteamento, pela proteção de programas de computador, pela proteção de desenhos industriais. Há facetas distintas da propriedade intelectual e industrial, que podem abarcar, suportar uma estratégia de inovação tecnológica. Então, a gente entende a PI como um constituinte muito importante.

Falar sobre propriedade intelectual, propriedade industrial é falar sobre ativos intangíveis, sobre estratégias de proteção e portfólios de ativos intangíveis. Isso é muito pertinente num cenário global. Eu acho que vale a pena só destacar alguns números da relevância de ativos intangíveis. A gente sabe, hoje, que muito do valor agregado a um produto que advém de um desenvolvimento tecnológico tem um impacto grande dos ativos intangíveis que são gerenciados por empresas.

A gente sabe, inclusive, de estudos em que o peso do conjunto, do portfólio de ativos intangíveis, colabora duas vezes mais, por exemplo, do que o conjunto de ativos tangíveis de uma empresa na valoração de um produto. E, quando a gente está falando de valores mundiais associados, por exemplo, a ativos intangíveis, a gente tem dados, de 2023, que tratam, por exemplo, de valores da ordem de mais de US$60 trilhões associados à valoração de ativos intangíveis hoje em circulação no mundo.

É muito importante destacar também, por exemplo, que esse tipo de ativo é um indicador importante para desenvolvimento e avanço de inovação. A gente tem, por exemplo, órgãos, como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, que consideram a propriedade intelectual – ativos de propriedade intelectual – como base para indicadores que afetam um índice de inovação associado a um país.

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual analisa e publica anualmente o que é chamado de Índice Global de Inovação, no qual ela ranqueia os países de acordo com a capacidade de inovação, e a propriedade intelectual compõe indicadores que são utilizados para o estabelecimento desse índice. Atualmente o Brasil ocupa a posição nº 52 no *ranking* mundial. Já estivemos melhores, temos muito o que avançar. Obviamente, além da propriedade intelectual, há uma série de fatores, de indicadores para isso.

Mas, até pegando um gancho numa pergunta que foi feita de como a propriedade industrial, como a propriedade intelectual pode favorecer esse processo de inovação, vale a pena destacar que hoje a propriedade intelectual já está inserida dentro de um contexto de políticas e de estratégias voltadas ao desenvolvimento industrial e ao desenvolvimento da inovação. O INPI é, por exemplo, um dos grandes operadores da estratégia nacional de propriedade intelectual atualmente vigente.

E, além disso, vale também destacar que, dentro da NIB, da nossa política industrial vigente, a gente tem a propriedade intelectual como um dos instrumentos que hoje são entendidos como capazes de melhorar o ambiente de negócios. Então, a gente já tem, dentro da NIB, questões, por exemplo, associadas à redução do prazo de exame de pedidos de patente e o uso de informação contida em pedidos de patente para tomadas de decisão tanto no aspecto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privado como no aspecto do estabelecimento de políticas públicas. A gente tem essa interface da propriedade intelectual como uma ferramenta propulsora de inovação.

E aí, dentro da estratégia do INPI, como o INPI está atuando hoje para promover a propriedade intelectual como ferramenta que de fato faz diferença dentro desse processo de promoção da inovação?

Acho que é importante a gente destacar quatro eixos estratégicos de inovação institucional.

Hoje o INPI age num eixo relacionado à eficiência e à qualidade dos exames necessários para concessão de direitos. Quando a gente fala, por exemplo, de uma concessão de patentes, é foco do INPI atuar na redução de prazos. A gente ainda tem ganhos necessários que a gente precisa garantir, para avançar, por exemplo, em tempos de concessão, garantindo qualidade do direito que foi concedido. A gente, por exemplo, utiliza estratégias para isso que estão associadas à automação de processos, ao uso de ferramentas de inteligência artificial, que hoje vêm tomando cada vez mais relevância dentro dessa estratégia. A gente tem questões associadas à necessidade de revisão de marcos legais associados à propriedade industrial, que são necessárias para a garantia desses aspectos de eficiência e qualidade de concessão de direitos.

Um segundo pilar dessa estratégia do INPI trata da disseminação do uso estratégico da PI. Na verdade, é garantir que, uma vez concedido o direito, ele possa ser utilizado de forma adequada pelos detentores de direito, de forma que isso faça diferença de fato dentro da estratégia de inovação.

Um caso evidente que já foi tocado aqui é o da questão da importância de se garantir um ambiente que propicie transferência de tecnologia entre universidades e indústrias. A gente tem uma característica própria no Brasil que é a universidade como grande desenvolvedora de tecnologia. E essa tecnologia desenvolvida pela universidade, para se tornar inovação, precisa, de fato, cumprir esse ciclo de contato, essa conexão com a indústria, que vai prover essa produção e garantir questões como distribuição e alcance de usuários. Então é importante a gente garantir isso.

Outras estratégias passam, por exemplo, por ações voltadas à valoração de ativos de propriedade intelectual. Ao ter um portfólio de patentes, de marcas, de desenhos industriais, o que isso agrega à minha estratégia? Como eu posso valorar conjuntos de patentes e essa valoração ser útil, por exemplo, quando eu busco financiamento? Eu tenho ativos de propriedade intelectual como colateral em questões associadas à obtenção de financiamento. É uma estratégia também.

Uma terceira estratégia no INPI é a atuação dentro de um sistema internacional de PI: que o Brasil ocupe uma posição de destaque dentro de fóruns internacionais, mas que, além disso, a gente também possa garantir a chegada de usuários nacionais, de empresas brasileiras, na internacionalização dos seus produtos, no atingimento de mercados internacionais e como a propriedade intelectual cumpre também um papel importante nisso. Se eu tenho visão de chegar em mercados internacionais, é importante que eu estabeleça uma estratégia adequada de propriedade intelectual naqueles mercados que eu desejo alcançar.

Uma quarta estratégia diz respeito a questões associadas à governança e à gestão. É, por exemplo, interesse do INPI ter cada vez mais a escuta disponibilizada aos usuários, um diálogo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada vez mais presente com os usuários para que eles possam, de fato, trazer necessidades, demandas e dores, e que isso possa estartar a tomada de decisão e estratégias institucionais.

E, por fim, é importante, dentro desse aspecto, garantir também o fortalecimento institucional do INPI para que ele possa cumprir a sua missão de conceder os ativos e, além disso, disponibilizar também outros serviços que, dentro deste contexto, possam de fato garantir que a propriedade intelectual se constitua nesse ativo e nessa ferramenta que fará diferença para os usuários. Então, para isso, a gente defende a estabilidade do INPI, por exemplo, em acesso a orçamento que garanta a execução adequada de suas atividades.

Dito isso, eu até gostaria de salientar a importância de ações como o PLP 143, que neste momento tramita no Senado, e que trata exatamente disso, do não contingenciamento do orçamento do INPI, que é algo importantíssimo para que a gente possa, de fato, executar as nossas atividades e dar a contribuição adequada que o país precisa, que os usuários precisam para que a PI se constitua em um meio para impulsionar a inovação e o desenvolvimento.

Eu agradeço a oportunidade, me coloco à disposição para perguntas e encerro a minha fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Sr. Alexandre Dantas Rodrigues, Diretor de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que, sem dúvida nenhuma, cumpre um papel muito importante dentro desse contexto que nós discutimos aqui das inovações.

Um ponto que você falou e que marcou aqui – porque a gente estava justamente falando sobre isso também – é a participação das universidades no desenvolvimento de patentes e como que isso aí pode ser ampliado ou incentivado.

Eu estava lembrando aqui com o Hideraldo a respeito dos NITs das universidades, que têm que cumprir uma função mais efetiva no sentido de trazer... Existem as fundações que apoiam as universidades, mas eu acho que essa ligação direta das empresas dentro das universidades e com as universidades, embora necessite aí certamente de um ajuste cultural, eu diria, porque eu vejo até uma resistência das universidades em ter a participação de indústrias, de empresas junto – como acontece, costumeiramente, nos Estados Unidos, onde é muito comum você ter as empresas trabalhando diretamente no desenvolvimento de novos sistemas, de inovações, etc. dentro das universidades –, eu acho que a gente precisa ter esse desenvolvimento que começa na cultura desse trabalho mais intenso e produtivo em conjunto; e também a parte burocrática dos NITs para poderem ser mais independentes nesse desenvolvimento.

Então, parabéns aí pelo desenvolvimento.

Eu tenho acompanhado o INPI ao longo do tempo, desde o ministério. Houve um crescimento muito grande da capacidade, inclusive com a redução de tempo. Eu sei que os *fast tracks* têm sido trabalhados, tudo isso para ajudar no desenvolvimento e na liberação dessas patentes aqui no Brasil, o que era um problema sério e tem se tornado menos problema. Agora a gente precisa incentivar que elas apareçam, em primeiro lugar, para poderem ser autorizadas.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Jackson De Toni, Assessor Especial da Presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), por dez minutos. Peço para controlar o tempo por lá, os dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JACKSON DE TONI** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Senador Marcos Pontes.

É um prazer estar aqui debatendo com vocês esse tema tão estratégico para o país.

Eu queria também parabenizar a apresentação dos que me antecederam.

Vou começar falando que esse tema da inovação, ciência e tecnologia, relacionado à política industrial... Não é à toa que todos se referiram à Nova Indústria Brasil, que hoje dá formato e unifica a atuação das várias instituições governamentais e cria incentivos poderosos para a indústria, é a nossa política industrial.

A ABDI, que é uma agência ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, por contrato de gestão de metas e resultados, completou 20 anos recentemente e está inserida diretamente na formulação, implementação e apoio ao ministério para a execução da política industrial.

Esse tema da indústria já foi falado por todos, eu só vou passar rapidamente.

Nós vivemos no Brasil um processo de desindustrialização prematura, precoce, que diminui a nossa capacidade de inovação, de geração de renda e de empregos qualificados e que deveria ser o centro de um projeto nacional de desenvolvimento, e as políticas industriais trazem sempre esse tema à mesa de discussões.

É bom lembrar sempre que a indústria tem um papel importante na economia: 47% das nossas exportações se devem ao tecido industrial; 62% dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, tema desta sessão, estão ligadas a *spin-offs,* a transbordamentos das indústrias; 25% dos tributos são arrecadados pelas indústrias; e 17% é arrecadação previdenciária. Então a participação da indústria é muito importante. Cada real aplicado, investido na indústria de transformação gera R$2,6. É um efeito multiplicador que não pode ser desprezado pelas políticas públicas nem pelos gestores. Não é à toa que o mundo inteiro recuperou as políticas industriais, sobretudo após a pandemia, inclusive nos países que sempre foram muito resistentes a elas, especialmente na Europa e Estados Unidos, com investimentos bilionários, muitos a fundo perdido, para atrair grandes plantas industriais.

Nós temos hoje, Senador e colegas de mesa, uma política industrial com um paradigma organizado de forma diferenciada. As missões conectaram o tema da indústria, da tecnologia, da pesquisa e da inovação à solução de grandes problemas nacionais: o problema da produtividade da agricultura, o problema da segurança e soberania sanitária na indústria de medicamentos e de saúde, conectou a indústria à transformação digital, à sustentabilidade e à indústria de defesa, que são exatamente as missões que a atual política industrial se propõe a organizar e a implementar, com metas, com resultados e com objetivos muito claros, que unificam e ajudam a coordenação da ação governamental, que sempre é uma questão importante em políticas tão complexas e polissêmicas, como é a política industrial moderna e atual, como é a NIB.

A ABDI ajuda, como uma instituição que trabalha com a execução de estratégias, fornecendo sempre inteligência competitiva, através de estudos aplicados, análises, cenários, prospectivas, não só para o Ministério do Desenvolvimento, mas para várias instituições, algumas que estão aqui à mesa, inclusive. Nós procuramos desenvolver projetos de uma forma piloto, testando tecnologias e modelos de negócio que possam ser escalados em políticas públicas. Então essa é um pouco a função da ABDI, de ser um grande *hub*, uma grande usina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de experimentação, para apoiar a execução da política industrial em várias áreas, desde a economia circular até ao apoio ao projeto do Brasil Mais Produtivo, que atendeu já a milhares de empresas, compras governamentais, biotecnologia e outros.

A NIB, apesar de ser uma política recente, quando a gente fala em indústria, já atingiu resultados importantes, que cabe serem registrados: o recorde de exportações; a capacidade instalada da indústria hoje é superior à média histórica; nós temos um índice de emprego, sobretudo empregos mais qualificados na indústria, num nível recorde; nós temos muitas empresas, milhares delas, atendidas por programas de extensionismo industrial, que repercutem num aumento enorme de produtividade e ganhos de eficiência; e temos, já foi referido pelos colegas, o Plano Mais Produção, liderado pelo BNDES, com outras instituições financeiras, o Finep, os bancos públicos, a Embrapii, que vem sendo o grande instrumento de apoio à política industrial.

Além disso, nós temos várias iniciativas na área de semicondutores, de produção de medicamentos, como a insulina, depois de 23 anos, que não era produzida no Brasil. Nós temos também vantagens anunciadas e investimentos relacionados a programas como o Mover, o Combustível do Futuro e o Depreciação Acelerada.

Mas eu queria dizer, Senador e demais colegas, que os R$600 bilhões do BNDES são importantíssimos. O banco voltou a emprestar para a indústria; as quase cem instituições credenciadas na Embrapii, um marco histórico; o trabalho da Finep de conectar ICTs com academia e indústria; tudo isso é colocado em risco, se a gente pensar na continuidade, na perenidade da política industrial.

Sobre esse tema da garantia de mais certeza, de mais estabilidade, de mais institucionalidade da política industrial, como tem, por exemplo, o agronegócio, através do Plano Safra, de previsibilidade de investimentos, de acordos, de negociações, existe hoje, tramitando no Congresso – e eu queria chamar a atenção para essa contribuição da ABDI nesse debate, que eu acho substantivo e essencial – o PL 4.133, liderado hoje pelo Deputado Rollemberg, que traz esses elementos de segurança jurídica, de mais governança, de mais proteção institucional para uma política que precisa ser perenizada ao longo dos ciclos eleitorais.

Nós temos um conjunto já de dispositivos legais que contribuem com esse mosaico, essa articulação de marcos regulatórios que dão segurança à política industrial, mas precisamos avançar mais. E o PL proposto traz instrumentos financeiros como diretrizes, instrumentos fiscais, instrumentos regulatórios, colocando a ação direta no Estado, sempre em parceria com o setor privado, para trazer mais estabilidade, segurança, previsibilidade, e, sobretudo, criar custos políticos para eventuais governos que sejam negligentes com esse assunto, já que se trata de uma lei aprovada pelo Congresso. Esperamos que isso aconteça em breve.

O PL também traz o tema do mercado interno, da soberania tecnológica e digital do país, o tema das compras governamentais, que é essencial, é um instrumento que o Estado brasileiro tem à sua disposição, para garantir inovação, margens de preferência, estímulo à indústria nacional.

E sobretudo, Senador, esse PL traz dispositivos e possibilidades de monitoramento, avaliação, prestação de contas sobre metas e resultados, para que essas diretrizes da política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

industrial sejam transparentes, tenham *accountability*, que a sociedade e os atores sociais, políticos, econômicos envolvidos possam acompanhar.

Então nós precisamos urgentemente fazer um esforço no Congresso Nacional. Esse Projeto 4.133 deve ir à votação nas próximas semanas, para que a gente dê esse passo gigantesco, como outros países no mundo já consolidaram e construíram um arcabouço institucional e regulatório que dê o mínimo de segurança, estabilidade e perenidade institucional para a política industrial ao longo do tempo. Porque os projetos maiores, de mais impacto na política, nós sabemos todos, inclusive pelas exposições que me antecederam, têm uma maturação de décadas, que superam os estágios eleitorais.

Então nós precisamos caminhar nesse rumo. E para isso, a ABDI, apoiada com as suas instituições do ecossistema de indústria e tecnologia e inovação, lutamos e confiamos que o Congresso fará esse passo gigantesco para o país.

Obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Jackson De Toni, Assessor Especial da Presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Concordo contigo plenamente. Estava conversando aqui sobre essa necessidade que nós temos de ter políticas de Estado para esse setor, pois, como eu falei anteriormente, independentemente de quem está de serviço, quem está de plantão no Executivo ou mesmo aqui, tem a obrigação de seguir em frente e demonstrar os resultados de forma clara para todo mundo. Isso é muito importante.

Obrigado pela participação.

Passo agora a palavra ao Sr. Thiago Falda, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação, por dez minutos.

Também está no remoto. Eu peço para controlar o tempo por lá.

Obrigado.

**O SR. THIAGO FALDA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador.

Gostaria de cumprimentar os colegas participantes desta audiência. É um grande prazer poder contribuir aqui com esta discussão.

Pergunto se todos conseguem ver a minha apresentação, se ela já está sendo compartilhada. (*Pausa.*)

Bom, imagino que sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está 100% aqui, pode seguir.

Obrigado.

**O SR. THIAGO FALDA** (*Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador. Muito obrigado.

Senador, a gente vai falar aqui... Falar hoje sobre bioeconomia, sobre bioinovação é necessariamente falar sobre os temas tratados nesta Comissão.

Então, eu gostaria de começar aqui a minha exposição falando um pouco sobre as grandes tendências globais.

Bom, a gente vive num processo de aumento da população mundial. A gente deve, em 2050, ultrapassar os 9 bilhões de habitantes, e a expectativa de vida no planeta, nos países mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvidos, deve ultrapassar os 90 anos de idade, levando então ao aumento e ao envelhecimento da população. E, obviamente, esse aumento da população leva necessariamente a um aumento por demandas de recursos naturais, energia e, obviamente, de todas as questões associadas, como a emissão de gases do efeito estufa relacionados ao aquecimento global, da demanda por recursos energéticos e da necessidade de insumos estratégicos para o desenvolvimento econômico, além, é claro, das questões relacionadas aos riscos eventuais de novas epidemias, novas pandemias e dos grandes desafios relacionados às questões de saúde.

Nesse sentido, na bioeconomia, a bioinovação oferece soluções viáveis para o desenvolvimento, para endereçar os grandes desafios da humanidade, permitindo, a partir do uso de recursos biológicos, o desenvolvimento de produtos de maior valor agregado, que consideram, que valorizam as características regionais de cada localidade, uma vez que são baseadas em biodiversidades, porque cada região tem a sua própria característica. E, a partir dessa visão, desse potencial, a gente consegue, então, desenvolver insumos para praticamente todos os setores.

Para a gente ter uma ideia do potencial, não só do potencial, mas do que representa hoje a bioeconomia, a bioinovação (*Falha no áudio.*) ... pela ADC, uma consultoria internacional, em colaboração com uma de nossas associadas e com apoio da ABBI, é possível verificar que a bioeconomia, hoje, no mundo, já é responsável por gerar quase R$2 trilhões, movimentar quase R$2 trilhões na economia global. Isso considerando apenas o uso de microrganismos associados aos diferentes setores, sejam eles alimentos, biocombustíveis, saneantes ou agricultura.

No Brasil, esse número é responsável, hoje, por adicionar ao PIB e movimentar mais de R$77 bilhões, com a perspectiva, até 2035, de movimentar mais de R$232 bilhões somente nesses setores que eu trouxe, Senador, gerando empregos no Brasil. Esse setor, esse segmento da bioeconomia, de biossoluções, é responsável por gerar mais de 94 mil empregos, com a perspectiva de que, em 2035, vá gerar cerca de 280 mil postos de trabalho no Brasil.

O que é interessante é que, quando a gente fala em bioinovação, a gente está falando de complexidade no desenvolvimento econômico, ou seja, a gente deixa de produzir somente insumos básicos para a exportação de *commodities* e começa a desenvolver produtos de maior valor agregado. Isso leva a uma avaliação bastante clara de que, para cada emprego gerado no setor de biossoluções, a gente tem a geração de 1,6 novos empregos nos demais setores a que ele está associado.

Na agricultura, há um estudo do Ministério da Agricultura, que foi desenvolvido também pela ABBI – em colaboração com a ABBI – e mostra que os bioinsumos, ou seja, que o uso de microrganismos na agricultura, pode levar a uma economia de mais de US$5 bilhões para a agricultura brasileira, além de reduzir as emissões de $CO_2$ significativamente, trazendo maior competitividade para a agricultura, uma vez que você tem todas as políticas de redução de emissões hoje em desenvolvimento, com a aprovação da lei do mercado de carbono, em 2024, e agora com o desenvolvimento da regulamentação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, além, obviamente, de políticas como o RenovaBio, a Taxonomia Sustentável e todas essas políticas que valorizam os atributos de sustentabilidade dos diferentes setores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, um estudo desenvolvido pela ABBI em colaboração com a Embrapa, com a UFRJ e algumas unidades do Instituto Senai de Inovação que são associadas à ABBI, também identificou, somente considerando os setores de biocombustíveis, proteínas alternativas e bioquímicos, que a bioeconomia pode ser responsável, até 2050, pela recuperação de mais de 117 milhões de hectares de áreas degradadas – isso corresponde a mais de três vezes a área da Alemanha, para se ter uma ideia; por dobrar a participação da indústria química brasileira no cenário global; por aumentar, em mais de 18 vezes, a produção de biocombustíveis, gerando uma receita acumulada – tudo isso num cenário até 2050 –, gerando uma receita de quase US$600 bilhões por ano. Tudo isso levando a uma redução de 41Gt de $CO_2$ no cenário base, para 12Gt com todo esse desenvolvimento econômico.

Bom, todo esse cenário, todo esse potencial está levando o mundo a uma corrida para a liderança da bioeconomia.

Então, a gente tem a União Europeia com a sua primeira política de bioeconomia estabelecida em 2012 – e essa política já está na sua terceira atualização –; os Estados Unidos iniciando a sua política em 2022 – lá eles chamam a política de biotecnologia e biomanufatura – ; a China iniciou um ano antes dos Estados Unidos; e o Brasil chega em 2024 com a Estratégia Nacional de Bioeconomia e, agora em 2026, com a publicação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia.

Tudo isso porque é importante a gente trazer como as grandes economias estão direcionando as suas políticas industriais para o desenvolvimento da bioeconomia.

E, nesse contexto, Senador, é importante entender que para o desenvolvimento da bioeconomia nós precisamos de quatro componentes básicos: recursos biológicos e renováveis, que são a base da bioeconomia – sem recurso biológico eu não tenho bioeconomia –; inovação, que é o tema desta audiência desta Comissão, inovação e conhecimento científico; sustentabilidade; e aplicação industrial, processo industrial.

E aqui a gente precisa entender que, falando de recurso biológico, estou falando necessariamente de biodiversidade. Essa biodiversidade pode ser uma biodiversidade nativa, que é o que a gente chama de biodiversidade endógena. E, segundo a ONU, nós temos 17 países megabiodiversos no mundo, ou seja, 17 países com a maior reserva de biodiversidade no mundo. E eu gostaria de chamar a atenção para a região em que esses países se encontram.

Ao mesmo tempo, eu posso ter a biodiversidade exótica e aqui eu estou falando também, necessariamente... Eu posso falar da agricultura, que para alguns países é exótica. No caso do Brasil, se a gente pega a produção de milho, cana-de-açúcar, soja, não é biodiversidade nativa, mas é biodiversidade de outros locais.

Aqui eu chamo a atenção para as regiões em que a agricultura... também um dos maiores produtores agrícolas. A gente pode notar claramente que estão basicamente nas mesmas regiões, ou seja, coincidem com as áreas tropicais.

E aqui, se a gente está falando que a bioeconomia precisa de recursos biológicos e os recursos biológicos são biodiversidade, seja ela local ou exótica, e eu preciso de inovação – como muito bem colocado pelo Dantas aqui na sua exposição –, existe um ranqueamento, o Índice Global de Inovação – não vou entrar em detalhes sobre o índice, o Dantas já trouxe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bastantes elementos –, que classifica, posiciona os países em relação ao desenvolvimento da sua capacidade de inovar e o Brasil está na posição de nº 52.

E é curioso que a gente percebe que, se eu estou falando em recursos biológicos e em inovação, somente dois países entre os mais inovadores do mundo coincidem com aqueles que possuem a maior biodiversidade, ou seja, se eu estou falando em inovação, biodiversidade e desenvolvimento da bioeconomia, eu preciso dessa confluência de recursos biológicos e de inovação. E os dois únicos países... A gente tem aqui Estados Unidos e China, que são dois dos países que estão desenvolvendo a sua estratégia, as suas políticas de bioeconomia, como eu mostrei.

Então, se o Brasil entende que... vem apostando no desenvolvimento da bioeconomia, que é a sua vocação, ele precisa necessariamente desenvolver o seu ambiente de inovação junto com as políticas de bioeconomia.

Aqui, para encerrar, gostaria de trazer que o desenvolvimento da bioeconomia exige, necessariamente, um ambiente que permita competitividade. A bioeconomia produz matérias-primas que substituem aquelas de indústrias, de segmentos, de cadeias já estabelecidas. A gente precisa, então, de uma mudança, da garantia de que essa mudança do paradigma industrial reposicione o Brasil nas áreas em que ele possui maior vocação.

É fundamental ter a redução de custos de capital, o acesso ao financiamento, uma agenda transversal de bioeconomia, a criação de mercado para o desenvolvimento desse novo setor – e aí, necessariamente, a gente vai precisar de criação de demanda e promoção dos produtos da bioeconomia, das biossoluções, valorizando os seus atributos de sustentabilidade e a criação de um ambiente adequado de inovação, com previsibilidade, eficiência regulatória e equilíbrio entre proteção e inovação.

Eu encerro aqui a minha fala trazendo que a confiança do investidor vai estar diretamente associada à estabilidade institucional, à previsibilidade regulatória, à proteção e à inovação e a todos esses elementos que são necessários para o desenvolvimento da bioeconomia.

Vivemos uma mudança no paradigma industrial: o mundo está competindo. É uma mudança que vem acontecendo desde 2012 e que agora vem ficando cada vez mais acirrada. Nenhum país reúne características mais positivas para o desenvolvimento da bioeconomia do que o Brasil. Nós precisamos criar um ambiente adequado, com segurança jurídica e previsibilidade, para garantir que os investimentos e o desenvolvimento de tecnologias ocorram para o Brasil e, principalmente, no Brasil.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Thiago Falda, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação.

Eu comentava aqui com os presentes a respeito... Lá no início, quando eu estava ainda no período de transição do ministério, nós fizemos um estudo no Brasil, e fora do Brasil também, a respeito de quais seriam as áreas mais interessantes para investimento e retorno de investimento, e duas áreas se despontaram: uma era a transformação digital, incluindo todo o ecossistema ligado à transformação digital, à inteligência artificial – vale lembrar que, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para hoje, você vê que se confirmou exatamente isso –; e a outra área era a biotecnologia, que se pode associar à bioeconomia.

Sem dúvida nenhuma, são duas áreas que têm uma importância estratégica muito grande, não só na parte econômica, mas também em desenvolvimento social, proteção, soberania, proteção da população.

Isso, infelizmente, acabou se confirmando também com a pandemia. É bom lembrar que, quando a gente fala de pandemia, o pessoal aqui, às vezes, não... Eu trabalhei muito tempo da minha vida fazendo investigação, prevenção de acidentes e gerenciamento de risco, e quem trabalha com isso costuma pensar no que pode não dar certo. Faz parte – faz parte. É importante ter essa cultura no Brasil, mas aqui parece que as pessoas não querem pensar no que pode dar errado ou se prevenir ou fazer algum sistema de gerenciamento de risco, analisar as ameaças, transformar isso em ações efetivas com o gerenciamento de risco, de mitigação ou evitar isso. É muito mais barato fazer isso do que ficar consertando problemas.

Vou dar um exemplo um pouco fora dessa área aqui, mas que segue o mesmo princípio: a gente tem este ano é o El Niño de novo, e vai ser um problema sério, tanto de chuva quanto de seca no país.

Tem projetos de lei parados – andaram um pouquinho na época das enchentes no Rio Grande do Sul e aí estagnaram; voo de galinha, estão parados aí de novo –; projetos que tratam exatamente disso, de gerenciamento de risco para desastres naturais. Estão esperando morrer mais gente? Estão esperando perder mais dinheiro para fazer recuperação. Fica muito mais barato trabalhar antes.

Eu estou falando isso por causa de pandemias, é a mesma coisa. Vai ter outras pandemias, não adianta ficar na ilusão de que não vai ter mais. Vai ter, sim, e a gente precisa estar preparado, e a única maneira de se estar preparado é realmente montar a estrutura necessária, formar pessoas, ter recursos necessários, ter a estrutura de recursos necessários para trabalhar no assunto na hora que precisar, com toda a carga.

Eu falei do Orion. O Orion é uma instalação extremamente essencial para isso. Eu lembro que na época fui criticado por causa do custo, R$2 bilhões. E quanto é que custa a vida de uma pessoa?

Então, é importante que a gente tenha esse senso aqui de trabalhar com isso. A biotecnologia cumpre uma função essencial nesse sentido também. A gente tem todo recurso neste país aqui para poder transformar em nota fiscal e emprego.

Bom, agora, passados todos os nossos apresentadores, nossos participantes, eu vou retornar a palavra para dois minutos de considerações finais. Se quiserem responder algumas das perguntas também, incluindo-as nas considerações finais, fiquem à vontade. Eu retorno a palavra na mesma sequência, o.k.?

Então, dois minutos, para ser rápido, gente. Estourou o tempo aqui bastante, mas eu acho que o assunto vale a pena, a gente passar por isso, deixar as informações para a população.

Então, eu retorno, então, a palavra, para dois minutos de considerações finais, ao Sr. Hideraldo Luiz de Almeida, Diretor de Apoio aos Ecossistemas de Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. HIDERALDO LUIZ DE ALMEIDA** (Para expor.) – Mais uma vez, quero (*Fora do microfone.*) agradecer ao Senador Astronauta Marcos Pontes pelo convite, pela oportunidade de falar aqui do que a gente vem fazendo lá no ministério, enquanto política pública, e dizer que, assim, a indústria é, como eu falei, o nosso principal foco. Tanto é que todos os recursos, como foi falado aqui, do FNDCT estão direcionados para a Nova Indústria Brasil. A gente vem trabalhando com os instrumentos que a gente dispõe, nesse sentido.

E se você olhar o recorte que foi dado na Nova Indústria Brasil, tem muito a questão da sustentabilidade, respondendo à questão do Thiago, lá de Goiás, que perguntou sobre como fazer para gerar menos poluição.

Então, existem metas bem claras, estabelecidas dentro da política, e é nesse prisma que a gente está trabalhando e buscando ter, digamos assim, ações políticas voltadas para isso.

Outro aspecto que a gente vem trabalhando também: a gente está criando um observatório de fomento...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. HIDERALDO LUIZ DE ALMEIDA** – ... da inovação, no qual a gente vai reunir todas as políticas, todos os instrumentos de incentivo que hoje o Governo Federal tem, tanto a questão do uso de incentivos da Lei do Bem, da Lei de TICs, de obrigações de investimento em P&D do petróleo e gás e da área de recursos minerais, buscando com que todas as políticas estejam, digamos assim, no mesmo universo em que a gente possa analisar, ter dados para tomar decisões de política pública baseada em dados, sobre qual é o impacto dessas políticas e o que efetivamente está sendo entregue para a sociedade em cada uma delas. Então, esse olhar é fundamental.

Outro aspecto importante – e como o Senador mencionou a questão do *backlog* – é dizer que nós zeramos o *backlog* na Lei do Bem. Esse foi um dos anúncios importantes que a gente teve recentemente. Hoje, ele é o principal instrumento no Brasil. Se você olhar o investimento privado em P&D no Brasil em 2023, foi da ordem de R$68 bilhões. Só na Lei do Bem, eram R$42 bilhões de investimento. Então, essa é a importância desse instrumento. A gente vai aprimorá-lo e conta com o Congresso para isso, para que ele, de fato, consiga entregar para a sociedade os resultados que a gente espera no desenvolvimento da pesquisa e inovação no país.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Hideraldo Luiz de Almeida, Diretor de Apoio aos Ecossistemas de Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Muita inovação em uma frase só, mas é isso. (*Risos.*)

Eu passo agora a palavra, para suas considerações finais, por dois minutos, à Sra. Luiza Sidonio Rodrigues, Gerente de Inovação e Estratégia Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

**A SRA. LUIZA SIDONIO RODRIGUES** (Para expor.) – Gostaria de agradecer mais uma vez esta oportunidade de estar aqui, falar com vocês e também novamente salientar a importância de que essas políticas sejam políticas de Estado e não políticas de ciclos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômicos, que a TR tenha uma continuidade após 2026, e contar com o apoio desta Casa para isso – das duas Casas.

A gente estava falando aqui em um valor em torno de 5 a 6 bilhões por ano, que é 1,5% dessa TR do FAT. Esse valor todo não é subsidiado, é só um percentualzinho também disso, e alavanca tudo aquilo que a gente viu de inovação. O BNDES utiliza essa taxa junto com as suas outras taxas de mercado. Então, quando eu falei no valor da NIB de mais de 180 bilhões é ao longo de quatro anos. Obviamente, não é tudo isso que é subsídio.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. LUIZA SIDONIO RODRIGUES** – Enfim, eu tenho que aqui discordar do Rodrigo Saraiva no sentido de que foi colocado – ele não está mais aqui, voltou, retornou; que bom – que políticas públicas não são necessárias, que o agro é um exemplo. O agro, sim, é um exemplo, mas você tem o Plano Safra.

Só para falar de números aqui – Plano Safra é uma política que tem continuidade, ao contrário das políticas industriais –: em 2025, 2026, foram 516 bilhões só no Plano Safra. Então em um ano, foi praticamente o que eu estou falando de quatro anos aqui da Nova Indústria Brasil. Em 2024, 2025, quase 500 bilhões. Então, não tem como a gente falar que não existem políticas públicas por trás disso.

Ainda mais quando você fala de inovação, acho que, na literatura, basicamente, todos já concordam que inovação entra em uma situação de falha de mercado. Então, sim, não vai ser só uma instituição privada...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. LUIZA SIDONIO RODRIGUES** – ... que vai sair aprovando e financiando inovação, porque, além dos riscos que são mensuráveis, existe uma coisa que se chama incerteza. Então, é importante, sim, que tenham políticas públicas feitas para isso.

E aí, só para finalizar, bem rapidamente, acho que, dando continuidade ao que você comentou de Campinas, do Sirius, dos aceleradores de partícula e de como essa é uma política importante: uma amiga, que é física e estava no sexto pós-doutorado dela, fora do país, retornou – ela ia sempre para a Suíça também, para o Cern –, para ser professora na Unicamp. Então, é uma mulher, física, também. Então, por mais mulheres na ciência – também aqui nesses ambientes, e também no Senado e na Câmara –, maior representatividade, e por políticas públicas que, efetivamente, levem adiante a inovação no nosso país.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente! Muito obrigado.

Obrigado à Sra. Luiza Sidonio Rodrigues, Gerente de Inovação e Estratégia Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Eu passo agora a palavra, para as suas considerações finais, por dois minutos, ao Sr. Fernando de Nielander Ribeiro, Gerente substituto do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

**O SR. FERNANDO DE NIELANDER RIBEIRO** (Para expor.) – Bom, boa tarde novamente, Senador, e muito obrigado novamente pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu queria destacar, de alguma certa maneira, o senhor já apresentou e Luiza também reforçou. Primeiro, percebe-se que houve um avanço muito significativo no que se refere a uma consolidação da agenda de ciência e de inovação como um dos patamares, como um dos pilares da agenda de desenvolvimento e da agenda de bem-estar social. Então, isso é importante e se traduz em medidas concretas, em maior disponibilidade de recursos: recursos que podem ser acessados em condições mais condizentes com o risco, com a incerteza da inovação; recursos de subvenção; uma série de instrumentos e de políticas que vão nessa direção e que estão claramente casadas com outras políticas de desenvolvimento – políticas industriais, políticas de desenvolvimento no setor de agro, etc. –, dando, portanto, grande suporte a isso.

No entanto, isso não é... A guerra não está ganha...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FERNANDO DE NIELANDER RIBEIRO** – ... não é, Ministro? Quer dizer, qualquer... A gente sabe que, com momentos de grande estabilidade na questão fiscal, a gente pode ter forte impacto sobre os instrumentos, sobre a disponibilidade de recursos. Portanto, é um tema que merece atenção – e atenção permanente por parte desta Casa e da sociedade, das instituições e da sociedade de uma maneira geral.

Tem uma pergunta rápida aqui sobre como é que a gente pode ajudar na questão da aproximação de centros de pesquisas e indústrias.

Bom, estamos trabalhando fortemente nisso. Todas as últimas chamadas com recursos de subvenção econômica que fizemos para as empresas têm que necessariamente estar associadas a uma ICT – a uma universidade, a um instituto tecnológico –, demonstrando claramente, no seu plano de trabalho, no seu plano de dispêndio, que há um envolvimento efetivo. Há políticas também objetivas no que se refere à retenção de talentos – mestres e doutores nas indústrias...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FERNANDO DE NIELANDER RIBEIRO** – ... repassando os recursos de subvenção para as empresas, para que elas possam, durante um determinado período, testar, arcar com o custo dessa nova atividade e depois, dando tudo certo, mantê-los lá dentro.

Agradeço mais uma vez. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Fernando de Nielander Ribeiro, Gerente substituto do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos.

E eu passo agora a palavra, para as suas considerações finais, ao Sr. Maycon David.

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** (Para expor.) – Obrigado, Senador, e, novamente, gostaria de agradecer ao convite e a todos os participantes aqui da mesa.

Dois comentários só: foi muito falado sobre a necessidade de pensar a política de Estado de longo prazo e também a integração entre os instrumentos. Eu não poderia concordar mais, e, só reforçando aquela curva que eu mostrei, do crescimento da Embrapii, acho que a gente tem conseguido fazer isso.

Passamos já por quatro governos agora, desde 2013 até hoje, e sempre com esse crescimento, às vezes com alguma oscilação ali, mas, principalmente nos últimos anos, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescimento contínuo muito forte. A gente trabalha muito, e aposto muito que a Embrapii possa continuar tendo esse papel. Independentemente da gestão, deve haver uma política de Estado para fazer um fomento à inovação muito eficiente, como a gente tem conseguido fazer.

E o segundo ponto que foi falado, tanto pelo Rodrigo quanto a Luiza complementou agora, sobre, primeiro, a Embrapa ser um modelo muito bem-sucedido. De fato, o nome da Embrapii não é por acaso, ela foi pensada para ser uma Embrapa...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** – ... para a indústria. Ou seja, replicar com diferenças no modelo, mas pelo menos o conceito de ter uma aplicação do conhecimento científico, da pesquisa científica, mas devidamente e intensamente aplicada no setor produtivo, que a Embrapa fez muito bem desde a década de 70 e que a gente vem tentando fazer agora. O modelo muda um pouco, mas o objetivo é bem esse mesmo e a gente quer um dia chegar a ser tão bem-sucedido quanto a Embrapa, seria fantástico.

E concordando com o que a Luiza falou em relação a ser, de fato... O risco inerente da inovação demanda recurso público para poder mitigá-lo. Sozinhas, poucas empresas têm condição de assumir esse risco. Só que, por outro lado, a gente tem um modelo totalmente aberto, então a gente tem, sim, o recurso e o propósito público para poder reduzir o risco inerente à inovação, ou seja, compartilhando esse custo com a empresa, mas, por outro lado, a gente tem um modelo totalmente aberto, que quem vai definir o que vai ser desenvolvido é a empresa.

A empresa que tem a demanda, que sabe para onde...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** – ... o mercado está indo, o que ela precisa desenvolver, o que ela tem perspectiva de ter ganho no mercado e ela vai lá e usa o nosso modelo para desenvolver aquilo e depois ela vai levar isso adiante, vai gerar nota fiscal e vai gerar emprego, renda, rendimento e mais impostos lá na frente. Então a gente acaba juntando essas duas pontas e acho que, por isso, é um ponto fundamental para que o modelo da Embrapii seja tão bem-sucedido na nossa avaliação.

Obrigado de novo, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Maycon David Stalihen... Sta...

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** (*Fora do microfone.*) – Stahelin.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Stahelin. Stahelin.

**O SR. MAYCON DAVID STAHELIN** (*Fora do microfone.*) – Ignore o "a".

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Stahelin (*Risos.*), Assessor da Diretoria de Inovação e Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

Aliás, visto pelo exterior – fiquei muito tempo trabalhando no exterior, Nasa, ONU, etc –, tem três setores no Brasil que chamam bastante atenção pelo desenvolvimento conseguido ao longo do tempo. Um deles é o setor de agricultura e, você vê, tem a Embrapa ali atrás de tudo isso; outro na parte de aeronáutica com a nossa Embraer aí também, graças aos esforços do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu conterrâneo Ozires Silva, lá de Bauru também, no início, que acreditou naquilo – sempre tem alguém que acredita quando ninguém acredita e faz com que a coisa funcione –; e a Petrobras também.

Olha, eu morei muito tempo em Houston, e eu lembro de ver na OTC (Offshore Technology Conference), que acontece anualmente lá em Houston, como a nossa pesquisa, principalmente de profundidade, chama atenção do planeta.

Agora, eu acho que seria muito interessante a gente ter mais alguns setores aí, por exemplo, que vai falar daqui a pouco, a área de biotecnologia. Por que não? O Brasil tem tudo para ser uma potência nesse sentido. O setor de transformação digital também tem a capacidade de ser para isso. A energia já está, de certa forma... A Petrobras está dentro desse contexto de energia, mas pensando em energias renováveis. O Brasil tem um protagonismo aí no mundo. Se for comparar o nosso *grid*, a nossa rede de energia com o restante do mundo, é uma rede muito sustentável. A gente precisa não só manter como ampliar esse negócio. Então, é muito bom. Temos grandes possibilidades. A gente precisa manter esse gráfico subindo, não parar de subir esse gráfico.

Eu gostei de saber daquela pesquisadora, que retornou. Eu lembro que a gente estava discutindo sobre a construção de biossegurança 4 e que a gente entrou em contato com empresas americanas, com centros que operam lá nos Estados Unidos nível de biossegurança 4 em laboratórios. Quando me perguntaram o que era, qual era a ideia e eu falei, eles falaram assim: "Pô. Espere aí. Então..." Eu queria mandar os nossos pós-PHDs, que eles fossem lá aprender como opera um desses para, depois, virem operá-lo aqui. Aí o cara, do lado de lá: "Não, não. Espere aí. Desse jeito, então, eu também quero mandar pesquisador meu para aí". Você veja como chama a atenção. Você ter a estrutura chama a atenção.

Bom, eu passo agora a palavra, para os seus dois minutos de considerações finais, ao Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

**O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO** (Para expor.) – Senador, desculpe-me ter saído, mas foi muito bom ter voltado na hora em que a Luiza falou, porque, pelo menos, eu tenho a oportunidade de fazer a tréplica da fala dela.

Primeiro ponto, antes de entrar na fala da Luiza: não existe dinheiro público, existe o dinheiro dos pagadores de impostos. Isto é uma coisa fundamental a ser dita: nenhum real que o Estado tem é dele, tudo pertence aos pagadores de impostos, ou foi por empréstimo, ou foi por tributos, ou foi por inflação. De maneira geral, ele está usando o dinheiro dos pagadores de impostos.

Quanto ao tema da Luiza, eu gosto muito dele porque o Brasil começou a criar uma indústria relacionada à indústria do financiamento. Hoje, as emissões de CPRs (cédulas de produto rural) chegaram a R$331 bilhões, de julho de 2024 a abril de 2025, e, no mesmo período, R$330 bilhões do Plano Safra; ou seja, pela primeira vez, em muito tempo, permitiu-se que a indústria do mercado financeiro conseguisse financiar mais do que o Plano Safra. Se você pensar em estoque, o volume já ultrapassou R$1,2 trilhão, muito acima dos R$516 bilhões do Plano Safra, o que é um ótimo significado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO** – ... significa que a indústria está se desenvolvendo e crescendo no Brasil.

O que mais me preocupa, Luiza, é o BNDES voltar a ter campeões nacionais, que foi a pior transferência dos mais pobres para os mais ricos na história do Brasil. Isto me preocupa profundamente: a gente dar dinheiro para gente muito rica, que não precisa de financiamento, crédito subsidiado, usar o dinheiro dos pagadores de impostos para fazer isso. Essa é uma preocupação imensa que eu tenho. Eu acredito que quanto mais a gente tenha a possibilidade de ter um retorno claro de financiamento, juros menores, possibilidades menores melhor para a indústria, melhor para o comércio, melhor para o serviço, mais possibilidade de investimento e mais crescimento no Brasil, senão é melhor deixar o dinheiro lá na renda fixa e ter o tal rentista, Senador Marcos Pontes, tão criticado, tão falado. Ele volta toda vez em que o Estado cobra juros tão altos.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.k. Obrigado, Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado, pelas suas considerações finais.

Eu passo agora a palavra à Sra. Luciene Amaral, Coordenadora-Geral Substituta de Inovação Tecnológica e Produtividade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, para dois minutos de considerações finais. Obrigado.

**A SRA. LUCIENE AMARAL** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, eu gostaria de agradecer-lhe o convite e corroborar com as falas de todos em relação à importância do investimento do Governo e das políticas que têm sido desenvolvidas para pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Nós trabalhamos, gradativamente, com esse investimento e essa cultura de geração de novos produtos e, também, neste contexto, com a importância da propriedade intelectual. A gente precisa desse fortalecimento também, e ele vem efetivamente com a inovação, porque a inovação precisa da propriedade intelectual para se fortalecer, para se estabelecer.

Concordo efetivamente com a Luiza em que é importante, efetivamente, um incentivo do governo. A política de inovação da Zona Franca de Manaus é, para mim, um incentivo como uma tripla hélice (*Falha no áudio.*) ... um incentivo do governo, para que as empresas invistam em pesquisa e desenvolvimento nas ICTs locais, gerando inovação. É um exemplo dessa aplicabilidade, dessa aplicação.

Eu agradeço e estamos assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Sra. Luciene Amaral, Coordenadora-Geral Substituta de Inovação Tecnológica e Produtividade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

No momento, eu passo a palavra, então, ao Sr. Alexandre Dantas Rodrigues, Diretor de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, para os seus dois minutos de consideração finais.

**O SR. ALEXANDRE DANTAS RODRIGUES** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu acho que eu vou começar endossando a fala de todos sobre a importância de políticas de Estado independentes de governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, endossando esse entendimento geral, eu entendo que a propriedade intelectual precisa entrar na agenda de desenvolvimento do país. Ainda é um instrumento pouco utilizado, diante do potencial que ele guarda de suporte a ações de desenvolvimento e de inovação, de geração de inovação. Então, a gente precisa disseminar o conhecimento da propriedade intelectual ainda sobre diversos aspectos. Esse conhecimento é heterogêneo, é pulverizado, em relação à percepção da importância e da utilização.

E é importante destacar que esse uso e essas políticas não são encerradas no momento da concessão de um direito. Não é, simplesmente, suficiente e não responde por tudo obter o direito, se de fato não há uma estratégia clara e efetiva de utilização desses direitos, e ainda é um conhecimento e uma prática de que a gente carece, do ponto de vista nacional. A gente precisa desenvolver e trazer, para o centro da discussão, a relevância de propriedade intelectual e o impacto disso aos usuários nacionais, a quem desenvolve tecnologia, a quem investe nesse tipo de desenvolvimento e a quem busca inovar no país.

Então, obviamente, fatores como acesso a financiamento e políticas regulatórias também são importantes, mas a propriedade intelectual não deve ser negligenciada nesse processo, porque ela traz características que podem determinar ou não o sucesso de uma inovação. E quanto mais potencial traz uma inovação, obviamente, a gente imagina que mais interessados e potenciais copiadores haverá. Então, é a propriedade intelectual também como uma forma de diferenciação, de vantagem competitiva.

Então, a gente precisa trazer isso para discussão – e o conhecimento dos usuários quanto a esses potenciais que ela guarda. O INPI está disposto a atuar e precisa ser suportado nessa atuação otimizada.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Alexandre Dantas Rodrigues, Diretor de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Aliás, eu lembro que hoje nós temos aqui a criação, o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Propriedade Intelectual e Combate à Pirataria, da qual eu sou o Vice-Presidente, aqui no Senado, reforçando a importância da sua fala e do quanto isso contribui para o país como um todo.

Obrigado.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Jackson De Toni, Assessor Especial da Presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, para as suas considerações finais, por dois minutos.

**O SR. JACKSON DE TONI** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador e demais colegas de debate, o Brasil precisa de uma política industrial que realmente tenha ambição de potência, capaz de proteger nossos ativos, de induzir a complexidade produtiva de que a gente precisa, de condicionar o capital estrangeiro a transferir tecnologia, de utilizar compras públicas, financiamento, regulação, conteúdo local e participação estatal, como instrumentos legítimos de uma estratégia nacional.

Então, não basta a gente achar que só melhorar o ambiente de negócios vai ser suficiente, que oferecer crédito, ainda que importante, de forma pontual, ou celebrar investimentos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possam conduzir aqui e ali melhorias contextuais... O que importa é saber quem controla a tecnologia, quem captura a renda, quem domina a cadeia produtiva, quem decide os destinos da produção e da renda gerada, quem captura esses benefícios, se é o país, ou se isso pode concentrar ainda mais uma situação de desequilíbrio econômico e social.

Então, a política industrial é uma política estruturante, é uma política transformadora. Nenhum país do mundo conseguiu desenvolver um projeto nacional autônomo, soberano, independente, sem um Estado forte, capaz de conduzir as diretrizes e de incentivar o setor privado a investir nas áreas mais estratégicas.

Para isso, a gente precisa ter estabilidade, precisa ter segurança institucional. É por isso, de novo, a importância do Projeto 4.133. Não temos a ilusão de que um PL faça milagres, mas, com certeza, aumenta os custos políticos da negligência de governos futuros.

As instituições que estão aqui, pelo mérito dos projetos que elas apresentaram, precisam dessa segurança institucional, que soluciona problemas de coordenação, que garante mais coerência sistêmica no longo prazo, que transforma políticas conjunturais de governo em políticas de Estado.

Então, acho que essa é a mensagem que a ABDI, uma instituição de inovação, de experimentação, de coordenação e de conexão desse ecossistema, se propõe a fazer.

Agradecemos o convite. Sempre que formos convidados, viremos aqui com prazer contribuir com esse debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Jackson De Toni, Assessor Especial da Presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

E, com essa fala, nós concluímos as considerações finais de todos os apresentadores.

Eu gostaria novamente de agradecer, primeiro agradecer a todos que nos acompanharam através das redes do Senado, através da TV Senado também, enviaram suas perguntas, seus comentários. Isso é importante, a participação da população e a população ficar ciente dos temas que são tratados aqui. Afinal de contas, isso faz parte da escolha dos seus Parlamentares também, porque é bom, para a gente, ter a escolha de Parlamentares que apoiam temas importantes para o país aqui.

Eu também gostaria de agradecer à nossa mesa aqui, sempre presente na Secretaria, também, da Comissão, que faz funcionar tudo isso. Então, obrigado, acho que tudo operou da forma correta, obrigado a todos vocês. Como sempre, é um trabalho muito competente.

Finalmente, de uma forma muito importante e enfática, quero agradecer aos nossos apresentadores. Todos aqui contribuíram com o seu conhecimento, as suas instituições. A gente vê que existe um consenso geral da necessidade de tornar essa área uma área estratégica para o país, com políticas de Estado. Acho que isso é uma coisa que ficou bem patente, não querendo parafrasear aqui o Alexandre, mas bem patente toda essa importância que nós temos de tratar esse assunto de forma séria no país. E que perdure; independentemente de governo, de quem esteja no governo, que as coisas continuem e que esses gráficos nossos continuem crescendo, que o país tenha desenvolvimento baseado em conhecimento aqui.

Gente, muito obrigado a todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Beto Faro, Paulo Paim, Hamilton Mourão e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Fabiano Contarato e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 11ª e 12ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 6, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, para que a redução de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia não se aplique sobre os incentivos previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – Lei do Bem." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 412, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Central de Araraquara para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araraquara, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 677, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Mega Empresa de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 700, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Costa Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ubatuba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 909, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação, Cultural e Social de Capanema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capanema, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1014, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Paulínia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paulínia, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1035, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio Comunicações Vale do Rio Jari para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 666, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 727, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiras, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 565, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaperuna Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Vale do Uatumã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Artístico e Cultural de São Gonçalo do Sapucaí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo nº 532, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ADEPAM - Amazônia em Defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Proteção do Meio Ambiente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Benjamim Constant, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Comunicadores Novolindenses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1151, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores do Bravo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serra Preta, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Difusão Comunitária de Antas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antas, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Edison Lobão, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo nº 853, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Santa Rita para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo nº 959, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Ilhéus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ilhéus, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1031, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Zumbi dos Palmares para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaberaba, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo nº 650, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaratuba, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Pérola do Triângulo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iturama, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1095, de 2021 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de São José dos Pinhais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Solidária de São Lourenço do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 27 - Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cantina Velha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vista Gaúcha, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 28 - Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Andrômeda Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 29 - Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Treze Tílias para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 30 - Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Ponte para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 31 - Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Independência de Goiânia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Goiânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 32 - Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Limoeiro do Norte, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 33 - Projeto de Decreto Legislativo nº 728, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Sergipana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 34 - Projeto de Decreto Legislativo nº 630, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permissão outorgada à Fundação Vicente Pinzon para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 35 - Projeto de Decreto Legislativo nº 637, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 36 - Projeto de Decreto Legislativo nº 862, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 37 - Projeto de Decreto Legislativo nº 877, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Anapurus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anapurus, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 38 - Projeto de Decreto Legislativo nº 656, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Tempo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Fortaleza, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 39 - Projeto de Decreto Legislativo nº 662, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 40 - Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmaciana da Comunidade Sede - ASPACS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmácia, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 41 - Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Estado da Bahia - Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapetinga, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 42 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 41, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 35/2026-CCT, destinada a debater a ciência e tecnologia sobre o El Niño 2026 e como o Brasil deve se preparar diante das incertezas e possíveis impactos climáticos." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Astronauta Marcos Pontes**
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/27

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 27 de maio de 2026.

A Presidência comunica o arquivamento dos Comunicados de Alteração de Controle Societário nºs 6 e 7, de 2026, de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, lidos na 10ª Reunião da Comissão, realizada no dia 13 de maio do ano corrente, vez que não houve manifestação de Senador ou Senadora membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Aprovação da ata: antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa de leitura e a aprovação das Atas da 11ª e 12ª Reuniões desta Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias da Comissão, sendo a pauta composta por um projeto de lei, 40 projetos de decreto legislativo e um requerimento, totalizando 42 itens.

Solicito que a Senadora Damares Alves assuma a Presidência, para que eu possa fazer a leitura do Relatório nº 1, de que eu sou o Relator.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom dia, Presidente. Bom dia.

Item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 1**
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 6, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Altera a Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, para que a redução de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia não se aplique sobre os incentivos previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – Lei do Bem.*

**Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)

**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.*

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, vou direto à análise.

Compete a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática apreciar o projeto de lei complementar em questão, à luz do disposto no Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade formal, a proposição versa sobre finanças públicas, incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, bem como sobre condições e limites para sua redução, temática que se enquadra na competência da União para dispor, por lei complementar, sobre finanças públicas e sobre condições e limites para concessão, ampliação ou prorrogação de incentivos ou benefícios de natureza tributária.

Não se identificam vícios de técnica legislativa relevantes.

No mérito, o projeto de lei complementar resguarda a política de estímulo à inovação tecnológica implementada pela Lei do Bem, ao afastar os incentivos previstos nos artigos da Lei nº 11.196, de 2005. Com efeito, a Constituição atribui à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a competência comum para proporcionar meios de acesso à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, bem como competência concorrente para legislar sobre ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A preservação de instrumentos eficazes de fomento à inovação alinha-se a esses comandos constitucionais, na medida em que reforça a capacidade do Estado de induzir investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, em consonância também com o que atribui à União a elaboração e execução de planos nacionais e regionais para o desenvolvimento econômico e social.

Os dados apresentados na justificação indicam que os incentivos da Lei do Bem geraram, em 2024, volume de investimentos em inovação significativamente superior ao montante da renúncia fiscal correspondente, o que sugere elevada eficiência alocativa do instrumento. Por conseguinte, a inclusão desses incentivos em política de redução generalizada de benefícios pode produzir efeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contraproducente sobre a capacidade inovadora do setor produtivo, com reflexos negativos sobre produtividade, competitividade e geração de empregos qualificados.

A opção do Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2026, por excepcionar, de forma pontual e expressa, os incentivos à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica do alcance da redução prevista na Lei Complementar nº 224, preserva um mecanismo de política pública que se mostra aderente às diretrizes constitucionais de promoção da ciência, tecnologia e inovação, sem afastar, em tese, a possibilidade de revisão e aperfeiçoamento de outros benefícios menos eficientes.

Dessa forma, a proposição harmoniza a necessidade de ajuste e racionalização de gastos públicos com a preservação de instrumentos considerados estratégicos para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Ademais, por conferir segurança jurídica específica aos incentivos da Lei do Bem, o projeto contribui para a previsibilidade das decisões de investimento em inovação por parte das empresas, aspecto crucial para políticas de longo prazo nessa área.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2026.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Relator.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria agora segue à Comissão de Assuntos Econômicos.

Presidente, antes de lhe devolver a palavra, eu não vou perder... Temos o item 2, item 2, item 2.

**ITEM 42**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 41, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 35/2026-CCT, destinada a debater a ciência e tecnologia sobre o El Niño 2026 e como o Brasil deve se preparar diante das incertezas e possíveis impactos climáticos.*

**Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Com a palavra o Senador para defender seu requerimento.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Essa audiência nós temos acontecendo hoje. É importante a aprovação desse requerimento, para que nós possamos ter a participação também com a inclusão de um representante do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia). Esse representante será o Sr. Mozar de Araujo Salvador, Coordenador de Monitoramento e Previsão Climática do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalto que essa discussão de hoje é extremamente importante, lembrando que nós temos uma condição este ano, que vai ser explicada aqui – estou vendo já alguns especialistas aqui na minha frente –, vai ser explicada com detalhe com a ocorrência do El Niño. Isso é prejudicial ao país em muitos aspectos, tanto no aspecto da infraestrutura do país, quanto por causa dos gastos e das destruições, que são normais, infelizmente, nesse tipo de ocorrência, com desastres naturais, também a perda de vidas, que a gente precisa evitar neste país e começar a aprender a trabalhar com o gerenciamento de riscos. Inclusive – depois eu vou citar também – o Projeto de Lei 5.002, de 2023, foi feito pelo Cemaden e pela Defesa Civil, que eu apresentei justamente para gerenciamento de risco de desastres naturais, que é diferente de prevenção. Para quem não sabe, gerenciamento de risco é um guarda-chuva maior, que envolve mais aspectos, não apenas a prevenção. E todos esses itens precisam ser discutidos. Quero lembrar também da nossa agricultura, que vai sofrer este ano. Então, tudo isso tem que ser feito e discutido em antecipação para que nós possamos tomar providências antes e não correções depois – ou menos correções depois –, o que é comum neste país, infelizmente.

Só um comentário também com relação ao primeiro item da pauta. É importante a preservação da Lei do Bem. Lembrando, para quem não conhece, a Lei do Bem está parada na CCJ, aguardando ser colocada em pauta uma modificação na Lei do Bem que melhora os aspectos dessa lei tão importante para o incentivo da ciência e tecnologia do país. Para quem não sabe, ela gera cerca de 30 bilhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e o retorno de investimento, do incentivo que o Governo coloca, um incentivo em torno de 8 bilhões, dá para notar aí só pelos números o quanto isso é importante. Com o retorno do investimento... O dinheiro todo que é aplicado é dinheiro da população, é o dinheiro público que é aplicado e ele precisa ter retorno, e esse retorno é feito de uma forma excepcional pela Lei do Bem, assim como pela Lei das TICs. Então, são incentivos que precisam ser preservados.

Portanto, esse primeiro item que foi votado, de autoria do Senador Izalci e do qual eu fui o Relator, é uma importância muito grande também para o Brasil como um todo, para o desenvolvimento econômico e social do país. Então, espero que seja aprovado rapidamente e, depois, também, que nós tenhamos a preservação da Lei do Bem.

Obrigado, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Presidente, eu vou lhe devolver a Presidência, mas, antes, preciso fazer uma manifestação.

Eu estou muito feliz com a realização da segunda parte da reunião, que é a audiência pública. No dia da apresentação do seu requerimento, o senhor não pôde estar aqui, eu subscrevi, lutei muito para que esta audiência fosse aprovada. Nós precisamos fazer este debate. Eu fiz um anúncio muito grande, inclusive quero avisar aos convidados que hoje o Senado está semipresencial. Nós não vamos ter muitos Senadores sentados aqui porque nós estamos trabalhando hoje semipresencial – inclusive, o Senador Amin já está *online*, está aqui com a gente *online* –, e eu queria fazer um cumprimento especial. Eu queria cumprimentar a Profa. Márcia. Quando eu a vi aqui, eu fiquei tão feliz! Quem não acompanha a Profa. Márcia nas redes sociais tem que acompanhar – ela é muito incrível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma alegria, Professora, receber a senhora, receber todos os técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – é uma alegria. Eu sei que será um debate incrível.

A gente só tem um problema de coincidência de horário: eu vou ter que sair correndo para presidir a minha Comissão, mas vou voltar correndo para ainda assistir a uma parte. É claro que esse é o tipo de audiência que vai ficar no YouTube e a TV Senado vai passar, reprisar, passar, reprisar... É o tipo de audiência, Presidente, a que especialistas vão assistir muito; estudantes, pesquisadores vão buscar os dados aqui apresentados.

Então, sejam todos bem-vindos. É uma alegria conhecê-la pessoalmente, Profa. Márcia; que Deus a abençoe.

Devolvo...

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Tem um projeto meu lá na sua...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, tem lá um projeto seu!

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – É esse.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Ivete é a Relatora hoje. Eu vou lá cuidar do seu projeto.

Eu vou ficar um pouquinho aqui e, assim que começar lá, eu saio correndo. Sejam todos bem-vindos, e tenhamos... Ainda temos votação, né? Depois da votação começa a audiência pública.

Parabéns, Senador, pela iniciativa. Este é o nosso herói, este é o nosso astronauta! Deus o abençoe.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Perfeito.

Obrigado, Senadora Damares Alves, não só pelas palavras, mas pela condução aqui também. Eu sei que tem pautas importantes hoje também na sua Comissão, inclusive com um projeto meu, com relatoria da Senadora Ivete, que eu tenho certeza de que vai ser muito importante também para o país.

Passemos agora à análise dos projetos de decreto legislativo relacionados a serviços de radiodifusão, que correspondem aos itens 2 a 41 da pauta.

**ITEM 2**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 412, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Central de Araraquara para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araraquara, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 3**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 677, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Mega Empresa de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 4**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 700, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Costa Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ubatuba, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 5**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 909, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação, Cultural e Social de Capanema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capanema, Estado do Pará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Beto Faro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 6**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1014, DE 2021**
**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Paulínia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paulínia, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Beto Faro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 7**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1035, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio Comunicações Vale do Rio Jari para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Beto Faro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 8**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 666, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 9**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 727, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiras, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 10**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 565, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaperuna Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 11**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 229, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Confúcio Moura
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 12**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 273, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Vale do Uatumã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Confúcio Moura
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 13**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Artístico e Cultural de São Gonçalo do Sapucaí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Confúcio Moura
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 14**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 532, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Dr. Hiran
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 15**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 215, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ADEPAM - Amazônia em Defesa e Proteção do Meio Ambiente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Benjamim Constant, Estado do Amazonas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Dr. Hiran
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 16**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 216, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Comunicadores Novolindenses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Dr. Hiran
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 17**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1151, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores do Bravo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serra Preta, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 18**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 219, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Difusão Comunitária de Antas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antas, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 19**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 311, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Edison Lobão, Estado do Maranhão.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 20**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 853, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Santa Rita para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 21**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 959, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Ilhéus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ilhéus, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 22**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1031, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Zumbi dos Palmares para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaberaba, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 23**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 650, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 24**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 846, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Pérola do Triângulo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iturama, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 25**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1095, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de São José dos Pinhais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 26**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Solidária de São Lourenço do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 27**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 2024**
**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cantina Velha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vista Gaúcha, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 28**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Andrômeda Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 29**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 299, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Treze Tílias para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 30**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 377, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Ponte para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 31**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 433, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Independência de Goiânia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 32**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 443, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Vale do Jaguaribe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Limoeiro do Norte, Estado do Ceará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 33**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 728, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Sergipana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Laércio Oliveira
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 34**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 630, DE 2024**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Vicente Pinzon para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Paulo Paim
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 35**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 637, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Paulo Paim
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 36**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 862, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 37**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 877, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Anapurus para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anapurus, Estado do Maranhão.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 38**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 656, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Tempo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Fortaleza, Estado do Ceará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 39**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 662, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 40**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 439, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmaciana da Comunidade Sede – ASPACS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmácia, Estado do Ceará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 41**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 534, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão ao Estado da Bahia - Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itapetinga, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Considerando que a publicação da pauta foi realizada com antecedência superior ao prazo determinado pelo Regimento Interno desta Casa, consulto V. Exas., e, em especial, os Relatores, sobre se, por uma questão de economia processual e racionalização dos trabalhos, podemos realizar a dispensa da leitura dos relatórios dos projetos de decreto legislativo, passando diretamente à discussão e à deliberação dos itens. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, esta Presidência dá como lidos os relatórios apresentados dos itens 2 a 41 da pauta.

Questiono ainda V. Exas. sobre se podemos proceder à discussão e à votação em bloco dos itens 2 a 41 da pauta, todos projetos de decreto legislativo terminativos. (*Pausa.*)

Não havendo objeção também, coloco em discussão os itens 2 a 41 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Coloco em votação, em globo, os itens 2 a 41 da pauta.

A votação será nominal.

Os Senadores que votam com os Relatores, no caso, votam "sim".

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

Solicito também à Mesa que entre em contato com os Senadores, para que nós tenhamos rápido um número de votos. (*Pausa.*)

Nós já temos o quórum da votação. Eu declaro encerrada a votação.

Solicito que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Votaram SIM 11; NÃO, 0.

Então, estão aprovados os projetos nos termos dos seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, e vencida a pauta completa, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião deliberativa.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Oriovisto Guimarães, Esperidião Amin, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Beto Faro, Paulo Paim, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Fabiano Contarato e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Teresa Leitão, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 35/2026 - CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 41/2026 - CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Debater a ciência e tecnologia sobre o El Niño 2026 e como o Brasil deve se preparar diante das incertezas e possíveis impactos climáticos. **Participantes:** Osvaldo Luiz Leal de Moraes, Diretor do Departamento de Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); José Antônio Marengo Orsini, Coordenador-geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden); Tiago Schnorr, Coordenador-Geral de Monitoramento e Alerta do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) (representante de: Armin Braun, Diretor do Cenad); Márcia Barbosa, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Eduardo Monteiro, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (representante de: Clenio Nailton Pillon, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa); Ima Célia Guimarães Vieira, Pesquisadora titular do Museu Paraense Emilio Goeldi; Flávio Kapczinski, Pró-reitor de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Andréa Bento Carvalho, Professora adjunta no Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande (Furg); Walter Collischonn, Professor titular de Hidrologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e Mozar de Araújo Salvador, Coordenador de Monitoramento e Previsão Climática do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Astronauta Marcos Pontes**
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/27

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 27 de maio de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a ciência e tecnologia sobre o El Niño 2026 e como o Brasil deve se preparar diante das incertezas e possíveis impactos climáticos.

Esta audiência pública é feita em atenção aos requerimentos desta Comissão nºs 35 e 41 de 2026 de minha autoria.

Convidados. Nós temos convidados presenciais e convidados conosco no remoto. Participam presencialmente e tomarão assento na primeira fila aqui – eu já peço para estar em posição, pronto para decolagem – (*Risos.*) os seguintes convidados: Osvaldo Leal de Moraes, Diretor do Departamento de Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; José Antônio Marengo Orsini, Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden); Márcia Barbosa, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mozar de Araujo Salvador, Coordenador de Monitoramento e Previsão Climática do Instituto Nacional de Meteorologia; Flávio Kapczinski, Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Walter Collischonn, Professor Titular de Hidrologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Participam também, por meio de videoconferência, os seguintes convidados: Tiago Schnorr, Coordenador-Geral de Monitoramento e Alerta do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres; Eduardo Monteiro, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Ima Célia Guimarães Vieira, Pesquisadora Titular do Museu Paraense Emilio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Goeldi; e Andréa Bento Carvalho, Professora Adjunta no Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e de iniciar a nossa sessão efetivamente, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. De novo, pelo Portal do Senado senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu, inicialmente, gostaria de agradecer – é sempre importante agradecer – a presença e a participação a todos os expositores, àqueles que estão aqui e àqueles que estão de forma remota também, assim como às pessoas que estão aqui presentes nesta Comissão para assistir e acompanhar presencialmente. E também agradeço, de antemão, a todos aqueles que estão nos acompanhando pelas redes do Senado, pela TV Senado, porque é um assunto extremamente importante – eu vou ressaltar esse "extremamente importante". Nós temos visto efeitos de desastres naturais no país com tristeza – e com tristeza principalmente pela repetição de eventos catastróficos, com perdas de vidas, perdas financeiras, perdas de infraestrutura. E isso está na hora de a gente arrumar neste país.

Então, esta sessão tem este objetivo de discutir com especialistas. Cada um dos senhores e das senhoras é especialista no assunto e pode nos ajudar a buscar melhores soluções, para que o nosso país fique mais bem preparado, para que as nossas cidades fiquem mais bem preparadas, para que as nossas instalações agrícolas também fiquem preparadas e reduzam os custos de recuperação, reduzam as perdas de vidas – dá para notar a importância disso – e para que nós tenhamos, então, um sistema mais robusto para enfrentar essa situação. Não dá para a gente parar a natureza, obviamente, portanto a gente tem que se preparar da melhor forma para se proteger dos eventos que vão acontecer.

Ontem eu falei aqui exatamente disso também, referindo a questão de pandemias.

No Brasil, nós temos uma tendência de esperar acontecer para começar a tomar providência. Depois que a casa é assaltada, aí se coloca cadeado, algo assim. Nesse caso a gente está perdendo vidas com isso. Nós não podemos esperar acontecer essas coisas. Eu vejo aqui, nesse Congresso – eu estava falando, agora há pouco, aqui com os nossos convidados –, que o que acontece muitas vezes é que o desenvolvimento de legislação que apoia a execução de projetos nas cidades, nos estados, em nível federal... Eles precisam da lei para poder apoiar as iniciativas, para ter embasamento, lembrando que, na área pública, você só faz aquilo que a lei permite, então nós temos que ter a lei para permitir que sejam feitas as ações efetivas para proteger a população. Nós estamos aqui para isso afinal de contas. Só que o que a gente vê acontecer? Aconteceu o problema, aí tem toda consternação. Perdem-se vidas, perde-se material. E aí, depois: "Precisa-se de recurso para recuperar", então a gente tem que aprovar os recursos aqui, que são muito mais caros do que fazer a prevenção, do que fazer um gerenciamento de riscos efetivo.

E aí, quando se trata de pandemia, a gente vê isso também. Vai ter outras, vai haver outras pandemias. A gente vai precisar de um país preparado para isso. Vai ter eventos climáticos, está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada vez ficando mais complexa a situação. Eu não sou especialista no assunto, mas eu vou ouvir aqui. A gente tem observado não só no Brasil, no planeta como um todo, um aumento da severidade de desastres naturais, severidade de mudanças climáticas. A gente precisa ter um país preparado para isso. Fica muito mais barato fazer isso.

E aqui a gente precisa conscientizar os nossos Senadores, os nossos Deputados também, a participarem efetivamente, afinal de contas as pessoas que votaram na gente estão esperando que a gente faça alguma coisa com relação a isso e proteja essas pessoas. Então, não é ficar esperando acontecer o próximo desastre, não é ficar esperando uma escola ser atacada de novo para morrer aluno e professor na escola, não é ficar esperando que a gente tenha uma outra pandemia para preparar as coisas. Então, precisa ser feito e isso tem que ser feito agora. É urgente e não tem desculpa de não fazer. Nós estamos aqui para isso. Então, não tem nenhuma desculpa para ficar esperando. Tem processo que está parado na CCJ, tem projeto que está parado na CAE, tem uma série de projetos aí estagnados que precisam ter andamento. Isso é o mínimo que a gente pode fazer por aqui.

Então, dito tudo isso, vamos combinar como é que vai funcionar aqui o sistema. (*Pausa.*)

O Esperidião está na linha.

Senador Esperidião Amin, é um prazer ter o senhor aqui conosco.

Tem a palavra.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senador Marcos Pontes.

Eu, infelizmente, não posso participar presencialmente porque estou em Florianópolis. Casualmente, estou a caminho de um congresso sobre cidades inteligentes e cidades prevenidas, ou seja, a notícia dessa ameaça do El Niño tem despertado muitas iniciativas. Esta reunião de hoje faz parte desse esforço; a nossa sessão de debates temáticos de amanhã, no Senado Federal, a partir das 9h, também é um esforço nesse sentido. Qual é o objetivo? Nós nos prevenirmos para o caso seja de uma calamidade climática ou endêmica, enfim, de algo que se deveria prever e prover, em termos de providências antecipadas. Isso tem que ser debatido.

Mas o que eu gostaria de informar é que, do projeto de lei que está na Comissão de Justiça, a que o amigo se referiu agora e que me tem como Relator, eu já apresentei o relatório e amanhã podemos nos esforçar também para que a CCJ paute.

De outra parte, claro que eu confio na sua participação também amanhã na sessão de debates temáticos, assim como o senhor participou em 2023, no dia 26 de outubro, quando realizamos a primeira sessão de debates temáticos sobre o El Niño. Naquele momento, era póstumo, foi pós a tragédia de 2023. Agora nós estamos tentando nos antecipar um pouco, e este encontro de hoje também oferecerá subsídios para o preparo das prioridades. Eu acho que não faltarão sugestões. Nós teremos que ter a sabedoria de selecionar as prioridades que venham a ser comprovadamente mais úteis tanto na pré-crise, pré-calamidade quanto para a redução de danos e para providências pós-ocorrências, sejam elas endêmicas, ou no caso epidêmicas, ou, nesse nosso caso em particular, climáticas, como é o tema principal de amanhã.

Gostaria de informar... (*Falha no áudio.*) ... o nosso grande cientista – eu mesmo falei com ele – que vai nos brindar com algumas palavras, com mais um testemunho, a respeito desse assunto, assim como de vários outros, já para tornar o mais útil possível o encontro de amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como quero, nessa rápida intervenção, cumprimentá-lo numa linguagem astronáutica, acoplar todas essas sugestões e priorizá-las de maneira adequada.

Grande abraço. Vou continuar assistindo aqui enquanto possa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Aliás, como foi falado e também foi informado aqui, ele está com a relatoria desse Projeto 5.002, de 2023, que está na CCJ. Então, segundo a consultoria, deve ficar pronto hoje o relatório para que seja apresentado lá, e isso vai ser extremamente importante neste momento. E o fato de nós termos vários eventos ressaltando esse assunto, eu acho que também é importante, como disse o Senador, para acoplar todos esses motores para que a gente possa...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Gostou da acoplagem, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Gostei – gostei demais! (*Risos.*)

Que a gente possa acoplar todos esses esforços, decolar com esse projeto, com esses projetos e salvar mais pessoas. Afinal das contas, essa é a ideia final.

Então, voltando para combinarmos aqui o que vai ser feito.

Quanto à exposição, nós temos diversos expositores, temos dez expositores. Então, eu vou estabelecer dez minutos para cada expositor. Eu vou pedir para que não passem do tempo, que fiquem dentro desses dez minutos, para que não se estenda demais a sessão, e eu vou passar a palavra um a um. Na sequência, vai ser um presencial e um remoto – presencial e remoto. No final, nós vamos fazer, então, mais dois minutos de considerações finais para cada expositor, para, depois de ouvir todos os outros, colocar alguns pontos extras talvez e responder algumas das perguntas.

Aliás, eu pedi para passar as perguntas, e também já devem ter mandado para o pessoal que está no remoto. Nós estamos já recebendo perguntas do e-Cidadania. Eu solicito às pessoas que estão acompanhando que mandem suas perguntas, mandem seus comentários. Esse assunto, literalmente, afeta todos nós no país. Eu vou ler algumas dessas perguntas para a gente já ter em mente algumas delas. Às vezes, durante a exposição, já dá até para responder algumas das perguntas ou comentários.

Então, Rodrigo, do Espírito Santo: "Quais sistemas de monitoramento ambiental o Brasil está desenvolvendo para prever e mitigar os impactos do El Niño 2026?".

Priscila, da Bahia: "[...] quais [...] as propostas ou tecnologias para prevenção de enchentes nos centros urbanos com sistemas de macrodrenagens?".

Déborah, do Mato Grosso: "O poder público tem investido o suficiente em prevenção e monitoramento climático?".

Mireli, de São Paulo: "Quais medidas o Brasil deve priorizar em relação à segurança alimentar e aos prejuízos na agricultura?".

Talita, do Mato Grosso – é um comentário –: "Precisamos repensar nossas cidades, entender o [...] sentido da [...] sustentabilidade e colocar em prática soluções baseadas na natureza".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sebastian, de São Paulo: "É fundamental [...] fortalecer controles para evitar desmatamento, [...] [dando] autonomia e recursos ao Inpe e ao Ibama".

Mais perguntas aqui. Do Diego, do Mato Grosso: "Como melhorar os sistemas de alerta e resposta rápida diante de enchentes, secas e ondas de calor?".

Eduardo, de Rondônia: "Por que alertas científicos sobre eventos climáticos ainda falham em virar ação pública concreta? Como sanar essa problemática?".

A Ani, do Rio Grande do Sul: "Como o Brasil pode usar ciência e tecnologia para reduzir os impactos do El Niño na agricultura e nas cidades?".

E mais um comentário, da Renata, do Distrito Federal: "Dados climáticos devem ser públicos, acessíveis e traduzidos para a linguagem da população vulnerável".

Sem dúvida.

Então, lidas as perguntas, nós passamos, então, à fase das apresentações.

Eu vou começar essas apresentações com o presencial, iniciando com o Sr. Osvaldo Luiz Leal de Moraes, Diretor do Departamento de Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por dez minutos.

**O SR. OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES** (Para expor.) – Bem, inicialmente, agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui e parabenizo a iniciativa da Comissão de Ciência e Tecnologia por esta oportunidade de nós debatermos esse assunto tão relevante.

Eu vou tomar a liberdade... De alguma maneira, em algum momento, talvez eu o chame de Ministro, mas é talvez um vício do passado. (*Risos.*)

Eu vou tocar num assunto que acho que envolve não apenas o El Niño, mas envolve desastres de uma maneira geral. Nós temos muitos desastres que aconteceram no Brasil que não foram ocasionados por eventos climáticos extremos.

Eu lembro que, numa sexta-feira – o senhor era Ministro fazia duas semanas –, o senhor me ligou para perguntar se o Cemaden havia emitido alerta para Brumadinho. Brumadinho não foi consequência de um evento meteorológico extremo, Brumadinho foi consequência de uma vulnerabilidade.

Então, de uma maneira geral, o título da minha palestra é "Gestão de Risco é Gestão de Vulnerabilidades".

Eu vou usar argumentos óbvios, mas dando sustentação científica, para defender essa tese e tentar, no final, mostrar de que maneira a ciência pode dar orientação de como reduzir vulnerabilidades.

Opa, é para o lado de cá. É para lá? Ah, está aqui. Está bom. Obrigado.

Bem, esses são dois eslaides tirados do The Global Risks Report de 2020 e 2026, que falam sobre a probabilidade de alguns eventos e o impacto deles.

A gente pode ver, na figura do lado esquerdo, que os eventos de maior impacto em 2020 eram quase todos eles ocasionados por eventos ambientais. Em 2026, o mesmo relatório aponta que, no curto prazo, os maiores riscos estão relacionados com conflitos geopolíticos, mas, no longo prazo, os eventos também continuam sendo relacionados com eventos extremos de clima.

Mas a pergunta que se impõe é: como se chega a esse mapa; como é construído esse cenário de risco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fórum Mundial, o Banco Mundial ouve, a cada início de ano, 1,3 mil *experts* para dizer quais são, na visão deles, os riscos que o mundo está enfrentando.

Mas a pergunta que se coloca é: quais seriam os cenários se outros *experts* fossem ouvidos ou se uma audiência de não *experts* fosse ouvida, para a gente poder fazer desenhos de risco?

Aqui nós temos dois municípios. Em um deles, a gente não tem dúvida nenhuma que a percepção de risco num desses municípios é grande, porque é um município no qual desastres acontecem repetidamente, que é o Município de Petrópolis. O outro município, na figura de baixo, é o Município de Eldorado do Sul. Certamente, em Eldorado do Sul, a população de Eldorado do Sul mudou a sua percepção de risco em maio de 2024.

Aí, novamente, acima, o desastre de fevereiro de 2022, em Petrópolis; e maio de 2024, no Rio Grande do Sul; ou seja, a percepção do risco é um componente importante, mas não é apenas a percepção do risco que pode dominar nossas ações ou que pode orientar nossas ações.

Bem, feito esse registro, resta a pergunta, então: como a ciência pode contribuir para mitigar esses impactos? E aqui, Ministro, é importante a gente reconhecer que o Brasil evoluiu muito nos últimos anos nos sistemas de monitoramento e emissão de alerta. Hoje nós temos instituições que têm robustez na parte científica de monitorar as ameaças, de entender como são essas ameaças. Mas apenas monitorar e emitir alerta não é suficiente. Monitorar requer observação, alertar requer conhecer os processos físicos das ameaças naturais. Isso são as ciências da natureza, e o Brasil é referência nesses assuntos, né? Nós temos aqui hoje pessoas que vão falar e mostrar exatamente o conhecimento que o Brasil possui nessas áreas, nessas questões de monitoramento, de emitir alerta, de conhecer a física e o processo que leva a isso.

Mas vamos colocar uma base científica para a resposta que a gente tem que colocar. O que é, na verdade, risco de desastre? Muitas vezes a gente fala: "tem risco de desastre, mas as pessoas...". O senhor mesmo usou o exemplo da nossa conversa ali, que preparação não é a mesma coisa que risco de desastre. Risco de desastre tem uma definição adotada pela Organização das Nações Unidas e pela sua agência de gestão de risco, que é o estado potencial de perda de vida, de destruição, de impacto e assim por diante, que é determinado probabilisticamente. Eu fiz questão de colocar aqui em vermelho, porque, quando eu começo a colocar "determinado probabilisticamente", eu estou começando a colocar matemática. E, se eu estou começando a colocar matemática, significa que, de alguma maneira, a gente pode entender quais são as vulnerabilidades que a gente pode combater.

Não, acho que é apontar para cá, né?

Bem, essa é uma figura tradicional do IPCC. O IPCC coloca o risco como uma combinação de vulnerabilidade, de exposição e tem na literatura diversas formas que escrevem o que é o risco de desastre, como essa expressão que está em vermelho ali, um produto de uma ameaça, de um *hazard, vulnerability and exposure*. Ora, essa figura, essa expressão matemática, é ilustrativa, mas ela não tem nenhum rigor matemático. Matematicamente, essa expressão não faz sentido, ela dá uma ideia de o que é um risco. Mas, olha, se eu voltar atrás e olhar a definição de risco de desastre das Nações Unidas, a gente pode simplesmente escrever o seguinte...

Opa, desculpem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pascal e Fermat, em 1654, criaram a teoria da probabilidade. Então, o que eu posso olhar é que vulnerabilidade e exposição são ameaças antrópicas, enquanto que o clima é uma ameaça da natureza. Então, a probabilidade de um desastre é o produto de duas probabilidades: uma probabilidade da natureza e uma probabilidade de um risco antrópico.

Esses riscos antrópicos é que eu chamo, de uma maneira geral, de vulnerabilidade, ou seja, naquela expressão lá o risco existe quando a probabilidade é maior do que zero; ora, se qualquer um desses termos aqui for zero, não tem risco, não é? Agora, quando é que o desastre ocorre? Quando os dois termos forem iguais a 1, porque o desastre é a concretização de um risco, ou seja como é que eu posso interpretar essa equação? Entender e mensurar o risco requer conhecer n e estimar a probabilidade de n, conhecer a probabilidade antrópica e estimar a sua probabilidade. Tudo isso pode parecer apenas fatos retóricos e conversa fiada, mas não é.

Bem, as ameaças humanas são as vulnerabilidades.

Em relação à questão da natureza, eu posso monitorar, posso alertar e posso prever o que é a função da natureza, que o desastre pode ser ocasionado por um evento da natureza, mas, depois que eu faço o monitoramento, que eu faço o alerta e a prevenção, tudo que eu posso fazer é rezar para chover num lugar onde eu não estou esperando.

Agora, na ameaça antrópica é onde nós podemos agir, é aqui que tem a questão realmente, quando a gente olha as ameaças antrópicas, né?

(*Soa a campainha.*)

**O SR. OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES** – Quais são essas? A lista não é pequena para as ameaças antrópicas. Por exemplo, rede observacional inadequada: não adianta a gente montar rede observacional se eu não faço manutenção de rede observacional; quer dizer, nós temos que implementar rede observacional e fazer a manutenção delas. Faltam protocolos entre as instituições, porque é aquilo que o senhor estava falando: legislação inadequada é vulnerabilidade, e isso é uma questão antrópica. Faltam recursos humanos adequados para trabalhar com isso.

Essas são algumas relacionadas com a capacidade de monitorar e alertar, mas há outras que vão além dessas aí. Quais são essas outras?

Só quero fazer uma... Quero tentar passar porque eu sei que eu tenho...

Vulnerabilidade social, vulnerabilidade tecnológica, vulnerabilidade cultural, vulnerabilidade econômica, educacional, vulnerabilidade na legislação, etc., etc., etc. Então, fazer a gestão de risco é fazer a gestão dessas vulnerabilidades em que nós podemos agir, porque somos nós, seres humanos, que criamos essas vulnerabilidades.

Então, feito esse registro, como é que a ciência pode...? Essa é a pergunta crucial. Eu posso fazer essa conversa e dizer assim: "O Osvaldo está falando blá-blá-blá, mas como é que de um ponto de vista concreto a ciência pode agir?". Bem, uma das vulnerabilidades que nós não podemos ignorar são as limitações dos gestores municipais em acessar ferramentas científicas adequadas para mitigar as vulnerabilidades presentes nos territórios. Os gestores muitas vezes conhecem vulnerabilidades, mas tem outras vulnerabilidades que eles não conhecem.

Vou voltar novamente aqui para duas figuras emblemáticas, para tentar ilustrar isso, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES** – Aqui, ó: novamente, o lado esquerdo é Petrópolis. Quando eu olho aquela figura de Petrópolis, ali já está desenhado que a probabilidade da ameaça antrópica é 1, basta chover acima de um determinado limiar que vai dar o desastre, não é?

A outra é Porto Alegre, o centro de Porto Alegre antes de maio de 2024. Aquela vulnerabilidade da esquerda era conhecida, a vulnerabilidade da direita não se conhecia ou estava escondida. Foram os diques que não funcionaram, foram as comportas que não funcionaram, manutenção das casas de bombas que não funcionaram, ou seja, a ciência pode trabalhar exatamente para levar os gestores públicos a tentarem entender como eles podem mitigar aquela vulnerabilidade existente, como no caso da esquerda, e para descortinar as vulnerabilidades que ainda não são conhecidas.

Eu acho que esse é o exemplo que a ciência pode dar...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES** – ... para a gente poder avançar.

Era isso.

Aqui é apenas o último eslaide.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Osvaldo Luiz Leal de Moraes, Diretor do Departamento para o Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Sem dúvida, foi um ótimo começo aqui para dar, vamos dizer assim, um sentido prático. É exatamente disso que a gente precisa.

Eu passo a palavra agora, no remoto, ao Sr. Tiago Schnorr, Coordenador-Geral de Monitoramento e Alerta do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), por dez minutos.

Eu só peço, Tiago, para você controlar o tempo por aí, porque você não vai ter o relógio na parede e os ruídos daqui que avisam, então controle o tempo por aí, por favor.

Obrigado.

**O SR. TIAGO SCHNORR** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está bom.

Um bom dia a todos. Quero saudar todos os Parlamentares que nos ouvem, em especial na figura do Senador. Quero enaltecer o trabalho da Comissão em promover esse diálogo que é tão importante, tão fundamental em relação à questão que envolve o prognóstico de El Niño, bem como as ações de planejamento, de monitoramento que se desdobram a partir dessa previsão.

Então, novamente: sou meteorologista, trabalho aqui na Defesa Civil Nacional. Eu só peço desculpas, estou em uma atividade de campo e não vou conseguir compartilhar uma apresentação, mas preparei uma fala aqui para trazer para este momento.

Bom, eu não vou me ater muito às questões que envolvem a previsão climática, a todos os dados e às questões que envolvem o El Niño, considerando que outros colegas, aqui na frente, vão falar com muito mais propriedade do que eu. Mas, de uma maneira bem resumida, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem um prognóstico com um bom nível de confiança de que teremos um fenômeno de El Niño daqui até o final do ano. Ainda há muita incerteza em relação à magnitude desse evento previsto, mas também a magnitude não resolve totalmente, não nos consegue subsidiar totalmente com a questão da previsão, porque há outras variáveis atmosféricas oceânicas que acabam interagindo com o El Niño e, a partir daí, as condições vão se formando para termos uma situação mais crítica em termos de chuvas ou de secas. Então, era só para comentar inicialmente que ainda há muitas incertezas em relação aos prognósticos, mas que essas incertezas não nos eximem, de maneira alguma, de planejarmos e de prepararmos toda a atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Acho que esse é um ponto bastante estratégico com o qual a gente precisa sair daqui, tem muito a ver com o que o Senador trouxe em sua fala inicial: a necessidade de planejamento, a necessidade de ações antecipadas em relação aos prognósticos que nós temos, a necessidade de estarmos preparados. Acho que isso é um ponto importante, no sentido de sempre mitigarmos os impactos, os danos e, com isso, proteger a vida, os bens da nossa população.

Vou citar aqui, a partir de agora, algumas estratégias em relação à atuação da Defesa Civil Nacional relativa a esse prognóstico, a esse contexto que a gente está discutindo. A primeira delas tem muito a ver com o que eu comentei mais cedo sobre preparação, sobre planejamento.

A Defesa Civil Nacional, junto com todas as instituições que compõem o Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil, junto com a Casa Civil, esteve trabalhando em um planejamento estratégico, que a gente chama de Pneap, que é o nosso plano nacional de enfrentamento aos efeitos da seca e da estiagem tanto na Região Amazônica quanto na região do Pantanal. A gente sabe que uma das consequências possíveis, prováveis, quando a gente tem um El Niño no nosso país, é a diminuição de chuvas na Região Amazônica e o aumento de incêndios florestais na região do Pantanal. Então, esse planejamento foi feito prevendo ações de preparação, de acompanhamento e de monitoramento das variáveis importantes, bem como as ações de resposta coordenadas, conjuntas, em um possível desastre que se configure.

Esse plano nacional já foi trabalhado durante os últimos anos e está agora pronto para ser utilizado nessa atuação, havendo situações mais críticas em relação à falta de chuva na Região Amazônica e também impactos na região do Pantanal. Então, essa é uma primeira iniciativa, que tem muito a ver com o que a gente falou de planejamento, de preparação, de estarmos trabalhando de uma maneira conjunta com essas informações.

Outro trabalho muito importante – e as demais instituições que falarão depois de mim comentarão um pouco – é a importância do monitoramento e da previsão de desastres, porque com o El Niño a gente passa a ter uma probabilidade maior de chuvas intensas, principalmente na Região Sul, e de falta de chuva nas Regiões Norte e Nordeste do país, mas a gente não consegue precisar, por exemplo, com tamanha antecedência, que dia a gente vai ter mais chuva, onde essa chuva vai incidir e causar problemas para a população. A gente não consegue nem neste momento afirmar que teremos grandes desastres associados ao El Niño – a gente não consegue prever isso no dia de hoje, com essa tamanha antecedência. Com isso, a gente acompanhar dia a dia o monitoramento, os relatórios que são gerados e atualizados, os alertas geológicos e hidrológicos, os avisos meteorológicos... Entender isso é parte muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, e também entendendo esse papel de articulação do Sistema de Defesa Civil, a Defesa Civil nacional trabalha junto a diversas instituições parceiras, como o Cemaden, como o Inmet, como o Inpe, como a Agência Nacional de Águas, todas essas instituições monitorando, acompanhando situações que possam causar um impacto à população. E, se tivermos uma previsão dessas, às vezes com alguns dias de antecedência, às vezes com menos tempo, essas informações passam a circular dentro do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e chegam até os estados e os municípios – essa é uma primeira iniciativa de que eu gostaria de tratar.

Especificamente sobre o El Niño, a gente vai realizar – e aqui já deixo o convite – na próxima quinta-feira, amanhã, dia 28 de maio, o bate-papo que vai tratar sobre a temática do El Niño, e aí nós vamos abordar tanto as informações de previsão climática atualizadas, os possíveis impactos, tudo o que está sendo feito em termos de planejamento, de preparação. Esse bate-papo vai contar com instituições que estão aqui presentes na nossa audiência pública, o Cemaden, o Inmet, o Inpe, e vai contar também com a Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Então, é uma iniciativa que a gente considera muito importante para difundir informações oficiais, informações técnicas, científicas, o que neste momento é tão importante.

Certamente o restante dos colegas vai apresentar alguns relatórios que já foram produzidos, relatórios técnicos conjuntos das instituições, e esses relatórios técnicos já estão sendo difundidos para as Defesas Civis estaduais e para as Defesas Civis municipais, e aqui a ideia é a gente estar acompanhando, em tempo real, todas as atualizações que vão surgindo em termos dessas tendências, desses prognósticos climáticos. Essas informações estão sendo atualizadas a cada dia, a cada semana, então essa veiculação, essa difusão dentro dos órgãos de proteção e defesa civil é bastante importante neste momento.

Uma outra iniciativa nesse sentido que eu gostaria de destacar é que, diariamente, a Defesa Civil nacional, junto com órgãos parceiros, realiza o *briefing* diário de proteção e defesa civil. Esse *briefing* acontece todos os dias, às 9h da manhã. É um *briefing* bastante rápido, bastante objetivo, mas bastante importante também. Então, todos os dias, logo cedo, a gente atualiza todo o panorama meteorológico, atmosférico e hidrológico que nós temos no nosso país e, a partir disso, projetam-se as áreas que estão em maior risco, as áreas onde a gente pode ter alguma situação que gere impactos para a população. Então, para esse *briefing* aqui também já deixo o convite. O *briefing* é realizado todos os dias, final de semana e feriados, ele conta com a participação dessas instituições parceiras do sistema federal e é um mecanismo rápido de atualização, para estarmos todos nivelados em virtude do que temos de previsão de riscos para acontecer no nosso país.

Outro trabalho bastante importante – e, novamente, é um trabalho conjunto de diversas instituições – trata da geração de alertas, de avisos, de informações preditivas. Então, como eu falei, mesmo que a gente saiba, neste momento, que a gente tem uma boa condição de termos o El Niño nos próximos meses, até o final do ano, no nosso país, a gente não consegue precisar, neste momento, se teremos grandes desastres, a gente não consegue ter a localização exata. Então, esse acompanhamento, em tempo real, esse acompanhamento que ocorre 24 horas por dia, de estarmos monitorando as chuvas, as bacias hidrológicas, os riscos geológicos, esse trabalho é muito importante. Esse trabalho, novamente, é realizado em conjunto com diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos parceiros, e essas informações que são geradas são difundidas para os estados, para os municípios, entendendo sempre essas informações como um subsídio, como gatilho de ações de proteção. Então, a partir de um alerta preditivo, planos de contingência podem ser acionados em nível de municípios, em nível local, e a partir daí a gente pode se preparar para um possível impacto, reduzir, proteger a nossa população.

A última iniciativa que eu gostaria de trazer foi uma importante evolução que o Brasil teve nesses últimos anos, que foi a implementação do Defesa Civil Alerta. Esse projeto conta com a tecnologia mais avançada em termos de envio de alertas para a população, alertas de desastres, utiliza a tecnologia que a gente chama de *Cell Broadcast*, a tecnologia mais avançada que nós temos para difusão em massa de alertas. Então, o projeto começou a implementação em 2024; depois disso, no ano de 2025, o projeto foi nacionalizado para todo o país, e aqui há uma parceria muito grande com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), junto com as empresas de telefonia. Então, hoje todo o Brasil possui a capacidade dessas notificações, e o interessante em relação a essa nova tecnologia, em comparação com as tecnologias que utilizávamos antes, é que a gente não precisa mais de cadastro para disseminar uma informação, para essa informação chegar nos aparelhos *smartphones* da população. Então, mesmo sem cadastro, se tivermos uma situação crítica que esteja prevista, seja chuvas mais intensas que podem causar inundações, enxurradas, alagamentos, seja todos os tipos de desastre que nós temos no país, as defesas civis podem se utilizar dessa ferramenta para fazer o envio de informações atualizadas sobre os alertas e, o principal, sobre recomendações de ações de autoproteção e proteção comunitária. Então, a gente tem hoje em dia uma ferramenta muito importante, uma ferramenta que já fez e fará a diferença para a gente garantir uma população mais bem protegida.

E aqui, então, quero só destacar esse trabalho e também sempre recomendar para que a população, para que a sociedade compreenda os alertas, para que siga as orientações oficiais que estão sendo dadas pelas autoridades competentes.

De fala inicial era isso neste momento, espero ter cumprido o tempo. Já fico aqui, desde já, à disposição para qualquer dúvida. Mais uma vez, quero agradecer o convite para nossa participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Tiago Schnorr, Coordenador-Geral de Monitoramento e Alerta do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, o qual é conectado à Defesa Civil.

Eu passo agora a palavra ao Sr. José Antônio Marengo Orsini, Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden).

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARENGO ORSINI** (Para expor.) – Obrigado.

Eu e o Cemaden agradecemos ao Senador Astronauta Marcos Pontes e à Comissão de Ciência e Tecnologia por esse convite para um tema que é tão atual e realmente relevante a tudo o que está acontecendo no país, o El Niño de 2026-2027.

Eu acho que essas figuras já são meio que conhecidas, mas sempre vou mostrar, porque muitos falam do El Niño, mas muitas vezes as pessoas não entendem o que é. É o aquecimento do Oceano Pacífico, tropical, aí vocês veem as áreas amarelas e laranja. E como o Oceano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pacífico ocupa metade do planeta, os impactos do El Niño vão para todo o planeta, não só para o Brasil e a América do Sul.

À direita, nós temos os diferentes índices de temperatura da superfície do mar, que é a forma como nós medimos a intensidade do fenômeno El Niño, como anomalias de temperatura. E aí, nas diferentes regiões, aparece já aquela cor laranja, que é o aquecimento observado. Quero lembrar que, no Brasil e na América do Sul, o Oceano Atlântico Tropical também é extremamente importante em determinar as anomalias climáticas. Já temos tido secas na Amazônia e Nordeste em anos que não foram anos do El Niño. O El Niño não é o único culpado, temos o Atlântico, e é algo em que nós temos que estar de olho também.

Bom, temos várias reconstruções e indicadores do El Niño. O El Niño não é um fenômeno novo, não é consequência da mudança climática, já aconteceu no passado e temos históricos de reconstrução. E um daqueles, talvez o mais intenso, que apareceu ultimamente bastante foi aquele El Niño de 1877, na verdade foi até 1879. E o que aconteceu como impacto disso, com base em procuras e referências: foi um ano de seca global, 9 milhões de pessoas morreram na China, 8 milhões de pessoas na Índia em muitos distritos. E no Brasil, no Nordeste, varia entre 100 mil e 500 mil mortos como consequência disso, mas não tanto direto, foi mais indireto, porque as pessoas que migravam do campo para Fortaleza foram colocadas em acampamentos de refugiados e morriam como consequência da saúde.

Então, aquela sequência de fotos é justamente daquele momento na Índia. Vocês veem a mostra de secas. Aquela gravura aí que mostra que os chineses estavam comendo basicamente a casca das árvores e também há aquelas fotografias que mostram... Isso foi extremamente importante porque a Índia era colônia britânica e, diante disso, o Governo britânico contratou o Prof. Gilbert Walker, para ver se ele conseguia fazer previsão, porque a seca deixava a Inglaterra sem chá, e aí complicou.

Então aí meio que nasceu a ideia de previsão climática. Por quê? Porque o Prof. Walker começou a correlacionar o que acontecia na chuva na Índia com temperatura de superfície do mar no Pacífico, pressão no Chile, na Austrália, enfim, em diferentes lugares – o que em meteorologia conhecemos como teleconexão. Então foi depois, décadas depois, mais de 50 anos, que se estabeleceu que, entre o ano de 1877 a 1879, foram anos de El Niño. Naquela época, não se falava. Foi depois determinado que esses foram anos de El Niño, e El Niño basicamente é uma das consequências dessa parte de fome e impacto.

Então, fazendo uma análise de vários anos de El Niño, temos anomalias da temperatura e anomalias da precipitação: em verde, mais chuvoso; em marrom, menos chuvoso; e, na temperatura, laranja é mais quente. Então, aí nós temos "ano zero", onde se diz zero, e o "ano um". Por exemplo, comparado com a situação atual, "zero" seria, por exemplo, 2026, e "um" seria 2027.

Então, se todos os Niños se comportam... E se mostram aí diminuição da chuva no Nordeste, no verão e outono – ou seja, seria o próximo ano no verão e outono –, incremento da chuva na Região Sul, que é algo que já deveria aparecer agora em setembro deste ano, e, obviamente, aumento das temperaturas em tudo quanto é lugar. Então, o que acontece no Nordeste e Sul e Amazônia e Sul do Brasil são aquelas regiões que mostram o sinal mais claro do El Niño. Já quanto à temperatura, é em todo o Brasil. Em algumas áreas, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparece combinação de seca e ondas de calor intensas, e isso determina o aumento na frequência de incêndios, lembrando que, no caso do Nordeste e da Amazônia, é também o Oceano Atlântico.

Da figura que o Osvaldo mostrou, por exemplo, esses são os tipos de previsões que são feitas para uma caixa no Pacífico Central. Então, nós estamos na segunda figura, na figura à direita. Vocês veem essa curva, esse domo, e depois cai. Esse domo representaria o pico do fenômeno do El Niño deste ano – 2026, 2027 –, que é mais ou menos a sequência dos El Niños anteriores.

Aí, o que acontece? O pico acontece mais no final do ano 2026 e início do 2027. Se rodamos um modelo, agora em maio, para fazer uma previsão para final do ano, o *skew* do modelo, a confiabilidade é baixa. Então, na verdade, algumas pessoas apontam para essa linha vermelha no topo, 4ºC quase, e aí vêm com "súper El Niño", "mega El Niño", "El Niño Godzilla"... Na verdade, falar de intensidade do El Niño agora não faz muito sentido. É perigoso, é complicado e tem muito risco; podemos criar mais pânico que solução.

Vale lembrar que chuvas intensas e ondas de calor acontecem sempre, com ou sem o El Niño, entendem? O El Niño não necessariamente gera mais ondas de calor ou mais chuvas intensas; ele potencializa aquelas que já estão acontecendo.

Estas são as figuras que a Noaa publica. Sempre aparecem com um certo grau de probabilidade, e tudo isso já estamos seguindo desde março, quando nós teríamos uma probabilidade de 50%, 60% de que o El Niño acontecesse. Agora, a probabilidade já quase chegou a 100%. O que aparece naquelas caixas roxas é a classificação, ou seja, segundo a Noaa, já para o final deste ano começa uma possibilidade; para o verão do próximo ano, quase 37% de probabilidade de que nós tenhamos um El Niño forte – 37% não é tão alto, mas, de qualquer forma, é um indicador de que pode acontecer um El Niño forte, lembrando que o El Niño é aquecimento do Pacífico.

Se nós temos um grau de aquecimento nos anos 1970, em que o planeta era mais frio, e temos um grau de aquecimento em 2024, que foi o ano mais quente, isso complica; ou seja, além do aumento da temperatura, nós temos um pano de fundo, que é o aquecimento global. Então, com aquecimento global, e um aquecimento que possa ser ainda moderado, a possibilidade de ter 2026 e 2027 como anos mais quentes que 2024, essa, sim, é bastante alta.

Agora, outras características.

O Cemaden avaliou vários anos do El Niño, que vocês veem: 1982, 1991, 1997, 2009 e 2023. Avaliamos vários índices de extremos de chuva. Em todos eles, coloca-se dentro da elipse a Região Sul, que apresenta maior aumento de eventos extremos em El Niños passados. Claro, em 2023, 2024, o azul é maior; em 2009, foi menor, mas em todos eles se mostra isso.

Isso, de certa forma, confirma o possível cenário para o Sul do Brasil. Quero lembrar que também isso vai depender do que acontece no Oceano Atlântico Sul, mas o sinal é esse, um sinal forte de chuvas mais abundantes, a possibilidade de extremos de chuva, e, obviamente, a população está cada vez mais vulnerável, ou seja, nós teríamos uma possibilidade de aumento de desastres. Vamos lembrar que chuva intensa não é um desastre. A chuva não mata as pessoas. O que mata as pessoas é a combinação de chuva que cai em uma área de população vulnerável e em uma área exposta, área onde não deveria ter construção, mas que tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E no mesmo caso com secas, fazendo uma análise similar para os últimos quatro El Niños: 1982, 1983, 1997, 1998, 2015, 2016, 2023 e 2024. Este é o índice de secas desenvolvido pelo Cemaden: mais laranja, mais escuro é seca intensa.

Então, em alguns deles podemos ver, por exemplo, a presença de anomalias, seca intensa no Nordeste, particularmente em março, abril, maio; mas, em 2023 e 2024, também aparece, mas não foi tão intenso como 1997 e 1998. E vejam que, em 2023 e 2024, apareceu essa grande área de seca, que foi desde o Estado do Amazonas, Pantanal e toda essa região, que não aconteceu em outros El Niños. Então, cada El Niño é diferente.

Em termos de risco, nós também, como falei, temos que olhar o que acontece no Oceano Atlântico Tropical. Claro, como consequência disso, há possibilidades de que a estação chuvosa comece mais tarde, e essa combinação de estação chuvosa mais tarde, com altas temperaturas, pode gerar crises hídricas.

Já no caso de ondas de calor, isso representa diferentes características de frequência de ondas de calor para todos os estados. Na esquerda, vocês veem Amazonas, Acre, até Rio Grande do Sul. E vejam onde estão as flechas vermelhas, são anos de El Niño. E isso vai de 1979 a 2025.

E o que se observa? A maior frequência aumentando, no presente, nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, que são as regiões classicamente afetadas por ondas de calor, mas também, a partir de 2000, as ondas já começaram a afetar as Regiões Norte e Nordeste.

Então, essa combinação de seca com ondas no Norte e Nordeste, como foi observado no El Niño de 2023 e 2024, pode realmente acrescentar ainda mais a tendência, o risco de incêndios florestais.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARENGO ORSINI** – Então, o El Niño é um fenômeno natural, já acontecia no passado. Como é no Oceano Pacífico, afeta todo o mundo.

Sim, teremos um El Niño este ano, se estendendo até outono ou inverno de 2027. Obviamente impactos vão acontecer.

Será um El Niño forte, muito forte? A classificação meteorológica é "forte", "muito forte", não usamos "súper El Niño" ou "mega El Niño", porque esses são mais termos jornalísticos.

É muito cedo para cravar uma classificação, mas vale ressaltar que a intensidade não está relacionada à gravidade de impactos. Observaram-se muitos graves impactos durante El Niños moderados, que não foram observados durante El Niños intensos.

As previsões atuais indicam a ocorrência de um novo episódio, sem evidências, até o momento, de que atinja uma intensidade forte. A ocorrência do El Niño, por si só, não implica materialização de desastres e, obviamente, a previsão é indispensável neste caso.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARENGO ORSINI** – Só para terminar, alguns países já estão enfrentando, preparando. Autoridades indianas estão se preparando.

Santa Catarina e Rio Grande do Sul já estão declarando situação de observação, ou *watch*, como dizem, não sei se chamam de catástrofe ou de emergência. No Mato Grosso do Sul, os agricultores já estão plantando o plantio de soja antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é importante que o Estado e a população devem fazer? O poder público deve atualizar mapas de áreas de risco municipais; revisar planos de contingência, caso tenha, e, se não tiver, tentar implementar; e, obviamente, avisar a população dos alertas de desastres.

Moradores em áreas de risco devem identificar rotas de evacuação, agricultores devem considerar zoneamento agrícola, economizar água.

Ou seja, a ideia é concentrar esforços, evitar concorrência entre órgãos de um mesmo ministério e muito menos entre ministérios.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARENGO ORSINI** – Eu acho que é hora de todo mundo começar a se juntar e trabalhar, porque desastre é uma coisa, a Defesa Civil entra com o desastre, mas isso indica uma colaboração em nível federal. E isso é algo sobre o que eu acho que... Este ano este El Niño está dando essas evidências, e precisamos ver se conseguimos trabalhar em conjunto.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente.

Muito obrigado, Sr. José Antônio Marengo Orsini, Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden).

Só uma curiosidade: eu estive lá no Japão, em Hiroshima, justamente verificando que, como eles têm o desenvolvimento de prevenção para desastres naturais na região de Hiroshima, uma coisa que me chamou a atenção é que, embora eles tenham sistemas de infraestrutura tanto para enchente, com aqueles megareservatórios que são abertos e absorvem a água das enchentes, como também sistemas de proteção para deslizamento de terra, barreiras, etc., eles não têm um sistema como o Cemaden . Eles não têm um sistema de monitoramento interligado, conectado.

Então, o que me passou na cabeça foi: quais países que têm isso fora o Brasil? Eu achei uma... até eu falei com eles: olha, a gente pode trabalhar em cooperação, os dois países. Seria interessante que eles viessem ver o Cemaden aqui também, o funcionamento, como é o sistema para que seja espalhada a ideia. Mas, é muito interessante.

Bom, eu passo a palavra agora ao Sr. Eduardo Monteiro, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que se encontra no remoto.

Eu só peço, Eduardo, da mesma forma, que controle o tempo por aí, porque você não vai ouvir aqui os alertas que nós temos.

Obrigado.

Dez minutos.

**O SR. EDUARDO MONTEIRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k., olá pessoal, tudo bem?

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite, a oportunidade de estar nesta reunião aqui hoje, ao Senador Marcos Pontes, aos organizadores da reunião.

Senhoras e senhores, bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, pessoal, inicialmente gostaria de me apresentar. Eu sou pesquisador em agrometeorologia da Embrapa, atualmente coordeno a Rede Zarc Embrapa de pesquisa e desenvolvimento, que congrega 36 equipes em 36 centros de pesquisa da Embrapa.

A Rede Zarc é basicamente o braço técnico-científico que dá apoio ao Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático. É um programa sob coordenação do Ministério da Agricultura, lá na Secretaria de Política Agrícola, Departamento de Gestão de Riscos.

Então, a gente interage muito com as equipes do Dger (Departamento de Gestão de Riscos) do Ministério da Agricultura; com o pessoal do Derop-Proagro, do Banco Central do Brasil. A gente atua muito também com a participação de algumas instituições de ciência e tecnologia estaduais e universidades. A gente tem uma relação muito próxima com a Comissão de Seguro Rural, da federação das seguradoras; com as cooperativas, representando o setor produtivo; a CNA, uma proximidade também com os órgãos e entidades da extensão rural, como por exemplo a Emater Rio Grande do Sul. Anualmente a gente realiza o *workshop* da rede, que é possivelmente um dos eventos de maior importância aqui no Brasil, no tema de gestão de riscos climáticos na agricultura.

Pessoal, eu não vou tratar agora do El Niño. Ele já foi abordado com até muito mais propriedade por outros colegas. Eu queria entrar diretamente na questão de como o Brasil deve se preparar.

A gente poderia, aqui, citar uma série de estratégias que são comumente utilizadas no setor produtivo pelos agricultores, pelos produtores rurais, para evitar o risco, para reduzir o impacto de eventos meteorológicos adversos ou para transferir o risco através do Proagro e do Seguro Rural.

No entanto, acho que, obviamente, não é o foco desta reunião e a gente não tem tempo para esse tipo de detalhamento, mas eu queria, então, trazer muito mais uma visão sistêmica sobre o nosso arcabouço institucional – e, talvez, até legal ou legislativo – que permite ou não a gente manter um sistema mais ou menos eficiente de gestão de riscos climáticos na agricultura.

Então, pensando em gestão de riscos, a gente está sempre falando no ciclo contínuo de identificação, avaliação de riscos, para entrar efetivamente na etapa de tratamento de riscos com estratégias de prevenção, redução ou transferência e monitoramento do impacto e dos resultados.

A despeito de o Brasil ser, de fato, uma potência agropecuária mundial, quando o tema é gestão de riscos, nós ainda, infelizmente, estamos aprendendo a engatinhar. E aí, no decorrer dos próximos eslaides, das próximas lâminas, eu pretendo trazer alguns dados, alguns fatos, que demonstram essa nossa fragilidade.

O Zonamento Agrícola de Risco Climático surgiu na década de 90 para atender a uma demanda muito particular do Proagro, que naquela época enfrentava índices de perda altíssimos, descontrolados. E aí ele foi, através das suas informações de avaliação de riscos, mapeando as regiões e as épocas mais ou menos adequadas de cultivo para uma variedade de culturas agrícolas. Essa informação vem sendo utilizada no Proagro como uma estratégia de prevenção. Basicamente, a gente tem possibilidade de fazer Proagro e de contar com a cobertura do Proagro dentro de determinados limites de risco aceitáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em função da introdução desse mecanismo de prevenção relativamente simples, ali na década de 80, relatórios do Banco Central mostram uma redução de 70% nos índices de perdas, pela adoção dessa estratégia no Proagro, logo ali nos primeiros anos, o que, em valores atuais, representa uma economia direta em recursos públicos da ordem de alguns bilhões de reais por ano.

Com o tempo, o Zarc cresceu para atender a uma variedade de culturas. Hoje são 49 culturas agrícolas atendidas em diversos tipos de solo, grupos de cultivares e sistemas de produção, em todos os municípios brasileiros, e esses dados estão disponíveis gratuitamente no *site* do Ministério da Agricultura, no painel de indicação de riscos ou no aplicativo Zarc Plantio Certo, disponível para Android e iOS.

Mas isso não é mais suficiente. Estratégias simples de prevenção de riscos precisam ser complementadas com outras estratégias. A prevenção é a primeira camada de proteção.

Então, por uma variedade de trabalhos, de estudos e de pesquisas publicados, trabalhos científicos publicados por colegas no Brasil e no exterior, está mais do que evidente e comprovado que hoje a gente vive num Brasil mais quente, em todas as regiões brasileiras, e predominantemente mais seco, principalmente no Brasil central, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste. O.k.? Nós temos um Semiárido, que cresce a uma taxa de 7, 5 mil hectares por ano, nas últimas décadas. Quando a gente olha para as tendências das últimas décadas, a gente vê realmente um aumento quase que generalizado de temperaturas em todas as regiões e, quando a gente analisa a chuva, tem uma resposta um pouco mais complexa: dependendo do mês e região, redução de chuvas; e, em algumas condições, aumento de chuvas.

E como isso tem se materializado no dia a dia do produtor rural brasileiro? De várias formas possíveis. Então, entre as safras de 2019 e 2020, até 2023 e 2024, nós testemunhamos, o Brasil vivenciou realmente um período sem paralelo na história recente, pelo menos ao longo dos últimos 70 anos, em função de uma sucessão, de uma recorrência de eventos adversos, ou pela sua recorrência, ou pela sua intensidade, ou pela sua amplitude geográfica, gerando problemas bastante graves.

Então, a gente teve, por exemplo, atraso no início das chuvas, resultando em atraso também no início da primeira safra. Nós tivemos temperaturas recordes negativas na América do Sul, enquanto a América do Norte vivenciava recordes positivos, geadas. Houve a maior cheia na Bacia do Rio Negro em 120 anos de registros – e isso para, apenas dois anos depois, a gente ter exatamente a situação oposta, a maior seca em 122 anos. Em 2021 e 2022, nós tivemos um período de seca que provocou os recordes de perdas financeiras na agricultura brasileira, mais de 70 bilhões só na cultura da soja, sem falar em outras culturas agrícolas. Em 2023 e 2024, houve atraso no início das chuvas, já como consequência do El Niño que ocorreu naquele ano. No Rio Grande do Sul, ocorreu uma sequência de anos com chuvas e precipitações abaixo da média, gerando problemas não no estado todo, mas em diferentes regiões do estado. Naquele mesmo ano, houve o pior ciclone já registrado, em setembro de 2023, e, na saída do El Niño, ali já em 2024, o maior desastre climático da história de que a gente tem conhecimento, causando prejuízos muito grandes em infraestrutura, equipamentos, máquinas e, obviamente, em solo agricultável também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por conta disso que a gente vê, como resultado dessa realidade, perdas econômicas aí na casa de algumas centenas de bilhões de reais nos últimos anos, majoritariamente na agricultura: 80% ou 90% dos impactos econômicos registrados geralmente acontece na agricultura, justamente pela sua exposição, sua presença em grandes áreas de todo o país.

Então, a gente tem... Quando a gente olha as diferentes classes de riscos que afetam a produção agropecuária, a gente teve ali, nesse conjunto de anos, quatro ou cinco anos, um ambiente extremamente desafiador, e justamente nos anos de 2025 e 2026, em que as condições climáticas não estão tão problemáticas. Foram anos relativamente tranquilos, com alguns eventos adversos aqui e ali, onde a gente teria condições para uma recuperação econômica mais consistente, mas a gente vem vivenciando um período de mercado particularmente desafiador, com preços baixos em várias *commodities*, enquanto permanecem custos relativamente elevados de produção, o que dificultou a recuperação dos prejuízos ocorridos nos últimos anos. E aí a gente tem então uma sequência de problemas sucessivos com o clima e um momento particularmente desafiador de mercado, que resultou exatamente nisto.

Dados do Banco Central do Brasil hoje mostram a situação do crédito rural brasileiro e o volume de recursos de crédito rural problemático. O que é um crédito rural problemático? Ele é em atraso, não consigo pagar, inadimplente, deixei, desisti de pagar, prorrogado ou negociado. A gente saiu basicamente de 35 bilhões ali em janeiro de 2024 para quase 180 bilhões em janeiro de 2026, com aumento de cinco vezes aí nesses dois anos.

Então isso, pessoal, é praticamente a prova, a comprovação final de que o nosso sistema, as nossas capacidades em gestão de riscos no Brasil não estão funcionando. Então, se eu falhei na primeira camada de proteção em prevenir os riscos, não conseguir reduzir os impactos numa segunda camada de proteção e na terceira e última camada de proteção, que é justamente a transferência de riscos através do seguro rural ou do Proagro, se eu falhei em todas essas, todo esse impacto financeiro vai estourar aqui na inadimplência, na renegociação, na falência, na recuperação judicial, o que a gente tem acompanhado aí nos últimos anos.

Fazendo uma analogia com a área da ciência, é mais ou menos assim: Nós falhamos em dar uma nutrição adequada e prover uma imunidade para esse paciente; nós não oferecemos vacina suficiente; nós não distribuímos antibióticos necessários e aí esse paciente foi parar na internação na UTI, que é justamente a etapa ou a situação de tratamento mais caro que a gente pode ter nessa situação. E aí o resultado é justamente esse a que a gente vem acompanhando nesses anos.

E o mais preocupante, um pouco além do fato de a gente ter uma previsão de El Niño para a próxima safra, é que essa tendência de agravamento de riscos deve continuar. A gente vem numa tendência clara e inequívoca de aumento das temperaturas e aumento de extremos climáticos nos últimos anos e não tem nenhuma perspectiva, pelo menos nas próximas duas décadas, de haver uma reversão dessa tendência. Certamente, nos anos à frente, teremos eventos tão graves como os dos últimos anos ou até piores. Então, isso nos dá um panorama geral da nossa situação.

E, mais especificamente, olhando um pouco para dentro da porteira, como está a nossa capacidade de reduzir o impacto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eduardo...

**O SR. EDUARDO MONTEIRO** (*Por videoconferência*.) – Oi?

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É o Senador aqui, só para alertar com relação ao tempo, porque a gente tem mais uma série de apresentadores aqui e eu tenho um tempo restrito aqui para o evento como um todo.

**O SR. EDUARDO MONTEIRO** (*Por videoconferência*.) – Está bem, Senador. Então, eu vou pular direto para as conclusões e aí eu já termino.

Então, pessoal, a gente tem uma situação no campo bastante complicada. Do ponto de vista de capacidade de redução do impacto, alguns diagnósticos que foram realizados pela Embrapa mostram que a gente tem mais de um terço da nossa agricultura em nível de manejo 1, que é um nível de manejo deficiente, particularmente vulnerável a choques climáticos, tanto de excesso de chuva quanto seca. E, em um extrato de pequenos produtores, numa avaliação da Emater do Rio Grande do Sul, pequenos produtores na faixa de 10ha a 14ha, essa prevalência em nível 1 é maior ainda: 70% dos produtores estão nessa situação de nível de manejo deficiente, extremamente vulneráveis a eventos de seca e de enchente. Enquanto isso, o recurso brasileiro destinado à subvenção do seguro rural nos últimos anos despencou. Em 2025, a gente chegou a um percentual abaixo de 7% da agricultura brasileira com seguro rural, enquanto países como os Estados Unidos e os da Europa têm níveis de securitização, de seguro na sua agricultura, na casa dos 80% a 90% da agricultura protegida por seguro. (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Você está me ouvindo ainda aí, Eduardo? Porque caiu o seu sinal.

**O SR. EDUARDO MONTEIRO** (*Por videoconferência*.) – Então, para resumir...

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Voltou o sinal. Por favor, continue para o encerramento.

**O SR. EDUARDO MONTEIRO** (*Por videoconferência*.) – O.k., para encerramento, então, Senador.

Então, resumindo, pessoal, nós temos esta situação de eventos recorrentes de extremos climáticos nos últimos anos; nós temos uma agropecuária no Brasil com alta exposição – ela está presente em quase todo o território nacional, em grandes áreas – e alta vulnerabilidade; historicamente a gente nunca ultrapassou a marca de 15% da agricultura com seguro rural; nós temos aí um terço ou mais da nossa agricultura com nível de alta vulnerabilidade, com deficiências às vezes básicas de manejo agronômico, e nós devemos ter uma continuidade do agravamento dos riscos nos próximos anos.

Então, o que é necessário? O que é preciso? A gente precisa fortalecer os mecanismos de prevenção de riscos e de redução de impactos e, obviamente, de transferência de riscos, mas não só seguro rural. Nós precisamos elevar o nível médio de resiliência da agricultura brasileira, melhorar as práticas de manejo para redução do impacto, aumentar o percentual da agricultura brasileira com seguro, reduzir ou vetar crédito rural sem seguro, justamente para evitar inadimplência, falência, recuperação judicial, riscos sistêmicos para a economia brasileira.

Nós precisaremos, sim, desenvolver e criar capacidades para aumentar uma participação de irrigação na nossa agricultura, que demanda conservação de recursos hídricos, projetos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conservação, mais infraestrutura e contenção da expansão dos Semiáridos e outras regiões com agravamento de riscos climáticos mais consistentes.

É isso, então, obrigado e desculpa pelo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Eduardo.

Eu passo a palavra agora, imediatamente, à Sra. Dra. Márcia Barbosa, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para dez minutos.

**A SRA. MÁRCIA BARBOSA** (Para expor.) – Bem, gostaria de inicialmente saudar o nosso Senador e, na pessoa dele, saúdo todos os componentes do Senado que estão aqui nos acompanhando, saúdo a nossa equipe aqui da URGS, o Walter, o Flávio Kapczinski e o recém incorporado ao nosso time, que é o Osvaldo Moraes que está, por enquanto, na MCTI, mas logo, logo vai estar lá na nossa URGS – já estou fazendo uma pressãozinha aqui local...

Porque, quando nós entramos na gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a gente foi recepcionado com um sentimento de profunda insegurança de toda a comunidade gaúcha. Em 2023, antes de a gente assumir, nós tivemos um gostinho de uma enchente em setembro daquele ano e parecia que era só aquele gostinho e nada foi feito. Em maio de 2024, quando ainda não estávamos na gestão, veio a grande enchente e, imediatamente, pesquisadores e pesquisadoras do Estado do Rio Grande do Sul formaram uma grande rede chamada Rede de Emergência Climática e Ambiental, que discutiu, que falou, e nada aconteceu sobre esse assunto.

Tivemos muito pouca adesão à ideia de que a gente precisa mudar. No entanto, a sociedade gaúcha, hoje, vive com medo. A cada alerta da defesa civil, que faz alertas com uma certa antecedência e, portanto, não tem condições de dar uma localização espacial precisa, nem uma localização temporal precisa, fica todo o Estado do Rio Grande do Sul com medo. E aí eu, como gestora, fico recebendo pressão de todos os lados para fechar a universidade.

O que a gente fez? A gente criou, dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um centro que, cada vez que sai um alerta, nós começamos a acompanhar os mapas, o sistema hidrológico, e a gente tem um protocolo, como se a gente fosse um estado. A gente tem um protocolo que tem, a cada dia, às dez da noite, eu tenho que dizer se a bandeira é verde, ou seja, vai ter aula; se é amarela, vai ter aula, mas ninguém vai reservar pauta, ou vermelha, a universidade vai fechar. Aí, de manhã, dez da manhã, eu tenho que, de novo, analisar. E de tarde, às quatro da tarde, analisar. Eu me sinto uma gestora de estado, porque eu preciso definir não só se a universidade vai ser afetada, mas se nossos alunos e trabalhadores e trabalhadoras não vão poder vir, porque suas regiões de vida vão ser afetadas para poder tomar as devidas decisões.

E, quando as pessoas observam esse protocolo de emergência climática que a gente criou e a capacidade que a gente tem de ver onde as pessoas moram, se elas vão poder se deslocar, eu já recebo hoje demandas de boa parte dos municípios, dizendo, por que a universidade não faz isso para a gente também? Porque todo negociante, toda pessoa que tem uma empresa não quer saber se o estado vai ser afetado, mas quer saber se sua empresa e seus trabalhadores vão ser afetados, e o que precisam fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na direção de tentar responder essas perguntas, nós começamos um trabalho de formação de recursos humanos nas escolas. Então, hoje, nós já temos 300 escolas em que a gente forma professores e professoras para ensinar para os jovens o que é mudança climática, como limpar a água, como fazer medidas hidrológicas, como reagir, quais são as melhores medidas, quando são afetados com chuva, mas também com seca e com grandes ventos, porque não é só o El Niño que nos preocupa. No Sul, nos preocupa muito o vento vindo da Antártica, que vem mais fraco; nos preocupa muito o Oceano Atlântico, que está mais quente, e no Estado do Rio Grande do Sul não ter nenhum sensor no oceano. Portanto, quando a gente ouve falar que vai vir um vento, ficamos todos com muito medo, porque vem do oceano, e a gente fica só torcendo que ele desvie, que é a torcida que esta Reitora faz para que não precise fechar a universidade, porque todos aqui sabem que a tendência de fechar a universidade pública é um movimento mundial, muito bem financiado. E eu tenho que resistir. Eu brinco com eles: se a quitanda da esquina abre, a UFRGS abre. Portanto, a gente quer ajudar também a quitanda da esquina a saber se vai poder abrir ou não.

E, para dar essas respostas, nós fizemos uma demanda à Finep – ganhamos o prédio, mas por enquanto só o prédio – de um centro de gestão de riscos climáticos e ambientais, que vai ter a força de fazer medidas melhores para diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

Nesse centro, o que a gente quer, além de ser só um serviço, é desenvolver ciência. Hoje, a ciência não está bem desenvolvida para dizer eventos que vão acontecer daqui a seis meses, e a gente precisa trabalhar, como cientistas que somos, para aprimorar esse desenvolvimento. Esse centro terá um papel de formação de recursos humanos, identificar fragilidades, desenhar mais localmente a questão meteorológica, mas, acima de tudo, melhorar os modelos que fazem previsões meteorológicas e previsões climáticas, junto com uma visão que só a universidade pode dar, que é mais do que a tecnologia; é trazer serviço social, é trazer saúde física e mental, como o Flávio vai nos contar um pouquinho aqui, trazer todo esse combo que a universidade, que é transversal, é capaz e é potente de fazer.

Mas, mais que isso, nós precisamos criar um setor que consiga olhar o sistema, não só gaúcho, mas o sistema que vá atravessando desde lá do Polo Sul e do oceano como um observatório de dados.

Por isso, uma das nossas próximas ações, além do centro de emergência climática e ambiental, é a criação de um observatório de desastres: é olhar os desastres, identificar onde o desastre afeta economicamente, onde o desastre afeta as pessoas, que não necessariamente é no mesmo lugar – às vezes, afeta a economia num ponto e afeta as pessoas nos outros pontos. E, identificando isso – seja o desastre seca... seca afeta muito mais a economia do que chuva, mas chuva afeta muito mais as pessoas do que seca –, conseguir ajudar na implementação de políticas públicas.

Gostaria de terminar dizendo que universidade é lugar de ensino, pesquisa, extensão, mas também somos parceiros e parceiras para a implementação de políticas públicas.

Com isso, deixamos a nossa Universidade Federal do Rio Grande do Sul ao dispor desta Casa para que, juntos e juntas, implementemos políticas públicas, não só para o Rio Grande do Sul, mas para todo o país nessa questão de desastres. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Márcia Barbosa, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Uma coisa que foi citada também pelo Osvaldo que é muito importante, um ponto a se prestar atenção, é que não é só a questão da infraestrutura ou a questão do clima como um todo, mas como essas vulnerabilidades são colocadas do ponto de vista social também, porque numa população socialmente, vamos chamar assim – isso envolve o poder aquisitivo, envolve o conhecimento, etc. –, bem preparada tem um efeito muito menor. É importante a gente levar em conta o que a universidade pode fazer nesse sentido também.

Obrigado, muito obrigado pela participação.

Eu passo a palavra agora à Sra. Ima Célia Guimarães Vieira, Pesquisadora Titular do Museu Paraense Emílio Goeldi, que se encontra no remoto.

Eu peço, Ima, para controlar o tempo por aí, uns dez minutos, o.k.?

Obrigado.

**A SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer esse convite, essa oportunidade de dialogar sobre um tema tão urgente, tão importante, que é, ao mesmo tempo, científico, ambiental e de profunda urgência política.

Meu nome é Ima Vieira. Sou pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi. Atualmente estou na assessoria da Presidência da Finep e coordeno um projeto, com apoio do INCT e da Fapespa, aqui do Estado do Pará, que é o INCT Nexus, que procura estudar e entender os nexos entre biodiversidade, serviços ecossistêmicos e o bem-estar humano na Amazônia.

Então, em dez minutos, eu gostaria de mostrar o que a ciência vem realizando aqui na região, mostrando os efeitos dessas secas, do fogo, dos incêndios, e também de apresentar algumas propostas de como o Estado brasileiro deve responder a essas questões.

Nós já temos informações suficientes aqui no Brasil, na Amazônia, em relação aos efeitos do El Niño, e o Prof. Marengo mostrou muito bem essa questão do El Niño, da associação não somente do El Niño, do fenômeno atmosférico, oceânico, que leva ao aquecimento das águas do Pacífico, mas também o aquecimento do Oceano Atlântico Norte, e nós já temos informações suficientes que evidenciam o efeito devastador do El Niño, desses fenômenos nas florestas amazônicas, nas águas, nas comunidades aqui da região.

Já está bem claro para a ciência que esse fenômeno do aquecimento das águas leva a uma forte redução das chuvas na Região Amazônica e essa redução nas chuvas provoca um estresse hídrico muito forte, tornando mais fácil a ocorrência e a propagação do fogo. Um estudo recentemente publicado pelos nossos colegas do Inpe e do Cemaden sobre os efeitos do El Niño de 2010, 2015 e 2016 estimou que, durante as secas amazônicas desses anos, cerca de quase 14 mil quilômetros quadrados de florestas foram queimados e isso é equivalente a 68% da soma total das áreas desmatadas em 2010, 2015 e 2016 na Região Amazônica. E estudos anteriores já tinham relacionado o aumento da ocorrência das queimadas na Região Amazônica à redução de chuvas durante as secas extremas de 1998, de 2005, de 2010 e de 2015.

Então, o que eu gostaria de pontuar com essas primeiras evidências aqui apresentadas é que o El Niño chega e tem chegado aqui à Amazônia sobre uma Amazônia já enfraquecida por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

décadas de desmatamento, de degradação, de cicatrizes de secas anteriores. Então isso nos leva a impactos muito grandes nessas florestas que estão aqui, que estão sofrendo com esses impactos como o desmatamento, por exemplo. Muitos municípios têm sido atingidos aqui na Amazônia com essas secas, e, em 2024, mais de 500 municípios foram atingidos, equivalendo a 69% dos municípios da Amazônia Legal, que estavam com algum nível de seca no primeiro semestre. As terras indígenas da região e as áreas protegidas – também as unidades de conservação junto com as terras indígenas – ficaram com seca extrema.

Em termos de fogo, a Amazônia queimou quase 18 milhões de hectares de floresta nativa em 2024, e isso equivale a 58% de toda a área que foi queimada no Brasil naquele ano, que foi um ano muito preocupante, com muito impacto na região.

Então os dados do Programa Queimadas do Inpe – isso está muito bem estabelecido, e esses bancos de dados do Inpe são muito importantes para esse monitoramento – evidenciam neste ano quase 140 mil focos de queimadas, sejam elas controladas ou não, de incêndios florestais.

Assim, os incêndios florestais são uma preocupação bastante grande aqui dos cientistas da Amazônia. O fogo não é um fenômeno natural na Amazônia, que é úmida. Quando a floresta primária pega fogo, o dado é irreversível, e a capacidade de regeneração da floresta é muito problemática com eventos de desmatamento, de fogos e de incêndios subsequentes. A floresta é uma floresta ombrófila, muito úmida, ela tem vários estratos que impedem a passagem do vento e é mais sombreada. Caso o fogo ocorra e se propague nas florestas, o impacto é muito maior, ela não tem adaptações à resistência ao fogo como têm as espécies do Cerrado, a casca é mais fina, as folhas são mais membranosas.

Então, nós temos aqui uma preocupação muito grande com as questões das queimadas nas florestas.

As áreas protegidas não estão protegidas desses grandes incêndios, como eu já evidenciei aqui com os dados do Inpe. O crescimento das queimadas nas unidades de conservação também tem aumentado, e os nossos estudos têm focado em uma unidade de conservação, que é a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, na região de Santarém, que tem sido bastante atingida pelo fogo.

Eu gostaria de mostrar um pouco desses resultados, porque são vários estudos que estão sendo feitos a partir dos incêndios ocorridos nessa Resex em 2015 e 2016, sob o efeito do El Niño, e os nossos estudos já publicados em revistas internacionais de grande impacto têm mostrado, por exemplo – eu vou trazer aqui quatro resultados que chamam bastante atenção –, que o primeiro é a perda de biomassa; portanto, a perda de carbono.

Os incêndios sucessivos têm reduzido a biomassa acima do solo em até 71% da biomassa das florestas de terra firme nessa região de Santarém – 71%! Isso significa que uma floresta que, antes armazenava carbono equivalente a décadas de emissões industriais, fica praticamente sem capacidade de prestação de serviços ambientais, sem dossel, sem estrutura que mantenha os ciclos da água, ciclos do carbono e ciclos de nutrientes.

Em segundo lugar, o colapso da biodiversidade. O local é muito grande, a riqueza de espécies arbóreas cai em até 50%. As grandes árvores são muito impactadas e não são quaisquer espécies, são espécies que formam a estrutura da floresta madura, de uma floresta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

densa, que produzem frutos de que dependem os animais, as pessoas, os extrativistas, que são utilizados pelas populações locais.

Em terceiro lugar, eu chamo a atenção para a questão da ruptura da paisagem florística. E aí nós usamos indicadores que nós chamamos de beta diversidade. E se aumenta a dissimilaridade florística em quase 60%. Em termos práticos, isso significa que cada trecho da floresta que é afetada pelo fogo vai se tornando diferente das outras. Perdemos uma coerência ecológica do território, fragmentado, a paisagem biótica é comprometida, e isso compromete também a resiliência da floresta.

E o quarto é o que vem preocupando: alguns colegas falam em savanização, nós falamos em secundarização da floresta. Ela, que deveria ser uma floresta madura, primária, com toda a sua complexidade, estoque de carbono e biomassa, se transforma numa floresta parecida com uma floresta secundária, com espécies pioneiras de vida curta, de baixa biomassa.

E isso tem modificado essa região. Esses estudos têm evidenciado todas essas situações. E cada evento de seca extrema vai empurrando a floresta para esse chamado ponto de ruptura, o ponto de não retorno, de transformação da Floresta Amazônica em um outro estado diferente do da original.

E aqui, para terminar, eu gostaria só de colocar algumas propostas que, claro, dependem de vontade política e de orçamento. Eu fiz aqui uma proposta em quatro eixos.

Um é de monitoramento e alerta precoces. Temos excelentes sistemas, o que já foi nos mostrado aqui pelo Osvaldo, pelo...

(*Interrupção do som.*)

**A SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA** (*Por videoconferência*.) – Cortaram? Voltou.

Falta a interface, uma interface que funcione com os municípios e os estados.

A prevenção e o combate ao fogo. A formação de brigadas é importante. As áreas indígenas, as unidades de conservação têm brigadas, mas elas têm que ser treinadas, elas têm que estar capacitadas e precisam de financiamento constante e não eventual.

Outro é sobre formação e capacitação. Há o Programa Nacional de Formação de Agentes Ambientais Locais, com remuneração digna, vínculo institucional estável, também importante.

E, claro, instituições fortes de ciência, a ciência feita na Amazônia por pesquisadores amazônidas que estão muito mais perto do território e podem atuar muito mais fortemente do que instituições que estão longe. Mesmo que avançando sobre o conhecimento, não estão próximos do problema.

E política e financiamento. O plano de adaptação está aí, nós devemos olhar um plano de adaptação a estes fenômenos: ao El Niño, a um componente específico para a Amazônia, integrando saúde, segurança alimentar, infraestrutura, proteção ambiental.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sra. Ima Célia Guimarães Vieira, Pesquisadora titular do Museu Paraense Emílio Goeldi. Parabéns pelo trabalho. Realmente esse é um sistema, então precisa ser tratado como um sistema, é importante a gente sempre ter em mente isso.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Mozar de Araújo Salvador, Coordenador de Monitoramento e Previsão Climática do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MOZAR DE ARAÚJO SALVADOR** (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos os colegas e demais que nos acompanham presencialmente e de forma remota.

O Instituto Nacional de Meteorologia, em primeiro lugar, agradece o convite e reconhece a importância de iniciativas como esta para o aprimoramento das ações preventivas com relação aos fenômenos meteorológicos, em especial ao tema desta manhã, que é o El Niño 2026-2027.

Eu gostaria, Senador, rapidamente, de responder a dois questionamentos dos cidadãos, que nós recebemos. Um é da Sra. Deborah, de Mato Grosso, que levanta uma questão: "O poder público tem investido o suficiente em prevenção e monitoramento climático?". Eu acredito que um investimento nunca é suficiente, sempre há uma necessidade, sempre surge uma nova demanda. Mas a resposta, de maneira geral, é sim. Eu acho que a própria iniciativa deste momento aqui de debate é uma iniciativa do poder público em voltar o seu olhar para uma questão complexa e de grande importância.

Mas há outros investimentos, os colegas que falaram aqui anteriormente – universidades, instituições que trabalham com previsão e mitigação de desastres naturais –, demonstraram aqui alguns investimentos, como parcerias. O Inmet tem uma parceria, já foi explicado aqui, todos os dias, em reunião com a Defesa Civil Federal. Há também a participação da Defesa Civil de vários estados e municípios, discutindo as questões de tempo severo, risco, com isso tentando aprimorar os serviços à sociedade com relação às questões de desastres naturais causados pela meteorologia ou pelo clima.

Do ponto de vista do Inmet, ele tem ampliado seu monitoramento meteorológico, primeiro restaurando a rede meteorológica. A gente está num projeto de restaurar a rede que já existe, no caso a rede automática, há mais de 20 anos, mas também a sua ampliação, a ampliação da rede. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, nós ampliamos de 44 estações automáticas para 98 estações automáticas. Então, isso foi um primeiro passo e foi começado pelo Rio Grande do Sul, por razões que todos conhecem, dada a catástrofe climática que ocorreu num passado bem recente.

Mas nós pretendemos ampliar com mais 220 estações na Bacia do São Francisco, na Bacia do Parnaíba, que fica praticamente no Estado do Piauí, estados vizinhos, e também em algumas áreas de Furnas, que pegam os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, por exemplo, e outros estados.

E, por fim, um comentário da Sra. Renata, do Distrito Federal, ela diz: "Dados climáticos devem ser públicos, acessíveis e traduzidos para a linguagem da população vulnerável".

Aí eu informo que, por exemplo, todos esses dados que são gerados pelo Inmet estão públicos dentro do portal do instituto, disponíveis a toda a população, em qualquer lugar do mundo, por um acesso via *web*. Eu concordo que isso aí tem que ser, cada vez mais, aprimorado com relação à informação, uma informação numa linguagem cidadã e acessível à população. Muitas vezes, o dado está lá, mas ele precisa ser explicado, destrinchado, para que a população compreenda um pouco melhor do que se trata.

Mas, avançando aqui no nosso tema, eu serei bem breve, Senador. São apenas dois eslaides. Deixe-me ver se consigo avançar. Isto.

Bom, aqui já discutimos bem do que se trata o El Niño, como ele surge. Aqui é um apanhado geral de fenômenos El Niño que ocorreram nas últimas décadas, e foram destacados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui os El Niños da categoria muito forte. Então, nós tivemos em 1982 e 1983, 1991 e 1992, 1997 e 1998, 2015 e 2016 – já é mais recente. Em 2023 e 2024, não foi classificado como El Niño muito forte, mas ele foi classificado como forte. Como foi o mais recente, e ele chama a atenção, está na memória da população, ele fez parte aqui desses gráficos.

Então, nós percebemos que os El Niños mais antigos, ali em laranja, amarelo, azul claro e cinza, que são de 1982 até o de 2016, já começaram no mês de janeiro, já com sinal positivo. Eles já tinham anomalias, anomalias do oceano que foram bem explicadas logo no início do nosso debate.

Este El Niño atual, que é esta linha em vermelho, com uma espessura maior, indica que ele começou ainda com sinal negativo. Muito parecido com o de 2023 e 2024, lá com quase um grau negativo de anomalia. Estamos voltando ou saindo de uma fase de neutralidade, ou de La Niña, que tinha ocorrido períodos antes.

Chama a atenção que ele segue, de janeiro, fevereiro e março até abril, num patamar muito parecido com o de 2023, mas em maio, fazendo o cômputo das anomalias até o dia 25, ele dá um salto. Então, ele sai da faixa negativa de anomalia e já avança para quase meio grau positivo. Lembrando que El Niño é classificado a partir de meio grau de anomalia, e a persistência, obviamente, desse pelo menos meio grau, e aí vai aumentando de intensidade, vai mudando de classificações.

Este gráfico mostra até o mês de dezembro. Claro que o fenômeno avançou para o ano seguinte, pelo menos até o final do verão, início do outono do ano seguinte, mas a gente percebe que em todos eles ultrapassaram, exceto 2023, o nível de dois graus de anomalia, que é a categoria de El Niño muito forte. Sempre que ultrapassa dois graus, ele persiste durante algum tempo e ele é assim classificado.

Não podemos dizer que o fenômeno El Niño atual vai atingir esse patamar. Não está descartado, porém é muito precoce. Com as previsões atuais, não é possível afirmar isso, mas de outro lado, também é possível dizer que é muito pouco provável que seja um El Niño de categoria fraca. Portanto, estamos aqui com evidências que temos El Niño pelo menos da categoria moderada se formando, e se formando eu diria que de uma forma um pouco mais acelerada, a partir do final de abril e durante todo o mês de maio. Então, nós temos aí a iminência de um El Niño pelo menos em categoria moderada, podendo evoluir para as demais categorias mais fortes.

Aqui, neste eslaide, eu fiz aqui uma separação: El Niños na categoria moderada é o primeiro mapa para o trimestre de setembro, outubro e novembro. Por que esse trimestre? Setembro, outubro e novembro é justamente o final do período seco e o início do período chuvoso. Então, é o início de preparação da nova safra, pensando na agricultura brasileira, que é a principal indústria, a indústria a céu aberto, como nós chamamos; e outubro e novembro já está em pleno processo ou de plantio ou até mesmo já de desenvolvimento de algumas culturas. Então, o que nós observamos? Nesta média... Isso aqui não se trata de uma previsão, mas de uma condição média, em todos os anos em que o El Niño estava na fase moderada dentro desse trimestre de setembro, outubro e novembro. Então, observe, Senador, que toda a parte amazônica e parte do Nordeste, com essa cor mais amarelada, têm uma tendência de chuvas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abaixo da média. Isso chama a atenção também que parte dos nossos vizinhos – Peru, Bolívia – também apresentam algumas áreas com chuvas abaixo da média.

Agora, observem que, se mudamos a categoria de El Niños e selecionamos apenas os El Niños muito fortes, as anomalias não só se intensificam muito – tanto as anomalias positivas, que são essas em verde, quanto as anomalias em amarelo, que são as negativas –, se intensificam no seu sinal e ampliam a área.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MOZAR DE ARAÚJO SALVADOR** – Aquela área do Rio Grande do Sul, por exemplo, com chuvas acima da média, se amplifica e a área se expande para toda a Região Sudeste do Brasil; e a Região Amazônica tem uma área ampliada, com áreas mais secas e uma tendência de ter secas mais severas em eventos de El Niño muito forte.

E, por último, no terceiro mapa, nós temos as anomalias de temperatura. Em geral, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro – ali eu avancei um pouco mais e peguei o período de verão –, a gente percebe que as temperaturas em média, na maioria das vezes em que ocorre um fenômeno El Niño, as temperaturas tendem a ser mais elevadas, principalmente na Região Sudeste, em partes da Região também Amazônica e da Região Sul.

Então, é isso, Ministro. Tentei aí cumprir o tempo.

Muito obrigado.

Perdão, Ministro... Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, obrigado, obrigado por cumprir o tempo aí também, estava preocupado aqui.

Eu anuncio a presença do Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso, aqui conosco também, se quiser usar a palavra.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Eu fico mais um. Tem mais um para falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está o.k., está o.k.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Aprender um pouco mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, eu passo a palavra, por causa do voo que vai ter o Flávio aqui, eu passo a palavra, então, ao Sr. Flávio Kapczinski, Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por dez minutos.

**O SR. FLÁVIO KAPCZINSKI** (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Astronauta Marcos Pontes pelo convite e pelo prestígio que tem dado à ciência, não apenas de clima e desastres, mas a ciência como um todo. Obrigado.

Cumprimento também, já que a apresentação é na área da saúde, meu confrade Marcelo Morales, que representa também a Academia Nacional de Medicina, e a nossa magnífica Reitora, que nos trouxe até aqui para fazer essa apresentação.

Nós falaremos sobre saúde mental e mudanças climáticas, num planejamento baseado em dados. Eu estava vendo todos esses dados aí do Cemaden, a turma do clima, puxa, já tem muita coisa mapeada. E eu queria dizer, Senador, que, na área de saúde mental não tem nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mapeado, certo? O primeiro estudo de prevalência nacional das doenças mentais está sendo feito agora pelo nosso grupo da UFRGS e Fiocruz – uma junção –, chamado Rede Nacional de Saúde Mental, um financiamento do MCTI.

Nós vamos falar, então, aqui, rapidamente, sobre tópicos que são relevantes, como a dispensação de opioides, demandas por serviço de saúde mental, violência contra a mulher e suicídio, depois da onda de 2024, dos nossos desastres climáticos no Rio Grande do Sul.

Vejam aqui a questão da prescrição de opioides. Já é preocupante que ela vem subindo, não para de subir, certo? Parece que está gerando um cenário similar ao que teve nos Estados Unidos, de uma superprescrição de opioides com uma grave crise em saúde pública. No momento ali da enchente, maio de 2024 – ali, vamos ver se a gente consegue apontar –, fica claro que, por falta de acesso, as pessoas não podem usar. No que elas conseguem usar, aí tem uma subida exponencial. Então, isso com os opioides.

Agora, vejamos atendimentos em saúde mental. Vejam como o padrão é similar. Bem no momento da enchente, o sistema está em choque, a sociedade em choque, em colapso, e diminui a procura. Eles estão tratando de coisas muito mais importantes como a preservação de suas casas. E, em seguida, o que acontece? Em Porto Alegre, vejam que dispara exponencialmente também, certo? E isso, então, é algo que eu acho que já sai daqui como coisas, tema de casa para a gente fazer, que é preparação da rede de apoio psicossocial, que já existe em todo o Brasil, 3 mil CAPs nós temos, que facilmente podem ser municiados para lidar com essas situações, caso recebam informações de boa qualidade.

Em municípios com menos de 20 mil habitantes, a situação ainda é mais problemática, eles têm muito menos recursos do que numa metrópole. E ali, de fato, vocês vejam que a corrida pelo CAPs fica realmente uma anomalia, como diz aqui a turma da engenharia.

O número de atendimento para situações de crise, evidentemente, dispara após a enchente, então, essa preparação prévia terá que ser feita necessariamente via SUS, certo? Isso aqui é Ministério da Saúde, porque o sistema capilarizado que nós temos para a saúde é o SUS mesmo, e é ali que nós temos que fazer essa capacitação, tá? Diferente de outras coisas aqui que foram tratadas, por exemplo, o clima – o clima, como mudar o clima? Muito complicado, né? Turguêniev já dizia: "A natureza, no fim, sempre vence". Então, nessa parte aqui, nós podemos vencer. Nós podemos melhorar o sistema de saúde e dar esse atendimento melhor.

As consultas em psiquiatria... Vejam ali em Porto Alegre como é que ficou: obviamente, faltou psiquiatra. Não tem como atender esse grande número de busca de profissionais, mas temos também uma solução, já implantada no Rio Grande do Sul, e em que eventualmente a UFRGS também pode auxiliar – estava discutindo isso com a nossa Reitora –, o Telessaúde. Podemos ter um telessaúde mental. Não precisa ter um psiquiatra e um psicólogo em todos os postos de saúde. Isso nem é viável. Mas se eles tiverem um telefone pelo qual eles possam consultar uma central, tirar suas dúvidas ali em tempo real, eles receberão a melhor evidência e o que é para ser feito; está mais que bom. Não é nada tão complicado, e seria algo muito interessante de a gente refletir, né, Dr. Marcelo Morales?

Resumindo a ópera: em um primeiro momento, quando nós temos essas crises, existe um colapso; tem até uma estagnação, não mudam muito as coisas. Num segundo momento, tem a crise, e aí há uma diminuição da busca a atendimentos, porque as pessoas estão tratando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões muito mais essenciais. Em dias a semanas, atingimos o pico, certo? Depois, passado o tempo, em meses, volta uma média; entretanto, nos meses seguintes, de seis meses a um ano, o que vai acontecer? Uma sobrecarga.

Então, eu queria lembrar para vocês que nós estamos tratando do clima, o que vai afetar as plantações, vai afetar as cidades, mas ele vai afetar a saúde das pessoas, e o que ele mais afeta, por incrível que pareça, é a saúde mental, mais que qualquer outra coisa. As pandemias de cólera e outros elementos infecciosos têm um combate muito mais eficaz hoje em dia, e a doença mental vem sendo pouco estudada, até que, com a covid... A covid deu, realmente, um *start* para uma preocupação mundial – não é só no Brasil – de que a saúde mental entrou no mapa.

Esse nosso estudo pioneiro, que eu relatei, conduzido ali na nossa universidade, não examina somente a população do Brasil como um todo. Do Oiapoque ao Chuí, nós estamos vendo, mapeando tudo. Entretanto, nós mapeamos também os estudantes universitários; na verdade, a comunidade – professores, alunos e técnicos –, porque havia uma ideia de uma grande crise. Não temos o dado publicado, mas aqui eu acho que é uma audiência muito qualificada, e o que a gente pode dizer, até o momento, é que existe uma crise, mas ela não é muito diferente da crise que tem no Brasil como um todo, certo? O Brasil está muito afetado por essas questões.

Bom, há aí uma outra consequência em que a gente não está acostumado a pensar. A violência todo mundo atribui a crime organizado, atribui também a gangues, mas a violência sobretudo ocorre nos lares. A maior violência é a doméstica, e ela é um resultado de uma má saúde mental.

E aqui então nós fizemos um modelo com redes neurais, e juntamos dados da Secretaria de Segurança, da produção ambulatorial, violência interpessoal ou autoprovocada, mortalidade por causas externas, colocamos tudo, toda essa massa de dados em sistemas de redes neurais.

Então, aplicamos nos períodos pré e pós-enchente, tem que treinar o sistema evidentemente no pré-enchente e ver que anomalias ocorrem no pós. E aí o que acontece? Ali tem enchente com a barra azul. E ali, um ano depois, tem um pico de violência, que não tem uma explicação plausível senão o próprio evento fundador ali que é a enchente.

E onde que está essa violência? Pena que a Damares não está aqui, que eu sei que é um tema que interessa a ela. Tentativa de feminicídio ocorre um ano depois; estupro, no mesmo mês, vulnerabilidade, estupro...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FLÁVIO KAPCZINSKI** – ... feminicídio consumado, seis meses depois; violência sexual contra as mulheres aparece dois meses depois; e os atendimentos em Caps, dois meses depois.

Aqui estão os componentes dessa rede neural: tentativa de suicídio, estupro, feminicídio consumado... Esses são os componentes de aumento de violência no nosso estado pós-enchente. Não foi gangue, não foi crime organizado, é violência doméstica mesmo.

E esse dado não está aqui, mas o maior fator de risco para a violência doméstica é o uso abusivo de álcool pelo homem da casa. Esse é o ponto, aí que está toda a questão.

Bom, feminicídio. Onde que dá o pico?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FLÁVIO KAPCZINSKI** – É um ano depois. É depois que todos os problemas já se mostraram como insolúveis, a casa foi perdida, não se conseguiu recuperar, tentou aqui, tentou ali... Isso gera tensão no ambiente doméstico e vai acabar gerando justamente feminicídio, ou ameaça de feminicídio, esse tempo todo depois.

Então, eu acho que eu quero trazer o seguinte, nós temos os mapas meteorológicos, o El Niño, etc. E os sistemas de predição precisam ser muito mais sofisticados, precisamos desse observatório que a Márcia e o Osvaldo estão capitaneando lá no Rio Grande do Sul, porque, talvez, medindo a temperatura da água, a gente consiga melhorar a organização do SUS para esses anos difíceis, como será este ano agora.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FLÁVIO KAPCZINSKI** – A taxa de suicídio cai exatamente na hora do desastre e sobe um mês depois, tem um pico. O pico é de 60% a mais. Então, depois que a crise está instalada, e as perdas estão documentadas, aí vem o desespero e vem o suicídio.

Todo esse estudo vem desse projeto "Interação entre Mudança Climática, Saúde Mental e Violência: Uma Análise Global Multinível". Eu o coordeno, e eu trouxe aqui até a foto do nosso Diretor da nossa FAP, Odir Dellagostin, porque naqueles tempos de escassez e de terror, o Odir saiu batalhando, batendo de porta em porta e levantou R$30 milhões – a gente ganhou uma parte desse primeiro aporte – e depois ele conseguiu dobrar e elevou a R$60 milhões, um pouco mais...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FLÁVIO KAPCZINSKI** – Em suma, obrigado pela atenção de todos e lembrem que quando o clima muda, a saúde muda; quando a saúde muda, a saúde mental muda por longos tempos com muitas consequências.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Flávio Kapczinski, Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aliás, é um ponto só para citar aqui: é comum, fazendo uma comparação um tanto estranha, o pessoal falar, em termos de voo espacial, da preparação das tripulações, falar da preparação técnica, que obviamente a gente tem que ter para a operação dos sistemas, manutenção dos sistemas e tudo mais; falar da preparação fisiológica, com relação à saúde e tudo mais que vai ser afetado no espaço; da preparação física, condicionamento físico também – não é a parte mais importante, mas também é feito isso –, mas uma coisa que, quando eu falo, o pessoal às vezes se espanta, é que a parte mais difícil é a preparação emocional, porque você vai ficar num ambiente fechado, confinado, em situação de risco e estresse com outras pessoas.

Se olhar, essa situação aconteceu durante a pandemia, por exemplo, todo mundo fechado, numa situação semelhante, numa situação como essa. Numa enchente, em que existem todas as preocupações com relação ao que vai acontecer no futuro próximo, no futuro. Depois vem a confirmação daquilo, você perdeu a casa, vai ter que recuperar o seu emprego, a sua empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi destruída. "E agora? Como é que você vai fazer?" Tudo isso acaba refletindo nas interações das pessoas, isso é um ponto muito importante.

Obrigado por trazer esse ponto aqui. Realmente, tem que se pensar nisso, afinal de contas, somos humanos, e a gente tem essa emoção, a gente precisa ser tratado dessa forma.

Muito obrigado.

Vou passar a palavra aqui para o Senador Wellington Fagundes, Senador...

**O SR. OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES** – Senador, posso fazer uma observação rapidinho?

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não, Osvaldo.

**O SR. OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES** – Nós vamos pedir licença, Márcia, eu e o Flávio, porque nós temos voo, nós temos que embarcar daqui a 25 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sem problema.

**O SR. OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES** – Nós vamos ter que... lamentamos, mas, mais uma vez, agradecemos a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sem problema, eu que agradeço muito, foi muito enriquecedora a participação.

E eu conto com vocês, porque não fica só por aqui, porque agora a gente discute aqui, mas isso vai se transformar num relatório, que depois tem que se transformar em algo, em ações efetivas. Então, o Marcelo, o Dr. Marcelo Morales está coordenando essa parte também aqui, e a nossa Secretaria também.

Então, para transformar isso aí realmente em ação efetiva, eu vou contar com vocês para nos ajudarem a montar esse plano de ação.

Obrigado e boa viagem para vocês.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Mas antes de sair, eu não posso deixar de cumprimentar o Ministério da Ciência, Tecnologia, Osvaldo Luiz, e a nossa Reitora Márcia Barbosa; de falar da importância de todos vocês que estão aqui – o Mozar, José Antônio, Flávio, que acabou de falar muito bem um assunto tão importante, e o Walter também.

Eu gostaria de registrar, até para que fique nos *Anais* desta audiência pública, meu posicionamento também – a Senadora Damares também é proponente, junto com o nosso Senador Astronauta Marcos Pontes –, registrando aqui a importância, Senador, desta audiência pública a todos que estão nos assistindo também.

E aqui já começo agradecendo a V. Exa., principalmente pelo papel, como Ministro da Ciência, Tecnologia também, deixando a sua marca no Mato Grosso, quando lá implantamos o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal.

V. Exa., depois de ter sido eleito o Senador mais votado do Brasil, da história do Brasil, esteve também na minha diplomação, onde fizemos a instalação do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, que hoje já está em pleno funcionamento. Colocamos recursos lá. Também coloquei emendas, equipamentos, tudo para funcionar.

O Morales também está aqui e o cumprimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui cumprimentar, então, esta iniciativa, porque discutir o El Niño, de 2026, não é apenas falar do clima, é falar de vida humana, de produção, meio ambiente, segurança alimentar, prevenção de desastres e também da responsabilidade pública. Aqui eu faço questão de trazer uma preocupação muito direta: o Mato Grosso, o meu estado, precisa estar no centro desse debate.

Mato Grosso é o maior produtor rural do Brasil, é líder na produção de grãos, carnes, algodão e de tantas cadeias que alimentam o Brasil e ajudam a alimentar o mundo. Mato Grosso também abriga riquezas ambientais fundamentais para o Brasil e para o mundo. Temos o Pantanal mato-grossense, uma das áreas úmidas maiores do planeta e temos, também, a Região Amazônica mato-grossense, especialmente no norte do estado, com floresta, rios, biodiversidade, cidades importantes, comunidades, gente e produção. Por isso, o nosso estado vive uma responsabilidade dupla: produzir com eficiência e proteger nossos biomas, nossas águas e a vida das pessoas.

É importante aqui lembrar que o fogo não faz parte da dinâmica natural, principalmente da floresta preservada. Na Amazônia úmida, o incêndio natural é raro, mas quando vem a seca extrema, como na possibilidade do El Niño, a degradação ambiental e a ação humana, aquilo que era raro pode virar tragédia ambiental, econômica e social.

No Pantanal mato-grossense, também já vimos o sofrimento de famílias pantaneiras, dos produtores, dos ribeirinhos, das comunidades tradicionais, dos indígenas e quilombolas, do turismo, dos bombeiros, dos brigadistas e da fauna, diante de grandes queimadas. Mais de 4 milhões de hectares, Mozar, foram praticamente dizimados numa queimada, seis anos atrás. Por isso, a prevenção precisa começar antes: antes da fumaça, antes do fogo, antes da emergência. Prevenir, portanto, é mais barato, mais inteligente e mais humano do que remediar depois da tragédia.

Eu defendo a preparação para que agora, em 2026... Claro, o Governo do Estado, o Corpo de Bombeiros de Mato Grosso, já têm, inclusive, uma sala de situação instalada. Há muitos anos, eu tenho colocado recursos – e aqui registro também o Senador Jayme Campos, meu companheiro do estado – para que o Pantanal possa ter equipamentos, a implantação do Corpo de Bombeiros.

Fizemos lá a perfuração de poços artesianos estratégicos para ter bebedouros naturais para os animais. Isso foi um projeto junto com a Universidade Federal e a Associação Mato-Grossense dos Municípios. Portanto, eu defendo que a preparação para 2026 realmente comece agora: consciência, monitoramento, presença do poder público e também a integração entre União, estados e municípios, além dos produtores rurais, universidades, institutos de pesquisa, o corpo de bombeiros, a defesa civil, o Ibama, que é muito importante, o ICMBio, devem chegar antes, o Inpe, o Cemaden, a Sema e todos os órgãos envolvidos, porque o fogo não respeita a divisa de municípios, a seca não espera a burocracia, e quem vive no Pantanal, na Amazônia mato-grossense e nas regiões produtivas não pode ficar sozinho na hora da crise.

Por isso, considero fundamental que esta audiência ajude a construir um plano preventivo nacional, com atenção especial ao nosso Pantanal e à Amazônia mato-grossense. Por isso, quero dizer que precisamos de alertas antecipados, mapas de riscos, brigadas estruturadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos, aeronaves, comunicação eficiente, aceiros, fogo controlado, capacitação local e recursos garantidos antes da emergência.

Eu quero dizer também aqui do papel da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e até da Aeronáutica, que também têm sido extremamente presentes através do Comando do 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil, lá em Ladário.

Quero dizer também que precisamos tratar o produtor rural como parceiro da prevenção. O produtor que cumpre a lei, que preserva, que mantém a reserva legal, que cuida da água e da terra precisa ser ouvido, principalmente o pantaneiro, e, além de tudo, respeitado. O debate climático não pode ser usado para criminalizar quem produz dentro da lei. Ele deve servir para proteger vidas, orientar políticas públicas e fortalecer a produção sustentável. Produtor rural e preservação ambiental não são inimigos. Por isso, defendemos muito aqui o Estatuto do Pantanal. Precisamos fazer o desenvolvimento socioeconômico do nosso Pantanal.

E, em Mato Grosso, tudo isso precisa caminhar junto. Não existe solução para o Pantanal feita de gabinete, sem ouvir quem vive lá. Essa é a grande reclamação do pantaneiro. Quando a Senadora Tereza Cristina falou aqui do "boi bombeiro", isso foi ironizado, foi satirizado pela imprensa nacional e até mundial. E é provado que a pecuária convive e é necessária para o pisoteio da macega do Pantanal. Por isso, quero dizer que também não existe solução para a Amazônia mato-grossense sem ouvir os municípios, os produtores, as comunidades locais, os pesquisadores e também os trabalhadores que conhecem aquela localidade e aquela região.

Mato Grosso produz para o Brasil e para o mundo, mas, para continuar produzindo, precisa de estrada, energia, tecnologia, seguro rural, assistência técnica, previsibilidade climática, segurança jurídica e ainda políticas ambientais construídas com responsabilidade.

Por isso, defendo, Senador Marcos Pontes, a retomada da Subcomissão do Pantanal, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, com um plano de trabalho preventivo até o período crítico após 2026 – talvez mais ainda, não é? E defendo também que esse trabalho tenha diálogo com a realidade da Amazônia mato-grossense.

A prevenção climática em Mato Grosso não pode olhar apenas para o bioma. Ela precisa enxergar o estado como um todo. Precisamos sair daqui com encaminhamentos práticos, calendário, responsabilidade definida, orçamento, principalmente, monitoramento e ainda a cobrança. Por isso, quero dizer que Mato Grosso quer produzir, Mato Grosso quer preservar, Mato Grosso quer desenvolvimento, mas também quer respeito à sua realidade. Quem conhece o Pantanal sabe que ele exige presença, cuidado e planejamento.

Eu estou concluindo aqui, Sr. Presidente, e quero deixar todo o meu pronunciamento como lido.

Tenho aqui algumas perguntas feitas, vou deixar aqui com o Presidente se ele achar prudente fazer a pergunta por causa do tempo, não é? Mas as perguntas que não forem possíveis aqui de serem respondidas, eu queria que também fossem aqui pela Secretaria dirigidas aqui aos nossos técnicos para que eles possam fazê-lo em outro momento mais adequado.

Mas eu concluo aqui agradecendo imensamente e sabendo que a ciência e a tecnologia são fundamentais para tudo o que aqui estamos fazendo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, um parceiro lá do Ministério da Ciência, Tecnologia, da implantação do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e também da rede de estudos do Pantanal, que espero que retorne a funcionar, porque isso é extremamente importante. Obrigado. Obrigado pela participação.

Eu anuncio também a presença da Senadora Damares Alves aqui conosco. Inclusive nós tivemos uma fala, agora há pouco, do Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul falando sobre os problemas mentais – vamos dizer assim –, problemas psicológicos que acontecem dentro dessa situação como um todo. Muito interessante a fala.

Se a senhora quiser usar a palavra, por favor.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Senador, só para cumprimentar pela iniciativa. E que bom a gente ter tantos órgãos aqui que são os que podem nos dar com as respostas.

Assim que eu soube dos possíveis danos desse El Niño, eu fiz requerimentos de informações ao Ministro da Ciência, Tecnologia e também ao Ministro do Desenvolvimento Regional. Eu queria saber das providências que o Governo está fazendo já de prevenção. Eu tenho uma preocupação muito grande com as crianças. Se a gente tiver grandes danos como estão previstos, como nós estamos vendo a questão do acolhimento de crianças que serão alcançadas, famílias que serão alcançadas, sem causar pânico na sociedade, mas a gente precisará ter medidas preventivas e de contenção também.

Então esta audiência, eu acho, vai nos dar muito norte, e a gente vai continuar debatendo amanhã também. O Senado vai continuar se debruçando sobre o assunto, mas mostrando para o Brasil que o Parlamento está se antecipando. E pelo que eu estou vendo aqui, vieram preocupações, mas também já vieram algumas respostas que a gente estava precisando. Então, parabéns pela audiência.

Eu quero me colocar à disposição do senhor para a gente fazer esse enfrentamento juntos, para a gente estar juntos, assim como o Senador Wellington... E nossa preocupação com o agro. O que aconteceu no Rio Grande do Sul com aquela grande enchente, a fatura está posta hoje. O endividamento por causa daquela grande enchente está sendo posto hoje. Inclusive agora, daqui a pouquinho, em uma hora, a gente vai ter que votar um projeto de lei sobre o acolhimento; o atendimento ao agricultor, que foi tão prejudicado no Rio Grande do Sul e no Brasil inteiro.

Então, a gente sabe que o El Niño vai nos trazer, inclusive, danos econômicos. Então, a gente precisa também se antecipar com o pessoal do agro, com o pessoal das áreas urbanas, a preocupação com as vidas, com as famílias. Então, estamos fazendo o nosso papel como Parlamento, muito tempo antes, para a gente encontrar respostas.

Então, parabéns, Senador. Eu não esperava nada diferente do senhor, que é um cientista e sabe que a ciência pode prever e pode ajudar na contenção dos danos.

Parabéns, Senador Wellington. Sua preocupação com o seu estado. Imagina o agro do seu estado, como vai ser alcançado com tudo isso? O seu estado, que vive em torno do agro.

Eu fico aqui muito incomodada, muito incomodada, mas, se a gente já puder ter medidas de contenção agora, a gente vai ter que tomar todas elas. Talvez parar tudo no Brasil, parar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brigas. É um bom momento para a gente parar de brigar, esquecer as diferenças políticas e a gente agora se unir em torno das prevenções e contenções.

Parabéns, Senadores, por este debate.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Senador Marcos Pontes, pela ordem.

Eu acho esta nossa audiência tão importante que eu gostaria que a gente pudesse entregar aqui um resumo para o Presidente Davi, porque esse alerta do El Niño é algo que... Ontem eu vi em um programa, numa rede de televisão, a gravidade que está aí, e muitos a subestimam. Nós podemos prejudicar, como a Senadora colocou, a produção nacional, além de vidas humanas também, porque o que nós vivemos no Pantanal seis anos atrás foi inacreditável. E aquilo poderia acontecer – o Pantanal estar seco, faltar água para os animais, faltar água para as pessoas. Então, eu acho que desta audiência nós poderíamos tirar um resumo, com a competência de V. Exa., para que a gente entregue oficialmente ao Presidente Davi.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes, Senadora Damares Alves.

Na verdade, eu tinha acabado de falar também sobre a necessidade de nós fazermos aqui um relatório – não só um relatório explicando o que foi discutido aqui, mas um relatório com uma área... Para quem se lembra de mim no ministério, eu falava exatamente isto: não adianta só a discussão; a gente precisa ter ação. Então, o relatório deve trazer uma lista de ações tanto aqui para o Legislativo quanto para o Executivo também, para chegar até os estados, de forma que a gente possa estar mais preparado para esses eventos que possivelmente virão com o El Niño.

E um outro ponto, Senadora Damares: eu até ia fazer a proposta de que nós tenhamos, na Comissão de Direitos Humanos, também uma discussão mais aprofundada sobre a parte dos efeitos psicológicos disso aí, porque uma coisa que foi demonstrada pelo Prof. Flávio Kapczinski aqui foi que as mulheres acabam sendo as maiores vítimas da violência que é gerada depois desses eventos – não durante o evento, porque durante a preocupação é salvar a vida em si, mas depois todas as consequências psicológicas advindas dos resultados negativos disso acabam refletindo na mulher, no número de aumento de feminicídio e em uma série de coisas.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, acho que seria muito interessante ter essa discussão lá.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Muito bom!

Inclusive, Senador, 52% dos lares no Brasil hoje são liderados por mulheres, então quem vai ser diretamente afetada vai ser a mulher. Eu acolho e a gente fazer... continuar o debate, inclusive o trazendo de volta, para a gente fazer esse debate especificamente. E o que a gente já pode fazer? Junto com o Ministério das Mulheres, Ministério de Direitos Humanos, a Secretaria da Mulher, a Secretaria da Criança, o que a gente pode fazer já agora é a prevenção nesse grande evento que a gente vai ter que é o El Niño.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora, continuando as apresentações, à Sra. Andréa Bento Carvalho, Professora Adjunta no Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande.

Eu peço para controlar o tempo por lá, os dez minutos.

Obrigado.

**A SRA. ANDRÉA BENTO CARVALHO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.k., está no visual aqui, Andréa, está 5 por 5 a voz também.

**A SRA. ANDRÉA BENTO CARVALHO** (*Por videoconferência*.) – Vocês estão me escutando então?

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sim, alto e claro. Obrigado.

**A SRA. ANDRÉA BENTO CARVALHO** (*Por videoconferência*.) – Ah, obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiramente eu agradeço o convite para participar desta audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia. Sou Andréa Bento Carvalho, Professora da Universidade Federal do Rio Grande, Pesquisadora do Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo, e integro a rede de pesquisa do INCT-Adapta.

Hoje eu vim tratar de um fenômeno – o El Niño –, que costuma ser mais discutido como questão ambiental, mas que também deve ser tratado como um choque macroeconômico. Então, é trazer um olhar a uma visão econômica do fenômeno climático.

De acordo com o Noaa, há cerca de 82% de probabilidade de ocorrência do El Niño. Então, há pontos que têm que se destacar nessa questão: é um choque previsível, que se monitora com antecedência. Ao contrário de um choque inesperado, uma crise econômica inesperada, um choque financeiro súbito. Não eliminamos a incerteza da ocorrência, enfim, dos efeitos, mas temos uma informação antecipada sobre a sua probabilidade, padrões típicos de impacto, que é o que o mapa à direita, simplificadamente, mostra.

Então, o que podemos observar? Os efeitos não são uniformes no território, então a resposta pública também não pode ser uniforme. Ela precisa ser territorializada.

Aqui eu fiz uma pergunta retórica: "Por que tratar o El Niño como um tema econômico?". Os efeitos do El Niño não se restringem ao clima, eles avançam e atingem uma imensa quantidade de variáveis econômicas, tais como – eu elenquei – preços, renda, produção. Então, quando o regime de chuvas se altera, o que é uma característica do El Niño, alteram-se safras, o custo dos alimentos, geração de energia, e esses impactos, como eu já citei anteriormente, não são homogêneos, eles variam conforme a exposição de cada região ao risco e a sua natureza inerente, conforme a estrutura produtiva e econômica, e conforme a sua capacidade de adaptação pré-existente.

Então, o El Niño ou outro fenômeno climático, quando previsíveis, ou parcialmente previsíveis, além de uma informação ambiental, são uma poderosa informação econômica para o planejamento público. E, nesse sentido, é interessante nós apontarmos e entendermos como que esses fenômenos, os efeitos dessas anomalias, chegam na economia. É através de canais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, enfim, eu resumidamente coloquei aqui nesse eslaide, e é importante frisar que esses canais não estão restritos ao efeito do El Niño, é o efeito de anomalias climáticas, entre eles, o El Niño. Então, são variações de chuva, temperatura, disponibilidade hídrica. São basicamente quatro canais, que, somados, transformam uma anomalia física em uma perturbação econômica, em um problema econômico.

O primeiro canal produtivo, que está logo à esquerda, está ligado à produtividade e à oferta. Então, como é que esse canal tem um *start*? Então, primeiro, nós temos o choque físico – de precipitação, aumento e diminuição, enfim, disponibilidade de água –, que se traduz em quebras de safra, em perdas na pesca... Isso é algo, rapidamente, muito latente, até pela fala anterior do Senador, mas é algo latente também no estado, no Rio Grande do Sul, em que nós temos quebras de safra tanto pela questão da cheia quanto pela seca. E já tem estudos também que associam ao El Niño. O El Niño de uma magnitude mais expressiva provoca uma menor salinização da Lagoa dos Patos e isso afeta diretamente a pesca do camarão, então afeta a renda de famílias inteiras de pescadores.

Outro fator: restrições hídricas e energéticas, ainda mais contando com a matriz energética brasileira, que está fortemente associada à água. Economicamente, o que isso significa? Menor produtividade, redução de oferta de bens essenciais, como alimentos e energia.

E aí, logo ao lado, um canal de preços e custo de vida. Anteriormente, se há quebras de safra, perda de pesca, enfim, há restrição na oferta de alimentos e de energia, os preços sobem, e isso chega ao consumidor, aumentando o custo de vida, com um impacto mais forte, logicamente, porque ele tem um efeito regressivo sobre famílias que têm um orçamento mais restrito.

E no terceiro canal, o canal de renda e crescimento, a gente observa que a renda pode cair por vários caminhos, mas, trazendo as informações de que nós vínhamos tratando – quebra de safra, enfim –, nós podemos ter perda de produção no campo, perda de renda no campo, redução de produtividade do trabalho, queda de faturamento de setores afetados, que é uma coisa que nós observamos muito no Rio Grande do Sul. Vários setores ficaram meses sem poder exercer suas atividades. Então, menor produção, menor renda, emprego e investimento também são afetados.

E, por fim, um quarto canal, que reúne custos públicos e privados. Então, qualquer perda e dano em infraestrutura – moradia, estrada, portos, aeroportos – depois são sucedidos por gastos de reconstrução, de indenizações de seguros, necessidade de crédito tanto para firmas quanto para famílias. E qual é o significado econômico disso? Uma pressão sobre o Orçamento público e também sobre os custos privados.

Aqui, especificamente nesse eslaide, eu trouxe a questão do El Niño e a economia. O que diz a literatura? Eu vou passar mais rápido aqui pela questão do tempo.

Especificamente, aqui nós temos um estudo do FMI que coloca o seguinte: inflação de curto prazo, ou seja, o evento acontece e rapidamente os preços tendem a subir, e essa inflação, na grande maioria dos países, já ocorre. O segundo estudo, da revista *Science*, já coloca um fenômeno de longo prazo, economias globais que estão mais associadas a países tropicais, estão mais associadas ao efeito do El Niño. Então, pode ter uma duração desses efeitos econômicos, dessa perda de crescimento e renda por até oito anos e, de repente, até mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí um estudo nacional do Banco Central do Brasil em que acoplaram uma variável climática, o El Niño, no modelo de contribuição na inflação, e encontraram esse valor. E esse valor de 11,3 pontos percentuais está atrelado à alimentação no domicílio. Então, como o El Niño explica 11,3 pontos percentuais na inflação daquele alimento que nós, por exemplo, adquirimos no supermercado e cozinhamos em casa – não é a alimentação no restaurante nem o *delivery*, mas daquele alimento: o arroz, o feijão, a batata.

Aqui são quatro canais também, quatro recortes, na verdade, recentes, todos do Brasil. E o que esses números... Não vou detalhar um por um, mas o que esses números tendem a nos mostrar? É o custo... Ele não é abstrato. Ele é um custo recente, porque, nos dois quadros ao lado, nós observamos os impactos da enchente do Rio Grande do Sul. Ele é nacional. Ele atinge ao mesmo tempo a produção de alimentos – há ali uma quebra de safra de milho –, o Orçamento público, o setor privado...

E, nessa toada, eu trouxe aqui um exemplo de impacto das enchentes do Rio Grande do Sul em dois portos no Rio Grande do Sul, que é o Porto de Porto Alegre e o Porto de Rio Grande. À esquerda, nós temos o Porto de Porto Alegre, que ficou mais de um mês com sua estrutura totalmente submersa. Depois que a água baixa, não é rapidamente que o processo começa, que as atividades começam a ser desenvolvidas; não, tem toda uma fase de avaliação de danos e de reparos para, aí sim, retomar a operação. Já no lado direito, há o Porto do Rio Grande, que é um complexo importante, que é o único porto marítimo, e a enchente assoreou o canal. E o que isso reflete? Navios saindo com menos carga. Então, é uma logística travada, processos mais caros. Aqui são alguns canais problemáticos.

Agora, eu vou passar mais rapidamente pela questão de onde nós podemos encontrar soluções. Aqui eu coloquei a equação da resiliência pública. O que é? A ideia central é que existe uma combinação: previsão climática é um primeiro passo, e muito importante, que aí deve ser combinado com o mapeamento econômico setorial. Quais setores, quais regiões, quais cadeias produtivas, quais infraestruturas estão mais expostos? Essa combinação vai permitir nós sairmos de uma posição mais reativa e avançarmos para uma política econômica preventiva. Então, é ter as variáveis climáticas partícipes do planejamento de ações.

E, finalizando – aqui é o meu último eslaide –, há três compilados de estratégias operacionais: o planejamento antecipado, que é a tônica da minha apresentação; o mapeamento de exposição, que permite uma resposta diferenciada, porque entendemos a vulnerabilidade dos lugares...

A mensagem geral que eu gostaria de deixar é que para um choque previsível, como é o El Niño, antecipar custa muito menos do que remediar.

Eu quero agradecer mais uma vez a atenção das Sras. e dos Srs. Senadores e parabenizar a Comissão por trazer este tema ao debate.

E coloco-me inteiramente à disposição para as perguntas.

Muito obrigada.

E desculpe-me se eu extrapolei o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Não... Muito obrigado, Sra. Andréa Bento Carvalho, Professora Adjunta do Instituto de Ciências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Econômicas Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande. Parabéns pela apresentação. Obrigado por ter mantido o tempo – também é importante.

E, agora, para a última apresentação, eu convido o Sr. Walter Collischonn, Professor Titular de Hidrologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para os seus dez minutos.

Obrigado.

**O SR. WALTER COLLISCHONN** (Para expor.) – Obrigado pelo convite. Agradeço a oportunidade de estar aqui presente nesta Comissão e trazer algumas informações adicionais, muito já foi dito aqui.

Bom, meu nome é Walter Collischonn, eu sou Professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas, que é uma unidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Nosso instituto é uma unidade da universidade que é 100% voltada para a questão da água. A gente trabalha desde questão de saneamento ambiental e tratamento de água até questões hidráulicas e pesquisas relacionadas a estruturas hidráulicas, como barragens, por exemplo, e também *softwares* e desenvolvimento na parte de previsão, por exemplo, de cheias, que é uma área em que eu pessoalmente trabalho.

Uma das pesquisas que a gente fez recentemente foi sobre o impacto do El Niño sobre as cheias nos rios da América do Sul. E a gente identificou as regiões em que os anos de El Niño coincidem com os anos em que a gente tem vazões muito altas e possíveis cheias.

E esse mapa não poderia ser diferente, ele coincide com os mapas que o pessoal do Inmet e o Prof. Marengo apresentaram também com relação à chuva, mas a gente identifica nos locais em que têm monitoramento de rios que aqueles pontos azuis são os pontos em que se intensificam as cheias. Aumenta a probabilidade de haver uma cheia. Na prática, a gente poderia dizer que dobra a probabilidade de acontecer uma cheia, uma vazão muito alta no rio, quando a gente tem o El Niño; mas não é uma certeza que vai acontecer uma cheia nesses lugares. Então, todos os pontos azuis têm essa tendência de aumentar a frequência. Isso vai desde a região do sul de São Paulo até o Rio Grande do Sul, mas também pega a parte da Argentina e do Paraguai. Não é só no Brasil que isso afeta. Então, a probabilidade de inundações aumenta, mas não se tem uma certeza de que essas inundações vão acontecer.

Um outro estudo recente mostra mais ou menos a mesma coisa, mas ele detalha um pouquinho mais. A gente separou em cheias pequenas e cheias maiores. E a diferença entre anos neutros, anos de La Niña e anos de El Niño se acentua quanto maior a cheia que a gente analisa. Então, o El Niño tem uma influência maior nas grandes cheias do que nas pequenas cheias na Região Sul do Brasil. Isso é importante. Embora nem todo El Niño cause cheias, muitas vezes, quando há El Niño, as cheias são cheias de grandes proporções.

Um exemplo histórico no Brasil, na parte hidrológica de formação de cheias, foi o ano de 1983. Houve El Niño entre 1982 e 1983 e, nesse El Niño de 1983, houve chuvas bastante acima da média em toda essa região. E a gente vê no mapa ao lado que todos os rios com pontos vermelhos ali registraram, em 1983, a maior cheia da sua história. E os pontos amarelos são locais em que a cheia de 1983 é a segunda maior. Portanto, também é uma cheia muito importante. Então, isso trouxe um impacto generalizado no Brasil. O Senador Esperidião Amin mencionou o impacto em Santa Catarina. Isso levou a uma preocupação nacional com esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assunto. E, desde então, na verdade, o El Niño apareceu com mais força nos estudos científicos, desde essa cheia de 1983.

O desastre do Rio Grande do Sul, de maio de 2024, aconteceu já no final do período de El Niño, quando já estava entrando em condições neutras. A gente estudou esse assunto também, a gente veio estudando com muita intensidade lá. E o que aconteceu lá a gente demonstrou que foi a maior chuva que já aconteceu no Brasil, em áreas grandes – mais de 2 mil quilômetros quadrados – e em vários dias; quer dizer, não foi a maior chuva em um dia ou 24 horas em um único ponto, mas foi, numa grande área abrangida, a maior chuva que já aconteceu no Brasil. E leva a um questionamento. Ela é tão maior do que as outras que já aconteceram no Brasil que nos preocupa no sentido de pensar: será que a gente atingiu um novo patamar de chuvas extremas. E ali aconteceu o seguinte: a gente teve muitos prejuízos e muitas vítimas fatais, em parte, por insuficiência de alertas.

As pessoas que estão em cima da casa naquela fotografia sabiam que ia vir uma cheia, mas elas não sabiam que ia vir uma cheia que ia cobrir a casa delas. Elas estavam acostumadas a lidar com cheias, eventualmente moravam em uma casa de dois andares e se acostumaram a, durante uma inundação, subir os móveis para o segundo andar e ficar refugiadas na sua própria casa esperando a cheia baixar. O que aconteceu é que o nível da água foi muito mais alto do que nas cheias anteriores, e essas pessoas foram vítimas de uma armadilha que elas mesmas criaram. Depois que o nível da água subiu tanto, não era mais possível acessar aqueles locais com barco e foi necessário resgate de helicóptero, que nem sempre estava disponível naquele momento crítico.

Então, o que a gente entende como fundamental nesse processo relacionado a inundações, mas também a outros desastres hidrológicos, como escorregamento de encostas, é aprimorar monitoramento e alerta. Através de monitoramento, alerta e previsão, a gente vai poder reduzir os impactos econômicos, avisar as pessoas antecipadamente, de forma que elas possam diminuir os bens expostos ao risco e, principalmente, diminuir a perda de vidas. Então, esse é um ponto importante.

Uma demonstração a gente fez durante o próprio evento de 2024. Não havia em Porto Alegre um sistema de previsão dos níveis do Guaíba, e a gente, dentro do Instituto de Pesquisas Hidráulicas, organizou isso a partir de observações hidrológicas, previsão meteorológica, ferramentas de modelagem hidrológica, que são *softwares* que calculam os níveis da água e os resultados nos rios. A gente teve uma previsão de impactos lançando mapas do que poderia ser inundado, por exemplo, caso o sistema de proteção contra as cheias não suportasse a cheia que estava por vir. Isso trouxe benefícios, porque, no dia 2 de maio, três dias antes do pico da cheia, a gente conseguiu prever que o nível da água chegaria próximo de 5m, ou eventualmente passaria de 5m, usando dados de chuva medida, nível e vasão dos rios e também previsão meteorológica. Então, fundamental nesse processo é o monitoramento e a observação, para a gente ter esse tipo de resultado.

Claro que não é nossa função, dentro da universidade, prover esse tipo de informação – nós não somos uma organização operacional –, o que a gente pode prover são as tecnologias e as ferramentas que devem ser utilizadas em outros órgãos, outros núcleos. Isso foi disseminado e resultou em redução de impactos lá na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, um caso interessante é a Empresa de Trens Urbanos, que retirou os trens da zona inundável. As oficinas dos trens ficavam todas nessa zona próxima ao aeroporto, e foram retirados quase todos os trens. Todos os trens que poderiam andar foram deslocados para regiões mais altas.

E aqui, para finalizar, vou trazer um ponto de vista mais pessoal meu sobre a questão como se preparar melhor. E eu penso mais no longo prazo. O que eu observo, particularmente na questão de previsão de inundações, é que a gente passa aqui no Brasil por uma situação de fragmentação institucional. A gente tem muitos órgãos relacionados com o assunto, vários deles estiveram aqui representados...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. WALTER COLLISCHONN** – ... Inmet, Agência Nacional de Águas, Serviço Geológico do Brasil, Cemaden, Defesa Civil, órgãos estaduais de Defesa Civil ou de meio ambiente e Aneel –, mas, para mim, parece que há uma fragmentação institucional no sentido de que não fica bem claro, dentro das instituições, a quem cabe monitorar a chuva, a quem cabe monitorar os rios, a quem cabe fazer as previsões de inundações e a quem cabe divulgar as previsões e emitir os alertas.

A gente tem várias instituições trabalhando sobre os mesmos assuntos, mas nenhuma delas cuida completamente do assunto. Por exemplo, o monitoramento de chuva é uma coisa que é feita pelo Inmet, é feita pelo Cemaden, é feita pela ANA, é feita pela Defesa Civil, e todo mundo tem poucos recursos para fazer a mesma coisa. Então, me parece que é uma situação como a do ditado daquele cachorro que tem dois donos e que acaba morrendo de fome, porque ninguém sabe quem vai dar comida para o cachorro.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. WALTER COLLISCHONN** – Então, muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Walter Collischonn, Professor Titular de Hidrologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Parabéns pela apresentação.

E agora, terminadas as apresentações, eu vou, como combinamos no início, retornar a palavra para todos os apresentadores que estão ainda presentes e conectados, lembrando as perguntas que foram enviadas – cada um já tem as perguntas –, para suas considerações finais e responder a uma ou outra pergunta que achar conveniente, que não foram respondidas ainda.

Então, eu retorno a palavra, inicialmente, ao Sr. Tiago Schnorr, Coordenador-Geral de Monitoramento e Alerta do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), para suas considerações finais, por dois minutos. Obrigado.

**O SR. TIAGO SCHNORR** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado também a todos os colegas que me sucederam nas falas, a todas as pessoas que estão acompanhando, que estarão acompanhando nos próximos dias essa importante discussão. Novamente, quero agradecer a participação, o convite para estar aqui participando, em nome do nosso Ministro Waldez Góes, em nome do nosso Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, Wolnei Wolff.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que muito foi discutido aqui, eu acho que a gente sai deste evento com um panorama bastante qualificado em relação ao que o El Niño pode tratar. Acho que essa visão das áreas de agricultura, essa visão da área de economia, expandindo impactos com os quais a gente da Defesa Civil costuma tratar mais, que são aqueles impactos diretos para a população, acho que esse conjunto de informações nos traz um panorama muito bom, e, a partir daí, subsidiando cada vez mais a tomada de ações de planejamento.

A gente permanece acompanhando todas essas informações, permanece o nosso trabalho constante de monitoramento, de alerta, de contato com as defesas civis estaduais, municipais, o nosso planejamento de preparação, para que a gente esteja cada vez mais bem preparado se tivermos eventos críticos, porque a gente sabe que os eventos críticos estão cada vez mais intensos. Então, esse trabalho não pode parar.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil fica desde já à disposição para outras conversas que vão se iniciar a partir de agora, relacionadas à questão de direitos humanos, a outras pastas... A gente vai estar sempre à disposição para contribuir e para gerar essas informações qualificadas.

Então, agradeço o convite e retorno a palavra para o Senador.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Tiago Schnorr, Coordenador-Geral de Monitoramento e Alerta do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres.

Eu passo agora, para suas considerações finais, a palavra ao Sr. José Antônio Marengo Orsini, Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), por dois minutos.

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARENGO ORSINI** (Para expor.) – Sim.

Em relação às perguntas que foram submetidas, são perguntas gerais que realmente são interessantes, porque isso mostra a necessidade da população em termos de informação, mas uma das coisas que nós temos percebido, que justamente o Walter menciona, é que as pessoas não têm essa percepção de risco de desastre.

Ninguém sabia que o rio ia subir e cobrir a casa, porque não tem alerta meteorológico ou hidrológico que diga: "O rio vai subir tantos metros, vai cobrir a sua casa". Em outros lugares, em outros países, as pessoas teriam saído da casa, e, quando eles tentaram sair, já era tarde demais. Eu me lembro dessa imagem, porque eu acho que as pessoas morreram, a correnteza as levou e só uma pessoa foi resgatada pelo helicóptero.

Então, eu acho que, nesse ponto, podemos investir em tecnologias complexas, supercomputadores, mas o importante aqui é o lado social, a percepção de risco de desastre. Essa percepção parte da população...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARENGO ORSINI** – ... parte também da Defesa Civil e, obviamente, parte do Governo. Sem essa percepção de risco de que um desastre pode matar, a gente vai continuar fazendo previsões, e vão continuar morrendo pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Concordo 100%, isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela participação, Sr. José Antônio Marengo Orsini, Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Eu passo a palavra agora, para seus dois minutos de considerações finais, ao Sr. Eduardo Monteiro, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

**O SR. EDUARDO MONTEIRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Aproveito uma questão que foi colocada ali pela plateia: "Quais medidas o Brasil deve priorizar em relação à segurança alimentar e aos prejuízos na agricultura?".

Olhe, eu diria que o tema é bastante amplo, mas, de uma maneira geral, para ser sucinto, nós precisamos reforçar as ações de prevenção de riscos, redução de impactos – essas duas que, tradicionalmente, se aplicam dentro do ambiente da porteira ou no campo, na área de produção agrícola –, com reforço a ações de divulgação, capacitação e extensão rural, justamente para a promoção de sistemas de produção mais resilientes, mais preparados para lidar com as diversidades climáticas, também reforçando as políticas agrícolas que tenham um papel fundamental nisso.

Hoje, o Crédito Rural, o Programa de Seguro Rural e o programa do Proagro têm iniciativas de fomento e de incentivo à adoção de boas práticas e de sistemas mais resilientes. É uma estratégia interessante, porque esses programas de política agrícola têm um alcance extraordinário: em Seguro Rural e Proagro, são 400 mil contratos por ano e, quando a gente vai para o Crédito Rural, são mais de 2 milhões de contratos por ano. É uma forma muito eficiente, muito efetiva de tentar induzir e promover a adaptação na agricultura brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Monteiro, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Na sequência, eu passo a palavra, para os seus dois minutos de considerações finais, ao Sr. Mozar de Araújo Salvador, Coordenador de Monitoramento e Previsão Climática do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

**O SR. MOZAR DE ARAÚJO SALVADOR** (Para expor.) – Com relação aos questionamentos da população que foram enviados, eu resumiria que duas perguntas aqui sintetizam todas as questões.

Uma é do Diego, de Mato Grosso. Ele questionou: "Como melhorar os sistemas de alerta e resposta rápida diante de enchentes, secas e ondas de calor?", etc. E a Ani, do Rio Grande do Sul: "Como o Brasil pode usar ciência e tecnologia para reduzir os impactos do El Niño na agricultura e nas cidades?", eu acredito que em diversos setores em geral.

Eu acredito que uma das coisas, e o professor levantou uma questão muito interessante, é a questão da fragmentação. Nós temos muitas instituições, instituições competentes, com pessoas capacitadas, mas um trabalho fragmentado, usando o mesmo termo que foi apresentado. Juntar essas instituições, isso já está sendo feito, mas precisa ser aprimorado constantemente. Alguns trabalhos já são feitos em conjunto, associados, para somar forças e não dividir recursos.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MOZAR DE ARAÚJO SALVADOR** – Então, essa é uma das ações importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um segundo elemento é, uma vez fazendo um trabalho de excelência, esse trabalho tem que ser transformado em uma comunicação efetiva para a população, uma linguagem cidadã que chegue de forma ágil, de maneira precoce, para que a população tenha as informações meteorológicas numa linguagem que ela entenda e para que ela possa, de fato, agir.

Então, em resumo, eu diria que são essas questões importantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Mozar de Araújo Salvador, Coordenador de Monitoramento e Previsão Climática do Instituto Nacional de Meteorologia.

Agora, para as suas considerações finais, eu passo a palavra à Sra. Andréa Bento Carvalho, Professora Adjunta do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande.

**A SRA. ANDRÉA BENTO CARVALHO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Então, o primeiro elemento que eu poderia apontar é que a previsão climática oficial seja tratada como um insumo regular do planejamento setorial, e não como uma informação avulsa – uma combinação desses fatores.

O segundo – que já foi comentado também – é que se institucionalize o canal entre os órgãos que produzem a previsão e os que planejam; como estou tratando de economia, que tratem essa questão do planejamento de ação econômica.

E, por fim, o terceiro – nunca vai finalizar totalmente, mas, enfim, é uma terceira colocação – é que o mapeamento de disposição econômica regional seja feito antes do choque, antes do evento, e não depois. Isso aí seria o mais importante, porque evitaria danos e principalmente a perda de vidas.

Então, a lógica não é eliminar a incerteza, porque ela é inerente, mas é reduzir perdas evitáveis. E são medidas de método, de coordenação, que estão plenamente ao alcance do Estado.

E, rapidamente, para abordar uma questão que foi falada sobre as soluções baseadas na natureza, elas são essenciais, sim, porque elas reduzem o risco climático, com muitos benefícios, protegem solo, água, produção, moradia, mas precisam estar integradas a obras, ao planejamento urbano e ao orçamento público. Não deve haver uma substituição do Estado, mas é uma qualificação, digamos assim, de políticas adaptativas.

Mais uma vez, muito obrigada pelo convite. Foi muito importante estar neste momento aqui com todos vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sra. Andréa Bento Carvalho, Professora Adjunta do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande.

E agora, finalmente, eu passo a palavra ao Sr. Walter Collischonn, Professor Titular de Hidrologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para as suas considerações finais.

**O SR. WALTER COLLISCHONN** (Para expor.) – Muito obrigado.

Eu vou considerar aqui uma pergunta da Deborah, de Mato Grosso. Ela perguntou: "O poder público tem investido o suficiente em prevenção e monitoramento climático?"

Especificamente da questão do monitoramento, vou falar da experiência, analisando os dados que a gente tinha disponíveis durante as chuvas de 2024. Das mais de 200 estações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pluviométricas que medem chuva que constam e existem na região que foi atingida, a gente tinha menos de 70 que realmente mediram adequadamente. E quando a gente vai perguntar para as pessoas por que aconteceu isso, é porque não tinha recursos para mantê-las em operação; às vezes, não tinha o pessoal para manter em operação; não tinha orçamento para manter em operação.

Então, ou a gente não tem investido o suficiente, ou, de alguma forma, a gente investe de uma forma desorganizada e não consegue manter. Então, a gente vê muitas iniciativas nessa época, depois de uma cheia, a comprar equipamento...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. WALTER COLLISCHONN** – ... mas pouca iniciativa de manter o equipamento funcionando.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Walter Collischonn, Professor Titular de Hidrologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Concordo também 100% com essa observação. Era um os problemas que a gente tinha, que tratávamos no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, dentro das universidades, por exemplo, nos centros de pesquisa, nos laboratórios. A pessoa sempre precisa de um equipamento novo. O problema é a manutenção desse equipamento e muitas vezes a distribuição também. Às vezes, há duas universidades ou dois laboratórios próximos que querem o mesmo equipamento, sendo que você consegue utilizar o do vizinho, vamos dizer assim. A gente criou até um programa de manutenção de equipamentos feito pela Finep, justamente para isso.

Eu, no término agora... passamos aqui praticamente três horas nesta audiência pública, e não é à toa, porque o tema é muito importante.

Eu gostaria de começar agradecendo. Nós tratamos aqui do tema do El Niño, da ciência e tecnologia ligadas, e como a gente pode, através do conhecimento, reduzir as nossas perdas. Isso envolve gerenciamento de riscos, isso envolve infraestrutura.

Nós falamos aqui de monitoramento, falamos de análise de cenários, falamos de análise de riscos, de psicologia ligada ao assunto, hidrologia, economia, agronegócio, da agropecuária como um todo. Você vê que esse é um tema que envolve muitas áreas e por isso a gente precisa prestar atenção aqui neste Congresso em trabalhar com seriedade, não esperar acontecer o problema de novo antes de tomar providências.

E a providência nossa aqui é a legislação, essa legislação que afeta o Executivo de cada um dos estados, afeta o Executivo federal e os municípios, de forma que as providências possam ser tomadas de maneira, vamos dizer assim, sincronizada, inteligente, e que, com isso, nós tenhamos economia de recursos antes, depois e, principalmente, salvar vidas.

Eu quero aproveitar e agradecer, então, a todos aqueles que participaram. Relembrando: foi o Sr. Osvaldo Luiz Leal de Moraes, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; o Sr. José Antônio Marengo Orsini, aqui do Cemaden: a Sra. Márcia Barbosa, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o Mozar de Araújo Salvador, do Inmet, aqui conosco também, do Instituto Nacional de Meteorologia; o Prof. Flávio Kapczinski, Pró-reitor de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o Prof. Walter Collischonn, da Universidade Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Rio Grande do Sul:, o Sr. Tiago Schnorr, Coordenador de Monitoramento e Alerta do Cenad; o Sr. Eduardo Monteiro, pesquisador da Embrapa; a Sra. Ima Célia Guimarães Vieira, do Museu Paraense Emilio Goeldi; a Sra. Andréa Bento Carvalho, Professora da Universidade Federal do Rio Grande.

A todos vocês, o muito obrigado da população. Já que nós falamos aqui em nome da população do Brasil. Muito obrigado em nome da população do Brasil.

Eu quero aproveitar e agradecer a todos que participaram presencialmente e que nos acompanharam pelas redes do Senado, pela TV Senado e também à nossa Mesa, que coordenou, durante esse tempo todo, o funcionamento perfeito aqui dos sistemas.

Muito obrigado a todos vocês.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada esta audiência pública, mas continuamos com as ações. Eu estou contando com a participação de todos para que nós temos um relatório que traga ações e que a gente possa ter soluções.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e nove minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Hermes Klann, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Plínio Valério, Eliziane Gama, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato e Cleitinho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 6/2026 - CCT, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Izalci Lucas (PL/DF), e REQ 39/2026 - CCT, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 3018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial. **Participantes:** Nilo Pasquali, Conselheiro Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Marconi Edson Ferreira Viana, Gerente do Departamento das Indústrias de TI, Telecom e Economia Criativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Inácio Calache Cozendey, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Fabio Alves de Oliveira, Gerente de Negócios para a América Latina da NVIDIA; Carlos Omildo dos Santos Colombo, Diretor de Programa da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda (MF); e Hamilton José Mendes da Silva, Diretor do Departamento de Incentivos às Tecnologias Digitais da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SETAD/MCTI). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Vanderlan Cardoso**
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/09

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de junho de 2026.

Objetivo e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 3.018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos *data centers* de inteligência artificial, em atenção aos requerimentos desta Comissão nºs 6 e 39, de 2026, de minha autoria.

Convidados presenciais.

Participarão presencialmente e convido a tomarem assento à mesa os seguintes convidados: Inácio Calache Cozendey – é isso, acertei? (*Pausa.*)

Que bom! Sente-se aqui do meu lado. (*Pausa.*)

Bem-vindo, Inácio.

Hamilton José Mendes da Silva, Diretor do Departamento de Incentivos às Tecnologias Digitais da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Setad/MCTI) – boa tarde, seja bem-vindo.

O Inácio Calache é Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), bem-vindo!

Carlos Omildo dos Santos Colombo, Diretor de Programa da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda (MF) – seja bem-vindo, Carlos.

Convidados por videoconferência.

Participarão por meio de videoconferência os seguintes convidados: Nilo Pasquali, Conselheiro Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Já se encontra presente aí?

**O SR. NILO PASQUALI** (*Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador. Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Boa tarde. Bem-vindo.

**O SR. NILO PASQUALI** (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Marconi Edson Ferreira Viana, Gerente do Departamento das Indústrias de TI, Telecom e Economia Criativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Encontra-se presente também?

**O SR. MARCONI EDSON FERREIRA VIANA** (*Por videoconferência*.) – Estou aqui. Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Boa tarde. Bem-vindo, Marconi.

**O SR. MARCONI EDSON FERREIRA VIANA** (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E o Sr. Fabio Alves de Oliveira, Gerente de Negócios para a América Latina da Nvidia.

**O SR. FABIO ALVES DE OLIVEIRA** (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Estou aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Boa tarde. Seja bem-vindo, Fabio.

**O SR. FABIO ALVES DE OLIVEIRA** (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Cumprimento as Senadoras e os Senadores presentes, toda a equipe da Secretaria da Comissão e os convidados de hoje. Agradeço a presença de cada um de vocês que aqui estão com o intuito de colaborar com a magnitude deste tema.

O Projeto de Lei nº 3.018, de 2024, está sob minha relatoria e tem autoria do Senador Styvenson Valentim, do Podemos, do Rio Grande do Norte.

No momento em que as novas fronteiras da tecnologia transformam a economia, a indústria, os serviços públicos e a vida cotidiana, é essencial discutir a infraestrutura que sustenta essa revolução tecnológica. Todos os dias, recebemos mensagens, realizamos análises de exames, utilizamos aplicativos de bancos, de música, de transporte. Todos os dias, a IA opera diretamente e indiretamente em nossas vidas.

Porém, ainda somos muito dependentes de estruturas externas ao nosso país. É preciso que a gente fortaleça essa matéria, a fim de ampliar a nossa soberania digital e reduzir essa dependência tecnológica.

Sabendo-se que o tema é importante e desperta interesse de diversos setores, realizaremos... Aqui está "mais uma audiência pública", só que eu fui esclarecido, pelo nosso diretor aqui da Comissão, que nós temos mais 14 convidados aí de que foram aprovados os requerimentos dos Senadores e Senadoras. Então, na média que nós estamos fazendo, de sete convidados, nós temos mais duas audiências públicas. Vou conversar com os Senadores que apresentaram os requerimentos, para ver se realmente querem fazer mais duas audiências públicas. Acredito que sim.

Logo após as duas audiências públicas, as próximas audiências públicas, nós vamos trabalhar para apresentar o relatório, tamanha a importância que é o tema. Por isso que a gente vem discutindo já, esta é a quarta audiência pública. Geralmente, aqui no Senado Federal, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente discute temas aqui em uma ou duas audiências públicas. Então nós vamos fazer aí entre cinco a seis audiências públicas, para entendermos melhor esse tema.

Então aqui tem estes requerimentos: Senador Carlos Portinho, Senador Esperidião Amin, Senadora Teresa Leitão, Senador Chico Rodrigues, Senador Rogério Carvalho, Efraim Filho, são alguns dos Senadores que apresentaram – e foram aprovados – requerimentos aqui, nesta Comissão.

Ao final dessas audiências, apresentaremos o relatório, acreditando ser o suficiente para a apresentação de um texto robusto e que incorpore as necessidades do setor sem que fragilize nosso mercado ou diminua a nossa competitividade.

Desejo a todos uma boa reunião.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Isso não quer dizer que a gente não tenha uma tolerância. Vai depender dos senhores aqui. Se a prosa estiver boa, nós vamos estendendo essa prosa, porque o tema é muito interessante. Eu gosto muito desse tema, talvez pelo fato de ter sido Presidente já desta Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, é um tema que agrada não somente a mim, mas a todos os Senadores e Senadoras. Tem muitos acompanhando através das suas assessorias, nos gabinetes, outros estão aí em outras Comissões, mas acompanhando.

Para um melhor encaminhamento dos trabalhos, a palavra será concedida de modo alternado entre os convidados que participam presencialmente e de modo remoto. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, se houver, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Bom, então, vamos passar já aos nossos convidados.

Sr. Hamilton José Mendes da Silva, Diretor do Departamento de Incentivos às Tecnologias Digitais da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Com a palavra, Sr. Hamilton.

**O SR. HAMILTON JOSÉ MENDES DA SILVA** (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, gostaria de parabenizar esta Casa Legislativa, Senador, por este debate de alta relevância, de um tema tão importante, e que tem sido conduzido com muita maestria por V. Exa. E eu aproveito para, por meio da minha saudação ao senhor, estender a todos os demais Parlamentares que acompanham esta sessão, presencialmente ou remotamente, e também saudar os meus colegas nesta audiência.

Aproveito para também agradecer essa generosa oportunidade de, quem sabe, trazer alguma contribuição, mesmo que modesta, para uma discussão dessa envergadura que vem sendo fomentada pelo PL 3.018.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Só um instante.

Nós nos esquecemos aqui de comunicar que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra. Agora sim.

**O SR. HAMILTON JOSÉ MENDES DA SILVA** – Perfeito. Obrigado, Senador.

Bom, prosseguindo, o que eu queria deixar registrado é que o princípio geral que eu vou adotar na minha intervenção é no sentido de postular que políticas públicas e incentivos, como uma política dessa envergadura, que interessa a um setor como o de *data centers*, no nosso ponto de vista, da área de ciência e tecnologia, deveriam estar condicionados a contrapartidas.

Quando se discute um assunto dessa importância no mundo – é uma discussão efervescente nos vários continentes –, os indicadores financeiros são certamente superlativos e causam uma impressão, mas o que nós vemos é uma grande oportunidade no aspecto de dotar o ecossistema de ciência e tecnologia nacional com avanços consideráveis para realimentar as capacidades de pesquisa, ao mesmo tempo em que se assegurem benefícios, ganhos econômicos, tecnológicos e sociais para a sociedade brasileira que, no final, eu tenho certeza, convicção, de que é crédito de nós todos que nos debruçamos. Podemos, às vezes, divergir eventualmente sobre a estratégia melhor, mas, digamos, que eu sei que vamos convergir naquilo que mais interessa.

Eu entendo que é possível que uma política dessa – e acho imperativo – busque maximizar benefícios para a sociedade brasileira, quer dizer, não apenas contribuir para tornar o Brasil um importante destino para investimentos que são relevantes, certamente, mas que tenha potencial para gerar empregos de qualidade e induzir a aplicação de recursos, direcionar recursos para pesquisa, desenvolvimento e inovação, que, por sua vez, gradativamente, contribuam para reduzir fragilidades e suprir lacunas que nós ainda temos e, especialmente, contribuir para a formação do principal pilar de um setor dessa natureza, que é a formação de recursos humanos.

Então, nesse sentido, eu também gostaria de assinalar que os pilares de um setor como o *data center*, naturalmente, são as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação).

Para esse setor, em particular, existem marcos normativos, já existem normas que vêm apresentando resultados, seja a Lei de TICs, a Lei 8.248; a Lei de TICs para a Zona Franca de Manaus, a Lei 8.387; e o Padis, que é um regime especial para fomentar semicondutores. Então, eu entendo que se levar em conta esse arcabouço já existente e procurar explorar conexões pode criar sinergias importantes.

Sem mais delongas, eu queria agora dar um destaque aos elementos que eu considero e apresento como proposta. Não vou ter a pretensão, Senador, de dizer que é uma panaceia para tudo, mas alguns pontos para reflexão poderiam ser considerados como intrínsecos para uma política de *data center*, alguns pilares.

Então, o primeiro pilar que eu gostaria de destacar... Ah, sim, quanto à dinâmica, se o senhor me permitir, eu vou conduzir a minha fala e depois, havendo tempo, eu ilustro com um ou dois eslaides que fixam a ideia geral. Então, o primeiro pilar é, eu diria, relativo à pesquisa, desenvolvimento e inovação. Por quê? Incentivos fiscais podem fazer parte de uma política dessa envergadura – e normalmente fazem em vários países que estão tomando, conduzindo essa discussão –, mas eles se justificam especialmente quando são um instrumento para que sejam atraídos para o país investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que se implante ou consolide... Que esses investimentos não sejam realizados de uma forma caótica, mas dentro de uma certa lógica, que contribua para que sejam consolidados centros de competência, centros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pesquisa, exatamente em IA, que é, vamos dizer assim, a base do que tem levado ao crescimento exponencial de *data centers* no planeta.

E, além disso, que investimentos em pesquisa e desenvolvimento que sejam induzidos com uma política dessa natureza sejam catalisadores e financiadores de parcerias entre indústrias, universidades e institutos de pesquisa.

Um outro pilar que eu reputo como extremamente relevante em qualquer política intensa em ciência e tecnologia é com relação ao pilar de formação de recursos humanos. Nesse sentido, preveem-se contrapartidas de investimentos em programas de capacitação e qualificação que visem não apenas à formação de pesquisadores, o que é certamente importante, mas também à empregabilidade e ao fomento ao empreendedorismo.

Outro aspecto que eu gostaria de assinalar é quanto ao desenvolvimento da indústria nacional. Com uma política dessa natureza, não dá para se ambicionar ser autônomo. Mesmo um país da dimensão da China, talvez, que hoje é um dos líderes no setor de TIC no país, provavelmente não consiga ter uma autonomia completa. Mas a ideia que eu defendo não é essa, é que se valorize a base instalada, ao mesmo tempo em que os próprios investimentos que sejam internalizados a partir do modelo de política permitam que, gradativamente, se reduzam as, digamos, fraquezas que o ecossistema tem, os hiatos que existam.

Para citar alguns exemplos de como isso é viável, não estamos falando de uma maneira retórica, mas programas de desenvolvimento de fornecedores locais e incentivo à produção nacional de equipamentos, embora, num primeiro momento, não alcancem, digamos, servidores, podem alcançar muitos sistemas que fazem parte de um *data center*, que são sistemas auxiliares, do ponto de vista do investidor, mas importantes para a indústria interna, na parte de energia, por exemplo, de sistemas de refrigeração. Isso sem contar a nossa capacidade de *software* de gestão e monitoramento, que é reconhecida no mundo. O Brasil é reconhecido como um centro importante de *software*. Não à toa, nós temos hoje a plataforma de meios de pagamento, que é das mais respeitadas no planeta.

Aspectos quanto à sustentabilidade ambiental. Embora aqui, talvez, eu vá ousar entrar numa esfera que não é da ciência e tecnologia, mas, enquanto um profissional da área, a gente sabe que qualquer investimento dessa natureza não pode relevar aspectos da sustentabilidade ambiental. E eu acho que é possível definir normas, eventualmente contempladas em normas infralegais, não no instrumento principal, que levem a que os investidores pratiquem a transparência sobre o consumo de água e energia, que nos projetos dos grandes empreendimentos haja previsão de uso de fontes renováveis.

O Brasil é um dos países que se destaca como um dos países que tem a matriz mais limpa do planeta entre as grandes nações. Isso é um ativo que nos credencia a ser exigentes, seletivos nos investimentos. E, não à toa, nós estamos sendo visados por empresas de porte, por grupos de porte nacionais e estrangeiros.

E uma questão que, às vezes, pode parecer, assim, desestimulante, mas que não deixa de ser um aspecto a ser levado em conta, é que existem regiões que experimentam situações de estresse hídrico. Então, os projetos, a meu ver, deveriam contemplar esses aspectos, sendo abrangentes a esse ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, um aspecto que, na minha fala, eu coloco por último, mas não considero menos relevante, é que empreendimentos como os *data centers* podem ser um caminho para que se adote, se democratize, digamos assim, o acesso a recursos computacionais por atores que normalmente teriam muita dificuldade, como, por exemplo, *startups* e mesmo muitas universidades, que hoje dependem de acessar esses recursos no exterior, o que as leva, muitas vezes, a ter custos elevados ou, no mínimo, a um custo em tempo que, numa área como essa, o custo em tempo é tão impactante quanto o custo financeiro: você ficar numa fila durante semanas, meses...

Portanto, prever que a destinação de parte da capacidade computacional, que seja, venha a ser apoiada por incentivos...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. HAMILTON JOSÉ MENDES DA SILVA** – Já vou concluir.

... de uma política dessa natureza, possa ser carreada para universidades, institutos de pesquisa e *startups* e, naturalmente, que se crie, vamos dizer assim, um acesso nacional, amplo, intrínseco com a política, para a infraestrutura computacional resultante.

Por fim, eu teria um pouco mais para falar, mas vou tentar abreviar a minha fala. No fundo, a mensagem que eu queria registrar, Senador, é que uma política que trata de um tema desta relevância não venha a ser encarada como um mero meio de fomentar importações. Deve-se importar aquilo que é absolutamente necessário, mas valorizando a capacidade industrial que vem sendo construída ao longo dos anos.

Quer dizer, não estamos preconizando aqui que o país crie barreiras artificiais que nos alijem de a nossa própria comunidade científica ter acesso ao melhor suporte à pesquisa e ao desenvolvimento avançado de que necessita. Mas essa necessidade, muitas vezes, não precisa ser perenizada; ela pode ser conjugada com ações que levem o país a construir rotas alternativas, onde ele mitigue suas dependências.

Por exemplo, o cerne desse tipo de recurso computacional, a gente sabe, são as GPUs, que são um elemento central dos grandes *data centers*, dos grandes servidores. Mas é possível pensar – e tem países como a Índia, por exemplo, que seguem uma política um pouco semelhante à do Brasil – que, ao mesmo tempo em que franqueiam o acesso de suas instituições ao melhor que existe no mercado, estão trabalhando em rotas paralelas de desenvolvimento de capacidade, seja para as pilhas de *software*, seja até para o uso da microeletrônica em rotas alternativas, como as arquiteturas Risc-V, que são abordagens de desenvolvimento de processadores com sistemas abertos; competências que felizmente no Brasil também vêm surgindo, se firmando.

Isso, aliado a bons acordos de cooperação, torna perfeitamente factível que o Brasil entre nesse jogo não meramente como um consumidor de soluções.

Mas eu queria, só aqui para finalizar, deixar registrado, Senador, que tudo o que eu falei está condensado nesta apresentação. Eu não explorei a apresentação, mas a estou compartilhando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. HAMILTON JOSÉ MENDES DA SILVA** – Perfeito. O que eu queria, na realidade, era colocar o seguinte: esse é o elemento que eu destaco como o ponto central. Uma política dessa envergadura, com a importância no cenário atual – que não só o país atravessa, mas nós estamos assistindo ao planeta, praticamente, não é só o hemisfério ocidental –, que ela se alicerce em alguns pilares, e esses são os pilares que eu procurei destacar.

Vejo que são, na realidade, oportunidades que se colocam no nosso caminho para que o país galgue melhores posições. Nós viemos construindo, ao longo das últimas três décadas, uma base de ciência e tecnologia que hoje nos torna conhecidos no planeta inteiro, em alguns segmentos. Não somos autônomos em tudo, mas somos autônomos em frentes importantes, e não vejo razão para que as coisas não possam conviver.

Então, no Pilar 1, por exemplo, quando eu falo em pesquisa e desenvolvimento é que, como resultante de uma pesquisa dessa natureza, o país venha a acelerar a implantação de centros de excelência, centros de ponta – que, aliás, é um dos objetivos do Pbia, a previsão. Assim como a rota de formação de recursos humanos seja abrangente, não apenas se direcione para a formação das novas gerações de pesquisadores, o que é algo extremamente importante, naturalmente, se quisermos ser protagonistas nessa discussão; mas que ela também dê importância ao elo de empregabilidade e empreendedorismo que, no final das contas, cria um círculo virtuoso em relação a irrigar a própria base industrial.

Eu vou passar ao largo desse Pilar 3.

Aqui eu tentei condensar o que eu falei sobre a questão de sustentabilidade, o que me parece que não deva ser encarado como uma barreira ao custo, em absoluto, é algo que realimenta positivamente uma política nessa natureza, lhe dá mais credibilidade, e também está muito alinhada a esse ativo que o Brasil tem hoje, que o singulariza no cenário mundial, que é dispor de uma matriz limpa e ser um dos poucos países de grandes dimensões, de grandes populações, que tem espaço para expansão. Mas nós sabemos que não é só uma questão de expansão da geração; há, depois, consequências na necessidade de investimentos que façam um uso distribuído, harmônico, que não prejudique o sistema atual. Então, por isso, gestões de uma forma ampla, eu diria que são importantes.

E é essencialmente isso. Eu não vou aqui, se eu for percorrer todos os eslaides, eu iria me parafrasear. Eu espero, mesmo nesse tempo curto, Senador, ter conseguido transmitir o meu recado de forma clara.

Obrigado pela oportunidade e, mais uma vez, o parabenizo pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Sr. Hamilton. Só reforçando que toda essa apresentação... Lógico, o tempo é, como o próprio Hamilton disse, curto, não dá para apresentar tudo, o tema é muito importante, mas está disponível essa apresentação.

Eu quero até te consultar, Hamilton: você está disponível? Se houver aí algum interesse de a pessoa ligar para tirar alguma dúvida, pode ligar?

**O SR. HAMILTON JOSÉ MENDES DA SILVA** – Sem dúvida. Se tem uma coisa que dá prazer a mim e à minha equipe é nós conseguirmos falar, mostrar o nosso trabalho. Nós estamos sempre abertos a isso, e eu falo para o meu pessoal: nós temos o privilégio perante a sociedade brasileira de sermos servidores públicos; ser servidor público é servir ao público, de fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Eu quero, em tempo, ainda, registrar aqui a presença do Prefeito Kelson, de Caçu. Prefeito Kelson, de Caçu, está aí presente? (*Pausa.*)

Olhe aí. Seja bem-vindo, Prefeito. Tem mais alguém com V. Exa. aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Toda a comitiva presente, né? O Flávio Brasil e o Héctor, da AGM, é isso? Héctor, né? Obrigado pela presença.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Araguaia se encontra? Está ali? Ah, o Prefeito. Bem-vindo, Prefeito. Obrigado pela receptividade lá no seu município. Quando a gente vai lá é muito bem recebido.

O Prefeito de Damianópolis, o Deni Santana, já se encontra presente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não chegou? Mas está chegando, né?

Bom, agora, por videoconferência, o Sr. Nilo Pasquali, Conselheiro Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Sr. Nilo.

**O SR. NILO PASQUALI** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Boa tarde, Nilo.

**O SR. NILO PASQUALI** (*Por videoconferência*.) – Tudo bem? Escutam-me bem?

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Nilo.

**O SR. NILO PASQUALI** (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador, primeiro pelo convite, em nome aqui do Presidente Carlos Baigorri e do Conselho Diretor, e pela oportunidade de falar um pouquinho das ações e dos trabalhos da agência com isso. Na sua pessoa, já queria saudar todos os meus colegas de mesa, sejam aqui virtuais, seja o pessoal que está presencialmente, e todos aqueles que nos estão assistindo virtualmente e presencialmente também.

Eu vou colocar aqui minha apresentação. Espero que ela esteja funcionando.

Espero que todos estejam vendo.

Vou tentar passar um pouquinho pelo que a Anatel tem feito com relação a essa temática e tentar dar um pouquinho de escopo também.

Quando a gente fala de *data centers*, é um escopo um pouco mais amplo. Aqui especificamente se trata de *data centers* para inteligência artificial, mas eles são um pouco maiores do que isso: eles servem também para inteligência artificial, mas com uma série de outros elementos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para dar uma ideia, aqui são as grandes temáticas do setor de telecomunicações: expansão de redes de serviços, qualidade, cibersegurança, competição setorial, conectividade significativa. Essas são as grandes temáticas de políticas públicas do setor, e o elemento de *data center* permeia, de forma indireta, todos eles, e, um pouco mais diretamente, questões de segurança cibernética, questões de expansão de redes e serviços... No fim das contas, é a conectividade para a população.

Eu vou tentar trazer um pouco do que a Anatel tem debatido com relação a esse tema e o que a gente já fez e tem feito a respeito dele.

O primeiro passo aqui eu acho que talvez seja dar uma visão mais geral. Dentro da agência, alguns anos atrás, a gente estruturou, começou uma série de estudos sobre *data centers* dentro do Comitê de Infraestrutura de Telecomunicações (C-INT). Ele é presidido aqui pelo nosso Conselheiro Alexandre Freire e é um comitê que trata de questões de infraestrutura de forma geral no setor de telecomunicações. Então, ele trata do Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (Pert), da infraestrutura de cabos submarinos, da implantação de rede 5G no país, de satélites geoestacionários e não geoestacionários, e *data centers*, por óbvio, é um dos temas nessa discussão.

Eu acho que é inegável a importância dessas infraestruturas como infraestrutura crítica, como um dos elementos fundacionais do novo ecossistema digital, e o *data center* só é relevante quando ele tem conectividade embutida, senão ele é só um prédio. Ele precisa de conexão para, de fato, ser útil no ambiente digital, por isso que ele é tão intrinsecamente ligado ao setor de telecomunicações.

E dentro desse comitê a gente elaborou um *white paper*, que tenta fazer uma discussão um pouco mais ampla, um pouco mais abrangente sobre o papel dos *data centers*, o que eles são, o que eles representam, e os caminhos e preocupações possíveis com relação a essa temática.

Nesse QR *code* aí vocês conseguem ter acesso ao *white paper*. Ele está disponível *online* no *site* da Anatel e está inclusive traduzido para inglês.

E o que ele tem de principais conclusões? O que eu acho uma questão relevante aqui para o nosso debate? É essencialmente o papel estratégico da infraestrutura. É uma infraestrutura crítica para a economia digital, para todo o ecossistema digital. Ele é a base para a IA, que é a discussão aqui do nosso painel principalmente, mas é a base para o 5G, é a base para todos os serviços de *cloud* e para serviços de forma geral. Tudo que é hospedado, seja de infraestrutura pública, seja de serviços privados, está em *data centers* espalhados, seja pelo Brasil, seja pelo mundo afora, dependendo do tipo de serviço e da infraestrutura que a gente tem disponível.

Ele, por óbvio, tem riscos e desafios. A gente tem atualmente uma dependência externa elevada dessas infraestruturas. Acho que o Hamilton falou bem já de algumas oportunidades que o Brasil tem nessa questão. Ele tem um alto custo, seja de energia... ele tem uma demanda energética significativa, principalmente infraestruturas que servem de base para a inteligência artificial.

Tem toda a discussão sobre tributos, necessidade de investimentos no Brasil – tenho certeza de que meus colegas aqui de bancada vão conseguir falar disso muito melhor do que eu, sobre as suas temáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem um elemento que foi mapeado muito claramente nesse *white paper*, que é a concentração geográfica dessas estruturas no Brasil. Ele está longe de estar igualmente distribuído pelo país por uma série de questões: questões de oportunidade, questões de negócio, questões de onde está a maior disponibilidade energética e de onde está a maior disponibilidade de conectividade, inclusive. Então, essa é uma questão que merece muita atenção e está, inclusive, nas discussões sobre os planos de *data centers* para o Brasil.

Sustentabilidade é um elemento muito importante, o colega Hamilton já comentou sobre isso, inclusive. Ele tem um elevado consumo energético, é da natureza da infraestrutura, e você achar alternativas limpas, alternativas com preocupação ambiental para isso é muito importante também. E o Brasil, por óbvio, tem uma oportunidade muito grande nesse aspecto. Por ter um forte crescimento no Brasil, o país pode se tornar um *hub*, inclusive, de *data centers* não só de IA, mas de *data centers* de forma geral regional, falando aqui de toda a região América Latina, do Cone Sul. A gente precisa de políticas públicas de incentivo nesse sentido, com certeza. Algumas já foram anunciadas, inclusive, algumas estão em andamento, mas a gente precisa de uma estruturação um pouco mais ampla, inclusive.

A expansão da estrutura nacional e a descentralização é um elemento importante. A descentralização de *data centers* traz mais velocidade e qualidade de serviço para o aspecto da conectividade. Quanto mais próximo o conteúdo está de quem está consumindo esse conteúdo, mais rápido o serviço parece, mais ágil, mais eficiente ele parece para o consumidor.

E uma atuação regulatória para dar maior segurança e resiliência. Então, por isso, a participação do Congresso Nacional, dando as balizas para isso, é fundamental. Inclusive, então, já agradeço muito a oportunidade desta audiência e deste debate público.

Adicionalmente ao *white paper*, a gente já deu alguns passos em termos setoriais. Então, no ano passado a gente aprovou a modificação da Resolução 780, de 2025, que incluiu os *data centers* dentro do conceito da parte de avaliação de conformidade, homologação de produtos de telecomunicações. A gente já tem, por exigência legal, a necessidade de homologar ou certificar produtos de telecomunicações de forma geral, o que a Anatel faz desde a sua criação, em 1997, 1998.

Foi incluída a vertente de *data centers* que integram redes de telecomunicações. Então, aqui tem uma diferenciação um pouco sobre o que a gente está discutindo aqui sobre *data centers* de IA. Eles se conversam, por óbvio. Existe uma sobreposição, uma zona cinzenta em que os dois são a mesma coisa em determinado momento, mas aqui é muito olhando para as questões de *data centers* que são usados pelo setor de telecomunicações, para provimento do serviço de telecomunicações principalmente. Começou uma série de debates dentro da agência. Ele atualmente foi suspenso por conta das discussões, no âmbito do Ministério das Comunicações e do próprio Mdic, com relação à política nacional que está sendo construída para *data centers*. O Ministério das Comunicações, inclusive, fez uma tomada de subsídios recentemente sobre essas questões, com uma série de debates de forma mais ampla. Então, a gente optou por ver como que essa política vai se estruturar para a gente poder caminhar na mesma direção.

Mas só para dar uma explicação mais geral e tentar não ultrapassar muito o meu o tempo, o que é essa discussão toda quando a gente está falando de *data centers* para o setor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

telecomunicações? Na prática, a gente estava construindo um procedimento operacional e requisitos técnicos, que seriam exigências mínimas para *data centers* operarem vinculados às redes de telecomunicações de forma a dar uma garantia mínima de alguns pilares que são importantes, que eu vou mostrar um pouco mais na frente, mas que estão meio resumidos naquele *white paper* que eu tinha mencionado. Esse procedimento operacional ficou aberto para consulta pública, por mais de 130 dias inclusive, para se fazer o amplo debate. Isso ocorreu ao longo do ano passado. A gente recebeu mais de 150 contribuições com este debate, que estão sendo analisadas internamente. Apesar da suspensão da regra geral, a gente continua nesse trabalho de estudar, entender quais são os melhores caminhos, a melhor forma de estruturar essas questões.

O que ele traz? Ele trata, essencialmente, de cinco grandes eixos. O *data center* tem que operar continuamente, mesmo em situação de falhas, eventos adversos, desastres. Como ele é a base para prestação de serviços, é essencial que ele tenha essa operação contínua. Ele tem que garantir segurança física; tem que garantir segurança cibernética, um dos elementos fundamentais da discussão; tem que assegurar eficiência energética; tem que estar em conformidade com as melhores práticas ambientais e de sustentabilidade. Aí a gente tem uma série de requisitos técnicos, de melhores práticas estabelecidas nisso. Ele integra toda a parte de infraestrutura de telecomunicações. Então, os *data centers* se hospedam no núcleo funcional de serviços, que fazem armazenamento de dados para a operação dos serviços ou que dá suporte e processamento para o serviço de telecomunicações, que estão dentro desse escopo de debate. Não se está falando de *data centers* que têm a função exclusiva de servir de pontos de interconexão. As redes têm que se interconectar em algum lugar. Esses lugares também são ditos *data centers*, mas eles têm funções mais exclusivas. Inclusive, a parte de estações rádio base, as antenas que proveem o 4G e o 5G, por exemplo, toda evolução de serviço de mercado tendem a levar funções que hoje estão em *data centers* para mais próximo da borda, a computação de borda. Então, você poderia inclusive entender que uma ERB seria um mini *data center* para operar alguns elementos, e esses não poderiam cair no escopo de exigências mais avançadas, porque aqui o escopo é de *data centers* de maior porte.

No fim das contas, a ideia é a gente ter uma certificação, ou pelo menos um selo, que dê um certo nível de confiança para o que está sendo estruturado dentro do setor; garantir que o que a gente tem, no ecossistema digital e nas nossas redes de telecomunicações, são *data centers* adequados a esses parâmetros mínimos de melhores práticas e boas práticas regulatórias, sejam tanto questões técnicas quanto de eficiência ambiental e distribuição regional.

Eu coloquei os detalhes aqui nos eslaides, que estão disponíveis, e não vou entrar nos detalhes de cada questão. Aqueles que tiverem interesse podem entrar mais a fundo nos detalhes em si.

As questões de requisitos de segurança cibernética são importantes também. A gente, inclusive, mudou parte da regulamentação que trata de segurança cibernética para o setor de telecomunicações para incluir os debates sobre *data centers*, inclusive. Um dos elementos fundamentais dentro dessa discussão é que essas infraestruturas, além da proteção física, o que estiver operando lá dentro também tenha garantias mínimas de segurança cibernética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago aqui, só para o conhecimento de todos, que existe uma interagência, um esforço internacional nessas discussões também. No Inter–Agency Workgroup para interagência artificial, estão fazendo discussões especificamente sobre *data centers* e como a inteligência artificial é operada dentro dessas infraestruturas. Eu trouxe isso aqui, como referência. Aqueles que tiverem mais interesse podem entrar no *site* da ITU (União Internacional de Telecomunicações) para maiores detalhes com relação a isso. Eu só trouxe para servir de referência também.

E esse aqui é o resumo do nosso *white paper* e da própria tomada de subsídios do MCom. Os elementos importantes para essa discussão sempre estão em torno de segurança física e cibernética, sustentabilidade, eficiência, principalmente governança. Temos os desafios e oportunidades sobre vários aspectos. E aí eu trouxe, no último eslaide, só um pouquinho do comparativo. O próprio PL já traz uma série desses elementos. Então, ele está caminhando de forma harmônica com o quê são as preocupações principais nisso. Ele traz questões dos requisitos para os *data centers,* as obrigações dos operadores, as exigências de eficiência energética, questões de auditorias regulares, as discussões sobre segurança física e cibernética, proteções a dados pessoais. Isso já é uma regra geral em termos de legislação – a LGPD já traz necessidades específicas por isso e o PL já, inclusive, reforça essas questões –; e mecanismos de auditoria e controle.

O que é mais importante aqui é ter uma ideia clara de que *data center* é uma estrutura para vários tipos de infraestruturas e serviços. Então, ele não é só para IA, não é só para inteligência artificial, aqueles que são feitos exclusivamente para isso têm requisitos mais específicos também. É sempre bom ter isso em mente quando a gente estiver discutindo a legislação específica.

Por fim, eu coloco a agência já à disposição do Senador e dos demais para o debate, sempre que tivermos oportunidade para fazer essa discussão.

Era isso, Senador, Presidente. Obrigado pelo tempo. Desculpe-me ter estourado um pouquinho o prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Nilo. Sem problema nenhum, Nilo. Se puder ficar com a gente, permanecer, pois nós temos algumas perguntas aqui sendo feitas. Se V. Sa. puder participar para responder pelo menos uma das perguntas que estão sendo feitas...

Carlos Omildo dos Santos Colombo, Diretor de Programa da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda (MF)

Carlos, com a palavra.

**O SR. CARLOS OMILDO DOS SANTOS COLOMBO** (Para expor.) – Boa tarde, Presidente.

Cumprimento V. Exa. e todos os que estão nos acompanhando aqui e pelas mídias sociais.

Então, é um prazer muito grande poder vir aqui contar um pouco de como o Ministério da Fazenda percebe os *data centers* como oportunidade de construir um novo Brasil.

O Ministério da Fazenda tem desenvolvido um Plano de Transformação Ecológica em que a transformação digital também é um vetor central. No Plano de Transformação Ecológica o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente busca desenvolver é um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil e, portanto, o desenvolvimento de um novo Brasil, e o *data center* está no centro dessa discussão.

A gente tem contribuído para as discussões de *data centers* de uma forma geral, mas também de inteligência artificial e, por isso, é um prazer estar aqui hoje representando a Secretaria de Reformas Econômicas, liderada pelo nosso Secretário, Regis Dudena, que tem participado das diversas discussões promovidas aqui pelo Legislativo para *data centers*, mas também para IA.

E, no sentido de contribuir um pouco com essa discussão, no Ministério da Fazenda eu tenho trabalhado mais com os aspectos relacionados à transição energética e, desde o momento em que o Ministério da Fazenda fez um diagnóstico em relação às oportunidades e desafios para a atração de investimentos no setor de *data centers*, a gente tem acompanhado, principalmente, a discussão e a elaboração do que foi a MP do Redata e, portanto, bastante relacionada com o PL 3.018.

Para a gente, é clara a oportunidade que os *data centers* têm para promover uma economia digital no Brasil. É um novo Brasil que a gente quer construir: um país mais sustentável, mais justo e mais digital. E isso, ou seja, uma política de *data centers*, de atração de *data centers,* destaca bastante as vantagens comparativas que o país tem, principalmente em relação ao setor elétrico: não só uma energia elétrica bastante renovável – pode-se falar aí de 90% do sistema elétrico como sendo renovável –, mas também a sua conexão – um sistema interconectado, um sistema seguro e confiável. Então, isso também é uma vantagem comparativa muito grande, além de diversas outras do ponto de vista econômico. Enfim, são diversos indicadores de emprego, geração de emprego, renda, crescimento robusto, contínuo, controle da meta inflacionária. Então, esses são elementos que destacam e favorecem a atração desses investimentos para o Brasil.

E por que esses investimentos são tão necessários? Por que construir *data centers* no Brasil é tão necessário? Há um diagnóstico muito claro em relação ao déficit que a gente tem, em relação à quantidade de serviços de TI que a gente importa. Há um déficit, que a gente pode falar, de R$8 bilhões, ou seja, a gente está comprando muitos serviços lá fora e produzindo muito pouco aqui no Brasil.

Então, com essa quantidade de oportunidades e de vantagens comparativas que a gente tem, o que a gente poderia fazer para atrair esses investimentos? E foi isso que o Ministério da Fazenda, claro que com diversos outros ministérios, liderados pela Casa Civil, construiu, a proposta do Redata, que eu acredito que tem muito alinhamento com o projeto de lei e muito a contribuir no âmbito dos diversos diagnósticos que a gente fez e propostas que a gente elaborou no âmbito desse PL, que já foi, de uma certa forma, bastante ressaltado aqui pelos colegas do MCTI e da Anatel.

Um diagnóstico muito claro que a gente fez no início é o impacto da carga tributária em cima desses investimentos, principalmente investimentos de Capex para TI. Isso foi buscado ser solucionado com a proposta do Redata, tendo uma clareza de que esses investimentos precisam acontecer para agora, são investimentos que estão sendo disputados em diversas partes do mundo. Então, a oportunidade de a gente estabelecer uma política e atrair esses investimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para agora era muito importante, e foi nesse sentido que o Redata buscou reduzir ou suspender a cobrança de diversos impostos.

A gente faz isso, propõe isso para que a gente possa, portanto, atrair esses investimentos, tornar o ambiente mais favorável, mas, por outro lado, a gente apresenta contrapartidas que foram colocadas aqui, bastante alinhadas com o que os colegas já comentaram, que focam em fazer com que os *data centers* brasileiros sejam *data centers* sustentáveis e que, mais do que isso, eles possam promover desenvolvimento local, desenvolvimento das cadeias nacionais que podem ofertar serviços e, enfim, gerar emprego e renda para a população brasileira, mais do que simplesmente grandes investimentos, e exportando esse tipo de serviço.

Então, junto da proposta do Redata, ou seja, dos incentivos que foram colocados para o Redata, a gente construiu algumas contrapartidas. Uma delas, que eu acho que merece destaque, era a oportunidade ou a necessidade de que esses investimentos teriam que colocar para o mercado nacional uma capacidade de até 10%. Ele poderia ser ofertado para o mercado nacional e, eventualmente, colocado para as ICTs, para as instituições públicas que desenvolvem política pública. Então, essa era uma contrapartida muito relevante. Uma outra contrapartida era de que 2% desses investimentos deveriam ser aplicados em PDI. Então, a necessidade de a gente desenvolver e promover inovação e adensamento tecnológico estava ali representada.

E, para além disso, a gente tinha clarezas muito grandes de como a sustentabilidade é um diferencial para essa política, porque muitos países querem atrair e estão fazendo, como os Estados Unidos, serviços de *data center* para todo mundo, mas baseados em, digamos, energia suja e com critérios de sustentabilidade não tão robustos. Então, o que a gente buscou fazer foi elevar esses critérios ao máximo. No âmbito do Redata, a gente colocou a obrigação de energia renovável, sendo a premissa básica para esses investimentos, mas também um critério de qualidade hídrica, ou seja, de consumo de recursos hídricos, que era dos melhores do mundo. Então, os principais *data centers* que hoje operam com uma quantidade de água minúscula, podemos dizer assim, eram aquilo que a gente estava sugerindo para que – como foi colocado aqui em algumas perguntas – tivesse um menor impacto nessas comunidades, principalmente em relação à questão dos recursos hídricos. Mas, para além disso, a gente criou indicadores e critérios de sustentabilidade que seriam postos no regulamento para que a gente pudesse realmente ter uma política que atraia *data centers* sustentáveis e que olhassem para o desenvolvimento da sociedade.

Bom, o PL... Na verdade, a MP foi apresentada, caducou, houve um PL que foi apresentado e o PL está no Senado para discussão. E, por outro lado, o Ministério da Fazenda também... Um outro vetor de desenvolvimento e, na minha opinião, uma transformação fantástica para os próximos anos foi a reforma tributária. E, com a reforma tributária, a gente resolve grande parte da carga tributária presente nesses investimentos. É claro que ainda temos o desafio relacionado ao imposto de importação, mas, por outro lado, a reforma tributária traz um ganho enorme, não só para quem quer investir em *data center*, mas para todos os investidores que querem vir para o Brasil investir em diversos setores de transição energética ou diversos outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de uma certa forma, a partir de 2027, a reforma tributária já traz uma solução, mas ainda temos espaço para dialogar e, por isso, a importância e a relevância dessa audiência pública para que a gente possa avançar aqui em uma política nacional de data centers.

Para concluir um pouco aqui a minha fala, eu acho que a importância de desenvolver o setor de *data centers* e, principalmente, de fazer com que a gente possa explorar as oportunidades relacionadas à IA, é muito maior do que os riscos que elas apresentam, seja para os trabalhadores, seja para a sociedade, enfim, seja para o meio ambiente.

Então o que a gente precisa fazer, e acredito que o Ministério da Fazenda, a Secretaria de Reformas Econômicas está à disposição para continuar este debate...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. CARLOS OMILDO DOS SANTOS COLOMBO** – ... é contribuir para que a gente possa construir uma política pública, construir uma legislação que seja eficiente, que seja inovadora e que possa fazer com que esses investimentos venham para o Brasil, deixem desenvolvimento para o país, e a gente consiga realmente construir um novo Brasil.

Então, é isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Carlos, bem esclarecedor.

O Carlos é Diretor de Programa da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda. É muito importante o que você esclareceu, Carlos, porque, muitas vezes, o pessoal, quando fala em *data centers*, *data centers* com inteligência artificial... Isso já é uma realidade em todos os... Toda discussão hoje já está falando nisso.

Quando chegou o assunto aqui ao Senado Federal, por meio dessas audiências públicas – porque é nessas audiências públicas que os assessores, os Senadores e Senadoras, nós vamos nos inteirando melhor sobre o que é um *data center* – a princípio era uma matéria que a gente não entendia muito bem. "O que é um *data center*?".

Por exemplo, no meu Estado de Goiás, o grupo Soluti – que começou ali com assinatura digital há uns 20 anos, quase, e que era novidade, como está sendo hoje *data centers* com inteligência artificial e tudo mais – tem o braço de *data center*. É impressionante, eu pude conhecer, um tempo atrás, esse braço, o *data center* dele, o crescimento e a importância que tem. Eu vejo hoje a quantidade de investimentos que está para entrar no país e, às vezes, nós ficamos patinando um pouco nas regulamentações, na questão dos incentivos.

Foi muito importante a medida provisória, porque ela acelerou para nós não perdermos, por exemplo, o que está sendo construído no Ceará – o *data center* ali do Ceará –, mas outros querem instalar, então nós precisamos urgentemente aprovar um projeto de lei, porque dá mais segurança jurídica.

Se antes era um consumo enorme de água, já mudou muito, então quase não se discute mais isso. E, na questão energética, é bom esclarecer, nós temos região no nosso país em que está sobrando energia. Vários investimentos foram feitos em energia eólica, fotovoltaica, como na Região Nordeste, que era importadora de energia – importava-se energia para o Nordeste –, e hoje sobra energia. É por isso que acho que esse *data center* lá do Ceará é para consumir parte dessa energia que está excedente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas podíamos já estar bem mais avançados, porque a disputa por *data centers*... É bom que a gente esclareça isso, não é só o Brasil que está de olho, o mundo está de olho, os países aqui vizinhos nossos, principalmente o Paraguai, em que sobra energia, estão atrás desses investimentos, e são bilhões e bilhões de dólares de investimentos.

Então, obrigado, Carlos; foi bem esclarecedor. A gente sabe o trabalho que o ministério está fazendo. (*Pausa.*)

Então, obrigado mesmo.

Agora, intercalando aí, por videoconferência, o Marconi Edson Ferreira Viana. Ele é Gerente do Departamento das Indústrias de TI, Telecom e Economia Criativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Eu quero, em tempo, registrar a presença do ex-Senador Anibal Diniz, aqui presente – seja bem-vindo! –, representando a Associação NEO e as Prestadoras de Pequeno Porte. Obrigado pela presença.

Também, antes de passar para o próximo aqui, que é o Marconi, registro a presença aqui da Primeira-Dama de Santa Rita do Araguaia – a Primeira-Dama ali. Sempre que a gente vai lá, é muito bem-recebido. Parabéns! É um município muito bonito, gente, principalmente na área do turismo – tem que ir conhecer. A Valdenice... Aqui só está... É Vieira? (*Pausa.*)

Depois eu vou mostrar aí para o assessor que escreveu aqui, para ver se realmente ele está entendendo o que escreveu, porque eu sou Vieira; é por isso que eu vi logo que era Vieira também.

Seja bem-vinda, Primeira-Dama!

Aqui, de Águas Lindas de Goiás, o ex-Deputado e pré-candidato a Deputado Zé da Imperial. Meu Zé da Imperial, um grande amigo nosso, está ali presente – seja bem-vindo!

E a Iracema da Silva Sousa, que é assessora e está aqui presente. Seja bem-vinda a esta Comissão.

Agora, sim, com a palavra o Sr. Marconi Edson Ferreira Viana, por videoconferência.

**O SR. MARCONI EDSON FERREIRA VIANA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, boa tarde a todas e todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Boa tarde, Edson – seja bem-vindo! Ops, Marconi – seja bem-vindo!

**O SR. MARCONI EDSON FERREIRA VIANA** (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

Agradeço, primeiro, o convite aí do Exmo. Senador Vanderlan Cardoso, na pessoa de quem eu cumprimento todos os convidados aqui presentes, virtual e presencialmente em Brasília.

Eu vou tentar compartilhar aqui minha tela – só um segundo.

Só peço que me confirmem que estão conseguindo visualizar a tela em tela cheia, por favor. (*Pausa.*)

Bom, eu preparei uma apresentação curta. A apresentação já está disponível também para quem quiser mergulhar em alguns dados; sem prejuízo também do meu *e-mail,* que está aí na tela, para esclarecimento de alguma informação.

Eu vou aproveitar o gancho da fala do Senador, que falou que na questão do *data center* não é só o Brasil que está de olho; o mundo está de olho. E eu não poderia concordar mais, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que o contexto em que a gente tem olhado aqui dentro do BNDES a questão do *data center* está dentro de um contexto mais amplo dessa inflexão que foi provocada pelo advento da IA generativa, lembrando que a IA generativa não é algo recente. A inteligência artificial não é algo que surgiu a partir de agora, desses grandes LLMs; é uma tecnologia que já vem de alguma data anterior, ainda, que o BNDES já vinha fomentando através de alguns empreendimentos da cadeia de *software*, IOT – internet das coisas –, e ela tem esse caráter disruptivo na cadeia produtiva.

Então, o contexto que a gente está vivendo hoje, para olhar a questão dos *data centers*, é a ponta do *iceberg*, que está em cima de uma base mais ampla que está sendo puxada a partir dessa aceleração da tecnologia da IA, e que, por sua vez, está gerando essa reconfiguração de cadeias globais de valor, que passa tanto pela automatização de processos, uma automatização muito mais acelerada, com pouco paralelo na história... A gente teve algumas grandes rupturas na capacidade produtiva no mundo, com a revolução industrial, computação, etc., mas, mais recentemente, essa grande inflexão provocada pela IA está gerando realmente uma aceleração em um espaço de tempo muito curto e está fazendo com que haja uma necessidade de adaptação a esses novos paradigmas de competitividade, não só de competitividade, inclusive até do funcionamento do tecido social, de certa forma também. Está todo mundo precisando, de certa forma, entender como se posicionar, como se reposicionar nesse novo contexto.

Olhando de forma muito rápida também, em benefício do tempo, a gente entende que tem quatro eixos fundamentais que estão sendo pautados a partir dessa discussão.

O primeiro é o eixo da emergência climática, com toda a discussão que... Não vou entrar aqui repetindo o que já foi falado anteriormente, nas questões hídricas, na questão energética também, então é você conseguir conjugar essa nova realidade, *vis-à-vis,* a todas essas questões ligadas à regulação verde, incentivo à infraestrutura digital de baixo impacto ambiental, etc.

O reposicionamento das cadeias de valor. Essa desorganização e vulnerabilidade que foi provocada na parte dos suprimentos, principalmente por conta de choques recentes, pandemia, conflitos de guerra também, a gente está vendo agora todo esse reposicionamento, a partir de guerras em algumas regiões, que fazem com que haja essa necessidade do que está sendo chamado de *reshoring*, *nearshoring*, você aproximar a sua cadeia de valor do seu centro de consumo, isso está sendo um novo modelo de trabalho de cadeias globais de valor.

Isso tudo pelo pano de fundo geral da mudança geopolítica, com a ascensão das tecnologias críticas vindas principalmente de uma forma muito mais barata da China também, na liderança em terras-raras, e nessa emergência de novas coalizões globais e regionais que estão buscando reduzir dependências e garantir essa mudança tecnológica.

Dentro desse contexto mais abrangente, a gente tem esse novo paradigma de digitalização, essa crescente digitalização da economia e a consolidação do que está sendo chamado de economia de dados como motor de produtividade e competitividade. Então, é dentro desse contexto que a gente consegue observar o *data center* surgindo como uma nova infraestrutura crítica digital, para a gente conseguir repensar agora toda a matriz produtiva brasileira no contexto, agora já mudando a chave para a nossa realidade aqui no BNDES.

O BNDES vem atuando... Ele opera como um catalisador nessa transformação de TICs, nesse contexto de inflexão, de aceleração, por meio de três eixos interdependentes. Falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito rapidamente, são os eixos de modernização, inovação e universalização de acesso e digitalização da indústria.

Como é que esses eixos se relacionam? A modernização – isso muito rapidamente – possibilita que você tenha uma maior infraestrutura para o ecossistema, então, essa infraestrutura disponível para todo o ecossistema possibilita você trabalhar na criação e no desenvolvimento de novas soluções. Essas novas soluções fazem com que haja uma redução de custo do acesso, uma maior produtividade, e isso universaliza o acesso, que faz com que haja, mais uma vez, mais pessoas conectadas, redução de *paybacks* de novas redes, possibilitando, por sua vez, que haja novas rodadas de modernização e por aí vai. Isso em linhas muito, muito, gerais.

Esse crescimento acelerado das soluções de IA está apresentando oportunidades hoje relevantes para o Brasil. Este material está todo no contexto do Pbia. O BNDES é um dos atores, está envolvido diretamente nessa discussão do Pbia – a gente está em três ações específicas dentro do Pbia, das quais eu falo um pouco mais adiante –, e a visão é de que a IA sustentável pode operar como um grande potencial para o Brasil, que pode ser líder em termos de *data centers* e infraestrutura de IA de baixo impacto ambiental; meio ambiente e biodiversidade, com oportunidade de aplicação de IA para monitoramento ambiental e gestão sustentável de recursos; saúde pública; agricultura; e inclusão social.

Eu vou passar rapidamente por conta do tempo que já está curto, sem prejuízo de poder entrar em mais detalhes mais adiante, caso alguém tenha alguma dúvida.

Nesse contexto mais amplo, na visão do BNDES para esse novo paradigma da transformação digital, a gente trabalha o nosso contato com o parque produtivo através de quatro grandes grupos do ecossistema. Um grupo – isso aqui é uma visão muito específica nossa, a gente não trabalha necessariamente com uma literatura que trouxe essa classificação, essa categorização –, o primeiro grupo de desenvolvedores é de modelos fundacionais, que aí seriam aqueles modelos que criam os chamados LLMs. Então, a gente tem alguns exemplos nacionais aqui que trabalham com modelos gerados, treinados a partir de dados em língua portuguesa.

Um segundo eixo, uma segunda categoria é a de *hardware* especializado. A gente está falando agora de toda a parte de *shift,* servidores, computadores, *hardware* embarcado, que também está sendo acelerada a partir dessa nova necessidade, muito puxada pela demanda de tecnologias que sejam mais avançadas, mais capazes de conseguir interagir com essa frente de uma carga computacional mais avançada.

O terceiro eixo é de integradores, plataformas e desenvolvedores de aplicações, que poderia ser categorizado com a palavra *software.* São as soluções desenvolvidas digitalmente a partir desse novo motor produzido a partir da IA.

O quarto eixo seria a infraestrutura, em que, aí sim, entram os *data centers* e toda a infraestrutura de *cloud computing,* que pode ser possibilitada a partir dessa infraestrutura de *data centers*.

Nesse contexto, o BNDES consegue apoiar de forma muito mais efetiva os eixos de *hardware,* de integradores, plataformas, aplicações e de infraestrutura.

Sobre a parte dos modelos fundacionais, muito por conta do baixo potencial de apoio via crédito, a gente ainda está tentando buscar modelos que consigam realmente ser mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessíveis para a gente atuar de forma mais incisiva com essas soluções, muito embora – eu vou deixar isso para o último eslaide –, a gente esteja agora lançando, recentemente, uma solução que pode vir a conseguir atingir essas *startups* que tenham a possibilidade de trabalhar com esses modelos.

Então, no resultado agregado hoje do BNDES, de janeiro de 2023 até o mês de maio – o fechamento do mês de maio –, nós, considerando todos os projetos que abarcam, em alguma medida, soluções de IA, do processo produtivo e ou do produto final, já apoiamos R$1,69 bilhões para integradores e desenvolvedores – aqui eu estou falando basicamente de crédito –; R$552 milhões para *hardware;* e R$936 milhões para infraestrutura de *data centers.* Então, aqui, quando eu falo de infraestrutura, eu estou falando basicamente de *data centers.* Foram sete operações em *data centers*, 27 operações ao todo para esses diferentes elos da cadeia.

Por fim, falando muito rapidamente, como eu disse anteriormente, nós temos uma participação ativa aqui, tanto apoiando o MCTI na construção, aqui, toda do diálogo do Pbia, mas também a gente tem uma participação explícita aqui em três ações específicas: a Ação 41, que trabalha com o desenvolvimento de *data centers* nacionais; a Ação 43, que é o apoio a *startups* de IA, que está destacada nesse eslaide; e a Ação 48, que trata de soluções de IA para missões da NIB.

O resultado dessas duas ações, 41 e 48 – eu expus no eslaide anterior –, são aqueles resultados que a gente consegue ver que são bastante expressivos em termos de apoio via crédito a soluções de *hardware* e soluções de infraestrutura.

Essa Ação 43 vale um destaque específico porque ela trata da criação de um fundo de investimento em participações que está sendo feito em parceria com a Finep. A gente acabou de fechar o período de chamada pública para a seleção de gestor desse fundo, então foi uma entrega bastante relevante. Este, sim, é um fundo que consegue dar capilaridade para empresas de menor porte para essas soluções específicas, mais disruptivas, incluindo tanto modelos fundacionais quanto soluções que podem vir a beneficiar a infraestrutura produtiva de uma forma mais ampla para todos os setores.

Como eu disse, eu tentei fazer um apanhado geral a partir dessas informações, mas sem prejuízo de eu tirar uma dúvida mais específica, caso alguém tenha alguma necessidade, com uma especificidade um pouquinho mais ampla.

Essa apresentação vai estar disponível também para o público em geral poder se aprofundar um pouco mais nessas informações.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Marconi, pela sua apresentação.

O Marconi Edson Ferreira é Gerente do Departamento das Indústrias de TI, Telecom e Economia Criativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nós temos certeza – viu, Marconi? – de que vai haver recursos com juros mais em conta para que as pessoas, as empresas, possam estar investindo mais em *data centers* e em inteligência artificial, porque hoje não se discute mais nada se não se falar sobre isso.

Ontem, para vocês terem uma ideia – antes de passar para o próximo, que é o Inácio –, na reunião nas nossas empresas ali, no nosso conselho da Cicopal, um dos temas discutidos foi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratação e montagem do departamento de inteligência artificial, para poder melhorar em todos os aspectos as indústrias, as empresas.

Então, hoje não fala em mais nada neste país. Quem quiser crescer e se desenvolver sem estar investindo nessa ferramenta... Quem sair na frente aí, como saiu o nosso Estado de Goiás – em toda audiência pública eu faço questão de falar, puxar sardinha para o meu Estado de Goiás, não é? –, na nossa Universidade Federal de Goiás: o primeiro curso de graduação em Inteligência Artificial é na nossa Universidade Federal de Goiás. Hoje tem outros, mas o primeiro foi lá.

Eu até sugiro aí à nossa Comissão e aos nossos chefes de gabinete e ao pessoal, na próxima audiência pública – provavelmente nós vamos ter mais duas –, que nós tenhamos aí alguns jovens dessa área, não somente da Universidade Federal de Goiás, mas também dos institutos federais, como ali de Trindade e tantos outros, para que venham aqui na Comissão.

Não dá para abrir para muitos, mas veja aí, Emilio e o nosso pessoal aqui da nossa Comissão, se nós podemos trazer pelo menos 20 jovens, para estarem falando... para estarem ouvindo esses especialistas.

Isso aqui, vocês não imaginam o quanto é importante o que a gente está ouvindo aqui. Todo esse trabalho, tudo o que eles estavam falando aqui vai ficar à disposição, para quem quiser entender melhor ou ligar para eles para saber o que está acontecendo nesse mundo de inteligência artificial, nos nossos *data centers*, os bilhões que estão sendo previstos de investimento no nosso país – alguns deles, previstos, já estamos meio que os perdendo para outros países. Então, nós temos que acelerar isso. Não podemos deixar esse cavalo passar arreado; e ele está aí, passando.

É difícil, às vezes, Prefeito. A gente está batendo muito nessa tecla de que precisamos ter um projeto de lei aprovado... Ter uma MP foi muito bom, porque senão nós íamos perder, principalmente, o que está sendo montado no Ceará, porque os impostos eram muito altos. Ninguém vem investir aqui com Imposto de Importação – já que a gente não fabrica – de aproximadamente 50%, 60% em cima desses produtos aí, já que nós não fabricamos.

Então, é muito importante a gente estar discutindo, mesmo em ano eleitoral, porque tem muita gente que acha que ano eleitoral é um ano perdido, em que só se discute eleição. Discutimos eleição, mas nós temos que acelerar isso. Sob pena de quê? Sob pena de o Paraguai, o Chile, a Argentina levarem esses bilhões de investimentos. E isso significa o quê? Emprego de qualidade.

Ontem, na discussão ali na empresa, grande parte daquela reunião – na empresa nossa – sobre departamento de inteligência artificial já foi sobre a contratação dessas pessoas. Então, quem hoje domina um pouco essa questão pode escolher onde trabalhar e até mesmo o salário, o contrato. Olha só a importância que tem.

Eu tenho falado muito aos jovens, e é interessante como os jovens estão antenados nisso. Recentemente, eu estive no Instituto Federal de Trindade e fiquei impressionado por ver aqueles jovens ali, que estão desenvolvendo produtos e projetos impressionantes. Desenvolveram um foguete lá! O Elon Musk está correndo risco com o pessoal de lá, com o foguete que eles desenvolveram lá. (*Risos.*) Nós lançamos um foguete lá, desses jovens. Então, estão muito à frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos, como agentes públicos, políticos, que dar essa condição e essa chance para esse pessoal que está vindo aí, essa juventude. Por isso que são importantes essas audiências públicas – são muito importantes. O tema é o tema do momento; se demorarmos muito, esse momento passa.

Então, agora, presencialmente, temos o Inácio.

Inácio, com a palavra.

Ele é Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

**O SR. INÁCIO CALACHE COZENDEY** (Para expor.) – Perfeito. Muito obrigado, Senador.

Eu poderia só pegar o passador de eslaides? (*Pausa.*) Obrigado.

Em nome da CNI, queria agradecer esse convite – agradecer ao Presidente da Mesa, Senador Vanderlan Cardoso – para debater esse tema, que é tão importante, de uma infraestrutura que é crítica para o desenvolvimento da nossa economia e da digitalização da nossa economia.

Primeiro, eu queria só lembrar rapidamente todo o esforço que já foi feito aqui no país em prol da digitalização da nossa economia, em prol da indústria 4.0.

Lá em 2016, quando começou a ser debatido esse tema aqui no país, a gente criou o Brasil Mais Produtivo, que era um projeto-piloto para melhorar o chão de fábrica das indústrias, e depois disso se entendia que seria possível digitalizar um processo já bem estruturado das indústrias. Em 2018, a gente tem a Estratégia Brasileira para Transformação Digital. Em 2019, a gente tem a criação da Câmara da Indústria 4.0, com o alinhamento entre Governo e setor privado de ações que podem ser feitas em prol da indústria 4.0. Criam-se na Finep linhas de crédito para a aquisição de máquinas com esse tipo de tecnologia. Em 2020, o BNDES também lança linhas de crédito voltadas para a indústria 4.0. Em 2021, temos o Leilão do 5G, que vem adicionar na infraestrutura digital. E, em 2024, a gente tem realmente uma consolidação de uma política industrial mais robusta, com a Nova Indústria Brasil, e uma missão específica para a digitalização do nosso país.

Dito isso, por que o *data center* é tão importante? Todas as tecnologias da indústria 4.0, se você pegar *cloud computing*, inteligência artificial, *big data*, cibersegurança, IOT, gêmeos digitais; tudo isso depende do *data center.* Os dados são enviados para o *data center*, esses dados são processados, e em seguida temos esses serviços de alto valor agregado, que são resultado desse processamento dentro do *data center*.

E por que é importante o *data center* estar no nosso país? Existe hoje, cada vez mais, a necessidade de o *data center* estar próximo do usuário final. Então, isso diminui muito o que a gente chama de latência, ou seja, quanto tempo demora para a resposta ao que eu pedi para ser processado voltar. Então, você imagine, por exemplo, carros autônomos: se você demorar a ter uma resposta do carro, você vai ter um acidente. Então, é muito importante que esse processamento seja o mais rápido possível, e por isso a atração do *data center* é interessante.

Outro motivo, que é um dado que o Governo disponibilizou, é que atualmente mais ou menos 60% dos dados nacionais são hospedados fora do Brasil. Em tempos de crise geopolítica tão fortes quanto as que a gente tem visto hoje, *data centers* são alvos, literalmente, de guerra. Então, podem ser ou espionados ou atacados. Portanto, isso também reforça a importância de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazer mais esses dados para o nosso país. Ali vocês podem ver a distribuição de *data centers* no mundo, e a gente vê a clara concentração nos países desenvolvidos. Isso não é à toa, né?

Também é importante, quando a gente vai pensar em legislar *data centers*, que eles fazem parte de uma cadeia de valor. Então, por um lado, como já foi dito aqui, ele puxa energia, ele demanda energia, ele demanda refrigeração, infraestrutura e obras e, principalmente, semicondutores. Semicondutores são uma cadeia superimportante, em que o Brasil poderia se inserir mais, e o *data center* demanda justamente esses semicondutores. Então, essa política poderia ser pensada já no conjunto da cadeia de valor. E, digamos assim, os setores de saída, o *output,* são todas as tecnologias da indústria 4.0, que vão ajudar muito na produtividade do país, que ainda é muito baixa e estagnada há muito tempo.

Pensando o que uma empresa está olhando quando ela vai decidir onde colocar o seu *data center*, aqui são coisas de infraestrutura física e recursos que o Brasil já tem bastante: energia e sustentabilidade. A gente tem muita energia, como foi dito aqui pelo Senador, energia excedente no Nordeste, que é energia limpa; a gente tem conectividade, com cabos submarinos, a gente está conectado ao resto do mundo; a gente tem um mercado interno muito grande, a gente tem essa proximidade ao usuário, é importante, e a empresa está olhando para isso.

Agora, no que a gente ainda peca um pouco é nesse lado de ambiente de negócios. A gente precisa de uma maior segurança jurídica, a gente precisa... O investimento de um *data center* é massivo, então o operador quer ter garantias de que não está sendo dinheiro jogado fora. Então a gente precisa de uma segurança jurídica mais forte. Ele também vai olhar qual país tem incentivos para ele ir para lá. Hoje é uma disputa, como foi dito aqui, entre diversos países, para atrair esses *data centers*, então incentivos fiscais são importantes.

Outra coisa que é importante é o ecossistema de inovação. Existe demanda neste país para esse *data center?* Existe mão de obra qualificada?

Pensando no PL, do jeito que está hoje, o 3.018, a gente acha que ele ainda pode amadurecer um pouquinho mais, tá? Pensando justamente nessa coisa da segurança jurídica, ainda tem algumas questões técnicas ali, sobre que a gente pode conversar melhor depois, que fazem um pouquinho de confusão entre as obrigações do operador e as obrigações de quem está usando o serviço do *data center*. Há um pouco de sobreposição de leis com a LGPD. Então a gente acha que uma boa política pública deveria ter incentivos e contrapartidas quando você está pensando em atração desses *data centers*.

Então, sobre incentivos, o Redata, que já foi debatido aqui, nos parece uma solução muito boa, e já foi aprovada na Câmara dos Deputados. Então, ela põe incentivos claros, econômicos – eu não vou repeti-los –, e bota contrapartidas importantes, que também já foram colocadas aqui pelo Ministério da Fazenda.

Queria concluir só dizendo isto: que a gente deve pensar essa política como incentivos e contrapartidas. Eu acho que isso é muito importante, porque aí a gente consegue ter algo sustentável e, ao mesmo tempo, atrair esses investimentos, o que é tão importante para a digitalização do nosso país.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Inácio. (*Fora do microfone.*) Você foi muito claro na sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação, Inácio. Simplificando, você disse o seguinte: olha, ninguém vem investir num país, num município ou num estado pela cor dos olhos do governante, não é? Ele vem porque tem que ter incentivos fiscais e condições de fazer ali seus investimentos. Então, ficou bem claro isso aí.

Nós precisamos ter... Primeiro, as nossas leis têm que ser claras, tem que ter segurança jurídica. É comum a gente ouvir isto, principalmente de investidor de fora: "Mas o seu país não oferece condições, uma segurança jurídica". É comum aqui, dependendo do governo que está, mudar a regra que foi estabelecida por outros governos. Isso cria essa insegurança jurídica, e muitos até chegam para nós e dizem: "Olha, é muito difícil entender essa legislação de vocês, essas mudanças que vocês fazem repentinamente, depois de nós fazermos os investimentos". Então, é complicado, e nós temos que descomplicar isso. É o trabalho nosso aqui, é o que a gente está tentando fazer, com várias discussões aqui no Senado Federal.

Espero que a gente consiga chegar a um entendimento e darmos essas garantias que tanto foram faladas aqui – não foi só por você, Inácio. A gente ouve isso de muitos investidores. Não adianta nós termos hoje energia sobrando no Nordeste... Inclusive, não é muito noticiado, mas, às vezes, tem que sair desligando as torres eólicas, a usina fotovoltaica, que foram incentivados a construir, a fazer, porque não tem para quem vender energia.

Então, precisamos de realmente ter essas regras claras. A gente sofre muito com isso, como investidor e também como Parlamentar.

O Fabio Alves de Oliveira, que está por videoconferência, é Gerente de Negócios para a América Latina da Nvidia.

Com a palavra, Fabio.

**O SR. FABIO ALVES DE OLIVEIRA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador. Obrigado.

Eu quero agradecer a oportunidade de poder conversar com vocês, parabenizar pela iniciativa, porque há uma discussão muito grande sobre todos esses tópicos que a gente tem comentado aqui, cumprimentar todos os colegas e tentar somar um pouco ao que já foi falado.

Deixe-me compartilhar a minha tela.

Vocês já estão vendo aí. Deixe-me confirmar.

Bom, então de novo, quero parabenizar o trabalho de vocês. Eu acho que a ideia nossa aqui é falar um pouquinho sobre o que é a Nvidia e o que a gente tem visto de desafios, porque, como muitos falaram, isto não é um desafio só do Brasil, mas é um desafio de todos os países hoje em dia: participar de maneira efetiva nesse uso da inteligência artificial.

A Nvidia é conhecida pelas GPUs, que é um dos componentes que permite que isso aconteça, mas eu acho que vale reforçar até o que o Hamilton falou no começo, que existe uma parte de desenvolvimento muito grande que tem que ser trabalhada. Então, só para vocês terem uma ideia, a Nvidia tem 70% da sua força de trabalho ligada na parte de pesquisa e desenvolvimento não só das GPUs, mas também de *software*, porque isso faz com que se otimize o uso dessas tecnologias.

O senhor falou muito bem da UFG, que é uma grande parceira da Nvidia no desenvolvimento de inteligência artificial. Então, só para reforçar: a gente tem trabalhado com um ecossistema de universidades, centros de pesquisas e empresas aqui no Brasil para que isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteça. Tem que existir uma capacitação de pessoas muito forte para que isso aconteça no passo que precisa, na velocidade que precisa.

Então, para quem tiver algumas perguntas depois, está aí o meu *e-mail*, fique à vontade para entrar em contato.

Na visão da Nvidia – é o que a gente tem visto em diversos países –, a inteligência artificial, da maneira como ela é, está tendo uma revolução, tanto econômica quanto científica e de inovação, todo mundo comentou um pouco.

O *data center* é a unidade de computação hoje em dia, é a unidade computacional. A parte de poder computacional, por causa do desenvolvimento das GPUs, deixou de ser o gargalo. O gargalo hoje é onde colocar essas GPUs para processar no tempo que é necessário.

Então, a gente vê isso como cinco camadas. O *data center* entra na camada de infraestrutura, da qual a gente estava falando, mas a gente tem que falar de energia, a gente tem que falar dos *chips*, que são as GPUs, CPUs e tudo que está envolvido nisso, na rede de interconexão, a infraestrutura, que é onde se vai receber isso, esses componentes, e aí tem o desenvolvimento de aplicações. Todo mundo comentou um pouco aqui sobre o desenvolvimento da pilha de *software.*

Transformando os dados do Brasil em inteligência brasileira – estou falando em soberania –, isso vai chegar na parte de domínios de conhecimento. Então, a gente está falando não só da inteligência artificial, como agentes de IA e de tudo o que a gente tem falado, mas isso vai chegar na parte de desenvolvimento de *chips*, na parte de previsão do tempo, na parte de bioinformática, na parte da indústria farmacêutica, em todas essas áreas. E a gente começa a falar do setor público, do setor privado, da academia, das *startups.* Eles precisam ter acesso a esse poder computacional que vai ser entregue por esses *data centers,* eles precisam ter acesso a esse poder computacional através daí. Então, todo esse ecossistema tem que funcionar de maneira muito orquestrada.

A gente vê aqui – todos comentaram isso – as grandes tendências na parte de computação. Hoje todo mundo usa IA de alguma maneira, a gente tem um supercomputador no bolso, não é? Todo mundo tem hoje em dia. Então, a gente vê essa expansão da necessidade computacional.

Essas mudanças recentes no uso da tecnologia têm levado a outras demandas computacionais. Então, a gente já falou de IA, bem da parte do começo do uso da inteligência artificial, até de agentes de IA, e está falando até de *physical* AI, que é IA na ponta, de você dar comandos – a indústria vai usar muito isso – em robôs se movimentando. E aí leva para o que a gente tem falado bastante, que é uma fábrica de IA, que é justamente o *data center,* a unidade computacional acaba sendo o *data center*.

Aqui é só para mostrar os desafios que o Brasil tem e outros países também. Então, não é só falar de GPUs, mas da parte de *softwares*, de modelos. A gente vai falar da área biomédica, que eu já comentei, da área genética, de robótica, de veículos autônomos. Tudo isso está borbulhando e tem diversas *startups,* universidades e empresas trabalhando no desenvolvimento disso. Essa informação tem que ficar no país. Muitas empresas não querem colocar seus dados em *data centers* que estão em outras regiões por questões que todo mundo já comentou aqui, óbvias. E aí a importância do *data center* nesse cenário é que, cada vez mais, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

supercomputadores que fazem esse processamento, para tudo isso que está sendo feito, são cada vez mais sofisticados.

Eu comentei já algumas vezes aqui que o *data center* é uma unidade computacional, porque a gente tem uma série de componentes que precisam ser refrigerados, alimentados com um consumo de energia altíssimo. Os *data centers*, muito acostumados com a computação tradicional, que são grandes usuários, também grandes parceiros de negócios da Nvidia, têm uma mudança significativa quando a gente fala de inteligência artificial especificamente, porque a inteligência artificial, que é um pouco diferente da computação tradicional, tem um fluxo de processamento contínuo, não tem picos de uso.

Então, a parte de agentes e tudo que está sendo processado é constante. Não vai ter assim: "Ah, tem uma hora do dia em que vai ter maior processamento". Não, é todo o tempo processando a máxima capacidade e num ambiente em que o poder computacional é muito denso. A gente tem muito poder computacional em pouco espaço. E isso traz um desafio para a refrigeração. Já se falou muito aqui em refrigeração a líquido. Existe um desenvolvimento enorme nesse trabalho, com empresas, inclusive, no Brasil, já fazendo esse desenvolvimento, porque você precisa retirar esse calor gerado pela parte computacional por um sistema que seja muito eficiente e que tenha preocupações com o clima, com a parte de tudo que está envolvido em se ter um ambiente desse porte.

Todo mundo já falou aqui também, mas existem investimentos enormes nessa área, em todas as áreas. Os investidores têm essa preocupação de onde vai estar o dado. Eu acho que essa discussão aqui é boa para isso, porque traz essa preocupação de como trazer essa tecnologia para o Brasil e como as empresas vão usar isso de maneira eficiente e segura, e isso cai, novamente, aqui no conceito da fábrica de IA.

Então, olhando para isso tudo, eu acho que essa foto aqui, esse desenho aqui específico é interessante, porque isso é dentro de um *data center* de altíssimo nível e leva a um outro ponto, sobre o qual também o Hamilton comentou, sobre a parte de se ter capacitação. Isso a Nvidia já tem feito com muitas universidades, através de alguns programas – eu tenho alguns eslaides, não sei se vai dar tempo aqui de falar –, de capacitar pessoas, porque para ter um ambiente como esse, a parte de gerenciamento não é trivial. Tem que ter uma força de trabalho treinada.

Existe um desafio enorme do Brasil que é manter essas pessoas que são treinadas no país, fazer com que eles fiquem aqui, porque é muito fácil o pessoal ir embora quando tem esse tipo de conhecimento. Ter essa infraestrutura vai permitir que essas pessoas se sintam confortáveis de ficar. Mas, de novo, tem que ter essa parte de capacitação de pessoas para que isso funcione de maneira eficiente.

E aí, de novo, muitos países já estão com esse trabalho acontecendo. A Nvidia tem trabalhado muito próximo de todos eles e aí a gente tem apoiado com arquiteturas de referência para que se tenha soluções computacionais, junto com os nossos parceiros – muitos, a grande maioria deles fabricam, fazem a montagem desses supercomputadores no Brasil –, para que se tenha uma ideia muito bem definida do que se precisa de poder computacional para as diferentes cargas de trabalho que estão ligadas à inteligência artificial.

Então, é um trabalho contínuo. A gente tem trabalhado, hoje, com o que é uma foto do momento. Se a gente olhar a foto do momento há um ano, não era essa a necessidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

computacional; isso tem evoluído, e a ideia é justamente... Por isso que eu parabenizo, de novo, essa iniciativa, porque é ter esses diversos prismas, olhares para esse problema, ou esse desafio que a gente tem hoje em dia, de ter essa infraestrutura e tudo que é necessário para que a gente tenha controle sobre a inteligência artificial no país.

Então, acho que eu fico por aqui. Eu tenho aqui os programas com que a gente tem trabalhado com as universidades, mas acho que, até o momento, é suficiente para a gente continuar com essa conversa.

Agradeço novamente a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Flávio... Fabio.

Fabio, o pessoal lá da nossa Universidade Federal de Goiás já tinha mencionado essa parceria com a Nvidia, aliás, com várias empresas multinacionais, e eu fico muito orgulhoso de saber que o nosso Estado de Goiás saiu bem na frente com relação ao curso de graduação em Inteligência Artificial, e hoje são respeitadíssimos, não só no país, mas também fora do país. Então, nós estamos no caminho certo.

Obrigado pela sua apresentação, Fabio.

Bem, nós temos algumas perguntas aqui, pelo e-Cidadania.

A Amanda, do Distrito Federal, fez uma pergunta, e aí vocês veem quem quer responder. Tem algumas que já foi até pedido aqui para o pessoal que está à mesa – ao Inácio, ao Carlos e ao Hamilton – para responder. Mas eu gostaria de perguntar a vocês que estão participando virtualmente. A Amanda, do Distrito Federal – se vocês quiserem, quem quiser responder, é só fazer assim com a mão, que daqui a gente vê –, pergunta: "Quais são os planos para prevenir que populações vulneráveis sofram com a escassez e poluição de água causada pelos *data centers*?".

Olha só, temos que esclarecer muita coisa mesmo.

Então, vocês que estão aí virtualmente: quem quer responder? O Fabio, o Nilo ... Acho que os nomes aí estão trocados. Então, quem quer responder a essa dúvida?

**O SR. FABIO ALVES DE OLIVEIRA** (*Por videoconferência*.) – Posso comentar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Você pode comentar, então, Fabio?

**O SR. FABIO ALVES DE OLIVEIRA** (*Por videoconferência*.) – Posso comentar um pouco.

É claro, é muito importante esse tipo de pergunta, porque realmente é uma preocupação, mas existem avanços hoje, e acho que foi até o Nilo que comentou isto: o uso da água, hoje em dia, para a grande maioria desses *data centers*, é feito de uma maneira muito mais eficiente. Então, o volume é muito menor; é um sistema de reúso; é um sistema fechado. Essa água não vai voltar para o ecossistema; ela fica em um ambiente fechado. Mas, é claro, está sempre evoluindo, porque, cada dia mais, isso é uma preocupação, claro. Mas, assim, a evolução é muito grande na tecnologia desses sistemas de refrigeração, então, essa ideia de que a água vai voltar para o nosso ambiente não é 100% verdade mais. Há um grande sistema fechado de refrigeração. Então, a água fica contida em um ambiente fechado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Fábio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Bruno, do Distrito Federal, faz a seguinte pergunta: "Como essa regulamentação vai garantir que haja transferência de tecnologia e conhecimento?".

Hamilton, você pode responder?

**O SR. HAMILTON JOSÉ MENDES DA SILVA** (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Uma boa pergunta do Bruno porque ela vai ao encontro, exatamente, de um dos pilares que eu comentei. Que uma política desta natureza pode propiciar, na medida em que ela, *per se*, incorpore incentivos fiscais – que foi um elemento até bem destacado aqui pelos colegas da mesa, o Carlos comentou isso com muita propriedade –, seja por um instrumento específico, como é a proposta do Redata, seja, inclusive, pela complementação de um instrumento específico a outros normativos que já existem e que podem criar, vamos dizer assim, sinergia com o Redata.

Eu citei, a título de exemplo, a lei de TICs nacional, a Lei de TICs da Zona Franca de Manaus, que já preveem vários instrumentos nesse arcabouço jurídico, em que, exatamente, o diferencial para políticas de incentivos que, em geral, o Brasil adotou para impulsionar a indústria são as exigências de compromissos de investimentos mínimos que levem a uma interação entre a indústria e a universidade, institutos de pesquisa e universidades. E isso, por sua vez, pode se desdobrar, e nós já temos assistido a exemplos, no caso do setor de TICs, de projetos conjuntos onde nós conseguimos viabilizar a cooperação internacional.

Então, por exemplo, foi citado também, eu acho que foi na apresentação do Marconi, do BNDES, quando fala dos desafios dessa área, que o país vai se posicionar melhor, preencher hiatos e recuperar, digamos, a distância que nos separa dos líderes na área de microeletrônica. Mas, por outro lado, o próprio Marconi citou algumas rotas onde isso se torna possível pelo nível de investimentos que está ao nosso alcance. Por exemplo, explorar capacitações no país em *design* de *chips*, apoiar o desenvolvimento de *softwares*, explorando arquitetura de sistemas abertos.

E este é um caminho, quando você alia uma iniciativa dessa com cooperação internacional, em que o país constrói parcerias no modelo ganha-ganha, isto é algo que acelera a transferência de tecnologia. Porque transferência de tecnologia é fácil de prever em termos de contratos, acordos, aquela chamada tecnologia codificada. Mas o verdadeiro conhecimento, aquilo que faz muita diferença, quem já trabalhou com pesquisa e desenvolvimento sabe, que é o conhecimento tácito, vem, muitas vezes, da convivência entre equipes, e isso se dá quando se criam condições para trabalhos em cooperação.

Então, é algo possível e o Brasil, inclusive, acumula experiências importantes em várias áreas. Um setor mais conhecido do grande público, digamos, de sucesso que nós temos é o setor aeronáutico, em que o Brasil conseguiu o feito de criar um dos maiores ícones da aviação mundial, e isso é uma demonstração de que nós conseguimos fazer transferência de tecnologia.

Na esfera de atuação do MCTI, também, nós acumulamos uma experiência muito exitosa na área de satélites. A área satelital é onde o Brasil, já há mais de três décadas, vem desenvolvendo uma série de soluções satelitais, frutos de cooperação internacional, em que nossos pesquisadores convivem com pesquisadores de países parceiros.

Então esse, para mim, é um dos caminhos que dialogam muito; aliás, é indissociável dos esforços que se fizer para capacitação de recursos humanos – o que foi quase uma unanimidade:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos, de uma forma ou de outra, os nossos colegas de mesa, tanto presencialmente como de forma virtual, comentaram que o pilar dos recursos humanos é absolutamente imprescindível, não só pela questão da empregabilidade, mas também porque é aí o caminho para, justamente, nós termos êxitos em ações de internalização de tecnologias.

Espero ter respondido, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Hamilton.

O Francisco, que é do Rio Grande do Sul, faz a seguinte pergunta: "Como as medidas do art. 3º, III, serão garantidas, uma vez que os modelos de IA são notoriamente opacos quanto às fontes de dados utilizadas?".

Carlos.

**O SR. CARLOS OMILDO DOS SANTOS COLOMBO** (Para expor.) – Obrigado, Senador Vanderlan Cardoso.

Eu pedi até para responder a essa pergunta, acho que a gente comentou bastante sobre questões de sustentabilidade, energia, água, mas eu queria aproveitar essa pergunta para apresentar como, de um ponto mais específico em relação à redação aqui proposta, a Secretaria de Reformas Econômicas pode contribuir.

O nosso papel é olhar para o ambiente regulatório, para o ambiente de negócios e propor melhorias, buscar melhorar a regulação, melhorar projetos de legislação, propor uma promoção de concorrência, inovação, sustentabilidade.

Então, eu queria comentar essa pergunta porque eu acho que ela traz um aspecto claro em relação a essa necessidade e oportunidade de aprimoramento do texto. Quando o colega comenta sobre o inciso III... O inciso III trata do seguinte: "adotar medidas para garantir a transparência no uso de dados e algoritmos de IA, incluindo a divulgação de informações sobre a origem dos dados e o funcionamento dos algoritmos". Aqui, eu acho que há uma certa mistura em relação ao que é uma regulação para IA e o que seria uma regulação para *data center*.

Eu acho que o colega Inácio comentou um pouco dessas oportunidades de aprimoramento, e eu acho que é neste momento que a gente se coloca à disposição para contribuir com a discussão, com a evolução do trabalho, para que a gente possa promover uma medida com um ambiente regulatório que vá trazer segurança jurídica e atrair esses investimentos.

Era um pouco nesse sentido que eu queria contribuir aqui com as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Carlos.

Bem, aqui tem uma pergunta do Bruno, de São Paulo. O Bruno diz: "Sou 100% contra *data centers*. [Meu Deus do céu!] Diversos estudos apontam que eles (e a IA) aceleram o aquecimento global, colocando todo o planeta em risco".

E agora? (*Risos.*)

Ô, Inácio! Responda aí, Inácio, para tirar as dúvidas do nosso Bruno, de São Paulo.

**O SR. INÁCIO CALACHE COZENDEY** (Para expor.) – Por um lado, é importante pensar que a gente está sempre em desenvolvimento, então esses *chips* que são usados hoje em dia são cada vez mais eficientes – e aí o pessoal da Nvidia vai poder complementar essa parte –, mas algo que é importante pensar, pensando no nosso país, que tem recursos renováveis de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia, isso ajuda muito, então, se você trouxer justamente esses *data centers* para o nosso país, aí você tem uma matriz energética muito mais limpa, com muito menos emissão de carbono na atmosfera e isso também ajuda que esse aquecimento tenha um impacto menor. Então, é um pouco nesse sentido de pensar os atributos que o nosso país tem quando a gente quer atrair esses *data centers* para o nosso país.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Inácio.

Bom, Nilo Pasquali, Conselheiro Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), temos uma pergunta aqui que eu achei muito interessante, do Fernando, de Mato Grosso – creio que não foi feita ainda: "Não seria interessante atrelar a energia sustentável aos [*data centers*]? Por exemplo, x% da energia gasta em um [*data center*] deve [...] [vir] de solar e eólica".

Nilo, você quer responder a essa pergunta?

**O SR. NILO PASQUALI** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Claro, Senador, eu posso responder sim.

É uma ideia que vai em linha com a discussão de garantir a sustentabilidade dessas infraestruturas.

É sempre bom ter em mente que a matriz energética do Brasil já é incrivelmente limpa. A gente é essencialmente uma matriz de hidrelétricas, com crescimento de eólica e energia solar, mas, comparando com outros países, a nossa matriz – mais de 90% dela – já é sustentável, por assim dizer.

A gente poderia cair numa discussão de como uma hidrelétrica causa impacto ambiental, mas ela causou quando foi feita. Uma vez feita, ela é uma energia completamente limpa, não gera resíduo adicional ou coisas nesse sentido.

Mas eu acho que a pergunta, sugestão – foi muito interessante já colocar inclusive uma sugestão na parte da pergunta –, é muito nessa linha mesmo. As políticas de incentivo acho que têm que pensar exatamente por esse caminho. O que é interessante colocar quando a gente está falando do que são as melhores práticas, o que seria interessante colocar em termos de governança e responsabilidade social é muito nesse sentido mesmo: você ganha x benefícios se tiver esse tipo de característica, coisas nesse sentido. Então, eu acho que a pergunta está muito alinhada com o que se espera mesmo da discussão de forma geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Nilo.

Essa é a última pergunta. Vou passá-la para o Marconi, não é, Marconi? Luís, de São Paulo: "Existe [...] regulamentação [...] [sobre a] escolha dos [...] [locais para] receber esses *data centers* que priorize as condições de vivência da população?".

Você pode responder, Marconi?

**O SR. MARCONI EDSON FERREIRA VIANA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Claro, sem problemas.

Eu vou responder, assim, lembrando do local em que o BNDES se insere nesse ecossistema. O BNDES é um braço de fomento, de execução da política pública no contexto de fornecer instrumentos para viabilizar o investimento das empresas e, no caso aqui, *data centers*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o banco avalia os aspectos socioambientais e climáticos de cada projeto, seja de *data center* ou de outros setores, conforme a legislação aplicável, além dos seus normativos internos e o nível de risco da operação.

Então, nós verificamos, quando cabíveis, a regularidade ambiental, as licenças, os estudos de impacto e as medidas de prevenção e mitigação. Mas o licenciamento, naturalmente, é atribuição do órgão ambiental competente. O papel do BNDES é avaliar os riscos relacionados ao financiamento, incluindo esses riscos socioambientais, e acompanhar o cumprimento das obrigações estabelecidas para cada operação.

**O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Marconi.

Pessoal, nós estamos encerrando nossa audiência pública, mais uma, em cima da hora, porque é até às 16h e já temos a nossa reunião do Senado.

Eu quero agradecer a vocês. Foi enriquecedora esta audiência pública, a participação de vocês, que estão virtualmente. Responderam às perguntas, mas não dá para passar todas as perguntas. Caso o pessoal na Mesa possa passar para eles, eles responderão. São muitas perguntas. A participação é interessante. Eu já conduzi várias audiências públicas e vi a participação pelo e-Cidadania, o pessoal participando, fazendo perguntas, e perguntas muito inteligentes. Então, vocês veem que o pessoal está antenado e, muitas vezes, preocupado, o que é natural, porque tudo é novidade. Para nós, ainda é novidade; para o brasileiro, ainda é novidade. Em alguns países, não, virou até rotina falar de *data center* e tudo mais, até mesmo inteligência artificial. Mas, para nós aqui, ainda é novidade. Então, estar discutindo isso aqui é enriquecedor para nós.

Então, quero agradecer a todos vocês, aos nossos integrantes da Secretaria de Apoio da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática; ao Matheus Soares, que é o Secretário da Comissão – obrigado, Matheus –; ao Jefferson de Oliveira Damascena, Secretário Adjunto; ao Aguirre Silva Pinto Neto, Assistente Técnico; ao Felipe Luiz da Silva, Analista Legislativo; ao Itamar da Silva Melchior Júnior. Agradeço a vocês, porque são vocês que preparam essas reuniões, essas audiências públicas. Sem vocês aqui, não teria esse brilho, não, podem ter certeza de que esta audiência não teria esse sucesso que teve. Agradeço a todos vocês que estão, virtualmente, participando – Nilo Pasquali, Marconi Edson, Fabio Alves de Oliveira – e a vocês que estão aqui na mesa – Carlos, Inácio e o Hamilton.

Nada mais havendo a discutir, eu declaro encerrada a presente audiência pública.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Hermes Klann, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Eliziane Gama e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 13ª, 14ª e 15ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2335, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para dispor sobre a segurança de dados." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 301, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caminho do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Queluz, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 425, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Murutinga do Sul, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 395, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Soledadense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 525, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rorainópolis, Estado de Roraima." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 996, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Novaresendense de Difusão e Apoio - ANDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Resende, Estado de Minas Gerais."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1007, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jambeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jambeiro, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Comunicação Social Santa Maria - ACSM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapiara, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 544, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural do Distrito de Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aiuaba, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo nº 698, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pedra Pintada para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Comunicar Sociedade Comercial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Brasilândia de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Kativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Social Cultural da Localidade Itaúna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castelo do Piauí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1144, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão em Raposos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Raposos, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 142, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Miguel Calmon, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 502, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Indaial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Indaial, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 703, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Nascente Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mongaguá, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 80, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Barraconense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barracão, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 435, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo n° 431, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo n° 527, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Brasília, Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo n° 641, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova FM Lençóis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo n° 661, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação José de Paiva Netto para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araguari, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo n° 883, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Comunicação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Varzedo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varzedo, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 27 - Projeto de Decreto Legislativo n° 426, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Asa Norte e Bom Sucesso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 28 - Projeto de Decreto Legislativo n° 589, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Fernandópolis, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 29 - Projeto de Decreto Legislativo n° 675, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Êxitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mineiros de Tietê, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 30 - Projeto de Decreto Legislativo n° 351, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Paramirim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paramirim, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 31 - Projeto de Decreto Legislativo n° 198, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sampaio & Martins Ltda., posteriormente denominada Rede Brasil Central de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itaúba, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senadora Damares Alves**
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/10

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de junho.

A Presidência comunica o arquivamento dos documentos lidos na 11ª Reunião desta Comissão, realizada no dia 20 de maio do ano corrente, vez que não houve manifestação de Senador ou Senadora membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 13ª, 14ª e 15ª Reuniões desta Comissão.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias na Comissão, sendo a pauta composta por um projeto de lei e 30 projetos de decreto legislativo, totalizando 31 itens.

Item 1 da pauta.

**ITEM 1**
**PROJETO DE LEI N° 2335, DE 2024**
**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para dispor sobre a segurança de dados.*

**Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira

**Relatório:** Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.*

Concedo a palavra a Senadora Ivete da Silveira para a leitura do seu relatório.

**A SRA. IVETE DA SILVEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia, Sra. Presidente, Senadora.

Peço para ir direto à análise.

Conforme determina o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática manifestar-se sobre matérias relacionadas à ciência, tecnologia, inovação, informática e temas correlatos. Com a aprovação do Ato do Presidente do Senado Federal nº 22, de 2025, as competências anteriormente exercidas pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, previstas em seu art. 104-G, em especial o inciso IV, passaram a ser exercidas pela CCT, razão pela qual compete a este Colegiado apreciar a matéria.

No mérito, o PL 2.335, de 2024, apresenta contribuição relevante para o aperfeiçoamento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A proposição enfrenta um tema essencial para a governança digital contemporânea, envolvendo a segurança dos dados pessoais diante da crescente ocorrência de incidentes, especialmente vazamentos envolvendo bases mantidas por agentes públicos e privados.

Ao explicitar a competência da ANPD para fiscalizar a implementação das medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, o projeto reforça a dimensão preventiva da proteção de dados pessoais. O referido dispositivo já impõe aos agentes de tratamento o dever de adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados e contra situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão. A previsão proposta, portanto, contribui para dar maior visibilidade normativa à atuação fiscalizatória da agência nesse campo.

Também merece avaliação positiva a explicitação da competência da ANPD para fiscalizar e aplicar sanções em caso de incidentes de segurança relacionados a vazamento de dados pessoais. A medida fortalece a resposta institucional a episódios de grande impacto social e deixa claro que tais ocorrências podem ensejar apuração administrativa e responsabilização dos agentes de tratamento, quando configurado descumprimento da legislação.

Ademais, a proposição está em sintonia com o ordenamento vigente. O art. 55-J da LGPD já atribui à ANPD competência para fiscalizar e aplicar sanções em caso de tratamento de dados realizado em desconformidade com a lei, enquanto o art. 52 prevê o rol de sanções administrativas cabíveis. O PL 2.335, de 2024, não rompe com esse regime; ao contrário, torna claras as competências compatíveis com a lógica já adotada pela legislação brasileira de proteção de dados.

Essa compatibilidade também se verifica em relação ao Decreto 12.881, de 2026, que aprovou a estrutura regimental da Agência Nacional de Proteção de Dados. O art. 2º, inciso IV, do Anexo I atribui à ANPD competência para fiscalizar e aplicar sanções em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação. O inciso XVI do mesmo artigo, por sua vez, autoriza a agência a realizar auditorias ou determinar sua realização sobre o tratamento de dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoais efetuado por agentes de tratamento, inclusive pelo poder público. Esses dispositivos demonstram que a proposição se harmoniza com o desenho institucional já conferido à ANPD, reforçando sua atuação técnica em matéria de segurança de dados.

Sob a perspectiva da política pública, o projeto contribui para induzir maior conformidade dos agentes de tratamento. Considerando-se o destaque conferido à fiscalização das medidas de segurança e à responsabilização em casos de vazamento, a proposição sinaliza que a segurança da informação não é aspecto meramente operacional, mas obrigação jurídica essencial para a efetiva proteção dos titulares.

Desse modo, o PL 2.335, de 2024, confere maior densidade normativa ao dever de segurança previsto na LGPD, reforça a atuação fiscalizatória e sancionadora da ANPD e se alinha ao processo de fortalecimento institucional da agência. Por essas razões, a proposição merece aprovação.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.335, de 2024.

Agora eu vou passar para o relatório.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora.

Eu acho que a gente já pode ir direto para a votação. Pode ser?

**A SRA. IVETE DA SILVEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Pode.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns pelo voto. A senhora traz elementos espetaculares na sua análise sobre a proteção de dados. O Brasil precisa ter uma atenção especial sobre a proteção de dados. O seu voto está perfeito, o relatório é extraordinário e a iniciativa do projeto de lei é muito boa.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria agora segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parabéns, Senadora Ivete. Apesar do frio hoje, está trabalhando muito. Deus a abençoe.

Passemos agora à análise dos projetos de decreto legislativo relacionados a serviço de radiodifusão.

Itens 2 ao 31 da pauta.

Olha só, nós vamos fazer isso aqui em tempo recorde, né?

**ITEM 2**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 301, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caminho do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Queluz, Estado de São Paulo.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 3**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 425, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Murutinga do Sul, Estado de São Paulo.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 4**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 395, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Soledadense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Beto Faro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 5**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 525, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rorainópolis, Estado de Roraima.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Beto Faro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 6**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 996, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Novaresendense de Difusão e Apoio - ANDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Resende, Estado de Minas Gerais.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 7**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1007, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jambeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jambeiro, Estado de São Paulo.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 8**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 133, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, Estado de Minas Gerais.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Confúcio Moura
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 9**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 278, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Comunicação Social Santa Maria - ACSM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Confúcio Moura
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 10**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 544, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural do Distrito de Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aiuaba, Estado do Ceará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 11**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 698, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 12**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 220, DE 2023**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pedra Pintada para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Dr. Hiran
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 13**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 586, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão à Comunicar Sociedade Comercial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Brasilândia de Minas, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Dr. Hiran
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 14**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 360, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Kativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balsas, Estado do Maranhão.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 15**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 363, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Social Cultural da Localidade Itaúna para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castelo do Piauí, Estado do Piauí.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 16**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1144, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão em Raposos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Raposos, Estado de Minas Gerais.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 17**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 142, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Miguel Calmon, Estado da Bahia.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 18**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 502, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Indaial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Indaial, Estado de Santa Catarina.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 19**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 703, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Nascente Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mongaguá, Estado de São Paulo.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Esperidião Amin
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 20**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 80, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Barraconense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barracão, Estado do Rio Grande do Sul.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 21**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 435, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 22**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 431, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 23**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 527, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Brasília, Distrito Federal.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 24**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 641, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova FM Lençóis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Paulo Paim
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 25**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 661, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação José de Paiva Netto para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araguari, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Paulo Paim
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 26**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 883, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Comunicação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Varzedo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varzedo, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 27**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 426, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Asa Norte e Bom Sucesso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 28**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 589, DE 2024**
**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Fernandópolis, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 29**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 675, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Êxitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mineiros de Tietê, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 30**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 351, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Paramirim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paramirim, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 31**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 198, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sampaio & Martins Ltda., posteriormente denominada Rede Brasil Central de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itaúba, Estado de Mato Grosso.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Weverton
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Considerando que a publicação da pauta foi realizada com antecedência superior ao prazo determinado pelo Regimento Interno desta Casa, consulto V. Exas. – em especial, os Relatores – sobre se, por uma questão de economia processual e racionalização dos trabalhos, podemos realizar a dispensa da leitura dos relatórios dos projetos de decreto legislativo, passando diretamente à discussão e deliberação dos itens. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, esta Presidência dá como lidos os relatórios apresentados aos itens 2 ao 31 da pauta.

Para quem está nos acompanhando e talvez não entenda essa dinâmica, nós temos um corpo técnico extraordinário no Senado Federal que ajuda nós Senadores na relatoria desses projetos de decreto legislativo referentes a outorgas. Eles fazem isso há anos e os relatórios são muito parecidos. Confesso para os senhores que eu trabalho com esta Comissão... Como assessora, eu fiquei uns 24 anos nesta e na Câmara.

Então, os relatórios são perfeitos, e esta Comissão aqui é extraordinária, esta Secretaria é extraordinária.

Então, a leitura, como está publicada, se alguém tiver dúvida, vem e se manifesta. Como ninguém se manifestou, é porque concordaram que todos os relatórios estão perfeitos.

Então, eu pergunto às S. Exas. se podemos proceder à discussão e votação em bloco, depois dessa minha explicação, para que a sociedade nos entenda. Todos os projetos e decretos legislativos são terminativos; nós vamos precisar de voto, tá? Eu peço às assessorias que já informem aos gabinetes, aos Senadores que estão em outra Comissão.

Como não há objeção, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco, portanto, em votação em bloco, os itens de 2 a 31 da pauta.

A votação será nominal. Os Senadores que votam com os Relatores, votam "sim".

Eu solicito à Secretaria, a esses guerreiros, que abram o painel de votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar. (*Pausa.*)

Já está aberto o painel? O painel está aberto. Vamos, nossa urna já está aberta, vamos depositar os votos!

Eu sempre tive um sonho de fazer leitura, assim, de chamada de nome de Senador, então, lá vai!

A assessoria do Senador Efraim, por favor, Senador Efraim. Senador Alessandro Vieira, Senador Esperidião Amin, Senadora Dra. Eudócia, que está aqui do lado, ela vai ler um voto lá agora; seria bom alguém avisar a assessoria dela. Senador Hermes, Senador Izalci Lucas.

Nós já temos dois votos registrados.

Senador Hamilton Mourão, Senador Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad. Alguém, por favor, faça contato com o Senador Paulo Paim. Senador Weverton, vamos lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos mais Senadores na Casa que eu acho que esqueceram de registrar a presença. Eu vi o Marcos Pontes por aí.

Três votos. De quantos votos nós precisamos? Nove? Nove. Vamos! Quatro. Vamos ligar para os nossos Senadores. (*Pausa.*)

Senador Hamilton Mourão, estamos aguardando o seu voto.

Era o meu sonho fazer isso, gente. Eu não vou perder essa oportunidade. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Senadora Leitão. (*Pausa.*)

Assessora Celina, peça para a sua Senadora votar. Eu vou começar a falar o nome dos assessores. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Falta um voto.

Eu quero chamar a atenção dos assessores para o painel. A bancada inteira de Santa Catarina está nesta Comissão, 100% de Santa Catarina está nesta Comissão. Estão nesta Comissão o Senador Esperidião Amin, a Senadora Ivete e o Senador Hermes. Santa Catarina gosta de ciência e tecnologia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É verdade, Senadora. O segundo Ministro de Ciência e Tecnologia foi seu esposo.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Votou? (*Pausa.*)

Deixa só eu votar aqui na CAS. (*Pausa.*)

Eu acho que a gente pode abrir, né? É um risco, né? Nove, dez... Então, temos um voto de margem, uma sobra.

Eu solicito à Secretaria...

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aprovados os projetos de decreto legislativos constantes na pauta, dos itens 2 a 31.

Parabéns aos Relatores.

Estão aprovados os projetos, nos termos de seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Nada mais tendo a tratar, não tendo mais motivo de fazer chamada dos Senadores, eu agradeço a presença de todos que participaram desta reunião, estamos acompanhando *online*. Que tenhamos uma manhã abençoada. Vamos embora que as Comissões continuam.

Declaro encerrada a presente reunião.

Parabéns, Secretaria.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dois minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Hermes Klann, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Wilder Morais, Styvenson Valentim e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 16ª e 17ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 615, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, para garantir autonomia à Autoridade Nacional de Proteção de Dados nos termos que especifica." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1042, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade das aplicações de internet e sites de relacionamento de informar seus usuários a respeito da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 4 (quatro) emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1833, de 2024 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 88-A à Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei dos Direitos Autorais), para proibir a utilização da inteligência artificial nos casos em que especifica." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 701, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caraguatatuba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 822, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária dos Movimentos Sociais de Limeira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Limeira, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 540, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1093, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Prestadora de Serviço à Comunidade Ibiaense - ASPIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiá, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Lençóis Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Codajás, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 792, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Rosa Leal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bocaina, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nhamundá, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 544, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação União de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Zé Doca, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ação e Cidadania para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iaçu, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária Voz das Rocas - RCR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Marapoama para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marapoama, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 536, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 95 Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de União da Vitória, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 555, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Voz do Sudoeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 213, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Thalento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rio Azul, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 453, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Antonio Barbara para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Cianorte, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 631, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Norte do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rolândia, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 413, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aurora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo n° 420, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Ultra Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo n° 487, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito nacional no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo n° 496, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outorgada à Norte Sul Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de União do Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Tapurahense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 27 - Projeto de Decreto Legislativo nº 953, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Itabaiana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 28 - Projeto de Decreto Legislativo nº 808, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Hervalense de Artes e Recreação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 29 - Projeto de Decreto Legislativo nº 686, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária dos Moradores de Serrinha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serrinha, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 30 - Projeto de Decreto Legislativo nº 684, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação União de Moradores de Corte de Pedra - AUMCP para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Tancredo Neves, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 31 - Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Tabajara FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 32 - Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Escada, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 33 - Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santa Luzia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paruá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 34 - Projeto de Decreto Legislativo n° 882, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Associadas em FM da Cidade de Cururupu Estado do Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cururupu, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 35 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 42, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que “institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018”." **Autoria:** Senador Hermes Klann (PL/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Hamilton Mourão. **ITEM 36 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 43, de 2026** que: "Requer que, na Audiência Pública objeto do REQ nº 17/2026-CCT, sejam incluídos o representante da FGV Agro e o representante do Instituto Equilíbrio." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Hamilton Mourão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Hamilton Mourão**
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de junho de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 16ª e 17ª Reuniões desta Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias na Comissão, sendo a pauta composta por três projetos de lei, 31 projetos de decreto legislativo e dois requerimentos, totalizando 36 itens.

O item 2 da pauta, Projeto de Lei nº 1.042, de 2020, foi retirado a pedido do Relator, Senador Weverton, assim como o item 3, PL nº 1.833, de 2024, da relatoria da Senadora Ivete da Silveira, também foi retirado por solicitação da Senadora.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI N° 1042, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Dispõe sobre a obrigatoriedade das aplicações de internet e sites de relacionamento de informar seus usuários a respeito da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.*

**Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

**Relatoria:** Senador Weverton

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com 4 (quatro) emendas que apresenta.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.*

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI N° 1833, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Acrescenta o art. 88-A à Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei dos Direitos Autorais), para proibir a utilização da inteligência artificial nos casos em que especifica.*

**Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*)

Passemos agora à análise dos projetos de decreto legislativo relacionados a serviços de radiodifusão, que constituem os itens 4 a 34 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 4**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 701, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Caraguatatuba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 5**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 822, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária dos Movimentos Sociais de Limeira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Limeira, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 6**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 540, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Beto Faro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 7**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1093, DE 2021**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Prestadora de Serviço à Comunidade Ibiaense - ASPIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiá, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Beto Faro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 8**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 156, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Lençóis Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 9**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 294, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Codajás, Estado do Amazonas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 10**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 792, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Rosa Leal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bocaina, Estado do Piauí.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 11**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 268, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nhamundá, Estado do Amazonas.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Dr. Hiran
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 12**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 544, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação União de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Zé Doca, Estado do Maranhão.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 13**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 885, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ação e Cidadania para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iaçu, Estado da Bahia.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 14**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 115, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária Voz das Rocas - RCR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 15**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 391, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Marapoama para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marapoama, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Esperidião Amin
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 16**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 536, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 95 Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de União da Vitória, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 17**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 555, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Voz do Sudoeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 18**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 213, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Thalento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rio Azul, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 19**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 453, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Antonio Barbara para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Cianorte, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 20**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 631, DE 2024**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Norte do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rolândia, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 21**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 413, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aurora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 22**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 420, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Ultra Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 23**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 487, DE 2024**
**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito nacional no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 24**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 496, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Norte Sul Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 25**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 435, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de União do Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Izalci Lucas

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 26**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 445, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Tapurahense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 27**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 953, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Itabaiana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Laércio Oliveira
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 28**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 808, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Hervalense de Artes e Recreação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Paulo Paim
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 29**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 686, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária dos Moradores de Serrinha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serrinha, Estado da Bahia.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 30**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 684, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação União de Moradores de Corte de Pedra - AUMCP para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Tancredo Neves, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 31**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 490, DE 2019**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Tabajara FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 32**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 363, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Escada, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 33**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 454, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Weverton
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 34**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 882, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Associadas em FM da Cidade de Cururupu Estado do Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cururupu, Estado do Maranhão.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Weverton
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:**
*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Considerando que a publicação da pauta foi realizada com antecedência superior ao prazo determinado pelo Regimento Interno desta Casa, consulto V. Exas., em especial os Relatores, se, por uma questão de economia processual e racionalização dos trabalhos, podemos realizar a dispensa da leitura dos relatórios dos projetos de decreto legislativo passando diretamente à discussão e deliberação dos itens. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, esta Presidência dá como lidos os relatórios apresentados aos itens 4 a 34 da pauta.

Questiono ainda a V. Exas. se podemos proceder à discussão e à votação em globo dos itens 4 a 34, todos projetos de decreto legislativo terminativos. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, coloco em discussão os itens 4 a 34 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação, em globo, os itens 4 a 34 da pauta. A votação será nominal. Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Item 35 da pauta.

**ITEM 35**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 42, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que "institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018".*

**Autoria:** Senador Hermes Klann (PL/SC)

O Presidente da Comissão subscreve o requerimento do Senador Hermes Klann.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 36.

**ITEM 36**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 43, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer que, na Audiência Pública objeto do REQ nº 17/2026-CCT, sejam incluídos o representante da FGV Agro e o representante do Instituto Equilíbrio.*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Este Presidente subscreve o presente requerimento.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

**A SRA. IVETE DA SILVEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Bom dia, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom dia, Senadora. Bem-vinda.

**A SRA. IVETE DA SILVEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Obrigada. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, anuncio o item 1 da pauta.

**ITEM 1**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE LEI N° 615, DE 2024**
**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, para garantir autonomia à Autoridade Nacional de Proteção de Dados nos termos que especifica.*

**Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira

**Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.*

A relatoria é do Senador Flávio Arns.

Eu designo a Senadora Ivete da Silveira, do nosso querido estado vizinho de Santa Catarina, cujas praias são muito frequentadas por nós gaúchos, como Relatora *ad hoc*.

Senadora, a senhora tem a palavra para a leitura do relatório e a senhora pode ir direto à análise.

**A SRA. IVETE DA SILVEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente. Então, eu vou direto à análise.

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão analisar proposições que versem sobre informática, o que inclui as atividades de armazenamento e tratamento de dados (por meios eletrônicos). Tal competência se aplica, inclusive, quanto a proposições que disponham sobre a organização institucional do setor de informática, (inciso III do art. 104-C). Sendo incumbência da ANPD zelar pela proteção dos dados pessoais, o PL em exame insere-se no rol de matérias sujeitas ao exame desta Comissão.

O presente projeto de lei retoma a conformação inicial da ANPD, tal como originalmente concebida pelo Poder Legislativo, quando da aprovação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

De iniciativa parlamentar, o PL nº 4.060, de 2012, que deu origem à LGPD, previa que a ANPD seria uma autarquia em regime especial, com independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

No entanto, o PL foi vetado pelo Presidente da República, sob a alegação, dentre outras, de vício de iniciativa – e este Congresso acabou por manter o veto.

Em seguida, o Presidente da República editou uma medida provisória que se converteu na atual Lei nº 13.853, de 2019, norma responsável pela criação formal da ANPD, instituída como órgão de administração pública federal direta, subordinado à Presidência da República.

Ainda segundo o próprio comando legal, contido no art. 55-A da LGPD, a natureza jurídica da ANPD seria transitória: ela poderia ser transformada pelo Poder Executivo em entidade da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada à Presidência da República.

A redação original do *caput* do art. 55-A, dada pela Lei nº 13.853, de 2019, foi modificada pela Lei nº 14.460, de 25 de outubro de 2022, que determinou a transformação da ANPD em autarquia de natureza especial.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas razões, opinamos pela prejudicialidade e, consequentemente, pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 615, de 2024, nos termos do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal.

É esse, Sr. Presidente, o relatório feito pelo Senador Flávio Arns.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço a V. Exa. a leitura do relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço à Mesa que publique o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Votaram SIM 11 Senadores; NÃO, nenhum Senador. Zero abstenção.

Estão aprovados os projetos, nos termos de seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Agradeço a presença de todos virtualmente e à Senadora Ivete da Silveira presencialmente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e seis, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Hermes Klann, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Eduardo Braga e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Beto Faro, Rogério Carvalho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 29/2025 - CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instituir o Dia Nacional de Conscientização sobre Ataxias, em 25 de setembro, e debater sobre tratamentos adequados para os pacientes. **Participantes:** Natan Monsores de Sá, Coordenador-geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.; Paulo Ribeiro Nóbrega, Professor da Universidade Federal do Ceará. (representante de: Marcondes França, Chefe do Departamento de Neurologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)); Marla Maia, Diretora-geral da Associação Brasileira de Ataxias Hereditárias e Adquiridas (ABAHE); André Iglesias Maia, Paciente com ataxia de Friedreich; e Fernanda Cenci Queiroz, Diretora-geral do Instituto Brasileiro de Ataxias (IBrA). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Flávio Arns**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/18

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberto a 19ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de junho de 2026.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de instituir o Dia Nacional de Conscientização sobre Ataxias, em 25 de setembro, e debater sobre tratamentos adequados para os pacientes, em atenção ao Requerimento n° 29, de 2025, desta Comissão, de minha autoria, inclusive.

Participarão, por meio de videoconferência, os seguintes convidados, a quem eu quero dar as boas-vindas e agradecer pela participação também e pela espera no início desta audiência pública: Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde – seja muito bem-vindo, Natan –; Paulo Ribeiro Nóbrega, Professor da Universidade Federal do Ceará, representante de Marcondes França, Chefe do Departamento de Neurologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – muito bem-vindo também, Dr. Paulo –; Maria Maia, Diretora-Geral da Associação Brasileira de Ataxias Hereditárias e Adquiridas (Abahe) – igualmente, Maria, que bom que você está podendo participar –; André Iglesias Maia, paciente com ataxia de Friedreich – muito importante, André, a sua participação, a autodefensoria, a autoadvocacia –; Fernanda Cenci Queiroz, mãe de paciente e Diretora-Geral do Instituto Brasileiro de Ataxias.

Se os convidados me permitirem – bem-vinda também, Fernanda –, nós vamos iniciar pelas famílias, pela mãe, pelo autodefensor, para que eles coloquem a realidade vivida e, em função dessa realidade de vida, assim, o ponto de vista necessário, indispensável do Ministério da Saúde e também da pesquisa, do Departamento de Neurologia da Universidade Estadual de Campinas, representado aqui pelo Dr. Paulo. Então, a partir da realidade e em função da realidade, o posicionamento.

As pessoas que nos acompanham, às vezes, perguntam por que está sendo feito este debate na Comissão de Ciência e Tecnologia. Quero enfatizar que estamos fazendo este debate em todas as Comissões, porque a pessoa com ataxia receber um atendimento adequado, por exemplo, é uma questão de direitos humanos – Comissão de Direitos Humanos –; é uma questão de saúde também, ou seja, tratamento, diagnóstico, medicamento, dispensação, SUS, terapias; é uma questão de educação, porque isso também afeta o tipo, a modalidade, as necessidades educacionais; mas é uma questão de ciência e tecnologia também, porque tem que haver pesquisas de medicamentos, de cura, inclusive – de busca de cura –, com pesquisas gênicas, que vêm acontecendo tanto pelo mundo. Nesse sentido, todas as Comissões, de alguma maneira, são impactadas pela audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania – então, são muito bem-vindas as pessoas que nos acompanham na internet –, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou do telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações ficará disponível no portal, assim como as apresentações que forem eventualmente utilizadas pelos expositores.

Eu quero já ler algumas perguntas, que eu peço que a Secretaria distribua para os nossos estimados convidados, para valorizar e prestigiar quem nos acompanha e, ao mesmo tempo, já para que o Brasil saiba o que está sendo perguntado.

Eduardo, de Rondônia: "Por que pacientes com ataxias raras ainda enfrentam demora no acesso a terapias já aprovadas pela Anvisa?".

Outra pergunta, do Víctor, de Goiás: "Como a instituição do dia nacional será integrada a políticas públicas de diagnóstico precoce na atenção primária?".

Henrique, do Distrito Federal: "De que maneira o dia nacional de conscientização será utilizado para promover campanhas educativas focadas nos profissionais de saúde?".

E temos também um comentário da Renata, do Distrito Federal: "Testes genéticos financiados pelo Governo desde a primeira suspeita evitaram a [abrem-se aspas] 'odisseia diagnóstica' [fecham-se aspas] em nações nórdicas". Muito importante, todas as perguntas altamente relevantes.

Assim, até em função do atraso que nós tivemos, eu vou pedir que o Dr. Natan, mudando um pouco o meu pensamento original, possa iniciar a apresentação – Dr. Natan Monsores de Sá, que é Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde. E já convido o Dr. Natan para, em outro dia, nós nos encontrarmos em reunião de trabalho, que pode ser por vídeo também, com as pessoas que apresentam esse quadro de ataxia e outras doenças raras – quero inclusive dizer que o seu nome sempre é muito lembrado, em todos esses momentos, também como a pessoa que coordena essa área no ministério.

Então, com a palavra, Dr. Natan. Seja muito bem-vindo.

**O SR. NATAN MONSORES DE SÁ** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Arns, eu, enfim, peço desculpas já de antemão. Eu geralmente fico até o final, assisto, mas a agenda aqui, no Ministério da Saúde, nesses últimos dias, tem ficado um tanto dinâmica, até em razão das pautas de doenças raras.

Eu queria começar, como é a nossa tradição, me audiodescrevendo. Eu sou um homem de pele clara, uso barba, uso óculos. No momento, visto uma camisa azul e, ao meu fundo, aqui, aparece o logotipo da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Então, Senador, a primeira coisa que eu queria já trazer de antemão é o nosso apoio à instituição desse dia de lembrança, dia alusivo às ataxias. É importante a gente ter essas datas bem delimitadas e rememoradas, para que a sociedade brasileira tenha acesso à informação, se sensibilize a respeito do cenário das doenças raras como um todo e, nesse caso em particular, da ataxia.

A gente sabe que 25 de setembro coincidentemente é meu aniversário também. Historicamente é um dia conhecido de conscientização sobre as ataxias. Tem uma articulação que acontece em todo o mundo a respeito dessa data, já há algumas décadas. Então, esse é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimento forte em Portugal, forte na Europa e, felizmente, agora a gente vai poder – espero eu – ter essa data alusiva aqui no Brasil.

Eu queria, brevemente, trazer uma palavra de alento e solidariedade para as pessoas que vivem com ataxias hereditárias e adquiridas, a respeito de dois pontos especificamente da atuação do Ministério da Saúde, no sentido de ouvi-los – ouvir as demandas – e transformar essas demandas, de fato, em política pública efetiva para atendê-las.

Então, a primeira coisa que eu queria trazer é que, por uma demanda do Conselho Nacional de Saúde e uma demanda também do Senado – o Senador Arns tem sido um porta-voz bem eficiente e ativo para as doenças neurodegenerativas –, nós instituímos, por uma portaria aqui do Ministério da Saúde, a Portaria 10.265, deste ano de 2026, um grupo de trabalho para a gente trabalhar as questões das doenças neurodegenerativas, que incluem as ataxias. Esse grupo de trabalho tem participação do controle social. O Conselho Nacional de Saúde tem cadeira representando os pacientes, e a gente também terá oportunidade, ao longo das reuniões desse GT, de trazer as associações de pacientes e de ouvir os pacientes e suas demandas.

Esse grupo de trabalho já teve a sua primeira reunião, nós já estamos trabalhando um documento de linha de cuidado, que é um documento um pouquinho diferente da lógica do PCDT. O PCDT geralmente circula ao redor da oferta de um medicamento, da oferta de alguma tecnologia; e a linha de cuidado é um outro tipo de documento, que visa a organizar a rede de atenção à saúde – os ambulatórios, os diagnósticos, as condutas profissionais para cuidado das pessoas com ataxia e outras condições raras – dentro da nossa rede.

Então, esse grupo já está funcionando, os documentos já começaram a ser redigidos pela equipe, e a gente espera, à medida que as dimensões de cada grupo de doenças forem atingidas por esse grupo de trabalho, que a gente convide as associações para estarem junto com a gente, avaliando o teor desse documento, avaliando o alcance, para que a gente, na sequência, publique, publicize isso para todas as secretarias de saúde e para todos os serviços. Esse é um primeiro movimento que, em razão do belíssimo trabalho que o Senador Arns tem feito e, enfim, do controle social também, a gente já iniciou.

E eu queria trazer uma segunda dimensão. A gente está aqui falando num dia alusivo. Dentro das perguntas, já foi trazida a questão do diagnóstico, de como a gente consegue garantir, em tempo ágil, oportuno, o adequado diagnóstico das pessoas com ataxia dentro do SUS. Então, eu só queria rememorar aqui que, desde novembro do ano passado, nós começamos um grande projeto-piloto, capitaneado pela Coordenação de Doenças Raras e mediado e executado pelo Instituto Nacional de Cardiologia – que tem um grande laboratório na área de biologia molecular e genômica – e também pelo Instituto Fernandes Figueira, da Fiocruz, que é uma grande instituição na área de pediatria.

Nós montamos um ecossistema de *hub and spoke*, de um grande conjunto laboratorial, em contato com todas as secretarias de saúde, com todos os serviços de referência de doenças raras, para fazer o sequenciamento completo do exoma e outros testes que a gente chama de sequenciamentos de nova geração. Esses testes são usados também no cenário das ataxias hereditárias adquiridas.

A gente espera que esse piloto, que agora começa a ganhar corpo... Nós já sequenciamos mais de 1,2 mil amostras de pacientes de novembro para cá. A gente espera que essa oferta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consiga alcançar também as pessoas que vivem com ataxia, as suas famílias, para que esse diagnóstico aconteça e para que a gente consiga cuidar, de uma maneira mais bem orientada, dentro da rede assistencial que a gente tem no Sistema Único de Saúde.

Então, novamente, Senador, eu queria agradecer pelo espaço. Eu, como sempre, permaneço à disposição aqui de vocês. Eu vou precisar me retirar, mas, se eu conseguir, volto para a audiência. Estamos abertos a receber as perguntas que forem cabíveis ao Ministério da Saúde. Eu me comprometo a, no momento em que o senhor acionar, reunir com as famílias, com os pacientes, no seu gabinete, para um diálogo democrático, para uma conversa sobre como é que a gente consegue melhorar o atendimento dessas famílias.

Então, novamente fico à disposição e digo que a gente não está parado, o Ministério da Saúde está trabalhando em prol dessas pessoas e dessas famílias. Eu sei que os tempos administrativos, às vezes, são longos, mas a gente está tentando aqui acelerar esses processos para conseguir garantir o cuidado oportuno, o melhor cuidado possível dentro do Sistema Único de Saúde.

Então, obrigado, Senador.

Deixo aqui o meu abraço a todas as famílias, aos colegas, dizendo que a Coordenação de Doenças Raras está aberta para recebê-los também e para receber as demandas. Eu já tive a oportunidade de estar aí com o André – estou reconhecimento o André de um outro evento. A gente está aberto e queremos recebê-los aqui, no Ministério da Saúde, para um diálogo.

Então, obrigado, Senador Arns. Novamente, eu peço mil desculpas, mas eu, de fato, vou precisar me retirar para uma outra reunião importante aqui no Ministério da Saúde. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Desculpe-me, porque aqui havia um problema também.

Saiu. (*Pausa.*)

Voltei ao ar.

Tinha saído, mas quero agradecer ao Dr. Natan, que é Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

O importante, hoje, é nós refletirmos sobre a data nacional. É um projeto de lei. Esse debate tem que ser feito, inclusive para verificar se as pessoas – particularmente a associação nacional, a mãe e o paciente – concordam com a data, que já é uma data também sugerida. E, depois, na sequência, conversamos com a mãe, com o paciente, com a associação brasileira, para termos esse ciclo da vida assegurado em termos de garantias, diagnóstico, tratamento, medicamento, terapias, enfim, para que as pessoas – como foi usada em uma pergunta – não passem por uma odisseia para que as coisas aconteçam.

Obrigado, Dr. Natan, e bom trabalho.

A gente fica à disposição no Senado – e, no Senado, na área de doenças raras, eu diria que há unanimidade apoiada.

Eu passo, em seguida... Equivocadamente, eu disse Maria Maia, mas é Marla Maia – me desculpe; apesar dos óculos, eu li Maria em vez de ler Marla –, que é Diretora-Geral da Associação Brasileira de Ataxias Hereditárias e Adquiridas.

Então, seja muito bem-vinda, Marla!

Com a palavra. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Marla está...

**A SRA. MARLA MAIA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Ah, sim. Está aí.

**A SRA. MARLA MAIA** (*Por videoconferência*.) – Abrindo o vídeo.

Um "delayzinho" aqui entre abrir o vídeo e o microfone.

Bom dia, gente. Bom dia a todos.

Não se preocupe. Meu nome é assim mesmo, Senador. Ainda tem um Teresa depois do Marla. Então, aí é que vira Maria Teresa mesmo.

Não se preocupe. Com esses nomes inventados, a gente passa por isso mesmo. (*Risos.*)

Bom dia a todos e a todas que estão aqui.

Vou me autodescrever.

Sou uma mulher branca, de 1,7m. Tenho os cabelos castanhos com alguns tons de louro. Uso óculos. Estou com uma camiseta azul-royal, com o nome da Abahe, que é a instituição que eu represento. E estou muito feliz por estar aqui hoje.

Estou representando aqui a Abahe, que articulou e conduziu esse processo que nos reúne hoje para discutir a criação do Dia Nacional das Ataxias.

Gostaria de deixar registrado, primeiro, o meu agradecimento especial ao Senador, cuja sensibilidade e compromisso com a cidadania e histórica atuação em defesa das pessoas com doenças raras tornaram possível esta audiência pública. Foi graças à acolhida do seu gabinete e à sua disposição para ouvir pacientes, familiares e representantes da sociedade civil que esta causa encontrou espaço nesta Casa e a oportunidade de ser debatida com a atenção que merece. Em nome da Abahe, então, e de todas as famílias que convivem com as ataxias, deixo aqui nossa profunda gratidão.

Também agradeço aos integrantes desta mesa, que estão aqui, hoje, e que representam diferentes perspectivas de uma mesma realidade – a ciência, a experiência dos pacientes, o cuidado das famílias, a atuação da sociedade civil e a responsabilidade do poder público. É desse encontro que surgem os caminhos capazes de produzir mudanças reais.

Falando um pouquinho da Abahe, há mais de dez anos, a Abahe trabalha para que as ataxias deixem de ser invisíveis no Brasil. Ao longo dessa trajetória, construímos pontes entre pacientes, familiares, pesquisadores, profissionais de saúde e gestores públicos, reunindo esforços antes dispersos, promovendo conhecimento e ajudando a dar voz a uma comunidade que, por muito tempo, permaneceu à margem das políticas públicas.

Mas nossa atuação vai além da representação institucional. A Abahe vem se consolidando como uma rede nacional de acolhimento, orientação e apoio às pessoas que convivem com as ataxias. Ao longo desses anos todos, testemunhamos a construção de uma comunidade cada vez mais conectada e fortalecida. O compartilhamento de informações, experiências e orientações entre pacientes, familiares, cuidadores e profissionais tornou-se um dos pilares do apoio mútuo que sustenta essa rede.

Esse movimento coletivo permitiu reduzir o isolamento frequentemente vivido pelas famílias após o diagnóstico e contribuiu para ampliar o acesso às informações qualificadas e ao suporte necessário para enfrentar os desafios impostos pelas ataxias. Mais do que histórias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

individuais, o que nos trouxe até aqui foi a capacidade de construir uma comunidade unida em torno de um objetivo comum: promover informação, acolhimento, dignidade e melhores perspectivas para todas as pessoas que convivem com essa doença. Essa trajetória nos confere a responsabilidade de representar milhares de pessoas que aguardam respostas, avanços e esperança.

Para compreender melhor a importância desta audiência, é preciso compreender a realidade que buscamos transformar. As ataxias constituem um grupo de doenças neurológicas raras que afetam a coordenação dos movimentos, o equilíbrio, a fala, a deglutição e progressivamente a autonomia dos pacientes. Muitas delas são genéticas – a maioria dos casos – e degenerativas, além de ainda serem pouco conhecidas.

Essa falta de conhecimento tem consequências concretas. Pacientes enfrentam anos de peregrinação até o diagnóstico correto, enquanto a doença avança de forma silenciosa. O diagnóstico tardio compromete o prognóstico, dificulta o acesso ao cuidado adequado e impacta profundamente a vida das famílias. É por isso que a criação deste Dia Nacional de Conscientização sobre Ataxias, que já é reconhecido mundialmente, não representa apenas um gesto simbólico; é uma ferramenta de política pública.

A experiência brasileira mostra que a visibilidade costuma anteceder as grandes conquistas. Quando uma condição passa a ser reconhecida pela sociedade, ela passa a ser discutida, estudada, planejada e finalmente incorporada às políticas públicas.

Uma data nacional contribui para ampliar o conhecimento da população, estimular diagnósticos mais precoces, fortalecer a capacitação dos profissionais de saúde, incentivar a produção de dados epidemiológicos e criar um ambiente favorável para o desenvolvimento de pesquisas e investimentos. Ela também oferece algo fundamental para quem convive com uma doença rara: pertencimento – a certeza de que sua luta é reconhecida, de que sua condição tem nome, voz e lugar na agenda do país.

E essa conscientização se torna ainda mais importante no momento em que vivemos. Estamos diante de uma transformação histórica no campo das doenças raras. Após décadas em que o diagnóstico e os cuidados de suporte eram praticamente as únicas possibilidades, novas terapias começam a surgir.

Recentemente tivemos um marco histórico. Estamos felizes, porque, na terça-feira, ficamos sabendo que, para a nossa comunidade, o primeiramente tratamento modificador da doença para a ataxia de Friedreich foi aprovado pela Anvisa e encontra-se em avaliação pela Conitec. E a Abahe ocupa, nesse processo, sua cadeira rotativa da organização da sociedade civil e é, neste momento, a única entidade elegível para essa avaliação específica. Assumimos essa responsabilidade com seriedade e com o compromisso de representar todas as famílias que aguardam essa oportunidade.

Esse avanço científico reforça uma mensagem simples: o tempo importa. Nas ataxias, cada mês de atraso no diagnóstico, na avaliação de tecnologias ou no acesso ao tratamento pode representar perda funcional irreversível. Por isso, precisamos de processos cada vez mais preparados para responder às especificidades das doenças raras, sempre com responsabilidade, segurança e sensibilidade para a urgência dos pacientes, mas, para que haja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso, primeiro é preciso haver reconhecimento; para que haja política pública, é preciso haver visibilidade. E é exatamente por isso que estamos aqui, hoje, Senador.

Estamos pedindo mais do que uma data no calendário. Estamos pedindo que as ataxias deixem de ser invisíveis, que milhares de pacientes e famílias sejam reconhecidos pelo Estado brasileiro e que essa comunidade passe a ocupar o lugar que merece na agenda nacional de saúde.

A criação do Dia Nacional de Conscientização sobre Ataxias não é o fim dessa caminhada; é o começo de uma nova etapa. Uma etapa em que pacientes sejam diagnosticados mais cedo, em que profissionais estejam mais preparados, em que a pesquisa avance, em que a inovação chegue a quem precisa. E que nenhuma família enfrente essa jornada sozinha.

Que esta data seja um compromisso permanente com a informação, com a ciência, com a inclusão e com a dignidade humana, porque, por trás de cada diagnóstico, existe uma pessoa, existe uma história, uma família inteira lutando para preservar autonomia, sonhos e qualidade de vida. E porque nas ataxias o tempo não é uma variável clínica; o tempo é movimento, o tempo é independência, o tempo é oportunidade, é esperança e é vida.

Que possamos fazer deste momento um marco histórico para a comunidade das ataxias no Brasil. E que daqui a alguns anos possamos olhar para trás e dizer que foi nesta Casa que decidimos transformar invisibilidade em reconhecimento, reconhecimento em ação e ação em vidas transformadas.

Então, em nome da Abahe, novamente, dos pacientes, das famílias, dos cuidadores que representamos, agradeço essa oportunidade e peço o apoio desta Casa para aprovação desta iniciativa, porque ninguém deveria perder a sua autonomia enquanto espera para ser visto.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Marla... Maria Tereza...

**A SRA. MARLA MAIA** (*Por videoconferência*.) – Marla. (*Risos.*)

Marla Maria.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Marla Maria, Diretora da Associação Brasileira de Ataxias Hereditárias e Adquiridas.

Olha, a sua fala foi muito bonita, necessária e importante.

É bom dizer para o público que nos acompanha que termos essa organização de associações de familiares, de pessoas que apresentem, eventualmente, doença rara, autodefensores, autoadvocacia, como eu mencionei, é fundamental, e nós, no Senado, damos muito valor a isso. Por que isso? Porque a legislação tem que acontecer em função daquilo que a família traz, que a pessoa traz; a gente escutar, ver a necessidade, o desafio, as andanças todas, a dificuldade de conseguir medicamento, medicamento novo. Quer dizer, para ter força, as pessoas têm que estar juntas, juntas numa associação, que é o que – me permita chamar – você faz, Marla, como Diretora-Geral também, e a gente entende bem esse trabalho.

E o assento rotativo lá na Conitec é muito importante, é uma lei recente do Congresso Nacional, que diz: "Olha, quando estiver sendo discutido o assunto ataxia, novo medicamento, uma nova terapia, no Conitec, as sociedades têm que estar representadas". Quem? As famílias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e as pessoas, com o quadro que se apresenta. Então, esse foi um avanço importante para não acontecer uma discussão sem a participação da sociedade.

Parabéns.

**A SRA. MARLA MAIA** (*Por videoconferência*.) – Com certeza. Muito obrigada pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Vamos escutando juntos.

Eu passo, em seguida, ao André Iglesias Maia – você me corrija, se for o caso –, que é paciente com ataxia de Friedreich – "friedreich" ou "friedraich"?

**O SR. ANDRÉ IGLESIAS MAIA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, eu gosto de falar "friedraich" porque, justamente, eu acho fácil mais de entender a pronúncia assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Mas seja bem-vindo, você está com a palavra.

**O SR. ANDRÉ IGLESIAS MAIA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Do jeito que você quiser falar, porque, para a gente, é importante ter essa visibilidade. Então, quanto à questão de pronúncia, não se preocupe, não.

Eu vou começar descrevendo-me aqui: eu sou um homem branco, cabelo castanho-escuro, uso barba, uso óculos e estou de camisa azul, igual à Marla.

Primeiro, eu gostaria de agradecer a você, Senador, e a todos aqui presentes e também a todos que estão participando *online*. Muito obrigado a todos e bom dia a todos.

Eu vou falar um pouquinho de mim. Eu, com 11 anos... Primeiro, vou começar: meu nome é André Iglesias Maia; eu tenho 25 anos; eu sou natural e, no momento, moro aqui, em Brasília; sou estudante da UnB; sou estagiário do Instituto Federal de Brasília. Quero contar para vocês um pouquinho da minha história: com 11 anos, mais ou menos, eu fui diagnosticado com a ataxia de Friedreich, uma doença genética, rara e progressiva, ou seja, vai sempre piorando. Estou com 25 anos agora e, 14 anos atrás, eu não era igual ao que sou hoje. Essa questão de doença progressiva é justamente isto: pode ser que, daqui a um ano, a gente faça uma reunião de novo, Senador, e minha fala já esteja mais comprometida, entendeu?

A doença ataxia afeta a parte motora, de coordenação motora, e também o andar. Ela afeta também parte do equilíbrio e afeta a parte da fala um pouco, porque tudo tem origem muscular no nosso corpo. Então, com a progressão da doença, essa parte muscular tende a piorar mesmo.

Eu queria falar também que uma das coisas da Abahe é o lema: quem tem ataxia tem pressa. É justamente por isso que eu falei: porque nem todo mundo tem, às vezes, as mesmas coisas; e, às vezes, alguns tem umas piores, diferentes dos outros.

Mas aí a gente fala que DDEX tem precisamente para isto, para a distância da doença ao exame não ser muito grande, não é? E a gente vive diariamente com essa doença e cada avanço na pesquisa traz para a gente justamente essa questão de esperança. No ano passado, a gente conseguiu aprovar o primeiro medicamento para ataxia. Não é cura ainda, como a gente espera – é um sonho a cura –, mas pelo menos é um tratamento possível.

E também tem a questão de que, como temos um tratamento já aprovado tudo certinho, acaba abrindo os olhos das outras pessoas para fazer mais pesquisas no Brasil, tanto é que agora está começando a questão de terapia genética, igual você falou, igual a Marla falou. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim, isso traz uma esperança para a gente, porque é aquela história de a luz não vir do túnel. A gente esteve muito tempo nesse túnel escuro e, infelizmente, ele foi muito longo. Mas, assim, agora a gente já consegue ter um pouquinho de esperança. E já está surgindo uma luz no fim do túnel. É porque, tipo, depois de tanto tempo falando e de a gente não ver nada acontecendo, agora a gente está vendo. Então, a gente já abre uma esperança para isso.

E aí, assim, é muito importante ter o espaço que vocês estão garantindo para a gente, Sr. Senador, justamente por ser algo muito raro. Assim, eu não sei valores exatos, mas eu acho que, com a ataxia de Friedreich, são menos de mil no Brasil. O percentual é muito pequeno na população do Brasil. E, assim, esse espaço que os senhores estão dando para a gente é muito importante, principalmente para sair dessa invisibilidade.

E é só isso mesmo.

Muito obrigado, Sr. Senador, por esse espaço que o senhor está dando para a gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Foi ótimo, muito bom, André Iglesias Maia. Parabéns pelo conteúdo, pela experiência, pela importância que você traz para os espaços, para o debate, para a pesquisa, para o medicamento, para uma cura.

Pesquisa tem que ter financiamento, não é? Tanta coisa que vem sendo em função dos mecanismos atuais de aproximação entre os países, daí você, todo mundo trabalhar de uma maneira mais concentrada.

Sabe, André, o que eu quero sempre enfatizar é que é muito importante o que se chama "autodefensoria" ou "autoadvocacia". Em inglês, até tem uma expressão também que é "*self-advocacy".*

A gente até tem uma expressão bem popular no Brasil que diz "nada sobre nós sem nós", quer dizer, você, a Associação Nacional, as mães, todos participarem da busca de soluções.

Nada sobre nós sem nós. "Ah, tem um pessoal discutindo, e a gente não sabe de nada". Não! Temos que ter o espaço apropriado.

Parabéns, André.

A gente fica à disposição, como eu falei, o Senado. Vocês têm apoio unânime porque a gente tem que trabalhar junto, por isso é importante a gente ter esse canal.

Sinta-se à vontade, viu? Estamos aí juntos. Está bom?

**O SR. ANDRÉ IGLESIAS MAIA** (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Passamos em seguida a palavra para a Fernanda, para que, na sequência, o Dr. Paulo possa fazer esse apanhado da área.

Fernanda Cenci Queiroz, bem-vinda de novo, não é, Fernanda? Mãe, importante, mãe – mãe. Os pais, às vezes, até abandonam as mães, mas não a mãe de paciente... Não a Fernanda. Sim, Fernanda Cenci, mãe de paciente e Diretora-Geral do Instituto Brasileiro de Ataxias.

Parabéns, seja muito bem-vinda, Fernanda. Com a palavra.

**A SRA. FERNANDA CENCI QUEIROZ** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Flávio.

Queria agradecer imensamente este espaço ao senhor, a todas as autoridades presentes. Quero agradecer este espaço de fala, esta oportunidade de mostrar a vida da mãe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui como mãe, mãe do Gabriel. Quis colocar a fotinho dele aqui atrás para que vocês o conhecessem. É muito difícil escolher uma foto. Hoje esse garoto tem 17 anos, e eu quis escolher justamente o início dos sintomas dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está linda a fotografia. Está muito bonita. Ele é simpático também.

**A SRA. FERNANDA CENCI QUEIROZ** (*Por videoconferência*.) – Eu sou muito suspeita para falar, mas realmente ele é uma luz na nossa vida. Não só ele, como eu falei, eu estou aqui para representar outras mães. É muito difícil escolher como fazer isso em pouco tempo, mas de uma forma efetiva, não é, Senador?

Então, eu quis escolher o início. Aqui, o meu filho tinha algumas dificuldades, e a gente mal sabia o que vinha pela frente, nisso que o senhor falou que é uma odisseia para descobrir o que acontece. Não é diferente o que aconteceu comigo e com todas as outras mães.

Mais uma vez, Senador, eu quero agradecer, porque a gente sente um nó na garganta, uma vontade de falar para o mundo, de falar para os Parlamentares tantas coisas que, assim, eu mal dormi essa noite, conversando com muitas mães que me mandaram relatos, que me mandaram frases, para me inspirar e tentar ser justa aqui nessa representação que o senhor me permitiu.

Bom, entre tantas dificuldades para pensar o que falar sobre essa situação, eu optei por começar com um relato de uma situação triste que aconteceu na semana passada, minha com o meu filho, e depois eu elenquei quatro pontos para trazer, Senador.

Na semana passada, meu filho estava muito ríspido, sabe? Eu tenho ele, com 17, e uma menina, de 10. Ele se chama Gabriel e ela, Manoela; ela é a protetora dele. E aí, ele estava bravo. Mãe tem que cuidar, mas tem que também puxar, né? Eu dei uma bronca nele e ele baixou a cabeça, bem emocionado, pediu para a Manu sair. Ele falou assim: "Mãe, eu posso falar só com você?". Eu falei: "pode filho". E aí... É difícil a gente não embargar a voz. (*Manifestação de emoção.*)

Eu peço desculpas, mas eu vou conseguir. Ele falou assim: "Mãe, eu nunca te falei isso.". O Gabriel é muito alegre, Senador. O Gabriel é alegre, ele é feliz, ele sempre põe a gente para cima, mesmo com as dificuldades. E aí, ele falou assim: (*Manifestação de emoção.*)

"Às vezes, eu te trato mal porque eu queria que você não gostasse de mim, porque eu não vejo mais sentido em viver, mãe, e eu não quero te ver triste. Eu queria poder ir embora sem te causar tanta dor."

Bom, eu sei que é um pouco pesado – sabe, Senador? – trazer isso, mas eu quis trazer porque isso aconteceu na semana passada, e isso ilustra um pouquinho do que nós, mães, nos preparamos e enfrentamos, porque nós temos que ser enfermeiras, fisioterapeutas, advogadas, e a gente também precisa ser mãe; não só educar e dar uma bronca: "Você não pode fazer isso", e tal. Mas, nessa hora, só me restou abraçá-lo, achar uma força que surge – eu não sou forte, muitos falam que a dor vem para a mãe porque aquela mulher é forte; não, a gente aprende a ser forte –, e eu falei duas coisas para ele. Eu sempre falo muitas coisas para ele para fortalecer. Eu falei: "Filho, o seu plano nunca vai dar certo, porque eu nunca vou deixar de te amar. Então, vamos mudar a estratégia.". E aí, eu falei: Você confia em mim?". Ele falou: "Confio". Eu falei: "Então, fica calmo porque isso vai passar.".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falei isso para ele, Senador, porque eu acredito nisso, porque eu preciso acreditar nisso. "Isso vai passar", eu falei para ele; porque a doença traz uma depressão, uma depressão por você ser uma criança e depois um adolescente com muitas deficiências que vão surgindo na vida deles. Isso é muito difícil para nós, adultos, que direi para eles, enquanto criança e adolescente! Vai passar porque depressão tem tratamento.

Então, eu já falei com o médico dele, vamos rever medicação, vamos pôr na terapia; mas vai passar, Senador, porque eu acredito e quero acreditar na força da sociedade civil, na força da Abahe, na força de qualquer outra instituição e na força do senhor e de todos os outros Senadores que estão nos ouvindo, que nós não vamos ficar desamparados, porque nós, mães, Senador, precisamos abraçar os nossos filhos e pedir para eles terem paciência, que as coisas vão se resolver, sabe?

Eu prometi para ele confiar em mim, e é por isso que eu estou aqui hoje; e é por isso que todos os dias, Senador, todos os dias o meu telefone recebe mensagens, recebe ligações, e eu acolho da melhor forma que eu posso, porque, se eu não posso dar o tratamento para ele – porque isso não está ao meu alcance –, eu posso dar alento para alguém.

Ontem eu atendi uma mãe que tem ataxia – não é o filho que tem –, que está desesperada, que não sabe o que fazer porque ela quer cuidar do filho dela. Antes de ontem, eu atendi uma outra que perdeu a filha, inclusive eu tenho aqui o relato dela. Ela já perdeu uma filha pela ataxia, mas ela arranja força em lutar porque ela tem um filho com ataxia e ela quer um medicamento para o filho. E ela me liga para saber como que faz, o que existe, que remédio é esse, para onde ela vai, sabe?

Então, eu acredito, Senador, que é possível o meu filho sair desse quadro de depressão, sair dessa tristeza, porque eu acredito que o que eu posso fazer hoje é procurar vocês, é falar para vocês o que eu vivo, é mostrar o André – eu tive o prazer de conhecer o André na outra audiência – e o quanto ele mostra o potencial, a beleza, a alegria, a inteligência que os nossos atáxicos possuem, que não dá para ficar encarcerado entre quatro paredes, como meu filho está. Meu filho não quer sair na rua. Quer sair para rua para quê? Uma rua que não permite que ele caminhe com a cadeira dele, porque ele vai cair com a cadeira, porque a rua é ruim; um mundo onde a escola não consegue adaptar o lápis, porque agora ele não usa mais lápis, e a escola... E essa é uma outra denúncia que eu deixo aqui, Senador: como adaptar as escolas para as crianças com deficiências e doença rara? Porque não é só uma deficiência instalada; é uma deficiência que vai progredir. Como que a gente lida com isso?

No início, meu filho ainda escrevia, mas escrevia torto, escrevia feio, e ele sofreu por escrever errado. Depois ele não escrevia, e aí eu tive ainda a sorte de ter uma segunda escola que o acolheu de uma forma humana, mas não tinha instrumento para educar o meu filho – para educar, não; para ensinar o meu filho, sabe?

Então, assim, apesar da humanidade da diretora e dos professores, ele ficou privado de aprendizado porque eles não sabiam o que fazer com uma criança que não pode usar a mão. O que a gente tem de recursos num mundo tão tecnológico, tão evoluído que possa dar para crianças extremamente inteligentes? E eu não estou falando só do Gabriel, você viu o André fazendo faculdade com sonhos e almejos. O que a gente pode fornecer para que elas não entrem nesse quadro de depressão, de olhar para mãe e falar assim: "Mãe, não vale a pena viver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação de emoção.*) Desculpa, mas não vale."? E isso é muito dolorido. Desculpa, Senador.

Bom, eu queria falar de um relato de algumas mães que me passaram – eu falei de quatro pontos – e eu espero que dê tempo de eu trazê-los.

A Mayara, da Bahia. Ela colocou que, quando a ataxia – o caso dela é Friedreich – chegou, toda a família precisou aprender a lutar, e essa batalha – cuidar do emocional e garantir o acesso ao medicamento – não é apenas tratar a doença, mas é preservar sonhos, esperanças e qualidade de vida. A Mayara, é muito linda a história porque são a madrasta e a mãe, junto com o pai, em torno de uma jovem muito maravilhosa e cheia de força, que estão aí lutando junto com a gente.

A Neila escreveu: "Senador, a vida dos sonhos da Giovana se encerrou em janeiro de 2025 (*Manifestação de emoção.*) , mas ela continua viva na luta do irmão, que luta todos os dias para ter a dignidade de estar aqui." É o caso que eu falei, do Rio Grande do Sul.

A Andréia é de São Paulo e falou: "Senador, raros não são os nossos filhos, mas, sim, aqueles que escolhem enxergá-los, respeitá-los e lutar por eles."

E são por esses raros, Senador, que a gente pede, ao senhor e a todas as autoridades aqui que nos ouvem, para olhar e nos permitir aquilo que é de direito, o direito a tratamento. A gente não está pedindo algo que é absurdo. E tratamento – diga-se – não só pelo remédio que existe, aprovado pela Anvisa, pelo qual a gente está aí na luta no Conitec, porque infelizmente o senhor falou de tecnologia. Eu fico feliz da vida em saber que este assunto está na questão de tecnologia, porque a tecnologia desse medicamento pode demorar anos para chegar à mão dessas pessoas.

A gente precisa rever prazo, a gente precisa rever processo, porque nós estamos falando de famílias que se olham; a gente liga um para o outro e fala: "Meu Deus, o que vamos fazer? Eu não sei mais o que fazer; eu estou desanimada". E é um exercício diário manter a comunidade ativa, na esperança de que raros serão, como o André falou, os Parlamentares que olharão por nós.

A Paula, do Ceará, me passou: "Senador, somos pais de três filhos com ataxia, somos pais firmes, com uma educação antiga. Sendo assim, conseguimos fazer com que dois filhos homens fossem mecânicos e a menina técnica de enfermagem, mas infelizmente, há cinco anos, a ataxia tirou o sonho dos meus filhos e os impossibilitou de sua profissão; e hoje eles lutam unicamente para viver. Estão perdendo a fala, a audição e a visão e parando de andar. Eu consegui passar tudo que eu pude para os meus filhos, como viver com suas próprias lutas, trabalhando e correndo atrás de suas conquistas, mas quem vai ensinar isso aos filhos deles? Qual o valor da vida dos meus filhos, que hoje lutam incansavelmente por esse remédio, que no momento é o que vai permitir que eles continuem sonhando?".

Salvo engano, dois filhos tiveram o medicamento negado na Justiça e o da outra está em processo de aquisição, mas também não há entrega, e isso é muito angustiante.

A Mariele, do Paraná, disse: "Minha grande preocupação, Senador, é com o acesso ao medicamento de alto custo. Não temos condições de arcar com esse tratamento, que pode fazer a diferença na qualidade de vida e progressão da doença. Precisamos de mais agilidade na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incorporação de medicamentos ao SUS, menos burocracia e garantia de acesso contínuo para quem depende dele".

No fundo, Senador, o que a gente quer é poder dar uma resposta para os nossos filhos, quando eles falam o que o meu falou para mim, porque não é só o Gabriel que falou isso para mim. Nós estamos falando de pessoas com o cognitivo extremamente preservado, com muitos sonhos e muitas vontades, mas que sentem que eles não têm pertencimento neste mundo, não tem pertencimento nem para receber um remédio, nem para receber, às vezes, uma fisioterapia de qualidade.

E aí tento finalizar – não sei como está o meu tempo – sobre os pontos que eu queria trazer ainda, Senador. Um deles é a odisseia do diagnóstico, de que já foi falado um pouco, mas que traz, além de uma longa demora para descobrir por que o meu filho tropeça, por que na escola ele escreve torto, por que o chamam de preguiçoso... E ele sofreu muito com 5, 6 e 7 anos, por ser tido como uma criança preguiçosa e ser excluído pelos colegas, inclusive.

A gente carrega o fardo da culpa, porque, depois de oito anos tentando saber por que o meu filho passava por tudo aquilo, um médico falou que ele tinha ataxia de Friedreich; e a primeira sensação que a gente tem é de culpa, porque, querendo ou não, eu passei isso para ele – é uma herança. E, por mais que a gente não tenha consciência, não foi uma escolha, a responsabilidade é nossa. E aí, em meio a essa demora do diagnóstico, que já nos desgastou e nos onerou financeiramente e ao sistema, vem como lidar com a culpa e como fornecer para ele a melhor vida que ele pode ter, porque é isso que passa na cabeça de todos nós: "Nós vamos dar o melhor que ele pode ter".

Agora, como é esse melhor? Onde ele está? Pergunto, porque nem no particular é acessível.

Bom, e aí vem o custo, porque, quando a gente supera a culpa de ser o causador de tudo aquilo e encontra força para fazer o melhor para eles, a gente encontra um custo para isso, que é incompatível com a vida.

Eu falo de custo, às vezes, até alimentar, porque existem alimentos que a gente precisa restringir, existem alimentos que a gente precisa aumentar, existem equipamentos... Por exemplo: um garfo, para quem tem ataxia, é cem vezes mais caro do que o garfo que a gente usa para comer. O equipamento que meu filho vai usar no lugar do lápis é extremamente caro, e não tem nenhuma lei que fala que a escola particular ou a pública vão ter que fornecer. E aí a gente entra em outro problema: como garantir coisas caras – às vezes, nem no caro a gente está encontrando – em que entram, por exemplo, as questões médicas.

Então, nós temos médicos com conhecimento necessário para fazer o tratamento nesse Brasil inteiro? A gente está falando de um país muito desigual, muito grande e, nas nossas comunidades, nas nossas conversas, a gente percebe que não. E aí vem o papel importantíssimo das associações.

Bom, acho importante reforçar a questão da escola. Como eu falei, não é uma resposta simples que a gente tem – eu não tenho, precisa ser construída. Assim como o Natan disse, que estão construindo uma rede de cuidado para quem tem doença neuromuscular – e eu espero que a gente consiga conversar mais sobre isso, porque é muito necessário –, eu acho que esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assunto precisa ir para educação. Como o senhor falou, passa por todas as partes: educação, saúde...

Então, essas crianças estão sofrendo. Temos pessoas com ataxia que abandonam a escola.

Foi solicitado que eu tirasse o meu filho de uma escola, e eu levei para outra. Na outra, a diretora disse: "Eu não sei o que fazer, mas eu aceito o desafio". Ou seja, a gente está na mão da humanização, do amor humano do outro, e não de regras, que, às vezes, vão delimitar o que fazer. Ela mesma disse: "Eu não sei o que fazer". Então, ela precisava de uma estrutura para saber o que fazer.

E eu quero falar de um assunto muito importante também, Senador, porque tudo isso que eu estou descrevendo culmina na vulnerabilidade, principalmente, das mulheres.

Como o senhor falou, a complexidade de viver uma doença rara como essa desestrutura famílias, gera muitas separações, e as mães se tornam solo, com seus filhos atáxicos e não atáxicos, que são complexidades diferentes, como é o meu caso. A maioria – eu garanto para o senhor; eu não tenho estatística – abandona o emprego, porque se torna impossível bater ponto numa empresa e, ao mesmo tempo, levar o seu filho para o banheiro, dar comida para ele, enfim, todos os outros cuidados que ela precisa fazer.

Eu falo que a gente tem, no nosso grupo, mães que são jornalistas, médicas, vendedoras, auxiliares de serviços gerais, enfermeiras, comerciantes – e me perdoem as outras mães, profissionais belíssimas, porque eu não consigo lembrar de todas –, mas todas essas são personagens que eu conheço e todas elas acabam migrando para um trabalho doméstico e de cuidados, que não é remunerado. Não é só... Eu falo que não é só um ato de amor. Cuidar dos filhos com ataxia não é só um ato de amor; vai muito além disso: vai de uma estrutura e de uma saúde mental dessas mães, que não têm nenhum amparo.

E, por fim, Senador – não menos importante –, eu queria falar do medo do amanhã. Não dá para dizer que ele não existe. Embora eu não diga isso para o Gabriel, ele está dentro de mim e ele está dentro de cada personagem que cuida do seu ente, seja que cuida do seu filho...

E eu preciso muito falar dos irmãos, porque a gente tem mães e pais que já faleceram, e a pessoa com ataxia foi para a casa dos irmãos – graças a Deus, ainda, que os irmãos acolheram. Nós temos alguns que estão em casa de reabilitação também, que se torna uma outra realidade, né? Mas é para mostrar que é uma complexidade.

Nós somos mais ou menos... A Abahe tabulou em torno de 800 pessoas com diagnósticos no Brasil. Nós estamos falando de 800 famílias, não 800 pessoas. A gente tem vários, lá no nosso grupo, que são irmãos cuidando dos seus irmãos, e aí o nosso medo do amanhã é muito grande, porque a gente tem medo de... Eu falo por mim agora: eu tenho medo de morrer. E quem vai cuidar do meu filho? A Manuela? Que idade ela vai ter? E se ela não quiser? E se ela tiver uma outra estrutura? Então, a gente tem que se preocupar com o agora e com o amanhã, e o amanhã é muito difícil.

Eu queria até... Eu vou ler, porque eu me perdi aqui nessa parte. Eu coloquei assim, aqui, na parte do medo: aqueles de nós que ainda conseguem se manter no mercado de trabalho vivem sob a sombra do medo, enfrentando olhares de ameaças de uns empregadores, um mercado que sabe que o nosso futuro está fadado a saídas para terapias, a emergências, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internação hospitalar, e a gente vive numa dúvida: como é que eu vou cuidar do meu filho sem perder o meu sustento?

Senador, hoje tem um medicamento para um único tipo de ataxia, e nós estamos falando de várias. Estamos falando de tecnologia aqui nesta Casa. Então, por que não um complexo de saúde – que é uma coisa que está aí, com tantos benefícios para a comunidade – que olha para as doenças raras, para essas outras ataxias? Trazer pesquisa para o Brasil é diminuir custo para o próprio Brasil, porque, depois, o medicamento vem num preço que nem o Governo consegue nos financiar.

Existe esse medicamento hoje no mundo que vai desacelerar um dos tipos de ataxia – que, no caso (*Falha no áudio.*)

... –, mas ele não chega à nossa mão.

Então, a gente tem hoje um Estado brasileiro que não nos protege dessa vulnerabilidade. A gente queria, sim, exigir aqui, de alguma forma, o direito à vida e à dignidade que é previsto na Constituição Federal e lembrar que nós, mães, que às vezes somos enfermeiras dos nossos filhos e fisioterapeutas por necessidade, a gente se torna, às vezes, advogada por uma obrigação. Nunca estudei tanto sobre fisioterapia e direito para poder dar o mínimo para o meu filho.

Acho que vou finalizar, pedindo aqui pelo meu filho e pelo filho de todas as outras mães deste Brasil. Por favor, Senador, eu peço que nos ouçam, porque o tempo deles não espera. Como o André falou – e falou muito bem –, a gente tem uma frase: quem tem ataxia tem pressa – a gente tem pressa.

E, mais uma vez, quero agradecer este espaço de fala, Senador. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Se você pudesse até se levantar de novo, Fernanda, para todo mundo ler com calma...

**A SRA. FERNANDA CENCI QUEIROZ** (*Por videoconferência*.) – Opa!

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Quem tem ataxia tem pressa.

Embaixo, no amarelo, está escrito...

**A SRA. FERNANDA CENCI QUEIROZ** (*Por videoconferência*.) – Espera aí...

Ataxia de Friedreich.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Isso.

Quem tem ataxia tem pressa. Isso é importante.

Mas, Fernanda, a sua fala, o seu depoimento foi extremamente importante para sensibilizar, para conscientizar, para apontar para os desafios, para a necessidade de ter, assim... Quando uma família tem um filho com uma doença rara, no caso, a família ama o filho, a filha; quer o melhor, como você demonstrou, para o filho e filha. O grande problema é que não existe uma política pública que acompanhe isso, dizendo: "Olha, é um diagnóstico; tem remédio, não tem remédio; está sendo financiado, não está... E a escola? Vai para a escola?". Você não pode ter despesa com a escola, como mãe, para adquirir o material específico para as necessidades do Gabriel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu até sugeriria, em função do seu depoimento, do André, também da Marla, mas também do Gabriel: fale com o Gabriel para ele colocar também os itens que ele acha necessários, para nós termos a pauta da ataxia do ponto de vista das famílias e dos pacientes dessa área. Você fala bem com a Marla; já faço esse pedido como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, mas eu sou membro das outras Comissões também, de educação, de saúde, de assistência, de direitos humanos – tudo isso são direitos humanos –, e todas as Comissões, sem dúvida, se envolvem para a gente ter a pauta e fazermos a reunião com o MEC, com a saúde, com a assistência, família, para que a gente possa acompanhar uma pauta. Você faz isso. Também fale com o Gabriel, porque eu acho que o Gabriel, até para...

A gente passa por momentos dolorosos, sabe? Não há dúvida disso. Por isso que você e todas as famílias têm que ser fortes, têm que ter coragem, têm que ter fé. É difícil, é uma caminhada desafiadora, e não há dúvida disso.

O meu filho também tinha uma doença rara, e a gente sabe como que a gente se envolve. Ele faleceu três anos atrás, com 48 anos. A gente tem muita saudade dele, porque ele foi grande, foi alegre, foi feliz, e quero até dizer para o Gabriel: olha, se você tem uma missão nessa vida, é mobilizar as pessoas, para fazer com que a vida seja mais digna, melhor para todos. Quer dizer, você já é uma boa mãe, uma boa pessoa, mas está lutando... Você nunca imaginou que você estaria lutando por essa área. Você está lutando em função de direitos, de dignidade, cidadania, o que é muito importante.

E, como você e a Marla, o André, o Gabriel, vocês têm um contato com... Você citou tantas pessoas que apontaram necessidades... Vamos colocar tudo isso no papel. Mandem, mandem para a gente tudo isso. Não precisa ser... Pode ser já daqui a umas duas semanas, mais ou menos, para a gente ter um início, uma pauta.

A pauta vai sendo, obviamente, adequada, expandida, mas a gente tem que ter o que é mais básico, o que é essencial. O que é o essencial? Vamos colocando tudo isso também – está bom, Marla? É também um desafio para você, para a Fernanda, mas fale com o Gabriel também. Diga para ele botar aí no papel, com o auxílio de vocês, para a gente ter esse documento. E diga para ele que a gente não quer ir para o inferno (*Risos.*) , porque o inferno está cheio de gente de boas intenções. Mas vamos ver, a partir da realidade, como transformar as intenções em realidade, está bom?

Mas fique firme, viu, Fernanda? Falo isso para você, porque você está aí, e não é fácil, e a gente tem que se cuidar também...

**A SRA. FERNANDA CENCI QUEIROZ** (*Por videoconferência.*) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – ... porque o Gabriel também precisa de você, e você tem que estar bem também. Senão, vem o *burnout*, como o pessoal fala, o estresse, a depressão...

Mas você precisa estar num grupo, né? O grupo é bom. Grupo é bom por causa disso. Até fale para o Gabriel, fale bastante com o André também para fazer um grupo, se já não tiver, remotamente.

**A SRA. FERNANDA CENCI QUEIROZ** (*Por videoconferência.*) – Existem vários grupos, mas ele se (*Falha no áudio.*) ... se reclui, porque ele ainda acredita no plano dele de que ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai gostar dele, e ele vai poder partir. Então, a gente está trabalhando isso com ele, para que ele entre em grupos e veja que não é por aí o caminho.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Certo.

**A SRA. FERNANDA CENCI QUEIROZ** (*Por videoconferência*.) – Eu acredito (*Falha no áudio.*) ... pessoas raras que vão olhar para nós, raros, com esse olhar (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Exatamente.

Às vezes, a gente pensa que está sozinho no mundo, e, fazendo associação, a gente vê que não estamos sozinhos; tem outras situações. E tem que achar a solução em conjunto.

**A SRA. FERNANDA CENCI QUEIROZ** (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Que bom!

Vamos escutar agora, Fernanda, Marla e André, também o Dr. Paulo Ribeiro Nóbrega, que é Professor da Universidade Federal do Ceará. Eu inclusive havia lido, no início, a observação...

Quero ver se acho aqui o papel – também acabei me perdendo aqui nos papéis...

O Dr. Paulo Ribeiro Nóbrega – seja muito bem-vindo; é importante as universidades estarem junto nesse processo, porque 90% da pesquisa no Brasil acontece nas universidades – é Professor da Universidade Federal do Ceará, representante de Marcondes França, Chefe do Departamento de Neurologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que é uma referência no Paraná e no mundo. A Unicamp é uma universidade de muito prestígio, felizmente, em nosso país.

Então, seja muito bem-vindo, Dr. Paulo. É uma alegria recebê-lo, e queremos escutar o senhor também.

**O SR. PAULO RIBEIRO NÓBREGA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. É um prazer imenso estar aqui.

Gostaria de começar cumprimentando as autoridades, na pessoa do Senador Flávio Arns, e cumprimentando todos os presentes.

Eu acho que foi muito justo, Senador Flávio, que eu ficasse por último, porque eu acho que a prioridade tem que ser sempre os pacientes, familiares, associações, e aí a ciência, nesse ponto, ocupa a última posição.

Eu vou me descrever.

Eu sou um homem branco, de meia-idade, cabelo e barbas castanhos, ficando branco rapidamente, estou de óculos, paletó azul.

E eu vou pedir licença para apresentar uma breve apresentação de PowerPoint, em que eu trago alguns conceitos que talvez sejam interessantes para todos.

É uma honra estar aqui representando o Prof. Marcondes e os pesquisadores do Brasil em ataxia, nesta importante iniciativa de criação do Dia Nacional de Conscientização sobre Ataxias.

Inicialmente...

Ela não está passando. Vocês vão me perdoar.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É. Está em tela cheia. Não está passando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PAULO RIBEIRO NÓBREGA** (*Por videoconferência*.) – Eu vou voltar aqui, Senador. Só um segundo. (*Pausa.*)

Eu acho que passou. (*Pausa.*)

Pronto.

Então, do ponto de vista de...

O senhor está vendo a tela?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora sim, está em tela cheia.

**O SR. PAULO RIBEIRO NÓBREGA** (*Por videoconferência*.) – Eu inicio declarando que eu participo como investigador principal em ensaios clínicos internacionais e como palestrante em eventos, que às vezes, têm patrocínio da indústria farmacêutica, mas isso não interfere na apresentação que eu vou fazer de agora em diante.

Eu preciso definir o que é ataxia.

Eu vi muita gente falando com muita propriedade sobre o que é ataxia, mas é importante a gente ressaltar que ataxia vem do termo grego *taxis*, que significa ordem ou coordenação, da mesma raiz do termo tática. Então, ataxia é uma incoordenação de movimentos que afeta o equilíbrio, a capacidade de andar, a fala, com o tempo, os movimentos oculares e vários outros movimentos pelo corpo, e são causadas por comprometimento de um órgão que fica na parte posterior do cérebro, que se chama cerebelo. Então, quando eu estou falando de ataxia, eu estou falando de alteração do cerebelo.

Essa alteração impacta em várias atividades do dia a dia. Muitas vezes, inicialmente é o caminhar, um caminhar instável, desequilibrado, o paciente precisa usar muletas, andajás, às vezes evolui para a cadeira de rodas; alterações de fala, como a gente discutiu muito aqui, fazendo com que a fala seja mais difícil de ser compreendida; alterações de habilidades manuais – então, o indivíduo tem mais dificuldade em segurar um garfo, uma colher, em atividades do dia a dia –, e, com o tempo, pode afetar inclusive outras partes do corpo.

Mas, como uma imagem vale mais do que mil palavras, eu trago aqui alguns vídeos de pacientes, ilustrando que aqui eu não estou falando de ataxia de Friedreich; estou falando de ataxia em geral. Então, esse andar com a base alargada, as pernas afastadas uma da outra, para tentar manter o equilíbrio, essas oscilações, um balanço para um lado e para o outro, é o que caracteriza clinicamente uma ataxia, independente de qual a causa.

Aqui eu mostro outro paciente, que também cedeu a imagem, cortesia do Prof. José Pedroso, da Unifesp.

A gente vê esse mesmo andar, com a base bem alargada, essas oscilações para um dos lados, caracterizando a incoordenação da ataxia.

E aqui mostrando para vocês o que acontece nos braços, tá?

Então, a doença afeta a perna, mas também afeta os braços. Essa paciente está tentando atingir o alvo, que é o nariz, e vocês veem que, às vezes, ela até se machuca por errar o alvo e atingir o próprio rosto. Então, a dificuldade que essa paciente vai ter para comer, para fazer alguma atividade com a mão, para escrever, é muito importante.

E, quando a gente fala de ataxia, é um grande grupo de doenças – falamos em adquiridas e genéticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as adquiridas, nós temos causas tóxicas. A mais comum é o álcool. Então, chama-se esse andar atáxico de marcha ébria, porque é a mesma marcha de quando o indivíduo está intoxicado por álcool. Causa uma ataxia aguda.

AVC pode causar ataxia, doenças autoimunes, como esclerose múltipla e outras. Também são causas de ataxias.

Todas essas são doenças adquiridas.

Do outro lado, eu tenho as ataxias genéticas, que se dividem em dominantes e recessivas.

A ataxia recessiva mais comum é a ataxia de Friedreich.

Então, quando nós falamos de doenças raras, existem mais de 7 mil doenças raras descritas no mundo. Mais de 80% delas têm origem genética e mais da metade delas têm sintomas neurológicos predominantes ou exclusivos. Então, a neurogenética, que é o estudo das doenças neurológicas genéticas, é extremamente importante no estudo das doenças raras.

A gente sabe que cada doença rara afeta um número não muito alto de pessoas, mas, com o somatório delas, elas afetam milhões de pessoas e desafiam, de forma importante, os sistemas de saúde, e não só os de saúde, mas o de seguridade social, etc.

Nós dividimos as ataxias genéticas em formas dominantes, em que basta trazer um dos genes alterados. Então, para cada característica, nós recebemos um gene da mãe e um gene do pai.

Na ataxia dominante, basta vir um gene alterado – e frequentemente um dos pais está afetado –, enquanto, nas formas recessivas, eu preciso ter a combinação de um gene do pai alterado e um gene da mãe alterado. É o caso da ataxia de Friedreich, e, nesses casos, a maioria dos pais não são afetados: os pais são portadores assintomáticos e o indivíduo desenvolve a doença.

A ataxia de Friedreich é, hoje, a ataxia isolada mais comum nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, a gente tem essa prevalência de um a dois casos para 50 mil. Então, dentro das doenças raras, não é tão rara assim e também é a ataxia mais comum na Europa, no Oriente Médio, no Sul da Ásia e no Norte da África.

No Brasil, nós não temos ainda um dado publicado – epidemiológico – que permita saber a prevalência exata. Nós temos esse estudo muito interessante do Prof. Marcondes, que estimou a prevalência, no Estado de São Paulo, em 0,36 por cem mil habitantes, com uma demora para o diagnóstico, média, de sete anos, mas acreditamos que isso ainda reflete um subdiagnóstico. É muito provável que esse número seja maior que 0,36 por cem mil.

Recentemente, nós replicamos esse estudo aqui no Ceará, no Nordeste, e achamos algo parecido. Então, a gente está vendo um gráfico de frequência em que a mais frequente das ataxias é a ataxia de Friedreich. Então, nós estamos diante da ataxia mais frequente, muito provavelmente, no Brasil. E, como já foi falado, a jornada hoje é uma epopeia, é um labirinto em que existe um longo gargalo, principalmente uma longa espera para o diagnóstico, por um desconhecimento das ataxias pela população em geral, pelos profissionais de saúde, pela mídia, e inclusive por profissionais médicos. Isso dificulta o acesso ao diagnóstico correto e aconselhamento genético, isso dificulta o acesso à reabilitação e às terapias que já estão disponíveis, e isso até atrapalha muito a inclusão de pacientes em pesquisas clínicas, que, cada vez mais, estão aparecendo, para várias formas de ataxia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente espera é que a jornada do paciente seja mais linear: que a gente tenha um melhor acesso ao diagnóstico, com identificação dos sintomas, com treinamento de profissionais para reconhecimento e com acesso a exames – como o Natan falou, acesso ao exame do exoma, por exemplo –; com centros especializados – hoje, nós aqui, da Unicamp, em São Paulo, somos centro de referência em doenças raras, o que ajuda muito o diagnóstico precoce desses pacientes –; com acesso a tratamentos que tenham uma comprovação científica e que sejam aprovados por agentes regulatórios e, eventualmente, julgados pela Conitec para serem incluídos no PCDT, e uma reabilitação adequada, que, muitas vezes, é a forma mais importante de tratamento.

Hoje nós sabemos que nós viemos de uma era em que quase nenhuma ataxia tinha tratamento, o tratamento era reabilitação para todas, mas cada vez mais aparecem terapias modificadoras de doenças que mudam a história natural desses pacientes. Vão desde moléculas que agem nas vias metabólicas, que agem nas proteínas ou enzimas anormais, até terapias que mexem com o material genético, desde aquelas que mexem com a expressão dos genes, com o RNA, que são os oligonucleotídeos e RNAs de interferência, até a própria terapia gênica que muda o DNA da célula. Isso já está disponível para algumas doenças e vem sendo desenvolvido para algumas formas de ataxia.

O nosso marco histórico é o primeiro tratamento aprovado, no mundo e no Brasil, para ataxia de Friedreich, que é a mais comum das ataxias.

Então, o FDA, nos Estados Unidos, aprovou essa medicação, que é o omaveloxolona; em seguida, a agência europeia, a EMA, também aprovou o omaveloxolone. Basearam-se, principalmente, em um grupo de três estudos, que a gente chama de MOXIe 1 e 2 e Extension, que mostraram, Senador – e eu vou tentar ser bem simples aqui para a nossa audiência – uma coisa muito importante.

A gente tem uma escala, que se chama mFARS, que pontua o quanto o indivíduo está incapacitado pela ataxia. Ela vai até 93. Quanto mais pontos, mais incapacidade. Esse estudo mostrou que esse medicamento, o omaveloxolone, em menos de um ano, em 48 semanas, o que eu estou mostrando aqui no gráfico, leva a uma redução nessa escala de 2,17 pontos entre pacientes que foram tratados e que não foram tratados.

Dr. Paulo, o que significam dois pontos nessa escala? Dois pontos é o que o paciente piora, em média, em um ano. Então, o que eu estou querendo dizer é que, com o remédio, é como se o paciente ganhasse um ano de progressão da doença. E, na extensão, em 72 e 144 semanas, parece que isso aumenta ainda mais, esse efeito é ainda maior com o tempo prolongado de tratamento. Então, isso deixou muito claro para as agências regulatórias, tanto para o FDA, quanto para a EMA e a Anvisa, que a terapia é eficaz. Ela não é uma cura, não é uma reversão de déficit já estabelecido, mas é uma diminuição de progressão da doença, e, como foi falado de forma muito bonita pela mãe, pelo paciente e pelos representantes da associação que estiveram aqui e que deram testemunhos muito emocionantes, a parada ou a diminuição de progressão são uma vitória enorme para quem lida com uma doença desse tipo.

E o Brasil tem um papel estratégico na pesquisa.

O Brasil tem uma população gigantesca, coberta por um Sistema Único de Saúde extremamente eficaz e que tem um *background* genético muito variado, muito miscigenado, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é extremamente interessante do ponto de vista de estudos genéticos e de estudos de efeito de medicações.

O Brasil tem vários centros de referência internacionais de pesquisa em doença genética e em doença rara, e, portanto, vários ensaios clínicos internacionais têm buscado ter um pé aqui no Brasil, para novas terapias em ataxias e em outras condições genéticas.

Para que a gente alcance esse avanço, a gente precisa que todo o ecossistema esteja integrado.

Quem é que compõe o ecossistema? Nós, profissionais de saúde e pesquisadores, a indústria, de forma ética, as associações de pacientes – e os pacientes são os entes mais importantes –, as universidades, como coordenadoras dessas pesquisas e, principalmente, Senador, os gestores públicos, para discutir o acesso a diagnóstico, acesso à reabilitação, a organização e estruturação do sistema de saúde e incorporação adequada, baseada em evidência de novas terapias disponíveis.

E aí – esse é o que a gente chama de pipeline – isso tudo é só da ataxia de Friedreich. Então, hoje a gente está discutindo a omaveloxolone, mas a gente precisa entender o que é a ataxia e entender o que é a ataxia de Friedreich, porque tudo isso vai chegar na mão do gestor em breve.

Nós participamos de alguns desses estudos, alguns estão mais adiantados, outros ainda estão em fase mais inicial, mas tudo isso vai ter que ser avaliado por uma sociedade que entende de ataxia, para que isso seja levado da melhor forma ao paciente, conforme a evidência científica mostre que é benéfico.

Portanto, finalizando a minha fala, eu fico muito feliz de estar presente nesse Dia Nacional de Conscientização sobre a Ataxia, porque acredito que estabelecer um dia e aumentar a conscientização leva a aumento de investimento em pesquisa em ataxia, a aumento de conhecimento pelos profissionais de saúde, melhorando o diagnóstico precoce, a realização especializada, melhora o acesso e a incorporação de novas substâncias e a conscientização, com o apoio da sociedade civil, de que todos nós precisamos muito, focados no eixo principal dessa engrenagem, que é o paciente, que é o motivo de todos os nossos esforços.

Foi isso que eu trouxe para apresentar hoje.

Eu agradeço bastante. Estou muito feliz de estar fazendo parte aqui, representando o Prof. Marcondes e todos os pesquisadores em ataxia pelo Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Dr. Paulo Ribeiro Nóbrega, Professor da Universidade Federal do Ceará, quero parabenizá-lo também pela forma, além de tudo, extremamente didática, realista e com profundo conhecimento da área também.

Se o senhor também – permita-me chamá-lo de você. Você é jovem. Pode me chamar de você também. (*Risos.*)

Se o senhor, inclusive, enviar... Nós vamos utilizar a apresentação para fazer esse debate desse ciclo da vida aqui, chamando... As famílias já propuseram também, o próprio André, também o Gabriel, mas sempre com esse respaldo científico, técnico, que é essencial, ainda mais de uma maneira tão acessível como foi a sua apresentação...

Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito.

Sermos claros, didáticos é um talento. (*Risos.*)

Parabéns pelo talento também!

Eu vou passar a palavra para os expositores novamente, para uma mensagem final, porque nós já estamos nos encaminhando... Dizendo novamente que o debate é sobre o acesso a tratamentos, mas também pelo dia nacional. Ter o foco dentro do que o Dr. Paulo, inclusive, colocou, é muito importante, na minha opinião. Concordo inteiramente com o que foi mostrado. Mas, ao mesmo tempo, é para, depois dessa audiência, a gente pensar nas sugestões que virão da Fernanda, da Marla, do Dr. Paulo. E que a gente possa ter um documento para nos orientar junto a associações nacionais, principalmente.

Então, nós ficamos à disposição nesse sentido.

Só que, antes de passar a palavra, eu só leio as perguntas, que, na verdade, já foram respondidas, e os comentários, para, inclusive, as pessoas serem devidamente valorizadas.

O Sérgio, de São Paulo, fez uma pergunta: "Tratando-se de uma doença hereditária, poderia ser incluída nos exames de rotina pré-natal, uma vez diagnosticada no início da gravidez?". Paulo...

Danielle, do Distrito Federal: "Como associações de pacientes e familiares podem colaborar com o poder público na formulação de políticas voltadas às doenças raras?".

Há dois comentários.

Andrei, do Distrito Federal: "Esse dia nacional das ataxias serve para mostrar que, apesar de sermos poucos, nós existimos e que este seja um marco para reconhecimento".

Ronaldo, da Paraíba: "A integração ao Plano Nacional de Saúde, para servir de espelho aos [...] [planos municipais e estaduais de saúde], é de suma importância para a conscientização das doenças raras."

Muito bem. Então, passamos rapidamente para as considerações finais, não é?

Vamos começar. O Dr. Natan já... (*Pausa.*)

Ah, sim, já está aí o Dr. Paulo. Pode, na fala dele, já colocar essa resposta também para a pessoas sobre o pré-natal, não é, Dr. Paulo?

Mas vamos começar com a Maila, Dra. Marla Maia, só para uma consideração final.

**A SRA. MARLA MAIA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bem, Dra. Marla não, só Marla, Senador, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está bom. É que nem uma amiga nossa, quando eu digo: "Como está a senhora?", ela diz: "Senhora, não. Senhora está..."

**A SRA. MARLA MAIA** (*Por videoconferência*.) – Eu estou me acostumando também, mas eu também penso.

Eu só queria deixar claro que eu, além de estar como Diretora-Geral da Abahe, sou a mãe do André, tá? Então, estamos em casa, não é?

O André é o nosso exemplo aqui de... É muito clichê a gente falar em exemplo de superação, não é? Mas ele não se entrega, viu? É disciplinado, e corre atrás, e estuda, e vai... Então, ele nos ensina a cada dia. Eu acho que isso é um exemplo que a gente pode passar para os outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveitando o ensejo do dia nacional, eu já queria fazer um pedido aqui, *on-line* mesmo, antes de formalizar, sobre a iluminação do Congresso no dia 25 de setembro.

No ano passado, nós conseguimos iluminá-lo. A cor das ataxias é o azul, né. Então, no ano passado, a gente conseguiu iluminar o Congresso no dia 25. Fomos para lá com um grupo pequeno aqui de Brasília para tirar fotos, em alusão ao Dia Internacional sobre Ataxias, e a gente espera que, neste ano, seja o dia nacional – mais uma comemoração.

Então, deixo esse pedido para ver se a gente pode formalizar para o gabinete do senhor para tentar essa iluminação novamente neste ano.

Antes de concluir, só queria deixar registrada a nossa expectativa em relação à formalização deste dia, não é, Senador? Porque a gente sabe que ainda existem as próximas etapas de tramitação interna. Eu não sei exatamente como isso funciona bem, mas a gente espera ver, em breve, esse dia institucionalizado e no calendário do Governo Federal.

E eu sei que o senhor vai fazer o possível – sempre fez por nós o possível e o impossível. Desde o ano passado a gente está em contato com o gabinete para essa audiência ou outras que forem possíveis, então só tenho a agradecer a todos.

Quero agradecer a presença de todo mundo que esteve aqui, os depoimentos, o apoio e o compromisso por essa causa.

Só isso mesmo, obrigada. Obrigada mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você, Marla. A Marla, lembrando, é Diretora-Geral da Associação Brasileira de Ataxias Hereditárias Adquiridas.

Vocês fazem ofício para a gente para que haja iluminação do Senado Federal, mas também eu gostaria, através da associação, que vocês fizessem contato com os Senadores dos vários estados, para que eles, no decorrer da semana, fizessem alguma manifestação no Plenário ou nas Comissões, e mandassem até um *release*, assim, um texto pequeno, para que eles possam falar: "Olha, essa semana é a semana...", isso ajuda também.

E se já não estiverem falando, aí eu peço para o André também, agora, que vai falar, para ele falar com o Gabriel também, depois, trocar ideias. Isso aí eu acho que vai ser bom, o Gabriel e vocês podem trabalhar juntos aí.

Passo, em seguida, a palavra a você, André Iglesias Maia.

Quantos anos que você tem?

**O SR. ANDRÉ IGLESIAS MAIA** (*Por videoconferência*.) – Eu tenho 25.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Vinte e cinco, que bom. Parabéns.

**O SR. ANDRÉ IGLESIAS MAIA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Gostaria só de agradecer, de novo, a você e a todos que estão aqui; ao Dr. Paulo; ao Marcondes, que não pôde estar aqui, infelizmente; à Dra. Ingrid, também, que é médica aqui de Brasília.

E a você que está vendo, ao vivo, esse vídeo, eu gostaria de agradecer, porque, como temos essa causa meio pequena, temos pouca exposição e é bom ter uma visibilidade maior. Como o Dr. Paulo mostrou ali no gráfico, essa é realmente uma esperança para a gente, que possibilita, por exemplo, a gente não ter tanta preocupação do quanto que vai piorar a doença...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho que fazer muito exercício, tenho que fazer muita fono, por exemplo. Então, justamente, mais do que ajuda nessa parte física, também ajuda nessa parte psicológica, porque, assim, a gente não vai ter que se cobrar tanto, pelo menos é o que eu acredito. E isso traz muita esperança, também, para a gente, esse apoio médico, apoio institucional, de universidades, pesquisa, traz muita esperança porque o que um dia era um sonho muito distante talvez já esteja um pouco mais próximo da gente.

E gostaria de agradecer novamente por este espaço em que podemos mostrar o que a gente passa todos os dias. Por exemplo, a Fernanda pôde trazer histórias de outros pacientes que também têm ataxia. A gente sabe que não é algo muito fácil de lidar. A visão, para a gente, também não é algo impossível de se conseguir, entendeu?

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Olhe, André, valeu. Obrigado pela presença. Com o gabinete e a Comissão, fiquem em contato. Quando vocês mandarem o documento, mandem ou para o gabinete ou para a Comissão. E vamos em frente: coragem, esperança, fé em Deus e pé na tábua. Vamos ter esperança, alegria e vamos trabalhar também.

Fernanda, então, agora escutamos você.

A Fernanda é mãe, mas é também Diretora do Instituto Brasileiro de Ataxias, não é, Fernanda? Você está com a palavra.

**A SRA. FERNANDA CENCI QUEIROZ** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Senador, eu queria agradecer, mais uma vez, este espaço de fala em nome não só do meu filho, mas dos filhos de todas as mães brasileiras que têm filhos com ataxia.

Tenho que falar dos pais, porque é uma minoria, sim, mas eles são presentes. Até ontem, um pai do Amazonas, que cuida do filho, falou sobre isso, e eu falei para ele me mandar uma frase, mas o Raimundo acabou não mandando. Temos que bater muitas palmas para os pais que se mantêm juntos. O pai do André também é um grande exemplo de parceiro da Marla, que é um exemplo mesmo. Eu falo que a gente não pode só culpar os outros. Precisamos pensar também que estrutura esses homens estão recebendo para conseguir se manter dentro dessa complexidade toda. Então, a gente tem que ter esse olhar sensível para essas mães que precisam de apoio, mas também para esses pais que, às vezes, querem e não conseguem, enfim, e para os que estão presentes.

Senador, eu só tenho a agradecer pelo espaço de fala e, sobretudo, não só o de hoje, mas por esta porta que o senhor nos abre para continuarmos falando das nossas angústias e anseios na educação, no serviço social, na saúde e nas tecnologias, porque nós estamos falando do dia nacional das ataxias e, então, a gente está falando de muitas ataxias que estão carecendo de tecnologias, de pesquisas, para dar conta dessa complexidade. Obrigada!

Vou fazer por onde ser grata a este espaço que o senhor está abrindo para nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Uma alegria muito grande e muito importante. E mande para o Congresso Nacional essas contribuições de todas essas pessoas pelo Brasil. Está bom?

**A SRA. FERNANDA CENCI QUEIROZ** (*Por videoconferência*.) – Obrigada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – E vamos, a partir daí, fazer um documento, porque a proposta é a de se aprovar a lei. E eu espero que essa lei esteja sancionada até a data de setembro. Sancionar significa ser aprovada no Senado, passar na Câmara e ter a sanção do Presidente da República.

**A SRA. FERNANDA CENCI QUEIROZ** (*Por videoconferência*.) – Uma grande vitória.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Vamos trabalhar para isso. Está bom?

**A SRA. FERNANDA CENCI QUEIROZ** (*Por videoconferência*.) – Obrigada!

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – O pessoal realmente quer apoiar.

Dr. Paulo Nóbrega, também até tinha pergunta... Permita-me chamar você, que é a pessoa mais que indicada para orientar nesse sentido, sobre o pré-natal.

**O SR. PAULO RIBEIRO NÓBREGA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, Senador, é um prazer estar de volta aqui.

Existem algumas coisas que são necessárias para uma doença ser incluída na triagem neonatal. Eu vou tentar falar de forma bem simples e didática, mas a doença precisa ter um início precoce e precisa ter um tratamento que, quando iniciado precocemente, mude completamente a evolução natural.

Então nós estamos agora em um grupo internacional discutindo para uma das formas de ataxia, que é a xantomatose cerebrotendínea – até o nome da doença é difícil –, mas discutindo no mundo todo se ela deve ou não ser incluída na triagem neonatal porque ela tem um tratamento precoce que muda a história natural da doença. Então isso vai ter que ser discutido ataxia por ataxia. Acho que a resposta simples é: não tem como incluir todas as ataxias em triagem neonatal, mesmo porque não tem indicação. Mas grupos de trabalho estão se formando para discutir algumas formas que têm tratamento precoce e que, aí sim, valeria a pena incluir na triagem neonatal.

Eu queria só fazer um agradecimento aqui a toda a minha equipe, que trabalha comigo aqui na UFC: ao Prof. Pedro Braga, que trabalha no laboratório de ataxia junto comigo, aos nossos alunos de mestrado, de doutorado, de iniciação científica, de pós-doutorado, e todos os colegas que trabalham comigo no Brasil todo, inclusive a Dra. Ingrid Faber, que o André citou, que é colega, uma parceira, assim, sempre solícita e muito competente.

Eu não vou agradecer mais, senão vou cometer um erro de não incluir mais gente. Mas temos parcerias no Brasil todo e é só assim que a pesquisa caminha. Não dá para fazer pesquisa sozinho. A gente precisa de parceria, precisa trabalhar em grupo, precisa trabalhar em redes, no SUS, e é isso que a gente tem tentado fazer com o objetivo principal, como eu coloquei antes, que é o paciente, que é trazer informação de qualidade, reabilitação, pesquisa e, quando possível, baseado em evidência, tratamento adequado para todos os pacientes com ataxia, com todas as formas de ataxia, genéticas ou adquiridas, independentemente da causa.

Muito obrigado, Senador, pela parceria.

Muito obrigado às associações e aos pacientes, que são o ente mais importante dessa discussão, na minha opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Agradeço novamente a participação do Dr. Natan, que esteve com a gente, do Dr. Paulo, da Marla, do André, da Fernanda, e de todas as pessoas que mandaram perguntas e comentários pelos meios de comunicação do Senado.

Quero dizer que uma audiência pública dessa também é muito importante na conscientização, porque isso é passado para o Brasil inteiro e fica também no portal, à disposição das pessoas. Isso gera outros debates, o que é essencial, e o convite para caminharmos em frente, fazermos o documento, aprovarmos a lei. E assim nós teremos novas etapas aí que também sirvam de motivação para mais trabalhos ainda de toda a sociedade.

Como o Dr. Paulo colocou antes, é um conjunto de ações, que têm que ser desenvolvidas, em conjunto, por muita gente, para que o resultado no final seja positivo também.

Que bom! Mas vamos em frente, gente! Olha, é luta, coragem, desafios. Para o Gabriel e para o André, quero dizer que os desafios têm aí e que os desafios não podem nos abater. A gente tem que ficar firme, forte, animado, dizendo: "Eu quero fazer a diferença aí também, a diferença no mundo, para o mundo ser um pouco melhor." Está bom?

Agradeço, então, ao pessoal da Secretaria, dos meios de comunicação, aos expositores.

Nada mais havendo a tratar hoje, porque tem muitas coisas a serem tratadas na sequência, declaro encerrada a presente audiência pública.

Obrigado, gente.

(*Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e seis, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Hermes Klann e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Beto Faro, Rogério Carvalho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 37/2026 - CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater sobre os desafios enfrentados por pacientes com Hipertensão Pulmonar para o diagnóstico e o acesso a tratamentos no Sistema Único de Saúde (SUS). **Participantes:** Carmen Cristina Moura dos Santos, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde; Ricardo de Amorim Corrêa, Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT); Flavia Navarro, Presidente do Grupo de Estudos de Circulação Pulmonar do Departamento de Cardiopatias Congênitas e Cardiologia Pediátrica da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC); Débora Lima, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Apoio à Família com Hipertensão Pulmonar e Doenças Correlatas (ABRAF); e Cecília Menezes Farinasso, Tecnologista da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Flávio Arns**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de junho de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os desafios enfrentados por pacientes com hipertensão pulmonar para o diagnóstico e o acesso a tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), em atenção ao Requerimento nº 37, de 2026, desta Comissão e de minha autoria.

Participarão desta audiência pública, por meio de videoconferência, os seguintes convidados:

- Dra. Carmen Cristina Moura dos Santos, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde;

- Dra. Cecília Menezes Farinasso, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, do Ministério da Saúde;

- Dr. Ricardo de Amorim Corrêa, Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia;

- Dra. Flavia Navarro, Presidente do Grupo de Estudos de Circulação Pulmonar do Departamento de Cardiopatias Congênitas e Cardiologia Pediátrica da Sociedade Brasileira de Cardiologia;

- Sra. Débora Lima, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Apoio à Família com Hipertensão Pulmonar e Doenças Correlatas (Abraf).

Quero, em primeiro lugar, dar as boas-vindas aos convidados e às convidadas e dizer da alegria de poder contar com todos no Senado Federal, nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que tenho a honra de presidir, para debatermos o tema hipertensão pulmonar e os encaminhamentos decorrentes deste quadro.

Eu quero dizer – sempre enfatizo isto, particularmente para as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação – que todas as comissões devem debater o tema. A de Direitos Humanos, porque é uma questão de direito humano também, de humanidade, de qualidade de vida; a Comissão de Assuntos Sociais, porque a saúde está na Comissão de Assuntos Sociais, a previdência, a assistência, e todas essas áreas estão relacionadas à hipertensão pulmonar; a de Ciência e Tecnologia, porque também a gente tem que olhar para a pesquisa, a inovação, o trabalho mundial nesta área, não só em relação à hipertensão, à produção de medicamentos, pesquisas, acompanhamento, mas inclusive todas as pesquisas que apontam para a estabilização, para a cura, como acontece com muitas doenças raras também no mundo inteiro.

Então, é ciência e tecnologia, são finanças – não há dúvida, tem que haver o financiamento para isso. Então, a ciência e tecnologia também estão fazendo isso do ponto de vista de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área que foi considerada prioritária no início dos trabalhos, justamente no sentido de dizer: a gente precisa desenvolver também mecanismos para enfatizar as necessidades. São 15 milhões de brasileiros aproximadamente que apresentam algum tipo de doença rara, cujo debate aconteceu nas Comissões.

Eu quero aqui também, inicialmente... Eu fui Senador de 2002 a 2010, e naquele período nós já debatíamos bastante hipertensão pulmonar – portanto, em 2002, significa 24 anos atrás; em 2010, quando terminou o mandato, eram 16 anos atrás. Naquela época, todas as audiências públicas eram acompanhadas muito particularmente por uma pessoa que tinha o quadro de hipertensão pulmonar, já falecida, a quem eu quero prestar homenagem ainda no dia de hoje, com a lembrança: Fausta Cristina Nogueira. Ela e o irmão estavam sempre no Congresso Nacional, tinham o apoio nosso também no período. Quero só dizer para a Fausta, na eternidade, que todos nós ainda estamos debatendo – talvez ela não tenha se beneficiado tanto também em função de todas as contingências – e que a caminhada continua, para que as pessoas que apresentem essa situação tenham um atendimento cada vez melhor. A gente sabe dos desafios, mas é importante também pensarmos nas soluções, nos encaminhamentos.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou do telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu quero dizer que já tivemos a contribuição de várias pessoas. Peço inclusive que a Secretaria passe para os expositores já as perguntas e os comentários que vieram, para que isso também ajude nas apresentações que serão feitas.

Eu leio aqui as perguntas que já vieram, para que o público tome conhecimento.

Luiz, da Bahia: "De que forma a fragmentação da rede de atenção à saúde e os entraves burocráticos no acesso a medicamentos de alto custo impactam a jornada?".

Henrique, do Distrito Federal: "Quais ações estão previstas para capacitar a atenção básica no reconhecimento inicial de sintomas de [...] [hipertensão pulmonar]?".

Daiane, de São Paulo: "Existem planos para ampliar o acesso a exames diagnósticos avançados e novas terapias para hipertensão pulmonar no SUS?".

E um comentário que já veio, que é da Renata, do Distrito Federal: "A integração entre atenção primária e cardiologia deve reduzir o tempo entre sintomas e diagnóstico" – um comentário da Renata.

Muito bem. Eu já combinei com os expositores, antes do início desta audiência pública, que nós passaríamos, em primeiro lugar, a palavra para a associação que representa as famílias e os pacientes, para que a associação traga o quadro geral, os desafios, as angústias, as necessidades, e, a partir daí, o Dr. Ricardo e a Dra. Flavia, que representam sociedades brasileiras e grupos de estudo, possam colocar o que é necessário e como é que eles veem o quadro, para que a gente possa, então, ao final, ir para o Ministério da Saúde, que é o grande executor de políticas públicas nessa área, junto aos estados e municípios no SUS, para o atendimento da população, em função do que as famílias tiverem dito, do que os médicos e pesquisadores tiverem apontado e do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em primeiro lugar, eu passo a palavra, com muito prazer – talvez eu possa assim dizer, por 15 minutos – ficaria bem? –, se forem necessários, para a Débora Lima – a Débora é muito bem-vinda –, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Apoio à Família com Hipertensão Pulmonar e Doenças Correlatas (Abraf).

Eu quero dizer que a gente preza muito o ponto de vista da família e do paciente, dentro daquela expressão de autoadvocacia, autodefensoria, nada sobre nós sem nós. Então a família tem que dizer o que acha, o que pensa, os desafios, os problemas, as peripécias e a busca em tantos lugares de soluções para o problema.

Débora Lima, seja muito bem-vinda. Com a palavra.

**A SRA. DÉBORA LIMA** (Para expor.) – Exmo. Senador, eu agradeço a oportunidade de estarmos aqui.

É uma honra estar aqui representando todos os pacientes com hipertensão pulmonar, em especial em memória da Fausta, que esteve aqui, em algum momento, anos atrás, lutando por isso. Desde então, muita coisa aconteceu, e, com certeza, ela foi uma das pessoas que colocou uma pedra, um tijolo fundamental para que esse caminho começasse a ser construído.

Bom, vou começar a minha apresentação e vou falar sobre a perspectiva de quem vive com a doença. (*Pausa.*)

Bom, o segundo do diagnóstico ou o minuto em que você recebe a notícia de que tem uma doença como hipertensão pulmonar é assustador, é como se você tivesse sido arremessado para o mar aberto, para um oceano, à noite. Você está completamente vulnerável, você não sabe de onde poderá vir o socorro e, ao mesmo tempo, você também não é capaz de se defender. Ondas gigantes podem te acometer e você está ali esperando por um socorro que, enfim, você não sabe de onde pode vir.

Há mais ou menos seis anos, eu passei por essa situação. Eu fui diagnosticada com hipertensão pulmonar após, aproximadamente, sete anos de investigação. Sete anos de investigação me colocam numa posição de uma pessoa de sorte, uma pessoa que ganhou em uma loteria, porque a doença é extremamente agressiva e leva os pacientes a óbito em até dois anos e meio aproximadamente.

Ao longo desses sete anos, eu passei por vários serviços médicos, eu tentei entender o que estava acontecendo, os sintomas iam me acometendo e piorando, ano a ano, mês a mês, me tornando cada vez mais incapaz, me debilitando cada vez mais, sem que eu pudesse entender, ao ponto em que eu chegasse a uma fase da minha vida de duvidar da minha sanidade mental, porque eu passava por vários serviços de saúde e não conseguia ter o diagnóstico adequado. Quando o diagnóstico chegou, uma outra odisseia começou: a odisseia para ter acesso a um centro de referência e um tratamento adequado para a minha doença.

O diagnóstico de hipertensão pulmonar te atinge de vários locais, é como se fosse um ataque de flechas, vem de vários lados. As dimensões do sofrimento são diversas. A gente fala muito sobre a perspectiva daquilo que acontece dentro da jornada do paciente no sistema de saúde, mas ela te acomete por várias áreas. Ela te acomete dentro da sua saúde, das suas questões físicas, dentro do ponto de vista econômico, social, psicológico, espiritual, familiar e do cuidador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se recebe o diagnóstico de uma doença da qual não há linha de cuidado, é muito difícil para o paciente, que é um leigo, primeiramente compreender os desafios de uma doença que é tão complexa quanto a hipertensão pulmonar – complexa até mesmo para os profissionais de saúde de ser interpretada, de ser tratada, de ser manejada, o que dirá para o paciente –, e é complexo para o paciente também entender como ele pode se organizar dentro desse sistema.

A Abraf faz um trabalho de monitoramento de fóruns que são públicos e de mensagens que, diariamente, recorrentemente, chegam a esses fóruns. Aqui a gente tem dois relatos, são dois exemplos. Isso pode ser pesquisado por qualquer pessoa. Um desses relatos aconteceu dois dias atrás, inclusive. Todo momento, pacientes perdidos, que não entendem como poderão ter acesso a um centro de referência, pedindo ajuda, pedindo "pelo amor de Deus", sentindo que foram até mesmo abandonados para morrer, como o relato que está num plano maior.

Nos últimos cinco anos, aproximadamente 2,6 mil pacientes entraram em contato com a Central do Pulmão da Abraf. Esses pacientes, parte deles, são aqueles dois pacientes do eslaide anterior, e vários outros, que precisavam entender como eles poderiam fazer para acessar um centro de referência. Eram pacientes recém-diagnosticados, perdidos, assustados, sem qualquer informação sobre direitos ou quais seriam os próximos passos que eles poderiam dar. E muitos deles, alguns desses pacientes já diagnosticados, relatando, fazendo denúncias sobre a falta de medicamentos já incorporados, mas que, em suas regiões, estavam sofrendo pelo desabastecimento.

Entre esses pacientes... É importante a gente ter um recorte aqui, que a Abraf sempre, com a benção de Deus, a Abraf para sempre estará aqui amparando, acolhendo esses pacientes, dando direcionamento à informação de que eles precisam. Mas não pode ser responsabilidade da Abraf indicar qual é o caminho correto para esses pacientes. Eles precisam ser encaminhados do sistema de saúde.

É importante ressaltar que esses pacientes já chegam diagnosticados, ou seja, alguém do sistema de saúde já sabe que eles têm hipertensão pulmonar. Ainda assim, tal qual aconteceu comigo, os profissionais de saúde também não sabem como endereçar esses pacientes para um tratamento adequado. Isso é muito cruel. E a gente está falando aqui de 2,6 mil pacientes nos últimos cinco anos, mas a gente não consegue alcançar todos os pacientes. Nem todos os pacientes têm esse entendimento, essa *expertise* de entrar na internet, entrar num fórum, buscar por uma associação de pacientes. Quantos são então os pacientes que não entram em contato conosco, que não buscam ajuda num fórum de internet e que não têm sequer qualquer tratamento, porque eles não têm esse entendimento de o que eles vão fazer a partir daí?

Aqui a gente tem uma análise sobre quem são os pacientes com hipertensão pulmonar no Brasil. Esse é o estudo VHIP, é um estudo que foi conduzido pela Abraf, em 2019. É um estudo realizado com pacientes brasileiros – pacientes e cuidadores –, não são dados extrapolados de outros países, é do contexto brasileiro.

Então a gente identificou que, entre esses pacientes que nós entrevistamos, 86% eram mulheres, a maioria entre 30 e 49 anos, plena idade ativa e reprodutiva, assim como eu. E 56% desses pacientes estão fora do mercado de trabalho. A doença retira completamente as pessoas da vida produtiva, mas esses pacientes não são considerados PCDs e têm uma dificuldade imensa de acesso a direitos e benefícios previdenciários. E 51% desses pacientes viviam com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma renda familiar de até R$2 mil. Esses são dados de 2019, se a gente atualizar pela inflação, hoje em dia, esses R$2 mil seriam o equivalente a R$2,9 mil por mês.

E aí eu pergunto a todos: é possível uma pessoa, uma família que está dentro de um processo de adoecimento que causa tantas limitações, que exige tanto dos pacientes, sobreviver com R$2,9 mil? Porque é importante ressaltar que esses pacientes precisam do auxílio de um cuidador.

Cinquenta e nove por cento desses pacientes se sentem deprimidos na maior parte do tempo, isso é 13 vezes mais que a taxa mundial de depressão. Esse dado não surpreende, dadas as mazelas às quais um paciente com hipertensão pulmonar é submetido. O estigma é absurdo, a doença é invisível – você olha para mim e não imagina que eu sou portadora dessa doença. Se não há um validador, como o uso de um suporte de oxigênio, coisa que muitas pessoas, ainda que em classes funcionais muito avançadas, possivelmente podem não precisar usar, ainda que muitos usem, se não há um validador, a sua deficiência é invisível, você não tem o reconhecimento social sobre isso, você será considerado um preguiçoso. E a preguiça é um pecado capital, ninguém quer ser vítima desse estigma.

Oitenta e oito por cento dos pacientes sofrem de angústia e ansiedade constante, e isso afeta muito a qualidade de vida desses pacientes. Muito dessa ansiedade – eu posso falar por mim mesma – vem de um sentimento de desamparo. A gente tem uma questão que a gente vai entrar mais para a frente sobre a centralização dos centros de referência, os hospitais que estão aptos, os locais onde tem uma equipe que tem entendimento, conhecimento sobre a sua doença. Agora, por exemplo, eu estou em Brasília, a minha residência é em São Paulo, e passa muito pela minha cabeça coisas do tipo: "e se eu cair nessa escada, quebrar meu pé e precisar de uma cirurgia?", "se eu bater o carro e sofrer um acidente?", "como que vai ser quando eu chegar a um outro centro de saúde, será que esses profissionais estarão aptos e capazes de me tratar?", causando assim uma ansiedade, uma hipervigilância, uma não confiança sobre qualquer tipo de atendimento ou socorro que você possa precisar. Isso é muito angustiante para o paciente.

Aqui, a gente vai fazer uma análise sobre como isso nos atravessa, através da perspectiva dos direitos previdenciários, assistenciais e tudo mais. Aqui a gente tem três histórias que são da Josemara, da Helen Toledo e da Herica Elaine.

A Josemara é uma trabalhadora rural, e, apesar de ela ter todos os laudos que confirmavam o seu diagnóstico, a gravidade, a impossibilidade ao trabalho, a perícia a considerou apta para o trabalho. A gente vai ver aqui, dentro das explicações dos médicos, o quão voraz e arriscado é para um paciente com hipertensão pulmonar se submeter a esforços além daquilo que ele tem condições de realizar.

A Helen Toledo, fonoaudióloga do SUS, teve a licença-médica negada. Dentro do ambiente de trabalho, ela pediu transferência de função para que pudesse fazer uma atividade interna. Na ocasião, ela fazia visitas domiciliares aos pacientes, mas foi negado o pedido para poder ser realocada dentro das suas funções, fazendo com que ela tivesse que pedir demissão do emprego. Hoje em dia, ela pula de emprego em emprego. Ela se considera exausta e com a saúde deteriorando cada vez mais.

A Herica Elaine vive, é uma moradora de um hospital, de um centro de referência. Ela está há dois anos internada, ela mal sai do leito. Mínimos esforços causam nela desmaios. Ela não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem a perspectiva de alta até que o medicamento de que ela necessita, que está em avaliação da Conitec, seja oferecido, concedido ou não. Enfim, ela não tem nenhuma perspectiva. Ainda assim, o benefício previdenciário dela foi cancelado dia desses.

Aqui, a gente consegue ver três histórias reais de pacientes e o quanto há uma invisibilidade em relação a essas questões para esses pacientes.

A gente tem trabalhado aqui no Projeto 3.076, de 2024, que institui a Política Nacional de Diagnóstico e Tratamento da Doença, que, no texto original, reconhecia esses pacientes como deficientes, os enquadrava na lei de PCD. O PL foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação recentemente, contudo, foi suprimido o artigo que considerava os pacientes com hipertensão pulmonar como PCD. Existe um entendimento aqui, nas Casas Legislativas, de que um paciente não pode ser considerado PCD a partir do seu CID, contudo, a gente se pergunta se os tomadores de decisão que concederão esses benefícios a partir das avaliações que fazem ali em seus consultórios, os peritos, nas avaliações biopsicossociais, estão aptos a identificar deficiências como a da hipertensão pulmonar. A gente percebe que não. Então, nós pacientes ficamos completamente vendidos e nos sentimos à margem da sociedade. Esses direitos não nos alcançam.

A gente precisa comentar outro ponto que atravessa os pacientes de uma maneira muito agressiva, que é a questão dos medicamentos incorporados pelo SUS que são prescritos pelo médico, mas que, ainda assim, estão em falta nas farmácias de alto custo. A gente percebe que não há uma transparência em relação a essas questões. Em muitas regiões do Brasil, você não consegue acompanhar isso através de um portal, de um aplicativo e tudo mais; você precisa se deslocar. A gente está falando de pessoas, de pacientes que têm limitações severas. É muito complexo para essas pessoas. Não há transparência em relação a isso. Esses dados não têm clareza de como você consegue acompanhar estoques, se há algum problema logístico, se há algum problema no fornecimento desses suprimentos, enfim, você não consegue saber o porquê de esses medicamentos faltarem. Não há responsabilização. E a consequência disso é a morte. Recentemente, medicamentos têm faltado, pacientes têm vindo a óbito, e a gente não tem uma responsabilização, um parecer, a gente não entende por que isso tem acontecido.

Do ponto de vista logístico, a gente percebe que os centros de referência estão centralizados em algumas regiões. Existem centros de referência no Brasil de extrema qualidade, profissionais altamente capacitados para cuidar de pacientes com hipertensão pulmonar. Contudo, em algumas regiões, os pacientes não têm acesso a essa questão. Quando a gente vai para as regiões amazônicas, para as Regiões Norte e Nordeste, em especial, principalmente locais onde o transporte precisa ser fluvial, a gente percebe que há um problema tremendo para que esses pacientes consigam acessar tratamento adequadamente. Muitos deles precisam fazer viagens intercontinentais, são muitos os pacientes que precisam se direcionar a São Paulo, ao Rio Grande do Sul, que são locais que realizam transplante pulmonar, que têm capacidade para realizar. É muito difícil para um paciente, nas condições de hipertensão pulmonar, realizar essas viagens, que têm um custo muito alto também.

Existe o TFD, que é um benefício concedido pelo governo, mas que, nem sempre consegue suprir todos os custos desses pacientes. O valor varia de estado para estado: um estado, por exemplo, que paga um valor muito alto chega a pagar R$100, mas tem estados que pagam R$36

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a diária do paciente. Agora, você consegue imaginar, se você precisar morar ali na região de Porto Alegre ou próximo ao InCor, que é uma região considerada basicamente um pouco nobre no Estado de São Paulo, se você consegue pagar um aluguel com uma diária dessas? É importante mencionar também que, para você conseguir receber o TFD, de acordo com a regra de muitos estados, você precisa manter a sua residência no seu estado de origem. Então, você precisaria arcar com o seu aluguel ou, enfim, os custos da sua casa no seu estado de origem, mais os custos do estado para o qual você está se mudando.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. DÉBORA LIMA** – Estou finalizando já.

Isso torna inviável, isso mostra que não há equidade no acesso. Basicamente, consegue viajar, consegue ter acesso ao tratamento no centro de referência quem tem condições para isso.

E, para finalizar, a gente precisa falar sobre medicamentos que estão aprovados pela Anvisa...

Mudei o eslaide.

A gente precisa falar sobre medicamentos que estão aprovados pela Anvisa, aguardando a incorporação do SUS, em análise pela Conitec. São medicamentos revolucionários, que são a única chance de muitos pacientes de sobreviver; medicamentos que podem retirar pacientes da fila de transplante. A gente mostrou, no eslaide anterior, que o transplante não é algo que é acessível para todos os pacientes. Há pacientes que vivem dentro dos hospitais internados, aguardando por esses medicamentos, e, a cada dia que passa, o coração deles está sendo pressionado, violado e desgastado, a ponto de não ter condições mais de aguentar.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Débora Lima.

É um desafio enorme, não há dúvida, para as pessoas, para as famílias. E uma audiência desta natureza é justamente para compreender essa situação do ponto de vista da Abraf, da sociedade brasileira, para que a gente possa, ao final, também colaborar, como Congresso Nacional, para que os direitos das famílias e das pessoas possam, na verdade, ser concretizados, em termos de diagnóstico, de tratamento, de previdência, e juntos construirmos aí um encaminhamento.

Obrigado, Débora. Fica aí firme também. Trabalho muito importante o da Abraf. Obrigado, por enquanto.

Eu passo, em seguida, a palavra, então, ao Dr. Ricardo de Amorim Corrêa, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

Com a palavra, Dr. Ricardo. Bem-vindo.

**O SR. RICARDO DE AMORIM CORRÊA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmo. Sr. Deputado... Senador – desculpe-me – Flávio Arns, pelo convite. Na pessoa do senhor, eu cumprimento os demais participantes aqui desta audiência.

Estão me ouvindo bem? Estão me ouvindo bem?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Como? Estamos...

**O SR. RICARDO DE AMORIM CORRÊA** (*Por videoconferência*.) – Ouvem-me bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, pelo menos eu estou ouvindo bem. Não sei se os demais também, mas sempre procure falar mais perto, assim, do microfone, para o som também ser mais alto, um pouco mais... Mas está bem, da minha parte está bem.

**O SR. RICARDO DE AMORIM CORRÊA** (*Por videoconferência*.) – Está bem.

Cumprimento também os que estão aí, presencialmente, no Senado. É um prazer muito grande falar aqui em nome da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia sobre essa doença, sobre os pacientes com essa doença, que nos são tão caros e tão necessitados de um apoio.

Eu vou ver se vai passar aqui; só um momentinho. Não está passando, não sei por que.

Então, eu vou falar da questão associativa, da assistência médica, mas é só para o público leigo entender o que acontece – na verdade, vou ter que fazer assim – nas artérias pulmonares... Porque fica assim: a doença, a artéria, a hipertensão pulmonar, mas como que isso acomete o pulmão?

Aqui é uma foto de um preparado de uma pessoa que faleceu... Aqui de uma pessoa normal, desculpe, de uma biópsia normal. Vocês estão vendo aqui, ao centro, um cânulo de uma artéria pulmonar. Vocês vejam que essa parte verde é a fibra elástica da artéria; em volta estão os alvéolos, tudo vazio, porque ar não aparece no corte histológico; junto da parte verdinha tem essa paredinha amarronzada, e no meio é a luz da artéria, é o local por onde passa o sangue. Vocês vejam que tem algumas hemácias vermelhinhas lá, mas é bem ampla a parede da artéria, é bem fina. Então, essa é uma artéria pulmonar normal.

Aqui vocês veem um ramo de artéria na hipertensão arterial pulmonar. Não sei se vocês veem o meu cursor, mas vocês têm duas artérias aqui, com a parede totalmente espessa. A gente não vê nem a luz por onde passaria o sangue; está bem estreitado. O que há, nessa doença, é um estreitamento grande da luz da artéria. Isso, progressivamente, vocês imaginem, nós vamos ver aqui, à esquerda. Vocês veem, em azul, o que são as artérias pulmonares: do lado direito, do lado esquerdo e todos os seus ramos, até onde se consegue ver aqui, mas isso se transforma em milhões de capilares pulmonares, que vão permitir a troca gasosa. Então, isso corresponde àquelas artérias aqui em cima, aquela artéria aqui em cima normal.

Aqui vocês já veem que as artérias já estão engrossadas, endurecidas, seus ramos muito fininhos, tornando muito difícil a passagem do sangue do coração, do lado direito, que está em azul. Esse coração, do lado direito, é que manda o sangue para o pulmão. Esse coração não consegue enfrentar essa resistência com essas artérias obstruídas. Por isso, o paciente sente falta de ar, e, como a doença é difusa, não é um ou outro vaso. A hipertensão arterial pulmonar, que é um dos grupos, é difusa; então, a gente vê aqui que o coração, do lado direito, vai sofrendo, vai se dilatando. Vocês veem, comparando aqui, essa parte da frente, do lado normal, é o ventrículo esquerdo. Aqui, boa parte, um pouquinho aqui do ventrículo direito. Já aqui o ventrículo direito está crescendo e jogando o ventrículo esquerdo lá para o outro lado. Ele tem que reforçar para conseguir passar o sangue; e o paciente sente muita falta de ar e limitação ao esforço.

Hipertensão pulmonar – aliás o tema é hipertensão pulmonar –, como um todo, não é uma doença rara, porque são vários grupos. Vocês veem aqui, Grupos 1, 2, 3, 4 e 5. Então, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários pacientes com hipertensão pulmonar que precisam do seu diagnóstico e do tratamento da doença de base.

Então, várias doenças cardíacas e pulmonares e algumas doenças gerais do corpo, como doenças hematológicas e outras, causam no fundamento da sua doença a hipertensão pulmonar; então, elas precisam ser tratadas objetivamente e de forma otimizada na doença de base, para que não cheguem a essa fase, porque chegar a essa fase significa risco de morte.

Quando a gente fala em hipertensão arterial pulmonar, é esse grupo 1 aqui, que tem a idiopática e várias doenças associadas que também são relativamente comuns – inclusive, esquistossomose no nosso meio, em alguns estados.

Então, nós falamos muitas vezes de diagnóstico de doença rara, mas não é rara: raras são algumas formas da hipertensão pulmonar, e todas elas precisam atenção.

Nós temos a publicação da Sociedade Brasileira de Pneumologia sobre o diagnóstico e temos, agora saindo, sobre o tratamento da hipertensão pulmonar.

Uma coisa importante do ponto de vista do paciente é como ele vai reconhecer que ele tem um problema. Nós somos pneumologistas. O sintoma mais frequente, na pneumologia, nos pacientes com doenças respiratórias é falta de ar e tosse também – obviamente, tosse e falta de ar. Falta de ar é uma marca, uma pequena limitação, um cansaço que vai progredindo, e o paciente pode reconhecer isso muito bem. Falta de ar, principalmente em determinadas condições e idades, não pode ser considerada normal. O paciente precisa também ter a sua atividade. A gente sabe que o paciente às vezes demora um ano para dar valor à sua falta de ar e procurar assistência, e, quando procura, o colega às vezes não enxerga a doença por vários motivos. Aí é mais um ano para chegar ao diagnóstico, aqui já respondendo algumas das questões dos pacientes no e-Cidadania, Deputado – desculpe, Senador; estive na Câmara esses dias e estou com a Câmara Legislativa na cabeça.

Então, a gente classifica o grau de disfunção de falta de ar em classe I, classe II, com limitação mais discreta – classe I é normal. E é tudo muito subjetivo do ponto de vista do paciente, mas tenta ser uma coisa que se aproxima da atividade do dia a dia do paciente. Então, a população precisa saber: classe funcional II tem uma limitação discreta da atividade física. Você imagina uma pessoa com 20 anos, 30 anos, como a Débora, por exemplo – 30 anos, né, Débora? –, mas com limitação da atividade física, e acha que é normal; não é, a gente precisa ver. Já a classe funcional III tem uma limitação acentuada da atividade física. Vocês vão ver, no próximo eslaide, o que isso significa do ponto de vista de risco, se a gente deixar estas limitações, falta de ar, dor aqui no peito, na frente, como isso põe em risco o paciente. Classe funcional IV: o paciente está incapaz, ele em repouso já está com falta de ar, o ventrículo direito do coração já dilatou, está com inchaço nas pernas.

Enfim, a doença evolui assim. Muitas das vezes, nós recebemos o paciente aqui em classe funcional III e IV. E o que isso significa? Parece uma apresentação para médico, mas não é. Olhe para você ver. Classe funcional I e II... Isso aqui é a mediana de sobrevida em meses. O paciente que está começando a doença, está em classe funcional I e II e hoje já está em tratamento no mínimo tem mais seis anos de sobrevida – quase. Mediana, gente, é uma coisa em que 50% estão abaixo disso, 50% estão acima disso; eu tenho paciente com mais de 20 anos de tratamento com os medicamentos. Classe funcional III e IV, olha só, a mediana já vai para 31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meses. Classe funcional IV, sem tratamento – e isso aqui é bom que se diga –, vai até uma expectativa de vida mediana de seis meses. Então, isso mostra que mesmo sintomas simples podem ser reconhecidos pelo paciente e pelo colega. Precisa que todos estejam cientes disso, né?

E, olha, aqueles dados são dados norte-americanos, mas hoje nós temos diversos registros: francês, sueco, norte-americano, espanhol. E eu pus aqui os do nosso centro de referência, quando o paciente chega, em todos esses casos aqui, ao centro de referência. Vocês veem aqui que o amarelo e o vermelho são classe funcional III e IV, para você ver que em torno aí de quase 50%, aqui no nosso caso, 43% dos pacientes chegaram ao nosso serviço já com a doença bem avançada, porque classe funcional tem uma correlação com a gravidade da doença.

E há uma coisa importantíssima aqui embaixo, olha: perguntando aos pacientes quando começaram os sintomas, a maioria dos pacientes tem dois anos já de sintomas – isso significa uma jornada em que ele perambulou aí pela assistência, alguns demoraram mais, outros menos –, mesmo lá no primeiro mundo: 2,3 anos, 2,2 na Espanha, Estados Unidos também, entre dois anos por aí, um ano e dois, até 80% dos pacientes, o que é uma tragédia do ponto de vista para o início do tratamento, porque aí começa a jornada do diagnóstico, em que nós vamos gastar mais algum tempo, e depois de acesso ao medicamento.

Então precisa de uma campanha mesmo muito forte para que tenham conhecimento pessoas, população geral e também os médicos. Isso já tem sido feito, mas é sempre necessário, porque há uma avalanche de médicos novos, a cada ano, sendo colocados aí no mercado da assistência, no sistema público e privado, que às vezes não têm conhecimento da doença.

Aquele primeiro gráfico que eu coloquei da classe funcional corresponde a esse registro aqui norte-americano, em verde, mostrando a curva de sobrevida dos pacientes em cinco anos. Vocês vão ver que a média de mortalidade, em cinco anos, era em torno de 38%. Em cinco anos, apenas 60% dos pacientes estão vivos no começo aqui do registro do NIH, americano, sem tratamento, porque nessa época não havia tratamento.

Com tratamento, olha só, nós evoluímos bastante. Aqui nessas curvas de cima – tem várias curvas daqueles registros que eu mostrei –, olha, nós aumentamos bastante a sobrevida para mais de 60%. A média de mortalidade reduziu aqui, e sobrevida bem maior com os tratamentos iniciais.

Eu tenho aqui, inclusive, o registro nosso aqui do Hospital de Clínicas, da UFMG, esse azul aqui, mostrando que, com todas as nossas dificuldades, nós conseguimos acompanhar aqui mais ou menos a sobrevida dos pacientes.

Isso aqui mostra também que essa melhora é insuficiente. Ter pessoas jovens aí com uma mortalidade alta dessa mostra claramente que é insuficiente, e nós precisamos avançar. E daí a nossa ação junto ao Parlamento, ao Ministério da Saúde, à Conitec, à ANS também no sentido de avançar na inovação, na oferta de novas tecnologias de tratamento.

As vias terapêuticas – aqui é só para vocês saberem: nós temos quatro vias, a via endotelina, do óxido nítrico, das prostaciclinas. Eu vi ontem que iria ser difícil passar desse eslaide aqui e não sei por quê. Mas o fato é que nós temos três vias de tratamento. O tratamento é sempre combinado, porque é uma doença difusa com vários receptores, com vários alvos de tratamento que são necessários para que a doença seja controlada. Assim como em outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doenças, o diabete hoje tem uma combinação de tratamentos, a obesidade, a hipertensão arterial sistêmica, enfim. Mas o fato, que vai ser motivo da aula da Dra. Cláudia, é que, quando recebemos um paciente, nós temos uma série de exames para fazer que nos vão dar alguns resultados, e, através deles, nós vamos estimar o risco de morte do paciente.

Vocês veem que baixo risco é menos de 5%, de 5% a 20% é intermediário e maior que 20% é risco alto, é aquele pessoal dos seis meses, mas nós trabalhamos para trazer o paciente, com o tratamento, para aqui, para esse baixo risco. Vocês vão ver as curvas.

Estamos indo, vamos lá!

Então vocês veem aqui essa estratificação de risco. Isso significa que, nessas curvas, com tratamento, o paciente que trata e chega a essa curva verdinha sobrevive mais; é uma sobrevida média, então ele sobrevive mais. Mas o paciente que continua aqui, com risco intermediário em laranja ou com risco alto em vermelho, vive muito menos. Vejam que, em cinco anos, 80% de quem está em baixo risco estão vivos, mas eu quero trazer para essa curva aqui, perto de 100%. Então isso é feito como? Com acesso aos medicamentos. E nós estamos publicando agora, a SBPT, a sua diretriz para o tratamento.

A primeira coisa, gente, é ter o diagnóstico confirmado em centro especializado. Não adianta ficar fazendo exames de alta complexidade como cateterismo cardíaco direito e o teste de vasorreatividade pulmonar; eles têm que ser feitos num serviço de hemodinâmica habituado com hipertensão pulmonar, porque esse exame é um exame dinâmico, não é um exame anatômico, como coronária. Então nós vamos ver aqui que esses pacientes primeiro precisam confirmar o diagnóstico. Pressão alta da artéria pulmonar é confirmada no cateterismo; o ECO é um exame de triagem, então nós precisamos confirmar com o cateterismo. Aí, com o cateterismo e aqueles outros exames, nós vamos ver o paciente, se ele tem risco baixo, intermediário ou tem risco alto. Se ele tem risco alto, já tem que ter três medicamentos. Isso tem que ser modificado no PCDT e agora com o último de 2023, para que a gente não fique testando um, dois, depois três medicamentos, e o paciente fique perdendo tempo. O paciente em risco baixo já começa com dois medicamentos. Agora, depois disso, o centro de referência reavalia o paciente em três a quatro meses, porque tem que ser rápido. A Débora falou que a mediana de sobrevida é baixa se o paciente estiver fora do tratamento adequado. Em três, quatro meses, se ele não estiver baixo risco, eu tenho que adicionar a terceira droga, adicionar uma nova medicação que está na Conitec. Como a Débora colocou, a gente espera que isso chegue logo, que é uma droga imunobiológica para a hipertensão pulmonar. A gente pode trocar o inibidor da fosfodiesterase-5 por um outro da segunda classe do óxido nítrico, considerar outras terapias e já considerar aqui referência para transplante, que é outro problema que nós temos, com um baixo acesso a transplante pulmonar.

Se o paciente está num baixo risco, que é o nosso objetivo, eu vou manter a terapia e realizar o monitoramento clínico regular; vou manter o que ele estava tomando, para a cada três a seis meses eu reavaliá-lo, o.k.? Isso conta como suporte também durante o tratamento farmacológico.

Principais lacunas, então, para terminar. Primeiro, dados epidemiológicos são limitados, faltam registros nos centros. Isso poderia ser feito pelo ministério, mas é feito também pela sociedade. Estamos elaborando toda uma logística para fazer o nosso registro de hipertensão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pulmonar na artéria pulmonar, que a gente vai publicar. É uma elaboração complexa, pelo tamanho do Brasil, mas está em andamento essa elaboração, para a gente conhecer a nossa prevalência e para a gente poder atuar sobre aquilo que realmente existe.

A outra coisa é que existem várias etiologias e algumas são únicas, em alguns lugares, como a esquistossomose, que é um ponto pequeno e menor do que alguns outros, mas no Brasil a esquistossomose é muito prevalente ainda, e nós estamos elaborando, para quem perguntou lá no *site*, centros de referência do Brasil pela SBPT. Isso aqui não tem valor legal, Senador; é só para os pacientes enxergarem onde estão os centros, para eles ganharem tempo na sua jornada e procurarem o local certo.

O diagnóstico é tardio, como eu falei. Então nós temos que treinar a atenção primária, sim. A Sociedade tem feito cursos para a atenção primária Brasil afora, com os nossos eventos, mas é pouco, porque o Brasil é muito grande. Então nós temos que avançar nisso.

E há o acesso desigual ao tratamento, porque existem, até com o tratamento que está disponível hoje, centros médicos do SUS em que os médicos que estão lá não sabem preencher o protocolo ou não têm tempo para preenchê-lo ou para fazer o encaminhamento, enfim. E as preparações, vamos dizer assim, a capacitação dos centros locais é muito diversa no Brasil.

E, pelo último eslaide, eu tive a curiosidade, Matheus e Senador Flávio Arns, de entrar no e-Cidadania. O senhor comentou aí e eu entrei ontem; e estão aqui todas as perguntas. Algumas delas eu espero ter respondido. Precisamos de um cadastro nacional, que nós estamos fazendo na sociedade e vamos colocar à disposição. A capacitação é necessária e precisa de muitos braços. Tem projetos para essa doença para a linha de cuidado na atenção primária e na especializada. A produção nacional de medicamentos eu espero que avance mais com as parcerias com Farmanguinhos, mas por enquanto a gente precisa ainda que as indústrias tragam para o Brasil e apresentem os seus dossiês.

Então a SBPT se coloca à disposição. Nós criamos o *advocacy* da SBPT, nesta gestão 2025 e 2026. Nós temos aqui as formas de contato. Enquanto não está tudo disponível, a gente pode informar através desses canais da SBPT.

E, com isso, eu termino a minha apresentação, falando aqui da campanha anual que nós fazemos, que é A Saúde Está no Ar, e cada respiração importa para todos os pacientes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Dr. Ricardo de Amorim Corrêa, Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, enfatizando que todas as falas e apresentações estarão disponíveis no portal da Comissão.

Esta audiência pública está sendo transmitida para todo o Brasil, o que é importante no sentido de levar informação, sensibilizar e conscientizar.

Passo, em seguida, a palavra à Dra. Flavia Navarro, Presidente do Grupo de Estudos de Regulação Pulmonar do Departamento de Cardiopatias Congênitas e Cardiologia Pediátrica da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Seja muito bem-vinda, Dra. Flavia.

**A SRA. FLAVIA NAVARRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, deixe-me parar de compartilhar aqui, que não deu certo. Só um pouquinho. Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que agora... Vocês veem a apresentação agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Isso. Coloque tela cheia.

**A SRA. FLAVIA NAVARRO** (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, então, Exmo. Senador. Agradeço aqui a Abraf, pelo convite importante, pela oportunidade de representar a Sociedade Brasileira de Cardiologia para falar desse tema tão importante no dia de hoje.

E o que faz uma cardiopediatra, aqui falando de hipertensão pulmonar, uma doença dos pulmões, como o Dr. Ricardo apresentou maravilhosamente bem? Dentro das causas de hipertensão pulmonar, tem uma causa que a gente não deveria estar falando aqui, mas a gente está conversando sobre essa causa, porque estamos no Brasil: as cardiopatias congênitas, ou seja, as malformações do coração, que acontecem em 1% da população.

Das causas congênitas, a causa mais comum é a de dentro do coração. E essas cardiopatias, quando não tratadas, quando não diagnosticadas, causam a hipertensão pulmonar. "Poxa, mas então, se ela pode ser diagnosticada, se ela pode ser tratada, ela não deveria causar hipertensão pulmonar". Sim, é uma causa evitável, mas, infelizmente, no Brasil, pela falta de um diagnóstico, pela falta de um pré-natal bem feito, do ultrassom, de um ecocardiograma fetal – que há uma lei para que todas as gestantes tenham direito ao ultrassom e ao ecocardiograma fetal –, esses pacientes, esses bebezinhos deixam de ser diagnosticados, passam pela vida sem o diagnóstico, acabam não tendo acesso à correção dos seus defeitos, e esse hiperfluxo pulmonar, esse sangue que acaba desviando da circulação sistêmica, indo para a circulação pulmonar, acaba levando à nossa hipertensão pulmonar.

E aqui eu vou – lógico que a gente vai falar de centro de referência, de acesso ao tratamento, ao diagnóstico – falar sobre essa população que, em muitos países desenvolvidos, não aparece, porque o paciente foi tratado no momento certo. Então, isso é algo muito importante.

Já trazendo essa doença que o Dr. Ricardo nos apresentou tão bem e falando um pouquinho do paciente em alto risco, que é um paciente que está sentindo cansaço no repouso e já trazendo um pouquinho a questão da previdência, outro dia eu fiz um laudo em que a paciente tem classe funcional IV. Classe funcional IV significa que a paciente está, em repouso, extremamente cansada. E esse laudo pedindo o auxílio-doença, o afastamento dos trabalhos foi negado – porque eu não entendo se a pessoa... –, e eu refiz o laudo explicando que era classe funcional IV, que a pessoa em repouso se sente extremamente cansada.

Então, esse paciente em classe funcional IV, que tem o seu ventrículo direito... E aqui o que faz de novo a cardiologista numa doença pulmonar, é que essa integração coração e pulmão é absolutamente um dependente do outro... Então, no momento que aquelas arteríolas que o Dr. Ricardo nos mostrou se fecham, quem sofre é quem está atrás, quem sofre é o ventrículo direito, é o coração que está tentando empurrar o sangue contra essa vasculatura tão fechada. E o que leva ao óbito, o que leva o paciente ao óbito – nessa situação, 20% dos pacientes em um ano – é a insuficiência cardíaca direita.

Então aqui respondendo à Renata, falando dessa integração cardiologia, hipertensão pulmonar e esse diagnóstico... Então, assim, quem que faz? A hora que o paciente está dispneico, está cansado, qual é o exame que faz a triagem da hipertensão pulmonar? Muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes é o ecocardiograma. Então o ecocardiograma vai ver sinais de que essa pressão no pulmão está aumentada. Essa é a triagem. E quem vai fazer o diagnóstico mesmo? O cateterismo cardíaco direito. E como o Prof. Ricardo Amorim nos disse, não adianta ter um cateterismo num centro que não trate hipertensão pulmonar. Muitas vezes, eu falo com muita dor no coração para os meus pacientes: "Me desculpe, mas eu vou ter que rasgar três cateterismos que você fez, que já te levaram a um risco". Quanto mais experiente o centro, menor o risco desse exame, mas é sim um exame invasivo, é sim um exame com risco, mas que a gente reduz muito o risco quando tem um centro especializado. Os pacientes chegam com cateterismos que eu falo: "Não vai me ajudar, eu vou precisar fazer outro direitinho com teste de vasorreatividade, porque realmente eu preciso fechar o diagnóstico, e só com cateterismo a gente fecha o diagnóstico e fala também um pouquinho do prognóstico desse paciente".

Então, toda essa parte que não é azul e não é verde são pacientes que estão em alto risco. Para o paciente que está em alto risco, aqui é o tratamento, e a gente traz esse tratamento do que deveríamos fazer, do que o mundo faz para tratar hipertensão pulmonar. E aqui eu chamo a atenção dos senhores, porque todo mundo que não está em verde e azul não tem acesso às medicações que deveríamos utilizar. Então, tem medicações que nós não temos registro na Anvisa, e que a gente realmente não pode utilizar no SUS, que são os prostanoides endovenosos subcutâneos. Dessas medicações, nós não temos registros no SUS, e são medicações extremamente potentes para o tratamento da hipertensão pulmonar. Então, esse paciente brasileiro já sai de uma dificuldade pela falta de medicações que não temos nem registro na Anvisa, mas a gente tem medicações com registro e com acesso.

Depois de nove anos, nós conseguimos a reformulação do nosso PCDT Hipertensão Pulmonar, que foi publicado agora em 2023. Ainda temos – aqui eu estou em São Paulo, o Dr. Ricardo em Minas – lugares em que ainda os pacientes não conseguem medicação, mesmo tendo o acesso através do PCDT. Muitos pacientes têm que usar via judicial para conseguir essas medicações, mas teríamos acesso a sildenafil, bosentana, ambrisentana, iloprost, selexipague, que são essas medicações da via dos prostanoides, mas que não têm a potência dela na forma endovenosa ou subcutânea. Temos registro, mas ainda não temos acesso, estamos em processo na Conitec, das medicações sotatercepte e riociguate.

Aqui eu trago a publicação, que saiu agora, da Sociedade Brasileira de Pneumologia, mas já trazendo o que temos registro na Anvisa. Então, dentro do que a gente tem registro na Anvisa, nós conseguimos tratar o paciente de baixo risco, ou de risco intermediário baixo, mas, para o paciente que não está em baixo risco, o paciente mais grave, nós deveríamos acrescentar um prostanoide, que pode ser o iloprost, ou talvez o selexipague, dependendo de como o paciente está; o ligante da activina, que é o sotatercepte; ou a troca do Sildenafil, por exemplo, pelo riociguate, essas medicações que estão no processo da Anvisa e que a gente pode conversar.

"Ah, a hipertensão pulmonar é uma doença extremamente grave, mas a evolução dela é para o transplante pulmonar, algo muito simples a ser feito." De forma alguma, não é? Primeiro, pensando no tamanho do Brasil e nos centros que fazem o transplante pulmonar, aqui a gente tenta buscar alguns dados de Datasus, mas, de janeiro de 2019 a junho de 2025, pelo Datasus, nós encontramos 315 transplantes pulmonares bilaterais, 116 unilaterais – para a hipertensão pulmonar, ele necessita ser bilateral. E aí o que a gente encontrou de CID de Datasus são apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

18 transplantes neste período todo, no Brasil, sendo a maioria em São Paulo. O valor aproximado pago pelo SUS, ali procurando, é em torno de R$110 mil, mas, na hora em que a gente vai ver o quanto esse paciente, por exemplo, numa rede privada, realmente gasta, porque é um procedimento extremamente complexo, extremamente grave, extremamente delicado, esse valor estimado passa de R$2,5 milhões.

E aí o paciente que está na Região Norte do Brasil tem acesso ao transplante pulmonar? Ele não tem. Eu acho que a gente precisa identificar bem isso por quê? Para o transplante pulmonar, o paciente precisa morar perto do centro, o paciente precisa de uma série de exames, precisa estar próximo se o órgão chegar, precisa estar próximo se ele tiver uma intercorrência, precisar internar, precisar ir para a UTI, precisar de drogas vasoativas. Então, infelizmente, diferentemente dos outros países, não só o transplante não é uma realidade para o Brasil, como também essas drogas mais efetivas, que são os prostanoides que o paciente fica recebendo pela veia, por um acesso central ou de forma subcutânea, não são uma realidade para o Brasil.

Então, o que a gente tem que fazer? A gente tem que não deixar que esse paciente evolua tão rápido, tratar muito bem esse paciente no momento do diagnóstico, não demorar, não atrasar, não retardar esse tratamento. Então, a hora em que a Renata perguntou em relação à Sociedade Brasileira de Cardiologia – e aqui eu fui pensando o papel do cardiologista nisso –, eu acho que a gente tem sim um espaço de fala, de educação continuada, para que esse cardiologista que vai atender esse paciente ou que vai fazer o ecocardiograma saiba ver os sinais de hipertensão pulmonar ao eco. Que ele tenha tempo, que ele tenha um volume de exames que seja oportuno para que ele consiga fazer um eco tranquilamente, avaliando esse ventrículo direito, o que não é rotina do ecocardiografista da rede primária, que faz muitos exames... Que, na hora em que ele chega para fazer, que ele consiga chegar a um centro de referência, pois, no centro de referência, ele vai ter o diagnóstico que é o cateterismo.

Eu trago aqui, falando um pouco de novas expectativas, já que não temos as medicações mais fortes, já que não temos o transplante pulmonar como realidade... O que nós temos e já temos registro na Anvisa? Há uma medicação nova que se chama sotatercepte, que pelos estudos se mostra extremamente importante no tratamento da hipertensão pulmonar, quando ela reduz o risco de morte ou de evento de piora clínica, nesse estudo que se chama Stellar, em 84%. E aí falaram: "Nossa, essa medicação foi tão importante. E se a gente usar essa medicação em pacientes extremamente graves?". São aqueles de classe funcional III e IV, que o Professor apresentou. Ele também reduz o risco em 76% de um primeiro evento de óbito por todas as causas, transplante de pulmão, que é um evento – e são várias coisas que a gente olha relacionadas à piora de hipertensão pulmonar –, ou de internação relacionada à piora de hipertensão pulmonar, quando comparado ao grupo placebo. E eram pacientes que estavam bem tratados, pacientes que usavam outras medicações. Esse estudo foi interrompido no meio dele, porque realmente o impacto do tratamento foi muito importante. Então, de forma ética – e o estudo clínico é extremamente ético –, o estudo teve que ser interrompido para que os pacientes que estavam no grupo placebo recebessem a medicação, porque realmente ela se mostrou extremamente eficaz. Nesse momento, no grupo sotatercepte sete tinham falecido, enquanto treze tinham falecido no grupo placebo. Então, ele teve que ser interrompido mostrando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefício. E agora nós estamos nesse movimento, agora nós estamos nesta fase – já estou acabando – da Conitec de avaliação dessa tecnologia.

Falando um pouquinho só, terminando, dos centros de referência – a Débora já disse também –, há a dificuldade de esses pacientes chegarem. Eu tenho pacientes do Piauí, tenho pacientes de toda a Região Norte, e é muito difícil para eles chegarem. A gente depende do TFD, a gente procura passagens, eu ajudo os pacientes a procurarem passagens mais baratas, porque realmente o paciente ficar três, quatro dias sentados num ônibus é uma situação muito difícil. Às vezes, o paciente interna, nós ficamos no telefone tentando explicar o que é a doença para aquele médico que está lá longe, tentando organizar a vida do paciente, ajudar o paciente da melhor forma.

Então, aqui, eu abro a discussão para realmente a linha de cuidado de hipertensão pulmonar, pensando nessa educação continuada, para que esses médicos da ponta enxerguem a HP como uma possibilidade diagnóstica, que nós tenhamos os exames complementares, o eco para fazer a triagem, um cateterismo bem-feito, os acessos às medicações, centros de referência regionais, e que a gente não fique necessitando, que os pacientes não necessitem vir para os grandes centros.

E até o final, que são o transplante cardíaco e os cuidados paliativos, para cuidar desse paciente bem e com qualidade de vida até o final.

Eu gostaria de agradecer muito a oportunidade e ao Senador Flávio Arns pelo convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Dra. Flavia Navarro, que é Presidente do Grupo de Estudos de Circulação Pulmonar do Departamento de Cardiopatias Congênitas e Cardiopatia Pediátrica da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Só quero ressaltar, elogiar – me permite chamá-la de você, Dra. Flávia Navarro, assim como o Dr. Ricardo de Amorim Corrêa? – não só pela forma didática, mas pela forma determinada, assim, do desejo de que essa realidade se transforme a favor do paciente, da família, e esse que é o grande desafio. A gente, inclusive, solicita que vocês orientem o Senado em tudo aquilo que o Senado possa fazer, porque há unanimidade no Senado a favor da área. Em algo bem elaborado, bem estruturado, cientificamente embasado – né, Débora? – socialmente, assim, bem colocado, o Senado é unânime – é unânime. Vamos pensar juntos, então, está bem?

Passo, em seguida, a palavra à Dra. Carmen Cristina Moura dos Santos, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, que, inclusive, estava com problema aí na internet também. Com a palavra, Dra. Carmen. Seja bem-vinda!

**A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador. Eu não sei se o senhor está me ouvindo bem...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, estamos escutando; pelo menos eu estou.

**A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS** (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui com o senhor para debater um tema que é tão importante, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou colocar minha apresentação aqui, que é rápida, mas eu acho que ela responde a muitos dos questionamentos que foram feitos. Quero parabenizar, primeiramente, a Débora pela explanação excelente que ela fez. Foi uma aula realmente para nós, e eu espero que eu possa responder a alguns dos questionamentos. (*Pausa.*)

Bom, acho que foi falado. Eu achei muito interessante o que a Débora falou sobre o trabalho centrado na pessoa, né? Acho que é pensar em integração, tanto da rede quanto da família e do paciente.

Foi falado muito pelos especialistas sobre incidência, sobre o risco para as pessoas, do desenvolvimento da doença. É uma situação severa, que precisa ser atendida e diagnosticada no primeiro momento adequado.

Como eu estava falando, sobre a integração da atenção especializada com os demais níveis de atenção, precisa-se muito ter cuidado centrado na pessoa, protagonismo das decisões compartilhadas, a continuidade do cuidado que se inicia lá na atenção primária, e o objetivo todo desse é reduzir o longo tempo de espera, tanto para o diagnóstico quanto para o tratamento.

Aqui nós temos... Eu trouxe aqui uma jornada fragmentada, que ainda nós temos em muitos lugares, porque a pessoa fica perdida na rede, mas nós estamos trabalhando para que essa jornada seja integrada, em que a atenção primária possa coordenar o cuidado, tenha uma regulação adequada, que oriente o cuidado, para que ele possa chegar ao especialista, ao centro especializado, de uma forma ágil e oportuna para um tratamento adequado.

Então, a regulação é muito unida; a gestão da fila para a regulação das necessidades (*Falha no áudio.*) baseada na gravidade e no (*Falha no áudio.*) risco de agravamento das doenças.

Sobre a jornada de pacientes, eu acho que já foi bastante falado (*Falha no áudio.*) integrado e da participação terapêutica.

Aqui falando um pouquinho sobre a atenção primária, como coordenadora do cuidado, que acompanha todo esse processo de tratamento, e a atenção especializada como apoio.

E eu preciso dizer que, pela primeira vez no país, nós temos uma Política Nacional de Atenção Especializada e ela busca trazer – foi instituída em 2003 – e ampliar a garantia do acesso ao tratamento oportuno para as pessoas. Todo esse trabalho vem sendo feito para isso.

Aqui um pouquinho sobre o que é a Política de Atenção Especializada, que tem a especialidade na atenção primária, trabalha muito com a territorialização e a regionalização e que traz alguns componentes que estão... Só um pouquinho.

Ela busca, então, ampliar os diagnósticos e o uso intensivo de serviços móveis para fazer diagnósticos e outros tipos de...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Dra. Carmen, eu só vou interrompê-la um pouquinho – até me desculpe por interromper. Pelo menos para mim está havendo alguma dificuldade no som. Não sei se para os demais expositores também. (*Pausa.*)

Também.

Então, só verifique aí algum som. A senhora tinha explicado que havia uma dificuldade na internet, mas só verifique aí se há algum computador aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS** (*Por videoconferência*.) – É, pode ser.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Mas eu retorno a palavra e me desculpo por ter interrompido. (*Pausa*.)

Agora, pelo menos para mim, parou o som.

**A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS** (*Por videoconferência*.) – Melhorou um pouquinho, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agora eu acho que está melhor.

**A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS** (*Por videoconferência*.) – Olá, melhorou um pouquinho? Eu vou parar aqui só para...

Senador, eu estava com um problema no meu áudio aqui. Só um minuto. Só um minutinho, Senador, que eu já retorno.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Certo. Vamos aguardar.

E só lembrando ao público que nos acompanha pelo Brasil que é uma transmissão da TV Senado, à qual a gente agradece, também a todos os meios de comunicação do Senado, porque tanto se falou em termos de conscientização, um trabalho em rede, já na prevenção e na identificação primária, diagnóstico, tratamento...

Enquanto a Carmen volta, eu lerei, inclusive, as outras perguntas que vieram... São só dois ou três minutos.

A Maria, do Distrito Federal, até se o pessoal puder colocar a pergunta, para o pessoal ver, no Brasil...

"A criação de um cadastro nacional de pacientes dessa enfermidade poderia melhorar as políticas para a doença?".

Foi o que foi abordado, inclusive, agora há pouco.

Sem dúvida, ter um cadastro, você tem dados, tem um conjunto de informações.

Kelly, de São Paulo: "Uma liminar de hipertensão pulmonar custa mais que diagnosticar dez pacientes. O Ministério da Saúde tem estudo comparando o gasto judicial *versus* linha de cuidado?".

Rayllane, do Sergipe: "Essa doença vai entrar nos programas do SUS para a linha de cuidado, atenção primária à saúde e na estratégia saúde da família?".

E um último comentário, de Henrique, do Distrito Federal: "A negociação de preços com laboratórios internacionais pode reduzir custos e ampliar disponibilidade no SUS".

Então, mais algumas perguntas...

Retorno... Desculpe-me novamente pela interrupção, mas para o público poder aproveitar ao máximo a sua fala, Dra. Carmen.

A Dra. Carmen é Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

Está me escutando, Carmen? A imagem está congelada...

Alô?

**A SRA. FLAVIA NAVARRO** (*Por videoconferência*.) – Parece que está travada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Travou?

Caso haja algum problema, Dra. Carmen, a senhora só informa aí também, que eu passo para a Dra. Cecília, que também é do Ministério da Saúde. (*Pausa.*)

Eu acho que farei isso, enquanto o problema eventualmente possa ser resolvido, não é?

Então, eu passo a palavra... Dra. Cecília está com a gente?

Dra. Cecília Menezes Farinasso...

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (*Por videoconferência*.) – Sim, estou aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – ... da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, do Ministério da Saúde – Ciência, Tecnologia e Inovação.

Dra. Cecília, seja bem-vinda, Cecília Menezes Farinasso.

Passo a palavra, então, para a exposição.

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Flávio, cumprimento a todos os presentes...

É uma honra estar aqui, representando o Ministério da Saúde, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, nesse tema tão importante.

Não estou conseguindo compartilhar a minha tela. Aparentemente, não está permitindo ainda...

Agora sim.

Enxergam a minha tela?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está aparecendo. Se pudesse falar bem perto do microfone também...

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (*Por videoconferência*.) – Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – ...isso facilita o som.

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (*Por videoconferência*.) – O.k. Vou falar mais alto, então.

Obrigada, Dr. Flávio.

Cumprimento a todos os presentes, associações de pacientes, pacientes aqui presentes.

Vou agora falar um pouco sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), e um pouco sobre incorporação de tecnologias, como alguns dos presentes já haviam mencionado.

Então, a Conitec é um órgão colegiado permanente que integra a estrutura do Ministério da Saúde e assessora a pasta no que se refere à incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias em saúde pelo SUS, assim como na constituição e alteração de PCDTs, que são os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.

Houve algumas mudanças recentes no que se refere à Conitec, mas o que não mudou é o que continua: que a incorporação de tecnologias no SUS se baseia em evidências de alta qualidade, de eficácia e segurança, assim como de estudos de avaliação econômica, que são estudos de custo-efetividade e avaliação de impacto orçamentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para todas as decisões que passam pela Conitec são abertas consultas públicas no *site* da Conitec. O prazo para avaliação é de 180 dias, prorrogável por mais 90. Há uma vedação no que se refere à avaliação de procedimentos e medicamentos que ainda são considerados experimentais pela Anvisa.

Então, como eu disse, as competências da Conitec são: emitir relatórios de recomendações sobre incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias em saúde, assim como constituir ou alterar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. É competência também da Conitec propor a atualização da Rename.

A Conitec é composta por três comitês: um comitê que analisa especificamente medicamentos; outro que avalia produtos e procedimentos; e o último, que avalia somente protocolos clínicos, os PCDTs.

A Secretaria Executiva da Conitec é feita pela DGITS – que é o departamento no qual eu trabalho –, que é o Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde e que está dentro da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (SCTIE).

A composição dos três comitês da Conitec é feita por 17 cadeiras – são 17 representantes –, sendo representantes de todas as secretarias do Ministério da Saúde, assim como representantes da Anvisa, da ANS, da Associação Médica Brasileira, do Conselho Nacional de Saúde, Conass, Conasems, CFM, um representante dos próprios Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde, e a alteração recente a que eu me referi foi aí de 2025, em que há mais uma cadeira para a representação das organizações da sociedade civil.

Então, a cada vez que um tema é pautado na Conitec – e esse tema, por exemplo, está previsto para o próximo mês ou a cada dois meses –, é aberto um chamado, um chamamento público no *site* da Conitec para a inscrição de OSCs, que são Organizações da Sociedade Civil, e aí é pedida uma série de documentos à OSC e, dessa forma, essas OSCs têm cadeira e participação no comitê da Conitec para o julgamento daquele tema.

Para que um medicamento, uma tecnologia ou um procedimento seja avaliado pela Conitec, é necessário haver um formulário totalmente preenchido, de acordo com o modelo que está no *site* da Conitec; a validade de registro em saúde na Anvisa – como a doutora colocou, medicamentos que ainda não têm registro na Anvisa não podem ser avaliados formalmente pela Conitec em demanda externa –; evidências científicas que demonstrem que a nova tecnologia pautada é, no mínimo, tão eficaz e segura quanto as que já estão disponíveis no SUS para a mesma indicação; assim como estudos de avaliação econômica – tanto de custo-efetividade como de impacto sanitário – comparativos, que comparem a tecnologia nova com as tecnologias que já são disponibilizadas no SUS; assim como o preço fixado pelo Cmed, se for o caso de medicamentos.

O processo de incorporação de tecnologias no SUS, pela lei, compõe um processo de avaliação que dura 180 dias, prorrogável por mais 90, entre o momento em que é solicitada a avaliação até o momento em que é publicada no *Diário Oficial da União* a portaria de incorporação ou não incorporação. A partir deste momento, de acordo com a lei, seria necessário um prazo de 180 dias para a disponibilização no SUS dessa tecnologia. Então, de acordo com o decreto, após a publicação da portaria existe um prazo máximo de 180 dias para que essa oferta seja disponibilizada no SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por tipo de tecnologia, desde o momento em que a Conitec começou, em 2011, até o ano de hoje, foi recebido um total de 1,4 mil demandas, sendo a maioria de medicamentos, seguida das de procedimentos e, por último, das de produtos. Sendo assim, foram 344 tecnologias que não foram incorporadas até o momento, e a maioria foi incorporada por decisão da comissão. Essa é a nossa média anual de avaliações.

Como eu falei, todas as avaliações que vão para a Conitec são disponibilizadas em *site* para consulta pública, de forma que, primeiramente, a apreciação inicial é pelo comitê. Essa decisão inicial é colocada em consulta pública pelo prazo de 20 dias, e, então, existe uma coordenação dentro do Dgits – dentro do departamento – que analisa cada uma dessas contribuições qualitativamente. É um grupo formado por pesquisadores qualitativos, que analisam essas consultas públicas e apresentam essas contribuições de volta para o comitê, que faz uma deliberação final sobre a decisão de incorporar ou não incorporar. A Conitec faz uma recomendação, e essa recomendação é colocada para o Secretário de Ciência e Tecnologia, que faz a decisão final sobre incorporar ou não incorporar uma tecnologia no SUS.

Todo esse processo é pautado por uma metodologia que se chama Avaliação de Tecnologias em Saúde. É um processo multidisciplinar que usa métodos explícitos para determinar o valor de uma tecnologia em diferentes momentos do ciclo da vida – se é uma tecnologia que está começando ou que já está entrando em obsolescência. O objetivo dessa metodologia é informar a tomada de decisão, de modo a promover equidade, eficiência e qualidade no sistema de saúde.

Alguns desses parâmetros, como eu falei, são parâmetros clínicos e econômicos, mas não somente. O *input*, a contribuição do paciente, também é muito relevante, assim como a capacidade do sistema de absorver aquela nova tecnologia e disponibilizar para a população.

Nós também realizamos monitoramento de horizonte tecnológico, no que se refere... Por exemplo, se tem uma nova tecnologia para hipertensão arterial pulmonar prestes a ser lançada, no momento em que está sendo avaliada uma nova tecnologia, de forma que o comitê possa tomar uma decisão informada sobre o *pipeline* – que é como a gente fala –, as tecnologias que estão sendo desenvolvidas para uma dada condição...

São alguns dos mecanismos de participação social: cadastro de pacientes, de associação de pacientes e de gestores do SUS, que está sempre disposto no *site* da Conitec; sempre que um novo tema é pautado na Conitec, também é aberto um chamamento público no *site* da Conitec, para que um paciente possa vir ao comitê e compartilhar sua experiência com aquela doença, com aquela condição em saúde e com a tecnologia; são abertas também as consultas públicas pelo prazo de 20 dias para todos os temas pautados, e também existe a possibilidade de haver uma audiência pública sobre uma tecnologia que está sendo avaliada. Como eu disse anteriormente, hoje as organizações da sociedade civil podem se inscrever no *site* da Conitec para participar e integrar a comissão, por meio de uma cadeira rotativa com direito a voto, de forma que todas as decisões e recomendações da Conitec são pautadas pela transparência.

Todas as reuniões da Conitec são gravadas e disponibilizadas no YouTube e no *site* da Conitec; as pautas e as atas de reuniões são disponibilizadas no *site*. Existem a Conitec em tempo real – quando a reunião está acontecendo, é colocado no *site* qual tema está sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliado e por quanto tempo –, os dossiês dos demandantes e as demandas em avaliação. Tudo isso é colocado no *site* da Conitec, que é este que eu estou apresentando aqui.

Assim como as diretrizes clínicas, como eu falei, os PCDTs, que são as melhores práticas para diagnóstico, tratamento e monitoramento de pacientes no âmbito do SUS, incluem recomendações de condutas clínicas, medicamentos, produtos e procedimentos, para acompanhar toda a jornada do paciente dentro do sistema de saúde.

No que se refere à hipertensão arterial pulmonar, em 2013 houve a incorporação das primeiras terapias, que seriam a ambrisentana e a bosentana. Em 2021, houve a incorporação do selexipague, e, em 2022, houve a aprovação do uso associado de sildenafila e bosentana. Em 2023, houve a aprovação do novo PCDT de hipertensão pulmonar.

Então, esse novo PCDT, de 2023, foi um marco legal que coloca o protocolo estruturado com base nas mais recentes evidências clínicas e evidências científicas. Foi aprovado por uma deliberação unânime da Conitec, que ampliou o escopo no que se refere ao tratamento da doença e focou também no cuidado integral do paciente, consolidando práticas, fluxos atualizados e uma visão mais ampla do paciente no âmbito do SUS.

Então, eu agradeço muito pela oportunidade de estar aqui com vocês e espero poder contribuir ainda mais.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você. Agradecemos, Cecília Menezes Farinasso, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde.

Eu quero também enfatizar para os expositores, as expositoras e para o público que a audiência pública tem por objetivo levantar a discussão, o debate, apontar os desafios, os problemas, para que a gente possa, inclusive, na sequência, organizar um conteúdo que possa ser apreciado pelo Congresso Nacional, seja pelo Congresso nas suas atribuições ou na sua discussão com o Ministério da Saúde, com as entidades, quer dizer, ter um caminho no ciclo da vida, uma linha de cuidado que possa, na verdade, ser apresentada para as famílias e para os pacientes, porque senão nós ficaríamos só numa discussão. A audiência pública é uma discussão importante, mas a discussão tem que ter consequências.

Por exemplo, a Kelly, de São Paulo, fez uma pergunta que é muito importante: "[...] Uma liminar [...] custa mais que diagnosticar dez pacientes [...]". Até mais às vezes, porque nós já fizemos o cálculo, dois anos atrás: o Ministério da Saúde gastou, a mais, quase R$2 bilhões, por causa da judicialização. Em certas doenças raras – o que não é necessariamente o caso aqui, como foi dito, dependendo da situação –, a judicialização, o recurso investido na judicialização pelo Ministério da Saúde atenderia todos os pacientes. Então, isso também tem que ser bem olhado, assim como, obviamente, a responsabilidade do Ministério da Saúde em analisar, escutar a população, ver o custo, a efetividade, a segurança, todos esses aspectos que foram colocados.

Agora, a Dra. Flavia, o Dr. Ricardo, a Débora trouxeram as despesas que também têm que ser levadas em conta, o bem-estar da família. A pessoa deixa de trabalhar, há medicamentos aí que são possíveis de serem incorporados, até para a pessoa contribuir com a sociedade.

Tivemos, recentemente, uma incorporação do medicamento para fibrose cística, que interrompe o ciclo da doença, e a pessoa trabalha. Eu conheço pessoas aí, advogados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais, contribuindo com a sociedade. Antes, a cada mês, vamos dizer, estava na UTI, para receber cuidados e uma série de aspectos. E tudo isso também tem que ser levado em conta.

Sobre a AME, há todo o debate sobre atrofia muscular espinhal casos 1 e 2, mas nós já fizemos o debate também para o nível 3 da AME, e as pesquisas médicas mostrando a diferença que isso traz para a pessoa e para a sua contribuição para a sociedade.

Então, audiência pública tem esse objetivo.

Olha, temos opiniões extraordinárias aqui, pontos de vista, pesquisas, com a Dra. Flavia, com o Dr. Ricardo, o ponto de vista da sociedade, as preocupações que a Cecília acabou de trazer por parte do Ministério da Saúde, avanços também, porque cada discussão que é feita na Conitec, de uns meses para cá... A representação da doença sendo discutida tem que estar presente na discussão da Conitec. Não pode haver uma discussão sem a participação da sociedade, da organização da sociedade. Então, nesse sentido, é um debate importante.

Eu vou passar, Dra. Flavia – se você me permite; até levantou a mão, né? –, primeiro, para a Débora, e aí a gente volta para considerações que desejem fazer. Pode ser assim? É quase minha xará: Flávio e Flavia. Mas eu tenho uma neta que se chama Flávia e é estudante de medicina, junto com a Gabriela, que é outra neta muito amada também.

A Débora está aí? Com certeza. Você está em Brasília – né? –, na própria Comissão.

**A SRA. DÉBORA LIMA** (*Fora do microfone*.) – Estou, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Então passo a palavra a você para falar o que você achou de tudo isso.

**A SRA. DÉBORA LIMA** (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Só quero lembrar que a Débora é da Abraf, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Apoio à Família com Hipertensão Pulmonar e Doenças Correlatas, porque alguém pode ter chegado depois do início e não saber exatamente quem é a Débora. A Débora é família, é paciente, e a gente tem que escutar a família e o paciente.

Com a palavra.

**A SRA. DÉBORA LIMA** – Muito obrigada, Senador. Realmente, nós nos sentimos absolutamente gratos por esta oportunidade, pela escuta e atenção do senhor e de todo o seu gabinete com a Abraf e todos os pacientes. Quem está aqui assistindo não sabe dos bastidores, do desenrolar, do quanto a gente conversa no gabinete, a gente desenvolve, e eu posso relatar aqui para todos o quanto o gabinete do Senador Flávio Arns foi atencioso e é atencioso sempre conosco, os pacientes.

Bom, nas minhas considerações finais, eu gostaria de dizer que estamos absolutamente felizes por termos tido a oportunidade de reunir atores tão relevantes para esse processo, para esse processo de jornada do paciente. Eu acho que a gente tem aqui nesta mesa todos os pontos-chaves que a gente precisa abordar, representantes de áreas-chaves que englobam tudo aquilo que a gente precisa abordar.

Dentro das minhas considerações finais, gostaria de trazer que é muito importante para o paciente o cuidado multidisciplinar, esse olhar profissional. O medicamento é fundamental, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é apenas o medicamento; é reabilitação cardiopulmonar, acompanhamento nutricional, psicológico, assistência social. Há centros que possuem o estado da arte do que é o melhor tratamento para o paciente**,** e a gente vê o quanto é diferente a trajetória dessas pessoas que têm acesso a tudo isso em relação àquelas que não têm. Cuidados paliativos são muito importantes para os pacientes com hipertensão pulmonar.

O que a sociedade civil organizada entende que pode ser interessante que o Executivo possa contribuir conosco, dentro disso tudo? A gente entende que o apoio para a estruturação de uma linha de cuidado para integrar a rede, respeitando as especificações regionais, vai atacar esse problema, essa questão do paciente perdido, e vai melhorar muito o futuro dos próximos pacientes a serem diagnosticados.

A gente sabe que é complexo, que em cada região do Brasil a coisa funciona de uma forma diferente, mas a gente tem certeza de que isso é do interesse de todos, porque isso impacta o paciente profundamente, mas, enquanto pacientes, a gente percebe o quanto isso angustia o médico, aquele profissional que está na nossa frente, que não sabe o que fazer com o paciente.

Ninguém quer. Todo quer dar um bom desfecho, todo mundo sempre quer fazer um bom trabalho.

A gente espera, precisa e clama pela incorporação dos medicamentos que estão sob a avaliação da Conitec. Eles são a única chance dos pacientes.

Lembra aquele oceano escuro? A incorporação desses medicamentos é o bote salva-vida para esses pacientes. É o resgate que eles terão. E a gente espera que, caso aprovado, o prazo de 180 dias para a dispensação possa ser cumprido.

Quanto ao Legislativo, a gente entende que poderia contribuir muito para a trajetória desses pacientes o direcionamento de emendas parlamentares que possam apoiar o desenvolvimento de centros de referência com a estrutura necessária, o aprimoramento de centros que já existem, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste do país, e a construção de novos.

A gente entende que esse investimento poderá contribuir, inclusive, para o desenvolvimento das linhas de cuidado, porque assim haverá para onde encaminhar, haverá caminhos para onde direcionar esses pacientes, com uma estrutura adequada.

A gente gostaria que a gente pudesse ter o apoio para a efetivação, a aprovação do PL 3.076, de 2024, que institui a política de diagnóstico e cuidado, a Política Nacional de Diagnóstico e Tratamento da Hipertensão Pulmonar – isso vai ser um marco no nosso país –, para que isso possa entrar efetivamente no calendário da saúde, para, enfim, toda a trajetória dos pacientes.

E quero concluir dizendo que esse não é um movimento da sociedade civil organizada inquirindo o Executivo e o Legislativo. Somos nós juntos. Nós moramos todos nesse mesmo condomínio.

Houve um dia, na minha vida, em que eu não imaginei que eu precisaria estar aqui, falando sobre o tratamento de uma doença rara, sobre a organização do sistema, e eis que aqui estou. Pode acontecer com qualquer um. A doença é rara, mas ser raro não é raro. Então, quanto mais a gente puder melhorar essa questão para os pacientes de hipertensão pulmonar – não são todos raros: dois dos cinco tipos de hipertensão pulmonar são raros –, a gente vai ter uma entrega muito boa para a sociedade como um todo. Todos se beneficiarão.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Débora. Você... Inclusive, vir para a gente já a linha de propostas que você acabou de externar, que é muito interessante e muito boa.

Se o Dr. Ricardo permitir, eu passo para a Dra. Flavia agora, Flavia Navarro, que é Presidente do Grupo de Estudos de Circulação Pulmonar, do Departamento de Cardiopatias Congênitas e Cardiopatia Pediátrica da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

É uma honra tê-la nesta audiência, assim como o Dr. Ricardo Amorim Corrêa.

Com a palavra, Dra. Flavia.

**A SRA. FLAVIA NAVARRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, Senador Flávio, agradeço a oportunidade.

Aqui eu estava pensando, vendo tantos atores aqui juntos, pensando o que podemos fazer. Então, temos aí oportunidade de participação em consultas públicas na Conitec, das avaliações das tecnologias na Conitec. Nós sabemos que fazem parte do processo da Conitec as negativas: 83% das tecnologias têm negativas na primeira reunião, 60% têm negativas na segunda reunião. A gente sabe que faz parte do processo. As medicações são extremamente caras e a avaliação de custo-efetividade é muito importante; porém, acho que, como demonstrado aqui, como conversado aqui, nós não temos muito tempo a perder, né?

Então, acho que cabe, a partir desta audiência, um chamamento a toda sociedade mesmo: que participem das consultas públicas, que exerçam realmente o poder civil, para que consigamos uma linha de cuidado em hipertensão pulmonar. Eu acho que tem que ser algo juntos: como temos aqui Executivo, Legislativo, eu acho que tem que estar a sociedade civil, as associações, eu representando a Sociedade Brasileira de Cardiologia, e o Prof. Ricardo representando a Sociedade Brasileira de Pneumologia. Também tenho certeza de que, no que depender das sociedades, essa contribuição será feita e estaremos aí sempre juntos, em luta pelos pacientes, como a Débora e outros tantos, que nos trazem muito orgulho, viu, Débora? Um beijo.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Dra. Flavia Navarro. É uma alegria tê-la nesta audiência pública tão importante para tantas pessoas no Brasil e não só para... Assim, todo debate que se faz sobre hipertensão pulmonar também serve para o debate das outras doenças, né? Linha de cuidado, por exemplo, é algo que temos que ter para cada doença praticamente, né? Onde, como, que remédio, que tratamento, que apoio complementar e apoios necessários. Então, isso ajuda a conscientizar a sociedade de uma maneira geral.

Dr. Ricardo de Amorim Corrêa, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. A gente já agradece também pela honra em tê-lo aqui nesta audiência pública.

**O SR. RICARDO DE AMORIM CORRÊA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Flávio Arns, muito obrigado pela oportunidade de representar a SBPT aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, sob a sua Presidência, nesta audiência tão importante. Porque nós estamos em cargos diretivos, mas nós, a Flavia e eu, temos ambulatórios semanais, às vezes mais de uma vez, atendendo esses pacientes, acumulamos essas funções. Então nós temos plena consciência e muito juízo naquilo gente faz, e por isso a importância desta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos desses custos, e alguns dos custos são imensuráveis; por exemplo, o sofrimento qualitativo das famílias e das pessoas que são jovens, como o exemplo da Débora aqui. Isso existe de fato – existe de fato. Eu luto, a SBPT luta para que a gente saia da nossa caixinha – viu, Cecília? – e possa contribuir com os gestores.

Houve um tempo em que as sociedades tinham mais dificuldade, a estrutura também de ouvir as sociedades era mais difícil por parte dos gestores, mas hoje isso modificou. Então, nós até parabenizamos – não é, Flavia? – o Ministério, seus órgãos, o Conselho Nacional de Saúde, pelo amplo espectro de oportunidades que há e, agora, contem com a nossa participação sempre dedicada e bem posicionada naquilo que interessa, com respeito e com juízo da gestão pública, porque os gastos são muitos, todos são prioridades. A gente tem até, às vezes, doenças mais prevalentes, mas a gente sabe que nós temos que representar o nosso grupo, porque são pessoas jovens e, como nós mostramos, as classificações não são tão raras assim, não.

A história da hipertensão pulmonar – em 30 segundos aqui – é interessante porque os pacientes vinham para os pneumologistas e, por isso, os pneumologistas são maioria...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Não, pode ficar tranquilo. Desculpe, é que é automático, mas pode ficar tranquilo.

**O SR. RICARDO DE AMORIM CORRÊA** (*Por videoconferência*.) – Está certo.

Historicamente, esses pacientes vinham ao pneumologista porque eram os pacientes que, aparentemente, não tinham doença cardíaca que explicasse, aparentemente, e tinham uma doença pulmonar. Claro, o cardiologista sabe que o coração direito lida com o pulmão; se o pulmão adoece, é o lado direito que vai lidar com essa dificuldade. Então, nós tínhamos que lidar com as doenças pulmonares até a gente descobrir que existia um grupo de doença que atacava diretamente a artéria pulmonar.

Por isso, os grandes centros, os centros, na sua maioria, estão ligados à pneumologia; mas hoje é um centro multidisciplinar. Nós trabalhamos em ampla colaboração com a Comissão de Hipertensão Pulmonar da SBC, com a reumatologia – que é um grupo importantíssimo –, com a infectologia, com as doenças infecto-parasitárias tão frequente em nosso meio. Então, é um mundo, não é?

Agora, a gente vê esse sofrimento e as tecnologias têm avançado muito – não é, Senador? – e é para todo lado. Na oncologia, cada coisa que está acontecendo, a imunoterapia avançando e salvando vidas. E agora, o imunobiológico está chegando para a hipertensão pulmonar, assim como na asma. Nós temos quatro imunobiológicos para a asma, para hipertensão pulmonar está chegando agora, que é o sotatercepte, que está em investigação. Eu agradeço muito à Conitec por isso. Teve a reunião na semana passada e ainda está faltando um pedacinho para terminar, que é justamente a apresentação da SBPT.

Então, contem conosco. O registro nacional de hipertensão pulmonar está sendo elaborado. No sábado, na reunião de diretoria, nós aprovamos e vamos agora aplicar os orçamentos para que a gente tenha dados que possam, por exemplo, suprir o Ministério da Saúde, a Comissão de Saúde, na disposição orçamentária, para saber onde, em que ponto que nós estamos e o que isso representa para a saúde pública, para que sejam adotadas medidas bem apropriadas para garantir que o custo seja efetivo e alcance aqueles que precisam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado.

Parabéns pela participativa, Abraf, Senador Flávio Arns, que acolheu a ideia. Foi um prazer muito grande. Se pensarem em doenças respiratórias, cardíacas e hipertensão pulmonar, podem contar conosco; eu sei que estou falando em meu nome, mas também no da Flavia, da SBC, nós estaremos dispostos a qualquer momento.

A nossa sede, inclusive, é em Brasília. Custa para mim 50 minutos de voo e nós temos representação em Brasília, que estará sempre atenta à participação no debate legislativo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos, Dr. Ricardo, da mesma maneira. Particularmente, o Senado Federal fica à disposição para uma causa tão importante.

Quero reforçar, de fato, porque essa área da saúde – de doenças, doenças raras – é uma área que conta, sem dúvida alguma, com o apoio dos Senadores de todos os partidos políticos e de todas as regiões. Inclusive, a gente pode aprofundar o que a Débora Lima colocou, inclusive, para ver essa articulação com os Senadores e com o Ministério da Saúde em relação à destinação de recursos para os centros de referência a que você se referiu, Débora.

Muito bem. Passo a palavra à Cecília Menezes Farinasso, do Ministério da Saúde, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, já agradecendo também pela participação. Com a palavra, Cecília.

**A SRA. CECÍLIA MENEZES FARINASSO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Obrigada novamente pela oportunidade, Senador Flávio, doutores e também os pacientes que estão presentes.

Queria reforçar que, como o doutor falou, o sotatercepte estava incluído na pauta da reunião da Conitec deste mês, mas ele não pôde ser avaliado por falta de tempo. Acontece, às vezes, durante a reunião, de uma discussão se prolongar mais do que outra, então a apreciação inicial do sotatercepte ainda não ocorreu; vai ocorrer no próximo mês. O riociguate está previsto para passar ainda este ano.

Então, eu peço que os doutores, as associações médicas e as associações de pacientes fiquem de olho no *site* da Conitec para quando esses medicamentos forem pautados, porque vai ser aberta consulta pública para a apreciação desses temas e, provavelmente, do riociguate – que ainda vai ser avaliado – também vai ser aberta inscrição para a organização da sociedade civil integrar a comissão, assim como para um paciente ter a sua perspectiva lá no comitê durante a reunião.

Então, queria destacar e reforçar que o objetivo da ATS – dessa metodologia que a gente usa – não é excluir ou trazer negativas, e sim trazer maior eficiência, porque nós sabemos que dentro do sistema de saúde existe uma limitação orçamentária. Então, a tentativa de implicar as evidências científicas e as evidências econômicas é colocar para dentro do sistema as tecnologias que vão trazer maior eficiência para o sistema e contemplar maior número de pessoas, e trazer, assim... Sim, as doenças raras e as doenças negligenciadas também têm um papel especial ali, e, sim, a perspectiva dos médicos e dos pacientes é ouvida, então nós convidamos vocês a trazerem essas contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, o Ministério da Saúde se coloca à disposição. As perguntas que foram enviadas pelo *chat* ou enviadas pelo YouTube podem ser enviadas para o *e-mail* da assessoria parlamentar – que é asparlegislativo@saude.gov.br –, e vão ser respondidas e dadas as devidas providências.

Mais uma vez, obrigada e bom dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Desculpem-me sempre pela gravação que aparece. Não sou eu que aperto o botão algum aqui, sabe? É algo automático e acontece em todas as audiências públicas.

Obrigado, Cecília Menezes Farinasso, que é do Ministério da Saúde, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Agradeço também a participação da Carmen Cristina Moura dos Santos, que teve um problema também na comunicação. Ela não pôde completar a fala dela e a apresentação, mas o material também estará disponível no *site*, no portal da Comissão.

Agora vamos... Gostei muito da expressão da Débora Lima. Ela também usou a expressão, que todos nós temos que usar, que as soluções têm que vir desse esforço conjunto – quer dizer, são médicos, especialistas, Congresso, famílias, pacientes, ministério, Executivo, Judiciário –, porque todos nós fazemos parte do mesmo condomínio. Essa foi a expressão que ela utilizou e que eu achei muito interessante.

A solução sempre é fruto de um esforço coletivo e bem-intencionado, com humanidade, com solidariedade e com planejamento, mas o que as famílias e pacientes mais precisam é de uma linha de cuidado no decorrer da vida, que seja firme, que seja adequada, que leve em conta as necessidades. Se nós formos capazes de fazer isso, não há dúvidas de que muitas pessoas terão uma vida muito melhor e com mais qualidade no Brasil.

Agradeço novamente por terem participado desta audiência pública. Agradeço à Secretaria da Comissão e aos meios de comunicação do Senado. Convido, inclusive, a todos e a todas que acompanharam esta boa, excelente audiência pública para que também sugiram e participem. Podem escrever também, mandar ideias, sugestões e dúvidas, para que, em conjunto com todo o Brasil, a gente possa ter documentos sólidos, bons e importantes a favor do ser humano. Está bem?

Então, está bom. Agradeço novamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro, então, encerrada a presente audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Hamilton Mourão e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Esperidião Amin, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Carlos Portinho, Hermes Klann, Teresa Leitão, Beto Faro, Weverton e Damares Alves, e ainda das Senadoras Zenaide Maia e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 18ª, 19ª e 20ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2032, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, para garantir ligações gratuitas a partir de telefone móvel (celular) para os serviços de atendimento ao cidadão na administração pública." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 786, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações móveis e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 8 (oito) emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto e as Emendas n° 1-CCT a 8-CCT. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1022, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Integração São Manuel para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Manuel, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1037, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACIR - Associação Comunitária Itaipava de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 148, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Unidos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 491, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Belterra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belterra, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 602, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CSR - Central Sistema de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Formosa, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 608, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Arceburgo, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 192, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Santa Luzia Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Luziânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 411, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Beneficente Rosal da Liberdade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Redenção, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 760, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Lar Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poções, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 541, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 272, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eirunepé, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 131, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros para executar serviço de radiodifusão comunitária no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 585, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Social do Bairro Itinga - ACSI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araquari, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 57, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Semente da Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cascavel, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 125, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 142, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação José Fernandes de Melo para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 219, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 408, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Diário da Manhã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 458, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Campos Novos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo n° 501, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tingui Ltda., atualmente denominada Rádio Continental de Curitiba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Curitiba, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 23 - Projeto de Decreto**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Legislativo n° 563, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Panorama de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itapejara d'Oeste, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo n° 569, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Curitibana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araucária, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo n° 263, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Dois Vizinhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo n° 432, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Radiodifusão Assisense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 27 - Projeto de Decreto Legislativo n° 539, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vale Feliz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 28 - Projeto de Decreto Legislativo n° 605, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paranhana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 29 - Projeto de Decreto Legislativo n° 328, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SIR - Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ipuã, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 30 - Projeto de Decreto Legislativo n° 447, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sombrio, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 31 - Projeto de Decreto Legislativo n° 238, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Betel FM para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 32 - Projeto de Decreto Legislativo n° 447, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Nova Bandeirantes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 33 - Projeto de Decreto Legislativo n° 457, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nova Monte Verde - ADAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 34 - Projeto de Decreto Legislativo n° 477, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Agroana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poconé, Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 35 - Projeto de Decreto Legislativo n° 644, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Imagem de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 36 - Projeto de Decreto Legislativo n° 674, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Mundial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jundiaí, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 37 - Projeto de Decreto Legislativo n° 647, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Rede de Rádio e Televisão Estação Pará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 38 - Projeto de Decreto Legislativo n° 539, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 39 - Projeto de Decreto Legislativo n° 705, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal de Itatiba FM Ltda., atualmente denominada Rádio Terra FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itatiba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 40 - Projeto de Decreto Legislativo n° 176, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Taguaí para executar serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de radiodifusão comunitária no Município de Taguaí, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 41 - Projeto de Decreto Legislativo n° 543, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Rio Vermelho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagoa Grande, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 42 - Projeto de Decreto Legislativo n° 58, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural dos Sítios Bonita, Tamboril e São Félix para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assaré, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 43 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 44, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, para instruir o PL 4752/2025, que “institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018”." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 44 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 45, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que “institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018”." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Astronauta Marcos Pontes. **ITEM EXTRAPAUTA 45 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 46, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidados na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que “institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018”." **Autoria:** Senador Hermes Klann (PL/SC), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Astronauta Marcos Pontes. **ITEM EXTRAPAUTA 46 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 47, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que “institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018”." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Hamilton Mourão. **ITEM EXTRAPAUTA 47 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 48, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Astronauta Marcos Pontes. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendendo ao requerimento REQ 15/2025 - CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Finalidade:** Debater os avanços, os desafios regulatórios e o financiamento das vacinas nacionais estratégicas em estágios clínicos avançados de desenvolvimento, com especial ênfase na vacina contra a dengue, desenvolvida pelo Instituto Butantan, e na vacina SPINTEC contra a COVID-19, desenvolvida pelo CT-Vacinas da UFMG. **Participantes:** Thais Haline Vaz Sousa, Coordenadora-geral substituta da Coordenação-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do MCTI; Eder Gatti Fernandes, Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde; Ricardo Gazzinelli, Coordenador do Centro de Tecnologia de Vacinas da UFMG; Anderson Vezali Montai, Gerente-geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Anvisa; Adriana Battaglia, Gerente do Departamento de Saúde e Qualidade de Vida da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); Manoel Barral Netto, Membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Esper Georges Kallás, Diretor do Instituto Butantan. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Hamilton Mourão**
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/24

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de junho de 2026, Dia de São João, padroeiro da maçonaria, assim como também de outras entidades aqui no Brasil.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 18ª, 19ª e 20ª Reuniões desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será dividida em duas partes: a primeira será deliberativa e, na sequência, haverá a audiência pública interativa que será conduzida pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Passamos à primeira parte, destinada à deliberação de matérias na Comissão.

A pauta é composta por dois projetos de lei e 40 projetos de decreto legislativo, totalizando 42 itens. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em globo os itens terminativos que exigem votação nominal.

Ressalto que a reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. As inscrições para uso da palavra, para os Senadores que participam remotamente, podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta.

Comunico a V. Exas. que foi solicitada pela Senadora Daniella Ribeiro a retirada de pauta do item 1, Projeto de Lei nº 2.032 de 2020.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**1ª PARTE**

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI N° 2032, DE 2020**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, para garantir ligações gratuitas a partir de telefone móvel (celular) para os serviços de atendimento ao cidadão na administração pública.*

**Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO)

**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

*Em 23/06/2026, foi apresentada a Emenda n° 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira (dependendo de relatório).*)

Anuncio o item 2 da pauta.

**1ª PARTE**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 2**
**PROJETO DE LEI Nº 786, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações móveis e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias.*

**Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR)

**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com 7 (sete) emendas que apresenta.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

A relatoria é da Senadora Daniella Ribeiro. Designo o Senador Astronauta Marcos Pontes como Relator *ad hoc*.

V. Exa. tem a palavra.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, eu vou direto à análise.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Marcos Pontes.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCDD opinar sobre assuntos atinentes a tecnologia, comunicação, informática e outros assuntos correlatos. Com a aprovação do Ato do Presidente nº 22, de 28 de outubro de 2025, as competências da CCDD passaram a ser exercidas pela CCT, mantida decisão terminativa atribuída pelo despacho original. Eu me refiro à Comissão de Direito Digital. Assim, compete a este Colegiado deliberar a matéria em tela. Por se tratar de distribuição em caráter terminativo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, conforme o art. 22, inciso IV, da Constituição, e às atribuições do Congresso Nacional. O projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, não havendo objeções a respeito de sua constitucionalidade material.

Quanto à juridicidade em sentido estrito, o projeto atende aos pressupostos de novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento legal vigente.

De igual forma, a tramitação do projeto tem respeitado os ditames fixados no Regimento Interno do Senado Federal. E a técnica legislativa empregada é consoante os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consolidação das leis, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Quanto à análise do mérito da proposição, conforme salientado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o PL nº 786, de 2023, tem o louvável propósito de aprimorar o marco legal das telecomunicações para favorecer as políticas de conectividade das escolas públicas de educação básica. O projeto do Senador Flávio Arns busca, em essência, conferir maior eficácia aos dispositivos constantes da Lei Geral de Telecomunicações que autorizam a Anatel a estabelecer compromissos de investimento nas autorizações para prestação de serviços telecomunicações de interesse da coletividade e nas prorrogações das autorizações de uso de radiofrequências.

Os compromissos de investimento se transformaram num importante instrumento para impulsionar as políticas de conexão das escolas públicas, como bem demonstrou a licitação das faixas de frequência associadas à quinta geração de comunicações móveis (5G).

Nesse contexto, temos por oportuno apresentar algumas emendas com o objetivo de ampliar o alcance e a eficácia desse importante instrumento, que também deve ser utilizado em prol da redução da desigualdade social, no atendimento de áreas de interesse público como saúde e assistência social, além de dotar as escolas públicas brasileiras com acesso à internet em banda larga.

Inicialmente, registramos que os compromissos de investimento não devem ficar restritos aos serviços de telefonia móvel, razão pela qual propomos alterar a redação da ementa e do art. 1º do projeto, para abranger todos os serviços de telecomunicações de interesse coletivo. Caberá à Anatel, com base nas políticas públicas de telecomunicações, decidir sobre a conveniência e oportunidade de adoção desse importante instrumento, em cada procedimento de autorização.

As redações do art. 135 e do §6º do art. 144-B da Lei Geral de Telecomunicações também devem se adequar à finalidade da iniciativa. Os compromissos de investimento não devem ser adotados apenas em caráter excepcional. Além disso, nos casos de adaptação do instrumento de concessão da telefonia fixa, cujo processo de negociação inicie-se após a publicação desta lei, deve ser considerada a necessidade de prover serviço de conexão à internet em banda larga para todas as escolas públicas de educação básica localizadas na área de prestação do serviço que representa.

Outro aprimoramento importante diz respeito ao art. 164 da Lei Geral de Telecomunicações, que dispõe sobre as licitações para autorização de uso de radiofrequência. Esse dispositivo deve admitir a inclusão de cláusulas pertinentes à adoção dos compromissos de investimento para evitar que as licitações de radiofrequência possuam apenas viés arrecadatório, em prejuízo das políticas públicas de inclusão digital.

Registramos, por fim, ser necessário suprimir o art. 5º do PL 786, de 2013, que pretende estender o benefício tributário previsto na Lei do Fust para empresas que cumprirem os compromissos de investimento assumidos.

A medida proposta busca oferecer às empresas uma contrapartida por utilizarem recursos próprios na consecução dos objetivos das políticas públicas de telecomunicações. Cabe salientar, porém, que os compromissos de investimento pressupõem a utilização de recursos próprios da empresa, uma vez que eles são estabelecidos alternativamente ao pagamento total

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou parcial do preço da autorização para prestação de serviços de telecomunicações. Vale dizer, a redução do preço pago pela autorização já representaria uma contrapartida para a empresa, não se justificando a concessão do benefício tributário.

Além disso, a medida pode impactar negativamente na arrecadação do Fust.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 786, de 2023, com as seguintes emendas:

Primeira emenda:

EMENDA Nº - CCT

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 786, de 2023, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de autorizações e prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias."

Segunda emenda:

EMENDA Nº - CCT

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 786, de 2023:

"Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de autorizações e prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias."

Terceira emenda:

EMENDA Nº - CCT

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 786, de 2023:

"Art. 2º O art. 135 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 135. A Agência poderá, em face de relevantes razões de caráter coletivo e conforme diretrizes do Poder Executivo, condicionar a expedição de autorização para prestação de serviço de telecomunicações à aceitação, pelo interessado, de compromissos de interesse da coletividade.

Parágrafo único. Os compromissos a que se refere o *caput* serão objeto de regulamentação, pela Agência, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, igualdade e liberdade econômica.' (NR)"

Quarta emenda:

EMENDA Nº - CCT

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 786, de 2023:

"Art. 3º O art. 144-B da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa vigorar acrescido do seguinte § 6º:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

‘Art. 144-B.....

.....

§ 6º Sem prejuízo do disposto no § 3º deste artigo, os compromissos de investimento associados à adaptação do instrumento de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado considerarão a necessidade de manutenção ou ampliação da obrigação de prestação, de forma gratuita, do serviço de conexão à internet, em banda larga, a todas as escolas públicas de educação básica localizadas na área de prestação do serviço da requerente, conforme condições e critérios estabelecidos pela Agência, com exceção daquelas já atendidas por força de outros compromissos de investimento.’ (NR)”

Quinta Emenda:

EMENDA Nº -CCT

Insira-se, no Projeto de Lei nº 786, de 2023, o seguinte art. 4º, renumerando-se os subsequentes:

“Art. 4º O art. 164 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 164.....

.....

III – na autorização de uso de radiofrequência, poderão ser estabelecidos compromissos de investimento, conforme diretrizes do Poder Executivo, alternativamente ao pagamento de todo ou de parte do valor previsto no inciso I, nos termos de regulamento.

Parágrafo único. Os compromissos de investimento considerarão as necessidades de expansão e melhoria de infraestrutura e de cobertura dos serviços de telecomunicações, a redução de desigualdades sociais e regionais, pontos de interesse público, como de saúde e assistência social, bem como dotar as escolas públicas brasileiras com acesso à internet em banda larga em velocidades adequadas.’” (NR)

Sexta Emenda:

EMENDA Nº -CCT

Dê-se a seguinte redação ao art. 4º do Projeto de Lei nº 786, de 2023:

“Art. 4º O art. 167 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

‘Art. 167.....

.....

§4º Os compromissos de investimento considerarão as diretrizes do Poder Executivo para necessidades de expansão e melhoria de infraestrutura e cobertura dos serviços de telecomunicações, a redução de desigualdades sociais e regionais, pontos de interesse público como de saúde e assistência social, bem como dotar escolas públicas brasileiras com acesso à internet em banda larga em velocidades adequadas.’” (NR)

Sétima Emenda:

EMENDA Nº -CCT

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei nº 786, de 2023.

Oitava Emenda:

EMENDA Nº -CCT

Insira-se o seguinte art. 6º ao Projeto de Lei nº 786, de 2023, renumerando-se os demais:

"Art. 6º O disposto no art. 3º desta Lei somente será aplicado aos compromissos de investimento associados à adaptação do instrumento de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado cujo processo de negociação inicie-se após a publicação desta Lei."

Esse é o relatório, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O projeto será votado em globo junto dos demais itens terminativos após a abertura do painel eletrônico.

Passemos agora à análise dos projetos de decreto legislativo relacionados a serviços de radiodifusão, itens 3 a 42 da pauta.

**1ª PARTE**
**ITEM 3**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1022, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Integração São Manuel para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Manuel, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 4**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1037, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACIR - Associação Comunitária Itaipava de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 5**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 148, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Unidos para Sempre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Beto Faro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 6**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 491, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Belterra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belterra, Estado do Pará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Beto Faro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 7**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 602, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CSR - Central Sistema de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Formosa, Estado de Goiás.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**1ª PARTE**
**ITEM 8**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 608, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Arceburgo, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 9**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 192, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Santa Luzia Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Luziânia, Estado de Goiás.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 10**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 411, DE 2021**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Beneficente Rosal da Liberdade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Redenção, Estado do Ceará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 11**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 760, DE 2021**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Lar Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poções, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 12**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 541, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 13**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 272, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eirunepé, Estado do Amazonas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Dr. Hiran

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 14**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 131, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Dr. Hiran
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 15**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 585, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Social do Bairro Itinga - ACSI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araquari, Estado de Santa Catarina.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Dr. Hiran
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 16**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 57, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Semente da Paz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cascavel, Estado do Ceará.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 17**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 125, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 18**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 142, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação José Fernandes de Melo para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 19**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 219, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Efraim Filho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 20**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 408, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Diário da Manhã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Esperidião Amin
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**1ª PARTE**
**ITEM 21**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 458, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Campos Novos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Esperidião Amin
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 22**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 501, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tingui Ltda., atualmente denominada Rádio Continental de Curitiba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Curitiba, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 23**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 563, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Panorama de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itapejara d'Oeste, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**1ª PARTE**
**ITEM 24**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 569, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Curitibana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araucária, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 25**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 263, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Dois Vizinhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Flávio Arns
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 26**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 432, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Radiodifusão Assisense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 27**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 539, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vale Feliz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 28**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 605, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paranhana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 29**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 328, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SIR - Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ipuã, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 30**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 447, DE 2021**
**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sombrio, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 31**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 238, DE 2022**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Betel FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 32**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 447, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Nova Bandeirantes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Izalci Lucas

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 33**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 457, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nova Monte Verde - ADAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 34**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 477, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Agroana FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poconé, Estado do Mato Grosso.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Izalci Lucas
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 35**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 644, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Imagem de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Paulo Paim
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 36**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 674, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Mundial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jundiaí, Estado de São Paulo.*
**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Paulo Paim
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**1ª PARTE**
**ITEM 37**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 647, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão à Rede de Rádio e Televisão Estação Pará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 38**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 539, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 39**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 705, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal de Itatiba FM Ltda., atualmente denominada Rádio Terra FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itatiba, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 40**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 176, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Taguaí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taguaí, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senador Sérgio Petecão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 41**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 543, DE 2023**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Rio Vermelho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagoa Grande, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**1ª PARTE**
**ITEM 42**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 58, DE 2024**
**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural dos Sítios Bonita, Tamboril e São Félix para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assaré, Estado do Ceará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados
**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão
**Relatório:** Pela aprovação do projeto.
**Observações:** *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Considerando que a publicação da pauta foi realizada com antecedência superior ao prazo determinado pelo Regimento Interno desta Casa, consulto V. Exas., em especial os Relatores, se, por uma questão de economia processual e racionalização dos trabalhos, podemos realizar a dispensa da leitura dos mesmos, dos projetos de decreto legislativo, passando diretamente à discussão e à deliberação dos itens em globo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo objeção, esta Presidência dá como lidos os relatórios apresentados aos itens 3 a 42 e coloca os mesmos em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação, em globo, o Projeto de Lei nº 786, de 2023, relatório da Senadora Daniella Ribeiro, Relator *ad hoc* Senador Marcos Pontes, que é o item 2 da pauta, juntamente dos projetos de decreto legislativo relacionados ao serviço de radiodifusão, itens 3 a 42 da pauta.

A votação será nominal.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Enquanto aguardamos o processamento da votação nominal, comunico que temos sobre a mesa os seguintes pedidos de inclusão de requerimentos extrapauta: Requerimento nº 44, de 2026, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes; nº 45, também de 2026, desta Comissão, de autoria do Senador Rogério Carvalho; nº 46, de 2026, desta Comissão, de autoria do Senador Hermes Klann; nº 47, de 2026, desta Comissão, de autoria do Senador Esperidião Amin; e nº 48, de 2026, desta Comissão, de autoria do Senador Rogério Carvalho. Todos são requerimentos de aditamento de convidados a audiências públicas.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos efetuar a inclusão extrapauta das matérias. (*Pausa.*)

Com a aquiescência do Plenário, estão incluídos como itens extrapauta os Requerimentos nºs 44 a 48, de 2026.

Requerimento nº 44, autoria do Senador Marcos Pontes.

Concedo a palavra ao Senador para a leitura do seu requerimento.

**1ª PARTE**
**EXTRAPAUTA**
**ITEM 43**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 44, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, para instruir o PL 4752/2025, que "institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018".*

**Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Nesse requerimento eu requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado, que seja incluído, na audiência pública objeto do Requerimento 18, de 2026, desta Comissão, para instruir o PL que institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, o seguinte convidado: o Sr. Luiz Henrique Barbosa, Presidente Executivo da TelComp (Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas).

Este é o requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O Requerimento nº 45, desta Comissão, de autoria do Senador Rogério Carvalho, está sendo subscrito pelo Senador Marcos Pontes, a quem concedo a palavra para a leitura do requerimento.

**1ª PARTE**
**EXTRAPAUTA**
**ITEM 44**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 45, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que "institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018".*

**Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nesse requerimento, na mesma audiência pública, nós solicitamos que seja incluído o seguinte convidado: o Sr. Luiz Henrique Barbosa, Presidente Executivo da TelComp. Na verdade, este é o mesmo. É o mesmo convidado, portanto ele está convidado duas vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – "Biconvidado".

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O Requerimento nº 46, da Comissão de Ciência e Tecnologia, do Senador Hermes Klann, é também subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, a quem peço que faça a leitura do requerimento.

**1ª PARTE**
**EXTRAPAUTA**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 45**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 46, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de convidados na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que "institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018".*

**Autoria:** Senador Hermes Klann (PL/SC)

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Requeiro que sejam incluídos na mesma audiência pública também a Sra. Marta Helena Schuh, Diretora de Seguros Cibernéticos da Howden Brasil; o Sr. Patrick Aron Rinski, *Managing Director and Leader* da Unit 42 para a América Latina e Caribe também.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 47 desta Comissão.

**1ª PARTE**
**EXTRAPAUTA**
**ITEM 46**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 47, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que "institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018".*

**Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Autoria do Senador Esperidião Amin, subscrito por este Presidente.

O requerimento também é para incluir na audiência sobre o marco legal da cibersegurança e que cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital, a Sra. Patricia Peck, do Instituto Peck de Cidadania Digital e do Instituto Empoderar. A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 48 também desta Comissão, de autoria do Senador Rogério Carvalho, subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, a quem concedo a palavra para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**1ª PARTE**
**EXTRAPAUTA**
**ITEM 47**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 48, DE 2026**
**- Não terminativo -**

*Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial".*

**Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Essa é outra audiência pública, objeto do Requerimento nº 6, de 2026, com o objetivo de instruir o PL 3.018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação de *data centers* e inteligência artificial, para que seja incluído o seguinte convidado: representante da Associação NEO, que é uma entidade sem fins lucrativos, com mais de 150 prestadoras associadas de pequeno porte de serviços de telecomunicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Cumprimento a brilhante Senadora Damares Alves, por sua presença aqui nesta Comissão neste dia, dando um pouco de graça e beleza aos nossos trabalhos.

Obrigado, Damares. (*Pausa.*)

Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço à Mesa que publique o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Votaram SIM 8 Senadores; NÃO, nenhum.

Zero abstenção.

Estão aprovados os projetos, nos termos de seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Está concluída a parte deliberativa da reunião.

Convido o Senador Astronauta Marcos Pontes para ocupar a Presidência para a condução dos trabalhos da segunda parte da reunião: audiência pública, objeto do Requerimento nº 15, de 2025, desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Pontes, a mesa é de V. Exa. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fazendo soar a campainha*.) – Bom dia, bom dia a todos.

Antes de mais nada, eu queria agradecer a presença de cada um aqui presencialmente, assim como de nossos convidados que estão remotamente acompanhando, assim como das pessoas que acompanham através da TV Senado.

A presente reunião é destinada à realização de audiência pública com o objetivo de debater os avanços, os desafios regulatórios e o financiamento das vacinas nacionais estratégicas em estágios clínicos avançados de desenvolvimento, com especial ênfase na vacina contra a dengue, desenvolvida pelo Instituto Butantan, e na vacina SpiN-TEC contra a covid-19, desenvolvida pelo CT-Vacinas, de Minas Gerais, da Universidade Federal de Minas Gerais, em atenção ao Requerimento desta Comissão nº 15, de 2025, da minha autoria.

Participarão presencialmente – e convido-os a tomar o seu lugar aqui na mesa – os seguintes convidados: Sr. Eder Gatti Fernandes, Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde; Sr. Ricardo Gazzinelli, Coordenador do Centro de Tecnologia de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais (CT-Vacinas UFMG); Sr. Anderson Vezali Montai, Gerente e Coordenador de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Anvisa.

**O SR. RICARDO GAZZINELLI** – Senador, tudo bem?

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado por ter vindo.

**O SR. RICARDO GAZZINELLI** – Eu que agradeço aí o apoio continuado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Participarão por meio de videoconferência os seguintes convidados: a Sra. Thais Haline Vaz Sousa, Coordenadora-Geral substituta da Coordenação-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Sr. Esper Georges Kallás, Diretor do Instituto Butantan; a Sra. Adriana Battaglia, Gerente do Departamento de Saúde e Qualidade de Vida da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); o Sr. Manoel Barral Netto, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados pelo Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania – novamente: senado.leg.br/ecidadania –, ou pelo telefone 0800 0612211 – novamente: 0800 0612211.

Eu ressalto, enfatizo a importância da participação do público na audiência pública. Então, todas as mensagens, os comentários e as perguntas serão trazidos aqui aos nossos apresentadores, de forma que eles possam comentar e responder essas perguntas. Eu vou pedir à Mesa para, assim que tiver isso aí, já distribuir para os convidados também e mandar também para os que estão no remoto.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Antes de o senhor continuar, eu vim mais para cumprimentar os nossos convidados, é uma honra recebê-los aqui. Este é um requerimento de 31 de março, quando a gente estava realmente muito com foco na ênfase ao que vocês estão fazendo, a gente teve um incidente de lá para cá, mas esta Comissão quer mesmo, senhores, ajudar. Nós acreditamos nos nossos cientistas do Brasil – nós acreditamos. Então, sejam bem-vindos, é uma honra recebê-los aqui.

Estou fazendo esta minha fala agora, porque eu tenho que abrir a outra Comissão e eu fiquei com medo de não dar tempo de eu terminar lá e ainda pegá-los aqui. Então, quis fazer esta minha fala inicial tanto aos senhores como às pessoas que estão *online*.

Sejam bem-vindos. Esta é a Casa de vocês, é a Comissão em que a gente pode se encontrar, a gente pode debater, a gente pode ajudá-los, a gente pode fazer encaminhamentos. Então, é uma honra recebê-los no Senado nesta manhã. Tenham uma boa audiência, com o Senador Marcos Pontes sempre aí, com as mais extraordinárias ideias.

Deixem-me falar: esse time aqui é muito bom, esse aí, este aqui, esse time aqui é muito bom. No frio, no recesso, a gente está aqui, porque a gente acredita nesta nação.

Sejam todos bem-vindos.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Senadora Damares Alves, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Aliás, falar de vacina tem muito a ver também com direitos humanos. Obrigado pela participação. Contamos com a sua ajuda aqui depois também. Obrigado.

Senador Mourão, deseja utilizar a palavra agora no começo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Só depois.

Relembro que o relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Para combinar aqui como é que vai funcionar, cada expositor terá o tempo de dez minutos para sua apresentação. Para quem está aqui presencial, é fácil ver com o relógio na parede ali, o cronômetro. E, quando estiver faltando um minuto, vai tocar uma campainha automaticamente – não sou eu que toco –, vai tocar...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... uma campainha desse tipo. Há também uma voz feminina aí, bastante insistente (*Risos.*), que vai indicar o minuto final. Para quem está *online*, não vai ter, obviamente, o relógio aí na parede, mas, então, eu peço que controle o tempo nos dez minutos, e eu acredito que a voz vai aparecer aí no áudio, faltando um minuto.

Para melhor encaminhamento dos trabalhos, nós vamos fazer da seguinte maneira: eu vou passar a palavra, alternadamente, entre os convidados presenciais e remotos, para não ficarem, principalmente o pessoal no remoto, esperando por lá. Então, eu vou passar alternadamente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palavra aqui. No fim da exposição de todos, eu vou retornar a palavra aos convidados, para que nós tenhamos as considerações finais e resposta a algumas das perguntas.

Eu já pedi para passar as perguntas antes, justamente para, se durante a sua apresentação já tiver alguma coisa que se relacione com as perguntas e comentários, por favor, levarem isso em conta.

Eu vou aproveitar este momento e ler as perguntas que nós já recebemos aqui do e-Cidadania, assim como os comentários, e eu já aproveito para agradecer também a participação desses cidadãos que estão participando.

Danielle, do Distrito Federal: "Como aproximar a população da ciência e aumentar a confiança nas vacinas desenvolvidas por pesquisadores brasileiros?".

Cláudia, do Rio de Janeiro: "Como conseguir punir [...] negacionistas que põem em risco a população por não tomarem vacinas contra doenças contagiosas e letais?".

André, do Paraná: "Quais os desafios regulatórios e de financiamento para vacinas no Brasil e incentivos [...] tributários à indústria nacional?".

Patrícia, do Rio Grande do Sul: "Como garantir financiamento e aprovação de vacinas brasileiras avançadas, como dengue e covid-19, para acelerar sua oferta à população?".

Renata, do Distrito Federal: "Quais estratégias ampliam a confiança pública em vacinas nacionais?".

Bárbara, do Mato Grosso: "Qual é o papel dos órgãos reguladores na aprovação de [...] vacinas brasileiras?".

Gentil, de São Paulo: "[...] Como as instituições de ensino básico podem ajudar a diminuir a proliferação de negacionismos sobre vacinas no Brasil?".

Comentários.

Renata, do Distrito Federal: "O combate à desinformação depende também da atuação responsável das plataformas digitais, como o Instagram".

Edézio, do Espírito Santo: "O Brasil é uma nação que sempre foi referência em campanhas de vacinação. Todo o meu apoio e incentivo às pesquisas em favor de todos".

Joseane, de Santa Catarina: "Devemos manter a opção individualizada de querer ou não, sem obrigatoriedade, e sendo transparente em todas as situações adversas da população".

E Danielle, do Distrito Federal: "Valorizar a ciência brasileira é investir em um futuro mais seguro, com maior capacidade de resposta a epidemias e emergências sanitárias".

Vou deixar isso aqui, como minha colinha aqui.

Pessoal, antes de mais nada, eu quero novamente reiterar aqui o meu agradecimento a todos os convidados, aqui e remotos, aqueles que também participam desta audiência presencialmente e aqueles que acompanham remotamente.

Esse assunto é um assunto extremamente importante para o Brasil. Nós tivemos uma pandemia que eu acho que abriu o olho de todo mundo com relação à necessidade de desenvolvimento de ciência e tecnologia própria no Brasil. Eu era Ministro de Ciência e Tecnologia naquele momento – está aqui o Prof. Dr. Marcelo Morales conosco também, que era o nosso Secretário de Pesquisa na época, no ministério – e, naquele momento, nós montamos uma... Aliás, um mês antes do início da pandemia, enquanto ainda estavam os rumores a respeito de alguma coisa acontecendo em Wuhan, nós montamos um grupo de cientistas, pesquisadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e especialistas em viroses emergentes, que foi chamado de RedeVírus, que ainda continua ativo, e é importante que continue, e foi justamente esse conselho de especialistas que nos deu as diretrizes do que fazer em termos de tratamento pela ciência e tecnologia para enfrentamento da crise que talvez viesse ao Brasil. Nisso aí, foi iniciada a RedeVírus, no dia 10 de fevereiro de 2020, e parece que foi ontem – a pandemia começou no dia 11 de março. Então, um mês depois.

E foi importante, porque esse grupo de pesquisadores foi dividido em subgrupos que incluíam, inclusive, a análise de águas residuárias – eu me lembro bem dessa parte – para análise de vírus dentro de uma comunidade, nas águas residuárias. O esgoto, vamos dizer assim, ali acaba tendo uma indicação de como aquela comunidade está, em termos de contágio.

Houve um grupo sobre aves, sobre animais migratórios, inclusive, a passagem do problema de animais para seres humanos, seres humanos para animais.

Houve um grupo analisando remédios de reposição, e eu confesso que, na época, sendo engenheiro aeronáutico, eu não sabia, não fazia nem ideia do que era remédio de reposição; aí foi me explicado ali o que era.

Eu acredito que muita gente não saiba, quando você fala em remédio de reposição, que era justamente a análise de diversos medicamentos existentes, para ver se eles tinham alguma efetividade no tratamento dessas viroses.

Então, foram feitos lá por cientistas, mais de 2 mil medicamentos feitos por cientistas renomados no país. Foi feita uma análise toda, e chegou-se, então, a alguns remédios, e, desses aí, num deles foi feito, inclusive, todos os testes, e um *paper* que foi publicado internacionalmente depois por um grupo de pesquisadores coordenados pela Dra. Patrícia, extremamente importante.

Depois, esse mesmo *paper*, que foi publicado internacionalmente com os resultados dessas análises clínicas, dessas pesquisas clínicas, foi reproduzido na Europa, fizeram os mesmos testes lá.

Isso aí foi feito com a nitazoxanida, foi feito aqui no Brasil. Na Europa, eles usam um nome diferente, de NT-300. Chegaram, obviamente, aos mesmos resultados.

Para isso que serve a ciência: a gente faz as coisas com metodologia científica, para que seja reprodutivo.

Depois foi feito nos Estados Unidos, foi feito na Argentina... Ou seja: foi comprovada a eficácia daquele medicamento na redução da carga viral.

Foi muito importante colocar. Eu estou falando isso para mostrar que foram pesquisadores brasileiros que fizeram isso primeiro, para a gente ter essa noção da importância da nossa ciência e de por que é importante investir estrategicamente em ciência, tecnologia, educação, etc. Há sempre a briga constante que a gente tem para manter o orçamento ou para aumentar, se possível, o orçamento de ciência e tecnologia como item prioritário e estratégico para o país.

Também há outras equipes trabalhando com a infraestrutura, criação de laboratórios... Foram mais de 18 laboratórios de nível de biossegurança 3 criados, uma série de laboratórios para testes, a distribuição de cepas do vírus pelo Brasil todo... Ou seja: foi montado todo um sistema para combate ali, além, depois, da determinação da criação do laboratório de nível de biossegurança 4 lá no CNPEM, em Campinas, do lado do acelerador de partículas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro que, na época, quando eu falei dessa criação que se fazia ali, custava 2 bilhões, e o pessoal: "Pô, você vai gastar 2 bilhões?". "Sim. Quanto vale a vida humana? A gente precisa ter isso aí no Brasil". E é o único laboratório de nível de biossegurança 4 da América Latina e o único do planeta associado, conectado a um acelerador de partículas.

O Ministério de Ciência e Tecnologia tem continuado o projeto, que é uma coisa muito importante, é o Projeto Orion ali. Então, parabéns ao ministério por dar valor às coisas que são estratégicas ao país.

Eu vi lá já a parte da construção dele, que vai ser extremamente importante.

Além disso, nós tínhamos o desenvolvimento de vacinas. Falei tudo isso para chegar à parte do desenvolvimento de vacinas.

Então, nós tínhamos lá, se eu não me engano, 17 iniciativas pelos INCTs no Brasil, para o desenvolvimento de vacina e, nessas 17, nós investimos... E olha, eu vou falar para vocês, o valor investido é ridiculamente pequeno, se for comparado com o retorno de investimento social que esse investimento traz ao país. Comparado com as vacinas internacionais – a gente comparava o custo –, era uma coisa assim: o nosso aqui a gente conseguia desenvolver muito mais por muito menos, graças ao conhecimento dos nossos cientistas. O problema que nós tínhamos era transformar o conhecimento do laboratório para o produto final, e aí entra aqui o Prof. Gazzinelli, lá com o Centro de Vacinas, em Minas Gerais, entra o Butantan, extremamente importante, entra a Fiocruz, para realmente o desenvolvimento de vacinas.

Eu fui surpreendido, eu não sabia que o Brasil... Eu achava que o Brasil desenvolvia um monte de vacinas antes; não, Ministro, a gente nunca desenvolveu nenhuma, a gente produz vacinas com tecnologia de fora. Então, desenvolver vacina no Brasil é extremamente importante. Não pode ficar na mão de outros países num momento crítico como pandemia.

E, só para fechar, o Brasil tem mania de não fazer gerenciamento de risco e prevenção. Isso a gente vê em desastres naturais, por exemplo, em prevenção de violência nas escolas e em prevenção de pandemias. A gente precisa ter o país preparado para isso. Então, não é função; é obrigação desta Casa e do Executivo também preparar o país para enfrentar a próxima pandemia. Eu não sei de que vai ser nem quando vai ser, mas eu sei que vai ter. Então, a gente precisa estar preparado.

Gente, dito tudo isso... Desculpem-me por falar bastante, mas o assunto é importante. Eu acho importante ressaltar a importância de se ter orçamento.

O orçamento é carimbado, vamos dizer, aqui por esta Casa também. Então, a gente precisa ter os Senadores trabalhando para aumentar ou para, no mínimo, manter o orçamento de ciência e tecnologia ao nível adequado para o desenvolvimento do país.

Então, eu gostaria de passar a palavra aqui, inicialmente, começando no presencial, depois vai para lá, como combinado. Vou passar aqui ao Sr. Eder Gatti Fernandes, Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde – aliás, inicialmente, parabéns pelo trabalho de vocês lá.

**O SR. EDER GATTI FERNANDES** (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

Primeiramente, em nome do Ministro de Estado da Saúde, Dr. Alexandre Padilha, nosso Ministro da Saúde, gostaria de cumprimentar o Senador Astronauta Marcos Pontes, parabenizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela iniciativa e agradecer pelo acolhimento aqui nesta Casa; gostaria de saudar também o Senador Hamilton Mourão e agradecer também, publicamente, pelas falas da Senadora Damares de apoio à ciência, à audiência e aos membros que estão aqui presentes, saudar meus colegas de bancada e os colegas que estão *online*.

Eu acho que o Senador Marcos Pontes traz um ponto muito importante para a discussão, porque o Brasil é um país muito desafiador: nós temos um país de dimensões continentais, é um país que tem uma população que ultrapassa a marca de 200 milhões de pessoas, e nós, ao longo da nossa história, aceitamos o desafio de ter o Sistema Único de Saúde, público e universal, e nós, antes mesmo desse Sistema Único de Saúde, nos comprometemos com a criação de um Programa Nacional de Imunizações, em que daríamos acesso a toda a população a vacinas, no sentido de prevenir doenças imunopreveníveis, e é necessário dar garantias para esse programa, para que ele possa funcionar. Nós precisamos ter segurança de abastecimento de vacinas, para garantir a proteção da nossa população.

Então, ao longo da história do Programa Nacional de Imunizações, nós também tivemos a consolidação de laboratórios públicos nacionais que contribuem com a produção e com o abastecimento do programa. Conforme já foi dito até pelo Senador, nós temos o Instituto Butantan, que é um laboratório público paulista, um grande parceiro do Programa Nacional de Imunizações, um grande parceiro do Ministério da Saúde e que hoje é responsável por abastecer o programa com boa parte das vacinas de que nós necessitamos.

Eu gostaria também de destacar o papel de Biomanguinhos, laboratório público também extremamente importante.

Esses dois laboratórios, considerando a relevância que eles têm para o país, detêm tecnologias que garantem o abastecimento do programa e também a produção de ponta a ponta de algumas vacinas. Por exemplo, o Programa Nacional de Imunizações compra, todos os anos, cerca de 80 milhões de doses de vacina contra a gripe, vacina contra a influenza, toda ela produzida no Instituto Butantan, produzida de ponta a ponta, com matéria-prima brasileira, usando mão de obra e infraestrutura industrial brasileiras, garantindo o abastecimento anual do programa.

Biomanguinhos produz uma vacina muito importante para o país, a tríplice viral, que garante a proteção contra sarampo, caxumba e rubéola – também a produz de ponta a ponta –, lembrando que hoje nós vivemos um risco de reintrodução do sarampo, dado o cenário internacional, e Biomanguinhos tem uma relevância enorme para o país.

E Biomanguinhos é o maior produtor mundial da vacina contra a febre amarela. Nós somos o maior fornecedor para o mundo de vacina contra essa doença. Eles dão conta de abastecer o país e ainda exportar e levar esse imunobiológico para outros países.

Os laboratórios públicos, eu acho que, durante a pandemia – e aí o Senador traz um exemplo muito importante... Os laboratórios públicos foram extremamente relevantes durante a pandemia.

Nós precisamos aprender com o que nós vivemos e estar mais bem preparados para uma próxima pandemia, visto que, Senador, os estudos, as modelagens matemáticas indicam que o risco é extremamente alto em 10 anos e, em 30 anos, o risco chega a quase 70% de nós termos uma próxima pandemia com algum vírus respiratório. Então, nós precisamos estar preparados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante a pandemia da covid-19, o Instituto Butantan trouxe uma vacina, uma tecnologia externa, com a participação deles no desenvolvimento durante as fases clínicas. A mesma coisa fez Biomanguinhos, com a vacina AstraZeneca, desenvolvida na Inglaterra. Então, isso foi importante para garantir o início da vacinação no nosso país e, consequentemente, dar acesso à nossa população num momento em que a pandemia encontrava-se em situação muito crítica, chegando a quase mil mortes por dia, por volta de abril de 2021, momento em que a gente já estava com a vacinação acontecendo no país.

Então, nós precisamos, sim, valorizar a produção nacional, precisamos, sim, valorizar os nossos laboratórios públicos e também estabelecer parcerias com o setor privado, para trazer tecnologias para o país e garantir a modernização da nossa produção e também do nosso Calendário Nacional de Vacinação, além de financiar a infraestrutura do nosso parque industrial em vacinas e também financiar estudos de desenvolvimento de vacinas.

Eu queria dividir com os presentes alguns dados recentes.

Então, durante o PAC, agora – o novo PAC lançado já no Governo do Presidente Lula –, foram destinados R$6,3 bilhões para financiar o Complexo Econômico-Industrial da Saúde em vacinas: só para a Biomanguinhos, já foram disponibilizados R$2 bilhões; para o Instituto Butantan, recentemente, foi destinado um quantitativo de R$1,4 bilhão. E todos esses recursos são recursos para a construção de plantas fabris, para fazer a produção aqui no país, a produção de vacinas como vacina HPV, vacina DTP, enfim, outras vacinas necessárias para o nosso Programa Nacional de Imunizações. O próprio CT-Vacinas tem um planejamento de evolução, evolução para o CN-Vacinas, inclusive com recursos federais que foram destinados para o CT-Vacinas, na ordem de R$80 milhões, e um projeto de P&D que chega à ordem de R$161 milhões.

E, em 2024, foi lançada uma portaria, um edital, tanto para financiar e estimular PDPs, projetos de desenvolvimento produtivo no país. Então, foi feito um grande edital, entre o ano de 2023 e 2024, e nós tivemos quatro projetos aprovados de vacinas. Então, nós temos, por exemplo, a vacina do Vírus Sincicial Respiratório, que já está na rede pública e é uma parceria entre o laboratório privado Pfizer e o laboratório público Butantan. Nós já estamos vacinando nossas gestantes e já estamos observando impacto na redução da ocorrência de bronquiolite no nosso país, diminuindo a hospitalização de bebês e, consequentemente, diminuindo a morte nessa faixa etária, que, enfim, é a faixa etária com maior risco da doença.

Temos também a iniciativa de trazer a vacina de raiva, através da Tecpar, uma parceria com o laboratório chinês Sinovac, e também a Tecpar, juntamente com a Sinovac e a Eurofarma, trazer a produção para o país da vacina contra a varicela. Sem contar iniciativas que nós temos de trazer a tecnologia de RNA mensageiro para a produção nacional, visando a preparação para futuras pandemias. Então, a parceria entre o Instituto Butantan e o laboratório Moderna, sem contar iniciativas com a própria CT-Vacinas e também Biomanguinhos de trazer tecnologia de RNA mensageiro para o nosso país.

E aí o mais importante, e o Senador destacou muito bem, é o desenvolvimento de tecnologia nacional, porque fazemos muitas parcerias trazendo tecnologia de fora, mas nós precisamos também estimular o desenvolvimento de tecnologia no nosso país. Então, nesse edital de PDPs, nós tivemos também os projetos de desenvolvimento e inovação, as PDIUs, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós tivemos oito projetos de vacinas que foram aprovados para o desenvolvimento de vacinas nacionais.

Eu queria aqui destacar a vacina que o Butantan está desenvolvendo, uma vacina contra a influenza adjuvantada, contra a influenza aviária, pensando em dar segurança para o nosso país no caso de uma pandemia de influenza aviária. Sem contar que temos outros projetos sendo financiados, como, por exemplo, estudos adicionais da vacina contra a dengue do Instituto Butantan, e também temos vacinas contra Chagas, vacinas contra malária...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDER GATTI FERNANDES** – ..., enfim, vacinas que são muito adequadas para o cenário epidemiológico que nós temos no nosso país.

Então, o que nós temos é o compromisso do Governo do Brasil e do Ministério da Saúde de fomentar, financiar a produção nacional e também o desenvolvimento de tecnologia nacional, visando dar segurança para o Programa Nacional de Imunizações.

Vejam, o Brasil, ao longo de sua história, conseguiu consolidar estruturas e instituições muito sólidas. Aqui eu falei muito dos laboratórios nacionais que têm esse papel de produção e desenvolvimento de vacinas, mas eu gostaria de destacar também o papel da Anvisa.

A Anvisa é muito importante porque ela não só acompanha esse processo de desenvolvimento de imunobiológicos, mas também trabalha no processo de regulação dos produtos que serão utilizados no nosso país, garantindo que produtos que são utilizados no nosso país obedecem critérios e foram devidamente estudados, no sentido de garantir eficácia e também segurança. Então, são critérios básicos para nós termos produtos licenciados no nosso país.

O Ministério da Saúde também traz produtos para o nosso Programa Nacional de Imunizações, pensando também não só na segurança e eficácia, mas também na segurança de abastecimento e de financiamento dessas políticas públicas que envolvem essas tecnologias. Então, eu aqui gostaria de destacar a parceria que o ministério tem com todas essas instituições no sentido de fazer com que o Programa Nacional de Imunizações seja mais forte e mais seguro.

Outra coisa que eu gostaria de destacar, Senador, é que, nesse processo todo, uma tecnologia, quando vem para o programa de imunização, a gente não pode apenas considerar os estudos clínicos, a gente não pode apenas considerar o processo regulatório, nós precisamos também ter uma farmacovigilância...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDER GATTI FERNANDES** – ... que funcione de forma contínua.

Então, para eu fechar a minha fala, Senador, e seguir para o debate posteriormente, queria destacar o papel da farmacovigilância que nós fazemos no nosso país, ou seja, que todos os produtos utilizados no Programa Nacional de Imunizações passam por avaliação de qualidade do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde e nós monitoramos todos os estudos clínicos temporalmente associados à vacina, visando a segurança da nossa população. E, o Ministério da Saúde, diante disso... Isso é uma coisa, Senador, que foi consolidada ao longo dos anos. A nossa farmacovigilância vem desde os anos 90 e ela vem ganhando força, vem se qualificando tecnicamente. Inclusive, nós temos uma coordenação-geral, dentro do Programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Imunizações, que justamente faz esse monitoramento de segurança. E o papel do Ministério da Saúde é dar total transparência a esse processo de segurança.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDER GATTI FERNANDES** – Então, para finalizar, Senador... Eu sei que eu já ouvi a... Eu queria passar...

Recentemente, o ministério deu total transparência à avaliação de segurança da vacina da dengue, e isso fez com que a gente desse todo o esclarecimento à população, inclusive em coletiva de imprensa, documentos técnicos, e sempre o ministério se coloca à disposição para dar o devido esclarecimento, mas sempre pensando na segurança da nossa população.

Agradeço pelo espaço mais uma vez, Senador, e me coloco à disposição para o debate.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Eder Gatti Fernandes, Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.

Aliás, é importante ressaltar algumas coisas.

Você falou, no começo, do país que nós temos, da dificuldade que nós temos. É um país enorme, com locais remotos, e tem que se reconhecer a capacidade do SUS de levar essas vacinas para lugares difíceis. Muitas dessas vacinas precisam de condições especiais para serem transportadas, como tempo de temperatura, etc. Então, isso tem que ser reconhecido aqui. É muito importante isso, e o Brasil se destaca nesse sentido. É importante que a gente tenha esse reconhecimento.

Também existe o trabalho coordenado – daqui a pouco o Ministério da Ciência e Tecnologia vai falar – entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde, obviamente, é responsável por toda a saúde da população e por levar esses programas todos; e o Ministério da Ciência e Tecnologia está na sua função de preparar a tecnologia, preparar a ciência, desenvolver na prática. O Ministério da Ciência e Tecnologia desenvolve vacinas, e o Ministério da Saúde testa e coloca as vacinas em andamento. Isso é importante também, esse trabalho em conjunto.

Eu vou passar depois a palavra para o Diretor do Instituto Butantan, o Esper Georges Kallás, que está no exterior, então está com o tempo mais apertado. Vou passar para ele a palavra daqui a pouco, vou mudar a ordem aqui, mas é importante ressaltar o seguinte, às vezes eu ouço as pessoas falando com medo das vacinas e coisas assim. Quero deixar claro que tudo é feito conforme o protocolo. A Anvisa está aí, a Anvisa acompanha cada detalhe das práticas de laboratório, as práticas depois de testes de produção. E o Ministério da Saúde, como foi falado, acompanha tudo isso. Então, nós temos profissionais competentes acompanhando isso aí.

Eu não sou médico, eu sou engenheiro, mas eu penso assim, depois vocês me corrijam ou confiram isso aí, qualquer coisa que você coloque no seu corpo é lógico que ela tem efeito. Se você comeu um abacaxi, se você tiver um pouco de alergia a abacaxi, ele vai fazer efeito. Nós temos o efeito primário e o efeito secundário.

Quando você está no meio de uma pandemia, você está em uma situação crítica, você está olhando o efeito primário daquilo ali. E certamente existem alguns efeitos secundários?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem, mas isso é tratável ou isso é algo que vai ser... O efeito disso, para aquela pandemia, em termos lógicos, é bem menor do que o efeito primário que você tem que fazer para controlar aquela situação. Então, é importante a gente ter isso aí em mente.

Concordo com alguém que fala assim: "Olha, a gente não pode obrigar todas as pessoas a tomar vacina". Concordo, eu acho que a liberdade é importante, liberdade de opinião, liberdade de expressão e tudo mais. Quer dizer, você tem o seu corpo, você controla o seu corpo; mas, sem dúvida nenhuma, é importante ressaltar que é essencial a participação da população nas campanhas de vacina, ser vacinado.

Nós estamos aqui hoje como humanidade, com sete bilhões de pessoas, graças às vacinas. Se não tivesse tido vacina lá atrás, certamente já tinha sido dizimada uma grande parte da população com doenças que tiveram um efeito gigante lá atrás. Então, obrigado e parabéns pelo trabalho aqui.

Eu passo a palavra agora, para dez minutos de fala – vou pedir para coordenar o tempo por aí, Esper, porque você não vai ter os sinais que a gente tem aqui –, tempo de dez minutos ao Sr. Esper Georges Kallás, Diretor do Instituto Butantan, para a sua fala.

**O SR. ESPER GEORGES KALLÁS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, bom dia. Bom dia, demais colegas do Senado Federal, colegas do Ministério da Saúde e demais pessoas presentes nesta sessão. É uma honra para mim estar aqui representando o Instituto Butantan.

O que eu começaria a dizer é que o Instituto Butantan fez este ano 125 anos. A gente trouxe várias pessoas para comemorar em fevereiro essa conquista, que não só celebra um período longo dessa instituição centenária, mas também o fato de que, durante esses 125 anos, o Butantan vem contribuindo com a saúde pública.

Desde Vital Brazil, que fez a integração e a criação do instituto em 1901, o instituto conseguiu consolidar um trabalho baseado nos seus pesquisadores, em funcionários e em todas as pessoas que contribuíram ao longo dessas muitas décadas, um corpo de contribuições para a saúde pública brasileira, que é uma das várias missões que o instituto tem, que tem impacto e presença bastante significativos na saúde do brasileiro.

E isso acabou consolidando o fato de o Instituto Butantan hoje oferecer, através do Programa Nacional de Imunizações, para o SUS dez vacinas diferentes. A gente também fornece 12 diferentes tipos de soro e estamos no processo de consolidação de elevar a quantidade de anticorpos monoclonais de um para quatro; são anticorpos monoclonais biosimilares, para fazer a base do tratamento de doenças autoimunes, de doenças degenerativas neurológicas e de vários tipos de câncer. Então, a gente está agora entrando nesse campo para poder conseguir consolidar aqui no Brasil o acesso a essas medicações de maior custo.

O Instituto Butantan também tem um corpo de pesquisadores e linhas de pesquisa que visam trazer uma série de novos produtos para preencher necessidades não atendidas do SUS. Entre elas, nós temos a vacina contra o vírus zika, que está em desenvolvimento; nós temos dois anticorpos monoclonais para tratamento e prevenção de febre amarela e zika, que são duas doenças tropicais que não têm opções de tratamento específico; estamos desenvolvendo novas versões de vacina contra a gripe; a vacina contra o vírus da gripe aviária, que é a principal ameaça pandêmica – a Organização Mundial da Saúde e várias autoridades de saúde por todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o mundo consideram uma grande ameaça que nós temos vindo por aí; e nós temos também as novas versões de vacinas contra a raiva.

Além disso, o Butantan vem dedicando os últimos vários anos no desenvolvimento de uma terapia avançada chamada células CAR-T para tratamento de leucemia e linfoma, que são refratários a tratamento. Isso já apareceu várias vezes na imprensa. É uma iniciativa pioneira no Brasil no sentido de oferecer essa incorporação ao SUS, para o Ministério da Saúde, de produtos cujo custo unitário de tratamento ultrapassa R$5 milhões por paciente. A gente tenta buscar uma forma de trazer essas terapias a um custo muito mais baixo do que o oferecido pelas empresas privadas.

Quero ressaltar que esse esforço todo hoje conta com o apoio incondicional do Governo do Estado de São Paulo. O Governador Tarcísio de Freitas é um entusiasta da ação do Butantan e, em todas as manifestações públicas, sempre manifesta o apoio às atividades do instituto. O Secretário da Saúde, Eleuses Paiva, também faz essa função todas as vezes que ele se manifesta publicamente a respeito do instituto, porque ele foi consolidado graças a esse esforço histórico que houve.

O que o instituto constitui hoje do ponto de vista de desenvolvimento científico e tecnológico? É uma das pouquíssimas instituições do mundo que têm a capacidade de vir desde a descoberta de uma pesquisa fundamental em bancada de laboratório até trilhar todo o caminho e atingir um licenciamento de um produto. A gente tem o potencial de trilhar esse caminho de desenvolvimento e inovação no Brasil, algo que eu acho que é uma das principais conquistas consolidadas ao longo desses anos, porque a gente pode oferecer novas opções para o brasileiro. E por que eu estou mencionando isso? Porque a dengue, de certa forma, fez esse caminho. A vacina da dengue fez esse caminho.

A história começou em 2003, quando um pesquisador americano identificou os quatro componentes desta vacina, que, na verdade, são quatro vacinas numa só, contra a dengue 1, 2, 3 e 4, e fez isso num laboratório de pesquisa nos Estados Unidos. Naquela época, o nosso Diretor Isaias Raw participou de uma discussão com eles até que consolidou no licenciamento do produto, que era ainda um produto candidato, para ser desenvolvido pelo Instituto Butantan. O Instituto pegou essa oportunidade e se dedicou, por mais de 15 anos, a trazê-lo da bancada de laboratório até se transformar num produto.

Muitos falam assim: "Não, mas a descoberta da vacina da dengue não é brasileira". De fato, os quatro vírus isolados para constituir a vacina foram descobertos por uma equipe de pesquisadores nos Estados Unidos, mas entre você ter esse produto presente na bancada de laboratório em culturas de células até ele se transformar num produto viável para ser testado em pessoas é um trabalho longo, árduo, de grande investimento, que necessita da dedicação de uma série de pessoas durante todo esse processo. E a gente demonstrar que ele tem todo o perfil de segurança e de entregar o que ele promete, que é o potencial da eficácia que ele traz, é ao longo de muitos anos.

Essa consolidação aconteceu em meados dos anos 2010, ou seja, foi um período bastante longo já de desenvolvimento, quando o Instituto Butantan termina todas as etapas pré-clínicas para o desenvolvimento da vacina Butantan-DV e traz para as agências regulatórias e de avaliação ética de produtos com a proposta de iniciar estudos Fase I, II e III, que são as etapas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consecutivas de desenvolvimento, e aqui a gente chama de etapas clínicas de desenvolvimento. Esses estudos foram realizados aqui no Brasil, com a participação de voluntários altruístas brasileiros que se ofereceram como voluntários para esses projetos de pesquisa, e foram feitos. Primeiro, um estudo Fase I/II com 300 pessoas. Esses estudos, feitos na Universidade de São Paulo, na Faculdade de Medicina. Já nessa época, como professor da universidade, eu fui o coordenador desse estudo na instituição.

Os resultados desse primeiro estudo Fase I/II a gente apresentou para as agências regulatórias, apresentou para comissões de ética, CNPq, ministério e Anvisa. Fizemos um estudo Fase III, com 16 mil pessoas, aproximadamente, que culminou na possibilidade de a gente demonstrar, no corpo desses resultados, o potencial enorme e a qualidade excepcional dessa vacina, que se mostrou segura, se mostrou eficaz na prevenção da dengue. Depois, se quiserem, eu posso dar os detalhes desses resultados.

O reconhecimento da grandeza desse trabalho foi a publicação em três revistas científicas consecutivamente, chamadas *The New England Journal of Medicine*, *The Lancet Infectious Diseases* e *Nature Medicine*. Todas essas revistas estão entre as melhores revistas científicas do mundo todo e puderam ser o veículo de divulgação do corpo principal de resultados. A Anvisa, outra vez, teve acesso a todo o dossiê, e assim a gente conseguiu a licença desse produto para ser utilizado no Brasil em novembro do ano passado, na ocasião com a presença do Governador e do Ministro da Saúde no Instituto Butantan, e assim começou-se a vacinação.

O tempo meu terminou, eu lamento não ter conseguido terminar toda a explicação durante essa minha fala, mas eu estou à disposição para responder às perguntas desta Comissão, à medida que se estenderem pelo debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Esper Georges Kallás, Diretor do Instituto Butantan. Parabéns pelo trabalho do Butantan ao longo desse tempo todo e pela continuidade desse trabalho. Todos nós temos que ter orgulho do nosso Instituto Butantan, no meu Estado de São Paulo, mas não é só por isso não, é pelo Brasil todo.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Ricardo Gazzinelli, Coordenador do Centro de Tecnologia de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais, por dez minutos.

**O SR. RICARDO GAZZINELLI** (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu gostaria aqui de começar agradecendo ao Senador Astronauta Marcos Pontes e ao Senador Mourão por organizarem esta sessão e por esse apoio continuado à ciência brasileira e parabenizá-los, como também o Prof. Marcelo Morales, que tem sido um grande apoio também para o CT-Vacinas.

Eu sou Coordenador do CT-Vacinas e a nossa missão está ali: acelerar o desenvolvimento de vacinas, imunobiológicos e testes diagnósticos para doenças humanas e veterinárias, no contexto de saúde única e, como inovação, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. É um pouco diferente de Bio-Manguinhos e do Instituto Butantan. A nossa missão é exatamente esta: é conceber, dar uma concepção de vacina e levar até o ensaio clínico, porque realmente hoje os exemplos disso na ciência brasileira são muito pequenos, não completam uma mão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou falar aqui hoje um pouco dessas dificuldades e de como vencer essas barreiras e dizer... Cientista gosta de reclamar também, mas que entendam minhas críticas como críticas construtivas para melhorar o sistema.

Então, sou eu mesmo que passo aqui?

Então, no ano passado, se não me engano, março, no fim de março do ano passado, nós tivemos uma audiência aqui no Senado também, onde nós discutimos um pouco as dificuldades do desenvolvimento de vacinas, o que a gente tem chamado aqui de vale da morte. Aqui tem um artigo para quem estiver interessado, pode ler, foi recentemente publicado pelo grupo da Fiocruz e da UFRJ, mas vários níveis de dificuldades.

Então, desde a saída da instituição, temos uma cultura muito de transferência de tecnologia, que tem sua importância para uma resposta imediata a problemas de saúde, questão de infraestrutura, pessoal capacitado e já algumas práticas que envolvem o treinamento de pesquisadores e financiamento também, que já foi discutido aqui pelo Eder Gatti e acredito que vai ser também pelo representante do MCTI. Mas meu foco principal vai ser nas agências regulatórias, que é o último elo da cadeia da inovação na área de saúde.

Então, recentemente, em 2024, foi promulgada essa lei, que foi extremamente importante, mostra a importância do Senado aqui para a inovação nacional, e essa lei teve alguns pontos críticos. O primeiro deles foi mudar a avaliação ética dos estudos criando a Inaep, porque ela era muito concentrada em um conselho, o que levava à morosidade e tinha que ser analisada em diferentes comissões, então, com isso, deu agilidade e objetividade, também acelerando, mas não perdendo a importância da análise ética.

O segundo ponto importante já é mais relacionado à Anvisa, que é estabelecer, classificar riscos de diferentes etapas de estudos em humano, pequeno, moderado e elevado, o que leva a uma avaliação em um nível diferente. Ele também estabelece prazos mais claros para essa análise e uma política de Reliance, porque quando o protocolo for aprovado fora do país, é mais rápido.

Eu vou correr aqui porque já está...

Então, aqui está a vacina que nós desenvolvemos no CT-Vacinas, teve apoio de várias agências, inclusive do Congresso Nacional, e a vacina para a covid. Ela demorou um ano e dois meses para ser aprovada, com dois anos nós iniciamos o ensaio clínico, então foi muito rápido, mas foi no contexto da pandemia e tinha um apoio grande do MCTI na época, num diálogo com a Anvisa, que também ajudou a acelerar. Hoje, nós concluímos os ensaios clínicos Fases I e II e estamos aí aguardando para fazer o ensaio clínico Fase III.

Aí estão algumas qualidades da vacina no ensaio clínico Fase II, com número ainda muito limitado de voluntários: ela mostrou um efeito 40% melhor do que a vacina que estava sendo distribuída; ela mostrou também um menor grau de efeito colaterais. E tem outras qualidades: não ter que ser trocada para cada variante; custo-efetiva, porque pode ser feita pela indústria nacional; logística, porque ela tem estabilidade a 4º por 24 meses, pode ser levada a locais distantes; e é soberana ,100% nacional.

E com isso nós temos, inclusive, tido o apoio do Eder Gatti, aqui, que também já se manifestou perante a Anvisa para tentarmos acelerar esse processo, mas aí ela está em nove meses e vinte dias de análise, então estamos aguardando esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o mais, talvez, importante dessa vacina é que nós aprendemos todo o caminho de levar a vacina da concepção a um ensaio clínico. Isso é muito importante porque vai permitir que a gente faça isso com outras vacinas – hoje nós estamos desenvolvendo vacina para doenças negligenciadas, doenças de Chagas, leishmaniose, malária e também vacinas de RNA para influenza, dengue, que estão lá no nosso portfólio. Depois eu posso discutir isso com mais detalhe.

Aqui está o Marcelo imunizando o primeiro voluntário no estudo.

Uma segunda vacina que está bem avançada no nosso grupo é a vacina para malária, que foi até mencionada aqui. Nós já terminamos todo o estudo pré-clínico, segurança e animal, e essa está lá na Anvisa sendo avaliada. E uma coisa importante é que, de acordo com as exigências regulatórias internacionais, o teste humano Fase I tem que ser muito focado na segurança. E nós, então, apresentamos toda a documentação importante para a segurança e mitigação de riscos. Ainda que você tenha uma ideia de a eficácia ser importante, menos importância é dada para a eficácia, porque vai ter que ser testada na Fase III. Então, é muito importante a segurança. Então, essa vacina está sendo avaliada na Anvisa por um ano e um mês. Já foi aprovada lá pelo Comitê de Ética e estamos ainda em discussão com a Anvisa.

Então, um ponto que eu queria trazer aqui para o Senado que eu acho que é uma discussão importante é que, naqueles prazos, o Senado dá 90 dias para o retorno da Anvisa. E há uma discussão, obviamente nós não vamos... Aqui fala que, depois de 90 dias, se não comunicado pela Anvisa, poderíamos, então, começar o ensaio clínico; mas obviamente nós temos tido um diálogo com a Anvisa, que, inclusive, foi muito importante no desenvolvimento da SpiN-TEC, porque nós aprendemos, nós não tínhamos experiência. Então, esse é um ponto extremamente importante, porque temos tido um pouco de dificuldade no atendimento desse prazo, e eu acho que é uma questão muito relacionada com a inovação. E é importante a gente ter, então, propostas para que esse prazo regulamentado seja cumprido.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RICARDO GAZZINELLI** – Temos a questão da Reliance, que isso é muito importante também, porque as vacinas aprovadas no exterior vão muito mais rápido, porque a Anvisa já aceita a avaliação dessas vacinas. Então, o que nós estamos vendo hoje é que a inovação que vem do exterior é aprovada muito mais rápido, seja feita por uma companhia farmacêutica, seja feita por uma universidade, enquanto que a inovação nacional está parada, e isso eu – como cidadão e desenvolvedor de vacina – fico meio... Tenho um pouco de dificuldade com essa questão. Então, eu acho que é uma questão importante de ser levada à frente.

Só como exemplo, no Brasil nós temos 55 ensaios clínicos aprovados, sendo que o primeiro em humanos, o único que é brasileiro, que foi o da SpiN-TEC e agora mais recentemente eu acho que teve esse da Influenza H5 do Butantan, que também teve o primeiro em humanos. Então, isso é para nós... Você ter 55 testes clínicos que vieram de fora e um nosso... Então, eu acho que esse é um ponto extremamente importante e, como se tem dito aqui, a inovação nacional é fundamental.

Então, eu queria concluir mostrando esse eslaide aqui, que existe hoje uma grande cobrança da sociedade para a universidade. Falar: "Ah, a universidade não leva inovação para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sociedade" e, obviamente, na área de farmacêuticos, nós falamos: "Ah, as companhias farmacêuticas são produtoras de genérico".

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RICARDO GAZZINELLI** – Mas, se não tiver essa aprovação rápida, acelerada, na Anvisa, dos ensaios clínicos Fases I e II, nós nunca vamos ter essa transferência de conhecimento para a sociedade, e aqui eu estou falando no caso de vacinas e medicamentos. A parte diagnóstica é mais rápida e tal. Então, eu acho que isso é muito importante, e nós precisamos transformar essa capacidade científica, inovação, em produtos.

E a questão é se a legislação também está sendo cumprida. E eu foco muito na questão do ensaio clínico Fase I.

Então, eu queria terminar agradecendo aqui e quero dizer que nós temo tido um apoio enorme do Ministério da Ciência e Tecnologia, que foi a partir daí que nós iniciamos, construímos o Centro de Tecnologia de Vacinas e hoje estamos perpetuando também, com grande apoio do Ministério da Saúde e da Finep. E eu queria dizer – e hoje o Eder mencionou aqui o programa Pdil – que nós conseguimos a aprovação de cinco PDILs, com três vacinas distintas, cujo objetivo é levar essas vacinas para o SUS, de doenças que não têm vacinas, doenças que não são de muito interesse das farmacêuticas, das grandes farmacêuticas no exterior.

Temos aí a Finep e tem o Complexo Industrial da Saúde, cuja grande fala é soberania, né? Como você vai ter...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RICARDO GAZZINELLI** – ... soberania industrial sem ter inovação brasileira?

Eu tenho mais um minuto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. RICARDO GAZZINELLI** – E aí eu queria fazer uma sugestão. Recentemente a Anvisa montou uma Comissão de Inovação. Eu acho importante a participação de cientistas e que haja técnicos dedicados à inovação na Anvisa, porque muitas vezes são técnicos treinados para aprovação de registro, e os ensaios clínicos Fase I, Fase II têm que ter uma análise distinta, ele tem passo a passo.

Por fim, eu acho que ouvi isso aqui várias vezes, virou um refrão de um tempo para cá, e eu acredito na ciência, mas eu quero aqui conclamar, mudar esse refrão e falar: eu acredito na ciência brasileira.

Então é isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente. Muito obrigado, Sr. Ricardo Gazzinelli, Coordenador do Centro de Tecnologia de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais (CT-Vacinas, da UFMG). Parabéns pelo trabalho. Realmente é importante essa conversa, mas também essa integração das ideias aqui, com a população acompanhando, para conhecer tudo isso.

Eu recebi aqui a mensagem de que a Sra. Adriana – ela está *online* – tem um voo agora, né, Adriana? Então eu vou pedir desculpas à Thais, que está no Ministério de Ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia, e vou passar para a Adriana, para que ela faça a sua apresentação de dez minutos, para não perder o voo também.

Então, Adriana, por favor, controle o tempo por lá.

A Adriana Battaglia é Gerente do Departamento de Saúde e Qualidade de Vida da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que é um órgão extremamente importante no financiamento de todas as tecnologias.

**A SRA. ADRIANA BATTAGLIA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é uma honra representar a Finep aqui nesta audiência, para discutir os avanços, os desafios regulatórios e o financiamento de vacinas nacionais estratégicas em estágios clínicos avançados de desenvolvimento, com destaque aí para vacina da dengue, do Instituto Butantan, e para a vacina SpiN-TEC contra a covid-19, desenvolvida pelo CT-Vacinas, da UFMG.

Esses projetos representam muito mais do que iniciativas científicas de excelência; eles simbolizam a capacidade do Brasil de gerar conhecimento, desenvolver tecnologias próprias e construir soluções estratégicas para a saúde pública nacional. São exemplos concretos da evolução do nosso ecossistema de inovação, que hoje reúne universidades, institutos de pesquisa, empresas e órgãos de fomento em torno de um objetivo comum, que é fortalecer a soberania tecnológica e sanitária do país.

A vacina contra a dengue possui grande potencial de impacto para o Sistema Único de Saúde, diante da elevada incidência da doença. Já a SpiN-TEC demonstra uma maturidade científica brasileira ao desenvolver uma plataforma tecnológica inovadora e uma vacina integralmente concebida no país.

O desenvolvimento de vacinas, entretanto, está entre as atividades de maior complexidade tecnológica. Exige longos ciclos de pesquisa – acho que já falado aí pelo Gazzinelli –, elevados investimentos e superação de desafios relacionados aos ensaios clínicos, à escalabilidade produtiva e à conformidade regulatória.

O registro de uma vacina requer evidências robustas de segurança, eficácia e qualidade, sendo um processo indispensável para a proteção da população.

Nesse contexto, o financiamento público à inovação é estratégico. Projetos dessa natureza envolvem elevado risco tecnológico e geram benefícios que vão além do retorno econômico direto, contribuindo para a saúde pública, a formação de recursos humanos qualificados, a redução da dependência externa e o fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. A Finep, então, tem atuado historicamente como um instrumento de apoio à inovação em saúde, mobilizando recursos reembolsáveis e não reembolsáveis para apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em diferentes estágios de maturidade tecnológica.

Aí cabe chamar a atenção: desde 2024, a Finep contratou mais de 400 milhões em projetos estratégicos voltados ao desenvolvimento de vacinas e tecnologias correlatas, reunindo universidades, institutos de pesquisa e empresas. Os investimentos abrangem plataformas inovadoras, como a vacina de mRNA, nanopartículas e proteínas recombinantes, além de iniciativas para ampliar a capacidade produtiva nacional. Entre os projetos apoiados, destacam-se a vacina SpiN-TEC, desenvolvida pela UFMG em parceria com a Hipolabor, vacinas contra a covid-19, influenza e outras doenças emergentes, bem como vacinas voltadas ao enfrentamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da zika, da gripe aviária e de doenças negligenciadas. Os recursos também fortalecem a infraestrutura de pesquisa e parcerias estratégicas com instituições como Fiocruz e Bio-Manguinhos. Trata-se de um esforço consciente para acelerar o desenvolvimento de imunizantes, fortalecer a autonomia tecnológica do país e ampliar sua capacidade de resposta a futuras emergências de saúde pública.

Recentemente, reforçando esse compromisso, nós lançamos uma chamada pública de subvenção econômica e inovação para o setor de saúde, com um orçamento total de 300 milhões, contemplando diversas linhas temáticas e estratégicas para o desenvolvimento do país, entre elas uma linha específica voltada para o desenvolvimento de vacinas. Essa linha está disponibilizando, então, 45 milhões em recursos não reembolsáveis. A iniciativa tem o objetivo de apoiar projetos nacionais em estágios avançados de desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a mitigação de riscos inerentes à inovação, a aceleração de etapas críticas de validação e o fortalecimento da capacidade brasileira de desenvolver, produzir e disponibilizar vacinas inovadoras. Essa iniciativa está totalmente alinhada à estratégia de fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e à Missão 2 da Nova Indústria Brasil.

Desde 2023, falando um pouco de números, a Finep já apoiou 390 projetos nesse âmbito, mobilizando mais de 7 bilhões por meio de diferentes instrumentos de fomento voltado a empresas de todos os portes e a instituições científicas e tecnológicas. A pandemia, como bem já foi falado, demonstrou que a capacidade de desenvolver e produzir vacinas localmente não é apenas uma questão econômica, mas também uma questão de soberania e segurança nacional, além de proteção, é claro, da população. Investir nessa área significa fortalecer o SUS, ampliar a autonomia tecnológica do país e gerar impactos importantes com transbordamentos para todo o ecossistema de inovação.

Por isso, iniciativas como a vacina contra a dengue do Instituto Butantan e a vacina SpiN-TEC da UFMG merecem atenção especial. Essa última conta com o apoio da Finep e exemplifica o potencial da ciência brasileira para desenvolver soluções de fronteira com impacto social e econômico. O desafio agora é garantir condições adequadas de financiamento e ambiente regulatório para que essas tecnologias possam concluir seu desenvolvimento e cheguem à população.

A Finep seguirá atuando para fortalecer o Sistema Nacional de Inovação e apoiar projetos estratégicos capazes de responder a esses desafios presentes e futuros da saúde pública brasileira.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sra. Adriana Battaglia, Gerente do Departamento de Saúde e Qualidade de Vida, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Parabéns pelo trabalho da Finep!

Eu tenho que lembrar, na época lá do ministério também, a velocidade com que a Finep atendia os projetos. Isso é importante a gente ter em mente, porque, durante a parte mais crítica, a Finep estava junto e fazendo o seu trabalho de uma forma com grande excelência. Então, parabéns aí! Por favor, retransmita ao pessoal todo da Finep.

**A SRA. ADRIANA BATTAGLIA** (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu passo agora a palavra... Como ela esperou duas pessoas, eu vou passar a palavra à Thais, que ela está lá aguardando o Ministério da Ciência e Tecnologia, e é bom que faz o casamento já. E depois eu passo aqui para o Anderson que está aqui comigo, aqui do lado.

Então, eu passo agora a palavra à Sra. Thais Haline Vaz Sousa, Coordenadora e substituta da Coordenação-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias, da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Eu peço para controlar o tempo lá nos dez minutos, por aí.

Obrigado, Thais.

**A SRA. THAIS HALINE VAZ SOUSA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Astronauta Marcos Pontes, membros da mesa e demais presentes.

Vocês me ouvem bem? Posso seguir? (*Pausa.*)

Eu agradeço o convite para participação na audiência pública de hoje, que se propõe a discutir os avanços e desafios regulatórios e o financiamento das vacinas nacionais.

No âmbito do MCTI, a Seppe (Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos) é a responsável pela promoção de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas, entre elas a saúde. No âmbito dessa secretaria, a nossa coordenação, que é a Coordenação de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias, é que tem essa competência da definição das políticas na área da saúde.

A nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação orienta a implementação das políticas de ciência e tecnologia para o período de 2024 a 2034, e ela trata do tema de saúde em diferentes eixos estratégicos. No Eixo I, que trata da expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, uma das diretrizes visa ao fortalecimento da infraestrutura científica, com a ampliação da autonomia nacional em insumos, vacinas e fármacos, entre outros. No Eixo II, há uma área voltada especificamente para o Complexo Econômico-Industrial da Saúde, que estabelece a produção de IFAs e equipamentos para a saúde como uma política de Estado. No Eixo III, de soberania nacional, a área prioritária de fármacos e IFAs tem como objetivo reestruturar a base produtiva nacional, integrando pesquisa, indústria e o Sistema Único de Saúde. E, por fim, o Eixo IV, na área prioritária de saúde e bem-estar, uma das diretrizes é o apoio de pesquisa, desenvolvimento e inovação em biotecnologia e medicina translacional, incluindo vacinas.

No âmbito do MCTI, conforme já foi mencionado pelo Senador Marcos Pontes, uma iniciativa que merece destaque na área de saúde é a RedeVírus, do MCTI. Essa rede foi criada ainda em 2020, em meio à pandemia de covid-19, e foi reestruturada recentemente com a publicação da Portaria 9.287, de 2025.

Ela trata de uma aliança estratégica destinada à pesquisa, desenvolvimento e inovação em virosos emergentes e reemergentes e tem também um papel importante no assessoramento do MCTI, na definição de prioridades de pesquisa, na integração de iniciativas e na construção de políticas públicas específicas para o setor.

A Rede Vírus foi subdividida em cinco sub-redes: a Rede Virômica é focada na vigilância genômica de virosos emergentes; a Rede Previr, para vigilância de vírus em animais silvestres; a Remonar, para monitoramento de vírus em águas residuais; a Imunotec, voltada ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento de vacinas, tratamentos e diagnósticos; e a NB3 voltada à integração e articulação dos laboratórios NB3 nacionais de autocontenção biológica.

A Rede Vírus – é importante ressaltar – teve um importante papel na pandemia de covid-19 e continua relevante, tendo o seu escopo sido ampliado e tendo contribuído também durante a epizootia de H5N1, que é o vírus da influenza aviária, de alta patogenicidade.

Graças à atuação da Rede Vírus, que elencou o desenvolvimento de vacinas, como uma das prioridades para o enfrentamento da pandemia, entre os anos de 2020 e 2021, o MCTI realizou importantes aportes nessa área.

Em 2020, foram investidos R$31 milhões na fase pré-clínica de desenvolvimento de 15 diferentes estratégias vacinais contra o SARS-CoV-2. Visando dar continuidade dessas pesquisas, em 2021 foi realizada chamada pública para apoiar o desenvolvimento de vacinas desenvolvidas nacionalmente ou através de transferência de tecnologia. Essa ação teve um valor total de R$105 milhões e qualificou cinco projetos, inovando ao vincular a anuência da Anvisa para a realização dos ensaios clínicos à liberação dos recursos aprovados nos projetos.

Para fechar o ciclo de desenvolvimento, em 2022, o MCTI lançou uma chamada pública para apoio de Fase III de desenvolvimento clínico de vacinas contra covid-19, com o IFA desenvolvido nacionalmente ou através de transferência de tecnologia, também atrelando a liberação dos recursos à anuência da Anvisa.

Também em 2020, foi realizada a chamada pública, no valor de R$34 milhões, para a reestruturação e expansão das infraestruturas NB3 do país, essenciais para manipulação de agentes infecciosos de alto risco, como é o caso do SARS-CoV-2 e de outros vírus com potencial pandêmico.

Em 2021, o MCTI apoiou, com R$50 milhões, a construção do Centro Nacional de Vacinas, o que também já foi mencionado nesta audiência pública. É um complexo voltado a pesquisas de desenvolvimento e inovação em vacinas e *kits* diagnósticos, com foco na transferência de tecnologias para a indústria e na incubação de *spin-offs* biomédicas.

Então, como resultado de todo esse investimento, mas principalmente do trabalho competente e obstinado dos pesquisadores envolvidos, hoje a SpiN-TEC aguarda a autorização da Anvisa para início da Fase III de desenvolvimento. Essa vacina foi a primeira, conforme mencionado, de desenvolvimento 100% nacional, desde o desenho do epítopo vacinal até a formulação e os ensaios curtos. O investimento total do MCTI na SpiN-TEC, contemplando fase pré-clínica, Fase I/II e Fase III de desenvolvimento, é de R$140 milhões.

O Complexo Órion é outro exemplo de investimento maciço em pesquisa de desenvolvimento e inovação em saúde. Com valor estimado de R$1,5 bilhão, ele permitirá pesquisas com patógenos de máximo risco biológico no Brasil, representando um importante avanço para a soberania sanitária nacional. Além disso, será o primeiro NB4 do mundo conectado a um acelerador de elétrons, permitindo a observação de animais, órgãos, células e agentes patogênicos em tempo real, até a escala nanométrica.

Todos esses investimentos são possíveis graças à evolução dos valores disponíveis no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que passou de R$7,2 bilhões arrecadados em 2020 a R$17,7 bilhões estimados para 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O FNDCT é dividido em diferentes comitês gestores, entre eles o CT-Saúde, que é o responsável por definir as diretrizes e os planos anuais de investimentos para a área de saúde. A governança do fundo conta com a participação de diferentes setores, garantindo a pluralidade na definição dos investimentos.

Essa tabela em verde demonstra a evolução do orçamento não reembolsado, que é o orçamento que vai para ICTs, no âmbito do CT-Saúde, demonstrando um incremento substancial nos últimos anos.

Com o financiamento de R$12 milhões pelo CT-Saúde, foi lançada em 2023 uma chamada pública para o enfrentamento da gripe aviária, com linhas de pesquisa envolvendo patogênese e desenvolvimento de vacinas e esquemas terapêuticos, entre outras listadas aqui.

Entre os anos de 2024 e 2025, os investimentos do CT-Saúde foram alinhados à Missão 2 da Nova Indústria Brasil, que é relacionada ao Complexo Econômico-Industrial da Saúde. E, através da Finep, então, o MCTI lançou inicialmente dois editais: um voltado a ICTs e um voltado a empresas nacionais. O edital de ICTs foi lançado com R$250 milhões, tendo sido depois suplementado com mais R$400 milhões. O edital de subvenção econômica para empresas nacionais teve um aporte de R$250 milhões; em 2026, foi realizada uma segunda rodada para subvenção com R$300 milhões em investimento. Essa chamada ocorre em fluxo contínuo e ainda está aberta para a submissão de projetos até agosto de 2026. As linhas apoiadas nessas três chamadas públicas contemplaram IFAs, pesquisa clínica e vacinas, entre outras.

Neste ano de 2026, o MCTI também lançou, através do CNPq, uma chamada de R$50 milhões para apoio à Rede Nacional de Métodos Alternativos, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias de abordagem para a substituição de modelos animais de experimentação, ação essa que apoia as fases pré-clínicas de desenvolvimento de vacinas e medicamentos. Também está para ser publicada pelo CNPq, nos próximos dias, uma chamada pública focada em endometriose e saúde menstrual, em parceria com o Instituto Alana. E, por fim, foi aprovado no CT-Saúde um investimento de R$120 milhões para o lançamento de uma chamada pública em pesquisa clínica; o edital está em construção em conjunto entre MCTI, Ministério da Saúde e Finep e deve ser lançado até o final deste ano.

Sobre os principais desafios da pesquisa translacional em saúde, nós destacamos: a definição de modelos de financiamento que garantam a continuidade do desenvolvimento das tecnologias; a aproximação entre ICTs e empresas, para que as tecnologias desenvolvidas nas universidades cheguem ao mercado; a superação dos gargalos tecnológicos e de infraestrutura; a inserção da cultura regulatória em ICTs, visando evitar o retrabalho no processo de submissão dos projetos à Anvisa; e a certificação BPL (Boas Práticas de Laboratório) nos laboratórios brasileiros, para garantir a validação internacional dos dados gerados nacionalmente.

Essas eram as informações que eu tinha para prestar.

Fico à disposição para qualquer dúvida ou necessidade adicional.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sra. Thais Haline Vaz Sousa, Coordenadora-Geral substituta da Coordenação-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a presença também do Senador Hamilton Mourão aqui durante esta audiência.

Passo a palavra agora ao Sr. Anderson Vezali Montai, Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

**O SR. ANDERSON VEZALI MONTAI** (Para expor.) – Senador, primeiramente, em nome do Diretor-Presidente da Anvisa, Dr. Leandro Safatle, e da minha Diretora da Segunda Diretoria, Daniela Marreco, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui representando a Anvisa; cumprimentar e parabenizar o Senador Astronauta Marcos Pontes pela iniciativa e, igualmente, o Senador Hamilton Mourão; e também os pares aqui representados pelo ministério, os representantes virtuais e os produtores – Dr. Ricardo, da UFMG, e Esper, do Butantan – pela oportunidade.

Dentro da Anvisa, eu acho que é importante a gente passar um pouquinho sobre o processo regulatório do registro de um medicamento, até porque tem perguntas relacionadas.

A Anvisa está responsável por regulamentar, autorizar, monitorar e fiscalizar, entre os produtos – uma gama vasta de produtos –, as vacinas, que é o foco aqui desta discussão. Dentro do processo de aprovação de um registro sanitário, existem várias esferas e departamentos dentro da Anvisa, cada um com uma responsabilidade específica. Por exemplo, a Segunda Diretoria, a qual represento aqui pela GGBIO, a Gerência de Produtos Biológicos, é a responsável por receber e analisar o processo de registro das vacinas. Esse processo de registro é formado por dois grandes pacotes documentais, um sendo de tecnologia farmacêutica, conhecido como CMC, o qual vai ter uma vasta gama de estudos de comprovação técnico-científica, da robustez do processo, das especificações, dos atributos críticos da qualidade, dos estudos de estabilidade, entre outros – não vou ficar falando aqui, senão vai longe; a gente poderia passar várias horas falando somente da documentação técnica de um processo de registro –, e o outro é a parte dos ensaios clínicos, em que você tem os estudos pré-clínicos, Fase I, Fase II e Fase III, que têm o objetivo de comprovar a segurança e a eficácia de determinado produto.

Porém, o processo não termina somente aí. Nós temos também outras áreas correlacionadas, inclusive de outras diretorias da Anvisa, como a Gerência-Geral de Fiscalização, em que nós estaríamos falando do cumprimento das Boas Práticas de Fabricação. Dentro do Certificado de Boas Práticas de Fabricação, que é um documento necessário para o processo de registro, nós temos a avaliação de uma série de fatores, na qual existem as inspeções de Boas Práticas de Fabricação – é feita essa inspeção dentro dos produtores –, e também são vistas as validações de processos, nas quais você comprova a robustez e a reprodutibilidade de um determinado processo produtivo, para assegurar que os atributos críticos de qualidade daquele produto são robustos e eficazes. Temos a questão do estudo de estabilidade, e aí nós entramos na cadeia fria, validação de transporte, ou seja, a vacina tem que ser armazenada congelada, a -20 graus, a -40 graus, ou de 2 a 8 graus. Durante um processo de transporte, existe uma excursão, porque aquilo ocorre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, são dados que são avaliados em inspeções de boas práticas, e, a empresa comprovando, entra o certificado de boas práticas de fabricação, que entra dentro do processo de registro.

Adicionalmente, ainda, temos a diretoria três com a gerência de monitoramento, ou seja, dentro do processo de registro existe um documento chamado plano de gerenciamento de risco, o qual é aprovado também e vai determinar como que o gerenciamento de risco daquele produto vai ser feito, e as atuações pós-mercado, o que também é feito, no caso de vacina, junto com o PNI, e nós temos aqui o caso da vacina da dengue, com monitoramento de pós-mercado.

Então, somente nesse resumo que eu fiz, nós podemos avaliar três diretorias da Anvisa correlacionadas a um processo de registro, três gerências-gerais, tem também a coordenação de pesquisa clínica, que é quem faz a análise e aprova os estudos clínicos – fase 1, fase 2 e fase 3. Ou seja, nós temos um processo técnico extremamente robusto, de forma que seja garantida a qualidade e segurança eficaz do produto, para ser lançado no mercado.

Essas normas não são criadas a esmo pela Anvisa, elas são baseadas nas melhores práticas regulatórias mundiais. Nós temos a Organização Mundial da Saúde como uma grande referência para as nossas normativas, temos o PIC/S em relação às boas práticas de fabricação, que determina as melhores práticas, que nós também somos signatários...

Menciono, por exemplo: dentro de um mecanismo de *reliance* que foi colocado aqui, nós temos um projeto chamado Open, junto com a Agência Europeia de Medicamentos, pelo qual nós podemos fazer análise conjunta de um produto. Cito o exemplo da vacina de chikungunya, que nós fizemos a análise conjunta com a EMA e, não por isso, tomamos a mesma decisão; ou seja, os dois aprovaram a vacina, só que teve particularidades epidemiológicas que nós absorvemos, discutimos e colocamos aqui diferente. Ou seja, o processo de *reliance* e discussão no caso do Open é feito, é muito salutar, nós recebemos e conseguimos fazer uma troca com os melhores técnicos mundiais na discussão desses produtos, porém nós temos autonomia para a decisão aqui a considerar, a depender da situação.

E, no processo de *reliance*, nós temos – eu acho que é importante falar – uma lista de agências reguladoras que nós seguimos: inclui a FDA americana, a EMA, o MHRA do Reino Unido, entre outros. E, dentro desse processo, não há um reconhecimento tácito; nós aproveitamos as informações que eles nos fornecem, para tomarmos uma decisão mais célere, e o processo de registro já está desenvolvido e aprovado fora. Então, nós recebemos o dossiê de registro, os relatórios técnicos dessas agências e aproveitamos isso para uma economicidade processual, de forma a tomarmos uma decisão mais célere.

No caso da vacina da dengue, por exemplo – eu acho que é importante a gente passar aqui –, teve uma atuação muito próxima junto ao Butantan. O processo entrou num rito chamado submissão contínua, ainda em 2024, abril; durante todo o processo de análise deles, foram quatro notificações de exigência, discutindo a situação com o Instituto, de uma forma muito profissional e transparente; o registro foi concedido no final de 2025, após, ainda, discussões com membros especialistas e consultores especializados, de forma que nós chegamos à decisão de que os dados eram muito bons, a parte de desenvolvimento estava satisfatória, atendendo a todos os nossos critérios, os estudos clínicos mostraram dados também bastante promissores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi um estudo clínico com quase 17 mil pessoas dentro desse estudo clínico, com dados bastante promissores, sem a detecção de eventos adversos graves, nada disso.

Então, a Anvisa decidiu, nesse caso, por aprovar o produto em dezembro de 2025.

E aí vem a pergunta: acaba-se o papel da agência reguladora com o registro? Não, tem todo um ciclo de vida. Então, a Anvisa ainda acompanha. Por alterações pós-mercado, por exemplo, se tem uma alteração de uma inclusão de local de fabrico da dengue na China, então a Anvisa avalia isso em processo. Tem o monitoramento pós-mercado, que tem a correlação com o plano de gerenciamento de risco mais as notificações dos Esavis, junto com o PNI, o que é feito pela GGMON. Então, é todo um ciclo de vida que é acompanhado, justamente para que seja garantido e mitigado qualquer risco correlacionado a esse produto.

No momento, agora, nós estamos em discussões, junto com o PNI e com o grupo técnico também, a respeito desse produto.

A outra vacina, que é a SpiN-TEC, da UFMG: a Anvisa acompanha o caso, como bem colocado pelo Dr. Ricardo, desde 2021, com várias reuniões técnicas. O caso ainda está em discussão.

Foram feitas fase 1 e fase 2. A fase 3 acredito que esteja em discussão junto com a Copec, que é a coordenação junto com a segunda diretoria, mas não é a minha área específica. A Anvisa está acompanhando esse processo, e eu acredito que, em breve, teremos um posicionamento mais preciso.

E, por fim, eu gostaria de deixar aqui a mensagem de que a Anvisa trata prioritariamente as vacinas, o desenvolvimento local. A própria vacina da dengue é um exemplo em que a Anvisa abordou o tema como prioritário e tentou impingir a maior celeridade possível ao processo.

Cada exigência técnica tem 120 dias para ser cumprida. Então, depende muito de qual o prazo do produtor, do detentor do registro, para responder. Então, nem sempre é prazo somente da Anvisa. Tem o prazo também do setor regulado.

Nós prezamos muito pela transparência. Sempre colocamos notícias, tentamos ser o mais informativos possível, em relação principalmente a esses produtos de impacto nacional em grande escala.

Tem o Comitê de Inovação, que é um comitê no gabinete da diretoria da presidência da Anvisa, com o qual nós tentamos...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANDERSON VEZALI MONTAI** – Tem uma portaria que especifica claramente os dados para um produto entrar nesse comitê, e ali nós priorizamos. E as vacinas, obviamente, fazem parte também dos produtos que podem entrar no comitê.

E, para finalizar, tem uma pergunta aqui da Bárbara, do Mato Grosso, que eu achei bem interessante: "Qual é o papel dos órgãos reguladores na aprovação de novas vacinas brasileiras?".

Eu posso falar pela Anvisa. Obviamente tem mais órgãos correlacionados, mas, pela Anvisa, é, justamente, baseada em ciência, dados técnicos, aprovar as vacinas que são seguras, eficazes e com qualidade e, posteriormente, realizar o monitoramento dessas vacinas, juntamente com o PNI, de forma que essa segurança, eficácia e qualidade sejam comprovadas, mantidas, e os riscos sejam mitigados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tendo uma vacina aprovada, podem ficar tranquilos, porque o produto é seguro, eficaz, com qualidade e pode ser administrado.

Acho que é isso, Senador.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Anderson Vezali Montai, Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Eu me lembro, quando da criação do CT Vacinas, da ampliação do CT Vacinas, durante aquele período, e também lá no Cevap, que eu chamo de Centro de Tecnologia de Medicamento – tem um nome mais bonito, mas basicamente a ideia é desenvolver medicamentos no Brasil, desenvolver vacinas no Brasil... Uma das ideias – eu até conversei com o Presidente da Anvisa na época – como é desenvolvimento nacional extremamente estratégico, era que a gente tivesse uma equipe ou um grupo de trabalho da Anvisa focado para acompanhar o processo.

Eu sei que, quando a gente fala de agência reguladora acompanhando o processo, todo mundo fica meio com o pé atrás, mas é importante justamente para adiantar o expediente, vamos dizer assim. Acompanhar desde o começo as melhores práticas de laboratório, depois de produção, também ter representantes da indústria farmacêutica, estar junto, porque não adianta você desenvolver uma vacina ou um remédio que, de repente, a indústria não consiga fabricar. Você fala: "Esse processo é muito bacana, mas é impossível de a gente fabricar em escala". Um produto biológico, por exemplo, tem algumas restrições desse tipo.

E, com relação à Anvisa, principalmente, imagine chegar ao final do processo e falar: "Olha, você esqueceu uma parte importante do processo, das melhores práticas lá atrás". Aí, o pesquisador tem que voltar tudo lá, e isso dá atraso. Então, se acompanhar... É igual a gente fala, agora na linguagem de piloto, piloto de caça: você está voando aqui, você corrige a formatura aqui em correções pequenas; melhor do que deixar ficar longe, para depois ter que voltar aqui.

Então, eu acho que seria uma ideia, não sei se isso tem sido feito, um grupo de trabalho para estar junto, seja lá com o CT Vacinas ou com o Butantan, etc., para acompanhar isso. Acho que ajuda bastante o nosso processo aqui no Brasil. É para se pensar.

Eu passo agora a palavra, finalmente, que é o nosso último orador, ao Sr**.** Manoel Barral Netto, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, para os seus dez minutos, e eu peço para controlar o tempo por lá também.

Primeiro, obrigado aí pela participação. É importante a gente ouvir também a nossa Academia Brasileira de Ciências nesse contexto.

**O SR. MANOEL BARRAL NETTO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Astronauta Marcos Pontes, pela proposta e coordenação desta reunião, que é de extrema importância para a ciência brasileira nesse tema de vacina.

Em nome da academia, primeiro eu gostaria de saudar os demais membros, os colegas de ciência que tão bem falaram, explicaram aqui para nós vários desses aspectos, e também os demais Senadores, pela acolhida a esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu acho que a gente tem que lembrar bem que a vacina é uma das medidas mais eficazes produzidas pela ciência. Poucos avanços são tão importantes, do ponto de vista de salvar vidas, quanto a vacinação. A OMS estima que, pelo menos, 3 milhões de vidas por ano sejam salvas por causa de programas de vacinação. É um número bastante importante para isso.

Então, isso significa que nós temos no Brasil grandes necessidades a serem tratadas. A gente tem no Brasil hoje ainda, e não atinge a meta dos 95% de cobertura em todo o país.

Isso não decorre necessariamente de aspectos científicos, decorre de aspectos logísticos. Como já foi mencionado aqui, tem vários aspectos, e a gente tem que continuar nisso, e o Programa Nacional de Imunização tem trabalhado nessa direção, mas significa também que grande parte dessa resistência à vacina – que, além da logística, explica esse problema com a nossa meta da vacinação – decorre realmente de alguns problemas com a vacina, que, na maioria, são muito leves.

A gente não pode esquecer que as reações adversas à vacina são normalmente muito leves. Algumas não preocupantes, algumas até esperadas, e outras de maior preocupação.

Principalmente as reações adversas graves merecem atenção especial. Essas são normalmente muito raras, mas o fato de serem raras não exime de um cuidado importante com elas.

Então, o que nós precisamos é, realmente, primeiro, distinguir – a população nem sempre está atenta para isto –: uma relação com a vacina tem dois tipos.

Tem uma relação do efeito adverso com a vacina que é apenas temporal. Por mais grave que seja um evento, ele ocorre na população em todos os dias. Então, uma doença, uma manifestação mais grave, como a síndrome de Guillain-Barré, essa neuropatia periférica, acomete indivíduos durante todo o tempo; então, mesmo quem não tomou a vacina vai ter uma taxa disso. Então, quando a pessoa toma a vacina, existe uma tendência... Se tomou a vacina e depois faz síndrome de Guillain-Barré, tem uma tendência a associá-la com a vacinação, mas isso nem sempre é verdade. A gente tem que excluir o que é realmente somente uma relação temporal do que é uma relação causal. E esse é um aspecto que, evidentemente, não chega a esse grau detalhe, normalmente, para a população. E com isso, então, se confundem essas relações, que parecem muito maiores do que o que são na verdade, porque, quando você elimina as relações que não são causais, esse número baixa muitíssimo. Então, esse é um ponto importante de a gente, na nossa comunicação com a sociedade, também valorizar, explicar. E também, do ponto de vista de gestão, de cuidar bem, para que esses dados sejam bem tratados e bem analisados.

Outro aspecto que eu acho que vale a pena a gente pensar é que a meta de vacinação também não é atingida, em grande parte, por desinformação. Essa desinformação sempre existiu, não é restrita a questão de vacina.

Existem desinformações que não são mal-intencionadas, mas, com o advento, principalmente, das redes sociais, essas notícias correm muito rápido, e mesmo pessoas que não estão interessadas em falar mal ou denegrir a vacina acabam, às vezes, multiplicando essas mensagens, etc., e criando uma falsa sensação de pânico na população... Falsa sensação de pânico não; uma sensação de insegurança da população em relação à vacina. Então, é preciso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, uma ação muito forte nesse sentido de como a gente vê essa questão da informação sobre vacinas e, inclusive, das nossas próprias medidas administrativas: qual é o impacto disso? Como é que a gente tem que preparar a população?

É essencial, numa nova vacina, no preparo da população para acolher essa nova vacina, que ela também já saiba quais são os potenciais e efeitos colaterais, porque, do contrário, tudo vai parecer uma novidade, vai parecer algo que não era esperado, quando, na verdade, reações dolorosas no local ou, eventualmente, um aumento de temperatura são esperados em muitas vacinas, e não chegam a ser efeitos colaterais de grande risco.

Então, claramente, essa educação da população em relação à vacinação, em todos os seus aspectos, é extremamente importante, não somente na parte científica em si.

Outro aspecto que eu acho que a gente também tem que lembrar é que, toda vez que tem alguma medida muito forte em relação a uma vacina, ou manifestações em redes sociais, ou um aspecto da imprensa muito forte nisso, existe uma tendência de aumento das infecções causadas por agentes que a vacina protege, mas também existe um aumento de outras doenças imunopreveníveis que não são objeto da vacina.

O que isso mostra para nós? Mostra que, na verdade, essas notícias sobre vacinas, essas notícias negativas sobre vacinas, acabam tendo um espalhamento, uma insegurança que não se restringe somente àquela vacina que foi objeto da notícia. Existe um aumento geral de preocupação com as vacinas e de redução da busca de vacinação, e isso explica que muitas dessas vacinas... Quando há um problema maior com uma vacina, isso leva a um aumento de infecções não relacionadas com a vacina que foi objeto da notícia.

Então, isso mostra o cuidado que nós todos, profissionais da área da saúde, mas também gestores, temos que ter, e principalmente os jornalistas e influenciadores em redes sociais, muita cautela na interpretação dessas notícias, para evitar manifestações que são preocupantes para a população indevidamente e que levam a efeitos muito graves em outros aspectos e que a gente não pensa somente na vacina que está sendo tratada ali.

Então, claramente, a gente tem que ter muita, muita cautela, porque, às vezes, existem reações que são reações causais, são reações que realmente estão relacionadas com a vacina, que podem ser reações graves, mas podem ser mitigadas por ações outras que não sejam a suspensão, na verdade, da vacinação. Por exemplo, estabelecer, quando isso já se torna conhecido, segmentos da população que são mais suscetíveis a terem essa manifestação, o que pode ser por uma questão de faixa etária, pode ser por uma questão de gênero, mas também de imunossuprimidos, por exemplo, pessoas que não devem receber aquela vacina, mas outras pessoas fora desses segmentos da população não teriam nenhum problema com esse tipo de vacinação, nenhum problema grave com essa vacinação.

Então, é preciso, muitas vezes, ter essa cautela de não tomar uma medida geral, e tomar uma medida ainda mais dirigida para certos segmentos da população, explicando claramente o que é que está acontecendo. A transparência é essencial na comunicação sobre vacinas.

Eu acho que as autoridades brasileiras têm sido cuidadosas nesse ponto. Eu acho que a gente tem que manter toda a população informada adequadamente, mas também não correr o risco de, através de uma notícia ou de uma decisão que não seja muito ponderada, gerar um inesperado afastamento da população em relação às vacinas e às necessidades do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que isso mostra, todo esse contexto que foi falado aqui por vários dos colegas anteriores, essa necessidade do desenvolvimento e produção de vacinas nacionalmente. Por que isso é importante? É importante por vários aspectos.

Um deles é a situação de crise, como houve na última pandemia, pelo SARS-CoV, quando, na verdade, faltou vacina. Nós tivemos grande dificuldade de ter essa produção nacional, o desenvolvimento não chegou a ser feito a tempo aqui no Brasil para essa vacina.

E essa situação de outras pandemias não está afastada ou, pelo menos, outras grandes epidemias, e que também o mercado de vacinas esteja controlando por isso. Então, a gente tem que ter muito cuidado para desenvolver, estimular o desenvolvimento e a produção nacional.

E eu acho que o PNI tem sido importante, no aspecto também de aperfeiçoar e monitorar o programa de imunização, porque grande parte da melhora da vacinação pode ser feita por ajustes que vêm de sinais que são coletados nos dados de saúde Brasil afora e que podem permitir melhoras no programa. Isso é feito já, o PNI tem um cuidado nesse ponto, mas continuar a aperfeiçoar esse sistema é extremamente importante.

Então, eu acho que a gente está no caminho certo.

A gente viu dois exemplos, pelo menos, de vacinas produzidas no Brasil, concebidas em grande parte ou totalmente no Brasil. Então, claramente, nós estamos num caminho que é extremamente promissor e que precisa ser incrementado com os cuidados todos necessários para isso.

Agradeço essa oportunidade de ter a Academia Brasileira de Ciências nesse tema.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Manoel Barral Netto, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, da qual também o nosso Dr. Marcelo Morales aqui faz parte, como também o Gazzinelli. Estamos bem cercados aqui. Muito bom.

Eu retorno agora a palavra, para as suas considerações finais, por dois minutos cada um, na sequência em que eu fiz a introdução. Espero que estejam todos *online*. Se não estiver alguém, me avisem depois e eu retiro. (*Pausa.*)

Então, eu novamente retorno a palavra, por dois minutos, ao Sr. Eder Gatti Fernandes, Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.

**O SR. EDER GATTI FERNANDES** (Para expor.) – Bem, eu acho que a discussão foi muito importante porque nós conseguimos aqui ouvir representações das áreas que são estratégicas para o desenvolvimento nacional de vacinas.

Senador, quero parabenizá-lo pela iniciativa. Eu acho que o Senado deve promover esse debate com a sociedade. É de interesse de todos os brasileiros termos um complexo econômico e industrial que garanta o abastecimento do programa e uma ciência que traga inovação e beneficie toda a população. Então, acho que o Senado cumpre o seu papel com uma audiência como esta.

Veja, nós temos um cenário desafiador, e a gente não pode jamais deixar esse assunto de lado. Nós passamos recentemente pela experiência da pandemia e temos, no horizonte, a possibilidade de novas pandemias. Eu acho que a população global cresceu, o intercâmbio entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas é muito maior do que no passado, as viagens são muito facilitadas e, consequentemente, as doenças circulam muito mais.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDER GATTI FERNANDES** – O surgimento de doenças e de pandemias acaba sendo facilitado, e vivemos isso recentemente, sem contar que passaremos também por questões relacionadas ao aquecimento global e à mudança da dinâmica das doenças, e aí um destaque para as arboviroses. O Brasil precisa estar atento, precisa ter uma ciência que se volte para as suas necessidades e atenda a sua população. Então, o caminho é esse, e a gente tem que percorrer esse caminho todos juntos. Eu acho que o Estado brasileiro tem condições de fomentar e acompanhar a produção de ciência, a produção de tecnologia e a produção de vacinas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Eder Gatti Fernandes, Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde. Parabéns pelo trabalho. Obrigado pela participação.

Eu retorno agora a palavra, para os dois minutos das considerações finais, ao Sr. Esper Georges Kallás, Diretor do Instituto Butantan.

**O SR. ESPER GEORGES KALLÁS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade de falar a todos. É um prazer estar discutindo um assunto tão relevante para o Brasil.

Eu queria só concluir dizendo que o Butantan tem um compromisso máximo com a transparência dos fatos, com a avaliação profunda e cuidadosa. E eu estou mencionando isso especificamente por causa da Butantan-DV. A gente vem trabalhando, em reuniões regulares, com o Ministério da Saúde e com a Anvisa para aprofundar os elementos que levaram à decisão do Ministério da Saúde de suspensão temporária da vacinação. Essa suspensão de estratégia permite a gente dar um passo atrás, olhar todas as informações e a gente tentar entender a natureza do que aconteceu e os detalhes dos eventos que envolveram essa última decisão, que motivaram a última decisão do ministério.

Nós temos trabalhado profundamente nesses dados, acreditamos que a vacina tem o seu lugar, ela tem o seu potencial de enfrentamento da dengue, é uma das principais armas contra a dengue, por se tratar de uma vacina tetravalente de vírus atenuado de dose única, cujo desenvolvimento desse produto foi cem por cento feito aqui no Brasil, com recursos nacionais, e tem tido uma expectativa muito grande da utilização da vacina no enfrentamento da doença.

O Butantan continua dedicado ao desenvolvimento de novos produtos para trazer soluções para a saúde pública brasileira. A gente mantém uma vasta carteira de desenvolvimento de novos produtos para atender a necessidades não atendidas ainda na saúde pública, mencionei algumas delas durante a minha fala. E os 4 mil colaboradores do instituto, bem como todos os colaboradores externos ao instituto que vêm atuando no desenvolvimento de novos produtos junto conosco, estão comprometidos para a gente conseguir fazer vários desses produtos trilharem essa linha.

Quero só encerrar dizendo que o instituto ainda tem como missão pesquisa básica, pesquisa aplicada, divulgação científica, educação e ser um ponto de referência, para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população brasileira, de investimento em ciência e soluções, como eu mencionei, para a saúde pública brasileira.

Quero convidá-los todos a visitar o instituto, é uma joia do Estado de São Paulo, é uma joia do Brasil, construído ao longo de 125 anos, que tem um potencial enorme de conseguir contribuir com a melhoria da qualidade de vida do brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Esper... Está aqui. Sr. Esper Georges Kallás – perdi na minha lista aqui –, Diretor do Instituto Butantan, e parabéns pelo trabalho do instituto ao longo do tempo. Tenho muito orgulho de esse instituto estar lá no meu Estado de São Paulo.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Ricardo Gazzinelli, Coordenador do Centro de Tecnologia de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais.

**O SR. RICARDO GAZZINELLI** (Para expor.) – Bom, eu gostaria então de mais uma vez parabenizar esta audiência, a organização desta audiência e o apoio continuado à ciência, à tecnologia e às vacinas.

E quero dizer que saio daqui com um certo otimismo, porque a gente ouviu falar da participação das agências de fomento, participação dos Ministérios da Saúde e Ciência e Tecnologia, da Anvisa, então acho que essa ação conjunta é muito importante. E eu estou falando aqui... Eu falei muito da parte regulatória e gostaria de dizer que nós temos tido realmente uma relação muito produtiva com a Anvisa no desenvolvimento da SpiN-TEC. Nós fizemos várias reuniões. Como eu disse na minha apresentação...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RICARDO GAZZINELLI** – ... foi um período de aprendizagem importante. E estamos agora novamente trabalhando conjuntamente com o corpo técnico.

E eu acho que é importante agora trazer também para essa discussão as agências de fomento e os ministérios, para acompanhar mais proximamente esses produtos inovadores que estão sendo desenvolvidos pela comunidade científica nacional. Acho que isso é muito importante.

E quero terminar aqui dando novamente parabéns a todos os colegas aqui que participaram desta audiência, ao pessoal que está participando à distância e de novo ao Senado também, que está acompanhando todo esse processo, fazendo leis importantes, porque eu acho que é assim que o Brasil vai crescer.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Ricardo Gazzinelli, Coordenador do Centro de Tecnologia de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Agora eu passo a palavra à Sra. Thais Haline Vaz Sousa, Coordenadora-Geral substituta da Coordenação-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para os seus dois minutos de considerações finais, por favor.

**A SRA. THAIS HALINE VAZ SOUSA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Eu gostaria de usar esse tempo para agradecer à Presidência da CCT por proporcionar esse espaço de debate de alta relevância, assim como a todos os especialistas, autoridades e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes da sociedade civil que dedicaram seu tempo hoje para compartilhar os conhecimentos técnicos neste debate.

O MCTI tem um compromisso com a comunidade científica nacional e, através do apoio à implementação de parcerias estratégicas, aportes financeiros e apoio à infraestrutura de ponta, continuará apoiando essa comunidade para que ela alcance o domínio do ciclo completo da produção de imunizantes, desde a pesquisa básica até os ensaios clínicos e a fabricação industrial, visando ao abastecimento do nosso Sistema Único de Saúde e à promoção da saúde da sociedade brasileira.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sra. Thais Haline Vaz Sousa, Coordenadora-Geral substituta da Coordenação-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na sequência, eu passo a palavra ao Sr. Anderson Vezali Montai, Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Anvisa.

**O SR. ANDERSON VEZALI MONTAI** (Para expor.) – Muito bem. Mais uma vez agradeço a oportunidade e parabenizo o Senador Marcos Pontes por esta rica discussão de tema tão importante.

Falando aqui muito de preparação, de não esperar a situação chegar – nós tivemos a questão da pandemia de covid, que foi inesperada –, eu destaco aqui um projeto sobre o qual a Anvisa está em discussão com uma entidade internacional chamada Cepi, que é um projeto bastante audacioso de como viabilizar uma vacina em cem dias. Então, a gente está discutindo com essa entidade, vendo quais são os passos, como que isso seria possível numa eventual pandemia, uma nova pandemia, como isso seria possível – só demonstrando que a Anvisa tem uma boa relação com as principais agências reguladoras internacionais e está sempre atenta a que ações podem ser tomadas prioritariamente de forma preventiva para que a gente mitigue qualquer risco adiante.

E, por fim, gostaria de concluir que o compromisso da Anvisa é total com a priorização de vacinas, em especial de desenvolvimento nacional.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANDERSON VEZALI MONTAI** – Sabemos da importância para o PNI, para o SUS, para o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e estamos, obviamente, sempre abertos às sugestões. Se nós pudermos criar comitês, mesmo com toda a contenção de recursos e de pessoal que nós temos, nós estamos abertos. Sabemos da importância e damos prioridade total ao tema em discussão e no que nós pudermos colaborar junto aos laboratórios nacionais – UFMG, Butantan –, nós estamos à disposição.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Sr. Anderson Vezali Montai, Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, nós passamos recentemente aqui um projeto de lei para garantir um melhor funcionamento, em termos de orçamento e pessoal, para as agências reguladoras. E agora, só lembrando, a gente tem a inteligência artificial chegando, e eu estou empurrando aqui para que a gente tenha um conselho formado pelas agências reguladoras com especialistas em inteligência artificial para cada agência – porque cada um sabe os detalhes do seu funcionamento –, e eu acho isto muito mais eficiente: você ter um conselho numa agência que não interfira com as outras agências, mas que tenha a participação das agências no desenvolvimento de tecnologias e serviços usando inteligência artificial em cada uma delas. Então, espero que isso aí funcione. Será mais uma colocação, mas é importante, para que tudo isso funcione em harmonia.

Eu passo a palavra agora, finalmente, ao Sr. Manoel Barral Netto, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, para suas considerações finais, os seus dois minutos.

**O SR. MANOEL BARRAL NETTO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, quero agradecer ao Senador Astronauta Marcos Pontes pela coordenação e realização desta audiência, que foi extremamente importante. Quero ressaltar essa necessidade que o Brasil tem de olhar toda a cadeia de produção até realmente ter o uso da vacina na população. Todos esses aspectos precisam ser vistos de uma forma articulada para que isso funcione, e isso está dentro, inclusive, da nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e pensar em produção de vacinas nacionais – desenvolvimento, produção e uso na população – como uma forma de missão, quer dizer, colocar isso como missão de realmente produzir as vacinas, que são muito importantes para nós e não necessariamente são para outros países – por exemplo, o oropouche e outras que poderiam ser citadas –, no sentido dessa missão, como é que a gente sai de "não ter" para realmente "ter" aplicação em massa na população que necessita da vacinação.

Então, essa eu acho que é a ideia de a gente trabalhar realmente toda a cadeia, para que a produção seja consequentemente aplicada para proteção.

Obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Manoel Barral Netto, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, pela sua participação.

E aqui eu gostaria de aproveitar esses momentos finais para agradecer a participação daqueles da população que também mandaram suas perguntas e comentários: a Danielle do Distrito Federal; a Cláudia do Rio de Janeiro; o André do Paraná; a Patrícia do Rio Grande do Sul; a Danielle do Distrito Federal, que já tinha falado; a Renata do Distrito Federal; também a Bárbara de Mato Grosso; o Gentil de São Paulo; o Edézio do Espírito Santo; e a Joseane de Santa Catarina.

Obrigado. É importante a participação da população nestas audiências públicas, afinal de contas, são feitas para justamente dar conhecimento à população do que está sendo tratado de temas importantes para o Brasil.

Quero também aproveitar e agradecer aos nossos colaboradores que participaram, os nossos apresentadores: o Sr. Eder Gatti Fernandes, Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde – obrigado; agradeça, por favor, ao Ministro também –; o Sr. Ricardo Gazzinelli, Coordenador do Centro de Tecnologia de Vacinas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universidade Federal de Minas Gerais, também presencialmente aqui conosco; o Sr. Anderson Vezali Montai, Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Anvisa – obrigado também pela participação –; a Sra. Thais Haline Vaz Sousa, Coordenadora-Geral substituta da Coordenação-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do MCTI; o Sr. Esper Georges Kallás, Diretor do Instituto Butantan; a Sra. Adriana Battaglia, Gerente do Departamento de Saúde e Qualidade de Vida da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); e o Sr. Manoel Barral Netto, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências.

Obrigado a todos pela participação. Contem conosco aqui no Senado. Esse é um assunto extremamente importante, não se encerra com a audiência pública. Contem aqui... Esta Casa, dentro do Congresso, é responsável não só pela legislação, mas também pela aprovação de orçamentos. Eu faço questão de enfatizar isto: que é necessário que, no nosso país, a gente destine orçamento para as ações estratégicas para o país, e essa, sem dúvida nenhuma, é uma dessas ações. Quero agradecer à nossa mesa, à nossa Secretaria aqui, pelo trabalho sempre eficiente, e a todos aqueles que participaram aqui também, no presencial e no remoto.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e onze minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Esperidião Amin e Hermes Klann, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Carlos Viana, Eduardo Gomes, Angelo Coronel, Wilder Morais e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Teresa Leitão, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 50, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidados na audiência pública objeto do REQ 18/2026-CCT, destinada a instruir o PL 4752/2025, que "institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018"." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 4752/2025, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), REQ 18/2026 - CCT, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hermes Klann (PL/SC), REQ 40/2026 - CCT, de autoria Senador Hermes Klann (PL/SC), REQ 42/2026 - CCT, de autoria Senador Hermes Klann (PL/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), REQ 44/2026 - CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), REQ 45/2026 - CCT, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), REQ 46/2026 - CCT, de autoria Senador Hermes Klann (PL/SC), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), REQ 47/2026 - CCT, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), e REQ 50/2026 - CCT, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Instruir o PL 4752/2025, que "institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018". **Participantes:** Jacy Barbosa Junior, General de Divisão do Comando de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa; Marcelo Antonio Osller

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Malagutti, Secretário-Executivo do Comitê Nacional de Cibersegurança; Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR; Rodrigo Pereira Pacheco, Diretor Substituto do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações da ABIN; Rony Vainzof, Diretor Titular da Divisão de Cibersegurança da Fiesp e Consultor em Proteção de Dados da FecomercioSP; Rodrigo Jonas Fragola, Vice-Presidente de Articulação Política da Assespro; Luca Belli, Professor de Direito, Coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV; Belisario Contreras, Diretor-Executivo da Digi Americas Alliance; Patricia Peck, Presidente do Instituto Peck de Cidadania Digital e membra titular do Instituto Empoderar; Marta Helena Schuh, Diretora de Seguros Cibernéticos da Howden Brasil; Patrick Aron Rinski, Diretor-Executivo da Unidade 42 da Palo Alto Networks; Rodrigo Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado; Luana de Brito Tavares Diniz, Fundadora e CEO do Instituto Nacional de Combate ao Cibercrime; Vinícius Malacco Ferreira, Gerente de subscrição de linhas financeiras na Tokio Marine Seguradora; e Luiz Henrique Barbosa, Presidente-Executivo da TelComp. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Hermes Klann**
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

**Senador Esperidião Amin**
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/30

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de junho de 2026.

A presente reunião será dividida em duas partes: a primeira deliberativa e, na sequência, audiência pública interativa.

Passamos à primeira parte, destinada à deliberação do Requerimento 50, de 2026, da CCT, de nossa autoria.

Passo à leitura do requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 18, de 2026, com o objetivo de instruir o PL 4.752, que institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 sejam incluídos os seguintes convidados: o Sr. Vinícius Malacco, Especialista em Cibersegurança da Tokio Marine; e a Sra. Luana Tavares, representante da Aliança Multissetorial pela Cibersegurança Nacional e do Instituto Nacional de Combate ao Cibercrime.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está concluída a parte deliberativa da sessão.

Declaro aberta a segunda parte da reunião, destinada à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.752, de 2025, que institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018, em atenção aos requerimentos desta Comissão nºs 18, 40, 42, 44, 45, 46, 47 e 50, todos de 2026.

Participarão presencialmente, e os convido para tomarem lugar nas primeiras filas, os Srs. Jacy Barbosa Junior, General de Divisão do Comando de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa; Marcelo Antonio Malagutti, Secretário-Executivo do Comitê Nacional de Cibersegurança – vamos uniformizar, eu mesmo já me contradisse aqui, eu vou usar cibersegurança, em português –; Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br); Rodrigo Pereira Pacheco, Diretor Substituto do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações da Agência Brasileira de Inteligência (Cepesc/Abin); Rodrigo Jonas Fragola, Vice-Presidente de Articulação Política da Confederação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação; Luiz Henrique Barbosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp); Luca Belli, Professor da Fundação Getulio Vargas Rio Direito, Coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas; Belisario Contreras, que vai falar em português hoje aqui, Diretor-Executivo da Digi Americas Alliance – até porque já completou o estágio, fez o exame de admissão, foi aprovado, hoje vai mostrar que foi aprovado de verdade. Mas serão tolerados alguns toques latinos. Nós estamos nos habituando com o treinador da Seleção Brasileira, de forma que pode falar qualquer língua aí que nós vamos entender –; Patricia Peck, Presidente do Instituto Peck de Cidadania Digital e integrante titular do Instituto Empoderar; Marta Helena Schuh – pronunciei certo? –, Diretora de Seguros Cibernéticos da Howden Brasil; Patrick Aron Rinski, Diretor-Executivo da Unidade 42 da Palo Alto Networks; e Rodrigo Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado e editor em geral.

Participarão, por meio de videoconferência, os seguintes convidados: Rony Vainzof, Diretor Titular da Divisão de Cibersegurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Consultor em Proteção de Dados da Fecomercio, São Paulo; Luana de Brito Tavares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diniz, fundadora e CEO do Instituto Nacional de Combate ao Cibercrime (INCC); Vinícius Malacco Ferreira, Gerente de Subscrição de Linhas Financeiras da Tokio Marine Seguradora.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Como percebem, aqui eu entro num particular de autorregulação do nosso tempo e da nossa produtividade e da nossa eficiência.

Estou aqui ladeado pelo Senador Hermes Klann, que, em verdade, é o Relator de fato do projeto. Portanto, ele hoje será o recipiendário, está certo? Que é a versão legal do receptor, aliás, do receptador. Ele vai receber o quê? As contribuições para que ele, na condição de Relator em exercício, e o Relator efetivo, que é o Senador Jorge Seif, que está em período de licença, mas ainda assim contribui com a sua presença – pelo que nós ambos agradecemos muito, e o Senado agradece, porque com isso nós otimizaremos o aproveitamento das contribuições.

Então, nós vamos ter que nos restringir ao verdadeiro objeto desta sessão. O objeto desta sessão não é apresentar um projeto. O projeto já foi apresentado, já houve audiências públicas. Esta parte eu acho que cumpri com razoável exação, posto que me dei ao trabalho de analisar todas as críticas, positivas e negativas – e, neste primeiro momento, contei com a contribuição do Delegado Diego Araújo e do nosso amigo Eduardo Siqueira, especialmente estes dois.

Na média, as críticas feitas foram de que o projeto tinha o essencial. Agora, todos sabemos que este é um tema sensível por natureza, e mais sensível ainda pela evolução dos fatos – o que era perigoso há dois meses, hoje pode inexistir, ou pode ter surgido algo novo, ou pode ter evoluído dramaticamente. Então, vai ser muito difícil transformar este projeto numa estátua. Ele será sempre irresignado com a paralisia, ele vai sempre se mexer. E nós temos que dar a ele corpo para que tramite, então nós temos que equilibrar sugestões com o espírito do projeto e com a tramitação legislativa. Isso não é uma tramitação de gabinete de pesquisa, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

surgiu, defendeu, passa a ser operacionalizada. Não é assim; é um processo legiferante – nós estamos construindo uma lei. De sorte que, da maneira mais cordial possível, eu repito: nós todos queremos aprender, mas hoje nós queremos colher sugestões, se possível com o apoio da Consultoria Legislativa prévio ou posterior, que dá forma ao texto da lei e das suas emendas. Temos que seguir a Lei Complementar 95, de 1998, que fala o quê? Sobre legística. Temos que seguir o princípio de querer fazer uma lei boa, ou uma boa lei, no sentido formal da palavra.

De sorte que, eu consulto se podemos fixar um prazo limite. Claro que não existe limite no sentido de interromper o que se está falando, mas nós temos que pôr um limite – são 15 participantes, se cada um ocupar cinco minutos, vai dar 75 minutos. Se cada um ocupar três, dentro do possível, teremos 45 minutos. Eventuais necessidades de mais tempo...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ó, eu também estou estourando (*Risos.*), mas é para economizar. Estou gastando para economizar.

Vamos fixar em três minutos, e o Presidente – e tanto poderei ser eu no início quanto o Senador Hermes, que aqui representa o mandato do Senador Seif –, nos conduziremos com a maior polidez possível, mas com o objetivo de colher sugestões. Então fica estabelecido em três minutos.

A palavra será concedida de forma alternada entre os convidados que participam presencialmente e de modo remoto. Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Então, passo a palavra ao eminente General Jacy Barbosa Junior, do Comando de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa – não é do Comando de Defesa Cibernética do Exército, ou seja, não é no Forte Marechal Rondon, é na estrutura do Ministério da Defesa.

Está concedida a palavra ao senhor.

Vou mudar de lugar.

Passo a Presidência para o Senador Hermes e permanecerei aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JACY BARBOSA JUNIOR** (Para expor.) – Prezado Senador Hermes, prezado Senador Esperidião Amin, prezado Senador Jorge Seif, em suas pessoas eu cumprimento todos os presentes. Agradeço, em nome do Ministério da Defesa, em nome do Comando de Defesa Cibernética, a oportunidade de conversarmos sobre um assunto que é muito caro para a Defesa: segurança cibernética, que é uma das grandes preocupações hoje, em qualquer lugar do mundo, e não é diferente nem no Ministério da Defesa, nem no Comando de Defesa Cibernética ou no Exército.

Antes de mais nada, falando sobre o projeto de lei, dentro dos três minutos que me deram, a primeira coisa que eu gostaria de dizer – e eu coloquei alguns eslaides justamente para que nós não perdêssemos tempo – é que essa iniciativa é excelente, urgente e já estamos há bastante tempo nessa discussão. Eu acredito que o Ministério da Defesa tem todo o interesse em que esse projeto siga em frente. Ele preenche uma lacuna muito relevante no nosso ordenamento jurídico e está alinhado com as melhores práticas do mundo – nós vamos olhar, e o próprio Malagutti vai mostrar alguma coisa sobre isso –, está alinhado com o que existe de melhor no mundo em termos de legislação.

O que eu gostaria de... Acho que eu vou... Primeiro, eu sempre tenho o benefício da dúvida. Isto.

Passou um.

Quando nós falamos de ataques cibernéticos – é importante frisar e é essa a visão da Defesa –, muitas vezes, podem começar, e normalmente começam com motivação financeira, mas não é o único momento ou não é a única forma de isso acontecer. Então, na verdade, eles podem partir para a busca de segredos industriais, para segredos de Estado, para promover o caos social e tem uma série de outras motivações que, muitas vezes, escapam do dia a dia comum do cidadão. Quando eles se tornam um problema de defesa? Quando eles afetam serviços essenciais ou infraestruturas críticas. E é sempre neste momento em que a gente olha – a Defesa olha – com um olhar diferenciado, lembrando que atualmente todas as grandes nações, todos os países têm, em suas doutrinas, o ataque cibernético como uma de suas armas. Então nós não podemos nos esquecer disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo direto ao ponto, as principais considerações sobre o PL são que nos parece que falta uma diferenciação clara entre cibersegurança e ciberdefesa – ou defesa cibernética. Esse é um ponto que eu gostaria de colocar porque isso tem um impacto muito grande, particularmente no próximo ponto, inclusive, que a gente coloca lá, sobre a ambiguidade de competências, e porque nós temos o problema de, muitas vezes, nós termos outros atores que precisam atuar, não apenas a autoridade nacional de cibernética que se pretende criar, a qual nós julgamos extremamente importante que seja criada.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JACY BARBOSA JUNIOR** – Mas, quando você tem alguma ambiguidade de competências, nós podemos ter problemas sérios. O próprio conselho nacional de cibersegurança fez uma proposta submetida a esta Casa em que tem uma separação bastante interessante, nós julgamos.

O outro ponto a ser colocado em relação às nossas contribuições é a questão de compartilhamento de informações. Cibersegurança se faz com compartilhamento de informações; tratamento de incidente se faz com compartilhamento de informações. Então é importante que isso seja colocado, e isso vem sendo colocado como uma atividade necessária. E nós julgamos... A própria proposta que nós vimos coloca esse ponto, e a nossa preocupação passa por quando as informações a serem trocadas ou a obrigatoriedade dessas informações possam expor vulnerabilidades de infraestruturas críticas ou vulnerabilidades de serviços essenciais, por que isso, esse assunto, tem que ser tratado de uma forma bastante pormenorizada na lei para evitar uma obrigatoriedade de expor uma infraestrutura crítica nossa.

E o último ponto que eu gostaria de colocar é a questão de ter indicadores objetivos de quando deixa de ser um problema de segurança e passa a ser um problema de defesa. Se nós não tivermos na lei algum direcionamento em relação a isso, a gente pode ter conflito de competências – e a gente volta ao primeiro ponto.

Inclusive, eu coloquei uma proposta de níveis de incidentes cibernéticos com gradações e com termos basicamente simples, para que a gente possa entender a diferença entre o que é um incidente técnico, que vai ser resolvido pelo próprio pessoal de TI do órgão; o que é um incidente de relevância nacional, onde você não compromete infraestruturas críticas; o que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incidente de uma crise cibernética que pode ter impacto sistêmico, e aí você tem um problema de resiliência de Estado. Quando você tem uma degradação de infraestruturas críticas de interesse da Defesa, onde efetivamente você precisa mobilização da Defesa, o GSI e outros órgãos, você tem um problema interministerial para resolver; e também, quando você tem efetivamente um ataque ao Estado, uma ameaça à soberania, isso são índices, são períodos diferentes que fazem com que você tenha respostas diferentes.

A proposta, então, seria que alguma coisa nesse sentido nós pudéssemos agregar à lei em si.

Bom, acredito que, fechando, apenas gostaria de colocar aqui – e aí já não mais como na parte de defesa, mas porque são assuntos caros à defesa, que a gente julga interessante estarem de alguma forma abordados na lei – sobre falarmos explicitamente sobre as tecnologias computacionais emergentes – IA, tecnologias quânticas –, porque elas já se tornaram assunto de Estado em muitos países, já se tornaram elementos de...

Talvez fosse uma oportunidade de a gente começar a regular essa parte também. Estimular o fomento de soluções nacionais, isso é do interesse total da defesa, justamente por haver essa preocupação com as tecnologias emergentes, particularmente nós termos autonomia em relação ao desenvolvimento disso é do nosso interesse. E a criação de uma plataforma neutra para compartilhamento de ameaças, onde a gente conseguisse efetivamente fazer essa troca de informações de uma maneira simples e segura. Esses são aspectos de bastante relevância, que a gente acredita como oportunidade para a Defesa.

Fechando o meu tempo – eu acredito que eu tenho 50 segundos –, só gostaria de colocar o que a Defesa tem feito nesse período já em relação a essa questão de cibersegurança. Eu coloco aqui o Exercício Guardião Cibernético, que é uma atividade que nós realizamos já há quase uma década, onde nós colocamos, fazemos exercícios de simulação constitutiva e virtual, onde discutimos problemas de impacto estratégico – certo? –, particularmente em relação a serviços essenciais e infraestruturas críticas. Então, acredito que esse tipo de discussão é mais do que uma melhoria técnica, ele dá melhoria institucional para as atividades. Nós o estamos realizando anualmente, neste ano vamos realizá-lo em setembro. Já aproveito aqui a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade para convidar a todos para assistir à atividade que será aqui em Brasília, e nós teremos ainda em outras seis cidades, sendo conduzidas em paralelo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Quando é que vai ser?

**O SR. JACY BARBOSA JUNIOR** – De 21 a 25 de setembro.

Bom, senhores, em relação à minha participação, seriam essas as contribuições que o Ministério da Defesa gostaria de apresentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

Eu quero registrar e agradecer a presença do nosso Senador Astronauta Marcos Pontes.

E quero passar agora a palavra para o nosso Senador Jorge Seif, em seguida, ao Sr. Marcelo.

**O SR. JORGE SEIF JÚNIOR** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, convidados, especialistas e todos que acompanham esta audiência, quero inicialmente agradecer a presença de todos e destacar a importância deste momento para aprimoramento do Projeto de Lei 4.752, de 2025, que institui o Marco Legal da Cibersegurança.

Embora temporariamente licenciado, continuo acompanhando de perto a construção dessa matéria e sigo plenamente comprometido com a elaboração do relatório. Trata-se de um tema que exige diálogo, responsabilidade e, sobretudo, a capacidade de reunir diferentes visões para construir uma legislação sólida e preparada para os desafios do presente e do futuro.

Eu vejo aqui muitos amigos que ao longo desses dois, três anos têm acompanhado a nossa luta e quero dizer a vocês que é um projeto de lei que está sendo construído a várias mãos. Para que os senhores saibam, viajamos, fizemos missões por vários países, visitamos várias instituições. Posso mencionar aqui o Senador Amin, Senador Marcos Pontes, Senador Sergio Moro e outras pessoas que, junto conosco, têm contribuído e participado para que façamos um marco legal que, ao mesmo tempo, consiga proteger a infraestrutura e contemple

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente a cibersegurança no Brasil e, por outro lado, não engesse, não impeça a inovação da nossa nação. Isso é um grande desafio.

E para que vocês saibam, o meu objetivo...

Temporariamente o Senador Hermes Klann, gentilmente, está de Relator desse projeto, justamente por conta do meu afastamento. Mas temos consultado, inclusive, aqui a Consultoria Legislativa do Senado, porque o meu objetivo é transformar essa legislação numa legislação viva. O Senador Esperidião Amin comentou, no início já de sua fala, que nós estamos tentando fazer uma estátua. Mas, como ele também comentou, os problemas, os desafios, as novas ameaças cibernéticas, etc., são diárias, são contínuas, são vivas, são organismos vivos.

Por isso, para que vocês entendam a importância da participação das senhoras e dos senhores, o que nós queremos fazer – e já conversei, inclusive na minha última viagem, com o Senador Marcos Pontes – é colocar, por exemplo, nessa legislação, de alguma forma, os *frameworks* internacionais sobre segurança e padrões para cyber, como o Nist, o RMF, o ISO 27000, o CIS, o ASP, e o Saif – que parece que é meu homônimo, mas não é –, é Security AI Agent, de forma que essa legislação não fique engessada, impedindo que nós, como país, como nação, fiquemos obsoletos ou defasados diante das ameaças que nós podemos sofrer no futuro.

Outra questão importante é, ao nós vermos outras nações, outros continentes, que já tem uma legislação dessa aprovada. No entanto, o Brasil parece estar um pouco atrasado, mas os erros dessas legislações de outros países acabam nos ensinando muito. Nós temos estudado, inclusive, alguns exageros da lei europeia, da lei asiática, da lei americana, e podemos aprender com os erros de colegas internacionais, de outros países, de outras nações, para que nossa legislação fique o mais moderna, contemplativa e viva possível.

Para finalizar a minha fala, a transformação digital trouxe enormes avanços para a sociedade e também ampliou a nossa exposição a riscos cada vez mais sofisticados. Ataques cibernéticos, órgãos públicos, empresas, instituições financeiras, serviços essenciais, demonstram que a cibersegurança deixou de ser uma preocupação restrita à área de tecnologia, tanto que o nosso glorioso Exército brasileiro está aqui mostrando também suas preocupações, ou seja, trata-se de soberania nacional. Hoje é uma questão de soberania, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento econômico, de proteção de dados dos cidadãos e de continuidade dos serviços públicos. Esta audiência pública representa uma etapa essencial desse processo.

Eu também queria tranquilizar todas as senhoras e senhores que nos honram com a sua presença. Apesar do tempo limitado, General – demos três minutos, pela quantidade de pessoas que estão participando, e isso é muito benéfico para a legislação –, nós vamos dar um tempo, um prazo, e enviar para vocês, mostrar para vocês um *e-mail* para que as contribuições sejam por escrito, como muitos de vocês, das instituições aqui presentes, já têm colaborado. Então, não fiquem preocupados: "Poxa, viajei para Brasília, me desloquei ao Senado, e vou apenas contribuir com três minutos." Nós sabemos que é completamente insuficiente. Mas vamos então deixar aqui um *e-mail* à disposição.

Eu já peço à mesa aqui da Secretaria que coloque um e-mail à disposição das entidades e instituições aqui presentes para que todas as contribuições, os trabalhos que vocês certamente fizeram de estudo, de consultar vossas empresas, as pessoas que são associadas nas vossas instituições, etc., etc., etc., sejam incluídos para que quando eu, Senador Hermes, Senador Amin, formos apresentar essa legislação, ela seja o mais contemplativa e democrática possível, ouvindo as diversas experiências de instituições públicas, privadas, empresas de tecnologia, Governos, segurança, Exército, forças armadas, forças de segurança pública.

Tenho convicção de que as contribuições que serão apresentadas pelas senhoras e senhores enriquecerão o debate, serão fundamentais para a elaboração de um relatório técnico, equilibrado e à altura da relevância dessa matéria para todos nós.

Agradeço a disponibilidade de todos os convidados e reitero meu compromisso, junto com o Senador Hermes Klann, de conduzir esse trabalho com diálogo, responsabilidade e espírito colaborativo, não esqueçam isso, sempre buscando o melhor resultado para o nosso Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Senador Seif. Eu passaria a palavra agora ao Marcelo, mas, antes disso, passarei, se me permite, a palavra para o Senador Astronauta Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para expor.) – Obrigado, Presidente, bom dia. Bom dia a todos.

De forma curta, mas só para ressaltar a importância deste marco, a importância deste assunto para o país e, quando eu digo do país, eu estou falando inteiramente no país. Segurança cibernética é um assunto extenso e profundo, imóvel, ou seja, falando com o Exército aqui, é o pior tipo de alvo que nós temos, porque ele se move rápido e você não sabe onde ele está. Ele pode afetar, basicamente, geograficamente, todo o país. Ele pode afetar tanto em profundidade em nível de país como em nível de instituições, em nível de empresas, em nível de cidadão.

Então, é algo extremamente profundo, extremamente amplo e, infelizmente, o nosso sistema Legislativo é lento, e não possui todas as ferramentas que nós gostaríamos de ter para que uma lei emitida, para que uma lei criada aqui, se adapte rapidamente ao que deveria fazer.

Quando a gente vê, por exemplo, as medidas que têm que ser tomadas em nível de regulação também, isso tem que conversar muito rapidamente com a lei; a lei tem que ser flexível, a lei tem que ser adaptável às situações que vão aparecer. Eu estou falando isso pensando aqui, na minha cabeça, para quem trabalha com gerenciamento de risco, em relação à probabilidade, impacto de alguma coisa que hoje tem pouca probabilidade de acontecer, e um impacto muito grande, de repente, vai ter grande probabilidade no futuro, o que vai elevar muito o nível de risco. E a mitigação desse risco, o trabalho tem que ser feito dentro das estruturas, em todos esses níveis que eu falei aí, tem que ser rápido também.

Então, essa adaptação tem que ser muito rápida, tanto na maneira como nós tratamos a lei aqui que, do meu ponto de vista, tem que ser algo mais principiológico e com acesso rápido à regulação nos vários setores, já que isso transcende todos os setores, está em todos os setores. Então, nós temos que achar uma maneira de fazer desse marco um piloto também ou uma lei que possa ser rapidamente copiada para outros setores, como inteligência artificial, que segue o mesmo padrão e o mesmo princípio.

Aliás, um conversa com o outro. Essas três pernas conversam diretamente, que são a segurança cibernética, a inteligência artificial e a proteção de dados; e, quando eu digo proteção de dados, não se resume simplesmente à proteção de dados de pessoas. A gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando de proteção de dados gerais, dados do país de forma geral, dados de treinamento para inteligência artificial e como que isso pode ser ou não parcial. Quando digo parcial também, entendam parcial tanto incompleto quanto parcial em termos de ter *nuances* ou *bias* colocados ali dentro desse banco de dados, ou seja, é um assunto extremamente complexo, um assunto extremamente amplo, muito profundo e vai afetar até o cidadão. Isso vai lá da inclusão digital do velhinho que está lá em casa, não sabe usar o computador e vive sendo vítima de fraudes, e isso vai aumentar.

Sem dizer que o avanço natural desse tipo de tecnologia ou das tecnologias que apoiam os ataques cibernéticos também é muito evolutivo. A gente está falando de mudança e utilização de várias aplicações de inteligência artificial cada vez mais entranhadas dentro dos sistemas. Há criação, por exemplo, de milhões, eu diria, de agentes que permeiam todas as áreas. Esses agentes não têm atualmente nenhum tipo de controle, e isso também significa que a pessoa, de uma forma ingênua, acaba colocando todos os seus dados à disposição desses agentes e acaba transformando e abrindo dados de uma forma absurda.

Quero lembrar também que isso transpassa fronteiras; isso vai para outros países ou vem de outros países para cá; então é outro cuidado que tem que se ter. E isso vai ser ainda mais complicado com a entrada de computação quântica ou outros tipos de tecnologias novas, ou seja, eu pintei um quadro meio sinistro, mas é para, justamente, chamar atenção para a importância que nós temos desse marco, que não pode ser, como o Senador Seif falou, alguma coisa travada; não pode se travar o nosso desenvolvimento aqui, no país, e tem que se tomar muito cuidado para que o medo não transforme uma lei como essa em uma lei que prejudique o país, e aí prejudique em dois sentidos: prejudique no desenvolvimento e prejudique na segurança também.

Às vezes, com o medo que você tem de uma certa tecnologia, você acaba abrindo mais vulnerabilidades para que as pessoas, as instituições e as empresas sejam atacadas. Então, é um trabalho grande e certamente vamos precisar do esforço de todo mundo. A segurança cibernética é o típico exemplo de algo que precisa da participação de todos. Não é uma questão de um só; a própria pessoa que está ali desavisada fica clicando em coisas no *e-mail*. Até a educação básica precisa ser atingida com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, obrigado. Eu estou aqui à disposição para poder ajudar. São muitos anos trabalhando com esses tipos de sistemas, ainda mais na parte técnica, mas agora aqui também na parte legislativa, para poder ajudar nesse sentido.

Obrigado a todos, e parabéns, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Quero registrar a presença da Senadora Damares e convidá-la a fazer parte da mesa.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Passo a palavra, agora sim, para o Marcelo Antonio Oslller Malagutti, Secretário-Executivo do Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber).

Com a palavra.

**O SR. MARCELO ANTONIO OSLLER MALAGUTTI** (Para expor.) – Bom dia, Senador Hermes, Senador Amin, Senador Seif, Senador Astronauta, Senadora Damares, nas pessoas de quem cumprimento as demais autoridades que nos assistem.

Eu aqui represento neste momento o Comitê Nacional de Cibersegurança, a Secretaria Executiva, e vou falar um pouco a respeito da urgência e relevância de uma política de Estado nessa linha. As palavras já proferidas pelos senhores e pelo General Barbosa, que me antecedeu, já dão um resumo do que eu tenho a falar. Então, com isso, acho que consigo cumprir o tempo.

Bom, eu vou falar aqui sobre a importância que nós vemos, no Comitê Nacional de Cibersegurança, em uma fusão do texto proposto originalmente por essa frente, que o senhor assinou, Senador Esperidião, com a nossa proposta de regulação elaborada pelo Comitê Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago aqui duas mensagens importantes que a gente gostaria de destacar. Uma é do Tribunal de Contas da União, que destaca que a cibersegurança é um dos três pilares, uma das três dimensões da soberania digital, um tema muito caro a todos nós. E, por fim, é uma observação da mensagem presidencial ao Congresso no início deste ano, em que o Presidente apregoa a necessidade de termos uma nova governança da cibersegurança nacional ainda em 2026. Então, essa mensagem de urgência nós temos trabalhado com ela como uma regra dentro dos nossos trabalhos.

Nós temos, basicamente, um problema simples que é o paradoxo digital brasileiro. Nós somos o país com o maior Governo digital do mundo, a maior oferta de serviços do mundo, mas somos um país que sempre aparece também como um dos três maiores, dependendo das diferentes pesquisas, atacados no mundo. Portanto, nós temos uma oferta, uma vitrine muito grande e muito exposta, sujeita a fraudes e diferentes tipos de incidentes.

A solução que nós temos visto no comitê nos últimos três anos é a melhoria da governança dessa cibersegurança. Nós temos trabalhado forte na linha de termos regulação, fiscalização, coordenação e controle. E o benefício esperado é a melhoria da proteção da nossa economia digital, maior...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MARCELO ANTONIO OSLLER MALAGUTTI** – ... segurança jurídica, proteção aos cidadãos e soberania digital nacional.

Nós tivemos incidentes graves envolvendo o Ipen. Tivemos, recentemente, o caso da "misantropia", que foi o maior incidente de negação de serviço que acabamos tendo, em que um único *hacker*, um único ataque desabilitou o serviço de defesa civil nosso por vários dias. Nós ainda continuamos inoperantes nesse caso.

Bom, nós temos um movimento geopolítico muito importante no sentido de que a melhor defesa é o ataque. Vários países estão adotando essas medidas recentemente.

E, no tocante às tecnologias, recentemente mencionadas pelo Senador Seif e pelo Senador Astronauta, nós temos duas que chamam particularmente a atenção num rol de 35 que nós estamos monitorando lá no GSI e acompanhando. Uma delas é a IA. E a gente vê aí uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimentação consistente dos países em trazerem seus órgãos reguladores de IA, seus órgãos gestores de IA, a trabalharem junto com o pessoal de cibersegurança, muito mais do que com os órgãos de proteção de dados. Por quê?

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MARCELO ANTONIO OSLLER MALAGUTTI** – Porque observa-se a necessidade de termos essa proximidade maior.

Ontem, a China anunciou o Mythos dela, os americanos tinham anunciado o Mythos, ontem os chineses anunciaram um que dizem que é superior ao americano. Nós não tivemos tempo de avaliar ainda, mas dá para a gente ver que a guerra está aberta, está declarada, que o espaço está sendo ocupado muito rapidamente e que nós estamos atrasados. Então, nós temos que pelo menos nos proteger; se não seremos ofensivos, porque não é da nossa cultura, pelo menos temos que nos proteger do uso dessas ferramentas contra nós.

O Presidente Trump assinou uma ordem executiva relevante em que ele Departamento de Defesa – nossos colegas militares aqui estão acompanhando isso – vai implementar sensores quânticos já a partir de 2027. E eles terão – o Departamento de Energia, que faz os supercomputadores, que compra os supercomputadores americanos – um computador quântico plenamente operacional em breve, até 2030, e que os americanos já vão utilizar a criptografia pós-quântica, um outro item mencionado pelos senhores, a partir de 2031, exclusivamente pós-quântica. Os franceses, por sua vez, a partir de 2027, não homologarão nenhum produto ou serviço novo que não tenha criptografia pós-quântica, ou *quantum-safe*, como eu prefiro chamar.

Bom, nós temos aí, na nossa proposta do CNCiber, um conjunto de órgãos que passariam a ser serviços essenciais e infraestruturas críticas, com seus devidos reguladores.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MARCELO ANTONIO OSLLER MALAGUTTI** – E a nossa proposta elaborada lá traz uma ideia de que a gente teria uma autoridade nacional que faria uma regra padrão, a regra geral, e que cada um dos reguladores setoriais desenvolveria as regulações específicas. Parece-nos uma proposta melhor, mais completa, eu diria, não melhor no sentido qualitativo, mas mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completa do que a proposta, por exemplo, que se discutiu no projeto da IA, em que havia apenas uma coordenação-geral e não uma regra geral estabelecida por um órgão específico.

Nós temos quatro objetivos importantes, aspectos positivos, que são a segurança jurídica; a estabilidade regulatória e a harmonia regulatória, que facilitem a economia de dados; o esforço na cultura e educação – foi mencionada há pouco também pelos Senadores a necessidade de se educar a população desde os níveis das idades mais tenras até os níveis profissionais mais avançados; e, o que é muito caro para o GSI e para o Ministério da Defesa, a questão da soberania nacional no sentido de inserção do Brasil na cadeia de valor, de nós termos produtos e serviços brasileiros não apenas sendo utilizados no Brasil, mas também sendo exportados, oferecidos ao mundo e termos uma maior resiliência, particularmente no tocante à operação dos nossos serviços essenciais.

Para concluir a junção dessas duas propostas, teria cinco elementos relevantes para nós no tocante à governança: um sistema nacional de cibersegurança, que atenderia o âmbito político; um conselho nacional, diferente do comitê, envolvendo os outros Poderes – Legislativo, Judiciário, Ministério Público –, estados e municípios; as autoridades nacionais, sendo tanto a Autoridade Nacional de Cibersegurança como os órgãos reguladores setoriais, daquele eslaide anterior que eu mostrei; um Centro Nacional de Cibersegurança, que seria o operador da segurança, aquele que monitora, que tem os sensores, que vê a onda de ataques acontecendo em tempo real, é a parte do controle daquelas quatro funções mencionadas inicialmente; e, claramente, um grande ganho que haveria seria a manutenção dessa proposta extremamente importante, apresentada pelo Senador Esperidião e pelos colegas da frente parlamentar, no sentido de um programa voluntário. Nós teríamos, então, um conjunto de órgãos obrigados pela importância, pela essencialidade dos serviços que prestam, pelas infraestruturas críticas que administram, mas também aqueles outros que gostariam de aderir, de ser voluntários e adotarem o programa.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MARCELO ANTONIO OSLLER MALAGUTTI** – Eu encerro aqui com os quatro itens mencionados há pouco e deixo o meu contato para aquelas pessoas que quiserem ter mais detalhes, mais informações a respeito da proposta de fusão, como poderia ser realizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muitíssimo a oportunidade e a confiança.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Sr. Marcelo.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Demi Getschko – será que eu pronunciei certo? –, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

**O SR. DEMI GETSCHKO** (Para expor.) – Bom dia a todos.

Muito obrigado pelo convite. É uma honra estar presente aqui.

Tenho uma pequena apresentação, mas vamos reduzir aos pontos essenciais, já que o tempo é curto e temos que avançar.

Então, a primeira coisa que eu vou dizer em relação ao NIC, que é o órgão que eu teoricamente represento aqui, é que o NIC...

Vou passar. Opa, perdão! Já chegamos ao obrigado. A coisa não funcionou. (*Risos.*)

É mais rápido do que eu imaginava, mas não é tão rápido.

Pronto. Eu vou colocar aqui. Vamos lá. Então, muito bem.

O NIC é um órgão privado que usa recursos privados, não públicos – não tem um centavo público –, que cuida do .br. O .br, como vocês sabem, é um sobrenome que funciona bem na internet brasileira, foi bem adotado pelos brasileiros. O .br foi obtido em 1989 da administração central da internet e a gente tem mantido isso aí de uma forma bastante, espero eu, sensata. Por exemplo, nós nunca abrimos o segundo nível do .br para ninguém, tanto que leg.br não pertence a Luiz Eduardo Gonçalves, mas sim ao Legislativo; o gov.br é do Governo; foi criado o bet.br por causa das apostadoras e tudo mais. Então, o fato de manter o segundo nível fechado é útil para ter uma semântica no processo.

E um dos órgãos do NIC – que, teoricamente, estaria nessa apresentação em algum lugar – é o Cert, que é o nosso centro de emergências em informática, que tem uma longa trajetória – vai completar 30 anos o ano que vem – e gera cursos nessa área e tudo mais. A gente tem oito cursos por ano em tratamento de incidentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o meu ponto de alerta seria o seguinte: primeiro, essa temática é uma temática multifacetada. É totalmente diferente do que a Defesa tem de tratamento de cibersegurança e do que tem o cidadão comum, que é sujeito a fraudes, a golpes. Nós geramos cartilhas a cada mês sobre coisas desse tipo.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. DEMI GETSCHKO** – Então, o tema é multissetorial e é diferente.

É fundamental que o tema seja tratado como colaboração, tem que ser um tema colaborativo. A internet brasileira é muito bem vista lá fora. A gente tem uma boa trajetória na área. E o Cert também é muito bem visto lá fora. A gente tem integração com n órgãos internacionais que tratam disso, então isso é importante. A gente participa do Guardião Cibernético e tudo mais.

Eu me beneficio do que foi falado aqui. Certamente, segurança é um alvo móvel e, como qualquer alvo móvel, qualquer doença, nós precisamos saber qual é o sintoma para poder gerar um tratamento. Então, é fundamental que a gente preserve a aquisição de denúncias na área do que acontece, porque, se você não tiver um centro que recebe as informações de problemas na área de segurança, você não tem como retrabalhar isso aí e gerar bons aconselhamentos a quem vai ser eventual vítima disso.

Vou usar uma frase que foi dita aqui: de fato, o Brasil é um dos...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. DEMI GETSCHKO** – ... alvos principais de ataques cibernéticos. Por exemplo, o .br é um dos domínios mais seguros do mundo, porque a gente mantém a exibição de quem é o dono do domínio, a gente sabe quem é, isso não é oculto. Então, ao mesmo tempo que nós somos alvo, nós temos o melhor serviço digital, o governo – o gov.br é um sucesso –, e nós temos o .br muito na região dos domínios seguros. Você raramente é atacado por um domínio .br.

Então, o que eu queria dizer é o seguinte: se você não proteger a identidade de quem denuncia, você perde as denúncias. Nós temos um arquivo gigantesco de denúncias de problemas na área de segurança, o que não indica que nós sejamos inseguros; indica que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoal que recebe as denúncias é considerado seguro, pode recebê-las e só assim nós podemos fazer um retrabalho, uma engenharia reversa para chegar ao ponto final. Então, eu acho que isso é importante.

Em relação à legislação, eu acho que é fundamental o que foi dito aqui: países, às vezes, avançaram além do ponto e tiveram que recuar.

E nós aprendemos com isso.

Veio-me à cabeça uma frase latina, que é: *festina lente*, que significa apressa-te devagar. É importante que a gente se apresse de uma forma cautelosa, neutra e, certamente, equilibrada.

E eu diria que o ponto fundamental do que foi dito de ataques a brasileiros é um problema de letramento, que nós teremos que trabalhar pesadamente em chamar a atenção do cidadão, das empresas, do que for, de que esse é um alvo móvel e que você tem que estar o tempo todo se reconfigurando, para poder se mostrar resiliente a esse tipo de serviço. Eu acho que essa é a grande jogada.

Então, eu ressaltaria que, primeiro, o Brasil tem uma boa trajetória na área da internet, é muito bem visto lá fora nesse assunto, o Cert.br têm uma bela participação internacional e intercâmbio com outros órgãos, além dos cursos de multiplicação que dá, e esse é um problema que não pode ser tratado monoliticamente; tem que ser tratado multissetorialmente, multifacetadamente, porque cada área da sociedade...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. DEMI GETSCHKO** – ... tem as suas devidas dores com isso e não há uma solução única para tudo isso.

O que é útil para áreas de Governo, para áreas de segurança, de serviços públicos não é obrigatoriamente útil para crianças e adolescentes, não é obrigatoriamente útil para cidadãos no dia a dia, e só o trabalho cooperativo na área vai poder gerar algo que seja sólido.

Eu espero não ter avançado muito no tempo, mas é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um último comentário pedante: a gente está usando ciber o tempo todo. Ciber vem da palavra grega *kybernan*, que dá a palavra Governo. Então, cibernética é "governética". Então, na verdade, cibercrimes são crimes de controle.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

Eu acho que todos têm contribuição para a gente anexar a isso tudo, mas eu passo agora ao Sr. Rodrigo Pereira Pacheco, Diretor Substituto do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações, da Agência Brasileira de Inteligência (Cepesc/Abin).

**O SR. RODRIGO PEREIRA PACHECO** (Para expor.) – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar os Exmos. Senadores, demais autoridades, membros da mesa e todos os presentes e agradecer o convite desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.

É com grande satisfação que participo desta audiência pública como Diretor Substituto do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações.

O Cepesc é a unidade da Agência Brasileira de Inteligência regimentalmente responsável por segurança e inteligência cibernética. Foi o primeiro órgão do Brasil especificamente dedicado à segurança da informação e possui 44 anos de sólida experiência, tendo ampliado suas atividades de acordo com a evolução tecnológica.

Nós estamos aqui hoje para debater um tema que transcende a segurança cibernética convencional. Estamos tratando fundamentalmente da preservação da soberania nacional, da higidez das nossas instituições e da proteção das infraestruturas críticas do país.

No atual cenário geopolítico, o ciberespaço tornou-se uma arena de disputas complexas, onde atores estatais e não estatais operam de forma sofisticada. Por essa razão, a governança da cibersegurança no Brasil não pode ser reduzida a uma atividade puramente computacional ou de combate ao crime cibernético. Ela exige uma articulação profunda com a atividade de inteligência e com a alta tecnologia criptográfica de Estado, visando a diminuir a superfície de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ataque relacionada a ameaças persistentes avançadas, cujo principal objetivo é a ciberespionagem e a cibersabotagem.

Gostaria de estruturar nossa visão em quatro pilares fundamentais que justificam as centralidades do Cepesc e da Abin nesse domínio.

Primeiro, a inteligência cibernética como função de Estado e do Sisbin.

Em primeiro lugar, é preciso registrar que a inteligência cibernética é uma área temática da própria inteligência de Estado, levada a cabo pelo Sistema Brasileiro de Inteligência, o Sisbin, hoje composto por mais de 40 órgãos parceiros, sob a coordenação central da Agência Brasileira de Inteligência.

Essa atividade está formalmente prevista na doutrina da atividade de inteligência e responde diretamente às ameaças prioritárias identificadas na Política Nacional de Inteligência, desde 2016.

A inteligência cibernética é político-estratégica, analisa dados para entender o macro cenário e subsidiar o processo decisório nacional.

Segundo, a conexão indissociável com a cibersegurança.

A inteligência cibernética está diretamente conectada e serve de suporte à cibersegurança. Ela atua como camada de governança e assessoramento que viabiliza essa proteção em nível de Estado, garantindo que as políticas de resiliência cumpram os padrões de alta segurança exigidos para a preservação dos segredos nacionais.

Terceiro, as múltiplas fontes da inteligência de ameaças.

Para cumprir sua missão estratégica, a inteligência cibernética se alimenta de várias fontes, entre as quais a inteligência de ameaças. Enquanto a primeira atua em nível macro e preventivo, a inteligência de ameaças cumpre um papel tático e operacional, analisando dados de incidentes cibernéticos para consolidar conhecimento estratégico.

Finalmente, a missão do Cepesc-Abin: enfrentamento de APTs e pesquisa em desenvolvimento de fronteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É neste cenário de alta complexidade que se insere a missão da atuação do Cepesc-Abin. Nossa atuação diária é direcionada para identificação, tratamento e neutralização de ameaças no nível mais sensível da administração pública.

Atuamos na linha de frente contra ataques cibernéticos sofisticados, levados a cabo por grupos de ameaças persistentes avançadas ligados a governos estrangeiros contra infraestruturas críticas e setores estratégicos do Brasil. Monitoramos e avaliamos os impactos das tecnologias computacionais emergentes, as TCEs, compreendendo inteligência artificial, computação quântica, sistemas autônomos e arquiteturas avançadas de conectividade, antecipando as novas dinâmicas de risco que elas introduzem.

Mais do que analisar, nós desenvolvemos soluções. O Cepesc é o braço tecnológico que lidera a pesquisa em desenvolvimento em *hardware* e *software* de segurança, com foco na criação de algoritmos proprietários com criptografia pós-quântica.

A proteção do fluxo de dados das autoridades máximas da República e o desenvolvimento do algoritmo criptográfico de Estado encontram-se sob nossa coordenação técnica.

Por meio da utilização de algoritmos de estado desenvolvidos internamente, preparamos as comunicações críticas para resistir, inclusive, às capacidades futuras da computação quântica, minimizando riscos de espionagem inerentes a soluções comerciais.

Finalmente, se observarmos as nações de referência global, como o Reino Unido, com o National Cyber Security Centre, dentro da Agência de Inteligência de Sinais, ou os Estados Unidos, com a atuação da NSA e da Cisa, ou a Espanha, com o Centro Criptológico Nacional integrado ao Centro Nacional de Inteligência, veremos, de forma inequívoca, que a inteligência civil e o desenvolvimento criptográfico soberano são o núcleo duro da resiliência digital de qualquer país.

A expertise e o *know-how* acumulados pelo Cepesc-Abin são ativos indispensáveis e insubstituíveis. Garantir e fortalecer esse papel nas políticas gerais de resiliência cibernética é a única forma de assegurar que o Brasil não seja apenas um espectador reativo, mas um ator soberano e protegido na era digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

Eu vou passar a palavra agora, remotamente, ao Sr. Rony Vainzof, Diretor Titular da Divisão de Cibersegurança da Fiesp e Consultor em Proteção de Dados da Fecomercio de São Paulo.

**O SR. RONY VAINZOF** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, bom dia a todos e a todas.

Prezados Senadores Hermes Klann, Esperidião Amin, Jorge Seif, Marcos Pontes, Damares e demais colegas, bom dia.

Desculpem-me entrar *online*. Eu já tinha uma viagem marcada, mas logicamente fiz questão de participar desse honroso convite, mesmo que remotamente.

Tive a oportunidade também de compor a mesa de instalação da frente parlamentar, que teve, se eu não me engano, o maior público da história das frentes no auditório do Senado. Isso já demonstra a importância desse tema.

Eu tenho muito orgulho aqui de representar a Fiesp e a Fecomercio nesta audiência, bem como o setor empresarial no Comitê Nacional de Cibersegurança, ao lado de tantos outros colegas brilhantes.

Quero desde já ressaltar a importantíssima iniciativa do Senado com o PL 4.752 e de como ela se complementa com o texto que nós trabalhamos no CNCiber ao longo desses últimos quase dois anos.

Essa junção do texto do PL 4.752 com o texto que nós propusemos no CNCiber caracteriza uma verdadeira ação de Estado, pois a aprovação do marco legal é urgente e relevante – e eu vou tentar aqui explicar um pouquinho o porquê.

Se a gente observa vários relatórios em relação ao custo anual de incidentes e fraudes cibernéticas, ele pode chegar a um número de 10,5 trilhões anualmente. Esse tipo de custo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolve custos diretos, como interrupção operacional ou multas regulatórias, e custos indiretos também, como redução de valor de mercado de empresas e também perdas de clientes.

Quando a gente olha para o Brasil, esse custo com golpes digitais pode chegar a R$100 bilhões por ano, somente envolvendo golpes digitais.

Quando a gente olha para a criticidade da pauta com o avanço de novas tecnologias, como a inteligência artificial, criminosos que levavam quase 25 dias para explorar vulnerabilidades, hoje, com a IA, podem levar minutos.

É de 27 anos a idade do *bug* mais antigo descoberto recentemente com o uso da IA. E pior: menos de 1% das vulnerabilidades conhecidas já foram efetivamente corrigidas. Fora a questão do *quantum day*, que o Marcelo Malagutti comentou, previsto para 2029.

Então, esse paradoxo brasileiro que nós estamos enfrentando, enquanto lideramos em inovação, mas também nos tornamos alvo – estamos cada vez mais expostos a ataques cibernéticos –, com uma alta adoção de novas tecnologias, mas baixa maturidade e segurança, fez com que o TCU alertasse, nessa risca de alto risco, em termos de soberania, confiança e aceleração digital. E o TCU falou: "Não há organização oficial no Brasil capaz de zelar pelo nível de maturidade de segurança cibernética e orientar as atividades no país".

É por isso que a nossa proposta aqui é a do marco legal com o órgão central de cibersegurança – não uma questão de mais regulação, mas sim a melhor regulação, um marco horizontal que organize o tema, para mitigar riscos sistêmicos, econômicos e de infraestrutura; para uma questão de soberania, uma abordagem baseada em risco, com obrigações legais para infraestruturas críticas e serviços assistenciais; e, para os demais agentes, apenas boas práticas.

Cibersegurança exige coordenação nacional. Fora isso, a função principal desse órgão deve ser coordenadora, técnica e preventiva. A gente precisa ter um cuidado para evitar uma sobreposição sancionatória, o chamado *bis in idem*.

Fora isso, o incidente não pode significar culpa automática. O foco deve ser em avaliação de maturidade, diligência, governança e resposta adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com harmonização, com a experiência internacional, diversos países, de fato, caminham nesse sentido, e a cybersegurança empresarial é pragmática, ou seja, uma lei bem desenhada com a junção do PL com a proposta do CNCiber reduz custo, melhora a previsibilidade, fortalece a confiança digital, protegendo cadeias críticas, e torna o Brasil mais competitivo.

E só para concluir aqui, eu queria dizer que o CNCiber é um órgão plural que representa toda a sociedade, e nós votamos nessa 8ª Reunião, Ordinária, que foi realizada no final do ano passado com 20 instituições representativas da sociedade. E foi aprovada, por votação unânime, tanto a proposta de um marco legal quanto de um órgão central, ou seja, juntos e com eventuais ajustes pontuais, o PL 4.752, com a proposta do CNCiber, eles se complementam, para que a transformação digital no Brasil avance com segurança e confiança, ou seja, a pauta é urgente diante do custo da inação.

Muito obrigado e fico à disposição depois para os debates.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado ao Sr. Rony Vainzof.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Rodrigo Jonas Fragola, Vice-Presidente de Articulação Política da Confederação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro).

Com a palavra.

**O SR. RODRIGO JONAS FRAGOLA** (Para expor.) – Bom dia, Presidente, bom dia demais da mesa e meus colegas.

Bem, a Confederação Assespro representa 3,5 mil empresas, na área de tecnologia de informação, que são desenvolvedoras de *software,* e muitas delas desenvolvedoras de tecnologia de pequeno e médio porte. Eu estou aqui representando esse pequeno grupo amostral das empresas brasileiras.

Além disso, eu sou membro do CNCiber, sou bacharel em Ciência da Computação pela Universidade de Brasília e sou especialista em Política e Estratégia Cibernética pela Escola Superior de Guerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só tenho 30 anos de experiência na área de *cybersecurity*. Além disso, a minha empresa desenvolveu tecnologia na área de *cybersegurança*. E eu sei o quão é bom e o quão é ruim você conseguir ter o domínio sobre uma tecnologia que está fazendo a segurança de um povo ou de uma nação.

Então, existem três pontos que são bem interessantes para a gente avaliar.

O primeiro, já foi dito pelo Sr. Marcelo e completado agora pelo Sr. Rony, que a união desses dois projetos é o que vai viabilizar a possibilidade de se ter uma ação real e efetiva na segurança do país. Esses dois movimentos que nós estamos fazendo agora vão cumprir, sim, com a capacidade do alvo móvel, que foi dito no início da reunião, porque isso é inerente na área de *cyber*. E quanto à agência, diferente de outras agências, a gente entende que ela é uma agência que deve avaliar a maturidade, que deve ajustar e coletar informações, enfim, que deve ajudar o mercado e ajudar o Governo a melhorar a segurança como um todo, já que o risco não é mais individual. O risco agora é holístico, é compartilhado com outras entidades.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RODRIGO JONAS FRAGOLA** – Uma outra questão que nos preocupa muito é a questão da soberania nacional. A área de *security* sem desenvolvimento de tecnologia e sem desenvolvimento de autonomia é simplesmente inútil.

Não adianta gastar bilhões e bilhões de reais com produtos, sejam eles de falha ou de antivírus, EDRs, enfim, milhões de outros tipos de produtos que existem no mercado, de nações que sabidamente têm se utilizado de processos de espionagem e captura de dados ilegais ou legais que sejam, não é? Então, não adianta a gente pensar em desenvolver esse tipo de situação, esse tipo de autonomia... desculpa, esse tipo de segurança, sem autonomia e soberania.

Outro ponto que nos preocupa é a questão das multas. Como empresas privadas, a gente quer participar desse processo, a gente quer ajudar, mas a gente tem que entender que muitas das estruturas críticas, e até daqui da própria Casa...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RODRIGO JONAS FRAGOLA** – ... são mantidas por empresas privadas. E a gente não pode ser, digamos, punido excessivamente com as multas. Então a gente entende que as multas que estão citadas dentro do documento sejam, assim, em último caso, em caso de negligência, em caso de não observância, aplicadas de formas bem didáticas, e que a posição da Anciber, caso seja criada, seja uma posição muito mais de ajudar dentro do processo, apontar direções, até mesmo para que nós da iniciativa privada possamos contribuir.

Obrigado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Quero pedir permissão aqui para o nosso Presidente da sessão, o Senador Hermes Klann, para aproveitar a sua colocação, gabaritada pelos 30 anos de experiência: texto, apresente um texto.

**O SR. RODRIGO JONAS FRAGOLA** – Sim, sim, faremos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A reflexão nós entendemos. E é importante apresentar um texto e, com a sua experiência, um texto em forma legislativa, quer dizer: que emenda, que parágrafo, que artigo. Essa será a melhor contribuição para os Relatores, eu vou dizer...

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Perfeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... ao tempo em que eu me permito registrar a presença do nosso Governador, quero dizer, ainda Senador (*Risos.*) Sergio Moro. Seja bem-vindo.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, pela ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pois não, Senadora.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – ... para completar o que o Senador Amin falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou vendo as apresentações dos senhores aqui, que vocês não estão tendo tempo de mostrar, apresentações incríveis. Tem apresentação aqui que dá uma aula de mestrado e doutorado.

**O SR. JORGE SEIF JÚNIOR** (*Fora do microfone*.) – Verdade.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas aí eu vou para a tramitação do projeto e não estou vendo nenhum parecer dos senhores juntado no projeto. Eu não sei se eu estou enganada, Secretaria. Eu estou vendo aqui. Não tem nenhum. Eu acho que todas as apresentações dos senhores... Claro, elas vão ficar disponíveis agora para o público nacional, para todo mundo que quiser. Atenção, Brasil, está disponível no *site* da Comissão, agora, as espetaculares apresentações que eles não estão tendo tempo de mostrar. Mas eu iria sugerir que todos os senhores transformassem essas apresentações – e também aqueles que não têm – em forma de parecer e juntassem na tramitação do projeto...

(*Intervenção fora do microfone*.)

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... porque as contribuições aqui... Eu estou ouvindo, tentando acompanhar, anotar aqui, e não estou conseguindo.

Parabéns a todos pelas contribuições que estão trazendo, mas, assim como o Amin falou para o Rodrigo Fragola – eu estava numa expectativa muito grande para te ouvir, Rodrigo –, transformem isso, por favor, em parecer e juntem ao nosso projeto de lei.

Obrigada.

**O SR. JORGE SEIF JÚNIOR** – Pela ordem aqui, Senador.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não foi nenhuma inveja de penteado.

**O SR. JORGE SEIF JÚNIOR** – Só pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JORGE SEIF JÚNIOR** – Senadora Damares, exatamente o objetivo dessa audiência pública foi realmente convidar pessoas gabaritadas com reconhecimento, empresas, instituições, Governo, para nos ajudar, contribuir com esse parecer, com esse relatório que nós vamos apresentar.

Na minha fala – a senhora ainda não estava aqui –, repito, reitero e peço que todos realmente anexem os seus pareceres, as suas observações sobre o texto proposto, onde estão as fragilidades, as críticas, como disse o Senador Amin, as críticas positivas e negativas, que nós vamos fazer um compilado de todas as contribuições. Inclusive, estamos fazendo isso com as legislações internacionais, estamos colocando a nossa assessoria para analisar, tanto governamentalmente quanto da imprensa e dos órgãos correlatos, quais são as críticas às legislações que já foram implementadas em outros países, para que nós acertemos quando fizermos a nossa proposição.

Obrigado, Senador Damares, pela sua contribuição.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senadora Damares, Senador Jorge Seif.

Quero registrar, mais uma vez, a presença do nosso Senador Sergio Moro e convidá-lo para fazer parte da mesa, se assim quiser.

Eu vou passar a palavra agora ao Sr. Luiz Henrique Barbosa, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp). Com a palavra.

**O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA** (Para expor.) – Bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade. Cumprimento aqui os Senadores presentes nesta importante audiência: Esperidião Amin, Marcos Pontes, Presidente Hermes, Jorge Seif, Senadora Damares e Senador Sergio Moro.

A TelComp é uma associação que representa empresas privadas, prestadoras de serviços de telecomunicações, e que atua em toda a cadeia de telecomunicações. Então, por assim dizer, nós temos empresas associadas que operam cabos submarinos, conectando o país com outros países, no Atlântico, no Pacífico, conectando com a África, os Estados Unidos, a Europa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas que têm redes de transporte, que estão conectando diversas regiões do Brasil – a gente chama essas redes de longa distância de *backhaul*, *long haul*, mas basicamente são empresas que operam em longa distância. Temos, entre as associadas, operadores de *data centers*, satélites, redes móveis que operam no mercado de IoT, VoS, que, de alguma forma, atendem o cliente final, atendem o Governo, atendem empresas.

Nesse sentido, esta prévia aqui é para dizer que todas as empresas que fazem parte da TelComp estão sujeitas a uma crise sobre cibersegurança, pelo simples fato de serem provedoras de conectividade. Então, já tivemos algumas empresas com essa experiência e, por isso, entendemos que esse projeto de lei é muito importante.

Nesse sentido, então, reforço aqui que o que a gente chama hoje, na sociedade, de transformação digital, transformou telecomunicações em mais um setor entre diversas camadas de infraestrutura digital que devem ser consideradas quando a gente fala de segurança cibernética.

O risco cibernético hoje percorre uma cadeia enorme, não só dos provedores de conectividade, mas a gente está falando de operadoras que operam o que a gente chama de nuvem, plataformas digitais, sistemas operacionais, os mais diversos, porque está tudo conectado, dispositivos que estão na mão das pessoas, que a gente chama...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA** – ... de internet das coisas, com inteligência artificial, a gente tem diversas aplicações que estão sujeitas a essa questão da segurança cibernética.

Então é importante esse marco legal: não existe mais uma situação de só as telecomunicações estarem sujeitas a essa obrigação. Ao que a gente quer chamar a atenção, então, é que a responsabilidade tem que estar colocada para toda uma cadeia, não é criar burocracia, mas é ter essa visão e realidade; e que todo mundo que captura, trata, armazena, processa dados tem que ter uma obrigação compatível ao seu impacto, ao risco que gera. Não faz sentido ter só dever obrigatório sobre só quem transporta dados, a gente tem essa experiência já, nós temos a Anatel, que tem uma resolução sobre segurança cibernética já há algum tempo. A TelComp, inclusive, com as suas associadas fazem parte do Exercício Guardião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cibernético, mas o que a gente acha dentro do processo desse projeto de lei é que tem um princípio único, mas as obrigações são diferentes, proporcionais aos riscos que estão envolvidos nos diversos atores.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA** – Então, como a contribuição aqui é muito breve, queria deixar consignada esta necessidade de uma cooperação dos setores privado e público – nenhum governo resolve sozinho esse tema, tampouco o setor privado. A gente, de alguma forma, detecta boa parte dessas ameaças, antes mesmo do Estado, e tem que ter um mecanismo de cooperação, de reporte seguro dessas informações, com proteção jurídica para a comunicação desses incidentes.

Novamente, quando existe uma crise, às vezes ela vai, essa crise, para a mídia, e aí tem impacto, os nomes que saem têm um risco de reputação, impacto econômico direto. Então, a necessidade de ter a agência nacional, uma coordenação nacional é importante para a proteção dos eventualmente envolvidos numa crise dessa, que muitas das vezes tomaram as devidas precauções. Mas isso é uma realidade que a gente tem hoje na sociedade.

A gente já possui, de alguma forma, a LGPD, a agência que protege dados, a Anatel como agência que trabalha já há muito tempo na segurança cibernética, e especialmente segurança das redes de telecomunicações, então a gente vem aqui para dizer que é importante esse projeto de lei para buscar integrar, harmonizar...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. LUIZ HENRIQUE BARBOSA** – ... e ter uma preocupação com a duplicidade de fiscalização e com que se evite conflito entre diversos órgãos, pois ele precisa ter as responsabilidades bem definidas.

Então, quero agradecer a oportunidade e dizer que esse marco legal representa uma oportunidade histórica para o Brasil, de fato, adotar uma visão integrada e construir uma política de Estado voltada ao ecossistema digital como um todo e a toda essa cadeia de transformação digital pela qual a sociedade passa.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Sr. Luiz Henrique, e nos coloque à disposição esse texto, para poder agregar, o.k.?

Eu passo a palavra agora ao Sr. Luca Belli.

**O SR. LUCA BELLI** (Para expor.) – Bom dia – boa tarde, aliás, a todos e todas.

É um grandíssimo prazer, uma honra estar aqui com vocês hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Desculpe-me. Deixe-me completar aqui, Luca.

Eu vi aqui "Belli", e eu tenho um monte de conhecidos Belli, e olhei para você para ver se conhecia, mas o Luca é Professor da Fundação Getulio Vargas Direito Rio, Coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getulio Vargas.

Pode continuar agora.

**O SR. LUCA BELLI** – Muito obrigado, Senador. Confirmo a identidade.

Eu queria agradecer muito a disponibilidade, a oportunidade, a liderança dos Senadores Esperidião Amin, Hermes Klann, Marcos Pontes, Seif, Sergio Moro e, claramente, da Senadora Damares Alves nessa pauta. Eu trabalho não há 30, mas há 20 anos com regulação de tecnologias digitais, inclusive cibersegurança. Eu queria frisar que os elementos que eu vou compartilhar são frutos de anos de pesquisa empírica.

Já em 2023 lançamos esse livro, que, aliás, foi apresentado na última audiência do G6, sobre a ideia de um marco de cibersegurança em 2023, no qual também encontrei o Senador Esperidião Amin. Nesse livro, destacamos a necessidade, a urgência, já em 2023, há quatro anos, de cinco elementos essenciais para construir a cibersegurança no Brasil: um marco regulatório, uma agência, um conselho multissetorial, um sistema e uma estratégia, que, idealmente, inclua também uma política industrial. Foi criado o CNCiber, um conselho multissetorial. Foi adotada a estratégia que, aliás, contribuímos a desenvolver com o Decreto 12.573 do ano passado, em agosto. Talvez estejamos ainda um pouco tímidos com a política industrial, porém, ainda falta, claramente, um marco legal, falta uma agência e falta um sistema para conectar todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades que estão com as mãos na massa e que criam a cibersegurança deste país, e coordená-las.

Então, nesse sentido, nesse segundo estudo que foi publicado em dezembro do ano passado sobre governança e cibersegurança no Brasil, analisamos o que foi definido aqui, de maneira muito pertinente, como um paradoxo: o Brasil, ao mesmo tempo, está avançando em retrocesso com a cibersegurança. Como é possível essa situação paradoxal? Em 2024 somente, o Brasil foi alvo de 356 bilhões de tentativas de ataques. No ano passado, o Brasil teve R$100 bilhões de prejuízo. O Brasil enfrenta uma escassez de mais 700 mil funcionários especializados em cibersegurança. Mas, ao mesmo tempo, o Brasil está subindo em todos os *rankings* internacionais de cibersegurança. Isso é o que eu chamo, no livro, de "cibersegurança de Schrödinger" – é como o gato de Schrödinger, que, ao mesmo tempo, é vivo e morto.

A cibersegurança está avançando e retrocedendo no Brasil nos últimos anos. Como é possível? A explicação é simples: nos últimos cinco anos foram adotadas várias regulamentações setoriais, aliás, muito elogiadas, muito na vanguarda. Porém, são regulações setoriais. Existem nove setores que regulamentam a cibersegurança no Brasil, todos analisados nos pormenores nesses livros, porém, para nenhum deles, a cibersegurança é a sua prioridade. Então, fora da Anatel e do Banco Central, que priorizam a cibersegurança há 20 anos, porque é essencial para evitar riscos sistêmicos nas telecomunicações e no setor bancário, para nenhum outro setor é uma prioridade. E não existe coordenação entre esses setores.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. LUCA BELLI** – Então, eu acho que é o grande avanço que aporta o PL 4.752, mas também pode ser complementado com anos de estudo. Literalmente, passamos um ano e meio trabalhando a cada semana, duas horas, com um colega do CNCiber, para criar também um texto que possa subsidiar esse processo. Então, todas essas sugestões já estão lá também nessa minuta de Lei Geral de Cibersegurança. É identificado como critério fundamental a comunicação, a coordenação regulatória, mas também entendimento do caráter multidimensional da cibersegurança. Eu vou falar para vocês, muito sinceramente, 20 anos de experiência me levam a acreditar que a lei e a agência sejam o mínimo. Não podemos dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com uma lei e uma agência vamos resolver a cibersegurança, mas vamos começar a construir a cibersegurança no país.

Então eu acredito que a identificação dessa complementaridade...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. LUCA BELLI** – ... seja o mínimo indispensável para construir a cibersegurança no país. Precisamos entender que a lei é essencial, porém a proteção da infraestrutura crítica precisa dialogar com a ciberdefesa, precisa dialogar com a proteção dos direitos das pessoas, precisa dialogar com a segurança da informação, precisa transformar também – como foi falado muito claramente – as pessoas, neste momento no Brasil, que são um elo fraco da cibersegurança, no elo forte, com capacitação, educação e uma política industrial que possa investir no desenvolvimento de tecnologia brasileira, de soluções brasileiras, como foi falado muito bem pelo colega Fragola. Eu não me canso de falar – há cinco anos, temos também mais um estudo sobre a soberania digital e inteligência artificial no Brasil – que a construção da cibersegurança e a construção da soberania digital não são um custo, são um investimento, são uma oportunidade de ouro para se criar um novo setor da economia, para se aprimorar a proteção da infraestrutura crítica, para se aprimorar a proteção de direitos de brasileiros e brasileiras...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. LUCA BELLI** – ... e tudo isso criando empregos.

Então, eu agradeço muito pela oportunidade, mais uma vez. Eu peço desculpas por ter falado demais e fico à disposição, claramente, para contribuir nesse processo, em nome meu pessoal, mas também da FGV, do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV.

Muito obrigado.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Você pode dar um livro de presente para mim?

**O SR. LUCA BELLI** – Eu vou dar os três livros de presente para você, especialmente, que me pediu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Sr. Luca.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como é que diz? Quem não chora, não mama. (*Risos.*)

**O SR. LUCA BELLI** – Todos os livros têm acesso livre na biblioteca da FGV, eu não estou aqui para vender o livro, é para divulgar conhecimento. Então, cada livro está em acesso livre.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No caso concreto, chorou e levou. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Belisario Contreras, Diretor-Executivo da Digi Americas Alliance.

**O SR. JORGE SEIF JÚNIOR** – Seu português está em teste, Belisario.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito bem! Força!

**O SR. BELISARIO CONTRERAS** (Para expor.) – Boa tarde, senhoras e senhores. Gostaria de agradecer o convite para participar desta importante audiência.

Eu, antes de tudo, gostaria de parabenizar o Brasil pela emocionante vitória de ontem sobre o Japão, foi muito importante.

Em nome da Digi Americas Alliance, gostaria de parabenizar o Brasil pela liderança em uma base de cibersegurança e governança digital. Há muito tempo, é uma referência na América Latina para políticas digitais e a legislação atualmente em discussão representa mais uma importante oportunidade para fortalecer o futuro digital do país.

Parabenizamos também os Senadores Amin, Moro, Seif, Astronauta Marcos Pontes e colega Diego Araújo por sua liderança, visão e compromisso à frente da Frente Parlamentar de Cibersegurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manifesto também, em nome próprio, meu sincero desejo de que o Senador Amin seja reeleito para que possamos continuar contando com sua valiosa liderança e dedicação na promoção da agenda estratégica no Brasil.

Hoje, gostaria de concentrar minha apresentação principalmente na proteção infantil *online,* um dos maiores desafios da política pública digital da nossa região, e, ao final, compartilhar algumas observações gerais sobre o projeto de lei de cibersegurança em debate.

Em toda a América Latina, cada vez mais crianças utilizam tecnologias digitais para educação, comunicação, saúde, entretenimento e participação na sociedade. A conectividade digital torna-se essencial para o desenvolvimento econômico e social. Ao mesmo tempo, o cenário de riscos evolui significativamente. As crianças enfrentam cada vez mais riscos, como aliciamento *online*, exploração do abuso sexual infantil, *cyberbullying*, conteúdos prejudiciais, violações de privacidade, amplificação algorítmica de conteúdos nocivos e novos desafios decorrentes da inteligência artificial e de tecnologias emergentes. Esses riscos continuam crescendo na escala da complexidade. Um relatório recente elaborado pela Digi Americas analisa esses desafios em toda a América Latina e identifica tanto lacunas nas políticas públicas quanto soluções práticas para enfrentá-las.

O estudo apresenta algumas conclusões centrais.

Primeiro, proteger crianças no ambiente digital não deve ocorrer à custa da privacidade, da liberdade de expressão e do acesso significativo a tecnologias digitais. Segundo, nenhum ator conseguirá enfrentar esse desafio sozinho. Governo, setor privado, sociedade civil, educadores e pais são responsáveis pelas próprias crianças terem papel fundamental nessa agenda.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. BELISARIO CONTRERAS** – Terceiro, a experiência internacional demonstra que os modelos mais bem-sucedidos combinam segurança e privacidade, regulação baseada em riscos, cooperação estrutural entre o Governo e o setor privado, cooperação internacional e educação digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil já possui importantes ativos nessa agenda, incluindo instituições sólidas de proteção de dados, iniciativas como o SaferNet, e capacidades crescentes em cibersegurança. Sobre o projeto de lei, há recomendações específicas – novamente, parabéns por todo o texto –, primeiro, sobre algumas práticas internacionais. A primeira recomendação é garantir clareza na governança e na definição de responsabilidades institucionais. A definição de infraestruturas críticas e dos agentes regulados devem estar harmonizadas com o marco jurídico já existente, evitando sobreposição de competências, conflito regulatório e insegurança jurídica.

Esperamos também que a futura...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. BELISARIO CONTRERAS** – ... Agência Nacional de Cibersegurança seja concebida como uma instituição autônoma, com independência técnica, capacidade de coordenação e recursos adequados, sem estar subordinada a outro órgão federal. Um país com a relevância estratégica e o protagonismo global do Brasil merece um compromisso sólido, responsável e de longo prazo com a cibersegurança e as tecnologias emergentes, reconhecendo que esses temas são fundamentais para a segurança nacional, competitividade econômica, inovação e confiança digital.

Segundo, abordar uma abordagem baseada em riscos. As obrigações de cibersegurança devem ser proporcionais ao risco efetivamente apresentado, especialmente em temas como cibersegurança de cadeias e suprimentos, gestão de vulnerabilidades e requisitos de conformidade.

Terceiro, reconhecer o modelo de responsabilidade compartilhada. Serviços digitais modernos, especialmente computação em nuvem e plataformas digitais, operam sob o modelo de responsabilidade compartilhada. A legislação deve definir claramente as responsabilidades de provedores, operadores e usuários, refletindo a realidade tecnológica atual.

E o quarto: promover segurança jurídica e implementação viável. Definições claras, critérios objetivos para aplicação de lei...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. BELISARIO CONTRERAS** – ... prazos racionais para adaptação e um regimento sancionatório proporcional contribuem para ampliar a resiliência cibernética, estimular investimentos e incentivar inovação.

O Brasil tem oportunidade de consolidar sua posição como referência regional, tanto na proteção infantil como na construção de um marco modelo moderno de cibersegurança. As políticas públicas mais eficazes serão aquelas capazes de conciliar segurança, inovação, direitos fundamentais e colaboração multissetorial.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Sr. Belisario. Eu vou conceder a palavra agora à Sra. Luana de Brito Tavares Diniz, remotamente.

**A SRA. LUANA DE BRITO TAVARES DINIZ** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, bom dia a todos e a todas. Quero agradecer muito pela audiência de vocês, pelo convite; agradecer...

Só um minutinho, por gentileza, eu vou tentar bloquear o ruído. Talvez esteja passando aí para vocês, um segundo. (*Pausa.*)

Vocês estão me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Positivo.

**A SRA. LUANA DE BRITO TAVARES DINIZ** (*Por videoconferência*.) – Obrigada, obrigada. Bom dia a todos. Queria agradecer novamente o convite. Meu nome é Luana Tavares, eu represento aqui a Aliança Multissetorial pela Cibersegurança e o INCC (Instituto Nacional de Combate ao Cibercrime).

Quanto à Aliança, só para reforçar aqui, diversas organizações que já falaram, especialistas e outros participantes aqui, fazem parte dela. Ela é composta pela Fecomércio SP, a Febraban, Fiesp, Abes, Abramed, FIM, Acrefi, Acate, Brasscom, a Gasa (Global Anti-Scam Alliance), Capítulo Brasil, Assespro, Fenainfo, a Anvint (Associação Nacional das Vítimas de Internet) e o Instituto Peck de Cidadania Digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem, no nosso grupo, o setor produtivo, financeiro, tecnológico, academia, sociedade civil, atuando em consenso. Quero agradecer aqui novamente ao Senador Esperidião e, na pessoa dele, cumprimentar todos os demais Senadores e autoridades presentes.

Quero dizer que é um prazer para o INCC, para a Aliança, colaborar na construção desse processo desde o início, desde a criação da frente parlamentar, na construção inicial do primeiro texto do marco legal e, agora, nesta audiência para instruir a partir da maturidade que nós ganhamos ao longo desse processo.

Eu tenho uma apresentação, mas eu vou falar, porque eu acho que eu aproveito melhor o tempo, compartilho com vocês essa apresentação e também uma nota técnica que foi elaborada pelo nosso time e pelos membros da Aliança, com as contribuições escritas da nossa análise aqui em relação ao marco legal, em que nós concentramos a maior parte das nossas sugestões justamente em pontos que já foram mencionados aqui – alguns deles – da integração entre o anteprojeto, a proposta feita pelo GSI, pelo Comitê Nacional de Cibersegurança, integrando ao marco nacional, entendendo que eles são extremamente complementares.

Nós temos ali, no trabalho do marco legal, um trabalho programático e federativo; e, na minuta do CNCiber, a gente já olha de uma forma mais regulatória e operacional, tornando um pouco mais tangível a governança, a gestão de riscos e a fiscalização.

O que a gente sugere, nesse substitutivo, é que a gente institua, então, o Sistema Nacional de Cibersegurança – já foi mencionado aqui –, a autoridade nacional com autonomia técnica e harmonização regulatória, preservando Bacen, ANPD, Anatel, Aneel, sem duplicar obrigações; a regulação baseada em risco, que já está mais detalhada também nessa minuta do CNCiber; o reporte unificado de incidentes, que já foi muito mencionado aqui também; a proteção de infraestruturas críticas; e a integração com o combate a crime, com a cooperação entre PF, polícias civis, MP, Judiciário, inteligência, e, então, trazer esse princípio de granularizar e de detalhar um pouco mais essas responsabilidades e a integração.

Eu queria deixar aqui uma última sugestão, Senadores e Senadora Damares, de que nós também aproveitemos este momento de discussão do debate do marco legal para falar sobre os cidadãos vulneráveis, idosos, crianças, as vítimas pessoas físicas. Aqui a gente tem falado, no momento em que a gente está de maturidade da discussão, de uma infraestrutura um pouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior, uma coordenação nacional maior, com definições mais claras em relação à regulamentação, mas um estágio que nós precisamos dar atenção especial – talvez dentro desse texto, para aproveitar a tramitação, ou talvez num outro texto que seja complementar a esse – é aos cidadãos vulneráveis, às PMEs, à educação digital, que já foi colocada aqui, inclusive sugerindo incluir na Base Nacional Comum Curricular, como já vem sendo discutido no Conselho Nacional de Educação, e atenção às tecnologias emergentes, como foram colocadas aqui.

Acredito que a gente conseguiu sintetizar aqui num documento praticamente a maior parte das colaborações que foram feitas, e vamos compartilhar essa nota com todos, para que a gente consiga avançar na elaboração do texto e, talvez, incluir também essas questões adicionais, que são tão críticas, para que a sociedade consiga sentir, de uma forma mais rápida, os efeitos do marco legal, entendendo que a gente ainda tem algumas etapas para serem complementadas.

Então, encerrando aqui, para cumprir o tempo acordado, eu agradeço, em nome da Aliança e em nome do INCC, a oportunidade de participar e de contribuir com este processo, colocando o nosso time todo à disposição dos Senadores, da equipe, das consultorias e de todos os membros aqui presentes.

Muito obrigada e um ótimo dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado à Sra. Luana de Brito Tavares Diniz, fundadora e CEO do Instituto Nacional de Combate ao Cibercrime (INCC). Muito obrigado à senhora.

Eu passo a palavra, agora, à Patricia Peck. É assim? (*Pausa.*)

Com a palavra, Patricia.

**A SRA. PATRICIA PECK** (Para expor.) – Olá, boa tarde a todos.

Queria agradecer aqui, cumprimentando o Presidente da Mesa, o Senador Hermes, ao Senador Esperidião Amin, pelo convite, em especial, também aqui ao Senador Jorge Seif, ao Senador Marcos Pontes, à Senadora Damares e ao Senador Sergio Moro, por essa bancada tão representativa da pauta de cibersegurança no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também, de forma muito honrosa, ao Instituto Peck de Cidadania Digital, o qual represento, assim como ao Instituto Empoderar.

Eu tenho a oportunidade de trazer algumas sugestões. Vamos fazer a juntada depois, assim como os colegas. Hoje eu também integro o CNCiber; então acho que estamos bem representados aqui, e os colegas também já fizeram algumas falas.

Eu atuo, há 25 anos, com direito e tecnologia, com 57 livros publicados, e tenho o estudo do doutorado voltado para inteligência artificial e cibersegurança. Participo do Guardião Cibernético há anos e tenho até uma sugestão depois para a gente ter um Guardião Mulheres, porque eu acho que seria muito bom.

Eu vim aqui representar uma pauta que, além da pluralidade, é diversidade. E fico feliz com a participação da Luana, do INCC, de termos mulheres aqui nessa fala, porque a cibersegurança precisa também estimular mulheres em cibersegurança desde pequenininhas, para que elas também queiram participar disso.

Eu queria fazer esse primeiro comentário, aqui colocando algumas informações.

Deixe-me ver se eu consigo... Acho que ele não está indo. Você consegue passar para mim? (*Pausa.*) Ah, para cá! Acho que foi.

São algumas informações que são dados críticos, porque nós vivemos um apagão de cibersegurança no Brasil. Eu acredito que não existe soberania do Estado brasileiro se não for uma soberania digital e uma soberania quântica.

Aproveito a fala do Senador Marcos Pontes para reiterar que, além do medo que nós temos hoje no país, esta é uma pauta que beira o ciberterrorismo...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. PATRICIA PECK** – ... pensando naquilo que a gente tem que proteger do brasileiro.

Dito isso, eu queria acrescentar que a minuta do PL 4.752 e a minuta apresentada pelo CNCiber não são concorrentes, mas complementares, como já colocamos aqui. Temos vivido uma situação de falhas sistêmicas, e acredito, sim, como colocado pelo Senador Esperidião Amin, que nós temos que buscar uma lei boa, que seja aperfeiçoada ao longo do tempo. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos de uma lei perfeita, como não tivemos em outras ocasiões, como a própria LGPD, como um exemplo, que continua sendo algo que está amadurecendo.

Além disso, queria aproveitar para destacar para todos a importância que nós temos hoje de cooperação. Isso foi, inclusive, pergunta do João, de São Paulo, e eu digo: João, temos que cooperar, só assim a gente vai garantir mais segurança ao cidadão brasileiro.

E é um assunto que envolve educação, financiamento, políticas públicas... A questão trazida pelo Anderson...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. PATRICIA PECK** – ... do Rio Grande do Sul, também traz esse ponto.

Precisamos de uma rede central de alertas de ação imediata.

E a Giovanna, de Santa Catarina, perguntou como vamos ajudar as pequenas empresas. Temos que ter também uma atuação de indicação pelo Sistema S ou até um incentivo fiscal para que a gente possa realmente ter um Brasil com mais cibersegurança.

Definitivamente, esta proposta exige que nós possamos fomentar essa diversidade com uma harmonização regulatória, com apoio a PMEs, com proteção de inovação e inteligência artificial e, principalmente, com diversidade e educação.

E, falando dos públicos vulneráveis, como foi colocado aqui pelos demais colegas, eu estou entregando aqui em mãos, em seguida, aos Senadores, uma proposta para que a gente atualize o Estatuto do Idoso, para que, assim como a gente fez com o Estatuto da Criança, que virou o Estatuto da Criança Digital (ECA Digital), nós façamos o Estatuto do Idoso Digital, porque isso é uma necessidade preeminente para o Brasil. Nós sabemos que, hoje, ninguém a partir de 60 parece idoso, nós estamos tão bem conservados, mas, com toda certeza, o idoso...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. PATRICIA PECK** – ... precisa ser protegido também.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado à Patricia Peck, que é Presidente do Instituto Peck de Cidadania Digital e Membra Titular do Instituto Empoderar. Muito obrigado.

Eu passo, agora, para Marta Helena... "Chuque"? É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Diretora de Seguros Cibernéticos da Howden Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com a palavra.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É do Rio Grande?

**A SRA. MARTA HELENA SCHUH** (Para expor.) – Gaúcha. Sim, do Rio Grande do Sul.

Exmos. Srs. Senadores, autoridades aqui presentes e demais membros desta Comissão, muito boa tarde.

Como profissional que acompanha diariamente as evoluções de cibersegurança e ameaças digitais no Brasil, é uma honra poder contribuir com este debate histórico do PL 4.752 e o anteprojeto da Lei de Cibersegurança.

O avanço desse marco regulatório estabelece um paradigma fundamental para o país: a transição da resposta reativa para uma cultura baseada em gestão de riscos, a resiliência digital e a corresponsabilização. No entanto, a eficácia de uma lei não se mede pelo rigor das suas exigências, mas pela capacidade real da sociedade em aderi-la. E é justamente nessa lacuna que o mercado segurador pode ajudar com as ações necessárias a essa implementação.

A minha contribuição aqui é estritamente técnica. Eu venho falar de um lugar em que há 11 anos eu atuo: na gestão de riscos no Brasil, que, consequentemente, impacta a ação financeira dos incidentes cibernéticos. Eu acredito que ambos os projetos têm algumas lacunas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que nós podemos contribuir de forma proativa e com dimensões que possam atingir o resultado requerido.

O primeiro é a viabilização econômica da inclusão digital, que muito foi falada aqui com os demais colegas. Acredito que o maior desafio regulatório certamente é o alto custo da implementação das estruturas operacionais, especialmente para as PMEs. E aqui o mercado segurador pode ser um facilitador econômico, especialmente para esse grupo de empresas, porque, além da proteção financeira diante de um incidente cibernético, nós do mercado segurador oferecemos, juntamente com a contratação da apólice, um arcabouço de ferramentas que possam ajudar na proteção e na inserção dessas pequenas e médias empresas na esteira de regulação e governança.

O segundo é a subscrição do risco com a indução de certificação proativa, é a certificação na prática. Isso porque, para a contratação de uma apólice, há pré-requisitos básicos em relação à governança, à segurança e às necessidades de resposta. Consequentemente, isso pode ser algo que venha a ser uma ferramenta complementar na supervisão indireta do Estado na relação em que haja o cumprimento da esfera da lei.

O terceiro é o apoio à resposta incidente e à resiliência nacional. A baixa maturidade técnica da média das indústrias brasileiras reflete-se especialmente no tempo de resposta e consequências que o incidente cibernético possa trazer. O seguro cibernético não se limita aos prejuízos financeiros. O seu maior valor público está justamente no fornecimento de respostas imediatas juntamente com o painel qualificado.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. MARTA HELENA SCHUH** – Nós somos parte interessadas no risco quando isso acontece. É nosso dever e nossa necessidade também mitigar as ações consequentes que possam ocorrer. E isso, então, funciona como uma extensão direta da capacidade de resposta do próprio Estado, minimizando os impactos econômicos e garantindo os serviços essenciais para a sociedade.

E, por último e não menos importante, a produção de inteligência e supervisão indireta. O mercado segurador é um dos maiores geradores de dados empíricos sobre a realidade cibernética. Nós coletamos métricas sobre a frequência e a severidade, os vetores de ataques e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazemos um monitoramento econômico e contínuo das ações que se desdobram diante de um incidente.

Para a sociedade e para o Estado, isso traz benefícios. Especialmente para o Estado, traduz-se numa maior eficiência regulatória, redução de custo na fiscalização e uma maior resiliência nacional. Para o setor privado, traz previsibilidade financeira, melhoria contínua da governança e uma *expertise* altamente especializada a um custo não oneroso. E para a sociedade, a gente tenta trazer o menor impacto dos incidentes, maior continuidade nos serviços e confiança digital, além do elemento crítico para a economia da cidadania e do ambiente.

Então, senhores, os projetos legislativos em debate criam uma base de sistema moderna, mas dependem crucialmente de ferramentas de indução eficazes. Nós, do mercado de seguradores, podemos não ser, de forma isolada...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. MARTA HELENA SCHUH** – ... apenas um catalisador em relação à governança cibernética, mas integrar especialmente as estruturas do Sistema Nacional de Cibersegurança, o CNCiber e os ISACs, que estão sendo estruturados para o monitoramento.

Reconhecer o seguro cibernético como uma ferramenta estratégica na política pública pode reduzir as consequências econômicas de um incidente.

Fico à disposição.

E muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Sra. Marta Helena.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Para interpelar.) – Presidente, pela ordem aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com a palavra, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Aproveitando a exposição da Sra. Maria Helena...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Marta, perdão. Minha visão aqui está um pouco prejudicada.

Parabéns, primeiro, pela exposição.

E queria aproveitar a fala de V. Sa. para indagar: como é que está, dentro do mercado brasileiro, a disseminação do seguro cibernético? É um seguro exclusivo para esse... Ou normalmente é feita uma apólice mais ampla que inclui o risco cibernético? Como é? Se pudesse descrever um pouquinho para nós esse mercado...

**A SRA. MARTA HELENA SCHUH** (Para expor.) – Perfeito.

No Brasil, a adesão ainda é muito baixa, apesar de haver produtos para todas as esferas e indústrias. Então, hoje, é um produto estruturado unicamente para a proteção digital, inclui também a questão de fraudes, e não está inserido apenas para ações maliciosas oriundas de *hackers*. A gente tem visto também a questão de falhas sistêmicas que podem provocar desdobramentos equivalentes a uma ação maliciosa.

Se a gente comparar o mercado americano com o mercado brasileiro, hoje o mercado brasileiro tem cerca de R$300 milhões em prêmios emitidos no Brasil. No mercado americano, já são US$10 bilhões anuais, porque há, efetivamente, um incentivo à adesão para reduzir as consequências econômicas. E, como eu mencionei, não é só a transferência, mas traz todo um arcabouço que traz uma governança junto e ferramentas. Então, a gente trabalha com a sociedade como um todo, a gente trabalha com as empresas de tecnologia para introduzir novas ferramentas e, quando novas ameaças, novas tecnologias surgem, que possam trazer decorrências, a gente atualiza os nossos *frameworks* e as nossas necessidades de subscrição para que isso se reflita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, converge muito bem com o que o Senador Esperidião Amin mencionou: que nós não podemos fazer uma estátua, que governança cibernética é algo contínuo. Nesses últimos 11 anos em que eu venho fazendo isso, a gente vê a evolução tanto das ameaças quanto as necessidades de as empresas se atualizarem em termos da sua governança e de implementação de novas ferramentas para o monitoramento disso.

**A SRA. PATRICIA PECK** (Para expor.) – Senador Moro, só um complemento.

Nós acompanhamos lá no escritório várias entidades que querem o seguro cibernético. O *checklist*, o questionário que você tem que responder para conseguir a apólice é bem longo, bem detalhado e dificilmente preenchível por pequenas e médias empresas. Então, grandes empresas até conseguem ter; mais da metade das empresas grandes que a gente conhece possuem. Inclusive, lá nós também temos um ótimo produto...

**A SRA. MARTA HELENA SCHUH** – Patricia, se me permite a palavra, nós estruturamos um produto com três perguntas, para PME...

**A SRA. PATRICIA PECK** – Está ótimo.

**A SRA. MARTA HELENA SCHUH** – ... e com acesso a partir de R$1 mil anuais, com essa esfera de proteção. Então, o mercado...

**A SRA. PATRICIA PECK** – Então, não tem desculpa mais! (*Risos.*)

**A SRA. MARTA HELENA SCHUH** – ... se atualizou em relação a isso; sim, era um dificultador até recentemente, mas nós avançamos com essa necessidade ao entender que as PMEs estão inseridas dentro das grandes empresas também como fornecedores e, consequentemente, isso se tornou necessário para que trouxéssemos um produto que refletisse a realidade delas.

**A SRA. PATRICIA PECK** – Excelente! Vou divulgar mais também.

**A SRA. MARTA HELENA SCHUH** – Por favor! (*Risos.*)

**A SRA. PATRICIA PECK** – Parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para também fazer um agradecimento aqui especial ao Senador Mourão pelo convite do requerimento.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

Eu vou passar agora para o Sr. Patrick Aron Rinski, Diretor-Executivo da Unidade 42 da Palo Alto Networks.

**O SR. PATRICK ARON RINSKI** (Para expor.) – Bom dia, Exmos. Senadores, demais autoridades, convidados, senhoras e senhores.

Cumprimento de forma especial os Senadores autores do projeto de lei e dos requerimentos que ensejam esta audiência pública, especialmente os Senadores Esperidião Amin, Jorge Seif, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Damares e Sergio Moro. Faço um agradecimento especial ao Senador Hermes Klann pelo convite para participar deste debate superimportante.

Represento hoje a Palo Alto Networks, uma empresa global especializada em soluções de cibersegurança, e a sua Unidade 42, uma das organizações de inteligência de ameaças, consultoria e respostas a incidentes do mundo. Diariamente, processamos globalmente mais de 500 bilhões de eventos de segurança, traduzidos em 17PB provenientes de mais de 85 mil clientes, o que nos confere uma visibilidade sem precedentes sobre o comportamento dos adversários.

O Brasil atravessa um momento crítico de transformação digital, e esse projeto de lei representa um passo relevante para o fortalecimento da soberania digital brasileira. O desafio agora é assegurar que o futuro marco legal gere ganhos concretos de resiliência cibernética, evitando que a sua implementação se limite a requisitos formais de conformidade.

No campo da cibersegurança, a conformidade meramente estática pode criar uma falsa sensação de segurança: produz documentos e registros, mas nem sempre reduz riscos de forma efetiva. Se regulamentarem a segurança cibernética como algo lento e anual, estaremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indefesos diante de adversários que operam em milissegundos e já utilizam a inteligência artificial para mapear vulnerabilidades sem descanso.

Para que este projeto alcance sua real eficácia, a implementação da futura estrutura nacional de governança da cibersegurança, envolvendo o CNCiber e a autoridade nacional prevista no projeto, deve estar ancorada em resultados operacionais mensuráveis e em uma abordagem baseada em riscos.

As maiores potências do mundo já abandonaram esse modelo obsoleto de auditoria de papel, que atesta a segurança apenas no dia da inspeção. Hoje, o sucesso é medido...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PATRICK ARON RINSKI** – ... pela capacidade de detectar, conter e remediar ameaças em tempo real.

O Brasil já deve observar o que está funcionando globalmente.

Na União Europeia, marcos como o NIS2 e o Dora indicam uma tendência clara: a segurança cibernética deve ser tratada como uma gestão contínua de risco, com *report* tempestivo de incidentes e atenção especial a terceiros e prestadores críticos. Lá, a lei exige a gestão contínua de riscos de terceiros e trata o relato de incidentes não como uma burocracia, mas como uma ferramenta de defesa ativa.

Nos Estados Unidos, a abordagem já tem avançado para a maior responsabilidade executiva, uso de métricas dinâmicas e adoção de referências como o *framework* do Nist Cybersecurity. No Reino Unido, observa-se uma abordagem baseada em resultados, com menor ênfase em prescrever tecnologias específicas e maior foco em limites de riscos, falhas operacionais e proteção da inovação. O padrão deixou de ser apenas perguntar se uma violação ocorreu. A pergunta central passou a ser o quão rapidamente ela foi detectada, contida e remediada.

Nossa legislação deve ser neutra em tecnologia, focando em resultados operacionais em vez de exigir apenas a conformidade estática. Precisamos instituir a cultura da visibilidade contínua, monitorar o ambiente digital 24 horas por dia, como um sistema de radar que nunca desliga e não apenas um documento que se assine uma vez por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A América Latina enfrenta desafios relevantes na identificação precoce de ameaças e na capacidade da detecção de ambientes críticos. Em muitos casos, os invasores conseguem permanecer por longos períodos em redes críticas antes de serem detectados, acumulando informações e ampliando o potencial de dano. Precisamos de indicadores objetivos, como os tradicionais MTTD e MTTR, tempos médios de detecção e tempos médios de resposta, além da eficácia da interrupção desses ataques.

O compartilhamento de inteligência entre instituições públicas e privadas deve ser automatizado e contínuo. Se um banco ou órgão governamental sofre um ataque, os indicadores desse ataque devem ser compartilhados de forma segura, automatizada e tempestiva, para que outros sistemas possam reforçar suas defesas antes de serem atingidos.

O projeto deve transformar os centros de detecção e resposta a incidentes e centros de compartilhamento de informações...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PATRICK ARON RINSKI** – ... em um verdadeiro sistema imunológico nacional. A futura autoridade nacional pode e deve exercer um papel que vá além da fiscalização, atuando também como instância de coordenação, orientação técnica, integração entre Governo, setor privado, academia e sociedade.

Devemos exigir protocolos de compartilhamento de dados que sejam legíveis por máquina. Diante do volume e da velocidade das ameaças, processos exclusivamente manuais tendem a ser insuficientes. A definição de infraestrutura crítica deve ser dinâmica e baseada em risco sistêmico, não apenas o que é essencial hoje, mas também aquilo cuja interrupção possa gerar impactos relevantes na cadeia.

O projeto pode estimular diretrizes técnicas modernas sem engessar tecnologias específicas. Em primeiro lugar, precisamos modernizar a identidade. Mecanismos tradicionais de autenticação, como aqueles baseados exclusivamente em SMS, já se mostram insuficientes diante de ataques mais sofisticados. Precisamos migrar para a gestão contínua de postura de identidade.

Em segundo lugar, a contenção deve ser automatizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PATRICK ARON RINSKI** – Em determinados cenários, sistemas de segurança devem estar aptos a isolar ativos comprometidos de forma totalmente automatizada e supervisionada, reduzindo assim o risco de propagação do ataque.

Por fim, também será necessário avançar em mecanismos de proteção específicos para sistemas de inteligência artificial, capazes de monitorar o comportamento de modelos, identificar usos indevidos e interromper fluxos maliciosos em tempo real.

Srs. Senadores e convidados da CCT, termino com uma analogia simples: o nosso espaço aéreo nacional é protegido por radares e caças que agem de forma instantânea. Se uma aeronave hostil invade nosso território, não esperamos meses para agir. A defesa é imediata, porque o risco é existencial. O domínio digital exige, dessa mesma maneira, a urgência. Ao adotar métrica baseada em resultados, investir em contenção automatizada e promover uma governança verdadeiramente adaptativa, o Brasil poderá avançar de uma postura predominante reativa para uma estratégia mais preventiva, coordenada e resiliente.

A autoridade nacional de cibersegurança...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PATRICK ARON RINSKI** – ... deve reconhecer que a infraestrutura crítica dependerá cada vez mais de sistemas autônomos de inteligência artificial e de identidades de máquina e tecnologias criptográficas que podem permanecer operacionais por décadas.

Não estaremos aprovando apenas uma lei, estamos construindo a espinha dorsal de uma nação digital resiliente, capaz de prosperar sem medo.

Agradeço novamente o convite desta Comissão e coloco a Palo Alto Networks à disposição para contribuir tecnicamente com o aperfeiçoamento desse marco legal da cibersegurança e com a futura regulamentação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado ao Patrick.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra agora ao Rodrigo Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado.

**O SR. RODRIGO MARINHO** (Para expor.) – Senhoras e senhores, boa tarde. É um prazer falar aqui.

Senador Hermes Klann, demais Senadores e grandes e queridos amigos que estão compondo a mesa, é um prazer e um privilégio estar aqui.

A fala do senhor e do Senador Seif, Senador Esperidião, foi muito relevante em dizer que há uma estátua. O projeto de lei aprovado sobre a lei de inteligência artificial aqui foi feito antes de existir ChatGPT, Claude e IA Generativa de forma geral. Então é para ter muito, muito cuidado em fazer projetos que avancem tremendamente na iniciativa privada, que não é o caso do projeto que foi apresentado pelo Senador Esperidião Amin e por demais membros da Frente Parlamentar. É um projeto excelente, é principiológico, traz base, permite avanço, permite que haja um nível de regulação infralegal melhor, permite que haja adesão voluntária dos entes subnacionais. Ou seja, Senador Moro, caso Governador, consiga chegar lá e criar o que ele pensa como centro de cibersegurança do Paraná, ele poderá trazer inovações que não são centralizadas em Brasília, que é sempre um risco temerário, até porque Brasília não tem a mínima ideia do que é o Amazonas, não tem a mínima ideia do que é o Paraná, nem a mínima ideia do que é Santa Catarina, são lugares absolutamente diferentes e que precisam ser tratados dessa forma. Ela usa padrões nacionais – o projeto de lei original –, traz transparência e traz todos os pontos relacionados a isso.

Eu confesso que, como liberal, tenho muito medo de criação de novas entidades estatais. Tenho um receio imenso. Temos poucas agências reguladoras, né? Temos imensas agências reguladoras. Aqui, em 2019, foi criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, com a seguinte fala, Senador Esperidião: "não será transformada em agência reguladora porque não terá custo". Adivinhem o que aconteceu agora este ano? A Autoridade Nacional de Proteção de Dados virou a Agência Nacional de Proteção de Dados e agora passará a ter custo, entidade, base, briga por recurso, briga por receita, porque infelizmente recursos são escassos. Infelizmente, mas é um dado da realidade: recursos são escassos, necessidades são infinitas.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RODRIGO MARINHO** – Isso acontece hoje e acontecerá amanhã. A economia não vai conseguir mudar por conta disso e é muito temerário trazer uma nova entidade para criar algo num Estado já gigantesco que nós temos na realidade brasileira.

A minuta... O que me preocupa mais... Eu confesso que a minuta original tem pontos de interação, mas esse diálogo eu já tenho feito com o Diego, com o Seif, com o Esperidião; e o Instituto Livre Mercado tem sugestões de melhoramento, Senador Hermes Klann, para o texto, mas eu me preocupo com alguns temas apresentados. E eu acho que vou ser voz dissonante aqui sobre a minuta do CNCiber. Acho que fui feliz em dizer que estamos no Brasil e vamos usar, Senador Esperidião, a expressão brasileira.

Problema 1: classificação ampla de infraestruturas digitais como serviços essenciais. Isso pode aumentar custos, com risco de sobreposição à Ensic e Plansic já existentes. Eu confesso que tenho muito medo, toda vez que eu vejo segurança nacional e soberania nacional. Na década de 80, nós criamos uma lei de informática em nome da segurança nacional e no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RODRIGO MARINHO** – ... foi a década do atraso. Para vocês terem uma ideia, importar computador era descaminho.

Há um livro muito interessante sobre o Banco Garantia, *Sonho Grande*, em que se diz que tinha um computador para apresentar para fiscalização e um computador para operar. Não é isso que nós queremos para a realidade brasileira.

Soberania tecnológica aqui tem que ser definida de forma mais clara. É temerário, é perigoso, é sempre um termo aberto. Norma de controle aberto é sempre algo que pode ter risco de preferência, que é outra coisa que causa muito receio. Se a gente vai dar preferência sempre a entidades nacionais, nós prejudicamos criação de *know-how*, criação de novos produtos e concorrência de fato. Para que os produtos nacionais... A WEG, no estado de vocês, é um exemplo de uma empresa nacional que disputa no planeta Terra – não porque tem benefício setorial, mas porque é boa, porque ela funciona. E a WEG é uma referência no planeta por ser uma das melhores em motor elétrico. É exatamente a ampla concorrência que permite isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Problema 3: enquadramento automático de nuvem e extensão a fornecedores diretos e indiretos. O nível de regulação é enorme – para o pequeno, para o grande, para o médio. A preocupação trazida pela Marta e pela Patricia foi clara: o pequeno vai ser retirado desse mercado se for apresentado dessa forma. Nós vamos afastar aqueles pequenos *players* – e aqui eu estou me limitando, Senador Seif, à proposta, à minuta do CNCiber.

Problemas cautelares amplos, multas a rodo... Isso é sempre temerário. Para a iniciativa privada, é sempre perigoso, principalmente quando é relacionado a bloqueio de tráfego, desconexão por até 72 horas...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RODRIGO MARINHO** – Isso exige, óbvio, um devido processo legal, uma chamada – quem vai se defender, como vai se dar isso, qual é a forma disso –, até porque há um receio sempre, sempre de censura. Já vimos isso acontecer em alguns momentos. Há um receio sempre de censura.

E, por fim, a obrigação de Etir própria gera custo elevado. Já existem modelos setoriais compartilhados que podem trabalhar.

Acho que esses são os pontos centrais. Se a gente for definir soberania digital, tem que amarrar e não pode deixar isso para o infralegal. É preciso dizer exatamente o que é, porque, óbvio, tem que ser uma definição de Estado, e não uma definição de governo.

A nossa proposta é saber claramente onde os dados estão armazenados – nós temos que ter consciência de onde estão armazenados –, quem pode acessá-los, qual o controle granular disso.

Na semana passada, todo o Brasil, grande parte do Brasil, recebeu uma mensagem... Defesa Civil, segurança nacional, tudo ali envolvido, Senador Marcos Pontes. E nós descobrimos que há dois anos a senha não era trocada. Não precisa ter uma grande coisa de cibersegurança, não, amigo; é trocar a senha, é ter um processo para trocar a senha. Não precisa de lei para isso, não. Isso é o básico. Se eu estou pensando em cibersegurança no Brasil e eu tenho um canal de comunicação efetivo para grandes desastres...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RODRIGO MARINHO** – A nossa vizinha Venezuela acabou de viver um desastre; todos os sentimentos e orações para que tenha o mínimo de mortes possível na Venezuela.

Você viu o que aconteceu no momento em que a senha não foi trocada.

Criptografia, obviamente para não ler sem autorização – é muito feliz a parte de criptografia quântica trazida –, resiliência operacional, ou seja, camadas para poder funcionar.

É óbvio que o projeto é necessário para o Brasil. E, no momento, nós estamos discutindo diversos projetos, seja na Câmara, seja no Senado.

O de *data center* é um projeto fundamental ao país e está parado no Senado Federal. Ele é fundamental. Nós temos a oportunidade de liderar esse mercado, e esse projeto não anda. Existe um projeto apresentado na Câmara hoje de *digital market act*, de criar um local que vai servir para censura dentro do Cade. É isso que está sendo criado na Câmara dos Deputados. Tem um projeto de stablecoin muito positivo sendo votado. Tem um projeto, que está aqui na Casa, de segregação patrimonial em bitcoin que precisa avançar.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RODRIGO MARINHO** – Tem um projeto pronto para ser votado de infraestrutura de mercado financeiro, que abre novas bolsas, novas possibilidades, que também está dentro do mercado digital na interoperabilidade.

Então, há vários avanços, o Brasil precisa fazer acontecer e evitar que haja um retrocesso. O cuidado central é sempre ter muito cuidado de não se tornar uma estátua. Repito, a lei de IA do Brasil, a lei de IA no Senado, foi aprovada antes de ter IA generativa. Então, a gente tem que ter muito cuidado, porque a inovação não para.

E é aquela história: nós podemos participar, nós podemos estar à frente, mas a gente tem que estar participando do mercado para que isso aconteça. Se a gente só faz a segurança, soberania nacional... A gente já tem precedente no Brasil, quem viveu a década de 80 sabe que foi um atraso absurdo que este país viveu.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu só gostaria de fazer um comentário, somando àquilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu falei inicialmente, e à palavra do Rodrigo também, que já vem participando de muitas audiências públicas aqui. Esse ponto vem corroborar, vem somar àquilo que eu falei: a necessidade de um trabalho que seja interligado e muito amplo. Não vai resolver só com uma agência, com uma... Isso não resolve. Precisa ser uma coisa interligada, um sistema para trabalhar junto.

Inclusive, falou da parte de educação, da inclusão, né? Foi falado aqui, se eu não me engano, pela Patricia também, sobre a inclusão, da necessidade de incluir não só, como se falou, as mulheres, mas também falo dos idosos. Eu tenho um projeto de lei, se eu não me engano, é o 3.167, de 2023, que está lá na Câmara, para a inclusão digital para idosos. Mas isso também precisa ser um trabalho sistêmico, um trabalho sistêmico feito de uma forma muito cautelosa, como foi colocado aqui, porque senão você prejudica certos sistemas.

É igual a reforma tributária, tem que ser feito de uma forma muito cautelosa, muito bem-feita, senão alguns sistemas, algumas partes do sistema vão ser prejudicadas. O Redata está aqui parado – eu tenho falado disso já faz um bom tempo –, ele está aqui estacionado, e a gente está perdendo dinheiro para o país, literalmente é isso – não dá para colocar de outra forma –, a gente está perdendo dinheiro. Ele precisa andar para a frente. Quanto à infraestrutura do país – também foi chamada a atenção –, a gente precisa ter essa infraestrutura funcionando.

Eu lembro quando nós fizemos lá – eu era Ministro das Comunicações – a primeira preparação para o leilão de 5G, teve toda uma preocupação com a China, com os produtos das empresas chinesas, mas tem que se levar em conta que, se nós temos uma proteção técnica adequada – e isso se precisa ter –, não tem que ter esse tipo de receio, tem que trabalhar para o país, tem que trabalhar para render para o país aqui. E o setor privado é aquele que provê esses recursos, que provê emprego, etc. Não pode haver essa separação de nós contra eles. Isso não existe em lugar nenhum em que dá certo.

Só para ressaltar isso que a gente vive falando aqui, na Inteligência Artificial nós falamos muitas vezes isto: essas leis têm que ser feitas de uma forma que favoreça o país – favoreça o país –, sem medo de atacar aquilo que precisa ser atacado e de se fazer a coisa correta.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Arlindo Chinaglia. Bloco/PT - SP) – Obrigado, Senador. Obrigado ao Rodrigo Marinho.

Agora nós vamos passar a palavra ao Vinícius Malacco Ferreira, Gerente de Subscrição de Linhas Financeiras na Tokio Marine Seguradora. Remotamente, óbvio.

**O SR. VINÍCIUS MALACCO FERREIRA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e muito obrigado pelo convite.

Gostaria só de fazer uma observação inicial de que a minha fala é feita em caráter pessoal e técnico, como especialista em seguros contra riscos cibernéticos, e não representa necessariamente a opinião do meu empregador. Eu participo deste debate a convite da FenSeg, cuja subpermissão de linhas financeiras eu integro.

Eu concordo plenamente com o que foi dito pelo Senador Jorge Seif e reforçado pelo Senador Marcos Pontes, de que a preocupação com cibersegurança é absolutamente necessária, mas ela não pode se transformar em um obstáculo ao progresso tecnológico, à inovação e à digitalização da economia.

É justamente nesse espaço que eu acho que esse pedido de riscos cibernéticos pode exercer um papel muito relevante de dar suporte e segurança a esse desenvolvimento tecnológico. Ele não substitui o investimento em segurança da informação, governança, prevenção à resposta a incidentes, mas oferece uma camada adicional de proteção e previsibilidade para que empresas, entidades públicas e operadores de serviços relevantes possam inovar com mais segurança. Em outras palavras, o seguro pode ajudar a dar conforto econômico e operacional ao desenvolvimento tecnológico, porque contribui para a resposta a incidentes, para a recomposição de perdas, para a retomada das atividades e para a preservação da continuidade de serviços essenciais.

No caso dos riscos cibernéticos, especialmente em setores críticos, serviços essenciais e operadores de importância sistêmica, eventuais ataques podem gerar impactos econômicos, sociais, operacionais e institucionais que ultrapassam a organização afetada.

Por isso, mecanismos de mitigação e transferência de riscos, como o seguro, podem ser aliados importantes de uma agenda de inovação responsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pelo espaço.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, o senhor me concede um pequeno espaço?

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sempre, Senador Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu quero cumprimentá-lo pela condução democrática, aberta, liberal da coleta de sugestões. Quero cumprimentar todos os que se deslocaram até esta reunião, alguns de fora do país – não é isso, Belisario? – e que têm sido parceiros, ao longo do tempo, na construção de uma ideia básica, que é o que foi apresentado.

Como eu sou o signatário do projeto, quero mais uma vez dizer que longe de mim a pretensão de ser o autor dele, mas alguém tinha que apresentá-lo, e o Presidente da frente parlamentar subscreveu. Mas foi um projeto fruto de muitas contribuições, que agora estão sendo replicadas, corrigidas ou enriquecidas. E caberá ao Relator, com a ajuda da nossa consultoria, fazer o trabalho legislativo, legiferante, fazer a lei, com todas as cautelas que foram aqui realçadas.

Eu repito: os mais críticos ao projeto de lei reconhecem que ele não engessa, ele não bloqueia o dinamismo da criatividade, da inovação, que anda galopando pelo mundo afora. Todos os relatos aqui mostram que o galope, se é que não... O galope é muito lento para expressar. A velocidade com que se contesta, se disputa, se apresenta o certo, o atual é inédita na história da humanidade. Inteligência artificial, segurança cibernética, ataque cibernético, quer dizer, esse conjunto, mais a computação quântica, significa uma velocidade como nunca houve no mundo, em matéria de discussão do que é atual para a vida que nós estamos a viver.

Então, eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar as contribuições e fazer votos a ambos – uma vez que o Senador Hermes representa aqui o mesmo mandato que o do Senador Jorge Seif – de que este relatório possa, em breve, ser entregue. Nós temos um ano atípico, um ano de eleição, mas seria muito importante que ele evoluísse para uma aprovação em Comissões do Senado e pudesse, sem nenhuma preocupação, começar a ser apreciado na Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, como ocorre com outros projetos. Neste caso, a Frente Parlamentar de Defesa Cibernética, no marco legal, teve um papel extraordinário, e o número de Senadores que por aqui passaram demonstra isso.

Eu vou ter que me ausentar. O senhor vai ter que dar a conclusão da reunião, com a certeza de que nós cumprimos o dever democrático de abrir este espaço. O Senador Seif e o senhor têm todos os elementos para um parecer atualizado, e eu, como Relator, participo desse enriquecimento de texto, com a convicção de que nós estamos cumprindo o dever de nos manter atualizados.

Muito obrigado.

**O SR. JORGE SEIF JÚNIOR** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Senador Amin.

Senador Seif.

**O SR. JORGE SEIF JÚNIOR** – Senhoras e senhores, quero reiterar o agradecimento já feito pelo Senador Esperidião Amin.

Pelo nível das entidades aqui representadas, sejam públicas ou privadas, nós temos a convicção da importância do tema para a nossa nação, para as empresas, para o desenvolvimento econômico e, acima de tudo, para a proteção do cidadão brasileiro.

Eu quero deixar aqui consignado com as senhoras e senhores e peço urgência no envio do material posto aqui pelas senhoras e pelos senhores. O *e-mail* é o seguinte: cct@senado.leg.br – CCT é a abreviação de Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quero fazer aos senhores também uma observação: esta frente parlamentar foi criada, como já foi dito aqui, com convidados interessados, que foi recorde com relação a qualquer outra frente parlamentar já criada no Brasil, e também as autoridades aqui, representando as senhoras e senhores, liderados pelo Senador Esperidião Amin, Senador Sergio Moro, Senador Astronauta, Senadora Damares, Senador Hermes Klann e também o Senador Jorge Seif, este que vos fala. Vejam a seriedade com que nós estamos tratando o assunto. Vocês se deslocarem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas residências, de suas empresas e até de locais fora do Brasil mostra também a preocupação das senhoras e senhores.

E o nosso compromisso, enquanto Relatores desse projeto, eu e o Senador Hermes Klann, é que nós vamos nos debruçar, junto com a nossa consultoria aqui da Comissão, junto com o jurídico do nosso Senado, e também observando... Eu confesso aos senhores que eu estou pessoalmente, particularmente, trabalhando nos textos e buscando conciliação nas diversas sugestões que nós recebemos, tanto nas viagens que nós fizemos, para dentro e fora do Brasil, com as entidades que nós temos conversado, com as empresas, que têm total liberdade, com os órgãos de governo, Exército, Abin e outras entidades governamentais. Nós temos, assim, nos debruçado com muita responsabilidade, com muito cuidado também – o Rodrigo Marinho também fez observações importantíssimas. Nós temos, assim, nos dedicado para fazer uma legislação contemplativa com todas as preocupações que as senhoras e os senhores já demonstraram aqui, e muitas delas, inclusive, são recorrentes, e muitos dos comentários aqui das senhoras e senhores se sobrepõem, mostrando que é uma preocupação não só de um setor, não só de uma entidade, não só de uma empresa, mas da maioria das senhoras e senhores.

Então, repito: cct@senado.leg.br. Apressem-se, porque o Brasil tem pressa, os senhores têm pressa, e, acima de tudo, a população brasileira tem pressa de que nós apresentemos esse relatório. Muitas vezes o processo legislativo é um pouco lento, diante das necessidades e desafios e das preocupações que todos nós temos, enquanto cidadãos, brasileiros ou não, de empresas e de instituições.

Então, muito obrigado, de coração, em nome do Senado da República, em nome do instituto de cibersegurança, de segurança cibernética. Quero agradecer as contribuições, o deslocamento das senhoras e senhores, as contribuições, importantes contribuições dos diversos setores para que nós façamos, ou melhor, cheguemos a uma legislação que contemple, acima de tudo, o nosso Brasil de forma moderna, sem ser engessada, mas dinâmica, e ouvindo, especialmente num processo completamente democrático, ouvindo todas as senhoras e senhores, e os contemplando nessa legislação.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Hermes Klann. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Senador Seif.

Só quero comunicar que, por meio do e-Cidadania, recebemos de cidadãos algumas manifestações, que estarão disponíveis no *site* da Comissão, no Portal do Senado.

Senhoras e senhores, encerramos esta audiência pública com a certeza de que o debate de hoje cumpriu seu propósito. As exposições e os diferentes pontos de vista apresentados enriquecem a análise do Projeto de Lei 4.752, de 2025, e contribuirão para a construção de um relatório tecnicamente consistente, equilibrado e atento às demandas da sociedade. A cibersegurança deixou de ser um desafio apenas tecnológico: ela é uma questão de soberania, de proteção das instituições, da economia, das empresas e, sobretudo, dos cidadãos brasileiros.

Como Relator da matéria, recebo com muita responsabilidade todas as contribuições aqui apresentadas, que serão cuidadosamente avaliadas durante a elaboração do parecer.

Agradeço aos convidados pela disponibilidade, aos Senadores presentes, às equipes técnicas e a todos que acompanharam esta audiência. Muito obrigado a todos.

Nada havendo a tratar, agradeço a presença de todos, e declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezessete minutos do dia hum de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Hermes Klann, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Atas das 21ª e 22ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Resolução do Senado n° 38, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Inteligência Artificial, Proteção de Dados e Segurança Digital." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável ao projeto com 3 (três) emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto com as Emendas n° 1-CCT a 3-CCT. **Observação:** Aprovado o REQ 52/2026-CCT, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que requer urgência para o PRS 38/2025, que "institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Inteligência Artificial, Proteção de Dados e Segurança Digital". **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 420, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iracemápolis, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 421, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido Mota, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 422, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Três Fronteiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Fronteiras, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 575, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Projeto Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaratinga, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 628, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 558, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Cultural e Social Borboremense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Borborema, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 372, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade dos Ecologistas de Tambaú para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tambaú, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 443, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente, Cultural e Social Ibitinguense a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibitinga, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 137, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outorgada à Associação Novo Horizonte dos Moradores do Bairro Santa Cruz e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas de Monte Alto, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 551, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração do Vale do Juruena, mantida pela Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – AJES para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 179, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Januária para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Januária, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 633, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá – Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pacujá, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 818, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Esperança de Ruy Barbosa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ruy Barbosa, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 890, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário do Arraial D´Ajuda para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 972, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São José de Mipibu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 618, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural de Caldas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caldas Novas, Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 272, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Salsa e Região para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quixelô, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 136, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Esportiva Rodolfense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 598, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Produção FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Palmitos, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 164, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Alpestrense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo n° 463, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Telecomunicações Campos Dourados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Cascavel, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo n° 530, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cruzeiro do Sul de Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Londrina, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo n° 580, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Safira Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mamborê, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo n° 632, de 2024 - Terminativo**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**-** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Amigos de Guaíra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaíra, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo n° 477, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Apuaê de Sananduva para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 27 - Projeto de Decreto Legislativo n° 82, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro – AMICENTRO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 28 - Projeto de Decreto Legislativo n° 102, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Unisc de Comunicações - FUNDAÇÃO TELEUNISC para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 29 - Projeto de Decreto Legislativo n° 518, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Alternativa de Cocal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cocal, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 30 - Projeto de Decreto Legislativo n° 531, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural São Paulo das Missões para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 31 - Projeto de Decreto Legislativo n° 278, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Celso Ramos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Celso Ramos, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 32 - Projeto de Decreto Legislativo n° 298, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 33 - Projeto de Decreto Legislativo n° 195, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti - ACODECAJ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juti, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 34 - Projeto de Decreto Legislativo n° 40, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Nova Canaã do Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 35 - Projeto de Decreto Legislativo n° 176, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Locutores de Candeias MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Candeias, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 36 - Projeto de Decreto Legislativo n° 450, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Garças para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 37 - Projeto de Decreto Legislativo n° 648, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Dorense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 38 - Projeto de Decreto Legislativo n° 689, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente de Ouricuri - A.B.O. para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 39 - Projeto de Decreto Legislativo n° 311, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Estadual de Feira de Santana para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 40 - Projeto de Decreto Legislativo n° 359, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arcoverde, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 41 - Projeto de Decreto Legislativo n° 729, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Surubinense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Surubim, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 42 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 51, de 2026** que: "Requer a realização de diligência externa, com transmissão da TV Senado, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no dia 3 de julho de 2026, em alusão aos 50 Anos da promulgação da Lei Federal 6.346/76, que trata da implantação da Ferrovia Senador Vicente Emílio Vuolo." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 43 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 49, de 2026** que: "Requer a realização de Audiência Pública com o propósito de debater os impactos da crise climática sobre as populações urbanas mais vulneráveis e a proposta de projeto intitulado "Programa de inteligência térmica e vigilância ambiental em periferias brasileiras"." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 44 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 52, de 2026** que: "Requer urgência para o PRS 38/2025, que "institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Inteligência Artificial, Proteção de Dados e Segurança Digital"." **Autoria:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. **Resultado:** Aprovado o requerimento de urgência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Hamilton Mourão**
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de julho de 2026, início do segundo semestre deste ano.

A Presidência comunica o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, nos termos §5º do art. 222 da Constituição Federal, do Comunicado de Alteração do Controle Societário nº 8, de 2026, de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 21ª e 22ª Reuniões desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias na Comissão, sendo a pauta composta por um projeto de resolução do Senado e 40 projetos de decreto legislativo, totalizando 41 itens. Existem ainda dois requerimentos extrapauta.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em globo os itens terminativos, que exigem votação nominal.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 42**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 51, DE 2026**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Requer a realização de diligência externa, com transmissão da TV Senado, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no dia 3 de julho de 2026, em alusão aos 50 Anos da promulgação da Lei Federal 6.346/76, que trata da implantação da Ferrovia Senador Vicente Emílio Vuolo.*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Ao Senador Wellington Fagundes passo a palavra, para a leitura do seu requerimento.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador General Mourão e todos que nos assistem.

Eu quero aqui apresentar o requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no dia 3 de julho de 2026, em alusão aos 50 anos da promulgação da Lei Federal 6.346/76, que trata da implantação da Ferrovia Senador Vicente Emílio Vuolo.

A história da logística brasileira confunde-se, nas últimas cinco décadas, com a idealização e a consolidação da Ferrovia Vicente Vuolo, ou simplesmente Ferronorte. Após a aprovação pelo Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 312-A foi sancionado e transformado em Lei nº 6.346, de 6 de julho de 1976, incluindo, no Plano Nacional de Viação, a ligação ferroviária Rubinéia-Aparecida do Taboado-Rondonópolis-Cuiabá, através da construção da ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná. Criada com o arrojo de integrar o Centro-Oeste aos principais portos do país, essa ferrovia completa 50 anos desde seus marcos iniciais de planejamento e mobilização institucional, colocando-se como espinha dorsal do escoamento da produção agrícola nacional.

A trajetória da Ferronorte é marcada por um complexo esforço técnico e político. Desde os primeiros estudos na década de 1970 até a concessão federal outorgada em 1988, a implantação da ferrovia exigiu a superação de desafios geográficos e econômicos monumentais. Os atos de autorização e as sucessivas renovações contratuais não foram meros trâmites burocráticos, mas decisões de Estado que viabilizaram a expansão dos trilhos rumo ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coração do Brasil, permitindo que o Estado de Mato Grosso alcançasse o patamar de maior produtor de grãos do Brasil. Já passamos hoje a Argentina em produção de soja, somos o maior produtor de carne bovina, e assim por diante, respondendo por 82% da produção nacional de algodão.

Então, a implementação da Ferronorte provocou uma redução drástica e estrutural nos custos logísticos, alterando permanentemente a viabilidade econômica do agronegócio em Mato Grosso. Ao substituir trajetos rodoviários exaustivos e onerosos pela eficiência de escala do modal ferroviário, a produção estadual adquiriu uma competitividade sem precedentes no mercado global. Esse decréscimo sistemático no chamado custo Brasil permitiu que as margens de lucro dos produtores fossem preservadas, garantindo assim que o estado se consolidasse como o epicentro da produção de grãos do país, mitigando os efeitos da grande distância geográfica em relação aos principais portos oceânicos.

A eficiência no escoamento da produção é materializada pela conexão estratégica e de alta performance entre o terminal de Rondonópolis e o Porto de Santos. Por isso, essa artéria logística transformou o sudeste mato-grossense em um centro de inteligência de transportes, permitindo que volumes massivos de *commodities* sejam movimentados com precisão cronométrica e segurança operacional. A integração fluida entre os trilhos e os terminais portuários não apenas otimizou o desempenho da balança comercial brasileira, mas também estabeleceu um padrão de excelência em infraestrutura que serve como baliza para o planejamento de novos corredores de exportação na América Latina.

Ademais, a ferrovia atuou como o principal vetor para a interiorização do desenvolvimento e a modernização socioeconômica das regiões beneficiadas por seu traçado. O advento dos trilhos não se limitou ao transporte de carga; ele funcionou como um catalisador para o surgimento de polos agroindustriais, atraindo investimentos vultosos em tecnologia, serviços e infraestrutura urbana.

A geração de emprego qualificado e o aumento da renda nos municípios do interior promoveram uma descentralização econômica vital, fortalecendo, assim, a economia regional e consolidando o direito ao desenvolvimento como pilar da cidadania para a população mato-grossense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, é impossível narrar a epopeia da Ferrovia Vicente Vuolo (Ferronorte) sem render o devido tributo a Francisco Vuolo. Parlamentar visionário e defensor intransigente do modal ferroviário, Vuolo foi o grande artífice político da causa. Sua atuação no Congresso Nacional e junto aos órgãos técnicos foi decisiva para que o projeto saísse do papel. Francisco Vuolo defendeu não apenas uma obra de infraestrutura, ele defendeu uma solução logística que garantisse a soberania econômica de Mato Grosso, deixando um legado de planejamento e dedicação que segue inspirando as políticas públicas de transporte no Brasil.

Diante da magnitude deste marco de 50 anos, propomos a realização desta audiência em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, tendo a transmissão conjunta da TV Senado e da TV Assembleia e de todos os órgãos de comunicação das duas Casas, representando, assim, um reconhecimento necessário a todos os profissionais, gestores e lideranças que transformaram o sonho dos trilhos na realidade pujante que sustenta a balança comercial brasileira.

Finalizo aqui dizendo que fui um grande parceiro do Vicente Vuolo em muitas audiências públicas que tivemos. Portanto a nossa homenagem é de coração, de alma.

Eu concluo então.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2026, Senador Wellington Fagundes.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Wellington, cumprimento V. Exa. por essa atividade a ser realizada.

Realmente o modal ferroviário é fundamental para o escoamento da nossa produção agrícola. Esperamos que a Ferrogrão, que é outro anseio do Estado de Mato Grosso, também possa ser construída. É uma deficiência que o meu estado, Rio Grande do Sul, que já foi um estado que teve uma grande importância no modal ferroviário e hoje se recente... Transportamos a nossa produção agrícola ainda em lombo de caminhão, e é uma realidade que o Brasil precisa voltar a enfrentar, a ter, no sentido de reduzir custos e, consequentemente, de melhorar a nossa competitividade.

A votação do requerimento será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação e requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Anuncio o item 1 da pauta.

**ITEM 1**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Inteligência Artificial, Proteção de Dados e Segurança Digital.*

**Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO) e outros

**Relatoria:** Senador Wellington Fagundes

**Relatório:** Favorável ao projeto com 3 (três) emendas que apresenta.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Autoria: Senador Eduardo Gomes, este Senador, Senador Izalci, Senadora Professora Dorinha Seabra, Senadora Damares Alves, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Chico Rodrigues, Senador Confúcio Moura e Senador Alessandro Vieira.

A relatoria é do Senador Efraim Filho.

Designo o Senador Wellington Fagundes como Relator *ad hoc*.

Senador Wellington, a palavra está com V. Exa.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu queria pedir autorização para me colocar também,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar o meu nome como coautor dessa importante frente parlamentar, principalmente neste momento hoje em que o mundo está se digitalizando e o Brasil da mesma forma. Então, peço essa autorização e vou aqui ao relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Solicito à Mesa que acrescente o nome do Senador Wellington Fagundes.

Positivo, Senador Wellington. A palavra está com V. Exa.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Vem ao exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 38, de 2025, de autoria do Senador Eduardo Gomes e outros, que institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar Mista de Inteligência Artificial, Proteção de Dados e Segurança Digital.

A proposição é composta por seis artigos.

O art. 1º institui a referida frente parlamentar.

O art. 2º esclarece que a frente parlamentar tem caráter suprapartidário e tem por finalidade promover o debate sobre temas relacionados à inteligência artificial, à proteção dos dados pessoais, segurança digital e seus impactos, entre outros.

No art. 3º fica estabelecido que a frente parlamentar terá estatuto próprio, a ser aprovado por seus membros.

O art. 4º determina que a frente parlamentar será integrada por Senadores e Deputados Federais que assinarem sua ata de instalação, bem como por outros que vierem posteriormente a aderir.

O art. 5º estabelece que o Senado Federal prestará colaboração às atividades da frente parlamentar.

Finalmente, o art. 6º estabelece que a resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A justificação da proposta aponta para a necessidade de impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias no Brasil, alinhando estratégias de crescimento econômico e a transformação digital do país, destacando ainda a urgência de um espaço, no Legislativo, que permita a articulação contínua entre os Poderes da República, especialistas, instituições acadêmicas, representantes do setor produtivo e da sociedade civil.

Não foram apresentadas emendas à proposição, Sr. Presidente.

Análise.

Conforme art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à inovação tecnológica; à política nacional de ciência, tecnologia, inovação e informática; à regulamentação, controle e questões éticas referentes ao desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica e informática, bem como sobre assuntos correlatos. A iniciativa em comento, portanto, se inscreve no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Embora não haja previsão explícita no Risf sobre a criação de frentes parlamentares, a instituição dessas entidades por meio de resolução do Senado Federal é prática observada há diversos anos. Essas frentes refletem a liberdade de organização política típica do Parlamento e têm por objetivo proporcionar fóruns para atuação conjunta dos Parlamentares em torno de temas de relevância para a sociedade brasileira.

Não há dúvida de que a inteligência artificial, a proteção de dados e a segurança digital são hoje temas de grande relevância no Brasil e no mundo, sendo o mérito da iniciativa inquestionável.

A proposição, ademais, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foi redigida de acordo com a boa técnica.

Então, a emenda está aqui.

.....

Suprimam-se os sinais gráficos de ponto após a numeração dos incisos do art. 2º do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala da Comissão.

Presidente...

E como Relator *ad hoc*...

Parece-me que também foi pedida urgência por parte do Senador Efraim para ir direto ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Wellington.

A matéria está em discussão.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero apenas registrar da importância dessa frente. No Mato Grosso, nós lá tivemos um problema seriíssimo de queimadas no Pantanal e criamos lá o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal. O nosso hoje Senador Astronauta Marcos Pontes lá esteve para instalá-lo e a atual Ministra já fez o concurso, a Luciana, e já está perfeitamente em funcionamento o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, porque eu coloquei recursos de emenda minha para comprar equipamento, laboratórios, veículos. Portanto, ciência e tecnologia são fundamentais para que a gente possa desenvolver as regiões do país.

A juventude hoje espera muito oportunidades. A juventude quer emprego de qualidade e, portanto, desenvolver todas as ações e o Parlamento ter essa iniciativa, com certeza, agregará à sociedade brasileira, ao Executivo e também a todas as alternativas nacionais e mundiais, às universidades, a todos os centros de ciência e tecnologia, para que a gente possa, através da frente, normatizar, fazer as leis e, claro, ainda mais buscar os caminhos melhores para que a ciência e a tecnologia verdadeiramente tenham um destino certo, já que temos também um Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia. Exatamente pelo nosso trabalho, esse fundo hoje não pode ser contingenciado. Então, as pesquisas, tudo isso depende extremamente da ciência e tecnologia e inovação também.

Então, eu agradeço, espero ter aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Com a palavra, para discutir, o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer todo o apoio que V. Exa. está me dando também na Comissão e também enaltecer, como sempre faço, a sua figura para o cenário brasileiro e, particularmente, para o povo do Rio Grande do Sul, dizendo que tem que ter muito orgulho do Senador que os representa no Senado Federal – pessoa competente, capaz de escuta, de diálogo, de entendimento e de busca de convergências. Então, parabéns, Senador Mourão!

A exemplo do que o Senador Wellington Fagundes fez – a quem eu quero cumprimentar também –, eu também quero subscrever esse requerimento da criação da frente parlamentar mista, que é da mais alta importância, e concordar com o requerimento de urgência para que a criação dessa frente parlamentar possa ir, assim, com urgência para o Plenário, porque é um assunto que demanda urgência.

Obrigado, caro amigo, Senador Mourão.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Flávio Arns, pelas palavras gentis de V. Exa. É muito bom rever o distinto amigo, aí devidamente trajado para a temperatura de Curitiba, diferente do Wellington, que está para outra temperatura. (*Risos.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

Há na mesa o requerimento de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2025.

A matéria vai ao Plenário.

Anuncio o item 43, extrapauta.

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 43**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 49, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer a realização de Audiência Pública com o propósito de debater os impactos da crise climática sobre as populações urbanas mais vulneráveis e a proposta de projeto intitulado "Programa de inteligência térmica e vigilância ambiental em periferias brasileiras*".

**Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR).

O Requerimento nº 49, de 2026, é da autoria do Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra para a leitura de seu requerimento.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Obrigado novamente, Senador Mourão.

É um requerimento para a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da crise climática sobre as populações urbanas mais vulneráveis e a proposta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto intitulado – abro aspas – "Programa de Inteligência Térmica e Vigilância Ambiental em Periferias Brasileiras" – fecho aspas.

Proponho para a audiência os seguintes convidados: representante da coordenação do Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais da Universidade Federal do Paraná; representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação também; representante da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades; representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e representante do Ministério da Saúde.

Eu vou ler, V. Exa. permitindo, rapidamente a justificativa, porque é muito interessante; é a primeira vez, pelo menos da minha parte, que eu soube desses trabalhos que vêm sendo desenvolvidos.

Idealizado pelo Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais da Universidade Federal do Paraná, em parceria com o Ministério das Cidades e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o programa estuda o impacto cumulativo das ondas de calor e poluição em comunidades vulneráveis localizadas em periferias, bem como a estruturação de um programa de inteligência térmica e vigilância ambiental em periferias brasileiras, como política pública de Estado voltada à justiça climática e salvaguarda de vidas.

A presente audiência visa discutir a proposta de um programa de escala nacional focado em inovação tecnológica, inteligência geoespacial e transição climática justa para as periferias brasileiras.

A iniciativa justifica-se pela premente urgência em saúde pública e resiliência urbana decorrente das mudanças climáticas no cenário nacional e pela necessidade urgente de dotar o Estado brasileiro de ferramentas tecnológicas avançadas e replicáveis para monitorar os impactos das ondas de calor e mudanças climáticas sobre as populações urbanas mais vulneráveis.

O propósito deste debate, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, é promover a avaliação técnica e a articulação institucional – por isso os vários ministérios – para converter esse arcabouço metodológico em um programa nacional de inteligência térmica e vigilância ambiental das periferias brasileiras. Busca-se, por meio desta inserção legislativa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenhar caminhos para que universidades e centros de pesquisa de diferentes regiões do país possam replicar, de forma descentralizada, essa tecnologia social, atuando em estreita cooperação com as gestões municipais e agências governamentais na vanguarda de uma transição climática justa.

Inclusive, Senador Mourão, isso se aplica ao debate que aconteceu ontem, no Plenário do Senado Federal, em função da apresentação, pelo Senador Esperidião Amin, de uma proposta para que sejam avaliadas iniciativas importantes e para receber uma premiação ou um enaltecimento com importantes níveis diferentes para esse grande desafio das mudanças climáticas. Essa questão, o estudo de ondas de calor nas periferias mais vulneráveis, isso é tecnologia, é saúde, é meio ambiente, é Ministério das Cidades, que tem, inclusive, a Secretaria de Periferias.

Então, vamos reunir essas pessoas para que essa iniciativa possa, na verdade, ser debatida e replicada, se for o caso, em diversas, em várias regiões do Brasil.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Flávio Arns, cumprimento V. Exa. pela ideia da realização dessa audiência pública. O uso efetivo das ferramentas de inteligência, inteligência de imagens, com visores termais, obviamente, nessa questão ambiental, é importantíssimo, porque, por meio dessas ferramentas, se podem antecipar as incertezas que vêm por aí. Então, é extremamente importante essa proposta que a V. Exa. está colocando.

A votação do requerimento será simbólica.

Em votação o requerimento.

Senadores e Senadoras que concordam com o mesmo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passemos agora à análise dos projetos de decreto legislativo relacionados ao serviço de radiodifusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Itens de 2 a 41 da pauta.

**ITEM 2**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 420, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iracemápolis, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 3**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 421, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido Mota, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 4**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 422, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Três Fronteiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Fronteiras, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 5**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 575, DE 2021**

**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Projeto Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaratinga, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 6**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 628, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 7**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 558, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Cultural e Social Borboremense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Borborema, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Dr. Hiran

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 8**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade dos Ecologistas de Tambaú para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tambaú, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 9**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 443, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente, Cultural e Social Ibitinguense a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibitinga, Estado de São Paulo.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 10**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Novo Horizonte dos Moradores do Bairro Santa Cruz e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas de Monte Alto, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 11**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 551, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão à Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração do Vale do Juruena, mantida pela Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – AJES para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 12**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 2024**

**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Januária para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Januária, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 13**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 633, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá – Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pacujá, Estado do Ceará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 14**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 818, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Esperança de Ruy Barbosa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 15**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 890, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário do Arraial D´Ajuda para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 16**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 972, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São José de Mipibu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 17**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 618, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural de Caldas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caldas Novas, Estado de Goiás.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senador Efraim Filho

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 18**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 2025**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Salsa e Região para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quixelô, Estado do Ceará.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Efraim Filho

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 19**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 136, DE 2024**

**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Esportiva Rodolfense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 20**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 598, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Produção FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Palmitos, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 21**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 164, DE 2025**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Alpestrense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 22**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 463, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Telecomunicações Campos Dourados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 23**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 530, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cruzeiro do Sul de Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Londrina, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 24**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 580, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Safira Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mamborê, Estado do Paraná.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 25**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 632, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Amigos de Guaíra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaíra, Estado do Paraná.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 26**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2021**

**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Apuaê de Sananduva para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 27**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 82, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro – AMICENTRO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 28**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 102, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Unisc de Comunicações - FUNDAÇÃO TELEUNISC para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 29**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 518, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Alternativa de Cocal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cocal, Estado do Piauí.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 30**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 531, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural São Paulo das Missões para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 31**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2022**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Celso Ramos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 32**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 298, DE 2022**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 33**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 195, DE 2022**

**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti - ACODECAJ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juti, Estado de Mato Grosso do Sul.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Izalci Lucas

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 34**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Nova Canaã do Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Izalci Lucas

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 35**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 176, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Locutores de Candeias MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Candeias, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Izalci Lucas

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 36**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 450, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Garças para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Izalci Lucas

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 37**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 648, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Dorense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Paulo Paim

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 38**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 689, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente de Ouricuri - A.B.O. para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 39**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 311, DE 2019**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Estadual de Feira de Santana para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 40**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 359, DE 2021**

**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arcoverde, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

**ITEM 41**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 729, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Surubinense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Surubim, Estado de Pernambuco.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Teresa Leitão

**Relatório:** Pela aprovação do projeto.

**Observações:**

*A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Considerando que a publicação da pauta foi realizada com antecedência superior ao prazo determinado pelo Regimento Interno desta Casa, consulto V. Exas., em especial os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatores, se, por uma questão de economia processual e racionalização dos trabalhos, podemos realizar a dispensa da leitura dos relatórios dos projetos de decreto legislativo, passando diretamente à discussão e à deliberação dos itens em globo. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, esta Presidência dá como lidos os relatórios apresentados aos itens 2 a 41 da pauta.

Coloco em discussão os itens 2 a 41 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação, em globo, os projetos de decreto legislativo relacionados a serviço de radiodifusão, itens 2 a 41 da pauta. A votação será nominal.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se todas as Senadoras e Senadores já votaram.

Está encerrada a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Ah, já encerrou? Encerrou pelo... Está bom.

Solicito à Secretaria da Mesa que seja apresentado o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Votaram 11: SIM, 10; NÃO, nenhum.

Nenhuma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão aprovados os projetos, nos termos de seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Senador Marcos Pontes, V. Exa. deseja fazer alguma...? (*Pausa.*)

O.k.

Eu não sei se o Senador Esperidião Amin quer...

Eu vou só dar uma aguardadinha. (*Pausa.*)

Senador Esperidião, a votação foi encerrada, todos os PDLs foram aprovados. Consulto V. Exa. se deseja fazer alguma manifestação sobre algum assunto de caráter geral.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É só para cumprimentá-lo pela diligência de sempre preservar as atividades da nossa Comissão. Quero cumprimentar também o nosso Senador Astronauta Marcos Pontes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todas e todos e declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dois minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências das Senadoras Leila Barros e Tereza Cristina, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Hermes Klann, Beto Faro, Jaques Wagner, Camilo Santana e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Teresa Leitão e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Otto Alencar, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1990, de 2024 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga e cria o Programa Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda oferecida pela Câmara dos Deputados. **Resultado:** Rejeitada a emenda oferecida pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1990 de 2024. **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4199, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 - CI/CMA (Substitutivo) em turno suplementar sem emendas. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4789, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, altera dispositivos da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação com as Emendas nºs 1, 4, 5, 6, 7 e 8 – CRA, pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3 – CRA e aprovação das 4 (quatro) emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com as Emendas nº 1, 4, 5, 6, 7 e 8 - CRA/CMA; e com as Emendas nº 10 a 14 - CMA. Rejeitadas as Emendas nº 2 e 3 - CRA, e a Emenda nº 9. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3202, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; para possibilitar a realização de trabalho interno de reutilização e reciclagem por condenados mantidos em regime fechado ou semiaberto." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4786, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Revitalização e Diversificação dos Seringais Amazônicos (PNRDSA) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2075, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.848, 25 de junho de 2019, para dispor sobre a articulação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa do meio ambiente." **Autoria:** CPI DA BRASKEM. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2327, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 15 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena na hipótese de infrações cometidas em terras indígenas." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4262, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 314, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a prevenção da violência praticada por adolescentes, a corresponsabilização educativa de pais e responsáveis e a adoção de medidas socioeducativas relacionadas à proteção e ao cuidado dos animais." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4306, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais quando praticados por motivo fútil, torpe, com requintes de crueldade ou outros agravantes, e estabelece medidas acessórias de prevenção e repressão." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4363, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 147, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, para instituir mecanismos de prevenção, detecção e repressão qualificada aos maus-tratos a animais, inclusive por meio de sistemas tecnológicos de apoio à investigação, agravamento de penalidades em situações específicas e programas obrigatórios de reabilitação." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 172, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Responsabilizadas por Maus-Tratos contra Animais (CNMA); estabelece o dever de consulta prévia em processos de alienação de animais a qualquer título; fixa responsabilidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para alienantes, criadores e intermediários digitais; e prevê sanções administrativas para o descumprimento destas normas." **Autoria:** Senador Bruno Bonetti (PL/RJ). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 356, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para incluir, em caráter excepcional, a violência grave contra animal, praticada com crueldade extrema ou com potencial concreto de causar lesão grave ou morte, como hipótese de aplicação da medida de internação." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 372, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para incluir os atos infracionais praticados com violência contra animal entre as hipóteses de internação." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 155, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena da coação praticada com a finalidade de ocultar maus-tratos a animais." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 151, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas ou Responsabilizadas por Maus-Tratos a Animais." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 433, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para redefinir os crimes contra a dignidade e a vida animal, dar nova redação ao art. 32 e acrescentar os artigos 32-A, 32-B, 32-C e 32-D." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei nº 155, de 2026, e pela aprovação dos demais projetos em trâmite conjunto e da Emenda n° 1, apresentada ao PL nº 4.363, de 2025, na forma do substitutivo que apresenta ao Projeto de Lei nº 4.262, de 2025. **Resultado:** Aprovado parecer da comissão favorável ao Projeto de Lei nº 4.262, de 2025, nos termos da Emenda nº 1 - CMA (Substitutivo), pela rejeição do Projeto de Lei nº 155, de 2026, e pela aprovação dos demais projetos em trâmite conjunto e da Emenda n° 1 - CMA, apresentada ao PL nº 4.363, de 2025. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4121, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com o objetivo de dispor sobre a logística reversa de veículos automotores, e a Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil e institui o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, para criar requisitos referentes à reciclagem de veículos automotores." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado parecer da comissão favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4794, de 2020 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para autorizar a União a contratar instituição financeira para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes de conversão de multas ambientais e para dispor sobre os procedimentos de conversão de multas." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2132, de 2025 - Terminativo -** que: "Disciplina a circularidade de baterias utilizadas em veículos elétricos e institui a Política Nacional de Circularidade das Baterias." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 1, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de debater: 1 - Papel dos Bioinsumos na matriz produtiva agrícola nacional; 2 - Redução da dependência externa de fertilizantes químicos; 3 - Redução de custos de produção e aumento da eficácia tecnológica destes produtos; 4 Potencial Brasileiro como produtor e exportador de Bioinsumos." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 2, de 2026** que: "Requer que seja incluído, na Audiência Pública objeto do REQ 1/2026-CMA, convidado representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 5, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2026-CMA, que seja incluído um Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia para Produção Vegetal (Abisolo)." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Leila Barros**
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de maio de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos... Eu acho melhor... eu pergunto aos colegas... enfim, depois aos comunicados, eu vou passar para o item 3, já para a pauta, porque nós temos colegas que estão *online*. Então, eu vou passar para a pauta deliberativa e depois, ao final da sessão, eu passo para os comunicados.

Vamos para o item 3 da pauta.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 4789, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, altera dispositivos da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.*

**Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

**Relatoria:** Senador Marcos Rogério

**Relatório:** Pela aprovação com as Emendas nºs 1, 4, 5, 6, 7 e 8 – CRA, pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3 – CRA e aprovação das 4 (quatro) emendas que apresenta.

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CRA a 8-CRA.*

*2. Em 09/12/2025, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Em 12 de maio, foram apresentadas as Emendas nºs 9 e 10, do Senador Hermes Klann.

Eu concedo a palavra, já pedindo desculpas, ao Senador Marcos Rogério para a leitura de seu relatório.

Bom dia, Senador.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Presidente, Senadora Leila. Eu acompanhei V. Exa., que estava numa relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu estava acompanhando aqui remotamente. É absolutamente compreensível esse papel de atuar nas mais diversas Comissões do Senado Federal.

E me honra muito poder fazer a relatoria dessa matéria no dia de hoje. Farei o relatório, Sra. Presidente, apenas já informando, desde logo, que foram apresentadas duas novas emendas a esse projeto. As emendas são de autoria do Senador Hermes Klann, que substitui o Senador Jorge Seif. Ele apresentou duas emendas: uma eu estou opinando pelo acatamento, que é a Emenda 1, que é uma emenda de redação que trata da questão de terminologia, que muda a terminologia "milhas marítimas" por "milhas náuticas" – no final eu farei aqui a manifestação especificamente sobre essas duas emendas –; a outra vai tratar de normas específicas, eu estou pela rejeição; mas consignando, desde logo, sobre essas duas emendas que foram apresentadas depois da apresentação do nosso relatório.

Portanto, passo ao parecer.

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei (PL) nº 4.789, de 2024, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que busca instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e alterar dispositivos da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

O art. 1º delimita o objeto da futura lei, estabelecendo que a gestão da pesca observará a integração ecossistêmica e a articulação com os sistemas nacionais de meio ambiente, recursos hídricos, vigilância sanitária, sanidade agropecuária e recursos do mar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º cataloga 57 conceitos – como “abordagem ecossistêmica”, “zona econômica exclusiva” e “recursos pesqueiros” – para uniformizar a aplicação da norma, enquanto o art. 3º elenca os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, entre os quais constam a garantia da preservação, da conservação, da manutenção e da recuperação dos recursos pesqueiros e a promoção do desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

O art. 4º fixa princípios como precaução, gestão democrática e reconhecimento do trabalho das mulheres pescadoras; e o art. 5º, por seu turno, agrega diretrizes gerais, destacando a adoção de medidas de conservação, de consultas prévias às comunidades tradicionais e de promoção de pesquisas científicas e desenvolvimento de tecnologias adequadas em apoio à conservação e ao ordenamento pesqueiro.

Os arts. 6º a 13 tratam das classificações atinentes à pesca, ao pescador e à pescadora, bem como às embarcações de pesca. Além disso, disciplinam o exercício da atividade pesqueira em áreas sob jurisdição brasileira, o transbordo do produto da pesca e a construção e transformação de embarcações de pesca: impõem boas práticas ao desembarque do pescado, condicionam a construção, transformação ou arrendamento de embarcações à permissão prévia da autoridade pesqueira e vedam operações em águas internacionais sem respaldo em tratados ou de outras nações, ressalvada autorização da nação costeira.

O art. 14 inaugura o capítulo relacionado aos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, definindo como tais o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), o regime de outorga para o exercício da atividade pesqueira, os instrumentos e medidas de ordenamento pesqueiro, o Sistema Nacional de Informações sobre Pesca, o Sistema Nacional de Gestão Pesqueira, entre outros. O art. 15 torna obrigatória a inscrição prévia de pessoas e embarcações no RGP, devendo as autoridades competentes considerar as particularidades das pescadoras e dos pescadores artesanais e de subsistência, incluindo os povos extrativistas e costeiros marinhos, indígenas, quilombolas e caiçaras, para fins de simplificação e operacionalização de todos os processos de inscrição, registro e concessão de outorgas a eles aplicáveis.

Os arts. 16 a 23 regulam o regime de outorga, condicionado ao atendimento dos objetivos, princípios e diretrizes da lei, devendo a autoridade pesqueira adotar, para a outorga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do exercício da atividade pesqueira, os seguintes atos administrativos: I) “permissão prévia”, em casos como construção de embarcação, transformação de suas características e transferência de propriedade; II) “autorização”, para operação de pesca pelas embarcações e realização de torneios de pesca amadora, entre outras hipóteses; III) “licença”, entre outras atividades, para pesca profissional, amadora, esportiva ou de subsistência, neste último caso, quando definido pelas autoridades competentes; e IV) “concessão”, para exploração, por particular ou organizações da pesca artesanal, de infraestrutura e de terrenos públicos destinados à exploração de recursos pesqueiros. São estabelecidas, ainda, condições mínimas para a permissão para arrendamento de embarcações estrangeiras, bem como para autorização do exercício da atividade pesqueira industrial, a necessidade de vinculação a quota de captura comercial permissível e observância a limites espaciais (a partir de três milhas náuticas da costa, salvo exceções técnicas).

O art. 24 trata das taxas de exercício da atividade pesqueira e os arts. 25 a 34 especificam planos de gestão, acordos de pesca e normativas locais como peças centrais do ordenamento pesqueiro, com revisão quinquenal obrigatória. O art. 35 disciplina a fiscalização em todas as fases da cadeia produtiva pela autoridade pesqueira federal, observadas as competências dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), assim como das autoridades estaduais, distritais e municipais pertinentes; já o art. 36 equipara pescadores a produtores rurais para fins de política agrícola e crédito, enquanto os arts. 38 a 44 cuidam da assistência técnica, do fomento e dos deveres da sociedade civil que desempenha funções relacionadas à atividade pesqueira, inclusive no que tange à rastreabilidade do pescado.

Entre outras medidas, os arts. 45 a 55 disciplinam o Sistema Nacional de Gestão da Pesca (SNGP), integrado por conselho nacional, Comitês de Gestão Pesqueira, subcomitês técnico-científicos, Subcomitê de Avaliação de Estoques Pesqueiros e órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais; estabelecem competências para o Conselho Nacional da Pesca (Conapesca); e instituem Comitês de Gestão Pesqueira das pescarias industriais, artesanais e de águas continentais, estabelecendo suas competências. Os arts. 56 a 58 estabelecem hipóteses de proibição ou suspensão de atividades para prevenir sobrepesca e proteger ecossistemas. Por fim, os arts. 59 a 63 cuidam da consolidação normativa infralegal, fixam prazos de até 24 meses para estruturação das unidades de gestão da pesca industrial e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revogam dispositivos obsoletos da Lei 11.959, de 2009, e do Decreto-Lei 221, de 28 de fevereiro de 1967.

Na justificação, o autor sustenta que a legislação vigente é fragmentada e carece de participação social, defendendo que uma política moderna deve recuperar estoques, coibir a pesca predatória, integrar ciência e gestão e reconhecer direitos de pescadores artesanais. Argumenta que a proposição foi inspirada em boas práticas de seis países com elevado desempenho na gestão pesqueira e visa conciliar competitividade, proteção ambiental e inclusão social, assegurando transparência e governança colaborativa.

O projeto de lei foi distribuído para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que o aprovou com emendas, seguindo posteriormente para a apreciação terminativa desta Comissão, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Com nossa relatoria, a Comissão de Agricultura aprovou parecer favorável à proposição com oito emendas. A Emenda nº 1, da CRA, suprime os §§5º a 7º do art. 20, transferindo para o regulamento toda a disciplina de procedimentos licitatórios para autorizações da pesca industrial, além de reescrever o §4º para exigir que o regulamento inclua mecanismos de prevenção à concentração excessiva de quotas. A alteração flexibiliza o texto legal, permitindo ajustes dinâmicos às peculiaridades de cada pescaria e preservando a concorrência leal entre operadores.

Já a Emenda nº 2, da CRA, confere nova redação ao art. 62, convertendo a Lei 11.959, de 2009, em Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura. O dispositivo introduz definições próprias, cria capítulo de normas gerais, estabelece licenciamento ambiental simplificado com Licença por Adesão e Compromisso (LAC) para empreendimentos de grande porte e amplia incentivos à pesquisa, capacitação e criação de sistema nacional de informações sobre aquicultura.

Por sua vez, Emenda nº 3, da CRA, reformula a redação do art. 63, promovendo revogação extensiva de dispositivos da Lei 11.959, de 2009, que permaneceriam colidentes com o novo marco da pesca, evitando sobreposição normativa e assegurando coerência entre os dois diplomas legais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 4, da CRA, insere o art. 35-A no Projeto de Lei 4.789, de 2024, para vedar a apreensão de carga ou de embarcação quando a infração constatada se restringir à irregularidade documental de tripulante que não comprometa a legalidade da operação. A medida prestigia o princípio da proporcionalidade na fiscalização e evita prejuízos econômicos desnecessários ao setor.

A Emenda nº 5, da CRA, por seu turno, acrescenta ao projeto de lei o art. 35-B, determinando que bens apreendidos, inclusive o pescado, permaneçam, preferencialmente, sob a guarda do armador ou pescador responsável, nomeado fiel depositário. Garante-se, assim, conservação adequada dos produtos perecíveis e reduz-se o custo logístico para o poder público, sem prejuízo da responsabilização do infrator.

A Emenda nº 6, da CRA, acrescenta o art. 35-C, que proíbe o descarte de pescado capturado incidentalmente, salvo quando a devolução viva for possível, impondo desembarque integral em local designado e possibilitando destinação para consumo, doação ou pesquisa. O objetivo é reduzir desperdício, aprimorar estatísticas de biomassa e impulsionar programas sociais de alimentação.

A Emenda nº 7, da CRA, cria o art. 58-A, estabelecendo critérios objetivos de gradação de multas administrativas – extensão do dano, quantidade e espécie capturada, histórico e culpabilidade do infrator –, com majoração em caso de reincidência e possibilidade de redução mediante colaboração ou reparação. A inovação introduz sanção proporcional e educativa, fortalecendo o poder dissuasório do sistema de controle.

Por fim, a Emenda nº 8, da CRA, insere o art. 58-B para afastar responsabilidade penal e administrativa quando o pescador artesanal ou de subsistência capturar, em estado de necessidade, até dois exemplares de espécie ameaçada, desde que sem finalidade comercial. A norma equilibra proteção da fauna com garantia de segurança alimentar às populações vulneráveis, impondo limites estritos para prevenir abusos.

Portanto, esse é o relatório, Sra. Presidente.

Sob a perspectiva constitucional, a disciplina da pesca insere-se na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal sobre pesca, fauna, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente e controle da poluição, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos do art. 24, inciso VI, da Constituição Federal; o dever comum de tutelar a fauna decorre do art. 23, inciso VII, da Constituição Federal; e a competência para dispor sobre o mar territorial, zona econômica exclusiva e seus recursos naturais é da União (art. 20, incisos V e VI), cabendo, portanto, ao Congresso legislar mediante lei ordinária (art. 48, *caput*, da Constituição Federal). Não se trata de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, §1º, da Constituição Federal, razão pela qual a iniciativa parlamentar é legítima.

No que concerne à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, a proposição observa os preceitos da Lei Complementar 95/1998: distribui a matéria em capítulos temáticos, emprega redação clara e precisa, utiliza vocabulário próprio do setor pesqueiro com definições explícitas e mantém coerência interna entre princípios, instrumentos e mecanismos de fiscalização, o que reforça a segurança jurídica do texto.

Sobre o mérito, considerando o aspecto ambiental, o projeto cria um arcabouço normativo que instrumentaliza o princípio da precaução e atende às metas de conservação previstas em acordos multilaterais de que o Brasil é signatário, como o Acordo sobre Medidas do Estado de Porto Destinadas a Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal Não Declarada e Não Regulamentada, celebrado na 36ª Sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em Roma, Itália, em 22 de novembro de 2009. A inclusão obrigatória de planos de gestão, quotas baseadas em avaliação de estoques e sistema de informação pública coaduna-se com a necessidade de bases científicas sólidas e transparência, o que é fundamental nas políticas públicas de meio ambiente. Ademais, ao equiparar pescadores a produtores rurais, o texto promove a transversalidade entre política agrícola e gestão ambiental, reforçando a coordenação intersetorial que se busca incentivar.

Do ponto de vista socioeconômico, a proposição fortalece a pesca artesanal, simplificando registros, assegurando assistência técnica e reconhecendo saberes tradicionais; tal enfoque converge com a busca de valorar atividades sustentáveis que contribuam para a inclusão de comunidades tradicionais. A previsão de rastreabilidade e divulgação de dados favorece o consumo consciente e agrega valor à produção, mitigando fraudes e adulterações que prejudicam tanto o mercado quanto o ambiente.

Ainda sob a ótica da governança, a criação do Sistema Nacional de Gestão da Pesca (SNGP), com subcomitês técnico-científicos e participação social paritária, responde à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de processos decisórios transparentes e baseados em evidências. A previsão de consolidação infralegal e revisão quinquenal dos instrumentos de ordenamento assegura atualização normativa contínua, reduzindo a insegurança jurídica e aumentando a eficiência administrativa.

Em face desses elementos, considera-se que o projeto harmoniza a utilização econômica dos recursos pesqueiros com a preservação ambiental e a justiça social, objetivos que orientam as competências constitucionais. O texto, além de inovar o marco legal, consolida iniciativas esparsas, racionalizando órgãos e normas, o que tende a reduzir sobreposição de competências e litígios federativos.

No entanto, ao analisarmos a proposição do Senador Alessandro Vieira, notamos que ela atualizava o que era necessário no setor da pesca, criando uma nova lei e deixando a antiga, Lei 11.959, de 2009, somente para a aquicultura. A redação original da proposição em análise teve por foco, portanto, responder às necessidades prementes do setor da pesca. Ocorre que apresentamos, pouco antes dessa proposição, o Projeto de Lei 4.470, de 2024, no qual buscamos atualizar os regramentos da aquicultura. E, na forma como os dois projetos foram redigidos, a redação da Lei 11.959, de 2009, poderia ficar contraditória se ambos fossem aprovados sem qualquer modificação.

Para resolver esta questão da aquicultura é que apresentamos emendas em nossa relatoria na CRA, além de tentar tratar questões específicas que nos foram apresentadas por representantes do setor da pesca. Assim, as oito emendas que aprovamos na CRA ajustam o projeto para conferir maior flexibilidade regulatória às autorizações da pesca industrial, instituir marco legal específico e moderno para a aquicultura, remover dispositivos colidentes da legislação anterior, tornar a fiscalização mais proporcional e menos onerosa, assegurar a guarda responsável dos bens apreendidos, evitar o desperdício do pescado incidental com adequada destinação social, graduar multas com critérios objetivos e, por fim, compatibilizar a proteção da fauna com a subsistência das populações vulneráveis, harmonizando sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e eficiência administrativa.

Com o avanço das discussões sobre o projeto no âmbito da CMA, identificamos a oportunidade de promover aperfeiçoamentos adicionais ao projeto, que abrangem: a realização de ajustes pontuais na redação, para dar maior objetividade e coerência ao projeto, como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

supressão de trechos que seriam relacionados à aquicultura na futura Lei da Pesca; a inclusão de dispositivo que visa a limitar a arrecadação da taxa de exercício da atividade pesqueira aos custos diretos relacionados a essa atividade; o estabelecimento de normas estruturantes da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura, como as diretrizes gerais de ação para sua implementação e a caracterização da atividade aquícola; registrar expressamente que as embarcações utilizadas para o simples manejo da aquicultura em águas da União ou açudes serão isentas de inscrição no RGP e de licença da pesca; remissão à Lei nº 15.190, de 8 de agosto de 2025 (nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental), para fins do licenciamento ambiental da aquicultura; entre outros ajustes redacionais.

Desta forma, a pesca e a aquicultura terão marcos regulatórios distintos, específicos a cada atividade, o que é uma demanda de ambos os setores, e estarão igualmente atualizados e adequados à realidade e aos desafios que se impõem a ambas as atividades.

Por tudo isso, entende-se que esta proposição, especialmente com as emendas propostas pelo parecer aprovado na Comissão de Agricultura, atende ao interesse público e deve prosperar.

Devido às alterações ora propostas, nosso parecer encaminha pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3 da CRA, cujas disposições foram aproveitadas e aperfeiçoadas pelas emendas que ora apresentamos.

E aqui, Sra. Presidente, passo a manifestar o parecer também sobre as duas emendas que foram apresentadas já nesse último momento, de autoria do Senador Hermes Klann, que, repito, atua em substituição ao brilhante Senador Jorge Seif, do Estado de Santa Catarina.

Quanto à Emenda 1, eu estou, como Relator, opinando pelo acatamento. Concordamos com o mérito da emenda e opinamos pelo seu acolhimento, uma vez que a proposta promove adequado aperfeiçoamento de técnica legislativa, ao substituir a expressão "milhas marítimas" por "milhas náuticas", terminologia oficialmente adotada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, pela cartografia náutica e pelas normas da autoridade marítima brasileira, além de uniformizar a redação do próprio projeto, que já utiliza corretamente a expressão "milha náutica" em outros dispositivos, portanto conferindo maior precisão, coerência e segurança jurídica ao texto legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à Emenda 2, estou opinando pela sua rejeição, pelo seu não acatamento. Embora reconheçamos a pertinência da preocupação apresentada pelo autor da emenda, entendemos que a proposta não deve ser acolhida, pois o texto original do projeto já assegura a articulação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca com as demais normas e sistemas aplicáveis.

A inclusão de rol detalhado de políticas, diretrizes e instrumentos pode gerar redundância normativa e interpretação restritiva indesejada, sugerindo que apenas as normas expressamente citadas incidiriam sobre a atividade pesqueira.

Quanto à observância das demais normas regulatórias e tratados internacionais, isso já decorre naturalmente do ordenamento jurídico vigente. Portanto, o nosso voto é pela rejeição dessa Emenda 2.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.789, de 2024, das Emendas nºs 1 e 4 a 8, da Comissão de Agricultura, também da Emenda nº 1, agora, apresentada na Comissão de Meio Ambiente, e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3, da CRA, e 2, da Comissão de Meio Ambiente, bem como pela aprovação das emendas que estão mencionadas no parecer devidamente apresentado ao sistema do Senado Federal.

É o parecer que apresento, Sra. Presidente, agradecendo a V. Exa. pelo tempo dispensado para a leitura de um voto denso e com – fiz questão de trazer aqui – um detalhamento sobre o andamento da proposta, bem como todas as emendas que foram apresentadas, todas que foram acolhidas, as razões que justificaram os seus acolhimentos, para tratar com distinção a aquicultura e a pesca. O que antes era abordado apenas em um diploma legal, agora nós teremos leis distintas tratando desses dois temas, o que era uma pretensão, um desejo desses dois segmentos, que são importantes para a economia do Brasil.

Portanto, com minha saudação e reconhecimento ao esforço de V. Exa. para que pudéssemos realizar a sessão de hoje, este é o relatório que apresento.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só fazendo uma observação aqui, Senador, por orientação do Secretário Airton, o Senador Hermes Klann indicou as Emendas 9 e 10, e o senhor está rejeitando a Emenda 9 e aprovando a Emenda 10. É porque o senhor falou a Emenda 1 e 2, né? Só essa correção.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, eu fiz... Sra. Presidente, eu vou me submeter à Secretaria da Comissão para adequação redacional das emendas, porque para mim estão como Emendas 1 e 2 da Comissão, mas segue, portanto, formalmente, o número que está cadastrado na Comissão de Meio Ambiente, nos termos mencionados por V. Exa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador.

A matéria está em discussão, já parabenizando o autor, o Senador Alessandro Vieira, e o nosso Relator, o Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 4.789, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Eu vou pedir para a Secretaria já abrir o painel. (*Pausa.*)

Aberto?

A votação está iniciada.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Para economizar o nosso tempo aqui, enquanto as Senadoras e os Senadores estão votando eu vou aos comunicados.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Ofício DP nº 1.574/2025/DP-ANA-SEI, da Agência Nacional de Águas, que encaminha agradecimento aos membros da Comissão de Meio Ambiente pelo apoio e aprovação de suplementação orçamentária na LOA 2026 de recursos àquela agência.

- Aviso nº 1.347 - GP/TCU, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.914/2025, proferido pelo plenário daquela Corte de Contas ao apreciar o TC-016.247/2024-8, da relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus, que trata de auditoria operacional sobre as ações do Governo Federal voltadas à identificação, à avaliação e à revisão de subsídios governamentais prejudiciais ao meio ambiente.

- Ofício nº 1.455/SF, do Presidente do Senado Federal, sobre resultado da avaliação da política pública de apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

- Ofício nº 11/2026/CMA-CNMP, da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP), que encaminha as publicações *Cadernos Ambientais* e outras obras institucionais, que reúnem estudos, diretrizes, análises temáticas e experiências relevantes para a atuação ministerial na área ambiental, produzidas no âmbito daquela comissão. As informações e *links* para acesso às versões digitais das publicações foram anexadas ao expediente que será compartilhado com todos os membros. A sociedade tem acesso ao mesmo material na página do conselho na internet.

- Ofício Circular nº 4/2026/GAB-ANAC, do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, por meio do qual a agência apresenta cumprimentos pelo início dos trabalhos legislativos de 2026 e renova o compromisso institucional com o diálogo e a cooperação com o Legislativo.

- Ofício Legislativo nº 80/2026, da Câmara Municipal de Pelotas. Moção de Apoio à comunidade de Santa Vitória do Palmar/RS, manifestando repúdio ao Decreto nº 12.868, de 6 de março de 2026, do Governo Federal. O decreto determina a criação do Parque Nacional do Albardão e da Área de Proteção Ambiental do Albardão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Ofício nº 066/2026, da Câmara Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo/SP, com moção de apoio ao Senado Federal pela iniciativa de dar celeridade à tramitação e à análise de projetos de lei que tratam do combate aos maus-tratos contra os animais.

- Ofício nº 033/2026, da Câmara Municipal de Victor Graeff/RS, com moção de repúdio ao texto do Projeto de Lei nº 1.702/2019 e à cobrança de *royalties* de 7,5% sobre sementes.

- Nota Institucional das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, com manifestação de preocupação com as alterações na Lei do Licenciamento Ambiental.

- Ofício nº 81/2025, da Câmara Municipal de Iguape, São Paulo, com Moção de Repúdio ao Decreto 12.527, que altera disposições sobre o registro de atividades pesqueiras.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Eu gostaria de submeter à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada em 28 de abril, conjunta com a Comissão de Educação e Cultura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Antes de encerrarmos a votação, eu vou encaminhar a Presidência para a Senadora Tereza Cristina, que vai fazer o encerramento da votação, para leitura... (*Pausa.*)

Nós não podemos. Desculpe, Tereza.

Então, nós vamos encerrar a votação, perdão – obrigada, Airton –, e, ao final, eu já passo a Presidência para a Senadora Tereza Cristina. (*Pausa.*)

Enquanto nós aguardamos a votação, apenas o voto necessário para finalizarmos a votação, eu vou para o item 2.

**ITEM 2**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO**

**PROJETO DE LEI Nº 4199, DE 2024**

**- Terminativo -**

**Ementa do Projeto:** *Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal.*

**Autoria do Projeto:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

**Relatoria:** Senador Mecias de Jesus

**Relatório:**

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer pela aprovação e pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente com parecer pela aprovação nos termos da Emenda nº 1 - CI/CMA (Substitutivo), ora submetido a turno suplementar.*

Então, os colegas que quiserem discutir, podem... Está aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão.

O resultado, não tendo sido oferecidas emendas ao substitutivo, é dado como definitivamente adotado em turno suplementar sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Nós encerramos o nosso quórum de votação.

Gostaria que a Secretaria pudesse abrir o painel.

A votação está encerrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – São 8 SIM; NÃO, zero. (*Palmas.*)

Abstenção: zero.

O projeto foi aprovado com as Emendas nºs 1, 4, 5, 6, 7 e 8, da CRA/CMA, e com as Emendas nºs 10 a 14 (CMA), rejeitadas as Emendas nºs 1 e 2 (CRA) e a Emenda nº 9 (CMA).

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Agora nós vamos para o item 1 da pauta.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 1990, DE 2024 (EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

**- Não terminativo -**

*Institui a Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga e cria o Programa Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Leila Barros

**Relatório:** Pela rejeição da Emenda oferecida pela Câmara dos Deputados

Autoria: Deputada Janaína Farias.

Relatoria: Senadora Leila Barros, Leila do Vôlei.

Vou trocar agora a Presidência, passando para a nossa querida, respeitada e qualificada Senadora Tereza Cristina. (*Pausa.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu concedo então agora a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora Tereza Cristina. Eu cumprimento a senhora e todos os colegas e todos que estão aqui presentes na Comissão de Meio Ambiente, já agradecendo também a oportunidade, através do nosso Presidente, o Senador Fabiano Contarato, de estarmos hoje, as duas, conduzindo a Comissão de Meio Ambiente.

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente a Emenda da Câmara dos Deputados ao PL 1.990, de 2024, que institui a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga e cria o Programa Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga.

No autógrafo encaminhado à Câmara, o PL continha seis artigos. Em síntese, a proposição pretende instituir a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga e estabelecer seus objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos. Dentre seus objetivos, destacam-se a recuperação de áreas desmatadas e áridas e a ampliação da produção de alimentos de modo sustentável e adaptado à crise climática, bem como a garantia da segurança hídrica.

A emenda acrescenta o art. 6º para autorizar o Poder Executivo a criar o Fundo da Caatinga, destinado à aplicação em ações de prevenção, de monitoramento e de combate da desertificação e do desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Caatinga.

Na justificação do projeto, a Senadora Janaína – eu já aproveito este momento aqui para parabenizá-la pela iniciativa; grande Senadora pelo Estado do Ceará – destaca... – e agora é Prefeita, né, gente? Agora é Prefeita. Então, boa sorte para a Janaína. Foi uma colega nossa aqui de bancada no Senado Federal, da Bancada Feminina.

A Senadora Janaína destaca a Caatinga como sendo um bioma exclusivamente localizado no território nacional, abrangendo quase 11% do território brasileiro. Suas características climáticas a tornam suscetível à desertificação e representam um desafio significativo para as comunidades locais. A situação é agravada pelos elevados índices de desmatamento acumulado, o que exige a restauração dessas áreas.

Agora vamos para a análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mantemos, no presente relatório, a consistente e detalhada análise constante do relatório anteriormente apresentado pela Senadora Augusta Brito – que é outra grande Senadora e colega nossa aqui de bancada; também foi colega de bancada, agora que eu lembrei também. Um beijo para Augusta e para a Janaína – que exerceu a relatoria nesta Comissão, acolhendo integralmente os fundamentos já expostos a seguir, que reapresentamos.

Consideramos importante a instituição de meios para promover o financiamento da política proposta. Contudo, a forma adotada pela Câmara em sua emenda, que autoriza a criação de um fundo específico pelo Poder Executivo, apresenta vícios de inconstitucionalidade: um é o fato de o dispositivo ser meramente autorizativo; outro é a criação de despesas obrigatórias de caráter continuado sem observação dos requisitos legais; o terceiro diz respeito à reserva de iniciativa quanto à criação de fundos públicos por iniciativa parlamentar; e, por último, a violação ao comando constitucional que veda a criação de fundo público quando seus objetivos puderem ser alcançados por meio de execução direta de órgãos da administração pública federal.

A CCJ, há tempos, nesta Casa, adota entendimento pela inconstitucionalidade de proposições de caráter meramente autorizativo.

O Supremo também tem adotado reiteradamente entendimento pela inconstitucionalidade de leis autorizativas.

A própria Câmara, por intermédio de sua Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, também tem negado a admissibilidade às proposições violadoras do §1º do art. 61 da Constituição Federal, que relaciona as matérias cuja iniciativa é privativa do Presidente da República.

Além dos problemas de violação de regras constitucionais, a criação de fundos como o proposto pode aumentar o grau de vinculação das receitas e contribuir para o engessamento das despesas públicas. Mesmo que a regra seja meramente autorizativa, trata-se da criação de despesas obrigatórias de caráter continuado. Nesse caso, seria necessário apresentar a estimativa de impacto orçamentário – todos nós sabemos.

Ainda, é inescapável mencionar o entendimento do Parecer nº 2, de 2019, da CCJ, que conclui serem inconstitucionais, por vício de iniciativa, quaisquer projetos de lei de autoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentar que instituam fundos orçamentários cujos recursos são geridos e empregados pelos órgãos dos Poderes Executivo ou Judiciário.

Por fim, ressaltamos que, embora a intenção da emenda seja legítima – garantir o financiamento para um bioma que demanda uma atenção absolutamente urgente –, o mecanismo escolhido não irá alcançar esse objetivo. Uma autorização meramente formal para a criação do fundo não assegura que os recursos serão disponibilizados nem que o fundo será de fato instituído. Somam-se a isso os vícios – e isso poderá ser judicializado, os vícios constitucionais apontados – que expõem o dispositivo a veto presidencial ou declaração de inconstitucionalidade – como eu falei aqui –, com riscos de comprometer a aprovação política como um todo, tratando-se de orçamento dos estados.

O voto. Considerando o exposto, somos pela rejeição da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 1.990, de 2024, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e vamos para a votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório é apresentado (*Fora do microfone.*).

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sra. Presidente, só mais uma vez quero reforçar aqui e parabenizar a nossa ex-colega aqui de Senado Federal, Senadora Janaína – perguntei aqui, não me lembrava da cidade –, que hoje é Prefeita de Crateús, no Ceará, está hoje lá cuidando da sua cidade, Crateús. Desejo à Janaína muito sucesso, assim como à Senadora Augusta Brito, que também é Secretária no Estado lá do Ceará.

Às duas, o meu carinho e saudades. Que elas tenham muito sucesso à frente dos novos desafios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Senadora Leila.

Um abraço para as duas colegas Senadoras, uma Prefeita; a outra que acabou de nos deixar, que nos trazem saudades já, né?

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – É, saudades.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Mas quero dizer: parabéns pelo projeto.

Vamos passar para o item 8.

**ITEM 8**

**TRAMITAÇÃO CONJUNTA**

**PROJETO DE LEI Nº 4262, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais.*

**Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

**TRAMITA EM CONJUNTO**

**PROJETO DE LEI Nº 314, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a prevenção da*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*violência praticada por adolescentes, a corresponsabilização educativa de pais e responsáveis e a adoção de medidas socioeducativas relacionadas à proteção e ao cuidado dos animais.*

**Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC)

**TRAMITA EM CONJUNTO**

**PROJETO DE LEI Nº 4306, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais quando praticados por motivo fútil, torpe, com requintes de crueldade ou outros agravantes, e estabelece medidas acessórias de prevenção e repressão.*

**Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

**TRAMITA EM CONJUNTO**

**PROJETO DE LEI Nº 4363, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE)

**TRAMITA EM CONJUNTO**

**PROJETO DE LEI Nº 147, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, para instituir mecanismos de prevenção, detecção e repressão qualificada aos maus-tratos a*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*animais, inclusive por meio de sistemas tecnológicos de apoio à investigação, agravamento de penalidades em situações específicas e programas obrigatórios de reabilitação.*

**Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

**TRAMITA EM CONJUNTO**

**PROJETO DE LEI Nº 172, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Responsabilizadas por Maus-Tratos contra Animais (CNMA); estabelece o dever de consulta prévia em processos de alienação de animais a qualquer título; fixa responsabilidades para alienantes, criadores e intermediários digitais; e prevê sanções administrativas para o descumprimento destas normas.*

**Autoria:** Senador Bruno Bonetti (PL/RJ)

**TRAMITA EM CONJUNTO**

**PROJETO DE LEI Nº 356, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para incluir, em caráter excepcional, a violência grave contra animal, praticada com crueldade extrema ou com potencial concreto de causar lesão grave ou morte, como hipótese de aplicação da medida de internação.*

**Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

**TRAMITA EM CONJUNTO**

**PROJETO DE LEI Nº 372, DE 2026**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para incluir os atos infracionais praticados com violência contra animal entre as hipóteses de internação.*

**Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

**TRAMITA EM CONJUNTO**

**PROJETO DE LEI Nº 155, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena da coação praticada com a finalidade de ocultar maus-tratos a animais.*

**Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

**TRAMITA EM CONJUNTO**

**PROJETO DE LEI Nº 151, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas ou Responsabilizadas por Maus-Tratos a Animais.*

**Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

**TRAMITA EM CONJUNTO**

**PROJETO DE LEI Nº 433, DE 2026**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para redefinir os crimes contra a dignidade e a vida animal, dar nova redação ao art. 32 e acrescentar os artigos 32-A, 32-B, 32-C e 32-D.*

**Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)

**Relatoria:** Senadora Leila Barros

**Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei nº 155, de 2026, e pela aprovação dos demais projetos em trâmite conjunto e da Emenda nº 1, apresentada ao PL nº 4.363, de 2025, na forma do substitutivo que apresenta ao Projeto de Lei nº 4.262, de 2025.

**Observações:**

*1. As matérias serão apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Vamos ao relatório.

Vêm ao exame da Comissão de Meio Ambiente os Projetos de Lei nºs 4.262, de 2025, do Senador Confúcio Moura; 4.306, de 2025, do Senador Cleitinho; 4.363, de 2025, do Senador Humberto Costa; 147, 151 e 155, de 2026, da Senadora Soraya Thronicke; 172, de 2026, do Senador Bruno Bonetti; 314, de 2026, do Senador Jorge Seif; 356, de 2026, do Senador Jorge Kajuru; 372, de 2026, do Senador Fabiano Contarato; e 433, de 2026, da Senadora Eliziane Gama, que dispõem sobre medidas de combate aos maus-tratos contra os animais.

O PL nº 4.262, de 2025, aumenta as penas previstas no art. 32 da Lei de Crimes Ambientais (LCA), para reclusão de um a quatro anos, bem como, em caso de morte do animal, em dois terços. As penas se aplicam a todos os tipos de animais e não apenas para cães e gatos.

O PL nº 4.306, de 2025, altera o art. 32 da LCA para estender a todos os animais as penas hoje vigentes apenas para cães e gatos, bem como inclui hipóteses qualificadoras para agravamento de penas e medidas como restrição de guarda, tutela ou convivência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º do PL nº 4.363, de 2025, altera o art. 32 da LCA para aplicar aos demais animais as penas hoje vigentes apenas para cães e gatos, bem como aumenta as penas para maus-tratos.

O PL nº 147, de 2026, altera a LCA para: instituir o Sistema Nacional de Prevenção e Detecção de Maus-Tratos a Animais; incluir regra sobre medidas para adolescentes que causarem morte de animais por maus-tratos e para seus pais ou responsáveis legais; e prever cumprimento de programa de reeducação e acompanhamento psicossocial. O texto cria o Fundo Nacional de Proteção Animal.

O PL nº 151, de 2026, institui o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas ou Responsabilizadas por Maus-Tratos a Animais.

O PL nº 155, de 2026, altera o Código Penal, para criar uma hipótese majorada para o crime de coação no curso do processo quando o crime investigado for de maus-tratos contra animais.

O PL nº 172, de 2026, trata da criação do Cadastro Nacional de Pessoas Responsabilizadas por Maus-Tratos contra Animais; altera também a LCA para prever medidas sobre restrição de guarda, posse ou propriedade de animais devido a condenação por maus-tratos.

O PL nº 314, de 2026, estabelece alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), voltados a: prevenção de condutas violentas e o respeito à vida de pessoas e animais; promoção de ações educativas para prevenir essas condutas; e proporcionalidade e adoção de medidas socioeducativas, como prestação de serviços à comunidade. O texto altera, ainda, a LCA para prever programas que articulem políticas de proteção animal, educação ambiental e proteção da infância e juventude.

Os PLs nº 356 e 372, de 2026, alteram o ECA para possibilitar a aplicação da medida socioeducativa de internação no caso de crimes de maus-tratos de animais. No caso do PL nº 356, essa aplicação apenas ocorreria em casos de crueldade extrema e potencial concreto de causar lesão ou morte do animal. (*Pausa.*)

O PL nº 433, de 2026, altera a LCA para prever os crimes de maus-tratos, negligência na guarda ou cuidado de animal, lesão corporal animal e zoocídio, com respectivas qualificações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penas e hipóteses de agravamento. Propõe ainda regra para exame de corpo de delito quando a infração deixar vestígios.

A Emenda nº 1, da Senadora Tereza Cristina, foi apresentada ao PL nº 4.363, de 2025, para prever que as disposições do art. 32 da LCA não se aplicam ao manejo e ao controle da fauna exótica invasora nociva realizados conforme a legislação vigente nem se aplicam às práticas e procedimentos regulamentados pela autoridade agropecuária.

Após o exame da CMA as matérias serão analisadas em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Da análise.

Os PLs em análise são meritórios e harmonizam-se com as regras constitucionais e legais que vedam a crueldade contra animais.

Esses projetos foram apresentados pelas Senadoras e Senadores como resposta a dois eventos de grande comoção nacional. Em agosto de 2025, no Município de Bananal (SP), um indivíduo forçou um cavalo a marchar por longa distância até a exaustão, o que teria causado sua morte. Na sequência, praticou ato de extrema crueldade ao mutilar as patas do animal com um facão.

A morte brutal do cão comunitário Orelha, em janeiro de 2026, em Florianópolis (SC), como possível resultado de uma sequência de agressões realizadas por menores de idade, expôs graves lacunas institucionais no combate aos maus-tratos contra animais e gerou uma onda de indignação nacional. O episódio evidenciou a necessidade de mecanismos estatais mais eficazes para prevenção e detecção precoce da violência contra animais, além de um sistema de responsabilização que equilibre o rigor punitivo com o caráter educativo. O caso tornou-se um catalisador para o fortalecimento da proteção animal, reforçando a urgência de instrumentos que permitam a atuação preventiva e, é claro, punitiva do Estado.

Na ponderação dos autores dos projetos, esses não seriam casos isolados, mas sim parte de um cenário recorrente de maus-tratos contra animais que precisam ser enfrentados com maior rigor punitivo, bem como por meio de adequadas medidas socioeducativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem adotado um crescente rigor no enfrentamento desses crimes de maus-tratos e nesse sentido acompanha a evolução global da matéria.

No campo internacional, a Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH, na sigla em inglês) desempenha uma função central no bem-estar animal, sendo reconhecida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como a referência científica para estabelecer os padrões internacionais que orientam o tratamento humanitário de animais em escala global.

No campo dos animais domésticos, em agosto de 2025, a União Europeia (UE) concluiu uma proposta (ainda a ser deliberada pelo Parlamento Europeu) de Regulamento sobre o Bem-Estar de Cães e Gatos e sua Rastreabilidade. Embora existam na União Europeia leis focadas em animais de produção, o regulamento representa a primeira proposta de marco regulatório unificado para animais de estimação. Em 2026, uma iniciativa normativa da União Europeia busca estabelecer um marco regulatório para animais de rua, de modo a padronizar o manejo populacional humanitário (por meio de captura, esterilização e devolução) em todo o continente.

O principal mérito dos projetos sob análise reside na atualização de regras da Lei de Crimes Ambientais e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essas regras endurecem penas e hipóteses de agravamento, assim como introduzem, em especial no caso do ECA, importantes medidas socioeducativas.

Buscamos aproveitar ao máximo as propostas ou o mérito dos projetos. Contudo, como há muitas regras semelhantes, consolidamos o texto em um substitutivo cujos ajustes objetivam: dosar penas de modo a não criar desproporcionalidades em relação ao sistema penal vigente; consolidar regras redundantes e aperfeiçoar aquelas com conceitos subjetivos ou imprecisos, de modo a garantir segurança jurídica; e evitar vícios de constitucionalidade por invasão de competências, como foi o fundo, do Poder Executivo.

Nesse sentido, ajustamos as regras propostas pela Senadora Eliziane Gama, no PL nº 433, de 2026, para harmonizá-las com o regramento penal vigente, em especial a própria Lei de Crimes Ambientais. O mesmo fizemos em relação aos demais projetos. Destacamos a adequação das normas propostas para o Estatuto da Criança e do Adolescente pelo Senador Jorge Seif, no PL nº 314, de 2026. Acatamos, com ajustes, as medidas apresentadas nos projetos de lei da Senadora Soraya Thronicke, à exceção da alteração no Código Penal por entendermos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a pena do crime de coação no curso do processo já pune as hipóteses em que tais condutas ocorrem. Acatamos ainda o mérito da emenda da Senadora Tereza Cristina. Finalmente, ponderamos pela adequação da medida de internação prevista no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no caso de crimes de maus-tratos de animais, conforme o PL nº 356, do Senador Jorge Kajuru, e o PL nº 372, do Senador Fabiano Contarato.

Eu quero registrar aqui o empenho da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, que contribuiu com esclarecimentos técnicos na análise dos projetos, defendendo a inclusão expressa da obrigatoriedade do exame de corpo de delito dos crimes que deixarem vestígio. Isso é superimportante, ainda mais se tratando também de maus-tratos de animais, de crime contra animais. Então, eu quero agradecer à Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, que defendeu a inclusão da obrigatoriedade do exame de corpo de delito nos crimes que deixarem vestígio, conforme proposto no PL nº 433, de 2026.

O dispositivo, contudo, não foi incorporado ao substitutivo, pois já está contemplado pelo art. 158 do Código de Processo Penal, que determina, de forma geral e imperativa, a realização de exame de corpo de delito sempre que a infração penal deixar vestígios.

O substitutivo apresentado aprimora a legislação vigente ao promover uma reforma estruturada e proporcional no enfrentamento aos maus-tratos contra os animais. Em primeiro lugar, eleva e gradua as penas de forma tecnicamente fundamentada, fixando reclusão de dois a cinco anos para o tipo básico, com qualificadoras que alcancem de três a seis anos nas hipóteses de maior gravidade, como tortura, abuso sexual, divulgação em redes sociais, corrigindo a lacuna que restringia a penas mais severas apenas a cães e gatos, estendendo a proteção a todos os animais.

O substitutivo também inova, ainda, ao criar o crime autônomo de negligência na guarda, ou estabelecer a proibição de o infrator exercer a guarda ou posse de animais e desenvolver atividades que envolvam contato com eles, com mecanismos de revisão, condicionando a avaliação psicossocial e curso de bem-estar animal.

A gente sabe que tem residência que tem 40, 50 animais, e é só um acumulador, a pessoa coloca lá os animais, coitados, e a gente vê cada caso de maus-tratos que nos deixa estarrecidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No campo socioeducativo, o texto atualiza o Estatuto da Criança e do Adolescente para incluir a crueldade contra animais como eixo de formação ética e para permitir a internação de adolescentes em casos de violência grave.

Complementarmente, institui um Sistema Nacional de Prevenção e Detecção de Maus-Tratos com canal de denúncias e cadastro nacional – prestem atenção – de condenados a ser consultado obrigatoriamente antes de qualquer transferência de animal.

Com essas medidas, espera-se não apenas dissuadir a prática de maus-tratos pela elevação do risco penal, mas de também romper o ciclo de violência por meio da responsabilização educativa e da prevenção estruturada, conferindo ao Estado instrumentos concretos para agir antes, durante e após a ocorrência dos crimes.

O voto.

Considerando o exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 155, de 2026, e, nos termos do art. 260, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, pela aprovação dos demais projetos em trâmite conjunto e da Emenda nº 1 apresentada ao PL nº 4.365, de 2025, na forma do seguinte Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.262, de 2025.

Era isso que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Em discussão o PL nº 4.262, de 2025. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 4.262, de 2025, nos termos da Emenda nº 1 da CMA (Comissão de Meio Ambiente), Substitutivo, pela rejeição do Projeto de Lei nº 155, de 2026, e pela aprovação dos demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos em trâmite conjunto, e da Emenda nº 1 da Comissão de Meio Ambiente apresentada ao PL nº 4.363, de 2025.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (*Pausa.*)

Eu chamo a Senadora Leila para assumir novamente a Presidência desta Comissão. (*Pausa.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, vamos ao item 9.

**ITEM 9**

**PROJETO DE LEI Nº 4121, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com o objetivo de dispor sobre a logística reversa de veículos automotores, e a Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil e institui o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, para criar requisitos referentes à reciclagem de veículos automotores.*

**Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

**Relatoria:** Senadora Tereza Cristina

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

**Observações:**

*1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Eu concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina para a leitura do seu relatório.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senadora Leila, Presidente da CMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o parecer já foi publicado e se tornou de conhecimento público, eu pergunto se podemos avançar diretamente à discussão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, eu imagino também que, como a sua aprovação poderá ser simbólica, considerando que a matéria seguirá para CAE, se V. Exa. concordar, eu vou fazer aqui uma síntese da análise, que é muito longa.

O parecer foi aperfeiçoado, com a concordância do autor, do Senador Confúcio Moura, a quem parabenizo pela iniciativa, uma iniciativa muito importante. Este projeto vem da minha memória de viajar muito, principalmente durante a eleição, em que a gente anda o estado inteiro. E, quando a gente passa, às vezes, pelas polícias rodoviárias estaduais ou federais, geralmente a gente vê aquele pátio abarroado de carros velhos, enferrujados, e nos DETRANs também. Então, esse é um projeto que eu acho de extrema importância.

Na análise, nós reconhecemos o mérito da proposta ao enfrentar o problema crescente dos veículos em fim de vida, que hoje geram impactos ambientais, sanitários e econômicos relevantes, ao mesmo tempo em que promovemos ajustes necessários para evitar as distorções de mercado e garantir maior eficiência na implementação da política.

Eu destaco, de forma breve, alguns avanços importantes do projeto: nós aprimoramos a integração com a legislação vigente, especialmente com o Código de Trânsito, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Programa Mobilidade Verde e Inovação, que é o Mover; promovemos maior segurança jurídica e eficiência na destinação desses veículos; fortalecemos a lógica da economia circular, com estímulo à reutilização e à reciclagem; e incluímos o setor de leilões como instrumento relevante para dar vazão aos veículos em fim de vida, com transparência e rastreabilidade.

No voto, portanto, opinamos pela aprovação da matéria na forma do substitutivo, justamente para assegurar esses aprimoramentos e maximizar os benefícios ambientais e econômicos da proposta. Com isso, damos um passo concreto para reduzir impactos ambientais, organizar o setor e transformar passivos em oportunidades econômicas.

Por fim, reitero o elogio ao autor, o Senador Confúcio Moura, pela iniciativa que vai ao encontro das crescentes preocupações com o meio ambiente responsável e sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse era o voto.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata pelo relatório, pelo comentário do relatório, Senadora Tereza.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação vai ser simbólica.

Ele ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda 1, da CMA.

A matéria agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Agora nós vamos para o item 12. (*Pausa.*)

Item 12.

Eu vou subscrevê-los, já avisando à Secretaria, tá?

**ITEM 12**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 1, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de debater: 1 - Papel dos Bioinsumos*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*na matriz produtiva agrícola nacional; 2 - Redução da dependência externa de fertilizantes químicos; 3 - Redução de custos de produção e aumento da eficácia tecnológica destes produtos; 4 Potencial Brasileiro como produtor e exportador de Bioinsumos.*

**Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Nós temos, aqui, também os requerimentos... Perdão. (*Pausa.*)

Eu vou ler os três requerimentos que nós temos e aí nós aprovamos em bloco.

**ITEM 13**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 2, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer que seja incluído, na Audiência Pública objeto do REQ 1/2026-CMA, convidado representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).*

**Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

*Adita o REQ 1/2026-CMA, Item 12 da pauta.*

**ITEM 14**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 5, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2026-CMA, que seja incluído um Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia para Produção Vegetal (Abisolo).*

**Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto se a Senadora Tereza quer fazer algum comentário a respeito do seu requerimento.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para encaminhar.) – É de extrema relevância para o aprofundamento do debate acerca do papel estratégico dos bioinsumos na matriz produtiva agrícola nacional. Então, a Abisolo é uma entidade de âmbito nacional e representa empresas e indústrias voltadas ao desenvolvimento de tecnologias para a produção vegetal. Atua diretamente no segmento de fertilizantes, condicionadores de solo, substratos para plantas, biofertilizantes, remineralizadores, defensivos biológicos e demais insumos voltados para a agricultura sustentável e inovadora. Então, acho que ela possui reconhecimento e atuação técnica e institucional na promoção de soluções voltadas ao aumento da produtividade agrícola, à sustentabilidade ambiental e à competitividade do agro brasileiro. Então, a participação da Abisolo contribuirá de maneira significativa para o debate sobre a redução da dependência externa de fertilizantes químicos. E hoje nós vivemos uma crise por conta das guerras na Ucrânia com a Rússia e agora no Golfo Pérsico. Então, é importantíssimo que a gente continue trabalhando os bioinsumos no Brasil. Então, é por isso que essa entidade eu acho que pode nos ajudar sobremaneira como representante nesta Comissão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Somar ao debate, né?

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Exatamente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A votação será simbólica.

Em votação os Requerimentos nºs 12, do Senador Jaques Wagner; 13, do Senador Jaime Bagattoli; e 14, da Senadora Tereza Cristina.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a participação de todos – em especial, da Senadora Tereza, que me ajudou aqui muito na condução da Comissão –; agradecer à Secretaria aqui, na figura do nosso Secretário Airton, saudades da turma – um forte abraço a todos vocês e aos servidores estão sempre aqui, na Comissão de Meio Ambiente.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde.

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e onze minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Ana Paula Lobato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Magno Malta, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1722, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e a Lei nº 9.713, de 25 de novembro de 1998, para reservar 20% (vinte por cento) das vagas dos concursos e dos efetivos das polícias militares ou dos corpos de bombeiros militares para mulheres; altera as Leis nºs 9.266, de 15 de março de 1996, 9.654, de 2 de junho de 1998, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para vedar a limitação de vagas para mulheres nos concursos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, respectivamente; e veda a limitação de vagas para mulheres nos concursos das polícias civis ou das polícias penais." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1529, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao PL nº 1.722 de 2022, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), com três subemendas que apresenta, e contrário ao PL nº 1.529 de 2021. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1722 de 2022, nos termos da Emenda nº 1-CDH-CSP (Substitutivo), com as Subemendas nºs 1-CSP, 2-CSP e 3-CSP à Emenda nº 1-CDH-CSP, e contrário ao PL nº 1529 de 2021. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5671, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui diretrizes para a implementação de medidas de segurança destinadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5671 de 2023, nos termos da Emenda nº 1-CSP (Substitutivo). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2160, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui normas gerais para os agentes de trânsito (Lei Geral dos Agentes de Trânsito); e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2160 de 2023, com as Emendas nºs 1-CSP e 2-CSP. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3630, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para permitir o tratamento e a divulgação de dados pessoais, inclusive por meio de imagens e áudios, quando a captação ocorrer em situação de flagrante de crime em estabelecimento comercial." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3630 de 2025. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 5, de 2026** que: "Requer, nos termos dos art. 93 e 104-F, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates para subsidiar a avaliação do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA, nos termos aprovados no Requerimento nº 2, de 2026, desta Comissão de Segurança Pública." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 6, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Marcelo Ivo de Carvalho, Delegado da Polícia Federal, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os motivos que levaram as autoridades norte-americanas a determinarem sua expulsão da função de oficial de ligação da Polícia Federal em Miami junto ao ICE." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Na reunião, o requerimento é subscrito pelo Senador Esperidião Amin. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 7, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a atuação do oficial de ligação da Polícia Federal em Miami junto ao ICE, no episódio recentemente divulgado como prisão do Delegado Ramagem, que culminou na expulsão do Delegado Marcelo Ivo de Carvalho, conforme relatado pela imprensa nacional." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Na reunião, o requerimento é subscrito pelo Senador Esperidião Amin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Flávio Bolsonaro**
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/04/28

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada em 7 de abril.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício 275, de 2026, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que encaminha requerimentos de autoria da Comissão de Segurança Pública da referida Assembleia com o pedido de promoção, com urgência, de mudanças na legislação de execução penal, a fim de tornar mais rígidas as regras de cumprimento de pena, especialmente para criminosos contumazes e de alta periculosidade, impedindo que recebam benefícios de regimes mais brandos, como o regime semiaberto.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta, no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos nossas deliberações, gostaria de destacar a inclusão em pauta dos Projetos de Lei nºs 1.722, de 2022, e 1.529, de 2021, em atenção ao Dia Nacional da Mulher, até recentemente comemorado no dia 30 de abril e, a partir deste ano, comemorado juntamente com o Dia Internacional da Mulher, na data de 8 de março. E ainda, como forma de demonstração de atenção às mulheres brasileiras que atuam na área de segurança pública ou que buscam a realização de um sonho em conquistar uma vaga destinada às áreas correlatas, nas polícias militares estaduais, corpos de bombeiros militares estaduais e cargos na Polícia Federal ou na Polícia Rodoviária Federal, em polícias penais e na Polícia Civil do Distrito Federal.

Anuncio o item 1 da pauta, então, de Relatoria da Senadora Damares Alves. Item 1, Projeto de Lei 1.722, de 2022, tramita em conjunto com o Projeto de Lei 1.529, de 2021, não terminativo.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 1722, DE 2022**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e a Lei nº 9.713, de 25 de novembro de 1998, para reservar 20% (vinte por cento) das vagas dos concursos e dos efetivos das polícias militares ou dos corpos de bombeiros militares para mulheres; altera as Leis nºs 9.266, de 15 de março de 1996, 9.654, de 2 de junho de 1998, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para vedar a limitação de vagas para mulheres nos concursos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, respectivamente; e veda a limitação de vagas para mulheres nos concursos das polícias civis ou das polícias penais.*

**Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Favorável ao PL nº 1.722 de 2022, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), com três subemendas que apresenta, e contrário ao PL nº 1.529 de 2021.

**Observações:**

*1. Em 1/10/2025, as matérias foram apreciadas pela CDH, com parecer favorável ao PL nº 1722/2022, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo), e contrário ao PL nº 1529/2021.*

*2. As matérias seguirão ao Plenário.*

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente Flávio, meu amigo Flávio, como é bom chamá-lo de meu Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... e como é bom ter você, meu Presidente Flávio, na parceria, na proteção das mulheres. Isso aqui é uma prova disso, pautar essa matéria.

E quero pedir permissão, meu Presidente Flávio, para a gente ir à análise, inclusive de forma resumida, porque esse projeto passou por muitas mãos, esse meu voto. Nós conversamos com o Ministério da Justiça, eu não faço nada sem ouvir a minha gloriosa PM do DF, especialistas, e creio que nós chegamos a um voto que é um acordo entre muitas pessoas e acho que nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colega vai pedir vista, eu espero, estou aqui orando e torcendo, mas eu queria ir direto à análise, de forma resumida, porque as emendas que estou apresentando já foram publicadas.

Primeiro, Presidente, nós temos dois PLs aqui nesse voto, o PL 1.529, de 2021, que propõe a criação da Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública, com sete diretrizes. O segundo, que é o PL 1.722, de 2022, busca vedar a limitação de ingresso de mulheres nas polícias e nos corpos de bombeiros militares, instituir uma cota mínima de 20%. E aí que vou dizer que veta porque, quando você estabelece 20%, você limitou. E a gente quer deixar muito bem claro que a mulher que quiser pode ir para a Força. Inclusive, ontem, fui conhecer as cinco primeiras soldados da Marinha, em serviço obrigatório aqui, em Brasília, e fui conhecer as 20 primeiras soldados da Aeronáutica, e estou ajudando a construir o alojamento das duas Forças.

Ocorre, Presidente, que esses dois PLs chegam, mas recentemente a Lei 14.751, de dezembro de 2023, ou a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, já revogou o art. 8º do Decreto-Lei nº 667, de 1969, que restringia o ingresso de pessoal feminino nas corporações.

Ainda com relação a essa lei, o Poder Executivo vetou o §6º do art. 15 do projeto que lhe deu origem, sobre reserva de vagas para mulheres, porque o trecho final da redação daria a entender que o percentual de 20% seria um teto e não um piso. Além disso, pouco tempo atrás, o Poder Executivo vetou o inciso XIII do *caput* do art. 30 do projeto que deu origem à Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023.

Nesse contexto, entendemos que a promoção da participação feminina nas forças de segurança pública constitui objetivo legítimo e necessário, compatível com a Constituição Federal e com a evolução institucional das corporações policiais no país. Todavia, avaliamos que esse avanço deve ocorrer de forma juridicamente segura, respeitando a autonomia administrativa dos entes federados, a organização das carreiras e as recentes opções do legislador nacional já consolidadas nas leis orgânicas das polícias militares, dos corpos de bombeiros militares e das polícias civis. Assim, o acolhimento da emenda substitutiva aprovada pela Comissão de Direitos Humanos visa a prestigiar uma solução normativa equilibrada, que preserva os avanços na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valorização das mulheres na segurança pública, evita redundâncias legislativas e afasta potenciais vícios de interpretação.

Nesse sentido, apresentamos duas subemendas aqui nesse voto, aperfeiçoando o texto. Na verdade, três subemendas.

Assim, Presidente, em face do exposto, o voto é pela rejeição do PL 1.529, de 2021 – e já expliquei por que –, e pela aprovação do PL 1.722, de 2022, nos termos da Emenda nº 1 (Substitutivo) e das subemendas.

O que queremos? Uma política de valorização da mulher lá na polícia militar, no corpo de bombeiros, na polícia civil. Então, eu trago aqui essa política em forma de emenda e subemenda e peço apoio aos pares.

E manifesto novamente a minha alegria de tê-lo como meu parceiro há anos na proteção das mulheres e na valorização das carreiras femininas.

Esse é o voto, essas são as emendas e subemendas, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Damares. Parabéns pelo seu voto.

A matéria está em discussão.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. *Fora do microfone*.) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Moro.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Para discutir.) – Quero primeiro aqui elogiar o projeto e a relatoria da Senadora Damares Alves.

Quero também saudar o Presidente da Comissão de Segurança Pública, que tem feito aqui um grande trabalho. O país se sente órfão, Senador Flávio Bolsonaro, em relação a este tema da segurança pública, já que temos um Presidente atual, Lula, que passa a mão na cabeça dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminosos. Então, é com muita felicidade que nós temos V. Exa. na condução desta Comissão, até para fazer um contraponto.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – E passaram por esta Casa diversos projetos importantes para a melhoria da segurança pública, entre eles aquele que deu fim à saída temporária dos presos que geravam um tormento para a segurança pública e o projeto que também relatei de limitação de libertação de presos em audiência de custódia. Acho que é isso a que o país aspira. E esse seu "estágio", entre aspas, essa sua experiência aqui dentro da Comissão de Segurança Pública o habilita a fazer essa virada para o país lá mais adiante.

Eu quero aqui fazer o registro também deste projeto, que me parece interessante. A forma como foi colocado, Senadora Damares, valoriza a mulher, a mulher ali dentro da polícia, sem estabelecer regras muito rígidas para tentar, eventualmente, forçar algumas situações, o que não é necessário. As mulheres são extremamente talentosas. Eu vou destacar aqui que, na própria Operação Lava Jato, que eu acompanhei como juiz, uma das policiais que mais se destacou foi a Delegada Érika Marena. Ela liderava a força-tarefa da Operação Lava Jato com muita coragem, com muita habilidade e sempre fez um grande trabalho. Isso a gente vê, é a realidade da polícia militar, da polícia civil, da Polícia Federal. Todos os corpos policiais têm mulheres valorosas que sempre se destacam. Então, esta proposta de valorizar a presença da mulher nessas forças vem ao encontro daquilo em que a gente acredita: que a mulher faz esse trabalho, já faz esse trabalho com bastante vigor, e a legislação vem apenas somar essa valorização da presença dela nas forças policiais. Quem ganha, no fundo, é a segurança pública. Então, quero aqui registrar o meu apoio ao seu projeto e o meu voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado pelas palavras, Senador Moro.

Não havendo mais quem querer discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.722, de 2022, nos termos da Emenda nº 1-CDH-CSP (Substitutivo), com as Subemendas nºs 1-CSP, 2-CSP e 3-CSP à Emenda nº 1-CDH-CSP, e contrário ao PL nº 1.529, de 2021.

As matérias vão ao Plenário.

Antes de passar ao próximo item, se não houver objeção, a gente poderia ligar o ar-condicionado de novo, porque está calor. (*Risos.*) Se existir um meio-termo aí... Ou é zero grau ou é cinquenta graus. Então, vamos ligar um pouquinho, e, quando sentirem frio de novo, gritem para a gente desligar.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 5671, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Institui diretrizes para a implementação de medidas de segurança destinadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Efraim Filho

**Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

**Observações:**

*1. Em 13/8/2025, foi realizada audiência pública para instruir a matéria;*

*2. A matéria seguirá à CE.* Concedo a palavra ao Senador Efraim Filho para leitura do seu relatório

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente Flávio Bolsonaro – por enquanto, apenas Presidente da CSP, mas quem sabe não se trata de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profecia? –, meu caro Presidente Flávio Bolsonaro, este é um projeto importantíssimo dentro de uma discussão ampla em outros projetos que vêm sendo discutidos, alguns inclusive com autoria e relatoria do Moro. A gente já tratou deste tema da violência nas escolas. E este PL 5.671, de 2023, estabelece diretrizes para a implementação de medidas de segurança destinadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar, alterando a Lei 13.756.

Infelizmente, Sr. Presidente, a violência escolar ganhou uma grande dimensão no Brasil, após uma série de ataques violentos contra estabelecimentos em 2023. Os dados revelam a concentração alarmante de ataques nos últimos anos, com 2022 e 2023 registrando um maior número de incidentes. E vejam só a coincidência: ontem mesmo, na nossa querida João Pessoa – é matéria já dos jornais –, um aluno foi esfaqueado por outro numa escola de segundo grau, com a motivação de *bullying*. O aluno que foi que o esfaqueou se dizia vítima de *bullying*. Ele havia pedido a transferência do colégio, o que foi negada pelo diretor, e teve como solução, infelizmente, o cometimento de um crime contra o suposto autor de um *bullying*. Eu estou falando de um incidente entre um aluno de 17 anos e outro de 16 anos que ocorreu na Escola Profa. Argentina Pereira Gomes, no Centro, em João Pessoa. Então, mais do que nunca, esse tema é atual, não é porque é episódio... Às vezes, a gente, no Brasil, comete o erro, o equívoco de fazer com que temas comecem a fazer parte da paisagem, e a gente perde a capacidade de se indignar diante deles. Não dá para perder a capacidade de se indignar diante dessas violências que se repetem. E é preciso que a sociedade fique atenta a isso.

Nesse sentido, esse episódio exige uma resposta firme coordenada e, acima de tudo, humana. A gente está lidando com jovens, com adolescentes e com coisas que mexem com o psicológico dessas pessoas. Não é simplesmente bani-las, mas é preciso compreender.

É impossível dissociar a segurança de nossas escolas do cuidado com as crianças e adolescentes. A violência escolar não se manifesta apenas em ataques consumados, ela se infiltra de forma silenciosa, corroendo a saúde mental, o bem-estar e o próprio direito à educação. Os agressores, em muitos casos, quem são? São os próprios alunos ou os ex-alunos, jovens que carregam histórico de trauma, Senador Sergio Moro, e que se encontram num estado de crise emocional, frequentemente influenciados por discurso de ódio – e a gente está cansado de ver isso até dentro do Parlamento, imaginem o que não acontece nas escolas – e pela radicalização nas próprias redes sociais desse *cyberbullying*, o que muitas vezes motiva esses crimes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ficção, lembro a série Adolescência, que mostra o caso de uma menina assassinada a facadas cujo principal suspeito é um colega de escola. A série retrata o que esses adolescentes têm vivenciado na prática: problemas com *bullying*, influência de redes sociais e busca por aceitação. Na realidade, cito o caso do Estado da Paraíba a que já me reportei.

A temática da segurança escolar é complexa e multifacetada, envolvendo não só a instalação de equipamentos, como o botão do pânico e a câmera de vigilância, mas também o treinamento de pessoal e a criação de canal de denúncias e planos de prevenção e combate à violência. Essas são as medidas propostas na Lei 5.671. São diretrizes claras e estratégicas intersetoriais que olham para a criança de forma integral.

Para concluir, a nossa responsabilidade, como legisladores, é garantir que cada criança e adolescente no Brasil tenha o direito de ir à escola sem medo, de aprender em um ambiente de paz e de construir um futuro longe da violência. Esse é o nosso dever, e este é o nosso momento. Volto a dizer e referenciar, Presidente Flávio Bolsonaro: o adolescente, o jovem no Brasil tem direito de ir à escola sem medo, em um ambiente de paz, e de construir um futuro longe da violência.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.671, de 2023, na forma do seguinte substitutivo, *ipsis litteris* transcrito no nosso parecer já disponibilizado.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Efraim Filho.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Moro, Senadora Damares, certamente o relatório do Senador Efraim será aprovado por todos nós, mas eu gostaria de ressaltar um pouco a respeito dessa violência na escola do Brasil, vivendo dias em que, de uma forma crescente, Senador Efraim, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprios menores se valem dessa condição de menor. É preciso, Senador Flávio, que, daqui a pouco, estará numa outra posição – e não tem nada a ver com profecia, o que eu estou falando; já foi profecia, não é mais, está claro –, a redução da moralidade penal, pela qual nós sempre lutamos. É uma pauta que faz parte da minha história no Parlamento, e eu nunca consegui exatamente por ser barrado por uma grande maioria de esquerdistas que compõem essas Comissões importantes, principalmente a Comissão de Direitos Humanos (CDH). Qualquer coisa nesse sentido, eles fazem outras interpretações de homens travestidos de criança, que matam, estupram, sequestram, mas podem votar, podem decidir a vida da nação.

Mas, se ele tiver 17 anos e 11 meses, ele ainda é uma criança que não sabe o que está fazendo quando tacou fogo num ônibus, quando matou uma mulher grávida num ponto de ônibus. Têm acontecido ataques sistemáticos, e eles sabem realmente que não vai dar em nada dentro das escolas. Esse é um viés. O meu estado tem vivido isso e viveu em Aracruz uma coisa dramática. Já se passaram três anos. Aquele adolescente que entrou e matou todo mundo, filho de um policial, já está solto, já está na rua. Então, este projeto chama a atenção para esse viés, Senador Flávio, que nós precisamos discutir, Senador Jorge, e agir, Senadora Damares.

A segunda coisa é o preparo de quem trabalha na escola. Vejam o caso do incêndio da creche lá em Minas Gerais onde a Profa. Heley foi queimada viva. E, sendo alertada: "Seu cabelo está pegando fogo, seu vestido está pegando fogo", ela voltava assim mesmo, entrava no meio do fogo, tirava uma criança, jogava outra criança. Eu fui para lá, eu estava lá! No ano da morte da Profa. Heley, salvando vidas de crianças que foram mortas por um maluco, com laudo de maluco, atestado médico de maluco, mas é um emprego qualquer; o botaram para ser o porteiro da creche, um emprego na prefeitura, um sujeito já com um histórico, com um passado. Ele vai lá e, além de jogar gasolina dentro da escola, dentro da creche, jogou gasolina em mais três crianças e abraçou as três crianças na hora em que ele tacou fogo. E essas crianças morrem de forma dramática. Uma coisa a se discutir é esse tipo de gente que vai trabalhar em escola. Não importa, não importa! É muito importante o passado dessas pessoas, o laudo psicológico e os atestados que atestem a sanidade mental dessas pessoas. É um debate longo que nós precisamos fazer, porque cada caso aqui é um caso, por essa violência dentro da escola.

Hoje o professor tem medo. Tem medo de quê? De um homem formado? Um pai de família? Não. O professor tem medo é do adolescente mesmo que chega armado, que chega com droga,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que agride, diferentemente dos meus dias, quando a gente cortejava professor, professora, cantava parabéns no dia do aniversário. No final de ano, era um chororô, porque todo mundo gostava... Hoje, não. Professor trabalha com medo, mas com medo de quem? Dos adolescentes, exatamente por conta dessa impunidade chamada, com a qual nós precisamos acabar fazendo a redução da maioridade penal.

No mais, eu quero parabenizar o Senador Efraim e dizer que essa violência só terá um fim quando nós tomarmos essas atitudes com esse tipo de preocupação.

Há muito aqui... No meu primeiro mandato aqui em 2003... (*Pausa.*)

Aqui, em 2003, eu entrei com um projeto chamado Liana Friedenbach, que tem a ver com seu pai, que foi a morte da Liana Friedenbach, estuprada pelo Xampinha, um menor, um vagabundo. Ela foi morta com o namorado e estuprada por cinco dias seguidos, desaparecida. E, depois, volta o Xampinha, ninguém fez nada com ele, o pai dela vem aqui. E, então, eu entro com um pedido de redução da maioridade penal para 13 anos em 2003!

Era escandaloso aquilo para 13 anos. Hoje eles falam em 16 anos. Ora, eu já tive 16 anos, eu já era um homem. Quando eu fiz 18, não tinha diferença nenhuma dos 16, porque eu já estava formado. Agora você reduzir para 13... Eu achei que eles iam fazer um bafafá, uma discussão. Não! Eu amarguei foi ver aquilo ser escondido, guardado, sentaram em cima. E hoje eles continuam... Hoje tem menino de 13 anos que é gerente de boca, gente, pelo amor de Deus! E a gente continua nesta ladainha enfadonha: "não, vamos reduzir para 16". Com 16, já pode ser pai; 16, está na universidade. Eu até defendo carteira de motorista para um jovem que faz 16 anos, de forma provisória, com acompanhamento do pai e da mãe, mas defendo, porque ele já é um homem formado, cheio de reflexos. Muitos são atletas. Tem gente disputando campeonato Série A, tanto na Europa quanto aqui no Brasil, com 16 anos de idade, deixando zagueiro doido, com 16 anos de idade, mas, se ele cometer um crime, se ele matar alguém, foi só uma criança que não sabia o que estava fazendo. Essa brincadeira, essa palhaçada já deu – já deu!

Quando V. Exa. fala do assunto... E já até falou agora na condição de pré-candidato a Presidente da República, já tratou desse assunto. Essa insegurança que tem na sociedade hoje é essa crença na impunidade. Desses menores... Se colocarem a mão nele, na audiência de custódia, ele vai embora, e o policial vai responder um PAD, porque botou a mão numa criança, e é capaz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um juiz aí perguntar se ele está com frio, se o policial, na hora de botar a mão nele, não deu a ele uma bala, não deu a ele lá sei lá o quê...

É assim que nós estamos vivendo. É o Judiciário... É a polícia que trabalha mal remunerada, sendo atacada todo dia pela velha mídia de esquerda. É um Judiciário que está completamente envolvido com o crime no Brasil. E esses ladrões que são menores que assassinam, que matam, que estão nas FEBEMs, que são as escolas técnicas do crime... Febem é um nome muito antigo, cada estado tem o seu nome nessa ressocialização de adolescentes. Na verdade, não se ressocializa, pois é ali onde ele vira doutor no crime. Quando ele vai parar com 18 anos na penitenciária, ele já cometeu um monte de crime em que se aperfeiçoou ali.

Essas escolas técnicas... A V. Exa., que é a candidato a Presidência da República, é uma sugestão que faço, porque tenho um projeto pronto. Essas escolas técnicas do crime têm que acabar, Senador Moro. Se você pega um menino, por exemplo, que nunca roubou ninguém, que nunca fez nada, se ele está numa má companhia, vai lá, rouba uma bolsa de uma senhora, a polícia pega os dois. Pega esse menino que nunca cometeu crime, que não fez nada e que estava numa má companhia e o outro, que já botou fogo em ônibus e tal... Ele cai dentro dessa instituição de ressocialização. Lá dentro, tem um de 17 anos cumprindo três anos, outro de 17 anos e meio, outro de 16 anos que já matou, que já estuprou, que já sequestrou... Esse que chega por causa desse roubo, quando ele estava numa má companhia... Ou a família vai ser extorquida pelos menores que estão lá dentro... E os agentes que lá estavam, até ontem, não podiam usar arma para poder lutar com essa valentia dessa chamada "adolescência" travestida de homens. Ao sair de lá, depois de três anos, sai escolado para roubar coisas maiores ainda e cometer crimes maiores ainda. Então, essa escola técnica está entre o início da vida criminosa e a penitenciária. Essa escola técnica do crime está aqui no meio e precisa ser banida, fazendo-se a redução da maioridade penal.

Quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Efraim, Senador Jorge, dando a ele o meu voto com louvor.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto Lei nº 5.671, de 2023, nos termos da Emenda nº 1-CSP (Substitutivo), a matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Item 3.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 2160, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Institui normas gerais para os agentes de trânsito (Lei Geral dos Agentes de Trânsito); e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Efraim Filho

**Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

**Observações:**

*1. A matéria seguirá à CCJ.*

Antes de passar a palavra ao Relator Efraim Filho, quero saudar os agentes de trânsito presentes aqui nesta Comissão acompanhando a votação deste importante projeto de lei para a categoria e para o nosso país. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Senador Efraim Filho para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente Flávio Bolsonaro, profeticamente falado, reportando-me à fala do Magno Malta, a quem eu não tive a oportunidade de referenciar e agradecer, eu também compartilho do mesmo entendimento.

O que, no início da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, era uma proteção à criança e ao adolescente, com o passar do tempo, a velocidade das transformações e o amadurecimento dessa juventude hoje com a dimensão de informações que elas têm acesso, essa proteção passou a ser uma brecha, uma brecha legal de quem já tem discernimento, sabe que a usa a seu favor para fazê-lo de má-fé, muitas vezes cometendo crimes.

E o que nos preocupa, Magno, não é o crime comum, porque, quando a pessoa pensa no adolescente, está pensando no trombadinha, na correntinha, no batedor de carteira. Não é isso. A gente está falando de homicidas, traficantes, latrocidas, que já com discernimento, seja com 16, seja com 17, seja com quantos anos for, aproveitam a brecha da lei por saberem que terão uma punição menor ou também são manipulados pelas facções por saberem que quem deve cometer o crime, o ato executório é o jovem, porque, se for pego, caberá a ele a pena mais rigorosa, que, hoje pelo ECA, são três anos de cadeia.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Manipulado mesmo, porque Celso Daniel, quando encontraram o corpo dele, disseram que foi um menor que atirou nele.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PB) – Pronto. Eu gosto de fazer essa referência.

Ainda sobre o projeto das escolas, um tema importante que fica como lição, porque não precisa nem de lei, as gestões públicas que quiserem implementar podem fazê-lo, é criar um canal de denúncia com o Ministério Público e com os conselhos tutelares. É um papel próprio dos conselhos tutelares porque a gente viu esses casos, Presidente Flávio, às vezes. E isto se repete: o jovem faz a denúncia na escola, a escola acha que é um problema com o qual ele tem que conviver ou que é um drama, e, depois, isso se transforma numa tragédia. Os episódios se repetem nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, se você tem um canal oficial, às vezes até anônimo, para que a criança não se exponha, em que diga que lá naquele colégio, com os estudantes fulano e fulano, está acontecendo questão de *bullying*, o projeto traz também essa solução, e ela pode ser implementada até independentemente de aprovação ou não de lei.

Agora, agradecendo a tolerância de V. Exa., passamos à análise do projeto em pauta, o PL 2.160/2023, indo direto ao voto.

Em geral, consideramos o presente PL meritório e valioso. De fato, na esteira das demais carreiras arroladas no art. 144 da CF, os agentes de trânsito ainda carecem de uma legislação nacional e unificada que estabeleça os parâmetros do seu regime jurídico, de suas atribuições e prerrogativas, entre outros elementos importantes para assegurar a segurança jurídica necessária ao desempenho da função pública.

Entre outras disposições, este projeto de lei considera que a carreira de agente de trânsito é típica de Estado, impedindo a delegação integral de suas atribuições a pessoas jurídicas de direito privado, não integrantes da administração pública. É importante, no entanto, interpretar essa disposição nos termos do já decidido pelo STF, ao fixar tese de recursos repetitivos no Tema 532 de repercussão geral, que vedou unicamente a delegação da "ordem de polícia" aos entes privados.

Quanto à qualificação da atividade de "natureza policial" para os cargos de agentes de trânsito, ainda que para aquelas relacionadas à "segurança viária", entendemos que se trata de ampliação conceitual excessiva, considerando que o disposto no PL (art. 2º, §2º) cita de forma genérica a atividade de "promoção de segurança viária", o que inclui diversas atribuições que não se enquadram naquele estritamente policial, como a educação e a engenharia de trânsito, conforme consta expressamente no §10 do art. 144 da CF.

Esse texto de lei, inclusive na Constituição Federal, esse §10 do art. 144, é de minha lavra. Enquanto Deputado Federal, eu fui o Relator da PEC que trouxe o conceito de "segurança viária" como sendo uma das garantias previstas na Constituição, e o conceito de "segurança viária" é baseado num tripé: fiscalização de trânsito, educação de trânsito e engenharia de trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deste modo, apesar de considerarmos valorosa a previsão de porte de arma de fogo para os agentes de trânsito, é necessário limitar esse direito àqueles servidores que exerçam atividades de forma ostensiva e externa, tendo em vista o caráter finalístico restritivo do estatuto. Por esse motivo, optamos por oferecer emendas redacionais, apenas para esclarecer a abrangência semântica do conceito normativo.

O voto é pela aprovação, nos termos *ipsis litteris* das emendas subscritas, no nosso parecer.

É este o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Efraim.

Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, o meu Prof. Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente... Profeticamente... Eu acho que já está para lá.

Bem, Senador Efraim, mais um tema importante que trata da questão de segurança pública e é o que nós temos feito aqui, nesta Comissão. O agente, na verdade, a arma lhe é facultada para uso externo e em atividade, em trabalho. Eu queria ponderar, porque hoje até o desarmamentista está usando arma, porque qual é o dever do Estado? O dever do Estado, diz a Constituição, é dar ao cidadão segurança, transporte, saúde – segurança principalmente. Sem segurança você não tem como ir ao posto de saúde.

No Brasil, hoje, sem segurança, você está inseguro, dentro de um ônibus, indo atrás de uma UPA; você está inseguro indo para a igreja dentro do seu carro. Não tem segurança; é ausência do Estado.

Por que o crime assumiu o papel do Brasil no seu estado, o Rio de Janeiro? Por que as facções criminosas tomaram conta? A ausência do Estado fez do traficante o governante do lugar, fez do traficante o Prefeito do lugar. É ele que compra caixão, é ele que sustenta creche, é ele que paga faculdade; com segundas intenções, mas ele assumiu o papel que o Estado perdeu. O Estado não dá segurança ao cidadão, nem sensação de segurança ao cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um agente de trânsito vai poder usar arma, ter arma externamente, mas não poderá usá-la se não estiver trabalhando ou fora da sua casa. Mas quem guarda a família do agente de trânsito? Quem é que guarda a minha família? Quem guarda a família de V. Exa.? Quem é?

No dia em que o Estado assumir esse papel e nos der pelo menos uma sensação de segurança... Eu sou armamentista. Eu gostaria de ter o prazer de não ter a necessidade de usar uma arma. Eu não preciso usar uma arma, mas eu ando armado. Isso vai me proteger? Primeiro, a Bíblia diz que o guarda de Israel não dorme e o Senhor nos guarda. Eu confio em Deus, mas uma arma é um cadeado de uma bicicleta. Para uma bicicleta parada sem cadeado o vagabundo só olha, monta e leva. Assim é o cidadão brasileiro, é uma bicicleta sem cadeado, o vagabundo monta nas costas e faz o que quer: toma carteira, toma celular, esculacha e estupra também, ou mata, porque não tem cadeado. Ele não tem nem o que pensar. A arma é só um cadeado, porque arma não mata; quem mata é o homem, pelo amor de Deus.

Então, é um reparo que faço, com a questão do agente, de ele poder usar a arma externamente quando estiver no seu trabalho. Eu não sei onde a arma será recolhida, normalmente... Deve ser no setor de trabalho quando ele for embora para casa, mas vai embora para casa... Quem guarda a sua família? E quando o vagabundo descobre que ele é agente? O cara corre perigo com um cassetete na cintura ou nada, zero, zero, zero. E a gente sabe que nós vivemos numa ditadura, nós estamos vivendo contra um espectro político que, na verdade, é um consórcio de criminosos, de malvados, que passa a mão na cabeça de bandido, que os incentiva.

Quero lembrar uma palavra de Rui Costa, que hoje é Ministro da Casa Civil. Quando o Governador da Bahia... Por isso que a Bahia é tão violenta hoje, tem um dos maiores índices de violência do Brasil. Ele disse: "Não, porque o tráfico tem muita capilaridade, e o tráfico dá emprego, o tráfico dá uma moto". Não...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... Sr. Ministro, o tráfico não dá moto a ninguém, isso é tudo roubado. Apologia ao crime. É como o Sr. Toffoli, a gente está aqui lutando para não ter jogatina, é numa Comissão ou em outra, leva para o Plenário, é discurso, discurso... Tem sido a luta da minha vida. E o Toffoli tem um cassino, escondido, na safadeza; Toffoli tem caça-níqueis, com criança circulando lá dentro, na safadeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a quem nós vamos copiar? Porque os Ministros do Supremo são verdadeiros exemplos. Aí você fala: de quê? Falo: de nada, porque a minha mãe dizia que os maus servem de exemplo, os bons servem para ser copiados. Então, não tem ninguém para ser copiado.

É só mau exemplo, é só mau exemplo.

Então eu faço essa ressalva porque sei que, se você põe um uniforme, até por você, é um segurança do portão de qualquer lugar. Se ele botar um uniformezinho que seja de cor escura, ele está correndo mais risco do que o cidadão comum, muitas vezes num emprego insalubre, que trabalha à noite, mas não tem como se defender nem como defender sua própria família. Nós chegamos a um ponto que espero que um dia o Estado assuma o seu lugar.

Eu sei como é que V. Exa. entende de segurança pública, como V. Exa. discute segurança pública, como esse é um dos itens mais importantes da plataforma de V. Exa. e vai ser o começo de um enfrentamento nesses termos que nós estamos colocando aqui, para ir amenizando para a sociedade.

No mais, eu sou completamente a favor do relatório do Senador Efraim. É a oportunidade de a gente poder discutir esses temas aqui, de forma muito aberta, conduzidos por V. Exa. nesta Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Magno Malta.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PB) – Deixe-me dar uma boa notícia ao Magno Malta.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu ia fazer um apelo a V. Exa. também, mas com a palavra o Senador Efraim.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PB. Como Relator.) – Deixe-me dar uma boa notícia ao Magno Malta: ela é exclusiva para os que exercem a atividade ostensiva de fiscalização, mas não apenas durante o exercício. Então esse que exerce a ostensiva pode ir para casa. O cara que, por exemplo, é quadro administrativo e está lá na atividade burocrática,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse não pode; mas quem está na rua e exerce a função ostensiva pode usá-la a qualquer tempo, desde que, claro, reconhecido e assegurado.

E, Magno, vamos por partes. É o que é possível para agora.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Foi um avanço, foi um avanço. Parabéns.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PB) – Existe o ideal e o possível. O possível é agora. Quem sabe, a partir do ano que vem, a gente pode avançar cada vez mais, profeticamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Efraim, pelo esclarecimento. Eu falo exatamente isto: no debate sobre essa questão de segurança, é superada essa questão de porte de arma em serviço ou fora de serviço. Obviamente, alguém que está habilitado pelo Estado, preparado para usar arma durante o serviço, obrigatoriamente, tem que ter a possibilidade também de se defender em casa. Então é muito oportuno o esclarecimento de V. Exa., porque, quando está de folga, ele continua sendo um agente da segurança pública. Eu sou uma pessoa que entende que o município tem um papel fundamental também para dar inclusive essa capilaridade na segurança pública, citada aqui pelo Senador Magno Malta.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PB) – Presidente, na sua linha e rapidamente, é uma resistência burra de alguns setores em não capacitar o agente de trânsito para ser uma presença física do Estado, o poder público presente nas ruas. Uma das maiores dificuldades hoje é exatamente a parte de recurso: o recurso financeiro, o humano, o efetivo. E você tem um efetivo que está disponível para estar na rua, que está ali fardado, que transmite ao cidadão um sentimento de segurança, porque está na rua, e você não o deixa devidamente preparado, qualificado – claro, tem que ter a capacitação para poder manusear uma arma, a avaliação técnico-psicológica para que possa estar habilitado, mas você não aproveitar aquele efetivo que está disponível para poder aumentar sua força de segurança... Há uma briga enorme hoje para discutir se o agente de trânsito entra ou não dentro do conceito de arcabouço de segurança pública no Brasil. E nós, através de várias leis minhas – em uma delas, por exemplo, os agentes de trânsito eram proibidos de terem projetos seus encaminhados ao Fundo Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segurança Pública para serem beneficiados com projetos, por exemplo, de equipamentos novos... Como pode com a polícia, com a guarda municipal, porque não com os agentes de trânsito? E eles passaram a ser integrados através da aprovação aqui do projeto.

Para não me estender mais, corroborando o entendimento de V. Exa., vamos trazer a presença do Estado cada vez mais próxima do cidadão, porque hoje, infelizmente, é o que acontece com o tráfico de drogas: o Estado, para reconhecer a sua falência e a sua incapacidade de fiscalizar o tráfico de drogas, está aí, através do Supremo, de forma enviesada, liberando o uso de drogas. A gente já teve essa luta aqui. É o Estado reconhecendo a sua falência, a sua incapacidade: não conseguiu fiscalizar, então é melhor liberar, porque aí a responsabilidade passa a não ser mais do Estado, é da sociedade, é da família, que vá cuidar cada um do seu viciado, e não é isso o que a gente quer para a nossa sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns, Senador Efraim Filho.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.160, de 2023, com as Emendas nºs 1-CSP e 2-CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parabéns aos agentes de trânsito presentes aqui, que participaram tão ativamente na chegada a essa redação final. (*Palmas.*) As senhoras e os senhores são muito merecedores desse direito.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PB) – Como sempre, tem um paraibano metido nessas coisas, o meu amigo Coelho, Presidente da AGT, paraibano, Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Associação dos Agentes de Trânsito do Brasil. Não sei se é Presidente ainda ou se já foi, se mudou a direção. Ainda está?

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PB) – É um império esse negócio. (*Risos.*)

Nosso amigo Coelho, um abraço a todos os agentes de trânsito, que várias vezes estiveram no nosso gabinete e foram sempre muito bem recebidos lá. Meu muito obrigado, e parabéns a vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns, parabéns.

Item 4...

Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Só queria registrar aqui o meu aplauso ao relatório, subscrever, se ele permitir, as palavras do Senador Magno Malta – ele pode reservar os direitos autorais sobre o que ele falou –, mas, acima de tudo, aplaudir os destinatários do texto da lei.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Amim. V. Exa. agora vai continuar com a palavra, a relatoria do próximo projeto é de V. Exa.

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 3630, DE 2025**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para permitir o tratamento e a divulgação de dados pessoais, inclusive por meio de imagens e áudios, quando a captação ocorrer em situação de flagrante de crime em estabelecimento comercial.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Favorável ao projeto.

**Observações:**

*1. A matéria seguirá à CCJ.*

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do seu relatório.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, em primeiro lugar eu quero cumprimentar a autora do projeto de lei, Senadora... ainda não, mas a Deputada Bia Kicis. E agradeço a V. Exa. por ter concordado em incluir esse projeto na pauta, um projeto que, em síntese, nos dá vergonha de ter que aprovar, porque é realmente o reino da maldade você ter uma preocupação maior com o delinquente do que com quem sofre a delinquência, e esse projeto, em síntese, tem como objetivo estabelecer um relativo equilíbrio entre o ofendido, seja ele o comerciante, seja o cliente de uma casa de comércio, e o delinquente, que aumenta a insegurança no comércio do Brasil inteiro, de forma que eu vou direto à análise, Presidente.

Não se observa, no projeto, qualquer vício de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, tampouco óbice de natureza regimental.

A matéria versa sobre proteção e tratamento de dados pessoais, inserida no campo da competência legislativa privativa da União, conforme dispõe o inciso XXX do art. 22 da Constituição Federal, admitida, no caso, a iniciativa parlamentar, nos termos do *caput* do art. 61 da nossa Constituição.

No mérito, consideramos o projeto de lei conveniente e oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substancialmente, o projeto sopesa valores inerentes à pessoa humana: de um lado, a tutela do direito fundamental à proteção de dados pessoais; de outro, a proteção do patrimônio e a segurança pública. Cumpre destacar que essa ponderação já se encontra contemplada na própria LGPD, em seu art. 4º, inciso III, alíneas "a" e "d", ao excluir do seu âmbito de incidência dados pessoais realizados para fins, respectivamente, de segurança pública e de atividade de investigação e repressão de infrações penais, cujo tratamento deverá ser regido por legislação específica, como é o caso. Exceção, contudo, que não possui caráter absoluto, uma vez que a legislação específica, quando criada, deverá observar os princípios gerais de proteção e de direitos assegurados pela LGPD.

Assim, sem ferir o núcleo essencial do direito à proteção de dados pessoais, a iniciativa ressalva hipótese de tratamento e divulgação desses dados quando se trata de flagrante de crime cometido dentro de estabelecimento comercial, condicionada ao atendimento de finalidades legítimas e explicitamente definidas no texto da proposição legislativa. Nesse sentido, a lei decorrente da aprovação deste projeto pode se converter em valioso instrumento para a identificação e denúncia dos infratores pela população em geral.

Destaca-se, ainda, o cuidado de impor salvaguardas importantes, como a vedação à exposição de terceiros não envolvidos no crime e a observância dos princípios da necessidade e da proporcionalidade. Ademais, a exigência de registro de boletim de ocorrência e a previsão de responsabilização por divulgação indevida funcionam como mecanismos de controle e desestímulo a abusos, ou seja, persegue-se aqui o equilíbrio.

Em rigor, nem seria necessária a previsão de responsabilização do estabelecimento comercial, no caso de divulgação indevida de imagens sabidamente falsas ou inverídicas, pois isso constitui ato ilícito passível de indenização. Não obstante, ainda que seja redundante, considero que a previsão deve ser mantida no texto legal, para reforçar o dever de diligência do estabelecimento ao divulgar as imagens de eventual delito ocorrido nas suas dependências.

Por fim, importa ressaltar que a matéria está em consonância com outras legislações recentes aprovadas por esta Casa, que buscam equilibrar o direito fundamental à privacidade e à intimidade com as demandas de segurança pública, notadamente a Lei nº 15.035, de 27 de novembro de 2024, que autoriza a consulta pública ao nome completo e ao número de inscrição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, bem como determina a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.630, de 2025.

Presidente, é o relatório e o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Esperidião Amin. Parabéns pelo brilhante relatório. Parabéns à Bia Kicis, autora desse projeto, que, como o senhor colocou, era para ser o óbvio, não haveria nem necessidade de que isso estivesse em lei, porque, obviamente, nós temos que pensar nas vítimas e não nos criminosos em situações como essa.

Para discutir, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, o mais relevante nesse texto é exatamente o cadastro de pedófilos.

Eu me lembro de que, em 2007, quando Presidente da CPI da Pedofilia, fui aos Estados Unidos. E, nos Estados Unidos, quem cuida da questão de crianças desaparecidas, crianças mortas, abusadas é uma ONG chamada NCMEC, ligada ao Governo. Tudo o que ocorre em torno de uma criança é tratado ali. E uma das coisas principais é o cadastro de pedófilos. O indivíduo vai mudar de um bairro para outro, de uma cidade para outra, ele tem a possibilidade, acessando o cadastro, de saber se tem alguém que mora ali, naquela rua ou naquele quarteirão, que já cumpriu pena por abuso.

Quem já cumpriu pena por abuso não está recuperado, não, esse tipo de desgraça vai para o inferno sem recuperação. "Mas ele fez castração química." O problema de castração química é que as pessoas pensam que a pedofilia está no órgão genital. Não, é um demônio aqui dentro da cabeça do indivíduo. Se você pudesse dar uma injeção, achou a célula safada e deu uma injeção na cabeça dele e queimou a célula, você então fez a castração química, mas, se você pensa que é o órgão genital, vamos decepar esse indivíduo... Tu achas que não tem mulher pedófila? Tem, eu conheço o assunto. E o cara que é pedófilo abusa de qualquer maneira. A tara dele é abusar, é infringir, é destruir a infância. Então o que acontece? O cara vai fazer castração química. O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é castração química? É tomar um redutor de apetite, é igual às pessoas que fazem dieta: toma um redutor de apetite, diminui o apetite.

Havia aqui uma proposta do Senador Crivella em que, se o cara aceitasse fazer castração química, reduzir-se-ia um dia da pena dele. Todo pedófilo ia querer tomar esse comprimidozinho, porque, depois de 60 dias, o corpo está limpo e ele está dez vezes mais com a sua tara por criança, bem acentuada.

É igual quando você faz dieta. O cara faz dieta, emagrece, fica toda alegrinho; aí vai lá e toma Coca-Cola de novo. Quando ele acorda, dos 10kg que ele emagreceu, já voltaram 20kg. É igual o que a Bíblia diz com o demônio: os demônios saem, mas, se voltarem e encontrarem a casa vazia, entram com mais sete. Vai e volta.

Então, nós precisamos ter o cadastro aprovado. O Governo não quer aprovar um cadastro de pedófilo para não identificar os seus eleitores, porque eles lutam... Você viu a matéria de Drauzio Varella no Fantástico, com aquela pobre criatura abandonada no presídio? No final, foram ver: um pedófilo que, além de ter estuprado, matou a criança. E não existe pedófilo de uma criança só. Quando você o descobre, você o revelou. Investigue a vida dele, que vai ter uma história de sangue ali, de sofrimento e choro de muitas crianças – de muitas crianças.

Então, esse cadastro é muito mais do que importante para você saber, para você localizar, para você dar o emprego, para você dar o trabalho, porque eles são compulsivos. Todo pedófilo, quando é solto, recebe uma prisão domiciliar por bom comportamento. Por que ele tem bom comportamento? Porque não tem criança no presídio.

Então, esse cadastro é importante, mas o Governo não está interessado. O Governo está interessado em você fazer o cadastro no Gov para se hospedar num hotel. E isso nós precisamos discutir, Senador Jorge. O Governo quer monitorar a sua vida, para saber quanto você gastou, quantos dias ficou e a sua localização, acima de tudo, porque eles fazem dossiê de todos os seus adversários. Se eu vou fazer uma reserva... Se V. Exa., Senador Jorge, lá em Santa Catarina, convida um amigo, ele entra no Gov para fazer uma reserva. A gente está com um "x" na testa. Nós, que denunciamos esse envolvimento do Governo com o crime organizado, estamos com um "x" na testa. Eu vou avisar para o cara que tem ódio de mim, que está disposto a me matar... Uma boa bala e um bom paredão, como dizem os esquerdistas para a direita... O que nós temos que fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é morrer, como tentaram fazer com o nosso grande Líder, seu pai, Jair Bolsonaro. Mas nós agora vamos avisar. A sua assessoria vai avisar: "Olha, dia tal, entra no Gov... nós estamos vendo aqui no Gov, o Flávio vai hospedar num hotel tal, vai ficar em tal lugar".

Eu me lembro, quando eu fui prender alguns agentes políticos no Amazonas, na CPI da Pedofilia, de que eu fiquei num hotel em que a Polícia Federal, de duas em duas horas, me trocava de andar, porque eu fui sozinho, porque os três que iam comigo, no outro dia, não apareceram no aeroporto. Receberam telefonema, como os telefonemas que eles estão dando para a votação que vai ter amanhã. Eles vieram dizer: "Mas você vai sozinho?". "Eu vou sozinho". E fui com a Polícia Federal. A outros lugares também, como lá em Belém, quando eu fui lá para a Ilha do Marajó, quando eu fui lá para Belém, onde eu prendi o irmão da Governadora do PT Ana Júlia, o Luiz Sefer, um médico de cinco mandatos, que é dono de sete hospitais, que até hoje o Tribunal de Justiça não julgou – sentou em cima e mandou soltar esse pedófilo compulsivo. Na semana retrasada, o Caveira me mandou uma matéria enorme sobre o que a CPI fez lá, com a cara dele na capa.

Então, nós precisamos ter... "O cara está respondendo?". "Está." "Foi acusado? Está aprovado?". "Está." "O cara foi preso por pedofilia?". "Sim." Então, esse cadastro é muito importante para a proteção das nossas crianças. De novo, voltamos atrás, voltamos a falar do mesmo assunto: criança. Criança. Criança o tempo inteiro!

V. Exa. é pré-candidato a Presidente da República. Deixe-me falar uma coisa para V. Exa., uma frase de efeito da minha mãe, que eu falo sempre, guarda no seu coração: "Criança não é o futuro do Brasil, criança nunca foi futuro do Brasil, criança é o presente". Se você cuidar do presente, nós teremos futuro; e, se não cuidar do presente, nós teremos gerações perdidas, como temos hoje, e irrecuperáveis, gerações perdidas porque não cuidaram do presente. E esse Cadastro Nacional de Pedófilos é uma das maneiras de ajudar a cuidar do presente das crianças.

Então os temas debatidos aqui nesta Comissão – eu já participei desta Comissão com outras presidências, e era só espuma e penduricalhos, era audiência pública para cumprir tabela –, os temas necessários à nação... Hoje mesmo, de todos que nós tratamos aqui, a importância é vital.

Então eu queria focar neste ponto, Senador Flávio, Senador Jorge: o cadastro de pedófilos é o que de mais importante tem nos países desenvolvidos, é o que de mais importante nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos, e, durante tantos anos, insistindo, insistindo e sempre sendo negado, sempre sendo negado.

É fato, passou na Câmara, aqui também tinha. Sabe? Aqui também fomos até para o Plenário. Eles voltaram para a Comissão para poder derrubar na Comissão, usando o Regimento Interno. E eu espero que, aprovando aqui nesta Comissão, nós tenhamos êxito nos estados. No meu estado, por exemplo, a Assembleia Legislativa aprovou, e o Governador vetou. Como é que você veta uma coisa como essa? Coisa que não entra... Só na cabeça de esquerdista mesmo, porque não tem lógica. Para quem tem filho, tem neto, para quem tem sobrinho, para quem tem criança em casa, para quem já foi criança, a pessoa trabalhar para proteger esse tipo de desgraça mais infame que tem na sociedade... E não tem recuperação para essa desgraça, não.

Por isso que eu estou... Eu fiz uma proposição, já cansei de pedir para o Presidente desta Casa para despachar, para que, agora em 2026, a gente use o processo eleitoral para plebiscitar a nação, para que nós tenhamos prisão perpétua para pedófilo no Brasil, e a gente pode incluir outros crimes também, mas, acima de tudo, para quem abusa de criança.

Uma criança abusada, sem dúvida alguma, será um adulto doente, traumatizado, cheio de problemas, e, muitas vezes, as pessoas não conseguem entender essa pessoa e não sabem que ela foi abusada na sua infância.

Eu quero parabenizar a Bia, parabenizar o relatório do Senador Esperidião Amin.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Magno Malta. Parabéns pelo seu posicionamento.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 3.630, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à CCJ.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns, Senador Esperidião Amin, pelo relatório.

Mais uma vez, parabéns à autora, Bia Kicis, pelo projeto de lei.

Passo ao item 5 da pauta.

**ITEM 5**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 5, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos dos art. 93 e 104-F, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates para subsidiar a avaliação do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA, nos termos aprovados no Requerimento nº 2, de 2026, desta Comissão de Segurança Pública.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do requerimento.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, tenho a honra de ter sido nomeada Relatora da avaliação que a Comissão vai fazer do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita).

Em uma avaliação como essa, a gente termina com encaminhamento de melhorias na política pública.

Em 2024, eu fui avaliadora do Programa Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, apontei melhorias na política pública, que ainda não foram acolhidas, e agora vou ousar apontar melhorias na política pública do Provita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu espero que o próximo Presidente da República, meu amigo Flávio, acolha todas as nossas indicações, porque a gente precisa melhorar a política pública de segurança no Brasil.

Então, este meu requerimento, Presidente, é para a gente aprovar um ciclo de debates, de audiências públicas. Essas audiências públicas já fazem parte do cronograma que apresentei de trabalho para avaliação da política pública. Então, eu só quero o requerimento para a gente legitimar as audiências públicas, que serão em torno de cinco, que realizarei para avaliar o Provita.

Na mesma direção, falando em política pública, tem a honra de estar na Comissão hoje aqui, Flávio, a Dra. Mayra Costa. Ela é uma médica neurologista, Seif, e é da Pastoral da Sobriedade. É nossa pré-candidata a Deputada Estadual em São Paulo, exatamente com políticas públicas na área da segurança e com um recorte especial, Flávio, na cura e no tratamento em políticas públicas para dependentes químicos. Eu não posso só enfrentar o narcotráfico; eu tenho que trabalhar aqui estas demandas: o dependente químico, a dependência química. Essa médica neurologista é uma referência em São Paulo, com comunidades terapêuticas, programas de prevenção ao uso de droga. E ela tem a alegria de estar me acompanhando hoje e eu, a honra de recebê-la. E ela queria muito te ver, Flávio, porque ela acredita num governo que não vai só atacar o traficante; vai também cuidar do dependente químico.

Dra. Mayra, é uma honra recebê-la na Comissão de Segurança aqui do Senado.

E o meu requerimento é para as audiências públicas. Eu peço apoio aos pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Damares Alves.

Dra. Mayra Costa, muito bem-vinda aqui à Comissão de Segurança Pública. É uma pauta muito importante, porque, além de recuperar essas pessoas, há o trabalho de prevenção, disputar os nossos jovens para que eles não entrem para esse caminho errado. E é papel do Estado, sim, estender a mão para essas gerações que virão ainda para o mercado de trabalho e constituirão suas famílias, para que não cheguem já a essa fase da vida adoecidas e dependentes. Então, parabéns pelo seu trabalho. Pode contar com a gente – está bom? – e com a Senadora Damares Alves.

Bom, coloco em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

**ITEM 6**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 6, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Marcelo Ivo de Carvalho, Delegado da Polícia Federal, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os motivos que levaram as autoridades norte-americanas a determinarem sua expulsão da função de oficial de ligação da Polícia Federal em Miami junto ao ICE.*

**Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC)

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do requerimento...

Senador Seif, o próximo requerimento também é de V. Exa. e trata de um tema correlato. Podemos votá-los em bloco, se não tiver objeção aqui na Comissão. (*Pausa.*)

Então, deixe-me fazer a leitura do item 7 e nós votamos os dois juntos.

**ITEM 7**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 7, DE 2026**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a atuação do oficial de ligação da Polícia Federal em Miami*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*junto ao ICE, no episódio recentemente divulgado como prisão do Delegado Ramagem, que culminou na expulsão do Delegado Marcelo Ivo de Carvalho, conforme relatado pela imprensa nacional.*

**Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC)

Então, concedo a palavra ao Senador Jorge Seif, para a leitura dos Requerimentos nºs 6 e 7.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, primeiramente queria dizer que, nesses três anos em que eu estou no Senado, tenho muito orgulho de ter trabalhado com o senhor, especialmente aqui na Comissão de Segurança Pública, onde entregamos muitas pautas positivas para o Brasil nesse item, que é a maior preocupação hoje do brasileiro, que antigamente se preocupava com saúde, com educação, se preocupava com emprego; hoje a maior preocupação, inclusive de Santa Catarina, que é o estado mais seguro do Brasil, é a segurança pública. E ter trabalhado com o senhor nesse tempo aqui é uma honra muito grande. Espero não chamá-lo só de Presidente da CSP, mas eu sonho, oro e trabalho diuturnamente, presencialmente e nas minhas redes sociais, para que o senhor consiga remover o Brasil do vermelho, em todos os sentidos. E Deus vai nos dar essa vitória, porque o povo brasileiro merece um governante do teu quilate, do teu calibre e do teu caráter.

Sr. Presidente, esses nossos requerimentos são correlatos, e vou te explicar. O Brasil acompanhou, inclusive foi *breaking news* de várias emissoras, a detenção, e não prisão, do Delegado Ramagem, que é um homem honrado no Brasil, sempre prestou bons serviços à nossa nação, foi Diretor da Abin, da segurança, trabalhou com o Presidente Bolsonaro, trabalhou comigo, trabalhou com o senhor; um homem honrado que hoje teve que se refugiar por causa dessa fraude que o Supremo inventou de golpe de 8 de janeiro.

Eu estava vendo, Magno Malta, ontem, uma senhora de Santa Catarina, de Tubarão, uma senhora de idade, gordinha, já está até curva, sabe? Uma senhora! Eu queria ver aqueles da Primeira Turma – que, com exceção de Fux, envergonham o Judiciário brasileiro, são uma vergonha para o Judiciário brasileiro, são uma farsa, deviam renunciar a seus cargos! –, eu queria vê-los olhando ela saindo da cadeia e chamá-la de golpista. "Golpe! Armado! Terrorismo!" Só na cabeça de pessoas completamente doentes do coração, da alma e do espírito. Mas tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, o que aconteceu? Detiveram o Ramagem nos Estados Unidos. O Andrei foi para a TV dizer: "Não, essa prisão foi um trabalho nosso com a polícia americana, porque já estávamos no encalço do terrorista". Falou um monte de besteira. O que aconteceu? Estados Unidos negaram, falaram: "Não tem acordo nenhum com vocês, não". Dias depois expulsaram o Marcelo Ivo de lá. Então nós criamos um incidente internacional diplomático – que vergonha para o Brasil! O delegado de uma instituição respeitada, que nós amamos, respeitamos, que é a Polícia Federal do Brasil, dando declarações desastrosas. E, acima de tudo, ele mentiu? Ele inventou? Ou tem acordo e nós não sabemos? O Brasil precisa saber, o senhor precisa saber, eu preciso saber, quem está nos acompanhando precisa saber.

Então, nós fizemos esses dois requerimentos para que o Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal, e o Sr. Marcelo Ivo de Carvalho, Delegado de Polícia Federal expulso dos Estados Unidos... Eu não me lembro de uma autoridade brasileira, de um membro do serviço federal brasileiro ter sido expulso. Olhe a condução da segurança pública dentro e fora do nosso país: desastrosa! Em nome de Jesus, Flávio, o povo está despertando, está acordando, e você será o nosso – hoje um pré-candidato – próximo Presidente da República para essa vergonheira acabar.

Então, eu solicito apoio aos pares, justamente para nós ouvirmos deles, Senador Esperidião e Senador Magro Malta, o que aconteceu nos Estados Unidos? Quem está mentindo? A polícia americana está mentindo? O ICE está mentindo? O Andrei está mentindo? O Marcelo Ivo está mentindo? O que aconteceu lá? Não o prenderam para deportar, segundo o Andrei? Por que ele está hoje – graças a Deus, né? – em casa com a família? Será que descobriram?

Então, tudo isso está muito interligado.

Os requerimentos são longos, eu não vou ler, eu vou deixar aqui, e passo a palavra aí para... O senhor quer um aparte? Eu concedo a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Coloco em discussão os Requerimentos 6 e 7 ainda.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu gostaria de subscrever o requerimento, aprová-lo também e antecipar uma indagação.

Isso que o nosso policial federal que foi...

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Expulso, convidado a se retirar.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... devolvido, foi repatriado ao Brasil nos explicar exatamente o que ele estava fazendo lá. Acho que é só isso. Estava de campana? Ou essa linguagem é indevida? E campana sob que interesse?

Então, eu acho que, para evitar que nós exportemos arbitrariedades... Já não conseguimos, no mercado interno, no consumo interno, enfrentá-las, e exportar arbitrariedade é muito perigoso.

Então, eu acho que subscrevo, e espero e aguardo que esta audiência se realize.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Amin.

Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, isso aí é só para quem tem capacidade de explicar o inexplicável. Em vindo aqui, eu tenho certeza de como se dará, já posso prever: será uma conversa de bêbado para delegado.

Agora, eu acho que deveria incluir, Senador Jorge, para acompanhar o chefe da Polícia Federal, o repatriado, não é?

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – O requerimento é duplo.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, eu gostaria de que incluísse aí, também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, o delegado repatriado está aqui, há um dos requerimentos em nome dele.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – São dois: é o Andrei e o Marcelo Ivo.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas, eu não sei se poderia incluir aí, também, o delegado que foi também fazer campana em Roma e descobriu o endereço da Zambelli, e ela foi presa por esse dedo-duro. Se realmente era um trabalho de cooperação desse, também, em Roma, certo?

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Isso era ilegal.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu acho que, se desse para incluir o nome desse também, que entregou a...

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Faça um extrapauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não tenho, aqui, o nome dele de cabeça. Formalize, e a gente faz na mesma audiência. Aprovamos, aqui, o requerimento, e fazemos audiência conjunta com mais esse nome também.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim, eu vou formalizar, vou incluir, porque o que fizeram com o Ramagem primeiro foi feito com ela, com a Zambelli. Nós estivemos lá, eu e V. Exa.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Com o Tagliaferro também.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A gente sabe que não tem um detalhe de que... Mas, quanto à Zambelli, nós sabemos exatamente que eles botaram campana, que eles foram no endereço, perguntaram o nome, eram pessoas estranhas que estavam lá, né? E foi realmente... Eles tiveram que trocar de casa numa madrugada, porque souberam que alguém tinha entregado o endereço deles, que tinha alguém lá, seguindo, e eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saíram dali, foram para uma casa de uma tia de Aginaldo, na madrugada. É a história que nós conhecemos, porque estivemos lá. E acabou sendo presa a Zambelli, com um constrangimento, naquele dia, por conta de alguém que dedurou, fez um dossiê e entregou para as autoridades italianas.

Então, assim, o desenrolar das coisas que estavam acontecendo – e já está definido; acho que há uma chance de 1% de a questão da deportação de Zambelli – tem tudo a ver também com esse tema que aconteceu com o Ramagem lá.

Eu farei, eu vou formalizar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Então, eu coloco em votação os Requerimentos 6 e 7, de autoria do Senador Jorge Seif.

A votação será simbólica.

Em votação os requerimentos.

Os Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos do Senador Jorge Seif. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, desejando um bom dia a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e doze minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Ana Paula Lobato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Hermes Klann, Magno Malta, Rogerio Marinho e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4638, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta incisos aos artigos 36 e 45 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, dispondo sobre a responsabilização civil e administrativa de pessoas jurídicas por corrupção privada." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1052, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que se considera em flagrante delito quem pratica crime contra a integridade corporal ou a saúde de outrem, ou ainda tentativa de crime contra a vida, enquanto perdurar o período de convalescência da vítima." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei nº 1052 de 2022. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1060, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 245 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar o valor da multa a ser aplicada ao médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6679, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Possibilita aos fornecedores de mapas para dispositivos de sistema de posicionamento global, GPS, oferecer recurso de alerta ao usuário em caso de aproximação a áreas com elevado índice de criminalidade ou consideradas de alto risco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4636, de 2020 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XIX ao parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para ampliar o rol de entidades sujeitas ao controle de lavagem de dinheiro, incluindo os Partidos Políticos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Hamilton Mourão**
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada em 28 de abril.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nesta reunião, por ser realizada em modalidade semipresencial, os Senadores poderão registrar presença e votar tanto presencialmente quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

Comunico que foi apresentada à Comissão o seguinte documento: Ofício nº 44, do corrente ano, da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, que encaminha a moção de apoio ao Projeto de Lei nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Anuncio o item 2 da pauta.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 1052, DE 2022**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que se considera em flagrante delito quem pratica crime contra a integridade corporal ou a saúde de outrem, ou ainda tentativa de crime contra a vida, enquanto perdurar o período de convalescência da vítima.*

**Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Contrário ao projeto.

**Observações:**

*1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.*

Passo a palavra ao Relator, Senador Esperidião Amin, para a leitura do seu relatório.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, muito bom dia. É uma satisfação tê-lo a presidir a nossa sessão.

Eu já apresentei o relatório e o voto; portanto, eu só vou salientar aqui, no final.

A prisão em flagrante é uma prisão cautelar e excepcional e, após realizada, o respectivo auto de prisão será encaminhado ao juiz para, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal, convertê-la em prisão preventiva (quando presentes os requisitos) ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. Sendo assim, a nosso ver, caso haja a real necessidade de prisão cautelar do autor do crime, antes da sentença condenatória definitiva, ela deve ser feita mediante prisão preventiva, se presentes os requisitos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal, expedida pela autoridade judicial competente.

Por essa razão é que o meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.052.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei nº 1.052, de 2022.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Anuncio o item 3 da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI N° 1060, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Altera o art. 245 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar o valor da multa a ser aplicada ao médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.*

**Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES)

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Contrário ao projeto.

**Observações:**

*1. A matéria seguirá à CDH, em decisão terminativa.*)

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para a leitura do seu relatório.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente, pelas razões que constam do meu relatório, eu sou obrigado a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra – então, o meu parecer é contrário –, mas tomei conhecimento de que o Senador Magno Malta gostaria de retirar o projeto, talvez para um debate em sessão em que estivéssemos presentes.

Dessa forma, eu peço a V. Exa. que consulte a assessoria do Senador Magno Malta. Em desejando o nosso Senador Magno Malta que se retire de pauta, eu concordo, evidentemente. Não é uma desfeita de minha parte o voto contrário; é uma questão de mérito. Mas, caso ele concorde, a minha proposta é de oferecer o parecer contrário, nos termos já apresentados. Repito: talvez uma consulta à assessoria do Senador Magno Malta resultasse na retirada de pauta, e aí nós teríamos talvez a oportunidade de um novo debate na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Esperidião Amin, não há ninguém que represente o Senador Magno Malta aqui presencialmente nem ele enviou alguma informação ou algum contato aqui para a Comissão.

No entanto, para preservarmos aqui, vamos dizer assim, a ética dos nossos trabalhos...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – A harmonia, para preservamos a harmonia.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... a harmonia, eu vou retirar de pauta e vamos aguardar aí a próxima sessão, com a presença do Senador Magno Malta, para que, então, a gente defina essa matéria, se V. Exa. assim concorda.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu concordo e sugiro. Acho que é o mais prudente.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Senador.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e onze minutos do dia dois de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Hermes Klann, Wilder Morais, Jaques Wagner e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Carlos Viana e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Sergio Moro, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2026 - CSP, de autoria do Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) e da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 5/2026 - CSP, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Examinar o objeto do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA e os critérios legais previstos para a inclusão e proteção de vítimas, testemunhas e colaboradores, com o objetivo de avaliar a clareza, a adequação e a aplicação desses critérios frente aos riscos enfrentados e às finalidades da política pública, a fim de subsidiar a avaliação, no ano de 2026, do PROVITA. **Participantes:** Sr. Thiago Alves da Silva Costa, Coordenador-Geral do PROVITA (representante de: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania); Sr. Delano Cerqueira Bunn, Coordenador-Geral de Segurança de Dignitários, Grandes Eventos e Depoentes Especiais da Polícia Federal (representante de: Ministério da Justiça e Segurança Pública); Sr. Leonardo Cardoso de Freitas, Procurador Regional da República (representante de: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal); Sr. Márcio do Nascimento, Diretor do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas da Violência e a Testemunhas Ameaçadas em Santa Catarina (PROTEGE-SC) (representante de: Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social do estado de Santa Catarina); e Sr. Luiz Gustavo Danzmann, Subsecretário dos Conselhos Comunitários de Segurança da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (representante de: Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senadora Damares Alves**
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/02

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente reunião destina-se à primeira de uma série de audiências públicas a ser promovida nos termos dos Requerimentos 2 e 5, da Comissão, ambos de minha autoria, com o objetivo avaliar o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de morte, o Provita.

Comunico que a audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de convidar já, para compor a mesa comigo, os nossos convidados. Vai estar de forma *online*, o Sr. Thiago Alves da Silva, Coordenador-Geral do Provita, representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Eu quero agradecer à Ministra por tê-lo enviado; e obrigada, Thiago, por estar participando dessa etapa da avaliação.

Eu convido para sentar-se à minha direita, que é o melhor lugar, o Dr. Delano Cerqueira Bunn, Coordenador-Geral de Segurança de Dignitários, Grandes Eventos e Depoentes Especiais da Polícia Federal, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Doutor, sente-se aqui ao meu lado. Seja bem-vindo! É uma alegria recebê-lo. Já agradece ao Ministro. É ao Ministro, né? Ao Ministro da Justiça, pela participação.

Convido, para sentar-se aqui, do meu outro lado, o Sr. Leonardo Cardoso de Freitas, Procurador Regional da República, representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal. Doutor, obrigada. É uma alegria recebê-lo aqui, uma alegria enorme! A gente está numa expectativa muito grande para ouvir o Ministério Público com relação ao programa.

Tenho a alegria de convidar o Dr. Márcio do Nascimento, Diretor do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas da Violência e a Testemunhas Ameaçadas em Santa Catarina, o Protege-Santa Catarina. Doutor, obrigada. Veio de longe.

**O SR. MÁRCIO DO NASCIMENTO** (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Seja bem-vindo, Representante da Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social do estado de Santa Catarina.

A gente queria fazer esta audiência lá, na frente do mar...

**O SR. MÁRCIO DO NASCIMENTO** (*Fora do microfone*.) – É verdade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... mas não deu tempo – não deu tempo.

Eu convido, com alegria, para compor a mesa, daqui, do meu DF, o Tenente-Coronel PM Luiz Gustavo Danzmann – acho que eu falei certo, Doutor –, Subsecretário dos Conselhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunitários de Segurança da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. Obrigada.

**O SR. LUIZ GUSTAVO DANZMANN** (*Fora do microfone*.) – A satisfação é minha.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Já dá um abraço no meu Secretário de Segurança. O meu Secretário de Segurança é parceiro, amigo. Obrigada por estar conosco, Tenente.

Eu informo que também foi convidado – Não está? Não. –, para a participação na presente audiência, mas não o fez até o presente, o Exmo. Sr. Herman Benjamin, Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Senhores, esta audiência inaugura um ciclo de quatro encontros técnicos que têm como objetivo examinar com profundidade se o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), instituído pela Lei nº 9.807, de 1999, está sendo efetivamente implementado e se tem sido capaz de produzir resultados concretos na proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas, em razão de sua colaboração com investigações ou processos criminais.

No encontro de hoje iremos examinar o objeto do Provita e os critérios legais de inclusão e proteção, avaliando a clareza do marco legal, a adequação dos critérios frente aos riscos enfrentados e a forma como esses critérios vêm sendo aplicados na prática.

O Provita é uma política de alta relevância institucional e sensibilidade operacional. O programa protege, atualmente, cerca de 500 pessoas em todo o país, entre vítimas, testemunhas e seus familiares. Embora esse número possa parecer reduzido em termos absolutos, ele revela, na verdade, o caráter altamente seletivo, especializado e complexo da política, voltado à proteção de pessoas expostas a riscos graves e concretos, muitas vezes relacionados à atuação de organizações criminosas, corrupção, violência estrutural e graves violações de direitos humanos.

Ao mesmo tempo, trata-se de uma política executada de um arranjo federativo descentralizado, que envolve a União, estados e Distrito Federal, órgãos do sistema de justiça e, em muitos casos, organizações da sociedade civil. Esse modelo introduz desafios relevantes de padronização de critérios, coordenação institucional e consistência na aplicação das regras legais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É exatamente por sua relevância e por sua complexidade na execução que estamos aqui realizando a avaliação desse programa.

Hoje, em especial, discutiremos se os critérios legais, definidos há mais de duas décadas, ainda são suficientes para responder às ameaças atuais. Nós estamos, doutores, diante de novos crimes, que há 20 anos nós não tínhamos – novas modalidades de crimes, novas pessoas sendo ameaçadas de formas diferentes.

Queremos compreender, com base na experiência concreta dos órgãos aqui representados: primeiro, se os critérios legais de inclusão são claros e aplicáveis; segundo, se são suficientes ou restritivos em excesso; terceiro, se conseguem captar adequadamente os novos perfis de risco e se sua aplicação prática tem garantido proteção efetiva. Além disso, buscamos identificar gargalos institucionais, lacunas normativas, boas práticas e possíveis caminhos de aperfeiçoamento legislativo ou administrativo. Nosso objetivo é contribuir para que o Provita cumpra plenamente sua finalidade maior, que é proteger vidas e garantir condições para o funcionamento efetivo da Justiça no país.

Por isso, agradeço a presença de todos os convidados e, desde já, as contribuições que darão para este debate, convidando-os a ficarem à vontade. Se possível, abram o coração.

Eu tenho muito, muito interesse na política. Eu quero lembrá-los que fui Ministra dos Direitos Humanos e, assim que assumi, eu entendi o tamanho do desafio que eu tinha, e é o tamanho do desafio que o Thiago tem – é o tamanho do desafio que o Thiago tem. Nós vamos ouvi-lo com muita expectativa.

E quero dizer, senhores, que, quando eu estava no Governo de transição – eu já tinha sido chamada para ser Ministra –, o Ministro Moro tinha sido chamado para ser Ministro da Justiça, todo mundo lembra. E, na transição, a gente começou a conversar, e a equipe do Moro com a minha equipe começaram a perguntar: "Por que o programa de proteção está no Ministério dos Direitos Humanos e não no Ministério da Justiça?". A gente começou a ouvir essa pergunta por muito tempo, a ponto de o próprio Ministro da Justiça, o próprio Ministro Moro, ter vindo conversar comigo, porque ele não tinha entendido que a coordenação do Provita estava lá no Ministério dos Direitos Humanos. Claro, parceria, é uma política que tem um comitê, é uma política com gestão de vários órgãos. Naquele primeiro momento – e talvez algumas pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão nos assistindo não entendam –, o que ficou evidente: parte das testemunhas estavam sendo protegidas da polícia, e era, por isso, que estava no Ministério dos Direitos Humanos. A gente começou a ter essa compreensão, mas está dando certo?

O ministério, que, ao longo da história – o Thiago está aqui e não precisa chorar, Thiago, eu vou chorar por você –, sempre está com o orçamento apertado; o ministério, que, em todas as discussões, é o último que ganha o aporte do recurso; o ministério com dificuldades estruturais; o Ministério com déficit de funcionários, é isso que é o nosso Ministério dos Direitos Humanos. A pergunta é: o Provita lá está dando certo?

Doutores – especialmente os doutores das Forças –, lidar com as Forças e – desculpem-me falar, doutores –, com a vaidade das Forças, como a gente iria conduzir? Confesso para os senhores que foi um desafio para mim.

Eu lidei com o tema da melhor forma possível naquele momento, mas, trazendo as minhas preocupações com o programa. Quando assumi, fiz um desafio à Comissão de Segurança: nós precisamos fazer uma avaliação do Provita, mas fazer uma avaliação da forma como eu quero fazer aqui: avanços, gargalos, desafios. Por que eu estou fazendo agora e quero entregar esse relatório antes, inclusive, de fecharmos o Orçamento da União? Porque eu acho que a gente vai ter que falar de dinheiro, a gente vai ter que falar de investimento. E essa avaliação, neste ano eleitoral, é interessante porque, depois do ano que vem, a gente vai escrever o PPA. E eu quero muito que essa avaliação seja a base também para quando a gente for escrever o novo PPA.

Então, senhores, entendam que é uma pauta que, para lá de necessária, interessa-me muito, está no meu coração. Quero conduzir com muita maturidade a nossa audiência pública e a avaliação que a gente propôs. Fico muito feliz e quero agradecer ao Presidente da Comissão e aos demais membros por terem aceitado o desafio de essa política ser avaliada.

Eu não sei se os senhores sabem – mas eu preciso deixar isso claro para a sociedade – que o art. 96 do Regimento Interno do Senado nos obriga, às Comissões temáticas, a escolher uma ou duas políticas públicas por ano para serem avaliadas na sua respectiva área. Eu propus à Comissão que, neste ano, fosse o Provita avaliado e fiquei muito feliz porque foi aprovado por unanimidade. Acreditem os senhores, ainda temos membros nesta Comissão que acham que o Provita está todo, tão somente, no Ministério da Justiça. Acreditam os senhores que eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores que pensam que é como nos filmes americanos o nosso Provita, em que a gente tira a pessoa, faz aquela operação que tem um nome, um novo CPF e que é extraordinário? Ainda temos Senadores que não entenderam os desafios para a gente aplicar a política no Brasil.

Então, senhores, vamos ter essa conversa de coração aberto, com muita maturidade. Vamos abordar esses aspectos que eu apresentei aqui no início, mas a gente quer muito trabalhar com encaminhamentos, com sugestões para a melhoria da política.

Nesse sentido, ouviremos, por dez minutos, Thiago Alves da Silva Costa, Coordenador-Geral do Provita, representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Bem-vindo, Thiago. Tem dez minutos. Procure acompanhar, cronometrar o seu tempo, mas, qualquer coisa, eu te aviso: "Thiago, já passou muito!" Se precisar terminar a explicação, a apresentação, não se preocupe, mas vamos tentar ficar dentro do tempo estabelecido, está bem? Seja bem-vindo.

**O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Obrigado, Senadora. Obrigado pelo convite.

Queria cumprimentar a senhora, como também o Leonardo Cardoso, que é o Procurador Regional da República, que está à mesa; o Márcio do Nascimento, Diretor de Programa Estadual de Proteção e Auxílio de Santa Catarina; o Sr. Tenente-Coronel, PM Luiz Gustavo Danzmann, Subsecretário de Conselhos Comunitários de Segurança da Secretaria de Estado do DF; e o Sr. Delano Cerqueira, que é o Coordenador-Geral de Dignitários, Grandes Eventos e Depoentes Especiais do MJ.

Queria agradecer muito esta oportunidade de poder tratar aqui, na Comissão de Segurança, do Programa de Proteção de Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), que é essa política pública que expressa o nosso compromisso, do Estado, com a vida, com a justiça e com a dignidade humana.

É importante, talvez, para começar a falar, a gente discutir esse fortalecimento do Provita nesta Comissão temática, uma vez que direitos humanos e segurança pública não são agendas opostas – acho que a Senadora pontuou essa relação. A gente precisa entender que uma política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de segurança pública comprometida com a democracia pressupõe a promoção e defesa dos direitos humanos, por isso esta reunião é dentro de uma lógica de uma atuação conjunta.

Saúdo, então, desta forma, a iniciativa da audiência. A aproximação das agendas é fundamental, uma vez que a proteção oferecida pelo programa vai transcender medidas que são estritamente só de segurança. Essa atuação integrada acaba, então, sendo voltada ao acesso a direitos e à reconstrução das condições de autonomia das pessoas protegidas. Isso exige essa abordagem especializada e humanizada que a gente tem comentado e as etapas de proteção são sigilosas e individualizadas. A gente tem que considerar não apenas a segurança das vítimas e das testemunhas, mas também o apoio psicossocial, o acesso à saúde, à educação, à assistência social e às condições necessárias para que tenha a reinserção social dessas pessoas que estão conosco nessa condição de protegidas. A estratégia, então, é construída caso a caso. Tem uma avaliação técnica e análise de risco que, muitas vezes, vai envolver, inclusive, mudança de estado ou outras medidas, assim, excepcionais.

A experiência demonstra para a gente que proteger está além de afastar essa ameaça imediata, que é importante e necessária, mas criar condições para que as pessoas possam reconstruir sua trajetória de autonomia, de dignidade em uma perspectiva de futuro.

O Provita, então, no cerne dele, tem a intenção de a gente assegurar a reinserção social dessas pessoas por meio de estratégias que possibilitam reconstruir a vida no contexto de violência, mesmo nesse contexto de coação e de medo. Já são, desde a sua instituição – o Provita faz agora 27 anos –, mais de 4 mil pessoas que passaram pelo programa. Atualmente são cerca de 502 que recebem a proteção – entre testemunhas, vítimas, familiares e pessoas próximas, que às vezes são protegidas conjuntamente –, seja por meio dos programas estaduais, seja por meio do programa de execução direta federal.

Uma coisa que a gente tem muito orgulho de poder trazer aqui e falar com os senhores e as senhoras é que, nesses 27 anos, nunca ocorreram casos de assassinato ou perda de alguma das vítimas ou testemunhas. A gente está, então, diante dessa política pública sólida, construída de uma forma coletiva e sustentada por essa cooperação entre diferentes instituições.

Nesse sentido, a gente está aqui e conta, hoje, com representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário. A gente conta também e vê aqui a importância de a gente ter sempre junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os demais atores dessa rede, assim como a Polícia Federal ou as demais polícias, a sociedade civil e outros órgãos que estão conosco a todo momento.

O Provita, então, fica como um exemplo de uma política pública que é fortalecida exatamente por essa articulação federativa: a gente tem União, estado e sociedade civil atuando de forma integrada e assegurando que a proteção alcance todo o território nacional – todo o Brasil faz parte, nesse sentido.

A gente destaca também – é importante colocar aqui – o papel do Fórum Nacional de Entidades Gestoras (Fneg), que é um espaço de articulação nacional, de avaliação e aprimoramento da política. Esse arranjo permite, então, que a gente atenda as demandas por meio de parcerias com a sociedade civil ou, às vezes, com os demais estados.

Então, hoje, a gente tem 17 parcerias vigentes, sendo algumas com os estados e a parceria direta federal. No caso em que o programa é estruturado no âmbito estadual, a gente, ainda assim, estabelece um convênio com repasses de recurso para que ocorra a execução do programa, e tem uma rotina de acompanhamento e monitoramento que é integrada. Nos demais estados, o programa federal atua de forma a assegurar o acolhimento e o deslocamento das pessoas protegidas para os locais onde a política é implementada e garante a continuidade da proteção em todo o território.

São cerca de R$40 milhões em recursos federais por ano, executados por meio desses 16 convênios que eu comentei, firmados com estados, assim como o termo de colaboração com a organização de sociedade civil que responde pela implementação do programa federal. É hoje um dos maiores orçamentos do Ministério dos Direitos Humanos, sem sombra de dúvidas.

E a gente queria resgatar que, quando a gente começou a gestão de 2023 no Governo, a gente buscou fortalecer essas estruturas de financiamento dos programas de proteção, para que tivesse estabilidade e a gente conseguisse cumprir com esse recurso. Naquele momento, então, a gente faz suplementação orçamentária; a gente vai renovando a manutenção e a celebração desses aditivos e de novos convênios para a execução do Provita.

Essa medida é fundamental para que a gente fortaleça a capacidade de proteção e a gente tenha executado todo o orçamento previsto para o programa. Enquanto Governo Federal, temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a ciência de que esse orçamento impacta na proteção; a gente precisa estar sempre atento a isso e garantir que esse orçamento continue. A gente não pode permitir que as pessoas fiquem desamparadas, especialmente diante do perfil que é o do programa de proteção. Dados mostram para a gente que, especialmente, o programa hoje protege mulheres negras, pessoas moradoras de territórios dominados por facções, marcados por outros conflitos fundiários. Isso revela que o programa atende justamente quem mais sente os efeitos da violência e desigualdade. Já são pessoas que vivem em contexto de vulnerabilidade, que têm seus direitos ameaçados e que, por isso, requerem uma atenção especial do Estado, uma atenção para que o programa seja continuado e tenha a robustez que ele tem hoje.

Cabe ressaltar que ele é compreendido como essa agenda ampla, sim, de direitos humanos e de segurança pública. É uma segurança pública comprometida com legalidade, dignidade e respeito aos direitos humanos.

Eu queria avançar, e eu estou, talvez, tentando ir rápido para garantir os dez minutos, para terminar um pouco com a gente afirmando que, quanto a esse foco de proteção à vida, importa dizer que depende então de que a gente tenha uma análise criteriosa. Para que as pessoas sejam inseridas no programa, há uma análise que é conduzida hoje pelo Ministério Público a respeito dos critérios do programa, do risco que a pessoa e sua família estão sofrendo, o perfil para que ela possa corresponder e atender à necessidade de proteção e a contribuição dela com a Justiça.

Tanto os programas estaduais quanto o Federal contam com órgãos colegiados. E esses órgãos deliberam tanto pela inclusão quanto com a avaliação de regras gerais ou de determinadas demandas que são da vida dessas famílias e dessas pessoas protegidas e assim no respectivo âmbito de cada órgão colegiado. Dali também a gente tem tanto esse monitoramento por parte do conselho quanto também uma metodologia que é bianual. E a gente tem momentos de avaliação que são semestrais. Aí a gente avalia questões relacionadas à proteção das pessoas, à rede de proteção, essa rede de apoio que é construída nos territórios, e ao órgão executor. São feitas então recomendações respeitando a independência, principalmente quando a gente considera esse arranjo federativo e a independência dos entes federados, mas a gente faz essas visitas, indica propostas de melhoria e depois analisa junto aos estados o cumprimento dessas recomendações. Assim, acho importante a gente destacar que a gente se mantém em constante aprimoramento em todo o território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem uma característica muito importante a dizer desse monitoramento, que é algo pelo que a gente está passando aqui hoje também, aqui na Comissão, que é a característica sigilosa da política. A avaliação do Provita requer uma metodologia que seja compatível. Esse é um desafio importante para o que a gente está fazendo aqui hoje, o que a gente vai fazer nas próximas audiências e até o final do ano. Qualquer iniciativa de avaliação não pode de alguma forma contribuir para que haja ali alguma situação de quebra de sigilo ou de descumprimento dessa proteção. Então, a gente tem que avaliar de que maneira esses instrumentos típicos de avaliação vão ser aplicados e de que maneira eles vão precisar ser adequados para poder garantir a integridade do programa e a segurança das pessoas protegidas. Então, nesse sentido, a gente está atento.

E é um compromisso que eu trago aqui, Senadora, do ministério, falando aqui, representando o ministério, nosso Secretário e Ministro, que é um compromisso de debate democrático de fortalecimento da política pública e mais uma preocupação conjunta de a gente fortalecer aquilo que é essencial, que é preservar a vida, o sigilo e a segurança dessas pessoas envolvidas. Nesse sentido, são quase três décadas de existência do programa. A efetividade dele é reconhecida, ele é um programa robusto e importante e a gente tem esse orgulho de dizer que a gente mantém a marca de nunca ter tido nenhum assassinato de pessoas protegidas no âmbito do programa. E a gente segue então nesse comprometimento do fortalecimento da política, da valorização das redes, trabalhando para que o Provita continue como uma política eficaz, fortalecendo-o ainda mais, garantindo a confiança da população nas instituições democráticas e no acesso à Justiça.

Reconhecemos, então, a importância desse diálogo com o Congresso no fortalecimento das políticas públicas, inclusive no esforço de recomposição orçamentária para sua execução, que é algo que também aqui a Senadora comentou, e é muito importante que a gente mantenha e garanta sempre o orçamento do Provita para que a gente continue fazendo aí e aproveitando essas oportunidades de diálogo e da relação com a Casa, com o Senado.

Permanecemos sempre à disposição. Estamos aqui para poder prestar qualquer esclarecimento que seja necessário. E o diálogo... A Senadora disse que, se eu precisar sair, dependendo do alongar, eu aviso, mas, de modo geral, estamos aqui à disposição para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colaborar e esclarecer as dúvidas. Se for preciso, a gente faz também por escrito, da forma como for melhor para a gente poder dialogar.

Mais uma vez obrigado em meu nome e em nome do ministério. E seguimos no diálogo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Thiago, muito obrigada mesmo.

Numa avaliação como essa, a gente conta com o corpo técnico de consultores do Senado e assessorias técnicas dos Parlamentares. E eu tenho três perguntas que me foram enviadas pelo corpo técnico, que eu vou fazer diretamente para você, para a gente ganhar tempo, Thiago.

Os critérios legais de inclusão previstos na lei são hoje suficientes, claros e operacionais? Ou há margem relevante de discricionalidade que gera inconsistência na aplicação entre os estados, como, por exemplo, o conceito de personalidade incompatível? E eu juro para você que essa era uma pergunta que eu me fazia enquanto Ministra da pasta, tá?

A outra pergunta: há na prática casos em que o marco legal atual se mostra insuficiente para enquadrar situações de risco contemporâneas?

E, por último, há propostas concretas de atualização normativa – lei ou regulamento – em discussão hoje no âmbito do ministério?

**O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, começo então pela questão dos critérios legais, se são suficientes.

Eu acho importante quando a senhora traz a questão da personalidade incompatível. Ela talvez seja o critério hoje que é mais aberto para a gente compreender o que seria isso, porque, de modo geral, os critérios vão dizer se a pessoa está contribuindo com a Justiça, se ela está sendo ameaçada, mas mesmo esses critérios demandam algumas perguntas mais específicas: de a gente compreender de fato o grau de ameaça, de a gente compreender a relação dele com o crime que se está praticando, do nível de insegurança que a pessoa está passando. Então, é comum. E os Ministérios Públicos dispõem de uma série de perguntas que são feitas e respondidas caso a caso, para poder dizer dessa ameaça e se a pessoa corresponde aos critérios que estão hoje na lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso da personalidade, eu acho que é importante a gente dizer que não há uma análise geral da personalidade da pessoa em si, como se a gente estivesse avaliando se a pessoa tem determinado perfil ou outro perfil mais afim de uma forma ou de outra. O que há, na verdade, é uma análise do comportamento dela frente às necessidades de segurança, porque quando a gente fala que uma pessoa não tem a personalidade compatível com o programa? É quando ela, mesmo dentro do programa, costuma agir de forma a se colocar em risco e a colocar em risco as pessoas que a protegem, porque ela não segue as regras do programa, ela se expõe de uma maneira desnecessária, ela entra em contato com pessoas de forma que não deveria, se expõe às vezes virtualmente, às vezes presencialmente, dá acesso a informações de onde é o posto dela para pessoas que não deveriam saber.

Então, o comportamento... E por mais que a lei fale disso, dessa personalidade, o que se avalia aqui, e o que eu vejo acontecer quando a gente discute, e a gente orienta quando chega pedido ou quando vai se fazer a discussão no conselho, é sobre o comportamento da pessoa frente às necessidades e a forma como ela deve agir para se proteger.

E é claro que tudo isso é dialogado, as pessoas são acompanhadas, há o acompanhamento psicossocial, há uma orientação para elas de qual é a melhor forma, de como se proteger e de como agir, mas aí tem as formas como às vezes as pessoas resolvem e querem agir de maneira diferente, discordam das regras, não querem se comprometer com elas e acabam colocando todos em risco – não só ela, como as pessoas que também estão atuando na proteção dela, ou outras pessoas que possam estar conjuntamente. Então, da nossa parte, uma avaliação vai muito nesse sentido.

Sobre o marco ser suficiente, de modo geral, ele é um dos programas também com mais substância em relação a ter esse marco legal. Acho que é um desafio, e a gente pode avançar no debate a respeito de de que maneira o marco dá conta hoje dessas questões novas que nos afetam, como questões digitais ou outras. Mas ele é suficiente, sim, hoje, para que o que chega ao programa, as pessoas que são de fato ameaçadas conseguem ser protegidas, e a gente, de modo geral, não vê uma situação de que alguém que poderia ou deveria fazer parte do programa às vezes fica fora do programa por ele não estar bem modelado. Não é isso que eu venho trazer aqui para vocês; pelo contrário, se o perfil está muito bem posto... Acho que tem uma diferença de a gente compreender o nível de especificidade e o que é o perfil posto do programa: pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ameaçadas, testemunhas ou vítimas que estão em contribuição com a justiça, que estão ali em risco e que concordam com as regras e com a maneira como é possível fazer essa proteção, uma vez que é preciso que haja um sigilo absoluto dessa pessoa.

E acho que, por fim, das questões de proposições normativas e de novas proposições, a gente tem o decreto que regula o programa, a gente tem as portarias que vão definir algumas coisas, como, por exemplo, os valores de subsídio, outros demarcadores. De modo geral, não há, por parte dos atores, um retorno nesse sentido. Eu acho que o que talvez seja mais interessante – e a gente pode, sim, conduzir isso de uma maneira conjunta e orientativa – é que haja a replicação desses instrumentos e desses regramentos nos estados.

Uma das coisas mais comuns que a gente vê, no processo de avaliação e monitoramento com os estados, é que falta esse mesmo nível de robustez que tem no Governo Federal, muitas vezes, nos estados. Então, a gente deve ajudar a fazer essa orientação para as casas legislativas, para que elas também façam e repliquem esse regramento de uma maneira semelhante, que já é o que a gente faz hoje nesses monitoramentos. Mas acho que o Senado tem um lugar especial para poder também ajudar a fomentar que isso possa acontecer em todo o território nacional.

Eu agradeço, acho que eu respondi às perguntas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Respondeu.

Thiago, só tem uma que não vem do corpo técnico – eles são muito formais –, mas vem da ex-Ministra. Quando eu assumi, Thiago, eu recebi a relação de bens do ministério e eu tinha lá geladeiras, cama, colchão, fogão. Eu disse: "Misericórdia, o que esse ministério faz com tanto colchão?". E aí eu me deparei, porque a gente estava num... Lembra que a gente assume após o Governo Temer – o Governo Temer foi chamado de um Governo de transição, depois de governos anteriores –, e esses bens estavam todos em um lugar, que eram casinhas que eram montadas para pessoas protegidas, e, quando elas saíam do programa, o colchão era devolvido, a geladeira – e eu me lembro que eu tinha um galpão enorme, cheio desses objetos –, até que a gente tomou uma decisão interna: "Olha, quando a pessoa sair, ela leva consigo sua cama; quando a pessoa sair do programa, leva consigo o seu colchão".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sei que no dia a dia nós temos alguns desafios postos, e uma coisa que você trouxe aí, Thiago, que eu quero saber, e eu fui inclusive questionar num certo momento... A política é extremamente sigilosa, e eu lembro que nós, nas nossas andanças, nós encontramos algumas pessoas que vieram falar: "Ministra, eu sou protegido e tal", em lugares diferentes, e eu fiz um questionamento ao programa. Era um questionamento necessário naquele momento, não era o nome de ninguém, e a resposta que vocês deram para a Ministra foi: "Não podemos falar nada, aqui tudo é extremamente sigiloso".

Como é que fica a governança e a transparência, Thiago? – porque essa é uma das perguntas que está aqui na mesa que veio pela internet.

Vocês têm um orçamento de 40 milhões, e eu me lembro bem que eu era o tempo todo confrontada: a Secretaria da Criança tinha 20 milhões, e o Provita para 500... A Secretaria da Criança, que tinha que cuidar de 52 milhões de pessoas, de crianças no Brasil, tinha 20 milhões, e o Provita tinha bem mais, para poucas pessoas. Só explique como é que se dá isso? Isso é mais uma explicação para os Parlamentares que não entendem a dinâmica: como se dá a prestação de conta, a governança e a fiscalização da política, Thiago? Como é que está acontecendo agora?

**O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Eu acho que a primeira coisa que a senhora pergunta, Senadora, é em relação aos bens remanescentes, que são esses bens que fazem parte dessas parcerias, que são adquiridos para a execução do programa, e de alguma maneira resta decidir o que vai ser feito com eles quando se termina uma parceria ou quando se encerra um determinado ciclo.

Eu acho que é importante dizer que a lei permite que eles sejam doados, que haja então uma destinação final deles, e isso é avaliado caso a caso, depende muito de que maneira eles foram adquiridos. Há a possibilidade tanto de doação direta aqui do âmbito federal quanto de doação para as OSCs que executam, para que se aja, que se tenha essa permanência e o bem não fique inservível, o bem não fique sem uso. Caso seja um bem servível, que ele seja alienado.

Então, de modo geral, a gente não tem hoje esse galpão, essa casinha que a senhora comentou e foi o que a senhora encontrou quando estava aqui, mas a gente tem um diálogo constante com as entidades a respeito dessa execução no âmbito do Estado para que haja a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinação. Inclusive, queremos fazer agora uma orientação mais geral a respeito disso para os órgãos para que eles tenham uma melhor tranquilidade de entender que faz parte do ciclo. Enquanto está se executando a parceria, o bem é da parceria em si, ele é para a execução, mas, ao final, e ao final desses ciclos, a gente precisa entender, senão a gente fica com esse custo de um bem que não está sendo necessariamente aplicado ali e que tem um uso na vida das pessoas, na vida do programa, enfim.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

**O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA** (*Por videoconferência*.) – Sobre a questão também, a gente tem... A senhora perguntou sobre a transparência e o uso do recurso, né? Se a gente for calcular, a gente tem, parece, poucas pessoas, 500 pessoas, e são agora, não são 500 pessoas ao longo do ano, né? Tem pessoas que saíram, pessoas que entraram, mas, se a gente calcular e dividir esses 40 milhões nesse sentido, a gente está falando de uma média de menos de 80 mil por pessoa ao ano. Considerando todas as despesas necessárias da vida dela, a despesa do apoio psicológico, do atendimento psicossocial, do acompanhamento jurídico, do acompanhamento para que você tenha ali o acesso aos direitos e que a gente possa fazer todo o processo, não é um programa caro, de maneira alguma.

A gente tem, sim, hoje como informar e como dizer das pessoas que estão colocadas no programa. E estamos fazendo um processo para que haja mais transparência, para que a gente tenha mais, em tempo real, a possibilidade de dizer do perfil de quem são essas pessoas, não pelo nome, assim como a senhora falou, porque de fato não é possível que se externalize o nome, diga exatamente quem são as pessoas ali, mas é preciso compreender como que isso vem acontecendo.

E sobre a prestação de contas, acho que para finalizar, e é importante eu colocar, todo convênio, em termos de parceria, tem ali dentro a sua previsão de como que vai ser o gasto; então, tudo é registrado. De modo geral, o repasse federal só acontece à medida que haja a execução desse recurso, daquilo que está previsto. Então, é para fazer o quê? É para alugar um espaço ou não? É para poder comprar os equipamentos ou não? É para pagar o profissional ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não? E, à medida que, aí sim, vai sendo feita essa execução, é que a gente faz um novo repasse, só depois que se executam 70% da parcela anterior, não antes disso.

Além disso, é importante dizer que existe esse apoio que é feito às famílias. Então, tem um gasto que é previsto e que obedece a valores de referência – são esses valores que são pactuados – e que obedecem a essa lógica do plano. É muito comum, inclusive – vou contar aqui e trazer para vocês –, que, no geral, ao final, às vezes, a gente estabeleça com o estado um convênio de dois anos, e, ao final de dois anos, o recurso sequer tenha sido todo gasto. Aí se prorroga a execução por mais um tempo para que a gente possa ter uma execução mais completa daquele recurso, no sentido de que seja possível executar mais com o recurso que estava previsto, exatamente porque a gente faz o controle e o acompanhamento de cada recurso que é executado somente dentro daquilo que é previsto no plano e seguindo esses critérios daquilo que é possível ser gasto e dos valores de referência.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Como nós estamos ao vivo, eu preciso dar... (*Falha no áudio.*) ... para quem está nos acompanhando.

Gente, a Ministra não sabe quem é o protegido, onde ele está e o que ele está fazendo, e os servidores do ministério também não. Isso eu preciso deixar muito claro, porque eu tenho que proteger a Ministra. Agora eu é que tenho que proteger quem protege, proteger a Ministra, proteger os servidores. A política ali é realmente extremamente sigilosa. A gente não pode ficar perguntando: "Ministra, cadê o protegido?". É realmente extremamente sigilosa, inclusive para a gente manter a segurança da Ministra e dos servidores do ministério. Então, a política tem esse sigilo.

Parabéns, Thiago. Se puder continuar com a gente...

Vocês observaram que estão conosco à mesa: o Ministério dos Direitos Humanos; está com a gente à mesa o Ministério da Justiça; está o Ministério Público Federal. E nós tínhamos convidado o STJ. Esses órgãos participam do conselho deliberativo federal, da política, só o STJ que não está aqui. Então, nós estamos ouvindo agora os órgãos que pertencem ao conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberativo. A política é desenvolvida não só pelo Ministério dos Direitos Humanos; há um conselho deliberativo. E estão à mesa dois estados: um estado que tem o Provita em parceria com o Governo Federal, que é Santa Catarina; e um outro estado que tem o Provita autônomo, que é o Distrito Federal. Então, a gente vai ter duas experiências diferentes para ouvir de dois estados diferentes.

Na sequência vamos ouvir o Ministério da Justiça, o Dr. Delano Cerqueira Bunn, Coordenador-Geral de Segurança de Dignitários, Grandes Eventos e Depoentes Especiais da Polícia Federal.

Bem-vindo, Doutor.

**O SR. DELANO CERQUEIRA BUNN** (Para expor.) – Boa tarde, Sra. Senadora Damares. É uma satisfação muito grande estar aqui em nome da Polícia Federal, em nome do Ministério da Justiça. Saúdo também os demais expositores.

Estou aqui com a minha equipe da Polícia Federal, Senadora, Dr. Douglas e Dr. Guilherme, que são os Coordenadores de Grandes Eventos, onde está a nossa atividade, onde fica sediada a atividade da Polícia Federal. E há 18 anos, na chefia do Serviço de Proteção ao Depoente Especial, desde praticamente a fundação, e viveu todo esse processo, o Agente de Polícia Federal Ribamar, o maior especialista da Polícia Federal nessa temática, uma grande autoridade, alguém que mereceria, na Polícia Federal, uma homenagem nessa seara. (*Risos.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do Congresso também, viu, Doutor? Do Congresso também.

**O SR. DELANO CERQUEIRA BUNN** – Bom, vou puxar o gancho do que a senhora falou agora há pouco. Se a Ministra não sabe, a Polícia Federal também não sabe aonde vão as testemunhas que pelo Serviço de Proteção ao Depoente Especial passam.

O que é o Serviço de Proteção ao Depoente Especial, Senadora? É a unidade de resgate, a unidade de pronto atendimento, a unidade de... É o plano de contingência do Estado brasileiro, tanto da União quanto dos estados, quando não há uma capacidade de integração dessa testemunha no sistema de proteção. Essa nossa unidade funciona desde a fundação, desde a lei de 2009. Quanto ao Serviço de Proteção ao Depoente Especial, talvez a Polícia Federal tenha sido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois do Ministério da Justiça e do Ministério dos Direitos Humanos, o órgão que primeiro aderiu a essa política pública. Hoje ele está dentro da Diretoria de Proteção à Pessoa, uma diretoria que foi criada com o foco de proteger tanto autoridades quanto testemunhas: autoridades federais, autoridades estrangeiras, grandes eventos e proteção à testemunha. Então a gente exerce uma atividade única de treinamento dos policiais, com um padrão de qualidade dessa atividade. São treinamentos que são realizados... Nós já realizamos cinco edições do curso de operador de proteção à pessoa. O último foi agora, com foco na segurança dos candidatos à Presidência da República, que também é uma atividade que a Polícia Federal vai desempenhar através dessa diretoria.

Dentro da diretoria, nós temos um sistema de governança, com todos os dados de atuação de todas as unidades da Polícia Federal que atuam tanto especificamente com a proteção à testemunha quanto na proteção de autoridades. Existe uma governança, existe uma política de capacitação dos servidores da Polícia Federal para atuar nessa missão.

O trabalho da Polícia Federal é um trabalho bem específico. É esse trabalho de resgate, não é um trabalho de permanecer com a testemunha por um tempo indeterminado. A gente está falando de uma semana, 15 dias, talvez até um mês, a depender de alguma necessidade específica dos PROVITAs. E é basicamente essa sinergia que a Polícia Federal soma com esse esforço, dentro de um contexto de sigilo, dentro de um contexto de análise de risco.

A nossa diretoria conta com estrutura de inteligência, estrutura de análise de risco, uma coordenação-geral de logística própria. Enfim, a gente pode dizer que as testemunhas protegidas estão dentro de um pacote de atenção institucional da Polícia Federal quando estamos nessa fase de resgate.

Temos as nossas estruturas de casas dedicadas para esse acolhimento, com toda uma proteção e um sigilo, que também é comum de todas as entidades aqui. Enfim, não temos uma noção do programa como um todo, a não ser no momento em que nós estamos... O Dr. Guilherme é o Conselheiro Federal atualmente. Então a gente participa também do conselho, mas a gente não acompanha a política de maneira transversal, a não ser neste momento. Portanto, este é o papel da Polícia Federal: é um papel de resgate, acolhimento imediato, garantia dos direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos, garantia da proteção tanto da testemunha quanto dos familiares, e assim a gente vai contribuindo também enquanto órgão de segurança pública para essa atividade.

Assim, basicamente, é essa a nossa atuação.

Eu vou devolver a palavra para a senhora, porque eu tenho certeza de que teremos muito a contribuir ainda, tanto na forma escrita como por meio dessa audiência. Eu me somo ao Ministério dos Direitos Humanos: estamos abertos para discutir o aperfeiçoamento da política pública. Então, a gente fazendo isso, dentro desse diálogo aberto junto com o Parlamento, com certeza teremos aí um resultado bem eficaz. O Senado Federal tem uma grande contribuição: a senhora, com toda a sensibilidade de quem foi Ministra dos Direitos Humanos – estamos em boas mãos para que a gente possa discutir esse tema.

E no nosso papel de resgate, a gente está aqui pronto para resgate, acolhimento imediato, resgate da cidadania, proteção à vida; a gente está aqui para contribuir de todas as formas, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Dr. Delano, que alegria! Que alegria receber os seus colegas, o Dr. Ribamar... Não é, Dr. Ribamar?

**O SR. DELANO CERQUEIRA BUNN** (*Fora do microfone.*) – É sim. (*Risos.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu me lembro de você. Eu lembro. (*Risos.*)

Que Deus o abençoe! A gente sabe do empenho de vocês.

Mas, Doutor, eu tenho duas perguntas técnicas. O atual desempenho do Provita – pelo que o senhor conhece, está no conselho – é compatível com a estrutura e o *modus operandi* das organizações criminosas hoje, que estão cada vez mais poderosas – acho que bem diferente de 20 anos atrás –, especialmente as de caráter transnacional? E a segunda é: Que ajustes normativos operacionais o senhor acha que seriam necessários para tornar o Provita mais aderente aos cenários de alto risco enfrentados hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. DELANO CERQUEIRA BUNN** – Perfeito. A senhora falando em transnacionalidade, eu me lembro que eu já trabalhei diretamente nesse assunto, junto com o Ribamar, em 2009 – 2009 a 2011 –; é minha segunda passagem por essa temática.

Obviamente, nas investigações criminais que envolvem transnacionalidade, a gente tem que pensar... tem que ter um olhar cuidadoso. Já há um precedente muito positivo, que pode ser pensado em termos de política pública, que é o intercâmbio de testemunhas protegidas entre países diferentes. O Brasil já assinou um tratado com Portugal, e eu estive numa missão de reconhecimento do modelo de Portugal. Isso pode ser discutido amplamente. Eu penso que é uma boa prática, porque a gente tem testemunhas com perfis diferentes e em algum caso pode-se aplicar essa questão da transnacionalidade. A oferta e a permuta, a reciprocidade entre países, nações que cooperam entre si no sistema de justiça criminal... receber e mandar testemunhas pode ser uma boa medida a ser expandida.

Nós temos um diálogo também, que começou mais recentemente, com o Tribunal Penal Internacional. O Dr. Guilherme fez uma viagem para a Costa Rica e teve uma reunião de trabalho. Há o interesse do TPI de fazer essa aproximação com o sistema brasileiro, ou seja, mostra também... é uma evidência da qualidade do modelo que o Brasil tem.

Enfim, eu vejo que essas iniciativas são muito bem-vindas. Elas ampliam os horizontes, e ter a opção de uma estratégia diferente para determinado perfil de testemunha pode ser muito útil no futuro.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Delano, mas a gente observa que é muito complexa a política.

Nós já fizemos aqui na Comissão, Doutor, em 2024, avaliação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas – e eu coordenei também. E aí a gente se deparou com o caso de uma criança que estava sendo procurada – não sei se o Thiago ainda está *online* – e estava no programa de busca de pessoas desaparecidas. Todo mundo procurando, só que essa criança estava, Thiago, lá no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Então, quem queria matá-la denunciou que ela estava desaparecida, e a gente tinha sérios problemas de cruzamento de dados. Primeiro, pelo Provita ser extremamente sigiloso; segundo, porque o programa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

busca de pessoas desaparecidas tem uma confusão de cadastro ainda e de compartilhamento de dados. Então, observem que nós temos aqui delicadezas nessa política de proteção.

A gente vai ouvir agora o Ministério Público Federal. E aí, Thiago, eu não sei qual foi a testemunha mais famosa que você teve que proteger nos últimos dias, mas eu tive um episódio de uma CPMI, que estava acontecendo, e um dos depoentes, irmão de um Deputado – era o Brasil inteiro de olho nele – pediu proteção ao Provita. E tinha que ser urgente a proteção dele, porque ele estava trazendo informações muito precisas – precisava ser urgente. Só que aí, quando se pediu a proteção, a CPMI não entendia que eu tinha que mandar para um conselho deliberativo, Thiago, que essa proteção passava por um conselho, e o conselho tinha que se reunir para deliberar se ia protegê-lo ou não. E a testemunha queria ser protegida fora do Brasil, porque ele era servidor público federal; queria ir para fora do Brasil com o mesmo salário, com as mesmas gratificações, e morar bem fora do Brasil. Então, foi muito complexo.

Nós estamos vivendo uma era de delação premiada, inclusive com grandes nomes a quem está sendo oferecida a delação premiada.

A gente vai ouvir o Ministério Público agora.

Como é que ficam as propostas de delação premiada a figuras nacionalmente conhecidas, astros? Nós temos astros hoje, *influencers* famosíssimos, com milhões de seguidores. Eles são testemunhas em processos hoje.

Então, a gente vai ouvir agora, com muita expectativa, o Dr. Leonardo Cardoso de Freitas, Procurador Regional da República, representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público. Bem-vindo, Doutor! É uma alegria recebê-lo!

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** (Para expor.) – A alegria é toda minha, Excelência.

Exma. Senadora Damares Alves, Relatora desse procedimento de avaliação da política, meus colegas de mesa, eu queria fazer uma saudação especial para o Dr. Thiago, porque a senhora, Dra. Damares, é Presidente deste ato, mas o Dr. Thiago é meu Presidente no Conselho Federal. Então, fica minha saudação especial a todos os presentes e interessados no tema, que é realmente muito importante; e eu saúdo a Comissão por lançar esse olhar sobre uma política que é tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero iniciar dizendo da honra que é estar aqui. Eu tenho um respeito profundo pelo Parlamento; acho que o Senado, junto com a Câmara dos Deputados... se nós pudéssemos estabelecer uma hierarquia dos lugares mais democráticos do Brasil, talvez esta Casa, estes corredores, estes salões sejam o lugar mais democrático do Brasil, onde tudo pode ser dito, onde tudo deve ser dito, onde os destinos do país são decididos. E, por isso, eu tenho uma honra enorme em estar aqui, ainda mais porque meu avô, Dirceu Cardoso, foi Senador pela 45ª Legislatura – eu me lembro de vir aqui criança com ele, ele me trouxe aqui algumas vezes –, então é sempre não só uma honra, como um prazer muito grande estar aqui.

E a senhora, Senadora Damares, pediu para eu falar do coração; então, eu vou falar do coração. Falar do Provita, para mim, é falar de uma atuação de mais de 20 anos já. Eu já comecei no Conselho Deliberativo do Rio de Janeiro, desde 2003; hoje, sou membro do Conselho Federal do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, como representante do Ministério Público Federal; minha dissertação de mestrado na UFRJ é no tema da proteção à testemunha. Então, é um tema que, mesmo que a senhora não pedisse, seria muito difícil, para mim, falar sem ser de uma maneira mais apaixonada.

Eu preparei uma apresentação que eu acho que eu não vou usar, porque eu prefiro dialogar com as provocações que a senhora já fez, que esta audiência pública já nos trouxe e, eventualmente, eu vou trazer... Eu acho que a apresentação é muito básica para a senhora. (*Risos.*)

Desculpe. (*Pausa.*)

Bom, a senhora começou falando que há Senadores que pensam que o Provita é que nem nos Estados Unidos, onde a gente bota a pessoa no avião, essa coisa toda. Às vezes é, Senadora, e eu quero começar fazendo um elogio ao agente Ribamar, ou Riba, para os mais próximos, porque ele acabou de fazer isso com uma testemunha nossa, literalmente botou no avião – não é uma figura de linguagem, mandou até o videozinho; depois, se a senhora quiser, eu mostro para a senhora o avião levantando voo lá. O Ribamar é servidor subordinado ao Dr. Delano.

Então, assim, fica aí meu elogio. E quero dizer que, às vezes, é isso mesmo que acontece, com toda a carga de angústia e urgência que essas medidas nos trazem. Assim, eu quero aproveitar para deixar esse elogio que eu vou mandar por escrito, já falei para o Dr. Delano, mas eu acho também que aqui é um lugar oportuno para se elogiar o Riba. Parabéns, Riba! Excelente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho. Também não sei o nome da testemunha, também não sei nada da testemunha; é só para deixar claro, também, que não adianta – como é que a senhora falou? Proteger...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Hã-hã.

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** – Também quero me proteger, não sei, enfim.

A senhora trouxe algumas provocações e eu não consegui anotar todas. Então, se a senhora quiser ou achar interessante, eu voltarei a elas, mas as que eu anotei eu pretendo responder e dar a minha visão como membro do Ministério Público Federal, como alguém que atua nos conselhos já há algum tempo.

A primeira que eu anotei é se os critérios legais de inclusão são claros ou aplicáveis. São, Excelência. São, sim. Eu acho que a lei, nesse ponto, tem uma aplicabilidade muito escorreita. Existem os conselhos, todos os estados têm seus conselhos. O conselho, na verdade, é uma criação da lei, uma criação que eu acho muito feliz, da 9.807, se eu não me engano, art. 4º. São esses conselhos que deliberam. Então, de uma maneira geral, a minha experiência é que eles atendem.

A questão da personalidade, como o Dr. Thiago colocou, é mais atenta à questão da adaptabilidade daquela pessoa ao regime da proteção do que propriamente verificar a personalidade do agente. Reparem que, infelizmente – infelizmente é brincadeira, Doutora, essas coisas de falar no YouTube –, não há a figura da prisão da testemunha no Brasil. Então, a testemunha adere voluntariamente ao programa. E o programa – eu costumo falar, falo até para as testemunhas, quando, eventualmente, eu tenho oportunidade; faz muito tempo que eu não tenho, enfim – não é fácil, o programa é duro. A pessoa que entra no Programa de Proteção a Testemunhas está sujeita a um regime duro. É um regime em que ela vai romper laços, em que ela vai ter sua identidade fragilizada. Ela vai romper ocupação profissional, vai romper laços familiares, porque o núcleo mais próximo vai entrar, mas muita gente fica de fora, pessoas queridas e tal. Então, é duro. Eu costumo dizer que só não é pior do que a alternativa que é o risco, e, muitas vezes, o risco é muito grande. Então, a personalidade é avaliada nesse prisma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha experiência no Condel do Rio e no Condef: geralmente, os conselhos tentam proteger, tentam acolher, tentam, vamos dizer assim, não levar a um descumprimento de uma medida, de alguma coisa assim, a uma medida extrema que é a exclusão. Já votei pela exclusão de testemunhas em alguns momentos. Só faço isso não quando ela causa problema para a equipe, porque, às vezes, isso acontece e tal, mas quando eu acho que ela não está mais sendo protegida de maneira nenhuma.

Se nós pegarmos uma testemunha e levarmos para Fortaleza, e a primeira coisa que ela fizer é postar uma foto lá na praia de Fortaleza: "Olha só que legal que eu estou aqui, tenho vista para o mar", sei lá o quê. Isso aí, eu acho, é o limite que eu me imponho como conselheiro na hora do voto.

Quando a testemunha está criando, dando alteração para a equipe, eu...

Nossa, faltam dois minutos, e eu nem comecei a falar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fica tranquilo.

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** – Quando ela está dando problema para a equipe, eu costumo dizer que as testemunhas são pessoas vulneráveis, por isso, muitas vezes, foram testemunhas de um crime. No nosso dia, nós somos muito protegidos, e eu vou falar da colaboração premiada, se der tempo. As pessoas que testemunham crimes são as que vivem em comunidades fragilizadas, são pessoas que vivem ali nas bordas da criminalidade. Então, são pessoas que estão já numa situação de tensão muito grande. E o momento da proteção é o momento máximo de tensão. Então, eu acho absolutamente natural esperar que a testemunha tenha algum nível de resignação, de comportamento mais complicado e tal. O meu limite é a proteção, então, eu reputo que sim.

A senhora falou de governança e transparência. Bom, a transparência é... Foi dito aqui e, realmente, o regime de prestação de contas do Provita é peculiar, mas não é um regime único no Brasil. A gente tem outras instâncias que demandam um regime peculiar de prestação de contas: vou falar da Presidência da República; vou falar, talvez, da Abin... O que não quer dizer que não haja necessidade de prestação de contas. É uma política pública, então a prestação de contas é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incontornável. Eu até vejo – falando já um pouco de possíveis alterações legislativas – um espaço para os conselhos terem uma voz mais importante neste momento.

Se me permite...

Pode passar o eslaide?

Só quero mostrar aqui.

Eu sei que a senhora já sabe, Senadora, mas...

Pode passar.

Pode passar.

Pode passar.

Pode passar.

O Conselho Federal é um conselho plural, os conselhos estaduais também são. Aqui nós temos a participação do Ministério dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, do Ministério Público Federal, do Poder Judiciário Federal... Inclusive, o Conselheiro do Poder Judiciário Federal sucedeu o Senador Moro na 13ª Vara de Curitiba, o Dr. Danilo. Então, é da entidade... Então, eu acho que é uma instância apropriada, fica aí a minha provocação.

A senhora perguntou por que o Provita está no Ministério dos Direitos Humanos. Eu sou um ardoroso defensor desse local. Eu acho que é uma política transversal, ela tem um elemento de segurança pública muito forte, tanto é que nós estamos na Comissão de Segurança Pública, mas ela tem uma natureza que me parece inegável: ela nasce como um programa de direitos humanos, nasce, inclusive... Ela é uma política pública peculiar. Quem viu o filme O Agente Secreto aí? Na verdade, eu acho o nome "agente secreto" inapropriado, porque é da testemunha protegida que a gente está falando ali – mal protegida, aliás, mas enfim... Ele começou por uma iniciativa da sociedade civil, que foi encampada com a 9.807, de 1999, o Gajop. Então, muito rapidamente, eu queria pontuar isso aqui.

Desafios. Então, vamos lá. O *modus operandi* do Provita é compatível com as grandes organizações? Eu creio que sim, nós temos conseguido proteger as pessoas. Eu não acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse seja um dos gargalos do programa. Um dos gargalos que eu acho é porque... Voltando a essa questão dos direitos humanos conjugados com segurança pública, eu acho que nós protegemos as cerca de 502 pessoas sob proteção que o Dr. Thiago colocou. Essas pessoas que entram no programa são protegidas. No que eu não acho que a gente faz a diferença, Senadora, é como política de segurança pública, para a qual eu acho que a gente teria que ser mais robusto. A senhora falou do FBI aí. No FBI, a última vez que eu chequei esses números, eles tinham 17 mil pessoas sob proteção, se eu não me engano, no ano fiscal de, talvez, 2020, 2019, eu não me recordo. Aí, se formos para a Itália, talvez 6 mil; Reino Unido, 3 mil.

Então, assim, para a gente fazer a diferença – eu acho que é uma política hábil para fazer a diferença como segurança pública –, nós precisaríamos romper esse paradigma, esses números que nós temos hoje.

Eu já passei muito, não é? Então, vamos lá. Vamos para o final.

Desafios, que a senhora trouxe, são inúmeros; esses, sim, eu acho que são inúmeros! Nós temos algumas questões hoje em que, talvez, sim, precisemos de uma mudança legislativa. Desafios do século XXI, eu vou falar um: reconhecimento facial.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** – Reconhecimento facial hoje, na medida em que ele se espalha, nos cria um problema, porque a testemunha está protegida, mesmo aquela que muda o nome, na forma do art. 9º, da 9.807; ou seja, muda no registro, mas a face... Enfim, não sei como enfrentar esse problema, mas é um desafio.

Outros desafios em que eu acho que a legislação precise, talvez, de um incremento. Como eu disse, é uma política transversal de segurança pública e de direitos humanos, mas é também uma política. Há políticas dentro da política. Que políticas são essas? Há políticas de saúde, porque a testemunha precisa de ser atendida; há políticas de educação. Então, assim, essas políticas, hoje em dia, com o CPF único, por exemplo, nos trazem problema.

Então, de repente, a gente terá que... Falou-se em orçamento aqui. Daqui a pouco, nós teremos que pagar o custo de uma intervenção fora do SUS de média complexidade para cima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por quê? Porque a de baixa complexidade é atendida ali, não precisa de documentação, mas, a de média para cima, eles vão pedir um CPF, e para isso é uma coisa que talvez a lei pudesse fornecer uma ferramenta, facultar um jeito de a gente não ter esse gasto, porque não há como ter gasto com saúde pública... A senhora é do Senado e sabe que a saúde pública é um gasto que pode quebrar o programa, inclusive com esse orçamento de R$40 milhões, dependendo do mal que acometer uma testemunha protegida. Essa é uma questão.

Outra questão é inclusão provisória e exclusão provisória. Isso são questões que também não estão previstas na lei e em que, às vezes, nós sentimos falta de um nível de cautelaridade, vamos dizer, para proteger alguém que está muito... e um equipamento para isso, porque o Dr. Delano tem o SPDE, que funciona bem, mas é aqui em Brasília e ponto. Então, assim, a gente precisa de uma coisa mais capilarizada.

Como o Dr. Delano falou, a internacionalização eu acho que é um caminho, acho que é um caminho há muito tempo. Acho que a gente, nos moldes, aliás, no modelo do estado, do regime atual, porque a gente permuta testemunhas entre estados, não há por que não permutarmos entre estados soberanos. Tem vários países que têm programas de proteção à testemunha. Eu falei: Itália, Reino Unido, Estados Unidos, Espanha, Colômbia, Austrália e, enfim, outros de que eu possa estar não me lembrando aqui. Portugal, que... Então, fica aí mais essa provocação.

E, por fim, se a senhora me permitir, eu queria, muito rapidamente, falar. A senhora fala do sigilo do programa. O sigilo do programa são as pessoas mais sensíveis. Eu tenho 27 anos de atuação na parte criminal, também, do Ministério Público Federal. Então, trabalho com pessoas sensíveis, mas as pessoas mais sensíveis que eu conheço, em termos de tratamento da informação e sigilo, são as equipes do Provita.

Uma vez, a gente lá no Rio fez um curso. Eles estavam precisando de um treinamento, e a gente conseguiu um treinamento com os fuzileiros navais, que são uma referência nesse assunto, e fizeram um treinamento personificado. Os próprios fuzileiros navais, que também estão acostumados a essa questão do sigilo, falaram: "São as pessoas mais sensíveis com quem a gente já trabalhou na vida". Eles ganharam certificado sem nome no certificado – não sei nem como funciona isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, duas... Eu não vou falar o que a senhora falou, mas acho que eu já passei muito do tempo. A senhora perguntou qual é a testemunha mais famosa. A minha testemunha mais famosa foi a D. Vitória, que foi a do filme...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Do filme! Isso!

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** – ... da Fernanda Montenegro – ela mesma.

A gente trabalhou com ela lá no Rio, uma testemunha de carteirinha, de manual. Se a gente fosse pegar, era ela mesma. E ela, numa simpatia, não deu trabalho o tempo todo, contou a história dela para o repórter, e, depois que ela nos deixou, por causas naturais, então, aí é que o filme foi feito.

Então, eu vou encerrar aqui e mais uma vez elogiar a iniciativa, porque eu, de coração, novamente, acho que é uma política que merece esse olhar e merece essa atenção do Senado Federal.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Doutor, eu tenho só uma pergunta, que veio do corpo técnico. O modelo atual atende adequadamente aos casos de colaboração premiada ou há lacunas relevantes nesse tipo de situação?

E, se possível, Secretaria, não tire esse eslaide, não, porque eu quero só fazer um comentário.

Diante do instrumento da colaboração premiada, que a gente está usando muito no Brasil, nós temos que mudar alguma coisa na legislação do Provita?

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** – Então, nesse ponto, curiosamente, por acaso, eu trabalhei muito com colaboração premiada também nessas operações que a gente, enfim, fez com a Polícia Federal nesses anos todos aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a questão, Senadora? A testemunha que entra no programa, em 99% das vezes, melhora de vida; e eu vou falar por que melhora de vida. Não é um chute, não é nada assim. Ela melhora de vida, por quê? Primeiro, ela está numa comunidade fragilizada. Ela mora lá nessa comunidade.

Então, assim, a gente tirou ali os R$80 mil por ano que o Dr. Thiago falou, e a gente vai prover uma vida daquela pessoa ali entre uma classe baixa e uma classe média baixa – uma classe média baixa, uma classe baixa –, mas não vai ser numa comunidade, vai ter uma tensão, vai ter uma tensão psicológica, vai ter uma tensão de assistência social, que os filhos vão ter. Então, assim, elas vão ser recolocadas no mercado de trabalho. Tudo isso, normalmente, compõe uma situação em que ela melhora de vida.

Para os nossos colaboradores da colaboração premiada da 12.850, já é outra história. São pessoas que têm uma qualidade de vida muito grande.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Imagina, Vorcaro, imagina... (*Risos.*)

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** – Pois é.

Então, a nossa experiência, e eu já tive alguma... Eu não tive nenhum caso de colaborador premiado que achou que valia a pena entrar no programa de proteção à testemunha – nenhum de que eu me lembre, mas posso estar enganado.

Geralmente, essas pessoas têm melhores recursos, e eu não falo de recursos só financeiros não, mas melhores recursos, em geral, para se proteger. Entendeu?

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** – Eventualmente, a gente pode pensar numa medida isolada, se é um servidor público, se sair do Brasil e tal, mas, normalmente... Eu não vejo muito – e aí se me permite – como contornar isso, porque é uma questão orçamentária, e a gente teria que pensar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Trilhões.

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** – É. Aí a gente ia ter que pensar numa outra ordem de grandeza ali.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** – Está bom?

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Nós agora vamos ouvir as experiências dos estados. Aí, antes de eu passar a palavra para os dois estados, Thiago, escute esse meu relato.

A gente tem ali, gente, ó... Volte o eslaide, tem possibilidade?

Muita gente está perguntando quem faz parte do conselho, e foi bom o Doutor ter exibido o eslaide, porque a gente viu que faz parte do conselho entidade não governamental com atuação na proteção à testemunha. Aí alguém está perguntando assim: "Mas uma ONG protege testemunha?". Deixe-me explicar: protege. O Ministério de Direitos Humanos não tem funcionário para ir lá no interior do Amazonas alugar uma casa e mobiliá-la para proteger uma testemunha. É aí que vem uma instituição da sociedade civil. O ministério faz um chamamento, e uma instituição se habilita para fazer essa perna que o ministério não tem.

Então, muita gente questiona: "Por que ONGs no Brasil protegem no lugar do Estado?". Não é isso. São instituições que prestam serviço em algumas áreas, para proteger a testemunha. Então, como essa pergunta estava chegando no meu celular, eu precisava explicar.

Mas aí, Thiago, escute essas duas histórias, porque agora a gente vai passar para os estados. Eu sempre fui ativista de direitos humanos e eu me lembro do... Vocês se lembram da história da menininha que ficou presa numa cela com os presos lá no Pará? Vocês sabiam que eu encontrei essa menina, Doutor, na rodoviária de Brasília anos depois, dois anos depois? Porque, quando ela sai do estado e vem para o programa, porque o estado a ajudou na época, ela veio morar numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade aqui e, nessa comunidade, ela se envolveu de novo com usuários. Eu a encontro deitada no chão da rodoviária extremamente drogada, uma pessoa me disse "é aquela menininha" – já tinha dois anos do episódio –, e aí eu descubro que ela tinha fugido do programa. O avô não suportou ficar longe da família – vieram ela e o avô –, e eu sei que houve uma fuga.

Outro caso foi o que o senhor disse aqui. Um padre aqui no DF me procurou, ele estava acolhendo uma família, uma família que, supostamente, era de andarilhos, tal, e a mulher teve um aborto. Ele foi levar essa mulher para o hospital, e eles não quiseram ir para o hospital. Era um aborto de quase seis meses, praticamente um parto prematuro. E por que ela não quis ir? Porque, na hora em que ela entrasse no hospital com o cartão SUS... Ela era testemunha num processo contra a milícia no Rio e tinha medo de entrar no SUS para fazer... Ela já tinha expelido o bebezinho, mas ela precisava passar por um diagnóstico, por curetagem e tudo, e ela não foi.

Foi muito ruim saber que ela não queria ir por causa do cartão SUS. Na hora que ela entrasse, a milícia saberia em que hospital do Brasil ela estava.

Então, esse diálogo que o senhor falou, a política de saúde, com um cartão único agora, a política educacional... A menina está matriculada numa escola de Brasília, o secretário da escola vai saber que ela é protegida? O professor vai saber? Então, realmente a gente tem aqui delicadezas que a gente não vai conseguir responder numa audiência pública, mas eu queria ouvir os estados. Então, a gente vai ouvir primeiro o Márcio do Nascimento, Diretor do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas da Violência e a Testemunhas Ameaçadas em Santa Catarina, que é o Protege-SC, e está representando a Secretaria de Segurança de Santa Catarina.

Já vou lhe dizendo, Márcio, que aqui no DF a gente está competindo com vocês em tudo. Vocês podem ser bons lá em tudo, mas a gente está competindo aqui. No programa de busca de pessoas desaparecidas, a gente está ali competindo, em primeiro lugar. Eu quero ver agora, nesse programa também, como é que está Santa Catarina e Distrito Federal.

Fique à vontade, Márcio.

**O SR. MÁRCIO DO NASCIMENTO** (Para expor.) – Boa tarde, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nome da nossa Secretária, Danielle, e do nosso Governador, eu agradeço o convite, uma forma de explanar o formato que Santa Catarina tem utilizado para a questão do acolhimento e do tratamento das vítimas e testemunhas protegidas.

Desde 2019, o Protege está alocado na Secretaria de Justiça e Reintegração Social. Então, ele basicamente está sob o guarda-chuva do Departamento de Polícia Penal.

O que é a diferença entre Protege e Provita, basicamente? Nós temos o...

Pode passar ao próximo eslaide.

O que é o Protege? É um programa em nível de Estado brasileiro, com parceria, no nosso caso, com a União, que garante o quê? Garante o acolhimento de todas as pessoas que são indicadas tanto pela parte social quanto pelo Ministério da Justiça ou qualquer órgão que entenda necessário. Então, essa pessoa é acolhida; como já os outros colegas passaram, passa sempre pelo conselho, o conselho tem a parte soberana em fazer o acolhimento direto dessa pessoa.

Pode passar.

Qual que é o principal objetivo do Protege de Santa Catarina e dos PROVITAs em nível nacional? O ponto-chave nosso é de garantir a integridade física e psicológica e a reintegração social. A gente tem duas legislações: a legislação federal, que faz um guarda-chuva geral; e a nossa legislação estadual, que vem para fazer um complemento e criar o Protege no âmbito de Santa Catarina.

Os mecanismos de execução financeira. A gente também já tocou aqui que também temos um problema sobre a questão de verba. A nossa verba é administrada em forma de parceria com o Governo Federal: o Governo Federal entra com uma parte e o Governo estadual com uma contrapartida. Então, as fontes de responsabilidade fiscal, o financiamento de toda essa parte do Governo estadual... Ele entra com toda a mão de obra, seria a parte mais direta. Então, o Governo de Santa Catarina entra com toda a parte de força policial, toda a parte de assistentes sociais, psicólogas e todo o guarda-chuva estrutural que tende a fazer o acolhimento dessas vítimas.

E como funcionam as entradas? O nosso procurador também já tinha falado, e eu vou refrisar, que o ingresso no programa é voluntário, ele tem várias regras, essas regras são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente rígidas; essas regras são o que mantém a segurança e o bem-estar de todos, não só do protegido, mas também de todas as pessoas que estão envolvidas na ciranda de proteção.

Então, para que ele fique diretamente abrigado no programa, ele tem que seguir as regras e tem que querer estar dentro do programa. Os requisitos, basicamente, são: se ele sofreu alguma grave ameaça, se ele é testemunha de algum crime grave e que ele tenha uma indicação de alguma autoridade policial ou do Ministério Público. É feita uma análise técnica pelo conselho, o conselho delibera pela entrada no programa. Após essa análise, é feita a custódia provisória dele, então a gente tem um abrigo provisório; e, nesse momento do abrigo provisório, é feito todo o levantamento da vida pregressa dessa testemunha, para saber quais são os algozes, quais são as situações que o envolveram a entrar nessa parte do crime. A gente entende que a maioria dos nossos protegidos são derivados ou tiveram um contato muito próximo a facções criminosas ou participaram de algum crime e entraram na condição de testemunha, então toda essa parte é levantada e avaliada, para que a gente tenha um mapa de risco.

As medidas de proteção são: segurança pessoal, a escolta de segurança da residência, mudança de residência. Então, a primeira parte é tirar a pessoa da zona de risco. Assistência: o programa consegue dar uma assistência financeira, que possibilita que a pessoa consiga se afastar do emprego e ter uma renda com que consiga se autogerir. E, fora isso, toda a parte de logística envolvida no processo é feita por nós. Então o aluguel, a luz, a água e qualquer outra despesa são todos custeados diretamente pelo programa. E a recolocação social:– a gente também, junto com a equipe multidisciplinar, tenta levantar quais são os potenciais dessa vítima, para oferecer a ela um programa de ensino para requalificá-la para outra área ou, se ela nunca teve uma formação direta, tentar fazer o máximo possível para que ela consiga sair do programa com um formato novo e uma vida nova.

Então, a base legal é o sigilo. A gente já teve idas e vindas aqui na conversa, então o sigilo, basicamente, é a peça fundamental do nosso programa.

Todas as despesas, todos os nomes, codinomes, histórias, coberturas, é tudo criado com um formato para que essas pessoas não vazem, não corram o risco de a identidade delas ser vazada ou qualquer forma de ser reconhecida pelos seus algozes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A duração do programa. Inicialmente, em lei, nós temos o acolhimento, que dura dois anos. Esses dois anos, depois de dois anos, o programa faz o questionamento com as autoridades policiais ou judiciárias, para verificar se a ameaça foi contida ou se há necessidade de prorrogar essa proteção, devido a que o processo ainda não teve fim. Então os dois anos são só uma marca, porque nós fizemos uma análise, para que esse período seja avaliado. Acontece de protegidos que saem antes dos dois anos, e também nós temos casos de protegidos que prorrogam esse período, devido à necessidade do Poder Judiciário.

A saída do programa. Nós temos três situações que ocorrem, que nós também já estivemos aqui conversando sobre isso. A primeira é quando vence o prazo de dois anos. A segunda, pela solicitação direta. Por incrível que pareça, a vivência dentro do programa não é uma vivência muito fácil. Convencer uma pessoa hoje a ficar totalmente inerte a qualquer tipo de publicação, a qualquer tipo de exposição e a qualquer tipo de contato mais íntimo com a sociedade é complicado, inclusive com os próprios familiares. Então o nosso maior calcanhar de Aquiles dentro do programa de proteção é a solidão, por incrível que pareça.

A gente tenta, junto com a equipe multidisciplinar, amenizar esses impactos, mas infelizmente o reconhecimento facial, uma foto em um local público pode ter dado uma publicidade, uma pessoa, essa foto viajar pelo Instagram ou qualquer outra área da internet, e essa pessoa ser reconhecida. Então esse isolamento hoje, em pleno século XXI, é uma parte muito complicada.

E a exclusão por conduta. Também temos um problema muito sério, que a maioria dos nossos protegidos já fez ou faz uso de entorpecente. Então esse é um ponto crucial, que a gente não aceita dentro do programa. Não por causa do vício; é que ele vai buscar a droga em algum lugar, e nesse algum lugar, ele pode ser reconhecido e ele pode colocar totalmente o programa e os nossos colaboradores em risco. Então a execução, a exclusão dele é uma opção, mas mesmo assim, nós temos tentado, junto com o nosso conselho, fazer internamentos voluntários, para tentar recuperar os nossos protegidos.

Nossos principais entraves do programa. Também vou fazer um reforço aqui, junto com o que já foi colocado, junto com a banca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É que hoje, como todos os programas tendem a se concentrar diretamente numa plataforma, então, a pessoa que está recebendo um CPF e entra numa unidade de saúde... E a gente sabe que o crime organizado tem tentáculos muito fortes não só na questão econômica, mas nas instituições em geral. Então, numa conta de luz no nome do nosso protegido, num procedimento cirúrgico de alta complexidade, em que vai ter que ser utilizado o cartão SUS, vai ter, provavelmente, um vazamento.

Então, o nosso maior problema hoje é o nível de gravidade dessas ameaças. Grande parte da nossa cobertura é tentar tampar esses dados, esses microvazamentos, para tentar não expor o nosso protegido.

Só para explanar, o Conselho Deliberativo no Estado de Santa Catarina é formado pelo Ministério Público; Poder Judiciário; órgãos de segurança pública, que é a polícia civil, polícia militar e Polícia Federal; no Poder Executivo, nós temos representantes da Secretaria de Justiça e também nós estamos pleiteando a Secretaria de Saúde, para evitar que esses microdados sejam vazados; Defensoria Pública; e órgãos independentes, que seria a OAB, que faz a parte da OSC.

Pode passar.

Os números gerais agora do Protege de Santa Catarina.

De junho de 2025 a maio de 2026, nós tivemos 28 casos de encaminhamentos dos órgãos responsáveis. Desses 28, apenas dez casos concordaram em participar do programa. Então, os senhores notem que os encaminhamentos são muitos, mas, a partir do momento em que a gente começa a passar para eles as restrições que você vai ter perante a entrada do programa, eles começam a reduzir.

Além disso, a gente também tem a verificação de que não só a família sofre com essa mudança, mas há toda uma situação que ela gera. Então, há não só a questão do impacto direto, mas a do indireto.

Dos 12 núcleos que nós temos hoje e que estão sendo acompanhados, alguns vieram com crianças menores, então essas crianças menores são também totalmente acolhidas. Tem uma parte social para tentar não entregar o programa, porque a criança fica numa situação mais complicada de deixar vazar alguns dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no contraponto, a gente tem o nosso plano de trabalho. Ele prevê o acolhimento de 30 pessoas.

Então, nós estamos quase ali na metade do programa e aguardando a possibilidade de oferecer novos serviços.

Obrigado, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada.

Santa Catarina é Santa Catarina.

Mas eu tenho duas perguntas técnicas.

Há situações recorrentes em que a lei consegue abarcar adequadamente os casos concretos enfrentados no estado?

**O SR. MÁRCIO DO NASCIMENTO** – Perfeito.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E eu já pergunto a segunda: que boas práticas desenvolvidas no estado poderiam ser replicadas nacionalmente? Porque há uma diferença muito grande, tá? Eu só trouxe a realidade de alguns estados que eu conheço aqui e que está bem distante de vocês. Inclusive, o formato do Conselho Deliberativo de vocês está muito interessante, trazendo a OAB aí como a OSC.

Pode continuar.

**O SR. MÁRCIO DO NASCIMENTO** (Para expor.) – Senadora, o nosso formato diverge um pouquinho do da maioria dos estados, tanto que nós não temos as OSCs como braço. O Estado de Santa Catarina faz desde a ponta: ele faz a alocação do local de abrigo definitivo, faz o pagamento de todas as planilhas para a pessoa se manter. Fizemos toda a parte de agendamento de escola, saúde, toda essa parte.

Então, qual foi a nossa ideia? A nossa ideia foi trazer dentro do conselho, basicamente, atores que, por natureza, defendem a parte dos direitos humanos, que seriam a OAB e a Defensoria Pública. De todas as nossas exclusões, de todas as nossas saídas, voluntárias ou por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo, o Condel – principalmente na figura das duas representantes, tanto da OAB quanto da Defensoria Pública – participa. Elas fazem a entrevista com o protegido, e essa entrevista é feita totalmente fora da presença dos policiais que fazem o atendimento.

Depois desse atendimento, que é feito separadamente, elas fazem um relatório e o apresentam para o Condel como resultado. E nós temos um bom resultado porque, desde dois mil e... Depois da nossa secretária, nós implantamos a questão da reintegração social sendo um pilar da nossa...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

**O SR. MÁRCIO DO NASCIMENTO** – ... política. Então, a pessoa tem que... A gente força, a partir do primeiro ano, a pessoa a buscar uma qualificação. Essa é a nossa base, principalmente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito interessante, muito interessante.

Thiago, você ouviu aí, né? Qualificação, inclusão no mercado de trabalho, pós-programa... Interessante.

Agora, vocês vão ouvir, do melhor estado do Brasil, da melhor unidade da Federação, o Tenente-Coronel da PM Luiz Gustavo Danzmann, Subsecretário dos Conselhos Comunitários de Segurança da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF.

Obrigada, Tenente-Coronel, por estar conosco.

Dê um abraço no Patury, nosso Secretário de Segurança.

**O SR. LUIZ GUSTAVO DANZMANN** (Para expor.) – Exma. Sra. Senadora Damares, eu lhe confesso uma alegria e uma honra de compor esta mesa, à sua presença, à dos demais colegas e à do Dr. Thiago, que nos acompanha *online*. Trago-lhe também um abraço do Dr. Patury e da nossa Governadora.

Eu gostaria de lhe dizer que a senhora me lembrou... Na realidade, se a senhora me permite, eu vou falar do coração, assim como o Procurador Leonardo preferiu fazer; eu gostaria de fazê-lo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora me lembrou de 2008, quando eu, enquanto tenente, trabalhava em Ceilândia e recebi uma ligação do nosso atual Comandante-Geral, o Coronel Palhares. Eu suponho que o Delano e o Ribas tenham trabalhado com ele naquele dia e naquele momento, mas ele estava lotado no Ministério da Justiça e me ligou. Eu era o Comandante da companhia da região central de Ceilândia. Ele me disse: "Danzmann, uma menina que estava lá no Pará, presa com homens e que foi vítima de abusos sexuais sumiu, e a gente tem informação de que ela está em Ceilândia".

Era um domingo de manhã, eu estava saindo para ir ao culto. Acionei as equipes que estavam de serviço, e ela foi encontrada numa localidade extremamente vulnerável de consumo de *crack* àquela época – portanto, em 2008 –, em Ceilândia. E ali, Senadora, foi a primeira oportunidade em que eu tive contato com o Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas aqui do Distrito Federal.

E, nessa perspectiva de abrir o coração, Senadora, eu gostaria de dizer que eu estou à vontade em participar desta audiência, mas eu gostaria talvez de fazer uma leitura pessoal que eu tenho, um testemunho: eu entendo que essa política pública, de tão transversal que é, não só tem lugar de ser na pauta dos direitos humanos, mas especialmente também na pauta da segurança pública, porque, afinal de contas, um país que tem como fundamento e assento constitucional a dignidade da pessoa humana trabalha, evidentemente, todo ele – o poder público qualquer que seja, mas, em especial, a segurança pública – vocacionado para essa finalidade do nosso Estado brasileiro, que é a dignidade da pessoa humana e seus direitos humanos.

Aqui no Distrito Federal, nós temos um programa de segurança pública que nós denominamos Segurança Integral, e ele tem tudo a ver com essa temática, porque a gente não entende só o exercício da segurança pública sob a perspectiva do controle da incidência criminal, mas o exercício da segurança pública tal qual constitucionalizado no Estado brasileiro: é exercida para a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

E uma ordem pública estável e sustentável é aquela que pode garantir eficácia e valência de um programa como esse, de uma política pública como essa, com a segurança de vítimas e testemunhas.

Nesse sentido, eu acho que, enquanto servidor da Secretaria de Segurança, posso ficar à vontade – e eu devo lhe dizer, Senadora, que eu quero estar aqui também presente nos próximos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontros –, mas o Provita, no Distrito Federal, é capitaneado pela Sejus. Ele é instituído pela Lei 3.404, de 2004, portanto tem um lapso de cinco anos depois da lei federal.

A Sejus (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania), no âmbito do Distrito Federal, é quem faz a coordenação do Provita, e a Secretaria de Segurança é um dos órgãos participantes do conselho. Nosso conselho, tal qual Santa Catarina, é composto por membros da Secretaria de Segurança, como já disse; do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; da OAB; de organizações da sociedade civil ligadas à temática dos direitos humanos; e de outros órgãos do Governo do Distrito Federal.

E, Senadora, eu sou um apaixonado pela temática, porque sou um apaixonado pela atividade que eu exerço já há quase 29 anos e meio, que é a segurança pública. Então, a gente entende que segurança pública, de fato, nessa pauta de proteção de vítimas e testemunhas, atende ao interesse de se unir com a pauta de direitos humanos e com aquilo sobre o qual o nosso Estado é fundado.

Sob a perspectiva da segurança pública no Distrito Federal, tive a oportunidade de conversar com alguns colegas hoje de manhã, com as corporações, inclusive, e dentro da Secretaria de Segurança Pública. Nós entendemos que os fundamentos da Lei 9.807 permanecem atuais, entretanto existe o desafio da evolução das ameaças.

Hoje, as organizações criminosas utilizam tecnologias – foi falado aqui pelo Dr. Delano, pelo Dr. Leonardo, pelo Dr. Márcio também. A gente tem uma preocupação com as redes sociais; temos uma preocupação com a questão de vazamento de dados – foi citado aqui o aspecto da utilização do CPF para busca de um serviço essencial também, que é a atenção à saúde, e a fragilidade que isso pode representar.

E a gente tem uma componente ampliada no Distrito Federal de 25 anos e na lei federal de quase 30 anos, que é a capilaridade, a estruturação das organizações criminosas. Hoje as organizações criminosas estão presentes em todos os territórios, tem braços delas em todos os territórios, e isso deve chamar a atenção de uma política pública como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, o papel da segurança pública é, então, contribuir para que o Estado seja mais forte do que o medo. O Estado precisa ser mais forte do que o medo. Não pode o medo vencer o Estado nesse papel que ele exerce.

Proteger vítimas e testemunhas é, então, preservar a confiança que as pessoas precisam ter na capacidade de o Estado investigar, produzir provas e responsabilizar criminosos, ou seja, essa política tem um papel muito importante, que é fortalecer a confiança da sociedade nas instituições, porque é o Estado, enquanto ente político, quem tem responsabilidade por garantir a eficácia dessa política pública.

Então, a efetividade e o papel do Estado têm que ser protegidos de todo modo e de todas as formas, porque essa é uma política pública que não pode colocar o Estado em xeque, em absoluto.

É importante fortalecer a confiança da sociedade, das vítimas e das testemunhas na proteção que é oferecida pelo Estado, especialmente porque a gente trata, a todo tempo, ao fim e ao cabo, de uma adesão voluntária, que também foi tema recorrente aqui dos meus colegas na mesa. E, nesse aspecto, se eu posso ousar fazer um contributo, Senadora Damares, ouvindo a experiência que o Dr. Delano disse da troca de testemunhas, que também foi falado pelo nosso Procurador, Dr. Leonardo, quem sabe fomentar essa política no âmbito da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), já que o perfil que a gente conhece das testemunhas e vítimas, em sua grande maioria, representa pessoas que estão inseridas num contexto e a gente também pode encontrar similaridade desse contexto, no âmbito da CPLP? O idioma, principalmente, é uma barreira que já é vencida.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente vence a barreira da língua. Interessante.

**O SR. LUIZ GUSTAVO DANZMANN** – Então, talvez é um contributo que a gente possa trazer aqui.

Mas, Senadora, a senhora não me deixe de fora dos próximos encontros. Eu quero vir e participar das audiências. Ainda que a senhora convoque o Distrito Federal, por meio da Sejus, eu quero também, enquanto membro da Secretaria de Segurança, participar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

**O SR. LUIZ GUSTAVO DANZMANN** – Enfim, não identificamos necessidade de alterações nos fundamentos da lei. Entendemos que a lei federal possui fundamentos sólidos e seguros para um desenho dessa política pública. Eu acho que eventuais aperfeiçoamentos, então, decorrem da experiência acumulada dos órgãos que executam a política, tal qual o Dr. Delano citou aqui, o Dr. Leonardo e o Dr. Márcio também.

Enfim, senhoras e senhores, o Provita, mais do que fortalecer a capacidade do Estado de produzir provas, é combater a impunidade e fazer valer o papel do Estado enquanto ente político responsável por dar valor àquilo em que o nosso Estado democrático e direito se assenta, que é a dignidade da pessoa humana.

Senadora, muito obrigado pela oportunidade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Tenente-Coronel, fico muito feliz que o senhor tenha vindo, mas ele traz uma outra realidade.

Aqui no DF, a gente tem separado a Secretaria de Justiça da Secretaria de Segurança. E essa é uma realidade em nível federal também, Thiago. Os governos vêm e voltam com essa questão de: ora é Ministério só da Segurança, só da Justiça, junta tudo – e a política fica aí, o tempo todo, nesse limbo, não é?

Nós estamos chegando ao final de nossa audiência.

Eu vou devolver a palavra para os senhores por dois minutos para agradecimentos, considerações finais, mas eu vi aqui que a maioria dos senhores não apontou nenhuma grande mudança na legislação – talvez na execução da política, mas não na legislação –, mas, se a gente chegar, no final da avaliação, a ver que a gente vai ter que mudar a legislação, eu vou propor, inclusive, que seja de autoria da Comissão e não de um único Parlamentar, para a Comissão de Segurança ou a Comissão de Direitos Humanos serem as proponentes. Por quê? Porque aí a gente traz, inclusive para as propostas de mudança legislativa, essa questão do todo. Sendo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, é o todo, não é um Parlamentar, não é um partido, é o todo – é o olhar complementar, é o olhar completo, é o olhar para todos os ângulos da política. Então, eu vou devolver a palavra para os senhores por dois minutos – eu tenho que correr para o Plenário também – para considerações finais, agradecimentos.

E lembro que a gente não vai ficar nesta audiência. Nós vamos ter reuniões também que não poderão ser públicas. Vocês viram que a gente teve que falar com muito tato aqui, exatamente por ser uma política pública extremamente sigilosa. Não é que a gente vá esconder da população a avaliação, mas existem delicadezas nessa política.

Só para os senhores terem uma ideia, assim que a gente anunciou que teria uma reunião de trabalho... Esta é uma audiência pública que, na verdade, é uma reunião de trabalho. Para os senhores terem uma ideia do número de perguntas que chegaram via internet, só para terem uma ideia... Depois eu devolvo a palavra aos senhores.

Renata, do Distrito Federal, no Programa e-Cidadania, diz o seguinte: "De que forma o programa protege pessoas que presenciaram crimes por acaso e não são partes diretas no processo?".

Aí vem Raíssa, de Mato Grosso: "A burocracia dos critérios de inclusão imediata do Provita tem custado vidas diante da agilidade e capilaridade do crime organizado?". A sociedade participando.

André, do Rio de Janeiro: "Sabendo do envolvimento de agentes públicos com o crime organizado, quais critérios são adotados para escolha dos agentes envolvidos [no programa]?". Isso é complexo.

Vem lá a Natália, de Santa Catarina: "Como aprimorar a integração entre os órgãos responsáveis pela proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas?".

Danielle, do Distrito Federal: "Diante da atuação das milícias, quais alternativas podem garantir proteção às vítimas sem afastá-las totalmente de seus vínculos sociais?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gentil, lá de São Paulo, pergunta: "Sr. Márcio, quais as ações que o Governo Federal deve realizar para a ampliação do programa Protege?". Aí, Márcio, você está conhecido lá em São Paulo! Não precisa responder se não quiser, está bem, Márcio?

Gabriel, de Mato Grosso do Sul, pergunta: "Quais medidas podem ser adotadas para fortalecer a proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas e aumentar a efetividade do Provita?".

Eduardo, de Rondônia: "Quais resultados do Provita demonstram sua importância para proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas?".

E lá de Sergipe vem um comentário. A Cláudia, de Sergipe: "Em delegacias sem câmera de monitoramento na recepção, quando o crime é praticado por agente [...], não há provas ou testemunhas".

Gente, vocês viram o interesse da sociedade, de norte a sul do país, neste tema? Isso me deixa muito feliz, o que prova que a Comissão acertou em escolher este tema, esta política para fazer avaliação.

Thiago, por dois minutos, considerações finais, agradecimentos.

E, claro, a gente vai continuar essa conversa depois, está bem, Thiago?

**O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Com certeza, Senadora.

Queria, mais uma vez reafirmar o compromisso do Ministério dos Direitos Humanos não só aqui com o Senado, mas também com todos os parceiros e também com os estados e dizer da importância de a gente atuar conjuntamente e atuar com a sociedade civil.

E, sendo muito breve em considerações, levemente, eu acho que é importante a gente dizer que a gente aqui passou linhas gerais do programa, mas existem flexibilizações, seja, por exemplo, quando... Por exemplo, perguntaram agora sobre burocracia, se impede às vezes de... A senhora deu aquele exemplo de que tinha que esperar o conselho deliberar, mas existe o acolhimento provisório, existe uma possibilidade de um acolhimento imediato até que se delibere e que se tomem cuidados e prevenções, assim como existem medidas que são exclusivas no caso de pessoas que não vão se adequar completamente, mas você consegue fazer algumas medidas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção. Então, eu queria só reafirmar isso, porque é mesmo um programa complexo. São realidades distintas e difíceis de serem lidadas, e a gente tem que conseguir ter o nível de flexibilidade necessário, ao mesmo tempo de ter esse regramento e esse fluxo, que é hoje o que protege.

Mais uma vez, obrigado. Agradeço aqui a participação e o diálogo.

E quero dizer que estamos à disposição sempre.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Thiago. A gente vai, nas próximas reuniões, inclusive colocar as especificidades culturais do Brasil, um país com povos tradicionais que também precisam ser protegidos. Quando a testemunha é um indígena que não fala nosso idioma, que tem toda uma questão cultural, vocês não têm ideia de como é complexo. Thiago, muito obrigada. Agradeça à Ministra pela participação, por ter entendido a necessidade de a gente ter você aqui neste debate.

Dr. Delano, Polícia Federal, para agradecimentos e considerações finais.

**O SR. DELANO CERQUEIRA BUNN** (Para expor.) – Senadora Damares, mais uma vez renovo aqui o nosso agradecimento e nossa admiração pelo seu trabalho nesta Comissão sobre este tema tão importante e estratégico para a Justiça criminal brasileira.

A Polícia Federal se coloca à disposição para a gente contribuir em todos os atos desta Comissão, no processo de construção dessa avaliação de política pública e coloca à disposição também a experiência dos meus colegas, para que a gente possa, num ambiente também mais operativo – vamos dizer assim numa linguagem policial –, passar nossa experiência de modo a contribuir efetivamente com toda essa construção para a sociedade brasileira.

Muito obrigado a todos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Delano. Leve um abraço ao Diretor, ao Ministro. Foi uma alegria recebê-lo, mas a gente vai continuar conversando.

Dr. Leonardo Cardoso de Freitas, Procuradoria Regional da República. Que alegria tê-lo com a gente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** (Para expor.) – Mais uma vez, Senadora, a alegria toda é minha.

Eu mais uma vez agradeço a oportunidade de participar deste debate, que é um debate que fala ao meu coração, e de participar desta mesa com o Dr. Danzmann, com o Dr. Márcio, com o Dr. Delano, pessoas que entendem do tema, com a senhora, que também entende do tema, além de vários outros que a senhora tem a seus cuidados. Para mim é uma honra e um prazer muito grande.

Doutora, eu só queria pontuar quanto às propostas legislativas. A senhora acha que... Eu acho que talvez caiba uma proposta legislativa nessa questão das políticas do SUS e da educação.

Há o Fundeb, por exemplo, porque, muito rapidamente, o Fundeb tem uma questão técnica... A escola recebe de acordo com aluno matriculado a verba do Fundeb e, então, quer ter o CPF lá...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** – ... do aluno. E aí isso gera uma tensão entre as duas políticas...

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por causa dos benefícios sociais. Isso é justamente por causa dos benefícios sociais.

**O SR. LEONARDO CARDOSO DE FREITAS** – Exatamente.

Há a questão do SUS também.

Eu não cheguei a falar aqui, mas a questão da troca de nome é um procedimento do art. 9º extremamente doloroso para a pessoa. Talvez a gente pudesse ter um olhar legislativo, depois desses 27 anos, para ver o que deu certo e o que não deu certo. Você tem questão de diploma, de folhas de antecedentes, de crédito... A troca de nome é um renascimento.

Foi pontuado aqui... O programa federal também cuida da reinserção social, quero só pontuar isso, pois foi dito ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantas perguntas que a senhora trouxe, todas elas muito instigantes, só que eu acho que a gente não tem tempo hábil para responder nenhuma delas, na verdade. Então, eu vou só registrar isso.

E, por fim, quero aderir à proposta aqui do Coronel Danzmann: eu também quero voltar, na verdade. (*Risos.*)

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai ser uma alegria, Doutor.

Nós agora vamos ouvir, para as considerações sinais, o Dr. Márcio do Nascimento. Eu só vou fazer um protesto aqui, Dr. Márcio: não trouxe uma cuca para a gente tomar um café no final da audiência. (*Risos.*) Fica registrado o protesto.

Dr. Márcio, do programa Protege, de Santa Catarina.

**O SR. MÁRCIO DO NASCIMENTO** (Para expor.) – Senadora, agradeço em nome tanto do Governador quanto da nossa Secretária de Justiça e Reintegração Social, pelo convite. Também me coloco à disposição para um novo convite, uma nova convocação; a gente vai ficar à disposição da senhora e da Comissão.

Vou tocar só num assunto que foi questionado ali sobre a questão de quando os algozes são policiais ou são agentes da segurança pública. Nós temos aqui na mesa três representantes da segurança pública: um da Polícia Federal, um da polícia militar e um da polícia penal. A nossa equipe, que é formada pelo Protege, é extremamente qualificada e peneirada. Então, a gente não aceita nenhum tipo de desvio, nenhum tipo de conversão ou qualquer tentativa de minimizar qualquer ato de algum outro colega que fez alguma coisa errada. Todos os policiais que estão lá esquecem que o algoz é um policial; para nós, ele é apenas um criminoso também. A nossa função é proteger as vítimas e levar toda possibilidade para a Justiça. A Justiça é que vai fazer a sua parte, nós só vamos conduzir.

Novamente, agradeço à Senadora pela oportunidade.

Ficamos aguardando uma nova convocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada.

Tenente-Coronel Luiz Gustavo Danzmann, que alegria saber que, em 2008, nós dois estávamos atrás da mesma menina.

**O SR. LUIZ GUSTAVO DANZMANN** – Foi.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olhe que coincidência!

**O SR. LUIZ GUSTAVO DANZMANN** – Que feliz coincidência.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Feliz coincidência.

Dois minutos para agradecimentos, considerações finais...

**O SR. LUIZ GUSTAVO DANZMANN** (Para expor.) – Bom, me compete, por um dever de ofício e, de novo, com um coração cheio de alegria, dizer da satisfação de representar o Distrito Federal e dizer do acerto da senhora em convidar que o Distrito Federal também participasse.

Não disse na minha fala, mas para aqueles que tiverem curiosidade, a lei distrital espelha a lei federal – a nossa lei aqui é a Lei 3.404 – em seus princípios, objetivos e mecanismos.

Gostaria de saudar a todos os meus colegas, agradecendo à senhora e a eles pela oportunidade de aprendizagem e de convívio neste momento.

Muito obrigado, Senadora.

E parabéns pela iniciativa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Eu quero agradecer a participação de todos que estão no plenário, os consultores, os técnicos, as pessoas que estão nos acompanhando via internet, via TV Senado, e os expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada por terem aceitado o convite. A gente vai continuar e vai, inclusive, mandar *e-mails* com alguns questionamentos mais. Quero agradecer a todos e à Secretaria. Obrigada à Secretaria. Dê um abraço no Presidente da Comissão.

Cumprida a finalidade desta audiência e nada mais tendo a tratar, eu declaro a reunião encerrada.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quatorze minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências das Senadoras Leila Barros e Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru, Romário, Wellington Fagundes, Teresa Leitão e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2584, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.584, de 2025. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3167, de 2025 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Maria Lenk no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei nº 3.167, de 2025. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Leila Barros**
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/13

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de maio de 2026.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, atletas, dirigentes, técnicos, representantes do esporte e todos que nos acompanham presencialmente e pelo sistema de comunicação do Senado Federal, bom dia.

Eu inicio esta reunião da Comissão de Esporte do Senado Federal destacando, como temos feito semanalmente, os grandes resultados, conquistas e acontecimentos recentes do esporte brasileiro, que segue demonstrando sua força, sua diversidade e sua capacidade de inspirar todo o nosso país.

Eu quero começar trazendo uma reflexão importante sobre inclusão e respeito. Na última semana, repercutiram profundamente as declarações do então Secretário de Educação de São Caetano do Sul, que classificou a inclusão de estudantes com deficiência como um problema. Após forte reação da sociedade, de entidades e de defensores da inclusão, o Secretário, obviamente e sabiamente, deixou o cargo e reconheceu o erro cometido.

Eu faço questão aqui de registrar esse episódio porque o esporte ensina exatamente o contrário. O esporte ensina convivência, solidariedade, diversidade, respeito e inclusão. O esporte paralímpico brasileiro demonstra diariamente que inclusão não é favor nem concessão, inclusão é direito. Direito, cidadania e reconhecimento da dignidade humana. E os resultados extraordinários dos nossos paratletas comprovam isso de forma inequívoca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, no voleibol – já começando as nossas notícias semanais sobre os resultados –, no voleibol masculino, o Sada Cruzeiro conquistou o décimo título da Superliga ao derrotar o Campinas na decisão. A equipe do Sada, que é de Minas Gerais, é liderada por atletas como o Lucão, o Rodriguinho, o Matheus Brasília, que é daqui de Brasília – temos um calango, um brasiliense nessa grande equipe –, o Vaccari, temos também o Oppenkoski, que jogou muita bola, o oposto. Enfim, um grande time.

E também quero saudar a equipe do Campinas, que fez uma belíssima temporada, ganhou importantes títulos. E é isso. São duas equipes recheadas de grandes atletas: Bruninho, Maurício Borges e tantos outros atletas que honram o voleibol brasileiro e vestem a camisa do Brasil. Então, parabéns às duas equipes, mas em especial, claro, ao campeão da Superliga, o Sada Cruzeiro, que se torna, tem a condição de uma das maiores potências do nosso voleibol, não só brasileiro, mas mundial.

Na canoagem, tivemos novamente grandes atuações de Isaquias Queiroz, medalhista olímpico e um dos maiores nomes da história do esporte brasileiro. Isaquias conquistou a medalha de prata na etapa da Hungria da Copa do Mundo de Canoagem na prova do C1 500 metros. Já a medalha de bronze brasileira veio com a equipe formada por Filipe Vieira, Jacky Godmann, Mateus Nunes e Gabriel Assunção na classe C4 500 metros.

No *wrestling*, o Brasil conquistou oito medalhas de bronze no Campeonato Pan-Americano. Os medalhistas brasileiros foram Kamila Barbosa, Giullia Penalber, Laís Nunes, Aline Silva, Davi Albino, João Cesarino, Gabriel Silva e Pedro Rocha, resultado extremamente importante, que fortalece a modalidade no Brasil.

No *badminton*, o Brasil sagrou-se campeão internacional do México após conquistar cinco pódios. Os grandes destaques foram Juliana Viana, campeã da chave feminina; Fabrício Farias e Davi Silva, campeões nas duplas masculinas; além de Sâmia Lima e Juliana Viana, campeãs das duplas femininas.

No judô, que é uma das modalidades muito tradicionais aqui no nosso país, o Brasil encerrou o Grand Slam de Astana com a melhor campanha desta temporada, conquistando sete medalhas. Subiram ao pódio a Rafaela Silva, a Beatriz Souza, o Wilian Lima, o Michel Augusto, a nossa brasiliense Ketleyn Quadros, Guilherme Schimidt e Leonardo Gonçalves. O Guilherme

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Schimidt também é brasiliense, não é, gente? Acho que ele é, não tenho certeza, mas enfim... A todos eles eu deixo os meus cumprimentos. Eles já mostram a força histórica que o judô brasileiro tem no cenário internacional.

No futebol feminino, a Seleção Brasileira Sub-17 conquistou o hexacampeonato no Sul-Americano ao vencer a Argentina de virada na final. A equipe comandada pela técnica Simone Jatobá contou com destaques como a Evelin, Maria Fernanda, Anna Júlia e Ravenna, nomes promissores da nova geração do futebol feminino brasileiro. Parabéns a todas elas.

No *taekwondo*, o Brasil teve uma verdadeira chuva de medalhas no Pan-Americano Júnior e Cadete. Entre os destaques, estiveram Maria Clara Pacheco, João Victor Silva, Alice Rodrigues, Guilherme Sampaio, Ana Beatriz Oliveira, confirmando a excelência e a renovação da modalidade.

No tênis, Laura Pigossi conquistou o título de duplas do WTA 125 de Istambul, ao lado da romena Irina Bara, em mais uma importante conquista para o tênis feminino brasileiro.

Também tivemos outra grande notícia para o tênis nacional: João Fonseca foi confirmado pela primeira vez como cabeça de chave em Roland Garros, consolidando sua ascensão meteórica no circuito internacional e reforçando a esperança de uma nova geração vitoriosa para o esporte brasileiro, para o nosso tênis.

No *surf*, o Brasil alcançou um feito histórico: pela primeira vez, lidera simultaneamente o *ranking* masculino e o *ranking* feminino da WSL, com Gabriel Medina e Luana Silva – parabéns a ambos – ocupando o topo do mundo. Dois talentos extraordinários, que colocam o Brasil como referência absoluta no *surf* internacional.

No esporte paralímpico, mais uma vez o Brasil deu exemplo. Na natação paralímpica, Gabrielzinho, nosso querido Gabrielzinho, brilhou em Berlim com duas medalhas de ouro nos 50 metros costas e nos 150 metros *medley*. O Brasil encerrou a competição com 19 pódios, contando também com grandes resultados de Patrícia Pereira, ouro nos 50 metros peito; Carol Santiago, Talisson Glock, Gabriel Bandeira e Cecília Araújo. A todos os atletas, nossos parabéns.

No *parataekwondo*, o Brasil dominou o campeonato pan-americano com medalhas conquistadas por Silvana Fernandes, Débora Menezes, Nathan Torquato, Joel Gomes e Clara Teixeira, consolidando a posição brasileira entre as maiores potências do *parataekwondo* mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no tênis de mesa paralímpico, Bruna Alexandre conquistou os títulos das duplas femininas e das duplas mista em Lasko, ao lado de Danielle Rauen e Cássio Brandão, ampliando ainda mais a sua extraordinária trajetória no esporte internacional.

Senhoras e senhores, cada uma dessas conquistas reforça aquilo que esta Comissão defende diariamente: esporte é cidadania, o esporte é inclusão, saúde, educação, desenvolvimento humano e também oportunidades. O esporte transforma vidas, abre caminhos, inspira jovens e fortalece valores fundamentais para a construção de uma sociedade melhor.

Que essas vitórias da última semana nos inspirem a seguir trabalhando pelo fortalecimento das políticas públicas esportivas, pela valorização dos atletas brasileiros, pela ampliação do acesso ao esporte a todas as regiões do nosso país. Enfim, pelas oportunidades, melhorias e investimento a todo o nosso sistema esportivo e paraesportivo brasileiro.

Muito obrigada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada em 6 de maio de 2026.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para que declarem o voto verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que, enfim, participarem remotamente.

Nós vamos fazer uma inversão de pauta agora.

Vamos para o item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 3167, DE 2025**

**- Terminativo -**

*Inscreve o nome de Maria Lenk no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.*

**Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF)

**Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as eventuais emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Eu concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Mara.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Leila, nossa Presidente.

Já queria lhe dizer que nossos atletas... Enquanto você fazia a leitura, eu me emocionei aqui umas três vezes, até porque o jogo do Cruzeiro contra o Campinas foi aqui do lado e eu fiquei ouvindo a vibração de todos.

Muito obrigada por começar também a sessão esclarecendo o que aconteceu com o Secretário de Esportes de São Caetano, que foi muito pesado para todos nós, e espero que isso se transforme em mais aprendizagem para muita gente, para muitos gestores.

Bom, primeiro é uma honra imensa relatar este projeto de sua iniciativa.

Muito obrigada pela oportunidade.

Eu peço licença para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 104-H, incisos IV e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp a análise de proposições que versem sobre políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática esportiva e outros assuntos correlatos, caso do PL em tela. Além disso, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, cabe à CEsp a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

Quanto a estes aspectos, nada há que se opor ao projeto. De fato, a matéria se insere no rol da competência legislativa concorrente da União, conforme disposto no art. 24, IX, do texto constitucional. Ainda, é atribuição do Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República, de acordo com o art. 48 da Constituição Federal. Ademais, a iniciativa parlamentar é legítima, sedimentada no que dispõe o art. 61 de nossa Carta Magna.

O projeto atende também aos requisitos da boa técnica legislativa, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Igualmente, encontram-se atendidos os critérios balizadores constantes da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, inclusive o requisito temporal, já que Maria Lenk faleceu em 2007, portanto, há mais de dez anos.

No mérito, da mesma forma, a matéria, de iniciativa da nobre Senadora Leila Barros, merece ser acolhida.

A inscrição do nome de Maria Emma Hulda Lenk Zigler no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria mostra-se justa e compatível com a estatura histórica da homenageada. O PL propõe reconhecer, em caráter permanente, uma trajetória marcada por pioneirismo, excelência esportiva, contribuição educacional e abertura de caminhos para a presença feminina brasileira no esporte de alto rendimento.

Em 1932, nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, Maria Lenk tornou-se a primeira mulher sul-americana a participar de uma edição dos Jogos Olímpicos, em contexto no qual a presença feminina no esporte competitivo ainda enfrentava severas resistências sociais e culturais.

Seu pioneirismo repetiu-se em Berlim, em 1936, quando inovou tecnicamente ao realizar a recuperação dos braços por fora da água em prova de nado peito, gesto que contribuiu para a gênese do nado borboleta, posteriormente reconhecido como estilo olímpico autônomo. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dimensão inovadora confere à Maria Lenk lugar de destaque não apenas na história esportiva brasileira, mas também na evolução técnica da natação mundial.

Em 1939, sua carreira alcançou dimensão ainda mais extraordinária. Naquele ano, Maria Lenk bateu os recordes mundiais dos 400m peito e dos 200m peito, tornando-se a primeira atleta brasileira a estabelecer um recorde mundial. Segundo o Comitê Olímpico do Brasil, a marca dos 200m peito superou, inclusive, o recorde masculino então vigente da prova. Trata-se de feito de excepcional relevância, sobretudo considerado o período histórico em que foi alcançado e as limitações estruturais enfrentadas por atletas brasileiras à época.

A interrupção dos Jogos Olímpicos em 1940 e em 1944 pela Segunda Guerra Mundial impediu que Maria Lenk disputasse competições olímpicas no auge de sua forma esportiva. Ainda assim, a ausência de medalha olímpica não diminuiu sua grandeza. Ao contrário, reforça a necessidade de que sua trajetória seja apreciada em perspectiva histórica mais ampla, considerando sua capacidade de inaugurar caminhos, romper preconceitos e projetar internacionalmente o esporte brasileiro.

Após encerrar a carreira de elite, Maria Lenk seguiu contribuindo para o esporte nacional. No campo acadêmico e institucional, foi professora, cofundadora da Faculdade de Educação Física da então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde tornou-se a primeira mulher a dirigir a Escola de Educação Física da UFRJ.

Sua relação com a natação manteve-se viva até idade avançada. Nas competições *masters*, seguiu acumulando marcas expressivas, recordes e medalhas, convertendo sua biografia em exemplo de longevidade, disciplina e compromisso permanente com a prática. O Comitê Olímpico do Brasil registra que ela estabeleceu 40 recordes mundiais na categoria *master* e que conquistou cinco medalhas no Campeonato Mundial de Munique em 2000.

O reconhecimento institucional de Maria Lenk ultrapassou as fronteiras nacionais. Em 1988, ela tornou-se a primeira atleta brasileira a ingressar no International Swimming Hall of Fame. Em 2022, foi declarada Patrona da Natação Brasileira pela Lei nº 14.418, de 20 de julho de 2022. Esses reconhecimentos confirmam que sua trajetória já se consolidou como patrimônio simbólico do esporte brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A homenagem proposta, portanto, não se limita a reverenciar uma carreira esportiva bem-sucedida. Ela afirma, perante as futuras gerações, a memória de uma brasileira que desafiou padrões de seu tempo, projetou o país no cenário internacional, contribuiu para a ciência e para o ensino da educação física e demonstrou, por toda a vida, compromisso exemplar com o esporte. Por essas razões, a inscrição do nome de Maria Lenk no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é medida meritória, oportuna e plenamente justificável pela qual nós parabenizamos a Senadora Leila Barros pela brilhante iniciativa.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.167, de 2025.

Parabéns, Presidente!

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sou eu que agradeço, Senadora Mara, minha querida amiga, companheira da Bancada Feminina. Estou emocionada, porque eu tive a oportunidade – e vou dar uma dica, não tenho problema, não estou fazendo propaganda aqui, não – de assistir, no Globoplay, ao documentário *Maria Lenk, de Braços Abertos*. Ali conta-se muito da história dela, sendo a primeira atleta sul-americana a disputar a Olimpíada, a de 1932.

Maria Lenk teve uma trajetória maravilhosa. Além de ser uma grande pioneira, foi uma mulher que cuidou dos seus filhos praticamente sozinha aqui, enquanto o marido estava nos Estados Unidos. A vida pessoal também da Maria Lenk é muito interessante, e a postura que ela teve a vida inteira de dedicação à natação, de dedicação ao esporte brasileiro, também na universidade, sendo a primeira mulher a comandar a educação física na UFRJ...

E que emblemático, não é? Algo que mexeu muito comigo é que a Maria Lenk faleceu aos 92 anos, treinando na piscina do Flamengo. Ela teve um mal súbito ali, passou mal e veio a falecer num dia de treinamento, de atividade, aos 92 anos.

Então, à Maria Lenk, a nossa gratidão. Eu acho que ela é patrimônio do esporte nacional, mas ela é uma inspiração para o esporte feminino brasileiro, pela sua postura, pela atleta que foi, pela gestora que foi, pela acadêmica que foi e por esse símbolo de pioneirismo que ela traz em toda a história e a trajetória dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer um agradecimento muito especial. Nós estamos hoje fazendo esta justa homenagem, Senadora Mara, porque eu fui provocada pela ex-Diretora do Globo Esporte, da Globo, na área de esporte, Rosane Araújo. A Rosane foi uma das encarregadas de produzir esse documentário, que, mais uma vez, aconselho a todos a assistirem, porque é uma trajetória belíssima de luta, de pioneirismo, de entrega, de paixão mesmo pelo esporte.

Então, à Maria Lenk, à família, à natação brasileira, ao esporte brasileiro, o Senado faz essa justa homenagem.

Obrigada, Senadora Mara.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Leila. Foi uma honra.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 3.167, de 2025, nos termos do relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

Quem vota com o Relator vota "sim".

Já peço à Secretaria da Mesa para abrir o painel.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A votação está encerrada.

Eu vou pedir para a Mesa da Comissão abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Votaram SIM 6 Senadores; NÃO, nenhum.

Nenhuma abstenção também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quórum: 7.

O Projeto de Lei 3.167, de 2025, está aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Obrigada, Senadora Mara.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada e parabéns, Senadora Leila.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Agora eu vou conceder a palavra à Senadora Mara, que vai me substituir na Presidência da Comissão, para que eu possa fazer a leitura do meu relatório do item 1, que é o Projeto de Lei nº 2.584, de 2025, não terminativo.

Com a palavra, Senadora Mara. Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Bom, Projeto de Lei nº 2.584, de 2025, não terminativo.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 2584, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC).*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Leila Barros

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora Mara.

Bom, vem à análise da Comissão de Esporte o Projeto de Lei nº 2.584, de 2025, do Deputado Julio Cesar Ribeiro, que altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC).

O projeto contém quatro artigos.

O art. 1º define o objetivo da lei, nos mesmos termos da ementa.

O art. 2º promove ajustes na Lei das Loterias, para: i) transferir ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) o percentual de 0,01% da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos antes destinado à Federação Nacional dos Clubes (Fenaclubes); ii) criar regra específica para aplicação desses recursos em capacitação, formação e treinamento de gestores de clubes esportivos; e iii) atualizar o rol de entidades fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União, com a retirada expressa da Fenaclubes.

O art. 3º propõe a revogação dos dispositivos da Lei das Loterias que fazem menção à Fenaclubes.

O art. 4º, por fim, determina a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação, o autor afirma que a proposta busca realocar ao CBC o percentual de 0,01% da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos atualmente destinado à Fenaclubes, mantendo a finalidade de capacitação, formação e treinamento de gestores de clubes. Ademais, argumenta que o CBC integra o Sistema Nacional do Esporte, representa o subsistema clubístico e já executa, na prática, atividades ligadas ao Congresso Brasileiro de Clubes, inclusive com recursos repassados pela Fenaclubes. Finalmente, afirma que a proposta resulta de um consenso entre as próprias entidades, sem criação de nova despesa ou ampliação do volume global de recursos lotéricos destinados ao segmento clubístico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto foi distribuído para análise da CEsp e da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), devendo ir ao Plenário na sequência.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

A análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade será feita pela CAE, última Comissão a se manifestar sobre o projeto. De todo modo, adiantamos que, em nossa visão, esses requisitos estão plenamente atendidos.

Igualmente, no mérito, entendemos que o projeto merece acolhida. A proposição promove um ajuste pontual na destinação dos recursos oriundos da loteria de prognósticos numéricos, sem ampliar o volume global de recursos já previsto na Lei das Loterias.

Em suma, o projeto direciona ao Comitê Brasileiro de Clubes percentual atualmente vinculado à Fenaclubes, preservando a finalidade de capacitação, formação e treinamento de gestores dos clubes esportivos. Assim, busca alinhar a aplicação dos recursos à organização institucional do esporte brasileiro, especialmente diante do reconhecimento do CBC como integrante do Sistema Nacional do Esporte e representante do subsistema clubístico.

Além disso, conforme explicitou o autor do projeto, a alteração legislativa decorre de um consenso entre a Fenaclubes e o CBC, o que reforça a legitimidade da proposta.

Por fim, a iniciativa considera que o CBC já vem participando da execução de ações de capacitação do segmento, inclusive no âmbito do Congresso Brasileiro de Clubes, razão pela qual a transferência dos recursos tende a criar uma maior coerência administrativa, com melhor organização da política de apoio aos clubes esportivos.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.584, de 2025.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Bom, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.584, de 2025.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Agora, eu devolvo a Presidência da reunião à nossa linda, maravilhosa Senadora Leila Barros.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Gratidão, querida amiga. Obrigada por estar comigo na reunião de hoje. A gente sabe que é semipresencial, e muitos dos colegas, além de estarem acompanhando as Comissões *online*, estão também nas suas agendas aí pelos estados. Então, obrigada por dispensar um pouquinho desse tempinho e estar aqui conosco na Comissão. Obrigada, Mara.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Mas, Leila, Presidente...

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – ... você consegue deixar a Comissão um evento tão agradável, maravilhoso, informativo, emocionante, que eu faço questão de estar na sua Comissão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Te amo! Te amo! A recíproca é totalmente verdadeira. Todos nós sabemos a importância da Mara aqui neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal. Você é que nos engrandece demais, com a sua atuação e com a sua força, uma força... além da leveza, tem uma força impactante. Obrigada, Mara, de coração.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, vamos ao encerramento. Mais uma quarta, que será longa.

Quero agradecer a presença de todos, mais uma vez reforçando a participação dos que estão conosco aqui, nesta sessão; agradecer à Secretaria da Comissão, na pessoa do nosso Secretário Flávio; e à Mara, pela participação aqui, por nos ajudar na condução.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada, boa quarta.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 36F57A690079DEF8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.